00100.004706/2023-17

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVII SUP. ÚNICO AO Nº 213, SEXTA-FEIRA, 23 DE DEZEMBRO DE 2022

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

Edição extraordinária

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador Romário (PL-RJ)
2º Vice-Presidente

Senador Irajá (PSD-TO)
1º Secretário

Senador Elmano Férrer (PP-PI)
2º Secretário

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
3º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Jorginho Mello (PL-SC)
2º - Senador Luiz Carlos do Carmo (PSC-GO)
3ª - Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)
4º - Senador Zequinha Marinho (PL-PA)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quesia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Ata da 22ª Reunião, Ordinária, realizada em 8 de novembro de 2022 6

Ata da 23ª Reunião, Ordinária, realizada em 22 de novembro de 2022 58

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de novembro de 2022 67

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de novembro de 2022 109

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de dezembro de 2022 169

1.2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de novembro de 2022 231

Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de dezembro de 2022 247

Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de dezembro de 2022 259

Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de dezembro de 2022 297

1.2.1 – SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de dezembro de 2022 315

1.3 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de novembro de 2022 324

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de novembro de 2022 340

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2022 378

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de dezembro de 2022 428

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de dezembro de 2022 491

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de dezembro de 2022 522

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17

1.4 – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de novembro de 2022 540

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de novembro de 2022 544

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2022 551

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de novembro de 2022 567

Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de novembro de 2022 579

Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de dezembro de 2022 767

Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de dezembro de 2022 770

Ata da 35ª Reunião, Ordinária, realizada em 13 de dezembro de 2022 813

1.5 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de agosto de 2022 817

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de agosto de 2022 867

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de outubro de 2022 905

Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de novembro de 2022 933

Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de dezembro de 2022 938

1.6 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Ata da 13ª Reunião, Ordinária, realizada em 10 de novembro de 2022 968

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de novembro de 2022 975

1.7 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de junho de 2022 993

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de novembro de 2022 997

1.8 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de novembro de 2022 1002

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de novembro de 2022 1028

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de dezembro de 2022 1053

1.9 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de outubro de 2022 1088

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de novembro de 2022 1139

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2022 1146

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de novembro de 2022 1190

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de dezembro de 2022 1206

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de dezembro de 2022 1229

1.10 – COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Ata da 7ª Reunião, realizada em 25 de novembro de 2022 1247

Ata da 8ª Reunião, realizada em 1º de dezembro de 2022 1270

1.11 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de novembro de 2022 1314

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2022 1320

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de novembro de 2022 1336

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de dezembro de 2022 1395

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de dezembro de 2022 1432

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e dez minutos do dia oito de novembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Otto Alencar e Angelo Coronel, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Flávio Bolsonaro, Eliane Nogueira, Guaracy Silveira, Esperidião Amin, Flávio Arns, Tasso Jereissati, Oriovisto Guimarães, Plínio Valério, Roberto Rocha, Omar Aziz, Vanderlan Cardoso, Alexandre Silveira, Mecias de Jesus, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Paulo Paim, Telmário Mota e Julio Ventura, e ainda dos Senadores não membros Izalci Lucas e Soraya Thronicke. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, José Serra, Lasier Martins, Giordano, Irajá, Romário, Marcos Rogério, Jean Paul Prates, Fernando Collor, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberação das emendas ao PLOA 2023**. **Finalidade:** Discussão e deliberação das emendas da Comissão de Assuntos Econômicos ao PLOA/2023 (PLN 32/2022-CN), que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro 2023". Relator na CAE: Senador Angelo Coronel. **Resultado:** APROVADAS AS EMENDAS NºS 59, DE ESTIMATIVA À RECEITA; NºS 45, 23, 20 E 72, DE APROPRIAÇÃO; E NºS 1 A 14, DE TEXTO, RENUMERADAS COMO EMENDAS NºS 1 A 19-CAE. SERÃO ENCAMINHADAS À COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 177, de 2020 (Emenda(s) da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 688, de 2015) - Não Terminativo -** que: "Determina que o Sistema Único de Saúde (SUS) ofereça tratamento de implante por cateter de prótese valvar aórtica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad (*Ad hoc*), substituiu Senador Jean Paul Prates. **Relatório:** Contrário à Emenda oferecida pela Câmara dos Deputados e favorável ao projeto original. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 412, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), previsto pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e altera as Leis nºs 11.284, de 2 de março de 2006; 12.187 de 29 de dezembro de 2009; e 13.493 de 17 de outubro de 2017." **Autoria:** Senador Chiquinho Feitosa (DEM/CE). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 2122, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Institui o marco regulatório para ativos financeiros associados a mitigação das emissões de gases de efeito estufa." **Autoria:** Senador Chiquinho Feitosa (DEM/CE). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 1684, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a regulamentação do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE) previsto pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências." **Autoria:** Senador Chiquinho Feitosa (DEM/CE). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 4028, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre diretrizes gerais para regulamentação do mercado de carbono no Brasil." **Autoria:** Senador Chiquinho Feitosa (DEM/CE). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 3606, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Institui o marco regulatório para o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE)." **Autoria:** Senador Chiquinho Feitosa (DEM/CE). **Relatoria:** Senador Tasso Jereissati.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do PL nº 412/2022 e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 1-T, nos termos do substitutivo apresentado, e pela prejudicialidade dos PLs 2122/2021, 3606/2021 e 4028/2021. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 468, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para estabelecer revisão anual dos valores para a remuneração de serviços prestados ao Sistema Único de Saúde (SUS)." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação da matéria. **Resultado:** A Comissão aprova a matéria por 13 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Usaram da palavra os Senadores Angelo Coronel, Esperidião Amin, Omar Aziz, Wellington Fagundes, Confúcio Moura, Oriovisto Guimarães, Zequinha Marinho, Guaracy Silveira e Tasso Jereissati. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/11/08

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA. Fala da Presidência.) – Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião será realizada em caráter semipresencial e destina-se à votação das emendas desta Comissão ao PLN 32, de 2022 – que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2023 –, e à deliberação de outras matérias.

Comunico que foram apresentados à Secretaria da Comissão de Assuntos Econômicos os seguintes documentos: Ofícios SEI 315/2022/ME; 253550/2022/ME e 279395/2022/ME; Mensagem 537, de 2022,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Presidência da República; Ofício 812 GP, de 2022, do Tribunal de Contas da União; manifestações da Câmara Municipal de Praia Grande (SP), da Prefeitura de Caruaru, Gabinete do Prefeito, da Câmara Municipal de Itaquaquecetuba (SP), da Câmara Municipal de Bozano (RS), do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), do cidadão fundador e presidente nacional do Partido de Direita, em construção, o ativista da Câmara Municipal de São João da Boa Vista. Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar atuação nesse período.

Antes de tudo, eu quero agradecer a presença do Senador Angelo Coronel, do nosso Estado da Bahia, e aproveitar, por esta Comissão e pela TV Senado, para agradecer ao povo da Bahia a votação expressiva que nós tivemos para a renovação do nosso mandato à reeleição no dia 2 de outubro de 2022, quando tivemos uma participação ao lado do nosso grupo político e uma vitória em todos os níveis: Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador, Governador e Presidente da República. O Angelo Coronel colaborou muito, como também o Senador Jaques Wagner e o atual Governador da Bahia, Rui Costa. E, graças a Deus e ao povo da Bahia, tivemos um aproveitamento de 100% pela quarta vez consecutiva ou quinta vez consecutiva, mas isso nos enche de responsabilidade e nunca de orgulho, de vaidade, porque é uma missão a ser cumprida e devemos cumpri-la com toda determinação, com honra e com dignidade.

Para a apreciação das emendas desta Comissão, eu vou designar o Senador Angelo Coronel, como já tinha feito antes.

A essa proposta foram apresentadas 87 emendas na Comissão: 73 de apropriação e de remanejamento e 14 de texto.

Com a palavra o nobre Senador Angelo Coronel para que ele possa discorrer sobre o seu relatório.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Bom dia a todos os presentes e aos que estão também nos assistindo pela TV Senado...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Senador Angelo Coronel, o Senador Esperidião está pedindo a palavra. (*Fora do microfone.*)

Pois não, Senador.

Senador Esperidião, V. Exa. pede a palavra?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sim, para dar-lhe as boas-vindas depois da maratona eleitoral, cumprimentá-lo pelo resultado, pela sua eleição, combativo que é, defensor... Muito axé!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria aproveitar para me solidarizar com o relatório que será apresentado e apenas homenagear, em nome de uma velha amizade, o meu amigo Francisco Dornelles, que deve ter batido também à sua porta para pedir proteção à Fundação Getúlio Vargas, que é a Emenda nº 46. Então, sem entrar no detalhe do relatório das demais emendas, nas quais eu sou solidário com o Relator, eu quero apenas destacar a emenda anual que o nosso querido Francisco Dornelles apresenta todos os anos, zelosamente, em nome de uma instituição que praticamente ele personaliza. O Getúlio Vargas era Dornelles também, de forma que a coisa fica mais ou menos familiar.

Mais uma vez, os meus cumprimentos a V. Exa., o meu abraço afetuoso, grande califa, e sucesso!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA. Como Relator.) – Presidente, eu queria também, neste momento, como baiano, parabenizar V. Exa. pela excelente vitória, sendo recordista de votos na história da Bahia para o Senado – quebrou todos os recordes na Bahia –, demonstrando a força do nosso partido, o PSD, daquele estado, onde fizemos também a maior bancada de Deputados Federais no Brasil, fizemos a maior bancada de Deputados Estaduais, tudo isso sob a sua liderança, que é o nosso Presidente estadual do partido, demonstrando que o PSD da Bahia, bem como o PSD nacional, é uma família tão bem dirigida pelo nosso patriarca, Otto Alencar. E 4,2 milhões de votos não são para qualquer um, não! Só mesmo quem tem uma história política, um homem que já foi tudo na Bahia, demonstrando que foi tudo agora, com votação tão expressiva, e que também passou a ser o recordista de votos para o Senado, superando inclusive outras figuras que já transitaram bem nesta Casa. Isso nos enche de orgulho e de vaidade por termos o nosso Presidente Otto Alencar como Senador reeleito aqui nesta Casa, ao lado também do nosso amigo Omar Aziz, que também foi reeleito – Omar, o polêmico, que esta Casa jamais poderia deixar de ter aqui no nosso convívio! Parabéns a vocês dois!

Vamos ao relatório.

Parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre as indicações de emendas desta Comissão ao Projeto de Lei nº 32, de 2022-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2023.

O relatório, Sr. Presidente.

O Congresso Nacional recebeu do Poder Executivo, em 31/08/2022, o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2023, Projeto de Lei nº 32/2022-CN – Ploa 2023, que foi encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), consoante prevê o art. 166, §1º, da Constituição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal. De acordo com os ditames da Resolução nº 1, de 2006-CN, a CMO fixou o prazo de 01/10/2022 a 14/11/2022 para apresentação de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual.

A Resolução nº 1, de 2006-CN dispõe, em seus arts. 43 a 45, sobre as emendas das Comissões Permanentes a serem apresentadas ao Ploa. As emendas de Comissão, em número de até quatro de apropriação e até quatro de remanejamento, devem ser apresentadas juntamente com a ata da reunião que decidiu por sua apresentação. Devem possuir caráter institucional e representar interesse nacional, vedada a destinação a entidades privadas, salvo se contemplarem programação constante do projeto. Não existe limite no número de emendas ao texto da lei, conforme disposto no art. 142 da mencionada resolução.

Nesse contexto, esta Comissão de Assuntos Econômicos delibera sobre as indicações que resultarão nas emendas a serem apresentadas ao Ploa 2023.

Sob a análise deste Plenário, encontram-se 87 indicações de emendas, sendo 72 emendas à despesa (66 de apropriação e 6 de remanejamento), 14 emendas de texto e 1 emenda à estimativa da receita.

As indicações contemplam programações orçamentárias variadas ao abrigo das competências regimentais da Comissão.

Essas indicações estão relacionadas em quadro anexo a este parecer, com número atribuído a cada proposta de emenda por esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

É o relatório, Sr. Presidente.

Análise.

Foram apresentadas indicações de emendas em número que extrapola o limite máximo de quatro emendas de apropriação e quatro emendas de remanejamento reservadas à Comissão de Assuntos Econômicos. Assim, a observância do limite máximo exigiu análise, com fundamentos colhidos na legislação, especialmente na citada Resolução nº 1, de 2006-CN.

Com relação às emendas de remanejamento, cabe registrar que as seis emendas apresentadas cancelam recursos da Reserva de Contingência, o que é vedado pelo art. 38 da Resolução nº 1, de 2006-CN.

Importa consignar, Sr. Presidente, que as indicações para as emendas de apropriação atendem aos requisitos regimentais, isto é, exibem caráter institucional e mantêm estrita relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos. Outro requisito é que as indicações apresentem interesse nacional.

Os benefícios de toda e qualquer intervenção pública almejada pelas emendas de Comissão desdobram-se no plano nacional, não se limitando a região ou localidade específica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Podemos afirmar que todas as indicações de emendas de apropriação exibem grande mérito. Contudo, dada a restrição numérica, os critérios de seleção consistiram em programações orçamentárias alinhadas às prioridades das políticas públicas a cargo dos órgãos afins às competências desta Comissão.

No Ministério do Desenvolvimento Regional foi escolhida a ação para conservação e recuperação de bacias hidrográficas. Acreditamos na importância desta ação para a promoção e apoio às atividades de conservação, recuperação, manejo e uso sustentável dos recursos naturais. As dotações orçamentárias a serem aprovadas são importantes para a implementação de atividades socioambientais e de revitalização ambiental, tais como o reflorestamento, a recuperação de áreas de proteção permanente, a recomposição da cobertura vegetal, a redução dos processos erosivos, a conservação da biodiversidade, a promoção da educação ambiental, a mobilização e a capacitação socioambiental.

Sr. Presidente, é importante a gente frisar que esta emenda visa a ter recursos suficientes, pelo menos na primeira etapa, para fazermos as conservações dos nossos rios.

Inclusive, Presidente Otto Alencar, para V. Exa., que tão bem defende a revitalização do São Francisco, está aqui essa emenda fazendo dotação orçamentária para esse seu desejo – ao longo desses oito anos que milita neste Congresso Nacional, V. Exa. tem feito essa defesa com bastante ênfase.

No Ministério do Desenvolvimento Regional foi selecionada a ação "00AF - Integralização de Cotas ao Fundo de Arrendamento Residencial (FAR)". Com a aprovação da emenda serão garantidos os recursos para retomada do Programa Casa Verde e Amarela (antigo Minha Casa, Minha Vida), visando à retomada dos investimentos como motor do desenvolvimento econômico e social.

É bom frisar, Sr. Presidente Otto Alencar e demais Senadores que nos escutam, que nos ouvem, que nos assistem pela TV Senado, que a retomada do antigo Minha Casa, Minha Vida é de grande valia para o Brasil porque, além de gerar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – ... um grande manancial de mão de obra, vai também reduzir a deficiência que tem hoje o povo brasileiro com moradias, chegando a uma cifra acima de milhões de pessoas que dependem de casas para morar e viver bem com sua família. Essa emenda foi contemplada porque achamos ser ela de grande valia.

No Ministério da Economia, optou-se pela ação "210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, Microeemprendedor Individual, Potencial Empreendedor e Artesanato". A ação tem destaque na formulação e execução de atividades de apoio, assessoramento, simplificação e incentivo ao desenvolvimento de micro e pequenas empresas, microempreendedores individuais, potenciais empreendedores e do artesanato, visando ao fortalecimento e expansão desses segmentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A última emenda, Sr. Presidente: no Ministério da Defesa, Comando do Exército, foi selecionada a ação "14T5 – Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron)". O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras é um projeto estratégico ao país, que fortalece a capacidade de ação do Estado brasileiro na faixa de fronteira, uma área de 16.886 quilômetros de extensão. A implementação do sistema é fundamental para a prevenção e repressão do tráfico de drogas, do tráfico de armas, do tráfico de pessoas, do contrabando e do descaminho. Por intermédio de sua integração com as Forças Armadas, os órgãos governamentais e Estados da Federação na defesa nacional, o sistema contribui para o aumento da capacitação, da sustentabilidade, do fortalecimento da economia formal, da arrecadação e da defesa do país.

Presidente Otto Alencar, Srs. Senadores, meus caros telespectadores da TV Senado, esse programa eu acho que é um dos programas mais importantes no fortalecimento das nossas fronteiras. O Brasil tem uma fronteira seca muito extensa, onde o contrabando e o descaminho campeiam livremente, sem ter a devida repressão. Com isso, o Brasil perde arrecadação, com os produtos pirateados, os produtos contrabandeados, que não pagam um centavo de imposto e concorrem com a economia formal do nosso Brasil. É importante fortalecermos esse sistema.

Voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, votamos pela não apresentação de emendas de remanejamento e pela apresentação da emenda de estimativa à receita, que é a Emenda 59, do Senador Jean Paul Prates, de todas as emendas de texto e das seguintes propostas de emendas de apropriação, conforme o anexo quadro de detalhamento:

a) No âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), a Emenda nº 45, no valor de R$10 milhões, para conservação e recuperação de bacias hidrográficas, com indicação do Senador Otto Alencar, que tão bem preside esta Comissão;

b) Outra emenda do Ministério do Desenvolvimento Regional, a Emenda nº 23, no valor de R$1,75 bilhão, para a ação "00AF - Integralização de Cotas ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR", com indicações dos Senadores Rogério Carvalho, Paulo Paim e Jean Paul Prates (Emendas 23, 29, 37 e 39);

c) No âmbito do Ministério da Economia – Administração Direta, a Emenda nº 20, no valor de R$120 milhões, para a ação "210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, Microempreendedor Individual, Potencial Empreendedor e Artesanato", com indicações dos Senadores Alessandro Vieira, Flávio Bolsonaro, Nelsinho Trad, Omar Aziz, Vanderlan Cardoso, Wellington Fagundes e Zequinha Marinho (Emendas 6, 8, 12, 13, 15, 19, 20, 64 e 66);

d) Por último, Sr. Presidente, no Ministério da Defesa, a Emenda nº 72, no valor de R$350 milhões, para a ação "14T5 – Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – Sisfron", indicação de nossa autoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembramos que as emendas da Comissão devem ser acompanhadas da ata desta reunião, na qual se especificam as decisões ora tomadas. Sugerimos ainda, Sr. Presidente, que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sala da Comissão, em 8 de novembro de 2022.

Relator Angelo Coronel.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Pelo relatório, pela precisão na apresentação e apreciação das emendas que foram encaminhadas pelos nobres Senadores e Senadoras, coloco a matéria em discussão.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Para discutir, Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. Para discutir.) – Primeiro, quero parabenizar V. Exa., Senador Otto Alencar. Já fiz isso pelo telefone. Quero parabenizar a eleição do seu filho também e a eleição do filho do Senador Angelo Coronel.

V. Exa. fez uma emenda sobre a proteção das fronteiras. O senhor não falou o valor...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Trezentos e cinquenta milhões...

Veja bem, eu sou de um estado em que nós temos uma tríplice fronteira, Brasil, Peru e Colômbia, onde o acesso com facilidade do narcotráfico é muito grande. E nós temos que avançar muito nessa questão de segurança, até porque é por ali que entra a droga que abastece o Brasil e o mundo praticamente, e com uma facilidade enorme: meia dúzia de policiais federais, porque não tem contingente para isso, os rios da Amazônia são mares, você não vê de uma margem para outra, não há uma política social para inclusão social nessas regiões, em que a gente possa tirar esse pessoal que está atuando nessa área.

E essa fiscalização hoje, com a tecnologia que nós temos, Senador Angelo Coronel, é possível ser feita. Lógico que as Forças Armadas precisam efetivamente cuidar do patrimônio brasileiro, coisa que não é feita hoje com a regularidade, a eficiência que o Exército, a Marinha e a Aeronáutica têm para fazê-lo, até porque não é essa a política desse Governo – a política do faz de conta, faz de conta que eu faço e você faz de conta que acredita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu espero que essas emendas que foram aprovadas pela Comissão de Assuntos Econômicos caibam dentro do orçamento para a gente votar, porque geralmente a gente aprova, Senador Otto, baseado num custo para que você execute essa emenda e depois ele é reduzindo em 95%, 99%, para que a gente faça de conta que fez a emenda e depois faça de conta que vai atuar nessa área.

Eu fiz duas emendas. Uma das emendas foi acatada; a outra, por razões técnicas e financeiras, não foi acatada, mas eu fico muito contente que a promoção do desenvolvimento de micro e pequenas empresas, microempreendedor individual, potencial empreendedor e artesanato foi acatada, juntamente com outros Senadores que subscreveram essa emenda.

E quero dizer que eu vou votar favoravelmente ao seu relatório, com certeza absoluta, mas que a gente possa, Senador Otto Alencar, pelo menos garantir esses recursos que foram aprovados aqui junto ao Relator, o Senador Marcelo Castro, que já deu várias declarações de que não tem dinheiro para nada. Então, para que a gente não perca tempo e não engane ninguém, ou a gente vota aqui para que seja acatado lá na frente ou é melhor dizer "olha, não adianta aprovar nenhuma emenda em Comissão, porque nós não vamos acatar nenhuma, porque não tem dinheiro para isso".

Então, esse é o ponto que eu queria colocar para V. Exa., porque não é a primeira vez que a gente já fez emendas, e, depois, o que acontece é que quem tem acesso ao Relator pode ter o benefício. Espero que isso não aconteça com o Marcelo Castro, como aconteceu com o Relator anterior, que beneficiou os seus e não a razão das emendas que foram feitas pelas Comissões e pelos Senadores. Eu espero que o Senador Marcelo Castro possa acatar principalmente essa emenda importantíssima em que V. Exa. cuida da segurança pública, que é o Sisfron.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA. Como Relator.) – Senador Omar, é importante essa intervenção de V. Exa. O Relator já vai acatar as três emendas, tanto a do Sisfron como a da revitalização das bacias hidrográficas, como também a dos microempreendedores, ficando somente a quarta emenda, que é sobre o reforço ao programa verde e amarelo, que é o antigo Minha Casa Minha Vida. Vamos fazer com que o Presidente Otto Alencar faça gestão sobre o Relator-Geral para que essa emenda também seja acatada, porque eu acredito que vai fortalecer a economia brasileira, principalmente na geração de mão de obra, e suprir a necessidade daqueles que precisam de casa para morar bem com sua família.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Aliás, nós vamos ter que retomar o Minha Casa Minha Vida com o Presidente Lula, não é? Porque de verde e amarelo até agora a gente não viu uma casa em lugar nenhum do Brasil, tá certo? Aliás, esse verde e amarelo não é de seguimento da sociedade, não; o verde e amarelo é dos brasileiros. Que papo furado é esse?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA. Como Relator.) – Por isso, Senador Omar, aqui eu fiz questão de incluir, de acatar essa emenda desse programa, porque eu tenho certeza de que o futuro Presidente irá fomentar muito o Minha Casa Minha Vida.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Pela ordem, com a palavra, o Senador Wellington Fagundes.

Quero parabenizá-lo pela sua reeleição ao Senado Federal, desejando que continue sendo esse Senador participativo, operoso aqui no nosso Colegiado.

Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Otto Alencar.

O som está ligado?

Senador Otto... Senador Otto...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Estou ouvindo.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência*.) – Está o.k., Senador?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Estamos ouvindo bem.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Então, bom dia a V. Exa. Também quero parabenizá-lo pela retumbante vitória lá no nosso Estado da Bahia. Já que meus pais também são baianos, eu me sinto um tanto baiano também. Como eu não poderia ir lá votar em V. Exa., eu o parabenizo, porque também estava na campanha, em Mato Grosso, e tive a felicidade também de ter uma excelente vitória, junto com o Governador Mauro, que foi eleito no primeiro turno.

Quero aqui também parabenizar todos, em especial, o nosso Relator, Senador Angelo Coronel, pela nossa amizade, pelo companheirismo e também pela vitória dos seus dois filhos. O coronel é o que manda chuva mesmo, não é, Senador Otto? Ele elegeu lá o Diego Coronel como um dos mais votados. Aliás, o primeiro, o mais votado, é seu filho, não é, Senador Otto? Olhem como é a Bahia! Depois, veio o Diego Coronel, com a votação de 171 mil votos, e também o Angelo Coronel, como Deputado Estadual. Eu também primo da amizade dos dois. Então, quero aqui parabenizar o Senador Angelo Coronel pelo brilhante relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim como o Senador Acir e todos, e quero aqui também registrar que estamos fazendo o nosso papel. Estamos aqui na Comissão, aprovando emendas importantes. O Senador já leu todas elas, e eu quero destacar a minha participação também nessa emenda da micro e pequena empresa, porque o Brasil, sem dúvida nenhuma, é um país muito grande, e as micro e pequenas empresas representam a maior geração de emprego do país. Estando essas micro e pequenas empresas nas periferias das grandes cidades, mas também nas pequeníssimas cidades e até nas localidades, essas pequenas empresas estão lá gerando emprego. Por isso, também destaco aqui a importância da criação do Pronampe. O Senador Jorginho, que foi eleito governador lá em Santa Catarina, foi o autor dessa proposição, eu fui coautor, e conseguimos aprovar isso que gerou muito recurso, principalmente na pandemia, garantindo empregos.

Então, todas as emendas aqui aprovadas também... Eu acho que o incentivo à habitação é extremamente importante. O nome do programa não interessa, o que interessa é que chegue para aquele que mais precisa a casa. Eu sempre faço questão de dizer, quando vou entregar uma chave de uma casa num conjunto habitacional popular, eu faço questão de entregar a chave na mão de uma mulher, porque só a mulher tem a capacidade divina de gerar um filho e ela sabe a importância que representa isso para a solidez da família.

Destaco também a outra emenda da questão de segurança nas faixas de fronteira. No meu Estado, o Mato Grosso, nós temos 720km de divisa seca, e, claro, a importância do apoio ao Ministério da Defesa, através de todas as Forças Armadas, principalmente do Exército, é fundamental.

Então, eu quero parabenizá-lo mais uma vez, Senador Coronel, desejando que a gente conclua esse orçamento este ano para propiciar um orçamento principalmente realista, para que, no próximo ano, no próximo governo, possamos ter um orçamento que possa atender à demanda principalmente da retomada econômica e da geração de emprego.

É isso. Parabéns mais uma vez a todos. No próximo mandato estaremos todos trabalhando por um Brasil melhor, por mais geração de renda e, principalmente, por mais desenvolvimento. E também para criar mais oportunidade para todos aqueles que querem fazer um Brasil igualitário, ou, pelo menos, um Brasil com menos diferenças regionais tão gritantes.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Agradeço ao nobre Senador Wellington Fagundes e passo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu apenas volto a falar a respeito das emendas – saudando, igualmente, o Senador Wellington Fagundes e o nosso Senador Angelo Coronel pelo sucesso eleitoral, justo e merecido –, mas eu gostaria de fazer uma ponderação, especialmente depois de ouvir e cumprimentar também o Senador Omar Aziz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sisfron já teve a sua apresentação uma vez defendida na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional pelo Senador Nelsinho Trad. O Senador Nelsinho Trad defendeu, na condição de Senador pelo Mato Grosso do Sul e também convivendo com problemas muito sérios, que se estendem também pelo Mato Grosso e pela Amazônia, evidentemente, problemas relacionados ao tráfico e à dificuldade de se exercer uma vigilância razoavelmente efetiva nas nossas fronteiras, mas esse projeto já foi apresentado também na CRE.

Neste momento, eu não sei se o parecer do Senador Nelsinho Trad, que é o Relator na CRE, contempla o Sisfron. Mas deixo isso como uma observação sobre a pertinência do tema – eu gostaria de merecer a atenção do Senador Omar Aziz –, não pelo mérito. É claro que esse assunto é um assunto seriíssimo! Mas gostaria de saber se a pertinência do tema não deveria considerar a Comissão de Segurança ou a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde se faz necessário esse debate, se isso não seria mais cabível, desde que uma delas atendesse, evidentemente.

E, com isso, volto a reiterar o meu apelo em favor da Emenda 46, que também foi subscrita por V. Exa.

A Emenda 46, que eu mencionei, que versa sobre a Fundação Getúlio Vargas, foi apresentada pelo Senador Otto Alencar sob o nº 47, pelo Senador Alexandre Silveira sob os nºs 36 e 73 e ainda pelo Senador Luis Carlos Heinze sob o nº 71, ou seja, a emenda da Fundação Getúlio Vargas é respaldada também pelos Senadores Otto Alencar, Luis Carlos Heinze e Alexandre Silveira. Eu estou, neste momento, sendo o sacristão de gente muito ilustre.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Passo a palavra ao Relator, o Senador Angelo Coronel.

Quero dizer ao Senador Esperidião Amin que, realmente, eu assinei essa emenda, como assinei também a da revitalização das bacias hidrográficas. Eu acho, inclusive, que, neste momento em que se discute lá no Egito, próximo à terra de V. Exa., de origem de V. Exa., perto do Egito...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Ele é do Líbano.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Ele é do Líbano, não é?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – É do Líbano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – É do Líbano. É libanês.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Mas o califado é seu. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – No momento em que se discute a COP 27 no Egito, essa questão das bacias hidrográficas deve ser discutida lá. Eu vejo a discussão muito sobre mudanças climáticas, que hoje é um tema superimportante para garantir as futuras gerações. E não há nada mais importante dentro desse tema do que a preservação das águas.

O Omar Aziz, do Amazonas, tem água em abundância, mas ele conhece e sabe que, na região da Amazônia, inclusive na Amazônia Legal e em outras áreas, já há comprometimento, pelo desmatamento, de nascentes e de afluentes, com o assoreamento de rios tributários, dos grandes rios amazônicos. Agora mesmo, no levantamento que nós fizemos de vários rios amazônicos, já há uma queda do volume médio de alguns grandes rios que estão compondo essa bacia superimportante. Esse desmatamento é muito comprometedor.

Quando o Angelo Coronel acata emenda dessa natureza, os recursos são exatamente destinados para a revitalização, e revitalização significa – até para o conhecimento também do Senador Confúcio – recomposição de matas ciliares e nascentes em beiras de rios, nos afluentes, para que, plantando árvores, se produza água, porque quem planta árvores produz água. Talvez as pessoas até não entendam isto: a água não vem debaixo do solo para cima; a água entra nos aquíferos pelas chuvas, e, para entrar pelas chuvas, tem que haver florestas. Por que há florestas? Porque florestas, com aquelas grandes raízes, dão porosidade ao solo, deixam o solo poroso para a penetração das águas da chuva, alimentando os aquíferos. Hoje eu vejo que no Brasil nós temos vários rios que eram perenes e hoje são rios caminho de areia, pelo desmatamento inconsequente, pelo assoreamento, não só na Região Nordeste, como é o caso de alguns rios, mas também na Região Amazônica e no Sul. Senador Oriovisto, lá no Estado do Paraná já houve crise hídrica com falta de abastecimento de água na capital Curitiba, já houve aqui, em Brasília. Cantareira, em São Paulo, já chegou ao nível morto da barragem, ao volume morto da barragem.

Consequentemente, se vai-se falar em mudanças climáticas, a coisa mais importante que deve acontecer é um programa nacional – até internacional – para recomposição das matas ciliares no entorno das nascentes, dos rios afluentes, dos rios permanentes e das calhas principais também. Eu defendo isso no Rio São Francisco, porque, a cada ano que passa, o volume médio diminui mais. O volume médio do Rio São Francisco já chegou a 2.980m³ por segundo. Hoje, o volume, a vazão afluente, que é a vazão que entra na barragem de Sobradinho, está em torno de 620m³ por segundo. Então, houve uma diminuição muito grande pelo assoreamento. O assoreamento faz diminuir o calado das calhas principais do rio, e diminuição do calado significa alargamento desses rios e, consequentemente, a evaporação mais rápida e a falta de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

água para consumo humano. Antigamente era só consumo humano; hoje é consumo humano, industrial, animal, irrigação e geração de energia através das águas.

Portanto, esse é um tema superimportante que eu tenho impressão de que a COP 27 precisa debater, tomar uma providência para garantir a água para as futuras gerações no nosso país e no mundo.

Eu passo a palavra ao Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA. Como Relator.) – Presidente Otto, Senador Esperidião, V. Exa. realmente defende com muita ênfase essa emenda. Eu acho que ela é muito importante, mas, infelizmente, nós só temos quatro emendas para serem escolhidas. Como a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara sempre também acata emendas que dizem respeito à Fundação Getulio Vargas, evidentemente, não significa que as emendas que nós conseguimos colocar no nosso relatório são melhores ou piores do que aquelas que não foram contempladas, mas o Sistema de Monitoramento de Fronteiras, como o Senador Omar Aziz bem falou, que é da região, é um sistema que vai fomentar muito a economia no Brasil, porque, a partir do momento em que você combate o descaminho, o contrabando, o tráfico de armas, o tráfico, o contrabando de medicamentos, de pneus, você vai fortalecer a nossa economia, porque esses produtos entram, repetindo, pela nossa fronteira seca, que tem quase 17 mil quilômetros, livremente, sem nenhuma fiscalização, e isso prejudica a indústria nacional, que gera emprego, que paga imposto. E os contrabandistas trazem o produto do exterior com total tranquilidade, praticamente com total isenção, uma isenção forçada, porque, considerando que são clandestinos, eles já entram tranquilamente nas nossas fronteiras secas.

Então, infelizmente, Senador Esperidião, pela CAE, nós optamos aqui por essas quatro emendas, mas não tenho a menor dúvida de que a CFT da Câmara vai acatar também essa emenda da Fundação Getúlio Vargas.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Pois não.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. Para discutir.) – É lógico que, vindo do Senador Esperidião Amin, a gente sempre tem que levar em conta a experiência, o tempo de Casa que ele tem. Ele é muito experiente, principalmente nessa questão de orçamento, e aí ele debate essa questão com profundidade.

Mas a iniciativa de V. Exa. em relação à questão das fronteiras... Se for possível acatar ou acolher, será em relação à outra, mas não em relação a essa, Senador Esperidião Amin. Acho que todo o país sofre com isso, principalmente porque há uma política que não tem efeito nenhum em controle das nossas fronteiras. Ou nós avançamos nessa questão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou ter agora, daqui a pouco... Eu sou Presidente da Comissão de Segurança Pública, e vai ter uma reunião da Comissão também para debater algumas emendas, e nós estamos trabalhando em cima disso.

É lógico que o Senador Esperidião Amin tem razão no que ele coloca, não tenho dúvida nenhuma. Temos respeito pela experiência dele e pelo controle e conhecimento em relação à questão econômica do país, o que ele já demonstrou várias vezes aqui nesta Comissão e no Plenário do Senado, mas essa emenda que V. Exa. acatou, essa emenda é de uma importância muito grande. E eu acho que a CAE dá um passo muito gigante nesse sentido.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA. Como Relator.) – Senador Amin, Senador Otto, demais colegas, infelizmente são só quatro. Ou tiramos fronteiras, monitoramento das fronteiras, ou revitalização de rios ou o retorno de investimento no Minha Casa, Minha Vida, ou também recursos do micro, do fomento ao empreendedorismo.

Então, como, repito, existe a possibilidade de a Fundação Getúlio Vargas ser contemplada pela Comissão de Finanças e Tributação lá da Câmara dos Deputados, nós optamos por essas quatro emendas que eu considero de grande valia.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Encerrada a discussão.

As razões apresentadas pelo Senador Angelo Coronel são convincentes, de que podem ser acatadas pela Câmara dos Deputados.

Encerro a discussão e coloco em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Angelo Coronel.

As Emendas nºs 59, de estimativa à receita, 45, 23, 20 e 72, de apropriação, e as de nºs 1 a 14, de texto, renumeradas como Emendas nºs 1 a 19-CAE, estão aprovadas e serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Aprovado o relatório do Senador Angelo Coronel, nós vamos à segunda parte deliberativa desta reunião.

2ª PARTE

ITEM 1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI N° 177, DE 2020 (EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 688, DE 2015)

- Não terminativo -

Determina que o Sistema Único de Saúde (SUS) ofereça tratamento de implante por cateter de prótese valvar aórtica.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jean Paul Prates

Relatório: Contrário à Emenda oferecida pela Câmara dos Deputados e favorável ao projeto original.

Observações:

A matéria foi apreciada pela CAS, com parecer contrário à Emenda oferecida pela Câmara dos Deputados e favorável ao projeto original.

O Senador Jean Paul Prates não está presente. Nós vamos aguardar que ele, estando presente, possa proferir o seu relatório.

Item 2.

2ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 412, DE 2022

- Não terminativo -

Regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), previsto pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e altera as Leis nºs 11.284, de 2 de março de 2006; 12.187 de 29 de dezembro de 2009; e 13.493 de 17 de outubro de 2017.

Autoria: Senador Chiquinho Feitosa (DEM/CE)

Relatoria: Senador Tasso Jereissati

Relatório: Pela aprovação do PL nº 412/2022 e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 1-T, nos termos do substitutivo apresentado, e pela prejudicialidade dos PLs 2122/2021, 3606/2021 e 4028/2021.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

A matéria será apreciada pela CMA, em decisão terminativa.

[Tramitam em conjunto: Projeto de Lei n° 2.122, de 2021; Projeto de Lei n° 3.606, de 2021; e Projeto de Lei n° 4.028, de 2021.]

Com a palavra o Senador Tasso Jereissati. (*Pausa.*)

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Presidente, o Senador Tasso Jereissati...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – O Senador Tasso Jereissati está a caminho.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Pela ordem.) – Exatamente o que eu iria falar. Poder-se-ia fazer uma inversão. Já, já ele está chegando e faria a relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Pois não. É o que eu farei, Senador Confúcio.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está bem.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Eu vou abrir a Comissão de Segurança Pública.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Você vai sair?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Eu a vou abrir, mas volto aqui. A gente se encontra lá....

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Está bom.

O item 3 é projeto de lei de Senador Randolfe Rodrigues, e eu sou o Relator. Eu pediria ao Senador Angelo Coronel aqui assumir a Presidência para que eu pudesse relatar aqui o projeto do Senador Randolfe Rodrigues. (*Pausa.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só um esclarecimento: o projeto do Tasso Jereissati ficou para outro dia?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Não, ele está a caminho...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Ah, ele está a caminho... Tá.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Eu só fiz adiantar a pauta e vou relatar aqui o do Senador Randolfe.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Assim que ele chegar, nós passaremos a palavra, e ele vai relatar o projeto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Muito obrigado. Está tudo certo!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Vamos ao item 3 da pauta.

2ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 468, DE 2018

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para estabelecer revisão anual dos valores para a remuneração de serviços prestados ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Concedo a palavra ao Relator, o Senador Otto Alencar, para que proceda à leitura de seu relatório sobre a matéria.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA. Como Relator.) – Agradeço a V. Exa., Senador Angelo Coronel.

Submete-se ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) n° 468, de 2018. A proposição é composta por dois artigos. O art. 1º altera o art. 26 da Lei nº 8.080, de 1990, a qual "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

organização e o funcionamento dos serviços correspondentes" (Lei Orgânica da Saúde). Novo parágrafo estipula que "os valores para a remuneração de serviços prestados ao Sistema Único de Saúde deverão ser revistos anualmente, de modo a cobrir os custos e assegurar a qualidade dos procedimentos".

O art. 2º contém a cláusula de vigência e estipula que a norma resultante entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, o autor, o nobre Senador Randolfe Rodrigues, acentua:

> O Conselho Federal de Medicina (CFM) (...) tem reiteradamente criticado a falta de uma política de reajuste de preços da Tabela SUS. Segundo a entidade, "mais de 1.500 procedimentos hospitalares incluídos na Tabela SUS (...) estão defasados". A lista poderia ser ainda maior se considerados os atendimentos ambulatoriais, não contemplados no levantamento realizado pelo Conselho Federal de Medicina, sobre a perda acumulada no período de 2008 a 2014, com base em dados do Ministério da Saúde. Nesse período, a perda acumulada nos honorários médicos chegou a quase 1.300% em alguns procedimentos, de acordo com a autarquia.
> Diante dessa grave situação, decorrente da inércia do Poder Executivo em atualizar periodicamente a Tabela SUS, cabe propor medida legislativa para garantir a recomposição anual dos valores dos procedimentos. É o mínimo que se pode fazer para manter a regularidade da assistência à saúde da população.

Apresentada em 4 de dezembro de 2018, a matéria será analisada, em caráter terminativo, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Coube a mim relatá-la.

Análise.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 97 do Regimento Interno, estudar e emitir parecer sobre os assuntos submetidos ao seu exame.

O PLS nº 468, de 2018, é dotado de juridicidade e inova o nosso ordenamento legal. Ademais, o projeto pertence ao rol de atribuições legislativas do Congresso Nacional, conforme os arts. 24, inciso XII, 48, *caput*, e 197 da Constituição Federal, bem como não viola competências privativas do Presidente da República, discriminadas no art. 48, inciso I, e no art. 61, §1º, da Constituição Federal.

Em relação à técnica legislativa, o projeto atende aos pressupostos da Lei Complementar nº 95, de 1998, que "dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis".

Em relação ao mérito, o novo parágrafo assegura que a remuneração a ser paga aos parceiros privados e aos entes subnacionais no âmbito do SUS será revista anualmente. Incluam-se aí todas as organizações sociais e também as santas casas de misericórdia, que passam um momento crítico para o atendimento. É o sistema complementar que tem dado resolutividade muito grande dentro do Sistema Único de Saúde. Isso propiciará uma melhor calibragem do equilíbrio econômico e financeiro de cada contrato firmado ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

repasse devido. A consequência deverá ser a ampliação tanto da qualidade, como da quantidade dos serviços prestados à população brasileira.

Acerca do seu impacto financeiro e orçamentário, o projeto não gera ônus imediato para a União. Assim, não viola o Novo Regime Fiscal, introduzido pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016, assim como não contraria disposições da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), ou da Lei nº 14.194, de 2021 (Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO para 2022). Com efeito, como requerido pelo *caput* do art. 26 da Lei 8.080, de 1990, continuará sendo responsabilidade do Conselho Nacional de Saúde aprovar a remuneração dos serviços prestados no âmbito do SUS. Essa aprovação, a seu tempo, necessariamente respeitará o ciclo orçamentário da União e demais normas legais aplicáveis.

Diante do exposto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o voto é pela aprovação do PLS 468, do nobre Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Em discussão a matéria.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Para discutir, Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Para discutir.) – Senador Otto, primeiro eu quero declarar o meu total apoio ao projeto. Eu acho que é louvável o que o senhor levanta sobre as santas casas e sobre o setor de saúde de modo geral. Essa não correção dessas despesas é um verdadeiro absurdo, é uma forma de se querer fazer caridade com a mão alheia, mas é uma caridade tão absurda que às vezes a mão alheia acaba por não funcionar tal é o peso que se coloca sobre ela. Eu vou votar favoravelmente sem a menor sombra de dúvida.

O simples fato de se mencionar que tem que se fazer uma revisão anual é muito importante. Eu só lastimo que o projeto, em momento algum, fixa valor, fixa, por exemplo, o IPCA ou um índice de inflação. Ele diz para repor os custos, mas é bastante vago. Acredito que o Conselho Nacional de Saúde, por interferência do Ministério da Economia e de outras coisas, vai acabar concedendo reajustes irrisórios, de 0,5% ou coisa que o valha, que talvez atenue o mínimo o problema, mas não vai resolver.

O projeto é louvável, vou votar a favor, mas é incompleto. Ele dá uma sensação de que vamos corrigir, mas, na medida em que não estabelece, não crava um valor, ele realmente pode se transformar em letra morta. Mas eu votarei a favor, sem a menor dúvida.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA. Como Relator.) – Oriovisto, eu acompanho isso há muito tempo. Recentemente, tanto o Governo do meu estado, também por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minha iniciativa, pelas emendas que são disponíveis aos Senadores, emenda impositiva... Eu tenho experiência muito grande de trabalho – agora não, mas ao longo da minha vida – em hospitais filantrópicos. Por muito tempo fui professor da Universidade Federal da Bahia de Ortopedia e Traumatologia e trabalhei em hospital público, cuidando de pessoas que chegavam para tratamento. Por muito tempo, fui da Santa Casa de Misericórdia e, por 12 anos, de 1974 a 1986, eu trabalhei no Hospital Santo Antônio, criado por Irmã Dulce. Esse hospital é um hospital de caridade em Salvador e é o maior hospital público hoje de Salvador. O Hospital Santo Antônio tem 600 leitos, tem todas as especialidades e começou num galinheiro! Era uma casa pequena, que foi crescendo. E esse hospital hoje tem qualidade de serviço; atende somente ao Sistema Único de Saúde e tem todas as especialidades, inclusive oncologia.

E digo a V. Exa. que esse hospital esteve agora, recentemente, no começo do ano, quase que fechado, porque os recursos repassados para os diversos procedimentos ficam muito aquém do custo operacional do hospital.

Então, o Governador do Estado da Bahia, Governador Costa, fez uma suplementação, através do estado, de 19 milhões. Eu contribuí com o restante, com emendas impositivas que tinha aqui, para não desativar esse hospital. Até porque – não sei do estado de V. Exa., que é um estado em que as pessoas talvez tenham um poder aquisitivo maior pelas condições do estado, que não tem as mesmas características da Bahia –, no meu estado, por exemplo, 82% da população depende do Sistema Único de Saúde; 18% tem seguro de saúde privado, incluindo aí os funcionários do estado, do chamado Planserv. Então, você tem que ter uma rede hospitalar hoje, em qualquer estado da Federação, em São Paulo também...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Paraná não é diferente.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Não é diferente.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Não.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Pois é.

Então, em São Paulo, o estado mais rico da Federação, as pessoas andam em fila de hospitais públicos, sem atendimento, como é em outros estados. Então, recuperar esse valor de pagamento dos procedimentos é super necessário. Agora, tem que ter, dentro disso, uma coisa chamada fiscalização correta da aplicação dos recursos, ou seja, auditoria permanente, porque você tem hospital público de toda qualidade. Tem aquele que faz corretamente, que cumpre os objetivos, cumpre a responsabilidade, a resolutividade. O que é resolutividade? Resolutividade é o doente chegar no hospital e não ser encaminhado para outro, é resolvido ali. Se é um problema cirúrgico, resolve ali; se é um problema cardíaco, resolve ali, o que for. Então, tem que se fiscalizar isso, e não há fiscalização rigorosa nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, tem alguns, como esse Hospital Santo Antônio, que cumprem rigorosamente as suas obrigações e outros que, às vezes, têm recurso, e não cumprem. E nesses casos a população é que paga.

Então, no meu estado, por exemplo – no de V. Exa. também deve ser a mesma coisa –, o perfil da maioria da população é totalmente dependente do Sistema Único de Saúde e, além disso, de uma atenção que hoje o Governo Federal praticamente desativou nesse período – não é de agora não, já vem de uns oito anos para cá, e o Senador Confúcio, que é médico, sabe disto –: a atenção materno-infantil.

A atenção materno-infantil no Brasil caiu de uma forma tão grave que a mortalidade materno-infantil se ampliou bastante por falta de maternidade, falta de investimento, falta de possibilidade de oferta de leitos tanto para obstetrícia, ginecologia, como para pediatria.

Então, esse é um tema que qualquer governo que queira ser direito, correto e sério tem que levar em consideração porque é a vida das pessoas. Uma coisa é faltar uma estrada, uma ferrovia, um investimento de ordem física, de infraestrutura. Outra coisa é faltar a condição de salvar uma vida. E isso está acontecendo no Brasil, já vem acontecendo há algum tempo. E a defasagem dos recursos do SUS é muito grande porque não tem sido dado o reajuste necessário a todos esses procedimentos.

Uma consulta do SUS é R$10 há mais de seis anos. Um atendimento é R$10 há mais de seis anos. Vou dar só o exemplo aqui de uma consulta. Um parto: R$140, R$150. Então, se não houver um aporte de recursos, até como fez agora o Governador da Bahia, Rui Costa... Todos os anos, parte das minhas emendas impositivas vão para o Hospital da Irmã Dulce, desde que eu cheguei aqui. Por quê? Porque trabalhei 12 anos e sei do valor de um atendimento público de alta qualidade para um paciente que chega morrendo e precisa do atendimento das pessoas.

Então, esse projeto é um projeto que deve ser levado em consideração para que se faça isso e dê condição de que os profissionais, as estruturas hospitalares, as estruturas de UPAs possam funcionar com qualidade de serviço.

Senador Zequinha Marinho tem a palavra.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Muito obrigado, Presidente.

Eu só quero aqui endossar o que já ouvi...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Zequinha, nós vamos seguir aqui a sequência, vamos passar aqui a palavra primeiro para o Senador Confúcio Moura, essa grande sumidade do Estado de Rondônia.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Desculpem-me, eu funcionei como Relator e Presidente, eu esqueci. Desculpem-me. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – V. Exa. está muito afobado. É a emoção de ser recordista de votos da Bahia.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Não foi, não, é que falar de saúde me emociona muito. Falar de saúde arrepia o corpo da gente.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discutir.) – E para quem tem experiência, não é, Senador Otto?

Bem, Senador Presidente Angelo Coronel, muito obrigado pelo espaço.

O projeto de lei é necessário, é virtuoso. Nós vimos recentemente o Hospital A.C.Camargo, em São Paulo – é recente –, que é um hospital tradicionalmente muito respeitado na área do tratamento do câncer, pedir o descredenciamento do SUS. Saiu fora do SUS porque estava com um prejuízo mensal irreparável.

Santas casas acumulam déficits históricos de endividamento. As santas casas estão quebradas, devido justamente a essa falta, porque a maioria esmagadora dos seus pacientes usuários são pobres. Com isso, elas vão acumulando, não podem parar e ficam buscando doações de terceiros, e vai passando, mas o SUS, a tabela SUS está aí inalterada há muitos anos. E assim está uma onda, tipo um jogo de dominó, caindo as peças. E isso vai sobrecarregando o já caótico sistema SUS de atendimento. Então é fundamental, realmente esse reajustamento tem que ser previsto, trabalhado orçamentariamente a partir de 2023; e, enquanto esse projeto tramita, a gente vai organizando a questão orçamentária a partir do ano que vem, prevendo já esse escalonamento.

O Senador Oriovisto fala é da falta de estipulação de parâmetros de reajustamento, mas justamente ele pode, no transcorrer dele na Câmara, ir recebendo mais elementos que possam justamente colocar essa gradatividade da correção da tabela SUS ao longo do tempo. É uma necessidade, ainda mais com o problema inflacionário. O preço dos remédios, dos insumos, quase, eu acho, que 90% importados... Nós vimos na pandemia, até máscara vinha da China, tudo.

Assim sendo, eu acredito que é importante que o projeto tramite, mas ele vai se incorporando mais em elementos qualificativos para que a gente possa votar e fazer uma reparação justa.

Era só isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Para discutir, o nobre Senador do Mato Grosso, baiano, Wellington Fagundes, também campeão de votos nessa eleição.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Meu Senador, agora Presidente, Angelo Coronel, eu gostaria de... Filho de peixe,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

peixinho é, não é? Para não confundir a cabeça dos mato-grossenses, eu sou nascido em Mato Grosso, mas filho de baianos, pai e mãe baianos, com muito orgulho.

Eu quero aqui, Sr. Presidente e Sr. Relator também, já que o Senador Otto é médico, e aqui fala um médico-veterinário, dizer da importância que é exatamente a gente valorizar todas as filantrópicas do Brasil.

No meu estado, nós temos duas grandes santas casas. A Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá, com mais de 200 anos de atuação, esteve prestes a fechar, não fosse o trabalho de colocarmos recurso de emendas, como vários Parlamentares, e também pelo fato de o Governador Mauro fazer praticamente uma intervenção e administrar hoje a santa casa de forma estadual. Então, não está fechada, mas o Governo do estado teve que assumi-la.

Temos a Santa Casa de Misericórdia de Rondonópolis, a minha cidade, que também é exemplo de uma excelente administração e que presta um grande trabalho a toda a Região Sudeste, mas também a todo o Estado de Mato Grosso. E há as outras filantrópicas de modo geral.

Então, se não fosse o papel das filantrópicas, com certeza a situação da saúde no Brasil estaria muito, mas muito complicada. No momento da pandemia, claro, tivemos os hospitais universitários também cumprindo um grande papel.

Acho que fazer essa defesa é extremamente importante e por isso eu quero aqui também me manifestar totalmente favorável ao relatório do Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Para discutir, nosso grande Senador, liderança inconteste do Estado do Pará, Zequinha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA. Para discutir.) – Presidente, muito obrigado.

É um tema que... Como paraense e vivendo num estado que tinha ali, antes da pandemia, a terceira menor renda *per capita*, isso significa dizer para o Senador Otto que a Bahia tem uma renda maior do que a nossa... A renda implica exatamente o uso dos serviços: quanto mais baixa a renda, mais se corre para o serviço público, porque não tem outra fonte, não é?

De repente, o projeto precisa de ajustes, precisa ser mais claro, como já disse aqui o Senador Oriovisto, e a gente quer colaborar nesse sentido, mas a importância de se aproveitar esse projeto para tentar resolver um problema que assola o Brasil, principalmente as regiões mais carentes, de renda mais baixa, que não têm condição de ter um plano de saúde, não têm alternativas, têm que correr para o público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No meu estado, quando o senhor falou de morte materna e infantil, nós saímos de 76 para cada grupo de 100 mil para 115 nos últimos quatro anos. Quer dizer, nós estamos perdendo mulheres, mães, ali no parto, pós-parto, imediatamente, de uma forma estarrecedora para todos nós.

Então, eu estou aqui para me somar ao discurso, Presidente, no sentido de que se aproveite o projeto, de que se trabalhe e melhore naquilo que tem que ser melhorado, mas que se dê uma atenção. Não estamos falando de aumento, mas de um pouco de reajuste para fazer com que principalmente essas casas de saúde filantrópicas possam sobreviver. Não é se estabilizar, não; é sobreviver. Essa é a palavra.

Meu estado se ressente disso, juntamente com toda a Região Norte e Nordeste, do Senador Otto e de V. Exa. também. Precisamos demais, mas para antes de ontem, resolver essa parada, porque nos afeta de forma muito direta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Concedo a palavra a um dos grandes economistas aqui do Senado Federal, que poderia até ser Ministro da Economia no futuro Governo, se assim Deus permitir, Senador Oriovisto, lá do Paraná.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Com o meu apoio.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Para discutir.) – Vocês me queiram bem, por favor. Deixe-me...

Apenas para completar essa conversa, Senador Otto, eu adorei a sua explanação, a sua experiência como médico, a história do hospital em Salvador, a sua luta, e quero dizer que eu me somo a isso, porque – eu não sou médico; como bem disse o Angelo Coronel, o meu campo é a economia – eu fui reitor de uma universidade por dez anos, e nós tínhamos lá o curso de Medicina. Eu entrava muito nos hospitais aonde nossos alunos iam para completar a sua formação, desde em pronto-socorro até em tudo mais que eles tinham que fazer em hospital, e sei bem o drama que são os hospitais filantrópicos, conheço isso bem de perto.

Todas as minhas emendas impositivas eu dedico a hospitais filantrópicos, a santas casas. Dentro dos limites que a lei nos impõe, tudo que eu posso eu dedico a essa gente, porque realmente eu acho que tem duas coisas no nosso país que que cessam a minha razão: criança passando fome, gente passando fome e também uma pessoa doente numa fila sem poder ter atendimento. Essas duas coisas me tiram do sério. Eu não consigo pensar em mais nada quando eu vejo estas duas situações: a fome e a falta de atenção ao doente. São coisas terríveis. Tudo que nós pudermos fazer para combater esses dois males nós temos a obrigação de fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu voto favoravelmente ao projeto, claro. É uma boa iniciativa que vai na direção correta, e é uma pena que nós não podemos fazer mais, mas, às vezes, o ótimo é inimigo do bom. Se nós pudéssemos obrigar esses reajustes nesses procedimentos... É um absurdo pagar R$10 por uma consulta médica, é uma coisa escandalosa! Isso significa o quê? Dois dólares. É uma coisa... Não há nem o que dizer. Nós já estamos acostumados ao absurdo.

Eu espero que esse projeto avance, que ele se aperfeiçoe no sentido de obrigar realmente a um reajuste mais substancial e lastimo que, às vezes, nós tenhamos no orçamento R$19 bilhões para o orçamento secreto, que não é uma imoralidade, que não quer dizer que o dinheiro que vai ser roubado. Não! Não é isso, não. Pode até ser indicado para uma boa obra, para uma ponte, para uma estrada... Eu não ponho em dúvida isso, mas eu ponho em dúvida a prioridade. Será que, quando há uma criança passando fome ou um doente sem ser atendido, nós temos o direito de embelezar uma praça? Eu acho que esse é um questionamento que nós temos que nos fazer. Nós tínhamos que dar prioridade para a fome e para a saúde. Essas duas coisas são a grande chaga nacional.

Parabéns pela sua relatoria! Eu votarei a favor, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Para discutir, o nobre Senador do Estado do Tocantins Guaracy Silveira, que, com tão pouco tempo, já vai deixar saudades aqui na Casa.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Para discutir.) – Muito obrigado, meu Presidente.

Saúdo toda a nação brasileira que nos ouve, nos escuta neste momento, pedindo, primeiramente, que as bênçãos divinas estejam presentes em todos os senhores e senhoras aqui presentes, naqueles que nos ouvem e extensivamente nas respectivas famílias.

Eu acho que a relatoria é muito esclarecedora.

Sr. Presidente, nós temos que ver, Senador Otto, que, quando nós vemos as listas das grandes invenções do mundo, nós vamos encontrar Ian Fleming, von Braun, Einstein, Edison, Tesla, americanos, ingleses, alemães, judeus, franceses e tanta gente do Velho Mundo, salvo os americanos, que são do Novo Mundo, mas não encontramos praticamente ninguém, nas grandes listas, da nossa amada e querida Pátria Mãe, Portugal. Eu me recorro à história para lembrar que os portugueses, nossos descobridores, se assim foram, legaram à história e à sociedade uma grande invenção, pois foi em Portugal, justamente na Pátria Mãe, se não me engano em 1498 – eu não estava lá naquele tempo; não dá para eu saber com certeza –, que criaram a primeira Santa Casa de Misericórdia. Passado algum tempo de descoberto o Brasil, eles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trazem o mesmo modelo aqui para o Brasil, já em 1539, onde instalam, meu Presidente, a primeira Santa Casa em Olinda, Pernambuco.

Então, o fato de que os portugueses não tenham participado das grandes invenções científicas que mudaram a história da economia, a história das guerras, a história de tantas ciências e da tecnologia também... Mas essa invenção portuguesa salvaria Portugal. Não podemos dizer que não inventaram coisas importantes. Eles as inventaram sim, inventaram as santas casas, que têm sido extremamente importantes justamente para os municípios com mais dificuldade, para o povo mais pobre.

Então, eu aproveito este momento para homenagear a invenção de não sei quem, lá no século XIV, que criou o modelo das santas casas, que têm salvado, dado saúde e curado milhões de pessoas durante a história.

Voto com o Relator, lembrando que nunca um projeto é perfeito – nós sempre temos que corrigi-los, senão não haveria modificações de leis –, mas que esta seja, neste momento, a nossa homenagem a quem iniciou o projeto e a quem iniciou o projeto das santas casas, centenas de anos atrás, na pátria portuguesa.

Deus abençoe todos!

Voto com o projeto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 468, de 2018, nos termos do relatório apresentado.

A votação é nominal.

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo com o Relator votam "sim". Os que não estiverem de acordo com o Relator votam "não".

Os Senadores já podem votar pelo sistema eletrônico.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Presidente, estamos precisando de socorro para votar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Também aqui. Todo mundo está precisando de socorro.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Quem é que nos ajuda?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Podem declarar o voto "sim", que será computado. Não tem nenhum problema.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Então, eu quero declarar o meu voto "sim".

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA. *Fora do microfone*.) – Eu também declaro meu voto "sim", mas o sistema aqui não está funcionando, não.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Declaro também o voto "sim".

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – O meu também, Sr. Relator.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA. *Fora do microfone*.) – Meu voto é "sim".

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Agora, os que estão no sistema remoto, o senhor tem que ver.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Peço à Secretaria da Comissão que verifique os votos de quem está no sistema remoto. (*Pausa.*)

Os Senadores que se encontram no sistema remoto já podem também votar. Vota "sim" quem vota com o Relator; vota "não" quem vota contra o Relator.

Se por um acaso algum Senador estiver com dificuldade de votar pelo sistema remoto, pode ligar aqui para a Secretaria da Mesa para declarar o seu voto. (*Pausa.*)

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Presidente Angelo Coronel, meu voto é "sim".

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE) – Voto "sim", claro! (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Aguardo a Secretaria passar a informação de quantos votantes. (*Pausa.*)

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que estão participando desta sessão pelo sistema remoto já podem votar. "Sim", votando com o Relator. (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, eu gostaria, enquanto temos o tempo aí para a conclusão da votação, de pedir a palavra pela ordem.

Há um requerimento que eu apresentei exatamente em relação ao item 2 da pauta – acho que o Senador Tasso já chegou –, e eu gostaria de saber de V. Exa. a possibilidade de já analisar esse requerimento em que nós pedimos uma audiência pública para discutir exatamente o projeto constante do item 2 da pauta, para que a gente possa ter uma audiência pública para discutir esse tema, que é um tema bastante complexo. Agora mesmo teremos a COP, com representantes do Brasil, e o nosso requerimento é no sentido exatamente de propiciar essa discussão no momento mais oportuno.

Então, eu gostaria de saber de V. Exa., ou se vamos aguardar o Presidente Otto, da possibilidade também de esse requerimento ser votado antes da apreciação do item 2.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Nobre Senador Wellington, tão logo o Senador Otto Alencar assuma a Presidência, ele irá deliberar sobre sua solicitação. (*Pausa.*)

Declaro encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Foi verificado o seguinte resultado: 14 votos SIM; NÃO, 0.

Abstenção: 0.

A Comissão aprova o Projeto de Lei do Senado nº 468, de 2018, nos termos do relatório apresentado.

Será feita a devida comunicação ao Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 91, §2º, do Regimento Interno.

Eu passo aqui o comando da Comissão ao nosso Presidente de fato e de direito, o Senador campeão Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Agradeço ao nobre Senador Angelo Coronel.

O requerimento apresentado para uma audiência pública eu indefiro, até porque eu já tinha anunciado a relatoria da matéria para o Senador Tasso Jereissati, a quem eu passo a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa matéria não é terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos, ela vai ser apreciada na Comissão de Meio Ambiente. Portanto, na Comissão de Meio Ambiente, aqueles que acharem necessário e apresentarem as razões podem perfeitamente solicitar audiência pública, sem nenhum prejuízo para a tramitação e a apreciação da matéria no âmbito do Senado Federal.

Senador...

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Presidente, eu acho que nós teríamos que discutir esse requerimento, porque é uma coisa de extrema...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – O requerimento, Senador, foi apresentado extemporâneo.

Depois que eu anunciei o Relator, que estava a caminho, foi apresentado o requerimento, de tal sorte que eu indeferi.

Essa matéria vai para a Comissão de Meio Ambiente, e lá pode ser perfeitamente discutida com audiência pública, sem nenhuma dificuldade.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE) – Eu queria só salientar...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Deixe o Senador Guaracy apresentar a última razão dele, por favor.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Senador, eu conheço o seu espírito público e sei da sua sensibilidade também.

Esse negócio de sequestro de carbono é um negócio tão novo no mundo, tão inicial, de que se fala muito e se conhece pouco. É igual falar do universo: a gente fala muito, mas não conhece nada do universo. Assim é o sequestro de carbono também: tem muita especulação, tem muita divagação, mas não tem ciência; a ciência sobre isso é muito pouca.

Então, acho que esta Comissão não deve perder a oportunidade de discutir e começar a discutir aqui, sim. E temos que chamar os setores interessados, como CNI, nós temos que chamar a CNA, afinal, todos os segmentos da sociedade que entendem e que podem ser beneficiados ou prejudicados.

Eu acho que nós abrirmos mão de discutir isso nesta Comissão, que é das mais relevantes, meu Presidente, não é bom para nós, não é bom para o Brasil, não é bom para todos os que estão interessados.

Eu apelo a V. Exa. para que esta Comissão discuta, fazendo uma audiência pública aqui porque ela é de muita relevância, tanto é que nesses dias está sendo realizada a COP...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – COP 27? Já adiantou quatro anos, seis anos? (*Risos.*)

Então, meu Presidente, respeitando toda a sua autoridade, todo o seu conhecimento, todo a sua honradez com que sempre preside e coordena os trabalhos que estão sob a sua responsabilidade, apelo a V. Exa.: nós temos de fazer uma audiência pública, de acordo com o requerimento apresentado em 4/11/22, porque é de importância nós ouvirmos todo os setores da sociedade.

Nós não podemos abrir mão de algo que passa na nossa mão. A Bíblia diz: tudo o que vier a vossa mão, façais com toda honra, com toda a dedicação.

Eu acho que nós não podemos abrir mão do direito de discutir e chamar... Quando se fala de sequestro de carbono, parece que nós estamos envolvendo o mundo todo. E se esta Comissão abrir mão disso, eu acho que nós perdemos uma grande oportunidade de fazer um bom serviço para o Brasil, para o setor produtivo, para aqueles que produzem e justamente para a nossa agricultura.

Não existe nada mais importante para a sociedade do que a agricultura. Nós podemos viver sem computador, sem caneta, sem papel, mas sem comer nenhum de nós estaríamos aqui.

Então, eu faria um apelo aos Senadores: que nós ouvíssemos todos os setores – CNA, CNI, outras confederações e as confederações até estaduais, devido às nossas peculiaridades regionais. Nós temos os Pampas gaúchos, nós temos o lavrado de Rondônia, nós temos a Caatinga do Nordeste, nós temos o Cerrado do centro, nós temos a Mata Atlântica e temos a selva amazônica. Então, este país se interessa muito por isso. E a Comissão de Assuntos Econômicos deve se interessar ainda muito mais.

Eu acho que não é justo nós dispensarmos a nossa opinião sobre isso daqui. Eu acho que nós devemos isso aí e apelo ao senhor, aos demais Senadores: nós temos que fazer uma audiência pública sobre isso. Nós não estaremos cumprindo com o nosso dever.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Com a fala o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE) – Senador Otto, eu primeiro queria esclarecer que esse projeto não tem semelhança com o desconhecimento do universo; pelo contrário, é uma compactação um pouco exagerada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Verdade... (*Risos.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE) – Não existe aqui nenhum sentido contra a agricultura. Eu não sei por que as pessoas às vezes colocam os assuntos como se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tivesse este projeto alguma relação direta em prejudicar a agricultura e os agricultores. Pelo contrário... Pelo contrário, não existe esse propósito, não existe nada que venha a prejudicar.

E eu queria colocar o seguinte... Presidente, fica ao seu critério. Essa proposta, o mérito dela mesmo vai ser na CMA.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Claro! Sem dúvida nenhuma.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE) – Comissão de Meio Ambiente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Comissão de Meio Ambiente...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE) – Saindo daqui, ela vai para a CMA.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Ela vai para a Comissão de Meio Ambiente, e lá será debatida. É o mérito dela, exatamente lá.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE) – E lá que será debatida, até porque é especializada nesse assunto, como V. Exa. disse, que tem a ver com a COP 27 etc.

Esse projeto que está aqui, e eu queria esclarecer a V. Exa., é o resultado... Evidentemente que, sem uma audiência pública, outros Senadores não foram ouvidos. Mas ele passa para a CMA, vai para a Câmara, na Câmara vai passar pelas Comissões...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Não, ela vai para o Plenário também. Além da CMA, vai para Plenário.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE) – E vai para o Plenário. Então, é isso. Nós vamos dar andamento a esse projeto e ter a discussão...

Pois não.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – E eu entendo que a viagem é longa. Entendo perfeitamente que a viagem é longa, mas a responsabilidade da Comissão de Agricultura... Aliás, da Comissão de Assuntos Econômicos jamais pode ser relegada, já que estamos entre as mais importantes na Casa. E não é questão de prejudicar ou beneficiar, mas por que não ouvirmos já setores importantes que podem enriquecer ou não o projeto? Eu acho...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE) – Mas qual é a diferença entre ouvir agora e ouvir na semana que vem na CMA?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – A vantagem de ouvir agora...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Senador Tasso, eu já tinha explicado ao nobre Senador Guaracy que eu já tinha indeferido o requerimento porque foi extemporâneo, eu já tinha indicado o Senador Tasso Jereissati para relatar o projeto.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Dia 4 foi extemporâneo, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Hein?

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Dia 4 foi extemporâneo?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Foi apresentado depois que eu o indiquei. O requerimento veio depois. Depois que eu anunciei que ele iria relatar o projeto, veio o requerimento. É isso que é extemporâneo. Foi fora do tempo, veio depois que eu anunciei o Relator. Se viesse antes, eu colocaria até em discussão, para ser votado, mas, Senador, eu já indeferi. Está indeferido.

O Senador vai relatar, mas, antes, eu passo a palavra ao Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para levar em consideração que o tema é extremamente relevante. E eu acho que não tem ninguém mais qualificado para fazer esse relatório que o Senador Tasso...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Eu li o relatório dele.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – ... pelo homem de negócio que é e pela visão do potencial dos mercados mundo afora. Não adianta a gente pensar diferente. Temos que pensar de acordo com o mundo.

Esse ativo ligado à questão aqui precisa realmente... Eu estou aqui com um requerimento a que foi dada entrada dia 11 – sou um dos que o subscreveram juntamente com o Senador Heinze, o Senador Wellington Fagundes, o Senador Acir –, no sentido de que a gente possa ouvir as entidades, as instituições, porque o senhor sabe que a questão ambiental é muito importante, mas ela é tocada pela questão econômica. Eu sou da Amazônia. Lá o cara, entre morrer por necessidade e preservar a árvore, derruba a árvore. O que vale mais: a árvore em pé ou a árvore deitada? Isso aí tem comandado, tem sido uma tragédia para muita gente. Então, a gente precisa, realmente, do ponto de vista econômico, avaliar isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que V. Exa. pode relevar. Eu queria aqui fazer um apelo em nome da Frente Parlamentar da Agropecuária, da qual sou Vice-Presidente, da própria CNA. Enfim, nós temos aqui uma série...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – A CNI também pediu, nós estamos pedindo aqui para incluir, a fim de que a gente pudesse escutar esse pessoal – escutar esse pessoal. Aqui é um fórum muito adequado, porque lá, cuja vida eu conheço, essa questão é feita exatamente por conta da economia. A árvore em pé dá mais do que a árvore deitada, coitada? E é algo que o senhor está vendo lá. Isso aqui é uma saída para esse dilema. Se nós tivermos como aprovar um projeto bem trabalhado, bem moldado, nós vamos resolver muito, mas muito, muito, muito dessa questão, que é fundamental.

Então, eu queria fazer um apelo em nome da Frente Parlamentar da Agropecuária, que está aqui se postando, no sentido de que a gente pudesse pedir ao Senador Tasso que não apresentasse o relatório hoje, correto? Aí a gente sentava e ouvia esse pessoal. De repente, sugeriria alguma coisa no seu relatório. Na próxima semana, traria aqui e já passaria, finalmente. Se o senhor aceitar, em vez de audiência pública, a gente sentar com esses órgãos, essas entidades para dar uma olhada e eles poderem dizer: "Olha, Senador, aqui, ali a gente pode melhorar essa redação!". Eu acho que é possível a gente fazer isso até mesmo sem audiência pública, acertar isso, para dar celeridade ao trâmite desse projeto, Senador Tasso. Eu queria pedir ao senhor, em nome dos setores aqui mencionados no nosso requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Senador Tasso...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Só uma semana.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Senador Tasso...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE. Como Relator.) – A minha preocupação: eu gostaria muito, dada a importância desse projeto. E o Senador Zequinha colocou muito bem: essa é uma das discussões mais importantes no mundo hoje.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Sem dúvida.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE) – Nós estamos tratando aqui da questão da sobrevivência do planeta.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Humana.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE) – Essa é a questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa discussão vem no sentido do que está sendo feito no mundo inteiro, não é só no Brasil, no mundo inteiro, sobre a questão do crédito, captura e sequestro de carbono. E essa discussão visa justamente compensar...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Exatamente.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE) – ... economicamente aqueles que, ao invés de sequestrarem o carbono, estão mandando o oxigênio. Então, essa não é uma discussão nova, inclusive a legislação já existe. O que a gente está propondo aqui é a regulamentação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Exatamente.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE) – Mais oportuno do que o momento não existe, por causa até da COP 27. Então, nós temos todas as condições.

Eu proponho... Estou lembrando só que, semana que vem, tem 15 de novembro, e, se tiver votação semana que vem, toda a minha estrutura, todos aqueles que participaram estão à disposição para discutir. Nós temos condições de votar isso semana que vem?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Não, 15 de novembro é terça-feira, não é?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE) – Terça.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Aí não há condição, porque é feriado.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA. *Fora do microfone*.) – Só se fosse na quarta. Ou, então, na outra terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Não. Tasso, ouça bem, ouça bem.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE) – O que eu proponho, por causa da semana que vem...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Eu entendi.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE) – ... é discutir isso na CMA; semana que vem ela está na CMA.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – CMA não vai ter; para a semana não tem...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – O ambiente da CMA, Senador, é diferente, muito diferente.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE) – Mas vai ter que passar lá de qualquer jeito.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Vai, vai, mas, se ele chegar lá bem trabalhado, racionalmente bem construído, eu tenho certeza de que lá nós teremos mais facilidade de completar isso. O ambiente lá não dá muito espaço para o debate, para a discussão. Então, se o caminho por aqui... E, veja só: de um lado, é a questão ambiental, mas quem determina a pressão sobre a questão ambiental é a questão econômica, cujo fórum é aqui.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE) – E isso aqui não é fórum?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – E o fórum é aqui.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Resolve aí.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE) – O problema economia *versus* ambiente é na regulação do crédito de carbono.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Exatamente.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Exatamente.

O senhor não gostaria, então, de a gente resolver isso esta semana e já deixar isso pronto. Eu posso marcar, se o senhor tiver condição, amanhã ou quinta-feira; a gente se reúne, conversa, acerta, escuta e vê a sugestão dos setores aqui interessados.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Pela ordem.) – Presidente, eu sou da Comissão de Meio Ambiente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Pois não, Senador Confúcio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – ... sou o Vice-Presidente de lá, e o Jaques Wagner, nosso querido Senador Jaques Wagner, é o Presidente. A CMA tem discutido com profundidade todos esses temas, democraticamente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Eu tenho acompanhado.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Esse assunto de regulação do mercado de carbono é um apelo internacional, e o Brasil está muito atrasado nesse quesito. Com isso, chegará o momento em que o pequeno produtor rural, o médio ou o grande optará por manter a floresta em pé, porque será compensador, devido ao sequestro de carbono.

Para entender o que é sequestro de carbono, deve-se entender o seguinte: é como se você pegasse uma árvore grande da floresta e pusesse numa balança: "Está aqui. Vou pesar tantas toneladas dessa árvore, desse pé de angelim aqui". Aquele peso de raiz, tronco, folhas, galhos, tudo isso é carbono. Aquilo é carbono! Aquilo é um ativo financeiro incorporado pela natureza, através das reações fotossintéticas que vão acontecendo, que precisa ser monetizado e organizado para fins comerciais.

Com isso, como é que você vai combater o desmatamento no Brasil? Fazendo com que a pessoa pense duas vezes que manter a árvore em pé é mais compensador do que derrubá-la para vendê-la para o mercado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Perdoe-me, mas isso é o bê-á-bá!

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Não é?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – É o bê-á-bá isso aí!

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois é!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Se você mantém a árvore em pé, você vai ter...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Exatamente!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – ... recursos dados pela compensação.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Aí entra a complexidade dos outros sistemas no projeto, que é a certificação, a acreditação desses procedimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje os georreferenciamentos e os modelos de satélites já determinam aquelas áreas mínimas para negócios.

Então, Sr. Presidente, eu creio, respeitando aqui o Senador Guaracy, que o Senador Tasso pode fazer a leitura do projeto. E, para fazer as audiências públicas, o local adequado é a Comissão de Meio Ambiente. É lá que vai acontecer isso. Lá não tem nada de ideológico, nada que vai... Nesse tema, não tem negócio de ideologia em cima dele, não! Esse é um tema econômico importante! É importante! Eu tenho conversado muito com estudiosos, e eles estão ansiosos por essa legislação.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Senador Confúcio...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Então, encerro aqui minha participação.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – ... não seria audiência. Mas poderíamos sentar com o Relator para sugerir formalmente...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE) – Senador, eu vou lhe fazer uma proposta aqui, se o nosso Presidente Otto Alencar concordar. Eu leria meu relatório. Não se abre a discussão. E, nesse período, estamos todos abertos a uma discussão com todas as entidades que quiserem vir aqui amanhã, depois de amanhã, na semana que vem, para que isso seja modificado. E, durante a votação ou antes da votação, nós acordaríamos as eventuais modificações que V. Exas. trariam. Depois disso, vai para a CMA.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – A votação não seria hoje, então, Senador?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE) – Não, não.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Só leria hoje?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE) – Só leria.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Só leria? Perfeito!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – A minha posição está clara, que é a de colocar em votação. Mas, se o Relator propõe que seja lido o relatório para votação *a posteriori*, eu concordo. Mas, como eu já tinha designado o Relator, ele vai ter que decidir se ele quer ler e não votar hoje, deixar para votar depois.

Senador Tasso Jereissati.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE) – Eu estou fazendo essa proposta para que nós tenhamos, se algum...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Eu quero, inclusive, esclarecer de novo aos Senadores, inclusive aos Senadores que estão no sistema remoto, que esta votação aqui não é terminativa. Ela vai para a Comissão de Meio Ambiente e termina no Plenário do Senado Federal e depois vai à Câmara dos Deputados.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Amanhã, às 15h?

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Pode me dar um aparte, Senador? Está fechado?

Senador Tasso...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Tasso, você propõe o quê?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE) – Para mim, o ideal era que nós votássemos hoje, para que fosse para a Comissão de Meio Ambiente, que é a Comissão adequada...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Exatamente!

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE) – ... e que tem estudiosos e pessoas dedicadas ao assunto, para que pudessem fazer o debate.

Do ponto de vista da economia, isto aqui, benfeito ou malfeito, é de uma vantagem, para o Brasil e para a população que normalmente depende das florestas, fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Claro, fundamental!

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE) – Agora, imagina para o Brasil, que tem a Floresta Amazônica, o ganho que este país vai ter, os recursos que este país vai poder absorver do resto do mundo...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Do mundo, exatamente.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE) – ... em função da Floresta Amazônica. Então, é uma coisa fundamental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Toda vez que você corta uma árvore, você diminui a fotossíntese.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só um aparte.

Eu estou totalmente de acordo com o Senador Tasso. A gente tem que pensar que, às vezes, o ótimo é inimigo do bom.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Exato.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Esse projeto tem uma longa viagem pela frente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Longa viagem pela frente.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Eu tenho certeza de que o trabalho do Senador Tasso e da sua assessoria é um trabalho muito benfeito. Ele se notabilizou aqui, no nosso Senado, por enfrentar temas difíceis e se sair muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Muito bem.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Então, eu tenho certeza de que é um primeiro passo de uma longa jornada, e, se nós temos preocupação com o meio ambiente, é fundamental que se dê logo esse primeiro passo. A discussão continua em aberto na CMA. A discussão vai...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Ao Plenário.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Os aperfeiçoamentos virão, mas nós precisamos dar o primeiro passo. Eu acho que se deve relatar, deve-se votar hoje e deve-se encaminhar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – É também a minha opinião, Senador Oriovisto. Aliás, eu já coloquei o projeto para a relatoria do Senador Tasso Jereissati. Estou ouvindo as razões de todos os Senadores, como sempre o faço, mas ele já tem a palavra para relatar o projeto e votar o projeto.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – O projeto vai para a CMA. Lá pode ter audiência pública, lá se pode apresentar emenda, vai para o Plenário do Senado Federal, pode ter emenda no Senado Federal, vai para a Câmara dos Deputados, para as Comissões da Câmara dos Deputados...

Então, não há por quê, não vejo qual o problema de você votar uma matéria que está aqui clara, mostrando a necessidade que o mundo exige do mundo e do Brasil como um todo. Sem nenhuma dúvida, se você tem crédito de carbono, você não vai deixar... Vai ter o crédito de carbono e deixar de cortar as árvores, até porque o imediatismo de hoje está comprometendo as futuras gerações.

Quantos rios hoje perderam a vazão por causa de corte de árvores de nascentes em matas ciliares de beira de rio? Quantos? O meu mesmo – que sou do Nordeste – está marcado para morrer se não tiver a revitalização, o Rio São Francisco. Só tem essa artéria para suprir de água o Nordeste. Foi feita agora a transposição. O Lula começou, a Dilma deu seguimento, o Presidente Bolsonaro concluiu uma parte para suprimento da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Ceará do Senador Tasso Jereissati, de várias localidades.

Agora, o aumento do consumo, Senador Oriovisto, é em progressão geométrica, e a produção de água em progressão aritmética. Sabe por quê? Eu estou conversando esse tempo aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos... Agora, morreu uma nascente no Brasil – morreu uma nascente no Brasil –, e todos sabem que, todo dia em que se desmata, morre uma nascente, porque, quando há o desmatamento, vem imediatamente o assoreamento, porque vem a impermeabilização do solo, vem a trovoada e leva areia para dentro da nascente, para dentro do rio. É assim ou não é, Zequinha, que acontece?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA. *Fora do microfone*.) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Exatamente assim.

Agora, ninguém está enxergando isso. Ou seja, os que têm netos, os que têm filhos, que vão precisar de água no futuro, não estão preocupados com o meio ambiente. Alguns estão preocupados.

Eu tenho grandes amigos produtores de algodão e de soja no oeste da Bahia que inclusive copiaram um projeto nosso chamado Fábrica de Florestas, um projeto que foi idealizado e serviu como base hoje para, no oeste da Bahia, a Aiba (Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia) começar a fazer. Você pega uma nascente, qualquer nascente morta e me dê uma retroescavadeira para eu retirar a areia, o barro que entrou nela, chegar ao suor da terra embaixo; me dê arame para cercar essa nascente; e me dê as árvores da localidade – se for do Cerrado, de qualquer bioma, Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, o que for – para eu plantá-las e para, quando elas estiverem adultas, a água brotar na nascente. Porque, se você planta árvores, você dá condição de a raiz da árvore fazer a porosidade do solo para penetrar nele. Não é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

braquiária, não é capim ou qualquer graminha que dá porosidade ao solo; o que dá é árvore, com raiz grossa, para a chuva vir e, com a porosidade, penetrar no aquífero ou no talvegue – nome técnico do aquífero –, alimentá-lo e depois fazer brotar água. Qualquer nascente é recuperável. Eu já recuperei algumas, inclusive, na minha região, no meu estado, com esse projeto chamado Fábrica de Florestas, que serviu de base para aqueles que matarem uma nascente a recuperarem.

Então, esse projeto é para permitir, na área que não tem o investimento para agricultura – e tem que se respeitar isso –, a pecuária, a soja, o algodão, que se preservem as matas. No meu estado, por exemplo, da Mata Atlântica só tem 10%. Agora se está começando a replantar as árvores. Começou-se a replantar as árvores, inclusive por necessidade da produção do cacau com a mata de cabruca. Começou-se a replantar e recuperar a Mata Atlântica.

Quantas nascentes já foram recuperadas no sul da Bahia? Inúmeras delas, com a consciência de preservação ambienta, produção com sustentabilidade, sem prejudicar a produção agropecuária, do agronegócio, da agricultura familiar, da agroindústria, absolutamente! O Brasil tem área demais para fazer as duas coisas bem-feitas. O que não pode é se sair de apreciar um projeto desses, que é um apelo para a preservação do que tem ainda no Brasil para ser preservado, com recursos suficientes para compensar aqueles que vão preservar as florestas que nós temos até hoje.

Portanto, eu vou passar a palavra para a relatoria do Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE) – Senador Otto, eu queria inclusive aqui colocar...

Eu convivo aqui com o Senador Otto há oito anos. E, desde o primeiro dia em que nós nos encontramos, o Senador Otto fala das nascentes do São Francisco e luta pela preservação das nascentes do São Francisco, fala que o São Francisco está morrendo, fala, reclama, briga, propõe projetos etc. E na verdade eu acho que, com tudo isso... Eu me lembro de nós irmos ao Presidente da República em determinado momento – se não me engano, era o Presidente Temer – fazer uma explanação, diante da urgência do projeto, e o progresso foi muito pequeno de lá para cá – muito pequeno de lá para cá.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Eu cheguei a colocar, nesse período em que estou aqui, R$900 milhões para a revitalização do Rio São Francisco, Senador Oriovisto. Não sou mineiro, mas, se você me perguntar, da nascente dele no Município de São Roque de Minas, na Serra da Canastra, até chegar ao Atlântico, todo o percurso do rio eu conheço, riacho por riacho, afluente por afluente, rio principal da margem direita, da margem esquerda... Todo o trajeto do rio eu conheço. E, no meu estado, Senador Tasso Jereissati, na margem direita, cinco rios principais que eram perenes morreram: o Paramirim não bota mais água no Rio São Francisco; o Rio Paulista; o Rio Santo Onofre; o Rio Verde, de Itagaçu, na Bahia; e o Rio Jacaré, de Irecê. São cinco rios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mortos que botavam água na margem direita do Rio São Francisco e que não botam mais uma gota d'água, pelo desmatamento, pelo assoreamento e pela inadequação do uso da água.

Agora, a água, que hoje é de consumo humano, consumo animal, industrial, irrigação, produção de energia, tudo isso no Brasil hoje está em qualquer região sendo feito de forma incorreta. A Barragem de Três Marias, em Minas Gerais, no Município de São Gonçalo do Abaeté, hoje, tem 40% da bacia aterrada. Sabe o que são 40% da bacia aterrada? São 40% a menos de volume nessa Barragem de Três Marias. Por que entrou terra lá? Porque desmatou. Quando desmata, não tem como não entrar terra. O que sustenta os solos são as raízes. Então, você tem Três Marias hoje com quase 40% de aterramento da barragem, o que significa dizer 40% a menos do volume útil dessa barragem. Não se está observando isso. Parece que ninguém aqui tem filho, que vai viver mais 40 anos ou 30 anos, ou que ninguém tem neto aqui, para pensar que no futuro a grande crise que virá e que já existe hoje é a crise hídrica. Vai ter guerra por causa de água, se não se preservá-la. Já tem nos países árabes, já tem em outros locais a questão da água. E a diminuição da água... A cada dia que passa, a produção diminui e o consumo aumenta. Então, vai faltar. Não tem outro elemento que possa substituir a água que não seja a própria água. O petróleo, eólica, solar, biomassa, hidrogênio, qualquer um deles é substituível, mas água não tem como substituir. O consumo aumenta, a população cresce, e o cara está matando uma nascente por dia no Brasil – é quase uma por dia no Brasil!

Nessa discussão aqui, acabaram com a nascente agora, neste período aqui, neste país maravilhoso que nós temos e que está sendo destruído por falta de sustentabilidade na produção de todos os setores que utilizam a terra e desmatam as florestas para utilizar a terra.

Senador Tasso.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – Eu pediria um aparte, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Pois não, desde que seja sobre outro tema – não é? –, porque o tema do senhor já foi esgotado.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – O tema...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Pois não.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – Senador, eu acho que ninguém está falando aqui em desmatamento e acabar com as matas do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Não, mas eu não falei isso também, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Eu acho que todos nós temos uma oportunidade...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Mas eu não falei isso, não.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – O meu pedido: nós temos uma COP sendo realizada no momento, meu Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Hum?

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Nós temos uma COP sendo realizada no momento, que vai nos trazer enriquecimento de diálogos...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Senador, eu não vou deixar de apreciar o projeto. Eu já indeferi o projeto.

Se for sobre o mesmo tema, peço desculpas a V. Exa., mas vou passar a palavra ao Relator, porque eu já indeferi o requerimento para apreciação do requerimento, e o Relator tem a palavra para apreciar a matéria.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Senador Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Só um minutinho... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Senador Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. Pela ordem.) – Eu estava lá embaixo, no meu gabinete, atendendo algumas pessoas, e estou vendo esse debate aqui.

É interessante, Senador Otto, que o crédito de carbono, hoje, é o que o atual Governo defende. O Paulo Guedes... Quantas vezes ele quis trocar a Zona Franca por crédito de carbono?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Várias. Não estou falando do Governo que vai se instalar a partir de 1º de janeiro. Estou falando deste Governo aí.

Hoje, a Amazônia, que é uma floresta, não é uma selva, sequestra o carbono, o que ajuda no agronegócio brasileiro. Nós sabemos que os serviços da floresta podem ser vendidos, mas tem que regulamentar e tem que iniciar essa discussão. Eu fico pasmo porque todo mundo quer que a gente preserve, mas não ganhe em cima da preservação. Uma árvore em pé vale mais do que um milhão deitadas – uma! – , porque sequestra. E hoje já existem estudos científicos para saber, por hectare, quantas toneladas de carbono se sequestram. Então, eu acho que o debate tem que ser aprofundado. Agora, querer ditar regra para Senador em relação a regulamentar o crédito de carbono é postegar algo que o Brasil está devendo à Amazônia principalmente, está bom?

Então, quando se fala "ah, ninguém vive de comida"... Ninguém vive sem água, não é de comida, não! Porque é muito bom... E você falar em sequestro de carbono hoje, que é uma matéria que eu entendo... O Senador Confúcio, que é da minha região, sabe também do que eu estou falando. V. Exa., que é do Tocantins, também sabe muito bem que o Araguaia hoje está assoreado – Tocantins também! Diminuiu o volume por quê? Porque há o desmatamento. Então, o que aconteceu nos últimos anos?

Nós vivemos um momento em que podemos restabelecer. Acho que o Presidente Lula – a COP 30 tinha que ser aqui no Brasil – precisa fazer este pronunciamento lá: trazer para o Brasil. Acho que o foco ambiental é o Brasil hoje, está certo? Porque este atual Governo não quis fazer a COP aqui, mas nós podemos fazer, daqui a três anos – ainda estará no Governo do Presidente Lula –, a COP aqui no Brasil, num estado em que haja infraestrutura hoteleira. Infelizmente, na Região Amazônica, nós não temos nenhuma estrutura hoteleira para isso – o meu estado não tem, o Pará não tem, Rondônia não tem –, mas existem outros estados, como a Bahia, por exemplo, e o Ceará, que têm uma estrutura hoteleira que poderá receber milhares de convidados e colocar o Brasil de volta ao topo em relação à questão ambiental.

Nós temos um agronegócio forte, mas nós temos um agronegócio forte – volto a repetir; e eu sou a favor do agronegócio – porque nós temos água, porque, no dia em que a gente não tiver água, não vai se plantar absolutamente nada, porque não se substituiu ainda a água em lugar nenhum. Não tem, não tem um elemento para substituir a água.

Então, Senador Tasso, primeiro, eu voto a favor do seu relatório e, segundo, é uma matéria que eu posso debater, porque, por obrigação de ter sido Governador, representando o meu estado, eu conheço um pouco.

Então, serviços ambientais, um deles é o crédito de carbono, que é defendido... Aliás, o Paulo Guedes fala em 80 bilhões por ano de crédito de carbono – ele dá até valores. E nós não podemos oferecer ao mercado porque não regulamentamos isso ainda. Nós não vamos prejudicar o agronegócio. Aliás, quem compra créditos de carbono é aquele que desmata, é aquele que tem pagar pelo desmatamento. Hoje se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compram áreas na Amazônia para se preservar em troca de multa, em troca de não sei o quê... Então, o próprio caboclo pode preservar aquela área e receber serviço. É um serviço que ele vai estar...

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – Senador Aziz, me concede um aparte, por favor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Não, eu estou aqui falando com o Senador Otto, não tem aparte.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Nós já batemos demais nisso aí. E o Tasso tem que ler o relatório dele.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Eu, pessoalmente, Senador Tasso, só vim aqui para lhe dizer o seguinte: eu acho que nós demos um grande passo. Na Comissão de Meio Ambiente, eu posso trazer professores da Universidade Federal do Estado do Amazonas que estudaram, cientistas do Inpa que estudaram o sequestro de carbono para dizerem da importância que tem o sequestro de carbono com uma árvore em pé.

Volto a repetir: uma árvore em pé vale mais do que mil derrubadas. Primeiro, porque quem derruba uma árvore não é o cara que mora na região. Ele não derruba; quem derruba é o madeireiro. E nós sabemos ali, no sul do Amazonas, fronteira com Rondônia, como funciona; ali no Município de Apuí, na comunidade de Matupi, que está ali na fronteira... Então, ao falar sobre essas questões, é importante a gente se aprofundar um pouco e não ouvir discursos de pseudoambientalista que não conhece a região e é contra o desenvolvimento.

Nós vamos desenvolver a Amazônia? Vamos, mas não é desmatando a Amazônia; é preservando a Amazônia e pagando por esses serviços ambientais. E o crédito de carbono é um desses.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Senador Tasso Jereissati, para leitura do relatório.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE) – Senador Otto Alencar, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, à CAE compete opinar sobre o aspecto econômico-financeiro do Projeto de Lei nº 412, de 2022, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei nºs 2.122, de 2021, do Senador Weverton; 3.606, de 2021, do Senador Veneziano Vital do Rêgo; e 4.028, de 2021, do Senador Marcos do Val.

As proposições tratam da mesma matéria, a regulamentação do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões de gases de efeito estufa e tramitam em conjunto por força do Requerimento nº 693, de 2022, de minha autoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a aprovação do Requerimento nº 693, de 2022, os mencionados projetos tramitam em conjunto e, após o exame da CAE, serão examinados pela Comissão de Meio Ambiente, a Comissão de mérito da matéria. Aqui, eu proponho inclusive que haja discussão conosco sobre o assunto e que o Senador Confúcio possa apresentar essas emendas, se for o caso e se ele também concordar, para que nós possamos já chegar lá com alguma discussão ocorrida com essas entidades.

Os projetos pretendem, em síntese, regulamentar o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), previsto no art. 9º da Lei nº 12.187, de 2009, que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima. Então, esse projeto está atrasado. Essa regulamentação está atrasada.

O MBRE é um dos instrumentos dessa política e, segundo a lei, será operacionalizado em bolsas de mercadorias e futuros, bolsas de valores e entidades de balcão organizado, autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), onde se dará a negociação de títulos mobiliários representativos de emissões de gases de efeito estufa evitadas certificadas.

O mérito das proposições é inquestionável. Considerando os cenários previstos de alteração do clima, que incluem diminuição das chuvas nas principais regiões produtoras agrícolas no Centro-Sul e aumento de desastres naturais como enchentes e secas, com seus graves impactos para a socioeconomia nacional, é fundamental a adoção de medidas que induzam atividades e projetos com menor emissão de carbono.

As regras dos projetos vão no sentido de viabilizar a operacionalização do MBRE, por meio de um sistema de comércio de emissões de gases de efeito estufa, um dos sistemas de precificação do carbono. Essa precificação abrange o cálculo do custo social dessas emissões, quantificadas e vinculadas a produtos e serviços, incorporadas aos seus custos de produção. Muitos países e empresas têm adotado voluntariamente sistemas de precificação de carbono e as transações envolvendo esses sistemas crescem significativamente a cada ano.

De acordo com o Banco Mundial, a receita mundial dos ativos de carbono foi de aproximadamente US$84 bilhões em 2021, um aumento de 60% em relação a 2020. Esse montante é uma crucial fonte de financiamento para apoiar a recuperação econômica baseada em uma futura transição para economias de baixa emissão de carbono.

De fato, o Brasil tem papel fundamental no provimento de ativos ambientais no contexto de um mercado global de carbono, considerando nosso imenso patrimônio florestal e nossa matriz energética fortemente baseada em energias renováveis. Para tanto, precisamos instituir um marco regulatório robusto para a implementação de um sistema de precificação de carbono que, por consequência, contribua para a valorização de serviços e ativos ambientais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em que pese o excelente trabalho dos Senadores autores dos quatro projetos de lei e a convergência, em medida substancial, entre as propostas, entendemos serem necessárias intervenções de natureza estruturante, para que se possa oferecer um marco legal que regule o funcionamento do mercado de crédito de carbono no Brasil de maneira mais eficiente, eficaz e efetiva. Propomos, assim, um marco legal simplificado e, ao mesmo tempo, suficiente para garantir a segurança jurídica que todos os atores desse mercado exigem para gerenciarem suas emissões com base em parâmetros claros e definidos, investirem em projetos e programas de redução ou remoção de gases de efeito estufa e, ademais, entre si transacionarem os ativos financeiros gerados, inclusive com a possibilidade de exportação.

A estruturalidade dessas intervenções terminou por exigir a elaboração de um substitutivo, que ofereceremos ao final.

No substitutivo, apresentamos uma nova proposta de organização do mercado de créditos de carbono, de natureza mais ampla, tendo como eixo principal a gestão das emissões de gases de efeito estufa.

Foi necessário, nesse contexto, propor a instituição do Sistema Brasileiro de Gestão de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBGE-GEE), no âmbito do qual será estabelecido o plano nacional de alocação de Direitos de Emissão de Gases de Efeito Estufa (DEGEE). O plano estabelecerá os percentuais de ativos financeiros baseados em reduções e remoções verificadas de emissões (RVE), que poderão ser usadas em associação com os DEGEE para a comprovação da consecução das metas estipuladas para cada setor e para suas empresas. O plano instituirá também a interoperabilidade dos dois grandes mercados desses ativos, o regulado e o voluntário, bem como sua integração com outros mercados.

Definições de natureza transitória, como metas de redução progressivamente mais desafiadoras a serem exigidas de setores produtivos submetidos à obrigação de redução de emissões, assim como a proporção do esforço de cada setor para o cumprimento dos compromissos internacionais do país, ficam para a regulamentação pelo Poder Executivo federal. Aspectos igualmente importantes, como a proteção das partes contratuais detentoras da propriedade e da posse legal de instalações não reguladas, em especial com relação aos riscos e obrigações que assumam, são deixados à regulamentação por se tratar de especificidades já normatizadas no direito civil e comercial ou sujeitas a regramento infralegal.

A gestão da comissão do SBGE ficará a cargo do órgão federal competente para a matéria, a quem caberá definir a organização e o funcionamento do sistema, por meio de regulamentação. Uma competência fundamental desse sistema será o credenciamento e o descredenciamento de metodologias de mensuração de emissões e de sequestro, remoção ou redução de gases de efeito estufa.

As regras do substitutivo exigem, para transações nas plataformas de negociação credenciadas, como as bolsas de valores, a inscrição no sistema de controle de gerenciamento de emissão de gases de efeito estufa e dos projetos e programas de geração de RVE de acordo com metodologias aceitas pelo sistema e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adicionalmente, o registro e o depósito desses ativos financeiros junto a instituições autorizadas e supervisionadas pelo Banco Central do Brasil.

Como requisitos, os projetos e programas não poderão causar perda de biodiversidade, destruição de ecossistemas e biomas nacionais, prejuízo na implementação de medidas de adaptação aos efeitos das mudanças climáticas, além de terem de observar as normas relativas à proibição de trabalho em condição análoga à escravidão e trabalho infantil.

Quanto à tributação, optamos por buscar fundamentação na legislação que regula ganhos com títulos de renda variável. Nesse sentido, fixou-se a alíquota do Imposto de Renda sobre ganhos em 15%, ficando a fonte pagadora responsável por sua retenção e seu recolhimento quando houver intermediação.

Em síntese, foram necessárias mudanças profundas no texto original do PL nº 412, de 2022, inclusive com relação à definição de conceitos, e adotamos o modelo de sistema para a estrutura regular organizacional do mercado de carbono, simplificando sua gestão. Deixamos à regulamentação pelo Poder Executivo o que é inerentemente transitório ou de sua competência, e aproveitamos regras sobre plataformas de mercado reconhecidamente eficientes com o objetivo de garantir segurança jurídica às transações de créditos de carbono.

Ressaltamos a contribuição do Senador Roberto Rocha, que, por meio de emenda, propôs aperfeiçoamentos, parcialmente acolhidos, no sentido de se prever a existência de instâncias consultivas junto ao órgão federal responsável pela gestão do SBGE-GEE e a possibilidade de auditoria e asseguração independentes de declarações de emissões de GEE.

Regular o mercado de carbono nos termos propostos no substitutivo significa introduzir incentivos substanciais para a associação dos interesses econômico-financeiros e ambientais.

Buscamos, por meio da criação de títulos representativos de emissões evitadas de GEE, do incentivo à sua negociação, bem como do estabelecimento de limites de emissões do carbono, de GEE, por setores e por empresas, estabelecer mecanismos de mercado que permitam alcançar metas de redução de emissões da forma mais eficiente possível. Desse modo, conciliamos os objetivos de preservação do meio ambiente e de crescimento da economia, de forma a contribuir para o desenvolvimento social, ambiental e economicamente sustentável.

Temos a convicção, por fim, de que o país está diante de oportunidade única de lançamento de uma onda de desenvolvimento com base no aproveitamento de vantagens que lhe são naturais. Assim, rogo o apoio de meus pares nesta Comissão para aprovar o substitutivo que já foi apresentado e está nas mãos de todos os Srs. Senadores.

Dessa maneira, Presidente Otto, esse é o nosso relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, antes de terminar, eu gostaria de parabenizar o Senador Otto e o Senador Omar Aziz, que não está mais aqui, pela reeleição, pela brilhante votação que V. Exas. obtiveram, fazendo jus ao trabalho de oito anos que V. Exas. desenvolveram aqui no Senado Federal.

Então, na sua pessoa, quero saudar todos aqueles Senadores que foram reeleitos com muito mérito.

Apenas aconselho a V. Exa., como veterano desta Casa, que compre um estoque de bengala para daqui a quatro anos, para aqueles que ... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Estoque de bengala?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE) – É um estoque de bengala.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Para quê?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE) – Vai ser necessário para quando V. Exa., com 80 anos, estiver aqui dentro não ter nenhum tipo de incômodo. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – A força... Você está enganado, Tasso. O corpo só se entrega quando a cabeça se rende. Com 80, 85, 90, não terei nenhum problema, não.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – Esse é um conselho médico.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Um conselho médico. Ele... Eu sou médico ortopedista, cirurgião, fui professor por muitos anos da Universidade Federal da Bahia, formei muitos médicos, fiz residência médica, e ele é o maior crítico que eu tenho aqui no Senado Federal, Senador Guaracy. Qualquer sujeito, até do exterior, que passe aqui, no Senado Federal, claudicando, mancando, ele diz que fui eu que operei. (*Risos.*)

Isso é um absurdo, porque eu só tenho bons resultados e ele fica querendo macular a minha história de médico, professor e cirurgião.

Mas eu queria que V. Exa. proferisse o voto, porque eu ainda não...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE) – O voto é favorável ao substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Desculpe, então.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diga, Senador Guaracy.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Pela ordem.) – V. Exa., sei de seu espírito democrático e também de sua competência na medicina, na ortopedia. A sua competência transcende o Estado da Bahia...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Agradeço, porque o Senador diz o contrário.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Ele diz o contrário? É uma questão de julgamento. (*Risos.*)

Eu achei o relatório do Senador Tasso, que acho um dos Senadores mais brilhantes que esta República gerou... Há uma concordância, mas eu acho que tudo que é bom pode ser melhorado, tudo que é bom pode ser melhorado. Isso daí é função da ciência, é função da política, é função da economia.

Por isso, eu pediria vista de seu relatório. Peço vista, regimentalmente, devido... Porque eu gostaria de que mais gente opinasse, não pondo em dúvida a sua capacidade, Senador, porque sei que V. Exa. é um dos Senadores de mais crédito, conhecimento, realmente, e honestidade, mas eu acho que eu posso, nós podemos incluir mais sabedoria, porque, às vezes...

Eu pediria vista, Sr. Presidente, do relatório. Peço vista por causa disso, mais uma vez, elogiando a boa fama de V. Exa. como ortopedista.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Senador, obrigado.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Mas espero nunca precisar de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Também não desejo de que precise não. (*Risos.*)

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Pois não.

Está concedida, então, a vista coletiva solicitada pelo Senador Confúcio e também, inicialmente, pelo Senador Guaracy.

Quero parabenizar o Senador Tasso Jereissati. Eu tinha lido e agora reli quase todo o voto e também as considerações para a aprovação dessa matéria, que considero relevante para o Brasil neste momento, sobretudo porque ela vem para apreciação exatamente junto com o que está acontecendo no Egito, com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

COP 27, de fundamental importância para o mundo neste momento, sobre a questão das mudanças climáticas, desse crédito de carbono que nós estamos apreciando aqui agora.

Há alguma outra matéria?

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente sessão, agradecendo a todos os Senadores e Senadoras que dela participaram.

(*Iniciada às 9 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 28 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e treze minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Eliane Nogueira, Esperidião Amin, Flávio Arns, Plínio Valério, Omar Aziz, Vanderlan Cardoso, Alexandre Silveira, Nelsinho Trad, Romário, Wellington Fagundes, Paulo Paim, Telmário Mota, Marcos do Val e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Flávio Bolsonaro, Guaracy Silveira, José Serra, Tasso Jereissati, Lasier Martins, Oriovisto Guimarães, Giordano, Irajá, Marcos Rogério, Jean Paul Prates, Fernando Collor, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Julio Ventura e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei da Câmara n° 70, de 2014 - Não Terminativo -** que: "Altera dispositivos dos arts. 14, 17 e 18 da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, para dispor sobre a vedação da utilização de animais em atividades de ensino, pesquisas e testes laboratoriais com substâncias para o desenvolvimento de produtos de uso cosmético em humanos e aumentar os valores de multa nos casos de violação de seus dispositivos." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad (*Ad hoc*), substituiu Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos da emenda nº 4 - CAE - substitutiva, e contrário às emendas nºs 1, 2 e 3 - CCT. **Observação:** A matéria vai à CMA, em decisao terminativa. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 177, de 2020 (Emenda(s) da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 688, de 2015) - Não Terminativo -** que: "Determina que o Sistema Único de Saúde (SUS) ofereça tratamento de implante por cateter de prótese valvar aórtica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad (*Ad hoc*), substituiu Senador Jean Paul Prates. **Relatório:** Contrário à Emenda oferecida pela Câmara dos Deputados e favorável ao projeto original. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao Projeto de Lei nº 177, de 2020 (emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 688, de 2015), e favorável ao projeto original. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 3 - Projeto de Lei Complementar n° 127, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que "Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte"." **Autoria:** Senador Jorginho Mello (PL/SC). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Favorável ao projeto com quatro emendas de redação apresentadas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1789, de 2019 - Terminativo -** que: "Eleva para 6% do imposto devido, até 31 de dezembro de 2025, o limite de dedutibilidade do valor das doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente efetuadas diretamente na Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com duas emendas apresentadas. **Resultado:** Adiado. Usaram da palavra os Senadores Otto Alencar e Nelsinho Trad. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/11/22

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião será realizada em caráter semipresencial e destina-se à deliberação de matérias.

Comunicação dos documentos recebidos.

Comunico que foram apresentados à Secretaria da Comissão de Assuntos Econômicos os seguintes documentos: Aviso 28, de 2022, do Banco Central do Brasil e Ofício 415, de 2022, do Governo do Estado de Pernambuco.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar autuação nesse período.

Comunicação de documentos sigilosos.

Informo ainda que a Comissão recebeu, do Tribunal de Contas da União, documentação de caráter sigiloso, contendo cópia dos Avisos 1.183-GP/TCU, e 1.060-GP/TCU.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As documentações ficarão na Secretaria da Comissão à disposição de seus membros para a retirada pessoalmente, sob caráter sigiloso, e mediante a assinatura do termo de compromisso.

Item 1 da pauta. Projeto de Lei nº 70, de 2014.

Este projeto vem da Câmara dos Deputados.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 70, DE 2014

- Não terminativo -

Altera dispositivos dos arts. 14, 17 e 18 da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, para dispor sobre a vedação da utilização de animais em atividades de ensino, pesquisas e testes laboratoriais com substâncias para o desenvolvimento de produtos de uso cosmético em humanos e aumentar os valores de multa nos casos de violação de seus dispositivos.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Favorável nos termos do substitutivo apresentado.

Observações: *1. A matéria foi apreciada pela CCT, com parecer favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCT.*

2. A matéria será apreciada pela CMA, em decisão terminativa.

O Relator é o Senador Alessandro Vieira, que não está presente.

O Senador deu-me condição para que eu pudesse indicar um Senador *ad hoc* para que pudesse proferir o seu relatório.

Eu passo a palavra ao Senador Nelsinho Trad para, nos termos do Senado Federal, como Relator *ad hoc*, ler o relatório do Senador Alessandro Vieira.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Otto Alencar, muito obrigado pela designação.

Para aqueles que estão de forma remota nos acompanhando, essa alteração da Lei 11.794, de 2008, estabelece procedimentos para uso científico de animais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós já nos manifestamos favoravelmente ao substitutivo desse projeto, feito pelo Senador Alessandro Vieira, PLC 70/2014, que proíbe a utilização de animais, de qualquer espécie, em atividades de ensino, pesquisa e testes laboratoriais, que visem à produção e ao desenvolvimento de produtos cosméticos, de higiene pessoal e perfumes.

O texto do Relator na Comissão de Assuntos Econômicos concilia os interesses dos cientistas, do mercado e o apelo da sociedade civil, em favor da proteção aos animais.

Toda pauta que vier na defesa dos animais e do meio ambiente terá a nossa defesa ferrenha.

O relatório será submetido à votação na CAE, conforme V. Exa. já preconizou e eu peço licença para ir direto ao voto, vez que ele já foi distribuído para os gabinetes.

Tendo em vista o exposto, já devidamente registrado, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara 70, de 2014, na forma da seguinte emenda substitutiva, ficando prejudicadas as Emendas 1 a 3.

Emenda CAE (Substitutivo)

"Altera a Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, que regulamenta o inciso VII do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelecendo procedimentos para o uso científico de animais e 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a Vigilância Sanitária, a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências, para dispor sobre a vedação da utilização de animais em testes, visando ao desenvolvimento de produtos acabados, ou ingredientes que componham ou venham a compor produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 3º e 14 da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, passam a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 3º.....

V – produtos de higiene pessoal, cosmético e perfumes: preparações constituídas por ingredientes naturais ou sintéticos de uso externo nas diversas partes do corpo humano, pele, sistema capilar, unhas, lábios, órgãos genitais externos, dentes e membranas mucosas da cavidade oral, com o objetivo exclusivo ou principal de limpá-los, perfumá-los, alterar sua aparência, corrigir odores corporais, protegê-los ou mantê-los em bom estado, exceto formulações e ingredientes destinados a repelir insetos.

Art. 14.....

§ 11. É vedada a utilização de animais vertebrados vivos em testes de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, inclusive nos testes que visem averiguar seu perigo, sua eficácia ou sua segurança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§ 12º. É vedada a utilização de animais vertebrados vivos em testes de ingredientes para compor exclusivamente produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, inclusive nos testes que visem averiguar, seu perigo, sua eficácia ou sua segurança.

§ 13. Dados provenientes de testes em animais feitos após a data em que este parágrafo entrar em vigor não poderão ser utilizados para autorizar a comercialização de produtos de higiene pessoal, cosméticos ou perfumes ou seus ingredientes, exceto nos casos em que forem obtidos para cumprir regulamentação não cosmética nacional ou estrangeira.

§ 14. Para a aplicação da exceção prevista no § 13 deste artigo, as empresas interessadas na fabricação ou na comercialização do produto deverão fornecer, quando solicitadas pelas autoridades competentes, evidências documentais do propósito não cosmético do teste.

§ 15. O fabricante de um produto cuja segurança foi estabelecida pelo uso de novos dados de testes com animais de acordo com o § 13 deste artigo não poderá incluir na rotulagem ou invólucro o produto a menção/logotipo "não testado em animais", ou "livre de crueldade", ou outras expressões similares, excetuando-se a utilização de selos provenientes de organismos de terceira parte independentes.

§ 16. É permitida a comercialização de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, bem como dos ingredientes que os compõem, que tenham sido testados em animais antes da data de vigência do § 13 deste artigo.

§ 17. Os métodos alternativos de testagem dos produtos de que trata o §11 deste artigo internacionalmente reconhecidos e validados serão aceitos pelas autoridades brasileiras em caráter prioritário.

§ 18. Em circunstâncias excepcionais em que surjam graves preocupações no que diz respeito à segurança de um ingrediente cosmético, as proibições constantes dos §§11, 12, e 13 deste artigo poderão ser derrogadas pelo Concea, desde que satisfeitas simultaneamente as seguintes condições:

I – tratar-se de ingrediente amplamente utilizado no mercado e que não possa ser substituído por outro capaz de desempenhar função semelhante;

II – detectar-se problema específico de saúde humana relacionado ao ingrediente;

III – inexistir método alternativo hábil a satisfazer as exigências de testagem.' (NR)

Art. 2º No prazo máximo de dois anos a partir da publicação desta lei, as autoridades sanitárias competentes deverão adotar medidas para implementar os parágrafos 13 a 17 do art. 14 da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, a fim de:

I - assegurar o rápido reconhecimento dos métodos alternativos e adotar um plano estratégico para garantir a disseminação desses métodos em todo o território nacional;

II - estabelecer medidas de fiscalização da utilização de dados obtidos de testes em animais realizados após a entrada em vigor desta lei com fins de avaliação de segurança e para a finalidade de registro de cosméticos, e publicar relatórios bienais detalhando o número de vezes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que evidências documentais foram solicitadas às empresas e o número de vezes que as empresas usaram esses dados;

III - garantir que produtos cosméticos com rótulos ou invólucros com a menção/logotipo/selo "não testado em animais "livre de crueldade", ou outras expressões similares, sejam regulamentados e respeitem o disposto nesta lei.

Art. 3º O *caput* do art. 27 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso III:

'Art. 27.

.....

..

III – cumprir as regras relativas à testagem em animais estabelecidas pela Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008.

.....' (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sr. Presidente, termino a leitura do relatório reforçando a defesa aos animais e dizendo do belo trabalho feito pelo Senador Alessandro, que conseguiu uma harmonia entre todos os envolvidos nessa questão.

Com isso, ganha a sociedade brasileira, pelo respeito aos animais que nós estamos demonstrando através desta lei.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Senador Nelsinho Trad.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir.

Encerrada a discussão.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Nelsinho Trad.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE, favorável, nos termos da Emenda Substitutiva nº 4, da CAE, restando prejudicadas as Emendas nºs 1 a 3, da CCT.

A matéria não é terminativa e irá, depois, para a Comissão de Meio Ambiente.

A matéria aprovada será encaminhada à Comissão de Meio Ambiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A seguinte matéria é da relatoria do Senador Jean Paul Prates. Eu peço também ao Senador Nelsinho Trad que possa relatar *ad hoc*.

É o Projeto de Lei nº 177, de 2020, da Câmara dos Deputados, ao Projeto de Lei do Senado nº 688, de 2015, que determina que o Sistema Único de Saúde ofereça tratamento de implante por cateter de prótese valvar aórtica.

Eu acho que é uma matéria importante, sobretudo no Sistema Único de Saúde, onde as lesões de válvulas no coração são muito frequentes. É um tratamento que tem que ser realmente custeado para as pessoas de menor poder aquisitivo, economicamente mais fracas, para terem a condição de, com a intervenção cirúrgica, ter uma sobrevida compatível com o tratamento executado.

Portanto, eu passo a palavra ao Senador Nelsinho Trad.

Essa matéria já foi apreciada na CAS, com parecer favorável à sua aprovação.

Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Otto Alencar, com prazer, faço a leitura dessa matéria, como Relator *ad hoc* designado por V. Exa., onde o Senador Jean Paul Prates fez um trabalho também brilhante.

Peço licença, Senador Otto, Presidente, para ir direto à análise.

Consoante o art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a CAE tem competência para opinar sobre o aspecto econômico e financeiro das matérias que lhe são submetidas. O projeto obedece ao quesito de boa técnica legislativa.

De imediato, destaque-se que a presente proposta de emenda foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, como V. Exa. já registrou, em 24 de maio do presente exercício, a qual concluiu pela sua rejeição e pela aprovação do Projeto na forma originalmente encaminhada pelo Senado Federal àquela Casa.

Ressalta-se que, na atual fase do processo legislativo, cabe ao Senado apenas apreciar as modificações propostas pela Câmara, pois a matéria já foi aprovada pelas duas Casas do Congresso Nacional. A questão é disciplinada pelos arts. 285 e 286 do Regimento Interno do Senado Federal e pelo já referido parágrafo único do art. 65 da Carta Magna. Desse modo, não há como fazer modificação ou inovação ou subemenda no texto aprovado pela Câmara dos Deputados, mas tão somente aceitar ou rejeitar as alterações propostas pela Casa revisora. Nesse último caso, mantendo-se o texto conforme originalmente aprovado pelo Senado Federal.

Em relação às alterações promovidas pela Câmara dos Deputados, entendemos apropriados os argumentos aduzidos pelo eminente Relator da Comissão de Assuntos Sociais, que concluiu que as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alterações promovidas pela Câmara dos Deputados pouco inovam em relação ao texto encaminhado pelo Senado, visto que a competência do Poder Executivo para regulamentar as leis já está consignada no inciso IV, *caput,* art. 84 da Constituição. Trata-se de garantir maior disponibilidade de recursos das ações do SUS previstas no projeto. Diante do fato de tratar-se de procedimento que não implicará em aumento de despesa que possa vir a compreender a execução fiscal, podemos afirmar que o projeto original se encontra em condições de ser aprovado por esta Comissão, ou seja, como não mais discutiremos o mérito e, sim, as alterações propostas pela Câmara, ao rejeitar a proposta da Câmara, retornamos ao projeto original desta Casa.

Voto.

Assim, diante do exposto, voto pela rejeição do Projeto de Lei 177, de 2020, que consiste em emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado 688, de 2015.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Em discussão o relatório do Senador Nelsinho Trad. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Essa matéria é não terminativa e será apreciada pelo Plenário do Senado Federal.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Pois não.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Peço licença para V. Exa. pois vou ter que relatar, na CCJ, um dos sabatinados e a reunião lá já está para começar, às 9h30.

Peço licença para V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Nós temos aqui o item 3 e o item 4, e os Relatores também não estão presentes.

Então, vou suspender a sessão, retirar de pauta e marcar para uma próxima sessão.

Está encerrada a sessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 09 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 09 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e vinte minutos do dia vinte e nove de novembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Eliane Nogueira, Guaracy Silveira, Esperidião Amin, Flávio Arns, Tasso Jereissati, Lasier Martins, Plínio Valério, Luis Carlos Heinze, Omar Aziz, Vanderlan Cardoso, Irajá, Alexandre Silveira, Mecias de Jesus, Carlos Portinho, Paulo Paim, Jaques Wagner, Telmário Mota, Alessandro Vieira, Julio Ventura, Izalci Lucas e Soraya Thronicke. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Flávio Bolsonaro, José Serra, Oriovisto Guimarães, Giordano, Romário, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Jean Paul Prates, Fernando Collor, Rogério Carvalho e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 412, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), previsto pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e altera as Leis nºs 11.284, de 2 de março de 2006; 12.187 de 29 de dezembro de 2009; e 13.493 de 17 de outubro de 2017." **Autoria:** Senador Chiquinho Feitosa (DEM/CE). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 2122, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Institui o marco regulatório para ativos financeiros associados a mitigação das emissões de gases de efeito estufa." **Autoria:** Senador Chiquinho Feitosa (DEM/CE). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 1684, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a regulamentação do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE) previsto pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências." **Autoria:** Senador Chiquinho Feitosa (DEM/CE). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 4028, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre diretrizes gerais para regulamentação do mercado de carbono no Brasil." **Autoria:** Senador Chiquinho Feitosa (DEM/CE). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 3606, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Institui o marco regulatório para o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE)." **Autoria:** Senador Chiquinho Feitosa (DEM/CE). **Relatoria:** Senador Tasso Jereissati. **Relatório:** Favorável ao PL nº 412 de 2022 (e pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 1-T, 2, e 3-T ao PL nº 412 de 2022; da Emenda nº 1 – PLEN ao PL nº 2122 de 2021; e das Emendas nºs 1-T e 2-T ao PL nº 3606 de 2021), nos termos do substitutivo que apresenta. E pela prejudicialidade dos PLs nºs 2122, 3606 e 4028 de 2021 e do PL nº 1684 de 2022. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao PL nº 412 de 2022 (e pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 1-T, 2, e 3-T ao PL nº 412 de 2022; da Emenda nº 1 – PLEN ao PL nº 2122 de 2021; e das Emendas nºs 1-T e 2-T ao PL nº 3606 de 2021), nos termos do substitutivo que apresenta. E pela prejudicialidade dos PLs nºs 2122, 3606 e 4028 de 2021 e do PL nº 1684 de 2022. **Observação:** A matéria vai à CMA. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 86, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de até US$ 135,238,245.00 (cento e trinta e cinco milhões, duzentos e trinta e oito mil, duzentos e quarenta e cinco dólares dos Estados Unidos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da América), de principal, entre o Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos serão destinados ao Projeto de Ajuste e Desenvolvimento Sustentável do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro Sustentável (PEF)." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável, nos termos do PRS apresentado. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável à matéria, nos termos do PRS apresentado. **Observação:** Aprovada a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. **ITEM 3 - Projeto de Lei Complementar n° 127, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que "Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte"." **Autoria:** Senador Jorginho Mello (PL/SC). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Favorável ao projeto com quatro emendas de redação apresentadas. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 4 - Projeto de Resolução do Senado n° 23, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Institui a Frente Parlamentar de Apoio ao Microcrédito e às Microfinanças." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Relatoria:** Senador Vanderlan Cardoso. **Relatório:** Favorável à matéria. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável à matéria. **Observação:** A matéria vai à Cdir. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1789, de 2019 - Terminativo -** que: "Eleva para 6% do imposto devido, até 31 de dezembro de 2025, o limite de dedutibilidade do valor das doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente efetuadas diretamente na Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com duas emendas apresentadas. **Resultado:** A comissão aprova a matéria com 16 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 144, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, para inserir nova infração concorrencial." **Autoria:** Senador Roberto Muniz (PP/BA). **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates. **Relatório:** Pela aprovação da matéria. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. Fizeram uso da palavra os Senadores Esperidião Amin, Tasso Jereissati, Veneziano Vital do Rêgo, Irajá, Carlos Fávaro, Otto Alencar, Carlos Portinho, Omar Aziz, Fernando Bezerra Coelho, Jorginho Mello, Guaracy Silveira, Paulo Paim e Julio Ventura. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/11/29

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A reunião será realizada em caráter semipresencial e destina-se à deliberação de matérias.

Passo a palavra ao nobre Senador Tasso Jereissati para que possa proceder ao seu relatório do Projeto de Lei 412, de 2022.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 412, DE 2022

- Não terminativo -

Regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), previsto pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e altera as Leis nºs 11.284, de 2 de março de 2006; 12.187 de 29 de dezembro de 2009; e 13.493 de 17 de outubro de 2017.

Autoria: Senador Chiquinho Feitosa (DEM/CE)

Relatoria: Senador Tasso Jereissati

Relatório: Favorável ao PL nº 412 de 2022 (e pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 1-T, 2, e 3-T ao PL nº 412 de 2022; da Emenda nº 1 – PLEN ao PL nº 2122 de 2021; e das Emendas nºs 1-T e 2-T ao PL nº 3606 de 2021), nos termos do substitutivo que apresenta. E pela prejudicialidade dos PLs nºs 2122, 3606 e 4028 de 2021 e do PL nº 1684 de 2022.

Observações: *A matéria será apreciada pela CMA.*

[Tramitam em conjunto: Projeto de Lei do Senado nº 2122, de 2021; Projeto de Lei do Senado nº 1684, de 2022; Projeto de Lei do Senado nº 4028, de 2021; Projeto de Lei do Senado nº 3606, de 2021.]

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao nobre Senador Tasso Jereissati.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, o senhor me permite uma questão, pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Nós vamos ter provavelmente dificuldade com o quórum – vamos acompanhar aqui o relatório do nosso querido Senador Tasso Jereissati –, mas eu queria lhe pedir, se fosse possível, que o item 4, cujo Relator é o Senador Vanderlan, que é apenas um requerimento de nossa autoria, que V. Exa. pudesse ou antecipar ou... Eu queria que ele fosse apreciado uma vez que se trata de criação de uma frente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Vamos aguardar ter quórum de deliberação, porque ainda não é suficiente. Nós temos que ter 14 Senadores para, então...

Eu vou passar à leitura do relatório do Senador Tasso Jereissati enquanto aguardo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – ... que os nossos colegas possam compor o número necessário para deliberação.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE. Como Relator.) – Sr. Presidente Otto Alencar, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, com o princípio de homenagear o uso eficiente do tempo desta CAE e ressaltando que é do conhecimento amplo das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores, levo ao conhecimento apenas parte do novo relatório, com as novidades em relação às emendas que aqui foram apresentadas.

A necessidade desse novo relatório deve-se ao fato de que, por despacho da Presidência da Mesa, de 17 de novembro, foi apensado o Projeto de Lei 1.684, de 2022, do Senador Jader Barbalho, ao conjunto do qual fazem parte os Projetos de Lei nºs 2.122, de 2021, do Senador Weverton; 3.606, de 2021, do Senador Veneziano; e 4.028, de 2021, do Senador Marcos do Val.

Também foram apresentadas novas emendas, todas do Senador Weverton, de nºs 1-T e 2-T ao PL nº 3.606, de 2021, além da Emenda nº 3-T ao PL nº 412, de 2022, que explicitam, como objetivo da futura lei, o fomento a práticas de agricultura de baixo carbono, da conservação e restauração de vegetação nativa e de recuperação de áreas degradadas.

Acolhemos parcialmente todas as emendas apresentadas aos projetos em trâmite conjunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também, em decorrência de negociações com representantes da CNI e do agronegócio e em nome de um entendimento, resolvemos alterar alguns comandos do substitutivo para: um, estabelecer que, a exemplo do que é praxe no plano internacional, ficarão de fora do mercado regulado a agropecuária, a exploração florestal e o uso alternativo do solo desenvolvidos em propriedades rurais, considerando-se essas atividades como passíveis de geração de RVE, no âmbito do mercado voluntário, caso não impliquem supressão da vegetação nativa; dois, fortalecer o conselho consultivo, determinando que sua composição deverá respeitar o princípio do equilíbrio entre os diversos interesses representados, impondo do ao órgão regulador a obrigação de justificar decisões discordantes de suas recomendações, garantindo-lhes a oportunidade de opinar sobre o Plano Nacional de Alocação de Direitos de Emissão de Gases de Efeito Estufa; três, determinar que, entre os critérios que nortearão a elaboração do Plano Nacional de Emissões estejam a consideração dos esforços de mitigação das emissões dos gases de efeito estufa por parte das instalações reguladas, a outorga de Degee aos agentes regulados até o limite de emissão previsto no Plano Nacional de Alocação será não onerosa, o caráter plurianual do plano, a proporcionalidade entre as reduções exigidas a cada setor do mercado regulado e sua respectiva contribuição nas emissões totais do país, o tratamento diferenciado para determinadas categorias de empresa em função da sua capacidade de adequação às obrigações de redução de emissões.

Ademais, julgamos importante fomentar a geração de créditos de carbono em áreas sob risco ambiental e na Amazônia Legal, por inspiração pertinente e oportuna do Senador Jader Barbalho, instituindo linhas de créditos específicas.

Voto.

Considerando o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 412, de 2022, pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 1-T, 2-T e 3-T ao PL nº 412, de 2022, da Emenda nº 1 – PLEN, ao PL nº 2.122, de 2021 e das Emendas nºs 1-T e 2-T ao PL nº 3.606, de 2021, na forma do substitutivo que apresentamos, e pela prejudicialidade do PL nº 2.122, de 2021; do PL nº 3.606, de 2021; do PL nº 4.028, de 2021; e do PL nº 1.684, de 2022.

Esse é, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o resumo do meu novo relatório, com informações sobre as alterações que promovi em relação ao relatório apresentado em 8 de novembro.

Eu queria aproveitar, Presidente, Senador Amin, para fazer uma espécie de despedida, pois se trata, talvez, provavelmente, de minha última contribuição a esta tão importante Comissão, presidida de maneira tão competente pelo Senador Otto Alencar. Eu queria aproveitar para agradecer a todos aqueles Senadores que compõem esta Comissão pela contribuição, pelo aprendizado que tive oportunidade de ter aqui na convivência com todos os senhores, e dizer até da feliz coincidência de estar fazendo esta última participação nesta Comissão diante de não só dois grandes Senadores, mas de dois grandes amigos.

Esse é o meu voto, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Eu coloco em discussão. (*Pausa.*)

Como não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, encerrada a discussão.

Não podemos deliberar agora. Não há quórum para deliberação.

Mas eu concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin e saúdo o nosso Senador e Governador eleito do Estado de Santa Catarina, meu querido amigo Jorginho Mello.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente, saudando igualmente V. Exa., ilustre califa, e o Senador Jorginho Mello, eu quero direito de resposta ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Eu concedo e também vou na mesma linha de V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Vamos fazer aqui uma fileira de direito de resposta...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Eu quero também direito de resposta ao meu querido amigo Tasso Jereissati.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – ... contestando, primeiro porque nem que a gente tenha que baixar em diligência o relatório para ele voltar a participar da reunião...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Tomar informações no Estado do Ceará.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Tomar informações complementares. Algum recurso regimental nós vamos usar para que não seja verdadeiro o que ele falou.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas eu não posso deixar de fazer aqui o registro, que tenho certeza de que é da unanimidade dos que puderem fazer, porque o Senador Tasso Jereissati honra o Senado Federal com a sua presença. E essa presença nós vamos esticar o máximo possível. E, mesmo ele não sendo investido no cargo de Senador, ele será sempre um exemplo para todos nós de fidalguia, de lealdade, de clareza e de espírito público.

E ainda quero dizer que pode ser que nesta Comissão ele tenha eventualmente outras participações, mas ele está ainda por cumprir na Comissão de Constituição e Justiça uma tarefa muito importante que é a apresentação do seu relatório, do seu substitutivo, porque tem alterações, do projeto de lei complementar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de avaliação de custo e de benefício de todos os incentivos fiscais, o PLP 41, ao qual S. Exa. deu uma atenção muito especial.

E há uma reclamação hoje, unânime, no país que é submeter a avaliação de custo e benefício, quanto a emprego, geração, manutenção, competitividade do setor beneficiado e vantagem para o consumidor, de cada R$1 dos 450 bilhões a que anualmente a União, sem contar estados e municípios, renuncia ou subsidia. Essa avaliação que a economia reclama e todos os ministros – e, certamente, futuros ministros da Fazenda – consideram prioritária, essa matéria ainda será iluminada, se Deus quiser, pelo Senador Tasso Jereissati, assim como tem feito com todas aquelas a que tem dedicado a sua atenção.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Agradeço o Senador Esperidião Amin.

De igual forma, Senador Tasso Jereissati, eu quero dizer a V. Exa. que já o conheço há muito tempo, foi Governador do Estado do Ceará, inovador, fez uma gestão que modernizou o Estado e serviu, inclusive, de exemplo para outros Governadores que assumiram o seu lugar, fez escola. O então ex-Ministro da Fazenda, ex-Governador do Ceará Ciro Gomes, que foi Prefeito de Fortaleza, indicado por V. Exa. no Ceará...

V. Exa. é uma referência como gestor, competente, correto, honesto, inovador e trabalhador. Inclusive, trouxe programas importantes para o Brasil. Os agentes comunitários de saúde foram uma iniciativa de V. Exa. como Governador. Eu era Secretário de Saúde do meu Estado, a Bahia, e fui lá copiar para levar para a Bahia os agentes comunitários, os soldadinhos da saúde, que hoje fazem um trabalho maravilhoso, evitando doenças relacionadas à vacinação, à veiculação de água que não seja potável.

Dentro do PSDB, V. Exa. sempre foi uma figura respeitadíssima. Teria todas as condições de, por exemplo, se quisesse, ter sido candidato a Presidente da República, e exerceria o cargo de forma muito eficiente e correta.

Como Senador da República, relatou um dos principais projetos que por esta Casa passaram. Lembro-me, inclusive, do novo marco regulatório do saneamento, que foi importante, já em execução em vários estados da Federação.

Portanto, do ponto de vista de deixar a Casa, eu acredito que a figura física de V. Exa. deixará a Casa, mas ficará sempre a lembrança de um Senador que cumpriu com suas obrigações, que deixou o exemplo de figura pública da mais alta qualidade, que tem todas as virtudes que deve ter um Senador, chegando, com uma longa vida pública, aonde chegou sem nunca ter a sua figura pública, política ou administrativa sequer, de longe, algo que fosse uma mácula na sua história de vida. Portanto, cumpriu o dever, seguiu aquilo que está preestatuído na nossa lei. Até porque a lei existe para todos nós, para limitar o poder, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

circunscrever o poder de cada um de nós, e, para um político que exerceu todos os cargos, como V. Exa. exerceu, sem nunca tê-la transgredido em momento nenhum, sem nenhuma dificuldade de andar de cabeça erguida por onde passou, sem dar satisfação ao Ministério Público, à Justiça, porque andou dentro da lei. V. Exa. deixa um exemplo muito bom para todos os brasileiros que acompanham a vida pública de V. Exa. aqui no Senado Federal, no seu estado e no Brasil.

Então, se eu tiver que concluir a minha fala aqui – eu espero que eu possa dizer isso no Plenário, em outra localidade –, eu tomarei a iniciativa de concluí-la apenas pedindo que nós possamos aplaudir aqui o Senador Tasso Jereissati. (*Palmas.*)

Vamos aplaudi-lo pela contribuição que ele deu aqui na CAE, no Plenário do Senado, na Bahia e no Brasil. Não só os Senadores, mas que toda a plateia aplaudiu V. Exa. pelo que V. Exa. significa para a política brasileira. Muito obrigado por sua participação aqui na Comissão de Assuntos Econômicos!

Já tem o quórum para deliberação? (*Pausa.*)

Senador Esperidião Amin, o seu item 4 ainda não pode ser votado, porque nós precisamos de 14 para deliberação, e só temos até agora 10 Senadores que confirmaram a presença.

Tem, inclusive, uma matéria importante para a capital do Estado do Rio de Janeiro, que é um empréstimo que me foi solicitado à votação hoje pelo Prefeito da capital do Rio, o Prefeito Eduardo Paes, que é um empréstimo de US$135 milhões para várias atividades no estado pelo Bird.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O senhor permite que eu secunde aqui um pedido para convocar os Senadores Carlos Portinho, Romário e Flávio Bolsonaro para estarem aqui presentes?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Ah! Pois não! Mas é o Senador Carlos Portinho, que é do Estado do Rio de Janeiro, Senador Romário e o Senador Flávio Bolsonaro. É uma coisa de interesse do Estado do Rio de Janeiro, e eu espero que nós possamos ter esse quórum qualificado.

Enquanto isso, eu concedo a palavra ao nobre Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Com a palavra o Senador Veneziano Vital do Rêgo, e, em seguida, Senadora Rose de Freitas. (*Pausa.*)

Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, meus cumprimentos. Bom dia e uma ótima semana a todos os companheiros e companheiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria pedir a V. Exa., se possível e regimental for, que o nosso registro, o meu registro fosse feito, tendo em vista que eu não estou conseguindo fazê-lo através dos instrumentos de que disponho neste instante. Não sei se é possível... Não gostaria, obviamente, de na minha ausência prejudicar as deliberações tão importantes, algumas, que V. Exa. já chamou. Não sei se é possível. Eu queria fazer o meu registro...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – É possível! É possível, perfeitamente possível!

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. *Por videoconferência*.) – Peço desculpas por não ter conseguido chegar pessoalmente à nossa Comissão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Pois não! Quero confirmar a presença do Senador, e, se ele desejar usar a palavra, ela será concedida.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Presidente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – O Senador Irajá não deu presença ainda.

Senador Irajá, V. Exa. não deu a presença, não confirmou a presença ainda.

Senador Irajá, deseja falar?

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO. *Por videoconferência*.) – Sim!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Com a palavra o Senador Irajá.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Bom dia, meu amigo Irajá!

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO. *Por videoconferência*.) – Eu queria confirmar a presença no sistema remoto. Eu não consegui pelo aplicativo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Pois não! A presença de V. Exa. está confirmada. Eu agradeço. (*Pausa.*)

Já conseguimos quórum de deliberação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já foi encerrada a discussão do relatório do nobre Senador Tasso Jereissati.

Eu coloco a matéria em votação.

A votação é nominal.

Os Senadores já podem votar pelo sistema eletrônico.

Aqueles que não... (*Pausa.*)

A votação é simbólica? Não é mais nominal, não? (*Pausa.*)

A votação, aliás, é simbólica.

Então, Srs. Senadores e Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Tasso Jereissati, o substitutivo, e será encaminhado para a Comissão de Meio Ambiente, onde será também apreciado em decisão terminativa.

Portanto, foi aprovado o substitutivo do Senador Tasso Jereissati, com as alterações que foram feitas de acordo com o seu entendimento.

Mensagem nº 2.

Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a contratação de operação de crédito.

Eu pediria aqui ao Senador Carlos Fávaro que assuma a Presidência, porque eu vou relatar.

O SR. CARLOS FÁVARO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT. *Fora do microfone*.) – Não sou membro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Não é membro, não? Tasso, você pode assumir aqui, para eu relatar um projeto do interesse do Estado do Rio de Janeiro, da capital do Estado do Rio de Janeiro, nossa Cidade Maravilhosa?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Em uma demonstração desprendimento dos soteropolitanos, que foram sucedidos – hein, califa? – pela cidade do Rio de Janeiro como capital do Brasil... Anteriormente, era Salvador.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Quatro e meia eu te ligo.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE) – Vamos ao item.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 86, DE 2022

- Não terminativo -

Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de até US$ 135,238,245.00 (cento e trinta e cinco milhões, duzentos e trinta e oito mil, duzentos e quarenta e cinco dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos serão destinados ao Projeto de Ajuste e Desenvolvimento Sustentável do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro Sustentável (PEF).

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Não apresentado

Relator, Senador Otto Alencar, que tem a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA. Como Relator.) – Agradeço a V. Exa., Senador Tasso Jereissati.

Esta é a Mensagem nº 86, de 2022, da Presidência da República, nº 621, de 24 de novembro de 2022 na origem, que solicita a autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$135.238.245, de principal, entre o Rio de Janeiro, o Estado do Rio de Janeiro e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), cujos recursos se destinam ao financiamento do Projeto de Ajuste de Desenvolvimento Sustentável da capital do Estado do Rio de Janeiro, dirigida pelo Prefeito Eduardo Paes.

Este é um projeto que foi desenvolvido pelo ex-Secretário da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro e hoje Deputado Federal, competente Deputado Federal Pedro Paulo.

Trata-se de pleito do Município do Rio de Janeiro na contratação desse empréstimo, e o programa em questão foi considerado como possível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamento Externo, na forma da Recomendação do Cofiex nº 3, de 17 de fevereiro de 2022.

A Secretaria do Tesouro Nacional, por meio do Parecer SEI nº 11.884/2022/ME, de 22 de agosto, prestou as devidas informações sobre as finanças da União e analisou as informações referentes ao mutuário, manifestando-se favoravelmente ao oferecimento da garantia da República Federativa do Brasil à referida operação de crédito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Banco Central efetuou o credenciamento da operação em 9 de junho de 2021, sob o Registro de Operações Financeiras TB 112.692. E o Procurador-Geral da Fazenda Nacional, por intermédio do seu Parecer SEI nº 12.856/2022/ME, de 6 de outubro de 2022, pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais e regularidade na apresentação dos documentos requeridos pela legislação para o encaminhamento do processo ao Senado Federal para fins de autorização da presente operação de crédito e da correspondente concessão de garantia por parte da União, desde que previamente a assinatura dos instrumentos contratuais seja verificada e o cumprimento substancial das condições de pagamento de precatórios e formalização do respectivo contrato de contragarantia entre o ente e a União.

Análise.

A minuta do acordo de empréstimo indica que o financiamento visado tem dois objetivos: fortalecer a gestão fiscal para melhorar a sustentabilidade fiscal de médio prazo; e acelerar a transição para o desenvolvimento urbano de baixo carbono resiliente e inclusivo.

O desembolso do empréstimo ocorrerá em uma única tranche. Trata-se de uma operação a ser realizada no âmbito do Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal, regulamentado pela Lei Complementar 178, de 2021. Destaca-se que a Prefeitura do Rio de Janeiro solicitou adesão ao PEF em 4 de novembro de 2021, deferida pela Secretaria do Tesouro Nacional em 20 de dezembro de 2021.

Com efeito, o já citado Parecer SEI, considerando atendidas as exigências todas já anunciadas na inclusão do programa na Lei Orçamentária de 2022 do município, 7.235 de 2022; a obtenção de autorização do Poder Legislativo local e oferecimento das contragarantias da União; o cumprimento da regra de ouro das finanças públicas que veda a realização de operações de crédito em montante superior às despesas de capital; a observância do limite para relação de despesas e receitas correntes; o atendimento do limite do comprometimento da respectiva receita corrente líquida pelas operações contratadas no âmbito do PEF; a situação de adimplência do ente em relação ao garantidor; a existência de margem suficiente para que o município reembolse a União caso tenha que honrar o compromisso assumido na condição de garantidora.

Quanto à oportunidade e à conveniência, e à viabilidade aos riscos do Tesouro Nacional, o titular daquele órgão entendeu que a presente operação de crédito deve receber garantia da União.

Por fim, conforme PGFN, foi observado o disposto no art. 8º da Resolução nº 48 do Senado Federal, de 2007, que veda a disposição contratual de natureza política atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que implique a compensação automática de débitos e créditos.

Voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em conclusão, o pleito do Município do Rio de Janeiro encontra-se de acordo com o que preceitua a Resolução do Senador Federal nº 15, de 2020, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

Projeto de Resolução do Senado Federal.

Autoriza o Município do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$135.238.245 para o empréstimo nas atividades que foram aqui explicitadas.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º. O Município do Rio de Janeiro é autorizado a contratar operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de US$135.238.245.

Parágrafo único. Os recursos da operação destinam-se ao financiamento do Projeto de Ajuste e Desenvolvimento Sustentável do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro Sustentável.

Art. 2º. A operação de crédito referida no art. 1º desta resolução deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro;

II – credor: Bird;

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US$135.238.245;

V – juros: taxa de financiamento garantida durante a noite, acrescida de margem variável divulgada periodicamente pelo Bird;

VI – atualização monetária: variação cambial;

VII – cronograma estimado: US$135.238.245 em 2022;

VIII – prazo total: 258 meses;

IX – prazo de carência: 18 meses;

X – prazo de amortização: 240 meses;

XI – periodicidade de amortização: semestral;

XII – sistema de amortização: constante;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

XIII – comissão de compromisso: 0,25% ao ano sobre o saldo não desembolsado;

XIV – comissão de abertura: 0,25% sobre o valor do financiamento;

XV – sobretaxa de exposição do Bird ao País: 0,5%;

XVI – juros de mora: 0,5% acrescido à taxa de juros da operação, em caso de mora.

Portanto, Sr. Presidente, esse é o meu relatório, que é pela aprovação do empréstimo à capital do Estado do Rio de Janeiro, à Cidade Maravilhosa, que hoje é comandada pelo Prefeito Eduardo Paes, que, com muita honra, está filiado ao nosso partido, o PSD. Esse foi um projeto do seu antigo Secretário de Fazenda, hoje Deputado Federal, Pedro Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE) – Muito obrigado...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Assessora de Salvador como capital do Brasil.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Mas não fica e nunca ficou nenhum baiano e nenhuma baiana com nenhum tipo de inveja, porque Salvador deve muito pouco ao Rio de Janeiro e o Rio de Janeiro a Salvador também. são duas cidades belíssimas. Não venha com essa história, não.

Eu sei que o senhor defende Floripa.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE) – Não vai criar briga, não é, Senador?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Não vai criar briga entre carioca e baiano. Carioca e baiano têm muita coisa em comum.

Eu diria a você o seguinte, como se diz na Bahia: tanto faz dar na cabeça como na cabeça dar. Carioca onça na terra e baiano tubarão no mar. Acabou o problema. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Baiano não nasce, baiano estreia. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – A matéria está em discussão.

Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Gostou da rima?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE) – Antes de abrir a discussão, eu gostaria de fazer uma menção a dois consultores legislativos que nos prestigiaram e foram fundamentais na execução do nosso projeto de crédito de carbono, dois consultores que eu queria aqui homenagear e agradecer pela contribuição gigantesca que eles deram: o Habib Fraxe, provavelmente primo do Esperidião... O que você é do Esperidião?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE) – E o Ailton Braga. Estão os dois aí. Muito obrigado a vocês dois.

Com a palavra o Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Presidente Senador Tasso, meu querido Senador Otto – parabéns pelo seu relatório –, demais colegas, a cidade do Rio de Janeiro tem uma carência muito grande de investimentos. A Prefeitura, assumida pelo Prefeito Eduardo Paes, do qual o PL inclusive tem como seu Vice o nosso emblemático Nilton Caldeira, um baluarte da política... Desde a fundação do PL, fazemos parte do Governo de igual forma.

O Rio de Janeiro é uma cidade que teve muita dificuldade em acertar as suas finanças por conta de uma gestão anterior bem desastrosa. Para terem uma ideia, até o ano passado o Rio de Janeiro estava no Cauc. Eu não conseguia nem transferir emenda para a minha própria cidade. Felizmente, houve o saneamento das finanças do Rio e agora o Rio mostra capacidade inclusive para a retomada de empréstimos.

Durante os dois primeiros anos, a cidade sofreu com a falta de investimento, teve muita dificuldade. Ainda está a olhos vistos para quem visita o Rio de Janeiro a desordem urbana, problemas com transporte e necessidade de investimentos.

No campo da sustentabilidade, do desenvolvimento sustentável, o Rio de Janeiro sempre esteve à frente, sempre foi pioneiro dos grandes projetos e agora retoma, através desse empréstimo, a possibilidade de dar seguimento a projetos que são do maior valor para a cidade do Rio de Janeiro.

Então, com essas considerações, acrescentando ao excelente relatório do Senador Otto, venho pedir aqui o apoio aos colegas e essa ajuda na votação para aprovarmos o empréstimo de US$135.238.245 para a cidade do Rio de Janeiro. Que sejam bem investidos e faça o Prefeito da cidade um bom uso.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE) – Alguém mais querendo discutir? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Qual é o projeto?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE) – É o projeto de empréstimo para o Rio de Janeiro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Sr. Presidente, só queria encaminhar um requerimento de urgência para que seja apreciado no Plenário hoje ainda essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE) – Projeto aprovado.

Coloco em votação o requerimento de urgência assinado pelo Senador Carlos Portinho e pelo Senador Otto Alencar.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Você permaneceu como está? (*Risos.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Eu sou a favor.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE) – Aprovado então.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente, eu sou portador da solicitação do Senador Jorginho Mello para que entre na pauta primeiro o item 3, já que eu tinha pedido uma inversão. É seguir a pauta, então: o item 3, além da votação do item 1 e logo depois do 4, para o qual eu tinha pedido inversão de pauta, mas agora...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Item 3

ITEM 3

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 127, DE 2021

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que "Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte".

Autoria: Senador Jorginho Mello (PL/SC)

Relatoria: Senador Irajá

Relatório: Favorável ao projeto com quatro emendas de redação apresentadas.

Observações: *Em 29/11/2022, foi apresentada a Emenda nº 1 (substitutivo), do Senador Carlos Portinho*

O projeto de lei é de autoria do nobre Senador Jorginho Mello, hoje Governador do Estado de Santa Catarina. Quero parabenizá-lo pelo seu trabalho, pela sua campanha. E o Relator é o Senador Irajá, a quem eu concedo a palavra.

Senador Irajá. (*Pausa.*)

Está concedida a palavra, Senador Irajá.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, senhoras e senhores, colegas Senadoras e Senadores, vou direto ao relatório.

Vem ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei Complementar nº 127, de 2021, de autoria do Senador Jorginho Mello, que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, para retirar a obrigatoriedade da adoção de sublimite de R$3,6 milhões para efeito de recolhimento do ICMS e do ISS, para os estados cuja participação no Produto Interno Bruto brasileiro seja maior do que 1%, ou para aqueles que não tenham adotado o sublimite de receita bruta anual de R$1,8 milhão.

O PLP nº 127, de 2021, está disposto em quatro artigos.

O art. 1º altera o art. 19 da Lei Complementar nº 123, de 2006, para retirar a obrigatoriedade da adoção de sublimite de R$3,6 milhões para efeito do recolhimento do ICMS e do ISS, para os estados cuja participação no Produto Interno Bruto brasileiro seja maior do que 1%, ou para aqueles que não tenham adotado o sublimite de receita anual de R$1,6 milhão. Em qualquer caso, a aplicação de sublimites será opcional para os estados e para o Distrito Federal.

Como decorrência dessa alteração, o art. 13-A da Lei Complementar nº 123, de 2006, que determina a aplicação do sublimite da receita bruta anual de R$3,6 milhões, como condição para o enquadramento do contribuinte como empresa de pequeno porte para efeitos de recolhimento do ICMS e do ISS no Simples

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional; e o §4º do art. 19 da Lei Complementar nº 123, que trazia exatamente a obrigatoriedade de aplicação do sublimite.

O art. 2º do PLP, por sua vez, estende para a sexta faixa de cada um dos anexos os mesmos percentuais de repartição da receita entre os tributos aplicáveis à quinta faixa, em decorrência da extinção da obrigatoriedade da aplicação do sublimite de R$3,6 milhões. Na redação atual, em função da aplicação obrigatória do sublimite, a arrecadação do Simples Nacional da sexta faixa é repartida apenas entre os tributos federais. Com a aprovação do PLP em análise, o ICMS e o ISS poderão continuar sendo recolhidos dentro da sistemática do Simples Nacional, caso o estado ou o Distrito Federal não opte pela aplicação do sublimite de R$3,6 milhões.

Por fim, o art. 4º da proposição dispõe que a lei que dela se originar entrará em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos a partir do oitavo mês subsequente ao da sua publicação.

Na justificação, o autor expõe a complicação que representa, para os fiscos e para o contribuinte, a existência dos sublimites obrigatórios no Simples Nacional, que obriga diversas empresas a pagarem o ICMS e/ou o ISS fora desse regime tributário.

A matéria foi distribuída unicamente à CAE, em apreciação não terminativa. No Plenário do Senado Federal, necessita de voto favorável da maioria absoluta dos membros da Casa para sua aprovação, nos termos do art. 69 da Constituição Federal.

Na CAE, não foram apresentadas, até mais ou menos uma hora atrás, emendas à matéria.

Análise.

A competência da CAE para analisar proposição relativa a tributos advém do inciso IV do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal.

No tocante à constitucionalidade, em relação ao PLP 127, de 2021, verificamos:

a) a competência da União para legislar sobre Direito Tributário, nos termos do inciso I do art. 24 da Constituição Federal;

b) a competência da União para instituir tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte e regime único de arrecadação dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos termos da alínea "d" do inciso III do *caput* e do parágrafo único do art. 146 da Constituição Federal.

Quanto à juridicidade, o PLP 127, de 2021, está em harmonia com o ordenamento jurídico pátrio e não viola qualquer princípio geral do Direito, sendo necessários, contudo, alguns reparos pontuais para sanar erros materiais e evitar dúvidas na interpretação e aplicação de seus dispositivos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Impõe-se a correção de todas as tabelas dos Anexos I a V, que apresentam ajustes não justificados, alteração nos limites superiores das faixas que correspondem aos limites de receita bruta anual para enquadramento como ME e EPP, respectivamente, de R$360 mil para R$450 mil; e de R$4,8 milhões para R$6 milhões, no novo teto.

Os reparos acima são apresentados sob a forma de emendas de redação.

Com relação à técnica legislativa, o PLP 127, de 2021, obedece aos ditames da Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. É necessário apenas um pequeno reparo na ementa para explicitar o objetivo da proposição, o que será feito por meio de emenda de redação.

No que diz respeito às normas fiscais, a proposição é adequada do ponto de vista orçamentário-financeiro, pois não gera renúncia de receitas para a União.

Quanto ao mérito, a proposição merece guarida. A facultatividade da aplicação de sublimites ao Simples Nacional em relação ao ICMS e ao ISS é, de fato, medida que contribui para a efetiva simplificação do regime tributário das empresas de pequeno porte, trazendo benefícios para o contribuinte e para as administrações tributárias.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, adequação financeira e orçamentária, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei Complementar 127, de 2021, com as emendas de redação que foram apresentadas.

Emenda de Redação nº...

O voto é favorável, Presidente.

Eu gostaria de agradecer a oportunidade de relatar essa matéria, cumprimentando e parabenizando o Senador Jorginho Mello pela autoria do projeto e pela proposição, que tem como objetivo, na essência, simplificar o nosso regime tributário, que todos nós sabemos como é complexo, colocando de forma facultativa aos estados e aos municípios a retirada da obrigatoriedade da adoção de sublimites.

Essa é uma iniciativa importante que visa a gerar ambiente de negócios no país, sobretudo agora, no período em que nós saímos definitivamente dessa trágica pandemia que nós vivemos nos últimos dois anos.

Eu queria agradecer a oportunidade, agradecer e cumprimentar o Senador Jorginho Mello, que inclusive está presente na sessão, e parabenizá-lo também pela vitória nas últimas eleições ao Governo de Santa Catarina, desejando muita sorte e sucesso na gestão.

Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Irajá.

Parabenizo-o pelo relatório e coloco a matéria em discussão.

Para discutir, Senador Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Meu caro Presidente, Senador Otto, e querido Relator, Senador Irajá, eu sou autor da Emenda nº 1, que é um substitutivo que versa sobre três questões.

Certamente na origem, quando o Senador Jorginho Mello ingressou com esse projeto de sua autoria, sem dúvida alguma o foco era a questão do sublimite, mas, com o avançar dos meses, surgiu no seio da sociedade uma discussão a que o Senador Jorginho de forma alguma poderia ficar alheio. Ele me trouxe essa discussão, que diz respeito ao aumento do teto das micros e pequenas empresas, ou seja, a uma atualização na tabela, aumentando as faixas. Esse é um ponto fundamental dessa emenda. Essa é uma discussão que está na mesa, esse é um projeto que trata justamente do estatuto. Embora tenha mirado originalmente o sublimite, há uma demanda da sociedade pela atualização do teto para a micros e pequenas empresas. E eu aqui sou o interlocutor da demanda do Senador Jorginho Mello, que nos representa muito bem e a esse setor. Esse é o primeiro ponto de que eu gostaria, Senador Irajá, como falamos anteriormente... Podemos levar para o Plenário? Podemos, mas eu acho que é um tema sensível e que tem o apoio do Governo – quero deixar registrado – e é simpático a todo o setor, àqueles que empreendem no nosso país.

A segunda questão diz respeito a justamente corrigir um defeito de uma legislação anterior que está jogando os acordos tributários, a composição de dívidas tributárias para a Receita Federal, quando a composição tributária em qualquer atividade empresarial tem ocorrido com a PGFN. É a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional que tem, na verdade, a relação dos devedores, que tem os valores atualizados e que tem por lei... Eu entendo... E deveria ser assim, não fosse essa alteração mais recente que tumultuou. Na verdade, o que a gente quer é recuperar o que sempre foi e o que é para outras empresas: se você vai negociar o seu déficit tributário é com a PGFN, com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e não, com a Receita Federal, que tem outras funções.

Então, basicamente são esses dois tópicos: atualização da tabela que eu apresento e o aumento das seis faixas. O anexo traz justamente os novos valores, os percentuais de alíquota e o valor a deduzir de cada um proporcionalmente. E o anexo traz também o percentual de repartição dos tributos: dessas alíquotas, o que vai para o Imposto de Renda, o que vai para CSSL, o que vai para a Cofins, o que vai para PIS-Pasep, CPP e ICMS.

Então, Senador Irajá, como acredito que é uma demanda positiva, atual, que trata do mesmo projeto, porque, inicialmente, é o sublimite, mas ele altera o Estatuto da Micro e Pequena Empresa, eu entendo que é pertinente essa emenda neste momento e gostaria de saber de V. Exa. se haveria a possibilidade de acatar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esses dois itens: o aumento das faixas e a composição com a Fazenda, com a Procuradoria da Fazenda Nacional, como sempre é para outras empresas.

Em caso negativo, Senador Irajá, apenas lamento, vamos reapresentar, mas acho que é uma oportunidade de o texto já aqui embasado por todos, pelo apoio de todos, poder ir para o Plenário na sua forma final, acolhendo esses dois pontos de emenda. Se não for o caso, eu peço apenas que seja registrado que foi rejeitada a Emenda nº 1, por mim apresentada, e o farei de novo no Plenário, mas acho que a gente pode avançar já aqui na CAE, que é o foro temático competente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Eu pergunto ao Senador Irajá, que é o Relator, sobre a observância do que propõe aí o Senador Portinho e qual seria a conclusão a respeito do...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Mas o Senador está *online* aqui, ele pode até responder ao Portinho agora.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – Não, é porque talvez haja Senadores que não concordam com a emenda do Carlos Portinho pela repercussão que ela pode ter nas finanças dos estados...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Deixe-me perguntar ao Irajá aqui. Ele está *online*.

Senador Irajá, V. Exa. ouviu as ponderações colocadas pelo Senador Portinho?

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO. *Por videoconferência*.) – Para poder ampliar o debate, seria importante a gente ouvir também a opinião do autor do projeto, que está presente na sessão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Pois não.

Senador Jorginho Mello, o Senador Irajá propõe ouvi-lo a respeito do que foi colocado pelo Senador Carlos Portinho, V. Exa. que é o autor do projeto.

O SR. JORGINHO MELLO (Pela ordem.) – Eu faria um apelo ao Senador Irajá – até conversei com ele um pouquinho alguns minutos atrás – sobre... Eu sei que chegou agora, há pouco tempo, às mãos dele essa emenda do Senador Portinho, mas é uma oportunidade de ir para o Plenário com toda a aprovação. Foi discutido com o Governo, está tudo nos conformes para que... O subteto é uma opção do Governador em fazer ou não. Então, dá o direito, porque é uma lei complementar, de o Governador de poder manter o sublimite, porque hoje ele tem um subteto, tem 4,8 mil, ele pode ficar em 3,6 mil, e alguns outros sublimites. Ele pode... Se quiser, ele mantém; se quiser ficar no limite do Governo Federal, ele pode deixar. Então, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

faria um apelo ao Senador Irajá, ele que sempre foi muito parceiro da micro e pequena empresa e tem nos ajudado e muito, que se ele pudesse acatar esse substitutivo do Senador Portinho, nos ajudaria muito em Plenário, com exceção do art. 18, desse percentual do ISS, que é um assunto mais complicado e que tinha que ser conversado depois com o próprio Governo e o Sebrae, que fez essa proposição, mas eu acho que não pode estar no corpo do projeto. Então, acatar o substitutivo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Porque é um tributo municipal.

O SR. JORGINHO MELLO – É. Com a exceção, com a exceção do art. 18, que é um tributo municipal, e a gente não pode estar interferindo nisso.

Então, eu faço um apelo respeitoso ao Senador Irajá, pergunto se ele pode acatar o substitutivo, excluindo o art. 18.

Eu agradeço. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Obrigado, Senador Jorginho.

Senador Irajá. Senador Irajá.

Com a palavra o Senador Irajá, Relator.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO. Como Relator. *Por videoconferência*.) – É claro que nós estamos completamente abertos a sugestões que têm como objetivo, Presidente, aprimorar a proposta, principalmente quando há uma ideia ou há uma iniciativa, como aconteceu com a do Senador Portinho, para que nós possamos ampliar os tetos de enquadramento tanto da empresa de pequeno porte quanto do Simples Nacional, como houve aqui uma emenda apresentada anteriormente que propunha, que propôs, na verdade, uma ampliação de R$4,8 milhões para R$6 milhões.

No que se refere à parte da discricionariedade da Receita ou mesmo da PGFN para arbitrar sobre repactuações de dívidas de passivos tributários, eu também tenho uma convicção pessoal de que é o fórum adequado.

Então, eu acho que a gente não está divergindo aqui no mérito, mas, talvez, na forma, em como fazê-lo, até porque esse substitutivo foi apresentado agora na abertura da sessão, ou seja, nós não tivemos tempo hábil para poder analisar todo o substitutivo. Inclusive, há uma sugestão do próprio Senador Jorginho de que seja revogado não sei se o art. 8º ou art. 18, que ele mencionou. E, se faz a sugestão, certamente, é porque é plausível.

Então, eu não tenho discordância. Pelo contrário, tudo que tem como objetivo melhorar o ambiente de negócio, facilitar a vida do pequeno empresário é uma bandeira que eu defendo há 12 anos no Congresso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional, e o faço com a maior alegria, prazer e convicção. Então, não tenho nenhum óbice às sugestões que foram apresentadas. Nós só precisamos aqui adequar o texto, porque há uma restrição por parte do autor a um artigo... Eu não entendi bem qual é o artigo, até porque o substitutivo foi apresentado agora na abertura da sessão e nós não tivemos tempo hábil de analisar, mas eu estou plenamente de acordo. Ao que for bom para o micro e pequeno empresário brasileiro eu sou favorável. Ao que, obviamente, for ruim, não conte com a minha solidariedade.

Eu estou aberto, Presidente, a esse ajuste, seja agora, na CAE, que é o fórum apropriado, seja também no Plenário, até porque não é uma matéria terminativa. Eu estou aberto a sugestões e a construir um texto consensual. Não há nenhuma discordância.

O SR. JORGINHO MELLO – Senador Presidente Otto, eu agradeço a sensibilidade do Senador Irajá. O texto seria então o do substitutivo, com a exclusão do artigo décimo oitavo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Dezoito.

O SR. JORGINHO MELLO – Art. 18 do substitutivo do Senador Portinho.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Senador Portinho.

Depois, tem a palavra o Senador Guaracy e depois o Senador Veneziano.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Deixe-me só fazer um esclarecimento.

O meu querido Fernando Bezerra até chamou a atenção, para o fato de que o aumento das faixas poderia culminar em algum prejuízo na arrecadação principalmente dos estados que têm uma arrecadação em cima de empresas de pouco faturamento.

Mas, na verdade, como esse é um tema, Senador Fernando, que já brotou na sociedade e está sendo discutido na Câmara – há um parecer do Consefaz para a Câmara em que ele estabelece o que seria essa faixa –, essa é a faixa que a gente está adotando. Então, a gente está adotando a faixa sugerida pelo Consefaz. Assim, entendo que o prejuízo é mitigado, porque tem embasamento técnico e do próprio Consefaz.

Então, só para deixar claro, seria a aprovação das emendas, com exceção daquela que trata do art. 18, ou seja, a emenda que aumenta a faixa e a emenda que leva à PGFN a transação tributária, como sói ocorrer em diversas outras situações empresariais.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Pois não! Senador Guaracy com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Para discutir.) – Bom dia! Peço a bênção de Deus sobre a Presidência do Senador Otto, dos nossos colegas, de todos que estão aqui e do povo brasileiro que nos assiste.

Parabenizo a brilhante relatoria do Senador Irajá, esse jovem extremamente competente, extremamente trabalhador e extremamente sensível às necessidades da nossa sociedade, que age com muito trabalho, muita eficiência e muita humanidade e que também aceita ponderações, com isso mostrando um espírito democrático. Então, parabenizo o nosso Relator, o mais jovem Senador da República, o Senador Irajá. Parabéns, meu Senador, e que Deus abençoe muito você e sua casa! Desejo a mais pronta recuperação de sua esposa, a belíssima Milena.

Parabenizo também esse Governador Jorginho Mello, que Santa Catarina soube escolher, o que é bom. Aliás, Santa Catarina é um estado espetacular. Eu só viajo a trabalho, não viajo a passeio, mas de vez em quando eu invento de fazer uma viagem para Santa Catarina, que é um lugar diferenciado. E, Jorginho, você foi o mais votado. O povo catarinense realmente teve muito juízo e muita sabedoria ao escolhê-lo. Acompanhei, não estando aqui no Senado, à época, sua atuação brilhante, combativa em todas as situações, e V. Exa., de fato, mostrou uma grande sensibilidade quando pensava na pequena empresa, na microempresa.

A emenda de nosso Líder Portinho também é muito importante. Isso traz justamente a lume do povo brasileiro que nós realmente nos preocupamos com a sociedade brasileira, e isso deve ser o dever de cada Senador, de cada homem, de cada mulher e de cada pessoa que tem responsabilidade com esta pátria e que quer realmente a transparência e o melhor para o Brasil.

Não podemos nos esquecer do brilhante Senador, também de Santa Catarina, Esperidião, que sempre está aqui conosco; do Fernando Bezerra; do nosso companheiro Tasso; e do Otto também. Então, companheiros, nós estamos realmente trabalhando para o bem do Brasil.

A minha apreciação é pela matéria do Senador Jorginho, hoje Governador Jorginho. Pela inteligência sempre pronta do Senador Esperidião e do Portinho e de todos os colegas aqui... Então, sou extremamente favorável. Parabenizamos, pelo trabalho, os senhores.

Jorginho, Deus o abençoe no Governo de Santa Catarina, aquele estado tão belo, tão bonito, de praias tão lindas, desde Camboriú a Chapecó! Que seja um estado extremamente abençoado, desde a divisa com o Oceano Atlântico até a divisa com a Argentina! Que aquele estado seja coberto de bênçãos do Altíssimo!

Deus abençoe a todos!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Guaracy.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, mais uma vez, meus cumprimentos! Bom dia!

Eu, igualmente, cumprimento todos os presentes e o autor, Jorginho Mello, que se consagrou, na sua passagem parlamentar, como aquele que se pôs sempre em defesa dos micro e pequenos empreendedores.

Sempre tivemos injustiça, mas haveremos, como de fato se constata na fala do Senador Irajá, o Relator, a quem cumprimento, de ter preocupação. Essas mudanças sugeridas pelo nosso brilhante Senador Carlos Portinho se dão na manhã de hoje, o que não nos permite, em que pese toda a força argumentativa e o alcance que se quer dar – isso não se discute – ao mérito proposto pelo Senador Portinho... Mas é um tempo muito exíguo para que nós nos debrucemos sobre os impactos sugeridos na ampliação dessas subfaixas.

Não obstante a segura fala do Senador Portinho trazendo que esses levantamentos já foram feitos, necessário se faz, Presidente, a mim me parece... E por isso peço a V. Exa. e aos demais outros companheiros, sem perda absolutamente de que nós, brevemente, antes do término do ano e das atividades e, portanto, dos próprios debates que haveremos de ter em Plenário sobre a mesma... Eu gostaria de pedir vista a V. Exa. em relação à proposta que trouxe o relatório do Senador Irajá, para a qual foi apresentada uma emenda substitutiva pelo Senador Carlos Portinho. Não quero dizer com isso que desconheço o seu alcance. Antes pelo contrário, nós apenas queremos esse pequeno tempo – quem sabe já para a próxima semana, e me disponho a fazê-lo –, para que apreciemos com mais acurácia essas sugestões feitas, visto que até mesmo o Senador Jorginho Mello dissente de uma das mudanças propostas pelo Senador Carlos Portinho.

Então, eu peço, *data maxima venia*, aos companheiros presentes vista desse item.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Presidente, quero fazer apenas um acréscimo, se me permite, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Senador Portinho...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Se puder ser vista coletiva, eu fico à disposição para subsidiar o Senador Veneziano com os estudos do Consefaz e para apresentar qualquer dado a todo Senador que ache isso necessário.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Senador Esperidião Amin...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. *Por videoconferência*.) – Obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, é evidente que o Senador Veneziano... Todos nós conhecemos o Regimento, e a vista é regimental. Acho que o pedido de vista tem que ser respeitado, mas eu queria frisar que o fato de esse subteto ou sublimite ser uma faculdade para o Estado acolher, acho que reduz muito das dúvidas que estejam sendo suscitadas.

Lembro que o clamor pela atualização desse sublimite já nos levou a várias discussões, como disse o Senador Portinho. Quer dizer, o Consefaz, ou seja, o conselho dos secretários de Fazenda, todos reconhecemos que o que está acontecendo, na prática – com um limite tão baixo e com uma inflação que, ninguém pode negar –, é filhote. Eu visitei recentemente lojas vizinhas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, vizinhas da seguinte forma... Como V. Exa. é sempre o nosso recurso médico e biológico, além de traumatológico, no sentido do sonho que a palavra trauma traz – sonho, em alemão, *traum* – V. Exa. me ensinou que isso se chama cissiparidade, está certo? É quando uma célula se divide em duas, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O califa que me ensinou.

Então, é um fenômeno até bizarro, mas eu tenho confiança de que a vista do Senador Veneziano é um pedido de vista construtivo, e esse assunto vai ser sanado o mais rapidamente possível, até porque temos que reconhecer que essa necessidade não foi inventada nem pelo Senador Portinho, nem pelo Senador Jorginho, que o autor do projeto. É algo reconhecido por todos como sendo uma atualização.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Pois não.

Então, está concedida vista coletiva.

O item do Senador Fernando Bezerra é o item 2, não é? (*Pausa.*)

Cinco.

Vamos para o item do Senador Fernando Bezerra. É o item 5?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Aqui está aparecendo como...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) –

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 1789, DE 2019

- Terminativo -

Eleva para 6% do imposto devido, até 31 de dezembro de 2025, o limite de dedutibilidade do valor das doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente efetuadas diretamente na Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas.

Autoria: Senador Flávio Arns (REDE/PR)

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Pela aprovação do projeto, com duas emendas apresentadas.

Observações: *A matéria foi apreciada pela CDH, com parecer favorável ao projeto.*

Não é isso?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Então, com a palavra.

Esse é um projeto de autoria do Senador Flávio Arns, e a relatoria é do Senador Fernando Bezerra, para quem eu passo a palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, encontra-se nesta Comissão o Projeto de Lei nº 1.789, de 2019, do Senador Flávio Arns. A proposição objetiva elevar para 6% do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas devido, a partir do exercício de 2021 até 31 de dezembro de 2025, o limite de dedutibilidade do valor das doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente efetuadas diretamente na Declaração de Ajuste Anual.

Para tanto, inclui inciso IV no §1º do art. 260-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, que hoje fixa em 3% o referido limite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em suas razões, o autor demonstra, com dados da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, o sucesso da ideia, desde que foi inscrita no ECA pela Lei 12.594, de 18 de janeiro de 2012, e argumenta haver "chegado o momento de aproveitar integralmente a potencialidade da sistemática e elevar de 3% para 6%" o limite.

A proposição encontra-se nesta Comissão para decisão terminativa, após ter sido aprovada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em 8 de agosto de 2019, nos termos do Parecer nº 88, de 2019.

Análise.

Compete à Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos dos arts. 91, inciso I, e 99, inciso IV, do Regimento Interno, opinar sobre proposições relativas a tributos, finanças públicas e normas gerais de direito financeiro, dispensada a competência do Plenário.

A matéria objeto da proposição versa sobre o Imposto de Renda da Pessoa Física, sua disciplina é condizente com a competência legislativa da União (arts. 24 e 153, inciso III, da Constituição) e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional, não havendo impedimentos constitucionais formais nem materiais à sua regular tramitação.

Com efeito, conforme estipulado no art. 48 da Constituição, cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União. Nesse ponto, não há, nos termos dispostos no art. 61, combinado com o art. 84, ambos da Constituição Federal, prescrição de iniciativa privativa do Presidente da República.

Foi respeitado o comando inserto no art. 150, §6º, da Constituição, que exige lei específica para a concessão de qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições.

No tocante à juridicidade, a proposição afigura-se correta. O meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos é o adequado. A matéria nela tratada inova o ordenamento jurídico. O PL também possui o atributo da generalidade, aplicando-se a todas as situações de fato que se insiram na hipótese legal, e se revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

As regras regimentais também foram respeitadas. A técnica legislativa precisa ser apurada. A ementa necessita indicar a norma objeto de alteração, e a linha pontilhada após o *caput* do art. 260-A da Lei 8.069, de 1990, na forma do art. 1º do PL, deve ser retirada.

Segundo a Nota Técnica – e aqui chamo a atenção dos membros desta Comissão –, Nota Técnica de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 37, de 2022, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado, a medida adotada no PL não gera impactos orçamentários e financeiros maiores do que aqueles que, atualmente, já se produzem sobre as finanças públicas. Isso porque as providências propostas não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aumentam, elevam ou expandem o já existente limite de dedutibilidade, o qual se encontra previsto no art. 22 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

No mérito, o projeto possibilita ao contribuinte do Imposto de Renda da Pessoa Física que opta pelo modelo completo de DAA destinar até 6% do valor do seu imposto devido para os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente diretamente na declaração. Atualmente esse percentual é de 3%, ou seja, a pessoa física hoje já pode deduzir até 6%, mas existe um limite para você fazer a doação para o Estatuto da Criança e do Adolescente, que é 3%. O que está se propondo com essa iniciativa do Senador Flávio Arns é que a pessoa física possa chegar a até 6% da dedutibilidade que já está prevista na legislação.

O valor total passível de doação para os mencionados fundos, no ano calendário, já é de 6%, ou seja, atualmente, o contribuinte que assim desejar pode, por exemplo, fazer as doações no valor total de 6% do imposto devido durante o ano, ou fazer doações de 3% durante o ano e mais 3% na declaração. A vantagem da doação na declaração é que o contribuinte, neste momento, sabe exatamente o valor disponível para doação e isso facilita e, mais ainda, estimula a prática.

Nesse sentido, apesar de o PL não aumentar o percentual total passível de doação, ele gera um estímulo ao contribuinte ao incrementar o percentual que pode ser doado no momento do preenchimento da declaração, o que é muito bem-vindo.

De fato, como já exposto na Comissão de Direitos Humanos, o Estatuto da Criança e do Adolescente, para cumprir sua missão de proteger e de promover a infância e a juventude do Brasil, necessita disciplinar o custeio das instituições que lhe dão vida. Dessa forma, é importante o apoio à proposta de dedução de até 6% do valor do imposto devido para doações feitas diretamente pela cidadã ou pelo cidadão na declaração anual.

Por fim, tendo em vista já nos encontrarmos no ano-calendário 2022, necessária a atualização da redação do inciso IV do §1º do art. 260-A da Lei nº 8.069, de 1990, nos termos do art. 1º do PL.

Isso posto, Sr. Presidente, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.789, de 2019, com as emendas abaixo, que estão discriminadas e já disponibilizadas no sistema eletrônico aqui da nossa Comissão.

Portanto, o nosso voto é pela aprovação, com a apresentação de uma emenda de redação, que já está disponível.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Fernando Bezerra e o parabenizo.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o Projeto de Lei nº 1.789, de 2019, nos termos do relatório apresentado.

A votação é nominal.

As. Sras. Senadoras e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Quem estiver de acordo com o relatório...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, como o voto vai ser registrado, eu queria que V. Exa. desse curso ao item 4, se fosse possível...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... designando Relator *ad hoc*...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Farei agora. (*Pausa.*)

O painel está aberto para votar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... mas esclarecendo que o Relator, Senador Vanderlan, através da sua assessoria, se dirigiu à Comissão dizendo que não poderia estar presente e que concorda com a designação de um *ad hoc*, de acordo com a sua possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Eu peço, inclusive, desculpas a V. Exa., Senador Esperidião Amin – sempre presente, um dos primeiros a chegar –, porque eu terminei por colocar o outro projeto.

O item 4 que pede é de iniciativa do Senador Esperidião Amin, o Projeto de Resolução do Senado nº 23, de 2022, que institui a Frente Parlamentar de Apoio ao Microcrédito e às Microfinanças.

O seu Relator é o Senador Vanderlan Cardoso, que deu parecer favorável à matéria. O Relator não está presente.

Assim que concluir a votação nominal do projeto anterior, eu vou solicitar ao nobre Senador Fernando Bezerra que possa relatar *ad hoc* esse da Frente Parlamentar de Apoio ao Microcrédito, que é de iniciativa do Senador Esperidião Amin.

V. Exa., Senador Esperidião, concorda com a relatoria do Senador Fernando Bezerra ou tem alguma restrição?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Acho que é uma espécie de reparação. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Está bom.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não chega a ser o resultado de um termo de ajustamento de conduta, mas é uma reparação de danos. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Os Senadores e as Senadoras que não conseguirem votar no sistema remoto podem declarar voto nominal pedindo a palavra, será cedida a palavra e a declaração de voto, como tem sido feito normalmente aqui na Comissão de Assuntos Econômicos. (*Pausa.*)

Senador Irajá, Senador Julio Ventura, Senador Paulo Paim, Senadora Rose de Freitas, Senador Mecias de Jesus, Senador Veneziano Vital do Rêgo, Senador Omar Aziz, Senador Confúcio Moura, Senador Alexandre Silveira.

Senador Paulo Paim, concedo-lhe a palavra. Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Eu quero só adiantar que eu estou à distância, mas já votei. Se o meu nome não saiu no painel, eu acompanho...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Já saiu, Senador Paulo Paim. Agradeço a V. Exa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Ah, tá! Obrigado, Presidente.

Aproveito a oportunidade para agradecer a V. Exa. sobre a audiência pública que teremos amanhã de manhã, V. Exa. me assegurou, como autor do requerimento, que eu vá presidir. É uma audiência para nós muito importante que vai discutir a criação do estatuto profissional dos trabalhadores, cientistas e cooperativistas. Todas as centrais vão participar, inúmeras confederações, porque é um tema que tem que ficar bem claro seu significado na versão final em relação à estrutura sindical hoje e à criação das cooperativas. O Deputado Federal Baleia Rossi é o autor, o Relator é o Senador Eduardo Braga. Ambos – sinto – estão abertos ao diálogo e para ouvir o conjunto do movimento sindical.

Então, Senador Otto Alencar, eu agradeço muito a V. Exa. a oportunidade de todos que são a favor ou contra participem desse debate amanhã de manhã. Eu representarei, porque eu não sou autor nem o Relator, mas sou interessado no tema, V. Exa. nesse debate.

Obrigado, Senador Otto Alencar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Obrigado, Senador Paulo Paim, e me coloco inteiramente à disposição de V. Exa. em qualquer tema que aqui desejar.

Os Senadores podem votar.

Já votaram oito Senadores, e esta é uma matéria de votação nominal, com quórum qualificado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, se o senhor quiser eu posso fazer a leitura do item.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Pode sim. (*Pausa.*)

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Se não tem quórum ainda, eu quero só me somar a V. Exa., ao Senador Esperidião Amin, a todos que homenagearam aí o Senador Tasso Jereissati.

O Senador Tasso Jereissati é um marco para a história do Parlamento, é um grande Líder, um homem que ouve todos os lados. Na própria reforma da previdência, em que ele foi Relator, me ouviu de forma, eu digo, exaustiva. Quantas reuniões eu pedia? E ele me ouviu. E toda vez em que havia um projeto polêmico nesta Casa que envolvia as áreas de atuação de todos nós – no meu caso eu sinto agora –, ele sempre esteve aberto ao diálogo, a encontrar a saída, à discussão. O Senado perde.

Mas, Senador Tasso Jereissati, eu ainda quero fazer uma homenagem para V. Exa. é no Plenário, no dia em que V. Exa. naturalmente fará um discurso. Como foi dito por todos, não que seja o afastamento da vida pública – o Brasil não pode perder o senhor –, mas, se V. Exa. não estiver no Senado, eu tenho certeza que no dia a dia da sua vida V. Exa. estará sempre defendendo as causas do povo brasileiro.

Um abraço!

Eu tinha que me somar porque eu vi aí a fala de tantos, mas eu a farei no Plenário, para ficar um pouco mais próximo do mérito e da história de V. Exa., Senador Tasso Jereissati.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Senador Paulo Paim, eu concordo plenamente com V. Exa. O Senador Tasso Jereissati sempre será uma referência no Senado Federal, com sua presença ou até com sua ausência.

Então, eu peço ao Senador Fernando Bezerra que, então, enquanto se aguarda a votação, V. Exa. possa relatar a matéria, *ad hoc,* porque o Senador Vanderlan Cardoso não está presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO N° 23, DE 2022

- Não terminativo -

Institui a Frente Parlamentar de Apoio ao Microcrédito e às Microfinanças.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC) e outros

Relatoria: Senador Vanderlan Cardoso

Relatório: Favorável à matéria.

Observações: *A matéria será apreciada pela CDIR.*

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vem ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Resolução do Senado nº 23, de 2022, de autoria do Senador Esperidião Amin, que institui, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar de Apoio ao Microcrédito e às Microfinanças.

A proposição foi apresentada em 3 de agosto de 2022 e foi designada para tramitar na Comissão de Assuntos Econômicos, seguindo posteriormente para a Comissão Diretora do Senado Federal

A constituição de frentes parlamentares no âmbito do Congresso Nacional, seja na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal, ou mesmo bicamerais, dá-se na lacuna regimental. Essas iniciativas baseiam-se, essencialmente, na liberdade de organização política no seio do Parlamento e na vontade da atuação parlamentar lateralmente às tarefas típicas da atividade legislativa e fiscalizatória.

Vale dizer, para ilustrar, que a única menção a grupo ou frente parlamentar nos regimentos da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional encontra-se no texto do Senado Federal, no seu art. 42, *in verbis*:

> Art. 42. O Senador afastado do exercício do mandato não poderá ser incumbido de representação da Casa, de comissão, ou de grupo parlamentar.

Verifique-se que, mesmo nessa única referência, não se trata de uma definição para esse Colegiado, mas numa enumeração junto a outros tipos de organização do Parlamento abaixo do Plenário. Evidentemente, encontraremos nos regimentos abordagens para Comissão ou representação, menos para grupo parlamentar.

Na Câmara dos Deputados, o Ato da Mesa nº 69, de 2005, com fundamento no art. 15, incisos I e VII, do Regimento Interno daquela Casa, regula a matéria. Segundo o art. 2º do mencionado ato, considera-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se frente parlamentar a associação suprapartidária de pelo menos um terço de membros do Poder Legislativo Federal, destinada a promover o aprimoramento da legislação federal sobre determinado setor da sociedade.

No Senado Federal, não existe norma a respeito, o que não demonstra a falta de importância das frentes parlamentares, mas o princípio da liberdade de organização no que concerne a elas. Seu substrato são as diversas possibilidades de atuação parlamentar no sentido da cooperação, da dedicação a um tema ou do enfrentamento de um problema específico.

Foi baseado nesse princípio que o Senador Esperidião Amin propôs a criação da Frente Parlamentar de Apoio ao Microcrédito e às Microfinanças, com os objetivos previstos no art. 1º do projeto, entre os quais realizar encontros, seminários, congressos, reuniões, intercâmbios e outros eventos que visem a disseminar experiências e informações referentes à utilização de crédito em empreendimentos de micro e pequeno portes e seus impactos socioeconômicos, como a geração de emprego e renda (art. 1º, inciso VII).

Ressalte-se que a liberdade de associação é reforçada no art. 2º do projeto, que determina que a frente será integrada, inicialmente, por Senadores e Deputados Federais que assinarem a ata de sua instalação, podendo a ela aderir outros membros do Congresso Nacional.

Do ponto de vista do mérito, a proposição está perfeitamente adequada aos objetivos da atuação congressual, expressa principalmente nas palavras do Senador Esperidião Amin, autor da matéria. Nas palavras do Senador, os microempreendedores e as microempresas, em que pese sua importância econômica, enfrentam limitações estruturais de acesso ao mercado de crédito devido à elevada assimetria de informação entre os empreendimentos e as instituições financeiras, à escassez de garantias e à maior vulnerabilidade, características dos micros e pequenos negócios.

Nesse sentido, ainda segundo o autor da matéria, a Frente Parlamentar de Apoio ao Microcrédito e às Microfinanças visa reunir lideranças e Parlamentares para atuarem junto aos órgãos federais e outras instituições que compõem o sistema financeiro e de crédito no país, a fim de impulsionar e acompanhar o setor de microfinanças no Brasil, especialmente o microcrédito produtivo, dando-lhe a atenção e relevância necessárias para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, a exemplo do que já acontece em vários outros países.

O Congresso Nacional deve, pois, se debruçar sobre os temas de microcrédito e microfinanças e submetê-los ao seu escrutínio, avaliando seus impactos e aprimorando e propondo políticas públicas que levem ao seu crescimento para beneficiar os micro e pequenos negócios que geram boa parte dos empregos e da renda no Brasil.

Voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado Federal nº 23, de 2022.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o relatório e esse é o voto em relação à proposição do nobre Senador Esperidião Amin.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Assim que concluirmos a votação nominal, colocaremos essa matéria em votação.

Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Se V. Exa. me permite, eu posso colocar em votação, porque a votação é simbólica.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Pode!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Então, em discussão. (*Pausa.*)

Não há nenhum Senador ou nenhuma Senadora que deseja discutir o tema...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Posso fazer só um comentário?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – O autor, que ficou em silêncio, só agora quer comentar. Eu concedo para o comentário a V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu sou o devotado lutador ou tento lutar pela causa da microempresa. Há pouco nós assistimos, digamos, ao aspecto estrutural e fiscal do apoio que temos de dar – foi o sentido do projeto de autoria do Senador. Este aqui diz respeito ao crédito.

E não foi à toa de Muhammad Yunus ganhou o Prêmio Nobel da Paz defendendo o banco dos pobres. Bengali – ele é de Bangladesh –, estudou na Inglaterra e ganhou o Prêmio Nobel da Paz em 2006, defendendo o Grameen, o banco que ele criou em Bangladesh, em que 92% das operações eram com mulheres, numa sociedade islâmica em que havia dificuldade até de contato: ele tinha que ficar do lado de fora da casa, e as mulheres iam fazer operação de crédito de US$0,5, de US$1. Qual o problema? Não tem garantia. O sistema financeiro do mundo exige garantia. Ora, quem não tem garantia, quem é informal vai fazer o quê? Então, ele ganhou o Prêmio Nobel da Paz e, de lá para cá, nós estamos todos procurando mecanismos de crédito; não é o fiscal, não é o estrutural. Então, esse é um esforço complementar àquele que vem sendo feito pelo Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o próprio Senador Jorginho Mello hoje renovou a sua luta nesses termos. Santa Catarina foi o primeiro estado do Brasil a criar o Estatuto da Microempresa, em 1983, mas o estatuto é parte do problema ou da solução do problema.

O crédito exige sistema de mútuo, sociedade garantidora de crédito, crédito solidário. Enfim, o mundo está desenvolvendo vários mecanismos para favorecer a operação de crédito para o micro ou empresário individual, como nós chamamos no Brasil. Então, esse é um esforço a mais.

Eu queria agradecer tanto ao Senador Vanderlan quanto aos que já subscreveram a frente, dizendo que nós vamos ter essa luta certamente renovada na próxima sessão legislativa.

Mas a verdade é a seguinte: Senador Tasso Jereissati, para quem não tem garantia para oferecer, é muito difícil. E criar mecanismos ágeis... Eu diria mais: o sistema financeiro não tem nem sala para receber, nem ambiente físico para receber o microempresário. Então, o crédito cooperativo e outros mecanismos, inclusive esses que eu já mencionei, têm que ser criados, implementados e apoiados para resultarem em um capitalismo mais difundido.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE) – Presidente, me permite?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Pois não.

Senador Guaracy...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE) – Só para complementar...

Desculpe, Senador.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Não, pode falar, precedência da idade. (*Risos.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE. Pela ordem.) – Senador Esperidião Amin, só para complementar a sua palavra, uma das inovações... V. Exa., inclusive, citou aí, mas, a meu ver, a grande inovação feita lá em Bangladesh do banco dos pobres foi esse problema com o crédito. Ele criou, como V. Exa. sabe – e eu cheguei a participar, em determinado momento, das discussões do projeto dele –, o crédito solidário, em que o empréstimo entre as pessoas mais vulneráveis, que não tinham condições, carentes, era feito em grupos. Se um dos elementos do grupo ficasse inadimplente, todos os outros eram apenados – apenados não é bem a palavra –, teriam o seu crédito prejudicado e nenhum, provavelmente, de um grupo de cinco, por exemplo, teria um crédito renovado. Então, havia uma solidariedade muito grande, e a inadimplência chegou a uma mínima muito menor do que nos grandes bancos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Menos de 2%.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE) – Menos de 2%.

Era só para complementar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Senador Guaracy.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Primeiro, eu tenho que parabenizar realmente a iniciativa do Senador Esperidião, esse Senador que chamo de nosso filósofo, embora ele não goste muito da frase – não sei como ele gostaria que o chamasse –, mas eu vou continuar chamando-o de filósofo do Senado. Senador, realmente, nós encontramos, quando falamos do pequeno, do empresário individual, uma grande dificuldade. Eles não conseguem nem ser recebidos nos bancos. Na verdade, é isso daí.

Hoje existem tantos bancos no Brasil – já houve muitos, diminuíram, e agora começaram os bancos digitais –, mas o microempresário praticamente não existe na visibilidade, no radar dos bancos.

Senador Tasso, como V. Exa. é um grande empresário, reconhecido no Brasil todo, de família empresarial, é claro que nunca vê essa dificuldade, mas sente essa dificuldade. A gente vê a sensibilidade de V. Exa., que, por sinal, é um Senador que vai fazer muita falta não só a esta Casa, mas ao Brasil – ao Brasil! V. Exa. vai fazer muita falta devido a conhecer tanto o sistema empresarial, como o político e o social, como o nosso Senador Fernando Bezerra também, dois nordestinos que vão fazer muita falta neste Parlamento. Mas a Bíblia Sagrada diz que há tempo para tudo, não é? Há o tempo em que nós estamos aqui, depois vamos sair, mas vamos continuar, enquanto Deus permitir vida, trabalhando com patriotismo para que o Brasil seja cada dia mais justo e melhor.

O Senador Esperidião tem muita sensibilidade. Nós temos que realmente facilitar, Presidente Otto, para que o pequeno, o micro, o empresário individual seja ouvido, seja visto, porque, olhem... O pequeno empresário, Senador Tasso, para chegar a um banco, precisa pedir audiência e vai ficar numa fila lá por não sei quanto tempo. É muito mal atendido o nosso pequeno empresário. Temos realmente de olhar com muito carinho porque, enquanto uma grande empresa precisa de milhões para gerar um emprego, um pequeno empresário, com poucos mil reais, gera uma empresa. Nós temos que, realmente, fazer o que pudermos, o que estiver em nosso alcance para gerar a facilidade, o apoio. Isso é realmente uma ação cristã e patriótica.

Que Deus abençoe nosso pequeno empresário e o Senado brasileiro!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Já concluído o número de votantes para que seja aberto...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, deixe-me fazer um apelo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Pois não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Peço que V. Exa. também possa votar nessa importante matéria.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Está completa a votação ali, 14 votos são o suficiente para a abertura do painel de votação...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas V. Exa. pode votar...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Não...

O SR. JORGINHO MELLO – Votar de coração, não é, Presidente? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – ... do projeto relatado pelo nobre Senador Fernando Bezerra, que foi aqui Líder do Governo, a quem eu chamava carinhosamente de mágico, porque conseguiu ser Líder com grande habilidade, contribuiu para o Brasil, aprovando matérias importantes em momentos polêmicos e de alta tensão dentro do Senado Federal. Tenho admiração muito grande por V. Exa.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Obrigado.

Presidente, antes de abrir o painel, eu também queria me associar às diversas manifestações que ocorreram aqui mais cedo em relação a essa figura ímpar do Senador Tasso Jereissati. É evidente que eu já disse a ele que ele vai fazer o discurso de despedida do Senado Federal num dia em que eu também estarei em Plenário me despedindo, mas tenho a obrigação de aqui, nesta Comissão, dar este depoimento em favor do Senador Tarso. Ele sempre foi presente nesta Comissão em várias discussões. Em todas as reformas que o sistema financeiro nacional enfrentou, em todos os debates sobre políticas públicas na área da economia, sobre desenvolvimento social, teve presença constante, serena e trouxe a autoridade da sua trajetória.

Eu queria lembrar um pouco essa trajetória. Eu conheci o Senador Tasso antes de ele ingressar na política. Era um grande empresário no Ceará, líder empresarial, militou no Centro Industrial do Ceará. Quando, em 1986, varreu o movimento de renovação e de esperança por todo o Brasil, o Senador Tasso foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

convocado pela sociedade cearense para viabilizar um projeto de mudança no Ceará. Ele se elegeu e transformou o Estado do Ceará.

Mais do que transformar um estado do Nordeste que enfrenta tantas adversidades, o Senador Tasso Jereissati inaugurou uma escola da nova política do Ceará e do Nordeste. Ele conseguiu projetar quadros políticos para a política estadual e nacional. Depois, foi presente no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso com sua liderança. A primeira presença dele aqui no Senado Federal foi em debates que ficaram marcados nos *Anais* aqui desta Casa.

Portanto, eu quero dizer que o Senado, de forma particular, e a política, de forma geral, vão sentir muito o afastamento do Senador Tasso dos mandatos legislativos de que ele tão bem se desincumbiu nos diversos momentos em que teve o privilégio de representar o povo do Ceará, seja no seu estado, seja aqui no Congresso Nacional.

Portanto, meu amigo Tasso Jereissati, que Deus o abençoe, o proteja, o guarde e que você não se recolha apenas aos seus interesses particulares e empresariais, mas fique sempre atento aos movimentos da política nacional, porque você tem muito ainda a oferecer, a contribuir para ajudar o Brasil a ser um país mais justo, mais próspero e mais igual.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE. Pela ordem.) – Presidente Otto, eu não poderia deixar de falar um pouco sobre as palavras do meu querido amigo Senador Fernando Bezerra.

Como ele disse, nós nos conhecemos antes de nós entrarmos na política, quando também ele era um empresário, junto com sua família, atuante, muito atuante, no Nordeste brasileiro, não só em Petrolina, em Pernambuco, em Sergipe, na Bahia, e já tinha uma liderança, junto com seu espírito empresarial, e um espírito público muito grande.

Não quero fazer aqui parecer que a gente está fazendo uma troca de lantejoulas, mas não posso ficar indiferente à também despedida que o nosso querido Fernando Bezerra faz a esta Casa, porque ele tem – aí, sim! – uma trajetória aqui nesta Casa, como V. Exa. falou, Presidente Otto, e uma presença marcantíssimas. A sua Liderança aqui nesta Casa marcou época; marcou época aqui, como disse o Senador Otto, através da sua habilidade, inteligência e benquerença dos seus pares. Benquerença... Esta foi uma questão fundamental aqui, Senador, que foram as mágicas que o Senador Fernando conseguiu, porque as pessoas estavam sempre prontas para ouvi-lo e prontas para ajudá-lo por conta dessa sua habilidade muito grande, apesar de ele alterar seu temperamento exaltado – quando ele fica vermelho, ele não precisa nem falar, porque eu, que o conheço, já sei que lá vem pau! –, ao mesmo tempo, de uma ternura e de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

solidariedade imensas. Então, nós todos nos propúnhamos a votar com ele até para ajudá-lo, porque todos o queriam e o querem muito bem. Eu queria ressaltar essa importância.

Eu sempre digo, Senador Otto, que eu não sei o que teria sido do Governo Bolsonaro sem esse Senador aqui à frente. E, às vezes, a meu ver, não foi entendido pelo Governo o trabalho gigantesco que ele desenvolveu aqui dentro.

Infelizmente, também o Senado vai perder essa liderança e essa condição e propriedade de articulação imensa que o Senador tem aqui dentro. Mas a gente inicia um novo ciclo, não é? Um ciclo termina, e quem sabe outro ciclo comece! E é muito bom a gente sair daqui, porque a gente constrói muitos amigos aqui dentro.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Pela ordem.) – Senador, eu queria fazer um pequeno aparte.

O Senador Fernando Bezerra e V. Exa. não vão fazer falta somente ao Senado; vão fazer falta à nação brasileira. Suas experiências e patriotismo são algo realmente de extrema relevância. Então, vão fazer muita falta à nação brasileira.

Nós temos que registrar isso, Senador Otto. V. Exa. está reeleito por mais oito anos, vai ficar mais uma temporada aqui, com a graça de Deus.

Os senhores, no dia 31, estão encerrando o seu mandato, como nós, mas a vida, pela graça de Deus, continua. Vamos fazer nas nossas atividades o melhor pelo povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Com a palavra o Senador Julio Ventura, pelo sistema remoto.

Senador Julio Ventura, V. Exa. tem a palavra.

O SR. JULIO VENTURA (PDT/PDT - CE. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Boa tarde a todos! Boa tarde ao senhor!

Estou tentando entrar, mas não estou conseguindo. Estou agora embarcando para Brasília.

Mas quero dizer que meu voto é "sim", o.k., Senador?

Muito obrigado, Presidente Otto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Eu agradeço a V. Exa.

Eu queria concordar, Senador Fernando Bezerra, com as palavras do Senador Tasso Jereissati. Tanto eu quanto o Senador Tasso tivemos, no período do Governo Jair Bolsonaro, uma posição de oposição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsável a algumas matérias que foram aqui encaminhadas e também muito até em cima de procedimentos que foram realizados pelo próprio Presidente da República sobretudo na área da saúde, quando nós criamos aqui a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as questões da pandemia – na verdade, a nosso ver, poderia ter havido um trabalho, através do Ministério da Saúde, que pudesse evitar tantos e quantos brasileiros que perderam as suas vidas –, e também em outros projetos que foram encaminhados e debatidos em Comissões e no Plenário do Senado Federal.

O Tasso falou que, no seu discurso, às vezes, V. Exa. saía da exaltação e voltava para a calma imediatamente. Todas as vezes em que aconteceu isso, nunca V. Exa. usou uma palavra que tivesse sentimento de hostilidade contra qualquer um dos Senadores aqui, ou seja, podia até debater o tema com exaltação, defendendo a sua tese – V. Exa. tem muito conhecimento, é praticamente um curinga da administração pública, entende de tudo de que se tratou aqui dentro – com muita competência e com muita convicção, e conseguia aprovar, como aprovou, tantos projetos que terminaram até com votação positiva, com o apoiamento nosso, meu e do Tasso, porque era de interesse do povo brasileiro, como a matéria que foi aprovada do orçamento da vida, que chamaram de orçamento da morte – não sei como chamaram na época –, que atendeu estados e municípios.

Nós aprovamos outra matéria e até o endividamento da União, permitindo estourar o teto em várias oportunidades. Levantei agora com minha assessoria que, só neste ano, o atual Presidente da República, o Governo Federal furou o teto em R$112 bilhões – só neste ano de 2022. Eu tenho item por item, que levantei agora, e V. Exa. conseguia nos levar até a aprovar essas matérias que foram encaminhadas, esses projetos, contra até uma concepção... Eu votei, por exemplo, pelo teto dos gastos, se eu não me engano, em 2016, através do Ministro Henrique Meirelles – "Chama o Meirelles" – na época em que nós também éramos oposição ao Governo Michel Temer, e, nesse período, a contribuição de V. Exa. ao Brasil foi muito grande.

Quero parabenizá-lo, porque ser Líder de um governo que criava permanentemente, gestava permanentemente as crises oriundas lá do Palácio do Planalto que chegavam aqui – e V. Exa. tinha essa capacidade de transformar a crise na Ordem do Dia, e, na Ordem do Dia, com aprovação e votação – tinha que ser um mágico. Por isso, eu sempre chamava V. Exa. de mágico, porque conseguiu fazer e ajudar o Brasil nesse período.

Está de parabéns, é um grande nordestino, um grande brasileiro, um grande político! Lamentavelmente, como o Tasso, vai nos deixar fisicamente, mas eu quero sempre consultá-lo. Deixe o telefone, não desligue o telefone, porque eu vou ligar, como liguei várias vezes, para consultá-lo, como vou consultar o Tasso, com a sua experiência e a contribuição que pode dar.

Portanto, esse é o depoimento que eu faço, de consciência e de coração, a respeito do comportamento de V. Exa. como Líder no Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, peço que se abra o painel do Senado – já são 17 votantes – para que nós possamos avaliar a votação dos Senadores e das Senadoras.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Votaram 16 Senadores SIM.

A matéria, em caráter terminativo, está aprovada e será feita a devida comunicação ao Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco, nos termos do art. 91, §2º, do Regimento Interno.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 23ª Reunião, realizada no dia 22 de novembro de 2022.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata, a sessão está encerrada.

(*Iniciada às 9 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e dois minutos do dia trinta de novembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Confúcio Moura, Flávio Bolsonaro, Carlos Viana, Esperidião Amin, Plínio Valério, Luis Carlos Heinze, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Jean Paul Prates, Jaques Wagner, Marcos do Val, Rodrigo Cunha, Izalci Lucas e Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Veneziano Vital do Rêgo, Eliane Nogueira, Guaracy Silveira, José Serra, Flávio Arns, Tasso Jereissati, Lasier Martins, Oriovisto Guimarães, Giordano, Otto Alencar, Omar Aziz, Irajá, Romário, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Fernando Collor, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Julio Ventura e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 25/2022 - CAE, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS), e REQ 34/2022 - CAE, de autoria Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Finalidade:** Audiência pública com o objetivo de instruir o PL 537/2019, que "institui o Estatuto Profissional dos Trabalhadores Celetistas em Cooperativas". **Participantes:** Sr. Josimar Luis Cecchin, Representante da Industriall Brasil; Sra. Amanda Gomes Corcino, Representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Sr. Francisco Canindé Pegado, Representante da União Geral dos Trabalhadores – UGT; Sr. Eduardo Moraes Bestetti, Representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB; Sra. Ledja Austrilino Silva, Diretora de Assuntos de Cooperativismo e Economia Solidária da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST; Sr. Cláudio Mendes Neto, Representante da Central dos Sindicatos Brasileiros – CSB; Sr. Nelson Moreli, Presidente da Confederação Brasileira Democrática dos Trabalhadores da Alimentação - CONTAC; Sr. Mauri Viana Pereira, Representante da Central dos Sindicatos Brasileiros - CSB; Sr. Paulo Madeira, Presidente da Federação dos Trabalhadores da Indústria de Alimentação do Rio Grande do Sul; Sra. Francisca Trajano, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores/as do Ramo Vestuário – CNTRV; Sr. Julimar Roberto de Oliveira Nonato, Presidente da Confederação Nacional Dos Trabalhadores no Comércio E Serviços - CONTRACS; Sr. Gustavo Tabatinga, Representante da Confederação Nacional do Ramo Financeiro - CONTRAF; Sra. Rosane Simon, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio – CNTC; Sr. Arthur Bueno De Camargo, Representante da Confederação Nacional De Trabalhadores Da Alimentação - CNTA; e Sr. Luiz Carlos da Rocha, Representante da Federação dos Trabalhadores em Cooperativa do Paraná – Fetracoop. **Resultado:** Realizada audiência pública. Usaram da palavra os Senadores Paulo Paim e Fabiano Contarato; o Senhor Defensor Público-Geral Daniel Macedo; os Senhores e Senhoras Josimar Luis Cecchin, Amanda Gomes Cocino, Francisco Canindé Pegado, Eduardo Moraes Bestetti, Ledja Austrilino Silva, Mauri Viana Pereira, Nelson Morelli, Paulo Madeira, Francisca Trajano, Julimar Roberto de Oliveira Nonato, Gustavo Tabatinga, Rosane Simon, Arthur Bueno de Camargo, Luiz Carlos da Rocha e Cláudio Mendes Neto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/11/30

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, que se realiza nesta data, 30 de novembro de 2022.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 537, de 2019, que institui o Estatuto Profissional dos Trabalhadores Celetistas em Cooperativas, em atenção ao Requerimento nº 25, de 2022, CAE, de autoria deste Senador, e ao Requerimento nº 34, de 2022, CAE, de autoria do Senador Eduardo Braga, que é o Relator da matéria.

Temos aqui toda a nossa lista de convidados.

Vamos lá! Vamos seguir aqui o protocolo do meu chefe aqui, que orientou.

Eu faço a lista de tudo e depois que começa a fazer os convites? (*Pausa.*)

Está bom. Então, vamos lá!

Nós temos duas listas aqui, mas é uma forma de enfatizar até duplamente a presença de vocês aqui.

Foram convidados para participar de forma presencial e remota os seguintes convidados:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Sr. Josimar Luis Cecchin, representante da IndustriALL Brasil;

- Sra. Amanda Gomes Corcino, representante da Central Única dos Trabalhadores;

- Sr. João Moisés de Moraes, representante da Força Sindical;

- Sr. Francisco Canindé Pegado, representante da União Geral dos Trabalhadores;

- Sr. Eduardo Moraes Bestetti, representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil;

- Sra. Ledja Austrilino Silva, Diretora de Assuntos de Cooperativismo e Economia Solidária da Nova Central Sindical de Trabalhadores;

- Sr. Mauri Viana Pereira, representante da Central dos Sindicatos Brasileiros, aqui representado pelo Sr. Cláudio Mendes Neto;

- Sr. Nelson Morelli, Presidente da Confederação Brasileira Democrática dos Trabalhadores da Alimentação (Contac);

- Sra. Marli Melo do Nascimento, representante da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM);

- Sra. Francisca Trajano, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Vestuário;

- Sr. Julimar Roberto de Oliveira Nonato, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços;

- Sr. Gustavo Tabatinga, representante da Confederação Nacional do Ramo Financeiro;

- Sr. Aristides Veras do Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag);

- Sra. Rosane Simon, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio;

- Sr. Luiz Carlos da Rocha, representante da Federação dos Trabalhadores em Cooperativa do Paraná; e

- Sr. Arthur Bueno de Camargo, da CNTA.

Informo também que foi convidado o senhor representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM), que não pôde comparecer por motivo de força maior e que informou isso a esta Comissão.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, e 3no endereço senado.leg.br/ecidadania ou mesmo pelo telefone 0800 0612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado fará uso da palavra. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares que porventura estejam inscritos e que quiserem fazer perguntas ou comentários. Se eles não os fizerem, eu farei perguntas ou comentários com base no e-Cidadania. O e-Cidadania já mandou para cá uma série de perguntas.

Só para situar os telespectadores que estão nos acompanhando já ao vivo pela TV Senado, eu farei uma pequena fala de abertura.

Nesta minha fala de abertura, eu quero, em primeiro lugar, agradecer muito ao nobre e sempre Líder, Presidente desta Comissão, o Senador Otto Alencar, e também ao Vice-Presidente, o Senador Vanderlan Cardoso. Ambos, quando conversei com eles sobre a importância – e por isto o plenário está lotado – desta audiência, disseram: "Sem problema nenhum, Paim, vamos fazer o debate. E você vai presidir a sessão".

Vamos à introdução para aqueles que estão assistindo e para vocês mesmos aqui no plenário.

Bom dia a todos e a todas, aos Senadores e Senadoras, a todos os convidados aqui presentes, ao vivo, e àqueles que aqui estão de forma virtual e aos muitos que estão assistindo pelas redes e pela própria TV Senado!

A proposta desta audiência pública é debater o PL 537, de 2019, que institui o Estatuto Profissional dos Trabalhadores Celetistas em Cooperativas.

Inicialmente quero dizer que é uma satisfação enorme estar aqui com vocês – eu, que vim do movimento sindical, pertenço a essa história, a esse caminho, falo com muita satisfação. É muito bom estar aqui com vocês debatendo esse tema tão importante para os trabalhadores.

Estamos falando de um universo de 4.880 cooperativas e 18,8 milhões de cooperados, segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

O sistema, segundo dados de 2021, gerou 493 mil postos de trabalho.

O projeto trata de um assunto de interesse de todo esse universo de trabalhadores... (*Pausa.*)

Olha aqui, viu? Contarato! Pedi a ele que ele tinha de estar aqui, senão eu não poderia nem iniciar o debate, tinha que ter um Senador presente. E ele está aqui! Vamos dar uma salva de palmas para ele! (*Palmas.*)

E, naturalmente, dentro do tempo que ele puder, ele vai interagir conosco.

Eu estou fazendo uma leitura do tema para o telespectador, meu querido amigo, colega e grande Senador Contarato, e depois vamos iniciar o debate. Você aqui não tem hora para falar, fala quando quiser.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O sistema, segundo dados de 2021, gerou 493 mil postos de trabalho.

O projeto trata de um assunto de interesse de todo o universo de trabalhadores, pois vem discutir as questões que, de uma forma ou de outra, pertencem a setores diferenciados, e consequentemente somente o debate pode construir a proposta adequada.

O objetivo desta audiência pública é trazer luz à matéria constante no PL 537 e nos ajudar na tomada de decisão, porque vamos ter de votar a matéria naturalmente tanto nas Comissões quanto no Plenário.

Por isso, o meu agradecimento ao Presidente desta Comissão, repito, e ao Relator, Senador Eduardo Braga, pelo apoio que nos deram para que eu presidisse esta sessão.

O debate em relação ao projeto versa sobre a possibilidade da ampliação e da criação desse estatuto.

E aqui vem o contraditório: o projeto, segundo informações, traria uma certa fragilidade – há duas posições no Plenário, e por isso eu estou enfatizando as duas questões – para o sistema sindical e para os trabalhadores, haja vista que eles já integram o sistema organizado.

A ideia, enfim, respeitando as posições de todos os líderes que estão aqui, é ouvir as entidades aqui representadas para que possamos deliberar a matéria com a certeza de que estaremos no caminho certo. Para tal, é necessário fazer essa reflexão e ouvir os especialistas e aqueles que realmente participam desse campo de atuação.

Como disse o famoso filósofo grego Sócrates: "Uma vida sem reflexão não vale a pena ser vivida". Alinhados ao pensamento desse consagrado filósofo e com a determinação de encontramos a melhor solução legislativa é que propomos a presente audiência pública.

Desejamos um bom debate para todos e que prevaleça o interesse dos trabalhadores do campo e da cidade.

De imediato, eu informo que nós vamos seguir o seguinte roteiro: abertura, que já fiz; considerações iniciais, que já fiz, apresentando os convidados.

E aqui vamos ao nosso tempo de cada um: serão cinco minutos, pela quantidade de oradores; serão cinco minutos de fala para cada convidado e dois minutos, no final, para as considerações finais.

Eu passo, de imediato, a palavra para os convidados, lembrando que teremos um espaço de perguntas. Agora eu sigo aqui o roteiro que me foi passado, de imediato.

Eu quero só dizer para vocês que quando chegar aqui o Dr. Daniel, que é o grande mestre dos defensores públicos federais... Eu tinha que receber um prêmio deles e teria que ser ou de manhã, lá, ou às 4 horas; às 4 horas, eu sou Relator de um projeto, e tem uma matéria que é o item 1, polêmico, que é a PEC

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

63, e eu tenho que estar também no Plenário. Então, nós combinamos aqui com o Senado. Eles vão me entregar aqui, o Dr. Daniel vem me entregar, então, o prêmio sobre...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já chegou. Então, se ele chegou, ele já entra agora e me entrega o prêmio. Em seguida, nós vamos iniciar o nosso debate. Ele pode entrar por aqui, inclusive.

O Contarato já recebeu dezenas de prêmios. Ele ganha todos os prêmios aqui. Ele é mais novo que eu, mas todos que eu ganhei ele já ganhou. E ele está aqui no primeiro mandato, e eu estou aqui há algum tempo. Só tem alguns que eu tenho uma quantidade maior, como o do Diap, porque eu entrei aqui na Constituinte ainda, lá em 1986, e ele entrou há 4 anos. Grande Contarato!

Dr. Daniel, por favor. Já conversamos aqui com o nosso Plenário, expliquei o motivo do nosso Defensor Público maior da Defensoria estar aqui conosco nesse momento. Ele só vai fazer uma falinha e me entrega essa pequena homenagem, já que eu não poderia estar lá nem agora de manhã... Eles disseram: "Vamos dar de manhã, então!" Eu disse: "De manhã também não dá, doutor" – porque teria aqui esse evento, não é? – "E nem posso estar à tarde devido ao Plenário, onde eu sou Relator inclusive de um projeto e vamos ter todo o debate da PEC 63.

Passo a palavra de imediato ao Defensor Público-Geral, Dr. Daniel.

O SR. DANIEL MACEDO (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

É um prazer estar aqui ao lado de um amigo. O Senador Paulo Paim é um amigo histórico da Defensoria Pública.

A Defensoria Pública da União e também das defensorias estaduais são aquelas instituições que estão ali com o pé na lama, pois conseguem visualizar aquele rosto empobrecido, o rosto invisibilizado, os excluídos como um todo. Aí eu falo de grupos vulnerabilizados mesmo. Exemplo: agora no meu Estado do Rio de Janeiro tem uma fila de 1,2 mil pacientes aguardando por um medicamento oncológico, uma cirurgia, uma radioterapia, e pelo menos um terço dessas pessoas não conseguem chegar na ponta para obter o seu tratamento. É a defensoria que faz essa ponte com o Diretor-Geral do Inca, com o Poder Judiciário.

Dos grupos sociais excluídos historicamente, comunidades tradicionais, as nossas comunidades indígenas, LGBTQIA+, dentre outros grupos que são excluídos, o Senador Paulo Paim é aquele amigo histórico. Aqui temos outro amigo histórico, Senador Fabiano Contarato, que está aqui na minha frente. E são pessoas que lutam intensamente pela Defensoria Pública Nacional, tanto a Defensoria Pública da União quanto a Defensoria Pública do estado. É preciso, sim, ter uma instituição fortalecida por essas pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós lutamos por direitos existenciais, o que significa dizer que, quando acordamos todos os dias, nós pensamos: "Alguém depende da gente".

E é importante ter um Parlamento com um olhar sensível para a Defensoria. Existe, sim, uma balança que está quebrada. A gente tem o Poder Judiciário federal com orçamento de R$12 bilhões, o Ministério Público Federal fortalecido com orçamento de R$7 bilhões e uma Defensoria Pública da União com R$660 milhões, com quase 4 milhões de atendimentos por ano, além também das Defensorias estaduais. Então, é importante ter Parlamentar que tenha essa vocação, que tenha esse olhar sensível para a instituição.

Esta é uma oportunidade de o chefe da instituição da Defensoria Pública da União reconhecer. Tem uma frase que diz que a gratidão é o primeiro dever de um homem. E nós temos muita gratidão pelo Senador Paulo Paim, por todos esses anos. A Defensoria é a instituição nova, são 30 anos de existência. E, durante quase toda essa existência, o Senador Paulo Paim é aquele Senador que pega a instituição, coloca embaixo do braço e faz acontecer, aprovando projetos de lei, fazendo a ponte com o Governo. Agora, com o novo Governo, abre-se uma nova esperança de uma instituição que é vocacionada à pauta social, às pautas sociais. Eu tenho certeza de que continuará essa parceria entre o Senador Paulo Paim, o Parlamento brasileiro, e a Defensoria.

Eu serei mais breve ainda e vou passar neste momento à condecoração, com a nossa medalha, do Senador nesta oportunidade.

Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado. Muito obrigado.

Contarato, venha aqui do lado, por favor – você já recebeu essas homenagens todas.

(*Intervenções fora do microfone.*)

(Procede-se à entrega de medalha e de certificado ao Sr. Senador Paulo Paim.) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O que diz o diploma aqui, Contarato, vou socializar:

> O Defensor Público-Geral Federal, Chanceler da Ordem do Mérito da Defensoria Pública da União, confere a Paulo Paim o Grau de Grão-Colar, nos termos da Portaria GABDPGF DPGU nº 317, de 29 de março de 2021.
> E, para constar, dou expedido o presente diploma.

Subscrito pelo Chanceler da Ordem, Dr. Daniel de Macedo Alves Pereira, Defensor Público-Geral Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Doutor. (*Palmas.*)

Eu só queria rapidamente – porque temos que iniciar o nosso debate – agradecer à Defensoria Pública da União, especialmente, aqui presente, ao Dr. Daniel, o Defensor Público-Geral Federal, por essa homenagem.

Eu me lembro de que – todos sabem que eu fui Constituinte – esse debate nós travamos lá no processo constitucional, foi um belo debate. E eu fui um daqueles tantos que defenderam.

E hoje, pessoal, por incrível que pareça, nesta semana ainda, um jornalista me falava que, na próxima legislatura, só teremos dois Constituintes. Alguém pode dizer: "Bom, só ficaram os que são melhores". Não, é porque a maioria já faleceu. Então, eu não quero entrar na outra lista, prefiro entrar nessa lista, não é? E, na Câmara, se eu não me engano, são somente seis os que estarão nos próximos quatro anos.

Eu tenho muito orgulho de ter participado da construção desse projeto lá na Constituinte.

O Defensor Público, de forma resumida, pessoal, é aquele que atende a todos os vulneráveis. É isso ou não é, doutor?

O SR. DANIEL MACEDO (*Fora do microfone.*) – É, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foram milhares e milhares e milhares, para não dizer quase que milhões. Se você usa o termo milhares, pode botar milhões de pessoas que nós, nesse período, de forma direta ou indireta, defendemos. Quem não sabe para onde correr, onde procurar para defender os seus interesses sempre tem a Defensoria Pública à disposição.

O SR. DANIEL MACEDO (*Fora do microfone.*) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se é negro, se é índio, se é branco, se é sem-teto, se é sem-terra, se é morador de rua, sempre terá, sempre terá.

Agora mesmo, na questão do auxílio de emergência, eu não tenho o número exato aqui, mas vocês...

O SR. DANIEL MACEDO – Foram 3 milhões de atendimentos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aí é que entram os 3 milhões. Mais de 3 milhões de pessoas que não iriam receber tiveram que entrar com o processo para receber o auxílio e acabaram recebendo.

Eu queria só dizer que, junto do Contarato... E ele é também – por isso, eu enfatizei tanto – um defensor da Defensoria aqui no Parlamento, em todos os momentos. Eu queria agradecer muito e agradeço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a vocês. Divido esse prêmio com vocês, porque vocês também são defensores, vocês são defensores no seu espaço daqueles que mais precisam. É aí que entra o movimento sindical, não é?

Eu tenho muito orgulho, Doutor, porque eu sou Parlamentar e termino agora... Vão ser quarenta anos com este mandato – entrei na Constituinte, tenho mais quatro anos e fecho com quarenta anos. Essa homenagem é uma forma de vocês dizerem: "Paim fez um bom trabalho. Está aqui a homenagem, pode voltar para casa".

O SR. DANIEL MACEDO (*Fora do microfone*.) – É isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Daqui a quatro anos, eu não pretendo concorrer – não pretendo, não; não vou concorrer. Eu encerro assim uma carreira em que vocês foram companheiros durante todo esse período. Foi sempre com vocês que eu caminhei. O movimento sindical foi onde iniciei. E é muito bom saber que, com o movimento sindical, eu saio do Parlamento, mas não saio do bom combate, das boas causas, sempre defendendo os interesses da nossa gente e combatendo, eu resumo nisto aqui, todo tipo de preconceito.

Há uma frase que eu gosto: um homem ou uma mulher que ainda não entendeu e não descobriu as causas que tem que defender a favor daqueles que mais precisam nem entendeu ainda a razão da sua vida.

Viva as causas do povo brasileiro!

Muito obrigado a todos! Muito obrigado, Dr. Daniel! Muito obrigado, Contarato! (*Palmas.*)

Obrigado, por ter vindo, Doutor. Sei que abriu uma exceção para vir aqui, porque eu teria que ir lá.

O SR. DANIEL MACEDO (*Fora do microfone*.) – Sempre abrirei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É a primeira vez que eles vêm ao Parlamento para entregar a medalha a pedido de um humilde Senador.

O SR. DANIEL MACEDO (*Fora do microfone*.) – Com certeza, exato.

Tudo de bom, Senador! Parabéns!

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Senador Paim, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora, agora, Contarato. A palavra é sua, Doutor, Senador, meu amigo – tenho muito orgulho de dizer –, parceiro de todas as horas. Eu disse, permita-me, Contarato: "Contarato, eu preciso de, no mínimo, um Senador para abrir, é o critério da Casa". Ele: "Sem problema, vou estar lá". A palavra é sua.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Obrigado, Senador.

Eu só pedi a palavra – desculpem-me os convidados –, porque eu vou ter que ir para outro compromisso, Senador Paim, e eu só queria aqui fazer um registro enquanto cidadão.

O senhor sabe que eu entrei no Parlamento, no Senado, em fevereiro de 2019, sendo que nunca exerci um mandato político na minha vida. E o povo capixaba me outorgou este mandato. Aqui eu chego em fevereiro de 2019, depois de passar 27 anos na Polícia Civil do Estado do Espírito Santo como Delegado de Polícia e Professor de Direito Penal e Processo Penal por mais de 25 anos.

O senhor sabe muito bem que esta Casa é uma Casa de vaidades. Eu fico triste quando as pessoas falam assim: "Ah, o Congresso Nacional representa o povo". Olhe, Senador, infelizmente, está longe ainda de representar. Eu queria muito que esta Casa tivesse uma representatividade maior dos trabalhadores... (*Palmas.*)

Uma representatividade maior das mulheres, uma representatividade maior dos pretos, dos pardos, dos indígenas, dos quilombolas, das pessoas com deficiência. Infelizmente, é uma Casa, na sua grande maioria, de homens que são, na sua grande maioria, ricos e engravatados, decidindo a vida de milhões de pobres.

Esse é um desabafo que eu quero fazer, porque eu me espelho muito em V. Exa. Quando V. Exa. fala de mim, eu me sinto até constrangido, porque, na verdade, quem se espelha em alguém sou eu em V. Exa. E eu não estou falando isso, porque estou aqui, pois existem coisas que a gente fala com os olhos, com a alma. A gente sabe quando uma pessoa está falando do fundo do coração, a gente sabe quando está falando apenas para florear ou para elogiar da boca para fora. O *marketing* da vida da gente é a vida da gente. O senhor tem uma trajetória política que é fenomenal, é histórica. Eu estar neste mandato ao seu lado, para mim, é histórico. Eu quero poder falar para os meus filhos, Gabriel e Mariana, e, se Deus me der netos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Assim, você me emociona. Pare aí, Contarato. (*Risos.*) (*Palmas.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Não! Não! Eu quero falar isto para eles: "Olhem, eu atuei como Parlamentar com um Parlamentar que tinha um olhar humanizador".

Por que eu estou falando isso? Porque esta audiência pública é para falar desse PL, mas eu sou testemunha, antes de ser Parlamentar, de que, em 2017, houve o discurso de que iam alavancar a economia, gerar emprego e renda e vilipendiaram a CLT, vilipendiaram os direitos dos trabalhadores, e aqui estava o Senador Paulo Paim, aguerrido – eu ainda não estava. Foi ali que se instituiu o trabalho intermitente, ali que se estabeleceu que mulheres grávidas lactantes trabalhassem em ambiente insalubre – se não fosse o Supremo declarar a inconstitucionalidade desse dispositivo, elas estariam trabalhando. Foi ali que se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estabeleceu que a homologação da rescisão de contrato de trabalho, que antes era feita pela Delegacia Regional do Trabalho e pelo sindicato, agora pudesse ser feita pelo empregador – é colocar a raposa para tomar conta da galinha. Isso não gerou emprego e renda, não alavancou a economia.

Em 2019, eu estava aqui e lembro perfeitamente que, em inúmeras audiências, estávamos eu e o senhor aqui no Plenário do Senado promovendo audiências públicas, literalmente, sozinhos – claro, com aguerrida Senadora Zenaide Maia e alguns outros, mas muito poucos –, defendendo, sendo contra a maldita reforma da previdência, que também veio com esse discurso de que ia alavancar a economia, gerar emprego e renda. E, mais uma vez, o que isso fez foi uberizar a relação trabalhista, foi estabelecer milhões de brasileiros que estão em situação de pobreza e extrema pobreza... Nós temos aí uma precarização da relação do trabalho. As pessoas, hoje, de 49, 50 anos que são demitidas, regidas pela CLT, não vão voltar para o mercado de trabalho. Essa é a realidade. Então, passou a ser quase uma missão impossível se aposentar no Brasil.

Eu só queria fazer esse registro e falar que V. Exa., para mim, é um dos homens em que eu mais me espelho no sentido de que a gente pode, sim, construir um mundo melhor.

Finalizo com uma frase de Thiago de Mello que diz que nós não temos caminho novo, o que temos de novo é o jeito de caminhar.

Parabéns! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador.

Esse é o Senador Contarato, nosso eterno parceiro aqui de todos os debates. Eu sei que ele vai ter que ir para outra missão.

De imediato, vamos agora ao nosso debate.

Eu já, num primeiro momento, situei a todos que estão nos assistindo agora.

Com a palavra o Sr. Josimar Luis Cecchin, representante da IndustriAll-Brasil.

Eu vou pedir que cada um, quando for falar, já que o tempo é pouco, se sente aqui ao meu lado para a televisão poder, com mais destaque, acompanhar a fala para todo o Brasil.

Eu vou pedir cinco minutos, pessoal, mas eu, quando entro numa audiência pública, não tenho pressa. Se alguém tiver que falar seis ou sete minutos, fique tranquilo, porque eu começarei a apitar a campainha só depois dos cinco minutos. O.k.?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSIMAR LUIS CECCHIN (Para expor.) – Exmo. Senador Paim, é uma satisfação estar aqui ao seu lado. V. Exa. é do nosso Estado do Rio Grande do Sul, um estado que tem muitos trabalhadores e trabalhadoras.

Em nome da IndustriAll-Brasil, em nome do nosso Presidente Aroaldo, que não pôde estar aqui, mas que deixa um agradecimento e um abraço ao senhor e a esta Comissão, quero dizer que a IndustriAll-Brasil é uma entidade formada por confederações do ramo da indústria e que vem atuando em um projeto para voltar a industrializar o nosso país.

Diante desses pontos, Senador, e do projeto pelo qual os senhores estão aqui, cujo debate é importante, quero agradecer a cada um e a cada uma por este importante momento em que a gente pode esclarecer os pontos daquilo que está divergindo dos pontos que eu acho que são do interesse de todos os que estão aqui, sobre a questão que traga direitos aos trabalhadores e que não prejudique os trabalhadores. Eu acho que essa é a intenção de todos os que estão aqui.

Com isso, nós vemos este projeto com algumas advertências aqui, porque tem algumas situações que precisam ser esclarecidas e entendidas para que haja concordância e possa dar seguimento.

Vejo que este projeto do Deputado Baleia Rossi... Em 2017, Senador, tinha um projeto que falava também sobre isso, que ficou apensado na Comissão do Trabalho. Esse projeto era o PL 9.305, de 2017. Ele tratava de algo muito parecido com isso, mas tratava sobre cooperados. Nós temos que entender que há duas situações: cooperados e trabalhadores celetistas em cooperativa.

Cooperados são trabalhadores que são filiados à cooperativa, entram com sua cota e recebem, pelo contrato, a divisão, no final do mês, do que a cooperativa tiver de lucro. Esse é o cooperado. Então, nós temos que entender isso e entender o projeto. Trabalhador celetista é o trabalhador que está me ouvindo, que é aquele com carteira assinada e que, hoje, pelo projeto, todos estão sendo contemplados por suas categorias, pelo CNAE de cada empresa; ou seja, o trabalhador que trabalha numa cooperativa de alimentos, que produz bolacha, já tem uma representatividade que é o seu sindicato de alimentos e que trata dessa situação das bolachas. Os trabalhadores que trabalham com carne nas cooperativas – tem várias, como a Aurora, no Estado do Paraná tem várias, enfim, para dar um exemplo – já têm sua representatividade constituída há mais de 10, 20, 30 anos.

Então, a pergunta é: pelo projeto, como ficam esses trabalhadores que já têm uma constituição formada, um acordo coletivo, uma convenção coletiva perante o item que fala em exclusividade?

Então, nós estamos alterando uma situação onde a gente não está...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSIMAR LUIS CECCHIN – ... entendendo como que fica a situação desses trabalhadores a partir desse momento, com a representatividade exclusiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um ponto importante que nós devemos compreender...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para alertar que, depois dos cinco, você tem mais um minuto para concluir, que está correndo já.

O SR. JOSIMAR LUIS CECCHIN – Tá. Obrigado.

Então, só para concluir, Senador, nesse ponto, nós divergimos nessas situações em que aquilo que está formado, que está ajustado e que está sendo representado que tenha uma emenda quanto a isso, para que fique assegurado o direito desses trabalhadores que já construíram esse histórico, que não pode ser retirado deles.

Daqui para frente... E eu acho que têm que ser incluídos os cooperados, porque aí não têm direito mesmo, Senador. Os cooperados, aqueles que são associados a uma cooperativa e que prestam serviço para a cooperativa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem! Ficou exatamente no tempo. Meus cumprimentos pela fala do Sr. Josimar Luis Cecchin, representante da IndustriALL-Brasil.

Em seguida, passamos a palavra à Sra. Amanda Gomes Corcino, representante da Central Única dos Trabalhadores. (*Palmas.*)

Informamos que, depois dos cinco minutos, eu darei mais um para as conclusões finais.

Seja bem-vinda, doutora! É um prazer.

A SRA. AMANDA GOMES CORCINO (Para expor.) – Bom dia!

Eu quero aqui, em nome da CUT e do nosso Presidente Sérgio Nobre, que também não pôde comparecer, saudar o nosso querido Senador Paulo Paim, que sempre esteve na defesa dos trabalhadores, da classe trabalhadora em geral e pela importância desta audiência pública. Quero cumprimentar também os meus companheiros das demais centrais e demais pessoas que nos acompanham aqui.

Primeiro, quero falar da importância do cooperativismo, tanto no sentido econômico como social. Nós não temos nada contra isso. Só que o que nós vemos aqui é o uso indevido de um projeto no sentido de dividir e fragmentar ainda mais a representação sindical e também de reduzir direitos dos trabalhadores.

O colega que me antecedeu citou a questão do art. 3º, a questão da exclusividade, o que para nós fere também o art. 516 da CLT e o art. 8º, inciso II, da Constituição, a questão da unicidade sindical. É um ataque à unicidade sindical essa questão. E também a gente vê que é um ataque ao direito dos trabalhadores, porque esses sindicatos exclusivos que vão ser criados... A gente já tem representação sindical para todos esses trabalhadores devido ao seu ramo econômico. Então, a musculatura... Eu quero pegar o exemplo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cooperados do sistema financeiro, que são representados pela Contraf. Destaco a musculatura que a Contraf tem, a envergadura no sentido de negociar melhores acordos.

No §5º, nós temos... Deixem-me só pegar aqui, para fazer a leitura correta: "As cooperativas igualam-se às demais empresas em relação aos seus empregados para os fins da legislação trabalhista e previdenciária". A pergunta que a gente faz é: por que não há esse reconhecimento para convenções coletivas e acordos já firmados pelas entidades do setor preponderante, que já representam esses trabalhadores? Por que não há o reconhecimento dessas convenções coletivas? Assim, você já estaria regulamentando e também assegurando direitos.

Então, para concluir, fica aqui uma pergunta: por que, no apagar das luzes desse Governo, há essa pressa em querer aprovar esse projeto, em continuar com a tramitação dele? Para nós, isso significa uma pequena reforma sindical. Qual é a intenção? A gente pode tornar esse debate mais amplo e agregar mais opiniões, levando-o para a discussão de uma reforma sindical, que é onde ele se encaixaria melhor. Aí você vai ter a representação dos empregados, a representação patronal, para ali acordar uma coisa que contemple todos os segmentos, e não esse ataque, mais uma vez, ao movimento sindical na unicidade e também na representação dos direitos dos trabalhadores desse segmento.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sra. Amanda Gomes Corcino, representante da Central Única dos Trabalhadores!

Percebam que as pessoas estão deixando propostas na mesa. E tudo vai ser anotado, tudo vai ser conversado, naturalmente, com o Relator, que é um grande colega meu, o grande Senador Eduardo Braga. Ele pediu para mim que eu relatasse para ele também qual o encaminhamento que mais contempla o universo do movimento sindical. É por isso que pediram, inclusive, que eu presidisse esta sessão.

Eu só registro aqui, pessoal – permita-me –, que havia aqui uma delegação de defensores, que veio acompanhar a entrega da medalha. Só para registro, estão aqui conosco Luciana Dytz, Defensora Pública Federal e ex-Presidente da Anadef, e Eduardo Kassuga, Defensor Público Federal e atual Presidente da Anadef. (*Palmas.*)

Chegaram em tempo de receber as palmas, viu? Olhem o carinho do nosso plenário. Muito obrigado.

De imediato, passo a palavra ao Sr. João Moisés de Morais, representante da Força Sindical.

Em seguida, vai ser o Canindé Pegado, pela lista que está aqui.

Por favor... (*Pausa.*)

O Sr. João Moisés de Morais está em trânsito, mas disse que chegará aqui em tempo ainda. É a informação que me chega.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, de imediato, quem chegou em tempo e me alertou quando chegou: com a palavra o Sr. Francisco Canindé Pegado, representante da União Geral dos Trabalhadores (UGT).

O Canindé é do meu tempo ainda, viu? Quando eu comecei, ele já era Presidente. Eu entrei e, em muita coisa, ele me ajudou. Presidente de sindicato, não vão confundir. Aqui no Senado, o máximo a que eu cheguei foi a Vice-Presidente. O Sarney foi o Presidente e eu fui o Vice na época dele aqui.

É contigo.

O SR. FRANCISCO CANINDÉ PEGADO (Para expor.) – Boa tarde a todos! Boa tarde, Senador, todos que nos escutam aqui nesta audiência pública de grande relevância!

Vamos ao tema.

Primeiro, é o seguinte, Senador: eu conheço o sistema de cooperativismo. Provavelmente o senhor ainda estava ingressando na vida política... E eu acho que o cooperativismo neste Brasil foi uma grande mola para alavancar a questão da ocupação, do emprego, enfim, do desenvolvimento, inclusive em regiões muito difíceis nesses países onde não existia indústria, não existia comércio, não existia absolutamente nada. Então, eu estudei cooperativismo em Israel, Costa Rica, Argentina, Espanha. Tenho, mais ou menos, um pouco de perfil para poder discutir com o senhor esse tema, está certo?

No tocante à PEC propriamente dita, aliás, ao projeto propriamente dito, o que é o cooperativismo que nós temos hoje no Brasil? O cooperativismo que nós temos hoje no Brasil é um sistema que tem o menor nível, Senador, de terceirização, coisa que a gente sempre combateu, a terceirização nefasta existente neste país. Segundo, os trabalhadores celetistas em cooperativas no Brasil são um tipo de trabalhador que tem uma qualificação profissional e um grau de estudo que é superior a qualquer outra ocupação, e 42% desses trabalhadores têm o nível de escolaridade de grau superior. Terceiro, Senador, o tempo médio do trabalhador em cooperativas neste país é de 8,9 anos. Não existe hoje no mercado, não existe hoje no país esse tempo médio de trabalhador em cooperativismo, aliás, no sistema produtivo, 8,9 anos. Mais ainda, as negociações feitas nesse sistema representam 15% acima do que é negociado no mercado, no sistema sindical normal, de que nós participamos, está certo?

Mais uma informação para contextualizar, Senador. No Brasil, nós temos hoje 4.880 cooperativas registradas. Quando não existia nem a internet, já existia cooperativa funcionando no Brasil a chegar a esse ponto realmente de organização. Nós temos hoje, Senador, 493 mil empregados celetistas em cooperativas no Brasil; em 2019, eram 427 mil. Significa dizer que há um crescimento importante desse nível de empregado.

A organização desse setor, Senador. O setor patronal já está organizado, inclusive, em sindicato, federação e confederação. Os trabalhadores já têm sindicato e federação; estão bem organizados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em todos esses setores econômicos aqui que a gente poderia mencionar – acho que vai dar tempo –, como financeiro, agropecuária, saúde, educação, distribuição de energia, mineração, transporte e setor habitacional... "Ah, isso aqui é só no Brasil!" Não, no mundo todo existe. Quem viajar e tiver interesse em conhecer justamente o sistema cooperativista, que funciona como um terço, inclusive, da economia do país, vá a Israel, vá à Argentina, vá à Espanha, e compreenda justamente o que é a fundamentação do sistema cooperativista, organizado junto com a classe trabalhadora naturalmente.

Portanto, Senador, o que se sabe, por diagnóstico, por pesquisa – é tanto que o setor está muito bem qualificado em termos de governança empresarial, em termos de *compliance* e tudo mais –, é que, onde está organizado o sistema cooperativo no Brasil, ele tem um avanço considerável, inclusive, na qualidade de vida desses trabalhadores.

Portanto, eu vejo que o projeto de lei...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FRANCISCO CANINDÉ PEGADO – ... é um projeto que vem justamente a calhar com essa necessidade agora de nós estabelecermos, de fato, um estatuto do trabalhador em cooperativas celetistas no Brasil na mesma forma em que ele chegou aqui à sua mesa, Senador, sem alteração nenhuma na sua substância ou na forma em que ele aqui chegou para a audiência pública.

Então, defendemos claramente a PEC como uma forma objetiva realmente de qualificar cada vez mais esse sistema no Brasil, que é um tripé também de desenvolvimento da nossa nação, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Canindé Pegado, representante da União Geral dos Trabalhadores (UGT), que mostra a sua posição. É importante ter as posições aqui representadas no debate, e ele é totalmente favorável ao projeto como está.

Passo a palavra agora...

Muito bem, Canindé! Obrigado por ter vindo prestigiar esta Comissão.

Com a palavra o Sr. Eduardo Moraes Bestetti, representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

O SR. EDUARDO MORAES BESTETTI (Para expor.) – Um bom dia a todos os presentes; bom dia aos Senadores que acompanham também a audiência pública, cumprimento que faço na pessoa do Senador Paulo Paim, Presidente desta sessão da Comissão de Assuntos Econômicos; e quero saudar todos os dirigentes sindicais e pessoas interessadas presentes e que acompanham a sessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje eu tenho a honra aqui de falar em nome da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil sobre o PL 537, de 2019, que trata do Estatuto Profissional dos Trabalhadores Celetistas em Cooperativas. E hoje a minha exposição ficará centrada no parágrafo único do art. 1º e no art. 3º do PL, que determina a representação dos trabalhadores por um sindicato específico de trabalhadores em cooperativas.

Ocorre que esse projeto, da forma em que ele está, emprega o termo "categoria" de uma forma pouco técnica. No direito a gente chama isso de atecnia do projeto de lei. E isso gera inconstitucionalidades, grandes inconveniências e insegurança jurídica nas relações de trabalho no Brasil. Isso porque já há uma definição de categoria na legislação brasileira, na CLT, que é o conjunto de profissionais que têm interesses profissionais ou econômicos comuns, decorrentes de identidade das condições de trabalho; ou, então, a categoria diferenciada por condições singulares de vida.

E a definição de cada categoria se dá pela atividade econômica preponderante da empresa. E o equívoco no projeto de lei está em considerar cooperativa uma atividade econômica. Cooperativa não é atividade econômica, é uma forma de organização empresarial, como é uma sociedade anônima, como é uma limitada. (*Palmas.*)

Agora, a única diferença é que na cooperativa cada cooperado tem um voto; e na sociedade anônima e na limitada, conforme suas cotas ou suas ações. Elas podem desenvolver, então, variadas atividades econômicas.

Lá no Rio Grande Sul, Senador Paim, são muito comuns aquelas cooperativas que surgiram para beneficiar a produção agrícola, com industrialização e comercialização de alimentos. Elas possuem também supermercados, elas possuem postos de gasolina. Há outras cooperativas, por exemplo, médicas, que têm hospitais; cooperativas de serviços financeiros – as cooperativas de crédito –, isso para ficar em apenas alguns exemplos. São muito comuns também cooperativas de limpeza urbana, que fazem coleta de lixo.

E como se pode afirmar, então, que as condições de vida desses trabalhadores são comuns ou que eles têm uma profissão similar e que eles têm condições de vida comum decorrente do trabalho? Eu pergunto: como serão as negociações coletivas, tendo que acordar condições para o trabalho nos hospitais; uma mesma convenção coletiva pelo mesmo sindicato patronal e o mesmo sindicato profissional, tendo que acordar condições para o trabalho em hospitais, nos caminhões de coleta de lixo, nos supermercados, nas agências bancárias e na indústria de alimentos?

Além disso, ultimamente foram aprovadas muitas leis por este Congresso Nacional no sentido de privilegiar a negociação coletiva. Então, como chegaremos a boas negociações coletivas tendo que deliberar sobre especificidades de atividades econômicas tão diferentes? Certamente esse projeto colide frontalmente com essa negociação de privilégio da negociação coletiva.

Além de dificultar as boas negociações, a manutenção do parágrafo único do art. 1º e do art. 3º acarretará também insegurança jurídica nas relações de trabalho e desigualdade de condições entre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresas do mesmo ramo. Isso cria uma divergência interna no próprio projeto de lei porque o art. 5º do projeto prevê que as cooperativas se igualam às demais empresas em relação aos seus empregados para fins da legislação trabalhista e previdenciária.

Não será assim com a manutenção do parágrafo único do art. 1º e do art. 3º, pois, com a criação desses novos sindicatos específicos para os empregados em cooperativa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO MORAES BESTETTI – ... nós poderemos chegar a uma situação em que o supermercado de um lado da rua vai ter que respeitar uma convenção coletiva, com um piso, com uma norma; e o supermercado do outro lado da rua, outra convenção. O hospital comunitário, o hospital privado, uma convenção coletiva para regular o trabalho dos auxiliares de enfermagem, por exemplo; o hospital da cooperativa médica, outra convenção coletiva.

E ainda a insegurança jurídica aumentará as dúvidas sobre a convenção coletiva aplicável, pois permanecerá no ordenamento jurídico brasileiro tanto a definição da CLT como a definição desse novo projeto de lei, aumentando o espaço para deliberação judicial.

O ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal Eros Grau tem um livro de interpretação jurídica que se chama: *Por que tenho medo dos juízes*. Eu também tenho medo. E cabe ao Congresso Nacional reduzir o espaço de deliberação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO MORAES BESTETTI – ... diminuindo a insegurança jurídica, como nesse caso, mantendo o conceito de categoria da CLT.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Depois da campainha, você tem um minuto para concluir, o.k.?

O SR. EDUARDO MORAES BESTETTI – Já estou concluindo.

Já concluindo aqui, para privilegiar as negociações coletivas, evitar a insegurança jurídica e essas inconstitucionalidades, é que a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil defende a alteração do projeto, nos pontos que são o parágrafo único do art.1º e no art. 3º, preservando o conceito de categoria como a reunião de profissionais ligados pelo mesmo ofício ou profissão, com identidade de condições ligadas ao trabalho e com a definição pela atividade econômica preponderante da empresa ou da filial, ou daquela unidade produtiva.

Obrigado, Senador, pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse foi o Dr. Eduardo Moraes Bestetti, representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

Eu recebi também do Sr. Guiomar Vidor, que é representante da CTB, Presidente da CTB-Rio Grande do Sul, o aviso de que não poderá estar presente, mas que se sente contemplado nas palavras do Sr. Eduardo Moraes Bestetti.

Agora, remotamente, com a palavra a Sra. Ledja Austrilino Silva, Diretora de Assuntos de Cooperativismo e Economia Solidária da Nova Central Sindical de Trabalhadores. O tempo é seu virtualmente. São cinco minutos; campainha tocando, mais um.

A SRA. LEDJA AUSTRILINO SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Cumprimento a todos neste momento.

E minha primeira palavra vai para o Senador, que sempre se dedicou de uma maneira incansável para defender os trabalhadores, em mais uma audiência pública contemplando todos nós.

É bom falar depois que alguns já falaram, porque a gente não... Para não ser repetitiva, volto à fala de Amanda, que realmente contempla a fala da Nova Central sobre criar mais sindicatos, quando nós somos favoráveis à unicidade sindical. Categorias que já existem e que têm a sua representatividade ficarão muito divididas, quando, neste momento, você cria exclusivamente, excepcionalmente só para os cooperativados. Então, é como disse o que me antecedeu, o Eduardo, da CTB, quando fala que o sindicato do supermercado A difere do sindicato do mercado B. Isso realmente é a intenção desses que apresentaram este projeto para tumultuar a classe trabalhadora, para que não se encontrem, para que não tenham condições de unicamente defender os seus direitos. Dessa pulverização sindical, o prejuízo é exclusivo para o trabalhador. Essa é a função. Quanto mais o trabalhador for excluído de uma negociação coletiva que tem força para fazer acontecer... Com a pulverização, ele passa de uma maneira geral à insegurança profissional, à insegurança da categoria e à insegurança salarial.

Nossa posição é que isso seja revisto e, mais uma vez, que este projeto seja discutido severamente, com a participação popular, que tenha mais frequência das categorias que hoje vão se sentir prejudicadas com essa exclusividade para este projeto.

Nossa proposta é que seja encaminhado mais adiante, com mais discussão, para se chegar a um consenso que não dê prejuízo ao trabalhador, que já foi com essa reforma administrativa tão massacrado e que está sendo tão prejudicado. Então, nossa proposta é que seja dada continuidade às discussões para se chegar a um denominador comum, sem tanto prejuízo ou sem prejuízo para a classe trabalhadora.

Agradeço, Senador, pela sua dedicação.

Agradeço muito a todos que estão participando e às centrais sindicais, que se dedicam com tanta força, com tanta coerência para que o trabalhador seja de fato preservado dessas agruras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sra. Ledja Austrilino Silva, Diretora de Assuntos de Cooperativismo e Economia Solidária da Nova Central Sindical de Trabalhadores.

Eu lembro aqui que infelizmente perdemos, porque faleceu – vocês devem ter conhecido –, aquele que foi para mim o maior líder da Nova Central, que foi o nosso querido amigo Calixto. Vamos dar uma salva de palmas para ele lá no alto! Que ele esteja com Deus. (*Palmas.*)

De imediato, passo a palavra ao Sr. Cláudio Mendes Neto, representante da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB). (*Pausa.*)

O Sr. Mauri está? (*Pausa.*)

Estão me pedindo... Vocês querem dividir o tempo? Vão ter que dividir o tempo. Podem dividir. Venham os dois para a mesa. Falaram-me que um ia complementar... Podem vir os dois. Sente-se aqui pelo menos, já que você pediu. Se quiser só um usar o tempo, use. Sem problema nenhum.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sente-se aqui ao meu lado. Quero vê-lo aqui na mesa. Tinha chegado um pedido aqui dos dois. Quem vai falar vai ser o...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Mauri. Então, com a palavra, por cinco minutos – acompanhado aqui pelo convidado que iria substitui-lo, mas ele chegou a tempo –, o Sr. Mauri Viana Pereira, representante da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB).

O SR. MAURI VIANA PEREIRA (Para expor.) – Paulo Paim, Senador dos brasileiros, não só dos gaúchos, faço entrega a você de um trabalho que nós fizemos na Federação Nacional dos Trabalhadores Celetistas nas Cooperativas. Desde 2006, já existe uma federação nacional, e estamos organizados no Brasil inteiro.

Eu quero dizer o seguinte, agradecendo por estar aqui presente junto com vocês, aos advogados, aos dirigentes sindicais: eu nunca fui favorável a este projeto – ouviu, Pegado? Porque isso aqui é você reganhar o que você já ganhou. Quando eu fundei a categoria, há 30 anos – vai fazer dia 13 de dezembro agora, vamos fazer 30 anos –, juntamos um grupo de trabalhadores massacrados no Estado do Paraná, nos reunimos e enfrentamos 75 sindicatos, 4 federações, 5 confederações, todas as centrais sindicais e mais de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3 mil cooperativas com 3 mil advogados patronais. E nós nos organizamos, como diz o outro, no pau, com greve, pancadaria, forçando as cooperativas a negociarem conosco.

Para o senhor ter uma ideia, que benefício traz ao trabalhador este projeto? Nenhum!

Se estivessem discutindo aumento salarial, se estivessem discutindo plano de saúde, se estivessem discutindo qualquer coisa que referendasse, eu diria para os trabalhadores: "Estamos lutando por você". Não tem nada disso aí. "Ah, mas aqui vai possibilitar a criação de sindicatos". Concordo com a Amanda, concordo com a Nova Central, concordo com as outras centrais e concordo com o que o pessoal está falando por aí: vai haver criação de sindicatos adoidado, mas nós já organizamos o sindicato, ele não precisa ser organizado.

No Rio Grande do Sul, os trabalhadores de cooperativa não se organizaram, Pegado, não quiseram se organizar; eles se transformaram. Os trabalhadores de cooperativas da indústria de alimentação se juntaram – o sindicato da alimentação com os trabalhadores de cooperativas – para representar também os trabalhadores de cooperativas. E lá se organizou. Está tudo em paz. A Fenatracoop não foi lá encher o saco.

Tivemos lá em Santa Catarina a mesma coisa: os trabalhadores se organizaram daquela forma.

Agora, onde não está dessa forma, nós organizamos. Então, nesses 30 anos, de uma forma ou outra, nós nos organizamos.

Agora, eu sempre fui dirigente sindical de base para discutir, Senador Paulo Paim, demais Senadores e todo mundo, o benefício do trabalhador. Sindicato é algo feito para defender o trabalhador, não é para defender dirigente sindical, não é para defender agremiação sindical, seja CUT, seja isso, seja aquilo, seja aquilo outro!

Eu sou Vice-Presidente nacional da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), e me pediram para vir aqui hoje. Eu não viria, porque eu nunca gostei da tutela do Estado no meio sindical, pois isso nunca foi muito bom para os trabalhadores. Depender do Estado para defender o trabalhador? Vocês não tenham dúvida de que tudo que depender do Estado para defender o trabalhador é só o lombo dele que recebe. Eu nunca vi...

Eu tenho agora uma ação no Paraná... Aqui tem um grande causídico, o Dr. Luiz Carlos da Rocha, que vai usar da palavra em nome da Fetracoop do Estado do Paraná, que também é uma federação dos trabalhadores celetistas em cooperativa no Estado do Paraná. Então, nós temos duas federações, nós temos mais de quarenta sindicatos, tem uns cinco esperando o registro sindical... E todos os nossos registros sindicais, Senador, saíram na base da pancadaria jurídica, até na última instância. Quando ia ser preso o ministro, saiu o registro sindical; senão, não saía. O patronal se organizou em 90 dias! E deram para ele o Sistema S com R$1 bilhão por ano para formação profissional...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURI VIANA PEREIRA – ... para dar saúde para o trabalhador, para dar promoção social para o trabalhador! Não fazem nada! Os cursos são palestras. Mas eles têm o Sistema S, eles estão organizados. Então, tudo que defender uma categoria que possui a frente parlamentar cooperativista aqui dentro desta Casa e lá na outra Casa também...

Se nós pensarmos e analisarmos, este projeto aqui é um tiro no nosso pé que vai dar no nosso peito – é um tiro no nosso pé que vai dar no nosso peito! Por quê? Porque, se a CUT está falando que não tem que fazer sindicato, que também está errada, porque sempre defendeu a prioridade sindical e não sei por que é contra isso aqui também... Sempre defendeu a comunidade sindical!

Eu lhe entrego em suas mãos, Presidente, porque não adianta discursar, tem que provar. Eu sempre fui um dirigente sindical contra a contribuição sindical pela minha vida inteira. Quando me deram uma oportunidade de extinguir isso, nós a extinguimos! Está aqui a prova de que fizemos isso com 8 mil trabalhadores extinguindo a contribuição sindical. Eu só acredito em sindicato a que os trabalhadores se associem, que queiram o sindicato, que defendam o sindicato. Por isso o dirigente sindical tem que lutar.

A CUT e as outras centrais que são contra o projeto também... Eu só não entendi, porque vai abrir espaço para eles criarem sindicatos em todo o Brasil, em tudo quanto é canto, correto? Agora, nós precisamos organizar os trabalhadores e não organizar sindicatos; temos que organizar a negociação.

Este projeto não traz nada de benefício ao trabalhador. Eu tenho ação civil pública de salário, no Paraná, de R$1.760, de piso salarial. Nós temos ações e mais ações. O Dr. Rocha vai falar sobre a legalidade sindical dessa categoria, que venceu na ação declaratória. Cadê o respeito à coisa julgada? A todo momento, tivemos que ganhar na Justiça, nesses 30 anos, Senador, na Justiça comum, contra todas essas feras aí; tivemos que ganhar também na Justiça Federal. Faltava só o Tribunal de Haia. Parece-me que criaram o Tribunal de Haia para nós.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tribunal de Haia, para terminar aqui... (*Risos.*)

Uma salva de palmas também... (*Palmas.*)

... para o nosso Mauri Viana Pereira, representante da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), que sinceramente eu achei que ele seria favorável ao projeto. Ele fez todo um discurso contra tudo e contra todos e disse: "Olhe, eu sou é contra o projeto". Achei interessante a sua forma de argumento, argumentou muito bem. Enfim, cada um aqui tem a sua posição.

O senhor se sente contemplado?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bom.

Muito obrigado a ambos.

Parabéns pela fala aí.

Eu pergunto se o Sr. João Moisés de Morais, representante da Força Sindical, chegou. (*Pausa.*)

Vamos em frente, então.

Com a palavra o Sr. Nelson Moreli, Presidente da Confederação Brasileira Democrática dos Trabalhadores da Alimentação, a nossa Contac. Sempre é um prazer receber todos vocês aqui. A Contac está mais perto aqui; então, mais seguido eles estão aqui nas reuniões. (*Pausa.*)

Eles dividirão o tempo. Então, darei três minutos para cada um especificamente. O outro é o Paulo Madeira, da Federação dos Trabalhadores da Alimentação do Rio Grande do Sul.

Pois não, começa com o Sr. Nelson Moreli.

O SR. NELSON MORELI (Para expor.) – Eu sou Nelson Moreli, Presidente da Contac.

Eu queria, se o senhor me permite, Senador, fazer um registro, porque há dois anos nós perdemos um grande companheiro que era o Presidente da Contac: o Sr. Siderlei Silva de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Siderlei, um grande amigo meu, pessoal, de todas as jornadas. Uma salva de palmas para Siderlei lá no alto. (*Palmas.*)

O SR. NELSON MORELI – Só para fazer uma introdução, Senador, eu penso que o debate teria que ser outro neste cenário triste, de ódio, de divisão. A gente teria que estar pregando a questão da unidade entre os trabalhadores. E, ao contrário disso, nesta situação, no cenário em que estamos vivendo, é triste a gente ver ser colocado um projeto dessa natureza, que não contribui com nada no que diz respeito à vontade dos trabalhadores.

Por isso, eu vou deixar aqui meu tempo para o companheiro Paulo Madeira, que é o Presidente da Federação da Alimentação do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não, Presidente Paulo Madeira, da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Rio Grande do Sul, em cujo plenário eu entrei acho que umas 500 vezes, com alegria, não é? Sempre para grandes debates ao longo desses 40 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO MADEIRA (Para expor.) – Bom dia a todos e todas. Bom dia ao nobre Senador Paulo Paim, nosso conterrâneo do Rio Grande do Sul.

Trago aqui também, em nome de todos os mais de 120 mil trabalhadores do ramo da alimentação, a nossa saudação ao senhor por essa luta que tem feito aqui no Senado em prol de todos e todas as trabalhadoras do Brasil.

A gente vem discutindo cooperativa, Senador. É um tema que a gente já vem abordando há muito tempo. O PL pode ter chegado em 2019, mas o debate no sistema de cooperativa celetista a gente já vem combatendo no Rio Grande do Sul desde 2010.

E foi muito bem falado pelo companheiro que me antecedeu aqui sobre a questão de o Rio Grande do Sul ser organizado, porque a gente já teve experiência da própria Fenatracoop ter ido para o nosso estado, em 2010, ter tentado organizar os trabalhadores, e os trabalhadores decidiram por ficar na regulamentação. Depois, o último embate que a gente teve foi em 2017, um embate muito grande na cidade de Passo Fundo, onde foi chamada uma assembleia para constituir os trabalhadores celetistas e cooperativas, e o nosso ramo nos organizou e a gente colocou acho que quase 2 mil pessoas naquela assembleia, e o trabalhador decidiu que não fundaria um sindicato no sistema de cooperativa.

Então, essa é uma luta que já vem há muitos e muitos anos, porque a gente entende, dos muitos que me antecederam aqui, o que originaria a fragmentação do movimento sindical na constituição desse PL. E eu acho que o momento não é propício para isso. Eu acho que a gente tem que combater a fragmentação do movimento sindical e, sim, a unicidade dos trabalhadores, para poder ter as convenções, porque eu não consigo entender como é que um trabalhador de frigorífico, de cooperativa e frigorífico, como é que vai ser a negociação coletiva desse trabalhador, se o próprio sindicato vai representar os trabalhadores de saúde? Como é que... Porque a disparidade é grande dentro de categorias.

E acho que o Sr. Francisco aqui, quando ele diz que o sistema cooperativo é organizado, a gente sabe que é. Eu sou funcionário... Fui funcionário de uma cooperativa, e ela se tornou S.A., e eu sou funcionário há 38 anos. O sistema cooperativo é extremamente organizado, e o sistema patronal. E o sistema dos trabalhadores também é extremamente organizado; os sindicatos são representativos e representam muito bem os trabalhadores celetistas em cooperativa. Então, não entendo por que esse PL está tramitando, se o próprio companheiro da UGT coloca que o sistema é organizado, tanto na parte trabalhista como na parte patronal. Então, ele deixa de existir, porque eles são bem representados. E os nossos acordos diretos e convenções, no Rio Grande do Sul, são muito bons, temos muitos direitos conquistados.

E a fala do Mauri me contempla, Mauri, e eu também estava achando que a sua fala seria na avaliação de ser favorável ao PL, mas quando, representando a CSV e a Fenatracoop, você diz que é contra os projetos, eu acho que... Senador, desculpe a minha ignorância, mas eu acho que esse PL nem tem mais por que tramitar. Para mim, ele já nasce morto aqui... (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque o que eu estou vendo aqui é uma convergência de ideias, uma convergência de ideias no sentido de se manter o que está lá. E a gente sabe como é que foi a organização de vocês no Paraná, a gente acompanha pelo nosso companheiro no Paraná, e foi na luta. Tanto é que a nossa organização do Rio Grande do Sul não ter chegado à fundação do sindicato em sistema de cooperativa no Estado do Rio Grande do Sul foi pelo nosso embate e a nossa luta para que não se dividissem os trabalhadores na base. Então, eu acho que esse PL...

Para mim, eu acho que o que a gente tem que tirar, Senador, e a sua função, como sempre foi bem feita, de levar o que aconteceu aqui para o Senador Eduardo Braga – e a gente já esteve conversando com ele... Eu espero que ele não seja nem engavetado. Que, no mínimo, ele não vá para votação, acho que ele teria que ser extinto mesmo, porque eu acho que aqui nos dá a organização, pelos debates que tem tido, até do Francisco da UGT, que o nosso sistema cooperativo, tanto patronal como trabalhista, está sendo organizado, está sendo bem representado. E, graças a Deus, no nosso Estado do Rio Grande do Sul, nós representamos muito bem o trabalhador e respeitamos os trabalhadores organizados no setor do comércio, nós respeitamos os trabalhadores organizados – também a cooperativa – no setor da saúde, no setor bancário, e eles também nos respeitam, os trabalhadores organizados do sistema celetista de cooperativa, nós, do ramo da alimentação.

E eu espero que o Senado não gerencie a nossa luta sindical e a nossa organização, porque nós estamos sabendo fazer esse papel com toda galardia e toda a luta e esperamos que fique aqui.

Então, em nome do Rio Grande do Sul e demais de 120 mil trabalhadores, tanto do ramo cooperativo, celetista-cooperativo, como de todos os ramos da nossa alimentação, que esse projeto não vá para votação, que ele seja extinto. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Paulo Madeira, Presidente da Federação dos Trabalhadores da Alimentação do Rio Grande do Sul, e também Sr. Nelson Morelli, ambos mantiveram a posição, que eu sou obrigado a retratar até o momento, da ampla maioria dos depoentes aqui. Não digo a unanimidade, mas a ampla maioria está indo na mesma linha. E é importante para vocês verem a preocupação também do Relator.

Por isso, eu queria registrar que estão aqui tanto o assessor direto do Senador Eduardo Braga como também o consultor geral que está acompanhando esse projeto. Se puderem levantar e só dizer o nome para todos saberem que não era só eu que estava aqui... O consultor, como é o nome dele? Lembra? (*Pausa.*)

Então, Eduardo é o consultor e está acompanhando passo a passo, para que não passe só a versão do Presidente, que pediu este debate.

E o representante do Eduardo Braga ainda está aqui? (*Pausa.*)

Dá o nome aí, meu velho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Raul Garcia. Ele está aqui oficialmente representando o Relator.

Vamos em frente então.

Com a palavra agora – espero que esteja presente – a Sra. Marli Melo do Nascimento. (*Pausa.*)

Eu acho que não está conectada e não está presente.

Então, eu vou para a Sra. Francisca Trajano, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Vestuário, remota, por favor.

A SRA. FRANCISCA TRAJANO (*Por videoconferência.*) – Bom dia.

Estão me ouvindo bem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

A SRA. FRANCISCA TRAJANO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos e a todas as pessoas, presencialmente, virtualmente. Bom dia, Senador Paulo Paim. É sempre um orgulho participar das atividades, sejam elas quais forem, com V. Exa.

Eu agradeço o convite e quero dizer, que, infelizmente, esse seria o tipo de PL que não deveríamos estar discutindo, entre tantas outras necessidades que perpassam, principalmente neste momento, quando se trata da classe trabalhadora.

Eu venho aqui, Senador e demais, solicitar, como a Contac, a extinção desse projeto, pois entendemos, trabalhadores e trabalhadores do nosso país, que não há espaço para discutirmos um projeto dessa natureza, pois aprovar um projeto desse seria precarizar ainda mais as relações de trabalho, principalmente dos trabalhadores e trabalhadoras mais humildes deste país. E eu estou falando isso, Senador, porque eu conheço muito bem o que significa cooperativismo no nosso Brasil.

Eu sou do ramo que compõe quatro setores: confecção, calçado, couro e têxtil. Infelizmente, no setor de confecção, quando se trata de cooperativa, isso significa precarizar o trabalho, significa informalidade neste país, o que tanto nós combatemos.

É preciso e necessário que urgentemente façamos uma reorganização do Ministério do Trabalho e também um debate sobre a reforma sindical, para que, de fato, a gente possa corresponder àquilo de que os nossos trabalhadores do nosso país precisam.

E quero dizer, Senador, que aprovar um projeto dessa natureza significa burlar as leis do nosso país. Nós sabemos que, quando se trata de cooperativismo, há diferença de país para país, e não só nisso, mas também que se trata de culturas diferentes e responsabilidade civil e trabalhista do setor patronal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu peço aqui, humildemente, em nome do ramo do vestuário, a extinção desse projeto, Senador, e que a gente avance numa discussão, mas uma discussão que, de fato, traga melhores condições para a classe trabalhadora do nosso país.

No mais, muito obrigado.

Concordo com o Dr. Eduardo, com a Dra. Amanda, entre outros, que vieram na mesma direção de exclusão, extinção desse projeto, que não leva a nada, para avançarmos nas relações de trabalho do nosso país.

Muito obrigada pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

Palavra da Sra. Francisca Trajano, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Vestuário.

O Sindicato do Vestuário de Porto Alegre ali... Quem lembra aqui do João Paulo, que presidiu o sindicato lá? Nós nos unimos e fizemos também dezenas, centenas de reuniões lá, no tempo da Intersindical – eu sou do tempo da Intersindical, que buscava a união de todos os sindicatos naquele período. Então, o pessoal do vestuário está presente e acompanhando esse debate.

Com a palavra, o Sr. Julimar Roberto de Oliveira Nonato, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços.

O SR. JULIMAR ROBERTO DE OLIVEIRA NONATO (Para expor.) – Bom dia a todos e todas, tanto aos que estão aqui presentes como aos que estão acompanhando virtualmente esta importante audiência. Claro, se está sendo televisionada também, ao pessoal que está assistindo aí na telinha...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Brasil todo, viu?

O SR. JULIMAR ROBERTO DE OLIVEIRA NONATO – Isso. Não vou dizer nem o... Vamos ganhar um tempo aqui, porque eu acho, eu vou falar aqui para o meu amigo Senador Paulo Paim que estou triste com esse projeto, sou contra esse PL, mas também triste com a notícia de que o senhor não vai se candidatar novamente. Quanto tempo... De quantas audiências nós participamos aqui, de embates no Senado?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – São 40 anos dentro do Congresso. Eu entrei na Constituinte e não saí nunca. Sou um dos poucos que entrou e nunca saiu, porque gostei daqui de dentro, porque este Congresso é o coração da democracia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JULIMAR ROBERTO DE OLIVEIRA NONATO – Vou dizer que não concordo, mas entendo. Vai fazer muita falta, viu?

O Senador é um defensor da classe trabalhadora aqui. Como ele, no Senado, que eu tenha conhecimento, não tem; que eu saiba, não teve, e não sei se vai ter. Espero que sim. Pelo menos igual, não é?

Então, vamos lutando aqui nestes quatro anos que ainda restam. Espero que muita água passe embaixo dessa ponte aí e que o senhor mude a ideia.

Mas vamos aqui ao nosso PL. É o seguinte: eu também não compreendo esse PL, Senador, e falo isso tranquilamente.

Primeiro, falar que um trabalhador vai ter direito a oito horas diárias, que o trabalhador vai ter 44 horas semanais? Isso já tem, já está garantido para ele, tanto na CLT como na Constituição Federal. Aí podemos dizer: o projeto seria inócuo, porque nós temos que separar a parte que fala da relação trabalhista direta e a parte da organização sindical. Isso já está garantido. Temos processos ganhos nesse sentido, contra várias cooperativas, há vários anos.

Aqui, em Brasília, havia uma cooperativa dos trabalhadores do Banco do Brasil; fechou já tem muito tempo, já tem uns 15 anos que ela fechou, mas funcionou durante vários anos, 20 anos, e os trabalhadores lá eram comerciários e tinham todos os seus direitos garantidos. Não tiveram, no final, quando ela fechou – conseguiram judicialmente.

Então, é difícil compreendermos o motivo, falando de direitos trabalhistas em si, aqui, nesse projeto. É inócuo, mas não é, por conta da relação sindical. Aí, sim, é onde está o problema. Vejam que meu amigo Douglas, Presidente da Fetracom, lá do Mato Grosso do Sul, da frente, veio de carro para participar, porque é importante, sim, esta audiência. Ele me falou que lá eles têm um processo contra a C. Vale, que é uma cooperativa na área de supermercados, e assinou-se um acordo coletivo, com... Não sei se foi uma federação lá do estado ou um sindicato desse segmento dos representantes dos trabalhadores de cooperativa, cujos direitos são menores do que os dos demais trabalhadores de supermercado que têm representação sindical. Então, eles estão entrando na Justiça para que os trabalhadores tenham aqueles direitos dos demais trabalhadores.

Então, eu não entendo essa relação. Os cooperados, o dono da empresa, o sócio, para mim não interessa, para o trabalhador... Para a nossa organização foi muito feliz a colocação do Eduardo, que falou de uma forma muito mais técnica do que eu vou falar aqui, mas é difícil de a gente entender... Para mim não interessa se os donos da empresa são dois, são três, são 20 ou são 5 mil proprietários de cada empresa. O que rege a nossa organização é o seguinte: que atividade final fazer. Então, se é um supermercado, não interessa se é uma sociedade, se é cota, como vai ser distribuído o lucro dessa empresa ou não; interessa a parte final...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. JULIMAR ROBERTO DE OLIVEIRA NONATO – ... que já tem representação de trabalhadores. Então, se é um supermercado, já tem o Sindicato dos Comerciários; se é uma financeira, uma operadora de crédito, uma cooperativa de crédito, já tem o Sindicato dos Bancários; se são os trabalhadores da indústria da alimentação, já têm o sindicato, já têm a representação, entendeu?

A gente fala tanto que há tantos sindicatos, tantos sindicatos e tantos sindicatos, e, com isso, a porta se abriu para mais sindicatos. E digo mais: hoje eles estão dizendo assim: os trabalhadores celetistas das cooperativas, mas amanhã vão dizer vão dizer que são "os trabalhadores celetistas das cooperativas de supermercados". Aí já vai ser um outro sindicato: os trabalhadores celetistas das cooperativas bancárias, os trabalhadores celetistas... E isso vai se multiplicando, se multiplicando, se multiplicando, entendeu?

Ou seja, nós estamos discutindo aqui realmente uma reforma sindical, uma minirreforma sindical. Não estou dizendo que não deve se discutir, ter uma reforma sindical; deve ter, mas, se a gente for discutir essas coisas dessa forma, isso é muito mais profundo do que só isto aqui – muito mais profundo do que só isto aqui. Vamos retalhando, retalhando, retalhando, vira no que está se transformando. Nós temos que discutir uma coisa ampla, num total, com todo mundo. Se discutirmos, não sei se vai ser o fim dessa estrutura vertical.

O Senador Paulo Paim, fundador da CUT, deve ter discutido isso lá no início: vamos horizontalizar mais o movimento sindical? Não sei se é isso, temos que discutir, mas fazer a coisa retalhada, da forma que está sendo proposta, sem uma reforma sindical, nós somos contra.

Nós da Contracs, Paulo Paim, não temos nenhuma dúvida de que isso prejudica o trabalhador, causa insegurança jurídica e causa pulverização, pluralidade sindical, pulverização de sindicatos – são criados milhares de sindicatos somente com esta proposta. Então, nós não temos dúvida de que o Senado deve rejeitar esta proposta em sua íntegra, porque o que tem mais ali já é garantido para os trabalhadores.

Muito obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Sr. Julimar Roberto de Oliveira Nonato, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (Contracs), que também demonstrou a sua preocupação com o projeto.

Agora, remotamente, com a palavra o Sr. Gustavo Tabatinga, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf).

O SR. GUSTAVO TABATINGA (*Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador Paulo Paim. Bom dia a todos que me antecederam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço desculpa pelo fundo musical que está aqui atrás de mim, mas eu não controlo o som do meu vizinho. Esses são os males do *home office*.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa foi boa.

O SR. GUSTAVO TABATINGA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, primeiramente, nós aqui da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro temos a postura pelo arquivamento total do projeto, uma vez que ele afronta diretamente o que prescreve a nossa Constituição, que é a liberdade e a autonomia sindical.

Os que me antecederam até disseram que a gente, para organizar os trabalhadores e montar um sindicato, chama uma assembleia, conversa com o trabalhador e monta; a gente não vai ao Parlamento e diz que quer uma lei para fundar sindicato, que mande... Quem organiza as categorias são os próprios trabalhadores.

No nosso caso, nós já organizamos bastantes trabalhadores de cooperativas de crédito, que é uma forma empresarial bastante interessante, uma vez que a distribuição do lucro através do que eles chamam de sobras vai para mais pessoas. Então, os dividendos, em vez de irem para uma única família, como no caso dos grandes bancos brasileiros, vão-se distribuindo para várias pessoas. E o interessante desse formato é que as cooperativas de crédito... E nós não estamos falando de pequena cooperativa, como a de pescadores lá do meu Estado natal, o Ceará; nós estamos falando de 0,5 trilhão, de 500 bilhões de patrimônio administrados pelas cooperativas de crédito e de uma distribuição de mais de 10 bilhões em sobras. Então, nós estamos falando de grandes grupos empresariais que negociam já com a representação que os próprios trabalhadores escolheram para si. E, no caso, muitas vezes, somos nós a Contraf que organizamos esses trabalhadores.

Portanto, em respeito também ao que dita a nossa Constituição, não resta outra opção a não ser o arquivamento total desta proposta.

Eu até sugiro ao que me antecedeu, que defende a proposta, que procure organizar os trabalhadores da forma mais clara, vá ao local de trabalho, converse com eles, chame a assembleia e tente fundar o seu sindicato ou fazer a adesão desses a um dos sindicados, porque, dessa forma, o que está prevendo o projeto de lei, na verdade, é uma degradação ainda maior, uma divisão maior ainda dos trabalhadores dessas diversas cooperativas.

E, além disso, não tratou de direitos para os cooperados.

A gente cria uma lei pensando numa cooperativa de catadores de lixo, mas, na verdade, a gente está fazendo uma lei em que diversas atividades empresariais se utilizam da forma da cooperativa para atuar, com alguma contribuição, redução de impostos, redução de riscos, entre outras formas de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que nós, que defendemos mais de 450 mil trabalhadores do ramo financeiro, temos a dizer é que somos contra a aprovação de um projeto de lei que aumenta a segmentação dos trabalhadores e que não trouxe, no texto legal, qualquer benefício justificável, nem para o formato empresarial em que as cooperativas atuam hoje, nas suas atividades. Então, somos 100% favoráveis ao seu arquivamento.

E conto, mais uma vez, com o apoio do Parlamento, do nosso Senado Federal.

Parabéns para o Senador Paulo Paim e para os demais que me antecederam. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Esse foi o Sr. Gustavo Tabatinga, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf), que foi aqui pela mesma posição de alguns outros tantos que o antecederam.

Eu tenho aqui o Sr. Aristides Veras dos Santos, mas ele não se encontra. Então, vamos para a Sra. Rosane Simon, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), lá de Ijuí, Ijuí que eu conheço. Durante 40 anos de campanha, eu tive que conhecer toda cidade do Rio Grande, e eu sempre fui muito bem acolhido lá em Ijuí.

Seja bem-vinda, Doutora.

A SRA. ROSANE SIMON (Para expor.) – Saúdo a todos os presentes aqui, nesta audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa Legislativa, que tem este guerreiro aqui hoje presidindo esta audiência pública.

Trago aqui o abraço do nosso Presidente Motta, da CNTC, e do nosso também querido Presidente Guiomar Vidor, da Fecosul, da qual eu sou Vice-Presidenta.

Penso que falar, depois de tantas pessoas...

E saúdo também, além dos companheiros e companheiras que estão aqui acompanhando, os que estão virtualmente acompanhando e os Senadores que compõem a Comissão, em especial o Senador Relator, Eduardo Braga.

Senador Paim, quando esta Casa Legislativa, que, somada à Câmara dos Deputados, compõe o Congresso Nacional, compõe, portanto, um dos importantes Poderes da República, que é o Poder Legislativo, construiu a CLT, com todos esses artigos que já foram citados aqui pelos que me antecederam, quando construíram a nossa valorosa Constituição Cidadã, que você – e me permita chamá-lo assim – ajudou a construir, o fizeram com esmero de detalhes. Não fizeram essa construção da base legal de uma forma atabalhoada. Portanto, construíram a regulação do mundo do trabalho pensando em uma relação harmônica que desse um mínimo de organicidade à nossa sociedade, na qual se organiza o mundo do trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, nós, hoje, estamos com aquela riqueza de argumentos que a CLT trouxe, com a definição de categoria profissional, com a definição de categoria econômica. Penso, como muitos que me antecederam, que esse projeto vem totalmente contrário a essa fundamentação legal. Portanto, a CNTC defende o arquivamento, ou melhor, a extinção desse projeto, porque ele vem afrontar esse trabalho valoroso feito pelos Parlamentares na construção dessa base legal, que, com a aprovação desse projeto, seria totalmente, eu diria, rasgada.

Como muitos colegas já disseram, as cooperativas... Bem, nós sabemos da importância das cooperativas na organização de determinados segmentos e queremos que elas sigam assim até, às vezes, para enfrentar, neste mundo capitalista, o grande capital. Agora, nós estamos olhando aqui, como representantes dos trabalhadores, que essa legislação que cuida do trabalhador, da cooperativa... O trabalhador se organiza, a sua categoria se organiza através da atividade preponderante daquela cooperativa. Aí nós temos trabalhadores na indústria da alimentação, nós temos trabalhadores no comércio, e esses trabalhadores já vêm, historicamente, há muitos anos, sendo bem cuidados, com uma legislação que traz a melhoria das condições de trabalho e de vida desses trabalhadores.

Portanto, a nossa opinião nesse sentido, Senador Paim, é muito o que disse o nosso querido amigo aqui da Fetag: nós estamos vivendo – e me reporto também ao querido Senador Contarato – um momento de turbulência no nosso mundo, um momento em que os trabalhadores precisam de harmonia para trabalhar, receber o que lhe é devido, receber o melhor pagamento para o seu trabalho e ser feliz, ter uma vida decente. Para isso, a organização sindical atualmente existente, a partir dessa formulação legal, comporta já esses trabalhadores em cooperativas bem organizados.

Então, a nossa opinião é a de que esse projeto seja arquivado e a de que nós possamos cuidar, aqui no Senado, como vocês fazem – e têm o respeito da classe trabalhadora por fazerem esse papel –, com representações que cuidam da melhor forma da construção dessa legislação... Nós queremos que nós nos ocupemos de causas muito mais valorosas do que a de dividir os trabalhadores, trazendo tumulto na organização do mundo do trabalho, que é o que a aprovação desse projeto traria.

Era isso.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sra. Rosane Simon, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), do Rio Grande do Sul! Ela é de Ijuí.

Agora, com a palavra o Sr. Luiz Carlos da Rocha, representante da Federação dos Trabalhadores em Cooperativa do Paraná (Fetracoop).

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bem! Então, enquanto... Se ele voltar, vocês me lembram, porque eu não me lembro da figura dele. Então, vocês me lembram quando ele chegar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, ele era o que estava ao seu lado! Está certo.

Então, eu passo a palavra agora ao Sr. Arthur Bueno de Camargo, da CNTA.

O Arthur é parceiro de todas as horas ao longo da minha vida, como tantos que estão neste plenário e tantos que devem estar nos estados.

Lembro que eu, para debater a terceirização, por exemplo, fui, Arthur, aos 27 estados; fiz plenária em todos os estados para discutir a terceirização e, consequentemente, claro, defender os interesses dos trabalhadores.

É com você, Arthur.

O SR. ARTHUR BUENO DE CAMARGO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Primeiro, eu me permito fazer um registro aqui. Na hora em que V. Exa. falou da possibilidade de não concorrer à próxima eleição, eu fiz questão realmente de olhar a fisionomia de todos aqui presentes e foi realmente assustador. Nós vamos sentir falta, inclusive, de contribuir com a sua campanha, como sempre fizemos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com presença física no estado.

O SR. ARTHUR BUENO DE CAMARGO – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu digo que a maioria que está aqui dentro estava representada lá.

O SR. ARTHUR BUENO DE CAMARGO – Senador, eu quero cumprimentar aqui todos os presentes, companheiros, companheiras, quero cumprimentar aqui aqueles que estão virtualmente acompanhando esta audiência e parabenizá-lo mais uma vez por realmente possibilitar à gente fazer uma discussão tão importante para a classe trabalhadora.

A vantagem de falar por último é que você já foi, na maioria dos pontos, contemplado, não é? Por outro lado, corre-se o risco de ser repetitivo. Por isso, com a permissão de vocês, eu quero realmente focar um pouco na questão da conjuntura atual na categoria da alimentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles companheiros que estiveram aqui, Senador, disseram realmente da atuação e da unidade. Isso funciona na prática na categoria profissional da alimentação. Por exemplo, aqui estão vários companheiros da Contac, que é uma confederação, e da CNTA, que também é uma confederação, e que atuamos conjuntamente. Tem duas federações aqui lá do Estado do Rio Grande do Sul. Aqui é o companheiro Paulo Madeira, que é Presidente de uma federação mais antiga, e o nosso companheiro Pedro Mallmann, que é Presidente também de uma federação. Atuamos conjuntamente e isso é fundamental.

Como muito bem disseram os companheiros e companheiras que me antecederam, existe uma representação realmente estruturada para os trabalhadores nas indústrias de alimentação. Hoje a Contac e a CNTA representam aproximadamente 1,6 milhão de trabalhadores na categoria profissional da alimentação em nosso país. Desse 1,6 milhão, aproximadamente 500 mil estão realmente em cooperativas.

Aqui eu quero me ater um pouco ao setor frigorífico, que é um setor que você conhece muito bem, Senador.

Desculpe chamá-lo de você, mas a intimidade me permite, certo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Pode me chamar de Paim, porque vocês são tudo de casa. Também pode me chamar de Senador, não é?

O SR. ARTHUR BUENO DE CAMARGO – Eu acho que nós fizemos realmente, durante todo esse período, um grande trabalho. Principalmente nesse período em que a pandemia realmente estava mais ofensiva, nós trabalhamos muito para conseguir... Inclusive, foi declarado... Vocês sabem que a alimentação foi declarada atividade essencial, não podia parar mesmo naquele momento mais crítico da pandemia. E nós juntamos forças para que pudéssemos oferecer o mínimo de segurança para os trabalhadores, especialmente de frigoríficos, que é uma atividade realmente insalubre, é uma atividade realmente muito difícil, porque os trabalhadores trabalham entre dez e doze graus, porque são produtos perecíveis. Não se pode realmente diminuir essa temperatura, ou melhor, aumentar a temperatura, não é? Isto realmente foi feito, e esses trabalhadores não pararam nem um dia para poder realmente abastecer não só o mercado interno, como o mercado externo também.

E hoje é essa a preocupação que nos é colocada aqui. Eu quero fazer uma introdução sobre até aonde, Senador... Quer dizer, primeiro é a questão realmente do autocontrole, acabar com a fiscalização que vem; depois, o PL do veneno; as NRs, cuja maioria foi destruída – e a NR-36, específica do setor frigorífico, só não foi extinta realmente porque houve uma grande unidade das representações – Contac, CNTA, federações, sindicatos, juntos –, e não posso deixar de registrar aqui o apoio do Ministério Público do Trabalho.

E quero aqui também fazer um registro à CTB, que teve realmente a hombridade de falar: "Está aqui a nossa cadeira que tem realmente dentro do ministério para vocês formarem o grupo de trabalho"...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARTHUR BUENO DE CAMARGO – ... "e defenderem a NR-36", que consta realmente como segurança e saúde para os trabalhadores de frigoríficos.

Portanto, eu quero finalizar dizendo que a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação (CNTA) é pela extinção desse PL, que só realmente vai trazer uma divisão na classe trabalhadora. E, na última instância, nós queremos ouvir os trabalhadores lá da base. Eu tenho certeza absoluta de que jamais eles vão realmente optar por sair da representação dessa categoria que tão bem representa os trabalhadores nas indústrias de alimentação e, especificamente, os trabalhadores que estão em cooperativa.

Portanto, eu quero aqui agradecer imensamente, Senador, mais uma vez, por esta oportunidade, e dizer que a CNTA está junto nessa luta para garantir...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARTHUR BUENO DE CAMARGO – ... que a representatividade desses trabalhadores em cooperativas continue com a categoria preponderante.

Muito obrigado. Um grande abraço!

Mais uma vez, obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Arthur Bueno de Camargo, Presidente da CNTA, que deixa a sua posição clara e definida em relação a esse projeto, ou seja, pelo arquivamento.

Terminando este primeiro momento, em que foram...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, já voltou! Já voltou – e a assessoria tinha alertado, viu? Ele já voltou.

Por favor, Sr. Luiz Carlos da Rocha.

Então, com alegria, convido para a mesa o Sr. Luiz Carlos da Rocha, representante da Federação dos Trabalhadores em Cooperativa do Paraná (Fetracoop).

Ele estava aqui desde o início. Quando eu o chamei, havia saído por alguns minutos, mas já está de volta aqui para fazer o seu pronunciamento.

O SR. LUIZ CARLOS DA ROCHA (Para expor.) – Muito bom dia a todos e a todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia, Senador. Quero registrar a admiração e o apreço que tenho por V. Exa., porque em 1988 eu era um jovem advogado recém-formado, na cidade de Curitiba, e acompanhei os trabalhos da Constituinte. Como militante do PCB, vim a Brasília algumas vezes, porque aquilo foi uma romaria do Brasil todo aqui para construir aquele pacto maravilhoso, que está aí até hoje e que nós estamos tendo que defender a duras penas.

Espero que o senhor reconsidere essa sua decisão, porque eu imaginava que a nossa tarefa tinha terminado, em matéria de democracia, mas vejo que temos muitas coisas para fazer pela frente ainda. Então, vamos precisar de um guerreiro como o senhor, creio, por mais tempo. Então, reconsidere essa sua...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A sua fala faz com que o pessoal do gabinete esteja batendo palmas para você, porque o que eles me dão de pressão dia e noite... (*Risos.*)

O SR. LUIZ CARLOS DA ROCHA – Pois é, Senador.

Na verdade, eu vim aqui... Eu sou advogado do sindicato. Eu fui advogado da primeira ação que resultou na criação do Sindicato dos Trabalhadores em Cooperativas no Estado do Paraná. Então, na verdade, vim aqui dar um testemunho. Vim dar um testemunho de algo que é um sucesso, de uma experiência extremamente bem-sucedida.

Eu fiquei ali, sentado na cadeira, ouvindo as manifestações e fiquei assustado com a falta de compreensão de quase todas as falas a respeito do que é um sindicato de trabalhadores em cooperativa.

Eu ouvi aqui confusão com sindicato de mão de obra, cooperativa de mão de obra; sindicato de catadores de papel. Isso não tem nada a ver com um sindicato de trabalhadores em cooperativa. É absolutamente diferente, não se confunde uma coisa com a outra.

E, como se costuma dizer lá na sua terra – eu sou do Paraná; nós somos vizinhos –, eu não sou bem branco, mas eu sou bem franco.

Eu gostaria de começar dizendo o seguinte: as pessoas estão atacando o projeto utilizando os subterfúgios errados. Nós temos aqui... O problema está posto: quem é contra o projeto é o sindicato, a Federação da Alimentação do Rio Grande do Sul, desconhecendo o que acontece no resto do Brasil. Então, eu quero, antes de começar a fala, fazer um convite para o Senador Paim e para todos os que estão aqui para irem ao Paraná visitar o Sindicato de Trabalhadores em Cooperativa para ver o que acontece lá, de fato, na prática.

Essa ação que eu promovi no Paraná começou em 1993 e terminou em 2003, dez anos depois, aqui no STJ, em que, num acórdão por unanimidade de votos, o STJ reconheceu o direito dos trabalhadores em cooperativas de se associarem, reconhecendo que, dadas as peculiaridades e singularidades, é possível enxergar aí uma categoria que tem direito de se organizar em sindicato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa decisão operou coisa julgada e hoje, no Paraná, essa questão está superada. Ninguém briga lá no Paraná com o sindicato da alimentação, com o Sindicato dos Bancários, com o Sindicato dos Trabalhadores em Cooperativa de Crédito. Isso acabou lá. Lá os trabalhadores de cooperativa são representados por sindicato de cooperativa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ CARLOS DA ROCHA – Então, eu fiz essa introdução para dizer para V. Exa. o seguinte: eu fiquei ali sentado, ouvindo as falas, e me preocupou porque me parece que as pessoas não leram o texto do art. 3º da lei. Ela dispõe o seguinte – eu vou falar isso aqui e vou encerrar minha fala –: Art. 3º. Determina que "é livre a associação"... Vou começar de novo:

> Art. 3º. [Determina que] É livre a associação profissional ou sindical do trabalhador celetista em cooperativas, assegurada a representação por organização sindical específica e exclusiva da categoria[...]

Esse artigo aqui não está dizendo que os trabalhadores em cooperativa terão que ser obrigatoriamente representados por sindicato de trabalhadores em cooperativa. Portanto, no Rio Grande do Sul, se os trabalhadores do Rio Grande do Sul quiserem, eles vão poder continuar sendo representados pelo sindicato dos trabalhadores da alimentação, sem problema nenhum, basta que eles se reúnam...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ CARLOS DA ROCHA – ... numa assembleia e deliberem. O "livre" aqui, que está no texto do artigo, a dicção é exatamente essa. Lá só vai ter trabalhador em cooperativa, no sindicato dos trabalhadores em cooperativa no Rio Grande do Sul, se os trabalhadores quiserem; se eles não quiserem, eles continuam sendo representados pelo sindicato dos trabalhadores na alimentação.

E o artigo também não diz... O artigo também não diz, não está escrito aqui no artigo, porque ele está em bom português, que é obrigatório que os trabalhadores em cooperativa sejam representados por sindicatos em cooperativa. E nem o contrário, de que o sindicato da alimentação do Rio Grande do Sul não possa representar os trabalhadores em cooperativa. Tudo pode, desde que os trabalhadores se reúnam e deliberem. Esse é o texto do artigo. Eu não consigo ter outra dicção desse artigo senão essa.

Então, se no Estado do Ceará os trabalhadores de cooperativa resolverem se organizar e criar um sindicato, está feito. Se eles se reunirem e resolverem que quem os vai representar é o sindicato dos bancários, está feito.

Esse projeto, Senador, vai dar fim a uma única coisa, que é o que preocupa o nosso representante do sindicato da alimentação do Rio Grande do Sul e também o Mauri Viana. A posição do Mauri Viana é polêmica e ele é polêmico mesmo, a vida toda. Ele que me contratou para propor essa ação lá no Paraná. Ele é contra o projeto por quê? Porque ele acha que se for aprovado o projeto, a CUT vai poder avançar na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

base dos sindicatos de trabalhadores em cooperativa e criar sindicato de trabalhador em cooperativa. A CUT vai poder, desde que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pessoal, teve só dois, se não me engano, que defenderam o projeto. Ele tem todo direito de falar com muita tranquilidade. Eu até dou um minuto a mais para ele, porque houve um certo movimento no Plenário que prejudicou a conclusão dele.

O SR. LUIZ CARLOS DA ROCHA – Então, é o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Todos terão oportunidade. Aqui ninguém vai embora com nada engolido, seja dos dois lados. Então, fiquem todos tranquilos. Todos falarão novamente.

O SR. LUIZ CARLOS DA ROCHA – Então, é o seguinte, eu falo pelos trabalhadores do Paraná, do sindicato do Paraná. Se a CUT lá no Paraná quiser criar um sindicato de trabalhador e cooperativa lá em Campo Mourão, ela vai lá, reúne os trabalhadores e cria. Qual é o problema? O artigo assegura exatamente isso, e esse é o receio do Mauri Viana.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ CARLOS DA ROCHA – Eles vão dividir a nossa categoria. Por isso ele é contra o projeto, mas o projeto na verdade assegura a liberdade plena dos trabalhadores em cooperativa de fazerem o que eles bem entenderem. Essa que é a questão.

E aí ele termina – esse é o ponto que eu queria chegar para concluir... O Projeto tem uma virtude que é de acabar com a judicialização. Por quê? Por onde você vai, pelo Brasil afora, você tem judicialização de disputa pela base, certo? Então, essa judicialização será encerrada com a parte final do art. 3º, que diz que é assegurada a representação por organização sindical exclusiva e específica. Então, onde tiver sindicato de trabalhadores em cooperativa, criado e representando os trabalhadores, não pode vir outro sindicato qualquer pretender roubar aquela representação.

O contrário não acontece com o sindicato da alimentação do Rio Grande do Sul. Lá só vai poder ter sindicato de trabalhador de cooperativa se os trabalhadores quiserem, entendeu? Então, as pessoas estão se opondo ao projeto por razões erradas. Esse projeto apenas assegura...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Concluindo, Rocha.

O SR. LUIZ CARLOS DA ROCHA – ... o fim da judicialização que, em Minas Gerais, em São Paulo, em outros estados em que ainda essa categoria busca a representação, isso está acontecendo. Só isso e mais nada. Não é um fantasma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu nasci dentro do Partido Comunista Brasileiro e fui criado dentro do Partido Comunista Brasileiro, e uma das coisas que eu mais aprendi a ver na minha vida e identificar é fantasma, porque o anticomunismo é um fantasma terrível que se cria, e a gente tem que identificá-lo. Então, isso aqui que estão fazendo contra o projeto é um fantasma. Só isso, mais nada.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com o nosso respeito, Sr. Luiz Carlos da Rocha, representante da Federação dos Trabalhadores em Cooperativa do Paraná (Fetracoop), que aqui expressou o seu ponto de vista, e é legítimo, pessoal, senão não precisaríamos fazer debate e termos audiência pública.

Eu só faço, Doutor, eu sei que foi a força de expressão, um esclarecimento porque nós estamos aqui para todo o Brasil. Quando você enfatiza que é só o sindicato da alimentação do Rio Grande do Sul, quem assistiu aqui viu que não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Calma, calma. Todos vão ter direito a falar. Calma. Aqui falaram inúmeras categorias e quase todas as centrais. E tiveram uma posição divergente legítima de V. Exa., como V. Exa. tem o direito de divergir. Só para dizer para não dar a impressão de que é só o sindicato da alimentação do meu estado. Não foi isso que eu vi aqui durante toda esta manhã. Mas fez a defesa no seu ponto de vista, como o Canindé fez também, ambos com muita competência.

Bom, agora onde nós entramos? Primeiro, eu vou aqui alertar – alertar não, informar...

Quero cumprimentar os Senadores que estão acompanhando o debate de forma virtual. Fica aqui um abraço carinhoso ao Senador Esperidião Amin, Senador Flávio Arns, Senador Izalci Lucas, Senador Jean Paul Prates, Senador Plínio Valério, Senadora Rose de Freitas – que infelizmente não volta no próximo mandato, até ela fez uma despedida ontem no Plenário, eu não estava lá, mas farei as devidas considerações, uma grande Senadora a Senadora Rose de Freitas – e o Senador Fabiano Contarato, que esteve presente aqui.

Agora nós vamos a algumas perguntas que eu vou colocar, chegaram para mim, não fui eu que fiz. Olhem aqui, pelo e-Cidadania chegaram aqui. Teve outras que vieram para o gabinete, que eu botei ali de lado. Então, independentemente de que lado for, eu vou ler as que chegaram à minha mão. E aqueles que vão falar, nos seus dois minutos de considerações finais, eu ainda vou dar dois minutos mais um minuto. Os dois terminam... É só olhar para aquele reloginho que vai estar aqui na frente e vai ver que eu darei mais um minuto, daí tem que encerrar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Thiago Pestana, de São Paulo: "De que maneira será garantida a representatividade trabalhista, haja vista as mais variadas possibilidades de interpretação do [...] [art. 3º do PL]?".

Pegaram a pergunta? Qualquer dúvida... Quem vier aqui à mesa – todos poderão passar por aqui de novo – poderá estar com esse papel na mão, se tiver dúvidas.

João da Silva, do Rio de Janeiro: "O mercado hoje está cheio de empresas travestidas de cooperativas. Como resolver esse problema sem que o trabalhador saia no prejuízo?".

Thaís Janaína, de Minas Gerais: "Quais são as mudanças previstas nos direitos trabalhistas para quem trabalha em cooperativas?".

E aqui é um comentário do Lucas Albuquerque, de Pernambuco: "Os supostos benefícios da chamada 'pejotização' atraem ao criar uma falsa realidade de mercado mais vantajosa para os empregados".

São esses os questionamentos. Eu tinha outras perguntas que não vejo motivo de fazer, porque todos aqui, em suas considerações finais, vão expressar o seu ponto de vista, e claro que isso tudo vai servir de baliza para nós outros nos passos que daremos mais à frente.

Eu quero só informar que, por uma iniciativa do movimento sindical brasileiro, por unanimidade, foi entregue aqui no Congresso o chamado novo estatuto do trabalho. Eu sou o Relator desse estatuto do trabalho, porque, se nós falamos em revogar a CLT ou revisá-la, o que vamos colocar no lugar? Por isso que está, digamos, em minhas mãos a relatoria do novo estatuto do trabalho, e claro que eu não vou mexer uma vírgula, se renova a CLT, sem que se passe pelo crivo do debate público com os trabalhadores do campo e da cidade, inclusive da área pública e da área privada. Será um debate democrático para que o novo estatuto do trabalho ou a nova CLT represente de fato o interesse de todos os trabalhadores e trabalhadoras.

Só faço esse pequeno esclarecimento.

Agora nós voltaremos e, como é de praxe na minha forma de agir, eu sempre digo que os últimos serão os primeiros e os primeiros serão os últimos. Então, o último usar a palavra foi, aqui no caso, o Sr. Luiz Carlos da Rocha, representante da Federação dos Trabalhistas em Cooperativa do Paraná (Fetracoop-PR). É um sistema que eu sempre uso.

Então, agora, V. Exa., invertendo, é o primeiro a usar a palavra para que ninguém diga que não teve chance de responder aos seus argumentos. É um sistema que eu uso e sempre deu certo, porque mostra... Inclusive quando são os representantes do próprio Governo, em casos em que eu sou oposição, adoto sempre esse critério.

Então, começa com o senhor, já sabendo que, na sequência, será o Sr. Arthur Bueno. O tempo é seu, dois minutos com mais um.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ CARLOS DA ROCHA – Obrigado, Senador.

Retomo então...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Olha, por questão de justiça, pessoal, vejo que vocês deram quórum até para votar hoje, se fosse necessário, o projeto.

E me alertaram aqui que mais Senadores entraram também nesse debate.

E também outra informação que chega – eu não vou citar o nome de todos – é a de que vai haver um requerimento para a suspensão da PEC 63. Você sabe qual é a PEC 63, não é? É aquela que vai discutir sobre a questão dos quinquênios e outras questões que interessam à maioria dos trabalhadores da área pública. Só que o debate não é para atender só o Judiciário. O pessoal quer que, se essa PEC 63, porventura, for votada, que ela tenha um leque para atender todos os trabalhadores.

O.k., é com o senhor. Esse foi só um informe, não tem nada a ver com o nosso tema.

O SR. LUIZ CARLOS DA ROCHA – Obrigado, Senador.

Retomo então o convite para V. Exa. ir ao Paraná conhecer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou ao Paraná.

O SR. LUIZ CARLOS DA ROCHA – ... o trabalho do Sindicato dos Trabalhadores de Cooperativa e quem mais quiser. Os dirigentes estão todos lá para recebê-los para mostrar como é a realidade do Paraná hoje absolutamente consolidada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para dizer que eu vou porque eu me comprometi a ir ao Congresso da Federação dos Trabalhadores da Alimentação em Santa Catarina, que foi de todos os estados do Sul. Fui lá e participei por dois dias.

Nesse fim de semana que passou – o seu tempo não está contando –, houve o Congresso dos Aposentados e Pensionistas em São Luís no Maranhão, e lá estava eu para debater os temas relacionados aos trabalhadores do campo e da cidade, aposentados e pensionistas.

Eu peço à assessoria que retome o teu tempo. E, na verdade, eu não tenho problema nenhum, eu até gosto muito de ir para os estados debater temas de interesse da nossa gente.

O SR. LUIZ CARLOS DA ROCHA – Perfeito. Então, em São Paulo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já foi incluído aqui o tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ CARLOS DA ROCHA – ... também está aqui, Minas Gerais está aqui, tem Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) **–** Pronto, está lá. Retomou os dois, tem mais um depois, a partir de agora.

O SR. LUIZ CARLOS DA ROCHA – Perfeito.

Há sindicatos dos trabalhadores de cooperativas no Brasil inteiro, não é? Não há no Rio Grande do Sul. E por isso eu me referi que a resistência parte do Rio Grande do Sul. No resto do Brasil isso já é uma coisa que está sendo encaminhada. E o problema é a judicialização, porque para você criar um sindicato de trabalhadores de cooperativa vem a recusa do Ministério do Trabalho, você tem que entrar com ação, vem a resistência do sindicato que está representando o trabalhador em cooperativa e começa uma disputa judicial irascível, como essa que teve no Paraná e que demorou dez anos.

Então, o projeto tem a finalidade de acabar com isso. Se o trabalhador se reuniu e decidiu que ele quer um sindicato específico para representá-lo resolveu o problema, não tem disputa judicial. Se o trabalhador se reuniu, o trabalhador de cooperativa se reuniu no Rio Grande do Sul e decidiu...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ CARLOS DA ROCHA – ... que quem o representa é o sindicato da alimentação, resolvido o problema, não tem disputa judicial. Certo?

Então, o projeto tem essa virtude maravilhosa de acabar com a judicialização pela disputa da base dos trabalhadores em cooperativa no Brasil. Essa é a finalidade do projeto.

Portanto, o projeto, ao contrário de produzir insegurança jurídica, como se disse aqui, ele produz segurança jurídica, porque ele confere o direito ao trabalhador de cooperativa da representação por um sindicato exclusivo, desde que ele decida em assembleia. É só isso. Não tem segredo nenhum nessa história aqui.

Então, falei da judicialização, falei da segurança jurídica, falei que, se os trabalhadores quiserem, eles representam para o sindicato de bancários, alimentação, como quer que seja, desde que eles decidam.

Gostaria de finalizar, então, dizendo que nós vamos encaminhar para os Senadores posteriormente um estudo que nós estamos fazendo, demonstrando que, na maioria dos estados onde os trabalhadores em cooperativas passaram a ser representados por sindicato de trabalhadores em cooperativa, a vida do trabalhador melhorou. Ele teve mais vantagens, porque a representação específica produz mais vantagens para ele. E nós, terminando esse trabalho, vamos encaminhar.

No Paraná, por exemplo... Dou um exemplo, certo? No Sindicato dos Comerciários, que aqui representava os trabalhadores de cooperativa anteriormente, o trabalhador tem que comprar o plano de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saúde. No Sindicato dos Trabalhadores de Cooperativa as cooperativas oferecem um plano de saúde, porque, ao longo desses anos, o sindicato conseguiu criar musculatura e dar aos trabalhadores em cooperativa uma condição muito melhor do que teria se ele fosse representado como ele vinha sendo representado anteriormente.

Então, é essa a fala. Não é produzir polêmica nem encrenca. É só olhar o art. 3º e interpretá-lo como ele está escrito, com o português, com o vernáculo nacional. Não tenho dúvida nenhuma. Ninguém está querendo obrigar ninguém a nada e nem proibir a nada. É liberar, tornar livre a vida do trabalhador em cooperativa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, esse foi o Sr. Luiz Carlos Rocha, representante da Federação dos Trabalhadores de Cooperativas do Paraná (Fetracoop).

Eu quero apenas cumprimentar a todos, inclusive os que pensam de forma divergente, a maioria que está aqui neste plenário, que têm mantido um debate num altíssimo nível, como foi agora o Sr. Luiz Carlos da Rocha. Defende o seu ponto de vista, mas de forma muito respeitosa.

De imediato, como havia já anunciado, os últimos serão os primeiros, então o penúltimo a falar é o segundo agora: Sr. Arthur Bueno de Camargo, da CNTA, para as considerações finais. Se quiser responder a alguma pergunta ou não, fique livre, porque as perguntas, se for o caso, depois eu encaminho uma resposta.

O SR. ARTHUR BUENO DE CAMARGO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Primeiro, eu quero aqui... Eu já pedi desculpa aqui para o Luiz Carlos, que saiu antecipadamente, mas, evidentemente – ele sabe disso, é advogado, eu não sou advogado –, que não precisa de lei realmente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARTHUR BUENO DE CAMARGO – Nós já temos uma Constituição Federal, que já garante realmente a livre organização, seja dos trabalhadores, seja econômica.

Agora, a grande questão que está em jogo e é por isso que eu acho que é importante a gente fazer esse debate: nós não vivemos realmente num país livre para que o trabalhador possa fazer a sua opção. Todos nós sabemos que existe pressão dentro da empresa, e, evidentemente, dessa pressão nós já temos pleno conhecimento. Hoje, inclusive, a questão de a reforma trabalhista dar poder para a empresa negociar diretamente com o trabalhador, isso já é uma demonstração realmente de que o trabalhador... Com 33 milhões de trabalhadores desempregados, evidentemente, com isso, acaba não prevalecendo a vontade do trabalhador.

Então, eu acho que nós, enquanto representantes dos trabalhadores, temos que ter a capacidade de fazer a discussão aberta, tranquila realmente, e ver aquilo que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARTHUR BUENO DE CAMARGO – ... realmente possa dar melhores estruturas para a representação dos trabalhadores.

Nós vivemos um momento realmente diferenciado, nós vivemos um momento difícil, não é? E, hoje, diante principalmente daquilo que os trabalhadores perderam – e a representação também perdeu sua estrutura para poder representar os trabalhadores –, nós temos que buscar a nossa unidade, para poder fazer prevalecer pelo menos o mínimo da vontade dos trabalhadores.

Então, eu quero aqui dizer que nós estamos abertos, a CNTA está aberta para fazer essa discussão com profundidade.

Como eu disse na minha fala anterior, na última instância nós vamos ter que ouvir realmente os interessados diretos, que são os trabalhadores, mas, evidentemente, nós temos que ter a capacidade de sair realmente, entre dirigentes sindicais, entre representantes dos trabalhadores, com a posição realmente unificada.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Arthur! Esse foi o Sr. Arthur Bueno de Camargo, da CNTA.

Agora vou seguindo a lista aqui... Inclusive, algum que eu chamar que, porventura, não esteja aqui, seja de uma posição ou outra, mas eu chamarei para reafirmar... Cada um reafirme a sua posição ou não.

Arthur Bueno, Luiz Carlos já foi... Agora, Sra. Rosane Simon, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio (CNTC).

Dois minutos, com mais um.

A SRA. ROSANE SIMON (Para expor.) – Senador Paim e todos que nos acompanham aqui...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSANE SIMON – ... quero reforçar novamente, então, os nossos respeitos e a nossa alegria de estar nesta Casa, saudando todos os demais Senadores que estão acompanhando esta reunião.

Eu quero dizer que o mundo real do trabalho que nós vivemos, que eu vivo, não é o mesmo mundo real em que vive o colega que falou aqui defendendo o projeto.

Quero dizer que eu estou há muitos anos no movimento sindical, Senador Paim – você me conhece –, e participamos de muitas assembleias que foram chamadas para criar esse tal sindicato das cooperativas, e ficamos sabendo, naquele edital escondido lá no rodapé, de muitas assembleias feitas lá no final do bairro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

num lugar de que os trabalhadores de fato interessados naquela decisão, a maioria deles, nem sequer tiveram conhecimento.

Quero dizer que nós estivemos lá, várias categorias que aqui estão – comércio, indústria –, e vimos que lá estava – meu querido colega que me antecedeu, e eu sou formada em direito; penso que ninguém aqui está enganado, como o senhor falou – o estafe das cooperativas; lá não estava o trabalhador que rala para construir a riqueza daquele setor cooperativo. Falo com toda essa ênfase, Senador Paim, com todo o respeito que cada debate merece, mas os trabalhadores em cooperativas podem ter êxito nessa ou naquela formação, como o senhor fala, lá no Estado do Paraná, mas o que nós veremos, sim, é aquilo que nós vimos quando na chamada daquelas assembleias em que nós víamos os representantes, muitas vezes advogados – e nada contra, eu também sou –, dos trabalhadores. E eu tenho certeza de que aquele trabalhador lá do pé da cooperativa não teria toda essa felicidade na sua legislação, na sua negociação coletiva.

Então, nesse sentido, eu quero dizer, reforçando, que esse projeto afronta, sim, tudo o que nós temos hoje na Constituição Federal e na CLT, que já regulam, há muitos anos, a questão do mundo do trabalho, no momento em que ele está representado pelo sindicato dos trabalhadores no comércio. Isto aqui não é nenhuma revanche; nós lutamos e queremos a melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores, mas que, de fato, aquele trabalho feito pelos Constituintes, por quem fez a CLT siga valendo e não seja rasgado assim, numa chamada.

De fato, o Rio Grande do Sul é o foco, colega. De fato, o Rio Grande do Sul é o foco, porque lá nós temos um movimento sindical combativo, que até hoje não deixou criar, porque sabemos que seria um blefe a criação desses sindicatos.

Desculpe a fala, mas é isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Essa foi a Sra. Rosane Simon, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio.

Falou já o Bueno, pelos trabalhadores da CNTA.

Agora, só para registro – me parece que ele não está presente; se estiver, eu lhe darei a palavra –, o Sr. Aristides Veras dos Santos. (*Pausa.*)

Não está.

Agora vamos para o Sr. Gustavo Tabatinga, representante da Confederação Nacional do Ramo Financeiro (Contraf).

Como esse é remoto, não sei se ele se encontra ainda... (*Pausa.*)

Está bom. Vamos em frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Sr. Julimar Roberto de Oliveira Nonato, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços. (*Pausa.*)

O SR. JULIMAR ROBERTO DE OLIVEIRA NONATO (Para expor.) – Bom, mais uma vez, quero saudar todos os presentes em plenário e, também, de forma virtual.

Retorno mantendo aqui o nosso posicionamento anterior: não temos nenhuma dúvida de que esse projeto de lei prejudica o trabalhador – já citei, inclusive, um caso que está acontecendo lá no Mato Grosso do Sul onde se reduziram os direitos, os benefícios que os trabalhadores têm na representação atual – e precariza, sem dúvida nenhuma, a mão de obra.

Eu defendo, Senador Paulo Paim, por toda a minha vida sindical também, que é de muitos anos – estou no movimento sindical desde 1989, comecei muito novo, mas estou desde lá –, que realmente é uma questão... Nós temos que voltar a ter um debate mais classista, certo? Mais classista mesmo, como classe trabalhadora, e não nessa divisão que hoje tem muitas vezes aí e que tende a aumentar muito com esse PL, em questões de caixas e de categorias; voltar realmente a um debate classista. Eu acho que nós perdemos muito nesse último período, quando abandonamos um pouco a questão desse tipo de debate, classista.

Esse PL realmente pulveriza e divide a classe trabalhadora ainda mais. E nós temos que ter um entendimento diferente, porque, quanto mais unido o trabalhador está, mais forte ele fica.

E o que a gente vê na questão de cooperativa... Hoje tem uma pergunta aqui, de que há muitas empresas travestidas de cooperativas e tal. Nós enfrentamos muito isso. Eles contratavam o trabalhador dizendo – como disse o primeiro que falou aqui – que ele era um cooperado, mas na verdade ele era um trabalhador. O que pagavam para ele era um salário ou menos do que um salário, com carga horária a ser cumprida etc. Então, é isso, é mais uma tentativa de precarização. Eu não tenho nenhuma dúvida disso.

E é uma reforma sindical. Eu vou dizer para vocês: nós temos que discutir, sim, a reforma sindical. Temos que discutir, mas num todo. Não dá para a gente ficar discutindo dessa forma, entendeu? Porque quem perde é o trabalhador, está certo? Eu ouvi aqui, ele falou: "Não, é porque hoje nós vamos poder fazer assembleia, e o trabalhador decide". Aí, depois de decidido, não pode fazer assembleia de novo, porque "eles vão invadir a nossa categoria". E o que é que está sendo feito agora? Eu pergunto para vocês: o que é que está sendo feito agora? Daqui a uns dias estão dizendo o seguinte – é a coisa mais...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Concluindo...

O SR. JULIMAR ROBERTO DE OLIVEIRA NONATO – Vou concluir, Senador.

É a coisa mais esdrúxula. Vão dizer assim: "Eu tenho aqui uma empresa, um comércio em que os proprietários são o Senador Paulo Paim e o Contarato".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro, entendi.

O SR. JULIMAR ROBERTO DE OLIVEIRA NONATO – Aí... "Não, mas agora nós saímos do supermercado, mas nós vamos abrir uma empresa, uma indústria de alimentação", e o sindicato vai ser o sindicato dessa empresa só, não vai ser do comerciário e do trabalhador da empresa de alimentação, não; é só dessa. Está caminhando para isso. E não é isso! É inconstitucional, porque aqui o que determina realmente é a categoria de trabalhadores, o.k.? (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, Sr. Julimar Roberto de Oliveira Nonato, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços.

De imediato, agora, a palavra à Sra. Marli Melo do Nascimento. (*Pausa.*)

Ela passou direto, porque ela já não se encontra mais, já expressou seu ponto de vista.

Com a palavra o Sr. Nelson Morelli, Presidente da Confederação Brasileira Democrática dos Trabalhadores da Alimentação.

O SR. NELSON MORELLI (*Fora do microfone*.) – Estou cedendo a palavra para o meu companheiro Paulo Madeira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Paulo Madeira, que já se manifestou aqui, Presidente da Federação da Alimentação do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO MADEIRA (Para expor.) – Senador, me desculpe a observância que tive ali, mas a gente estava em dúvida e para mim se tornou uma constatação hoje. Esse PL só tem um objetivo: não é organizar todas as categorias, em ramo de cooperativa, celetistas no Brasil inteiro. Esse PL está direcionado para o Estado do Rio Grande do Sul, porque a Fenatracoop, desde 2010, tenta fundar sindicato no Rio Grande do Sul, de trabalhadores celetistas, e não consegue porque não tem os trabalhadores organizados como nós do ramo da alimentação temos, não é?

Então, quando a gente foi à última assembleia que fizeram, em 2017, que fizeram na cidade de Passo Fundo, quem estava presente na assembleia deles eram só os procuradores das empresas, Senador Paulo Paim. E, quando eles viram, nós chegamos com mais de 3 mil trabalhadores, cada um com a sua carteirinha de trabalho assinada nas cooperativas para participar da assembleia. Nós fomos barrados, não é? Mas, para o bem foi que a gente conseguiu, pela força e pela organização que a gente teve, que a assembleia não se realizasse.

Então, esse PL tem que ser extinto mesmo. Tem que ser extinto. Se está organizado no Estado do Paraná, que bom! Que bom. Se vocês não conseguirem organizar no Rio Grande do Sul é porque os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

trabalhadores, celetistas e de cooperativa, estão organizados e não querem... Se os outros estados não têm representação como tem no Rio Grande do Sul, vão lá e fundem sindicato. Vão lá e fundem o sindicato, não é? O Sr. Luiz Carlos acabou de dizer aqui que, se a CUT quiser ir ao Paraná e fundar sindicato, vai lá. Ele deixou clara a fragmentação do movimento sindical. Ele deixou claro que pode se fragmentar, pode sair fundando sindicato, do jeito que quiser, desde que se organizem os trabalhadores, não é?

Então, quero dizer que o Rio Grande do Sul está muito bem organizado, e duvido – duvido! – que tem algum acordo aí que seja melhor que o do Rio Grande do Sul. Senador Paulo Paim. Plano de saúde: são poucos os sindicatos, são muito poucos sindicatos que têm plano de saúde. É colocado, redigido dentro do acordo... Plano de saúde quem dá são as empresas. E, coisas que as empresas dão que não são conquista nossa do bojo sindical, a gente não pode vir aqui numa bancada dizer que é conquista do ramo sindical. Nós temos que dizer que se tem quinquênio... O senhor acabou de dizer que vai para votação aí os quinquênios para o servidor público. A nossa categoria do ramo da alimentação, toda ela, tem quinquênio no Rio Grande do Sul – toda tem quinquênio. Então, o nosso sindicato no Rio Grande do Sul é organizado.

E eu quero deixar aqui como uma mensagem, Senador... O senhor sabe como é que nós somos de luta. E, se nós tivermos... Se esse PL passar e nós tivermos que ir para as bases e fundar sindicato e cooperativa, fica aqui o recado para a Fenatracoop: nós iremos para as bases ouvir o trabalhador e fundaremos sindicato, sim. Fundaremos sindicato, com certeza, porque nós somos organizados e somos de luta, não é? Se nós tivermos que convocar Bento Gonçalves e Anita Garibaldi para vencer essa batalha, pode ter certeza de que nós vamos tentar, mas nós não concordamos com a fragmentação do movimento sindical!

Não precisa nós estarmos discutindo isso aqui, Senador, um PL para fragmentar e dividir os trabalhadores do movimento sindical. Nós podíamos estar decidindo aqui, como disse o companheiro que me antecedeu, a reforma trabalhista, a reforma sindical, uma construção em que o trabalhador venha a ser fortalecido e sejam mantidos os seus direitos. O que nós temos aqui nada mais é que tentar fazer um PL para acomodar sindicatos que não têm luta, que só querem arrecadar dos trabalhadores. É isso! Então, fica aqui o nosso repúdio.

(*Manifestação da plateia.*) (*Palmas.*)

O SR. PAULO MADEIRA – Nós iremos, sim! Se esse PL não for extinto, nós mobilizamos não só o Rio Grande do Sul, Senador, nós organizamos o Brasil inteiro, onde quer que seja, para fundar sindicato que verdadeiramente venha representar seus trabalhadores, não um sindicato meramente arrecadatório, porque a reforma trabalhista e sindical, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Concluindo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO MADEIRA – ... não tem que vir para voltar imposto sindical, como os próprios patrões estão dizendo que o imposto sindical vai voltar com o Governo Lula e vai descontar na folha do trabalhador. Isso é uma mentira! Nós somos contra a volta do imposto sindical! Nós somos, sim, a favor de uma arrecadação com que o trabalhador concorde nas suas assembleias, porque ele é que verdadeiramente tem que sustentar o sindicato.

Fica aqui... no Rio Grande do Sul, porque lá, a Fenatracoop, desde 2010, tenta ir lá e fundar sindicato de gaveta, mas não vai conseguir, porque lá tem povo de luta e sangue na veia.

(*Manifestação da plateia.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi Paulo Madeira, Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Rio Grande do Sul, reafirmando a sua posição expressada já no primeiro momento.

Com a palavra agora o Sr. Mauri Viana Pereira, representante da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB).

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

Cláudio Mendes Neto no lugar do Sr. Mauri Viana Pereira, que falou no primeiro momento e agora cedeu para o colega, que tem a mesma posição.

O SR. CLÁUDIO MENDES NETO (Para expor.) – Falar depois de um dirigente sindical não é fácil, não.

Eu acho importante pontuar que o que faz o trabalhador fundar uma entidade sindical é ele reconhecer as similares condições de vida oriundas do mesmo trabalho. Se o trabalhador reconhecer isso, nada vai impedir que ele funde ou não a entidade sindical. O que aconteceu no Paraná e em outros estados foi isto: esse reconhecimento. Havendo esse reconhecimento, vai haver a fundação da entidade sindical.

Do lado da categoria econômica, o que faz ter essa fundação é a solidariedade e o interesse econômico.

Uma cooperativa reconhece que tem solidariedade e interesse econômico com outra cooperativa por algumas questões. Uma cooperativa não pode ter objetivo de lucro – isso por lei. É uma sociedade de pessoas, não uma sociedade de capital. A forma, a natureza jurídica dela é uma forma própria. Ela não é sujeita à falência. As condições estruturais e operacionais dela são próprias.

Quando o Tribunal Superior do Trabalho deu a decisão em relação ao trabalhador em cooperativa de crédito não poder ser bancário, foi dessa forma. Com certeza, o trabalhador em cooperativa de crédito que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se imaginou bancário durante toda a vida dele e chegou ao final da sua ação e não se viu detentor daquele direito ficou extremamente decepcionado. E ele teve que fundar um sindicato de trabalhador em cooperativa de crédito. Por quê? Porque ele não era bancário. Isso é decepcionante! Só que, quando isso acontece, não é que o trabalhador...Ele se vê desamparado. Então, o que o dirigente sindical quer, com toda certeza, é poder saber o seu direito.

Quando você vê o legislador criando uma legislação para poder atender aos anseios da sociedade, você vê criando um Senai, você vê criando um Sescoop, que é um serviço de aprendizado, que é um serviço de ensino, é um modelo para poder instigar a sociedade a ter uma evolução. O Sescoop hoje é composto por entidades vinculadas ao sistema sindical. Qual é o objetivo do Sescoop? É organizar, administrar e executar em todo o território nacional o ensino e a formação profissional do trabalhador em cooperativa e do cooperado.

Agora, eu indago a V. Exas.: se hoje nós temos o Senai, que é para a indústria, se nós temos o Senac, que é para o comércio, qual o tipo de entidade sindical o Sescoop tenta incentivar? Seriam entidades sindicais vinculadas ao cooperativismo, ao trabalhador em cooperativa e ao cooperado. Essas entidades sindicais são essas mesmas entidades sindicais que o PL 537, de 2019, tenta incentivar.

As entidades sindicais de trabalhadores em cooperativas já são reconhecidas. Esse reconhecimento veio nessa luta desses trabalhadores, desses dirigentes sindicais que hoje aqui estão. Essa luta realmente foi muito aguerrida, foi muito difícil. Porém, hoje já tem o seu reconhecimento judicial. Só que este PL que hoje estão tentando aprovar é um PL que tende a reconhecer a própria... A existência foi reconhecida. O que eles querem reconhecer agora é a especificidade. Essa especificidade é uma especificidade que busca uma justiça natural da própria categoria, porque é uma categoria que necessita de estudos. Quando você vê essas questões estruturais e operacionais, se uma entidade sindical consegue fazer esse estudo, consegue chegar a uma mesa de negociação com mais justiça frente ao lado patronal, consegue tabular melhores negociações coletivas para o seu representado.

Eu acho que todos aqui... O debate é salutar. Então, cada um tem um ponto de vista, e o ponto de vista do outro não quer dizer que é um ponto de vista errado frente ao ponto de vista do trabalhador em cooperativa. Cada um vai ter o seu direito justo frente ao direito do trabalhador em cooperativa. O trabalhador em cooperativa quer ter o seu direito de poder se reunir. Então, eu acho que é esta questão que o trabalhador tanto do Paraná quanto do Rio Grande do Sul quer colocar: ter o direito de se posicionar. Eu acho que essas são as palavras.

Eu acho que o debate não vai terminar com essa questão, não vai terminar nesta audiência pública. Eu acho que todos aqui têm o mesmo objetivo, que é ter o debate.

Eu agradeço o tempo de todos, agradeço as palavras dos que me antecederam. E que os debates continuem nesse sentido e nesse nível. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k., Sr. Cláudio Mendes Neto, representante da Central dos Sindicatos Brasileiros, que mostrou aqui uma posição divergente – para verem como está a questão, pois são da mesma central – da apresentada, no primeiro momento, pelo Sr. Mauri Viana Pereira. É para ver como o tema de fato preocupa a todos.

E, quanto ao tempo, pessoal, são dois minutos, mas depois tem mais um. E quem controla é o painel lá. Enquanto o painel não disser que terminou, eu não vou, naturalmente, cortar a palavra.

Está indo bem o debate, pessoal, está num alto nível, o plenário está muito bem também. Já houve sessão que eu presidi aqui que tive que suspender para segurar a moçada no plenário, mas sempre deu para concluir com a maior tranquilidade. E aqui está sendo o mais alto nível, inclusive cada um expressando com clareza a sua divergência.

Agora passamos a palavra para o Sr. Eduardo Moraes Bestetti, representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

Lembro a todos que são dois minutos com mais um.

O SR. EDUARDO MORAES BESTETTI (Para expor.) – Na primeira pergunta, Senador, queria dar uma olhadinha.

Voltando aqui aos debates, a pergunta do Thiago Pestana, de São Paulo, dá oportunidade de responder também ao Dr. Luiz Carlos e também a colocação final agora do representante da CSB.

Não vou entrar no mérito... Inclusive, acho um pouco grosseiro falar que o pessoal não leu o PL, porque eu li, li bem e vi que, no PL, há um parágrafo único no art. 1º que cria a categoria dos trabalhadores em cooperativas, que diz:

> Art. 1º.....
> Parágrafo único. A categoria profissional dos trabalhadores celetistas [em cooperativas] corresponde à categoria econômica cooperativa.

Aqui está sendo criada essa categoria profissional, e ela vai legitimar a criação de sindicatos genéricos de trabalhadores de todas essas cooperativas de diferentes atividades econômicas, como a gente já mencionou.

Sobre a decisão do trabalhador de fundar ou não o seu sindicato, as atuais normas de fundação de sindicato vão criar empecilhos para a participação dos trabalhadores interessados. Lá no Estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, pode se chamar uma assembleia em Porto Alegre para representar os trabalhadores em cooperativas de todo o Estado, e, fundando esse sindicato, vai tirar a base de todos os sindicatos do interior. Não vão precisar ir à cidade-sede de cada sindicato para fundar esse sindicato. Então, o trabalhador do interior não vai conseguir se fazer representar nessa assembleia de fundação de sindicato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e dar a sua opinião – uma viagem, lá no Rio Grande do Sul, de Uruguaiana a Porto Alegre são oito, nove horas. Ele vai perder a sua representação nesse caso.

Sobre a questão que o Sr. Luiz Carlos coloca também de benefícios da categoria, ele não pode usar uma questão pontual do Estado do Paraná para passar para todo o Brasil. Eu posso mostrar para ele – inclusive, passar o número – um processo judicial lá no Rio Grande do Sul que a gente teve que ajuizar contra um supermercado de uma cooperativa que não pagava nem mesmo o piso da categoria. Ele falava: "Eu sou uma cooperativa e não vou respeitar a convenção coletiva do Sindicomerciários com o Sindigêneros". Então, essa questão pontual do Estado do Paraná não é universalizável para o país inteiro.

E, sobre o que o Sr. Cláudio, da CSB, falou, que o trabalhador poderá reconhecer ou não a similaridade da condição de vida, o PL não deixa que o trabalhador reconheça ou não, porque, no parágrafo único do art. 1º, o PL está dizendo ou o Estado, a lei diz para o trabalhador que a categoria dele é trabalhador em cooperativa agora, não mais comerciário, da indústria de alimentos, financiário, no caso do trabalhador das cooperativas de crédito. Então, é uma interferência do Estado na livre organização sindical dos trabalhadores, sim, por causa do parágrafo único do art. 1º. E eu li do começo ao fim o projeto de lei. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k. Esse foi o Sr. Eduardo Moraes Bestetti, representante da Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB).

Agora, com a palavra o Sr. Francisco Canindé Pegado, representante da União Geral dos Trabalhadores (UGT), que foi um dos primeiros a falar e vai ser, naturalmente, um dos últimos a falar – só tem mais um ou dois.

O SR. FRANCISCO CANINDÉ PEGADO (Para expor.) – Senador, a preocupação aqui, agora, é justamente destravar este embate que surgiu aí.

Primeiro, o seguinte: parece que há aqui um certo segmento que está não contra a organização de sindicatos de trabalhadores celetistas em cooperativas, está contra o próprio sistema cooperativista. Eu observei isso aqui. O próprio sistema cooperativista!

Olhe, gente...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pessoal, vamos aguardar. Eu vou dar mais...

O SR. FRANCISCO CANINDÉ PEGADO – Qual é a manifestação? Não entendi...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se falarem, eu darei mais um tempo para ele. Eu faço um apelo para ficar todo mundo tranquilo. O debate está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indo bem. Ele terá todo o direito de usar dois mais um. E, como eu já usei quase um e com o que houve no plenário, eu já vou dar mais um para ele.

O SR. FRANCISCO CANINDÉ PEGADO – Então, é essa a percepção cristalina, Senador.

E quero dizer o seguinte: esse é um sistema que você pode buscar nos primórdios da nossa organização. Por exemplo, o que fez Paul Singer quando esteve justamente na Secretaria Nacional de Economia Solidária? Observem que Paul Singer justamente colocou, de forma pragmática também, a possibilidade justamente de o sistema de economia solidária ser calcado também no fomento ao cooperativismo de trabalho. Observem o que o Walter Barelli, lá atrás, também trouxe como lógica, para a gente justamente fazer o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc), em 1998. Todos esses setores, todos esses atores tiveram como indicativo que o Brasil realmente, a partir da Lei Geral das Cooperativas, a Lei 5.764, tivesse justamente uma regulação que atendesse a todos os interesses, atendesse a todos aqueles atores que estão participando do sistema.

A fundação ou a criação de sindicatos... São 50 sindicatos, mais ou menos, existentes hoje de trabalhadores celetistas em cooperativas. Eu pergunto ao Mauri – não sei se ele está aí ainda –, para ele responder, diante do que foi aqui falado – não me lembro bem qual foi o companheiro que se relacionou – , se existe algum desses 50 sindicatos que foi fundado dessa forma que foi colocada aqui, no submundo do mundo sindical, fora, não atendendo a realidade, etc., e tal. O Mauri deve responder isso – ele é o criador, há mais de 30 anos, desse sistema –, se houve alguma coisa nesse sentido também.

Por fim, Senador, precisa-se também observar justamente a portaria objetiva do Ministério do Trabalho e Emprego sobre a criação de sindicatos neste país. Não é desse jeito que estão falando aqui, não, gente: "Criam um sindicato ali, lá em Bagé, que vai atender o Estado do Rio Grande do Sul todo, sem os outros interessados poderem estar participando". Não é assim, não, gente! Isso não virou casa da mãe joana também, não; existem sistema de organização, sistema de fundação e sistema voltado para os interesses justamente discutidos no âmbito do Conselho Nacional do Trabalho, em outros âmbitos de colegiados dentro do Ministério do Trabalho, que fundamentaram toda uma organização de fundação de sindicatos, de fusão, de incorporação e tudo o mais. Então, não é desse jeito que estão colocando aqui, não! Vocês precisam estar um pouquinho mais orientados, mais focados, mais atualizados sobre essa questão.

Para contextualizar, Senador, eu gostaria de dizer o seguinte: o senhor tem um grande compromisso aqui nas mãos, neste momento, e saiba que, se isto aqui fosse consenso, ser contra o projeto de lei ou ser a favor do projeto de lei, seria muito fácil para o senhor tomar uma decisão no seu Colegiado. Está certo? Então, como o assunto não é de consenso, como existem justamente tendências, a nossa tendência aqui é a de ver que esse sistema, esse projeto de lei não ataca de forma alguma o sindicato que quer trabalhar, gente! Ele ataca quem não quer trabalhar, dentro do contexto de organização sindical. (*Palmas.*)

Quem não quer trabalhar se sente assim. Está certo? Quem quer trabalhar vai e enfrenta! Está certo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é para isso que existe...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pessoal, as palmas são livres.

O SR. FRANCISCO CANINDÉ PEGADO – É para isso que existe a estrutura...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Qualquer outra manifestação não soma e só atrasa o nosso debate. As palmas são livres.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só as palmas são livres!

Continue!

O SR. FRANCISCO CANINDÉ PEGADO – Só para concluir, então vá lá! Está certo?

A Fetracoop, por exemplo, filia muitos sindicatos, mas não filia todos. No Rio Grande do Sul, pelo que eu conheço, o Sindicato dos Trabalhados em Cooperativa de Crédito... Foi vontade dos trabalhadores criar a cooperativa. E qual foi o enfrentamento que teve? Ou, se não houve, é outra história!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Concluindo agora, Canindé...

O SR. FRANCISCO CANINDÉ PEGADO – Agora, concluindo definitivamente, vamos lá, gente!

De forma pragmática, o projeto de lei não ataca o sistema sindical brasileiro, não existe isso aí. Vocês têm que ver pelo âmbito justamente da organização sindical no Brasil que hoje existe. E existem também legislação e instrumentos específicos para garantir justamente esse tipo de criação de sindicatos, como existia antigamente. Hoje, não, gente, isso está muito bem transparente.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa foi a palavra do Sr. Francisco Canindé Pegado, representante da União Geral dos Trabalhadores. Ele reafirmou aqui a sua posição.

O SR. FRANCISCO CANINDÉ PEGADO – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com a palavra agora a Sra. Amanda Gomes Corcino, representante da Central Única dos Trabalhadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Repito: são dois minutos mais um. Se o Plenário intervier, dou mais um minuto. É uma forma de castigar quem intervém. (*Risos.*)

A SRA. AMANDA GOMES CORCINO (Para expor.) – Obrigada.

Senador Paulo Paim, quero agradecer este convite para a gente poder aqui representar a Central Única dos Trabalhadores.

Já vou começar com uma divergência sobre o que disse o colega que me antecedeu. Quando eu acompanhei a Secretaria de Organização da CUT, eu pude acompanhar algumas assembleias e tentativas de fundação de sindicatos e posso dizer que não era essa democracia toda, não! Eram feitas em lugar fechado, com seguranças na porta, para impedir a participação daqueles trabalhadores que não eram desejáveis, com interferência patronal. Então, esta é uma grande preocupação: se vai ser representado mesmo por trabalhadores.

Aí eu vou comentar o comentário.

Talita Régia, do Distrito Federal, coloca assim: "Esse estatuto é mais uma forma de precarizar as relações de trabalho. E quem perde com isso? Os trabalhadores!".

Eu entendo que precariza, sim, a começar pelo exemplo que foi dado aqui sobre o rebaixamento do piso salarial, ao não se querer reconhecer e cumprir o piso da categoria. Como é que você tem uma categoria profissional com vários acordos, não é? Então, complica.

A questão do Thiago Pestana sobre como será garantida a representatividade trabalhista foi bem respondida pelo nosso colega Eduardo, da CTB. Não há garantia nenhuma, porque, no art.1º e no art. 3º, já colocam ali a exclusividade. Então, é bem preocupante isso daí.

Aproveito esse clima de Copa do Mundo para dizer que é um drible na CLT e na Constituição no que tange à unicidade. Então, fragiliza, fere a autonomia sindical, é uma intervenção do Estado. E nós trabalhadores prezamos muito essa questão, na nossa organização, da nossa autonomia. Ele vem enfeitado sob uma ótica de garantia de direitos quando, na verdade, é sim uma minirreforma sindical.

Por fim, encerro dizendo que é um grande presente para o setor patronal. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa foi a Sra. Amanda Gomes Corcino, representante da Central Única dos Trabalhadores, que reafirmou aqui a sua posição, respondendo, inclusive, a perguntas que chegaram pelo e-Cidadania.

Por fim, com a palavra agora o Sr. Josimar Luis Cecchin, representante da IndustriALL-Brasil. (*Palmas.*)

Ele foi o primeiro a falar e, agora na inversão, vai ser o último a falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fique à vontade.

O SR. JOSIMAR LUIS CECCHIN (Para expor.) – Senador, mais uma vez quero agradecer o convite em nome da IndustriALL.

Eu também sou do Rio Grande do Sul e, vendo os debates, acho que a gente precisa esclarecer alguns pontos aqui.

Sobre o cooperativismo, de maneira nenhuma, nós somos contra, pelo contrário. Nasceu, inclusive, dos sindicatos o sistema cooperativo. Então, pelo contrário, nós somos a favor do sistema cooperativo desde que seja solidário, que atenda os interesses do povo.

Agora, falando sobre o PL, nós estamos fazendo uma minirreforma aqui, Senador, nós estamos acabando com a unicidade sindical. Cria-se, inclusive, uma empresa, numa cidade. Podemos lá criar o sindicato da cooperativa da bolacha, do trabalhador da cooperativa da bolacha. Isso aqui está sendo obrigado pelo art. 1º. Nós temos que fazer o que os que me antecederam aqui falaram, é o real.

Mas aqui a democracia de que a companheira Amanda fala não existe. Nós acompanhamos o seguinte: o mesmo edital para o mesmo sindicato, em Taquara, em Passo Fundo, no mesmo dia e na mesma hora. Não estou falando bobagem, porque está nos editais, conforme foram os sindicatos. Inclusive, um dia antes, cancelou-se uma das assembleias. A gente acompanhou tudo e não é nada democrática a assembleia, não. É com segurança forte e com o aval patronal, inclusive para levar trabalhadores para a assembleia.

Então, eu sou obrigado a concordar com o Mauri. Nós divergimos em algumas coisas, mas sou obrigado a concordar com ele. Sim, nós vamos enfraquecer o movimento sindical já existente e vamos criar mais sindicatos. No Brasil, critica-se tanto a criação de sindicatos, e vão se criar mais sindicatos, inclusive quem têm representatividade hoje, como o pessoal do comércio, que tem representatividade. Então, tem irregularidade, sim, nesse movimento.

Nós precisamos dialogar muito ainda, Senador. Tem que dialogar! Esse projeto tem que ser dialogado com os trabalhadores.

Muito boa a sua colocação de trazer esta audiência pública para nós podermos tratar do assunto, porque passou na Câmara isso despercebido, e não teve debate com ninguém. Está tendo aqui, Senador; aqui está havendo democracia. Vamos ouvir, vamos discordar uns dos outros? Vamos, mas está tendo debate, e estamos colocando os pontos com que nós não concordamos e com que os demais não concordam.

Então, o que eu vejo? O específico, exclusivo, e colocar a categoria cooperativa... Tu estás dizendo assim: é o Estado interferindo diretamente na organização sindical. E isso não pode acontecer, porque está indo contra a nossa Constituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, de maneira muito enfática, o Rio Grande do Sul tem organização, sim. E, se for preciso, nós vamos colocar o diálogo para os trabalhadores definirem o que eles querem. E, sem dúvida alguma, quem está organizado não vai ter problema. E hoje não se está proibido fundar sindicato de cooperativa no Rio Grande do Sul. Vão lá e tentem convencer os trabalhadores. Tentem ir lá convencer os trabalhadores em qualquer... Tenham uma conversa! Vão lá e tentem convencer os trabalhadores, do jeito que está hoje. Hoje não está proibido, companheiros! Ou tem alguma coisa que esteja contra, do jeito que está? O nosso art. 8º da Constituição diz que se pode criar organização. Então, por que não se cria? Porque o Rio Grande do Sul... E tem uma: especificamente, pode colocar qualquer acordo coletivo que tiver, com exceção do que o companheiro do Paraná coloca. E, do Brasil inteiro, veja se bate um dos acordos que tiver do Rio Grande do Sul que beneficia os trabalhadores do setor de alimentação em nível nacional. Eu desafio.

(*Manifestação da plateia.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Assim, essa foi a palavra final de todos os convidados, por intermédio do Sr. Josimar Luis Cecchin, representante da IndustriAll-Brasil.

Nós seguimos religiosamente o que foi acordado: foi dada a palavra para todos e cada um expressou o seu ponto de vista. Mediante tudo o que aqui foi dito, o que eu posso somente falar é que nós passaremos para o Relator. Eu farei um resumo e entregarei para o Relator, o nosso querido amigo e Senador Eduardo Braga.

E percebo que a divergência, de fato, é muito grande. Aqui eu não vou entrar no número, mas a maioria se posicionou, dos que falaram – e os *Anais* da Casa vão comprovar, e o Relator vai ter também a gravação –, contra o projeto. Outros colocaram que é preciso mais debate. Houve quem, claro, foi favorável ao projeto, mas também quem entendeu que esse debate deveria ser feito no conjunto da estrutura sindical, já que vamos ter um novo Governo a partir do dia 1º.

Eu sou daqueles que defende que, de fato, nós temos que discutir a questão sindical. Eu não tenho problema nenhum também, e sempre tive essa posição, não vou negar aqui agora... E todo mundo sabe que eu fui até Vice da CUT Nacional, não é? Se o Sistema S, se a própria OAB... Se você não pagar direitinho lá, compulsoriamente, você não advoga, não! Enfim, os próprios partidos políticos têm as suas contribuições. Acho que a contribuição negocial decidida em assembleia tem que estar garantida. (*Palmas.*) Ora, se eu faço assembleia, e o trabalhador decide, democraticamente, se vai contribuir... Toda estrutura é assim.

Eu fui Constituinte. E lá, no debate sobre se acaba ou não acaba com a estrutura sindical, eu fui contra. Eu disse: "Qual é o problema?". Quer fazer comissão de fábrica, faça; quer ter sindicato, tenha; quer ter federação, tenha; quer ter confederação, tenha; quer ter central sindical, tenha. E aí, naturalmente, o debate é democrático... O que não pode é quererem, como fizeram aí – não vou entrar em detalhe agora, porque eu sou daqueles de olhar para frente –, que o sindicato viva sem um centavo. Essa história de que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

daqui para lá e daqui para cá desestrutura o sindicato... Muitos sindicatos tiveram que vender prédios – vocês sabem disso –, demitiram os funcionários. E não tinham nem como pagar, porque não tinham dinheiro; confiscaram o dinheiro que, porventura, estava sendo assegurado até aquele momento.

Então, nós estamos no momento de um novo Governo, de uma nova história. E acho que vamos ter que discutir, sim, com muito carinho e respeito a todos, inclusive aos que falaram aqui, de uma forma ou de outra, em relação ao projeto, de forma tal que a gente construa a unidade do movimento sindical.

Eu sempre defendi a unidade do movimento sindical. Vocês podem dizer que eu fui um dos últimos a aderir no momento em que criaram as centrais, porque eu era Presidente da central estadual do Rio Grande do Sul, que unificava todos os sindicatos do estado. Naquele tempo eu era coordenador. Depois, foram criadas, naquele momento, as centrais específicas, e nós nos submetemos à decisão das categorias. Foram nos ENCLATs e nas CONCLATs , enfim, que surgiram as centrais sindicais. Eu fui eleito, naquele momento, Secretário-Geral; depois, Vice, no caso da CUT.

Mas, para mim, a unidade era ação na prática, no dia a dia. Essa unidade nós temos que assegurar, e assegurar com estrutura. Tirem do meu mandato a minha estrutura para ver se eu faço alguma coisa. Como é que eu venho do Rio Grande do Sul para cá? É que eu tenho passagem. Como é que fico aqui? Como é que eu fico? Eu tenho duas opções: se eu ficar num hotel – e estou abrindo o jogo, porque não tenho o que esconder –, eu tenho uma ajuda financeira para ficar no hotel; se eu quiser alugar uma casa, eu tenho uma ajuda financeira para isso; ou, se eu não quiser nada disso, é uma opção minha também de assim me posicionar.

Tem gente que diz que eu deveria até abrir mão do salário. Eu quero ver quem abrir mão do salário como é que vai viver. Inclusive dirigente sindical tem que ter salário e salário decente para defender bem a categoria. Por isso essa questão tem que ser vista no campo da verdade e dos fatos. (*Palmas.*)

Ninguém tem que enganar ninguém. Aqui vocês não fizeram isso. Cada um defendeu aquilo que acredita, pela sua convicção e sua história.

Eu tenho orgulho de dizer: eu vim do mundo sindical – eu digo que sou da família sindical – e estou no Parlamento. Vim, acabei ficando aqui desde a Constituinte até hoje. Nunca saí aqui de dentro, porque tive sempre o apoio dos setores dos mais variados segmentos, independentemente de central, viu? Se eu dissesse que teve uma central que não me apoiou, eu estaria mentindo. Não farei isso, porque isso é mentira. Não teve uma central que não me apoiou sempre, e sempre recebi a todos, como recebi aqui, agora. E, quando eu vi que havia um impasse, eu não tive problema nenhum de pedir que realizássemos uma audiência pública. Se tiver que realizar outra, vamos realizar. O importante é construirmos o que eu chamo de uma saída coletiva, construir pontes entre nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está aqui a PEC em debate, e nós temos somente até o dia 16, viu? Do dia 16 em diante não acontece mais nada. Eu diria até que é até o dia 15. Terminará o período aqui do Congresso, e todos entrarão em recesso.

Nós temos que aprovar a PEC do Bolsa Família, que é a PEC que, na verdade, vai ajudar a fomentar e garantir o dinheiro para o salário mínimo de inflação mais PIB. As centrais foram parceiras; fizemos essa construção coletiva com todas as centrais. As centrais foram fundamentais. Fizeram até uma caminhada longa – não é, Canindé? –, para que naquele momento, então, fosse assegurada a inflação mais PIB.

Eu participei desse debate também em todo o país, mas agora, como faz para cumprir aquilo com que os dois candidatos se comprometeram? Pelo menos para o segundo turno: aumento real do salário mínimo, garantia da volta do Farmácia Popular, garantia do dinheiro para creche, enfim, o Bolsa Família, que são R$600 mais R$150 por criança até seis anos. Enfim, não está no Orçamento, e essa PEC é a solução. Por isso que eu já falei no Plenário, e esse debate continua. Temos que votar porque senão se tem um discurso em época de eleição e, ao terminar a eleição, muda-se o discurso?

Então, todos assumiram que era importante continuar os programas sociais que o Congresso tinha aprovado, e a PEC de emergência vai nesse sentido. Eu espero que nenhum Senador e nenhum Deputado seja contra manter pelos próximos quatro anos. Se daqui a quatro anos resolver revisar, revisa!

Eu dei exemplo ontem da Constituinte, porque eu fui Constituinte. Botamos lá revisão depois de 5 anos, e houve a revisão.

Cotas, que eu defendi tanto e vocês sabem disso... Fui ao Supremo Tribunal defender a política de cotas. E por que fui eu? Porque só tinha um negro aqui dentro. Então, um defendia a cota, e o outro Senador defendeu contra. E aprovamos! Mas é bom dizer que a cota é para branco, é para negro, é para índio, é pessoa com deficiência, para os mais vulneráveis. E o que nós pusemos na cota? Dez anos. E depois de dez anos é a revisão. A revisão poderia ser este ano, como poderá ser o ano que vem.

Então, eu quero sair daqui com espírito – por que falei tudo isso? – de unidade, porque é possível construir essa unidade, até pelo que eu ouvi na fala de todos aqui. Eu não entendo que alguém aqui seja contra esse ou aquele. Há uma divergência profunda, percebi, e que somente mais debate... E quem sabe, oxalá, a gente construa isso junto, no momento adequado. Não vou aqui dizer dia nem hora nem momento, porque eu estou presidindo, e o Presidente tem que ouvir, encaminhar para o Relator. E que se entenda que é possível sim construirmos um entendimento que abrace todos os sindicatos e todas as centrais sindicais.

Era isso. Como nós cumprimos aqui o dever desta audiência pública, eu queria mais uma vez agradecer muito ao Presidente Otto Alencar e também ao Presidente Rodrigo Pacheco, que tem colaborado sempre no sentido de que debates como esse... Quem sabe a gente faça um debate como esse lá no Plenário do Senado, para que todos os Senadores participem da importância do formato da estrutura sindical para todos e todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma salva de palmas para todos vocês! (*Palmas.*)

Parabéns pelo debate!

Está encerrada a sessão.

Um abraço, amigos.

(Iniciada às 9 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 55 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e vinte e quatro minutos do dia treze de dezembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Flávio Bolsonaro, Eliane Nogueira, Esperidião Amin, Flávio Arns, Giordano, Plínio Valério, Luis Carlos Heinze, Omar Aziz, Vanderlan Cardoso, Irajá, Angelo Coronel, Alexandre Silveira, Mecias de Jesus, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Jean Paul Prates, Paulo Paim, Jaques Wagner, Telmário Mota, Alessandro Vieira, Julio Ventura, Marcos do Val, Izalci Lucas e Soraya Thronicke. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, José Serra, Tasso Jereissati, Lasier Martins, Oriovisto Guimarães, Romário, Marcos Rogério, Fernando Collor, Rogério Carvalho e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei Complementar n° 127, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que "Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte"." **Autoria:** Senador Jorginho Mello (PL/SC). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Favorável ao projeto e a Emenda nº 1, nos termos da Emenda Substitutiva apresentada. **Resultado:** Aprovado o relatório favorável à Emenda nº 2 - substitutiva - ao projeto; aprovado também o destaque apresentado, para votação, em separado, do art. 3°, da emenda 1 - CAE. **Observação:** Aprovada também a urgência solicitada para a matéria. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 581, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, para dar à participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas o mesmo tratamento fiscal dado à distribuição de lucros ou dividendos aos sócios ou acionistas." **Autoria:** Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Contrário à Emenda nº 3-PLEN. **Resultado:** Aprovado o relatório apresentado, contrário à Emenda nº 3-PLEN. **Observação:** Aprovada também a urgência solicitada para a apreciação da matéria. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4031, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.315, de 20 de julho de 2016, que "dispõe sobre a incidência do imposto de renda retido na fonte sobre remessas ao exterior de valores destinados à cobertura de gastos pessoais, à promoção de produtos, serviços e destinos turísticos brasileiros e de rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão", para isentar da cobrança do referido imposto os valores dos bens havidos, por herança ou doação, por residente ou domiciliado no exterior." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação da matéria. **Resultado:** Aprovado o projeto nos termos do relatório apresentado. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 144, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, para inserir nova infração concorrencial." **Autoria:** Senador Roberto Muniz (PP/BA). **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates. **Relatório:** Pela aprovação da matéria. **Resultado:** Aprovado o projeto nos termos do relatório apresentado. **ITEM 5 - Mensagem (SF) n° 87, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de até € 134,640,000.00 (cento e trinta e quatro milhões, seiscentos e quarenta mil euros), entre o Banco Regional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE e o New Development Bank - NDB, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Apoio à Infraestrutura Urbana, Rural e Social para Atingimento dos ODS." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório nos termos do PRS apresentado. **Observação:** Aprovada também a urgência solicitada para a apreciação da matéria. **ITEM 6 - Mensagem (SF) n° 88, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de até US$ 50,000,000.00 (cinquenta milhões de Dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Emergencial de Mitigação dos Efeitos Econômicos do Coronavírus - PROSUL Emergencial"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório nos termos do PRS apresentado. **Observação:** Aprovada também a urgência solicitada para a apreciação da matéria. **ITEM 7 - Mensagem (SF) n° 89, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de até US$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares norte-americanos), de principal, entre o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Promoção do Desenvolvimento Local da Região Sul - ProSul"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório nos termos do PRS apresentado. **Observação:** Aprovada também a urgência solicitada para a apreciação da matéria. **ITEM 8 - Mensagem (SF) n° 90, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de até € 44,800,000.00 (quarenta e quatro milhões e oitocentos mil Euros), de principal, entre o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial da "Linha de Crédito para Resiliência Urbana no Sul do Brasil - Programa Sul Resiliente" (Contrato A)." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório nos termos do PRS apresentado. **Observação:** Aprovada também a urgência solicitada para a apreciação da matéria. **ITEM 9 - Mensagem (SF) n° 91, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de até € 44,800,000.00 (quarenta e quatro milhões e oitocentos mil Euros), de principal, entre o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial da "Linha de Crédito para Resiliência Urbana no Sul do Brasil - Programa Sul Resiliente" (Contrato B)." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório nos termos do PRS apresentado. **Observação:** Aprovada também a urgência solicitada para a apreciação da matéria. **ITEM 10 - Mensagem (SF) n° 92, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Solicita, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição, a autorização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de até US$ 230,000,000.00 (duzentos e trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos serão destinados ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Agropecuário no Nordeste - AgroNordeste." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório nos termos do PRS apresentado. **Observação:** Aprovada também a urgência solicitada para a apreciação da matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Projeto de Lei do Senado n° 49, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional do Livro e regulação de preços." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra (PT/RN). **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Aprovado o relatório. Usaram da palavra os Senhores Senadores Otto Alencar, Angelo Coronel, Omar Aziz, Veneziano Vital do Rêgo, Irajá, Fernando Bezerra Coelho, Carlos Portinho, Luis Carlos Heinze, Esperidião Amin e Jean Paul Prates. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/12/13

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião será realizada em caráter semipresencial e destina-se à apreciação de matérias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comunicação de documentos recebidos.

Comunico que foi apresentado à Secretaria da Comissão de Assuntos Econômicos o Ofício 295640, de 2012, do Ministério da Economia.

O documento, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estará disponível para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar autuação nesse período.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, quero fazer um balanço das atividades desenvolvidas pela Comissão de Assuntos Econômicos durante a sessão legislativa.

Neste ano, esta Comissão realizou 20 reuniões deliberativas e 6 audiências públicas em que se debateram assuntos relevantes, entre os quais se destacam a discussão sobre a venda da refinaria da Petrobras no Amazonas, os impactos econômicos da dependência do Brasil da importação de fertilizantes e o aumento do preço dos combustíveis.

Apesar de todos os desafios econômicos e restrições consequentes da pandemia, a CAE trabalhou em prol de projetos que são de grande importância para o país. No total, deliberamos 32 projetos de lei, 7 sabatinas de autoridades, 19 mensagens de operações de crédito. Destaco que discutimos e aprovamos o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem (BR do Mar), que foi relatado pelo Senador Nelsinho Trad; o fortalecimento do Pronampe; a regulamentação do mercado de criptomoedas no Brasil, iniciativa do Senador Irajá; a proibição do uso de animais em testes de cosméticos; e a regulamentação do mercado brasileiro de redução de emissão de carbono, um projeto importante que foi relatado pelo Senador Tasso Jereissati.

Por fim, agradeço o empenho de todas as Senadoras e Senadores desta Comissão, que nos ajudaram na deliberação e apreciação de matérias superimportantes para a nossa Comissão e para o Senado Federal.

Nós temos vários itens na pauta, são dez itens hoje.

O Senador Angelo Coronel pede inversão da pauta para que possa relatar – ele tem um compromisso inadiável ainda pela manhã – o MSF 92, de 2022, que é encaminhado pela Presidência da República e que versa sobre empréstimos para o Nordeste brasileiro, sobretudo no setor agropecuário, no agronegócio.

ITEM 10

MENSAGEM (SF) N° 92, DE 2022

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Solicita, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição, a autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de até US$ 230,000,000.00 (duzentos e trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos serão destinados ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Agropecuário no Nordeste - AgroNordeste.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Angelo Coronel

Relatório: Relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Com a palavra o meu estimado colega, conterrâneo, amigo e compadre, ainda por cima, Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Presidente. Bom dia a todos os colegas que estão participando desta que é provavelmente a última reunião da CAE desta legislatura, esta Comissão tão bem presidida por um dos maiores ícones da política brasileira, homem que, na Bahia, já foi tudo, que já exerceu todos os cargos. Está faltando para completar o seu currículo o cargo de Ministro de Estado, e eu não tenho a menor dúvida de que, a qualquer momento, o Presidente Lula deverá convocá-lo. Sei que ele não quer, mas pelo menos ficará no currículo que houve uma convocação para ele fazer parte do time de Luiz Inácio Lula da Silva. E a Bahia está ansiosa esperando este momento, que, com certeza, ficará marcado nos *Anais* e na mente do povo baiano.

Sr. Presidente, obrigado pela inversão. Vamos ao parecer.

Da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Mensagem nº 92, de 2022, da Presidência da República (nº 647, de 8 de dezembro de 2022, na origem), que propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição Federal, a autorização para contratação de operação de crédito externo no valor de até US$230 milhões, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujos recursos serão destinados ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Agropecuário no Nordeste (AgroNordeste).

Vamos ao relatório, Sr. Presidente.

É submetido ao exame do Senado Federal pedido de autorização para celebração de contrato de operação de crédito externo no valor de US$230 milhões entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A operação é de especial interesse para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), pois os recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Agropecuário no Nordeste (AgroNordeste).

A operação de crédito foi autorizada pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex), na forma da Resolução nº 21, de 29 de julho de 2020.

A operação pretendida também já se acha devidamente incluída no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF) do Banco Central do Brasil sob o nº TB100388 desde 18 de março de 2022.

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN), por meio do Parecer SEI nº 6.158/2022/ME, de 16 de setembro de 2022, prestou as devidas informações sobre as finanças da União, inclusive a devida previsão no Projeto de Lei Orçamentária para 2023 e no plano plurianual, os limites e as condições impostas pela legislação e a análise de custo, concluindo pela admissibilidade do pleito.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por intermédio do Parecer SEI nº 14.821/2022/ME, de 7 de novembro de 2022, pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais e regularidade na apresentação dos documentos requeridos pela legislação para o encaminhamento do processo ao Senado Federal para fins de autorização da presente operação de crédito, desde que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, seja verificado o cumprimento substancial das condições especiais prévias ao primeiro desembolso.

Vamos à análise.

A minuta do contrato de empréstimo indica que o objetivo principal do financiamento é melhorar as receitas e o acesso a mercados do setor agropecuário da Região Nordeste, contribuindo para aumentar a competitividade da agricultura e da pecuária regional. Seus objetivos específicos são promover a adoção de tecnologias agropecuárias, inclusive as destinadas à adaptação às mudanças climáticas; reforçar a segurança jurídica e a regularização ambiental das propriedades rurais; e melhorar as condições fitossanitárias da fruticultura.

O programa possui três partes: desenvolvimento de oportunidades econômicas em cadeias de valor agropecuárias; titulação de terras e regularização ambiental; e defesa agropecuária.

Os desembolsos ocorrerão ao longo de 6 anos, e a amortização, após carência de 84 meses, estender-se-á por 23 anos e 6 meses. O custo total do programa foi estimado em US$270 milhões, sendo US$40 milhões provenientes de contrapartida do BRDE, e o restante financiado pelo BID.

Em relação, Sr. Presidente, ao custo da operação, estimado com base nas condições de mercado no dia 30 de agosto de 2022, a operação apresenta uma taxa interna de retorno (TIR) de 4,09% ao ano e uma duração de 12,91 anos. Considerando o custo atual de captação do Tesouro no mercado internacional em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

6,87% ao ano para uma duração semelhante, o custo da operação em análise encontra-se em patamares aceitáveis pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Por fim, Sr. Presidente Otto Alencar, conforme a PGFN, foi observado o disposto no art. 8º da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras ou que implique compensação automática de débitos e créditos.

Vamos ao voto, nobre Presidente, Senador Otto Alencar, campeão de voto por mais oito anos.

Em conclusão, a operação de crédito pretendida encontra-se de acordo com o que preceituam a Lei Complementar nº 101, de 2000, e a Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, devendo ser concedida a autorização, nos termos seguintes:

> O SENADO FEDERAL resolve:
> Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada a contratar operação de crédito externo, no valor de até US$ 230.000.000,00 (duzentos e trinta milhões de dólares [...] [americanos]), junto ao [...] [BID].
> Parágrafo único. Os recursos da operação destinam-se ao financiamento do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Agropecuário no Nordeste – AgroNordeste.
> Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º desta Resolução deverá ser realizada nas seguintes condições:
> I – Devedor: República Federativa do Brasil;
> II – Credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
> III – Valor: até US$ 230.000.000,00 (duzentos e trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);
> IV – Juros: *Secured Overnight Financing Rate* (SOFR) adicionado de 1,29% (um inteiro e vinte e nove centésimos por cento) ao ano;
> V – Cronograma estimado: US$ 1.000.000,00 (um milhão de dólares dos Estados Unidos da América) em 2023; US$ 47.050.000,00 (quarenta e sete milhões e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2024; US$ 49.125.000,00 (quarenta e nove milhões, cento e vinte e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2025; US$ 59.425.000,00 (cinquenta e nove milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2026; US$ 48.065.000,00 (quarenta e oito milhões e sessenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2027; e US$ 25.335.000,00 (vinte e cinco milhões, trezentos e trinta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2028;
> VI – Período de Carência: 84 (oitenta e quatro) meses;
> VII – Prazo de amortização: 282 (duzentos e oitenta e dois) meses;
> VIII – Periodicidade de amortização: semestral;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

IX – Sistema de amortização: constante;
X – Comissão de compromisso: 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano sobre os saldos não desembolsados;
XI – Opção de conversão de moeda e juros: o Mutuário poderá solicitar conversão de moeda ou de taxa de juros.
Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e dos desembolsos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, assim como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.
Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo máximo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados da data de sua publicação.
Art. 4º A autorização prevista nesta Resolução fica condicionada à comprovação do atendimento substancial das condições especiais prévias ao
primeiro desembolso.
Art. 5º Esta Resolução entra em vigor [Sr. Presidente, Dr. Otto Alencar] na data de sua publicação.
Sala das Sessões.
Assim dispõe o parecer, que vai à apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Senador Omar Aziz, para discutir.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. Para discutir.) – Eu queria aqui parabenizar o Senador Angelo Coronel, até porque, quando se trata de empréstimo internacional para que a gente faça investimento, gere perspectiva de qualidade de vida principalmente para uma região como o Nordeste, ninguém melhor do que um nordestino para fazer o relatório. E o Senador Angelo Coronel identifica os pontos, porque é um conhecedor principalmente do Estado da Bahia e do Nordeste e sabe o que é bom para o Nordeste. Por isso, Senador, quero parabenizar V. Exa. pela relatoria desse empréstimo.

O AgroNordeste tem crescido principalmente na produção de frutas. Isso é importantíssimo para a geração de emprego, de renda numa região que, por muito tempo, foi totalmente esquecida. E hoje a gente fica muito feliz em ver que é uma integração nacional e que há uma perspectiva muito grande também a partir do dia 1º de janeiro para que a gente possa avançar principalmente na produção nessas regiões onde não há um histórico de produção. Hoje você vê que é possível se plantar, e o nordestino e o nortista têm uma esperança melhor.

Lógico que o Senador Angelo Coronel dispensa qualquer tipo de elogio. Todos nós o conhecemos, e a convivência aqui, nesses anos, no Senado, demonstrou claramente o compromisso dele principalmente com essa área de produção. Parabéns, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou votar a favor, é lógico, até porque eu sei que esses recursos serão aplicados na geração de emprego, de renda e na melhoria de vida da população do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Omar Aziz.

Quero parabenizar o Senador Angelo Coronel.

E, com toda razão, Senador Omar Aziz, esse setor primário, que é o setor da agricultura familiar, o setor do agronegócio, o setor da agroindústria e da agropecuária, no meu estado, é superimportante, porque, apesar de contribuir no meu estado apenas com 16% do Produto Interno Bruto, é responsável por 38% de todos os empregos diretos do Estado da Bahia, ou seja, é uma atividade que é muito intensiva na absorção de mão de obra. Aliás, o Presidente Lula, com quem tenho conversado e com quem também V. Exa. tem tido debates importantes sobre essa questão do desemprego, vai com essa intenção e com esse projeto de trazer atividades para gerar emprego e renda, para aumentar o nosso Produto Interno Bruto, acima de tudo naquelas atividades que podem absorver o mar de desempregados que este Governo atual, o Governo Jair Bolsonaro, nos deixa. São mais de 10 milhões de brasileiros trabalhadores que perderam a carteira assinada e não voltaram mais à atividade de trabalho e mais de 40 milhões de trabalhadores na informalidade. Todas as atividades que são intensivas na absorção de mão de obra devem ser levadas em consideração, e essa é uma delas.

Quero parabenizar o Senador Angelo Coronel. São US$230 milhões para o agronegócio do Nordeste, para o setor que é fundamental para o desenvolvimento econômico e social.

Nós já temos quórum de votação, 14 Senadores.

Eu pergunto se algum Senador ou Senadora quer discutir o empréstimo.

O Senador Veneziano Vital do Rêgo pede a palavra.

Eu concedo a ele a palavra para debater o tema, para discutir o tema.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Presidente Otto, meus cumprimentos. Bom dia a V. Exa. Bom dia ao Senador Omar Aziz, aos demais companheiros que estão remotamente, entre os quais o Senador Angelo Coronel, que relata o primeiro item da pauta.

Eu queria, antes de fazer breves observações, elogiosas observações que nos levam a nos posicionar favoravelmente à aprovação desta iniciativa, cumprimentá-lo, Presidente Otto Alencar. V. Exa. abriu a sessão mencionando os resultados e o trabalho que foi efetivamente feito pela Comissão de Assuntos Econômicos. Mesmo tendo participado de um ano que é atípico, porque não há em todos os anos as disputas eleitorais, não faltou a V. Exa., sob sua condução presidencial do nosso Colegiado, e aos demais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

companheiros e companheiras que integram a nossa Comissão de Assuntos Econômicos, o compromisso de poder trabalhar, de poder produzir e de produzir qualitativamente, como em alguns dos temas que V. Exa. fez questão de abordar. Então, eu quero saudá-lo, dizer o quanto me honra poder participar ao seu lado e ao dos demais companheiros desta Comissão senatorial, que tem extraordinária importância nos cursos de cada um dos temas que são apreciados.

Em relação ao item pautado, cujo relatório foi apresentado pelo Senador Angelo Coronel, como bem disse o Senador Omar Aziz, é importantíssimo para a nossa região, como importante também é para que nós assim tenhamos a Região Norte... Quando nós falamos sobre o setor primário, é preciso que nós o desenvolvamos, e temos tudo, a partir do momento em que conseguimos fazer a integração quase que plena do Rio São Francisco, que o senhor tão bem conhece e é defensor árduo para sua reestruturação... Nós, com o acesso a valores superiores aos US$230 milhões, poderemos distribuí-los. Que o bem assim seja feito aos nove estados nordestinos, tendo em vista as possibilidades de incrementar as atividades primárias em nossa região.

Por essas razões, singelas e rápidas considerações, eu quero registrar o meu voto "sim" à aprovação do projeto, Sr. Presidente Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Senador Veneziano Vital do Rêgo, também a colaboração e as relatorias todas que V. Exa. na Comissão de Assuntos Econômicos colaborou, não só na Comissão, também no Plenário do Senado Federal, nosso Vice-Presidente do Senado Federal, essa atividade é superimportante.

Portanto, eu pergunto se algum outro Senador deseja discutir. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão...

Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Presidente, esse projeto é de importância muito grande, esse empréstimo, porque o Nordeste tem problemas sérios de doenças que atacam o nosso rebanho, brucelose, carbúnculo hemático, sintomático, raiva, além de pragas nas lavouras. É importante realmente que esses recursos cheguem – até demorou para chegar – para que o Mapa possa fazer ações de combate a essas pragas que assolam a nossa cultura e consequentemente afetam a agropecuária nordestina. Todos nós sabemos que o Brasil é o maior produtor de proteína animal do mundo e nós precisamos também inserir o Nordeste como uma região também marcante nesse percentual de proteína exportada mundo afora.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Encerrada a discussão, em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a matéria.

O relatório passa a constituir parecer da CAE favorável ao projeto, nos termos do projeto de resolução do Senado Federal apresentado.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 127, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que "Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte".

Autoria: Senador Jorginho Mello (PL/SC)

Relatoria: Senador Irajá

Relatório: Favorável ao projeto e a Emenda nº 1, nos termos da Emenda Substitutiva apresentada.

Observações:

Em 29/11/2022, foi apresentada a Emenda nº 1 (substitutivo), do senador Carlos Portinho

Senador Irajá com a palavra.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Presidente Otto. Bom dia, colegas Senadoras, Senadores.

Presidente, eu vou direto à análise.

A competência da CAE para analisar proposição relativa a tributos advém do inciso IV do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal.

No tocante à constitucionalidade, em relação ao PLP nº 127, de 2021, verificamos:

a) a competência da União para legislar sobre direito tributário, nos termos do inciso I do art. 24 da Constituição Federal;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

b) a competência da União para instituir tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte e regime único de arrecadação dos impostos e contribuições da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, nos termos da alínea "d" do inciso III do *caput* e do parágrafo único do art. 146 da Constituição Federal.

Quanto à juridicidade, o PLP nº 127, de 2021, está em harmonia com o ordenamento jurídico pátrio e não viola qualquer princípio geral do Direito, sendo necessários, contudo, alguns reparos pontuais para sanar erros materiais e evitar dúvidas na interpretação e aplicação de seus dispositivos.

Com relação à técnica legislativa, o PLP nº 127, de 2021, obedece aos ditames da LCP nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que diz respeito às normas fiscais, a proposição é adequada do ponto de vista orçamentário-financeiro.

Quanto ao mérito, a proposição merece guarida.

A facultatividade da aplicação de sublimites ao Simples Nacional em relação ao ICMS e ao ISS é, de fato, medida que contribui para a efetiva simplificação do regime tributário das empresas de pequeno porte, trazendo benefícios para o contribuinte e para as administrações tributárias.

Parece-nos também louvável a atualização dos limites de receita bruta anual para enquadramento nas faixas do Simples Nacional, que não são corrigidos desde janeiro de 2018. Com a inflação acumulada nesse período de 60 meses de pouco mais de 30%, muitos contribuintes, mesmo sem apresentar ganho real de receita bruta, passaram a ser tributados a alíquotas mais altas ou mesmo passaram a ser impedidos de continuar no regime ao extrapolar a receita bruta anual de R$4,8 milhões. Assim, tais valores foram corrigidos pela inflação acumulada desde a entrada em vigor da LCP nº 123, de 2006, em 1º de julho de 2007.

Suprimimos, contudo, a introdução de um novo inciso III no §1º-B do art. 18 da LCP nº 123, de 2006, para fixar um percentual efetivo mínimo de 2% para o ISS, na repartição da arrecadação do Simples Nacional entre os tributos. Tal alteração legislativa, salvo melhor juízo, parece-nos inócua. Isso porque nas tabelas dos Anexos III, IV e V da LCP nº 123, de 2006, aplicáveis às empresas prestadoras de serviços sujeitos ao ISS, o percentual efetivo mínimo do ISS é sempre igual ou superior aos 2%.

Por fim, ainda que meritória a proposta, não acatamos a parte da emenda do Senador Carlos Portinho, que transfere da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) para a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) a atribuição de propor a transação relativamente a créditos tributários em contencioso administrativo fiscal, considerando que as Leis 13.988, de 14 de abril de 2020, e 14.375, de 21 de junho de 2022, tem tempo de vigência ainda muito curto impossibilitando uma avaliação mais precisa dos seus efeitos e resultados e ,consequentemente, a necessidade de alterações em suas disposições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, adequação financeira e orçamentária, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 127, de 2021, e acatamento da Emenda nº 1 – CAE, com a supressão da alteração promovida pelos seu arts. 1º e 3º, do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de dezembro de 2006, e da Lei nº 13.988, de abril de 2020, respectivamente, na forma do substitutivo.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Irajá a relatoria.

Vejo o Senador Esperidião Amin, desejo pronto restabelecimento, saúde plena, que o nosso califa mor possa voltar às atividades imediatamente, que faz muita falta aqui na Comissão e também no nosso Senado Federal.

Em discussão.

Para discutir a matéria o Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, queria cumprimentar o Senador Irajá pelo seu relatório, mas eu não compreendi bem se ele está, ou não, aceitando a Emenda nº 1, que foi proposta pelo Senador Carlos Portinho. Ela é muito importante, e é fundamental que o Senador Irajá possa rever a sua posição para que a gente possa fazer uma aprovação do relatório do Senador de forma consensual.

Por que eu coloco isso? – e eu peço atenção do Senador Irajá. Eu estive envolvido na discussão dessa matéria quando da apresentação do projeto do Refis de autoria do Presidente desta Casa, o Senador Rodrigo Pacheco. Eu fui o Relator em Plenário, e para poder negociar o acordo de aprovação do Refis, que está em vigor, a gente incluiu, a pedido do Governo, a pedido do Ministério da Economia, o instituto da transação tributária, o aperfeiçoamento da transação tributária. Isso entrou no meu relatório e isso foi ratificado na Câmara. E, na realidade, esse texto que agora é sugerido pelo Senador Irajá procura reabrir uma discussão já vencida no âmbito do Ministério da Economia e vencida aqui no Congresso Nacional, que é a competência exclusiva da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para negociar a dívida ativa da União. A dívida tributária em aberto na fase administrativa não se discute, ela é de competência da Receita Federal, mas para a dívida ativa que o contribuinte já não tem mais meios de poder pagar com juros, moras e nos prazos que são especificados pela legislação só quem tem essa competência fixada por lei é a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, vinculada à Advocacia-Geral da União. E isso é importante, Sr. Presidente, porque é preciso ter unicidade.

Eu vou chamar a atenção para uma coisa muito importante, e eu queria de novo renovar o pedido de atenção do Senador Irajá. A transação tributária está possibilitando a quitação de dívidas tributárias de mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 3,6 bilhões, beneficiando centenas, milhares de devedores, mas, para que esses devedores e esses contribuintes possam de fato quitar suas obrigações, é preciso haver deságios, é preciso haver rebates muito importantes. A gente não pode, de uma hora para outra, colocar dois órgãos do Governo Federal para discutir os critérios de deságios, de rebates, de composição. Isso tem que ser único. Por isso eu tenho aqui uma extensa lista de argumentos que foi encaminhada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, pelo Procurador Dr. Ricardo Soriano, pelo Ministro da AGU Bruno Bianco.

Eu faria um apelo veemente ao Senador Irajá para que ele pudesse, de fato, acolher a posição da Emenda nº 1, do Senador Carlos Portinho. Não se trata de uma coisa de interesse deste Governo que está findando: trata-se de uma coisa que é importante para nós legisladores. Nós precisamos ter políticas que estimulem a liquidação de dívidas tributárias, mas de forma organizada, única, e nós não podemos distribuir a definição desses argumentos ou desses critérios por diversas instituições no âmbito do Governo Federal.

Por isso eu apelo para que a gente possa, de forma...

O relatório do Senador Irajá está brilhante. A iniciativa do Senador Jorginho Mello, nosso futuro Governador de Santa Catarina, é muito oportuna, vem atender reclamos e demandas do micro e pequeno empresário deste país, mas, ao abordar uma questão que já foi solucionada por decisão do Congresso Nacional e voltar a uma discussão antiga, não recomenda bem, não é o momento. Por isso, a emenda do Senador Carlos Portinho é saneadora e pode traduzir o amplo consenso para a aprovação dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Para discutir, o Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Em primeiro lugar, quero elogiar o relatório do Senador Irajá e a autoria do Senador Jorginho, que é o Senador que representa o micro e o pequeno empreendedor. Hoje ele é Governador – em breve, na verdade – de Santa Catarina, que certamente vai dar um salto enorme com a sua gestão. Ele deixa aqui, como legado, esse último projeto, em que o Senador Irajá foi magnífico e se dedicou, sem dúvida alguma, a esse belo relatório.

Eu tenho, primeiro, que agradecer a ele por ter admitido, ainda que em parte, a minha Emenda nº 1. E aí é um trabalho de todos os Senadores aqui presentes nesta Comissão de atualizar a tabela do micro e do pequeno empreendedor, não é? Essa é uma verdadeira vitória para todos aqueles que empreendem no nosso país, que empregam nos seus negócios e certamente vai reduzir o fracionamento de empresas, que era um "jeitinho" legal, mas era um "jeitinho" que muitos empreendedores tinham que fazer quando alcançavam certo faturamento por resultado da boa gestão, da sua competência, mas que se desencaixava dos limites. Agora, atualizado esse limite, o micro e o pequeno empreendedor têm uma grande vitória com o relatório do Senador Irajá. Eu agradeço por ter aceitado a minha Emenda nº 1, que também é de iniciativa do Senador Jorginho Mello, do PL.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à parte não acatada, sobre o que muito bem se manifesta o Senador Fernando Bezerra, eu havia conversado com o Senador Irajá e peço, por isso também, a sua reflexão, porque não há dúvida: o que não está em dívida ativa negocia-se com a Receita Federal. Agora, a partir do momento em que se judicializou ou pelo menos ingressou em dívida ativa, quem tem o controle, inclusive, desses processos, é a Fazenda Nacional. Isso dá agilidade à transação tributária.

A transação tributária, a partir da procuradoria, está sedimentada. A própria Lei da SAF permitiu, por exemplo, diversas empresas, sociedades anônimas... Ou seja, para diversas empresas dos mais variados tamanhos, isso se dá com a procuradoria. Por quê? Porque já está em dívida ativa. Eu entendo que o que não está é da Receita Federal. Ela tem o seu papel e é bom que ela corra, inclusive, para fazer as transações antes de levar à dívida ativa e aumentar a dívida, com isso, no caso aqui, do pequeno e do microempreendedor, não é? Porque aumenta! Na hora em que entra em dívida ativa, incidem juros e outros encargos.

E quem tem o controle disso? Quem tem o arquivo? Falando em português claro, é a Procuradoria da Fazenda Nacional, no caso das dívidas com a União. E ela tem tido essa postura proativa de buscar a conciliação com os seus devedores. Isso é muito bom para o Estado, que recupera os valores, que desafoga o Poder Judiciário.

Muitos casos desses, inclusive, Senador Fernando Bezerra, já estão ajuizados, e é a procuradoria que tem o controle dos processos judiciais, é ela que sabe. Nesses processos, têm custos, têm outros encargos... A Receita vai ter de consultar a procuradoria, se for mantido o texto, para saber qual é o valor da dívida, o que é encargo, o que é custa processual, se já foi ajuizado, honorários, etc. E isso vai demandar mais tempo para composição e vai demorar mais tempo, consequentemente, para ingressarem nos cofres públicos os valores de uma eventual transação tributária.

Então, eu peço a reflexão do Senador Irajá para que seja atendida a emenda integralmente. É matéria sedimentada. Outras empresas de outros tamanhos já se valem da transação tributária. Foi um grande avanço legislativo, como disse o Senador Fernando Bezerra, fruto do nosso trabalho aqui no Senado Federal, a transação tributária, a composição. E a gente tem avançado também em outros projetos de arbitragem. Inclusive está aqui... E a gente deve avançar no próximo ano na esfera tributária de matérias tributárias por arbitragem, para desafogar o Judiciário, as execuções fiscais, exatamente permitindo a transação.

Então, há uma competência, como disse o Senador Fernando Bezerra, própria, mas há estes outros fatores: fator de agilização da própria transação, fator de concentração dos processos na PGFN, que têm o valor do montante total da dívida que vai compor... Então, eu peço essa reflexão ao Senador Irajá. Sei que a Receita, deixando claro, se opõe, mas a gente não deve entrar nesse embate, eu acho, porque a matéria está sedimentada, e o melhor é que fique, quando já em dívida ativa e a partir de dívida ativa, somente na mão da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que tem feito um belo trabalho, eu registro aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Com a palavra, para discutir, o Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Presidente, antes de mais nada, eu gostaria de elogiar o relatório do Senador Irajá, com bastante conteúdo e substância, mas eu gostaria de fazer o apelo, comungando com o nosso Senador Bezerra e com o Senador Portinho, de acolhida integral da emenda do Senador Portinho, Emenda nº 1.

Ela é de grande valia para esses segmentos, que são os maiores empregadores do Brasil. Nós precisamos realmente de dar um alento, e o momento certo é este. Então, eu gostaria que o Senador Irajá pudesse incorporar essa emenda do Senador Portinho. Com certeza, o segmento vai ficar muito feliz com essa medida tomada pelo Senado da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Algum outro Senador deseja discutir a matéria?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senador Otto...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Pois não, Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para discutir.) – Primeiro, quero cumprimentar o nosso Senador Jorginho Mello pela autoria do projeto e o Senador Irajá pela relatoria.

À emenda que o Senador Portinho coloca, já referendada aqui pelo Senador Bezerra, eu me somo também, Irajá, e venho pedir a integralidade, porque, na agricultura, Senador Otto, nós também temos pequenos agricultores que também hoje estão em dívida ativa. Essa é uma demanda da AGU. O Bruno Bianco há um tempo já questionava a gente: "Vamos fazer uma limpeza nesse processo, uma depuração?"

Produtores compravam 10, 15 hectares de terra, Portinho, e hoje estão ferrados nesse assunto. Agora, se eles vão discutir com a Receita... Já está na casa certa: PGFN. O processo está lá. Então, se nós colocarmos na integralidade, milhares de contas vão poder ser pagas, com um valor justo que o produtor e o microempreendedor possam pagar.

Então, eu me somo ao Senador Portinho, ao Bezerra e ao Coronel para pedir ao Senador e nosso Relator Irajá que aceite essa emenda na integralidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Heinze e passo a palavra ao Relator, Senador Irajá, para que ele aprecie as colocações feitas, na minha opinião, com muita precisão pelo Senador Fernando Bezerra, pelo Senador Portinho e pelo Senador Heinze.

Senador Irajá.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Presidente, primeiramente, eu queria manifestar a minha satisfação por ter relatado essa matéria de autoria do Senador Jorginho Mello, nosso colega durante quatro anos, agora eleito Governador de Santa Catarina, a quem eu desejo uma gestão exitosa lá no estado. Certamente, a sua experiência aqui no Parlamento vai contribuir durante o seu mandato como Governador eleito.

Bom, eu estava atento às contribuições dos colegas Senadores – Senador Fernando Bezerra, Senador Heinze, e o próprio Senador Angelo Coronel – e agradeço também a emenda apresentada pelo Senador Portinho, porque aqui o objetivo, dentro do fórum de uma Comissão, é exatamente este: a gente aperfeiçoar as discussões, os debates e os textos apresentados por quem quer que seja, na condição de Relator. Então, eu queria deixar, primeiramente, muito claro que nenhum de nós é dono da razão – muito menos eu. Como eu estou sempre aberto às sugestões e às críticas construtivas, naquilo de que eu sou naturalmente convencido de que é melhor para o contribuinte, eu estou completamente aberto a ajustes, na condição de Relator.

Agora, é importante a gente destacar e esclarecer que o projeto de autoria do Senador Jorginho Mello, em questão, trata exclusivamente da aplicação de sublimites ao Simples Nacional, em relação ao ICMS e ao ISS, com o objetivo claro de simplificar o regime tributário das nossas empresas. Aqui não é o fórum adequado ou apropriado para a gente discutir a prerrogativa de quem vai arbitrar essas transações – se é a Receita Federal, se é a PGFN ou se vem a ser outro órgão.

Em primeiro lugar, eu queria chamar a atenção dos colegas, porque não é um tema que esteja conexo a esse projeto; é um assunto completamente diferente, sem contar que nós temos agora, recentemente, uma lei aprovada pelo Congresso, que está em vigor há menos de seis meses, que é a Lei nº 14.375, de 21 de julho de 2022, que ainda passa por uma fase de maturação. Então, mudarmos uma lei que nós mesmos modificamos e aprovamos em menos de seis meses é um tanto quanto temerário, Presidente. Eu tenho muita dificuldade de a gente fazer uma mudança tão substancial sem que a lei que esteja em vigor passe por um período de maturação. Eu acho que isso não é razoável e faço um apelo aos colegas para que possam refletir sobre esse aspecto.

A emenda apresentada pelo Senador Portinho, como já foi manifestado anteriormente, foi acolhida parcialmente. Ele apresentou a sugestão, e foi acolhida, no meu relatório, a situação do teto das empresas de enquadramento no Supersimples Nacional, que, de fato, nós já temos 60 meses. Desde o ano, salvo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

engano, de 2015 que não há uma correção em relação a esse teto estabelecido de R$4,8 milhões, uma sugestão pertinente e que foi prontamente atendida aqui dentro do relatório.

Agora, sobre essa modificação transferindo a prerrogativa dessas transações da Receita Federal atualmente para a PGFN, eu confesso, Presidente, que eu procurei junto aos técnicos do Senado Federal, eu estive conversando com vários segmentos, inclusive da iniciativa privada, e não teve um contribuinte ou um cidadão que apresentasse uma vantagem em transferir da Secretaria da Receita Federal para a PGFN aqueles créditos tributários em contencioso administrativo. Ninguém me apresentou até o momento um argumento, uma vantagem para o contribuinte. Eu não estou dizendo dos interesses da Receita Federal, muito menos dos interesses da PGFN em assumir essa tarefa. Eu estou falando do ponto de vista do contribuinte, porque aqui nós somos Senadores para defender os interesses do cidadão. Então, até o momento – e eu estou aberto ainda – ninguém me apontou uma vantagem nessa transferência.

Nós temos que deixar claro, Presidente, àqueles que estão nos acompanhando pela TV Senado, pela rádio e pessoalmente que as dívidas possuem três níveis: tem o nível administrativo, que é esse contencioso administrativo que hoje é negociado, repactuado pela Receita Federal; tem as dívidas que estão na dívida ativa da União, e aí sim, entra o papel e o trabalho da PGFN em fazer essas repactuações, essas renegociações, rebate de multa, juro, etc. e tal; e tem a fase de execução, que aí já é a fase judicial, e a própria PGFN também hoje tem autonomia e legitimidade de fazer essas negociações também na esfera judicial.

O que se está propondo aqui, Presidente, não é mudar a autonomia da PGFN nas dívidas, naqueles passivos que estão na dívida ativa da União, nem na fase de execução judicial, não. O que se está sugerindo aqui é transferir o passivo que está no administrativo, no contencioso administrativo fiscal, que hoje é de autonomia da Receita Federal. É isso que se está propondo. Então eu chamo a atenção dos colegas e das pessoas que estão nos acompanhando para que a gente faça uma avaliação de qual é a vantagem disso para o contribuinte. Ele vai ganhar em simplificação, em desburocratização, até em tempo, ou há alguma vantagem econômica? Porque até o momento nem os técnicos do Senado e nem o Ministério da Economia apresentaram uma nota técnica com esses argumentos substanciais para justificar tirar hoje da Receita Federal esse contencioso administrativo e transferir para a PGFN – lembrando mais uma vez que a PGFN hoje já arbitra sobre o que estiver na dívida ativa da União e também aquilo que já estiver na fase de execução.

Eu faço essas considerações para que a gente possa ampliar o debate se for necessário, mas relembrando que essa matéria não é conclusiva aqui na CAE; ela ainda seguirá para o Plenário do Senado Federal, e talvez, aí sim, no Plenário do Senado, seja o momento apropriado de a gente poder aprofundar essa discussão, porque é uma mudança radical, drástica que nós estamos aqui discutindo. Eu peço a compreensão dos colegas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Talvez a sugestão, Presidente, que fique a meio-termo seria a gente aguardar essa discussão no Plenário para que a gente possa ampliar esse debate e chegar a um bom entendimento sem desfigurar o projeto original do Senador Jorginho Mello, que não trata absolutamente de nada nesse aspecto.

Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para discutir.) – Eu ouvi atentamente a exposição do Senador Irajá e respeito. Agora, queria chamar atenção para dois pontos.

Em primeiro lugar, o projeto do Senador Jorginho Mello trata sobre questões tributárias. E aí, portanto, não existe nenhuma desconexão em incluir esse artigo sobre a questão da transação tributária no projeto do Senador Jorginho Mello. Nós estamos aqui fixando os limites, a ampliação da faixa para micro e pequena empresa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Não é jabuti, não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Portanto não se trata de nenhum jabuti. É só para deixar claro. Eu dou o exemplo: eu estava tratando de Refis, e nós tratamos de transação tributária. São institutos muito análogos, muitos parecidos, portanto nós estamos tratando no momento certo e na hora certa.

Eu não fiz a leitura de toda a nota técnica – e o Senador Irajá colocou que não teve a oportunidade de receber uma nota técnica do Ministério da Economia, da Procuradoria da Fazenda Nacional –, mas eu estou com ela toda aqui. Na realidade, se V. Exa., Sr. Presidente Otto Alencar, permitir, eu posso fazer uma leitura só para poder ficar claro para todos os membros da Comissão que é este o momento de incluir essa emenda do Senador Carlos Portinho, porque o que está acontecendo? Se a gente não aprova a emenda do Senador Carlos Portinho, milhões de transações tributárias que estão na eminência de serem consumadas poderão entrar em disputa por interpretação da Receita Federal em desacordo com as interpretações que vão ser emanadas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Isso vai paralisar os processos.

Então, eu vou ler a nota que eu recebi, mas ela é muito elucidativa, é muito completa. Ela trata dos aspectos legais e também das conveniências de essa matéria ser abordada agora, em função do volume de transação que está sendo aguardado e que está sendo ultimado na Procuradoria da Fazenda Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Com a palavra o Senador Fernando Bezerra para que ele possa ler...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Pois não.

> A transação tributária é instituto jurídico previsto no art. 171 do Código Tributário Nacional e, mais recentemente, regulamentada pela Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020. Trata-se de política pública confiada à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, enquanto órgão constitucional de representação judicial e extrajudicial da União, nos termos do art. 131, §3º, da Constituição, e gestora da dívida ativa.
> A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, desde a edição da Medida Provisória nº 899, de 16 de outubro de 2019, que foi convertida na Lei 13.988, de 2020, celebrou aproximadamente 1,5 milhão de acordos com contribuintes e promoveu a regularização de mais [prestem bem atenção] de 350 bilhões de reais inscritos na dívida ativa [R$350 bilhões], a demonstrar a vocação da advocacia pública na recuperação de créditos públicos.
> O sucesso incontestável da transação tributária não contraindica alterações tributárias com foco no aprimoramento do instituto, especialmente no que diz respeito ao fluxo de negociação de créditos e o reconhecimento normativo de que, nos termos da Constituição, é à Advocacia-Geral da União, por seus membros e órgãos vinculados, dentre os quais a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que compete transigir em nome do Estado brasileiro.
> Com efeito, é da tradição do ordenamento jurídico brasileiro o chamamento da advocacia pública para a representação judicial do ente público e, nesse contexto, para celebração de acordos que disponham sobre direitos pertencentes à coletividade. Nesse sentido é o Parecer nº GQ - 163, aprovado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, que assim dispõe:
> III - A REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL DA UNIÃO;
> REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL - COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DA AGU.
> 20. A representação judicial e extrajudicial da União é tão importante que o Constituinte de 1987-1988 [e eu fiz parte da Assembleia Nacional Constituinte] a erigiu em matéria constitucional, criando, na Carta atual, uma instituição destinada a esta relevante função.

A nossa Constituição dispõe da seguinte forma:

> Art. 131. A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.
> § 1º - A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
> § 2º - O ingresso nas classes iniciais das carreiras da instituição de que trata este artigo far-se-á mediante concurso público de provas e títulos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> § 3º - Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto em lei.
> 21. O enunciado constitucional parece claro, embora, é evidente, possa ocorrer dúvida quanto a pormenores. Por isso é conveniente detalhar o que se contém no dispositivo da Lei maior.
> 22. A representação judicial e extrajudicial da União, diz a Carta no art. 131, *caput*, compete à Advocacia-Geral da União. A Constituição não prevê qualquer exceção [portanto, não se pode abrir uma exceção através da omissão da legislação]. Em nenhum de seus artigos – nem expressa nem implicitamente – se encontra permissão para que outra instituição ou mesmo alguma autoridade possa representar judicial e extrajudicialmente a União.

E aí é o problema, Senador Irajá. A gente não pode deixar de aclarar o que diz o mandamento constitucional, porque, na hora em que V. Exa. se coloca contrário a aceitar a emenda, técnicos da Receita Federal podem se aforar para que, no contencioso que existe na Receita Federal, seja ela a fazer a negociação. Negativo! Ela não está comandada constitucionalmente para poder fazer isso. Por isso que nós queremos aprovar a emenda para pacificar, em termos da legislação, a competência exclusiva da Advocacia-Geral da União. Logo, só a Advocacia-Geral da União tem competência para a representação judicial e extrajudicial da União.

> Esta competência é, consequentemente, exclusiva, quer dizer, própria da Advocacia-Geral da União, é peculiar à instituição, com exclusão de qualquer outra instituição, de qualquer outro órgão, de qualquer autoridade que não integre a AGU. Esta competência, a Instituição a exerce por duas formas: a) de forma direta, evidentemente, por seus Membros; b) de forma indireta, por intermédio de seus Órgãos vinculados.
> A proposta de emenda caminha calcada no texto constitucional ao reconhecer que à PGFN competirá firmar acordos, individuais ou por adesão e o faz ao mesmo tempo em que amplia o objeto transacionável ao permitir que o contribuinte possa solicitar aos mais de 160 (cento e sessenta) órgãos de origem da dívida ativa da União a remessa à PGFN...

Porque coitado do contribuinte! E aí já vai a primeira razão, pois sei que o Senador Irajá é um intransigente defensor do contribuinte brasileiro: nós não podemos submeter o contribuinte a ter que fazer negociações com os mais diferentes órgãos da administração federal! Então, tudo seria remetido para a PGFN.

> ... de créditos ainda não inscritos para que – sem ônus decorrentes da inscrição – possam as partes celebrarem acordo único que efetivamente resolva de maneira mais completa a situação fiscal do devedor.
> Esse mecanismo é previsto na proposta de introdução à Lei 13.988, de 2020, de um art. 12-A, [...] [que diz o seguinte]:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Art. 12-A. Admitida a proposta de transação na cobrança da dívida ativa pelo órgão competente, seja ela individual ou por adesão, o contribuinte poderá solicitar o imediato encaminhamento de débitos já vencidos no âmbito dos órgãos de origem, para fins de consolidação no acordo [...]

Você tem uma empresa, ela tem uma dívida que tem uma parte na dívida ativa, tem outra parte que vai ser inscrita em dívida ativa com 60 ou 90 dias. Isso vai ficar fora da transação?! Ela tem que vir para a transação para poder facilitar a vida do contribuinte! É aí onde se está se insurgindo a Receita, achando que isso seria entrar na esfera dela, no contencioso dela. Não, absolutamente! Só vai para a consolidação da dívida aquele volume expressivo que já está em dívida ativa. Agora, em relação a uma parte que está no contencioso, que é para consolidar a dívida em benefício do contribuinte, aí, sim, essa emenda prevê toda uma organização da consolidação da dívida em relação à PGFN.

Encerro, Sr. Presidente, apenas fazendo mais uma observação.

> Esse dispositivo garante que a celebração do acordo se dará pelo órgão de representação jurídica da União, que [...] [já trabalhou, como eu falei] em mais de 1,5 milhão de acordos e [...] possui meios de gerir a política pública com a grande extensão que lhe deu o Congresso Nacional.

O objetivo do Congresso Nacional foi fazer essa limpa nessa dívida ativa da União. Isso é um absurdo! Tem que se dar oportunidade de o contribuinte recomeçar a sua vida, zerar, fazendo e definindo isso por critérios claros.

> Nessa linha, também se propõe a revisão da Lei 13.988 [...] para garantir que a governança da transação tributária, inclusive classificação dos débitos, critérios objetivos para celebração dos acordos, percentuais de desconto, formas de atendimento, dentre outros elementos próprios da negociação sejam normatizados por ato do Procurador-Geral da Fazenda Nacional segundo os parâmetros fixados pela Lei Geral.

Finalmente, Sr. Presidente – e aí peço a atenção do meu amigo, o nobre Senador Irajá Rodrigues –, essa medida de uniformização labora favoravelmente ao interesse do contribuinte, primeiro, na eficiência, como está disposto no art. 37 da Constituição Federal; segundo, na simplificação normativa, uma vez que o contribuinte celebrará acordos segundo fluxos jurídicos estabelecidos por um único órgão público, e não por cada um – aproximadamente 160 órgãos de origem –; terceiro, isonomia, porquanto os créditos negociais e parâmetros de desconto não variarão conforme entendimentos jurídicos e administrativos dos mais diversos órgãos da administração; e, finalmente, Sr. Presidente, pelo princípio da economicidade, decorrente de o contribuinte ter diálogos com um único foco de atendimento, e não com diversos agentes nos diversos órgãos de origem.

Por isso, Senador Irajá, *data venia* – eu sei que V. Exa. é muito sensível, sei que V. Exa. é um intransigente defensor do empreendedorismo e do contribuinte brasileiro –, eu rogo a V. Exa.: tendo em vista a manifestação de todos os que aqui se pronunciaram, de forma presencial e de forma remota, o certo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é aprovarmos com a emenda do Senador Carlos Portinho aqui na Comissão e permitirmos que o debate possa ser estendido no Plenário, mas já com o texto correto, com o texto ajustado, para que a gente possa dar ainda mais força para o instituto da transação tributária, que tem sido realmente um solucionador de problemas e tem se constituído numa segunda chance de recuperação de milhares de empreendimentos neste país.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Estão inscritos, pela ordem, o Senador Esperidião Amin, o Senador Irajá e, depois, o Senador Portinho.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero agradecer-lhe pelas palavras e a todos os companheiros e companheiras pela solidariedade em face desse incidente clínico e biológico de enfrentar a covid pela segunda vez, mas graças a Deus estou bem, dentro do possível, dentro daquilo que a idade permite. O senhor, que é conhecido como cabeça branca, sabe o que isso significa.

Quero dizer que fiquei muito satisfeito com a exposição do Senador Fernando Bezerra – ela me satisfaz.

E, mesmo não sendo um jabuti, eu queria estabelecer uma distinção, Senador Irajá, entre essa questão, que é uma questão de competência de negociação muito importante, com a urgência e com a dívida que nós temos em consertar esses chamados limites e, em nível estadual, sublimites que são requeridos pelos micro e pequenos empresários. Então, em função disso, não é que uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Elas têm correlação, como disse o Senador Fernando Bezerra, mas o grau de urgência para se acudirem os limites financeiros, como o Senador Portinho muito bem disse... Esses limites forjaram essa – não sei se posso usar a expressão – elisão, essa cissiparidade de empresas: quando se chega perto do limite, cria-se mais uma, e às vezes uma funciona no mesmo prédio da outra, em função do limite fiscal.

Isso é um assunto muito mais urgente do que o necessário e importante debate suscitado pela questão que, a meu ver, a emenda do Senador Portinho corrige.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Senador Irajá.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Presidente Otto, também Senador Amin, aqui eu quero desejar também melhoras, boa recuperação do covid. Você tem uma saúde de ferro, amigo, vai superar logo, logo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, Presidente Otto, a nota cuja leitura o Senador Fernando Bezerra fez questão de fazer na íntegra é a nota da Procuradoria, da PGFN. Eu também recebi essa nota da PGFN. Portanto, para efeito de análise aqui, dentro da CAE, ela claramente deve ser observada, mas a gente tem que admitir que não é uma nota neutra, assim como também existe a nota da Receita Federal, mas não existe nenhuma posição oficial do Ministério da Economia, que, aí, sim, é a instituição...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Desculpa, desculpa, tem...

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO. *Por videoconferência*.) – ... competente para poder...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senador Irajá, Senador Irajá...

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO. *Por videoconferência*.) – ... manifestar uma opinião...

Eu peço a palavra, Presidente, porque eu também não interrompi o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, nem quero interrompê-lo. Apenas é porque o Ministro da Economia, Paulo Guedes, encaminhou para todos os Senadores da CAE. Não sei se V. Exa. recebeu. Só era indagar, porque tem uma posição oficial do Ministério da Economia, e todos...

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO. *Por videoconferência*.) – Se tiver uma posição oficial, então foi enviada agora, aos 48 do segundo tempo...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, acho que foi...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Eu recebi.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO. *Por videoconferência*.) – ... porque, até o dia de ontem, não havia nenhuma nota oficial do Ministério da Economia.

Então, a sua leitura, para deixar claro aqui aos colegas Senadores, diz respeito à nota da Procuradoria, da PGFN, que tem interesse total em que essas dívidas, que são administrativas, e está muito claro no texto da emenda que é o contencioso administrativo, sejam tiradas da Receita Federal e sejam passadas para a PGFN.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na prática, Presidente, isso aqui, essa discussão toda, vamos falar o português claro, é uma questão de receber honorários de sucumbência. É isso que está em discussão aqui.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, também não.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO. *Por videoconferência*.) – Talvez o Senador Fernando Bezerra não quis abrir, mas essa é a discussão.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, não, não.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO. *Por videoconferência*.) – Aqui não estão em discussão os interesses do contribuinte, porque nem na leitura da nota da Procuradoria foi capaz de indicar uma vantagem para o contribuinte, aquele devedor, o pequeno contribuinte. Eu fiz questão de ligar para vários pequenos contribuintes, para médios contribuintes e para os grandes contribuintes. Eu fiz questão, Senador Fernando Bezerra, de ligar para dezenas de contribuintes e consultar essas pessoas que são devedoras – não é o senhor, não sou eu e nenhum dos colegas que está aqui – sobre se seria vantajoso para elas passar a negociar com a PGFN ou continuar negociando com a Receita Federal. Todos foram unânimes em me dizer que não gostariam de negociar com a PGFN, que seria mais vantajoso, do ponto de vista econômico, porque seria mais simplificado negociar com a Receita Federal, seria menos burocrático...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Negativo.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – ... continuar compactuando as suas dívidas administrativas com a Receita Federal. Não há interesse do cidadão, do contribuinte em negociar com a PGFN, porque seria, inclusive, um outro estágio. A dívida poderia estar num estágio muito mais avançado, e isso não é interessante do ponto de vista econômico ao contribuinte.

Então, é importante a gente colocar as coisas às claras, porque as pessoas estão nos assistindo pela TV Senado. Essa discussão toda aqui não se trata do que é melhor ou pior para o contribuinte, trata-se de uma discussão de quem vai receber os honorários de sucumbência.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, não, não. Desculpa...

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO. *Por videoconferência*.) – Eu, como Relator, Presidente Otto, não posso admitir ou aceitar defender uma tese dessa, que é corporativista e não é uma tese de defesa de interesse do contribuinte brasileiro. Eu acho que aqui nós temos que defender o interesse do contribuinte e não da PGFN. Então, eu queria deixar muito claro isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Insisto que esse debate pode seguir no Plenário do Senado Federal. A gente pode ampliar esse debate e ter mais tempo, inclusive, de reunir os argumentos. Até agora não foi apresentado nem pelo Ministério da Economia, nem pelo Senador Fernando Bezerra um argumento defensável que traga algum benefício para o contribuinte deixar de negociar com a Receita Federal para passar a negociar com a PGFN.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Eu agradeço ao Senador Irajá.

Passo a palavra ao Senador Carlos Portinho, que, inclusive, já encaminhou aqui um requerimento para votação em separado do art. 3º, nos termos da proposta da Emenda nº 1, da CAE, ao PLP 127, de 2021.

Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu acho até que não vai ser necessário. Tenho certeza de que o Senador Irajá vai refletir, até porque estamos falando a mesma coisa, gente. O Senador Irajá, na sua fala – não nessa última, mas na anterior –, fala em três momentos: um momento em que cumpre à Receita Federal, em que não há inscrição da dívida ativa, então cumpre à Receita Federal fazer essa negociação, e ela poderá fazê-lo, ninguém está suprimindo; e há outros dois momentos, quando há inscrição na dívida ativa e quando há a judicialização, a cobrança judicial. Nesses dois outros momentos, o próprio Senador Irajá reconheceu, na fala, que é a Procuradoria da Fazenda Nacional, porque, é óbvio, a dívida ativa é com ela e ela é autora do processo de execução. Então, eu acho que a gente está falando a mesma coisa.

O que o Senador Bezerra bem coloca é que o texto da lei deve ficar claro. E eu vou ler o texto para mostrar que estamos falando a mesma coisa: "Art. 10-A [da minha emenda]. A transação na cobrança de créditos tributários em contencioso administrativo fiscal poderá ser proposta pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional [...]". Então, em contencioso administrativo fiscal. A gente está falando da dívida inscrita e da dívida em execução. Senador Irajá, a gente está falando a mesma coisa, apenas deixando claro na lei que, quando há o contencioso administrativo – o contencioso que presume a participação da Procuradoria da Fazenda, que é o agente do contencioso da União –, será a transação feita com a procuradoria.

Eu, sinceramente, recebi – todos receberam –, sim, a manifestação do Ministro Paulo Guedes, que mandou no meu zap, como eu acho que fez com todos os Senadores, deixando clara uma questão que está sedimentada e ninguém está alterando. A gente não quer deixar dúvida: quando em contencioso, Procuradoria da Fazenda Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não é uma questão só de honorários, não. E eu vou ser bem sincero: se o contribuinte deixou chegar ao contencioso administrativo, ele sabe que se sujeita, além dos encargos, aos honorários e às custas judiciais.

E aí o outro argumento, de vários aqui falados, é o da agilização da concentração num único órgão que é o titular do contencioso administrativo, porque ele tem o valor atualizado das custas; não são só os honorários, não. O contribuinte deixou chegar... Ele poderia ter negociado com a Receita Federal antes, mas ele deixou a inscrição em dívida ativa e ele sabe que tem custas e que tem honorários. Inclusive, a negociação pela Procuradoria tem sido até mais vantajosa para o contribuinte do que com a própria Receita, mesmo com custos honorários, em muitos casos – em muitos casos.

Então, assim, eu acho que estamos falando a mesma coisa. O Senador Irajá falou dos três momentos, e a gente está aqui no art. 10, como eu li a transcrição da emenda, deixando claro que é com a Procuradoria no contencioso administrativo fiscal somente, antes – lógico – com a Receita Federal por exclusão. Então, acho que a gente está próximo de chegar aqui, porque estamos falando, sinceramente, a mesma coisa.

Há manifestação favorável do Governo, sim, Senador Irajá. Não sei se V. Exa. recebeu, mas todos aqui receberam. Não é uma questão de corporativismo com a PGFN, ao contrário, não tem nada a ver, mas o contribuinte também ganhou tempo ao deixar a dívida chegar ao contencioso administrativo sabendo dos encargos a mais que há numa cobrança judicial.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, é rápido. É só para dizer...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – O Senador Luis Carlos Heinze queria falar?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É rápido...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Perdão. A minha assessoria até destaca que o art. 12-A diz que não incidirão honorários. Desculpa, se eu roubei a palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Era isso que eu ia falar. É só para deixar claro que não incidirão honorários sobre a parte do contencioso administrativo que seja incluído na negociação da transação tributária no âmbito da PGFN. Portanto, é só para todos ficarem com a informação precisa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Senador Irajá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu estava ouvindo atentamente o Senador Carlos Portinho. Agradeço a intervenção dele.

Mas a gente precisa, Senador Portinho, esclarecer a questão conceitual. Contencioso administrativo não é o mesmo que passivos inscritos na dívida ativa da União. Se V. Exa. quiser elucidar esse aspecto técnico e deixar no seu texto, claro, que são passivos inscritos na dívida ativa da União e que serão discricionariedade da PGFN, o.k., não há nenhum problema, como também na terceira fase, que é da execução, que é quando judicializou o processo. Agora, contencioso administrativo não é o mesmo que um passivo estar inscrito na dívida ativa da União. Contencioso administrativo é administrativo, que é justamente o que hoje a Receita Federal está arbitrando, mas, se houver por parte de V. Exa. esse esclarecimento na redação, não há nenhum problema, nenhuma divergência da minha parte. Este é o ponto: os contribuintes que eu consultei, foram dezenas de contribuintes, pequenos, médios, grandes contribuintes, não concordam que isso seja transferido da esfera administrativa para a PGFN, porque não há nenhum econômico, nem agilidade, nem simplicidade, nem na simplificação e muito menos na desburocratização. Se isso for possível a gente equacionar, fica resolvido, fica pacificado o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – O Senador Irajá, então, propõe uma mudança de redação, se eu bem entendi.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Se eu entendi bem, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Exatamente, tirando o contencioso...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, tirando, não. É acrescendo inscrição na dívida ativa e o contencioso, se foi isso que eu entendi bem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Não, colocando na redação da emenda a dívida ativa. Foi isso que eu entendi.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Na realidade, o contencioso administrativo ainda é de competência da Receita Federal. O que nós estamos discutindo é quando, num processo de transação tributária, não só as dívidas ativas que já vão compor ali a negociação da transação tributária, outros que estão em fase de sair para entrar... Essa entra, mas, se for com a redação que o Senador Irajá disse, você vai acentuar o conflito com a Receita e com a PGFN. Eu prefiro, Sr. Presidente, tendo em vista que...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Ou seja, o que eu estou entendendo é que, entrando na dívida ativa e esse contribuinte tendo uma outra pendência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na Receita Federal, que isso seja acostado para ter uma solução, e ele não ficar em dois órgãos para resolver a vida dele.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Para ter uma solução em dois órgãos... É isso aí.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Então, Senador Irajá, pelo que eu entendi, eu queria ouvir V. Exa. a respeito do tema.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO. *Por videoconferência*.) – (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – V. Exa. aceita. Então, vamos votar a matéria e depois destacar aqui o requerimento do Senador Carlos Portinho.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Aquilo que está no contencioso administrativo – portanto, ele não evoluiu para o segundo nível, que seria a inscrição na dívida ativa – permanecer com a Receita Federal, e não deixar a PGFN arbitrar sobre esse passivo no contencioso administrativo. Agora, o que estiver, obviamente, na dívida ativa da União, é uma discricionariedade da PGFN negociar essas transações. Então, é isso que está em questão. O que eles estão querendo é transferir o contencioso administrativo para a PGFN, que já arbitra sobre a dívida ativa da União e também nas fases que já estão sendo judicializadas, que é a fase de execução, e é com isso que eu não concordo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – V. Exa., então, não concorda.

Nós vamos votar o projeto e, depois, votar o destaque apresentado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Como, Senador?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – Se a gente votar o destaque, e o destaque sendo aprovado, o próprio Senador Irajá é o Relator do projeto, acolhendo o destaque...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Senador Irajá, o Senador Fernando Bezerra propõe a votação do destaque inicialmente e, depois, a votação do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone.*) – Do projeto, com ele como Relator...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Em votação o destaque encaminhado pelo nobre Senador Carlos Portinho, que requer, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado do art. 3º, nos termos da proposta de Emenda nº 1-CAE, do PLP 127, de 2021, que altera a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam o destaque permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Quem vota ao contrário deve se manifestar.

Pelo que eu vejo aqui, tanto no Plenário como no sistema remoto, voto ao contrário do Senador Irajá.

Então, está aprovado o destaque, com o voto da maioria dos Srs. Senadores.

Agora, em votação... Já que foi aprovado o destaque como foi encaminhado com a letra de lei do Senador Carlos Portinho, votamos agora o projeto de autoria do Senador Jorginho Mello.

Não há mais de nenhum Senador que queira discutir.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, com o destaque do Senador Carlos Portinho, que passa a ser o relatório da Comissão de Assuntos Econômicos e será dirigido ao Plenário do Senado Federal.

Senador Esperidião Amin.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, se puder fazer o requerimento de urgência ao Plenário... Se a gente puder, acho que é uma resposta que a gente pode dar este ano a todos os pequenos e microempreendedores de que nós todos Senadores aqui, inclusive o Senador Irajá, que fez esse belo relatório, apoiamos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Encaminhado o requerimento do Senador Carlos Portinho pedindo urgência para a matéria ser apreciada no Plenário do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de urgência para o Plenário do Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Não, Presidente, eu estou satisfeito. Acho que houve a deliberação, segue.

Indago a V. Exa. se estão pautados os nossos cinco projetos de empréstimo e ...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – E vamos aos projetos de empréstimos de V. Exa., nós vamos dar prioridade...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, não, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – V. Exa. está acometido da covid-19, mas, por uma variante mais leve, a Ômicron...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – O senhor é que pensa e não sabe o que eu estou carregando! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – ... que só dá manifestações nas vias aéreas superiores, e vai ficar logo bom, com fé em Deus!

Eu vou atender os empréstimos, em série...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Excelente!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – ... para os interesses do...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Do BRDE..

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – ... Estado de Santa Catarina.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Não, não, Presidente!

Presidente, se o senhor me permite, esses...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Esses empréstimos eu sei que são...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – ... esses cinco...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Mensagem nº 87, de 2022, que solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de até US$134,640,000.00.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Euros! Euros!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Mensagem nº 87, de 2022.

ITEM 5

MENSAGEM (SF) N° 87, DE 2022

- Não terminativo -

Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de até € 134,640,000.00 (cento e trinta e quatro milhões, seiscentos e quarenta mil euros), entre o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE e o New Development Bank - NDB, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Apoio à Infraestrutura Urbana, Rural e Social para Atingimento dos ODS.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – O que eu gostaria de...

Estou sendo ouvido?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Consigo ouvir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Bom, eu queria agradecer a V. Exa. pela presteza em aceitar...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – São cinco itens...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – ... ler nesta sessão. São cinco mensagens.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – É... V. Exa. pode, inclusive, fazer o seu relatório em globo das matérias...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA. *Por videoconferência*.) – Eu vou procurar abreviar.

Esta primeira mensagem...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Em separado, mas pode, em sequência, V. Exa. ir lendo, e depois eu coloco em votação todos os cinco.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – A gente vota em globo.

ITEM 6

MENSAGEM (SF) Nº 88, DE 2022

- Não terminativo -

Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de até US$ 50,000,000.00 (cinquenta milhões de Dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Emergencial de Mitigação dos Efeitos Econômicos do Coronavírus - PROSUL Emergencial".

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Esperidião Amin

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

ITEM 7

MENSAGEM (SF) N° 89, DE 2022

- Não terminativo -

Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de até US$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares norte-americanos), de principal, entre o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Promoção do Desenvolvimento Local da Região Sul - ProSul".

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

ITEM 8

MENSAGEM (SF) N° 90, DE 2022

- Não terminativo -

Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de até € 44,800,000.00 (quarenta e quatro milhões e oitocentos mil Euros), de principal, entre o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial da "Linha de Crédito para Resiliência Urbana no Sul do Brasil - Programa Sul Resiliente" (Contrato A).

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 9

MENSAGEM (SF) Nº 91, DE 2022

- Não terminativo -

Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de até € 44,800,000.00 (quarenta e quatro milhões e oitocentos mil Euros), de principal, entre o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial da "Linha de Crédito para Resiliência Urbana no Sul do Brasil - Programa Sul Resiliente" (Contrato B).

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Para esclarecer, são operações de crédito entre várias agências de desenvolvimento, a começar pelo New Development Bank, que tem sede em Xangai, é o banco dos nossos países emergentes, o Brics, e era presidido até há pouco por um brasileiro que está aqui.

Este empréstimo é em euros, este primeiro que o senhor citou. É a Mensagem nº 87, que destina esses recursos, 134.640.000 euros – o Senador Irajá visitou o New Development Bank quando tivemos a oportunidade de ir juntos, em setembro de 2019, visitar Xangai – a uma operação de crédito com um banco, que é o BRDE; não é com o Estado de Santa Catarina, é com o BRDE, que é uma autarquia interestadual, que compreende os Estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná. Portanto, é isso que caracteriza o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul.

Este empréstimo especificamente se destina a apoio à infraestrutura urbana, rural e social, objetivando aproximar e alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável preconizados pela ONU para 2030.

A mensagem seguinte, Mensagem nº 88, é para um empréstimo de US$50 milhões via Banco Interamericano de Desenvolvimento para que o BRDE, o mesmo BRDE, desenvolva o Programa Emergencial de Mitigação dos Efeitos Econômicos do Coronavírus, chamado ProSul Emergencial.

A terceira mensagem autoriza um empréstimo de US$100 milhões via BID, ou seja, o emprestador é o Banco Interamericano de Desenvolvimento, igualmente para o BRDE desenvolver o Programa de Promoção do Desenvolvimento Local da Região Sul (ProSul), ou seja, com a mesma abrangência já mencionada: os três estados do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A quarta mensagem, a Mensagem nº 90, é semelhante à Mensagem nº 91. Na verdade, o que distingue uma da outra é a natureza do contrato quanto a tempo e parcelas – vigência do contrato e parcelas. Ambas as mensagens se referem a um empréstimo, cada uma delas, de 44.800.000 euros, a serem aportados pelo Banco Mundial através dos contratos A e B, com essas diferenças que eu mencionei: prazos de duração, duração do empréstimo, parcelas – em uma, cinco anos; na outra, três anos –, e tudo se destinando à Linha de Crédito para Resiliência Urbana no Sul do Brasil (Programa Sul Resiliente).

Nós temos sido alvo ou alvos, já que são três estados, de o que nós poderíamos chamar de tragédias climáticas. Aqui mesmo, em Santa Catarina, e no Paraná vivemos isso recentemente, assim como na Bahia sentimos isso. No nosso caso, a frequência é maior por causa dos efeitos dos chamados El Niño e La Niña, que regulam ou desregulam a precipitação pluviométrica e nos causam problemas que são verdadeiras tragédias.

Portanto, são quatro tipos de empréstimos. O último erguido sobre resiliência urbana, muito oportuno, perfazendo os dois contratos 44,8 milhões de euros cada um, ou seja, 89,6 milhões de euros ambos, firmado o contrato entre o Banco Mundial e o BRDE. Esses são, respectivamente, o quarto e o quinto contratos.

O primeiro é para o Programa de Apoio à Infraestrutura Urbana, Rural e Social para Atingimento dos Objetivos do Desenvolvimento Social; o segundo é o Programa Emergencial de Mitigação dos Efeitos Econômicos do Coronavírus (Prosul); e o terceiro, eu já tinha mencionado, é o de US$100 milhões destinados à Promoção do Desenvolvimento Local da Região Sul (Prosul).

Eu tive o cuidado, Presidente, de comparar as taxas de juros e os prazos e, com a modesta experiência que adquiri com contratos firmados quer com o Banco Mundial quer com o BID – eu não tive, como administrador, o privilégio de assinar o contrato com o NDB (New Development Bank), mas vejo com satisfação que o BRDE conseguiu chegar lá –, o que eu posso dizer é que esses empréstimos são da maior importância para as suas respectivas finalidades. Uma demonstração que não diz respeito apenas a Santa Catarina é que ontem, além do interesse do Governo do Rio Grande e do Governo de Santa Catarina, eu fui procurado, e ainda hoje, pelo Governo do Paraná, uma vez que esses empréstimos, caso não se materialize efetivamente a contratação, começam a cobrar uma taxa de permanência a partir da assinatura do contrato que, ao final, vai onerar o mutuário final.

Os empréstimos são entre, digamos, organizações financeiras públicas; não se trata de nenhuma organização que não represente os países que são os seus sócios e, portanto, responsáveis. No caso do BID, no caso do Banco Mundial e no caso do New Development Bank são bancos supranacionais, assim como o BRDE é uma autarquia interestadual. É um caso único no Brasil de uma organização de crédito com essa característica. Foi criado na década de 60, primeiro sob a égide do Presidente Jânio Quadros e, depois, do Presidente João Goulart.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, trata-se de operações públicas que obtêm o aval da União mediante a satisfação da sua solvência, ou seja, da capacidade financeira do estado. Nenhum empréstimo desses será efetivado sem que as assembleias legislativas se manifestem e a Secretaria do Tesouro considere o estado, dentro da organização do BRDE, viável, ou seja com classificação tal.

De forma que eu ousaria – me colocando à disposição para tratar de quaisquer dúvidas – dizer que essas cinco mensagens, com os respectivos projetos que resolução que eu estou apresentando, estão em condições de serem aprovadas por nós.

Coloco-me à disposição, para abreviar o consumo do nosso tempo – que já vai um pouco longo –, para prestar os esclarecimentos que os ilustres pares julgarem necessários.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Senador Esperidião Amin.

Passo a palavra ao Senador Luis Carlos Heinze, para que ele possa discutir as matérias que foram relatadas por V. Exa.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, cumprimento o Senador Amin pelo excelente relatório dessas cinco matérias de grande interesse do Estado do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. O banco BRDE tem uma atividade importante nesses nossos três estados do Sul. Portanto, é importante que esses 224 milhões de euros e os US$150 milhões sejam aportados ao banco, que poderá repassar esse recurso aos três estados do Sul.

Então, nós, do Rio Grande do Sul, nos sentimos satisfeitos – e, certamente, também Paraná e Santa Catarina – com o relatório do Senador Esperidião Amin. Estamos a favor.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Carlos Heinze e coloco em votação as matérias que foram relatadas pelo nobre Senador Esperidião Amin, em globo. São cinco mensagens que foram lidas para empréstimos citados pelo Senador, que favorecem os Estados do Sul – Santa Catarina, Paraná, todos eles, que estão aqui nominados, foram nominados pelo Senador Esperidião Amin.

Os Srs. Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados, em globo, os cinco empréstimos para...

Senador Esperidião Amin, pois não. +

V. Exa. ligue o seu microfone, não está... Pois não, agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Quero agradecer a confiança de V. Exa., a confiança dos Senadores e dizer que, por se tratar de empréstimo entre organizações que são verdadeiramente paraestatais, eu tenho absoluta confiança na segurança jurídica e financeira da transação. Por essa razão, ouso pedir urgência para que a matéria, uma vez aprovada, vá para o Plenário e possa produzir efeitos neste ano ainda.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Pois não.

Em votação os projetos relatados pelo Senador Esperidião Amin, em globo.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

Eu coloco em votação também o requerimento de urgência do nobre Senador Esperidião Amin para que seja encaminhado imediatamente ao Senado Federal.

Os Senhores Senadores e as Senadoras que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados os projetos relatados pelo Senador Esperidião Amin.

O item 2 da pauta é de relatoria do Senador Irajá Abreu.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 581, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, para dar à participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas o mesmo tratamento fiscal dado à distribuição de lucros ou dividendos aos sócios ou acionistas.

Autoria: Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR)

Relatoria: Senador Irajá

Relatório: Contrário à Emenda nº 3-PLEN

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela CAE em 27/4/2022.

2. Foram apresentadas, em plenário, as Emendas nºs 3 e 4-PLEN.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3. O senador Eduardo Braga solicitou a retirada da Emenda nº 4-PLEN, de sua autoria.

4. A apreciação se refere à Emenda nº 3-PLEN.

Senador Irajá com a palavra.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu vou direto à análise.

A competência da CAE para análise das Emendas nºs 3 e 4-Plen advém do art. 277 do Regimento Interno do Senado Federal, que determina o retorno da matéria às Comissões para análise das emendas apresentadas às proposições, e dos incisos I e IV do art. 99 do mesmo diploma regimental, que preveem caber a esta Comissão opinar sobre tributos e aspectos econômicos e financeiros das proposições.

Como as emendas versam sobre a incidência do IR, é de se reconhecer a constitucionalidade das proposições, diante dos arts. 24, inciso I, e art. 153, inciso III, todos da Constituição Federal.

A Emenda nº 4-Plen, conforme relatado, foi retirada pelo autor na forma do Requerimento nº 21.

Quanto ao mérito da Emenda nº 3-Plen, entendemos que não deve ser acolhida neste momento, embora reconheçamos a relevância de seu conteúdo e da fundamentação exarada pelo ilustre Senador Eduardo Braga.

O primeiro objetivo da proposição é criar regra que atrele a tributação da PLR a eventual mudança legislativa da tributação de lucros e dividendos, com vistas a que a PLR fique sujeita à alíquota do Imposto sobre a Renda que for mais favorável ao trabalhador.

Entretanto, o texto proposto ao §5º do art. 3º da Lei nº 10.101, de 2000, é conflitante com a Emenda nº 1, aprovada pela CAE. Na forma desta última Emenda, não se remete a PLR à regulação dos lucros e dividendos distribuídos a sócios ou acionistas, pois o texto não faz menção ao art. 10 da Lei nº 9.249, de 1995. É previsto textualmente que a participação nos lucros ou resultados não ficará sujeita à incidência do Imposto sobre a Renda retido na fonte, nem integrará a base de cálculo do Imposto sobre a Renda do beneficiário, o que traz mais proteção ao trabalhador.

Portanto, em caso de a tributação de lucros e dividendos receber novo tratamento da legislação que seja oneroso do ponto de vista tributário, não haverá necessariamente impacto em relação à incidência do IR sobre a participação nos lucros ou resultados. Na forma da redação conferida pela Emenda nº 1-CAE, como visto, a PLR estará isenta independentemente de alteração do art. 10 da Lei nº 9.249, de 1995.

Eventual impacto que se queira conferir à incidência do Imposto de Renda sobre a PLR em razão de futura tributação de lucros e dividendos deve ser discutida na proposição que tiver esse objetivo. Nesse ambiente é que deverá ser enfrentada a futura oneração da PLR em moldes diversos da regulação atual ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da pretendida com o presente projeto de lei, com a necessária oitiva dos setores envolvidos e prejudicados pela tributação.

O ideal, neste momento, é afastar a incidência do IR sobre a PLR, com vistas a desonerar essa parcela de rendimentos auferida pelo trabalhador. Embora o objetivo inicial seja conferir tratamento semelhante ao atualmente dispensado aos lucros e dividendos, parece bastante distinta a incidência tributária que pode gravar no futuro o rendimento de sócios e acionistas daquela que grava a PLR.

De um lado, a capacidade contributiva, na forma preconizada pelo §1º do art. 145 da Constituição Federal, estará observada pela desoneração tributária da PLR. De outro lado, pode ser que a oneração de lucros e dividendos tenha justificativa nesse mesmo princípio, desde que inserida dentro de escopo amplo de reforma do Imposto sobre a Renda, que garanta um equilíbrio entre a tributação da pessoa física e da pessoa jurídica distribuidora desse tipo de remuneração do capital.

É diante desse mesmo parâmetro de análise que entendemos pelo não acolhimento da Emenda nº 3 também em relação ao seu segundo objetivo, que diz respeito à alteração da tributação das participações no resultado pagas a dirigentes ou administradores de pessoas jurídicas.

Atualmente, a distribuição de participações e gratificações a dirigentes e administradores segue, em regra, a tributação comum relativa ao recebimento de renda.

Com a aprovação da redação proposta pela emenda, as gratificações variáveis pagas a administradores de companhias reguladas pela Lei das Sociedades por Ações ficarão submetidas ao mesmo regramento aplicável à PLR. Além disso, com as revogações pretendidas pelos incisos II e III do art. 4º inserido no PL pela Emenda nº 3, será permitido que os valores pagos a dirigentes ou administradores possam ser deduzidos da base de cálculo do IRPJ apurado pelo lucro real, por aplicação do §1º do art. 3º da Lei nº 10.101.

O §3º do art. 45 e o parágrafo único do art. 58 impossibilitam a dedução das participações no resultado pagas a dirigentes e administradores da base de cálculo do IRPJ devido pelas empresas. Entretanto, a restrição é combatida pelos contribuintes e, por isso, a matéria já foi levada à apreciação em contencioso ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

Para ilustrar, vale registrar a existência de entendimento no âmbito do referido Conselho de que o exercício da função de dirigente e administrador pode, em certas circunstâncias, descaracterizar a relação de emprego, visto que as atribuições correlatas às referidas funções são exercidas, em muitos casos, sem subordinação. Desse modo, ainda que vinculados formalmente na qualidade de empregados, a relação de emprego, para fins de dedutibilidade das participações pagas, poderia ser descaracterizada.

De toda sorte, pode-se inferir que os rendimentos de dirigentes e administradores não são equiparáveis, em regra, aos dos demais funcionários da empresa. Por isso, conferir tratamento igualitário à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participação no resultado distribuída a dirigentes e administradores em relação às participações em lucros recebidas pelos empregados da empresa parece não observar o princípio da capacidade contributiva.

Registre-se, de todo modo, a louvável intenção do Senador Eduardo Braga tendente a resolver essa matéria por meio da emenda apresentada. Não obstante, a questão parece merecer debate mais aprofundado em proposição autônoma, em que se possa concluir, de forma mais abalizada, pela aprovação ou não de seu conteúdo.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Agradeço ao nobre Senador Irajá pela relatoria.

É um projeto não terminativo.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não há nenhum Senador ou nenhuma Senadora que queira discutir.

Está encerrada a discussão.

Coloco a matéria em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam o relatório proferido pelo Senador Irajá permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório do Senador Irajá.

O relatório passa a constituir parecer da CAE contrário à Emenda nº 3 do PLN.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Pergunto ao Senador Irajá se deseja encaminhar algum requerimento para que a matéria tramite em regime de urgência.

Senador Irajá.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Sim, eu solicito que seja enviado em regime de urgência, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Coloco o requerimento do Senador Irajá para que a matéria tramite em regime de urgência...

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam o requerimento de urgência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está aprovado o requerimento de urgência.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Temos um requerimento do nobre Senador Angelo Coronel.

Nos termos regimentais, requer urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 92, de 2022.

Solicita, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$230 milhões, entre a República Federativa do Brasil – para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujos recursos serão destinados ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Agropecuário no Nordeste.

O relatório foi proferido pelo Senador Angelo Coronel e vai beneficiar os estados do Nordeste no setor do agronegócio, agroindústria, agropecuária e agricultura familiar.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento de urgência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Angelo Coronel.

Temos na pauta o item 3, que é um item terminativo, de iniciativa do Senador Nelsinho Trad.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 4031, DE 2021

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.315, de 20 de julho de 2016, que "dispõe sobre a incidência do imposto de renda retido na fonte sobre remessas ao exterior de valores destinados à cobertura de gastos pessoais, à promoção de produtos, serviços e destinos turísticos brasileiros e de rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão", para isentar da cobrança do referido imposto os valores dos bens havidos, por herança ou doação, por residente ou domiciliado no exterior.

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao Senador Esperidião para que ele possa proferir o seu relatório.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – É o item nº 3, do compatriota de V. Exa. Senador Nelsinho Trad.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Presidente, só um califa do gabarito de V. Exa. poderia determinar que um projeto do vice-califa Nelsinho fosse lido por este modesto emir, este modesto aprendiz de emir.

O projeto de lei de autoria do Senador Nelsinho Trad tem como objetivo – estou localizando – favorecer uma emergência da nossa pátria inicial ou da pátria dos nossos pais, que sofreu e sofre neste momento uma tragédia monumental.

Então, o Projeto de Lei 4.031 foi apresentado em 2021 pelo Senador Nelsinho Trad para favorecer o auxílio de imigrantes libaneses diante das dificuldades humanitárias que o país está vivendo. Aliás, é uma situação que está sendo agravada. Para que os senhores tenham uma ideia, o norte do Líbano passou a enfrentar – e isto está se disseminando pelo território do Líbano inteiro – um grave problema com cólera, que infectou as águas superficiais das províncias do norte, chegando a se irradiar por outras regiões do país. Então, o que o Senador Nelsinho Trad propôs? Eu vou tentar resumir aqui.

A proposição possui dois artigos.

O art. 1º inclui o inciso III no art. 2º da Lei nº 13.315, de 20 de julho de 2016, o qual elenca itens que – entre aspas – "não estão sujeitos à retenção na fonte do imposto sobre a renda [o quê?] os valores dos bens havidos, por herança ou doação, por residente ou domiciliado no exterior".

O art. 2º traz a cláusula de vigência, imediata.

Na justificação, o autor enfatiza que houve uma motivação inicial para tratar deste tema, suscitada essa motivação por impasses tributários enfrentados pela comunidade libanesa brasileira que, diante das recentes dificuldades econômicas e, agora, sanitárias, além de sociais e humanitárias pela população da República do Líbano, se mobilizou para angariar recursos que teriam destinação vinculada ao patrocínio de ações sociais, mas, advoga o Relator, esse tema tem um caráter mais geral: há incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte sobre quaisquer valores percebidos por pessoas físicas e jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior, mesmo que a título de doação. Ou seja, se você fizer uma doação para alguém no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Líbano, você paga o IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), que é recolhido, independentemente que seja a título de doação nesta emergência.

A proposição não recebeu propostas de emendas e foi a mim despachada para apresentação de parecer a esta Comissão de Assuntos Econômicos, que sobre ela vai deliberar em caráter terminativo.

A teor do art. 91, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a proposição terá sua deliberação em caráter terminativo nesta Comissão. Desse modo, antes de enfrentarmos as questões de mérito, vamos avaliar os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e adequação orçamentária e financeira.

Quanto à constitucionalidade, o projeto obedece aos balizamentos formais e materiais. O projeto trata de tema de competência do Congresso Nacional – sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas –, conforme inciso I do art. 48 da Constituição Federal.

Em termos materiais, não se verifica afronta a dispositivos da Constituição.

A proposição não trata de temas cuja iniciativa é exclusiva do Presidente da República, que estão previstos nos arts. 61 e 84 da Carta Maior.

Em relação à juridicidade, a proposta mostra-se compatível com o ordenamento jurídico vigente.

Quanto à técnica legislativa, cumpre sem reparos os dispositivos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a redação das leis.

A matéria tem implicação sobre o sistema tributário e as finanças públicas. A proposição não cria despesa, mas afeta, sim, a receita da União, não sendo completamente neutra sob esse aspecto. Contudo, o impacto esperado para fins de atendimento das três principais regras de finanças públicas dá-se nos seguintes termos: i) atendimento ao Teto de Gastos: indiferente; ii) atendimento à Regra de Ouro: indiferente; iii) atendimento à Meta de Resultada Primário: baixíssimo impacto, em particular, com os aumentos de arrecadação obtidos nos últimos dois anos pelo Governo Central.

Note que, em caso de caracterização de renúncia de receita, é importante que sejam atendidos os seguintes dispositivos: art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, com a apresentação de estimativa do impacto orçamentário-financeiro para o ano a que se refere a medida e para os dois seguintes; art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; comprovação de que o ato de renúncia tem reflexo na estimativa de receita da Lei Orçamentária Anual; evidenciação de que as metas fiscais previstas na LDO não serão comprometidas – ou adotar as medidas de compensação como elevação de alíquotas de impostos ou aumento da base de cálculo, entre outras, para compensar e viabilizar aquela renúncia.

Passamos, agora, à análise de mérito.

Como salienta o autor, até a entrada em vigor do Decreto 9.580/2018 (base do Regulamento do Imposto de Renda de 2018 – RIR/2018) o Decreto 3.000/1999 (Regulamento do Imposto de Renda de 1999)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dispunha de norma específica prevendo a não retenção do IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte) sobre "os valores dos bens havidos, por herança ou doação, por residente ou domiciliado no exterior". O Regulamento do Imposto de Renda de 2018 não tratou da matéria.

As competências tributárias para cada ente federativo são disciplinadas nos arts. 153, 155 e 156 da Constituição. Em particular o art. 155, inciso I, da Constituição Federal explicita que a competência para instituir "impostos sobre a transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos" é privativa dos Estados e do Distrito Federal.

A proposição em análise estende aos não residentes a situação hoje vigente para os valores recebidos a título de doação ou herança por pessoa física residente no Brasil, que estão isentos do Imposto sobre a Renda.

Desta forma traz-se uma simetria tributária de tratamento entre residentes e não residentes, que passarão a desfrutar, igualmente, da isenção em casos de acréscimo patrimonial percebido pelo beneficiário de doação ou herança. Assim, nós consideramos – eu pessoalmente considero – meritório o projeto.

Em face das considerações, somos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei 4.031 e, no mérito, votamos por sua aprovação.

Acrescento a isso, Sr. Presidente, que está por ser iniciada uma campanha de doação que, segundo me foi anunciado, será liderada pelo ex-Presidente Michel Temer, que, designado pelo próprio Presidente Bolsonaro, visitou Beirute, na companhia do nosso querido Senador Nelsinho Trad, depois da explosão terrível ocorrida no Porto de Beirute.

Portanto, sabendo ainda que o Líbano, por ser considerado um país que tem tributação favorecida, tem, neste caso de doação, uma alíquota de impostos de transferência superior à média, que seria de 15%, chegando a 25%, eu acho que a própria Receita Federal, recebendo este projeto, se ele for por nós aprovado, aprovado na Câmara e sancionado pelo Presidente, haverá de saber modular a sua aplicação de forma a não causar problemas que eu não pude detectar, mas que podem existir – a Receita Federal é especialista nisso. Mas eu acho que nós não podemos negar este gesto de solidariedade como um país que tem mais libaneses, e filhos de libaneses, e netos de libaneses. Aqui nós temos mais do que o dobro da população do Líbano, ou seja, não será por esta dificuldade que aqueles que podem deixarão de ajudar o seu país mãe, ou país avô, ou país raiz da sua ascendência.

É por essa razão que eu me manifesto a favor da aprovação do projeto de lei.

Foi por isso que o Senador Nelsinho Trad, que não é como eu, primeira geração... Eu sou primeira geração: minha mãe nasceu na Suíça, migrante, praticamente refugiada da guerra da Áustria contra a Itália na Primeira Guerra Mundial, veio para o Brasil com quatro, cinco anos de idade; o meu pai nasceu no Líbano, chegou aqui ao Brasil com 13 anos de idade. O Nelsinho Trad já é um pouco mais remoto: ele tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a mãe italiana, mas por ascendência, e o pai também, segunda geração, libanês. A ascendência é muito parecida. A diferença é que meu povo italiano é do norte da Itália – por isso, afetado pela guerra com o Império Austro-Húngaro – e o dele é napolitano, que sempre merece o nosso respeito com muito mais cautela.

Então, é por essa razão que eu não posso me furtar a ser a favor, rogando que os demais membros da Comissão decidam. Eu sinto que estou cumprindo com o meu dever ao me manifestar a favor, sob a Presidência do nosso califa-mor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Eu agradeço pelo relatório de V. Exa., Senador Esperidião Amin, sobretudo a explanação que deu sobre a descendência, a ancestralidade do norte da Itália de V. Exa. e a do Senador Nelsinho Trad, do sul da Itália, que deve ser mais respeitado, porque é uma zona de grandes nomes italianos, destacados mundo afora.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – De várias organizações assustadoras. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Assustadoras, exatamente.

Esta matéria tem caráter terminativo. Portanto, precisa da votação nominal das Sras. e dos Srs. Senadores.

Eu a coloco em votação, já que não existe nenhum Senador que queira discutir o relatório tão bem proferido pelo Senador Esperidião Amin.

Peço aos Senadores que possam exercer o direito do voto.

Vou abrir aqui a votação do item 3, em caráter terminativo, do relatório do Senador Esperidião Amin. (*Pausa.*)

A votação está aberta. Os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Votação em caráter terminativo do item 3, projeto de lei do Senador Nelsinho Trad, que foi relatado pelo Senador Esperidião Amin.

Peço aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que possam votar.

A votação está aberta, os Senadores já estão votando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu posso, inclusive durante o período de votação, passar a palavra ao Senador Jean Paul Prates para que ele possa relatar o Projeto de Lei nº 144, que também é terminativo, do ex-Senador Roberto Muniz.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 144, DE 2018

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, para inserir nova infração concorrencial.

Autoria: Senador Roberto Muniz (PP/BA)

Relatoria: Senador Jean Paul Prates

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Ele pode ler o relatório.

Nós vamos aguardar a votação do item 3, e o Senador Jean Paul Prates pode proferir o seu relatório.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relator.) – Perfeitamente, Presidente.

Vem à apreciação desta Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei do Senado (PLS) 144, de 2018, de autoria do Senador Roberto Muniz, que altera a Lei 12.529, de 2011, Lei de Defesa da Concorrência, e tem por objetivo acrescentar um inciso ao §3º do art. 36 da referida lei para incluir a conduta caracterizada como, aspas, "exercer o direito de petição ou de ação com finalidade ou de forma anticompetitiva" no rol, não exaustivo, de infrações à ordem econômica.

Composto por dois artigos, o projeto de lei em comento prevê vigência na data da publicação.

Na justificação, o autor assinala que o objetivo do projeto é positivar a chamada *sham litigation,* que, em breves palavras, é a utilização abusiva do direito de petição para fins anticoncorrenciais. É o abuso de direito de petição em assuntos de direitos da concorrência. *Sham* em inglês significa impostura, farsa, truque, falso ou, em alguns casos, chicana.

O projeto de lei foi distribuído a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a quem competirá emitir parecer em caráter terminativo.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas.

Passo à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto cuida de matéria inserida na competência legislativa concorrente da União, conforme art. 24, inciso I, da Constituição, que inclui dispor sobre direito econômico.

Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria e é legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Lei Maior.

Não há norma constitucional que, no aspecto material, esteja em conflito com o teor da proposição em exame. Assim, não se vislumbra óbice algum quanto à constitucionalidade da medida, vez que o refinamento proposto para os mecanismos administrativos de repressão às infrações da ordem econômica não se afigura desproporcional nem limitativo da liberdade de iniciativa econômica.

Quanto à regimentalidade, cabe destacar que seu trâmite observou o disposto no art. 99, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, de acordo com o qual compete à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente do Senado.

Sobre a juridicidade, observa o projeto os aspectos de: 1) inovação, porque amplia o rol indiciário de infrações da ordem econômica; 2) efetividade; 3) espécie normativa adequada, já que o direito concorrencial demanda lei ordinária; 4) coercitividade; e 5) generalidade, vez que as normas do projeto se aplicam, indistintamente, a todos os agentes econômicos, em regime de monopólio ou não.

Acerca da técnica legislativa, o projeto observa as regras previstas na Lei Complementar nº 95, de 1998.

Quanto ao mérito, entendemos que o projeto de lei em exame merece ser aprovado.

O PLS n° 144, de 2018, sugere a inclusão da conduta caracterizada como "exercer o direito de petição ou de ação com finalidade ou de forma anticompetitiva" no rol de indícios de infração à ordem econômica.

Em princípio, deve-se observar que o rol de condutas previstas no §3º do art. 36 da Lei nº 12.529, de 2011, não caracterizam infração da ordem econômica, isto é, não são condutas ilícitas em si, na sua descrição e tipicidade, mas apenas constituem indício de infração à ordem econômica, uma vez que a lei exige demonstração de dano real ou potencial ao mercado, nos termos dos efeitos previstos no *caput* do art. 36 da citada lei e que devem, tais efeitos, ser comprovados no devido processo administrativo para a caracterização do ilícito concorrencial ao mercado.

Nesse diapasão considerado, é de se concluir que o rol de condutas indiciárias previstas no §3º do art. 36 da citada lei são, em primeira mão, consideradas suspeitas, em especial se exercidas por empresas grandes, detentoras de poder econômico relevante. O ilícito não se caracteriza pela prática da conduta em si, mas pelo efeito deletério que ela pode causar ao mercado. Assim delineado, deve-se concluir pelo pleno mérito do PLS nº 144, de 2018, cuja justificativa está bem amarrada, *in verbis*:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Atualmente, contudo, um dos temas mais difíceis enfrentados pela Defesa da Concorrência é o abuso de direito de petição, também conhecido na doutrina estrangeira como *sham litigation*. Em breves palavras, é a utilização do direito de petição para fins anticoncorrenciais. A proposta [portanto] busca estabelecer um conceito e alcance mínimo sem comprometer eventual detalhamento, que ficará a cargo da autoridade administrativa anticoncorrencial brasileira. No que importa ao conceito, a linha que separa o abuso de direito de seu exercício legítimo é tênue. Por isso, amparados em decisões recentes do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), para caracterizar a conduta levam-se em consideração a plausibilidade das ações ajuizadas, a veracidade das informações prestadas (inexistências e omissões que possam levar o Judiciário a erro) e a proporcionalidade dos meios utilizados. Ainda, é preciso identificar se o uso do direito de petição se deu com finalidade diversa da prevista na Constituição Federal (art. 5º, XXXIV, alínea "a") ou em desrespeito ao fim econômico e social, à boa-fé e aos bons costumes (art. 187 do Código Civil). Por último, incluímos o exercício do direito de ação para abarcar também o direito de petição na sua perspectiva processual, dado que há limitações distintas. Outro ponto que merece relevo é que o abuso de petição, para fins de caracterização da conduta, independe do resultado obtido junto ao Judiciário, de modo que seria possível defender interesses legítimos por métodos abusivos, assim como interesse ilegítimo por métodos adequados. Portanto, é possível notar componentes objetivos e subjetivos na caracterização da conduta, razão pela qual caberá à autoridade antitruste brasileira a sua melhor interpretação e regulamentação. Importante deixar claro [por fim] que a previsão proposta não inova no cenário das infrações anticoncorrenciais. Vale dizer, o Cade já pune de forma legal e constitucional a conduta. Em outras palavras, para que não haja erros de interpretação, a lei do Cade já é suficiente para a punição desta infração. O que este projeto visa é deixar a possibilidade mais clara, visando a segurança jurídica e estabilidade das decisões do Cade no Judiciário.

Passo ao voto.

Diante do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 144, de 2018.

Sr. Presidente, essa situação é muito comum, como se disse aqui, já é combatida no nível regulatório. O Cade em si aprova e aplaude essa iniciativa. E também, enfim, ela deseja coibir justamente aqueles ataques feitos através da linha judiciária, a briga concorrencial, a defesa de interesses até de empresas que são atacadas por outras com o uso da ação judicial, do recorrer ao Judiciário em matéria às vezes até tecnicamente difícil de se dirimir desta forma.

Então, na verdade nós estamos aqui colocando um pouco de ordem nesse processo do *sham litigation*, que é o abuso do uso da recorrência ao Judiciário para resolver problemas ou até para coibir a ação de, normalmente, empresas menores, preparações artesanais, trabalhos que têm um mercado local ali e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

começam ameaçar eventualmente os maiores, e aí vem aquela série de processos, às vezes muito parecidos, em cima de um agente só, para coibi-lo ou expô-lo a uma crítica pública desnecessária e incabível. Então, essa é a ideia desse projeto.

Portanto, nós temos o voto favorável.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir.

Encerrada a discussão, vamos aguardar. Também é uma matéria terminativa.

Antes disso, eu quero agradecer o relatório do Senador Jean Paul Prates, que já foi Relator de várias matérias importantes na Comissão de Assuntos Econômicos e também no Plenário do Senado Federal, um dos Senadores mais preparados, comprometidos e capacitados para o exercício do cargo de Senador da República, que honrou muito o seu Estado do Rio Grande do Norte e deu uma contribuição muito grande em todas as atividades de que participou no Senado Federal. Quero dizer da minha admiração, do meu respeito e também dizer que V. Exa. deixa, pelo período que esteve aqui no exercício do seu mandato, uma contribuição, um exemplo de político comprometido, com muita dignidade, com muito trabalho, sempre buscando o melhor para o seu estado, e também uma grande contribuição para o nosso país.

Espero que V. Exa. possa, agora no Governo que vai assumir a partir de janeiro de 2023, também dar a sua contribuição, que será muito importante – um dos melhores quadros que nós já tivemos aqui no Senado Federal –, e possa no Executivo também exercer um cargo que esteja à altura da competência de V. Exa. e, sem nenhuma dúvida, contribuir para obter soluções para o que nós temos vivido ao longo deste Governo atual, as quais eu espero que o Presidente Lula possa efetivamente realizar no seu novo mandato de quatro anos – porque ele disse de que não será candidato à reeleição, mas isso, na minha vida pública, e eu tenho experiência, resumo com a seguinte frase: será isso ou aquilo conforme dois pontos. (*Risos.*)

Portanto, parabéns a V. Exa. pelo seu mandato! E deixo aqui a minha declaração de respeito e de amizade pelo período em que conheço V. Exa. no Senado Federal, Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, permita-me agradecer e dizer o seguinte: o Senador Otto Alencar, eu não o chamo de mestre por acaso e nem por genérica referência. Realmente, eu... Em primeiro lugar, você consegue me emocionar antes e agora terminar sua fala comigo rindo, sorrindo, não é? (*Risos.*)

Então, por aí já se tira como é – a quem está nos assistindo – a relação com V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, desde o começo, V. Exa. sabe que, em 2019, quando cheguei aqui, apesar de ter uma carreira profissional longa e já não ser menino, eu me considerava e ainda continuo me considerando um aprendiz de Senadores e Senadoras como V. Exa. Continuarei o chamando de mestre sempre, porque, mesmo tendo aprendido muito e tendo passado esse período muito bom aqui, com muita resistência, muita luta – claro, não era o Governo ideal, a meu ver, que estivesse aí –, nós trabalhamos muito e, de fato, evitamos muitas coisas que podiam ser bem mais desastrosas e até aprovamos coisas muito positivas, inclusive na ausência de iniciativas do Governo, não é? Basta lembrar a questão dos combustíveis nos últimos meses, que é o último aqui que me ocorre rapidamente.

Então, quero dizer que poucos Senadores talvez saiam daqui se emocionando mais do que emocionando. Eu talvez não faça discurso de despedida em lugar nenhum. Essa é a última vez que eu talvez esteja aqui nesta legislatura, nesta CAE e aprovando um projeto. Mas por que isso? Porque eu tenho certeza de que vou voltar.

Então, eu vou fazer um até logo a todos vocês, meus mestres, por quem tenho grande carinho, porque de fato me senti muito bem nesta Casa. E, se com um Governo contrário, sendo Líder da Oposição, da Minoria, eu me senti bem e trabalhei em coisas muito produtivas e construtivas para o país, com a ajuda de V. Exas., certamente eu farei o meu melhor para poder ter essa honra de sentar aqui com vocês mais uma vez, num futuro próximo. Portanto, é mais um até logo do que um adeus.

E eu lhe agradeço muito por ter sido um dos meus grandes mestres nesta Casa, talvez um dos três principais mestres, Senador Otto, que eu tive nesta Casa. Por isso lhe rendo esta homenagem, porque o meu trabalho é o seu trabalho e é o nosso trabalho pelo país.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Eu que agradeço a V. Exa.

Senador Esperidião Amin com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, o senhor sabe que o Jean Paul Prates usurpou a função de chefe dos Parlamentares que têm simpatia com a causa árabe. Com esse nome avesso, até nisto, até no califado, no seu califado ele entrou, sem pedir licença, e é capaz de, daqui a pouco, emitir passaporte para nós. Ele é que vai emitir o passaporte. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Exato.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Ou seja, se adonou da nossa tribo, mas ele se adonou pela sua competência. Por isso eu não vou me despedir dele. Mas quero dizer que, em todos os nossos encontros, ele se destacou e tem se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

destacado por ser construtivo e criativo, ou seja, ele faz bem. Se fosse para a terapêutica, eu diria: em qualquer circunstância ele fará bem. Assim como é uma alegria também trabalhar com o amigo, mas nós não temos que nos despedir, se Deus quiser.

E eu espero rever o Senador Jean Paul Prates na quinta-feira, quando nós formos discutir o texto da educação digital. Na quinta-feira, eu vou ter que abordá-lo ainda, por isso eu não estou me despedindo. Mas ele é realmente uma grande figura e nos faz muito bem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Pois não. Agradeço a V. Exa.

Encerrada a votação. Já tem um número de 15 Senadores que votaram.

Peço que abram o painel para encerrar a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Votaram SIM 14 Senadores e Senadoras ao projeto relatado pelo Senador Esperidião Amin, da lavra do Senador Nelsinho Trad.

O projeto está aprovado.

Vamos agora à votação... (*Pausa.*)

Senador Jean Paul Prates com a palavra.

O projeto do Senador Nelsinho Trad, relatado pelo nobre Senador Esperidião Amin, está aprovado.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Quero agradecer as palavras do Senador Esperidião Amin, de quem também absolutamente jamais quererei me despedir, estimando um pronto restabelecimento também e retorno a esta Casa.

O compromisso pela educação digital está empinado com toda força, e vamos à frente com ele.

E quero agradecer também as lições que tenho dele e desejar a todos vocês *salaam*, já que são da nossa confraria específica da frente dos países árabes.

Presidente, como ainda vai haver a votação, eu queria, talvez, inserir um item extrapauta, que encaminho, se for possível, não for turbar demais a pauta da Comissão. É um projeto de lei da Senadora Fátima Bezerra, com quem eu me comprometi em finalizar pelo menos a leitura e deixar isso já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encaminhado nesta Comissão, para que a gente siga com a sua tramitação. Então, se quiser analisar enquanto nós votamos, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Pois não.

Em votação, em caráter terminativo, o item 4, relatado pelo Senador Jean Paul Prates.

A votação é nominal.

Peço que abra o painel para iniciar a votação.

Os Senadores já podem votar.

Está aberto o painel para votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – São necessários 14 votos para aprovação dessa matéria relatada pelo Senador Jean Paul Prates, que julgo uma matéria importante. O relatório do Senador Jean Paul Prates eu considero do mais alto nível para coibir abusos em licitações por empresas que, às vezes, dificultam o processo licitatório, postergando decisões importantes para o início inclusive de obras e de outras ações do Poder Executivo.

Enquanto os Senadores procedem à votação, eu passo a palavra ao Senador Jean Paul Prates para uma matéria extrapauta. É o Projeto de Lei nº 49, de 2015, da Senadora Fátima Bezerra, hoje Governadora do Estado do Rio Grande do Norte, que institui a política nacional de fixação do preço do livro, estabelecendo regras para a comercialização e difusão do livro, e definindo infrações, penalidades de multa pecuniária e ação judicial. Todo livro receberá da editora precificação única por prazo de um ano, a partir de seu lançamento ou importação. Constituem infrações praticar tratamento não isonômico aos comerciantes intermediários e a oferta de livros a preços inferiores ao estabelecido.

EXTRAPAUTA

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 49, DE 2015

Institui a Política Nacional do Livro e regulação de preços.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra (PT/RN)

Relatoria: Senador Jean Paul Prates

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação com emendas

Com a palavra o Senador Jean Paul Prates para a relatoria do projeto da Governadora do Estado do Rio Grande do Norte, a ex-Senadora Fátima Bezerra.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relator.) – Trata-se, Presidente, da apelidada Lei Cortez. É um projeto de lei do Senado, PLS nº 49, de 2015, de autoria da então Senadora Fátima Bezerra, hoje Governadora do Estado do Rio Grande do Norte, que tem por objetivo instituir uma política nacional de preço do livro no seu período de lançamento, chamando-se fixação do preço do livro em todos os seus formatos.

Esse projeto de lei foi anteriormente analisado e aprovado, com emendas, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa. Vai ainda à Comissão de Educação.

Ele é composto de 16 artigos. É um projeto denso, muito trabalhado, Presidente, desde 2015, com vários representantes dos setores vinculados à Política Nacional do Livro, instituída por aqui.

São sete capítulos: Diretrizes Gerais; outro capítulo, Da Comercialização do Livro; Da Difusão do Livro; Das Infrações; Da Fiscalização, Controle e Penalidades; Do Direito de Ação e da Prescrição.

Então, basicamente, eu vou passar às emendas, porque há uma descrição longa das emendas que a CCJ recebeu e, como já apreciou e aplicou, já fazem parte do projeto.

Eu passo diretamente à justificação, em que a autora do projeto de lei assinala a importância do livro para a educação e a cultura e informa que o seu objetivo é fomentar a produção intelectual nacional e a facilitação ao acesso da cultura impressa ou digital – estamos falando também do livro digital – no país. Também afirma que a fixação do preço do livro em lançamento – portanto, não se trata aqui de congelar preços, é bom esclarecer – é uma política adotada por vários países no lançamento do livro, que visa a garantir que a oferta de livros seja acessível ao grande público através do estímulo à existência de um maior número de pontos de venda, do incremento à leitura e da implementação das demais proposições da Política Nacional do Livro.

Informa, adicionalmente, que a fixação de um preço mínimo de venda ao comprador final, por prazo determinado, visa a assegurar igualdade de tratamento ao comerciante livreiro, aquele que a gente estima tanto, o comerciante livreiro de todos os tamanhos, em todos os cantões do país. Incentivar a ampliação do mercado livreiro nacional e incrementar a oferta de livros também contribui para a bibliodiversidade, como meio de incentivo ao pequeno empreendedor e à ampliação de pontos de venda, facilitando o acesso ao livro, à informação e à cultura. Afirma também que a fixação do preço de venda ao comprador final é prática usual em países como a Alemanha, a França, a Inglaterra e os Estados Unidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto de lei, como eu disse, foi distribuído pela Mesa à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, à Comissão de Assuntos Econômicos, onde está agora, e à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para onde irá depois desta Comissão. Lá, terá parecer em caráter terminativo.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas de iniciativa dos Senadores e das Senadoras. A Comissão de Constituição e Justiça aprovou o PLS 49, de 2015, com 16 emendas.

Na análise, temos toda a análise de juridicidade, constitucionalidade, enfim, passo apenas à leitura de alguns trechos.

Este é importante: antes que se imagine aqui que estejamos infrutiferamente resistindo contra a inexorável mudança de hábitos comerciais da humanidade, adianto que não é nada disso; a proteção aos livreiros, livrarias e editoras é uma questão de vida ou morte para o setor editorial e para a literatura, a cultura, a pesquisa, a arte e a ciência, dentre muitos outros segmentos acoplados vitalmente ao simples hábito de se ler livros.

O livro não é um texto solto na internet. A alguns pode parecer óbvio explicar isso, mas uma obra literária, científica e cultural, originada por um autor ou uma autora identificados, analisada, revisada, editada por uma editora reconhecida, consubstanciada fisicamente em um livro, exposta e passível de consulta prévia para ser comercializada por um serviço especializado e atento de uma livraria ou um livreiro não é um texto qualquer; é um documento de alta credibilidade, que haverá de ter passado por diversos filtros de qualidade e revisão antes de chegar às mãos e olhos de um potencial comprador, que ainda terá, presencialmente, a opção de analisá-lo antes de adquiri-lo.

Por sua vez, o comprador de um livro usualmente não tem pressa, e não está disposto a correr o risco de trazer um documento volumoso para a sua estante que não seja realmente de valor para si. Valor não etéreo, valor não eventual.

É por essa razão que o aniquilamento de livrarias e livreiros não é desejado por quem realmente gosta de livros e os valoriza. A continuar a atual permissividade com o chamado "*dumping* de escala", com venda cruzada, que só os grandes conglomerados de comércio eletrônico conseguem executar, em breve não teremos mais os teimosos livreiros de bairro e as heroicas livrarias de nicho. Algumas cidades, até de porte médio, já ostentam a terrível estatística de não disporem de nenhuma livraria. Ou seja, o prazer quase indescritível de folhear, analisar e escolher livros antes de poder levá-los para casa não está mais disponível nessas localidades. Mais do que isso, nichos de interesse, livreiros especializados, atendimento personalizado e dimensionamento de mercados específicos e locais passarão longe dessa nova realidade. O que o projeto de lei faz é conceder um "período de carência" para os lançamentos, e um alívio vital a quem se dedica aos livros integralmente.

Por fim, importa assinalar que, mesmo no mundo essencialmente insensível da economia e do lucro, o desaparecimento das livrarias e livreiros – e, pior, o impedimento de que se expandam geograficamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo Brasil adentro – só contribuirá para a constituição de um monopólio ou oligopólio de comércio de livros, que, se num momento inicial pode parecer trazer preços para baixo, certamente, ao fim do processo de exterminação dos agentes menores e locais, irá implicar em uma manipulação de preços sem limites e sem concorrentes.

O apoio à nova Lei do Preço de Capa nos colocará no rol de países tão ou mais capitalistas quanto o Brasil: Alemanha, França, Inglaterra e Estados Unidos, entre outros. Ao celebrar os 40 anos da Lei Lang, pensamos em construir uma política em prol da sobrevivência da bibliodiversidade e que minimize as condições desiguais de produção, comércio e distribuição dos livros em um país desigual e com dimensões continentais.

Portanto, reitero que o projeto de lei não estabelece qualquer mecanismo de controle de preços por parte de agente governamental. Define apenas que os editores devem fixar livremente e por um período inicial os preços de capa de seus livros, tornando-os transparentes para consumidores e agentes intermediários. Também define princípios gerais que balizam os descontos sobre o preço de capa a serem oferecidos aos livreiros. A proposição tão somente estabelece normas que contribuem para o melhor funcionamento do mercado de livros, à semelhança do que ocorre em diversos países desenvolvidos.

Lembro, ademais, que a proposição não implica a elevação de despesas orçamentárias, não concede qualquer forma de benefícios ou incentivos fiscais.

Informo que concordo em linhas gerais com as emendas aprovadas pela CCJ. Aproveito, no entanto, a oportunidade que me foi dada de relatar a matéria na CAE para propor o aperfeiçoamento de três emendas aprovadas na CCJ, através de emendas aqui, que estão descritas também no nosso relatório.

Passo ao voto.

Em razão do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2015, e pela aprovação das Emendas da CCJ nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 13, 15 e 16 e pela rejeição das Emendas da CCJ nºs 9, 12 e 14, com as emendas adicionais que mencionei.

Obrigado, Presidente, pela oportunidade de ler esse item nesta última participação, pelo menos nesta legislatura, aqui na CAE.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Já está concluída a votação do projeto...

Encerrada a votação do projeto que foi relatado pelo Senador Jean Paul Prates, que era o item 4.

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – O projeto está aprovado pelo voto SIM de 14 Srs. Senadores.

A matéria é terminativa.

O projeto está aprovado e passa a compor o parecer da Comissão de Assuntos Econômicos.

O item extrapauta que o Senador Jean Paul Prates acaba de relatar não é terminativo, de forma que será aprovado aqui.

Eu pergunto, inclusive, a V. Exa.: se quiser encaminhar um requerimento de urgência para que ele possa ir para o Plenário, V. Exa. encaminha que eu coloco em votação também.

Mas, antes disso, eu quero perguntar se algum Senador deseja discutir. (*Pausa.*)

Nenhum Senador se apresenta para a discussão da matéria.

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam o Projeto nº 49, de 2015, da ex-Senadora Fátima Bezerra, hoje Governadora do Estado do Rio Grande do Norte, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O projeto está aprovado.

E eu coloco em votação o requerimento do Senador Jean Paul Prates...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeitamente, Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – ... para tramitar em regime de urgência.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Vai ao Plenário do Senado Federal.

Como não existe nenhuma outra matéria, eu quero, antes disso, agradecer ao assessor João Pedro e, na pessoa dele, agradecer a toda a equipe. São funcionários de carreira, de relevantes serviços prestados, todos eles muito comprometidos, capacitados com o seu trabalho no Senado Federal. E aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, eu tenho que destacar o trabalho de todos vocês que contribuíram muito para que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós pudéssemos, nesse período, trabalhar e aprovar, como aprovamos, 37 projetos de lei que foram aqui analisados, também 7 sabatinas e 25 mensagens de operações de crédito.

Aprovamos aqui o projeto de lei do BR do Mar, do transporte de cabotagem, que é muito importante para um país como o nosso, que tem condição de fazer e executar esse projeto pela costa que nós temos em todo o país, de norte a sul. Aprovamos também o projeto do Pronampe. Aprovamos um fundo de equalização de preços dos combustíveis, que foi analisado na Comissão de Assuntos Econômicos, aprovado no Plenário do Senado Federal, encaminhado à Câmara dos Deputados, que seria uma solução bem mais viável do que o que foi depois aprovado e encaminhado pelo Poder Executivo, que não traria tantos problemas como está trazendo a redução do ICMS para os estados, que agora negociam no Supremo Tribunal Federal.

Aprovamos recentemente o mercado brasileiro de emissões de gases do efeito estufa, relatado também na Comissão de Assuntos Econômicos, um projeto muito importante que foi encaminhado à Comissão de Meio Ambiente.

Portanto, nós, nesse período, cumprimos as nossas obrigações. Deliberamos aqui várias matérias importantes neste período em que estou à frente da Comissão de Assuntos Econômicos. Encerramos agora a nossa participação e esperamos que futuramente esta Comissão, que é uma Comissão muito importante, talvez a segunda mais importante Comissão do Senado Federal depois da Comissão de Constituição e Justiça, possa continuar cumprindo as suas obrigações, deliberando, aprovando projetos e que, num futuro bem próximo, essa questão econômica possa ser resolvida pelo próximo governo, pelo comando do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, dando solução a itens da pauta econômica que, pela posição tomada pelo atual Governo e pelo comando do Ministro da Economia Paulo Guedes, ficaram, os principais itens da economia, em situação bem fragilizada: juros altos, inflação alta, bolsa oscilando. Então, é importante que o próximo governo dê segurança não só jurídica, mas também na pauta econômica e financeira do nosso país.

Cumprimos a nossa obrigação, como sempre, apoiado pelos Senadores e Senadoras que participaram da Comissão de Assuntos Econômicos.

Com a palavra o Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Presidente, mais uma vez, vou repetir aqui as nossas homenagens, e eu o faço, tenho certeza absoluta, em nome de todos os membros, titulares e suplentes, desta Comissão. Muitos estão aqui no remoto hoje, outros estão nos ouvindo nos gabinetes, mas tenho certeza de que nenhum se expressará em contrário ao que eu já disse aqui e torno a repetir: V. Exa. conduziu esta Comissão num período dos mais difíceis da história do Brasil, porque hão de lembrar aqueles que acompanham nossos trabalhos como começamos 2019, esta Legislatura nesta Comissão, ouvindo promessas maravilhosas de extermínio de monopólios, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nosso ver, falsos. Na época, já denunciávamos isso como uma coisa quixotesca, como se fossem moinhos imaginários e cavaleiros perdidos. Falavam sobre aquilo. E muitos se entretiveram com aquilo, acreditaram, de fato, porque nós, como brasileiros e brasileiras, sempre temos essa esperança de que, na economia e no trato social das desigualdades do nosso país, haja soluções mágicas e salvadores da pátria, gênios que nunca tinham sido percebidos pela sociedade e que, de repente, aparecem ali com seus títulos, com suas palavras mirabolantes e tal. Há gente que se alimenta disso, é natural. Há gente que se alimenta disso na fé, que dirá nesses assuntos um pouco mais específicos!

Então, vimos aí que, nessa mesa, passaram milagreiros, promessas, brigadores, gente agressiva, gente que falou contra outros governos como se todos não prestassem monoliticamente, como se todo mundo fosse burro e como se tivessem chegado agora os inteligentes.

Espero que não tenhamos sequências disso à frente também, porque eu não sou daqueles que só colocam culpa nos outros, não! Eu acho que a gente também comete erros. Nossos governos – incluo nisso os governos do PT e dos seus aliados – também cometeram seus erros. Todos sabem. Todos os governos, aliás, cometem erros. A questão é como são esses erros e as implicações que eles têm.

E aqui nós terminamos este trabalho, este seu trabalho, esta sua condução com praticamente efeito nenhum dessas mirabolâncias e desses efeitos desastrosos do ponto de vista da economia real, porque, se alguns estão ganhando dinheiro, felizes, especulando com ações, fazendo movimentações – inclusive agora, na transição do Governo, toda hora, sobe e desce, vai um nome para cá, vai um nome para lá,o mercado se assusta, o mercado se acalma, e nisso tem gente ganhando dinheiro –, esse é um grupo muito pequeno, é um grupo irrisório em termos numéricos, mas muito importante em termos econômicos e políticos, fazendo o barulho que faz. Agora, o desastre é na base! O desastre foi na base e, com pandemia por cima, aí, piorou!

E a sua atuação na CPI da Pandemia também foi exemplar. Faço, inclusive – não fiz na época –, aqui, a minha manifestação pública de solidariedade pelos ataques que recebeu pela incisividade com que colocou alguns temas diante de pessoas que estavam mentindo! Picaretas intelectuais e picaretas cientistas! A gente viveu aqui um período hipnótico absolutamente na ciência, na economia, com gente prometendo coisas e falando de coisas, não tendo a menor ideia do que estavam falando, mas com uma veemência e uma certeza que, para um incauto, parecia algo muito sério e muito embasado! Não era! Foram todos um a um sendo desmascarados, ajudados por colocações como as que V. Exa. fez, mas desmascarados pelos fatos – pelos fatos!

Quero, de novo, reiterar, em nome de todos aqui, que o seu trabalho foi exemplar. Essas sabatinas que V. Exa. mencionou são importantíssimas. Em todas elas, eu fiz a mesma fala, dizendo: "Olhem, vocês que estão indo para a agência, vocês que estão indo para o Banco Central, vocês são pessoas que agora passam a ser agentes do Estado brasileiro. Agradeçam ao Presidente pela indicação, agradeçam aos seus apoios, mas agora deixem isso para trás, porque agora é o Estado brasileiro que é o seu orientador principal, é o povo brasileiro que é o seu orientador principal". Então, fizemos o nosso trabalho realmente com muita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

satisfação, mas principalmente com muita certeza de estar cumprindo esse dever de forma muito séria, pensando nas futuras gerações do país.

Parabéns, efusivamente, a V. Exa. pelo trabalho que conduziu, e a todos os membros Senadores e Senadoras desta Comissão pelo trabalho que desenvolvemos, que, por vezes, eu cheguei a apelidar de parlamentarismo por omissão da Presidência ou do Governo Federal. Muitas vezes, aqui, nós tivemos que legislar diante, por exemplo, de 18 meses de alta de combustível, sem um esboço de reação do Governo Federal! Pelo contrário, nessa mesma cadeira ali da ponta, eu ouvi um senhor do Ministério da Fazenda dizer que não podia fazer nada! Foi daí que nasceu a ideia de recuperar aquele projeto da conta de compensação do combustível, que acabou não sendo aprovado, o que nos deixou completamente nus perante qualquer outra variação grande de preço que ocorra. Nós não estamos escudados, não estamos absolutamente blindados contra a alta de preços internacional de novo! Continuamos iguaizinhos!

A questão de reduzir imposto de estado foi um paliativo, e um paliativo vingativo, persecutório aos Governadores. É verdade que havia alíquotas que extrapolavam o limite do razoável, mas, em regra geral, cortar imposto não é solução para crises de preço. Você pode cortar imposto de qualquer coisa, vai reduzir o preço, é óbvio; o movimento é para baixo em valor absoluto. A questão é o efeito multiplicador dessas medidas, que não teve tempo... A gente não teve tempo. O tempo que a gente teve para a conta de estabilização, discussão, mídia, tudo, nós não tivemos para essa questão dos impostos estaduais. E deu no que deu. É o que se chama de uma decisão inconsequente. Quando a gente fala em inconsequência, é porque a gente não sabe a consequência, não foram analisadas; as consequências vão vir agora.

E o pior: a blindagem contra o efeito da volatilidade internacional, do alto de um país autossuficiente em petróleo e praticamente autossuficiente em refino, com déficits administráveis, do alto desse país, nós continuamos dependendo completamente de uma paridade de importação imposta e completamente artificial em relação à realidade que o país perseguiu por 60 anos, desde Getúlio Vargas! O PPI é chamar Vargas, Jango, Juscelino, todos os militares juntos, Fernando Henrique, Collor, todos de burros, porque perseguiram uma autossuficiência que não serve para nada. Se a gente está numa paridade de importação e é autossuficiente em petróleo, de que valeram essas lutas todas? O único ponto de consenso político em todos os governos que nós tivemos desde Getúlio para cá foi este: vamos continuar perseguindo a autossuficiência em petróleo porque isso é importante. Todos, de direita, esquerda, extrema direito, torturador, não torturador, democrata, não democrata, lutador, brigador; todos eles perseguiram, não suspenderam esse objetivo jamais. Então, esse pessoal todo estava viajando na maionese? Não é possível. Então, alguma coisa está errada a partir de 2017, quando foi instituído esse PPI.

E nós vamos trabalhar... Não estamos dizendo aqui suspender, tabelar preço, congelar; não é isso, não! Mas temos que craniar uma solução de país maduro e de país que perseguiu a autossuficiência esse tempo todo.

Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Sou eu que agradeço a V. Exa. Quero parabenizá-lo pela maneira com que expõe uma matéria tão importante. V. Exa. é muito conhecedor do setor de petróleo e gás e deu uma contribuição muito grande na aprovação do projeto que tramitou aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu quero estender também o meu agradecimento ao Fábio Coutinho, meu Chefe de Gabinete, à Cynthia e à Adriana, que também contribuíram nesse período.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas nºs 24, 25 e 26, de reuniões realizadas nos dias 29 e 30 de novembro e 7 de dezembro de 2022.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Senador Esperidião Amin, com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Serei muito breve, Presidente. É só para fazerem minhas as palavras do Senador Jean Paul Prates, especialmente para enaltecer a forma fidalga, republicana, federativa, ou seja, com respeito às regiões e aos estados, com que V. Exa. se houve na Presidência da CAE. É uma Comissão que eu aprendi a respeitar em 1991, quando eu aqui cheguei como Senador e aprendi os primeiros passos da importância desta Comissão.

Não tenho medo de dizer que V. Exa. foi um Presidente, é um Presidente exemplar. Por isso, como bom brasileiro, quero dizer: Viva Otto Alencar! Viva "Baea"! Não é "i", é "ea".

Saúde, paz e felicidade, "Baea"!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – "Baea"...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Um abraço para o nosso Jean Paul, que é o sacerdote nessa área, que ele domina.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – *Aleikum As-Sala*am, *mes amis!*

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência.*) – *Salaam aleikum*.

E a todos os colaboradores da Comissão, enfim, a todos os colegas: saúde.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – *Salaam aleikum*, *Aleikum As-Salaam*? É assim? É assim que... É isso, não é? *Salaam aleikum*, meu califa Esperidião Amin.

Agradeço ao Senador Esperidião, ao Senador Jean Paul e declaro encerrada a sessão da Comissão de Assuntos Econômicos.

Obrigado a todos.

(*Iniciada às 9 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 12 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 31ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e treze minutos do dia vinte e nove de novembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Zenaide Maia, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Nilda Gondim, Luis Carlos Heinze, Renan Calheiros, Guaracy Silveira, Izalci Lucas, Flávio Arns, Mara Gabrilli, Mecias de Jesus, Jayme Campos, Zequinha Marinho, Irajá, Paulo Paim, Alessandro Vieira, Leila Barros e Soraya Thronicke. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Ivete da Silveira, Marcelo Castro, Maria do Carmo Alves, Eduardo Girão, Giordano, Sérgio Petecão, Lucas Barreto, Daniella Ribeiro e Carlos Portinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei da Câmara n° 97, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a suplementação medicamentosa de ácido fólico para a prevenção da má-formação fetal." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Nilda Gondim (*Ad hoc*), substituiu Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS (substitutivo). **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3521, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Estabelece a inclusão de disciplina referente a procedimentos básicos de primeiros socorros no conteúdo programático da grade curricular dos cursos de formação de soldados das polícias militares." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Nilda Gondim (*Ad hoc*), substituiu Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS (de redação). **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 746, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta inciso VII ao art. 15 e art. 120-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a manutenção da qualidade de segurado das vítimas, diretas ou indiretas, de desastres ambientais e catástrofes naturais e o ressarcimento dos benefícios concedidos e das contribuições inviabilizadas em decorrência dos eventos citados e dá outras providências." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de três emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2965, de 2021 - Terminativo -** que: "Acrescenta § 2º ao art. 16 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para equiparar a filho do consumidor titular de plano privado de assistência à saúde seu enteado, bem como a criança ou o adolescente que seja por ele tutelado ou que, por determinação judicial, esteja sob sua guarda; e altera o § 2º do art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para promover equiparação análoga em relação a filho do segurado do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) ." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 285, de 2015 - Terminativo -** que: "Modifica o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o percentual de cotas de beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência a ser preenchido pela empresa." **Autoria:** Senador Blairo Maggi (PL/MT). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, das Emendas nº 2-CDH e 3-CDH e pela rejeição da Emenda nº 1-T. **Resultado:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Retirado de pauta a pedido do Relator, para reexame. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 345, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre as normas especiais de tutela do trabalho para os empregados em condomínios residenciais ou comerciais." **Autoria:** Senador Lindbergh Farias (PT/RJ). **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de três emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2896, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera o art. 832 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a discriminação e a quitação das verbas constantes em acordo homologado judicialmente." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 47, de 2022** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Cidadania, Ronaldo Vieira Bento, informações sobre as razões que levaram o Ministério da Cidadania a reduzir drasticamente os valores pagos ao Programa Alimenta Brasil, substituto do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), fazendo com que até maio de 2022 o gasto seja de apenas R$ 89 mil reais, praticamente extinguindo esse importante programa de aquisição de alimentos e combate à fome." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 55, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 38/2022 - CAS, com o objetivo de instruir o PL 5983/2019, que “regulamenta o exercício profissional de acupuntura” sejam incluídos como convidados o Prof. Waldecir Paula Lima Coordenador do Fórum dos Conselhos de atividades Fim da Saúde do Estado de SP (FCAFS-SP) e o Dr. Jean Luis Degrande de Souza, Presidente da Sociedade Brasileira de Acupuntura e Pics/SBA." **Autoria:** Senador Paulo Rocha (PT/PA). **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 60, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Erik Alencar de Figueiredo, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre o processo de publicização de dados pelo IPEA e sobre o conteúdo da Nota Pública da Presidência do IPEA nº 12, que trata da expansão do programa Auxílio Brasil e seus impactos à segurança alimentar dos brasileiros." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Zenaide Maia
Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/11/29

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento dos seguintes expedientes:

Cópia do Ofício nº 464, de 2022, do Conselho Nacional de Saúde, o qual encaminha a Recomendação nº 14, de 2022, que recomenda a manutenção do entendimento do rol exemplificativo da Agência Nacional de Saúde Suplementar e a sustação de efeitos de resoluções normativas da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Cópia do Ofício nº 47, de 2022, do Conselho Nacional de Assistência Social, o qual encaminha moções relativas aos direitos sociais e ao acesso aos serviços socioassistenciais.

Cópia do Ofício nº 2.620, de 2020, do Conselho Federal de Medicina, o qual manifesta apoio ao Requerimento 674, de 2022, do Senado Federal, que apresenta voto de repúdio a atos de violência praticados contra profissionais de saúde por conta do exercício de sua profissão ou em decorrência del.

Cópias de ofícios e moções de Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais e entidades contendo considerações sobre questões trabalhistas, previdência social, povos indígenas, assistência social e temas relacionados à saúde.

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão, e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação dos Senadores e Senadoras a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados ao final do prazo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais bem como nas matérias terminativas. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente. A Secretaria providenciará que o voto seja computado no painel de votação.

Lembro que, conforme pronunciamento do Presidente do Senado Federal, os Senadores que estiverem *online* poderão registrar a presença pelo aplicativo Senado Digital. (*Pausa.*)

O item 5 é retirado de pauta, a pedido do Relator, Senador Paulo Paim, para reexame do relatório.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 285, DE 2015

- Terminativo -

Modifica o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o percentual de cotas de beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência a ser preenchido pela empresa.

Autoria: Senador Blairo Maggi (PL/MT)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto, das Emendas nº 2-CDH e 3-CDH e pela rejeição da Emenda nº 1-T.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto, com Emendas.

2- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.)

Bom dia a todos e a todas. Eu queria aqui cumprimentar a minha amiga e colega Nilda. Bom dia, Senadora Nilda Gondim. Estou vendo aí Paulo Paim, Rose de Freitas.

Estou vendo aqui que tem uma preocupação muito grande das pessoas pelas cópias desses ofícios da assistência social e da saúde. Eu queria aqui, Nilda e todos, fazer um apelo: a gente sabe do crescente número de pessoas com covid em todo o Brasil e alguns países do mundo. Por exemplo, no meu Estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Rio Grande do Norte, até ontem 100% dos leitos de covid de dez grandes hospitais já estavam ocupados.

Lembro que essa ocupação de leitos hospitalares, com raríssimas exceções para aquelas pessoas que são imunodeprimidas ou tenham uma doença de base grave, é por pessoas que não se vacinaram ou que não completaram seu esquema vacinal.

Gente, por favor, aqui está falando a mãe, a avó, a médica infectologista: vacinem-se. A ciência trabalhou anos para conseguir que a gente... Tem ideia do que é você ter uma doença que a vacina previne? Quantas patologias a gente adquire, mas que a vacina ou o uso de máscara evita? É esse apelo que a gente faz. A gente sabe que é necessário. Não acreditem em quem disser o contrário. A prova está aí: quando a gente vacinou, deixaram de morrer milhões a mais, que iriam ser enterrados em valas, não permitindo nem que os familiares pudessem se despedir. Vacina é vida!

E eu chamo a atenção, porque nossas crianças... No Brasil, que foi um exemplo para o mundo de multivacinação, hoje nós temos o risco – já voltou o sarampo – de voltar a poliomielite. Eu acho que os pais e responsáveis têm autonomia sobre os seus filhos, mas eles não têm o direito – eu diria que é abandono de incapaz – de não os vacinar, pais irresponsáveis, mesmo sabendo que aquela doença pode levar seus filhos à morte ou deixá-los com sequelas pelo resto da vida.

Acho que nós não temos o direito de deixar pessoas sequeladas neste país, Nilda, para entrar numa fila de 1,8 milhão de pessoas na Previdência, aguardando uma aprovação de um benefício de prestação continuada.

Era este apelo que eu queria fazer: vamos vacinar. As vacinas salvam, as vacinas são a prevenção de muitas doenças. Tanto é que, quando eu era médica residente, eu fiquei muito feliz quando ouvi muitos pediatras dizendo assim: quase só restam as alergias para as crianças.

Eu estranho porque eu vi muita causa na Justiça para ter direito a dar a da pneumonia, e nós temos o calendário de vacinas público, gratuito, mais completo do mundo. Não justifica a gente deixar essas pessoas vulneráveis a doenças que podem ser perfeitamente preveníveis.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Concordo com você, Zenaide, plenamente. Eu acho que nós temos que fazer essa campanha e conscientizar cada vez mais os pais, as mães, os familiares que a vacina representa vida. Portanto, que todos vacinem, porque, lamentavelmente, o número de casos agora aumentou muito. Eu concordo plenamente com essa sua preleção que deve ser permanente e constante.

Obrigada, amiga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Senadora Nilda, aqui tem uma autorização do Senador Alessandro Vieira, que é o Relator do item 1, não terminativo... Se você puder fazer a relatoria *ad hoc*, ele está autorizando.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Posso sim, Senador. Vou fazer com certeza. Será uma honra.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu quero aqui designar Relatora *ad hoc* a Senadora Nilda Gondim, a quem concedo a palavra para proferir o relatório.

Deixe-me ler o item aqui.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 97, DE 2018

- Não terminativo -

Dispõe sobre a suplementação medicamentosa de ácido fólico para a prevenção da má-formação fetal.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações: *A matéria consta da pauta desde a reunião de 22/11/2022.*

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Como Relatora.) – Vamos ao relatório.

Vem para análise da Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2018 (Projeto de Lei nº 232, de 2015, na Casa de origem), de autoria do Deputado Marcelo Aro, que dispõe sobre a suplementação medicamentosa de ácido fólico para a prevenção da má-formação fetal.

A proposição é composta por quatro artigos.

O art. 1º determina que o Sistema Único de Saúde disponibilizará gratuitamente às gestantes, por indicação médica, suplementação medicamentosa de ácido fólico (vitamina B9), para a prevenção da má-formação fetal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8C0FE276004CB0CA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 2º obriga o Poder Executivo a promover campanhas educativas para a divulgação da importância da suplementação medicamentosa de ácido fólico antes e durante a gravidez.

Sra. Presidente, eu vou logo para à análise. Não é melhor?

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Autorizada.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Compete à CAS, de acordo com o art. 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde e às competências do SUS.

Assim, o PLC nº 97, de 2018, será apreciado pela CAS nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021, que regulamenta o funcionamento das sessões e reuniões remotas e semipresenciais no Senado Federal e a utilização do Sistema de Deliberação Remota.

A proposição trata de matéria que está inserida na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, conforme dispõe o art. 24 da Constituição Federal. Também está em consonância com os preceitos constitucionais relativos às atribuições do Congresso Nacional e à legitimidade da iniciativa legislativa dos Parlamentares. Não existem óbices, portanto, quanto à constitucionalidade da proposta. Isso também pode ser dito em relação à regimentalidade.

No que se refere à juridicidade, contudo, entendemos que a suplementação de ácido fólico a gestantes, pelo SUS, não constitui matéria de lei, a qual deve ater-se a temas gerais e abstratos.

De fato, matérias de cunho técnico, tal como a especificação de um tratamento médico, se necessário, deverão ser objeto de norma infralegal, a exemplo dos protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas que orientam a atuação dos profissionais de saúde assistentes.

Primeiro, porque essas normas são recomendações, e não determinações, isto é, orientações aplicáveis à maioria dos casos. Não devem ser regras compulsórias, pois os profissionais de saúde precisam de autonomia para prescrever tratamentos diferenciados, notadamente nos casos em que haja indicação ou contraindicação médica específica para um dado paciente. As leis, contudo, precisam ter um caráter coercitivo, como requisito de sua juridicidade.

A segunda razão é permitir que essas recomendações sejam facilmente modificadas e que possam acompanhar, de forma ágil e tempestiva, a evolução tecnológica e o avanço das pesquisas científicas. Isso porque, por exemplo, não podemos afastar a possibilidade de estudos futuros substituírem a suplementação de ácido fólico por outro tratamento mais efetivo ou com melhor custo-benefício para prevenir malformações fetais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No entanto, caso seja aprovada uma lei sobre a matéria, ainda que ocorram evoluções do conhecimento científico sobre o tema, o SUS continuará obrigado a disponibilizar a suplementação de ácido fólico até que outra norma legal venha revogar a anterior, evento que demandará, no mínimo, o tempo necessário para a tramitação da proposta legislativa no Congresso Nacional. Vale ressaltar que o projeto em comento já tramita há mais de sete anos desde sua apresentação à Câmara dos Deputados, ocorrida em 6 de fevereiro de 2015.

Além disso, a matéria não inova o ordenamento jurídico nacional – outro requisito de juridicidade da norma legal – haja vista que a medida preconizada pelo projeto já consta de regulamentos técnicos do Ministério da Saúde, que recomendam a suplementação com ácido fólico para todas as gestantes. Assim, se a gestante recebe assistência pré-natal pelo SUS, ela já tem direito à suplementação medicamentosa gratuita de ácido fólico.

Com efeito, o Ministério da Saúde recomenda no *Manual de Condutas Gerais do Programa Nacional de Suplementação de Ferro*, publicado em 2013, que se faça a suplementação de ferro e ácido fólico durante a gestação. Recomenda, também, que a suplementação com ácido fólico deva ser iniciada no período pré-gestacional, pelo menos 30 dias antes da data em que se planeja engravidar, para a prevenção da ocorrência de defeitos do tubo neural, e seja mantida até o final da gravidez. Determina, ainda, que os suplementos de ferro e ácido fólico devem estar disponíveis gratuitamente nas farmácias das unidades básicas de saúde, em todos os municípios brasileiros.

Da mesma forma, o Capítulo IV institui o Programa Nacional de Suplementação de Ferro, da Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017, do Gabinete do Ministério da Saúde, que consolida as normas sobre as ações e os serviços de Saúde do SUS, e prevê a suplementação de ácido fólico para mulheres e gestantes para a prevenção de doenças do tubo neural.

Ressalte-se, ademais, que o ácido fólico faz parte da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais vigente, que relaciona os medicamentos disponibilizados pelo SUS por meio de políticas públicas, indicados para os tratamentos das doenças e agravos que acometem a população brasileira. Esse produto integra o Componente Básico da Assistência Farmacêutica, que abrange os medicamentos que tratam os principais problemas e condições de saúde no âmbito da atenção primária à saúde.

Vale lembrar, ainda, que a recentemente publicada Portaria nº 88, de 17 de março de 2022, da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde, incluiu o procedimento 1.01.04.010-5 Dispensação de suplemento de ácido fólico – "Consiste na dispensação de suplemento de ácido fólico para gestantes e para mulheres que planejam engravidar. Tem como objetivo a prevenção de doenças do tubo neural. As condutas de suplementação devem seguir o manual operacional do programa." –, na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde, incorporando o referido suplemento alimentar ao sistema de operacionalização da atenção primária à saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro ponto a considerar é que o projeto de lei em análise, ao contrário das recomendações técnicas exaradas pela Organização Mundial da Saúde (Diretriz: suplementação diária de ferro e ácido fólico em gestantes) e pelo Ministério da Saúde (*Programa Nacional de Suplementação de Ferro: manual de condutas gerais*), não contempla explicitamente a suplementação de ácido fólico antes do início da gestação, necessária para prevenir defeitos de fechamento do tubo neural. Dessa forma, a proposta legislativa, além de não introduzir inovação no ordenamento jurídico brasileiro, poderá ocasionar uma redução do escopo das normas técnicas vigentes.

Entretanto, não obstante entendermos que a medida prevista na proposição em análise pertence à esfera das normas infralegais, por considerarmos de grande relevância o tema da prevenção das malformações fetais, avaliamos que é pertinente positivar esse princípio em nossa legislação e, para tanto, propomos a aprovação do projeto de lei em análise na forma de um substitutivo, que prevê regras gerais e abstratas sobre a matéria e determina a obediência às normas técnicas sanitárias.

Voto.

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2018, na forma do seguinte substitutivo:

> EMENDA Nº – CAS (SUBSTITUTIVO)
> PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 97, DE 2018
> Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para garantir o acesso das mulheres a medidas para a prevenção de malformações fetais.
> O CONGRESSO NACIONAL decreta:
> Art. 1º O art. 8º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte §11...

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Coloco a matéria em discussão.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Com certeza, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Alguém pediu? (*Pausa.*)

Paulo Paim.

Com a palavra Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Senadora Zenaide Maia, primeiro meus cumprimentos pela exposição que V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fez na abertura dos trabalhos, brilhante como sempre, enfatizando, já que estamos pela TV Senado para todo o país ao vivo, a importância a vacina e a nova onda que está aí. Isso preocupa a todos, e V. Exa., como médica e como uma grande Senadora, alerta o país a usar máscara, tomar vacina e se cuidar, porque infelizmente uma nova onda está no cenário nacional.

Quero também cumprimentar o Senador Alessandro Vieira pelo relatório desse projeto que veio da Câmara dos Deputados. Ele, com a grandeza de sempre – permita ele que eu diga isso –, permitiu que a nossa querida Senadora Nilda Gondim apresentasse o relatório *ad hoc* desse projeto tão importante, para que ele fosse votado no dia de hoje.

Ora, só um pequeno comentário que me foi passado pela assessoria já me garante total segurança de acompanhar a Senadora Nilda e Senador Alessandro Vieira.

Os Senadores estão dando quórum neste momento. Estou vendo aqui a Senadora Rose de Freitas – grande Rose de Freitas! Infelizmente, não volta, mas continuará sendo uma referência para todos nós e para o país em todas as políticas. Vejo na tela também o Senador Flávio Arns, grande líder, como também o Senador Mecias de Jesus.

Mas o que diz o projeto e que eu quero reforçar e que a minha querida Senadora já deixou muito claro? Determina que o Sistema Único de Saúde vai disponibilizar, gratuitamente, por indicação médica, a suplementação medicamentosa do ácido fólico a gestantes para prevenção da malformação fetal; obriga o Poder Executivo a promover campanhas educativas para divulgação da importância dessa suplementação; e estabelece que caberá ao Poder Executivo realizar a sua regulamentação.

É só o resuminho, minha querida Presidenta, mostrando a importância desse projeto.

Cumprimento V. Exa., como cumprimento também o Relator original da matéria, Alessandro Vieira, e a Senadora Nilda Gondim. Meus cumprimentos a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu também queria tecer alguns comentários, mas antes eu quero registrar a presença do querido Senador Zequinha Marinho, sempre interessado nas causas da saúde.

Lembro aqui algo que nos chama a atenção: esse projeto é importante, a gente sabe que o ácido fólico faz parte do pré-natal, mas o substitutivo deixou claro que, se surgirem na ciência, novos medicamentos... Por isso a importância do substitutivo.

Eu queria aqui lembrar a importância da saúde primária, da saúde básica. Quem faz prevenção de saúde são justamente as unidades básicas de saúde. Lá se faz o pré-natal, vacina, cuida da hipertensão e diabetes. Muitas vezes a gente não vê esse clamor da população pela saúde básica, mas a saúde básica é de importância fundamental, porque em saúde é quem faz a prevenção. Se tivéssemos uma saúde básica funcionando plenamente, com certeza, Zequinha, não teríamos filas no SUS para amputar um membro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um paciente diabético. E o mundo mede a qualidade da sua saúde pública quando, no máximo, 5% chegam aos hospitais, lembrando a importância daquelas unidades básicas de saúde que estão nos rincões do Brasil, porque elas fazem uma prevenção de saúde.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Como diz, é carro-chefe, é carro-chefe de tudo.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CAS, o substitutivo.

A matéria vai ao Plenário.

Anuncio o item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 3521, DE 2019

- Não terminativo -

Estabelece a inclusão de disciplina referente a procedimentos básicos de primeiros socorros no conteúdo programático da grade curricular dos cursos de formação de soldados das polícias militares.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta.

Observações:

1- A matéria consta da pauta desde a reunião de 22/11/2022.

2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria da Câmara dos Deputados, de uma colega, a Deputada Flávia Morais, por quem eu tenho o maior respeito. Flávia é uma Deputada, uma Parlamentar muito atuante nessa área.

Eu quero designar aqui a relatoria *ad hoc* à Senadora Nilda Gondim, a quem concedo a palavra para proferir o relatório.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Como Relatora.) – Nossa colega Flávia Morais, fomos juntas Deputadas.

Bom, Relator, Alessandro Vieira.

Vem à apreciação desta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei nº 3.521, de 2019 (PL nº 8.248/2014 na origem), de autoria da Deputada Flávia Morais, que estabelece a inclusão de disciplina referente a procedimentos básicos de primeiros socorros no conteúdo programático da grade curricular dos cursos de formação de soldados das polícias militares.

A proposição é composta de dois artigos.

O *caput* do primeiro artigo prevê que os cursos de formação de soldados das polícias militares incluam disciplina referente a procedimentos básicos de primeiros socorros. Seu parágrafo único estabelece que a disciplina será ministrada de modo a habilitar os soldados das polícias militares somente à aplicação das técnicas adequadas ao atendimento básico de acidentados que aguardam o socorro médico de urgência, sem substituição das funções dos corpos de bombeiros militares.

O segundo artigo é a cláusula de vigência, estabelecida para a data da publicação da lei em que se converter o projeto.

Em sua justificativa, a Deputada autora do projeto afirma que é o policial militar quem primeiro chega ao local e quem primeiro toma conhecimento das condições físicas das vítimas de mal súbito, de agressões diversas, de acidentes e mesmo de disparos de arma de fogo e, em tais situações, a qualidade e a presteza do primeiro atendimento se constitui em fator essencial à preservação da vida, a uma recuperação mais rápida e livre de sequelas. Por isso, é necessário que se habilitem os policiais militares com a competência técnica necessária aos procedimentos de primeiros socorros às vítimas, em ocorrências a que sejam chamados a prestar atendimento.

Após aprovação na Câmara dos Deputados, em decisão conclusiva nas Comissões, a matéria foi encaminhada, em 2019, ao Senado Federal.

Nesta Casa, além desta Comissão, a matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Não foram apresentadas emendas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Análise.

Compete à CAS opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde – temática abrangida pelo projeto em análise –, nos termos do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal. Como a matéria ainda será apreciada pela CCJ, deixaremos os aspectos relacionados à constitucionalidade e juridicidade, bem como aqueles relacionados à segurança pública, para o exame daquela Comissão.

Exclusivamente no que tange à proteção da saúde, parece-nos claro que a proposição é meritória, uma vez que o conhecimento por agentes da segurança pública sobre princípios de primeiros socorros é útil para aumentar a velocidade com que as primeiras medidas são instituídas, o que tem impacto relevante para um desfecho favorável em muitas situações de perigo à vida ou ao bem-estar dos brasileiros.

A capilaridade das polícias militares, a natureza de seu trabalho nos espaços públicos, inclusive nas vias públicas, bem como o grande contingente de agentes militares de segurança, faz com que os policiais militares frequentemente sejam os primeiros a chegar aos locais em que alguém precise de assistência. Lá estando, se estiverem preparados para agir, darão relevante contribuição para a equipe de saúde que chegar logo em seguida se iniciarem precocemente medidas de salvamento e de primeiros socorros para as quais tenham sido treinados.

Por essas razões, acreditamos que o projeto deva, no mérito, ser aprovado. No entanto, o texto que veio da Câmara contém um pequeno erro de redação, ao falar, no parágrafo único de seu art. 1º, em "soldados das políticas militares", quando obviamente queria se referir aos soldados das polícias militares. Apresentamos emenda de redação para corrigir esse erro material.

Voto.

O voto é, no mérito, pela aprovação do PL nº 3.251, de 2019, com a emenda de redação abaixo apresentada.

> EMENDA Nº - CAS (DE REDAÇÃO)
> No parágrafo único do art. 1º do PL nº 3.251, de 2019, substitua-se o termo "soldados das políticas militares" por "soldados das polícias militares".

Sala da Comissão.

Eis aí, Sra. Presidente, o relatório do Senador Alessandro Vieira.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Coloco a matéria em discussão.

Eu quero dizer alguma coisa sobre esse assunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui mostra a importância da educação...

Eu vou passar logo para Paulo Paim.

Mas eu queria só complementar aqui, Nilda, mostrando a preocupação de que educação salva vidas e dando visibilidade a isso. Então, eu queria mostrar a importância de educar os policiais militares para salvar vidas, porque eles, na maioria das vezes, devido a sua capilaridade, como foi informado, têm condições de salvar vida enquanto chega o socorro da parte médica.

O Senador Paulo Paim quer discutir.

Passo a palavra para o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Quero mais uma vez cumprimentar a Relatora *ad hoc*, como o fiz antes, como também V. Exa. e o Senador Alessandro Vieira. Mais uma vez a Senadora Nilda está presente no Plenário, como sempre prestativa, emprestando o seu saber, o seu conhecimento a um tema tão importante como este. E cumprimento mais uma vez o Senador Alessandro Vieira, porque muitas vezes o Relator não pode estar presente, e o projeto vai ficando, vai ficando, vai ficando até um ano sem ser apreciado. E o senador Alessandro Vieira, neste gesto, repito, de grandeza, cede para que a Senadora Nilda Gondim faça o relatório *ad hoc.*

Vejam que o projeto que vem da Câmara dos Deputados vai na linha de prever curso de formação de soldados da Polícia Militar para que ali se inclua disciplina referente a procedimentos básicos de primeiros socorros. Ora, é comum a gente ver bombeiros, policiais – como V. Exa. é médica, eu me refiro assim, mais uma vez, a V. Exa. – tendo que fazer partos, inclusive, partos muitas vezes dentro do veículo da polícia ou mesmo na ambulância. E por isso que esse projeto vem numa linha grandiosa, como disse muito bem V. Exa., para salvar vidas. Para isso, estabelece que a disciplina será ministrada de modo a habilitar os soldados, tanto bombeiros como militares, com a aplicação de técnicas adequadas para o atendimento básico quando forem chamados para socorro médico de urgência. Isso está muito bem disciplinado aqui, muito bem colocado e só vai ampliar o serviço dos próprios corpos de bombeiro como também da polícia.

Esses cursos médicos de primeiros socorros eu diria que são tão importantes que deveriam ser ampliados até para outros locais – os primeiros socorros.

Eu, por exemplo, trabalhei com Cipa, Senadora, Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, e muitas vezes o acidente acontecia ali dentro da fábrica, naquele momento. E, até vir de fora uma equipe preparada, é preciso que os primeiros socorros sejam feitos de imediato. Por isso, eu só estou cumprimentando aqui também, pelo projeto que veio da Câmara dos Deputados, o Senador Alessandro Vieira e também a nossa querida Senadora Nilda, que, mais uma vez, faz o relatório *ad hoc*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns a V. Exa., que, na Presidência, está colocando em apreciação todos os projetos que são importantes para o povo brasileiro!

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CAS, emenda de redação.

A matéria vai à CCJ.

Quero aqui, antes de passar a palavra para o meu colega Zequinha Marinho, parabenizar a nossa querida Flávia, Deputada, o Alessandro Vieira e a nossa Relatora *ad hoc*, a nossa Senadora que fez a relatoria dos dois projetos.

Como o Paulo Paim falou, a gente, quando não está presente, num projeto desses, Zequinha, designa outro colega como Relator *ad hoc*.

Aqui são dois projetos. É interessante, porque aqui são dois projetos que salvam vidas.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – É verdade.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Passo agora a palavra para o meu colega e nosso amigo Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA. Pela ordem.) – Muito obrigado, Presidente.

Eu gostaria de solicitar a V. Exa. a retirada de pauta do item 6, Projeto de Lei do Senado nº 345, de 2018, para que o próprio Relator possa fazer alguns ajustes, com certeza se comprometendo a voltar na próxima sessão. Correto?

Presidente, nós temos aqui na Comissão um projeto cujo relatório está prontinho, o Projeto de Lei nº 4.552, de 2020. Nós somos o Relator. O Senador Paulo Rocha solicitou uma audiência pública. O Requerimento 40, do Paulo Rocha, está aprovado. Eu incluo aqui o Requerimento 44, que também já está aprovado, para que venha aqui participar dessa audiência pública o representante da Confederação dos Transportadores Rodoviários de Carga de Santa Catarina, que solicitou participação, como também o pessoal da CNT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como os requerimentos, tanto o da audiência pública, quanto o da inserção de mais dois convidados, já estão aprovados, eu queria pedir a V. Exa., pedindo também ao Senador Petecão, que a gente fizesse essa audiência pública ainda neste ano de 2022. Com certeza, ainda há tempo. A gente precisa arredondar isso, para que eu também cumpra a minha missão com relação ao PL 4.552.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Obrigada, Senador. Mas, como não há quórum... Eu já passo o seu pedido para o Senador Petecão para ver a possibilidade dessa audiência pública. Como não há quórum, eu queria encerrar a sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigada a todos que participaram.

E vamos salvar vidas!

(*Iniciada às 11 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 32ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e quarenta e nove minutos do dia seis de dezembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Nilda Gondim, Maria do Carmo Alves, Veneziano Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Izalci Lucas, Flávio Arns, Eduardo Girão, Mara Gabrilli, Giordano, Lucas Barreto, Mecias de Jesus, Jayme Campos, Zenaide Maia, Paulo Paim, Paulo Rocha, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Fabiano Contarato, Weverton, Flávio Bolsonaro, Jader Barbalho e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Ivete da Silveira, Luis Carlos Heinze, Daniella Ribeiro, Carlos Portinho e Leila Barros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 171, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Autoriza o Poder Executivo a instituir o Serviço Social Autônomo denominado Serviço Nacional de Aprendizagem da Pessoa com Deficiência." **Autoria:** Senador Romário (PSB/RJ). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela conversão do Projeto de Lei do Senado nº 171, de 2017, em Indicação apresentada no Parecer (SF) nº 19, de 2020-CDH. **Resultado:** Aprovado Parecer pela conversão do Projeto de Lei do Senado nº 171, de 2017, em Indicação apresentada no Parecer (SF) nº 19, de 2020-CDH. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 214, de 2016 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a aposentadoria especial dos guardas municipais e dos agentes das autoridades de trânsito segurados do regime geral de previdência social." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5652, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, a fim de prever um intervalo para o valor mínimo a ser estipulado em sentença condenatória para reparação de danos causados à saúde pública." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 746, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta inciso VII ao art. 15 e art. 120-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a manutenção da qualidade de segurado das vítimas, diretas ou indiretas, de desastres ambientais e catástrofes naturais e o ressarcimento dos benefícios concedidos e das contribuições inviabilizadas em decorrência dos eventos citados e dá outras providências." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de três emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2965, de 2021 - Terminativo -** que: "Acrescenta § 2º ao art. 16 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para equiparar a filho do consumidor titular de plano privado de assistência à saúde seu enteado, bem como a criança ou o adolescente que seja por ele tutelado ou que, por determinação judicial, esteja sob sua guarda; e altera o § 2º do art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para promover equiparação análoga em relação a filho do segurado do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) ." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 345, de 2018 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terminativo - que: "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre as normas especiais de tutela do trabalho para os empregados em condomínios residenciais ou comerciais." **Autoria:** Senador Lindbergh Farias (PT/RJ). **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de três emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta em virtude da aprovação do Requerimento nº 65, de 2022-CAS, de audiência pública para instrução da matéria. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2896, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera o art. 832 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a discriminação e a quitação das verbas constantes em acordo homologado judicialmente." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator para reexame. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 47, de 2022** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Cidadania, Ronaldo Vieira Bento, informações sobre as razões que levaram o Ministério da Cidadania a reduzir drasticamente os valores pagos ao Programa Alimenta Brasil, substituto do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), fazendo com que até maio de 2022 o gasto seja de apenas R$ 89 mil reais, praticamente extinguindo esse importante programa de aquisição de alimentos e combate à fome." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 55, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 38/2022 - CAS, com o objetivo de instruir o PL 5983/2019, que "regulamenta o exercício profissional de acupuntura" sejam incluídos como convidados o Prof. Waldecir Paula Lima Coordenador do Fórum dos Conselhos de atividades Fim da Saúde do Estado de SP (FCAFS-SP) e o Dr. Jean Luis Degrande de Souza, Presidente da Sociedade Brasileira de Acupuntura e Pics/SBA." **Autoria:** Senador Paulo Rocha (PT/PA). **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 60, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Erik Alencar de Figueiredo, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre o processo de publicização de dados pelo IPEA e sobre o conteúdo da Nota Pública da Presidência do IPEA nº 12, que trata da expansão do programa Auxílio Brasil e seus impactos à segurança alimentar dos brasileiros." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 64, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a pesquisa que emitiu Declaração de Consenso que alerta para os riscos e sugere recomendações para o uso do paracetamol por gestantes de todo o mundo, publicada em 2021 no periódico Nature Reviews Endocrinology." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 65, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 345/2018, que "altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre as normas especiais de tutela do trabalho para os empregados em condomínios residenciais ou comerciais"." **Autoria:** Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Durante a discussão, foi incluído um representante dos trabalhadores. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sérgio Petecão
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/12/06

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais bem como nas matérias terminativas. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente. A Secretaria providenciará que o voto seja computado no painel de votação.

Informo que o item 7, Projeto de Lei nº 2.896, de 2019, foi retirado da pauta a pedido do Relator, o Senador Paulo Rocha, para reexame do relatório.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 2896, DE 2019

- Terminativo -

Altera o art. 832 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a discriminação e a quitação das verbas constantes em acordo homologado judicialmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria consta da pauta desde a reunião de 29/11/2022.*) (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Com a palavra o nobre Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria, respeitosamente, solicitar a V. Exa. a inclusão de dois pedidos de audiências públicas extrapauta.

Quanto a um deles, eu até já conversei aqui com os colegas sobre esse dado, que tem tudo a ver com esta Comissão, porque o objetivo seria debater a pesquisa que emitiu Declaração de Consenso que alerta para os riscos e sugere recomendações para uso do paracetamol por gestantes de todo o mundo, publicado em 2021 no periódico *Nature Reviews Endocrinology*.

Eu proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Dra. Bruna Pitaluga, Medica Obstetra e Pediatra Fetal; Dr. Anderson Joel Martino Andrade, Professor e Pesquisador dos programas de pós-graduação em Fisiologia e em Farmacologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e um dos autores da pesquisa que gerou a Declaração de Consenso de Alerta; representante do Ministério da Saúde; Dr. José Hiran da Silva Gallo, Presidente do Conselho Federal de Medicina; representante da Associação Brasileira de Ayurveda; representante da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas); representante da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma).

Enfim, Sr. Presidente, aqui estamos buscando os dois lados para a gente ouvir sobre um assunto importante, que, segundo relatos que a gente pôde ver na grande mídia, poderia até gerar... Por isso é que me chamou muito a atenção, com a causa do autismo. Vocês sabem que, daqui a 20 anos, cada núcleo familiar vai ter um autista? Cada núcleo familiar vai ter um autista. Então, isso me chamou muito a atenção porque, segundo os cientistas, tem repercussão na genética do autismo aqui.

Então, eu acho que esta Casa vai se agigantar muito promovendo esse debate.

E o outro requerimento, que eu quero subscrever, do Senador Heinze – quero subscrever porque ele está numa reunião externa –, é para que a gente possa fazer uma audiência pública com o objetivo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instruir o PLS 345, de 2018, que "altera a [...] [CLT], aprovada pelo [...] [decreto], para dispor sobre as normas especiais de tutela do trabalho para os empregados em condomínios residenciais [...]".

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante da Câmara Brasileira de Comércio e Serviços Imobiliários; representante do Secovi – Rio de Janeiro; representante do Secovi – São Paulo; e representante da Associação Brasileira das Administradoras de Imóveis.

Eu vi, Sr. Presidente, que não tinha sido feito um debate mais aprofundado sobre esse assunto.

Por isso, eu lhe peço para que a gente possa votar extrapauta esses dois requerimentos.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, para contribuir no debate dos dois requerimentos... Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Na verdade, eu ia pedir desculpa ao colega, porque V. Exa. já está aqui há mais tempo, e nós temos aqui o item 1 da pauta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, mas sem problema. De minha parte, não há problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Ah, então ótimo! Já votamos os requerimentos dele.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Não tem problema.

Eu naturalmente concordo com a iniciativa. Todos sabem, e o Senador Girão é testemunha, na Comissão de Direitos Humanos quantas vezes eu pedi audiências públicas – dezenas de vezes. Eu acho que os dois temas são interessantes.

Só não ficou claro, no segundo caso, se tem representante dos trabalhadores. Aí eu botaria um adendo incluindo um representante dos trabalhadores. Aí eu indico, Presidente. Ele já concordou, nesse caso.

E, no primeiro caso, eu acho que é fundamental essa discussão. Se tem um dito remédio, porque esse é o remédio que não é... Pelo que você fala, faz é mal, não é? E está criando prejuízo, como é o caso aqui do paracetamol para a população, inclusive para o autismo. Eu trabalhei tanto nessa lei dos autistas, e a tornamos realidade. Temos muito carinho pelas famílias e pelo próprio autista.

Por isso, eu quero só endossar os dois requerimentos que ele encaminhou no sentido de declarar o meu voto pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Quero agradecer ao Senador Paulo Paim pelo apoiamento e, Presidente, parabenizá-lo pela inclusão de um representante – realmente foi uma falha do requerimento – dos trabalhadores.

Só fazendo uma solicitação para a Mesa, eu estou disponível para fazer essa audiência pública na semana que vem, se for possível, antes do final do ano, porque é um assunto – essa do paracetamol principalmente... Como é um assunto que aflige a saúde das pessoas, das grávidas, quanto mais rápido a gente puder fazer essa audiência pública é melhor. Eu me coloco à disposição na semana que vem ou na última sessão do ano para estar aqui para coordenar essa sessão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Senador Paim, aqui a nossa assessoria nos informa que tem um projeto aqui do qual V. Exa. é o Relator. O senhor está abrindo mão para que nós possamos votar esse requerimento?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Perfeito, Presidente. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Nenhum problema, não? Então, está bom.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – O.k. Era só para cumprir a ordem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Quero já pedir desculpa aqui por conta do atraso, porque o cabra que vem do Acre não vem de perto, não; ele vem de longe. (*Risos.*)

Consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 64, de 2022, desta Comissão, apresentado pelo nosso ilustre Senador Eduardo Girão. (*Pausa.*)

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 64, DE 2022

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a pesquisa que emitiu Declaração de Consenso que alerta para os riscos e sugere recomendações para o uso do paracetamol por gestantes de todo o mundo, publicada em 2021 no periódico Nature Reviews Endocrinology.

Autoria: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)

Como o colega já leu o requerimento, já nos antecipamos com a leitura.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Pela ordem.) – Muito justo, Presidente, esse requerimento. E eu concordo plenamente. Eu me associo aos dois.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – O.k.

Aprovado, com o apoio dos colegas Senadores. (*Pausa.*)

Vamos ao segundo requerimento extrapauta.

Consulta os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 65, de 2022, desta Comissão, apresentado pelo Senador Luis Carlos Heinze e subscrito pelo amigo Senador Eduardo Girão.

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 65, DE 2022

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 345/2018, que "altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre as normas especiais de tutela do trabalho para os empregados em condomínios residenciais ou comerciais".

Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)

Nesse aqui o Senador Paim pediu a inclusão dos nossos trabalhadores...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Uma vez aprovado, eu me comprometo a encaminhar o nome desse convidado à Mesa, para suscitar o debate do tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Tem entendimento, colega? Então, está. Então, o Senador Paulo Paim irá encaminhar à assessoria desta Comissão, para que nós possamos fazer a devida inclusão.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos à pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 171, DE 2017

- Não terminativo -

Autoriza o Poder Executivo a instituir o Serviço Social Autônomo denominado Serviço Nacional de Aprendizagem da Pessoa com Deficiência.

Autoria: Senador Romário (PSB/RJ)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela conversão do Projeto de Lei do Senado nº 171, de 2017, em Indicação apresentada no Parecer (SF) nº 19, de 2020-CDH.

Observações: *Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.*

Concedo a palavra ao ilustre Senador Paulo Paim, para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, o projeto em tela é uma iniciativa do Senador Romário. Eu concordo muito com a ideia, com o teor do projeto apresentado por ele. Acontece que a consultoria do meu gabinete, como também a do Senado, relataram a mim que há um problema chamado vício de iniciativa. Mas como o projeto é bom, eu conversei com a assessoria do Senador Romário, que está aqui presente, inclusive, e transformei então numa sugestão, que será provavelmente acatada pelo Executivo.

Eu vou direto à análise, se V. Exa. permitir.

Nos termos do art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS opinar sobre matérias que versem sobre relações de trabalho, organização do sistema nacional de emprego e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condição para o exercício de profissões e assistência social, tema do PLS nº 171, de 2017, em tela, do Senador Romário.

Eu dou pela aprovação, com essa pequena alteração, onde eu explico que a questão é de constitucionalidade. E assim nós ajustamos para que ele fique constitucional.

A matéria tem o propósito de criar condições objetivas para atender às necessidades de qualificação profissional da pessoa com deficiência. Com isso, contribui muito para tornar mais efetiva a legislação que trata da inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

Com tal propósito, o PLS traduz em políticas públicas o direito fundamental ao trabalho preconizado pelo art. 6º da Constituição da República, sendo seu primado a base da ordem social (art. 193).

De maneira específica, a proposição busca dar instrumentos ao poder público para viabilizar a capacitação laboral das pessoas com deficiência, por meio da criação de uma estrutura referenciada no Sistema S, cuja experiência exitosa... Eu sempre digo que sou filho do Sistema S, por isso eu defendo sempre o Sistema S, porque foi do Senai que eu saí de vendedor de flores e de frutas em Porto Alegre para me ternar um técnico, e aí tinha um bom trabalho na empresa, o grupo Tramontina, ao qual eu pertenço até hoje, com muita satisfação. Enfim, o Sistema S, cuja experiência exitosa vem sendo observada desde a década de 40, colhendo resultados proveitosos na qualificação da mão de obra do trabalhador brasileiro.

Ao destinar uma parcela de recursos direcionados ao Sistema S, para o funcionamento da estrutura cuja criação propõe o PLS do Senador Romário, adota iniciativa que se assemelha a outras políticas afirmativas, como as cotas nos concursos públicos e nos postos de trabalho das grandes empresas.

Trata-se de iniciativa meritória, que guarda potencial de aperfeiçoar as políticas de inclusão e de capacitação da pessoa com deficiência, ao tempo em que dá mais qualidade ao conjunto de políticas públicas que devem ser dirigidas ao conjunto da sociedade brasileira.

Por entender que parte das propostas contidas no PLS poderia suscitar questionamentos a respeito da observação da alínea "e" do inciso II do §1º do art. 61 da Constituição Federal, configurando invasão de competência, a CDH decidiu acolher seu mérito e converter a matéria em uma indicação da própria Comissão, ao Presidente da República, nos termos do art. 224, inciso I.

Voto.

Em face de todo o exposto e do debate acontecido, voto pela conversão do PLS nº 171, de 2017, em uma indicação, na forma deste parecer.

Sr. Presidente, esse é o voto. Somos pela aprovação do projeto, nos moldes que aqui propus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão pela conversão do projeto em indicação.

A matéria vai à CCJ. (*Fora do microfone.*)

Nós estamos tentando contato com o colega Alessandro Vieira. Ele está na CCJ, não é isso? Na CCJ. Infelizmente, não está podendo vir até esta Comissão, e nós não temos mais... (*Pausa.*)

Nós tínhamos mais dois projetos aqui.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Se me permitir, eu acho que o Senador Alessandro Vieira não teria nada a opor se o Senador Girão ou a Senadora Nilda fossem Relatores *ad hoc*, porque é um projeto tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Pois é, mas, como ele está na Casa, eu até consultei aqui minha assessoria sobre se nós poderíamos fazer isso. Estamos tentando contato com ele.

Espera aí. Recebi ali...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se ele autorizasse, nós poderíamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Se ele autorizar...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É um projeto simples. (*Pausa.*)

O.k. V. Exa. decidiu, está decidido, com o apoio deste Senador. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Agradeço aos colegas que estiveram aqui presencialmente e peço desculpas por conta do atraso, porque eu não costumo atrasar nesta Comissão, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – A gente tem que fazer esta justiça: é verdade, o senhor não atrasa mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Obrigado, Senadora querida.

(*Iniciada às 11 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 08 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 33ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e cinquenta e cinco minutos do dia quinze de dezembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Eduardo Girão, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Renan Calheiros, Izalci Lucas, Flávio Arns, Mecias de Jesus, Zenaide Maia, Paulo Paim, Flávio Bolsonaro, Styvenson Valentim e Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Ivete da Silveira, Nilda Gondim, Luis Carlos Heinze, Maria do Carmo Alves, Mara Gabrilli, Giordano, Sérgio Petecão, Lucas Barreto, Daniella Ribeiro, Jayme Campos, Carlos Portinho, Alessandro Vieira e Leila Barros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 64/2022 - CAS, de autoria Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Finalidade:** Debater a pesquisa que emitiu Declaração de Consenso que alerta para os riscos e sugere recomendações para o uso do paracetamol por gestantes de todo o mundo, publicada em 2021 no periódico Nature Reviews Endocrinology. **Participantes:** Bruna Pitaluga, Médica Obstetra; Anderson Joel Martino Andrade, Professor da Universidade Federal do Paraná; Etelvino de Souza Trindade, Membro da Câmara Técnica de Ginecologia e Obstetrícia do Conselho Federal de Medicina; Janini Selva Ginani, Coordenadora-Geral de Saúde Perinatal e Aleitamento Materno do Ministério da Saúde; Marli Martins Sileci, Vice-Presidente Executiva da Associação Brasileira da Indústria de Produtos para o Autocuidado em Saúde; Valquiria Zago Matheus, Presidente da Associação Brasileira de Ayurveda; e Marcela A. Montandon, Presidente do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal. **Resultado:** Realizada. Antes de encerrar a reunião, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior e da ata desta reunião, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e sete minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Girão
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/12/15

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. Fala da Presidência.) – Muito bom dia a todos vocês.

Paz e bem!

Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, declaro aberta a 33ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 64, de 2022, da CAS, de minha autoria, para realização de audiência pública destinada a debater a pesquisa que emitiu Declaração de Consenso que alerta para os riscos e sugere recomendações para o uso do paracetamol por gestantes de todo o mundo, publicada em 2021 no periódico *Nature Reviews Endocrinology* sobre os impactos do assédio institucional no serviço público brasileiro.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado – não sei se já estamos pelo TV Senado; aliás, estamos ao vivo, agradeço a nossa sempre atenciosa mesa –, da Agência Senado, do Jornal do Senado, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão: Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211 – repito: 0800 0612211.

Você pode participar desta audiência, que é importantíssima – quero deixar muito claro aqui que você vai entender por quê.

Também o Portal e-Cidadania, que, para acessar, basta colocar www.senado.leg.br/ecidadania – repito: www.senado.leg.br/ecidadania –, transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Todas as perguntas que forem feitas por você que está aqui no Brasil nos assistindo ou fora do Brasil nós vamos repassar aqui aos palestrantes cujos nomes eu vou citar, e eu já quero agradecer a cada um de vocês que veio aqui abrilhantar este importante debate. À Dra. Bruna Pitaluga, Médica Obstetra que veio dos Estados Unidos exclusivamente para participar desta sessão.

Agradeço à Dra. Bruna, que vai ser a primeira a falar. Depois, o Dr. Anderson Joel Martino Andrade, que é Professor da Universidade Federal do Paraná. Já está aqui conectado conosco, ele vai participar por via remota. Eu agradeço muito a disponibilidade do Dr. Anderson. Também a Dra. Janini

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Selva Ginani, Coordenadora-Geral de Saúde Perinatal e Aleitamento Materno do Ministério da Saúde. A Dra. Janini vai participar por via remota também, de forma virtual. Não está conectada ainda, mas ela vai entrar na hora, às 11h da manhã... Não, perdão. A de 11h é a Dra. Valquíria Zago Matheus, Presidente da Associação Brasileira de Ayurveda. Ela vai entrar às 11h em ponto conosco, a gente vai organizar aqui. A Dra. Janini já está conectada. Acabo de receber aqui a confirmação. Ela vai ser a terceira a se manifestar.

Dr. Etelvino de Souza Trindade, membro da Câmara Técnica de Ginecologia e Obstetrícia do Conselho Federal de Medicina, muitíssimo obrigado. O Dr. Etelvino está aqui participando pessoalmente, veio aqui. Muito grato pela oportunidade.

Ocorreu um imprevisto de última hora com a Dra. Gabriela Giacomini Bertoche, que é Consultora Nacional em Saúde da Mulher da Organização Pan-Americana da Saúde. A Dra. Marli Martins Sileci, Vice-Presidente Executiva da Associação Brasileira da Indústria de Produtos para o Autocuidado em Saúde, vai participar de forma virtual.

E nós tivemos um cancelamento... É sempre bom a gente ouvir os dois lados. A Dra. Marli vai participar – ela faz parte de um contraponto –, que é, repito, a Vice-Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Produtos para o Autocuidado em Saúde; e a Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa a gente convidou, mas não tivemos a confirmação da participação – o convite não foi aceito –, para que a gente pudesse ouvir os dois lados da história.

Olha, eu vou fazer aqui um breve discurso, mas, antes de fazer esse discurso, eu queria dar um testemunho de uma situação pessoal. Cerca de 20 anos atrás mais ou menos – eu sou cearense e qualquer... Eu sei que esse assunto é focado na gestante, mas eu quero até ampliar e colocar o exemplo aos convidados. Se quiserem, podem abordar esse aspecto.

Há 20 anos, qualquer espirro, qualquer dor de cabeça que eu tinha – e isso era uma coisa muito frequente, todas as semanas, alguns dias durante a semana, eu tinha dor de cabeça ou algum princípio de gripe –, eu automaticamente pegava e tomava o paracetamol, era uma coisa automática.

Minha mãe já fazia isso – minha mãe, inclusive, faleceu com 60 anos. E eu também fazia esse tipo de coisa. E eu tive acesso – foi logo ali no início em que se estava democratizando informação, com internet chegando, essa coisa toda – a uma pesquisa de que não me lembro bem, mas eu procurei ler, refletir sobre aquilo, pegar opinião de médicos amigos, era muito no princípio. Era sobre o mal que o paracetamol faz com o uso contínuo, com doses exageradas. Alguns, hoje em dia, até dizem que não se deve nem tomar. E vou falar uma coisa para vocês: é impressionante como isso estava automático em mim. Eu comecei a fazer um teste comigo mesmo, parando de tomar. No começo, foi muito difícil, mas muito difícil, porque eu estava acostumado, meu organismo já estava acostumado. Eu parei, a dor de cabeça aumentou e ficou ali um dia, dois dias, com gripe, não sei o quê, mas eu segurei. Segurei e, graças a Deus, nunca mais precisei tomar. Eu sinto que minha qualidade de vida melhorou, não apenas por isso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas também por outras atividades, claro, por outras iniciativas. Eu sinto intuitivamente – quero saber dos especialistas aqui também – que me fez muito bem parar de tomar isso.

A minha esposa, Márcia, que é jornalista, teve acesso às redes sociais – depois, eu queria até que a senhora falasse aqui, se fosse possível – da Dra. Bruna Pitaluga, que é médica obstetra. A minha esposa é seguidora dela e me mostrou uma pesquisa feita, com que eu fiquei assustado. É o avanço da ciência, o desenvolvimento da inteligência humana. A pesquisa mostrava os danos que o paracetamol produz nas grávidas e nas crianças por nascer. E esta é uma causa que eu abraço: a causa pela vida desde a concepção. Então, isso me tocou muito na alma para investigar este assunto, E é isso que a gente vai fazer hoje.

Aprofundando-me mais ainda no que a minha esposa mostrou... E isto me chamou atenção, porque é um assunto que, nesta Casa, inclusive nesta Comissão, é cada vez mais presente que é a questão do espectro autista e das crianças com TDAH também. E as políticas públicas precisam acontecer, porque, segundo os institutos internacionais ou as organizações internacionais de saúde, nós vamos ter, daqui a 20 anos, uma criança autista em cada núcleo familiar. Isso está acontecendo em progressão geométrica – progressão geométrica. Esse estudo mostra uma relação do paracetamol com o autismo. E é isso que eu gostaria de entender aqui.

Então, o objetivo desta sessão é levar as informações para a sociedade. É o Senado acolhendo, ouvindo os dois lados, para você, de uma certa forma, tomar conhecimento e para a gente tentar fazer políticas públicas aqui, depois de uma audiência instrutiva como esta, construtiva como esta. Esta é a nossa intenção: resguardar vidas, poupar sofrimentos às pessoas.

Então, o que nós vamos ver aqui é algo que, muitas vezes, não sai... A gente sabe do poderoso *lobby* da indústria farmacêutica. Isso aí é fato, já tem documentários, tem muita coisa sobre isso. E, aqui no Senado, a gente não vai abrir mão de fazer o nosso papel de levar a verdade para as pessoas. Por isso, a gente quer ouvir os dois lados aqui para que as pessoas sejam cada vez mais saudáveis e tenham qualidade de vida.

Eu quero fazer a saudação aos presentes, à sociedade também aqui representada, a quem está nos assistindo. Certamente esta audiência pública e a presença dos palestrantes nos ajudarão a compreender melhor e informar as mulheres gestantes acerca dos eventuais riscos associados ao uso do paracetamol na gravidez e para os seus bebês, para as suas crianças.

De fato, como é do conhecimento de alguns dos presentes, o prestigioso periódico *Nature Reviews Endocrinology* publicou, em 2021, ano passado, uma declaração de consenso de pesquisadores dos Estados Unidos da América, da Europa e do Brasil, na qual revisam estudos publicados, nos últimos 25 anos, associando o paracetamol à possibilidade de surgimento de diversos eventos adversos. Segundo os pesquisadores, o uso da droga...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero fazer aqui... O paracetamol tem vários nomes, não é? Às vezes, as pessoas não entendem, mas a gente não... Pesquise para ver se você está tomando paracetamol, porque, às vezes, as pessoas tomam outro nome, pelo *marketing* que é feito.

Então, nos últimos 25 anos, associando o paracetamol – estudiosos, pesquisadores – à possibilidade de surgimento de diversos eventos adversos... Segundo os pesquisadores, o uso da droga foi associado a um risco aumentado de problemas no neurodesenvolvimento da criança com transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH), transtorno do espectro autista (TEA) e problemas na aquisição de linguagem, além de malformações genitais, com problemas reprodutivos e até infertilidade.

Nesse sentido, é necessário salientar que a droga de ação analgésica, cujo princípio ativo está presente em mais de 600 medicamentos, é utilizada por 50% das mulheres grávidas no mundo, sendo que, nos Estados Unidos da América, esse percentual se eleva para 65% das gestantes.

Há que se ponderar ainda que não existe substituto ideal para o medicamento a custos relativamente baixos e que os estudos não são totalmente conclusivos, tendo em vista, inclusive, que os efeitos nas crianças muitas vezes podem ser muito sutis e às vezes se manifestam vários anos depois, sendo difícil associá-los ao uso do paracetamol na gravidez.

A aspirina, por exemplo, não pode ser administrada para mulheres no período da gravidez, pois se sabe que, da metade para o fim da gestação, essa medicação acelera o parto, podendo, inclusive, gerar problemas cardíacos para o bebê, bem como a má-formação no tubo neural.

Enfim, há muitos pontos em que nós precisamos nos aprofundar em relação ao uso do paracetamol na gravidez, mas reitero o que já foi afirmado e que consta na justificação do requerimento de realização desta sessão: o fundamental é que as mulheres possam tomar decisões informadas que as levarão – obviamente, com acompanhamento médico – a minimizar a exposição dos seus bebês ao risco causado pelo uso incorreto desse medicamento.

Para encerrar, a comunidade médica também deve estar muito atenta ao problema e realizar as prescrições adequadas e seguras a fim de promover a menor exposição possível a eventos adversos para os fetos e o desenvolvimento das crianças.

Sendo assim, desejo a todos nós uma excelente e profícua audiência, que, tenho certeza, será enriquecida pelas intervenções dos competentes profissionais, estudiosos e pesquisadores aqui presentes, aos quais agradeço mais uma vez por dedicarem seu tempo para que aqui comparecerem.

Então, vamos iniciar, já estamos aptos aqui.

Eu quero chamar a esta mesa a Dra. Bruna Pitaluga. Por favor, sente aqui ao meu lado. Seja muito bem-vinda. A senhora vai começar a palestrar. E eu quero chamar também o Dr. Etelvino de Souza

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trindade, membro da Câmara Técnica de Ginecologia e Obstetrícia do Conselho Federal de Medicina. Muito obrigado.

E nós vamos agora... Eu quero combinar, se for possível, que cada palestrante aqui tenha a 20 minutos para sua exposição. Não sei se vai ter algum material a ser compartilhado, projetado conosco; a mesa aqui, muito atenciosa, vai fazer essa facilitação para nós.

Então, Dra. Bruna, muitíssimo obrigado por a senhora vindo dos Estados Unidos, de lá da Carolina do Norte, especialmente para esta sessão do Senado. Em nome do Senado Federal, eu lhe agradeço a atenção. A senhora tem 20 minutos, com a tolerância da Casa, para essa exposição. Muito obrigado.

A SRA. BRUNA PITALUGA (Para expor.) – Muito obrigada à Casa por acolher esse tema que é de fundamental importância.

Eu sou uma apaixonada pela gestação, ao contrário de muitos colegas ginecologistas e obstetras. Eu fiz o caminho contrário de muitos colegas, eu optei pela obstetrícia por uma paixão real. A gestação é uma condição muito diferente, a gestação é uma condição humana que a gente tem que entender de uma forma muito diferente e eu espero que, após esta sessão, a gente realmente traga à tona, no mínimo, a dúvida em relação à afirmação que existe de que o paracetamol é seguro na gestação.

A medicina se baseia, Senador, numa questão muito importante. Um dos pontos pilares básicos da nossa prática médica é: não cause dano. Então nós não devemos causar dano ao paciente que nós acompanhamos. E, quando eu falo em não causar dano, eu quero chamar a atenção de vocês para que a prescrição médica é uma avaliação de risco-benefício. Se existe uma doença, ela precisa ser tratada. Se não existe uma doença ou se o tratamento tem mais riscos do que benefícios naquele determinado momento, a gente tem que fazer essa avaliação de forma correta. E isso é o que acontece com o paracetamol na gestação.

Eu vou trazer para vocês umas informações que eu considero relevantes. O paracetamol é a principal droga utilizada em todo o mundo. De todas as medicações, o paracetamol é a medicação mais prescrita no mundo inteiro. Ela é a responsável – e não estou falando de gestação ainda – por mais de 50% dos casos de insuficiência hepática aguda. E eu estou falando em adultos. Só isso já me chama atenção. Se eu tenho uma condição que causa dano ao fígado de uma maneira tão intensa, eu já não poderia afirmar... E não estou trazendo dados relacionados à gestação. Estou apenas falando para vocês que existe dentro da medicina um fator causador para mais de 50% dos casos de insuficiência hepática aguda. Isso seria o suficiente para que nós não pudéssemos afirmar que esta é uma droga segura.

E o paracetamol tem uma longa história aí dentro da humanidade. Nos anos 80 e nos anos 90, ele foi utilizado para uma série de questões. Então, a gente tem que entender essa droga nesse contexto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor falou que 65% das gestantes utilizam paracetamol em algum momento da gestação. Esse é um dado relevante, porque as gestantes não sabem que paracetamol é uma medicação. Estudos publicados recentemente mostram que, ao perguntarmos para uma gestante se ela utilizou alguma medicação na gestação, a sua grande maioria omite o uso de paracetamol, porque elas consideram que é uma droga segura, portanto não seria considerada uma medicação. Então isso já seria um viés, por exemplo, para os nossos estudos ao falarmos que 65% utilizam o paracetamol na gestação. Provavelmente, esse quantitativo é muito maior, tendo em vista, inclusive, que o paracetamol está associado a outras drogas, como, por exemplo, drogas para relaxante muscular e outros anti-inflamatórios.

Dito isso, o número de gestantes que utiliza paracetamol para febre, que é uma das condições que geralmente é associada ao autismo, que eu vou falar para vocês daqui a pouco, é um número pequeno quando nós comparamos com os números gerais. A grande maioria das gestantes utiliza paracetamol para questões banais – banais no sentido de que não estão associadas a uma condição de gravidade, como, por exemplo, uma dor de cabeça, enfim, uma dor em alguma parte do corpo, uma sintomatologia, ou seja, possui sintoma ou alguma coisa que precisa do paracetamol. Ao ser afirmado que ele é seguro, ela não pondera sobre isso na sua utilização e vai utilizando o paracetamol, porque está em casa, porque é seguro, porque pode ser usado na gestação, porque assim é passado dentro de todas as sociedades. Eu estou falando da sociedade médica – eu sou médica obstetra –, mas, como todos os profissionais que falam a respeito de paracetamol, nós temos a obrigação de falarmos em relação à gestante sobre isso.

E a gestação oferece uma condição ainda mais diferenciada. Não bastasse o paracetamol ter todas as relações associadas a esse metabolismo do fígado, a esse metabolismo hepático, que o Dr. Anderson vai falar depois, posteriormente, existe uma condição na gestante: a gestante não é um adulto grávido, a gestante possui modificações no seu comportamento, na sua fisiologia, no funcionamento do seu corpo, e o paracetamol se mostra cada vez mais tóxico, porque o fígado da gestante não funciona da mesma forma que o fígado de uma mulher não grávida. O paracetamol precisa ser sintetizado no fígado através de uma série de enzimas, e esse conjunto de enzimas – que a gente, de forma técnica, abrevia como CYP –, na verdade, não está expressado da mesma forma. Por quê? Porque o fígado da gestante, agora, precisa se concentrar na metabolização de hormônios e de toxinas para a gestação. Então, ele trabalha focado na gestação.

Portanto, trabalhos também mais recentes mostram que as doses que são utilizadas em adultos não deveriam ser as doses utilizadas em mulheres, porque os níveis tóxicos na gestante, em decorrência dessa alteração do metabolismo, são, na verdade, muito menores do que a gente imaginava. Ou seja: doses menores são mais tóxicas do que se imagina num adulto, por exemplo.

Isso é uma questão importante para ser ponderada, porque a gestação, ainda por cima, tem três momentos que são diferentes: o primeiro trimestre, o segundo trimestre e o terceiro trimestre de gestação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O corpo da mulher vai se adaptando às demandas do feto e da placenta ao longo do desenvolvimento da gestação.

Essa é uma outra questão que eu quero trazer para vocês. O paracetamol atravessa a placenta. O paracetamol atravessa a placenta, e é encontrado no cordão umbilical, e é encontrado no sangue desses fetos, portanto ele é metabolizado por um fígado imaturo. Agora imagine que esse fígado da mulher já está alterado por causa da gestação, já tem uma alteração de sensibilidade nos níveis de concentração, agora esse feto, que não tem o menor preparo para a sua metabolização, porque a natureza não preparou o feto para sintetizar paracetamol... O paracetamol é uma substância química que não existe na natureza. Agora esse feto, durante a sua vida intrauterina, em determinados momentos – primeiro, segundo ou terceiro trimestre –, é submetido à necessidade de metabolizar uma droga à qual ele não está pronto. Ele é imaturo para metabolizar essa droga.

Não só então a gestante tem essa sensibilidade em relação aos níveis tóxicos, como agora nós também temos o feto exposto ao paracetamol e incapaz de realizar a sua síntese, porque o paracetamol atravessa a placenta.

E o paracetamol atravessa também a barreira hematoencefálica. E o que é isso? Existe uma proteção do sistema nervoso central, que é essa barreira hematoencefálica, que impede a exposição do sistema nervoso central a ações e comportamentos do metabolismo materno para proteção do cérebro desse feto, que está em desenvolvimento contínuo ao longo da gestão e que, agora, recebe o paracetamol. E isso é importante, porque eu preciso que vocês compreendam: o feto, agora, que não tem a menor capacidade metabólica de síntese, recebe o paracetamol através da sua passagem placentária e, através da passagem, pela barreira hematoencefálica. E essa passagem com a barreira hematoencefálica agora expõe não só o fígado fetal, mas também vai expor o cérebro fetal. E essa é uma condição importantíssima naquilo para o qual estamos querendo chamar a atenção.

Trabalhos recentes mostram que a exposição desses fetos ao paracetamol aumenta o risco de diagnóstico de transtorno do espectro autista e transtorno do déficit de atenção e hiperatividade nessas crianças submetidas ao uso do paracetamol. E os trabalhos também mostram que existe uma relação dose-dependente. Ou seja: eu preciso de doses maiores para que este efeito aconteça. Por isso que um comprimido de paracetamol, dois comprimidos, três comprimidos... Qual seria a dose segura? Não existe estudo mostrando dose de segurança na gestação. Gestantes possuem uma peculiaridade no seu metabolismo, e cada feto também possui uma peculiaridade no seu metabolismo.

Obviamente, os estudos mais recentes mostram – inclusive estudos publicados no ano passado – que, quanto maior a concentração de paracetamol no cordão umbilical, maior é o risco de diagnóstico para transtorno do espectro autista e maior é o risco para transtorno do déficit de atenção e hiperatividade, como bem o senhor esclareceu a respeito de cognição e alterações relacionadas à linguagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu quero chamar atenção para outro fato: os mecanismos de ação do paracetamol... Eu falei para vocês que o paracetamol passa pela placenta e o paracetamol passa pela barreira hematoencefálica. Existe uma peculiaridade com o paracetamol: é a droga mais utilizada no mundo inteiro, e não se sabe o mecanismo de ação da droga. Não se sabe o mecanismo de ação de uma droga que é comercializada em qualquer local sem prescrição médica – não existe a necessidade da prescrição médica para a sua aquisição e não se sabe o mecanismo de ação. Então, vejam, eu não sei o mecanismo de ação, eu sei que ela passa pela barreira hematoencefálica e eu tenho estudos mostrando a sua consequência.

Outro dado que é relacionado à consequência do uso de paracetamol, que fala exatamente a respeito de um dos mecanismos de ação, é a interferência na produção de hormônios esteroides pela placenta e pelo feto. O que são hormônios esteroides? Nós vamos lembrar lá daquela aula de biologia: testosterona, estrogênio e progesterona são hormônios fundamentais para diferenciação e amadurecimento do sistema reprodutor, tanto o masculino quanto o feminino. Por isso, além de alterações do neurodesenvolvimento, o paracetamol também está associado às modificações do sistema reprodutor.

Em meninos, nós temos um parâmetro que utilizamos para fazer avaliação de exposição androgênica chamado distância anogenital. Existe uma distância entre o ânus e a base do pênis, que é utilizada com frequência para fazer a avaliação desses meninos, e essa distância é encurtada em meninos que foram submetidos, durante a gestação, à exposição ao paracetamol. Essa distância encurtada tem efeitos para essas crianças, como, por exemplo: alterações da formação peniana, crianças que apresentam alterações como hipospádia, crianças que apresentam alterações na formação da bolsa testicular, pênis que são encurtados em relação à distância anogenital que seria ideal. E isso não é só um efeito obviamente relacionado à estética, isso é um efeito metabólico. Esses meninos não foram submetidos à exposição a esses androgênios de forma adequada.

Quais são os efeitos que essa exposição vai gerar para esses meninos? Se eu não tenho a segurança e eu sei que o efeito causa o dano, como posso eu afirmar, como profissional de saúde, que esse dano não acontece e que essa droga é segura? Eu não posso afirmar isso do ponto de vista prático, porque eu sei que os dados mostram a associação entre o uso de paracetamol e as alterações relacionadas à distância anogenital.

Outras questões, estudos em animais... Eu chamo atenção para estudos em animais, porque não dá para estudar obstetrícia fazendo estudos duplos-cegos, randomizados, multicêntricos, porque nós não vamos submeter uma gestante e seus filhos à ação de droga para fazermos estudos. Então, os estudos em animais são as nossas melhores ferramentas para a avaliação da gestação. E esses estudos em animais mostram que as meninas, ou seja, as fêmeas, as ratas fêmeas submetidas ao paracetamol apresentam alterações na composição do seu ovário e na sua fertilidade, reduzindo a fertilidade.

Assim como o menino precisa da exposição à testosterona, a menina precisa da exposição ao estrogênio e de uma sensibilidade ao estrogênio. Então, será que nós não estamos vendo isso em uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

geração como aquela em que nós estamos agora, em que existe uma menarca precoce, uma menstruação cada vez mais cedo? Será que esse não seria um outro ponto que se adiciona a outras questões metabólicas e que estaria levando, então, essas meninas a menstruarem mais cedo, comprometendo a fertilidade delas e a própria saúde dessas meninas? Esse é um ponto que deve ser levado em consideração.

Em relação ao neurodesenvolvimento, eu gostaria de lembrar que existem dois conceitos que são importantes, porque, quando nós falamos hoje de autismo, existe uma ideia de que... Existe uma ideia, não. O autismo, como nós víamos há, mais ou menos, umas duas décadas, era uma questão genética essencialmente. Hoje nós conhecemos e compreendemos o conceito de epigenética, em que o ambiente molda a expressão desses genes. Estudos também mostram, principalmente estudos em animais – estudos mais recentes, enfim, correlacionando a metilação e produção de substâncias pela placenta –, que a exposição desse cérebro, dessas células cerebrais fetais ao paracetamol muda a expressão de neurotransmissores por essas células.

Então, será que nós não estamos diante de uma condição que seria, como a gente chamaria, um transtorno do espectro autista *like* ou que seja parecido e que, na verdade, são alterações epigenéticas da modificação pelo paracetamol?

Outra questão relevante é em relação à febre. Usualmente as pessoas, na interpretação dos dados clínicos, dizem: "Ah, mas o paracetamol sempre é utilizado quando existe uma outra condição de inflamação ou de infecção". Isso seriam fatores de confusão dentro das interpretações dos estudos.

Eu falei para vocês, no início dessa minha fala, que a minoria, na verdade, das mulheres utiliza o paracetamol para febre. E, quando utilizado para febre, a gente utiliza paracetamol uma vez, duas vezes; não são dez comprimidos, não são dez vezes. Portanto, não seria essa condição. E existem várias críticas em relação a isso, mostrando a causalidade do paracetamol com todas essas questões relacionadas ao neurodesenvolvimento.

O paracetamol é uma droga que julgo que deveria, na verdade, mudar o seu discurso. Ele deveria ser utilizado da seguinte forma: o paracetamol é uma droga; nós vamos utilizar a menor dose pelo menor tempo possível. Todas as pessoas deveriam fazer isso. Então, isso não é uma orientação exclusiva da gestante, isso é uma orientação que deveria ser feita para todas as pessoas que se utilizam dessa droga, exatamente por questões, como eu falei no começo, epidemiológicas, mostrando que é uma droga que tem efeitos no metabolismo hepático. E, sendo a menor dose pelo menor tempo, nós tentaríamos, obviamente, proteger esses fetos dessa exposição inadvertida ao paracetamol. Exposição inadvertida que pode estar associada a transtornos de neurodesenvolvimento, que pode estar associada às alterações de esteroidogênese, na produção dos seus hormônios, e no amadurecimento do sistema reprodutor dessas crianças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós, como obstetras, temos dois pacientes. Na verdade, nós temos muitos pacientes. Quem já me conhece sabe: nós temos, na verdade, um número infinito de pacientes, porque, ao cuidarmos de uma gestante, nós estamos cuidando da gestante, dos seus filhos, dos seus netos, bisnetos, tataranetos e assim por diante, exatamente pelas questões epigenéticas. Nós temos a obrigação de oferecer um ambiente intrauterino adequado para o desenvolvimento desse feto. E esse ambiente intrauterino adequado vem a partir da proteção e da informação dessa família e dessa mulher em relação ao uso do paracetamol na gestação, o que não deve ser banalizado e não deve ter ainda...

Eu acho inadmissível que a gente ainda fale em paracetamol como sendo droga segura e as pessoas procurem o paracetamol, as sociedades falem a respeito disso do paracetamol. E eu acho que este é o grande momento desta Casa para exatamente trazer o alerta de que o paracetamol pode ser usado na gestação, assim como um antibiótico pode ser utilizado, assim como qualquer outro tratamento diante de uma doença, mas ele não pode ser banalizado, porque a gente tem a comprovação dos seus efeitos e nós não temos ainda a comprovação da sua dose segura. E, se não existe dose segura, eu volto para aquilo que eu falei no início da minha fala. A nossa obrigação é não causar dano e, se nós estamos causando dano, nós não estamos praticando uma boa medicina.

Eu estou à disposição da Casa para qualquer esclarecimento.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado. É uma honra muito grande, mais uma vez. Belíssima a sua exposição, Dra. Bruna Pitaluga, médica obstetra, que é brasileira, mas mora no exterior há quanto tempo, doutora?

A SRA. BRUNA PITALUGA – Há um ano e meio.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Há um ano e meio está lá na Carolina do Norte.

Eu queria dizer que já chegaram muitas perguntas aqui. Muitos brasileiros lá da minha terra, o Ceará; de Roraima; de São Paulo; aqui do Distrito Federal estão fazendo perguntas. E eu vou encaminhar... Vou selecionar essas perguntas e, no final, nas considerações finais que cada um dos palestrantes vai ter a oportunidade de ter aqui, a gente vai fazer essas perguntas aqui, ler essas perguntas e, aí, cada um que se sentir confortável para respondê-las o fará nas considerações finais.

Eu queria aproveitar e chamar também aqui para a mesa a Dra. Marcela Montandon, que é Presidente do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal. Ela é ginecologista e obstetra também. Seja muito bem-vinda e obrigado pela sua presença aqui também conosco nessa audiência histórica, que está trazendo dados muito consistentes e que eu acho que vai fazer diferença na vida não apenas das grávidas, mas de todas as pessoas, desde as crianças e os adultos também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos lá. Eu já queria passar aqui imediatamente a palavra para o Dr. Anderson, que é professor da Universidade Federal do Paraná. Anderson Joel Martino Andrade, muitíssimo obrigado pela sua presença, pela sua disponibilidade, mesmo que virtual, em atender ao convite do Senado Federal do Brasil. O senhor tem 20 minutos, com a tolerância aqui da Casa, se precisar, para fazer a sua exposição.

Muito obrigado, Dr. Anderson.

O SR. ANDERSON JOEL MARTINO ANDRADE (*Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Só um detalhe – perdão, Dr. Anderson –; informação importantíssima aqui: o Dr. Anderson, para quem não sabe, foi o brasileiro que participou... Um dos brasileiros ou foi ele?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Só ele como brasileiro. Ele é o autor e participou do consenso de alerta, como a gente falou aqui, cujo periódico foi publicado nessa revista de que a gente falou aqui, que é a *Nature Reviews Endocrinology*, que é uma das mais conceituadas nos estudos dessa linha.

Então, Dr. Anderson, muito obrigado. O senhor está com a palavra. E parabéns pelo seu trabalho!

O SR. ANDERSON JOEL MARTINO ANDRADE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Girão.

Bom dia a todos e todas! É um prazer imenso estar aqui para debater este assunto. Eu acho que o Senado Federal está de parabéns por organizar esse evento. Eu agradeço, especialmente, ao senhor, Senador Girão, e à Comissão de Assuntos Sociais por trazer este tema para debate.

De fato, eu participei desse estudo que gerou esse consenso. E o que motivou esse estudo de revisão foi, na verdade, o aumento crescente em publicações científicas mostrando uma possível relação entre o uso do paracetamol e alterações no desenvolvimento fetal, alterações relacionadas ao neurodesenvolvimento e também ao desenvolvimento reprodutivo, alterações urogenitais.

Eu gostaria de fazer algumas considerações gerais.

Quero também parabenizar a Dra. Bruna Pitaluga pela excelente apresentação. Acho que ela resumiu de forma brilhante os aspectos relacionados aos riscos do paracetamol.

Eu queria iniciar dizendo que atualmente o paracetamol é o analgésico de escolha na gestação, ou seja, ele é considerado mais seguro quando comparado a outras alternativas, com outros anti-inflamatórios, ou, melhor dizendo, com relação a anti-inflamatórios não esteroidais e também a outros analgésicos, mas isso não quer dizer que ele seja uma droga segura. Ele é mais seguro, até onde a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sabe, do que essas outras alternativas, mas ele não é isento de riscos para gestantes e também para o feto. Esse é um aspecto extremamente importante.

Como a Dra. Bruna comentou, o que tem sido notado é que a percepção que existe entre gestantes, entre a população em geral e até mesmo entre alguns profissionais de saúde, é que o paracetamol seria um medicamento isento de riscos durante a gestação, isento de riscos ao feto. E essa falsa percepção de segurança faz com que o paracetamol seja usado de maneira excessiva, muitas vezes, por gestantes. A Dra. Bruna comentou que, muitas vezes, algumas condições não necessitariam de uma intervenção farmacológica, de uma intervenção com o medicamento, e, por existir essa falsa percepção de que o paracetamol é uma droga segura, ele acaba sendo usado de maneira excessiva para condições em que não seria necessário o uso do paracetamol.

Então, o alerta que se faz aqui é que, sim, o paracetamol é um analgésico de escolha durante a gestação, mas ele só deve ser usado com indicação médica, pelo menor tempo e com a menor dose possível. Esse alerta é extremamente importante exatamente por conta dessa percepção que existe de que o paracetamol é um medicamento isento de riscos. Então, o alerta que é feito é que as recomendações que já existem, na verdade, sejam seguidas de maneira mais rígida, algo que se perdeu em relação ao paracetamol porque tem sido percebido como um medicamento que não apresenta risco, o que não é verdade.

Esse contexto do uso de medicamentos na gestação e de disposições das substâncias químicas na gestação está dentro de um contexto do que a gente chama as origens fetais das doenças. A Dra. Bruna comentou de maneira brilhante que o feto é mais vulnerável do que um organismo adulto por ter um sistema de metabolização de substâncias químicas e de medicamentos menos eficiente, mas também porque os órgãos e tecidos que estão se diferenciando, durante esse período crítico de formação de órgãos, de sistemas e de diferenciação das células, é mais vulnerável a diferentes insultos, inclusive aos insultos químicos produzidos por agentes químicos ambientais e também, nesse contexto, por medicamentos. Lembrando que os medicamentos são usados em doses farmacológicas, ou seja, para tratar uma doença ou algum sinal, isso faz com que as doses sejam relativamente altas, quando comparadas a outras substâncias químicas de uso não intencional. Então, o feto em desenvolvimento está exposto a essas quantidades grandes e é um organismo mais vulnerável quando comparado a um organismo adulto.

Uma outra consideração que eu gostaria de dizer e que a Dra. Bruna também já comentou é em relação ao desenvolvimento do sistema urogenital. Durante a vida intrauterina, o feto se diferencia do ponto de vista sexual dos órgãos reprodutivos. Para que isso ocorra, especialmente num feto do sexo masculino, há necessidade de exposição desse feto a hormônios sexuais, esteroides, como a testosterona. Há dados na literatura bastante sólidos que mostram que o paracetamol pode atuar como um desregulador endócrino, inibindo a produção de testosterona pelo feto de sexo masculino, podendo levar, por exemplo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a alterações reprodutivas, redução da distância anogenital, que é um marcador de insuficiência androgênica pré-natal, e diversas outras alterações relacionadas a essa deficiência de testosterona na vida intrauterina, como malformações genitais ou até mesmo repercussões tardias, como baixa contagem de espermatozoides na idade adulta.

Outro aspecto extremamente importante é que, ao avaliar e revisar esses diferentes estudos que foram publicados sobre o paracetamol, ao longo dos últimos 25 anos, nós observamos uma convergência de resultados de estudos em modelos animais e de estudos observacionais em seres humanos, indo na mesma direção. Ou seja, há estudos epidemiológicos mostrando uma possível associação entre o uso do paracetamol e distúrbios do neurodesenvolvimento e distúrbios reprodutivos, e essas mesmas associações são confirmadas nos modelos animais e em outros modelos experimentais, indicando que, de fato, essa associação possivelmente é verdadeira.

Claro que vou fazer aqui também alguns comentários em relação às limitações que existem desses estudos publicados. Como a Dra. Bruna colocou, os estudos em humanos são baseados em observação. Você não pode fazer um estudo em que você intencionalmente administra paracetamol para gestantes. Então, nós temos que partir de estudos de que existe uma população que faz uso dessa droga, e nós comparamos os efeitos desses usuários em relação a indivíduos não expostos. Obviamente, há uma série de limitações em relação a esses estudos observacionais, muitas vezes retrospectivos, por exemplo, a mulher tem que lembrar o medicamento que ela utilizou na gestação. Isso, muitas vezes, é uma limitação. Outra limitação é que, muitas vezes, o diagnóstico das alterações nesses bebês é problemático porque ele acontece muitas vezes tardiamente e muitas vezes muito distante do período da gestação, ou seja, quando a criança já tem uma certa idade. Então, é difícil fazer esse vínculo entre um efeito que se observa tardiamente e a exposição gestacional.

Um outro viés que existe é o viés da indicação, ou seja, o argumento de que, talvez, os efeitos adversos que nós observamos nas crianças não sejam devidos ao uso do paracetamol, mas, sim, daquela condição que levou ao uso do paracetamol, como febre ou dor crônica. Mas, como a Dra. Bruna colocou, a maior parte do uso do paracetamol não está relacionada a essas condições de tratamento de febre, por exemplo. Então, há uma série de evidências mostrando que, de fato, essas associações possivelmente são verdadeiras.

Há, de fato, algumas incertezas em relação a esses estudos por conta dessas limitações, mas um dos objetivos do consenso também dessa comunicação foi motivar novas pesquisas acerca desse tema, ou seja, motivar a comunidade científica a produzir mais dados e que esses dados possam ser, ainda mais, confirmados. Então, existem incertezas em relação a esses dados, mas nós acreditamos que as evidências existentes já são suficientes para que seja dado um alerta, especialmente considerando essa percepção de que o paracetamol é uma droga isenta de riscos, a gestantes, a profissionais de saúde, para que essa falsa percepção de que o paracetamol é uma droga segura seja combatida e o paracetamol seja visto efetivamente como uma droga que tem riscos inerentes. Esses riscos precisam ser reconhecidos, de forma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o paracetamol possa ser usado somente quando necessário, e não para qualquer condição, pelo menor tempo possível e pela menor dose contínua.

Dessa forma, essa comunicação do risco precisa ser melhorada. Então, acho que um dos nossos objetivos é exatamente melhorar essa comunicação do risco, que atualmente é deficiente e passa a ideia errônea de que o paracetamol seria uma droga que não apresenta riscos para gestante e para o desenvolvimento fetal.

Eu acho que, da minha parte, inicialmente, era isso. Eu vou me colocar à disposição para, posteriormente, responder a outras perguntas e questionamentos.

E gostaria de dizer, por último, que o paracetamol ainda é o analgésico de escolha por falta de outras opções seguras. Algumas condições, como febre e dor crônica, também estão associadas a distúrbios do desenvolvimento fetal. Mas, a despeito disso... O uso do paracetamol precisa ser feito com mais racionalidade e com uma comunicação de risco mais eficiente.

Obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Dr. Anderson Martino Andrade. Mais uma vez, é uma honra muito grande estar com o senhor presente aqui nesta sessão histórica do Senado. Muito obrigado pelos dados.

Daqui a pouco, a gente volta com as perguntas que eu vou encaminhar a todos os que estão fazendo as suas exposições para quem se sentir confortável, nas considerações finais, efetivamente, poder responder.

Eu já vou passar aqui, agora, para a Sra. Valquiria Zago Matheus, que é Presidente da Associação Brasileira de Ayurveda.

Eu agradeço demais, Dra. Valquiria, a sua participação aqui. Eu sou um admirador da cultura *ayurveda*, essa tão tradicional medicina milenar. Queria lhe agradecer pela presença e lhe passar a palavra por 20 minutos, com a tolerância desta Casa, para que possa fazer a sua exposição sobre esse tema tão importante e ainda não tão debatido em nossa sociedade, que não tem tanta visibilidade ainda. O Senado está cumprindo o seu papel aqui para que a gente possa legislar sobre esse assunto, procurando dar qualidade de vida para os brasileiros com políticas públicas adequadas.

Muito obrigado pela sua participação.

A senhora está com a palavra.

O SR. VALQUIRIA ZAGO MATHEUS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada.

O áudio está bem audível? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Perfeito.

É uma honra, Senador, estar participando dessa sessão. Foi um aprendizado muito grande que eu tive com a explanação dos palestrantes anteriores. E é uma surpresa ter sido convidada essa semana e também é uma grande alegria estar podendo participar.

Eu acho que *recalls* como esse na medicina é que fazem com que a gente continue acreditando no Brasil e também com esperança de que a prática médica esteja sempre se aperfeiçoando.

Primeiro, eu preciso me apresentar um pouco brevemente para vocês entenderem minha trajetória como médica e como eu fui chegar ao *ayurveda*.

Então, eu sou uma médica já com formação... Esse ano eu fiz 30 anos de formada. Acho que sou uma geração até com alguma experiência. Minha primeira formação foi em ginecologia obstetrícia, justamente em alto risco. Então, eu vivi tudo isso que vocês estão falando do uso do paracetamol como uma medicação segura e eficaz. Da obstetrícia eu acabei migrando e fiquei na parte de diagnóstico por ultrassom, que mexia muito com a parte de obstetrícia, mas também com outras áreas da medicina.

Na prática do ultrassom, eu atuo atualmente no hospital onde eu estou agora me apresentando. Eu faço parte do grupo de fígado aqui. A gente faz as biópsias hepáticas aqui pelo SUS. E, como médica que faz parte da equipe, a gente vê muitos casos realmente de hepatite pelo paracetamol, hepatites químicas, que são sérias, às vezes até fulminantes. Então, a minha experiência clínica vem corroborar com a explicação dos palestrantes anteriores.

E, na minha prática de imagem, eu sentia falta de uma explicação a mais para muitas coisas de que os pacientes se queixavam, mas eu não encontrava na prática médica do diagnóstico por imagem, nem nos exames de laboratório. Então, por isso eu fui atrás do *ayurveda* e atualmente eu sou praticante há 12 anos do ayurveda. E acabei chegando, por causa do meu currículo, como chefe da Abra (Associação Brasileira de Ayurveda), da qual hoje eu sou representante como Presidente.

Bom, vamos lá. Eu vim aqui especificamente falar para vocês sobre alternativas que pudessem ser usadas ao paracetamol. Então, em primeiro lugar, eu queria dizer para vocês: se vocês pensam assim que o *ayurveda* vai ter uma erva em especial que vá substituir paracetamol, infelizmente eu não tenho essa resposta. Por quê? Justamente como falou a Dra. Bruna, o uso das ervas na gestante não tem estudo de controle de eficácia e de segurança especialmente. Então, o uso das ervas medicinais na gravidez é muito limitado por causa da falta desses estudos de segurança.

Mas o paracetamol da nossa experiência é usado para tratamento sintomático, como explicou o Anderson, tanto da febre quanto de manifestações dolorosas, de algias. Então, o *ayurveda* aborda a febre e as manifestações de dores de uma maneira particular e especial. O *ayurveda* não vai tratar os sintomas; o *ayurveda* vai buscar tratar as causas dos sintomas. Então, por exemplo, a febre o *ayurveda* entende um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estado em que o organismo ele está intoxicado e essa intoxicação se faz através de uma má digestão, que pode ser uma má digestão por alguma comida contaminada, alguma comida que esteja com qualidade boa, mas que o nosso organismo não esteja preparado para digerir, seja por condições bioquímicas do sistema digestivo ou até por condições mentais. Então, quando a pessoa não está com uma mente tranquila, o processo digestivo vai ser bloqueado e ela vai ter indigestão, mesmo com uma pequena quantidade de comida de boa qualidade.

Então, o *ayurveda* entende a febre como uma intoxicação e um bloqueio dos canais de sudorese. Essas toxinas vão bloquear os canais de sudorese e isso vai levar à febre. O.k.? O que a gente precisa é abrir os canais de sudorese, de acordo com o *ayurveda*, para que essas toxinas sejam eliminadas. E através do quê a gente usa isso? Através de técnicas que aqueçam o organismo, a gente chama de técnicas que provoquem sudorese.

Existe uma erva em particular, nesse caso, que é considerada digestiva e que existe metanálise para o uso na gravidez, que é o gengibre. O nosso famoso gengibre é seguro para uso na gestação e eficaz. Existem metanálises indicando isso. Então, o uso do gengibre seco na condição febril misturado com água morna, como 1g de gengibre seco, uma meia colher de café de gengibre seco misturado na água morna e consumido três ou quatro vezes por dia aumenta a temperatura do organismo e provoca a abertura dos canais de sudorese, fazendo com que essa febre diminua. Está certo? A água morna também é considerada sudoreica e digestiva. Então, a gente utiliza do que tem de mais simples e básico em casa para a gente poder orientar que as pessoas se automediquem com segurança, evitando o uso indiscriminado dos medicamentos químicos. E, por final, um cobertor. Um bom cobertor que vá ajudar aquele organismo a aumentar a temperatura dele e que faça com que os canais de sudorese fiquem abertos.

É claro, gente, eu estou falando das pequenas febres que estão em casa. Como eu transito desde a medicina da racionalidade tradicional do *ayurveda* – a gente tem as nossas tradições brasileiras também – até a medicina de alto risco dentro do hospital, então, eu tento conversar com todas as fases dos problemas. Se eu tiver uma hipertermia, 39, 40 que não cede, é claro que aí a gente não vai discriminar e a gente vai usar pontualmente os medicamentos químicos, sim. Mas, como explicou bem o Anderson, vai ser uma coisa pontual e não vai ser para ser usado diariamente em casa, no dia a dia. Bom, essa foi a explicação que eu teria para falar para vocês a respeito da febre.

Agora, sobre a parte das algias, das dores na gestação, a gente tem que ver a causa dessas dores. Para o *ayurveda*, a causa dos problemas está relacionada a três grupos principais: um deles é o uso da dieta incorreta; o outro é o estilo de vida incorreto; e o terceiro são as condições mentais a que essa pessoa se expõe. Eu vou tentar abordar brevemente isso aqui para vocês.

O *ayurveda* usa do sistema *tridosha* para explicar o aparecimento dos sintomas e das doenças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos *vata*, que é um *dosha* responsável pela nossa mobilidade; *pitta*, que é responsável pelo nosso metabolismo e digestão; e o *kapha*, que é responsável pela formação da estrutura corpórea, o.k.?

Existem alguns *links* pequenos, e eu vou tentar ser simplória aqui para vocês, mas o *dosha vata*, relacionado ao movimento, é o *dosha* que tem um *link* relacionado às dores. Então, a gente considera que qualquer manifestação de dor é um agravamento do *dosha vata* no organismo. E esse *dosha vata* tem algumas características que a gente vai pesquisar na pessoa, que são excesso de movimento, tanto físico quanto mental; excesso de secura no corpo, o.k.? Então, quando a gente encontra um corpo que está desidratado, com a pele seca, a gente encontra esses indícios de secura. A gente vai procurar leveza no corpo. Então, corpos mais magros, que normalmente se movimentam mais, têm dificuldade para ganhar peso, e às vezes até sendo desnutridos, a gente encontra também esse *dosha vata* em predominância. E por último, a característica de ser frio. Então, a frieza, o corpo que sente muito frio também está relacionado ao *dosha vata*.

Como eu falei para vocês, a gente vai pesquisar a causa da doença, e a causa das dores nas gestantes pode ser tanto da gestação, como pode vir de uma condição prévia à gestação. Então, tem pacientes que têm enxaqueca, tem pacientes que têm constipação. E, na gravidez, às vezes isso se torna mais brando ou mais intensificado, justamente por causa de toda a ocorrência da gravidez, da insegurança, do medo que a paciente tem. Então, o medo também é uma característica mental que é muito relacionada ao *dosha vata*. Então, em primeiro lugar, a gente quer tratar as causas desse agravamento de *vata*.

Na Índia, a gestante é tida como uma condição especial. Ela é privilegiada. No Brasil, também acontece um pouco isso, mas não em todos os ambientes. Então, dentro do ambiente da família, dentro do ambiente de trabalho, da convivência dela, a gestante normalmente é afastada das condições dela, para ela ter segurança, paz e poder ter uma gestação com boa qualidade, com segurança, especialmente da família que dá suporte para ela.

E muitas vezes, nas condições que a gente vê hoje no Brasil, há muitas mães sendo chefes de família, às vezes não tendo suporte nenhum. Então, a gente vê que elas estão trabalhando, elas estão cuidando da casa, estão cuidando dos filhos, às vezes são mães até do próprio marido, quando o têm.

Então, o *ayurveda* acaba sendo uma condição, às vezes, até um pouco utópica para a gente trazer para o nosso cenário. Mas eu acho que, assim, da utopia, a gente consegue extrair algumas coisas que podem se tornar realidade. Eu estou mostrando para vocês a realidade que eles pregam no *ayurveda* em condições ideais. Então, essa gestante ser protegida pela sociedade de uma maneira como se ela pudesse levar a gestação dela o mais calma possível, minimizando essas manifestações de dores, o.k.?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, inclusive na Índia, ela fica recitando mantras durante um período da gravidez, que é para fortalecer a mente, e a mente dela ficar forte para aguentar o processo da gestação e do puerpério, e especialmente do parto, que é uma condição bem delicada.

Aqui no Brasil, a gente não vai colocar gestante para recitar mantra, mas a gente pode, de acordo com a cultura da paciente, falar para ela fazer orações ou cânticos. Se a paciente é agnóstica, frases de empoderamento e autoafirmação positiva, com um certo cuidado também psicológico dessa mente da gestante para ela ficar tranquila. Então, segurança e tranquilidade são coisas que a gestante precisa durante esse período.

Em segundo lugar, vamos para as partes mais físicas das causas de dor. Então, se, por exemplo, a gente vai pesquisar a causa, se é uma gestante que tem constipação, a gente tem que tratar a causa dessa constipação. Se é uma paciente que é muito agitada, ela tem que ficar mais calma. Se faz uma atividade de movimento físico que é muito agitada, ela tem que reduzir esse tipo de atividade. Se é uma paciente que... Justamente essa atividade toda é que, às vezes, junto com a ansiedade, leva à constipação.

Investir em orientação alimentar. Então, uma dieta para o *ayurveda* tem que ter os seis sabores, tem que ser fácil de digerir. Uma dieta consumida crua vai provocar gases segundo a *ayurveda*. Então, uma dieta bem cozida, com uma boa quantidade de óleos bons, como azeites, manteigas boas... Azeites, óleo de gergelim, óleo de coco, todos prensados a frio, em uma boa quantidade, estimulam o intestino dessa paciente para que ele funcione e tenha menos complicações com constipação, além do uso das fibras, das verduras, dos legumes, mas de maneira cozida, para que faça com que esse intestino funcione de uma maneira melhor e a paciente tenha menos manifestações dolorosas no abdômen decorrentes da má digestão e da constipação.

Tem paciente, por exemplo... Outra coisa: enxaqueca elas têm muito. A enxaqueca vem diretamente da ansiedade, do estilo de vida corrido. Então, é justamente afastar essa gestante, ela ser remanejada para ter um estilo de vida mais calmo, minimizando essas condições. Existem alguns alimentos que também são relacionados à enxaqueca. Então, se ela puder evitar esses alimentos que estão relacionados à enxaqueca, como o consumo de muitos laticínios, muitas carnes, muitas coisas que são muito fortes, também isso vai reduzir essas manifestações.

Na infecção do trato urinário, deve ser pesquisado se existe uma outra condição por trás dessas manifestações e, então, tratar a causa da infecção de urina e estar sempre sendo realizados os exames de rotina. Se a paciente tem infecção de urina, acabam sendo utilizados esses exames para que a paciente receba o antibiótico adequado ou algumas outras substâncias.

Eu falei que eu sou muito apreciadora da cultura brasileira também. Então, eu tenho casos de gestantes em que eu acabei tratando a infecção de urina com o uso do abacaxi, que é um alimento que é usado pelo indígena brasileiro, que é alimento. A paciente já tinha passado por três antibióticos, não tinha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

melhorado com nenhum antibiótico, aí eu citei para ela que, na medicina tradicional indígena, as pessoas usam abacaxi. Ela me volta um mês depois e fala assim: "Doutora, meus sintomas urinários melhoraram e eu comecei a consumir o abacaxi, como a senhora orientou". Então, são coisas simples, mas que são pontuais, são específicas para cada caso de cada dor.

E, por último, gente, as dores de má postura. A gestante está sofrendo toda uma alteração do sistema musculoesquelético dela. Então, coluna, membros, isso tudo causa muita dor. Se essa paciente puder incluir algum tipo de atividade física, com alongamentos, com caminhadas, evitando posturas em que ela vá ficar muito tempo sentada ou sentada em postura incorreta... Então, também a equipe da fisioterapia, não só da fisioterapia, mas dos educadores físicos, trabalhando com essas gestantes e otimizando essa postura da coluna e condicionando esses músculos, vai fazer com que ela se sinta mais confortável e vai poder minimizar o uso dos medicamentos sintomáticos durante a gravidez.

Como vocês veem, é uma coisa multidisciplinar. É por isso que a gente inclui, o *ayurveda* é incluído nas práticas integrativas e complementares. Não é uma abordagem direta. Ela vai tratar a paciente como um todo, especificamente nesse período da gestação, que é muito delicado e merece uma atenção especial.

Então, muito obrigada. Eu não sei se vou conseguir permanecer aqui muito tempo para responder as questões de perguntas e respostas, mas eu fico à disposição no meu *e-mail* para estar respondendo tardiamente para vocês às questões.

E muito obrigada, mais uma vez, pela atenção que eu percebi que os senhores tiveram à minha explanação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – A gratidão é toda nossa, Dra. Valquiria Zago Matheus, ela que é Presidente da Associação Brasileira de Ayurveda. Inclusive, a senhora deu um olhar diferenciado – olha que bacana! –, que complementa, que soma e, pela sua experiência, pela sua atenção, a gente vê que a senhora é muito dedicada ao cuidar do ser humano.

E eu quero falar que é muito importante... Por exemplo, a homeopatia, na minha vida, fez uma diferença muito grande, sabe? Então, essa questão mais natural, eu acho que está na natureza muita coisa também e a gente precisa ter essa reflexão, investigar isso e buscar sempre informações.

Então, a Dra. Valquiria Zago Matheus está em São Paulo. Ela abriu uma oportunidade aí para estar participando conosco. Sei, já fui informado de que, pela sua agenda, a senhora não vai poder ficar muito tempo, mas eu lhe agradeço demais. Se tiver alguma pergunta específica para a senhora, a gente lhe encaminha depois, o Senado lhe encaminha e vai ficar registrado aqui.

Mas muito obrigado pela sua participação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Imediatamente aqui, eu já passo a palavra para o Dr. Etelvino de Souza Trindade, que é Membro da Câmara Técnica de Ginecologia e Obstetrícia do Conselho Federal de Medicina.

Muita honra, uma alegria recebê-lo aqui, mais uma vez, Dr. Etelvino. O senhor está sempre presente aqui conosco no Senado, na Câmara. Vou pedir à nossa Mesa para conseguir um crachá já para o senhor aqui para... (*Risos.*)

Fique à vontade.

O senhor tem 20 minutos, com a tolerância da Casa, se quiser usar mais tempo.

O SR. ETELVINO DE SOUZA TRINDADE (Para expor.) – Pois é, Senador. Muito prazer em estar aqui, agradeço por a Casa ter convidado o Conselho Federal de Medicina – o Dr. Hiran, nosso Presidente, e eu aqui, representando o Conselho Federal de Medicina.

Logicamente, como o senhor está propondo me dar um crachá, eu gostaria do título de Senador também, sem ter que concorrer à eleição. (*Risos.*)

Está tudo bem.

Bem, eu acho, antes de eu começar – eu vou fazer projeção –, que o Senador foi muito inteligente na divisão aqui das pessoas, como foi falado. Ele começa com a Profa. Bruna, que lida especificamente com obstetrícia, ou seja, tem a visão, entre aspas, umbilical do desejo, do sonho, da realização de uma coisa almejável e que dê bons resultados. Ele passa para uma circunstância, onde nós viemos debater, de que a ciência consegue descobrir uma luz nova de possibilidades que precisam ser aferidas. Então, vem o pesquisador. Em terceiro lugar, ele coloca uma visão de um resgate do humano, do resgate da natureza como resolutora dos problemas humanos, que são da natureza também. Então, são aprendizagens que a gente tem e que são úteis.

E deixa para o fim a situação nossa, ou seja, os organismos que estarão afetos em decorrência de uma iluminação, de uma perspectiva de possibilidades não boas e como os órgãos que normatizam, que regularizam e vão enfrentar o problema. Ou seja, o Conselho Federal de Medicina, como autarquia e como normatizador de ações médicas; o Ministério da Saúde, como executor, através do plantel de médicos que executa as ações; e a indústria, que tem interesses nisso também. É importante ouvir a indústria. Então, eu acho que a gente vai ter algum resultado salutar disso aqui.

A doutora aí está em um local... Carolina do Norte, aqui no Brasil, não é muito conhecida, mas, na Carolina do Norte, Charlotte é um dos maiores centros financeiros dos Estados Unidos. É uma cidade pujante, muito importante nos Estados Unidos, que, embora não repercuta aqui na América do Sul, é bem americana. Então, como bem americana, é bem rica e é bem dentro dos conceitos anglo-saxônicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós vamos falar sobre isso. E eu tenho que fazer a projeção porque eu faço um levantamento das coisas que acontecem para a gente chegar a algum...

Bem, eu, aqui, não estou conseguindo. (*Pausa.*)

Ah, não está ligado. (*Pausa.*)

Aí, então, você passa para mim.

É nesse aqui mesmo, não é?

O.k.

Desculpe, mas a tecnologia, para a gente que não é muito novo, sempre é meio complicada no uso.

Então, vamos a uma linha do tempo.

Vejam bem: o paracetamol em gestante é muito usado, como já foi falado aqui. É muito...

O que houve? Caiu? (*Pausa.*)

E eu o que faço?

O.k.

Ele é muito utilizado em toda a sociedade por ser entendido como seguro. Como as agências e o governo consideram a segurança, então, não fazem recomendações muito intensivas. No entanto, aqui no Brasil, se vocês forem observar a bula, verão que a bula da medicação faz referências, faz muitas referências de cuidado no uso, logicamente não no sentido, talvez, que a gente tenha que aprimorar, um sentido um pouco mais enfático, e eu acho que, talvez, a gente tenha que chegar a isso.

Os trabalhos que já apareceram sobre o assunto começaram a chamar atenção em 2018. E aí isso deu origem a uma primeira grande repercussão pública – abril de 2018 – e nessa época veja o que foi feito: foi feita uma avaliação do Drops. O Drops, aqui no Brasil, é a agência que faz a ratificação da pesquisa científica como sendo procedente e importante ou não.

E, dentro dessa avaliação, nós estamos falando de 2018, lembrem bem do seguinte, todos que estão nos ouvindo – parece que tem audiência externa e não é pequena –: a ciência praticamente recicla-se a cada cinco anos e isso cria o problema da transmissão do conhecimento de uma ordem da transmissão do conhecimento dos, entre aspas, "que sabem" para uma ideia de que indivíduo tem que procurar selecionar o conhecimento, o conhecimento próprio. Lembrando o seguinte: conhecimento é uma instância acima da informação. A informação existe disponível em várias instâncias. No entanto, o conhecimento significa análise da informação para você tirar a verdade da informação, porque a informação nem sempre é correta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, na época, a OMS já dizia isso, baseada nesse estudo, de o espectro autista possivelmente ser correlacionado com o paracetamol.

A agência americana – não, aí a gente ficou na OMS, não é? –, o CDC americano (Centers for Disease Control and Prevention) também fala a mesma coisa, que o espectro autista é uma... Como a percepção do mal é amplificada como espectro, ou seja, tem variáveis grandes com danos maiores ou menores, da mesma forma que o espectro é amplo, os fatores causais ainda não estão totalmente determinados. Então, a gente tem que inferir que também os agentes causais são amplos.

O NHS (National Health Service), do Reino Unido, United Kingdom, também fala a mesma coisa e, na análise dessa época, de 2018, nós estamos falando de uma coisa em que nós vamos chegar no atual, que é o 2021. Ele também chega... o próprio autor do trabalho, que vem de Israel, fala o quê? Ele fala que ainda têm que se confirmar mais coisas.

Aí você tem uma coisa que é importante na ciência, na consolidação de conhecimentos: na hora em que você publica um assunto, você tem um "n", o número de casos observados. E sempre o resultado, a não ser que a metodologia ou desenho do trabalho seja equivocado, o resultado é válido para aquele grupo que foi selecionado.

Então, digamos, entre aspas, "todo artigo científico já tem um viés", porque você selecionou o grupo que lhe interessou.

Mas aí todos os artigos que iniciam um novo conhecimento necessitam de ratificações por outros estudos. Por quê? Isso que eu observei num grupo selecionado repercute no estado vizinho? Repercute no país vizinho? Repercute no continente vizinho?

Então, é por isso que sempre terminam assim: que se precisa de mais estudos, não é diferente disso que nós vamos falar agora – eu voltei lá, não é isso não.

E a conclusão.

Até 2018, então, se fala do problema, mas não se aponta o paracetamol como uma coisa muito conclusiva.

Aí o que acontece? Qual é o cenário atual?

Nós estamos numa circunstância, em que você tem que primeiro pensar num processo epidemiológico. Se você pensa, por exemplo, no Brasil, com cerca de 3 milhões parto/ano, de uma população de 200 milhões de habitantes, você está com uma taxa de 0,1. E 0,1 dentro da medicina não é muito considerada. No entanto, existe um corolário disso que é importantíssimo, porque o Brasil já passou do bônus populacional e entrou na situação de país desenvolvido, onde a criança é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu participei de um Congresso Birth, quando eu fui Presidente Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia, e, quando eu adentrei na Vice-Presidência da Federação Internacional de Ginecologia e Obstetrícia, na Holanda, foi apresentada uma coisa referente a nascimento. Então, o autor falou o seguinte: o problema é que a Holanda não pode correr o risco de ter crianças deficientes, com déficit. A criança hoje é uma criança extremamente valorizada. Então, o 0,1, dentro de um conceito epidemiológico, na hora em que você tem populações fora do bônus populacional, você entra nesse critério e ele passa a ser de uma valorização diferenciada. Então, isso é que nós estamos discutindo aqui.

Então, foi feito esse trabalho.

É uma honra estar aqui com essas pessoas, como o Anderson, que está aqui. Ele também é um dos que escreveram o trabalho.

Ele... Bem, isso aí... O que o consenso diz o Anderson já falou. Não está passando. Às vezes passa, às vezes não passa.

Pronto.

E das recomendações.

As recomendações são essas que o Anderson falou. Na verdade, você tem um analgésico largamente usado, eficaz, que, dentro de circunstâncias específicas, faz um problema que é percebido com extrema gravidade na população que pode estar sujeita a ele. E você tem como substituir? Por enquanto, você ainda não tem, embora, na hora em que você procura o naturalismo e na hora em que você procurar a autorreflexão – o Senador mesmo falou de experiências próprias –, na hora em que você começa a ter reflexão sobre si próprio, sobre aquilo que é possível você dominar em si para você ter um pouco mais de resiliência, um pouco mais de paciência com a sua dor de cabeça, você vai chegar à conclusão de que a dor de cabeça, que é muito intensa e veio, digamos, de um período noturno, quando você vai repousar, por *inputs* muito importantes na sua vida, você vai descobrir que, na hora em que você desfaz da importância dos *inputs* que lhe trazem ansiedade, a dor de cabeça é esquecida. Essas coisas são importantes.

Mas também o Anderson falou: qual é o substituto do paracetamol? A aspirina, que tem problema também na gestação. Tem outros analgésicos usados, outros anti-inflamatórios? Tem, mas esses já estão codificados e já estão sabidos os riscos. Por isto que o Tylenol ficou, por isto que o paracetamol ficou: porque, até então, com o paracetamol, as agências não alertavam para esse risco.

E o grande problema é o problema talvez do mundo atual de informações massivas, em que as pessoas entendem informação como a verdade absoluta. Nós estamos transformando o cientificismo como o novo deus da sociedade, com um determinismo que a ciência não tem. A ciência precisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constituir ainda os parâmetros e as normativas para poder avançar. Então, essas são as recomendações que entendemos como válidas.

Bem, isso já foi dito, da conclusão. Quando a gente fala no meio, as pessoas já falaram as coisas suficientes e bem faladas. Eu acho que não adianta, porque às vezes eu ganho tempo aqui para o Senador. Estou querendo terminar isso aqui em menos de 20 minutos.

Também isso já foi dito, o problema das crianças. Vamos em frente.

Em muitos casos, o paracetamol é escolhido, é seguro, quando é usado em pequena quantidade, quando é usado por pouco tempo. Ainda se pensa como tal. Por que se pensa – também há uma certa leniência que a gente usa no uso de fármacos – que a gestante idealmente não deveria tomar remédio nenhum? Gestão não é doença. Gestação é normal, senão nós não estaríamos aqui. O problema é que as pessoas ficam intolerantes. A sociedade é hedônica. A sociedade não quer mais se preocupar, só quer se divertir. A sociedade não quer sentir dor, tem analgésico para tudo, tem anestesia para tudo. Então, as pessoas usam à larga mão. Na hora em que se usa à larga mão, entra numa situação que é vigente no mundo inteiro e é vigente aqui também no Brasil, e mais – um uso intensivo de medicações por automedicação. E as farmácias estão habituadas com isso. Se você for aos Estados Unidos, a medicação é *over-the-counter*, ela é vendida no supermercado, ela é vendida fora do balcão da farmácia, sem a receita. Aqui também o é, e aqui muito mais, porque todo mundo se julga no direito de falar: "Tome aí, isso aqui está bom". E toma, dá certo. Mas os resultados agora estão em inquirição. Esse é nosso problema.

Então, o FDA ainda ratifica o uso, o ACOG (American College of Obstetricians and Gynecologists) também acha que se deve continuar usando, por quê? Porque nós não temos um substituto. Esse é o problema. Os substitutos conhecidos são piores. Mas aí entra o que nós estamos discutindo aqui. O que nós estamos discutindo é: nós devemos continuar usando ou não? O Anderson falou que não é o caso de tirá-lo do perfil do receituário. Mas não é o caso também de ele ser usado à vontade pela paciente, de ela chegar na farmácia e usar. Não é isso?

Bem, as coisas que eu tenho, de um modo geral... Eu quero dar uma finalização aqui no seguinte aspecto: esse problema do que ocorre no Brasil. Nós temos que ver o Brasil como um país assimétrico. Então, geralmente, quando nós estamos nessa mudança de paradigmas sociais, culturais, o mundo vai mudar muito, com certeza, e isso está criando um viés que não é muito adequado, porque na hora em que você não tem parâmetros racionais e consensuais, a Justiça entra, e a Justiça entra como um mecanismo impositivo.

E a Justiça não está certa em tudo também. A gente é que tem exageros. Tem aqui e tem no mundo inteiro. E como é que a gente se preserva dessa Justiça? Você pode falar ou mesmo o advogado: "Eu não sei o que vai na cabeça do juiz". Ou seja, o juiz está acima da lei. E talvez, pelos contextos sociais, isso seja importante, porque senão seria só escrito; mas, se eu mato uma pessoa, tem circunstâncias atenuantes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou agravantes. E é isso que o juiz faz, porque um assassinato, que deveria ter, por exemplo, 30 anos de prisão, de repente não merece 30 anos, porque existe uma "legitimidade", entre aspas, da ação. Então, por isso é que existe o juiz. Só que o juiz se torna extremamente poderoso.

Então o Brasil precisa de controle, mas nós estamos dentro de uma Casa que faz os controles finais, que faz a lei. Se a gente também colocar, dentro desse produto, que ele não pode ser *off-label*, que ele tem que ser com receita médica, nós temos áreas do Brasil em que às vezes uma medicação seja importante.

Eu não sei se é possível e se o país tem competência e tem situação viável para que constasse ou fosse obrigatório, ao disponibilizar o dispensador da medicação, pegar a informação: "A senhora está grávida?" – para ir mandar para o médico antes. Não sei se isso é possível. Mas talvez seja possível o quê? A bula ser mais enfática em que gestante não deve usar essa medicação sem o médico receitar.

E isso cria um conhecimento que vai repercutindo, dando eco e, no fim, talvez a gente consiga preservar muitos problemas de crianças – que são valorizadas – que vão dar despesa, vão dar angústias, vão dar ansiedade para a família que não esperava aquilo que veio a acontecer.

Então acho que é mais ou menos isso que a gente tinha que falar, e eu consegui só em dois minutos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado. Nós agradecemos profundamente ao Dr. Etelvino de Souza Trindade, membro da Câmara Técnica de Ginecologia e Obstetrícia do Conselho Federal de Medicina, inclusive após a sua belíssima explanação. Eu lhe agradeço, e vai ficar nos *Anais* da Casa toda a exposição que o senhor fez no PowerPoint.

Mas a sua colocação, a sua sugestão, inclusive, de alternativas é muito importante, porque, a partir desta audiência pública, nós vamos formular, é o nosso dever. Com o conhecimento que a gente está tendo hoje aqui, ouvindo os especialistas, ouvindo cientistas, ouvindo médicos, é a nossa obrigação tentar melhorar a qualidade de vida das pessoas e prevenir equívocos que vão impactar na saúde.

Então, a Adriana já está ali anotando, e essa sua sugestão foi muito importante aqui para a gente ver caminhos.

Na verdade, a gente não percebe, mas, como bem colocou o Dr. Etelvino, com medicações, com essa cultura química e tudo que veio para ajudar e fazer parte da tecnologia, da inteligência humana, sendo aplicada para melhorar a qualidade de vida... Se não fossem os remédios hoje também, certas descobertas... Mas o que a gente não pode é abusar. E a gente tem que perceber exatamente que a ciência vai evoluindo e vai mostrando os danos de que a gente antes não tinha conhecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, as pessoas estão adoecendo hoje por causa de medicamentos, e isso está muito claro nas nossas famílias, no nosso círculo de amizade. Tem documentários que mostram isso, Netflix, uma série de situações que são estarrecedoras. E é aquela teoria do sapo na panela, em que vai aumentando ali a temperatura e você não vai percebendo e você está adoecendo e você morre intoxicado mesmo. Pessoas que hoje a gente tem... O senhor falou de ansiedade. Quem não conhece alguém que só dorme com remédio? Quem não conhece alguém que... E aí tem uma frase aqui da terra da Marcela...

Você nasceu aqui, Marcela?

A SRA. MARCELA A. MONTANDON (*Fora do microfone*.) – Nasci aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Pronto! Marcela, que vai falar daqui a pouco, é Presidente do CRM do Distrito Federal.

Eu gosto muito de um cantor daqui, de um grupo chamado Legião Urbana, sempre gostei, e tem uma frase do Renato Russo em que ele diz o seguinte... Olhe só a profundidade disso aqui, e tem uma esfera espiritual e o ser humano é integral, é integral. Ai ele diz:" Tudo é dor, e toda dor vem do desejo de não sentirmos dor". Então, essa história de não sentir dor... E aí eu vou para o campo físico, mas o mental, o emocional, está muito provado, por algumas teorias – provado eu não posso dizer em todos os campos da ciência e tudo –, tem em vários livros, que a gente vê que a mágoa, o rancor desembocam em algum problema grave depois na sua vida se você não souber trabalhar isso. E tem relação para tudo aí, medicina chinesa, enfim. Mas o ser humano vai buscar isso e vai conseguir sempre com sabedoria, porque a gente tem que ter muito cuidado.

E aqui eu quero dizer para vocês que estão nos assistindo que nós fizemos uma audiência pública no meio da pandemia, num momento ali de escuridão em que a gente vivia, de medo, e a gente fez aqui, no *bunker* do Senado, porque isso aqui estava tudo fechado, e para a gente deliberar sobre auxílios naquele momento para que as pessoas pudessem sobreviver, microcrédito para tentar... Foi um momento difícil que a gente viveu do auxílio emergencial, e a gente teve que trabalhar muito aqui durante a pandemia. E aqui para nós, o Senado foi exemplo no mundo, foi o primeiro Parlamento – e eu quero parabenizar a equipe do Prodasen –, o primeiro Parlamento a abrir sessões deliberativas rapidamente, articulou-se com a tecnologia, com as deliberações remotas que a gente usa até hoje. Pudemos aqui ouvir especialistas, e antes a gente não tinha essa possibilidade, essa via remota não estava no nosso radar. Mas durante aquele momento difícil nós... Tem assuntos que são proibidos. E a gente sabe do poder econômico do *lobby* da indústria. Não é brincadeira. E aí vem a indústria da maconha, vem a indústria do aborto, a indústria das vacinas. Enfim, você não podia falar de certos assuntos porque a tua rede caía, porque não sei o quê... E se a gente não pode questionar certas situações: se tinha médicos, se tinha pesquisadores com contraponto... Por que é que a gente não vai ouvir se tinha médicos trazendo metanálise, resultados que, hoje, estão se comprovando de alguns medicamentos do tratamento preventivo ou precoce?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tive, na minha família, casos que deram resultado, e não se podia falar isso. Aí fica o questionamento: quantas pessoas poderiam ter sido salvas se a gente não tivesse esse patrulhamento?

Aí foi falado na OMS... Com todo o respeito à OMS, ela vai, no meio da pandemia... Sabe o que é que ela disse que era essencial? Todo mundo com medo, num momento difícil, aí ela diz que o aborto é essencial! Dá para entender? A OMS – a Organização Mundial da Saúde. Aborto é morte. E ela vai colocar como uma coisa essencial, no meio de uma pandemia em que as pessoas não podiam fazer cirurgia, pois ficou bloqueado um monte de coisa. É um negócio surreal o que a gente vive, mas a verdade vai prevalecer e a justiça também.

Então, eu quero saudar aqui a presença do Sr. Rafael Camargo, que é assessor do Senador Luis Carlos Heinze e que estava acompanhando esta sessão e veio, fez questão de vir, pessoalmente, com o seu filho aqui. E ele estava dizendo: "Gostaria de parabenizar por esta importante iniciativa. Sou gaúcho e resido em Brasília. Minha esposa está grávida. Vamos ter uma menina e, realmente, não tínhamos conhecimento desses estudos relacionados ao paracetamol. Aqui, no Distrito Federal, já recebemos indicações de obstetras para a utilização de paracetamol na gestação".

Aí ele faz uma pergunta. Já vou fazer a dele aqui e, depois, eu vou ler as demais. Ele pergunta: "O paracetamol, na gravidez, pode aumentar o risco de autismo e TDAH?". Outra pergunta que ele faz: "Existe algum medicamento que possa ser administrado por grávidas sem consequências ao feto? Dipirona, por exemplo?".

Então, daqui a pouco, esses seus legítimos questionamentos, que batem com alguns dos que a gente está recebendo aqui, nós vamos passar, porque muitas dúvidas são suscitadas com tudo isso.

Então, eu acho que tudo, Dr. Etelvino, é uma questão de consciência. O que a gente está fazendo aqui é despertando consciências. Isso é muito bom. Como o senhor falou, para o olhar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – É a pessoa parar para olhar, sair do automático: "Espera aí, estão falando ali o Dr. Etelvino, a Dra. Bruna, o Dr. Anderson. Olha que interessante aquilo. Vou me observar".

E essa questão de não sentir dor, eu fui uma vítima de entrar nessa de não querer sentir dor e tomar, ficar tomando... Eu vou falar o nome que já foi falado aqui também: o Tylenol. Eu era viciado em Tylenol. Qualquer coisa, eu ia para o Tylenol. Então, o estrago que eu tenho já, em algumas situações, com relação ao fígado, talvez, tenha alguma relação, não posso afirmar, mas eu usei, durante um bom período da minha vida adulta, da infância e da adolescência. Isso eu não quero para ninguém.

Se puder, de alguma forma, evitar que as pessoas entrem nessa de forma automática... Porque, como o senhor falou, no Brasil e nos Estados Unidos você compra lá no Walgreens, aqui você compra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nas farmácias daqui, você vai, e tem lá vários tipos. Aí eles vão inventando, no *marketing*, para vender, eles colocam lá o seguinte: "Para dormir"... Aí, ele bota o Tylenol para usar à noite, o Tylenol PM. Gente, aí tem vários tipos, tem as cores todas... É um negócio assim... É fascinante, para você ir lá e resolver seu problema.

Só que eu bati na mesa um dia, quando eu tive acesso a uma pesquisa, e disse: "Eu não vou tomar". E doeu, mas doeu uns dois dias. Eu pegava assim, eu pegava... Eu estava lá ainda em casa... Eu pegava e: "Não, não vou". E essa desmamada, como chamam, foi dolorida, mas eu comecei a aprender que tenho que segurar a dor, tenho que segurar a dor, e isso foi me libertando desse negócio, entendeu?

Vamos ouvir agora a Dra. Marli...

A Marli está conectada ou não?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Está conectada?

Então, pronto. Ótimo.

Vamos ouvir a Dra. Marli Martins Sileci, Vice-Presidente Executiva da Associação Brasileira da Indústria de Produtos para o Autocuidado em Saúde.

Muitíssimo obrigado pela sua participação aqui, pela sua paciência. Eu não sei de que estado a senhora está conectada – daqui a pouco a senhora fala –, mas muito obrigado. Sua presença é muito bem-vinda aqui, no Senado Federal!

A senhora tem 20 minutos, com a tolerância da Casa, para poder colocar seu ponto de vista e fazer a sua exposição.

Muito obrigado, Dra. Marli.

A SRA. MARLI MARTINS SILECI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Perfeito, Senador. Nós é que agradecemos pela oportunidade.

Eu estou conectada de São Paulo.

Então, bom dia a todos os presentes!

Bom dia, Exmo. Sr. Senador Eduardo Girão e demais Senadores e Senadoras presentes!

A Acessa é uma entidade que reúne os principais fabricantes nacionais e internacionais de medicamentos isentos de prescrição, os chamados MIPs, e representamos também os demais produtos do autocuidado em saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em primeiro lugar, eu gostaria de parabenizar V. Exa. por proporcionar, em audiência pública, o debate de um tema tão importante para a saúde e que, junto com os representantes aqui presentes, merece muita atenção e seriedade técnica para um debate de elevado nível.

Nós protocolaremos, junto ao gabinete do senhor, um ofício contemplando os subsídios técnicos para essa discussão que, eventualmente, possam colaborar nessas discussões relativas ao uso do paracetamol por gestantes, que é o objeto desta audiência pública.

Assim, peço a gentileza de, se possível, que esse documento a ser protocolado seja futuramente anexado e compartilhado no *site* desta audiência juntamente com os demais documentos que foram brilhantemente apresentados aqui pelos colegas representantes, fazendo constar dos autos desta audiência a contribuição técnica da Acessa a este debate.

Como eu disse, o documento técnico será protocolado, mas eu apenas gostaria de evidenciar rapidamente que, na literatura mais recente, não foi identificada nenhuma evidência que valide um vínculo causal contra o uso do paracetamol durante a gravidez e problemas do desenvolvimento fetal.

Apenas para exemplificar rapidamente, a Agência Europeia de Medicamentos realizou uma avaliação da literatura médica em 2022 e descobriu que as informações que desafiam a segurança do uso do paracetamol durante a gravidez são – abro aspas – "inconclusivas" – fecho aspas. Esses reguladores concluíram ainda que advertências adicionais nos rótulos ou embalagens de paracetamol não seriam suportadas nessa fase.

Seguindo aqui com os exemplos, a FDA declarou, em julho de 2022, que, abro aspas:

> Avaliou estudos de pesquisas sobre paracetamol, sempre com uso durante a gravidez, publicados na literatura médica e determinou que esses estudos são muito limitados para fazer recomendações neste momento [fecho aspas].

Além disso, a FDA conduziu uma revisão da segurança do uso do paracetamol durante a gravidez em 2015, e, em 9 de janeiro de 2015, a FDA emitiu um alerta de segurança após essa revisão que concluiu, abro aspas:

> Nós descobrimos que todos os estudos que revisamos têm possíveis limitações em seus projetos. Às vezes os estudos acumulados sobre o tema continham resultados conflitantes que nos impediram de tirar conclusões confiáveis. Como resultado, nossas recomendações sobre como os analgésicos são usados durante a gravidez permanecerão as mesmas neste momento.

Muito bem, essa é a nossa rápida contribuição, mas nós permanecemos totalmente à disposição para levar este e todos os demais pontos técnicos numa ocasião oportuna ao gabinete de V. Exa.

Muito obrigada pela oportunidade mais uma vez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Nós é que agradecemos, em nome do Senado Federal, à Dra. Marli Martins Sileci, Vice-Presidente Executiva da Associação Brasileira da Indústria de Produtos para o Autocuidado em Saúde.

Estava recebendo uns dados aqui agora – depois estarão abertos também para a senhora, se quiser se manifestar, assim como para todos os outros convidados aqui.

A própria Fiocruz, a Fundação Fiocruz, centenária aqui no Brasil, fez uma publicação dizendo que paracetamol causa mil e quinhentas mortes em dez anos nos Estados Unidos. E, como já foi dito aqui, a maior *causa mortis* por medicamento do mundo está ligada ao paracetamol.

Então nós estamos diante aí de uma coisa que a gente precisa olhar, ter um olhar com relação a isso. A revista *Veja*, tradicional revista aqui do Brasil, em 2013, já há bastante tempo, disse que – se atualizar isso aqui, deve dar muito mais – o segmento de analgésicos movimenta 2,6 bilhões por ano no Brasil – 2,6 bilhões, com "b" de "bola" e "i" de "índio"! É uma indústria poderosa que nós temos aqui no nosso país.

Vamos sequenciar: agora nós vamos ouvir a Dra. Marcela Montandon, que é Presidente do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal. Ela é ginecologista e obstetra.

Muito obrigado pela sua presença. A senhora tem 20 minutos, com a tolerância da Casa, para a sua exposição.

A SRA. MARCELA A. MONTANDON (Para expor.) – Bom dia a todos.

Muito obrigada, Senador Eduardo Girão, por estar aqui. Eu acho que estamos aqui num momento que é um divisor de águas ao falar do uso do paracetamol, não só como Presidente do Conselho, mas como uma obstetra que atua diuturnamente com obstetrícia em meu consultório.

O importante a ressaltar aqui sobre o uso do paracetamol, que já foi dito anteriormente tanto pela Dra. Bruna quanto pelo Dr. Etelvino, é que se trata de uma droga usada indiscriminadamente por todas as pessoas, não só pelas gestantes. Hoje temos uma cultura de que sentir dor equivale a usar medicação. E as gestantes, durante a gestação, trazem muito isto para elas: sentiu dor? Tem que ter um remédio. Recentemente, recebi uma paciente que já me mandou mensagem, dizendo que estava gripada, se podia tomar um analgésico, um antitérmico, um remédio para o nariz e um remédio para alergia...

Nós estamos deixando de alertar essas pacientes de que todo uso de medicação tem um risco e temos que – e eu vou voltar aqui a dizer o que a Dra. Bruna já disse anteriormente – ressaltar que um dos nossos pilares bioéticos é a não maleficência, ou seja, primeiro não causar dano. Eu acho que todo médico diante de uma, principalmente, gestante tem a responsabilidade com o binômio materno-fetal, e essa responsabilidade precisa ser discutida com a gestante. Existe a indicação? O que pode ser feito antes de se usar uma medicação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não temos que causar pânico nas gestantes. As situações em que precisamos do uso das medicações são extremamente bem-vindas: não tem como tratar uma infecção sem o uso de um antibiótico, uma vez que estamos diante uma infecção bacteriana. Mas existem situações em que podemos usar outras medicações e, muitas vezes, existem dores que você pode tratar por meio de mudanças, como já foi dito anteriormente, na dieta, na postura, buscando-se uma vida mais saudável, com atividade física, e não se iniciando o uso de medicação.

Então, Senador, o uso do paracetamol é um uso indiscriminado, principalmente entre os obstetras. Por quê? Porque existe esse consenso de que é uma droga segura. Difícil falar em segurança; estamos vivendo tempos inseguros, e na gestação – eu sempre falo para as minhas gestantes – ela está vivendo o momento mais sublime no qual está cercada e plena em todo o seu sistema imunológico, diferentemente do que a gente escuta, de que a gestante tem uma situação em que está deprimida. Não, nós temos na gestação o momento em que a gestante está em plenitude da sua vida. Então temos que usar esse momento – não é, Dra. Bruna? – para a gestante.

Acho que hoje é um momento em que precisamos que todo médico – não vou dizer só obstetra, mas também os médicos da família, todo médico –, quando estiver diante de um atendimento a uma paciente, uma gestante, discuta o uso da medicação: "Olha, esse medicamento pode trazer danos, porque não existe nada isento de riscos. É necessário o uso dessa medicação? Não seria necessário você mudar seu estilo de vida?". Isto é o que a gente tem trazido na nossa prática clínica, resgatando o que anteriormente, antigamente, nossas mães, nossas avós faziam: alimentar-se bem, procurar ser saudável, praticar atividade física, para se diminuírem os riscos de estresse que causam esses principais incômodos que fazem com que essas gestantes usem essa medicação indiscriminadamente.

Então acho que aqui é o momento de trazer essa gestante para dialogar com a gente, no momento em que a prescrição é feita por esse uso indiscriminado de uma medicação que, futuramente, pode ser prejudicial não só para aquela mãe mas também para aquele bebê.

Seriam essas as minhas contribuições.

Agradeço a oportunidade de estar aqui debatendo esse relevante tema, não só para os médicos mas também para a sociedade no todo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Dra. Marcela Montandon, que é Presidente do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal.

Eu vou passar as perguntas e eu queria, se pudesse, dois minutos para a gente fazer o encerramento, porque a gente já está num horário um pouco espremido para fazer esse encerramento. Eu acho que a maioria das perguntas já foram respondidas aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gabriela Alves, do Ceará: "Existe a possibilidade da morte do feto por uso do paracetamol?";

Vitoria Rodrigues, de Roraima: "Como investir numa conscientização acerca do uso desse medicamento para gestantes sendo ele de fácil acesso em farmácias?";

Clarysse Lopes, de São Paulo: "Quais os possíveis danos que o paracetamol pode causar ao feto e qual seria a dose ideal para que a gestante diminua esses riscos?";

Fabricio Aquino, do Distrito Federal: "Quais outros medicamentos podem ser usados para conter os riscos, cumulativamente ou não?";

Clarissa Saraiva, do Ceará: "Os riscos deveriam constar não só na bula do remédio como também na própria caixa do remédio".

Dra. Bruna, dois minutos, eu peço que a senhora, se possível, possa responder a isso e fazer suas considerações finais.

A SRA. BRUNA PITALUGA (Para expor.) – Nós não temos nenhum estudo mostrando a respeito de morte fetal, mas também não temos estudos que sejam 100% isentos de interferências. Então, essa é uma afirmação sobre a qual eu não posso dizer nem que sim nem que não.

Como nós falamos aqui anteriormente, não existe nenhuma medicação que seja um substituto. Todas as medicações são avaliação de risco-benefício na gestação, exatamente porque o metabolismo materno é único e, em cada trimestre de gestação, também é único. Se existe algum tipo de dose ideal, nós não temos esses estudos. Então, o que nós temos como orientação no momento é a menor dose pelo menor tempo possível. O que é esse cálculo de dose? Eu acho que muito mais do que isso é não banalizar a prescrição e não utilizar o paracetamol de quatro em quatro horas, porque eu acho que essa é uma grande questão que deve ser tirada em relação a esta audiência.

E qual é a outra? Perdão, Senador, desculpe-me. E se existe uma dose cumulativa.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. BRUNA PITALUGA – Existe uma dose cumulativa e os trabalhos mostram isto: quanto mais a paciente utiliza a dose, mais cumulativo fica e, quando essa concentração vai aumentando no cordão umbilical, maiores são as relações que são encontradas depois nos estudos, principalmente em relação ao neurodesenvolvimento – estudos publicados em jornais de epidemiologia europeus, agora, em 2021.

Quero agradecer, Senador, mais uma vez, a oportunidade de dar voz a esses estudos, a esses pesquisadores e o respeito que nós devemos ter às pesquisas que são realizadas, não só neste país... A Universidade do Paraná, do Anderson, é uma das grandes universidades do mundo que publicam a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

respeito de Origens Desenvolvimentistas da Saúde e da Doença (DOHaD). Para quem me conhece, sabe que é uma paixão.

E eu quero mais uma vez agradecer a esta Casa por ter recebido esse tema e ter aberto oportunidade para essa discussão. Eu tenho certeza de que quem está aqui conosco vai no mínimo sair daqui com um pouco de incômodo em relação à banalização da prescrição dessa droga durante a gestação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado.

Eu fui informado de que a Dra. Janini Selva Ginani, que é Coordenadora-Geral de Saúde Perinatal e Aleitamento Materno do Ministério da Saúde está *online*, é isso? Porque eu tinha perguntado e parece que não estava. Mas ela está *online*?

Então, perdão aí, eu quero passar para a senhora a palavra para a senhora ficar com o mesmo tempo de todos, 20 minutos.

A SRA. JANINI SELVA GINANI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Não, imagina, Senador. Eu acho que a gente está caminhando para o final.

Eu queria deixar uma fala e agradecer à Casa pelo convite ao Ministério da Saúde.

Reitero que eu acho que a professora fez uma fala muito esclarecedora na questão do uso do paracetamol, assim como qualquer uso de medicamento durante a gestação, que tem que ser bem cuidada. A gestação e o aleitamento materno são imprescindíveis para a mulher e para a criança.

Então, enquanto Ministério da Saúde, a gente tem como premissa do sistema o uso racional de medicamentos. Acho que, em consonância com o Colégio Americano de Obstetrícia e Ginecologia, seguimos informando às gestantes os riscos da automedicação e estamos à disposição para discutir tecnicamente também os (*Falha no áudio.*)... pesquisas, não só dessas, mas de outras que sejam de interesse da população materno-infantil.

Então agradeço bastante. Não vou me delongar mais porque já estamos caminhando para o final. E agradeço a oportunidade de estar aqui com vocês, representando o ministério nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, viu, Dra. Janini Ginani, que é Coordenadora-Geral de Saúde Perinatal e Aleitamento Materno do Ministério da Saúde. Perdão aí, foi um equívoco meu aqui. Eu tinha passado, achando que a senhora não estivesse *online*. Mas eu lhe agradeço a oportunidade. Este vai ser o primeiro, a gente vai fazer nesta Comissão outros debates nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado pela sua presença, pela sua mensagem.

Dr. Etelvino de Souza Trindade, suas considerações finais.

O SR. ETELVINO DE SOUZA TRINDADE (Para expor.) – Primeiramente, quero agradecer a todos que estiveram presentes neste debate, nesta audiência – pelo que estou entendendo aqui, muito mais os que estão *online* do que os que estão presentes, mas aos presentes pela pachorra de estar aqui este tempo todo nos ouvindo.

Em nome do Conselho Federal de Medicina, representando o Dr. Hiran, a casa CFM se sentiu honrada de estar aqui. Eu, como participante e como indicado para tal, senti-me muito grato de participar com pessoas tão competentes, tão esclarecedoras. Eu aprendi bastante com isso aqui. Eu não exerço obstetrícia, como eu disse no início. E eu espero que realmente isso aqui dê o resultado que a gente almeja.

Uma das perguntas era a respeito de como fazer a viabilização disso aqui. Eu acho que eu mudaria um pouquinho a pergunta do ouvinte para: como nós vamos entregar um produto referente a isso? A viabilização seria uma entrega de um produto, porque, se não, se a gente ficar só tentando viabilizar, nós caímos só em diletantismo e discussões e não chegamos a resultado final.

Muito obrigado a todos. Foi uma honra estar aqui presente. Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – A honra foi nossa, Dr. Etelvino de Souza Trindade, membro da Câmara Técnica de Ginecologia e Obstetrícia do Conselho Federal de Medicina. Leve meu abraço ao Dr. Hiran. Muita paz aí para vocês e parabéns pelo trabalho.

O Dr. Anderson está *online* ainda? (*Pausa.*)

Está *online*.

Eu lhe passo a palavra agora, Dr. Anderson Joel Martino Andrade, Professor da Universidade Federal do Paraná, um brasileiro que participou dessa pesquisa que emitiu uma declaração de consenso que alerta para os riscos e sugere recomendações para o uso do paracetamol para gestantes de todo o mundo, que foi publicado em 2021 pelo periódico *Nature Reviews Endocrinology.*

O senhor tem a palavra por dois minutos. Muito obrigado.

O SR. ANDERSON JOEL MARTINO ANDRADE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Girão.

Eu gostaria novamente de parabenizá-lo pela iniciativa de trazer este debate para o Senado e para a população em geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos meus comentários finais, eu gostaria de dizer que, apesar das incertezas em relação a alguns estudos, as evidências provenientes dos estudos observacionais com humanos e dos estudos com modelos animais são suficientes para que a gente ao menos emita um alerta em relação ao uso indiscriminado do paracetamol e para que essa falsa percepção de que o paracetamol é uma droga isenta de riscos seja minimizada e haja maior consciência por parte de uso da população e também dos profissionais de saúde no sentido de alertar os seus pacientes para que esse uso durante a gestação seja minimizado, seja utilizado na menor dose possível pelo menor tempo possível. É uma avaliação do risco e do benefício, que deve ser avaliado pelo médico, em conjunto com a sua paciente, com a gestante, a fim de minimizar esses riscos. Se há ainda incertezas em relação a alguns desses estudos, as evidências que existem, por outro lado, são suficientes para que esse alerta seja dado e para que nós adotemos uma política de comunicação de risco mais eficiente.

Como que isso poderia ser feito na prática? Em primeiro lugar, o primeiro passo é isto que nós estamos fazendo aqui: alertando a comunidade médica e pacientes a respeito desses potenciais riscos. E a gente pode trazer outros elementos para o debate. O Dr. Etelvino comentou, por exemplo, sobre mensagens mais assertivas na bula do medicamento.

Como já foi comentado aqui, esses medicamentos estão disponíveis nas farmácias, em gôndolas de fácil acesso a qualquer paciente, inclusive gestantes. Eu me lembro de que há algum tempo a gente tinha os medicamentos, mesmo que dentro de prescrição, atrás do balcão, ou seja, era possível serem comprados sem prescrição, mas existia pelo menos a necessidade de conversar com o farmacêutico, e esse farmacêutico poderia, por exemplo, alertar a respeito desses potenciais riscos sobre a gestação, alertar para que a gente sempre procure um médico para fazer o uso mais correto.

Ou seja: eu acho que essa iniciativa inicial já é um grande passo para que a gente comece a ter um uso mais racional do paracetamol, especialmente por essa população vulnerável, que são as gestantes.

Obrigado novamente pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Dr. Anderson Joel Martino Andrade. Muitíssimo obrigado mesmo e parabéns pelo seu trabalho. Ele é Professor da Universidade Federal do Paraná e participou desse estudo impactante.

Dra. Marli Martins Sileci, Vice-Presidente-Executiva da Associação Brasileira da Indústria de Produtos para o Autocuidado em Saúde.

Dois minutos para as suas considerações finais.

Muito obrigado.

A SRA. MARLI MARTINS SILECI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Perfeito. Obrigada, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, em minhas considerações finais eu gostaria de repassar que faz parte da missão da Acessa promover o uso racional dos medicamentos isentos de prescrição.

O Senador Girão comentou, no início desta sessão, sobre os prejuízos à saúde no caso de uso contínuo, doses exageradas, e nós concordamos em número, gênero e grau. Realmente, como o senhor mesmo disse, a gente não pode abusar. É preciso chamar a atenção para o uso racional.

E no que consiste o uso racional? De modo geral, o medicamento isento de prescrição, o MIP, deve ser usado por curtos períodos de tempo e somente para o alívio dos sintomas do dia a dia. E, como entidade, nós fazemos questão de reforçar a importância daquele alerta largamente propagado: se persistirem os sintomas, um médico deverá ser consultado. Isso deve ser absolutamente respeitado.

É claro que a gestante tem uma condição diferente, e o próprio artigo recomenda que o medicamento deve ser usado com indicação médica, justamente pela questão importantíssima que a Dra. Bruna acabou de colocar: a avaliação risco-benefício deve ser feita sempre.

De qualquer forma, a gente tem a certeza de que esta iniciativa vai trazer ótimos resultados. Só a iniciativa de chamar a todos para este debate já é um ótimo começo, Senador.

Então, eu agradeço, em nome da Acessa, mais uma vez pela oportunidade de participar deste debate tão importante para todos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Nós é que agradecemos a presença da senhora, Dra. Marli Martins Sileci, Vice-Presidente-Executiva da Associação Brasileira da Indústria de Produtos para o Autocuidado em Saúde.

Antes de encerrarmos a reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior e da ata desta reunião.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Então, as atas, que agora estão aprovadas, serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Agradecendo a presença de todos os palestrantes, foi muito importante e rica em informações e vai ficar, com certeza, nos *Anais* desta Casa, na história.

Vamos propor sim, já estávamos conversando aqui ao pé do ouvido, Dr. Etelvino e a Dra. Marcela, sobre algumas alternativas para resguardar a sua saúde, saúde dos brasileiros, qualidade de vida e uma vida cada vez mais saudável, para que a gente possa legislar sobre isso no Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado pela sua audiência.

Se puder, repercuta, porque vidas podem ser salvas, sofrimentos poupados. Repercuta esta audiência pública, porque vai chegar à pessoa certa, na hora certa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 9 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 06 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 34ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e zero minutos do dia vinte de dezembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Luis Carlos Heinze, Veneziano Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Izalci Lucas, Flávio Arns, Mara Gabrilli, Roberto Rocha, Lasier Martins, Mecias de Jesus, Zenaide Maia, Paulo Paim, Alessandro Vieira, Fabiano Contarato, Marcos do Val e Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Marcelo Castro, Nilda Gondim, Maria do Carmo Alves, Eduardo Girão, Giordano, Lucas Barreto, Daniella Ribeiro, Jayme Campos, Carlos Portinho e Leila Barros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1802, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, a fim de considerar os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias como profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, para a finalidade que especifica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovada a apresentação, ao Plenário do Senado Federal, do Requerimento nº 66, de 2022, que requer urgência para a matéria. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 214, de 2016 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a aposentadoria especial dos guardas municipais e dos agentes das autoridades de trânsito segurados do regime geral de previdência social." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (*Ad hoc*), substituiu Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5652, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, a fim de prever um intervalo para o valor mínimo a ser estipulado em sentença condenatória para reparação de danos causados à saúde pública." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Concedida vista ao Senador Paulo Paim, nos termos regimentais. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 746, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta inciso VII ao art. 15 e art. 120-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a manutenção da qualidade de segurado das vítimas, diretas ou indiretas, de desastres ambientais e catástrofes naturais e o ressarcimento dos benefícios concedidos e das contribuições inviabilizadas em decorrência dos eventos citados e dá outras providências." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de três emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2965, de 2021 - Terminativo -** que: "Acrescenta § 2º ao art. 16 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para equiparar a filho do consumidor titular de plano privado de assistência à saúde seu enteado, bem como a criança ou o adolescente que seja por ele tutelado ou que, por determinação judicial, esteja sob sua guarda; e altera o § 2º do art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para promover equiparação análoga em relação a filho do segurado do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) ." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 47, de 2022** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Cidadania, Ronaldo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vieira Bento, informações sobre as razões que levaram o Ministério da Cidadania a reduzir drasticamente os valores pagos ao Programa Alimenta Brasil, substituto do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), fazendo com que até maio de 2022 o gasto seja de apenas R$ 89 mil reais, praticamente extinguindo esse importante programa de aquisição de alimentos e combate à fome." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 55, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 38/2022 - CAS, com o objetivo de instruir o PL 5983/2019, que "regulamenta o exercício profissional de acupuntura" sejam incluídos como convidados o Prof. Waldecir Paula Lima Coordenador do Fórum dos Conselhos de atividades Fim da Saúde do Estado de SP (FCAFS-SP) e o Dr. Jean Luis Degrande de Souza, Presidente da Sociedade Brasileira de Acupuntura e Pics/SBA." **Autoria:** Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 60, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Erik Alencar de Figueiredo, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre o processo de publicização de dados pelo IPEA e sobre o conteúdo da Nota Pública da Presidência do IPEA nº 12, que trata da expansão do programa Auxílio Brasil e seus impactos à segurança alimentar dos brasileiros." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 66, de 2022** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, III, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei nº 1802, de 2019, que "altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, a fim de considerar os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias como profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, para a finalidade que especifica"." **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Projeto de Lei da Câmara n° 42, de 2013 - Não Terminativo -** que: "Regulamenta a profissão de Salva-Vidas. " **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao Projeto e às Emendas nº 1-CAS, 2-CAS e 3-PLEN, nos termos da Emenda nº 11-CCJ (Substitutivo), e contrário às demais emendas. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CAS, 2-CAS e 3-PLEN, nos termos da Emenda nº 11-CCJ-CAS (Substitutivo). Antes de encerrar a reunião, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e três minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sérgio Petecão
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/12/20

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados a esta Comissão.

A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital, nas deliberações nominais, bem como nas matérias terminativas. Aqueles que não conseguirem registrar o seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente. A secretaria providenciará para que o voto seja computado no painel de votação. (*Pausa.*)

Temos aqui a presença do ilustre Senador Veneziano e já temos um quórum de seis Senadores e Senadoras.

Temos um projeto cuja relatoria é do Senado Veneziano Vital do Rêgo. Vamos lê-lo aqui – é o item 1 da pauta –, enquanto os colegas dão o quórum necessário para que nós possamos fazer a votação.

PROJETO DE LEI N° 1802, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, a fim de considerar os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias como profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, para a finalidade que especifica.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao Projeto.

Concedo a palavra ao Senador Veneziano para a leitura do relatório.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Como Relator.) – Meus cumprimentos, Presidente Sérgio Petecão, meus cumprimentos aos presentes e aos Senadores que remota e presencialmente encontram-se para que nós deliberemos nesta provável última reunião da Comissão de Assuntos Sociais. O ensejo me permite e sugere que eu o cumprimente, Senador Petecão, como também os demais membros deste Colegiado, por ter, mesmo num ano atípico, porque, afinal de contas, estivemos em meio a processos eleitorais, e, mesmo assim, a Comissão de Assuntos Sociais não deixou de cumprir, rigorosamente, as suas atribuições, debatendo, deliberando e enfrentando os temas propostos, sugeridos pelos seus integrantes.

A proposta legislativa sobre a qual me coube apresentar relatório, e do qual faço a leitura, Sr. Presidente, versa sobre um assunto muito importante, tendo em vista estarem em meio a este tema os interesses dos milhares de agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, Projeto de Lei nº 1.802, que tem por objetivo de acrescentar o art.2º-A à Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, que regulamenta o §5º do art. 198, dispondo sobre os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias e deixando expresso que são considerados profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, para fins do disposto na alínea "c" do inciso XVI do *caput* do art. 37 da Constituição Federal.

A iniciativa da proposição é de S. Exa. o Deputado Afonso Florence, tendo sido aprovada na Câmara dos Deputados e encaminhada a esta Casa para a sua revisão, nos termos previstos no art. 65 da Lei Maior.

Não há emendas ao presente projeto de lei.

A análise, Presidente Sérgio Petecão, companheiros e companheiras.

Compete a esta Comissão opinar sobre o presente projeto de lei, nos termos previstos no art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

No que concerne ao exame da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da presente iniciativa, cumpre registrar que, nos termos do art. 48, *caput*, da Constituição Federal, cabe ao Congresso Nacional, com a sanção presidencial, dispor sobre todas as matérias de competência da União.

E o §5º do art. 198, também da Constituição Federal, estabelece que lei federal, portanto, da competência da União, disporá sobre o regime jurídico, o piso profissional nacional, as diretrizes para os planos de carreira e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

às endemias, matéria sobre a qual dispõe a presente proposição, ao dispor que esses agentes são considerados profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, para fins do disposto na alínea "c" do inciso XVI do *caput* do art. 37 da Constituição Federal.

Por seu turno, a referida alínea "c" do inciso XVI do *caput* mencionado do Estatuto Magno excepciona da vedação de acumulação remunerada de cargos públicos, desde que haja compatibilidade de horários, o exercício de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, que é exatamente o que pretende a proposta legislativa cuja aprovação nós estamos ora a defender.

Assim, ao dispor que os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias são considerados profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, o projeto de lei do Deputado Afonso Florence que ora estamos a analisar está estabelecendo que esses profissionais podem acumular o exercício do respectivo cargo ou emprego público com outro, desde que também privativo de profissional de saúde e com profissão regulamentada e desde que haja compatibilidade de horários.

Cabe, a propósito, ressaltar que a Lei nº 11.350, de 2006, que está sendo alterada pela presente proposição, regulamenta a atividade profissional dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias, definindo, entre outras características, as respectivas atribuições (arts. 3º e 4º), os requisitos de formação técnica exigidos (estando presentes nos arts. 6º e 7º), o piso salarial profissional (previsto no art. 9º-A), sendo, portanto, o diploma legal mais apto para que fique explícito que esses profissionais da área de saúde incluem-se entre os que podem acumular o exercício do respectivo cargo ou emprego público com outro, nos termos do previsto na alínea "c" do inciso XVI do *caput* do art. 37 da Constituição Federal, conforme é o objetivo da iniciativa sob nossa análise.

Por outro lado, cumpre afastar eventualmente o entendimento equivocado, Presidente, no sentido de que a matéria do presente projeto de lei teria a sua iniciativa reservada ao Presidente da República, por tratar de matéria atinente a regime jurídico de servidor público.

Tal entendimento não deve prosperar, pois a reserva de iniciativa em tela diz respeito ao regime jurídico dos servidores públicos da União e territórios e a proposição que estamos a analisar não está dispondo sobre matéria que diz respeito aos servidores públicos especificamente da União, mas sobre a matéria comum a servidores que podem ter vínculos funcionais com qualquer dos entes da Federação, vale dizer, portanto, a União, os estados, os municípios e o Distrito Federal. Logo, não cabe aplicar aqui a cláusula de reserva de iniciativa inscrita no art. 61, §1º, inciso II, "c", da Constituição Federal.

A propósito, trazemos à colação entendimento do Supremo Tribunal Federal que já decidiu no sentido de que a restrição constitucional do §1º do art. 61 não comporta interpretação ampliativa: "A iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume e nem comporta interpretação ampliativa, na medida em que, por implicar limitação ao poder de instauração do processo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legislativo, deve necessariamente derivar de norma constitucional explícita e inequívoca". Foi assim que ressaltou o Relator Ministro Celso de Mello em julgamento no ano de 1992.

Logo, não cabe, portanto, estender o raio de alcance da reserva do 61, §1º para que abranja projetos de lei, como este que nós estamos a apreciar, que regulamentam matéria comum a servidores públicos de todos os entes federados, estando a proposição em pauta em plena harmonia com a Carta Magna.

Devemos, ainda, registrar que, embora a proposição tenha sido aprovada na Câmara dos Deputados com apenas um único artigo com seu texto normativo, sem dispositivo adicional com a cláusula de vigência, como é de praxe, tal fato não é impedimento ao seu acolhimento pelo Senado Federal, uma vez que o art. 1º do Decreto 4.657, do ano de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro) prevê tal hipótese ao estipular que, salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país 45 dias depois de oficialmente publicada.

Assim, entendemos que não é necessário aprovarmos emenda, inserindo cláusula de vigência ao projeto de lei em pauta, pois uma tal emenda poderia dar ensejo a discussões sobre eventual necessidade de a proposição retornar à Câmara dos Deputados – com os prejuízos e consequências que bem nós conhecemos: a postergação de uma conquista plenamente justificada e justa – ou abrir possibilidade para que a futura lei possa ser questionada na legitimidade de sua tramitação.

Finalizando, Sr. Presidente, de outra parte, quanto ao mérito, entendemos que a presente proposição deve ser acolhida pela integralidade desta Casa, na medida em que faz justiça aos agentes comunitários de saúde e aos agentes de combate às endemias, garantindo-lhes o direito previsto na Lei Maior, o que lhes permitirá obter melhores condições de vida e também em proveito da administração pública e da sociedade a que servem.

Nosso voto, Sr. Presidente, portanto, em face do que nós expusemos, é o de opinar pela constitucionalidade, pela juridicidade e pela regimentalidade do PL nº 1.802, do ano de 2019, e, no mérito, pela sua aprovação.

Eis o nosso relatório, Sr. Presidente.

Eu gostaria de fazer uma rápida consideração, abordando que este ano nós tivemos, no primeiro semestre, este amplo debate, do qual V. Exa. participou diretamente, quando a Casa se permitiu estabelecer, votar e aprovar aquilo que vinha há mais de uma década sendo uma pretensão cobrada por parte dos milhares, de mais de 400 mil senhoras e senhores agentes comunitários e agentes de combate às endemias, estabelecendo o piso salarial nacional.

Eu me recordo muito bem de que todos nós, à unanimidade, acolhemos esta pretensão. E agora, ao concluirmos os trabalhos legislativos do ano de 2022, seria e será – e tenho a plena convicção de que os demais outros companheiros também assim entendem – pertinente e justa a demanda apresentada,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proveniente da Câmara dos Deputados, sob a subscrição do Deputado Afonso Florence, de podermos acolher e garantir a esses profissionais que tanto se dedicam.

Faço um adendo porque tive a experiência própria, Presidente Sérgio Petecão, de gestor público em minha cidade, enquanto Prefeito durante dois mandatos, em Campina Grande, no Estado da Paraíba. Tive uma relação direta, relação essa que me deu a enxergar a importância e a qualidade dos préstimos garantidos pelos profissionais agentes comunitários e agentes de combate às endemias, que, muitas das vezes, em condições extremamente difíceis de acesso, difíceis para o trabalho, sob condições climáticas adversas, nunca deixaram e nunca deixam de cumprir rigorosa e religiosamente as suas atribuições.

Penso, portanto, Sr. Presidente, que não estamos fazendo senão justiça a essa demanda apresentada por essas categorias, como também hoje pautada está uma outra matéria importantíssima que é o reconhecimento do Congresso Nacional ao estabelecer a fonte que garantirá o salário-base aos profissionais da enfermagem, técnicos, auxiliares e parteiras. Essa também foi uma discussão que nós travamos durante todo o ano. Conseguimos superar e vai ser votada hoje a PEC, proveniente da Câmara dos Deputados, fatalmente tendo de todos nós, sensíveis a essa demanda, a sua aprovação.

Obrigado, Sr. Presidente, por V. Exa. ter me distinguido para relatar essa proposta legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Primeiro, eu quero agradecer ao Senador Veneziano. Hoje cedo ele já me ligava para que nós pudéssemos – como vamos ter sessão no Senado às 10h – nos antecipar e avançar na nossa agenda.

Então, parabenizo o Senador Veneziano, pois o projeto é da maior importância. Ontem, tenho certeza de que não tem um Senador aqui que não tenha recebido uma ligação do pessoal da enfermagem. Eles estão numa articulação e numa mobilização grande.

Se Deus quiser, nós vamos votar o projeto que vai, com certeza, melhorar a situação dos enfermeiros do Brasil.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Vou adiar a votação por falta de quórum.

Logo que tenhamos aqui o quórum, reiniciaremos e colocaremos em votação. (*Pausa.*)

Senador Veneziano, eu gostaria de nomeá-lo como Relator *ad hoc,* se V. Exa. assim entender. O relatório, na verdade, é do Senador Alessandro Vieira.

Item 2 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 214, DE 2016 (COMPLEMENTAR)

- Não terminativo -

Dispõe sobre a aposentadoria especial dos guardas municipais e dos agentes das autoridades de trânsito segurados do regime geral de previdência social.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

A matéria consta da pauta desde a reunião de 06/12/2022.

Esta Presidência convida o Senador Veneziano para ser Relator *ad hoc* porque entendemos que este projeto também é da maior importância.

Vamos lá.

Concedo a palavra ao Senador Veneziano para a leitura do relatório

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Como Relator.) – Só um instante, Sr. Presidente.

Se a assessoria pudesse me disponibilizar um texto impresso, eu agradeceria.

Pois bem, Sr. Presidente, mais uma vez agradecendo, com muita honra, a designação na condição de Relator *ad hoc*, faço a leitura pelo Relator, Senador Alessandro Vieira.

Vem a exame nesta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2016 – Complementar, de autoria de S. Exa. o Senador Paulo Paim, que tem por objetivo conceder aos homens aposentadoria especial, aos 30 anos de contribuição e, pelo menos, 20 anos de atividade como guarda municipal ou agente de autoridade de trânsito. Para as mulheres, o prazo seria de 25 anos de contribuição e, no mínimo, 15 anos na citada atividade profissional.

O autor, Senador Paulo Paim, registra que, ao tempo da apresentação da proposta, o Congresso Nacional apreciava projeto de lei complementar, de autoria parlamentar, para regulamentar a aposentadoria especial dos servidores públicos que atuam como guardas municipais ou agentes de trânsito, submetidos ao regime especial de aposentadoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo ele, ficariam excluídos os agentes submetidos ao Regime Geral de Previdência Social. Percebendo essa omissão legislativa, em relação a categorias que exercem, em condições de risco – e não há dúvidas disso –, relevantes funções em prol da sociedade, é que o proponente pretende conceder isonomia aos membros dessa categoria, com o texto sugerido.

À proposição não foram apresentadas emendas.

Passemos à sua análise.

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o disposto no art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais discutir e votar projetos de lei que versem sobre questões atinentes à legislação previdenciária.

Sob o aspecto formal, no que tange à iniciativa do presente projeto de lei, não vislumbramos óbice algum de natureza jurídica ou constitucional.

A disciplina da matéria é de competência legislativa da União, como reza o art. 22, XXIII, da Constituição Federal, e se inclui entre as atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da Constituição Federal). Também os requisitos de adequação às regras regimentais foram devidamente respeitados.

Quanto ao mérito do projeto, não há reparos a fazer, Sr. Presidente Sérgio Petecão. Guardas municipais e agentes da autoridade de trânsito são categorias respeitadas e relevantes, que merecem toda a atenção do legislador, mormente quando correm risco no desempenho de suas atividades. Reconhecemos o desgaste que essas atividades produzem sobre as condições físicas e mentais dos trabalhadores que a elas se dedicam.

A proposta, em seu conteúdo, traz uma combinação de tempo de contribuição com tempo de atividade nas condições inerentes ao trabalho dos guardas municipais e agentes de autoridades de trânsito. Dos homens são exigidos 20 (vinte anos) de serviço e 30 (trinta) anos de contribuição. Das mulheres, para o recebimento do benefício especial, exigem-se 15 (quinze) anos de serviços e 25 (vinte e cinco) de contribuição.

Atualmente, a aposentadoria especial é concedida ao segurado que tiver trabalhado durante 15, 20 ou 25 anos, conforme o caso, sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física. Os prazos constantes da proposta, portanto, não são estranhos ao nosso ordenamento previdenciário e parecem adequados às atividades associadas à segurança no trânsito. Efetivamente, esses profissionais exercem suas funções em ambientes de poluição sonora e ambiental.

O segurado deverá comprovar, além do tempo de trabalho, efetiva exposição aos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física, pelo período equivalente ao exigido para a concessão do benefício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997, firmou-se a exigência de que a comprovação da exposição seja feita por meio do perfil profissiográfico do trabalhador e laudo técnico de condições do ambiente de trabalho (LTCAT), executado por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho, com indicação da existência de tecnologia de proteção coletiva.

Como dissemos, as condições de trabalho que geram direito à aposentadoria especial devem ser comprovadas pela efetiva exposição do segurado aos agentes nocivos. Nesse sentido, se um guarda municipal ou um agente de autoridade de trânsito preencher os requisitos previstos nos artigos 57 e 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, terá assegurado o direito à aposentadoria especial.

A proposta que estamos a analisar, então, traz o reconhecimento legal de que as condições em que trabalham os guardas municipais e os agentes das autoridades de trânsito justificam a concessão de aposentadoria, com prazos mais reduzidos, tendo em vista que há elementos, no trabalho deles e no seu entorno, que podem prejudicar a saúde e a integridade física desses segurados.

Nesse sentido, ela está de acordo com o §1º do art. 201 da Carta Magna, que permite a adoção de requisitos e critérios diferenciados, nessas hipóteses. Cabe à regulamentação da matéria definir as condições em que o trabalho desses contribuintes prejudica a saúde e coloca em risco a integridade desses agentes.

Cremos, por fim, que o financiamento desse benefício será custeado, com impacto orçamentário nulo, nos termos do §6º do art. 57 da Lei nº 8.213, de 1991, que estabelece um adicional de contribuição para os empregadores que operam com esses riscos de danos à saúde e à integridade. Reconhecida a condição especial desses trabalhadores, caberá aos empregadores, responsáveis pelos riscos, ampliar as suas contribuições.

O voto, Sr. Presidente Sérgio Petecão.

Feitas as devidas considerações, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2016, de S.Exa. o Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Coloco a matéria em discussão.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Bem rápido, Presidente, só complementar.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Vamos conceder a palavra ao Senador Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Eu cumprimento...

Esse projeto quem relatou foi o Senador Veneziano, não é?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – É.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Eu queria, primeiro, cumprimentá-lo pelo brilhante relatório. Ele foi *ad hoc* porque era o Alessandro Vieira, o Relator anterior.

O presente projeto é simples, pretende garantir aos guardas municipais, aos agentes de trânsito do regime geral da previdência o direito à aposentadoria especial. Para os homens, fixa a vigência de 20 anos de serviço, comprovada a exposição aos agentes prejudiciais à saúde e à integridade física. Para as mulheres, 15 anos de serviço efetivo sob condições prejudiciais à saúde, à integridade física, e 25 de contribuição.

O Congresso Nacional precisa, claro, regulamentar essa matéria. Há uma expectativa muito grande.

Os guardas municipais, os agentes de trânsito sem dúvida exercem atividade perigosa. A legislação hoje não é clara. Ela se torna omissa em relação aos guardas municipais e agentes de fiscalização de trânsito. São profissionais que atuam em condições de alto risco. Esses trabalhadores estão expostos à possibilidade de sofrerem acidentes a qualquer momento ou mesmo agressão física.

Portanto, somos totalmente favoráveis ao relatório.

Cumprimento o Senador Veneziano, o Senador Alessandro.

Que essa matéria, então, com o apoio dos nossos pares, seja aprovada. A expectativa é muito grande.

Desde já agradeço a V. Exa. por ter pautado a matéria, Presidente, Senador Petecão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Temos quantos Senadores já? Dez?

Maravilha! Falta apenas um Parlamentar, um Senador. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário do Senado. (*Pausa.*)

Voltamos ao item 1. Como já colocamos a matéria em discussão, vamos colocar em votação o projeto do Relator Veneziano Vital do Rêgo, que, inclusive, já leu o relatório.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Presidente, se V. Exa. me permite...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Só um pouquinho, Veneziano. O Paim acho que pediu a palavra, não foi, Paim?

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu só queria ver, se possível, se você pudesse colocar na pauta o projeto que regulamenta a profissão de salva-vidas, do ex-Deputado Nelson Pellegrino, que, hoje, está no Tribunal de Contas da Bahia. Já tem o relatório e eu apenas acompanhei o relatório do Senador Humberto Costa, que foi aprovado, por unanimidade, na CAE. Se puder botar em pauta...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – O.k. O Veneziano pediu a palavra. Em seguida, eu já boto o seu projeto.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Pela ordem.) – Não, Presidente, é breve. Em face às razões que nós temos do objeto do projeto, que teve a unanimidade, felizmente, e eu quero agradecer a todos, ao reconhecer a importância da proposta legislativa que confere esse alcance aos agentes comunitários, se nós poderíamos – não sei se por meio de um requerimento verbal ou, necessariamente, por escrito – dar urgência à apreciação, em Plenário, desta iniciativa. Quem sabe ainda tivéssemos condições de fazê-lo antes que concluamos as atividades em Plenário? É este o pedido que eu dirijo a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em votação o requerimento de urgência para a matéria apresentada pelo Senador Veneziano.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a apresentação do requerimento, este vai ao Plenário do Senado Federal. (*Pausa.*)

Atendendo ao apelo do Senador Paulo Paim, consulto os Srs. Senadores sobre o requerimento do Senador para a inclusão extrapauta do PLC nº 42, de 2013, que regulamenta a profissão de salva-vidas.

Os Srs. Senadores que aprovam a inclusão extrapauta queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Estou a incomodá-lo. Eu queria pedir permissão a V. Exa. para me dirigir ao Plenário da Casa, para que abramos as atividades.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – O.k. Nós agradecemos a sua valorosa contribuição a esta Comissão.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Peço desculpas pela ausência, agradecendo, desde já.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) –

EXTRAPAUTA

ITEM 10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2013

Regulamenta a profissão de Salva-Vidas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas nº 1-CAS, 2-CAS e 3-PLEN, nos termos da Emenda nº 11-CCJ (Substitutivo), e contrário às demais emendas.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para proferir seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Eu sei que nós temos ainda sessão no Plenário, que era para se iniciar às 10h. Então, eu vou sintetizar aqui.

Análise.

Não obstante o fato de que a proposição já foi objeto de análise no âmbito desta Comissão, seu retorno é devido à análise das emendas apresentadas, que impõe a reiteração, ainda que sucinta, das razões do nosso parecer.

Eu iria diretamente, Sr. Presidente...

Já naquele parecer, contudo, apontamos para o fato de que o projeto merecia aperfeiçoamentos e chegamos mesmo a indicar algumas emendas, e, por entendimento global, volta à Casa neste momento.

A mesma percepção se encontrou nas demais Comissões em que a matéria tramitou, que, invariavelmente, optaram por emendá-la. Esse entendimento atingiu seu ponto mais elaborado justamente na emenda substitutiva apresentada pelo Senador Humberto Costa na CCJ, que incorporou de forma integral as preocupações mais relevantes trazidas pelos membros das demais Comissões envolvidas.

Nesse sentido, havemos por bem, neste momento, aceitar, na íntegra, esse substitutivo, aprovando a proposição na forma do parecer da CCJ.

É este o parecer, Sr. Presidente.

Peço o voto, mediante o exposto, já que já foi discutido amplamente nesta Comissão.

Diante dos fatos, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2013, na forma da Emenda nº 11 – CCJ (Substitutivo), com a incorporação, em seu texto, das Emendas nºs 1-CAS, 2-CAS e 3-PLEN, nos termos do parecer da CCJ, e pela rejeição de todas as demais.

Este é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 11, da CCJ e CAS, Substitutivo.

A matéria será encaminhada ao Plenário. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Senador Paulo Paim, V. Exa., como uma das grandes autoridades desta Comissão e um grande colaborador que sempre nos ajudou, nós temos aqui o Projeto nº 5.652, que altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, a fim de prever um intervalo para o valor mínimo a ser estipulado em sentença condenatória para reparação de danos causados à saúde pública, a relatoria é do Senador Alessandro Vieira, se V. Exa. pudesse nos ajudar, seria importante.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 5652, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, a fim de prever um intervalo para o valor mínimo a ser estipulado em sentença condenatória para reparação de danos causados à saúde pública.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1- A matéria consta da pauta desde a reunião de 06/12/2022.

2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Eu posso fazer um resumo, Presidente, se assim V. Exa. entender, o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, está nomeado o Senador Paim como Relator *ad hoc.*

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – É o item 3?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – É o item 3, Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, a proposição pretende alterar a lei relativa ao Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad) para estabelecer que o juiz, na sentença condenatória de crimes relacionados à produção e ao tráfico de entorpecentes, fixará um valor mínimo para a reparação dos danos causados à saúde pública, entre 2 a 2 mil salários mínimos; e também prevê que os valores serão depositados em conta em favor do Sistema Único de Saúde (SUS).

Segundo o autor, a ação de agentes praticando tráfico de drogas causa grandes danos à saúde pública, esses danos têm custo elevado e, na falta de verba para financiar a provisão da saúde pública, há a ausência do serviço ou sua prestação deficitária para o atendimento da demanda ordinária. Dessa forma, a lei deve prever, na condenação, a indenização pelos danos causados.

A matéria foi aprovada pelas Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados de forma terminativa. Porém, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania foi apresentado, mas não aprovado, voto em separado do Deputado Wadih Damous, do PT do Rio de Janeiro, pela inconstitucionalidade, antijuridicidade e má técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do Projeto 4.947, de 2016, por uma série de motivos que ele elenca.

Sr. Presidente, esses são os dados que tenho aqui sobre esse projeto, mas, por incrível que pareça, Presidente Petecão, há um pedido aqui da assessoria do PT no sentido de que eu peça vista desse projeto, pedido que me chegou aqui agora, Presidente. Entendem os assessores, e assim é a orientação do Líder, que o projeto é interessante, mas merece que o debate sobre ele seja aprofundado.

Já que V. Exa. me designou para fazer o relatório *ad hoc*, eu poderia apresentar, o mais rápido possível, as considerações que venham no sentido de aprimorar a matéria em pauta.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – O.k., Paim. Nós agradecemos a sua leitura e, já atendendo o seu pedido, concedo vista ao Senador Paim nos termos regimentais.

Está concedida a vista, Paim. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradecemos aos Senadores que participaram desta reunião. (*Pausa.*)

Nós agradecemos a todos os membros desta Comissão. Esta é a nossa última reunião... (*Pausa.*)

Paim... Paim, fique à vontade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Permita-me primeiro cumprimentá-lo por seu trabalho brilhante na Presidência desta Comissão, um Senador que está acima, eu diria, das divergências ideológicas e políticas partidárias e pensa o bem comum.

Nesse sentido, Presidente, o Líder Paulo Rocha, que também é seu admirador, fez que chegasse às minhas mãos, na correria aqui, um requerimento. Se V. Exa. permitir que eu o leia rapidamente, é curto.

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 38/2022 - CAS, com o objetivo de instruir o PL 5.983/2019, que "regulamenta o exercício profissional de acupuntura" sejam incluídos como convidados o Prof. Waldecir Paula Lima, Coordenador do Fórum dos Conselhos de Atividades Fim da Saúde do Estado de SP (FCAFS-SP), e o Dr. Jean Luis Degrande de Souza, Presidente da Sociedade Brasileira de Acupuntura e Pics/SBA.

Esse é o pedido do Líder Paulo Rocha. É uma audiência pública que já está marcada, para que sejam incluídos esses dois convidados, se V. Exa. permitir.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – O.k., Paim, esse é o item 7 da nossa pauta.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 55, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 38/2022 - CAS, com o objetivo de instruir o PL 5983/2019, que "regulamenta o exercício profissional de acupuntura" sejam incluídos como convidados o Prof. Waldecir Paula Lima Coordenador do Fórum dos Conselhos de atividades Fim da Saúde do Estado de SP (FCAFS-SP) e o Dr. Jean Luis Degrande de Souza, Presidente da Sociedade Brasileira de Acupuntura e Pics/SBA.

Autoria: Senador Paulo Rocha (PT/PA) e outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Encerrando nossos trabalhos, queremos agradecer a todos os Senadores e Senadoras. Esta é nossa última reunião desta Comissão.

Eu pedi para que nossa assessoria fizesse um levantamento. Nós temos a informação de que esta Comissão foi a que mais produziu aqui na nossa Casa, aqui no Senado. Se não fosse a contribuição de todos os membros da Comissão, temos aqui mulheres guerreiras que sempre estão participando e nos motivando, e Senadores também, que foram de fundamental importância para o trabalho aqui da nossa Comissão de Assuntos Sociais.

Antes de encerrarmos a reunião, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião e desejo a todos os presentes, à imprensa, aos nossos colaboradores da Comissão, um feliz Natal e que possamos ter um Ano-Novo repleto de muita felicidade, mais uma vez agradecendo aos membros desta importante e valorosa Comissão do Senado Federal.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REMOTA.

Às oito horas e cinquenta e nove minutos do dia treze de dezembro de dois mil e vinte e dois, no Remota, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Subcomissão Temporária de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência com a presença das Senadoras Mara Gabrilli, Nilda Gondim e Zenaide Maia. Deixa de comparecer o Senador Romário. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Apresentação de Relatório das ações da Subcomissão**. **Finalidade:** Apresentação de Relatório das ações da Subcomissão Temporária de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência. **Resultado:** Aprovado o Relatório. Antes de encerrar a reunião, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e trinta minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Subcomissão Temporária de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/12/13

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Temporária de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião tem como objetivo a apresentação do relatório das ações da Subcomissão.

Informo que a reunião tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado* e da Rádio Senado, que transmitirão ao vivo a presente reunião.

Eu quero destacar para todas as pessoas que nos acompanham que o tema da pessoa com deficiência é um tema valorizado por todos os Senadores e Senadoras. Apesar de esta Subcomissão ser composta por cinco Senadores e Senadoras, o que é normal para uma Subcomissão, quero dizer, com toda ênfase, que os assuntos, os desafios, as leis, as audiências são um ponto importante de debate para todo o Plenário do Senado Federal.

Então, eu quero, nesse sentido, valorizar o trabalho feito e pedir, inclusive, para as pessoas que nos acompanham para que enviem sugestões de tópicos, de temas, de debates, de necessidades de legislação para que, no próximo ano, o trabalho possa continuar.

Eu quero, inclusive, dizer que, na área da pessoa dentro do espectro autista, recebemos inúmeros pedidos e também solicitações, principalmente de regulamentação da área dos centros de atendimento, desde a identificação até o atendimento, avaliação, apoio para a família, atendimento da criança, do adolescente, do adulto... Já participamos de audiências públicas inclusive com famílias cujos filhos estão dentro do espectro autista e que não contam com o atendimento adequado. Tudo isso, essas preocupações das famílias, das pessoas, dos profissionais constituem também, sem dúvida alguma, preocupações da Subcomissão e também de todos os Senadores e Senadoras.

Então, que a leitura desse relatório – tem alguns tópicos que foram abordados – sirva como um referencial, como uma sugestão para o grande desafio de transformarmos direitos em realidade.

Eu passo a fazer a leitura, então, do relatório de uma forma resumida. E o relatório numa forma mais detalhada fica à disposição de quem quiser também na Comissão de Assuntos Sociais e na Subcomissão de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência. Leio, então, a síntese do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Subcomissão Temporária de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência foi recriada com a aprovação do Requerimento nº 8, de 2021, da Comissão de Assuntos Sociais, aprovado na 5ª Reunião da Comissão, em 3 de agosto de 2021.

A Subcomissão tem como finalidade discutir questões relacionadas à inclusão das pessoas com deficiência de maneira ampla, visando melhorar as políticas públicas, bem como o aperfeiçoamento do marco legal da área.

Cabe à Subcomissão, além de opinar sobre matérias legislativas atinentes ao seu tema, realizar audiências públicas para aprofundar as discussões sobre proposições e ainda trazer ao Senado Federal os temas de interesse da sociedade brasileira, particularmente das pessoas com deficiência.

Esta Subcomissão é composta por cinco membros titulares, a saber: Senador Flávio Arns, minha pessoa, (Presidente), Senadora Mara Gabrilli (Vice-Presidente), Senadora Nilda Gondim, Senador Romário e Senadora Zenaide Maia.

São muitos os temas e questões pertinentes às pessoas com deficiências que carecem de debates e aprofundamentos. E temos procurado avançar nas discussões, no diálogo e nos encaminhamentos com os diferentes órgãos e setores.

Assim, no período da vigência, a Subcomissão realizou três audiências públicas, debatendo os seguintes temas: i) autodefensores das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes), cujo tema foi estendido para as Pestalozzi e também para a Federação das Associações das Pessoas com Síndrome de Down – eu mencionei Apaes porque foi assim que veio o projeto da Câmara dos Deputados; ii) oferta de educação bilíngue de surdos, um tema muito importante; iii) também pessoas dentro do espectro autista, como mencionei agora há pouco. E essa área tem que receber assim um detalhamento muito maior.

Autodefensoria, nº 1. A questão da autodefensoria da pessoa com deficiência ou *self-advocacy*, em inglês, como foi originalmente chamado nos Estados Unidos, foi discutida em uma audiência pública para instruir o Projeto de Lei nº 4, de 2020, de autoria da Deputada Federal Carmen Zanotto, que institui a Semana Nacional de Valorização e Promoção dos Autodefensores das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes), a ser celebrada anualmente na segunda semana de julho.

O debate contou – e isto foi muito importante – com a participação de autodefensores de instituições de e para pessoas com deficiência com grande atuação na área e no país. Os participantes destacaram a importância de pessoas com deficiência terem espaço para deixarem explícita a sua voz e poderem opinar e influenciar nas decisões das políticas públicas, orçamentos e ações relacionadas à área, possibilitando que se tornem pessoas ativas e proativas na família e na sociedade onde vivem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item dois, mencionado agora há pouco: educação bilíngue para surdos. A audiência pública também sobre educação bilíngue, diretrizes, organização, oferta de educação bilíngue, conforme o disposto na Lei nº 14.191/2001, contou com a participação de inúmeros profissionais e autoridades da área. As discussões evidenciaram a necessidade da valorização e da concretização dos direitos das pessoas surdas por meio da observância aos atendimentos educacionais que as pessoas surdas recebem. Destacou-se a necessidade de que os órgãos normativos executivos, como o Conselho Nacional de Educação e também o Ministério da Educação, respectivamente observem o arcabouço legal sobre a educação das pessoas surdas já existentes no país, em especial o disposto na Lei nº 14.191, de 2021, a qual dispõe sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos, e normatizem as diretrizes nacionais da educação bilíngue, garantindo a equidade e o direito linguístico dos surdos.

Quero aqui fazer um parêntese, inclusive, para enaltecer a grande participação, a competência e o conteúdo – profissionais muito preparados – da Federação Nacional de Educação dos Surdos (Feneis) e também com a participação de profissionais de inúmeras universidades de nosso país.

Argumentou-se também sobre a importância e o papel das instituições de e para pessoas surdas e a necessidade destas serem ouvidas junto aos órgãos constituídos, como: as universidades, na oferta da educação bilíngue, de estágios para formação de profissionais para educação bilíngue e surdos; os conselhos da normatização das leis, os órgãos executivos e legislativos, na formulação de políticas e proposições legislativas para a área; e os entes federados, na oferta de programas e atendimentos.

Sugeriu-se que, nas secretarias de educação dos municípios, fossem criados centros, diretorias ou departamentos específicos para orientar a educação bilíngue de surdos e que os estados se incumbissem de controlar, orientar e colaborar com a educação nos municípios, facilitando a articulação mais específica.

Ao Conselho Nacional de Educação, de modo específico, sugeriu-se que ouvisse as propostas das diretrizes apresentadas pelas lideranças surdas e que estas fossem incorporadas aos textos das políticas públicas do grupo de trabalho e ou das diretrizes normatizadas. Houve bastante ênfase nesse sentido por parte dos expositores e expositoras, e nós vamos insistir nesse sentido, inclusive, com o Conselho Nacional de Educação.

Durante a audiência, ponderou-se que a educação bilíngue no Brasil ainda está em fase inicial e deve-se trabalhar para promover avanços e melhorias na educação dos surdos. Foram apresentados dados que evidenciam que 80% dos surdos que concluem o ensino fundamental não conseguem cursar o ensino médio – imaginem: 80% dos que concluem ensino fundamental não conseguem cursar o ensino médio! – e que até os nove anos de idade muitos surdos ainda não adquiriram a língua de sinais e não conseguem escrever em português. São coisas importantes a serem abordadas.

Um depoimento importante foi o de um estudante surdo da Escola Bilíngue de Taguatinga – dou os parabéns de novo para ele pela exposição realizada –, que narrou a melhoria significativa pela qual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passou em sua vida, quando teve a oportunidade de estudar em uma escola bilíngue, na qual consegue comunicar-se com todas as pessoas, estudantes e profissionais por meio da língua de sinais.

Discutiu-se também sobre o número bastante reduzido de surdos matriculados em escolas especializadas ou em escolas inclusivas. Apresentou-se o trabalho do MEC, que tem investido na construção de escolas e na elaboração de diretrizes para a educação.

Ressaltou-se que as escolas bilíngues hoje têm três principais pilares: libras, como língua de instrução; português, como segunda língua; e a participação efetiva de profissionais que conheçam os caminhos da educação bilíngue de surdos.

Por fim, sublinhou-se a importância da interlocução do Ministério da Educação com o Conselho Nacional de Educação, bem como do esforço coletivo do Poder Executivo, do Conselho Nacional de Educação e dos conselhos estaduais de educação.

Três. Terceiro pilar, como foi dito antes: avaliação, diagnóstico e atendimento às pessoas com transtorno do espectro autista.

A audiência pública para debater também a avaliação diagnóstica e o atendimento às pessoas com transtorno de espectro autista contou com a participação de lideranças, profissionais e de pessoas bem envolvidas na área, tanto pessoas dentro do espectro autista como seus familiares.

Os participantes lembraram o decênio da promulgação da Lei 12.764, de 27/12/2012, que definiu o transtorno do espectro autista como uma deficiência e ampliou para as pessoas com autismo todos os direitos estabelecidos para as pessoas com deficiência no país. Ressaltaram as dificuldades e implicações vivenciadas pelas pessoas com deficiência no Brasil, devido à ausência de instrumentos para a realização de avaliação biopsicossocial, em que pese a garantia legal ao diagnóstico e à intervenção precoces.

Somam-se às dificuldades relacionadas à avaliação a falta de serviços especializados para o desenvolvimento da pessoa com deficiência; a inexistência de apoios; o não cumprimento da garantia de matrícula; a ausência de atendimento educacional especializado; e a intensa judicialização por parte das pessoas com deficiência e de suas famílias, em razão da falta de oferta de inúmeros direitos já assegurados pela legislação.

Destacaram também a necessidade de criação do plano educacional individualizado, o qual defina quais apoios são necessários, assim como ampliação da oferta de centros de convivência, de centros-dia e de residências inclusivas, de integrantes da assistência social, de apoio e orientação aos pais no sentido de como lidar com seus filhos, de capacitação na rede de saúde mental infantil, além da necessidade de reconsiderar orientação tipicamente biomédica que orienta a formulação de políticas públicas.

Nessa audiência, os expositores também chamaram a atenção para os impactos da gestão da pandemia, que trouxe para a vida de minorias e das pessoas com deficiência, sobretudo das pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autistas, a ampliação da exclusão na educação e na saúde, relatando que a educação na modalidade remota não permitiu a adequação da rotina pedagógica às necessidades dos alunos autistas e com necessidades específicas, implicando também no aumento do preconceito e da violência, em desfavor das pessoas com deficiência.

Discutiu-se, ainda, que a pessoa autista vive sob uma ótica opressora, que guarda a hegemonia do discurso médico normalizador, o qual muitas vezes está pautado na busca de uma suposta cura para o autismo. Também alertaram para a falta de dados específicos sobre autistas na população brasileira.

Os expositores defenderam: 1) a ampliação da oferta dos serviços dos Centros de Atenção Psicossocial e dos Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenis, em particular fora dos grandes centros, e incluindo a emissão de laudos; 2) elaboração de plano de atendimento para crianças autistas e vinculação do serviço para garantir a continuidade do atendimento; 3) a construção de espaços de acolhimento e assistência para autistas em situação de crise; 4) a inovação legislativa que termine com a validade limitada de laudos que declarem o autismo por tratar-se de deficiência permanente.

Concluíram o debate mencionando exemplos de diversas iniciativas de atendimento e inclusão que garantem apoio às famílias, desenvolvendo as crianças e jovens com autismo. Reforçaram que a escola jamais pode justificar a recusa de matrícula, o que é crime, e que também não pode recusar, de maneira alguma, o atendimento educacional especializado que as pessoas com autismo têm por direito constitucional.

Considerações finais.

Como se sabe, o Parlamento brasileiro tem se ocupado nos últimos decênios de assegurar o direito à diferença garantindo que os desiguais sejam tratados e incluídos na exata medida de sua desigualdade.

Contudo, a Subcomissão Temporária de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, após a conclusão de suas audiências, verificou que o direito à diferença ainda padece de várias imperfeições no Brasil.

Nesse sentido, proporemos diferentes sugestões de forma a aperfeiçoar a constante busca pelo pleno direito à igualdade e ao respeito aos brasileiros e às brasileiras com deficiência.

Finalmente, conclusões.

A Subcomissão Temporária de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência apresenta as seguintes conclusões, com base nos trabalhos realizados:

– ao Poder Executivo, insta-se que a formulação de políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência abdique da perspectiva tipicamente biomédica, agindo em favor do paradigma biopsicossocial;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– ao Ministério da Educação, recomenda-se prover estados e municípios com orientações com relação à educação bilíngue de surdos, após consulta à comunidade surda;

– ao Conselho Nacional de Educação, recomenda-se coletar propostas das lideranças surdas no que toca à educação bilíngue de surdos;

– convida-se a Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos a se pronunciar quanto à Política Nacional de Educação Bilíngue de Surdos, por já haver decreto, ainda não publicado, que a regulamenta;

– reforça-se a necessidade da manutenção de interlocução do Ministério da Educação com o Conselho Nacional de Educação;

– recomenda-se vivamente a expansão dos Centros de Atenção Psicossocial, inclusive dos Infantojuvenis, para as pessoas com espectro autista, para fora dos grandes centros urbanos;

– de igual forma, recomenda-se a expansão da rede de acolhimento e de assistência em favor das pessoas com espectro autista em situação de crise;

– insta-se o poder público no Brasil a assegurar os direitos das pessoas com espectro autista à educação, em particular ao direito à matrícula e ao atendimento educacional especializado;

– recomenda-se que os pacientes com transtorno... Aqui até vamos mudar. Recomenda-se que as pessoas com transtorno do espectro autista tenham assegurado o direito ao recebimento de laudos que atestem sua condição, e, nesse mesmo sentido, recomenda-se que tais laudos sejam desprovidos de data de validade, de forma a não exigir a revalidação de condição cuja natureza é permanente e vitalícia;

– recomenda-se ao Poder Legislativo a adoção, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), da nomenclatura "transtorno do espectro autista";

– registra-se que o Projeto de Lei nº 4, de 2020, foi remetido à apreciação da Câmara dos Deputados após aprovação, no Senado Federal, na forma da Emenda Substitutiva nº 1, da Comissão de Educação, de minha autoria, do Senador Flávio Arns.

Quero destacar aqui que se trata dos autodefensoria para as APAEs – nesse debate que aconteceu, foi ampliado o conceito para incluir o conceito de autodefensoria, que é importante em todas as áreas de deficiência.

Por fim, registro esse elogio ao projeto – que foi parte da audiência pública, quero destacar isso – Pró Autismo Floripa, da Associação de Pais e Amigos de Autistas de Florianópolis, que, em pouco mais de um ano, desde sua criação, atende a mil crianças dentro de uma metodologia, de um esforço, competência, dedicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, em síntese, esse é o relatório, que foi lido da forma mais sintética. O relatório mais detalhado encontra-se, para quem o desejar, também na Comissão de Assuntos Sociais, à disposição.

Quero destacar novamente que esta Subcomissão teve a participação efetiva da Senadora Mara Gabrilli, sempre presente, grande liderança na área; da Senadora Nilda Gondim, sempre solidária, atuante; do Senador Romário, da mesma forma; e da Senadora Zenaide Maia, destacando que isso é uma representação do Senado, mas não há dúvida de que o Senado, na sua totalidade, tem uma sensibilidade, uma solidariedade muito grande para esta área.

Coloco agora o relatório em discussão. (*Pausa.*)

Passo a palavra, em primeiro lugar, para a querida colega Nilda Gondim.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Presidente, Senador querido.

Eu quero dar um testemunho da sua presteza, do seu compromisso com aquelas pessoas mais vulneráveis, que precisam desse olhar diferenciado nosso, com certeza. E fico muito feliz porque eu estou acompanhada de Senadores e Senadoras atuantes, que pensam igual a mim, que a gente precisa ter esse olhar, com assistência, apoio e projetos defendendo arduamente as necessidades dessas pessoas com deficiência.

Então, parabéns, Senador! O senhor sempre foi esse homem íntegro, correto, companheiro, solidário e que tem esse compromisso que eu acho altamente sagrado. E eu fico muito à vontade de estar nessa Comissão, para a qual fui escolhida também, juntamente com Mara, que é uma musa para as pessoas que estão precisando, com Paim, com Zenaide, nossa amiga Zenaide, sempre presente.

Eu vou me despedir de vocês, mas vou me despedir com saudade, com muita saudade, com certeza. E levo esse depoimento para todos, do compromisso, da seriedade e desse trabalho imensurável que essa Subcomissão que foi criada faz.

Obrigada, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço a você – permita-me chamá-la assim, Senadora Nilda. Agradeço e a parabenizo pelo trabalho. A senhora sempre foi presente, atuante, sensível, solidária. E vamos continuar juntos nessa caminhada, porque eu penso sempre que, para transformar esses direitos, essas necessidades em realidade, é necessária a participação do Senado, não há dúvida, mas de toda a sociedade – pais, famílias, pessoas, organizações. E vamos continuar trabalhando juntos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E foi ótimo que V. Exa. levantou o nome do Senador Paulo Paim, que, como eu falei agora há pouco, apesar de não fazer parte da Subcomissão, é uma liderança na área, autor de tantas legislações a favor da pessoa com deficiência, do próprio Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Obrigado, Senadora.

Não sei se há mais alguém que queira discutir o relatório... (*Pausa.*)

Não havendo, então, mais quem queira discutir, eu agradeço a presença e a participação na Subcomissão da Senadora Zenaide Maia, da Senadora Mara Gabrilli, da própria Senadora Nilda Gondim, do Senador Romário e coloco em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Então, o relatório está aprovado.

Antes de encerrarmos a reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Obrigado, então, a todos.

O Senado Federal fica permanentemente à disposição da sociedade para continuidade de toda e qualquer iniciativa relacionada à pessoa com deficiência.

Nada mais havendo a tratar, declaro, então, encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 01 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE NOVEMBRO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e cinquenta e cinco minutos do dia nove de novembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Rose de Freitas, Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Dário Berger, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Flávio Arns, Roberto Rocha, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Maria do Carmo Alves, Wellington Fagundes, Romário, Zenaide Maia, Paulo Paim, Leila Barros, Fabiano Contarato e Eliziane Gama. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Mailza Gomes, Guaracy Silveira, Styvenson Valentim, Carlos Portinho, Alvaro Dias, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Jorginho Mello, Fernando Collor e Julio Ventura. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Emendas da CE ao PLOA 2023**. **Finalidade:** Discussão e votação das emendas a serem apresentadas pela CE à CMO, referentes ao PLOA/2023 (PLN 32/2022-CN), que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2023". Relator na CE: Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Resultado:** Aprovada a apresentação das seguintes Emendas à CMO: **Emendas de apropriação: Emenda n.º 1** - R$ 3,5 bilhões para a ação "0509 - Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica", na unidade orçamentária 26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, do Ministério da Educação, de iniciativa dos Senadores Alessandro Vieira, Confúcio Moura, Dário Berger, Eduardo Braga, Eliziane Gama, Fernando Collor, Flávio Arns, Guaracy Silveira, Izalci Lucas, Leila Barros, Marcelo Castro, Maria do Carmo Alves, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Plínio Valério, Roberto Rocha, Rose de Freitas, Styvenson Valentim, Veneziano Vital do Rêgo, Wellington Fagundes e Zequinha Marinho. **Emenda n.º 2** – R$ 2 bilhões para a ação "20RP – Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica", na unidade orçamentária 26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, do Ministério da Educação, de iniciativa dos Senadores Alessandro Vieira, Dário Berger, Esperidião Amin, Fernando Collor, Flávio Arns, Guaracy Silveira, Izalci Lucas, Leila Barros, Marcelo Castro, Nelsinho Trad, Plínio Valério, Randolfe Rodrigues, Roberto Rocha, Rose de Freitas, Styvenson Valentim e Veneziano Vital do Rêgo. **Emenda n.º 3** – R$ 1,5 Bilhões para a ação "20RX - Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - REHUF", na unidade orçamentária 26443 – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, de iniciativa dos Senadores Eliziane Gama, Fernando Collor, Marcelo Castro, Nelsinho Trad, Roberto Rocha, Rose de Freitas e Veneziano Vital do Rêgo. **Emenda n.º4** – R$ 2,25 bilhões para a ação "00SL - Apoio à Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer", na unidade orçamentária 55101 – Ministério da Cidadania – Administração Direta, de iniciativa dos Senadores Eduardo Braga, Eliziane Gama, Fernando Collor, Flávio Arns, Guaracy Silveira, Leila Barros, Marcelo Castro, Nelsinho Trad, Plínio Valério, Randolfe Rodrigues, Roberto Rocha, Rose de Freitas e Veneziano Vital do Rêgo. **Emendas de remanejamento: Emenda n.º 1** – R$ 300,7 milhões para ação "0509 - Apoio e Desenvolvimento da Educação Básica", na unidade orçamentária 26298 – Fundo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, do Ministério da Educação, a partir do remanejamento de R$ 46 milhões da ação "2000 – Administração da Unidade" (sequencial 4231), R$ 12 milhões da ação "20RH – Gerenciamento de Políticas de Educação" (sequencial 4233), R$ 2,7 milhões da ação "4641 – Publicidade de Utilidade Pública" (sequencial 4239), R$ 160 milhões da ação "20RQ – Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica" (sequencial 4247), R$ 30 milhões da ação "00O0 – Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica" (sequencial 4249), e R$ 50 milhões da ação "0A12 – Concessão de Bolsa Permanência no Ensino Superior" (sequencial 4259), na unidade orçamentária 26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, do MEC, todos os sequenciais são na unidade orçamentária 26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, do Ministério da Educação. **Emenda n.º 2** – R$ 40 milhões para a ação "20RX - Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais", na unidade orçamentária 26443 - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, a partir do remanejamento de R$ 8 milhões da ação "2000 – Administração da Unidade" (sequencial 5011), R$ 2 milhões da ação "4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação" (sequencial 5015), e R$ 30 milhões da ação "4086 – Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais" (sequencial 5020), todas na unidade orçamentária 26443 - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, do MEC. **Emenda n.º 3** – R$ 50 milhões para a ação "15R4 - Apoio à Consolidação e Reestruturação das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica", na unidade orçamentária 26101 - Ministério da Educação - Administração Direta, a partir do remanejamento de R$ 50 milhões da ação "15R3 – Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior" (sequencial 3329), na unidade orçamentária 26101 - Ministério da Educação - Administração Direta. **Emenda n.º 4** – R$ 30 milhões para a ação "20ZF - Promoção e Fomento à Cultura Brasileira", na unidade orçamentária 54101 – Ministério do Turismo – Administração Direta, a partir do remanejamento de R$ 30 milhões da ação "2000 – Administração da Unidade" (sequencial 2824), 54101 - Ministério do Turismo - Administração Direta. **Emendas de texto**: **Emenda nº 1** – aditiva – Anexo V, Cap 1, Seção 5, Subseção 1, Alínea 2, Item 1. **Emenda de Reestimativa da Receita –** Acréscimo na previsão da receita no valor de R$1,2 bilhão na Natureza da Receita 12210401 – Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CODECINE – Principal, no Órgão Orçamentário 54000 – Ministério do Turismo – UO 54302 – Fundo Nacional de Cultura. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e oito minutos.

Senador Marcelo Castro

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL SF - 1
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CE (26ª Reunião, Extraordinária) 09/11/2022

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da Quarta Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião se destina à deliberação das emendas da Comissão de Educação Cultura e Esporte a serem apresentadas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 32, de 2022, que estima receita e fixa despesa para a União para o exercício financeiro de 2023.

Foram apresentadas 209 emendas dentro do prazo estabelecido, de iniciativa dos Senadores Alessandro Vieira, Confúcio Moura, Daniella Ribeiro, Dário Berger, Eduardo Braga, Eliziane Gama, Esperidião Amin, Fabiano Contarato, Fernando Collor, Flávio Arns, Guaracy Silveira, Humberto Costa, Ivete da Silveira, Izalci Lucas, Jean Paul Prates, Leila Barros, Marcelo Castro, Maria do Carmo Alves, Nelsinho Trad, Otto Alencar, Paulo Paim, Paulo Rocha, Plínio Valério, Randolfe Rodrigues, Roberto Rocha, Romário, Rose de Freitas, Styvenson Valentim, Vanderlan Cardoso, Veneziano Vital do Rêgo, Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Zequinha Marinho e de minha iniciativa.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Veneziano Vital do Rêgo, para a leitura do seu relatório.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Como Relator.) – Presidente Marcelo Castro, os nossos cumprimentos. Bom dia a V. Exa. Igualmente, os nossos cumprimentos às demais e aos demais companheiros integrantes, Senadores e Senadoras, desta Comissão de Educação. Quero saudar os nossos companheiros de trabalho, quero cumprimentar a todos os que acompanham a TV Senado e os demais outros presentes.

Presidente Marcelo, eu ressalto aqui o dever de registrar e de agradecer a V. Exa. a distinção ao nos indicar para fazer o trabalho e relatar o Orçamento, as sugestões que estarão sendo apresentadas por esta Comissão de Educação do Senado Federal à apreciação de V. Exa. como Relator-Geral do Orçamento de 2023. Fico feliz, honrado e espero, ao final, ter recebido o relatório, a compreensão, o alcance, a importância do trabalho que todos nós estamos a fazer, iniciando inclusive pelas menções já dadas ao conhecimento de todos os Senadores e Senadoras que contribuíram e colaboraram para que nós pudéssemos, assim, formatar a nossa proposta, que, ao final, será deliberada pelos integrantes desta Comissão.

Eu peço permissão a V. Exa. – e igualmente pela anuência, que nos seja conferida pelos pares – para que passemos à análise do proposto por esta relatoria. Se V. Exa. assim me permite, eu já o faço.

Análise.

No prazo estabelecido pela Comissão foram oferecidas 184 propostas de emenda de apropriação, 13 de remanejamento, 7 de texto e 5 de reestimativa da receita ao Projeto de Lei de Orçamentária Anual para 2023.

Como colocado, consta da Resolução nº 1/2006-CN que esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte pode apresentar até quatro emendas de apropriação e quatro de remanejamento. Não há limite para as emendas de texto e de reestimativa de receita. Dessa forma, senhores e senhoras, apesar de reconhecer, evidentemente, a relevância e o mérito de todas as sugestões que nos foram apresentadas, tivemos que fazer as escolhas de quatro proposições de apropriação e outras quatro de remanejamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Dentre as emendas de apropriação, optamos por três na educação e uma no esporte. Já entre as de remanejamento, escolhemos também três para a educação e uma para a cultura.

Assim, indicamos para aprovação aquelas propostas que acreditamos, evidentemente passando pela compreensão de aprovação dos senhores e das senhoras, serem as que mais contribuirão para melhorar as condições de vida da população brasileira, considerando o contexto atual e as necessidades de ajustes na proposta orçamentária recebida pelo Congresso Nacional.

As emendas de apropriação escolhidas e que nós apresentamos foram as seguintes.

Na educação, decidimos reforçar os valores constantes da Ação "0509 – Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica", que foi objeto de indicações de 27 Srs. e Sras. Parlamentares, na forma da Sugestão de nº 178, no valor de R$3,5 bilhões. Pretendemos, com esse apoio, Presidente Marcelo Castro, ampliar o acesso à educação da parcela da população mais vulnerável – não poderia ser diferente –, especialmente considerando o cenário pós-pandemia.

Ainda na educação, a outra iniciativa que recebeu nosso apoio foi a Ação "20RP – Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica", sugerida por 22 Srs. e Sras. Parlamentares, na forma da Sugestão de nº 179, no valor de R$2 bilhões. Também pretendemos, com esse apoio e sugestão, ampliar a dotação destinada à educação básica.

Na educação, da mesma maneira, optamos por apoiar a Ação "20RX – Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais", que foi objeto de indicações de dez Srs. e Sras. Parlamentares, na forma da sugestão de nº 180, no valor de R$1,5 bilhão. Com essa emenda, pretendemos reforçar a dotação para as ações de reestruturações necessárias nos hospitais universitários.

No esporte optamos por reforçar os recursos da Ação "00SL – Apoio à Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer", indicada por 16 Sras. e Srs. Parlamentares, na forma da Sugestão de nº 181, no valor de R$2,25 bilhões, de modo a proporcionar à camada mais necessitada da sociedade uma opção de lazer, reduzindo a gravíssima injustiça e a exclusão que atinge aqueles em situação de vulnerabilidade social.

As emendas de remanejamento escolhidas foram as seguintes, senhoras e senhores.

Na educação: a) referente à Ação "0509 – Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica", no valor de R$300,7 milhões; b) referente à Ação "20RX – Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais – REHUF", no valor de R$40 milhões; e referente à Ação "15R4 – Apoio à Consolidação e Reestruturação das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica", no valor de R$50 milhões. Na cultura: referente à Ação "20ZF – Promoção e Fomento à Cultura Brasileira", no valor de R$30 milhões. Os cancelamentos que dizem respeito às quatro emendas de remanejamento descritas serão realizados nos sequenciais indicados no nosso voto abaixo, Senador Wellington, Senador Izalci e demais outros que nos acompanham remotamente.

Sobre as emendas de texto, acolhemos aquelas que apresentam pertinência temática com a área de atuação desta Comissão e rejeitamos as demais. Por fim, acolhemos as propostas de emenda de reestimativa da receita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Diante do exposto, Presidente, Senador Marcelo Castro, votamos pela apresentação ao Projeto de Lei do Orçamento da União 2023, por esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, das seguintes emendas, que nós já descrevemos e anunciamos.

Remanejamento: a) R$300,7 milhões para "Apoio e Desenvolvimento da Educação Básica", Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a partir do remanejamento de R$46 milhões da "Administração da Unidade" (4231), R$12 milhões da Ação "20RH – Gerenciamento de Políticas de Educação", R$2,7 milhões da "Publicidade de Utilidade Pública", R$160 milhões da Ação "20RQ – Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos", "Concessão de Bolsas de Apoio" e "Concessão de Bolsa Permanência no Ensino Superior"; b) R$40 milhões para a Ação "20RX – Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais", na unidade 26443 – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, administração a partir do remanejamento de R$8 milhões da Ação "2000 – Administração da Unidade", R$2 milhões da ação de "Capacitação de Servidores" e R$30 milhões da Ação "4086 – Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais"; c) R$50 milhões, Sr. Presidente, para a Ação "15R4 – Apoio à Consolidação e Reestruturação das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica", Senador Izalci, na unidade orçamentária 26101 – Ministério da Educação – Administração Direta, a partir do remanejamento da Ação "15R3", na unidade orçamentária 26101 do Ministério da Educação – Administração Direta; e, por fim, d) R$30 milhões para a Ação "20ZF – Promoção e Fomento à Cultura Brasileira", na unidade orçamentária 54101 – Ministério do Turismo – Administração Direta, a partir do remanejamento de R$30 milhões da Ação "2000 – Administração da Unidade" do Ministério do Turismo.

Reestimativa da Receita:

Acréscimo na previsão da receita no valor de R$1,2 bilhão na Natureza da Receita "12210401 – Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – Condecine" no Órgão Orçamentário "54000 – Ministério do Turismo" na Unidade Orçamentária "54902 – Fundo Nacional de Cultura".

Ressaltemos que as emendas desta Comissão devem ser acompanhadas da ata da reunião na qual se especificam as decisões tomadas. Sugerimos, ainda, que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esse é o nosso parecer, Sr. Presidente Marcelo Castro, mais uma vez registrando aqui a satisfação e a honra de poder colaborar, sabendo do trabalho e do esforço que V. Exa. fará, principalmente a partir do momento em que se dedicará, recepcionando as sugestões das Comissões tanto desta Casa como da Câmara Federal, para formatar o seu relatório final ao Orçamento de 2023.

Sabemos evidentemente que estamos a tratar de assuntos extremamente sensíveis – afinal de contas, novos desafios se apresentam para os próximos quatro anos. E, além de todas as conhecidas deficiências e debilidades que nós encontramos, haveremos de nos deter sobre elas e fazer esforços maiores para que os investimentos na educação, no esporte e na cultura se façam presentes, em especial no alcance a tantos e tantos milhões de brasileiros que vivenciam o flagelo da ausência nessas áreas.

Muito grato, Presidente Marcelo Castro, e aos companheiros e companheiras.

Saúdo as Sras. Senadoras na presença aqui da Senadora Eliziane Gama, que chega a este Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Obrigado, Presidente Marcelo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo e parabenizando o nobre Senador Veneziano Vital do Rêgo pelo seu conciso, brilhante e preciso relatório...

Então, vamos pôr o relatório em discussão.

Com a palavra o nobre Senador Izalci Lucas, um dos mais presentes e atuantes Senadores desta República, especialmente aqui na Comissão de Educação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Quero saudar aqui os nossos queridos Senadores Eduardo Braga – estou vendo agora aqui... Parabéns, Eduardo! Que bom que você está de volta, não é, Veneziano? Nós... Mais quatro anos aí – e Amin também.

Presidente, aproveitando que V. Exa. é o Relator do Orçamento, é evidente que a gente tem feito nos últimos anos muitas reuniões de Comissões, aprovando emendas, como nós estamos fazendo aqui e está se fazendo em todas. Eu não sei como é que está sendo a execução dessas emendas de Comissão, mas, de qualquer forma...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Hein? Zero?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não, o Presidente Bolsonaro, há dois anos consecutivos, veta praticamente todas as emendas de Comissão – registre-se – pela primeira vez na história do Parlamento, pelo menos do Parlamento em que estou há 24 anos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Sem nenhuma dúvida.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Então, Presidente, só para registrar que a gente tem feito um esforço muito grande nas Comissões – V. Exa. é testemunha disso. A gente cria uma expectativa muito grande com relação às obras, com relação à população, e depois há um momento de frustração da não execução.

Ontem eu tive a oportunidade de falar um pouco sobre a questão do FNDCT, por exemplo. Nós aprovamos, por unanimidade, o projeto de lei em 2020, abrimos mão do orçamento de 2020 para implementar em 2021 e, depois, não foi implementado porque o orçamento já tinha sido aprovado. Nós derrubamos o veto, que V. Exa. acompanhou, e aí vem uma medida provisória...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Mas colocamos que não poderia ser contingenciado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – O Governo bloqueou.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Bloqueou. Sim. Aí veio uma medida provisória. Eu entrei com requerimento para devolução da medida. Não foi devolvida, o que eu acho que é uma afronta ao Congresso Nacional. Venceu. Foi prorrogada agora. Está aí o Orçamento sem previsão do fundo novamente, em 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas houve uma decisão do STF.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Pois é, o STF deu uma decisão ontem, essa semana...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Na sexta-feira.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – ... com relação à cultura, Aldir Blanc e tal.

Eu pedi exatamente para checar, porque é exatamente a mesma coisa.

Eu acho que ficar sem recurso do FNDCT... Primeiro, que até 2020 90% eram contingenciados. Na média dos últimos 15 anos, o contingenciamento era quase que total. E, quando não era contingenciado, era liberado no último mês, e não dava tempo de soltar os editais. Consequentemente o recurso voltava.

Só para ter uma ideia, eu disse ali agora na Comissão do Senado do Futuro, está aqui, em termos de patente, a China apresentou 1,36 milhão de patentes; o Brasil, 25 mil; os Estados Unidos, 606 mil. O investimento na ciência na China, na Coreia, na Alemanha são bilhões de dólares, US$100 bilhões. Esse fundo – podiam até chamar de fundo da miséria, porque é desse tamanhozinho – a gente não consegue investir.

E eu estou falando isso, Presidente, porque eu tinha apresentado uma emenda. Lógico que, quando a gente aprova aqui o investimento na educação básica, que envolve educação da primeira infância, envolve o ensino fundamental e o ensino médio... Nós aprovamos o novo ensino médio. Eu era Deputado, fui Presidente da Comissão, V. Exa. participou também. Agora, essa questão da implantação, que já é a partir de 2022, quando é para ser implementada educação profissional, está uma situação caótica no Brasil. Estão inventando ou fingindo que estão fazendo educação profissional. Eu fui Secretário de Educação Profissional aqui no DF e sei da importância de os professores serem profissionais que estão atuando no mercado. Não adianta você dar educação profissional fingindo, com pessoas que não estão no mercado. Não adianta botar um enfermeiro que nunca entrou no hospital dando aula de enfermagem ou um engenheiro que nunca construiu uma obra.

Eu estou falando isso, porque eu apresentei a Emenda 208, que trata da questão da educação profissional. É porque, colocando a educação básica, eu não sei se, na hora de executar... Não sei o que vai ser executado, mas, se vier a ser executado aqui, a gente precisa dedicar um pouco à educação profissional, que é onde tem um grande problema de formação dos professores da educação profissional, com uma atenção especial, porque nós temos essa geração nem-nem. Recentemente foi feita a pesquisa, o censo, e realmente a nossa educação profissional... A geração nem-nem hoje é a maioria no Brasil, os que não estudam, não trabalham e não têm qualificação para entrar no mercado, e as empresas estão pedindo formação de mão de obra. As empresas agora estão investindo elas próprias em formação de pessoal.

Então, é só para chamar a atenção na Comissão de Educação, porque cabe a nós aqui cuidar dessa questão profissional.

Eram essas as minhas considerações, parabenizando o Relator. Eu não sei se tem como educação básica falar um pouquinho sobre educação profissional, porque, como é coisa nova, não sei se as pessoas vão entender na execução que precisam dar uma atenção para a educação profissional.

Eu já botei a Emenda 208, mas só para...

Sr. Presidente, essas eram as minhas considerações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Parabéns a V. Exa., desejando muito sucesso no relatório, para que a gente possa, de fato, apresentar para o país um Orçamento real, não fictício, como normalmente acontece.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Quero agradecer a colaboração de V. Exa., nobre Senador Izalci, como sempre fazendo as observações mais justas, adequadas, aqui na nossa Comissão.

Passo ao próximo Senador inscrito, Senador Esperidião Amin.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – V. Exa. pode me inscrever também, Presidente?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Presidente, eu serei muito restrito a um ponto, que foi o ponto inicial do Senador Izalci.

Nós estamos aqui na semana das emendas de Comissão, que deveriam ser as mais importantes do Senado. V. Exa. e eu somos parceiros na emenda individual do nosso querido Hélio Lopes, não é? Não... O nosso Relator da emenda impositiva.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Hélio Santos, não?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não.

Bom, emenda impositiva, emenda de bancada estadual... Eu fui o Relator da Emenda à Constituição nº 100 e contaremos com o seu talento no desenvolvimento da famosa RP 9.

O futuro da RP 9, das emendas do Relator, é fortalecer as emendas de Comissões. Esses 19 bilhões da RP 9 não podem ficar como estão; eles terão que aterrissar em um leito republicano. Eu sei que V. Exa. está me olhando assim, com esse olhar arguto, perquiridor, porque V. Exa. está absorvendo a energia positiva que eu lhe passo. Não pode ficar como está. Nós sabemos disso.

E, antes que o dedo do STF, com razão, nos indique o caminho, eu acho que é tempo de nós destinarmos mais recursos para dar impositividade às emendas de Comissão, como fizemos com as emendas de bancadas representativas dos estados, em torno de 250, 280 milhões por ano, que as bancadas estaduais destinam. Essa é a Emenda Constitucional nº 100.

Se nós dermos à hoje chamada RP 9 uma destinação republicana, atribuindo limites por Comissão, nós melhoraremos a nossa saúde física e aquela em que V. Exa. é especialista, a saúde psicológica e mental.

Muito obrigado. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador Esperidião Amin, agradeço demais a colaboração de V. Exa. e quero ver se a gente encontra um tempinho hoje para a gente trocar umas ideias. É importante isso que V. Exa. falou, e eu compartilho desse pensamento de a gente qualificar melhor e encontrar uma melhor solução para essas emendas RP 9, que sempre existiram, diga-se de passagem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não. Não como...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Tá...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E essas investigações que propagam aí, sobre dinheiro do orçamento secreto no Maranhão, isso é uma distorção que a imprensa está fazendo. (*Risos.*)

Todas as emendas que são aplicadas devem ser fiscalizadas...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Claro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E hoje, todo dia você vê investigação sobre orçamento secreto porque um município – no caso, até para provocar, no Maranhão – recebeu mais do que devia. Isso não tem nada a ver. Todos os recursos têm que ser fiscalizados. E se foram por emenda é porque o Congresso tem esse dever e esse direito.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Sem dúvida nenhuma.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O que estou falando é sobre o critério de distribuição do montante, que hoje não existe. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Perfeitamente. Assino embaixo.

Com a palavra a nobre Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu queria antes só reafirmar a necessidade muito grande de que o Congresso Nacional, Senador Veneziano, que eu entendo também que é um órgão de fiscalização e controle, porque nós precisamos fazer o nosso papel também de fiscalização, nós precisamos de fato acompanhar de uma forma muito intensa a aplicação desses recursos, não é? O Senador Esperidião lembra do Maranhão: no Maranhão, infelizmente, a gente viu denúncias gravíssimas, que precisam ser investigadas, e os responsáveis por isso...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Não, exato. A questão do recurso em si, o recurso tem que chegar para o cidadão, para o homem, para a mulher brasileira, para a sociedade; o que não pode é desviar. Então, quem participa de qualquer tipo de esquema dessa natureza tem que ser responsabilizado. A gente está, inclusive, acompanhando de forma muito intensa as ações de investigação hoje por parte da Polícia Federal.

Mas eu queria cumprimentar V. Exa., Senador Veneziano, pelo relatório e dizer o seguinte: quando se pega a peça orçamentária e se faz uma avaliação dos recursos na área da educação, isso nos traz, como veio para o Congresso Nacional, uma grande preocupação. Os números são estarrecedores. E eu vejo que V. Exa. faz uma correção muito importante: ao admitir as emendas desta Comissão, V. Exa. faz uma correção para que o resultado final possa ser o atendimento à criança, ao adolescente, ao jovem brasileiro.

Eu lembro que nós tivemos agora, Senador Marcelo, dados apresentados acerca da defasagem da educação durante o período de pandemia. Nós tivemos, por exemplo, a defasagem idade-série aprofundada no Brasil. Por exemplo, o nível de aprendizado dessas crianças teve uma queda brusca por conta da pandemia. Então, quando a gente sai do período de pandemia, o que é que nós precisamos fazer? É colocar o trem nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

trilhos, recolocar isso. E nós só vamos recolocar fazendo uma prioridade orçamentária. Nenhuma política, seja ela qual for, vai ter efetividade se a gente não tiver o direcionamento orçamentário justo para essa política. Aí vamos ver, por exemplo, quando nós recebemos os recursos na área desse ponto específico, que é o apoio ao desenvolvimento da educação básica: R$29 milhões para o Brasil inteiro. Isso é criminoso até. O Senador Veneziano corrige, atendendo... Nós inclusive apresentamos também emenda para este ponto específico, aumentando de uma forma significativa aí para 3,5 bilhões.

Aqui nós tivemos, na verdade, na área da restruturação dos hospitais, um valor inicial de apenas 8 milhões. Como é que nós vamos formar os nossos jovens hoje nos cursos de Medicina sem ter um laboratório, sem ter um hospital para que este jovem possa estar lá estruturado para depois cuidar da nossa vida, da nossa saúde, dos nossos filhos, dos nossos pais, se a gente que não tem a reestruturação dessa rede hospitalar das universidades?

Aqui, na implantação e modernização na área da educação, já teve um valor que era também muito baixo, mas houve a reestruturação por parte do Senador Veneziano, também atendendo, entre várias outras emendas, uma emenda de nossa autoria, indo para 2 bilhões. É tanto zero aqui que às vezes você tem que parar e contar para ver se é "mi" ou se é "bi", não é? Mas aqui no caso específico é "bi".

Então, Senador Veneziano, eu queria cumprimentar V. Exa. pelo relatório. Nós não vamos melhorar o Brasil se não for pela via da educação. Nós não vamos melhorar o Brasil se não for pela via orçamentária prioritária na área da educação.

Então, eu queria, inclusive, cumprimentá-lo, Senador Marcelo, pela sua dedicação com um olhar para além da educação também, um olhar voltado para esta necessidade hoje, no Brasil, que é a questão do nosso auxílio, que é do Congresso Nacional. Os R$600 são fruto, Senador Veneziano, do Congresso Nacional. Que isto fique claro: foi uma ação daqui. Tanto o Presidente Lula, eleito, e o próprio Presidente atual, Bolsonaro, na sua campanha, disse – não projetou para o ano que vem, mas disse – que o aumentaria.

Então, eu acho que V. Exa. está com um esforço muito importante hoje, com toda a sua equipe, para que nós possamos chegar a esse recurso. O Congresso vai apoiar, seja por PEC ou seja vindo uma medida provisória, porque nós precisamos, de fato, assegurar esses recursos para a nossa população mais minoritária através do auxílio emergencial, que tem que ser perene, tem que ser permanente, não apenas emergencial. É emergencial por conta da urgência das nossas famílias, mas ele tem que ser perene.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito Bem, Senadora Eliziane Gama.

Passo a palavra agora ao nobre Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Nosso Presidente Marcelo Castro, que é o nosso Relator agora, não é?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador, só um instante, por favor.

Eu quero comunicar à Casa que se encontra aqui presente, na nossa Comissão, nos honrando com a sua presença, a Governadora eleita de Pernambuco, a Governadora Raquel Lyra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Seja bem-vinda! A Casa é sua. Está acompanhada do Deputado Gonzaga Patriota, o decano da Câmara dos Deputados, o Deputado que tem o maior número de mandatos eletivos na nossa Câmara, esse jovem aqui... (*Risos.*)

... companheiro de muitas batalhas.

Quero agradecer ao Senador Wellington Fagundes pela interrupção. V. Exa. retoma a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discutir.) – Sr. Presidente, essa interrupção foi a mais bem-vinda. Fique tranquilo.

Então, eu quero cumprimentá-lo aqui, Senador Marcelo Castro, e também o nosso Relator, Veneziano Vital do Rêgo. Com certeza, esse relatório é extremamente... É a expressão de toda a Comissão, porque aqui todos puderam colaborar, participar, fazendo as emendas. E eu fico muito grato também ao Senador Veneziano por ter acatado uma das emendas que eu também sugeri, que é exatamente de apoio ao desenvolvimento da educação básica nacional. Mas todas as emendas aqui que foram apresentadas, com certeza, têm esse mérito. E aí, Senador Veneziano, a nossa maior certeza é de que agora, para o ano que vem, nós vamos ter essas emendas liberadas, porque nós temos aqui o Relator do orçamento, que vai mandar – que vai mandar! – o Presidente executar, com certeza. E vamos manter, claro, essa relação...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Você já viu Senador mandar em Presidente? (*Risos.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu tenho certeza de que, com a experiência do Senador Marcelo Castro, com a influência que ele tem e terá também no governo futuro, vai ajudar muito a educação.

Eu tive a oportunidade de ser o Relator do orçamento do Ministério da Educação para este ano, e o Senador Marcelo Castro sempre é o nosso orientador espiritual e de execução mesmo. Fizemos, pela primeira vez, um orçamento lincado à educação, ciência e tecnologia, com o Senador Izalci sempre atuando, mas, claro, a nossa preocupação é exatamente com a execução desse orçamento.

Aqui eu quero agradecer, Senador Veneziano, também a V. Exa., que acatou uma emenda nossa que prevê exatamente que os cargos efetivos das nossas universidades novíssimas – das novíssimas universidades, que são a Universidade de Catalão, em Goiás; do Delta do Parnaíba, no Piauí; Universidade Federal de Rondonópolis; também a Universidade Federal de Jataí, em Goiás; a do Agreste de Pernambuco; e também a do Norte de Tocantins – sejam atendidos, porque essas novas universidades, novíssimas universidades, Senador e Senadores, são fruto de criação, de desmembramento dos *campi*, então, se não tiverem esses cargos, esse provimento de cargos, elas não terão, praticamente, como funcionar. Então, a previsão delas no orçamento, na LDO, é extremamente importante.

Inclusive, Senador Marcelo, logo após a conclusão da nossa sessão, está prevista uma reunião com V. Exa. e com todas essas universidades. E eu quero agradecer a sua gentileza de ter marcado essa audiência para que a gente possa realmente dar condições para que essas novíssimas universidades tenham funcionamento não na plenitude, porque com o orçamento do ano que vem, com certeza, teremos também dificuldade, mas, claro, essas novíssimas universidades têm que ser tratadas como os bebês, as crianças, que precisam de muito mais cuidado dos pais, então, elas têm que ter esse tratamento diferenciado. Mas é importante destacar, Senador Marcelo, que todas essas novas universidades estão cumprindo de uma forma que é destaque nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E eu quero falar aqui da Universidade Federal de Rondonópolis, da minha cidade. Lá foi criado o curso de Medicina, que está entre os cursos de melhor avaliação do Brasil. Tivemos a formação do primeiro curso, da primeira turma de Medicina, e lá esteve o Ministro da Saúde, acompanhando. Formamos uma primeira jovem, uma mulher, uma menina, em Medicina. Ela é da tribo do Xingu, então, é a primeira indígena formada. E essa universidade também inovou lá no nosso estado, pois 30% das vagas são reservadas às pessoas que fizeram o curso de 2º grau em escolas públicas do Estado do Mato Grosso. Claro que, hoje, esses vestibulares são de amplitude nacional. São preservadas 70% das vagas, mas isso é também para valorizar aquelas pessoas que estão ali vivendo, ajudando, principalmente, no caso, o Mato Grosso, que é um estado em desenvolvimento, é um estado, hoje, de alta capacidade de produtividade e de produção, principalmente na área agropecuária. Então, é um estado do interior, mas é um estado que tem respondido todo o investimento que o Governo Federal tem feito naquele estado.

Senador Marcelo, aqui nós estamos tratando da educação, claro. O Governador Mauro Mendes, inclusive, já tem um financiamento agora aprovado, que vai chegar aqui, no Congresso, de US$100 milhões, exatamente para investir na educação do Estado de Mato Grosso. Nós éramos o 22º estado em avaliação, e hoje já conseguimos dar um salto para 19º. E o Governador pretende... Claro, é um estado rico, um estado da alta produção, e tem uma avaliação na educação ainda deixando a desejar, mas é um desafio de todos nós, e acredito que da maioria dos estados brasileiros.

Portanto, eu quero aqui agradecer ao Relator – ao nosso Presidente da Comissão, mas também ao Relator da Comissão – para que atenda, com todo o carinho, o nosso Estado de Mato Grosso e as nossas novíssimas universidades e, claro, outras tantas demandas que haveríamos de apresentar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradeço a contribuição de V. Exa., Senador Wellington Fagundes, e aqui aproveito para parabenizar V. Exa. pela vitória consagradora que o reconduziu aqui, ao nosso Senado, para que V. Exa. continue defendendo o nosso país e o glorioso Estado do Mato Grosso, campeão em produção agropecuária do Brasil.

Não havendo mais...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Presidente, só antes de V. Exa. encerrar...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Com a palavra, nobre Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Pela ordem.) – Eu só percebi que a nossa Governadora Raquel estava depois que V. Exa. anunciou. Então, eu quero aqui, como Líder também, parabenizar a nossa Governadora. Pernambuco tem tradição de excelentes políticos, e eu tenho certeza de que a Raquel vai continuar essa tradição. Pernambuco já é um exemplo de qualidade, de competência, e eu tenho certeza de que ela fará um bom governo. Então, parabenizo-a e coloco realmente o Senado à disposição de Pernambuco.

Era isso, Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito bem. Obrigado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Presidente, eu queria também cumprimentar a Governadora Raquel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito bem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Eu disse agora há pouco para ela do orgulho que ela trouxe a todas as mulheres brasileiras. Aliás, Pernambuco, como meu colega Acir coloca, é um estado que tem dado um olhar muito importante para as mulheres.

Então, Raquel, muito sucesso. Você integra um universo de mulheres brasileiras que lutam cada dia mais para a gente ter essa ampliação, essa participação. A gente ainda é muito minoritária na sociedade brasileira, mas nós vamos ampliar, e a eleição de pessoas como você, com tanta garra, com determinação, faz parte, realmente, desse nosso objetivo. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito bem, Senadora.

Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Como Relator.) – Presidente Marcelo Castro, eu gostaria de fazer algumas rápidas considerações em relação, evidentemente, ao que nós ouvimos nas considerações dos nossos companheiros, do Senador Izalci, do Senador Esperidião, da Senadora Eliziane, do Senador Wellington Fagundes.

Evidentemente, saúdo a presença de nossa futura Governadora. Todos nós a estimamos e estamos aqui, como não poderia deixar de ser, além da própria bancada pernambucana, composta por companheiros altamente qualificados e dedicados à causa do povo pernambucano, vizinho ao nosso estado, Paraíba, de portas abertas – todos os gabinetes haverão de estar – às demandas que também deverão chegar e ser apresentadas por V. Exa. São votos sinceros dos que integram esta Comissão e dos que integram o Colegiado mais amplo do Senado Federal.

Ao tempo que quero, como ex-companheiro que fomos, tanto eu... todos nós aqui praticamente, Senador Esperidião Amin, Senador e ex-Deputado Izalci, Senador e ex-Deputado Marcelo...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Quando V. Exa. nasceu, Senador Veneziano, o Gonzaga já era Deputado. (*Risos.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Não, mas... Não exageremos, mas o Deputado Gonzaga foi companheiro do Deputado Vital do Rêgo, como o Senador Esperidião Amin o foi. E eu e a Senadora Eliziane tivemos a oportunidade de, pelo menos em um dos dez mandatos, penso eu, conquistados pelo nosso companheiro Gonzaga Patriota...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Os primeiros dez mandatos da primeira série.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Como Relator.) – Da primeira série!

Mas quero saudá-lo, Deputado Gonzaga. V. Exa. bem sabe da nossa estima.

Mas sobre as considerações que foram feitas, rapidamente, pelo Senador Izalci: mesmo diante da bastante clara e evidente limitação que temos enquanto Comissão de apresentar e fazer uma escolha, entre 209 propostas que V. Exas. apresentaram, de apenas quatro de apropriação e quatro de remanejamento, uma das de remanejamento foi exatamente a do apoio à consolidação e reestruturação das instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, exatamente identificando e entendendo como uma preocupação, que é uma preocupação de todos nós, pela fragilidade, pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

quase por completo depauperada condição dos investimentos inexistentes na ciência e tecnologia. Fizemos esse esforço ao escolher, para que nós não deixássemos, evidentemente, as preocupações maiores, como as que foram apresentadas em palavras generosas ao esforço desta relatoria para a educação básica, mas sem perder de vista também a nossa participação.

Quero me juntar, Senador Esperidião Amin, já que, de forma muito própria do Senador Marcelo Castro... E, quando nós passávamos, este ano ainda, diante da responsabilidade de fazer algumas correções, sem perda daquilo que se evidencia como tendo sido este Congresso, ao falarmos sobre as emendas de Relator, se constituiu um discurso que não foi o verdadeiro, porque absolutamente, de qualquer sugestão oferecida por qualquer Parlamentar das duas Casas, nenhuma destas deixou de ter, no seu encaminhamento, o beneficiário reconhecido, seja esse o município, seja esse o estado. Mas se construiu esse discurso. Passamos, recordemos, até porque é a oportunidade em face daquilo que as próprias campanhas estaduais verificaram, de discursos a se dizer do orçamento secreto, a apontar este ou aquele como tendo indicado emendas secretas, quando de secretas em nenhum momento houve. Então, se há uma necessidade – e corroborando a sua preocupação, a preocupação do Senador Izalci, da Senadora Eliziane e do próprio Senador Marcelo Castro, que já tinha tido a oportunidade de presidir a Comissão Mista de Orçamento –, que nós a façamos. E o Senador Marcelo o convida, acertadamente, pela condição – e reconhecida condição – de experimentado Parlamentar, para que nós colaboremos, porque também há de se reconhecer, torcendo para que, nesta nova quadra que se apresentará a partir de janeiro, o Executivo nacional possa identificar que nós estamos colaborando não simplesmente para cumprir as regras regimentais de apresentar relatórios absolutamente inócuos, ineficazes, ineficientes e inexistentes. Se isso continuar a acontecer, esse trabalho todo passará simplesmente por um faz de conta. Acho que é a oportunidade que podemos até por aquilo que nós ouvimos do então candidato a Presidente da República, a preocupação de poder ter acesso... E, quando nós falamos sobre emendas de Comissões, nós estamos atendendo a políticas que nacionalmente possam ser verificadas e implementadas.

Então, Senador Marcelo Castro, V. Exa. mais uma vez recebe essa incumbência pela ciência que esta Casa tem da sua competência, da sua sensibilidade, da sua capacidade de articular e de convencer, e acho que nós poderemos fazer essas devidas correções.

Ademais, quero agradecer pelo carinho e pelos gestos de confiança ao trabalho que foi feito por esta relatoria, mas não sem que, antes do agradecimento final, o faça aos nossos companheiros que o conduziram conosco, de forma muito mais importante, em razão dos talhados consultores e técnicos desta Casa. Agradeço penhoradamente pela companhia e pelo aperfeiçoamento das sugestões.

Muito grato, Presidente Marcelo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente Marcelo, só um último registro aqui.

Primeiro, é óbvio que essas observações que fiz foram no sentido de, primeiro, elogiar o relatório de V. Exa. com duzentas e tantas emendas. Reconheço que V. Exa. coloca aí a questão dos institutos federais porque nós reconhecemos a qualidade e a competência dos institutos federais. A preocupação que levantei foi com relação à escola tradicional, o novo ensino médio, que pega todas as escolas de ensino médio, porque não temos profissionais, professores preparados para dar o novo ensino médio na escola regular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mas eu queria registrar, Senador Marcelo – e a gente acompanhou a eleição –, que a gente foi muito pobre em termos de debate. V. Exa. viu que ciência, tecnologia e educação não fizeram parte dos pontos principais dos debates dos candidatos. E aí só para registrar que mais da metade da bancada da educação, da Frente Parlamentar da Educação, não conseguiu se reeleger. Isso significa que a educação neste país ainda é prioridade no discurso. Na prática, a gente tem dificuldade. Mais da metade da bancada da Frente Parlamentar da Educação não foi reeleita.

Então...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Mas nós tivemos a eleição da nossa Dorinha...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Sim, no Senado, excelente, excepcional!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – ... que foi eleita Senadora com uma maioria consagradora lá no Tocantins.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – É, foi muito boa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – É a nossa grande líder aqui na área da educação na Câmara dos Deputados...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – É, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – ... para orgulho nosso, que somos da área da educação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Mas vamos ver se agora, neste mandato, a gente possa botar a educação realmente como prioridade de fato, de direito e na prática, não é? E ciência e tecnologia também, porque, quando se fala em educação, envolvem-se ciência e tecnologia.

Quero parabenizar V. Exa., que, como Presidente da Comissão de Educação, tenho certeza de que fará no Orçamento, na peça orçamentária, o reconhecimento da importância da educação. Parabéns a V. Exa., que é mestre e com quem nós temos que aprender muito – não é, Wellington? – na relatoria, com relação à CMO! Parabéns a V. Exa.!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não é possível que o Presidente da Comissão de Educação, Relator-Geral do Orçamento, não priorize a educação. (*Risos.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – É verdade!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Isso seria uma contradição.

Bom, eu quero então declarar encerrada a discussão e submeter à votação o relatório do nobre Senador Veneziano Vital do Rêgo.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Serão apresentadas perante a CMO as emendas constantes do relatório.

Muito obrigado a todos.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Como Relator. *Fora do microfone*.) – Presidente, obrigado pela confiança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Você é craque...

(*Iniciada às 9 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE NOVEMBRO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às quatorze horas e zero minutos do dia dezesseis de novembro de dois mil e vinte e dois, no Reunião Remota, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Eduardo Girão, Wellington Fagundes, Julio Ventura e Leila Barros. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Marcelo Castro, Ivete da Silveira, Mailza Gomes, Guaracy Silveira, Confúcio Moura, Styvenson Valentim, Carlos Portinho, Roberto Rocha, Alvaro Dias, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves, Zenaide Maia, Paulo Paim, Fernando Collor e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei nº 1.338, de 2022, que "altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica", em atendimento ao Requerimento nº 54/2022 – CE. Tema: Impacto do Projeto de Lei nas redes públicas de ensino. **Participantes:** Andressa Pellanda, Coordenadora-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Ilona Becskeházy, Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo - USP; Carlos Xavier, Mestre em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná, autor do livro "Educação Domiciliar no Brasil, Aspectos Filosóficos, políticos e jurídicos; Lucas Hoogerbrugge, Líder de Relações Governamentais do Todos Pela Educação; Rafael Vidal, Fundador da Associação de Famílias Educadoras do Distrito Federal (FAMEDUC-DF); e Andréa Pereira da Silva, Dirigente Municipal de Educação de Oliveira/ MG e membro do GT Integrado de Educação Infantil e Alfabetização (representante de: União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime)). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/11/16

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

A presente reunião se destina à realização da segunda audiência pública interativa com objetivo de instruir o Projeto de Lei nº 1.338, de 2022, que altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica, com ênfase no impacto do projeto de lei nas redes públicas de ensino, em atendimento aos Requerimentos nºs 54, de 2022, Comissão de Educação, de minha autoria, e 56, de 2022, Comissão de Educação, de autoria do Senador Eduardo Girão.

A audiência, quero esclarecer, será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, em www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria.

A Presidência concederá o prazo de dez minutos para cada convidado e convidada fazerem a sua exposição. Eu também comentava que, ao final dos dez minutos, faltando quinze segundos, haverá um alerta, e serão disponibilizados mais dois minutos, se forem necessários, para a conclusão do raciocínio, do pensamento, da frase. Em seguida, a palavra será concedida às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que eventualmente desejem também comentar ou fazer perguntas.

Quero, antes de tudo, dizer que já vieram algumas perguntas, como esta é uma audiência pública interativa. Vou ler as perguntas, e cada um já poderá ir pensando também nas perguntas quando fizer a exposição.

Então, a primeira delas, é de Anna Paula Santos, da Bahia: "Como o Estado irá supervisionar e acompanhar os relatórios de atividades pedagógicas do aluno?".

Guilherme Moreira, de São Paulo: "A socialização é muito importante para a formação educacional da criança. Assim, o ensino domiciliar seria realmente viável [...]?".

Tuane da Silva, do Rio de Janeiro: "Como ocorrerão as avaliações [...] [do aluno em ensino domiciliar]?".

André Matos, do Mato Grosso: "Como a educação em casa pode desenvolver a socialização de crianças sem contato com seus pares e sem convívio com a diversidade?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

José Lucas, de Roraima: "Terá alguma fiscalização do estado quanto à carga horária, conteúdo ou alguma avaliação para confirmar o aprendizado?".

Jonathan Kennedy, do Distrito Federal: "Como o estado vai agir em relação aos alunos que não têm computador em casa e dependem da merenda escolar para se alimentar?".

Há comentários, além dessas perguntas que já vieram.

Ricardo Santos, do Rio de Janeiro: "Professor ensina e os pais endossam em casa. É preciso ter um ensino de ambos os lados."

Outro comentário é de Adriano Ladeia, de São Paulo: "Uma modalidade que tem tudo para dar certo, mas que precisa ser bem elaborada e contar com o apoio do Ministério da Educação."

Ana Paula Leblanc, de Minas Gerais: "A escola é essencial para o desenvolvimento sócio-afetivo-cultural da criança."

Itanusa Milena, de Pernambuco: "Para que o *homeschooling* seja aceito como um método eficaz, seria preciso, além dos professores, uma família estruturada e fiscalização."

Vanessa Junqueira, do Rio de Janeiro: "O Estado deveria garantir a escola em tempo integral."

Uandresson dos Santos, do Mato Grosso: "Não sou a favor da educação escolar em casa, pois a criança precisa se socializar com outras crianças."

Então, são perguntas e comentários. As pessoas que nos acompanham podem continuar também fazendo as perguntas e os comentários pelas alternativas já mencionadas.

Participam desta reunião, por meio de videoconferência, a Sra. Andressa Pellanda, Coordenadora Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; a Sra. Ilona Becskeházy, Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP); o Sr. Carlos Xavier, Mestre em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná, autor do livro *Educação Domiciliar no Brasil – Aspectos Filosóficos, políticos e jurídicos*; o Sr. Lucas Hoogerbrugge, Líder de Relações Governamentais do Todos Pela Educação; o Sr. Rafael Vidal, Fundador da Associação de Famílias Educadoras do Distrito Federal (Fameduc-DF); e a Sra. Andreia Pereira da Silva, Dirigente Municipal de Educação de Oliveira/MG e membro do GT Integrado de Educação Infantil e Alfabetização da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

Então, tendo combinado as premissas da audiência pública, em primeiro lugar, quero agradecer a presença de vocês expositores e expositoras por terem aceitado o convite. Esperamos que também seja uma boa audiência pública como já foi a primeira; a terceira acontecerá na próxima semana. Quero incentivar inclusive as pessoas que nos acompanham, caso assim desejem, a fazerem perguntas e comentários. Isso tudo vai instruir o relatório para apreciação do projeto de lei já aprovado pela Câmara

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos Deputados e que agora está no Senado Federal sob a nossa relatoria na Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Passo a palavra, em primeiro lugar, pelo tempo de dez minutos, à Sra. Andressa Pellanda, agradecendo novamente a presença da Andressa, sempre ativa e participando de todos os debates sobre educação no Senado Federal, como Coordenadora Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Com a palavra.

A SRA. ANDRESSA PELLANDA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu que agradeço, Senador, pela oportunidade de estar aqui conversando com este Senado e também com todas as pessoas aqui presentes e que estão também assistindo a esse tema que tem sido tema de debate não só na Câmara dos Deputados como também na sociedade. É um debate que precisamos de enfrentar com bastante cautela, e é o que vou trazer aqui no PowerPoint, na apresentação que eu preparei.

Vocês conseguem ver minha tela? Está visível, certo?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Estamos enxergando.

A SRA. ANDRESSA PELLANDA (*Por videoconferência*.) – Perfeito.

Eu vou, primeiramente, trazer aqui o posicionamento da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que é um posicionamento que acredita que a autorização e a regulamentação da educação domiciliar, caso essa ocorra, deve colocar em risco o direito à educação como um dos direitos fundamentais da pessoa humana. Além disso, pode ampliar de forma significativa a desigualdade social e educacional no país e deve também agravar a crise que já vivemos e que teria que ter uma série de medidas e de investimentos a serem feitos com urgência, nenhum deles passando pela regulamentação da educação domiciliar, do *homeschooling*, já que existem outras prioridades em pauta neste momento. Portanto, somos contrários à prioridade da regulamentação e também ao mérito da proposta.

Em primeiro lugar, gostaria de lembrar que já foi feita uma série de mobilizações da sociedade civil em relação à agenda. A gente já tem mais de 400 entidades que são contra a proposta. Fizemos uma mobilização que dizia não à educação domiciliar. Isso já tem circulado em todas essas entidades do campo, que são entidades nacionais e também locais que atuam com direito à educação, com direito da criança e do adolescente. Então, acho que é esse é um ponto importante a ser levado em consideração por este Senado, que representa também os nossos Estados e a nossa população.

Então, do ponto de vista da prioridade da regulamentação da educação domiciliar, não consideramos que isso seja prioridade, primeiro, porque temos políticas e legislação que já estão aprovadas – e não estão sendo cumpridas – e que precisam entrar na pauta de prioridade da execução de políticas públicas. E aí eu trouxe alguns artigos da legislação vigente e da Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na Constituição Federal, primeiro, diz-se que a educação é direito de todos e precisa visar ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho – três pontos pilares importantes para o direito à educação. E a gente vai ver mais adiante como a educação domiciliar infringe alguns desses pilares. A gente também considera – e isto está na Constituição – que o ensino já é livre para a iniciativa privada e que os pais ou responsáveis já têm a possibilidade de escolher em qual escola colocar a sua criança e que tenha um projeto político-pedagógico de sua preferência. E, por fim, o art. 227 da Constituição diz que é um dever compartilhado da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente – ao jovem – a prioridade a uma série de direitos, entre eles, o direito à educação, também à liberdade e à convivência familiar e comunitária. A gente vai ver mais para a frente como também é um dos pontos no qual essa proposta infringe a Constituição.

Por fim, trago aí também os princípios da educação colocados na Lei de Diretrizes e Bases, no art. 3º, que mostram que é preciso igualdade de condições para acesso e permanência na educação; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar; pluralismo de ideias; respeito à liberdade e à tolerância; coexistência de ensinos públicos e privados – e aí reitero que é possível se escolher a parte pedagógica –; valorização do próprio profissional da educação – e a gente vai ver mais adiante que também há uma proposta da educação domiciliar contrária a isso. A gente ainda tem, como está comprovado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: a garantia de todas as etapas e modalidades e também a questão do atendimento de forma a garantir padrões de qualidade de ensino.

No Estatuto da Criança e do adolescente (ECA), o art. 3º da nossa legislação brasileira coloca que as crianças gozam dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana e têm que ter oportunidades e facilidades de garantir esses direitos de forma livre. O art. 4º mostra que é dever da família, da comunidade e da sociedade assegurar o acesso a esses direitos – então, de novo, um dever compartilhado de modo a assegurar uma gama de possibilidades de acesso. Por fim, o art. 5º ainda reitera que nenhuma criança ou adolescente vai ser objeto de qualquer forma de negligência – esse também é um dos pontos em que a educação domiciliar pode colocar em risco as crianças.

A gente tem, ainda, tanto no ECA como em outras legislações, a garantia de que a família participe do projeto político-pedagógico – isso está explícito no art. 53. E eu trago aqui também o Plano Nacional de Educação, suas principais diretrizes, para dizer que o Plano Nacional de Educação é uma das agendas prioritárias que não está sendo cumprida e que a gente precisa colocar como prioridade.

A gente está chegando ao oitavo ano do plano com 45% das metas em retrocesso e cerca de 86% em descumprimento, não complementados esses dados claramente, mas quero registrar que a gente já tem uma agenda para a educação, ela precisa ser cumprida e a gente não tem que colocar esforços em agendas que não são prioritárias.

Por fim, a gente também se comprometeu, enquanto Estado brasileiro, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. E o Objetivo 4, que trata de educação de qualidade, também apresenta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma série de metas em progresso insuficiente, e a gente precisa cumprir com essa obrigação. Então, não é prioridade na legislação, como a gente viu, nas políticas educacionais e também não é prioridade diante da crise que a gente está vivendo. A pandemia de covid-19 gerou um impacto enorme na educação, com exclusão escolar de milhões de crianças e adolescentes. A gente está vendo desemprego, fome, vulnerabilidade das famílias, casos de violência, abusos físicos, psíquicos, sexuais e a gente tem um orçamento que é insuficiente para garantir o Plano Nacional de Educação, para garantir esse lugar emergencial, para olhar para esse debate. E não é o momento de aprovar uma nova política que vai exigir também orçamento para que seja implementada.

Acho que vale também a menção de que o debate que foi feito sobre reabertura das escolas, sobre ensino híbrido, sobre educação remota não quer dizer educação domiciliar. É diferente a educação na escola e de forma remota de educação domiciliar, educação em casa.

Então, esse é um resumo. Eu não vou entrar aqui porque demora muito e eu vou precisar de tempo para as outras partes. Aí eu queria falar sobre o mérito.

Falei até agora sobre a não prioridade na legislação, na política educacional, no orçamento e em relação à crise que a gente está vivendo e agora vou falar sobre o mérito da proposta.

Primeiro, o processo educacional de formação de um cidadão – um dos primeiros pilares de educação previstos na Constituição – mostra que é uma ação recíproca, simultânea e de cumplicidade entre a sociedade, a comunidade educativa – e aí incluem-se as famílias – e o próprio Estado. É dever do Estado garantir essa educação não só porque a gente vive num sistema que coloca o Estado como esse lugar organizativo das políticas da nossa nação, mas porque ele é o único que é potencialmente capaz de garantir a igualdade de condições e de acesso a direitos. E, quando a gente fala de educação privada – lembrando, de novo, que é livre no Brasil à iniciativa privada a oferta da educação –, a gente tem também o Estado como um lugar de papel regulador, que pode alcançar todas essas escolas e garantir que a educação possa ser de qualidade.

A gente também tem que registrar, a princípio, que a criança e o adolescente não são propriedade; são sujeitos de direito, ou seja, o foco é o direito da criança e do adolescente.

Em relação à questão da liberdade religiosa, que é um dos pontos que são levantados por alguns grupos, isso não se coloca de forma separada do direito à educação. A liberdade religiosa é garantida, mas não pode se misturar, em relação à educação, já que a gente tem uma educação que é laica e, claro, de novo, existe a liberdade de as famílias escolherem colocar seus filhos numa escola privada e religiosa, inclusive, para esse exercício. Não há interferência do Estado na educação das famílias – na legislação, em nenhum momento, se fala disso –; é uma formação complementar à formação que se tem em casa.

De todos os direitos que a gente coloca na primeira parte que eu trouxe, do Estatuto da Criança e do Adolescente, da LDB, da Constituição Federal, a gente vê que não é possível assegurar todos esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direitos sob educação domiciliar, já que, por exemplo, a gestão democrática é um dos princípios fundamentais do direito à educação, e a gente não pode usar a educação domiciliar como alternativa para a educação de qualidade, porque a qualidade tem que ser discutida no bojo da gestão democrática e passiva do processo pedagógico.

Por fim, eu queria trazer uma questão importante. Na educação, que é um processo de ensino-aprendizagem, a gente tem o lugar do educador, o lugar do ensino, que é ocupado por um profissional formado cientificamente, pedagogicamente, central para esse processo de ensino-aprendizagem. Ou seja, autorizar a educação domiciliar seria também desconsiderar os avanços do campo da pedagogia, da psicologia escolar, das licenciaturas e vários campos da ciência, ainda colocando no lugar das crianças o espaço de ser autodidata, ou seja, colocando no lugar das crianças a responsabilidade com essa educação.

Há entidades da educação inclusiva que também têm colocado o quanto isso pode ser um risco para as pessoas com deficiência e para a própria inclusão na educação. A gente tem uma dificuldade enorme de regulamentar e monitorar o que pode estar acontecendo na educação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Andressa, é que nós havíamos combinado – com todo o respeito a você também – que a gente ficaria nos 12 minutos, sabe?

A SRA. ANDRESSA PELLANDA (*Por videoconferência*.) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Senão, eu teria que abrir para as outras pessoas também.

A SRA. ANDRESSA PELLANDA (*Por videoconferência*.) – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Se pudesse só, em 30 segundos, concluir, porque no final você terá um tempo também...

A SRA. ANDRESSA PELLANDA (*Por videoconferência*.) – Está ótimo. Perfeito, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Pode ser?

A SRA. ANDRESSA PELLANDA (*Por videoconferência*.) – Eu já estava na parte final, que é a parte de proteção. Então, além de todas essas questões de violação do próprio direito à educação, a gente se preocupa muito também com a questão da proteção, por conta de violações, de violência sexual, de abuso, de violência doméstica, que acontecem muito na agenda de educação domiciliar, a agenda em casa, em âmbito doméstico.

Aí eu trouxe alguns exemplos do que acontece...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Isso.

A SRA. ANDRESSA PELLANDA (*Por videoconferência*.) – ... nos Estados Unidos, e eu posso falar isso no final.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Eu agradeço à Andressa Pellanda, que é Coordenadora-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Eu só quero lembrar que a gente combinou... Agora, já tendo a primeira exposição, os expositores e as expositoras já perceberam que, faltando 15 segundos para os dez minutos, há um sinal. Aí nos dizemos: "Vamos prorrogar por dois minutos se a pessoa quiser". E, ao final dos dois minutos, faltando 15 segundos, também haverá um sinal.

Então, é para que todo mundo tenha o mesmo tempo, porque, senão, se uma pessoa eventualmente precisar de muito mais tempo, eu terei que também conceder esse mesmo tempo para os outros expositores. Está bem?

Mas agradeço, Andressa Pellanda.

Em seguida, eu passo a palavra para a Sra. Ilona Becskeházy.

Acertei? Está próximo, vamos dizer.

É Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo, universidade de grande prestígio no Brasil, com muita honra, a USP.

Com a palavra a Dra. Ilona.

A SRA. ILONA BECSKEHÁZY (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador!

Boa tarde aos demais legisladores, técnicos e comunidade em geral que assistem à nossa apresentação!

Muito obrigada pela oportunidade.

Eu queria começar fazendo jus aqui às preocupações que foram elencadas pelo Senador em relação ao *homeschooling*, como a socialização, a questão das avaliações, do aprendizado, da diversidade e da desigualdade, a fiscalização do conteúdo e da carga horária e a questão de os alunos não terem computador. Essa é uma questão que hoje... Como nós temos praticamente todos os alunos na escola, essa é uma preocupação que hoje se dirige às escolas, principalmente as públicas. Então, a gente não tem... A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sociedade brasileira não tem... E me desculpem, porque plano político-pedagógico com participação da família na escola é muito difícil. A gente não pode dizer que haja realmente participação das famílias nas escolas. E é exatamente por isso que o movimento de *homeschooling* ou de educação domiciliar ou comunitária cresce no Brasil de maneira substancial, porque todas essas preocupações que foram elencadas pelas pessoas que mandaram as perguntas no início da apresentação... As famílias têm essas preocupações em relação às escolas também.

Então, nós temos uma questão aqui... Obrigada à Sra. Andressa, que acabou de fazer a apresentação, por trazer a legislação, pois é justamente com base na legislação que as famílias se apresentam para embasar o seu desejo de educar os seus filhos em casa. E há uma pressão aí por regulamentação, mas educar os filhos em casa não está em desacordo com o princípio e com o espírito da legislação brasileira, que é uma concertação entre família, sociedade, escola e Estado, principalmente, mas também com as escolas privadas.

Então, nós temos uma questão aqui... A minha apresentação não está aparecendo, não sei por quê, mas eu posso falar de cor, porque, nessa questão, não vou dizer nenhuma novidade, não é?

Então, o meu ponto é: as famílias, hoje, sentem necessidade de... Ou elas já fazem... Ou elas já fazem... E aí todos os dados de avaliação no Brasil mostram isto: famílias com maior capital social e com maior capital cultural têm filhos com maior desempenho tanto na escola privada, quanto na escola pública. Então, a prática do *homeschooling*, aquilo que tem dentro dos domicílios, as oportunidades que as famílias oferecem aos seus filhos já contribuem para o aprendizado deles. Então, já há uma participação das famílias, levando os filhos a museu, dando livros em casa, inclusive na parte do início da escolarização, que é a alfabetização. Os dados de alfabetização nos mostram que são principalmente as famílias que ensinam os filhos a ler, porque a correlação entre a renda da família e a escolaridade da mãe é muito alta.

Então, eu acho que a gente não estaria...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Ilona, só interrompendo um pouquinho – desculpe atrapalhar –, mas, se você quiser, a Comissão apresenta a sua apresentação.

A SRA. ILONA BECSKEHÁZY (*Por videoconferência*.) – Eu...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Ou não é necessário?

A SRA. ILONA BECSKEHÁZY (*Por videoconferência*.) – Não, Senador. Eu mandei mais cedo a minha apresentação – não sei por que ela não está na tela –, e, como eu quero respeitar o tempo de todos, eu não faço questão, tá?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Está bom.

A SRA. ILONA BECSKEHÁZY (*Por videoconferência*.) – Todo mundo aqui conhece o conceito de capital social das famílias, capital cultural das famílias. Isso é uma bibliografia totalmente disseminada na educação brasileira, na formação dos docentes e na pós-graduação, então eu não preciso me estender sobre isso.

Há uma questão para que as famílias já contribuem, e o que elas estão vendo é que às vezes o esforço de levar os filhos para a escola não compensa, até porque nas escolas correm-se também riscos de socialização. Quem nunca ouviu falar de *bullying*, não é verdade? Então, a socialização também está em risco no ambiente institucionalizado.

Quanto à questão de o aluno ficar isolado em casa, vejam bem: eu acho que todo mundo aqui tem família. Os alunos, os filhos, as crianças, os jovens, os adolescentes têm centenas de oportunidades de socialização com seus pares, com pessoas mais velhas, mais novas, etc., com mais formação, com menos formação nas suas vidas familiares e comunitárias. Então, o que se está trazendo como grande ameaça ao *homeschooling* é o *outlier*, como se chama em estatística. São aqueles casos de abuso extremo dentro de casa e os casos extremos que também ocorrem no ambiente escolar.

Então, nós não podemos misturar as coisas porque as famílias, quando optam por educar os seus filhos em casa, podem estar e devem estar – e na sua maioria estão – muito bem-intencionadas, às vezes mais bem preparadas umas do que as outras.

Nós temos uma questão aqui: o Brasil não tem uma qualidade de educação de que a gente possa se orgulhar. Então, eu acho que o que se está falando aqui é que as famílias querem ter o direito de ter a opção de elas mesmas cuidarem da educação dos seus filhos dentro de suas casas ou compartilhando isso com outras famílias, num ambiente mais controlado. E isso não é necessariamente doentio ou traz esses riscos que estão sendo listados aqui. E eu repito: esses riscos também estão presentes nas escolas e nas instituições de ensino.

Então, quando nós olhamos a capacidade educacional, o desenvolvimento da proficiência dos alunos dentro das escolas brasileiras, nós vemos que isso ainda é muito baixo. A maior parte dos alunos no 5º ano ainda não compreende o que lê, e isso... Está dado: nós gastamos dinheiro, nós investimos na escola, e as escolas não estão apresentando essa capacidade de uma maneira geral.

Na minha apresentação, eu também mostro que a formação docente não contribui; não tem uma correlação estatística entre o nível de formação docente e o desempenho dos alunos.

E eu trouxe na minha apresentação aqui alguns exemplos de páginas de livro didático mostrando atividades medíocres de análise de texto, de muito baixo nível cognitivo, uma exigência muito medíocre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de desempenho dos alunos, e as famílias perceberam isso durante a pandemia. A tragédia da pandemia fortaleceu o movimento de educação domiciliar porque as famílias perceberam que, dentro das escolas, seus filhos são dispostos a muito pouca coisa de qualidade. Então, as famílias... Então, para aprender isso – e aí eu digo como mãe também de escola privada –, ou eu pago como contribuinte ou eu pago como cliente de uma escola privada. Não está valendo a pena. E as famílias querem essa opção.

Eu trouxe aqui um estudo do Inep de 2005, na minha apresentação, que se chama "Pesquisa Nacional Qualidade na Educação: A Escola Pública na Opinião dos Pais", e está aqui na minha apresentação a opinião dos pais a respeito das escolas. Já era ruim em 2005. Depois da pandemia, depois que os pais puderam estar praticamente, por meio do computador, presentes na sala de aula dos seus filhos, aí mesmo foi que a percepção quanto à qualidade do que as escolas públicas e privadas têm a oferecer caiu muito.

Então, essa preocupação dos riscos que os alunos podem sofrer não se aplica apenas às famílias. Eu reconheço que há casos em que há uma certa má intenção, em que pode haver uma má intenção, em que pode haver um desvio, mas eu duvido de que sejam maioria, da mesma forma que essas preocupações estão presentes, como eu já disse várias vezes – eu acho que essa é a questão principal aqui –, no ambiente institucionalizado de ensino.

Portanto, o que a gente precisa refletir aqui é: a escola pública e privada e a sociedade brasileira precisam estar no mesmo barco, e o barco é o futuro das próximas gerações. Essa canoa é formada por um desejo de um futuro melhor para os alunos, para a nossa sociedade, de um maior desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, e de diminuição das desigualdades. Nós temos que estar, como diz a nossa Constituição, juntos nessa empreitada. Então, não é uma questão de haver um esgarçamento, uma oposição entre família e escola, entre sociedade, família e escola. A família estruturada, como se está dizendo aqui – que é necessário família estruturada para um *homeschooling* de qualidade, um ensino domiciliar de qualidade –, a família estruturada é a base da sociedade, é a base da coesão social.

Então, o que é importante nós levarmos adiante aqui é esse casamento entre o desejo da sociedade de ser mais próximo, mais igualitário, com maiores oportunidades para todos, maior coesão social, menos grupos extremamente antagônicos dentro das instituições de ensino e dentro das famílias. E esse casamento pode ser perfeito. Hoje em dia nós temos as famílias dando, dependendo do nível socioeconômico, contribuição muito maior do que a contribuição do efeito escola que as escolas podem dar´– isso já é realidade; e só olhar a base de dado das nossas avaliações –, e também nós precisamos que as escolas possam ser, como, por exemplo, no caso da educação especial, um lugar aonde as famílias recorrem para alguns aspectos da educação de seus filhos. Então, essa flexibilidade, essa comunhão de interesses entre sociedade, famílias, escolas públicas e privadas é o que deve prevalecer.

E, aliás, como mostrou aqui a técnica Andressa, essa já é a base da legislação, já foi o espírito do arcabouço legal que nós já temos. E eu acho, sim, discordando dela, com sua permissão, que essa é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prioridade, porque, se as famílias têm esse desejo, os alunos estão se desenvolvendo, e há uma questão aí de que está faltando uma regulação – embora, como eu disse, eu considero que o espírito da legislação já vá na direção de permitir às famílias essa escolha –, se está faltando regulação, é sim uma prioridade fazer essa regulação, para que as famílias estejam tranquilas para educar os seus filhos no melhor do seu entendimento, com alguma supervisão sim. E basta nós termos um bom currículo e um bom sistema de avaliação que os alunos vão ter que aprender o que está no currículo e serem testados por esse sistema competente de avaliação, que nós ainda não temos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Eu agradeço à Sra. Ilona Becskeházy, que é Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Obrigado.

Passo, em seguida, a palavra ao Sr. Carlos Xavier, que é Mestre em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná e autor do livro também *Educação Domiciliar no Brasil: Aspectos filosóficos, políticos e jurídicos.*

Com a palavra o Dr. Carlos Xavier.

O SR. CARLOS XAVIER (*Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador Flávio, na pessoa de quem eu cumprimento a todos os participantes.

Posso... Ah, agora está habilitado o compartilhamento de tela.

Estão vendo aqui a minha apresentação?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Sim.

O SR. CARLOS XAVIER (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado. Vamos iniciar então.

Como alguém que estuda o assunto há alguns anos e tendo já publicado dois livros sobre a educação domiciliar, eu confesso que, num primeiro momento, eu estranhei o tema proposto para esta audiência pública. Eu pensei: que relação há entre a escola pública e a educação domiciliar? Pois, para mim, é bastante evidente que não há qualquer relação entre a escola pública e a educação domiciliar. Inclusive, por isso, inicialmente eu me questionei se, apesar da minha pesquisa e da minha produção acadêmica sobre educação domiciliar, eu poderia contribuir para esta audiência em particular. Contudo, após refletir um pouco, percebi que eu poderia, sim, contribuir. E talvez a maior contribuição que eu possa dar seja demonstrando o porquê da ausência dessa relação, pois penso que qualquer associação imaginária entre educação domiciliar e escola pública feita por pessoas do povo ou por intelectuais decorre de um claro equívoco conceitual. Esse equívoco conceitual está ligado à natureza da educação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

domiciliar. Ao contrário da escola pública, a educação domiciliar não constitui objeto de uma política pública. Eu já tenho pontuado, há alguns anos e em variados contextos, que educação domiciliar não é política pública e agora fico grato pela oportunidade de poder reafirmar isso perante esta distinta Comissão do Senado Federal brasileiro. E por que a educação domiciliar não é política pública? Porque ela constitui um direito humano negativo, e demonstrar que a educação domiciliar é um direito negativo é o cerne desta minha exposição, além de constituir o tema do livro que eu publiquei no ano passado, um livro que não foi mencionado aqui no começo, é um outro livro, não o *Educação Domiciliar no Brasil*.

Obviamente, eu não vou poder compartilhar em apenas dez minutos o conteúdo de 300 páginas, mas eu gostaria de antecipar que esse importante *insight* conceitual me permitiu traçar a distinção entre um direito público subjetivo, o que a educação domiciliar segundo o Supremo Tribunal Federal não é, e um direito humano negativo, o que a educação domiciliar sempre foi e sempre será, e, ao final, talvez eu tenha a oportunidade de esclarecer isso um pouco melhor.

Então, como eu não vou conseguir abordar o conteúdo de seis longos capítulos nestes curtos dez minutos, vou recorrer a dois homens, um do passado e um do presente, para instigar a reflexão de que a educação domiciliar é um direito humano negativo. E, além disso, para que ninguém alegue qualquer questão de gênero, já antecipo que também seremos grandemente auxiliados em nosso percurso por uma mulher.

Primeiro, para auxiliar na percepção de que a educação domiciliar precisa ser compreendida como um direito negativo, nós iremos dialogar com Tomás de Aquino, grande teólogo e filósofo que viveu no século XIII e foi responsável pelo maior esforço intelectual de sistematização do pensamento cristão, a *Suma Teológica*. Depois, para termos bem presente que a educação domiciliar é um direito humano, consideraremos as palavras de Vernor Muñoz Villalobos, um estudioso da educação e dos direitos humanos na atualidade e, o que é mais significativo, um grande defensor da educação pública.

Vamos começar então com Tomás de Aquino.

Numa época em que, como todos aqui bem sabem, o cristianismo, personificado na Igreja Católica romana, era a religião predominante na Europa, aquele que possivelmente tenha sido o maior pensador cristão de todos os tempos, ao ser questionado se os filhos de não cristãos, à época da questão judeus e muçulmanos, deveriam ser batizados contra a vontade dos pais, Aquino apresentou uma resposta que pode soar inusitada para muitas pessoas que ainda hoje imaginam que a Idade Média foi um período de obscurantismo e opressão. Assim, numa verdadeira lição de tolerância que permanece até os dias de hoje, São Tomás afirmou que batizar as crianças contra a vontade de seus pais repugna a justiça natural. Foi nesse contexto que ele cunhou a metáfora da família como um ventre espiritual, muito útil para compreendermos que a educação domiciliar é um direito negativo. Na verdade, como ensina a Professora Melissa Moschella, os direitos educacionais dos pais, dos quais a educação domiciliar é apenas uma espécie, são direitos negativos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Direito negativo aqui significa um direito que não pode ser violado pela comunidade política, pois pretender remover a autoridade natural dos pais sobre os filhos é o equivalente a romper esse útero espiritual, uma violência que não pode ser admitida, porque certamente tem efeitos sociais e humanos nocivos.

Mas é importante salientar, para evitar um segundo equívoco conceitual, que a metáfora tomista do ventre espiritual nos comunica tão somente a ideia de tolerância. Tudo aqui é sobre liberdade, não sobre imposição. Por isso, reconhecer a educação domiciliar como um direito negativo é reconhecer, antes de qualquer coisa, a liberdade dos pais. Assim, os pais têm liberdade para educar seus filhos em casa, tanto quanto têm liberdade para colocá-los na escola. E, para aludirmos ao tema desta audiência, na escola pública, caso não tenham condições de custear a educação de seus filhos.

Ou seja: não faz qualquer sentido falar em obrigatoriedade da educação domiciliar, e este é outro equívoco conceitual que normalmente aparece no debate público sobre o assunto. Eu me arrisco aqui a afirmar que obrigar os pais a educarem seus filhos em casa seria tão contrário ao pensamento de Tomás de Aquino quanto proibi-los de praticar a educação domiciliar. Ambas as propostas constituem, a meu ver, sérias violações da ideia de família como ventre espiritual.

E, com isso, nós podemos passar a Vernor Muñoz.

Em sua destacada história de vida em defesa da educação pública e dos direitos humanos, o Dr. Muñoz exerceu, entre 2004 e 2010, a função de Relator da Organização das Nações Unidas para o Direito à Educação. E por que trago esse destacado humanista para o nosso diálogo? Porque, no Relatório da Missão Especial da ONU à Alemanha, de 2006, redigido por Vernor Muñoz, encontramos claramente a ideia de que a proibição da educação domiciliar, uma realidade naquele país desde o Terceiro Reich, constitui uma violação de direitos humanos. Deixarei que o Dr. Muñoz fale por si mesmo, passando à leitura de um trecho desse relatório de 2006, um documento oficial da ONU. Abre aspas: "Embora o Relator especial seja um forte advogado da educação pública, livre e compulsória, deve ser notado que a educação não pode ser reduzida a mera frequência à escola e que os processos educacionais devem ser fortalecidos, para garantir que sempre, primariamente, sirvam aos melhores interesses da criança".

Métodos de educação domiciliar representam opções válidas que podem ser desenvolvidas em certas circunstâncias, tendo em mente que os pais têm o direito de escolher o tipo apropriado de educação para seus filhos, como estipulado no artigo 13 do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. A promoção e o desenvolvimento de um sistema de educação pública custeado pelo Governo não deve conduzir à supressão de formas de educação que não requerem frequência à escola. Nesse contexto, este Relator especial recebeu reclamações sobre ameaças de remoção dos direitos dos pais que escolhem métodos de educação domiciliar para seus filhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou aqui me perguntando o que será que o Dr. Muñoz diria daqueles que pretendem suprimir esse direito dos pais brasileiros.

Mas ele conclui, na recomendação do relatório indicando que, abro aspas novamente, "as medidas necessárias sejam adotadas para garantir que o sistema de educação domiciliar seja adequadamente supervisionado pelo Estado, sustentando, desse modo, o direito dos pais de empregarem esta forma de educação quando necessária e apropriada, tendo em mente os melhores interesses da criança".

Portanto, somos alertados por Tomás de Aquino e Vernor Muñoz quanto a um equívoco conceitual a que podemos estar sujeitos quando procuramos relacionar educação domiciliar com ensino público. A rigor, trata-se de situações totalmente distintas. Tomás de Aquino nos demonstra que os direitos educacionais dos pais, tanto o direito de educar seus filhos eles mesmos quanto o de matriculá-los numa escola, não podem ser ameaçados, sob pena do cometimento de uma grave injustiça. Já Vernor Munhoz exemplifica perfeitamente a ideia de que é possível ser, ao mesmo tempo, um defensor da educação pública e um defensor da educação domiciliar – e quiçá o Senador Flávio Arns possa exemplificar também essa ideia –, demonstrando mais uma vez que não há qualquer incompatibilidade entre ambas.

Além disso, a partir de seu relatório e do triste exemplo da Alemanha, concluímos que a tentativa de impedir os pais de educarem seus próprios filhos, além de configurar uma grave injustiça, constitui uma séria violação de direitos humanos. Não existe educação onde não há liberdade.

Encerrando, agradeço novamente a oportunidade e agradeço a atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço a exposição do Dr. Carlos Xavier, que é mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná, a mais antiga do Brasil, não é? E é uma alegria tê-lo conosco na Comissão, com a apresentação e o estudo que já foi feito até hoje.

Só quero perguntar uma coisa: continua atuando no Paraná? Você atua no Paraná, não é?

O SR. CARLOS XAVIER (*Por videoconferência*.) – Sim, a minha advocacia pública é no Paraná. Sim, nós já tivemos até contato institucional, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Sim, sim. Eu estava pensando se estaria aqui em Curitiba ou em outro lugar. Mas que bom! Eu falo isso porque eu sou professor aposentado da Universidade Federal do Paraná também, não é?

Eu agradeço ao Dr. Carlos.

O SR. CARLOS XAVIER (*Por videoconferência*.) – Eu que agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Passo a palavra, em seguida, ao Sr. Lucas Hoogerbrugge, Líder de Relações Governamentais do Todos pela Educação.

Com a palavra, Lucas.

Aliás, agradeço também pela presença e a constante participação, sempre que o Todos pela Educação é convidado a participar no Congresso Nacional.

O SR. LUCAS HOOGERBRUGGE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, queria agradecer muito pelo convite de estar aqui novamente e cumprimentar todos os que estão nos assistindo, Senadora Leila, Senadora Rose de Freitas, Senador Esperidião Amin, meus colegas de mesa aqui, Andressa, Ilona, Carlos, Andreia e Rafael. Eu vou tentar não ser muito repetitivo nem prolixo, mas começar dizendo que eu achei muito oportuno a gente começar pela fala da Andressa trazendo todo o marco legal e que eu achei a sua fala, Ilona, muito importante, porque eu achei que ela foi muito intelectualmente honesta. E ainda que a gente vá discordar nesse ponto, eu acho que esse tipo de audiência pública é muito importante para que a gente tenha campos em comum para a gente discutir.

Então, eu acho que há toda uma argumentação em cima da prioridade disso, e eu posso entrar mais nesse ponto, mas acho que a Andressa já falou muito sobre a base legal, os aspectos conceituais, não é, que demonstram que isso não deveria ser uma prioridade por agora. E eu queria reforçar que a gente teve, nos últimos anos, o menor orçamento da década no Ministério da Educação, muitos programas parados ou descontinuados, o MEC não conseguindo cumprir o seu papel de coordenação e articulação federativa da forma com que nós aqui do Todos pela Educação achamos que deveria ser, mas acho que o principal ponto aqui é que tem muita coisa que a gente sabe que funciona e que deveria ser prioridade, que deveria ser enfatizada por agora.

E aí, puxar para o segundo momento da minha fala, porque eu acho que a gente tem que olhar para essas questões pensando que a liberdade é ampla, mas ela não é absoluta, e cabe ao estado, aos governantes eleitos pela população, discutirem como exercê-la e quais os seus limites. A gente não pode falar que eu posso ter liberdade para ferir uma pessoa, por exemplo, porque, do contrário, a gente está aceitando que há uma prática que faça mal à sociedade. Eu não estou dizendo que esse é o caso específico da educação domiciliar, mas há riscos. Então, acho que a gente precisa discutir isso, assim como há riscos também na própria prática institucionalizada, e eu acho que esse é o ponto aqui, Ilona, que é um dos pontos de discussão mais honestos que a gente precisa realmente ter.

Acho que tem que haver uma coisa que a gente precisa falar mais conceitualmente, que é sobre o mérito da questão, que tem a ver com socialização, pluralidade de ideias, contato com o diferente, não é? Há um parecer do ano de 2000, o Parecer 34 da Câmara de Educação Básica do CNE, que fala um pouco sobre a educação domiciliar. Inclusive, ela leva ali para esse processo de judicialização que acabou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

levando ao entendimento do Supremo de que a gente precisaria de lei específica para se permitir, porque, do contrário, a educação domiciliar não é permitida. E esse é um ponto de que é importante a gente falar porque, ainda que hoje haja famílias praticando a educação domiciliar, essa não é uma prática legalizada. E, se elas não estiverem indo à escola, elas estão descumprindo parte do direito da educação dessas crianças, ao menos que elas tenham uma liminar ou uma autorização judicial para fazer isso. É importante que o estado se atente para essas situações para tomar as medidas necessárias. Enquanto não houver marco legal permitindo a educação domiciliar, ela não está legalizada e, portanto, configura crime de abandono intelectual.

Então, acho que esse é um ponto importante, porque, muitas vezes, vem o argumento de que já está acontecendo, já está acontecendo, já está acontecendo, e ótimo, eu acho que isso fala sobre um desejo de parte da sociedade, porém a gente tem que entender o que significa esse já está acontecendo no contexto total. Que bom, porque nos leva aqui para a discussão de regulamentação.

Esse mesmo Parecer 34 do CNE fala muito da importância da socialização com outras crianças, jovens, da exposição ao diverso e ao contraditório, como aspectos fundamentais do desenvolvimento e cita a escola como o melhor ambiente para que isso aconteça.

Do que nós temos acompanhado no debate da educação domiciliar, parece-nos que há, sim, um desejo legítimo de parte das pessoas que participam defendendo a educação domiciliar de que haja, por exemplo, avaliações para garantir que essa criança, quando estiver em casa, não seja abandonada ou qualquer do gênero, mas o papel da escola não pode ser reduzido a uma avaliação simplesmente sobre se essa criança está indo bem em português, matemática e ciências. Nós achamos muito importantes essas avaliações, que são instrumento fundamental para a gente entender a evolução das políticas educacionais no país, permitir intervenções pedagógicas, permitir uma série de ações do Estado brasileiro, mas elas não representam toda a grandeza do que a gente chama de desenvolvimento integral das crianças na escola, que é muito dificilmente medido e, portanto, é muito facilmente negligenciado, especialmente se essa criança não estiver num ambiente institucionalizado.

Por que eu reforço a questão da institucionalização? E aí volto para outro ponto da fala da Ilona que é sobre os riscos num ambiente institucionalizado e num ambiente não institucionalizado. Num ambiente institucionalizado, eu tenho uma proximidade muito maior com o monitoramento e com os outros órgãos de controle – Ministério Público etc – para conseguir garantir que esses direitos sejam, de fato, efetivados.

Hoje a gente tem que olhar para o país pensando também na capacidade estatal que nós temos para cumprir o monitoramento de uma eventual regulação. Se eu criar uma regulação impossível de ser monitorada e, portanto, de ser efetivada como garantia do Estado, é a mesma coisa que não ter uma regulação. Essa é uma grande preocupação que nós temos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil, hoje, tem cerca de 150 mil escolas, e nós já temos alguma dificuldade de fazer o monitoramento adequado das condições de oferta de todas essas escolas. Ainda que o nosso marco regulatório na educação e que todas as nossas ações de monitoramento, suporte técnico etc tenham avançado muito nos últimos 20, 30 anos – para pegar o nosso período mais recente após a redemocratização do país –, é um trabalho muito difícil. E a gente está de modo hercúleo, dia a dia, trabalhando para melhorar essas condições de monitoramento.

Imaginem se a gente traz essa unidade escola para famílias e a gente multiplica isso fortemente. A gente teria uma dificuldade ainda maior de conseguir fazer esse monitoramento e garantir esses direitos da educação que já foram mencionados.

Aqui tem uma questão também sobre a capacidade de efetivação de instrumentos para reduzir os riscos que existem a essas crianças. E a escola é uma grande aliada desse processo. Ainda que a gente tenha casos minoritários tanto na família quanto na escola, porque acho que a gente não pode, de forma alguma, ter – entre aspas – uma "demonização" da família... Eu não acho que é sobre isso. Eu acho que é muito mais sobre as condições que cada família tem e as condições que o Estado tem de garantir que essas famílias estão cumprindo esse papel, da mesma forma que isso se faz hoje na escola.

Então, a gente precisa olhar se isso, de fato, pode acontecer ou não, não é? O Brasil está migrando para um formato de expansão da educação escolar obrigatória. Mais recentemente, a gente teve a Emenda 59, que colocou os 4 e 5 anos também como obrigatórios na escola. E, durante a pandemia, a gente teve um forte debate sobre a volta às aulas, que, em algum momento, foi dominado um pouco por um fla-flu, com parte dizendo que não podia abrir de forma alguma; parte dizendo que tinha que abrir a qualquer custo; e uma parte também tentando trazer uma visão de: "Olhe, a gente precisa garantir as condições para que se abra porque a escola é importante". Eu acho que ninguém aqui nesta audiência vai discordar disso.

Mas alguns dos efeitos que aconteceram durante a pandemia são importantes para fazer o paralelo de eventuais riscos da não participação da escola na educação dessas crianças e desses jovens. Então, a gente teve, declaradamente, um aumento de casos de abuso nas casas com as crianças, a gente tem um outro estudo europeu recente, de 2021, que mostra um aumento maior de condições deletérias a essas crianças na saúde mental nas famílias praticantes de *homeschooling* do que naquelas que voltaram às aulas em seguida durante a pandemia. Então, tem uma série de elementos que a gente precisa entender do que acontece na ausência da escola.

Aqui eu queria reforçar muito o papel da escola na detecção precoce de casos de violência e de abuso. Ainda que a gente tenha riscos nas duas situações, a escola, como um mecanismo institucionalizado do governo e do Estado, tem um poder de articulação com os outros mecanismos institucionalizados de proteção e defesa dos direitos da criança que a torna um equipamento importante para a gente garantir que essas crianças não sejam negligenciadas de alguma forma. Eu acho que um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ponto importante aqui é que a gente não pode fazer uma contraposição entre a família e a escola, e parte disso significa trazer a escola como uma obrigatoriedade e com um papel...

Esses quinze segundos são dos dez minutos, não é, Senador? Depois ainda tenho um pedacinho...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Isso mesmo. Pode continuar.

O SR. LUCAS HOOGERBRUGGE (*Por videoconferência*.) – Mas eu estou indo para a minha conclusão aqui.

Então, quando a gente enxerga um papel complementar entre a família e a escola, eu permito que a escola aja como um equipamento complementar à família na parte de socialização, na parte de exposição ao contraditório, no desenvolvimento integral e na detecção de comportamentos negligentes também de famílias com as crianças – eventuais comportamentos, não estou dizendo que isso vai acontecer sempre.

Quando eu tiro a escola dessa equação, eu chego a um caso em que a família pode incorrer em algum comportamento que vai ser muito mais difícil de ser detectado pelo Estado, que precisa proteger essa criança inclusive da própria família, se for o caso de a família estar tendo alguma ação prejudicial a essa criança. Não acho que é o caso de a gente dizer que isso vai acontecer com frequência, mas a gente precisa olhar para esses casos que eventualmente possam acontecer e pensar quais os mecanismos para evitar que isso aconteça. Parece-me que, em termos de capacidade estatal, em termos de monitoramento da regulação, em termos de capacidade que o nosso país tem, de maturidade que o nosso país tem de garantir essas condições, isso fica prejudicado e cada vez mais difícil quando a gente tira a escola da equação, não é?

Entrando em um ponto mais específico da legislação que preocupa para além dos pontos mais gerais que a gente tem discutido, há a característica do que está sendo chamado ali de preceptores, o que cria espaço para umas eventuais escolas informais ou qualquer coisa do gênero, sem regulação alguma. Então, nem é exatamente uma educação familiar nem um sistema escolar autorizado, seja público, seja privado, que nos trazem uma preocupação maior sobre a garantia desses direitos de que eu falei até agora.

Por fim, acho que cabe a gente discutir aqui quais são os limites, quais são as características, o que seria essa liberdade para as escolhas da família em relação à educação da criança, mas não me parecem antagonistas a escola e a família. E muito do que hoje se advoga para a educação familiar me parece que pode ser feito com a participação da escola, pegando o melhor dos dois mundos: a educação feita pelos pais e pela família para essas crianças e o papel fundamental que a escola exerce no desenvolvimento integral das crianças.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Muito bem. Agradeço, Lucas Hoogerbrugge, que é Líder de Relações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governamentais do Todos pela Educação. Só me pronuncie o seu sobrenome, pois eu sempre me bato aqui bastante.

O SR. LUCAS HOOGERBRUGGE (*Por videoconferência*.) – Ilona e eu podemos fazer uma disputa desta parte do sobrenome, mas Hoogerbrugge está ótimo. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Está bom, muito bem.

Passo, em seguida, a palavra também ao Sr. Rafael Vidal, que é fundador da Associação de Famílias Educadoras do Distrito Federal (Fameduc-DF).

Com a palavra, Dr. Rafael Vidal.

O SR. RAFAEL VIDAL (*Por videoconferência*.) – Muito boa tarde, Senador Flávio Arns, Presidente da mesa, Relator. Boa tarde aos demais Senadores e a todos os demais ouvintes.

Vou compartilhar aqui a minha apresentação. (*Pausa.*)

Estão todos vendo?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Estamos.

O SR. RAFAEL VIDAL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu começo aqui tratando da questão da proporção de estudantes *homeschoolers*, que são aqueles que estudam em casa, no mundo e aqui, no Brasil.

Se a gente pegar aqui o caso desta tabela, há um exemplo aqui do Canadá: você tem estimado um número de 100 mil estudantes em casa em um universo de contingente de jovens estudantes de 6 milhões, quando chegamos a uma proporção de 1,67%. Se você olhar todos esses países coletados, os Estados Unidos são o que tem esse número mais alto de cerca de 3,32%. O Brasil é ainda tímido nessa amostragem: a partir dos dados de 70 mil crianças e adolescentes em educação domiciliar, chega apenas a 0,15% da sua proporção. Então, pegando basicamente os dados relevantes dessa análise de dados, a gente pode chegar a uma média mundial de 0,65% do contingente estudantil que estuda em casa. Se a gente tirar os *outliers*, no caso, que são aqueles que estão fora da curva, você teria uma média mundial dos países que livremente permitem a educação domiciliar de 0,52%. Os Estados Unidos, sendo o *outlier* superior – ele tem os seus motivos –, são o berço dessa educação domiciliar moderna, que se contrapõe à escolarização obrigatória, muito embora a educação domiciliar tenha surgido com a humanidade. No Brasil, sendo 0,15%, se ele fosse seguir a média mundial, nós teríamos aí cerca de 235 mil estudantes em educação domiciliar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por uma pesquisa feita aqui por Aned, Faedusp e Ghex em 2022, que pergunta "Você já pratica ou praticou a educação domiciliar?", que reunia praticantes interessados, você vê que, dos que são interessados, efetivamente, uma grande parcela adota a educação domiciliar. O que chama atenção aqui é aqueles que não praticam pelo medo de serem perseguidos e que ficam em torno de 1,83%. O que isso revela? Isso revela que o *homeschooling* aqui no Brasil já está estabelecido, ele já é uma realidade e, de certa forma, "imparável". E isso nos chama atenção de qual é esse potencial, de qual é o teto do crescimento estimado, não é? A partir desse dado que revela – de 1,83% que deixa de praticar por medo de perseguição –, não é a ausência da regulamentação que está conduzindo o crescimento, certo? O crescimento está seguindo o seu comportamento normal do que ocorre no mundo. E qual seria esse comportamento? Qual é, vamos dizer assim, a regra que ele vai seguir?

Então, nós temos aqui a questão da aplicação da curva S, em que ela tem aí estas quatro fases: emergência, crescimento, maturidade e saturação. Essa curva de baixo é uma curva que foi elaborada pela Aned, que mostrou crescimento no Brasil, nos últimos dez anos. E nós percebemos que nós estamos encerrando aqui um pouco essa fase e entrando na fase do crescimento, mais ou menos por aqui. Então, isso mostra que o crescimento da educação domiciliar no Brasil está entrando numa fase exponencial, que foi potencializada pela pandemia, mas que já era uma tendência. Só que nós tendemos à estabilização, e isso representa aí em torno de 165 mil novos estudantes. Mas isso não ocorre de uma hora para outra, isso é num prazo aí de dez a doze anos, é um crescimento ao longo do tempo.

A Fameduc elaborou uma pesquisa junto às famílias educadoras. Isto é uma coisa que é até um motivo a mais para se regulamentar a educação domiciliar: a dificuldade de você obter dados, não é? Então, o Estado precisa de dados, e nós fizemos uma pesquisa com relação à procedência anterior das crianças e dos jovens que foram submetidos à educação domiciliar. Então, nós chegamos ao resultado de que 37,6% nunca foram à escola; 37,9% são oriundos da escola particular; e apenas 24,4% são oriundos da escola pública. Então, quais são as primeiras conclusões que a gente tem em relação a esses dados? É que a educação domiciliar é uma minoria no Brasil e no mundo. Apenas 24,4% seriam usuários das escolas públicas – aqui o tema da nossa audiência pública, não é? Então, numa projeção, seriam apenas 40 mil alunos que deixariam as escolas públicas.

Eu trouxe esse dado para demonstrar que isso não impacta de forma relevante o universo escolar, que fica em torno de 43,9 milhões de estudantes, ou seja, a gente não tem sequer 0,1%. Então, eu vejo como um certo desperdício de energia a questão de as escolas lutarem contra a educação domiciliar. Tanto é que, em nenhum país em que ela existe, não houve fechamentos de escola em massa, não houve demissão de professores, certo? Então, a educação domiciliar não interfere, não representa a desvalorização dos profissionais, nada disso. Ao contrário, ela representa oportunidades para os professores. A gente já vê no universo das famílias a formação de aulas em grupos entre famílias, que juntam crianças, contratam professores, professores são contratados para ensinarem os pais, para fazerem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

currículos, avaliações, para elaborarem conteúdos de plataforma. Então, existe toda uma possibilidade que se abre com a educação domiciliar, inclusive a parceria com algumas escolas.

Dando sequência à pesquisa, nós fomos medir as intenções de matrícula. A regulamentação que está sendo trazida e foi aprovada na Câmara sugere que seja feita uma matrícula. Então, o que as famílias têm em mente com relação a essa matrícula? Da nossa pesquisa nós obtivemos que em torno de 41% das famílias iriam fazer a matrícula em instituição de ensino público e, em contrapartida, 59%, em instituição de ensino particular. Então, em sendo aprovada a regulamentação, a preferência pelas instituições particulares não é absoluta, certo? Nós temos aí um número relevante de intenções de matrícula em ensino público. Isso desafia até o que era esperado daquelas falácias que são ditas com relação às famílias que são elitistas, que são inimigas da escola. Pelo contrário, esse dado demonstra que existe uma intenção das famílias de fazer essa parceria com as escolas, certo?

Um outro aspecto que a gente vê dessas pesquisas é que, depois dessa transição de adaptação, haverá uma economia de gastos públicos. Dos alunos que sairiam do presencial e seriam matriculados dentro da regulamentação, você teria uma taxa de conversão aí de 1,5. Então, você tem uma economia de gastos públicos com relação à alimentação, transporte que as escolas oferecem e um pequeno aumento com relação ao acompanhamento e à elaboração de avaliações. Então, a conclusão aqui é que a educação domiciliar é vantajosa para as escolas públicas, tanto por causa do aumento de matrículas, para fins de cálculo de recebimento do Fundeb, como da redução do custo por aluno, que ficariam fazendo avaliações e não teriam os outros custos.

Dando sequência aqui à pesquisa, nós estudamos a questão do cenário adverso, um cenário de perseguição, o que aconteceria se o estado passasse a perseguir com mais veemência as famílias. Então, o que nós percebemos desse gráfico? Que as famílias resistiriam, 51% delas arcariam com todas as consequências. Isso causa um mal-estar muito grande e traz custos para o Estado, mobilizar toda a questão dos Conselhos Tutelares e dos Ministérios Públicos. Eles têm que estar focados em cuidar de crianças que precisem e não daquelas que recebem educação de excelência. Na sequência, no segundo índice, elas se uniriam para aberturas de escolas. Isso também acabaria aumentando a concorrência com relação às demais escolas. Eu vejo que não é interessante lutar contra a educação domiciliar. E há um outro dado, embora não seja o principal, mas também muito grave: em torno de 11,5% dessas famílias deixariam o país. Simplesmente por não poderem educar os filhos, abandonariam o país. Seria uma exportação de cérebros. E vejam que apenas 4,1% retornariam às escolas particulares e somente 2,5% retornariam à escola pública. Então, o que a gente conclui daqui é que o combate à educação domiciliar não traz valor nem às escolas nem à sociedade. Isso é uma coisa prejudicial ao país.

Na sequência, foi feita uma pesquisa com as famílias denunciadas – essa também de 2022 – para entender um pouco a questão da origem das denúncias. O maior índice, claro, é a questão de onde a criança estuda, até porque ela tem obrigação legal; depois os parentes; seguido dos vizinhos e outros,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colegas de trabalho, médicos. Então, você vê aqui que, no mínimo, 31% das denúncias produzem fraturas no tecido social. Isso precisa ser evitado. Isso causa um mal-estar social. Então, a gente vê que a regulamentação da educação domiciliar é uma questão de paz social.

Na sequência da pesquisa que fizemos, nós fomos saber das famílias se elas entendem a importância e a urgência da regulamentação. E 92,2% das famílias desejam essa regulamentação e entendem a urgência. Claro que tem uma pequena parcela que não concorda, mas as famílias educadoras são as mais interessadas em não serem confundidas com evasão escolar, em não serem confundidas com abandono intelectual. Elas querem fazer as avaliações, querem fazer os exames. São elas que querem mostrar: "Estado, veja que nós não estamos em abandono. Ao contrário, nós estamos em excelência educacional".

Agora, para concluir, eu trouxe algumas considerações, que vamos encaminhar aos Senadores, do perfil das famílias. É um perfil restrito, são famílias que se dedicam, que têm renúncias profissionais. Nós trazemos as críticas ao mito do elitismo, do abuso sexual e está cobrado neste projeto a ficha limpa.

Só para concluir a questão da socialização, a regulamentação aumenta a socialização. Essa é a verdade.

Então, a título de conclusão, a regulamentação que está sendo proposta não é para dar crescimento à educação domiciliar; não vai haver crescimento em massa como fruto dessa lei. Ela é principalmente para cessar a perseguição sobre a família e para cumprir a Constituição – o Supremo analisou durante seis horas e chegou à conclusão de que é constitucional.

Agradeço ao Relator, agradeço a todos os ouvintes e transmito a esperança das famílias nesta regulação.

Senador, está em suas mãos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Eu agradeço a você, Rafael Vidal, que é fundador da Associação de Famílias Educadoras do Distrito Federal (Fameduc-DF).

Eu quero lembrar a todos e a todas que nos acompanham pelos meios de comunicação do Senado que todas as apresentações e falas estão disponíveis no *site* da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, tanto da primeira audiência como da audiência de hoje. Isso acontecerá também nas audiências seguintes. Então, todos poderão... Inclusive, eu diria, para infraestrutura da nossa Comissão, que podem se manifestar também depois, que a gente lê inclusive as manifestações todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, da minha parte, como Relator, tenho obviamente participado totalmente das audiências públicas, inclusive requeri algumas delas, como tenho também visitado e discutido com as famílias educadoras tudo que envolve o tema, até para compreendermos melhor. Muitas das perguntas e comentários são no sentido, até diria, não de antagonismo, mas no sentido de compreender, de entender como todo processo acontece, como as garantias podem ocorrer em relação à criança, à segurança das famílias em termos de abandono intelectual, como foi mencionado. Algumas pessoas levantam situações – não quero dizer que eu concordo ou não, mas levantam –, sobre como é a questão da socialização, como é a questão das famílias mais vulneráveis. Foi dito hoje ainda a questão da merenda, e essas coisas também. Então, como o projeto foi aprovado na Câmara e está no Senado para ser apreciado e votado, essa compreensão é importante, porque, que eu me lembro, é a primeira vez que no Senado Federal se faz o debate sobre educação domiciliar. Então, é bom. Eu até não enxergo esse assunto como um antagonismo entre a família, aquilo que a família deseja, e a escola, mas como uma forma de compreender e entender o que cada um está propondo. Está certo?

A última fala será da senhora...

Antes eu vou passar de novo para... Como eu havia acordado com vocês no início, vou passar novamente para os expositores por algum tempo.

Passo a palavra agora à Sra. Andréa Pereira da Silva, que é Dirigente Municipal de Educação, de Oliveira, Minas Gerais, e membro do GT, do Grupo de Trabalho Integrado de Educação Infantil e Alfabetização da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

Desculpe até, só um pouquinho, Andréa, mais um minuto: quando a gente fala de educação domiciliar, pode estar acontecendo na creche, na pré-escola, nas séries iniciais do ensino fundamental – e aí se trata de questão municipal –, nas séries finais ou, dependendo da organização do estado, no ensino médio, na educação profissional. Tudo é educação básica. Então, é Coserv, conselhos municipais de educação, que inclusive estão reunidos hoje também, comemorando os 30 anos da Uncme, a união nacional dos conselhos municipais, que também se posicionam, assim como os conselhos estaduais, o conselho nacional, os especialistas, as pessoas, os pais, as famílias. Então, as pessoas têm que se posicionar em relação ao assunto, explicar as razões, as preocupações para que, no final, a gente possa também chegar ao relatório, que vai embasar também o voto final.

Desculpe-me, Andréa. Apresento você de novo: Dirigente Municipal de Educação, de Oliveira, Minas Gerais, e membro do Grupo de Trabalho Integrado de Educação Infantil e Alfabetização da Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação). Com a palavra. (*Pausa.*)

A SRA. ANDRÉA PEREIRA DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Perdão. Eu fiz os cumprimentos todos com o microfone desligado, mas eu cumprimento o Senador Flávio Arns, demais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadores e colegas de mesa. E aqui estou falando em nome da Undime, que é o órgão que representa todos os municípios do nosso país.

Falarei, então, sobre o posicionamento da Undime em relação à educação domiciliar. Lembro que nós estamos aqui no chão da escola e que a maioria dos nossos secretários municipais da educação, sua grande maioria, também vieram de escolas públicas, vieram de dentro de salas de aula, salvo raríssimas exceções.

Vou colocar um pouco aqui a visão da Undime, que é ser referência na proposição e em processos de construção, implementação e gestão de políticas educacionais, sendo reconhecida e acreditada nacionalmente como defensora e interlocutora incontestável dos direitos dos cidadãos e de uma educação pública com qualidade e equidade.

A nossa missão, da Undime, é articular, mobilizar e integrar os dirigentes municipais da educação para construir e defender a escola pública com qualidade social. É uma associação civil sem fins lucrativos que foi fundada em 10 de outubro de 1986.

Pode passar por favor.

A gente entende que uma educação como direito de todos – porque a gente está falando de todos, de todas as crianças, no caso – deve ser laica, gratuita, inclusiva e pública. A gente tem que pensar nessa escola pública enquanto Estado, enquanto família e enquanto sociedade. Essa é uma visão que eu acho que nós defendemos, que em qualquer situação de política pública nós devemos partir dessa premissa.

A socialização do saber. O ser humano é um ser social, isso é comprovado, e o convívio com outras crianças e as interações são base para um desenvolvimento saudável. Hoje eu faço neurociência, e isto é muito claro para mim, enquanto estudante de neurociência: é importante que a criança tenha socialização com outras crianças. O nosso cérebro tem um funcionamento diferente. A partir do momento em que você está na escola, essa socialização, quando acontece, por menor que seja, faz bem para essa criança.

A escola tem duas funções básicas: uma é permitir uma situação permanente e contínua de interação com o outro, que é alguém diferente; é pensar no diferente. A outra é ser um lugar de compartilhamento de conhecimento e de conteúdo. E eu acho que a mais importante é, até, a socialização. A mais importante e a de que todas as crianças sentiram falta na pandemia, principalmente as crianças de escola pública, foi a socialização, foi o convívio com o outro e estar na escola. A criança não pode ser privada do convívio social, independentemente da vontade de seus pais.

E, aí, nós vamos voltar ao que muitos colegas falaram: a Constituição Federal, no artigo... Falaram das questões legais. Então, na Constituição Federal, a gente tem, no art. 205, que a educação é direito de todos, dever do Estado e da família e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Ainda falando sobre questões legais, nós temos o Parecer 34, de 2000, do Conselho Nacional de Educação, que diz que a educação é um dever do estado e da família, porque a família, só ela, jamais reunirá as condições mínimas necessárias para alcançar objetivos tão amplos e tão complexos. Então, aí já é um ponto em que a Undime se posiciona junto com esse parecer sobre *homeschooling*.

> A solidariedade humana e a tolerância recíproca, que fundamentam a vida em sociedade, "não deverão ser cultivadas no estreito (no sentido de limitado) espaço familiar. A experiência do coexistir no meio de outras pessoas e a oportunidade de convívio com os demais semelhantes, tudo são situações educativas que só a família não proporciona e que, portanto, não garante o que a lei chama de preparo para a cidadania plena".

É importante a gente lembrar desse Parecer 34 do Conselho Nacional da Educação e ainda do STF. O tema foi apreciado pelo STF, em setembro de 2018, ao julgar o Recurso Extraordinário 888815, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, o qual negou o pleito de uma criança de 11 anos, representada por seus pais, para ser educada em regime domiciliar. Não há o amparo legal. Então, a discussão do tema ensejou posições divergentes, inclusive quanto à constitucionalidade ou não de eventual lei que viesse a regular a educação domiciliar. Na oportunidade, foi sinalizado que eventual lei, editada pelo Congresso Nacional deve respeitar o dever solidário entre família e Estado, na formação educacional das crianças e adolescentes, observar a obrigatoriedade da educação dos quatro aos 17 anos, garantir a oferta da Base Nacional Comum Curricular e permitir a supervisão, fiscalização e avaliações periódicas pelo poder público, ou seja, tudo isso tem um gasto necessário. Para que a gente possa manter as crianças, inclusive em educação domiciliar, existe um gasto extra.

Escola e família são instituições complementares, que não são capazes de substituir uma a outra no processo de ensino. Nem família substitui escola, nem escola substitui família. Isso ficou muito claro para nós, dirigentes municipais de educação, durante a pandemia. Nós tivemos muitos problemas.

Então, a falta de escola para as nossas crianças de escola pública foi o quesito essencial em que nós hoje vemos a situação em que está o nosso país, onde essa desigualdade gerou uma situação ainda maior do que já existia. Educação é um direito inalienável do ser humano. A liberdade, a democracia, bem como o desenvolvimento humano dependem diretamente desse direito, e o item por função, a socialização do conhecimento científico, o desenvolvimento e a emancipação do sujeito em seus múltiplos aspectos. A escola colabora para que isso aconteça.

Nós estamos aqui discutindo uma questão de *homeschooling*, e concordo com o mestre Carlos Xavier que é uma questão que não é de política; é política pública, porque, nós sabemos, a maioria das nossas crianças são da periferia, são crianças da escola pública e necessitam de ajuda. Não é apenas o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interesse individual, mas, sobretudo, como direito coletivo pertencente à sociedade, exige a cientificidade, o planejamento, a metodologia e a intencionalidade. Isto é importantíssimo neste momento: a gente averiguar e analisar qual é essa intencionalidade. Poderia passar, por favor?

Na concepção de educação, o que conseguimos ensinar? O que o aluno consegue aprender? Qual é o papel da escola? E qual é o papel da família? É um elo, é uma ligação. Escola e família devem trabalhar juntas.

Aqui, eu sei que o tempo já está acabando, porque estou também aqui marcando-o.

Então, eu gostaria só de lembrar: os pais podem e devem participar do projeto político-pedagógico.

Pode passar, por favor. Pode passar aí, por favor!

Hoje, nós temos na educação básica, matriculados na rede municipal, 49,6% de crianças e adolescentes; na estadual, 32,2%; e 17,4% nas escolas privadas. Então, eu acho que, neste momento...

Eu sei que o tempo está acabando.

Por favor, você poderia passar, a pessoa que está passando aí? Pode passar. Pode passar. (*Pausa.*)

Pode passar.

A liberdade, a democracia e o desenvolvimento pleno possuem uma relação intrínseca com a educação. Por ter como bases a cientificidade, o planejamento, a metodologia e a intencionalidade, a educação promove não só a socialização e o compartilhamento do conhecimento científico, mas também o desenvolvimento e a emancipação em seus múltiplos aspectos. O ser humano é um ser social, e o convívio com outras crianças e as interações são base para um desenvolvimento saudável. A criança não pode ser privada do convívio social, como já foi falado, independentemente da vontade dos pais.

Pode passar, por favor.

O *homeschooling* nega a educação como ciência, nega a educação escolarizada, nega a transmissão formal do saber científico e cultural, do ponto de vista da Undime. Rejeita também a importância dos profissionais da educação para o desenvolvimento dos estudantes, o que deixa todos, pedagogos, psicólogos e neurocientistas, sem função. O efeito da educação domiciliar nas crianças será semelhante àqueles causados pelo distanciamento.

Só para terminar, a Dra. Ilona colocou que nós não temos uma educação de qualidade. Eu só gostaria de terminar colocando o seguinte: não é o momento, então, de nos orgulharmos da nossa educação e de utilizarmos este momento para fazer com que a nossa educação seja de qualidade para todos, e não para uma minoria?

Eu agradeço e estou aí à disposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço a você, Andreia Pereira da Silva, que está aqui representando a Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação).

Tivemos, assim, as exposições.

A Andressa Pellanda, que é a Coordenadora Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que foi a primeira expositora, pediu que justificasse... Ela até colocou no *chat* da nossa transmissão que ela fez a participação da Suíça e que o fuso horário também está complicado para ela. Então, ela disse que não participaria, por essa razão, dos minutos finais.

Como a gente havia combinado no início, agora a gente passa aos expositores e expositoras, porque sempre alguém quer acrescentar algo ao que alguém falou, acredita que é melhor pensar desse jeito ou daquele, quer dar algum encaminhamento diferente.

Então, nós vamos começar novamente com a Sra. Ilona Becskeházy, por cinco minutos. Está bom? Podemos, em vez de dar três minutos, dar até cinco minutos. A pessoa não precisa utilizar o tempo todo se não achar necessário, mas até cinco minutos.

Eu peço, para não haver prorrogação – serão cinco minutos –, para a Secretaria da Comissão marcar o tempo também.

Então, com a palavra a Dra. Ilona Becskeházy, que é Doutora em Educação pela USP.

A SRA. ILONA BECSKEHÁZY (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senador.

Eu queria retomar aqui dois pontos que foram levantados pelos expositores, sobre os quais eu queria me debruçar.

A secretária agora acaba de pronunciar o conceito de "averiguar a intencionalidade da questão do *homeschooling*" e o Hoogerbrugge falou a respeito de honestidade intelectual.

Cada um de nós aqui... Eu acho importante que fique claro que eu estou aqui defendendo o direito de escolha das famílias. Alguns dos expositores claramente defendem o direito de as famílias escolherem, assim como o Todos pela Educação é uma ONG que tem uma atuação bastante alinhada com os interesses de sindicato e de mantenedores de ONGs – alguns deles até são investidores na área de educação –, então os interesses têm que ser muito bem identificados aqui.

Quando um aluno deixa de ser matriculado, a Undime perde poder, não é? Quando um aluno vai para um sistema que tem o potencial de ter mais sucesso do que a escola pública ou privada, a matrícula na escola pública ou privada deixa de ter tanta importância. Então, quando a secretária coloca em jogo a intencionalidade das famílias, ao dizer que tem que se averiguar a intencionalidade – de quem? Só pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser das famílias –, eu gostaria de me posicionar claramente contra isso, até porque a escola pública no Brasil não consegue nem ensinar aos alunos a leitura ou o elementar da aritmética.

Então, que poder é esse que o setor público tem? Deveria ter, mas não tem. Nessas últimas décadas, quando a massa dos alunos foi para a escola – na época da minha mãe era diferente –, o setor público e o privado – são os dois juntos – não dão conta de ensinar aos nossos alunos o básico da literacia, da numeracia, e o sistema educacional todo fica comprometido.

Então, eu quero me posicionar claramente: eu defendo o direito das famílias de escolher. Dou um exemplo pessoal: minha filha, dentro de uma escola, sofria *bullying*, então o risco de socialização... Que história é essa de dizer que as famílias não socializam os alunos?

Quer dizer, os alunos... Estão tentando passar para a sociedade, para o Legislativo uma imagem de que as famílias vão segurar os alunos nos porões das suas casas. Os alunos vão para as praças, vão para os cinemas. Quando a família tem capacidade financeira, eles vão viajar, vão para museu, vão para atividades culturais, etc., como já vão hoje. E aquelas famílias que não têm vão talvez ver televisão em casa ou – a gente não sabe – para a igreja ou para um culto, etc. Que história é essa de querer carimbar nas famílias uma intencionalidade negativa e uma incapacidade de socializar os seus filhos? Eu quero deixar isso claramente registrado.

E a outra coisa que eu quero deixar registrada é a incapacidade do setor público hoje, ainda, de ensinar os nossos alunos sequer a ler de maneira com compreensão efetiva e a escrever com capacidade comunicativa para além da aritmética.

Então, por favor, vamos deixar claro: eu defendo aqui o direito de escolha das famílias. Eu concordo com essa exposição sobre o impacto nas redes. Não temam perder seus alunos, não temam, porque é um número muito pequeno de famílias que vai querer fazer isso, mas elas têm o direito à opção. E é isto que eu quero dizer: não tentem desqualificar as famílias, tá? Não há nenhuma prova de que as famílias brasileiras não tenham capacidade de ensinar o seu filho; pelo contrário, o que eu já disse aqui, as bases de dados mostram que o efeito de escola no Brasil é muito baixo. Então, se o efeito de escola é muito baixo e a nota dos alunos de nível social mais alto é maior do que a dos de nível social mais baixo, é porque quem está ensinando são as famílias. Não há outra forma. Os questionários são muito claros nisso. Quanto mais capital cultural e social, mais os alunos aprendem dentro de casa e não da escola.

Então, vamos deixar o interesse de cada um aqui muito claro: eu defendo o direito de escolha das famílias; outras pessoas defendem o direito dos interesses de outros setores da sociedade. E esses interesses precisam ficar claramente expostos aqui: quem defende o sindicato, quem defende o mantenedor de escola privada, quem defende ONG que por detrás também tem mantenedor de escola privada ou de sistema privado de ensino. Isso precisa ficar claro, porque, senão, a gente não consegue aqui estabelecer exatamente o que está em jogo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a minha... Só para terminar, o que eu estou dizendo aqui, o que está em jogo é matrícula, é poder sobre os alunos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço à Dra. Ilona Becskeházy.

Passo em seguida a palavra ao Dr. Carlos Xavier, que é Mestre em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná e autor de livros sobre o tema.

O SR. CARLOS XAVIER (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Flávio, novamente.

Eu comecei a minha manifestação falando sobre problemas conceituais que normalmente são identificados. E eu gostaria de retomar esses problemas conceituais.

O primeiro que é bem evidente... Eu não vou conseguir entrar em todos os pontos que foram levantados por causa do tempo, mas eu queria demonstrar como há uma confusão conceitual enorme quando se debate publicamente esse assunto. Houve participação do público pelo *site* do Senado levantando a questão da educação domiciliar e da merenda escolar: "Como as famílias que dependem da merenda escolar farão para praticar educação domiciliar". A pergunta responde a si mesma: família que depende de merenda escolar não praticará a educação domiciliar, porque ela depende de merenda escolar. É simples. As questões, quando são colocadas na perspectiva correta, são muito simples.

Eu fico muito grato pela palestra do querido Rafael Vidal porque ele trouxe muitos dados, e dados são importantes para nós confrontarmos a realidade. Eu gosto muito do enfrentamento filosófico, mas dados são importantes. E os dados demonstram como a educação domiciliar é uma realidade consolidada em crescimento, mas que vai encontrar um platô de crescimento também no Brasil eventualmente. Da mesma maneira que a educação domiciliar é uma realidade inexorável com um crescimento inevitável, o atingimento desse platô é também inevitável.

Mas eu gostaria de tratar de questões conceituais relativas à legalidade ou à juridicidade mais propriamente.

Foi mencionado aqui, inclusive, o julgamento do Supremo Tribunal Federal ao Recurso Extraordinário 888.815. Eu passei muito tempo estudando esse recurso, inclusive analisando e propondo uma análise tanto jurídica quanto filosófica, e, analiticamente, a conclusão a que eu consegui chegar – eu expus isso brevemente na minha apresentação – é que o STF, sim, afirmou ausência de direito público subjetivo à educação domiciliar no Brasil, porque não existe lei, mas, bem compreendida a educação domiciliar, inclusive compreendendo-se o que diz o Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos, a educação domiciliar constitui um direito humano antes de não constituir um direito legal no Brasil. E, antes de constituir um direito humano... Aliás, porque ela constitui um direito natural dos pais é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ela constitui um direito humano. A autoridade dos pais sobre os filhos é originária, é pré-política; ela não depende da comunidade política. E por isso é um absurdo imaginar que pais não podem educar os seus filhos em casa. Não importa qual seja o nosso conceito ou a nossa ideia de democracia, afirmar isso é violar a própria ordem das coisas, é violar a própria ordem natural.

Com isso, então, nós podemos entender que educação domiciliar não pode ser compreendida como proibida no Brasil. O que existe, pela falta de direito público subjetivo, é a impossibilidade de as famílias educadoras exigirem qualquer coisa do Estado. Estamos nós aqui apenas pedindo humildemente que o Estado reconheça esse direito, mas, se o Estado não reconhecer, as famílias continuarão praticando educação domiciliar, e a educação domiciliar continuará crescendo.

Agora, algo precisa ser esclarecido. O Lucas mencionou – peço vênia para mencionar aqui uma ideia que ele trouxe – que educação domiciliar constituiria abandono intelectual. Isso significa dizer que, quando a criança ou o adolescente não está na escola, os pais estariam cometendo um crime tipificado pelo art. 146 do Código Penal. Isso em absoluto pode ser considerado verdade. Essa ideia, essa possibilidade, essa tese foi rechaçada, inclusive, pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal durante os debates do julgamento.

E aqui tem uma questão bem peculiar da teoria do Direito Penal. Vigora em Direito Penal o princípio da legalidade estrita: para que algo seja crime, é necessário que esteja preenchido exatamente o conteúdo da lei. O STF anda relativizando isso recentemente, mas, em teoria do Direito Penal, ainda é assim que funciona. E o crime do art. 146 do Código Penal Brasileiro diz: "Deixar [...] de prover à instrução [...]". Ele não diz "deixar de matricular". Aliás, quando o Código Penal Brasileiro foi publicado, vigorava a Constituição de 1937, que previa a educação dos filhos como um direito natural e uma obrigação dos pais. Então, o pai que não educasse o seu filho em casa poderia ser punido pelo art. 146 do Código Penal 80 anos atrás. Não é o caso agora, mas agora nós temos de nos apegar à letra da lei: "deixar [...] de prover instrução". Se tem algo que os pais e educadores fazem é prover instrução aos seus filhos.

Então, é preciso eliminar esse grande equívoco conceitual: pais e educadores não são criminosos e não podem ser tratados como tais pelo Estado brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço de novo ao Dr. Carlos Xavier pela exposição.

Passo em seguida a palavra ao Lucas Hoogerbrugge, Líder de Relações Governamentais do movimento Todos Pela Educação.

O SR. LUCAS HOOGERBRUGGE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, vamos lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou fazer algumas considerações e o encerramento, para sumarizar. Mas, de fato, o mandado do Todos não é para defesa da escolha da família, o mandado do Todos é do direito à aprendizagem dos estudantes. Nunca foi diferente disso. É muito complicado a gente entrar numa visão especulativa sobre quais são as intenções das pessoas e das organizações, porque isso abre muito espaço para a gente questionar várias coisas. Por exemplo, eu poderia especular que as pessoas estão aqui agradando determinado grupo ou outro, para conseguir entrar num lugar ou outro; e a gente dá uma margem enorme para que isso aconteça.

O Todos tem uma estrutura de governança e de financiamento que permite que atue muito autonomamente, isso está estabelecido no nosso conselho, estabelecido na governança interna, etc., e assim tem sido há muitos anos. Então, preocupa-me muito a entrada numa abordagem de quais são os interesses por trás do Todos e quem financia, etc., porque essa é uma visão criada para tentar desqualificar os argumentos que a gente está trazendo. Aí, quase me arrependo de trazer o elogio da honestidade intelectual, porque essa abordagem mais especulativa me parece desonesta intelectualmente. Aí, com todo respeito à sua fala, Ilona, esse é um lugar que a gente vai que prejudica muito o debate, inclusive as eventuais convergências que a gente poderia ter.

Enfim, entrando mais nos pontos específicos de mérito que a gente estava discutindo e mesmo... Carlos, eu trabalho com Direito há um tempo, porque trabalhei na gestão pública e isso paralelamente, mas minha formação em Direito não é extensivo, então, não vou poder argumentar com toda profundidade nisso, mas do que eu entendo, a instrução prevista no Brasil, na nossa tipificação legal, é escolar, nos anos de escolaridade obrigatória. Então, se ela prevê instrução na idade adequada, e essa idade adequada entre 4 e 17 anos é obrigatória, deixar de ter essa criança na escola seria não prover a instrução que é prevista no nosso Código Legal. Mas, enfim, pode ser que tenha espaço para interpretações aqui, e aí a gente concorda e aceita o que for a interpretação do Supremo, que é o que deveríamos fazer sempre.

Bom, um pouco dessa visão que tenta fazer uma contraposição à família e às escolas, a gente não é signatário de que há uma intenção necessariamente nefasta ou qualquer coisa do gênero, das famílias em relação à educação familiar; o que a gente traz, principalmente, é quais são os riscos. E a gente realmente acha que há muitos riscos ligados a uma regulação que permita uma expansão ampla da educação domiciliar, sem qualquer discussão sobre quais são os motivos para que isso seja adotado, que serão casos, por exemplo, de uma criança que não tem condição de acessar a escola, por questão de deficiência ou acamada, qualquer coisa do gênero; mas mesmo para essas questões já há previstas na legislação formas de você criar exceções.

É importante a gente falar também de educação pública numa defesa de que o Brasil tem evoluído muito. Um relatório de 2005 da opinião dos pais não reflete o que é a educação no Brasil em 2022. A gente, nos últimos anos, triplicou o percentual de estudantes com aprendizagem adequada no ensino

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundamental I. Isso é o Saeb que está falando, não é uma opinião. A gente universalizou a matrícula no ensino fundamental, cresceu fortemente no ensino médio, cresceu fortemente na educação infantil, especialmente nos quatro, cinco anos ali, onde a gente tem avançado consideravelmente. Então, não dá para dizer, vir com uma narrativa de terra arrasada com a educação no Brasil, que ela não tem melhorado em qualidade, não tem avançado. Acho que tem avançado muito, tem desafios, óbvio, mas acho que a gente deveria estar justamente investindo os nossos esforços em melhorar a educação para todo mundo, especialmente para aqueles que mais precisam.

Acho que, quando a gente vem com a narrativa do efeito escola e do efeito das famílias, de fato, tem uma discussão de se a gente está conseguindo ter o efeito escola que seria necessário para as crianças e jovens, mas o efeito escola é justamente mais importante e mais forte para aquelas crianças que estão em maior situação de vulnerabilidade.

Então, justamente por isso, a gente deveria estar direcionando as nossas políticas públicas para aprimorar a escola olhando para aquela população que tem mais necessidade da escola, e não criando espaço para tirar a criança da escola e colocá-la em situações em que ela pode estar passando um risco maior, sem um mecanismo institucional adequado para monitorar essa oferta.

Então, de novo aqui fico triste que o debate vá para uma área especulativa. Realmente concordo com isso. Sim, não tenho medo nenhum de falar que isso é especulativo, porque por aqui a gente é pautado em cima da aprendizagem desses estudantes. Se há discordância nas nossas defesas, que isso seja feito em cima das defesas em si e não de uma especulação sobre os nossos interesses por trás, porque aí a gente leva o debate para um lugar muito escuso e prejudicial para qualquer tipo de convergência.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço ao Lucas Hoogerbrugge, que é Líder de Relações Governamentais do movimento Todos pela Educação.

Em seguida, eu passo a palavra ao Rafael Vidal, que é fundador da Associação de Famílias Educadoras do Distrito Federal (Fameduc-DF).

Com a palavra, Rafael.

O SR. RAFAEL VIDAL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Agradeço mais uma vez, Senador.

Vou nessas considerações finais trazer apenas três aspectos. Certo? Eu gosto muito de estudos, estudos acadêmicos. Por quê? Porque eles, de certa forma, nos trazem à realidade e dão embasamento, tiram do campo subjetivo e passam por um campo mais realístico de discussão.

Eu senti falta aqui, por exemplo, da questão do argumento "ah, os pais não têm conhecimento, não têm a capacidade de ensinar todas as matérias; então, eles não podem fazer educação domiciliar por causa disso". Por que não se debate mais tanto isso? Porque já há estudos que demonstram que não é os pais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saberem matéria A, B ou C que vai dizer se o aluno vai aprender ou não. Então, isso já está mais ou menos estabelecido, porque já há estudos que comprovam que isso não é um fator determinante, não é?

Então, aqui hoje se discutiu muito a questão da socialização, e ainda está muito no campo subjetivo, certo? É que eu acho que tem uma socialização, me parece que não vai ter, não é? Aí, o que que acontece? No Brasil não tem, mas já há estudos internacionais que demonstram que os adultos que na época foram crianças educadas em casa têm uma socialização tão boa quanto ou melhor que as escolarizadas, não é? Então, demonstram que eles têm capacidade de compartilhar visões de mundo, são mais tolerantes até, em alguns índices, são participativos socialmente, politicamente, são até mais caridosos.

Há um estudo americano tratando de todos esses aspectos, tá? E, quer dizer, a socialização não deve ser o critério determinante, vamos dizer assim, para aprovar ou não a regulamentação, até mesmo porque, como eu falei antes, a regulamentação vai aumentar a socialização. Por quê? Porque não vai haver perseguição, porque você vai poder dizer para o seu vizinho, vai poder ir a uma escola fazer uma atividade na escola. Então, é inevitável, porque aumenta a socialização, certo?

Eu estudei em escola. Eu tinha alguns poucos amigos numa turma de trinta alunos lá... Os meus filhos, eu vejo, Senador, eu tenho até inveja, porque eles têm uma socialização muito maior do que a que eu tinha; são diversos amigos em atividades extras, em pequenas turmas. A verdade é que você ficar cinco horas entre quatro paredes, com um número limitado de pessoas, isso dificulta a socialização. Então, eu convido o Senador a conhecer famílias educadoras, a comprovar que muitas dessas crianças têm um nível de socialização invejável, inclusive com adultos; eles não têm medo de adultos. É uma coisa que me chama muito a atenção, eles trocam ideias com os adultos; então, eu faço esse convite ao Senador. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é a questão dos riscos. Falou-se aqui da questão de: "Ah, não, você coloca a criança em risco, em risco de um abuso sexual, em risco de violência doméstica, em risco de essa criança entrar em trabalho escravo.". Nós não podemos partir desse pressuposto, não podemos ter essa desconfiança com as famílias brasileiras. Primeiro, porque isso não é um motivo e, ainda que houvesse um único caso, isso não seria motivo para não aprovar a educação domiciliar. Eu posso usar o mesmo argumento e dizer o seguinte: "Ah, houve um abuso em uma escola, então vamos acabar com todas as escolas". Esse não deve ser o raciocínio que deve ser feito, certo? Para evitar isso, já existem instrumentos, já existe a própria lei. Nesse próprio projeto de lei há um instrumento: exigir a ficha limpa dos pais com relação a todos os crimes relacionados à dignidade sexual, com relação ao trabalho escravo, com relação à violência doméstica, certo? Há outros instrumentos também: inspeção escolar, relatórios médicos, então isso é perfeitamente contornável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E digo mais: as famílias não são desse perfil, Senador. Eu estudei casos da jurisprudência e esses casos sempre estão relacionados a drogas, a álcool, e as famílias são famílias bem-estruturadas, são famílias realmente zelosas com seus filhos.

E um último ponto. Um ponto que é muito utilizado para justificar e que vem sendo utilizado há 20 anos, há 30 anos, para que esse tema não avance é: "não vamos gastar o tempo do Congresso para aprovar a educação domiciliar.". Essa não é a perspectiva, Senador. A educação domiciliar precisa de proteção; as famílias precisam de proteção. O Estado não tem que ficar perseguindo essas famílias, e a perseguição é real, ela está acontecendo. Então, nós precisamos fazer com que essas famílias brasileiras se dediquem aos filhos e decidam permanecer no Brasil. Então, isso é muito importante, Senador.

Muito obrigado mais uma vez, agradeço-lhe e desejo tudo de bom ao trabalho dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Bem, agradecemos a você também, Rafael Vidal, que é fundador da Associação de Famílias Educadoras do Distrito Federal, Fameduc/DF.

Só para esclarecer, Dr. Rafael – você me permite chamá-lo de você, com todo respeito...

O SR. RAFAEL VIDAL (*Por videoconferência*.) – Com certeza, Senador, é uma honra.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – ... para não o senhor também, não é, é bom me chamar de você também –, conheço famílias educadoras, você sabe que eu tenho me dedicado muito a isso. Já fiz inúmeras reuniões, já fui à casa de famílias educadoras, já fui a feiras literárias e a feiras de ciências também, e já fizemos mais de uma, várias reuniões por vídeo também, inclusive reunindo o pessoal de Brasília e do Paraná no sentido de fazer o relatório para eu conhecer a fundo o assunto que está sob a responsabilidade da gente. Mas está bom, que bom!

Em seguida, eu...

O SR. RAFAEL VIDAL (*Por videoconferência*.) – Fico muito feliz, Senador. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – ... passo a palavra à Sra. Andréa Pereira da Silva, que está representando aqui a Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação). Aliás, a Undime sempre presente e atuante também em todos os debates da educação no Congresso Nacional.

Com a palavra, Andréa.

A SRA. ANDRÉA PEREIRA DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu gostaria de colocar que a mesa aqui está aberta para um debate e o posicionamento da Undime foi colocado em tela –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu até peço desculpas, porque eu tive que acelerar a questão da leitura das telas –, mas gostaria de colocar aqui o direito que nós temos de divergir. Ela é contrária à questão do *homeschooling*.

E eu coloco o seguinte: por que, como a Dra. Ilona colocou, as nossas crianças saem sem saber ler, sem saber escrever, não têm a alfabetização e não tem o letramento? Por que não investir nos nossos professores? Nós estamos precisando, sim, mudar o foco e não fugir do problema. Nós precisamos investir na formação dos professores brasileiros. Nós precisamos fazer com que esses professores possam ir para a sala de aula realmente aptos a ensinar a todas as crianças. E coloco mais uma vez: vamos olhar para todas as crianças. Não é a questão da matrícula, porque a questão do *homeschooling* é para... Eu mostrei aqui o número de alunos da rede municipal, alunos da rede estadual, alunos da rede particular. Nós vamos aí olhar que é somente uma minoria que provavelmente vai para o *homeschooling*. Nós precisamos olhar para uma questão muito maior que são os nossos alunos, que é a massa que está aí sem saber ler, sem saber escrever... Nós precisamos olhar, sim, para a formação dos professores que vão para essas escolas. Então, vamos gastar as nossas energias, vamos gastar o nosso tempo, vamos gastar o dinheiro olhando para essas crianças que precisam de um olhar atento, para um curso de pedagogia que precise de um olhar atento, porque senão... Então, nós temos que olhar para isso.

Nós defendemos todos pela educação, como o Lucas falou, não dentro... Estou falando do todos pela educação no sentido amplo da expressão e não somente dessa organização muito bem representada. Eu gostaria de colocar que nós precisamos, sim, mudar a nossa educação, nós não precisamos de *homeschooling*, mas de uma educação para todos. Por isso, a divergência.

E a diferença? Nós vamos ter a socialização? E o convívio com as diferenças vai ficar onde? As crianças precisam conviver com outras, com os diferentes, é necessário. Que adultos nós vamos formar? Que adultos, que pessoas nós vamos formar no *homeschooling*? Vão viver somente entre os seus pares? A elite vive com a elite e pronto?

Então, não é sindicato. Esse é o meu pensamento enquanto... Não é ONG, mas é o meu pensamento enquanto professora que fui de educação infantil a ensino médio e hoje professora no curso de Pedagogia. Realmente é muito triste a gente fazer de tudo para ter um professor que vá para a sala de aula e consiga realmente dar uma boa aula nos dias de hoje, mas nós precisamos mudar essa prática.

Eu peço licença, Senador, porque eu tenho, aqui na minha cidade, uma reunião com o jurídico, agora às 4h da tarde. Peço licença ao senhor, aos demais Senadores e aos convidados da mesa.

Eu acho que o debate é salutar e é importante que cada um coloque as suas opiniões. A divergência é importante.

Uma boa tarde e muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Nós é que agradecemos a você, Andréa Pereira da Silva, representando a Undime nesta audiência pública. A gente agradece a você e aos demais expositores e expositoras.

Eu quero só dizer que a participação de movimentos sociais é essencial. A Undime é um movimento, é a união nacional dos 5.570 secretários municipais de educação. O Consed (Conselho Nacional de Secretários de Educação) é outro movimento. Tivemos aqui a Associação de Famílias Educadoras do Distrito Federal. A Campanha Nacional pelo Direito à Educação faz um trabalho extraordinário no Brasil a favor de todos os desafios da educação. Também o movimento Todos pela Educação esteve representado hoje e, da mesma maneira, tem um trabalho essencial a favor de tudo aquilo que é essencial para a educação, bem como o papel da academia, das universidades, dos estudos que são feitos, como é o caso da USP, da Universidade Federal do Paraná.

Então, essa gama, essa diversidade de pontos de vista é que vai enriquecendo o debate a respeito desse tema que nós estamos examinando, que é a educação domiciliar, o *homeschooling*. Ao mesmo tempo, os debates vão continuar. Há pontos de vista... Eu até diria que eu acho que não devemos ir por uma linha de antagonismo entre a família e a educação. Há muita gente estudando o assunto e todos querem, na verdade, levantar os esclarecimentos, como foi colocado numa pergunta. Vai ter Fundeb? E a violência? Pode ter, não pode? E a socialização, a avaliação e o conteúdo? E a socialização... As pessoas no Brasil também querem entender no detalhe o que significa educação domiciliar.

É o que eu, como Relator, inclusive, tento fazer. Como eu falei, fui visitar uma família que adota *homeschooling*, fiquei lá por umas duas horas, falando com os pais e com os filhos. Também fui, em outros momentos, convidado pelo pessoal do *homeschooling* para feira literária, para feira de ciências. Ao mesmo tempo, também recebo, seja em Brasília, seja no Paraná, pessoas que queiram conversar e expor os pontos de vista, fazendo reuniões, inclusive, por videoconferência, por vídeo também, para que possam ajudar a esclarecer, de diferentes pontos do Brasil, o que se pensa, além das audiências públicas.

O material todo que foi apresentado no dia de hoje está também à disposição, como eu já coloquei, no *site* da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Na próxima semana, teremos uma nova audiência, que será a terceira audiência pública, para que nós possamos continuar debatendo o assunto nesta perspectiva de muito respeito, de muita acolhida, de compreensão, de ver o que realmente pode ser feito, o que está sendo feito, qual o drama que as famílias educadoras enfrentam, os filhos... Então, tudo isso tem que ser ponderado no relatório que será apresentado no Senado Federal.

Agradeço novamente aos expositores e às expositoras, a todos que nos acompanharam pelos meios de comunicação, à própria área de comunicação do Senado Federal e à infraestrutura da Comissão de Educação, Cultura e Esporte – parabéns pelo trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encerradas as exposições, nada mais havendo a tratar, declarado encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos.

(*Iniciada às 14 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 16 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às quatorze horas e hum minuto do dia vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e dois, no Reunião Remota, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Esperidião Amin, Rodrigo Cunha, Eduardo Girão, Daniella Ribeiro, Wellington Fagundes, Zenaide Maia e Luiz Carlos do Carmo. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Marcelo Castro, Ivete da Silveira, Mailza Gomes, Guaracy Silveira, Confúcio Moura, Izalci Lucas, Styvenson Valentim, Carlos Portinho, Roberto Rocha, Alvaro Dias, Vanderlan Cardoso, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves, Paulo Paim, Fernando Collor, Julio Ventura, Leila Barros e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 54/2022 - CE, de autoria Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei nº 1.338, de 2022, que "altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica", em atendimento ao Requerimento nº 54/2022 – CE. Tema: Impacto do Projeto de Lei nas redes privadas de ensino. **Participantes:** Vanessa Mota, Professora e Presidente da Associação das Famílias Educadoras de São Paulo (FAEDUSP); Marcelo Francisco Matteussi, Diretor Jurídico da Associação de Famílias Educadoras de Santa Catarina (AFESC); Ricardo Furtado, Membro do Conselho de Advogados da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (CONFENEN); Edivan Mota, Diretor do Instituto de Estudos Avançados em Educação e Diretor de Escola Pública; Melissa Ribeiro Saraiva, Coordenadora do Conselho de Representantes dos Conselhos de Escola (CRECE); Roberta Valéria Guedes de Lima, Gerente da Câmara de Educação Básica da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC); e Gilson Luiz Reis, Coordenador-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/11/22

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

A presente reunião se destina à realização da terceira audiência pública interativa com objetivo de instruir o Projeto de Lei nº 1.338, de 2022, que altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica, com ênfase no impacto do projeto de lei nas redes privadas de ensino, em atendimento ao Requerimento nºs 54, de 2022, Comissão de Educação, de minha autoria.

Quero destacar que a audiência será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, em www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria.

Quero também destacar para todos e todas que acompanham esta audiência pública, que é a terceira, como mencionei há pouco, que todos os conteúdos da primeira e segunda audiências públicas estão disponíveis no *site* da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Se alguém quiser revisar alguma fala, repensar algum assunto, aprofundar-se. E eu, como Relator da matéria, também apreciaria, eventualmente, receber contribuições pelo *site* pela interação que vocês podem ter com todo o material. Estamos sempre à disposição, além da realização das audiências públicas.

Nós vamos conceder o prazo de dez minutos para cada convidado fazer a sua exposição. Eu combinei que será o prazo de dez minutos. Aí, haverá um sinal, uma campainha quando faltarem quinze segundos. Se for necessário, prorrogaremos o prazo por mais dois minutos, para que o expositor ou a expositora possa concluir o seu pensamento. E, ao final, em função de todas as falas e em função de algum acréscimo que o expositor queira dar ao que já tenha sido transmitido, terá um tempo também adicional.

Então eu penso que a gente...

Eu quero, em primeiro lugar, agradecer a presença dos expositores e das expositoras. Eu considero muito importante a presença de vocês, refletindo sobre o assunto, discutindo, porque há tantos aspectos a serem pensados sobre a proposta que foi aprovada na Câmara, que agora está no Senado e que será objeto de apreciação pela Comissão e pelo Plenário também. Quando o projeto se inicia na Câmara dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputados, ele passa pela Comissão, só pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, eu penso, no caso, e irá, na sequência, para o Plenário para haver a decisão do Plenário também.

Então, nesse sentido, e em seguida, após a fala dos expositores, será concedida a palavra, se assim o desejarem, aos Srs. Senadores e Senadoras conforme a ordem de inscrição.

Participam desta reunião, por meio de videoconferência, a Sra. Melissa Ribeiro Saraiva, Coordenadora do Conselho de Representantes dos Conselhos de Escola; a Sra. Vanessa Mota, Professora e Presidente da Associação das Famílias Educadoras de São Paulo; também o Sr. Marcelo Francisco Matteussi, Diretor Jurídico da Associação de Famílias Educadoras de Santa Catarina; o Sr. Ricardo Tonassi Souto, Presidente do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação; o Sr. Ricardo Furtado, membro do Conselho de Advogados da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino; o Sr. Edivan Mota, Diretor do Instituto de Estudos Avançados em Educação; a Sra. Roberta Valéria Guedes de Lima, Gerente da Câmara de Educação Básica da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil; e o Sr. Gilson Luiz Reis, Coordenador-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino.

Agradeço novamente a presença dos expositores e expositoras nesta audiência pública.

Iniciando então as exposições, passo a palavra, pelo tempo de dez minutos, à Sra. Melissa Ribeiro Saraiva, Coordenadora do Conselho de Representantes dos Conselhos de Escola.

Com a palavra, Melissa.

A SRA. MELISSA RIBEIRO SARAIVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador.

Gostaria de iniciar agradecendo esse chamado aqui para o nosso conselho, para o nosso colegiado do Crece. Eu estou aqui representando os conselhos de escola pública da cidade de São Paulo, porque o Crece...

Eu vou explicar rapidamente o que é o Crece. Nós somos representantes dos conselhos de escola, então nós somos formados por familiares, estudantes e também profissionais da educação. Nós participamos do conselho de escola e nós temos reuniões mensais, tanto nos conselhos de escola quanto nos conselhos regionais e também no Crece central, que eu estou representando agora.

Eu sou mãe de aluno. Meu filho estuda no 8º ano da EMEF Tenente Alípio e minha filha na Etec Cepam. Eles sempre estudaram em escola pública, então, vou falar um pouquinho do que são esses conselhos.

O conselho tem a participação da sociedade civil em conjunto com os estudantes e os profissionais da educação. Todos os profissionais que queiram participar estão ali dentro. Então, a gente tem essa base

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aí dentro para conseguir conversar, para conseguir planejar a escola para os nossos filhos e também para os estudantes de uma maneira coletiva.

Eu vou, então, entrar um pouquinho no que a gente entende sobre o que seja o ensino domiciliar. Nós tivemos dois anos de reclusão involuntária dos nossos estudantes e também dos professores, dos profissionais da educação e a gente já teve essa experiência do que é o ensino domiciliar no Brasil. Ele, infelizmente, não funcionou.

Eu digo infelizmente porque a gente, hoje, vir aqui discutir sobre um projeto que vem falar de algo que a gente já teve como experiência eu acho bem negativo e ruim para a educação pública no Brasil. Por quê? Porque a gente já teve essa vivência, essa experiência aqui em nosso país.

Eu vou falar bem detalhadamente de como foi essa experiência aqui na cidade de São Paulo. O Crece conseguiu acompanhar muito de perto essa experiência. Como eu disse, nós conversamos com os professores, com os profissionais das escolas, com os estudantes e com os familiares, que é o segmento que eu estou aqui representando. A gente teve dificuldades em todos os sentidos. Não conseguimos garantir a conectividade para todas as regiões. Aqui, a Prefeitura de São Paulo tentou fornecer *tablets* para todos, *notebooks* para professores – e não chegaram a tempo para todos, muitos ficaram sem. E muitos, quando chegavam, já chegavam com problemas.

E aí a gente teve um outro problema: a conexão. Muitas regiões não tinham conexão. E a gente está falando aqui da maior cidade, com a maior população de estudantes. Só na rede pública de São Paulo, na municipal, nós falamos de 1.500 estudantes. Então, é muita gente, a gente consegue falar isso com propriedade. Havia regiões, nos quatro cantos aqui de São Paulo, que não conseguiam se conectar e que não conseguem até hoje.

Esses *tablets* que a Prefeitura ofereceu vieram com um *chip*. Isso veio depois, também, porque eles não fizeram a licitação em conjunto. Então, já teve essa demora também. Nisso, a gente perdeu praticamente 2020 todo, sem garantir essa conexão para todos os estudantes. Por exemplo, na sala dos meus filhos, de 30 estudantes, de 8 a 6 crianças conseguiam frequentar todos os dias, entregar material, entregar atividade. Então, não conseguiam garantir, mesmo com a Prefeitura ofertando esses equipamentos e a conexão.

E aí entra um outro problema: a conexão na escola. Muitas escolas não têm conexão também. Por mais que a prefeitura tenha tentado fazer as reformas, comprado equipamentos... Fizeram licitação de várias questões, como conexão, para fazer a restruturação dos fios, mas não conseguiram garantir.

E se, por exemplo, entra... A secretaria e a gestão estão o tempo todo utilizando a rede. Se o professor precisa usar isso, mesmo na sala do professor, eu não estou falando nem nas salas de aulas, ele não consegue garantir a conexão o tempo necessário para se ter essas aulas. Isso é um fato e a gente tem os dados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que seria até um fator importante se o Senador Flávio pudesse solicitar esses dados aqui para a Prefeitura de São Paulo, porque tem isso tudo documentado. O Crece também tem, porque, ao longo desses quase três anos agora... A gente começou isso em 2020, em 2019, a gente já estava falando sobre a conexão também, e a gente tem todos esses dados, porque a gente conversava com as escolas, depois, a gente conversava com as famílias, com cada uma a gente tentando buscar um dado, o que estava acontecendo, por que não conseguiam conectar, por que aquela criança não conseguia entregar as atividades, o porquê da baixa frequência, e a gente tem tudo isso. O Crece também pode fornecer isso para o Senado, porque são dados importantes. Inclusive, a cidade de São Paulo hoje oferece o benefício do material e do uniforme. Antes, até 2019, chegava esse benefício nas escolas. A gestão é que entregava isso para os estudantes ou para a família.

Então, a partir de 2020, com a pandemia e a gente não podendo frequentar as escolas, foi feito através de aplicativos, e os aplicativos também não funcionam por conta de tudo isso que eu disse: equipamento, muitas famílias não têm equipamento, muitas famílias têm problema de conexão. Eu estou aqui numa região bem favorecida na cidade de São Paulo, eu estou aqui no Ipiranga, próxima do Museu de Ipiranga, e a gente tem muito problema de conexão. Muitas vezes, eles estavam na *live* com os professores, porque, de uma a duas vezes por semana, faziam encontros ao vivo, e ou o professor travava, ou eles paravam de escutar, ou não conseguiam falar. Então, eram muitos problemas.

E, como eu estava falando do material e do uniforme, a gente não consegue garantir esse benefício para 100% dos nossos estudantes por conta do problema de conexão em aparelho. Então, veja, algo que fica de fevereiro até outubro disponibilizado para a família, para o estudante adquirir, a gente chega em novembro e não consegue entregar isso porque a gente não consegue garantir conexão e equipamento para todos os estudantes. Infelizmente, é isso.

E aí, voltando aqui para o projeto, quando a gente recebeu esse projeto, esse convite junto com o projeto e a gente foi dar uma olhada, eu vi a questão de garantia de frequência. Ele não fala muito bem como é essa garantia de frequência, como esses estudantes vão estar frequentando. Essa garantia de participação, realmente, o projeto deixa isso bem falho.

Aí eu também gostaria de entrar em um outro ponto que foi muito discutido aqui no Crece Central e nos Creces regionais, inclusive junto com as secretarias de educação. Quando as crianças começam a retornar, aqui, no final de 2021 e, principalmente, neste ano de 2022, em que voltaram 100% os estudantes para as escolas, a gente teve um retrocesso enorme dos nossos estudantes. Por exemplo, se tinham 20 ou 30 estudantes, cada um estava ali num nível.

Por exemplo, no ensino infantil, uma criança de CEI, se ela tinha entrado, na pandemia, já sabendo andar, já sabendo gesticular, comer sozinha, já tinha saído da fralda, quando retornou após esses dois anos de reclusão ela já tinha sofrido um retrocesso. Elas já não... Elas precisavam de fralda, precisavam de alimentação, precisavam que a pessoa estivesse lá ajudando essa criança a comer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E os estudantes do ensino fundamental e do ensino técnico, que é a minha realidade, porque eu vivo com os meus filhos, também tiveram muitas dificuldades. Muitos não lembravam mais como fazer as contas básicas, como escrever. Muitos, hoje em dia, ainda, mesmo a gente já quase terminando este ano em que estão todos 100% no presencial, já não conseguiam mais escrever; ler é uma dificuldade enorme. A gente recebeu muitas falas de professores falando que as crianças não conseguiam mais ler, e isso foi muito triste porque a gente viu esse retrocesso durante todo este ano. Então, por isso que, quando eu vi toda essa questão dentro desse projeto, a gente não tem essa garantia.

E, aí, eu só queria colocar também uma outra questão que a gente vivenciou aqui também. Assim, é um ponto bem delicado: a gente viu os abusos que esses estudantes...

Agora está um pouquinho de barulho, não é? É que a gente está perto aqui do aeroporto.

A gente viu muitas crianças que sofreram abusos psicológicos, abuso moral, abuso físico e abuso sexual. E a gente ainda está aprendendo a lidar com isso, não é? Mesmo ao longo deste ano de 2022, a gente ainda não conseguiu entender como que a gente vai lidar com tudo isso. E isso é uma coisa que o Crece tem discutido muito com a Secretaria de Educação. A gente precisa fazer uma parceria da educação com a saúde, porque a gente não consegue garantir, quando essas crianças estão dentro de casa, com as suas famílias ou com o seu tutor, que essa criança não vá ser abusada de todas as maneiras, que é o que aconteceu nesses dois anos em que eles ficaram afastados da sociedade.

Por esse projeto de lei ou na escola em que essa criança esteja matriculada, mesmo a criança frequentando semestralmente, a gente não consegue garantir isso, porque ali, no dia a dia, a criança com outra criança vai acabar falando o que está acontecendo dentro da casa; o professor ou a tia que fica ali no pátio tomando conta vão ter um olhar mais atento, porque eles já estão acostumados, eles têm esse olhar mais atento e eles conseguem distinguir se aquela criança está sofrendo algum abuso dentro de casa.

Quando a gente fala de um país do tamanho do nosso, mesmo que o projeto fale que quem vai estar ali junto com essa criança sendo tutor tem ensino superior ou ensino técnico, isso não resguarda as nossas crianças. A gente está falando de um futuro incerto. A gente já teve essa experiência, como eu disse, nesses dois anos de reclusão involuntária dos nossos estudantes. Mas, se a gente falar de novas gerações vivendo só isso, a gente não consegue garantir tudo que essas crianças, que esses estudantes vão sofrer.

Infelizmente, o ser humano é assim um bicho muito estranho. A gente não consegue saber o que essa família faz, o que essa família pensa – já vou acabar – e como essa criança vai viver com essa família e como essa pessoa, depois, vai ser inserida na sociedade, vivendo 12, 13 anos somente com a sua família e naquele meio em que ela vai ser criada.

A escola tem todos esses fatores, como eu disse, de aprendizagem e também da convivência. Quando o Senador começou, ele falou dessa questão da convivência, que muitas pessoas têm falado, mas é um ponto importante que a gente viu e discutiu muito aqui dentro do Crece Central, ou seja, que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escola é, sim, um importante seio de proteção e garantia de aprendizado para a criança, mas também de convivência, de como você conviver em sociedade, de se sentir protegido e assegurado, e isso não é só a questão de insegurança alimentar, como a gente viu também, mas essa garantia dos abusos que as crianças sofrem e sofreram demais nesses dois anos, infelizmente.

Eu tinha outras questões para colocar, mas eu já passei do tempo, peço até desculpas.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – A gente agradece a você, Melissa Ribeiro Saraiva, que é a Coordenadora do Conselho de Representantes dos Conselhos de Escola.

Não precisa pedir desculpas, porque você, inclusive, me falaram que, em função da agenda, também não vai poder continuar participando. É verdade?

É verdade, eu acho.

A SRA. MELISSA RIBEIRO SARAIVA (*Por videoconferência*.) – Eu vou aguentar mais um pouquinho, mas 3h30 eu acho que preciso sair, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Então, por causa disso.

Só para lembrar a todos e todas que nos acompanham também, para deixar muito claro, que a gente tem uma sistemática em que a pessoa fala 10 minutos. Faltando 15 segundos para os 10 minutos, automaticamente o sistema dá esse sinal que vocês escutaram.

Claro, não vamos interromper a pessoa no meio de um pensamento, de uma frase que está concluindo. Aí tem mais dois minutos.

Faltando 15 segundos para os dois minutos há um novo alerta, vamos dizer. Então, faltando...

Então, só para vocês saberem que isso tudo é automático e acontece para todas as pessoas.

Mas obrigado, viu, Melissa?

Você mencionou que você gostaria que nós entrássemos também em contato, indagando... Nós gostaríamos de receber por escrito, se possível, uma solicitação sua, que nós entramos em contato também.

E gostaríamos de receber os dados a que você se referiu durante a sua apresentação.

Pode ser? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tá.

O Thiago e a Secretaria, que estão acompanhando – a Secretaria da Comissão – combinam com você, então, está bom?

Passo em seguida a palavra, também pelo tempo de dez minutos, à Sra. Vanessa Mota, que é professora e Presidente da Associação das Famílias Educadoras de São Paulo.

Vanessa, com a palavra.

A SRA. VANESSA MOTA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá. Boa tarde.

Cumprimento a todos os participantes desta audiência na pessoa do Senador Flávio.

Quero fazer só uma pequena correção aqui: eu sou membro da diretoria da associação, mas não sou a Presidente e eu não sou atualmente professora, mas já fui professora da rede pública de ensino e privada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Eu só faço uma observação: uma vez professora, sempre professora.

A SRA. VANESSA MOTA (*Por videoconferência*.) – Sim, sim, continuo professora. (*Risos.*)

E vou fazer aqui a apresentação.

Vou colocar minha apresentação, o.k.? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Tá dando certo aí, Vanessa? A gente desconta esse tempo depois, não tem problema.

Nós até testamos agora há pouco e deu tudo certo, não é?

A SRA. VANESSA MOTA (*Por videoconferência*.) – Foi, deu tudo certo. Não sei porque agora está...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Agora parece que vai dar certo... (*Pausa.*)

Tela cheia... Precisa.

Agora deu certo.

Agora está tranquilo. Tudo em ordem.

A SRA. VANESSA MOTA (*Por videoconferência*.) – Ótimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de começar falando sobre o tema da nossa audiência, que é "Educação Domiciliar e Iniciativa Privada". Eu me apeguei bastante a este tema.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Eu peço só à Secretaria para começar o tempo agora, para não descontar o tempo que levamos para colocar a tela. Está bem?

Vamos em frente, Vanessa.

A SRA. VANESSA MOTA (*Por videoconferência*.) – Ótimo.

Então, eu queria me apegar a essa relação e eu vejo que essa é uma relação positiva, na verdade, é uma relação estreita, que envolve respeito aos direitos humanos, porque envolve liberdade educacional, porque envolve mais oportunidade e porque envolve mais qualidade.

Eu vou trazer aqui alguns pontos. Acho que na outra audiência foram bem colocados os pontos jurídicos, que é o direito celebrado ali na DUDH, no art. 26, no §3º, a respeito da liberdade, do poder de escolha sobre a instrução dos filhos, que os pais têm; o direito constitucional, que foi reconhecido pelo STF, em 2018, e o STF disse claramente, porque precisa de uma lei, e é isso que esta Casa está se propondo a fazer e que a Câmara fez também, a Câmara dos Deputados já fez, que é regulamentar a prática da educação domiciliar.

Nesse cenário, nós temos aqui um projeto de lei que é o 1.338/2022, que propõe exatamente a participação do Estado e das instituições, privadas inclusive. Está bem aí no art. 23, dentro dos incisos I e II, do §3º, a gente tem obrigatoriedade de matrícula; a manutenção do registro oficial, nas famílias optantes pela educação domiciliar, e a obrigatoriedade de matrícula do estudante em escola regularmente autorizada.

Então, só para a gente deixar claro que essa relação existe, que o projeto traz, assegura a participação do Estado, conforme a Constituição diz, e eu acredito que o meu colega, o Marcelo, ainda vai falar melhor ainda sobre isso.

Mas eu quero avançar, então, tendo isso fundamentado. O nosso projeto de lei prevê essa relação positiva com as instituições.

Diante disso, eu quero pensar aqui, estabelecido que o direito da família está posto no art. 226 e que o direito dos pais à escolha da melhor instrução para os seus filhos está posto também na nossa Declaração dos Direitos Humanos, ali no art. 26, então a gente vai pensar no direito que a gente sempre pensa e tem debatido, que é o direito que está ali no ECA, que é o melhor interesse da criança e do adolescente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero trazer aqui que o desenvolvimento da criança e do adolescente está muitas vezes em risco, dentro dos resultados brasileiros sofríveis, gente. Eu fui professora, saí da faculdade, fiz uma universidade federal, estudei em escola pública também, e eu saí com todo o gás, digamos assim, para revolucionar o mundo, para fazer a diferença, e eu tenho certeza que muitos professores também saíram assim, recém-formados, e, ao chegar no sistema, que é tradicional e enrijecido, você se vê sem muitas possibilidades e muitas vezes se vê frustrado diante do que acontece. E uma das razões pelas quais eu resolvi deixar o sistema de ensino tradicional foi justamente porque a mudança, realmente o que acontece de evolução, de inovação, é extremamente pequeno ou irrisório.

Se a gente for olhar aqui um dado que, inclusive, foi trazido na última audiência, que é a evolução das notas de leituras – e sou professora de Português, de Língua Portuguesa... E era triste, porque eu fui professora desde o ensino fundamental até o ensino médio e técnico também, e eu tive alunos no ensino médio, no último ano, que eles chegavam para mim... Eu vou dizer aqui que 75% dos meus alunos não conseguiam terminar um único parágrafo com compreensão. Isso são dados, é sabido.

Todo mundo sabe, para quem quiser pesquisar e ter acesso a esses dados, nós temos aí todos os nossos institutos, o Inep, o Saeb, de 2005 a 2019. Nós temos duas décadas de pouquíssimo avanço no aspecto básico da leitura. Então, nós precisamos ser realistas.

Realmente, a nossa educação brasileira precisa de avanços, como a própria Melissa apontou. Há problemas de infraestrutura, há problemas realmente de formação. Há "n" problemas que precisam ser dirimido e é preciso, sim, investir na educação pública, mas aí a gente precisa pensar no melhor interesse da criança e do adolescente, na liberdade de uma família, que tem condições de oferecer para o seu filho mais, poder oferecer. E isso de maneira nenhuma imputa nenhum fracasso, nenhum problema, não tira nenhuma vantagem da escola pública ou da instituição privada. Pelo contrário: nesse próprio projeto de lei as instituições privadas vão aparecer como parceiras da família que quer desenvolver o outro projeto de educação, num sistema de educação que não é o tradicional, mas é inovador.

E aí a gente precisa lembrar que não só do ponto de vista do conteúdo, do ponto de vista dos resultados acadêmicos, nós temos também violência de todos os lados, inclusive violência na escola. "Ah, não é geral!" Realmente, não é geral nas famílias. Nós estamos falando de aberrações aqui. Exceções não podem ser consideradas agora, nesse momento quando nós estamos pensando em um projeto de lei que envolve um direito humano. Então, quando nós estamos pensando um projeto de lei que envolve um direito básico e fundamental, nós não podemos pensar em exceções. Precisamos pensar no geral, e o geral é que as famílias brasileiras sustentam a nossa sociedade. Isso é o geral. A nossa Constituição diz que a família é a base da sociedade brasileira. Então, as nossas famílias sustentam a sociedade brasileira, e, como professora, eu tinha muitos alunos ali com famílias idôneas, porém, famílias, inclusive, enrijecidas, engessadas nas suas ações pelo próprio sistema, que é muito grande, muito burocrático, é difícil de vencê-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos aí também pesquisas que vão mostrar que o melhor interesse da criança e do adolescente é assegurado por um sistema educacional plural, não monopolizado, porque temos um sistema educacional monopolizado pelo método tradicional, pelo processo tradicional. Nós podemos ter um modelo multimodal, com concorrência, com grande poder de escolha para os maiores interessados.

Quem é o maior interessado na educação? O maior interessado é a criança e a família. Não dá para dizer que o Estado, alguém... Gente, eu estava dentro da escola. Nós temos que ser honestos. Nossa escola não é perfeita, nem linda, nem maravilhosa, e muitas vezes nós temos situações lá dentro de desinteresse, de frustração, de profissionais que já não estão mais motivados, e aí nós precisamos buscar sair do mesmo, buscar outras opções. Nós precisamos fazer diferente. Não dá para buscar soluções fazendo a mesma coisa.

E aí eu quero trazer algumas estatísticas sobre isso. Eu trouxe estatísticas aqui, claro, de países que já aplicam, que já têm regulamentada a educação domiciliar e um sistema educacional multimodal. Então, o que se prova é que onde há índice de liberdade educacional existe qualidade educacional, e nós precisamos trabalhar com esses dados, com as estatísticas que nós temos. Nós temos estatísticas no nosso país e nós precisamos trabalhar com a análise delas.

Olha, países com maior liberdade educacional têm melhor resultado no Pisa de 2016, de acordo com o relatório da OID, que é a organização ali em Genebra, na Suíça, que trata da promoção do direito à educação como um direito humano. Ela diz isso, ela passa a fazer relação clara com os próprios dados que a Unesco e a ONU oferecem. É um cruzamento de dados.

Então, um amplo poder de escolha educacional promove concorrência, valorização de iniciativas locais, e esses são aspectos atrelados, nas pesquisas, aos melhores índices educacionais. Quanto maior o índice educacional, maior a concorrência e valorização das iniciativas locais.

Então, nós precisamos entender que está sendo aberto um grande leque para a educação brasileira, para que não fique no monopólio estatal ou no monopólio de grandes nomes. Certo? Um sistema multimodal vai incluir o sistema tradicional.

(*Interrupção do som.*)

A SRA. VANESSA MOTA (*Por videoconferência.*) – Ele está em famílias de todo tipo, famílias que estão em diferentes regiões, que vão querer o tradicional, ou famílias... Nós temos a educação a distância também, e foi uma grande quebra de tabu inserir a educação a distância em nosso país, o que há anos está em outros países, e já demonstra grandes avanços. A questão é como nós fazemos aqui. *Voucher*, escolas comunitárias, cooperativas, e o *homeschooling* é apenas mais uma modalidade. Precisamos abrir a nossa mente e incluir essa modalidade e de maneira nenhuma considerar que a falha em cumprir um dever, um direito, uma violação de direitos possa tirar o direito de todos os outros a desfrutarem do *homeschooling*, a desfrutarem dessa opção. Então, há provas, inclusive – e tem aí as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

referências que eu coloquei –, de que o índice de satisfação do aluno aumenta, que o índice de satisfação dos pais aumenta, o índice de segurança nas escolas, o índice de diminuição da evasão escolar, inclusive, quando tem a opção multimodal de sistema educacional escolar. E, além disso, tem o aumento do desempenho acadêmico geral, no país. Esses são dados dos diretores de educação.

Então, a gente precisa atentar a essa possibilidade e pensar de maneira mais aberta em relação ao nosso sistema educacional.

Eu trouxe aqui que nós somos uma minoria, inclusive nos países em que há muitos anos existe o *homeschooling.* São 2 milhões de estudantes, apenas nos Estados Unidos. Nós não oferecemos nenhum risco para nenhuma escola, com certeza, e em nenhum país nenhuma escola privada deixou de existir, nem a profissão de professor deixou de existir.

Aliás, nós também podemos dizer aqui que a educação domiciliar atendeu famílias que não são atendidas pela educação privada muitas vezes. E nós temos um nicho muito importante, que é o nicho em que a iniciativa privada pode atender famílias que não se encaixavam antes numa iniciativa privada, mas num modelo diferente de ensino que puxa um pouco menos, mas que dê à família o suporte que ela precisa.

Então, famílias que estavam em ensino público e que saíram e foram para a educação domiciliar querem suporte sim, elas querem, sim, um programa acadêmico e precisam da escola privada, do ensino privado, da iniciativa privada. E nós contamos com vocês para isso.

Muito obrigada, Senador, pela oportunidade e estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço a você, Vanessa Mota, que já foi e continua sendo professora e é da Diretoria da Associação das Famílias Educadoras de São Paulo.

Passo, em seguida, a palavra, pelo tempo de dez minutos, ao Sr. Marcelo Francisco Matteussi, Diretor Jurídico da Associação de Famílias Educadoras de Santa Catarina.

Com a palavra, Dr. Marcelo.

O SR. MARCELO FRANCISCO MATTEUSSI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Flávio Arns.

Eu vou também fazer uso aqui da apresentação. Peço que confirmem se estão visualizando.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Está correto, já apareceu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO FRANCISCO MATTEUSSI (*Por videoconferência*.) – Perfeito então, obrigado.

Senador Flávio Arns, na pessoa de quem cumprimentamos todas as autoridades aqui presentes nesta audiência pública, gostaríamos de agradecer a oportunidade da participação e da fala nessa discussão tão importante para os educandos brasileiros.

Para iniciar aqui a nossa apresentação, nós gostaríamos de colocar em premissa algo que nós observamos de ordinário em muitas discussões que acontecem no Brasil. Muitas vezes os posicionamentos se pautam em ideologias, em teorias, em palpites e acabam não observando a realidade empírica das coisas.

A minha antecessora, Profa. Vanessa, estava bem colocando há pouco, não se observam pesquisas científicas, não se observam dados estatísticos e, às vezes, as decisões acabam sendo tomadas com base nesses palpites, nesses achismos. É importante que o nosso Senado brasileiro tenha uma discussão mais assertiva a respeito disso, afastando esses palpites e essas ideologias que não contribuem para a discussão.

Nós temos um exemplo bem aqui, senhores. Vejam o seguinte, o Papa Pio XI, na Encíclica Divini Illius Magistri, de 1929, disse o seguinte, abro aspas:

> O primeiro ambiente natural e necessário da educação é a família, precisamente a isto destinada pelo Criador. De modo que, em geral, a educação mais eficaz e duradoura é aquela que se recebe numa família cristã bem ordenada e disciplinada, tanto mais eficaz quanto mais clara e constantemente aí brilhar sobretudo o bom exemplo dos pais e dos outros domésticos.

Ele conclui:

> E sendo necessário que as novas gerações sejam instruídas nas artes e disciplinas com as quais aproveita e prospera a convivência civil, e sendo para esta obra a família, por si só, insuficiente, daí vem a instituição social da escola, primeiramente, note-se bem, por iniciativa da família e da Igreja, e só mais tarde por obra do Estado.

Então vocês vejam que a doutrina católica, da Igreja Católica, é muito clara quanto à primazia da família na educação dos seus próprios filhos. E vocês vejam que aqui, para nossa tristeza enquanto católicos, nós temos a Associação Nacional de Educação Católica indo contra a doutrina católica, indo contra a ideia da legalização do *homeschooling*. E nos entristece muito porque, de fato, as pessoas e as instituições acabam se pautando, portanto, não naquilo que é o real, naquilo que já está testado e discutido há muitos anos, mas se apegam a ideologias, a palpites, a corporativismos, e é importante que isso seja abstraído dessa discussão e que se foque naquilo que há de concreto.

O mesmo se aplica na presente discussão "impactos do ensino domiciliar sobre as escolas particulares". As afirmações no sentido de que haveria algum impacto negativo, com todo respeito, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possuem base empírica nenhuma, não possuem base científica. E por que nós dizemos isso? Até pegando o gancho da minha antecessora, a Profa. Vanessa, o ensino domiciliar, como vocês podem ver na apresentação, é aprovado em mais de 60 países no mundo inteiro, a maioria deles países desenvolvidos, enquanto nós, país em desenvolvimento, continuamos patinando nesse estudo. Nesses 60 países, em absolutamente nenhum deles houve prejuízo às instituições privadas de ensino. Então, todas essas elucubrações no sentido de que haveria algum prejuízo às instituições privadas, com todo respeito, são absolutamente improcedentes.

E como nós também estamos preocupados com bases concretas, Senador, nós fomos em busca de especialistas e consultamos, nos Estados Unidos, o Dr. Brian Ray, que é Presidente do Instituto Nacional de Pesquisas em Educação Domiciliar dos EUA. Vejam que ele é pós-doutor em ciências educacionais pela Universidade do Estado do Oregon. E aqui, abrindo um parêntese, o ensino domiciliar nos Estados Unidos, já na década de 70 era autorizado, em geral, por decisões judiciais, mas, a partir de 1992, ou seja, 30 anos atrás, é legalizado em todos os 50 estados da Federação. Então, vocês podem ter noção de que, durante 30 anos, os Estados Unidos formaram uma base empírica muito grande e uma quantidade de estatística, que são muito valiosas neste momento, quando nós fazemos estimativas em relação à realidade brasileira. O próprio Dr. Ray é responsável por conduzir um grande número de pesquisas e estatísticas sobre esse tema. E, questionando-o pessoalmente sobre esse assunto, ele nos colocou, com todas as letras, que não existe nenhuma base científica para afirmar ou mesmo cogitar risco às escolas privadas com a legalização do *homeschooling*, do ensino domiciliar.

Então, no Brasil, não há lógica empírica, da mesma forma, para se pensar que aqui seria diferente. Por exemplo, falou-se aqui de abusos cometidos. Trinta anos depois da aprovação nos Estados Unidos, não existe nada que diga que o *homeschooling* favoreceu abusos das famílias em relação aos americanos.

Ora, será que o brasileiro é algum tipo de incivilizado, um povo voltado à pedofilia, que seria diferente daquilo que acontece nos Estados Unidos? Evidentemente que não. Infelizmente, são elucubrações, são teses, teorias que infelizmente não guardam nenhuma conexão com a realidade. E nós gostaríamos que a discussão aqui se pautasse sobre dados concretos.

Indo adiante, também nessa ótica, o Inep em 2021 publicou o último Censo escolar. E lá existe a constatação então de que nós temos no Brasil 46,7 milhões de matrículas, tanto no ensino privado quanto no público: majoritariamente matrículas na rede pública, 38 milhões, enquanto na rede privada nós temos 17 milhões.

Nós estimamos atualmente, Senador, que nós temos em torno de 70 mil praticantes de ensino domiciliar hoje no Brasil. Ou seja, é uma proporção absolutamente irrisória, incapaz de maneira alguma de fazer algum tipo de ranhura nas estatísticas seja do ensino privado, seja do ensino público. Se nós pegarmos esse número de 70 mil, nós estamos falando de 0,14% do total de estudantes. E, se pegarmos um corte aqui só das instituições privadas, seria 0,4% apenas dos educandos em instituições privadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mesmo que a legalização venha a triplicar, vamos jogar alto aqui, o número atual de praticantes do ensino domiciliar, isso daria pouco mais de 1% do total de matrículas no ensino privado.

E também nós, com a experiência que temos atendendo famílias, observamos que grande parte dos praticantes são pessoas de classes sociais médias ou menos favorecidas. Na minha própria experiência profissional, atendendo já algumas famílias ao longo desses últimos anos, eu posso dizer para vocês que a imensa maioria era de pessoas menos favorecidas. Ou seja, nem mesmo podemos cogitar que a maior parte dos praticantes de ensino domiciliar hoje seriam potenciais (*Falha no áudio.*)

... do ensino privado. Por isso, é absolutamente tranquilo e lógico concluir que as escolas particulares não serão impactadas negativamente pela aprovação do ensino domiciliar.

Temos então aí os seguintes benefícios: ausência de impacto na lucratividade da rede privada; o surgimento de novas oportunidades de contratação particular de instituições para a própria prova de aferição de conhecimento, que está previsto no projeto de lei, e também a contratação de professores para aulas particulares, para a função de preceptor, o que também está previsto no projeto; a questão da economia ao erário, que vamos ver daqui a pouco; e o mais importante, que é dar mais uma opção para o estudante brasileiro, que além de ter a opção da escola pública e da escola privada, terá também agora essa opção do ensino domiciliar. Nós estamos falando, então, de democratização e de acesso ao ensino, que são valores que precisam ser favorecidos no Brasil.

Só para a gente aproveitar esses últimos minutos de fala, Senador, novamente vamos entrar nessa questão dos questionamentos sem base lógica. Muito se diz: "Ah, quem pagará a conta das provas dos estudantes domiciliares?".

Ora, àqueles que são egressos da escola privada, quem pagará as contas são as famílias que contratarem, não é? Para as menos favorecidas, que farão as provas perante as instituições públicas, um dado muito relevante é o seguinte: a revista *Exame*, no ano de 2019, mencionou que no Brasil se gastam US$3,8 mil, por ano, ou cerca de R$20 mil, por ano, *per capita*, por aluno, no ensino público. Então é absolutamente lógico que essas crianças que sairão da rede pública estarão economizando esse valor para o erário e que as provas que eles farão obviamente terão um custo muito inferior a isso, de maneira que por isso, nós concluímos, de maneira bastante lógica, que o ensino domiciliar vai causar economia ao erário.

Tanto é verdade isso que, nos Estados Unidos, nós temos vários estados que dão desconto em tributos para as famílias que adotam o ensino domiciliar. O Estado de Louisiana, por exemplo, dá um crédito tributário de US$5 mil por ano para as famílias. E nós vemos a mesma coisa, ou regras semelhantes, nos Estados de Indiana, Illinois, Minnesota e Iowa. Segundo o Dr. Brian Ray, as famílias americanas economizaram US$56 bilhões, entre 2020 e 2021, nos Estados Unidos, por fazerem o *homeschooling.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Senador, nós precisamos nos ater aqui ao que é o concreto, ao que é o real, e não ao imaginário, a essas ideologias desconectadas da realidade, não é? E nós temos que também ver o que é o melhor para o estudante brasileiro.

Só para concluir, então, no ano passado, a Universidade de Harvard, mundialmente conhecida, concluiu que os estudantes domiciliares acabam mais felizes, bem ajustados e engajados socialmente do que seus pares escolarizados. E veja que isso esboroa completamente a tese do problema de socialização, porque num país como os Estados Unidos, com tanta experiência já na área, os estudantes domiciliares são mais engajados socialmente do que seus pares escolares.

Então nós gostaríamos de agradecer novamente a oportunidade e pedir que essa Casa possa se debruçar realmente sobre dados concretos, estatísticas, e não essas opiniões desconectadas da realidade.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Muito bem. Eu agradeço, então, a participação do Dr. Marcelo Francisco Matteussi, Diretor Jurídico da Associação de Famílias Educadoras de Santa Catarina.

Só lembrando também às pessoas que nos acompanham pelos meios de comunicação do Senado que há várias audiências públicas. Uma delas, a de hoje, quer dizer, como eu li no início, expor sobre a possibilidade de oferta domiciliar de educação básica, com ênfase no impacto do projeto de lei nas redes privadas de ensino. Então esse é que vem sendo o foco de hoje.

Por que isso? Porque naturalmente, como o Dr. Francisco colocou, os alunos estão matriculados, na educação básica, ou na rede pública, ou na rede privada, ou comunitária, confessional, filantrópica, porque há uma diferença também aí entre o segundo setor e o terceiro setor. Então, por que isso? Porque o projeto de lei traz um conjunto de condicionantes em relação à educação domiciliar, como, por exemplo, a matrícula numa escola. Tem que haver a matrícula, seja escola pública, seja escola confessional. Essa escola tem que analisar o projeto político-pedagógico, tem que fazer a avaliação, a prova, a orientação, se for necessário. Não vai deixar de haver o vínculo entre – caso o projeto também venha a vigorar – a educação domiciliar e a escola. Então, é nesse sentido que nós estamos vendo o impacto.

Eu até sou franco em dizer que eu jamais imaginaria um impacto, como Relator da matéria, do ponto de vista de perda de matrículas ou de lucratividade. Por isso, nós estamos, inclusive, chamando a rede municipal – porque muitos desses alunos estarão ou na creche ou na pré-escola ou no ensino fundamental municipal – e a rede estadual. Então, tem que verificar que a rede estadual... E a rede particular, comunitária, confessional, filantrópica. Então, é no sentido dessa articulação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por essa razão, a gente chama também os Conselhos Municipais e Estaduais de Educação e o Conselho Nacional de Educação, porque, dentro de um sistema nacional de educação, isso vai ter que ser também adequado dentro de cada realidade. O Brasil é tão diferente nas suas regiões, e a realidade de cada contexto tem que ser levada em conta.

É só para todos acompanharmos. Existe o impacto... Talvez, até a palavra impacto não seja adequada. Como é que aconteceria essa articulação? A escola privada tem que se posicionar, ela vai ofertar essa possibilidade? Não vai? Como é que isso vai acontecer? A lei determina as linhas gerais, mas, depois, haverá linhas específicas, que não podem ultrapassar aquilo que a lei disser, mas sempre a regulamentação acontece de uma maneira mais detalhada. Então, o impacto, para mim, como Relator, é mais nesse sentido.

Eu, francamente, até falando para os expositores, nunca pensei que vá tirar aluno da rede confessional, comunitária ou de uma escola particular, porque todos nós temos que ser bons e competentes o suficiente para termos mais alunos e não para perdermos os alunos.

Muito bem. Então, vamos em frente.

Está bem, Dr. Francisco, agradeço-lhe, novamente – aliás, Marcelo Francisco Matteussi.

Passo em seguida a palavra, pelo tempo de dez minutos, ao Sr. Ricardo Furtado, membro do Conselho de Advogados da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino.

Às vezes, alguém menos avisado pode pensar: "Não, estão falando só de escola particular". É que hoje o objetivo é esse mesmo.

Dr. Ricardo, com a palavra.

O SR. RICARDO FURTADO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador Flávio Arns.

Eu quero cumprimentá-lo e agradecer-lhe pelo deferimento de nós estarmos participando desta audiência pública para tratarmos de um assunto tão importante para o nosso país.

Inicialmente, quero colocar que a Confederação Nacional de Estabelecimentos de Ensino não se coloca contra o *homeschooling*. Na realidade, ela faz uma série de considerações que devem ser pensadas, porque nós estamos tratando com pessoas, pessoas que são formadas no meio social. Então, nós vamos fazer agora uma reflexão jurídica, tangenciando o social e até mesmo o psíquico das pessoas, para que nós possamos travar um debate bastante amplo sobre o *homeschooling* em nosso país.

A história mundial, de uma forma geral, é marcada por lutas, guerras, por exclusões, exclusões dos mais necessitados. O Brasil não se torna diferente disso, o Brasil não se vê numa linha diferente dessa colocação. Efetivamente, nós temos, com a Constituição de 1988, como fundamento da nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Constituição, a cidadania, a educação, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais para o trabalho, a livre iniciativa, e tudo isso é concretizado como direitos fundamentais sociais em nossa Constituição. A nossa Constituição, por sua vez, ainda descreve que a educação é direito de todos, dever do Estado e da família, como já foi colocado, e visa o pleno desenvolvimento da pessoa. E aqui eu quero enfatizar. Ela tem que visar o pleno desenvolvimento da pessoa, não só através do conhecimento, mas através de uma socialização, através de estarmos incluídos no meio social, com capacidade de tomar decisões por nós próprios e decisões que não conflitem com as leis que emanam do nosso país. E aí nós temos: a educação é direito de todos, sim, para o preparo do exercício da nossa cidadania e a qualificação para o trabalho.

Essa abordagem do *homeschooling* pode ser vista como um privilégio, um privilégio para as famílias mais abastadas, que poderão, certamente, contratar professores, estabelecer os currículos com eles, estabelecer o projeto para a educação domiciliar e pagar os professores, certamente, para que eles possam ofertar o ensino que eu vou dizer ser de qualidade, porque o professor que estará dentro da família ou do seio familiar, certamente, é aquele professor que está também dentro da escola. Então, nós não podemos dizer que seria uma educação que não estivesse privilegiada com a qualidade.

Todavia, esse privilégio pode ensejar um ferimento à liberdade das crianças. E aí a gente tem que avaliar nesse sentido. Como a personalidade do ser humano se desenvolve? Será que ela só se desenvolve no meio familiar? Será que só a família basta para desenvolver o ser humano? Ou ela tem que estar inclusa no meio social para estabelecer relações com outras pessoas e, assim, em momentos difíceis, saber se colocar diante de cada situação? Essa exclusão pode proporcionar a criação de castas, talvez aprofundando as desigualdades no nosso país.

Eu estou fazendo apenas uma reflexão. Eu não estou contra o *homeschooling*. Eu estou, simplesmente, trazendo uma reflexão no meio social para que a gente possa verificar que o ser humano é dependente não só da educação familiar como da educação regular proporcionada pela nossa Constituição, aberta à livre iniciativa.

Numa outra visão, nós poderíamos afirmar que o *homeschooling* vem para promover uma fraude à Constituição, pois, certamente, como já foi dito, vai liberar o Estado do dever de promoção da educação pública ou reduzir custos do Estado.

O art. 206 da Constituição descreve, nos incisos II e III, a liberdade de aprender, de ensinar, de pesquisar e divulgar o pensamento e o saber; e que o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas devem coexistir nas instituições públicas e privadas de ensino. Esse dispositivo, Senador, não só revela uma sociedade composta por um pluralismo de ideias em instituições públicas e privadas, descrita no nosso texto constitucional, como também vem para promover a socialização dos indivíduos nos mais diversos ambientes da nossa sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste apertado arrazoado que faço, Senador, nós denotamos que a educação é disposta na Constituição como uma política pública que deve ser organizada, desenvolvida, garantida pelo Estado e promovida com o auxílio da sociedade. Essa política pública, disposta no texto constitucional, é regulada pela Lei nº 9.394, que quer ser alterada pelo projeto de lei que ora se discute. E ela se revela em uma política pública específica educacional, que vem para estabelecer a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Esta Lei nº 9.394, de 1996, veio a ser recepcionada pela nossa Constituição. E, no art. 6º, ela vem obrigar os pais ou responsáveis a matricularem seus filhos em escolas públicas ou privadas regulares, autorizadas ao funcionamento pelo poder público.

Uma questão que se revela com o *homeschooling* é: se as escolas públicas e privadas devem ser autorizadas, certamente, na modalidade de ensino *homeschooling,* nós deveremos ter uma autorização ao particular que vai ministrar aulas no seio escolar, a fim de que a criança e o adolescente aprendam, antes de tudo e talvez, a conviver com pessoas que não conhecem e que não são parte de sua família?

As crianças e os adolescentes são, de alguma forma, introduzidos na vida social com a escola regular. Eles aprendem a conviver com os desiguais, com as diferenças raciais, com as diferenças culturais, com posicionamentos e opções de vida diferentes; aprendem a ganhar e a perder nas relações sociais escolares; aprendem sobre o preconceito, o *bullying*, o *cyberbullying*, o assédio, que machucam pessoas e que não devem ser repetidos. Essa introdução do indivíduo na vida social no seio escolar visa preparar não só para o mercado, mas principalmente – e aí eu cito Augusto Cury – para construir memórias de uso contínuo e existencial que vêm dirigir o nosso comportamento no meio social, ou seja, ela vem auxiliar na construção do nosso eu, do nosso ser, da nossa individualidade no seio social, para que nós possamos nos relacionar de forma harmoniosa. Sem isso, eu acho que, vivendo castas em famílias, nós podemos ter, talvez, uma distorção e devemos repensar, talvez, isso na modalidade do *homeschooling*. No *homeschooling*, o ser humano fica restrito ao convívio familiar ou mesmo ao convívio de uma igreja, ou mesmo ao convívio de um determinado grupo social de iguais, com pensamentos iguais. Não vai haver a multiplicidade de pensamentos, dificultando ao indivíduo ter experiências diferentes para o convívio em sociedade.

A Lei 9.394, que veio para organizar a oferta do ensino regular, vem também para regular o financiamento da escola pública e dos sistemas de ensino, o que é uma preocupação. Como os sistemas de ensino irão fiscalizar tanto as escolas públicas como quanto as escolas privadas na adequação ao *homeschooling*? Os sistemas de ensino são estabelecidos em três níveis, o federal, o estadual, o municipal, e a questão que se faz presente também neste momento é: será que nós teremos uma legislação específica para os 5.770 municípios que nós temos no Brasil inteiro?

Em nosso entender, Senador, o *homeschooling* poderia vir, sim, mas como uma PEC, como uma emenda à Constituição. E, como uma emenda à Constituição, ela viria como uma modalidade de ensino com regulações próprias e não – desculpe colocar desta forma – como uma colcha de retalho na Lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

9.394, de 1996, pois, no momento em que a gente constrói o *homeschooling* dentro da Lei 9.394, de 1996, nós estamos ali atribuindo uma nova modalidade de ensino. E essa nova modalidade de ensino irá trazer uma outra complexidade às relações sociais, como foi dito, se não me engano, pelo Marcelo, sobre as relações de contratação desses serviços na livre iniciativa.

Usando destes dois minutos, eu só queria dispor de questões que nós verificamos que certamente vão se fazer presentes e que trarão uma dificuldade nas relações com a sociedade, com a escola pública e com a escola privada. Seguem as perguntas que se fazem. Como se dará o financiamento público para fiscalização e para oferta desse ensino, através do ensino público? Como se dará a fiscalização do controle das frequências? Como se dará o controle do calendário escolar dos dias letivos, com o cumprimento dos dias letivos? Como se dará a fiscalização das escolas públicas e privadas para verificação das leis educacionais? Existe financiamento para tal fim? Como se dará a relação de financiamento com as escolas particulares e a fiscalização com as novas atribuições com a sociedade? A Lei 9.870, de 1999, não faz qualquer menção a esse tipo de prestação de serviço. Como se dará a certificação desse aluno no *homeschooling*? Alguns poderiam dizer que seria através das provas relacionadas nas escolas, que as escolas farão a certificação e que aí está estabelecido isso, mas a escola privada terá um custo ou a pública terá um custo na fiscalização do cumprimento da BNCC, de todo o currículo para que ele cumpra efetivamente com aquilo com que a nossa política educacional coloca.

Uma outra questão que eu levanto é: esta oportunidade se dará para todas as famílias ou somente para aquelas que têm poder aquisitivo alto? Certamente a gente cria uma distinção bem grande no meio social.

Eu não quero parar só por aí. O *homeschooling* será considerado certamente, diante da posição, uma nova modalidade de ensino.

Enfatizando, para encurtar o que eu queria colocar, eu diria o seguinte: diversas regulações serão tratadas Brasil afora, e essas regulações pelo Brasil afora poderão trazer prejuízos essenciais às pessoas que estiverem fazendo os cursos em suas casas, no seio de sua família.

E, só para terminar, Senador, com a promulgação da Lei 13.146, a Lei Brasileira de Inclusão, as escolas particulares tiveram a obrigação de estabelecer o ensino inclusivo, e o ensino inclusivo veio para a socialização. Então, tratando da socialização, nós não estamos tratando de teses vazias, nós estamos tratando realmente do ser humano no meio social sendo formado, com a sua personalidade, pelo ensino regular, tanto na escola particular quanto na escola pública.

Eu agradeço, Senador, o tempo que me foi concedido.

E estou à disposição do senhor e de todos para conversas e debates sobre o assunto.

Muito obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço ao Dr. Ricardo Furtado, membro do Conselho de Advogados da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino.

Eu quero enfatizar que todo o material eventualmente utilizado pelos expositores nós apreciaríamos muito recebê-lo também na Comissão de Educação para deixá-lo disponível, se for possível, para a comunidade em geral.

Passo a palavra, em seguida, também pelo tempo de dez minutos, ao Sr. Edivan Mota, que é Diretor do Instituto de Estudos Avançados em Educação.

Com a palavra, Dr. Edivan. (*Pausa.*)

O SR. EDIVAN MOTA (*Por videoconferência*.) – Olá a todos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Eu estava procurando você na tela. (*Risos.*)

Está bom. Tudo bem, não é?

O SR. EDIVAN MOTA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Tudo bem.

Primeiro, eu gostaria de agradecer ao Senado Federal, ao Congresso Nacional, à Casa do Povo por este convite.

No tema, eu acompanhei as outras audiências e tenho de dizer que estou muito feliz pela democracia, pelas várias vozes que estão sendo ouvidas aqui. A gente tem a oportunidade, como bem salientou o Senador, de... Como somos da área de educação, às vezes, nós nos comportamos, graças a Deus, de forma mais literalmente educada. A gente está saindo de uma eleição polarizada em que as pessoas estavam com dificuldade de exatamente fazer isso que a gente está fazendo aqui. E, graças a Deus, então, o debate está sendo muito qualificado.

Eu gostaria de iniciar a minha fala... Eu não gosto muito de destacar essas questões de gênero ou ideológicas, mas eu fiquei muito feliz em ouvir a fala da Vanessa, porque eu e Vanessa somos aqui os dois únicos negros. Nós comemoramos aqui, no último dia 20, o Dia da Consciência Negra. E fiquei muito feliz em ouvi-la também dizer que estudou em escola pública e em universidade pública – e eu também. Às vezes, os nossos debates em torno da educação, em torno de política pública ficam, às vezes, esvaziados, um pouco teóricos, e as nossas histórias servem de base para que nós entendamos sobre qual ponto a gente fala.

Uma vez falando para um grupo de famílias educadoras, eu contei um pouco da minha história, Senador, e a gente... Talvez o senhor não lembre, mas eu sou assessor de D. Carlos Lema Garcia, que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bispo Auxiliar aqui da Arquidiocese de São Paulo, e nós tivemos a oportunidade de conversar quando da regulamentação do Fundeb. E eu falava para essas famílias sobre um pouco da minha história.

Sou nordestino, os meus pais me criaram dentro dessa dificuldade que às vezes os nordestinos têm, mas eles tinham aquela questão de que a educação era a única coisa que eles tinham para dar. Isso sempre nos calou muito forte, sempre me calou muito forte. E eu percebi, depois, vindo para São Paulo, crescendo na periferia de São Paulo, vendo, ouvindo e vivenciando certas coisas, que eu deveria encontrar saídas. E lá, quando você é criança, essas reflexões não são muito latentes, elas são inconscientes. Então, depois de adulto, eu percebi que, lá quando eu era criança, inconscientemente, eu via aquela situação que eu vivenciava e procurava algumas referências para sair daquele meio. E a educação foi aquilo que me salvou. Se hoje eu tenho a oportunidade de ser convidado pelo Senado, de dirigir um departamento numa universidade privada e de ser Diretor de escola pública, foi porque a educação de qualidade, com a aprendizagem, me salvou, me permitiu essas oportunidades. Portanto, o centro do debate aqui, penso eu, é a qualidade da educação que nós queremos oferecer aos brasileiros e quais são os fundamentos para que essa qualidade seja real.

O nosso amigo Ricardo fez algumas reflexões que eu, como filósofo, quero aceitar. E gostaria de apontar como respostas a algumas dessas reflexões a análise do texto que veio da Câmara. O texto que veio da Câmara, como toda legislação, não é perfeito, porque, talvez, a perfeição, não sei... Vocês, os expositores aí, podem dizer que a perfeição não existe, porque nós somos seres humanos. Portanto, como Casa revisora, o Senado é chamado a, como a própria palavra diz, revisar o texto, a melhorá-lo. E penso que um dos nossos papéis aqui também é, humildemente, ajudar o Relator a melhorar, a pensar o texto. Então, eu gostaria de chamar, Ricardo, agora debatendo diretamente com o Ricardo, a pensar sobre o texto. E o texto dá algumas respostas sobre reflexões que o Ricardo nos colocou.

O Dr. Ricardo disse uma frase muito forte, que eu até escrevi aqui: que o *homeschooling* feria a Constituição. Eu achei muito ousada a fala: que frauda a Constituição. Eu gostaria de lembrar que a nossa Constituição é belíssima, mas, como ela é vasta, ela abre vários planos para reflexão. Então, como o Dr. Ricardo disse essa frase forte, provocativa, eu achei boa essa provocação.

O art. 205 da Constituição diz que a educação é dever do Estado e da família. Vejam: este "e" é muito importante. Não é só do Estado, e a família ajuda, com a participação da família... Não! É "e da família".

A meu ver, o texto que vem da Câmara é um dos textos que melhor expressa essa vontade do Constituinte, do art. 205.

Eu devolvo a provocação, Dr. Ricardo, respeitosamente, dizendo que, ao contrário, o texto da Câmara, em vez de fraudar a Constituição, consolida a vontade do Constituinte originário, no 205, porque, se a educação é dever do Estado e da família...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E veja, eu sou diretor de escola pública, entre outras coisas, da melhor escola de Diadema – viu? –, da escola pública de Diadema. Eu tenho uma dificuldade enorme de trabalhar com as nossas famílias aqui, não porque elas sejam ruins ou porque o sistema público de educação seja ruim. Não é isso. Pelo contrário, a gente avançou muito. A discussão sobre a regulamentação do *homeschooling* não deve ser a educação domiciliar contra a escola, não. Eu tenho uma dificuldade enorme, porque as famílias perderam talvez um pouco o laço do seu papel. O papel da família, às vezes, até nos textos na academia, fica esvaziado por participação naquelas reuniões bimestrais, nas festas.

A gente está trabalhando, no IEA, naquilo que a gente está chamando de gestão pedagógica familiar, que não significa só a velha, Senador, lição de casa. Mas, veja, às vezes, em alguns estabelecimentos de ensinos públicos e privados nem a lição de casa existe mais. "Ah, porque a família está trabalhando, não tem tempo." Às vezes, não é tanto tempo no sentido de quantidade do tempo, é a qualidade do tempo. Nós, como gestores públicos, como pesquisadores e até da rede privada, precisamos ressignificar o papel da família na educação dos filhos. E não é só a lição de casa, não é só a questão das festas, é uma participação pedagógica mesmo.

Por isso que eu digo que o texto que veio da Câmara diz, ao disciplinar a educação domiciliar, ao zelar junto com os pais ou responsáveis pela frequência à escola e, no caso desta lei, pelo adequado desenvolvimento da aprendizagem do aluno, senhores e aqueles que estão nos assistindo – olhe que belíssimo é o texto –: "[...] zelar junto aos pais ou responsáveis legais, pela frequência à escola [...]".

Como bem lembrou o Senador, às vezes, eu vejo em alguns debates: "Ah, a gente não sabe como vai ser". Mas o texto já diz, já diz que vai ter matrícula, já diz como vai ser o acompanhamento dessa matrícula, já diz que tem que cumprir a base, já diz que tem que ter certificação, já diz que tem que ter encontros semestrais com essas famílias. Veja, então, não é um vale-tudo, como bem lembrou o Senador.

Aqui nós estamos falando na perspectiva das escolas privadas, das instituições privadas. Não há que se falar em negócio de perder aluno ou não, mas pensar nas novas relações, nas oportunidades que a educação domiciliar está trazendo, sim, para nós, para as instituições privadas.

Veja: eu sou diretor de uma instituição privada de formação básica, de graduação e de pós-graduação, e nós estamos pensando que esta é uma oportunidade de nós cumprirmos a nossa missão de formar os nossos alunos na educação básica e de ajudar os pais com formação na graduação, na nossa graduação de Pedagogia, em pós-graduação em Educação Domiciliar, que nós estamos pensando em abrir.

Portanto, não há que se falar em fraude à Constituição, em negligenciar os direitos de sociabilização dos alunos. Como bem falou o Senador no início, às vezes, para quem não é especialista, para quem está nos ouvindo, fica só a questão: vamos criar bolhas? Não, gente! As crianças têm outros ambientes onde elas convivem. É preciso parar, às vezes, de achar que a escola é o único lugar que as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crianças frequentam. Gente, não é! Eu tenho três filhos, e eu não pratico *homeschooling*, não o pratico. Eu não o pratico. Eu sou a favor da liberdade e não o pratico. Tenho três filhos. Além da escola, os meus filhos frequentam um monte de lugares.

Portanto, esse debate de fraude à Constituição e de abuso me deixa até um pouco triste – sabe? –, a gente analisar uma nova oportunidade para as famílias a partir de uma perspectiva que é exceção. Se há abusadores, que os prendam! E o texto diz claramente isso.

Portanto, eu quero agradecer o convite. Estou à disposição para as reflexões finais.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço bastante a sua participação também, Dr. Edivan Mota, que é Diretor do Instituto de Estudos Avançados em Educação.

Eu estou observando que a nossa querida Senadora Zenaide Maia levantou a mão. Ela também é membro da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Temos mais duas pessoas para exporem, mas eu passo para a Senadora antes, porque ela está solicitando a palavra.

Professora... Professora não, doutora, porque é médica! E é professora da universidade também, não é, Zenaide? É professora e doutora, médica.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discursar. *Por videoconferência*.) – É professor... É professor também esse...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – É.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – O Senador Flávio Arns é um colega na defesa da educação.

Eu queria cumprimentar aqui todos os nossos convidados: a Vanessa Mota, o Marcelo Francisco, o Ricardo Furtado e o Edivan Mota.

Eu queria dizer o seguinte...

Primeiro, eu quero parabenizar aqui o Dr. Ricardo Furtado.

Esta Casa é uma Casa das leis, e eu, como médica de formação, tenho que ter – não é, Flávio? – esse olhar diferenciado para ver isso aí.

Mas eu queria dizer que tudo que eu queria falar sobre constitucionalidade o Sr. Ricardo Furtado mostrou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu queria dizer o seguinte: eu queria lembrar que esse estudo em domicílio, gente, é temerário – não tem como negar isso! –, porque tira o direito da criança à socialização. Se existe algo importante, é socializar, tanto que a gente briga aqui pelo direito de a criança ou o adolescente que cometeu um delito ser ressocializado. Isso é feito através de uma educação, que é parte essencial da educação e cidadania, do convívio com diversidade, com pensamentos diferentes do seu grupo e do convívio familiar.

Eu sou de uma família de 16 irmãos – oito homens e oito mulheres – e tenho o privilégio de saber que fui criada... Meu pai e minha mãe, apesar de não terem nem o ensino primário, como a gente chamava antigamente, todos os dois diziam que educação era a única riqueza que o ladrão não roubaria da gente e que a gente tinha que aprender a respeitar as outras pessoas. E isso a gente faz na escola pública, ouvindo as pessoas, e não isolando os filhos. É essencial para a diversidade.

O que eu ouvi aqui me preocupa muito. Eu ouvi falar aqui, Senador Flávio Arns, de monopólio estatal, de a escola pública ser um monopólio, sem direitos humanos, porque os pais não têm o direito de querer educar seus filhos na sua casa.

Precisa de inovação e investimento. Parabéns para quem disse isso. Não tanto de inovação, mas de investimento. E é por isto que a gente luta aqui todo dia: por mais investimento para a educação, porque a gente sabe que educação pública de qualidade, de preferência de tempo integral, evita a violência, faz com que um país se desenvolva e tira as pessoas da miséria. Povo educado é povo mais saudável.

Eu queria dizer o seguinte: como alguém que só tem o convívio familiar pode pensar diferente? E a gente aqui, que pensa a defesa das pessoas com deficiência, diz que a gente tem que aceitar as diferenças, o que é essencial também para a formação humana e imprescindível para o fortalecimento da própria democracia, porque, se a gente não ouve, como foi falado aqui... Você tem que ouvir, como a gente está fazendo aqui.

Eu quero parabenizar o meu colega Flávio Arns, esse grande Senador que está fazendo esse debate, que é importante. A tudo que vem para esta Casa a gente tem que dar visibilidade, ou seja, informar, porque informação é poder. E é isto que estamos fazendo hoje: ouvindo opiniões diferentes, embora eu discorde.

Nós estamos... Eu concordo quando o Dr. Ricardo Furtado diz que é uma nova forma de escola, de ensino que a gente está propondo aqui. E eu também concordo que o que está proposto nessa lei é inconstitucional, esse *homeschooling*, que eu prefiro chamar de oferta de educação familiar – passando para esse lado.

Eu queria mostrar aqui também... Por exemplo, aqui diz que a gente tem que acabar, como foi falado aí por um dos palestrantes, com achismos, teorias e ideologias de que a escola pública brasileira não observa as pesquisas científicas. São ideologias desconectadas da realidade, como a gente falou, neste país continental, que tem várias realidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente vir dar exemplo aqui dos Estados Unidos da América como um exemplo exitoso? Eu acho que é uma ideologia totalmente desconectada da nossa realidade aqui. Se dentro do próprio país a gente está desconectado, imagine como exemplo de sucesso de um ensino familiar?

E eu quero dizer o seguinte: sabe o que me chamou a atenção aqui? Pela primeira vez eu vi um palestrante, Senador Flávio Arns, fazer a fala dele contestando a fala de quem falou anteriormente. Normalmente aqui se usa réplica e tréplica entre os palestrantes e nós Parlamentares.

Quero dizer o seguinte: há muitos pontos a serem destacados nessa proposta aí, como o fato de o projeto simplesmente ignorar a realidade e a dinâmica da imensa maioria das famílias brasileiras ou o fato de que o Brasil tem questões educacionais muito mais urgentes a serem resolvidas no momento.

E quero terminar falando sobre algo grave. De acordo com a Ministra que assumiu a pasta dos Direitos Humanos neste ano, Cristiane Britto, 90% dos abusos (*Falha no áudio.*)

... contra as crianças e adolescentes acontecem no ambiente doméstico. Já deixo claro que não estou dizendo aqui que as famílias brasileiras são constituídas por pedófilos ou pessoas que agridem as crianças, como foi falado aí. Não é isso. Nós precisamos, sim, de uma escola pública de qualidade, inovadora no que for possível. E não é criando essa modalidade de escola em casa... É claro que os pais educam. Educar também é diferente... Eu costumo dizer que os professores têm que ser educadores também. Educar não é só ensinar português e matemática para passar num concurso público, num processo seletivo, não. Educar é justamente ensinar a socializar, a conviver com os contrários.

Então, Presidente Flávio Arns e todos os palestrantes, a gente aqui fica muito grata com os nossos convidados, porque a gente tem muito o que debater, mas digo o seguinte: este país precisa, urgentemente, de mais recursos para uma educação pública de qualidade. Acho que isso não é uma pauta urgente, mas que deve ser debatida, sim.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Nós que agradecemos a você, Senadora Zenaide Maia, do Rio Grande do Norte. Que bom! Um posicionamento também, como todos os demais, muito importante.

Eu quero dizer aos expositores e a todos e todas que nos acompanham que o objetivo de uma audiência pública é exatamente esse, não é? Que as pessoas se posicionem, trazendo pontos positivos, pontos preocupantes. E a tarefa nossa, na relatoria, é vermos, discutirmos, fazermos reuniões e convergirmos no final para um relatório que atenda ao que a gente pretende com todos esses debates, para que ele reflita também o pensamento, mas nós temos que debater, discutir, entender o assunto para que o relatório também tenha essa característica de estar conectado com aquilo que foi debatido.

Em seguida, eu passo a palavra à Sra. Roberta...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos duas pessoas. Depois eu passo a palavra, como havia combinado, para todos, com tempo menor, para, tendo ouvido as colocações de todos os demais e de todas as demais, também fazerem as considerações finais.

Passo a palavra, pelo tempo de dez minutos, à Sra. Roberta Valéria Guedes de Lima, que é Gerente da Câmara de Educação Básica da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil.

A SRA. ROBERTA VALÉRIA GUEDES DE LIMA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos e a todas.

Obrigada, Senador Flávio e todos que estão aqui.

Eu acho que a primeira palavra que a gente tem que dizer é gratidão e a segunda é: que bom que nós temos um país democrático, em que as pessoas podem pensar diferente de forma respeitosa. Então, muito me aflige quando nós temos manifestações de ódio contra pensamentos diferentes. A nossa proposta sempre, enquanto Anec (Associação Nacional de Educação Católica), é com a pedagogia do afeto. Então, nós não somos contra a família *homeschooling*, até porque nós somos cristãos. Nós somos a favor da vida, e nós defendemos a vida, e nós defendemos as famílias, e nós defendemos a Igreja Católica. E é por isso que nós acreditamos numa sociedade democrática em que nós podemos ouvir com amorosidade os pensamentos diferentes.

E é nesse sentido que nós falamos sobre a discussão em relação à legalidade do *homeschooling* no Brasil, porque ele põe em pauta as premissas e as convicções em torno de uma instituição que é civilizatória, que é da educação e da escola. O direito constitucional à educação de qualidade compromete as escolas públicas e privadas, porque nós somos, a grande maioria, oriundos de escola pública em condições também de existência da escola privada. Uma não é contra a outra. Nós somos um sistema de educação. E é por isso que escolas públicas e privadas precisam se assegurar num currículo, um currículo que forme para a vida em sociedade, que preserve os avanços, os pactos civilizatórios, que preserve a equidade no acesso a essa educação, o direito da criança e do adolescente, a preservação dos pilares do Estado do direito democrático e republicano, que é do nosso país. Por isso também é assim que a escola deve preparar, seja pública ou privada, os alunos para uma vida em sociedade e, para tanto, desenvolver competências e habilidades específicas para cada etapa, de acordo com a idade, o nível cognitivo e socioafetivo da criança.

Como professora, Senador e caros colegas, eu sempre vou falar bem da escola, porque a escola é feita de pessoas, com seus problemas. Nós podemos, sim, melhorar a escola brasileira. Não devemos medir esforços pela escola brasileira, seja pública ou privada, porque, senão, a gente está jogando, como diz lá no interior, a água e o bebê fora, e a gente não pode fazer isso. E também, em nenhum momento, nós falamos que a escola é superior ou inferior à família. Nós falamos que são papéis complementares diferentes numa sociedade civilizatória, humanizada e democrática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós entendemos que a defesa do *homeschooling* desconsidera o sentido e a vocação da escola e do sistema educacional em um projeto de país e de sociedade, assim como entendemos também que a sociedade não é a justaposição de indivíduos, mas a integração civilizada de cidadãos que se respeitam e que pensam diferente, e escolas diferentes. Afinal, a nossa LDB e a nossa Constituição falam da pluralidade da escola, falam da pluralidade pedagógica. Por isso que nós temos escolas convencionais, tradicionais, socioeducativas e de tantos outros modelos.

A experiência da vida familiar é de extrema importância, é fundamental para a formação do nosso indivíduo. Não obstante a família seja a instituição nuclear da sociedade, ela por si não é capaz de substituir a instituição escola. A escola oferece um conjunto de aprendizagens que são voltadas a formar pessoas integradas nessa sociedade. O que forma, então, o cidadão é a adequada relação entre essa integralidade e a integração da pluralidade, da diversidade, em republicana compreensão entre os limites da dimensão pública e privada.

A experiência recente e dramática da pandemia do covid-19 obrigou-nos ao confinamento, e essa foi uma ocasião em que muitos de nós pais – e eu falo como mãe, como avó, como professora, mulher e uma pessoa que milita pela educação e pela educação católica –, bem como a sociedade em geral, tivemos que reconhecer a complexidade da atividade profissional dos professores, que, no tocante a se organizar, planejar, executar e avaliar o processo de ensino-aprendizagem do aluno, não mediram esforços, seja na escola pública ou privada, para que todas as crianças tivessem direito a esse processo e direito à aprendizagem.

No confinamento, muitas dessas atividades tiveram de ser realizadas por nós pais, e estes, por sua vez, se depararam com os desafios da didática, da sistematização dos conteúdos de acordo com a faixa etária, do tempo, do espaço adequado para a realização das experiências de aprendizagem. Para além dessas atividades básicas, senhores e senhoras, ainda houve um aumento significativo de casos em que a convivência familiar se constituiu numa ameaça para a criança, isso com dados científicos e comprovados, por conta de violência física, sexual, por conta de exposição em situações degradantes.

A escola, em nossa sociedade, é um dos pouquíssimos, se não o único, refúgios para proteção das nossas crianças. É nessa situação que a escola é, sim, uma instituição que defende a criança e o adolescente. É preciso observar, acima de tudo, essas situações de violência que as nossas infâncias e juventudes ainda passam no nosso país e não se restringir a uma visão de que é só uma questão socioeconômica.

A educação se concretiza por meio de processos educativos, sistematizados ou não, que se dão nos diferentes espaços da vida cotidiana. Então, em nenhum momento nós achamos que a criança, na família *homeschooling*, está segregada de processos socioeducativos. Mas nós afirmamos que a escola é uma instituição criada com o objetivo de socialização de saberes, de conhecimentos historicamente acumulados, mas também de construção de saberes, sentidos e experiências que vão ajudar e muito na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

formação integral dos sujeitos, para que eles sejam austeros, prudentes, conscientes, críticos, inovadores e responsáveis socialmente. E aí, quem sabe, nós não teremos tantas manifestações de ódio, de rancor e de exclusão.

Logo, estamos falando de uma formação para uma ecologia integral, que o Papa Francisco tanto defende na Igreja Católica, que é um pacto educativo global. Assim, é na escola que criamos as condições para todos e todas estudantes se apropriarem da cultura, reinventá-la, ressignificá-la na busca dessa sociedade que tanto a gente quer, que é uma sociedade justa, fraterna, de possibilidade para todos.

O aprendizado é a apropriação individual dessa cultura ensinar, ao passo que o ensino é o trabalho dos educadores e das educadoras para promover a aprendizagem dos estudantes.

Precisamente, portanto, nas escolas se realiza o processo de ensino-aprendizagem de competências, habilidades e atitudes, que vão muito além dos ensinamentos propedêuticos. O Papa Francisco afirma: "Para aprender os conteúdos, é suficiente o computador, mas, para entender como se ama, compreender quais são os valores e os atos que criam harmonia na sociedade, é necessário um bom professor".

O direito à educação é um sentido geral e, por consequência, é direito de todas as pessoas se apropriarem da cultura. Por essa apropriação ser parte essencial da condição humana, é uma necessidade para o usufruto da vida. Por isso, senhores e senhoras, o direito à educação é concretamente um direito humano.

A educação transforma o mundo. É nisso que nós acreditamos.

Quanto ao direito que transforma o mundo, é necessário entender qual é o sentido de escola. É tocar no direito indisponível de todos terem condições de estarem matriculados em uma instituição de ensino, pública ou privada, que prima pela equidade e pela qualidade da educação.

O direito à educação escolar não é uma escolha, mas, sim, um dever social do Estado e da família. As crianças, os adolescentes e os jovens precisam ter o direito de estar no ambiente escolar e experienciar toda a diversidade e pluralidade de sensações, aprendizagens e emoções que vivemos nesse tempo e espaço.

A Unesco tem sido consistente em construir um consenso, entre as nações, ricas ou pobres, em torno da relação entre equidade e qualidade na educação. Esse, por sinal, é o quarto objetivo sustentável do milênio do Brasil. Ainda é um grande desafio para garantir a educação de qualidade para todos.

As escolas privadas no Brasil ainda apresentam indicadores de qualidade acima da média das escolas públicas. Nós, da Anec, temos consciência de que o melhor para o país é uma educação em que a qualidade não seja um privilégio relacionado ao poder de consumo. Este é um desafio, sim, a ser superado pelas políticas públicas: que priorizem a educação não como um produto, mas como um processo eficaz no desenvolvimento integral da criança e da juventude.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, para esse objetivo sustentável, o projeto do *homeschooling* se constitui uma grande ameaça, pois a qualidade da educação ficará ainda mais refém do poder aquisitivo de cada família. É de se perguntar, então, que país é esse que irá emergir de um sistema educacional fragmentado e estratificado que projeta o *homeschooling*.

A Anec defende políticas educacionais compreendidas com ações de governo relacionadas à educação, perseguindo caminhos que estejam em sinergia com os traçados pela Constituição Federal. É por isso que a disputa não é entre o público e o privado e nunca vai ecoar sobre uma questão financeira. Aqui a nossa fala é de acolhimento, é de romper a ideologia das aprendizagens, romper as ideologias que pregam a estratificação, e, sim, lutar por uma educação para todos, uma educação que é aquela que nós contemplamos na Constituição Federal.

Nós concluímos que precisamos de um espaço privilegiado de formação, de fortalecimento de cidadania e, em vez de estarmos digladiando uns com os outros, precisamos é unir, unir forças por uma sociedade mais justa, mais amorosa e mais cristã.

Obrigada pela possibilidade de estar aqui com vocês e de ter uma escola atenta, ativa e acolhedora.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço à Roberta Valéria Guedes de Lima, Gerente da Câmara de Educação Básica da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (Anec).

Como eu disse antes para os outros expositores, Roberta, se você tiver material, envie-o para a Secretaria da Comissão também, porque todos os materiais são muito valiosos, não é?

A SRA. ROBERTA VALÉRIA GUEDES DE LIMA (*Por videoconferência*.) – Nós encaminhamos, Senador, um texto e também várias observações sobre o projeto de lei que está sendo apreciado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Isso, pode mandar.

Os dez minutos, muitas vezes, impedem de a gente se aprofundar em todos os aspectos.

Passo, em seguida, a palavra pelo tempo de dez minutos ao Sr. Gilson Luiz Reis, Coordenador-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino.

O Sr. Gilson Luiz Reis é o último expositor.

O SR. GILSON LUIZ REIS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador Flávio Arns.

Dizem que os últimos serão os primeiros. Não sei se é verdade, mas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – É verdade! (*Risos.*)

O SR. GILSON LUIZ REIS (*Por videoconferência*.) – Cumprimento a Senadora Zenaide...

Como é?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – É verdade! Eu sempre falo que o meu time aqui no Paraná está na série "D" – "D" de dado –, mas os últimos serão os primeiros em algum dia. (*Risos.*)

O SR. GILSON LUIZ REIS (*Por videoconferência*.) – A esperança é a última que morre, não?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – É.

O SR. GILSON LUIZ REIS (*Por videoconferência*.) – Primeiro, quero cumprimentar todos os companheiros e companheiras que me antecederam nesse rico debate. Acho que é importante essa discussão.

Nós da Contee representamos 1,5 milhão de trabalhadores da educação privada no país e temos uma opinião formada sobre o *homeschooling*.

Primeiro, nós queríamos tratar de um assunto que me parece universal e necessário nesse debate. Há um ataque no Brasil e no mundo contra a escola e a educação. O neofascismo, operando hoje em várias nações pelo mundo afora, busca atacar, como política ideológica e como política permanente da sua ação, as escolas e a educação. O centro desse enfrentamento tem a ver com a fundação do Estado moderno, contemporâneo, que é justamente o iluminismo, que é o conhecimento; o racionalismo, que é a razão; e o humanismo, que é transformar a humanidade para se ter acesso aos direitos universais, o que, depois da Revolução Francesa, foi uma luta permanente e continua sendo uma luta permanente. E é justamente a educação que reúne todos esses pilares que fundaram o Estado moderno.

O que nós temos visto, ao longo dos últimos anos, é que há uma necessidade ideológica – aí, sim, ideológica – para destruir aquilo que foi construído ao longo de 250 anos pela humanidade como princípio da fundação de um novo Estado autocrático, do Estado que não tem como referência o conhecimento, o humanismo e o racionalismo, mas institucionalmente as teorias religiosas que permeiam essa concepção de mundo.

Penso que nós precisamos nesse debate, Senador Arns, dizer que ele é muito mais amplo que a educação, que ele está inserido num debate sobre o papel da escola, da democracia e daquilo que foi constituído pela humanidade ao longo desse último período. Esse me parece ser o centro do debate desse assunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Discutimos aqui a questão que envolve o *homeschooling*, ou escola familiar, porque existem setores minoritários – minoritários – nos Estados Unidos e aqui no Brasil que tentam impor uma visão de mundo não somente para a sociedade, mas também para os núcleos familiares, e tentam discutir esse assunto numa perspectiva – entre aspas – "democrática", dizendo que o interesse individual ou o interesse familiar sobrepõe-se aos interesses coletivos, os interesses da sociedade e os interesses da democracia.

Considero que essa é uma questão central nessa discussão, porque nós não podemos abdicar da construção desse espaço da educação pública, estatal, privada, que é justamente o espaço da socialização, é o espaço da troca, é o espaço da afetividade, é o espaço da emoção, é o espaço da compreensão do outro, é o espaço da relação de que somos diferentes – e, portanto, somos universais –, é o espaço do debate, é o espaço do contraditório, é o espaço da formação sob todos os aspectos: humanos, teóricos, ideológicos e políticos. A escola e a educação são exatamente isso, e o que quer esse setor minoritário, eu volto a falar, é excluir da sociedade uma parcela dela, para que possam ter uma formação única e exclusivamente com conceitos que consideram conceitos universais e conceitos pragmáticos no sentido religioso e autocrático, para aplicação aos seus filhos e à sua família. É negar a esse menino, a essa criança, o direito de escolha – não ter o direito de escolha. É tomar uma decisão que refletirá por toda a sua vida, por toda a sua construção humana, filosófica, política, ideológica, social, etc., como uma determinação daqueles que têm sobre eles a prerrogativa de determinar o que deve e o que não deve ser feito no processo da sua construção e da sua formação.

Portanto, penso que eu teria muito mais tempo aqui para discutir, porque isso diz respeito à política, à filosofia, à ideologia, às questões que envolvem a teorização pedagógica, a prática pedagógica. Ela é universal; ela não é brasileira. Então, o nosso tempo é muito curto para teorizar sobre um conjunto de questões que estão por trás desse debate, que, muitas vezes, não se apresenta como sendo essa discussão.

Na minha avaliação muito modesta, a atualidade no Brasil, neste dia 22 de novembro, é rediscutir o papel da democracia brasileira, e nós estamos falando de uma parcela da educação que representa 55 milhões de brasileiros e está sendo atacada. Nós precisamos proteger essa instituição escola e a educação sob todos os aspectos, para que a gente possa refundar a democracia brasileira e reconstruir o Estado democrático de direito. Essa, para mim, é uma questão elementar nesse debate que está em curso.

Em relação aos temas que vão se aprofundando e colocando como questões secundárias a educação, mas também não muito menos importante, o que nós estamos vendo nessa prática, nessa proposta de educação familiar, de educação individualizada pelas famílias é a violência simbólica, é dizer que essa criança está excluída da sociedade, das relações com crianças da mesma idade, das mesmas condições cognitivas, das mesmas relações. Estarão se relacionando com pessoas em casa – normalmente, com uma, duas pessoas, porque hoje as famílias são reduzidas –, com adultos, sem a possibilidade de viver a sua infância na sua intensidade, por exemplo. A violência psicológica que também deriva dessa outra relação, a relação física, a violência física – é verdade, nós sabemos que os dados são verdadeiros,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os dados são confirmados –, grande parte das ações de estupro nas crianças são praticadas nas famílias. Isto aqui são dados que são coletados por todos os órgãos do Governo. Então, há um conjunto de questões influenciadas e discutidas em torno da psicologia, da afetividade, do simbolismo, das questões psicológicas.

Por trás desse debate, há um ataque, Senador Arns, à profissão de professor, porque esse setor minoritário, autocrático, que pensa e formula o terraplanismo global, essas pessoas consideram que nós professores da escola pública, da escola privada, de qualquer setor somos comunistas, somos todos comunistas e estamos ensinando às nossas criancinhas a perversidade, o comunismo, a desconstrução da sua concepção familiar e religiosa. Isso é um grande engodo, uma grande mentira. Essa política de *fake news* que jogaram pela história nos últimos anos, com ideologia de gênero, com escola sem partido, com confronto intenso contra a escola e a educação, numa tentativa de colocar suas ideias, na medida em que desconstroem mentes, fazem *fake news* e tentam impor à sociedade uma visão de um mundo minoritária, volto a repetir, aqui no Brasil... Minoritária, porque 2,3 milhões de pessoas nos Estados Unidos representam nem 0,6% da sociedade americana. E, para cada quatro matriculados no *homeschooling* americano, três são evangélicos neopentecostais daquela extrema direita americana que nós conhecemos.

Senador, 84% dos assassinatos em massa nos Estados Unidos são derivados de crianças que tiveram formação na sua família e não tiveram condição de ter uma visão de mundo mais ampla na sua construção. Há uma distorção na formação dessas crianças. Depois, na sua fase adulta, ela vai se revelar como uma criança que não teve a capacidade de socializar e de viver as diferenças e os contraditórios, como aconteceu ontem numa boate *gay* nos Estados Unidos onde um estudante assassinou dezenas com tiros de metralhadora, porque ele considera a homossexualidade uma doença ou uma perversidade das pessoas. É isso que está por trás disso tudo. E o ataque, então, aos nossos professores é o ataque à educação, o ataque àqueles que constroem a educação.

Em vez de nós estarmos discutindo a valorização do trabalhador em educação, a escola em tempo integral, a ampliação da universidade, fazendo a discussão em torno da escola técnica brasileira, um conjunto de questões que nós deveríamos estar discutindo na nossa educação, nós estamos discutindo aqui uma situação minoritária de pessoas que querem... Minoritária, Senador, porque também essa prática de escola, de *homeschooling* é para pessoas da classe média neopentecostal, que também são uma minoria da minoria. E ainda vêm falando: "Nós podemos, inclusive, no futuro, discutir que uma parte do Imposto de Renda possa ser restituído com a nossa condição" – ou seja, eles já estão pensando lá na frente.

Nós já temos algumas faculdades, Senador, e algumas universidades que estão fazendo cursos de pós-graduação e graduação em *homeschooling* antes de o projeto ser aprovado, porque querem ganhar dinheiro em cima de uma concepção de educação que não ajuda a construir uma sociedade democrática. Também por trás disso há um mercado, o mercado dessas igrejas que querem construir a sua condição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para poder explorar a educação privada no Brasil no conceito da sua mais tacanha possibilidade, que é a educação lá na casa do sujeito, para poder construir essa educação com um conjunto de questões, como foi colocado pelo advogado do Confenen, que nem sequer estão previstas nessa legislação.

Portanto, eu considero que nós precisamos, sim, fazer um debate aprofundado. Podemos mandar, Senador, vários estudos que a Contee tem feito em relação a essa discussão, que envolve um conjunto de variáveis (*Falha no áudio.*)

... particular ou um problema único, sendo que a concepção da educação praticada no último período no Brasil, que tem como base a questão que envolve Deus, família e pátria... Em uma parte, quanto à pátria, já temos as escolas cívico-militares; vamos ter que voltar a discutir esse assunto. Família é essa família aí que se está discutindo. A propositora da proposta é a Bia Kicis. Eu vou fazer até uma provocação aqui: se for aprovado, eu proponho que seja a Bia Kicis dando aquela carteirada naquele negro deitado num bar de São Paulo, como sendo a mentora dessa escola de *homeschooling* aqui no Brasil. E há a questão do mercado, que também opera, e nós sabemos o quanto isso é prejudicial para uma educação pública de qualidade.

Portanto, nós temos a compreensão de que nós temos uma larga parcela da sociedade... Nós temos mais de 400 entidades de todos os setores da sociedade. Nós estamos aqui com o representante da Igreja Católica, com representantes de mercado, com representantes de vários setores da sociedade, que já se expuseram, que expuseram suas opiniões sobre isso. E nós da Contee não somos diferentes: nós temos uma ampla unidade nacional contra o *homeschooling*, para que possamos debater a escola em outra perspectiva.

Se há preocupação de uma parte da sociedade – e nós estamos numa sociedade democrática – que não quer a escola clássica ou qualquer concepção pedagógica – nós temos dezenas de concepções pedagógicas disponíveis nas escolas privadas do país –, que se constituam, então, escolas com os conceitos que eles consideram importantes, vendo se estão adaptadas à Base Nacional Comum Curricular, aos conceitos da educação brasileira, porque também nós não podemos esconder, nessa escola que se pretende fazer na sua casa, aquilo que é o objetivo da educação nacional. Há objetivos traçados em leis específicas, que precisam ser respeitadas e que precisam ser constituídas como elemento central da educação brasileira.

Por isso, nós da educação privada, professores e professoras da educação privada, somos contra. Vivemos, talvez, a pior experiência da nossa história no período de distanciamento derivado da covid, com uma relação de educação profundamente difícil, longe da afetividade, do convívio, das relações, que é aquilo que constitui a educação, porque educação, Senador – e você sabe mais do que eu, como mestre que é –, não é passar conteúdo. Educação é muito mais do que isso, é passar emoção, afetividade, relações, constituição social. Há um conjunto de questões que envolvem a escola e que nós precisamos constituir e construir nesse período.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, eu queria deixar essas nossas opiniões. Enviaremos para vocês algumas questões que nós temos levantado. Espero que o Senado Federal reprove essa proposta e que a gente possa realmente discutir educação, mas em outra perspectiva, não essa educação que é profundamente egoísta, minúscula e sem propósito na sociedade brasileira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço ao Sr. Gilson Luiz Reis, que é Coordenador-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino.

Obrigado, Gilson, pelas considerações todas também.

Habitualmente, eu leio as perguntas que chegam pelo e-Cidadania, assim como os comentários. Então, antes de passar a palavra para as pessoas novamente, para a rodada final, mais rápida, eu quero ler aqui algumas perguntas.

Adriana Marques, do Paraná: "Quais as qualificações que serão exigidas dos responsáveis legais? Apenas ensino superior não torna alguém um bom educador".

Sabrina Pereira, do Rio de Janeiro: "Seria possível a escola fornecer treinamentos para os pais responsáveis exercerem esse ensino domiciliar?".

Amanda Campos, de Goiás: "Quais são os métodos para verificar a eficiência do ensino?".

Edna Cardoso, do Distrito Federal: "Como socializar uma criança para que conviva com as diversidades se ficará sempre em casa?".

Professor Getúlio, de São Paulo: "Como o Ministério da Educação, juntamente com os órgãos competentes, pretende supervisionar e orientar os pais educadores nesse processo?".

Davi Elias, do Rio de Janeiro: "O ensino domiciliar traz quais benefícios para as crianças?".

César Rodrigues, do Rio Grande do Sul, pergunta: "A Constituição protege a liberdade individual. Quais empecilhos com o *homeschooling*?".

Aline Paixão, do Rio de Janeiro: "Esse ensino não acarretaria para as crianças uma maior vulnerabilidade de eles serem introvertidos e sem autonomia?".

Várias dessas perguntas, nas várias falas, foram abordadas.

E dois comentários.

Ana Carolina, de Minas Gerais: "A escola é também um ambiente de socialização. É essencial para o desenvolvimento da criança e do adolescente, além de para o ensino em si".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jucieli Araújo, do Rio Grande do Sul: "O *homeschooling* é excelente. A escola não ensina socialização; pelo contrário, se ensinasse e fosse efetiva, não teria caso de *bullying*".

Muito bem. Essas são as perguntas e comentários que vieram no início. Portanto, haverá outras também, certamente, mas essas já foram lidas.

Eu passo, em seguida, a palavra... Tomo a liberdade de pedir para vocês que não ultrapassem o tempo de cinco minutos. Haverá a campainha também, um pouco antes. Cada expositor ou expositora ouviu todo o conjunto e poderá fazer também, agora, suas considerações finais ou acrescentar algum ponto que porventura considere também que tenha passado despercebido.

A Melissa continua nos acompanhando?

A SRA. MELISSA RIBEIRO SARAIVA (*Por videoconferência.*) – Sim, Senador. Eu achei importante continuar, mesmo que eu chegue um pouquinho atrasada no trabalho. Não tem problema. A discussão é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Então está bem.

Passo a palavra, então, para a Melissa Ribeiro Saraiva, que é Coordenadora do Conselho de Representantes dos Conselhos de Escola.

A SRA. MELISSA RIBEIRO SARAIVA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Gratidão, Senador.

Bom, eu fiquei muito assustada com algumas colocações que foram feitas aqui, na audiência, e eu gostaria até de agradecer à Senadora Zenaide, ao Roberto, ao Ricardo e, agora, nessa última fala, ao Gilson, porque foram considerações muito importantes e que eu acho que conseguiram muito bem sanar todas as outras questões que foram colocadas.

Eu gostaria de colocar algumas questões.

Quando a gente fala de dados científicos e estudos, se a gente vai buscá-los em países desenvolvidos, a gente já não está mais falando da realidade do Brasil, porque o nosso país não está no mesmo pé de igualdade dos Estados Unidos e da Suécia. Isso é fato. Quando eu falei... A minha fala foi a primeira, e eu disse que, sim, aqui na cidade de São Paulo, nós temos os dados – a Secretaria da Educação de São Paulo e também o Crece Central possuem essas informações – que nós coletamos ao longo desses dois anos de reclusão dos estudantes. Isso faz parte da realidade do Brasil, são estudos, são dados científicos de pessoas que conseguiram fazer essa apuração de que nós estamos aqui falando.

Por que em todo aquele meu tempo de dez minutos eu trouxe toda essa questão do que nós vivenciamos nesses dois anos de pandemia? Porque foi uma realidade de milhões de estudantes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiros vivendo esse *homeschooling* forçado, não é? Nós tivemos essa experiência aqui no Brasil. E a nossa experiência foi catastrófica! Nós temos essa realidade posta e nós temos os dados documentados aqui na cidade de São Paulo. Como já foi falado, eu vou disponibilizá-los depois para o Senador, e todos vão poder acessar essa documentação.

Outra questão que muito foi falada – a minha fala foi forte, sim – foi a questão dos abusos, tanto o abuso psicológico, moral, físico e sexual que os nossos estudantes sofrem. Eles sofrem, sim. As nossas crianças sofrem, sim. Isso é uma realidade no Brasil. E aí até teve uma fala de que não são todas as famílias que fazem isso. Não, não são todas, mas isso é uma realidade no nosso país, e, quanto a isso, sim, é preciso ser feita alguma coisa. Eu até faço esta provocação ao Senado Federal brasileiro: que pense num projeto para ajudar as nossas crianças, porque isso é algo que acontece e que não é falado. Quando alguém traz essa questão a público, as pessoas não querem ouvir, as pessoas não querem discutir. E isso traz muito sofrimento para os nossos estudantes e para a nossa sociedade. Isso adoece as pessoas. E isso é um fato. Isso também não é palpite, não é achismo. Eu não tirei esse dado da minha cabeça. Isso é uma realidade da nossa sociedade brasileira e dos nossos estudantes brasileiros. Vocês precisam entender isso.

A outra questão é sobre a matrícula nas escolas das crianças. Foi falado de gerar custos, de que vai diminuir. Só que qual é a estrutura em que vai ser feito isso? A lei não fala. Vai ficar a cargo da escola. Mas a escola vai ter que se virar para desenvolver o acompanhamento dessa escola? A gente também teve essa experiência aqui na cidade de São Paulo. A escola tinha a experiência da criança em casa, somente no ensino remoto; a da criança que frequentava a escola; e a da criança que ia à escola somente para retirar a atividade. Já tivemos essa experiência, e também não deu certo. Os professores ficaram malucos, não davam conta de assistir a todas essas modalidades. E é a mesma coisa que se está falando no projeto: a criança vai estar matriculada, mas quem é que vai fazer esse acompanhamento? Como isso vai ser construído e vai ser feito? É preciso haver uma estrutura para isso acontecer também.

Quanto à questão das provas, a gente sabe, a prova não consegue determinar o que aquela pessoa, aquele estudante realmente está conseguindo aprender e desenvolver. A prova não fala tudo, infelizmente, essa é a verdade.

E a outra questão que eu queria colocar – são mais dois pontos – é a questão da valorização do professor, do profissional que está lá dentro da escola. Nós precisamos discutir isso. A gente está falando aqui de mais um braço para esse profissional, que seria o que a gente entende hoje como professor particular. No meu entendimento, é disso que a gente está falando aqui. Mas qual é a regulamentação desse professor? Porque o que a gente vive hoje no Brasil é a desvalorização do professor e de todo profissional que está lá dentro, porque a escola também não é feita somente de professor. Nós não valorizamos os profissionais que estão dentro da escola, e a gente está falando de mais um braço que vai ficar sem regulamentação. Como vai ser feita a regulamentação desse profissional que irá a essa casa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como vai ser esse atendimento, a quantidade de horas, o valor trabalhado desse profissional? A gente (*Falha no áudio.*)

... Só mais um ponto. A gente fala muito de: "Ah, mas é a liberdade de escolha; a família que tem que decidir" e tal. A Conae, que vai acontecer na próxima semana – eu convido todos a pesquisarem isso –, é uma Conferência Nacional de Educação, e todas as pessoas podem participar. Ela abrange toda a sociedade: profissionais da educação, sociedade civil, estudantes, pais de aluno, secretários de educação; todo mundo pode participar. E esse documento que a gente constrói na Conae, esse documento que vai ser feito na próxima semana aí em Brasília, faz parte do planejamento de educação nacional. O documento base para a diretriz da nossa educação é feito a partir desse documento que foi construído ao longo de dois anos, desde com os municípios, os distritos, os estados e, agora, é nacional, feito pela sociedade civil junto com os profissionais de educação. A educação pública e também a educação particular, privada, precisam acontecer através dessa base de educação, que não é feita do nada. Não é o político, não é, sei lá, qualquer outra pessoa que as pessoas imaginem que constrói essa base curricular. Ela é feita com muitas mãos, com muitas vozes, com muitos pensamentos juntos.

Desculpa, Senador.

Obrigada.

Era só isso.

Boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Foi boa a lembrança da realização, nos dias 29, 30 e 1º, da Conae (Conferência Nacional de Educação). Bem lembrado, é importante. A participação é fundamental. Parabéns!

Passo, em seguida, a palavra à Sra. Vanessa Mota, Professora e membro da Diretoria da Associação das Famílias Educadoras de São Paulo.

A SRA. VANESSA MOTA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Eu gostaria de pontuar, terminar a minha fala e a minha participação aqui lembrando, primeiro, que o Supremo Federal já discutiu a matéria da educação domiciliar do ponto de vista constitucional, já determinou que ela não é inconstitucional e que, sim, precisa de uma regulamentação, ou seja, a nossa Constituição não é contra, não está em desavença com a educação domiciliar, pelo contrário. Então, o que nós precisamos é apenas de uma regulamentação que ora está aí, foi proposta pela Câmara, está no Senado. Então, aqueles que nós temos como os guardadores da Constituição e o próprio Senado agora vão poder refletir ainda mais sobre isso, tendo em vista o que já foi posto nesse relatório de 2018.

A única coisa que eu quero colocar é que o relatório de 2018 do Ministério dos Direitos Humanos – nem é deste atual Governo, é do Governo anterior, o relatório é de 2018 – diz o seguinte: que as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

famílias que são abusadoras têm um perfil. O perfil é o de famílias cujas pessoas engravidam sem planejar, famílias que são desestruturadas, que têm usuários de drogas, são famílias em que há agressão entre os dois parceiros. Então, todo crime, quem faz parte dos DEICs sabe, tem um perfil de criminoso. As famílias abusadoras têm um perfil, e elas estão na escola e em qualquer lugar. Quando eu estava como professora, elas estavam lá também. Então, elas têm que ser tratadas de acordo com o Código Penal. Nós estamos aqui discutindo o direito de famílias. Não é porque alguém fere as leis de trânsito que todo mundo vai parar de dirigir o carro, certo? Nós precisamos pensar nisso.

A outra questão que eu quero colocar é que muitas vezes a gente coloca que a escola é igual ao Estado. Escola não é igual ao Estado. A Constituição diz que o Estado tem que participar. O Estado pode participar de muitas maneiras, e ele participa. Nesse projeto de lei, ele vai participar, inclusive, através das instituições. Então, nós não estamos aqui propondo algo que está tirando a participação do Estado; pelo contrário, o projeto de lei contempla isso sim. E as famílias que estão dentro da educação domiciliar são famílias ordeiras, famílias que querem seguir as leis, são famílias estruturadas, que amam seus filhos.

A gente falou aqui de educação afetuosa. Quem mais pode amar os seus filhos do que o próprio pai e a mãe? Quer dizer que então a pessoa desconhecida... Nós estamos considerando, partindo dessa premissa de que a família não ama, não tem afeto que apenas um funcionário que desconhece ama? Tem afeto? Precisamos repensar como estamos tratando a família e o papel dela na sociedade.

A outra questão é que a gente está pensando em educação e uniformização, então, e não em educação e pluralidade? Queremos uniformizar o Brasil ao invés de, sim, dar parâmetros e permitir que as individualidades apareçam, que os contextos locais e culturais apareçam? Sim, nós precisamos dar voz às culturas e à individualização; ao indivíduo sim! Nós precisamos pensar nisso.

Outra questão aqui é: a escola é o único lugar de socialização? Ora, a escola obrigatória, a educação obrigatória surgiu a partir do século XVIII, em 1737, com o imperador da Prússia, e antes disso não havia socialização no mundo? Quer dizer que por milênios a sociedade nunca se socializou? A democracia começou na Grécia antiga, começou a ser falada ali; e lá não havia socialização? Ah, evoluímos? Podemos pensar nisso? Quanto evoluímos? Como evoluímos? Será que evoluímos? A escola é detentora da socialização?

Além disso, a última questão que eu quero colocar é que a própria Unesco, no relatório de 2018, relatou que dentro da escola também 246 milhões de crianças são violentadas, não só por meios... Violência psíquica, tem violência física, tem violência social também. Então, eu acredito que nós precisamos sim repensar a nossa educação, a nossa escolarização, precisamos melhorar sim, eu concordo, eu sou a favor disso, mas nós precisamos pensar que não dá para fazer mais do mesmo.

Nós temos resultado que só o que eu apresentei em uma pesquisa de anos tentando a mesma coisa com resultados supríveis. Precisamos de um modelo multimodal, precisamos sim trabalhar com liberdade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

educacional. Nós precisamos. E nós estamos falando apenas dos Estados Unidos, mas temos Chile, Paraguai; temos a África do Sul, país subdesenvolvido com educação domiciliar regulamentada. E na África do Sul os resultados são bons. A gente precisa olhar as pesquisas de lá, onde inclusive nós temos o – agora me fugiu o nome... – Nelson Mandela, que perdeu liberdade. Ele é um dos grandes ícones da liberdade. Nós precisamos aprender que os direitos humanos básicos não confrontam a organização da nossa sociedade. Os direitos básicos da liberdade, os direitos básicos da família, da proteção da família, da proteção... Aliás, a nossa Constituição diz que a nossa Constituição e o nosso Estado vão proteger a família. Então, nosso papel aqui é cooperar com as famílias, ajudar as famílias a serem sim famílias estruturadas, organizadas, que são capazes sim de educar os seus filhos, estudar e contratar bons professores. O.k.?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço, Vanessa Mota, Professora, membro da Associação das Famílias Educadoras de São Paulo.

Passo a palavra ao Sr. Marcelo Francisco Matteussi, Diretor Jurídico da Associação de Famílias Educadoras de Santa Catarina.

O SR. MARCELO FRANCISCO MATTEUSSI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Flávio.

Eu vou falar rapidamente sobre alguns pontos que foram tocados aqui, pelas falas contrárias.

Inicialmente, falar que houve *homeschooling* na pandemia... Pessoal, não houve autorização de *homeschooling* na pandemia. O que houve foi o ensino básico à distância e por contingência, em virtude do isolamento. Não houve *homeschooling* na pandemia. Dizer que o programa é internet... Isso não... Novamente, é aquilo que eu disse: são questões pautadas em mero achismo, em teorias que não estão conectadas com a realidade.

Sobre a questão das supostas inconstitucionalidades, que foram faladas inclusive pela Senadora, com todo o respeito, essa é uma discussão caduca. O STF já decidiu que o *homeschooling* é plenamente constitucional com o texto que nós temos agora na nossa Constituição. Então, não há necessidade alguma de PEC ou qualquer coisa nesse sentido. Nós precisamos é discutir e aprovar esta lei.

Quando nós tivemos a oportunidade de trabalhar aqui em projetos de lei, na CAS, essa questão da socialização também foi discutida, foi amplamente discutida, e nós inclusive colocamos nos projetos de lei locais alguns exemplos de socialização que as famílias educadoras podem utilizar tranquilamente, como a convivência com a família extensa, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente; nós temos a realização de passeios educativos a museus, zoológicos, parques, exposições, centros culturais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

áreas de preservação; há participação em feiras de Ciências, de Matemática, de outras áreas do conhecimento; visitação de espaços de criações científicas, artísticas e tecnológicas... Enfim, existe uma série de exemplos aqui que mostram que a escola não tem o monopólio da socialização. As famílias podem participar de outros eventos de extensão, nos quais elas vão adquirir naturalmente essa socialização.

Depois foi colocado: "Ah, não podemos utilizar os Estados Unidos". Mas por quê? Qual o motivo disso? Não é lógico e racional que a gente utilize os dados dos países que foram bem e que são bem-sucedidos em matéria de educação, para aplicar o que deu certo no Brasil? Isso não é racional? E, como disse a minha antecessora, a Profa. Vanessa, temos vários outros países também em condições muito similares à nossa que aplicam com sucesso a educação domiciliar.

Também foi falado da questão da urgência do projeto. Eu mesmo, pessoalmente, atendi a uma família em que o educando sofria *bullying*. Era uma criança que tinha superdotação e ela sofria *bullying* sistematicamente de coleguinhas e até mesmo de professores, a ponto de a criança desenvolver pensamentos suicidas. Quando a família a tirou da escola para aplicar o *homeschooling*, ela ficou outra criança, com um alto grau de satisfação, de bem-estar, e, quando as autoridades forçaram essa família a restituí-la à escola, houve um verdadeiro desespero da família. Então, eu pergunto aos Senadores se não é urgente a votação do *homeschooling* em situações que se verificam como essas.

Sobre a questão de pesquisas científicas sobre abuso nas famílias, com todo o respeito: não é verdade que sejam pesquisas voltadas a situações de famílias educadoras. É preciso cuidar para não cairmos em informações levianas. Não existe essa pesquisa.

E, para concluirmos aqui, quanto à parte final da fala da representante da Anec, eu concordo com ela: nós deveríamos nos unir, de fato, e não digladiarmos aqui. E quem está adotando posturas de enfrentamento, de embate, de não diálogo, colocando rótulos odiosos nas famílias, como autocráticas, sectaristas, são as entidades contrárias. São apenas 70 mil pessoas fazendo *homeschooling* hoje, senhores. Somos uma minoria. Mas, infelizmente, lamentavelmente, para os extremistas as minorias só valem quando elas podem ser manipuladas politicamente. Essa que é a realidade. A gente observa aqui, não é?

Então, deixem-nos, por favor, ensinar os nossos filhos em casa. Quem não quiser praticar o *homeschooling*, vai continuar educando seus filhos nas escolas, é normal. Que, por uma educação mais cristã, seja sepultado este preconceito que existe contra nós, famílias educadoras.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço novamente a você – permita-me chamá-lo de você –, Dr. Ricardo Furtado, que é membro do... Ah, não, Dr. Ricardo não. Desculpe-me. O Dr. Ricardo vai falar agora. Agradeço a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

você, Dr. Marcelo Francisco Matteussi, que é Diretor Jurídico da Associação de Famílias Educadoras de Santa Catarina.

Passo, em seguida, a palavra ao Sr. Ricardo Furtado, que é membro do Conselho de Advogados da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino.

Dr. Ricardo.

O SR. RICARDO FURTADO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, muito obrigado.

Eu quero agradecer ao senhor em nome do Presidente Paulino Delmar, da Confederação Nacional de Estabelecimentos de Ensino, pela oportunidade de estarmos discutindo esse tema nesta audiência pública e firmar o pensamento de que nós não somos contrários ao *homeschooling.* Nós somos contrários à forma como está sendo colocado o *homeschooling*, porque ele está sendo costurado dentro de uma norma que não veio preparada ao fim. E, nesse sentido, a gente prega a PEC e a gente prega norma específica ao *homeschooling*.

Com relação somente ao debate em si, eu só quero finalizar e pedir logo em seguida, Senador, que o senhor me perdoe, mas eu tenho agora uma outra reunião às 16h30. Então, eu estava aqui torcendo para que eu conseguisse ter a última fala com o senhor.

Na realidade, a educação, numa visão filosófica, psicológica que Augusto Cury coloca, na realidade, vem para construir a personalidade do ser humano. E nós construímos com educação, seja formal seja informal, no meio familiar, as memórias de uso contínuo e as memórias de uso existencial. As memórias de uso contínuo são as memórias conscientes, aquelas que vão nos levar a tomadas de decisões nas relações sociais, no meio social. E as memórias de uso contínuo são as memórias do inconsciente. Então, quando nós pregamos somente uma educação no *homeschooling,* nós estamos, na nossa visão, de certa forma, alijando a criança, o adolescente do meio social. E aí talvez a gente esteja construindo memórias que certamente podem estar sendo distorcidas, podem estar tendo comportamentos distorcidos no futuro.

Então, a nossa preocupação é com a educação, é com o ser humano, é com uma educação de qualidade. E, certamente, quando a gente fala numa educação com *homeschooling,* a gente sempre pensa em como essa fiscalização, em como o acompanhamento dessa educação se dará tanto pela escola pública quanto pela escola privada, para que ele cumpra, realmente, todos os objetivos de construção da personalidade do ser humano para estar incluído no meio social.

Eu, assim, Senador, quero agradecer do fundo do coração a oportunidade de estar com o senhor nesta audiência e pedir escusa pela minha pressa em sair para que eu possa participar da outra reunião. Agradeço imensamente e me coloco à disposição do senhor e de todos aqueles que estão discutindo esse debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar o material que nós temos para o senhor sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Somos nós que agradecemos, Dr. Ricardo. Tenha uma boa reunião também. A sua participação foi muito importante, assim como a participação dos demais expositores e expositoras.

Muito obrigado! Foi um prazer vê-lo também.

O SR. RICARDO FURTADO (*Por videoconferência*.) – Muito obrigado ao senhor, obrigado a todos, e um feliz dia para os outros!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Sucesso!

Passo, em seguida, a palavra ao Dr. Edivan Mota, Diretor do Instituto de Estudos Avançados em Educação.

O Dr. Edivan está presente? Eu não consigo...

O SR. EDIVAN MOTA (*Por videoconferência*.) – Sim, sim, sim, estou aqui, sim.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Ah! Está aqui! Não, eu já tive dificuldade antes de achar você na tela e agora de novo...

O SR. EDIVAN MOTA (*Por videoconferência*.) – Não, imagine, imagine...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Mas estamos aí juntos.

Com a palavra.

O SR. EDIVAN MOTA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Primeiro, quero reiterar o prazer de participar, embora, em uma hora ou outra, surja, aqui ou acolá, uma incompreensão, mas é normal. A minha formação é em filosofia, então eu estou acostumado com o contraditório. Portanto, não há aqui – quero deixar claro não para a Senadora, mas para quem está nos ouvindo – nenhum tipo de argumento *ad hominem* no sentido de atacar a pessoa em si. A gente está aqui discutindo conceitos e nunca pessoas, porque todas as pessoas merecem respeito.

Quero destacar algumas questões com relação ao texto. Eu acho que a gente precisa discutir o texto, não é? O texto disciplina a matéria, o texto coloca em prática o art. 205 da Constituição, o texto deixa claro que é de livre escolha, não é uma obrigação; é um texto de base, não é uma política pública, aliás, é uma política de base e não uma política pública. Há a obrigatoriedade de matrícula no texto, há o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cumprimento da BNCC, há um acompanhamento de um tutor da escola a que a família e o aluno estarão vinculados, há a realização de avaliações...

A Melissa deixou uma preocupação com a avaliação. Nós, Melissa, que somos de escola pública e nós que somos da universidade pesquisamos as melhores formas de avaliar. Portanto, esse não é um problema das instituições como um todo. Há encontros semestrais de famílias que cobrem a questão da socialização.

Quem vai regulamentar... Há algo que foi muito dito aqui, e eu não vou citar a pessoa para não parecer... Mas há preocupação com a regulamentação. Toda norma, em educação, é regulamentada pelo Conselho Nacional de Educação, e o texto deixa claro isso no inciso IV. Os pais têm que cumprir as regras, senão perderão o direito à educação domiciliar. Portanto, essas são as questões com relação ao texto.

Novamente, vejam, eu não vou contradizer pessoas aqui. Acho que o debate aqui é para as pessoas que estão nos ouvindo, para os Senadores e para o Relator.

Então, quero destacar, na fala do Crece, que não há nenhuma relação entre a educação mediada por tecnologia, que houve na pandemia, com educação domiciliar. Isso a gente precisa deixar muito claro, porque as pessoas podem... "Ah! Não foi...". Não foi, gente, não é. Aqui eu preciso deixar muito claro.

Com relação à Anec, respeitosamente – também estou falando para o público externo aqui, viu, Roberta? Não há nenhum ataque –, quero deixar claro que a posição da Anec é uma posição das associações de escola, não é uma posição da Igreja Católica como instituição, até porque eu sou católico, faço parte de uma instituição católica e estou aqui apoiando o *homeschooling.* Portanto, para o público externo não achar que a Igreja Católica é contra o *homeschooling*.

Deixo claro também para o representante, o Gilson – respeitosamente, viu, Gilson? –, que parece que, às vezes, não o teu argumento, mas realmente transparece que as pessoas que defendem o *homeschooling* são pessoas esquisitas, são pessoas que são contra a escola pública. Veja, eu sou negro, sou nordestino, sou Diretor de escola pública, fui Professor de escola pública e apoio o *homeschooling*. Eu não quero que as pessoas... Não sou nenhum esquisito, não é por aí. Eu compreendo os riscos, e acho importante levantá-los no debate, mas é preciso, às vezes tomar muito cuidado. E não é um debate novo, viu Gilson? Não é uma questão da Bia Kicis. Até, tenho certeza de que você sabe, o texto é do Deputado Lincoln Portela, é de 2012. Então, é preciso deixar esses esclarecimentos para enriquecer o debate.

Por último, há a questão das minorias. Novamente, a gente não pode entrar aqui em debates ideológicos, porque esse não é o cerne da questão, mas eu penso que, no debate público, no Estado democrático de direito, as minorias também são cidadãs, merecem ser tratadas pelo Estado com respeito, com consideração e, em último caso, para terminar o argumento, são pagadoras de impostos e merecem respeito; não merecem viver ao largo do Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que nós queremos dizer aqui é "sim" ou "não". Veja, se o Estado, se o Congresso Nacional entender que não, é não. Nós vivemos numa democracia e respeitamos as leis.

Portanto – um último argumento –, quem defende o *homeschooling*, como eu, não é contra a escola. Não há esse debate, não é ou a escola ou o *homeschooling*; é "e".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Obrigado também, Edivan Mota, Diretor do Instituto de Estudos Avançados em Educação. Parabéns também por ser um filósofo importante, valorizar a área. Nós precisamos valorizar a filosofia e a sociologia também.

Passo, em seguida, a palavra à Sra. Roberta Valéria Guedes de Lima, que é Gerente da Câmara de Educação Básica da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (Anec).

Com a palavra, Roberta.

A SRA. ROBERTA VALÉRIA GUEDES DE LIMA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Quero começar agradecendo a fala do Professor Edivan, porque somos católicos, mas, acima de tudo, somos todos filhos de um Jesus Cristo que nos ama profundamente. Pegando essas palavras, a gente coloca que a Anec sempre vai defender o que o Papa Francisco diz que é o pacto educativo global.

E eu volto a dizer também à Sra. Vanessa, para o Marcelo, para todas as famílias... Por sinal, eu estava olhando o *chat*; olha, só faltou me excomungarem, mas, gente, nós não estamos aqui para condenar a Sra. Vanessa, o Sr. Marcelo e todas as famílias. Nós não temos nem direito de avaliar ou condenar alguém. Isso não nos passa como Anec, mas, como Anec, nós vamos sempre falar do amor, da esperança e de uma sociedade justa e fraterna. É isso que o Papa Francisco prega.

E as diferenças são muito salutares quando a gente está pensando, como o Gilson tão bem coloca, em uma sociedade democrática de respeito e de direitos.

Nós entendemos, sim, a valorização do profissional docente, e chega, gente, de pensar que o profissional é só salário e não, valorização profissional docente. É salário, são condições dignas de trabalho, é ser tratado com respeito, é ter condições de ser docente. E aí, quando a gente fala do *homeschooling*, eu acho que é perfeito quando o Dr. Marcelo fala que existe um projeto de lei, que existem ali indicadores. O que nós, enquanto Anec, colocamos é que esses indicadores ainda são muito frágeis, que a gente tem muitas questões, pensando nesse professor, pensando nessa criança, pensando nas famílias, que precisam ser tratadas. Não pode ser aprovado do jeito que está.

Aí a gente parabeniza o Senado por estar colocando em audiência pública e a gente convoca, sim, todas as pessoas a dialogar. Chega de Brasil de ódio, chega de xingamento, chega de exclusão, chega de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

botar o dedo na cara e falar: "Você está certo, você está errado". Vamos conversar. Mas vamos conversar com uma base de respeito. É isso que a Anec defende.

A Anec defende a escola, sim, e não é porque tem interesse na matrícula, porque, se fosse assim, como algumas pessoas colocaram "Ah, é porque está falando pela escola privada"... E aí o Dr. Ricardo – pena que não está aqui conosco – disse: "Se fosse isso, estaria tudo bem, não é? Está matriculado, e a gente está recebendo uma mensalidade". Mas a escola convencional católica não acredita nisso. A gente acredita em formação humana, a gente acredita na valorização do ser humano. Então, para a gente não basta, Senadores, estar matriculado; tem que ter muito mais do que uma matrícula. Não é uma questão só de aplicar uma prova para conhecer a eficácia e a eficiência. A gente está falando da formação de uma sociedade. A gente está falando do público e do privado. E aí o que é público não pode ser apenas do privado, não é?

Nesse sentido, a gente quer também colocar que a gente precisa de uma economia mais solidária, mais sustentável, que a gente precisa de uma formação integral, que a gente precisa voltar aos documentos da Igreja, na sua essência, na sua raiz, coisa que o Papa Francisco está defendendo tanto. A gente não está falando aqui de ideologia de esquerda ou de direita, a gente está falando de humanidade, a gente está falando de solidariedade e de fraternidade. Então, percebam, todos nós aqui somos homens e mulheres de boa-fé; por isso é que estamos aqui, independentemente de sermos católicos, espíritas, kardecistas, umbandistas. Não importa, o que importa é que a gente está falando de educação brasileira, a gente está falando de respeito.

Eu volto a dizer que nós não somos contrários a famílias *homeschooling*. Nós estamos muito preocupados é com a modalidade, com a alteração na lei e como isso deve ser desenvolvido e desempenhado. Não é no grito. Eu acredito sempre no diálogo democrático.

E aí algumas pessoas colocaram ali também: "Ah, ela está lendo". É porque, quando a gente lê, a gente não perde a essência da ideia.

Mas quero dizer, como professora, mãe, mulher, avó, cristã e católica, que nós precisamos parar com tanto ódio e falar um pouco mais de uma sociedade que é para todos. A educação tem que ser para todos. A gente tem que estar discutindo o Plano Nacional de Educação. Por isso é que a gente está no Fórum Nacional de Educação, por isso é que a gente está na Conae. A gente tem que estar lutando pelos direitos de aprendizagem, a gente tem que estar lutando para a melhoria da escola pública e também dos nossos índices de aprendizagem, mas a gente tem que estar lutando pela valorização dos profissionais da educação, a gente tem que estar lutando para parar de lutar contra a democracia e lutar pela democracia, porque, afinal de contas, nós merecemos uma ecologia integral.

Eu peço licença aos senhores, porque eu estou na escola e preciso voltar a dar aula.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer que tenho profundo respeito a cada um e a cada uma e que o sorriso no rosto nunca pode faltar, porque é a esperança que aquece o coração. É assim que Jesus nos ensinou: "Amai-vos uns aos outros". Isso passa pelo respeito. E nós respeitamos cada um e cada uma, os que estão na família *homeschooling* e aqueles que também não estão.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço de novo a Roberta Valéria Guedes de Lima. Quem bom! Agradeço pela presença.

Passo a palavra agora ao Sr. Gilson Luiz Reis, que é Coordenador-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino.

Com a palavra o Gilson.

O SR. GILSON LUIZ REIS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, quero agradecer, em nome da Contee, o convite para participar deste debate, que acho muito importante. Estamos à disposição para outros momentos, se for necessário.

Telegraficamente, há algumas questões.

O Supremo não decidiu a questão da constitucionalidade do *homeschooling*. Ele remete a uma lei complementar e vai ser novamente discutido no Plenário do Supremo, caso ela seja aprovada. Então, isso está sob suspense, a decisão, por imposição de alguns ministros já colocados no processo de debate já em 2018.

Segunda questão: há algumas referências aqui que devem ser debatidas com mais profundidade. Por exemplo, nós temos o Ideb e o Pisa, matemática e português. Talvez, seja a concepção da educação restrita um pouco à Base Nacional Comum Curricular, que nós temos que debater novamente. Mas saem daí, Prof. Edivan, a filosofia, por exemplo, a sociologia, a geografia, a história. Sai tudo isso do conhecimento, que é o conhecimento universal. Então, não tenho como referência a discussão de provas. Essas provas acabam reduzindo a questão que envolve o processo de educação aqui no Brasil e no mundo. É uma educação de mercado que tenta impor a sua visão, e nós consideramos que isso não é referência para discutirmos a qualidade da educação, seja ela em qualquer instância, em qualquer circunstância.

A terceira questão, Senador, é que eu penso que nós enfrentamos, nos últimos seis anos, algumas ações de um setor da sociedade, o que é legítimo... Eu defendo a democracia, diferentemente de muitos que hoje estão nas ruas questionando as eleições, que continuam fazendo arruaça nas ruas porque não sabem perder. Eu sei perder, sei disputar a luta política e democrática e defendo o direito das minorias. Agora, as minorias não podem se impor sobre as maiorias em hipótese alguma, e não podem se impor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre o Estado, e não podem se impor sobre o Estado democrático de direito, e não podem se impor sobre as concepções de um Estado que busca diminuir as diferenças na sociedade.

Então, nós não podemos criar no Estado privilégios que estarão arraigados num setor minoritário da sociedade. E nós temos combatido, ao longo desses últimos anos, esse setor. A escola sem partido foi derrotada. A ideologia de gênero foi derrotada na luta política nacional. A questão que envolve esse processo agora do *homeschooling* nós vamos derrotar. Talvez seja a última das batalhas, vamos dizer assim, nesse período histórico. Tudo isso é o conjunto de questões que envolvem um setor da sociedade que, por exemplo, não defende o livre direito de cátedra, o direito de ensinar e aprender. Isso foi, inclusive, decisão do próprio Supremo Tribunal Federal.

Então, há um setor na sociedade que quer impor uma situação, como eu disse, que é o confronto ao iluminismo, ao racionalismo, ao humanismo, a tudo aquilo que permeou e construiu o século XIX e os séculos XX e XXI. Eles consideram isto, o terraplanismo, infelizmente. E nós estamos convivendo democraticamente com essas concepções de visão de mundo, com essas concepções de vida. E nós vamos derrotando politicamente essas visões, para construir uma sociedade em que existam todos, mas em que todos pensem de uma forma minimamente racional, minimamente humana, minimamente iluminista. Eu falo "iluminista" com base no conhecimento, e não com base em dogmas, em dogmas religiosos, que estão superados, na minha visão, pela própria constituição da sociedade.

Está aí a representante das escolas católicas. Nós temos acompanhado não só a economia de Francisco, que é outra concepção também econômica para a humanidade, que não é a economia de mercado, e também a educação, uma educação determinada para grupos sociais, mas para sociedade como um todo, nessa visão cristã da afetividade, do carinho, da inclusão, do amor, do afeto, etc.

Então, nós estamos diante desse cenário e nós temos muitas unidades, em setores diversos da sociedade, que constroem um pensamento universal, confrontando a minoria, que tenta impor a sua posição a toda prova.

Eu penso que nós estamos vivendo essa fase, que nós estamos passando por essa fase. Espero que, nos próximos meses, a gente supere isso tudo e que a gente possa, Senador Arns, discutir escola em tempo integral, dobrar o investimento na educação pública brasileira, melhorar a qualidade da nossa educação, pagar salário para professor, melhorar as condições das escolas, melhorar a condição da formação dos professores. Nós temos muita coisa a ser feita na educação e não podemos ficar detidos a um determinado tema tão pequeno, com tantos problemas e com tantas contradições.

Então, muito obrigado pelo convite. Nós deixamos a Contee à disposição do Senado e do seu mandato, que tem sido muito combativo nessa construção. Você, como cristão – nós sabemos disso –, como uma pessoa que tem essa base cristã, compreende isso e luta para construir uma sociedade muito mais igualitária e muito menos excludente com alguns setores da sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

Uma boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Obrigado também. Quero agradecer de novo ao Gilson Luiz Reis, que é Coordenador-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino.

Eu quero novamente agradecer a presença e a fala dos expositores e das expositoras e recomendar fortemente o envio do material para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal. Esta Comissão é presidida pelo Senador Marcelo Castro, uma pessoa também altamente dedicada à área da educação, com um equilíbrio importante também, uma pessoa do diálogo, do entendimento.

As audiências públicas tiveram, de fato, este objetivo: a gente já tinha conhecimento, antes da aprovação dos requerimentos para as audiências, de que haveria inúmeros pontos de vista, e por isso que nós estamos nos dedicando bastante às audiências públicas, às reuniões, inclusive fora das audiências. A gente vai continuar fazendo isto, porque é da natureza do Congresso Nacional e tem que ser assim: escutar os vários pontos de vista, porque a gente pensa de um jeito, outra pessoa pensa de outro jeito; eu acho que algo é importante, o outro acha que outra coisa é importante.

Basta dizer que nós temos na Comissão de Educação, Cultura e Esporte a Subcomissão de Educação na Pandemia, a qual eu presido. E a gente fez 20 audiências públicas para, assim, apontarmos os desafios principais na educação.

Realizamos a última audiência no dia de ontem, e isso vai dar um subsídio importante, que a gente espera seja utilizado também pelo Governo que assume, que toma posse no dia 1º de janeiro, do Presidente Lula. No Ministério da Educação, que isso possa subsidiar, para a educação básica particularmente, coisas importantes, como acesso, permanência, educação em tempo integral, esporte, relação de saúde com educação, infraestrutura, valorização dos profissionais, tecnologia, recomposição da aprendizagem em função da pandemia; que tudo isso possa ser bem abordado. E, além disso, há algo muito importante, que já foi aprovado no Senado Federal e está indo para a Câmara dos Deputados, que é o Sistema Nacional de Educação. Isso é muito importante também.

Quero lembrar a Conferência Nacional de Educação, nos dias 29, 30 e 1º, e também recomendar fortemente, na medida do possível, que as pessoas fiquem antenadas na questão do Plano Nacional de Educação, que é outro desafio, porque até 2024 nós temos o Plano Nacional atual, de 2014 a 2024.

E a questão do *homeschooling*, educação domiciliar, dentro desses temas todos, com o projeto aprovado pela Câmara, é missão para o Senado Federal debater, discutir e chegar a um relatório apropriado ao final dos debates todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço de novo a presença de vocês – permitam-me chamá-los assim. Podem me chamar de você também, não tem problema nenhum. Eu fico satisfeito. Às vezes as pessoas perguntam: "Como é que eu devo te chamar?". Eu digo: "Olhe, se você me chamar pelo nome, já está mais do que bom: Seu Flávio". Não precisa ser mais do que isto: Seu Flávio ou Flávio também, que é a melhor coisa do mundo.

Então, nada mais havendo a tratar, agradeço de novo e declaro encerrada a presente audiência pública.

Obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 46 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE DEZEMBRO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e trinta e oito minutos do dia hum de dezembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências das Senadoras Leila Barros e Zenaide Maia, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Marcelo Castro, Ivete da Silveira, Confúcio Moura, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Flávio Arns, Carlos Portinho, Plínio Valério, Eduardo Girão, Vanderlan Cardoso, Maria do Carmo Alves, Wellington Fagundes, Paulo Paim, Jean Paul Prates, Humberto Costa e Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Roberto Rocha, Alvaro Dias, Daniella Ribeiro, Jorginho Mello, Fernando Collor e Julio Ventura. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4458, de 2021 - Terminativo -** que: "Declara o ano de 2022 como o "Ano da Busca Ativa: Toda Criança na Escola"." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado, nos termos do relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1837, de 2021 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional da Saúde Única." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado, nos termos do relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2526, de 2022 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Abdias do Nascimento no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado, nos termos do relatório. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3903, de 2021 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Dorina de Gouvêa Nowill no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado, nos termos do relatório. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3763, de 2021 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional dos Trabalhadores em Entidades Culturais, Recreativas e Conexas, a ser comemorado na segunda segunda-feira do mês de maio de cada ano." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado, nos termos do relatório. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 4940, de 2020 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Antonieta de Barros no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do PL nº 4.940, de 2020, e pela prejudicialidade do PL nº 2.607, de 2022. **Resultado:** Aprovado, nos termos do relatório. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 474, de 2018 - Terminativo -** que: "Institui o dia 15 de novembro como o dia Nacional da Igreja do Evangelho Quadrangular" **Autoria:** Senador Guaracy Silveira (DC/TO). **Relatoria:** Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela aprovação com três emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 5166, de 2019 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Agente de Trânsito." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 9 - Projeto de Resolução do Senado n° 27, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Institui o Prêmio Amigo do Ciclista, a ser conferido anualmente pelo Senado Federal." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE). **Relatoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lei n° 2, de 2020 - Não Terminativo - que: "Institui a Semana Nacional de Conscientização sobre a Depressão, a ser celebrada anualmente na semana que compreender o dia 10 de outubro." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 2260, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional da Pessoa com Surdocegueira." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 6563, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Denomina Agência Benjamin Manoel a agência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no Município de Arujá, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 5641, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Maria Rita de Souza Brito Lopes Pontes, Irmã Dulce, no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 57, de 2022** que: "Requer nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1706/2019, que “dispõe sobre normas gerais para concessão do Passe Livre Estudantil”." **Autoria:** Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 62, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 54/2022, seja incluída, na última audiência do ciclo aprovado no referido requerimento, a participação da Sra. Mariana Rosa – Jornalista, educadora, mulher com deficiência, mãe de uma criança com deficiência, fundadora do Instituto Cáue – Redes de Inclusão e integrante do Coletivo Feminista Helen Keller de Mulheres com Deficiência" **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). **Resultado:** Aprovado, subscrito pela Senadora Zenaide Maia. **ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 63, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 713/2021, que “dispõe sobre a responsabilidade educacional pela universalização da oferta e pela garantia de padrão de qualidade do ensino na educação básica”." **Autoria:** Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 64, de 2022** que: "Requer, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 58, de 2022, que requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater e analisar, em função do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023 e dos cortes nos recursos direcionados à área educacional, os desafios para o funcionamento das instituições federais de ensino superior em 2022, bem como a situação dos bolsistas da pós-graduação no Brasil, a inclusão dos seguintes convidados: • Claudio Alex Jorge da Rocha – Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif); • Flávia Calé da Silva – Presidenta da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG); • Representante do Observatório do Conhecimento." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). **Resultado:** Aprovado, subscrito pela Senadora Zenaide Maia. **ITEM 18 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 65, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, na Semana Nacional de Trânsito, com o objetivo de debater, nos termos dos arts. 2º e 4º da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, a instituição do Maio Amarelo como o mês da segurança no trânsito no Brasil." **Autoria:** Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fabiano Contarato (PT/ES), Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado, subscrito pelo Senador Paulo Paim. **ITEM 19 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 66, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 54/2022 - CE, com o objetivo de instruir o PL 1338/2022, que "altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica" seja incluído representante do Ministério Público do Trabalho." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). **Resultado:** Aprovado, subscrito pela Senadora Zenaide Maia. **ITEM 20 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 67, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2o, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a "Formação de professores e o papel do curso de pedagogia no século 21". Propõe-se para a audiência a presença dos seguintes convidados: • o Senhor Mozart Neves Ramos, do Conselho Nacional de Educação; • o Senhor Luiz Miguel Garcia, Presidente da Undime; • a Senhora Bernardete Gatti, da Fundação Carlos Chagas; • o Senhor Luís Carlos de Menezes, Coordenador Acadêmico da Cátedra de Educação Básica da USP." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE). **Resultado:** Adiado. **ITEM 21 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 68, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 54/2022 - CE, com o objetivo de instruir o PL 1338/2022, que "altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica" seja incluído a seguinte convidada: Doutora Ângela Gandra Martins,Secretária Nacional da Família-MMFDH." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR). **Resultado:** Aprovado, subscrito pelo Senador Flávio Arns. **ITEM 22 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 70, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a importância de criação do Dia Nacional do Artista Vidreiro, prevista no Projeto de Lei n° 2504, de 2022." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/12/01

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas!

Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Inicialmente, antes de começarmos a leitura dos relatórios que estão na pauta, vou passar à leitura de alguns documentos recebidos até para dar oportunidade de outros Senadores entrarem na nossa reunião, se o nosso Senador Paim permitir.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Obrigada, Senador Paim.

Aviso do TCU nº 1.148, de 2022; Aviso nº 1.063, da GP do TCU; Ofício nº 7.468, da AGU; Ofício nº 91/2022, da Câmara Municipal de Passo do Sobrado, Rio Grande do Sul; Ofício Circular nº 8/2022, da Câmara Municipal de Santa Rosa, Rio Grande do Sul; Moção SBPC; Moção da Câmara Municipal de Araraquara, São Paulo; Ofício 17, da Prefeitura Municipal de Vacaria, Rio Grande do Sul; Moção 125/2022, da Câmara Municipal de Lençóis Paulista, São Paulo; Moção 22/2022, da Câmara Municipal de Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul; Moção 190/2022, da Câmara Municipal de São José do Rio Preto, São Paulo; Moção 140, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – São Paulo capital –; Ofício 596, da Câmara Municipal de São Caetano do Sul, São Paulo; Ofício nº 5, do Sindicato Nacional dos Técnicos de Nível Superior das Instituições Federais de Ensino Superior; Ofício 2.990, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Ofício 842, da Câmara Municipal de Presidente Prudente, São Paulo; Ofício 596, da Câmara Municipal de São Caetano do Sul, São Paulo; Ofício 768, da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso, Minas Gerais; Moção de Apoio 5, da Câmara Municipal de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Angicos, Rio Grande do Norte; Moção da Sociedade Brasileira de Química (SBQ); Ofício 135, da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais... (*Pausa.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – A senhora tem que dar prioridade à sua...

(*Interrupção do som.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Pode deixar, prioridades.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Trouxe até o Padre Paulo Renato para nos perdoar.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Bom dia, padre. Seja bem-vindo.

Prossigo: Ofício nº 55, da Câmara Municipal de Santana do Riacho, Minas Gerais; correspondência do Conselho Federal de Nutricionistas; Moção de Apelo do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu (Codefoz); Ofício 1.671, do Conselho Federal de Educação Física; Ofício nº 84, da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior; Ofício 395, da Câmara Municipal de Venâncio Aires, Rio Grande do Sul; Carta Aberta da Associação Brasilense de Cinema e Vídeo; Ofício 193, da Câmara Municipal de Igrejinha, Rio Grande do Sul; Ofício 1.613, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos; Ofício Circular 538, da Câmara Municipal de Chapecó, Santa Catarina; Ofício 776, da Câmara Municipal de Tubarão, Santa Catarina; Ofício 40, do Grupo Ecológico Sentinela dos Pampas; Ofício 459, da Câmara Municipal de Itajaí, Santa Catarina; correspondência da *Global Home Education Exchange*; Ofício 443, da Frente Nacional de Prefeitos; correspondência do Centro de Integração Empresa-Escola (Ciee); Ofício 11, do Fórum dos Secretários de Estado de Esporte; correspondência do Conselho Estadual de Educação; Ofício 18, da Câmara Municipal da Estância Turística de Tupã.

Os documentos mencionados permanecerão por 15 dias no *site* da Comissão para manifestação pelos interessados. Após esse período, todos serão arquivados.

A presente reunião se destina à deliberação dos itens 1 a 22.

Ficam retirados da pauta os itens 8 e 12, a pedido do Relator, e o item 7, que foi encaminhado ao Plenário.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 474, DE 2018

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Institui o dia 15 de novembro como o dia Nacional da Igreja do Evangelho Quadrangular

Autoria: Senador Guaracy Silveira (DC/TO)

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Pela aprovação com três emendas que apresenta.

ITEM 8

PROJETO DE LEI N° 5166, DE 2019

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional do Agente de Trânsito.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 12

PROJETO DE LEI N° 6563, DE 2019

- Não terminativo -

Denomina Agência Benjamin Manoel a agência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no Município de Arujá, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Pela aprovação.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Sra. Presidente, eu não sei exatamente qual é o item da nossa...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Item 6.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu tinha... Não sei se ele está pedindo a inversão de pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Sim.

Então, façamos o seguinte: eu vou passar... Os projetos que o Senador Paim...

Nós temos aqui três, não é, Senador?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – E depois, na sequência, Senador Esperidião, eu passo para o senhor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Eu tenho certeza de que ele concorda em ficar só com um. (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Se precisar, se ele está com problema de tempo, de ele ser primeiro, depois eu faço os meus.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Eu tenho apreço... O do Abdias é um dos três?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É, um dos três é o do Abdias.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Bom, eu fui colega no Senado do Senador Abdias.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu não tive essa honra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Vou trazer para cá, inclusive, um requerimento dele... O deferimento feito pelo Ronaldo Cunha Lima...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu me lembro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... ao nosso requerimento, meu e do Abdias, para homenagear Cruz e Sousa. Eu estou pedindo para acharem lá no meu gabinete.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Isso na sua vez. Eu só peço que seja dada prioridade...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu posso dizer que eu saía da Câmara para vir ouvir o Abdias falar aqui e, muitas vezes, ouvi um aparte de V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Tem um momento desse deferimento do Ronaldo Cunha Lima, que diz assim: defiro...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você não vai conseguir organizar a reunião com nós dois falando.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... com muita alegria...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Vocês são incríveis!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... ao Abdias por ser da raça e ao Amin por ser da mesma praça do poeta homenageado.

Coisa do Ronaldo Cunha Lima.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ele deferiu em verso o requerimento do Abdias.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Sensacional!

Olha, se em toda reunião de Comissão nós tivéssemos duas pessoas tão incríveis, duas personalidades tão incríveis, que conseguem se resolver sem nenhum tipo de...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Em favor do meu *lobby*...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tudo estaria acordado aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Tudo. Viveríamos em paz nesta Casa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Em favor do meu *lobby*, Presidente, a senhora tem que pautar a homenagem à Antonieta de Barros.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Olha!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quer dizer, é membro da oligarquia, da grande oligarquia nacional.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Do mesmo time.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ela foi a primeira Deputada do Brasil, negra, e eu fui alfabetizado pela irmã dela, que se chamava Leonor. Então, a prioridade vai ter que ser conseguida. Ele não vai poder, como diria o Ronaldo Cunha Lima, nem trair a praça nem a raça. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Bom, nós temos 22 itens...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu dou prioridade para ele sempre aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – ... com certeza vocês serão prioridade neste primeiro momento aqui. Inclusive, por sugestão, orientação daqui da mesa, nós vamos votar em bloco. Então, vamos ler os relatórios e, depois, como são terminativos, vamos votar em bloco.

Então, vamos primeiramente para o item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 2526, DE 2022

- Terminativo -

Inscreve o nome de Abdias do Nascimento no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Autoria: Senador Marcelo Castro (MDB/PI)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra ao Senador querido e muito respeitado Paulo Paim, para a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Presidenta e querida Senadora Leila Barros, querido amigo Senador Esperidião Amin, eu queria agradecer muito, muito mesmo, ao Presidente da Comissão, Senador Marcelo Castro, por ter me dado a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

honra de ser Relator do projeto dele. Foi um momento iluminado, digamos – um dos grandes momentos –, do nosso Senador Marcelo Castro, ao apresentar o nome do Abdias.

Como eu fiz um relatório longo, porque é para ficar no *Anais* da Casa a história dele, eu vou ler um pedaço, mas, lá no final, eu termino com uma poesia que eu fiz no Itamaraty, quando foi feita uma homenagem para ele em nível internacional. Eu fui, em nome do Presidente Lula, na época, e do Congresso, para falar em nome das duas Casas.

É uma poesia pequena, então eu não vou ler todo o relatório, porque eu conto toda a história dele aqui, o.k.? Pode ser assim?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Por favor, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vou ser breve.

Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei nº 2.526, de 2022, do Senador Marcelo Castro, que "inscreve o nome de Abdias do Nascimento no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria".

A proposição é composta por dois artigos. O art. 1º institui a homenagem já descrita pela ementa. O art. 2º prevê a entrada em vigor da lei na data de sua publicação.

Na justificação, o autor, Senador Marcelo Castro, discorre sobre a biografia de Abdias do Nascimento e sua luta contra o racismo e a discriminação, na busca pela igualdade racial.

O projeto foi encaminhado à apreciação exclusiva e terminativa desta Comissão. Não foram apresentadas emendas.

Eu vou ler um pedaço da análise e vamos depois para o fechamento.

A proposição vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e relativamente aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, nada há que se opor ao PL nº 2.526, de 2022.

De fato, a matéria se insere no campo da competência concorrente da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Carta Magna. Ainda, é legítima a iniciativa parlamentar, visto não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República. Igualmente legítimo é o tratamento da matéria por meio de lei ordinária, já que a Constituição não reserva o tema à esfera de lei complementar.

Não se vislumbram, ainda, óbices de natureza jurídica ou regimental, estando o projeto redigido de acordo com a boa técnica legislativa, em conformidade com o que determina a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, a proposição está em consonância com os pressupostos da Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007, que "dispõe sobre a inscrição de nomes no Livro dos Heróis da Pátria".

Da mesma forma, no mérito, o projeto merece prosperar. Abdias do Nascimento foi uma das mais importantes figuras, não só do Brasil, mas do mundo inteiro, na luta pela igualdade racial.

Abdias nasceu em Franca, São Paulo, no ano de 1914. De origem humilde, foi um dos sete filhos de José Ferreira do Nascimento, músico e sapateiro, e de Georgina Ferreira do Nascimento, a doceira da cidade. Sua avó materna, Dona Ismênia, foi escrava.

Em sua cidade natal, absorveu os saberes dos afrodescendentes mais velhos, repassados através da oralidade, em rodas de conversa. Aos 11 anos, entrou para a Escola de Comércio do Ateneu Francano. Frequentava o grupo escolar de manhã, trabalhava em um consultório médico à tarde e à noite fazia curso de contabilidade.

Trabalhou na administração de uma fazenda em Franca, onde sofreu racismo por parte dos seus empregadores, abandonando o emprego. Deixou Franca e foi para São Paulo, onde alistou-se no Exército. Na capital, além de seguir a carreira de militar, o jovem Abdias entrou para a faculdade de economia da Escola de Comércio Álvares Penteado.

Em São Paulo, Abdias integrou a Frente Negra Brasileira, que realizava protestos em locais públicos e trabalhava pela integração do negro brasileiro na sociedade de classes.

Em 1936, após desligar-se do serviço militar, começou a ser perseguido pela polícia de São Paulo, em razão de sua atuação na FNB. Partiu, então, para o Rio de Janeiro, passando a morar no morro da Mangueira. No Rio, após trabalhar em outros empregos, tornou-se revisor do jornal *O Radical*.

Passou a integrar a Ação Integralista Brasileira, de Plínio Salgado. Todavia, insatisfeito com a corrente racista do grupo, decide deixar o movimento em 1937.

Na ditadura do Estado Novo, Abdias é preso após realizar protesto panfletário contra a presença da Marinha norte-americana na Baía da Guanabara. Libertado, volta a morar em São Paulo.

Em 1940, de volta ao Rio de Janeiro, fundou uma aliança poética chamada La Santa Hermandad de la Orquídea, tendo percorrido com esse grupo diversas cidades do Brasil e da própria América Latina.

Em São Paulo, Abdias é novamente preso, desta vez em decorrência de uma briga com um delegado. Na penitenciária do Carandiru, dedicou-se intensamente à leitura e criou o Teatro do Sentenciado, um grupo em que os atores eram os próprios presos e ele o diretor dos espetáculos.

Em 1944, no Rio de Janeiro, foi um dos fundadores do Teatro Experimental do Negro (TEN), formado exclusivamente por atores negros. A primeira peça encenada pelo teatro foi O Imperador Jones, do escritor norte-americano Eugene O'Neill, peça a que Abdias havia assistido em Lima, Peru – na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ocasião, todavia, todos os atores da peça eram brancos, mesmo os que representavam os negros, atuando com os corpos pintados de preto para interpretar esses personagens. A peça interpretada teve uma única apresentação, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, tendo sido um enorme sucesso. Assim, montou mais duas peças teatrais baseadas em escritos de O'Neill, que havia autorizado o grupo a encenar todas as suas obras. Com o sucesso da companhia, escritores brasileiros passaram a escrever peças teatrais especialmente para o TEN. Nelson Rodrigues escreveu Anjo Negro, e Joaquim Ribeiro escreveu Aruanda. Em 1948, o grupo encenou Filhos de Santo, de José de Moraes Pinho, e, em 1952, Rapsódia, do próprio Abdias do Nascimento.

Aí vai, Sra. Presidente.

Em 1945, ele tem destaque na Convenção Nacional do Negro.

Em 1950, ele organiza o I Congresso do Negro Brasileiro.

Em 1968, fundou o Museu da Arte Negra.

Em 1964, Abdias militou pelo movimento negro em congressos, encontros e protestos. Com o golpe militar e a posterior promulgação do AI-5, em 1968, a militância negra antirracista foi oficialmente proibida. Face a esse contexto, e motivado pela possibilidade de conhecer organizações sociais e lideranças afro-americanas, diante do convite da Fairfield Foundation, Abdias exilou-se nos Estados Unidos, onde viveu por quase 13 anos, militando pelo movimento pan-africanista.

Sra. Presidente, todo o currículo é longo, longo, longo, mas muito bonito. Eu podia ler todo o currículo aqui, mas quero só resumir algumas folhas.

Ao assumir a cadeira na Câmara dos Deputados, nessa oportunidade, invocou na tribuna, em seu discurso, os deuses da África. Disse ele:

> Sr. Presidente, Srs. Deputados, invoco o nome de Olorum, criador de todas as coisas: dos seres humanos e do universo. Invoco as forças telúricas da nossa pátria ancestral – a Mãe África. Invoco Exu, senhor de todos os caminhos da existência humana, senhor das encruzilhadas onde a contradição dialética vem ocorrendo desde os tempos imemoriais presididos pelos mitos. Ainda daqueles tempos mítico-históricos, evoco e suplico [todas palavras do Abdias] a proteção da mãe ancestral de todos nós, Nossa Senhora Oxum, doadora do amor, da compaixão e da esperança.

E por aí vai.

Presidenta, eu quero terminar agora, terminar, porque é muito longo. E o currículo dele dá no mínimo dois ou três livros.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Que história linda!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu tive a felicidade de muitas vezes ir assistir, eu era Deputado. Eu cheguei aqui em 1986, na Constituinte. Depois, eu vinha assistir aqui, quando morreu aquele grande intelectual do PDT que era Senador, cujo nome me fugiu da memória... Você deve se lembrar quando morreu aqui um grande Senador do PDT...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Darcy Ribeiro! Fui socorrido aqui pelo Líder Esperidião Amin. Eu estou improvisando aqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Foi fundador da UnB e autor de um livro marcante da nossa história, da nossa raça.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Darcy Ribeiro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Darcy Ribeiro, que era o titular do mandato.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso!

Quando morre Darcy Ribeiro, ele assume aqui. E foi nesse período que eu saía da Câmara para assistir aos pronunciamentos dele.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – E olhem a coincidência: o meu gabinete foi do Darcy Ribeiro. Grande inspiração!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Consequentemente deve ter sido do Abdias.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Olhe!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não duvido, não duvido.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Vou buscar aqui a história nos *Anais do Senado,* Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A sua defesa dos direitos humanos e civis da população negra lhe rendeu uma indicação ao Prêmio Nobel da Paz em 2010. Seu objetivo era abrir caminhos para o povo afrodescendente no exercício da cidadania.

Em março do ano seguinte, esteve entre as lideranças negras convidadas para um encontro com o Presidente norte-americano Barack Obama.

Presidenta, vou terminar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fui convidado para representar o Congresso em uma homenagem internacional que o Abdias recebeu no Itamaraty. Na época, o Presidente Lula pediu que eu também falasse em nome do Executivo naquela oportunidade. E a responsabilidade era tão grande para mim – já como Senador, claro – de falar pelas duas Casas que eu passei a noite escrevendo uma poesia. Então, vou terminar com a poesia que eu escrevi e que vai ficar nos *Anais* da Casa.

Em homenagem a essa figura histórica, escrevi um poema que foi publicado no livro *Cumplicidade: Política em Poesia*. Eu começo:

> Tua vida, Abdias, foi dedicada a essa causa,
> a nossa causa, à causa da nação negra.
> Abdias, meu velho e querido Abdias, o nosso
> povo há de contar em versos e prosa a tua
> história. A história de um guerreiro, a história
> de um lutador.
>
> Os poetas vão lembrar de Abdias, falando de
> Paz, rebeldia e, tenho certeza, a emoção será tão
> Forte como é hoje o que sentimos quando
> Ouvimos a batida do tambor.
>
> Falarão de um homem negro, de cabelos
> brancos e barba prateada, que,
> independentemente do tempo, nunca parou.
> Fez da sua guerra a nossa batalha, como
> ninguém. Nunca tombou. Foi dele e é nossa a
> bandeira da igualdade, da justiça e da liberdade.
> [É nossa e de todo o povo brasileiro. Ele estava lá de cadeira de rodas nesse dia.]
>
> Abdias, tu és exemplo para todos nós.
> Tu és um homem que viveu à frente do teu tempo.
>
> Que as gotas de sofrimento arrancadas do teu
> corpo se tornem pérolas, luzes a iluminar a
> jornada do nosso povo, da nossa gente.
> Tu nos deixa uma lição de vida.
> Viverás para sempre [Abdias] junto de nós.
> A rebeldia de tuas palavras, que somente os
> guerreiros ousam, estão cravadas na história da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

humanidade, nos nossos corações e mentes.
Sei que não estás preocupado em agradar a
todos, mas sei que a mensagem é: jamais,
jamais deixem de lutar e sonhar.

Sonhem, não aquele sonho bonito que tu
gostarias que acontecesse num passe de mágica,
mas, sim, o sonho que com nossa luta
haveremos de tornar realidade.
Esse, sim, será o fruto da tua, da [...] vitória [de todos nós].

[Termino dizendo só:]
Viva a Nação Negra,
Viva Zumbi dos Palmares,
Viva o gigante Abdias do Nascimento!
Vida longa para ti, Abdias!
(Paulo Paim [...])

Termino aqui pedindo o voto de todos os nossos colegas. (*Palmas.*)

Obrigado, Senadora. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Que belo poema, Senador Paim!

Eu vou falar para o senhor: a história, a biografia de Abdias do Nascimento é uma grande inspiração, mas, enfim, poder também conviver com o senhor aqui no Senado e estar diariamente aprendendo e vendo a sua luta, porque a luta do Abdias é a sua luta e é a nossa luta, que é diária... E o senhor também é a melhor pessoa para relatar uma iniciativa dessa, do Senador Marcelo Castro, que é o nosso Presidente desta Comissão – e quero até parabenizar o Senador Marcelo Castro. Agora, escolher o senhor como Relator dessa homenagem ao Abdias do Nascimento é muito emblemático, é muito forte. E saber que para nós também... Eu gostaria de também fazer essa homenagem ao senhor, porque o senhor para nós aqui é um grande símbolo também dessa luta, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me só uma frase.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Nós, nós e nós, porque V. Exa. foi escolhida – e escolhida por mim, veja bem – para ser...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Eu sou grata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... a Relatora da política de cotas, que é a política mais importante da comunidade negra...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Eu até me arrepio.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... em todos os tempos, porque nós sabemos que é a educação que se quer.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Sim. Um grande desafio.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Faço essa homenagem a V. Exa. Está nas suas mãos.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – E vou fazê-lo com muito carinho para o senhor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E foi escolhida em comum acordo com toda a comunidade negra.

É só isso.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Eu agradeço e vou dar o meu máximo. Já estamos trabalhando em cima desse relatório, Senador.

Parabéns pelo relatório!

Eu vou passar agora para o item 2, em que o senhor também é Relator...

Antes disso, eu gostaria de só citar a presença da Senadora Ivete da Silveira, que é esposa do saudoso Luiz Henrique da Silveira, um grande político, um Senador que fez história aqui nesta Casa. Senadora, seja muito bem-vinda! É um prazer tê-la conosco aqui, principalmente junto à Bancada Feminina no Senado. V. Exa. vai engrandecer e trazer muita força para as nossas lutas diárias aqui na Casa. Seja muito bem-vinda!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou imitar V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Por favor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É tão importante esse registro que eu quero dar uma salva de palmas a ela e a ele lá no alto. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Com certeza. Grata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim como registro a presença do Padre Paulo Renato, que está acompanhando o Senador Esperidião Amin. Seja muito bem-vindo, Padre!

Vou passar agora para o item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 1837, DE 2021

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional da Saúde Única.

Autoria: Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação.

O Senador Flávio Arns está presente pelo remoto.

Concedo a palavra agora ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora, esse, de fato, é muito breve. Em seguida, porque eu tenho um terceiro ainda, eu faria o apelo, se for possível e se o Senador Esperidião tiver compromisso, de que ele tenha prioridade em relação aos que eu relato. Não sei como é que está seu tempo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Até porque o Relator é o Senador Flávio Arns. Eu não sei se ele está em linha...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, se fosse possível...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Desse eu sou o Relator, mas eu passo para ele e eu faço na sequência.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Então, o senhor lê esse aí, e eu já passo para o Senador Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Pode ser? Neste, é o autor o Flávio Arns, eu sou o Relator.

Eu vou tentar resumir o máximo aí, até porque o Senador, como sempre, muito elegante, diz: "Não. Leia, leia os seus aí que, em seguida, eu falo".

Vamos lá, rapidamente.

O Projeto de Lei 1.837, do Senador Flávio Arns, que institui o Dia Nacional da Saúde Única, foi encaminhado a esta Comissão.

A proposição compõe-se de dois artigos, dos quais o art. 1º estabelece a referida efeméride, a ser celebrada anualmente no dia 3 de novembro; o art. 2º, por sua vez, determina a entrada em vigor da projetada lei na data de sua publicação.

Na justificação, o autor ressalta a importância da abordagem por meio do conceito de saúde única para proteger a saúde e os meios de subsistência da população de todo o planeta.

O PL 1.837, de 2021, foi submetido à apreciação exclusiva e terminativa desta Comissão.

Não foram apresentadas emendas.

A justificativa é pequena, e eu farei aqui o resumo.

O conceito de saúde única, que mesmo nos meios especializados ainda é pouco conhecido, cuida da incorporação, em uma abordagem única e integrada, da saúde humana, animal e ambiental, reconhecendo suas profundas interconexões e dependências mútuas. No entanto, as práticas da medicina humana e da medicina veterinária, além de outras áreas importantes como as da ecologia e agronomia, costumam seguir trajetórias independentes e apartadas umas das outras, sem uma comunicação relevante entre elas. Somente nos últimos anos é que se observou um esforço de aproximação e diálogo entre essas áreas. É justamente o conceito de saúde única, correspondente ao inglês *one health*, a pedra angular para buscarmos superar uma visão estanque e compartimentalizada, promovendo a abordagem multidisciplinar e abrangente das questões relacionadas à saúde e ao equilíbrio ambiental.

Após a proposição ser apresentada, passamos a enfrentar no país, já no presente ano, um surto da varíola dos macacos, que é mais uma doença que tem origem em um vírus proveniente de animais, como também o é, provavelmente, a própria covid-19. Oriundas de animais domésticos, de criação ou selvagens, as doenças zoonóticas representam cerca de 75% das doenças emergentes em seres humanos.

Entender como os patógenos das zoonoses se comportam em seu ambiente natural ou modificado e como se disseminam entre os seres humanos, resultando por vezes em endemias que se estendem por longos períodos sem alcançar áreas mais amplas....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No dia 24 de junho de 2022, tive a oportunidade de presidir a audiência pública que debateu a criação do Dia Nacional da Saúde Única. Os debatedores, representantes de diversos ministérios e de medicina – aqui eu estou resumindo já –, todos fizeram a sua parte.

Já vou terminar, Senador Esperidião, porque é redundante o que está escrito nesse segundo momento, no meu próprio relatório, considerando a grandeza da proposta do nobre e querido Senador Flávio Arns.

Em conclusão, e tendo em vista o encaminhamento em caráter terminativo e exclusivo a esta Comissão, assinalamos que não há óbices relativos à constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e adequação regimental da proposição. Portanto, peço a aprovação do projeto.

É isso.

Senador Esperidião Amin, fui rápido, hein?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – O.k., Senador Paulo Paim.

Vamos aproveitar agora, já que nós vamos fazer a votação em bloco, vou passar para o item seis, que é a solicitação do Senador Esperidião, já aproveitando que esse 1.837 foi de iniciativa do Senador Flávio Arns. Agora vou passar para ele a relatoria do item seis.

ITEM 6

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI Nº 4940, DE 2020

- Terminativo -

Inscreve o nome de Antonieta de Barros no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa do Deputado Federal Alessandro Molon.

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI Nº 2607, DE 2022

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inscreve o nome de Antonieta de Barros no Livro dos Heróis da Pátria e altera a ementa da Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007, que dispõe sobre a inscrição de nomes no Livro dos Heróis da Pátria, no sentido de modificar a denominação para Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação do PL nº 4.940, de 2020, e pela prejudicialidade do PL nº 2.607, de 2022.

Concedo a palavra agora, no virtual, no remoto, ao Senador Flávio Arns para a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Agradeço à Presidente Leila; quero cumprimentar o Senador Esperidião Amin, autor da proposta; agradecer também ao Senador Paulo Paim pela relatoria do projeto que acabou de ser lido sobre saúde única, essa interação necessária entre a saúde humana, animal, vegetal e a interconexão que deve acontecer entre essas áreas. Temos exemplos recentes de como isso é importante.

Em relação ao projeto de lei que estou relatando, passo direto à análise.

Em todos os aspectos verifica-se a constitucionalidade das iniciativas. Não vislumbramos, ademais, vícios de juridicidade. Também na técnica legislativa o texto de ambos os projetos está de acordo com as normas estabelecidas.

A Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007, alterada pelas Leis nº 13.229, de 28 de dezembro de 2015, e nº 13.433, de 12 de abril de 2017, disciplina a inscrição de nomes no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia, monumento localizado em Brasília, construído em homenagem ao ex-Presidente Tancredo Neves.

Nos termos da referida lei, são merecedores da distinção brasileiros e brasileiras, individualmente ou em grupo, que tenham oferecido a vida à Pátria, para sua defesa e construção, com excepcional dedicação e heroísmo, desde que decorridos dez anos de sua morte ou presunção de morte, exceção feita aos brasileiros mortos ou presumidamente mortos em campo de batalha.

No que diz respeito ao mérito da proposta, reconhecemos a importância das iniciativas.

Antonieta de Barros nasceu em Florianópolis, no dia 11 de julho de 1901, filha de Catarina Waltrich, escrava liberta. Foi alfabetizada tardiamente e formou-se professora, quando passou a combater o analfabetismo de adultos carentes. Para tanto, com apenas 17 anos de idade, fundou o curso particular que levava seu nome. Tinha como ideal a educação como única forma capaz de libertar os desfavorecidos da servidão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como fruto do reconhecimento pela sociedade do impacto de seu trabalho, Antonieta foi eleita, em 1934, Deputada Estadual pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Trata-se da única vitória eleitoral de uma mulher negra, dentre as três mulheres eleitas naquele tento. Ressalta-se que o fato deu-se menos de meio século após a abolição da escravatura. Sua bandeira política tinha como marca a educação para todos como poder revolucionário e libertador, o que vale até hoje em dia, diga-se de passagem.

Eleita Deputada Constituinte em 1935, relatou dois capítulos da Constituição catarinense sobre Educação e Cultura e Funcionalismo. Sua atuação política foi marcada predominantemente pela defesa do magistério – que bom! –, atividade da qual nunca se afastou, com propostas que visavam a garantir concursos públicos para os cargos de professor, reduzir a influência política na escolha de diretores escolares e ampliar o acesso ao ensino superior para alunos carentes, por meio da oferta de bolsas de estudos. Aliás, tudo isso deveria fazer parte do programa atual, visando à melhoria da educação.

Publicou, em 1937, o livro *Farrapos de Ideias*, e doou os lucros da primeira edição para a construção de uma escola para abrigar crianças filhas de pais internados no leprosário Colônia Santa Tereza.

Eleita novamente em 1947, propôs o projeto de lei que culminou na publicação da Lei Estadual nº 145, de 12 de outubro de 1948, que instituiu o Dia do Professor em Santa Catarina, feriado escolar celebrado em homenagem à primeira grande lei educacional do Brasil, sancionada por Dom Pedro I em 15 de outubro de 1827. Em 1963, a data foi oficializada pelo Decreto Federal nº 52.682, de 14 de outubro de 1963, pelo Presidente da República João Goulart, passando a valer em todo o país.

Antonieta foi também cronista, tendo escrito, em 23 anos de contribuição à imprensa, sob o pseudônimo de Maria da Ilha, mais de mil artigos em oito veículos. Seu estilo era afrontoso para os costumes da época: escrevia sobre educação, sobre os desmandos políticos e sobre a condição feminina. Dizia que as mulheres não deveriam ser "virgens de ideias" – entre aspas.

Não há dúvida, pois, que a homenagem ora proposta é justa e meritória. Inscrever o nome de Antonieta de Barros no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria é um ato nobre de reconhecimento do heroísmo dessa cidadã exemplar.

Como os PLs nº 4.940, de 2020, e nº 2.607, de 2022, tramitam em conjunto, optamos pelo acolhimento do primeiro, mais antigo e já aprovado na Câmara dos Deputados, e pela prejudicialidade do segundo, por força do disposto no art. 260, inciso II, alínea "a", do Regimento Interno do Senado Federal.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PL nº 4.940, de 2020, e pela consequente prejudicialidade do PL nº 2.607, de 2022.

É o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Grata, Senador Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar a palavra para o Senador Esperidião Amin, que deseja discutir a matéria.

Pois não, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Sra. Presidente, em primeiro lugar, eu quero agradecer ao Senador Paulo Paim, que, ainda que não professe, foi batizado como PP. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Olhe quem está do lado ali: Carlos Portinho.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ele pode não professar todos os dias, mas nós já nos encontramos e convergimos em muitas circunstâncias.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Imagino, Senador Esperidião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E uma delas – essa me ocorreu ontem –, quando recebemos o aviso do Prefeito de Candiota, Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Ele falou do teu nome.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ele falou do teu também para mim. É exatamente o que eu ia dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – É o exemplo do projeto...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É o exemplo do tratamento que demos em conjunto à questão dos mineiros de subsolo, que foram salvos de um equívoco previdenciário em 2019.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – E você trouxe uma delegação aqui para apresentar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, nós temos muito mais convergências do que ele tenta ocultar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Na origem, na veia, como se diz.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas deixe-me falar bem de ti. Ele...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele fala PP porque o meu nome é Paulo Paim; ele tem razão.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Sim, para deixar bem claro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Paulo Paim. Até o Jean Paul reconhece que, se for escrever, vai escrever PP.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Graças a Deus, vocês dois...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Estava demorando para me ele me botar no meio do rolo.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – ... dando exemplo de civilidade sempre.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E o Jean Paul deve ser sócio da Jovem Pan.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sou mais velho do que a Jovem Pan, eu acho. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, Senadora, eu queria congratulá-lo pelo gesto, mas, acima de tudo, pelo relatório sobre o meu saudoso amigo Abdias Nascimento, que foi sucessor do Senador e Vice-Governador Darcy Ribeiro, fundador Universidade de Brasília, autor de um livro antológico *O Povo Brasileiro*. Certo, Jean Paul?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Porque é o livro que espelha a nossa maior riqueza, e nós não percebemos isto: nós somos o país mais misturado do mundo; não há nenhum outro com tanta mistura. Agora que existem esses *sites* para você descobrir a sua contribuição, a contribuição genética que você tem, nós vamos bater todos os recordes de faturamento dos *sites.* E a descoberta: somos o povo mais misturado do mundo, o que é uma noção, acima de tudo, de tolerância, é um recado de tolerância, o contrário da raça pura, daquelas maluquices de eugenia que tanto mal já fizeram à humanidade.

Então, o Darcy Ribeiro nos ensinou a apreciar a mistura, e eu sou fruto de uma mistura dessas. Eu sou filho de imigrantes.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Somos, não é, Senador?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas eu sou filho de imigrantes de primeira geração – eu acho que isso é o grande patrimônio do povo brasileiro –, e de imigrantes que vieram de lugares e com histórias diferentes e se conheceram no Brasil.

O Abdias trouxe para o Senado esta luta que o Senador Paulo Paim tão bem resumiu, de forma que eu não preciso repetir, apenas me congratulo. E vou ficar devendo o despacho que o Senador Ronaldo Cunha Lima fez a um requerimento meu e do Abdias para a celebração dos 100 anos da morte de Cruz e Sousa, em 1898, em que o Ronaldo Cunha Lima, que é o autor do famoso Habeas Pinho, em que requereu a liberdade para o violão que tinha sido preso numa serenata e o juiz despachou também em forma de poesia... O Habeas Pinho, do Ronaldo Cunha Lima, faz parte de todos os gabinetes de advogado com mais de dez anos de militância, de advocacia. Então, isso é a respeito do meu amigo Paulo Paim e do homenageado.

E agora...

Olha, veio a tempo o despacho do Ronaldo Cunha Lima:

O resgate da memória,
da vida e da trajetória
do vate catarinense [esse é o despacho do Ronaldo Cunha Lima ao nosso requerimento]
é gesto pra ser louvado,
é mérito para o Senado,
é honra que nos pertence.

O poeta simbolista [Cruz e Sousa]
integra pequena lista
de poetas geniais.
Tem uma história bonita,
é triste, mas não evita
belezas sentimentais.

Era filho de um escravo,
mas, preto e pobre, foi bravo
ante tudo que sofreu.
Casou com Gavita Rosa,
que morreu tuberculosa,
como o poeta morreu.

Sua esposa enlouqueceu
depois que um filho morreu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e um outro morreu depois.
E a morte, não satisfeita
ainda ficou na espreita
e em breve levou os dois.

A obra de Cruz e Sousa
imensamente repousa
em Tropos e Fantasias,
Em Missal e Evocações,
Broquéis, Faróis, Emoções
de um mundo de poesias.

Acato o requerimento
[...]
por seu aspecto legal.
[...]
e vai ter muito discurso
na sua terra natal.

[...]
Abdias pela raça,
e Amin [...] da mesma praça [do poeta homenageado].

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, só um Senador realmente fantástico, como era Ronaldo Cunha Lima, poderia dar um despacho desse a um requerimento comum para homenagear um outro que já está inscrito na nossa Casa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele é o pai do Cássio, não é?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É o pai do Cássio Cunha Lima e avô, portanto, do Pedro, que disputou a eleição na Paraíba.

Mas, agora, indo para o nosso assunto, quero agradecer ao Senador Flávio Arns pela gentileza, pelo seu gesto bonito de relatar em tão pouco tempo esta mensagem que homenageia. E quero enaltecer a iniciativa do projeto de lei, que tem, inclusive, preferência, que é do Deputado Alessandro Molon, quero deixar aqui consignado. O nosso projeto é posterior ao dele. Então, o despacho do Senador Flávio Arns é perfeitamente correto, de acordo com o Regimento. A única pretensão que se tinha ainda era de, se for possível, considerar uma emenda de redação, e parece que já foi acolhida, que é a questão da ementa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mais, eu quero deixar consignada aqui a minha homenagem a esta iniciativa que agora é do Senado. Foi aprovada. Vai ser aprovada, se Deus quiser. E quero dizer o seguinte: Antonieta de Barros foi esta figura extraordinária que o relatório do Senador Flávio Arns resumiu. E mais: quero salientar três pontos. Primeiro, ela foi política, ela foi a primeira Deputada, portanto ela tinha partido. E ela escrevia críticas políticas também, além de literatura e jornalismo. E o Conselho Estadual de Educação, eu quero apenas exibir, publicou esse belo exemplar, sob o patrocínio da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, *Antonieta de Barros – Crônicas Selecionadas.* E nessas crônicas há críticas, sim, a governos locais e por fatos objetivos, ou seja, ela tinha militância, ela tinha lado. Eu acho que isso é muito bonito, assim como a senhora tem lado, como eu tenho lado. É isso que constrói a pluralidade, a convivência, a tolerância que o Darcy Ribeiro prega sobre a forma racial, sobre o viés racial. E eu acho que isso é muito bonito. Então, primeiro, política; segundo, professora, jornalista, portanto um exemplo; e foi autora da lei que João Goulart nacionalizou no Dia do Professor. Então, quando a gente celebra no dia 15 de outubro o Dia do Professor, isso nasceu lá atrás, por uma iniciativa da Deputada Antonieta de Barros.

Saúdo...

A Senadora Zenaide Maia está de máscara, mas é aquela puxava a missa lá na CNBB. É a mais papa-hóstia de todos nós. (*Risos.*)

Também, numa tacada só ela santificou 17... Não foram 17 mártires?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Dezessete mártires numa tacada só.

E concluo dizendo o seguinte: eu fui alfabetizado pela irmã dela. E confirmei há pouco com a Senadora Ivete que o Luiz Henrique também foi aluno dela, da irmã, Leonor de Barros. E como todos sabem...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Imaginem a alegria dela de onde estiver: alfabetizou dois Senadores.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A gente pode ter até esquecido o nome do penúltimo professor, mas do primeiro professor ninguém esquece. E, no caso da professora do primeiro ano primário, eu não tive creche, é um nome inesquecível. Então, eu associo sempre as duas. Esses três aspectos da Antonieta de Barros e da sua irmã, que me acolheu, me alfabetizou e me tirou um bocado... Metade dos medos que eu perdi, quando guri, eu perdi graças à Leonor de Barros. Então, eu fiquei um pouco pior e mais intratável também por culpa dela.

Parabéns ao Molon, parabéns ao nosso Senador Flávio Arns, que ainda é, no nosso coração, o quarto Senador de Santa Catarina, por causa da sua tia Zilda Arns...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Está sinalizando ali com tudo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... que é a nossa sempre candidata ao Prêmio Nobel da Paz, pela indicação que teve pelas crianças do Brasil e no Haiti.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Obrigada, Senador Esperidião Amin, o senhor sempre trazendo muita história, ainda mais a força dessas mulheres, no caso da Leonor e da Antonieta de Barros, e também toda a história da família Arns, Zilda Arns...

No caso, eu vou passar agora a palavra para a Senadora Zenaide.

Seja bem-vinda, Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Sra. Presidente, olha aí o Esperidião Amin, meu colega, Paulo Paim...

Eu estava remotamente, mas não consegui entrar para falar. Esse novo sistema... Eu acho que eu tenho que voltar com os telefones lá...

Mas quero dizer o seguinte: a história de Abdias do Nascimento e também a de Antonieta de Barros me emocionaram demais, Esperidião. Eles têm algo muito em comum. Antonieta nasceu em 1901 e já mostrava que a educação era a única maneira de sair da servidão, assim como Abdias, 1914. Homem e mulher de fé, aquela fé, Esperidião, que faz a gente insistir, persistir e nunca desistir de lutar por aquilo em que a gente acredita.

Então, hoje, eu queria parabenizar a Leila e todos que fazem esta Comissão. Temos uma pauta que nos dá esperança. Quando a gente vê a história desses... Isso é muito grande – é muito grande! E pensar que essas pessoas aqui, esses seres humanos, há mais de um século, já mostravam que era necessária uma educação pública de qualidade em tempo integral. E hoje aqui, neste Parlamento, a gente continua discutindo que a educação é a única maneira de se crescer economicamente como seres humanos, é a única maneira de incluir. Aqui, dois negros que já eram discriminados, mas acreditaram e foram em frente.

Eu acho que isso dá um exemplo para nós do Parlamento no sentido de que não há saída sem educação. E eu sei como Leila e todos aqui defendem essa ideia.

Também quero parabenizar o projeto do nosso querido Flávio Arns, que falou de saúde única, outra coisa que nos mostra que, quando a gente defende a vida, a gente tem que defender não só a vida humana, mas as outras formas de vida, porque elas se entrelaçam mesmo, gente. Por mais que antigamente não se tivesse essa visão... Claro, os povos originários, os índios já conheciam isso de bem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perto. Mas, por mais que a gente não queira ver, agora está visível que temos que preservar todas as formas de vida, até porque a humana só não sobrevive sem as outras formas de vida.

Obrigada!

Eu estava lá me coçando... Dois seres humanos maravilhosos como esses e eu não ir lá elogiar? Não tem como!

Obrigada!

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Não, você veio só engradecer aqui a nossa Comissão.

Olha só, eu vou passar para o último item para a gente fazer a votação...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Os seus projetos são por votação simbólica. Então, é mais tranquilo. Nós vamos aproveitar o nosso quórum, está bem, Senadora?

Eu vou passar para o item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 3763, DE 2021

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional dos Trabalhadores em Entidades Culturais, Recreativas e Conexas, a ser comemorado na segunda segunda-feira do mês de maio de cada ano.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação.

Eu concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Presidenta Senadora Leila Barros, quando eu solicitei a relatoria deste projeto ao Presidente da Comissão, eu disse a ele que eu queria fazer uma homenagem ao já falecido Adão Pretto.

Adão Pretto foi um lutador no campo e na cidade, era um pequeno produtor, se destacou em todo o país e infelizmente faleceu muito jovem. O seu filho Edegar Pretto, que andava com ele pelos cantos deste

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

país todo, um piá na época, aprendeu com ele não só a lida da terra, mas a lida também na política; daí ele cresce e se torna Deputado Estadual e Presidente da Assembleia do Rio Grande do Sul.

De imediato, o Presidente da Comissão me concedeu a relatoria e eu a faço neste momento, numa homenagem ao meu querido Adão Pretto, que faleceu, e ao filho que chegou a Presidente da Assembleia, concorreu agora, inclusive, a Governador do Estado do Rio Grande do Sul e ficou muito bem colocado. Claro que quem ganhou as eleições foi Eduardo Leite, democraticamente. Foi um belo debate durante todo o período.

Presidenta, então, nessa homenagem aqui ao meu querido Adão Pretto, já falecido, vem ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para decisão terminativa, o Projeto de Lei 3.763, da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados – o Adão Pretto era o Presidente dessa Comissão e foi lá que ele provocou a aprovação deste projeto –, que institui o Dia Nacional dos Trabalhadores em Entidades Culturais, Recreativas e Conexas, a ser comemorado na segunda segunda-feira do mês de maio de cada ano.

A proposição é composta por dois artigos. O art. 1º institui a efeméride, tal qual descrito pela ementa. O art. 2º prevê a entrada em vigor da lei na data de sua publicação.

O projeto originou-se de uma sugestão enviada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Entidades Culturais e Recreativas do Estado de Minas Gerais, que tramitou na Câmara dos Deputados, que o então Deputado Adão Pretto presidia. Sob a orientação dele foi aprovada essa SUG.

Análise.

Nos termos do art. 102, II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar em proposições que versem sobre a instituição de datas comemorativas.

Além disso, devido ao caráter exclusivo da distribuição para esta Comissão, a ela compete a análise dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Quanto a esses aspectos, nada há o que se opor ao PL 3.763, de 2021.

De fato, a matéria se insere no campo da competência concorrente da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Carta Magna. Ainda, é legítima a iniciativa parlamentar, visto não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República. Igualmente legítimo é o tratamento da matéria por meio de lei ordinária, já que a Constituição não reserva o tema à esfera de lei complementar.

Não vislumbram, ainda, óbices de natureza jurídica ou regimental, estando o projeto redigido de acordo com a boa técnica legislativa, em conformidade com o que manda a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, não há que se falar sobre o atendimento aos pressupostos da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que fixa critério para instituição de datas comemorativas. Isso porque o projeto foi apresentado na Casa de origem no ano de 2008, anteriormente, portanto, à entrada em vigor da norma balizadora do tema.

Sobre o assunto, inclusive, o Parecer nº 219, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa é claro ao afirmar que "os projetos de lei cuja tramitação se iniciou, na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal, antes da publicação da Lei n° 12.345, de 2010, devem ser considerados válidos, pois foram apresentados na forma da legislação então vigente [...]".

Com relação ao mérito, a proposição é igualmente louvável.

Os trabalhadores em entidades culturais e recreativas exercem seus ofícios para que as demais pessoas possam usufruir do lazer e da cultura, direitos constitucionalmente assegurados a todos. Todavia, ao exercerem suas atividades, esses trabalhadores, muitas vezes, são privados do exercício do mesmo direito que garantem a tantos outros.

Trabalhando sobretudo em feriados e finais de semana – que é o caso da agricultura e, principalmente, agricultura familiar –, os trabalhadores da indústria cultural sacrificam o próprio tempo de lazer e o convívio com suas famílias para bem desempenharem suas funções, mesmo com pouco reconhecimento da sociedade e baixos salários, na maior parte das vezes.

Na recente pandemia – que ainda vivenciamos –, a indústria cultural foi a primeira a sofrer os impactos do isolamento social e certamente será a última a se recuperar completamente. Isso impactou de maneira direta a vida de milhares de famílias que dependiam dessa indústria para sobreviver, obrigando seus trabalhadores a se reinventarem e procurarem alternativas para o sustento próprio e familiar.

Assim sendo, consideramos muito oportuna a iniciativa de estabelecer um dia em homenagem aos trabalhadores em entidades culturais, recreativas e conexas.

Além disso, gostaria, então, de prestar, como já disse aqui, uma homenagem – e por isso falei tanto aqui de agricultura familiar, vinculando ao trabalho da cultura, nesse momento, porque lá no campo também tem cultura, e muita cultura. Gostaria de prestar uma justa homenagem ao Deputado Adão Pretto, então Presidente da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados quando a sugestão que deu origem ao presente projeto foi acolhida por ele e encaminhada e votada no Plenário, e chega, então, a esta Comissão.

Adão Pretto, pequeno agricultor de origem humilde, sempre se dedicou aos movimentos sociais populares, sobretudo àqueles relativos à reforma agrária. Iniciou sua trajetória política no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miraguaí. Foi, ainda, um dos fundadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Rio Grande do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como Deputado Estadual e Federal, atuou arduamente na defesa dos pequenos agricultores, na luta contra o latifúndio e na promoção da reforma agrária. E foi sempre um defensor da cultura no campo e na cidade.

Faleceu no dia 5 de fevereiro de 2009, ocasião em que exercia seu quinto mandato consecutivo de Deputado Federal. A ele, nosso reconhecimento e gratidão, na forma desta singela homenagem.

Fiz questão de vincular, Presidente, cultura e o trabalho no campo.

Sabe, eu tive uma experiência, um tempo atrás, uma pequena agricultora me convidou. Ela me disse: "Paim, tu estás sempre lá no Senado, vem passar aqui só um fim de semana conosco para tu entenderes como é que é o Natal, como é que é o primeiro do ano, como é que são as férias". Sabe como é que é? É todos os dias levantar cinco da manhã e deitar nove, dez da noite, porque tirar o leite da vaca, cuidar dos animais, cuidar da cultura não espera se há casamento ou se nasceu um filho ou um neto, tem que ser feito todos os dias.

Então, baseado na história bonita do Edegar e do pai que faleceu é que eu fiz o relato desse projeto, falando um pouco também do grande Adão Pretto, um grande líder do campo e da cidade, da agricultura familiar e também da cultura.

Era isso, Presidente, peço o voto favorável.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Agradecendo aqui a nosso colega Paulo Paim, já anunciamos aqui o item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 3903, DE 2021

- Terminativo -

Inscreve o nome de Dorina de Gouvêa Nowill no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra à Senadora Leila Barros para a leitura do relatório.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/PDT - DF. Como Relatora.) – Grata, Senadora Zenaide. Bom, eu vou ao relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem ao exame da Comissão, para decisão terminativa, o Projeto de Lei nº 3.903, de 2021, da Senadora Mara Gabrilli. A proposição determina a inscrição do nome de Dorina de Gouvêa Nowill no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves.

Na justificação, a autora narra a história de vida da homenageada, com destaque para sua luta em defesa da educação das pessoas com deficiência visual.

Eu vou para a análise.

A matéria se insere no rol da competência legislativa da União e não se constatam vícios relativos à regimentalidade ou à juridicidade da proposição. Além disso, o projeto atende aos requisitos previstos na Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007, que "dispõe sobre a inscrição de nomes no Livro dos Heróis [e Heroínas] da Pátria".

No mérito, a matéria merece ser acolhida.

Dorina Nowill nasceu em São Paulo, no dia 28 de maio de 1919. Aos 17 anos de idade, ficou cega, vítima de uma doença não diagnosticada. Mesmo após a perda de sua visão e apesar de todas as limitações do ensino na época, Dorina ingressou no chamado Curso Regular, na Escola Normal Caetano de Campos, em São Paulo, em 1943, tendo sido a primeira estudante cega a frequentar o Curso Regular em nosso país. Percebendo as dificuldades no ensino para pessoas com deficiência visual, desenvolveu um método de educação de crianças cegas, projeto que teve a aprovação do Departamento de Educação do Estado de São Paulo e abriu caminho para a implementação do I Curso de Especialização de Educação de Cegos na América Latina.

Em 1946, foi aos Estados Unidos especializar-se em educação para cegos na Universidade de Columbia. O contato com fundações localizadas em solo estadunidense possibilitou a troca de experiências e deu-lhe a possibilidade de conseguir apoio para trazer a produção em braile para o Brasil.

Dorina recebeu da Kellogg Foundation e da American Foundation for Overseas Blind uma imprensa braile completa para dar início ao seu projeto mais conhecido: a Fundação para o Livro do Cego no Brasil – atual Fundação Dorina Nowill.

A fundação iniciou suas atividades com a produção e distribuição de livros físicos em braile para a população brasileira. Desde então, foi responsável pela produção de mais de 6 mil livros adaptados, 2,7 mil audiolivros e 900 títulos digitais.

Após a experiência obtida na escola com o método de ensino para crianças cegas e com sua especialização nos Estados Unidos, Dorina convenceu a Secretaria de Educação de São Paulo a criar o Departamento de Educação Especial para Cegos, em 1947.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, por ter ficado cega em uma época em que a oftalmologia não contava com tantos recursos, Dorina batalhou para que fosse possível prevenir a perda de visão.

Seus esforços resultaram na reunião do Conselho Mundial Para o Bem-Estar do Cego, órgão do qual se tornou presidente, com o Conselho Brasileiro de Oftalmologia e a Associação Pan-Americana de Saúde. Além disso, sua fundação promove, até os dias de hoje, atendimento clínico oftalmológico.

Em 1953, Dorina conseguiu que o direito à educação inclusiva das pessoas cegas fosse garantido por lei, no Estado de São Paulo.

Em 1961, o Presidente Jânio Quadros convidou Dorina para dirigir a Campanha Nacional de Educação de Cegos. A ativista conseguiu que fossem criados os serviços de educação de pessoas com cegueira em todos os estados brasileiros.

No ano de 1981, Dorina discursou na Assembleia Geral das Nações Unidas, abordando a transferência da tecnologia de países desenvolvidos para os territórios em desenvolvimento. Além disso, defendeu a criação da Década da Pessoa com Deficiência.

Já em 1982, na Conferência da Organização Internacional do Trabalho, em Genebra, propôs que a reabilitação profissional de pessoas cegas fosse pauta de discussão dos governantes.

Dorina morreu em 29 de agosto de 2010, na cidade de São Paulo, aos 91 anos, vítima de uma parada cardíaca.

Em 2010, postumamente, Dorina ganhou um totem na galeria tátil da Pinacoteca de São Paulo. A obra é uma homenagem à sua atuação no Programa Educativo para Públicos Especiais, da Ação Educativa.

Seguindo-se as homenagens póstumas, em 2011, o jornalista Luiz Roberto de Souza Queiroz lançou o livro *Dorina Nowill: um relato da luta pela inclusão social dos cegos*.

Em 2013, o Senado Federal homenageou a educadora com a criação da comenda Dorina Nowill, destinada a agraciar personalidades que tenham oferecido contribuição relevante à defesa das pessoas com deficiência no Brasil.

Já em 2016, Dorina teve sua história contada no documentário "Dorina: olhar para o mundo", dirigido por Lina Chamie, sendo este o primeiro documentário original produzido pela HBO no Brasil.

Em 2019, ano de seu centenário, recebeu diversas homenagens, a exemplo de um *doodle* na página do Google. Esse ano também contou com o lançamento do livro em braile "Como Dorinha vê o mundo", obra que apresenta a vida de Dorinha, personagem criada por Maurício de Sousa em 2004.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dorina continua a ser lembrada e homenageada, ainda nos dias de hoje, por sua luta pela inclusão social e acessibilidade das pessoas com deficiência.

Por tudo isso, consideramos extremamente justa e meritória a iniciativa de se inscrever o nome de Dorina Nowill no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

O voto, Sra. Presidente.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.903, de 2021, de autoria da nossa querida Senadora Mara Gabrilli.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Devolvo a Presidência, à Senadora Leila, para seguir com os trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Grata, Senadora Zenaide.

Bom, agora nós vamos para a votação dos itens.

O PL 4.458, de 2021, cujo relatório já foi lido no dia 7 de julho.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 4458, DE 2021

- Terminativo -

Declara o ano de 2022 como o "Ano da Busca Ativa: Toda Criança na Escola".

Autoria: Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR)

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela aprovação do projeto com uma emenda que apresenta.

Observações: *Em reunião realizada em 07/07/2022, foi lido o relatório.*

O Relator foi o Senador Confúcio Moura, e a iniciativa foi do nosso querido Senador Flávio Arns.

O item nº 2, o PL 1.837, de 2021, lido hoje; o item 3, o PL 2.526; o item 4, o PL 3.903, de 2021; item 5, o PL 3.763, de 2021; e o PL 4.940, de 2020, que tramita em conjunto com o PL 2.607, de 2022.

Nos termos dos relatórios apresentados, eu solicito à Secretaria que abra a votação eletrônica. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – É uma votação só?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Sim, Senador Esperidião. (*Pausa.*)

Pois não, Senador Flávio Arns.

Passo a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Agradeço a V. Exa.

Quero fazer três observações, Sra. Presidente. A primeira é em relação ao projeto, muito justo, de autoria da Senadora Mara Gabrilli, relatado por V. Exa., colocando o nome da educadora e líder Dorina Nowill no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. Eu quero de fato destacar que o papel da Professora e empreendedora Dorina Nowill foi essencial para a inclusão social das pessoas com deficiência em geral no Brasil, porque, apesar de ela ter atuado bastante na área da deficiência visual, particularmente na área da cegueira, a abertura de caminhos nessa área permitiu que também outras deficiências fossem organizadas, estruturadas e com serviços para o atendimento adequado das necessidades das pessoas. Então, Dorina Nowill foi uma referência no Brasil e nada mais justo do que seu nome estar consagrado como heroína da pátria. Então, eu concordo inteiramente com isso.

Quero também, em outro momento, agradecer novamente ao Senador Esperidião Amin por sempre lembrar de mim como o quarto Senador do querido Estado de Santa Catarina, sempre lembrando as nossas origens, no querido Município de Forquilhinha, ao lado de Criciúma, onde o meu avô foi pioneiro, abrindo picadas, ajudando a construir escola, igreja, casa e onde nasceram pessoas que contribuíram muito para o Brasil, na democracia, na liberdade, na saúde, na organização do povo, como foi o caso de D. Paulo Evaristo Arns, Cardeal Arcebispo de São Paulo, ao final da sua trajetória, e da Dra. Zilda Arns Neumann, que foi coordenadora da Pastoral da Criança, que foi fundada 39 anos atrás no Brasil, no Município de Florestópolis, no Paraná, e que se expandiu para praticamente todos os municípios do Brasil e também para vários países do mundo, e também foi coordenadora da Pastoral da Pessoa Idosa. A Pastoral da Criança ainda acompanha cerca de 1 milhão de crianças nos dias de hoje.

Se a gente imaginar que foram 39 anos, foram milhões de crianças acompanhadas pelas líderes e pelos líderes da pastoral. E, na Pastoral da Pessoa Idosa, ainda são algumas dezenas de milhares acompanhadas pelo Brasil, e D. Peruzzo, Arcebispo de Curitiba, é o Presidente nacional da Pastoral da Pessoa Idosa.

Faço uma indagação a V. Exa., finalmente, Senadora Leila, porque que nós temos requerimentos a serem aprovados que são não terminativos. Eu só pergunto se, enquanto aguardamos o quórum para as votações nominais que estão acontecendo, seria regimentalmente correto aprovamos os requerimentos, já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que são não terminativos – pelo menos fizemos isso em outra Comissão outro dia. Não sei se é possível ser feito e qual é a orientação do Thiago. Se não for, a gente aguarda também.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Senador, eu fiz até aquela carinha para o Thiago: "Será que dá, Thiago?". Ele falou assim: "Senadora, é melhor aguardar". Então, temos de esperar, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Está bom. Aguardamos.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – O senhor sabe que um pedido do senhor não é um pedido, é uma ordem, mas, segundo o Thiago, não dá. Desculpe.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Parabéns pelo trabalho, Senadora Leila, também sempre tão preocupada com a educação!

Temos de dar uma atenção muito especial para a concretização das Leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo, para a questão do empreendedorismo nessa área e também para a questão do esporte – esporte escolar, esporte comunitário. Seria bom no próximo ano – agora, a gente está no final do ano – darmos toda a atenção necessária para que as três áreas em conjunto, educação, cultura e esporte, que são objeto da nossa Comissão, possam evoluir de maneira significativa e para o bem do nosso povo.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Grata, Senador.

Concordo com o senhor. Estamos no final do ano, vivendo transição, avaliação de PEC. Enfim, é um final de ano em que temos de dar a devida atenção a essa transição entre os Governos aqui, mas essas pautas para nós e certamente para todos os integrantes desta Comissão serão prioritárias.

Grata, enfim, pelo dia a dia e pelo seu compromisso também forte, tão presente nesta Comissão de Educação e na educação brasileira.

Estamos aguardando. Faltam ainda seis votos.

Eu peço às assessorias, por favor, que entrem em contato com os Senadores que já registraram presença, mas que ainda não votaram nesse bloco de projetos terminativos.

Vamos aguardar mais um pouco. (*Pausa.*)

Senador Flávio, deseja falar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Eu peço novamente a palavra, enquanto a gente aguarda o término da votação – já temos dez pessoas que votaram –, só para lembrar que foi criada uma Subcomissão na Comissão de Educação, Cultura e Esporte que se refere à educação na pandemia.

Realizamos 20 audiências públicas e chegamos a conclusões, encaminhamentos bem interessantes no sentido de: acesso às escolas para os alunos – um dos itens –; permanência na escola; infraestrutura das escolas, tudo bem detalhado com documentos; conectividade no ambiente escolar; e também a recomposição da aprendizagem, recuperação da aprendizagem. Há crianças que entraram no primeiro ano em 2020, que daí não foram mais para a escola em 2020 e que em 2021 voltaram mais para o final do ano; há crianças que entraram no primeiro ano e que voltaram no terceiro ano. Então, temos que recuperar, recompor a aprendizagem. E todos esses itens, dentro de uma ótica do Sistema Nacional de Educação, foram muito debatidos nessa Subcomissão da Educação na Pandemia.

A Senadora Zenaide Maia, que, inclusive, está presente, é Vice-Presidente dessa Subcomissão. Fazem parte também os Senadores Wellington Fagundes, Confúcio Moura – fazia parte o Senador Anastasia, que foi conduzido ao Tribunal de Contas da União – e Alexandre Silveira, que é o suplente do Senador Anastasia.

Houve essas 20 audiências, e vão ser colocados agora os resultados, as recomendações, com um detalhamento bonito e importante que pode também auxiliar em muitos encaminhamentos que desejemos fazer para a educação no Brasil num relatório final.

Eu quero lembrar à Senadora Zenaide, ao Senador Wellington Fagundes e também ao Senador Confúcio Moura e ao Senador Alexandre Silveira que, na segunda-feira, dia 10, teremos uma reunião para a aprovação do relatório – será praticamente a última semana –, para que esse relatório possa ser apresentado, então, Senadora Leila, para a própria Comissão de Educação, Cultura e Esporte na reunião de quinta-feira da semana que vem.

É um relatório fruto de 20 audiências públicas. As instituições que se envolvem mais com a educação no Brasil estiveram sempre presentes, públicas, do Governo Federal, estaduais, municipais, campanhas. E será um documento, eu diria, extremamente interessante, bom, útil para os rumos que queremos para a educação no Brasil, da creche à pós-graduação – creche, pré-escola, ensino fundamental, médio, jovens e adultos, educação profissional, ensino superior, também educação indígena, quilombola, em todas as áreas, sejam as modalidades ou não.

Na segunda-feira, relembrando a Senadora Zenaide, nossa querida Vice-Presidente sempre presente e atuante, a gente, então, como Subcomissão, aprovaremos para depois remetermos isso para a própria Comissão de Educação.

Obrigado, Sra. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Senador, segundo o Thiago, está tudo certo. A primeira leitura vai ser na Subcomissão no dia 5, e, na próxima quinta, como o senhor falou, dia 8... Estou muito curiosa para ver o resultado do trabalho da Subcomissão.

A Senadora Zenaide quer falar também.

Pois não, Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem.) – A gente vai fazer essa Subcomissão.

E esta Comissão está de parabéns. Tudo o que se falou hoje foi de educação. Isso é uma coisa importante. Eu sei que a Comissão é de educação, mas, por exemplo, os heróis e heroínas tiveram foco na educação – dois, há mais de um século, já mostravam isso. Esta Comissão tem um papel fundamental.

Eu costumo dizer, Leila, que informação é poder. Nada empodera mais um povo do que informação correta. E essas reuniões deliberativas, as audiências públicas que a gente faz aqui nesta Comissão e em outras neste Senado dão visibilidade à população... É porque, na verdade, não adianta a gente só aprovar projetos de lei, pois, se as pessoas não tiverem conhecimento deles, a gente não vai a lugar nenhum. Então, informação é poder, e é isso que a gente faz aqui.

Por exemplo, estas duas histórias aqui têm um século: a de Abdias e a da nossa outra professora. Poucas pessoas, talvez, no Brasil tenham conhecimento delas, mas elas são inspiradoras para as pessoas negras que estão em condições vulneráveis, mas que podem ver que pessoas com maior vulnerabilidade naquela época do que se está hoje – porque hoje já se pode falar sobre isso – venceram e tiveram uma história linda. Cada um tem o dom de fazer sua história. E esses dois a gente tem que parabenizar, porque eles usaram esse dom e fizeram uma história inspiradora para todos nós e para o povo brasileiro que está nos assistindo aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Grata, Senadora Zenaide.

Senador Flávio, só confirmando o que o senhor falou: dia 5 é a reunião da Subcomissão, com a apresentação e leitura do seu relatório, e, no dia 8, quinta-feira, será a votação na nossa Comissão. É isso?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Exatamente. É a programação.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Perfeito.

Convido a todos para acompanharem a nossa Comissão na próxima quinta-feira, dia 8, para a leitura desse com certeza excelente trabalho do Senador Flávio Arns e de toda a Subcomissão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gente, falta apenas um voto.

Estamos aqui ligando para os membros da Comissão. Mais um instante. (*Pausa.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem.) – Sabe, Presidente Leila, eu estava olhando aqui: em uma Comissão importante como esta Comissão de Educação, a gente vê vagas para titulares, duas, quatro... Não se justifica, em uma Comissão desta, a gente não ter mais quatro Parlamentares como titulares aqui, que, com certeza, se estivessem participando, não dificultariam as nossas votações. E é muito importante. Eu achei que não tinha... Para suplente, também tem vagas. Depois é algo para a gente pensar, porque a gente vê isso muito, mas, na Comissão de Educação, na CAE, ter...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – CDH, não é?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Na CDH...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – É uma disputa tremenda na CCJ, na CAE...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Na CCJ. E aqui a gente vê dois...

Eu sei que é para bloco parlamentar, mas, no próximo ano, na próxima legislatura, seria bom pensar que tem um prazo. De repente, me chamou a atenção isso, Paulo Paim...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Mas nós temos números suficientes aí para...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Suplente nós temos vários. Entendeu?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – ... cobrir esses números.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Porque, se tivesse mais quatro, era mais fácil de a gente aprovar. Tem vaga para quatro suplentes também, aqui.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora, como falta um ainda...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Pois não, Senador Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu tenho diversos admiradores não do Paim, mas do Abdias que leram o relatório e disseram: "Senador, fala aquele pedacinho do relatório..." É porque eles me ajudaram a construí-lo. Se você permitir, são três parágrafos...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Pois não, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Eles me foram solicitados para que fiquem nos *Anais* da Casa.

Quando der o 14, eu paro, mas aqui são dois minutos, creio eu.

Fala aqui também o relatório.

Abdias ainda trabalhou cerca de dez anos como professor contratado e com dedicação exclusiva na Universidade do Estado de Nova York, na cidade de Buffalo, tendo fundado lá a cadeira de Cultura Africana no Novo Mundo. Além disso, em 1976 a 1977, residiu na Nigéria, onde atuou como professor visitante na Universidade de Ifé, convidado pelo Departamento de Línguas e Literaturas Africanas.

De volta do exílio, Abdias participou ativamente da vida política do País. Senador Flávio Arns, com a ajuda do D. Paulo Evaristo Arns, foi responsável pela criação do Instituto de Pesquisa e Estudos Afro-brasileiros na PUC de São Paulo e pela organização do 3º Congresso de Cultura Negra das Américas. Em 1983, criou a revista *Afrodiáspora*, um órgão de divulgação das atividades, dos problemas e das aspirações dos afrodescendentes, especialmente nas Américas. Criou também o Movimento Negro Unificado.

Termino agora com isso.

A partir de 1979, Abdias se aproxima então de Leonel Brizola. Devido à atuação de Nascimento, foi criado então o Partido Democrático Trabalhista, a Secretaria do Movimento Negro, sob a coordenação dele. Em 1980, auxiliou na criação do Memorial Zumbi. Em 1982, Abdias foi eleito Deputado Federal pelo Rio de Janeiro, sob a bandeira da luta contra o racismo.

Abdias Nascimento foi o primeiro Deputado Federal do país a desenvolver projetos de lei versando sobre as famosas e importantes políticas afirmativas. Foi também titular da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania do Governo do Estado do Rio de Janeiro, durante o Governo de Leonel Brizola. Na década de 90, Abdias então chega ao Senado – reafirmo: na década de 90, com destaque, Abdias chega ao Senado. Como suplente do antropólogo Darcy Ribeiro no Senado, assumiu a cadeira entre 1991 e 1992 e de 1997 a 1999.

Pronto, Sra. Presidente. Obrigado pela oportunidade de complementar o relatório de um tema tão importante, que é a vida, a história e a obra do grande Abdias, que a partir de agora vai sair herói da pátria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Grata ao Senador Paulo Paim. Realmente, é uma história incrível a do Abdias do Nascimento. E, como eu falei mais uma vez, a questão de o senhor ser o Relator desse importante projeto...

Nós conseguimos quórum para a votação, 14 Senadores.

Eu quero agradecer ao Senador Plínio, que está resolvendo a questão de um relatório importante para a semana. Ele fez questão de sair do gabinete para vir votar. Eu agradeço a ele e a sua assessoria.

Então, nós vamos encerrar a votação e abrir para ver o resultado final.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Votaram: 13 Senadores, SIM; nenhum voto NÃO.

Está aprovado então. Estão aprovados os projetos.

As matérias serão encaminhadas à Mesa para as providências cabíveis.

Eu agradeço aos Senadores que vieram, votaram, que fizeram a leitura dos seus relatórios – o Senador Paulo Paim, o Senador Esperidião esteve presente também e Flávio Arns, no remoto.

Vamos passar agora para a segunda parte desta reunião.

Nós temos votações simbólicas de requerimentos.

Consulto os colegas, acho que é importante, eu sei que a decisão é do Presidente... Se a Senadora Zenaide, que está presente, estiver pronta para ler seu relatório, eu faço a leitura e já encaminho os requerimentos a serem lidos. E dou prioridade ao do Senador Flávio Arns também, que já solicitou a votação desse requerimento.

Então, vou passar a palavra...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Fora do microfone*.) – Eu tenho uns aqui de Jean Paul também.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Também? Requerimento? Vamos para os requerimentos então? Como esse é simbólico...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Sim. Então, vamos para os requerimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou para o item...

Senadora Zenaide, eu vou só passar aqui para o Senador Flávio Arns e, na sequência, para a senhora.

ITEM 21

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE N° 68, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 54/2022 - CE, com o objetivo de instruir o PL 1338/2022, que "altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica" seja incluído a seguinte convidada: Doutora Ângela Gandra Martins, Secretária Nacional da Família-MMFDH.

Autoria: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)

A autoria é do Senador Eduardo Girão e do Senador Flávio Arns.

Passo a palavra para o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – É um requerimento do Senador Eduardo Girão. Como ele não pôde estar presente, pediu que eu também colocasse a minha assinatura. Da minha parte, inclusive, como Relator do projeto de lei, concordo com a colocação do nome, que pode contribuir bastante também com os debates que estão ocorrendo em torno da lei objeto da audiência pública.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 68.

Item 22.

ITEM 22

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE N° 70, DE 2022

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a importância de criação do Dia Nacional do Artista Vidreiro, prevista no Projeto de Lei n° 2504, de 2022.

Autoria: Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR)

Passo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Agradeço de novo, Senadora Leila.

Apresentamos o projeto de lei do Dia Nacional do Artista Vidreiro. Para essa finalidade, sempre antes da apreciação pelo Plenário da Comissão, deve ser realizada uma audiência pública para debater o assunto. Para isso, propusemos para a audiência a presença dos seguintes convidados: Sra. Désireé Sessegolo, artista vidreira, *designer*, produtora cultural e empreendedora; também a Sra. Mariana Gomes Buarque de Gusmão, artista vidreira e arquiteta; e a Sra. Regina Lara Silveira Mello, artista-pesquisadora e professora-artista.

Então, é para a realização de audiência pública para embasar a apresentação do projeto de lei da criação do Dia Nacional do Artista Vidreiro.

Obrigado, Senadora Leila.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Grata, Senador Flávio Arns.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 70.

Item 15.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE N° 62, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 54/2022, seja incluída, na última

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

audiência do ciclo aprovado no referido requerimento, a participação da Sra. Mariana Rosa – Jornalista, educadora, mulher com deficiência, mãe de uma criança com deficiência, fundadora do Instituto Cáue – Redes de Inclusão e integrante do Coletivo Feminista Helen Keller de Mulheres com Deficiência

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

A autoria é do Senador Jean Paul Prates e da Senadora Zenaide Maia.

Eu passo a palavra para a Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para encaminhar.) – Esse requerimento de Jean, que eu subscrevi para poder fazer a leitura, é um pedido da participação da Sra. Mariana Rosa, como foi falado, jornalista e educadora, para debater justamente esse projeto de lei da escola domiciliar.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – O.k., Senadora Zenaide.

Em discussão.

Aliás, em votação o requerimento, perdão.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 62.

Item 17.

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE N° 64, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 58, de 2022, que requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater e analisar, em função do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023 e dos cortes nos recursos direcionados à área educacional, os desafios para o funcionamento das instituições federais de ensino superior em 2022, bem como a situação dos bolsistas da pós-graduação no Brasil, a inclusão dos seguintes convidados: • Claudio Alex Jorge da Rocha – Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif); • Flávia Calé da Silva – Presidenta da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG); • Representante do Observatório do Conhecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

A autoria é do Senador Jean Paul Prates e da Senadora Zenaide Maia.

Passo a palavra à Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para encaminhar.) – Obrigada, Sra. Presidente.

A gente sabe que esse assunto de redução de orçamento, de retirada de recursos da educação é uma coisa que nos preocupa demais tanto para universidades, mas aqui, excepcionalmente, para os institutos federais e tecnológicos, que é onde... Mesmo para quem diz que não é para chegar ao patamar os jovens que não têm condições de pagar a escola privada, tirar recursos do público, que são os institutos federais, que são escolas de altíssima qualidade, que o mundo todo vê como referência...

Então, vamos trazer o Conif, que é o conselho; a Flávia Calé, como foi falado, Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos, porque estamos falando de bolsa para se qualificar; e representante do Observatório do Conhecimento.

É este o motivo que eu acho que é importante: quanto mais a gente debater, melhor, porque a população toma mais conhecimento do que está acontecendo.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Perfeito, Senadora Zenaide Maia.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento de nº 64, de 2022.

Item 19, Requerimento nº 66.

ITEM 19

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE N° 66, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 54/2022 - CE, com o objetivo de instruir o PL 1338/2022, que "altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica" seja incluído representante do Ministério Público do Trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 48A72588004CB0C9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

Autoria do Senador Jean Paul Prates e também da Senadora Zenaide Maia.

Eu passo a palavra para a Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para encaminhar.) – Obrigada, Sra. Presidente. É só para incluir nessa discussão, mais uma vez, para instruir esse PL 1.338, que fala da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, um representante do Ministério Público do Trabalho.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Perfeito, Senadora Zenaide Maia.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento de nº 66.

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE N° 65, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, na Semana Nacional de Trânsito, com o objetivo de debater, nos termos dos arts. 2º e 4º da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, a instituição do Maio Amarelo como o mês da segurança no trânsito no Brasil.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Autoria do Senador Fabiano Contarato e também do Senador Paulo Paim.

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – A justificativa aqui é longa. Eu farei um resumo de um minuto.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A iniciativa é do Senador Contarato, que pediu que eu também assinasse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Movimento Maio Amarelo nasceu em 2014 para chamar a atenção da sociedade para o alto índice de mortes e feridos no trânsito e, consequentemente, reduzi-lo. O movimento cria condições para que toda a sociedade se mobilize em torno do tema da segurança viária, garantindo o engajamento em ações e a propagação de conhecimento.

A formação de cidadãos conscientes com a mobilidade urbana, que sejam capazes de aplicar no dia a dia a direção defensiva e a legislação, colaborará para uma cultura de paz e convivência respeitosa nas vias.

Esse é o resumo.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Perfeito, Senador Paulo Paim.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 65, de 2022.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE N° 57, DE 2022

- Não terminativo -

Requer nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1706/2019, que "dispõe sobre normas gerais para concessão do Passe Livre Estudantil".

Autoria: Senador Carlos Portinho (PL/RJ)

Passo a palavra ao Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para encaminhar.) – Presidente, Senadora Leila Barros, meus colegas Paulo Paim e Zenaide, esse é um assunto que entendo merece um grande debate. Eu, particularmente, entendo a necessidade e o direito que devemos outorgar aos estudantes da rede pública para o acesso ao transporte, mas há algumas inquietações, algumas questões que eu acho que numa audiência pública a gente poderia sanar até para saber a abrangência desse benefício, que, para o estudante, sim, é um benefício, mas tem a contrapartida do estado e ocorre de acontecer no município, na maioria das vezes. E é uma despesa justificada, possivelmente, mas para a qual a gente deve ter mais elementos, mais dados para que a gente possa, ao regular, regulamentar essa questão, a gente poder não extrapolar e também não impor um ônus desmedido aos municípios, aos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estados, mas atender, sim, ao estudante e, especialmente, na minha opinião, o estudante de escola pública, o universitário de universidade pública.

Então, eu vou aqui fazer uma breve leitura da justificação, dada já a minha introdução.

O projeto de lei apresentado visa, em suma, a conceder passe livre estudantil aos estudantes matriculados em instituições regulares de ensino, no transporte rodoviário e semiurbanos de passageiro entre a residência e a instituição de ensino.

Não obstante a nobreza da intenção do Senador, vale destacar que a proposta do benefício estudantil gera um custo adicional às empresas de transporte rodoviário de passageiros, e, na verdade, entendo, ao estado, de certa forma reflexa.

Sobre o assunto vale transcrever a conclusão de Maria Sílvia Barros Lorenzetti, em Gratuidade no Sistema de Transporte Público Coletivo de Passageiros, de fevereiro/2007, da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, que, com propriedade, posiciona-se no seguinte sentido:

> Da leitura, depreende-se que só existem duas alternativas para a concessão de gratuidade ou descontos na tarifa dos serviços. A primeira é a alternativa do subsídio direto, via recursos públicos, a qual esbarra na escassez de recursos que caracteriza os orçamentos públicos no País. Nunca é demais lembrar que, a despeito da sociedade brasileira conviver com uma carga tributária considerada alta, via de regra, o Poder Público dispõe de pouco fôlego para arcar com a concessão de benefícios sociais. Ademais, o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal trouxe ainda maior controle sobre a criação ou ampliação de benefícios, bem como sobre os atos governamentais que gerem despesa, principalmente os de caráter continuado.
> A segunda alternativa para o custeio da gratuidade ou de desconto na tarifa dos transportes é a do subsídio cruzado, interno ao próprio sistema, que consiste em incluir o custo dos usuários não pagantes na composição da tarifa [daqueles que pagam]. Essa opção, embora bastante utilizada na concessão de gratuidade em geral, revela-se perversa, uma vez que o ônus do benefício vai ser rateado pelo conjunto dos usuários pagantes que, no mais das vezes, são tão carentes quanto o segmento beneficiado [principalmente aqueles que se valem do transporte de ônibus e trens].
> Pode-se concluir, portanto, que a concessão de um benefício de gratuidade ou desconto estaria condicionada à observação da esfera de competência para a prestação do serviço e à indicação dos meios para custear o benefício pretendido. Esse custeio pode ser realizado pelo aporte de recursos orçamentários ou pela autorização para revisão de tarifas praticadas.

Lembrando que, em passado recente, a questão das tarifas ou aumento às vezes até de R$0,20 já causou, em algumas cidades, movimentos contrários da sociedade civil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelo exposto, cabe uma análise detalhada por parte do legislador da relação custo-benefício da medida adotada com a devida avaliação de possíveis alternativas para custear a medida pretendida.

Eu só destaco que sou a favor, sim, do transporte gratuito para estudantes de escola pública, estudantes universitários de universidades públicas, mas, a par desse direito, há uma contraprestação que é, sim, um ponto sensível, reconheço, mas que a gente deveria discutir e debater melhor, seja pelo subsídio, seja pelo aumento da tarifa sobre aqueles que pagam transporte público, que, na maioria das vezes, são pessoas, trabalhadores que também necessitam de alguma assistência. Inclusive, muitos deles são beneficiários do Bolsa Família ou Auxílio Brasil.

Por isso eu peço mais para a gente debater, deixando clara a minha posição favorável em certo ponto.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Perfeito, Senador Portinho.

Em discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Bem rápido, Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... primeiro, quero cumprimentar pela iniciativa da audiência pública...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Também iria fazer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu sou muito apaixonado por audiência pública, viu? Quando eu presidia a Comissão de Direitos Humanos, era quase que uma audiência por dia, não por semana, e todos os Senadores lembram e eu achava muito interessante ouvir a população, e a sua é tão importante que eu vou lembrar aqui algumas cidades no Brasil, inclusive no Rio Grande do Sul, em que o transporte de passageiro é gratuito.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – No Rio de Janeiro, Macaé...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Macaé, no Rio de Janeiro. Isso...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Maringá...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Aqui para estudantes de Brasília também.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – E, faço o registro, prefeitura do PT inclusive.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu agradeci pela prefeitura do PT. Foi mais perfeito do que a minha possibilidade aqui, porque não tinha os nomes das prefeituras, mas sei que tinha no Rio, tem no Rio Grande do Sul, tem em outros estados.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Mas ganha muitos *royalties*, é verdade. É o recordista em *royalties* do petróleo. Então, tem...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, não...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – ... a boa aplicação do recurso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, claro.

Devido a isso... Porque os setores mais vulneráveis, os mais pobres, eles não têm dinheiro para pegar o ônibus para procurar emprego.

Eu me lembro da minha situação. Não quero aqui dar uma de vítima, mas quantas vezes eu saía a pé pelas estradas, as ruas lá de Caxias do Sul, onde eu morava, procurando emprego? Não tinha dinheiro para o ônibus.

Então, eu quero solicitar aqui a importância da provocação do debate...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Sem dúvida.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... para que a gente olhe o universo e veja o que é possível fazer.

Claro que todos nós gostaríamos que o transporte fosse gratuito em toda cidade, mas sabemos que não é bem assim a história, e por isso é importante o comentário que o Senador fez.

É só isso.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – É, cada estado, cada município com a sua realidade.

Aqui em Brasília nós tivemos pagamento de subsídios para empresas de ônibus girando quase em torno de 1 bilhão, e o problema é questão de detalhamentos disso e a questão do controle e a fiscalização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que o grande desafio, quando a gente fala desses subsídios, é justamente a questão de controle, de fiscalização também – sabe, Senador? –, e acho excelente a sua iniciativa. Certamente esta Comissão e os membros irão acompanhar esse seu debate.

Parabéns, viu? Parabéns mesmo! (*Pausa.*)

Ah, perdão! Ficamos tão empolgados aqui, porque já...

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Mais uma vez, parabéns pela iniciativa do Senador Carlos Portinho.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE N° 63, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 713/2021, que "dispõe sobre a responsabilidade educacional pela universalização da oferta e pela garantia de padrão de qualidade do ensino na educação básica".

Autoria: Senador Carlos Portinho (PL/RJ)

Eu passo a palavra ao Senador.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para encaminhar.) – Esse pedido de audiência pública, Senador Paim, reside basicamente no argumento de que esse é um projeto terminativo aqui.

Então, se a gente pudesse só debatê-lo... Eu não tenho nem opinião formada, confesso. Posso vir a ter, lógico, devo vir a ter, mas é porque ele é terminativo aqui.

Então, é por essa razão que eu pediria... A não ser que a Senadora Zenaide...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir.) – Eu queria saber qual é o projeto. Quer dizer, disse o número, mas o que é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Perdão. Eu deveria ter lido. Desculpa.

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, para instruir o PL 713/2021, que "dispõe sobre a responsabilidade educacional pela universalização da oferta e pela garantia de padrão de qualidade do ensino na educação básica"; ou seja, a responsabilidade pela universalização da oferta, o acesso, e a qualidade do ensino. O que também é um termo dos mais relevantes, até porque, na educação, com todos os recursos obrigatórios, o que, muitas vezes, a gente vê é a má aplicação dos recursos, o que é uma pena, principalmente aqui, após a pandemia, as escolas públicas tiveram a oportunidade até de se informatizarem, de melhorarem, até discutirem, nesse período, mais a qualidade do ensino, e a aplicação dos recursos, às vezes, é quase para cumprir tabela: "Cumpri aqui o mínimo constitucional". Mas cumpriu como? Qual foi a qualidade? O projeto trata da responsabilização disso.

Então, como ele é terminativo e pela importância da matéria, é a razão do meu pedido, e não há outra razão se não essa.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Em discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Presidenta, só uma frase que eu uso muito e até comentava com a Senadora Zenaide. A nossa luta contra o preconceito contra a mulher, contra a liberdade de orientação sexual, só como exemplo, para exemplificar, em relação ao preconceito racial, eu sempre digo o seguinte: o que liberta mesmo é a educação. Só a educação liberta.

Vamos pegar o nosso caso, mais do povo negro, porque eu milito muito também nessa área. Por mais que a gente faça lei, por mais que avance, se não incutirmos no processo da educação o combate ao racismo e todo tipo de preconceito, não há saída. É lá no jardim de infância que o aluno, além de aprender que é um crime, é um ato violento, como disse Mandela, uma criança aprender a odiar a outra pela cor da pele. É uma violência contra a criança branca e contra a criança negra, e é na sala de aula que a gente aprende.

Por isso, todo debate que trata da educação tem que ser bem-vindo. Ele tem que ser bem-vindo, porque todos nós queremos a mesma coisa: uma educação de qualidade para todos, e que se aproveite, naturalmente, esse espaço sublime, generoso, libertário, que é a sala de aula, para combater todos os tipos de preconceito.

É só isto: uma colaboração, concordando com o debate.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Perfeito, Senador Paulo Paim.

Passando a palavra, para discutir, à Senadora Zenaide Maia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir.) – Eu sigo na mesma linha de Paulo Paim. Quanto mais dermos visibilidade à população, ao povo brasileiro sobre o debate da necessidade da educação...

E outra coisa: o que a gente vai fazer aqui nesse debate é informação, conhecimento, que é o que empodera. E, quando eu falo – eu costumo dizer às vezes isso – que é o professor, eu quero dizer que é o educador. Consideraria o professor... Posso ser professor... Por exemplo, o professor lhe prepara para ser aprovado num processo seletivo; o educador lhe educa para a vida, e é justamente quando ele mostra que seu direito só vai até onde começa o do outro, que você não pode discriminar de maneira alguma. E eu lhe digo o seguinte: as crianças são ensinadas a ter esses preconceitos, porque elas não nascem com esse preconceito. Então, não existe outra saída sem ser através da educação. A gente não está inventando a roda. Os países que quiseram evoluir socialmente, humanamente e mesmo financeiramente – por que não falar? – foi através da educação. Então, a gente tem que se debruçar sobre isso. E o debate é importante porque as pessoas vão ver.

No debate o que a gente descobre, Leila? O diagnóstico. E já temos o tratamento. Então, a população tem que dar a sua cooperação e entrar nesse debate. Como médica, eu só falo em diagnóstico, mas, na verdade, é isto: mostra o que é na realidade. O que Paulo Freire fez lá em Angicos, no Rio Grande do Norte? Pegou aquela população da zona rural, em extrema pobreza, e, além de alfabetizar, mostrava que eles não estavam naquela extrema pobreza porque Deus quis, porque muitas vezes se usa isso; era porque não existia uma política do estado. Mesmo sabendo que a única maneira de os tirar da extrema pobreza era a educação, ela não era oferecida. Por isso que esses debates, Carlos Portinho, são de uma importância! Quando o assunto é educação, aqui há 100 anos, em que você não estava aqui presente, que consideramos heróis, já mostrava isso. Por isso que eu digo que não estamos inventando a roda, gente, mas queremos chegar lá, não é?

Obrigada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Perfeito, Senadora Zenaide.

Quer falar, Senador?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Muito bem!

Vamos acompanhar essas audiências, Senador Carlos. São excelentes os requerimentos.

Então, não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o Requerimento nº 63.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu não sei como é a marcação das audiências públicas, mas, até pela importância do tema – acho que a gente está com uma agenda muito bem cheia agora, principalmente neste fim de ano –, se pudesse ser logo no início de fevereiro, se a gente pudesse retomar, aliás, discutindo, começando nosso ano legislativo com dois temas tão importantes que é o acesso ao transporte e à educação de qualidade.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Perfeito, Senador.

Temos aqui o Thiago, que já vai alertar o nosso Presidente Marcelo Castro.

Obrigada.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Ah, é verdade, nosso futuro Presidente, porque já vai mudar quando nós voltarmos, é verdade. As Comissões agora terão alterações, é verdade.

Passamos para os itens – são só dois – 10 e 11, projetos não terminativos.

ITEM 10

PROJETO DE LEI N° 2, DE 2020

- Não terminativo -

Institui a Semana Nacional de Conscientização sobre a Depressão, a ser celebrada anualmente na semana que compreender o dia 10 de outubro.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação.

Observações: *Em 17/08/2021, a Comissão de Assuntos Sociais - CAS, aprovou parecer favorável à matéria.*

Iniciativa do Deputado Federal Paulo Foletto. Eu concedo a palavra à Relatora, a Senadora Zenaide Maia, para leitura de seu relatório.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Como Relatora.) – Sra. Presidente, eu queria pedir licença para ir direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Perfeito.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Nos termos do disposto pelo inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre a instituição de datas comemorativas, a exemplo da proposição em debate.

Relativamente à constitucionalidade da proposição, verifica-se ser concorrente com os estados e o DF a competência da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Constituição Federal. A Carta Magna ainda determina que a iniciativa do projeto de lei compete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48, *caput*, por não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, segundo estabelecido no §1º do art. 61, nem de competência exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, à luz dos arts. 49, 51 e 52. A escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera da lei complementar. Assim sendo, em todos os aspectos, verifica-se a constitucionalidade da iniciativa.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, em especial com as determinações da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que estabelece critérios para a instituição de datas comemorativas. De acordo com essa lei, a apresentação de proposição legislativa que vise a instituir data comemorativa deve vir acompanhada de comprovação da realização de consultas e/ou audiências públicas que atestem a alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira.

Em atendimento a essa determinação, foi realizada audiência pública, no dia 6 de junho de 2017, na CSSF da Câmara dos Deputados para embasar a aprovação da iniciativa, quando foi enfatizada a magnitude da depressão no Brasil, com mais de onze milhões de casos estimados em 2017, e a grave repercussão da doença sobre a atividade econômica e a qualidade de vida.

Registre-se, em adição, no que concerne à técnica legislativa, que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que concerne ao mérito da proposição, devemos considerar, na análise do tema, que não apenas a depressão é um grave problema de saúde como também que o crescimento de sua incidência impõe a necessidade de estabelecimento de ações de amplo alcance para combatê-la.

Dados divulgados em 2009 pela Organização Mundial da Saúde, por ocasião da Primeira Cúpula Global de Saúde Mental, apontam que, até 2030, a depressão deve se tornar a doença mais comum do mundo, afetando mais pessoas do que qualquer outro problema de saúde, incluindo câncer e doenças cardíacas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo a instituição, a depressão será também a doença que mais gerará custos econômicos e sociais para os governos, devido aos gastos despendidos com o tratamento da população e às perdas de produção, e que as nações pobres serão as mais atingidas, já que nestes países são registrados mais casos de depressão do que naqueles desenvolvidos.

Desse modo, o que propõe o projeto em análise é uma mudança de atitude em relação ao problema, a convergência de forças do Estado, instituições e profissionais de saúde e da sociedade em geral. Por meio do concertamento entre as partes envolvidas, é possível alcançar uma abordagem mais eficaz ao enfrentamento da depressão, e a instituição bem planejada de uma semana de prevenção, conscientização e tratamento pode contribuir significativamente para isso.

Por essas razões, é, sem dúvida, pertinente, oportuna, justa e meritória a iniciativa de instituir a Semana Nacional de Conscientização sobre a Depressão.

Voto.

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2, de 2020.

Sra. Presidente, eu já queria fazer uma fala rápida sobre este projeto...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Pois não, Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – ... e mostrar o seguinte: por que a depressão é tão grave? Porque o comando do corpo é nossa cabeça. Se está doente o comando, por depressão, é claro que o resto vai ser pior.

E mais uma vez se mostra que a desigualdade social também pega os mais carentes e vulneráveis na depressão. Imagine hoje a gente, com quase 40 milhões de pessoas com fome, em que uma hora dessas seu filho está chorando por comida... É preciso ser um ser humano de muita fé, muita esperança para não se entregar. Porque na depressão você vê que, fisicamente, se fizer todos os exames, o paciente está ali fisicamente normal, mas muito doente. E é grave isso aqui. Está-se mostrando que no mundo a doença do século XXI, a principal doença é a depressão.

A gente precisa ter uma semana para dar visibilidade, porque às vezes você está com depressão, mas, como não é uma doença palpável, como se diz, não é um ferimento na perna, que você vê, não é... Entendeu? E demora a ter o diagnóstico. E mais: se as pessoas não tiverem conhecimento de que é uma doença... Muita gente diz que está com frescura. Na verdade, a gente ouve isso, e é uma doença.

E é importante mostrar-se esse lado econômico. Infelizmente, a gente vive num mundo em que talvez a gente vá ter sucesso e cuidar disso aí porque os prejuízos econômicos estão incluídos, não só os humanos.

É isso aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Perfeito, Senadora Zenaide. Vale lembrar...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, só uma...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Pois não, Senador Paulo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, a palavra é sua, é mulher.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Só vale lembrar que esses números certamente se agravaram muito com a pandemia. As sequelas da pandemia nós sabemos que são econômicas, são sociais e, com certeza, emocionais. Então, com esse número de pessoas que hoje são acometidas pela depressão, que talvez a gente nem tenha preciso, certamente nós precisamos realmente fazer um trabalho em conjunto. Eu acho que essa iniciativa da Casa sob sua relatoria vem num momento muito pertinente, justamente por causa da pandemia e de todo o quadro de sequelas sociais, emocionais e econômicas que a gente vive atualmente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Presidenta Leila Barros, minha querida Senadora Zenaide Maia, concordo integralmente com as duas. Lá no meu mundo – o "meu mundo" que eu digo é o de dentro de fábrica –, sabe como é que se falava em depressão? "Depressão é doença de rico". Para com isso! "É doença de rico". Mas eles não sabem que a depressão pega qualquer cidadão. E é quase que, como chamam no linguajar popular, uma doença silenciosa, não é?

Quando o menino ou a menina está em depressão, vai ver o que é e o que não é... E eu achei muito importante que seja uma semana para aprofundar o debate.

Então, parabéns à Câmara dos Deputados, que é autora, à Senadora Zenaide, Relatora, e a V. Exa., que presidiu e pautou a matéria.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Perfeito, Senador Paulo Paim.

Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Parabéns, Senadora Zenaide.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou agora para o item 11:

ITEM 11

PROJETO DE LEI N° 2260, DE 2019

- Não terminativo -

Institui o Dia Nacional da Pessoa com Surdocegueira.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação.

Iniciativa do Deputado Federal Eduardo Barbosa.

Concedo a palavra à Senadora Zenaide Maia para a leitura do seu relatório.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Como Relatora.) – Sra. Presidente, eu peço licença para ir direto à análise, já parabenizando Eduardo Barbosa e Mara Gabrilli, que foram meus colegas Deputados. Pense numa defesa das pessoas com deficiência. Eles têm uma história muito bonita com a Lei Brasileira de Inclusão, de que vocês têm conhecimento, que foi sancionada pela Presidente Dilma Rousseff.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Eu sou o autor da lei.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Foi o autor da lei. E a gente sabe que isso foi um avanço grande. É em outra coisa que a gente tem avançado, mas que precisa avançar mais.

Nos termos do disposto pelo inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre a instituição de datas comemorativas, a exemplo da proposição em debate.

Por outro ângulo, em razão do exame em caráter exclusivo por esta Comissão, cabe a ela pronunciar-se também em relação à constitucionalidade, à juridicidade, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e à regimentalidade do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relativamente à constitucionalidade, verifica-se ser concorrente com os estados e o Distrito Federal a competência da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Constituição Federal.

A Carta Magna ainda determina que a iniciativa do projeto de lei compete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48, *caput*, por não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, segundo estabelecido no §1º do art. 61, nem de competência exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, à luz dos arts. 49, 51 e 52.

A escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera da lei complementar.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, em especial com as determinações da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que estabelece critérios para a instituição de datas comemorativas. De acordo com essa Lei, a apresentação de proposição legislativa que vise a instituir data comemorativa deve vir acompanhada de comprovação da realização de consultas e/ou audiências públicas que atestem a alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira.

Em atendimento a essa determinação, foi realizada pela Câmara dos Deputados, no dia 9 de agosto de 2017, no âmbito da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, audiência pública em que se ressaltou a importância da instituição de uma data comemorativa para a comunidade surdocega. Entre outros, participaram representantes da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, da Associação Brasileira de Surdocegos (Abrasc), da Associação Brasileira de Pais e Amigos dos Surdocegos e Múltiplos Deficientes Sensoriais e do Grupo Brasil de Apoio ao Surdocego e ao Múltiplo Deficiente Sensorial (Grupo Brasil).

No que concerne à técnica legislativa, o texto do projeto está igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Sendo assim, o projeto de lei em questão atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

Quanto ao mérito da proposição, devemos considerar a importância da medida proposta. A surdocegueira, também chamada de "perda sensorial dupla" ou "comprometimento multissensorial", é o conjunto simultâneo, e em graus diferentes, de perda ou comprometimento auditivo e visual. Não são duas deficiências juntas, mas uma deficiência única, que requer acompanhamento especializado para adaptar-se a essa condição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apesar de o número oficial de pessoas com surdocegueira ser desconhecido, a Feneis estima que existam cerca de 40 mil surdocegos no Brasil.

Os desafios para a inclusão das pessoas surdocegas ainda são muitos. O modo como cada deficiência afetará o aprendizado de tarefas simples e o desenvolvimento da comunicação do indivíduo varia de acordo com o grau de comprometimento propiciado pelas deficiências, associado aos estímulos que essa pessoa vai receber ao longo da vida.

Diante disso, é, sem dúvida, pertinente, oportuna, justa e meritória a iniciativa de instituir o Dia Nacional da Pessoa Surdocega e conscientizar a sociedade em geral acerca da existência dessa deficiência única.

Voto.

Conforme argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 2.260, de 2019.

Eu já queria dizer algo aqui, que me chama a atenção, para as pessoas com deficiência. Você imagine que uma deficiência já é uma carga grande; uma deficiência visual e de audição... Quero dizer o seguinte. Leila, nesses anos de médica, eu observava o seguinte. A pessoa com deficiência, talvez não o cego e o surdo, que normalmente... O surdo ainda demora algum tempo, mas, na minha experiência, que via, como médica, pessoas com deficiência intelectual, essas crianças já olham para seus familiares, seus pais e pedem – hoje já diminuiu isto –: "Por favor, vejam que eu sou um pouco diferente e cuidem de mim". E a gente sabe que muitas famílias, quando se diz – vou dar um exemplo aqui – autismo ou outra coisa, mudam de médico, porque não querem aceitar. Então, eles já precisam que olhem para eles. Eles já nascem pedindo apoio, porque a vulnerabilidade é muito maior. Então, o fato de se mostrar, mesmo a gente tendo avançado, porque antigamente ficava trancado num quarto... A ciência já mostra, há uns 20 anos, que aquilo que a gente estudou, que as células do cérebro eram permanentes... A gente estudava lábeis, estáveis e permanentes; permanentes eram aquelas que não tinham substituição, não se renovavam. Hoje, a ciência mostra que as células ou que o ser humano pode, sim, aprender durante toda a vida.

Eu falo sobre isso, porque existe uma lei que diz "educação por toda a vida", que já foi promulgada, mas nunca foi executada. O que acontece? Essas crianças, quando elas são menores de 18 anos, o município ou o estado inclui numa escola – aquela Lei Brasileira de Inclusão –; quando eles se tornam maiores, eles vão para casa e deixam de existir, é uma população que deixa de existir.

A gente tem que falar muito sobre isso – muito! Por exemplo, na época em que eu era Deputada com o Mandetta, a gente descobriu que ainda, no mundo, 60% dos pais saem de casa; a responsabilidade fica com a mãe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gente, quando se fala de tirar algo de alguém que já nasce pedindo socorro e que reconhece que você precisa de ajuda mais do que o irmão, se não tem...

Por esse dia aqui, eu quero parabenizar Eduardo Barbosa, mais uma vez, e dizer que isso é muito importante.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – E nós parabenizamos a senhora pelo relatório.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Presidenta, eu vou ser bem breve, porque nós já estamos aqui há um longo período, mas, como eu fui o autor da Lei Brasileira de Inclusão, que surgiu na Câmara dos Deputados, que era o Estatuto da Pessoa com Deficiência, eu quero aqui fazer uma homenagem justa aos grandes Relatores, três Senadores, que foram Relatores desde a Câmara até o Senado: Mara Gabrilli, Romário e Flávio Arns. Esses três foram os Relatores...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Trio de peso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Trio de peso. E, casualmente, hoje os quatro são Senadores, com o meu caso aqui. E foi um trabalho coletivo muito bonito.

Senadora, eu quero fazer uma homenagem também a um senhor chamado Santos Fagundes, cego. A pessoa com deficiência... Sabe o que ele me disse? "Paim, me chama exatamente como eu sou, Santos Fagundes, sou cego". Olhe a cabeça dele! Ele começou a trabalhar comigo há mais de 20 anos, fez faculdade, é o chefe do meu gabinete no Rio Grande do Sul e foi o que mais viajou o país me representando no debate do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Ele conta uma história, que eu vou contar aqui rapidamente, porque tenho pouco tempo. Uma vez, ele teve que ir a São Paulo falar em uma universidade sobre o estatuto. Ele chegou ao aeroporto e meio que se perdeu. Daí um senhor muito malvestido, segundo ele ficou sabendo... "Mas esse cara vai te levar, está todo malvestido?", um outro cidadão lá disse para ele. "Não, eu vou com ele mesmo." Foi até ao táxi, sentou no táxi com ele, que o levou na universidade. Chegando lá, os dois desceram. Ele disse: "Não, eu vou te dar o dinheiro para você voltar". Daí ele: "Eu não preciso do dinheiro. Eu só quis trazer você aqui, porque vi que você estava perdido, e, quando você disse para onde vinha..." Então, é uma história que eu nunca esqueci e que conto às vezes. Quem era ele não sabe, e eu também não sei. Eu sei que esse fato é um fato real, porque não tinha por que ele mentir.

Tudo isso foi uma construção muito bonita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, sobre essa questão da surdocegueira, o estatuto trata dos temas, mas aqui é uma semana para debater essa realidade. Então, eu quero aqui render minhas homenagens, inclusive ao Eduardo Barbosa, porque, quando eu fui Deputado, ele foi um dos principais articuladores de um outro estatuto... Como estou há muito tempo na Casa, então, são mais de mil projetos e em torno de cem leis regulamentadas. O Eduardo Barbosa foi o grande companheiro para construir o Estatuto do Idoso. Se ele estiver ouvindo agora, lá em Minas, eu jamais vou esquecer o trabalho que ele fez. Foi um momento muito difícil, mas conseguimos. Sabem por que eu digo difícil? Para cada estatuto desses – eu vou colocar três: Estatuto da Igualdade Racial, Estatuto do Idoso e Estatuto da Pessoa com Deficiência – foram em torno de 15 anos. Tem que ser teimoso, não é? Foram 15 anos insistindo. Eu dizia para a moçada do gabinete: "Quando nós aprovarmos esses três e o da Juventude, de que nós somos Relatores, eu diria que cumprimos a nossa missão na Câmara dos Deputados". Daí eles disseram: "Agora falta no Senado". Foi daí que eu vim para o Senado, atrás dos estatutos, e aprovamos os três de fato aqui no Senado. Na verdade, são quatro, pois, com o da Juventude, são quatro.

Essa homenagem é mais a eles, porque ninguém faz nada sozinho.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Com certeza.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tudo que a gente constrói aqui neste momento, como nós construímos no longo desses... Eu vou para 40 anos de Congresso! Às vezes, o meu gabinete diz: "Para! Não precisa contar que são 40 anos". (*Risos.*)

Aqui eu encerro, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Sensacional, Senador Paulo Paim. O senhor não é teimoso, não; o senhor é exemplo de força, determinação e muita resiliência. Parabéns pelo seu exemplo!

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem.) – Presidente, só peço licença para dizer o seguinte: o país tem que acordar, porque, quando o país não consegue incluir suas pessoas com deficiência, temos que reconhecer que quem está deficiente é esse país.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Perfeito, Senadora Zenaide. Eu aprendo muito com vocês.

E outra coisa: eu quero agradecer o seu relatório, o trabalho que foi realizado, Senador, e a contribuição do Senador Paulo Paim na discussão – as contribuições e as histórias. É sempre muito bacana ouvi-las.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Pois é, 40 anos de Congresso! Oh, meu Deus!

Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam onde se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

Passamos do meio-dia. Eu quero agradecer a participação de todos que acompanharam a nossa Comissão no dia de hoje, às assessorias e, em especial, aos Senadores que ficaram comigo aqui até o final, o Senador Paulo Paim e a Senadora Zenaide Maia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Nós é que agradecemos a V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/PDT - DF) – Vocês são maravilhosos!

Hoje nós aprovamos – hoje foi um dia muito produtivo – oito projetos de lei e oito requerimentos.

Eu agradeço também à nossa assessoria aqui da Mesa, ao Thiago e a todos os nossos assessores.

Nada mais a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião.

Boa tarde a todos.

(*Iniciada às 9 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 09 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE DEZEMBRO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e vinte e cinco minutos do dia oito de dezembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mailza Gomes, Confúcio Moura, Eduardo Gomes, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Flávio Arns, Styvenson Valentim, Roberto Rocha, Alvaro Dias, Plínio Valério, Eduardo Girão, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Maria do Carmo Alves, Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Paulo Paim, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Leila Barros e Flávio Bolsonaro. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Ivete da Silveira, Carlos Portinho, Daniella Ribeiro, Jorginho Mello, Fernando Collor, Julio Ventura e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Apreciação do Relatório da CECTCOVID**. **Finalidade:** Apreciação do relatório da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia - CECTCOVID. **Resultado:** Aprovado o Relatório Final. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, e desta, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/12/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião se destina à apresentação e apreciação de relatório final da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia.

Eu vou fazer aqui uma pequena manifestação sobre o relatório que será lido hoje pelo nobre Senador Flávio Arns.

O presente relatório é fruto do profícuo trabalho da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia (Cectcovid), instituída pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) do Senado Federal para avaliar e monitorar as políticas educacionais no contexto da crise provocada pela pandemia da covid-19. A Subcomissão se reuniu durante os anos de 2021 e 2022, sob a liderança do amigo Senador Flávio Arns, notável defensor da educação, tendo realizado 20 audiências públicas nas quais foi empreendido um diagnóstico da crise, enriquecido com propostas para as políticas educacionais.

Como sabemos, foi gigantesco o reflexo da crise pandêmica em termos de perdas humanas e do sofrimento infligido às pessoas, seja pela doença em si, seja pelo isolamento social necessário para frear a propagação do vírus. Nesse processo, uma das áreas mais atingidas foi a educação, atividade social em que o convívio em grupo e a interação entre os indivíduos, apanágio do processo pedagógico, passaram a ser subitamente algo perigoso. Esse risco levou, então, à suspensão das aulas presenciais, ao afastamento físico dos alunos e de seus professores e à necessidade de reinvenção das práticas pedagógicas e das políticas educacionais em um curto período de tempo.

O Senado Federal e a Comissão de Educação, em particular, ficaram atentos ao ocorrido e atuaram na produção de legislação emergencial para fazer frente à crise, especialmente no que tange à garantia de recursos orçamentários. Além da produção legal, atuamos também nos exercícios da função de fiscalização e controle dos atos do Executivo, apontando as falhas e os riscos existentes na má implementação das ações de combate à pandemia e de apoio às redes de ensino por parte do Governo Federal.

Os trabalhos da Cectcovid mostram que, se, por um lado, tivemos experiências exitosas na área educacional, por outro, o resultado geral da crise foi extremamente prejudicial para a maioria dos estudantes, especialmente para aqueles de famílias mais pobres e vulneráveis econômica e socialmente. De fato, as carências foram muitas, a começar pela falta de conectividade e de equipamentos adequados para acompanhar as aulas oferecidas remotamente por docentes que estavam, eles mesmos, aprendendo o processo de ministrar suas aulas em um formato para o qual não haviam sido formados. A essas dificuldades se somaram o sofrimento pelo isolamento social, a precariedade de muitas habitações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

populares, sem espaço adequado para o estudo, e, muitas vezes, a dificuldade de pais e familiares para lidarem com tantas demandas ao mesmo tempo.

A Cectcovid, contudo, não ficou apenas no diagnóstico. A Subcomissão colheu e sistematizou propostas para a superação desse quadro; além disso, trouxe ideias para ampliar o processo educacional e a permanência na escola, com recomposição das aprendizagens perdidas e garantia de conectividade e de infraestrutura escolar adequada. Para tanto, aponta o relatório, é fundamental recomposição do orçamento das políticas educacionais, que vêm sofrendo substanciais perdas ao longo dos últimos anos, especialmente no que se refere à capacidade de o MEC introduzir as redes subnacionais para o cumprimento pleno do exercício do direito à educação.

Este relatório é, finalmente, a demonstração de que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal tem cumprido o seu papel e de que continuará na mesma trilha nos novos tempos que se aproximam, sempre atenta à sua tarefa de fiscalizar e monitorar o cumprimento das políticas educacionais e de exigir a implementação das recomendações aqui apresentadas. Essa é uma forma de prestar contas ao povo brasileiro, que sonha com uma educação que cumpra o mandamento constitucional de assegurar o pleno desenvolvimento da pessoa, o seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho.

Com a palavra o nobre Senador Flávio Arns para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Como Relator.) – Como V. Exa. já colocou, eu quero destacar o trabalho da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, presidida por V. Exa. No debate que aconteceu, esta Comissão aprovou a constituição da Subcomissão de Educação na Pandemia. E essa Subcomissão teve todo o apoio de V. Exa., da Comissão, da infraestrutura aqui, do Thiago e de todas as pessoas da Comissão de Educação, dos meios de comunicação do Senado, da Consultoria do Senado, do próprio gabinete de V. Exa. e do nosso gabinete também.

Quero destacar que foram 20 audiências públicas – 20 audiências! De cada audiência, participavam duas ou três pessoas, no máximo, para que cada uma delas tivesse tempo suficiente para a apresentação do seu ponto de vista. E todos os setores da sociedade participaram dessas 20 audiências: Governo Federal, governos estaduais e municipais, movimentos sociais, secretários municipais e estaduais, especialistas e também conselhos municipais e estaduais de educação e Conselho Nacional de Educação.

O importante de tudo isso é que nós queremos que a educação pública de qualidade tenha sucesso e, para isso, no relatório, inclusive, tomamos todos bastante cuidado para não apontar o dedo, dizendo que não foi feita alguma coisa por alguém, mas para pensar o que aconteceu e o que a gente pode propor para o futuro, em um esforço de união nacional a favor do que é mais importante para o país, então, sempre com um espírito positivo, com propostas.

E, fruto dessas 20 audiências públicas, o relatório apresenta 30 recomendações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer que o relatório pode ser, para o novo Governo, assim como para o Governo atual e para os que se interessarem, uma agenda estratégica para o futuro, uma proposta, um subsídio para agenda estratégica.

O nosso desafio no ano que vem na Comissão, para todos nós que continuarmos na Comissão, será o de fazer o acompanhamento de tudo isso, uma matriz. Já está sendo discutida uma matriz de acompanhamento do relatório.

Nesse sentido, Sr. Presidente, o relatório – que é um relatório de 240 páginas – fica à disposição de todas pessoas, de todo o Brasil, assim como as apresentações, as exposições de todas as audiências públicas estão disponíveis no *site* aqui da Comissão de Educação. Então, todos nós podemos olhar, olhar de novo, repensar, ver se é isso mesmo ou se não é, ver o que pode ser feito, ver se as coisas vêm acontecendo...

Faço a leitura, se V. Exa. me permitir, só de um sumário executivo, de algumas páginas, para ser mais rápido também, mas todo o material está disponível. Então, eu passo a fazer a leitura do sumário executivo.

A Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia foi aprovada pelo Requerimento nº 1, de 2021, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sendo instalada em 2 de setembro de 2021. Posteriormente, os trabalhos da Subcomissão foram prorrogados até o dia 31 de dezembro de 2022, por meio do Requerimento nº 33, de 2021.

A Subcomissão é composta de cinco membros: Senador Flávio Arns e Senadora Zenaide Maia, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente; e, na qualidade de membros titulares, os Senadores Confúcio Moura, Wellington Fagundes e Antonio Anastasia, tendo este último sido substituído pelo seu primeiro suplente, o Senador Alexandre Silveira, em razão de sua posse como Ministro do Tribunal de Contas da União.

A Subcomissão foi criada com a finalidade de avaliar e monitorar os impactos da pandemia na educação, bem como de propor recomendações para a recuperação dos sistemas de ensino frente aos prejuízos educacionais, com vistas à formulação de uma agenda estratégica para os próximos anos.

Nesse sentido, a Subcomissão estabeleceu três objetivos principais: objetivo 1) avaliar os impactos da pandemia na educação básica, inclusive apontando as medidas que foram tomadas (ou não) para mitigar esses impactos; objetivo 2) discutir o planejamento, as ações e as boas práticas quanto ao retorno em segurança das aulas presenciais na educação básica; objetivo 3) debater uma agenda estratégica educacional para os próximos anos, com vistas a recuperar as perdas acontecidas durante a pandemia e a avançar na garantia do direito à educação em nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com esses objetivos, a Subcomissão realizou, ao longo de 2021 e 2022, um total de 20 audiências públicas, nas quais foram ouvidos diversos especialistas, gestores e representantes de organizações do poder público e da sociedade civil. Com a participação dos Parlamentares, os debates proporcionaram uma análise acurada dos impactos da crise sanitária na área de educação.

Os trabalhos realizados pela Subcomissão permitiram identificar seis eixos estratégicos principais que nortearam as suas atividades de fiscalização, monitoramento e avaliação da educação básica durante a crise pandêmica, quais sejam:

1) acesso educacional – assegurar acesso à educação a todos na faixa etária obrigatória e ampliar o acesso nas demais etapas, priorizando programas de busca ativa para trazer os alunos de volta à escola e combater a evasão escolar;

2) permanência na escola – criar condições para que o estudante se sinta bem no ambiente escolar, com protocolos de segurança sanitária, oferta de alimentação e transporte de qualidade e política de acolhimento socioemocional;

3) recomposição da aprendizagem – promover medidas com vistas à superação do déficit educacional acarretado pela pandemia, com aumento da oferta de educação em tempo integral e dos investimentos em formação e capacitação do corpo docente;

4) conectividade – garantir acesso a dispositivos e equipamentos com conexão de alta velocidade à internet aos estudantes e professores da rede pública de ensino;

5) infraestrutura das escolas – assegurar que os estabelecimentos de ensino possuam instalações físicas adequadas para o pleno exercício do direito à educação;

6) orçamento da educação – garantir investimentos orçamentários adequados à concretização do direito constitucional à educação de qualidade, tanto do ponto de vista da previsão de recursos quanto da sua execução financeira eficiente e efetiva.

Ao final de 2021, a Subcomissão emitiu relatório preliminar no qual apontava diversos problemas na condução das políticas educacionais durante a pandemia, concluindo com recomendações a órgãos do Poder Executivo e Legislativo. No relatório final agora apresentado, além de expor os trabalhos realizados no corrente ano, trazemos a sistematização das atividades executadas no ano anterior, publicando, inclusive, as respostas fornecidas pelos órgãos governamentais em face das recomendações de 2021.

Recomendações finais.

Ante todo o exposto, a Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia apresenta as seguintes 30 recomendações finais, com base em todas as informações coletadas e analisadas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

durante seus trabalhos realizados em 2021 e 2022, com ampla participação de representantes do poder público e da sociedade civil.

Ao Ministério da Educação, que informe à Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, ao término de cada um dos semestres do ano de 2023, quais as providências adotadas, bem como o andamento e resultados das medidas para cumprimento das seguintes recomendações:

Recomendação 1. Posicionar o Plano Nacional de Educação como elemento central do planejamento das políticas educacionais nos próximos anos, tanto no que se refere ao atual plano nacional quanto relativamente aos debates para a elaboração do novo plano, em 2024.

Recomendação 2. Aprimorar o processo de coordenação federativa para tomada de decisões na área de educação, bem como para acompanhamento e avaliação das políticas públicas sob responsabilidade do MEC.

Recomendação 3. Propor um pacto nacional pela garantia do acesso e permanência na escola com aprendizagem, com diretrizes estratégicas, objetivos, metas, ações e indicadores específicos de busca ativa, garantia de permanência na escola e de recuperação das aprendizagens de crianças e adolescentes, educação de jovens e adultos, bem como de erradicação do analfabetismo.

Recomendação 4. Apoiar as redes estaduais, municipais e do Distrito Federal na adoção de metodologias dos programas desenvolvidos pelo Unicef (Busca Ativa Escolar, Trajetórias de Sucesso Escolar e Educação que Protege) como forma de trazer crianças e adolescentes de volta às escolas, com condições adequadas para permanência e sucesso na aprendizagem.

Recomendação 5. Criar banco de dados de acesso público com vistas ao mapeamento e compartilhamento de experiências de políticas públicas educacionais exitosas, especialmente aquelas relativas à implantação da educação em tempo integral, recomposição de aprendizagem, busca ativa e combate à evasão escolar, permitindo sua transferência para outros territórios, com a necessária adaptação e customização, com base em evidências de sua eficiência, eficácia e efetividade.

Recomendação 6. Instituir programa específico, ou restabelecer programa já existente, para ampliação de vagas de educação infantil nas redes públicas, com foco no atendimento de crianças de famílias inscritas no CadÚnico.

Recomendação 7. Elevar o apoio federal a ações e programas de ampliação da jornada escolar e implantação da escola em tempo integral na educação infantil e no ensino fundamental, com metas de atendimento e recursos orçamentários específicos, com prioridade para os estudantes de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Recomendação 8. Aumentar o apoio técnico e financeiro à Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, instituída pela Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Recomendação 9. Ampliar o apoio federal a ações e programas de educação profissional técnica de nível médio, com metas de atendimento e recursos orçamentários específicos, com prioridade para os estudantes de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Recomendação 10. Criar programa específico de transferência de renda ou de poupança para estudantes que concluam o ensino médio, associado a uma política de bolsas, de forma a incentivar os estudos e o protagonismo juvenil, apoiando a comunidade em diversas ações, com prioridade para a busca ativa, adotando como referencial de boas práticas as experiências do Bolsa do Povo Estudante (SP), Todo Jovem na Escola (RS); e Monitor Busca Ativa (CE).

Recomendação 11. Implementar estratégias de formação inicial e continuada de professores para a adoção de novas tecnologias no trabalho pedagógico, avaliando, ainda, a criação de programa nacional para formação de todos os trabalhadores da educação para o uso das novas tecnologias.

Recomendação 12. Aprimorar as políticas e programas de escolarização hospitalar e domiciliar de estudantes com problemas de saúde, bem como de garantia de formação específica, tanto inicial quanto continuada e em serviço, para os profissionais que trabalham na área.

Recomendação 13. Instituir política nacional permanente de promoção da saúde mental na educação pública, que abranja tanto os estudantes e seus familiares como os profissionais da educação, promovendo ações intersetoriais para a garantia de atendimento psicológico nas escolas, por meio de equipes multiprofissionais e da articulação das escolas com a atenção primária à saúde.

Recomendação 14. Desenvolver programa nacional de vigilância sanitária escolar com vistas a fomentar e auxiliar as escolas na criação de conselhos de vigilância escolar, compostos por membros de todos os segmentos da comunidade (trabalhadores da educação, estudantes e suas famílias), sob o acompanhamento das áreas de educação e saúde;

Recomendação 15. Promover ações curriculares na perspectiva antirracista, bem como políticas educacionais específicas para garantir matrícula e permanência na escola de crianças e adolescentes negros, indígenas, quilombolas e ciganos.

Recomendação 16. Realizar diagnóstico sobre as necessidades de conexão de todas as escolas do país e elevar o apoio a ações e programas de conectividade para as escolas públicas, com velocidade de conexão e equipamentos adequados para uso pedagógico, posicionando esse tema como um dos objetivos estratégicos do centro de Governo da Presidência da República.

Recomendação 17. Desenvolver programa específico para a formação digital de trabalhadores da educação e estudantes, com o objetivo de desenvolver competências e habilidades necessárias para distinguir fatos de opiniões, bem como reconhecer informações falsas, de forma crítica, ética e responsável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Recomendação 18. Ampliar o apoio técnico e financeiro para garantia de transporte escolar adequado nas redes de ensino, mediante mapeamento das demandas e características locais e regionais, bem como adotar critérios técnicos para a definição das redes que devam receber veículos por meio do Programa Caminho da Escola, no âmbito do Plano de Ações Articuladas.

Recomendação 19. Elevar o apoio a programas de infraestrutura escolar, assegurando que, nos programas de construção, reforma e melhoria das instituições de ensino básico, seja dada atenção específica às escolas pequenas ou em localização diferenciada, como áreas rurais, terras indígenas, quilombolas e assentamentos.

Recomendação 20. Assegurar que a execução de emendas parlamentares que destinem recursos para infraestrutura da educação básica tenham sua implementação integralmente orientada pelo planejamento feito via PAR, estritamente guiada por critérios técnicos, de modo a aumentar a eficiência alocativa de tais recursos e mitigar os riscos de corrupção.

Recomendação 21. Regulamentar os novos indicadores de distribuição de recursos do Fundeb, previstos no art. 10 da Lei nº 14.113/2020, quais sejam: nível socioeconômico dos educandos, disponibilidade de recursos vinculados à educação de cada ente federado e utilização do potencial de arrecadação tributária de cada ente federado;

Recomendação 22. Aprimorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), de forma a incluir incentivos para o aumento da qualidade e do atendimento, garantindo a formação com base nos três eixos estabelecidos na Constituição Federal: pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (art. 205).

Recomendações ao Ministério da Educação e ao Ministério da Economia: que informem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, ao término de cada um dos semestres do ano de 2023, quais as providências adotadas, bem como o andamento e resultados das medidas para cumprimento das seguintes recomendações:

Recomendação 23. Recompor o orçamento da educação básica, tanto do ponto de vista da previsão de recursos, quanto de sua execução financeira, com foco nas ações relativas a apoio à implantação de escolas para educação infantil e à infraestrutura para educação básica, conectividade, formação de profissionais da educação e políticas de educação em tempo integral e de recomposição da aprendizagem.

Recomendação 24. Recompor os valores *per capita* do Pnae (Programa Nacional de Alimentação Escolar), de forma a assegurar, no mínimo, sua correção pela inflação dos últimos dez anos, conforme apontado na "Nota em defesa de reajustes nos valores *per capita* do Programa Nacional de Alimentação Escolar", da Fineduca e do Observatório da Alimentação Escolar (ÓAÊ), de agosto de 2022.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Recomendação 25. Regulamentar e implementar metodologia do Custo Aluno-Qualidade (CAQ) prevista no §7º do art. 211 da Constituição Federal, de forma a garantir, em todo o país, padrões adequados de infraestrutura escolar.

Recomendação 26. Cumprir no âmbito federal o disposto no §5º do art. 69 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que determina a transferência dos recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino diretamente ao órgão responsável pela educação e criar mecanismos para induzir o cumprimento desse dispositivo pelos entes subnacionais.

Finalmente, recomendações ao Congresso Nacional:

Recomendação 27. Aprovar projeto de lei complementar que institua o Sistema Nacional de Educação – já aprovado no Senado Federal;

Recomendação 28. Aprovar projeto de lei dispondo sobre a responsabilidade educacional, assegurando padrão de qualidade na educação básica, em cada sistema e rede de ensino, aferida pelo processo de metas de qualidade aferidas por institutos oficiais de avaliação educacionais, conforme Estratégia 20.11 do Plano Nacional de Educação.

Recomendação 29. Rejeitar o veto presidencial aposto ao art. 5º e art. 14 (e seu parágrafo único) do Projeto de Lei Complementar nº 18, de 2022, que assegura a compensação por parte da União aos demais entes da Federação, de forma a garantir que os mínimos constitucionais da saúde e da educação e o Fundeb tenham as mesmas disponibilidades financeiras na comparação com a situação em vigor antes da publicação da Lei Complementar nº 194, de 23 de junho de 2022;

Finalmente, a Recomendação 30.

30. Revisar a legislação acerca do tratamento educacional excepcional a estudantes com determinados problemas de saúde, notadamente mediante a atualização do Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, cuja redação se encontra defasada.

Então, Sr. Presidente, eu fiz a leitura do sumário executivo. Tem o relatório bem minucioso de 240 páginas.

Eu quero agradecer – não o tinha feito antes – a todos os membros da Subcomissão: Senadora Zenaide Maia; Senador Confúcio Moura; Senador Wellington Fagundes; também Senador Antonio Anastasia, que foi indicado para o TCU; e, substituindo o Senador Anastasia, Senador Alexandre Silveira.

É um relatório, eu diria, fruto de um esforço coletivo. Foram, 20 audiências públicas, e tantas pessoas que participaram! Ele aponta para uma agenda estratégica. E o nosso desafio para o ano que vem é acompanhar, monitorar a concretização desse relatório dentro de um subsídio que possa ser dado para o Governo que se inicia no mês de janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a V. Exa., Senador Marcelo Castro. Faço isso permanentemente, sempre menciono V. Exa. como uma grande liderança, grande Presidente. Isso só foi possível ser realizado pelo apoio de V. Exa. a todas as iniciativas.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Em discussão o relatório do nobre Senador Flávio Arns.

Com a palavra o Senador Wellington Fagundes, que se inscreve para discuti-lo.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Sr. Presidente Marcelo Castro.

Quero cumprimentar a todos os companheiros da Comissão, na pessoa do nosso Relator, Senador Flávio Arns. Também estão aqui presentes o Senador Confúcio Moura e a Senadora Zenaide, que também têm todo o seu trabalho.

Eu fico feliz, Sr. Presidente, em estar aqui hoje ouvindo e participando da entrega desse relatório por parte do Senador Flávio Arns, afinal de contas foram dois anos de intenso trabalho dessa equipe da Subcomissão Temporária sobre os impactos da pandemia da educação brasileira.

E aí eu quero destacar, Sr. Presidente, vários aspectos, principalmente a finalidade que nos guiou do início ao término desse trabalho, que foi monitorar os impactos da covid-19 na educação brasileira, de maneira a propor caminhos e alternativas que nos levassem a formular uma estratégia capaz de superar pontos críticos, pontos de estrangulamento que comprometem a competitividade da nossa economia e também o bem-estar da nossa sociedade, pontos que a pandemia só fez acentuar e agravar. E isso ficou claro às autoridades presentes nas numerosas audiências públicas que realizamos, com a participação dos cidadãos e cidadãs de norte a sul da nossa pátria, nos debates onde encaminharam as suas críticas e também as sugestões, cuja síntese agora se traduz nas 30 recomendações listadas no relatório do Senador Flávio Arns.

E aí eu quero destacar principalmente a permanência dos estudantes nas escolas. Inclusive, Sr. Presidente, tenho defendido também a possibilidade de criarmos um grande programa para que todas as escolas brasileiras possam funcionar nos finais de semana com aulas de reforço, com mais entrosamento através da associação de pais e filhos, enfim, fazer com que a escola também seja um espaço de recreação. Ver uma escola fechada num final de semana, com tanto espaço, quadras de esportes e outras possibilidades para maior aproximação da família, é extremamente triste. A gente sabe que o papel da escola, dos professores é ensinar e o papel de educar é da família, mas, quando isso se junta, muito mais eficiente é o desenvolvimento das nossas crianças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero destacar também a recomposição da aprendizagem, a conectividade à internet de banda larga para alunos e professores da rede pública, a infraestrutura das escolas e, claro, por último, a recomendação para a recomposição dos investimentos orçamentários adequados à concretização do direito constitucional à educação de qualidade, tanto sob o ponto de vista da previsão de recursos quanto do de sua execução orçamentária eficiente e efetiva.

Senador Marcelo Castro, para nós é uma felicidade tê-lo como Presidente da Comissão e também Relator do Orçamento. No ano passado, tive a oportunidade de ser o Relator setorial da educação. Com a ajuda de V. Exa., com a orientação de V. Exa., que é um dos mais experientes desta Casa, conseguimos avançar no orçamento da educação. Afinal de contas, foram 135 bilhões, aos quais acrescentamos ainda 2,5 bilhões, e agora estamos já no final. Claro, esses recursos não foram todos liberados, e inclusive temos problemas sérios nas nossas universidades, nos centros de ensino tecnológico, ou seja, nos institutos federais de educação tecnológica.

Acredito que V. Exa., que foi o Relator ontem, o proponente também da PEC do teto de gastos que aprovamos ontem... Claro, muitos têm críticas ao nosso voto, mas eu tenho certeza da importância desse voto, porque o Bolsa Família é um programa que transcende o Governo. Aliás, votamos, inclusive, para ele ser um programa perene. Como poderíamos negar isso à sociedade brasileira?

Então, acredito que o meu voto foi exatamente seguindo a orientação de V. Exa., pela competência, claro, sem olhar a cor partidária, mas olhando acima de tudo o país, o Brasil. E eu tenho certeza de que o nosso partido, o PL, entende aqueles que votaram favoravelmente, inclusive o próprio Presidente Bolsonaro, porque sabe que nós precisamos continuar atendendo os mais necessitados do país. Inclusive, parte desses recursos – me parece que são 25 bilhões – poderá ser aplicada ainda este ano pelo Governo Bolsonaro, atendendo aí várias áreas, principalmente essa área da educação.

Eu gostaria, Senador, que V. Exa. pudesse, inclusive, fazer um comentário sobre esse aspecto ao final da minha fala. Acho que isso é extremamente importante para esclarecer a toda a população brasileira por que votamos. E nesse aspecto, principalmente, da educação, acende uma luz para que este ano ainda tenhamos os recursos necessários para que as nossas universidades, enfim, os institutos federais e a educação de um modo geral possam ter os recursos necessários para concluir o ano. E, no ano que vem, o novo Governo poderá, então, continuar o trabalho que é do resgate das nossas crianças na escola com segurança e, principalmente, que possamos recuperar esse tempo perdido.

Eu quero aqui, Sr. Presidente, inclusive, aproveitar já esse espaço que temos para também agradecer ao ministro... Aliás, eu quero destacar um outro projeto também aqui, que foi o projeto que apresentei para regulamentar todos os alunos, todos os nossos jovens que tinham dívidas através do Fies. E conseguimos, então, depois concluímos com a medida provisória, ter até 92% de desconto. Com isso, foram mais de 1 milhão de estudantes brasileiros que conseguiram organizar a sua vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, inclusive, eu quero pedir também a aprovação de um outro projeto de lei, que é o de nº 2.491, que é de minha autoria, que concede também descontos aos estudantes adimplentes, ou seja, aqueles estudantes que venderam propriedades, se socorreram com a sua família e se mantiveram também adimplentes, esses também têm um estímulo para continuarem adimplentes e poderem também concluir a sua dívida.

No mais, Sr. Presidente, eu quero aqui também registrar a medalha que ontem tive oportunidade de receber com muitas autoridades lá no Ministério das Relações Exteriores, principalmente pelo trabalho que desenvolvi junto com todos os companheiros da Comissão da Covid, também a oportunidade de ser o Relator do Ministério da Educação, exatamente pelo trabalho voltado para a educação e também para a produção de vacinas no Brasil.

Então, eu agradeço muito – e parabenizo toda a nossa Subcomissão – aqui ao Senador Confúcio Moura, ao Senador Izalci Lucas, a V. Exa. e ao Senador Arns por todo esse trabalho que concluímos com grande êxito. Mas parabéns, mais uma vez, ao Senador Arns, que é um *expert,* é uma das pessoas mais respeitadas também no Congresso Nacional, principalmente nessa área da educação e na área social.

Muito obrigado, Senador Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito bem, Senador Wellington Fagundes. Parabéns a V. Exa. pelas palavras tão importantes.

Passo a palavra agora ao nobre Senador Confúcio Moura para discutir a matéria.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente Marcelo Castro, querido Relator desta Subcomissão, Senador Flávio Arns, quero primeiro parabenizá-lo pelo seu senso de análise, de observação de todas essas audiências públicas e por poder consolidar em relatório essas 30 sugestões importantes. Elas são sugestões que vieram das opiniões desses especialistas e poderão servir de base para um trabalho muito forte não só do Ministério da Educação, como também dos governos estaduais, das prefeituras brasileiras, uma vez que a educação básica é realmente uma competência municipal, mas muitos estados também cuidam da educação básica.

Então, eu sei que esse documento é muito importante. Ele é quase um PNE (Plano Nacional de Educação) renovado agora sob outras formas, justamente pelo estudo das dificuldades que toda a educação brasileira sofreu no período de pandemia: dois anos praticamente sem aulas, os alunos desaprenderam muita coisa, as escolas ficaram improvisando modelos, estratégias de levar a aula para os alunos nas mais variadas formas – não houve uma padronização de conduta; foram experiências isoladas. Com esse baque que a educação brasileira e todos os outros demais setores sofreram no mundo, especialmente no Brasil, a educação retrocedeu, os alunos realmente sofrerem muito, e estamos hoje

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realmente ainda nesse marche-marche de ver quais são os rumos que devemos tomar para recuperar o nível anterior à pandemia.

Aqui consolidados estão esses apontamentos, esses mandamentos desse relatório, que servirá muito para a gente divulgar para todas as instituições, todos os governos, nas suas esferas de governo, essas sugestões muito práticas. E nós sabemos que é possível a gente oferecer, recuperar e dar um ritmo à educação brasileira, no sentido de obtermos uma qualidade melhor de educação perante o mundo. E isto a própria Priscila Cruz, do Todos pela Educação, fala: se pegarmos a sério, realmente fazendo o que deve ser feito com a educação, sem muita inventividade, seguindo o arroz com feijão, em 12 anos o Brasil começa a se destacar perante o mundo com seus indicadores e melhorias.

É muito importante a gente trabalhar a educação de qualidade – esse é o trabalho que o Flávio Arns fez aqui – para justamente nós darmos um passo seguro num rumo de o Brasil melhorar, o Brasil desenvolver. A gente trabalha mil coisas aí no Senado e no Congresso Nacional, justamente – uma hora com o aspecto fiscal, outra hora com o aspecto social, outra hora com as reformas, outra hora com as votações de medidas provisórias –, e isso vai consumindo o nosso tempo, mas nós sabemos que, em tudo que a gente fizer, nada vai adiantar muito se nós não desenvolvermos a educação. Educação é o carro-chefe das reformas, é realmente o trem de ferro para nos levar para um desenvolvimento sustentável.

Então, esse trabalho da Comissão, especialmente dirigido por esse abnegado e devoto Senador da educação que é Flávio Arns, é indispensável e não pode ficar morto num arquivo tal de um sistema de computadores. Ele só vai merecer atenção se nós levarmos isso para o próximo Ministro ou Ministra da Educação, entregarmos em mãos e fizermos essa divulgação maravilhosa, por nós todos, para nossos Governadores de estado e também para os Prefeitos dos nossos estados.

Quero parabenizar, abraçar e cumprimentar a todos os membros da Subcomissão, mas com a relevância e a notoriedade justificada aí, porque merece todos os nossos elogios, do nosso Senador Flávio Arns.

Muito obrigado.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo a contribuição do nobre Senador Confúcio Moura, passo a palavra para o próximo inscrito, Senador Esperidião Amin. (*Pausa.*)

O Senador Amin parece que teve um problema.

Vou passar a palavra para a Senadora Leila Barros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (PDT/PDT - DF. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, eu cumprimento o senhor e todos os membros dessa nobre Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Estou passando para parabenizar o relatório final da Subcomissão encabeçada, liderada pelo nosso Relator Flávio Arns. E eu prestei atenção na leitura do relatório, e as contribuições são muito importantes para o cenário que nós estamos vivendo. Nós sabemos que não só a educação tem esse cenário de terra arrasada, mas a economia e, enfim, diversas áreas – nós, nesses dias, estamos acompanhando isso justamente porque o futuro Governo está chegando, está em transição.

A minha sugestão vai muito ao encontro da fala do Senador Confúcio. Acho que temos que aproveitar esse momento em que esse relatório foi elaborado com tanto carinho, com tanto comprometimento. Ele faz um diagnóstico muito preciso das sequelas que a pandemia deixou para a nossa educação e também traça diretrizes, dá sugestões, enfim... A gente tem um cenário aí em que a gente pode muito bem, enquanto Subcomissão, enquanto própria Comissão de Educação, fazer uma ação junto ao Governo que hoje está em transição, fazendo uma visita mesmo e entregando esse relatório em mão à coordenação do GT de Educação. Acredito que será muito importante esse material que foi desenvolvido pela Comissão ser entregue ao próximo Governo para que sirva como uma diretriz, como um caminho a ser traçado para resgatar a nossa educação brasileira.

Então, mais uma vez, estou emocionada com o trabalho, com o comprometimento dos membros desta Comissão. E acho que esse trabalho, como o Senador Confúcio falou, não pode ficar num arquivo ou, digamos, no sistema do Senado; muito pelo contrário, nós temos que realmente ter a atitude de sairmos do Senado em uma visita institucional. E o senhor, ainda mais como Relator-Geral do Orçamento, uma grande referência para nós, autor da PEC 32, que seja a pessoa a liderar esse movimento de irmos à coordenação da transição do novo Governo e entregarmos esse excelente material.

Parabéns, Senador Flávio Arns, pelo trabalho!

Mais uma vez, parabéns, Senador Marcelo Castro e todos os envolvidos nesse belo documento, que traz muitos caminhos para resgatar a excelência da nossa educação brasileira, traçando um novo caminho também para a nossa educação brasileira.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo à nobre Senadora Leila Barros, passamos a palavra para o Senador Izalci Lucas, sempre presente aqui nesta Comissão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para discutir.) – Presidente, Senador Arns, eu estava acompanhando virtualmente, mas não pude resistir a vir aqui pessoalmente, primeiro para parabenizar o trabalho do Senador Arns com relação a esse relatório. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que acompanhamos no mundo real, na ponta o que está acontecendo sabemos a gravidade e o déficit de aprendizagem, a defasagem que aconteceu com relação ao período da pandemia.

O Senador Wellington falou muito bem, e eu também quero aproveitar aqui para falar algumas coisas relacionadas ao que aconteceu ontem, mas, primeiro, Senador Arns, eu acho que a gente tem que sensibilizar, porque nós temos essa questão municipal, estadual e da União, em que é preciso, num esforço concentrado, unir forças e ter uma mesma ação direcionada. Nós temos muitos exemplos aí de sucesso no Brasil, em vários municípios, que precisam ser copiados. É lógico que essa defasagem se deve muito também à falta de investimento. Nós temos muitas escolas... Aliás, muitas não, a maioria das escolas não tem a infraestrutura adequada, principalmente na área de tecnologia. Acho que a escola não tem ainda os laboratórios... Acho que poucas escolas têm realmente o mínimo necessário.

Por isso é importante, Senador Marcelo, nessa próxima legislatura, a gente aprovar de fato, primeiro, um Plano Nacional de Educação, discutir um Plano Nacional de Educação que tenha de fato consequências de execução. Não dá para ficar no plano das intenções. Você pega o Plano Nacional de Educação que aprovamos aqui, debatemos anos e anos, que ficou na intenção. A gente não atingiu as metas que deveria atingir.

Agora, como fazer tudo isso se não tem orçamento? Eu fico triste... Cara, todo ano a gente tem que brigar! Eu vi ontem a reportagem dos alunos da Capes – iniciação científica –, do CNPq... Cara, um pós-graduado... Um mestrado, um doutorado, com dedicação exclusiva, com salário de dois mil... Um salário, não; uma bolsa de R$2,2 mil. Um doutorado, que exige dedicação exclusiva, quer dizer, você não pode ter outra renda, e aí não tem dinheiro para pagar, e os caras estão sem receber. E eles vivem dessa miséria, vamos dizer assim, porque isso aí, para um aluno que está fazendo doutorado, é uma coisa inadmissível, inacreditável. No ano passado, foi a mesma coisa: em setembro acabou o recurso; aí, nós tivemos que ficar brigando na Comissão Mista de Orçamentos para ampliar os recursos da Capes, do CNPq. Agora, de novo, os alunos não estão recebendo; 200 mil alunos – 200 mil! Sabe o que é isso? É um negócio...

E aí não é só isso. Eu vi ontem, recebi ontem no meu gabinete a comunidade terapêutica, um trabalho que está sendo feito de recuperação das drogas. Foram 420 contratos que venceram ontem. Tinham que ser renovados, sob o risco de 12 mil pessoas que estavam em tratamento serem despejadas, porque não há recurso para pagar, e sequer se poderiam renovar os contratos, porque foram cancelados, não há orçamento, e está essa dificuldade toda.

Então, nessa questão do teto, para falar especificamente, Senador Marcelo – V. Exa. foi o autor, nos convenceu, a todos, da importância da matéria e com a competência que V. Exa. tem, a experiência que V. Exa. tem –, a gente precisa realmente olhar para as pessoas, para o mundo real, para o Brasil. Não é questão partidária. Acho que ficar discutindo questão partidária, ideológica, e as pessoas na ponta, passando fome, passando dificuldade, não recebem o salário, não recebem o auxílio... Não sei quantas mil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas estão na fila para serem cadastradas, para se fazer um cadastro novo do auxílio emergencial, do Auxílio Brasil, pessoas dormindo na fila por três, quatro dias.

O recurso da saúde, como V. Exa. falou, foi reduzido em 16 bilhões. Olha, se já não funciona, não há remédio, cada estado tem 50 mil, 100 mil pessoas esperando cirurgias, não há recurso. Aquilo que foi aprovado ontem vai equiparar o que estava no orçamento deste ano, quer dizer, é um negócio incrível.

Eu, que sou contador, fico, assim, indignado, porque a toda hora... agora vai ter que se votar uma PEC para furar o teto – já é a quinta. Para quem não sabe – isso foi falado, e é importante as pessoas saberem –, nós votamos, neste Governo, quase 800 bilhões furando o teto, e não foi só na pandemia; antes da pandemia já tínhamos votado o primeiro furo desse teto.

Então, essa questão, que foi votada ontem, é lógico que... E eu tenho certeza de que V. Exa., o Orçamento, na LOA vai discriminar detalhadamente cada centavo, e a gente precisa carimbar isso mesmo. Nós precisamos saber, a população precisa conhecer cada centavo para onde está indo.

A gente tem que dar a governabilidade, independentemente da questão partidária. Eu estou aqui representando e defendendo a população, o meu estado, o Distrito Federal, mas eu não posso ficar votando matéria por questão ideológica ou questão partidária. O PSDB nunca fez oposição radical no sentido de quanto pior melhor. Não, naquilo que é bom para o Brasil, a gente vota sempre favoravelmente.

Então, votamos, inclusive, no destaque, no sentido de reduzir, mesmo sabendo das dificuldades, mas a gente tem uma preocupação, está no nosso DNA a questão da Lei de Responsabilidade Fiscal. Talvez a maior conquista ontem tenha sido – V. Exa. concordou e o Relator acatou aquele projeto, a PEC do Serra, e a Mara também apresentou a emenda depois – obrigar o Governo a apresentar até agosto – era até dezembro – uma nova âncora fiscal sustentável e que a gente não tenha que votar toda hora uma PEC modificando isso.

Então, o que nós votamos ontem, para ficar claro, foi exatamente aquilo que todos prometeram: primeiro, o Auxílio Brasil de R$600, que não estavam no Orçamento os R$600; estavam R$400. Está bom, estavam, tinha que ser complementado, como V. Exa. fez, o que daria mais de R$70 milhões, incluindo, inclusive, o adicional, com que eu concordo, as crianças precisam ter um tratamento especial. Preocupa-me um pouco, porque eu me lembro que, em algumas situações do Bolsa-Escola, muitas pessoas acabam tendo mais filhos para receber mais benefícios. Então, é uma questão... Mas as crianças não podem pagar o preço disso. Nós temos que, de fato, dar condições mínimas de sobrevivência para essa população.

E V. Exa. garantiu para pagar este ano, porque não tinha condições de pagar este ano. Como eu disse há pouco, os empenhos foram cancelados. Não tinha um centavo para pagar nada em Ministério nenhum, nem água, nem telefone, as universidades sem pagamento de água, luz, telefone e não sei o quê.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, foram quase 20 bilhões para isso, para dar condições de pagamento este ano para zerar essas dívidas – zerar, não –, pagar essas contas mínimas aí.

Então, na área científico-tecnológica, nos últimos 10, 15 anos, a gente não teve investimento em ciência, tecnologia e inovação. Por isso que os jovens estão aí, a geração nem-nem. Por quê? Porque não há realmente investimento na pesquisa.

E ontem, no relatório, eu fui corrigido também, porque no relatório inicial só estava excluindo aí a Fundação Oswaldo Cruz e foi ampliado para todos os institutos de pesquisa, o que é fundamental. Eu não sei como a gente colocou e ficou durante esse tempo todo da Lei do Teto, que teve o seu papel naquele momento, mas a questão das universidades não poderem receber recursos próprios, doações, emendas? Então, não só a questão universitária, da pesquisa, de poder realmente... Porque não é recurso orçamentário; é recurso próprio. A academia tem esse papel. As universidades americanas vivem de doações. Nós aprovamos, depois de anos e anos... V. Exa. acompanhou na Comissão de Educação na Câmara e aqui a aprovação da permissão das doações de recursos para as universidades. A maior fonte de recursos das universidades americanas são os ex-alunos que financiam. Aqui no Brasil não tem isso. A gente aprovou uma lei, depois de anos e anos de discussão, e não foi implementada por isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não, aqui, se alguém quiser dar uma contribuição, a universidade vai dizer: "Não, não quero."

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – "Não quero", exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não vai servir para as universidades.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Atrapalha, não é? Porque eles têm uma programação e qualquer recurso extra obrigaria, então, a mudança daquilo que está planejado, para atender, às vezes, uma emenda ou alguma coisa que não está trabalhada.

Então, corrigimos isso, o que acho fundamental.

Da mesma forma, eu fiz aqui uma audiência pública na Comissão Senado do Futuro sobre a questão ambiental. Nós temos perspectiva de arrecadar bilhões e bilhões – o mercado fala em 500 bilhões – com relação à questão da compensação ambiental, que a gente precisa implementar. Hoje há título no mercado que pode... Eu vejo assim: eu acho que a gente fez o papel ontem... E a discussão se são dois anos ou se é um ano é muito mais técnica do que... Eu tenho certeza de que, com esse artigo que nós aprovamos de o Governo encaminhar até agosto uma nova lei de substituição ao teto, para que ele não tenha que ficar mudando tudo isso, isso resolve essa questão, que será resolvida com menos de um ano – eu tenho certeza disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, evidentemente, já se fala aquilo que todo ano a gente fala: a reforma principal para ser votada aqui é a reforma tributária. Então, espero também que, no primeiro semestre do ano que vem, a gente possa votar a reforma tributária.

Mas, Presidente, primeiro eu quero elogiar V. Exa. como Presidente da Comissão de Educação. A gente avançou bem. Com a liderança que V. Exa. tem, com a competência que tem, a gente conseguiu aprovar muitas matérias importantes.

Agora, realmente, o Senador Arns fez esse brilhante trabalho de registrar e sugerir o óbvio, teve a sabedoria de reconhecer o óbvio. A gente vê lá... Nós temos alunos aqui, na capital da República, no 5º ano, que não sabem ler um parágrafo, que não sabem escrever ainda o nome, às vezes – estão no 5º ano; não estou falando em função da pandemia –, porque não têm computador, não têm internet, não têm banda larga, não têm laboratório, não frequentaram a escola, não tiveram acesso a isso. Então, um menino que estava na época da alfabetização... Infelizmente, no Plano Nacional de Educação, nós aprovamos a possibilidade de se alfabetizar até os 8 anos, e muitas escolas deixam para alfabetizar nesse período. Aí veio a pandemia por dois anos. Pronto, estamos com alunos de 5º ano nessa situação.

Agora precisamos ser criativos, não é? Eu lancei, quando fui Secretário, o projeto mais importante que eu vejo na área de educação, que ajudou muito. E mudou o Governo. E, aqui, é assim: muda o Governo, e se acaba com tudo, e se começa de novo. Foi o Bolsa Universitária. Você dá a bolsa para o aluno da faculdade, e ele dá uma contrapartida na escola pública, compatibilizando o curso que ele está fazendo com a atividade na escola. Então, se ele está fazendo Teatro, ele ensina Teatro; se ele está fazendo Educação Física, ensina esportes; se ele está fazendo Letras ou Pedagogia, dá reforço escolar, no contraturno. Essa vai ser a solução. Então, nós temos aí milhares de jovens fazendo faculdade que precisam, inclusive, ter experiência prática naquilo que estão fazendo. E poderia ser feito dessa forma. Não tem sentido a gente financiar pelo Fies diversos cursos que financiamos, que o aluno faz, mas depois fica desempregado e começa a carreira dele negativado. Nós aprovamos – brilhantemente, V. Exas. tiveram um papel fundamental, Senador Wellington e Senador Arns – a remissão das dívidas do Fies. Mas a gente precisa direcionar isso. Se está faltando médico, nós temos que dar condições para que haja mais formação de médicos. Se está faltando professor de Química, Física e Matemática, você tem que incentivar, através do Fies, do Prouni, exatamente onde está faltando isso. E é preciso exigir deles uma contrapartida.

Então, acho que a gente tem muitas formas de resolver a questão da educação, mas é uma coisa que tem que estar no mundo real, que tem que se fazer na prática, não só no discurso. A educação é unanimidade nacional em termos de prioridade, mas, infelizmente, na prática não é bem assim que funciona. Então, há essa questão, como foi dito aqui, de funcionar nos fins de semana. Tem que se fazer um esforço! Muitos aposentados hoje poderiam contribuir de alguma forma na recuperação, na idade certa, para colocar a recuperação. Eu acho que basta colocar isso como uma proposta de execução, com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participação do estado e do município. A União precisa direcionar, colocar um recurso específico para a recuperação.

Então, eu quero parabenizar, mais uma vez, pelo relatório, o Senador Arns, uma pessoa sensível a tudo isso, e parabenizar V. Exa. também pela condução da Comissão.

É isso, Presidente.

Como o Wellington pediu a V. Exa., eu quero também aproveitar para pedir que V. Exa. pudesse mesmo esclarecer algumas coisas que aconteceram nessa PEC. V. Exa. pode explicar melhor para quem ainda tem dúvida por que votamos. É um negócio incrível, não é? Se não votássemos, a situação seria caótica. Eu não quero... Eu voto o que é bom para o Brasil, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Obrigado, Senador Izalci.

Passo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Pois não, Presidente! Bom dia ao senhor!

Bom dia a todos!

Eu quero me deter no relatório que nós temos que aprovar. Quero aprová-lo com louvor.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador Esperidião, o seu som não está muito bom. Será que pode melhorar um pouco?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – E agora?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Melhorou. Está ótimo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Eu não queria molestá-lo. Eu não queria molestá-lo com uma voz que o senhor ouviu ontem com tanta insistência. Eu queria suavizar essa agressão aos seus ouvidos.

E para não cometer nenhum erro ou... Como que vocês psiquiatras dizem?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Ato falho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Ato falho, que acontece até com os melhores autores.

Eu vou ser muito conciso.

O Senador Flávio Arns tem se distinguido perante todos nós por uma conduta muito reta, muito determinada, muito profícua, especialmente quando se fala no tema educação e especialmente quando a gente aborda alguma forma de deficiência que nos ocorre. Este período da pandemia trouxe tanta tragédia, tanta anomalia para a nossa vida que merece ser analisado setorialmente. No caso da educação, particularmente da escola pública, nós tivemos, além das deficiências tradicionais, que não vencemos ainda, um lapso de interrupção irrecuperável – irrecuperável – pela idade que as crianças tinham e continuaram a crescer; os meses, os dias, as horas e os anos se passaram. Então, tratar desse assunto agora tem um valor muito especial, e eu quero me solidarizar e aplaudir o relatório.

E não vou encerrar sem trazer aqui, de público, mais uma vez, o meu aplauso à sua forma de agir e de se manifestar ontem, mesmo estando em campos opostos pontualmente – pontualmente porque a minha divergência se limitou, é o destaque que eu apresentei, ao período. Não vou rediscutir o assunto, mas, quanto ao teto de gastos, eu resumi uma expressão do Brizola. A Senadora Leila, que é do nosso querido PDT, não teve a oportunidade de ouvir isso dele pessoalmente, mas eu o ouvi, umas 20 vezes, dizer que, quando você está embretado, é uma coisa, mas pior do que embretado é ficar que nem rato em guampa, ou seja, é um chifre que vai se afunilando, com o rato avançando e achando que está indo para frente, mas está indo para o mais escuro, o mais apertado, até chegar a um beco sem saída, que é a ponta da guampa, o chifre. E esse teto estava nos levando para essa situação, essa lei, tanto é que, em seis anos, nós o furamos cinco vezes. Então, nós temos que ter... Eu apenas divirjo e deixo aqui consignado que nós não podemos ter uma lei de teto de gastos que engessa o país de tal maneira que nós passamos a viver, como ensinam os psicólogos, o suplício de Tântalo. O senhor lembra isso das suas aulas de psicologia? O sujeito vê água, tem água ao seu alcance, ou uma fruta ou alguma coisa de que ele precisa, e não consegue alcançar, porque quanto mais ele avança mais ela se distancia. Então, o suplício de Tântalo é este que nós estamos vivendo: tem dinheiro em caixa; produziu, ano passado, excesso de arrecadação, e, neste ano, vai produzir superávit primário; e não podem pagar coisas cruciais, elementares. Nós inventamos, pela progressão do tempo, um FMI privado, só para o Brasil, uma forma de contenção de pagamento que não tem lógica. É por isso.

Eu encerro esta minha fala repetindo o que eu disse ontem: se o Governo for sensato, ele tratou de começar a escrever a nova lei do teto de gastos ontem, porque ela vai ser a pedra angular nos nossos próximos quatro anos, inclusive para a educação, inclusive para recuperação desse déficit.

E concluo especificamente lhe fazendo um pedido, Senador Marcelo Castro: peça o relatório do andamento do acesso da internet nas escolas. Vou repetir. O senhor lembra que nós tínhamos um relatório que dizia que entre 2 mil e 2,5 mil escolas estavam tendo acesso à internet por mês? Lembra-se disso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, o Ministro das Comunicações esteve aí na nossa Comissão e informou isso. Eu não tenho o relatório mais recente. Está terminando o ano, está terminando o mandato, e eu gostaria de saber, se a memória não me falha, das 43 mil escolas públicas que não tinham acesso – esse é o número que eu lembro –, já no ano passado, hoje quantos estabelecimentos públicos municipais, estaduais e eventualmente algum federal – federal acho que não tem – que não tenham acesso à internet, seja por falta de energia elétrica, seja por falta de equipamento apropriado, como computador para os alunos ou para a escola. Qual é a estatística que se encerra este ano em matéria de acesso à internet, seja no ensino fundamental, seja no ensino médio? É porque, convenhamos, uma escola de ensino fundamental sem acesso à internet está fora do mundo. E, se for no ensino médio, ela está fora da Via Láctea, pois qual é o aluno que vai ficar nessa escola? Fazendo o quê? Nós já estamos no ano do novo ensino médio. O que esse aluno vai ter de estímulo para acessar um trabalho do século XXI ou um serviço do século XXI? Então, essa estatística eu lhe rogo que faça.

Eu não percebi no relatório do Senador Flávio Arns se nós temos essa estatística atualizada – peço desculpa –, mas é acrescentar ao trabalho da Comissão – não sei se vamos ter sessão a semana que vem, espero que sim – um balanço de como éramos, por exemplo, no ano passado e de como somos hoje em matéria de acesso à internet nas escolas públicas brasileiras de todos os níveis, muito embora a gente saiba que a grande carência é no ensino básico.

Meus cumprimentos mais uma vez ao senhor e a todos os colegas.

E até daqui a pouco.

Um abraço.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Sr. Presidente, só uma contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Como Relator.) – Eu só quero, em primeiro lugar, agradecer a manifestação do Senador Esperidião Amin, que sempre tem sido tão solidário, tão amigo com o – como ele fala – quarto Senador de Santa Catarina, pelo fato de a minha família ter as origens naquele estado, mas eu só quero dizer que o item conectividade é um dos itens deste relatório. Então, nós temos o levantamento de todo o Brasil em relação à conectividade, não só sobre o acesso à internet, mas sobre a internet de baixa qualidade, de baixa velocidade na escola, quando os professores dizem que tem internet, mas que ela é insuficiente para fazer um bom trabalho. O percentual de internet de baixa qualidade nessas escolas é de 68% das escolas, ou seja, não existe internet boa na maior parte das escolas. No Norte do Brasil, 50% das escolas não têm internet. No Nordeste, de cada quatro escolas, uma não tem internet. Se nós formos para as áreas indígenas, quilombolas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ribeirinhas, não existe levantamento, inclusive, nesse sentido; o último levantamento é de 2018 da parte do Unicef. Então, o que a gente tem aqui é um levantamento, uma radiografia. Ocorre a mesma coisa em relação à infraestrutura. Nós temos milhares de escolas sem banheiro, sem esgotamento sanitário, sem eletricidade, como foi mencionado. E nós temos toda a condição de dizer uma por uma qual a escola que não tem banheiro, que não tem saneamento e de conversar com os Senadores e Senadoras de cada estado para ultrapassarem esse problema agora, em termos de emendas, de destinação e assim por diante. Então, todo esse levantamento existe, foi feito. Há profissionais... Inclusive, eu fiquei muito impressionado com profissionais que estão atuando pelo Brasil com levantamentos extremamente detalhados dessa situação.

Eu, inclusive, penso que, fruto desse nosso relatório da Comissão de Educação, porque está sendo aprovado pela Comissão, isso aqui é, vamos dizer, um subsídio importante para o novo Governo.

Agora o mais importante é a gente ter este acompanhamento no ano que vem: saber como é que a realidade está mudando.

Obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Flávio.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin, que a solicita.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – É a renovação dos meus cumprimentos ao querido amigo Senador Flávio Arns, mas eu volto a insistir: o Ministro das Comunicações, o Ministro Fábio Faria, esteve aqui na Comissão e falou sobre a expectativa da progressão dessa conectividade. E é exatamente isso que o Senador Flávio Arns falou, ou seja, primeiro, é a disponibilização de fonte de energia – pode ser solar, pode ser o que for cabível.

Eu imagino, por exemplo, na sua região preferida de Picos, ou de Floriano, ou de Oeiras, cidades que nós...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Esperidião Amin é um especialista em Piauí, não é só em Santa Catarina, não. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – ... ou no Delta do Parnaíba, onde há uma controvérsia: a sua corrente diz que são 73 ilhas; a corrente do Wellington diz que são 64; e o Ciro Nogueira, meu amigo e também seu amigo, seu conterrâneo, fica no meio-termo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu imagino que uma escola, primeiro, teria que ter o acesso à energia elétrica – pode ser em Mato Grosso ou em Rondônia... Como se salientou, quem deve este relatório para nós é o Ministério das Comunicações, não é nem o Ministério da Educação, porque o melhor leilão do mundo – desculpe-me agora se eu for me prolongar –, Senador Marcelo Castro, o leilão de internet 5G mais inteligente do mundo e mais eivado de espírito público foi o do Brasil. Todos os governos do mundo leiloaram faixas de 5G – ou seja, acesso a 5G para empresas – para ganhar dinheiro. O nosso destinou 90% dos recursos – o que seria o resultado do leilão – para ter a conectividade. Então, como isso foi liderado pelo Ministério das Comunicações, cabe a ele prestar contas.

O Senador Flávio Arns falou de dados da Unicef de 2018, mas eu receio que nós não estejamos atualizados – se o relatório tem vindo, se nós temos apropriado esses relatórios, se nós temos um dado atualizado.

E sabem qual é o meu receio maior? É que pode já ter o equipamento, o *notebook* na escola e ela ter ou o acesso à internet falho, como é o caso aí mencionado... E tem mais uma bizarrice típica da nossa gestão: "Olhem, eu tenho um computador, mas o sinal está muito fraco, então, eu não o uso". Perguntam: "Mas onde é que está o computador?". E dizem: "Ah, nem tirei da caixa". Eu já vi isso acontecer.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Senador Esperidião Amin, só mais uma contribuição...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Só para terminar, essa costura da conectividade significa o uso, ou seja, o proveito com a coisa, com a ferramenta, ou *tooling*, como dizem os ingleses.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Como Relator.) – Senador Esperidião Amin, se V. Exa. permite, é só uma contribuição: o Ministério das Comunicações esteve presente nessas audiências públicas. Então, os dados do relatório são do Ministério das Comunicações e constantes a partir da p. 120 do relatório. Então, são dados do Ministério das Comunicações.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Está perfeito.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Obrigado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Presidente, eu só quero, nessa mesma linha...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para discutir.) – Quero lembrar aqui que nós aprovamos, por unanimidade, a banda larga nas escolas, com recursos do Fust, o que foi vetado. Nós derrubamos o veto, como fizemos na FNDCT, e as coisas... Da mesma forma que aconteceu, prorrogaram e...

Eu quero também registrar, Senador Arns – e eu tenho participado disto –, que existe já um sistema desenvolvido pela Universidade de Brasília, que está disponível no Ministério da Educação, acho que em três mil e poucos municípios já foi implementado, pelo qual você já tem condição de identificar o Custo Aluno Qualidade, que é uma coisa que nós temos que aprovar. Não dá mais para continuar sem definir claramente qual é o Custo Aluno Qualidade, para a gente colocar a infraestrutura mínima.

Mas esse sistema já permite a você achar esses custos, número de funcionários, número de professores, qual é a folha, quais são as despesas, e o Ideb e o comparativo do número de alunos, exatamente porque tem muita escola com muito professor em algumas regiões em que o Ideb é ruim, e outras, na mesma região, próximas, que têm uma quantidade menor e o Ideb é melhor. Então, você tem que começar a comparar.

Agora, quando você pega os dados da escola diretamente dos diretores, você tem um dado; quando você pega da Secretaria de Educação do Estado, você tem outro dado; quando você pega no Tribunal de Contas, é outro dado. Então, a primeira coisa que nós precisamos saber... E por isso que esse sistema que está já funcionando no Ministério da Educação, confeccionado pelos técnicos aqui da Universidade de Brasília, vai permitir, via tribunais de contas, uma unificação de dados, porque, de fato, se você tem os dados destorcidos, você não consegue realmente ter um bom diagnóstico para fazer uma boa política.

Então, só para registrar isso, porque nós temos uma especialidade muito grande, uma competência muito grande para arrecadar – V. Exa. sabe disso. Tanto é que está aí: nós tivemos um superávit de arrecadação, excesso de arrecadação, no ano passado, de mais de 300 bilhões e vamos ter, este ano, mais de 200 bilhões de excesso de arrecadação. Mas a gente gasta mal e gasta muito, sem controle, porque nós somos um país ainda analógico e que não controla... Eu fico preocupado com esse monte de ministérios que agora vão ser criados, porque cada um parece que é um governo diferente – fazem, muitas vezes, a mesma coisa, investem na mesma coisa. Então, a gente precisa melhorar também essa questão do gasto público.

Mas parabéns pelo relatório! Eu vi as sugestões e realmente são bastante apropriadas. Temos que cobrar isso, não é?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Bom, eu gostaria de parabenizar o Senador Flávio Arns, que foi o Presidente desta Subcomissão para estudar os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

efeitos da covid e as repercussões no aprendizado dos nossos alunos e as providências que seriam necessárias para minorar esses efeitos; também a Senadora Zenaide Maia, como a Vice-Presidente; o Senador Confúcio Moura; o Senador Wellington Fagundes; o Senador Antonio Anastasia, que começou, mas foi para o Tribunal de Contas e foi substituído pelo Senador Alexandre Silveira, que fizeram um trabalho excepcional.

Senador Flávio Arns e todos que estão presentes nos ouvindo, eu acho que hoje é um dia importante aqui da Comissão de Educação, por esse trabalho acurado, profundo. Eu convido a todos da Comissão que puderem estar presentes: hoje, às 15h30, nós iremos ao Presidente do Senado apresentar esse trabalho brilhante, profundo, feito por esse grupo dessa Subcomissão que teve à frente o Senador Flávio Arns como Presidente, que é Senador pelo Paraná, embora o Senador Esperidião Amin o tenha adotado como Senador de Santa Catarina.

Eu acho que V. Exa., mais do que ninguém, Senador Flávio Arns, é Senador do Brasil, pelo trabalho que V. Exa. desenvolve, pela sua correção, pela sua dedicação, sobretudo à causa da educação. Eu acho que, de todos nós, ninguém é mais dedicado a essa área do que V. Exa. Então, eu quero aqui, como Presidente da Comissão de Educação, adotá-lo como paranaense, catarinense, piauiense, como Senador de todo o Brasil, porque realmente o trabalho que V. Exa. faz é extraordinário e orgulha a todos nós.

Gostaria de falar aqui algumas palavras, também instado pelo Senador Izalci, Senador Wellington Fagundes, Senador Esperidião Amin, sobre o dia de ontem, sobre a PEC que nós aprovamos.

É evidente que as pessoas... Nós temos o hábito, o mau hábito de julgar sempre o comportamento dos políticos como sendo de governo ou sendo de oposição, quando a nossa obrigação maior aqui, Senador Izalci, é sermos brasileiros, é sermos patriotas, é defendermos aquilo que é útil e que é importante para o país, aquilo que venha a melhorar a vida das pessoas, aquilo que venha a trazer prosperidade, desenvolvimento, bem-estar para o nosso país.

Então, nesse sentido é que eu entendo que foi a PEC que nós aprovamos ontem. Aquilo não é PEC de Lula, não é PEC de Bolsonaro. Aliás, é a PEC do Congresso. Fui o primeiro signatário. Agora, se não tivesse sido eleito o Lula, se tivesse sido eleito o Bolsonaro ou qualquer outro, nós estaríamos, Senador Wellington Fagundes, aprovando a mesma PEC. O Brasil ficou inviável. Eu tenho dito isso em todas as entrevistas que eu tenho dado.

O Orçamento que nós estamos com ele, que eu recebi, enviado pelo Executivo, enviado pelo Presidente Bolsonaro aqui para o Congresso Nacional, é absolutamente inexequível. Não há como nós fecharmos o Orçamento sem essa PEC – ou essa ou outra. Por quê? Os R$600 que as famílias brasileiras estão recebendo hoje estão recebendo por quê? Porque nós votamos uma PEC aqui no final de julho excepcionalizando do teto de gastos esses R$200 para completar os R$600. O que é que nós estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazendo na prática? Prorrogando a PEC, nada mais do que isso. Prorrogando os efeitos da PEC para quê? Para que as pessoas continuem recebendo os R$600.

Senador Flávio Arns, eu tenho chamado a atenção para isso. Uma coisa é você não aumentar R$200 em quem está recebendo R$400; outra coisa completamente distinta é a pessoa estar recebendo R$600, e nós votarmos uma lei aqui, porque não votarmos significa a mesma coisa, retirando R$200 das famílias mais pobres, das que estão na faixa de pobreza do Brasil.

Então, eu entendo essa PEC como um pacto da sociedade brasileira contra a fome. Isso é inadmissível em um país com a economia do Brasil, o terceiro maior produtor de alimentos do mundo, que é uma coisa que orgulha a todos nós! Não há quem compita com o Brasil em produtividade ou em qualidade dos nossos produtos. E nós temos pessoas passando fome! Isso não é uma determinação. Nós já ficamos livres da fome no passado. Jamais nós deveríamos ter voltado ao mapa da fome, mas, já que voltamos, vamos tomar as providências, vamos fazer esse pacto.

Eu digo aqui com segurança: se nós não aprovarmos essa PEC, não vamos ter recursos para a Farmácia Popular, para a merenda escolar. Isso é admissível? Não tem como você admitir uma coisa dessas, porque, além de ser uma desumanidade, é também uma falta de bom senso, uma falta de inteligência. Se a pessoa tem uma enfermidade, por exemplo, hipertensão, ela precisa tomar o seu medicamento todo dia para controlar a pressão; se ela não tomar, vai ter complicações, vai ter que ser internada, e vai sair muito mais caro para o país do que se ela tivesse o remédio e fizesse aquele tratamento continuado. E isso é em todas as áreas.

Quais seriam as áreas que poderiam ser, digamos assim – entre aspas –, "privilegiadas" pelo Governo Bolsonaro que têm esse viés? Seria a área da defesa: o Exército, a Aeronáutica, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal... Eu estive com todos eles, e a queixa é generalizada. Eu estive com o Ministro da Defesa, e ele mostrou como os orçamentos do Ministério da Defesa vêm sendo comprimidos ano a ano. Eu estive no Comando da Aeronáutica, e o pedido deles... Os projetos do KC-390 e do Gripen estão todos alongados porque não há recursos. Então, nós precisamos aportar recursos para todas essas áreas.

A Polícia Federal veio falar comigo que não tinha recurso para emitir passaportes, e o orçamento de 2023 será inferior ao de 2022! Ora, se já não tem recursos... Eu estou falando aqui da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Federal, do Ministério da Defesa, do Comando do Exército, do Comando da Aeronáutica...

O Comando do Exército, inclusive, me fez uma solicitação, e nós conseguimos colocar na PEC, Senador Wellington Fagundes. O BEC está com o mesmo problema das universidades. O BEC trabalha, às vezes, para os estados e para os municípios. Suponhamos, por hipótese, que lá no Piauí teve uma enchente, rompeu uma ponte, quebrou uma estrada... Ora, aquilo, automaticamente, sem licitações, sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisar de licitação, o Governo do estado chama o BEC para recompor aquela estrada em caráter emergencial, porque eles têm *expertise* nisso, dado que, numa guerra, se tiver um caso assim, eles têm que ter preparo para dar passagem para aquela estrada. O BEC, que sempre fez isso, hoje não pode fazer. Por quê? Se ele fizer um trabalho para o Governo do Estado do Piauí – vamos supor – no valor de R$10 milhões, ele vai ter que gastar combustível, vai ter que comprar areia, vai ter que comprar cimento, vai ter que comprar ferro, vai ter que comprar asfalto. E não vai receber o recurso do Estado, porque aquele dinheiro está dentro do teto de gastos. Olha a inteligência disso! É uma burrice. Está dentro do teto de gasto, aquele dinheiro vai diretamente para pagar o serviço da dívida, e o dinheiro não vai ficar com o BEC. Então, hoje o BEC está impossibilitado de fazer isso daí, mas, com a PEC que nós aprovamos ontem, isso vai ser evidente...

Porque qual é o espírito do teto de gasto? É controlar as despesas da União, os recursos da União. Isso não é recurso da União. Uma universidade: a pessoa se forma pela universidade; depois, tem grande sucesso na vida econômica, quer fazer uma doação para a universidade. Se ele fizer a doação, o recurso não vai ficar na universidade em que ele estudou, vai pagar o serviço da dívida. Isso não é razoável! Então, nós excepcionalizamos...

E outra coisa: essa PEC é para o Governo atual também. O Governo atual fez uma solicitação agora ao Tribunal de Contas porque ele não tem recurso para fechar suas contas, sobretudo, na previdência. Nós estamos dando a permissão de um espaço orçamentário de R$23 bilhões para o Governo atual fechar as suas contas. É preciso que isso fique claro, porque aqui nós não estamos votando nem a favor de Bolsonaro, nem contra o Bolsonaro, nem a favor de Lula, nem contra Lula. Nós estamos votando uma PEC para resolver, para solucionar os problemas do Brasil.

Senador Wellington Fagundes, nós pudemos aprovar um orçamento que não tem um centavo para habitação popular? Olha a carência que nós temos no Brasil de habitação! Quando eu digo "não tem um centavo", tem. Tem R$34 milhões, mas é tão insignificante, tão inexpressivo, dada a necessidade, que você pode dizer que não tem nada. O Brasil há dez anos aplicava em habitação popular R$13 bilhões em média; este ano nós temos 34 milhões.

A Senadora Leila Barros foi nos visitar, eu como Relator do Orçamento, trazendo o orçamento do esporte. Nós temos, se não me falha a memória, Senador Izalci, R$25 mil para a infraestrutura esportiva do Brasil inteiro. Como é que nós podemos conceber uma realidade dessa?

Então, o que nós estamos fazendo, com toda a responsabilidade, é recompor minimamente o Orçamento naquilo que é essencial, que é primordial, que é imprescindível e que é inadiável. Para quê? Para que o país continue funcionando no próximo ano. O novo governo que vai assumir em 1º de janeiro, evidentemente, com a sua equipe econômica vai fazer um planejamento, vai fazer um projeto, vai mandar suas propostas de lei aqui para o Congresso Nacional, e nós vamos aprovar as reformas que ele quer e tudo mais. Mas o que nós estamos fazendo agora aqui é apenas uma adequação, uma adaptação, uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recomposição para o país continuar com os mínimos recursos necessários, imprescindíveis para poder funcionar. E aí vamos fazer isso com absoluta responsabilidade e transparência.

Sobre aquilo que V. Exa. falou, Senador Izalci, será publicado centavo por centavo de tudo aquilo que nós vamos atender. O que nós vamos atender é só aquilo que é essencial e imprescindível para o país funcionar.

Vamos ter R$1,8 bilhão para o Farmácia Popular. Quem é que discorda disso? Vamos ter R$6,8 bilhões para dar o mínimo de ganho real ao salário mínimo. Vamos ter R$2,8 bilhões para que os servidores do Executivo – e isso tem sido uma luta minha desde o primeiro instante – tenham o mesmo aumento que os servidores do Judiciário e do Legislativo. Não é justo – e é um aumento mínimo que eles vão ter –, não é justo que os servidores do Judiciário e do Legislativo, que tradicionalmente ganham mais, tenham um percentual de aumento superior aos do Executivo, que tradicionalmente ganham menos. Então, nós temos que pelo menos equiparar. Para equiparar, nós precisaremos pelo menos de R$2,8 bilhões. E, para todas as áreas em que você se mexer, você vai encontrar carências. Quantas estradas no Brasil estão sendo construídas no momento? Quantas pontes estão sendo construídas? Com esse orçamento, eu digo a V. Exas., com o conhecimento que tenho: todas, Senador Flávio Arns, serão paralisadas. Será que isso é sensato? Não. Não é gastança. É um ato de responsabilidade para com o país para gastar o mínimo necessário para o país não parar. Essa é que é a realidade.

Então, dizendo isso daí, eu agradeço a todos, parabenizo a Subcomissão, que fez esse trabalho extraordinário – em especial, o Senador Flávio Arns –, e convido os que estiverem aqui em Brasília, por favor, para prestigiar o Senador Flávio Arns, hoje, às 15h30, quando ele fará a entrega desse relatório ao nosso Presidente do Congresso Nacional.

Senador Esperidião Amin com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Eu li, com toda a atenção, o capítulo da conectividade, que é sucedido por outras informações sobre a infraestrutura, mas eu volto a solicitar à Presidência da Comissão que cobre do Ministério das Comunicações o relatório mensal atualizado, se não até dezembro, pelo menos até novembro, que ele ficou nos devendo quando esteve aqui, sem prejuízo do relatório. Pretendo estar lá, se puder, e quero que o senhor me inscreva até para ser admitido nesta comitiva que vai às 15h30 ao Presidente do Senado. Agora, além disso, o Ministério das Comunicações nos deve isso, e os dados, conforme foram prometidos – não vou nem entrar no detalhamento –, eu não conheço, muito embora tenhamos aqui informações financeiras, até de infraestrutura, de esgoto, de água. Mas qual é a marcha da conexão das escolas públicas de acordo com o relatório do Ministério das Comunicações? A não ser que eu esteja... (*Falha no áudio.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Antes de finalizar os nossos trabalhos, propondo a dispensa da leitura e a aprovação das atas da reunião anterior e da presente reunião.

A Sras. e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos membros da Comissão que, na próxima quinta-feira, será nossa última sessão aqui do ano, na qual nós vamos fazer um balanço das nossas atividades aqui desses dois anos. Eu espero contar com a presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Presidente, só para ficar...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – ... mais claro aqui para todos aqueles que nos assistem, até porque quinta-feira já será a última reunião: com a aprovação da PEC, que aprovamos no Senado e deverá ser aprovada na Câmara, o que o atual Governo poderá efetivamente lá... Claro, ele tem que sancionar também ainda, não é? É isso ou não? Não; é promulgar, não é? Como é PEC, é o Governo que promulga. O que efetivamente o Governo do Presidente Bolsonaro poderá fazer ainda para solucionar o problema das nossas universidades, das bolsas de ensino? Enfim, para ficar bem claro isso, porque a angústia é muito grande. Como aqui a Comissão é a Comissão de Educação, nós precisamos passar uma certa... não sei se é tranquilidade; nós precisamos passar uma posição para todas as nossas universidades.

No nosso caso aqui, o senhor sabe da nossa luta, principalmente pelas novíssimas universidades. E, amanhã mesmo, estarei na minha cidade, em Rondonópolis. Nós iríamos fazer lançamento de obras importantes, principalmente quanto à questão do curso de Medicina, da infraestrutura lá, com recursos já liberados, e tivemos notícia de que foi necessário suspender. Seria o aniversário de três anos da nossa novíssima Universidade de Rondonópolis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu gostaria da sua palavra, como Presidente da Comissão de Educação, também como Relator do Orçamento – claro, que está conversando, como V. Exa. já colocou aí, com todos os ministros do atual Governo do Presidente Bolsonaro –, para trazer exatamente essa voz do que será possível ser feito até o final do ano. Porque muitos cobram da gente, às vezes os companheiros, os amigos, mas porque não têm a informação verdadeiramente do que nós estamos votando. E V. Exa. já colocou, mas eu queria que fizesse agora com foco na educação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Wellington Fagundes.

Nós vimos agora que o orçamento das universidades e dos IFEs já vinha sofrendo bloqueios e que, por último, houve um bloqueio maior ainda, o que deixou todas as universidades sem poderem custear as suas despesas, e isso chamou a atenção da imprensa nacional inteira, de toda sociedade brasileira. Mas aqui eu quero fazer a defesa do atual Governo: isso é uma imposição da Lei de Responsabilidade Fiscal e do teto de gastos. Então, o Governo tem que fechar suas contas, porque ele não pode deixar dívidas para o outro Governo, porque é uma outra gestão. Todas as dívidas que tiverem que ser pagas ou serão pagas até o dia 31 de dezembro ou ele terá que deixar o dinheiro reservado para fazer esse pagamento. Então, agora, o Governo vai ter um espaço de R$23 bilhões para poder fazer face a todas essas despesas. E eu quero crer que o Governo, evidentemente, vai priorizar a aplicação desses recursos e vai compor aqueles cortes que ele foi obrigado a fazer. E, naturalmente, no meio desses aí, estão os recursos das universidades.

Então, eu não sou íntimo, não acompanho lá as decisões do Governo, mas de longe eu antevejo que a primeira coisa que o Presidente Bolsonaro vai fazer com esse crédito que nós vamos dar, esse espaço orçamentário que nós vamos abrir com a PEC, é recompor o orçamento das nossas universidades, das nossas bolsas, da Capes, do CNPq. Eu fui estudante de pós-graduação e vivi isso; essas bolsas foram muito importantes na minha formação. Hoje elas têm um valor pequeno e não estão sendo pagas, e estão todos desesperados. E, naturalmente, o Governo vai ter... Naturalmente, quer dizer, há uma expectativa legítima de que todos esses orçamentos serão recompostos para que as universidades continuem funcionando sem solução de continuidade.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente, eu fico muito grato. Acho que esse esclarecimento é importante, claro, porque a população merece de todos nós todos os esclarecimentos possíveis.

E eu quero aqui, inclusive, trazer o meu entusiasmo, mais uma vez, com o relatório dessa Subcomissão Temporária sobre os impactos da pandemia na educação, porque foram muitos mesmo. E agora, inclusive, estamos aí com a nova onda do vírus. Portanto, fabricar vacina no Brasil é extremamente importante para, exatamente, termos vacinas que sejam adaptadas às mutações que vão ocorrer daqui para frente. V. Exa. também, como médico, sabe a importância disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, eu quero aqui também dizer que essas recomendações do relatório da nossa Comissão trazem relevantes contribuições para garantir exatamente o sucesso desse resgate da educação brasileira. E aí quero pedir a todos: governantes, governados, representantes do Estado e também do conjunto da sociedade civil, Prefeitos... Eu vou fazer questão de fazer também uma publicação de uma separata do relatório do nosso Relator Flávio Arns, pela competência, porque eu acho que isso aqui, como V. Exa. falou, é um plano de trabalho de toda a educação a ser seguido aqui. Então, eu quero que todos possam ler esse material, meditar e, principalmente, buscar inspiração no seu texto para que trabalhemos unidos em prol de um Brasil mais justo, mais próspero e mais responsável com as nossas novas gerações.

Cada dia em que a gente conversa e ouve os especialistas, a gente fica preocupado, porque esse problema não é do Brasil, é do mundo inteiro, mas as nossas desigualdades sociais são muito maiores. Falamos aqui da infraestrutura, e a gente ouve palestras de que daqui a cinco anos nós vamos ter um desenvolvimento tecnológico no mundo que vai representar 200 anos para trás. Então, imagine se nós não fizermos o alcance mínimo também na questão da tecnologia! As nossas crianças, daqui a pouco, estudando, serão analfabetas, não terão oportunidade de acesso a tudo o que acontecerá no mundo.

Então, eu agradeço imensamente. Vamos estar às 15h30 lá para entregar esse relatório. E eu acho que é uma simbologia, inclusive, da importância que é fazer esse ato às 15h30 lá com o Presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito bem, nobre Senador Wellington Fagundes.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 9 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 11 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 31ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2022, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e quatro minutos do dia doze de dezembro de dois mil e vinte e dois, no Reunião remota, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença do Senador Esperidião Amin. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Rose de Freitas, Marcelo Castro, Ivete da Silveira, Mailza Gomes, Confúcio Moura, Izalci Lucas, Styvenson Valentim, Carlos Portinho, Roberto Rocha, Alvaro Dias, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves, Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Paulo Paim, Fernando Collor, Julio Ventura, Leila Barros e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 70/2022 - CE, de autoria Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR). **Finalidade:** Discutir a importância de criação do Dia Nacional do Artista Vidreiro, prevista no Projeto de Lei n° 2.504, de 2022. **Participantes:** Mariana Gomes Buarque de Gusmão, Artista Vidreira e Arquiteta; Regina Lara Silveira Mello, Artista-Pesquisadora e Professora-Artista; e Désirée Sessegolo, Artista Vidreira, Designer, Produtora Cultural e Empreendedora. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/12/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

A presente reunião se destina à realização de audiência pública com o objetivo de discutir a importância de criação do Dia Nacional do Artista Vidreiro, prevista no Projeto de Lei nº 2.504, de 2022, em atendimento ao Requerimento nº 70, de 2022, da Comissão de Educação, de minha autoria.

A audiência será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone (*Falha no áudio.*)... inclusive, de ler já alguns comentários feitos pelas pessoas que acompanham a audiência, eu passo a palavra ao Senador Esperidião Amin, que levantou a mão.

Eu já solicitei, Senador, que o pessoal verificasse a razão pela qual não estamos conseguindo registrar a presença.

Com a palavra V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discursar. *Por videoconferência*.) – Eu ouvi com atenção tanto o seu pedido quanto a sugestão da Profa. Désirée e, em homenagem à Profa. Désirée, eu desejaria, pela tradução que eu conheço do nome, o verbo em português mais parecido com a palavra *désirée*, em francês, me associar à sua iniciativa, Senador, e trazer alguns subsídios depois da análise do seu voto, é claro, mas quero lhe dizer que eu sou um fã, um aficionado da arte em vidro, cristal e congêneres, da porcelana também, que são, de alguma forma, associáveis, e cumprimentá-lo pela iniciativa.

Eu tive a oportunidade de visitar cidades que têm tudo a ver com a arte em vidro, como Milão, a ilha de Murano, a Áustria, a França e a Alemanha, e quero lhe dizer que, aqui no seu estado originário, a arte em vidro é muito diversificada e já gerou grandes talentos.

Eu até quero aproveitar a oportunidade para lhe mostrar alguns exemplares que eu tenho aqui em casa da arte em vidro, no caso, em louças, como se diz, que são realmente extraordinárias, no caso do cristal, e que atestam o respeito que todos nós devemos a todos os que praticam essa arte extraordinária que é a arte (*Falha no áudio.*)...

Mas desde já antecipo minha absoluta simpatia com a iniciativa, além de considerar que 21 de junho é o dia do solstício de inverno neste hemisfério e do solstício de verão no Hemisfério Norte. Portanto, são os dois dias mais contraditórios, com mais e menos luminosidade respectivamente, no Norte e no Sul, 21 de junho.

Mas vou ouvi-los e renovo as minhas (*Falha no áudio.*)...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Eu acho que nós estamos com algum problema. Não sei se é só aqui ou também para vocês... Désirée? Mariana?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Eu estou ouvindo bem, eu me ouvi, estou...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Está bem.

Eu, da minha parte, escutei muito bem a sua exposição, a sua fala, o comentário, e foi muito importante, inclusive para ressaltar a importância desta audiência pública, deste debate sobre essa profissão, esse dom que muitas pessoas têm e que é tão difundido pelo mundo, inclusive com o relato, da sua parte, em relação a tantos países visitados onde essa arte é enaltecida e reforçada. Que bom, Senador Esperidião Amin!

Por isso é que nós temos hoje a presença da Mariana Gomes Buarque de Gusmão – seja muito bem-vinda, Mariana! –, artista vidreira e arquiteta; também da Regina Lara Silveira Mello, artista pesquisadora e professora artista; e de Désirée Sessegolo, artista vidreira, *designer,* produtora cultural e empreendedora. Sejam muito bem-vindas!

Sempre que há um projeto de lei instituindo uma data, é necessário que a Comissão faça uma audiência pública – ou outra audiência pública, se já tiver acontecido no estado ou fora do Congresso Nacional –, para que haja uma convergência em relação à importância da data, da iniciativa do projeto de lei, e é nesse sentido que esta audiência pública está acontecendo.

Eu quero, inclusive, ler, antes de mais nada, algumas contribuições, comentários que vieram pelos meios de interação que eu já mencionei.

Um deles é de Bruno Evander, do Paraná: "[...] uma [boa] iniciativa que, além de reconhecer o trabalho dos artistas, fomenta a economia de maneira sustentável".

Outro comentário, de Sulamita Salotto, do Rio de Janeiro: "Uma profissão em extinção! Tem que se criar o dia, porém [...] [são necessárias] mais ações além disso ou [...] não teremos mais essas profissões".

Justamente, ter-se um dia para essa profissão... O grande objetivo é fazer o debate, a discussão, ter um momento na vida do país em que isso é, na verdade, o foco das atenções das pessoas.

Isabelly Figueira, de São Paulo: "Uma profissão linda e pouco valorizada. Parabéns".

Comentário de Rayssa Cascardo, do Rio de Janeiro: "Uma profissão importante como qualquer outra, merece muito reconhecimento!".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então eu vou passar a palavra às expositoras que estão com a gente, vamos dizer 15 minutos. Estariam bem 15 minutos para vocês? Caso seja necessário, a gente prorroga por mais cinco minutos para termos no máximo 20 minutos. Vai bater uma campainha quando faltarem 15 segundos para 15 minutos, aí vocês podem continuar expondo que a gente dará o tempo necessário também para o término da exposição.

Então, eu passo a palavra, em primeiro lugar, para Mariana Gomes Buarque de Gusmão, que é artista vidreira e arquiteta. Com a palavra, Mariana. Seja muito bem-vinda, antes de tudo!

A SRA. MARIANA GOMES BUARQUE DE GUSMÃO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador.

Antes de tudo, bom dia a todos. É um prazer estar aqui e participar com vocês desta reunião, desta audiência para discutir a importância desse dia do artista vidreiro, visto que nós temos algumas décadas já com crescimento grande do número de artistas vidreiros no Brasil. A história do vidro no Brasil remonta à descoberta do Brasil, com Cabral chegando, trazendo presentes, peças em vidro; depois a criação de indústrias. A indústria tem um bom respaldo, mas o artista vidreiro em si é um pouco esquecido, porque boa parte da população vê arte em vidro como artesanato, e não é artesanato. É uma arte que envolve muita técnica, muito estudo, muito conhecimento, e que a gente tem muito...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Mariana, desculpe-me por estar interrompendo você. Existe alguma forma de aumentar um pouco o volume, só verificar?

A SRA. MARIANA GOMES BUARQUE DE GUSMÃO (*Por videoconferência*.) – Não, já está no máximo, no volume mais alto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Já está no máximo. Então, só um pouquinho mais alto.

A SRA. MARIANA GOMES BUARQUE DE GUSMÃO (*Por videoconferência*.) – Vou chegar um pouquinho mais perto.

Então, muitas pessoas veem isso como artesanato, e na realidade é muito além disso, porque envolve, além de muito conhecimento, muita técnica, muito estudo. A gente busca no exterior até, visto que é uma profissão recente aqui e a gente não tem tanta técnica assim.

Eu acho que a gente tem muito a contribuir com o tema de sustentabilidade, reciclagem, com educação da população, divulgação dessas técnicas. Além disso, a economia pode se favorecer muito com o artista vidreiro porque nós temos, hoje em dia, para trabalhar, o vidro reciclado, que a gente pega de garrafa, de vidros que quebraram, e temos o vidro de janela, que a gente chama de vidro *float*, mas no exterior temos uma gama muito maior de produtos, e eu acho que seria interessante para a nossa indústria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvê-los aqui também. Além disso, a gente tem o uso do vidro na arquitetura, vidro plano, vidro espelhado, mas muitos arquitetos estão começando a trabalhar com vidro personalizado, vidro trabalhado por quem? Pelo artista vidreiro. A nossa indústria pode se beneficiar muito com isso, tanto na parte da indústria vidreira como na parte de maquinário. A gente utiliza muitos maquinários que não temos, hoje em dia, no Brasil, nós adaptamos boa parte deles, mas podemos desenvolvê-los aqui também. Eu acho que isso tem muito a contribuir.

Temos aqui artistas, hoje em dia, começando a se organizar em grupos, em associações, como já temos no Sul – em São Paulo eu acho que ainda não temos, mas já estamos pensando no assunto –, tanto para grupo de discussão de técnicas, como para discussão de como podemos levar essa nossa arte para ter uma maior visualização, como podemos ajudar na sustentabilidade, visando até aos objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU, entre eles: acabar com a pobreza, educação, trabalho, crescimento.

A gente pode também, inclusive, colocar os nossos jovens para aprender essa técnica, desenvolver mais aqui tanto na educação como para botá-los no mercado de trabalho também.

Falando de compartilhar conhecimento nesse nosso grupo, nós não temos ainda nenhuma associação, pelo menos em São Paulo, mas estamos visando a isso para poder divulgar melhor essa nossa obra.

Acho que no momento é isso. Acho que, por enquanto, é isso. Eu confesso que eu estou um pouquinho nervosa. Eu nunca participei de uma audiência assim, eu estou um pouco ansiosa.

A SRA. REGINA LARA SILVEIRA MELLO (*Por videoconferência.*) – Eu acho que... Desculpe interromper. Desculpe, mas acho que seria legal mesmo a gente fazer um pequeno debate. Não sei o que vocês imaginam. Não sei se o Senador Flávio permite, como é que vai funcionar.

Eu também nunca participei. Eu também imagino expor alguma coisa e, depois, debater um pouco entre nós. Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Isso. Nós podemos perfeitamente fazer dessa maneira.

Eu só passaria antes a palavra para as três pessoas para cada uma poder manifestar livremente a sua opinião. Pode ser assim, Regina? Ficaria bem?

A SRA. REGINA LARA SILVEIRA MELLO (*Por videoconferência.*) – Pode. Está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Então, está bom. A Mariana já concluiu? Mariana, já? Já.

Muito bem. Então, em seguida, eu passo a palavra para a Regina, para você mesmo, a Regina Lara Silveira de Mello, que é artista pesquisadora e professora artista, até contando também, pode acontecer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso, da trajetória pessoal. Eu acho que é muito importante e anima as pessoas que nos acompanham nesta audiência, sempre pensando da perspectiva da importância de se ter um dia nacional e se a data é adequada.

A data foi colocada, como vocês sabem, como uma sugestão nossa, para que o Dia Nacional do Artista Vidreiro seja comemorado por ter sido a data de inauguração do inédito Salão de Arte em Vidro Brasil 2022, nas dependências do MuMA, que é o Museu Municipal de Arte em Curitiba, um sucesso absoluto e reconhecimento mundial, mas nada impede, nesta hora do debate e da discussão, que haja eventualmente sugestões nesse sentido. Por isso que nós estamos assim, dialogando e conversando.

Com a palavra, então, Regina.

A SRA. REGINA LARA SILVEIRA MELLO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Legal. Muito obrigada. Fiquei muito contente de estar participando aqui. Agradeço a Désirée também.

Acho que a iniciativa do salão foi muito boa, sensacional. Então, não tenho nenhuma questão com relação ao dia. Eu acho que é uma homenagem que é interessante por aí mesmo.

Vou explicar a minha origem com relação ao vidro, porque, aí, também, de uma certa forma, sustento um pouquinho meus argumentos. Eu sou de uma família de vitralistas. Foi o meu tataravô que trouxe o vitral para o Brasil. Então, eu pesquiso o vitral, escrevo sobre o vitral há muitos anos. O meu mestrado também é sobre o vitral.

Eu fui me envolvendo com o vidro e percebendo que o vidro não é só vitral, é vitral e também *fusing glass*. Esse trabalho que a Désirée faz, de colocar vidro dentro do forno, que a Mariana também faz, de reciclar, de trabalhar com vidros que já existem, a gente também faz. Faço isso na universidade. Eu dou aula na Universidade Mackenzie. Nós montamos lá um ateliê de vidro que é uma coisa bem interessante, uma coisa que eu gostaria que houvesse nas universidades do Brasil inteiro, porque eu acho que seria um impulso muito grande para a profissão. Lá no Mackenzie, foi montado no curso de Design, para as pessoas perceberem como o vidro funciona. Claro que daí saem objetos de *design*, também de arte, assim como trabalhos de reciclagem. Nós fizemos um trabalho chamado Revidro, com ONGs que começam a trabalhar com catadores de vidro, que depois vão transformar isso em objetos que sejam interessantes para eles revenderem. Então, acho que é uma coisa bem importante.

Assim que surgiu o convite, que eu comecei a divulgar para as pessoas virem à audiência – claro que eu tenho muitos amigos que são da área do vitral –, começaram a mandar esse tipo de sugestão, porque eu acho que não valeria a pena dividir, ter dois dias: um dia do vidreiro e um dia do vitralista. Eu acho que o artista que faz vitral também é um artista do vidro. Então, penso que talvez possam incluir uma frase, alguma coisa que também trouxesse... Como a própria Mariana, arquiteta, falou que está sendo usado para o vidro de janela, é claro... Mas a Casa Conrado, que fez os principais vitrais no Brasil, tem mais de 100 anos. Quer dizer, há 100 anos se contam histórias nas janelas com vidros coloridos. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso eu acho que também seria unir forças, porque há várias áreas mesmo. Eu mesma participo do ICOM Glass, que é um comitê internacional dos museus de vidro. Nós visitamos vários museus. E muitos têm, fora do Brasil, seções especiais para objetos, para vitrais, para várias coisas e, às vezes, estão juntos. Inclusive, achei interessante o Senador Esperidião Amin falar sobre a louça também, porque, na verdade, a cerâmica e o vidro são materiais cerâmicos, caminham juntos de uma certa forma. Mas, neste caso de que estamos falando hoje, o Dia do Artista Vidreiro, seria para o do vidro, incluindo aí a questão do vitral. É a minha sugestão. Estou colocando isso em debate para as colegas também.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Muito bom, Regina, importantes as suas observações. Daqui a pouco a gente pode conversar mais também.

Eu passo a palavra agora para a Désirée Sessegolo, que é Artista Vidreira, Designer, Produtora Cultural e Empreendedora.

Eu só quero, Désirée, se você me permite...

A Désirée é nascida em Curitiba, que é a minha cidade, apesar de ter as origens em Santa Catarina, como o Senador Esperidião sempre coloca, e com muito orgulho, porque todos nós amamos Santa Catarina. A Désirée tem exposições na Italian Glass Week, realizada em Veneza, Itália. Este ano será a sua quinta participação consecutiva. No ano de 2022, a participação dela em Veneza, eu acho que foi – até pode contar, Désirée – com a obra *Amazônia*, que faz a convergência entre a arte visual do vidro em contraponto com a natureza exuberante e mostra como vertente poética dessa magnífica obra a reflexão sobre a importância da Floresta Amazônica para o planeta e, em última análise, um pensamento crítico sobre as relações do homem com a natureza nos dias de hoje. É um material perfeito, de acordo com ela, para expressar esses conceitos relativos à transformação, pois é material natural, infinitamente reciclável, o que permite sua ressignificação e utilização por inúmeras vezes.

Então, parabéns, Désirée!

Ela é também idealizadora do Salão Arte em Vidro Brasil 2022 e reconhecida aqui no Paraná com uma expressão para pessoas, com um trabalho significativo: o Bicho do Paraná, pela sua *performance* artística mundial e pelo seu envolvimento no desenvolvimento e difusão das artes vítreas no Brasil.

Então, as nossas três convidadas têm currículos muito interessantes, muito bons, muito adequados em suas áreas, seja na área acadêmica, como a Profa. Regina Lara – me permita chamá-la até de Professora –, também da Mackenzie, e a Mariana também, como Arquiteta e Artista.

Então, eu passo agora a palavra para a Désirée Sessegolo. Com a palavra.

A SRA. DÉSIRÉE SESSEGOLO (*Por videoconferência*.) – Bom dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estão me ouvindo bem?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Sim.

A SRA. DÉSIRÉE SESSEGOLO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador Flávio Arns, pela oportunidade, por esse projeto de lei tão importante, que, a meu ver, atende a três importantes pilares, que são o socioambiental, o artístico e o mercadológico.

No socioambiental, eu gostaria de falar que o vidro é o material mais puro, o único 100% reciclável e que permite infinitas transformações sem perda de qualidade. Hoje, segundo os índices da Abividro, apenas 47% do material descartado volta para a reciclagem – e aí a gente precisa fazer algo. Nossos artistas, nosso país, todos têm muito a contribuir com isso.

Na questão do viés artístico, falo da realização do 1º Salão Brasileiro de Arte em Vidro, que aconteceu em Curitiba. Eu fui a idealizadora, mas tive o apoio da Fundação Cultural de Curitiba; da Edilene Guzzoni, como Curadora; do Hugo Weber; da Cristine Baena, da Jaqueline Noleto e de outros tantos. Foi uma equipe grande a que trabalhou para que fosse todo o sucesso que foi.

Nós reunimos, ali no salão, 80 artistas com 100 obras. No panorama artístico, deu para perceber o quanto o Brasil é forte, como tem artistas que se construíram por iniciativa própria. Nós praticamente não temos escolas como a Mackenzie em São Paulo, que atende um público ali restrito. No Brasil todo, não temos; então, os artistas buscam conhecimentos entre eles e em escolas fora do país. E a gente percebeu que nós temos um nível de excelência muito grande em uma faixa dos participantes dos quais as minhas colegas fazem parte. E também temos um número muito grande de artistas iniciantes que precisam desenvolver, aprimorar as suas técnicas.

No mundo inteiro, a arte em vidro é extremamente desenvolvida, basta ver a história de Veneza, onde, há mais de mil anos, a arte em vidro contribui, de forma excepcional, na economia e em tudo na cidade. E, no Brasil, a gente pode ter isso também.

No viés artístico, a gente tem um potencial gigantesco, que já começa a ser percebido lá fora; e, no viés mercadológico, nós temos uma séria dificuldade aqui no país com relação a suprimentos, sejam eles equipamentos para trabalhar com o vidro, como os insumos, os vidros de qualidade. Os vidros de qualidade são todos importados e o custo é muito alto para a gente desenvolver a pesquisa, desenvolver a técnica, fazer produtos para colocar à venda. Esse é um mercado muito grande, que, hoje, vem sendo explorado por produtos importados, e nós temos potencial. Quantos artistas aqui para trabalhar, para desenvolver, para gerar e aquecer a nossa economia!

Neste ano, participando, pela quinta vez, selecionada para participar do festival *Venice Glass Week*, eu tive oportunidade de conhecer e de visitar ateliês de outros vários artistas, principalmente do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lampwork, que é o vidro soprado, feito em maçarico, onde se pode trabalhar com um investimento menor do que o das fornalhas. Críticos internacionais, curadores que visitaram aqui o nosso salão, sinalizam que é essa a nossa tendência.

Assim, instituir uma data para o artista vidreiro vai fomentar todo esse trabalho, toda essa cadeia, seja na parte socioambiental, seja na parte artística e na mercadológica. Eu acho que isso vem a fortalecer uma história que já começa bem, começa forte.

Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Nós que agradecemos a você também, Désirée, e a parabenizamos pelo trabalho desenvolvido.

O grande objetivo de uma data assim, relacionada a uma área, a uma atividade, a uma profissão, é justamente este: ter o foco, naquele dia, para o que se pretende, os objetivos. Nada impede, inclusive, de vocês sugerirem para o Senado Federal, independentemente da data, iniciativas que possam ser desenvolvidas aqui, seja em termos de audiências públicas, debates, discussões, exposições. Estamos todos nós, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, à disposição também nesse sentido. Quer dizer, esperamos sugestões porque é muito importante tudo isso vir da parte de vocês, diariamente envolvidas e envolvidos nessa área.

Não sei se o Senador Esperidião Amin gostaria de usar novamente a palavra...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Eu preferiria aguardar, ver se mais alguém tem alguma colocação técnica, porque eu gostaria de apreender um pouco melhor em que altura do processo de produção a pessoa passa a ser artista.

Eu tenho uma imagem de que o primeiro cidadão que percebeu que estava lidando com a criação do vidro deve ter tido essa imagem numa praia da antiga Fenícia, hoje o Líbano, terra do meu pai. Ele foi assar um carneiro perto do mar e percebeu que uma parte da areia se transformou com o fogo do churrasco, derreteu e vitrificou. Eu acho que foi esse o *start*. Eu imagino que tenha sido um fenício esperto que viu que ali uma coisa que era fosca e virou brilhante pela ação do quê? Do fogo. Não sei se eu estou errado; outros podem ter outra imagem. Daí até os tipos que de vidro que há hoje: mais chumbo, menos chumbo. Eu conheço menos isso aí, mas conheço artista que sopra, para mim, o vidro, o cristal ainda mole, e faz o copo, faz a taça e corta aquilo com uma espécie de tesoura muito forte.

Nas nossas cristalerias aqui de Santa Catarina, que são em um grande número, eu destaco a Strauss, a Blumenau, são várias... Eu sou fascinado por isso. O Senador Flávio já deve ter visto um sujeito soprando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Já vi, sim; já vi e sou admirador também...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Eu sou admirador disso, é um trabalho de artesanato.

Agora, há um momento em que isso vira indústria. Nós tivemos, inclusive, dificuldades fiscais, tributárias: quando é que isso, que começa com o artesanato legítimo... Aliás, artesanato e "pulmonato", porque tem que ter pulmão para soprar, além da habilidade manual de cortar e depois decorar. "Ah, mas não é vidro, é cristal". Para mim é tudo igual, eu não faço essa diferença, acho que o importante é a habilidade. Falou em vitral, para mim, também é vidro. Nós temos aqui várias igrejas com vitrais belíssimos; aliás, no mundo inteiro. Na Igreja Santo Antônio, aqui de Florianópolis, a minha família está registrada lá no Vitral da Ressurreição. É a igreja onde eu fui batizado, meus irmãos e meus filhos. Então, o vidro é uma coisa encantadora, além das peças mais singelas, fruto do artesanato também.

Eu estava fazendo um balanço, e a cidade de Wattens, uma cidadezinha pequena lá da Áustria, que é a terra do Swarovsk, faturou €3,5 bilhões em um ano. E Murano, onde provavelmente a Profa. Désirée deve... Colle di Val D'Elsa, nome da minha mãe, sua quase conterrânea de Curitiba, pois ela chegou a Curitiba com menos de quatro anos de idade. Então, essas coisas nos encantam.

Agora, eu queria conhecer um pouco da parte técnica do que é o Dia d'Art. (*Falha no áudio.*)

Qual é o limite?

Finalmente, por falar na parte industrial, no meu Governo nós viabilizamos a instalação, aqui em Santa Catarina, no norte do estado, da Cebrace, que é uma indústria de vidros. Eles dizem que é vidros e cristais planos. Na época foi um grande investimento, que contou com a participação da Saint-Gobain, francesa, e da Pilkington, inglesa. A Pilkington foi adquirida mais tarde, em 2006, pela Nippon Sheet Glass, ou seja, folha de vidro, em tradução literal, não é? *Sheet glass*: folha de vidro. E é vidro plano mesmo; é uma grande indústria de vidro plano, tanto é que a planta da fábrica são, eu acho, 300m de um pavimento só. Ela só trabalha com vidro plano e com outros tipos, como vidro de segurança. Ou seja, até onde começa o artista, termina o artista, e onde começa a indústria?

E, para concluir, concordo com a necessidade de valorizar essa atividade de lidar com o vidro, que é realmente a mais clara representação da produção berço a berço, porque nele nada se perde, mudando-se um pouquinho – nada se cria, nada se perde... –, tudo se transforma. Eu acho que na mais exata expressão da palavra ou da imagem, eu acho que o vidro é o personagem que mais traduz essa afirmação: ele não é criado, porque está na natureza, transforma-se e pode voltar a se transformar sem perda praticamente, sem nenhuma perda significativa de massa, pelo menos. Perde-se energia, porque precisa-se de temperatura. Mas é sobre essa definição de onde começa a arte do vidreiro, da vidreira, onde começa e onde termina,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para dar lugar ao que se chama de indústria, que é a reprodução, a replicação do produto em forma assemelhada a um modelo, mas em escala industrial.

Essa é a minha dúvida, até para ver se nós conseguimos abranger quem é o artista ou quem são os artistas que se enquadram neste dia, que eu acho que deve servir para homenagear uma arte que nós admiramos e o personagem, o artista e para homenagear esse aspecto de sustentabilidade que foi tão bem enaltecido aqui hoje.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Não sei quem gostaria de fazer alguma observação.

Mariana, com a palavra, então.

A SRA. MARIANA GOMES BUARQUE DE GUSMÃO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, respondendo, primeiro, à sua pergunta sobre se esse dia seria o dia adequado para instituir a data, eu acho um dia perfeito, porque a exposição que a gente teve agora em junho foi um marco, um divisor de águas. A gente nunca tinha tido uma exposição em que artistas do Brasil inteiro se reunissem para mostrar a sua arte.

E essa arte, representável também pela Regina, a arte em vidro, não abrange só a fusão, abrange a fusão, o vitral, o sopro, o mosaico. Dentro de cada uma dessas técnicas, tem inúmeras outras técnicas. No vitral, você tem o vitral profissional, você tem o vitral Tiffany. Na fusão, você tem várias técnicas de caída de vidro, de união, de mescla.

Então, o dia eu acho que foi ideal, porque foi algo que marcou muito todo mundo aqui. A gente nunca tinha tido uma representatividade tão grande, com tantos artistas reunidos num mesmo local, numa mesma data.

E eu espero que essa seja a primeira de muitas e que a gente possa todo ano celebrar isso.

Em resposta ao Senador Esperidião...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Quero ser convidado para a próxima.

A SRA. MARIANA GOMES BUARQUE DE GUSMÃO (*Por videoconferência*.) – Com certeza!

Onde acaba a arte e onde começa a indústria? Eu acho que a arte, para começar, começa, primeiro, em nosso coração. A gente tem uma ideia, a gente desenvolve, a gente faz um projeto. Depois disso, a gente começa a colocar as mãos na massa, no caso, no vidro. Aí é todo um processo único. Cada peça é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

única. Isso, para ser bem simplista, designa uma peça com arte. Passa a ser indústria, quando começa a ser feito em série. Uma peça que um artista faz, a gente não consegue fazer em série. Mesmo que a gente tente reproduzir a mesma peça, algum aspecto vai ser diferente: ou o vidro se comportou de maneira diferente, ou a temperatura ambiente afetou a queima do nosso vidro, ou o corte saiu um pouquinho diferente do anterior. A gente nunca consegue ter uma peça igual, por mais que a gente tente. Pode ficar muito parecida. Eu acho que isto é arte: a gente conseguir produzir peças únicas. Na indústria, não. Na indústria, você faz às vezes até programas de computador para poder colocar aquilo tudo em série, em produção; você faz "n" peças iguais, taças todas iguais, vasilhas todas iguais. Eu acho que aí a gente consegue definir o que é um e o que que é outro.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Muito interessante, viu, Mariana? Eu acho que você explicou muito didaticamente também.

Passo a palavra para a Regina, que levantou a mão também, não é, Regina?

A SRA. REGINA LARA SILVEIRA MELLO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Isso.

Eu acho que é um pouquinho mais complexo do que isso, da questão da diferença da seriação, porque há teses de 500 páginas entre o que é arte, arquitetura, *design* e artesanato. Então eu acho que é mais amplo, é um pouco mais profundo, até porque hoje a gente pode programar – eu já vi acontecer na indústria – que o algoritmo faça pequenas diferenças entre uma peça e outra e cada uma vire única.

Então essa questão já é, de uma certa forma, eu não diria totalmente ultrapassada, mas hoje a gente se baseia em outras coisas, muito mais na linguagem. É uma linguagem da arte? Está dentro da linguagem? E eu acho que o trabalho da Désirée tem essa linguagem. A ideia, o que o salão demonstrou, são vários artistas tentando trabalhar na linguagem do vidro. Acho que isso é que é o mais forte, independentemente de ser igual ou diferente.

Mas eu queria contar uma experiência – também baseada no que a Désirée falou, que eu achei bem interessante, porque talvez o futuro para nós, artistas, aqui no Brasil, seja com o vidro de maçarico, que é uma coisa mais barata – que eu tive. No vidro soprado, o forno tem que ficar ligado 365 dias por ano; ele só é esgotado uma vez por ano. E isso só é possível na grande indústria; numa escola, não é possível. Já fui investigar, fui procurar, fui tentar... Não tem como você deixar, no miolo de São Paulo, ou mesmo numa outra cidade, um forno funcionando 365 dias por ano. Eu mesma já fui na Cebrace de Caçapava aqui. É uma planta gigantesca. Eles fazem 600 toneladas de vidro por dia. É uma coisa inacreditável. São turnos de oito horas, três turnos de oito horas, que não param.

Então, sobre essa questão de onde começa a indústria... Nós usamos objetos industriais. Quando a gente pega uma garrafa, quebra, recicla ou amassa, a gente está trabalhando com um objeto que foi industrializado. A chapa de vidro, com que a gente trabalha, de vidro *float*, foi industrializada. Nós também temos, na área do vitral, para quem trabalha com vitral, a dificuldade de encontrar chapas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coloridas. São sempre importadas, a peso de ouro. É uma coisa muito cara. Então a gente não tem nem... É difícil a pesquisa. Qual foi a solução que a gente encontrou, que é a mesma que as colegas encontraram? Ter um forno de fusão, ter em casa, ter... Eu tenho um aqui na minha casa, no ateliê e tenho um lá no Mackenzie, que é uma coisa que liga e desliga. Você liga, passa dez, onze horas ligado, e desliga. Então você consegue fazer um trabalho de pesquisa viável, economicamente viável em vários sentidos. Daí saem, lá de dentro, objetos artísticos, objetos de design, vidros reciclados... Então é difícil, é muito tênue essa divisão.

Eu fui num museu maravilhoso, no Norte da França, o Musée, assim que tinha inaugurado, e eles contaram uma história tão legal, porque lá sempre foi... Antes era uma região da cerâmica; agora é uma região do vidro. E era uma indústria de vidro e aí virou um museu. E eles têm pequenos objetos que os operários faziam na hora do almoço, porque eles passavam o dia inteirinho fazendo taças, soprando taças, e na hora do almoço eles tinham uma quantidade de vidro com a qual eles podiam fazer pequenos objetos. E a cidade inteira tem esses pequenos objetos. Então, o que o museu fez? Está chamando cada um, a família vai, leva, registra, conta a história daquele objeto e o leva de volta para casa. Isso é arte, é um trabalho artístico que aquele operário fez na hora do almoço. Quer dizer, uma coisa tão interessante! É tênue essa diferença entre arte, *design* e indústria, que eu acho que a gente não precisaria focar nisso. É mais a questão da linguagem da arte mesmo.

Enfim, não sei se estou contribuindo para o debate. Se meus colegas quiserem falar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Posso falar?

A SRA. REGINA LARA SILVEIRA MELLO (*Por videoconferência*.) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Muito interessante!

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Eu estou convencido de que nós não devemos ficar falando sobre essa diferença.

Eu quero dizer com muita alegria que eu sou neto, por parte de mãe, de um italiano que era artesão, de forma que eu fico só com a parte artística, fico com a parte artística. Mas quero alertar que fico, para não falar dos aspectos fiscais e tributários, porque, com o algoritmo, muito bem lançado aqui, ou sem algoritmo, tudo que é replicável – eu desenho uma coisa só e depois introduzo uma mudança de personalização, ou customização, como se diz – não retira o aspecto industrial quanto à questão fiscal. Então, nós não vamos falar sobre isso, que é uma coisa absolutamente estranha e agressiva ao sentido desta audiência pública. Eu quero retirar daqui, – viu, amigo Flávio? – o que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – De acordo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – ... diga respeito a fiscal, porque nem o italiano, nem o libanês gostam do fiscal.

Existe a seguinte pergunta – e vou terminar com ela...

Primeiro, vou dizer que estou homenageando o Paraná, porque estou tomando aqui a água de Campo Largo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – De Ouro Fino.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Exatamente, que tem um PH maravilhoso e adequado ao nosso sangue, que também tem um PH nessa altura, de 7.4, 7.6.

A SRA. REGINA LARA SILVEIRA MELLO (*Por videoconferência*.) – Desculpa. Já pensou se fosse envasada em embalagem de vidro, então?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Vidro, de vidro.

A SRA. REGINA LARA SILVEIRA MELLO (*Por videoconferência*.) – Seria maravilhoso!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Seria perfeito, seria perfeito!

Eu já lancei aqui uma campanha para envasar em vidro catarinense o mel de Santa Catarina. Isso eu lancei há 20 anos. Quer dizer, o melhor mel no melhor cristal. Era a nossa bossa. Veja bem, o melhor mel, porque tinha – tinha e tem – esse certificado internacional. E temos aqui mais do que isso. Aliás, o Paraná tem um pouco também do mel de melato de bracatinga. Só um pedaço do Paraná, Santa Catariana e Rio do Sul, cerca de 120 municípios, acho que 8 no Paraná e 8 no Rio Grande do Sul, têm o mel de melato de bracatinga, que só dá de dois em dois anos e é, segundo todos os atestados, o melhor medicinalmente comprovado.

Então, essa coisa de embalar, em algo próprio, o fruto também prestigiaria o artesão, porque cada embalagem pode ter a forma que a marca queira, mas aí nós já vamos para a replicabilidade, e eu não quero falar sobre esse assunto.

Mas, sobre o fiscal e o susto, dizem que existem três circunstâncias impossíveis. Por exemplo, como é que você faz para tirar dez alemães de dentro de um fusca? Como é que você faz para eles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conseguirem entrar em um fusca? Diga para eles que não cabem, e do resto a teimosia dá conta. O que é que você faz para conseguir colocar 12 italianos dentro de um fusca? Diz que tem dinheiro dentro. E o que você faz para tirar 16 libaneses – brincando –, turcos de dentro de um fusca? Como é que eles entraram ninguém sabe. Diz que chegou o fiscal, e eles desaparecerão.

Então, para não trazer a questão do fiscal para embolar a nossa conversa, eu fico com a minha manifestação, absolutamente a favor, não apenas da aprovação do projeto de lei, mas, acima de tudo, da sua orientação, Senador Flávio, para que se obtenham sugestões de como nós podemos favorecer, ajudar, estimular a difusão desta arte.

Já pedi o convite para a próxima exposição, para o próximo certame nacional, e fica aqui o meu voto, com o meu aplauso, especialmente às três legítimas representantes dos artistas que encantaram esta audiência pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Muito bem. Muito importante. E gostei muito das comparações com os alemães, italianos e libaneses. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Até porque o senhor sabe, perfeitamente, que não existe alemão teimoso. Teimoso é quem discute com ele! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Está bom. Muito bom!

Muito bem, mas isso que o Senador Esperidião Amin reforçou também, no final, eu quero dizer a vocês, Mariana, Désirée, Regina, e a todos e todas que nos acompanham: o Senado Federal fica à disposição para sugestões, debates, audiências públicas, projetos de lei, dificuldades que a área vem enfrentando, mesmo na importação do material – este detalhamento que vocês trouxeram: vidro de qualidade, vidro colorido – quer dizer, em tudo aquilo que nós possamos, como Congresso Nacional, colaborar com a área, é muito importante vir do lado de vocês essa possibilidade.

Désirée, você está levantando a mão? Por favor, pode falar.

É só tirar o... Isso.

A SRA. DÉSIRÉE SESSEGOLO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu agradeço, imensamente, esta porta que o senhor está abrindo para nós, artistas de todo o Brasil.

Nós temos carências não só na importação de material, mas, também, na exportação do trabalho de algumas artistas, de alguns *designers*. Existe um mercado lá fora ávido por produtos criativos, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criatividade, modéstia à parte, o nosso povo brasileiro tem e tem muita, e é reconhecida e valorizada lá fora. Eu sinto essa dificuldade também no cenário da exportação dos nossos produtos criativos em vidro e já deixo aqui o meu apelo, se o senhor puder nos ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Eu só quero destacar, Désirée, que é importante você enviar para a gente um documento explicando o que está acontecendo, seja para importação, seja para exportação, que, fruto dessa audiência pública, o seu documento será enviado até para uma análise já da Consultoria do Senado para estudarmos alternativas, em conjunto com vocês sempre, está certo? Isso se estende à Mariana, à Regina e a todas as pessoas aí que...

Eu até diria que esta audiência pública, vamos dizer, é o início de uma caminhada. A gente está discutindo um projeto de lei, o dia nacional, uma data, mas é principalmente para dizer: olha, a gente tem muitas oportunidades de somarmos os esforços da parte de vocês e do Congresso a favor da área. Então, acharmos caminhos, construirmos caminhos acho que é o objetivo principal.

Inclusive um dos comentários foi nesse sentido. A gente sempre diz que um dia não basta, lógico, um dia é insuficiente, mas é importante para se ter o foco e trabalharmos no decorrer do ano numa pauta para que a gente possa, em função do dia, ter objetivos a serem alcançados.

Não sei se a Mariana ou a Regina gostariam de colocar mais algum comentário.

Regina?

A SRA. REGINA LARA SILVEIRA MELLO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu gostaria de só fazer uma observação, uma última observação aqui em relação ao texto que nos foi enviado.

Aqui na justificação, o terceiro parágrafo caracteriza: "A arte em vidro refere-se a obras de arte individuais ou totalmente feitas em vidro...". Eu acho que se poderia incluir aqui a arte do vitral, só para ficar explícito.

E, quando se fala aqui... Trocar "louças" também por "objetos de mesa", porque louça caracteriza a cerâmica, louça a gente usa para cerâmica e porcelana, mas objetos de mesa incluem copos, pratos, tudo o que for de mesa.

E eu também tiraria o que se refere a... Obras de arte, sim, mas não individuais, porque podem ser feitas de forma coletiva. Uma grande exposição mundial, que é a Documenta, de Kassel, que acontece de cinco em cinco anos, neste ano foram só os subcoletivos. Então, você pode ter uma instalação coletiva com peças individuais. Eu acho que amplia um pouquinho, só essa correção de tirar o individual...

Olha, a Désirée...

Fala aí, Désirée! (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Abre o microfone.

A SRA. DÉSIRÉE SESSEGOLO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu colocaria... Eu, como sugestão, ampliaria a parte de artistas para *designers* também, porque artista é um segmento e *designer* é outro, e todos fazem parte deste universo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Eu quero, inclusive – e assim vocês terem toda a liberdade, sem haver qualquer constrangimento –, que vocês enviem sugestões de aprimoramento do texto. Eu acho que é muito importante a gente ter uma justificativa que englobe todos esses aspectos também. Sintam-se, assim, em liberdade de fazer isso. E, mesmo para as pessoas que nos acompanham pelos meios de comunicação, a mesma uma coisa: é só enviar para a Comissão de Educação, porque esse projeto irá para a pauta – não sei se temos ainda reunião nesta semana –, provavelmente, no início do ano; logo em fevereiro, o projeto estará indo para a pauta.

Devemos demonstrar, assim, falar com as pessoas, depois dos ajustes serem feitos também, para que elas demonstrem interesse – as pessoas da área, os profissionais da área, os professores e as pessoas em geral – para que o projeto possa ser colocado em evidência para aprovação posterior, porque começa no Senado, é aprovado na nossa Comissão em caráter terminativo; então, da nossa Comissão, sendo aprovado, vai para a Câmara dos Deputados; a Câmara dos Deputados, então, analisa o que foi enviado pelo Senado; sendo aprovado lá, irá para a sanção presidencial; caso haja mudanças na Câmara dos Deputados, ele retornaria ao Senado. E, sendo bem discutido como está sendo agora com vocês e com a comunidade, para não haver nenhuma coisa que precise ser alterada depois, a gente imagina que, no próximo ano, isso se torne lei. Está bem?

Muito bom, então.

Eu agradeço novamente a participação.

A SRA. REGINA LARA SILVEIRA MELLO (*Por videoconferência*.) – Muito obrigada pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Foi uma alegria e uma honra ter a participação de vocês.

Agradeço, de novo, à Désirée Sessegolo. Vou visitar você em Curitiba também para podermos conversar mais...

A SRA. DÉSIRÉE SESSEGOLO (*Por videoconferência*.) – Será um prazer.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – ... já que moramos na mesma cidade também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DÉSIRÉE SESSEGOLO (*Por videoconferência*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – E vai ser uma alegria a gente poder aprender mais sobre o trabalho todo que vem sendo desenvolvido.

A SRA. DÉSIRÉE SESSEGOLO (*Por videoconferência*.) – Será um prazer. Temos muito para conversar; muitos planos e muitos projetos na área social, ambiental e artística que eu tenho com vários artistas no Brasil inteiro, inclusive o salão.

Vamos ter muito assunto, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Muito bom.

Agradeço também à Mariana Gomes Buarque de Gusmão, arquiteta também – a gente fica à disposição, canais abertos de comunicação –, e à Regina Lara Silveira Mello, que, além de artista, é professora também da Mackenzie, como mencionou. E a parte acadêmica é, vamos dizer, um dos pilares essenciais para a difusão de tudo aquilo que se relaciona à arte.

Agradeço sobremaneira e desejo a vocês um feliz Natal, feliz Ano Novo! Agradeço-lhes o tempo e a participação, em nome da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Agradeço, então, e deixo um grande abraço.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 04 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quinze horas e um minuto do dia oito de novembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Reguffe, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Eliane Nogueira, Renan Calheiros, Mara Gabrilli, Rodrigo Cunha, Izalci Lucas, Roberto Rocha, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Wellington Fagundes, Telmário Mota, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato e Angelo Coronel, e ainda do Senador não membro Guaracy Silveira. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho, Marcos do Val, Irajá, Carlos Portinho, Paulo Rocha, Randolfe Rodrigues e Acir Gurgacz. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberação das emendas ao PLOA 2023**. **Finalidade:** Discussão e deliberação das emendas da CTFC ao PLOA/2023 (PLN 32/2022-CN), que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2023". Relator: Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado o relatório pela apresentação das seguintes emendas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO): **1)** Número 50350001. UO 40101. Ação + Subtítulo: Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho – Nacional. Localidade: Nacional. Acréscimo: R$ 90.000.000; **2)** Número 50350002. UO 30101. Ação + Subtítulo: Proteção e Defesa do Consumidor – Nacional. Localidade: Nacional. Acréscimo: R$ 300.000.000; **3)** Número 50350003. UO 37101. Ação + Subtítulo: Auditoria Interna, Prevenção e Combate à Corrupção, Ouvidoria e Correição – Nacional. Localidade: Nacional. Acréscimo: R$ 150.000.000; e **4)** Número 50350004. UO 30202. Ação + Subtítulo: Regularização, Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados – Nacional. Localidade: Nacional. Acréscimo: R$ 100.000.000. Ao final, a Presidência submete à votação a presente ata, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e dez minutos.

Senador Reguffe

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/11/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 28ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 24ª, 25ª, 26ª e 27ª Reuniões. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião destina-se à discussão e à deliberação das emendas da CTFC ao Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2023, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2023.

O Relator é o Senador Eduardo Girão.

Eu vou suspender a reunião por cinco minutos, enquanto aguardamos a chegada do Relator, o Senador Eduardo Girão.

(*Suspensa às 15 horas e 02 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 04 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Bom, retomando aqui a reunião, o Senador Eduardo Girão, que é o Relator, já está aqui presente.

Eu passo a palavra ao Senador Eduardo Girão para que faça a leitura de seu relatório.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. Como Relator.) – Muitíssimo obrigado, Sr. Presidente, meu amigo, meu irmão, Senador Reguffe, e a todos da mesa, colegas Senadoras que estão conectadas, colegas Senadores – aqui as presenças do Senador Guaracy Silveira e também do Senador Styvenson Valentim.

Eu peço para ir direto ao voto. É possível? É possível ir direto ao voto, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Com certeza, Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Ótimo! Então, vamos lá!

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor delibere pela apresentação das seguintes emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2023, emendas de apropriação de despesa:

a) para a unidade orçamentária "30101 – Ministério da Justiça e Segurança Pública, Administração Direta", com base na indicação de Emenda nº 32, do Senador Wellington Fagundes, para a ação "2334 – Proteção e Defesa do Consumidor – Nacional", no valor de R$300 milhões, que também recebeu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indicações do Senador Nelsinho Trad, Irajá, Zenaide Maia, Paulo Rocha, Fernando Bezerra Coelho, Dário Berger e Izalci Lucas;

b) para a unidade orçamentária "30202 – Fundação Nacional do Índio (Funai)", com base nas indicações de Emendas nºs 1, 2 e 4, dos Senadores Jean Paul Prates, Paulo Rocha e Zenaide Maia para a ação "20UF – Regularização, Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas – Nacional", no valor de R$100 milhões, também com a indicação do Senador Randolfe Rodrigues;

c) para a unidade orçamentária "37101 – Controladoria-Geral da União, Administração Direta", com base na indicação de Emenda nº 27, da Senadora Mara Gabrilli, para a ação "2D58 – Auditoria Interna, Prevenção e Combate à Corrupção, Ouvidoria e Correição – Nacional", no valor de R$150 milhões, também com indicações dos Senadores Nelsinho Trad e Randolfe Rodrigues;

d) para a unidade orçamentária "40101 – Ministério do Trabalho e Previdência, Administração Direta", com base nas indicações de Emendas nºs 5, 6 e 7, dos Senadores Paulo Rocha, Jean Paul Prates e Zenaide Maia, para a ação "20YU – Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde – Nacional", no valor de R$90 milhões.

Ao final, lembramos que as emendas da Comissão devem ser acompanhadas da ata desta reunião e devem ser identificadas como RP 8, como estabelece a Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Sugerimos, ainda, que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sala da Comissão, em 8 de novembro de 2022.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Em discussão o relatório do Senador Eduardo Girão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Antes de encerrar a reunião, submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou encerrar a presente reunião, e vamos iniciar a deliberativa logo na sequência, aguardando apenas dois minutos para a Comissão poder fazer os devidos registros.

(*Iniciada às 15 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 15 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quinze horas e trinta e dois minutos do dia oito de novembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Reguffe, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Dário Berger, Eliane Nogueira, Mara Gabrilli, Rodrigo Cunha, Izalci Lucas, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Carlos Portinho, Telmário Mota e Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Marcos do Val, Irajá, Wellington Fagundes, Paulo Rocha, Randolfe Rodrigues e Acir Gurgacz. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 38, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de analisar sugestões do setor da construção civil e de especialistas em licitações e contratos administrativos, visando ao aperfeiçoamento da atuação institucional do Tribunal de Contas da União em seu papel de fiscalização das obras públicas (com ênfase na supervisão de preços contratuais, cf. Acórdão nº 2.622/2013 – Plenário); e avaliar possíveis soluções para o problema das obras paralisadas por determinação da Corte de Contas." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE) e outros.. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 49, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2o, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a metodologias e sistemas de realização de pesquisas eleitorais de intenção de voto, com a presença dos representantes dos principais institutos de pesquisa do país, de cientistas políticos e de outros especialistas na área." **Autoria:** Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 53, de 2022** que: "Nos termos do art. 71, inciso VII, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, requer que seja solicitado, ao Tribunal de Contas da União, providências e informações acerca da omissão da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) na fiscalização e controle dos repasses devidos aos Fundo de Desenvolvimento Educacional do Seguro (FDES)." **Autoria:** Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 54, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública, objeto do REQ 38/2022 - CTFC, com o objetivo de analisar sugestões do setor da construção civil e de especialistas em licitações e contratos administrativos, visando ao aperfeiçoamento da atuação institucional do Tribunal de Contas da União em seu papel de fiscalização das obras públicas (com ênfase na supervisão de preços contratuais, cf. Acórdão nº 2.622/2013 – Plenário); e avaliar possíveis soluções para o problema das obras paralisadas por determinação da Corte de Contas, seja incluído o seguinte convidado: Representante do SINICON - Sindicato Nacional da Indústria Pesada." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE) e outros..

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Adiado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 55, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os indícios de corrupção, prevaricação e advocacia administrativa associados à operação policial em desfavor de Roberto Jefferson, motivada por descumprimento de condicionantes para gozo do benefício da prisão domiciliar." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 134, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar o custo econômico estimado na concessão de seguro de crédito à exportação, por operação de crédito, em sítio público, e disponibilizar ao Tribunal de Contas da União, a metodologia de cálculo e os parâmetros utilizados." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n° 135, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar em sítio público informações sobre as decisões de concessão de seguro de crédito à exportação." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do PLS 134/2016, nos termos do substitutivo, e pelo arquivamento do PLS 135/2016. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 374, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir como cláusula abusiva aquela que obrigue o pagamento de fatura de compra de produtos exclusivamente no estabelecimento do fornecedor." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (MDB/TO). **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3183, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para dispor sobre a divulgação do valor das mensalidades dos cursos financiados pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 3614, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 31-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para determinar que as concessionárias de serviços públicos ofereçam aos seus usuários a opção de inclusão, nas faturas para cobrança, de nome de cônjuge, companheiro ou outra pessoa, para efeito de comprovação de residência." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 5544, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para prever a penalidade de reembolso do valor do frete a empresas que descumpram o prazo de entrega de produtos acordado em contrato." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Projeto de Lei do Senado n° 68, de 2013 - Terminativo -** que: "Altera o Código de Defesa do Consumidor para atribuir a natureza de título executivo extrajudicial ao acordo celebrado perante órgãos de defesa do consumidor." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas que apresenta e pela rejeição das emendas 1 e 2 da CCJ. **Resultado:** Lido o relatório e adiadas a discussão e a votação. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Reguffe
Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/11/08

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 29ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

O Senador Rodrigo Cunha pediu um projeto extrapauta. Eu concedo.

EXTRAPAUTA

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 68, DE 2013

Altera o Código de Defesa do Consumidor para atribuir a natureza de título executivo extrajudicial ao acordo celebrado perante órgãos de defesa do consumidor.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatório: pela aprovação com duas emendas que apresenta e pela rejeição das Emendas 1 e 2 da CCJ.

Como nós estamos ainda aqui aguardando quórum, V. Exa. pode fazer a leitura do relatório.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Reguffe, agradeço a atenção a um projeto de extrema importância, um projeto que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tramita nesta Casa desde 2013, em que se faz uma atualização e que "altera o Código de Defesa do Consumidor para atribuir a natureza de título executivo extrajudicial ao acordo celebrado perante órgãos de defesa do consumidor".

Então, um projeto como esse, que é de autoria do Senador Ciro Nogueira, traz uma força executiva também para as decisões dos PROCONs. Então, acredito que é de grande valia para o momento em que nós vivemos, de grandes conflitos consumeristas.

Peço licença para ir direto à análise do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Licença concedida.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, nada há a opor ao PLS nº 68, de 2013, tendo em vista que i) compete à União legislar, de modo privativo, sobre direito processual, a teor do disposto no art. 22, da Constituição Federal; ii) cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União; iii) os termos da proposição não importam em violação de cláusula pétrea; e iv) não há vício de iniciativa, nos termos do art. 61 da Carta Magna.

No que concerne à juridicidade, o projeto se afigura correto, porquanto i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos é o adequado; ii) a matéria nele vertida inova o ordenamento jurídico; iii) possui o atributo da generalidade; iv) é consentâneo com os princípios gerais do Direito; e v) se afigura dotado de potencial coercitividade.

Nos termos do art. 102-A, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do consumidor.

Quanto a seu mérito, o PLS nº 68, de 2013, é louvável, haja vista seus objetivos de abreviar o périplo que o jurisdicionado hoje deve percorrer para ter efetivados direitos seus anteriormente já reconhecidos e formalizados, em termo de acordo intermediado por órgão público, e, ao mesmo tempo, de contemplar os órgãos jurisdicionais com uma medida cuja consequência potencial mais imediata é reduzir a quantidade de ações de natureza consumerista ajuizadas, as quais estão, afinal, entre aquelas que mais contribuem para o assoberbamento do Poder Judiciário.

Então, aqui só uma análise rápida. O que nós estamos tratando aqui são situações principalmente em termos de acordos administrativos para outros órgãos, como o Procon. Dali, se há um compromisso de uma empresa com o consumidor e, muitas vezes, ele não é cumprido, a partir de agora, com o projeto sendo aprovado e se tornando lei, passará a ter também uma função a mais ao ser conhecido como título executivo judicial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não obstante, cremos que também nós estamos aptos a contribuir para o incremento do teor da proposição.

Embora estejamos de acordo com a maioria dos reparos opostos pelo Relator do projeto na CCJ, não podemos nos furtar a esposar aqui nosso entendimento de que, diferentemente do que ele afirma, a Emenda nº 02-CCJ não apenas se presta a aprimorar a técnica legislativa empregada no dispositivo ora alvitrado para o CDC, como também consiste em flagrante emenda de mérito, pois, ao adicionar o termo "especificamente" ao texto do art. 89-A ventilado para o Código consumerista, impedirá a interpretação segundo a qual seriam considerados títulos executivos extrajudiciais acordos celebrados perante todo e qualquer ente público destinado à defesa dos interesses e direitos protegidos pelo CDC.

Com efeito, ao exigir que esse ente público seja especificamente destinado à defesa dos interesses e direitos afetos às relações de consumo, a Emenda nº 02-CCJ fará com que, na prática, se revistam de natureza executória tão somente os acordos celebrados perante os PROCONs, que são, afinal, as únicas entidades públicas dirigidas exclusivamente à defesa do consumidor. Outros órgãos e entidades da administração, como o Ministério Público, a Defensoria Pública e agências reguladoras, conquanto igualmente importantes para a persecução dessa defesa, não se dedicam de modo exclusivo a tal finalidade.

Assim, caso o PLS nº 68, de 2013, venha a ser aprovado nos termos exatos da Emenda nº 02-CCJ, será provável a compreensão de que os termos dos eventuais acordos intermediados por essas outras instituições não se revestirão da qualidade de título executivo, o que não se nos afigura a solução mais apropriada para o caso, tampouco o que o proponente mesmo do PLS sob exame parecia perseguir.

Assim, cogitamos a apresentação de emendas, a fim de explorar ao máximo o raio de incidência da lei porventura resultante da proposição em análise, bem como adequar sua ementa a essa nova disposição.

Passo ao voto.

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela rejeição das Emendas 01-CCJ e 02-CCJ, mas pela aprovação do PLS nº 68, de 2013, na forma das seguintes emendas:

> EMENDA Nº - CTFC (DE REDAÇÃO)
> Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2013:
> "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 [...], para atribuir a natureza de título executivo extrajudicial ao acordo celebrado perante órgãos ou entidades da Administração Pública com atribuições referentes a proteção e defesa do consumidor."

E a segunda emenda:

> EMENDA Nº - CTFC

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Dê-se a seguinte redação ao art. 89-A da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 [...], na forma do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2013:
> "....."
> '[...] O acordo celebrado entre fornecedor e consumidor perante órgãos ou entidades da Administração Pública com atribuições referentes a proteção e defesa do consumidor consistirá em título executivo extrajudicial.'"

Esse é o relatório, Sr. Presidente, destacando aqui que, no primeiro momento, o projeto era mais amplo para dar o valor de título executivo extrajudicial aos acordos firmados perante órgãos. Ele foi restrito na CCJ, direcionando apenas aos Procons, mas existem outros órgãos, como agências reguladoras, que podem fazer um acordo extrajudicial, um acordo administrativo, e ele ter essa validade também como título extrajudicial. Então, isso aqui foi reposto de acordo com o projeto inicial.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Senador Rodrigo Cunha, é um projeto excelente, um projeto que visa dar agilidade, visa desburocratizar um país que, infelizmente, é o país da burocracia. Então, eu acho que é um excelente projeto. Visa defender o direito do consumidor dando a esse consumidor mais agilidade na definição quando há um conflito. Então, acho que é um excelente projeto e fiz questão de tê-lo hoje na pauta.

Agora, como é terminativo, nós precisamos ter o quórum de um projeto terminativo para podermos votar, e hoje infelizmente não o temos. Mas já fica a leitura feita na tarde de hoje.

Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria só cumprimentar o Senador Rodrigo Cunha por esse projeto, que realmente é extremamente meritório.

E eu acho bem emblemática esta sessão. Acho que nós vamos ter que terminar, porque está faltando um Senador para o quórum, e eu estou achando complicado a gente chegar, mas eu queria parabenizar vocês dois. Vocês foram os nossos Presidentes aqui nesta legislatura, a legislatura que tive a oportunidade de vivenciar aqui no Senado, e ser liderado por dois Presidentes do quilate de vocês, com a história, com a ética, para mim é uma honra muito grande: em 2019/2020, com o Senador Rodrigo Cunha e, em 2021/2022, com o Senador Reguffe.

Então, esta Comissão é uma Comissão em que eu me sinto muito bem, porque a gente vê as coisas acontecerem aqui desde o início da legislatura – coloca para votar mesmo – e está fazendo um trabalho que o Brasil está reconhecendo, o Brasil está acompanhando audiências históricas aqui, eu quero parabenizar todos da mesa na pessoa do Oscar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns a todos porque é um trabalho que, se você pegar as audiências públicas que nós fizemos aqui, com base nas aprovações que nós tivemos de requerimentos, e somarmos a quantidade de visualizações que nós tivemos – depois é interessante você ter isso –, passou de milhão muito só neste ano.

Então, parabéns a todos que fazem a Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Muito obrigado, Senador Eduardo Girão.

Eu acho que esse é o propósito desta Comissão. É assim que esta Comissão serve o país, debatendo tudo, colocando tudo em votação, tudo em pauta, e quero dizer a V. Exa. que o seu requerimento estará na pauta da semana que vem. Como nós não conseguimos quórum para votar hoje, estará na pauta da semana que vem. Já peço à Secretaria da Comissão.

Bom, como não temos quórum para votação na tarde de hoje, eu vou encerrar esta presente reunião, antes convocando reunião deliberativa, como na próxima terça-feira teremos um feriado, para a outra terça-feira, aqui, às 14h30 neste mesmo plenário.

Muito obrigado.

(Iniciada às 15 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 44 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quinze horas e doze minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Reguffe, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Esperidião Amin, Luis Carlos Heinze, Marcelo Castro, Mara Gabrilli, Rodrigo Cunha, Marcos do Val, Izalci Lucas, Eduardo Girão, Nelsinho Trad, Carlos Portinho, Telmário Mota, Soraya Thronicke e Veneziano Vital do Rêgo. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho, Irajá, Wellington Fagundes, Paulo Rocha, Randolfe Rodrigues e Acir Gurgacz. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 38, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de analisar sugestões do setor da construção civil e de especialistas em licitações e contratos administrativos, visando ao aperfeiçoamento da atuação institucional do Tribunal de Contas da União em seu papel de fiscalização das obras públicas (com ênfase na supervisão de preços contratuais, cf. Acórdão nº 2.622/2013 – Plenário); e avaliar possíveis soluções para o problema das obras paralisadas por determinação da Corte de Contas." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE) e outros.. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 49, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2o, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a metodologias e sistemas de realização de pesquisas eleitorais de intenção de voto, com a presença dos representantes dos principais institutos de pesquisa do país, de cientistas políticos e de outros especialistas na área." **Autoria:** Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 53, de 2022** que: "Nos termos do art. 71, inciso VII, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, requer que seja solicitado, ao Tribunal de Contas da União, providências e informações acerca da omissão da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) na fiscalização e controle dos repasses devidos aos Fundo de Desenvolvimento Educacional do Seguro (FDES)." **Autoria:** Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 56, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 18/2022, com o objetivo de instruir o PL 2842/2021, que "estabelece critérios para configuração de relação de emprego a trabalhadores que realizam atividades por meios de aplicativos, bem como estabelece normas protetivas ao consumidor" seja incluído o seguinte convidado: a Senhora Vanessa Cardone, Gerente de Grupo de Trabalho - Relações Laborais e Sindicais - BRASSCOM." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Projeto de**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lei do Senado n° 68, de 2013 - Terminativo - que: "Altera o Código de Defesa do Consumidor para atribuir a natureza de título executivo extrajudicial ao acordo celebrado perante órgãos de defesa do consumidor." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas que apresenta e pela rejeição das emendas 1 e 2 da CCJ. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 134, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar o custo econômico estimado na concessão de seguro de crédito à exportação, por operação de crédito, em sítio público, e disponibilizar ao Tribunal de Contas da União, a metodologia de cálculo e os parâmetros utilizados." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n° 135, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar em sítio público informações sobre as decisões de concessão de seguro de crédito à exportação." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do PLS 134/2016, nos termos do substitutivo, e pelo arquivamento do PLS 135/2016. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 374, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir como cláusula abusiva aquela que obrigue o pagamento de fatura de compra de produtos exclusivamente no estabelecimento do fornecedor." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (MDB/TO). **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3183, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para dispor sobre a divulgação do valor das mensalidades dos cursos financiados pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 3614, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 31-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para determinar que as concessionárias de serviços públicos ofereçam aos seus usuários a opção de inclusão, nas faturas para cobrança, de nome de cônjuge, companheiro ou outra pessoa, para efeito de comprovação de residência." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 5544, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para prever a penalidade de reembolso do valor do frete a empresas que descumpram o prazo de entrega de produtos acordado em contrato." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 59, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a fiscalização das inserções de propagandas politicas eleitorais." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 60, de 2022** que: "Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao STF sobre viagem de ministros da Corte para participar da 1ª edição do “Lide Brazil Conference”, no HCNY (Harvard Club of New York), nos Estados Unidos. ." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Reguffe
Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/11/22

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 30ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação da ata da última reunião. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos:

- Avisos nºs 1.057, 1.071, 1.119, 1.184, 1.269, 1.400 e 1.423, de 2022, do Tribunal de Contas da União.

Os documentos lidos estarão disponíveis na página da Comissão na seção "Documentos recebidos", com *link* para acesso ao seu conteúdo por um prazo de 15 dias, de forma que os Srs. Senadores possam se manifestar caso assim o desejem. Não havendo manifestação após esse prazo, os documentos serão arquivados, nos termos da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Vamos à pauta.

Bom, enquanto estamos aguardando a chegada dos autores dos requerimentos e também dos relatores dos projetos que ainda faltam ser lidos por esta Comissão, o Senador Eduardo Girão pede a palavra para apresentar dois requerimentos extrapauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Isso, Sr. Reguffe.

Uma boa tarde ao Senador Guaracy e a todos que fazem parte aqui da Mesa de trabalho.

São dois requerimentos. Um pedido de informação simples com relação à primeira edição do Lide Brazil Conference, que foi realizada na semana passada nos Estados Unidos, e a gente faz um pedido, Sr. Presidente, apenas de informação ao Supremo Tribunal Federal sobre a questão das contas pagas, quem bancou, quantos acompanhantes, se houve palestra remunerada, essa coisa toda. Isso aqui é uma informação.

Eu já mandei diretamente para o Supremo Tribunal Federal, mas era importante que o Senado, com a Comissão de Transparência, também deixasse isso nos *Anais* da Casa.

E o outro requerimento também é sobre... É tipo um balanço geral, que até o Senador Portinho está tentando aprovar também no Plenário, mas aqui é uma coisa mais focada, em que a gente quer discutir aquele processo de fiscalização das inserções, não é? Uma coisa que gerou muito debate na véspera da eleição, e a gente está chamando aqui para fazer uma audiência pública na semana que vem.

A gente já viu que tem disponibilidade para a gente fazer, na quarta-feira, às 9h30 da manhã, e a gente tem uma relação aqui de convidados para poder debater esse assunto nesta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

São dois requerimentos extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Obrigado, Senador Eduardo Girão.

Eu vou colocar ambos aqui para deliberação deste Plenário.

Eu passo ao item 2 da pauta, que é o item de autoria do Senador Portinho, que está aqui presente, o Requerimento da CTFC nº 49, de 2022.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR N° 49, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a metodologias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e sistemas de realização de pesquisas eleitorais de intenção de voto, com a presença dos representantes dos principais institutos de pesquisa do país, de cientistas políticos e de outros especialistas na área.

Autoria: Senador Carlos Portinho (PL/RJ)

Eu passo a palavra ao Senador Portinho para defender o seu requerimento.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Reguffe, meus colegas presentes.

A justificação.

As eleições de primeiro turno, no corrente ano de 2022, mais uma vez, demonstram erros nas pesquisas de intenção de votos, para além das margens de erro esperadas, com divergências severas entre o que as pesquisas apontavam e o que as urnas demonstraram. Isso não apenas para a Presidência da República, mas também para diversos governos estaduais e para o Senado Federal.

O resultado do primeiro turno mostrou, como já ocorrido no ano de 2018, a dificuldade de os institutos de pesquisa captarem o voto do eleitor de direita, especialmente. Em boa parte dos Estados e para os diferentes cargos, em diversas situações, os levantamentos não previram a vitória ou a liderança de políticos desse espectro político.

Os erros foram tão graves que vários institutos de nome tradicional nesse segmento indicaram a possibilidade de vitória de Luiz Inácio Lula da Silva no 1º turno. Entre eles, Ipec (ex-Ibope), Data Folha, Quaest, Ipespe, MDA, AtlasIntel e FSB. Outro recorde infeliz: o Ibope fez 27 pesquisas para governador. Dessas, mesmo sendo feitas quase na véspera da eleição, 26 foram diferentes das urnas nos Estados, e isso em um limite além do que a margem de erro autorizava. Em alguns casos, a diferença chegou a mais de 10 (dez) pontos percentuais. O Datafolha também apresentou sérias divergências nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia.

É preciso discutir seriamente esse tema, saber se tudo não passa de erros graves de metodologia ou se existe algo pior, como a intenção deliberada dos institutos e/ou de seus contratantes, de manipular a opinião dos eleitores.

É de amplo conhecimento que parte da população opta pelo chamado "voto útil", sendo que o próprio Datafolha, em setembro do corrente ano, formulou pesquisa acerca do "voto útil" tendo concluído que 11% dos eleitores mudariam de voto para encerrar a disputa à Presidência no 1° turno.

Cito aqui os artigos.

Sendo assim, o diálogo acerca da metodologia utilizada para efetivação das pesquisas, a margem de erro e seus demais componentes devem ser discutidos profundamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui eu faço um parêntese próprio nessa justificação.

A gente agora está fora do período eleitoral, Sr. Presidente. Ou seja, os ânimos arrefecem naturalmente. O que parecia antes um requerimento, um revanchismo, hoje está claro e se evidencia que ele se reveste de um propósito legítimo. E eu explico.

São questões que só os institutos de pesquisa e aqueles que participaram do processo eleitoral, como os ministros do TSE, podem nos trazer como subsídio à formulação de uma legislação apropriada. Por quê? Por exemplo, é válido para o processo eleitoral, válido no sentido de que é produtivo, que diariamente sejam revelados resultados de pesquisa? Porque a gente sabe que elas influenciam diariamente o voto do eleitor dessa maneira.

Eu quero saber se as metodologias estão atualizadas ou se há uma convergência para um tipo metodológico que possa, com maior precisão, daqueles institutos inclusive que acertaram, quero dizer aqui, como Futura/Modal, dentre outros, se há uma metodologia própria, mais atual, que permite, sem dúvida nenhuma, pelo menos manter dentro da margem de erro. Porque o nome já diz, é margem de erro, ou seja, o que erra muito além, salvo um movimento de manada, que a gente viu em 2018, mas não aconteceu nessas eleições, o que influi nessa metodologia? Porque a gente precisa debater agora...

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – V. Exa. me concede um aparte, por favor?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu vou dar.

Para concluir – desculpa, Senador Guaracy –, a gente precisa debater agora, agora com os ânimos no seu devido lugar, se realmente, outra questão...

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Eu vou inscrever V. Exa., Senador.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim, sim.

Outra questão, se realmente, Senador Guaracy, a gente sabe que tem rede de televisão que contrata pesquisas. Até entendo que naquele dia em que foi publicada, está lá no registro do Tribunal Eleitoral, ela seja divulgada incansavelmente durante o dia inteiro. Mas é válido que esses mesmos veículos de mídia, de divulgação, de informação tenham a obrigação de informar também os resultados de outras pesquisas públicas protocoladas no Tribunal Regional Eleitoral para dar o direito à informação do eleitor. Há uma capacidade dessas pesquisas de interferirem... Pareceu-me, por exemplo, que a margem certamente entre os dois candidatos que lideraram no primeiro turno seria a mesma do segundo. Mas veio um movimento de voto útil. Isso influenciou o eleitor e isso justifica uma margem maior que alcançou o candidato Lula ainda no primeiro turno, que não se confirmou no segundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, são muitas questões. E a nossa função aqui numa Comissão de Transparência é entender para aperfeiçoar a legislação: se a gente vai criar marcos, se as pesquisas vão ser divulgadas a cada 15 dias, pesquisa de boca de urna pode ou não pode, qual é o universo de entrevistados. Isso tem influência sobre as pesquisas. Eu posso, num país de dimensão continental, entrevistar 1,7 mil, 2 mil pessoas e ter ali um raio-X de todo o Brasil, embora a gente tenha vários brasis dentro do nosso Brasil.

Posso me convencer dos argumentos, inclusive, dos institutos de pesquisa. Mas o que eu estou vocalizando aqui são dúvidas que a sociedade brasileira, ao final desse processo eleitoral, desse processo que deixou suas marcas, exige que nós aqui possamos disciplinar, até para que os bons institutos prevaleçam, aqueles que têm regras claras, transparentes.

O próprio Senador Amin, numa conversa informal, colocou por que não ter um *ranking* das pesquisas. Porque, a cada ano, o eleitor vai ver: "Não, esse instituto aí que foi divulgado não acerta uma há mais de cinco anos eleitorais. Não, esse aqui foi o que mais acertou nas últimas eleições". Isso é sadio para o próprio mercado, porque há uma proliferação de institutos de pesquisa. Qualquer um que chega lá, o próprio TSE diz que não avalia a metodologia, ele é um mero carimbador de pesquisas protocoladas. É esse o papel que a gente quer para o TSE ou ele deve, como eu vi já alguns cientistas políticos se manifestando, contratar especialistas para que se aprofundem, se dediquem, se debrucem sobre as pesquisas para saberem se a metodologia confere com o resultado final?

Então, são muitos questionamentos que a gente aqui de uma forma absolutamente construtiva... Eu estou preparando uma legislação sobre isso. Mas é muito melhor que seja através da democracia participativa, onde a gente ouve os institutos, ouve os Ministros do TSE, que participam, entendem como é a rotina, como é o funcionamento.

Então, Sr. Presidente, essa é a razão.

Peço, se possível, colocar para voto. Tem a relação aqui de diversos institutos de pesquisa e de Ministros, naturalmente, do TSE, que devem vir aqui para compartilhar as suas experiências. Eu não sei tudo, não, mas eu quero aprender e quero entender e aperfeiçoar a legislação para o bem do país.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Obrigado, Senador Carlos Portinho.

Eu pergunto ao Senador Guaracy se quer falar agora ou prefere após as votações dos requerimentos.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – Após a votação, pois com meu pronunciamento espero cansar os ouvidos dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – O.k., Senador Guaracy.

Coloco em votação o item 2 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passo agora aos dois itens...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, se puder ser na primeira semana de dezembro, para dar tempo de convocar todos...

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Eu peço à Secretaria que veja a primeira semana de dezembro para essa audiência pública solicitada pelo Senador Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – E eu vou acompanhar remotamente, se me permite, porque eu tenho um compromisso...

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Claro.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – ... mas estarei ligado para votar nos outros requerimentos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Passo agora a um requerimento extrapauta do Senador Eduardo Girão

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR N° 59, DE 2022

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a fiscalização das inserções de propagandas politicas eleitorais.

Autoria: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)

Requer, ainda, que essa reunião seja realizada no dia 30 de novembro, às 9h30.

Aí, eu peço que a Secretaria faça esforços para que seja na data solicitada pelo Senador, caso seja aprovado, claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E propõe a audiência com a presença dos seguintes convidados: Dr. Ives Gandra, jurista e advogado; Dr. Djalma Pinto, advogado; Sr. Alexandre Gomes Machado, servidor público e ex-funcionário do TSE; Sr. Gil Castello Branco, Presidente da Associação Contas Abertas; Sr. Fernando Henrique Batista Chagas, Presidente da Abart (Associação Baiana de Empresas de Rádio e Televisão); Dr. Tarcisio Vieira de Carvalho, advogado e ex-Ministro do Tribunal Superior Eleitoral; Dr. Márcio Nunes de Oliveira, Diretor-Geral da Polícia Federal; Exmo. Sr. Fábio Faria, Ministro das Comunicações; Exmo. Sr. Alexandre de Moraes, Ministro do Supremo Tribunal Federal e atual Presidente do Tribunal Superior Eleitoral; Exmo. Sr. Ricardo Lewandowski, Ministro do STF; Sr. Paulo Martins, Deputado Federal; Marcel van Hattem, Deputado Federal; Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, Ministro de Estado da Defesa; Sr. Fabio Wajngarten, ex-Chefe da Secom do Governo Federal; Sr. Gustavo Gayer, Deputado eleito pelo Estado de Goiás; Sr. Carlos Rocha, Presidente do Instituto Voto Legal; Sr. Protógenes Queiroz, ex-delegado federal e ex-Deputado Federal; e Sr. Fernando Cerimedo, fundador da Numen Publicidad e Diretor de Marketing Digital da Academy by Numen.

Em discussão o requerimento do Senador Eduardo Girão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Só fazer uma saudação. Posso, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Claro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. Para discutir.) – Para agradecer ao senhor por colocar em votação esse requerimento, aos colegas que o aprovaram. Eu acredito que vai ser de bom-tom a gente poder realizar aqui, na próxima quarta-feira, às 9h30, um amplo debate que tem inquietado a sociedade brasileira, em que nós vamos ter a presença de ministros de Estado e a presença de personalidades importantes que estão sendo censuradas hoje no Brasil pelo TSE. Inclusive nós também estamos convidando dois ministros do Tribunal Superior Eleitoral e um do STF para que possamos dialogar sobre democracia e liberdade. Não é preciso ir a Nova York para fazer isso! A gente pode fazer aqui no Senado junto com a sociedade. Eu acredito que vai ser muito importante elucidar certas denúncias que têm ocorrido no processo eleitoral do Brasil.

Eu lhe agradeço pela coragem de colocar em votação e pelos colegas terem aprovado esse requerimento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Obrigado, Senador Eduardo Girão. Esta Presidência não engaveta absolutamente nada. Desde que eu assumi a Presidência desta Comissão, todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os requerimentos, todos os projetos são colocados na pauta, para deliberação, pelo Pleno desta Comissão. Acho que essa é a função da Presidência e assim eu agi desde que cheguei, não engavetando absolutamente nada.

Coloco também em votação outro requerimento de V. Exa.

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 60, DE 2022

Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao STF sobre viagem de ministros da Corte para participar da 1ª edição do "Lide Brazil Conference", no HCNY (Harvard Club of New York), nos Estados Unidos.

Autoria: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)

Em discussão o requerimento do Senador Eduardo Girão.

Gostaria de defendê-lo, Senador Eduardo Girão? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Esta, sem dúvida, é uma função desta Comissão: buscar informações pelo bem da transparência e de tudo que envolve os recursos públicos.

O Senador Guaracy pediu a palavra.

Eu passo a palavra a V. Exa.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Pela ordem.) – Meu Presidente, é um prazer neste momento estar sendo liderado por V. Exa., um momento de tantas preocupações e que causa a nós tanta indagação ou indagações.

Vejamos bem, Sr. Presidente: eu estive esta semana rememorando a Constituinte e, ao rememorá-la, lembrei-me do discurso de Ulysses Guimarães, Senador Girão, quando do ato da promulgação, em 2 de fevereiro de 1987. E uma das palavras de Ulysses Guimarães – Ulysses Guimarães não era um orador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presente, mas de vez em quando ele se pronunciava, principalmente em grandes momentos –, lembro-me, foi:

> A Constituição certamente não é perfeita. Ela própria o confessa, ao admitir a reforma. Quanto a ela, discordar, sim. Divergir, sim. Descumprir, jamais. Afrontá-la, nunca.

Ele continua dizendo:

> Traidor da Constituição é traidor da Pátria. Conhecemos o caminho maldito. Rasgar a Constituição, trancar as portas do Parlamento, garrotear a liberdade, mandar os patriotas para a cadeia, o exílio e o cemitério.
> Conhecemos o caminho maldito. Rasgar a Constituição, trancar as portas do Parlamento, garrotear a liberdade, mandar os patriotas para a cadeia, o exílio e o cemitério.

E diz mais, Senador Reguffe:

> A moral é o cerne da pátria [que é a Constituição. E diz mais Ulisses Guimarães:]. A corrupção é o cupim da República. [...] corrupção impune toma nas mãos de demagogos que a pretexto de salvá-la a tiranizam.
> Não roubar, não deixar roubar, pôr na cadeia quem roube, eis o primeiro mandamento da moral pública. Não é a Constituição perfeita. Se fosse perfeita, seria irreformável.

Essas palavras, sabe Senador, parecem proféticas as palavras de Ulisses Guimarães. Não sei se ele ressuscitou, mas, pelo menos, está...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Talvez tenha se mexido.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – É, exatamente, embora não se saiba exatamente onde foi, mas, Senador Esperidião Amin, vivemos um tempo extremamente estranho. Nós estamos vivendo um tempo em que jurar a Constituição parece que nada vale, pois ela tem sido desrespeitada por quem a deve guardar. E eu repito as palavras de Ulisses: "Quanto a ela, discordar, sim. Divergir, sim. Descumprir, jamais. Afrontá-la, nunca. Traidor da Constituição é traidor da Pátria".

São profundas as palavras de Ulisses Guimarães. Ainda bem que foi Ulisses que disse. Se alguém quiser voltar nos anais da história para perceber a profundidade desse discurso da promulgação da Constituição, vai encontrar esse belíssimo ato de um patriota.

Mas, vejamos bem, agora, esses dias, meu Presidente, Senador Reguffe; nosso filósofo de Santa Catarina e do Brasil, Esperidião; Senador Girão, a Constituição é muito clara em vários dispositivos, Senador, de que neste país não haverá confisco, e diz justamente no art. 150, no inciso IV, que não haverá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

confisco. Agora, meu Presidente, foram impostas umas multas pelo TSE no valor de R$100 mil por hora – R$100 mil por hora!

A maioria desses veículos, Senador, não vale R$100 mil. Mas, se valer R$300 mil, em três horas já foi o veículo. Então, isso é confisco, isso é violar a Constituição, isso é violar um princípio sagrado. Essas multas, esses obstáculos ao movimento paradista não dizem uma outra coisa senão que o povo brasileiro não está sendo respeitado.

Nisso, meu Presidente, nós violamos a Declaração Universal dos Direitos Humanos – Declaração Universal dos Direitos Humanos da qual o Brasil é signatário –, se não me engano, representado lá em 1948 por Osvaldo Aranha. Não quero cometer um erro histórico, justamente estou dizendo "se não me engano". Mas viola o Artigo 5, viola o Artigo 7, viola o Artigo 8, viola o Artigo 9 e outros artigos dessa Declaração Universal dos Direitos Humanos. O Artigo 20 também. Afinal, nós vivemos um tempo de violações de direitos humanos, de direitos constitucionais. Eu temo aonde vamos chegar.

Agora, Sr. Presidente, ouvi falar, mas não recebi nenhuma notificação, que está havendo uma Comissão para tratar de *impeachment*. Comissão Especial do Senado apresenta e vota nesta segunda-feira, dia 21/11, o relatório sobre a Lei do Impeachment. O senhor recebeu alguma comunicação, Senador?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Recebi.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Recebeu? Mas aqui está dizendo que está presidida pelo Lewandowski, pelo Ministro Lewandowski. Eu acho que nós deixamos de fazer leis.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – V. Exa. me permite uma pequena intervenção?

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – É claro. É claro.

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para apartear.) – Pelo que eu soube – eu não pude vir aqui, porque eu estava em Florianópolis –, a coisa mais inteligente que aconteceu durante essa sessão foi uma intervenção do Senador Eduardo Girão – o senhor o conhece? – quando ele indagou se é regular fracionar, quer dizer, aplicar o princípio, Senador Reguffe, da...

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Rasgar as leis...

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, cissiparidade reversa. Já ouviu falar nisso? O senhor que é filósofo... Cissiparidade é o sistema pelo qual uma célula se desdobra em duas. E, quando duas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – No caso do art. 52, inciso... parágrafo único, não é?

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quando você consegue transformar duas penas que fazem parte, duas sanções que fazem parte de uma pena em "uma, sim; outra, não", foi a intervenção do Senador Girão que beira a física e a biologia, e foi também muito inteligentemente respondida pelo Ministro Lewandowski. Pelo que eu soube, foi a coisa mais importante que aconteceu durante esta audiência. Fecho o meu aparte.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigado pelo aparte.

Mas, veja... Vejamos bem. Eu sei que a Casa que faz leis é essa daqui ou a Câmara dos Deputados.

Dá trabalho, Senador Esperidião... Dá trabalho para entender o que está acontecendo no Brasil, discutindo a Lei do Impeachment, de 1951, se não me engano.

Então, enquanto olha... Normalmente eu acompanho as instituições que mais têm credibilidade e as que menos têm credibilidade. Infelizmente – infelizmente, meu Presidente –, o Senado vem perdendo dia a dia credibilidade com o povo. Esta Casa era para ser o apogeu da credibilidade, era para termos credibilidade em todos os setores, esse era o dever nosso. Mas, se estivéssemos cumprindo a Constituição, nós seríamos admirados e aplaudidos por todos.

Nas redes sociais nós somos muitas vezes avacalhados, muitas vezes zombados, criticados e até xingados. Dizem: "Os senhores são blá-blá-blá. Por que não tomam tal providência?".

Senador Reguffe, eu sou um admirador da sua história, de seu comportamento aqui nesta Casa, como do Senador Girão, como do Senador Esperidião. Muitas vezes somos tão poucos lutando pela imagem de uma instituição que parece que faz questão de se denegrir. Não podemos continuar desse jeito. Se essa Comissão trata a Lei do Impeachment, essa Comissão teria que ser muito bem debatida, muito bem convocada, muito bem trabalhada. Mas a Casa que faz leis, até o que diz essa Constituição, é esta daqui e a Câmara, é o Congresso.

Senador Esperidião, aonde nós vamos chegar? Senador Girão, aonde nós vamos chegar? Vamos chegar a um ponto do desrespeito total às nossas leis. Não vou discutir se talvez os outros juristas tenham muita ou até mais capacidade que nós. Não é isso, não vamos discutir a capacidade porque os ministros no mínimo estudaram Direito – e devem ter estudado –, mas o povo delegou a nós, o povo delegou a nós, Senadores e Deputados, o direito de fazer leis. O direito de fazer leis é nosso; o direito de aplicar a lei e interpretar é do Judiciário; o direito de executar é do Executivo. Os três Poderes têm que estar nos seus devidos lugares porque, se continuarmos desse modo, nós não sabemos aonde vamos chegar – ou não chegaremos a lugar nenhum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – O senhor me permite um aparte, Senador?

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Claro, claro.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. Para apartear.) – Com a aquiescência do nosso Presidente, rapidamente, quero só fazer um comentário, porque eu participei da sessão ontem da Comissão de Juristas.

O que aconteceu? Foi montada alguns meses atrás, a pedido do Presidente Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, uma Comissão de Juristas sob a liderança do Ministro do STF Lewandowski.

Essa Comissão de Juristas, eu acho, se reuniu umas duas vezes e ontem foi a reunião final para deliberar o voto entre eles, entre os juristas, sobre a atualização da Lei do Impeachment, que é de 1950.

Então, a partir de agora, Senador Guaracy, o procedimento vai ser entregar para o Presidente Rodrigo Pacheco essa sugestão dos juristas, e nós, Parlamentares, entramos para discutir nas Comissões, deliberar no Plenário, emendas, destaques, aquele procedimento todo. Foi um caminho que o Presidente Rodrigo Pacheco escolheu.

Eu até discordo, respeitosamente, porque o Presidente, do STF, o Lewandowski, no meu ponto de vista, e eu tive a oportunidade de dizer olhando no olho dele ontem, aqui no Senado, que estava presidindo aquela noite triste onde... O Senador Reguffe estava, não é? Na sessão do *impeachment* da Dilma? O Senador Reguffe estava e o Senador Izalci não, entrou agora, estava na Câmara. Então, ali foi o primeiro rasgo da Constituição brasileira feito pelo Presidente do STF na época e sob o olhar de alguns Senadores, que votaram a favor.

Depois o Senador Magno Malta entrou em contato comigo, estava assistindo ao vivo, entrou em contato comigo e disse: "Olha, você esqueceu de dizer que tinha uma emenda já de 16 páginas prontas na hora em que foi pedida por um colega." E que, na hora, o Presidente do STF, o Lewandowski, colocou para votar essa emenda ou pediram uma questão de ordem. Só que uma questão de ordem de algo inconstitucional não era nem para colocar. Mas, enfim, ontem o Ministro Lewandowski falou que é o poder soberano do Senado, ou seja, a responsabilidade ficou com esta Casa, que já não está muito bem-vista aos olhos dos brasileiros. Mas eu, respeitosamente, discordei dele, disse que nós somos corresponsáveis, mas a responsabilidade ali foi do STF.

Então, a Dilma não poderia ter os direitos políticos. Ela tinha que ter sido, pela legislação brasileira, pela Constituição... Não poderia ter concorrido...

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Art. 52, parágrafo único.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Pronto, não tem o que discutir e ali houve o fatiamento.

De lá para cá, Senador Guaracy, a gente está vendo o caos no Brasil. Todo dia uma novidade rasgando outra página, não sei nem se sobrou página mais da Constituição brasileira. Eu não sei, sinceramente, porque foi tanta coisa que aconteceu.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Senador Eduardo Girão, eu agradeço a fala de V. Exa., agradeço também ao Senador Guaracy, mas eu tenho que voltar aqui à pauta.

Apenas quero dizer que eu fui contra esse fatiamento, aliás, registrado isso, na época, com o meu voto, eu fui contra esse fatiamento feito pelo Presidente da sessão, o Ministro Ricardo Lewandowski.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – Só 30 segundos, prometo que não vou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Não tem problema, eu vou ouvir V. Exa. por 30 segundos. Só tenho que voltar à pauta aqui, porque nós temos uma pauta.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – Naquele momento deste fatiamento aqui estava presente também o Presidente Collor, que tinha sofrido pena, a devida pena aqui dos oito anos de suspensão. (*Falha no áudio.*)... dois pesos e duas medidas. Está difícil! Olha, Senador, é desanimador.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Obrigado, Senador Guaracy. Obrigado pelas palavras e pelo reconhecimento também a mim.

Passo ao item 4 da pauta.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 56, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 18/2022, com o objetivo de instruir o PL 2.842/2021, que "estabelece critérios para configuração de relação de emprego a trabalhadores que realizam atividades por meio de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aplicativos, bem como estabelece normas protetivas ao consumidor" que seja incluído a seguinte convidada: a Senhora Vanessa Cardone, Gerente de Grupo de Trabalho - Relações Laborais e Sindicais - BRASSCOM.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Quer defender, Senador? Passo a palavra a V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para encaminhar.) – Primeiro, dizer da minha alegria de estar de volta aqui, já estava com saudades das reuniões presenciais.

Presidente, este projeto trata de relações de trabalho com relação às novas tecnologias, aos aplicativos, e nada melhor do que colocar realmente os técnicos. A Brasscom é uma associação, uma entidade representativa do setor de tecnologia e pode contribuir muito com o debate.

Peço aos colegas que nos apoiem na aprovação do requerimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Obrigado, Senador Izalci.

Em discussão o Requerimento da CTFC nº 56, de 2022. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Como nós não temos quórum ainda para os terminativos, eu renovo aqui o apelo aos demais Senadores, membros desta Comissão, para que consigamos, até o final do ano, votar os terminativos.

Vou encerrar a presente reunião, antes convocando reunião deliberativa ordinária desta Comissão para a próxima terça-feira, aqui mesmo, neste Plenário, às 14h30.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 15 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 53 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 31ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e cinquenta e sete minutos do dia vinte e nove de novembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Reguffe, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Esperidião Amin, Luis Carlos Heinze, Renan Calheiros, Guaracy Silveira, Mara Gabrilli, Marcos do Val, Izalci Lucas, Eduardo Girão, Irajá, Telmário Mota, Alessandro Vieira e Soraya Thronicke. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho, Rodrigo Cunha, Carlos Portinho, Wellington Fagundes, Paulo Rocha, Randolfe Rodrigues e Acir Gurgacz. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 38, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de analisar sugestões do setor da construção civil e de especialistas em licitações e contratos administrativos, visando ao aperfeiçoamento da atuação institucional do Tribunal de Contas da União em seu papel de fiscalização das obras públicas (com ênfase na supervisão de preços contratuais, cf. Acórdão nº 2.622/2013 – Plenário); e avaliar possíveis soluções para o problema das obras paralisadas por determinação da Corte de Contas." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE) e outros.. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 53, de 2022** que: "Nos termos do art. 71, inciso VII, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, requer que seja solicitado, ao Tribunal de Contas da União, providências e informações acerca da omissão da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) na fiscalização e controle dos repasses devidos aos Fundo de Desenvolvimento Educacional do Seguro (FDES)." **Autoria:** Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 61, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 59/2022 - CTFC sejam incluídos os seguintes convidados: o Exmo. Sr. Bruno Dantas, Ministro do TCU; o Exmo. Sr. Jorge Oliveira, Ministro do TCU; o Senhor Sebastião Coelho, Desembargador aposentado do TJDFT." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 68, de 2013 - Terminativo -** que: "Altera o Código de Defesa do Consumidor para atribuir a natureza de título executivo extrajudicial ao acordo celebrado perante órgãos de defesa do consumidor." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas que apresenta e pela rejeição das emendas 1 e 2 da CCJ. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 134, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar o custo econômico estimado na concessão de seguro de crédito à exportação, por operação de crédito, em sítio público, e disponibilizar ao Tribunal de Contas da União, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

metodologia de cálculo e os parâmetros utilizados." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n° 135, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar em sítio público informações sobre as decisões de concessão de seguro de crédito à exportação." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do PLS 134/2016, nos termos do substitutivo, e pelo arquivamento do PLS 135/2016. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 374, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir como cláusula abusiva aquela que obrigue o pagamento de fatura de compra de produtos exclusivamente no estabelecimento do fornecedor." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (MDB/TO). **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3183, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para dispor sobre a divulgação do valor das mensalidades dos cursos financiados pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3614, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 31-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para determinar que as concessionárias de serviços públicos ofereçam aos seus usuários a opção de inclusão, nas faturas para cobrança, de nome de cônjuge, companheiro ou outra pessoa, para efeito de comprovação de residência." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 5544, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para prever a penalidade de reembolso do valor do frete a empresas que descumpram o prazo de entrega de produtos acordado em contrato." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 63, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 59/2022 - CTFC sejam incluídos os seguintes convidados: o Senhor Marcos Cintra Cavalcante de Albuquerque, economista e político brasileiro filiado ao União Brasil; o Doutor Ivan Sartori, Advogado e Desembargador aposentado do TJSP; a Senhora Bárbara Destefani, Influenciadora digital e responsável pelo canal do youtube "Te atualizei"; o Senhor José Alberto Simonetti, Presidente da OAB Nacional." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 62, de 2022** que: "Requer, nos termos do Art. 102-A, Inc. II,c do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitado ao Tribunal Superior Eleitoral que encaminhe por escrito à esta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, as seguintes informações relacionadas a contratação da empresa "Partners Comunicação Integrada" para monitorar as redes sociais: valor total que será gasto, critérios utilizados para a escolha da empresa, metodologia que será aplicada na identificação de publicações, detalhes dos objetivos pretendidos com esta fiscalização e de que forma estes dados obtidos serão utilizados, bem como outras que achar pertinente." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Resultado:** Aprovado com aditamento para incluir entre as informações solicitadas qual o dispositivo legal que fundamenta o monitoramento das redes sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Reguffe
Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/11/29

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 31ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da última reunião. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Vamos à pauta. Os autores dos itens 1 e 2 não estão presentes; nós vamos passar para o item 3 da pauta.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR N° 61, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 59/2022 - CTFC sejam incluídos os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seguintes convidados: o Exmo. Sr. Bruno Dantas, Ministro do TCU; o Exmo. Sr. Jorge Oliveira, Ministro do TCU; o Senhor Sebastião Coelho, Desembargador aposentado do TJDFT.

Autoria: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)

Deseja defender o requerimento, Senador Eduardo Girão?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Sim, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Passo a palavra a V. Exa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. Para encaminhar.) – Muitíssimo obrigado, Sr. Presidente da Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle do Senado Federal. Queria cumprimentá-lo primeiramente. O senhor, com a sua postura republicana de votar tudo nesta Casa, está dando um alento para os brasileiros que buscam a verdade, a justiça e a transparência, que é o nome desta Comissão.

Então, nós já fizemos várias audiências públicas nesta Casa, muito produtivas, esclarecedoras, uma sobre ativismo judicial, outra sobre segurança e transparência nas eleições, outra sobre a questão do inquérito das *fake news* e uma também sobre a questão do Celso Daniel, do PCC, tudo isso. Amanhã nós vamos realizar uma outra também, que está numa grande expectativa da sociedade, que é um balanço geral dessas eleições, questionamentos que estão sendo feitos, e vai ter personalidades importantes aqui para esclarecer para a gente, porque a gente quer apenas a verdade, compreender o que está acontecendo de fato, e não podemos ter – não é, Senador Amin e Senador Heinze? – segredismo dentro desta Casa. "Ah, assunto proibido!". Assunto proibido, dentro de um parlamento, não existe isso.

Então, este é um Poder da República que tem obrigação de dar vazão a certas inquietudes da nossa sociedade, não é. Então, eu estou pedindo a inclusão dos nomes para a audiência de amanhã. Nós já temos 18 autoridades aprovadas, e amanhã eu peço aqui, aos colegas, que possam incluir o nome do Sr. Bruno Dantas, que é Ministro do TCU, até porque o TCU foi um dos que fiscalizou as eleições, uma das entidades que fiscalizaram as eleições; o Exmo. Sr. Jorge Oliveira, também Ministro do TCU; e o Sr. Sebastião Coelho, que é desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do DF.

A propósito, não deu tempo para colocar outros nomes – que era até sexta-feira; nesses eu já dei entrada –, mas há outros que eu gostaria de que, como extrapauta, estivessem junto com esse requerimento, que eu já estou colocando agora, para a sua mesa, para, se a gente puder aprovar junto esses outros nomes.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Nós vamos votar esse requerimento, Senador Eduardo Girão, e, após a votação desse requerimento, eu voto o extrapauta de V. Exa., só para ter mais alguns convidados, não há nenhum problema nisso.

Eu pergunto ao Senador Esperidião Amin se deseja falar ainda sobre esse requerimento ou logo após a votação dele.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, eu quero cumprimentá-lo, fazer minhas as palavras do Senador Girão, que, aliás, não foram suficientemente eloquentes para cumprimentá-lo e enaltecer o seu trabalho. Ele foi muito conciso, quase seco.

Mas eu posso falar depois; agora é sobre o requerimento, o objeto.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Então, eu passo a palavra a V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Eu vou procurar ser mais conciso, mas eu tenho sido muito conciso aqui nas minhas intervenções.

Eu quero saudar o senhor, fazer minhas as palavras do Senador Girão e dizer o seguinte: esta tem sido uma das poucas janelas abertas para o ar arejado que nós queremos respirar, porque coisas que não são proibidas, mas que hoje têm pouco espaço para debate, têm sido aqui trazidas, especialmente pelo Senador Girão. E é por isso que eu integro esta Comissão com muita satisfação. E eu pedi para integrar ao meu partido – acho que o Senador Heinze pediu também.

Eu queria fazer três comentários sobre o requerimento, porque esse requerimento é um *plus*, é algo a mais sobre o quê?

Primeiro, eu não me conformo com a expansão da aceitação da inquisição entre nós. O Inquérito 4.781 é a inquisição. Se uma pessoa reclama, o inquisidor, além de ameaçá-lo, multá-lo e, se possível, prendê-lo, ainda bota dentro do tribunal da inquisição, que é o 4.781, como aconteceu agora. Não tenho nada a ver – quem sou eu aqui para querer defender o PL? –, mas o partido fez uma petição, recebeu uma multa, e o nome do titular vai para o 4.781. E o que é impressionante é a expansão, como aconteceu com a inquisição, porque, aí, um delata o outro... Eu tenho uma desinteligência comercial com fulano, eu o denuncio para a inquisição, ou seja, vira uma delegacia de tudo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. *Fora do microfone*.) – E de ofício, né?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E o delegado é poderosíssimo, porque ele é o ofendido, o investigador e a última palavra na punição. Está encerrado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o protagonismo ganhou uma tal unanimidade no TSE que só um fala, e ninguém contesta. E, sempre que não há contestação, algo de errado há. Aqui no Congresso há contestação, inclusive de quem pensa diferente do que eu penso. E é bom que seja assim.

Então, eu queria dizer da minha...

Os dois segundos comentários são: primeiro, eu vejo com muita esperança prosperar a ideia da CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) sobre abusos do Inquérito 4.781 e abusos que tais que estão sendo cometidos no âmbito do TSE. Acho que o Deputado Marcel van Hattem agiu muito bem em termos de Câmara, mas acho que, agora, surge uma ideia mais importante: é a ideia de uma CPMI, ou seja, mista, com 27 assinaturas de Senadores, com assinaturas adicionais – que não farão parte do Sedol porque não assumiram ainda – de Senadores eleitos, assegurando que o número mínimo é agora e para o futuro.

E aí não tem fila. Não tem fila para CPMI. Não tem fila. No Senado, nós temos seis ou sete, inclusive uma sua, sobre narcotráfico.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não tem fila para CPMI e não existe possibilidade de se inventar um pretexto, porque, depois que se criou a CPI da Covid, não há mais embaraço para criação. Portanto, se alguém quiser recorrer ao Supremo, vai recorrer, mas com uma matéria vencida. Terá que ser muito criativo para proibir que haja essa CPMI.

E, finalmente, concluindo o que eu falei sobre a expansão desse desejo de impedir divergências, eu soube – soube, não, fiquei sabendo pela notícia do *Congresso em Foco*, que é uma fonte respeitada – que um Deputado do Rio Grande do Sul, não sei se animado pelo Senador Heinze, espero que não, entrou com uma queixa, entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal e no Tribunal Superior Eleitoral contra os 181 Deputados que assinaram a CPI contra os abusos de autoridade; ou seja, há um propósito disseminado e em expansão no ar para sufocar quem queira denunciar.

Denunciar faz parte da democracia. E, se o sujeito denuncia sem base, ele se transforma numa pessoa de baixa confiabilidade. É assim que funciona a sociedade, não precisa de censura. Se o sujeito três vezes grita "fogo", e não tem fogo, ninguém mais vai dar bola. Ele pode até um dia falar a verdade, e ninguém vai acreditar. Isso é uma velha parábola.

Mas é isto que eu queria dizer: o senhor está cumprindo aqui uma tarefa importantíssima. Esta é uma das poucas janelas que está aberta para trazer a aragem da liberdade e, no caso da liberdade, com responsabilidade, porque os requerimentos que têm sido apresentados têm pé e têm cabeça, têm finalidade e está permitido o contraditório, até pelos nomes que o Senador Girão mencionou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E concluo para dizer o seguinte: na semana passada, nós tivemos notícia de que houve uma reunião, na segunda-feira – da qual o Senador Girão participou –, em que a tal comissão que vai reescrever uma proposta para a nova... para o que seria a modernização da Lei 1.079, do *impeachment*, aprovou o relatório. Eu o procurei e não o encontrei.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Não foi divulgado. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Aprovou algo que talvez aflore hoje, mas eu vou cobrar na sessão. Eu anuncio aqui: eu vou cobrar. Eu quero saber o que vocês decidiram. Se é que o senhor participou da decisão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, depois o senhor se defende. (*Risos.*)

No momento eu estou trazendo aqui – o senhor é a colação, mas quem me dá a palavra não sou eu – que o senhor participou da reunião, aplaudiu o Ministro Lewandowski, que não é o número nove da seleção da Polônia, porque esse, sim, merece o aplauso generalizado de quem gosta de futebol, como o senhor, que foi um excelente cartola do Fortaleza, e que eu quero saber o que está escrito ali, porque desconfio que a proposta não seja exatamente para atualizar. E, por desconfiar, vou pedir para conhecer, ou seja, para ter um juízo, aí sim, que é meu direito e meu dever, sobre algo que seja publicado. Tudo tem que ser publicado, é um preceito constitucional.

Paro por aqui, mas o aplaudindo mais uma vez, agradecendo-lhe e pedindo desculpa até se eu exagerei ao ocupar o tempo.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Obrigado, Senador Esperidião Amin. Obrigado também pelo reconhecimento.

Quero dizer que esta Presidência, desde que eu assumi esta Comissão, não engaveta absolutamente nada, seja do Governo, seja da Oposição, seja de Senadores independentes. Eu acho que é papel desta Comissão discutir todos os assuntos, trazer todos os temas à baila. Cada membro desta Comissão tem a sua prerrogativa e será sempre respeitado por essa Presidência. Então, acho que esse é o papel desta Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Só para fazer uma colocação rápida do que ele falou?

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Senador Eduardo Girão, eu tenho como sugestão de encaminhamento a V. Exa. nós votarmos o outro requerimento de V. Exa. e, após a votação do requerimento, eu passo a palavra para V. Exa. e também para o Senador Heinze, se for possível, para que nós possamos aqui avançar na pauta.

Nós temos que votar ainda o item 3 da pauta, que não foi votado ainda. O Senador Esperidião Amin estava discutindo.

Então, em discussão ainda o Requerimento da CTFC nº 61, de 2022. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o item 3 da pauta, o Requerimento da CTFC nº 61, de 2022.

Eu passo ao requerimento extrapauta do Senador Girão.

EXTRAPAUTA

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR N° 63, DE 2022

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 59/2022 - CTFC sejam incluídos os seguintes convidados: o Senhor Marcos Cintra Cavalcante de Albuquerque, economista e político brasileiro filiado ao União Brasil; o Doutor Ivan Sartori, Advogado e Desembargador aposentado do TJSP; a Senhora Bárbara Destefani, Influenciadora digital e responsável pelo canal do youtube "Te atualizei"; o Senhor José Alberto Simonetti, Presidente da OAB Nacional.

Autoria: Senador Eduardo Girão

Em discussão o requerimento do Senador Eduardo Girão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Passo a palavra ao Senador Girão, que pediu a palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Rapidamente, Sr. Presidente, só quero lhe agradecer por mais uma vez colocar em pauta o nosso requerimento.

Tem mais um pedido de informações aí, sobre um sistema do STF, um sistema da empresa Partners Comunicação Integrada, que foi contratada pelo Pregão 29, de 2022, Senador Heinze, com o objetivo de monitorar 24 horas por dia as redes sociais no Brasil.

Essa empresa, segundo diversas reportagens, em 2013, no Governo Dilma, foi alvo de acusações de estarem pagando propina a membros do Ministério da Fazenda, tendo inclusive os envolvidos das denúncias sido afastados.

Então, a gente fica preocupado com esse controle efetivado pelo TSE, porque a gente precisa esclarecer que empresa é essa, que pregão é esse. É para quê? É para amordaçar os brasileiros? O que vão fazer com essas informações das redes sociais? É um controle à liberdade de expressão? Já começou o controle da mídia no Brasil e a gente não está sabendo? – porque estão dizendo: "Ah, não! No Governo Lula vai acontecer isso, no Governo Lula vai acontecer o controle da mídia". Ou já aconteceu e a gente não está sabendo?

Por isso é que é um pedido de informações sobre esse pregão do TSE que contrata a empresa Partners Comunicação Integrada, que, pelo que foi divulgado, é para monitorar 24 horas por dia as redes sociais no Brasil.

Eu lhe peço a inclusão extrapauta desse requerimento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Eu só queria uma sugestão no requerimento: e fundamentado em que dispositivo legal? – porque o Tribunal Superior Eleitoral não tem como função constitucionalmente erigida exercer qualquer tipo de monitoramento de mensagem e de rede social na sociedade brasileira. Isso sim, eu acho que é fundamental. Qual é a fundamentação legal além da finalidade que o senhor cobra?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. *Fora do microfone*.) – É isso que a gente está pedindo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Passo a palavra ao Senador Heinze.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu estou chegando a esta Comissão. Já participei na semana passada, e quero parabenizá-lo.

E, sobre os requerimentos do Senador Girão, pela forma de discussão do assunto, do que o Senador Esperidião Amin fala, nós esclarecemos: há mais de 30 dias eu me dedico a esse tema, e muitas questões não são esclarecidas. E aí, Girão, pedidos de cassação, *impeachment*, CPI, de vários ministros do Supremo engavetados nesta Casa desde 2017. Não é de agora, 2019, 2020, 2021. Não, 2017. São coisas estranhas.

Então, quero parabenizá-lo, porque, amanhã, já teremos oportunidade de ouvirmos os dois lados da moeda: quem falar favor e quem falar contra. Fui ver agora que há manifestações do Bruno Dantas sobre o processo eleitoral, favoráveis. Mas o Ministro Jorge é diferente. O.k. Então, nós vamos ter oportunidade de ver o contraditório aqui nesta Casa. É isto que nós queremos: só esclarecer. Pronto, não tem problema nenhum. As pessoas que vierem falar a favor ou contra, isso não é o problema, mas que se ouça, que se discuta – não engavetando, como foi colocado aqui, esse processo.

Então, estamos juntos, e o cumprimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Obrigado, Senador Heinze.

Vou colocar em votação o requerimento de informações.

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR N° 62, DE 2022

Requer, nos termos do Art. 102-A, Inc. II,c do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitado ao Tribunal Superior Eleitoral que encaminhe por escrito à esta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, as seguintes informações relacionadas a contratação da empresa "Partners Comunicação Integrada" para monitorar as redes sociais: valor total que será gasto, critérios utilizados para a escolha da empresa, metodologia que será aplicada na identificação de publicações, detalhes dos objetivos pretendidos com esta fiscalização e de que forma estes dados obtidos serão utilizados, bem como outras que achar pertinente.

Autoria: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Presidente, antes de o senhor colocar para votação, a colaboração do Senador Esperidião Amin foi muito importante.

Em que fundamentos... Eu queria pedir para incluir estas perguntas também: qual o fundamento utilizado pelo TSE para justificar esse pregão eletrônico? Onde tem isso na nossa legislação?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Bom, acolho a intervenção de V. Exa.

Coloco em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Como os autores dos demais requerimentos e os Relatores dos demais projetos que estão na pauta não estão presentes, eu vou encerrar esta sessão, antes convocando sessão ordinária desta Comissão para a próxima terça-feira, às 14h30, aqui mesmo neste plenário.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, antes encerrar, por favor.

A colocação do Senador Esperidião Amin sobre a reunião da última segunda-feira da semana passada sobre a atualização da Lei do Impeachment é muito pertinente. Existe, Senador Esperidião, depois daquela sessão, uma série de vídeos rodando na internet, de brasileiros inclusive dizendo que vai ser votado, no Senado Federal, parece que na véspera da Copa do Mundo ou no dia da final. E não existe nada disso. Pelo menos na pauta do Senado, não tem nenhum texto, nem o texto a que o senhor se referiu aí da Comissão de Juristas.

E aí eu digo que fui para aquela reunião para entender o que estava acontecendo, para aproveitar a presença do ministro aqui nesta Casa para fazer alguns questionamentos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Já que não temos outras oportunidades.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – É difícil a gente ter oportunidade para conversar com eles, para dialogar sobre democracia e liberdade. Eu tive a oportunidade, e ele foi muito respeitoso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiz uns questionamentos, apesar de a gente discordar em alguns pontos, mas eu fiquei preocupado é com o que vem desse relatório, porque os juristas que lá estavam, que são renomados, eu não tenho dúvida disso, não tiro o mérito absolutamente... Mas outros grandes juristas brasileiros que têm posições diferentes em pautas atuais do Brasil, da atuação do STF, dessa questão do *impeachment*, dos abusos não foram convidados. Ives Gandra não foi convidado; Dr. Modesto Carvalhosa não foi convidado. O Sr. Ricardo Lewandowski disse que isso não era com ele, quem convidou foi o Presidente da Casa, Rodrigo Pacheco.

Eu não sei o que é que vem desse relatório, que foi aprovado na hora, no dia. A gente não sabe os termos, não é público, mas a população está achando que é neste ano, Amin, está achando que vão colocar neste ano para votar isso. Segundo circula... Não sei até que nível é *fake news*. Eu espero que a gente não dê esse presente de grego de Natal para o Brasil, para o brasileiro. Mas, segundo o que se fala, vai dificultar o pedido de *impeachment* aqui daqui para frente, criminalizando quem está pedindo. É o que rola nos bastidores. Eu espero que não seja assim, porque aí, além da queda, o coice, como a gente diz lá no Ceará.

Mas eu queria dizer que precisamos de ficar atentos com relação a isso, porque em Copa do Mundo eu já vi de tudo acontecer nesta Casa como cidadão brasileiro, botarem coisas para se votar aqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Com a compreensão do Senador Reguffe, eu só quero dizer o seguinte: este documento tem que ser conhecido. Por isso eu estou pedindo para conhecê-lo, mas não ele poderia se denominar "a visão garantista de uma lei de *impeachment*".

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF. Fala da Presidência.) – Obrigado, Senadores Girão, Esperidião Amin e Heinze.

Vou encerrar a presente sessão, convocando sessão para a próxima terça-feira, às 14h30, aqui, e renovando o apelo para que tenhamos quórum para votação dos projetos terminativos que considero importante votarmos antes do final do ano. Então, peço a presença de todos os Senadores titulares e suplentes desta Comissão aqui nesta Comissão.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 24 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 32ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e cinquenta e um minutos do dia trinta de novembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Eduardo Girão, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Esperidião Amin, Luis Carlos Heinze, Renan Calheiros, Guaracy Silveira, Rodrigo Cunha, Marcos do Val, Izalci Lucas, Styvenson Valentim, Nelsinho Trad, Carlos Portinho, Plínio Valério, Paulo Paim, Carlos Viana e Flávio Bolsonaro. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho, Mara Gabrilli, Reguffe, Irajá, Wellington Fagundes, Paulo Rocha, Telmário Mota, Randolfe Rodrigues e Acir Gurgacz. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 59/2022 - CTFC, de autoria Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), REQ 61/2022 - CTFC, de autoria Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), e REQ 63/2022 - CTFC, de autoria Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Finalidade:** Discutir a fiscalização das inserções de propagandas politicas eleitorais. **Participantes:** Fábio Wajngarten, Ex-Chefe da Secretaria Especial de Comunicação Social do Governo Federal - SECOM; Marcel Van Hatten, Deputado Federal; Bárbara Destefani, Influenciadora Digital responsável pelo canal do Youtube "Te atualizei"; Ives Gandra, Jurista; Fernando Cerimedo, CEO e Fundador da NUMEN PUBLICIDAD; Carlos Rocha, Presidente do Instituto Voto Legal; Djalma Pinto, Advogado; Sebastião Coelho, Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios; Ivan Sartori, Advogado e Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo; Cléo Matusiak Mazzotti, Coordenador-Geral de Repressão a Crimes Fazendários da Polícia Federal; e Gustavo Gayer, Deputado Federal eleito pelo Estado de Goiás. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Girão
Presidente Eventual da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/11/30

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. Fala da Presidência.) – Muitíssimo bom dia a todos.

Declaro aberta, sob a proteção de Deus, a 32ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade discutir o pleito, no Brasil, de 2022, em atendimento aos Requerimentos nºs 59, 61 e 63, de 2022, de nossa autoria.

A audiência pública será realizada em caráter interativo, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em www.senado.leg.br, repito, www.senado.leg.br/e-cidadania – tudo junto – ou pelo telefone da Ouvidoria do Senado Federal 0800-0612211, repetindo, 0800 0612211.

Já recebemos aqui, antes mesmo de começar a sessão, desde ontem, várias dezenas de perguntas dos brasileiros que estão muito interessados nesta audiência.

Queria pedir desculpas pelo atraso, foi um volume muito grande de pessoas vindo de todo o Brasil, querendo participar desta sessão. A própria segurança aqui do Senado, a Polícia Legislativa, não esperava e teve que proceder à organização de última hora com uma sala extra, que está aqui próxima, uma sala em que foi disponibilizado um telão, no qual será transmitida para as pessoas que estão aqui ao lado.

O auditório nosso da Comissão de Transparência está lotado, com cadeiras aqui nas laterais.

A gente agradece aos brasileiros por esse interesse. Aliás, eu fico muito feliz porque cada vez mais eu vejo o nosso povo gostando de política, acompanhando a política de forma respeitosa, ordeira e pacífica, cobrando os seus representantes, seja na Câmara dos Deputados, seja aqui no Senado, para que a gente possa dar voz às causas importantes, justas.

Inclusive, nesta sessão, eu tomo a liberdade, com a autorização do meu colega Senador Marcos do Val, do Senador Heinz, aqui presente, do Senador Portinho e do Senador Esperidião Amin, para dedicar esta sessão aos censurados no Brasil, pessoas que... Ninguém nunca esperaria, em pleno século XXI, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente estar tendo uma escalada antidemocrática no Brasil, na qual nós temos muitos brasileiros censurados, e aí vão desde jornalistas, artistas, pastores a Parlamentares. O que nós estamos vendo no Brasil é algo assustador e isso é inconstitucional, isso não está correto. E, infelizmente, está vindo – respeito quem pensa diferente – de onde menos se imaginava essa escalada arbitrária, abusiva, daqueles que deveriam ser os primeiros guardiões da nossa Constituição, da nossa democracia, dos tribunais superiores do Brasil.

Então, eu quero dedicar esta sessão ao Sr. Allan dos Santos; ao Deputado Daniel Silveira; ao empreendedor Luciano Hang; ao Pastor Valadão; ao Deputado Nikolas, o mais votado do Brasil, Deputado Federal eleito; ao Canal Hipócritas, que faz humor aqui no Brasil; à Deputada Carla Zambelli, a Deputada Federal mais votada do Brasil; ao Deputado eleito Gayer, Gustavo Gayer, aqui presente; ao cantor Latino; ao artista Zezé Di Camargo; ao economista Marcos Cintra – que foi convidado, não sei se já chegou ou se vai poder participar mesmo de forma virtual, mas o seu nome foi aprovado também –; ao Deputado Major Vitor Hugo; ao Deputado Coronel Tadeu; ao Brasil Paralelo, grande plataforma que vem fazendo um trabalho – a maioria dos que eu estou lendo aqui ou todos são conservadores, é bom que se deixe claro, é só um lado que é calado hoje no Brasil – ao Monark, youtuber; ao Oswaldo Eustáquio, jornalista; à Marisa Lobo, psicóloga; à Ludmila Lins Grilo, juíza; ao Zé Trovão, Deputado eleito, aqui presente também; ao Adrilles Jorge, jornalista; ao José Medeiros, que acaba de chegar aqui, não por acaso, que é Deputado Federal e Senador eterno desta Casa também, e muitos outros brasileiros, cidadãos comuns, que estão tendo a sua liberdade de expressão cassada aqui no Brasil.

Por quê? Por que pensam diferente do sistema? É isso que esta sessão também vai procurar fazer, dar voz a esses perseguidos.

Eu vou fazer rapidamente aqui um preâmbulo desta sessão e a gente vai começar a ouvir os convidados. São dezenas de convidados – o Senador Guaracy acaba de chegar –, são dezenas de convidados que vão se manifestar daqui a pouco e eu quero combinar dez minutos, com mais uma tolerância de cinco, para que a gente possa ouvir todo mundo.

E, se tivermos um tempo... Porque nós temos hora para começar, mas não temos hora para terminar, esta sessão deve ir à tarde, talvez até à noite.

O Senador Zequinha Marinho também está aqui presente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... vai nos atender, então, em alguma merenda, não é?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Vai ter barrinha de cereal sendo providenciada, não pela Casa, mas pelos voluntários que estão aqui se disponibilizando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu quero, antes de mais nada, congratular-me com os membros desta Comissão, não apenas os Senadores, mas, também, a Mesa, que é muito competente aqui, os funcionários da Casa, sempre muito atenciosos, em especial o Senador Reguffe, que é o Presidente desta Comissão e, aqui ao meu lado, o Senador Marcos do Val, Vice-Presidente, que fez questão de estar presente, por estarmos aqui cumprindo com o nosso dever perante a sociedade diante de um momento tão crítico de nossa história.

Em segundo lugar, quero agradecer a boa vontade de todos os convidados para esta audiência, que foram convidados aqui para esta audiência, pois certamente contribuirão para que levemos um pouco de luz em meio a tantas incertezas de algo que está inquietando a nossa população a cada dia, pela falta de respostas, porque virou um assunto proibido no Brasil se questionar democraticamente o pleito. Então, aqui nós vamos ouvir os dois lados, confrontar, convidamos os dois lados, não sei se todos vão vir, mas eu já recebi a informação de que o Ministro Alexandre de Moraes e o Ministro Lewandowski, confirmados para esta sessão... Inclusive, o Ministro Ricardo Lewandowski esteve aqui na segunda-feira da semana passada e demonstrou-se aberto ao diálogo para deliberar sobre a atualização da Lei do Impeachment, mas não está aberto, não veio participar, assim como o Presidente do TSE, Alexandre de Moraes, nesta sessão para dialogarmos sobre o pleito.

Eu quero colocar que, pela primeira vez, na eleição mais polarizada da nossa história, milhares de brasileiros, passados 30 dias das eleições, completados hoje, ainda estão nas ruas se manifestando de forma pacífica, obstinada, resiliente, corajosa, incansável, não apenas pela suspeita de fraude, mas, principalmente, por causa da censura e da perseguição política ideológica imposta por alguns ministros dos nossos tribunais superiores e típicas, infelizmente, de uma ditadura.

Há de se ressaltar o comportamento – no meu modo de entender, respeito quem pensa diferente – reprovável e absolutamente parcial do TSE, que, muitas vezes, nesse pleito, se comportou como um partido político.

As irregularidades tiveram início em 2021, com a intervenção política do Ministro Barroso, à época Presidente do TSE, ao vir pessoalmente ao Congresso Nacional, aqui ao lado, à Câmara dos Deputados, articular junto aos partidos políticos a derrubada de uma iniciativa importantíssima que seria o voto auditável. Eu acredito que essa confusão que estamos vivendo hoje não estaríamos vivendo se o processo tivesse seguido o fluxo normal. O que aconteceu em 2021 só fez aumentar o nível de incerteza quanto à confiabilidade nas urnas.

É importante a gente ressaltar que, coincidentemente, após a vinda do Ministro Barroso a esta Casa, as lideranças mudaram: os Deputados Federais que eram a favor, que inclusive tinham dado declarações a favor da PEC do voto auditável, foram substituídos por Deputados contrários. Isso, no nosso modo de entender, é uma interferência direta de um Poder sobre o outro, quebrando a harmonia, o que fez alguns colegas aqui entrarem com o pedido de *impeachment*, semana passada – esse é um dos motivos –, do Ministro Luís Roberto Barroso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A partir desse fato, foi perpetrada uma escalada autoritária sem precedentes na nossa história, que culminou com o lamentável voto da Ministra Cármen Lúcia reconhecendo uma decisão inconstitucional que estava sendo tomada pelo tribunal presidido por Alexandre de Moraes. Ficou conhecido aquele voto como "democracia a gente vê depois do dia 30". Só que não existe isso, e continua essa escalada autoritária.

Outra grave denúncia foi a irregularidade na veiculação de milhares de inserções – já se falam em milhões, hoje a gente vai tentar esclarecer isso – subtraídas supostamente de um candidato, que acabou resultando até hoje na mal-explicada demissão de um servidor público federal, Alexandre Machado, que foi convidado para esta sessão e se recusou a vir também, mas para cuja demissão o TSE, no dia 3, deu três motivos. Então, isso deixa dúvidas, porque esse funcionário disse num depoimento à Polícia Federal que a falta de fiscalização, falhas na comunicação estavam acontecendo desde a eleição de 2018.

Então, esta audiência pública é mais um esforço pela busca da verdade e da justiça e para que reine, de verdade, a paz no Brasil. O nosso objetivo é buscar a pacificação esclarecendo, trazendo a verdade, dando voz realmente a quem está sendo excluído das redes sociais.

Eu queria só concluir com a frase de Martin Luther King, um grande pacifista da humanidade, que diz o seguinte: "A injustiça em algum lugar é uma ameaça à justiça em todo lugar".

Então, nós vamos começar hoje aqui a ouvir os nossos convidados. Daqui a pouco, faculto a palavra para os Parlamentares aqui, Senadores e Deputados, mas, para a gente dar uma dinâmica, eu já quero convidar o Sr. Fábio Wajngarten, ex-Chefe da Secom do Governo Federal do Brasil, que fez aquela denúncia do "radiolão". Às vésperas da eleição, sobre essa questão das inserções que supostamente teriam sido subtraídas de um candidato, ele fez uma coletiva com o Ministro das Comunicações e fez essa denúncia. Então, ele trouxe uma apresentação aqui – a Mesa já a recebeu – e vai fazer a sua exposição.

Eu só peço o seguinte a todos os convidados: dez minutos como tempo estipulado para a exposição, com cinco minutos, no máximo, de tolerância para cada. Então...

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Dê-me um aparte, Presidente, nesse assunto, por favor. Prometo ser breve.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Tá! O Senador Guaracy está pedindo um aparte. Eu concedo a palavra a ele.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Pela ordem.) – Bom dia a todos. Peço a bênção de Deus para todos os nossos ouvintes e para todos que nos assistem e parabenizo sempre a sua disposição e o seu ato de patriotismo, do Senador Heinze e de todos que trabalham, como o Portinho, de todos. Aliás, eu seria injusto se discriminasse alguém, mas tenho que mencionar justamente essa luta que tem sido e que não é fácil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou testemunha desse caso apelidado de "radiolão".

Eu saí de Palmas às 7h da manhã, mais ou menos, indo a uma cidade do interior do Tocantins. Aí, Senador Marcos, ligo a emissora 101,9. Enquanto a emissora pegava durante uns 200km pelo menos, escutei de 15 a 20 inserções do candidato da vermelhidão e nenhuma do nosso candidato Bolsonaro. Isto eu fiz por capricho: escutar. Foi uma manhã toda sem nenhuma inserção do candidato e, no mínimo, de 15 a 20 do Lula, e aquelas ainda das mais agressivas. E não foram os outros que falaram, não foi nenhum relatório que passaram para mim; isso eu ouvi, eu sou testemunha disso aí. Na sexta-feira, último dia da propaganda, foi desse jeito. Ligo na emissora, o horário, foi na emissora 101,9, de Palmas – acho que a CBN, qualquer coisa assim –, e foi desse jeito, Senador Marcos do Val. Senador Heinze, foi isso aí. Então, isso é uma plena verdade. A eleição foi injusta e foi discriminada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado pelo seu testemunho aqui corajoso, Senador Guaracy Silveira, do Tocantins.

Antes de passar a palavra para o Sr. Fábio Wajngarten, eu quero registrar a presença do Senador Styvenson Valentim, que fez questão de estar presente aqui também. Muito obrigado.

Deputado Osmar Terra; Deputado Marcel Van Hattem; Deputado Paulo Martins; Deputado Luiz Lima; Deputado General Girão – não sei se eu estou esquecendo algum –, Deputado Coronel Meira, perdão; Deputada eleita Daniela Reinehr e Vice-Governadora de Santa Catarina – muito obrigado pela sua presença –; Deputado Cabo Gilberto Silva, da Paraíba; Deputado Otoni de Paula; Deputado Sargento Gonçalves, do Rio Grande do Norte; Deputado eleito Gustavo Gayer, já falei.

Eu acredito que a esta primeira fase estão chegando muitos outros. Já recebi aqui mensagens de Deputados, de Deputadas e de Senadores também para participarem desta sessão.

Já passo a palavra, pedindo perdão pela demora, para o Sr. Fábio Wajngarten.

Muito obrigado.

O SR. FÁBIO WAJNGARTEN (Para expor.) – Bom dia.

Bom dia, Senador Girão, na pessoa de quem cumprimento todos os outros Senadores: Senador Marcos do Val e meu caro amigo Senador Heinze.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Fábio, o Senador Heinze deu uma ótima ideia agora. Se o senhor puder vir aqui para a frente, a gente vai deixar essa primeira cadeira para quem vai fazer as exposições. São mais de 20 convidados que vão fazer exposição. Eu peço-lhe, gentilmente, que, se o senhor puder, venha aqui para frente, porque ficará melhor até para a câmara focalizá-lo e o senhor assistir aqui à sua exposição, ir passando a sua exposição.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Fábio Wajngarten, vou recompor o seu tempo, vou pedir para voltar.

O SR. FÁBIO WAJNGARTEN – Muito obrigado, Senador.

É uma honra fazer parte desta sessão histórica.

Cumprimento os Deputados presentes, Deputados eleitos, Deputados com mandato, meu amigo Otoni de Paula, membros da imprensa, profissionais das forças de segurança, Polícia Federal aqui presente e todos os demais presentes.

Hoje é um dia histórico, Senador. Hoje é um dia que certamente marcará a história do Brasil. Não há nada tão protagonista no tão falado Estado democrático de direito do que uma eleição transparente, e é isso que se busca nesta sala, neste dia de hoje; não há dúvidas quanto a isso nessa iniciativa do senhor, Senador, que tanto me aconselhou nos meus meses de Brasília.

Eu peço à Mesa que coloque – são apenas três – os eslaides para compartilhar o que é o processo de comunicação no horário eleitoral gratuito, por favor.

Antes disso. Antes disso. Antes disso, por favor.

Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Fique tranquilo, porque o seu tempo será computado. Estamos apenas aqui ajustando a sequência do que será apresentado. Quando estiver no ponto... É essa?

O SR. FÁBIO WAJNGARTEN – Antes. O primeiro. Mais para cima. Esse é o final. Isso. Isso. Talvez o primeiro. Um antes desse. Aí o senhor está descendo, está indo para o final. Esse é o primeiro que consta para o senhor? Beleza! Está ótimo!

Isso é um rápido fluxograma de como funciona o envio das inserções de rádio e TV no processo eleitoral. Aqui, num eslaide próximo, eu fiz uma linha do tempo de como se convencionou o referido processo.

Em 22/08, o TSE chamou as duas campanhas – e essa reunião a gente tem gravada –, e ficou estabelecido que as duas campanhas deveriam mandar diariamente, exceto no fim de semana, dois arquivos, até às 14h, um arquivo de plano de mídia. O que é um arquivo de plano de mídia? Esse arquivo diz: "A campanha do Presidente Bolsonaro ou a campanha do oponente veiculará um filme de água no Nordeste; o outro candidato veiculará um filme de segurança pública", e assim sucessivamente. Referido o arquivo, tinha de ser enviado à nuvem, que eles chamam de *pool*. Para mim essa nomenclatura está errada, porque *pool* não é isso; é um espaço num HD, para ser bem claro ao que eu me refiro, e o TSE chama de *pool*. E, às respectivas campanhas, nesta reunião do dia 22, ficou convencionado que deveriam enviar dois arquivos: o mapa de mídia e o filme, o material propriamente dito, que seria veiculado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diariamente. Para os filmes, com *deadline*, o limite é até às 16h e o mapa de mídia é até às 14h. A campanha do Presidente Bolsonaro cumpriu à risca essa determinação fruto desta reunião do dia 22. Tudo isso o que eu estou falando coloco à disposição do senhor imediatamente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FÁBIO WAJNGARTEN – De agosto, antes do processo eleitoral.

Por conta disso, dessa regra – que, no meu ponto de vista, é correta –, não haveria interlocução entre uma campanha, a parte interessada e uma rádio, que recebe por veicular propaganda eleitoral, ou melhor, ela compensa tributos. De todo modo, não deixa de ser uma remuneração às rádios e aos veículos de comunicação.

Faço uma pausa aqui, na atribuição das campanhas, e vou à atribuição dos veículos de comunicação. É atribuição do veículo de comunicação ir à essa nuvem, ir à esse espaço e baixar tanto o plano de mídia quanto os materiais que seriam veiculados. Esta é a atribuição das rádios e emissoras de TV. Conforme as inserções tinham que ser veiculadas às respectivas campanhas, contratariam, ou contrataram, auditorias de mídia. E, aqui, eu faço um outro parêntese. É exatamente essa a minha área de atuação: auditoria de mídia. Eu trabalho há 25 anos com auditoria de mídia de TV. A gente criou padrões de auditoria para a TV aberta.

A campanha do Presidente Bolsonaro começa a receber inúmeras ligações de que as nossas campanhas, como bem disse o Senador, não estavam sendo veiculadas e transmitidas. Faço uma pergunta ao Sr. Senador. Tivemos, na sexta-feira, o *black friday*. Se eu sou um varejista, e tenho estoque de TV para ser vendido na *black friday*, e o filme que é veiculado é sobre lavadora, o senhor vai ter prejuízo ou o senhor vai ter lucro, se o senhor está estocado em televisão e o filme que vai para o ar é sobre lavadora?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FÁBIO WAJNGARTEN – Exato.

Faço um segundo desafio ao senhor, com todo o respeito, Senador. O senhor começa a assistir ao jogo da Copa do Mundo, e a transmissão é encerrada no meio tempo. O senhor vai ficar contente? O senhor vai ficar satisfeito?

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – Eu quebro a televisão.

O SR. FÁBIO WAJNGARTEN – Exatamente. Exatamente!

Faço o terceiro desafio para o senhor ou para as mulheres aqui presentes, sem nenhum prejuízo para quem gosta de novela. O senhor está no último capítulo da novela e, no primeiro intervalo, é suspensa a transmissão do último capítulo. Como é que todo mundo ia ficar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – Bem, se fosse da Rede Globo, eu não estava assistindo.

O SR. FÁBIO WAJNGARTEN – É, infelizmente, no processo eleitoral, a gente precisa de todas, Senador. A gente precisa de todas! E foi isso que fizeram com a nossa campanha, Senador. Foi isso que fizeram!

Volto aqui ao nosso fluxograma.

Na medida em que as respectivas campanhas enviavam os dois arquivos, mapa de mídia e material a ser veiculado, as campanhas recebiam um recibo de entrega. A campanha do Presidente Bolsonaro está de posse de todos os recibos, todos os dias. Eu questionei severamente a área de operações de mídia da campanha para saber se houve alguma falha do nosso lado de operações de envio de material, mas não ocorreu, porque a nossa equipe foi totalmente profissional e cumpriu essa determinação do dia 22 para que não houvesse comunicação entre a campanha e as rádios.

Até aqui, de novo, uso outro exemplo: em caso de direito de resposta, quem tem que informar o direito de resposta é quem organiza a eleição, é o TSE. Não é a parte interessada que vai à rádio e vai dizer: "Nós ganhamos um direito de resposta", até porque soubemos que um direito de resposta já caducado estava sendo enviado pelo nosso oponente a diversas rádios, na má-fé, direito esse que havia sido cassado pelo mesmo julgador instantes antes.

Próximo eslaide, por favor. (*Pausa.*)

Volta, por favor.

Bom, de todo modo, eu tenho inúmeros exemplos, consolidados por região, totais. De novo, coloco à disposição do senhor, Senador.

Não é esse. Esse é apenas de Minas Gerais, em uma determinada semana.

A gente tem um total. A campanha do Presidente Bolsonaro não teve exibidas 1,253 milhão inserções. Eu vou repetir: de onde a gente chegou a esse número? Se são 4.980 rádios a 25 inserções por dia, o total que deveria ter sido veiculado é óbvio. E contratamos duas empresas, notoriamente conhecidas no mercado, de auditoria de rádio, empresas essas que monetizam, inclusive, os cantores, autores. É a moeda de remuneração do Ecad.

Faço aqui um cálculo rápido, Senador, ao custo médio de R$30 cada inserção: 1,253 milhão inserções a um custo bastante realista nacionalmente... É óbvio que, no Sudeste, no Sul, uma inserção vai custar mais; no Nordeste, ela pode custar um pouco menos, por conta da sua audiência. Se eu pegar R$1,253 milhão e multiplicar por R$30, a campanha Presidente Bolsonaro teve um prejuízo de aproximadamente R$36, R$38 milhões não veiculados. Isso corresponde à metade do fundo eleitoral,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, dado esse novo que eu trago para o senhor hoje, com exclusividade; 1.253.000 inserções ao custo médio de R$30 nacionalmente, correspondem a R$38 milhões em mídia não entregue, metade do fundo eleitoral.

"Ah, mas a campanha do Presidente Bolsonaro contratou duas empresas de auditoria que se basearam na veiculação por *streaming*". Explico aqui novamente. É um tema técnico, que eu entendo que nem o TSE entendeu quando eu e o Ministro Fábio Faria fizemos aquela coletiva. As rádios têm duas maneiras de emularem, de transmitirem os seus sinais: pelo ar, o radinho de pilha, o radinho do carro, o radinho que você escuta no banheiro, tomando banho, o velho e bom rádio que todo mundo escuta e onde a transmissão é pelo ar; ou pelo aplicativo da rádio e/ou pelo aplicativo da rádio, onde as rádios mais capitalizadas, mais modernas criam os seus aplicativos e as suas plataformas para distribuírem o seu sinal. Dado técnico, Senador: 95% das rádios transmitem o mesmo sinal, quer seja pelo ar, quer seja pelo *streaming.* Repito aqui: 95% das rádios transmitem o mesmo conteúdo pelo ar ou pelo *streaming*. Todas as auditorias de mídia em que anunciantes privados contratam se baseiam no *streaming*, todas, todas. Agências de publicidade, veículos e anunciantes só pagam os seus respectivos fornecedores mediante a comprovação de exibição, exatamente conforme a campanha do Presidente Bolsonaro fez.

Não é verdade que a metodologia adotada pela campanha do Presidente é uma metodologia que não condiz com o que realmente aconteceu. A própria emissora que o senhor mencionou, Senador, conhece isso muito bem, porque isso é pilar no mercado publicitário. Auditoria de mídia benfeita é sinônimo de credibilidade do veículo. Só veículo pilantra não veicula o que seu anunciante comprou, exceto, óbvio, se a gente tiver um *blackout*, se cair a luz, e tal, e certamente o veículo compensará o anunciante pela não veiculação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FÁBIO WAJNGARTEN – Degravação junto aos veículos? Pela Lei da Radiodifusão, esse arquivo se chama censura. Não tem nada a ver com a censura aqui. Por 30 dias, os veículos são obrigados a manter toda a sua programação exatamente para esses fins de comprovação ou não de determinada veiculação. Mas não se preocupem, a campanha do Presidente Bolsonaro fez cópia de tudo e estão armazenadas, dentro do Brasil e fora do Brasil, todas as nossas veiculações nas mais de 4.980 rádios. Em nosso contrato com os nossos fornecedores, a gente colocou que referidos arquivos ficariam armazenados por mais de 36 meses.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – Caso contrário, estaria expirado.

O SR. FÁBIO WAJNGARTEN – O senhor está correto, o senhor tem razão no que está dizendo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – O senhor gostaria de usar o restinho do tempo para mostrar algum...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FÁBIO WAJNGARTEN – Fico à vontade para responder qualquer pergunta, estou à disposição.

Aqui eu trouxe a linha do tempo das reuniões, são três eslaides...

Pois não, Senador... (*Pausa.*)

São três eslaides do fluxograma do envio de mídia.

Portanto, a linha do tempo de todas as reuniões com o TSE, bem como o áudio delas, todas as trocas de zap com funcionários do TSE, com o nosso atendimento de mídia, com todas as reclamações de inúmeros veículos que não receberam os materiais, toda a comprovação do que eu falei encontra-se à disposição da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – O.k.

Então, nós vamos fazer a seguinte dinâmica, os Senadores podem se manifestar aqui.

O Senador Portinho está querendo fazer um questionamento.

Eu só queria deixar claro para me avisar para a gente poder se organizar.

Então, não usou o tempo todo, teria mais quatro minutos o Dr. Fábio Wajngarten.

Foi convidado também, quero deixar claro, o Ministro das Comunicações Fábio Faria, não sei se ele deu algum retorno aqui para a Mesa... Disse que não vai poder, mas respondeu ao pedido, respondeu o convite dizendo que não iria poder participar e o Sr. Fábio Wajngarten veio de São Paulo para participar, fez questão de participar desta sessão.

Então, Senador Portinho, o senhor está com a palavra.

Muito obrigado pela sua presença.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Muito obrigado pela presença de todos que acompanham com o mesmo interesse esta audiência pública, a sua iniciativa, Senador Girão, em convocá-la, porque o Brasil foi surpreendido e a sociedade ficou estarrecida, porque uma denúncia, um fato que nunca houve em qualquer eleição, de que foram subtraídas – vou usar esse termo – inserções que, dentro do devido processo eleitoral, são obrigações dos partidos, dos veículos de comunicação e, até onde eu compreendia, inclusive como advogado eleitoral que sou, também obrigação do Tribunal Superior Eleitoral, porque ele é o fiscal das eleições. Aliás, gosta sempre, inclusive, com todo o mérito, de dizer que ele é o fiscal das eleições.

Então, eu encaminho as minhas duas perguntas a partir dessa introdução, Dr. Fábio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira, eu escutei, depois de surpreso, e fiquei pensando, como advogado eleitoral, como é que isso iria ser devolvido, esse tempo, ou em valor, até mesmo na impossibilidade, porque estavam já na última semana, se eu não me engano, do processo eleitoral, e eu ouvi o TSE dizer não, é quase – desculpem aqui – um: "Perdeu, mané". Dizendo assim: "Isso aí é problema de vocês. Vocês que têm que fiscalizar."

Eu já escutei o TSE, no caso das pesquisas – e dia 12 teremos aqui uma audiência pública como essa, aproveito para convidar a todos, sobre pesquisas eleitorais –, dizer que ele é um mero carimbador de pedidos de pesquisa eleitoral, que ele não fiscaliza. E é sobre isso que na próxima audiência a gente vai poder se debruçar.

E eu gostaria de saber, Dr. Fábio, não é o dever de fiscalização do TSE... É lógico que os partidos contratam as suas auditorias, mas, a partir do momento em que é acusado a subtração de inserções, não seria dever do TSE, sob pena inclusive de prevaricação, apurar a denúncia com o auxílio do Ministério Público, que é o fiscal da lei e que tem sido alijado, sabemos, nos casos de censura a sua participação.

Mas não seria dever do TSE, a partir da denúncia comprovada, dar a resposta e a solução para retribuir o tempo que foi subtraído da propaganda do candidato? Primeira pergunta.

E a segunda pergunta porque, como todos fomos surpreendidos e os dados são muito robustos, já eram... Eu confesso que eu me surpreendi com a entrevista coletiva dada pelo Ministro Fábio Faria, que desmontou exatamente a mobilização que havia.

Se o senhor puder responder, naturalmente, eu gostaria de saber. Vou fazer uma pergunta objetiva, eu não sou de meia palavra. O Ministro Fábio Faria foi ameaçado pelo TSE e, por conta disso, teve que dar aquela entrevista coletiva, recuar?

O SR. FÁBIO WAJNGARTEN (Para expor.) – Senador, agradeço as perguntas. Eu também não sou de meias palavras, o senhor me conhece também.

Vamos falar da sua primeira pergunta: atribuições, direitos e deveres. Primeira etapa desse ecossistema de mídia são os envios dos arquivos. É atribuição, é dever das campanhas enviar ao tal do *pool*, termo esse errado, os respectivos mapas de mídia e materiais de veiculação até as 14 horas e as 16 horas, respectivamente.

Dois: no meu ponto de vista, onde houve a falha do órgão mediador? Seria dever do TSE verificar se as rádios baixaram ou não os respectivos materiais. Até porque versa em cima de Erário, as rádios compensam tributos pela veiculação no período eleitoral.

Três: é dever das campanhas auditar as veiculações, como bem disse o Ministro Alexandre de Moraes. Não é atribuição do TSE auditar campanhas. Não é. Em nenhum momento eu disse que era.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porém, é dever e simples, no meu ponto de vista, com toda a tecnologia e toda a estrutura que o TSE diz possuir, com tanta segurança que o TSE diz desenvolver, ele deveria simplesmente ao lado de cada veículo colocar verde ou vermelho. A rádio 15 não sei das quantas, da cidade não sei de qual estado, baixou no dia 10 ou não baixou o material obrigatório. Simples. Um *check lis*t.

E aqui já me ofereço, Senador, para a gente aperfeiçoar isso para as próximas eleições. Não dá para não sabermos quantas rádios tem no tal do *pool* e se respectivas referidas rádios baixaram ou não os materiais. Isso em *real time* daria para saber quais rádios ainda não baixaram. Afinal de contas, Senador, repito, elas estão sendo remuneradas para essa veiculação. É o mesmo que se tratasse de um anunciante privado. Não é discricionário, é obrigatória a veiculação.

Outro ponto, Senador, que me fugiu no momento da minha explicação – e que nós vamos abordar mais para frente –, como bem disse o Senador, as faixas de veiculação eram divididas em manhã, tarde e noite.

Eu posso botar uma inserção de uma candidatura no horário nobre, às 20h30, no horário da novela, ou eu posso botar no fim da programação de madrugada. Eu não vou entrar nem nesse mérito agora, mas a gente tem todos esses dados, Senador...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FÁBIO WAJNGARTEN – É o que mais aconteceu, mas eu estou indo mais além, Senador. Também tem isso, também tivemos isso e eu tenho tudo mapeado.

E eu posso botar dentro da faixa horária no melhor intervalo ou no pior. São públicos alvos diferentes.

"Ah, mas na rádio que vocês usaram como exemplo na ação do TSE vocês não apontaram sete inserções da rádio Z".

Não era o material que deveria ser veiculado, Senador, não era, era um material de primeiro turno. Não era! Por isso a gente não computou.

Repito, o meu exemplo aqui, Senador, em época de Big Friday, de Black Friday, se eu estou estocado em televisão e o meu anúncio é de ferro elétrico, eu colapso no meu resultado.

Então, a gente tem alguns buracos negros de não veiculação, de veiculação em faixas horárias não equivalentes e material veiculado errado, Senador. A campanha tem tudo isso dia a dia, hora a hora, minuto a minuto, e muito bem arquivado para tranquilizar os senhores.

Respondi à pergunta, Senador? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação ao Ministro Fábio Faria, naquela segunda-feira da coletiva de imprensa, eu nem viria para Brasília, eu ficaria em São Paulo para preparar o conteúdo do debate final da grande emissora.

E fui surpreendido numa ligação semanal com dos dois marqueteiros da campanha em que esse tema chegou como secundário.

Eu berrei com os dois marqueteiros 25 minutos que era um tema prioritário e tomei o primeiro avião e vim para Brasília.

Coincidência ou não, eu vim no mesmo avião que o Alexandre de Moraes, nessa vinda...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FÁBIO WAJNGARTEN – Não, eu estava junto. Não, é... Não, é... Isso cheguei em Brasília, fui direto para a campanha e lá me deparei com uma discussão com pouca gente que conhecia do tema e fizemos... A coletiva estava posta, estava decidida e estava determinada, e transcorreu da melhor maneira que a gente podia fazer naquela ocasião.

O Ministro entendeu a gravidade e chamou a coletiva. E, num segundo momento, eu não participei mais do tema, fiquei preocupado em comparar os bancos de dados da primeira empresa que estava auditando com a segunda para que a gente tivesse certeza no cumprimento do despacho do Ministro Alexandre de Moraes, quando ele pediu para aditar a inicial.

Com relação à manifestação do Ministro Fábio Faria, três horas antes do debate final eu já estava no Rio de Janeiro, preparando o Presidente... Parece que foi a *Folha de S.Paulo,* com a Mônica Bergamo, que deu em primeira mão a manifestação dele.

Eu acho que vale a pena endereçar a ele. Entendo até que ele possa não ter compreendido tecnicamente a gravidade do fato. Apenas isso.

Quanto a eventuais outros fatos, eu desconheço.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só para concluir, Senador Girão, se for possível a esta Comissão – é o nosso dever – oficiar o TSE com as informações que temos para saber quais empresas de rádio não baixaram, apenas essa informação. Se alguma... E datas em que não foram baixados os arquivos, principalmente em cima daquelas em que – em cima exclusivamente, digo, daquelas em que – foi acusado pela amostragem que não houve.

A Comissão pode fazer isso, Senador Girão?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Aqui é uma audiência pública. O que a gente pode fazer é na próxima sessão, terça-feira. Essa sua ideia é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito boa, eu apoio. Se o senhor colocar, como membro da Comissão, um requerimento para isso, a gente vota aqui; a gente pede ao Presidente Reguffe para colocar em pauta, para que possa ser feito.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vou preparar.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senador Girão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senador Girão, Senador Portinho, só um minutinho...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Espere aí. O Senador Heinze pede a palavra, mas o Senador... O Fábio Wajngarten queria só complementar.

O senhor tem...

O SR. FÁBIO WAJNGARTEN – Não é amostragem, Senador, é dado bruto. Nós temos o arquivo de todas as inserções que deveriam ser veiculadas. Não há que se falar em amostragem. São quatro mil novecentas e tantas rádios homologadas... Não é estatística, é um número que deveria ser cumprido e não foi.

E só para concluir, Senador, as rádios que não têm transmissão – repito: as rádios que não têm transmissão – pelo ar não têm a obrigatoriedade de veicular. A gente só considerou rádios – repito: a gente só considerou rádios, na nossa auditoria – que veicularam pelo menos uma inserção de qualquer lado. Repito: no nosso conjunto de rádios auditadas, se alguma rádio veiculou uma sequer, ela entra no nosso conjunto a ser auditado.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado. Faremos o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Eu queria, por favor, para a gente dar uma dinâmica aqui, nós temos mais 22 convidados que têm...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Só um minutinho, por favor, Senador, eu lhe passo a palavra, só um minutinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos... Eu quero agradecer o Sr. Fábio Wajngarten pela sua presença aqui. O senhor continue conosco. A gente vai ter... O público está se manifestando também aqui. A gente vai ter oportunidade, nas suas considerações finais, de responder a alguns questionamentos.

Eu queria registrar a presença da Deputada – e aí eu vou pedir o apoio dos universitários aqui, que me ajudem... Deputada, o seu sobrenome eu não consegui ainda, mas é uma brilhante Deputada, extremamente participativa, foi Presidente da Comissão de Agricultura – não é isso? – do Brasil...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Aline Sleutjes. Quem acabou de me ajudar aqui foi a Deputada Carla Zambelli, e eu também queria registrar a presença dela.

Há algum outro Deputado que chegou e eu não falei o nome? Perdão... (*Pausa.*)

O SR. NEUCIMAR FRAGA (Bloco/PP - ES) – Deputado Neucimar Fraga, Progressista, Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Deputado Neucimar Fraga, do Progressistas.

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (PL - PA) – Joaquim Passarinho, do PL, do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Deputado Joaquim Passarinho, do Pará.

Muito obrigado.

Do Deputado eleito Zé Trovão eu acho que já falei.

O.k. Então, vamos dar a sequência...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Senador Guaracy, o Senador Heinze pediu primeiro. Eu lhe peço, por gentileza, para passar a palavra para ele.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Pode chamar o Marcel já.

Senador Girão, apenas uma forma de encaminhamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Portinho, V. Exa., que é doutor em Direito Eleitoral, eu não, a minha forma de encaminhamento não seria para uma questão de uma nova sessão de debates. O que eu vou propor no encaminhamento, com a assinatura dos Senadores presentes ou dos que quiserem assinar e dos Deputados que estão ou não, é entrarmos com esse processo de investigação na Polícia Federal para que eles façam a investigação do fato aqui. Nós temos muitos assuntos no decorrer do dia. Este é o primeiro assunto, Senador Girão: que os Senadores, a Comissão, enfim, nós possamos fazer esse encaminhamento e cobrar uma posição. Porque eu estive... Portinho, você que é da área, nos ajude a escrever como nós podemos fazer com que haja uma investigação. As empresas que fizeram o processo estão lá e nós temos que... O Alexandre de Moraes engavetou esse processo, que não tinha nada, e, de prêmio, Girão, o Sr. Alexandre Machado foi exonerado porque fez essa denúncia. E o rapaz não quis vir hoje... Não pôde vir, por alguma razão, talvez até por ameaça ele não veio aqui.

Então, esse é o primeiro fato, sob a forma de encaminhamento, Girão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Perfeito, perfeito.

Inclusive, eu pedi à Polícia Federal – acho que a Deputada Carla Zambelli também fez isso –, eu pedi aqui pelo Senado a proteção à vida dele e à família à Polícia Federal.

Olha, a gente precisa dar uma dinâmica, senão não terminamos hoje, vamos virar. Nós temos 140 mil brasileiros assistindo *online* – já passou para 150 – pelo YouTube da TV Senado. Olhem que coisa interessante: nem na CPI, de que eu participei como titular e de vez em quando checava, eu vi esse número. Eu não vi esse número aqui de brasileiros participando. Inclusive, o Fábio Wajngarten esteve aqui na CPI. Ele foi um dos ouvidos pela CPI do ano passado, que, para mim, foi um palanque claro – e ficou evidente isso –, uma antecipação do calendário eleitoral deste ano foi jogado no ano passado. Você veja que a própria cúpula da CPI estava toda abraçada com o candidato nessa última eleição, que é um ex-Presidente da República que foi três vezes condenado, que foi condenado por corrupção e lavagem de dinheiro; citado em dezenas, centenas de delações premiadas de corruptos. E hoje ele está sendo bem tratado por todos nós nesta Comissão porque aqui a gente respeita.

Eu só queria fazer uma colocação antes de passar a palavra para o Marcel Van Hattem, que já está aqui posicionado para fazer a sua exposição, agradecendo a possibilidade...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – ... a possibilidade do Marcel Van Hattem estar aqui. Nós fizemos cinco, esta é a quinta, nós já fizemos quatro audiências públicas, Deputado General Girão, aqui nesta Comissão – o senhor esteve em algumas delas –, uma, sobre o ativismo judicial. Chamamos Ministros do Supremo aqui. Não vieram. Fizemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma sobre o inquérito das *fake news*, esse famigerado inquérito das *fake news*. Também chamamos Ministros do Supremo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Não deram satisfação, não vieram. Fizemos uma sobre segurança e transparência nas urnas, nas eleições. Chamamos aqui Ministros do Supremo Tribunal Federal. Não vieram, não deram satisfação.

Agora, para ir a Nova York, a Oxford, a Lisboa, atendem esse chamado. E a gente fica preocupado com isso, porque nós estamos aqui fazendo o nosso trabalho, representando os brasileiros que nos trouxeram para cá. E o respeito é a regra da boa convivência. A gente vai tratar bem – claro, óbvio –, mas a gente precisa desse esclarecimento. Esse diálogo, para a democracia, é muito importante, para que os Poderes sejam, Deputado Paulo Martins, verdadeiramente harmônicos e independentes.

E não vou cansar de fazer. Não é porque hoje também nós fazemos que não vamos fazer outras. A busca tem que ser incessante. A gente tem que buscar, dentro da Constituição – é isto que a gente está fazendo aqui: dentro da Constituição –, respostas e atitudes para eventuais abusos que estão acontecendo.

Eu queria só falar também que esta sessão não está sendo transmitida pela TV Senado porque há outras sessões que têm precedência, prioridade, outras sessões com votações, inclusive, acontecendo simultaneamente na Casa.

Senador Guaracy, o senhor está com a palavra.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Pela ordem.) – Meu Presidente, Senador Girão, um dos mais competentes e combativos Senadores deste Brasil, sabe que peço em minhas orações por V. Exa.

Nós temos um momento muito especial e eu gostaria, Senador, de expressar uma homenagem a uma pessoa que foi uma das mais importantes desta República. Temos aqui um sobrinho do Senador, do Ministro, do Governador, do homem que foi tudo nesta República, o Senador Jarbas Gonçalves Passarinho. Temos aqui o sobrinho dele, o Joaquim Passarinho.

Jarbas Passarinho, uma reserva moral, foi Presidente deste Congresso e um dos homens mais notáveis de toda a República. Eu quero mencionar que a história, a última história contada não faz justiça ao grande homem que foi Jarbas Gonçalves Passarinho. Eu espero que um dia a história comece a falar a verdade, porque, meu Senador Girão, até 1984, chamava-se Revolução de 64, daí houve uma virada e começaram a falar Golpe de 64, e 64 não foi golpe, foi contragolpe.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Senador Guaracy.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu já passo a palavra, imediatamente, por dez minutos, com a tolerância de cinco, para o Deputado Marcel Van Hattem, que recentemente protocolou na Câmara dos Deputados pedido de uma CPI por abuso de autoridade e conseguiu o apoio de mais de 180 colegas. Eu quero parabenizá-lo pela iniciativa.

Eu fui lembrado de que essa CPI que nós tivemos no ano passado aqui, a CPI da pandemia da covid, foi o Supremo Tribunal Federal que mandou abrir – detalhe importante que está marcado na história.

Deputado Marcel Van Hattem, muito obrigado pela sua presença. O senhor tem dez minutos, com mais cinco de tolerância.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para expor.) – Muito obrigado, Presidente, Senador Girão, aliás, Senador Eduardo Girão – vejo aqui também o meu colega Parlamentar Deputado General Girão –, para evitar a confusão entre os dois, que são amigos meus e grandes batalhadores, como todos os demais Deputados e Senadores que eu vejo nesta manhã aqui.

Eu quero abrir dizendo, Senador Girão, que, assim como V. Exa., também sou independente, mantive a independência ao longo de todo esse mandato, tive este compromisso assumido junto aos meus eleitores durante o período do segundo turno, quando apoiei Jair Bolsonaro contra o PT, como já havia feito em 2018, comprometendo-me a manter a independência no meu trabalho parlamentar. Eu quero abrir dizendo isso porque esta audiência aqui não se trata de uma audiência ideológica de A contra B. Se tivéssemos abusos de autoridade sendo cometidos contra aqueles que estão do outro lado do corredor, na esquerda, pode até ser que alguns dos que estão aqui não estivessem conosco, é da vida, mas eu tenho convicção de que a maioria estaria defendendo as mesmas posições em razão de entenderem que está acima da postura ideológica de cada um a defesa do Estado de direito, da democracia e das nossas liberdades.

Não é possível que assistamos impassíveis ao que está acontecendo neste momento no nosso país, com uma Corte se sobrepondo aos demais Poderes, e, no caso do Poder Legislativo, com a omissão e conivência dos Parlamentares, tanto Deputados e Senadores, com exceções. É importante que nós assumamos o nosso papel, porque se hoje nós vemos pessoas diante de quartéis pedindo socorro, Sr. Presidente, é porque elas perderam a esperança e a fé na política, na Câmara, no Senado da República. Temos de admitir que estamos mal – e muito mal – na fita, para usar uma expressão que talvez seja um pouco antiga nesse tempo digital. Nós aqui, como Parlamentares, falhamos – falhamos –, e não quero aqui isentar ninguém de culpa, ainda que muitos de nós tenhamos lutado bravamente ao longo desses quatro anos.

A Câmara dos Deputados falhou quando deixou prender um Parlamentar, por mais abjetas e absurdas que fossem suas manifestações, por crime de opinião. A Câmara errou quando, solto Luiz Inácio Lula da Silva, não aprovou a volta da prisão após condenação em segunda instância e remeteu ao Senado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o projeto – aliás, o próprio Senado tem iniciativa semelhante e errou também – para que o ladrão voltasse à cadeia e não pudesse vir a ser candidato depois da anulação dos seus processos. A Câmara errou, Deputado Otoni, quando permitiu que o Poder Judiciário adentrasse, inclusive, os seus recintos para exercer pressão política sobre Parlamentares e Líderes partidários em um tema que – não importa se você é favor ou contra o voto impresso – não é de competência do Poder Judiciário ficar dando a sua opinião, aliás, não só nesse tema, como em muitos outros.

O Poder Judiciário, na sua mais alta cúpula... E é importante diferenciar, porque há uma indignação enorme na primeira e segunda instâncias contra o que vem acontecendo na alta cúpula do Poder Judiciário.

Mas, diferentemente da alta cúpula, as instâncias inferiores estão se contendo e respeitando a Lei Orgânica da Magistratura, ao passo em que os ministros do Supremo e do Tribunal Superior Eleitoral sentem-se à vontade, inclusive, para irem a Nova York fazer palanque político e recusarem o convite da mais alta Casa da democracia representativa, que é o Senado da República, para responderem a questionamentos e se manifestarem.

Pior do que isso, além de se manifestarem fora dos autos sobre processos em curso e fazerem manifestações políticas, o que não faz parte do *métier* de um ministro da Suprema Corte ou de qualquer magistrado, ainda calam aqueles que têm por dever de ofício a condição de livremente se expressar numa tribuna da Câmara dos Deputados ou, por extensão, nas redes sociais, onde quer que seja.

Termos Parlamentares censurados, com restrições às suas liberdades por crime de opinião é inadmissível numa democracia. E é por isso que já não podemos dizer que vivemos, Senador Marcos do Val, numa democracia plena no nosso Brasil. A rutura já aconteceu.

Onde já se viu um Parlamentar ter medo de se manifestar? E como eu tenho dito – e como eu tenho dito – esta restrição de liberdades não é ideológica. Se hoje atinge a direita, amanhã – porque não? – vai atingir a esquerda.

E é por isso que tivemos um enorme sucesso na coleta das assinaturas para uma CPI do Abuso de Autoridade do STF e do TSE, com 181 Parlamentares signatários e já com 193 Deputados Federais declarando publicamente o seu apoio, e a lista ainda está aberta para quem quiser declarar o seu apoio, em que pese o requerimento já estar protocolado.

No entanto, para talvez surpresa de muitos, a Câmara dos Deputados, como tantos outros papéis, não vem cumprindo o seu papel de investigar. E hoje essa falta de cumprimento do seu papel de investigar está sendo utilizada como desculpa para protelar a abertura dos trabalhos da CPI do Abuso de Autoridade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos uma CPI protocolada em 2019 ainda não despachada. Uma, não: uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete CPIs protocoladas em 2019 e ainda não despachadas. E, em 2020, mais uma e, neste ano, a nona; a nossa CPI é a décima.

E agora se está criando essa desculpa de que só podem funcionar cinco CPIs ao mesmo tempo na Câmara dos Deputados para evitar a instalação dessa, o que é uma desculpa também esfarrapada, porque é possível não apenas que as cinco funcionem concomitantemente e sejam instaladas e despachadas – se houver fato determinado, é claro, porque nem essa análise ainda foi feita – de imediato, e as demais por resolução aprovada por maioria dos membros da Câmara dos Deputados também podem vir a ser instaladas porque não há um limite aprovado pelo Plenário, ou seja, não existe desculpa para não começar imediatamente os trabalhos da CPI na Câmara dos Deputados.

E a CPI é o melhor instrumento para isso porque, por meio da CPI, por meio da investigação dos atos de abuso de autoridade, conforme tipificados pela lei aprovada pelo Congresso desta República, ficará muito claro como houve, ao longo deste período, excessos que desequilibraram a disputa eleitoral. Isso está muito claro!

E repito – e repito –, eu não tenho compromisso com o erro e também não tenho compromisso com nenhum tipo de tese que está sendo ventilada. Eu tenho compromisso com fatos e com dados, eu quero vê-los para que, com provas irrefutáveis, eu possa dizer: tomei conclusão A ou tomei conclusão B.

Agora, dizer que não se pode contestar processo eleitoral?! Eu me sinto em Cuba, eu me sinto na Rússia, na Coreia do Norte. Lá não se pode contestar pleito eleitoral, processo eleitoral.

Se eu concordo ou não discordo, ou discordo, perdão, com as contestações feitas é outro assunto. Mas a corte precisa dar resposta aos questionamentos feitos, e não, pelo contrário, acusar de litigância de má fé ou perseguir aqueles que têm questionamentos, ainda mais se forem legítimos.

Não é possível aquilo que está previsto na lei como alternativa para os contendores de uma disputa eleitoral como meios de contestação não ser apreciado, até porque, ainda que não resulte em algo mais grave, uma anulação de eleição, que é algo muito trágico para uma democracia e algo que devemos evitar sempre e ao máximo, ainda que aconteçam ações envolvidas, como recentemente – e recentemente mesmo. Há menos de um mês a Prefeitura de Berlim, na Alemanha, cancelou uma disputa eleitoral municipal e mandou que seus candidatos refizessem as campanhas e refizessem a candidatura.

Mas ainda que não se chegue a esta conclusão drástica e, digo, muito drástica e que não se deve desejar – muito indesejável –, ainda que seja esse o resultado, é preciso lembrar que quaisquer contestações acabam somando-se ao processo eleitoral sob a forma de aprimoramentos futuros.

Não existe sistema eleitoral no mundo 100% imune à fraude, jamais vai existir; onde tem ser humano, há problema: *hecha la ley, hecha la trampa,* não é assim que se fala?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É preciso sempre melhorar a lei, melhorar o processo, e nós vivemos um período, eu já dizia como Deputado Estadual – preciso recuperar esses discursos que fiz na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul – que nós temos um problema muito grave no Brasil, que é o fato de uma única corte, o Tribunal Superior Eleitoral, tomar conta de todo o processo, desde o planejamento, passando pela organização até a execução, depois a apuração dos votos, a totalização dos resultados, a proclamação do vencedor e é a própria instância a quem se recorre em caso de dúvida. E agora, quando se recorre, ainda diz: "você não pode concorrer, tome multa!"

Que segurança jurídica nós teremos daqui para frente com isso? Eu já dizia lá atrás, faz muitos anos, a respeito desse problema institucional que nós temos. E aqui eu não... E, na época, muitos dos que hoje são ministros do Tribunal Superior Eleitoral sequer o eram. Ou seja, não é uma crítica pessoal, é uma crítica ao sistema institucional, e se nós, como Parlamentares, não pudermos nos debruçar sobre isso, para que mesmo nós servimos?

Essa corte que nós vemos no Brasil já está fechando o Congresso Nacional, já está fechando o Congresso Nacional.

Por isso, senhoras e senhores, eu vejo com muito ânimo nos últimos dias a reação que está sendo criada na Câmara dos Deputados. É preciso ter neste momento realismo, mas também otimismo com o momento que estamos vivendo, pois vejo muitos Parlamentares despertando para esta situação, muitos espontaneamente ou conscientemente; e outros tantos porque provocados pela população, que começou a entender que se não for por vias do Congresso Nacional não há outro caminho numa democracia representativa, num estado liberal. É por meio do Parlamento.

E fico muito contente, Senador, em ouvir de colegas Parlamentares, nesta alta Casa da nossa República, que a conversa – quem sabe passe-se à execução e à consolidação dessa conversa – de aproveitar a CPI da Câmara dos Deputados e transformá-la em uma Comissão Parlamentar Mista de Investigação, incluindo Senadores e passando a atuar em conjunto, o Congresso Nacional, para tratar desses temas do abuso de autoridade.

Porque, sim, a Câmara tem o poder de investigar os abusos de autoridade e, por isso mesmo o requerimento de CPI teve tanto sucesso e não foi contestado, salvo um ou outro Parlamentar, que, talvez por um ou outro motivo, também tenha se manifestado contrariamente à assinatura.

Aqueles que assinaram e mesmo os que não assinaram reconheceram o caráter constitucional do direito da minoria parlamentar de protocolar uma CPI, Senador do Val, para investigar abuso de autoridade. Estão muito bem definidos nos fatos determinados: a busca e apreensão a empresários que sequer têm prerrogativa de foro; censura prévia a meios de comunicação e a Parlamentares que gozam de imunidade parlamentar, ferindo a liberdade de imprensa e a liberdade política e os bloqueios de contas a empresas por supostas manifestações e supostos atos antidemocráticos, sem quaisquer compromissos com o devido processo legal por parte daqueles que bloquearam as contas dessas empresas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os fatos determinados estão aí, a prerrogativa constitucional de a Câmara dos Deputados investigar está consolidada.

Agora, o Senado da República, para concluir, Presidente Girão, o Senado da República é quem tem o poder de julgar. A Câmara tem o poder de investigar, como o Senado, inclusive, também tem. Tem as suas CPIs, tem os seus instrumentos.

Somando-se os esforços de Câmara e Senado, nós agilizamos esse processo – agilizamos esse processo. E se há quaisquer dúvidas sobre uma eventual instalação de uma CPMI, porque neste caso é o Congresso Nacional, que precisa despachar por meio do seu Presidente, Senador Rodrigo Pacheco, elas se esboroaram com a decisão do Supremo Tribunal Federal, do próprio Ministro Barroso, de que CPIs – e, obviamente, por decorrência CPMIs – são legítimos direitos da minoria parlamentar e precisam ser instaladas imediatamente, atingidos os seus requisitos e pressupostos constitucionais, legais e regimentais.

Por isso, Sr. Presidente, eu deixo aqui a bola, então, no campo do Senado da República, que pode imediatamente ajudar a recolher essas assinaturas e transformar esta CPI, que já poderia estar instalada, e vamos continuar cobrando para que seja instalada pelo Deputado Arthur Lira, Presidente da Câmara, com o mais rápido esforço de todos nós para que ela aconteça, que ela possa – quem sabe? – converter-se ou ter até duas em uma CPMI e ter assim o esforço concentrado de toda a Casa Legislativa nacional, ou seja, o seu Congresso, em cima desses abusos de autoridade, que precisam cessar já.

Basta, chega, não é nada contra o Poder Judiciário, pelo contrário, é a favor do Poder Judiciário e de ele se reenquadrar dentro da Constituição, a favor também do Poder Legislativo para que ele recobre as suas prerrogativas e o seu respeito junto à população brasileira, porque uma democracia sem um Parlamento forte, respeitado pela sua população, não é uma democracia.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Deputado Federal Marcel Van Hattem, o autor da CPI que está dando o que falar no país, CPI de Abuso de Autoridade do TSE e do STF.

A sua ideia é compartilhada por muitos colegas já aqui de transformar em CPMI, porque, segundo o Espiridião Amin me falou ontem até no Plenário do Senado, não pegaria nem fila, uma CPMI não pegaria fila.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Então, a sociedade precisa urgentemente de uma resposta nossa, como você bem colocou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou um Parlamentar que ando de avião de carreira, vou em mercado, vou em feiras, como a maioria dos que estão aqui, ou todos que estão aqui, e a gente sente essa ressonância das pessoas de direita, de esquerda, de centro, de governo, a favor de governo, contra governo.

Quero deixar muito claro, quem conhece a nossa trajetória parlamentar sabe da minha independência. Eu sou Brasil, procuro trabalhar pelo Brasil, nem de candidato A nem de candidato B. É claro que tem uma hora que você tem que decidir.

No primeiro turno, por exemplo, eu não votei em nenhum dos dois que foram para o segundo turno. Votei no Felipe D'Avila, inclusive, do seu partido.

Agora, no segundo turno, você tem que fazer uma escolha, e aí não tive dúvida no meu voto para o atual Presidente da República, Bolsonaro.

Mas aqui esse fato que nós estamos buscando é verdade. Nós estamos aqui tentando cumprir o nosso papel de equilíbrio no Senado para ouvir quem está sendo censurado no Brasil em pleno século XXI, e nós vamos continuar assim.

Eu quero registrar a presença da Secretária Nacional da Família, que é a Dra. Angela Gandra, aqui presente. Seu pai, daqui a pouco – um dos maiores juristas do nosso Brasil –, Dr. Ives Gandra Martins, já confirmou que vai entrar aqui, vai participar, teve o seu nome também aprovado nesta Comissão. Muito obrigado.

O Deputado Enrico está aqui também presente. Muito obrigado pela sua honrosa presença.

E eu já quero, imediatamente, passar a palavra para o Senador Marcos do Val, que pediu para se manifestar, ele que é Vice-Presidente desta Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle.

Muito obrigado.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Pedi a palavra também, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES. Para discursar.) – Obrigado, Presidente. Primeiro, quero dar os parabéns ao Deputado pela iniciativa.

Isso acaba provocando dentro do Senado uma sensação de prostração. O que caberia ao Senado estar fazendo, provocando não está sendo feito, e, partindo da Câmara dos Deputados, partindo dos Deputados, isso faz com que os Senadores comecem a repensar sobre como integrar essa Comissão.

Eu acho que a ideia da Comissão Mista é fantástica, porque cabe ao Senado a solicitação do *impeachment*, e, com a Câmara dos Deputados fazendo esse levantamento, acho que o Congresso tem um protagonismo que a sociedade vai querer. Não fica nem para os Senadores, nem para os Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, a gente mostra a união do Congresso, a união por um único objetivo. Como o próprio Deputado falou, não é uma perseguição a A ou a B, como ele já tinha dito – é um discurso que ele já vem trazendo de outros mandatos que ele já tinha.

O que acontece no Senado? A sociedade sempre pergunta: por que os Senadores não dão início, não fazem a provocação? Ela é feita, mas com muita dificuldade, porque o foro privilegiado, no fundo, não privilegia, coloca os Senadores como reféns. Então, sempre que a oposição, seja por questões realmente comprovadas de que ele realmente cometeu algum ato criminoso, seja porque a oposição quer derrubá-lo pelo protagonismo que ele possa estar tendo dentro do Congresso, faz uma denúncia qualquer na PGR e aí inicia uma investigação, ele fica preocupado, se ele estiver compondo essa Comissão, de determinados ministros darem o deferimento em uma proporção que não deveria ser dada. Isso tem intimidado muito os Senadores. O que eu falo para a sociedade é o seguinte: o mais importante é o Congresso. Até se a gente for olhar a posição onde o Congresso fica em Brasília e onde ficam o Executivo e o Judiciário, isso já mostra a importância desta Casa. Então, nós estamos no centro, onde realmente aqui é que se discute, que a gente tem essas prerrogativas até de impitimar um ministro, o que nunca aconteceu. O que eu escuto bastante é o medo – isto eu escuto dos que já foram Presidentes do Congresso, do Senado –, é a preocupação com os investimentos internacionais, mostrando uma insegurança jurídica no Brasil. Como Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores, eu recebo muitos investidores que colocam isso como uma das maiores preocupações de trazer investimento para o país, gerando emprego e gerando renda. Então, a gente fica sem poder. Eu não, porque eu não tenho nada lá, mas o fato de a gente responder somente ao STF deixa os Senadores reféns. E, no próprio sistema, a própria oposição prejudica. Em vez de pensar que, se uma denúncia qualquer, com o simples objetivo de destruir a sua reputação, para que ele não ganhe, sei lá, qualquer cadeira que ele esteja pleiteando... Isso atrapalha, e muito, o nosso trabalho constitucional aqui de exercer o que nós precisamos exercer.

Em 2019, o meu primeiro pedido de *impeachment* foi contra o Gilmar Mendes, e eu lembro que um Senador que foi Governador de Minas Gerais disse o seguinte: "Do Val, eu gostaria muito de subscrever esse pedido de *impeachment,* mas, como eu fui Governador em Minas Gerais, e, quando eu passei pelo Executivo, a oposição fazia denúncias sem fundamento nenhum, vindo tudo agora para o STF, eu tenho receio de subscrever e acabar me prejudicando". Era um Senador íntegro, honestíssimo, mas a oposição acabou atrapalhando o exercício dessa função, dessa prerrogativa que têm os nossos Senadores.

É isso que eu precisava esclarecer para a sociedade.

A gente precisa achar uma forma. Eu acho que estar montando essa Comissão Mista é um avanço gigantesco para mostrar a união, porque eles jogam como se nós estivéssemos sempre em confronto, a imprensa joga sempre isso para a sociedade. Assim, a gente pode mostrar que estamos unidos. E vamos achar uma alternativa, o que sempre há. O brasileiro é conhecido no mundo inteiro pela sua criatividade, e vamos exercer essa criatividade a partir de agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito bem, Senador Marcos do Val. Obrigado pela sua participação aqui.

Eu queria registrar a presença do Deputado Daniel Silveira, que está aqui presente, e também do Deputado Filipe Barros. Muito obrigado pela presença de vocês.

Já passo imediatamente a palavra para a Bárbara...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP) – Senador, pela ordem.

Algumas pessoas convidadas, pessoas da população, estão querendo passar do Salão Verde para o Salão Azul, para participarem da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Deixe-me explicar o que está acontecendo, pois a senhora não estava aqui no início da sessão. Houve uma superprocura aqui para participar. A gente fica feliz com isso, com a sociedade querendo saber, querendo participar. O problema é o seguinte: nós estamos tendo sessões ao mesmo tempo aqui no Senado Federal, nós já conseguimos a sala da CCJ, um pouco maior do que esta, onde foi colocado um telão, e as pessoas estão lá, com cadeiras, mas não temos como conseguir mais. Então, por uma questão de organização interna, a Polícia Legislativa resolveu fazer assim. Aos poucos, à medida que alguns forem saindo, há a orientação para que outros entrem. Está o.k.?

A Bárbara é mineira, é uma ativista do Brasil de causas conservadoras que tem feito um trabalho muito forte através de rede social; foi desmonetizada pelo TSE – se eu estiver errado, você me corrige –, foi uma das primeiras a ser desmonetizada. E nós vamos agora ouvir a sociedade, porque não deixa de ser... Ela não foi candidata a nada e está percebendo, lá na ponta, no cidadão, o que está acontecendo no Brasil. É bom para que a gente saia desta bolha de Brasília e ouça o cidadão comum. Então, cidadã Bárbara, muito obrigado pela sua presença. Você tem dez minutos, com cinco minutos de tolerância da Casa.

A SRA. BÁRBARA DESTEFANI (Para expor.) – Muito obrigada, Senador.

Na verdade eu queria agradecer a todos, todos mesmo. Eu não vou citar nome de ninguém para não correr o risco de ficar aqui falando nomes e cometer a audácia de esquecer o nome de alguém que... Todos aqui presentes me representam só pelo fato de estarem aqui e de darem esta oportunidade para o povo falar na Casa do Povo, porque o povo, fora desta Casa, não está tendo esta oportunidade.

Bom dia a todos os brasileiros que estão nas ruas. Eu queria primeiro lembrar-lhes – porque eu não posso falar sobre isto no meu canal – que todos nós estamos vendo todos vocês. O que eu posso fazer, se é que eu posso falar isso aqui, espero que sim... O problema é na hora que eu sair daqui, não é? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu espero que vocês tenham força. É o que eu desejo a todos vocês. São tempos difíceis, mas é nos tempos difíceis que se criam homens fortes, e é o que nós estamos nos tornando: pessoas fortes. (*Palmas.*)

Obrigada.

Para quem não me conhece, eu gostaria de me apresentar: meu nome é Bárbara, eu tenho 36 anos, sou mãe de dois filhos lindos, esposa de um marido incrível, filha da melhor mãe do mundo, mas foi com meu pai que eu aprendi a gostar de política. E, por gostar de política, eu comecei a acompanhar todos vocês – e não é de hoje.

Eu queria comentar um acontecimento. Como eu sou uma pessoa curiosa, que fica de olho nos senhores, eu acompanho esta Casa do Povo. Eu queria dizer que me sinto representada, mas isso seria uma mentira, e eu não vou mentir para mim mesma. Não é por todos, mas num contexto geral. Eu quero abrir aspas para uma fala que foi dita nesta Casa em 2016:

> Ontem, a Senadora Gleisi chegou ao cúmulo [...] de dizer aqui para todo o País que o Senado Federal não tinha moral para julgar a Presidente da República. [...]
> [E, ao ser interrompido por outra Senadora, ele continuou:]
> Eu quero tacar fogo não. Eu quero dizer que isso não pode acontecer.
> Como uma Senadora pode fazer uma declaração dessa? Exatamente [...] uma Senadora que, há 30 dias, o Presidente do Senado Federal conseguiu, no Supremo Tribunal Federal, desfazer o seu indiciamento e de seu esposo, que havia sido feito pela Polícia Federal.

Fecho aspas.

Renan Calheiros fez essa declaração na frente de um Ministro da Suprema Corte. Eu nunca entendi como essa fala nunca foi investigada, como essa acusação, que foi feita aqui, nunca foi investigada, mas é interessante como algumas coisas triviais são de interesse para investigação.

Eu sou investigada em diversos inquéritos.

Um deles – o primeiro deles – foi aberto em 2019 para apurar *fake news* cometidas contra Ministros da Suprema Corte. E eu não vou entrar nem no mérito do quanto isso é inconstitucional, porque é básico. A prova que foi oferecida a nós acusados – e eu prefiro dizer que somos vítimas desse inquérito, que é o que somos – foi o Apenso 70. Nesse Apenso 70, havia um organograma; nesse organograma, tinha uma prova de crime. A prova do crime, no meu caso, era que eu seguia algumas pessoas nas redes sociais – para ser mais exata, no Twitter. Eu não estou falando isso em tom de drama. A prova do crime era que a gente se seguia nas redes sociais! Isso foi apresentado dentro de um inquérito aberto de ofício, sem a presença do Ministério Público, e aceito como prova.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós tivemos aqui o Fábio Wajngarten, nós temos aqui o Deputado Marcel expondo provas imensas. E eles falam: "Não, não tem provas. Não temos provas sobre isso". Agora, se seguir no Twitter é a prova de uma organização criminosa! Isso está nos autos que foram disponibilizados.

E eu não posso dizer mais, porque eu não sei realmente o que tem mais, já que, em pleno 2022, nossos advogados estão há mais de dois anos tentando acesso a esse inquérito e não conseguem.

Esse inquérito inconstitucional foi tornado constitucional pela Suprema Corte para perseguir desafetos políticos, mas eu acredito que eles deram esse nome de inquérito das *fake news* para tentar dar um ar de legalidade, o que nem, por si só, convence, já que *fake news* não é um crime tipificado no Brasil. E não existe crime sem uma lei que antes o preceda. Então, ele é inconstitucional do início ao fim.

Porém, nós não paramos no inquérito das *fake news*. O inquérito das *fake news*, que abrangeu Deputados e Senadores... E aqui eu gostaria muito de mencionar o Senador Arolde de Oliveira, que faleceu: ele foi uma vítima desse inquérito. E onde estavam os Congressistas eleitos pelo povo? Onde estavam os Congressistas quando um Senador, um senhor...? E vou falar do Gilberto Gil: "Oh, meu Deus, vocês ofenderam um senhor. Como podem?". A lei ofendeu um senhor, um Senador, par de V. Exas. E o que vocês fizeram? O que vocês fizeram quando foi o Daniel Silveira, quando foi a Deputada Carla Zambelli, quando foi o Filipe Barros? E eu não vou ficar aqui citando todo mundo. (*Palmas.*)

O que aconteceu, e todos nós assistimos, infelizmente, foi a omissão completa daqueles Parlamentares em quem o povo confiou para que nos representassem.

Muitos de vocês, Deputados... E eu não estou falando isso para agredir ninguém, eu estou aqui aplaudindo a coragem de todos os senhores que estão aqui hoje, porque eu sei que estar aqui hoje se tornou um ato de coragem. É um ato de rebeldia contra esse mundo cruel, porque é o que a gente pode falar, no máximo – eu, pelo menos. Eu sei que os senhores estão tentando, mas, como disse o próprio Deputado, todos nós falhamos, mas nós vamos consertar isso como sociedade, porque muitos são autoridades, são chamados de autoridades, mas, na verdade, os pares de V. Exas. são o povo. Vocês são povo como nós, que gozaram da nossa confiança para nos representar, através do voto. (*Palmas.*)

Pois bem, a gente falou do inquérito das *fake news*. Esse foi o primeiro. Eu gosto de chamá-lo de pai – foi o pai, a mãe, deu cria. A cria foi o inquérito dos atos antidemocráticos. A cria segue sendo o inquérito que não tem objeto. Eu preciso deixar algo claro para quem está nos assistindo e não tem o conhecimento. Eu não quero aqui dar palestrinha para ninguém, longe de mim, acredito que todos os senhores saibam.

O inquérito é aberto para investigar fatos que já aconteceram. Você identifica um crime; sobre esse crime, uma vez identificado, esse possível crime, você abre o inquérito para apurar a conduta. Não existe abrir inquérito para apurar crimes futuros. Você não abre um inquérito em 2019 que traga pessoas, em 2022, para um crime que não aconteceu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é o que diz a Constituição. Na verdade, isso é o que diz o Estado democrático de direito – Estado democrático de direito que dizem estar agindo dessa forma para protegê-lo. Mas o Estado democrático de direito me jurou que estaríamos todos debaixo das mesmas regras, mas nós não estamos. Estamos? Uns são mais iguais do que os outros; outros, mais diferentes. Depende de qual é a sua ideologia política. Isso é muito claro. Quem nega isso ou é hipócrita ou age de má-fé.

Hoje nós estamos com esse inquérito aberto que apura fatos futuros, mais uma vez inconstitucional. Certa vez eu fui convocada, fui escalada, Senador, para poder prestar depoimento nesse inquérito dos atos antidemocráticos. Eu confesso: o Ministro foi um gênio, um gênio. A PGR falou: "Arquive". Ele: "Tudo bem, vou arquivar. Você pediu, está bom, não vamos nos estressar por isso. Arquivei". No outro dia, ele abriu outro idêntico com um nome diferente, abrindo um espelho do mesmo inquérito. E todo mundo viu, todo mundo viu isso acontecer.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. BÁRBARA DESTEFANI – É... Mas ninguém fez nada, só para constar. Nada foi feito. Esse inquérito andou.

E aí eu fui escalada para poder prestar o meu depoimento nesse inquérito. Quando eu perguntei sobre qual era a minha condição para prestar o depoimento, ninguém me falou se eu seria testemunha, se eu sou vítima, se sou acusada. A gente está falando aqui de direitos fundamentais, de direitos básicos, do direito à legítima defesa, que nem se os senhores desta Casa quisessem poderiam derrubar através de uma PEC, de um PL, de qualquer coisa. Direitos fundamentais não são alterados, mas foram. Eu fui prestar depoimento na Polícia Federal sem saber qual era a minha condição.

Lá, prestando esse depoimento, a pergunta era assim: "Como é que é a reunião de pauta com a sua equipe?". Eu falei: "A reunião de pauta com a minha equipe conta eu, eu mesma e *myself*?". Ali eu me dei conta de que eles nem faziam ideia do que estavam querendo descobrir de mim, o que eles queriam saber de mim. Na verdade, eu fui parar ali por uma ideologia política que saiu tragando todo mundo que ousou se posicionar como conservador em tempos em que "não é o conservadorismo o problema, por mais que ele incomode muitos de nós" – essa frase foi dita por um ministro.

Pois bem, após o inquérito, após prestar depoimento, nunca mais tive notícias, nunca mais foi repassado nenhum tipo de informação, mas o meu nome deixou de ser Bárbara, o meu nome, agora, quando a mídia me cita, é "blogueira bolsonarista investigada pelo STF por espalhar *fake news*".

Isso se chama assassinato de reputação, em inquéritos que nunca têm fim.

Deixa eu dizer uma coisa para todos que estamos aqui: do momento em que você tira a humanidade de uma pessoa chamando-a de nazista, de fascista, de genocida, qualquer coisa que você faça com aquela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoa a sociedade tem que tolerar, porque, afinal de contas, você está livrando o mundo de um fascista, de um genocida. Quem é que vai passar pano para um nazista?

Eles nos colocaram esse rótulo para que pudessem falar de nós ou sobre nós o que quisessem, sem que ninguém pudesse refutar, porque, senão, seria a coisa errada. "Olha, você está protegendo o fascista". E, mais uma vez, esta Casa se omitiu, as Casas se omitiram.

Vocês sabem por que isso está acontecendo, por que nós estamos vivendo períodos diferentes do nosso ordenamento jurídico? Porque nós estamos em um estado de exceção. Só que esse estado de exceção não foi proclamado por quem tem o direito legal de fazê-lo, que seria o Presidente com a aprovação desta Casa, com a aprovação do Congresso.

As medidas autoritárias que são tomadas e observadas por todos nós são feitas e justificadas porque nós estamos em tempos estranhos, nós estamos em tempos anormais. Um Ministro da Suprema Corte não tem autorização legal nem judicial e muito menos do povo brasileiro para declarar estado de exceção.

É necessário que as instituições voltem a funcionar, e esta Casa, Senadores da República, que eu admiro e eu respeito pela coragem que os senhores têm demonstrado... O Senado da República é a Casa que o constitucionalista, em 1988, confiou que, em caso de necessidade, se levantaria. Então, é necessário que a sociedade, a população e, eu espero, os senhores se levantem, porque a Constituição garante a V. Exas. não esse direito, mas esse dever.

Portanto, todas as pessoas que acreditam estar no Estado democrático de direito saibam que, hoje, é com a gente; amanhã, eu não sei. Hoje, vocês estão acreditando que a mais Alta Corte deste país tem um lado, escolheu um lado, e é o lado de vocês. Vocês acreditam nisso. É bizarro falar isso em voz alta: "Olha, a nossa Suprema Corte está nos protegendo, está do nosso lado". Vocês entendem o quanto é absurdo identificar isso, apoiar isso, em nome de conivência política, que é o que o nosso Congresso como um todo está fazendo?

Mas a censura começa de um lado e ela vai acabar se comportando... Na verdade, ela sempre se comporta, na história, como esse inquérito, como os inquéritos das *fake news* e dos atos antidemocráticos. Vai tragar a todos, vai puxar a todos. Cuba está, desde 1959, aguardando a liberdade. Nós não seremos Cuba. Eu espero que não no turno de V. Exas.

O que eu estou pedindo aqui é acesso ao Estado democrático de direito e ao devido processo legal, que me é garantido pela Constituição, pela qual todos nós somos regidos. Eu estou pedindo aqui baseada na notícia que saiu nos jornais de que um juiz determinou que um processo sobre um traficante fosse anulado porque não cumpriu o devido processo legal. Eu estou falando aqui de um bandido corrupto que lesou uma nação inteira e que teve o seu processo anulado porque, teoricamente, não se cumpriu o devido processo legal. Eu estou aqui falando para V. Exas. que eu não estou tendo o devido o processo legal há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anos, e não só eu, muitos de nós. Então, o que eu estou pedindo aqui, de forma absurda, é o mesmo direito que a Justiça deu para um traficante e para um corrupto condenado; eu estou pedindo aqui o mínimo.

Eu sei que soa ridículo falar em voz alta, mas eu só estou pedindo o mínimo. Então, por favor, Senado! Por favor, Congresso, Parlamentares! Socorro! Socorro por todas as pessoas que estão na rua, como foi bem dito! Elas não sabem mais para quem pedir ou o que pedir. Elas estão desesperadas porque não confiam mais nos representantes que elas elegeram. Por favor! Por favor, Congresso, Senadores, não decepcionem o povo de vocês, seus pares reais, porque vocês não são políticos, vocês estão políticos. Vocês são povo!

Parabéns pela coragem de todos que estão e estiveram aqui e que pegaram essa luta e a todos os meus amigos que eu estou vendo censurados pela democracia, o que não deveria, porque ela é proibida pela Constituição.

Então, muito obrigada, Senadores, Congressistas! É isto: por favor, nós contamos com todos vocês.

Obrigada, gente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Bárbara, sendo aqui aplaudida de pé, a voz da sociedade. Muito obrigado pela sua coragem, pelo seu desabafo legítimo aqui nesta Casa.

Eu queria registrar aqui a presença da Deputada Caroline de Toni; do Deputado Éder Mauro, aqui presente também; do Deputado Capitão Augusto; do Cacique Rony, que também está aqui presente – muito obrigado pela sua presença –; e também do pessoal que tem muito talento no humor brasileiro, do Canal Hipócritas. Eu sou um que estou sempre assistindo a vocês, que também estão sendo censurados e perseguidos aqui no Brasil. Parabéns pelo trabalho de vocês! O bem vai prevalecer, a verdade vai prevalecer.

Por falar nisso, eu estou recebendo aqui um presente do Marcel Van Hattem, que acabou de fazer a sua explanação histórica, emblemática. Ele me deu de presente este livro aqui, que eu quero compartilhar com vocês: *O Momento Autoritário* [*The Authoritarian Moment*], de Ben Shapiro, grande conservador mundial, um homem de muita coragem, que sempre participa da Marcha pela Vida, lá nos Estados Unidos, a que eu vou todos os anos com a família, que é pela vida desde a concepção. Esse movimento todo fez mudar a lei e proibir o aborto naquele país.

Eu queria chamar imediatamente já o Senador Marcos do Val, que vai ter que sair, vai ter que se ausentar, mas antes queria dar uma palavrinha, para, logo depois, a gente chamar o Dr. Ives Gandra Martins, um dos maiores juristas do país, que já está conectado aqui e pronto para entrar.

Senador Marcos do Val.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente. Vou ser bem rápido.

Vocês se lembram do nosso movimento aqui no Senado da Lava Toga, da CPI da Lava Toga, e que de repente parou de ser citado. Durante o processo, nós tínhamos, dentro desse grupo da Lava Toga, uma Senadora eleita como nós – eu, o Girão e outros, que nunca tínhamos sido políticos, viemos da sociedade –, e ela era chamada na época de "Moro de saia", acho que alguma coisa nesse sentido, porque ela conseguiu prender muitos corruptos lá no estado dela.

Resumindo, em apenas três meses – a Dra. Selma Arruda, não é? –, em apenas três meses ela perdeu cargo de Senadora porque a oposição fez uma denúncia, que foi para o STF, e nosso movimento estava sendo feito para impitimar dois ministros. Então, o recado foi enviado na perda do mandato dela. Foi um baque muito grande.

E aí também, infelizmente, dois integrantes – cujos nomes eu não vou falar – começaram a fazer movimentos para boicotar o nosso movimento da CPI da Lava Toga. Eles passaram a ser oposição do Governo que está saindo e entenderam que, se eles continuassem com o nosso movimento, que estava se fortalecendo e ganhando estrutura, nós conseguiríamos efetivamente tirar dois ministros. Mas eles entenderam assim: "Opa, mas, se tirarem dois ministros, o Presidente ao qual eu sou oposição hoje vai escolher dois ministros dele".

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O Harry Potter.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) – E, aí, esses dois começaram a mandar informações para a imprensa, informações de reuniões nossas, e aí eu cheguei para eles e os desmascarei, os dois. Falei: "Muito me entristece ver que o interesse político está se sobrepondo ao interesse da sociedade, e essa sociedade que colocou os novos, não os novos políticos, mas querendo uma nova política". Como eu tenho como referência o Deputado aqui, que tem uma experiência, e outros, tantos outros, não são os novos de novo, de nunca terem sido Parlamentares, mas de se ter uma política nova.

E eu estou agora seguindo, tenho uma reunião agora com o Ministro Alexandre de Moraes, agora, meio-dia. Por isso que estou saindo agora, peço licença e desculpa a todos.

Carlinha, você é uma guerreira; você, para mim, sempre foi um norte. Antes de ser político, eu conheci a Carla Zambelli, que me colocou num trio elétrico lá em Curitiba, onde eu estava fazendo o meu trabalho e nem pensava em ser candidato, e a Carlinha sempre com esse desejo e esse tanto de energia, que eu não sei de onde ela tira, para deixar um país melhor. A exemplo da Carla, eu decidi fazer um pacto com a minha filha também de deixar um país melhor para ela, mas a estrutura, o sistema não ajuda. Colegas de quem eu achava que estaria junto para construir e deixar esse legado passaram a fazer denúncias, sem sentido nenhum, para simplesmente moer a sua reputação. Impressionante! Muita gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pergunta: "Por que no Congresso tem as cúpulas, uma para cima, outra para baixo?". E eu respondo: "Aqui morre a reputação e aqui a enterra". É assim.

Então, a minha filha, hoje, só pelo fato de o pai estar aqui no Congresso, tem sofrido muita perseguição na escola. E ela nunca sentiu isso na vida. Ela tem 16 anos. Ela ficou em depressão, não queria ir para a escola, e eu tive que passar quase dez dias lá tentando conversar com ela para mostrar que o que estava acontecendo contra o pai dela não era para o pai, era contra um Senador.

Então, nós aqui vemos muito fogo amigo – coisas assim que vocês não podem nem imaginar – entre pessoas que deveriam estar nessa mesma caminhada, mas que, por interesses político-partidários, dão um tiro um no outro. E quem paga o preço é a sociedade lá fora.

Eu acho que nós estamos tendo, com essa iniciativa do Senador Girão... E eu falo para ele que ele é um cara muito corajoso, também por pertencer ao grupo Muda Senado e ver a nossa parceira Dra. Selma perder o mandato; depois nós tivemos o Major Olimpio também, que era um grande, um excepcional Senador, que morreu de covid, e isso abalou todo mundo. Mas o grupo acabou, nós continuamos com o nosso projeto e o Senador Girão tem seguido isso.

Era só isso que eu queria passar para vocês, porque agora vocês vão ter uma grande aula de democracia, e eu estou seguindo lá para essa reunião com o Ministro Alexandre. Estamos juntos nessa caminhada, sem movimentos xiitas, mas com movimentos em cima da democracia e sem perder a razão, porque aí a gente perde força.

Parabéns! A todos que estão aqui um grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito bem, Senador Marcos do Val, muito obrigado pela sua participação. O Senador Marcos do Val é Vice-Presidente desta Comissão, que aprovou esses requerimentos aqui, onde a gente está podendo discutir assuntos proibidos no Brasil por algumas autoridades.

Eu quero registrar aqui as seguintes presenças – por favor, Senador, só um minutinho: do Desembargador Sebastião Coelho – Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Muito obrigado pela sua honrosa presença; do Senador eleito Magno Malta, que está aqui também presente. Muito obrigado a ele, que vai voltar à Casa – um brilhante Senador que está voltando; da Rubenita Lessa, também do Piauí, que está aqui presente, uma ativista; do Djalma Pinto, a quem agradeço também a presença, um grande jurista do nosso Brasil, lá do Ceará, minha terra. Ele, que também é especialista em Direito Eleitoral, vai falar sobre essa questão que a gente está discutindo, do pleito, tão polêmico pleito, de 2022.

Senador Guaracy, o senhor queria fazer uma colocação antes de o Senador Marcos do Val deixar a Casa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Pela ordem.) – Senador Marcos do Val, nosso combatente Senador, dos mais combatentes que nós temos, agora, neste momento, eu peço a Deus que lhe dê muita sabedoria, coragem, que eu sei que não lhe falta – mas que Deus lhe dê mais coragem – e lhe dê muita proteção. Vai nessa missão, servo valoroso, que o Senhor Deus é contigo! Deus te abençoe!

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) – Eu lhe agradeço e até digo que tem situações que me tiram do controle, e essa daqui foi uma delas. Eu quebrei o dedo quando não aguentei ver um Senador com discursos hipócritas e demagogos. Então...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) – Não, eu não vou dizer sobre os detalhes.

Um abraço a todos vocês. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Boa reunião, Senador Marcos do Val. Tudo de bom! Diga o que está acontecendo aqui; se possível, transmita, com todo o respeito, esse grito da sociedade e de alguns Parlamentares desta Casa.

Eu queria já passar a palavra para o nosso querido irmão jurista Dr. Ives Gandra Martins, cuja elegância é tão grande! Eu sou tão assim... Eu admiro tanto o Dr. Ives Gandra, porque, quando ele fala do Supremo, quando ele fala de alguns Ministros do Supremo, ele mostra – e a gente tem que ver o lado bom das pessoas sempre; eu acredito muito na capacidade de reflexão também das pessoas –, o Dr. Ives, nas entrevistas memoráveis que ele dá aos canais do Brasil, especialmente na Jovem Pan, em que eu o acompanho muito, mostra que escreveu vários livros com os atuais Ministros do Supremo Tribunal Federal. E ele elogia, coloca a postura de cada um, mas não deixa de fazer a crítica, uma crítica sempre construtiva, mas uma crítica corajosa para os dias de hoje, principalmente.

Então, Dr. Ives, muito obrigado pela sua participação aqui. O senhor engrandece essa sessão. O senhor tem dez minutos, com a tolerância de cinco, para fazer a sua explanação.

Muito obrigado.

O SR. IVES GANDRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eminente Senador Eduardo Girão e todos os Parlamentares aí presentes, estou acompanhando a sessão e percebendo efetivamente a grande preocupação que há no Senado com o momento daquilo que os Ministros do Supremo denominam como corrente neoconstitucionalista da interpretação da Constituição.

Eu quero trazer aqui uma reflexão a respeito do próprio processo constituinte, de cujas audiências públicas participei, a convite dos Constituintes, mas fundamentalmente em contacto permanente com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, e com o Relator da Constituinte, Senador Bernardo Cabral, que ainda hoje pertence ao Conselho Superior de Direito, que eu presido, há 33 anos, da Federação do Comércio. Eu também pertenço ao conselho que ele preside, da Confederação Nacional do Comércio, que, para o nosso desconforto, é chamado de Conselho dos Notáveis.

Quero trazer aqui também essa observação feita pelo meu queridíssimo amigo Eduardo Girão, Senador Girão, de que – é uma divergência nossa –, nesse último ano, ele tirou a minha vaga do São Paulo Futebol Clube, fazendo com que o Fortaleza entrasse na Libertadores. Mas, tirando essa divergência de natureza futebolística, a nossa convergência de ideias é muito grande. E é uma convergência que decorre da minha preocupação, mais como Professor de Direito Constitucional, e a dele como Senador, representante, na República, do Estado do Ceará.

Eu queria trazer considerações de natureza, fundamentalmente, jurídicas.

Leciono Direito em universidade há 58 anos, desde 1964. Quando fiz a primeira sustentação na Suprema Corte, em 1962, não havia ainda... Foi em 1962 ou 1963, lembro-me da questão, não me lembro do ano... Quatro dos Ministros que aí estão não tinham nascido, e eu já sustentava. E convivi com todos os Ministros da Suprema Corte, até os atuais Ministros, tendo escrito livros com quase todos eles, a partir da década de 80.

Moreira Alves foi, ao meu ver, a maior figura da Suprema Corte, e eu tenho 31 livros escritos com o Ministro José Carlos Moreira Alves; e com Oscar Corrêa, Sydney Sanches e outros. Com os atuais Ministros, eu tenho sete livros escritos, em coordenação ou em colaboração. Portanto, do ponto de vista de conhecimento de direito, eu os respeito muito. Não concordo com as últimas decisões. E não concordo por uma razão também de direito constitucional e também de decisão da Constituinte.

Quando eu participei de audiências públicas, a convite dos Senadores, dos Presidentes de Comissões, dos Presidentes de Subcomissões, mesmo quando formado o grupo centrão, o próprio Roberto Cardoso Alves, do Direito Tributário, pediu, de novo, um anteprojeto, e eu praticamente resgatei o anteprojeto que era da Subcomissão de Tributos. Naquela ocasião a grande preocupação dos Constituintes era no sentido de se ter equilíbrio e independência dos Poderes. Nós vínhamos de um regime de exceção em que havia um Poder dominante, que era o Poder Executivo. Nós tínhamos o Poder Legislativo e o Judiciário como uma espécie de Poderes acólitos.

O Poder Legislativo não podia, por exemplo, nos decretos-leis, que eram a forma com que o Poder Executivo governava, introduzir emendas. Ou eles aceitavam ou rejeitavam o decreto-lei por inteiro.

O Poder Judiciário tinha, como Procurador-Geral da República, o próprio Advogado do Presidente da República. Se os senhores verificarem as ações diretas de inconstitucionalidade naquele período, que eram representações feitas ao Procurador, para que o Procurador entrasse no Supremo, só há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representações contra leis estaduais, porque contra leis federais o próprio Advogado do Presidente não entraria com ações contra o Presidente da República.

Nós vínhamos de um regime em que havia um Poder dominante sobre os outros dois Poderes.

A grande preocupação dos Constituintes em relação à união entre os Poderes – a independência dos Poderes, mas uma harmonia que os crescesse – era de haver absoluto equilíbrio entre os Poderes. Tanto é verdade que, se os senhores verificarem a Constituição no Título I, eles colocam no art. 1º que os grandes representantes do povo são os legisladores, em primeiro lugar, e os legisladores como representantes da população; em segundo lugar, o Poder Executivo.

E por que aparece no Título IV da Constituição o Poder Legislativo em primeiro lugar e não, o Poder Executivo? Porque no Poder Legislativo se tem tanto a situação quanto a oposição. Tem-se no Poder Legislativo a representação da totalidade do povo, que é o soberano em uma democracia; é o povo que decide. E é isso que está no art. 1º. O Poder Judiciário só aparece em último lugar. O Poder Judiciário não representa o povo; representa a lei.

Participei de três bancas examinadoras: duas para magistrados federais, uma para magistrado estadual. Sei como eles são extremamente competentes. Os exames são duríssimos, dura um ano cada exame. E aqueles que estão selecionados conhecem o direito, mas, de verdade, não representam o povo. Eles têm que representar (*Falha no áudio.*) ... que é colocado.

A lei é que é feita pelo Legislativo. A lei pode ser feita excepcionalmente pelo Executivo, através de medidas provisórias ou leis delegadas, mas o legislador supremo é sempre o Legislativo. Com as medidas provisórias o Legislativo tem que concordar para transformar em lei; nas leis delegadas é o Legislativo que permite a delegação. Isso equivale a dizer que no Congresso temos a verdadeira representação de uma democracia.

E, como havia um Poder dominante, o Constituinte teve uma preocupação: de os três Poderes serem harmônicos e independentes, com exaustiva determinação de competências de todos eles. Se os senhores pegarem dos oito títulos importantes da Constituição – o nono é mais de disposições gerais –, o Título IV é o mais longo (*Falha no áudio.*)

Vai do art. 44 ao 135, para discriminar exaustivamente a competência de cada Poder.

No Título IV, nós temos, em primeiro lugar, uma exaustiva competência do Legislativo, colocando inclusive um dispositivo, que é, a meu ver, de extrema importância: o 49, inciso XI, pela sua competência normativa de fazer a lei. Representando o povo que elegeu o Poder Legislativo, ele tinha de zelar pela competência normativa perante os outros dois Poderes: Judiciário e Executivo. E esse zelar não é dizer "eu delego esse poder para o Poder Judiciário"; quem zela é quem pode fazer. E o que nós vemos é que o Constituinte teve essa preocupação tão grande que, nas ações diretas de inconstitucionalidade por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

omissão, naquelas em que o Constituinte determinou, para ter eficácia, validade, vigência imediata o Legislativo fizesse a lei, justificando, portanto, o controle abstrato, o controle concentrado. Quando o Supremo declara o Legislativo omisso, inconstitucionalmente, o 103, §2º, manda o Legislativo fazer a lei; não faz a lei em lugar do Poder Legislativo.

Esse tipo de ação veio do direito português. A presença do Marcelo, do Canotilho, do Jorge Miranda no nosso Congresso no período constituinte foi muito grande. Conversava ainda com o Marcelo, hoje Presidente de Portugal, que era um grande...

Como? (*Pausa.*)

Bem, eu fui interrompido.

Eu quero dizer que o pai do Presidente Marcelo Rebelo de Sousa foi meu sucessor na Academia Lusíada de Ciências, Letras e Artes, e ele, o Canotilho e o Jorge Miranda influenciaram para esse tipo de ação direta de inconstitucionalidade por omissão. Mas aqui no Brasil se transformou, se passou para o Poder Legislativo a possibilidade de fazer a lei, e jamais o Poder Judiciário.

Ora, o que nós estamos vendo? Aquilo que foi colocado pelo Constituinte como separação total de Poderes e harmonia e independência entre os Poderes não tem sido respeitado. Isso eu tenho contestado, com o respeito devido, *data maxima venia*, a todos os Ministros da Suprema Corte. Eles têm legislado! Eles têm entrado na competência do Poder Executivo! Têm entrado na competência do Poder Legislativo! Têm tomado posições em que o próprio Ministério Público tem competência privativa. Isso equivale a dizer que só o Ministério Público pode entrar com ação penal – ação penal é competência privativa do Ministério Público –, e o Poder Judiciário, o Supremo investiga, prende, dá início a ações, mesmo quando a Procuradoria-Geral da República pede que ela seja arquivada.

No inquérito da *fake news* houve um pedido expresso de quem é o titular da ação, o único que, pela Constituição, pelo art. 129, pode dar início à ação. E continua aquilo que o Ministro Marco Aurélio de Mello, num arroubo de desconforto absoluto com seus pares, denominou de "o inquérito do fim do mundo".

Então, na prática, nós estamos vivendo o que eles denominam de corrente consequencialista do direito, neoconstitucionalismo; o Poder Judiciário com uma competência hoje de corrigir rumos no Executivo, de legislar nos vácuos legislativos, sem perceber que muitas vezes, quando o Legislativo não legisla, não legisla por uma única razão: é que sentem os Parlamentares a vontade do povo, e muitas vezes não legislar é respeitar a vontade do povo. E dizer "mas a minoria quer"? Ora, a minoria também é representada no Legislativo. Não é fazer assim: cada vez que se perde uma votação no Legislativo, se recorre ao Supremo para o Supremo se transformar em um novo Poder Legislativo, legislando em lugar do Poder Legislativo? Não foi isso que os Constituintes desejaram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha grande divergência com os Ministros da Suprema Corte hoje reside no seguinte: eles adotam a corrente neoconstitucionalista; chegam a falar num grande constitucionalista alemão que, entretanto, a própria formação vinha daquele período de Kelsen, que gerou, inclusive, o nazismo, dizendo que o direito é, principalmente, forma e que, em determinados momentos, se poderia interferir na democracia para preservar uma democracia que era uma democracia de forma num período em que na Europa estávamos numa luta, na Segunda Guerra Mundial, entre regimes democráticos e regimes ditatoriais.

E, quanto a Karl Loewenstein, que eu cito muito nos meus comentários à Constituição, mas não nesse ponto – e mesmo na *Teoria da Constituição*, que é o seu grande livro, publicado a partir de aulas que ele deu na Universidade de Chicago –, já não é tão claro aquilo que ele dizia no passado sobre a possibilidade de se poder (*Falha no áudio.*)... a democracia de se tirar direitos.

Então, o que nós estamos vendo hoje e que é o meu profundo desconforto em relação aos Ministros da Suprema Corte, com quem, inclusive, gozo de amizade – com a grande maioria deles –, é o fato de que eles estão adotando uma interpretação, uma escola constitucional, um neoconstitucionalismo, um consequencialismo, uma jurisprudência, como eles denominam, uma jurisprudência constitucional pela qual eles passam a ser os legisladores no vácuo legislativo, passam a ser propretores da condução do Executivo naquilo que eles denominam "luta de defesa da democracia", quando, na verdade, eles passam a representar um povo que não representam, sem perceber que 150 milhões de eleitores – aqueles que comparecem – votaram nos outros dois Poderes e que eles foram eleitos por um homem só, que escolhe quem quiser, como acontece em todas as indicações ministros.

Então, nós estamos com os Constituintes tendo lutado para que cada Poder tivesse a sua competência e nenhum invadisse as competências dos outros. Os Constituintes... Quem ler o que está nos debates constituintes, nas notas taquigráficas daquele período, vai perceber que não queriam absolutamente nenhuma dessas novas escolas – aliás, algumas delas nem existiam na época... Nós estamos tendo um Supremo que passou a ser o supremo Poder do país, o maior Poder do país, com o direito de fazer interpretações, invadir e legislar, quase que redigindo uma nova Constituição, um novo Código de Processo Penal, criando novas figuras, não respeitando, inclusive, a competência do Ministério Público na sua competência privativa de dar início às ações penais e colocando ao povo brasileiro: "democracia é o que nós pensamos. Quem não pensar como nós, poderá ser punido".

Essa é a razão pela qual eu tenho dito, com todo o respeito, aos meus amigos, aos grandes juristas que são os Ministros da Suprema Corte, que não foi isso que se debateu na Constituinte. A grande maioria deles nem participou dos debates constituintes. Alguns nem estavam com idade suficiente de participar, e hoje nós estamos vivendo essa insegurança jurídica máxima. E a Suprema Corte, que era considerada a instituição mais respeitada deste país... Hoje os ministros nem podem sair à rua, porque são xingados publicamente – o que é uma pena, porque são ministros competentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas a escola que adotaram se entendendo como sendo os verdadeiros representantes da democracia, aqueles que poderiam dizer o que era certo e errado em relação à democracia, aqueles que poderiam dizer o que se pode e o que não se pode dizer, contra a liberdade de expressão...

Quantas vezes citei o Alexandre de Moraes sobre liberdade de expressão, nos seus comentários à Constituição, em que ele dizia que tentar cercear a liberdade de expressão era absolutamente inconstitucional! Nós vemos hoje que a liberdade de expressão está sendo censurada. Nós temos censura prévia. Ou, o que é pior, a democracia passou a ser um conceito definido pelo Supremo Tribunal Federal e as leis passam a ter não mais a posição de um legislador negativo, que diz: pode ou não pode ser constitucional uma lei. Só é esta a posição que o Poder Judiciário tem, segundo o que definiram os Constituintes. E passam a ser legisladores positivos, interferindo no nosso processo democrático.

Então, o que eu queria trazer, um velho professor de 87 anos, velho advogado de 64 anos de advocacia e 58 de magistério universitário, é que com toda admiração que tenho por cada um dos ministros, não concordo com essa linha e acho que essa linha está pondo em risco a democracia brasileira! E, mais do que isso, trazendo a insegurança jurídica ao máximo.

Era isso, meu querido Senador Girão, que eu queria trazer para aqueles que estão presentes, a todos aqueles que têm coragem de dizer, muitas vezes, conforme a velha fábula, que o rei está morto. É isso que nós estamos precisando. É mostrar qual é a verdade verdadeira, até para colaborar com os eminentes ministros, para que eles possam refletir que uma democracia só é forte se os Poderes forem harmônicos e independentes, cada um exercendo exclusivamente as suas competências.

Muito obrigado, Senador Girão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo... Nós é que agradecemos pela sua capacidade de dar uma aula aqui em 15 minutos. A gente é que agradece por essa oportunidade, sempre elegante, respeitoso com todos, especialmente com quem diverge. Isso é muito importante. É isso que a gente precisa cada vez mais.

Eu queria colocar que o Sr. Fernando Henrique Batista Chagas, que é o Presidente da Abart, da Associação Baiana de Empresas de Rádio e Televisão, aquela que durante a campanha eleitoral falou sobre a subtração das inserções, teve um problema de uma chuva torrencial na Bahia, não está conseguindo conectar. Mas a gente espera, porque é muito importante para complementar o que o Sr. Fábio Wajngarten, da Secom, ex-Secom, falou: denúncias gravíssimas que ele trouxe aqui hoje, na primeira palestra que houve nesse momento.

Está conosco, já conectado aqui, o Sr. Fernando Cerimedo.

Quem falou no nome dele, quem repercutiu alguma coisa de uma *live* que foi feita por ele recentemente teve os seus canais derrubados, inclusive a Deputada Carla Zambelli, que está aqui presente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e vai falar daqui a pouco, o Deputado Gustavo Gayer, o economista Marcos Cintra, que é um grande economista da Fundação Getúlio Vargas, que foi candidato a Vice-Presidente pela chapa do União Brasil, teve os seus canais derrubados. Eu o convidei, inclusive, a gente aprovou um requerimento para o Sr. Marcos Cintra vir, não sei se ele já declinou, o Sr. Marcos Cintra, ou se vai se manifestar mais tarde.

Já vou passar a palavra agora para o Sr. Fernando Cerimedo, responsável pelo canal La Derecha Diário, que divulgou um dossiê com informações sobre a apuração das eleições no Brasil, apontando falhas no processo.

Nós temos aqui um serviço, no Senado, para tradução simultânea, para que as pessoas possam acompanhar quem não compreender – se bem que ele fala um português bem tranquilo, fala um pouco, talvez nem precise, talvez faça é atrapalhar –, mas está disponível isso aí.

E a TV Senado, Senador Heinze, acho que a partir do seu pedido, acabou de iniciar a transmissão ao vivo. (*Palmas.*)

Aqui também ficam os nossos agradecimentos à direção da TV Senado, muito obrigado.

Eu passo a palavra para o Sr. Fernando Cerimedo, gratidão pela sua participação.

O senhor tem dez minutos, com mais cinco de tolerância da Casa, para fazer a sua explanação sobre esse nosso debate.

O SR. FERNANDO CERIMEDO (Para expor. *Por videoconferência*. *Tradução simultânea*.) – Bom dia, vou tentar falar em português, mas eu acho que não vou precisar. Às vezes ela acha que eu falo coisas que não precisa, peço desculpas se alguma coisa não é bem compreendida.

Muito obrigado por permitir que eu possa participar desta audiência pública para poder falar livremente, sem censura prévia, sobre as anomalias que levaram a uma fraude, uma muito provável fraude nas eleições brasileiras.

Eu gostaria de estar aí presencialmente com vocês hoje, mas a minha segurança física e jurídica não têm garantia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Só um minutinho.

Tem algumas pessoas achando que é melhor... Eu agradeço a tradução, mas tem algumas pessoas comentando aqui que é melhor a fala dele.

O SR. GUSTAVO GAYER – Presidente, só uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Então, a não ser que não dê para compreender, mas vamos tentar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUSTAVO GAYER – Uma questão de ordem.

A nossa audiência que está assistindo pela internet, muitas pessoas podem não entender por não falar o espanhol.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Pela ordem.) – Um momento só.

Normalmente, grande parte dos brasileiros entendem bem o espanhol.

Apenas os argentinos, às vezes, falam um espanhol muito rápido, se ele conseguir falar mais devagar um pouco, eu acho que todos vão entender – eu acho.

Ele até fala um...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Vamos colocar aqui a decisão para o Plenário.

Vamos ouvi-lo, aí a gente compara e a gente decide junto aqui.

Perfeito.

Vamos lá.

Dr. Fernando Cerimedo, peço desculpas e também à nossa tradutora. Eu queria o nome dela aqui para agradecê-la também, por favor.

Mas ele vai iniciar novamente, a gente repõe o tempo com a sua própria voz e aí a gente avalia.

Muito obrigado.

O SR. FERNANDO CERIMEDO (Para expor.) – Falo em espanhol ou em português?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Português. Português, por favor, se possível.

O SR. FERNANDO CERIMEDO – Perfeito.

Muito obrigado.

Eu vou tratar de ser bem compreendido, está bom?

Como eu falava, eu gostaria de estar presencialmente com vocês hoje, porém minhas seguranças física e jurídica não estão garantidas pelo atual Estado de direito do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como vocês sabem, meu nome é Fernando Cerimedo. Sou argentino, consultor político, empresário, pai de uma filha e esperando outro filho que a semanas virá a nascer, minha esposa é uma mulher comprometida com a verdade, com a vida e com a liberdade, assim como eu. Então, por isso, estou aqui hoje com essa única motivação. Não há interesse ideológico ou político. A verdade simplesmente caiu em minhas mãos, e eu não poderia, por meus valores, minha formação e minha família, escondê-la ou não revelá-la.

Estou aqui para falar com vocês sobre essa verdade hoje, com a esperança de que o Brasil não caia numa armadilha eleitoral em que, como já estamos presenciando, as evidências são irrefutáveis e claras. Há muitas coisas que eu gostaria de explicar, mas sei que hoje tenho pouco tempo, por isso eu vou resumir a grande maioria das anomalias encontradas.

Primeiro, o que mais nos chama a atenção é algo estatisticamente e matematicamente impossível de acontecer. Ninguém vai discutir séculos de fórmulas estatísticas e matemáticas para tentar legitimar uma anomalia. Para essas análises, tomamos como amostras cidades pequenas, demograficamente homogêneas e com distribuição equitativa dos modelos de urna. A mesma população, ou seja, distribuição homogênea e equitativa das urnas.

Há variação de resultados entre os modelos de algumas urnas de 2009 a 2015, que não possuem memória interna, mas usam um *pen drive*, um *flash drive* muito manipulável e sua postura não é clara, em relação às urnas de 2020, que possuem memória interna. Essa variação não ocorre apenas com relação aos votos do candidato 22, ocorre também, no caso, nos votos de Tebet e Gomes. E algo muito pior, que descobrimos há poucas horas, diz que essas anomalias também são vistas nos votos em branco, mas, em especial e ainda mais grave, nas urnas em que houve votos após às 17h, o que poderia ser, claro, mas com uma particularidade: em muitas urnas, os votos, após às 17h, ultrapassam 50% do total de votos, inclusive algumas pesquisas registraram votos até às 23h.

Essas urnas, milhares delas, também registram, segundo dados públicos das próprias urnas, uma diferença entre seis e dez segundos entre cada votação; cada voto entre seis e dez segundos. Essa análise foi feita em áreas com menor escolaridade para eliminar essa variável. Nesses mesmos modelos de urnas anteriores, no aplicativo do *software* Vota – esse *software* tem muitos aplicativos, está bom?

Mas, no aplicativo Vota, quando ocorre algum erro, aparece o nome do eleitor. Sim, o nome do eleitor por extenso na máquina e no aplicativo Vota.

Para dar alguns números sobre isso, a diferença de votos médios entre as urnas de antes de 2020 e de 2020 é a seguinte: no caso de Gomes, 19,8% a menos; no caso de Tebet, 19,9% a menos; no caso do Bolsonaro, em todo o Brasil, é de aproximadamente 5%, no primeiro turno, e ao menos 3% a 5%, no segundo turno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, nas poucas zonas eleitorais em que misturaram urnas eleitorais de 2020 e não de 2020, dentro da mesma região, essas diferenças persistem curiosamente sempre a favor do Lula, em praticamente todos os estados do Nordeste, do Sudeste e do Norte do Brasil.

Como podem, coincidentemente, todas as vezes, todas as urnas com controles mais difíceis serem favoráveis para o Lula?

No caso dos votos em branco, temos estados em que a diferença de votos em branco entre as urnas de 2020 e não de 2020 é superior a 30%, enquanto a diferença desaparece completamente entre urnas com oito ou mais brancos, somente conforme o modelo de urna.

Dois terços das urnas modelo não 2020, no interior de Roraima, por exemplo, davam absolutamente zero votos brancos. Como isso é possível?

Isso não significa que o modelo 2020 não tenha tido problemas. Aliás, diferenças de *software* também foram encontradas igualmente no modelo 2020. Pode ser que tenham sido menos afetadas pelo mecanismo do bloqueio das próprias máquinas, mas é impossível saber uma vez que uma auditoria verdadeira não foi permitida.

Jamais poderia haver menos votos em branco para Presidente no segundo do que no primeiro turno. Normalmente, as pessoas que votaram em branco no primeiro turno ou que votaram num terceiro candidato no primeiro turno votaram em branco. Mas praticamente ninguém que votou em ninguém no primeiro turno resolveu votar em alguém no segundo turno.

Ainda assim, em quase todos os estados, em especial nas urnas não 2020, houve aumento de até mais de 100% no número de urnas com zero voto branco, mostrando uma redução drástica nos votos brancos nos estados, o que é uma afronta ao bom senso.

O aumento inaceitável de número de urnas zero branco no segundo turno em relação ao primeiro pode representar uma possível exacerbação de um algoritmo do primeiro para o segundo turno a fim de garantir a vitória do 13, forçando mais a barra, com potencial maior de votos brancos roubados, levando a um número muito maior de urnas zero branco.

Pode ser a ponta para entender um problema muito maior, com a necessidade de exacerbação do algoritmo para não haver risco de, mesmo diante do algoritmo, o candidato 22 ganhar. Acabou aparecendo.

Mas, como vocês sabem, são anomalias. E, para que essas anomalias se tornem fraudes, elas precisam de dois elementos mais: tecnologia e processo. A tecnologia já foi testada no relatório do PL e até no relatório das Forças Armadas, mas, além disso, os mesmos registros das *logs* de votos têm informações escandalosas de dados públicos sobre os códigos-fontes, os tipos de *software* ao todo que foram usados, porque há mais do que um. É isto, é uma ilegalidade, é uma irregularidade que deve ser,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo menos, esclarecida. São diferenças que são impossíveis de ser explicadas por outros fatores e as explicações que tentaram dar não conseguiram justificar nem de perto.

E, se você quiser falar sobre o processo, um elemento que quero lhes dizer que encontramos é que havia mesários, ou seja, técnicos, que iniciaram as máquinas em quatro dias. Eles o fizeram em 5 mil urnas. Para que você entenda, uma pessoa acionou 5 mil máquinas em quatro dias. Isso parece eficiente? Não, isso não é um erro do processo de configuração das urnas, isso faz parte do esquema sistemático de configurar uma fraude; no mínimo, falsidade ideológica, se outras pessoas se passaram por esse técnico que mostrou ter ativado mais de 5 mil urnas.

O mais estranho para nós, além da censura brutal para que isso nem seja questionado, é por que o TSE não respeitou as suas próprias regras de excluir as urnas de 2009 e 2011, pois, por lei, aquelas urnas com mais de dez anos não podem ser usadas e devem ser descarte ecológico. Do que as urnas precisavam? Ou será que as urnas de 2020, com memória interna, são menos fáceis de se alterar?

Além do título de eleitor, conseguimos identificar se aquele mesário eleitor daquela seção eleitoral estava trabalhando. Quando fazemos o cruzamento, se o mesmo mesário trabalhou, em mais de uma seção, ao mesmo tempo, podemos encontrar uma relação de mesários cujo título de eleitor se encontrava em urnas diferentes. Isso quer dizer que o mesmo mesário está trabalhando em mais uma seção – inclusive, em escolas diferentes. Como isso seria possível, lembrando que nenhuma urna está conectada em rede? Não foi encontrado, pesquisando-se na internet, algo falando sobre alguma situação em que isso seria permitido. Foram encontradas, no primeiro turno, 16.764; e 10.357 ocorrências, no segundo turno, desse tipo de situação.

É isso, caros Senadores. Levanto algumas questões para nós. Como é possível que urnas sejam uma válida decisão do voto em cidades demográfica e socialmente homogêneas e com distribuição equitativa das urnas? Por que acontece que só os votos em branco de Tebet, ou de Gomes, ou de Bolsonaro são afetados? Quantas funções têm um algoritmo que alterou o resultado? E o nome dos eleitores estão no aplicativo, sendo o mesmo aplicativo que registra os votos? Como é possível que, em muitas urnas, o mesário tenha passado mais de meia hora digitando o título de um eleitor que já havia votado, por exemplo, 142 vezes – uma a cada 14 segundos – e que nenhum eleitor dessa sessão tenha sido identificado por biometria? Todos usaram documento e caderno de votação. Por que, no dia 21 de novembro, nota do TSE diz que as urnas de 2019 que foram movimentadas num domingo, em São Paulo, eram para descarte ecológico, quando, nas fotos dessas movimentações, as urnas tinham etiquetas do processo de 2022 o.k. Por que eles não prestaram atenção ao evento que ocorreu em 2018, no congresso mundial de *hackers*, onde, em apenas duas horas – em apenas duas horas –, os *hackers* conseguiram violar a vulnerabilidade dessas máquinas? Esse vídeo está disponível na Globo, na entrevista de 2018.

Por que ninguém respondeu ao questionamento, à especulação pelo bem do Brasil, sobre a integridade do sistema eletrônico que foi totalmente negligenciado pelo próprio TSE e para o que até a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

missão da OEA chama atenção? Por que o Ministro da Defesa não aplicou o Decreto nº 11.172, de 11 de agosto de 2022, do Presidente Bolsonaro, em que instruiu e deu instrumentos legais às Forças Armadas para verificarem todo o processo eleitoral antes, durante e depois do processo? Por que não usaram esse decreto para fazer o trabalho? O que aconteceu com o Ministro da Defesa?

Como mesário, você pode ativar 5 mil ou até 2 mil máquinas em apenas quatro dias e verificar esse processo. Quais foram os métodos e qual a empresa de auditoria que a OAB utilizou para certificar a lisura do processo eleitoral? Porque o simples questionamento gerou censura, emanada de uma lei que foi declarada inconstitucional em 2009 e que, no dia 22 de outubro de 2022, sim, entre o primeiro e o segundo turnos, entrou em vigor, dando ao Sr. Alexandre de Moraes poder absoluto de censurar até Deputados.

O que o Sr. Moraes quer esconder? É possível subestimar a ciência de um país inteiro ou do mundo inteiro? Eles realmente confiavam que não iríamos perceber, encontrando tantas dúvidas e irregularidades? Por que o TSE não apresenta provas contrárias? Por que não faz auditoria? Por que quer deixar um país inteiro em dúvida sobre o resultado? Qual é o plano, Sr. Moraes? Que medo você tem de não abrir os livros para mostrar como foi o processo? O que essa covardia escondia atrás da censura?

Por fim, como reflexão, o questionamento das urnas e do processo eleitoral faz parte das democracias maduras, podendo culminar com a anulação do processo, como ocorreu na Áustria, em 2016, e na Alemanha, em 2021, ou não. A condenação literal do questionamento às eleições é um dos pilares fundamentais dos titãs. Há recentes condenações as quais queremos questionar deixam clara a tendência ao totalitarismo e só são semelhantes aos processos eleitorais da Coreia do Norte, Cuba, China e Venezuela.

O impedimento do fortalecimento da transparência do processo eleitoral através da imposição da ideia de lisura inquestionável das urnas e das eleições, como ridicularização e condenação dos questionamentos, é um claro processo de inversão de conceitos e cujo questionamento de tal inversão também foi suprimido. Seria em si um aspecto de interesse para análise. Quando, após todas as irregularidades, ilegalidades silenciadas e anomalias, se completasse um raciocínio lógico que, até então, pairava somente no âmbito da especulação, esses objetivos de impedir o reforço da democracia através de transparência passam a ser plenamente compreendidos como parte de um processo mais amplo, tornando tal hipótese como muito provável, senão confirmada.

Senadores, na Venezuela é assim: o juiz decide antes de receber a petição, não houve nenhum ou um peticionário, bloqueia contas, encaminha para inquérito todos os autores, técnicos e partidos e, para mostrar isenção, multa em milhões no número equivalente ao da sigla. Isso, na Venezuela. Agora, se você acha isso válido, isso revela mais de você que do fato. Enquanto isso, o TSE se protege atrás das supostas impossibilidades estatísticas. Só se esqueceram que modelos ajustados são mais que suficientes para a comprovação estatística.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputados, Senadores, presidentes de partidos políticos, da direita, da esquerda, militares, se, depois de hoje, quando, em poucos minutos, muitos peritos conseguiram demonstrar as irregularidades dessa eleição e nada fazem, vão estar abandonando o povo. Mas saibam que o povo nunca sairá do Brasil. (*Ininteligível.*)

... só acontecerá com uma auditoria e um voto no papel. Não anular as eleições, com anomalias em todas as suas etapas, é confirmar um estado de autoritarismo travestido de democracia, tal qual acontece em Cuba e na Coreia do Norte.

Agora, para finalizar, dirijo-me ao povo brasileiro. Acordem! O Brasil está adormecido. Vocês estão inertes diante da oportunidade de salvar o país ou jogá-lo em desgraça. Olhem ao seu redor, olhem os países da América Latina que estão dominados pela esquerda, pelos amigos dos políticos de esquerda do Brasil. Pesquisem os exemplos espalhados pelo mundo. Você pode até ter votado na esquerda ou ter-se omitido por estar magoado com o Presidente Bolsonaro, mas ele luta pela sua liberdade e pelo seu direito de expressão. Não permita que te calem! Não tirem o direito à crítica de suas bocas! Não permitam que pessoas sejam presas ou censuradas por poucos apenas por dizerem o que pensam. Façam algo agora, neste momento! Levantem-se de seus sofás, saiam para as ruas, lutem pelo futuro das próximas gerações e entrem na história. O Brasil é lindo e merece um povo que o mereça de verdade. Lembrem-se: o único supremo é o povo.

Muito obrigado, brasileiros.

Obrigado, Brasil.

Muchas gracias, Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Sr. Fernando Cerimedo. Ele, que é o responsável pelo canal La Derecha Diario, divulgou um dossiê com informações sobre a apuração das eleições no Brasil, apontando falhas no processo eleitoral. Parabéns pela sua exposição bem didática!

Acho que nem precisou aqui... A gente conversou aqui, enquanto estava começando a palestra dele, e disse que nem precisou de tradução. De qualquer forma, eu quero agradecer tanto à Fabiana como à Lara pela disponibilidade. São excelentes profissionais aqui da Casa. Muito obrigado pela disponibilidade.

O SR. OTONI DE PAULA (Bloco/MDB - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – O Deputado...

O SR. OTONI DE PAULA (Bloco/MDB - RJ) – Só uma sugestão, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – O.k.

O SR. OTONI DE PAULA (Bloco/MDB - RJ. Pela ordem.) – Eu percebi que, durante a fala, ele estava possivelmente lendo um texto. E fica como sugestão, até porque essas *lives* poderão ser novamente derrubadas: se esse texto puder ser encaminhado a esta Comissão para que nós possamos disponibilizá-lo via WhatsApp para o povo brasileiro, seria muito importante nós termos todos esses dados em texto, a fim de que nós possamos conservar essa fala.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Perfeito. Nós vamos solicitar, Deputado Otoni de Paula. Nós vamos solicitar. A Comissão já vai entrar em contato com o Dr. Fernando Cerimedo para solicitar. Agora, aqui para nós, convenhamos, não é possível que uma *live* do Senado Federal, que uma transmissão oficial do Senado Federal seja derrubada.

O SR. OTONI DE PAULA (Bloco/MDB - RJ) – É possível.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Aí eu vou te falar: entrega a chave.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Senador Girão...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – O Senador Esperidião Amin queria falar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Antes de entregar a chave, o senhor cuide para que as notas taquigráficas sejam salvas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – O.k. Eu acho que tempos sombrios a gente vive, mas...

O SR. OTONI DE PAULA (Bloco/MDB - RJ) – Senador Girão, somente uma fala de dez segundos. Quem está falando aqui com V. Exa. é um Deputado Federal que está há um ano e quatro meses sem direito a ter rede social, que teve a sua casa no dia 20 de agosto invadida pela Polícia Federal, cujo celular, apreendido pela Polícia Federal, não está acautelado na PF, mas está na gaveta do Ministro Alexandre de Moraes, e daqui a pouco terei que dar parte dele por roubo do meu celular, já que o meu celular, levado pela Polícia Federal, não está acautelado na PF.

Então, são dias sombrios que nós estamos vivendo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Sim, o senhor tem razão. Daqui a pouco, inclusive, Deputado Otoni de Paula, a gente gostaria de ouvir a sua participação aqui. O senhor vai ter tempo, como todos os outros Parlamentares que estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pacientemente esperando. É porque a gente tem que cumprir a lista dos aprovados na sessão, das pessoas... Inclusive nós vamos ouvir agora o Dr. Carlos Rocha...

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Só um momentinho...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Eu já lhe passo a palavra, Senador.

O Sr. Carlos Rocha é o Presidente do Instituto Voto Legal, empresa responsável por relatório que aponta falhas na segurança das urnas eletrônicas. Ele é engenheiro formado pelo ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica). Ele está já conectado. Eu peço só, se o senhor puder ser breve, eu lhe agradeço, porque a gente tem mais 15 para falar. Eu lhe agradeço.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Pela ordem.) – Serei, serei, Senador. Estamos aqui até tarde, com a graça de Deus.

Eu não poderia deixar de fazer um comentário um pouquinho fora de ordem, mas muito dentro da ordem. Temos aqui presente também – não sei se foi apresentado – o Cacique Rony Pareci, que representa os povos primitivos nossos, dessa nação que fica ali no norte do Mato Grosso, na Chapada dos Parecis, onde eu tive o privilégio de, em 1976, passar três dias com a tribo. V. Exa. ainda não tinha nascido e eu estava lá. Obrigado pelo apoio, estão há 30 dias acampados em repúdio ao resultado das eleições.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado.

Quero só registrar aqui a presença do jornalista Oswaldo Eustáquio, outro que foi censurado aqui no Brasil. Seja muito bem-vindo à Casa revisora da República!

A OAB foi convidada, o Presidente da OAB. Ontem nós votamos, ele que fez, a OAB fez, vamos dizer assim, o trabalho, junto ao TSE, de auditagem, no processo eleitoral. Até o presente momento, não recebemos resposta se vai vir.

Também chamamos o TCU, o Presidente do TCU, Bruno Dantas, que também, junto ao TSE, acompanhou o processo eleitoral, porque a gente quer ouvir os dois lados. O objetivo aqui é a gente ver o contraponto, mas, infelizmente, ainda não confirmou a presença.

Eu já passo a palavra para o Sr. Carlos Rocha. Novamente, é muito aguardada a palestra dele, que é o Presidente do Instituto Voto Legal, empresa responsável por relatório que aponta falhas na segurança das urnas eletrônicas, engenheiro do ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor tem dez minutos, com mais cinco de tolerância. De antemão, já lhe agradeço muito, pela sua presença aqui, por ter atendido o nosso convite.

Muito obrigado, Sr. Carlos Rocha.

O SR. CARLOS ROCHA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador Girão! Na sua pessoa, cumprimento a todos os Parlamentares. Muito obrigado a toda a audiência.

Nós vamos compartilhar aqui uma apresentação e depois estaremos à disposição para perguntas.

O Instituto Voto Legal foi criado no ano passado. E o objetivo é prestar serviço de assistência técnica em estratégia para fiscalização eleitoral, em sistemas eleitorais. A gente pode atuar nas diversas atividades e realizar auditorias independentes nas eleições brasileiras.

A agenda de hoje. Eu vou falar, rapidamente, do instituto, vou informar que o Partido Liberal contratou uma equipe, o instituto, para fiscalizar as eleições. Vamos falar da fiscalização e vamos dar destaque a alguns documentos, a resolução do TSE que dispõe sobre a fiscalização e a auditoria, e vamos mencionar mais dois documentos técnicos publicados pelo TSE, o glossário das eleições informatizadas, o formato dos arquivos *log*, e vamos concluir com um breve resumo dos indícios de mal funcionamento que foram identificados em nosso trabalho.

O instituto então propõe melhorias para o sistema. Esse é o nosso propósito. Nós mantemos um canal com vídeos, entrevistas, e *podcasts*, que nós temos tido a oportunidade de fazer para esclarecer. Eu sou o Presidente do instituto, sou empresário, sou formado no ITA, em 1977, e tive o privilégio de liderar a equipe que desenvolveu e fabricou a urna eletrônica nos anos 1995, 1996 até 2000.

O nosso Vice-Presidente, Márcio Abreu, também empresário, é colega do ITA, formado em 1990 e é especialista também em segurança da informação, em governança, e trabalhou dez anos em empresas como Accenture e depois outros tantos, como CEO de grandes empresas como a Unilever e Cisco.

Em junho... Em julho, perdão, o Partido Liberal contratou uma equipe técnica, que é altamente qualificada e politicamente isenta. A nossa atuação é estritamente técnica porque o estatuto do instituto veda qualquer ação política. O objeto do contrato com o partido foi realizar uma fiscalização de todas as fases da votação, apuração, totalização. O trabalho se iniciou em julho e foi concluído em dezembro. Essa fiscalização é sustentada pela Lei Eleitoral 9.504, aprovada no Congresso, em 1997, e, em dois destaques, os partidos poderão fiscalizar todas as fases do processo eleitoral, no art. 66. E, no §7º, os partidos têm a liberdade de constituir um sistema próprio de fiscalização, apuração e totalização.

Nesse trabalho, nós propusemos, e o Partido Liberal concordou, foram utilizados os instrumentos de fiscalização do Tribunal de Contas da União, notadamente um instrumento de levantamento, que é a coleta de informações, a auditoria de conformidade, e agora estamos na etapa de auditoria operacional,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre o que terá acontecido na operação. Todos esses instrumentos são muito bem documentos pelo TCU, e nós estamos seguindo exatamente a metodologia que eles documentaram e utilizam.

Eu queria destacar, em primeiro lugar, que quem audita sempre constrói valor para a organização auditada. E a colaboração é construtiva. Isso consta da nossa proposta inicial ao PL, tem um destaque no nosso contrato de serviço. Toda a organização auditada espera que quem audita colabore com a sua imagem, para a confiança dos seus clientes e dos seus funcionários na organização. E é assim nesse trabalho. Não existe qualquer atitude de confronto. Eu tenho uma jornada profissional de muitos anos, desde 1995, quando começamos a trabalhar nas primeiras urnas, e sempre estivemos à disposição e sempre procuramos contribuir tecnicamente com o TSE. Inclusive, lá em 2016, quando o Ministro Gilmar era Presidente, nós fomos convidados e contribuímos para viabilizar uma estratégia que permitisse ao TSE o desenvolvimento de uma urna eletrônica que incluísse a impressão do comprovante impresso, o comprovante do voto. Isso foi feito. Trabalhamos no projeto, e o TSE apresentou para a sociedade, em 2017, uma urna desenvolvida que seguiu exatamente a nossa recomendação, em 2016.

O nosso trabalho não é pontual. O que aconteceu agora, recentemente, não aconteceu do nada. Isso é parte de um processo e tem várias etapas, iniciou-se lá em julho. Depois, no início de agosto, nós entregamos o primeiro relatório, que foi o levantamento de toda a documentação. Nós trabalhamos com documentação pública, disponível no *site* do TSE, do Tribunal de Contas, do ITI, e em vários outros *sites*, no *site* da ABNT. Todo o trabalho é suportado por normas brasileiras para as mais diversas atividades.

No início de setembro, foi entregue o primeiro relatório da auditoria de conformidade e esse relatório incluiu uma auditoria de pré-certificação e segurança da informação nos sistemas do TSE, no contexto do TSE, e inclui toda uma análise de critérios na norma ISO 27001. Foram 215 questões apresentadas ao TSE e respondidas pelos nossos auditores e que foram entregues, em anexo, ao relatório. Então, inclusive, o TSE ganhou aí uma auditoria de pré-certificação em segurança da informação e que normalmente é um trabalho prestado por empresas que querem avançar nos seus sistemas de segurança.

No início de outubro, nós, então, entregamos uma versão 2.0 dos relatórios de levantamento e auditoria, e, no início de novembro, nós entregamos uma apresentação executiva final. Todos esses documentos são entregues ao PL, inicialmente como documentos confidenciais, e depois são entregues ao TSE, e nós temos nos colocado à disposição do TSE para conversar sobre esses documentos e responder a questões técnicas.

Nós fomos muito bem atendidos no início do trabalho pela Dra. Christine Peter, Secretária-Geral da Presidência do TSE naquela época, mas, depois que a gestão mudou, não tivemos mais oportunidade de ter reuniões técnicas, o que seria muito importante nesse tipo de trabalho.

A atividade em curso solicitada pelo PL foi realizar, após as eleições, uma auditoria no *log* de urna.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O nosso trabalho é exclusivamente técnico, e a gente segue especificamente as instruções fornecidas pelo TSE, na resolução que foi publicada no final do ano passado e dispõe sobre os procedimentos de fiscalização e auditoria do sistema eletrônico de votação. Essa resolução é similar às resoluções publicadas nos anos anteriores. Sempre, um ano antes, no final do ano anterior a uma eleição, o TSE publica uma resolução para dispor sobre os procedimentos de fiscalização e auditoria. Ou seja, isso é um procedimento normal, que existe há muitos anos, e sempre, no ano anterior, o TSE publica uma resolução para regular a fiscalização e auditoria. Então, nosso trabalho segue exclusivamente a orientação técnica do TSE.

E a auditoria utiliza a documentação pública disponível no *site* do TSE e o *log* de urna, fornecido de maneira pioneira... Isso é um avanço muito importante de transparência do TSE. Agora, este ano foi a primeira vez em que a Justiça Eleitoral disponibilizou no dia seguinte à votação do segundo turno o *log* de todas as urnas eletrônicas, e o *log* é informado pelo TSE como um elemento de auditoria importante aos partidos políticos. Ou seja, nós estamos analisando o instrumento de auditoria que foi divulgado pelo TSE para esse fim.

A resolução publicada pelo TSE é feita exatamente para isso, e ela dispõe sobre os procedimentos de fiscalização e auditoria dos sistemas eletrônicos de votação. Logo no art. 1º, fica claro que os procedimentos de fiscalização e auditoria do sistema serão regidos por essa resolução. Então, o que temos feito como equipe técnica trabalhando para o Partido Liberal nesse trabalho segue exatamente aquilo que foi regulamentado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Nessa resolução existe uma previsão das ações após a eleição. Existe lá uma seção específica para verificação extraordinária após o pleito, e tem dois artigos, e é com isso que nós estamos trabalhando. Então, as entidades poderão solicitar uma verificação extraordinária. E quando é que isso é possível? Quando surgem fatos extraordinários, naturalmente apresentados indícios e circunstâncias que precisam ser evidenciados e documentados, como, de fato, foram. Então, trata-se de um fato absolutamente natural, previsto na resolução do TSE, verificar, após as eleições, os diversos sistemas. Nós focamos, nesse caso, por orientação do cliente, que é o partido, na análise do sistema instalado nas urnas eletrônicas, mas, em especial, os *logs* de urnas gerados por esses sistemas que estão operando as urnas eletrônicas.

Um documento importante é o glossário das eleições informatizado. No dia 1º de agosto, ocorreu o primeiro encontro do TSE com as entidades fiscalizadoras, os partidos políticos. Isso ocorreu na sede do TSE e nós tivemos a oportunidade de participar, foi uma reunião bastante produtiva, bastante abrangente, em que o TSE não só apresentou todas as oportunidades de fiscalização, os instrumentos, mas entregou documentos impressos, que depois também estavam publicados no *site* do TSE. E nós gostaríamos de destacar em especial esse glossário, que foi um folheto distribuído para nós naquele primeiro encontro, porque esse glossário define exatamente o que é o *log* de urna. O glossário explica que os *logs* são registros de atividades, como o histórico de qualquer sistema, e, ao se analisar o *log* se vão localizar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eventuais alterações, acessos e falhas, naturalmente, que os programas registram no *log*. Então, o próprio glossário diz que a urna registra todos os eventos relevantes de seu funcionamento e falhas encontradas que ocorreram na operação desse sistema. Então, quem registra eventuais erros de operação e eventuais não conformidades é o próprio programa que funciona na urna. Esse glossário então destaca que o *log* de urna é um elemento de auditoria importante para os partidos políticos e demais entidades fiscalizadoras. Nós estamos usando esse instrumento de auditoria.

Esse documento aqui especifica o que deve existir nos arquivos de *log*, é um documento que se chama formato dos arquivos de *log* e também está publicado no *site* do TSE. Ele informa que é um documento em formato de texto simples, que pode ser lido em qualquer editor de texto e onde se encontra esse *log*, e o TSE publica ao lado dos outros dois arquivos. Quando se acessa o portal do TSE, que está no *link* resultados.tse.jus.br, é possível se definir o município, uma zona e uma seção, e, quando se acessa aquela página específica de cada seção estão lá disponíveis três arquivos: o boletim de urna, cuja função é informar os resultados daquela seção eleitoral; o registro digital do voto (RDV), cuja função é mostrar os registros dos votos e permitir uma eventual recontagem, como explica o TSE; e o terceiro arquivo é exatamente o *log* de urna, cuja função é auditar o funcionamento da urna, é o elemento de auditoria importante para os partidos políticos, como informado no documento glossário.

Nessa especificação dos arquivos de *log*, no começo, é importante deixar claro que, dentro do arquivo de *log*, cada linha representa um evento. Então, na resposta que recebemos do TSE nos foi dito que é perfeitamente possível associar o arquivo *log* a uma urna, e nós concordamos, é isso que nós estamos fazendo. Nós consideramos que cada arquivo de *log* fornecido pelo TSE está associado a uma urna física, é exatamente esse o nosso entendimento, concordamos com os colegas do TSE.

A nossa análise é focada no conteúdo de cada linha, ou seja, quando o conteúdo de uma linha está correto, isso confirma que o funcionamento está dentro do esperado. Quando se encontra alguma informação, algum campo preenchido com uma informação que não é aquela que deveria estar lá para o funcionamento correto, surge exatamente o indício.

Em relação ao formato, eu acho que é importante mostrar para vocês porque essas são as informações que constam de cada linha e elas têm que estar corretas em cada linha. Então, a data e a hora, que definem exatamente o momento em que cada evento de operação da urna ocorreu; a severidade do evento, que tem várias categorias – pode ser uma informação, pode ser um erro; existem lá várias categorias documentadas –; e tem esta informação, que é muito relevante, que é o código identificador da urna. Por que é relevante? Porque essa informação assim como a data e a hora são lidas pelo programa da urna no *hardware*. Ou seja, para vincular o registro de cada evento, de cada atividade em uma linha do *log*, o programa que gera esse *log* vai no equipamento físico e lê no *hardware* estas duas informações: a data e a hora, que estão no campo de carimbo de tempo; e, na coluna 4, o código de identificação da urna, que é o número de série único de cada urna. E por que é importante isso? Porque o *log* é feito exatamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para isso, para você registrar cada evento e demonstrar que, no registro daquele evento, o programa leu o *hardware* e vinculou aquela atividade, aquele registro do evento a uma urna física. Por isso que é muito importante que esse código esteja registrado com o valor correto.

Olha, aqui vale destacar que o nosso trabalho consistiu exatamente em analisar os eventos ocorridos nas urnas. Esses eventos foram registrados nas linhas do *log,* e essa análise, essa comparação, foi feita de acordo com a especificação do TSE. Então, o nosso trabalho é bastante simples de compreender: nós analisamos os arquivos *log* de todas as 472.075 urnas eletrônicas e nós comparamos todos os arquivos *log* com as especificações. Para fazer isso, nós usamos uma plataforma de última geração de análise de dados em larga escala.

Foram identificados nessa análise de dados três registros que conflitam com especificações técnicas e com legislação.

O primeiro indício de mau funcionamento foi um erro do código de identificação da urna nas linhas dos *logs* de todas as urnas de modelos antigos. Ou seja, naquelas linhas onde deveria estar o código de identificação correto, está publicado nos *logs* fornecidos pelo TSE um código espúrio, um valor espúrio, que não representa qualquer urna. Então, evidentemente, isso prejudicou associar cada atividade, cada linha do *log* com a urna física em que ocorreu aquele *log*.

O segundo ponto de atenção relevante é o travamento da urna eletrônica. E como é que se identificou o travamento? Ao fazer uma análise do *log*, verificou-se uma atividade que é urna desligada pela chave. Para uma urna ser desligada pela chave, é necessário que o mesário levante da mesa, vá até a urna, insira uma chave como se fosse uma chave dessa de armário de academia – ele tem que inserir uma chave na traseira da urna – e intencionalmente desligá-la. Não existe um botão liga-desliga que permita o desligamento involuntário. Então, para que o mesário tenha se levantado da sua mesa, ido até a urna e desligado a urna, é porque ela terá travado. E isso fica claro na mensagem de erro que surge exatamente antes do evento de desligamento.

É importante destacar que esses eventos de desligamento ocorreram durante a votação de um eleitor, ou seja, o eleitor estava votando, a urna travou, e o mesário foi lá e desligou. Claramente uma urna travar não é um evento esperado. Então ele é um indício de mau funcionamento.

E por fim, em relação ao sigilo do voto, existem dois tipos de sigilo. Existe o sigilo do conteúdo do voto evidentemente, que precisa ser protegido, mas é preciso assegurar o anonimato do eleitor. Isso está na lei, isso está inclusive em votos do Supremo Tribunal, quando considerou inconstitucional o comprovante impresso do voto em duas ocasiões, não é? A última vez foi quando considerou inconstitucional a lei que definiu o comprovante impresso do voto em 2015, quando isso foi julgado. Um dos itens que está lá no texto do voto do relator e comentado por outros ministros é: não só o sigilo do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conteúdo do voto é importante, mas a proteção do sigilo dos dados pessoais do eleitor associados com o momento em que o eleitor votou.

Eu vou mostrar para vocês aqui – e peço desculpas, porque é uma coisa técnica, e a gente procurou colocar aqui em vermelho –, vocês podem ver, logo em cima, que existe aqui número de série errado em todas as linhas do *log*. Então é esse número que está aqui, 67.305.985. Esse número, que é um número espúrio e não representa nenhuma urna física, está registrado em todas as linhas de todos os *logs* de todas as urnas de modelos antigos, de 2015 para trás. Então esse é o primeiro indício de mau funcionamento.

O segundo tema é o travamento. Aqui embaixo, do lado direito, está: a urna trava. Como é que se sabe que a urna trava? Porque existe, na linha 2.169 lá, uma mensagem de erro, que vocês estão vendo lá, tem um código todo estranho, mas aquilo é uma mensagem de erro. E aí a urna, em que estava, no momento, 11h11min51 (da manhã), para, fica até as 11h17 sem executar nenhuma atividade – existe uma mensagem de erro – e aí a urna é desligada pela chave. A única razão para a urna ser desligada pela chave é porque ela travou. Ora, quando uma urna trava, e esses eventos aconteceram dezenas de milhares de vezes em diversas urnas, isso demonstra uma possível falha no programa da urna, porque um produto que está funcionando corretamente não trava. Espero que isso seja simples de ser compreendido.

Qual é a complicação adicional? Quando a urna trava, está registrado no *log* o nome de um eleitor, o nome completo de um eleitor. Existem outras situações em que aqui, no lugar do nome do eleitor, está o título, o número do título do eleitor. E existem outras ocasiões em que as informações são publicadas incompletas ou com erros. E claramente, vocês estão vendo aqui, na coluna 2, está escrito "erro", ou seja, ocorreu um erro. Se esse erro acontece inúmeras vezes e se ele exibe o nome completo de um eleitor associado ao momento de votar, isso é considerado tecnicamente uma violação do sigilo do ato de votar, ou seja, esse eleitor, com esse nome, votou naquele momento. Não se está falando, aqui, de sigilo do conteúdo do voto, mas o sigilo do ato de votar também é um problema e é um indício de mau funcionamento.

O terceiro ponto de destaque... Sobre esse eu já tive a oportunidade de publicar artigo, na página do nosso instituto existe uma descrição desse tema, e, inclusive, no ano passado, em duas ocasiões, nós tivemos reuniões com o TSE, sendo que, na segunda ocasião, que foi em junho, nós tivemos a oportunidade de ser acompanhados pelo Presidente da Associação Nacional de Certificação Digital.

Ora, há um entendimento de quem trabalha nessa área de que é necessária a assinatura digital de documentos eletrônicos com o certificado digital ICP-Brasil, ou seja, a ausência da certificação digital ICP-Brasil faz com que documentos gerados pela urna eletrônica percam a garantia da presunção legal de veracidade. Isso está disposto no art. 10, da Medida Provisória 2.200, que foi a legislação que criou a infraestrutura de chaves públicas brasileiras. Existe também o art. 4º da Lei 14. 063, de 2020, que também trata desse tema. É um tema mais técnico, específico, e ficamos à disposição para esclarecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os técnicos do TSE informaram que a Autoridade Certificadora das Urnas, que é utilizada pelos técnicos para gerar certificados que assinam os documentos gerados pela urna, não foi credenciada ainda pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação. Para que um certificado digital ICP Brasil seja emitido por uma autoridade certificadora tem que passar por um credenciamento no ITI. O TSE tem um convênio que foi assinado com o ITI, em 2017 – tem convênios anteriores, mas o último foi assinado em 2017 –, mas não foi pedido ao TCU o credenciamento da autoridade certificadora do TSE, nem da AC-Urna e nem da AC da Justiça Eleitoral.

Volto a destacar que o nosso trabalho é um trabalho de auditoria estritamente técnico. O nosso trabalho não atacou as urnas, nós consideramos as urnas um bom produto. Nós estamos aqui apresentando oportunidades de melhoria. Em nenhum momento nós mencionamos fraude, isso não nos cabe afirmar porque não temos evidências disso e isso será analisado dentro do processo de verificação extraordinário. Eventualmente, se for necessário – o TSE que vai decidir isso –, existem, por exemplo, especialistas em perícia digital forense, na Polícia Federal, que podem fazer um aprofundamento para descobrir as causas eventuais que geraram esses erros. Pode ser, meramente, um erro de programação.

O nosso relatório, então, apenas apresentou indícios de mau funcionamento seguindo estritamente as instruções do TSE para fiscalização e auditoria, após o pleito, que é o que está previsto na Resolução nº 2.3673 do próprio TSE.

Era isso o que eu tinha para contar a vocês. Espero que eu tenha conseguido ser claro, mas se tiverem qualquer dúvida nós estamos à disposição para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Olha, muitíssimo obrigado pela sua explanação, Dr. Carlos Rocha. Ele é o Presidente do Instituto Voto Legal (IVL), empresa responsável por relatório que aponta falhas na segurança das urnas eletrônicas. O Dr. Carlos é engenheiro formado pelo ITA (Instituto Tecnológico da Aeronáutica).

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senador Girão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Eu pediria a inclusão das notas taquigráficas do Cerimedo e também do Dr. Carlos Rocha.

Para nós é muito importante a documentação farta que nós já temos no Ministério Público Militar, para incluirmos esse documento também do Carlos Rocha e, também, do Cerimedo e, da mesma forma, do Wajngarten. O.k.?

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – O.k. Muito obrigado, Senador Heinze.

Eu peço à Mesa aqui, sempre muito atenciosa, que atenda a esse pedido do Senador Heinze, das notas taquigráficas. Não apenas dos dois, mas, também, do Cerimedo, do Carlos Rocha, do Wajngarten e mais de todos os que falaram aqui. Eu peço.

Muito obrigado.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Presidente, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Oi, Deputado.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. Pela ordem.) – Só antes de passar para o próximo, só para fazer um alerta a V. Exa.

A minha equipe está me alertando aqui que tem tentado transmitir ao vivo essa audiência nas minhas redes sociais, e o Facebook já derrubou por quatro vezes. Então, talvez, seja o caso de, numa próxima oportunidade, se o Senado assim entender, convocarmos os representantes do Facebook para prestarem esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Para você ter uma ideia, tem que saber de quem é a ordem, se é cumprindo ordem, porque eu também tive a minha rede... Pelo próprio YouTube... Não foi o TSE, foi o YouTube! De um assunto que eu não falei, mas eles decidiram, e eu fiquei sem postar por sete dias; agora, recentemente, fiquei sem poder postar nada. Inclusive entrei contra a rede social, pedindo reparação de danos. Eu acho que nós estamos vivendo realmente um momento delicado.

Obrigado, Deputado Filipe Barros! Daqui a pouco, reitero, vou abrir a palavra para todos os Parlamentares e para as pessoas, se der tempo, para os cidadãos que aqui estão, porque é uma audiência pública e a gente tem que ouvir quem a gente puder aqui. Está bom?

O Dr. Djalma Pinto, que é o próximo que vai falar, é um jurista paraense, radicado no Ceará, uma pessoa que eu admiro muito. Ele foi Procurador-Geral do Estado do Ceará e a sua especialidade é Direito Eleitoral, tendo livros publicados nesse sentido. Numa das audiências que nós tivemos aqui, eu não sei se foi a do ativismo judicial, o Dr. Djalma veio do Ceará para cá para participar.

Inclusive todas essas audiências estão no YouTube, com milhares de visualizações, que, se somarmos, dão milhões de visualizações sobre o ativismo judicial, segurança e transparência nas urnas, o inquérito das *fake news.* A questão do PCC, a morte do Prefeito Celso Daniel e a ligação com o partido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

político PT, supostamente, nós discutimos aqui e ouvimos. Foi uma audiência longa também. Tudo isso este ano! Então, está à disposição.

Dr. Djalma, muito obrigado pela sua presença.

De tudo que o senhor ouviu aqui tecnicamente, do Instituto Voto Legal, Dr. Carlos Rocha, do Fernando Cerimedo, dessas exposições, como é que o senhor avalia o cenário, tendo em vista um pleito que tem deixado tantas pessoas inquietas em nossa sociedade, querendo respostas? E o objetivo desta audiência, pelo menos, é a gente tentar buscar alguma solução para isso, a partir daqui.

Muito obrigado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Girão, a Bárbara está dizendo que, neste instante, tem 170 mil brasileiros acompanhando.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Senador Girão, não é melhor convidá-lo para vir aqui para a cadeira? Eu acho que fica melhor para nós assistirmos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Sim.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Obrigado, Deputado.

Dentro da nossa linha, se o senhor puder vir aqui atender o nosso convite – porque já fica na mesa; mais fácil, se tiver algum material para exibir –, eu lhe agradeço muito.

Obrigado, Dr. Djalma Pinto.

Providencie, por favor, a plaquinha.

Muito obrigado.

O SR. DJALMA PINTO (Para expor.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Girão, na pessoa de quem saúdo os Parlamentares aqui presentes, senhores participantes desta sessão, minhas senhoras e meus senhores, a presente audiência pública, que tem, entre outros objetivos, discutir a fiscalização das inserções no horário político, foi motivada, por certo, pela exoneração do servidor do TSE, lotado no setor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da veiculação das inserções da propaganda eleitoral gratuita.

Na versão apresentada pelo referido servidor, uma emissora de rádio teria informado ao TSE que deixara de veicular inserções da propaganda de um candidato à Presidência da República. Após repassar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o *e-mail* contendo essa confissão, o funcionário teria sido imediatamente afastado de suas funções naquela Corte.

A solução para o problema da não veiculação das inserções por qualquer emissora se encontra, porém, na própria Resolução do TSE nº 23.610, de 2019, com a redação dada pela Resolução nº 23.671, de 2021, mais precisamente nos §§2º e 3º do seu art. 80, que tem esta redação:

> Art. 80.....
> §2º Não sendo transmitida a propaganda eleitoral, a Justiça Eleitoral, a requerimento dos partidos políticos, das coligações, das federações, das candidatas, dos candidatos ou do Ministério Público, poderá determinar a intimação pessoal da pessoa representante da emissora para que obedeçam, imediatamente, às disposições legais vigentes e transmitam a propaganda eleitoral gratuita, sem prejuízo do ajuizamento da ação cabível para a apuração de responsabilidade ou de eventual abuso, a qual, observados o contraditório e a ampla defesa, será decidida, com a aplicação das devidas sanções.
> §3º Constatado, na hipótese prevista no §2º deste artigo, que houve a divulgação da propaganda eleitoral de apenas um ou de alguns partidos políticos, uma ou de algumas federações ou coligações, a Justiça Eleitoral poderá determinar a exibição da propaganda eleitoral dos partidos políticos, das federações ou das coligações preteridos no horário da programação normal da emissora, imediatamente posterior ao reservado para a propaganda eleitoral, arcando a emissora com os custos de tal exibição.
> .....

Na verdade, na apreciação da matéria relacionada às inserções eleitorais, nunca pode se perder de vista a própria advertência contida no art. 68, §1º, inciso III, da citada Resolução 23.610, de que o direito à propaganda deve ser assegurado para "a máxima efetividade do direito constitucional da eleitora e do eleitor à informação".

Como se vê, bastaria a simples aplicação da resolução para contornar o problema que motivou, inclusive, a convocação da presente audiência pública.

Em relação ao resultado das eleições, não tenho, Sr. Presidente, qualificação técnica na área de informática para um posicionamento conclusivo sobre este assunto. Esta matéria cabe aos peritos e aos *experts* no assunto.

Parece-me, entretanto, oportuno e inadiável um amplo debate neste Parlamento sobre o processo eleitoral brasileiro, marcado por sucessivas crises.

Toda crise, entretanto, pode ser fonte de aprimoramento das instituições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2014, o PSDB questionou perante o TSE o resultado das eleições. Como reação em relação à polêmica envolvendo o resultado das urnas, o Congresso Nacional elaborou em 2015 a Lei 13.165, inserindo o art. 59-A na Lei 9.504, de 1997, a Lei as Eleições, para exigir a impressão dos votos, de forma automática e sem contato manual do eleitor, a ser depositado em local previamente lacrado.

Na verdade, pela quarta vez – pela quarta vez! –, o Parlamento, no exercício da delegação recebida pelo povo, exigiu a impressão dos votos!

No dia 1º de março de 2018, o TSE, observando rigorosamente o prazo fixado no art. 105 da Lei 9.504, de 1997, no exercício do seu poder regulamentar, recepcionado pela Constituição, expediu a Resolução nº 23.521, disciplinando a impressão do voto na urna eletrônica, com a finalidade, expressamente declarada no texto da resolução, de permitir a verificação pelo eleitor da correspondência entre o teor do seu voto e o registro impresso, assim como o exibido pela urna eletrônica. Essa resolução foi aprovada naquela ocasião pela unanimidade dos integrantes do TSE.

Ao publicar essa resolução, o TSE assegurou à sociedade brasileira que a impressão do voto não quebraria o seu sigilo por não ter o eleitor contato manual com a cédula a ser lançada em invólucro lacrado.

Ocorre que, em 6 de junho de 2018, o Plenário do Supremo Tribunal Federal suspendeu a vigência da lei que autorizava a impressão do voto, sendo, por isso, revogada a licitação já realizada pelo TSE para aquisição das máquinas impressoras para essa finalidade.

Impõe-se, neste contexto, Sr. Presidente, uma inadiável reflexão sobre a insegurança jurídica visualizada no fato de integrantes da Justiça Eleitoral elaborarem normas disciplinando o sistema de votação e, em seguida, ser declarada a inconstitucionalidade do ato normativo produzido por alegada violação à Constituição.

Esse quadro de instabilidade acarreta a perplexidade na cidadania, estando a exigir um debate mais profundo do Parlamento sobre o controle de constitucionalidade e sobre a investidura na Justiça Eleitoral e nos demais tribunais da República.

Um modelo que poderia ser analisado para aprimoramento do nosso Poder Judiciário é aquele atualmente em vigor em Portugal. Ali, o guardião da Constituição é o Tribunal Constitucional, composto de treze juízes, sendo dez indicados pela Assembleia da República e três indicados por esses dez magistrados. Dos dez, seis são, obrigatoriamente, escolhidos entre juízes dos demais tribunais e quatro, entre juristas altamente qualificados. Todos eles aprovados pelo voto de dois terços dos integrantes da Assembleia da República. Esses juízes têm mandato de nove anos não-renovável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por outro lado, o acesso ao Supremo Tribunal de Justiça, que, naquele país, não atua como guardião da Constituição, se dá por concurso curricular aberto aos magistrados, aos membros do Ministério Público e aos juristas de mérito.

Já os magistrados, integrantes dos tribunais de segunda instância, em Portugal, são recrutados por concurso entre juízes de primeira instância. Não há investidura, nos tribunais, por antiguidade e merecimento.

Sobre o recrutamento por concurso público, convém ter em mente a advertência do Prof. Dr. Javier Rincón Salcedo, titular da Cátedra de Direito Administrativo da Universidade de Salamanca, de que, além do concurso de provas e títulos para investidura na magistratura, seja exigido teste vocacional, para a efetiva e satisfatória aplicação do Direito na sociedade contemporânea. Para ele, o magistrado precisa de alguma coisa a mais do que ser gênio.

A propósito, em sintonia com essa doutrina, a Lei portuguesa nº 2, de 14 de janeiro de 2008, exige e regula, no seu art. 21, o exame psicológico de seleção para avaliar as capacidades e as características de personalidade dos candidatos para o exercício da magistratura.

Com essas breves considerações, concluo, Sr. Presidente, que a atual crise vivenciada na alternância do Poder, em nosso país, poderá propiciar um aprimoramento no exercício da atividade jurisdicional, a partir da constatação de que os tribunais são órgãos da soberania, com competência para administrar a Justiça em nome do povo, com integral respeito à Constituição, à neutralidade e às normas votadas pelo Poder Legislativo do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Dr. Djalma Pinto, que tem livros publicados sobre direito eleitoral e é um especialista na área. Obrigado pelo seu esclarecimento. Como as notas taquigráficas vão ficar aqui, a gente vai avaliar essa sua fala, como a dos outros, e ver o encaminhamento que a gente pode fazer.

Eu queria convidar para esta mesa o Dr. Sebastião Coelho, que é Desembargador aposentado aqui do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, para que possa fazer a sua exposição.

Para quem ligou agora, quem está acompanhando agora esta sessão, nós procuramos chamar os dois lados aqui. É sempre positivo para a democracia ouvir o contraponto, a divergência. Chamamos aqui a OAB, que participou da fiscalização do processo eleitoral. Chamamos também o TCU. O Ministro Bruno Dantas, que é o Presidente, até agora não manifestou se vai vir. Estou na expectativa de que venha o voto divergente de lá, que é do Ministro Jorge Oliveira. É isso? Eu tive a oportunidade, ontem, ele me contactou, está em viagem para Foz do Iguaçu, mas vai tentar entrar de forma virtual. Como a sessão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deve ir aqui, pelo andar da carruagem, até o começo da noite, eu espero que a gente possa ouvir aqui os lados da história, da moeda.

Dr. Sebastião Coelho, muito obrigado, pela sua presença.

O senhor tem dez minutos, e mais cinco, para se manifestar sobre o pleito de 2022, sobre tudo que está acontecendo no Brasil, esse caos institucional que a gente está vivenciando, com as pessoas desesperadas – o que a gente vê é isso, as pessoas desesperadas, e a gente precisa levar luz e dar uma resposta para elas.

Então, o senhor tem a palavra.

O SR. SEBASTIÃO COELHO (Para expor.) – Cumprimento o eminente Senador Girão pela iniciativa. Agradeço o convite não só a V. Exa., mas a toda a Comissão.

Cumprimento todos os presentes. As mulheres me permitam cumprimentar na pessoa da minha eminente amiga Bia Kicis, uma brilhante representante do Distrito Federal, e da vítima Bárbara que está aqui à mesa, vítima do sistema.

Cumprimento o Eustáquio, vejo-o aqui também; meu Deputado Federal Otoni, meu irmão em Cristo, que é mais uma vítima.

Eu me tornei um ator involuntário de toda essa história. Não tenho redes sociais, os que me conhecem, conhecem-me de perto, como a Bia e outros aqui, e, no dia 19 de agosto, eu era o Corregedor do Tribunal Eleitoral do Distrito Federal e anunciei que iria aposentar, porque, evidentemente, eu não iria cumprir as determinações do Sr. Alexandre de Moraes. (*Palmas.*)

Eu disse que ele fez uma declaração de guerra ao país, Senador Girão, e, infelizmente, eu estava certo. Ele está, Senador Heinze, fazendo, está guerreando contra o país. Está vencendo algumas lutas, mas eu creio que ele não terá a vitória final. A vitória final será do povo brasileiro.

Quando nós falamos numa audiência como esta, temos que tomar cuidado para não repetir aquilo que já foi falado, para otimizar o tempo e dar oportunidade a todos.

Bem, de tudo que já foi falado aqui, a decisão do Ministro de não investigar a verificação feita pelo PL, toda a resistência que já foi colocada, desde a intervenção indevida do Ministro Barroso aqui no Parlamento para não ter o voto auditado, e toda a resistência feita por esses atores, nós podemos ter a seguinte conclusão. Tudo que se faz, se faz com prova; não se faz com indícios de prova.

Eu não vou falar de direito aqui, porque a Bárbara já se mostrou uma grande constitucionalista e processualista aqui na sua manifestação inicial, mas eu quero citar um artigo do Código de Processo Penal Militar. É o art. 382, que diz o seguinte: "Indício é a circunstância ou fato conhecido e provado".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos esses fatos o senhor perito argentino, o engenheiro que aqui já falou, todos eles já trouxeram fatos incontestes da realidade que nenhum de nós desejava.

Então, todos esses são indícios, como conclui o artigo, que induzem à existência de outra circunstância ou fato. Então, todos esses indícios que nós já apuramos aqui induzem à circunstância de afirmarmos que as urnas eletrônicas têm problema. Nós não podemos dizer que houve fraude, porque estamos sem... O processo está sendo impedido de ser verificado.

Então, olha, eu fui, por 21 anos, juiz de primeira instância e, por nove anos, desembargador. Interroguei muitas pessoas, muitas pessoas. Vou dar dois exemplos práticos, Deputado Filipe, para nós nos situarmos. Quando, no processo civil, em uma investigação de paternidade, o menino é a cara do pai... "Olha, mas não tem dúvida! É a cara!". Olhou, Senador Girão, Senador Heinze, é a cara! "Mas é! Eles namoraram e tudo". Enfim, o juiz tinha que decidir: "Olha, parece que ele é o pai mesmo". Mas, com a evolução, apareceu o quê? O DNA – e o DNA é prova inconteste, 99,99%. No processo civil, quando o investigado – e as advogadas e advogados aqui sabem disso – se recusa, Deputada Carla, a fazer o exame de DNA, a presunção é contra ele.

Agora, eu vou para o exemplo do processo penal. Eu atuava em turma criminal agora, antes de me aposentar. Muito bem. Quando, no exame de trânsito – o uso de álcool no trânsito, de bebida alcoólica, Deputado Gayer –, a pessoa se recusa – e ela não pode fazer prova contra si... Ela se recusa a fazer o teste do bafômetro, ela se recusa ao exame clínico, mas todo mundo está vendo que a pessoa não consegue sequer andar, toda aquela prova... Ele poderia ter feito uma prova ao contrário, ter dito: "Olha, eu fiz o teste do bafômetro e ficou comprovado que eu não ingeri bebida alcoólica". Ou por outra: "Eu fiz o teste de DNA e ficou comprovado que eu não sou o pai dessa criança".

Pois bem; o Tribunal Superior Eleitoral faz ao contrário, ele que tem os instrumentos para dizer: "Olha, tudo que vocês estão falando é um absurdo! Isso aqui está absolutamente regular, absolutamente legal". Mas o que ele faz? Ele tolhe, impede que a prova seja realizada, e, com esse impedimento de realizar a prova, nós todos, a população brasileira tem o direito de suspeitar que tem coisa errada. Essa é uma realidade. (*Palmas.*) Como nós falamos muito de apontar erros e, às vezes, não apontamos soluções, eu quero apontar uma solução. Eu quero apontar uma solução. Eu queria propor ao Senado Federal, à Mesa do Senado Federal, aos líderes, que fizessem, tendo junto também Senadores como Heinze, como Girão, que estão à frente desse processo – Senador Lasier também, Senador Kajuru – que propusessem uma reunião com os Ministros do Supremo, os 11, e dissessem: "Ministros, chegou, parou, passou do limite". Qual é a proposta que nós fazemos a V. Exas.? Encerrem imediatamente os dois inquéritos ilegais, inconstitucionais, o 4.781 e o 4.874, parem imediatamente e entreguem as provas ao Ministério Público. O Ministério Público vai analisar e ver se alguma coisa que está ali presta ou não, Deputado Girão – se presta ou não. Se o Supremo aceitar essa proposta, nós começaremos a ter o processo de pacificação do país. Agora, eles não podem, eles terão benefício de alegarem: "Olha, nós não fizemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso" – já deveriam ter feito, de ofício –, se o Senado não for até lá. O Senado tem que se mover, tem que chegar até lá para fazer a proposta. Senão, eles vão dizer: "Ah, não, mas ninguém me propôs, eu não podia fazer nada".

É possível que eles aceitem? Não creio, mas tem que haver a tentativa. Por que eu não creio? Porque todas as ações – e aí eu não vou detalhar muito, Gustavo, porque é consenso nacional que o Sr. Alexandre de Moraes já praticou muitos crimes. Usurpação de função pública, ele exerce...

Se me conseguirem uma água, agradeço.

Ele exerce a função de promotor de justiça, de Procurador da República, de juiz de direito, de delegado da polícia. Senhores delegados da Polícia Federal, isso é usurpação de função pública. O Ministério Público, nem se fale do art. 129 da Constituição. Eu fico abismado que essas pessoas que têm a sua prerrogativa constitucional vilipendiada não representem ao Procurador-Geral, para dizer: "Olha, está usurpando a minha competência", porque o art. 102 diz qual é a competência do Supremo Tribunal Federal, e evidentemente, o que ele está fazendo não está dentro da competência. Não está dentro. Infelizmente, o Supremo tem referendado.

Eu quero trazer, senhores juristas, para discussão, um dado que eu não vi ainda ser tratado, mas eu resolvi tratar porque eu fui a uma manifestação... Quero dizer que eu não conheço ninguém de lá. Voltava de viagem, passei pelo local para dar uma olhada e, no domingo, resolvi ir e resolvi falar. Na hora que cantou-se o Hino Nacional, e todos com a mão na boca depois, três minutos de silêncio, eu pedi a palavra e falei naquele momento, e defendi a prisão de Alexandre de Moraes.

Eu não tenho redes sociais. Minha comunicação é só por WhatsApp. Não tenho nenhuma rede social. Mas uma filha minha me disse: "Olha, pai, alguém escreveu aí que vai dar três dias para você estar em público se retratando".

Eu estou aqui reafirmando, ao invés de me retratar. (*Pausa.*)

Muito bem, muito se fala contra a polícia, seja ela civil, militar ou federal. Enfim... Olha, a polícia tortura, faz e acontece...

Eu vou ler aqui um artigo, eu vou ler a Lei de Tortura, uma lei muito antiga, a Lei 9.455, de 97. Diz que constitui crime de tortura:

> I - [...]
> II - Submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade [...]

No momento em que o Ministro Alexandre de Moraes coloca empresários, 43 pessoas que estavam lá, Oswaldo Eustáquio, Alan, Carla, todas essas pessoas, dentro do Inquérito 4.874, Bia, Gustavo, todos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No momento em que ele coloca as pessoas dentro do inquérito, essas pessoas estão sob a sua autoridade. A partir daí, elas estão sob a sua autoridade.

Eu continuo, estou lendo a lei. "Com emprego de violência" não é, "ou grave ameaça". Gravíssima ameaça! Ameaça de cercear a liberdade ou retirar-lhes o patrimônio. Qual a ameaça? Retirar a sobrevivência das pessoas desmonetizando, enfim, enfim, enfim... Isso é uma gravíssima ameaça que ele está fazendo.

Aí continua o artigo: "como forma de aplicar castigo pessoal", não é o caso, "ou medida de caráter preventivo". É uma medida caráter preventivo, porque ele está dizendo: "Olha, eu te coloquei onde não devia, para, preventivamente, você não praticar um ato que eu reputo...". Olha, sob ameaça, "você não praticar um ato que eu reputo como antidemocrático", quando, na verdade, ele é que está sendo antidemocrático neste país.

Mas tem o quarto item desse inciso. O quarto item diz aqui "impondo", vamos ver aqui, "intenso sofrimento físico", não é o caso. Até é no caso do Oswaldo Eustáquio, "intenso sofrimento físico ou mental". Eu ia perguntar, eu ia dizer, Senador Girão, Senador Heinze... Vamos convidar aquelas pessoas todas que tiveram redes sociais cerceadas, liberdades cerceadas, patrimônio com constrição, patrimônio bloqueado, para ficar mais simples, se elas estão tendo algum sofrimento mental... Se elas chegarem e disserem "Não, eu não estou", eu me desculpo e retiro. Mas, ao ouvir a Bárbara, que aqui chorou e mostrou a indignação pela violência que está sofrendo, eu acho que nem preciso fazer essa pergunta, para dizer que eles estão sob intenso sofrimento mental – mental.

E eu quero dar o crédito ao Deputado Daniel Silveira, porque eu assisti a uma entrevista dele em que ele falou:" Olha, tudo bem, o desembargador pediu a prisão, mas o juiz só pode ser preso em flagrante delito, por crime inafiançável ou mediante ordem judicial". Mas o art. 312 do Código... E aqui é um crime inafiançável. O art. 312 do Código de Processo Penal estabelece como um dos requisitos para decretar a prisão a garantia da ordem pública e também reiteração criminosa é motivo. E é simples o exemplo da Lei Maria da Penha, quando o homem agride uma mulher, a pena é ridícula, é pena de detenção. Devia ser mais forte, mas é de detenção. E quantas pessoas,.. Faça uma pesquisa aqui no Distrito Federal, nas penitenciárias...

Meu tempo está acabando já?

Quantas pessoas têm prisão preventiva e para quê? Para que não voltem a delinquir. É isso. Então, eu digo que o Sr. Alexandre de Moraes está praticando reiteradamente crimes. Toda decisão que ele profere de forma ilegal é um crime. Se essa decisão está valendo, o crime está acontecendo. Ele decretou, mas já passou. Se está valendo, prevalecendo a decisão, o crime está acontecendo – não é, Deputado José Medeiros? – e é flagrante delito. Mas, olha, isso aí é detenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, porque eu... Qual seria o melhor caminho? O melhor caminho, Srs. Senadores, Srs. Parlamentares, público presente, seria o Senado Federal já ter tomado uma providência. O Sr. Presidente do Senado, com todo o respeito, Senador Rodrigo Pacheco, V. Exa. está prevaricando, V. Exa. está prevaricando. Veja, nós somos pessoas, seres humanos, pelo menos a quase totalidade, que temos que ter temor a alguma coisa, temor a Deus, temor ao cumprimento das regras. Mas, se eu sou um sujeito que, por tudo que eu fizer, eu tenho a certeza antecipada de que ficarei na impunidade... E, se ele não tiver um sentimento – eu não sei nem se eu posso falar –, enfim, ele não terá freios.

Eu dou o exemplo do sinal de trânsito. O sinal está vermelho ali: eu não passo porque eu posso causar um acidente. Eu sou responsável, eu não faço isso. Mas, se eu passar e for flagrado, posso ter a minha habilitação retirada. Os Srs. Ministros do Supremo não têm medo de nada, porque eles poderiam temer a sociedade, mas eles não temem, ao contrário. População brasileira, o Senado está numa Comissão para modificar a Lei 1.079, que é a Lei do Impeachment, e – pasmem! – o Presidente é Lewandowski. O Presidente é Lewandowski para quê? Não vi o anteprojeto ainda, mas para blindar os Ministros do Supremo Tribunal Federal e ainda incluir Forças Armadas nessa história toda!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – E para pressionar os Senadores a não se manifestarem: "Cala a boca, Senador!", é o que vão fazer.

O SR. SEBASTIÃO COELHO – Nós sabemos. É isso.

Então, nós estamos num estado de exceção. Nós estamos, brasileiros, num estado de exceção. Todos já disseram isso. Rompimento institucional. O Vice-Presidente da República, Mourão, futuro Senador desta Casa, já se manifestou nesse sentido.

E, quando nós estamos diante da ruptura constitucional, o que nós temos que fazer? Aqui, nós temos dois ilustres delegados da Polícia Federal que sabem que, nos crimes comuns, a competência para apurar é da Polícia Federal e para julgar é do Supremo Tribunal Federal. Eles podem fazer isso? Eles podem fazer isso? A quem recorrer? Nós não temos a quem recorrer. Por isso que eu digo que a ordem constitucional está rompida e a ordem pública está abalada. A ordem pública foi jogada no lixo. Nós podemos ter uma convulsão social neste país, infelizmente. Podemos evitar? Poderíamos pelo Senado. Não vai. É triste dizer isto, que votamos, e o Senador, o representante... Por que uma grande parte dos Senadores quer, mas não funciona?

Então, eu digo que não há uma solução. Nós, a sociedade brasileira, sofreu um golpe praticado pelo Supremo Tribunal Federal ao não cumprir a Constituição. E qual é a solução constitucional? O Presidente da República invocar o art. 142 da Constituição para dar legitimidade às Forças Armadas para agirem. Vejam: tem muitos pedidos, Forças Armadas... No momento que nós estamos, com fragmentos da Constituição ainda em vigor, se as Forças Armadas agirem de ofício, vai ser colocado como um golpe, embora seja um contragolpe. Mas, se o Presidente da República convocar, não, porque ele está exercendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seu poder constitucional de utilizar para garantir a ordem pública. Essa é a realidade que nós estamos vivendo.

Para concluir, Senador Girão, eu vejo que, com a composição atual do TSE, não tem solução. Imaginem que o TSE fez uma resolução que dá poder ao próprio Presidente para fazer tudo. Foi para o Supremo, para... O Procurador-Geral da República ingressou com a medida apropriada, foi para o Supremo... Quem votou lá? Os três Ministros que votaram no TSE. Cármen Lúcia, Alexandre de Moraes e Lewandowski votaram também lá no Supremo. Isso está errado. Não tem a quem recorrer. A população está entregue.

Então, o Presidente da República tem até o dia 31 de dezembro – e todos nós temos que ter paciência – para exercer o seu papel constitucional. Se ele não o fizer, chegaremos a 1º de janeiro, e aí a rua vai dizer: "O poder que o povo delegou para que o Parlamento exercesse o Parlamento não está exercendo". Então, o povo, eu acho, no estágio em que nós estamos, que poderá exercer diretamente, e nós não sabemos onde nosso país vai parar.

Eu falo isso, senhoras e senhores, com muita dor no coração. Eu larguei minha carreira, eu poderia ficar mais oito anos no tribunal, mas eu não poderia participar desse processo e dizer: "Olha, eu fui o corregedor da Justiça Eleitoral e carimbei decisões absolutamente ilegais".

Agora, para concluir mesmo, de verdade. O Brasil comemorou 200 anos de independência dias atrás. Nós fomos novamente colonizados por um império chamado Supremo Tribunal Federal. Basta esperar quem será que dará o novo grito de independência ou morte.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado ao Desembargador Sebastião Coelho, que é aqui do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Ele é aposentado.

Eu queria já ouvir, está conectado aqui conosco, neste momento, o ex-Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, que é o maior tribunal, podemos dizer assim, do mundo. Se eu estiver equivocado, Dr. Ivan Sartori, o senhor me corrige. Eu tive oportunidade de visitá-lo uns dez, quinze anos atrás, no mínimo, e o senhor era Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, e eu nem sonhava estar aqui, nem sonhava ser político um dia, mas o senhor me deu uma demonstração de muita humildade. E eu faço questão de testemunhar. O senhor já participou de uma audiência nossa aqui, acho que sobre o caso do...

O SR. IVAN SARTORI (*Por videoconferência.*) – Ativismo judicial.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – ... do ativismo judicial. O senhor veio pessoalmente inclusive, com sua família, com seus filhos, e eu lhe relembrei aquilo. A Defensoria Pública de São Paulo estava fazendo um debate, o nome do debate era o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seguinte, Deputado Paulo Martins, o senhor que é um ativista pró-vida: "Estratégias para legalização do aborto no Brasil". E não tinha contraponto, era só um lado. Inclusive nesse seminário, nas redes sociais depois soltaram, dizia que a estratégia era o Supremo Tribunal Federal; não adiantava pelo Congresso porque o Congresso tinha muitos Parlamentares pró-vida, Senadores e Deputados.

Mas o Desembargador Ivan Sartori, com muita elegância, com muita sabedoria, ligou para o defensor público do estado, Presidente, e pediu: "Pelo menos um nome, vamos colocar pelo menos um nome para fazer o contraponto". E conseguiu. Eu estava, eu fui a esse evento, um ex-Deputado da Bahia foi defender a vida lá desde a concepção, Luiz Bassuma, e ele não conseguiu falar, não o deixaram falar. Foi vaia, cinco minutos direto. Ele tinha um voo, tinha que voltar, anotou no papel, agradeceu e voltou.

Então, o Desembargador Ivan Sartori mostrou ali que é democrático. Mostrou naquele momento que é uma pessoa muito respeitosa e eu lhe agradeço a participação. O senhor tem dez minutos, com a tolerância da Casa, para falar nesta audiência pública.

Muito obrigado.

O SR. IVAN SARTORI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos. Boa tarde, meu caro Senador Girão. Quero cumprimentá-lo pela coragem, pela força e pela defesa das nossas garantias constitucionais diante das audiências que tem feito. Participei da audiência primeira do ativismo judicial. E eu estou vendo que o movimento cada vez mais cresce no sentido de levar o país para o lado da democracia.

Gostaria de cumprimentar também as mulheres na pessoa da Carla Zambelli, que eu muito admiro, na pessoa da Bárbara, a vítima Bárbara; cumprimentar todos os nossos oradores; e, inicialmente, também cumprimentar o nosso querido Ives Gandra, professor, que deu uma aula aqui para nós.

Mas nós estamos num crescendo, de muito tempo para cá, em que nós estamos verificando e eu venho batendo muito nisso nas redes socais, nas entrevistas que dou, nos debates. Eu venho batendo justamente que a coisa vem caminhando de há muito tempo para o lado de uma ditadura do Judiciário, como já foi dito aqui. Eu não repetir. Tudo quanto foi dito eu reitero aqui e endosso completamente a fala do Prof. Ives Gandra, do Desembargador Sebastião.

Mas o que eu tenho a dizer é que o Supremo começou num ativismo judicial moderado, permitido pela Lei de Introdução ao Código Civil, nas regras inclusive de Canotilho, as discussões que se implementaram na época de Kelsen. E foi caminhando para um ativismo político e agora nós estamos já extravasando para uma ditadura.

Nós temos ali, em primeiro lugar, a descondenação do atual eleito Presidente. Uma descondenação totalmente irregular no estertor do processo, em que nós vimos aí juízes de todas as instâncias unanimemente condenando esse Presidente eleito pelos desvios e desmandos que praticou aí no nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil enquanto nos governava. Inclusive, a decisão tratou de assunto já efetivamente cuidado nos autos por todos esses juízes. E, numa penada, nos embargos de declaração, num *habeas corpus*, num rito absolutamente anômalo, houve essa descondenação. Ali eu já percebi que, pelo andar da carruagem, a situação ia realmente chegar ao ponto em que estamos.

Nós tivemos aí diversas interferências no Executivo; inquéritos sem a observância do juiz natural, devido processo legal; pessoas sem prerrogativa de foro sendo julgadas pelo Supremo, uma ofensa grave ao art. 5º, inciso LIII, LIV, LV, ao inciso XXXVII, que não permite tribunal de exceção, ao inciso XXXIX, que fala que não há crime sem lei anterior que o preveja; inquéritos com finalidade de alcançar fatos futuros e sem prazo para terminar; o desrespeito ao promotor natural, recusando o Ministro Alexandre de Moraes arquivamento pedido pelo Ministério Público. Isso é jurisprudência pacífica do Supremo. Como é a última instância, o Procurador-Geral pedindo o arquivamento de inquérito, é obrigação do Supremo arquivá-lo porque nós não temos o art. 28 do Código de Processo Penal ali, naquela instância, que é justamente o juiz recorrer ao superior do promotor para discutir o arquivamento. Então, como não existe a última instância do Ministério Público, o Supremo teria que arquivar irremediavelmente, é jurisprudência pacífica. Censura generalizada envolvendo Deputados; ofensa ao art. 53, empresário, jornalista; desmonetização digital, em ofensa ao art. 53; censura, em ofensa ao art. 220 da Constituição, que não permite efetivamente qualquer tipo de censura; e a prisão de um Deputado, inclusive a colocação de uma tornozeleira dentro da Casa do Povo, coisa que não se viu em momento algum, neste país. E, para completar, agora nós vimos o que aconteceu nessa eleição. Nós ficamos aqui estarrecidos com o depoimento do Fernando Cerimedo, do Carlos Rocha, não é?

E o TSE não aceita efetivamente discutir ou pôr às claras esses defeitos que nós estamos vendo, esses vícios da nossa eleição, porque perder a eleição faz parte do jogo. Nós estaríamos conformados em perder a eleição. O problema é perder eleição de uma forma suspeita, de uma forma bastante anômala que nós estamos vendo aí. E sem a possibilidade de discussão do processo todo, diante dessas questões graves levantadas pelos nossos técnicos. E a ferramenta é a censura, coisa totalmente proibida pela Constituição Federal, art. 220, que não faz exceção. Permite apenas ação de indenização, direito de resposta, mas nunca o impedimento, lacrar, qualquer que seja a pessoa, de se manifestar, de expressar o seu pensamento, a sua opinião.

Não se observou paridade de armas. Nós tivemos decisões inclusive proibindo o candidato da situação de fazer a sua manifestação eleitoral a partir do Palácio do Alvorada. Ele é o Presidente. A Constituição permite que ele permaneça no cargo disputando a eleição. A questão de não poder exibir imagens do 7 de setembro. Enfim, uma série de situações em que nós vimos essa falta de paridade de armas. E também a questão do radiolão, que foi exposta já aqui.

Então, a situação em que nos encontramos é uma situação bastante complicada, como colocou aí inclusive o Desembargador Sebastião. O Senado infelizmente, como eu disse, já vem se acovardando,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vem se omitindo. O Presidente do Senado está prevaricando efetivamente, não toma qualquer providência. Temos aí alguns baluartes do Senado, pessoas que estão aí fazendo um esforço hercúleo para levar o país à democracia, como V. Exa., Senador Girão, como o Senador Esperidião Amin, Guaracy, Lasier Martins e outros que vêm trabalhando. Mas infelizmente não é essa a orientação da Presidência do Senado.

Então, diante de tantos desmandos, diante da ditadura clara do Poder Judiciário, que hoje já não tem e já não segue uma Constituição, tudo é decidido de acordo com o que o ministro entende ser o direito, independentemente de ele estar positivado ou não. E, infelizmente, nós deixamos correr tudo isso, todo esse tempo, sem nenhuma providência, e agora nós estamos aí numa situação bastante aflitiva para poder levar a democracia ao país.

Um ministro ou alguns ministros resolvem que o país deve seguir determinada direção independentemente da Constituição, de normas, da legalidade. E perseguições, censura, desmonetização, calando as pessoas. Quero me solidarizar com todos os Deputados, todos os jornalistas e empresários por tudo o que têm passado.

Também respeito e quero cumprimentar o Deputado Marcel Van Hatten, que já se foi, pela providência de instalar a CPMI. E quero dizer que a única solução que nós podemos ter aí – vou ser breve porque sei que muitos juristas já falaram: Ives Gandra já falou; Sebastião já falou; outros juristas já falaram, como o Djalma... –, quero simplesmente dizer que a única forma, agora... Porque nós sabemos que não há possibilidade de um acordo, que não há possibilidade de se trazerem os ministros à razão de uma situação, fazer com que eles realmente tomem consciência de que a situação extrapolou, de que a situação saiu completamente do controle, da legalidade e que os Poderes estão em completo desequilíbrio, em afronta aos princípios elementares da democracia.

Então, a solução, como já disse aí o nosso antecessor, é: nós temos o art. 142. O Art. 142 é claro no sentido de que o poder coacto pode efetivamente representar às Forças Armadas para que ela tome as providências. Não se fala em golpe, mas se fala numa intervenção pontual para que cesse esse estado de coisas. E mais, leio aqui o art. 15 da Lei Complementar 97/99 que, justamente, vem como complemento desse art. 142 da Constituição Federal.

> Art. 15. O emprego das Forças Armadas na defesa da Pátria e na garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, e na participação em operações de paz, é de responsabilidade do Presidente da República [que precisa, também, tomar uma providência], que determinará ao Ministro de Estado da Defesa a ativação de órgãos operacionais, observada a seguinte forma de subordinação[...].

E aqui eu venho ao §1º.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> § 1º Compete ao Presidente da República a decisão do emprego das Forças Armadas, por iniciativa própria ou em atendimento a pedido manifestado por quaisquer dos poderes [...] [inclusive o próprio Executivo], por intermédio dos Presidentes do Supremo Tribunal Federal, do Senado Federal [...].
> § 2º A atuação das Forças Armadas, na garantia da lei e da ordem, por iniciativa de quaisquer dos poderes constitucionais, ocorrerá de acordo com as diretrizes baixadas em ato do Presidente da República, após esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade [...] [que é o estado em que nós nos encontramos].

Nós já vimos realmente, com todo o respeito aos ministros... E aqui não vai nenhuma ofensa pessoal a quaisquer deles – conheço muitos deles; muitos deles foram parceiros na minha administração no Tribunal de Justiça, como Presidente que fui; fiquei 38 anos na magistratura –, não há nenhum desrespeito às pessoas deles, mas, infelizmente, o Ministro Alexandre de Moraes está, realmente, praticando crimes, em estado de permanência inclusive, porque as decisões estão aí, efetivamente, surtindo efeitos.

Nós temos aí crimes da Lei de Abuso de Autoridade; temos aí, inclusive, essa questão, muito bem colacionada pelo Desembargador Sebastião, da tortura – a tortura pela qual essas pessoas vêm passando de não poderem se manifestar, de terem os seus canais expungidos completamente da internet.

Então, é preciso que se tome uma providência efetiva, clara, para que essa situação volte a ser efetivamente uma situação que leve o país à democracia.

Então, eu acho que a solução seria, em primeiro lugar, lógico, o Senado Federal, porque nós vimos que tudo isso aconteceu bem debaixo do nariz da Presidência e da maioria dos Senadores, salvo esses, que eu já mencionei, que são guerreiros e que vêm lutando pela democracia. Mas a solução seria realmente a aplicação do art. 142, combinado com a Lei Complementar 97/99, que permite a ação imediata para que cessem essas arbitrariedades que nós estamos presenciando e, infelizmente, vêm sangrando e fazendo sangrar o nosso país. O povo está atônito, o povo está estarrecido, o povo está sofrendo e o povo não acredita mais no sistema.

Perder a eleição? Sim, faz parte do jogo. Agora, da forma como tudo ocorreu, sem paridade de armas, sem que se respondam às questões colocadas pelos técnicos, sem que se permitam as investigações, isso nós não podemos aceitar, porque nós temos aí, efetivamente, uma eleição que traz muitas dúvidas a todos nós e aí nós não podemos nos conformar com esse resultado.

E digo mais, é lamentável que, inclusive, a Procuradoria-Geral da República não tome uma providência no sentido de instaurar uma investigação diante dessa situação toda para que nós possamos colocar às claras o que efetivamente acontece ou não aconteceu nessas eleições. Ninguém está acusando ou dizendo que existe fraude, porém, há indícios sérios de irregularidades importantes que o TSE não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode deixar de responder. A Justiça tem que ter, por princípio claro, em primeiro lugar, a transparência, a imparcialidade e o respeito à Constituição e à lei.

É o que nós esperamos, Senador Girão, e todos aí que estão me ouvindo.

Quero cumprimentar os Deputados, os Senadores e dizer que nós estamos aqui vigilantes nesse sentido e sempre à disposição desta Casa para o que precisar.

Agradeço a todos e cumprimento especialmente aí todos os que são vítimas dessa situação difícil, os Deputados que se manifestaram, em manifesta afronta ao art. 53, especialmente o Deputado Daniel Silveira, que sofreu de forma alargada e bastante severa essa injustiça do sistema, inclusive ignorando – o Supremo Tribunal Federal veio a ignorar – uma graça concedida pelo Presidente da República, em que nós juristas, Ives Gandra, Adilson Dallari, Janaína Paschoal, Redó e muitos outros, todos nós nos manifestamos no sentido, nós juristas, da constitucionalidade, da legalidade dessa graça e de que Daniel Silveira, efetivamente, não deve absolutamente mais nada à Justiça.

Então, esperamos que esta Casa acorde, que os brasileiros acordem e também que nós partamos, inclusive, para uma decisão concreta, uma ação efetiva para que o Brasil volte aos trilhos da democracia, do respeito ao direito e à Constituição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Dr. Ivan Sartori.

O senhor só não me fez confirmar se o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo é o maior do mundo. É verdade isso ou eu estou falando bobagem?

O SR. IVAN SARTORI (*Por videoconferência*. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Opa! Ponha o microfone para ele aqui. O microfone, por favor.

Não, não. Ele está aqui conectado. Ele está querendo...

Pronto! O.k.

O SR. IVAN SARTORI (*Por videoconferência*.) – Pronto.

É o maior tribunal do mundo. Eu estive em contato e estivemos em visita também na China, na Alemanha, na Europa a vários tribunais. Na China, também os tribunais são fracionados. Então, o nosso tribunal realmente é o maior do mundo, com 360 desembargadores, 60 mil funcionários, um orçamento hoje de R$13 bilhões ao ano, maior do que o de alguns estados inclusive, maior do que o da maioria das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

capitais, e um tribunal que realmente recebe aí quase 20 mil processos por dia para que sejam solucionados.

Quero cumprimentar a todos os meus colegas pelo trabalho que vêm fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito bem, Dr. Ivan Sartori. Ele foi Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Segundo o que o Deputado Paulo Martins me lembrou aqui, o orçamento que ele acabou de citar do Tribunal de Justiça de São Paulo, com mais de 300 desembargadores, é maior do que o orçamento de Curitiba. Olha só que interessante!

Vamos lá.

Eu queria passar agora imediatamente a palavra...

Antes, registro a presença – alguém já falou inclusive aqui, eu peço desculpa a ela – da nossa querida Deputada Bia Kicis, do Deputado General Peternelli, do Deputado Estadual Delegado Cavalcante, do nosso Ceará, aqui presente também.

Vamos ouvir a Polícia Federal.

Eu agradeço demais tanto ao Dr. Cléo Matusiak Mazzotti, que está aqui comigo na mesa já para fazer a sua exposição, como também ao Dr. Alexandre de Andrade Silva. O Dr. Alexandre é Delegado-Chefe da Divisão de Repressão a Crimes Eleitorais da Polícia Federal e o Dr. Cléo, Coordenador-Geral de Repressão a Crimes Fazendários da Polícia Federal. Eles combinaram que aqui quem vai falar é o Dr. Cléo.

Muitíssimo obrigado pela sua presença e pela sua paciência em esperar todos os palestrantes. A gente já está caminhando para essa etapa final aqui de ouvir todos os nomes aprovados nesta Comissão para depois abrir para os Parlamentares e para a sociedade civil que está aqui. O que a gente puder ouvir a gente vai ouvir, dentro da nossa limitação.

Muito obrigado, Dr. Cléo. O senhor tem dez minutos, com cinco minutos de tolerância da Casa.

O SR. CLÉO MATUSIAK MAZZOTTI (Para expor.) – Muito obrigado. Provavelmente não vou usar todo o tempo.

Senador Eduardo Girão, na pessoa que quem cumprimento todos os Deputados, Senadores e a todos presentes nesta sempre relevante audiência pública, o nosso Diretor-Geral, Dr. Márcio Nunes de Oliveira, me solicitou que eu participasse em nome da Polícia Federal, visto que, em hipótese alguma, a Polícia Federal deixaria de atender a qualquer convite desta Casa e desta Comissão, que é tão importante e tão cara porque trata de assuntos tão relevantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço, em nome da Polícia Federal, a possibilidade de poder explanar rapidamente a nossa atuação, a forma como nós atuamos no processo eleitoral, quais são as divisões, o que a gente realmente realiza.

O meu cargo é de Coordenador-Geral de Repressão a Crimes Fazendários. Então, sob o guarda-chuva da minha Coordenação-Geral, estão todos os crimes fazendários propriamente ditos – contrabando e descaminho, moeda falsa, todos os tipos de estelionatos e falsificações –; todos os crimes previdenciários; todos os crimes cibernéticos – em especial, fraude bancária eletrônica, crimes de ódio, abuso sexual infantil com o uso da internet –; também os crimes eleitorais, na acepção da atuação de polícia judiciária.

Está me acompanhando aqui o Dr. Alexandre de Andrade Silva, que é o nosso Chefe da Divisão de Repressão a Crimes Eleitorais, que atua mais especificamente nessa área.

Primeiramente, eu gostaria de ressaltar que, nesta eleição de 2022, a Polícia Federal dividiu basicamente três vertentes de atuação: uma atuação que estava sob o meu comando, que é a parte de repressão a crimes eleitorais propriamente ditos – corrupção eleitoral, fraude ideológica, boca de urna, transporte irregular de eleitores –; uma outra divisão, que era a segurança dos candidatos à Presidência da República, e essa estava vinculada à nossa Diretoria-Executiva; e uma outra seção, uma outra frente, um outro vértice de atuação, que era a atuação na fiscalização das urnas e dos processos de atuação referentes às urnas eletrônicas. Essa vertente estava sob o comando da nossa Diretoria de Inteligência Policial e da nossa Diretoria Técnico-Científica.

A sigla da nossa Diretoria de Inteligência Policial é DIP; e a sigla da nossa Diretoria Técnico-Científica é Ditec.

A Diretoria Técnico-Científica é composta pelos peritos da Polícia Federal. E a Diretoria de Inteligência Policial é uma das diretorias que atuam especificamente.

Quanto à questão da participação da Coordenação-Geral de Repressão a Crimes Fazendários, nós atuamos desde o início do processo eleitoral, ou seja, mais especificamente desde o início do ano, buscando coibir e impedir a atuação irregular na eleição. Nesse montante, no ano de 2022, nós instauramos 1.367 inquéritos policiais, realizamos 66 flagrantes, realizamos 229 termos circunstanciados e apreendemos R$8.438.952,25, valores em espécie que estavam sendo utilizados de forma ilegal na eleição.

Durante todo o processo, na parte de polícia judiciária, a Polícia Federal busca ser absolutamente isenta na sua atuação. E chegamos ao final da eleição, na questão da polícia judiciária, entendendo que tivemos um saldo bastante positivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao caso específico, Senador Girão, que é o mote desta audiência pública, que seria a inserção de maior número de propaganda eleitoral de um candidato em relação a outro, nós estamos atuando neste caso com o que nós chamamos de "notícia-crime em verificação". Por quê? Primeiramente, a Polícia Federal precisa determinar se houve, efetivamente, um fato típico e antijurídico; portanto, um crime, que enseje a nossa investigação.

Uma coisa é o crime, outra coisa é uma infração administrativa, eleitoral. Por exemplo, a propaganda antecipada é uma infração administrativa, eleitoral, não é um crime. Então, a gente, normalmente, não atua nesse tipo de caso.

No caso que deu mote a esta audiência pública, o que mais se aproxima do tipo penal seria o impedimento do exercício de propaganda. Então, nós precisamos, realmente, fazer uma investigação prévia para verificar se ocorreu esse tipo penal, e isso está sendo feito.

Soubemos dessa situação por meio de um denunciante, que era um servidor que estava em cargo em comissão, no TSE, mas é um servidor de carreira do TRE do Distrito Federal. Ele trouxe à Polícia Federal... Então, a Polícia Federal está efetuando diligências, encaminhou ofícios a órgãos, inclusive ao TSE. Então, o processo está em andamento. Obviamente, tem um sigilo pela própria autoridade policial, e o órgão central não adentra essa investigação até que ela esteja completa, mas a Polícia Federal, como sempre, busca atuar e está à disposição, para receber quaisquer denúncias e dar os encaminhamentos devidos.

Agradeço, mais uma vez, a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Dr. Cléo Matusiak Mazzotti, Coordenador-Geral de Repressão a Crimes Fazendários da Polícia Federal. Nós é que lhe agradecemos por estar aqui conosco nesta sessão. A Polícia Federal, diga-se de passagem, todos sabem, uma das entidades mais acreditadas do Brasil, sempre veio aqui a esta Comissão. Nessas cinco audiências que eu citei, vocês fizeram questão de estar presente. Isso é muito bacana, esse diálogo. É disso, repito, que nós precisamos. Muito obrigado.

Eu vou passar ao último palestrante convidado agora. Eu peço para que o Gustavo Gayer, Deputado eleito de Goiás, aqui, vizinho, que ele possa vir à mesa para fazer a sua exposição, mas eu queria já começar, Gustavo, eu sou um seguidor seu, gosto muito de acompanhar os seus vídeos...

O SR. GUSTAVO GAYER – Cuidado! Isso aí virou crime hoje já.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Pois é. Eu queria lhe passar a palavra já lhe fazendo uma pergunta, porque você é um homem da comunicação, não da comunicação tradicional, mas dessa comunicação que hoje é democratizada pelas redes sociais e estão tentando, realmente, amordaçar o brasileiro. Mas a pergunta que eu queria fazer para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

você, que está agora estreando na política, vai representar o seu estado com uma votação espetacular é: com relação ao que a gente vê, na mídia tradicional, em alguns canais...

Eu estava acompanhando, há três, quatro dias, no dia em que o PL fez aquela coletiva, eu estava aqui no Senado, não acompanhei e fui pegar, à noite, os jornais. Com uma emissora específica eu fiquei, assim, impressionado, porque eu fiz jornalismo, mas não terminei. Eu sou um jornalista frustrado. Mas o que eu aprendi no jornalismo, o bom jornalismo, é que você tem que ouvir os dois lados. Você tem que fazer o contraponto. O Senador Magno Malta está dizendo que na vida tem que ser assim, mas o jornalismo, por ofício, você tem o dever de fazer isso, para buscar a fonte correta, ver o contraponto para ver se não está... E eu fiquei impressionado com o veículo, falando sobre o relatório do PL. Eu não sou do PL, mas ali eu disse: "Poxa, eu estou sendo violentado com isso", porque o comentarista político dar uma opinião, o.k., faz parte, o analista político. Agora, o âncora, que estava passando a palavra, já deu opinião antes da notícia, opinião dele, justificando, exatamente, dentro da cartilha do TSE – "Ah, é inviolável", "não tem a menor possibilidade de acontecer nada", "é uma...". Aí, depois, passou para a repórter, que fez a mesma coisa, a repórter dando opinião. E, por último, o comentarista político.

O que é que está acontecendo hoje no Brasil, quase como uma lavagem cerebral de algumas emissoras tradicionais no Brasil? O que é que está acontecendo? Porque são pessoas que estão ali também. É uma cegueira política (*Falha no áudio.*)

... que faz, muitas vezes, o ódio faz com que a gente perca essa noção da razão.

Eu queria lhe passar e o senhor tem... Vou lhe dar dois minutos extra, tá?

O SR. GUSTAVO GAYER – Só para essa pergunta, eu preciso de cinco minutos, só para responder a essa pergunta, porque ela é bem profunda, mas vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Eu lhe agradeço. O senhor tem dez minutos, com a tolerância de cinco, mais alguns, para complementar, para a gente fechar e, depois, abrir para os Parlamentares, abrir para a sociedade que está aqui.

Já temos uma lista e a gente vai cumpri-la; independentemente do horário, a gente vai tentar cumpri-la aqui.

Muito obrigado, Deputado, pela sua presença.

O SR. GUSTAVO GAYER (Para expor.) – Certinho. Vamos lá.

Boa tarde a todos.

É um privilégio muito grande poder estar aqui hoje falando com vocês. Eu sei que aqui nós estamos entre pessoas que lutam pelo Brasil, patriotas verdadeiros, guerreiros que buscam a democracia e que entendem o risco que o país vive agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer ao Senador Girão por ter tomado a frente nessa articulação desta Comissão, onde você pode dar voz a pessoas comuns, vítimas do que está acontecendo hoje. Inclusive, eu quero até corrigir o que está aqui no meu descritivo: "Gustavo Gayer, Deputado Federal". Eu ainda não sou Deputado Federal. Existe o título Deputado Federal eleito, que não significa nada. Hoje eu estou aqui como Gustavo Gayer cidadão. E é o que eu que sou, um cidadão e tenho muito orgulho de ser um cidadão deste país maravilhoso.

Mais uma vez, obrigado, Senador, por estar organizando esse evento.

Respondendo, rapidamente, à sua pergunta. O jornalismo profissional no Brasil, se não morreu, está em estado moribundo, ligado por aparelhos. O sistema de doutrinação que se apoderou das faculdades não só de jornalismo, mas de várias faculdades, principalmente nas áreas de humanas, não forma mais profissionais. Forma militantes, avatares ideológicos, incapazes de ver a realidade como ela realmente é, que têm como única missão na vida empurrar adiante, goela abaixo do povo, a sua ideologia, estando preparados até mesmo para destruírem quaisquer pessoas que se posicionem como obstáculos, que é o que a gente vem testemunhando ao longo desses últimos anos. Qualquer um que tenha uma notoriedade ou que tenha um certo alcance nas redes sociais se torna um obstáculo para esse avanço ideológico propagado pela imprensa brasileira e essa pessoa deve ser destruída. Essa pessoa já não tem mais nome, ela se torna um bolsonarista, um golpista, um fascista, um nazista.

O jornalismo do Brasil, hoje, segue exatamente a mesma cartilha de Joseph Goebbels, na Alemanha nazista: destrua a humanidade do seu adversário a tal ponto que, quando ele for levado ao paredão, com um bom fuzil, uma boa bala e um bom tiro na testa – como o reitor de uma universidade disse uma vez –, as pessoas não se sintam compadecidas com aquilo que esteja acontecendo. É isso que eles estão fazendo hoje.

Mas tem o segundo ponto também: este Governo fechou a torneira da imprensa brasileira. Eles tiveram que voltar a trabalhar para buscar o seu sustento e eles já não sabem mais fazer isso. Então, eles estão trabalhando para colocar no Governo uma pessoa que vai liberar essa torneira da verba pública, que é nosso dinheiro, e jogar nos cofres dessas grandes empresas, dessas grandes corporações que desinformam o povo brasileiro.

O problema é que eu vou contar uma história agora. Até para terminar isso, eu quero contar uma historinha, mas antes eu quero agradecer também ao Sr. Alexandre de Moraes. Sim, este é o momento, porque nós já estamos agora há seis horas nesta reunião da Comissão e, até agora, a *live* ainda não foi derrubada.

Uma salva de palmas para o Alexandre de Moraes. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Até agora, a Polícia Federal ainda não invadiu este evento, levando todos vocês presos! Agradeçam ao Sr. Alexandre de Moraes. Hoje, ele está se sentindo magnânimo. Não é não, Daniel Silveira? Eu acho que, hoje, ele está misericordioso ou, então, ele não acordou ainda.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Gustavo, eu estou sabendo que ele vai mudar o nome de Brasília; vai passar a ser Alexandria. Prepare-se!

O SR. GUSTAVO GAYER – Já colocaram inclusive, no TSE, o "Xandaquistão".

Eu quero, então, agradecer ao Sr. Alexandre de Moraes, mas isso não quer dizer que, amanhã de manhã, muitos dos que estão aqui hoje não vão acordar com a Polícia Federal nas suas casas ou com seus nomes em inquéritos, querido Sebastião Coelho. (*Falha no áudio.*) ... triplicou. Mas eu quero lhe falar: tome bastante cuidado. Você está se erguendo diante de um monstro, de um dragão que, a cada dia que passa, mostra que seu apetite é insaciável. E, como eu tenho um grande apreço pelo senhor e por todos que estão aqui hoje, digo: tomem bastante cuidado! O fato de estarmos aqui hoje nos torna alvos.

Bárbara, bastante cuidado! Nós já temos – não é, Bárbara?

Vocês se tocaram que, durante este evento, a Bárbara, uma dona de casa, mãe de dois filhos, que gosta de falar sobre política e se posicionar nas redes sociais, pediu ao Supremo Tribunal Federal para ter os mesmos direitos de um traficante? Vocês se deram conta disso? Ela pediu para ter os mesmos direitos de traficantes, de torturadores, de estupradores e de assassinos. Olha o pedido que nós testemunhamos hoje, aqui nesta Casa! Isso parece ser sensato para vocês, senhoras e senhoras? Faz sentido, em um país que se diz democrático, uma pessoa implorar para ter os mesmos direitos dos piores criminosos da nossa nação? E que crime a Bárbara cometeu? Nossa querida Bárbara, do Te Atualizei, que a gente adora tanto, que está sempre dentro das nossas casas, que grande crime ela cometeu? Ela pede informações, ela fala as coisas como elas realmente são, da forma que ela vê.

E eu olho para o lado aqui – é de partir do coração – e vejo um jornalista em uma cadeira de rodas, que foi preso em inquérito que ninguém sabe o que tem dentro. Em uma cadeira de rodas! Nós estamos adormecidos! A nossa capacidade de se indignar com as coisas está adormecida, porque é tanta paulada, é tanto atropelo, dia após dia, que nós ficamos dormentes. Um Deputado Federal que foi preso! E não podemos esquecer um outro jornalista, que só não está preso porque ele não está no Brasil, que teve seu passaporte cancelado, que teve seu nome pedido pela Suprema Corte para ser incluso na lista vermelha da Interpol. Que crime ele cometeu? Traficou toneladas de cocaína, Carla Zambelli? Puxou a arma para alguém? Atirou contra alguém? Não. Ele fez o jornalismo de uma maneira séria, sem se vender para uma ideologia. Ele se ergueu contra esse sistema.

Senador, o senhor disse que eu gosto da comunicação, e é verdade. Eu gosto da comunicação. Sou professor há 23 anos, e em sala de aula a gente aprende a comunicar de tal forma que a gente consiga alcançar as pessoas com mais eficiência. Às vezes você tem um grande conteúdo para passar em 60

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minutos, então você aprende a ser o mais eficiente possível naquilo. E a gente escuta muito certos termos sendo usados, que a gente tem que esmiuçar para o povo brasileiro. Eu tenho certeza de que todos aqui, que são pessoas esclarecidas, não precisam disso. Mas as centenas de milhares de pessoas que estão nos assistindo agora talvez precisem.

A gente escuta muito, incessantemente, os termos "Estado de direito" e "Estado de exceção". O que quer dizer isso realmente? Eu peguei aqui duas definições simples, usadas em escolas, para alunos de quinta e sexta série. Estado de exceção é quando os cidadãos ou instituições não podem depender da legislação para se defenderem.

Espere aí, eu estou ficando velho e preciso de óculos.

Entre alguns dos direitos que costumam ser suprimidos pelas autoridades nesses casos, está: restrição do direito de circulação à residência – direito de ir e vir, a gente teve isso na pandemia –, toques de recolher, grampear comunicações telefônicas – isso aqui é antigo – ou grupos de WhatsApp, redes sociais, qualquer forma de comunicação eletrônica, limitar o direito a reunião e a manifestação, efetuar prisões sem ordem judicial e sem direito à defesa. Isso é estado de exceção. Todo mundo entendeu, não é?

Então, vamos ver agora o que é Estado de direito, ou Estado democrático de direito. É aquele em que o poder do Estado é limitado pelos direitos dos cidadãos. Sua finalidade é coibir abusos no aparato estatal para com os indivíduos. Os direitos fundamentais conferem autonomia e liberdade aos indivíduos nas suas atividades cotidianas e limitam o poder do Estado sobre elas. Outros vetores inibidores do poder estatal são a separação dos Poderes em Executivo, Legislativo e Judiciário, e a democracia política. Nesse modelo de Estado, a soberania popular é que dá legitimação para os legisladores criarem as leis.

Agora, tendo dito essas duas definições simplórias, de ginásio, do que é Estado democrático de direito e Estado de exceção, eu pergunto a todos que estão aqui agora e a todos que estão assistindo pelas redes sociais, enquanto elas não forem derrubadas pelo Moraes: quem aqui acha que nós vivemos em Estado democrático de direito levante a mão, por favor. (*Pausa.*)

Gostaria que constasse que nenhuma pessoa aqui levantou a mão.

Quem aqui acredita que nós vivemos em Estado de exceção levante a mão, por favor. (*Pausa.*)

Eu gostaria que constasse que todos que estão aqui hoje levantaram as mãos.

Nós buscamos democracia. "Nós somos os golpistas", nós somos todos os adjetivos, os piores que eles sabem, que eles inventam, que eles podem conceber, porque nós queremos viver em democracia. Nós queremos que a Constituição seja respeitada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho uma historinha para contar, Senador. Já que é a última fala, o pessoal vai almoçar, está todo mundo até com cara feira agora. Eu não sei se é porque estão com fome ou se é porque estão vivendo em uma ditadura. É a ditadura, não é?

Era uma vez uma nação perfeita, pacífica, não havia polarização, não havia intolerância política. Todos, aparentemente, pensavam da mesma forma. O arco-íris cruzava o céu azul todos os dias. Não havia brigas, não havia prisão por opinião... Não; era uma nação extremamente pacífica, perfeita.

Só que aí, um dia, surgiu uma tal de internet. E essa internet começou a dar voz a algumas pessoas, e algumas pessoas que, às vezes, não concordavam com essa visão progressista pacífica, que permeava o ideário coletivo, e nunca falavam nada porque achavam que eram minoria e, sendo minoria, melhor ficar calado, para não ser cancelado, não ser perseguido, não ter sua reputação destruída pelos verdadeiros divulgadores da verdade.

Só que aí chega essa internet e começa a dar voz para esses invisíveis. E ela vai, num comentário e no outro, dar a sua opinião, com medo, acanhada, pensando: "Nossa, eu devo ser uma aberração. Eu não concordo com esse negócio todo que essa ideologia progressista está impondo. Mas eu vou fazer, eu vou me arriscar, eu vou colocar um comentário aqui".

De repente, essas pessoas começaram a perceber que elas não eram minoria. Elas começaram a perceber que, pelo contrário, elas eram a esmagadora maioria da população que discordava dessa ideologia que era imposta como a única e verdadeira, soberana, iluminada. E essas pessoas foram além, começaram a criar os seus próprios perfis, começaram a se posicionar, a criar seu conteúdo.

E aí vem o maior crime de todos, começaram a dar as suas opiniões, começaram a formar grupos de comédia, começaram a criar os seus próprios jornais... E isso foi crescendo, porque havia uma fome, havia uma sede de verdade, da informação verdadeira, sem o viés ideológico. E esse povo abalou essa estrutura de poder.

Está gostando da historinha, Senador?

Essas pessoas, esses invisíveis, que começaram a ter voz, eles abalaram essa estrutura de poder que dominava a opinião pública. Abalou aquela estrutura da rede "Goebbels" de televisão. Passaram a ser uma ameaça. Uma ameaça tão grande que eles, talvez, pela primeira vez, numa eleição mais democrática da história – democrática, eu digo, porque a vontade do povo foi lá e sobreviveu –, eles elegeram um candidato à Presidência que era rejeitado por toda essa estrutura e todo esse sistema.

Tentaram matar o candidato, com uma facada. Por milagre ele sobreviveu. Foi um milagre. O país, o Brasil, é o país dos milagres. Mas eles se tornaram tamanha ameaça que não podem continuar, não dá para continuar, voltar como era antes, com essas pessoas podendo dar a opinião delas, gente. Como assim viver em um país democrático onde as pessoas podem dar as suas opiniões? Vamos criminalizar. Vamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prender, fazer inquéritos ilegais. É isso que está acontecendo hoje. Isso é o estado de exceção que o Brasil virou.

Eu estou aqui falando isso, sabendo que amanhã eu corro o risco de ter a minha liberdade cerceada.

A Carla Zambelli, depois da fala dela, olha o absurdo! Depois da fala dela a gente saiu para conversar um pouco, olha o que ela falou para mim: "Eu acho que agora eles vêm para cima de mim". A Carla Zambelli... A Bárbara. A Carla Zambelli já está... Já era, já. A Bárbara é uma dona de casa. Depois da fala dela, lá fora, com lágrimas nos olhos, virou para mim e falou: "Agora eles vêm para cima de mim". Não foi, Bárbara?

Mas, vamos lá. Eu não vim aqui falar para os senhores que houve fraude nas eleições, tá? Não vou falar isso. Não teria essa audácia, Senador, de falar uma coisa dessas. Eu vim aqui pra falar que simplesmente não houve eleição. Houve uma nomeação para ocupar o cargo de Presidente da República. Há uma diferença entre eleição e nomeação.

O Supremo Tribunal, alguns membros da nossa Suprema Corte nomearam, eu vou ler isso aqui... Os Ministros da Suprema Corte, com apoio da imprensa, pegaram o maior corrupto, chefe do maior esquema de corrupção, com ligação com facções criminosas ligadas ao tráfico de drogas nacional e internacional, apoiador de ditaduras e financiador de ditaduras, também apoiado por ditaduras, ligado ao tráfico de drogas, de drogas nacional e internacional e ditaduras, algumas das quais ele financia, apoiado por grupos terroristas como Hamas, condenado em três instâncias, descondenaram-no e o nomearam para a Presidência da República.

É, o poder não se conquista; toma-se, não é, Senador? Perdeu, mané.

Mas era necessário dar ares de democracia para o que ia acontecer. Era necessário. Afinal de contas, agora, um grupo muito grande de pessoas tinha voz, um grupo muito grande de pessoas estava esclarecida, milhões de pessoas haviam saído daquele calabouço ideológico. Então, era necessário dar ares de democracia para essa nomeação, para o povo ficar quietinho e para que aquelas pessoas que verbalizassem contra fossem destruídas.

E aí isso aconteceu de duas formas. Primeiro, uma imprensa, a maior parte da imprensa brasileira agiu como agência de *marketing* do condenado, demonizou os adversários, legitimando a perseguição judiciária sobre eles, e maquiou os atos inconstitucionais da nossa Suprema Corte, como se fossem necessários para a manutenção da democracia e do, repetindo, Estado democrático de direito.

Do outro lado, nós tivemos... Vamos falar agora do que aconteceu, como foi que se procedeu à nomeação. O Supremo Tribunal, a Suprema Corte, interferiu no Congresso Nacional quando eles foram lá, naquele fatídico dia, e impediram, por interferência, intimidando os presidentes dos partidos a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alterarem a Comissão na qual seria votado o voto impresso, que, se tivesse passado, o Senador sabe, nada disso estaria acontecendo, não é, Senador? Eles interferiram diretamente.

E ao fazerem isso... Eu quero que algo fique bem claro aqui, ao fazerem esses simples atos... Aos olhos de alguns pode ser um simples ato, eles só foram lá, conversaram um pouco, voltaram para casa. Eles destruíram a política como nós a conhecíamos. Sabe por quê? Em situações extremas, quando os nossos representantes eleitos tomam caminhos contrários à opinião pública, o que o povo faz? Para aonde o povo vai? Para a rua, e muitas vezes surte efeito, porque, quando o povo vai para a rua, tem uma mensagem nisso daí: se você não seguir a vontade desse povo nas ruas, a sua punição será não ser reeleito. É ou não é? Esta era a forma que o povo, nas ruas, podia influenciar na política: "Vamos para as ruas aos milhões, porque, se eles não nos escutarem eles não serão reeleitos".

A partir do momento em que a Suprema Corte vai lá e interfere na política, conversando com presidentes de partidos, impedindo algo que o povo foi às ruas pedir aos milhões... A partir do momento em que eles fazem isso, a intimidação não passa a ser "não ser reeleito"; a intimidação passa a ser "vai preso", ou "teje preso". Não é, Bárbara, como você fala? O que causa mais medo a um político: não ser reeleito ou ser preso?

Ser preso, não é, Daniel? Você, não, você não tem medo disso. A gente já percebeu. Você é guerreiro.

Mas o que causa mais medo em políticos não é não ser reeleito, mas ser preso, ser perseguido, tornar-se alvo do sistema judiciário mais sanguinário que o mundo já viu. Então, a partir do momento em que eles foram lá, acabou a influência do povo na política. Acabou! Eles não simplesmente impediram que o voto impresso passasse; eles passaram a impedir que o povo tivesse voz na política brasileira. E isso foi o início do fim, na minha opinião.

Fizeram mais. Vamos lá! Como está o tempo? Vamos lá! Proibiram Bolsonaro – olha a campanha, olha como eles fizeram! –, proibiram Bolsonaro de fazer *lives* dentro da sua casa e proibiram os apoiadores do Bolsonaro de usar as imagens do Sete de Setembro, *lives* na sua casa, de usar o vídeo do Lula em que ele fala que o vírus foi um presente da natureza... Uma fala do candidato adversário, uma fala dele foi proibida de ser veiculada. Uma fala; não é um texto, não é uma interpretação deturpada... A fala, registrada em vídeo, do candidato adversário foi proibida de ser veiculada.

Discurso da ONU, não pôde usar, o candidato Bolsonaro. Discurso em Londres, não pôde usar também. Não pudemos mais usar os termos que descrevem quem era o outro candidato, um descondenado, um ex-presidiário. Inclusive, nós tivemos uma rádio que foi proibida de descrever a pessoa como ela é, um ex-presidiário. Se alguém vai preso e não está mais preso, ele é um ex-preso, um ex-presidiário. Não puderam falar isso mais. Vídeos do Lula falando que ele apoiava o aborto foram proibidos de serem veiculados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fico imaginando a raiva que o senhor passou, Fábio, tentando fazer campanha para um candidato onde você não podia usar o que era fato. Fico imaginando quantas noites maldormidas.

O vídeo do outro candidato dizendo claramente que ele é a favor da liberação das drogas não pôde ser veiculado. Não pôde ser veiculado. Centenas de pessoas foram censuradas por veicular exatamente isso que eu acabei de falar. Centenas de pessoas foram censuradas. Não pôde veicular o fato de que ele e o PT votaram contra o auxílio emergencial.

A ligação com o PCC! Eu tive vídeo derrubado por causa disso. Um áudio do chefe do PCC, Marcola, dizendo que apoia o Lula: não pudemos veicular. Tem áudio de líderes do PCC dizendo que com o PT "nós tem diálogo cabuloso". Não pudemos veicular isso aí. Apoio à censura. Não pudemos dizer que ele apoiava a censura. Eu estou lendo isso aqui e "não é possível; isso aqui parece uma realidade paralela".

Mas aí vem o pior golpe de todos: a criação da maior abominação da história democrática. Eles criaram uma tal de polícia da verdade, de ofício. Juntaram um grupo de pessoas, sendo que o comandante dessa polícia seria o Alexandre de Moraes, e toda e qualquer mensagem de que eles não gostassem seria imediatamente derrubada, numa conversa direta com os provedores das redes sociais, sem você ter acesso ao que foi que você disse que foi derrubado, onde foi que você errou.

Ou seja, nem mesmo para você poder aprender essa nova constituição do "xandaquistão" você tem direito, porque você não sabe onde você errou, você é simplesmente censurado. Como você pode melhorar como cidadão? Porque, se uma lei nova é criada e algo que eu costumava fazer passa a ser crime, eu, como cidadão que obedeço a lei, vou querer saber qual é essa lei para não poder incorrer em crime, mas nem a isso nós tivemos direito, Senador. A gente não sabe por que nossas redes estão sendo derrubadas. Agora, o outro lado pode falar que o Bolsonaro é genocida sem problema algum, canibal, pedófilo, sem problema algum. O outro lado pôde fazer tudo.

Agora, eu quero ir para a parte mais perigosa do que está acontecendo, como se já não fosse perigoso demais a democracia ter sido destruída, mas tem algo mais perigoso que está acontecendo agora, neste momento. A nomeação eles já fizeram, se vai ter êxito ou não nós não sabemos. Eu tenho fé e esperança que não, pelos meus filhos, pelos nossos filhos, eu tenho fé e esperança que não.

A parte mais perigosa que está acontecendo agora nessa democracia de vitrine, que é uma democracia de vitrine isso que existe no Brasil, é o seguinte: as pessoas que ainda se atrevem a manter suas opiniões, seus valores, seus princípios, as pessoas que ainda se atrevem a ir para porta de quartéis pedir democracia, que fique bem claro isso... Essas pessoas que estão nas ruas não querem ditadura militar, elas não querem ditadura, ponto. Elas estão lá porque é a única instância na qual elas têm esperança. A última instância na qual elas têm esperança está lá na caserna, são aquelas pessoas. E não é porque elas são forças armadas, é porque é uma instituição notoriamente honrada, corajosa e patriota.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nenhuma delas quer ditadura. Aquilo é o desespero por pessoas que querem viver numa democracia, que querem que suas liberdades sejam respeitadas, que querem que a Constituição seja respeitada. E aí vem a pergunta: o que fazer quando as instituições que deveriam proteger as liberdades e os direitos são as primeiras a atacá-las? O que fazer quando a imprensa e a Suprema Corte, criada para essa função, são as primeiras a destruírem os nossos direitos e liberdades? A quem nós podemos recorrer? Ao papai-noel, São Judas, São Longuinho, dar três pulinhos? A quem eles esperam que nós vamos recorrer? Só sobraram as Forças Armadas e o clamor do povo é, "por favor, nós queremos que nossos filhos vivam numa democracia; por favor, nós queremos que os nossos netos não sejam presos pelas suas opiniões", porque eles, os generais, os coronéis, têm netos também, têm filhos.

O que nós estamos vendo agora, quando eu falo que pode piorar e está piorando, é que eles estão demonizando quem pensa diferente, exatamente como Joseph Goebbels fez na Alemanha nazista, demonizando a tal ponto que, quando a imprensa ou o outro lado vê um de nós ensanguentado no chão, eles não sentem pena, porque eles já não veem mais um ser humano ali, exatamente como aconteceu nos anos 30 na Alemanha. Eles não sentem pena, mas, quando alguém grita para o Gilberto Gil "cadê a Lei Rouanet?", isso é um ataque antidemocrático absurdo, inadmissível, "esses fascistas têm que ser presos!". Mas, quando uma menina é executada a tiros na cabeça, porque ela estava distribuindo panfleto do Bolsonaro, não ganha uma linha no jornal. Quando uma criança de 12 anos vai parar na UTI de um hospital porque levou uma pedrada na cabeça, porque ela estava com a camiseta do Brasil, alguém viu isso na imprensa? Paulo, saiu no Jornal Nacional? Eu também não vi. Eu sei que eu fiz um vídeo falando sobre esse caso e meu vídeo (*Falha no áudio.*) Quando um casal é linchado com chicote, porque eles postaram um conteúdo favorável ao Bolsonaro, eu não vi uma linha no *Estadão*. Você viu? Eu não vi uma linha na *Folha de S.Paulo*. Alguém aqui viu? Eu não vi nada, mas vocês viram esses vídeos, não viram? Aquilo é de partir o coração. Um casal sendo linchado com chicote, porque postou um conteúdo favorável ao Bolsonaro, Senador. Quando a filha do Presidente é chamada de (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI e art.19, inciso I. do Regimento Interno.*), nada. Quando eles invadem as igrejas, pior do que nada. Eles defendem essa invasão como liberdade de expressão. Prestem atenção: invadir igrejas no meio de uma missa, xingar as pessoas ali dentro de racistas é liberdade de expressão. Inclusive, o próprio Vereador que fez isso foi restituído como Vereador pelo Supremo Tribunal Federal. Agora, se você pedir transparência, Polícia Federal na sua casa.

Invasão de fazendas voltaram a acontecer, mas foi criado um conselho, pela democracia, que vai ponderar sobre a restituição de terra, reintegração de terra. Invadiu, já não é assim. Compensação, humanização.

E aí, nós vimos também a festa nos presídios, gente. A festa nos presídios. E a festa nas facções criminosas. Traficantes dando tiro para cima com o resultado dessa nomeação. Eu não vou usar o termo eleição mais, só vou usar nomeação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As pessoas que estão de frente aos quartéis não estão ali pedindo ditadura. Elas querem sobreviver ao que vai vir por aí. Você quer sobreviver ao que vem por aí? Você acha que, do jeito que as coisas estão indo, nós sobreviveremos? Porque o que eu estou desenhando para vocês, o que está sendo desenhado para vocês é que em breve, Senador, algum tempo, quando o senhor quiser marcar mais um evento como esse, todos sairão daqui algemados. E a imprensa vai falar que é bom para a democracia. Estou terminando. Vai falar que é bom para a democracia. Eu não estou exagerando. Se as coisas continuarem a ir como estão e se algo não for feito agora, um dia voltará a existir no Brasil o paredão, o bom tiro na testa, o bom fuzil, uma boa cova, uma boa pá, pela democracia.

Agora eles estão trabalhando para mudar a regra do *impeachment*, né? Olha que engraçado, pessoal. O Lewandowski está tentando colocar um dispositivo nessa nova leitura de como se deve proceder ao *impeachment* na qual Ministros da Suprema Corte não possam sofrer o *impeachment* por terem interpretado de forma errada a Constituição. A função deles é interpretar a Constituição. É a obrigação máxima, mas, agora, se eles fizerem: "Por acaso, eu cometi um erro aqui, prendi mil pessoas, acabei com a democracia. Não posso sofrer nenhuma penalização. Não posso sofrer nenhuma penalização".

Sabe por que nós estamos aqui hoje? Não é só pelas nossas liberdades. A liberdade não é nossa. Nós temos o usufruto dela. A nossa obrigação é manter essas liberdades para as próximas gerações. E o que nós estamos vendo é que, se nós não começarmos a agir agora, nós fracassaremos na nossa maior missão enquanto adultos: entregar um mundo melhor para os nossos filhos. Nossa maior missão enquanto adultos.

A nossa briga aqui já não é mais democracia, não é mais nação, não é mais eleição; a nossa briga agora é que mundo a gente vai deixar para os nossos filhos. E o mundo que está sendo desenhado, eu acabei de descrever para vocês.

Por isso, eu quero dar parabéns e dizer para essas pessoas que elas têm a minha admiração, essas pessoas que estão há 30 dias nas portas dos quartéis. Palmas para essas pessoas! (*Pausa.*)

Assim como também aos nossos irmãos indígenas que estão aqui também agora. Um abraço, uma salva de palmas! (*Pausa.*)

Ao ver essa mobilização, eu não tenho medo de que a democracia seja destruída. Na verdade, reforça a minha esperança de que a democracia vai sobreviver.

Muito obrigado a todos, pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, cidadão Gustavo Gayer, goiano, pela sua fala enfática, que toca a alma das pessoas de boa vontade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só queria colocar o seguinte: teve uma coisinha que o senhor esqueceu quando falou da parcialidade. Essa é evidente, a parcialidade nas eleições foi evidente. Quando nós tivemos aí, a cada oito decisões para um candidato, um tinha uma. É um negócio, assim, absurdo.

E a questão do Daniel Ortega, que a gente não pode esquecer, lá na Nicarágua. Foi um dos primeiros a parabenizar, no primeiro turno ainda. Quando o ex-Presidente passou, ele foi um dos primeiros a parabenizar. E não se podia dizer da relação que eles tinham, não é? Porque, quando a gente começava a falar: "Mandou dinheiro para a Venezuela, dinheiro do povo brasileiro, mandou dinheiro para Cuba, inclusive com garantia de charuto...". De charuto! Bilhões e bilhões de dinheiro do povo brasileiro. E aí, quando...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Mais de R$1 bilhão, vocês, o povo pagou, e eles não pagaram. Venezuela, Cuba e Angola não pagaram, e quem pagou foi o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Pois é.

E a gente percebe que realmente a coisa continua depois. Quando eu vejo uma foto, depois da eleição, no segundo turno, do ex-Presidente, que foi condenado em três instâncias, por nove juízes diferentes, citado em centenas de delações premiadas, tendo o seu nome citado em centenas de delações premiadas, delações de corruptos, quando vejo uma foto de uma visita institucional ao STF, junto com os Ministros... E está lá, Deputados Federais.

Não tenho absolutamente nada contra pessoas, absolutamente nada; respeito todas. E acredito na reflexão, na capacidade de reflexão do ser humano, de conversão. Agora, quando eu vejo um Deputado que tinha ficado de fora, e aí, numa decisão do Ministro Lewandowski, tira um que é apoiador do Bolsonaro numa canetada, que é o Pablo Marçal, e volta um que é do PT, o Paulo Pimenta. É isso? (*Pausa.*)

É Paulo Teixeira. Com todo o respeito, a gente... É um dos maiores defensores da liberação das drogas no Brasil. A gente já fica preocupado com o que está aí.

Então, nós vamos continuar, agora, ouvindo os Parlamentares, mas, antes, alguns me pediram, quero saber se há alguma objeção. Pessoal, eu sou da terra do humor, do Ceará, mas admiro muito o pessoal dos Hipócritas, que fazem um trabalho bacana. Eles pediram dois minutos. É isso? A fala é isso? Ele pediram uma fala de dois minutos para fazer uma manifestação. Estão três integrantes aqui. Agradeço a presença de vocês. Depois, eu passo para os Parlamentares.

Querem vir aqui, podem vir, podem vir. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. AUGUSTO PIRES PACHECO (Para expor.) – Bom, primeiramente, gostaria de agradecer a todos os nossos amigos que estão aqui e de cumprimentá-los. São amigos que a gente conquistou por muitos anos e que marcaram a nossa vida. Estão aqui pela mesma causa que a nossa, que é a censura de toga que nós vivemos hoje. Também queremos agradecer à Casa pelo convite e por abrir espaço para o povo poder falar. Muito obrigado.

Infelizmente, hoje, falar se tornou um crime, em nosso país. Hoje, abrir a boca se tornou um crime em nosso país. Aqui, talvez pela primeira vez, algumas pessoas estão tendo a coragem de falar – realmente de falar –, sem, talvez, um certo medo do que possa acontecer, porque o nosso canal, a nossa vida, se atrelou e se tornou uma coisa única. É como a gente mantém a nossa casa, é como a gente mantém os nossos filhos, a nossa família, lutando pelo nosso país. Então, aqui, a gente tem, talvez, o único lugar em que a gente pode dizer assim: "Ah, o meu canal não vai cair".

Muito obrigado por abrir este lugar. Muito obrigado.

O SR. BISMARK FABIO FUGAZZA (Para expor.) – Quem não conhece a gente, somos do canal Hipócritas, que é um canal de humor, o que torna esse episódio até um pouco mais vergonhoso, porque a gente está falando de um canal de humor que está sendo censurado. É um canal de humor, nem de opinião é. É um canal de humor, que trabalha com a parte humorística.

O SR. PAULO VITOR SOUZA (Para expor.) – A gente estava pensando até no que ia falar como um canal, sobre o que discursar. A gente não quer tomar muito o tempo da Mesa. Agradecemos por poder estar aqui.

A gente chegou a duas conclusões, a princípio: a primeira, como ele falou, é que é vergonhoso a gente estar aqui neste lugar, hoje, tendo que falar sobre censura, nós que somos de um canal de humor; a segunda é saber se aquilo que a gente vai poder falar aqui a gente realmente vai poder falar, se a gente não vai sair ali fora, daqui a pouco, com um inquérito em que a pessoa é o juiz, a testemunha, o promotor, a vítima e é o carrasco. Entendem? É uma coisa que nos preocupa e a gente faz piada disso lá fora, mas aqui a gente precisa – já que a gente pode, que tem a liberdade de falar aqui sobre isso – e quer trazer essa situação também.

O SR. AUGUSTO PIRES PACHECO – É, em pleno ano de 2022, um ano de Copa, um ano no qual Elon Musk está levando o homem para o espaço, estamos aqui torcendo para que ele leve um careca para o espaço, mas não é... Ô, Daniel, não é tu, não; tu é um careca que a gente ama, fica tranquilo. Não sou eu que está falando, é brincadeira. Mas é isso aí, que leve um careca para o espaço, a gente está tendo que inventar, a gente está tendo que se desdobrar, como humorista, por ter medo de falar, começar a inventar piadas em que a gente tem que pensar muito bem o que vamos falar e criar piadas como o vídeo Cozinhando lula...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. AUGUSTO PIRES PACHECO – Lula cozida. Então, a gente tem que começar a criar piadas assim para tentar direcionar onde está a nossa crítica, porque o humor, ele faz humor... Até uma vez, foi o próprio Alexandre de Moraes, se não estou enganado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Isso é automático. É automático.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. AUGUSTO PIRES PACHECO – É o Alexandre. Não, brincadeira.

Até onde o próprio Alexandre de Moraes falou que o humor é uma ferramenta que ajuda a criar senso crítico. Então, hoje eu tenho que cuidar do que eu falo, criar uma receita de lula, molho de lula, lula cozida ou qualquer coisa do gênero. Daqui a pouco, eu vou ter que criar uma receita de, sei lá, de bolo em que não pode colocar ovo, porque cabeça de ovo vai estragar a tua receita. Entendeu? É muito complicado, a gente vive num lugar onde a gente tem que se desdobrar para tentar falar, porque acabou, acabou, realmente acabou o nosso direito de poder falar.

O SR. PAULO VITOR SOUZA – Bom, só para resumir, para a gente não se delongar muito. Eu acho que hoje tem três tipos de ingerências que podem ocorrer sobre um canal do YouTube como o nosso: a primeira é a da própria plataforma, a plataforma, a maioria delas, tem um viés progressista muito bem declarado, é muito nítido, então, você tem que usar as palavras corretas, você não pode falar sobre determinado assunto, enfim; a segunda é a do Judiciário, em que a gente está vendo essa série de inquéritos ilegais baseados na voz da cabeça de alguém; e a terceira é quando eles se juntam previamente, que é o que aconteceu recentemente, em que o Judiciário se junta com as próprias redes sociais para definir previamente o que vai ser censurado, como aconteceu, por exemplo, quando o Barroso e o Alexandre de Moraes se reuniram com os representantes de várias redes sociais para definir que nada poderia ser questionado acerca das urnas eletrônicas, por exemplo.

Então, a pergunta que fica é assim: que democracia é essa em que é proibido questionar, é proibido ter dúvida? Onde a gente está? O que aconteceu? Onde a gente errou? Como é que a gente veio parar nessa situação em que alguém que questiona alguma coisa... "Olha, eu acho que eu tenho dúvida", em um canal de humor. "Eu tenho uma dúvida, eu achei que talvez..." "Não achou nada, caiu, está cancelado, está bloqueado." Eu acho que isso é extremamente perigoso.

Eu gostaria de encerrar... Posso? Quer falar alguma coisa?

O SR. BISMARK FABIO FUGAZZA – Eu queria, só, então, antes de o Paulo encerrar, dizer que a gente está junto com o povo na rua há mais de 30 dias; há 30 dias, junto com o povo. Eu saí de Itajaí, Santa Catarina, e estou aqui em Brasília, desde o dia 3. Tenho andado até com o Oswaldo Eustáquio, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também sofreu censura, hoje está na cadeira de rodas, até por consequência disso. Se depender da gente, a gente não sai da rua enquanto a verdade não seja estabelecida, enquanto as coisas não estejam claras... (*Palmas.*)

... porque a gente precisa da nossa liberdade, e o país, o Brasil precisa de verdadeiros homens que batam no peito e não fiquem cantando o Hino da Independência, que fala "ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil" da boca para fora, porque, de verdade, eu não canto isso da boca para fora, eu estou disposto a morrer pelo meu Brasil para que a gente tenha liberdade.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Peço só para encerrar. Quer falar para encerrar?

O SR. AUGUSTO PIRES PACHECO – Vamos fazer aqui duas falas para encerrar só, por gentileza.

A primeira é só para que o mundo saiba, para que todo mundo que está assistindo saiba que um canal de humor perdeu um Instagram de mais de 1 milhão de pessoas e um Twitter com cerca de 500 mil pessoas. E é isso que está acontecendo no Brasil.

O SR. PAULO VITOR SOUZA – Agora, sim, para encerrar de verdade, eu queria deixar uma citação, uma referência – nós como artistas somos amantes de cinema, gostamos do cinema – de uma cena emblemática do filme 300, de Esparta, o filme 300. Em certo momento, o Rei Xerxes, que é um tirano – e, por acaso, é careca no filme, mas é só uma coincidência; é um careca *fake*, exatamente, e é um tirano –, dá a chance para o Rei Leônidas se render, o Rei Leônidas não aceita isso, e ele fala: "Vocês vão ser apagados da história, e o mundo jamais saberá que vocês existiram". E a resposta do Rei Leônidas foi: "O que o mundo saberá é que homens livres lutaram contra um tirano". E esta é a mensagem que a gente quer deixar para vocês aqui: "Homens livres lutaram contra um tirano".

O SR. AUGUSTO PIRES PACHECO – E só uma coisa: hoje o Canal Hipócritas representa milhões de pessoas – o Canal Hipócritas, juntamente com todos os seguidores, que nos falam diariamente que nós os representamos, que somos a voz dessas pessoas. Então, nós queremos deixar uma mensagem, em nome desses milhões – e não estamos falando de três rapazes que saíram lá do Sul e viraram comediantes; nós estamos falando de milhões de pessoas –; nós vamos deixar uma mensagem, em nome de todas essas pessoas.

O SR. BISMARK FABIO FUGAZZA – A mensagem é: não vamos parar, não vamos retroceder, a tirania do Judiciário do Brasil está com os dias contados, e o ladrão não sobe a rampa.

(*Manifestação da plateia.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Eu quero agradecer aqui a presença do grupo Hipócritas, do Canal Hipócritas. Eu sempre que posso repercuto algumas peças muito criativas trabalhadas por ele.

Parabéns! Muito obrigado pela presença de vocês. Deus abençoe.

Vamos agora passar aqui para os Parlamentares.

Depois eu quero ouvir mais pessoas da sociedade, cidadãos comuns que estão aqui neste Plenário.

Eu vou passar agora para o Senador Magno Malta, nosso irmão que está voltando à Casa, depois de um longo e tenebroso inverno. Se Deus quiser, ele vai fazer a diferença aqui. Ele sabe bem como é que funciona esse negócio de Copa do Mundo, não é, Magno? Não é pela sua paixão pelo Flamengo, não, nem pela Seleção Brasileira, é porque eu o conheci quando estavam debatendo a liberação da maconha, num processo aqui no Senado Federal – eu, como ativista, como muitos que estão aqui e ali, segurando cartazes –, em plena Copa do Mundo acontecendo no Brasil, num dia de segunda-feira. E é curioso porque a Lei do Impeachment foi debatida na segunda-feira pela manhã, quando, Deputado Osmar Terra, não há Parlamentares na Casa – os Parlamentares estão nos seus estados e só vêm para cá na terça. E o senhor teve muita ousadia do bem para sair do seu estado, numa campanha que estava tendo lá, em 2014, se eu não em engano, e vir para uma audiência pública em que estava tudo montado para se legalizar a maconha, tudo certo. E o senhor, com muita coragem, peitou outro colega, no bom sentido da palavra, e trouxe algumas verdades sobre o *lobby* da indústria da maconha e o desmontou. E o processo foi arquivado a partir daquela sua vinda aqui.

Então, o senhor sabe como funciona Copa do Mundo... Seja bem-vindo a esta Casa. O senhor tem cinco minutos. Vamos combinar, porque nós temos um prazo. Tem muitos Parlamentares aqui, tem a sociedade também. Mas eu queria pedir cinco minutos para a gente poder passar uma mensagem, nesta audiência histórica.

Muito obrigado.

O SR. MAGNO MALTA (Para expor.) – Senador Girão, muito obrigado pela oportunidade.

Eu estive nesta Casa por 16 anos. Agradeço.

Abraço o Senador Heinze, o Senador Guaracy e todos os outros Senadores, guerreiros, comprometidos com a Constituição brasileira.

Meus parabéns por esta sessão, esta audiência pública estar acontecendo no Senado. E vou dizer quais as razões.

Fui desaconselhado a estar aqui por muita gente. Uns diziam: "Nós precisamos de você, eles não têm limite; não vá!". E eu refleti e disse a mim mesmo: "Não ir lá é perder o direito de olhar para mim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesmo no espelho". Eu tenho três filhos, duas netas. A vida é fútil e passageira. E, se nós não lutarmos por um legado e não expusermos o que nós acreditamos, nós condenamos as gerações futuras – nós, desta Casa, porque esta Casa, constitucionalmente, se é que ainda existe Constituição no Brasil, tem o poder e o dever de colocar as supremas cortes no seu devido lugar. E esta Casa tem aberto mão desse seu dever e não tão somente do direito constitucional.

Eu quero pedir a V. Exa., até para resguardar o Gayer, resguardar a Bárbara, que disse "agora eles virão para cima de mim", que V. Exa. evoque, por escrito, as notas taquigráficas das sabatinas de todos os Ministros que estão no Supremo hoje, porque as notas taquigráficas, as gravações de áudio que estão acontecendo e que acontecem em todas as sessões e os vídeos, certamente, Deputados Osmar, garantirão a segurança daqueles que citaram algum nome desses Ministros, porque hoje é proibido. Você já não tem mais a liberdade de citar o nome de alguém até para discordar, mesmo que não seja para ofender. Aliás, a Constituição diz que, quando você se sente ofendido, você vai à primeira instância e entra com um processo contra a pessoa. Mas, hoje, não! Tudo se resolve na Suprema, com os "inoxidáveis".

Quando o senhor requerer as notas taquigráficas – e aí eu gostaria de pedir às pessoas que são minuciosas, nas redes sociais, no YouTube, que fossem procurar a sabatina de todos os Srs. Ministros do Supremo Tribunal Federal hoje e Sras. Ministras –, os senhores verão, ao final, que estarão aptos, entendendo hoje o comportamento deles, que a sabatina não passou de um estelionato ou, no mínimo, falsidade ideológica.

O que ocorre hoje no Supremo Tribunal Federal... Eu sabatinei o então advogado Alexandre de Moraes, ex-Ministro do Temer, e o final da minha fala foi muito importante. Eu disse: "O senhor, ao ser aprovado, chegando lá e colocando uma capa nas costas, o senhor vai receber um pedido de audiência de um Senadorzinho meia-boca, semianalfabeto, como eu, ou um Vereadorzinho do interior, ou vai receber naquele *hall*, com todo mundo em pé, como se Deus o senhor fosse?". Ele disse: "Não, Senador. Jamais. Receberei no meu gabinete". Eu disse: "... como se Deus o senhor fosse".

Foi mais do que a profecia. Ele se comporta como Deus, o soberano da nação. Nas mãos dele, na caneta dele, está o deboche, a anarquia, a prisão, a soltura.

Quando eles são sabatinados aqui, eles não recebem nenhum título, ao serem aprovados, de interpretadores da Constituição. Não é isso. Eles saem daqui com o título, ao serem aprovados pelo Plenário, de Guardiões da Constituição.

Srs. Ministros, Guardiões da Constituição é guardar o que está escrito, não é para mexer numa vírgula nem em um til. Segundo a Bíblia, quem toca nela, numa vírgula, será anátema. Não é criar uma nova Constituição ou criar narrativas a partir do próprio punho – o deboche.

Está na lei. Eu não vou citar aqui aquilo que já foi citado, tecnicamente, pelos técnicos e por aqueles que fizeram o seu argumento com base no texto constitucional, e assim vai acontecer com outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui. Mas é uma coisa simples: quem pode mais pode menos; a Constituição é maior do que uma resolução.

A resolução do TSE, do Tribunal Superior Eleitoral, que diz: "Olha, em havendo alguma anomalia, seja entidade, seja partido ou qualquer um – do jeito que está escrito lá –, você pode muito bem fazer o seu questionamento". Foi isso o que o PL fez, quando percebeu uma anomalia nas urnas de 2020 para cá, não nas de 2020 adiante. Ora, se percebeu alguma alteração ou anomalia, você pode fazer o questionamento, porque quem abre a porta e diz "você pode me questionar" está dizendo: "Eu responderei ao seu questionamento".

O PL, ao questioná-lo, ao fazer o questionamento das anomalias das urnas, em que se deu a nomeação, a eleição por aclamação, ele, simplesmente, em 13 minutos – num comportamento irônico, também com uma multa de 22,9 irônica, porque ele pode todas as coisas –, responde, em 13 minutos, às muitas laudas explicativas e detalhadas que lhe foram feitas pelo maior partido político hoje deste país. Ainda que fosse o menor, deveria ter sido respeitado. Ainda que fosse um cidadão indouto, deveria ser respeitado, ou o mais letrado de todos os doutores. Nem foi lido. É como se se recebesse na quinta e o jogasse na sexta.

Então, nós, o povo brasileiro, nos indignamos, e o nome disso é a indignação dos justos – e eu não posso lhe falar de uma coisa sobre a qual eu não tenho conhecimento, mas dessas coisas eu tenho conhecimento. Então, reitero a V. Exa.: proteja essas pessoas, requerendo – requerendo – cópias taquigráficas, áudio, vídeo da sabatina de todos eles. O senhor, Senador Girão, que está sentado nessa cadeira, que foi um militante sentado aqui... Se não tivesse sido a sua ação de ir ao meu estado, quem sabe eles já teriam legalizado a maconha? Diante de todos os desmandos que desmontam algo que foi montado com muita dificuldade dentro de uma pandemia, como subida do dólar, queda da bolsa, juros crescendo, só de ouvir falar, onde nós vamos parar? O senhor os protegerá, porque descobrirá, ao final, tudo que ocorreu ao serem sabatinados. E eu disse ao Sr. Alexandre de Moraes: "Os senhores quando sentam aqui para botar a toga nas costas vendem até a mãe". Eu disse. E eu não estava falando mentira. Mas, ao fazer esse requerimento, requerendo, o senhor vai proteger e o senhor, no final, vai descobrir aquilo que o Brasil sabe e a mídia de esquerda nunca vai dar, que a sabatina não passou de um estelionato, de uma sabatina de estelionato ou, no mínimo, de falsidade ideológica.

Esta Casa precisa se dar ao respeito. Ela convida um ministro para vir aqui, não consegue aprovar a convocação, e tem esse poder, mas não consegue. Eles desrespeitam e não vêm. O desrespeito é grande da parte dos ministros? É claro, mas o desrespeito desta Casa por ela mesma é pior.

Mas aqueles...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Para concluir, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA – ... que têm coragem, como V. Exa., o Esperidião Amin, o Heinze, o Guaracy e outros cujos nomes eu não tenho como citar, mas que se sintam representados, os senhores estão falando em nome de um Brasil, de uma maioria absoluta sólida de brasileiros. Como disseram os meninos do Canal Hipócritas e o Gayer, que estão nas ruas até que suas vozes sejam ouvidas, porque justiça e lei caminham juntas, são como uma dupla. Mas, quando a lei se prostitui, é preciso fazer justiça. E a lei, no Brasil, se prostituiu, ou a prostituíram. Então, é hora de se fazer justiça.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado. Muito obrigado, Senador Magno Malta.

Eu peço aqui à Secretaria da Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle que requeira essa sabatina, tanto o vídeo e o áudio quanto as notas taquigráficas.

O Senador Esperidião Amin pediu a palavra.

O senhor está com a palavra agora, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Eu pretendo ser o mais breve possível até para não, para que V. Exa. não perca o fio da meada, ou seja, o prosseguimento da sessão.

Eu só não posso é deixar, ouvindo as palavras recentemente produzidas, de lembrar o que disse aqui ontem. Número um, dos requerimentos de convite a ministros – geralmente, os mesmos ministros, para virem aqui, por exemplo, para explicarem a fundamentação do Inquérito 4.781, nós três assinamos todos, e infelizmente todos restaram desertos. Segundo, não faltaram aos mesmos ministros oportunidades de falar e dar entrevistas aqui e no exterior.

Só quero fazer uma pequena retificação: não é todo o Senado. Alguns de nós temos procurado, por este meio, no mínimo esclarecer qual é a genética, Guaracy, do Inquérito 4.781, que deve ser objeto número um de qualquer investigação sobre abuso de autoridade, porque é a mais prolongada de todas. Desde março de 2019, teve início, não tem objeto definido, e quando um demandante, como foi mencionado agora, por exemplo um partido político, pede alguma coisa desagradável, não só pode ser multado, como pode ter o seu presidente incluído no inquérito. Não há nenhuma diferença de ritualística entre esse inquérito e a Inquisição. Porta aberta, um juiz plenipotenciário, que é a suposta vítima, o investigador e a palavra final. Portanto, o que se conhece da história da Inquisição, não consigo vislumbrar nenhuma diferença essencial.

Por isso, eu quero aqui enfatizar, por muito que já foi dito, que eu considero essencial que nos preparemos para uma investigação do Congresso sobre os fatos que caracterizam abuso de autoridade, especialmente os associados ao Inquérito 4.781.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E concluo para dizer: lembrando que a ex-Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge, tinha arquivado esse inquérito – arquivado! Confere? E ele, como se fosse uma erva daninha, brotou de novo e tem que ser no verdadeiro respeito ao Estado democrático de direito, confrontado com os preceitos da Constituição e da justiça. É a prioridade número um que eu creio que nós devemos enfrentar nas próximas horas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin.

Eu já passo a palavra aqui imediatamente para o Deputado Otoni de Paula. Muito obrigado pela sua presença.

Peço que a gente possa ficar cinco minutos para dar oportunidade para todos poderem falar. Obrigado.

O SR. OTONI DE PAULA (Bloco/MDB - RJ. Para expor.) – Senador Eduardo Girão, em nome de quem quero cumprimentar todos os Parlamentares e todos os membros da sociedade que aqui estão, estou ladeado de dois grandes homens que servem para nós como referência neste momento da história do Brasil, meu amigo particular, o jornalista Oswaldo Eustáquio, que carrega em seu corpo as marcas da tirania do que vivemos no país hoje, e o Senador Magno Malta que me serviu de inspiração, ao longo desses anos, até eu chegar aqui neste Parlamento.

Em 2019, eu fui inserido... meu nome foi arrolado no inquérito das *fake news*. À época – porque no calor da emoção, ao saber que o Ministro Alexandre de Moraes havia mandado prender o jornalista Oswaldo Eustáquio, que eu não conhecia e com quem não tinha relação alguma até aquele presente momento, e depois que, mandando prendê-lo, ao soltá-lo, o proibiu de ganhar o seu pão de cada dia e de voltar a trabalhar –, então, eu abri uma *live* e, tomado pela indignação dos justos, eu adjetivei o Ministro Alexandre de Moraes, dizendo que ele era um déspota, um esgoto moral, e lixo do STF. O Ministro Alexandre de Moraes me processou. Faz parte do jogo. Fui processado pelo Ministro e, obviamente, não tenho esperança alguma de ganhar um processo do Ministro, que me pediu R$400 mil reais de indenização.

E, ainda que eu tenha, Senador Magno Malta, como apelar, o Ministro pede a um dos seus pares, em São Paulo, onde corre esse processo, que bloqueie as minhas contas. Como eu só tenho conta salário, a minha conta salário é bloqueada – bloqueada! Então todos os meses, em que eu recebo o meu salário, eu tenho a minha conta bloqueada, e assim é, e assim será, até ele conseguir o dinheiro da sua indenização, mesmo eu tendo recursos.

Pois bem, mais tarde eu fui inserido no inquérito dos atos antidemocráticos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já desafiei o Sr. Ministro Alexandre de Moraes a me provar uma linha de um ataque deste Deputado às instituições. Eles querem confundir crítica ao CPF, com ataque ao CNPJ. Ninguém aqui está atacando o CNPJ, o Supremo Tribunal Federal, sem o qual não existe democracia. O que nós estamos fazendo ao longo desses últimos anos é crítica ao CPF. E querem confundir. E é necessário que nesta Comissão, com equilíbrio, nós digamos aos Ministros do Supremo Tribunal Federal: V. Exas. não são o Supremo Tribunal Federal. V. Exas. são servidores públicos, como qualquer um de nós.

Eu havia prometido, Senador Girão – e já caminho para o final –, aos meus filhos que, ao ingressar na vida pública, nossa casa jamais seria visitada pela Polícia Federal, que eu não os desonraria e nem desonraria os meus pais, como o Sr. Senador Eduardo Girão tem o Sr. Clodomir Girão, o seu pai, aqui orgulhoso em vê-lo assentado onde está. Mas a minha casa, sim, foi visitada por ordem do Sr. Ministro Alexandre de Moraes. E, para terminar, eu só gostaria de dizer algo, quando a Polícia Federal esteve lá em casa, apreendeu o meu telefone. Um dia depois, as minhas redes sociais foram derrubadas. Eu sou o único candidato a Deputado Federal no Brasil que não teve direito a ter as suas redes sociais. Além do colega Daniel Silveira, quando prenderam o colega Daniel Silveira, eu recebi, através do meu advogado, uma ameaça de que o próximo preso seria eu, que me foi comunicada pelo Presidente da Casa, Arthur Lira, que me pediu para tomar cuidado, porque eu seria preso.

Pois bem, naquele momento em que as minhas redes sociais foram derrubadas – e esta informação é muito importante, Senador GIrão –, três meses depois, eu fui à Subprocuradora, Dra. Lindôra, que fez esse despacho. E apelei a ela dizendo: "Procuradora, o que se tem contra mim?". E o que eu vou falar aqui agora é muito sério, mas eu preciso falar, em nome da verdade. A Subprocuradora, olhando nos meus olhos, disse para mim: "Deputado, fique tranquilo, esse inquérito não vai dar em nada, mas nós precisávamos acalmar o Brasil", dia 7 de setembro, o primeiro 7 de setembro, "nós precisávamos acalmar o Brasil. Então, lamentavelmente, o senhor entrou de bucha". A Subprocuradora-Geral da República, Dra. Lindôra, a quem eu ainda tributo o meu respeito, mas, celebrando a verdade, dou notícia de uma informação que ela me deu. Disse que este Deputado teve a Polícia Federal na sua casa, expôs a sua família... Porque não dá tempo de trocar de roupa. É uma humilhação. A mulher tem que descer com a roupa que está dormindo, porque eles esmurram, os filhos não sabem o que está acontecendo, e entram homens armados na sua casa, na sua residência. Naquele momento, eu fiquei sabendo que eu fui bucha.

Agora, para terminar, eu pergunto: por que o meu celular até hoje não me foi devolvido? Por que as minhas redes sociais não me foram devolvidas? Ora, um traficante, quando tem o seu celular apreendido, a perícia da Polícia Federal não dura mais do que seis meses. Mas esse celular deste Deputado poderá nunca mais voltar às minhas mãos, e sabe por quê, Senador Magno Malta? – e aqui eu encerro realmente. O Ministro Alexandre de Moraes possui a "sua" polícia federal – a "sua" polícia federal! E a delegada responsável pela polícia federal do Ministro Alexandre de Moraes não pode se remeter ao Diretor-Geral da Polícia Federal e tampouco ao Ministro da Justiça, mas somente a ele. Somente a ele. Portanto, o meu telefone celular está sob apropriação indébita do Sr. Ministro Alexandre de Moraes, porque, ao questionar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Superintendente, o Diretor da Polícia Federal e o Ministro Anderson Torres sobre o meu aparelho, eles disseram: "Deputado, se o aparelho nunca esteve acautelado na Polícia Federal...". Mas está acautelado na polícia federal do Ministro Alexandre de Moraes.

Eu termino dizendo ao Ministro – eu acho que é por aquela câmera ali – Alexandre de Moraes: o senhor já provou que pode muito. Realmente, o senhor pode muito. E o senhor já colocou as duas Casas do povo de cócoras. Sim, o senhor nos colocou de cócoras na Câmara quando fez com que os Deputados acreditassem num acordo falso de que, para apaziguar os ânimos, bastava o Deputado Daniel Silveira reconhecer o erro, entre aspas, e pedir desculpas, e em 15 dias ele seria solto. Pois bem. Alguns acreditaram; nós não. Alguns acreditaram, e mantiveram um Deputado preso por 11 meses.

Ministro, o senhor já provou, portanto, que pode muito, mas eu quero dizer para o senhor, ainda tentando conservar o mínimo de respeito que eu tenho que manter pelo cargo que o senhor ocupa, que o senhor só se esqueceu de uma coisa: o senhor pode colocar um Parlamento de cócoras, mas o senhor não pode calar a voz de milhões de brasileiros, e esses brasileiros – esses brasileiros! – são maiores do que o senhor.

Deus abençoe a todos!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Deputado Ottoni de Paula, um dos censurados Parlamentares do Brasil. Muito obrigado pela sua presença.

Eu queria, neste momento, agora, já passar a palavra diretamente para o Deputado Federal General Girão, mas, antes, eu tenho que passar um vídeo, porque é um assunto que o senhor me falou que vai abordar, e eu quero lhe dar um subsídio. Eu queria pedir para passar o vídeo rapidamente aqui.

Eu lhe agradeço.

(Procede-se à execução de vídeo)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito bem. Essa denúncia gravíssima trazida por um Vereador do Brasil, lá de Curitiba, Vereador Rodrigo Marçal. Eu o congratulo pela sua coragem, a sua postura.

E quero dar uma notícia boa. A gente precisa de notícia boa, não é? Ontem, nesta Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle, nós votamos exatamente um pedido de informações e aprovamos por unanimidade para o STF nos informar as condições, o pregão eletrônico com essa empresa Partners, exatamente o que ela faz, quais são aí os modelos de contratação, porque me parece, segundo até o que Senador Esperidião Amin falou, que isso não tem respaldo na nossa Constituição, esse tipo de pedido de monitoramento da opinião do brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

General Girão, o senhor é o próximo a falar. Tem cinco minutos para a sua manifestação. Muito obrigado pela sua presença, Deputado General Girão.

O SR. GENERAL GIRÃO (PL - RN. Para expor.) – Um Girão pode alguma coisa, dois podem muito mais.

Senador Eduardo Girão, eu queria saudar V. Exa., na pessoa de todos os demais Senadores e meus colegas Deputados Federais também aqui e na pessoa do meu colega Deputado Daniel Silveira.

E quero dizer para cada um dos senhores e senhoras aqui presentes, principalmente o pessoal que está nas ruas e que tem representatividade hoje aqui, que, quando eu comentei com o senhor sobre essa empresa, engraçado, eu comentei que o TSE teve condições de contratar essa empresa para vigiar as redes sociais, mas não conseguiu monitorar as inserções de rádio. Engraçado, não é? O que interessava para eles, eles conseguiram; o que não interessava eles deixaram passar, fizeram vista grossa.

Eu vou falar pouco. Eu vou falar somente sobre a nossa Constituição Federal. Art. 1º, parágrafo único, está dizendo lá: "Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição".

Então, nos restam algumas esperanças e a primeira delas é esta: o povo está exercendo de maneira direta, porque nós, Parlamentares, e aí me desculpem os Senadores... Nós, Parlamentares, não estamos de joelhos, não estamos de cócoras. Nós estamos de quatro. O Congresso Nacional aceitou ficar de quatro para o Supremo Tribunal Federal.

E não digo somente o Congresso Nacional; digo que o Poder Executivo também aceitou uma posição não honrosa em relação ao Supremo Tribunal Federal quando aceitou as primeiras imposições e elas continuaram acontecendo.

E continuaram acontecendo de um jeito tal... Desembargador Coelho, acontecendo de um jeito tal, que nos envergonhou. E hoje nós corremos um sério risco.

Mas eu vou continuar. O art. 2º: "São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si [...]". E qual é o primeiro Poder? É exatamente aquele Poder que é formado por representantes do povo, o Legislativo. E somente com representantes do povo. E depois é o Executivo, que também tem representantes do povo, a partir do cargo máximo.

Ministros de Estado, Senador Eduardo Girão, foram convidados ou convocados a virem à Câmara dos Deputados várias vezes. Nesses quatro anos, nós tivemos que administrar várias audiências públicas com a presença de ministro de Estado, que eram convidados ou convocados. Eu não vi, em nenhum momento, um Senador chamar aqui um Ministro do Supremo Tribunal Federal, mesmo sabendo que, desde 2019, eu e mais 16 Deputados entramos, no começo do ano logo, em fevereiro, entramos com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pedido de *impeachment* contra quatro Ministros do Supremo Tribunal Federal. O Deputado Otoni de Paula se lembra disso, a Deputada Carla também, a Deputada Bia Kicis. Estávamos juntos.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) – Só corrigindo, o Girão chamou.

O SR. GENERAL GIRÃO (PL - RN) – Dezessete foram chamados. Foi o pedido que entramos aqui nesta Casa. E o Senador que presidia a Casa naquela oportunidade ficou sentado em cima do pedido e não aceitou que ele fosse adiante.

Está aqui no art. 2º. O art. 2º da Constituição é claro.

E o art. 5º: "Todos são iguais perante a lei, [...] garantindo-se [...] a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade [...]". Infelizmente, mais uma vez, a Constituição Federal foi desobedecida nesses três primeiros artigos, só aqui de relance. Não adianta mais eu prosseguir nos outros, porque tem vários outros.

O art. 53, foi esse artigo que nos caracterizou de quatro perante o Supremo Tribunal Federal. E hoje nós corremos o risco, corremos o risco, sim, de agora, ou amanhã, ou depois, recebermos a visita, como já falou aqui o Deputado Otoni de Paula, a visita desagradável de uma instituição... Me desculpem.

Eu pedi passagem para a reserva, porque eu me recusei a obedecer uma ordem absurda. E eu deixo aqui a minha palavra: a Polícia Federal deveria recusar a ordem absurda de prender pessoas que não merecem ser presas.

Eu não estou pregando a desobediência civil. Eu não estou pregando a desobediência civil. Eu estou pregando a obediência à consciência. É uma questão de consciência. Nós não podemos aceitar que a nossa consciência seja prostituída, com todo respeito às pessoas que se vendem para sustentarem as suas vidas e as suas famílias. Nós não podemos aceitar que as nossas consciências sejam ultrajadas por uma ordem absurda, e ordens absurdas estão sendo emanadas uma, duas, três, centenas de vezes desse vizinho aqui, que infelizmente, em relação ao nosso Congresso Nacional, é um vizinho que está à direita, mas ele nunca esteve mais à esquerda do que está hoje, nesta conjuntura que vivemos aqui no país.

E eu termino a minha fala dizendo para vocês: preocupa-nos, sim. Preocupa-nos, porque nós só temos um poder moderador neste país. E eu repito, e fui questionado por isso pelo Ministro Toffoli, que Exército, Forças Armadas não são um poder moderador. Nós só temos um poder moderador neste país, e o poder moderador é a farda, são os homens de botões dourados.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Deputado General Girão. Eu queria só esclarecer que nós, aqui no Senado Federal, conseguimos, sim, fazer convites.

Eu até citei no início da sessão, talvez o senhor não estivesse aqui, mas nós já fizemos três audiências públicas em que Ministros foram convidados. A gente não pode convocá-los. Por incrível que pareça, você pode convocar um ministro de Estado, mas não pode convocar Ministro do STF. Então, a gente...É o princípio da independência entre os Poderes. Isso foi amplamente debatido. A gente tentou com os nossos jurídicos aqui, mas foram clássicos em relação a isso.

Agora, já chamamos o Ministro Alexandre de Moraes três vezes. Hoje é um dia em que ele deveria estar aqui, foi convidado. Foram três vezes. O Ministro Barroso, uma vez, o Ministro Fachin, uma vez; e o Ministro Lewandowski, que deveria estar aqui também, esteve na segunda-feira passada para falar sobre a Lei do Impeachment.

O SR. MAGNO MALTA – Convide-o Alexandre de Moraes *online.* É só botar o vídeo dele aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Mas o fato é que a gente... Não, *online.* Tinha a disponibilidade de vir *online*.

O SR. MAGNO MALTA – O vídeo da sabatina dele.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Ah, o vídeo da sabatina. Mas a gente quer dialogar.

Vamos passar aqui... Eu queria, antes de passar para a Carla Zambelli...O Luiz Lima foi inscrito primeiro, foi um dos primeiros a chegar. Eu queria passar a palavra.

O SR. GENERAL GIRÃO (PL - RN) – Senador Eduardo Girão, será que a gente não conseguiria marcar uma audiência dessas, por exemplo, em Nova York ou Lisboa? Nós iríamos para lá. Aí convidaríamos eles.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Deputado Luiz Lima, muito obrigado pela sua presença.

O SR. LUIZ LIMA (PL - RJ. Para expor.) – Obrigado, Senador Girão.

Senador Girão, antes da minha fala, gostaria de pegar um gancho no que o Deputado Otoni de Paula falou em relação à sua mulher, de camisola, e sobre o que o General Girão também falou, de ordens absurdas. Eu me lembrei da minha mulher. Em 2020, nadando em Copacabana, foi posta num camburão, de maiô, junto com a minha filha, então com 15 anos. Isso foi tema até de reunião ministerial. A minha mulher em nenhum momento falou que era esposa de um Deputado Federal com medo de me prejudicar. Então, foi uma ordem absurda, cumprida pelo Governador Wilson Witzel, que dentro de um camburão da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PM levou a minha esposa e a minha filha para uma delegacia de polícia – num camburão, num veículo da PM.

O outro gancho é o que o Senador Magno Malta falou aqui da sabatina. Eu me lembro muito bem do pré-olhar do Ministro Alexandre de Moraes. O pré-olhar dele, Senador Magno Malta, era diferente do olhar que ele tem hoje como Ministro do Supremo. É nítido. Você vê ele acuado na sabatina, com medo. Infelizmente, ele perdeu o medo. E quando a gente perde o medo, também, a gente está à beira do precipício, quando a gente cai na vaidade, na soberba.

Mas eu gostaria de falar sobre o Supremo Tribunal Federal, Senador Eduardo Girão. Tudo isso o que foi mencionado aqui é consequência da arbitrariedade do Supremo. E nós podemos alterar isso. O Brasil não tem moral para que qualquer Presidente da República indique Ministro do Supremo Tribunal Federal. Eu falei em vários pronunciamentos, na tribuna do Plenário da Câmara dos Deputados – mesmo quando o Presidente Bolsonaro, antes das eleições, tinha chances de, num próximo mandato, indicar – que isso é um erro crasso da nossa Constituição.

Todos os Ministros sabatinados e indicados por Presidentes defendem grupos políticos e pessoas. Se a gente não alterar a forma como é constituído o Supremo Tribunal Federal, a gente vai cair no mesmo erro durante 30, 40, 50, 100 anos. Eles precisam ser juízes de carreira indicados por 11 segmentos do Judiciário, 44, por exemplo, escolhidos pela população. Vai entrar um Ministro com viés de esquerda? Vai. De direita? Vai. Mas eles têm que ter um mandato de 8 anos. Os Poderes jamais estarão equilibrados se a gente tiver... Marco Aurélio Mello ficou 32 anos, indicado pelo seu primo. Agora, o Presidente Lula cogita indicar Cristiano Zanin, o seu advogado. É dar murro em ponto de faca! Nós revogamos, criamos e alteramos leis no Congresso Nacional e temos o poder para alterar a forma de nomeação dos ministros. Esse é um ponto.

Outro ponto direto, urnas eletrônicas. Desde 1996, a gente não observou que o mesário autoriza qualquer pessoa a votar. Até para sacar dinheiro com o Bolsa Família ou o Auxílio Brasil precisa de senha. Quem tem que autorizar você a votar é você próprio, se você esqueceu a sua senha, não vota! Existem vários casos de registros, são 472 mil seções. A gente tem casos de votações em sequência, em menos de dez, vinte segundos.

É claro que você cria facilidades para mesários há 20 anos, nas mesmas sessões. Eles já sabem quem vão. E quantos brasileiros chegaram para votar e já tinham votado por eles. Se houver cinco erros em cada seção, já são 2 milhões de votos.

E aqui está o erro crasso que eu vou passar para vocês. Nós somos Deputados, recebemos denúncias e temos que informar. Al Capone foi preso por causa do seu Imposto de Renda. Eu acredito que a gente pode pegar o Supremo Tribunal Federal pelo calcanhar de Aquiles: a terceirização do processo eleitoral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que o TSE sempre negou ou diminuiu o papel da terceirização no processo eleitoral? A terceirização não é apenas de serviços periféricos; contratou empresas estrangeiras para gerir nossas eleições. Estamos falando da Oracle, da Ingram, da Smartmatic e da Diebold.

A Oracle, empresa americana que tem a sua origem, e isso é de conhecimento público, na CIA e na NSA, que é a Agência Nacional de Segurança Americana, em agosto de 2022, foi acusada, nos Estados Unidos, de coletar dados de milhões de clientes usuários sem autorização com o objetivo de realizar vigilância e mapear seus perfis para comercializar, pois bem, essa mesma Oracle tem acesso a todos os dados de biometria do povo brasileiro entregues pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação e o TSE. Isso é muito grave! A Oracle no comando de banco de dados decide quem está apto a votar pela liberação da biometria do eleitor, conta os nossos votos com os supercomputadores contratados pelo TSE. Essa mesma Oracle que vende seus equipamentos e serviços ao TSE. A Oracle Corporation foi condenada, no dia 27 de setembro de 2022, nos Estados Unidos, por violar a lei de práticas de corrupção no exterior, por fraude e subornos em países como Índia, Turquia, Emirados Árabes, onde usou meios ilícitos para inserir seus produtos como obrigatoriedade em licitações, prática denunciada e condenada. Pagou US$23 milhões de multa e não foi a primeira vez. Aqui, no Brasil, a nuvem Oracle foi comprada pelo TSE por inelegibilidade, sem concorrência, e só porque é uma nuvem Oracle, disse o Ministro Barroso, se fosse uma nuvem Amazon, compraria na Amazon. Ele escolheu pela marca, não pelo serviço.

A gente está entendendo, tenho certeza de que vocês estão entendendo.

Quanto a Diebold, cabe dizer que produz não apenas as urnas, como também os *pendrives* que inserem nas urnas os programas e captam os resultados. E, se soubéssemos que ela já possui urnas com conexão à internet desde 2004, a sua parceira, que agora faz os *pendrives* ou *flashcards*, a Apacer, que possui uma patente de *pendrive* com conexão à internet e que foi acusada de fraude em 2004, nos Estados Unidos, sendo provado que o seu programa é vulnerável e a Universidade de Princeton provou que os *pendrives* podem ser remanejados para inserir programas fraudadores nas urnas. Isso é muito grave.

E, quanto aos técnicos de urnas, podemos questionar que a Secretaria de Informática do TSE, que afirma que apenas transporta urnas lacradas e encaixotadas, quando, na verdade, fazem muito mais do que isso: trabalham no carregamento dos programas das urnas, contingência, têm acesso à linha privada de internet do TSE e fazem a transmissão dos resultados via satélite. Isso é mais grave ainda! E a Indra, que é estatal espanhola, uma empresa do Governo da Espanha, e forneceu transmissão de satélites e contratação de técnicos de urna com acesso total às urnas *pendrive* e sistemas de transmissão, foi acusada de fraude eleitorais em Angola e de corromper agentes públicos na eleição deste ano. Lá o povo nas ruas pedindo a expulsão da Indra do país. Na Colômbia, a Indra foi acusada de corromper oficiais eleitorais e forneceu o *software* – corromper oficiais eleitorais.

Nós temos uma urna em que o erro começa na largada. A gente sabe, quantas vezes a gente foi votar, e a nossa impressão digital não funcionou, e o mesário digita qualquer código e autoriza? Agora,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu vou trabalhar como advogado do diabo. Você pode ser um mesário, eu um mesário, uma outra pessoa fica lá no caixa entre 16h30 e 17h. É o mesmo mesário há 20 anos. Ele sabe quem não vai votar. O cara faz 50, 60, 70 votos! É muita ingenuidade o nosso sistema eleitoral! A gente tem que ser técnico. A gente tem que ser meio japonês nesse ponto. A gente tem que ir no erro. Pá! Pá! Vamos parar de lamentar! Vamos pegar o nosso Al Capone! E desapareceu com 3 milhões de votos dos oponentes de Pedro na eleição do Congresso e de prefeituras, uma empresa com um longo histórico de corrupção.

E a Smartmatic, que forneceu satélites e contratou os técnicos de urna, em 2012 e 2014, recebeu do TSE o código-fonte na ocasião da licitação das impressoras, sendo seus representantes sócios venezuelanos. Que certeza temos que os técnicos ainda não estejam ligados às empresas terceirizadas do TSE? Pelos motivos alegados, precisamos ter acesso a todos os contratos das empresas terceirizadas do TSE, pois muitos desses contratos foram retirados do sistema.

Clamamos aqui ao TCU que nos acompanhe na investigação desses contratos e apresente a prestação de contas dos anos anteriores, até para que possamos entender o envolvimento dessas empresas terceirizadas e o valor investido até hoje.

Terceirizar o sistema eleitoral é atentar contra a nossa soberania. Precisamos garantir que o nosso país não sofreu um ataque cibernético e que o nosso povo está seguro e continuará vivendo livre e em democracia.

Muito obrigado, Senador Girão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Obrigado. Muito obrigado, Deputado Luiz Lima.

Poucas pessoas sabem que ele tem um segundo nome, que é Luiz Eduardo. Esta conjunção é perfeita: Luiz Eduardo. Abraço, querido! Ele é campeão também, nadador, triatleta, uma pessoa que deu muito orgulho ao Brasil. Não é isso, Deputado?

O SR. LUIZ LIMA (PL - RJ) – É isso. Duas olimpíadas: Atlanta, em 1996; e Sidney, em 2000.

Senador Eduardo Girão, eu estou passando tudo isso que eu acabei de falar para o senhor agora. Está bom?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Ah, e a gente precisa desses dados. A gente precisa desses dados.

Muito obrigado.

A Mesa já vai buscar aí com o senhor os dados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputada Carla Zambelli, muito obrigado pela sua presença aqui. Uma Deputada também combativa, que entende muito de comunicação. A senhora tem cinco minutos aí para se manifestar.

Muito obrigado.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP) – Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – E que está censurada. Entende de comunicação e está censurada num dom que a senhora tem.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP. Para expor.) – Exatamente.

Obrigada, Senador Girão. Parabéns, mais uma vez, por uma reunião como esta!

Luiz Lima, eu tenho uma... Luiz, eu vou te entregar aqui uma solicitação que eu fiz no dia 14 de novembro, com cópia integral de contratos do TSE com a empresa Smartmatic.

Eu acho que a gente pode fazer uma cobrança, de repente, e enviar...

Isso aí eu pedi ao TSE.

Na verdade, todo esse calhamaço aqui de folhas é pedido de informação ao TSE não respondido. Esse é só um deles.

Outro, por exemplo, foi com relação ao Núcleo de Inteligência que eles abriram no dia 1º/09/22, com a Portaria nº 833, de 2022. E eu pergunto, entre várias coisas, o porquê de a Presidência dessa Corte ter nomeado o Sr. Eduardo de Oliveira Tagliaferro como membro do Núcleo de Inteligência, inclusive um dos coordenadores. Pergunto quais seriam os critérios para ele poder ser tanto do Núcleo de Inteligência quanto da chefia da Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação.

Nós achamos um processo que tramita em São Paulo, no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em que ele é partícipe de uma investigação paralela a partir de vazamento de dados no âmbito da Prefeitura Municipal de Caieiras, conforme manifestação do ex-Prefeito da referida localidade. Aí eu pergunto também, entre outras coisas, se o TSE tem conhecimento disso.

Esse pedido de informações foi enviado ao Alexandre de Moraes no dia 29 de setembro de 2022. E, até hoje, sem resposta também. Ou seja, nós temos lá um Núcleo de Inteligência e uma Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação chefiada por uma pessoa investigada por vazamento de informações. Esse é um dos pedidos.

Outro pedido foi em relação ao relatório de acessos no dia 4 de outubro, quando tudo desapareceu lá e, depois, reapareceu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, está o pedido, por exemplo, de excepcionalidade para fazer com que aquela testemunha do TSE, que foi demitida sumariamente, o Alexandre, fosse colocado sob proteção à vítima. E a resposta da Polícia Federal, Eduardo Girão, não sei se eles responderam a você, foi que está no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e que, a partir de agora, corre em sigilo, para ele ser colocado...

Enfim, eu tenho diversas coisas aqui que eu mandei para o TSE, e, simplesmente, eles não respondem.

Mas, finalmente, eu tive acesso à decisão que me retirou das redes sociais. Olhem que interessante. A decisão diz o seguinte... Eu fiz um tuíte, no dia 31 de outubro, falando para os caminhoneiros: "Parabéns, caminhoneiros, permaneçam, não esmoreçam!". Esse foi um tuíte que eu fiz.

Outro tuíte que eu fiz foi, quando o Alexandre de Moraes disse que ia tirar o poder ou tentar tirar da função o Diretor da PRF. A PRF responde ao Executivo. Até onde me consta, o Legislativo ou o Judiciário não têm o poder de decidir funções do Executivo. Não é mesmo, Zé Trovão?

Aí diz o seguinte: "O Ministro Moraes acha que tem o poder de decidir funções do Executivo. Não tem". É uma afirmação.

Outro foi uma mensagem que eles descreveram como o seguinte, aspas minhas: "Não reflete sequer o pensamento da maioria da população esse resultado das eleições, mas, neste momento, quero pedir a vocês [eu, no meu vídeo, Eduardo Girão] que a gente tenha serenidade, que a gente tenha força, tenha coragem, mas que tenha serenidade, para aguardar o pronunciamento do nosso Presidente e apoiá-lo em todas as coisas". Quando eu disse que essa campanha é lealdade acima de tudo, lealdade ao Brasil, lealdade ao Presidente, é disso que a gente está tratando. Pegaram esse vídeo meu, dizendo que eu estava atentando contra a democracia, quando eu peço serenidade ao povo. Por quê? Porque, em alguns comentários, aparecem algumas pessoas pedindo o art. 142. Aí eu pergunto ao Desembargador – o art. 142 está na Constituição –, se uma pessoa pede o art. 142, ela está pedindo para que algo que esteja na Constituição seja cumprido e isso é crime?

Agora, por exemplo, agora mesmo, a gente está tendo uma sessão, na Câmara, em que eu peço para que o aborto e a apologia ao aborto, como, por exemplo, fizeram duas Deputadas... Agora, eu ganhei uma ação delas. Quando a Colômbia, Eduardo Girão, aprovou o aborto de crianças, na gestação de seis meses, as Deputadas começaram a comemorar nas suas redes sociais, e elas entraram com um processo contra mim, porque eu as critiquei. Aí eu entrei com um projeto dizendo que fazer apologia ao aborto tornaria mais crime, crime ao assassinato de bebês. Elas estão lá, agora, brigando, dizendo "meu corpo, minhas regras", a favor do aborto. Ou seja, você falar contra um crime que é o aborto pode, mas você falar contra um artigo na Constituição não pode, isso é crime.

Aí eu quero dizer porque é que eu fui silenciada, na verdade. Saiu, ontem, em *O Globo*, o papel dos – estou terminando – comunicadores frente à essa nova eleição, os novos quatro anos, a nova legislatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí diz, em *O Globo,* que, nas duas plataformas, Facebook e Instagram, em que a Deputada Carla Zambelli, que, recentemente teve seus perfis bloqueados por determinação da Justiça, foi ela quem mais gerou interação no período analisado, seis meses. A Parlamentar tem pouco mais de 6,2 milhões nessas duas redes somadas. Só no Facebook, Zambelli teve sozinha 20% de todas as curtidas, comentários e compartilhamentos gerados por todos os Deputados eleitos. Aí está dizendo porque é que eu fui bloqueada. Só no Facebook, eu – sozinha – tive 20% dos comentários, curtidas e compartilhamentos de todos os Deputados eleitos, dos 513; no Instagram, 16%.

E aí vem o Alexandre de Moraes, tira as minhas redes, sob multa de R$150 mil a hora e diz o seguinte: se eu criar novos perfis, para cada rede social que eu criar novo perfil, eu tenho R$100 mil de multa, por conta detectada, por hora. Ou seja, eles tiraram as minhas redes sociais do Twitter, Instagram, Telegram, YouTube, Facebook, GETTR, TikTok, LinkedIn e WhatsApp.

Eu, simplesmente, não tenho nem como me comunicar, então, eu só tenho aqui para me comunicar com vocês. É por isso que, às vezes, eu me excedo no tempo, desculpe-me, Eduardo Girão, mas eu digo aos senhores o seguinte: quando eles calam a voz de uma pessoa como eu, quando eles calam a voz de uma pessoa que tem 20% do que se fala, no Facebook, em relação à política, eu digo uma coisa, eles podem me calar, mas eles levantaram milhões de pessoas porque eles me calaram. Eu tenho certeza de que essas pessoas não serão silenciadas. Como o Hipócritas disse, a gente não vai parar de falar e a gente não vai parar de se manifestar enquanto a liberdade não for absoluta neste país.

Obrigada e boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado. A Deputada mais votada do Brasil. Olha só! Quantos mil votos a senhora teve?

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP) – Um milhão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Um milhão de votos.

O Luciano Hang, que esteve na CPI do ano passado, deixou 12 milhões de órfãos há dois meses e meio da eleição.

Você sabe o que significa isso?

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP) – E eu 10 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Dez milhões, mas ele ficou antes da eleição.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP) – Antes da eleição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Sabe o que significa isso? Que um influenciador, que podia mobilizar muita gente comparando governos, ficou de fora.

Isso influencia ou não influencia no resultado das eleições?

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP) – Não, e sabe de uma coisa?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Sem nenhum tipo de justificativa.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP) – E Senador...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – E continua...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PL - SP) – E, no meu caso, diz o seguinte, eu fui silenciada no dia 1º de novembro, só que a decisão foi eleitoral e com base na eleição.

Ora, essa eleição já aconteceu, por que eu fui censurada depois da eleição?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Deputada Carla Zambelli, muito obrigado por sua participação, a verdade sempre triunfa, sempre vem à tona, a gente tem que com serenidade, que é a palavra que a senhora usou, continuar fazendo a nossa parte para que a justiça prevaleça e ela vai, ela vai prevalecer.

O Senador Guaracy vai ter que sair, mas ele pediu um tempinho aqui para fazer o seu pronunciamento.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Para discursar.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Senadores, povo que nos assiste, povo que nos vê, meu amigo Rony Paresi e esse outro cacique que está lá e que representa o nosso povo primário, quero saudar a todos pedindo bençãos ao povo brasileiro, o que nós escutamos aqui foram aulas de sentimentos, aulas de coração, aulas de inteligência, aulas de conhecimento, mas de patriotas.

Lembro-me, Senador Girão, daquele trio que esteve aqui, os Hipócritas, e eles fizeram uma citação da guerra de Esparta, de Leônidas, com os seus 300. Dario I mandou um recado para Leônidas dizendo: "Se vocês não se entregarem...". Eles eram 300 e o exército de Dario eram milhares e milhares. Dario disse a Leônidas: "Se vocês não se entregarem, nossas flechas cobrirão o sol". Leônidas respondeu: "Tanto melhor, lutaremos na sombra".

Nós vamos lutar na sombra, no sol, na trincheira que tivermos. A nossa trincheira é essa daqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E me preocupa, mulher de um milhão de votos, Carla Zambelli, quando a senhora, V. Exa., foi multada em R$100 mil, mas dia 25 agora, de novembro, um caminhoneiro que teve uma multa equivalente a essa, de Mutum, no Mato Grosso, por não ter condição de pagar a multa, acabou tirando a própria vida.

Esse sangue pesa, mas nós não temos a alma manchada desse sangue.

Eu sei que todos nós, que lutamos pela liberdade e lutamos pela democracia, não temos a mão manchada desse sangue desse motorista. Não temos.

Meus senhores e minhas senhoras, ouvimos aqui muitas críticas injustas, como a do General Girão, sobre o Congresso, sobre o Senado, principalmente. Divirjo um pouco de V. Exa. quando fala que o Exército é o poder moderador; de acordo com o art. 52 da Constituição, o mais moderador de todos é o Senado. E tenho medo quando nós não fazemos nada, não tomamos ação, deixamos que a coisa aconteça.

Meu caro Zé, existe uma filosofia do biólogo francês Lamarck, que diz: "O órgão em desuso cairá em extinção". Talvez nós, o Legislativo brasileiro, estejamos provocando a nossa própria extinção. Se nós, meu grande Senador – não uso a palavra ídolo, porque não devo usá-la, mas meu influenciador Magno Malta... O Girão disse que estamos de quatro. Não estamos, não; estamos nos arrastando – nós estamos nos arrastando. Alguns de nós tentamos nos manter de pé e clamamos, não sei por quanto tempo, mas, enquanto tivermos força, nós temos que lutar por esse povo brasileiro, por essa gente brasileira.

O nosso amigo ali falou que luta. Aliás, o repórter Wagner, se não me engano, falou: "Pensa nos seus filhos". Eu tenho 71 anos, não me preocupo mais comigo, mas pela geração por vir.

Meu amigo Magno, se a nossa geração, se nós agora, meu desembargador, meu caro Heinze, meu caro Medeiros, meu caro Girão, não entregarmos um Brasil com segurança, com democracia de fato à próxima geração, nós fracassaremos terrivelmente. Podemos passar para o futuro como Senadores e Deputados covardes, que não tiveram coragem. (*Pausa.*)

Pela graça de Deus, nós podemos dizer que somos mais do que três mosqueteiros, porque os próprios mosqueteiros eram quatro, não é? (*Risos.*)

Então, somos mais.

E está vindo aí uma plêiade, como o Magno, como a Damares, como o General Mourão, como a Tereza Cristina, o Rogério Marinho, afinal, está vindo uma plêiade de verdadeiros homens e mulheres com muita vontade de lutar. Homens e mulheres que lutarão no mar, na tempestade, na água, na sombra ou no sol, mas nós lutaremos por um Brasil melhor.

Eu estou me despedindo desta Casa, onde fiz amizades, e boas amizades. E despedindo com saudade. Mas não é o glamour de uma Câmara dos Deputados ou de um Senado que importa. É a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsabilidade de um Deputado e de um Senador que importa. É isso. Glamour não interessa, mas responsabilidade, honra, pátria, fé, liberdade, isso importa.

Senador Magno, a Venezuela teve um Simón Bolívar, hoje tem um tal de Maduro, apodrecido. A Argentina teve um San Martín. Hoje tem um tal de Alberto, não sei o que lá. Nós tivemos um Dom Pedro II, nós tivemos Dom Pedro I, agora podemos ter um Dom presidiário.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Amigos, deixem-me dizer, tenho esperança no Brasil, tenhamos na nossa geração do futuro. Está vindo aí, como falei, uma plêiade de Deputados e Senadores extremamente honrados, Girão, Heinze e outros homens extremamente honrados vão continuar aqui. Bia Kicis, essa mulher de tanta honra, de tanta coragem, de tanta determinação, está aqui.

Nós não queremos confronto, nós queremos a paz, nós queremos a plena harmonia na Praça dos Três Poderes: do Judiciário, com a Presidência da República; da Presidência da República com o Congresso, a Câmara e o Congresso. É para isso que nós lutamos. Nós, esse povo, que não teme a guerra, mas deseja a paz. Esses somos nós.

Deus abençoe a nação brasileira. Deus esteja com os senhores e com as senhoras.

Despeço-me agora desta Comissão, pedindo que Deus continue dando força e sabedoria a todos os senhores.

Despeço-me do Congresso, despeço-me dos senhores, mas continuo sendo brasileiro devotado por esta pátria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Amém.

Muito obrigado.

Senador Guaracy Silveira, hoje é uma data emblemática. Hoje ele está se despedindo aqui, do Senado Federal.

Ele é suplente da Senadora Kátia Abreu, e a Senadora Kátia está voltando amanhã. Então, hoje ele está... Vou até relatar, daqui a pouco, um projeto dele no Plenário, por isso que vamos ter que dar uma corrida aqui. Mas muito obrigado, o senhor é inesquecível aqui e muito feliz em estar ao seu lado combatendo o bom combate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já passo a palavra agora imediatamente para o Deputado Daniel Silveira, um dos... Na verdade, é mais do que censurado, não é, Daniel? Mais do que censurado. Daniel foi preso. O senhor tem a palavra.

Muito obrigado pela sua presença aqui no Senado Federal.

O SR. DANIEL SILVEIRA (Para expor.) – Presidente, agradeço. Queria agradecer os aplausos e o apoio de todos vocês.

Presidente, eu queria pontuar, apesar de que todos os relatos são muito bons, na verdade, só que a questão é se ater a fatos importantes, esse inquérito. Começo respondendo ao Senador Esperidião Amin, que ele levantou o ponto nevrálgico dessa questão, que é justamente o Inquérito 4.781 e qualquer outro que se ramifique dele.

Esse inquérito, respondendo ao Senador, ele queria a base legal, ela não existe. Na verdade, o que acontece é que ele foi aberto, realmente de ofício, e teve como utilização – como se fosse uma lei subsidiária, o que não é e nem poderia ser utilizada dessa maneira – o próprio Regimento Interno do STF (arts. 43 a 45).

Esse Regimento Interno do STF foi feito à luz da Constituição de 1969, portanto, não existia ainda a figura do Ministério Público. Uma vez que vem a nova Constituição de 1988, ela não absorve, então, esse regimento que tem, no seu art. 129, a figura, que é a detentora privativa da ação penal, o Ministério Público e a Polícia Judiciária. Portanto, não existe nenhuma previsão legal, e ele até pontuou sobre o inquérito, que, mais uma vez, foi aberto de ofício e determinado o arquivamento pela PGR, então, Procuradora Raquel Dodge, por duas vezes, uma inclusive em ação pública, ou seja, ele jamais teria o poder de negar esse tipo de arquivamento.

Portanto, respondida à questão do Senador, ele jamais viria aqui, tanto o Alexandre quanto o Barroso ou qualquer outro Ministro, e aqui eu quero excetuar, de forma bem particular, o Exmo. Sr. Ministro Nunes Marques, que tem feito um papel brilhante, porque tem sido positivista, ou seja, respeitando a lei que foi feita por este Parlamento de forma idônea.

A questão, Presidente Senador Girão – a quem eu tenho muito apresso e respeito, e parabéns por esta audiência –, é que quando fui preso, no dia 26 de fevereiro de 2021, quase à meia-noite, por um mandado de prisão em flagrante, que não existe... Ora, qualquer Prof. de Direito Penal e eu coloco aqui, com muita propriedade, as palavras, porque eu também sou operador de direito. Qualquer um sabe que esse dispositivo não existe. E o Parlamento – aqui a minha crítica ao Arthur Lira, que tentei avisá-lo inúmeras vezes à exaustão, que não abrisse mão da imunidade material e formal do art. 53, que a própria semântica da palavra "quaisquer" explica naturalmente o sentido dela. Não tem que explicar para um Ministro, que tem o tal do notório saber jurídico preconizado no art. 101 da Constituição. Eu acho que isso acaba até avariando a bússola moral. Acho que saber demais, acaba sabendo de menos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o ponto nevrálgico da questão é que este Senado deveria atuar de forma a impichar o Ministro Alexandre de Moraes, que disse também ao desembargador – e estou aqui com alguns juristas e me corrijam se eu errar em alguma letra de lei, o que eu duvido muito... E já desafiei o Alexandre de Moraes para um debate público sobre direito também. Na Lei Complementar 35, que é a lei complementar da magistratura, que é a Lei Orgânica da Magistratura, em seu art. 33, eles usaram, por analogia, o art. 53 da Constituição, podendo prender um ministro ou um magistrado, somente em flagrante de delito de crime inafiançável.

Pois bem, o Ministro Alexandre de Moraes tem incorrido, corriqueiramente, no crime de tortura. E o crime de tortura não basta amarrar alguém num pau de arara e chicotear; não é para enfiar embaixo da unha uma agulha. O crime de tortura também se configura na situação psicológica, mental. Isso está muito claro aqui.

Está aqui. Eu posso ler. Eu vou até ler, inclusive, sobre a Lei de Tortura – está muito claro aqui. Deixe-me ver se é essa lei aqui. Ela está muito certa. Vou ler: "Art. 1º Constitui crime de tortura". Passo aqui então... "Se resulta lesão corporal...", não é essa parte. "Na mesma pena incorre quem submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal." Ora, ele vai utilizar a ordem judicial para dizer que é uma ordem legal, mas não resulta de lei, porque ordens ilegais não se cumprem – Lei 8.112, art. 116, inciso IV. Corrijam-me se eu estiver errado. Ainda insisto nisso. E os policiais federais, por obviedade... O delegado, naturalmente, no cargo tem que ser bacharel em Direito. Por que então ele obedece a essa ordem ilegal?

Então, o que nós estamos tendo aqui, Presidente... Podemos pegar a Gestapo... A Gestapo ainda é brincadeira de criança. Podemos pegar a StB, da República da Tchecoslováquia, na verdade, Státní Bezpecnost, que era a polícia do pensamento do partido comunista daquela época. Então, tem muitas coisas. A Gestapo ainda perseguia os opositores quando eram tipificados na lei nazista, ainda tinha uma coisinha para eles buscarem subterfúgio. A StB, não; perseguia qualquer um. É o que ele faz no mesmo protocolo. A denúncia é gravíssima do Deputado Otoni de Paula sobre as ameaças e a ingerência. Já dizia aqui...

Peço só mais um pouquinho de tempo, só para eu terminar o raciocínio.

Já dizia François Pierre Guizot, que foi Ministro na França: "Quando a política entra no recinto dos tribunais, a Justiça sai por alguma porta". E o que ele falou foi muito grave. Quando o próprio Ministro Barroso esteve aqui para fazer o *lobby* da PEC do voto impresso, que já havia sido aprovada por esta Casa e declarada inconstitucional... Um outro erro do Senado é que, no art. 52, inciso X, o Senado tem que decidir, declarada inconstitucional a lei, se ela vai ficar circunscrita a esse processo ou se vai ser *lato sensu, erga omnes*. E os Senadores nada fazem. E Gilmar Mendes ainda disse em tempos que isso era

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obsoleto, ou seja, o comando constitucional é obsoleto na visão neoconstitucionalista do STF. Quer dizer que eles mandam, e uma lei positivada pelo representante do povo, não.

Eu falei há pouco tempo com o Senador Paul, que é do PT, Jean Paul, no avião. Ele falou que não sabia dessa função do Senado. Eu falei: "O senhor não sabia? Uma pena". É o que eu falo sobre o qualitativo da Casa ao invés de quantitativo: 81 Senadores e 513 Deputados que não sabem o que estão fazendo às vezes complica para a representatividade popular.

Então, quando nós viemos aqui falando: "Eu tenho 1 milhão de seguidores". É muito legal, também tenho. Eu sou o censurado há mais tempo aqui. Eu fiquei 11 meses em um presídio por crime algum. Portanto, ilegalidade... Aí eles anulam, por exemplo, a Lava Jato. E eu vou conectar esses fatos com o fato de ser aperrado... Ora, pela grandiosidade da operação, isso é irrelevante, isso não anularia uma questão desse porte: mais de 3,5 mil pessoas envolvidas; 70 diretores com mais de 20 codinomes de Corte supremas superiores – STF, STJ e TSE. Quando foi descoberto, eles anularam. Isso é a informação que o Parlamento tem. Aqui é a Comissão de Fiscalização e Controle. Por que não, então, solicitar um orçamento desses inquéritos que prorrogam...? Há muito tempo... Olha, pelo que sei, no Código de Processo Penal, são 90 dias o prazo para o inquérito, podendo ser dobrado pelo juiz, com o réu solto, e 30 com ele preso. E, se você for à Lei de Drogas, são 30 com ele solto e 10 com ele preso, podendo também ser dobrado. Ora, está há quatro anos o inquérito...

Inclusive, dois Senadores que hoje, agora, são situação por esse Governo que não foi eleito, foi escolhido, e que eram oposição ao Presidente Jair Messias Bolsonaro, que é o Randolfe e o outro é o Alessandro Vieira, salvo engano, falaram muito contra o 4.781. Mas, quando fecha o acórdão do STF – e acórdão não suprime letra de lei constitucional, não; não revoga letra de lei constitucional, não –, como é que se continua calado e falando que está sendo censurado e está tudo bem? A Cármen Lúcia votou contra a censura – pela censura, perdão –, dizendo inclusive que "se for censura e nós entendermos assim, aí então aplicamos a Constituição", ou seja, a Constituição é secundária. Enquanto fiquei preso, tive que me defender de dentro de um presídio na Comissão de Ética com 11 processos no mesmo sentido. Quer dizer, nem *bis in idem* esses canalhas conhecem, covardes! Eles são incapazes de entender. Quando falei com alguns dos Deputados – e eu não estou me fazendo advogado de mim, não, eu estou colocando o caso em concreto –, eles disseram para mim: "Eu não sabia disso". Aí eu falei: "Você não sabia, por exemplo, que eu estou com a minha conta salário bloqueada desde o início? As contas da minha família, meu CPF bloqueado?". É complicado. E eles vêm falar que: "Ah, você está censurado". Não, só há dois anos, mas está tudo bem.

Quer dizer, quando eu estava no presídio, que o Alexandre mandou um procuradorzinho de porcaria lá me ameaçar dizendo que minha família poderia sofrer retaliação, eu falei: "Capricha mais que isso aí, cara! Eu sou PM no Rio. Não dá para me ameaçar nesse sentido. Isso para mim não é nada". "Ah, você me dá o seu celular com a sua senha, a conversa com o Presidente da República, que nós te soltamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

amanhã". Eu tenho três celulares apreendidos lá há dois anos – até não sei por que não apreenderam esse. Mas, quando foram apreender o do José Serra, Senador daqui, o Toffoli rapidamente disse que não podia porque era vinculado ao mandato; ao passo que o Toffoli foi reprovado em dois concursos de magistratura, e a OAB, naturalmente... Quando um advogado é reprovado, a OAB naturalmente não aplica na lista tríplice esse nome pelo quinto constitucional porque está prejudicado o notável saber jurídico, e agora ele é ministro que manda no tribunal em que ele foi reprovado. Assim como Alexandre de Moraes mentiu no currículo dele e conseguiu, por exemplo, inclusive, o mais alto título do direito em dois anos e meio, sendo que demanda 13 anos de estudo. Ele mentiu, e isso ensejaria o *impeachment* dele. Aí ele não vem aqui para poder relatar e mentir aqui publicamente, somente com os pares. E, quando tem que vir tentar modificar a Lei 1.079, que é a lei de impedimento de ministros, aí o Lewandowski não falta uma sessão, e ainda vem na calada da noite para tentar modificar e se blindar.

Então se o Senado, Presidente, não agir... E também me despeço, estou me despedindo aqui do meu mandato, porque saí candidato ao Senado no Rio, e não consegui ser eleito, então não estarei nessa legislatura, mas talvez retorne em outro momento. Então, eu deixo aqui um recado para os meus pares que foram reeleitos: Luiz, Jordy, Junio Amaral e Fahur, que são excelentes; Gilberto agora é eleito; Zé Trovão – não vai dar para nominar todo mundo – e Magno Malta, que jamais deveria ter saído daqui, que vocês façam um trabalho dessa vez de verdade, porque vocês têm muita força juntos. É como diz o Presidente: "Vocês não sabem a força que têm", falou para o povo. E nós somos representantes desse povo. Eu não vou partir para sentimentalismo, porque eu não tenho mania de me fazer de vítima e nem sou vítima de nada, eu acho que eu sou um voluntário contra isso na verdade. Assim como disse o Bismark: "Eu também estou disposto a matar e a morrer pelo meu país". Quer dizer, se você não defender a pátria hoje – e avisei quando fui preso –, todos nós sofreremos os reflexos disso, gente! Isso é grave demais! A denúncia do Otoni de Paula, do Senador Magno Malta, tudo que foi requerido aqui tem que ser levado em consideração para uma CPI imediata. O Alexandre de Moraes pode ser preso em flagrante pelo crime de tortura. Olhem o Roberto Jefferson! Olhem!

Eu vou terminar aqui, Presidente. Eu termino a minha fala. O caso do Roberto Jefferson, em especial... Ele estava preso há dois anos sob tortura psicológica, e o inquérito é inconstitucional. Olha, a teoria da árvore envenenada – o senhor conhece muito bem – invalida qualquer coisa que ramifique de um processo desse. Se ele mata alguém... Claro, ele incorreu em um crime, mas ele não incorreu porque queria, ele foi forçado a isso. É uma reação forçada, é uma reação provocada, enquanto o Alexandre debocha na cara do brasileiro, fazendo uma ditadura da toga aqui, e todo mundo quieto.

O Arthur Lira quando fala... Eu recebi ligação do Arthur dentro de casa: "Receba a intimação do ministro, Daniel Silveira. Você está me prejudicando em meus processos". Isso é covardia ou não é? Isso é ingerência de outro Poder ou não é? Aí vem falar que não. "Vamos prender o Daniel, porque aí a Rosa Weber vai liberar a RP 9 aqui." "Ah, não; não pode mexer no dinheiro da emenda, que eles vão manter o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado preso." Se o Senado não fizer nada com esse canalha, esse cafajeste e frouxo... É frouxo e covarde.

Inclusive, eu falo aqui: eu já não devia nada à Justiça. Quando o Presidente me dá a graça constitucional, que é um remédio constitucional para justamente evitar esse tipo de invasão, ingerência ou arbitrariedade... Ora, pelo Código de Processo Penal, art. 738, é reconhecida imediatamente a graça, e o Presidente pode comutar penas. Ele perdoou tudo, e eu estou em multado em R$3 milhões. O art. 192 da Lei de Execuções Penais é a mesma coisa, assim como o art. 107 do Código Penal. Só que esse cara aí, que sabe tanto, não sabe nada e não respeita a lei e não respeita o povo.

Então, a minha visão aqui é que têm que prendê-lo em flagrante pelo crime de tortura ou, no ruim de tudo, impichar aqui, e ele ser preso depois, Presidente. Acho que o Senado tem que atuar de uma forma mais veemente. Queria falar isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Deputado Daniel Silveira, pela sua participação nesta audiência. Não é a primeira de que o senhor participa, o senhor já esteve aqui participando, via *online*, eu não sei se foi da do inquérito de *fake news*... Foi, não é? Então, muito obrigado pela sua segunda participação aqui nesta Comissão de Transparência, que está tentando buscar a verdade no Brasil, para que a gente possa sensibilizar os colegas para algumas iniciativas importantes para o bem da nação.

Eu quero registrar a presença do Deputado Marcelo Álvaro, que acaba de chegar aqui. Muito obrigado pela sua presença também.

Passo imediatamente a palavra... O Deputado Junio Amaral também está presente. Daqui a pouco – o Deputado Junio Amaral já se inscreveu para falar –, se o senhor quiser também, eu posso passar a palavra depois.

Mas agora passo a palavra ao Senador Marcos Rogério, que é um Senador também com quem eu aprendo muito a cada dia. Foi da Câmara dos Deputados, é um homem de causas, de valores, de princípios da família e fez um papel brilhante na CPI. Eu queria registrar a honra e a alegria de tê-lo aqui nesta sessão, nesta audiência pública.

Muito obrigado, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discursar.) – Senador Girão, cumprimento V. Exa., cumprimento as Sras. e os Srs. Senadores, Deputados e Deputadas, todos que acompanham esta sessão da Comissão. Na pessoa do Magno Malta, que aqui está, cumprimento todos os Senadores eleitos para o próximo período, bem como os Deputados que aqui estão também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, eu quero abordar aqui, fazer uma abordagem mais no campo da reflexão. Eu não quero entrar em particularidades e, como é da minha linha, não sou de fazer acusações, apontamentos no campo pessoal. Mas eu quero fazer uma fala observando os papéis institucionais.

Eu quero abordar um tema que está na pauta do Brasil neste momento: os atos antidemocráticos que vêm ocorrendo em nosso país. Todos nós homens públicos de todas as instituições e de todos os Poderes devemos sempre defender a democracia de forma ardorosa, porque, para isso, temos uma delegação do povo brasileiro. A defesa da democracia é fundamental, porque é imprescindível para a vida em sociedade. E, dito isso, não é demais recordar a frase de Winston Churchill, segundo quem a democracia é a pior forma de governo, com exceção de todas as demais. Portanto, não há sistema algum de governo que seja perfeito, mas a democracia é o menos imperfeito de todos.

A democracia como temos no mundo ocidental tem forte inspiração na Grécia antiga, com a organização política das cidades-estados. Nascia ali o governo do povo, dando ampla participação aos citadinos, os cidadãos em geral, que se reuniam nas ágoras, as praças públicas das cidades gregas. E, da Idade Moderna, depois dos períodos de profundas crises do absolutismo monárquico, não se tem melhor modelo de sistema democrático que a tripartição de Poderes, idealizada pelo francês Montesquieu.

A ordem natural do exercício da democracia é o funcionamento harmônico e independente dos três Poderes, a fim de que a população se sinta legitimamente representada e também assistida. O que a sociedade quer, ao fim e ao cabo, é viver tranquila. Quando o povo precisa, ele mesmo, deixar o seu curso de vida normal e sair às ruas e acampar em busca de democracia, é porque os Poderes constituídos falharam.

A verdadeira democracia existe quando o povo, força originária do poder, vê seus anseios atendidos de forma justa, através dos Poderes constituídos: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Portanto, os maiores atentados à democracia existem quando os membros desses Poderes fazem mau uso do poder que detêm, distorcendo ou partindo para os excessos ou quando deixam de usar legitimamente a força autorizativa que possuem, originada nos mandos que receberam do povo, direta ou indiretamente. Os membros do Legislativo, do Executivo e do Judiciário não são mandantes, mas mandatários, representantes do povo. Não há democracia, portanto, Sr. Presidente, se os Poderes não funcionarem bem, nos limites de suas competências.

Portanto, se queremos identificar e qualificar atos antidemocráticos, os piores e mais graves são aqueles praticados no âmbito dos Poderes constituídos pelo povo. O mau uso do poder é o pior atentado à democracia. Os Poderes precisam funcionar, e funcionar bem.

Em uma República, embora não haja hierarquia entre os Poderes, a Constituição lista, em ordem, em primeiro lugar, o Poder Legislativo. Aqui, no plano federal, o Congresso Nacional é o que detém o poder de legislar, Câmara e Senado, onde estamos nós, Deputados Federais e Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando o Poder Judiciário usurpa a competência do Poder Legislativo e legisla através de suas decisões, pratica um terrível ato antidemocrático. Quando o Judiciário, insatisfeito com o resultado das urnas, alia-se às ideologias do espectro político rejeitado pelo povo e passa a atender-lhe para se contrapor ao mandatário eleito, fere de morte a democracia. Um trágico ato antidemocrático. Em 2018, o povo brasileiro foi às urnas e elegeu um Presidente do espectro político de direita, demonstrando sua escolha por uma ideologia conservadora. Não é diferente com a majoritária formação do Parlamento brasileiro, aliás, reforçado na última eleição dentro dessa mesma linha.

Vivemos há muito tempo, Sr. Presidente, em nosso país, inequívocas manifestações de insatisfação com o resultado das urnas a partir de autoridades que têm acento nos altos poderes da república, principalmente no âmbito do Judiciário. Repito e pergunto aqui: o *establishment* aceitou a eleição do Presidente Jair Messias Bolsonaro? O resultado das urnas não é questionado de agora, já é de há muito, e só agora há ato antidemocrático? Quando um magistrado rejeita e reprova o povo expressa pelo Parlamento e prega o progressismo ideológico, por exemplo, está praticando um abjeto ato antidemocrático. Então, como é possível agora censurar o povo originário do poder quando este manifesta sua insatisfação com o sistema eleitoral se os detentores do poder, que deveriam ser imparciais, o fazem através do próprio poder que receberam do povo? Isso não seria uma clara contradição e profunda hipocrisia? São antidemocráticos, portanto, todos os atos verbais ou escritos de membros de poder – de membros de poder! –, qualquer que seja, que se apresentam contra os valores definidos pelo povo brasileiro legitimamente depositados nas urnas.

O progressismo judicial, Sr. Presidente, é uma das maiores manifestações de atos antidemocráticos vistas nos últimos anos em nosso país. Talvez boa parte da crise que nós vivenciamos hoje, crise de poder, crises institucionais, seja reflexo justamente, Deputado Osmar Terra, dessa falta de respeito aos ditames constitucionais, aos limites constitucionais. Quando se extrapolam os limites constitucionais num claro avanço nesse modelo progressista, nesse ativismo desenfreado, nós temos o cenário que nós temos hoje. O povo na rua não é em razão apenas do que aconteceu nas eleições no ano de 2022, é reflexo de uma sequência de equívocos, atropelos e desrespeitos aos parâmetros e aos princípios constitucionais.

Eu tinha feito aqui uma série de apontamentos para falar mais um pouco sobre atos antidemocráticos, mas eu sei que tem muitos outros que querem falar aqui. E, como disse no início, não faço fala direcionada a esse ou aquele. Eu estou falando do ponto de vista daquilo que estabelece a Constituição Federal, mesmo porque, quando a Constituição Federal vai garantir a figura da imunidade, ela não é absoluta. No campo penal, no campo cível, tem a previsão, mas, dentro do Parlamento, nós temos instrumentos, Osmar. Eu, a vida toda, atuei, dentro da Câmara dos Deputados, no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados e sei qual é o papel do Conselho de Ética, que, muitas vezes, se omite, e, em razão disso, o outro Poder se vê no direito de avançar sobre prerrogativa que é desse Poder, e aí fica essa gangorra, essa queda de braço que tem levado o Brasil a uma crise na sequência de outra. Então, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vivemos, sim, uma crise de poder. Vivemos, sim, uma crise em que não se respeitam limites constitucionais.

Eu vou apenas sublinhar mais um aspecto. Veja, o Poder Judiciário deve ser inerte. E eu estou fazendo aqui uma fala... Nós estamos na Casa Revisora do Parlamento brasileiro. O Poder Judiciário deve ser inerte, não pode se mover com paixão política ou ideológica. Aliás, essa fala eu fiz dias atrás quando da sabatina de ministros para comporem as bancadas do STJ aqui em Brasília. Tem que ser inerte. A inércia dos órgãos jurisdicionais é uma característica básica da jurisdição, um princípio constitucional, um postulado da verdadeira democracia. Quando o Judiciário resolve fazer política, passa a praticar atos antidemocráticos – ou não? –, como temos visto, infelizmente, seguidas vezes em nosso país.

O quadro, Sr. Presidente, é grave, e nós precisamos ter esse olhar, mas não só o Parlamento. O próprio Judiciário, por parte de seus membros, precisa fazer autocrítica, precisa olhar para dentro de suas instituições. E aí é preciso separar aqui figuras que compõem o Poder do Poder em si.

Eu sou defensor do modelo estabelecido de tripartição de Poderes, eu sou defensor do modelo constitucional brasileiro, eu defendo instituições, eu defendo o Parlamento, eu defendo o Poder Judiciário, eu defendo o Poder Executivo, a Presidência da República – são poderes constituídos –, mas os Poderes são geridos, administrados por pessoas. E talvez, em algum tempo da história do Brasil, esse período que nós estamos vivendo hoje nas escolas, especialmente de Direito, será um período revisitado para ser lembrado como um período de vergonha e desonra para a história do Brasil.

Repito: o juiz... Quando eu falo de juiz, não estou fazendo ofensas pessoais a quem quer que seja, mas é o que a gente aprende lá desde o IED no estudo do curso de Direito. O juiz precisa se manter equidistante das partes. Vivemos tempos, vejam, de censuras aos meios de comunicação. Aliás, ontem me preocupou muito – e peço aqui a atenção especialmente dos Senadores, porque a matéria está no Senado – um conjunto de matérias e medidas que foram apresentadas como propostas de inovação legislativa que caminham no campo da censura legal. É colocar na lei aquilo que se pratica no âmbito do arbítrio.

É claro que há excessos, é claro que há exageros; e para os excessos, para os exageros, a lei já prevê os enquadramentos. Agora, em razão dos excessos, em razão dos exageros, você criar um novo ordenamento para simplesmente instituir no Brasil, de vez, a censura – a censura ao cidadão, a censura ao Parlamentar –, castrar o Parlamentar de suas prerrogativas é diminuir a estatura do mandato parlamentar. Não se pode aceitar isso.

Eu concluo aqui, Sr. Presidente, dizendo que estamos assistindo à escalada de um poder que não respeita nem mesmo a garantia constitucional da imunidade parlamentar, e a gente precisa olhar para isso. Eu já disse, da tribuna do Senado, ao defender a liberdade para a manifestação de pensamento de quem discordo do que fala. Na Câmara dos Deputados, quando fui Deputado, no Conselho de Ética, tive que defender Parlamentares e eu não concordava com uma vírgula do que eles falavam, mas lá, no Conselho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Ética da Câmara dos Deputados, tive que defender o legítimo direito deles de dizer aquilo com que eu não concordo, mas era direito deles se manifestarem. *Parlar* é isso.

Então, eu separo as minhas convicções pessoais, as minhas convicções religiosas, as minhas convicções ideológicas daquilo que é prerrogativa parlamentar. O exercício parlamentar precisa ser pleno, e, para isso, ele não pode ser objeto de controle, nem desse, nem daquele outro poder. Havendo excessos, na medida dos excessos, que se enquadre, de maneira especial, no âmbito do Parlamento, no âmbito dos conselhos de ética.

Eu vou aqui, mais uma vez, concluir, dizendo que nós precisamos repelir a violência e o cerceamento de direitos de outros, como o direito de ir e vir, de agir na defesa da ordem social. Nisso nós concordamos. Hoje o Brasil vive situações, aqui ou acolá, que desafiam a lei e a ordem – é verdade. Agora, não se pode colocar na mesma situação, na mesma posição jurídica aqueles que estão fazendo movimentos, aqueles que estão se manifestando legitimamente, com o abrigo, com a proteção da nossa Constituição Federal. E hoje tenta-se misturar. Às vezes se pega uma situação pontual que extrapola para tentar contaminar todo o resto – isso, não.

Eu não estimulo o movimento; ninguém nunca me viu estimulando o movimento aqui, no Senado, ou em qualquer outro lugar. Agora, como alguém que defende a Constituição, eu preciso dizer que aqueles que o estão fazendo, o estão fazendo abrigados, protegidos pela Constituição Federal do Brasil.

Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente. Depois vou deixar a minha fala na íntegra para que conste nos *Anais* desta Casa como fruto de uma reflexão com relação ao que nós estamos vivendo, neste momento, na história do Brasil, e, repito, um momento que exige de todos nós, especialmente deste Parlamento, que é o primeiro Poder, mas também dos demais Poderes, cada um fazendo reflexões, autocríticas para buscar o bem comum do povo brasileiro.

Parabéns a V. Exa.!

Muito obrigado pela oportunidade de me manifestar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Senador Marcos Rogério.

O senhor estava falando agora, e eu pesquisei aqui essa frase da Evelyn Beatrice Hall, que é a biógrafa de Voltaire e dizia o seguinte: "Posso não concordar com uma só palavra sua, mas defenderei até a morte o seu direito de dizê-la". Isso é o símbolo da liberdade de expressão.

Eu queria registrar a presença da Deputada eleita Júlia Zanatta. Seja muito bem-vinda a esta Casa! Já fiz aqui a sua inscrição para falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E já passo a palavra para o Deputado Filipe Barros, que, pacientemente, tem aqui estado conosco desde o início. Muito obrigado. O senhor tem cinco minutos para se expressar.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. Para expor.) – Obrigado, Presidente, Senador Eduardo Girão.

Parabenizo todos os Senadores na pessoa de V. Exa., pela iniciativa desta audiência pública. Aliás, mais uma audiência pública muito proveitosa neste Senado Federal.

É preciso que a gente compreenda, Senador, Deputados, qual tem sido o pretexto utilizado pelo Ministro Alexandre de Moraes para cometer as suas arbitrariedades. Ele diz defender a democracia e, em nome da democracia, ele viola o estado de direito. Ele diz que existe uma ameaça à democracia no nosso Estado, ameaça que seria encabeçada – pasmem vocês! –, pelo Presidente Bolsonaro e por todos nós e, em nome dessa suposta e falsa defesa, ele rasga a Constituição Federal. Logo ele, Senador Magno Malta, que, aqui no Senado Federal, jurou cumprir e respeitar a nossa Constituição Federal.

Esse tem sido o pretexto de que todos eles se utilizam. Aliás, se nós virmos o voto da Ministra Cármen Lúcia, ela reconhece que é censura, mas permite por conta da ameaça que nós estamos vivendo neste momento. Essa tem sido a tônica, esse tem sido o pretexto, Deputado Jordy, que os Ministros têm utilizado, mas, em especial, o Ministro Alexandre de Moraes. E, como diria Orwell, no livro *1984*, mas, se o pensamento corrompe linguagem, a linguagem também pode corromper o pensamento. Então, nós temos que chamar as coisas como elas são.

Os inquéritos que o Alexandre de Moraes tem conduzido são criminosos – os inquéritos que o Alexandre de Moraes tem conduzido são criminosos! Aliás, me lembram muito a Itália fascista, Júlia Zanatta, de Mussolini, porque lá eles criaram, na época do fascismo, o Tribunal de Defesa do Estado, que não respeitava a ampla defesa, que não respeitava o contraditório, que não respeitava as garantias básicas. E uma das primeiras legislações aprovadas pela Itália fascista foi combater *fake news* contra o Estado; é exatamente o que o Alexandre de Moraes tem feito no nosso país. É o Mussolini tupiniquim – é o Mussolini tupiniquim! Esse é o Ministro Alexandre de Moraes.

A nossa eleição foi maculada. O nosso processo eleitoral, Deputado Cabo Junio Amaral, foi maculado por duas razões. A primeira razão, o Brasil inteiro viu que o juiz favoreceu um lado em detrimento do outro; o Brasil inteiro viu as decisões absurdas que foram tomadas pela nossa Corte eleitoral.

E a segunda razão pela qual o nosso processo eleitoral foi maculado é que nós temos um voto que é inauditável. O eleitor não tem a garantia de que o seu voto foi registrado, apurado e totalizado corretamente. O eleitor não é fiscal do seu próprio voto. E os ministros foram alertados. Quando eu fui Relator da PEC 135, de autoria da Deputada Bia Kicis, a PEC do voto impresso, nós alertamos os ministros para o fato de que o eleitor tem que ser o fiscal do seu próprio voto, justamente para garantir que aquele que ganhou, ganhou e que aquele que perdeu, perdeu. Mas nós vimos a maior interferência da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

história do nosso Parlamento, em que ministros ligavam para presidentes de partido e líderes partidários para trocar os membros da Comissão Especial.

Agora, diante disso tudo, para finalizar, Sr. Presidente, é importante que a gente tenha a convicção de que o golpe já aconteceu. Nós vivemos hoje num estado de exceção. Nós temos hoje violações ao Poder Executivo, que foi impedido, ao longo desses últimos quatro anos, de exercer suas atribuições constitucionais. Basta nós lembrarmos que o Presidente foi impedido de nomear o chefe da Polícia Federal. Nós temos violações ao Poder Legislativo, com Parlamentares sendo calados. É o AI-5 da ditadura da toga. Fecharam o Parlamento! Há uma razão para o Parlamento existir: todos nós podermos falar aquilo que pensamos. E, quando um ministro, numa única canetada, apaga, bane as redes sociais de um Parlamentar, isso tem nome: é censura prévia! Isso tem nome: é AI-5, é ditadura! Nós temos violações ao Ministério Público, que não mais exerce as suas atribuições de, por exemplo, conduzir os inquéritos. Nós temos violações à Polícia Federal, porque o Ministro Alexandre de Moraes, como dito aqui, tem a sua Gestapo particular. Ele selecionou a dedo os delegados e os agentes da Polícia Federal que ele coloca para conduzir todas as suas investigações.

Então, o golpe foi dado. Nós estamos num regime de exceção. Mas nós, Sr. Presidente – aí vou finalizar –, agimos dentro da Constituição Federal. E a nossa Constituição Federal traz um remédio. A nossa Constituição Federal, Senador Magno Malta, traz um remédio, Bia Kicis, para essas situações em que vivemos o regime de exceção. Esse remédio que a Constituição Federal traz é o art. 142, que, ao contrário do que falam por aí, não é uma intervenção militar; ao contrário do que falam por aí, não é ditadura. O art. 142 é uma intervenção constitucional para combater o regime de exceção que nós estamos vivendo. E é necessário que o Presidente Bolsonaro, com o apoio do povo brasileiro, invoque o art. 142 para nos resguardar e para que nós voltemos ao Estado de direito, em que a ampla defesa é respeitada, em que o contraditório é respeitado, em que a liberdade é respeitada. Ou alguém aqui acha que, se nós estivéssemos sob o regime do art. 142, nós teríamos menos liberdade do que temos agora? Nós temos, hoje, na ditadura da toga, menos liberdade do que se o Presidente Bolsonaro invocasse pontualmente o art. 142 para fazer valer o Estado de direito.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado pela sua participação, Deputado Filipe Barros, que esteve aqui conosco na sessão – nós, inclusive, convidamos ministros do STF, juristas, e veio praticamente todo mundo, menos os ministros do Supremo – sobre segurança nas urnas, segurança nas eleições, transparência e segurança nas eleições.

O senhor colaborou conosco aqui, e eu lhe agradeço mais uma vez.

Eu já passo imediatamente a palavra para o nosso eterno Senador, que hoje é Deputado Federal reeleito, José Medeiros. Muito obrigado, Zé.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor tem a palavra, por cinco minutos.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. Para expor.) – Muito obrigado, Senador Girão.

Quero aproveitar para cumprimentar três Senadores aqui na mesa: o Senador Magno Malta, o Senador Girão e o Senador Heinze. O Senador Magno Malta, uma vez nós estávamos no cafezinho do Senado e ele falou: "Olha, amanhã vai ser o lançamento da candidatura do Girão lá no Ceará". E nós fomos lá para o Ceará. Chegamos lá, em uma reunião mais ou menos do tamanho desta, e o Senador Girão estava disputando, nada mais, nada menos, contra o Presidente desta Casa, que era Eunício Oliveira. É uma luta de Davi contra Golias, e está aqui o Senador Girão. E uma grata surpresa: um Senador que se tem mostrado maiúsculo, Senador que não vai na onda. Durante a CPI do circo que teve aqui, ele – esses dois, aliás –, ele.....

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – É exatamente: uma CPI que fizeram aqui para jogar para a galera.

Esses dois aqui foram os baluartes que buscavam realmente a verdade. Mas não deram vozes, não amplificaram as vozes deles, nem do cientista que está aqui, o Deputado Osmar Terra. Por quê? Porque não interessava ao *status quo*. As vozes deles foram caladas, apesar de o que eles diziam ser gritante. As mulheres foram maltratadas. Às mulheres que concordavam com eles nada foi dito, porque a banda tem tocado nos últimos anos assim.

Tem um livro que se chama *O Manual do Golpe de Estado*. Esse livro foi escrito no início do século passado. Eu nunca vi tão atual. Ele dizia como dar um golpe de Estado sem disparar nenhum tiro. Ele falava: pegue e domine os meios de comunicação – domine os meios de comunicação –, crie uma narrativa, e aí ele vai desenrolando, domine o Judiciário e o resto vai de arrasto. Eu nunca vi tão atual – eu nunca vi tão atual. É uma coisa assustadora.

Mas como só tenho cinco minutos, eu queria só discorrer um pouquinho sobre o que está acontecendo neste país. Eu tinha que falar isso porque a coragem desses Senadores aqui é uma coisa extraordinária. Eles estão correndo risco de, a qualquer hora, a polícia estourar a porta deles – porque é verdade. Veja bem, gente, a situação que nós estamos passando é por uma simples coisa....

Acabou o tempo já? Caramba!

O que é que acontece? Por que o Estado foi criado? Para proteger três coisas que são um dom de Deus: a vida, a liberdade e a propriedade. As pessoas ficavam com medo dos salteadores chegarem, Senador Heinze, e tomarem isso de assalto, e as pessoas passaram a se reunir em grupos. E daí o Estado foi criado. Bom, então precisamos de lei para que essas coisas se organizem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, quando a lei funciona muito bem, Sargento Fahur, essas coisas vão muito bem. Agora, quando chegam os malandros e pervertem a lei... Por que o que é a lei senão a junção? Essa construção belíssima não é minha, foi de Frédéric Bastiat, há muitos anos, há centenas de anos. Ele dizia assim: o que é a lei senão a junção das forças individuais, Senador Girão, para formar a legítima defesa dos nossos direitos? É isto: ajunta todos nós e fala: vem, encara, entra, cai dentro. É isto: são os indivíduos se defendendo, defendendo três direitos, três dons naturais dados por Deus que precedem à lei, que vêm antes da lei. A lei existe por causa deles: por causa da vida, por causa da liberdade, por causa da propriedade.

Agora, vêm uns gaiatos... Agora mesmo, está aqui o Senador Renan colocando uma lei, Senador Girão, Senador Heinze. Não sei se... Ligaram-me aqui agora: "O que você acha? O Senador Renan Calheiros está colocando uma lei para não sei o quê, para punir, para prender quem influir contra o Estado democrático de direito." E me perguntaram: "O que é isso?". Eu falei, isso é a perversão da lei, isso é a perversão total da lei para criminalizar a legítima defesa, para punir quem entrar querendo peticionar uma legítima defesa. É meio confuso, não é? Mas é para criminalizar todos que entrarem com o pedido de legítima defesa, assim como fizeram com o pedido de tutela dos direitos eleitorais agora dessa eleição. Então, é isso.

Mas tem uma coisa mais interessante. O quê? Como a legítima defesa, a lei é a legítima defesa dos direitos individuais, essa força comum que defende os direitos individuais. Vamos lá, mas, quando um indivíduo se insurge contra qualquer outro, Senador Girão, ele pode fazer isso? Não. Vem a lei e faz a coação psicológica ou vem o Estado, com o seu poder de polícia, e se insurge contra ele. A polícia bate na porta e o leva, porque os poderes de polícia são a vide do Estado. Quando a polícia chuta a sua porta, é a ponta da lança lá. Por que todo mundo tem medo da polícia e, às vezes, até menos medo do juiz que assina com a caneta? Porque a polícia é quem chega lá. Mas, quando a lei se corrompe, os Poderes, a primeira vítima é o poder de polícia que se corrompe. É a primeira vítima, e aí o cidadão sofre.

Mas o que acontece? Já termino. O que acontece? Quando esses Poderes, Senador Girão, estão corrompidos, o que acontece? Essa força comum que deveria defender o indivíduo passa a massacrá-lo, e é o que está acontecendo hoje. Então, só tem um jeito aqui e agora. E é por isso que eu peço ajuda. Eu entrei com um pedido de GLO. Eu entrei com um pedido de GLO – eu sei que vocês também andaram pedindo isso – e queria fazer um apelo aqui. Eu sei que tem muita gente buzinando no ouvido do Presidente Jair Bolsonaro: "Deixe isso para lá. Largue isso para lá". Presidente Jair Bolsonaro, não se trata do seu direito, não se trata das urnas, trata-se da tutela do direito e dos direitos individuais dos brasileiros.

Nós estamos falando aqui... Rememoremos as urnas de lona. Vamos imaginar, vamos fazer um exercício de mentalização: a urna de lona com aquele plástico e aquele papelzinho branco e o número; 250 mil delas amontoadas aqui com um número só, e uma montanha de votos, 60 milhões de votos ali.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos lá. "De onde são aqueles votos?", "Dessa urna", "De qual? Só tem um número.", "De qual seção?", "Não sei", "De qual zona?", "Não sei", "De qual município?", "Não sei". Tem como validar esses votos? Se fosse naquela época, não tinha. Então, só tem uma coisa que pode justificar esse negócio: anular esses votos ou então anular a eleição toda.

Então não me venha, quem estiver próximo ao Presidente, dizer que podemos aceitar um negócio desse porque não podemos, porque quem se comporta como verme – e eu falo para o Legislativo isso há muito tempo – não pode reclamar quando é pisado. E eles estão nos pisando e não é de hoje.

No final do meu mandato, o Barroso deu uma entrevista pomposa – porque o Barroso é pavão. O Ministro Barroso deu uma entrevista, Senador Girão, dizendo o seguinte: o poder do STF é contramajoritário, iluminista e representativo. Eu li de manhã cedo. Na 309, naquela época, chegava jornal. Eu li aquilo e, quando eu terminei de ler, eu falei: "Mas não é possível!". Li de novo para ver se não era... Li. Era verdade. Ele tinha escrito.

Eu cheguei aqui no Senado, subi naquela tribuna e falei: "Ministro, com todo respeito, o senhor se contenha! O senhor se contenha!" O ano era 2016, por aí. "O senhor se contenha, porque, se o senhor quiser refazer esses Poderes, tem que mudar a Constituição. Ou então o senhor largue o cargo aí, calce uma botina, vá para as vielas, encha-se de poeira, vote e seja votado; mas saiba de uma coisa: o senhor vai ser xingado, coisa que vocês não gostam de ser. Saiba de outra coisa: não é vitalício. Mas o senhor não pode querer fazer papel representativo, dizendo que, no vácuo legislativo, o senhor pode fazer, porque não pode; porque no vácuo do Judiciário eu não posso ir aí julgar um processo".

Então, esta Casa não pode se comportar... Os Parlamentares não podem se comportar como vermes.

Eu digo aos Presidentes: podem até ficar fazendo meia-boca... Hoje somos nós que não estamos tendo as redes sociais, mas amanhã serão vocês. Se o Alexandre de Moraes não for contido, não for preso pelos crimes que está cometendo, nós seremos pelos que não estamos cometendo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Deputado Federal José Medeiros, ex-Senador esta Casa. Muito obrigado mesmo pela sua participação aqui, o senhor que é um censurado também, não é?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. *Fora do microfone*.) – Também.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – É mais um que está aí nesse número, vítima desses abusos de autoridade que estão acontecendo no Brasil.

Imediatamente eu passo a palavra para o Deputado Marcelo Álvaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado pela sua presença.

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO (PL - MG. Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Primeiro, quero cumprimentá-lo por esta iniciativa tão importante para o Brasil, para a democracia. O senhor tem demonstrado uma coragem que, sem dúvida nenhuma, deveria contaminar boa parte desta Casa, para que a gente pudesse realmente ver o freio de arrumação que é necessário que aconteça para o bem da democracia e para o bem do Brasil.

Queria só fazer uma reflexão rápida, Senador, e vou tentar obedecer aqui ao tempo, dizendo que um sistema, em que muitas pessoas hoje estão na rua gritando contra e trabalhando contra esse sistema... O sistema não é um corpo biológico, o sistema é um corpo mecânico que funciona com engrenagens. E muitos Deputados e Senadores foram muito felizes aqui em dizer sobre esse respaldo, por exemplo, que a mídia veio dando ao longo dos quatro anos do último Governo, do Governo do Presidente Bolsonaro, porque a mídia foi uma das que mais perderam no Governo do Presidente Bolsonaro. E a grande mídia hoje tem uma preocupação quase única que é com o próprio bolso.

A mídia, todos nós sabemos, todos os anos levava bilhões e bilhões de reais dos Governos anteriores. E o Presidente Bolsonaro teve a coragem de dizer que esses bilhões e bilhões de reais serviriam agora para a saúde, para a educação, para a segurança pública. E é por isso que o Brasil hoje alcança índices e bate recordes um atrás do outro; como agora, na gestão do Presidente Bolsonaro, com o menor nível de desemprego, de 8,3%, há anos. E as pessoas entendem hoje como funcionam essas engrenagens que compõem o sistema.

Então, instituições que se dizem parte de um corpo democrático, tripartite, começam, então, a exacerbar, a extrapolar os seus limites de competências e limites constitucionais, com o respaldo de quem? Da mídia, exatamente invertendo o discurso e os valores, dizendo que aquilo era necessário para conter os atos antidemocráticos.

Senador, eu acho que não tem nada mais antidemocrático do que o comunismo, como hoje funciona em Cuba, como funciona na Coreia do Norte, Venezuela. Agora, o comunista tem o direito – por mais que eu não concorde – de defender que o comunismo seja bom. Todos nós sabemos que é um regime antidemocrático, mas a palavra dele precisa ser respeitada e garantida. Se alguém se sentiu ofendido com isso, vá buscar as vias judiciais contra aquela pessoa.

Portanto, Senador, eu vejo aqui, por exemplo, que nós precisamos a qualquer custo fazer valer o art. 53 da Constituição brasileira. Os Deputados e os Senadores são invioláveis civil e penalmente por quaisquer opiniões, palavras e votos – quaisquer opiniões, palavras e votos. Mas não é o que a gente está vendo. É o estado de exceção, citado aqui por muitos, que hoje implanta a ditadura de um Poder, em que nasce um imperador aqui no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós podemos, sim, questionar as urnas. Foram 280 mil urnas fabricadas até 2020 que apresentaram inconsistência, sequer têm um número, como o nosso celular. O meu celular tem um Imei, o seu computador tem um IP. Essas urnas não têm um número que identifique cada um dos equipamentos. Por unanimidade, os especialistas concordaram que essas urnas apresentaram, sim, inconsistências.

Agora, nós não podemos cobrar a transparência? A transparência tinha que ter sido dada antes, quando o Presidente Bolsonaro, quando nós quisemos votar o voto impresso aqui no Congresso Nacional. Por que não deram a transparência naquele momento? Qual era o medo? Então, nós sabemos que a transparência poderia ter sido dada naquele momento, mas, se não foi dada, por que nós não podemos, então, questionar, sendo que nós temos o respaldo constitucional para isso? É direito das pessoas estar nas ruas cobrando transparência das eleições de 2022!

Como que com 279 mil urnas, correspondendo a quase a 60% do total, apresentam inconsistência e nessas urnas o ex-Presidente Lula ganha por 52% de votos? E nas urnas novas, a partir de 2020, as urnas que têm a sua própria identificação e que são auditáveis, o Presidente Bolsonaro ganha a eleição por 51% dos votos? Será que o modelo de urna é capaz de ditar o comportamento do eleitor brasileiro? Ah, então, nessas urnas aqui o Lula ganha e nesse modelo de urna aqui o Presidente Bolsonaro ganha? Isso é impossível. Agora, talvez o medo do questionamento seja porque em 2014 – e eu me lembro bem disso – eram essas mesmas urnas antigas, onde na época disputava Aécio Neves contra Dilma e que teve, naquele momento também, esse mesmo cenário, esses mesmos questionamentos. E talvez, se naquele momento se tivesse concluído com transparência que houve ali, sim, uma distorção do resultado, a Dilma não teria sido eleita. E, se a Dilma não tivesse sido eleita, ela não tinha indicado o Sr. Fachin, que libertou o maior criminoso da história do Brasil. Talvez, naquele momento, se houvesse transparência e se tivessem encontrado alguma incongruência no resultado, o Sr. Temer não teria assumido a Presidência e não teria também indicado o Alexandre de Moraes. Será que este é o medo: a volta ao passado?

O que eu penso, Senador, é que a população brasileira – e são milhões de brasileiros – quer simplesmente que nós tenhamos coragem para enfrentar esse estado de exceção que o Brasil vive.

Quero agradecer aqui profundamente, Senador, a palavra, agradecer aqui aos Deputados e aos Senadores. E nós precisamos, sem dúvida nenhuma, continuar defendendo aquilo que é o interesse da democracia brasileira e do povo brasileiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Deputado Federal reeleito Marcelo Álvaro, que foi Ministro do Turismo do atual Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Imediatamente eu já passo a palavra – agradecendo a paciência – ao Deputado Éder Mauro, de lá do Estado do Pará. E já tem um conterrâneo seu aqui, nosso Senador Zequinha, que depois vai também dar uma palavra. Primeiro, o senhor.

Muito obrigado.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PL - PA. Para expor.) – Obrigado, Sr. Presidente. Quero parabenizá-lo pelo feito que está sendo realizado aqui. Quero cumprimentar o Senador Magno e, claro, na pessoa da Bia, cumprimentar todos os Deputados que estão aqui presentes.

Ouvi, desde cedo, desde a manhã, a todos falando de censura, falando do abuso de poder, falando de interferência de um outro Poder que eu me arriscaria a dizer que não do Poder, mas de um membro de um outro Poder.

E tudo isso – eu não tenho a menor dúvida –, senhores colegas Deputados e Senadores, se deve única e exclusivamente a uma ordem cronológica de tomada de poder, que vem desde lá de trás. Quem de nós não sabe que, lá atrás, simplesmente pegaram o maior bandido deste país e deram liberdade a ele? Desfizeram tudo o que três instâncias de poder fizeram de uma forma correta, em seguida colocando também os seus feitores e cúmplices na rua. Logo em seguida, depois da descondenação do bandido Lula, Sr. Presidente, criaram uma CPI aqui nesta Casa, aqui no Senado, uma CPI graciosa, que teve um único objetivo, chamado desconstruir o Sr. Bolsonaro, com o apoio já programado de quase toda a imprensa deste país, que era quem, lá atrás, mamava o dinheiro do povo brasileiro.

Logo em seguida, vieram as pesquisas que todos nós tivemos a oportunidade de ver, colocando o bandido sempre na frente para poder justificar um resultado na eleição. Os absurdos ainda se deveram ao fato de um Ministro do Supremo vir à Casa Legislativa determinar aos caciques donos de partido que retirassem 30 Deputados da Comissão que avaliava o voto impresso e auditável, por ordem, e foi obedecido. Covardia da Câmara dos Deputados naquela ocasião por parte dos donos de partido.

Quem de nós não viu, em plena campanha e em debates, que o bandido já comemorava, como outros, e já tinha a certeza da vitória, porque ela já estava escrita por todos nós.

Eu me dirijo a cada um de vocês e ao povo brasileiro é sobre o fato de, se realmente esta quadrilha assumiu o poder, porque eu ainda tenho as minhas dúvidas e eu espero que o povo brasileiro tome providência nesse sentido. Eu vou ter que dizer, meu amigo, ao meu filho de 11 anos que fazer parte de uma cúpula no poder central e cometer crime compensa. É isto que cada um de nós vai ter que dizer ao seu filho: que roubar compensa neste país? Eu vou ter que dizer às crianças que são molestadas e aos projetos de destruição de família que serão colocados a todo vapor, como liberação de drogas, como o projeto do Deputado Orlando Silva, em que o povo deu resposta para ele agora, que simplesmente autoriza que o pai possa fazer sexo e casar com a filha, mãe com filho, irmão com irmão... É isso que nós vamos ter que aturar num país destruído! Não podemos aceitar isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, meu amigo Senador Girão, existem culpados; culpados, como lá na Câmara Federal, quando, lá atrás, se postou de quatro e autorizou o Supremo a prender o Deputado Daniel – e esta culpa eu não carrego comigo.

Eu poderei dizer para o meu filho e para minha neta que isso eu não cometi, essa injustiça. Não obedeci ordem de dono de partido porque deve no Supremo.

E eu vou dizer e me dirigir a vocês: o Senado é outro e está covarde perante o povo brasileiro, com as suas exceções. E não tenho o menor receio de dizer que o Senado, na figura principalmente do Presidente desta Casa, que cruza os braços, vê o trem passar com todas as atrocidades que estão passando e vira a cara para mais de 200 milhões de brasileiros.

Eu não espero, Sr. Senador, que, lá na frente, vocês repassem, porque só vocês, de forma institucional, têm o poder, têm o dever, até por consciência, de tomar providência, e até agora não tomaram. E não espero que vocês repassem isso para os filhos do Brasil, e deem o sangue e deem sua vida para retomar o Brasil e retomar a democracia, porque eu não quero que nenhum de vocês, com as suas exceções, tenham que dizer para o seu filho, tenham que dizer para o seu neto: "Eu fiz parte e votei contra e não tomei nenhuma providência para que essas atrocidades estejam acontecendo".

Muito obrigado, senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Deputado Éder Mauro. Quero lhe agradecer.

O senhor estava falando aí e eu me lembrei de uma frase do Edmund Burke, um grande estadista irlandês, que disse o seguinte: "O mal só triunfa quando os bons cruzam os braços".

O SR. OSWALDO EUSTÁQUIO – Presidente, uma questão de ordem só...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Quem foi que...

O SR. OSWALDO EUSTÁQUIO – Oswaldo Eustáquio.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Oswaldo, deixe a gente só concluir. Eu queria ouvi-lo também. O senhor está em... A gente colocou.

O SR. OSWALDO EUSTÁQUIO – É só por uma questão de medicamento. Como eu estou com essa questão física, se o senhor pudesse, depois...

Eu não quero atrapalhar ninguém, mas depois do próximo agora...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Tá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OSWALDO EUSTÁQUIO – Só para... Por causa dos meus remédios.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Tá bom. Tudo bem. Mas o senhor está inscrito aqui, eu já coloquei...

O SR. OSWALDO EUSTÁQUIO – É só por uma questão de remédio.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Tudo bem. Tudo bem.

Eu... Senador Zequinha Marinho, o senhor está inscrito e é muito bem-vindo a esta Casa. Muito obrigado pela sua presença.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA. Para discursar.) – Muito obrigado, Presidente.

Quero cumprimentar a todos, Deputados, Senadores, pela iniciativa deste debate, desta audiência pública. Na verdade, todo mundo está na busca e numa expectativa muito grande com relação ao desfecho de tudo isso.

Minha solidariedade a todos os patriotas que estão acampados aqui em Brasília e por todo o Brasil, diante dos quartéis do Exército, esperando uma sinalização, esperando uma resposta que está demorando muito, trazendo muita apreensão e trazendo muito desgaste e estresse para todo esse povo.

A gente está enfrentando um plano muito bem bolado. Isso aqui não é um fato isolado. Correto? Onde nasceu tudo isso?

O Presidente Bolsonaro, ao ser eleito, nós tivemos aí a ruptura de um sistema viciado, um sistema que irrigava os órgãos de comunicação de forma generosa, que transferia bilhões de reais por ano às custas do suor do brasileiro, para poder sobreviver ao luxo e avançar a tecnologia. Bolsonaro chega, rompe com tudo isso, equaliza tudo isso e distribui as verbas de forma equitativa com todos os canais de televisão etc., etc. Isso desagradou.

Ninguém nunca viu a imprensa brasileira bater tanto num governante como se viu durante esses quatro anos, tchê. A gente não tem notícias na história do Brasil sobre isso.

Bom, insatisfeitos, todo mundo que teve prejuízo com isso se uniu. E aí uniu-se todo mundo – uniu-se a imprensa, uniu-se boa parte do Judiciário, uniu-se boa parte do setor empresarial que também perdeu –, e colocaram um plano em ação. E a primeira etapa do plano foi o cancelamento dos processos contra o grande líder da sua turma, que é Lula. Onde já se viu acontecer, qual é o tribunal no mundo que seria capaz de fazer isso? Todo mundo acompanhou o julgamento feito pelo Sérgio Moro, hoje Senador eleito: a prudência, a calma que tinha e como se precavia de tudo para poder tomar uma decisão. Não foi nada atropelado, não foi nada feito assim às pressas. Ninguém nunca falou absolutamente nada. De repente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

descobre-se que o território onde aconteceu tal coisa não era o adequado para se proceder com aquele julgamento. Arruma-se uma desculpa, e, em cima dessa desculpa, cancelam-se toneladas de processos. E aí, com certeza, na esteira disso virão outros que também se acham com a razão e com o direito de pedir o cancelamento de suas penas, de seus processos.

Lula livre, agora a primeira etapa, a mais difícil, está posta em campo, não é verdade? Derriba-se Bolsonaro, de uma forma ou de outra, e aí a suspeita das urnas. Eu me lembro de que, no auge da discussão, naquela época, em vez de o TSE abrir e dizer "está aqui, estão aqui as urnas, isso é um bem público, isso pertence ao público", não, abraçaram-se com as urnas e brigavam dizendo que qualquer coisa que se falasse contra elas eram atos antidemocráticos, porque aquelas urnas eram maravilhosamente santas e deveriam ser intocadas, ninguém poderia fazer uma auditagem em cima delas. Ora, tanto aqui no Brasil quanto fora do Brasil, Senador, nós temos empresas capazes de fazer uma auditoria corretíssima em cima disso. Por que não se permitiu? Quando não se permite fazer aquilo que deveria acontecer, cria-se uma dúvida muito maior; alimenta-se nesse momento aquela consciência: "O que está acontecendo? O que há por trás disso?". Está aí: a eleição veio e todo mundo sabe agora por que não deixaram fazer nenhum tipo de auditoria naquela época. Por que não se permitiu? Por que não se deu a chance a ninguém? Mas se segurou, como se a urna não fosse do público, fosse propriedade exclusiva daqueles que manipulam o tribunal. Paciência, não é?

E o que nos resta agora? Resta a esta Casa assumir o seu papel. O Senado está sendo não só conivente, mas está sendo cúmplice de tudo isso, e a gente precisa fazer isso acabar, porque – paciência – a população hoje vê o Senado como uma das piores instituições desta República. A gente tem a obrigação de, como membros desta Casa, trabalharmos diuturnamente para que ela dê uma resposta à sociedade; que assuma o seu devido lugar e o seu papel. E V. Exa. tem aqui, na nossa pessoa, um parceiro nessa longa jornada. Difícil, mas não impossível!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Senador Zequinha Marinho, do Estado do Pará.

Eu registro a presença também do Senador eleito Jorge Seif, que foi Ministro também do atual Governo – seja muito bem-vindo! Já inscrevi o senhor para falar.

Sr. Oswaldo Eustáquio, eu vou passar a palavra para o senhor. O senhor tem cinco minutos...

O SR. OSWALDO EUSTÁQUIO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – ... para fazer a sua colocação.

O SR. OSWALDO EUSTÁQUIO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero parabenizar o senhor, em primeiro lugar, e todos os Senadores desta Mesa pela iniciativa brilhante de fazer esta audiência pública que, sem dúvida, estará na história do Brasil. Como jornalista, eu vou fazer questão de escrever.

Quero fazer uma saudação especial neste momento a um povo invisível a que vocês hoje estão dando visibilidade. Eu quero saudar o povo dos quarteis – vocês que estão com os telões nos quarteis do Brasil! Quero fazer uma saudação ao Cacique Rony, do povo pareci, em nome de todos os povos indígenas, dos quais minha esposa faz parte, uma indígena do povo terena, Sandra Terena: no terena, *Na kéyeeye!*, é o cumprimento; no guarani, *Javy ju!*; no xavante, povo que está dançando em volta do Senado agora, *Höiwahöwê!* Eu faço uma saudação aos povos tradicionais do Brasil.

Quero dizer para vocês que eu fui uma das vítimas, assim como vocês, do Ministro Alexandre de Moraes e vou contar, no meu tempo, rapidamente, um pouco sobre isso. Na terceira prisão, Senador, o meu filho Bernardo não aguentava mais ver o pai preso. Quando o Delegado Yuri da PF foi me prender – um homem bom –, o Bernardo se sentou no meu colo e disse: "Você não vai levar meu pai hoje! Ei! Você não vai levar o meu pai!". O Delegado Yuri foi para trás. "Vai ter que passar por cima de mim!" O Delegado olhou para mim: "Eustáquio, eu não vou carregar isso para a minha vida. Peça para o seu filho subir, e eu vou te prender". Eu me agachei na altura do Bernardo e falei: "Filho, papai precisa ir". Era o aniversário da minha esposa. "Cuide da mamãe e cuide dos seus irmãos, agora você é o homem da casa. Eu preciso de você". Ele: "Está bom, papai, pode contar comigo". Ele engoliu o choro e subiu, mas ficou encarando o delegado, que não teve coragem de olhar para o Bernardo. E fui para o presídio da Papuda. Eu fui para o inferno pela terceira vez!

Na Papuda, eu não fui só agredido e espancado, Deputada Bia Kicis, eu fui torturado. Eu carrego marcas no meu corpo até hoje aqui, olha... Se pegar nesse osso, está quebrado; se pegar nesses ossos, estão quebrados, porque eu me defendia para não apanhar – muito! E tem uma prática institucionalizada de tortura na Papuda que se chama extração. Um te pega pelo braço – meu braço é torto –, o outro pelo outro braço, e vem o terceiro e te enforca. Quando você está ficando sem ar, ele joga *spray* de pimenta no seu rosto. O Lázaro, que foi o assassino morto, foi o mais valente, aguentou 51 segundos com a extração que eu passei na cadeia da Papuda. Eles me deixaram nu, pelado, tiraram a minha roupa, e, quando eu fui preso – isso está nos jornais –, eu fui abraçado com uma bandeira do Brasil. Quando eu cheguei lá, eles falaram: "Nós vamos queimar essa bandeira". Tiraram a minha aliança e disseram que na Papuda não podia ter uma Bíblia. Eles tiraram Deus, pátria e família de mim naquele momento. Foi terrível! Foi terrível!

E eu quero dizer para vocês, meus amigos, com muita tranquilidade, que a nossa geração vai transformar a história do Brasil. Vocês são arquétipos de homens e mulheres que amam a justiça e odeiam a iniquidade!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor falou que quase se formou em jornalismo. Calma aí! O senhor falou que quase se formou em jornalismo. Existe um livro do Ignacio Ramonet, que o senhor talvez deva ter visto, que diz mais ou menos o que está acontecendo hoje: será considerado verdade apenas aquilo que for convencionado pelos grandes meios de comunicação, mesmo que seja mentira.

Toda verdade que não pode ser contestada, Bia Kicis, como a das urnas, não passa de uma verdade imposta, e é isso que está acontecendo hoje.

Eu digo para vocês, meus amigos, para concluir minha fala... Eu olho para vocês, Deputados eleitos, Deputados de mandato; eu tenho uma aliança com vocês. Aqui, nós estamos entre amigos, nós estamos todos do mesmo lado, mas eu confesso que lá, 30 dias, na frente do quartel, acampados, com água na canela, com chuva, com sol, nós estamos sentindo falta de vocês – nós estamos sentindo falta de vocês. Nós precisamos de vocês e nós temos uma aliança com vocês. Faltam poucos dias. Por favor, unam-se a nós nesse grande movimento.

Calma aí. Para concluir... Eu tenho pouco tempo e preciso usar esse tempo para falar: olhem para mim; Brasil, olhe para mim, sobre esta cadeira de rodas. Eu sou uma prova viva, Senador, do abuso de autoridade do Ministro Alexandre de Moraes. Se hoje, ele, que foi convidado para esta nobre sessão, estivesse aqui, com base no Desembargador Sebastião Coelho, eu olharia para os olhos de Alexandre de Moraes e diria: "Sr. Alexandre de Moraes, o senhor está preso. O senhor tem o direito de ficar calado, e tudo o que o senhor disser pode ser usado contra o senhor".

Com base nisso, eu concluo com uma oração, oração que Abraão fez – está escrita em Gênesis 18. E eu faço essa oração porque eu tenho convicção de que a gente vai vencer. Eu tenho convicção de que nós vamos vencer. E qual é a minha convicção? Diante da câmera, de joelhos – não fui eu que disse, foram os senhores mesmo que disseram, o Senado de joelhos –, diante da injustiça perambulando, eu olho para os céus e... Nação brasileira, faça esta oração comigo. Abraão disse: "Não fará justiça o juiz de toda a terra?". Abraão questionou a Deus – está em Gênesis 18 –, e eu aqui, em Brasília, na Capital do Brasil, olhando para os céus, eu clamo, eu pergunto ao Senhor, junto com os meus amigos: "Não fará justiça o juiz de toda a terra?". Olha o que ele está fazendo! Olha o que o Alexandre está fazendo! "Não fará justiça o juiz de toda a terra?"

E eu concluo mesmo, agora dizendo o seguinte, meus amigos: diante dos Deputados com dificuldade, e até com medo... E o medo é saudável, o medo é só... Uma criança de três anos não se joga na piscina por medo de morrer afogada. E eu respeito isso, mas digo: alinhem-se ao povo, porque, neste momento, nós precisamos de vocês, e, se vocês tiverem dificuldade para isso, a gente respeita e diz o seguinte... Neste momento eu sei que aqui é uma questão institucional; vocês não podem falar isso, mas eu, que faço parte do povo, represento esse povo do quartel, digo o seguinte: se precisar, Brasil, a gente acampa!

Muito obrigado, Senador. Que Deus o abençoe!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado.

Nós precisamos sequenciar. E eu vou pedir sempre o respeito de vocês. Isso é importantíssimo. A manifestação é válida, mas a gente tem uma linha aqui, para concluir esta sessão, que já está com quase oito horas – sete horas já – e vai mais. Nós vamos procurar aqui ouvir, mas precisamos manter a linha.

Eu agradeço. Muito obrigado, Oswaldo Eustáquio, pela sua presença aqui, pela sua manifestação. Você foi um dos primeiros a passar por tudo isso, enquanto ninguém estava muito desperto ainda. Aí, muitas outras vítimas foram feitas nesse período, mas é aquela coisa: o aprendizado, as coisas vão caminhando numa... É aquela teoria do... Como é que se chama, Bia? É aquela teoria do sapo, que vai colocando devagarzinho, e você nem percebe, mas eu acho que o brasileiro despertou. Está muito claro isso, que o povo brasileiro está desperto.

Nós estamos em plena Copa do Mundo, e ninguém fala muito de Copa do Mundo. Vocês sabem o nome dos 11 Ministros do Supremo de cor, e não sabem o nome de 11 jogadores da seleção brasileira em plena Copa do Mundo. É um negócio impressionante isso! E nós somos o país do quê? Sempre fomos considerados o país do futebol; é a paixão nacional. Então, as coisas estão mudando.

Muito obrigado, mais uma vez, ao jornalista Oswaldo Eustáquio.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Senador, o senhor poderia anunciar o nome dos próximos oradores para a gente saber a ordem já?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Posso; posso, sim!

Vão ser Bia Kicis; depois, Osmar Terra; Caroline de Toni; Coronel Tadeu; Capitão Alberto; Aline, o nome dela eu sempre... Carlos Jordy...

O SR. SANDERSON (PL - RS) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Não, você...

O SR. SANDERSON (PL - RS) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Capitão Alberto, não. Perdão!

O SR. GILBERTO SILVA – Gilberto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Gilberto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D3570540004CB0C8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GILBERTO SILVA – Cabo Gilberto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – E o Deputado Fahur.

O SR. SANDERSON (PL - RS) – Senador Girão, por gentileza, pode me inscrever? Deputado Sanderson.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Opa, Deputado Sanderson, ótimo! Não estava aqui com a sua...

Sanderson, pronto!

Vamos lá. Deputada Bia Kicis, proporcionalmente a Deputada que teve mais votos, a Deputada mais votada do Brasil.

Muito obrigado pela sua presença!

Ela foi Presidente da CCJ da Câmara.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Para expor.) – Obrigada, Presidente.

Quero cumprimentar todos os cidadãos, cidadãs que estão aqui, todas essas pessoas valentes, corajosas e todos os meus colegas aqui, Senadores, a Deputada Carol, todos aqui na bancada.

E quero dizer, Senador Eduardo Girão, que V. Exa. tem se mostrado um Senador realmente ousado, porque, hoje, fazer o seu dever é ousadia, é coragem. Então, meus parabéns; aos demais Senadores aqui também; ao Senador Marcos Rogério, que já passou por aqui, saiu; ao Senador Zequinha; a tantos outros; ao Desembargador Sebastião Coelho também, que mostrou uma coragem incomum, que se colocou contra permanecer no cargo, para não ter que respeitar ou cumprir ordens ilegais emanadas de alguém no topo da magistratura – parabéns!

Eu quero ler aqui... Eu, que fui Procuradora, sou do meio jurídico, quero ler para vocês uma decisão do Supremo Tribunal Federal – aspas: "Ninguém é obrigado a cumprir ordem ilegal, ou a ela se submeter, ainda que emanada de autoridade judicial. Mais [de ainda mais]: é dever de cidadania opor-se à ordem ilegal; caso contrário, nega-se o Estado de Direito". É o Habeas Corpus 73.454, do Relator Maurício Corrêa, Ministro do STF, da 2ª Turma do STF. Não faz tanto tempo assim!

Eu quero dizer que eu fui assessora no Supremo Tribunal Federal, fui assessora no STJ e tive muito orgulho dessas Cortes, muito orgulho dessas instituições que eu, como Procuradora, alguém do Direito, fui ensinada a admirar e a respeitar, entendendo que quem dá a última palavra sobre a Constituição, o último intérprete da Constituição, é, de fato, o Supremo Tribunal Federal. Mas eu aprendi também – e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui vou citar as palavras do então Ministro Celso de Mello – que ao intérprete da Constituição é vedado interpretá-la contra texto expresso da Constituição.

Então, quando você lê um artigo claro, de clareza solar, que não deixa dúvidas, como, por exemplo, o artigo que diz que é vedada a censura, e quando você interpreta que "neste caso aqui, a gente vai suspender a eficácia da Constituição e vai aplicar a censura por um bem a maior", esse bem maior é a destruição da democracia! Então, em nome de um bem maior, têm sido cometidas as maiores atrocidades na humanidade, porque os fins não justificam os meios – e isso se dá quando o fim é legítimo; imaginem quando o fim se faz de legítimo, mas é um fim falacioso, um fim covarde, um fim que rouba os cidadãos, as suas garantias e os seus direitos mais básicos e fundamentais!

Mas a Ministra Rosa Weber disse, recentemente, que é inadmissível desobedecer ao STF. É sério? Onde é que está isso na Constituição?

Então, nós temos passado por inúmeros – inúmeros! – abusos de autoridade. E é sobre isto que estamos discutindo aqui: abusos de autoridade, de pessoas, de togados que foram colocados onde estão para guardarem a Constituição e garantirem os nossos direitos e garantias fundamentais. Mas não é isso que a gente tem visto.

Eu fui autora da PEC do voto impresso, como vocês sabem, porque eu acompanho essa questão das eleições desde 2014. Em 2018, eu sustentei oralmente no Supremo Tribunal Federal, em uma ADI em que o Supremo julgou inconstitucional o voto impresso, sem nenhum fundamento real, mas com base em narrativas. E eu ouvi ministros dizerem que o eleitor iria levar o seu voto para casa e poderia mostrar para o coronel, para aquele que estaria lá aguardando para ver se ele votou de acordo com a sua vontade. A gente sabe que isso não é verdade. Então, nós ouvimos várias mentiras que foram repetidas aqui dentro da Câmara dos Deputados quando votávamos a PEC do voto impresso, a PEC 135. E o Ministro Barroso atravessou a praça, veio para dentro do Congresso, para invadir a nossa atribuição.

Eu quero lembrar aqui, gente, o art. 49, inciso XI, da Constituição, que diz que é dever do Congresso zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa de outros Poderes. E o inciso V dá também a nós o poder de, por decreto legislativo, sustar os atos que invadirem a competência do nosso Poder. E aí, como lá diz que é sustar os atos do Poder Executivo, então se tem entendido que do Legislativo não pode. Mas como nós estamos falando de ato normativo, nós não estamos entrando no mérito das decisões judiciais. O Dr. Ives Gandra, o Prof. Ives Gandra, já tem livros e livros escritos dizendo que sim, que nós temos o poder, este poder de sustar atos normativos também do Poder Judiciário e não só do Executivo. Sabe por quê? Porque, quando a Constituição nos diz que nós temos essa atribuição de zelar pela nossa competência, não existe poder sem meio de ação. Se você não tem meio de ação, você não tem poder algum. E aí, minha gente, o que que o Ministro Alexandre de Moraes fez esse tempo inteiro? Ele criou meios de ação para ele. Ele criou os meios de ação para ter a sua polícia particular. As suas ordens... Ele escolheu os delegados que trabalham para ele. Nem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Presidente da República, que tem essa atribuição constitucional, pôde fazê-lo: foi impedido de escolher o Diretor Geral da Polícia Federal. E o Ministro Alexandre de Moraes colocou sob as suas asas a Delegada Dra. Denise e os agentes da Polícia Federal que vão lá, batem na porta das pessoas, dos cidadãos, de pessoas que não cometeram crime algum, para descumprir a Constituição, porque, como eu comecei aqui a minha fala citando, é dever de cada um de nós, em nome de guardar o Estado de direito, descumprir ordem ilegal.

Então, hoje nós estamos assistindo a um verdadeiro caos institucional. E o Presidente do Senado – e eu estou aqui sentada num plenário do Senado da República, Presidente Girão, para dizer – é o grande responsável por essa situação que nós vivemos, porque ele tem prevaricado. Hoje nós estamos assistindo a uma manobra aqui dentro de Senadores junto com o Ministro Lewandowski para alterar a Lei 1.079, a Lei do Crime de Responsabilidade ou do *Impeachment.*

Eu quero lembrar e dizer aos senhores que eu tenho, eu sou autora do PL 5.693, de 2019, que altera a Lei 1.079, e eu entrei com esse projeto ainda no meu primeiro ano da legislatura, e a Deputada Adriana Ventura é a Relatora. Esse projeto está com o parecer pronto há muito tempo e agora será pautado, sob protestos da esquerda, que hoje na reunião não queria de jeito nenhum que se pautasse esse projeto. É claro que ele foi pautado para os próximos dias. Haverá obstrução da esquerda, mas nós estamos fazendo algo legítimo. Queremos alterar a Lei de *Impeachment* para tirar do Presidente do Senado o poder de sentar em cima, não importa quantos pedidos de *impeachment* contra o mesmo ministro e não importando que esses pedidos estão robustamente fundamentados... Então, esse projeto visa a prever um procedimento em que ele tem que receber e mandar para uma Comissão que, aí, sim, essa Comissão, irá avaliar se o pedido é devido ou não. Mas aqui não tem punição para quem pedir, ao contrário do que estão querendo fazer aqui nesta Casa, de punir quem tiver coragem de apresentar pedido de impeachment.

Então, era isto o que eu queria dizer: quero me solidarizar com todos os brasileiros que estão nas ruas tomando chuva. Há duas noites, de madrugada, eu acordei com uma chuva fortíssima e eu só conseguia pensar nesses corajosos guerreiros que estão lá, debaixo de sol, de chuva, sendo acusados de golpistas. Quando, na verdade, são pessoas que merecem o nosso aplauso, porque ninguém está praticando ato antidemocrático. Não nós, não quem está nas ruas, não quem está aqui dentro querendo cumprir a Constituição. Quem pratica ato antidemocrático é quem faz inquérito sem fundamento, quem deixa um inquérito aberto em que vai jogando todo mundo que faz alguma coisa que desagrada a S. Exa. Essa pessoa, sim, está fazendo atos antidemocráticos dia após dia.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Deputada Federal Bia Kicis, aqui do Distrito Federal, a Deputada Federal, proporcionalmente, mais votada do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu imediatamente passo a palavra para o Deputado Federal e ex-Ministro Osmar Terra, que está aqui na presença do seu filho Enzo, que gosta de política e já esteve em outras Comissões aqui também conosco. Seja bem-vindo, Enzo!

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS. Para expor.) – Bom, eu queria cumprimentar o nosso Senador Girão e dizer que ele está de parabéns, porque, de alguma forma, esta reunião de hoje, esta sessão de hoje está resgatando o papel do Congresso Nacional nessa crise, que é um papel de protagonismo, não pode ser um papel de submissão ou um papel secundário. Nós estamos resgatando um papel de protagonismo através do seu trabalho. Está aqui o Senador Heinze também, que é o seu parceiro de sempre, nosso grande representante gaúcho aqui no Congresso, no Senado. Enfim, todos os que estão aqui, de alguma forma, estão colaborando com isso.

Esse movimento, Senador Girão, não pode parar, não pode ser só um... Nós não podemos ficar aqui só ouvindo reconhecimentos ou queixas. Nós temos que agir, nós temos que avançar nesse processo. E eu acho que esse é o primeiro passo. E nós estamos aqui, porque nós representamos o povo brasileiro. Ninguém representa o povo brasileiro a não ser nós que representamos o povo brasileiro.

O Ives Gandra deu uma aula de Constituição para gente hoje e colocou claro que é o Parlamento que representa o povo brasileiro, é o Parlamento que tem que ouvir os clamores do povo que está na rua, tomando chuva, sofrendo. Milhões de brasileiros, já há muito tempo, estão se manifestando, exigindo avanços importantes na política pública, nas políticas do Brasil e também preocupados, com uma dúvida atravessada na garganta sobre o processo eleitoral.

Não é possível a gente imaginar um futuro se nós não resolvermos e deixarmos claro... E aí é um papel também desta Casa, Senador Girão, de junto... E eu não estou falando nem no Presidente, eu estou falando em quem está protagonizando este momento, que é o senhor. É o papel desta Casa cobrar, inclusive do Tribunal Superior Eleitoral, uma maneira de clarear esse processo, de esclarecer as dúvidas que estão atravessadas na garganta. Nós vimos hoje aí um monte de dúvidas. Nós temos que... Isso tem que ficar claro, porque senão nós não vamos ter um processo democrático. E a próxima eleição vai ser de que jeito? Isso é uma bola de neve que vai crescer. É de interesse de todos, inclusive do próprio TSE, esclarecer isso, mas também até do outro lado, dos nossos opositores, porque isso pode acontecer... Para eles é muito importante que o povo esteja, todo o povo ou pelo menos a grande maioria do povo brasileiro esteja convencida do resultado eleitoral. Nós queremos esse esclarecimento.

Hoje nós estamos com o nosso povo na rua, como disse a Bia, tomando chuva, sofrendo, mas eles estão dando uma aula de civismo para o Brasil. É um movimento que nunca aconteceu na história. Há 30 dias milhões de brasileiros se revezando, dizendo que querem clareza sobre o processo político-eleitoral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que todos os grandes avanços democráticos, éticos e morais que este país teve foi com o povo na rua. Há uma ligação. Essa energia que o povo traz para dentro do Congresso tem que fazer o Congresso agir. É isso que está faltando. Agora é a nossa ação aqui que tem que acontecer.

O voto é a chave da democracia. Se esse voto é um voto que permite saber se realmente aquele voto foi dado ou não, é decisivo no processo democrático. A urna eletrônica dá essa garantia? Essa é uma questão que nós temos... Ela tem forma de controlar? Eu acho o processo muito sofisticado, e as respostas são vagas para que nós tenhamos essa convicção. Nós precisamos ter essa convicção. Nós não estamos querendo fazer um terremoto no país, destruir o país ou incentivar a violência; nós estamos querendo só ter a garantia de que o voto valeu.

O Tribunal Constitucional alemão, que é o Supremo alemão, o Tribunal Constitucional Federal alemão acabou com as urnas eletrônicas em 2005. Eles tinham urna eletrônica. Ela não é nenhum avanço só porque ela é tecnologicamente superior ao voto em papel. Ela não é um avanço se ela não tem forma de ser avaliada. Eles disseram uma coisa importante: os alemães consideram eleição como evento público. Isso implica que qualquer cidadão possa averiguar a contagem de votos, sem possuir para isso conhecimentos especiais. É um direito do povo. O povo tem que ser esse direito.

Agora a gente está vendo que tem não sei quantas empresas envolvidas, *log,* e código fonte e não sei mais o quê; há perguntas feitas pelo Exército, pelo Ministério da Defesa que ainda não foram respondidas. Não sei se a Controladoria-Geral da União também já apresentou o relatório. Nós estamos precisando só de explicações convincentes. É disso que nós estamos precisando.

Aqui tem um jurista alemão do tribunal, o Andreas Voßkuhle, que diz o seguinte: o pré-requisito básico para uma formação democrática e política assegura um processo eleitoral regular, compreensível, e isso é um pré-requisito essencial para a confiança fundamentada do cidadão no processo do pleito. O cidadão tem que estar confiante no resultado. E acabam as dúvidas, aceitam-se os resultados. Se perdemos, tudo bem; ou ganhamos. Mas se aceita se for compreensível. Até agora, para mim, isso não está claro.

E olha que eu tenho um grau de instrução razoável e conheço alguma coisa de informática, de tecnologia. Isso tem que ficar claro para todo mundo. Então, no processo eleitoral tradicional, do voto em papel, isso nunca foi problema – nunca foi problema. Você pode a qualquer momento pedir a recontagem. Está lá e você acompanha voto a voto. Essa história de apertar um botão e depois sair o resultado lá no boletim de urna, sem você poder acompanhar voto a voto o que está acontecendo, é uma dúvida. Tem que ser esclarecida. A gente tem direito. Nós como representantes do povo e o povo brasileiro têm direito de cobrar isso. Eu acho que é uma questão fundamental e essencial.

Todos os países mais avançados no mundo têm voto em papel – todos. Eu estava vendo a Giorgia Meloni, agora na Itália, lá votando, um votinho em papel numa urna de papelão lá, ela botando o voto lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Estados Unidos votam em papel praticamente todo; tem uma parte lá que não é, mas a maioria dos votos é em papel. A Alemanha vota em papel desde 2005; inclusive, com dúvida, eles voltam a recontar de novo. Nós precisamos é ter certeza de que o nosso valeu e que a democracia existe, senão, não há democracia – não há democracia. Eu acho que essa dúvida é para os dois lados. O outro lado também, para governar tranquilo, se tiver ganhado a eleição, se quiser governar tranquilo, tem que ter certeza de que o resultado é apurável, é auditável.

O projeto da Bia dava essa oportunidade. Eu votei a favor. Eu quero dizer que eu sempre tive essa posição. Eu sou contra a urna eletrônica desde a década de 90, quando fizeram o primeiro experimento. Eu acho que a urna eletrônica sempre vai gerar dúvida e vai gerar crises que ameaçam a democracia. Não era nem esse TSE que está aí, sempre eu tive dúvidas sobre isso e sempre me manifestei. "Ah, mas você foi eleito com a urna eletrônica." Eu acho que a gente foi eleito pela urna que tinha. Agora, se é possível, numa eleição polarizada como essa, ter alguma sombra de dúvida sobre quem, um contra o outro, se elegeu Presidente, nós temos que esclarecer. Isso tem que ser esclarecido. E agora eu acredito muito nesse protagonismo que nós podemos... Nós temos que pensar agora e temos que pensar em longo prazo.

Então, é isso, Sr. Presidente. Eu queria que nós agora discutíssemos o desdobramento desse debate de hoje. Nós vamos voltar a levar para o Tribunal Superior Eleitoral as nossas angústias, vamos ver quais são as explicações que ele pode dar. Vamos nos posicionar e não vamos deixar o nosso povo brasileiro, os milhões de brasileiros que estão aí, grande parte da população, sem nenhum tipo de resposta. Nós precisamos ajudar a ter essa resposta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Deputado Federal Osmar Terra, reeleito também, ex-Ministro da Cidadania. Muito obrigado pela sua presença, do seu filho Enzo aqui.

Eu já passo a palavra para o Senador Heinze, porque ele vai ter que ir para o Plenário.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Só um pouquinho porque eu perdi... Só um...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Claro!

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – É menos de um minuto.

O episódio da Proconsult foi a melhor aula que nós tivemos sobre o risco das urnas. É importante lembrar esse episódio. Esse episódio só foi resolvido, só não foi roubada a eleição do então candidato Leonel Brizola, no Rio de Janeiro, porque teve um acompanhamento paralelo voto a voto das urnas pela Rádio Jornal do Brasil. Na hora que foi para a soma eletrônica de um computador primitivo lá daquela época, estava sendo roubada a eleição. E o voto visível do papel foi que protegeu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou a favor até de, se for necessário, a gente voltar ao voto de papel – porque não acho nenhuma grande vantagem em ter o voto eletrônico – para a confiança da população.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Obrigado, Deputado Osmar Terra.

Com a palavra, Senador Luis Carlos Heinze. Também do Rio Grande do Sul para o Rio Grande do Sul.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para discursar.) – Boa tarde. Já são quase nove horas. Alguém que chegou aqui 8h30, 9h, estamos até agora. Brigadeiro Pazini, nós entramos juntos; Dr. Sebastião, chegamos juntos aqui. Parabéns a vocês que estão presencialmente aqui no Senado! Parabéns aos milhares de brasileiros que estão hoje no Brasil... Eu quero simbolizar. Quando falam em movimentos antidemocráticos, o Sr. Jamilton Osório é um empresário de lá de Sinop, no Mato Grosso. Ele com a sua esposa Regiele, que deve dar à luz o quarto filho agora, nesta semana, estão de pé fincado, Deputado Osmar, no protesto lá no Mato Grosso.

Então, nas pessoas da Regiele e do Jamilton... vai dar à luz o João, que deve nascer quinta ou sexta-feira, parabenizo os brasileiros em qualquer canto do Brasil. Ao nosso cacique que já esteve comigo, obrigado pelos povos indígenas junto conosco nesse processo. Isso é Brasil. Nós todos somos brasileiros, estamos defendendo a democracia do nosso país.

Quero lamentar aqui primeiro a ausência de dois ministros de Estado. O Ministro Paulo Sérgio, da Defesa, que foi convidado e não veio; o próprio Ministro das Comunicações, Fábio Faria, que também poderia estar aqui para explicar a questão do radiolão e não veio, poderia estar aqui explicando. Pior ainda, lamento que o Alexandre de Moraes deveria estar aqui e não veio, e o Lewandowski. Senador Girão, o Lewandowski para este debate não veio aqui, mas para tentar calar nossa boca, para tentar votar a Lei do Impeachment, Osmar Terra e demais colegas Parlamentares, estava aqui no Senado. Para que ele se presta? A lei que ele quer mudar... Para vocês terem uma ideia, são 65 pedidos que estão nesta Casa, 65 de cassação de ministros, de convocação de ministros, de pedir CPIs dos ministros, 65 arquivados pelo Davi e agora segurados pelo Rodrigo Pacheco,

Então, não é falta da ação de Parlamentares. E o que eles querem fazer – para que vocês entendam, Dr. Sebastião – é para que nós não assinemos mais pedido de CPI, cassação, convocação de ministros. Não puderam vir aqui, mas foram aos Estados Unidos falar mal do Brasil, aí eles puderam ir, pagos pelo João Doria, não sei por quem e com o dinheiro da sociedade brasileira. Lamentamos então o Lewandowski, que não veio; o próprio Alexandre de Moraes, que também não veio; além dos dois ministros do Governo Bolsonaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Barroso esteve aqui, sim, em 9 de junho de 2021, e ele disse uma célebre frase: "Eleição não se vence, se toma". O ministro do STF, Presidente, na época, do STF, soltou uma pérola – ou é o "sincericídio", parafraseando o Zé Dirceu, que disse assim: "Vamos tomar o poder, que é diferente de ganhar a eleição". É o que eles estão fazendo hoje aqui. Lamentamos também que ele não tenha vindo aqui, neste momento.

Ministro Marco Aurélio, um juiz, ex-ministro, ex-Presidente do Supremo, Dr. Sebastião, disse claramente às questões do Lula: "Não posso votar num ladrão" – disse claramente um ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal. Foi cerceada a sua fala. A imprensa eu vi falar. Todo mundo falou e a gente já sabe. Caçaram a *Revista Oeste*, a Jovem Pan e tantos outros jornalistas pelas suas manifestações. Está aqui: um ex-Ministro, ex-Presidente do Supremo também não pôde se manifestar. Foi cassada a sua fala, que foi real, em cima desse processo. Então, essas são as arbitrariedades.

Disse ainda, na semana passada, Senador Girão, no Plenário do Senado, parafraseando Ruy Barbosa, Sebastião, que a ditadura da toga é a pior que existe. E, se o Alexandre Moraes e o TSE, com tudo o que foi mostrado aqui, não devem nada, não têm o que temer de abrir uma investigação em cima do processo eleitoral.

Pazini, Osmar, vocês sabem do grupo que nos ajuda desde... O Girão se lembra desse assunto. Esse grupo está de pé fincado. Parabéns a eles! Agradeço a eles pelas observações todas que fizeram e por todo o trabalho feito, que foi apresentado pelo argentino que nós conhecemos. Hoje têm autenticidade as provas contundentes de Carlos Rocha, que hoje assina em nome do IVL. Ele é um ex-engenheiro do ITA, formado no ITA, com capacidade, que mostra, com evidências claras, todo o processo. Um Parlamentar aqui – acho que Luiz Lima – põe outras questões importantes sobre achar que, dentro do TSE, Ingram, Oracle e outras empresas comandam o processo eleitoral do Brasil. Isso é criminoso! E essas empresas têm seus interesses.

Como dizia, Osmar, o nosso antigo companheiro Brizola: "são os 'interésses'", e é o que está havendo no nosso país. Estão comandando processos com seus interesses, por isso nós estamos aqui.

Quero chamar atenção, Senador Girão – e agradeço as 14 assinaturas –, para o fato de que nós encaminhamos, na semana passada, na sexta-feira, com 14 Senadores assinando, um inquérito, uma solicitação de abertura de investigação no Ministério Público Militar. Já entramos com esse pedido de investigação, que está tramitando. O que nós queremos? Que se investigue por que o Ministério da Defesa não teve, Sanderson, o poder de estar dentro das urnas. Entrava lá com papel e caneta, dentro dum búnquer do Tribunal Superior Eleitoral. Por quê? Terão que explicar.

Nós entramos também, Girão – você assinou comigo –, alguns dias atrás, com um pedido para que o Procurador-Geral da República abra uma investigação. Eu só quero investigar. Se nós estamos certos ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não estamos certos, o povo vai embora para casa. Mas vocês têm certeza de que as coisas estão erradas, pelo que nós ouvimos aqui hoje.

Nesse sentido, nos ajudem nessa pressão. Eu sei que o Senado tem poder, mas aqui, Girão, são meia dúzia – e você sabe disso – que estão de pé fincado nesta questão aqui. Nós temos poder, mas o poder, Osmar... Quando saiu a CPI, os que tinham maioria – porque o Supremo deu guarida – numa CPI, que chamavam "do circo" – e não vou aqui destratar os artistas – tinham apenas um interesse político naquela questão. Foi o que aconteceu.

Portanto, nesse sentido, quero colocar a vocês: obrigado aos Deputados e às Deputadas que aqui vieram desde de manhã cedo. Eu contei mais de 30 que aqui estiveram, Girão. Aline, vocês devem fazer o seu papel lá. Ajude-nos na pressão.

E o povo que está nas ruas, em qualquer canto do Brasil, pressione os seus Senadores, pode ser o Eduardo Girão, comigo, o Lasier, aqueles que estão de pé fincado para tentar resolver esse quadro.

Solidário não à questão do Bolsonaro, que eu apoiei, não é esse o caso dele, mas à democracia do Brasil, à democracia. Hoje somos nós; amanhã é qualquer partido que assumir o país, em cima da ditadura da toga, em cima de irregularidades frequentes, constantes.

Quando eu entreguei o documento ao Dr. Aras, o Deputado Osmar Serraglio estava comigo. Dr. Sebastião, sabe o que ele me disse? "Cuide no que fala. Fale do Plenário do Senado". O seu Senador da República, um Deputado Federal, qualquer um, não pode falar o que pensa? Nós temos a nossa imunidade para falar o que pensamos.

Portanto, é importante. Esse fato acontece no nosso país.

Quero parabenizar a vocês. E não são atos antidemocráticos.

Na minha cidade, São Borja, uma terra legendária, lendária, a minha filha é a Presidente do Partido Progressista. Depois das eleições, a sede do meu partido, Osmar, foi incendiada. Incendiada. A loja de carros do Vice-Presidente do partido foi queimada. Sete casas queimadas. Duas lavouras de trigo queimadas. Uma semana atrás, a casa da minha filha foi assaltada. Eu sei o que eu estou enfrentando na minha casa, na minha família, na minha cidade.

Esses criminosos querem voltar ao poder, e não podem voltar ao poder. Faremos de tudo o que for necessário.

Não, não arredaremos o pé dos nossos direitos. Vocês, que estão protestando – e é legítimo –, e nós faremos a nossa parte. Estamos juntos nessa empreitada, até o fim, para que a verdade seja restabelecida. E nós estamos com a verdade.

O gaúcho montado na razão vai a qualquer lugar do mundo. É seu pasto. Não precisa de espora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, pessoal. Estamos juntos aí.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Senador Luis Carlos Heinze, sempre muito estudioso. O homem não descansa um minuto, trabalhando focado, buscando a verdade, buscando a justiça.

Imediatamente, eu passo a palavra agora à Deputada Carol de Toni, Caroline de Toni, e mais uma vez quero agradecer por sua paciência, está aqui desde o início... Muito obrigado.

A senhora tem cinco minutos para se manifestar.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PL - SC. Para expor.) – Boa tarde a todos.

Primeiro eu gostaria de enaltecer a realização desta audiência pública, que vem dar a voz a todos aqueles que estão sendo alijados da democracia no Brasil, a todos aqueles que estão sendo calados, censurados, presos e banidos. Muitos deles que se fizeram presentes aqui hoje e deram o seu testemunho nesta Casa – Senador Girão, parabéns pela iniciativa –, que é o Senado Federal, que é uma das duas Casas do Congresso Nacional, que é a Casa que deveria ser do povo brasileiro, e, no entanto, nós estamos sendo visados aqui, e todas as palavras que estão sendo ditas aqui eu tenho certeza que vão corroborar o inquérito do fim do mundo, que agora virou o da *fake news*, depois dos atos antidemocráticos, agora inquérito das milícias. Com certeza, o testemunho de todos nós vai ser anexado nesse inquérito obscuro, que fere o devido processo legal, que fere a democracia brasileira e o Estado de direito brasileiro, e os direitos fundamentais de muitos cidadãos que estão sendo tolhidos de poder falar.

O Senado Federal, Senador Girão, o senhor sabe muito bem – melhor do que eu, porque está aqui nesta Casa há quatro anos –, é a Casa que tem a competência constitucional, no art. 52, inciso II, e pela Lei 1.079, de 1950, de processar e julgar os crimes de responsabilidade dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

Há muitas, centenas de denúncias de crimes de responsabilidades, e, na verdade, essa que foi a Casa do povo, uma das Casas do povo está capitaneando um dos capítulos mais vergonhosos da história do Brasil, porque, em vez de estar se debruçando sobre os abusos – não só excessos, não só os abusos –, mas sobre esse verdadeiro estado de exceção que se instalou no Brasil pelo avançar do poder judicial no Brasil, essa ditadura do Judiciário que a gente já vive no Brasil, esse estado de exceção capitaneado por um dos Poderes que se agigantou sobremaneira, em vez de a gente estar capitaneando essa discussão que deveria estar sendo nesta Casa, o que está acontecendo atualmente? Criaram uma comissão de juristas para debater justamente a reforma da única lei que pode nos fazer sair desse estado de coisas, que é a Lei do Impeachment, que é uma lei de 1950, a Lei 1.079, que prevê os crimes de responsabilidade cometidos eventualmente por ministros da Suprema Corte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, no seu art. 41, ela fala que a qualquer cidadão é permitido denunciar um Ministro do Supremo por crime de responsabilidade, como é permitido, no art. 14, a qualquer cidadão denunciar o Presidente da República caso tenha cometido um crime de responsabilidade. E ninguém mais, ninguém menos, sabe quem está presidindo, que presidiu essa comissão de juristas? Uma parte interessada, o que para mim vicia todo o processo de elaboração de reforma da lei, que é o Ministro Lewandowski. Por quê? Primeiro porque ele é parte interessada, então, ele não tem a isenção necessária para poder discutir.

Em segundo lugar, ele foi o presidente que estava à frente do Supremo quando houve o julgamento do pedido do *impeachment* da Dilma e ele que rasgou a Constituição, fracionando o pedido de *impeachment* da Dilma, deixando-a elegível, ou seja, foi o primeiro rasgar da Constituição e o rasgar da Lei do Impeachment, que não deu a punição a quem deveria porque cometeu pedalada fiscal.

Então, em vez de... O Senado Federal está fazendo algo ainda pior. Não bastasse isso que eu falei, eles ainda vão punir, ao que tudo indica, porque o texto está em sigilo até então, vai ser entregue diretamente ao Pacheco, ao Presidente da Casa, e eles pretendem punir as pessoas que eventualmente ousem questionar os ministros, os deuses do Olimpo do Supremo Tribunal Federal. Vai ser uma espécie de denunciação caluniosa. Então, você quer salvaguardar.... Eles são intocáveis, eles não cometem erros, só nós, cidadãos comuns aqui, que estamos temporariamente em cargo público, que passamos de quatro em quatro anos sob a avaliação por escrutínio público – eles não receberam nenhum voto, por isso aqui é a Casa principal do povo brasileiro. O poder mais legítimo é o poder que vem do voto popular; a soberania do Brasil vem da soberania popular por meio do voto, e eles estão se blindando de uma maneira jamais vista.

Então, nós estamos, em vez de a gente capitanear o protagonismo de corrigir os excessos da democracia, reequilibrar, rearmonizar os Poderes, nós estamos, ao contrário, vendo esse espetáculo vergonhoso que está se instalando no Brasil.

Fora isso gente, nós temos aqui também outro pacote de maldades vindo também desta Casa – eu peguei a notícia agora. O Senador Renan Calheiros está apresentando um pacote de leis em defesa da democracia e, senhoras e senhores, povo brasileiro que nos assiste por meio por meio do YouTube, vocês sabem o que está previsto nesse pacotão da democracia?

Se você vai para a via pública para questionar alguma dúvida que você tenha acerca do processo eleitoral, se você obstrui uma via pública para questionar alguma coisa, você vai cometer um crime, você vai ser criminoso, a partir desse pacote do Renan Calheiros. Se você... Aqui tem tipos como "intolerância política no acesso a bens e serviços". Você quer fazer uma reivindicação, uma manifestação pacífica, você vai ser um criminoso. Injúria política, violência política, discriminação política, intolerância política no ambiente de trabalho... Você não vai poder falar mais de política em lugar nenhum, porque, a partir daí, toda manifestação de caráter político, em vez de a gente ter a livre expressão do pensamento, agora vai ser crime.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quem serão os preferidos dessa lei? Podem ter certeza de que será a direita brasileira, porque o que eles menos querem... Como disse a Maria do Rosário... Saindo aqui dos gabinetes – vocês devem ter visto esse vídeo –, ela já chama a gente de criminoso e diz que não vai ter anistia para a direita; ou seja, a gente está vendo onde vai parar. Todos nós vamos ser calados. Não são só vocês aqui, só nós Deputados aqui que já perderam... José Medeiros, Carla Zambelli, Tadeu, Otoni e tantos outros Deputados que já foram tolhidos e que têm imunidade... Daniel Silveira chegou até as últimas consequências dessa persecução estatal, desse estado de exceção brasileiro. Isso é um verdadeiro absurdo!

E o Randolfe aqui, para fechar esse pacote de maldades... Agora político não pode mais nem ser criticado. O Randolfe já apresentou um projeto de lei também para criar um novo tipo penal chamado "assédio ideológico". Então, se eu estou no aeroporto e alguém chega a me questionar ou me criticar por eventual voto, coisa que é comum para nós que estamos na vida política... Todos nós já enfrentamos críticas e faz parte. Se você escolhe ser um representante público, você está à mercê de ser abordado por quem gosta e por quem não gosta de você. Agora, a partir de então, vai ser "assédio ideológico", mais um crime aí para o cidadão responder, porque tanto a classe política quanto os deuses do Supremo Tribunal Federal devem ser intocáveis. Enquanto isso, "todo poder emana do povo", que é o preâmbulo da nossa Constituição... Mais uma vez, o povo está sendo alijado da soberania popular e não tendo os seus direitos respeitados.

Então, Senador Girão, é muito importante nós debatermos tudo isso. Eu resolvi trazer esses tópicos para não ser enfadonha e repetitiva com tudo o que foi falado, mas nós precisamos exercer o direito à liberdade de expressão, que é o que a gente está fazendo aqui hoje, numa Casa do povo, e esperamos que o nosso direito à liberdade seja respeitado e as manifestações pacíficas nas ruas, com que o pessoal está inconformado, também sejam respeitadas, porque o Brasil está assistindo a esses abusos, e, no que depender de nós, eles vão ser corrigidos com certeza.

Muito obrigada e que Deus abençoe a nossa nação!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Amém!

Muito obrigado, Deputada Caroline de Toni!

Eu, imediatamente, já passo a palavra para o Deputado Coronel Tadeu, dando parabéns pela sua participação. A mídia hoje que está mostrando os dois lados... Infelizmente, a gente tem tido raridades no Brasil. A Jovem Pan é uma das emissoras que tem feito esse papel do bom jornalismo. Então, é muito importante, e eu o parabenizo pelas suas participações, que acompanho sempre que posso.

Muito obrigado pela sua presença aqui nesta sessão, Deputado Coronel Tadeu.

O SR. CORONEL TADEU (PL - SP. Para expor.) – Obrigado, Senador Eduardo Girão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, quero cumprimentar V. Exa., na pessoa de quem também cumprimento todos os Parlamentares que estão aqui, todos os presentes e os que estão nos assistindo pelas redes nesse momento.

É um momento muito importante da história política deste Brasil. É um momento muito importante para todos os políticos brasileiros e também para toda a população, que parece que, definitivamente, começou a gostar da política e hoje a acompanha.

Eu vou fazer algumas críticas direcionadas ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados.

Quando o art. 102 da Constituição Federal fala que cabe ao Supremo Tribunal Federal guardar a Constituição, a impressão que eu tenho é de que eles guardaram literalmente a Constituição no armário, numa prateleira, numa gaveta. Queria mandar um recado aos 11 Ministros e a tantos outros, que guardar significa zelar, cuidar para que ela seja cumprida.

Eu estou aqui estarrecido porque eu ouvi várias pessoas falarem, e são casos e casos que mexem, às vezes, com a emoção da gente, ao ver tanta injustiça sendo praticada. A injustiça está aí para ser corrigida, normalmente pelo Judiciário, mas, quando a injustiça é praticada pela mais Alta Corte, o freio dela está aqui, dentro deste prédio, que, neste momento, é uníssono, neste momento prevarica, neste momento se demite de uma disputa, e eu não entendo por quê.

A gente precisa dar nome aos bois, a gente precisa jogar as coisas com muita clareza. Senador Magno Malta: até hoje são épicas, nas redes sociais, a entrevista, a sabatina que foi feita e as palavras dele direcionadas ao então advogado Alexandre de Moraes. Isso é um jogo de faz de conta, porque, antes de qualquer indicação, o indicado vem aqui – escondido do povo brasileiro e, às vezes, até da classe política –, pedir benção para Senador, para ser aprovado em uma sabatina que é um jogo de faz de conta. Esse sujeito é sabatinado, jogam-lhe uma toga sobre os ombros, e vira Deus.

Que hora nós vamos parar com esse jogo de faz de conta, enganando toda a população brasileira? Eu não consigo aceitar ver a Bárbara aqui, nesta sessão, nesta audiência pública, pedindo o mesmo tratamento de um traficante. Eu não consigo ver Geddel Vieira Lima solto, dando risada da população baiana e de todo o povo brasileiro depois de ter sido surpreendido com R$51 milhões guardados num *bunker*. Cadê a nossa prisão em segunda instância? Foi enterrada na Câmara dos Deputados.

Firulas e mais firulas para enganar o povo brasileiro. Carla Zambelli está aqui, na minha frente; participou de um grupo de trabalho do projeto anticrime, em 2019, e esse projeto anticrime foi fatiado. Quantas vezes foi necessário, para não se pautar os principais itens?

Queriam colocar os ladrões na cadeia, que são os políticos. Esses deveriam estar na cadeia, e não aqui decidindo a vida dos brasileiros.

Cabe a nós, nem que seja essa minoria, hoje capitaneada por V. Exa., Senador Eduardo Girão, pelo Deputado Marcel van Hattem, que orgulhosamente ocupa um assento ao seu lado, que foi o protagonista

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de uma PEC, de uma CPI para apurar crime de abuso de autoridade de Ministro do Supremo Tribunal Federal; isso é inédito na história da política, corroborado por muitos dos que estão aqui, neste momento... A classe política tem responsabilidade e precisa cumprir com o seu dever, ou esse povo que está nas ruas não vai se calar tão cedo. Pode ser que ele se desmobilize, pode ser que a polícia vá atrás dele com bombas de gás lacrimogênio, bombas de efeito moral e com o cacete nas costas, mas hoje nós temos milhares e – por que não dizer? – até alguns milhões de pessoas em portas de quarteis, clamando por liberdade e pelo cumprimento do que os políticos têm que cumprir aqui dentro dessas duas Casas.

Senador, não desista dessa batalha! E a todos os meus colegas que estão neste momento, neste Plenário, não desistam também, ou os senhores serão condenados pela população pela covardia, porque, hoje, lamentavelmente – lamentavelmente! – algumas pessoas que usam o mesmo broche que eu uso na lapela do meu terno, que é exatamente o PIN de Deputado Federal, se acovardam, estão com medo, não querem publicar nada, não querem falar nada, não querem fazer nada. Isso é o símbolo maior da censura que nós estamos vivendo neste país.

E, para encerrar, Senador, peço que o senhor seja a voz dentro desse Senado, pela sua altivez e pela sua coragem, para, falando num jargão popular, colocar o guiso no pescoço do gato, colocar o bode na sala, porque, assim, alguns de nós faremos na Câmara dos Deputados algo para que a justiça seja feita com o povo brasileiro neste momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Deputado Coronel Tadeu, sempre muito eloquente e forte nas suas palavras, nos seus pensamentos, porque eu lhe conheço desde bem antes de o senhor ser eleito; eu já lhe acompanhava, já estivemos juntos em São Paulo. Eu lhe admiro muito. A afinidade vai unindo a gente, a gente vai se...

E pode ter certeza de que as entranhas estão sendo mostradas, isso é que é bom. Sabe aquela história do pus? Começa a ficar saudável, começa a curar uma ferida, quando sai o pus. Nós estamos vendo isso acontecer. Infelizmente tem dor – ou a gente aprende pelo amor, ou pela dor –, infelizmente tem dor, mas a coisa está saindo. Nada que é oculto vai deixar de ser revelado. Então, eu tenho muita fé e muita esperança nisso.

A próxima inscrita aqui para falar é a nossa... Não, é o Deputado Cabo Gilberto e, depois, a Deputada Aline.

Deputado Cabo Gilberto, muito obrigado pela sua participação, pela sua paciência. O senhor tem cinco minutos.

O SR. GILBERTO SILVA (Para expor.) – Quero, primeiramente, cumprimentar o povo brasileiro, através do Cacique Rony, que está aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço uma salva de palmas para o Cacique Rony, pessoal! (*Palmas.*)

Ele está aqui representando toda a população brasileira.

Quero cumprimentar o nosso Deputado Daniel Silveira. Através dele, eu lamento a censura a vários Parlamentares e a vários cidadãos do Estado brasileiro.

Já foi dado o golpe, como bem falou aqui o Deputado Filipe. O golpe já foi dado, Senador Girão! Só não vê quem não quer. Quando a nossa Lei Maior está sendo desrespeitada justamente por quem deveria ser o guardião da Constituição, está tendo um golpe!

Eu quero cumprimentar, em especial, V. Exa., um dos 20 Senadores que estão com coragem de cumprir o art. 49, que é o sistema de freios e contrapesos da nossa República brasileira, bem como o art. 52. Como bem falou o Deputado Daniel, no §10...

Marcel van Hattem, eu quero parabenizá-lo também pela busca das assinaturas.

Por que está nesta situação a nação brasileira, protestando, Deputado Jordy? Porque o Senado, a Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional foram desmoralizados.

Vamos relatar a história? Começou quando Dilma Rousseff vetou o voto impresso, a lei, em 2015, Deputado Marcel. O Congresso, por maioria ampla, mais que qualificada para mudar a Constituição, derrubou o veto. Daí o STF interferiu no Poder Legislativo – interferiu novamente! – e decretou a inconstitucionalidade, por oito votos a três. A história foi assim, como disse o Desembargador. E o Senado foi omisso naquele momento, em 2018 – o senhor não estava aqui de 2015 para 2018, em que era a primeira eleição para haver o voto impresso –, por não cumprir o §10 do art. 52.

Concomitantemente a isso, Deputado Filipe, a Deputada Bia Kicis e os senhores tentaram modificar isso através de uma PEC. E o que foi que aconteceu? O Ministro Barroso, contrariando a Lei do Impeachment, que eles querem modificar, no seu art. 39, que diz que ministros do STF não podem se envolver, Deputada Carla, em atividade político-partidária – é a lei que diz isso –, foi para dentro do Congresso interferir na decisão do Parlamento. Daí não tivemos eleições transparentes, não tivemos eleições com contagem pública dos votos, e está o questionamento nas ruas! E por que, Deputado Filipe, Deputado Daniel, Deputada Carla, a população está na frente dos quartéis? Porque não acredita mais no Congresso Nacional, Deputado Jordy e Senador Girão. Isso é muito grave para a nossa democracia.

Por isso, eu quero parabenizar V. Exa. por ter essa coragem. Eu já o acompanho há bastante tempo, inclusive quando teve a CPI *fake* da covid, em que o senhor cobrou os R$50 milhões do Consórcio Nordeste. E não era interesse do Supremo Tribunal Federal fazer com que eles viessem aqui explicar, mas era interesse desse mesmo Supremo Tribunal Federal fazer com que a CPI fosse de ofício, e não por decisão do Sr. Rodrigo Pacheco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nisso, a nossa Constituição foi rasgada no seu art. 1º, no seu art. 5º, no seu art. 53, no seu art. 52, quando os Senadores não cumprem o seu dever, nos seus arts. 136 e 137, no art. 129, que diz que o Ministério Público é o pai da ação penal, no seu art. 86, quando um ministro do STF abre vários inquéritos contra o Presidente da República sem a permissão da Câmara dos Deputados, porque, quando tiver e terminar o inquérito, Deputada Carla, tem que ir para a Câmara dos Deputados, para, através de 348 votos, falar se vai dar prosseguimento ou não.

Então, Sr. Senador Eduardo Girão, com essas palavras eu concordo plenamente aqui com a palavra de todos, com a opinião de todos. E temos que fazer os seguintes encaminhamentos.

Primeiro, pressionar bastante o Senado Federal para não reeleger Rodrigo Pacheco Presidente do Congresso Nacional, porque, se assim o fizer, os Senadores continuarão a omissão. Quando eu digo Senadores, eu peço até perdão a V. Exa., mas é a maioria. Ele não pode mais presidir esta Casa, porque está sendo uma vergonha para a democracia, omisso e prevaricando.

Segundo, concordo plenamente com o Desembargador Sebastião. Quero parabenizá-lo, como ao Deputado Medeiros. Já que o Congresso está acovardado, como bem falou o Deputado Otoni de Paula, o Congresso não cumpre a sua omissão constitucional, o povo não acredita mais no Congresso, então tem que ser votado o art. 142, para a garantia da lei e da ordem. Daí, Desembargador, teremos a normalidade constitucional, não – para finalizar, Sr. Senador – com essa cortina de fumaça, passando pano como se estivessem defendendo o Estado de direito – porque eles enchem a boca para falar essa palavra – e a democracia, cassando Parlamentares, cassando cidadãos, prendendo pessoas de bem e censurando. Inclusive, hoje, temos jornalistas como exilados políticos nos Estados Unidos, e a Jovem Pan foi censurada, obrigada a falar mentiras na rede nacional.

Para finalizar, a prisão de Alexandre de Moraes urgentemente pelo bem da nação brasileira!

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado pela sua participação, Deputado Cabo Gilberto.

Inclusive eu recebi agora uma informação da jornalista Cristina Graeml, outra censurada também, uma brilhante jornalista, muito corajosa. Ela me passou agora a informação de que o empresário André Almeida, de Maceió, que preside o Movimento Conservador do Nordeste, acabou de ser censurado: derrubaram o Instagram dele e o blogue, com mais de 123 mil seguidores, segundo a informação que a gente recebe aqui agora.

Vamos lá. Vamos sequenciar aqui com a Deputada Aline – eu vou acertar seu sobrenome – Sleutjes. Pronto!

Muito obrigado, Deputada, pela paciência, tá?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois é o Deputado Carlos Jordy que faz a sequência.

A SRA. ALINE SLEUTJES (Bloco/PROS - PR. Para expor.) – Presidente Senador Girão, todos os colegas que aqui se encontram, os Parlamentares, Senadores, população que está presente e que está nos ouvindo, a informação que chegou agora é a de que temos 160 mil brasileiros neste momento assistindo pelo YouTube a esta audiência.

Esta audiência é fruto do seu esforço e da sua coragem, Senador Girão. Esta audiência hoje nos dá a condição de termos voz, pelo menos por alguns minutos, dentro desta Casa. Esta audiência deu oportunidade para que o povo viesse falar, clamar, pedir, implorar pelos seus direitos. E me emocionou a fala da Bárbara, dos meninos do Hipócritas, do Eustáquio e de tantos que estão sendo calados, como os meus colegas Deputados que também estão passando pela mesma situação.

A minha gratidão, o meu apoio e a minha mensagem de ânimo a todos os patriotas que, neste momento, se encontram em frente aos quarteis, há 30 dias, passando frio, chuva, calor, fome, distância da família, deixando de ganhar o seu ganha-pão diário para lutar por esta nação. Ouvindo o clamor dessa população, nós não podemos nos calar, Senador Girão.

Eu só queria aproveitar este momento e responder ao jornalista Eustáquio, que disse assim: "Queremos que vocês estejam conosco nas manifestações". Eu digo, Eustáquio, que eu e muitos Deputados estamos nas manifestações, mas, muitas vezes, a população nos questiona e diz: "Por que vocês estão aqui? Estão sendo oportunistas? Esse movimento é popular". E, se você não vai, eles dizem: "Vocês estão sendo omissos, porque vocês não estão participando". População, aqui no Congresso, tem Deputados e Senadores grandiosos, homens e mulheres honrados, pais e mães que deixaram sua família, seu emprego, sua vida, sua profissão e estão aqui dando o sangue por vocês.

Eu aqui agradeço ao Marcel, que já saiu, pela coragem também de colocar essa CPI para funcionar. Eu assinei, todos os nossos amigos Deputados que estão aqui também assinaram, e nós queremos nada mais, nada menos do que justiça, transparência, dignidade, cumprimento das nossas leis. Nós não estamos inventando a roda, nós não estamos pedindo algo que não está ao nosso alcance, nós apenas estamos pedindo para que aquele Poder que hoje é considerado o superpoder respeite o que há de mais sagrado nesta pátria, que é a democracia e os nossos direitos constitucionais.

Deputados, Senadores, jornalistas, ativistas, empresários, agricultores são perseguidos por atos antidemocráticos. Ora, Senador Girão, antidemocrático é pegar minha bandeira do Brasil, ir para a frente do quartel e clamar por justiça e transparência? Antidemocrático é agir em cima da Constituição e de seus artigos, sem depredar, sem ofender, sem destruir, sem queimar, sem banalizar, defendendo a família, nossos filhos e nossos direitos? Agora, quando há manifestos que quebram tudo, destroem tudo, queimam tudo, estes não são chamados de atos antidemocráticos nem pela Justiça, nem pelos jornais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. junto com o Senador Heinze e com outros poucos corajosos do Senado que ainda têm coragem de colocar a sua cara e a sua voz hoje nos disponibilizam nove horas de grandes debates, que ficarão guardados no livro da história brasileira; nove horas em que Deputados, Senadores e população puderam dizer o que pensam, sem medo de saírem algemados nos corredores ou nas saídas.

Reencontrando Daniel Silveira, que ficou por quase 11 meses preso, eu consigo até pensar que nós, 110 Deputados, Tadeu, que tivemos coragem naquela ocasião – 130 – de dizer "não" naquele momento, mas fomos a minoria, talvez tivéssemos de ter lutado mais, porque ali foi a chave que rodou para que continuassem todos esses absurdos em escalada superior: tirar Bandeira do Brasil, obrigar cidadãos a tirarem os seus *outdoors*, não poder utilizar camiseta do Brasil, não poder falar o que pensa, não poder escrever o que pensa, não poder curtir uma publicação de nós Deputados de direita; jornalista sendo mandado embora dos seus trabalhos... Por quê? Porque não aceitavam falar mentiras; eles só queriam passar e relatar a verdade. Ora, é a função deles enquanto jornalistas!

Eu passei por processo, como muitos amigos aqui, de atos antidemocráticos, porque, em dois Sete de Setembro eu estava na frente do Palácio com a Bandeira do Brasil dizendo: "Eu acredito no Senhor, Presidente Jair Bolsonaro. O senhor me representa, os valores que o senhor defende são os mesmos que os meus". Depois de quase um ano e meio com a minha conta quebrada, sigilo de telefone, investigação, gastança pública; "ah, não encontro nada". Óbvio que não! Nem esse crime existe! Arquivam em um dia e já criam um crime no outro dia, para que nós fiquemos calados aqui dentro da Câmara e do Senado, para que nós não tenhamos coragem de gritar. E, respondendo a todas as críticas que muitas vezes com razão aquele cidadão que está passando chuva e frio durante todos os dias diz: "Cadê nossos Deputados? Onde estão nossos Senadores?" Estamos aqui gritando e lutando com as últimas gotas de sangue que temos deste mandato.

Eu gostaria muito, muito, Senador, de que tivéssemos uma ação prática até o final desses dias em que ainda estamos aqui. Queria muito ver um *impeachment* tramitando no Senado; queria muito a CPI rodando na Câmara e no Senado, para que nós pudéssemos julgar os bandidos, e não as vítimas dos bandidos; que nós pudéssemos realmente ver a intensidade do desgosto, da insatisfação de nós representantes do povo e do próprio povo.

Eu tenho assistido a muitos vídeos, Senador Girão, de outras pátrias e de muitos anos atrás, de Holocausto, de crises, de guerras, que demonstram a brutalidade do sistema comunista e do fascismo. E eu tenho medo, porque talvez nós possamos achar que está longe este dia para o Brasil, mas talvez, se nós nos calarmos hoje, esteja muito perto de vermos terrorismo acontecendo na nossa terra sagrada. Este Brasil, que lá fora é conhecido como Brasil do futebol, do Carnaval, do samba, este Brasil pode ser o exemplo para o mundo; o exemplo de força, de patriotismo, de dinamismo, de coerência, de coisas que nós queremos valorizar e manter, como nossa família, nossa pátria, nossos direitos de ir e vir, nossa liberdade. É só isso que nós queremos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muitos países hoje estão na rua lutando para restabelecer a harmonia e os seus direitos. Nós estamos lutando para não perder. Talvez a nossa luta ainda seja mais fácil do que a de uma Venezuela, que já perdeu tudo isso há vinte e tantos anos. Por isso, nós não podemos deixar isso acontecer.

Já vou passando para o final, Senador. Desculpe-me estender.

Nós precisamos reestabelecer a ordem, nós precisamos reestabelecer os nossos direitos, nós precisamos reestabelecer nossas redes de comunicação, porque são por elas que nós divulgamos para os nossos eleitores e para os brasileiros o que acontece aqui. Tudo que nós vimos nesses últimos dias foi o clamor da população dizendo: "SOS, Forças Armadas. Nos ouçam. Cuidem de nós. Por favor, nos atendam. Nós não queremos perder essa nação verde e amarela". E nós vemos hoje 160 mil brasileiros assistindo a uma audiência pública do Senado. Se isso não é um sinal de que a população brasileira mudou, de que o nosso país mudou, de que as pessoas começaram a dar valor pelo processo político do nosso país, então eu não sei mais que sinal nós queremos.

Nós precisamos agir rápido. Dia 12 tem uma diplomação que eles querem que aconteça. Nós não podemos deixar as coisas acontecerem até o dia 12, porque dia 12 já foi. Nós só temos 11 dias – 11 dias, Senador – para vocês aqui no Senado fazerem a parte de vocês, para nós lá na Câmara fazermos a nossa parte e para as Forças Armadas fazerem a parte delas.

E finalizo aqui dizendo à nossa mídia nacional: a grande parte de vocês nos envergonha, porque o mundo está mostrando o que está acontecendo no Brasil, e as nossas redes não mostram. Quem assiste à Rede Globo diariamente não sabe que existem milhares de brasileiros em frente aos quarteis lutando e reivindicando pela transparência das urnas.

Espero que a vinda de Mourão, Jorge Seif, Tereza Cristina, Magno Malta, Marinho, Dr. Hiran, Marcos Pontes e tantos outros amigos seja para enriquecer e continuar fortalecendo a essência deste Senado, que é a voz dos nossos estados e do nosso povo. Precisamos de resposta, Senador Girão.

Deus abençoe esses trabalhos que V. Exa. e seus colegas tiveram a coragem de fazer. E peço a Deus que dê força ao povo brasileiro para que não saia de frente dos quarteis e que tenhamos o resultado esperado. Transparência, liberdade e dignidade, por Deus, pátria, família e liberdade. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Deputada Aline Sleutjes. É uma honra tê-la aqui.

Acabo também de receber aqui o cumprimento da minha amiga, minha irmã Deputada Adriana Ventura, que está de parabéns ontem pela aprovação que nós tivemos aqui, no Senado, de um projeto seu, pelo qual você lutou, ficava o tempo todo indo e voltando, o da telemedicina. Parabéns, Deputada. Já lhe inscrevi aqui para dar uma palavrinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, o nosso querido irmão extremamente paciente – peço desculpas se cometi algum erro aqui no controle –, Deputado Carlos Jordy, o senhor tem a palavra.

Muito obrigado por sua presença.

O SR. CARLOS JORDY (PL - RJ. Para expor.) – Muito obrigado, Senador Girão.

Quero saudar a todos que nos acompanham aqui na TV Senado. Já sei que é recorde de audiência. Quero cumprimentar o Senador Girão por essa iniciativa.

Eu ouvi aqui o Senador falando que fez o convite ao Ministro Alexandre de Moraes. Não me causa nenhuma surpresa que ele não tenha vindo. Talvez, se a audiência fosse em Nova York, com passagem paga e com hotel pago, ele fosse. Mas também não iria, porque ele não gosta de ser confrontado, ele gosta de ser bajulado. Ele gosta que se fale que ele é um democrata, que ele defende a democracia.

Bom, hoje eu ouvi muitas pessoas falando que nós caminhamos para uma ditadura, a censura. Nós já vivemos uma ditadura, uma ditadura do Judiciário. Nós temos pessoas sendo presas, Deputados censurados, contas bancárias bloqueadas. E tudo isso porque as pessoas estão questionando o processo eleitoral – um processo eleitoral que foi totalmente desigual, parcial, tendencioso – e por questionarem as pessoas os resultados das urnas. E isso é da democracia. Nós podemos questionar os resultados das urnas. Não se pode em Cuba, não se pode na Venezuela, não se pode na Coreia do Norte. Aqui no Brasil ainda pode – ou podia, não é? O "Xandaquistão" já está sendo firmado como o novo estado de exceção no Brasil.

Mas nada disso estaria acontecendo se os ministros do STF não tivessem se intrometido no voto impresso. Nada disso estaria acontecendo. Porque, se tivéssemos perdido e se soubéssemos que poderíamos fazer a auditoria das urnas, nós iríamos falar: "Beleza, tranquilo. Vida que segue.". Mas, dessa forma, é óbvio que nós vamos questionar.

E por que hoje, diante de todo esse cenário de uma ditadura do Judiciário, é tão difícil fazermos com que a opinião pública reconheça que é uma ditadura do Judiciário? Porque a ditadura do Judiciário é diferente da ditadura convencional. A ditadura convencional como em Cuba, Venezuela, como na Nicarágua e na Coréia do Norte, ela é tomada à força. Então, ela não tem legitimidade, a imprensa não fica favorável. A ditadura do Judiciário – entre parênteses (STF e TSE) – tem um verniz de legitimidade, porque, sob o pretexto de proteger a democracia, eles vão atacando as liberdades e garantias individuais, indo em cima daqueles que eles rotulam como cometedores de atos antidemocráticos. Então, qualquer ato, qualquer fala que contrariem o que os "iluministros" decidem que é o correto, se torna um ato antidemocrático.

Eu ouvi esses dias até o Presidente Arthur Lira dizendo que nada disso estaria acontecendo se nós tivéssemos aprovado aqui o tal do PL de *fake news*. E eu falei para ele que é impossível que isso aqui não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estivesse acontecendo. Estaria acontecendo pior. Até porque esse conceito de ato antidemocrático é muito mais amplo. Eles podem falar que qualquer coisa é ato antidemocrático, inclusive essas nossas falas aqui.

E como que chegou a esse estágio que nós vivemos hoje, de uma ditadura do Judiciário? É tão difícil fazer com que ela seja reconhecida e tendo essa legitimidade da imprensa? Alguns vão dizer que foi quando o Presidente Bolsonaro aceitou a determinação do Alexandre de Moraes de não nomear o Ramagem. Alguns vão dizer que foi durante essa instauração de inquéritos inconstitucionais – porque, realmente, o Supremo Tribunal Federal, assim como qualquer órgão do Judiciário, não tem competência para instaurar inquéritos de ofício. Alguns vão dizer que foi na prisão de Daniel Silveira, um Deputado que gozava das suas prerrogativas parlamentares e que foi preso de uma forma injusta, vil e totalmente insana – insana! Foi o que aconteceu com ele. E, infelizmente, a Câmara dos Deputados se acovardou, se ajoelhou e deu mais hipertrofia de poderes ao STF. Alguns vão dizer também que foi na soltura do maior bandido da história deste país, que foi o Lula.

Bom, eu digo para vocês que isso começou lá atrás – lá atrás. Começou na Constituição Federal de 1988, com um mecanismo de freios e contrapesos que colocaram nas mãos somente do Senado Federal, que hoje fica na mão dum pelego – um pelego –, um capacho: Rodrigo capacho, é isso que ele é. Deixou na mão dele, na mão de uma pessoa, fazer um processo de *impeachment* de um ministro. E aí tem um mecanismo: ao mesmo tempo que eles julgam os ministros, os ministros julgam quem? Julgam-nos, os Deputados e Senadores.

Então, fica um círculo vicioso. É uma chantagem, é uma chantagem viciosa: "não mexas comigo que eu não mexo contigo". E aí a gente fica vendo essa vassalagem que tem acontecido, infelizmente, no Senado Federal, que tem Senadores muito bons, como V. Exa., mas tem muito pelego. Eu espero que na próxima legislatura nós possamos mudar esse cenário. Nesse caso, a gente percebe que quem poderia fazer alguma coisa não faz, que é o Senador Rodrigo Pacheco.

E aí, para piorar a coisa, nós vemos agora um anteprojeto que está sendo elaborado, nesta Casa, por um grupo de trabalho de juristas e pessoas da OAB. E quem esse grupo de trabalho é ninguém mais, ninguém menos do que Lewandowski. E o que eles querem fazer com esse anteprojeto? Um anteprojeto para reformar... Aliás, uma nova lei do *impeachment*. A nossa Lei do Impeachment é a Lei 1.079, de 1950. Obviamente ela precisa de alguns reparos, mas reparos para dar mais objetividade ao *impeachment* dos ministros do STF, porque é fato que eles cometem diversos crimes – abuso de autoridade, atividade político-partidária, tem crime a dar com o pau –, só que parece que a coisa fica muito subjetiva. Só que, ao contrário, esse grupo de trabalho está querendo blindar os ministros, está querendo fazer com que seja proibido o crime de hermenêutica. O que é o crime de hermenêutica? É você proibir que o ministro do STF possa fazer a interpretação das leis e da Constituição. Que interpretação o escambau! Ministro do STF não pode fazer interpretação de Constituição!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso que eu sou favorável a que nós mudemos também o papel do STF. O STF não pode ser esse Judiciário que julga todo tipo de crimes e ações. Ele deveria fazer o controle constitucional abstrato, e não concreto, como tem feito. Não tem que fazer interpretação nenhuma da Constituição. Ele tem que falar o que é constitucional ou não das leis que nós fazemos aqui no Congresso Nacional.

Aí eu pego aqui uma fala do Lewandowski a respeito desse projeto que está sendo elaborado. Olha só como é a canalhice desses caras: eles mandaram para cá, paro Senado, primeiro, porque começa no Senado e, nesse caso, a Câmara é a Casa revisora. Então, se nós fizermos quaisquer modificações, ele volta para cá e eles batem o martelo dizendo o que é certo ou não. Vão dizer: "Não, nada disso que a Câmara fez nos serve e vamos fazer dessa forma". Fizeram isso de forma intencional, porque eles sabem que aqui eles têm uma maioria de pelegos que os apoia.

Olhem as palavras de Lewandowski, na sugestão dele para esse anteprojeto: "Eu sugeriria o seguinte, que a Comissão de Redação propusesse, em tempo hábil, oportuno, um parágrafo único com uma redação dizendo que, em nenhuma hipótese, será considerado crime de responsabilidade a interpretação dada pelo magistrado a um dispositivo legal, alguma coisa nesse sentido". Ou seja: o que eles estão querendo é ter carta branca para fazer o que fizeram com o Daniel Silveira.

Eu sei que estou me estendendo aqui, mas eu quero deixar claro, para que a população entenda o que é que houve com o Daniel Silveira, que é o que acontece a todo momento com os ministros do STF, fazendo a interpretação das leis.

Daniel Silveira foi preso, foi preso, violaram o art. 53 da Constituição, que estabelece que Deputados e Senadores são invioláveis, penal e civilmente, por quaisquer de suas palavras, opiniões e votos... O §2º do mesmo artigo fala que Deputados e Senadores, após diplomados, não podem ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável.

Quais são os crimes inafiançáveis e que não admitem extrapolação legal, infraconstitucional, de acordo até mesmo com diversos julgados do próprio STF? Tortura, terrorismo, tráfico de drogas, racismo e ação de grupos armados contra o Estado democrático de direito. São esses. E o STF já se posicionou várias vezes que não cabe extrapolação. Para aumentar o número de crimes inafiançáveis, deveria ter uma PEC.

O que é que o Ministro Alexandre de Moraes fez para dizer que era um crime inafiançável? O Código de Processo Penal, no seu art. 324, inciso IV, o *caput* fala que "não se concede fiança...", alguma coisa nesse sentido, e o inciso IV fala: "... quando estiverem presentes os requisitos da prisão preventiva". Não cabe prisão preventiva para Deputado nem para Senador. Ou seja: ele fez um malabarismo para dizer que, como estavam presentes os requisitos da prisão preventiva, não se concede fiança, e, se não se concede fiança, o crime é inafiançável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é um absurdo! E eu fico indignado ao ver que tem Deputados, Senadores, imprensa e juristas aplaudindo essa decisão teratológica, que foi realmente o ponto crucial para dizer para esses caras que eles têm poder para fazer o que eles quiserem.

Porque o crime inafiançável é inafiançável por natureza, está na Constituição. O furto, por exemplo, ele não é afiançável. Pode não se conceder fiança para o furto no caso de estarem presentes os requisitos da prisão preventiva, mas ele não se torna inafiançável por isso. E foi essa canalhice que foi feita por Alexandre de Moraes, a qual, num conluio entre todos os Senadores, entre todos os ministros do STF, aceitaram para condenar Daniel Silveira. E, infelizmente, na Casa de que faço parte, a Câmara dos Deputados, muitos também se acovardaram, dando poderes ao STF.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Para concluir, Deputado, se possível.

O SR. CARLOS JORDY (PL - RJ) – Bom, pessoal, para concluir, eu digo para vocês que é um momento muito complicado que nós estamos vivendo. A minha esposa fala comigo: "Você vai ser pai agora...". Minha esposa está grávida de nove meses. Ela diz assim: "Você vai ser pai agora. Para um pouco com isso. Tira um pouco o pé do acelerador. Olha o que você está fazendo". E eu falo para ela: "Amor, eu não vou parar. Eu fui eleito para isso". E eu tenho certeza de que, lá no futuro, nós temos duas opções: entrar para a lata do lixo da história ou fazer história. E eu não quero ser lembrado pela minha filha como alguém que entrou para a lata do lixo da história.

Eu vou lutar até o fim pela liberdade. E quando eu digo que eu luto pela liberdade, não é a liberdade de conservadores, porque, eu juro pelo futuro da minha filha, que se fossem até esses canalhas da esquerda que aplaudem essas porcarias que estão acontecendo, eu votaria com eles e eu os defenderia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito bem, Deputado Carlos Jordy, do Rio de Janeiro, muito obrigado pela sua participação, pela sua paciência.

Já caminhamos para dez horas de sessão, daqui a pouco a gente faz dez horas de sessão, e nós temos ainda o Deputado Farhur. Fiz a pronúncia correta? Deputado Fahur, Farur, Fahur. Temos também o Deputado Sanderson e temos a Deputada Adriana, que vai fechar. Aí, depois, a gente vai abrir aqui, nós vamos depois abrir para ouvir um pouco da sociedade, porque nós temos que concluir os trabalhos aqui.

Deputado Fahur, muito obrigado pela sua participação.

O SR. SARGENTO FAHUR (PSD - PR. Para expor.) – Eu que agradeço a oportunidade, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria, primeiro, de enaltecer o seu trabalho frente a essa audiência pública e, principalmente, a sua trajetória dentro do Senado Federal. Meus parabéns!

Eu gostaria... Como vários oradores, oradoras, Deputados, Deputadas e pessoas do povo se manifestaram antes de mim, é óbvio que a minha fala será um pouco redundante, repetitiva, mas eu gostaria de começar dizendo sobre a época em que Ministro Alexandre de Moraes criminosamente prendeu Daniel Silveira, mandou prender Daniel Silveira à noite, por um flagrante inexistente. E, posteriormente, nós, Deputados Federais, através de uma sessão da Câmara dos Deputados, votamos a manutenção ou não da prisão do Daniel Silveira. A maioria dos Parlamentares que votaram optaram pela manutenção da prisão, uma atitude vergonhosa, vergonhosa, da Câmara dos Deputados. Vergonhosa porque, como disse a minha amiga, a Deputada Aline, talvez, ali sim, tenha sido um dos momentos em que a chave foi virada.

A justiça tem avançado de forma arbitrária e criminosa, principalmente nas altas instância do Poder Judiciário sobre outros poderes. Eu aprendi quando criança, nos bancos escolares, na escola primária, que os poderes da República são independentes e harmônicos. E hoje, como Deputado Federal, exercendo o meu mandato de Deputado Federal, eu noto que mentiram para mim; mentiram para mim. Mentiram para nós, mentiram para as crianças, para os alunos. O Poder Judiciário, a ditadura do Poder Judiciário tem se manifestado na sua forma mais covarde através da força da censura, com prisões arbitrárias. Isso aí precisa ser contido; precisa ser contido!

Alguns oradores comentaram que hoje os Deputados têm medo, os Deputados evitam se manifestar, evitam postar, mas eu não diria que seja nenhum medo, eu não diria nenhum medo, é uma cautela, porque vai ser censurado. Vai ser censurado, não tenham dúvida disso.

Eu, sete, oito dias atrás, fazendo uma *live* no YouTube e simultaneamente no TikTok, derrubaram a minha *live* no TikTok sem nenhum tipo de esclarecimento, de manifestação por parte da plataforma; derrubaram, simplesmente derrubaram, e não sei nem por que, porque eu falei um monte de merda ali mesmo – é verdade –, mas eu não sei nem qual foi a merda principal que eu falei para derrubarem a minha *live*. Então, quer dizer, não nos mostram nem por que nós estamos sendo censurados, e isso vindo das plataformas. O Facebook pergunta... Se você entra no Facebook, está ali escrito: "No que você está pensando?" Se você falar, é derrubado e censurado. Então, quer dizer... E, se o Facebook não derrubar, o Ministro Alexandre de Moraes derruba.

Quando eu falo do Ministro Alexandre de Moraes, eu quero dizer o seguinte: o ministro talvez seja aquele que esteja a aparecer, aquele que esteja à frente das arbitrariedades, mas nós temos que pensar o seguinte: se ele está fazendo isso, é porque outros estão referendando e assinando embaixo. Podem ter certeza de que eu já vi chegarem denúncias contra o Alexandre de Moraes... Eu sou policial, sou oriundo da Polícia Militar e sei que, quando chegam denúncias, sejam quais forem, a obrigação é de investigá-las. Posteriormente, nós poderemos dizer se houve má-fé do denunciante, se houve crime por parte de quem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

denunciou, sabendo que estava denunciando uma pessoa que não cometeu aqueles crimes, mas a obrigação da Justiça, da Polícia é investigar. E hoje o que nós vemos? Denúncias partindo da direita, partindo de Deputados de direita, de organizações de direita, do povo de direita não estão sendo investigadas por quem de direito e, ao contrário, o denunciante está sendo indiciado em inquérito, está sendo preso!

É um absurdo, Sr. Senador, o que está acontecendo na Câmara dos Deputados! Talvez não tenha chamado atenção das pessoas, mas o jovem Deputado, o competente Deputado Marcel Van Hattem, corajosamente, recolheu assinaturas para uma CPI do abuso de autoridade para investigar o STF e o TSE, e um Deputado, um Deputado Federal mandou um expediente para o STF pedindo a inclusão das pessoas que assinaram a CPI no inquérito dos atos antidemocráticos.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Senadores, povo brasileiro, vai chegar o dia – e não está longe – em que um Deputado que apresentar um projeto, que assinar um requerimento, que assinar um apoiamento vai ser indiciado em inquérito e preso! Os senhores prestem atenção a que ponto está chegando!

Quando nós falamos do Judiciário, dos desmandos, nós temos que lembrar que aqui dentro do Congresso Nacional tem Deputados e Senadores tão criminosos como Alexandre de Moraes – omissos, vagabundos e desqualificados! E tem! Por isso que eu não gosto de generalizar o Congresso, a Câmara e o Senado, porque também passaram por aqui e estão aqui hoje pessoas dignas, homens e mulheres dignos defendendo cada voto recebido e honrando o povo brasileiro. Então, não podemos generalizar, porque, na verdade, não são instituições que cometem erros e que são omissas, são pessoas que cometem erros e são omissas!

E nós temos visto omissão por parte de Deputados, Senadores e de ministros do STF que não freiam o Sr. Alexandre de Moraes – não freiam o Sr. Alexandre de Moraes! Aí colocam...

Eu vi muitas críticas aqui à Polícia Federal. A Polícia Federal é uma das instituições que eu mais respeito, sabendo que também há pessoas lá dentro que não merecem o respeito que a instituição merece, claro, mas, em sua grande maioria, são homens e mulheres probos, trabalhadores, que, às vezes, se sentem ridicularizados, se sentem constrangidos por cumprirem ordens do Alexandre de Moraes, e, se deixarem de cumprir, acontece tal qual estão fazendo com o Diretor da PRF: respondem por tudo quanto é tipo de crime que jogam para cima deles, e vai ter problemas, infelizmente. Vai ter problemas porque quem denuncia, quem investiga e quem julga são as mesmas pessoas. Então, ele vai ter problema – não tenha dúvida disso. Espero que consiga fazer... O que é difícil também, porque eu vi manifestação de advogados, em que o cara perde tempo, advogados perdem tempo lá, com dez, doze folhas de papel, fazendo defesas, inclusive, nesses casos ideológicos, e o juiz, em poucos minutos – não dá tempo de ler tudo aquilo, de forma nenhuma –, não acata nada daquilo e manda que continue a ação e que prejudique o cliente, isso ideologicamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não vemos a mesma força da Justiça, Sr. Senador, principalmente em instâncias superiores. Eu sou defensor da justiça, porque trabalhei com grandes juízes, grandes promotores, grandes desembargadores. Trabalhei, ajudaram pessoas com vontade de mudar e prender criminosos. Eu trabalhei, mas, hoje em dia, nas instâncias superiores, infelizmente, eu gostaria de ver a mesma força desses magistrados, inclusive do Ministério Público, contra bandido, seja ele o criminoso comum, como os políticos corruptos, que nós temos aí vários políticos – não vou vir aqui citar o nome de cada um deles. E há broncas de corrupção engavetadas no STF, engavetadas no STF, tramitando no STF a passos de tartaruga, ao passo que Daniel Silveira foi processado, preso, condenado e o diabo a quatro em poucos meses.

Então, é um absurdo ações legítimas da Polícia Federal contra corruptos sendo barradas pelo Ministro Gilmar Mendes, barradas ações contra corruptos, contra a corrupção, porque atingiram alguma coisa importante; poderiam chegar até esses ministros. Nós vimos denúncias de delação premiada que envolviam o Toffoli; simplesmente mataram no peito, guardaram e arquivaram.

Então, não estou dizendo que seja culpado. Por quê? Porque não foi investigado. Tem que se investigar e depois dar satisfação para o povo. Qualquer um do povo pode e deve ser investigado se houver denúncias graves contra ele, principalmente quando há indícios.

Então, eu gostaria, para encerrar a minha fala, só de lembrar algumas...

Gostaria de mandar o meu abraço, o meu apoio a todos os brasileiros e brasileiras patriotas que se encontram protestando legalmente, garantidos pela Constituição, democraticamente, defronte os quartéis Brasil afora, em especial para aqueles que estão em frente ao Comando-Geral do Exército aqui, em Brasília, e aqueles que estão em frente ao Tiro de Guerra em Maringá, minha cidade. Olha: vocês me representam. A minha continência: força e honra. Vocês me representam. Não desistam.

E eu quero mandar um recado, aqui, Senador, para finalizar, para os eleitores. A liberdade de você votar é sua, a lei garante, o voto é secreto. Embora não seja totalmente ou nada auditável, você tem todo o direito de escolher os seus representantes.

Agora, eu digo uma coisa: Lula foi condenado, em várias instâncias, inclusive por colegiado, com várias provas, com processos gigantescos, fartas provas, foi condenado, provando-se e comprovando-se – se você pegar o dicionário e ler o que eu vou dizer aqui –, por corrupção, por ser ladrão.

O fato de o STF ter considerado a 13ª Vara Federal de Curitiba "incompetente", entre aspas, para fazer esse julgamento desses processos, para essa coleta de provas, não muda, não muda a verdade! É a mesma coisa: se um ladrão entrar na minha casa e furtar a minha televisão, o fato de não haver provas contra ele, de ele ser absolvido, não faz com que ele deixe de ser ladrão. Então, você – e eu não vou dizer nem se votou ou não votou, porque nós não sabemos nem quem votou em quem votou, porque não é auditável –, mas você que votou, que foi lá e apertou o 13, tenha consciência de que você votou num bandido, num ladrão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado.

O SR. SARGENTO FAHUR (PSD - PR) – Força e honra!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Deputado Fahur.

Imediatamente, eu já passo a palavra, agora, para o Deputado Sanderson. Muito obrigado pela sua presença também, Deputado.

O SR. SANDERSON (PL - RS. Para expor.) – Prezado Senador Eduardo Girão, amigos e amigas do Brasil, Deputados que aqui estão, apesar de estarmos no Senado Federal, desde cedo, acompanhando, graças a Deus, hoje, vimos o Senado – hoje, dia 30 de novembro – entrando no jogo. Graças a V. Exa., à sua disposição, à sua coragem, ao seu empenho e dedicação para com o Brasil, que não é de hoje. Nós acompanhamos o seu trabalho, e o senhor é um dedicado. Desde 2019, desde o seu primeiro dia, nós aqui também, como Deputados, Parlamentares novos, vimos o seu empenho em diversas pautas de interesse dos brasileiros. Então, parabéns ao senhor!

Parabéns, em especial, também ao Senador gaúcho Luis Carlos Heinze, que tem nos orgulhado demais. O Senador Heinze tem apresentado uma disposição e um denodo que arrastam muito Senador jovem, muito Deputado Federal jovem e fazem com que a população de todo o Brasil siga otimista, siga buscando melhores dias para essa grande nação brasileira.

Mas eu quero falar, Senador, já que temos aqui tempo – eu respeitei aqui, ouvi a todos e quero tempo para falar –, eu recebi aqui mensagens hoje de brasileiros do Rio Grande do Sul, lá da fronteira com o Uruguai, da fronteira com a Argentina, de Porto Alegre, mas também recebi mensagens, nas minhas redes sociais, de brasileiros de diversos estados do Brasil que não aguentam mais tanta leniência, tanta covardia do Parlamento brasileiro. E é o Parlamento brasileiro que deve ser colocado contra a parede. Não adianta nós querermos aqui achar que a culpa está na imprensa ou que a culpa está em qualquer outro segmento. Não, a culpa é do Parlamento brasileiro. E não é só do Senado. Claro que cabe ao Senado Federal uma disposição constitucional para fazer com exclusividade a fiscalização dos atos de ministros do STF, mas a Câmara dos Deputados também tem se acovardado, tem jogado no lixo as suas atribuições, porque pode, sim, a Câmara dos Deputados fazer uma série de medidas.

Ontem mesmo, apresentei na Comissão de Segurança Pública, ajustei com o Presidente da Comissão de Segurança Pública, o Deputado Aluisio Mendes, um requerimento de minha autoria, convidando, já que nós, na Câmara, não podemos... Vejam: 500 Deputados Federais estão aqui fazendo brincadeira com o povo brasileiro, porque, se um Deputado Federal – vejo aqui minha amiga Bia Kicis –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com milhares de votos não tem capacidade de requisitar a permanência ou a presença de um Ministro do STF, que é um juiz, que é um magistrado como qualquer magistrado... Se nós Deputados Federais não temos prerrogativa para convocar um Ministro do STF, o que nós estamos fazendo aqui, meu prezado amigo Filipe Barros? Vamos para casa! Se um Deputado Federal, que é o representante do povo... Os Senadores não representam o povo, os Senadores representam os estados. Se nós, que representamos o povo, não temos condições de trazer, nem que seja sob vara, um Ministro do STF ou qualquer cidadão... É qualquer cidadão! Pode ser um Presidente da República, pode ser um padeiro, pode ser um Prefeito. Qualquer cidadão pode ser, em um país civilizado, conduzido por um Deputado Federal, mas aqui, no Brasil, não.

Então, serve para quê a Câmara dos Deputados? Para que serve a Câmara Federal se não tem poder de requisitar um mero juiz? É um mero juiz! Por que eu digo "mero"? Porque ele é um funcionário público, e nem mandato constituído por voto ele tem! Vereadores têm mandato erigido, são eleitos pela população; Deputados Estaduais, a mesma coisa; Deputados Federais também e Senadores também, mas magistrados – e eu respeito absolutamente a condição de magistrado; é uma carreira belíssima, que tem uma função social extraordinária – não falam em nome da população de um país! E, como em toda democracia mundo afora todo poder emana do povo, o Parlamento passa a ser, sim... É só estudar minimamente direito constitucional comparado para ver que os Parlamentos são o Poder mais proeminente. O Poder proeminente nas democracias é o Parlamento.

Então, quando nós vemos aí abusos... E não é só o desse Ministro Alexandre de Moraes! Há o Barroso, Luís Roberto Barroso! Luís Roberto Barroso é jocoso, um ministro que brinca de ser magistrado, asqueroso! Aquele mesmo ministro – digo que não é só o Alexandre de Moraes –, o Sr. Barroso, diz "perdeu, mané". Isso é palavra de vagabundo! Eu tenho 25 anos de Polícia Federal, já enfrentei traficantes no tiro, enfrentei corruptos, prendendo Deputados Federais, prendendo Senadores da República, prendendo Prefeitos e Governadores. Então, agora, nós vamos aqui, neste Congresso, nos acovardar para um Barroso da vida, que usa palavra de bandido? Mas onde é que nós estamos?

Ou o Parlamento brasileiro... Ou o Parlamento brasileiro cumpre as suas missões, ou nós vamos ter que dar razão para milhares de brasileiros que dizem que a Câmara Federal e o Senado não têm mais papel social!

E mais do que encontrar responsáveis por esse estado de coisas que estamos vivendo... Em 30 dias, as pessoas... Nós recebemos mensagens de pessoas tomando banho de chuva, no frio, ao relento, no sol – no Sul, está frio; aqui e no Norte do país, faz calor –, passando necessidades, 30 dias após uma eleição absolutamente duvidosa, em que ninguém acredita.

E eu acho até que nem a esquerda acredita, Bia. Meus amigos, Adriana Ventura, meu amigo Fahur, ilustres que estão aqui nos assistindo de todo o Brasil, nem a esquerda acredita que eles ganharam, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eles não ganharam essa eleição. Porque, se ganharam a eleição, onde é que estão os eleitores? Onde estão os 60 milhões de brasileiros que votaram em Lula? Não existem.

Então, indicar culpados – irresponsáveis – talvez seja a primeira missão para nós acharmos a solução. O Parlamento brasileiro... Temos aí um pedido de CPI na Câmara, mas vamos trabalhar na próxima legislatura para que uma CPI mista, uma Comissão Parlamentar de Inquérito mista, com Senadores e Deputados Federais... Eu, em 2019, tive a honra de ser Vice-Presidente da CPI do BNDES, e ali indiciamos toda aquela catrefa de PT e seus puxadinhos – que não é só o PT: ali tinha PT e uma meia dúzia de partidos que se locupletaram no Brasil e ruíram a Petrobras e, no caso do BNDES, ruíram o Tesouro Nacional. E uma CPI mista tem ainda mais capacidade de investigar, quebrar sigilos, e vamos ver toda essa bandalha que está debaixo do tapete, que se esconde muitas vezes no STF, mas que outras vezes se esconde aqui dentro do Parlamento.

Mais uma vez, o Parlamento brasileiro precisa tomar medidas, e o Senado Federal... Hoje acompanhamos aqui uma dúzia a quinze Deputados Federais, e eu nunca vi mais do que três Senadores aqui hoje. Não vi mais que três Senadores. O Sr. Luis Carlos Heinze, Marcos do Val...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Zequinha...

O SR. SANDERSON (PL - RS) – Bem, são 81 Senadores, e vimos 3 ou 4 Senadores. E cadê os demais? Câmara dos Deputados... São 513 Deputados. Quantos Deputados se elegeram nas costas do nosso Presidente Jair Bolsonaro? Quantos? Estiveram aqui hoje 30 Deputados Federais. Cadê os 500 demais?

Então é chegada a hora, sim, de mostrarmos à população brasileira que temos, sim, um país democrático, que tem uma constituição que tem que ser cumprida. O art. 53 autoriza Deputados e Senadores falarem o que bem entenderem, e eu, como Deputado Federal, falo o que eu bem entendo. Ninguém, nem Ministro do STF, nem um Deputado Federal, nem um Senador, nem o Presidente da Câmara, ninguém pode tolher aquilo que eu dentro da Casa Parlamentar vou falar. O art. 53 diz que, por atos, palavras e opiniões... Quaisquer atos, palavras e opiniões devem ser respeitadas e não cometo nem crime nenhum ou ilícito civil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Perfeito.

O SR. SANDERSON (PL - RS) – Então, Senador Eduardo Girão, precisamos de algo concreto. Precisamos de algo concreto para que não tenhamos que ficar perdendo mais tempo como Deputado Federal. Nós temos muita coisa para fazer a favor do Brasil, do que ter que estar apagando incêndio construído por Ministro do STF irresponsável. Temos que tocar o Brasil inteiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chegou agora essa PEC da desgraça aqui no Senado, que é uma PEC bandida. Nós já adiantamos que vamos votar contra lá na Câmara. Pode ser um bi, pode ser um real, votaremos contra, porque é uma PEC bandida, que tem o único interesse de restabelecer o mecanismo do bandido que criou essa bandalha toda de PT, Lula e sua camarilha.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Obrigado, Deputado.

O SR. SANDERSON (PL - RS) – Parabéns a todos aqui! Contem conosco. Vamos trabalhar para a CPMI.

É fácil recolher as assinaturas para essa CPMI e aí, sim, com a força do Senado, com a força da Câmara dos Deputados, fazendo jus às suas prerrogativas, não darmos razão àqueles brasileiros que dizem que Câmara Federal e Senado não têm mais razão de existir.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Deputado Sanderson, pela sua explanação e paciência.

Tem uma frase de Platão de que eu gosto muito. Há 350 anos antes de Cristo – 350 anos antes de Cristo –, ele dizia o seguinte: "O destino das pessoas boas e justas que não gostam de política é serem governadas por pessoas nem tão boas e nem tão justas que gostam de política". O que a gente está vendo no Brasil hoje é histórico, é de dar uma esperança, uma alegria muito grande no futuro para os nossos filhos e netos. O brasileiro está gostando de política, está acompanhando a política.

Você vê aqui... Nós estamos tendo sessão no Plenário do Senado agora, remotamente a gente pode votar, o sistema remoto é assim. Aqui nós temos mais de 60 mil pessoas assistindo a esta sessão pelo YouTube. Lá nós temos 2 mil pessoas assistindo às votações no Plenário, ou seja, o interesse da sociedade está aqui, o interesse da sociedade está muito claro. E a gente viu de manhã o impacto que teve esta sessão, ainda com o Plenário lotado e dez horas de sessão.

Deputada Adriana Ventura, muitíssimo obrigado pela sua presença. É uma honra tê-la aqui. A senhora tem cinco minutos para sua explanação.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Para expor.) – Obrigada, Senador Girão.

Eu não poderia deixar de vir aqui, primeiro, te apoiar nessa iniciativa. Quero te parabenizar pela sua coragem. Você é um Senador que nos honra, e eu queria deixar isso claro aqui, até porque eu vejo aqui vários colegas Deputados com quem eu, inclusive, tenho muitas divergências em relação a várias questões. As pessoas até... Quando eu assinei a CPI que foi proposta pelo Deputado Marcel, as pessoas caíram em cima de mim e falaram assim: "Essa CPI é bolsonarista!". Eu não sou bolsonarista, mas aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não se trata de ser bolsonarista, de ser lulista, de ser o raio que o parta. Aqui se trata de defender a liberdade de expressão de qualquer cidadão brasileiro.

Eu realmente fico muito indignada de ver colegas Parlamentares taxarem algumas atitudes de A, de B para colocar numa caixinha. Então, isso me revolta. Eu não sou bolsonarista. Tenho muita divergência, inclusive com várias questões que vocês tocaram aqui, mas eu estou aqui para falar de censura, eu estou aqui para defender a liberdade, eu estou aqui para defender o direito fundamental, porque o que mata uma democracia é a gente abafar e calar as pessoas, o que mata a democracia é colocar medo nas pessoas.

Então, decididamente, tiazinha mandando mensagem no WhatsApp não abala a democracia; também não abala a democracia grupo de empresário conversando em grupo de WhatsApp fechado; também não mata a democracia qualquer editorial, qualquer imprensa, qualquer mídia que tenha uma opinião contundente; não mata a democracia qualquer professor questionando, fazendo questionamento legítimo de A, de B, seja do que for. Isso não mata a democracia. O que realmente abala a democracia é o medo, é o calar, esse autoritarismo, esse abuso de poder.

Assim, quem ataca cidadão, quem ataca imunidade parlamentar mata a democracia. É disso que a gente está falando aqui.

Eu fico indignada quando vejo que os Poderes não têm nada de harmônicos, quando eu vejo que um Poder quer passar por cima de outro. E eu vejo a nossa Casa – estou falando aqui não só como Câmara dos Deputados, mas estou falando aqui como Senado Federal, falando como Congresso como um todo – de joelhos para o STF, de joelhos para o Tribunal Superior. E digo isso tudo porque a única maneira de a gente resolver essa situação na minha visão é diálogo. Desculpa, é diálogo.

Eu, inclusive, fiz um requerimento que alguns aqui assinaram para transformar a sessão do Plenário em Comissão Geral para chamar o Ministro Alexandre de Moraes, sim, para dialogar, porque, sim, ele tem que fazer esclarecimentos sobre abuso de poder, sobre coisas que ele está fazendo passando por cima. Ele não pode investigar, acusar, condenar e fazer o que quer, patinando em ações e em outras coisas que ele não poderia fazer sem a participação do Ministério Público e várias outras coisas em que as Casas não têm se pronunciado. Eu fico indignada como Parlamentar de ver as Presidências das Casas não tomando atitude para realmente defenderem a Casa. Então, eu acho que o que a gente está fazendo aqui é uma defesa da liberdade, é uma defesa da liberdade de expressão, é uma defesa do cidadão brasileiro.

Sem contar a censura prévia. Censura já é uma aberração, agora censura prévia? A gente já tem lei para um monte de coisa, inclusive para calúnia, para difamação e para outras coisas mais, e estão censurando previamente documentário? Eu acho criminoso o que está acontecendo, acho que os Parlamentares têm, sim, que fiscalizar e questionar, porque a democracia está em perigo por essas coisas que estamos falando: por causa de censura, por causa de ataque à Constituição, por causa da falta de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

harmonia entre os Poderes, por causa da falta de coragem de muitos colegas Parlamentares que não defendem a liberdade de o outro se expressar.

Então, eu gostaria de deixar claro aqui que o Supremo Tribunal Federal, os Ministros têm um papel a cumprir, o de guardar a Constituição. Eles estão passando por cima da Constituição. Eu já uma vez falei que o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Superior Eleitoral não são ministério da verdade, não são censor. E a gente tem de fazer o nosso papel aqui.

Parabéns, Senador Girão! Parabéns a todos que se expressaram e a todos que estão aqui acompanhando, porque não se trata da ala B, da ala C, de ser isso ou ser aquilo. Aqui se trata de a gente defender o nosso direito fundamental de liberdade de expressão, de a gente garantir que todas as pessoas possam se manifestar seja nas redes sociais, seja na frente de praça, de quartéis ou de qualquer coisa. Isso não é afronta à democracia. Afronta à democracia é autoritarismo, é censura.

Então, essa é a minha fala.

Parabéns, Senador Girão.

Contem conosco na Câmara dos Deputados. Quero pedir apoio dos Deputados aqui para que a gente possa trazer, sim, o Ministro Alexandre de Moraes e outros ministros para dialogar. A gente tem esse papel e a gente tem que representar a nossa sociedade.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Deputada Adriana Ventura, de São Paulo.

Parabéns pela sua coragem, porque muitas vezes alguns colegas veem de fora um evento como este e dizem: "Não, é um evento bolsonarista". E aqui nós tivemos a...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A padroeira do projeto que ontem nós...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Sim! Eu falei, eu falei.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A telessaúde.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Telessaúde. Exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ela e as suas companheiras da Câmara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Senador, deixe-me só falar uma coisinha interessante, que é o seguinte: este evento transcende isso, gente. Este evento transcende partido. Vocês vêm que aqui transitou hoje dezenas de Deputados e Senadores de vários partidos. Eu mesmo – a Bia sabe – tenho posições críticas ao Presidente da República, há pautas dele em que eu voto contra. Independência é isso. Se é bom para o Brasil, se a gente considera bom para o Brasil e para o brasileiro, a gente vota a favor do que vem do Governo; do que não considera vota contra. E é essa a democracia.

Então, muito obrigado pela sua presença aqui.

Quero registrar também a presença da Deputada Angela Amin aqui neste plenário.

Deputada Adriana, você queria fazer um complemento?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Para expor.) – Na verdade, é só para novamente agradecer. E quero agradecer aqui, registrando a presença do Senador Esperidião Amin, que aqui no Senado carregou essa bandeira da telessaúde...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Verdade.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Ele falou que eu sou a padroeira, mas ele carregou aqui e ampliou esse debate. Então, eu agradeço muito a ele, ao Senador Veneziano também, nosso Relator. Agradeço bastante todo o empenho. Eu não posso deixar de fazer esse registro também.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Perfeito. Muito obrigado.

O último inscrito como Parlamentar é o Deputado Marcelo Moraes – é isso?

O SR. MARCELO MORAES (PL - RS) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Marcelo Moraes, muito obrigado pela sua presença. O senhor tem cinco minutos.

O SR. MARCELO MORAES (PL - RS. Para expor.) – Obrigado, Senador Girão.

Eu não quero ser repetitivo aqui, mas quero começar parabenizando-o, parabenizando também o Senador Luis Carlos Heinze e os outros poucos Senadores que tiveram a coragem de debater, de convocar esta audiência pública para discutir os atos antidemocráticos e os atos inconstitucionais por parte do STF e do TSE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É a coragem de vocês que me faz pensar na que muitos brasileiros estão a tendo. Na verdade, nós temos um STF que proíbe a dúvida em relação às eleições. Nós acompanhamos aí vários caminhoneiros que foram multados por terem essa dúvida. Nós vimos vários empresários que tiveram as suas contas bloqueadas por terem essa dúvida. E vocês aqui tiveram a coragem de abrir este espaço de discussão.

Essa dúvida, Senador, já vem de muito tempo. Ela vem desde lá do tempo em que, em uma ação entre amigos, lá pelas tantas, o STF, via Ministro Fachin, vai lá e descondena o presidiário Lula. A partir daí, aqui nesta Casa, Deputado Sanderson, nós víamos os Deputados de esquerda, os Deputados do PT garganteando por todos os corredores que a eleição era deles, que a eleição estava ganha. Eles estavam à frente nas pesquisas. E nós dizíamos: "Olha, não é bem assim, até porque o candidato de vocês é corrido de todos os lugares aonde ele vai, e o nosso candidato aonde vai arrasta multidões".

A partir dali nós, com medo da fraude na eleição, começamos a debater o tema do voto auditável aqui nesta Casa. E, para a nossa surpresa, o grupo que dizia ter os votos para ganhar a eleição foi o grupo que trabalhou muito contra as urnas auditáveis, ou seja, aqueles que tinham o voto para vencer não queriam transparência na apuração dos votos. Não só trabalharam contra a aprovação do projeto lá na Câmara dos Deputados, Deputada Bia Kicis, como também trouxeram um reforço de peso aqui na Câmara: trouxeram o Ministro Barroso, que presidia o TSE naquela oportunidade, para se reunir de portas fechadas aqui, na Câmara dos Deputados, com os Líderes. E lá, no final dessa reunião, caminhando no Salão Verde daqui do Congresso, ele solta uma pérola – uma frase, no mínimo, infeliz –, dizendo que: "Eleição não se ganha, eleição se toma".

A partir dali nós vimos a atuação do Ministro Alexandre de Moraes frente ao Tribunal Superior Eleitoral durante as eleições, uma atuação que foi totalmente paritária, uma atuação que foi partidária, que foi escandalosa. Na minha opinião, o Ministro Alexandre de Moraes se vestiu de vermelho e foi um dos maiores cabos eleitorais da esquerda nessa eleição.

Passado o período eleitoral, sai o relatório das Forças Armadas, que diz duas coisas que impactaram para mim: a primeira delas é de que, sim, é possível alterar o resultado nas urnas; e a segunda, de que o TSE não quis entregar para as Forças Armadas o código-fonte, para que nós pudéssemos, Senador Girão, avaliar se realmente houve a fraude ou não nessa eleição.

Não vamos nem falar aqui agora dessa censura que existe em torno dos Deputados que se manifestam contrários à atuação do Ministro Alexandre frente ao TSE; não vou nem falar aqui da prisão do Daniel Silveira. Enfim, na minha opinião, Senador Girão, nós temos elementos suficientes, sim, para encaminhar aqui os pedidos de *impeachment* desses ministros do STF que há muito tempo não estão mais a serviço da população brasileira nem muito menos a serviço da nossa Constituição. Estão lá, sim, a serviço da esquerda aqui no nosso país. Mais do que isso, essa eleição me deixou muito claro o seguinte: não foi a população brasileira que escolheu o Lula como Presidente, quem escolheu foi o sistema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eleitoral. E, na minha opinião, nós temos, sim, elementos suficientes para derrubar essa eleição de mentirinha que aconteceu aqui no Brasil.

Obrigado pelo espaço. Um abraço!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Obrigado, muitíssimo obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Deputado Marcelo Moraes. Muito obrigado pela sua fala, por sua presença aqui nesta sessão.

O Senador Amin está pedindo a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – (*Fora do microfone.*)... comente sobre dois aspectos que ali foram mencionados.

Primeiro, quero repetir o que eu disse ontem, na reunião desta Comissão, que antecedeu esta histórica reunião de hoje: a auditabilidade do voto, da maneira mais clara, foi obtida em 2015, por uma emenda apresentada pelo Deputado Jair Bolsonaro, vetada pela Presidente Dilma, e o veto foi derrubado na Câmara por 422 votos a 7. E eu tive o privilégio de orientar a derrubada do veto.

Recentemente eu mencionei a condição de auditabilidade do voto em urna eletrônica na Índia. A última eleição geral da Índia ocorreu em 2019. Votaram 879 milhões de pessoas. E a urna lá é auditável por amostragem. Como é que se dá a amostragem? Em rápida pincelada, os partidos selecionam as urnas, em comum acordo, na véspera da eleição, e anexam a ela um equipamento de acrílico igual àquele que pretendeu a emenda aprovada pelo Congresso e impugnada pela Procuradoria-Geral da República, pelo TSE e, finalmente, pelo STF.

Portanto, a auditabilidade do voto é uma carência que nós temos e que, como foi profetizado pelo próprio Presidente da República, "vai dar confusão", porque, se o voto não é auditado, há uma sucessão... Essa é uma carência.

Segundo, é uma informação que eu lhe quero prestar: consulte o gabinete, o seu gabinete. O senhor está recebendo uma notificação extrajudicial – não sei se isso foi comentado aqui.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu já recebi e já comentei ali no Plenário. Todos os Senadores estão recebendo uma notificação extrajudicial pelos pedidos de *impeachment* arquivados ou não apreciados pelo Senado nos últimos cinco anos. Cada um de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós... Ah, está aqui. Eu não vou fazer propaganda do escritório de advocacia, mas é uma notificação extrajudicial que todos nós estamos recebendo.

E eu pedi ao Presidente – não vou pedir ao ex-Presidente, que arquivou, entre o Natal e o fim do ano de 2021, aliás, 2020, o ex-Presidente Davi Alcolumbre, 27 processos; agora temos mais de 30 aí. O pedido número um, para resumir – V. Exa. vai receber, já está lá no seu gabinete, é que o senhor não viu ainda –, é: que V. Exa., individualmente, tome as providências necessárias para requerer à secretaria competente todos os pedidos de *impeachment* contra ministros do Supremo Tribunal Federal, arquivados ou não, dos últimos cinco anos. Dois: que V. Exa. tome providências para requerer sessão extraordinária para que o Colegiado – ou seja, para que o Plenário, por votação nominal, certamente – aprove a anulação de todos os arquivamentos.

Nós temos um projeto de resolução do Senador Lasier que espelha o que está na Constituição. Quem tem o poder e a responsabilidade do *impeachment* de ministros da Corte Suprema não é o Presidente do Senado, é o Senado. Portanto, tem que haver alguma deliberação.

E ainda peço mais três coisas: colocar em processamento todos os pedidos de *impeachment*, ou seja, dar curso; que seja providenciada a anulação do Ato nº 3 da Presidência do Senado, por ilegalidade insanável; e a cassação dos efeitos da decisão da Comissão de estudo, realizada no dia 21, com a participação do Senador Eduardo Girão – isso eu estou acrescentando –, em que um ministro do STF apresentou um relatório que não é conhecido por todos e o deu como aprovado.

E, finalmente, a listagem de apoiamento, se houver, a ser encaminhada posteriormente.

Eu não estou dizendo que essa notificação extrajudicial vai causar impacto, mas acho que nós todos temos que solicitar, como eu solicitei, que a Advocacia-Geral do Senado aprecie isso, porque não é justo que o senhor, que assinou o pedido, e eu, que assinei, sejamos questionados da mesma forma como o foi quem não assinou e como quem decidiu arquivar. Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa, é uma situação.

Então, a propósito do que foi dito, eu trago essa informação, na suposição de que tem a ver, e peço que este texto, Presidente, seja anexado aos *Anais* desta histórica reunião.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Senador Esperidião Amin, que sempre tem se posicionado firme com relação a esse assunto, que incomoda não apenas os catarinenses, mas todo o povo brasileiro.

A Deputada eleita Silvia Waiãpi – acertei? Acertei? Olhe aí, de primeira, hein? – está aqui conosco. Eu a cumprimento pela eleição e gostaria de passar-lhe a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora gostaria de falar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Pronto. Gostaria de passar a palavra para a senhora.

Muito obrigado.

A SRA. SILVIA WAIÃPI (Para expor.) – Eu, como qualquer brasileiro, como qualquer cidadão brasileiro, estou acompanhando todo um movimentar da sociedade brasileira, daquelas pessoas que acreditam que, sim, foram lesadas, no seu direito de escolha. E o que mais também chama a atenção é que nós vemos aqui povos indígenas participando desse processo. E o que mais me emociona é acreditar e saber, na pele, no sangue e historicamente, que nós, povos indígenas, desde 1500, lutamos pela liberdade. Lutamos pelo direito, lutamos pelo direito de participar, de escolher, de termos direitos tanto quanto vocês, cidadãos brasileiros. E, ao longo de mais de 500 anos, nós fomos segregados e isolados, mas fomos combativos durante mais de 500 anos. E eu vejo que, graças aos povos indígenas, foi de início por nós, em grandes batalhas, como foi em Guararapes, em 1648, que o Exército brasileiro foi fundado. Indígenas, negros e todos os cidadãos se juntaram para fundamentar a independência e a República deste país.

Nós lutamos pelo manto liberdade que hoje vocês carregam. E o povo de vocês, que não está acostumado a lutar, tem permanecido como ovelhas, sendo devorado por lobos. Aprendam a lutar pela liberdade de vocês, como o nosso povo lutou um dia. E são mais de 500 anos! Lutem pela liberdade de vocês! Lutem pelo direito de vocês! Lutem! Nunca houve, nunca vi perder uma batalha o soldado que se comportou como lobo. Então, sejam feras, sejam homens de valor! Sejam como nós, povos indígenas, que nunca desistimos do nosso direito.

Hoje nós estamos aqui para dizer para vocês que nós somos o maior exemplo de luta pela liberdade, pela coletividade. E vocês podem carregar o manto da liberdade, que é a bandeira deste país. Ela é de vocês tanto quanto nossa. Lutem pela liberdade, como nós guerreamos há tantos anos e como nós lutamos pela liberdade de vocês em 1648.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Deputada eleita Silvia Waiãpi.

Eu já passo imediatamente a palavra para o Cacique Rony, que está desde o início aqui, com muita paciência, assistindo, participando desta sessão.

Muito obrigado pela sua presença aqui nesta sessão. O senhor tem três minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos fazer agora uma geral com algumas pessoas, e por causa do horário – já temos dez horas aqui – eu queria pedir para a gente ficar dentro dos três minutos, se possível, para podermos ouvir o máximo de pessoas.

Muito obrigado.

O SR. RONY PARECI (Para expor.) – Primeiramente, boa tarde, boa noite a toda a nação brasileira.

Em nome da minha etnia, do meu povo haliti-paresi/waymare, e também em nome dos munícipes patriotas de Campo Novo dos Parecis e do meu belo Estado de Mato Grosso, cumprimento e saúdo todos os patriotas que estão nos quatro cantos do Brasil lutando pela sua ideologia, que é a liberdade, a qual eles prezam.

E também, na sua pessoa, Senador Girão, quero cumprimentar, saudar todas as autoridades políticas – que são poucas – que realmente têm a dignidade e a integridade, em defesa das populações brasileiras, e que prezam pela nossa Constituição. Se todos tivessem essa dignidade, essa grandeza, nós não teríamos deixado o nosso sistema ser corrompido pelos muitos políticos corruptos que estão aí hoje. Mas, graças a Deus, a nação acordou e está a cada momento buscando ser mais politizada.

Hoje os gigantes acordaram de forma consciente, de forma política. Quem está falando com a nação brasileira é o cacique Rony Pareci. Em nome dessas pessoas, venho aqui trazer o sentimento verdadeiro, o que elas estão sentindo no coração, na pele e na alma nesses 30 dias em que estamos aqui em Brasília no QG. Com as diversidades que a natureza nos oferece e também com as diversidades das atrocidades que vêm sendo cometidas pelo cabeça de ovo, que nada mais é do que um pau mandado do sistema corrupto internacional que cada vez mais vem adentrando o nosso sistema político, tanto vocês, Senadores e Deputados Federais, como todas as autoridades e nós brasileiros temos a obrigação de não deixar isso acontecer. Nós temos que ter essa coragem. Hoje estou aqui, há 30 dias sendo ameaçado, sendo coagido, sendo repreendido. As minhas aldeias, a minha família estão lá sendo ameaçadas. Como a guerreira Silvia Waiãpi disse, nós carregamos a espiritualidade de realmente ser guerreiros, mas hoje estamos lutando para podemos ter esta liberdade de o índio ser patriota contemporâneo.

Eu estive na COP 27 no Egito e fico triste por ter três minutos... Estamos há 30 dias aqui e, com três minutos, não conseguiremos transmitir o sentimento de vários brasileiros que estão aí hoje de toda forma sendo multados, sendo presos... E nós temos três minutos aqui na nossa própria Casa, com essas limitações, o que é uma falta de respeito não comigo, mas com aqueles brasileiros que estão no acampamento em frente ao QG! Quantos milhões estão aqui em Brasília e em todas as capitais do nosso Brasil resistindo? E nós não temos espaço, mídia para poder fazer isso chegar...

Mas hoje o sentimento dos brasileiros que estão aí... Eles querem que tenha publicidade nas nossas eleições, nas contagens de voto. Se tivesse publicidade, se isso fosse garantido pelas nossas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representações, não estaríamos aqui há 30 dias! Nós estaríamos aqui reunidos – quem sabe? – discutindo pautas mais relevantes de políticas públicas para melhorar toda a questão da nossa saúde, educação, desenvolvimento, enfim... Mas nós estamos aqui perdendo tempo por causa da pessoa que se autodenomina Deus, porque o Alexandre de Moraes... Parece que multidões de brasileiros, multidões de autoridades que estão aqui e que foram eleitos não têm coragem de encarar uma pessoa! Ele é santo? Quem ele é? Então, tem que ter mais ação por parte das representações.

Hoje o povo brasileiro está unido para dar um basta a esse sistema corrupto que há anos está enraizado e está sendo engessado para ter a conscientização, a grandeza de uma visão política para não mais eleger pessoas corruptas, pessoas que não têm dignidade. Daqui para a frente, o povo brasileiro começará a caminhar e cuidar da própria legislação, cuidar do seu próprio país.

Por fim, dizer para vocês, Senado: vocês vão agir ou vão ficar a tarde inteira conversando? Foi muito rica a conversa, mas nós temos agora que largar, conversar menos e partir para a ação. Se vocês, Senado, todo o sistema de autoridades não entrar em ação... O povo brasileiro até hoje fez sua movimentação, mobilização, manifestação de forma pacífica, de forma ordeira, caminhando nas quatro linhas da Constituição, mas isso tem limite! Ninguém aguenta 30 dias ouvindo *fake news*, um monte de coisa, e quer resolver. Todo mundo ficou esperando o resultado do Exército, que foi um balde de água fria em todo mundo!

Nós, mais uma vez, nesta audiência pública, tanta conversa... Cadê? Nós temos... Hoje era a autoridade chegar... O Senado vai fazer isso, partir para ação, ou o nosso Presidente Jair Bolsonaro... Estamos esperando mais o quê? Todos já sabem, visualmente, que foi fraudada a nossa eleição. Se não fosse, já tinham aberto o código-fonte e entregado para as autoridades, apresentado à população, para acabar com essa angústia que nós estamos vivendo até agora.

Por essa razão, povo brasileiro, os indígenas hoje não são mais indígenas. Nós somos hoje uma grande família brasileira. Nós temos que zelar pela nossa política pública, zelar pela nossa democracia, porque esse sistema é por causa de interesses internacionais. O Brasil hoje é um diamante que brilha no planeta, e todo mundo quer esse diamante. Por essa razão é que está hoje todo mundo corrompendo essas pessoas de fraqueza, que não têm dignidade para poder representar a gente.

E na questão indígena – para finalizar – hoje temos, sim, indígenas que estão com o olhar vendado, com os ouvidos tampados, que acabam dizendo, de forma inocente, muitas vezes, que estão do lado errado. Por essa razão é que hoje se pode dizer que são poucos indígenas que hoje querem desenvolver, querem trabalhar.

A demarcação é importante? É, sim, para aqueles indígenas isolados – o Estado tem que cuidar. Aqueles que têm processo de demarcação, têm que concluir. Para aqueles que estão com o território demarcado, é o momento, sim, de nós trabalharmos, como nós, povo brasileiro, estamos trabalhando há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

20 anos, trabalhando no tripé da sustentabilidade: preservar, produzir mais, respeitando a questão ambiental, a questão social, a questão econômica. Claro, ele seguiu a questão do princípio do respeito ambiental, social e econômico dos povos, principalmente prezando a própria coletividade.

Por fim, hoje os povos indígenas, unidos com vocês, estão buscando, junto com vocês, construir o nosso protagonismo, a nossa autonomia, a nossa liberdade econômica para podermos garantir a nossa vida digna dentro do nosso próprio território.

O povo brasileiro acordou. Agora nós vamos agir e vamos partir para a ação, e o que nossas autoridades não estão fazendo, e o povo brasileiro vai fazer. Daqui a pouco, o povo brasileiro tem que, sei lá, assumir aqui para conduzir o nosso país, porque nossas autoridades não estão conseguindo conduzir. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Cacique Rony. Obrigado.

Eu já, imediatamente, passo a palavra aqui para a Carina Belomé, que é jornalista gaúcha, representando os jornalistas independentes censurados pelo STF.

Eu te peço objetividade, porque a gente já passou aqui do limite estabelecido.

Muito obrigado.

A SRA. CARINA BELOMÉ (Para expor.) – Obrigada. Boa noite. Boa noite à Casa, boa noite a todos os ouvintes.

Em primeiro lugar, eu quero saudar os nossos guerreiros de todos os QGs, todos os que gostariam de estar nas ruas, principalmente o QG de Porto Alegre, e o QGEx, aqui, em Brasília, do qual estou fazendo parte neste momento.

Não é hora de ter medo. Não é hora de temer o inimigo que vocês criam como sendo o infiltrado. Nós temos que temer o bandido chamado Lula, no sentido de subir a rampa – o que ele não vai fazer. E nós estamos aqui justamente para clamar ao Senado que cumpra o seu papel.

E Ministros do STF sinistros, vocês não entendem da honra constitucional. Vocês nos colocam em situação de insegurança jurídica o tempo todo com suas ações verdadeiramente nefastas. Nós não vamos nos calar, porque, como disse o nosso cacique, nós somos um povo brasileiro aguerrido e forte, e como diz o Hino Rio-Grandense: "Povo que não tem virtude acaba por ser escravo". E nós estamos aqui justamente para assinar a nossa carta pela alforria, pela liberdade, custe o que custar, porque nós estamos em guerra e nós não seremos uma Venezuela, uma Nicarágua, onde iremos ficar à mercê das suas canetas poderosas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alexandre, como eu chamo na internet, vulgo Xandoca, o senhor não pode tudo, muito menos o bandido chamado Lula, o qual me processou em 2021, em R$50 mil, com censura imediata de um vídeo em que simplesmente explano uma guerra de ideias, e não ofensa pessoal, de por que votar em Bolsonaro, pois quem vota em Bolsonaro são pessoas honradas. E ele se sentiu muito ofendido. Que bom!

Com isso, então, para finalizar e representando os nossos amigos aqui, principalmente, a minha amiga Camila Abdo, que está sendo perseguida insistentemente pelo TSE, mãe de três filhos; o meu querido amigo Augusto Nunes, que foi demitido da Jovem Pan, meu padrinho político; entre tantos outros anônimos também que são censurados o tempo todo, nós não podemos ter medo. Procurem o QG próximo, não desistam, não temam, porque, lá na frente – aí, sim –, nós poderemos realmente perder a nossa liberdade, caso nós não tenhamos a nossa ação feita agora.

E, Senadores, nós vamos incomodá-los o tempo todo, de forma que vocês sejam efetivos no seu trabalho e o honrem, porque nós somos um povo unido. E que os seus chefes não esqueçam isso!

Por isso, eu vou terminar aqui a minha fala, agradecendo também ao meu querido amigo Deputado Sanderson pela oportunidade. Senador, nós vamos nos sacrificar, iremos até as últimas consequências pela nossa liberdade e não seremos escravos do foro de São Paulo.

Este recado é para ti, Alexandre de Moraes: o senhor não pode tudo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Carina Belomé, jornalista gaúcha, representando jornalistas independentes censurados pelo STF.

Eu passo a palavra agora, aqui, ao Daniel Ávila, que é motorista e quer fazer uma fala. Eu peço que a gente fique nos três minutos, como a Carina conseguiu. Muito obrigado.

O SR. DANIEL ÁVILA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Eduardo Girão. Obrigado, Deputada Bia.

Logo depois das eleições, a gente foi para o nosso míni QG ali; eu sou da cidade de Dois Vizinhos, sudoeste do Paraná, e a gente foi ao nosso míni QG ali protestar. Fizemos algumas paralisações, como eu sou motorista de caminhão, agora ex-carreteiro; continuo trabalhando como motorista, mas na minha região. E a gente tem um míni QG ali, junto com o Salsicha, com a Marlene, com o Altair. Depois de alguns dias, ali nós fizemos uma reunião, arrecadamos um pouquinho de dinheiro e a gente resolveu mandar um representante de Dois Vizinhos para cá, que, no caso, fui eu.

Eu estou em frente ao QG aqui em Brasília, há 21 dias, se eu não me engano, hoje estão completando 21 dias. Eu estou com o meu filho de dois anos e meio, e eu estou com a minha mulher, que é guerreira para caramba, Geise, minha parceira, ali passando chuva. Aliás, eu não preciso nem falar o que a gente passou, porque todo mundo está acompanhando nas redes sociais aqui. Eu tenho muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

orgulho de trazer o meu filho de dois anos e meio junto comigo, Senador, porque ele está lutando pelo futuro dele. Eu já não tenho mais muito futuro, já passei um pouco dos 40, mas ele tem todo o futuro dele pela frente.

Eu gostaria de explanar, aqui, sobre uma tal de inconstitucionalidade. Quando a gente travou as ruas, quando a gente travou as BRs, alguns Ministros disseram que a gente estava travando fora da Constituição. Eu gostaria de saber de alguns desses Ministros se está dentro da Constituição você descondenar um ladrão que arrebentou com o país para fazer com que ele seja candidato a Presidente da República. Então, que moral que vocês têm para falar que nós, pelo simples fato de pararmos o caminhão em cima de uma rodovia ou de colocarmos fogo em alguns pneus, estamos fora da Constituição? Que moral vocês têm, Srs. Ministros, para dizer que nós estamos fora da Constituição, brigando por um futuro melhor para os nossos filhos, sendo que vocês têm a capacidade de prender um Deputado Federal? Tem um artigo que o defende, para que ele possa falar o que ele bem entender.

Vocês atropelam a Constituição e, simplesmente, inventam leis e colocam a carroça na frente dos bois, fazem uma bagunça que a gente não consegue entender. Vocês não têm moral nenhuma para falar dos nossos motoristas!

E há outra coisa: eu gostaria de dar um recado para o senhor, Sr. Eduardo Girão, Senador. Eu estava fazendo um vídeo com o meu amigo Wilson Koressawa, uma pessoa não muito bem vista aqui dentro, e ele disse que o poder emana do povo. E vocês aqui, como representantes do povo, poderiam se juntar com 20, 25 pessoas e dar voz de prisão ao Presidente da Casa, do Senado aqui, pelo fato de ele não fazer o que ele deveria fazer. (*Palmas.*)

Vocês, Deputados Federais, que estão aqui ao lado, poderiam se reunir, entre 300, 400, 500, já que vocês são a voz do povo, e atravessar e chegar ao STF e dar voz de prisão para um tal de Alexandre de Moraes. Ele acha que é o Alexandre, o Grande.

Eu quero dizer para vocês que vocês não têm o rei na barriga, não! E a gente vai, sim – vai sim! –, tirar vocês daí! Nós somos o Supremo. O povo é o Supremo. É isso.

Eu estou aqui, na frente do QG. Estamos aqui, na frente do QG, lutando por um país melhor para os nossos filhos.

Eu quero mandar só um recadinho rápido, Senador, para os motoristas que estão aí pensando se vão parar ou se não vão parar ou o que vão fazer.

Gente, pare de "basquetear" só uma semaninha, só dez dias. Larguem o basquete de lado! Nesses dez dias, vocês vão fazer uma paralisação geral no país, para demonstrar que a gente não está satisfeito com o que está acontecendo aqui. Vocês vão salvar a vida dos seus filhos, a vida dos seus netos e dos seus bisnetos, e eles vão agradecer futuramente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Alexandre de Moraes, Sr. Pacheco, vocês não são os donos do país. O poder emana do povo.

E vocês, Senadores e Deputados Federais, como são representantes do povo, têm a obrigação de dar voz de prisão para esses caras que não estão trabalhando conforme deveriam estar, por prevaricação e outras coisas mais. Eu não entendo muito de leis, mas tenho a certeza de que dá para colocar muitas e muitas coisas aí para condenar esses caras.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Daniel Ávila, que é motorista.

Eu já passo a palavra para o Sr. Marcos Mariani.

Eu peço que o senhor, que é da Coalizão Convergências-DF, possa ser bem objetivo com relação aos três minutos.

O SR. MARCOS MARIANI (Para expor.) – Boa noite, Senador! Muito obrigado pela oportunidade.

Quero cumprimentar todos os presentes aqui, os Parlamentares, a Deputada Bia Kicis e os demais Parlamentares aqui no local.

Eu vou me ater simplesmente a fazer perguntas. O.k.?

A primeira pergunta diz respeito ao art. 221 do Código Eleitoral, que diz que é anulável a votação quando houver extravio de documento reputado essencial. Então, a pergunta é se o próprio voto não é um documento essencial, para que o processo eleitoral ocorra dentro das quatro linhas, porque me parece que, sem o voto, fica complicado realmente se fazer a apuração.

A segunda pergunta diz respeito ao art. 7º da Lei 1.079. Essa lei é a Lei do Impeachment, que está sendo agora revista aqui pela Comissão de Juristas. Essa lei diz o seguinte: " [...] São crimes de responsabilidade contra o livre exercício dos direitos políticos, individuais e sociais: [...] 3 - violar o escrutínio de seção eleitoral ou inquinar de nulidade o seu resultado pela subtração, desvio ou inutilização do respectivo material; [...]". E me parece que o voto é um material desse aí. E também ela fala sobre utilizar o poder federal para impedir a livre execução da lei eleitoral – e me parece que tem pessoas e autoridades que estão se utilizando do poder federal para impedir a livre execução da lei eleitoral.

Então fica aqui uma pergunta se não existe infração a esta lei, pois, até onde me consta, o escrutínio eleitoral significa o exame minucioso dos votos. Porém, isso não ocorre, e nos parece que a urna eletrônica não permite a apuração que pressupõe exame minucioso sujeito a vigilância e fiscalização, pois, no nosso entender, a urna eletrônica simplesmente totaliza e soma os *bytes* que são registrados no ambiente obscuro e volátil do equipamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a terceira pergunta, Senador, diz respeito aqui à nova Lei da Segurança Nacional, a Lei 14.197, de 2021, que trata dos crimes contra o Estado democrático de direito. Gostaria de indagar, respeitosamente, se os seguintes artigos estão valendo:

> DOS CRIMES CONTRA AS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS
> Abolição violenta do Estado Democrático de Direito
> Art. 359-L. Tentar, com emprego de violência ou grave ameaça, abolir o Estado Democrático de Direito, impedindo ou restringindo o exercício dos poderes constitucionais:
> .....

Não é um crime de responsabilidade: é um crime que atenta contra a soberania, não é?

E, da mesma maneira, o art. 359-N, que fala sobre a interrupção do processo eleitoral. Ela diz que é crime:

> Art. 359-N. Impedir ou perturbar a eleição ou a aferição de seu resultado, mediante violação indevida de mecanismos de segurança do sistema eletrônico de votação estabelecido pela Justiça Eleitoral:
> .....

Então, para mim, o voto impresso é um mecanismo de segurança. A retirada dele, para mim, é uma violação.

Então as perguntas são essas, respeitosamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado pela sua participação. (*Palmas.*)

Eu queria dizer que as perguntas serão acolhidas aqui. Não cabe a mim responder. Nós estamos aqui conduzindo os trabalhos, mas vamos encaminhar, sim. Nós estamos fazendo o que nós podemos aqui, dentro das quatro linhas da Constituição, não é? É um trabalho que não é fácil, porque não tem o apoio da maioria dos colegas, mas nós estamos aqui ouvindo a sociedade e tentando, a partir desta audiência – que vai chegar a o quê? A onze horas –, encaminhar alguns procedimentos, conversar com os Deputados, com os Senadores e ver... Já surgiu a ideia da CPMI, mista, a partir daqui, não é? O pedido de *impeachment,* que foi feito do Barroso, semana passada, por alguns Senadores, alguns dos motivos foram falados aqui. O primeiro é o jantar que ele teve com o Zanin, o advogado do Lula, lá em Nova York, já que ele julgou a "descondenação"– entre aspas – do Lula na Lava Jato. O segundo é a questão da PEC do voto auditável, que ele veio aqui no Senado, na Câmara dos Deputados e acabou influenciando, conversando com Lideranças partidárias, ou seja, é uma inversão, é uma invasão de competências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O terceiro e último motivo foi sobre a questão de palestras que ele deu, há muitos anos, pela legalização das drogas e pela legalização do aborto, o Sr. Barroso, e não se declarou suspeito para votar sobre esse assunto no Supremo Tribunal Federal.

Então, só eu tenho três pedidos de *impeachment* aqui em relação a ministro do Supremo, vários colegas têm outros. Chegou a hora dessa deliberação, e o apoio da sociedade é muito importante, sempre cobrando, como a gente está vendo aqui nesta audiência e em outras que nós fizemos, de forma ordeira, respeitosa, pacífica, os seus Parlamentares.

Eu sei que a paciência, às vezes, vai para o espaço, porque são muitas e reiteradas cobranças de pautas já sabidas, mas eu acredito sempre, como eu disse aqui, na capacidade de reflexão. Se tem uma coisa que político respeita, pode ter certeza disso, eu aprendi em quase quatro anos de mandato, Deputado Sanderson, é um povo organizado que sabe se manifestar. Isso político respeita. E isso que a gente está fazendo aqui tem repercussão aqui dentro, porque esta audiência foi um sucesso, está sendo um sucesso muito grande de repercussão na sociedade.

Eu quero passar a palavra imediatamente para o Cacique Raimundo Carlos Guajajara, que é do Estado do Maranhão.

Eu peço que o senhor possa ficar dentro dos três minutos aqui para a sua manifestação.

Muito obrigado.

O SR. RAIMUNDO CARLOS GUAJAJARA (Para expor.) – Em primeiro lugar, eu quero agradecer a Deus por estar aqui e também pela oportunidade e quero dizer, neste momento, Sr. Presidente, a muitos aqui, companheiros, Deputados, todos que realmente acompanham essa batalha no dia a dia que, há pouco tempo, desde o começo, estou acompanhando essa nossa manifestação e também estou junto no QG.

Eu tenho visto e estou muito preocupado por essa suposta vitória de Lula no nosso país, pelo pulmão do mundo, pela forma que tem demonstrado para nós estar comprometido. A gente está vivendo um sistema ameaçado e se sabe que nós população indígena somos mais vulneráveis a essa situação, principalmente nas nossas riquezas, nas nossas terras, em tudo, enfim. A todos os brasileiros, para nós é uma ameaça, é o momento de esta Casa...

Uma coisa que eu tenho é muita admiração pelos Parlamentares que realmente têm feito um grande trabalho, não têm medido esforços para defender o povo brasileiro, mas eu vejo, neste momento, Srs. Senadores, Srs. Deputados, que é o momento de tomar uma decisão para que haja paz para essa família que se encontra hoje nos quarteis, perdida, chorando e clamando por uma justiça, porque é para isso que existe esta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este Parlamento aqui é a Casa do povo. Aqui é a Casa do povo, se não for o quartel. E esta Casa aqui... Não tem outro lugar em que se possa ter uma posição, uma resposta para essa população, para essa sociedade que se encontra nas portas dos quarteis, porque a presença deles nos quartéis hoje representa que não aguentam mais essa grande ganância, esse grande genocídio, essa grande ameaça, esse grande comunismo, essa corrupção que realmente a esquerda tem apresentado a esta nação brasileira.

Eu só quero dizer para os senhores: tomem uma medida urgente, porque é para isso que todos foram eleitos aqui, para defender esta nação, para defender a democracia, para defender a Constituição, a soberania, a democracia. Por isso, eu quero aqui reiterar o meu pedido: tomem uma decisão imediata, para que essas famílias não sofram mais da forma que estão, porque preferem mais não ir para casa, porque não sabem de que forma irão viver com a próxima pessoa que vai governar o nosso país. Para nós, é uma preocupação, principalmente nós indígenas.

E nós não confiamos mais na Justiça brasileira, principalmente nos defensores da Corte do nosso país, porque realmente estão comprometidos de lado. Então, para um defensor da democracia, ele não tem que estar incutindo um efeito de lado. E, assim, realmente defender a nossa Constituição brasileira.

Então, era isso, meu nobre Presidente.

A todos os Senadores e amigos aqui quero agradecer pela oportunidade.

Eu quero fazer um último pedido: vamos dar uma solução de resposta a esse povo que está nas portas dos quartéis, não só aqui em Brasília, mas em todo o Brasil e que precisa de uma resposta urgente de paz para a família.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo. Nós é que agradecemos a sua honrosa presença aqui, Cacique Raimundo Carlos Guajajara, do Estado do Maranhão. Muito obrigado mesmo.

Naomi Yamaguchi, do Relatório Cidadão. É isso?

Eu agradeço a sua presença e passo a palavra para a senhora se manifestar, por três minutos, por gentileza.

A SRA. NAOMI YAMAGUCHI (Para expor.) – Boa noite.

Meu nome é Naomi Yamaguchi e eu faço parte de um grupo que fez um relatório que se chama Relatório Cidadão 2022. Nesse relatório, nós fizemos uma denúncia a respeito do sistema que nos levou até esse momento aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje nós falamos muito sobre as bombas que aconteceram, a gente vê o campo minado, machucado, como disse o Deputado Luiz Lima, mas eu gostaria de lembrar a vocês que tudo isso é resultado de uma ação coordenada que nos levou hoje, em 2022, a usar urnas que têm uma tecnologia de 1996, que são de primeira geração, e a gente não pode fazer nada possível para melhorar essa situação.

Então, eu gostaria aqui não de fazer uma denúncia, mas de lembrar de alguns nomes que eu gostaria, já que isso está sendo registrado e vai para os *Anais* do Senado. Portanto, se algum dia a gente fizer uma CPI ou a gente fizer novas audiências, há alguns nomes que precisam de ser lembrados, porque nós temos uma memória curta, a gente conhece a história há pouco tempo.

Eu gostaria de lembrar que o primeiro Secretário de Tecnologia e Informática do TSE – só teve dois, na verdade, até agora – foi Paulo Camarão; depois, nós tivemos Giuseppe Janino. Paulo Camarão deu uma entrevista para o Serpro dizendo que essas urnas de 1996 não poderiam nunca ter voto impresso, porque essa era a intenção deles: era de não ter capacidade nossa, do povo brasileiro, de recontar os votos. E ele declarou isso publicamente. Nós temos...

O Ministro Nelson Jobim foi Ministro da Defesa, foi Ministro da Justiça, foi congressista na Constituinte e foi inclusive membro do STF. Ele também foi Presidente do TSE e, quando Ministro da Defesa do Lula, ele veio para dizer que não era para os Congressistas aceitarem o voto impresso, exatamente como fez o Barroso. Barroso é reincidente no mesmo ato.

Gostaria também de falar que tem pelo menos dez ex-Presidentes do TSE que defendem a urna sem voto impresso, e a gente deveria chamá-los para que eles se justificassem a respeito disso. Nós temos os contratos. Nós temos as perseguições, que começaram em 2018, com o Ministro Raul Jungmann anunciando que, a partir de 2018, quem fizesse denúncia seria investigado, e não a denúncia em si seria investigada. Essa daí foi a primeira ameaça que foi feita ao povo brasileiro e que depois continuou com as outras pessoas que vieram adiante, que aí a gente já se lembra.

E eu também gostaria muito que vocês soubessem que está tendo, neste dia, hoje, desde agosto, quando nós lançamos o Relatório Cidadão, um apagão de provas a olhos vistos. Isso daí é um crime em flagrante. Os contratos de terceirizadas estão desaparecendo do *site* do TSE, dos TREs e do TCU. Nós não temos, por exemplo – eu gostaria que vocês procurassem –, como foram contratados os 14 mil técnicos de urna por estado, por TRE. Como eles contrataram essas pessoas? Vocês não vão encontrar esses contratos. Então, eu gostaria que vocês soubessem disso.

E finalmente quero dizer que a litigância de má fé já é uma técnica que eles estão utilizando desde 2015, em que nós tivemos uma pessoa, que era um técnico, que conseguiu fazer uma perícia, conseguiu pedir uma perícia, a perícia foi aceita, mas há um custo para o técnico de R$2 milhões. Ele disse que ele não tinha condições de pagar esse montante, ele retirou o pedido e ele foi processado por litigância de má fé.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu gostaria de dizer o seguinte: uma quadrilha a gente fala de quatro, aqui eu já mencionei vários outros nomes, que nome a gente daria isso?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Organização criminosa.

A SRA. NAOMI YAMAGUCHI – Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado. Naomi Yamaguchi, muito obrigado pela sua presença, do Relatório Cidadão.

A SRA. NAOMI YAMAGUCHI (*Fora do microfone*.) – Cidadão 2022.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Cidadão 2022.

A SRA. NAOMI YAMAGUCHI – Relatório Cidadão 2022. Também tem um outro relatório que se chama Relatório Diebold e Oracle, em que fala da parte técnica dessas tecnologias que são utilizadas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Está bom.

A SRA. NAOMI YAMAGUCHI – Fizemos também o filme sobre a terceirização do processo eleitoral, que foi amplamente divulgado e foi feita uma *checked fact*, pelo UOL, Globo e tudo mais.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Está bom.

A SRA. NAOMI YAMAGUCHI – Então, é essa a nossa contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Eu agradeço demais a sua participação.

Já passo a palavra para o Dr. Rafael Lima Freire, que é advogado e servidor da Câmara dos Deputados, da Advocacia.

Cadê ele? Está aí? Pronto. Três minutos, por favor, Dr. Rafael, porque a gente já passou de todos os limites aqui.

O SR. RAFAEL LIMA FREIRE (Para expor.) – Boa noite a todos.

Em primeiro lugar, eu quero agradecer a Deus pela oportunidade de estar num momento histórico como este falando sobre um assunto tão importante. E também agradeço ao Presidente, Senador Girão, a quem muito admiro pelo trabalho de excelência ao longo desses últimos anos aí em que eu tenho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acompanhado. Eu sou Rafael Lima Freire, sou advogado e sou servidor da Câmara dos Deputados, trabalho na Advocacia. Estou de férias, vim aqui só para acompanhar esse momento importante.

E, mais uma vez, como de costume, quando eu falo em audiência pública, eu faço ressalva de que eu não estou falando em nome de um partido político nem de direita, nem de esquerda, nem bolsonarista, nem lulista, eu estou falando como cidadão, como advogado também, como alguém que conhece as normas e as leis do país.

E todos aqui falaram que isso está na Constituição, que está na lei. Todos conseguiram classificar perfeitamente os crimes cometidos pelo Ministro Alexandre de Moraes, a omissão criminosa do Presidente deste Senado, o Pacheco, e a usurpação de competência da Mesa, não é? Porque, na verdade, a competência para avaliar o *impeachment* na Câmara dos Deputados é do Presidente, segundo o Regimento; aqui no Senado, a competência é da Mesa e, assim como o Senador Pacheco, Davi Alcolumbre também usurpou essa competência e isso tem que ser também apurado.

Eu também poderia falar sobre os diversos relatórios que eu tenho lido nas últimas semanas sobre as vulnerabilidades e falhas descobertas por técnicos da UnB, da Sociedade Brasileira de Computação e também de profissionais que conseguiram, nos testes de segurança pública do TSE, descobrir diversas vulnerabilidades. Infelizmente, esses artigos são em inglês, eu tive que traduzi-los e isso dificulta, claro, o conhecimento da população sobre as graves vulnerabilidades que existem no sistema eletrônico do TSE.

Mas eu também poderia falar sobre a fraude técnico-jurídica cometida no relatório do TCU, em que o Relator, Presidente atual da Corte, ocultou documentos relevantes da auditoria, ele ocultou uma peça em que os auditores apontaram diversas irregularidades, vulnerabilidades e situações graves de *software*, segurança e desenvolvimento no TSE. Ele ocultou isso e o relatório veio sem essas informações.

Mas eu estou aqui, diferentemente dos demais, para agradecer, agradecer ao Ministro Alexandre de Moraes porque, com tantos crimes que ele cometeu, ele acabou revelando toda uma organização criminosa que tem sido cúmplice e partícipe de tantos crimes de abuso de autoridade e eles têm aplaudido a conduta do ministro. E eu também quero perguntar, como homem, sinceramente a S. Exa. se vale a pena, tem valido a pena declarar guerra à população brasileira. Se tem valido a pena receber essa energia negativa de milhões e milhões de brasileiros, esse ódio. Se tem valido a pena não conseguir frequentar um restaurante e andar. Então a história sempre se repete, né? Até Alexandre, o Grande, um dia caiu. Só que Alexandre, o Grande, tinha ética; Alexandre, o Grande, seguia um código de conduta, ele respeitava o seu oponente, o seu inimigo. Alexandre, o Grande, amava as pessoas que estavam ao seu redor. Ele foi um grande homem. Mas também, como todo homem, ele foi à cova.

Portanto, eu gostaria de falar para o Alexandre de Moraes, com todo respeito: ainda dá tempo de V. Exa. corrigir a sua própria história. E eu quero finalizar minha fala com um ditado, na verdade, de sabedoria milenar sobre as leis do universo, que, com certeza, o Ministro conhece, de Hermes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trismegisto, que fala: "Toda causa tem seu efeito, todo efeito tem sua causa; tudo acontece de acordo com a lei". Então, Ministro, quem planta vento colhe tempestade.

Muito obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, muito obrigado, Dr. Rafael Lima Freire.

Agora eu passo a palavra, para encerrar, ao Sr. Ronaldo Magalhães, do Movimento Nacional pela Contagem Pública dos Votos; cidadão ativista do Rio de Janeiro.

Peço a você três minutos, para a gente concluir os trabalhos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Microfone.

O SR. RONALDO MAGALHÃES (Para expor.) – Boa noite a todos os presentes. Boa noite especialmente à Bia Kicis, com quem eu tive o prazer de estar desde 2017 nessa luta pela contagem pública dos votos; ao Mauro Mariani.

Quero dizer que a demanda pela transparência eleitoral, Senador Eduardo Girão, já é uma demanda da sociedade, não um choro de perdedor, como muitos têm tentado taxar. Em 2017... A sociedade brasileira, como a outra compatriota falou ali, já vinha lutando desde 2014, pedindo por transparência eleitoral. Brasileiros de todo o Brasil, como eu, se reuniam em vários estados, às vezes com poucas pessoas, em frente ao TRE – às vezes com 10, 20, 50 pessoas –, pedindo pelo voto impresso. E continuamos em 2018. Pedimos ao Gilmar Mendes, na época à frente do TSE, que não apenas 5% das urnas tivesse voto impresso, mas 100%. Em 2018, também fomos chamados pelo TSE para uma audiência pública com o então Presidente da casa, o Ministro Luiz Fux. E ali, ativistas de todo o país relataram os problemas. E eu o alertei e falei: "Olha, isso um dia pode dar problema para todos nós. Nós precisamos de transparência eleitoral".

O Dr. Felipe Gimenez, que esteve aqui nesta Casa, há muito tem relatado que não é uma discussão de tecnologia, mas de lei, porque uma contagem secreta é ilegal, pois viola o art. 37 da nossa Constituição, que pede que todos os atos administrativos cumpram o princípio da legalidade.

Por fim, há a PEC 135, da Bia Kicis, com quem, em 2017, nós compartilhávamos grupos de WhatsApp, já lutando pelo voto impresso. Eu vi, Senador Girão – nós estivemos aqui, nesta Casa, tentando auxiliá-la. Corri a gabinetes, como muitos aqui, para que a aprovassem –, realmente o que o então Presidente do TSE fez contra o voto impresso. E ouvimos aqui dos senhores todos os problemas que já são recorrentes. E eu estou, Senador, nas ruas há muito tempo. Estou com o povo nas ruas. Estou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com o povo do Rio de Janeiro acampado em frente ao quartel general do Comando Militar do Leste. E ali eu olho nos olhos de senhoras e vejo a esperança sendo depositada não mais, infelizmente, nos congressistas, mas nas Forças Armadas. Quem diria que nós estaríamos hoje pedindo pelo art. 142, ainda que isso possa nos custar uma perseguição mais à frente.

Quanto ao trabalho que os senhores estão fazendo aqui, eu reitero: que os senhores não esmoreçam, porque realmente a sociedade brasileira pode arcar com essa consequência, não apenas com essa ditadura que nós temos, mas com o medo daquilo que o comunismo, através da esquerda, do PT, possa fazer ao nosso país.

Então, senhores, que essa oportunidade que foi dada aos senhores aqui... Como dizem as palavras do Mestre Jesus: "A quem muito foi dado, muito será pedido".

Essa responsabilidade está sobre seus ombros, não apenas sobre os ombros da população que está na rua, pedindo ao Presidente, às Forças Armadas, aos senhores também, como eu tenho sempre dito, para que se faça alguma, para que se impeça... E, se tiver que ter, como eu creio que deveria ter, novas eleições, com contagem pública dos votos, que isso seja feito.

Os senhores têm o poder de legislar. Por que não trazer, mudar as competências constitucionais do Tribunal Superior Eleitoral, incluindo aí, talvez, as próprias Forças Armadas, para que participem também do processo?

Eu agradeço aqui a oportunidade. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Eu que lhe agradeço a sua fala, de forma muito objetiva. Muitíssimo obrigado.

Eu vou fazer agora aqui, por um pedido que foi feito, as últimas três pessoas, porque realmente a gente vai ter que encerrar os trabalhos. Está certo? Então, eu já vou anunciar...

O SR. DANIEL ÁVILA – Senador... Apenas um minuto. Eu peço um minuto, uma quebra de protocolo...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Eu já vou...

O SR. DANIEL ÁVILA – Um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Eu combinei. Eu combinei. Eu peço que a gente possa concluir, porque senão a gente não vai ter condição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DANIEL ÁVILA – Senador, eu gostaria só de parabenizar o senhor pelo esforço. Obrigado, Bia, parabéns mesmo...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Sem problema. Sem problema.

O SR. DANIEL ÁVILA – ... e o senhor... Olha, sinceramente, eu estou orgulhoso de conhecer o senhor pessoalmente. Hoje de manhã cedo, até agora, já são 8h35 da noite...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – É nossa obrigação.

O SR. DANIEL ÁVILA – ... e eu quero mandar um recado para o Sr. Jair Messias Bolsonaro: aja, que nós estamos com o senhor. Mais de 70% da população estão com o senhor.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Obrigado.

Vamos ouvir três pessoas para encerrar. Eu queria fazer esse pedido, porque nós já ultrapassamos aqui o que foi combinado e muito, e muito.

Então, o Sr. Bruno Madeiro, que é empreendedor de Franca, São Paulo, veio para esta audiência, e eu queria conceder a palavra por três minutos.

Agradeço muito se a gente puder cumprir o tempo.

Muito obrigado.

O SR. BRUNO MADEIRO DE CARVALHO (Para expor.) – Boa noite.

Eu sou Bruno Madeiro de Carvalho, sou um pequeno empreendedor em Franca, no interior de São Paulo. Participo de vários grupos conservadores.

Eu gostaria de perguntar a vocês desta Casa se vocês sabem por que milhões de brasileiros estão em frente aos quartéis pelo Brasil afora. Não é pela segurança. Foi porque nós desacreditamos esta Casa.

O ditador de toga Alexandre de Moraes vem destruindo a Constituição, rasgando, e o que sobrou ele colocou no banheiro da Corte. É isso que vem acontecendo com a nossa Constituição.

Ficar de frente aos quartéis embaixo de cabanas, de barracas... E Deus está mandando chuva para mostrar que nós somos resistentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem agro, caminhoneiros, pequenos empresários, trabalhadores... Tem trabalhadores que abandonaram seu trabalho para estar aqui ou em outros quartéis.

Estando aqui há 18 dias, ouvi todo tipo de história e vivi, senti, já chorei, fiquei doente, ruim da garganta, diarreia, mas estou aqui.

Encontrei uma família de Novo Progresso, no Pará, que estava agoniada.

A família dizia assim: "Estamos aqui agoniados, porque amigos nossos estão sendo presos em Novo Progresso, estão desligando a energia, entrando dentro das casas, pegando pessoas que estão lutando por este país". É isso! Um amigo meu, lá nas tendas dos caminhoneiros do agro, conversando comigo, recebeu a ligação de um amigo. No dia anterior, a mãe desse amigo falou para ele: "Filho, volta para casa. O teu filho de três anos está em estado febril sentindo tua falta.". E ele disse: "Mãe, eu estou lutando pelo nosso país.". No dia seguinte, saiu o mandado de prisão dele.

Eu pergunto para vocês desta Casa: nós colocamos vocês aqui para quê, se não for para defender a Constituição, o povo brasileiro, a nossa liberdade? Há quanto tempo ele vem rasgando a Constituição? Eu me emociono porque eu não aceito perder a liberdade. Eu falei para a minha esposa: "Eu vou pra Brasília, porque lá eu posso lutar junto com os demais, e não aceito perder a minha liberdade".

Tantas coisas vieram acontecendo a olhos vistos e vocês estão assistindo à derrota do povo brasileiro. Nós não precisamos mais da imprensa tradicional. O povo brasileiro acordou. Sabemos dessas empresas terceirizadas que até ontem diziam que não havia dentro do TSE. Agora, há pouco tempo, o Senador Heinze pediu o contrato da Oracle. Não tinha terceirizado, agora tem. Tem licitação? Não tem. Dá aí um Google na hora e procura saber quem é a Oracle nos Estados Unidos. Foi condenada criminalmente a US$23 milhões, mais de R$100 milhões, por envolvimento em corrupção, fraude e suborno. E é isso que está aqui dentro do TSE para dizer quem será o próximo Presidente; ou seja, isto é tomar o poder, que é diferente de ganhar as eleições.

Até quando nós, povo brasileiro, vamos ter que assistir se vocês não estão tomando a obrigação que cabe a vocês? Eu não tenho foro privilegiado e estou pouco me lixando para isso. As pessoas perguntam: "Bruno, como você faz denúncia? Como você põe teu nome e teu telefone nos vídeos?". E eu falei: "Porque se eu não lutar agora, eu não posso me acovardar, porque depois eu sei o que me espera e eu não aceito me calar". (*Palmas.*)

Não destruam a nossa democracia e não assistam, vocês Parlamentares, não assistam isso aqui virar a Venezuela; não assistam isso, porque eu quero o meu país livre e lutarei. E digo mais: se as coisas não acontecerem, nós trabalhadores, empresários, pequenos empresários, caminhoneiros, agro, vamos parar esse país para que vocês entendam que nós não estamos brincando.

Muito obrigado. Bruno Madeiro de Carvalho. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Sr. Bruno Madeiro de Carvalho por seu desabafo legítimo aqui nesta Casa. Muito obrigado por estar acompanhando esta sessão desde o início.

Só digo uma coisa para o senhor: essa coisa de foro privilegiado e nada é mesma coisa. Para quem quer fazer a coisa – não é, Bia? –, para quem quer buscar... Tem uma frase de que eu gosto muito que é a seguinte: o certo é o certo mesmo que ninguém faça; o errado é o errado mesmo que todos façam.

Então, foro privilegiado, aliás, devia ter acabado. Eu vou dizer uma coisa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Exatamente, porque ficam na mão dos Ministros do Supremo os Deputados e os Senadores.

Agora tem um detalhe: a esta Casa eu tenho que dar parabéns. A gente critica, eu sou um crítico, faço parte dela e faço o *mea culpa* também, porque nós fazemos parte, mas eu vou dizer uma coisa para o senhor... Esta Casa já votou o fim do foro privilegiado e por ela ele já tinha terminado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – A Câmara dos Deputados não votou e está há cinco anos engavetado na mesa do Arthur Lira, Presidente da Câmara dos Deputados.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Rodrigo Maia, primeiro; depois, o Arthur Lira.

A sociedade, acordando, como está agora, tem que, de forma respeitosa, ordeira, pacífica, cobrar a votação do fim do foro. Sabe o que é o fim do foro privilegiado? É a blindagem da corrupção no Brasil, da impunidade no Brasil.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – É, tem que ir... Político é cidadão comum, igual a todo mundo, não tem que ter foro privilegiado.

Então, muito obrigado, Dr. Bruno, pela sua participação!

Agora, eu passo a palavra para o Alex Canuto, que é do Movimento Conservador. Eu lhe peço três minutos para a gente fechar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEX CANUTO (Para expor.) – Muito obrigado pela palavra, agradeço a V. Exa. e o parabenizo também pela iniciativa.

Sendo rápido aqui, hoje muito se falou de censura, dos problemas que tiram a legitimidade da eleição, dos abusos do STF... Eu acho que, somando tudo isso, a gente passa por um problema de crise, claro, entre os Poderes e da deslegitimação da culpa do Judiciário, principalmente STF e TSE, para cumprir o seu papel constitucional que não vem sendo cumprido.

Para começar, vários Ministros do TSE, senão todos, não tinham a neutralidade e a imparcialidade para comandar o processo eleitoral. Portanto, foram ilegítimos.

O golpe que aconteceu no Brasil, na minha opinião – há pessoas que divergem disso –, foi com a descondenação do Lula, foi o golpe da descondenação, e, a partir daí, todas as outras medidas que foram tomadas foram para garantir, para manter esse golpe, seja o escândalo do radiolão, a censura, os direitos de respostas abusivos, depois problemas também com a apuração, código-fonte que não é fornecido, enfim... Tudo isso foi para sustentar o golpe da descondenação do Lula. Portanto, o que a sociedade está dizendo na rua hoje é que STF e TSE não possuem mais legitimidade para judicar nada no Brasil.

Por isso é que a Ordem dos Advogados Conservadores do Brasil protocolizou junto à Presidência da República um pedido de aplicação do art. 142 por meio de OpGLO (Operação de Garantia da Lei e da Ordem).

O Desembargador Sebastião Carneiro falou mais cedo que o Presidente deveria aplicar o 142... Já tem um pedido na mesa dele, já está lá na Presidência da República a aplicação do 142 via GLO. Isso é constitucional, tem previsão constitucional; ao contrário do que dizem, não é golpe, não é ruptura institucional, não é intervenção federal, não é nada disso, é aplicação da lei. E mais: é a tradição brasileira. O Brasil tem a tradição de... Durante a nossa história, em vários momentos, as crises políticas foram solucionadas com participação das Forças Armadas. Essa é a nossa tradição. Se outros países não têm essa tradição, é a história dos outros, mas a história do Brasil é assim em vários momentos. Aconteceu em 1930, em 1955, em 1961, em 1964... Em vários momentos, houve essa participação das Forças Armadas.

É a nossa tradição, e o povo quer isso, o povo está pedindo isso na porta dos quartéis. O povo não pede ditadura: o povo pede democracia, pede estabilidade, ele pede para a instituição na qual confia, que, no caso, são as Forças Armadas. Não é o Judiciário, até porque o problema hoje é de livre exercício dos Poderes, e, para garantir o livre exercício dos Poderes, pelo art. 42, quem faz isso são as Forças Armadas, sob o comando do Presidente da República, não para romper a ordem, como diz o Prof. Ives Gandra, mas para repor a ordem.

Portanto, há previsão legal da aplicação do 142. Há precedentes históricos da participação das Forças Armadas na solução de crises. O povo está pedindo isso; então, o que mais falta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é a minha pergunta. Sobraram 15 segundos. Fiz no tempo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Obrigado. Muito obrigado por respeitar o tempo, Dr. Alex Canuto, que esteve em outras sessões aqui também.

O SR. ALEX CANUTO – Sim, sempre respeitei o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado.

Agora, eu passo a palavra, para a gente finalizar, para o Vereador Lucas de Freitas, do Rio Grande do Sul. Muito obrigado pela sua participação.

O SR. LUCAS DE FREITAS (Para expor.) – Gostaria de dar um boa-noite a todos. Primeiramente, eu peço as bênçãos de Deus sobre a nossa nação. Dessa maneira, cumprimento o Senador Presidente desta sessão, Girão; Deputada Bia Kicis, Deputado Sanderson. Dessa maneira, cumprimento as demais autoridades, a população brasileira, que nos assiste em casa.

Eu gostaria de fazer uma pequena reflexão. Uma frase antiga: "O que me assusta não é o grito dos maus, e, sim, o silêncio dos bons" – Martin Luther King.

Minha gente, hoje, você vai a uma padaria comprar um pão, você leva um recibo. A Constituição, as leis tributárias obrigam que aquela padaria te dê um recibo para levar para a casa. Tu vais à fruteira, tem que emitir a nota.

Há um tempo, a população brasileira não estava pedindo um recibo para levar para a casa, e, sim, um recibo para ser depositado numa segunda urna. Qual é o medo que vocês têm? Qual é o medo que vocês têm?

Quero dizer, quero me dirigir ao Presidente Jair Messias Bolsonaro e afirmar que nós somos a maioria, Presidente. O povo brasileiro está contigo. O senhor resgatou um patriotismo, tirou a bandeira do Brasil da lata de lixo, lavou, ergueu e resgatou o patriotismo desta nação. Não estamos de verde e amarelo por uma Copa do Mundo. Que bom se a seleção trouxer o troféu, mas estamos de verde e amarelo pela democracia, pela liberdade de expressão.

Eu, um simples Vereador lá de Três Coroas, do interior do Rio Grande do Sul, preciso apresentar todas as negativas para poder concorrer a Vereador – um simples Vereador lá do Rio Grande do Sul, de Três Coroas. Aí eu pergunto aos nobres: será que o Presidente que está tentando ser diplomado no dia 12 apresentou todas as negativas, condenado em três instâncias, com mais de 3 mil provas? Infelizmente, a moral do nosso país está indo ralo abaixo, e, enquanto tivermos mulheres e homens calados, omissos, veremos o nosso país ir à ruína.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço ao tempo cedido, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado. Muitíssimo obrigado.

O SR. LUCAS DE FREITAS – ... e peço as bênçãos de Deus...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Amém.

O SR. LUCAS DE FREITAS – ... sobre os serviços desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Amém. (*Palmas.*)

No Brasil, é muita gente orando, é muita gente com vibrações positivas, e a gente recebe isso aqui. Foi muito boa essa sua finalização, porque é muito importante, neste momento, a gente não perder a fé e a gente orar pelas autoridades, todas as autoridades – por quem a gente tem certa simpatia e por quem a gente não tem também –, todas as autoridades! Então, é muito importante que quem é católico, evangélico, espírita, de religião afrodescendente, outras denominações ore pelo Brasil e pelas autoridades, porque a gente está vivendo um momento de provação, mas de que nós vamos sair fortalecidos; de um jeito ou de outro, a gente vai sair fortalecido.

Eu agradeço a todos vocês a paciência. Alguns aqui gostariam de falar, mas eu não tenho mais condição. Gostaria que entendesse, infelizmente, meu querido amigo jornalista. Você participou daquela outra, a gente teve a oportunidade, mas é porque chegou... Senão, eu vou ter que abrir. Eu já peguei as inscrições aqui, já estava nas inscrições. Eu ainda abri. Eu não posso mais fazer, porque, senão, não é respeitoso com os demais. Se você quiser deixar uma mensagem, deixe uma mensagem para a gente poder fechar.

O SR. JOAQUIM GOMES (Para expor.) – Senador, antes de tudo, eu gostaria de lembrar ao senhor que a sua missão não é só uma missão política, é uma missão espiritual, de um espírita para outro. E eu gostaria de dizer que essa sessão de mais de dez horas serão só palavras ao vento se não houver um movimento forte que pode ser capitaneado pelo senhor aqui dentro desta Casa, assim como foi feito, alguns anos atrás, com o Renova Senado, inclusive com participação do Randolfe Rodrigues, que pedia a CPI lava toga. Eu tenho certeza de que fortaleceria as Forças Armadas, o nosso movimento se alguns Senadores – não precisam ser todos, a gente sabe muito bem com quem está comprometido o Presidente desta Casa –, se o senhor pedisse o art. 142. É só isso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, muito obrigado!

Tem colegas aqui do Senado que avaliam várias possibilidades. Eu acho que essa audiência não é em vão, não serão palavras jogadas ao vento, porque aqui a gente captou o sentimento, deu voz a pessoas que não são ouvidas, que não têm nem rede social e que vieram aqui se manifestar. Então, tudo na vida tem uma razão de ser. Eu acredito que essa sessão, hoje, é um passo importante que foi dado. Vamos fazer o nosso trabalho no limite das nossas forças, dentro daquilo que a gente acredita. Repito, isso transcende Presidente A ou Presidente B; é pela liberdade, é contra a censura, é a favor da democracia.

Então, eu quero parabenizar todos vocês que, de alguma forma, participaram dessa sessão. Alguns puderam ficar o tempo inteiro. Eu estou vendo pessoas aqui que estão desde 9h30 da manhã. São 11 horas, não é isso? São 11 horas de sessão? (*Pausa.*)

Completamos mais de 11 horas de sessão, porque a gente começou 9h44. Então, eu não tenho nem conhecimento de que, nesta Casa, já tenha havido sessão com esse tempo todo.

Mas vamos confiar, vamos fazer a nossa parte. Repito, se tem uma coisa que político respeita é um povo organizado, que sabe se manifestar de forma ordeira, pacífica e respeitosa.

Muito obrigado pela atenção de vocês todos.

Deus abençoe o Brasil!

Obrigado, Deputado Sanderson, Deputada Bia, todos vocês que estão aqui presentes, cidadãs e cidadãos brasileiros. Tenham uma abençoada noite!

Cumprida a finalidade desta sessão, eu a declaro encerrada.

(*Iniciada às 9 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 20 horas e 54 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 33ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quinze horas e treze minutos do dia seis de dezembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Reguffe, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Esperidião Amin, Luis Carlos Heinze, Renan Calheiros, Marcos do Val, Izalci Lucas, Eduardo Girão, Wellington Fagundes, Paulo Rocha, Telmário Mota, Rogério Carvalho, Flávio Bolsonaro, Weverton, Plínio Valério e Giordano. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho, Mara Gabrilli, Rodrigo Cunha, Irajá, Carlos Portinho, Randolfe Rodrigues e Acir Gurgacz. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 38, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de analisar sugestões do setor da construção civil e de especialistas em licitações e contratos administrativos, visando ao aperfeiçoamento da atuação institucional do Tribunal de Contas da União em seu papel de fiscalização das obras públicas (com ênfase na supervisão de preços contratuais, cf. Acórdão nº 2.622/2013 – Plenário); e avaliar possíveis soluções para o problema das obras paralisadas por determinação da Corte de Contas." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE) e outros.. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 53, de 2022** que: "Nos termos do art. 71, inciso VII, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, requer que seja solicitado, ao Tribunal de Contas da União, providências e informações acerca da omissão da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) na fiscalização e controle dos repasses devidos aos Fundo de Desenvolvimento Educacional do Seguro (FDES)." **Autoria:** Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 54, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública, objeto do REQ 38/2022 - CTFC, com o objetivo de analisar sugestões do setor da construção civil e de especialistas em licitações e contratos administrativos, visando ao aperfeiçoamento da atuação institucional do Tribunal de Contas da União em seu papel de fiscalização das obras públicas (com ênfase na supervisão de preços contratuais, cf. Acórdão nº 2.622/2013 – Plenário); e avaliar possíveis soluções para o problema das obras paralisadas por determinação da Corte de Contas, seja incluído o seguinte convidado: Representante do SINICON - Sindicato Nacional da Indústria Pesada." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE) e outros.. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 64, de 2022** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional, Daniel de Oliveira Duarte Ferreira, informações sobre os motivos para suspensão da Operação Carro-Pipa no Estado de Sergipe em novembro de 2022, bem como valores financeiros destinados à operação e os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cortes realizados." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 68, de 2013 - Terminativo -** que: "Altera o Código de Defesa do Consumidor para atribuir a natureza de título executivo extrajudicial ao acordo celebrado perante órgãos de defesa do consumidor." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas que apresenta e pela rejeição das emendas 1 e 2 da CCJ. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 134, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar o custo econômico estimado na concessão de seguro de crédito à exportação, por operação de crédito, em sítio público, e disponibilizar ao Tribunal de Contas da União, a metodologia de cálculo e os parâmetros utilizados." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n° 135, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar em sítio público informações sobre as decisões de concessão de seguro de crédito à exportação." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do PLS 134/2016, nos termos do substitutivo, e pelo arquivamento do PLS 135/2016. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 374, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir como cláusula abusiva aquela que obrigue o pagamento de fatura de compra de produtos exclusivamente no estabelecimento do fornecedor." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (MDB/TO). **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3183, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para dispor sobre a divulgação do valor das mensalidades dos cursos financiados pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 3614, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 31-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para determinar que as concessionárias de serviços públicos ofereçam aos seus usuários a opção de inclusão, nas faturas para cobrança, de nome de cônjuge, companheiro ou outra pessoa, para efeito de comprovação de residência." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 5544, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para prever a penalidade de reembolso do valor do frete a empresas que descumpram o prazo de entrega de produtos acordado em contrato." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Reguffe
Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/12/06

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 33ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 31ª e 32ª Reuniões. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Leitura de avisos, ofícios e demais documentos recebidos na Comissão.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos: Avisos 1.435 e 1.448, de 2022, do Tribunal de Contas da União; Mensagem 613, de 2022, da Presidência da República; e ofício do Gabinete de Relações Institucionais, Ofício GRI 083, de 2022, da Latam Airlines Brasil.

Os documentos lidos estarão disponíveis na página da Comissão, na seção "Documentos recebidos", com *link* para acesso a seu conteúdo por um prazo de 15 dias, de forma que os Srs. Senadores possam se manifestar caso assim desejem. Não havendo manifestação, após esse prazo, os documentos serão arquivados nos termos da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Bom, como nenhum dos autores dos requerimentos está e também não há quórum para projetos terminativos, vou encerrar a presente reunião.

Antes, convoco reunião ordinária desta Comissão para a próxima terça-feira, às 14h30, aqui neste plenário. Caso ocorra, como todos nós esperamos, de o Brasil se classificar para a semifinal e jogar a semifinal na terça-feira, a reunião será na quarta-feira, às 14h30, aqui mesmo neste plenário.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 15 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 16 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 34ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2022, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e quarenta e um minutos do dia doze de dezembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Carlos Portinho, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Eduardo Girão e Wellington Fagundes, e ainda do Senador não membro Zequinha Marinho. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho, Esperidião Amin, Mara Gabrilli, Rodrigo Cunha, Marcos do Val, Reguffe, Irajá, Paulo Rocha, Telmário Mota, Randolfe Rodrigues e Acir Gurgacz. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 49/2022 - CTFC, de autoria Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Finalidade:** Discutir a metodologias e sistemas de realização de pesquisas eleitorais de intenção de voto, com a presença dos representantes dos principais institutos de pesquisa do país, de cientistas políticos e de outros especialistas na área. **Participantes:** José Luiz Soares Orrico, Diretor da Futura Inteligência; Andrei Roman, CEO da AtlasIntel; Paulo Kramer, Cientista Político; e Fábio Gomes, Sociólogo e Especialista em Pesquisas. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Carlos Portinho
Presidente Eventual da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/12/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Com a tolerância de dez minutinhos – o Senador Girão deve estar a caminho, é muito importante a sua participação –, em homenagem a todos os presentes, fisicamente ou no campo virtual, eu vou dar início à nossa sessão de audiência pública.

Declaro aberta a 34ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade discutir as metodologias e sistemas de realização de pesquisas eleitorais de intenção de voto, em atendimento ao Requerimento nº 49, de 2022, de minha autoria.

Agradeço a aprovação por esta CTFC ao Presidente Reguffe e a todos os pares que, interessados no tema, aprovaram a realização desta audiência pública.

A audiência pública será realizada em caráter interativo, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria do Senado, 0800 0612211, assim, de forma participativa e democrática.

Hoje, recebemos os seguintes palestrantes, que confirmaram as suas presenças, aos quais agradeço por aceitarem nosso convite: Sr. Fábio Gomes, sociólogo e especialista em pesquisas; Andrei Roman, CEO da AtlasIntel; e Paulo Kramer, cientista político.

Os três vão dar o ar da graça aqui da contribuição pelo meio virtual.

E aqui presente o Sr. José Luiz Soares Orrico, Diretor da Futura Inteligência.

Eu queria registrar também o Sr. Heitor Fernandes, também pela Futura Inteligência.

A palavra vai ser concedida a cada um dos convidados pelo tempo de 20 minutos.

Eu farei aqui uma breve apresentação do que nos move hoje aqui nesta audiência pública que guarda um interesse de toda a nossa sociedade.

O interesse desta audiência pública, e por isso a conveniência de fazê-la após as eleições, fora do calor da emoção...

Eu queria convidar aqui o Dr. José Luiz Soares Orrico, Diretor da Futura Inteligência, para fazer parte da mesa.

Deixo claro que a conveniência por ser após as eleições é justamente o interesse nítido em construir, de forma participativa, uma legislação que assegure, fundamentalmente, a defesa do eleitor,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

destinatário final das pesquisas. O interesse é a preservação do voto, que ele possa ter informações, mas que o seu poder de decisão não seja afetado, como me parece – a gente vai ter a oportunidade de discutir –, demasiadamente pelas pesquisas ou pela forma como divulgadas as pesquisas.

Então, eu me dirijo não só aos institutos, mas também aos veículos de imprensa no modo de divulgação das pesquisas e na capacidade, ou não, e vamos discutir, de influenciar o voto do eleitor. Temos que preservar a todo custo o voto. Ele é o instrumento maior da democracia.

Eu trago sempre o exemplo da minha eleição e do Senador Arolde de Oliveira. É lógico que, no ano de 2018, nós sabemos, houve um movimento de manada, não tenho a menor dúvida, que, às vésperas da eleição, conduziu o voto, mas não necessariamente isso ocorreu em 2020 nos estados onde a diferença do resultado das pesquisas para o resultado das urnas foi abissal e também não ocorreu, a meu juízo, nas eleições presidenciais deste ano de 2022.

A título de ilustração, em 2018, a nossa chapa, minha e do Senador Arolde de Oliveira, durante todo o período eleitoral, figurava em sexto ou sétimo lugar à corrida do Senado no Rio de Janeiro, em todas as pesquisas. Em quarto lugar, nós estávamos na pesquisa de boca de urna. Atenção: a pesquisa de boca de urna, que é considerada das mais precisas, apontava o Senador Arolde de Oliveira, a nossa chapa, em quarto lugar. Contudo, fomos eleitos, e estou aqui hoje como Senador da República.

Então, esse é o interesse e a preservação do voto.

Eu fiz aqui a apresentação dos convidados presentes: pela AtlasIntel; pela Futura Inteligência; Paulo Kramer, cientista político; e Fábio Gomes, sociólogo. Agora vou citar aqueles que não compareceram, deliberadamente.

Não compareceram a esta audiência pública a FSB Pesquisa; a Abep não compareceu; o Ipec recusou o convite; o Datafolha recusou o convite; a Quaest recusou o convite; Paraná Pesquisas não compareceu; MDA Pesquisa não compareceu; Ipespe não compareceu; Brasmarket não compareceu; Poder360 não compareceu. E, tão lamentável quanto, porque o interesse é construir a partir das experiências das últimas eleições, não atendeu o convite o Sr. Ministro Alexandre de Moraes. É mais um convite feito para que possamos aqui construir a legislação, uma legislação a partir do debate público, da participação do setor interessado da sociedade civil e, especialmente, havia o interesse na participação do TSE. Lamentavelmente, nenhum representante do Tribunal Superior Eleitoral está hoje aqui presente. É mais um convite recusado para construir, o que é lamentável dentro do equilíbrio e da harmonia dos Poderes, que, assim como o voto, é dos pilares mais importantes da nossa democracia. E o órgão responsável por produzir legislação é o Poder Legislativo, não vamos abrir mão disso para outro Poder, admitir que outro Poder interfira no processo legislativo, na função, que é social inclusive, do Parlamento. Lamento a ausência de todos esses do setor que poderiam estar aqui construindo despidos do calor da emoção das eleições – por isso, repito, fazemos após o período eleitoral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante disso, me vem aqui à memória uma entrevista à CNN, no dia 13 de outubro de 2022, do Presidente do Cade em que ele conclui, diante de diversos erros na condução das pesquisas, inclusive aquela que se realizou na semana da eleição, que também manifestou erros... O Presidente do Cade concluiu à CNN no dia 13 de outubro, abro aspas:

> Sendo assim, diante da improvável coincidência, especialmente em relação aos erros cometidos em um mesmo sendo idênticos quanto à diferença entre os candidatos e, ainda, frente à ausência de qualquer racionalidade (pelo menos por hora) que explique o fenômeno, pode-se concluir que há indícios de suposta conduta coordenada ou conclusiva e também de efeitos unilaterais por parte dos institutos Ipec, Datafolha e Ipespe, devendo a Superintendência-Geral do Cade instaurar inquérito administrativo para apurar os fatos narrados e pacificados no art. 36, *caput*, §3º, inciso I, alíneas "a", "b" e "c", inciso II e inciso VIII, da Lei 12.529/2011.

Ou seja, o Cade se interessa pela preocupação legítima de que possa haver um cartel entre esses institutos citados, todos esses ausentes nesta audiência pública, num movimento coordenado de ausência desses institutos. Repito: FSB Pesquisa, Abep, Ipec, Datafolha, Quaest, Paraná, MDA Pesquisas, Ipespe, Brasmarket, Poder360. Em razão disso, vou encaminhar o resultado final desta audiência ao Cade, porque, se há indícios de cartel, a ausência coordenada desses todos reforça ainda mais esses indícios.

Deixo uma salva e faço registro do meu agradecimento à Futura Inteligência, presente, à AtlasIntel, presente, além dos nossos cientistas políticos e sociólogos, o que mostra a disposição de vocês em aperfeiçoar o sistema, a legislação que se refere às pesquisas eleitorais. Certamente tenho interesse em separar o joio do trigo: aqueles institutos que têm uma metodologia, que têm profissionais sérios, como vocês que estão aqui hoje presentes e demonstram interesse, daqueles que talvez tenham outro interesse, como o Presidente do Cade suspeita, e a ausência daqueles em bloco aqui hoje, numa ação coordenada, reafirma e será encaminhada ao Cade, por isso as notas desta audiência pública, com o meu comentário e com o meu registro.

Na *Folha Ilustrada* do dia 15 de outubro de 2022, quanto ao Sr. Antonio Lavareda, por quem tenho grande respeito inclusive: "Lavareda responde a ataque a pesquisas e explica discrepâncias", é o título. Ele diz: "Por tudo isso, entidades como a Abep (Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa), Abrapel (Associação Brasileira de Pesquisadores Eleitorais), ABCP (Associação Brasileira de Ciência Política) cogitam se debruçar, após as eleições, sobre os resultados, métodos e técnicas utilizadas na campanha, incorporando nessa reflexão as opiniões e cobranças dos críticos, tal como a entidade dos pesquisadores norte-americanos (Aapor) faz a cada ciclo de eleições".

Então, em que pese a manifestação de que há o interesse em construir uma legislação conjunta, a ausência coordenada desses institutos que eu citei, que não compareceram a esta audiência, na verdade, mostra que são palavras ao vento e, caso tenham interesse em construir alguma coisa, quero registrar que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

onde se constrói é aqui no Senado Federal, no Parlamento brasileiro, com a participação popular, com debate, que hoje fica frustrado justamente pela ausência. É lamentável que, num interesse legítimo de construir uma legislação em defesa do eleitor – e eu vou apresentar o código de defesa do eleitor, e a questão das pesquisas estará em capítulo regulada nesse código de defesa do eleitor, para a gente poder preservar o voto, a intenção do eleitor –, fique maculado o debate em parte pela ausência daqueles outros que não compareceram, naturalmente, e que prejudicam este debate.

Mais uma vez registro meu agradecimento à Atlas, à Futura Inteligência, Paulo Kramer, Fábio Gomes, pela sua presença aqui.

A fim de orientar esta audiência pública, eu trago de antemão algumas questões sobre as quais – tenho certeza – todos os nossos convidados devem se debruçar, até porque – até adianto – li artigos de muitos aqui, e essa foi a razão do convite, porque foram belos artigos em que se posicionaram a respeito, trouxeram luz a essa discussão. Desses artigos a que me dediquei à leitura e ao estudo, para o projeto do código de defesa ao eleitor, eu formulei algumas questões que antecipo de antemão e sei que certamente serão tema da apresentação de V. Exas.

Primeiro – e aí eu chamo à reflexão todos porque eu acho que o que eu trago aqui é o que está no imaginário popular –, são as dúvidas naturais de pessoas leigas, como eu, no assunto, que eu trago e vocalizo aqui nesta audiência.

Primeira pergunta: pesquisas têm sim a sua importância e função social. Antes de qualquer debate, quero deixar registrado isto: entendo a importância das pesquisas, do trabalho dos estatísticos, dos institutos sérios, como os que estão aqui presentes nesta audiência. Mas, afinal, as pesquisas influem na decisão do voto do eleitor ou muitas vezes, afinal, induzem o voto útil, interferindo danosamente no processo democrático?

Segunda pergunta. Há fatores externos que influem e surpreendem o resultado das pesquisas, como o "efeito manada", visto em 2018. Em 2020, me parece, houve um efeito artificial e induzido do voto útil a Presidente no primeiro turno; não houve "efeito manada". De toda a forma, o resultado das pesquisas errou muito, muito além da própria margem de erro. Aquelas que mais chegaram próximo foram: CNT/MDA, no primeiro turno, com um erro acima, em 4%; Paraná Pesquisas, com erro acima da margem, de 4,3%; Atlas/Arko, com erro acima, 4,11%. O destaque negativo fica para: o Ipec, com um erro acima da margem de erro, de 7,54%; o Ipespe, com erro acima da margem de erro, de 10,84%; o Datafolha, com erro acima, 12,38%; Brasmarket, com erro acima, 18,25%. Esses números são números da semana de eleição. Deixo claro aqui porque sei que as pesquisas são uma fotografia do momento, mas, no momento mais próximo das urnas, a fotografia saiu muito borrada. Daí a pergunta: a que se deve isso? Erro de metodologia? Número subestimado de entrevistados? Deve-se à modalidade da pesquisa: algumas por telefone, outras presenciais, outras pela internet? Ou há outras causas ainda que V. Exas. possam trazer para contribuição?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terceira pergunta. Pesquisas, no período eleitoral, são divulgadas diariamente, as mais diversas – no período eleitoral. Devem ser estabelecidos marcos durante o período eleitoral, partindo do princípio de que influem, e influem, diariamente na decisão do voto do eleitor? Também o que pensam das pesquisas boca de urna? Até quando as pesquisas devem ser divulgadas?

Questão nº 4. Pesquisas são autorizadas pelo TSE e, se a eleição for estadual ou municipal, pelo TRE, embora a fiscalização seja, por lei, da responsabilidade dos partidos políticos. O TSE ou o TRE, como fiscal das eleições, deve ter obrigação e equipe própria para avaliar o pedido da pesquisa e o resultado antes da sua divulgação ou ele deve ser um mero carimbador?

O convidado Fábio pode, certamente, contribuir porque tem um belo artigo, publicado no seu *blog*, do dia 12 de outubro de 2022.

Questão nº 5. Pesquisas são contratadas, algumas por partidos outras por candidatos. Limitar a contratação somente aos partidos, além de gerar possivelmente maior credibilidade, aumentaria a responsabilidade pela divulgação, auxiliaria na prestação de contas e reduziria a profusão de pesquisas e de institutos de pesquisa?

Questão nº 6. Veículos de comunicação, em regra, contratam pesquisas para os seus noticiários, quando, às vezes, eles têm – alguns – os próprios institutos de pesquisa.

O nosso Senador Girão – vou fazer uma pausa – está aqui presente. Vou convidá-lo para a mesa, Senador Girão, porque sei que esse tema é do seu maior interesse. Estou aqui externando algumas questões para orientar a nossa audiência pública. Estou aqui, Senador Girão, na questão nº 6, que vou, então, reiniciar.

Questão nº 6. Veículos de comunicação, em regra, contratam pesquisas para os seus noticiários – se alimentam disso. Às vezes, eles próprios têm os seus institutos de pesquisa. Daí a pergunta: sendo as pesquisas públicas – porque registradas e autorizadas pelo Poder Judiciário –, ainda que resguardada a divulgação em determinado dia somente para aquelas contratadas pelos próprios veículos de mídia, deveriam esses próprios veículos de mídia, por sua obrigação de bem informar, se dedicar à divulgação de todas as pesquisas, das demais pesquisas, que são públicas, repito, ao longo da mesma semana? Ou realmente a divulgação deve ser seletiva: eu só noticio aquela que contratei ou aquela que interessa ao meu editorial?

Questão nº 7. E, mais, na mesma linha: deveriam esses veículos ser obrigados a divulgar a pesquisa integral em todas as suas páginas – 104 páginas, centenas de páginas algumas – para a análise dos interessados, dos especialistas, ou somente devem divulgar os resultados, como fazem? Lembrando que a pesquisa não é só resultado, tem amostras, tem separação por amostras de estados, de população, entrevistados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu trago aqui uma matéria do *Estado de S. Paulo*. Segundo Alexandre Patriota, Professor do Instituto de Matemática e Estatística (IME), da USP, os institutos de pesquisa eleitoral deveriam mudar a forma de divulgar seus resultados. Uma sugestão seria essas empresas informarem para a comunidade de pesquisadores mais detalhes sobre a metodologia. Segundo o professor, pode haver problemas tanto na forma quanto na definição das amostras. A transparência é uma das formas de resolver o problema. Tem de mostrar o processo completo, saber como as estimativas são obtidas, como são corrigidas, quais são as ponderações usadas nas correções. Uma forma seria disponibilizar os dados brutos ou agregados em algum nível para que seja possível reconstruir as estimativas e suas variabilidades. Assim, os especialistas poderiam recalcular estimativas, utilizando outras metodologias.

Questão nº 8. Veículos de comunicação devem – atenção – advertir, quando informam os resultados das pesquisas, que não necessariamente são eles precisos, esses resultados, que são apenas um retrato do momento da coleta de dados e não refletem as probabilidades para o dia da eleição e pode haver erro além da margem? Deve haver maior cuidado dos veículos de mídia na divulgação das pesquisas, como aquela advertência que há nos maços de cigarros, de que fazem mal à saúde? A gente deveria exigir dos veículos de mídia que, antes da divulgação, eles a introduzissem, fazendo a advertência de que é um retrato daquele momento, que pode haver erro além da própria margem de erro? Porque entendo que há uma obrigação, uma responsabilidade também dos veículos de mídia e não só dos institutos de pesquisa.

Questão nº 9. Pesquisas possuem fórmulas. O.k. Há fórmulas sacramentadas que geram resultados mais aproximados ou cada qual deve ter a sua própria fórmula?

Questão nº 10. Nessa mesma linha, o universo de entrevistados num país continental com mais de 200 milhões de pessoas possui um limite que garante maior precisão do resultado? Deve ter uma linha de corte de número de entrevistados? Eu vejo muitos institutos – e aí pode ser ignorância minha, sou leigo no assunto – que entrevistaram 1,6 mil pessoas em não sei quantas capitais, em não sei quantas cidades de capital. Dividindo isso daí por amostragem, talvez, na capital do Rio de Janeiro, entrevistaram dez pessoas; na Baixada, cinco; no interior, mais outros cinco. E, aí, eu começo a achar que pode haver, e vocês sabem mais do que eu, alguma variação de acordo com o número de entrevistados, considerando o Brasil um país continental com mais de 200 milhões. Essa é uma pergunta que eu sei que a sociedade civil também faz.

Questão nº 11. Também há a mesma precisão em pesquisas presenciais, pesquisas pela internet, pesquisas por telefone e/ou, eventualmente, sua fórmula deve considerar um *mix* de entrevistas por todas essas formas?

Questão nº 12. Ao requerer ao TSE ou ao TRE a autorização para pesquisas, deve ser informado o nome do contratante sempre e divulgado o valor do contrato? Nessa linha, quando encerrada a pesquisa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deve ser permitido, como nós sabemos que ocorre, que o instituto venda o resultado para outros que não o contratante original? Deve haver travas para o mercantilismo das pesquisas?

Eu trago alguns dados que mostram que falta muita transparência. Um deles é do *O Antagonista*, do dia 7 de outubro, e o outro, da *Revista Oeste*, do dia 9 de outubro. Por exemplo, o *O Antagonista* diz numa matéria que o Ipec recebeu ao todo R$11.455.087,41 milhões para as pesquisas. A *Revista Oeste*, dois dias após, diz que o Ipec recebeu R$24 milhões. O Datafolha, mesmo comparando – mesma matéria de *O Antagonista* – com o Ipec, e é impossível não comparar, faturou R$4.198.752,00, segundo *O Antagonista* de 07/10/2022. O Datafolha, segundo a *Revista Oeste* publica dois dias após, recebeu R$15 milhões. De toda forma, se foram quatro, se o Datafolha recebeu quatro e o Ipec recebeu onze, segundo ainda *O Antagonista*, agora, sobre os outros, nessa mesma matéria do dia 07 de outubro: a Quaest recebeu R$3 milhões, menos que Datafolha e muito menos que o Ipec; o Instituto Veritá, R$2 milhões – estou falando números aproximados, brutos –; o Instituto Paraná, R$1,971 milhão; o IPRI, que é FSB/BTG, R$1,031 milhão; o Ipespe, R$882 mil; PoderData, R$622 mil; MM Ideia, R$401 mil; Brasmarket, R$322 mil. Há uma diferença enorme entre o faturamento dos institutos na mesma matéria – foi o que estava disponível em *O Antagonista* –, além da divergência dos valores em relação à *Revista Oeste*.

Estou chegando ao fim aqui das minhas questões.

A de número 13 é do Senador Espiridião Amin. Em conversa, ele cogitou estabelecer um *ranking* histórico de institutos de pesquisa, de modo a permitir conferir maior ou menor credibilidade e importância a esses, além de reduzir a profusão de institutos de pesquisa, auxiliando o eleitor, que irá conferir ou não peso maior ou menor e credibilidade. É essa uma boa proposta? Assim, a gente teria uma série histórica das nossas eleições e dos institutos para que a gente possa dizer: o instituto, por exemplo, Futura acertou as últimas cinco eleições ou chegou mais próximo; já o Datafolha foi um fracasso, errou tudo nas últimas cinco eleições. E, aí, o eleitor pode conferir maior ou menor credibilidade àquela pesquisa, induzindo mais ou menos o seu voto.

E, por fim, a última pergunta. Questão nº 14. Deve haver responsabilidade pessoal dos estatísticos que conduzem e assinam as pesquisas, como há, por exemplo, dos engenheiros em obras e de outros profissionais? Na semana de eleição, ao menos, para erros acima de 10%, por exemplo, deve haver a responsabilidade pessoal do estatístico? A obrigação do registro de empresas e dos profissionais no Conselho Federal de Estatística, como vigorou, segundo informações que tenho, até 2012, quando havia essa obrigação? Ou seja, quais mecanismos é possível sugerir para conferir maior responsabilidade aos institutos, aos estatísticos em defesa do eleitor – em defesa do eleitor?

Assim, encerro. Imagino que muitos dos meus questionamentos poderão ser abordados pelos nossos convidados, no intuito de esclarecer, inclusive quem nos assiste, que é leigo tanto quanto eu no assunto. Por isso, permito-me fazer alguma pergunta que pareça, pelo menos à primeira vista, para quem entende, não muito adequada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradecendo, mais uma vez, a presença de todos, antes de dar a palavra ao primeiro convidado, eu vou aqui dar a palavra ao meu querido Senador Girão, que pode contribuir ainda mais com esses questionamentos nesta audiência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muitíssimo boa tarde, Sr. Presidente desta sessão, Senador Carlos Portinho, meu amigo, meu irmão, que vem fazendo a diferença, aqui no Senado Federal, desde que chegou, com pautas importantes, de interesse da sociedade. Agradeço à equipe dele, aqui presente também, na pessoa do Fábio, e à da nossa Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle, que é sempre muito atenciosa.

Olha, Senador Carlos Portinho, em primeiro lugar, eu tenho que parabenizá-lo, porque nós estamos fazendo uma sessão, hoje, histórica, emblemática, supersimbólica, porque, neste momento, está acontecendo a diplomação, inclusive, do Presidente Lula, e esse é um assunto que bateu firme, durante essa campanha.

Eu acho que a sociedade brasileira ficou estarrecida com, mais uma vez, uma diferença brutal de alguns institutos de pesquisas, e eu vou confessar uma coisa para você, Senador Portinho, e para todos os que estão nos assistindo: eu não estaria aqui, hoje, eu não estaria aqui, hoje, como Senador – porque nós estamos, nós não somos Senadores, estamos, e talvez eu estivesse aqui como uma parte da sociedade que está aqui presente, assistindo, alguém que está em casa, mas nunca, como Senador! –, se dependesse de instituto de pesquisa. Porque eu fui prejudicado – fui prejudicado! – na véspera da eleição! No sábado anterior à eleição, eu estava com uma diferença abissal! Eram duas vagas, em 2018, e eu estava com uma diferença aí de 16 pontos ou mais para o segundo colocado, que era o Presidente do Senado. Impressionante! Ao ponto de que os apresentadores de televisão de várias grandes emissoras chegaram e disseram assim: "É, pelos números, a eleição já está decidida. Primeiro colocado, fulano de tal; segundo colocado...". Desse jeito! Você imagina a ducha de água fria que foi para o povo justo, de boa vontade, que estava querendo mudança, lá no Estado do Ceará...

Então, por um milagre, eu estou aqui, e os institutos de pesquisa eu tenho certeza de que diminuíram muito uma margem que eu tinha, porque muita gente até jogou a bandeira, porque ainda acredita!

Com todo o respeito aos institutos, eu quero parabenizar as pessoas que vieram para esta audiência e que mostram respeito por esta Casa, o Senado Federal: o Sr. Fábio Gomes, Sociólogo e Especialista em pesquisas; o Sr. Andrei Roman, CEO da AtlasIntel; o Sr. José Luiz Soares Orrico, que já está aqui e vai falar agora, Diretor da Futura Inteligência; e o Sr. Paulo Kramer, Cientista Político.

Com todo o respeito aos senhores e aos demais, nós somos aqui... Enquanto a gente puder falar, porque esse é um assunto proibido também – não é, Portinho? –, esse é um assunto proibido, muitas vezes, aqui, na Casa revisora da República e na Câmara dos Deputados, é um assunto que incomoda,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive, o TSE, que a gente vê que não veio, mais uma vez. Nós fizemos outras sessões aqui, convidamos e eles não vieram; e, novamente, não quiseram, não estão dispostos a diálogo, pela democracia, pela liberdade, porque, hoje, o povo brasileiro está um pouco entalado com certas coisas que não pode dizer! Até expressões o TSE... E, diga-se de passagem, são pouquíssimos os países do mundo em que existe uma Justiça Eleitoral que custa 10 bilhões.

É isso?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Dez bilhões no Orçamento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – R$10 bilhões no Orçamento! Olha que interessante esse dado que o Senador Portinho está trazendo. É dinheiro nosso: dinheiro meu, dinheiro seu, dinheiro de quem está nos assistindo.

Então, infelizmente virou...

Eu digo isso porque eu vou a feiras, eu vou a praças. Eu sou um Parlamentar que, como o Senador Portinho, gosta de conversar com pessoa de direita, de esquerda, de centro; contra governo, a favor de governo. E esse assunto virou, na cabeça de brasileiros, e a gente tem que atentar para isso – olha a credibilidade de certos institutos de pesquisa; isso atrapalha todo mundo, todos os outros que tentam fazer algum trabalho sério –, virou caso de piada, piada! O pessoal já ri por tantos erros.

Lá no meu estado, tinha um departamento, a Funceme – acho que pelas condições de tecnologia da época; não sei se no Rio de Janeiro tem, Portinho –, um departamento, um órgão que avalia a questão de chuvas e faz todos os estudos. Na época, tinha a nucleação, lembra? "Os aviões iam nuclear" e jogavam sal nas nuvens para chover no Nordeste – eu sou da terra –, e era interessante, sabe, Fabinho, porque chegavam lá... Estou falando aqui para a gente traçar um paralelo. Eu era pequeno nessa época, e a Funceme dava a manchete no jornal: "Vai chover durante o mês de março". Aí tinha os chargistas que, quando eles diziam que ia chover, diziam: "Mulher, vamos vender o nosso guarda-chuva, porque a Funceme está dizendo, e não vai!". Para você ver como a coisa ficou! Então, está acontecendo isso já com os institutos de pesquisa, devido a tantos erros.

Aí vêm as perguntas, que eu quero aproveitar para fazer, apenas três, sobre a questão de até onde isso gera uma manipulação, de verdade, no resultado das eleições. Eu sou um exemplo. Ganhei por 11,9 mil votos a eleição para o Senado Federal. Foram 11,9 mil votos. E outros casos a população já vê como caso de polícia. Caso de polícia, inclusive, teve, não é?, nessa... Acho que o Ministério da Justiça pediu à Polícia Federal para investigar; o Cade pediu... E a gente tem que se aprofundar nisso, porque não dá, não dá!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria aproveitar e fazer aqui três perguntinhas para todos os palestrantes. Eu não sei quem vai poder responder primeiro, se vai ser o Sr. José Luiz Soares Orrico. São perguntas que talvez vão na linha das que o Senador Portinho já fez. Mas eu queria aproveitar.

1. Entendo que, em tese, o direito fundamental à informação, as pesquisas eleitorais promovidas, principalmente pelos grandes institutos de pesquisa, têm se distanciado muito da realidade das urnas. Portanto, seja por falha sistemática, seja por dolo em fraudar, essas instituições têm conseguido induzir o eleitor a optar pelo voto útil, qual seja, o que reduz as opções de voto ao primeiro ou ao segundo colocado nas pesquisas, em detrimento do voto de princípios. Visando combater esse fato, eu dei entrada no PL 5.379, de 2020, que está engavetado aqui há dois anos já, com o objetivo de vedar a divulgação de pesquisas eleitorais a partir do 30º dia anterior até as 18h nos respectivos estados do dia do pleito.

Pergunto: qual a sua visão sobre as comprovadas inconsistências das recentes pesquisas eleitorais? Em último caso, não se estaria objetivando a manipulação da massa de eleitores, principalmente, os indecisos?

2. Não há como negar que os institutos de pesquisa têm falhado na aferição das intenções de voto – eu não quero generalizar, mas a maioria tem falhado – para todos os cargos, seja majoritários, seja proporcionais. Consultando a legislação, a jurisprudência do TSE, que, repito, não veio hoje mais uma vez a esta Casa revisora da República atender um convite para dialogar sobre um assunto importante, que inquieta a nossa população cada vez mais... Então, se querem a pacificação, o mínimo era estarem aqui, era estar conosco aqui conversando, dialogando. Mas não vamos desistir, não! Vamos continuar, Portinho!

Repito: consultando a legislação, a jurisprudência do TSE e especialistas também, chegamos à conclusão de que há pouco controle sobre a qualidade das pesquisas – Portinho acabou de falar isso –, que depende muito da sociedade e da tradição dos institutos que as realizam.

Pergunto: qual a sua visão sobre a falta de transparência imposta pelas organizações que promovem pesquisas eleitorais?

E a última pergunta. As, muitas vezes enormes, discrepâncias entre as pesquisas eleitorais e os resultados efetivos das urnas têm sido explicadas pelos institutos de pesquisa apenas por, abro aspas, "variações metodológicas", fecho aspas. Essa superficial justificativa procede ou é apenas mais uma narrativa? Porque ninguém aguenta mais narrativa neste país! Nesse vale-tudo das pesquisas, muitas delas encomendadas por bancos, partidos ou grandes meios de comunicação – todos eles expressos ou velados interesses particulares –, o TSE e o Ministério Público Federal, instituições que deveriam defender a lisura do processo eleitoral, não estariam sendo omissos e por que não dizer até coniventes com essa, em tese, manipulação da opinião pública?

São essas as perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, mais uma vez, parabenizo os convidados que vieram aqui colaborar com esse debate importante, porque o Senado precisa agir, precisa resolver essa questão, fazer a sua parte para que tenhamos cada vez mais eleições democráticas, livres e sempre com muita lisura no nosso país.

Muito obrigado, Senador Portinho.

Parabéns pela iniciativa mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Senador Girão.

Dá para depreender que os seus questionamentos, embora a gente não tenha conversado antes a respeito, estão exatamente alinhados com os meus, e provavelmente posso dizer que estão alinhados com as dúvidas que a sociedade tem. E se a sociedade tem dúvida e se nós – e eu tenho certeza de que todos os institutos – não temos compromisso com o erro, não temos, embora tenha acontecido, tenha acontecido, é bom para o próprio setor essa audiência pública, para que possamos qualificar, entender, ouvir e construir uma legislação.

Então, inicialmente – até peço desculpas aos nossos convidados virtuais –, vou começar com quem está presente aqui, o Sr. José Luiz Soares Orrico, Diretor da Futura Inteligência; e na sequência, naturalmente, falarão os nossos colegas convidados virtuais.

Serão 20 minutos para cada um, e lógico que, se precisarem de um minuto a mais, não será problema.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ LUIZ SOARES ORRICO (Para expor.) – Boa tarde a todos, primeiramente. Agradeço o convite. É uma honra para mim estar em uma Comissão do Senado falando sobre pesquisa.

Eu não trouxe uma apresentação e não sei se vou gastar os 20 minutos todos.

Sobre as perguntas que vocês fizeram, eu vou fazer algumas colocações.

Primeiro, eu me sinto muito à vontade para estar aqui fazendo as colocações porque a nossa empresa teve os resultados muito dentro das margens. Então, não me incomoda, muito pelo contrário.

Em segundo lugar, eu acho superimportante a gente discutir esta coisa e a gente colocar as coisas nos devidos lugares.

Eu, especialmente porque tenho instituto, sou contra regulação de data. Mas eu vou explicar, durante aqui, porque sou contra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do que sou a favor – e sou a favor disso há muito tempo? Como nós já fizemos muito trabalho com mídia também, eu discuto isso com jornalistas há muito tempo. Tanto nós institutos como a mídia costumamos dar um valor à pesquisa maior do que o que ela tem.

O que é a pesquisa, na minha visão? A pesquisa é mais um informativo para o eleitor olhar e decidir o voto dele.

E as pesquisas eleitorais, especialmente, têm alguns problemas hoje, que a gente tem que procurar superar. O primeiro e grande problema é que nós não temos censo há 12 anos. Então, a falta de um censo é uma coisa que nos dificulta muito.

Se você pegar, por exemplo, renda, teve instituto que deu 38% de renda até dois salários mínimos; e teve instituto que deu 62%, do mesmo eleitor. Quer dizer, tem um descompasso aí.

Outra coisa que eu acho é que, talvez, hoje, isso já não seja mais tão definidor de voto. Tem outros atributos que devam ser considerados na amostra e que talvez não sejam que possam ajudar mais a gente a chegar próximo ao resultado, apesar de eu insistir – eu faço questão de dizer isto – que nós temos um problema entre o fim do campo...

Por exemplo, nossa última pesquisa foi divulgada na sexta-feira e nós terminamos o campo dessa pesquisa na quinta-feira. Entre a quinta-feira, quando terminamos o campo, e o domingo, dia da eleição, podem ocorrer alguns movimentos, porque eleição – aqui vocês sabem muito melhor do que nós – é um processo em movimento. Não é um processo como se eu fosse fazer uma pesquisa sobre outros atributos como o próprio censo. Se eu for fazer uma pesquisa sobre renda do brasileiro e eu fizer com uma amostra bem-feita, eu, daqui um ano, não vou ter uma variação muito grande, a não ser que haja um processo inflacionário ou um processo de desemprego que seja muito grande.

Eu vou até aproveitar estar aqui na Casa do Senado para dizer o seguinte: a coisa que mais me incomoda é a pesquisa para o Senado. Por que é a pesquisa para o Senado? Porque nós chegamos na véspera da eleição... E nós já fizemos pesquisa no sábado de manhã, exatamente em 2018 – quando o senhor falou, eu me lembrei exatamente desse caso –, quando nós chegamos com apenas 80% dos votos decididos, dos 200%. Ou seja, tinha 120% de voto a definir, que podia eleger qualquer um. Deve ser o que ocorreu com os senhores lá no Rio de Janeiro. E, no Ceará, você deve ter chegado... Porque o eleitor brasileiro vem mudando muito, amadurecendo muito em termos de voto. Lá em 1989, 1990, ele achava que tinha que decidir o voto 15, 20, 30 dias antes; hoje, ele sabe que não, que ele tem que decidir o voto na hora em que vota. Então, às vezes, tem gente que muda o voto na hora em que vota. E isso não tem como o instituto pegar.

E como é que eu venho defendendo que a gente deva fazer isso, há muito tempo? Eu acho que a gente dá muito valor, e isso para nós... É claro, é um prazer acertar o resultado eleitoral, ocorre que as pesquisas não são feitas para isso; as pesquisas são feitas para tirar um retrato do momento. Então o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ocorre? Todos nós, e aí eu me incluo, fazemos votos válidos. E a gente faz também, durante a pesquisa, uma pergunta que é a seguinte: "Em quem o senhor votaria?", sem estimular a pessoa. E ali aparecem as intenções de voto que ainda não estão definidas. E nem nós nem a mídia batemos em cima disso.

Então, por exemplo, como eu disse aqui, na eleição para o Senado de 2018, era para as manchetes dizerem o seguinte: "a eleição para o Senado não está definida; tem certo favoritismo". Porque o natural com as pesquisas – é o que você pega quando você estimula – é que aquilo tem uma tendência a ocorrer, mas nem sempre aquilo ocorre, como aconteceu no caso dos senhores e como aconteceu na eleição de 2018, que foi uma eleição de manada de definição de voto na última hora, em que o eleitor acabou se definindo de uma hora para outra. Então, eu acho que é preciso que nós, institutos de pesquisa, e que a mídia informe melhor o que nós estamos trazendo. Nós não estamos trazendo a eleição. Quem elege é a urna; não é o instituto de pesquisa. Então é preciso que o instituto de pesquisa dê maior peso... Por exemplo, a nossa pesquisa indicou o Presidente Bolsonaro um pouquinho à frente, mas eu insisti, em todas as apresentações que eu fiz, que eu não podia garantir quem ia se eleger, porque eu tinha ali um empate técnico muito claro. E aí me perguntavam: "Não, mas não tem um na frente?". Eu digo: não, não tem um na frente, porque, se a pesquisa tem margem de erro de 2,2 e a minha diferença entre os candidatos é menor do que isso, então, na minha pesquisa, eu tenho um empate técnico. Então a manchete devia ser "empate técnico" no meu caso. E eu acho que na maioria dos casos do segundo turno, se a gente pegar, a maioria das pesquisas indicavam empate técnico. Então a manchete tinha que ser "empate técnico".

Eu acho que essas coisas a gente... Isso eu sou a favor de a gente discutir. Como é que a informação é passada? Eu acho que nós passamos – e eu vou insistir: quando eu digo nós, eu me incluo também – nós passamos a impressão de que a eleição está decidida. E a eleição não está decidida. Isso é outra coisa, por exemplo: nós não fazemos muito esforço em falar essa coisa do movimento, essa coisa de gente que hoje diz que vai votar no senhor, amanhã diz que vai votar no senhor, e quando chega na urna vota num terceiro. Isso tem que ficar mais claro para o eleitor. O eleitor tem que saber que a pesquisa é um mero informativo.

Indução. Indução é uma discussão... Eu acho que isso a gente tem que fazer mais estudos para comprovar. Eu vou dizer no caso da eleição de vocês, que não estavam indicados pelas pesquisas e se elegeram. Se nós, institutos, induzíssemos, vocês não seriam eleitos. Eu acho que indução é uma coisa que precisa ser discutida. A indução, por exemplo, nessa eleição, acho que serviu para voto útil. Ela serviu para voto útil nessa eleição no primeiro turno. No primeiro turno, por exemplo, a nossa pesquisa, que foi a que indicou a diferença mais próxima do resultado final... Mas, se a gente for trabalhar pela margem de erro, nós estamos fora da margem de erro. E nós estamos fora da margem de erro multiplicada: você pega os candidatos – terceiro, quarto, quinto, sexto –, todos perderam votos, que acabaram indo ou para um ou para outro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que eu acho é que a gente precisa educar a população sobre o que é uma pesquisa. E precisamos informar a população com mais clareza de como a pesquisa tem que ser apresentada, de como é que a gente fala, de que informação a gente dá. A gente não pode dizer "o candidato A vai vencer a eleição", a não ser que a diferença seja brutal, porque na maioria dos casos nós temos uma eleição que tem eleitores indecisos e que ainda vão se decidir no processo.

Quanto às metodologias, eu acho que elas podem produzir uma diferença, sim. Se a gente está falando em presencial, a presencial tem dois formatos: ela tem o formato fluxo; e ela tem o formato domiciliar. Nós temos também a pesquisa de URA, que é a pesquisa que o *Poder360* faz, que é a pesquisa feita por robô. E já começam a aparecer – mas eu acho que nessa eleição não teve ainda – pesquisas feitas por WhatsApp, mas não me lembro de ter visto nenhuma pesquisa nesse caso. Cada uma delas tem suas vantagens e desvantagens.

A pesquisa presencial domiciliar tem, a meu ver, uma desvantagem já há algum tempo. Ela tem uma grande vantagem, porque é mais fácil você encontrar o eleitor. Então, você sorteia lá as quadras que você tem que sortear, e você vai e faz. Essa pesquisa tem essa vantagem. Mas eu acho que hoje ela tem uma desvantagem: como é que eu faço pesquisa em alta renda? Como é que eu chego no apartamento das pessoas, ou no condomínio, se for casa? Não é simples. E mais: em algumas localidades, e o Rio é um exemplo disso, nós temos áreas que não são penetráveis. Com é que o pesquisador vai conseguir entrar numa zona de milícia no Rio de Janeiro? É muito difícil. E mais: se ele conseguir entrar, como é que ele controla se aquele voto que está sendo dado pela pessoa que está ali é o voto da pessoa ou se a pessoa está com medo e está dando um voto que não é dela. "Ah, isso é só 1%!" Mas você vai somando uma série de dificuldades que você tem. E aí as pessoas dizem...

Nós fizemos por Cati, que é o sistema por telefone, automático. A gente tem acesso a um cadastro com mais de 200 milhões de telefones; a gente faz um sorteio aleatório; e o sistema faz a ligação e transfere para o entrevistador. O entrevistador entrevista e vai marcando ali. Isso é gravado, e o nosso *check-in* depois ouve as entrevistas, um percentual das entrevistas, para verificar se as entrevistas estão sendo bem-feitas. Nós sempre trabalhamos com o presencial de fluxo. Mudamos para esse perfil porque achamos que, agora, como você tem acesso a um cadastro muito maior, é muito mais fácil você fazer a pesquisa por telefone e alcançar as pessoas.

Mas são discussões, tem vantagens e desvantagens. Quando você faz a presencial, é muito difícil o eleitor fugir de você, se você alcança o eleitor; é muito difícil o eleitor dizer que não vai dar a entrevista ou desistir no meio. Então, por exemplo, as entrevistas por telefone, nós da Futura achamos que ela tem que ter um questionário menor, porque, se o questionário é maior, o cara desliga o telefone e vai embora, e você perde a entrevista. Isso acontece com muita frequência.

Então, eu acho que a discussão... Nós precisamos ter a discussão, sim. Agora, eu acho que a principal discussão – desculpe-me, Senador Girão – não é no prazo de divulgação, porque eu acho que, se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente limitar o prazo de divulgação, nós vamos ter vazamentos de outras formas. Hoje, com rede social, é muito simples fazerem isso. Então, nós vamos possibilitar um aumento de *fake news* em cima das pesquisas eleitorais. Eu acho que muito mais importante, do nosso ponto de vista e do ponto de vista da sociedade, é que a gente tenha uma informação melhor sobre o que são pesquisas e o que é que aquilo está informando.

E, por outro lado, talvez criar um *ranking* seja interessante. Tem um *ranking* aí – eu não sei se os senhores já o conhecem – de um *site* que chama – fugiu-me o nome –, que analisa as pesquisas de 180 institutos. Também isso para mim é fácil falar, porque eu estou lá entre os dez. Eu estou hoje entre os dez. Dos 180, 12 receberam nota A; nós recebemos nota A deles. Não sei nem se a metodologia deles de classificar é a mais correta, não, mas eles fizeram lá uma classificação.

Uma outra coisa que eu acho, respondendo um pouco o que os senhores colocaram, é que a legislação que está hoje prevista no registro que a gente faz no TSE já inclui algumas coisas que estão ditas aqui, por exemplo: se um partido político estiver sem acesso ao banco de dados da pesquisa que eu faço, eu sou obrigado a entregar o banco de dados para ele. Nós, inclusive, não precisamos da obrigação: quem chegar lá e pedir, a gente dá, não tem problema nenhum. Isso está na legislação.

Outra coisa que está na legislação – que o senhor, Senador Portinho, citou e que eu acho que também já está resolvida – é a questão do registro dos estatísticos. Eles têm que ser registrados no Conselho Regional de Estatística, e a empresa tem que ser registrada no conselho regional também. Inclusive, uma coisa que eu acho que é uma discussão que a gente precisa fazer: se os conselhos regionais são filiados ao Conselho Federal, por que eu tenho que me registrar em cada conselho regional se eu vou fazer pesquisa no Rio, em São Paulo, em Minas, como nós fizemos este ano? Eu tive que ser registrado no conselho de Minas, no conselho do Rio e no conselho de São Paulo. Por que é que o meu registro no conselho do Espírito Santo, que é um órgão vinculado ao Conselho Federal, não vale? Então, isso acabou virando também um instrumento para os conselhos receberem um pouco mais de receita. Eu acho que isso é uma coisa que precisa ser pensada também.

Mas eu acho que o mais importante... Já até indo para finalização e passando aí para os meus colegas que estão presentes, o mais importante que eu acho é a gente pensar em como – não sei se por legislação, Senador – fazer com que a gente explicite melhor o que é um instrumento de pesquisa e o que nós estamos botando para fora. Como no exemplo que dei da pesquisa ao Senado: como é que a gente indica? Olha... Porque qual é o problema da mídia? A mídia adora dar uma manchete preditiva, e as pesquisas não são preditivas. As pesquisas não são preditivas, mas a mídia adora. E nós, institutos, acabamos adorando também, porque, se você acerta, é igual economista quando acerta índice de inflação: acerta um e erra dez, e fica valendo por aquele um que ele acertou, não é? Então, eu acho que nós temos que parar com isso; pesquisa não é preditiva. A urna é que resolve isso, não é pesquisa. Então, acho que isto é uma outra coisa que a gente tem que fazer: como é que a gente passa a fazer a sociedade entender

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a pesquisa é um mero informativo do processo eleitoral? E a gente precisa botar para fora algumas informações, como o nível de indecisão da pergunta espontânea. Eu acho superimportante a gente dar essa informação, porque nessa informação pode estar claro se um candidato pode ganhar ou pode perder, usando, evidentemente, as margens de erro que nós usamos.

Encerro a minha primeira fala por aqui e me coloco à disposição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Girão, eu queria confirmar a presença aqui e publicizar a presença do nosso Senador Heinze, que esteve aqui e está acompanhando, certamente, lá do gabinete, como falou aqui ao meu ouvido, porque ele está com outro afazer, mas aqui a gente chuta com as duas pernas, não é, Girão? Então, registro a presença, sim, do Senador Heinze acompanhando esta importante discussão.

Vou passar ao nosso outro convidado, porque aí, ao final, tendo alguma outra questão, a gente pode fazer em bloco ou dirigir a cada qual.

Vou seguir aqui. Seguindo os institutos de pesquisa, vou pedir ao Andrei Roman, da Atlas e, na sequência, ao Paulo Kramer e ao Fábio Gomes. Assim, a gente concentra o primeiro bloco nos institutos; depois, nos especialistas.

Andrei com a palavra, por favor.

O SR. ANDREI ROMAN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde! Muito obrigado pelo convite, Senador.

Boa tarde a todos os participantes da reunião.

É um prazer estar aqui tentando trazer mais transparência para o mundo da metodologia de pesquisa de opinião.

Eu acho que, ao longo deste ciclo eleitoral, a Atlas se colocou de maneira muito direta e transparente nesse debate. A gente não tem absolutamente nada a esconder em relação ao nosso trabalho, seja do ponto de vista metodológico, seja em relação a qualquer outra pergunta ou indagação em relação às nossas atividades.

Parece-me que é muito salutar o gesto de fazer esse convite para os diretores dos institutos. Não foi exatamente um ano bom para a atividade de pesquisas. Parece-me que tivemos, tanto no primeiro quanto no segundo turno da eleição para os mais diversos cargos, erros, em alguns casos grotescos, em muitas das pesquisas que foram divulgadas na mídia nacional. Não foi exatamente o caso da Atlas. Acho que o nosso trabalho se destacou mais uma vez pela sua precisão e qualidade. Mesmo que também não tenhamos tido uma trajetória perfeita, acho que, conforme irei mostrar, estou bastante satisfeito com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nosso desempenho. Nesse contexto, é sempre importante, eu acho, abrir oportunidade para que a sociedade possa avaliar com mais fundamentos, com mais evidência justamente o que aconteceu. Então, desse ponto de vista, eu me coloco à disposição para responder absolutamente qualquer dúvida ou pergunta, como venho fazendo ao longo deste ano todo.

Compartilharei aqui minha tela só para mostrar alguns dados em relação ao desempenho das nossas pesquisas. Parece-me que é importante a gente trazer alguns dados mais claros. Peço só um segundo para compartilhar aqui minha tela. (*Pausa.*)

Estão conseguindo ver minha tela?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Estamos. Se puder dar um *zoom* um pouquinho maior, a gente agradece aqui – quem é míope como eu.

O SR. ANDREI ROMAN (*Por videoconferência.*) – Acho que aqui é o máximo que eu consigo, mas eu irei falar sobre os números.

Aqui eu só queria apresentar o primeiro quadro, que mostra o desempenho comparativo das pesquisas em nível nacional para a eleição presidencial no primeiro turno. No caso, a gente comparou aqui todos os institutos que divulgaram números ao longo dos últimos... Desde, se não me engano, antes da realização do primeiro turno da eleição, nós do Atlas tivemos um erro médio de 1,4 ponto, um pouco abaixo do erro do MDA, que foi um erro de 1,45.

Em seguida vocês podem ver como se saíram outras empresas, inclusive a Futura, que aparecem nesse ranqueamento de precisão do primeiro turno da eleição presidencial.

A Pesquisa Atlas, mesmo chegando mais próximo que qualquer outra, não conseguiu antecipar o correto desempenho dos candidatos dentro da margem de erro. A gente superestimou o Presidente eleito Lula em 1,9 ponto e subestimou o atual mandatário Jair Bolsonaro em 2,1, isso num contexto de uma pesquisa que tinha uma margem de erro de um ponto percentual. Mesmo assim, parece que foi um resultado bastante próximo. A diferença entre o Lula e o Bolsonaro no primeiro turno foi de aproximadamente 5 pontos percentuais, e o resultado da eleição na nossa pesquisa era de 9 pontos percentuais. Então, essa diferença se deve a essa superestimação e a essa subestimação em mais ou menos 2 pontos percentuais para cada um dos dois candidatos.

Por que isso aconteceu? Por que aconteceu essa super-representação do Lula na Pesquisa Atlas e a sub-representação do Bolsonaro? Do meu ponto de vista, foi um padrão de comparecimento que a gente não esperava nas regiões Sul e Sudeste, principalmente nas regiões metropolitanas; um eleitorado mais moderado, que tendia a declarar voto principalmente na Simone Tebet e no Ciro Gomes, acabou comparecendo num peso muito menor do que a gente esperava em cidades como São Paulo, Rio de janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte, e foi mais ou menos por conta disso que, em relação à nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pesquisa, o resultado da eleição veio um pouquinho diferente, um pouco acima da margem de erro em relação ao que a Atlas esperava.

Acho que tem outras explicações em relação aos outros estudos, até porque, como dá para ver nesse quadro, em alguns casos o desempenho do Bolsonaro foi subestimado em 6, 7, 8 pontos percentuais em alguns casos. Alguns estudos cometeram erro oposto e subestimaram o desempenho do Lula em até 14 pontos percentuais, como foi o caso da pesquisa da Brasmarket. A explicação que eu dei sobre o erro da Atlas é uma explicação que apenas se aplica aos nossos números, que eu conheço em profundidade.

De maneira geral, me parece que houve um erro sistemático de sub-representação de Jair Bolsonaro. Principalmente me parece que, nesse contexto, foi relevante a má calibragem amostral da maioria das pesquisas no quesito perfil de renda da população. Em muitos estudos, a gente via amostras em que a população que ganha até dois salários mínimos representava mais ou menos de 55% a 60% das amostras, isso num contexto em que dados oficiais colocam essa faixa de renda da população representando apenas em torno de 35% da população adulta. Acho que, no nosso caso, um dos destaques de precisão também se deve ao uso dos dados da Pnad Contínua, um estudo de excelente qualidade realizado pelo IBGE numa calibragem muito cautelosa em termos de perfil de renda das nossas amostras.

No primeiro turno da eleição, além da eleição presidencial em nível nacional, a Atlas também divulgou estudos em onze estados, estudos estes para a intenção de voto para Governador e Senador. Olhando o conjunto dessas estimativas para Presidente, Governador e Senador, estado por estado, em nove de onze estados em que a Atlas divulgou pesquisas de véspera, a gente chegou mais próximo que qualquer outro estudo, isso em estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, Rio Grande do Sul, Paraná e outros.

Nesse contexto, aproveitando também a presença do Senador Girão, queria destacar que a pesquisa Atlas foi a única pesquisa que, no Ceará, antecipou a virada do Elmano de Freitas para o Governo do Estado; também foi a primeira pesquisa para Governador que acerta, no período da redemocratização do Brasil, no Estado da Bahia.

Tivemos outros destaques, como outros resultados que foram apenas confirmados pela Pesquisa Atlas, como a vitória do Marcos Pontes para Senador de São Paulo, do Sergio Moro para Senador do Paraná, por exemplo, em Fortaleza, muito maior do que antecipado pela média das outras pesquisas, do Alessandro Molon, na corrida para o Senado do Rio de Janeiro.

Então, me parece que, como um todo, tivemos um quadro bastante satisfatório em relação aos resultados da Atlas. Não é o primeiro ciclo eleitoral em que a Atlas tem um bom desempenho; em 2020, nas eleições municipais, em cada uma das cidades em que a Atlas conduziu pesquisas, São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza, Recife e Porto Alegre, os resultados das nossas pesquisas para Prefeitos chegaram mais próximos do resultado de cada uma nessas eleições do que qualquer outro estudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Atlas também realiza trabalhos em toda a América Latina e também nos Estados Unidos. Nos Estados Unidos, a Atlas tem um selo de qualidade confirmado pelo FiveThirtyEight com a nota "A". Estamos nos Estados Unidos, então, entre as dez melhores empresas de pesquisa, olhando para o desempenho histórico dos nossos estudos; a melhor empresa de pesquisa na eleição presidencial americana de 2020, inclusive, quando realizamos estudos em sete estados competitivos, além de estudos em nível nacional. Trata-se, no caso de 2020, do pior ciclo para a indústria americana de pesquisa em 40 anos. Nesse contexto, a Atlas teve um desempenho dentro da margem de erro em cada um dos estados em que foram divulgados estudos da nossa empresa.

Ao longo do tempo, a Atlas também realizou pesquisas na Argentina. Fomos a melhor empresa de pesquisa em três ciclos eleitorais consecutivos na Argentina: eleições presidenciais de 2019, eleições legislativas de 2020 e mais legislativas depois das eleições legislativas; a melhor empresa de pesquisa no ciclo presidencial da Colômbia de 2022; também a única pesquisa que chegou a antecipar corretamente o resultado do plebiscito constitucional do Chile, também neste ano de 2022.

Então esse é um panorama rápido em termos da assertividade das notícias todas ao longo desse período recente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Desculpa, Andrei. Só para não perder o fio da meada, se puder voltar no seu primeiro eslaide, eu tenho uma dúvida.

O SR. ANDREI ROMAN (*Por videoconferência*.) – Claro, só um segundo, vou compartilhar novamente. Esse?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Isso, perfeito.

A forma como é avaliado o resultado pela Atlas – e quero registrar que tenho o maior respeito pela Atlas, um querido amigo, o Marcelo Rotenberg, que trabalha aí com vocês, pessoa da maior seriedade... Mas eu queria só me debruçar um pouquinho antes de você entrar no resto da sua explanação, porque, quando você compara, a comparação é feita entre o mesmo candidato: o Lula, no primeiro turno, teve 48,4% dos votos, e você havia previsto, a Atlas, 50,3%; o Bolsonaro, 43,2%, e a Atlas, 41,1%.

É a forma que você está avaliando candidato a candidato. A diferença entre os dois candidatos produz um resultado de erro ou acerto bem diferente, porque a margem de Lula para Bolsonaro terminou, no primeiro turno, em aproximadamente 4 pontos, 5 pontos, 5,1 pontos. E, quando você compara a Atlas, que deu 50 para um e 41 para o outro, a diferença é bem maior, estamos falando de 9 pontos percentuais.

Não sei se é certa ou errada a forma de comparação, mas eu não poderia deixar de observar isso. Quando é comparada a diferença entre o primeiro e o segundo colocados, os resultados são completamente diferentes da margem de erro. Não é isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDREI ROMAN (*Por videoconferência.*) – A margem de erro é de um ponto percentual, no caso das pesquisas Atlas, que foram as realizadas em nível nacional, para contar de uma amostra que, nesse caso, se não me engano, era de 7,5 mil respondentes. Para a maioria dos outros estudos aqui, a margem de erro era de 2 ou 3 pontos percentuais.

Como a gente tem uma eleição com mais de dois candidatos e o desempenho desses outros candidatos também eram relevantes, o nosso ponto de vista é que é a forma correta de realizar um estudo de precisão sobre essa eleição em particular, comparando o resultado de cada um dos candidatos com a pesquisa e não apenas a diferença entre os dois primeiros colocados. Até porque, em tese, caso essa fosse a lógica, a gente poderia ter aí uma pesquisa que daria 25 pontos para o Lula, 20 pontos para o... Seriam 28 pontos para o Lula, 20 pontos para o Bolsonaro, então poderia ser uma pesquisa que chegaria próximo da diferença entre os dois, mas com níveis muito diferentes do que depois se revela no resultado das urnas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu compreendo, Andrei, mas, assim, aí eu falo como eleitor – como eleitor. O eleitor, quando recebe o resultado de uma pesquisa, olha para a diferença entre os candidatos.

E por que eu digo isso? Porque, no primeiro turno, a diferença entre os candidatos e diversos institutos de pesquisa foi o fator determinante que induziu o voto útil, que tirou voto da Simone, do Ciro Gomes e aumentou a margem do Lula no primeiro turno muito além do que era a margem que a gente viu no segundo turno, porque o eleitor olha para a diferença entre os dois candidatos, e a indução que houve... É por isso que eu digo que foi artificial a votação do Lula no primeiro turno, sempre entendi que era parelha, que era uma disputa ponto a ponto, quem acompanhou as minhas entrevistas viu que eu falava que quem ganhasse iria ganhar por um ponto, 1,5 ponto, 2 pontos, no máximo, de diferença, porque o eleitor olha a diferença entre os candidatos. Então, é até uma forma de enxergar os números. Não que os seus números estejam errados.

A maneira como você está compreendendo o resultado é: qual o percentual do Lula e qual o percentual que você deu para o Lula. Então, a sua diferença ali foi pequena, mas, se a gente compara, como é o que o eleitor faz, a diferença entre o primeiro e o segundo colocado, a margem de erro da pesquisa do Atlas foi muito maior, por exemplo, do que a margem de erro da pesquisa da Futura. Se pegar a diferença entre os candidatos Lula e Bolsonaro no primeiro turno da Futura, é bem menor do que a diferença entre os candidatos Lula e Jair Bolsonaro. Peguei o Futura só pelo fato de estar aqui. Poderia ter pego qualquer outro, até porque teve outros que deram erro ainda muito maior sobre a diferença de primeiro e segundo colocados.

É só porque a minha preocupação é o voto do eleitor, é não induzir o voto do eleitor. E, como, na minha opinião, as pesquisas, principalmente quando são divulgadas quase que diariamente como são no período eleitoral, induzem, o eleitor olha é para a diferença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que o Senador Girão tinha um acréscimo também a fazer. Girão? Depois ele faz.

E só para registrar aqui a presença do nosso Senador Zequinha Marinho, também interessado na discussão, na construção sobre pesquisas eleitorais.

Andrei, se quiser fazer algum reparo. Se não, a gente pode continuar aí com a sua apresentação. Desculpe interromper, mas eu não podia deixar de registrar a percepção do eleitor, porque aqui eu estou falando como eleitor, como quem acompanhou pesquisa e via a diferença entre os dois candidatos.

O SR. ANDREI ROMAN (*Por videoconferência.*) – Sim. A diferença entre os dois candidatos acabou sendo de em torno de 5,2 pontos percentuais, uma diferença menor em relação ao que a Atlas tinha apontado, sendo que, mesmo assim, comparando com a margem de erro da pesquisa, as nossas estimativas chegaram bastante próximas.

Em relação a esse incentivo de voto útil, acho que as pesquisas realmente incentivaram o voto útil, demonstrando que Lula tinha uma chance de vencer a eleição no primeiro turno. Isso mobilizou tanto o voto antibolsonarista, já que eles queriam a prioridade de que o Bolsonaro fosse perder a eleição, e também incentivaram o voto útil a favor do Bolsonaro daqueles que, preocupados com essa fortaleza muito clara do Lula, que tinha aí o potencial de vencer a eleição no primeiro turno, queriam fortalecer a opção anti-Lula.

Então, o voto útil funcionou a favor dos dois primeiros colocados, tanto que isso esvaziou todos os candidatos de centro e tivemos aí uma votação de recorde negativo para o espaço da terceira via.

Em relação a esse voto útil, se ele se deu num contexto em que as pesquisas estavam revelando um contexto muito distinto da realidade, eu acho que existem nuances para essa discussão no seguinte sentido. Acho que é muito nítido, olhando os números, que Bolsonaro foi subestimado de maneira brutal em muitos estudos – tivemos aí algumas pesquisas com uma sub-representação dele em até 7 pontos –, mas, ao mesmo tempo, a chance de o Lula vencer no primeiro turno se confirmou de fato no final, com 48,4 pontos percentuais. Uma pesquisa que dava 50,3 pontos, por exemplo, para o Lula e tinha uma margem de erro de 2 pontos percentuais não estava muito longe do resultado que o Lula teve no final.

Então, eu diria que a ideia de que as pesquisas impactaram de forma indevida o resultado da eleição presidencial no primeiro e no segundo turnos não me parece se sustentar tão bem quanto em outros exemplos. Temos aí, por exemplo, as pesquisas no Ceará, que, inclusive, determinaram o quadro dos candidatos. A Izolda Cela acabou não sendo candidata a Governadora por conta de uma pesquisa que mostrava que o Roberto Cláudio supostamente tinha chances muito melhores de ser eleito Governador, algo que, acho que hoje em dia é muito nítido, era muito longe da realidade dos fatos.

Então, acho que temos sempre que olhar com muita cautela para os detalhes e estudar, caso a caso, o contexto de cada eleição em particular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Andrei.

Só para registrar aqui, tratando-se de diferença entre os candidatos, o troféu erro vai para o Datafolha, que acusou, na verdade, 14 pontos de diferença – de diferença – entre o primeiro e o segundo colocado. Isso influi demasiadamente no voto útil e prejudica o processo democrático do voto, o processo eleitoral, porque tirou o voto de outros candidatos nessa indução do voto útil. A nossa própria Senadora Simone Tebet foi prejudicada por um erro de 14 pontos, por exemplo, do Datafolha, assim como o nosso candidato Ciro Gomes, irmão do Senador Cid Gomes, para falar de outros e não ficar só em Lula e Bolsonaro. Eles foram prejudicados, perderam votos no primeiro turno. No processo eleitoral, nesse aspecto, desculpem-me, acho que foi maculada a vontade do voto a partir do momento em que a diferença entre primeiro e segundo colocados foi dada num percentual muito acima do que era verdade, lembrando que o percentual final chegou a 5 pontos, enquanto, por exemplo, o Datafolha dava 14 pontos.

É por isso que eu insisto nisto, Andrei: a gente deve olhar para o percentual da diferença. E até incluo aí para os nossos outros palestrantes, convidados, essa questão. Porque o eleitor olha para a diferença. No Rio de Janeiro, então... Eu, que viajava pelo interior, gente, só via voto para o Freixo na capital; no interior, não existia. Aliás, não existe nem representação política, a maioria das cidades não têm Vereador, do partido ou da base, de esquerda. Eu vi uma vantagem enorme para o Governador Cláudio Castro, embora as pesquisas no Rio dessem que estavam empatados. O Cláudio Castro ganhou no primeiro turno com 56% dos votos válidos – se não me engano, o número foi esse. Então, é assustador. A gente não pode ter compromisso com o erro, insisto.

Eu gostaria de me dedicar... E fica até a pergunta: a margem de erro – e, aí, eu não sei, nem como espectador –, quando o veículo de mídia coloca a pesquisa e fala a margem de erro, eu achava que a margem de erro era a diferença do primeiro para o segundo colocado, mas estou chegando à conclusão de que a margem de erro é de quanto o candidato acha que tem na pesquisa para quanto foi o resultado final. E coloco este outro ingrediente: se a gente tem como calcular a margem de erro da diferença entre os candidatos ou se isso não é possível. Fica aí também como mais uma pergunta.

Aqui, por cortesia, naturalmente, ao nosso Senador Zequinha Marinho, que chegou – Paulo e Fábio, sei que estão ansiosos para falar e agradeço-lhes o tempo dispendido –, vou passar rapidamente ao Senador Zequinha Marinho, porque ele pode ter alguma outra questão para incluir que V. Exas. podem aproveitar.

Zequinha, meu Senador, rapidamente, para a gente poder dar sequência aos nossos convidados.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é um problema a que a gente tem assistido ao longo de muitos anos. Lá no Estado do Pará, quando se trata da região metropolitana, Belém etc., isso é alguma coisa extremamente frequente. Aquela pesquisa que sai no sábado à noite, na véspera, é decisiva para a questão do voto útil. E ali eu já vi "milagres" – entre aspas – acontecendo. Todo mundo sabe como é que funciona, é coisa que já não se esconde mais por lá – não se esconde mais. Sabe-se como é que fica, como é que é, como é que paga, como é que resolve.

O coitado do Ibope teve que mudar de nome, porque já ninguém acreditava mais em nada, absolutamente. E o Ibope era o principal instituto de pesquisa, o mais conhecido, o mais popular de todos. Parece que é o Ipec hoje, e continua fazendo a mesma coisa. Mudou o nome, mas não mudou a filosofia de trabalho, não mudou, digamos assim, a forma de proceder. Não sei o que se deve fazer numa situação dessa. A sociedade brasileira chega a um ponto em que a gente fica se perguntando o tempo todo: o que fazer daqui para a frente, Senador Girão? O que fazer? Porque os meios de comunicação: "Eu quero eleger aquele ali", fecham com aquele lado e acabou. Hoje, essa questão direita/esquerda no Brasil ficou muito nítida. Todo mundo sabe de um lado e do outro. E, aí, há os meios de comunicação, que puxam também um pouco da imprensa e carregam tudo para um lado.

Lá no seu estado, na eleição de 2018, houve um negócio com que eu fiquei impressionado. Wilson Witzel, não sei se você se lembra do que se deu no primeiro turno, na noite anterior, parece que tinha menos de 10%, alguma coisa assim. No dia seguinte, o cara teve 42% dos votos. Para que isso, não é verdade? Para que faltar com a verdade? Para que se submeter a esse tipo de coisa?

Eu vim aqui para ouvir, eu vim para ver se a gente consegue ter uma esperança de que, um dia, vamos lidar com alguma coisa em que se possa confiar.

Muito obrigado por enquanto.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Presidente, você me permite, só pegando o comentário do Senador Zequinha Marinho, rapidamente, um minuto?

O senhor falou uma coisa muito interessante que me despertou agora, e a gente começa a relacionar as coisas. Pode ser uma coincidência, quero deixar claro aqui, mas, assim como o seu estado, o meu, no meu caso, ainda é governado pelo pessoal da esquerda, o PT, o PDT, uma oligarquia que manda e desmanda há muito tempo, gastou, em um governo, nesse Governo do Estado do Ceará, um bi – "b", "i", "b" de bola, "i" de índio –, R$1,1 bilhão com propaganda e publicidade. É o Estado pegando dinheiro do contribuinte e gastando, torrando com propaganda e publicidade, um estado como o Ceará. E esse dinheiro vai para os veículos de comunicação. Concorda? O senhor falou que, muitas vezes, são os veículos de comunicação que contratam as pesquisas e, na maioria das vezes, quem é beneficiado com as pesquisas são os candidatos do governo, curiosamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA. Pela ordem.) – Presidente, rapidinho, porque uma coisa puxa a outra.

Lá no meu estado não tem... "Não tem" é força de expressão. Nós temos dois blogueiros lá – dois! –, em um estado de quase 9 milhões de habitantes, 8,8 milhões de habitantes, que não estão comprados pelo governo do estado. O resto todo é obrigado a ou não publicar absolutamente nada, ou publicar aquilo que o sistema quer, dizendo aquilo que não existe, conduzindo a população dessa forma. É uma coisa vergonhosa!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A questão dos veículos de mídia é uma preocupação que foi externada aqui, Zequinha, até pelo diretor do Futura, e eu acho que é – todos nós compartilhamos disso, mas também quero ouvir Paulo e Fábio sobre isso – a irresponsabilidade na divulgação das pesquisas, primeiro, ao não advertir o eleitor de que ela não é precisa, de que ela é um retrato do momento, de que ela não vai corresponder àquilo que estará nas urnas, de que a pesquisa é uma percepção – a pesquisa é uma percepção –, ela não define.

Inclusive, Girão, antes de você chegar, a minha pergunta era sobre isso, ou seja, se a gente deveria fazer como em propagandas de cigarro, que têm aquela advertência...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. *Fora do microfone*.) – Sim, mas não precisa ser rápido... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim, aquele blu-blu-blu-blu-blu rapidinho.

Antes de dar a pesquisa, o veículo de mídia deveria fazer a advertência, porque, assim, talvez, ele já estaria esclarecendo o eleitor e não induzindo o eleitor.

Mas, agora, eu vou passar... Fábio, é só por uma ordem de confirmação aqui, nada pessoal, mas vou deixá-lo por último. Vou passar para o Paulo Kramer, que confirmou primeiro a participação.

O SR. PAULO KRAMER (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos!

Inicialmente, eu quero agradecer à Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle, na pessoa do Senador Carlos Portinho, por esse honroso convite. Quero saudar também o Senador Girão, o Senador Zequinha Marinho, o José Luiz, o Fábio e o Andrei e dizer que eu estou muito feliz de estar aqui.

Eu vou restringir, Presidente Portinho, o foco da minha resposta a alguns pontos que eu considero importantes e que, acho, vão contribuir aqui para o avanço do nosso debate, desde já pedindo desculpas ao senhor por não me estender pelos 14 pontos interessantíssimos que o senhor levantou e mais pelos três pontos levantados também pelo seu colega Girão, muito, muito interessantes. Mas eu vou aqui, dentro das minhas possibilidades, chamar a atenção para alguns pontos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, em primeiro lugar, aquilo que é do conhecimento de todos: os institutos de pesquisa erraram muito, muito além da margem de erro esperada, e não só, como lembrou o Senador Girão, na eleição para Presidente da República, mas também nas eleições para governos estaduais e Senado Federal. Esses números incorretos, a meu ver, estimularam, sim, o voto útil, principalmente no Nordeste, onde o Bolsonaro já havia sido prejudicado pela insuficiente divulgação dos *spots* de rádio da sua campanha.

Um outro ponto que eu considero importante: diante de eleitores dispostos a votar no vencedor previamente apontado pelos institutos de pesquisa, candidatos da base bolsonarista, da base governista, tanto ao Senado Federal, quanto à Câmara dos Deputados, quanto às Assembleias Legislativas, simplesmente desistiram de pedir votos para o Bolsonaro, lavaram as mãos – lavaram as mãos – e se concentraram exclusivamente na própria sobrevivência, quer dizer, na própria campanha de reeleição.

Muito bem, nós temos aqui, eu até anotei, entrou aqui para a minha lista o PL 5.379, de 2020, do Senador Girão, e, além desse, nós temos lá na Câmara dos Deputados alguns projetos que procuram dar uma resposta aos problemas evidenciados pelas pesquisas, sobretudo no que diz respeito ao primeiro turno, como o Senador Portinho lembrou muito bem. A diferença entre Lula e Bolsonaro no primeiro turno foi de 5,1%, 5,2%, enquanto a maioria dos institutos dava uma diferença em favor do Lula de dois dígitos: 10%, 12%, 14%, até 16%, 17%. Quer dizer, se as pessoas fossem levar realmente em conta, se todo mundo fosse realmente levar em conta aqueles resultados e resolvesse votar útil, o Lula teria sido eleito no primeiro turno, e não foi eleito no primeiro turno, não é? Então, quero chamar a atenção aqui para projetos da Câmara que procuram alterar a Lei 9.504, de 1997, que é a lei que rege as nossas eleições, a Lei Eleitoral.

O mais antigo desses projetos é o PL 96, de 2011, de autoria do Deputado paranaense Rubens Bueno, um projeto de 2011 – Projeto 96, de 2011. E, apensados ao PL do Rubens Bueno, nós temos o PL 1.764, de 2022, que é do Deputado gaúcho Bibo Nunes, do PL, do Rio Grande do Sul; e o PL 2.567, de 2022, do Deputado Ricardo Barros, Líder do Governo na Câmara, do PP, do Paraná.

Bom, o projeto do Bibo Nunes prevê a reclusão de dirigentes de institutos de pesquisa e estatísticos responsáveis pelas pesquisas que apresentam resultados superiores à margem de erro, prevendo uma prisão de um a dois anos. Prevê também uma multa de até 5 milhões ao instituto e a perda imediata de registro do instituto no TSE, ficando impedido de atuar nas duas eleições subsequentes para o mesmo cargo. No caso do estatístico responsável, a pena é de impedi-lo durante oito anos de atuar em pesquisas eleitorais quer em instituto próprio quer em institutos de terceiros.

O PL do Ricardo Barros prevê a reclusão de quatro a dez anos para os responsáveis por pesquisas eleitorais com resultados divergentes acima da margem de erro dos resultados oficiais da eleição e multa para quem publicar pesquisa divergente nos 15 dias anteriores ao pleito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não vou aqui entrar no mérito de discutir se isso é bom ou se é mau. Eu acho apenas que são manifestações que devem ser levadas em conta – viu, Portinho? – nessa nossa discussão aqui porque, bem ou mal, respondem a uma inquietação da sociedade brasileira. Precisamos levar isso em conta.

Agora – e já me aproximando do final aqui da minha apresentação, obviamente sem prejuízo dessas e de outras proposições apresentadas por Parlamentares –, eu gostaria de sugerir, para reflexão aí do Portinho, do Girão, do Zequinha, do Heinze e de outros eminentes Senadores, a instituição de uma entidade independente, nos moldes da Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado Federal, para a elaboração de estudos e outras informações visando a aperfeiçoar o trabalho desses institutos, esclarecendo tanto o Parlamento quanto a opinião pública.

Então, por exemplo, em relação a isso que você falou aqui de balanços críticos sobre o desempenho dos institutos nos ciclos eleitorais anteriores, essa instituição independente de pesquisa poderia fazer a publicação desse *ranking*, desse histórico dos institutos que mais erraram e mais acertaram em diferentes ciclos eleitorais. Essa instituição que eu estou sugerindo teria um conselho cujos diretores obedeceriam a um mandato fixo, sendo indicados entre autoridades reconhecidas no mundo acadêmico e no mundo profissional das pesquisas. Durante o mandato, obviamente, o integrante do conselho dessa instituição independente não poderia se ocupar profissionalmente de nenhuma pesquisa eleitoral.

Então, fica aí essa sugestão à imaginação criadora dos Srs. Senadores. E, mais uma vez, quero agradecer ao Portinho, agradecer aos demais colegas e dizer que estamos aqui sempre às ordens para servir ao Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Paulo, muito obrigado pela sua participação. Está anotado. Depois até a minha assessoria vai fazer o contato para pegar o detalhamento com você.

Girão, por muitos anos eu dei aula de ética e legislação, tanto no Direito como na Comunicação. E eu foquei a minha aula em cima da autorregulamentação do Conar, quando eu dava aula de ética e legislação na Comunicação, porque eu acho sempre que o melhor é o setor se autorregulamentar. Mas, quando a gente vê que há uma dificuldade dentro do próprio setor, por uma questão de corporativismo... E isso, Girão, ficou muito claro aqui, porque você perguntou se eles têm uma associação. Eles têm duas e alguns participam inclusive de associação nos Estados Unidos. E, por acaso, aqueles que participam das duas associações nacionais foram os mesmos que não vieram hoje aqui na audiência pública, que, como todos estão vendo, é uma audiência pública construtiva, porque a sociedade não aguenta mais ser enganada. E eu não posso acreditar que os institutos de pesquisa tenham compromisso com o erro.

Então, se eles têm a capacidade de se autorregulamentarem, eles estão jogando para o legislador, que não pode ficar em paz, vendo o que está acontecendo, com a sociedade cobrando, sendo enganada,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interferindo na representatividade dela aqui, principalmente no Parlamento e nos Governos dos estados e Federal, e a gente assistindo a isso sem fazer nada.

E daí é que vem... Veja, desde 2020 – não é, Kramer? –, quando, se eu não me engano, você disse que houve o primeiro projeto... (*Pausa.*)

Desde 2011, perdão! Desde 2011, diversas iniciativas que adormecem aqui no Parlamento e que a gente precisa tirar do papel para a defesa do eleitor.

Eu insisto: o voto é o instrumento democrático mais sagrado. Ele não pode ser manipulado. Ele não pode se induzido, não pode ser maculado. E está acontecendo isso.

E pior: no imaginário popular, falando português claro, o que as pessoas têm na cabeça é que determinados veículos de comunicação – aqui também deixando claro que há uma responsabilidade na forma como a informação é divulgada pelos veículos de comunicação – brincam com a margem de erro. Há aquele entendimento: "Ah, vou botar aqui o candidato que eu sou mais simpático no máximo da margem de erro e o que eu sou mais antipático a ele, lá embaixo, no mínimo, no piso da margem de erro, para dar uma diferença grande. E essa diferença induz o voto". É isso que está na cabeça do eleitor.

Agora, admira-me que institutos de pesquisa não se preocupem com isso, com exceção do Atlas e do Futura, que estão aqui presentes nesta sessão, para construir, nesta sessão construtiva, porque, se fosse para bater, a gente faria durante o período eleitoral. E a gente está fazendo fora do período eleitoral exatamente com o intuito, Girão, de construir uma legislação que defenda o eleitor.

Eu não estou preocupado, desculpem-me, com os institutos de pesquisa. Minha preocupação é o eleitor. É com quem a gente tem que se preocupar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Será que eles pensavam, Senador Portinho, que aqui seria um sistema de CPI? O objetivo não é esse aqui. O objetivo é de instrução de projetos que nós vamos fazer, que nós vamos aprimorar.

Então, essa exclusão do debate já gera, para mim, uma dúvida, porque é aquela velha história: quem não deve não teme. Era para estarem aqui, conversando, dialogando, vamos buscar, qual é a defesa, qual é o ponto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Como o Cade levantou a suspeita de cartel, a ausência deles aqui coordenada, na minha opinião, comprova pelo menos essa suspeita. E a gente vai enviar as notas desta audiência pública para o Cade, para deixar claro quem não participou, porque quem não participou se articulou para não participar.

E é uma pena, porque não vão participar da discussão de uma legislação tão importante. Já que eles não se autorregulamentam, a gente vai regulamentar. É um fato. E a gente vai entrar 2023 avançando,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

certamente com o seu apoio, Girão, com apoio do Senador Zequinha, do Senador Heinze, que nos acompanham.

Quero passar, agora, a palavra ao Fábio, nosso último convidado, agradecendo, mais uma vez, o seu comparecimento.

Fábio, sou fã do artigo que você escreveu no seu *blog*. Gostaria que você pudesse falar um pouquinho sobre ele porque foi tema aqui do meu questionamento

O SR. FÁBIO GOMES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador Carlos Portinho, Presidente da presente sessão.

Eu vou, Senador, encerrar a minha fala com a questão do artigo.

Quero agradecer o convite. Muito honrado de estar aqui nesta discussão.

Eu comecei a minha vida em pesquisa em 1996, no interior fluminense, e já vi de tudo. Lá no interior do Estado do Rio, na querida Paraíba do Sul, que o Senador Portinho conhece muito bem, onde eu comecei, a gente costuma dizer que a gente vive aprendendo e morre sem saber nada. Eu já vi de tudo em pesquisa.

A gente tem coisas muito importantes para tratar sobre este tema, Senador Girão, e eu concordo que nós temos um panorama, um horizonte, com muitas dúvidas sobre esse segmento. É um segmento importantíssimo.

Eu cheguei à conclusão, na minha vida profissional, Prof. Paulo Kramer, de que eu deveria fazer uma escolha – e fiz, em 2006 – entre a publicação de pesquisa e a orientação de contratantes. Eu preferi ficar com a segunda. É uma decisão pessoal, específica; é minha. Não estou falando que deve ser assim, mas eu fiquei mais à vontade orientando partidos e candidatos. Parei de publicar em 2006; pendurei a chuteira das publicações, com boa participação naquela eleição –, enfim, mas foi uma decisão –, e por isso que eu não tenho assim, com a minha empresa, essa participação mais midiática dos colegas, que respeito e que estão aqui representando suas empresas, José Orrico e Andrei Roman.

Mercado de pesquisa é um mercado muito potente no mundo. Tem uma associação europeia aqui, com *status* de mundial, chamada Esomar, que projeta o mercado de pesquisa em todo o mundo, em US$38 bilhões. Os Estados Unidos concentram 49% da compra desse orçamento de pesquisa. Tudo concentra na metade. No Brasil 311 milhões, a projeção agora, para 2021; ainda tem alguns ajustes. São dados que a Esomar pega das associações nacionais – no caso, a Abep aqui no Brasil –, dos institutos lá registrados. Mas lembro que o Brasil tem cerca de 3 mil empresas, com Cnae de pesquisa. Essa associação aí, a Abep, deve ter umas 200, creio eu. Não contei lá. Eles não têm em texto, mas, como se constatou, você tem aí várias empresas que não estão na Abep, mas que têm aí uma produção nesse campo. E, desses 308 milhões do Brasil, que, há cinco anos, eram 500 milhões – nós estávamos à frente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do continente africano e do México, e agora estamos atrás deles –, 12% são pesquisas de opinião pública. Creio que, incluídas nessa categorização, as pesquisas eleitorais. Então boa parte, a maior parte, são pesquisas de mercado. E a gente sabe que o mercado não brinca. Se eles compram tanta pesquisa é porque alguma qualidade há, não é?

Então a pesquisa, enquanto instrumento para tomada de decisão, tem as suas qualidades que devem ser consideradas, não é?

Apenas uma comparação sobre a questão de pesquisa de opinião: 12% desse mercado é brasileiro; 5,9% do mercado, mundial. Então nós estamos aqui numa posição em que nós fazemos mais pesquisa política do que o mundo faz, uma média acima do que é essa média nacional.

Muito bem, os resultados das pesquisas na última eleição.

Senador Portinho, as pesquisas herdaram das ciências naturais os métodos estatísticos. É uma herança, e uma herança por aproximação. A aplicação das técnicas, dos cálculos de margem de erro vem de experimentos, experimentações científicas potentes das ciências naturais que nós herdamos e que, por tradição e por experimentação, se mostraram aplicáveis às pesquisas sociais, às pesquisas de opinião pública, às pesquisas eleitorais. Mas é um empréstimo das ciências naturais nessa pretensão das ciências sociais, em que me incluo, o pretensioso também dessa ciência, de ter instrumentos de medição precisos, como têm as ciências naturais. Temos essa pretensão e esse sonho, mas nós lidamos, Senador Girão, com fenômenos sociais, e os fenômenos sociais não são tão rígidos quanto os fenômenos naturais.

Diante desse aspecto, nós temos que levar em consideração, pelo menos nessas publicações de pesquisas dessas técnicas estatísticas emprestadas das ciências naturais, dois indicadores: a margem de erro, o erro esperado para uma estimativa, o erro esperado, que vai variar de acordo com a amostra e o resultado; e a chance de esse resultado ser real.

Então, você tem um intervalo de confiança da pesquisa, por exemplo, vou pegar aqui a média das pesquisas, no primeiro turno, as cinco últimas pesquisas mais perto do dia da eleição: Lula, 47,5, a média das pesquisas. Aplicando um erro até pequeno – porque teve amostra de 14 mil, amostra de 3 mil; fiz uma média das amostras, 5 mil, que daria um erro aí de 1,39 –, eu tenho um intervalo de confiança dessa estimativa eleitoral para o Presidente Lula, o candidato a Presidente, Lula, de 47,5. É o centro de um intervalo. As pesquisas divulgam o centro de um intervalo. Quando se aplica ou erro para baixo ou para cima, a gente vai ver que ele tem de 46,12, a 48,8. Aí vem um segundo indicador. Qual é a chance de o resultado dele estar nesse intervalo de 46,12 a 48,8? Noventa e cinco por cento de chance. Esse é o nível de confiança da pesquisa. Muito bem. O que nós tivemos nessa eleição? Nós tivemos, tanto no primeiro turno, como no segundo turno, a média dos institutos – alguns furam; desviaram mais –, e o Lula ficou dentro do intervalo projetado; o Bolsonaro, não. Quer dizer, projetaram, na média do primeiro turno, o Bolsonaro entre 33,4 a 36,1. O centro desse intervalo, 34,7. Ele teve 41,3, bem acima do intervalo, bem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fora do intervalo. Se eu tenho 5% de chance apenas de estar fora do intervalo, os institutos abusaram dessa pequena chance de estar fora do intervalo.

Mas eu não estou aqui jogando pedra nos institutos, não, colegas José Orrico e Andrei Roman. Eu estou fazendo uma reflexão para chegar a uma questão que é a seguinte: temos um defeito na projeção, e esse defeito não se aplicou a tudo, porque as pesquisas foram precisas na projeção do candidato Lula e foram imprecisas na projeção do Bolsonaro. Qual é a razão disso?

Quando a gente olha para as pesquisas, para o método de pesquisa, a gente poderia colocar em tela pelo menos três questões para refletir sobre esses resultados que divergem.

Primeiro, é fruto de um fenômeno social. Há alguma dificuldade na medição do voto de direita no Brasil? Essa é uma reflexão importante, porque isso tudo pode ser um defeito, e, se a gente não ficar atento a isso... Por que a gente acerta o voto de centro-esquerda e está errando o voto de direita? O que é preciso num lado e impreciso no outro? É fruto de um fenômeno social, dessa frustração de nós pesquisadores sociais com as ciências naturais, que são mais precisas? Estamos diante de um fenômeno que precisa ser desvendado? Falha nos processos de sondagem? Amostra malfeita? Dados censitários antigos? Execução ruim? Auditoria dos dados ruim? Só que, com a sequência de empresas que projetaram o voto de direita fora do intervalo de confiança, esse efeito aconteceu com todos? O mesmo erro? Todos erraram do mesmo jeito ou todos estão diante de um fenômeno?

Terceiro, Senador Eduardo Girão, eu não posso deixar de fora também a possibilidade de má-fé. Eu não boto a mão no fogo como eles – desculpem-me –, eu já vi coisa ruim.

E, dentro ainda do fruto dos fenômenos sociais recentes, há os fluxos de opinião e o fenômeno das redes sociais.

Caminhando aqui para o final... Publicação de pesquisa. Primeiro, a motivação: informar ou formar opinião? Ser informado sobre a opinião do outro é uma necessidade das pessoas. O senhor sabe, Prof. Paulo Kramer, que a gente tem essa vaidade de dizer que nós somos donos da nossa opinião e não somos influenciáveis, até para escolher a marca da nossa camisa, mas a gente sabe que a gente é influenciado pelo outro, sim. Nós queremos saber como o outro pensa.

Patrick Champagne, pesquisador e crítico francês no campo da opinião pública, escreve muito sobre essa questão de formar uma opinião, não só das pesquisas, mas tem um estrago também que é feito, às vezes, dos analistas de pesquisa dos programas televisivos: às vezes, com números iguais de duas disputas, eles analisam de forma torta os dois.

Bom, eu acredito – já caminhando para a questão do artigo, por solicitação do Senador Carlos Portinho – que nós estamos diante de uma cena em que a desconfiança está nos conduzindo na avaliação dos resultados das pesquisas. Essa ferramenta, esse instrumento metodológico, que tem como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mantenedoras as ciências sociais em parceria com a estatística, conta hoje – e eu acredito que seja a mãe da desconfiança – com a fragilidade dos processos de registro, citada pelo Senador Carlos Portinho sobre a questão dos carimbadores de registros de pesquisas.

E esperem ser provocados por alguém que ficou contrariado com o resultado publicado ou com a metodologia registrada. Os processos são rasos no registro de pesquisas. Plano amostral tem que ter, mas é possível distorcer, dentro de um plano amostral, a execução. Quem gosta de fazer auditoria nos trabalhos de pesquisa sabe muito bem onde mora o perigo: registra o questionário, o sistema interno de controle, o valor, quem pagou, etc...

Dada a importância de uma divulgação de pesquisa – e, de fato, a pesquisa tem o poder de influenciar; ela pode, dependendo do cenário, influenciar alguém ou uma multidão –, eu trago aqui três reflexões sobre o que poderia ser útil no processo de pesquisa com um objetivo muito claro: reduzir a desconfiança sobre esse importante instrumento da nossa democracia.

Primeiro, o TSE carece de um corpo técnico de pesquisadores, estatísticos, cientistas sociais para criar padrões para auditar empresas e pesquisas registradas. Aí alguém pode falar: "Não, mas isso aí depende de recurso". Quem sabe uma parceria com o IBGE? Quem sabe? O IBGE tem gente de excelência lá. O Prof. Paulo Kramer citou agora a questão da avaliação por especialistas, etc. Quem sabe ali? Porque as pesquisas nascem e suas amostras são construídas a partir dos dados do IBGE, que tem um núcleo importantíssimo de pensadores ali dentro, tanto na dimensão das ciências humanas quanto das ciências estatísticas.

Dois: o TSE precisa estabelecer critérios para indicar empresas permissionárias na publicação das pesquisas eleitorais. Olha, por que não pensar em concessão, assim como rádios e emissoras de TV, para empresas que tenham o direito de publicar pesquisa a partir de uma avaliação técnica do corpo técnico edificado pelo TSE? Por que não? Porque virou uma coisa, assim, meio sem controle. Observem o crescimento do número de empresas de pesquisa nos últimos anos! No Rio de Janeiro, Senador Portinho, quando eu comecei lá, em 2000, e publiquei minhas primeiras pesquisas, seis ou sete publicaram. Na última eleição municipal, 35. Não estou nem falando do número somente, porque coisas estranhíssimas aconteceram.

Três: ligando os dois aspectos. Olha, os meus colegas aí de pesquisa vão concordar que o aparato tecnológico hoje para fazer pesquisa está enorme, extraordinário. Sinto tristeza, Senador Girão, quando me lembro do esforço, do sacrifício que os mais velhos, como eu... É lógico que o Prof. José Orrico não vai se lembrar disso, porque já pegou a era tecnológica, mas eu tive que fazer muita coisa lá no papel. Era muito mais difícil a execução, o controle. Hoje, você pode fazer uma pesquisa – e eu faço aqui, muitos fazem – gravando as entrevistas, aplicando com *smartphone* e gerando banco de dados; e, com a gravação, você audita sem ter que ligar para os entrevistados. A base de dados é formada sem transcrição do resultado do papel para um computador, o que gerava até outros erros. Então, nas ciências, quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

você publica um artigo científico, esse tipo de elemento é chamado de *corpus*. Por que não os institutos de pesquisa depositarem o *corpus*, os elementos que foram apurados em sua pesquisa, para o primeiro item: os analistas e auditores do TSE avaliarem?

Estamos falando de três elementos aqui: os auditores, os critérios para validar uma empresa, se ela pode publicar ou não, e o *corpus* da pesquisa nas mãos dos auditores, para eliminar uma raiz, um problema maior, que é a desconfiança nesse importante segmento da economia e instrumento de medição de nossa democracia.

Espero ter respondido, pelo menos em parte, as questões propostas e estou à disposição, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado.

Brevemente, antes de passar a palavra aqui para o Senador Heinze, que inclusive estava no gabinete acompanhando e agora está aqui pessoalmente, para ele fazer suas considerações – ainda que finais, mas é importante ouvi-lo, e o Senador Girão também –, eu quero fazer um breve resumo de algumas questões que eu entendo que foram pontos comuns nas falas, porque a gente deve se dedicar, Senadores Girão e Heinze, a uma legislação que acolha essas questões.

Primeiro: a responsabilidade dos veículos de mídia sobre a divulgação e o modo de divulgar as pesquisas. Embora muitos divulguem com uma certeza e ocupem sua grade, desde a manhã até tarde da madrugada, esquartejando aqueles dados dentro do que lhes convém, na maioria das vezes, da pauta que lhes convém, é hora de a gente chamar esses veículos de mídia à responsabilidade para que eles tenham uma conduta na divulgação que proteja o eleitor, para que eleitor entenda claramente, como uma advertência que seja dada na introdução de qualquer pesquisa, que ela é só uma percepção. Ela não representa o resultado final das urnas; ela apresenta diferenças não só da margem de erro sobre a votação do candidato, ou o percentual de apoio ao candidato, mas ela apresenta diferenças entre os candidatos na margem dessa diferença. E isso foi gritante nessas eleições, com o Datafolha dando 14 pontos de diferença do primeiro para o segundo, o Ipec dando 8 pontos de diferença para o segundo, algo que, no final, não se confirmou. E isso induziu o eleitor a votar no candidato vencedor muitas vezes, ou até pode ter induzido a tentar votar no segundo candidato, mas prejudicou, sim, no primeiro turno, a democracia, a escolha livre do eleitor por outros candidatos que concorriam e que desidrataram por conta de se acreditar que aqueles números eram verdadeiros.

A outra questão que salta é a necessidade de haver, por parte do TSE e do TRE... E não à toa eles faltaram hoje aqui, Girão, mais uma vez, ao nosso convite, por incapacidade de querer construir com o Senado Federal no que é próprio do Senado, que é fazer leis; por isso eles avocam para si essa iniciativa de legislar no nosso vácuo. E por sua ausência aqui... Há necessidade de o TSE não ser só um órgão carimbador, tanto nas inserções de rádio e TV, que a gente viu na última audiência – ficou claro na audiência que você conduziu aqui, Senador Girão –, quanto também com relação aos pedidos de pesquisa. Não é só um carimbador. Ele precisa estar dotado de um corpo técnico, e essas pesquisas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisam ser submetidas a um corpo técnico, seja através de convênio com o próprio IBGE, seja através de um instituto independente, próprio, que possa avalizar aquilo que o leigo não entende, que só quem é da estatística e do campo social sabe interpretar na coleta dos dados – do que o Fábio fala, do *corpus* –, que hoje pode ser disponibilizado para a análise de um órgão independente ao TSE. Ele não pode se eximir da sua função de fiscal das eleições. Ele é o fiscal das eleições, ele é o responsável por garantir principalmente a idoneidade do voto do eleitor. Então, isso também, acho, ficou muito claro.

A questão de um *ranking*, que foi até o Senador Esperidião Amin que sugeriu e que eu coloquei aqui como questionamento, me parece imprescindível, porque aí a gente vai poder dar valor àquele programa de TV: se ele está se batendo, desde a manhã à madrugada, num instituto que há dez anos erra, a gente vai ter certeza de que ele está ali compromissado com o erro. Então, foi a sugestão do Senador Esperidião Amin, e eu faço aqui este registro muito importante.

Agora eu queria passar ao Senador Heinze para suas considerações finais, mais uma vez agradecendo a presença de todos aqui: Paulo Kramer; Fábio Gomes; a presença da AtlasIntel, que se dedicou aqui à nossa audiência; a presença do Futura, inclusive pessoalmente aqui. E quero registrar, Senador Heinze, mais uma vez, que lamento profundamente a ausência do TSE, que insiste em não debater conosco – uma pena! E lamento a ausência dos outros institutos, que, por acaso, formam uma associação e, de forma coordenada, não compareceram a uma audiência que era construtiva, o que só reforça as suspeitas do Cade por essa coordenação de cartel. Por isso, as notas desta audiência serão encaminhadas ao Cade, para que ele se debruce sobre esses institutos que não compareceram. É o que eu posso fazer e entender diante da ausência.

Senador Heinze com a palavra.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Podia passar para o Girão um minutinho? Eu estou acabando um assunto...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Lógico.

Senador Girão, antes, com a palavra; no final, o Senador Heinze encerra a nossa reunião.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Rapidamente, eu queria mais uma vez, Senador Portinho, parabenizá-lo pela condução desta audiência pública histórica, importantíssima, que nós estamos fazendo aqui.

O Sr. Fábio Gomes, Sociólogo e Especialista em Pesquisas; o Sr. Andrei Roman, CEO da AtlasIntel; o Sr. José Luiz Soares Orrico, Diretor da Futura Inteligência; e Paulo Kramer, Cientista Político; todos foram muito didáticos. Agradeço demais em nome do Senado por terem vindo aqui contribuir. E quero registrar que o TSE e os outros institutos de pesquisa não vieram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto aos institutos de pesquisa, que não são tão poderosos como o TSE, que a gente já chamou várias vezes e não vieram, não compareceram a várias reuniões desta Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle; esses institutos de pesquisa que hoje faltaram aqui... Isso pega mal, viu? Quero dizer que fica feio. Eu sei que é um convite, não é convocação, não é CPI, embora tenha um pedido de CPI aqui que vários colegas assinaram, e eu assinei, do Senador Marcos do Val, para que se possa investigar isso. É um assunto proibido, mas não há nada de mau que dure eternamente. Então, a verdade vai aparecer, o bem vai prevalecer, eu não tenho dúvida disso. A gente está tendo a oportunidade de instruir aqui um projeto de lei, como o Senador Portinho colocou. É construtivo isso que a gente está tentando fazer aqui, não é absolutamente uma caça às bruxas. Isso já passou! O Presidente está sendo diplomado hoje; foi diplomado já – já acabou a cerimônia inclusive – hoje, neste dia.

E eu quero passar uma mensagem para o povo de bem que está nos assistindo, que muitas vezes está consternado com esse momento em que a corrupção é, vamos dizer assim, coroada num país de gente trabalhadora, num país fantástico como é o Brasil; quero passar uma mensagem de fé, de esperança para as pessoas para que continuem. A natureza não dá saltos. Eu posso estar errado, permitam-me, mas, com exceções, os institutos de pesquisa fizeram parte... Porque quem venceu – o Presidente Lula falou agora há pouco –, Senador Heinze, foi a democracia. Ele disse, acabou de dizer: "venceu a democracia". Não venceu; venceu o sistema. E ficou muito claro que esse sistema triturou um candidato para beneficiar outro e cuspiu o atual Presidente da República, a quem tenho muitas críticas e deixo claro, deixei claro durante todos esses quatro anos muitas críticas, mas não é justo o que fizeram, não é justo o que aconteceu. O certo é certo, mesmo que ninguém faça; o errado é errado, mesmo que todos façam.

Nós vimos uma parcialidade gigantesca do TSE, escancarada do TSE, em que um candidato podia falar que o outro era genocida e o outro não podia falar que o outro era ex-condenado ou era ex-presidiário. Onde já se viu um troço desse? Isso é uma afronta ao cidadão de bem.

Jornalistas calados, Deputados calados. Tudo de um lado. Tudo do lado do atual Presidente ou jornalistas independentes, que ouviam os dois lados, que queriam fazer o seu trabalho. Emissoras de TV caladas, amordaçadas, intimidadas.

Então, a cada oito decisões, se eu não me engano, para um candidato, uma para o outro. Foi um festival do início ao fim, mas a gente precisa ter serenidade, tranquilidade, porque o bem, a verdade e a justiça vão prevalecer. E a gente vai continuar fazendo o nosso trabalho aqui para que tudo dê certo.

Então, eu quero parabenizar todos os palestrantes e dizer o seguinte. Eu não sei se foi por acaso que a boca de urna acabou esse ano. Esse ano não teve... Pois é, eu acho que ficou tão assim...

Eu estou avisando, eu estou alertando. Esse mercado – é importante que se tenha uma consciência, e a gente vai ajudar fazendo a legislação com as informações que a gente tem – está caindo num

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

descrédito abissal quando você vê caso de piada ou polícia, salvo exceções. Quero deixar muito claro isso aqui, mas foi o que nós tivemos nessas campanhas.

Para você ter uma ideia, em Fortaleza, em 2012, só para fechar, a gente teve um candidato chamado Heitor Férrer. Eu até liguei agora para um candidato aqui, o Capitão Wagner, que é amigo do Portinho também, e ele disse: "Rapaz, foram sucessivas...". Ele é oposição. É Davi contra Golias, e os institutos não deixam chegar.

Agora, o Deputado Heitor Férrer foi um caso muito emblemático na minha terra natal, onde eu nasci, Fortaleza, porque ele foi para uma decisão para ir para o segundo turno, e as pesquisas o colocavam numa diferença assim de 20%. Na véspera da eleição. Eu estou falando tudo de véspera de eleição, eu não falo nem da construção que é feita para formar opinião. Não é para informar, salvo exceções.

E ficou tão feio porque esse candidato, que era de um partido pequeno, não foi por 1,5%, Senador Zequinha. Diziam que ele não ia por 20%. Colocavam outros cenários no segundo turno, nunca o colocavam. E ele não foi por 1,5%. Todo mundo ficou assim com o resultado. Capital do Brasil, Fortaleza. Esse caso é muito emblemático.

E a gente precisa realmente entender que o crime organizado, como o senhor colocou, Sr. José Luiz, tem... Na verdade, não sei se foi o senhor ou foi o Kramer. Foi o Kramer. O senhor falou das milícias. Eu falo aqui abertamente, tenho foro privilegiado. Isso não é vantagem mais hoje, não é? Mas eu digo uma coisa para vocês, é o ponto em que chegou. Sou favorável, inclusive, a que acabe o foro privilegiado. Há muito tempo defendo isso.

Mas, lá no meu estado, que também é dominado pelo crime organizado, por omissão do estado, há certos bairros em que você não consegue entrar, sem autorização, às 10h, para visitar uma ONG. A nossa equipe tentou visitar uma ONG para ver uma emenda, para ajudar um trabalho que é feito num lar de idosos. Não conseguiu entrar porque tinha de ter autorização e não teve a autorização do comando de lá.

Famílias inteiras sendo expulsas de casa, expulsas. Você imagina o que é você pagar uma casa, com um sacrifício danado, aí o expulsam e dão 4 horas. Chegou a um ponto lá que filmaram: "São 4 horas para sair daqui". A casa é da pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – No Rio de Janeiro, também.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Eu sei. É muito próximo o que está acontecendo.

E aí, Senador Zequinha, a menina foi pegando os livros, você precisava ver a cena. Ela teve de sair às pressas, os livros caíram. Os livros ficaram lá com a mochilinha dela, porque não deu tempo. As 4 horas estavam acabando e tinham de sair, e a política escoltando. A polícia tinha de escoltar para saírem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha a inversão de situação que a gente está vivendo no Estado do Ceará, nesse estado que gasta R$1,1 bilhão com propaganda e publicidade. Uma parte vai para os meios de comunicação que fazem pesquisas. O poder não tem alternância, a coisa vai embora. É tudo ligado.

E, aí, o que acontece? Realmente, não tem como você fazer pesquisa. Se nem entrar para visitar uma ONG você não consegue, você imagine para fazer pesquisa. E outra coisa: você imagina como é que sai a pesquisa lá? O medo. Porque o Capitão Wagner, seu amigo, meu irmão... Quando tinha adesivo dele para entrar carro ou pessoas para distribuir, não podia entrar nos bairros com os adesivos dele com Capital Wagner. O crime organizado, que a gente chama lá de facções criminosas, não deixava entrar. E a gente viu imagens, agora, do Bolsonaro – não foi? –, de pessoas sendo espancadas porque votaram no Bolsonaro. É a realidade. O crime compensa? Mas o bem, repito, vai prevalecer.

Eu entendo que certas situações do Rio, do Ceará e de outros estados não dá para você aferir, realmente. É 1%, são 2%? Mas atrapalha o processo, porque é um estado paralelo que manda; falta o poder do Estado, realmente, ser exercido para fazer o bem prevalecer. Mas vamos chegar lá, vai dar tudo certo, com a graça de Deus.

Parabéns a todos. Muito obrigado e perdão por eu ter me estendido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Heinze, seu momento. É possível?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Lógico.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para discursar.) – Dei tempo ao Girão. Posso ir aonde tenho que ir porque o Girão fala bastante. (*Risos.*)

Senador Girão, Parabéns! Senador Carlos Portinho, parabéns! Estamos aqui com o Senador Zequinha e, seguramente, outros estão nos acompanhando virtualmente. Quero cumprimentar aqui o Dr. Fábio Gomes, Andrei Roman, José Luiz Soares e Paulo Kramer. Assisti a parte das falas de vocês. São muito importantes para nós porque, como foi falado pelo Portinho, temos de ajustar essa legislação.

Senador Girão, a minha eleição foi junto com a sua. O Portinho era suplente do meu querido e saudoso Arolde de Oliveira, meu conterrâneo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim, de São Luiz Gonzaga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era sábado, Dr. José Luiz, e a eleição era domingo. Pesquisa do Ibope: eu era o quarto lugar na pesquisa no Rio Grande do Sul, Dilma ganhava estourado em Minas Gerais e o Requião roubava a eleição no Paraná. Só cito esses três casos. A Dilma e o Requião não se elegeram. No domingo, eu fui o primeiro lugar na eleição do Rio Grande do Sul. Imagine quantas pessoas, Girão, disseram: "Vou votar no Heinze"; "Não vai ganhar"; "Vou votar no Heinze". É claro que isso acontece. Amigos meus: "Ah, não votei em ti, porque tinha certeza de que não te elegerias". Mas, aí, as coisas mudaram e eu saí como o mais votado naquela eleição. É um caso esse aqui. Cada caso é um caso.

Nessas eleições também, no Brasil, nós acompanhamos, foi da mesma forma. Aqui o Zequinha mostra alguns casos que aconteceram da mesma forma, em vários pontos, e a *Revista Oeste* acaba de mostrar. Mas, no caso deste ano aqui, Girão, eu tenho certeza de que os justos vão vencer no processo. Não interessa a diplomação. É aquilo que a gente vem trabalhando já, há um bom tempo, mostrando uma série de inconsistências. E vou citar uma fala estarrecedora. O Ministro Alexandre de Moraes, a 1 minuto e 57 segundos da sua fala agora, alguns instantes atrás, disse assim no seu discurso: "Missão dada é missão cumprida". Falou agora na diplomação do Presidente Lula.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Entregou o serviço, não é? (*Risos.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Isso é um absurdo! Isso é Brasil.

Vamos adiante.

Um grupo de trabalho que tem acompanhado esse tema, Portinho – falei várias vezes contigo, com o Girão, com o Zequinha –, tem um trabalho, Dr. José Luiz, mostrando estatísticas, eu sei que não é prova, tem trabalhos estatísticos que mostram todas as inconsistências. Aquelas cinco urnas que não têm *log*, que se podem manipular da forma que quiser, que foram detectadas, isso é uma inconsistência que o sistema...

E o que nós estamos querendo, Girão, Portinho e Zequinha, que está nos ajudando? Nós só queremos investigação, investigar o processo – se nós estamos errados, não tem problema –, nós e o povo todo que está nas ruas no Brasil inteiro hoje. Investiguem o processo, façam uma investigação séria. É o que nós queremos, mas, infelizmente, isso não está acontecendo.

Essa estatística, em 2008, daquela grande fraude econômica no mundo, foi em um trabalho estatístico que se disse que aplicaram a Lei de Benford e deu certo. No Irã, nas eleições de 2009, deu certo. Em 2020, nos Estados Unidos, em algumas regiões, deu certo. E, na Hungria, em 2022. São fatos. Nós temos isso no Brasil, e a estatística não vale. Vale para o mundo e vale para o Brasil também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com tudo o que a gente tem nas mãos hoje e com o que acabo de falar agora, a fala do Ministro Alexandre de Moraes, se este fosse um país sério, em que tivéssemos justiça, estaria resolvido. Numa investigação do próprio Ministério da Defesa, das Forças Armadas – Exército, Marinha e Aeronáutica, que têm poderes, disseram no relatório, Dr. José Luiz, que foi apresentado agora sobre as urnas eletrônicas, sobre o processo eleitoral, que não estavam conformes, que muitas coisas não estavam certas; isso foi dito no relatório do Ministério da Defesa, mas ninguém dá bola para isso –, ali, foram apontadas as falhas, e nós temos muito mais falhas que ocorreram nesse processo eleitoral.

Então, por isso, a nossa preocupação. Esperamos que essas questões possam ser resolvidas.

Chegou às minhas mãos um fato que ocorreu. Nicolau Maquiavel, em *O Príncipe*, 1469-1527, naquela época, escreveu o que eu vou ler aqui agora – e não é daquela época, é tão atual como se fosse hoje:

> Um povo que aceita passivamente a corrupção e os corruptos não merece a liberdade, merece escravidão.
> Um país cujas leis são lenientes e beneficiam bandidos não tem vocação para a liberdade. Seu povo é escravo por natureza.
> Um povo cujas instituições, públicas e privadas, estão em boa parte corrompidas não tem futuro, só passado.
> Uma nação onde a suposta sociedade civil organizada não mexe uma palha se não houver a possibilidade de lucros não é capaz de legar nada a seus filhos a não ser dias sombrios.
> Uma pátria onde receber dinheiro mal havido a qualquer título é algo normal não é uma pátria, pois nesse lugar não há patriotismo, apenas interesses e aparências.
> Um país onde os poucos que se esforçam para fazer prevalecer os valores morais, como honestidade, ética, honra, são sufocados e massacrados já caiu no abismo há muito tempo.
> Uma sociedade onde muitos homens e mulheres estão satisfeitos com as sórdidas distrações, em transe profundo, não merece subsistir.
> Só tenho compaixão daqueles bravos, que se revoltam com esse estado de coisas.
> Àqueles que consideram normal essa calamidade, não tenho nenhum sentimento.
> Como é perigoso libertar um povo que prefere a escravidão!

Tão antigo e tão atual.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Senador Heinze.

Só corrigindo: foi o Ministro Benedito Gonçalves – eu estava aqui vendo –, no microfone do Ministro Alexandre de Moraes. Mas acho que não muda, só o personagem. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – É aquela história, sabe? Essa correção é boa, mas eu vi a foto aqui do Presidente do TSE entregando o diploma, e eu, como brasileiro, me considero envergonhado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Por isso, como mesmo disse outro Ministro: "Perdeu".

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – "Perdeu, mané!"

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Bom, Senador Zequinha, suas considerações finais, se ainda aproveitar.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – É importante que esse assunto não pare aqui. A gente precisa fazer uma boa reflexão sobre como... E, aí, contando com nossos amigos que foram convidados e aceitaram vir palestrar, expor sobre esse tema, a gente precisa construir mecanismos, ferramentas, porque senão a palavra do Maquiavel aqui vai prevalecer, e a gente não pode... Eu acho que quem faz a boa política é como quem prega o Evangelho: não pode desistir nunca.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. *Fora do microfone*.) – Isso.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Em que pesem as circunstâncias, em que pese tudo, às vezes, naquele momento, ser contra, ser impossível, enfim, a gente precisa continuar. Como disse o Senador Portinho, se o setor não der conta de se autorregular, então, o Congresso precisa trabalhar isso. E, aí, então, com certeza, muita gente pode até chiar, achar arcaico, achar fora de moda, mas fazer o quê com isso?

Eu não sei há quanto tempo vocês estão na lida política. Eu, tem uns dias. Como é que isso acontecia no passado? No começo da campanha, quando aquele instituto, aquele meio de comunicação queria ajudar determinar candidato, ele o colocava na frente, botava lá na frente e tal, mas, na medida em que ia chegando o final da campanha, ia ajustando. Lembram-se disso?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – É, iam ajustando.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Iam ajustando, ajustando, ajustando, que era para dar, dentro da margem de erro pelo menos, o resultado da eleição. Isso ficou para trás. E as pessoas bancam com clareza, com tranquilidade, um lado, e confunde todo mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não mexam com pesquisa. Vão ganhar dinheiro com outra coisa. Deixem pesquisa para quem realmente tem um mínimo de seriedade naquilo que faz, senão a gente perde a referência e aí é um pesadelo, ao invés de a gente ter algo confiável.

Muito obrigado.

Vamos continuar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito bem. Rapidamente, só para falar que a minha mãe, falecida, Erbene Maria Grangeiro Girão, era estatística. Então, eu tenho um profundo respeito pelo trabalho. E já contratei, como empreendedor, empresas de pesquisa. É fundamental o setor. Nós estamos falando aqui da questão eleitoral. Mas é um setor – foram dados números aí pelo Kramer, números dos Estados Unidos –, é uma ferramenta fantástica, fantástica! Esse setor precisa ser fortalecido, porque ajuda a nação.

Agora, o trabalho de alguns, o trabalho questionável de alguns acaba prejudicando o de pessoas corretas. E se vê, à boca miúda, como a gente diz – eu não sei se no Rio de Janeiro se fala assim, à boca miúda –, nos corredores, nos bastidores, o pessoal lá falando que essa margem de erro é a margem da contribuição. Então, isso é muito ruim, isso desgasta bastante. É a margem de negociação, não é?

Então, que a gente possa construir uma realidade melhor para que tenha credibilidade e a gente tenha seriedade, porque é de seriedade que a gente precisa para os nossos filhos e netos. Todos nós estamos no mesmo barco. Então, a gente precisa deixar um legado para eles.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Senador Girão.

Concordem ou discordem, é o que está no imaginário. A nossa função aqui é publicizar isso e tentar chegar a uma legislação que fortaleça o setor. Eu esperava – e espero ainda – que possa ser por autorregulamentação. Assim é no setor da propaganda – e dá certo. Agora, se não o for, tem muitas questões que, com a contribuição dos estudos presentes, com a contribuição do cientista político Paulo Kramer, com a contribuição também do Fábio Gomes, sociólogo, especialista em pesquisa, porque também já esteve à frente de instituto, nos trouxeram aqui essas contribuições... Em algumas coisas ainda fica a dúvida, mas acredito que, na proposta eleitoral...

E uma delas já até antecipo, dada até a ausência dos outros institutos aqui: talvez seja mesmo o caso de concessionar o serviço como serviço público. E isso eu sei que é ruim para o setor. Mas vejam quanto a ausência do setor nesta audiência pode ser ainda mais danosa do que o compromisso com o erro que muitos têm.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que estão aqui eu excetuo, embora entenda que a margem do eleitor de erro é a diferença. E quero deixar claro isso. Mas sei que são institutos sérios, tanto o Futura quanto o Atlas, que estão aqui; são institutos dispostos a construírem uma legislação que valorize eles próprios, aqueles que são sérios.

E o que está no imaginário popular é isso. Por isso eu digo que, talvez, no final, nas pesquisas divulgadas antes de dez dias das eleições, deva haver a responsabilidade pessoal do estatístico, porque o dono do instituto não vai poder dizer para ele "agora, eleva esse candidato aqui lá na margem de erro", porque ele vai dizer "opa, agora eu estou com a minha responsabilidade pessoal; não posso fazer isso".

São mecanismos que a gente vai ter que construir aqui. Melhor construir com o setor. Na ausência daqueles, eu agradeço aos que estão presentes e que, certamente, ao longo do processo legislativo, vão continuar construindo com o setor.

Saímos todos com boas conclusões, com bons indicativos, com bons caminhos, e dou por proveitosa, muito proveitosa esta audiência pública!

Agradeço ao Senador Reguffe, Presidente da CTFC, que não sentou em cima de nenhum requerimento nesta Comissão; colocou para votar todos os requerimentos para audiência pública, para pautar os projetos. Foi uma Comissão que mostrou imensa produtividade e, mais do que tudo, respeito, Senador Girão, com os nossos pares, com os Senadores, que são autores das propostas, autores dos requerimentos, bem diferente do que acontece, por exemplo, na CCJ, que, este ano, se reuniu apenas seis vezes em caráter deliberativo, em 365 dias; bem diferente da Presidência do Senado, que está sentada sobre inúmeros requerimentos e está dando força justamente à ausência, hoje, aqui do TSE, porque se sente escorada na Presidência do Senado.

A gente aqui quer trazer o Judiciário para conversar, para que a gente possa retomar o equilíbrio entre os Poderes e a harmonia e para que cada um possa cumprir o seu papel, a sua função social. O nosso é legislar, e o faremos no caso do tema sobre as pesquisas eleitorais.

Muito obrigado a todos os participantes por ficaram até aqui.

Obrigado aos presentes, à Futura, que está aqui, ao Dr. José Luiz Soares.

Obrigado ao Senador Zequinha Marinho, presente; ao Senador Heinze, presente; ao Senador Girão, presente; a todos que nos acompanharam, outros Senadores também, de forma virtual e àqueles que são sempre presentes nos temas que importam à nossa sociedade.

Muito obrigado.

Seguindo o ritual, agradecendo a todos, nada mais havendo a tratar, declaro, então, encerrada a reunião.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 14 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 13 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 35ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quinze horas e cinco minutos do dia treze de dezembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Reguffe, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Esperidião Amin, Luis Carlos Heinze, Renan Calheiros, Mara Gabrilli, Marcos do Val, Izalci Lucas, Eduardo Girão, Irajá, Wellington Fagundes, Telmário Mota, Soraya Thronicke, Flávio Bolsonaro e Rose de Freitas. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho, Rodrigo Cunha, Carlos Portinho, Paulo Rocha, Randolfe Rodrigues e Acir Gurgacz. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 33ª e 34ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 38, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de analisar sugestões do setor da construção civil e de especialistas em licitações e contratos administrativos, visando ao aperfeiçoamento da atuação institucional do Tribunal de Contas da União em seu papel de fiscalização das obras públicas (com ênfase na supervisão de preços contratuais, cf. Acórdão nº 2.622/2013 – Plenário); e avaliar possíveis soluções para o problema das obras paralisadas por determinação da Corte de Contas." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE) e outros.. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 53, de 2022** que: "Nos termos do art. 71, inciso VII, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, requer que seja solicitado, ao Tribunal de Contas da União, providências e informações acerca da omissão da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) na fiscalização e controle dos repasses devidos aos Fundo de Desenvolvimento Educacional do Seguro (FDES)." **Autoria:** Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 54, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública, objeto do REQ 38/2022 - CTFC, com o objetivo de analisar sugestões do setor da construção civil e de especialistas em licitações e contratos administrativos, visando ao aperfeiçoamento da atuação institucional do Tribunal de Contas da União em seu papel de fiscalização das obras públicas (com ênfase na supervisão de preços contratuais, cf. Acórdão nº 2.622/2013 – Plenário); e avaliar possíveis soluções para o problema das obras paralisadas por determinação da Corte de Contas, seja incluído o seguinte convidado: Representante do SINICON - Sindicato Nacional da Indústria Pesada." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE) e outros.. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 64, de 2022** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional, Daniel de Oliveira Duarte Ferreira, informações sobre os motivos para suspensão da Operação Carro-Pipa no Estado de Sergipe em novembro de 2022, bem como valores financeiros destinados à operação e os cortes realizados." **Autoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 65, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de dar prosseguimento as discussões iniciadas por esta comissão, por meio do requerimento 59/2022, de autoria do Senador Eduardo Girão, sobre o processo eleitoral brasileiro no que refere-se a veiculação de propaganda eleitoral em emissoras de rádio e as recentes denúncias apresentadas pelo Partido Liberal - PL." **Autoria:** Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 66, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutirmos os dispositivos constitucionais e infraconstitucionais que tratam da aplicação do Artigo 142 da Constituição Federal, bem como da Garantia da Lei e da Ordem - GLO." **Autoria:** Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 68, de 2013 - Terminativo -** que: "Altera o Código de Defesa do Consumidor para atribuir a natureza de título executivo extrajudicial ao acordo celebrado perante órgãos de defesa do consumidor." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas que apresenta e pela rejeição das emendas 1 e 2 da CCJ. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 134, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar o custo econômico estimado na concessão de seguro de crédito à exportação, por operação de crédito, em sítio público, e disponibilizar ao Tribunal de Contas da União, a metodologia de cálculo e os parâmetros utilizados." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n° 135, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar em sítio público informações sobre as decisões de concessão de seguro de crédito à exportação." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do PLS 134/2016, nos termos do substitutivo, e pelo arquivamento do PLS 135/2016. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 374, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir como cláusula abusiva aquela que obrigue o pagamento de fatura de compra de produtos exclusivamente no estabelecimento do fornecedor." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (MDB/TO). **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 3183, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para dispor sobre a divulgação do valor das mensalidades dos cursos financiados pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 3614, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 31-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para determinar que as concessionárias de serviços públicos ofereçam aos seus usuários a opção de inclusão, nas faturas para cobrança, de nome de cônjuge, companheiro ou outra pessoa, para efeito de comprovação de residência." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 5544, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para prever a penalidade de reembolso do valor do frete a empresas que descumpram o prazo de entrega de produtos acordado em contrato." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Reguffe
Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/12/13

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Declaro aberta a 35ª Reunião Extraordinária da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 56ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 33ª e da 34ª Reuniões. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Bom, não havendo nenhum autor de requerimento presente nem havendo quórum para projetos terminativos, nós não temos o que fazer na pauta, na tarde de hoje.

Eu vou encerrar a presente sessão, vou convocar sessão para a próxima terça-feira, que vai ser a última semana antes do recesso, às 14h30, aqui mesmo, neste Plenário.

Neste momento, eu renovo o apelo para que todos os Senadores desta Comissão estejam presentes aqui, na próxima terça-feira, às 14h30. Vamos tentar começar pontualmente às 14h30, na próxima terça-feira, na última sessão aqui.

Muito obrigado a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encerro a presente sessão.

(*Iniciada às 15 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 06 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE AGOSTO DE 2022, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e nove minutos do dia oito de agosto de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Flávio Arns, Zenaide Maia e Fabiano Contarato, e ainda do Senador não membro Confúcio Moura. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Velloso, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Mecias de Jesus, Rafael Tenório, Eduardo Girão, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Irajá, Omar Aziz, Daniella Ribeiro, Marcos Rogério, Chico Rodrigues, Humberto Costa e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da vigésima quarta a vigésima oitava reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos REQ 8/2021 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS), e REQ 42/2022 - CDH, de autoria Senador Humberto Costa (PT/PE). Finalidade: Ciclo de debates sobre o Estatuto do Trabalho, com foco no "Impacto da Reforma Trabalhista no Cotidiano de Trabalhadoras e Trabalhadores de Fast-Food". Participantes: Miguel Eduardo Torres, Presidente Força Sindical e Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos - CNTM; Mary Joyce Carlson, Advogada do Sindicato Internacional de Empregados de Serviço - SEIU dos Estados Unidos; Rafael Messias Guerra, Senior Union Organizer / Consultor Sindical e Coordenador da Campanha “SEM DIREITOS NÃO É LEGAL”; Valeir Ertle, Secretário Nacional de Assuntos Jurídicos – CUT; Alberto Emiliano de Oliveira Neto, Procurador do Trabalho - MPT; Ricardo Patah, Presidente da União Geral dos Trabalhadores – UGT; Ricardo Colturato Festi, Professor Doutor - Sociólogo do Trabalho; Luiz Antonio Colussi, Juiz - Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA; Graça Reis, Diretora do Sindicato dos Comerciários de São Paulo; Weliton Carlos Moraes da Silva, Ex-trabalhador do McDonald’s Brasil; Jean Henrique de Souza Simão, Ex-Trabalhador do McDonald’s Brasil; Ailton Carlos dos Santos, Ex-trabalhador do McDonald’s Brasil; Hítalo Almeida de Araujo, Ex-trabalhador do McDonald’s Brasil; Adriana Cristina Serafim Ribeiro, Ex-trabalhadora do McDonald’s Brasil; Jéssica Thayna Carriel, Ex-trabalhadora do McDonald’s Brasil; Gabriel Felix Milbrat, Ex-trabalhador do McDonald’s Brasil; Brityney Galanty, Ex-trabalhadora do McDonald's Brasil; Gabrielly Kauane Mota dos Reis, Ex-trabalhadora do McDonald's Brasil; Julimar Roberto, Presidente da CONTRACS - CUT; Claudia Yuny Bustamante Vasquez, Trabalhadora Fast Food Chile; Moacyr Roberto Tesch Auersvald, 1º Vice-Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores -NCST; e Wilson Pereira, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade Brasília, Distrito Federal e Brasil - CONTRATUH. Resultado: Audiência Pública realizada. Fazem uso da palavra o Senador Paulo Paim e a Senadora Zenaide Maia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Paim
Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/08/08

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Olá, meus amigos e minhas amigas! Bom dia a todos e todas! Tenho satisfação em recebê-los aqui, no Senado.

Assim, declaro aberta a 29ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Direitos Humanos (*Falha no áudio.*)... aprovado.

A audiência pública de hoje será realizada nos termos do Requerimento nº 8, de 2021-CDH, de nossa autoria, e também do Requerimento nº 42, de 2022-CDH, de autoria do Senador Presidente desta Comissão, Humberto Costa, que só não está aqui hoje presidindo – ele passou para mim essa missão, como um dos autores do requerimento – porque está numa missão no exterior, no caso, do Mercosul.

Aqui o debate é sobre o ciclo de discussão sobre o Estatuto do Trabalho, com foco, hoje, no impacto da reforma trabalhista no cotidiano de trabalhadores e trabalhadoras na questão do *fast-food*. Naturalmente, também, além dessa questão específica do *fast-food*, nós vamos debater aqui outros temas relacionados ao mundo do trabalho que interessam a todos.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria 0800 0612211.

Eu informo, de imediato, como é que vão ser os nossos trabalhos.

Cumprimento – vejo-o na tela – o Senador Flávio Arns e também os outros Senadores que nos estão acompanhando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu farei uma consideração rápida de alguns minutos, em seguida eu passo para os convidados.

A fala dos convidados é de cinco minutos e de algum participante, se assim entender, será de três minutos.

Vamos à nossa fala da abertura para situar todos que estão nos acompanhando pelo sistema de comunicação do Senado – Rádio, TV, Agência e, naturalmente, pelo e-Cidadania.

Senhoras e senhores, é com satisfação que conduzo essa audiência pública proposta por mim e pelo Senador Humberto Costa. O tema é o impacto da reforma trabalhista no cotidiano dos trabalhadores e trabalhadoras de *fast-food*. É muito atual esse tema, que estamos vendo acontecer não só no Brasil, mas também no mundo.

Informamos também que aqui vamos avançar na questão do assédio sexual e moral, discriminação racial e de gênero contra os trabalhadores e trabalhadoras do setor, principalmente mulheres, negros e negras, LGBTQIA+. Os danos psicológicos sofridos no ambiente do trabalho são nefastos. A situação é de afronta às normas condicionais, aos direitos trabalhistas e aos direitos humanos. Há relato de jornada de trabalho de até 14 horas, proibição até mesmo de se sentar durante o expediente. O funcionário... Abro aspas, são informações que me chegaram: "funcionários limpam o banheiro, removem o lixo, entram na câmara fria para fazer estoque, operam a fritadeira, aí ficam expostos ao contato com produtos químicos, variações bruscas de temperatura" e por aí vai. Não pagamento de horas extras a trabalhadores, proibição de sindicalização, falta de equipamento de segurança e o famigerado trabalho intermitente.

Segundo um levantamento realizado em dezembro de 2021, há no Brasil 75 empresas do setor de *fast-food* que juntas faturam em torno de R$102 bilhões por ano. Elas empregam um total de 385 mil funcionários e juntas têm 171 mil pontos de venda, atingindo 185 milhões de consumidores. Só a empresa McDonald's possui 60 mil funcionários atuando no Brasil.

Lembro aqui que, em 2015, realizamos uma audiência sobre a situação dos trabalhadores da empresa McDonald's que avançou no debate e tivemos alguns acordos que foram apresentados pelos trabalhadores e que, em parte, foram atendidos.

Vamos aqui, nesse momento, jogar luz, de forma ampla e democrática, sobre uma pauta que já foi adiada por muito tempo. A sociedade associa este trabalho ao negativo que pode acontecer com a pessoa que não estudou o suficiente. Percebam o impacto psicológico que uma frase dessas tem para quem a ouve e trabalha lá. Estamos aqui botando luz nesse tema para que se faça um debate amplo, aberto, transparente e para que não se repitam agressões gratuitas, humilhantes, ultrajantes e completamente indevidas.

A grande parte desses trabalhadores e trabalhadoras são jovens, têm dupla jornada, precisam trabalhar enquanto estudam, mas, mesmo que não sejam estudantes e tenham uma profissão final, sendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhador nessa área, qual o demérito em trabalhar em um restaurante? Nenhum. Qual o demérito de trabalhar servindo alimentos? Nenhum. Trabalhar com a comida é trabalhar com amor. Quantas e quantas famílias brasileiras comem no *fast-food* aos finais de semana, como lazer, como forma de agilizar as suas refeições, enfim, como diversão?

Sublinho: muitas vezes esses trabalhadores e trabalhadoras enfrentam enorme pressão gerencial para entregar os pedidos o mais rápido possível.

Ressalto, para finalizar, que temos notórios convidados aqui hoje, inclusive de outros países, como Estados Unidos, Colômbia e Chile. Agradeço a todos por honrar com suas presenças e com suas contribuições este debate que eu entendo fundamental para que se esclareça e se avance quanto à qualidade de trabalho de toda a nossa gente.

Vamos começar pela relação que recebi, convidando os nossos convidados.

Lista de participantes convidados: tenho aqui agora Rogério Barreira, Presidente da Arcos Dorados Brasil. Pergunto se está presente. (*Pausa.*)

Se não está, eu passo a palavra – pode ser que entre daqui um pouco Rogério Barreira, Presidente da Arcos Dorados Brasil, McDonald's – ao Sr. Ricardo Patah, Presidente da UGT.

Estou seguindo a lista que recebi aqui dos convidados. (*Pausa.*)

Não chegaram? Então vamos em frente.

Ricardo Patah, da UGT. (*Pausa.*)

Ricardo Patah, Presidente da UGT, tem confirmada a participação virtual. Se ele não entrou, eu vou avançando.

Maria das Graças Reis, Diretora da UGT, confirmada a participação presencial, mas não se encontra.

Miguel Eduardo Torres, Presidente da Força Sindical e Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM), confirmada a participação.

Está presente?

O SR. MIGUEL EDUARDO TORRES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*) – Então, meu querido líder e amigo Miguel Eduardo Torres, Presidente da Força Sindical e Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, o tempo é seu por cinco minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MIGUEL EDUARDO TORRES (Para expor.) – Obrigado, Senador Paim.

Um bom dia a todos companheiros e companheiras. Parabenizo pela realização desta audiência pública, de autoria do nobre Senador Paim, sobre um tema tão importante no mundo do trabalho.

Nós temos sofrido, principalmente de 2017 para cá, ataques praticamente diários em cima, contra os direitos dos trabalhadores, contra a organização sindical, e nós temos resistido bravamente com a unidade das centrais sindicais, do movimento sindical. Hoje, neste debate aqui, companheiros e companheiras, o tema é muito nervoso porque atinge trabalhadores do setor de *fast-food* com uma violência muito grave, uma violência descomunal, através de assédios, de pressão em cima daqueles trabalhadores cuja grande maioria é o primeiro emprego; na sua grande maioria são pessoas que estão com uma necessidade muito grande. O resultado da reforma trabalhista vem fazendo com que as negociações não sejam mais coletivas e, sim, individuais. Essa pressão individual faz essa desigualdade aumentar muito. Nós não podemos admitir que isso ocorra e por isso é tão importante essa audiência pública, esse debate.

Precisamos, sim, fortalecer o tratamento sindical dentro do ramo também do *fast-food*. Nós temos visto uma luta incansável do movimento sindical junto com os trabalhadores porque a dificuldade de se organizar no setor é muito grande, até pela juventude, pelas pessoas também tendo o primeiro emprego. Isso tem dificultado muito, mas nós não podemos usar isso como subterfúgio. Temos, sim, que estar juntos, ver o que está acontecendo na realidade, enfrentar juntos essa situação, que é degradante.

Precisamos, sim, fazer e cobrar responsabilidade dos empresários desse setor, principalmente dessa megaempresa que a gente sabe o que está fazendo. São coisas absurdas. Os relatos dos trabalhadores mostram e demonstram o tratamento que é dado àquele trabalhador que está ali atendendo a população, atendendo uma família, mas que depois é tratado de uma maneira tão ruim, desqualificadora: não pode sentar no horário de trabalho, não pode descansar, com jornadas exaustivas de trabalho – obrigam os trabalhadores a fazerem isso. Até na alimentação... Eu vi esses dias no jornal que uma dessas empresas tirava até a carne, a proteína de dentro do sanduíche para punir os companheiros que estavam ali no seu trabalho. Nós não podemos admitir isso.

A Força Sindical tem acolhido essa demanda junto com as organizações internacionais e nossas centrais. Estamos juntos para defender os interesses dos trabalhadores nessa luta que eu sei que é incansável. Vai ser uma luta dura, mas tenho certeza de que nós estamos vendo também tempos melhores. Vão vir tempos melhores e vamos remodelar esse modelo trabalhista que faz aumentar cada vez mais essa distância entre o que é tolerável e o intolerável. Então, não podemos admitir.

Contem com a Força Sindical, com seus sindicatos filiados. Estamos juntos nessa luta, para que nós possamos avançar. E para nós trabalhadoras e trabalhadores não tem jeito: só a luta faz a lei.

Obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem, líder, Presidente da Força Sindical e Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM). Líder, Presidente Miguel Eduardo Torres, meus cumprimentos pela fala, que abriu aqui o nosso debate.

Eu vou repetir se está conosco; se não estiver, eu vou avançando.

Ricardo Patah, Presidente da UGT. (*Pausa.*)

Ainda não está.

Maria das Graças Reis, Diretora da UGT. (*Pausa.*)

Ainda não está.

Então, agora eu passo a palavra à Dra. Mary Joyce Carlson.

Dra. Mary Joyce Carlson é Advogada do Sindicato Internacional de Empregados de Serviço dos Estados Unidos.

A palavra é sua, Dra. Mary.

A SRA. MARY JOYCE CARLSON (*Por videoconferência*.) – *Thank you, Senator.*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – *Thank you*.

A SRA. MARY JOYCE CARLSON (Para expor. *Por videoconferência*. *Tradução simultânea*.) – Obrigada. (*Pausa.*)

Muito obrigada, agradeço ao Senado pela oportunidade de falar nessa importante audiência com os profissionais da área de *fast-food*. Nós estamos falando aqui de uma entidade que tem mais de 40 mil lojas pelo mundo, que movimenta US$20 milhões, então é algo muito importante. Estou ciente dos problemas que estão sendo enfrentados e é uma honra poder falar aqui.

Bom, nós estamos em contato com os movimentos sindicais globais, e a grande pauta é como podemos promover uma mudança da cultura do McDonald's. Já vimos nesse diálogo há três anos e estamos urgindo ao McDonald's que interrompa os problemas de violência de gênero e de violência racial, de racismo.

Em 2020, foi protocolada uma queixa, foi formalizada uma queixa no Tribunal Internacional de Haia, na Holanda, como também a vinculação com a OCDE. E, dentro dessa queixa que foi protocolada, nós tivemos a participação da união sindical brasileira, da união sindical dos Estados Unidos e também da união sindical da Europa, que é o sindicato dos trabalhadores de *fast-food*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa queixa girou, principalmente, em torno da questão da violência baseada no gênero. Tiveram participação, no registro dessa queixa, profissionais da Austrália, do Brasil, da França, dos Estados Unidos, do Chile, da Colômbia. E a queixa incluía casos de toque sem consentimento, comunicação agressiva e até estupro. Eu não vou entrar nos detalhes aqui, mas era basicamente isso.

Nós estamos falando de uma mão de obra global, predominantemente jovem. Muitos desses profissionais que começam a trabalhar no ramo de *fast-food* têm entre 14 e 17 anos, e nós observamos que, quando são sindicalizados, estão, mais ou menos, na idade de 20 anos.

É formada basicamente por afrodescendentes no caso do Brasil e no caso dos Estados Unidos; no caso da França, são descendentes das ex-colônias da França, Tunísia, Argélia. Então, são predominantemente de minorias raciais.

Bom, nós temos uma grande preocupação, que é o fato de que essa problemática toda afeta a juventude e também o fato de que nós estamos falando de um grande desequilíbrio de poder no ambiente de trabalho.

A postura do McDonald's tem sido de ignorar esses ataques que têm sido perpetrados contra os jovens. Nós, felizmente, contamos com corajosos trabalhadores que se apresentam para denunciar, mas, infelizmente, por se tratar de uma mão de obra muito jovem, muitos não se manifestam. Nós nos sentimos animados em ver que a ação repressiva das forças policiais tem se mostrado. O Ministério Público do Brasil tem mostrado firmeza ao lidar com essas queixas.

Temos também uma audiência programada para o dia 7 de setembro, será uma audiência que acontecerá na União Europeia. Haverá participação, haverá representação brasileira, haverá uma declaração feita por um representante do Senado brasileiro, haverá também a participação dos Estados Unidos, que vão participar via vídeo, e haverá a escuta de testemunhas, que vão falar sobre violência baseada no gênero nas lojas do McDonald's.

Os Estados Unidos estão também movendo uma iniciativa com a comissão de igualdade de oportunidades no trabalho. Eles já ouviram, já receberam mais de 200 queixas, essa comissão já recebeu mais de 200 queixas de violência de gênero no ambiente do McDonald's. Então, eles estão movendo uma ação coletiva, e isso envolve os Estados do Arizona e da Califórnia e tem a ver, majoritariamente, com os jovens de 14 a 17 anos vítimas de violência de gênero no McDonald's.

Nós certamente estamos diante de um problema aqui. Nós precisamos angariar apoio para as iniciativas da OIT (Organização Internacional do Trabalho). A OIT recentemente emitiu uma nova convenção, a Convenção 190; nós temos também outra frente aí, a Comissão de Direitos Humanos da ONU, que também está com iniciativas nessa área de problemas no ambiente de trabalho, e, de acordo com as diretrizes da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), os trabalhadores têm direito a trabalhar em um ambiente seguro e os consumidores também têm esse direito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de serem atendidos. Ela coloca desta perspectiva: os consumidores têm o direito de serem atendidos por trabalhadores trabalhando em um ambiente seguro.

Então, eu venho aqui fazer uma convocação ao Governo brasileiro, no sentido de ratificar essa nova convenção da OIT e também de trabalhar em cima da legislação brasileira pertinente.

O Brasil tem uma legislação de direitos humanos que é muito forte e isso também se verifica no que se refere aos direitos trabalhistas. De qualquer modo, é necessário intensificar os esforços no Brasil, nos Estados Unidos, e eu diria também na Ásia. (*Pausa.*)

Bom, em conclusão, eu gostaria de fazer referência a um livro de um escritor americano, recém-lançado, que é o livro *A Problem from Hell* – em português seria *O Problema do Inferno* –, que retrata toda essa problemática. E eu concordo com ele, é um problema do inferno mesmo.

Quando você tem crianças que estão num ambiente de trabalho, jovens num ambiente de trabalho em que sofrem assédio dos seus chefes para fazer sexo com eles, que se veem diante de situações em que um aumento salarial fica condicionado a favores sexuais, alguma coisa está muito errada. Então, nós não queremos que essas crianças sejam submetidas a isso.

O problema é que há uma questão de necessidade. Esses jovens precisam trabalhar. É uma questão de sobrevivência. Muitos desses jovens trabalham para garantir o sustento dos seus pais, dos seus irmãos, das suas irmãs.

Eu sou da opinião de que esses jovens não devem trabalhar dessa forma, e tenho certeza de que vocês também compartilham dessa opinião comigo. Então, eu conclamo aqui os governos a darem um basta nessa situação.

O McDonald's tem 40 mil lojas pelo mundo afora. Não venham me dizer que o McDonald's, com toda essa estrutura, não pode tomar providências para mudar a situação, para tornar o ambiente de trabalho mais seguro, para assegurar que as crianças possam aprender, que esses jovens possam aprender.

Muitos desses jovens estão pegando o seu primeiro emprego. Será que essa é uma boa oportunidade como primeiro emprego? (*Palmas.*)

Bom, então, para concluir, eu me coloco aqui à disposição, caso alguém tenha alguma dúvida, alguma pergunta, e aproveito esta oportunidade para agradecer aos Senadores pela iniciativa, pela disponibilidade e pela disposição em trabalhar em cima de uma solução. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Dra. Mary Joyce Carlson, Advogada do SEIU (Sindicato Internacional de Empregados de Serviços), Estados Unidos. Fez denúncias da maior gravidade para o Brasil e para o mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mediante esses fatos, eu, de imediato, já peço que a assessoria da Comissão vá tomando nota, porque eu sou também o Relator. Estou presidindo – gentileza do Presidente Humberto Costa – e sou também Relator do que eu chamei de a nova CLT, que é o novo Estatuto do Trabalho, que está em debate nesta Comissão, com comissões de juristas, advogados, sindicalistas, todos fazem parte deste debate. Vai ser muito importante para nós termos um capítulo especial sobre o tema do dia de hoje.

Eu vi aqui, por exemplo, o apelo que ficou da doutora para que a gente ratifique a nova Convenção da OIT e aprofunde o debate sobre todas as denúncias que ela fez aqui.

Muito obrigado, Dra. Mary.

Vamos agora em frente.

Eu vou lendo aqui, pela ordem que eu recebi aqui, da assessoria, os que estão presentes.

Eu tenho aqui, agora, Rafael Messias Guerra, Coordenador da Campanha Sem Direitos Não é Legal. Está presente? (*Pausa.*)

Vamos em frente?

Valeir Ertle, Secretário Nacional de Assuntos Jurídicos da CUT...

O SR. RAFAEL MESSIAS GUERRA – Senador, bom dia! Estou presente aqui: Rafael Guerra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Estamos aí com você, Rafael. Por favor, cinco minutos.

O SR. RAFAEL MESSIAS GUERRA (Para expor.) – Tudo bom. Obrigado.

Bom dia.

Primeiramente, obrigado a todas e todas, e obrigado primeiramente ao Senador Paim e ao Senador Humberto Costa. É muito importante para a gente estar aqui hoje, não só como brasileiro, mas por estar representando os trabalhadores e as trabalhadoras do setor de *fast-food,* porque, Senador, desde 2015, quando nós começamos essa campanha aqui no Brasil, a gente percebeu que os trabalhadores infelizmente não tinham noção do que se passava com eles, por não saberem os seus direitos sindicais, as suas proteções e tudo mais.

Então, o que nós percebemos, principalmente durante a pandemia, é que esses trabalhadores e essas trabalhadoras, quando a gente chegava nas lojas para conversar com eles, eles não sabiam nem o que tinham direito a ter: por exemplo, EPI, máscara, álcool em gel e tudo mais. E, quando a gente conversava sobre assédio, racismo, homofobia, esses trabalhadores achavam que aquilo que acontecia com eles ali era normal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós começamos a pensar: "Puxa! Como é que a gente vai chegar nesses trabalhadores, explicar para eles o que é assédio, o que é racismo, o que é a homofobia, e como a gente vai de fato poder fazer com que eles denunciem isso?". E aí nós temos um time aqui no Brasil que desenvolveu uma cartilha, uma cartilha bem didática, explicativa. E, a partir dessa cartilha, a gente começou a visitar várias lojas do McDonald's em todo o Brasil, de norte a sul, e nós começamos a levar para os trabalhadores essas informações.

A gente levava a cartilha, levávamos um *kit* de máscaras descartáveis e também álcool em gel. E aí, com isso, o trabalhador, ele ou ela, ficava sensibilizado de receber isso, mas também aprendia ali a identificar o que estava acontecendo, os casos de assédio, racismo, homofobia, mas também a denunciar. E, no verso dessa cartilha – o que é importante dizer – é que nós colocamos um código QR para o trabalhador ou trabalhadora entrar ali no WhatsApp e fazer a denúncia. E nós recebemos, Senador, nesses últimos dois anos e meio em que a gente criou essa cartilha, mais de 250 denúncias de trabalhadores.

Eu tenho muito orgulho de dizer que a maioria dos trabalhadores que vão falar aqui com o senhor hoje são trabalhadores que vieram a partir dessas denúncias, trabalhadores que tiveram coragem de falar, sim, com a gente. E, de muitos desses trabalhadores, infelizmente é o primeiro emprego. São trabalhadores que precisam complementar a renda familiar quando não estão ajudando em casa totalmente, não é? – nós vivemos aí numa crise econômica. Então, essa cartilha tem sido muito importante. Vários sindicatos já abraçaram a causa aqui no Brasil. Então, a gente está muito feliz com os resultados, e a gente espera que de fato mude.

O que eu gostaria de adiantar aqui, Senador e todo mundo aqui que está ouvindo a gente, que está assistindo também, é que essa campanha tem mostrado para a gente que o *fast-food,* de uma maneira em geral, principalmente a rede McDonald's, age em todo o Brasil, em todo mundo, da mesma forma. Se a gente pega uma denúncia de um trabalhador de Florianópolis, de Curitiba ou do Rio Grande do Sul, ela é muito parecida com a denúncia que a gente recebe lá de Manaus ou aqui mesmo de Brasília. Hoje nós temos trabalhadores de Brasília que vão falar. Então, a gente percebe que o McDonald's... A impressão que dá é que ele é gerido por um grande gerente, por um único gerente, quando a gente sabe que não é. Então, tem alguma coisa errada aí. A gente precisa investigar, a gente precisa chegar a uma conclusão de como isso pode acontecer, não é?

A cartilha, como eu disse para vocês, ela é bem didática, ela é bem fácil de o trabalhador ter acesso, é bem autoexplicativa, uma linguagem jovem, simples. E o mais importante: tem aí o acesso tanto para um WhatsApp de denúncia, porque a gente recebe todo dia dezenas de denúncias, mas também para as nossas redes sociais. E, nas nossas redes sociais, o trabalhador e a trabalhadora conseguem chegar ali e ter acesso a depoimentos de outros trabalhadores e trabalhadoras também. E isso é muito importante porque acaba encorajando esses trabalhadores para falar ou até para identificar um certo problema. E a gente sabe, Senador – o senhor já recebeu aqui outras vezes, Senador, trabalhadores da Nissan,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhadores do McDonald's em 2015 –, que, quando um trabalhador se conecta com o outro que faz a mesma função em outro lugar, por mais realidades diferentes que eles tenham, eles acabam se conectando muito e eles se sentem mais fortes, inclusive para fazer esse tipo de denúncia.

Então, é por isso que a gente está aqui hoje. Eu queria agradecer mais uma vez aí – até para ficar dentro do tempo –, agradecendo também aos companheiros de todas as centrais sindicais que estão nos apoiando. É muito importante aqui o dia de hoje para gente deixar registrado. E agradeço novamente a oportunidade dessa audiência, Senador.

Muito obrigado. Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem, líder Rafael Messias Guerra, coordenador da campanha Sem Direitos não é Legal.

De fato, já tivemos nessa Comissão inúmeras audiências públicas, envolvendo inclusive outros países, como o Canadá, e com a tua participação. E esperamos que, no fim desse debate de hoje, a gente saia com instrumentos para combater todas as denúncias que tão sendo colocadas aqui hoje.

Passamos a palavra agora ao Valeir Ertle, Secretário Nacional de Assuntos Jurídicos da CUT, o qual tem trabalhado muito conosco aqui no Congresso Nacional.

Valeir, é com você.

O SR. VALEIR ERTLE (Para expor.) – Bom dia, Paim. Bom dia a todos que estão nos assistindo ao vivo através das redes sociais e da TV.

Quero parabenizar, Paim, você e Humberto Costa pela iniciativa, que é muito importante com certeza. Quero deixar um abraço nosso ao Presidente Sérgio Nobre, que está em uma missão internacional e infelizmente não pôde participar; também ao Lisboa, nosso Secretário de Relações Internacionais, que também tem trabalhado constantemente com todas as centrais sindicais esse tema.

E para nós é muito importante, Paim. A gente fez um debate longo aqui no Senado Federal sobre a reforma trabalhista. Infelizmente, o Senado não cumpriu o seu papel de uma câmara revisora para melhorar situações absurdas que vieram na reforma trabalhista lá da Câmara dos Deputados. Não tem uma legislação de sustento sobre assédio moral no local de trabalho, assédio sexual, homofobia, racismo, tudo isso que constantemente acontece no McDonald's. Não dá para se admitir isso em hipótese alguma.

A nossa confederação, da qual eu também sou Secretário-Geral – depois Julimar vai falar –, está junto nessa campanha. A CUT Nacional dá todo o apoio para essa campanha.

Um dos temas que o McDonald's tentava praticar antes da reforma trabalhista, o trabalho intermitente, leva os trabalhadores para o local de trabalho, deixa lá esperando e só coloca para trabalhar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na hora em que tem trabalho, quando tem movimento. Isso é um absurdo. O trabalhador muitas vezes fica 12, 15 horas à disposição do McDonald's e acaba trabalhando duas, três, quatro, cinco horas e recebe só pelas horas trabalhadas. Esse é um tema muito caro para os trabalhadores não só da rede de *fast-food*, mas de todas as redes.

Com certeza as centrais sindicais vão fazer uma luta para que, no próximo governo, para que no próximo Congresso Nacional, a gente consiga fazer uma reforma trabalhista que seja benéfica para os trabalhadores, que possa tirar todos esses absurdos que foram implementados na nossa legislação. Infelizmente, a reforma trabalhista só tirou direito, mas não teve nenhuma legislação de sustento, nenhuma legislação contra práticas antissindicais que são constantemente colocadas em cima dos trabalhadores. Isso é inadmissível.

Como foi colocado, os trabalhadores de *fast-food* são trabalhadores que, na sua grande maioria, são arrimo de família, estão ali para ajudar a sustentar a sua família, no seu primeiro emprego. Então, se submetem a essa situação toda.

Como o companheiro Miguel falou, naquela reportagem que saiu agora no jornal, um trabalhador de uma rede de *fast-food* era colocado de castigo dentro da câmara fria, porque ele não aceitava algumas... Em função do castigo que se dava, comia pão sem a carne. Então, uma coisa assim absurda! Não se pode admitir, em hipótese alguma, em um país como o Brasil, um país rico, se explorar a classe trabalhadora nesse sentido.

O conselho mais importante: ouvir todos os trabalhadores que vão aqui fazer os seus relatos, Paim, e deixar mais tempo para esse pessoal.

Então, agradeço. Pode contar com a CUT. A CUT, com certeza, vai estar tá com você e com todos os trabalhadores não só do Brasil, mas do mundo contra todos esses absurdos, contra essa exploração à classe trabalhadora.

Estamos juntos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*) – Parabéns, Valeir Ertle, Secretário Nacional de Assuntos Jurídicos da CUT, que também está nos ajudando muito nesse debate de uma nova CLT. De fato, retalharam a CLT aqui no Brasil e combinaram com essas quatros medidas provisórias, que eu defendi contra, mas perdemos no Plenário da Câmara e do Senado. É mais uma retaliação aos direitos dos trabalhadores, e urge, então, nós caminharmos para o que eu chamo de uma nova CLT, já que a nossa no Brasil foi retalhada mediante as mudanças que foram colocadas recentemente.

Eu passo a palavra agora ao Julimar Roberto, Presidente da Contracs-CUT, por cinco minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JULIMAR ROBERTO (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas! Saudações especial para o nosso Senador e amigo Paulo Paim e, claro, também ao Presidente da Comissão, Humberto Costa. Quero parabenizá-los por esta iniciativa. É muito importante esta audiência pública hoje.

Quero cumprimentar os demais dirigentes sindicais que estão presentes nessa audiência. Toda a participação dessas lideranças é muito importante e, principalmente, Paulo Paim, dos ex-trabalhadores, dos ex-funcionários da McDonald's que estão aqui hoje e vão também prestar aqui os seus depoimentos. Saudação especial a esses trabalhadores que têm a coragem de se expor, de se colocar de frente nesta batalha. Isso é muito importante, porque o depoimento deles é fundamental aqui neste momento.

Quero dizer que é uma campanha mundial, está certo? A McDonald's... Principalmente a McDonald's, mas as empresas de *fast-food* têm essa prática de descumprir a legislação trabalhista no Brasil e em todos os países do mundo pelo que vemos, pelo que observamos, ou seja, então, é uma questão realmente cultural de a empresa não cumprir as suas obrigações. E já fazem isso realmente com má-fé, porque pegam trabalhadores de primeiro emprego, novos, que têm a necessidade e, muitas vezes, não têm o conhecimento que deveriam ter dos seus direitos. Então, fazem isso constantemente no mundo todo.

Ouvimos o depoimento importante da advogada do SEIU, a Mary Joyce. Então, a gente vê que realmente essa ação global é importante.

Nós temos feito ações em todo o Brasil, em todas as regiões, praticamente em todos os estados. O Seiu, juntamente com a CUT, a UGT, a Força Sindical, as centrais sindicais brasileiras, com o apoio da Contracs, têm participado de vários atos no McDonald's, levando a cartilha, esclarecendo os trabalhadores dos direitos que têm – conforme o Rafael falou, tem um QR *code*, um número para denúncia, e tem havido várias denúncias; essa cartilha é uma cartilha informativa dos direitos –, com álcool em gel e máscara.

Em alguns atos de que eu participei, quando algum dirigente sindical está lá, entregando um informativo para os trabalhadores, o que é um direito do trabalhador brasileiro, às vezes o gerente está lá, no canto, falando para ele não pegar. Entendeu? Até na nossa presença, acontece o assédio moral. Então, você imagina o que acontece quando estão somente os trabalhadores ali. Então, é um absurdo a prática principalmente da franquia *master* aqui da América do Sul, que é a Arcos Dourados. Essa prática parte inicialmente deles, e eu acho que vem de um direcionamento maior do McDonald's.

Então, esta audiência pública é muito importante. O que nos causa estranheza, diante das denúncias e dos relatos que vão ser ditos aqui, agora, por esses trabalhadores, é que a grande mídia não tem divulgado isso, a nosso ver, da maneira que deveria ser feito. A gente pensa que é uma multinacional potente, que tem a sua intervenção, infelizmente, na mídia nacional brasileira, porque o que tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acontecido aqui já era para ser divulgado pela nossa mídia livre, que a gente imagina, há muito e muito tempo.

Então, intensificaram-se essas práticas após a reforma trabalhista, conforme foi dito aqui pelos demais companheiros Miguel e Valeir, que foi criada da forma que foi, sem o devido debate, sem a participação dos trabalhadores. Pegaram uma pauta patronal de todos os projetos que havia na Câmara Federal, botaram num saco de qualquer maneira, jogaram, e estamos com a promessa de gerar emprego. Não gerou nenhum emprego – e não venha com a falácia de que é por conta de pandemia, porque não é, pois antes já não estava gerando –, não iria gerar e não vai gerar. Está certo?

Então, encerrando, para a gente, esta audiência pública é muito importante porque – conforme o senhor falou, Paim, vai ser o Relator – a gente espera que, além da divulgação – está sendo transmitida pela TV Senado –, haja ações, que eu sei que vão haver, pois conheço muito o Senador Paim. Sei que daqui vão sair encaminhamentos importantes, principalmente para reforçar, nas nossas instituições, as denúncias e os testemunhos que vão ser prestados aqui pelos trabalhadores.

No mais, quero agradecer, em nome da Contracs, Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços, da CUT, pela oportunidade de fala.

Obrigado ao Senado por essa iniciativa e ao Seiu, ao Rafael e à Ginny, por toda essa iniciativa aqui.

E vou dizer para os companheiros e companheiras aqui: "Sem direitos não é legal". Está certo? Essa é a nossa campanha.

Então, parabéns pela iniciativa, gente! Valeu!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem, meu amigo Julimar Roberto, Presidente da Contracs – CUT! Quero dizer que você tem razão.

Nós vamos encaminhar todas as denúncias que são colocadas às autoridades competentes. E é claro que isso vai ser instrumento também de debate na construção da nova CLT, já que a atual posição permanente aqui no Brasil – digamos contundente, não é só permanente – é a de que nós temos que avançar e até mesmo revogar a CLT. Tem duas teses, e a outra grande tese é fazer uma revisão profunda. E por isso está na pauta o novo Estatuto do Trabalho.

Então, meus cumprimentos pela sua luta e sua história!

Eu passo a palavra agora ao Sr. Alberto Emiliano de Oliveira Neto, Procurador do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho, que tem feito um trabalho no Brasil muito forte, muito contundente, em defesa dos mais vulneráveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALBERTO EMILIANO DE OLIVEIRA NETO (Para expor.) – Bom dia, senhoras e senhores!

Bom dia, Senador Paim!

É uma honra estar aqui falando em nome do Ministério Público do Trabalho para destacar pautas tão importantes à nossa instituição, pautas tão importantes à efetividade dos direitos fundamentais assegurados na Constituição de 1988.

De fato, o que nós temos aqui é a constatação, é a denúncia da dificuldade de grupos vulneráveis em, dentre outras coisas, fazerem a sua organização coletiva. E aqui eu faço menção a grupos de gênero e raça e à comunidade LGBTQIA+, que, efetivamente, dentre outras coisas, têm dificuldade de se organizar, de serem representados por entidades sindicais que abracem essas pautas e, enfim, combatam práticas discriminatórias que ocorrem no âmbito da relação de trabalho.

Eu sempre digo e gosto de repetir: o pacto que se forma e que se firma após a Segunda Guerra Mundial tem uma dívida muito grande com o direito do trabalho, com as entidades sindicais. Não há que se falar em justiça e em paz entre os povos e as nações sem a devida justiça social. E eu não tenho dúvida de que o direito do trabalho e as entidades sindicais têm cumprido uma função importantíssima, um papel muito importante nessas últimas décadas para, dentre outras coisas, efetivar a ideia de justiça social e tentar minimizar essa assimetria que existe na relação entre capital e trabalho.

E daí, certamente, uma das funções importantes do Estado brasileiro nesse contexto é promover a liberdade sindical. É absolutamente indispensável que sindicatos de todo o país possam livremente se organizar e buscar efetivar direitos da categoria representada. Eu não tenho dúvida disso. E o Ministério Público do Trabalho, como não poderia deixar de ser, tem atuado, quero crer, de forma efetiva não só na promoção da liberdade sindical como também no enfrentamento, no combate aos atos antissindicais. Trabalhadoras e trabalhadoras têm, sim, o direito de participar de reuniões, de assembleias, têm o direito de se filiar, sem que essas práticas, sem que essas condutas sindicais sejam objeto de práticas discriminatórias por parte do empregador – demissões ou eventualmente ausência de contratações.

Não menos importante, a autotutela, ou seja, o direito de greve deve ser assegurado, deve ser efetivado, principalmente nesse contexto dos últimos anos de desmonte da legislação social e – por que não? – tentativa de enfraquecimento das entidades sindicais.

Aos trabalhadores e principalmente aos grupos vulneráveis há, sim, que se garantir o direito à livre manifestação contra toda e qualquer conduta abusiva, contra toda e qualquer conduta que possa ser classificada como discriminatória, como atentatória, entre outros, ao princípio da dignidade da pessoa humana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse contexto, parece-me que é absolutamente imprescindível fazer um apelo ao diálogo social. Nesta manhã, nesta reunião, nesta audiência pública no Senado Federal, Senador Paim, verifico, além de trabalhadores e trabalhadoras, a presença de representantes de entidades sindicais de todas as cúpulas, sindicatos esses que têm cumprido uma função importantíssima no que tange ao diálogo social. É imprescindível que o Estado brasileiro promova o diálogo social entre sindicatos e empregadores. As empresas, principalmente as multinacionais, precisam abraçar o diálogo social. Tão somente através do diálogo social será possível definir condições mais dignas e condições mais justas aos trabalhadores e trabalhadoras representados.

Enfim, liberdade sindical, combate aos atos antissindicais, garantia de que grupos vulneráveis possam se organizar coletivamente, parece-me que essa, entre outras tantas, deve ser uma pauta abraçada por todos nós.

E aqui faço, mais uma vez, este apelo às entidades sindicais aqui presentes: não abdiquem da sua função, cumpram o seu papel de promover o diálogo social e, consequentemente, possam efetivamente defender os interesses de trabalhadoras e trabalhadores representados. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Alberto Emiliano de Oliveira Neto, Procurador do Trabalho do MPT, falou muito da liberdade, falou muito da questão do movimento sindical e da sua importância social e também da organização e defesa dos trabalhadores.

Infelizmente, no Brasil, todo ano, nós temos denúncias gravíssimas de trabalho escravo. Há trabalho escravo mesmo, em que o camarada é praticamente sequestrado e colocado nessa situação. E são alarmantes os números de trabalhadores sujeitos à escravidão ainda no Brasil.

Mas vamos em frente!

Eu tinha chamado antes – ele aqui se encontra e pediu para falar; eu vou manter a ordem que eu recebi – o Presidente da UGT, Ricardo Patah.

Por favor, Ricardo Patah, Presidente da UGT e líder também, que conhecemos há muito tempo, a palavra é sua por cinco minutos.

O SR. RICARDO PATAH (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador Paim.

Companheiros e companheiras desta importantíssima audiência pública, eu estou aqui numa reunião – quero comentar com todos que estão nesta audiência – com o Presidente Lula. Por isso, eu não estou presente aí com vocês.

Eu tenho aqui esses cinco minutos para comentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paim e todos aqueles companheiros das centrais sindicais; minha companheira Graça, dos comerciários de São Paulo; Rafael e Ginny, do Seiu; e todos aqueles que estão dispostos, neste momento grave que o Brasil vivencia, a buscar alternativas principalmente para aqueles que nós representamos, que são a base da pirâmide, a UGT se orgulha muito, Senador, de representar a maior parte dos trabalhadores do Brasil, da base da pirâmide, inclusive os trabalhadores de *fast-food*, que é o tema sobre o qual nós estamos hoje conversando, tema esse, Senador, de que nós tratamos do ponto de vista mundial – é uma solidariedade mundial –, logicamente com as nossas características nacionais. Já há muito tempo, a UGT encampa, juntamente com o Seiu e com outras entidades, essa atividade, inicialmente no intuito de dialogar, no intuito de trazer possibilidades efetivas de inclusão social.

No caso específico de que nós estamos tratando, os trabalhadores de *fast-food* do Brasil são aqueles com maior vulnerabilidade. Além de estarem na base da pirâmide, são vulneráveis, muito suscetíveis. Muitas vezes, eles são assediados e, para manter o arrimo de família, para manter o salário e para manter a vivência da sua família, se submetem a situações absurdas.

Nós fizemos, Senador, juntos – eu não sei se foi distribuída aí –, uma cartilha extraordinária. Essa cartilha visa conscientizar. Qual é o papel que nós estamos desenvolvendo hoje, nesta audiência pública tão importante? Nós queremos conscientizar os trabalhadores, dialogar com a empresa e buscar alternativas de impedir que ocorram situações como as que o Ministério Público do Paraná já detectou já algum tempo atrás, como assédio moral e assédio sexual, em algumas empresas de *fast-food*, inclusive o McDonald's.

Esta audiência pública, com todos os elementos que aqui estão, é para que a gente possa buscar alternativa. Nós queremos abrir negociação, qualificar, capacitar, sindicalizar. Não podemos ter práticas antissindicais que nos impedem de fazer um trabalho sereno e equilibrado para buscar alternativa principalmente para essas pessoas que estão quase na linha de miséria, que estão trabalhando – menos mal –, mas ganham salários baixíssimos e têm essa situação agravada.

Essa é uma questão mundial. Há companheiros que estão aí que vieram do Chile. É uma campanha que começou na Holanda, nos Estados Unidos, em vários países. É uma campanha que tem a palavra de unificar procedimentos, unificar inclusão social, acabar com qualquer tipo de assédio. E, por isso, nós estamos atuando em vários campos: na Justiça, temos procedimentos; no Ministério Público, tivemos várias reuniões tanto em Curitiba quanto em Brasília; e, no mundo sindical, estamos buscando essa interlocução.

Então, Senador Paim, companheiros e companheiras, nós já falamos, Senador – você também vai se lembrar –, no passado, de outro tema que era tratado na própria empresa. E esse tema de que nós estamos tratando num momento grave, momento de pandemia, momento de desemprego, momento de desalento, com as eleições se avizinhando... É o momento certo e adequado para iniciarmos o caminho de colocar claramente para todos que os brasileiros e as brasileiras que trabalham no *fast-food* devem ter seus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direitos assegurados, não podem em hipótese alguma ser assediados, não podem em hipótese alguma ter seu emprego colocado em dúvida por conta de certas situações que são muito graves.

E nós temos nessa cartilha três questões fundamentais, para terminar a minha fala: o assédio, a discriminação racial, que também é odiosa no nosso país, a questão da discriminação com LGBTQIA+, a discriminação para com a mulher. Então, nós estamos um menu de questões fundamentais buscando, nesta importante audiência pública com o Senador, que é aquele que tem a origem dos trabalhadores e das trabalhadoras, que pode nos ajudar muito a construir um país de igualdade, um país que não tem ataque à democracia, um país de respeito às leis e, principalmente, a abertura... Esta audiência eu acho que é importante para a abertura de um canal definitivo de negociação, para sindicalização, o fim do assédio e para buscar alternativas para que essas pessoas trabalhem com tranquilidade por um Brasil melhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, meu líder, Presidente da UGT, Ricardo Patah, parceiro, como todas as outras centrais, dessa longa caminhada. Parabéns pela cartilha com os três pontos que você destacou. De fato, esse é um compromisso de todos nós: melhorar a vida da gente brasileira e – por que não dizer? – ter uma visão mundial, global de toda a humanidade, em que o direito ao trabalho não seja submetido, eu diria, indiretamente, ao regime praticamente de escravidão. Então, parabéns pela sua fala, contamos com você e pode contar sempre conosco aqui no Congresso.

Eu passo a palavra agora para o Ricardo Colturato Festi, Professor Doutor, Sociólogo do trabalho.

Por favor, Dr. Ricardo, a palavra é sua, Professor.

Em seguida vai ser o Luiz Antonio Colussi.

O SR. RICARDO COLTURATO FESTI (Para expor.) – Bom dia. Parabenizo o Senador Paulo Paim e o Senador Humberto Costa por organizarem esta audiência. Cumprimento aqui os dirigentes sindicais, trabalhadores e trabalhadoras que estão hoje para dar o seu testemunho.

Eu, a pedido de colegas, preparei rapidamente alguns eslaides em que eu trago alguns gráficos para a gente pensar nas consequências da reforma trabalhista no setor de *fast-food.* Então, o objetivo é apontar, com a minha fala, e ela é baseada em pesquisas que nós temos realizadas na universidade – faço aqui um parêntese para agradecer ao João Pedro Peleja, que é um pesquisador da UnB que está ajudou a montar esses eslaides –, quais são as tendências de precarização do setor de *fast-food* após a reforma trabalhista de 2017.

Em particular, nós temos visto um aumento de jornadas de trabalho insuficientes, ou seja, são jornadas que são iguais ou abaixo de 39 horas por semana, sob contratações nas modalidades de trabalho intermitente ou trabalho em tempo parcial. A gente sabe que a reforma trabalhista de 2017 regula ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

intensifica, no caso de tempo parcial, essas formas de contrato. E nós fomos buscar, portanto, dados da Pnad Contínua e do Caged para a gente tentar analisar, ver quais são os impactos que ocorreram de 2017 para cá.

Na Pnad Contínua... Só para fazer um esclarecimento, nem na Pnad Contínua nem na Caged, a gente consegue fazer uma separação minuciosa de trabalhadores, especialmente de *fast-food*. Então, nós temos que buscar numa família maior, que congrega mais contratos e mais estabelecimentos. Na Pnad Contínua, na categoria alojamento e alimentação, e no Caged, trabalhadores no atendimento em estabelecimento e serviço, em especial, a gente consegue ver atendimentos de lanchonetes. O que nós vamos apontar são apenas trabalhadores assalariados que têm um contrato. Lembro que, nesse setor, nessa família de atendimentos de lanchonetes, há muita informalidade e alguns estão classificados como MEIs.

Eu peço para passar para o próximo, por favor.

Nessa primeira figura que se está apontando, são vários... Talvez seja um pouco difícil para ler, mas eu vou só descrever, ou seja, é um gráfico de 2012, uma série de 2012 para 2019, sobre as jornadas semanais em vários setores: transportes, serviços públicos, etc. E ali está alimentação e alojamento, em que está classificado o setor de *fast-food*. Veja que o setor de alimentação e alojamento é o único ou o principal setor em que há uma queda da jornada de trabalho de 2012 para 2019.

Então, a minha fala busca focar nessa questão, ou seja, há uma tendência – e vou tentar demonstrar o porquê – de diminuição da jornada. Nós podemos falar: "Olha, que bom, nós estamos trabalhando menos"...

Eu peço para passar para o próximo gráfico.

Se nós compararmos com outras categorias – aí vale a primeira coluna, e eu vou descrever, porque provavelmente está difícil de identificar –, o que nós encontramos na jornada... Nós estamos dividindo ali jornada parcial, jornada padrão, ou seja, de 40 a 44 horas por semana, e a terceira coluna é jornada excessiva, quando se trabalha acima de 44 horas semanais. No setor de atendimento e alojamento, em que está alocado o *fast-food*, há um aumento das jornadas parciais, ou seja, se, na média geral, há uma queda da jornada de trabalho, quando nós olhamos para as jornadas parciais, ou seja, as insuficientes, em que se trabalha até 39 horas por semana, há um aumento dessas formas de contratação. Então, é isso que eu queria destacar.

Peço para passar para o próximo.

Aí é uma evolução, ou seja, focando a questão da reforma trabalhista, nós temos duas novas modalidades de contrato que são intensificadas ou criadas que é o trabalho intermitente, ou seja, como o companheiro já descreveu, o trabalhador, ao fazer esse contrato, está disponível ao empregador, e é muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comum isso na rede de *fast-food* – foi inspirado, o Brasil inspirou-se na Inglaterra, na Espanha. Há um aumento, portanto, tanto do trabalho intermitente, quanto do trabalho de contrato interparcial.

Peço para passar para o próximo.

E, quando a gente olha, portanto, a carga do trabalho intermitente, nós vamos ver que todos os contratos estão com até 12 horas, até 12 horas! E, quando a gente pega a parcial, de 21 a 30 horas.

Peço para passar mais um.

Esse dado é importante, nesse último gráfico. Aqui nós temos o quê? Quanto ao total de trabalhadores intermitentes nessa categoria de atendente de lanchonete, em que se incorpora o *fast-food*, em novembro de 2019, foi de 2.937 contratos. Desses, 1.906 são classificados como "não receberam em 2019 um salário". Isso significa que são contratos de gaveta, ou seja, a modalidade de contrato de trabalho intermitente tem sido utilizada para ter uma força de trabalho disponível que não necessariamente vai ser utilizada, ou seja, não tem sido remunerada, não tem sido colocada à disposição, ao trabalho.

Então, um pouco disso é a realidade. O tempo é curto, não quero me estender, mas eu acho que talvez ajude a problematizar aqui o debate que está colocado nesta audiência.

Agradeço a todos pelo convite e estou ansioso para ouvir os relatos dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem! Meus parabéns, Dr. Ricardo Colturato Festi, Doutor Professor, Sociólogo do mundo do trabalho, que desmascara, de forma definitiva, esse tal de trabalho intermitente, que é deixar o trabalhador totalmente à disposição da empresa, e ela chama quando quiser. Você deu o dado de que até não chama, e ele fica lá, o coitado, à mercê da boa vontade desse ou daquele setor.

Parabéns pelo seu estudo, claro, que nos ajudou muito. Vamos trabalhar muito com o material que você colocou à disposição desta Comissão.

Agora eu passo a palavra, como já havia anunciado, ao Juiz Luiz Antonio Colussi, Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), que é, eu diria, nossa parceira nas grandes causas de defesa do trabalhador do campo e da cidade e no combate também ao trabalho escravo.

O tempo é seu, Dr. Luiz Antonio Colussi, juiz.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI (*Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Paim! Tudo bem? Ouve-me bem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Perfeito!

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Que ótimo!

É uma honra estar participando desta audiência, é um privilégio, principalmente por ela estar sendo presidida por V. Exa.

Saúdo também o Senador Humberto Costa, que lhe delegou essa importante função, tarefa. Vejo também que está conosco a Senadora Zenaide Maia, muito preocupada e atenta também às questões do Direito do Trabalho. O Senador Confúcio estava com a gente, não está mais aqui.

Vejo como o tema é relevante e traz grande preocupação a todos. Fiquei aqui atento, ouvindo a todos os depoimentos. Percebemos com preocupação os relatos de assédio feitos e formulados nesta audiência, o que, de fato, preocupa a todos nós.

Senador, V. Exa. conhece bem, acompanhando todo o nosso trabalho que realizamos durante a reforma trabalhista, a nossa luta, sempre ombreados pelo senhor, principalmente nessa etapa final do Senado Federal, e percebemos a quantidade de interferências e ações buscando precarizar as relações de trabalho. É lamentável isso, é terrível.

Permita-me, Senador, o tempo é curto, eu vou aqui acabar abreviando muito, mas eu não posso deixar de me referir. Na quinta-feira, fiz uma *live* com o Juiz do Trabalho João Renda Leal Fernandes, lá do TRT-1, da Amatra1, do Rio de Janeiro, e ele escreveu um livro muito interessante, chamado *O Mito EUA: um País sem Direitos Trabalhistas?* É uma inverdade. É muito interessante isso, porque foi muito dito aqui, durante a tramitação da reforma, que nós tínhamos que, efetivamente, seguir o modelo americano. Então, não é verdadeiro. E mais: o livro comprova, a pesquisa do colega comprova que nos estados onde há maior proteção social há também um maior desenvolvimento – veja que interessante!

O outro mito que foi alardeado enormemente e até mesmo depois, em julgamentos, foi que o Brasil detinha 98% das reclamações trabalhistas: uma outra inverdade, uma grande mentira, um outro mito. Isso não é verdadeiro.

Aspectos relevantes. O que nós pensamos para esta audiência, Senador, é a questão dos impactos do trabalho intermitente. Eu agradeço notadamente a todos que se manifestaram e ao Professor que me antecedeu por trazer números claros e precisos dessa redução da jornada e, por consequência, da redução do salário; ou seja, vai diminuindo, vai precarizando. É totalmente inconstitucional.

Eu vou pulando aqui, mas só lembro que nós temos uma ADI 5.826, cujo julgamento estava até pautado para continuar na semana que vem, no dia 17, mas acabou sendo retirada de pauta. Mas é um assunto que nós precisamos, nós todos... A Anamatra é *amicus curiae,* participa lá da ação e vai distribuir memoriais, mas todos nós temos que ter atenção a esse trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O trabalho da gestante e da lactante, que impacta muito no setor de *fast-food*, Senador Paim... Enfim, infelizmente a reforma trabalhista incluiu um artigo permitindo o trabalho da gestante em ambientes insalubres, atentando contra a saúde da mamãe, da trabalhadora, do nascituro e do bebê em formação. Essa é uma... Felizmente foi corrigido – felizmente foi corrigido! – pelo Supremo Tribunal. Mas, no *fast-food*, com um ambiente insalubre, em que se trabalha com temperaturas quentes, com frio, etc., isso era uma preocupação muito grande nossa.

Não dá para deixar de mencionar, Senador Paim, o enfraquecimento do sindicato, mas vejo nesta audiência, pelo menos, a participação ativa.

Peço só mais um pouquinho de tempo, Senador Paim, uma pequena tolerância, para a gente poder aqui acrescentar.

Outra questão que nos preocupa é o futuro dos trabalhadores em *fast-food* com as plataformas digitais. Então, nós temos que ter muito cuidado com os trabalhadores, os trabalhadores em plataformas digitais, e aí notadamente na parte da entrega. Temos que ter toda esta proteção.

Para encerrar, Senador, eu gostaria de lembrar dois fatos muito relevantes – e com certeza a Senadora Zenaide é participante ativa. Há uma campanha muito forte pela ratificação da Convenção 190 da OIT. É um trabalho da Anamatra, da Comissão Anamatra Mulheres, mas encampado brilhantemente pelas Deputadas Federais lá da Procuradoria da Mulher e com o apoio das Senadoras. Nós conseguimos, inclusive, o apoio do Presidente do TST, o Ministro Emmanoel Pereira, solicitando ao Poder Executivo a ratificação dessa convenção. E aqui eu reforço: parece-me que, nesta audiência, nós também podemos e devemos fazer esse trabalho e esse apoio para a ratificação.

E, por fim, para não me prolongar demais, quero lembrar que a Anamatra tem uma campanha chamada "Trabalho sem assédio", visando a ampliar as ações de conscientização, prevenção e combate à violência psíquica e física no ambiente laboral, público e privado, e mobilizar a sociedade para o engajamento solidário e empático de combate às violências e assédios no mundo do trabalho.

Os depoimentos que me antecederam demonstram a importância e a necessidade de todos estarmos alinhados nessa campanha e nas outras campanhas. Nós precisamos buscar o meio ambiente laboral sadio. Que todos possam ter direito à sua integridade física e mental; prestar o trabalho, contribuir com o progresso da empresa, o progresso do país, mas precisam estar bem com a sua saúde.

Por isso, Senador Paim, convido a todos os que puderem e tiverem interesse a acessar o endereço www.anamatra.org.br/trabalhosemassedio, ou seja, o *site* da Anamatra em "trabalho sem assédio". Aí nós temos toda a explicação da campanha e como é que nós podemos fazer para colaborar e contribuir.

Encerrando, eu peço desculpas por ter extrapolado o meu tempo, mas agradeço muito essa oportunidade de contribuir com todas as matérias relacionadas à valorização do trabalho humano,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

valorização da justiça do trabalho e de todos os atores e instituições que compõem o sistema de proteção trabalhista, todos, sempre começando pela liderança do Senador Paulo Paim.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem, Dr. Luiz Antonio Colussi, Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), que tem toda a razão de estar indignado com o assédio, com o desrespeito aos trabalhadores e trabalhadoras aqui no Brasil, essa questão que nós estamos aqui todos levantando.

E é importante lembrar que foi uma luta muito forte de todos nós – eu fui o Relator – para aprovar o PL 130, aquele que garante que homem e mulher, na mesma função, na mesma atividade, têm que ter o mesmo salário. Já fiz o relatório duas vezes. Aprovamos no Senado, remetemos para a Câmara. Infelizmente, está parado lá na Câmara. Não dá para entender. Já foi até para a sanção. O Presidente atual, ao invés de sancionar, disse que havia um problema de origem e mandou de volta para a Câmara. E continua congelado lá. É um projetinho simples. Eu só fui o Relator, não fui o autor, e só disse que homem e mulher, na mesma função... Se quiserem, a gente bota até o mesmo tempo de emprego naquela atividade, naquela empresa. Mas não teve jeito, não sancionam pela força do mercado, que discrimina a mulher em relação ao homem, principalmente a mulher negra.

Eu havia chamado e vou chamar nesse momento Maria das Graças Reis, Diretora da UGT. Se ela se encontra...

A SRA. GRAÇA REIS – Bom dia, doutor. Bom dia, Senador. Bom dia a todos e todas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – É com você, então, Maria das Graças Reis.

A SRA. GRAÇA REIS (Para expor.) – Isso, Maria das Graças.

Bom, eu sou a Graça Reis, sou Diretora do Sindicato dos Comerciários e eu acredito que todos vocês aqui, se estão impactados com as coisas que vocês escutaram, vão se impactar cada vez mais com o que vocês vão escutar aqui dos trabalhadores. E eu falo isso com muita propriedade, porque eu estive nas visitas da maioria das lojas, fazendo a entrega da cartilha, fazendo a entrega do *kit*.

Esse *kit* surgiu porque, quando a gente começou a fazer essas visitas nas lojas, os donos das lojas, os empresários não entregaram *kits* de EPI para os trabalhadores, eles não deram. Então, o que é que eles estavam usando? Eles estavam usando pano Perfex, feito com grampeador, grampeado com elástico. Então, gente, isso o final dos tempos! E em plena alta da pandemia! Eles entregavam atestado e não podiam ficar de fora da empresa; eles tinham que ir trabalhar, eles não podiam ser abonados. Se tinha suspeita de covid na família, eles tinham que ir trabalhar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente está tratando aqui de coisas muito sérias. Nós tivemos várias falas aqui importantes, várias falas políticas, mas o que eu estou falando aqui para vocês é a respeito da vida desses trabalhadores. Nós sabemos que eles lidam com pessoas que são jovens, com aprendizes, com PCDs, e são pessoas que não são respeitadas. É só para cumprir uma cota, simplesmente isso; eles estão ali para cumprir uma cota. São pessoas com quem é feita alternação de tarefas, igual ao nosso caso de um trabalhador que é de Leme, chamado Rui. Esse trabalhador foi até citado hoje pelo Valeir. Ele trabalhava na fritadeira; da fritadeira ele foi passado para câmara fria, sem EPIs, e, com isso, ele teve um choque térmico e perdeu uma das vistas. E ele só foi encontrado porque a próxima pessoa que entrou encontrou ele desmaiado dentro da câmara fria. Então, a gente está falando aqui de coisas muito sérias. Eu gostaria muito que cada um de vocês se solidarizasse com a dor desses trabalhadores, com a dor dessas pessoas que estão à frente.

Essa campanha é mundial. Nós estamos aqui em prol desses trabalhadores, junto com os sindicatos, junto com as centrais. E a gente sabe que todas as vezes que a gente vai visitar uma loja nós somos hostilizados. Várias das gerentes e dos gerentes chegam e falam: "Vocês não podem falar". Só que nós sabemos também que eles também passam por assédio moral, passam por assédio sexual, e eles não têm conhecimento disso, gente. Eu posso falar por mim mesma: já trabalhei em uma empresa e eu usava trança. Falaram assim: "Você não pode usar trança. Você tem que tirar essa trança". Só que é algo velado. Então, eles vão te colocando condições para você não perceber que você está sendo discriminado. Então, o que a gente está pedindo para vocês aqui é a maior atenção para esses trabalhadores, que são pessoas que são arrimo de família, que são pessoas que precisam de trabalhar. É respeito.

E existem padrões! Nunca vão ficar na frente os LGBTs; os negros nunca vão ficar na frente. Quem fica na linha de frente são as pessoas brancas, são as pessoas que têm outras qualificações, são as pessoas maquiadas. Então, que vocês prestem muita atenção no que a gente está falando aqui. E eu falo com vocês com todo sentimento, porque eu sou trabalhadora; sou sindicalista, mas sou trabalhadora e sinto a dor de cada um desses trabalhadores. Eles precisam da atenção de cada um de vocês. Isso é muito sério. É muito sério o que eles passam, sabem? Há muito assédio sexual, muito assédio moral.

Gente, o que é que vai ser de nós?

E uma: com a reforma trabalhista, enfraquecemos os sindicatos, enfraquecemos o poder de negociação. Esses trabalhadores não têm condições de negociar com o patrão; ele não pode ir lá e fazer uma negociação. Se não tem um sindicato para ir lá e negociar por eles, e aí, o que é que vai ser? Excesso de trabalho, excesso de função, excesso de horário, horas extras que não são pagas... Então, tudo isso precisa ser analisado.

Peço até desculpa para vocês se eu fui um pouco incisiva, mas são questões que vão além, muito além de todas as coisas que a gente vê aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa questão do *fast-food* é muito séria. A gente precisa de muita atenção nisso.

Agradeço a cada um de vocês que escutou aqui e... Só obrigada, muito obrigada por tudo.

Sigam em frente e que dê tudo certo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*) – Muito bem, Maria das Graças Reis, uma líder, diretora da UGT, que fala aqui principalmente do racismo, do preconceito, da discriminação que sofrem os trabalhadores e trabalhadoras.

Todos são discriminados, infelizmente. Principalmente, claro, aqui discriminação é à mulher negra; ela é a mais discriminada de todas. Esse fato é um fato real, e as pesquisas mostram isso, não é? E ainda tem todo o assédio moral e sexual. Eu já falei aqui da discriminação dos salários – falei num momento anterior. Isso é uma realidade no Brasil.

Mas vamos em frente: eu quero registrar a presença do Confúcio Moura, que esteve conosco, Zenaide Maia, que está conosco, e Flávio Arns.

Agora vamos passar aqui para o Weliton Carlos Moraes da Silva, ex-trabalhador do McDonald's Brasil.

Por favor, Carlos Moraes.

O SR. WELITON CARLOS MORAES DA SILVA (Para expor.) – Bom dia, pessoal. Quero agradecer primeiramente pela oportunidade de estar aqui falando e contando um pouquinho sobre a minha história, a minha experiência nada agradável no McDonald's.

Bom, quero começar pelo ato de racismo que eu tive. Estava na linha, condimentando os lanches, e estava escutando a gerente, a minha gerente, falar que tinha sumido uma caneta dela. Ela estava falando em voz alta que sumiu a caneta dela. Logo em seguida, um colega meu de trabalho a pegou mexendo nos meus pertences – no meu pertence. Naquele momento, ele passou para mim, e eu perdi, perdi o chão, perdi completamente onde eu estava. Sentei lá na sala de *break*.

A gente não pode simplesmente abandonar o serviço da gente. Eu tenho família; tive que me recompor e continuar trabalhando. Ela tentou ainda me comprar com lanche: "Ah, nossa, eu confio em você e tal". Mas, enfim...

Outra história: eu era novato na empresa, aprendendo, e, pela primeira vez, fui fazer a limpeza da fritadeira. Inexperiente, deixei cair bastante óleo no chão, e o gerente presenciou. Fui buscar o esfregão, o jacaré, para gente fazer, para eu fazer a limpeza. Ele falou: "Não, você não vai pegar o esfregão. Você vai pegar esses dois panos, vai se ajoelhar e vai limpar essa gordura". Aqueles panos são finos. Não tinha condição nenhuma de eu resolver aquele problema ali, mas parece que o que ele queria ver não era eu resolver o problema, ele queria me ver de joelhos ali.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, pela forma com que o McDonald's trabalha, no final do dia, no final da noite, a gente não fica cansado de condimentar, do trabalho em si, mas sim, da pressão que eles fazem, diminuindo a gente, falando: "Ah, não consegue? Sai da linha. Não consegue? Isso, isso, aquilo". E no final a gente suspira, a gente pensa, a cabeça está daquele tamanho, e a gente não pode abandonar o serviço, a gente tem responsabilidades. E, com um parceiro meu, o que está sentado aqui do lado, a gente pensou, a gente procurou e acabou achando o pessoal do Sem Direitos Não é Legal, e eu quero agradecer a eles por terem nos guiado e nos mostrado que aquilo é errado.

É isso que eu queria falar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Weliton Carlos Moraes da Silva, ex-trabalhador do McDonald's Brasil, que relatou fatos aqui de discriminação racial, humilhação, pressão totalmente descabida, inclusive de revistar, como se ele tivesse pegado alguma coisa da empresa. Tudo isso vai constar aqui no nosso trabalho, na hora de partir para a redação final do estatuto.

Jean Henrique de Souza Simão, ex-trabalhador do McDonald's Brasil, de Votuporanga, São Paulo.

O SR. JEAN HENRIQUE DE SOUZA SIMÃO (Para expor.) – Bom dia, senhores. Obrigado pela oportunidade de estar dando o meu depoimento aqui.

Meu nome é Jean e eu trabalhei no McDonald's do interior de São Paulo, numa cidade chamada Votuporanga, junto com meu amigo Weliton. Os relatos são basicamente os mesmos. Comigo teve uma situação em que meu gerente saiu espalhando boatos sobre mim, porque eu conheci um colega de trabalho lá que fazia uso de substâncias ilícitas, e aí ele saiu espalhando os boatos de que eu também estava usando, no caso, a maconha. Inclusive isso foi passado para o Weliton, o gerente falou para o Weliton, e ele passou para mim. Fiquei muito chateado com isso.

Um outro relato do que também aconteceu comigo foi na virada de ano, no dia 1º de janeiro de 2021. Há uma demanda muito grande de clientes nos feriados, e eu estava posicionado na chapa, onde a gente faz o preparo dos hambúrgueres. E aí eu estava com problema no teflon da chapa, e eu já tinha reportado para ele, não tinha resolvido, não tinha dado atenção para mim, e aí, quando a carne não está boa para uso, a gente descarta. Ele viu aquilo lá, viu que ia dar despesa para ele e veio tirar satisfação comigo, mas eu falei: "Não, mas espera aí, eu já falei para você que está com problema no teflon, você não quis trocar, continuei trabalhando. Você não quis resolver". Aí ele, sem resposta, deu um tapa do meu lado assim, na chapa, na coifa dela, um tapa bem forte, e me assustou, todo mundo que estava presente ali se assustou. Deu para os clientes escutarem no salão. E aí eu fiquei assustado, peguei, saí, fui ao banheiro, fui me recolher um tempo e, depois de uns dez minutos, aí eu voltei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão de alimentação também, no McDonald's onde eu trabalhei, era muito precária. Muitas vezes, a gente tinha que consumir alimentos vencidos que eles não descartavam. Eles colocavam, para a gente consumir, pães, cebola, alface... Já comi até sorvete vencido. Inclusive falando do sorvete, a gente tinha direito a pegar um lanche pequeno, uma bebida e a casquinha. A casquinha, na maioria das vezes – tinha um tamborzinho –, quando vinha quebrada do fabricante, eles não a descartavam também, eles davam para a gente consumir, ou seja, a gente consumia aquilo ali ou ficava com fome. Basicamente é do lixo aquela casquinha.

Não davam vale alimentação, era um descaso total, faziam pressão psicológica. Muitas vezes, quando você estava na área e não estava conseguindo supri-la, eles te retiravam e falavam que você não era apto para aquilo. E aí a gente fica transtornado. Foi por causa desse aglomerado de situações que ficou impossível minha permanência naquele local de trabalho. Fiquei durante dois anos e dez meses. Eu saí em dezembro, entrando com uma ação trabalhista. Deu uma rescisão indireta na empresa por falta grave.

Senhores, muito obrigado pela atenção.

Agora eu quero escutar o relato dos meus amigos que também passaram por isso.

Vamos para cima deles! Sem direito não é legal! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem, Jean Henrique de Souza Simão, ex-trabalhador do McDonald's Brasil, Votuporanga, São Paulo, que faz aqui, na mesma linha de outros, denúncias.

É um fato novo que era dada para eles, para ter direito a se alimentar, a chamada comida já vencida, alimentos vencidos. Todo mundo sabe que isso faz mal para a saúde. Ele falou também da pressão que tem recebido.

Mas vamos em frente.

Agora é o Ailton Carlos dos Santos, também ex-trabalhador do McDonald's Brasil.

O SR. AILTON CARLOS DOS SANTOS (Para expor.) – Bom dia a todos.

Obrigado pelo convite do pessoal da...

Bom dia a todos.

Estão me ouvindo? (*Pausa.*)

Obrigado pela oportunidade de participar desta convenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O meu objetivo aqui é ajudar os ex-trabalhadores, ajudar os trabalhadores que estão lá e que não têm a mesma coragem que eu, que sai de lá como gerente de unidade e tive vários históricos ruins por pressão psicológica, por esgotamento físico, por trabalho excessivo.

Eu entrei em 1999, ganhando R$1,40 por hora. Não era por opção, era por necessidade. Naquela época, o salário mínimo... Já era baixo esse salário para a época. Já cheguei a receber R$50 no final do mês e guardá-los, às vezes, para comprar algo para casa ou para suprir uma necessidade. Então, essa exploração vem não é de agora, não é?

Estou aqui para representar essa classe e contar a minha história de 18 anos. Eu fui gerente de unidades de negócio, porque eu me posicionei. Eu sempre fui uma pessoa transparente, sempre fui uma pessoa que lutou pelos direitos dos meus funcionários.

Então, eu não tenho problema de linha ética, não tenho histórico ruim, mas você vê que você, às vezes, não tem a mesma oportunidade daquele que, às vezes, tem um histórico de denúncias em ética, de denúncias de assédio moral, e ele passa na sua frente porque simplesmente ele dá resultado. Então, você para para pensar, quando você amadurece o seu profissionalismo: será que a empresa em que você está atuando está sendo justa com os seus trabalhadores? Por que eu não posso ser mostrado numa competição já que eu tenho a mesma competência de outra pessoa? Será que é a minha cor? Será que é a minha postura de lutar pelos direitos iguais dentro do restaurante? Isso é muito questionável.

Em 18 anos de McDonald's, eu nunca recebi uma hora extra. Já trabalhei 16 horas no restaurante, porque não há pessoas para cobrir você e você tem que ficar ali porque você é a linha de frente.

A classe operária do McDonald's é a classe que sofre, é a classe da operação, porque é uma rede viva, uma rede que vende milhões.

Eu trabalhei na capital de São Paulo, uma das capitais que tem o maior PIB do Brasil. Então, a receita desses *fast-foods* é altíssima e não é revertida para os seus trabalhadores de forma justa. Então, às vezes, "ah é legal", você está ali, na operação, trabalhando 12, 15 horas. E o resultado está vindo de onde? Pelo que essa pessoa está passando? Processo psicológico, pressão, não poder folgar, ter que atender o telefone na folga, ter que participar de vários grupos de departamentos em questão gerencial, quando você, na sua folga, tem que ficar respondendo, porque, se você não responder, você não está envolvido ali com a produtividade, com os resultados. Isso é muito preocupante.

E, dentro do meu tempo, eu desenvolvi um texto que fala os porquês dos *fast-foods*. E eu queria lê-los. Esses porquês eu acho que passam na cabeça de todos os funcionários: atendentes, gerentes, coordenadores que estão ali atuando na linha de frente, na operação, trabalhando de madrugada, às vezes sem ônibus para voltar. E esse reconhecimento não está sendo justo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os porquês dos *fast-foods.* Por que somos negros, formados e exercermos um cargo que no mínimo pede o ensino superior, e o seu gestor fala: "Eu achei que você não era formado"? Por que podemos atuar para apoiar um determinado restaurante e não podemos ser vistos em visitas da diretoria internacional do *fast-food*? Por que podemos participar de competições internas e não podemos ir para a final dessa competição porque existe um perfil certo para isso? Por que somos colocados em restaurante de baixa *performance* e, mesmo com toda a experiência que temos, sempre temos que mostrar que somos produtivos ou somos capacitados? Por que não temos autonomia de escolher nossas pessoas, sendo que o outro colega com outro perfil pode escolher suas pessoas? Por que temos que ouvir do nosso gestor que é melhor o nosso filho passar fome do que o dele, no momento em que o país se encontra, em estado de pobreza, as pessoas passando fome? Por que temos que trabalhar horas extras, feriados, trocar folgas e não ser remunerados por isso? Por que somos questionados, quando apresentamos atestados ou estamos em tratamento crônico, que não melhoramos logo para voltar a produzir? Por que, depois de um trabalho representativo com a corporação, ficamos estagnados e não desenvolvemos nossas competências por não ter perfil ou indicação que a gestão solicitar? Por que somos questionados das nossas rotinas de folgas ou somos seguidos indiretamente nas nossas redes sociais? Por que em uma entrevista de emprego somos questionados se iremos conciliar o trabalho com a família, porque a rotina do *fast-food* é frenética? Por que continuam dando oportunidades a pessoas com históricos de assédio moral, sexual, linha ética, pelo fato de darem retorno financeiro, resultados para a empresa e não se preocupam com os psicológicos das pessoas que sofreram esses abusos? Por que temos que omitir, durante a pandemia, os casos de covid do restaurante para não alarmar a situação dentro daquele ambiente, com o objetivo de não afetar a operação do restaurante, atingindo diretamente suas vendas e resultados?

Esses porquês estão fixados diariamente em nossas mentes e nos trazem uma dependência ilusória e psicológica de que temos que ficar ali, porque não existe outra empresa que garanta estabilidade, mesmo ela sendo frenética, estressante e exaustiva.

Agradeço a todos a oportunidade. No que eu puder ajudar e contribuir para a melhoria do cidadão brasileiro, do cidadão do mundo, eu estarei aqui presente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem, Ailton Carlos dos Santos, ex-trabalhador da McDonald's do Brasil, que fala com muita ênfase e com muita coragem, como outros, que estão se expondo, mas não negando o dever e o direito de expor o que aconteceu. Repete-se aqui o dado das horas extras, que não recebem, de 12 a 15 horas. Trabalham de 12 a 15 horas! Eu me preocupo porque, desde a Constituinte, eu luto por, no máximo, 40 horas semanais, porque, para mim, deveria ser turno de seis horas, um projeto ainda antigo que está lá na Câmara, de minha autoria, que é o 148, de 2015, que visa à redução de jornada como forma de gerar emprego e qualidade de vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele fala da discriminação, como cidadão negro. Eu também sou negro e tenho acompanhado essa luta de negros e negras no Brasil e em outras partes do mundo. Eu presidi aqui também a Comissão dos refugiados e, infelizmente, eu vejo como os negros e negras são tratados. E aqui você, Ailton Carlos dos Santos, e o outro companheiro que o antecedeu também dão um depoimento da discriminação, e tudo isso vai para o relatório final.

Eu passo a palavra agora ao Hítalo Almeida de Araújo, também ex-trabalhador do McDonald's do Brasil. Só para dizer para você, chegou uma carta aqui do McDonald's para mim e eu vou lê-la no momento... Depois que falarem aí uns trabalhadores do McDonald's, eu vou lê-la comentando o que chegou aqui para mim.

Por favor, Hítalo Almeida de Araújo, ex-trabalhador do McDonald's.

O SR. HÍTALO ALMEIDA DE ARAUJO (Para expor.) – Bom dia a todos; bom dia, Sr. Senador.

Eu vou contar uma breve história aqui, que é a minha breve história no McDonald's. Eu tenho 23 anos, eu entrei no McDonald's no ano de 2019 com a promessa de um salário de R$1,2 mil. Eu trabalhei por 30 dias para receber isso, mas, quando chegou o final do mês, eu recebi R$440, isso com a promessa de que, depois, no mês que vem melhora. Era o que a gente mais escutava: mês que vem melhora! Mês que vem, eu vi, melhorou: R$560. Aí ficou R$560, depois R$560, e o máximo de todo esse tempo, um ano e meio, que eu trabalhei no McDonald's foram R$960, foi o tanto que eu recebi, isso com a promessa de um salário bem mais alto. E isso fazendo horas absurdas, como eu já trabalhei, das seis da tarde até quatro da manhã, isso porque ia ter visita no outro dia, ia ter uma visita no outro dia, então tinha que estar limpando a loja.

E o meu gerente ficou tão assim, porque ele falou que a única coisa que ele poderia me dar eram dois pacotes de batata; era tudo o que ele poderia me dar. Então, para vocês verem como é um absurdo.

O meu primeiro e único surto que eu tive dentro da loja por excesso de trabalho foi num dia cheio; a loja estava muito cheia, com um contingente baixo de funcionários. Então, eu estava ali naquele setor de bebida e sobremesa, onde é para ter dois funcionários; só tinha eu fazendo duas coisas ao mesmo tempo, atendendo o *drive* e atendendo o salão. Foi num momento em que não aguentei, estava num surto, cansado; eu simplesmente deixei a minha área chorando, não sabia por que eu estava chorando, por que eu estava tremendo, e fui me esconder dentro do estoque.

Meus colegas de trabalho vieram atrás de mim, perguntaram o que estava acontecendo, e o meu gerente veio – o gerente que estava no plantão nesse dia, não era o meu gerente; o meu gerente estava de folga – e ele simplesmente chegou, olhou para a minha cara e falou: "Não tem como você voltar para a área, não?". Então, eu fiquei ali e, naquele momento, eu falei... Eu fiquei abismado, eu não sabia o que fazer, porque, poxa, você está num estado ali deplorável em que você não aguenta, você não sabe o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está acontecendo com você; está ali tremendo, chorando, passando mal, e a pessoa simplesmente olha para sua cara e fala: "Não, volta lá para a área!". Entendeu?

No começo da pandemia, na minha loja, teve muitos casos. Então, o primeiro caso que a gente descobriu foi quando fizemos os exames e tinha um funcionário que estava ali com covid. Simplesmente eles não falaram para a gente. Eu sei que é certo você não falar o nome da pessoa, mas você tem que dizer para a gente ali que tem uma pessoa ali doente. Então, eles esconderam aquilo, esconderam de todos, mandaram muitas pessoas calarem a boca, para não falarem, e eu fui uma pessoa que fui lá e falei, postei no Facebook, postei no Instagram. Deu muito retuíte, deu muito curtida, e foi ali que eu conheci o pessoal do Sem Direitos não é Legal. Tem uma reportagem no *Correio Braziliense* também – é só procurarem lá – sobre questão de covid dentro de uma loja da 114 aqui em Brasília. E foi o começo, daí que se gerou isso tudo aí pelo que eu fico muito feliz, porque estamos aqui.

Queria agradecer pela oportunidade e queria dizer aqui para olharem para a gente, porque nós estamos lá dentro, muitos funcionários estão lá dentro passando sanduíches e tudo mais, mas somos seres humanos também. Está bom?

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Hítalo Almeida de Araujo, ex-trabalhador do McDonald′s.

Eu peguei esse dado aqui, porque são tantas denúncias; era para ganhar 1,2 mil, mas, em média, pelo que eu vi aqui, durante o ano, ele recebeu a metade disso; ele fala que recebeu 400, 500, 600 e, lá no fim, 960. É o tal do trabalho intermitente, em que eles vão para o salário/hora, que a gente tem denunciado de forma permanente, porque não ganhará sequer um salário mínimo, porque é nas horas em que ele é chamado – para quem está nos assistindo –, em que ele é chamado a trabalhar. Trabalhou aquelas horas, vai receber; fora disso, não recebe nada. E, muitas vezes, se ele quiser pagar a previdência, tem que pagar sobre o salário mínimo, tem que pagar inclusive sobre o salário que não recebeu. Veja a que ponto nós chegamos nesse tal de trabalho intermitente. Por isso que eu noto, percebo e já vi outras denúncias de que nem sequer o salário mínimo ele ganha, ou seja, davam-lhe em torno aí de meio salário mínimo.

Vamos em frente!

Passo a palavra agora à Hildayane Saraiva Aragão, ex-trabalhadora do McDonald′s.

A SRA. HILDAYANE SARAIVA ARAGÃO (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas!

Eu sou Hildayane Saraiva, ex-funcionária do McDonald's do Aeroporto de Brasília. Também cheguei a ser funcionária no do Eixo Monumental, nos anos de 2017 a 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao entrar no McDonald's, eu tinha um sonho. Não era uma meta ou um objetivo, era o sonho de me tornar anfitriã do restaurante. Ali, eu dei o máximo de mim. Inclusive nas folgas semanais, que era uma, eu estava ali trabalhando. Não registrava o ponto, como também horas extras; eles mandavam eu bater no meu horário de saída. Porém, eu permanecia ali por horas, trabalhando, dando o máximo de mim, principalmente quando existiam visitas, como no caso de receber o Presidente do McDonald's. Ali eu fui a responsável por recebê-lo, em busca do cargo sonhado como anfitriã.

Houve uma troca de gestores, e ele chegou e falou: "Você vai ser a escolhida para ser a anfitriã". Eu falei: "Estou me qualificando para isso, fazendo pesquisas de satisfação ao cliente, tendo resultados satisfatórios". Porém, ele virou para mim e falou: "Você não é apta para assumir o cargo, você é gorda demais para ser a anfitriã, e a anfitriã deve ser o cartão-postal da loja. Você não é capaz de assumir esse cargo". O antigo gestor havia solicitado o uniforme do meu tamanho, inclusive. Porém, ele mandou ajustar esse uniforme, promovendo, assim, uma pessoa mais magra.

Ali, quando eu assumi principalmente a questão de salão, para fazer pesquisas, e a área do caixa, eu comecei a ficar no salão para trocar as 21 lixeiras que existiam tanto no salão quanto na loja. Desenvolvi uma protusão discal na lombar por questão de passar muito tempo trocando essas lixeiras, que eram muitas, todos os dias. Passei ali um período de dois meses seguidos, responsável apenas por trocar as lixeiras e limpar o chão. Eu não era bonita o suficiente para estar ali, no balcão. E, por vezes, cheguei e tinha que escutar coisas como que eu parecia uma moradora de rodoviária de tão feia que eu estava. Ali eu era excluída de muitas coisas.

Eu desenvolvi um nível de depressão enorme e fiquei seis meses internada numa clínica psiquiátrica, longe de tudo e de todos, para me recompor. Tive várias crises de ansiedade em loja, em que, por vezes, eu pensei que, naquele momento, eu iria morrer, por não entender a falta de ar que eu sentia. Desenvolvi também três pedras nos rins, porque lá o funcionário não pode sequer beber água. Ainda que leve sua garrafa de água, você não pode encher, você não tem esse direito.

Por essa razão, chegou o momento em que eu tive a coragem de pedir contas. Não era o momento oportuno, tendo em vista que a minha mãe estava desempregada. Porém, não fazia sentido eu trabalhar para pagar medicamentos. E, dessa forma, percebo que, a partir do momento em que eu abri mão daquilo que me prejudicava, hoje eu tenho, de fato, uma nova vida. Hoje eu consigo ter sanidade mental, física e psicológica para trabalhar em dois empregos. Eu estou ali na Câmara Municipal de Luziânia e também na prestação de serviços como auxiliar de farmácia hospitalar. Assim, cuidando de vidas... Não fui anfitriã, mas cuido de vidas hoje, de pessoas que precisam de ajuda tanto pública quanto nas questões que chegam ali naquele hospital, pessoas também que já atentaram contra suas próprias vidas, como tentativas de autoextermínio. E, dessa forma, hoje eu percebo que, quando você tem condições para trabalhar, você consegue ir muito além.

Encerro assim as minhas palavras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem, muito bem!

Adriana Cristina Serafim Ribeiro é ex-trabalhadora do McDonald's...

Você dá um depoimento emocionante aqui para nós todos, para se ver como é forte a discriminação contra a mulher, pela cor da pele, pela aparência. Isso é um absurdo! Os nossos sonhos não se tornam realidade por um julgamento absurdo de discriminação. Meus parabéns a você, porque você conseguiu superar tudo isso e é uma vencedora!

Isso mostra que é possível, sim, avançarmos quando temos compromisso com os outros. Aqueles que não têm compromisso tentaram lhe tratar até como alguém que só daria para recolher o lixo – nada contra, até porque sou autor de um projeto que regulamenta a profissão de gari. Mas o seu sonho era outro, e não deixaram você avançar. Felizmente, você foi para outro espaço, onde está sendo valorizada. Parabéns, parabéns, parabéns mesmo!

Eu passo a palavra agora para Adriana Cristina Serafim Ribeiro.

A SRA. ADRIANA CRISTINA SERAFIM RIBEIRO (Para expor.) – Bom dia a todos!

Meu nome é Adriana. Tenho 22 anos. Trabalhei no McDonald's por um ano e nove meses. Entrei lá... Foi meu primeiro emprego também, e eu pensei que iria crescer. Como foi meu primeiro emprego, era o meu sonho.

Sofri abuso sexual, assédio. O meu gerente tentou me beijar no quiosque dentro da loja, perto dos funcionários. Ele tocava no meu cabelo, passava a mão no meu corpo, dizia que eu era muito gostosa. E ele não deixava eu passar batom porque ele falava que ele ficava com o pênis ereto. Isso me magoou demais. (*Pausa.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Enquanto ela se recupera, para continuar o seu relato emocionante...

Peço um copo d'água, pessoal. Se alguém puder alcançar um copo de água para ela...

A SRA. ADRIANA CRISTINA SERAFIM RIBEIRO – É a minha primeira vez falando em público assim. Então, eu estou muito nervosa.

O "Sem Direitos" foi que me ajudou bastante. (*Pausa.*)

Sofri também muito com a gerente de plantão. Ela me chamava por apelidos. Eu cheguei a conversar com o consultor da loja, eu fui até ele, que nada resolveu. Eu mandei *e-mail*. Relatei tudo para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele, contei tudo que tinha acontecido comigo dentro da loja, e ele, simplesmente, negou ajuda a mim e me dispensou. (*Pausa.*)

Ele me dispensou. Não tive ajuda de nenhum funcionário e de nenhum gerente ali dentro. Eles só abusaram de mim. Hoje eu estou melhor porque eu trabalho em outra área, mas foi difícil eu me recuperar também.

E é isso. Agradeço pela oportunidade. Sem Direitos não é Legal! Todos juntos! E é isso.

Obrigada a todos.

Bom dia! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem, Adriana! Muito bem! As palmas que você recebe, Adriana Cristina Serafim Ribeiro, ex-trabalhadora do McDonald's Brasil, mostram a sua coragem, a sua firmeza. Ficamos todos emocionados. Qualquer comentário que fizermos aqui não está à altura do que você falou. Você merecia, sim, isto: muitas palmas. E esperamos que seu sonho se torne realidade, como o de todos aqueles que a antecederam. É lamentável o que a gente ouviu aqui e o que ouvimos recentemente de funcionárias da Caixa Econômica Federal. O melhor comentário é dizer que as suas palavras vão ecoar em todo Brasil.

Agora, passamos a palavra para Jéssica Thayna Carriel, ex-trabalhadora também do McDonald's.

Jéssica Thayna Carriel...

A SRA. JÉSSICA THAYNA CARRIEL (Para expor.) – Olá! Bom dia! Tudo bem?

Meu nome é Jéssica. Eu tenho 20 anos.

Sou ex-funcionária do McDonald's, onde eu trabalhei por quatro meses. E eu tive uma experiência horrível. Eu passei por várias complicações na empresa McDonald's. Sempre achei que a empresa poderia me dar um futuro muito bom e que eu poderia crescer. Desde pequena, eu brincava com meus irmãos: "Quando eu fizer 18, eu vou trabalhar no McDonald's também". E, olha, foi uma experiência completamente assim... Foi muito, muito ruim para mim.

Eu passei por abuso sexual e moral. O meu gerente mandava foto para mim do seu pênis. Ele mandava... Ele ficava dando em cima de mim na loja. Ele ficava me colocando nos piores lugares também para serviços; ele me colocava na chapa, na limpeza. A gerente me colocava apelidos de songamonga, de boa samaritana que queria ajudar todo mundo, mas que não fazia a minha parte do serviço.

Durante um tempo da pandemia, a minha mãe ficou internada, e eu não tive respaldo e ajuda da empresa para me recompor. E, quando eu soube, eu estava em área de serviço. O médico me ligou, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pedi para sair. Durante cinco minutos, ela me liberou. Só que, quando eu voltei, ela me deu uma advertência porque falou que eu não poderia ter feito aquilo. Nisso eu fiquei em choque. Eu não sabia o que fazer, porque eu sempre fui a única renda da minha família, ainda mais com a minha mãe internada. Eu não tinha condição de pagar um hospital bom para ela se recuperar. Ficava totalmente em choque com tudo que acontecia, tinha uma família para bancar. Eu tenho uma avó doente, que não tem condição. E, para mim, sempre foi muito complicado.

Quando aconteceu tudo isso, eu não tinha forças para trabalhar, não tinha forças para me recompor. Eu fazia mais do meu horário, fazia umas dez horas por dia de serviço. O meu salário, como foi comentado anteriormente pelo rapaz, na carteira, está de R$1,2 mil. Eu também recebia R$700, R$800, e olhe lá! E sempre falaram que ia melhorar, e nunca melhorava. Eu sempre ficava assim: como é que eu vou pagar tudo isso com pouco dinheiro? Mas deu tudo certo, graças a Deus. E, com a ajuda dos meus amigos, da Adriana, do Gabriel – eles me apresentaram a campanha –, hoje estou aqui para falar um pouco e fazer o meu melhor, para dar força a outros funcionários para eles também falarem, porque "Sem Direitos não é Legal"! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem, Jéssica Tayna Carriel, ex–trabalhadora do McDonald's, que foi na mesma linha dos outros que a antecederam, indignada com tudo que aconteceu nas dependências do McDonald's.

Eu falo isso... Não pensem alguns que estou falando aqui com satisfação. Estou falando com tristeza, com indignação, respeitando muito essa moçada rebelde, que está denunciando o que acontece neste país.

Gabriel Felix Milbrat, ex-trabalhador do McDonald's, o tempo agora é seu.

O SR. GABRIEL FELIX MILBRAT (Para expor.) – Olá! Bom dia para todo mundo!

Eu sou o Gabriel. Sou ex-trabalhador do McDonald's lá de Curitiba. Eu sofri, dentro da loja, na minha experiência, assédio sexual, racismo e assédio moral.

Entrei no McDonald's com sonhos também de seguir carreira, de mostrar que eu também podia chegar lá, que a cor da minha pele não significa nada. E, na minha primeira semana, já fui barrado. Eu recebi apelidos de "picolé de piche", "mais um veadinho para o grupo". E, sempre que eu reportava para minha gerente, ela falava: "Não ligue. É brincadeira de menino. Você é da figura masculina".

E o que mais pesa para a gente da comunidade LGBTQIA+ é ver que outros funcionários, do mesmo jeito que a gente, estão passando por isso. E não é só isso; funcionários negros estão lá sendo colocados para limpeza. A gente não vai para o balcão, a gente não vai vender lanche, a gente vai limpar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chão, a gente vai limpar banheiro, a gente vai limpar gordura, a gente vai para o quiosque e fica horas lá sem ir ao banheiro.

O que me fez deixar o McDonald's foi o ato nojento de o meu superior gozar em cima de mim enquanto eu dormia no meu *break.* Ele já colou em cima de mim. Eu desci chorando e fui falar para minha gerente o que tinha acontecido. Ela olhou para minha cara e falou: "Ai, Gabriel, não precisa de drama. Vai lavar isso e depois a gente conversa". Eu tinha... Esses atos continuaram acontecendo. Ele passava a mão em mim, mandava vídeos se masturbando e falando meu nome. Ele me procurou em todas as minhas redes sociais, porque eu o bloqueava.

Quando eu cheguei para mostrar as minhas provas para o consultor, eu peguei o meu celular e entreguei na mão dele. Achei que ele estava vendo, mas ele estava apagando as minhas provas.

Eu mandei um dos vídeos e uma das fotos para o meu noivo na época, e foi aí que eu decidi entrar com uma ação na Justiça. Procurei a campanha Sem Direitos não é Legal, que foi a única que estendeu a mão e que falou: "Você não está sozinho". E é importante isto: é importante você ouvir da campanha "Sem Direitos não é Legal" e não só da campanha Sem Direitos não é Legal, mas ouvir dos seus amigos também que você não está sozinho e que você deve procurar ajuda.

Se eu tivesse, na época, um sindicato que me representasse, talvez eu não tivesse passado por isso; talvez, se eu tivesse conhecimento do que é sindicato, porque eu não sabia o que é sindicato. Eu vim a saber agora, neste ano. E trabalhadores que estão dentro do McDonald's, da minha cor, LGBTQIA+, também não sabem porque, quando você chega na loja do McDonald's e pergunta: "Você sabe o que é um sindicato?", eles falam: "O que é um sindicato?". Eles não têm...

Na minha época eu usava Perfex também como máscara de proteção. E dentro da loja, com vários funcionários com covid, a gerente fazendo vista grossa, o consultor fazendo vista grossa. Até hoje acontecem essas condutas no McDonald's, e a gente tem que se perguntar: até quando isso vai acontecer? Quantos outros funcionários, trabalhadoras e trabalhadores que não têm identidade binária vão precisar estar aqui depondo e contando suas experiências ruins no McDonald's? Até agora eu não consegui ouvir aqui uma experiência boa no McDonald's. Até quando? A gente se pergunta, sabe?

E eu quero falar que a gente, trabalhador, trabalhadora, junto com o sindicato vai ter voz e, vindo denunciar, a gente vai ter voz. Você não está sozinho. Juntos somos mais fortes do que tudo isso.

Obrigado, Sem Direitos não é Legal. Obrigado a todo mundo. E é isso aí. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*) – Muito bem, Gabriel Felix Milbrat, ex-trabalhador do McDonald's, que aqui, de público, em nome da causa, assumiu a sua caminhada, falou do seu noivo, falou de como ele foi tratado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

defendeu, com coragem, firmeza – só podemos, nós todos aqui, aplaudi-lo –, os LGBTQIA+. Fez um depoimento da covardia de um supervisor dele, que já colou sobre ele.

Olha, Gabriel, eu só tenho que, cada vez mais, respeitá-lo e respeitar o depoimento desses jovens que estão aqui, neste momento – eu não diria se expondo –, falando a verdade dos fatos. Como você disse muito bem: até quando isso vai acontecer?

Eu concedo a palavra agora à Brityney Galanty, ex-trabalhadora do McDonald's.

A SRA. BRITYNEY GALANTY (Para expor.) – Bom dia, Senador Paim. Sou a Brityney Galanty, ex-trabalhadora da rede de *fast-food* McDonald's. Trabalhei um ano e dois meses na rede de *fast-food*. Com a graça e alegria de representar todos esses meus irmãos trabalhadores da rede de *fast-food* do McDonald's, eu venho aqui dizer que tudo o que eles disseram é pura realidade e verdade. Não é mentira, porque supervisores, gerentes, eles abusavam da gente sim. Eu, como *drag queen*, quando eu comecei a trabalhar montada, gerente debochava da minha cara, olhava com cara feia e, dentro de onde eu trabalhava, tinha gente com medo de trabalhar, não se sentia confortável, olhava para mim e se sentia desconfortável, e hoje, com a graça, eu estou aqui para dizer que a rede de *fast-food* realmente... O que os meninos disseram, de usar Perfex no começo da covid, é real. E na questão do começo da covid, também eu quero dizer que a maioria dos funcionários ia trabalhar, sim, com covid, e os gerentes falavam que: "Não, pode continuar a trabalhar". E nós ficávamos sem o que fazer, e sendo que na época eu cuidava da minha avó, eu não podia muito ir trabalhar por conta disso. E assim, rede do McDonald's... Eles estão abusando de todos os funcionários, questão do LGBTQIA+, racismo, discriminação... Respeito e ética, coisa que não acontece dentro da rede de *fast-food* realmente. Eu acompanhei e eu, quando eu comecei a me montar, era Fabíola, eu fui batizada como Brityney do McDonald's, questão de uma funcionária do LGBTQIA+. E eu fui crescendo e até hoje eu estou aqui.

Eu quero falar um ato de um amigo meu que trabalhava na rede também, junto comigo, e eu fico chateado, magoado com essa questão de que esse meu amigo tirou um tempo de licença, e como pode uma rede de *fast-food* pagar R$50 para um funcionário que ficou um tempo determinado com depressão na empresa, por conta de os gerentes forçarem o nosso trabalho, de a gente limpar uma chapa, fritadeira, salão? E eu, dentro da rede, eu ficava mais. Eu fiquei um ano e meio em quiosque. Por quê? Só porque eu era *drag*, porque eu chamava atenção, dava mais a questão do *marketing* da empresa. E o pessoal debochava da minha cara.

Então, assim, eu falo por todos os que estão aqui e, para encerrar com chave de ouro, eu digo: sim, o que eles disseram não é mentira, é pura realidade, é o que acontece. Cada um que está aqui sofreu, como eu sofria junto com eles. E assédio é o que mais tem, racismo, discriminação e desrespeito. E eu quero dizer para todas as *drag queens*, trans, lésbicas e *gays:* não tenham medo! Nós temos os direitos, sim, de trabalhar do jeito que a gente é, erguer a cabeça e quebrar o armário, porque, sem isso, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não cresce. E nós LGBT temos que ser fortes com qualquer coisa, e o McDonald's não vai acabar com isso! E temos que ter respeito, sim!

Eu quero dizer para que aqueles que têm medo de se montar para trabalhar que percam o medo. Nós temos os nossos direitos e temos que ter respeito.

Sem direitos, não é legal!

Agradeço a todos a oportunidade de estar aqui.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem, Brityney Galanty, ex-trabalhadora do McDonald's e *drag queen,* que aqui usou o termo: "Ninguém aqui mentiu, todos falaram a verdade". Essa sua frase é tão forte quanto as denúncias que vocês todos fizeram. Eu cito aqui no documento que iremos fazer, no relatório desta Comissão. "Ninguém mentiu", você disse. Do que foi falado aqui, tudo é verdade. É um depoimento forte e contundente, que mostra a importância desta audiência pública para combater exploração, trabalho escravo, todo tipo de assédio e discriminação.

Eu passo a palavra agora à Gabriele Kauane Mota dos Reis, ex-trabalhadora do McDonald's.

A Gabriele se encontra? Senão, vamos em frente. (*Pausa.*)

Terminou aqui pessoal e vai ter ainda agora mais três convidados que vão usar a palavra. Como terminou o depoimento dos trabalhadores, trabalhadoras, comunidade LGBT e *drag queens* do McDonald's, eu vou ler, em parte, a carta que recebi aqui da representante do McDonald's, que não se fez presente, mas me mandou uma carta. Eu vou me dar ao direito, de forma resumida, de apresentar a carta que ela aqui nos encaminhou, que o McDonald's nos encaminhou.

Diz a carta:

> Tenho a honra de me dirigir a Vossas Excelências na qualidade de Vice-Presidente Corporativa da Arcos Dourados, empresa que opera a marca McDonald's no Brasil e em outros 19 países da América Latina, atendendo ao honroso convite enviado pela Secretaria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para comparecer em Audiência Pública cujo objetivo é analisar "O Impacto da Reforma Trabalhista no Cotidiano dos Trabalhadores e Trabalhadores de *Fast-Food*", no próximo dia 8 de agosto [...] [hoje, como está sendo].

Diz a carta:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Como é do conhecimento de Vossas Excelências, a nossa empresa tem um elevado grau de responsabilidade social e um forte compromisso com o bem-estar e progresso dos nossos colaboradores. Trabalhamos incansavelmente para que possam atingir o máximo de seu potencial profissional e garantir espaços saudáveis e livres de qualquer forma de discriminação e/ou assédio.
> Todas as nossas operações são regidas por um rígido Código de Conduta e pela adesão a princípios éticos e legais universais.

Isso tudo diz a carta. E, democraticamente, eu a estou lendo como ouvimos a todos vocês, não é?

> Realizamos treinamento constante de nossos colaboradores e disponibilizamos um canal para denúncias de qualquer violação de nossos padrões de conduta, administrado por uma empresa independente especializada. Este processo de reclamação é totalmente confidencial e garante sigilo e anonimato. Cada reclamação é rigorosamente investigada, aplicando-se ao final do processo todas as penalidades que cada caso merece.
> Nossa operação no Brasil conta com mais de mil restaurantes que juntos geram mais de 50 mil empregos diretos e outras dezenas de milhares de empregos indiretos. Somos também um dos maiores empregadores do Brasil e um dos maiores contratantes de pessoas para o primeiro emprego. Temos muito orgulho da nossa operação no Brasil, paradigma para todas as demais regiões em que atuamos.
> Ao longo dos anos...

Pessoal, essa parte aqui eu não vou poder ler, porque eles falam, na verdade, indo na contramão de tudo o que vocês falaram – eu vou simplificar nisso, viu? –, um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze, treze, quatorze – pode conferir aí –, em torno de quatorze a quinze prêmios que receberam no longo da vida. Eu não vou ler os prêmios e vou ler a parte final da carta.

> Especificamente quanto ao convite para participação na referida audiência pública, optamos respeitosamente por decliná-lo. Isso porque, não obstante o tamanho de nossa operação no Brasil, consideramos ser mais produtivo que o tema seja abordado junto à Entidade Representativa de todo o setor de *fast food*, no qual atuam mais de 400 empresas em todo o Brasil.
> Por esse motivo, e reiterando minha disponibilidade pessoal e da minha empresa para contribuir em tudo o que estiver ao alcance da Arcos Dourados, reitero a V. Exas. e a todos os membros da Comissão de Direitos Humanos e Legislação participativa do Senado Federal os protestos da minha mais elevada estima e distinta consideração.

Essa é a leitura da carta que os jornais já pediram, a TV Senado pediu. Eu, neste momento, libero a Comissão para que ela possa divulgar a carta em que eles expõem o ponto de vista deles em relação a tudo o que foi dito aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiz uma síntese da carta, mas li toda a carta, só não li os prêmios, não é? Senão, eu vou ter que ler os prêmios que todos os outros ganharam no longo da sua história, e não sou eu que vou julgar que prêmio deste ou daquele. Então está lida a carta.

Agora nós vamos continuar com a nossa lista de convidados neste momento.

São exatamente 13 prêmios, foram 13 prêmios que eles listaram aqui que receberam.

Eu passo a palavra, neste momento, à Claudia Yuny Bustamante Vasquez, que também é trabalhadora de *fast-food*, mas no Chile.

A SRA. CLAUDIA YUNY BUSTAMANTE VASQUEZ (Para expor. *Tradução por profissional habilitado*.) – Bom dia! Boa tarde! O meu nome é Claudia Bustamante, sou presidente do sindicato interempresarial do Chile, onde participamos ativamente trabalhadores do McDonald's, Burger King e muitas outras redes de fast-food.

Na última década no Chile, fomos testemunhos de diversas lutas e demandas levantadas pela classe trabalhadora. Um papel importante teve o movimento feminista, que ajudou a impulsionar diversas demandas e denúncias e a colocar em evidência as múltiplas violências sofridas pelas mulheres, minorias e dissidências sexuais. Uma muito importante e não menor é o papel que temos tido nos últimos anos no âmbito das redes de fast-food, que tendem a fomentar a exploração e a precarização da juventude chilena e do mundo, nos obrigando, além disso, a passar por situações de assédio e abuso sexual e laboral. Por isso, durante grande parte de 2021 e 2022, nos dedicamos à elaboração de um protocolo que compromete as empresas multinacionais a supervisionar situações de assédio laboral, sexual, de gênero, maus-tratos e violações de direitos fundamentais, visando a garantia de um ambiente de trabalho mais digno e seguro. Deixando sólida e clara a mensagem de que, como uma organização de trabalhadores e trabalhadoras, enfrentaremos com tolerância zero todas as situações de violência e assédio em nossos espaços de trabalho, independentemente da circunstância. Assegurando, além disso, um compromisso rigoroso de investigação, segurança e sanção diante dessas situações. Mas como se pode descrever o assédio? Como um conjunto de comportamentos e práticas inaceitáveis ou ameaçadoras, que podem se manifestar apenas uma vez ou reiteradamente, tendo por objetivo causar ou suscetível de causar um dano físico, psicológico, sexual ou econômico, e inclui a violência e o assédio por motivos de gênero.

É importante falar sobre isso, por que somos nós quem abrimos e fechamos as lojas, alimentamos a população e realizamos diversas tarefas. Nós trabalhadores de redes fast-food estamos envolvidos em todos os aspectos do atendimento ao cliente, o que muitas vezes inclui também os serviços de manutenção. Durante o tempo que passamos no ambiente de trabalho, que vai das 4h até as 12h diariamente, nos vemos expostos a diversas situações de risco por negligência das empresas, que não atualizam seus mecanismos de ação ou regulamentos internos que denunciem, intervenham e erradiquem situações de assédio na região. Enquanto as melhorias técnicas sejam apenas para assegurar seu lucro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso não nos beneficia realmente como região. Ademais, essas companhias internacionais estão sempre incorrendo em sanções pelo não cumprimento de seus compromissos. Com a conformação de um protocolo criado pelas e pelos trabalhadores, nós percebemos, tanto no seguimento dos processos quanto na agilidade destes, que fazem com que a sanção das pessoas, diante da denúncia, seja positiva e tenha uma resposta eficaz e que as sanções sejam... que fiquem sancionadas.

É parte do nosso plano de ação como sindicato sensibilizar e criar mecanismos que sejam adequados para enfrentar os problemas, para que possamos melhorar a realidade que recebemos, no Chile e na América Latina, como juventude trabalhadora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns à Claudia Yuny Bustamante Vasquez...

A SRA. CLAUDIA YUNY BUSTAMANTE VASQUEZ (*Tradução por profissional habilitado*.) – Apesar de saber que existem diversas convenções internacionais, e algumas já ratificadas, a realidade nos golpeia, e a experiência nos diz que isso não é o suficiente. Mas, sim, um passo que nos ajuda a gerar avanços significativos na luta por tornar os trabalhos nos países da América Latina mais dignos. Nossa busca por soluções não se resume a criar um protocolo, mas também mostrar que os trabalhadores organizados ainda podemos ser a mensagem de mudança, sensibilizando e tomando iniciativas em nossos espaços.

Em poucos anos, no Chile, conseguimos mudar parte de nossa realidade, sendo capazes de identificar claramente as más práticas reproduzidas por essas empresas, pois elas são sistemáticas e globais. Existe uma escola de maus tratos! Por isso dizemos: chega de precarização da vida! Juntes, unides e organizades, somos invencíveis. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – O.k.

Muito bem, Claudia Yuny Bustamante Vasquez, trabalhadora de *fast-food* no Chile, que confirma, na verdade, as denúncias que os que falaram antes fizeram nesta plenária, que vai na mesma linha e só fortalece os depoimentos anteriores dos nossos trabalhadores do Brasil.

Vamos agora em frente. Depois dessa última fala, temos duas falas: vão falar o Moacyr Roberto Tesch e o Wilson Pereira, que já participaram, no passado, de outro evento semelhante a este. Depois da fala deles, nós vamos para os encaminhamentos.

Eu passo a palavra agora ao líder sindical Moacyr Roberto Tesch, Primeiro Vice-Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores.

Moacyr Roberto Tesch, é com você.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD (Para expor.) – Senador Paulo Paim, primeiramente, eu quero agradecer a oportunidade e parabenizá-lo por mais este evento. V. Exa. foi, sempre está sendo e sempre será nossa trincheira em defesa dos trabalhadores no Brasil. A sua ação tem dado eco internacionalmente, como está demonstrando neste momento.

No passado, em 2015, houve uma audiência similar a esta, em que V. Exa. nos abriu a porta do Congresso, em que nós tivemos mais de 30 países fazendo um congresso aqui, sob a sua liderança, que abriu as portas para muitas questões que estavam sendo discutidas sobre a questão do McDonald's.

Nós respeitamos e nos solidarizamos com todos os depoimentos que aqui foram colocados. Jamais – jamais mesmo – nós duvidaríamos da sinceridade e da realidade dos depoimentos, depoimentos esses que nos deixam muito tristes, depoimentos esses que nos envergonham como seres humanos e como representantes dos trabalhadores em uma empresa do porte do McDonald's.

Mas nós temos que pensar também, nós temos que olhar um pouquinho o passado e não podemos jogar as ações e algumas conquistas que o movimento sindical brasileiro, a Contrata, a Nova Central, a UGT, a CUT, a Força Sindical vêm discutindo, vêm elaborando e vêm negociando, em muitas oportunidades, inclusive com o McDonald's.

Graças às suas ações – que nem foi colocado aqui por mim –, da sua ação, nós tivemos uma audiência, e, dessa audiência, houve alguns avanços. Foi colocado, no Ministério Público, sob a liderança do Procurador Leonardo Mendonça, de Pernambuco, veio a ser feito um acordo, mais ao passar do tempo, e que ainda está em vigência.

Desse acordo que a gente cita, eu gostaria que fosse lembrado aos dirigentes sindicais e a todos os trabalhadores aqui presentes que algumas coisas ainda estão de pé, dentro do que foi discutido, e com multas altíssimas.

Nesse acordo, a jornada móvel ou variável foi extinta na oportunidade, em 2018, quando veio, nesse acordo, que por cinco anos o McDonald's não teria a possibilidade de efetivar a jornada móvel ou variável, incluindo, há de se lembrar, que o texto traz ele abrindo mão inclusive da reforma trabalhista que foi criada pelo Michel Temer e que veio a ser muito danosa aos trabalhadores.

A ausência de jornada de trabalho e a interjornada também foram colocadas na oportunidade, a não exigência de mais de duas horas diárias, intervalo de 11 horas, multa por descumprimento e outras questões mais que foram colocadas.

Eu peço encarecidamente a todos os companheiros e companheiras que aqui falaram, que fizeram o seu depoimento, que procurem as suas entidades sindicais. Acreditem nas suas entidades sindicais, porque, se nós não acreditarmos nas nossas entidades sindicais, não resta dúvida do que nós estamos fazendo aqui. Nós acreditamos. Em todo local onde há um sindicato, nós temos absoluta certeza, Tonhão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de que, se eles procurarem por você, procurarem em São Paulo, procurarem em Curitiba, procurarem onde quer que seja, eles serão bem atendidos. Àquele companheiro que falou agora há pouco, lá de Curitiba, eu faço um pedido muito de coração: procure o nosso sindicato; procure o nosso Presidente, o Petri, e, se for possível, procure a nossa advogada, Alessandra, que trabalha no sindicato, porque tenho absoluta certeza de que ela te dará todo o apoio.

Lembramos ainda que o sonho que foi colocado aqui de trabalhar no McDonald's lamentavelmente tem sido um pesadelo. O primeiro emprego para a gente... Eu me lembro muito bem do primeiro emprego em que eu trabalhei, em que me fizeram, inclusive, lavar carbono, que hoje nem existe mais, mas fizeram isso comigo. Lamentavelmente, essa prática vem acontecendo nos dias de hoje e vai, possivelmente... A gente tem que acabar com esse tipo de ações de pessoas mal-intencionadas.

E lembrar que trabalhar no McDonald's começa com um sonho e acaba com um pesadelo. É só verificar as estatísticas de que, dentro do McDonald's, há um giro de trabalhadores, durante um ano, de mais de 100% do volume de trabalhadores.Então, imaginar que você vai fazer uma carreira dentro do McDonald's, eu acho que é sonhar com Papai Noel, com o coelhinho da Páscoa e algumas coisas assim. A média mundial, a média de rotatividade, dentro dos *fast-food* é em torno de 32%. Lamentavelmente não é isso que acontece no McDonald's.

Nós sabemos das dificuldades que nós temos, mas eu peço encarecidamente a todos e a todas que, quando se sentirem lesados ou com algum sofrimento, que procurem as suas entidades sindicais. É para isso que a gente existe, é para isso que a gente trabalha.

Nós temos absoluta certeza... Temos uma visão de que o mundo é globalizado. Todas as coisas que acontecem – isso, as maldades e os benefícios do celular e de tudo –, isso é globalizado, mas os problemas também são globalizados – também são globalizados! –, e nós, trabalhadores, nós, entidades sindicais, também temos de nos globalizar.

Nós somos solidários ao Seiu, somos solidários, até porque há muitos anos a gente trabalhou junto, e eu não poderia deixar de lembrar a articulação política e as ações do Joe, que participou, esteve alguns anos aqui no Brasil, e a gente teve uma aproximação muito próxima, naquelas oportunidades, em ações que nós trabalhamos para combater a jornada variável, entre outras questões que aí apareceram.

No mais, quero lembrar a todos que nós, juntos, somos muitos mais fortes. Se nós trabalharmos separados, nós cada vez seremos mais fracos.

Contem com a Nova Central Sindical, contem com o movimento sindical brasileiro, com todas as centrais, independente... Eu tenho absoluta certeza... Eu não tenho procuração de ninguém para falar aqui, mas eu tenho certeza de que, na porta da instituição sindical que vocês baterem, vocês serão bem recebidos e serão defendidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Senador Paulo Paim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem, Moacyr Roberto Tesch!

Tive a oportunidade de, a seu convite, participar daquele evento com 30 países, que aprofundou esse debate. Avançamos – pode ter sido pouco, mas avançamos –, e, por isso, você recomenda o que eu achei importante: procure o seu sindicato.

Há um movimento no Brasil para enfraquecer os sindicatos, a exemplo do que existe em alguns países do mundo aí, não é? Mas nós não podemos permitir isso. Fortalecer as centrais, confederação, federação, sindicato, associação de bairro, grêmios estudantis, enfim, essas entidades é que ajudam a organizar o nosso povo e toda a nossa gente. As próprias comissões de fábrica são muito importantes. Por isso, eu fico nesta linha aqui do Moacyr, neste momento, de que procure as suas entidades representativas, para não permitir que questões como essas, que estão sendo aqui denunciadas ao vivo para todo o Brasil e o mundo, continuem acontecendo.

Eu passo a palavra agora para o Wilson Pereira, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade, de Brasília, Distrito Federal e Brasil (Contratuh). É o Wilson Pereira com a palavra.

É o último orador que eu recebi na minha lista. Depois eu posso ler os que estão no plenário e que vieram fortalecer este momento, mas a palavra eu passarei, claro – não poderei depois do último, que é o Wilson –, para a nossa querida Senadora Zenaide Maia.

Zenaide Maia está sempre presente em todos os debates que tratam das causas humanitárias, do interesse do povo, quer seja no Brasil, quer seja em nível internacional também.

Muito obrigado, Senadora Zenaide Maia. Depois do Wilson, eu vou passar a palavra para você e depois é que eu vou para os encaminhamentos. Os encaminhamentos, só depois de ouvi-la.

Por favor, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade, Wilson Pereira.

O SR. WILSON PEREIRA (Para expor.) – Exmo. Sr. Senador Paulo Paim, Exma. Sra. Senadora Zenaide, com muita alegria, muita satisfação, nós estamos aqui mais uma vez, Senador, discutindo questões importantes e fundamentais no mundo do trabalho. Discutir as questões da reforma trabalhista no setor em que está sendo levado a feito é extremamente fundamental para os trabalhadores dessa área e de todas as áreas.

Primeiramente, eu quero dizer que a Contratuh (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade) é uma entidade de grau superior – trata-se de uma confederação –, onde temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais de 200 entidades sindicais filiadas, representando, no Brasil, aproximadamente 3 milhões de trabalhadores no setor de gastronomia, hospedagem e turismo de um modo geral.

Sr. Senador, antes, eu gostaria de falar o seguinte: no Brasil e no mundo, nós temos um número extremamente alto de acidentes, seja no local de trabalho, seja nas ruas, onde for. E o próprio deslocamento do trabalhador do local do trabalho para a residência e vice-versa trata-se de uma questão de acidente de trabalho. Eu falo isso porque hoje, Sr. Senador, trata-se do Dia Mundial do Pedestre e é importante mencionarmos essa questão porque são datas, às vezes, que passam despercebidas por toda a sociedade. E é só lembrarmos o número de mortos e feridos que ocorre todos os dias em nosso país e no mundo.

E me parece que às vezes a gente foca a questão somente no McDonald's. Justo, justíssimo, porque nós, enquanto Contratuh, enquanto confederação – e até foi mencionado pelo Moacyr –, participamos e ajuizamos várias ações junto com o Ministério Público do Trabalho em defesa dos direitos dos trabalhadores do McDonald's. Era a questão da jornada móvel, que foi mencionada, a questão da alimentação, a questão de não pagamento de horas extras. O holerite do McDonald's alguém entende? Alguém compreende o que está escrito ali? Ninguém. Os trabalhadores que estão aqui do McDonald's estão fazendo sinal negativo. Não entendem. Nem juiz o entende. Até juiz tem dificuldade de compreender o que está escrito nos holerites.

Mas eu quero dizer mais. A questão da jornada móvel, a questão da jornada intermitente, que foi colocada na reforma trabalhista, teve origem nas ações do McDonald's, na prática utilizada pelo McDonald's, porque falavam, inclusive aqui dentro do Congresso Nacional, que se tratava da emenda McDonald's. É uma vergonha, é uma vergonha!

Agora, gente, não podemos deixar passar em branco que – estamos muito focados ou estamos bem focados, e temos que estar, na questão do McDonald's – nós temos outras redes de *fast-food* em que a prática não é diferente. Mencionaram aí a questão daquele moço que foi parar em *freezer* porque teve problemas lá dentro da empresa; a empresa teve problemas com ele gerados pela própria empresa, pelo gerente; quer dizer, a punição foi ir para um *freezer*. É outra rede de *fast-food*. E todas elas... Os sindicatos filiados à Contratuh, à nossa confederação, têm ações, inúmeras ações em face dessas empresas.

Então, eu deixo aqui a minha preocupação e não só a preocupação: quero dizer que nós estamos trabalhando junto com a nossas entidades sindicais filiadas à confederação e às não filiadas, as nossas coirmãs de central, como já foi dito pelo Moacyr, no sentido de reverter essa situação.

Gente, do que nós precisamos efetivamente é mudar a legislação, voltar a legislação e melhorar questões primordiais que dizem respeito às relações do trabalho. Por isso, minha gente, eu quero até parafrasear aqui um amigo que, quando assumiu a Presidência da Ordem dos Advogados do Brasil, disse aqui em Brasília, perante as maiores autoridades – chama-se Roberto Busato, lá do Paraná –, que o Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é o país da inconstitucionalidade. Então, finalizando, eu quero dizer: nós precisamos mudar e estamos no momento de mudar, e é agora ou nunca, minha gente. Vamos firmes, porque, conforme já foi dito, juntos nós somos mais fortes.

Muito obrigado, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem, Wilson Pereira, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade – Brasília (DF) e Brasil (Contratuh). Na verdade, ele reafirmou tudo que foi dito aqui das suas preocupações e vai na linha também do Moacyr: que temos que estar junto com todas entidades sindicais, federações e confederações para cobrar tudo o que foi aqui denunciado.

Antes de ir para o encaminhamento final, eu vou passar, com muita satisfação, a palavra para a nossa querida Senadora Zenaide Maia, que está aqui desde o início até este momento. Ela fez questão de ouvir todos para depois usar a palavra.

É contigo, Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discursar. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos e a todas aqui presentes.

Eu queria dizer, Paulo Paim, da minha alegria de ver esse movimento mundial Sem Direitos Não é Legal.

Eu era Deputada quando teve um desmonte da CLT. Eu fui vendo, a cada passo, a precarização do trabalho. Desde o início eu dizia: trabalho intermitente é uma forma de escravidão, porque não tem o direito ao final de semana, à folga do final de semana, nem férias, nem décimo terceiro e pode, sim, não receber um salário mínimo no final do mês. Eu costumava dizer: eu vejo muitas pessoas contratarem trator e retroescavadeira por três horas hoje; duas, amanhã. Seres humanos, não –, além do assédio que a gente está vendo aqui.

Eu sempre mostrei que a precarização, que estava querendo dizimar os sindicatos, tirando deles recursos, faria com que nós, mulheres, mães e avós, fôssemos as mais assediadas e as mais esmagadas. Imaginem: sou eu uma mãe de família que precisa fazer qualquer coisa para botar o alimento na mesa para o meu filho não morrer de fome. Sou eu, sozinha, que vou negociar com esse patrão? É claro que eu vou assinar qualquer contrato. É como foi mostrado aqui: além do assédio, o não recebimento – como o Juiz Presidente da Anamatra falou, é assim.

Agora Senadora eu vi, Paulo Paim, e ela já denunciava o que a Anamatra está dizendo. Quando o Governo disse que tinha mais trabalhadores e aumentou o trabalho formal, era mentira. Chamavam o trabalhador para ficar à disposição. Essa chefe de recursos humanos de uma grande empresa que não quis

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

me dizer me mostrou que tinha trabalhador lá, com nome, que, durante um ano, não tinha conseguido nenhum tostão porque não tinha nem uma hora de trabalho. A gente está vendo aí.

Mas isso o Governo ainda está achando pouco. Essas duas medidas provisórias, mexendo nas leis trabalhistas, como Paulo Paim falou... A gente se desesperou, botou destaque, mas, infelizmente... Imagine, gente, que a justificativa que o Governo deu para essa MP 1.109, que fala do emprego no enfrentamento às calamidades, mudando a CLT... É mais uma precarização, porque nós já temos... Só esse trabalho intermitente já é trabalho análogo à escravidão, não tem diferença. Não tem diferença porque você não tem o descanso, você não tem nada, e vai perceber...

Aqui, universidades – não pensem que só é o trabalhador de *fast-food* – privadas demitiram seus professores e passaram a contratar três horas de aula de inglês hoje; de biologia amanhã e a pagar conforme essas horas trabalhadas, o que muitas vezes não chega nem a um salário mínimo.

Essa MP ele achou pouco, e o Governo justificou que era um enfrentamento às calamidades. Paulo Paim, eu e outros Parlamentares... Infelizmente, a gente parece só ter 18 votos no Senado. O que acontece? Você tem essas calamidades, com esses extremos climáticos. Essa ganância por recursos das grandes empresas e dos bancos já está fazendo isso. Quem morre, quem vê sua casa sendo derrubada pela lama são justamente os mais pobres. Pois eles criaram essa lei de calamidade, em que esses mais pobres é que já vão ter que se sentar com o patrão para dar o direito a ele de suspender seu contrato de trabalho por 90 dias. Três medidas provisórias fazendo reformas trabalhistas. O mínimo de direito que se tem... Ora, gente, a gente sabe que o problema não é, nunca foi nem será o trabalhador. Quem gera riqueza é o trabalho. Como se enrica sem ser botando pessoas para trabalharem para eles? Aí precarizam o trabalho.

Eu estava olhando aqui: o Governo retirou tudo isso, é um ajuste fiscal, e não só para os trabalhadores da iniciativa privada como para os servidores públicos. Eles estão massacrando os servidores públicos também, com história de que é quem tem mais recurso e não sei o quê. Mas quem tem recurso é aqui... Olha, eu estava vendo aqui, Paulo Paim, lembrando: o Governo retirou recurso público do povo, porque na hora de tirar, tirou da saúde, da educação, da assistência social, da segurança pública, e transferiu para os bancos e os rentistas 500 bilhões em 12 meses, com esse aumento da taxa de juros.

Mas eu queria dizer aqui, para não ser muito prolongada, porque a gente já está no horário e eu sei que nossos convidados, agradecendo a cada um, mostrando esses trabalhadores que denunciaram, que não se submeteram... E isso é mais comum do que os senhores estão pensando. Eu sou médica da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e essas pessoas me procuram. Como eu sou médica há muitos anos, vêm dizer a situação.

Então, o que acontece? Eles ainda conseguem achar qualquer resquício de direito dos trabalhadores e vêm na forma de medidas provisórias, que podem ter 120 dias para serem analisadas, e eles deixam para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as últimas 72 horas, que é para não justificar, "não pode porque senão vai vencer o prazo, vai caducar". E aí? Por que não caducar se prejudica os trabalhadores? Pensaram até na calamidade pública, agora nós vamos terminar de esmagar. Já vai ter uma lei em que você que vê seu familiar soterrado, sua casa destruída, é você, trabalhador brasileiro e trabalhadora brasileira, que vai se sentar com o patrão só e vai ter que aceitar a suspensão do seu contrato de trabalho, o não recolhimento do fundo de garantia.

É muito triste, gente, mas isso não vai fazer com que nós baixemos a cabeça. Quero aqui parabenizar a CDH por fazer uma audiência pública, porque a gente tem que dar visibilidade à população brasileira do que está acontecendo. Informação é poder. Informação correta empodera as pessoas, como mostrou aqui um dos que foram trabalhadores de *fast-food:* ele não tinha conhecimento de que existia um sindicato e que ainda tem uma Anamatra, que defende quem trabalha, quem gera riqueza.

Estão esmagando o nosso povo. Para aqueles que ainda têm um trabalho, eles estão precarizando cada dia mais. Contem aqui com a Senadora Zenaide e com Paulo Paim. Eu acho que não é para tirar... Nenhum direito a menos. Esse Governo... De seis anos para cá, quase oito anos, nós só vemos retirada de direitos conquistados a duras penas durante um século ou mais. Então, é horrível, mas nós vamos continuar na luta.

Esta Senadora, esta nordestina aqui, que sobreviveu à mortalidade infantil há mais de 60 anos, não bota a digital prejudicando as pessoas. Eu sou em defesa da vida, em defesa de uma política do bem comum. Que diabo de política é essa, Paulo Paim, que não bota o ser humano e a vida no centro, que não os defende? Que Estado é esse que esmaga os seus trabalhadores para dar lucro a acionistas de banco? Banco é agiota oficial, não constrói, não educa. Não quero aqui falar dos bancos, mas eles têm que ter, pelo menos, civilidade.

E outra coisa que eu queria dizer aqui a esses trabalhadores é: olhem o orçamento deste país e vamos começar a questionar, porque, dessa caixinha de Pandora, não era nem para nós mulheres termos conhecimento. No orçamento, os bancos ficam com quase 50% dos R$3,7 trilhões. Digo quanto fica: para a saúde, 4%; para a educação, 4%; e, pasmem, para segurança pública, menos de 0,5%. E não investem nas micro e pequenas empresas, na agricultura familiar, que é quem gera 75% de emprego neste país.

Obrigada, Paulo Paim.

Um abraço em cada um dos senhores.

É isto que a gente tem que fazer: dar visibilidade à população brasileira do que realmente está acontecendo.

Uma boa tarde, um abraço carinhoso para cada um desses que sofreram assédio, seja pela cor, seja só pelo poder e prazer de massacrar as pessoas, que é o que esse pessoal faz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem, grande Senadora Zenaide Maia, que fechou a nossa audiência pública com o brilhantismo de sempre.

Por uma questão de justiça, eu vou registrar o nome daquelas lideranças que estiveram conosco, passaram e deixaram o nome para mim aqui. Então, fica aqui meu caminho e meu abraço a Virginia Coughlin; Roque Rodrigues da Conceição; Nelsi Rodrigues da Conceição; Erica Benute; Fábio Bittencourt; Julia Rezende; Betina Santos Homem; Alessandro Vietri; João Piza Fontes; Antonio Carlos Filho; Leandro Lucas; Flávio Teotônio; Fernando Dias; Leonardo Bezerra Pereira; Gardenia Cardoso da Silva; Helane Kauffma; Severino de Caldas Neto; Kleytton Guimarães Morais; Rodrigo Rodrigues; Sheila Rodrigues da Silva; Francisco Luiz Saraiva Costa, o Luizinho; Claudio de Oliveira Peronico; Ana Paula de Souza Alves; Alberto Oliveira Santos; Rafael Milan Torres; jornalistas convidados Time Analítica; outros dirigentes de centrais, federações e partidos que aqui também estiveram, como a Sheila e o Moacyr, que já falou; Gustavo Tucci Scabello; Antonio Ribeiro de Azevedo Santos; Camila Bogéa; e Marsel de Souza.

Citei todas essas pessoas e fiz questão de citá-las porque, se desse oportunidade, elas também teriam depoimentos para dar neste momento histórico.

Como disse muito bem a Senadora Zenaide Maia, essa visibilidade que a democracia nos dá é que permitiu que vocês falassem ao vivo para todo o Brasil neste momento. Por isso, os que atacam a democracia atacam a liberdade, atacam a justiça, atacam os direitos humanos, atacam a vida, atacam o meio ambiente, atacam o ser de cada um de nós.

Por isso, mais uma vez, meus cumprimentos àqueles que eu sei que viajaram até de outros países ou de seu estado de origem para estar aqui neste momento. Vocês estão todos de parabéns!

Nós agora vamos somente para os encaminhamentos finais.

Esta audiência pública – e eu sou o Relator do Estatuto do Trabalho, que eu chamaria de "a nova CLT" – vai ser fundamental para a construção desse estatuto que já está em elaboração. Vamos remeter o relatório que toda a assessoria da Comissão está já montando – se precisar, ela vai falar com os dirigentes sindicais para auxiliar – para o Ministério Público do Trabalho, para a Defensoria Pública, para os fiscais do trabalho.

Quero também dizer que me comprometo – e, no passado, eu fiz isto – em fazer contato com a Sra. Marlene Fernandez, que me mandou a carta, que eu li – só não li prêmios, porque seria algo, digamos, que não ia contribuir em nada. Eu irei fazer contato com a Sra. Marlene Fernandez, Vice-Presidente da empresa McDonald's, para que haja uma reunião sobre tudo que aqui foi denunciado, com a presença dos líderes sindicais. Vai ser fundamental que os líderes sindicais estejam juntos e não só o Senador. Poderei estar eu, pode estar o Contarato, pode estar a Zenaide, pode estar o Humberto Costa – eu falo desses que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atuam mais aqui na Comissão, mas podem estar outros que poderão também se somar, outros Senadores e Senadoras –, para que a gente ouça qual de fato é a resposta que principalmente o McDonald's vai dar de tudo o que nós ouvimos aqui neste momento. A carta justifica a não presença, mas não responde as perguntas que ficaram no ar. Então, devido a isso, eu farei esses encaminhamentos.

Quero dar aqui uma grande salva de palmas a todos vocês que realizaram este evento, que eu tive a alegria de presidir. Palmas a vocês, homens e mulheres corajosos e lutadores, que estão aqui para defender as políticas humanitárias! (*Palmas.*)

Assim, eu vou encerrar a audiência pública, mas, antes de encerrar, convido a todos vocês que venham para a foto de encerramento, a qual será divulgada em todas as entidades sindicais sobre o que está acontecendo no Brasil e, inclusive, em outros países do mundo. Vamos organizar a foto. Eu fico na tela, pela distância, mas estarei com certeza com o coração aí ao lado de cada um de vocês, lutando pelo direito dos trabalhadores e trabalhadoras e combatendo sempre todo tipo de discriminação e de preconceito. Eu ficarei na tela, e vocês organizam aí a nossa foto, conforme solicitado pelas entidades e por aqueles trabalhadores que fizeram a devida denúncia para a qual vamos cobrar respostas – ou as denúncias, porque são tantas... Vocês que mandam aí! (*Pausa.*)

Estamos juntos, viu? (*Pausa.*) (*Palmas.*)

Valeu, um abraço a todos.

Bom retorno para os seus estados e para aqueles que estão em outros países.

A nossa luta continua.

Um abraço.

(*Iniciada às 10 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 18 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e dois minutos do dia dez de agosto de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Flávio Arns e Izalci Lucas, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Velloso, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Mecias de Jesus, Rafael Tenório, Eduardo Girão, Mara Gabrilli, Irajá, Omar Aziz, Daniella Ribeiro, Marcos Rogério, Chico Rodrigues, Humberto Costa, Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos REQ 5/2020 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS), e REQ 44/2022 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater sobre: "Democracia e Direitos Humanos", com foco na situação das comunidades quilombolas no Brasil. Participantes: Roberto Potácio Rosa, Coordenador Estadual da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ; Antonio Mendes, Coordenador Estadual da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ; Katia Penha, Coordenadora Estadual da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ; Célia Cristina da Silva Pinto, Coordenadora Estadual da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ; e Ronaldo dos Santos, Coordenador Estadual da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ. Resultado: Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/08/10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e a todas!

Declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A audiência pública de hoje será realizada, nos termos dos Requerimentos nº 5, de 2020, da CDH, e nº 44, de 2022, da CDH, ambos de autoria do Senador Paulo Paim, para um ciclo de debates sobre democracia e direitos humanos, com foco hoje na situação das comunidades quilombolas do Brasil.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800-0612211.

Participarão hoje como nossos convidados presenciais: Márcia do Angico, Coordenadora Estadual da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq); Célia Cristina da Silva Pinto, Coordenadora Estadual da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq); Katia Penha, Coordenadora Estadual da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq); Maria Rosalina dos Santos, Coordenadora Estadual da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq);

Ainda participarão presencialmente também: Ronaldo dos Santos, Coordenador Estadual da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq); Roberto Potácio Rosa, Coordenador Estadual da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq); Antonio Mendes, Coordenador Estadual da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq).

Dada essa pequena informação, também na linha das informações, farei a abertura da audiência, situando a todos, falando aqui sobre o tema, em torno de cinco minutos. Depois passaremos a palavra aos nossos convidados, que terão também de cinco a oito minutos. Num segundo momento, teremos debates e, por fim, os encaminhamentos e o encerramento.

Faço a minha fala da abertura sobre o tema. Quero, em primeiro lugar, agradecer ao Presidente, o Senador Humberto Costa, e ao Vice-Presidente, o Senador Fabiano Contarato, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e a toda a equipe de funcionários aqui da Comissão, que estão sempre à disposição. Agradeço pela realização desta audiência pública, que tem como objetivo debater a situação das comunidades quilombolas no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A palavra "quilombo" é originária do idioma africano quimbundo e significa "sociedade formada por jovens guerreiros que pertencem a grupos étnicos arrancados de suas comunidades". A Constituição Federal, no art. 68... E eu fui Constituinte, eu estava lá, ajudei a escrever esse artigo, junto com a bancada negra – Benedita da Silva, Carlos Alberto Caó, já falecido, e Edmilson Valentim. O art. 68 do ADCT diz o seguinte: "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos".

No Brasil, não se sabe ainda ao certo quantos quilombolas existem. Segundo levantamento da Fundação Cultural Palmares, são em torno de 3,6 mil grupos. Apenas 154 foram titulados. De acordo com a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), 1,7 mil grupos estão aguardando a conclusão dos estudos antropológicos ou a emissão de laudos técnicos para conquistar o título de forma definitiva.

Cuidar do meio ambiente é também proteger e respeitar os povos originários – quilombolas, indígenas e os povos das florestas –, que combatem o desmatamento e a degradação ambiental. Os movimentos sociais denunciam o descaso do Brasil com o meio ambiente. E o país é o quarto no mundo que mais mata ativistas ambientais, como ocorreu recentemente no Amazonas, de acordo com o relatório da ONG Global Witness, que dá esses dados que aqui eu estou apresentando para o Brasil via todo o sistema de comunicação do Senado.

A pesquisa informa ainda que o ano de 2020 foi o mais letal desde o início do levantamento, em 2012, onde 227 pessoas foram assassinadas, uma média de quatro mortes por semana – crime hediondo!

O Estado brasileiro precisa agir e proteger quem protege o nosso meio ambiente. Não podemos nos calar! Pelo contrário, na Amazônia Legal são destruídas por dia – e aqui eu continuo denunciando – mais de 1,5 milhão de árvores e há perda diária de em torno de 2,7 mil hectares de florestas. Vejam a gravidade dos fatos! Os dados são do painel PlenaMata.

No ano de 2021, o Governo brasileiro editou uma instrução normativa para acabar com a proteção dos territórios quilombolas. Assim, junto com as bancadas de oposição e do Partido dos Trabalhadores e trabalhadoras – bancadas de oposição! –, assinado por todos os membros do Partido dos Trabalhadores e trabalhadoras, encaminhamos o PDL nº 226, de 2021, que susta essa atrocidade. Porém, ainda a matéria não foi apreciada devidamente na Casa.

O descaso ambiental, muitas vezes direcionado aos povos originários, foi denominado, há mais de 40 anos, pelo líder afro-americano dos direitos civis Dr. Benjamin Franklin Chavis Jr., no ano de 1981. Dizia ele do racismo ambiental, que é a discriminação racial na elaboração de políticas ambientais, aplicação de regulamentos e leis, direcionamento deliberado de comunidades negras para instalações, inclusive de resíduos tóxicos, com presença de venenos e poluentes e com risco de vida a comunidades, e exclusão de pessoas negras da liderança dos movimentos ecológicos. É uma denúncia muito, muito grave.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O exemplo que podemos aqui destacar é o Quilombo Rio dos Macacos, que delata, todos os dias, as múltiplas formas de violência que sofre há décadas. O quilombo é localizado na mesma área onde foi construída a Base Naval de Aratu, em Simões Filho, Região Metropolitana de Salvador.

A Constituição Federal, a nossa Constituição Federal, repito... Fui Constituinte e sou um dos poucos em plena atividade no Congresso Nacional desde que promulgamos a Carta Magna até hoje. Estou aqui desde aquele período histórico e nunca saí por motivo nenhum. Muitos saíram para serem Governador, Presidente, Secretário de Estado e voltaram. Mas eu sou um dos poucos, eu diria – não cabem em uma mão –, que foram Constituintes e ficaram dentro do Congresso desde aquele período até hoje. Então, conheço bem o que estou falando e o que está acontecendo.

A Constituição Federal, no art. 225, §3º, diz que "as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados". Isso se dá independentemente da obrigação, é claro, de reparar os danos causados. Apesar da norma, os infratores continuam agredindo o meio ambiente, a natureza, as comunidades, e me parece que não se intimidam porque não há o papel fundamental que o Estado deveria fazer.

Com a pandemia, as luzes se ascenderam para as desigualdades históricas do país, como o racismo e suas variáveis. Estamos às vésperas das eleições de 2022, e as candidaturas das mais variadas siglas partidárias e mandatos precisam garantir, em seus planos de ações de governo, políticas públicas para a preservação do meio ambiente e para a segurança de suas lideranças. Infelizmente, lideranças negras e as das comunidades dos povos indígenas são assassinadas covardemente.

O Estado não pode pensar em saneamento sem a proteção do meio ambiente, sem moradia decente, sem iluminação pública, sem saúde, sem comida nas panelas, sem educação, sem trabalho digno, sem um salário mínimo decente. Infelizmente acabaram até com a política de salário mínimo, que eu ajudei a construir – viajei todos os estados do país –, que era inflação mais PIB. Ela não existe mais. E o salário mínimo, que tiramos de US$60, depois, na época de Fernando Henrique, positivamente construímos os US$100, depois continuamos avançando, com a inflação mais PIB, e chegamos a US$350, hoje está recuando. Já estamos em torno de US$330, US$300... Estamos em torno de US$230, US$240.

As comunidades quilombolas e todos os povos originários precisam estar na agenda da paz, da solidariedade, da harmonia, da fraternidade, do atendimento com tratores, com máquinas agrícolas; têm que estar no Orçamento da União, porque eles estão lá produzindo e protegendo o meio ambiente. Estou me referindo aqui à importância de uma agricultura familiar que englobe a todos, agricultores, brancos, negros, quilombolas, indígenas. A proteção do planeta é fundamental. Enfim, que ventos novos nos tragam a esperança novamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos aqui fazendo a abertura desta audiência. Axé! E um grande e um bom debate para todos nós.

Enquanto aguardo a chegada dos convidados, eu vou agora aproveitar este momento para ler o voto de pesar que apresentei no Plenário do Senado e que apresento também aqui, porque essa é a Comissão de Direitos Humanos, que também será lido e encaminhado aos familiares pelo Senado da República.

Requeiro, nos termos do art. 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de Sirmar Antunes, bem como a apresentação de condolências a seus filhos e ao Governador do Estado e à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Eu sou o autor desse requerimento, sou aqui do Rio Grande do Sul. E sou uma daquelas pessoas que diz que o Brasil e o mundo precisam ainda saber a verdadeira história dos lanceiros negros. Sirmar era, eu diria, um símbolo dos lanceiros negros. Ele era ator.

O ator gaúcho Sirmar Antunes morreu na manhã desse sábado, aos 67 anos, na Casa do Artista Riograndense, onde estava morando. Com quase 50 anos de carreira de teatro, no cinema do estado, o artista teve um infarto por volta das 6h e não resistiu. Sirmar Antunes era natural de Porto Alegre. Iniciou sua carreira artística como ator de teatro nos anos 70. Morou em São Paulo, onde trabalhou na TV Bandeirantes e na Casa de Cultura Leide das Neves como voluntário, tornando-se arte-educador para jovens de menor renda, na área do teatro.

No cinema, integrou o elenco de obras clássicas, como: O Dia em que Dorival Encarou a Guarda, Netto Perde a sua Alma, outro filme, e Lua de Outubro. E como eu disse antes, ele era considerado o símbolo dos lanceiros negros. E foi dele que eu recebi a lança dos lanceiros negros, aqui em Porto Alegre, e também numa apresentação que ele fez nesta Comissão de Direitos Humanos, aí no Senado.

Fica aqui o meu carinho, o meu abraço aos familiares. Tenho muito orgulho de ter nele um amigo, um guerreiro que representou, digamos, nos tempos atuais, como ninguém, a história, a saga dos lanceiros negros.

Eu apresentei projeto sobre os lanceiros negros, aqui no Congresso, para que eles estejam entre os heróis da pátria, já que eles foram assassinados covardemente no momento em que era acertada, combinada a paz, em que foi prometido a eles liberdade, que não seriam mais escravos. Mas, infelizmente, não foi o que aconteceu. Quando eles entregaram as armas, foram covardemente assassinados, porque havia, na época, um medo da elite da época de que aquele momento, que foi antes da abolição da escravatura, pudesse ser um laço – digamos –, um rastilho de pólvora que poderia, em todo o Brasil, assegurar a liberdade permanente dos negros na nossa pátria.

No Festival de Cinema de Gramado, no ano passado, ele recebeu o Troféu Leonardo Machado, pela sua carreira no cinema gaúcho. Com esse prêmio, pretendemos fazer jus à estimável contribuição de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sirmar Antunes, negro, para o cinema gaúcho, um ícone cuja história se confunde com a de nosso cinema e cuja imagem está eternizada em tantas obras que marcaram a nossa produção, justificou o júri do evento.

Sirmar era chamado de operário das artes porque desempenhou, na sua carreira artística, funções, como um farol iluminador, e foi diretor de grandes peças de teatro e de cinema. Ele retratou parte da história do povo e dos artistas negros do Rio Grande do Sul e do Brasil.

Pelas redes sociais, a Casa do Artista Riograndense lamentou a morte de Sirmar e falou da sua bonita história de vida. A cultura brasileira perde um ícone dos palcos, das telas, das palavras, da nobre arte de interpretação.

Sirmar Antunes, negro, símbolo de uma luta que ainda não terminou. Eu diria, como botei no meu Twitter: "Segue em paz, velho lanceiro negro, com teu telurismo universal de amor e igualdade". Ficam aqui meus sentimentos aos familiares desse símbolo da história dos lanceiros negros.

Colocados esses dois momentos, da abertura e da homenagem que fizemos a Sirmar, a partir de agora, com os convidados já presentes do Plenário, eu vou começar a passar a palavra sobre o tema o qual já descrevi aqui para todos os nossos convidados.

Eu passarei a palavra, para falar sobre as comunidades quilombolas, na amplitude da abertura que eu fiz, de imediato, se ela estiver presente, à Márcia Angico, Coordenadora Estadual da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq). (*Pausa.*)

Chamarei, então, o Sr. Roberto Potácio Rosa, Coordenador Estadual da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq).

O tempo é seu, meu querido amigo Roberto Potácio. O limite são oito minutos, mas você fique à vontade para falar de cinco a oito minutos.

O SR. ROBERTO POTÁCIO ROSA (Para expor.) – Quero dar uma boa tarde aí ao pessoal deste gabinete, que faz esse dia a dia desse gabinete; saudar também o Exmo. Sr. Paulo Paim, Senador do Rio Grande do Sul, meu estado; saudar as demais lideranças quilombolas de outros estados – hoje nos somamos nessa empreitada de estar aquilombados aqui em Brasília –; saudar também a companheira Terezinha Lopes Paim, que é a Coordenadora Executiva da Federação das Associações das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Estado do Rio Grande do Sul; e os demais componentes que vão compor esta mesa.

Estava dizendo ao Sr. Senador que a nossa vinda, a nossa estada aqui em Brasília, não é meramente o acaso, mas, sim, uma situação de grande preocupação, uma vez que, nesse curto espaço de três para quatro anos, todos os avanços e as conquistas sociais da população negra e da população quilombola especificamente retrocederam e desapareceram, haja vista que a gente não tem nenhuma menção de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nenhuma política ou de nenhuma preocupação com a questão quilombola, com a demanda dessa população que busca, no seu dia a dia, o reconhecimento dos seus territórios.

Desde então, é assegurado pela Carta Magna, lá no art. 68, esse direito. Apesar dos avanços, mais uma vez enfatizo, não logramos o êxito de avançar nessa proposta nesse curto espaço de tempo, desses três para quatro anos. O que nos resta dizer é que o que tinha enquanto política de titulação, de demarcação para as comunidades quilombolas, foi esvaziado, haja vista o orçamento que se tem; mal apenas dá para o Incra visitar uma ou outra comunidade, mas não tem nenhuma participação de advocação do Incra no que tange a tocar os procedimentos administrativos na questão da demarcação do território.

Preocupa-nos também o grau de dificuldade e de abandono em que estão jogadas essas comunidades por ausência da presença pública da participação do Governo com políticas públicas que venham a atender a demanda, a necessidade dessas comunidades. Temos, por exemplo, a questão da produção, a questão da agricultura de subsistência, nós temos a questão da educação, a questão da saúde, entre tantas outras políticas públicas que retrocederam e hoje estão longe do alcance dessa população. É um Governo que tudo faz para nos invisibilizar cada vez mais, é um Governo que produz na sua agenda a extinção de tudo que é política que possa atender a demanda dessa população.

Por isto a nossa vinda a esta Casa: por entendermos que esta Casa, como guardiã da Constituição, esta secretaria de recursos humanos, pode ser, sim, o nosso refúgio na busca pelas garantias daquilo que na Carta Magna está consignado enquanto direito social dessas comunidades.

Temos também um vasto abandono na questão urbana, a questão dos quilombos urbanos, a falta da política pública de saneamento básico, habitação. E aí a questão da habitação e do saneamento inclui também as comunidades rurais. E nós estamos, então, num total abandono dessas políticas. Mesmo tendo essa proposta garantida pela Constituição de 1988, passamos e atravessamos essa dificuldade de gestão ou má vontade do Governo que aí está em não querer atender a demanda dessas comunidades. Por isso, a nossa estada aqui hoje nesta secretaria de direitos humanos, da qual V. Exa. está comandando os trabalhos, é um grito; não só é um pedido de socorro, mas também é uma denúncia deste Governo que aí está e do desmonte que está sendo feito em todas as conquistas sociais, em todos os avanços conquistados de lá até então. Precisamos sair dessa inércia e buscar alternativas que possam minimizar a situação que ora estamos vivenciando em nossas comunidades tradicionais.

Sem mais para o momento, espero que os outros colegas possam ilustrar um pouco mais isso que trouxe para a análise desta Casa e desta secretaria.

Agradeço pelo pronto acolhimento, entendendo e reconhecendo o papel do Senado Federal, o Senado da República, como guardião da Constituição, de estar vendo e corrigindo essas distorções sob o ponto de vista daquilo que diz respeito às comunidades tradicionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO POTÁCIO ROSA – Agradeço pelo tempo concedido e estou à disposição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – O Potácio Rosa tem toda a razão. Eu tenho me debruçado sobre esse tema. A comunidade quilombola é considerada quase uma comunidade invisível, cuja titularidade da terra não avançou, o atendimento às comunidades também infelizmente só piorou. E vocês estão cobertos de razão quando fazem esse debate aqui no Congresso, fazendo as denúncias que você tão bem aqui descreveu. Nós, nos encaminhamentos finais, daremos os próximos passos para que esse quadro não se mantenha tão triste quanto aos interesses das comunidades quilombolas e naturalmente também dos povos indígenas.

Eu passo a palavra agora... Eu sei que estão formando a mesa. Eu estou presidindo virtualmente, eu estou no Rio Grande do Sul. E os senhores, naturalmente, à medida que vão falando à mesa, poderão ir se revezando, conforme eu já acertei aí com o Secretário da Comissão, o Christiano. Então, eu creio que já estão à mesa. Eu, enquanto vocês estavam chegando, para ganhar tempo e dar mais espaço para vocês, fiz a minha fala, fiz a introdução e discorri sobre como é que nós pretendemos encaminhar esta nossa audiência pública.

Fica aqui um abraço carinhoso e muito forte, um axé. Vejo que o plenário está lotado, porque vocês se movimentaram em Brasília para outros eventos, mas também para este aqui na nossa Comissão de Direitos Humanos. Um abraço a todos! Estamos juntos nesta luta hoje e sempre.

Eu passo a palavra agora ao Antonio Mendes, Coordenador Estadual da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq).

O SR. ANTONIO MENDES (Para expor.) – Saudações quilombolas.

Este momento é um momento, antes de tudo, de marco histórico das comunidades quilombolas do Brasil, em que as comunidades quilombolas aquilombam em Brasília, mas aquilombam com um sentimento de muita injustiça, e essa injustiça é secular.

As pessoas não compreendem a importância que as comunidades quilombolas têm para a manutenção dos nossos patrimônios, sendo patrimônio material, cultural, ambiental. Então, as comunidades quilombolas exercem um papel, antes de tudo, da garantia da existência do povo brasileiro, mas, infelizmente, o povo quilombola neste país é tratado como um povo não digno de estar neste país. E aí, quando eu falo de não ser digno, infelizmente a gente apresenta os números, os dados. Todos os investimentos são para fragilizar as nossas comunidades quilombolas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós estamos nesta Casa aqui por entendermos a importância desta Casa como guardiã da Constituição Federal, mas, acima de tudo, uma Casa que tem como objetivo proteger a população brasileira. E, quando nós falamos de proteger a população brasileira, nós também estamos falando daqueles e daquelas que são invisíveis. E aí nós não sabemos por que o Estado brasileiro tem tanta dificuldade de fortalecer o povo que realmente é patriota, porque, se a gente vai falar de conceito de patriota, patriota é aquele que defende os bens do nosso povo, patriota é aquele que produz para que as pessoas se alimentem, patriota é aquele ou aquela que cuida. E aí, pessoal, eu digo com muita certeza, sem nenhum pingo de medo de errar: se tem alguém que cuida e que preserva esse povo, são as comunidades quilombolas, que cuidam desde o primeiro navio negreiro que a este país chegou.

Eu não vou falar do processo de estupro, não vou falar do processo de agressão, não vou falar do processo de negligência, não vou falar do processo de escravidão, porque infelizmente só é mais dor que a gente traz, mas eu queria trazer aqui um recado, um recado em nome da Conaq, um recado em nome de todas as comunidades quilombolas deste país: se este país, se este planeta quiser se salvar, aprenda com os quilombolas como cuidar, porque, enquanto os grandes capitais, as grandes empresas industriais estão preocupados em extrair com a máxima rapidez sem se preocupar com o futuro, nós, nas nossas comunidades, estamos preocupados com o hoje, com o amanhã e com os nossos netos, com nossos tataranetos e – por que não dizer? – os de cada um de vocês. Porque se nós estamos preservando recursos hídricos, serve para nós, mas serve para vocês; se nós estamos preservando os patrimônios naturais, é para todos nós; acima de tudo, se nós estamos produzindo alimento para alimentar, é para todos nós e para todos vocês.

Nós não podemos admitir que o Brasil, o país que mais produz alimento, esteja com sua população no Mapa da Fome. E aí nós perguntamos: produzir para que e para quem? Enquanto o nosso povo aqui está passando fome, as nossas carnes, as nossas produções estão sendo exportadas para produzir alimento para animais – enquanto o povo brasileiro está passando fome! E a nossa recomendação é que seja respeitado o direito aos territórios quilombolas, porque, ao ser respeitado o direito aos territórios quilombolas, o que está previsto na Constituição Federal, como nosso grande amigo, nossa grande liderança Potácio coloca, a gente vai estar cuidando de todos e de todas.

O recado que os quilombolas estão dando hoje em Brasília, nesse grande Aquilombar... E eu queria dizer que nós estamos aqui com mais de 5 mil quilombolas e que, infelizmente – infelizmente –, no mesmo momento em que nós quilombolas promovemos um ato de paz, um ato de trazer nosso recado, nós estamos dividindo, a poucos metros, com a grande bancada ruralista e com o atual Presidente, que também fez um ato para nos amedrontar... Mas nós estamos aqui! Nós estamos aqui para dizer que vamos resistir, que vamos continuar lutando, mesmo no Aquilombar provisório em Brasília.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos dizem que esta Casa é do povo, que este ambiente é do povo. A pergunta que nós fazemos é: que povo? Que povo?! Os quilombolas, infelizmente... Tem poucas pessoas que defendem o direito das comunidades quilombolas.

Eu queria parabenizar o Senador Paulo Paim e outros parceiros que abraçaram este momento e abriram este espaço...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO MENDES – ... para que as comunidades quilombolas pudessem dar o seu recado.

Obrigado.

Vamos juntos aquilombar em Brasília!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem! Meus cumprimentos, líder Antonio Mendes, Coordenador Estadual da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), que fez aqui uma fala, para mim, brilhante, fazendo uma retrospectiva desde os tempos em que os negros, infelizmente, eram raptados na África e aqui tratados como escravos. Nós vemos até hoje como a escravidão não foi concluída. Concordo plenamente com você, dizendo que os quilombolas têm que estar no Orçamento da União, têm que estar incluídos, sim, no Orçamento da União. Parabéns, Antonio Mendes!

Pela orientação que recebi da organização do evento, neste momento, passamos a palavra à Katia Penha. A Katia Penha é a Coordenadora Estadual da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq).

O tempo é teu, Katia, de cinco a oito minutos. Fique à vontade!

A SRA. KATIA PENHA (Para expor.) – Muito obrigada, Senador Paulo Paim.

Aqui, em nome de cada mulher quilombola que está presente no Aquilombar e em todo o território nacional, cumprimento o senhor e cumprimento aqui o Humberto Costa e o Fabiano Contarato, que é meu conterrâneo, Senador que está aqui nesta Casa, junto com a Comissão de Direitos Humanos.

A gente está em Brasília com um único objetivo. Nós estamos há dois anos sofrendo as piores violações de direitos dentro das comunidades quilombolas – a violação que é a negação da vida. Então, é só para reafirmar que, quando o Presidente da República se negou a nos colocar como prioridade na vacinação, nós resistimos! Resistimos por aqueles que se foram, porque nós perdemos muitas companheiras e muitos companheiros para a covid pela falta de acesso à saúde em nossas comunidades, mas a gente resistiu, a gente continuou na vida. Acharam que iam nos matar, mas a gente nos quilombos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prometeu não morrer! Então, em nome daqueles que se foram por essa negação, é que nós também estamos aqui aquilombando.

Nós estamos aqui dizendo para o Estado brasileiro que existem milhões de quilombolas em todos os biomas deste Brasil, de norte a sul, plantando, produzindo o alimento que vai para a mesa de cada brasileiro e brasileira deste Brasil; que a gente faz a preservação do meio ambiente; que a gente cuida da terra; mas que a gente também faz política, porque tem vários e vários Vereadores e Prefeitos quilombolas dentro dos municípios. A gente também precisa trazer e fazer essa referência a esses quilombolas que estão na política, que colocaram a sua história, a sua vida para defender a nossa causa dentro dos municípios, dentro dos estados, dentro das Câmaras de Vereadores e que estão sendo perseguidos a todo momento, porque defendem a vida e a territorialidade dos quilombos.

Neste dia, para nós é muito importante estar em Brasília, mas também estar aqui junto ao Senado Federal, junto ao Congresso Nacional, junto com os Deputados que ainda têm a simplicidade de ainda defender a causa, porque a gente tem vários Deputados e Senadores que defendem a causa quilombola, que defendem o povo negro no Brasil.

Nós estamos há dois anos sem nos reunirmos, sem nos encontrarmos. É neste momento que nós estamos nos reunindo para reafirmar a nossa luta, a nossa causa. Um ano difícil, complexo e perigoso, porque fazer militância neste Brasil se tornou perigoso. Defender a terra neste Brasil se tornou perigoso. Ser defensor de direitos humanos no Brasil hoje, principalmente para nós, tornou-se perigoso, porque nós somos, para muitos, o atraso do desenvolvimento, mas a gente sabe o potencial que a gente tem para construção deste Brasil e para ele estar hoje do jeito que está.

Disseram que a boiada estava passando no tempo da pandemia – quantas frases nós ouvimos de casa –, mas nós estávamos em nossos territórios fazendo a cerca para que essa boiada não chegasse a nenhum território. A legislação ambiental se tornou um atraso, porque decretos, leis, normativas dos grandes empreendimentos chegaram a nosso território usando a pandemia como pano de fundo para entrar em vários territórios explorando a mineração, explorando o petróleo, com desmatamento do Cerrado, da Amazônia e de todos os biomas.

Só 2021, Senador Paulo Paim – são dados já tabulados –, foi o ano em que mais teve desmatamento no Brasil. E esse desmatamento tem indicação geográfica: está nos territórios não titulados das comunidades quilombolas. Se tivesse a titulação desses territórios, esses territórios não teriam os desmatamentos, porque nós estaríamos lá preservando, mas a terra ainda não está conosco, o título ainda não está conosco.

E, para falar de título, para falar de terra... E, quando o senhor fala no Orçamento, é preciso o Congresso, é preciso o Senado brasileiro rever o Orçamento que se tem na Casa. Qual é a votação... É aqui que votam o Orçamento do Brasil! Então, quando chega o Orçamento, é preciso olhar para essas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunidades, para esse povo que está no campo defendendo o meio ambiente, defendendo a vida, produzindo o alimento que vai para a mesa dos brasileiros e das brasileiras.

Hoje é muito triste a gente estar em pleno 2022 e dizer que nós temos 38 milhões de brasileiros...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KATIA PENHA – ... passando fome – passando fome! A gente retrocede a isso! É retroceder! E muitos desses que estão passando fome são negros e negras, são os que estão nas periferias, mas também muitos estão nos quilombos, porque não têm terra para produzir.

Então, é neste sentido e com este objetivo que nós quilombolas saímos de nossos estados para estar aqui e dar o recado ao Congresso, ao Senado, a todos os Deputados que estão se candidatando: nós vamos continuar resistindo, mas nós temos também a consciência de fazer o nosso papel como eleitores. Cabe a nós agora repensar quem virá representar o povo quilombola nesta Casa de leis.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Essa foi Katia Penha, Coordenadora Estadual da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq). Parabéns, Katia!

Embora para muitos possa ter soado que não é bem assim, é bem assim sim quando ela diz que milhões são quilombolas e que todo cidadão negro, como eu, tem que entender que ele é descendente de quilombolas e, consequentemente, é um quilombola. A comunidade negra neste país hoje está em torno de 56% da população.

Teve um dado assustador aqui no Rio Grande do Sul que nós levantamos para um debate que fizemos nas Comissões, sobre verba das Comissões para o orçamento em relação aos quilombolas: de centenas de comunidades quilombolas que nós temos, somente quatro foram titularizadas definitivamente. Isso é uma vergonha para o Estado brasileiro – para o Estado brasileiro.

Por isso, Katia, você tem toda razão quando aponta ainda para a democracia, porque a democracia tem o coração também no Congresso, tem o coração nas urnas, tem o coração no voto para que a gente vote em homens e mulheres comprometidos com a terra, com o meio ambiente, com a vida, em combater a fome, a miséria, em dar qualidade de vida para toda a nossa gente. Por isso, você tem toda razão. Que, neste outubro, a gente eleja também homens e mulheres comprometidos com essa luta. E a comunidade negra está se mobilizando. É incrível que a gente tenha um número tão pequeno de negros e negras no Congresso. No Senado, você não enche uma única mão, você não tem o correspondente a uma única mão. Na Câmara, talvez, comprometidos com a luta de negros e negras, você terá em torno de umas duas dúzias no máximo, em 513, não é? E aqui no Senado – eu sou Senador – nós somos 81.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, Katia, pela sua fala, que tocou em todos esses temas!

Eu queria chamar agora – não sei se está presente – a Célia Cristina da Silva Pinto. (*Pausa.*)

Então, eu chamo neste momento, por favor – só confirmei, e ela já está na mesa –, a nossa líder Célia Cristina da Silva Pinto, também Coordenadora Estadual da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq).

O tempo é seu, de cinco a oito minutos.

A SRA. CÉLIA CRISTINA DA SILVA PINTO (Para expor.) – Bom dia a todos e todas!

Obrigada ao Senador Paulo Paim e aos quilombolas e "quilombelas" que estão nesta plenária.

As falas da Katia e do Antonio trazem muito esta questão do que é, para nós, hoje estar aqui nesta Casa e estar aqui em Brasília, com todos esses descasos, com todos esses desrespeitos, e nós estamos aqui numa Casa onde nós estamos exatamente numa audiência com a Comissão de Direitos Humanos.

E, de tudo isso que já foi falado pelo Antonio, pelo Sr. Potácio, pela Katia, aí a gente se pergunta: de quais direitos humanos nós estamos falando? Eu sempre me faço essa pergunta quando a gente vai fazer esse debate sobre direitos humanos. Quais direitos humanos são esses? Para quem são esses direitos humanos? Porque, do que já foi dito aqui e do que mais eu poderia dizer, são direitos humanos ou direitos desumanos?

Quando os nossos territórios são todos os dias sucateados, quando a gente está aqui, agora, sentada, as centenas, milhares de pessoas que aqui estão hoje deixaram os seus territórios, deixaram a sua família, mas nós estamos aqui em corpo, porque o nosso espírito, o nosso pensamento está lá no nosso território.

De milhares de nós que estamos aqui, os nossos territórios hoje estão com fazendeiro lá dentro, com grileiros, com pistoleiros. Famílias e famílias sendo ameaçadas. Famílias e famílias fora dos seus territórios, amparadas por um programa de proteção de direitos humanos que não protege e que, em vez de nos garantir segurança, nos deixa mais inseguros ainda e faz com que nós tenhamos que deixar nossas casas, nossas famílias, e viver escondidos, mudar de nome, mudar de vida... Então aí a gente se pergunta: quais direitos humanos são esses dos quais tanto se fala?

Direitos humanos? – enquanto nós, mulheres, nós mulheres negras, nós mulheres quilombolas, que somos as guardiãs dos nossos territórios, somos vítimas de violência todos os dias, violência física, violência psicológica principalmente. Hoje a gente vive... Além da violência física, do assassinato das lideranças mulheres, porque são as mulheres hoje que estão, na maioria das vezes, na frente da luta, na frente das suas associações, na frente da luta na sua comunidade, na produção, são essas mulheres que estão sendo assassinadas hoje. São essas mulheres que estão sendo violentadas hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, gente... E aí o apelo, quando forem se discutir direitos humanos, é pensar exatamente isto que já foi falado por Katia, já foi falado por Antonio: precisamos de dignidade, precisamos de respeito, porque é o que não se tem – precisamos de respeito.

Como bem disse o Senador, nós população negra somos a maioria neste país. Em alguns estados, nós somos a maioria da população. Nós quilombolas somos a maioria da população, e, mesmo assim, a gente, há mais de 500 anos... E, às vezes, podem até dizer que, quando a gente vem para esta Casa, é só para trazer lamúrias, falar disso, daquilo outro, mas é exatamente esse o nosso dia a dia. Existimos porque resistimos. E essa resistência se dá todos os dias.

Então, a gente quer dizer o seguinte: precisamos, sim, de orçamento; precisamos, sim, de políticas que venham respeitar essa população; de saúde, educação, ambiente; principalmente, da garantia dos nossos territórios; principalmente, da regularização do nosso território, direito esse constituído, direito esse garantido pela Constituição, mas direito adquirido por nós, como disse o nosso colega que nos antecedeu.

Nós somos cidadãos brasileiros forçados, mas somos cidadãos brasileiros, porque, se nós não fôssemos forçados, os nossos antepassados não fossem forçados a vir da África para cá, talvez nós não seríamos brasileiros. Mas nós garantimos um direito, nós constituímos esse direito e nós queremos que esse direito, de fato, saia de uma folha de papel.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CÉLIA CRISTINA DA SILVA PINTO – Nós queremos que esse direito, de fato, aconteça lá na ponta, que chegue à regularização fundiária, que chegue à educação digna de qualidade, que é a educação que nós pautamos, a nossa educação, a educação escolar quilombola, que respeita a nossa dignidade e respeita a nossa identidade enquanto população quilombola neste país.

Quero agradecer este momento e dizer que eu me contemplo na fala do Antonio e na fala da Katia, mas quero dizer, sim, que queremos respeito, porque, sem esse respeito, não vai haver direitos humanos para a população quilombola neste país.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem! Meus cumprimentos à líder Célia Cristina da Silva Pinto, Coordenadora Estadual da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), que falou também muito bem, mostrando todo o potencial das lideranças negras, mulheres e homens comprometidos com a liberdade, com a justiça, com a igualdade, com o direito à titularidade de suas terras, o que foi muito bem enfatizado por você e que denunciou a violência contra as mulheres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente lembra aqui que a Lei Maria da Penha completou 16 anos, agora no dia 7 de agosto, e, hoje à tarde, o Plenário do Senado vai votar uma série de projetos para fortalecer a Lei Maria da Penha e a luta das mulheres. E, no dia 29 de agosto – você falou também em educação, importantíssima a sua fala; a educação liberta, como a gente fala sempre, não é? –, a política de cotas vai ser homenageada. Eu vou pedir uma sessão do Senado em relação à política de cotas, para que ninguém pense em regredir. Pelo contrário, nós queremos que se avance mais, que sejam mais 10, mais 20, mais 30, até que realmente a gente consiga fazer com que os negros e as negras tenham acesso pleno à universidade. Quem não quer ter um diploma? Quem não quer chegar à universidade? E a política de cotas é um caminho fundamental.

Por isso, meus cumprimentos por toda a sua fala – no conjunto dela, todos estão de parabéns!

Eu vou passar a palavra agora para Ronaldo dos Santos, Coordenador Estadual da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq). Podem ver que eu estou repetindo sempre, mas é para marcar mesmo, para mostrar que as comunidades negras rurais quilombolas estão organizadas e muito bem organizadas via Conaq.

Líder Ronaldo, com a palavra.

O SR. RONALDO DOS SANTOS (Para expor.) – Bom dia a todos e todas!

Nossa saudação ao Senador Paulo Paim, uma grande referência da luta negra dentro deste Congresso Nacional, um grande líder – e a nossa memória se remonta a muitos anos, quando nós viemos para cá discutir as questões quilombolas, e o Paulo Paim sempre foi um interlocutor combativo, sempre pronto a nos receber e sempre pronto a acolher e reverberar a nossa fala aqui dentro. Saúdo esta mesa – o meu companheiro Roberto Potácio, Antonio Crioulo, Katia e Célia – e todos os companheiros e companheiras aqui presentes.

Bom, o dia de hoje é muito importante para nós. Mais uma vez nós ocupamos esta Casa, que é dita a Casa do povo. E, apesar de que a gente atravessa um dos piores momentos da nossa história recente, um dos piores momentos da história da nossa República, onde esta Casa chamada Congresso Nacional traduz essa piora significativa da nossa história, com bancadas inteiras se colocando como inimigas do povo – essa é a era que nós atravessamos –, apesar disso, nós não podemos abrir mão de ocupar esse espaço e de chamar de Casa do povo, porque esta Casa é nossa, ela foi construída por nós, ela é mantida por nós. Então, nós vamos ocupar todos os espaços que pudermos, mas sem tirar o pé daqui de dentro, e aqui dentro fazer ecoar nossa voz mais uma vez e quantas vezes mais forem necessárias.

Esta audiência pública, muito importante, acontece em ocasião de uma mobilização histórica que a Conaq realiza no dia de hoje, que é o Aquilombar, onde milhares de quilombolas, vindos de todos os cantos do Brasil, ocupam o Planalto Central e vêm dizer que o Brasil é quilombola, vêm dizer que nós precisamos de ser respeitados e vêm dizer que este Estado tem uma dívida com o nosso povo. Este Estado tem uma dívida com o povo negro brasileiro, este Estado tem uma dívida especial com o povo quilombola

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiro. E é sobre isso que vimos falar. Vimos ao ato Aquilombar, em todo dia de hoje, em toda a programação, que está rica, incluindo esta audiência pública.

Quero, antes de prosseguir, também mandar um abraço para a minha comunidade, Campinho da Independência, que fica no Rio de Janeiro, e é a primeira comunidade titulada naquele estado, há 23 anos. A nossa titulação é de 21 de março de 1999. Eu falo isso com alegria, mas eu também falo isso com tristeza, porque, passados 23 anos – a minha comunidade foi o primeiro quilombo titulado naquele estado –, nós ainda temos apenas três quilombos titulados naquele estado. Essa é uma dura realidade da grande maioria dos estados brasileiros, sendo que, em alguns deles, temos um número significativo de comunidades quilombolas presentes sem nenhum título emitido.

Então, eu saúdo a minha comunidade, que neste momento, neste dia, também recebe uma visita ilustre, que é a Deputada Federal Benedita da Silva. E eu falo isso porque, para mim, estar aqui foi uma decisão bastante complexa, porque estar no meu território, recebendo alguém da grandeza da Deputada Benedita da Silva era algo que realmente eu precisava fazer. Mando um abraço à Bené, que, no alto dos seus 80 anos de idade, está aí fazendo política e defendendo o povo negro.

Decidi vir a Brasília, confiando, obviamente, que na minha comunidade tem lideranças, tem os nossos mais velhos, tem o nosso pessoal para acolher a Bené como ela merece ser acolhida. Decidir vir para Brasília com uma delegação, para mim, foi a decisão que eu não poderia deixar de tomar, porque aqui tem meus irmãos e minhas irmãs do Brasil inteiro, dando as mãos e unindo as vozes para dizer que esse estado de golpe que nós vivemos há quase uma década... A gente fala muito pouco sobre isso.

O veto ao Orçamento, os 20% do veto ao Orçamento neste ano de 2022, em que o Executivo Federal vetou um quinto do orçamento, que era perto de nada, do que estava destinado à nossa política, nos chama atenção e nos mobiliza.

Gente, essa ação faz parte de um estado de golpe que nós atravessamos há quase década. E a gente não pode esquecer isso, porque senão a gente para de denunciar a estrutura...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALDO DOS SANTOS – ... do que tem nos colocado nas condições que nós estamos.

Em 2017, eu e muitos de nós aqui fizemos parte do grupo que foi denunciar o hoje Presidente da República; antes, apenas um Deputado inexpressivo, que disse lá, no Vale do Ribeira, terra do meu companheiro Oriel, que está aqui presente, nosso advogado, que os quilombolas lá não faziam nada, não serviam nem para procriar – vocês se lembram disso, não é, gente? – e que o mais leve lá pesava sete arrobas.

Isso não foi um discurso perdido no tempo, pessoal, isso foi o anúncio de uma lógica a ser implementada no Estado brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já foi anunciado aqui que o meu tempo terminou, mas eu quero dizer o seguinte: quando a Presidenta Dilma Rousseff...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Vai tranquilo, porque eu vou dar mais uns dois, três minutos, viu? Está muito boa a sua fala. Por favor.

O SR. RONALDO DOS SANTOS – Obrigado, Senador.

Quando a Presidenta Dilma Rousseff disse que o golpe não era contra ela, mas que era contra o povo brasileiro, ela estava certa; aliás, ela não estava certa, ela esteve certa em tudo, em todas as suas posturas, em todos os seus posicionamentos. (*Palmas.*)

Foi um fato. E o que nós vivemos hoje, o que nós atravessamos hoje, pessoal, é um estado de golpe neste país, é um estado de golpe contra o povo preto, contra o povo pobre, contra o povo da periferia.

O assassinato, o extermínio da juventude negra só cresce! A depredação das casas de cultos de matriz africana só cresce! E a gente vê a bancada da Bíblia, da bala e do boi se unindo e se fortalecendo, muitas vezes arrancando voto lá dos nossos territórios. A gente precisa, neste momento, reverter esse estado de golpe que nós vivemos. Não que antes não houvesse racismo estrutural, não que antes não houvesse a dívida histórica, não que antes não houvesse violação de direitos humanos. Essas coisas sempre existiram desde que o Brasil é Brasil e, aliás, desde que deram esse nome a esse país, porque esse lugar já existia e tinha povos e tinha culturas. Mas, desde que tudo isso ganhou o formato que ganhou, foi sustentado nesses valores ou falta de valores.

Então, eu não estou dizendo que reverter o estado de golpe é entrar no paraíso. Não, a gente vai voltar para aquele estado brasileiro que a gente conhece e em que a gente vai ter que continuar lutando para garantir titulação de terra de quilombo, para garantir a defesa do nosso direito.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALDO DOS SANTOS – Mas é importante, sim, a gente recuperar a nossa democracia, o nosso sonho democrático, o nosso projeto democrático, porque nele a gente estabelece o diálogo e avança. E precisamos avançar.

Eu vou deixar aqui, para finalizar, a nossa pauta central: precisamos regularizar mais de 6 mil comunidades quilombolas em solo brasileiro. Essa é a agenda que nós temos para o Estado brasileiro para desde então... E o nosso compromisso é ajudar a derrubar esse estado de golpe, recuperar a democracia e avançar na construção daquilo que a gente nunca deveria ter perdido.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Você ficou no tempo, Ronaldo. Você ficou em torno de oito minutos, e eu tenho dado de cinco a oito minutos.

Ronaldo dos Santos, essa liderança que aqui agora falou, é um dos Coordenadores Estaduais da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), que fez uma fala muito pontual, destacando, no final – o que achei importante, Ronaldo –, a defesa da democracia, e dizendo que quer a titularidade das terras quilombolas.

Veja, casualmente, a situação do Rio em número de quilombolas regulamentados, título na mão, é insignificante comparando o número de comunidades. Isso é muito semelhante ao Rio Grande do Sul. No Rio Grande do Sul, nós temos mais de uma centena, e há quatro que têm realmente o título assegurado. E você fala que no Rio de Janeiro é muito semelhante.

Você falou da Benedita, permita que eu diga que eu gostaria de dar o destaque aqui da minha companheira Benedita também. Sabe que, quando eu cheguei no Congresso na Constituinte, eu era um menino negro aqui, claro, era líder sindical, era já de direito nacional, estava na secretaria-geral, e fui vice na CUT, a Benedita que me recebeu. Ela me ligou. E, quando ela me ligou, eu quero dizer que foi um momento de emoção, porque eu já sabia da história da Benedita, uma grande mulher negra, empregada doméstica e uma grande liderança. E ela disse: "Paim, soube que foi eleito. É mais um guerreiro aqui na nossa luta". E é por isso que eu queria aqui enfatizar que o papel da Benedita no Congresso Nacional e para todo o povo brasileiro é fundamental.

E termino dizendo que eu tive muito orgulho de ir à África do Sul exigir a libertação de Nelson Mandela, ser recebido pela Winnie Mandela – não só eu, mas uma delegação: Paulo Paim, Rio Grande do Sul; João Herrmann, São Paulo; Edmilson Valentim, Rio de Janeiro; Domingos Leonelli, Bahia; Benedita da Silva, Rio de Janeiro; e Carlos Alberto Caó, já falecido, que foi também um grande lutador da comunidade negra. A Lei Caó, que até hoje a gente aprimora, é dele; e eu tive a alegria de ser um dos consultores, junto com essa bancada que chamávamos de bancada negra.

Parabéns, Ronaldo, pela tua fala, na mesma linha de outros que se manifestaram hoje aqui e outros que vão falar, creio eu, com a mesma competência, uma fala qualificada, uma fala que aponta para a frente e cobra, sim, as dívidas que este país tem com o nosso passado. Nós temos ainda uma luta pela chamada abolição não conclusa. Parabéns, viu?

Eu queria agora chamar a Deputada Estadual da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que pediu a palavra e vai falar, Andréia de Jesus.

Eu queria também... Como faltaram alguns que estavam aqui na minha lista, Ronaldo, você que está na tela comigo neste momento, se você quiser indicar para substituir aqueles mais umas quatro pessoas do plenário, eu daria cinco minutos para cada um para que eles possam também usar a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu espero que chegue à mesa, se tiverem disposição de falar mais três, quatro pessoas. Eu abriria essa oportunidade, senão, claro, nós vamos continuar o debate entre nós. Eles falariam do plenário, se assim vocês entenderem necessário.

Eu passo a palavra agora à Deputada Estadual da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, líder Andréia de Jesus.

A SRA. ANDRÉIA DE JESUS (Para expor.) – Licença, minhas mais velhas, meus mais velhos. Bênção aos mais novos aqui.

Cumprimento o Senador Paulo Paim. Emociona-me entrar aqui no Senado e saber que tem um companheiro negro para abrir a porta para a gente, mas também já reivindico que nós precisamos ser 50%, no mínimo 50% de negros ocupando esses espaços de Poder.

Senador, eu estou hoje como Presidenta da Comissão de Direitos Humanos em Minas Gerais, uma mulher que hoje também sofre violência política de gênero, por ocupar um espaço em que a minha principal missão também é denunciar, mas, mais do que isso, reivindicar que o povo negro entre no orçamento. Esse é um desafio que a gente tem aprendido juntos e juntas. E eu quero saudar aqui o companheiro Vanderli, que tem, inclusive pedagogicamente, "aquilombado" o mandato, para ajudar a gente a perceber o quanto o Estado de Minas Gerais não é só um estado quilombola, mas também o quanto o Estado de Minas Gerais, os Poderes Legislativo, Judiciário e também o Executivo continuam a perseguir os povos quilombolas, que não esperaram a lei da Princesa Isabel para constituir território; saíram antes. Então, não esperam leis para agir, mas o Estado precisa agir.

E a gente tem acompanhado de perto, Senador, as visitas que a Comissão de Direitos Humanos tem feito e sentido de perto a perseguição dos territórios tradicionais pela mineração, pela monocultura, seja de soja, de eucalipto, e principalmente do agronegócio, jogando veneno na cabeça dos quilombolas, que passam agora... Estão pulverizando, usando *drone*. Mas nós estivemos no norte de Minas e fomos atacados... Eu peço licença para falar, mas é isto: fomos atacados quando a gente acompanhava comunidades que estão sendo perseguidas pelo quarto poder, que é o poder econômico, empresas que estão crescendo e querendo ocupar o norte de Minas, seja com placa solar, mas também explorando a água do subsolo, e nós estivemos lá presentes e fomos atacados pelas Forças Armadas do estado. São policiais que hoje trabalham para fazer um manto protetor em cima de fazendeiros, mas também de especuladores.

Então, são tão graves as violências de direitos humanos no Estado de Minas Gerais, porque elas são acobertadas pelo próprio estado, usando, sim, policiais treinados para estarem lá, ameaçando os quilombolas. E tentaram impedir a presença da Comissão de Direitos Humanos. Tanto é que agora reforçaram a minha segurança, e, para que eu possa circular no Estado de Minas Gerais, é necessário escolta policial, porque a perseguição econômica controla o Estado de Minas Gerais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós também temos identificado uma série de situações que não foram superadas com a Lei Áurea, como o resgate de pessoas em trabalhos análogos ao trabalho escravo, mas a gente usa a palavra análogo para tentar diminuir, mas é um trabalho escravo. Então, o café *gourmet*, que é vendido ainda na Europa, ainda está sendo colhido por mãos negras escravizadas, e a maioria são mulheres quilombolas e homens quilombolas. (*Palmas.*)

Mais uma denúncia grave que tira o sono e que parece que a gente está secando gelo, é questionar o papel do Incra em não avançar com as titulações. Nós estivemos pessoalmente conversando com a sede do Incra em Minas Gerais, e o que a gente ouviu dos técnicos é que não tinha gasolina para sair de dentro da sede.

Discutir orçamentos é pensar como que esses instrumentos construídos para garantir que os direitos quilombolas sejam efetivados hoje não só foram sucateados, mas também naturalizaram que esses equipamentos não funcionam. Nem com emenda parlamentar, nem com gestão compartilhada com o estado, mesmo com gestões passadas, gestões progressistas, esses instrumentos não avançaram em Minas Gerais.

E, para finalizar, eu acho muito importante este espaço ser ocupado, estar aqui trazendo a voz dos meus, dos nossos para que as agendas que até então foram construídas avancem E aí há o Bolsa Permanência nas universidades, a eletrificação de territórios que ainda não têm luz – veio a pandemia, com aula remota em territórios aonde a luz não chegou, a energia elétrica não chegou –, o acesso à água potável, as estradas... Aí o caminhão-pipa também não chega, porque não tem estrada. Nós estamos falando de bens fundamentais, é o mínimo da dignidade humana; e são direitos humanos a partir daí. É o acesso ao caminhão-pipa, o acesso à água! Há muitas vezes poços construídos dentro de territórios de fazendeiros que não deixam a água chegar, e foram autorizados a fazer os poços para atender os quilombolas, mas os fazendeiros põem uma cerca, impedem. A gente busca o Judiciário, que não sai do lugar.

Há um complô entre Judiciário, Legislativo e Executivo em perseguir, para que esses territórios sejam também evadidos, que é a última denúncia: vários jovens, várias mulheres, vários homens têm deixado seus territórios para trabalhar, às vezes fora de Minas Gerais, às vezes nas grandes cidades, justamente por falta de acesso. As pessoas não estão abandonando seus territórios; elas estão buscando subsistência. Então, a manutenção desses territórios hoje é enfrentar o agronegócio, a monocultura, a mineração, mas também é dar condições para sobreviverem nesses espaços – sobreviver, não; viver, porque a gente não quer mais sobreviver.

E aí nós precisamos também discutir e trazer a pauta fundamental que é a democratização da tecnologia. Então, o acesso à internet não pode ser privilégio, não pode ser considerado bem de consumo. Nós estamos falando de direito fundamental. É acesso à informação, acesso por meio de estradas, mas também acesso a coisas que para alguns é natural, como abrir uma torneira e tomar banho quente. Eu vi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

homens e mulheres chegarem a quase 80 anos de idade e nunca terem tomado um banho quente, nunca terem tomado banho de torneira, porque não tem água potável e não tem eletrificação em territórios...

E vamos, sim, ocupar a política. Chega também de falarem em nosso nome! Nós precisamos ter voz e vez nesses espaços. Então, nós também vamos trabalhar para que mais de 50% do povo negro, organizados em terreiros, organizados em reinados, perseguidos pela Igreja Católica de forma abusiva, perseguindo as festas tradicionais, estejam aqui com suas vestes, com a sua tradição e com a sua oralidade, de fato, fazendo leis para atender aos nossos.

Obrigada por esse espaço.

Eu sigo lutando, nem um minuto de silêncio. Nem um minuto de silêncio, porque eu não ando só. Meus passos vêm de longe. E nós vamos seguir não só denunciando, mas também construindo juntos estratégias de *hackear* o Estado. Muito já fizemos. Nós descobrimos como o Orçamento funciona. Vários territórios quilombolas hoje fazem gestão direta do Orçamento do Estado. Chega de ONG amiguinha, chega de branco muito cheio de boas intenções, mas pegando recurso para ir lá fazer oficina de chita! Agora eles estão lá produzindo tecnologias avançadas e ocupando as universidades.

Obrigada, gente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem, Deputada Estadual da Assembleia Legislativa de Minas Gerais Andréia de Jesus. Parabéns pela fala contundente, firme, corajosa. Ela fala daquilo que o povo quer saber, desde a comida no prato à falta de água, água para o banho, água para tomar – o acesso, quando tem que atravessar por outras terras, é bloqueado –; ela fala da internet, fala da tecnologia, fala do número de Parlamentares negros.

Eu queria dizer que, inspirado no nosso querido e inesquecível Abdias, apresentei um projeto, sim, de cadeiras negras no Parlamento. Oxalá, a gente chegue à proposta que você colocou aqui de, no mínimo, 50%, mas eu coloquei que, em um primeiro momento, pelo menos um terço dos Parlamentos no Brasil tem que ser ocupados por negros e negras. Vamos torcer para que o Congresso vote isso. E são cadeiras mesmo, não é só percentual de vagas do partido para concorrer, pois sabemos bem como funciona muitas vezes. Você sabe muito bem como funciona muitas vezes em relação a recurso de rádio e TV, enfim. Não é em todos os partidos, mas sabemos como infelizmente funciona. Agora, se tivermos cadeira, um terço de cadeiras para o primeiro debate, como existe em muitos países, para que negros e negras tenham o direito livre e soberano de debater o país, o programa, as propostas na sua extensão e complexidade...

Eu queria cumprimentar o Senador Izalci Lucas, que entrou por duas vezes já e está acompanhando o debate; o Senador Flávio Arns; e o Senador Angelo Coronel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já chegou aqui para mim a lista de mais quatro painelistas que vocês indicaram, porque eles vão falar como painelistas. Eu, com muita satisfação, vou passar agora a palavra para eles. Depois nós vamos para os encaminhamentos.

O primeiro inscrito do plenário, que vai falar do próprio plenário – o pessoal vai orientar aí de forma tal que eles falem do microfone do plenário, com cinco minutos cada um –, é Manoel Oliveira dos Santos, Coordenador Nacional de Alagoas.

Líder Manoel, a palavra é sua.

O SR. MANOEL OLIVEIRA DOS SANTOS (Para expor.) – Saúdo a mesa, na pessoa do grande Coordenador Ronaldo, do Rio de Janeiro, e em nome de todos os quilombolas deste país, em nome de Zumbi, de Ganga Zumba e de Dandara.

Sou de Alagoas, Senador Paulo Paim. Tenho acompanhado muito sua batalha no Senado e também a da Deputada Benedita da Silva, que já visitou o meu município, Traipu, em Alagoas, em busca de ajudar o povo negro daquele município e daquele estado. Então, saúdo também a mesa, na pessoa do Senador Paulo Paim, e a Senadora Benedita da Silva.

Quero dizer a este Congresso que precisamos de ações urgentíssimas, porque as comunidades quilombolas estão sofrendo, estão morrendo aos poucos, em todos os segmentos, da terra à educação, à saúde, ao saneamento, e também, para ser sincero, pelo racismo e pelo preconceito que acuam pesadamente em todo este nosso país.

A demarcação da terra é o primeiro passo, mas não só a demarcação da terra como as políticas públicas. Alagoas, a terra de Zumbi, de Ganga Zumba e Dandara: de 72 comunidades quilombolas, só tem uma titulada, e nem completamente, porque ainda falta parte para completar o título. E isso é um descaso com um estado onde temos um Patrimônio da Humanidade como a Serra da Barriga.

Não vou aqui dizer que os quilombolas de Alagoas ou do Brasil estão bem, começando pelos governos municipais, porque poucos governos municipais aplaudem a luta quilombola. Eu levei mais de 12 anos na luta pelos direitos desse povo e dessa gente, agora é que começamos a ter um pouco de reconhecimento. Hoje, atualmente, somos três secretários de um quilombo atuando – nas áreas de educação, de eventos e de turismo, cultura e igualdade racial, em que sou eu o Secretário – em Traipu, colocados pelo Prefeito Lucas Santos. Fizemos um trabalho realmente de ponta com a população quilombola e a população negra daquele município, mas não é fácil, falta recurso, e precisamos...

E não é só isso: precisamos também, Senador Paulo Paim, que este Congresso veja o que acontece com a Fundação Cultural Palmares – em Pernambuco e Alagoas mesmo, e sei que em todo o resto do país – na questão das cestas alimentares, que não chegam. Com este Governo, foi apenas uma vez por ano, quando nós, emergencialmente, recebíamos seis vezes por ano. Mesmo o STF tendo, via Conaq, acatado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a Fundação Cultural Palmares teria que fazer as cestas chegarem às comunidades durante os seis meses, até agora não chegaram para ninguém. E nós precisamos. Não se morre só pela cesta, mas também pela água que falta.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MANOEL OLIVEIRA DOS SANTOS – Então, eu quero deixar aqui isso registrado e pedir para que o Congresso olhe pelo nosso povo, olhe pela nossa gente, em nome de Ganga Zumba, em nome de Zumbi dos Palmares. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem, Manoel Oliveira dos Santos, Coordenador Nacional de Alagoas, com a mesma elegância, com a mesma classe, com a mesma categoria... Permita que assim eu diga, porque eles têm a mania de dizer que nós não estamos preparados. Vocês estão demonstrando aí que nós estamos, sim, preparados para o bom debate em todas as áreas. Parabéns, Manoel, pela contribuição que você dá ao Brasil neste momento, porque discutir a questão quilombola e o racismo estrutural interessa a todo o povo brasileiro, brancos e negros. Quem não entendeu isso não entendeu nada ainda da vida. Por isso, eu quero aqui deixar o meu carinhoso abraço a esse movimento que vocês estão fazendo.

Passo a palavra agora ao José Amaro da Silva, representante da Coordenação da Paraíba.

O SR. JOSÉ AMARO DA SILVA (Para expor.) – Boa tarde ou bom dia ainda, Paulo Paim – e me arrisco até a dizer: "Ah, se todo o estado brasileiro tivesse um Senador assim". Parabenizo aqui e dou boa tarde a toda a mesa, nas pessoas de Katia, Célia e Deputada Andréia.

Eu venho lá da Paraíba, lá do Alto Sertão da Paraíba. Saí de lá domingo de manhã, às 7h da manhã, e cheguei aqui ontem quase à noite, 2,6 mil quilômetros de ônibus, para estar aqui hoje defendendo aquelas comunidades, aquelas famílias que temos hoje lá, mais de 6 mil famílias quilombolas na Paraíba.

E quero dizer que nós estamos na luta, Senador; quero dizer que nós estamos na luta, Ronaldo, Antonio, e precisamos ser unidos. Quero dizer também que nós estamos articulados, Katia. Nós estamos correndo todos os dias, não é? Hoje chegou o dia de estar aqui em Brasília, no Aquilombar, nesse ato bacana, feito com muita luta, com determinação, que é uma vitória – ele poderia ser maior, mas quem sabe no próximo ano nós não estaremos aqui em uma quantidade duas ou três vezes a mais.

Quero pedir aos nossos irmãos quilombolas de todo o Brasil – temos o censo quilombola aí nas portas –: autoidentifiquem-se, para nós mostrarmos à nossa mãe pátria que nós existimos. Há muita gente presente no Brasil, nas comunidades, pessoas carentes, pessoas que precisam de nós lideranças, de vocês políticos A ou B, que lutem pela causa. Pena que eu não posso chegar aqui e parabenizar Senadores do meu estado, mas quem sabe, no próximo ano ou nos anos seguintes, eu vou chegar aqui e dizer que ele está junto com a nossa luta, com a nossa Coordenação Estadual na Paraíba, que é a Ceneq, com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coordenação Nacional, que é a Conaq, defendendo os direitos dos quilombolas, um direito que é de garantia e de lei do Estado brasileiro.

Estou vindo lá de Catolé do Rocha, 2,6 mil quilômetros. Vamos dizer assim: de lá para cá, lá onde o filho grita e a mãe não escuta, mas, como não estava escutando, eu vim aqui a Brasília deixar o meu recado e dizer que estou aqui na luta juntamente com todos vocês.

Um grande abraço e até a próxima. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem. Parabéns. Obrigado pelas considerações, José Amaro da Silva, representante da Coordenação da Paraíba.

Quanto à sua fala, eu queria dizer que, de fato, estou recebendo aqui informações de que, na maioria dos estados – no seu, não é diferente –, não se chega a meia dúzia de terras dos quilombolas efetivamente tituladas. E o mesmo ocorre no meu estado, o Rio Grande do Sul, pelo levantamento que me passaram aqui algum tempo atrás.

Com essa preocupação, eu entrei no próprio plano de metas do Orçamento, e uma das metas tem que ser, sim, a garantia da titularidade e da melhoria de vida do povo quilombola. Foi aprovado com o apoio de algo em torno de 16 Senadores, que assinaram esse encaminhamento que fiz, e foi votado esse plano de metas, para garantir que a comunidade quilombola esteja contemplada efetivamente no Orçamento.

Com isso, a sua fala, querido amigo – permita que eu assim diga – José Amaro, como a de todos que estão aí, é uma fala de compromisso. Você fala que viajou tantos e tantos quilômetros, vindo lá da Paraíba até aqui, viajando à noite toda. Isso se dá pelo compromisso com causas, não é? Eu sempre digo que o homem que não tem causas não sabe qual é o destino da sua própria vida. Nós temos que defender causas, causas humanitárias! As causas humanitárias é que nos unem aqui, neste momento, neste plenário. Oxalá isso se espalhe! Como a gente fala aqui no Rio Grande, que se espraie por todo o Brasil a justa luta das causas da comunidade quilombola!

Passo a palavra agora a Lucas Marcolino da Silva, Presidente da Associação Quilombola Agropastoril Cultural de Araçá-Volta, na Bahia.

O SR. LUCAS MARCOLINO DA SILVA (Para expor.) – Pela nossa Constituição, pela democracia, pelos nossos direitos, pela nossa existência e pela sobrevivência do nosso território, bom dia, Senador Paulo Paim!

Bom dia a todos os companheiros que estão aqui! Vamos à luta!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É lamentável que, com quase 40 anos de Constituição, o Decreto 68 só tenha sido regulamentado em 2003, a partir do Decreto 4.887! É lamentável isso!

Infelizmente – eu não preciso falar isto, todos nós conhecemos aqui, mas vamos ser repetitivos por necessidade –, o Estado brasileiro não tem interesse em regularizar, em regulamentar os territórios tradicionais, porque o Estado brasileiro tem um serviço de inteligência que sonda cada canto deste país e que pensa em alongar as fronteiras agrícolas, como Matopiba e como outros territórios. Avança sobre biomas sensíveis. O Estado brasileiro não tem interesse em regulamentar isso e nos coloca, como bem falaram os companheiros aqui – na mesa, nós somos bem contemplados com a fala de cada um, Senador – , como aqueles que estão atrasando o desenvolvimento do nosso país. E a sociedade brasileira nos enxerga assim mesmo, infelizmente! Nós somos tratados como aqueles que não se interessam pelo desenvolvimento do país, quando isso não é verdade. Nós temos, nos Estados Unidos, na Europa, em outros países, principalmente nos da Europa, a temperatura subindo. E nós vamos repetir isso mesmo no Brasil também!

Quero trazer aqui, Senador, o que é de conhecimento do senhor: o Estado da Bahia se destaca como gerador de energia, de energias renováveis. Quero parabenizar aqui a CPT, que teve o interesse, na Bahia, de trazer um curso de formação e de capacitação para os líderes comunitários, de comunidades quilombolas tradicionais, e trouxe dados assustadores, Senador.

O Estado da Bahia hoje está regulamentando terras do estado em favor de empresas; está agredindo as comunidades tradicionais, como as comunidades ali de Irecê, as comunidades quilombolas ali daquela região. E o próprio Estado da Bahia não se interessa também em fazer a regularização fundiária.

Nós estamos, Senador, sendo... O nosso Território Araçá-Volta está sendo cortado por uma ferrovia, a Fiol, que abriu seu processo em 2008 e que até hoje, Senador, permanece sem um PBAQ. E para nos assustar, Senador, para nos assustar ainda, nós temos uma IN dentro do Incra que está sendo reformulada, que não reconhece as comunidades tradicionais que estão ali dentro dos seus territórios resistindo há anos; não reconhece a Convenção 169. E dizem que só vão consultar para o licenciamento as comunidades que têm RTID, quando nós temos mais de 5 mil comunidades certificadas e apenas 5%, Senador, que têm RTID. Então, quem vai ser consultado?

E eu pergunto: vale a Convenção 169? Eu falo aos companheiros aqui: nós temos que demarcar nossos territórios. Nós temos que fazer valer a Convenção 169. Nós temos que resistir nem que para isso a polícia precise de entrar dentro das nossas casas, como entraram dentro da minha casa – minha esposa quase desmaia.

Nosso Município Bom Jesus da Lapa, o Território Araçá-Volta – eu falo em nome do Território do Velho Chico, ali na região da Bahia –, estão todos mapeados com energia. E a CPT criou um aplicativo, que eu vou compartilhar com os companheiros depois, em que você consegue entrar e acessar ali, ver os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empreendimentos que estão ali em construção, os que estão operando. E é uma invasão. O Estado brasileiro não se interessa em fazer a regularização fundiária. Ele entende, Senador, que nós estamos travando o desenvolvimento do país, quando isso não é verdade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCAS MARCOLINO DA SILVA – Eu agradeço ao Senador Paulo Paim por ampliar as vozes dos nossos irmãos quilombolas aqui e digo: é importante. Tem muitos companheiros que estão aqui querendo falar; tem muitos companheiros que saíram da sua casa aqui querendo falar um pouco aqui, Senador.

Mais uma vez eu quero agradecer ao Senador por sua sensibilidade e dizer aos companheiros que nós temos que demarcar nossos territórios, nós temos que fazer valer. E nós resistimos à ferrovia, estamos resistindo à ferrovia, estamos resistindo aos parques eólicos, parques de energia solar e vamos resistir ainda. Se preciso for, entregaremos a nossa vida pela nossa causa.

Obrigado, Senador. Obrigado, companheiros. E vamos aquilombar! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Bela fala, Lucas Marcolino da Silva, Presidente da Associação Quilombola Agropastoril Cultural de Araçá-Volta, Bahia, que realmente demonstrou aí todo o seu compromisso com a regulamentação das terras quilombolas e a defesa do meio ambiente, de forma contundente aí com tudo que falou!

Vamos ter que cada vez mais, como já dissemos aqui, ampliar o número – por que não ser direto, não é? – de homens e mulheres negros e negras e quilombolas no Parlamento, para avançarmos com tudo que você colocou aí com muita precisão.

E quero dizer, sobre o que você propôs, que, se for o caso – eu sou daqueles... eu digo que eu não tenho pressa para defender causas justas –, se tiver mais dois, depois desses quatro, que entenderem que precisam falar, nós vamos abrir para mais dois, sim, porque eu sei que vocês vieram de longe. Como disse aí, se eu não me engano, a Deputada, eu venho de longe – eu, com a minha idade, também vim de muito longe. Eu já estou com 72. Só de Parlamento eu vou para 40 anos. E sei a importância que é esse momento. Eu sei a importância de vocês falarem aqui pelo sistema de comunicação do Senado. Vida longa à democracia! – porque só com a democracia é que nós podemos ter momentos como esse. E aqueles que atacam a democracia, atacam a liberdade, atacam a justiça, atacam aqueles que querem fazer denúncias justas. E por isso eu digo: com a democracia tudo, sem a democracia é a barbárie.

Parabéns, Lucas, pela sua fala!

Celenita Gualberto Pereira Bermieri, Coordenadora Quilombola, do Estado do Tocantins.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CELENITA GUALBERTO PEREIRA BERNIERI (Para expor.) – Bom dia a todos, a todas e a "todes".

Obrigada.

Quero aqui cumprimentar a nossa representatividade na mesa, nas pessoas da Penha, da Célia e da Andréia, que me antecederam. Cumprimento o companheiro Evandro, que vem da Coordenação Estadual de Povos Quilombolas no Estado do Tocantins. Estamos aqui em caravana para somar com o Aquilombar, em Brasília.

Eu sou uma laurinda de uma comunidade do interior do Tocantins que trago no meu peito a bandeira da luta de uma mulher quebradeira de coco que também está no Bico do Papagaio. Aqui eu faço alusão à Camila, à Maria de Fátima, à Juscelina, mulheres que morreram lutando por um movimento, lutando por visibilidade da mulher preta, da mulher quilombola, no Estado do Tocantins, encabeçando as organizações que hoje são depredadas, são violentadas, estão sendo emparedadas para que, de alguma forma, não estejam atuando pelos direitos do nosso povo quilombola no Brasil.

Nós estamos falando de desigualdades. A gente luta esse tempo todo, como o companheiro muito bem lembrou, há décadas, há século, mas sempre aquém das nossas forças, da condição que é dada à nossa representatividade neste país. A gente sabe que nós somos, enquanto fazemos a luta, violentados. Então, a violência é dupla, é tripla, e a gente sofre ao vir, a gente sofre ao deixar o nosso quilombo à mercê de quem possa estar, na nossa ausência, acometendo contra o nosso povo.

E assim nós seguimos contra um projeto que é genocida, que mata, que fere, que tem discurso de ódio contra mulheres, contra jovens que são os nossos futuros líderes e que são ameaçados com esse discurso e amedrontados o tempo todo, para que a nossa organização se fragilize.

Felizmente, nós viemos para lutar. Nós sabemos a nossa missão, o nosso compromisso em terras brasileiras. Nós sabemos a nossa missão, o nosso compromisso na organização de um povo quilombola no Brasil. Então, nós somos convocados pela nossa ancestralidade, somos convocados a somar e a continuar um projeto que é de um povo que luta sempre, dando a vida por uma liberdade, pela visibilidade das nossas construções, do nosso conhecimento, das nossas práticas culturais, das nossas práticas tradicionais, nas bases, nos interiores, nas comunidades periféricas, porque muitos do nosso povo, quando não têm o território valorizado, estão indo para a periferia das grandes cidades. E ali a gente enfrenta tanto quanto a gente enfrenta a ausência de política pública nos interiores.

Então, o que eu quero trazer e dizer? Que nós hoje somos povo fortalecido e sabedor do que nós viemos fazer, Deputado. Nós agradecemos a sua oportunidade, agradecemos o espaço nesta Casa que é nossa e essa sensibilidade de podermos trazer por nós, pela nossa voz, o nosso discurso. Que ninguém mais possa nos oprimir, de modo que não possamos falar por nós mesmos. E o nosso desafio, gente, é respeitar a vida, a vida que tem num território quilombola. E eu estou falando de vida, de corpos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saem do quilombo, porque se faz quilombo em Brasília, se faz quilombo no Senado, se faz quilombo onde estamos, onde quer que queiramos estar. Mas se faz vida também no ambiente, na mata, no alimento que comemos, nos animais que criamos, no remédio que usamos para as nossas doenças e os nossos dias difíceis.

Então, que nós possamos respeitar a vida, que nós possamos respeitar a natureza e que sigamos...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CELENITA GUALBERTO PEREIRA BERNIERI – ... firmes pelo reconhecimento desse povo que construiu um Brasil melhor e que continua construindo e propondo isso.

Avante, povo quilombola! Avante contra as ameaças! Avante porque nós somos a promessa, nós somos a defesa dos nossos corpos!

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem! Parabéns pela bela fala! – uma fala com conteúdo e com sentimento, não é? É uma fala... Eu gosto de ler poesia. Vai na rima e na poesia, falando a verdade para todo o Brasil neste momento. Parabéns, Celenita Gualberto Pereira Bernieri, Coordenadora Quilombola do Estado do Tocantins!

Tem uma frase de que eu gosto e uso muito. Eu digo que a política da violência, a política da desconstrução, a política do ódio só leva à derrota; e a política do amor, da solidariedade, da fraternidade, de saber dividir com o próximo é a política do amor, e é essa política que vai nos levar à vitória. Assim eu penso e assim eu creio. Parabéns!

Neste momento – eu estou preocupado aqui e me alertaram sobre a agenda de vocês –, se vocês entenderem, porque não há mais ninguém inscrito, eu remeteria à mesa as suas considerações finais, em nome desse belo evento que eu tive a alegria, o orgulho, a satisfação, a felicidade de presidir. Então, eu queria passar, para as considerações finais, a todos os nossos convidados que aqui, de forma brilhante, usaram a palavra.

Eu começaria, se vocês assim concordarem...

Disseram-me, então, que tem mais três inscritos. Sem problema. Depois desses três inscritos, nós vamos passar para a mesa as considerações finais desse evento. E, com certeza, a tudo que foi dito aqui será dado um encaminhamento às autoridades competentes, inclusive ao Congresso Nacional.

Estão inscritos aqui: José Carlos Galiza, Coordenador Nacional da Conaq, Estado do Pará; Wellington Quilombola, Coordenador Estadual, de Sergipe; e Xifroneze Santos, Coordenadora Estadual, também de Sergipe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se vocês assim entenderam, assim eu vou encaminhar.

Passo a palavra, por três minutos, para José Carlos Galiza, Coordenador Nacional Estado do Pará. Depois. Vão para a mesa as considerações finais, e eu darei três minutos para cada um dos que estão na mesa.

José Carlos, o tempo é teu.

O SR. JOSÉ CARLOS DO NASCIMENTO GALIZA (Para expor.) – Quero saudar a mesa – bom dia a todos – e saudar o Senador Paulo Paim, de cujo compromisso com nossa causa e nossa luta somos sabedores.

Estou passando para dizer, Senador, que nós estamos vivendo o ápice do racismo ambiental, nós estamos vivendo o ponto mais alto do racismo ambiental, um conflito com grandes projetos, com o agronegócio, com a mineração em todas as partes do nosso país, em todos os nossos territórios coletivos. Esse povo quer o nosso território para destruir, território que os nossos ancestrais deixaram para nós e que nós, quando os titulamos, tiramos do mercado, porque pensamos nesses territórios para os nossos filhos, para os nossos netos e para aqueles que virão. Pensamos em deixar a floresta em pé.

Eu venho da Amazônia, lá do Estado do Pará. A Amazônia sofre, a Amazônia está sendo destruída, assim como todos os outros biomas. Então, precisamos garantir com que todos os territórios coletivos sejam titulados e protegidos. Se não chegar nenhuma política pública mais, nós ainda conseguiremos viver mais 200 anos, Senador e todos que estão presentes.

Meu muito obrigado. Agradeço pela abertura desses três minutos para garantir a minha fala.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem! A sua fala, José Carlos Galiza, Coordenador Nacional da Conaq do Pará, foi muito precisa, muito firme e bem objetiva – ficou nos três minutos.

Como você falou... Vou aproveitar seu gancho quando mencionou mais de 200 anos, porque me perguntaram aqui pelo WhatsApp: "Quando vocês falam de outros tempos?". Não é só a nossa idade, são outros tempos de gerações, gerações e gerações seculares que nós aqui representamos nessa luta. Por isso que muitos falam aqui que nós viemos de outros tempos. São muitos e muitos anos, séculos de luta, e ainda nos encontramos nessa realidade que vocês aqui muito bem relataram.

Eu passo a palavra agora para o Wellington Quilombola, Coordenador Estadual de Sergipe, por favor.

O SR. WELLINGTON QUILOMBOLA (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia, Senador. Gratidão por ter aberto esse espaço para receber o povo quilombola do Brasil. Como já foi colocado, estamos aqui com representantes quilombolas de todo o país, de todas as regiões do país.

Eu venho de Sergipe, da cidade de Estância – Quilombo Porto d'Areia. Nós temos uma fala em que dizemos que queremos o nosso território com tudo que nele há. E, nesse território, há vida; nesse território, há natureza; nesse território, há rio; nesse território, há cultura; nesse território, há religiosidade; nesse território, há ancestralidade; nesse território, há nossa vida. A gente não entende por que parte das pessoas se elegem para defender a Constituição, inclusive o Decreto 4.887 e o art. 6º da OIT. Eles são eleitos para defender a Constituição Federal e as leis que nos protegem. E essas leis não são fiscalizadas, essas leis não são respeitadas, sobretudo nos estados e nos municípios. Os problemas maiores, além de no federal, estão nos municípios, que é onde nós temos os nossos contatos diretos.

Como o nosso tempo é curto, eu quero propor ao senhor e propor à Comissão de Direitos Humanos que deem uma olhada, façam uma fiscalização ou procurem saber como está o Incra, a estrutura do Incra, como está a estrutura da Fundação Palmares, como está a estrutura do Iphan. São organizações que foram criadas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WELLINGTON QUILOMBOLA – ... para trabalhar para o nosso povo e, infelizmente, não funcionam por falta de estrutura.

E, por fim, quero dizer que nós quilombolas lutamos e queremos as parcerias no que diz respeito a cestas básicas, mas, de verdade, o que nós queremos é a nossa terra e o nosso território com tudo que nele há, porque nós temos sabedoria, nós temos força de vontade, nós estamos na terra, mas as políticas públicas não nos dão o direito de trabalhar com essa terra. Então, em vez da cesta básica, nós queremos o que é nosso de direito para produzir e oferecer as demais comunidades ao Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*) – (*Falha no áudio.*) ... Quilombola, Coordenador Estadual.

Wellington, eu procurei tomar nota aqui, pedi que a gente olhasse com carinho, vou aqui recapitular: Iphan, Fundação Palmares, Incra, ainda a Funai – eu colocaria a Funai também, viu? –, e naturalmente toda a política de direitos humanos. Mas quero te dizer que eu tenho muita esperança, eu tenho muita esperança porque este ano é um ano eleitoral. Eu espero que o resultado seja aquele dos meus sonhos e que a gente possa, então, fazer a mudança de vida nesses órgãos, que eu sei que vai acontecer. E que eles tenham compromisso com as políticas humanitárias. Se fizerem isso, com certeza avançaremos. Então, fica aqui o meu carinho, o meu abraço pela tua fala. E nós vamos olhar com carinho o que você falou, mas eu diria muito mais numa perspectiva a partir de 1º de janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo a palavra agora para a última convidada a usar o tempo, neste caso, de três minutos, Xifroneze Santos, Coordenação Estadual de Sergipe.

A SRA. XIFRONEZE SANTOS (Para expor.) – Bom dia. Bom dia, Senador. Bom dia a todos desta Casa.

Quero saudar a Mesa na pessoa do Senador Paulo Paim e dos companheiros que estão lá nos representando, em especial as companheiras Katia e Célia.

Então, eu venho aqui para reforçar a fala. Sou de Sergipe, sou lá do Quilombo Caraíbas, no Município de Canhoba, na região norte do estado. E, assim, é muito difícil estar num espaço como este, que sabemos que é a Casa que defende o povo, e a gente está aqui nesse momento fazendo denúncia e buscando apoio para a aplicabilidade da política.

Então, estou contemplada na fala dos que me antecederam, mas também quero trazer aqui, em forma de denúncia, a questão do Incra, porque o Incra foi criado para dar sustentabilidade aos territórios quilombolas, e nós estamos em Sergipe passando por um processo de criminalização muito sério. Se esse processo der certo em Sergipe, vai atingir as comunidades quilombolas do Brasil todo. Então, fomos denunciados por acessar uma política pública de direito das comunidades quilombolas, que foi o acesso ao recurso que está dentro do Plano Nacional de Reforma Agrária, os benefícios de primeira necessidade e os benefícios de fomento, que exigem que as comunidades tenham o seu direito de produzir. E nós estamos sendo criminalizados por isso. Fomos denunciados à Polícia Federal, oito lideranças do estado, se não me falha a memória, estão respondendo por essa situação, e a gente precisa que esta Casa defenda esse direito, que é nosso, de forma que não venham a nos atacar, porque a Casa que é para construir direito está, na maioria das vezes, atacando as comunidades quilombolas. Então, Sergipe está aqui também para demarcar esse território, junto com os demais companheiros, buscando apoio.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. XIFRONEZE SANTOS – E aí a gente sabe que podemos contar, Senador, com o senhor e com os demais companheiros que o senhor citou aí anteriormente.

Então, é com essa fala que eu aqui encerro a minha fala e agradeço esse espaço para que a gente possa sair daqui fortalecidos e fortalecidas com a certeza de que a gente vai conseguir. E ainda mais: dizer para nós, para nós mesmos, que esta Casa precisa ser ocupada por nós. A gente precisa estar fazendo leis e executando para que essa política chegue de fato.

Então, os quilombolas, o aquilombar precisa sair daqui consciente de que ano que vem é ano de eleição, e a gente precisa mudar esse cenário.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem, muito bem, muito bem... A líder Xifroneze Santos, Coordenação Estadual de Sergipe, deixou o encerramento dessa fala: nós estamos em ano eleitoral. É agora, praticamente, em 45 dias. E vamos eleger. E oxalá, oxalá, não tem como eu não dizer que a gente possa ter de volta um Presidente comprometido com o nosso povo, com a nossa gente, que combata todo tipo de preconceito e olhe não só para o seu time, mas para todo o povo brasileiro, que vocês aqui muito bem representam, que vocês aqui muito bem representam.

Parabéns, viu? Parabéns a todos!

Agora nós vamos às considerações finais dos nossos convidados. Eu vou seguir a lista que eu tenho em mãos.

Para os seus três minutos de considerações finais, começo aqui com Célia Cristina da Silva Pinto, Conaq. Estou resumindo aqui: Conaq. (*Risos.*)

A SRA. CÉLIA CRISTINA DA SILVA PINTO (Para expor.) – Bom, as minhas considerações finais vão ser muito rápidas: simplesmente mesmo agradecer esse momento, agradecer esse espaço e dizer para o nosso povo que está aqui nesta plenária: aquilombar é preciso, aquilombar estamos e aquilombar iremos fazer sempre, porque só aquilombando, é com essa resistência que nós vamos conseguir, de fato, reverter o que está posto para nós. É com essa força, é com essa união, é com essa garra que a gente vai conseguir vencer.

E as eleições estão aí, e o recado está dado: vamos saber quem... Se nós queremos, de fato, que tenha essa mudança e que tenhamos o respeito que merecemos, vamos para, porque nós temos o poder do voto. O poder está em nossas mãos. Então, vamos usar dessa arma que temos, que é o voto, para mudar essa realidade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem, muito bem.

Sabe, querida Célia Cristina da Silva Pinto, o mesmo Governador do Rio Grande, o único Governador negro, tivemos, lá atrás, há muito, muito tempo, o Presidente da Assembleia, que é o Carlos Santos, que chegou também a ser, assumiu como Governador, mas o Governador negro aqui foi Alceu Collares, e ele tem uma poesia muito linda. Eu vou tentar, e o Collares que me desculpe... Eu não vou declamar a poesia, mas vou dizer um pedacinho dela no meu jeito, não é?

Ele fala mais ou menos o seguinte que você falou, Célia Cristina: teu único instrumento de luta é o teu voto. Este é teu instrumento, está ao alcance da mão. Está ao alcance da mão, esse é o teu principal instrumento de luta, é o teu voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu digo: o governo que você elege que vai decidir a educação, que vai decidir a saúde, que vai decidir política de emprego, que vai discutir a titularidade do povo quilombola, que vai discutir a realidade do povo indígena, que vai discutir a realidade dos sem-teto, dos sem-terra, que vai discutir as nossas vidas. Por isso, o ex-Governador, que eu respeito muito, sempre meu parceiro de luta, e não é do meu partido, mas falo aqui com ele com muito carinho, o ex-Governador Alceu Collares. E nessa poesia dele ele vai mais fundo. E aqui eu não estou nem falando, só dei uma síntese. Ele disse que o instrumento principal de luta nosso neste momento é o voto.

Vamos em frente.

Passo a palavra para Katia Penha, Coordenadora Estadual da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq). Por favor, a líder Katia Penha.

A SRA. KATIA PENHA (Para expor.) – Companheiros, companheiras quilombolas de todos os estados, aquelas que não vieram nas delegações, aqui eu vou parafrasear a nossa música do Aquilombar, porque foi tudo o contexto de todos que a gente falou aqui. Então, é por não parar de lutar. Nós não vamos parar de lutar pelos territórios dos meus ancestrais. Derrube o veto, derrube o teto, derrube as cercas dos nossos quintais. Nós não vamos parar de lutar pela liberdade dos nossos iguais. Enegrece a mente, aquilomba o chão, o mundo mais justo está em nossas mãos.

É com essa música que nós estamos aqui em Brasília; é por essas frases que nós estamos aqui em Brasília; é por todos que não vieram, por aqueles que morreram pela covid, pelas nossas crianças que ficaram sem ir à escola que nós estamos aqui. Nós estamos aqui em luta, em resistência por um Brasil mais justo, igualitário, sem violência, e pelo direito democrático de a gente dizer "não", dizer "sim", sem nos matar.

Então, em nome do meu Estado, Espírito Santo, quero agradecer ao Senador e a todos da Comissão de Direitos Humanos. Nós não vamos parar de lutar! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Bem representa aqui a Conaq pelo brilhantismo do conjunto da obra desta sessão aqui na CDH.

Bom, eu passo a palavra ao Ronaldo dos Santos, também representante da Conaq.

O SR. RONALDO DOS SANTOS (Para expor.) – Então, pessoal, chegamos ao final de mais uma audiência pública, uma de tantas outras que ainda faremos. E repito: por mais que o que a gente veja acontecendo muita das vezes pareça aberração, a gente não vai tirar o pé desta Casa, a gente não vai silenciar a nossa voz onde quer que estejamos e aqui dentro também.

Senador Paulo Paim, muito obrigado por essa parceria de sempre. Hoje eu entendo um pouco mais – não que tudo tenha começado ali, porque a sua trajetória é muito anterior –, e a forma como o senhor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acaba de nos contar como foi recebido nesta Casa ajuda a explicar por que esse compromisso do senhor com esse movimento e com essa luta se faz, se dá há tantos anos. Então, obrigado por essa parceria.

Obrigado a toda a Comissão de Direitos Humanos, que é um espaço em que realmente a gente pode ter como espaço de acesso a esta chamada Casa do Povo.

Coordenação Nacional de Quilombolas (Conaq), todos e todas aqui presentes, a audiência pública está se encerrando, mas o dia de luta não. Nós temos um dia inteiro de Aquilombar pela frente, temos uma caminhada para fazer, temos que gritar nas ruas de Brasília. Lamentavelmente, ao nosso lado, existe um agrupamento reacionário fazendo um evento. Atravessando a rua, eles estão ali, mas não importa. A nossa luta é aquilo que vocês viram ali pela manhã, o tambor de crioula já abrindo o dia. Vamos continuar com essa beleza, com essas cores, com esses cantos, mas dizendo: o Brasil é quilombola e nós não vamos parar de lutar!

Muito obrigado, pessoal.

Vamos à luta! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*) – Muito bem, Ronaldo dos Santos, que acabou de dizer a sua frase final: "O Brasil é quilombola". Se 56% da população é negra, o Brasil é quilombola. Obrigado, Ronaldo. Parabéns pela sua história, sua luta e sua liderança.

Roberto Potácio Rosa, também da Conaq.

O SR. ROBERTO POTÁCIO ROSA (Para expor.) – Se me permitem o Senador e os demais companheiros quilombolas, tem uma preocupação que está na mente há muito tempo e me veio agora. Primeiro, penso que o foco principal tem que ser a titulação. O território é que tem que gerar política pública, investimento e desenvolvimento para as comunidades e tem que passar pelo crivo da titulação. Os demais são sequência, desdobramentos dessa etapa concluída.

Outra preocupação que não lembrei na hora, pensei que viria na fala de outro companheiro, mas também não lembraram, não veio, é essa preocupação do marco temporal. Isso está criando uma inquietação, porque estão criando um fato novo em cima da existência dos povos originários e depois, consequentemente, da população que mais povoou, que era a maioria. E, como somos maioria, os nossos antepassados, os nossos ancestrais sequestrados da África aqui chegaram para desbravar esse chão, esse território onde nós estamos. Então, estão criando esse fato novo aí do marco temporal.

Acompanhei o desfecho do julgamento do Supremo Tribunal Federal, do julgamento do Decreto 4.887, que culminou com a legitimação do decreto, com a constitucionalidade do decreto e com a boa prática legislativa do decreto, mas, ao final da votação, foi levantada pelo Ministro Dias Toffoli a questão do marco temporal. Não houve a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO POTÁCIO ROSA – Não houve a discussão, os demais Senadores entenderam não ser necessária a discussão de momento, mas penso eu que deve ser outra prioridade, a de estar constantemente vigilante, porque isso pode estar em curso a qualquer momento e nos pegar desprevenidos. E penso que aqui, nesta Comissão, a própria Casa, o próprio Senado tem que estar pensando com carinho essa questão do marco temporal, pois ela vai cercear muitos direitos já conquistados pelas comunidades tradicionais e também pela questão indígena.

E, no mais, quero agradecer ao Senador pela acolhida, sempre de bom acordo na luta, pertencendo, se doando junto com a gente. Agradeço a todos os companheiros e companheiras quilombolas que aqui estão, meus companheiros de mesa, e quero fazer as palavras de cada orador que aqui se expressou minhas também.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem, muito bem mesmo, Roberto Potácio Rosa, que falou em nome da Conaq e lembrou aqui questões importantes.

Eu peço que a consultoria, a assessoria da equipe da Comissão reúna os principais encaminhamentos para que a gente possa, depois, conversando com vocês, tomar os devidos procedimentos, inclusive encaminhando o resultado desta audiência pública. Fiquem em contato com a assessoria da Comissão para que a gente faça isso no momento final.

Agora eu passo a palavra ao Antonio Mendes, também Coordenador Estadual da Conaq.

O SR. ANTONIO MENDES (Para expor.) – A gente só quer dar um recado final: é necessário aquilombar, nas não aquilombar no dia de hoje. Nós mostramos para o mundo e para o Brasil que a única maneira de salvar esse planeta é aquilombando. E apesar de todos os ataques, toda a resistência sofrida, nós estamos aqui, e não somos poucos. Nas nossas contas, hoje nós somos milhares de quilombolas no Brasil. Nós tivemos tudo para não existir, mas nós existimos.

E, para fechar este momento, eu queria muito que meus companheiros e minhas companheiras quilombolas fizessem um coro aqui para um hino que nos representa, que diz o seguinte. Eu vou cantar com minha voz de taquara rachada, vocês relevem isso. Mas diz o seguinte.

(*Procede-se à apresentação de música.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Muito bem, parabéns! Parabéns, Antonio Mendes, que encerrou com essa bela letra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dessa canção, que marca a luta do nosso povo, da comunidade negra nestes tempos tão difíceis, que haveremos de mudar.

Olha, pessoal, eu queria ver com vocês que estão na mesa, porque me chegou agora – somente chegou agora –, queria que vocês ouvissem aqui... Porque o e-Cidadania sempre remete perguntas que vêm da população. Eu, como sou um democrata, nunca deixo de fazer todas as perguntas, sejam, digamos, positivas para quem falou ou negativas.

Eu vou ler aqui as perguntas para vocês, se quiserem, comentar, com respostas curtas, e depois eu vou para o encerramento, porque não dá para gerenciar, porque, se fosse responder de forma pontual, seria iniciar de novo a audiência pública.

Mas vamos lá, em respeito àqueles que mandaram perguntas para nós.

Sabrina Lobato, do Amapá: "Quais as principais políticas públicas brasileiras voltadas para essas comunidades, que são muito importantes para a nossa cultura?" – é uma afirmação muito positiva.

Carla Cristina, do Rio de Janeiro: "Como funciona a distribuição de cestas alimentares para as comunidades quilombolas?".

Reginaldo Noronha, do Amapá: "Quais os entraves enfrentados para reconhecimento dos direitos das comunidades quilombolas, em especial à cidadania e aos direitos humanos?".

Francisco Daniel, do Amapá: "As comunidades quilombolas são muito importantes dentro do cenário cultural brasileiro. Por isso deve o Estado valorizá-las, conforme a lei".

Júlia Alves, de Minas Gerais: "Quais medidas estão sendo tomadas para garantir o direito dos quilombolas?".

Carol Pinsetta, São Paulo: "O racismo estrutural ainda atinge os direitos fundamentais das comunidades quilombolas". E diz mais: "A democracia no Brasil é, na prática, um reflexo de nossa Constituição Federal ou não?". Ela está questionando, claro, o não cumprimento da Constituição, de que vocês falaram aqui.

Leonardo Bezerra, do Ceará: "Quais os mecanismos de divulgação das ações em prol das comunidades quilombolas e dos povos originários?".

E, por fim, só mais duas.

Leidiane Alves, de Goiás: "É direito dos quilombolas ter a sua identidade étnica juridicamente reconhecida, assim como a garantia de posse de suas terras." – também é uma afirmação.

Leonardo Bezerra, do Ceará: "O racismo estrutural é uma das principais mazelas da nossa sociedade".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vejam, de todas que chegaram aqui, nenhuma crítica, só elogio à luta dos quilombolas. E eu entendo que muitas das perguntas, ao longo desta audiência pública, vocês responderam. Vocês cobraram do Estado, vocês cobraram do Congresso – Câmara e Senado –; vocês cobraram da Justiça, vocês cobraram das forças de segurança a realidade do povo quilombola, que muitas vezes é barrado, inclusive, de defender os seus direitos. Se vocês entenderem que as respostas foram dadas no conjunto da audiência pública, eu vejo com a minha assessoria para responder a eles, baseada na fala de vocês. Ou, se alguém da mesa, em nome do conjunto, quiser fazer um comentário final, eu passo a palavra agora e aí eu vou para o encerramento.

Vocês se sentem contemplados com o encaminhamento que eu fiz? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

Então, muito obrigado a todos.

Permitam-me só que, neste momento, eu registre algo aqui. Não sei se conseguem ver, eu não vou ler, mas reconheço a importância dessa carta. A carta é da Conaq: o Brasil é quilombola. A carta da Conaq – as candidaturas progressistas à Presidência da República – chegou para mim, e eu, naturalmente, em nome da Comissão, vou também remeter a todos os candidatos à Presidência da República, a todos! Vou remeter a todos os candidatos que se habilitaram – o prazo já se encerrou – a disputar a Presidência da República.

Por fim, se vocês me permitirem, só para encerrar... Os encaminhamentos, depois, nós vamos ver ali com a Comissão. Permitam-me que eu diga isto, porque eu acho que enobrece, dá um clima de que vale a pena persistir e lutar, como os quilombolas resistiram nesse período todo e vão continuar lutando.

Seguimos em frente, com alma e coração, abrindo caminhos de solidariedade. Diz a canção: "Em cada esquina, um amigo; em cada rosto, tem que ter a igualdade".

Buscamos um Brasil diferente, com dignidade. Acreditamos na verdade. Não acreditamos no ódio; acreditamos no amor. O medo não é maior que os nossos sonhos. Somos da paz, acreditamos na vida e vamos resistir sempre na busca dos nossos direitos. Diz o poeta: "O que a vida quer da gente é coragem". E vamos demonstrar que, com coragem, vamos conquistar a felicidade.

O amor tem o poder de transformar, de abrir novos caminhos. Por isso, vamos esperançar e fazer o bom combate. O nosso grito é de esperança em mil canções de amor e nas flores que estão para nascer. Defendemos a democracia? Sim! A Constituição? Sim! Os direitos humanos? Sim! Um país se constrói com as cores do seu povo. O nosso horizonte é um Brasil generoso e plural, que todos nós aprendemos a amar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sim, é tempo de dizer basta, basta aos preconceitos, basta ao racismo! É tempo de cuidar uns dos outros, de dar as mãos. O caminho é o diálogo, é a construção de uma vida para todos, assegurando a titularidade das terras do povo quilombola.

Diversidade não separa; ela junta! A diversidade junta todos e todas num único sentimento, o sentimento que aqui eu destaco, o do amor.

Que o canto dos pássaros, nas manhãs do Brasil, volte às nossas vidas, nos dando sabedoria. Vamos todos juntos defender a natureza, como os quilombolas fazem com muita grandeza.

Fraternidade, inclusão, cidadania! Sejamos fortes, resistentes, como vocês são. Vamos mudar este país! Vamos reconstruir este país! O amanhã é tão somente o presente da nossa capacidade de reconstruir. As respostas estão em nós mesmos e, como dissemos antes, estão ao alcance das nossas mãos.

Temos o direito de viver em paz. Temos o direito de repudiar, de contestar a política de ódio, levando afeição, empatia, compaixão, amor, solidariedade e fraternidade.

As palavras me ensinaram: o medo leva à morte; a coragem nos leva às estrelas.

Estamos juntos com os quilombolas. Eu tenho orgulho de dizer: eu sou um quilombola.

Está encerrada a nossa audiência pública.

Vida longa à nação quilombola!

Vamos chamar todos agora para uma grande foto, combinada, aí no telão. Eu ficarei aqui. A turma aí vai organizar. Vamos fazer uma foto coletiva, que vai para a minha biografia e, creio, também para a biografia de vocês.

O Christiano orienta. Eu ficarei aqui.

Será semelhante àquela que ficou muito boa, a dos povos indígenas, como também a dos sindicalistas, que falaram sobre o Estatuto do Trabalho. (*Pausa.*)

Christiano, oriente da mesma forma aí, porque ficou muito boa. (*Pausa.*)

Valeu! (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 24 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 31ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e vinte e oito minutos do dia dezoito de outubro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Fabiano Contarato e Omar Aziz, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Simone Tebet, Flávio Arns, Izalci Lucas, Carlos Fávaro, Maria do Carmo Alves, Paulo Paim, Humberto Costa, Zenaide Maia e Leila Barros. Deixam de comparecer os Senadores Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Mecias de Jesus, Eduardo Girão, Mara Gabrilli, Irajá, Daniella Ribeiro, Marcos Rogério, Chico Rodrigues e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da vigésima terceira, vigésima nona e trigésima reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 328, de 2016 - Terminativo - que: "Altera ao artigo 39 da Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, que dispõe sobre Estatuto do Idoso e dá outras providências." Autoria: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO). Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 2-CI (Substitutivo) e com uma subemenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2902, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que institui o sistema financeiro para aquisição da casa própria, com a finalidade de dar prioridade à mulher chefe de família na contratação de financiamento para compra da moradia." Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4396, de 2019 - Terminativo - que: "Altera o parágrafo único do art. 52 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência), para determinar que os comandos manuais obrigatórios nos veículos adaptados oferecidos pelas locadoras de veículos sejam de freio e de acelerador, e não de freio e de embreagem." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Pela aprovação do projeto, com as Emendas nºs 1, 2 e 3-CAE. Resultado: Adiado. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1229, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, para aumentar de 10 (dez) para 20 (vinte) salários mínimos a renda máxima para que a pessoa física possa obter crédito com juros subsidiados, para adquirir bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). Relatoria: Senadora Zenaide Maia. Relatório: Favorável ao Projeto com uma Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CDH. ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 41, de 2022 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de lançar a campanha pelo limite dos juros no Brasil e debater a SUGESTÃO Nº 8 de 2022, que "Dispõe sobre o limite legal das taxas de juros em contratos e operações financeiras, altera a Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951, e dá outras providências"." Autoria: Senadora Zenaide Maia (PROS/RN) e outros.. Resultado: Aprovado. ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 43, de 2022 que: "Requer,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de audiências públicas, com o objetivo de debater a superlotação nos presídios e o crescente aumento de denúncias de violação de direitos humanos no Sistema Prisional brasileiro." Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES). Resultado: Aprovado. ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 44, de 2022 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a situação das comunidades quilombolas no Brasil." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Aprovado. ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 47, de 2022 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, que seja convidada a Senhora Damares Cristina Alves, ex-Ministra do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre supostos crimes que teriam sido cometidos contra crianças na Ilha de Marajó (PA)." Autoria: Senador Carlos Fávaro (PSD/MT). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 49, de 2022 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de esclarecer as declarações do Presidente Jair Bolsonaro sobre o encontro com adolescentes venezuelanas de 14/15 anos em São Sebastião-DF e a posterior visita da primeira dama e da ex-ministra da Mulher Damares Alves ao mesmo grupo citado pelo presidente Jair Bolsonaro, durante um podcast, além de todos os fatos noticiados relacionados ao caso e seus desdobramentos." Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 48, de 2022 que: "Requer que a Comissão requeira a proteção às vítimas envolvidas à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal, sobretudo em face de possível coação de pessoas, agentes públicos ou não, relacionados ao presidente da República, Jair Bolsonaro." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Fabiano Contarato (PT/ES). O Senhor Presidente concede a palavra ao Deputado Distrital Leandro Grass. Fazem uso da palavra os Senadores Fabiano Contarato, Omar Aziz, Paulo Paim, Flávio Arns, Carlos Fávaro, Humberto Costa e a Senadora Zenaide Maia. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato
Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/10/18

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos e todas!

Declaro aberta a 31ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 23ª, 29ª e 30ª Reuniões da CDH.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A Secretaria da CDH recebeu os seguintes documentos:

– do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – encaminha mensagem da Federação Nacional das Associações Pestalozzi, que apresenta a cartilha – aspas – "O enfrentamento do abuso e da exploração sexual, do *bullying* e do suicídio em crianças e adolescentes com deficiência intelectual no Brasil" – fecho aspas; o Conselho também enviou relatório com três estudos de caso (Defensor do Povo de Espanha, Defensoria do Povo da Argentina e CNDH do México), apresentado no primeiro *workshop* da parceria entre o CNDH e Diálogos UE-Brasil (União Europeia Brasil), realizado no dia 8 de junho de 2022; o Conselho solicita informações relacionadas à morte de Genivaldo de Jesus Santos em uma operação da Polícia Rodoviária Federal e, nesse sentido, apresenta a Recomendação nº 22, de 2022, para que os órgãos públicos tomem providências relacionadas a essa morte, recomendando, assim, ao Congresso Nacional a aprovação do PL 4.984/2016; a rejeição dos PL 732/2022 e PL 733/2022; e a convocação do Ministro da Justiça e Segurança Pública para prestar esclarecimentos; envia ainda a publicação sobre a Resolução 10 deste Conselho; o Conselho Nacional dos Direitos Humanos encaminhou também outras recomendações: a Recomendação Conjunta da Rede Nacional de Conselhos de Direitos Humanos nº 01/2022, que indica medidas a serem tomadas pelos Presidentes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para garantir o processo eleitoral; a de nº 26/2022, do CNDH, que requer ao Poder Legislativo que instaure uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as ações e omissões do Governo Federal e de Parlamentares que privilegiam interesses políticos e econômicos em detrimento dos direitos dos povos indígenas, entre outras providências; a de nº 28, de 10 de junho de 2022, que solicita do Congresso Nacional providências para rejeitar as Medidas Provisórias 1.105, 1.106, 1.108, 1.109 e 1.116 e elaborar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

novo marco legislativo trabalhista que responda às necessidades sociais criadas pelas novas dinâmicas do capitalismo e do mundo do trabalho; e por último encaminha as Atas das 23ª e 24ª Reuniões do Conselho;

- da Assembleia Legislativa do Estado do Pará – encaminha ofício da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista e outras deficiências, apelando aos Srs. Senadores para que empreendam esforços contra a interpretação que confere taxatividade ao rol da ANS para cobertura obrigatória dos planos de saúde;

- da Câmara Municipal de Umbaúba/Sergipe – pede inclusão e celeridade na votação do projeto de lei vinculado à indenização e pensão vitalícia aos familiares do Sr. Genivaldo de Jesus Santos, falecido em 25 de maio de 2022, em decorrência de ações de abordagem da Polícia Rodoviária Federal;

- de cidadão – denúncia de não aplicação das cotas para pessoa com deficiência no concurso da Polícia Rodoviária Federal; nesse sentido, a CDH enviou ofício ao Subprocurador-Geral da República dos Direitos do Cidadão;

- da Câmara Municipal de Guarulhos/SP – moção de apoio e solidariedade ao povo ianomâmi, pela sua proteção, e para que o Presidente da República adote as medidas administrativas em conformidade com nota pública expedida pelo Conselho Federal da OAB;

- de cidadão – denúncia de violência e abuso de autoridade e violação dos direitos humanos;

- de cidadão – denúncia de que a Polícia Civil de Sergipe está promovendo perseguições aos sindicatos e associações de classe;

- da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Brasília – denuncia ataque ao lote 96, em Anapu, região sul do Pará, às margens da rodovia Transamazônica;

- de cidadão – denuncia que seu filho foi assassinado por policiais do Estado do Paraná;

- de cidadão – denuncia o crime de cárcere privado cometido por policiais do Estado de Santa Catarina;

- Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais – encaminha ofício expondo a violação dos direitos dos indígenas da aldeia Barra Velha, no Município de Porto Seguro-BA, que estão recebendo ameaças de fazendeiros, em desrespeito à decisão do STJ que reconheceu a demarcação de seu território em 2019. Solicita ao Senado Federal que tome medidas efetivas a respeito. Esta Confederação solicita também apoio aos povos indígenas presentes no território Cunhambebe Pindorama/RJ;

- da Câmara Municipal de Jundiaí-SP – moção de apoio ao PL 141/2021;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- da Organização Internacional pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas – encaminha carta denunciando a ação violenta da Polícia Militar e do Estado de Mato Grosso do Sul contra o povo Tekoha Guapoy;

- da Câmara Municipal de Belém – encaminha moção de apoio à propositura de lei do despejo zero;

Recebeu denúncia de violência política, de gênero, transfobia, racial e de intolerância religiosa contra Parlamentares do PSOL. Nesse sentido, a CDH já realizou neste ano dez audiências públicas que abordaram os temas de liberdade e igualdade e de enfrentamento ao racismo e à violência.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa nº 12/2019, os documentos lidos ficam disponíveis na Secretaria e no portal da CDH para a manifestação dos membros desta Comissão, pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados.

Nesses mesmos termos, comunico que os documentos lidos na 19ª Reunião serão arquivados.

O Programa e-Cidadania completa dez anos em 2022 e, em meio a celebração da data, lança mais um produto para aproximar o cidadão do Senado Federal: o testemunho dos autores de ideias legislativas. O testemunho é um texto redigido pelo autor da ideia legislativa ou pela equipe do e-Cidadania a partir de informações repassadas pelo cidadão. Esse relato é incorporado ao rol de documentos das sugestões legislativas em tramitação na CDH. Trata-se de um espaço a mais para o autor da ideia explicar sua motivação em participar do processo legislativo e apresentar sua argumentação em defesa do tema encaminhado para a análise do Senado. Vale ressaltar ainda que esse relato pode trazer elementos importantes para auxiliar na elaboração do parecer das SUGs (Sugestões Legislativas) em andamento na Comissão. Quase metade das cerca de cem sugestões que tramitam na CDH já conta com esse recurso.

Quero fazer aqui o registro, com muita alegria, de uma amiga, brilhante professora, brilhante advogada do Estado do Espírito Santo, Dra. Elisa Galante, que é Procuradora do Município de Presidente Kennedy, no meu querido Estado do Espírito Santo.

Bem-vinda, Dra. Elisa Galante! Saiba que você dignifica, e muito, a Ordem dos Advogados do Brasil e que, neste momento em que não há espaço para um comportamento que seja a covardia, é necessário que nós tenhamos o discernimento e a serenidade para defender a democracia, e defender a democracia é defender o fortalecimento das instituições. E saiba que, da Ordem dos Advogados do Brasil, na qual eu humildemente sou inscrito, tenho em V. Exa. uma pessoa que muito dignifica a OAB.

Quero também fazer o registro de que, com muita alegria, fui professor da sua filha, que é uma brilhante profissional no Estado do Espírito Santo.

Muito obrigado por ter comparecido à Comissão de Direitos Humanos. Esta Casa, assim como da população brasileira, é de V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, mais uma vez, parabéns pela forma como conduz a sua profissão, com seriedade, observando os princípios da legalidade, mas tudo com empatia, se colocando na dor do outro. Eu acho que é isso que faz a diferença em nós, profissionais de qualquer ramo, em especial, da Ordem dos Advogados Brasil. Parabéns e obrigado, Dra. Elisa Galante, Procuradora do Município de Presidente Kennedy, por estar aqui hoje nos brindando com sua presença.

Passo imediatamente ao item nº 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 1229, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, para aumentar de 10 (dez) para 20 (vinte) salários mínimos a renda máxima para que a pessoa física possa obter crédito com juros subsidiados, para adquirir bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Favorável ao Projeto com uma Emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAE.

Concedo a palavra à Senadora Zenaide Maia para a leitura do seu relatório.

Infelizmente a colega Senadora teve que se ausentar.

Oportunamente, passamos para o item 5.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 41, DE 2022

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de lançar a campanha pelo limite dos juros no Brasil e debater a SUGESTÃO Nº 8 de 2022, que "Dispõe sobre o limite legal das taxas de juros em contratos e operações financeiras, altera a Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951, e dá outras providências".

Autoria: Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)

Como a Senadora não está, eu pergunto se posso subscrever esse requerimento, assim, eu assino para que seja deliberado imediatamente.

Autoria: Senadora Zenaide Maia e Fabiano Contarato.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item nº 6.

Meu querido Senador Omar Aziz, que saudades! Que saudades! Parabéns por tudo que tem feito ao Senado e à população brasileira. Saiba que V. Exa. é um dos Parlamentares que, desde quando eu assumi aqui – é meu primeiro mandato, V. Exa. sabe disso –, é uma pessoa que tem a coragem, tem a determinação, tem a bagagem para transitar no Executivo e no Legislativo e é em quem eu também me espelho para que possa desempenhar um bom mandato aqui no Senado Federal. Sou um admirador. Parabéns por tudo que tem feito, pela forma como V. Exa. conduziu a CPI da covid, que mostrou ao Brasil efetivamente... Porque parlamentar vem de parlar, que é apresentar o Brasil ao Brasil. E V. Exa. fez isso com brilhantismo, presidindo a Comissão da covid-19. Muito obrigado.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Com a sua ajuda. Você foi muito importante como membro e contribuiu muito para que se esclarecessem muitas coisas que o povo brasileiro não estava entendendo.

Eu agradeço suas palavras carinhosas e estou aqui para a gente aprovar os requerimentos que tem aí para debater certos assuntos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Muito obrigado.

Registro aqui a presença do meu querido Carlos Fávaro também, que é uma pessoa aguerrida e com quem a gente aprende muito aqui no Senado, assim como o meu querido Flávio Arns, que, desde que entramos, ambos, na Rede Sustentabilidade, sempre me acolheu e tem essa serenidade que nos contamina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado pelo comparecimento de todos vocês.

Item nº 6.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 43, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de audiências públicas, com o objetivo de debater a superlotação nos presídios e o crescente aumento de denúncias de violação de direitos humanos no Sistema Prisional brasileiro.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Item nº 7.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 44, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a situação das comunidades quilombolas no Brasil.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura de seu requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Presidente Contarato, Presidente Humberto Costa, Omar Aziz – que vejo aqui também –, Zenaide, nossa querida Leila, esse requerimento que eu trago à apreciação da Comissão visa fazermos uma audiência pública com o objetivo de debater a situação das comunidades quilombolas no Brasil. São muito poucas as que garantiram até hoje a titularidade das terras. São muito poucas as que têm direito a uma infraestrutura digna, como deveriam ter todos aqueles que trabalham a terra, nesse caso nas comunidades quilombolas.

Baseado nisso, Presidente, eu me socorri da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata sobre povos indígenas e tribais, promulgada no Brasil por meio do Decreto 5.051/2004; da Declaração e do Programa de Ação da Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, realizada em Durban, na África do Sul, em 2001, que fala disso tudo; da Convenção Relativa à Luta Contra a Discriminação no Campo do Ensino, promulgada pelo Decreto 63.223, de 6 de setembro de 1968; da Resolução CNE/CP nº 1/2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, com base no Parecer CNE/CP nº 8/2012; de resolução, também na mesma linha, de 20 de novembro de 2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica; e de parecer, também na mesma linha, aprovado em 10 de dezembro de 2020 – Diretrizes Nacionais Operacionais para a garantia da Qualidade das Escolas Quilombolas, o que não existe neste Governo.

Não há atenção, não houve vacinação adequada, falta alimentação, não houve a assistência que se deveria dar a todos os povos necessitados, mais vulneráveis, mas neste caso aqui me refiro mais ao povo quilombola.

Por isso, eu falo de saúde – não vou detalhar todo eles aqui –, mas queria que, na saúde, se garantisse o atendimento especializado aos portadores de anemia falciforme, que pega mais a comunidade negra, e que se garantisse formação compartilhada e continuada para os profissionais de saúde que atendem a população quilombola em todo país sobre as doenças que mais atingem a população negra.

Agricultura: buscar a perfuração e instalação de poços artesianos. Água, buscando água. E, em muitas comunidades quilombolas, eles não têm água e, para eles atravessarem para chegar ao rio, eles têm que atravessar terras de grandes latifundiários, que não os permitem. Eles ficam sem o poço e sem poder atravessar para ir no rio se banhar, pescar, tomar água. Aí entendemos também que tem que haver a doação de equipamentos para a boa agricultura familiar, enfim, em todas as áreas.

Então, é uma lista longa aqui do pleito que eles me apresentaram, e eu entendi que, somente por intermédio também de uma audiência pública, debatendo todos esses temas, que vão da cultura à educação, à saúde, à infraestrutura, à defesa social, ao desenvolvimento social, poderíamos construir um atendimento adequado à comunidade quilombola.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero dizer que esse pedido foi-me encaminhado pela Coordenação Executiva da Conaq (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas).

Esse é o pedido para aprovação desse requerimento, com os devidos convidados que nós da Comissão encaminharemos, conforme indicação deles.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado, querido Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Para discutir.) – Eu quero, da minha parte, em primeiro lugar, enaltecer a iniciativa da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, a iniciativa também do Senador Paulo Paim. Se o Senador Paulo Paim me permite, gostaria inclusive de subscrever também o requerimento.

Eu acho que é um primeiro requerimento, Senador Paulo Paim, porque o assunto é muito importante, e poderíamos depois também desmembrá-lo com uma audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para tratar dos assuntos específicos, também com uma na de Assuntos Sociais, com a questão da saúde, da assistência, do trabalho, mas também com outras situações, como são levantadas, quer dizer, um conjunto de políticas públicas, inclusive para que as pessoas tenham acesso às comunidades quilombolas. Conheço comunidades quilombolas onde as estradas de acesso são inacessíveis, complicadas, muito tempo demorando-se para se chegar a uma comunidade. Então, eu acho da mais alta importância debatermos o tema para pensarmos num conjunto de políticas públicas que atendam às necessidades dessas comunidades em todas as áreas, que possam promover o desenvolvimento, o meio ambiente, a cidadania, os aspectos sociais.

Então, Sr. Presidente, eu considero o assunto da mais alta relevância. Por isso peço a permissão do Senador Paulo Paim para subscrever, em conjunto, o requerimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – O Senador Paulo Paim já sinaliza com aquiescência e obrigado, Senador Flávio Arns, também por sua contribuição.

Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 47, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, V, da Constituição Federal, que seja convidada a Senhora Damares Cristina Alves, ex-Ministra do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre supostos crimes que teriam sido cometidos contra crianças na Ilha de Marajó (PA).

Autoria: Senador Carlos Fávaro (PSD/MT).

Concedo a palavra ao Senador Carlos Fávaro para leitura do seu requerimento.

O SR. CARLOS FÁVARO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT. Para encaminhar.) – Presidente Fabiano Contarato, caro colega; também os Senadores Omar Aziz e Flávio Arns, que aqui estão presentes, e todos os outros colegas Senadores e Senadoras que estão virtualmente nesta Comissão.

Peço a permissão dos colegas para ler, já com estômago embrulhado, e envergonhado de ler as palavras usadas por essa ex-Ministra, Sra. Damares Cristina Alves, dentro de um templo da Assembleia de Deus, em Goiânia.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, V, da Constituição Federal, que seja convidada a Senhora Damares Cristina Alves, ex-Ministra do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre supostos crimes que teriam sido cometidos contra crianças na Ilha de Marajó, no Pará. A denúncia sem provas foi feita pela ex-Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos durante participação em um culto na Igreja Assembleia de Deus, em Goiânia, com crianças presentes, no dia 9 de outubro de 2022. Damares detalhou abertamente os casos de abusos sexuais, para os ouvintes, que teriam sido cometidos contra crianças na Ilha de Marajó, no Pará.

Ela contou, diante de menores de idade na plateia, que teria – entre aspas – "descoberto" que crianças de três e quatro anos da Ilha de Marajó têm seus dentes arrancados para a prática de sexo oral e que são alimentadas com comida pastosa para a prática de sexo anal. Ela também contou ter – entre aspas de novo – "descoberto" que "nos últimos sete anos explodiu o número de estupros de recém-nascidos: "Nós temos imagens, lá no ministério, de crianças de oito dias sendo estupradas. Nós descobrimos que um vídeo de estupro de crianças custa entre 50 mil e 100 mil reais" – fecho aspas. Chegam a ser horrorosos, macabros os fatos como esses narrados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Abrem-se aspas: "Eu vou contar uma história para vocês, que agora eu posso falar. Nós temos imagens de crianças brasileiras de três, quatro anos que, quando cruzam as fronteiras, os seus dentinhos são arrancados para elas não morderem na hora do sexo oral", relatou. – fecham-se aspas – Ela disse ainda que as meninas e meninos comem comida pastosa "para o intestino ficar livre na hora do sexo anal", afirmou a ex-Ministra.

Damares não apresentou nenhuma evidência do que falava, nem contou ter tomado alguma providência para punir os responsáveis, o que seria sua obrigação como Ministra de Estado.

De fato, as afirmações da ex-Ministra causam preocupação e perplexidade, em especial porque pode se tratar de informações sigilosas às quais se teve conhecimento em razão do cargo público que ocupava.

A justificação, Sr. Presidente.

Por essas razões supracitadas, se faz mais que necessário que a ex-Ministra Damares informe quais providências tomou ao descobrir os casos e se houve representação (denúncia) ao Ministério Público ou à polícia, bem como a exposição de provas perante a sua fala.

Caso suas declarações sejam inverídicas, foram usadas de forma política para "alimentar discurso de ódio e tumultuar o processo eleitoral". E em caso de omissão do Governo, a ex-Ministra deve ser investigada por prevaricação.

Sr. Presidente, demais colegas Senadoras e Senadores, como disse, me sinto enojado em ter que ler esse depoimento, esse requerimento aos demais colegas. Mas também não é nada novo, ela simplesmente segue o líder – ela segue o seu líder.

O seu líder Presidente, há poucos dias, citou o fato que todos conhecem sobre a pedofilia de crianças ou o uso de crianças para a prática de sexo e prostituição aqui, no DF. Num primeiro momento, falava que pintou um clima. Num segundo momento, já disse que não era isso, que ele foi mal interpretado, mas que era caso de prostituição. E agora, hoje, já vem com uma nova versão, dizendo que não era nenhuma das coisas, que elas estavam fazendo treinamento e capacitação para cabeleireiro, manicure, enfim.

A ex-Ministra só segue o líder, pratica discursos inverídicos – se forem verídicos, teria que ter tomado providência, senão prevaricou –, e agora começa a se desdizer.

Ela vem para esta Casa no ano que vem. Nós queremos aqui um representante com honra em seu mandato, que não venha prevaricar, mas também não venha mentir para criar sensacionalismo.

Por isso, peço aos colegas que aprovem esse requerimento de convite a ela para ela vir se esclarecer perante os futuros colegas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Concedo a palavra ao Senador Humberto Rocha. Costa, perdão.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos e a todas, meu prezado Presidente Fabiano Contarato, demais colegas aqui presentes, bem como aqueles que estão no circuito remoto.

Eu queria ser muito breve, só para registrar aqui a importância e a relevância desse requerimento do Senador Fávaro, que demonstrou, assim, a sua preocupação, especialmente neste momento que nós estamos vivendo, período eleitoral, com a proliferação de notícias falsas, com a proliferação da desinformação, do discurso de ódio.

Eu entendo que esse requerimento para que a ex-Ministra Damares preste esclarecimentos a esta Comissão é extremamente pertinente, porque, como ele disse, com todas as letras, o mais provável é que essas informações sejam falsas, pois não se vê um único órgão de imprensa que tenha publicado essas informações, não há notícias de qualquer inquérito aberto por autoridades policiais ou pelo Ministério Público para investigação desses fatos profundamente graves. Ao mesmo tempo, ela própria afirma que, quando soube dessas informações, dessas denúncias, estava na titularidade do Ministério da Cidadania. Portanto, cabia a ela ter tomado alguma medida.

Então, me parece que o requerimento é muito pertinente. É fundamental que ela atenda a esse convite e venha explicar se ela estava divulgando tão somente mais uma mentira, mais uma notícia falsa ou se, por outro lado, há qualquer evidência de que esses fatos existiram e ela deixou de cumprir o seu papel como autoridade ao não tomar qualquer medida com relação a isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado, Presidente desta Comissão de Direitos Humanos, Senador Humberto Costa.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Como sou o autor, passo a Presidência ao Senador Omar Aziz para a leitura do Requerimento 49.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Obrigado, Senador Contarato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 49, DE 2022

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de esclarecer as declarações do Presidente Jair Bolsonaro sobre o encontro com adolescentes venezuelanas de 14/15 anos em São Sebastião-DF e a posterior visita da primeira dama e da ex-ministra da Mulher Damares Alves ao mesmo grupo de venezuelanas citado pelo Presidente Jair Bolsonaro durante o podcast que gerou a polêmica, além de todos os fatos noticiados relacionados ao caso e seus desdobramentos.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Eu concedo a palavra ao Senador Fabiano para a leitura do requerimento.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para encaminhar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de esclarecer as declarações do Presidente Jair Bolsonaro sobre o encontro com adolescentes venezuelanas de 14, 15 anos em São Sebastião-DF e a posterior visita da Primeira-Dama e da ex-Ministra da Mulher Damares Alves ao mesmo grupo citado pelo Presidente, além de todos os fatos noticiados relacionados ao caso e seus desdobramentos.

O objetivo da audiência é debater e esclarecer as declarações do Presidente da República Jair Bolsonaro, que afirmou, em entrevista ao canal do YouTube "Paparazzo Rubro-Negro", que, durante um passeio de moto – uma motociata – pela comunidade de São Sebastião, avistou meninas de 14, 15 anos e que – aspas – "pintou um clima" antes de pedir... E depois foi até a casa delas.

As declarações são de extrema gravidade e precisam ser apuradas com celeridade. Precisamos saber por que o Presidente Bolsonaro não acionou às autoridades competentes. Da mesma forma, precisamos de esclarecimentos acerca do encontro da Primeira-Dama Michelle Bolsonaro e da ex-Ministra da Mulher Damares Alves no dia 17/10 com as líderes comunitárias de um projeto social que atende refugiadas da Venezuela que vivem em Brasília por se tratar do mesmo grupo citado pelo Presidente Jair Bolsonaro, durante um *podcast* na última semana, que gerou polêmica.

Sr. Presidente, eu reputo isso importante porque um fato dessa gravidade... O chefe do Executivo tomando... Mesmo que ele já tenha prejulgado um fato criminal ali, se o que ele relata, já subentendendo, já julgando... Porque isso, para mim, é um comportamento sexista. Então, a menina não pode estar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

arrumada ou de qualquer forma porque isso vai caracterizar... Vai rotulá-la? Então, é um comportamento sexista, xenofóbico, e ele deve, sim, explicar, se isso aconteceu, o que ele tomou de providência para garantir a essas crianças e adolescentes que estão em situação de vulnerabilidade...

É esse o sentido deste requerimento, Sr. Presidente.

Quero aqui também registrar a presença do Deputado Distrital, nosso querido Leandro Grass, que está também acompanhando isso, e, depois, se V. Exa. autorizar, ele até se manifesta rapidamente sobre esse fato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Em discussão.

Senador Humberto Costa com a palavra.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Eu quero tão somente aqui reforçar a relevância desse requerimento diante da gravidade do fato que tornou o país perplexo durante vários dias, de um Presidente da República, primeiro, fazer um julgamento profundamente preconceituoso em relação a algumas jovens venezuelanas que são protegidas em uma instituição beneficente que pertence à Cáritas, que é uma instituição da Igreja Católica e que procura dar apoio a refugiados, não somente venezuelanos e não somente no Brasil. Vislumbra-se nesse comportamento do Presidente da República não apenas a sua inadequação, como uma evidente manifestação de atração física por essas crianças, adolescentes, que, como tal, poderia caracterizar uma situação de pedofilia, como foi largamente difundido Brasil afora.

Hoje, o Presidente vem ao lado da Primeira-Dama para dizer que pede desculpas às venezuelanas por ter pensado que elas eram prostitutas, mas não se manifesta sobre a gravidade da sua expressão "pintou um clima". Todos nós aqui somos pessoas esclarecidas, sabemos o significado disso e, com toda certeza, exigimos essas manifestações.

Além do mais, hoje o partido do Presidente, o PL, aliás o Partido Progressistas, numa manifestação que fez contra um Parlamentar que havia também divulgado esse caso, reconhece claramente que o Presidente fez um julgamento de que se tratava de prostitutas e que ele parou e foi lá para ver, enfim. Então, eu creio que é muito pertinente que façamos essa discussão. É inaceitável que um Presidente da República, autoridade máxima de um país, que deveria ser um exemplo para toda a sua população, admita um comportamento dessa qualidade e dessa dimensão.

Então, eu quero aqui externar o meu apoio a esse requerimento.

Tive a oportunidade de encaminhar ao Ministério da Justiça, na condição de Presidente da Comissão, um pedido para que essas jovens fossem protegidas, porque já se falava e terminou ocorrendo essa reunião envolvendo algumas jovens, suas mães, a Primeira-Dama do país e a ex-Ministra Damares

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alves, quer dizer, se essa reunião não foi feita para constranger, para de alguma maneira forçar algum tipo de posicionamento dessa mãe, dessas crianças, eu não tenho dúvida de que assim foi feito. Por isso, eu havia requerido ao Ministério da Justiça essa proteção, que, ao fim das contas, não aconteceu, porque não iriam tomar uma medida contra aquele que é inspirador de todo esse tipo de conduta.

Muito obrigado e parabéns, Senador Contarato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – A Senadora Zenaide pede a palavra.

Concedo a palavra à Senadora para discutir o Requerimento nº 49, do Senador Contarato.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente Omar Aziz, é um prazer revê-lo.

Eu queria dizer o seguinte: quando a gente pensa que já não vai se surpreender com o que o Presidente da República faz... Agora, essa de tirar o capacete, olhar para meninas bonitas, "pintar um clima" e seguir essas jovens até a casa delas, isso aí, sinceramente, é digno de indignação. Eu fico pensando em mães, avós e pais desse Brasil. Imagine vocês verem, como a gente vê, delegado de polícia dando depoimento dizendo que, na maioria dos casos de assédio sexual à criança, são idosos que assediam. E a gente tem um Presidente da República, gente... Isso é uma monstruosidade.

Então, parabéns! Tem que vir aqui explicar algo que, para mim, não tem muita explicação, não. Entendeu? Foi ele quem disse. Foi ele (*Falha no áudio.*)

... quem falou contando como uma coisa muito importante.

Parabéns!

Vamos chamar aqui para mostrar à população a que nível essa Presidência da República está chegando.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Obrigado, Senadora.

Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 49, do Senador Fabiano Contarato.

Eu vou devolver a Presidência ao Senador para que ele continue a reunião da CDH.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Antes de retornar ao item, eu vou quebrar o protocolo aqui e pedir a permissão aos colegas Senadoras e Senadores, mas eu tenho que conceder a palavra ao meu querido Deputado Leandro Grass para que ele faça uma breve manifestação, porque está intimamente relacionado com o requerimento que nós acabamos de deliberar.

Concedo a palavra ao Deputado Leandro Grass.

O SR. LEANDRO GRASS (Para expor.) – Boa tarde, Presidente, Senador Fabiano Contarato, e demais Senadores e Senadoras.

Agradeço o espaço e muito brevemente também agradeço a oportunidade de falar sobre esse assunto.

Nós estamos acompanhando esse caso desde o final de semana, não só eu, mas outros Parlamentares aqui do Distrito Federal, porque a comunidade do Distrito Federal, especialmente de São Sebastião, está escandalizada e assustada com tudo que vem acontecendo.

Em primeiro lugar, imaginar que um senhor de 67 anos, andando de moto num bairro que é pobre, que é vulnerável, onde existem vários projetos sociais, entre eles esse de acolhimento a crianças, adolescentes e famílias refugiadas... Imagine um senhor de 67 anos, Senador Fabiano, parar sua moto numa esquina e olhar adolescentes de 14, 15 anos, perceber que – entre aspas – "pintou um clima" e entrar na casa dessas meninas. Imagine isso acontecendo em qualquer outro lugar, em qualquer outra situação. O escândalo seria o mesmo. E depois ver que ele tenta esclarecer o fato dizendo que se equivocou; aí busca um vídeo para tentar ilustrar a possível situação; afirma que aquelas meninas, mesmo ele tendo conhecido a realidade delas, estariam ali, segundo ele – abro aspas –, "para ganhar a vida" – fecho aspas –, isso é horripilante.

Por isso, nós, no domingo ainda, oficiamos à Procuradoria-Geral da República que seja apurada a conduta do Presidente da República. Também já enviamos documentos à Secretaria de Justiça do Distrito Federal, porque, até o momento, o Governo local se omite quanto a essa situação. A gente quer saber qual tem sido o procedimento da Secretaria de Justiça junto aos conselhos tutelares, especialmente o Conselho Tutelar de São Sebastião – se houve alguma notificação –, bem como também da própria Defensoria Pública da União, para que dê toda a assessoria, todo o suporte jurídico a essas famílias.

E mais assustador ainda é saber, segundo as fontes e as informações que nos chegaram, que a Primeira-Dama e a eleita Senadora Damares Alves buscaram um encontro com lideranças vinculadas a essas adolescentes. Foi para coagi-las, foi para intimidá-las, foi para tentar silenciá-las para que a verdade não viesse à tona?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, saúdo muito esta Casa, especialmente esta Comissão, na figura de V. Exa., do Senador Humberto, de todos os Senadores e Senadoras que aprovaram esse convite, esses requerimentos no sentido de buscar esclarecimentos, mas reafirmo: a população do Distrito Federal e de todo o Brasil está assustada com a conduta do Presidente Jair Bolsonaro de ter afirmado que – entre aspas... E digo as aspas porque é importante, porque um termo como esse sair da boca de um senhor de 67 anos, especialmente Presidente da República, que pintou um clima entre ele e meninas de 14 e 15, que, segundo ele, estariam ali para ganhar a vida, isso não é só um problema político, não é um problema eleitoral. Isso é um problema criminal, isso é uma conduta criminosa e de violação direta dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Obrigado pelo espaço e, mais uma vez, parabéns a esta Casa e a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado, Deputado Leandro Grass. Parabéns pela iniciativa de provocar o Ministério Público.

O Ministério Público, a teor do que determina o art. 129, I, da Constituição Federal, tem duas funções primordiais no Estado democrático de direito. Ele atua como *custos legis*, como fiscal da lei, e também como *dominus litis*, como titular da ação penal pública incondicionada.

Então, é de extrema importância que essa representação de V. Exa. chegue às mãos do Ministério Público para que ele, com isenção e imparcialidade, cumpra o seu papel constitucional – volto a repetir –, expresso no art. 129, I, da Constituição Federal.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Presidente Contarato, eu queria fazer uma pequena fala; me inspirei nos requerimentos – todos eles muito sérios, muito responsáveis – que esta Comissão aprovou no dia de hoje.

Presidente, me preocupa muito o cenário de ódio, violência, discriminação, preconceito, racismo, homofobia, intolerância no qual se encontra o Brasil mediante o que está sendo colocado por este Governo que está aí. Nunca vi algo semelhante ao longo dos meus 40 anos de vida pública. Agridem pela escolha política e partidária, pela religião, pelas escolhas de vida, não aceitam o livre arbítrio, agridem quem pensa diferente.

Por isso, nesta Comissão de Direitos Humanos de hoje, eu sabia que não seria diferente do que eu estou vendo aqui, porque, infelizmente, eles estão encaminhando o país rumo a um lugar sombrio. Chego a dizer que se está perdendo a capacidade de civilização. Assim sendo, estamos regredindo, estamos voltando aos primórdios da selvageria. Isso é a barbárie, é o ápice da ignorância, da bestialidade, da estupidez humana. Percebo que estamos numa fronteira, para onde estamos indo. A minha esperança é que tudo mudará a partir do fim do ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual o modelo de sociedade que nós queremos para o Brasil? É grande a nossa responsabilidade! São inaceitáveis as mentalidades que negam o direito da condição humana de viver com dignidade. Onde está a solidariedade, a benevolência, a compaixão, o eterno ato de estender a mão ao outro?

Nós somos da paz! Nós somos da esperança! Nós somos da razão! Nós somos do equilíbrio! Nós somos da fraternidade! Nós somos do amor! Nós combatemos todo tipo de preconceito. Não há nenhum mal que possa nos tirar tudo isso, mas nós temos que ficar atentos, fazer a reflexão, debater, dialogar. E quem está nos assistindo vai votar no dia 30. É o ato da democracia!

Eu chego a me perguntar: qual de todos nós, dentro desse cenário brasileiro, fica cada vez... Ficamos todos nós cada vez mais perplexos com os termos que foram usados aqui pelos Srs. Senadores.

Mas tenho que registrar, Senador Contarato, o quanto fiquei indignado – indignado mesmo, profundamente – também pelo ato racista com o cantor Seu Jorge ocorrido lá na minha Porto Alegre – eu estou aqui em Canoas, estou no remoto –, ocorrido no Grêmio Náutico União, em Porto Alegre. Nada tem a ver com o Grêmio. O nome do clube é Grêmio Náutico União, em Porto Alegre. Por que tanto ódio, tanta raiva, tanta desumanidade? Apresentamos – eu sei que o meu pessoal, em Brasília, já colheu a assinatura de todos os senhores – um voto de solidariedade ao Seu Jorge. E o belo vídeo que ele gravou eu estou repercutindo, e eu sei que os senhores também estão. O vídeo dele está em todo o Brasil. Isso não é um caso isolado. Como avança e como avançou, nesses últimos anos, o racismo no Brasil, mostrando que ele é estrutural!

Agora, vamos citar aqui... Eu tinha também pensado nisso. Vejamos a situação das meninas venezuelanas. Aqui, de forma oportuna, os senhores aprovaram o requerimento no DF. Elas foram expostas à opinião pública com diversas versões! Eu sei que um segmento da igreja as protege. Inclusive, estão conseguindo tirá-las do cenário para protegê-las. Não é assim que devemos tratar nossas crianças e adolescentes, adultos e idosos, migrantes e refugiados, como é o caso.

Onde estão as políticas humanitárias? O trabalho escravo já não é mais fiscalizado. Exploração sexual e mulheres acorrentadas aparecem, inclusive, na imprensa. O feminicídio aumentou, a homofobia aumentou. E o que estão fazendo com o nosso meio ambiente e com as comunidades indígenas?

Há xenofobia com o povo nordestino, só porque ele optou pelo seu voto, chamando-o do que nem vou aqui repetir, acusando-o e ofendendo-o com termos inaceitáveis. Não vou repetir aqui, eu me nego.

Hoje em dia, infelizmente, nos tempos atuais, matam pela opção política. Agridem padres, pastores! Queimam templos de matriz africana! Politizam as religiões! Pessoas recebem socos, pauladas, pedradas! Onde está a tolerância? E o fazem só porque têm uma posição diferente do outro em relação àquele em quem vai votar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este não é o meu país! Este não é o nosso país, não é o país com que sonhamos e em que acreditamos.

Presidente, eu termino aqui.

É muito grave a denúncia de chantagem, inclusive chantagem eleitoral de empregadores contra empregados, querendo que eles votem, na marra, no seu candidato. É crime previsto na legislação. Há aqueles que não aceitam o estado de direito, que são contra as liberdades. Pela forma do autoritarismo, cometem esse tipo de delito, querendo que as pessoas votem na marra, ou serão demitidos, ou serão punidos, e vão até na linha da compra de voto abertamente. É um atentado, tudo isso, à democracia.

Eu fui Constituinte da nossa Constituição Cidadã, de Ulysses Guimarães. Os trabalhadores e as trabalhadoras podem denunciar no sindicato ou no Ministério Público do Trabalho de forma, inclusive, anônima ou sigilosa.

O voto é secreto. Não se intimidem, não se assustem, votem com a sua consciência. Não tenham medo, porque eles não poderão saber nunca quem votou em quem.

Os movimentos de milhões de pessoas nas ruas mostram – e as pesquisas mostram – que o povo sabe o que quer.

Importante, termino aqui, é não aceitar essa situação. O voto é secreto, repito, é um direito de cada brasileiro e de cada brasileira.

Não tem essa também das *fake news*, que aumentaram de forma maluca e irresponsável. Na eleição passada, Presidente, tivemos 5 mil *fake news* – é bom lembrar que *fake news* é mentira. Sabe quantas *fake news* agora saíram? Mais de 22 mil, mais de 22 mil casos de *fake news*, quando, na última eleição, foram 5 mil. É isso tudo que nós não aceitamos.

Por isto estamos aqui dizendo: vida longa à soberania, vida longa à democracia, vida longa à igualdade e direitos iguais para todos!

É isso, Presidente Contarato. Sei que falei um pouquinho demais, mas tinha que falar, por tudo que nós estamos assistindo.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado, querido Senador Paulo Paim.

Consulto os Srs. Senadores e Senadoras se concordam com a inclusão de um requerimento extrapauta do Senador Randolfe Rodrigues.

Coloco em votação a inclusão extrapauta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 48, DE 2022

Requer que a Comissão requeira a proteção às vítimas envolvidas à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal, sobretudo em face de possível coação de pessoas, agentes públicos ou não, relacionados ao presidente da República, Jair Bolsonaro.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Eu também estou subscrevendo o requerimento ante a ausência do Senador Randolfe Rodrigues.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues e este Presidente.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 1229, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, para aumentar de 10 (dez) para 20 (vinte) salários mínimos a renda máxima para que a pessoa física possa obter crédito com juros subsidiados, para adquirir bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Favorável ao Projeto com uma Emenda que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tramitação: CDH e terminativo na CAE.

Concedo a palavra à Senadora Zenaide Maia para a leitura do relatório.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, eu queria pedir permissão para ir direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Perfeitamente.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Conforme o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH o exame de matéria atinente à proteção e à integração social da pessoa com deficiência, o que torna regimental a análise do PL nº 1.229, de 2019, por este Colegiado.

De modo geral, não se divisam problemas de juridicidade na proposição, que não implica, como se poderia pensar, ampliação de gastos ou renúncia de receitas por parte do Governo Federal, de modo que não há que se falar em óbice derivado da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000). A proposição, inclusive, já havia sido observada desde esse ponto de vista quando da análise, pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei nº 4.752, de 2016, que havia sido apresentado àquela Casa pela então Deputada Mara Gabrilli, conforme nos lembra a autora na justificação deste projeto.

Quanto ao mérito, o gesto legislativo em comento é bastante simples, ao fazer com que pessoas físicas com renda mensal de até vinte salários mínimos, e não mais dez, possam obter crédito a juros subsidiados, desde que utilizado para aquisição de bens e serviços que contenham tecnologias assistivas destinadas a pessoas com deficiência.

Contudo, julgamos necessário apresentar emenda para preservar a intenção inclusiva da Senadora Gabrilli, pois o simples aumento do teto da renda que intitula ao empréstimo irá excluir quase totalmente seus antigos clientes, aqueles cuja renda não ultrapassa os dez salários mínimos.

Assim, propomos modular o aumento, reservando 60% dos recursos disponíveis para serem emprestados àqueles tomadores com renda mensal de até dez salários mínimos, e disponibilizando, assim, os restantes 40% àqueles cuja renda mensal alcance até os vinte salários mínimos.

Voto.

Pelas razões expostas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.229, de 2019, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CDH

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dê-se ao parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, no comando do art. 1º do Projeto de Lei nº 1.229, de 2019, a seguinte redação:
"Art. 1º .....
'Art.1º.....
.....
Parágrafo único. Fica autorizada a utilização de sessenta por cento do montante dos recursos de que trata o *caput* para operações de crédito em que sejam tomadores de recursos pessoas físicas com renda mensal de até 10 (dez) salários mínimos, e a utilização de quarenta por cento do montante dos recursos de que trata o *caput* para operações de crédito em que sejam tomadores de recursos pessoas físicas com renda mensal de até 20 (vinte) salários mínimos, desde que os valores das operações sejam direcionados exclusivamente para adquirir bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, na forma estabelecida em ato do Poder Executivo.'"

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado, querida Senadora Zenaide Maia.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Desculpa...

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com a emenda que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CDH.

O projeto segue para análise terminativa da CAE.

Senhores e senhoras, eu queria aqui fazer um pequeno registro, mas um registro de extrema importância.

No último domingo, dia 16 de outubro de 2022, o Espírito Santo se comoveu com o brutal assassinato de Mayer Ferrani e Paulo Eduardo Oliveira Celini, dois jovens policiais militares. Eles foram mortos a tiros em uma emboscada no Município de Cariacica, localizado na Grande Vitória.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Paulo tinha apenas 29 anos e estava há cerca de um ano na corporação. Ele deixou esposa. O Bruno tinha apenas 30 anos e estava há cinco anos na Polícia Militar. Deixou esposa e duas filhas. Duas famílias estão dilaceradas, mesmo não havendo palavras ou notas que amenizem tanta dor.

Enquanto delegado de polícia que fui por 27 anos, defensor dos direitos humanos, reitero mais uma vez: precisamos proteger a vida de todos os brasileiros – repito, de todos os brasileiros – e reconhecer que os agentes de segurança pública – os policiais civis, os policiais militares, os guardas municipais, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal – são os primeiros garantidores dos direitos fundamentais, minha gente. Com todo o respeito ao Judiciário e ao Ministério Público, mas quem está lá na ponta é o policial. Ele é efetivamente o garantidor de direitos. Então não confunda policial com violador de direitos, porque com isso eu me sinto ofendido quando alguém faz dessa forma.

Então, os direitos humanos têm que ter esse olhar, sim, para os policiais, para as famílias dos policiais, porque a carga emocional, a carga de trabalho que esses guerreiros, esses heróis fazem e a que se submetem... Eu estou falando, porque eu fui, por 27 anos, delegado de polícia, eu trabalhei num plantão na Grande Vitória. Não tinha delegados em dois municípios da Grande Vitória, e eu respondia simultaneamente pelos dois Municípios: Cariacica, onde aconteceu essa tragédia, e Vila Velha. Um local que era para 16 presos tinha 140, e os policiais ali aguerridos.

Então, isso tem que ser dito, esta Casa tem que falar, nós temos que ter esse olhar efetivamente para os policiais, seja policial civil, seja policial militar, seja policial federal, seja rodoviário federal, seja guarda municipal. São todos agentes de segurança, são todos garantidores de direitos, porque, lá no art. 144, está muito claro: a segurança pública é direito de todos, mas é dever do estado.

Então, quando eu leio um voto de solidariedade que eu vou aprovar no Senado – por isso que eu faço esse registro aqui, na Comissão de Direitos Humanos –, me dói muito quando eu vejo aqui 29 anos e 30 anos, deixando esposa, deixando dois filhos. Como explicar isso para os filhos? Explicar isso para essas viúvas?

Então, o Estado tem que ter esse olhar humanizador, ele tem que se colocar na dor do outro, ele tem que exercer a empatia, ele tem que entender que esses agentes de segurança precisam de um apoio, e esse apoio passa por uma garantia em toda a sua profissão, com um tratamento psicológico para essas famílias, para todos os policiais, condições de trabalho dignas, condições de salário, porque eles estão ali expondo a vida, minha gente. Eles estão expondo a vida para nos proteger. A população não sabe a diferença constitucional de qual atribuição de uma polícia. Então, quando se aborta um guarda municipal, ele está ali para atender ocorrência de furto, de roubo, de extorsão mediante sequestro, de sequestro ou de cárcere privado. E ele coloca a vítima no carro e sai atrás.

Então, os policiais militares estão ali de forma ostensiva para prevenir que o crime não ocorra, os policiais civis, com a função de Polícia Judiciária, a Polícia Federal com a função para quando há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interesse nas infrações, interesse da União. Agora, ler uma manchete dessa, em que nós estamos passando no Estado do Espírito Santo, de dois policiais, jovens policiais... Porque muitas pessoas sonham em entrar na polícia, mas quando a gente entra, nós somos, infelizmente, abandonados! Abandonados pelo próprio Estado, com péssimas condições, com viaturas em precário estado, com armamento insuficiente.

Então, quando vejo isso aqui, eu me coloco, porque eu entrei no concurso para Delegado de Polícia e passei com 24 anos. E eu novo indo para o interior, depois fui para a capital. A gente lida com vida, lida com crimes de toda natureza. Você lida com furto, homicídio, aborto, estupro, estelionato, extorsão, sequestro. Você lida com todos os tipos penais. Você recebe uma carga emocional que só quem vive na polícia sabe.

Eu fiquei dez anos da minha vida como delegado, dentro do DML, liberando vítimas fatais de acidente de trânsito. Explica para um pai ou para uma mãe que perdeu um filho... Foge à lei natural um pai sepultar um filho, uma mãe sepultar um filho. Essas viúvas estão chorando a morte de Mayer Ferrani e Paulo Eduardo Oliveira Celini. Acho que passou da hora de a gente ter uma postura mais responsável.

Eu fico triste quando a gente vê aqui... Nós Parlamentares temos que fazer essa reflexão, porque às vezes a gente só fala coisas bonitas. Fala-se, aí na pandemia, que os enfermeiros são heróis. Mas eles estão lá pagando com a vida! Os técnicos de enfermagem, os policias são heróis! Mas eles estão pagando com a vida!

Então, essa reflexão nós... Eu pelo menos... Direitos humanos é a razão da minha vida, porque quando você fala em direitos humanos, você tem que entender de onde surgiu direitos humanos, que é o conjunto de direitos naturais que toda pessoa tem, independentemente da raça, cor, etnia, religião, origem ou orientação sexual. E quando esses direitos naturais são positivados no ordenamento jurídico, recebem o nome de direitos fundamentais. E aí, em 1974, o jurista Karel Vasak, um jurista tcheco inspirado pelos princípios da Revolução Francesa, liberdade, igualdade e fraternidade, elencou uma geração de direitos humanos de primeira geração, de segunda geração, de terceira geração, e há quem sustente uma quarta geração de direitos, que passa por saúde, educação, habitação, moradia, lazer; que passa pela proteção ambiental; que passa por tudo!

Então, quando se fala em direitos humanos, nós temos que entender que direitos humanos têm que estar aqui apoiando esses efetivamente guerreiros, heróis, que são os agentes de segurança pública. Falo porque eu senti isso por 27 anos, como delegado de polícia. A minha família notou. Eu, com 24 anos, como delegado de polícia, e ela falou: Nossa, você mudou! Claro! Você muda, porque você foge, você lida... O flagrante vem do latim *flagrans,* que quer dizer corpo em chamas, certeza visual do crime. Você está ali, você lida com emoção, você lida com pessoa que perdeu o patrimônio, você lida com pessoa que está sendo cerceada na sua liberdade, você lida com pessoas que tiveram a vida humana violada, você lida com pessoas que tiveram a integridade física violada, ou sua liberdade sexual vilipendiada. Então, você recebe uma carga emocional muito forte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que, na Comissão de Direitos Humanos, todos nós devemos sempre ter esse olhar, porque eu não posso naturalizar ou achar isso normal.

Então, eu acho que, na Comissão de Direitos Humanos, todos nós devemos sempre ter esse olhar, porque eu não posso naturalizar ou achar isso normal. Não é natural. Foram dois policiais militares, um de 29 anos e outro de 30 anos, que foram literalmente executados, infelizmente, no meu Estado do Espírito Santo, no Município de Cariacica, e que deixam mulher e duas filhas. O Estado tem que dar uma resposta. O Estado tem que se ver e se fazer presente.

Nós temos que entender isto de uma vez por todas: se segurança pública é direito de todos e dever do Estado, o Estado está falhando quando não dá a assistência integral a todos os agentes de segurança pública.

Fica aqui a minha manifestação, a minha manifestação simples, a minha humilde manifestação. Quisera eu poder fazer mais, mas não tem nada que se faça ou que eu possa fazer para tirar a dor dessa viúva. Quanto vale uma vida humana? Quanto vale uma vida humana, minha gente? Quanto vale essa vida humana? Quanto vale a dor dessas crianças que não vão ter a presença dos pais, dessas viúvas que estarão mutiladas?

É preciso a gente falar isso. Acho que é preciso debater mais sobre isso. A gente tem que ter esse olhar humanizador em todos os segmentos, porque aí, sim, nós estaremos fazendo valer aquela premissa constitucional, que para mim é um abre-alas, de que todos somos iguais perante a lei, independentemente de raça, cor, etnia, religião, origem, orientação sexual, pessoa com deficiência, pessoa com HIV. Não importa. Todos somos iguais perante a lei.

Concedo a palavra à Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, como a gente estava falando desse projeto anterior da Mara Gabrilli, dando a oportunidade de as pessoas com deficiência terem tecnologias assistivas, eu queria falar aqui sobre a resolução do Conselho Federal de Medicina do último dia 14.

É um alinhamento político a uma agenda negacionista que não dá para entender, levando sofrimento a milhares de brasileiros, crianças, jovens com autismo. A mentira do Governo deliberadamente mistura guerra às drogas, fundamentalismo religioso e populismo de extrema direita com coisas que deveriam importar para todos os que se dizem humanos: aliviar a dor, cuidar da saúde, fazer avançar o conhecimento científico com esses fins.

O objetivo deliberado dessa resolução do Conselho Federal de Medicina... Por exemplo, o discurso dos próprios fundamentos científicos de medicina... Como é possível? Isso não é um papel do Conselho Federal de Medicina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem acompanhou os debates no Congresso Nacional sabe o alívio que o uso terapêutico do canabidiol traz às famílias – crianças, jovens, adultos e idosos. Esses pais e mães estão desesperados com esses jovens autistas, adultos e idosos que usam canabidiol para Parkinson. E, de repente, uma resolução do Conselho Federal de Medicina não só proíbe o médico de prescrever o canabidiol, que está liberado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, como ainda proíbe qualquer médico de falar sobre o tema de canabidiol e dos produtos derivados.

Gente, a liberdade de expressão dos médicos interessa politicamente a quem? A resolução do Conselho é inconstitucional e só faz aumentar o sofrimento que seria evitável para essas pessoas.

Eu chamo atenção da sociedade brasileira e deste Congresso para o fato de que essa mistura deixou de lado a saúde. E mais: a gente sabe que são dois pesos e duas medidas. Durante a pandemia do covid, o Conselho disse que a autonomia médica era autoridade absoluta, mesmo podendo prescrever um coquetel famigerado chamado de *kit* covid. Quem não se lembra disso? Era autonomia médica, e se podia receitar, mesmo sem eficácia terapêutica. Aí, agora, na linha do negacionismo governamental, ele proíbe o canabidiol, reduz a autonomia a grau zero, gente. O médico não pode prescrever o canabidiol, mesmo tendo sido autorizado pela Anvisa.

Eu digo o seguinte: há pessoas que têm crianças e adolescentes com autismo, que têm pessoas com esquizofrenia ou pessoas em pós-quimioterapia contra o câncer, cujas dores são aliviadas... Nós aqui do Congresso temos que ter esse olhar diferenciado para essa resolução política negacionista do Conselho Federal de Medicina.

Eu queria dizer que, como médica, não vou ficar calada, não poderia me calar diante de uma situação grave como essa. Espero que eu não esteja sozinha nisso. Com certeza, não vou estar. O médico, quando não pode curar, tem que aliviar a dor. E ainda proibir as pesquisas científicas dizendo que é porque as pessoas vão... Gente, o canabidiol, esse medicamento que se usa é até fitoterápico. Ele não é... As pessoas não vão usar como droga para viajar.

Agora, eu quero ver como dizer, a partir desta semana, aos pais que têm crianças com autismo, que têm Parkinson ou que sofrem com câncer e quimioterapia, cujas dores são aliviadas, e que têm insônia, que eles não vão mais poder fazer o uso de um medicamento que no mundo todo já é usado.

Era isso, Sr. Presidente.

Nós chegamos a um nível de desumanidade deste Governo que não é possível, em nome de uma ética e de uma moral que não existe.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado, Senadora Zenaide Maia.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 14 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 39 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.141002/2022-43

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 32ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3. COM A FINALIDADE DE **DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO DAS EMENDAS DA CDH AO PLN 32/2022 (LOA 2023).**

Às quatorze horas e quarenta e nove minutos do dia oito de novembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Humberto Costa e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Mecias de Jesus, Flávio Arns, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Daniella Ribeiro, Carlos Fávaro, Chico Rodrigues, Romário, Zenaide Maia, Fabiano Contarato, Leila Barros, Angelo Coronel e Ivete da Silveira, e ainda do Senador não membro Julio Ventura. Deixam de comparecer os Senadores Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Eduardo Girão, Irajá, Omar Aziz, Marcos Rogério e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação desta ata e da reunião anterior, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Discussão e deliberação das Emendas da CDH ao PLN 32/2022 (LOA 2023)**. **Finalidade:** escolha das emendas que Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa apresentará ao PLN 32/2022 (PLOA 2023), que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2023". Relator: Senador Humberto Costa. A Comissão delibera para que sejam apresentadas as seguintes EMENDAS DE APROPRIAÇÃO À CMO:

EMENDA		EMENTA	AÇÃO	UO	VALOR
1	60090001	Promoção e Defesa de Direitos Humanos para Todos	21AR	81101	325.000.000
2	60090002	Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	21BO	30302	115.000.000
3	60090003	Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho	20YU	40101	90.000.000
4	60090004	Apoio à implementação da Casa da Mulher Brasileira e de centros de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência	00SN	81101	155.000.000

Resultado: Reunião realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E42B8E4A004A5308.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL SF - 1
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CDH (32ª Reunião, Extraordinária) 08/11/2022

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos e a todas.

Declaro aberta a 32ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Esta reunião destina-se à discussão e deliberação das emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ao PLN 32, de 2022, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências.

Foram apresentadas 107 propostas de emendas.

Como sou o Relator das emendas, passo a Presidência ao Senador Paulo Paim para que eu possa, então, fazer a leitura do relatório.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

Quero agradecer...

Só um minuto, por favor.

Eu passo a palavra ao Senador Paulo Paim para que ele possa presidir a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Presidente Humberto Costa.

Vamos então ao item único desta reunião de hoje.

Discussão e deliberação das emendas da CDH ao PLN 32/2022 (Ploa 2023), que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2023.

Passo a palavra ao Relator, Presidente desta Comissão, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – Senador Paulo Paim, muito obrigado. Quero também aqui agradecer a participação de todos os Senadores que aqui se fazem presentes.

Parecer nº, de 2022, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ao PLN nº 32/2022, do Congresso Nacional, Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2023, nos termos da Resolução nº 01/2006-CN.

Origem: Poder Executivo.

Relatório.

O Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional, em 31 de agosto de 2022, o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2023 – Ploa 2023 (Projeto de Lei nº 32/2022-CN), que, em seguida, foi encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), conforme o art. 166, §1º, da Constituição Federal.

No prazo avençado, foram apresentadas 107 (cento e sete) propostas de emendas, nenhuma de remanejamento ou de texto. Todas foram de apropriação de despesas, conforme tipologia constante dos arts. 37 a 42 da Resolução nº 1/2006-CN. As propostas de emenda estão listadas no quadro anexo, sendo referenciadas neste voto pelo seu número de ordem no mencionado quadro.

Voto do Relator.

Análise.

A análise por nós empreendida focalizou não apenas o mérito das proposições, mas também a adequação das propostas de emenda às disposições da legislação vigente, especialmente no que diz respeito à Constituição Federal; à área de competência desta Comissão, conforme o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970); e ao interesse nacional, tendo em vista o disposto nos arts. 43 a 45 da Resolução nº 1/2006-CN, com as alterações introduzidas pela Resolução

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nº 3, de 2015-CN, que prevê que as Comissões Permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, no âmbito de suas competências regimentais, possam apresentar emendas ao projeto.

Nos termos do art. 44, §1°, do mesmo diploma normativo, faculta-se a cada Comissão a apresentação de até 8 (oito) emendas à despesa, sendo 4 (quatro) de apropriação e 4 (quatro) de remanejamento.

São elegíveis para apresentação de emendas iniciativas alinhadas com as competências regimentais da Comissão (art. 43). As emendas têm de ter "caráter institucional" e "representar interesse nacional", vedada a destinação a entidades privadas, salvo se contemplarem programação constante do projeto (art. 44, II). Ademais, a justificação da proposta de emenda deve conter elementos de custo, cronograma e financiamento (idem, art. 44, III).

Quanto às propostas de emenda de apropriação, não merecem ser admitidas, por não se enquadrarem no âmbito das competências regimentais desta Comissão, as de nºs 8, 40, 44, 65, 101, 15, 25, 28, 32, 92 e 107 e, por não representarem interesse nacional, as de nºs 34 e 37. No tocante às propostas de emendas de apropriação que foram admitidas, percebe-se um sério descompasso entre o número de sugestões e a quantidade máxima de emendas que esta Comissão poderá apresentar.

O mérito das indicações apenas acentua o impasse e agrava a dificuldade da escolha.

Dentro dessa circunstância, com o objetivo de atender o maior número possível de sugestões, todas de inegável mérito, verificamos quais ações foram mais demandadas pelos integrantes do Colegiado. A seleção das quatro emendas de apropriação a serem apresentadas por essa Comissão materializa, portanto, as ações que obtiveram maior número de indicações entre as propostas apresentadas, selecionadas dentre aquelas em perfeita consonância com a legislação vigente.

Vale ressaltar que o mérito de cada emenda no contexto geral do orçamento será devidamente avaliado, no momento oportuno, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Emendas de apropriação à programação orçamentária.

As propostas veiculam programações sob exclusivo tratamento desta Comissão, por pertinência temática. Aplicando os critérios de valoração dispostos no tópico 2.1 deste relatório, selecionamos sugestões que apresentaram objetos coincidentes ou similares, de sorte a contemplar os interesses catalisados por um número maior de Parlamentares.

Dessa forma, as sugestões de emendas de apropriação que acolhemos encontram-se discriminadas no quadro a seguir, a serem convertidas em emendas de apropriação de autoria desta Comissão:

– nº 1: unidade orçamentária, 81101; código da ação, 21AR; descritor da ação, promoção e defesa de direitos humanos; valor, R$325 milhões; autores, Zenaide Maia, Randolfe Rodrigues, Mara Gabrilli, Fabiano Contarato, Paulo Rocha, Chico Rodrigues, Irajá, Eliziane Gama, Simone Tebet, Paulo Paim, Leila Barros e Humberto Costa.

– nº 2: unidade orçamentária, 30302; código da ação, 21BO; proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas, o descritor; valor, R$115 milhões; autores, Zenaide Maia, Omar Aziz, Randolfe Rodrigues, Fabiano Contarato, Mecias de Jesus, Paulo Rocha, Chico Rodrigues, Irajá, Eliziane Gama, Simone Tebet e Humberto Costa.

– nº 3: unidade orçamentária, 40101; código da ação, 20YU; fiscalização de obrigações trabalhistas e inspeção em segurança e saúde no trabalho nacional; valor,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

R$90 milhões; autores, Zenaide Maia, Paulo Paim, Jean Paul Prates, Fabiano Contarato, Paulo Rocha e Humberto Costa.

– nº 4: unidade orçamentária, 81101; código da ação, 00SN; descritor da ação, apoio à implementação da Casa da Mulher Brasileira e de centros de atendimento às mulheres em situação de violência nacional; R$155 milhões; autores, Veneziano Vital do Rêgo, Nilda Gondim, Paulo Paim, Mara Gabrilli, Irajá, Eliziane Gama, Simone Tebet e Izalci Lucas.

Entendemos que a Ação 21BO, proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas, atende as demandas apresentadas pelos membros deste Colegiado e, por essa razão, não acataremos as outras emendas que sejam relacionadas a este tema.

Quanto às demais sugestões para esta Comissão, não obstante o seu inegável mérito, devemos propor o não acolhimento, tendo em vista o limite quantitativo de quatro emendas de apropriação por Comissão Permanente, regulado no art. 44, §1º, da Resolução nº 1/2006-CN.

Conclusão.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa delibere pela apresentação das quatro emendas de apropriação supracitadas, atribuindo-se à Secretaria desta Comissão a incumbência de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Aqui temos a relação das emendas que foram recebidas na Comissão de Direitos Humanos, para conhecimento de todos os Parlamentares, todas devidamente registradas quanto à sua autoria e os seus valores. Esse é um anexo, à disposição de todos os Parlamentares.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

Devolvo a Presidência ao Presidente Humberto Costa, dando-lhe parabéns pelo seu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa. por ter desempenhado essa tarefa de presidir a sessão enquanto fizemos a leitura do relatório e agradeço a aprovação por parte de todos.

Queria aqui deixar registrado que o critério que nós utilizamos, inclusive para a aprovação da emenda que diz respeito à fiscalização do trabalho, parte da concepção de que essa é uma questão fundamental do ponto de vista da saúde do trabalhador e, como tal, um direito humano.

Aprovado o relatório, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Agradeço penhoradamente a todos os Senadores que se fizeram presentes, a todos aqueles que apresentaram emendas ao projeto, e agradeço a todos que acompanharam o transcorrer da nossa reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 02 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 33ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e vinte minutos do dia quinze de dezembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Humberto Costa, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Mecias de Jesus, Eduardo Girão, Flávio Arns, Izalci Lucas, Carlos Fávaro, Zenaide Maia, Angelo Coronel e Flávio Bolsonaro. Deixam de comparecer os Senadores Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Mara Gabrilli, Irajá, Omar Aziz, Daniella Ribeiro, Marcos Rogério, Chico Rodrigues, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da trigésima primeira a trigésima terceira reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa para: "Discutir o tema: Liberdade de Imprensa, Opinião e o Direito à Informação". Participantes: Kristinn Hrafnsson, Editor-Chefe do WikiLeaks; Samira de Castro Cunha, Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas; Octávio Costa, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa; Joseph Farrell, Embaixador do WikiLeaks; Carol Proner, Representante da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia; Giuliano Galli, Coordenador de Jornalismos e Liberdade de Expressão do IVH - representante do Instituto Vladimir Herzog; e Luiz Armando Badin, Representante da Comissão Arns. Fizeram uso da palavra os Senadores Humberto Costa e Eduardo Girão. Resultado: Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/12/15

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas.

Declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Esta reunião será uma audiência pública para debater sobre o tema "Liberdade de Imprensa, Opinião e o Direito à Informação", tendo como um dos focos principais, ou o foco principal, a luta, o movimento que hoje se estabelece em nível internacional em defesa do jornalista Julian Assange, ameaçado de deportação do Reino Unido para os Estados Unidos, tendo como base acusações, entre outras, de espionagens, enfim.

Nós tivemos a oportunidade de receber, na semana retrasada, aproximadamente há 15 dias, a visita de um conjunto de representantes, tanto do Brasil quanto pessoas que vieram do Reino Unido, que estão fazendo uma campanha em nível internacional exatamente para que nós possamos reforçar a campanha em defesa da liberdade de imprensa, da liberdade de expressão e contra essa tentativa de extradição de Julian Assange.

A nossa reunião será interativa, transmitida ao vivo, e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, em www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria 0800 0612211.

Infelizmente, nós estamos realizando esta audiência praticamente no período em que os trabalhos legislativos estão se concluindo. Esse foi um dos lamentos que nós fizemos ao Dr. Kristinn, ao Dr. Farrell e também aos companheiros e companheiras que estão no Brasil à frente dessa mobilização, de que, se nós tivéssemos tido um pouco mais de tempo, teríamos conseguido fazer um evento com uma dimensão maior, mas, de toda forma, ele está sendo transmitido pela TV Senado para todo o país e esperamos que seja uma contribuição para essa luta.

São convidados e farão uso da palavra o Deputado Federal Orlando Silva, que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados; o Sr. Kristinn Hrafnsson, Editor-Chefe do WikiLeaks; Joseph Farrell, Embaixador do WikiLeaks; Samira de Castro Cunha, Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas; Octávio Costa, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa; Carol Proner, Representante da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia; Giuliano Galli, Coordenador de Jornalismo e Liberdade de Expressão do Instituto Vladimir Herzog; e Luiz Armando Badin, Representante da Comissão Arns.

São dez minutos para cada um... Aqui nós funcionamos com um tempo de aproximadamente dez minutos para cada um dos expositores. Nós teremos a tradução simultânea para os que vão acompanhar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossa reunião. E, quando estiverem faltando 15 segundos para a conclusão, há um aviso que é feito automaticamente. Portanto, é o tempo suficiente para que cada um possa concluir a sua manifestação.

Eu queria apenas, em nome da Comissão de Direitos Humanos do Senado, externar aqui a nossa posição por meio de um pronunciamento e, logo em seguida, nós iniciaremos as manifestações.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, senhoras convidadas e senhores convidados, a Constituição Federal de 1988 foi o ponto central que garantiu a plena restauração do Estado democrático de direito, um contraponto ao governo autoritário que, por décadas, conduziu o nosso país para o abismo.

Dentre outros, o direito à liberdade é um dos valores essenciais para a existência humana digna. O art. 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos prevê que todo homem tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão.

Reagindo de maneira contundente às práticas históricas de censura política, ideológica e artística em nosso país, os Parlamentares constituintes dedicaram especial atenção à liberdade de expressão, de manifestação do pensamento e ao direito de informação, este que transcende as liberdades individuais e se consagra como uma prerrogativa de toda a sociedade.

A liberdade de imprensa e o direito à informação são fundamentais na construção da democracia. O inciso IX do art. 5º da Constituição Federal dispõe que é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

O art. 220 da Constituição Federal consagra ainda que nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social.

A imprensa é imprescindível na manutenção do Estado democrático de direito. E para que ela cumpra o seu papel na sociedade é fundamental que seja livre de interdições e censuras. A restrição à liberdade de expressão, de imprensa e ao direito de informação, por, claro, limitar tanto os direitos individuais quanto aqueles difusos, só pode ocorrer se obedecidas as condições impostas na legislação.

Ao garantir que todos os cidadãos brasileiros exercessem a livre manifestação do pensamento, a Constituição Federal jamais tutelou que tais manifestações pudessem ser revestidas de quaisquer ilicitudes penais, isto é, não podem ser instrumentos utilizados para legitimar a exteriorização de propósitos criminosos. Insisto: os direitos fundamentais sustentam o princípio democrático.

E, quando falamos em liberdade de expressão, estamos também considerando o direito de opinião, de imprensa, de informação e, principalmente, a proibição da censura. Garantir que a população possa debater sobre os mais diferentes temas, respeitados os preceitos legais, é uma importante contribuição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a concretização do que defendemos como o princípio democrático, como o fortalecimento da soberania popular.

Nos últimos quatro anos, a relação entre a imprensa e o Governo brasileiro se deteriorou muito, colocando o Brasil em uma posição vexatória no *ranking* da liberdade de imprensa no mundo, ocupando a vergonhosa posição de 110º lugar, em um total de 180 países, segundo a Organização Não Governamental Repórteres Sem Fronteiras. O que observamos nesses últimos tempos foram ataques públicos, campanhas abertas de difamação e intimidação, especialmente contra jornalistas mulheres e assédios contra jornalistas críticos, sobretudo nas redes social.

O atual Presidente da República não só insulta regularmente jornalistas e imprensa, como também mobiliza seus apoiadores para sistematicamente promover ataques e desacreditar a imprensa, tratando-a como inimiga do Estado.

Por fim, destaco que esta audiência pública tem como objetivo destacar o importante papel que a imprensa exerce em uma sociedade democrática, sobretudo porque o direito à liberdade de expressão e de imprensa estão diretamente vinculados à função social que permeia a atividade informativa, o que fortalece a construção de pensamento crítico da nossa sociedade.

Citando aqui uma frase célebre de Julian Assange: "É impossível corrigir abusos, ao menos que saibamos o que está acontecendo."

Agradeço, então, a todos, e, de imediato, damos início à nossa audiência pública.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Presidente, pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não, Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Muitíssimo bom dia, Senador Humberto Costa, meu irmão, eu queria fazer aqui algumas ponderações ao senhor com relação a esta importante audiência pública. É um assunto que tem despertado o interesse do brasileiro, é um assunto que realmente está, como a gente diz lá no Nordeste, em voga.

E eu acredito que a gente, podendo ouvir os dois lados, só faz engrandecer o debate e cumprir bem a missão dessa sua brilhante iniciativa.

Eu tomei conhecimento da realização desta reunião ontem à noite. Eu faço parte desta Comissão, a CDH. Antes mesmo de chegar aqui ao Senado, eu já participava como ativista de causas que eu abraço. E eu vi aqui, pelo processo de tramitação, que ela está aguardando... Entrou no dia 13/12 o requerimento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V.Exa. e não houve a deliberação da matéria, ou seja, os Senadores que participam desta Comissão não puderam indicar nomes.

Eu vi que o senhor fez indicações de bons nomes aqui, não tenho dúvidas com relação a isso, mas eu acredito que, para que o debate seja produtivo, ganhe a oportunidade de a gente ter frutos, fazer uma reflexão sobre este momento do país – e eu, particularmente, estou muito preocupado com o que eu estou vendo, com o que está existindo...

Eu converso lá no Ceará, converso em nível nacional com associações, com a Abert, Associação Cearense de Emissoras de Rádio e Televisão, com lideranças também dessa área de comunicação, com a imprensa do Brasil, com jornalistas, e o que a gente tem percebido, depois de muitos anos, ultimamente, com medidas arbitrárias, com todo respeito aí, mas sem o devido processo legal, pessoas sendo cassadas pela sua opinião...

Aí vem aquela coisa: "É *fake news*! Não é *fake news*!", mas a legislação não prevê isso. A gente precisa deixar isso claro: o que é *fake news*, quem diz que é *fake news* e qual a punição para isso, que não está na nossa legislação. E, enquanto isso está acontecendo, pessoas estão sendo caladas. E este Senado tem obrigação de se posicionar e de ouvir os dois lados, no meu modo de entender.

Então, nós temos hoje, no Brasil, jornalistas amordaçados, grupos de comunicação que, durante o pleito, não poderiam citar uma coisa, não poderiam citar outros termos, temos pastores que estão sendo retirados de suas redes sociais, temos artistas sendo retirados também de suas redes sociais por decisões monocráticas e, por incrível que pareça, até Parlamentares – Parlamentares! – sendo calados. É um negócio assim quase que inacreditável: sendo calados.

A coincidência é uma: só de um lado, só de um espectro, conservador. Então, está havendo uma caçada implacável a jornalistas conservadores. Eu vou até além: a jornalistas que ouvem os dois lados, que ouvem os dois lados, que é um papel... Eu fiz jornalismo, não terminei, mas o papel do bom jornalismo é você ver o contraditório. E a gente percebe que está acontecendo isso no Brasil.

Então, eu queria fazer uma sugestão... A decisão é de V.Exa. Eu sei que o senhor tem a prerrogativa de colocar, de abrir uma sessão, de fazer, mesmo sem deliberação. Eu tenho consciência disso, já tem precedentes nesta Casa. Não estou questionando isso, mas, como o senhor é um democrata, é uma pessoa que sempre abre oportunidades para o bom debate – sou testemunha disso aqui em outros momentos –, eu pediria, se fosse possível, que a gente adiasse essa sessão para que se possa ter, na mesa, palestrantes dos dois lados.

Então, eu faço essa ponderação para o bem da democracia. E eu agradeço a sua paciência aqui na minha reflexão.

Muito obrigado, Sr. Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só uma coisa, eu gostaria de ficar aqui. Se o senhor negar esse meu pedido – eu gostaria de assistir a toda essa sessão –, mesmo o senhor negando, mesmo ouvindo apenas um lado para fazer perguntas. Fiz até algumas perguntas aqui, que vou deixar com V. Exa., caso delibere por continuar essa sessão.

Muito obrigado.

Mas eu, no mesmo horário, tenho uma reunião em que vem gente de fora do Brasil sobre saúde, questão do paracetamol para grávidas, os riscos que tem, com possibilidade de autismo, segundo especialistas. Estão fazendo estudos internacionais, inclusive, brasileiros. E é aqui na CAS e começa às 9h30. Eu já tenho que correr para lá porque já tem pessoas esperando.

Então, era só fazer essa ponderação. Se não for possível, eu vou deixar as perguntas com o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bem, Excelência, como é do conhecimento de V. Exa., realmente o Regimento atribui ao Presidente da Comissão a possibilidade de realização de audiências públicas e outras atividades, sem que necessariamente nós tenhamos a obrigação de uma deliberação do conjunto, embora eu sempre tenha pautado a minha atuação por procurar aprovar as audiências públicas, as diligências, por fazer sempre isso de uma forma de amplo conhecimento.

Nesse caso específico nós temos uma dificuldade que é o problema da participação de alguns integrantes do Comitê Assange que estão, inclusive, fora do país participando dessa audiência, e seria impossível, diante do tempo que nós temos até a abertura do recesso parlamentar, que acontece já na próxima semana, de fazermos em outra data. Então, nesse sentido, eu lamento, mas não tenho como adiar essa sessão.

Por outro lado, com todo o respeito a V. Exa., eu não estou aqui questionando a correção do procedimento, mas V. Exa., recentemente, promoveu uma audiência pública que durou mais de 11 horas, transmitida pela TV Senado e pela Rádio Senado, onde só um lado foi ouvido sobre uma série de temas e de assuntos etc. Aqui foram trazidos assuntos até que a própria Justiça já deliberou como assuntos que não têm fundamento, que não têm base. Aqui se falou do assassinato do ex-Prefeito Celso Daniel, aqui se falou de uma série de coisas e, no entanto, não houve nenhum questionamento da nossa parte quanto ao direito de V. Exa. de realizá-la.

Então, com todo o respeito, sugiro que V. Exa. apresente a essa Comissão o pedido de uma audiência com o conteúdo e a característica que V. Exa. desejar. Poderemos fazer a participação de pessoas que defendam uma posição sobre liberdade de expressão, outras que defendam posições diferentes. Obviamente, V. Exa. sabe que não há receio da nossa parte, nem dessas pessoas de participarem de uma discussão como esta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-3 (ANEXO: 003)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, vou devolver a palavra a V. Exa., mas, logo em seguida, vou iniciar a audiência, porque nós já estamos aqui um pouco atrasados.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – O.k., Presidente.

Muito obrigado.

Eu só faço uma correção na fala de V. Exa. no aspecto de que a audiência que nós conduzimos aqui há 15 dias, na Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle – que o senhor tem razão, durou 11h30min –, teve uma mega audiência, jamais vista aqui na TV Senado, com 2,5 milhões de espectadores no Brasil.

Ela ouviu os dois lados. Nós convidamos, pelo requerimento, para o senhor ter uma ideia, cerca de 25 pessoas, só que a OAB não veio; o TSE, mais uma vez, os Ministros do Supremo não vieram para esse diálogo; não veio também o pessoal do TCU, que a gente chamou. Inclusive, ontem, o próprio Presidente que foi empossado a gente chamou, o Bruno Dantas, que tinha posição divergente sobre essa questão.

Nós abrimos palavra para...

Mas tudo bem! Eu entendo.

Eu posso deixar as perguntas aqui, que são rápidas?

Então, vou deixar as perguntas aqui rapidamente.

Pedro Vaca, da OEA...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Ah, ele mandou um vídeo. Então, eu vou deixar essa pergunta para algum palestrante a quem, se puder se manifestar, eu agradeço.

A proteção do direito de expressão abrange a faculdade de que opiniões e até mesmo sentimentos controversos possam ser apresentados sem censura prévia. É imperativo afirmar, por mais óbvio que pareça, que tal proteção não se restringe apenas àquelas expressões consideradas majoritárias ou mais agradáveis. Pelo contrário, serve para proteger especialmente as expressões vistas como desagradáveis ou em desacordo com as maiorias poderosas. Sabendo-se que a regra é a liberdade ampla de expressão, devendo a restrição ser vista como medida de exceção, diante disso, pergunto: qual a sua opinião sobre o caráter cada vez mais intervencionista do Poder Judiciário do Brasil, que vem proibindo e coibindo a veiculação de ideias vistas como incômodas, transmitidas em meios noticiosos, tradicionais e novos? Essa é a primeira pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E315A79004CB0C7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A segunda: o pretexto para reprimir a liberdade de expressão muitas vezes é o de que determinados atos violentos... Deixando muito claro que eu discordo plenamente de atos violentos. Acho que deve ser punido quem está cometendo. Inclusive, o que aconteceu nessa segunda-feira é grave, e nós esperamos a apuração da polícia do Distrito Federal, da Policia Federal e do Ministério da Justiça, para saber realmente quem fez isso, porque é muito fácil julgar e dizer que é um lado da história, quando não se tem provas e pode ter infiltrações.

Então, teriam sido resultantes ou seriam potencialmente resultantes da veiculação de opiniões de caráter controversas?

Ante tais situações, o mais correto não seria reprimir e prevenir o ato violento em si e jamais a opinião que, por si mesma, muitas vezes expressou tão somente um sentimento ou uma ideia?

Isso é para a Federação Nacional de Jornalistas.

Terceira pergunta: restringir o direito... Para o Instituto Vladimir Herzog...

Esse está confirmado, né?

Restringir o direito de pensamento e de opinião, numa demonstração flagrante da nefasta prática da censura, pode acarretar um custo maior que o de permitir a veiculação de opiniões controversas, mas dentro dos limites legais. Como lidar com esse paradoxo cujo enfrentamento é imprescindível para a criação de uma sociedade livre de autoritarismos?

E a última pergunta, Sr. Presidente, para a Associação Brasileira de Imprensa: o usufruto do direito à liberdade de expressão também está sujeito a abusos, os quais devem ser coibidos, sempre *a posteriori*, como determinam as mais diversas normas nacionais e internacionais sobre o tema. Entretanto, essa coibição, mesmo *a posteriori*, precisa ser razoável, a fim de nem inviabilizar o meio de comunicação, nem intimidar a expressão do livre pensamento.

A pergunta que eu faço: qual sua opinião sobre os atos de censura prévia praticados recentemente por alguns Ministros do TSE e do STF contra Parlamentares, meios de comunicação, empresas de documentários e cidadãos brasileiros?

Eu faço esta pergunta, Sr. Presidente, porque uma coisa que muito me chamou a atenção durante esse pleito foi aquela decisão que ocorreu no TSE, que, para mim, foi um dia muito emblemático, quando a Ministra Cármen Lúcia proferiu um voto que ficou famoso dizendo que "democracia a gente vê depois do dia 30", que tem que respeitar a Constituição, mas até o dia 30 podia dar um jeitinho para deixar de exibir um documentário que, na época, se não me engano, falava sobre o atentado do atual Presidente da República e que foi uma censura prévia de um documentário do Brasil Paralelo. Então, é por isso que eu faço esta pergunta agradecendo-lhe a atenção e a paciência. Vou deixar as perguntas com o senhor aqui também para qualquer consulta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado e boa sorte na sessão. E eu vou apresentar o requerimento, sim, para que a gente possa ouvir todos esses participantes, se possível, novamente, ou outros nomes que possam não ter sido incluídos, e o contraponto, importante para que a gente tenha uma reflexão melhor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa.

Eu acolho aqui as perguntas que V. Exa. fez. Cada um e cada uma dos participantes ouviu, mas, se, na hora, desejar, eu posso repetir o questionamento que foi feito por V. Exa.

Então, vamos iniciar chamando aqui o Deputado Federal Orlando Silva, Presidente da Comissão de Direitos Humanos. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ele ainda não acessou.

Então, vamos passar a palavra para o Dr. Kristinn Hrafnsson.

Deve ser um nome sueco, imagino.

Ele é Editor-Chefe do WikiLeaks e tem seus dez minutos para se manifestar.

Faltando 15 segundos, ele será... Mas nós vamos ter, de todo jeito, uma tolerância aqui.

Muito obrigado.

Com a palavra o Sr. Kristinn.

O SR. KRISTINN HRAFNSSON (Para expor. *Por videoconferência*. *Tradução simultânea*.) – Obrigado, Senador, por esta oportunidade para falar nesta Comissão sobre esse tópico importante para a liberdade de imprensa no mundo e direitos humanos.

Estamos viajando por toda essa região, encontrando políticos e presidentes para despertar a necessidade de lutar contra a acusação contra Julian Assange, acusações do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, na administração de Donald Trump, e a solicitação de extradição. Estamos lutando contra isso, no Reino Unido, nos tribunais.

Quero falar brevemente sobre tudo isso e por que esse caso é tão importante para a liberdade de imprensa no Brasil e no mundo. Julian Assange é editor do WikiLeaks e está sendo acusado com base na lei de espionagem dos Estados Unidos. Há 17 acusações contra ele, com base nessa lei da espionagem, que tem mais de cem anos de idade, após a Primeira Guerra Mundial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos aqui uma defesa que acreditamos que é de interesse público. Acreditamos que esse caso é uma ameaça ao jornalismo. A justificação do trabalho de Assange baseia-se no interesse público; as acusações baseiam-se em publicações de 2010 e 2011. Essas publicações expuseram arquivos dos militares dos Estados Unidos em relação às guerras do Afeganistão e do Iraque, quando esses arquivos foram expostos, os documentos militares sobre crimes de guerra, as mortes não reveladas de civis e o lado negro das guerras no Iraque e no Afeganistão...

Há acusações relacionadas a essa publicação, especialmente de um vídeo sobre assassinatos colaterais de civis em Bagdá em 2007, incluindo crianças, dois jornalistas da Reuters, e essas provas, todos concordam que são indicações de crimes de guerra e que há um interesse público em que sejam reveladas.

As acusações contra Julian Assange incluem também que ele violou a lei de espionagem ao publicar telegramas diplomáticos de consulados e embaixadas dos Estados Unidos em todo o mundo. Ele mostrou o lado negro da política externa dos Estados Unidos.

Todas essas atividades de Julian Assange e do WikiLeaks provam que estão relacionadas a boas práticas jornalísticas. Houve um grande cuidado no tratamento dessas informações. Buscamos cooperação com a mídia ao disseminar essas informações, por exemplo: *The Guardian*, *Der Spiegel*, da Alemanha, *Le Monde*, da França, e outros poderosos veículos de comunicação.

Em relação aos telegramas diplomáticos, nós tratamos o conteúdo e pedimos a ajuda de vários veículos de mídia. Passamos esse material por vários peritos para averiguar se haveria informações sensíveis que deveriam ser retiradas. Nós tivemos todo esse cuidado com a mídia em todo o mundo.

As acusações contra Julian Assange e o WikiLeaks por causa dessa publicação... Essa é a primeira vez que um editor e jornalista está sendo acusado de cometer um crime, é uma criminalização da prática jornalística comum. Isso é uma questão grave para todo o mundo. Se o Julian Assange for extraditado para um lugar onde ele não tem a mínima condição de ter um julgamento justo, isso será um precedente e mandará um sinal de que qualquer jornalista que se aventure a expor segredos dos poderosos será punido, e isso é muito grave.

Todas as organizações de direitos humanos e da mídia concordam que essa é uma ameaça ao jornalismo. Estou falando de organizações poderosas, como a Anistia Internacional, inclusive organizações americanas, que se opõem a essas acusações contra o Julian, por ser uma ameaça à liberdade de imprensa. Há um acordo de que isso é uma ameaça grave que precisa ser barrada.

Falamos que, durante todo o processo de extradição em Londres, algo que foi exposto de forma clara – não é uma questão de lei, de justiça, de procedimento –, essa é uma perseguição política, e Julian Assange está agora sem sua liberdade por 12 anos e há mais de três anos e meio numa prisão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurança máxima em Londres, lutando contra a extradição, em uma cela que, em si, viola direitos humanos.

Nosso enfoque está no Reino Unido e na luta contra a extradição, com mais e mais apoio político e de várias organizações.

Também agora estamos enfocando nas acusações em si. Nos Estados Unidos, estamos solicitando que a administração Biden descontinue, pare esse caso contra Julian Assange em razão das implicações graves desse caso, mas não temos indicação de que farão algo a respeito. Então, estamos pedindo que Parlamentares e organizações que se importam com a democracia e os princípios da democracia e da liberdade de imprensa também solicitem à administração Biden que pare com essa perseguição contra o Julian, porque não há necessidade de a administração Biden continuar com esse caso, que começou na administração Trump, que politizou essa questão, em oposição à administração Obama, que viu a dificuldade e as implicações desse caso como relacionadas a um perigo para o jornalismo.

Eu sei que os meus primeiros dez minutos estão quase a acabar, mas eu quero falar... Talvez, no fim, eu pudesse falar de novo sobre algumas ideias de ações que poderiam levar a um resultado positivo nesse caso.

Mais uma vez, obrigado por falar sobre esta situação neste importante local.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Dr. Kristinn, que cumpriu aqui rigorosamente o tempo. Nós vamos, sim, lhe conceder a palavra no final para que possa complementar com algumas ideias, com algumas propostas a sua manifestação.

Em seguida, vamos ouvir o Embaixador do WikiLeaks, Joseph Farrell. Daremos a ele também os mesmos dez minutos, com tolerância, para que possa externar suas posições.

O SR. JOSEPH FARRELL (Para expor. *Por videoconferência*. *Tradução simultânea*.) – Muito obrigado por esta oportunidade.

Eu gostaria de passar a oportunidade, porque o Kristinn já falou sobre o que eu gostaria de falar. Se esta for uma possibilidade, eu gostaria de falar ao fim, quando eu puder responder perguntas e outras preocupações que os membros da Comissão possam ter.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não há dificuldade quanto a isso. Poderá falar ao final.

Então, nós vamos ouvir agora a Dra. Samira de Castro Cunha, Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SAMIRA DE CASTRO CUNHA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador Humberto Costa, na pessoa de quem cumprimento todas as Senadoras e Senadores presentes a esta sessão; cumprimento também os colegas jornalistas do WikiLeaks; o Presidente da ABI, Octávio Costa; e todos os outros convidados neste momento.

Bom, primeiro, quero dizer que o jornalismo e a liberdade de imprensa estão sob uma forte ameaça mundial com a manutenção das acusações contra Julian Assange. A Federação Nacional dos Jornalistas se soma às organizações nacionais e internacionais, como a Federação Internacional dos Jornalistas, pela liberdade de Assange, por entender que essa condenação cria um precedente perigoso para a criminalização da atividade jornalística em todo o planeta, afinal o que o jornalista fez foi, única e exclusivamente, divulgar informações de interesse público, ou seja, a razão de existir do trabalho jornalístico foi o crime ao qual Assange está sendo imputado. A causa Assange deve mobilizar não só o jornalismo, mas toda a população mundial, porque o que está em jogo é o nosso direito de saber, é o direito humano a informações.

A Fenaj destaca também que o Brasil vive um dos piores momentos de ataques ao jornalismo e à liberdade de imprensa desde a redemocratização. Quase que diariamente, nos últimos quatro anos, jornalistas são hostilizados, ameaçados, agredidos, processados e censurados no Brasil. O nosso Relatório da Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa registra, no ano passado, 430 casos de agressões à categoria. É um recorde triste, que tem um agravante, como o Senador lembrou muito bem no início das suas palavras: o atual Presidente da República é o principal agressor da categoria desde o ano de 2020.

E nós não podemos naturalizar, por exemplo, o fato de a censura ter sido a principal violação ao trabalho das jornalistas e dos jornalistas, no ano de 2021, num processo de autoritarismo que acontece dentro da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). É uma empresa pública que está aparelhada por um governo de extrema direita que impõe à população o que ela deve ou não saber. Então, a gente faz esse registro, neste momento, nesta audiência histórica.

Neste ano, nós já somamos centenas de agressões a jornalistas, sobretudo no contexto de manifestações golpistas ou daqueles e daquelas que, incentivados pelo candidato derrotado, não querem reconhecer a vontade soberana das urnas. E, infelizmente, também neste ano, no Brasil, nós tivemos dois assassinatos de jornalistas: o Givanildo Oliveira, do Ceará, e o correspondente britânico Dom Phillips.

Por fim, nós destacamos que o próximo Governo e o próximo Congresso Nacional necessitam firmar publicamente compromissos em defesa do jornalismo, das liberdades de expressão e de imprensa, por meio de ações, como o fim dos discursos estigmatizantes contra jornalistas; a reestruturação da EBC, garantindo o seu caráter público; a aprovação de uma lei que garanta a federalização das investigações dos crimes contra os jornalistas; e, além disso, o apoio do governo e do Congresso Nacional à adoção de uma convenção da Organização das Nações Unidas sobre a segurança e a independência dos jornalistas e de outros profissionais da mídia. Sem essas e sem outras ações, como a defesa intransigente da liberdade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de ações, da retirada das acusações contra Assange pelo Governo norte-americano, os jornalistas vão continuar sendo ameaçados, perseguidos, atacados, espancados, detidos e até mortos por fazermos o nosso trabalho. E a sociedade continuará tendo o seu direito de ser informada cerceado, com um grave risco à democracia.

Muito obrigada. Espero ter contribuído para o debate e reafirmo a defesa da liberdade de Julian Assange e a retirada das acusações pelo Governo norte-americano como uma das pautas prioritárias da Federação Nacional dos Jornalistas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Dra. Samira. É muito importante a sua contribuição, a sua manifestação firme. Sem dúvida, nós todos precisamos nos organizar, nos unir da defesa de Julian Assange, no pedido de suspensão de todos esses processos que se desenvolvem nos Estados Unidos, não só pelo simbolismo que tem, mas pelo que há de afirmação do direito à liberdade de imprensa, do direito à liberdade de expressão.

Eu convido agora o Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, o Dr. Octávio Costa, para que possa fazer também uso da palavra, externar a opinião da sua entidade sobre esse tema, esse assunto.

O SR. OCTÁVIO COSTA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Humberto Costa.

Bom dia. Bom dia a todos.

Estão me ouvindo? Está me ouvindo, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeitamente.

O SR. OCTÁVIO COSTA (*Por videoconferência*.) – Está bom então.

Olha, desde as primeiras notícias sobre processos contra Assange e depois prisão de Assange, a ABI sempre se manifestou e se uniu a todas as vozes internacionais contra essa violência a um jornalista que estava simplesmente praticando seu ofício. Era o que ele estava fazendo, não é nem uma questão de liberdade de imprensa, de liberdade de expressão, de liberdade de opinião, ele simplesmente estava exercendo o jornalismo, como o Kristinn bem falou. E aí é alvo, desse processo, é alvo dessas ações nos Estados Unidos, com base em leis de espionagem da Primeira Guerra Mundial, o que não sentido nenhum – sentido nenhum. E mais grave ainda – e o Kristinn tem falado sobre isso – é um país como a Inglaterra, com a tradição democrática que tem Inglaterra, se unir a isso e estar mantendo Assange preso desde 2019, com essa ameaça de extraditá-lo para os Estados Unidos. E é um cidadão australiano, diga-se de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passagem, não é um cidadão britânico – é um cidadão australiano. E o próprio ministro, o Primeiro-Ministro da Austrália já se manifestou a favor da libertação imediata de Assange e da suspensão desse processo.

Então, é inacreditável que um país com a história de democracia e de luta pelos direitos humanos como a Inglaterra esteja se sujeitando a esse crime – esse, sim, é um crime –, um crime contra a prática do jornalismo, um crime de direitos humanos contra Julian Assange.

Então a ABI se une a esse movimento, se une aos protestos. Acabamos de receber o WikiLeaks, há 15 dias, num evento histórico no nosso auditório. E eu queria registrar isso, a posição (*Falha no áudio.*) ... 15 anos de história (*Falha no áudio.*) ... na defesa do Estado democrático de direito, pela liberdade de imprensa e pela liberdade de expressão.

Então, eu espero, inclusive, que, ao fim desta audiência, Senador, a Comissão de Direitos Humanos do Senado emita oficialmente uma nota a favor da imediata libertação de Assange e encaminhe essa nota à Embaixada dos Estados Unidos, à Embaixada da Inglaterra e à Embaixada da Austrália, que já se manifestou pela libertação dele. Eu acho que uma manifestação oficial da Comissão de Direitos Humanos do Senado é fundamental nessa hora. O Kristinn, recentemente, disse que tinha esperança de que Assange passasse o Natal com a família dele. O Natal já se aproxima, o Natal é daqui a uma semana. Parece que talvez isso não ocorra, mas seria realmente maravilhoso se ocorresse. Eu acho a manifestação do Senado muito importante nessa hora. Esse é um ponto que eu queria destacar, com minha saudação a Kristinn e Joseph, do WikiLeaks.

Agora, de outro lado, eu queria lembrar que... Bom, realmente eu fiquei – o senhor me desculpe falar sobre isto – indignado com esse posicionamento do Senador que pediu a suspensão da audiência – indignado! –, porque é incrível que ele venha falar aqui de direitos humanos e liberdade de expressão e venha cobrar uma posição do Instituto Vladimir Herzog, que honra a memória de Vladimir Herzog, um jornalista morto pela ditadura, sob tortura, em São Paulo, em 1975, um caso histórico, um caso que é conhecido no mundo inteiro. E ele está defendendo pessoas que defendem a volta da ditadura, ou seja, ele quer liberdade de expressão para pessoas que atacam o Estado democrático de direito, para pessoas que conclamam esses atos. Ah, não, tem que coibir o ato, mas tem que coibir quem está organizando os atos e quem está conclamando os atos contra a democracia nas redes sociais. Então, com perdão do Senador, nós sabemos muito bem o que ameaça a liberdade de expressão. Eu pertenço a uma geração que viveu durante 21 anos sob ditadura. Perdemos vários companheiros nossos, companheiras nossas sob tortura. São mais de 470 mortos e desaparecidos na ditadura. E aí ele quer que a Justiça dê total liberdade a essas pessoas que querem o retorno da ditadura no Brasil, inclusive o atual Presidente da República, notoriamente simpatizante de Mussolini, que respeita e, inclusive, imita a todo momento gestos de Mussolini e frases de Mussolini. Então, perdoe-me o Senador, mas é incrível que ele venha aqui falar, pedir liberdade de expressão para pessoas que atacam a democracia. Ele devia ter, sim, se juntado aos que pedem a libertação de Assange. Isso, sim, é um crime contra direitos humanos. Isso, sim, é um crime

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contra a liberdade de imprensa. Isso, sim, é um crime contra a liberdade de expressão. E ele não fez uma menção a Julian Assange, uma menção ao caso de Julian Assange, que é alvo desta audiência pública. Então, é lamentável!

Quanto à situação da imprensa no Brasil, com a ABI – eu gostaria até de informar –, há dois dias, fizemos uma audiência pública no Ministério Público do Rio de Janeiro, que foi convocada pelo Procurador Julio José Araújo, da qual participaram várias entidades. Inclusive, a Fenaj estava presente. A Samira não pôde ir, mas indicou a Beth Costa, que falou em nome da Fenaj e é a representante da Fenaj aqui no Rio. Foi uma audiência pública – e é bom que Kristinn e Joseph saibam disso – para tratar da questão de assédio judicial contra jornalistas no Brasil.

Nós não temos jornalistas presos no Brasil hoje, mas nós temos vários jornalistas alvos de ações judiciais em cascata, em cascata. Nós temos casos de jornalista alvo de 114, 120 ações simultâneas por parte de pastores evangélicos, porque fez uma crítica a pastores evangélicos num comentário num blogue. Nós temos jornalistas, como o Luis Nassif, alvo de dezenas de ações, esses, sim, pela opinião que emitem – pela opinião que emitem. Eu mesmo sou alvo de uma ação de Gilmar Mendes por uma capa da revista *IstoÉ* que fala de um negócio da família dele lá no Mato Grosso, entendeu?

Então, somos alvo de assédio judicial, e assédio judicial, entenda-se: ao você ser alvo de uma ação por um artigo publicado, por uma reportagem publicada, é evidente que isso é um instrumento de intimidação do jornalista. É um aviso, dizendo: "Olha, não escreva sobre pastores evangélicos, não escreva sobre determinadas pessoas e personalidades da República, que você vai ser alvo de ação judicial". E, caso você perca, são multas impossíveis de serem pagas por jornalistas. Nós ganhamos mal. Os jornalistas, hoje em dia... O nível salarial dos jornalistas é bem baixo, até porque nossa profissão vive uma crise de emprego muito grande. Então, jornalista perder ações, como acabou de acontecer no ano passado, de R$300 mil, R$200 mil... Na ação que Gilmar moveu contra mim na *IstoÉ*, ele pede R$150 mil. Eu não estou aqui fazendo pressão contra o Gilmar Mendes, só estou dando uma informação.

Então, são vários jornalistas alvos de várias... Temos o caso, por exemplo, no Rio Grande do Sul, de um jornalista chamado Moisés Mendes. O Luciano Hang já moveu ação contra ele no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná... São mais de, sei lá... Até em São Paulo. E sempre pelo mesmo motivo: diz que ele usou dados sobre a empresa do Luciano para atacar o próprio Luciano. O motivo é o mesmo. E, aí, entra com ação por dano moral, por crime contra a honra – não é verdade? –, por calúnia, difamação. Nessa linha, é evidente que você impede o jornalista de fazer o trabalho dele. Essa é uma questão grave.

Também se espera que o Congresso, na próxima legislatura, aborde esse tema e consiga trazer algum mecanismo jurídico e constitucional que impeça esse tipo de ação judicial contra jornalistas, a partir, da mesma forma, simplesmente do exercício da profissão – do exercício da profissão. São reportagens publicadas, artigos escritos, e aí você é alvo dessa pressão judicial que, é evidente, tolhe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

totalmente a liberdade de trabalho. Não é, evidentemente, um caso tão grave quanto o do Julian Assange, perseguido há mais de dez anos, mas é uma forma também de cercear o trabalho da imprensa.

Então, eu queria só expor essa nossa preocupação.

É isso aí. Eu acho que o jornalismo... Como dizia, no passado, Ruy Barbosa, nós somos os olhos da nação. Se não nos deixam trabalhar com liberdade, a nação fica desinformada, e isso significa um prejuízo para toda a sociedade.

Para encerrar, parabéns, Senador, pela audiência. Acredito que ela trará realmente muitos subsídios para posterior decisão da Comissão de Direitos Humanos do Senado.

Muito obrigado e parabéns ao WikiLeaks pela coragem de correr mundo defendendo Julian Assange. Todo o apoio da ABI à luta pela libertação de Julian Assange.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Dr. Octávio Costa. Muito importante a sua manifestação. Quero aqui acolher a sua sugestão. Não sei se nós teremos ainda alguma reunião da Comissão de Direitos Humanos, mas, pessoalmente, na condição de Presidente, nós vamos redigir essa nota, que será enviada tanto à Embaixada dos Estados Unidos como às Embaixadas da Austrália e do Reino Unido.

Quando nós recebemos aqui o Dr. Kristinn e o Dr. Farrell, nós discutimos algumas possibilidades de ações do Parlamento brasileiro, entre elas, a possibilidade de uma delegação que pudesse ir aos Estados Unidos se reunir com alguns Parlamentares de um campo mais progressista, além de nos reunirmos com entidades da sociedade civil e com os que organizam esse comitê pela libertação de Assange aqui no Brasil. No exterior ficaram de obter os convites para que nós pudéssemos fazer esse trabalho. O próprio Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva recebeu os representantes desse comitê, tanto o Dr. Kristinn como o Dr. Farrell, e eu acredito que, do ponto de vista político, é provável que o futuro Governo se manifeste também em termos de iniciativas de entendimento para que essa injustiça não se concretize.

Todos nós sabemos qual é o objetivo profundo do Estado americano quando move essas ações e deseja a extradição: é tentar de todas as formas obter informações que permitam o conhecimento por parte deles das fontes que garantiram que a população mundial, por intermédio do WikiLeaks, pudesse ter conhecimento das ações arbitrárias que foram perpetradas por autoridades estadunidenses no Afeganistão e em outros lugares.

Eu vou passar de imediato a palavra à Dra. Carol Proner, representante da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia e forte lutadora pelos direitos humanos aqui no nosso país.

Com a palavra, Carol Proner.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROL PRONER (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador Humberto Costa.

Quero cumprimentar o Dr. Kristinn Hrafnsson e também o Dr. Joseph Farrell; cumprimentar também o Dr. Octávio Costa, a Dra. Samira de Castro e demais presentes.

Sabemos que estamos nos últimos dias do ano, preocupações urgentes dominam a agenda do Poder Legislativo, às vésperas do início de um novo Governo, e reconhecemos, portanto, a importância, Dr. Humberto, de se dedicar um tempo a uma agenda tão urgente e que vai além do caso particular de uma pessoa, não é?

A ABJD e outros agrupamentos jurídicos do qual fazemos parte estudam esse caso há anos – eu, particularmente, desde 2012 –, acompanhando os desdobramentos jurídicos, políticos e principalmente geopolíticos desse caso modelo que afeta a vida de todos nós.

A primeira lição a se aprender no caso Assange é que o que se decide lá na Inglaterra a respeito da liberdade do jornalista nos afeta como um paradigma – já mencionado aqui pela Dra. Samira de Castro –, afeta a forma, as contenções do jornalismo, a liberdade de imprensa, afeta a liberdade de expressão.

E aqui eu quero fazer também uma ressalva, desde logo, que a liberdade de expressão não é ilimitada e deve ser responsabilizada quando provoca a violação de direitos humanos. Aqui tivemos a manifestação do Dr. Octávio Costa, da qual eu compartilho. É um fato indignante a manifestação do Senador que pediu a suspensão da presente audiência, porque a liberdade de expressão não é liberdade de agressão, não excepciona o respeito aos demais direitos, não tolera discurso de ódio e os ataques à democracia e não serve de escudo para a defesa do racismo, da homofobia ou do machismo. Não estou dizendo aqui que o Senador defendeu nada disso, mas é um debate que vem ocorrendo no Brasil e não se pode acobertar, não se pode esconder atrás de um importante caso como o do Julian Assange, que é o que estamos debatendo na audiência de hoje.

O caso é paradigma também porque afeta o direito à verdade, o direito de toda a sociedade saber a verdade dos fatos e a publicidade do que vem ocorrendo contra as suas vidas. É um caso em que se constrói – isso é muito importante no jurídico – o argumento condenatório ao sabor dos tempos e em que prevalece a unilateralidade da legislação processual criminal norte-americana sobre todas as jurisdições e legislações de outros países.

O periodista, o jornalista Julian Assange é protagonista de um extraordinário caso de perseguição judicial e diplomática e que engendra o direito internacional em muitos sentidos. Aqui está em jogo não só o respeito aos seus direitos, mas também a liberdade de expressão, como eu já mencionei, o exercício profissional do jornalismo, a proteção das fontes do jornalismo, o direito de asilo político, desrespeitado, como nós sabemos, o direito a ser tratado como ser humano digno onde quer que esteja, especialmente no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estado atual de superencarceramento, de encarceramento numa prisão de segurança máxima sob custódia do sistema penitenciário britânico.

Desde 2012, Assange vem sendo investigado por um jurado do distrito da Virgínia por vários delitos de informática e de espionagem. O importante aqui, do ponto de vista jurídico, é que permaneceram secretas essas investigações durante muitos anos, mesmo com insistente pedido da defesa do jornalista para que se revelassem os motivos, os fatos, as razões, o porquê etc.

Só em 2019, depois que ele já estava fechado no asilo na embaixada equatoriana, as acusações se tornaram públicas – vejam, de 2012 a 2019. E, em maio de 2019, se ditou uma acusação substitutiva com base num marco jurídico da lei de espionagem de 1917. A corte do Distrito Leste da Virgínia, por delitos relacionados à publicação dos cabos diplomáticos e informações sensíveis... Nesse caso, a condenação substituiu e agregou 17 acusações federais à original; portanto, 18 acusações penais contra o jornalista, que poderiam levá-lo a até 175 anos de prisão.

É um périplo judicial que não seria possível expor neste momento. Temos um livro que foi produzido para esclarecer os argumentos jurídicos, como nove opiniões jurídicas que se explicam em detalhes, Senador Humberto, que pode estar disponível para quem quiser acessar.

Mas o importante e que aqui gostaria de deixar registrado é que no momento Julian Assange permanece preso em uma prisão de alta segurança à espera de uma decisão que o libere de uma absurda extradição. A campanha de liberação de Assange se intensifica com milhares de pessoas em todo o mundo defendendo a sua liberdade. E o caso é paradigma. O direito internacional, como eu disse, tem tudo a ver, muito a dizer sobre o conjunto de direitos que têm sido persistentemente violados. O caso é emblemático e é algo que coloca sob questão o sistema jurídico americano. Os Estados Unidos se consideram no direito de exercer uma jurisdição universal, e o caso é um paradigma pelas irregularidades e crimes cometidos a partir das próprias Forças de segurança dos Estados Unidos. Então, é no mínimo irônico que os acusadores sejam precisamente os que foram desmascarados na comissão de delitos em nome das razões de Estado. E nós podemos entender, portanto, as razões de acusações que estão conectadas a esse caso e que fazem a geopolítica movimentada nesse caso.

Como argumentos os advogados de Assange afirmam que a Lei de Espionagem utilizada pelos Estados Unidos para sustentar as acusações é genérica, duvidosa e que os argumentos acusatórios apresentados nas audiências não estão acompanhados de provas nem de identificação de vítimas concretas. Esse caso é incrível, porque se sugere que vítimas, colaboradores dos Estados Unidos no Afeganistão, por exemplo, poderiam ter sido afetados, mas nenhuma delas é apresentada concretamente porque dizem que, se forem apresentadas, poderiam ser vulneradas vidas. Portanto, não temos provas que respaldem as acusações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O caso é complexo. Poderia entrar... Mas o importante é a mensagem final: o juízo vai muito além do caso Julian Assange. Por muito desalentadoras que tenham sido as decisões judiciais da Justiça britânica até o momento, consolidando a jurisprudência contra a liberdade de imprensa – e há casos similares em outros países –, é que a cada dia se fazem mais evidentes as razões que vão além da lei e que encontram terreno na política e na geopolítica mundial.

Eu quero agradecer esta oportunidade de mais uma vez vir expor a nossa indignação, Senador Humberto Costa. Endossamos a manifestação da ABI contra as medidas institucionais para impedir essa catastrófica extradição e pedimos aos Srs. Kristinn e Joseph Farrell que transmitam a nossa solidariedade à família e aos amigos, agradecendo por esta luta incansável do WikiLeaks pela liberdade de Julian Assange.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Dra. Carol Proner, pela sua manifestação aqui. Sem dúvida, ela é importante no sentido de reforçar essa mobilização absolutamente justa pela libertação de Julian Assange, além de pelo conjunto de fatos e denúncias que V. Sa. traz neste momento e que ilustram, de fato, o absurdo, o caráter de certa forma até surreal dessa perseguição que é produzida contra o jornalista Julian Assange.

Eu passo a palavra, agora, ao Dr. Giuliano Galli, Coordenador de Jornalismo e Liberdade de Expressão do Instituto Vladimir Herzog

Com a palavra.

O SR. GIULIANO GALLI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador. Bom dia a todos! Muito obrigado a todos os que nos acompanham nesta audiência e muito obrigado a todos aqueles que convidaram o Instituto Vladimir Herzog, em especial o Senador Humberto Costa, para participar desse momento tão importante em defesa da liberdade de expressão em todo mundo.

Acho que, antes de mais nada e acima de tudo, eu gostaria de prestar solidariedade a Julian Assange e aproveitar esse espaço tão importante exatamente para conclamar o Presidente Joe Biden para que cesse toda e qualquer tentativa de criminalização, e retire imediatamente todas as acusações impostas contra o Julian Assange. A nossa certeza, neste momento, é de que a perseguição a ele, acima de tudo, abre um precedente muito perigoso para que jornalistas e comunicadores, em todo o mundo, sejam criminalizados simplesmente por publicarem reportagens jornalísticas que tenham interesse público absolutamente incontestável. O Assange contribuiu, de um modo totalmente decisivo, para o avanço do conhecimento e da proteção do direito à informação em todo o planeta e, assim, ele foi capaz de denunciar mentiras, desmascarar falsos heróis, desvendar tratativas escusas entre governos, e comprovou essas denúncias de execução e de tortura de prisioneiros e também de jornalistas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que toda essa atividade que ele desenvolveu e que foi tão importante para toda a humanidade foi baseada – e isso é importante ser ressaltado – num exemplo de rigor profissional. As revelações que o Assange trouxe sempre foram acompanhadas de uma farta documentação, de fotos, de vídeos cuja veracidade jamais foi contestada por ninguém. Ele não falsificou fatos, não omitiu, não distorceu, nem mentiu, nem enganou. O que o Assange fez simplesmente foi cumprir o dever de apurar a dura realidade dos tempos que nós vivemos no Brasil e em todo o mundo.

Acho que é importante lembrar que, em uma sociedade democrática, é justamente o papel do jornalismo produzir e disseminar as informações de interesse público. A busca pela verdade, pela correção e pela objetividade é o que caracteriza e, mais do que isso, dá sentido à atividade jornalística.

E aqui, aproveitando para responder à pergunta deixada pelo Senador Eduardo Girão, eu gostaria de lembrar que, ainda que um conteúdo se utilize da linguagem, do formato e de outras características de uma notícia, ele não pode nem deve ser tratado como jornalístico caso não tenha compromisso com a verdade e busque alimentar a máquina de ódio e desinformação, que, inclusive, foi adotada como estratégia de comunicação pelo atual Governo. Isso é absolutamente prejudicial para o jornalismo e para toda a população, que precisa do jornalismo para ter acesso a informações que contribuam com a sua participação na vida em sociedade, especialmente durante o período eleitoral, a que o Senador fez menção durante a sua pergunta.

Então, eu acho que a gente não pode, em hipótese alguma, aceitar qualquer tipo de censura à atividade jornalística, porque isso é, sem sombra de dúvidas, uma gravíssima e revoltante forma de ataque à democracia, mas que infelizmente marca a história do Brasil, especialmente durante a ditadura militar, mas também em tempos recentes. Não à toa, nossa Constituição abraçou as liberdades como nunca havia sido feito na história do país. Especificamente em relação ao jornalismo, é a nossa Constituição que assegura o sigilo de fonte aos profissionais da imprensa e veda expressamente a censura.

Essas liberdades não são e jamais poderiam ser, como a companheira Carol Proner disse agora há pouco, um salvo-conduto para agressão, para violação da dignidade alheia e tampouco para disseminação de produtos da indústria da desinformação como se fossem conteúdos jornalísticos. Aqui acho importante deixar bem claro que *fake news* não é notícia e desinformação não é jornalismo.

Por fim, gostaria de lembrar, como companheiro Octávio Costa lembrou, que aqui, nesta audiência, eu represento o Instituto Vladimir Herzog. E nunca é demais dizer que essa é uma organização que leva o nome de um jornalista que foi perseguido, foi torturado e foi assassinado pela ditadura militar única e exclusivamente por fazer um bom jornalismo: aquele que dá voz a toda a população e busca, acima de tudo, garantir a promoção da cidadania para todos os brasileiros e todas as brasileiras.

E gostaria de lembrar aqui também o jornalista Dom Phillips, que foi brutalmente assassinado na Região Amazônica justamente por denunciar a exploração criminosa dos recursos naturais e o absoluto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

descaso do atual Governo com isso. E gostaria de ressaltar a gravidade dos dados de violência contra jornalistas e comunicadores em todo o mundo, que meus colegas já citaram aqui anteriormente.

Não é novidade, de forma alguma, apesar de que a gente deva sempre lamentar isso, que jornalistas e comunicadores em todo o planeta sejam perseguidos, atacados e criminalizados por tornarem públicas as informações que os detentores do poder não gostariam que fossem de conhecimento da população. Mas, mais do que nunca, a sociedade em todo o planeta precisa reagir contra essa prática e reafirmar o seu compromisso com os valores consagrados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, em especial o seu Artigo 19, que diz que "todo [...] [indivíduo] tem direito à liberdade de opinião e expressão".

Parece-me claro que esse é o único caminho para que nós possamos combater os ataques à democracia em todo o mundo e garantir a construção de um país e de um mundo mais justo e socialmente responsável e, assim, preservar os direitos e as conquistas internacionais que interessam a toda a humanidade.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado ao nosso Coordenador de Jornalismo e Liberdade de Expressão do Instituto Vladimir Herzog, companheiro Giuliano Galli.

Eu quero também aqui, na condição de Presidente da Comissão, reforçar não somente a sua manifestação, mas a do Presidente da ABI, Octávio Costa. Não só o Instituto Vladimir Herzog cumpre um papel fundamental na promoção, na preservação, na defesa dos direitos humanos, como ele presta, com a sua denominação, uma homenagem talvez ao maior símbolo da luta contra a ditadura, na defesa da liberdade dos direitos humanos.

Vladimir Herzog foi assassinado de forma covarde e vil dentro das instalações da ditadura militar, com um agravante de uma tentativa de forjar um suicídio, quando todas as provas eram evidentes de seu assassinato.

Então, eu quero aqui externar a minha solidariedade ao instituto e a todos aqueles que promovem esse trabalho importante de preservação da memória histórica do jornalista Vladimir Herzog.

Vamos ouvir agora a palavra do Dr. Luiz Armando Badin, que representa aqui também uma importante instituição de defesa dos direitos humanos no nosso país, que é a Comissão Arns, que tem sido, assim como o Instituto Vladimir Herzog, assim como a Associação Brasileira de Imprensa, assim como a Fenaj, uma grande parceira dos trabalhos desta Comissão de Direitos Humanos do Senado.

Dr. Luiz Armando com a palavra.

O SR. LUIZ ARMANDO BADIN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Comissão Arns de Direitos Humanos agradece o convite da Comissão de Direitos Humanos do Senado, representada por V. Exa., que se destacou tanto nos últimos anos na sua luta pela democracia, pela Constituição e pelos direitos humanos. É uma honra participar, com debatedores tão qualificados, de uma discussão aqui no Senado Federal.

Nós todos sabemos que, nos últimos anos, a liberdade de expressão, pensamento e opinião tem sofrido ameaças muito graves, ameaças que refletem transformações que aconteceram na sociedade que são impulsionadas pelo advento de novas tecnologias. Por um lado, o direito fundamental é abusado quando a sua invocação ilegítima serve para ocultar, serve para escamotear agressões contra a ordem constitucional e democrática, e é o que nós observamos, por exemplo, nas tão conhecidas campanhas orquestradas de desinformação fraudulenta, que são intencionalmente dirigidas à violação de direitos constitucionais. É o que acontece, por exemplo, nos casos de preconceito, de ódio e de violência. Mas, de outro lado, nós sabemos também que, nos tempos atuais, a liberdade de expressão é cerceada por formas dissimuladas de censura direta ou indireta que inibem o debate público e induzem também à autocensura e que, por isso, produzem um efeito de silenciar o livre debate de ideias

O abuso do direito de ação – ou o assédio judicial, do qual nós falamos bastante hoje – é um exemplo bastante claro dessa forma ilegítima de inibir a livre circulação de ideias, e é por isso que o caso Assange, que nos preocupa tanto nessa manhã, precisa ser acompanhado com atenção.

Além dos excessos que nós todos conhecemos, contribuem para a insegurança jurídica reinante afirmações de senso comum sobre o direito fundamental não ser absoluto. É preciso resgatar a prioridade do direito fundamental à liberdade de expressão e informação, ao direito fundamental de informar e de ser informado. Colaboram para a insegurança limites mal delineados na legislação e também uma jurisprudência oscilante dos tribunais, que não define critérios ou parâmetros muito claros sobre o que o cidadão pode ou não dizer.

Então é nesse contexto que a sociedade precisa colaborar ativamente para reconstruir os parâmetros jurídicos mais objetivos e transparentes para que o país consiga, nas condições particulares da sua cultura e neste momento da sua evolução histórica, assegurar o pleno exercício de um direito humano que já é assegurado pela nossa Constituição.

Então é nesse sentido que eu proponho incrementar o diálogo social através de diversas formas de participação, para buscar encontrar, neste momento da nossa história, um novo equilíbrio que reafirme a prioridade desse direito fundamental que se encontra assediado, ameaçado por aquilo que nós dissemos anteriormente: de um lado, uma censura insidiosa, dissimulada; e, de outro, a desinformação fraudulenta que prejudica direitos. Por exemplo, no caso da saúde ou da vacina, nós sabemos como essas campanhas de comportamento inautêntico e coordenado nas redes pode ceifar vidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para buscar esse novo equilíbrio, o parâmetro, eu diria, é o direito constitucional, como afirmou a Profa. Carol Proner, e não o direito penal. E esse novo equilíbrio também deve valorizar o direito de informar e de se informar, sobretudo o jornalismo profissional – o jornalismo profissional, que se distingue pelo seu método, pelos seus procedimentos e, sobretudo, pela sua ética.

Então, é nesse sentido que, prestando solidariedade a todos que se encontram aqui nesta sessão e preocupado com os caminhos da liberdade de expressão no Brasil, caminhos estreitos, sob assédio da desinformação criminosa de um lado – e, nesse sentido, interpretada de uma forma bem estreita e clara – e assediada pela censura e pelo assédio judicial de outro, como em casos que nós discutimos aqui nesta manhã, é que a comissão propõe, em instâncias oficiais como esta, aprofundar o debate com a sociedade e o diálogo institucional na busca deste novo equilíbrio.

Então, muito obrigado pelo convite e a solidariedade da Comissão Arns, honrada em poder participar desta discussão.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Dr. Luiz Armando Badin. Mais uma vez eu agradeço a contribuição importante da Comissão Arns e a sua participação sempre muito frequente aqui nas nossas atividades.

Eu queria, neste momento, pedir que aqui a Secretaria dos nossos trabalhos possa colocar o vídeo do relator especial da Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA, Pedro Vaca, que não pôde estar presente neste momento, mas que nos manda uma mensagem que nós vamos apresentar neste momento. E, depois, vamos para os demais participantes, Dr. Kristinn e Dr. Joseph Farrell.

O SR. PEDRO JOSÉ VACA VILLARREAL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia.

Gostaria primeiramente de agradecer à Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal pelo convite para a participação nesta audiência pública.

A Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão é um escritório criado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a fim de estimular a defesa hemisférica do direito à liberdade de pensamento e expressão, considerando o seu papel fundamental na consolidação e no desenvolvimento do sistema democrático.

A relatoria monitora constantemente a situação da liberdade de expressão nos mais diferentes países do hemisfério. Este foi um ano de importantes desafios para o direito à liberdade de expressão no Brasil. Momentos como esse, em que há muito em jogo em temas de institucionalidade do estado de direito e defesa dos direitos humanos, pedem maturidade democrática e pedem que o Congresso Nacional esteja atento, vigilante e tenaz no desempenho das suas funções e do seu trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E há uma expectativa de que as lideranças democráticas trabalhem assiduamente, dentro das suas competências, para a manutenção do debate público e da democracia.

Aproveitando a temática desta audiência e de audiências anteriores sobre ataques à liberdade de imprensa no Brasil, gostaria de concentrar algumas explicações sobre aspectos específicos da liberdade de expressão atinentes à liberdade de imprensa e ao jornalismo. Há décadas, o Sistema Interamericano reitera que a liberdade de expressão é uma pedra angular das sociedades democráticas e que o exercício do jornalismo é uma fase primária desse direito.

Infelizmente, 2022 é o ano mais letal para a imprensa na América Latina desde que a relatoria começou os seus trabalhos, em 1998. Só no Brasil, este ano ao menos três jornalistas foram assassinados. Há, portanto, a persistência de violência contra jornalistas, somada a ameaças, ataques verbais e físicos, ataques a sedes de meios de comunicação e assédio. Tudo isso sem contar o ambiente digital, em que muitas dessas formas de violência têm lugar e que muitas vezes contribuem para que a violência *online* se translade ao espaço físico. Jornalistas pertencentes a grupos em situação de vulnerabilidade, como são as jornalistas mulheres, são alvos particulares dos ataques.

Nesse cenário, há distintas obrigações do Estado brasileiro para prevenir a violência e proteger jornalistas, como a de garantir a existência de investigações diligentes e julgamentos de crimes. Gostaria de ressaltar, aproveitando esta oportunidade de me dirigir às autoridades públicas, o dever dessas autoridades de não estigmatizarem jornalistas e manterem um discurso favorável ao trabalho da imprensa. Persistem no país discursos de autoridades públicas de diferentes níveis de poder que estigmatizam o trabalho jornalístico, desqualificam jornalistas e os atacam inclusive com expressões machistas, homofóbicas ou racistas. A estigmatização acentua o risco de violência a que são submetidos jornalistas e deteriora o debate público no país.

Muitas dessas estigmatizações são acompanhadas de discursos que afirmam que a imprensa não realiza seu trabalho de maneira objetiva ou veraz. Mais do que num plano discursivo, no Brasil há relatos de intensa ativação de processos judiciais por desacato, injúria, calúnia ou difamação contra jornalistas que reportam assuntos de interesse público. Em alguns casos, determina-se a retirada do ar de reportagens sobre assuntos de interesse público, até mesmo antes da sua divulgação. Em muitos casos, são processos civis que geram, inclusive, sanções altíssimas e desproporcionais. Em muitos casos, são ativados processos penais. O Sistema Interamericano rechaça a condução de processos penais para proteger a honra de pessoas que exercem funções públicas, ante a divulgação de notícias de interesse público.

Na América Latina, a prisão, pela aplicação do direito penal, está voltando a ser um lugar ocupado por jornalistas, mas as pessoas, incluindo não jornalistas, que exercem seu direito à liberdade de expressão para legitimamente reportar assuntos de interesse público não deveriam ser presas por isso. Além disso, a visão do jornalista como pessoa que manipularia a verdade representa riscos adicionais na era digital. Congregam forças, de um lado, a propaganda e muitas vezes a aproximação de oportunidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

públicas de desinformação deliberada; de outro lado, a cibervigilância, a criação de perfis e de dossiês de vigilância contra jornalistas.

Frente a isso, por um lado, as pessoas que exercem função pública devem lembrar que estão submetidas a um maior escrutínio de suas ações no desempenho de suas funções. Por outro lado, as autoridades judiciais devem atentar-se aos *standards* interamericanos em matéria de liberdade de expressão, como a proibição de censura prévia é um mandamento de que toda restrição seja legal, proporcional e necessária numa sociedade democrática.

Em seu último informe sobre o Brasil, a CIDH chamou o Estado a revisar sua legislação sobre a proteção da honra, especialmente sobre desacatos. Aproveito também para pedir que o Congresso continue avançando em debates sobre o PL 2.030, ou o PL da Inteligência Artificial, para que o Estado implemente a legislação vigente, visando também a garantir a sustentabilidade do trabalho jornalístico e sua proteção contra a cibervigilância.

Nada disso implica que o jornalismo deva exercer o seu trabalho longe de parâmetros de qualidade. Os jornalistas são canalizadores de privilegiados do debate público e, por isso mesmo, há um convite profundo à reflexão do jornalismo brasileiro para que, desde uma perspectiva de autorregulação, ressaltem padrões profissionais mínimos voltados à acurácia das notícias, da cobertura dos assuntos atuais, ao respeito à diversidade, evitando fazer sua cobertura de uma maneira que promova a intolerância. Entretanto, mesmo as mais elevadas condutas do jornalismo face as autoridades do Estado, assim como a própria sociedade, devem ter em mente, no exercício do jornalismo, na atividade incólume ao erro. Democracias permitem margem para erro da imprensa, sendo que só devem simbolizar seu descrédito, estigmatização, criminalização ou prisão.

Uma forma de as autoridades públicas contribuírem para o exercício do jornalismo profissional e de qualidade é justamente não adotar uma postura de estigmatização hermética contra a imprensa. É, pelo contrário, garantir amplo acesso à informação, render esclarecimentos e eventualmente utilizar-se de direito de resposta. A bem da verdade, o funcionamento de debates públicos nas sociedades democráticas necessita de vozes de referências, e tanto autoridades públicas quanto jornalistas assumem essas vozes. Como vozes de referência, as pessoas que exercem cargos públicos, os jornalistas, os líderes políticos democráticos devem pronunciar-se com base em fatos verificáveis constando racionalmente os fatos e garantindo que suas expressões não incitem a violência, a intolerância ou discriminação.

Finalmente, é importante reconhecer que a contribuição do jornalismo ao debate público e ao papel da liberdade de expressão nas sociedades democráticas será tão melhor quanto mais plural é a cobertura midiática possa ser em um país. Nesse aspecto, reforço que no Brasil ainda há excertos de notícias e que a crise da sustentabilidade do jornalismo impacta de maneira mais grave no jornalismo comunitário e no acesso a grupos em situação de vulnerabilidade aos meios de comunicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Estados estão chamados a desenvolver políticas públicas para garantir o pluralismo e a diversidade, ao mesmo tempo em que garantam que a publicidade estatal, muitas vezes importante fonte de receita para meios de comunicação, não deverá ser utilizada como prêmio ou castigo de acordo com linhas editoriais.

Agradeço novamente a oportunidade desta exposição.

A Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão se mantém à disposição do Estado brasileiro para lançar um programa de assessoria técnica especializada para estabelecer diálogos nos diversos níveis sempre que requisitar.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quero aqui agradecer à manifestação do Relator Especial da Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA, Dr. Pedro Vaca, que não pôde participar ao vivo, mas nos enviou esse vídeo, que aborda, de maneira muito apropriada, esse debate sobre a liberdade de expressão, particularmente na América Latina e no Brasil.

Esperamos continuar contando com a sua colaboração, a sua contribuição para que possamos aperfeiçoar e garantir o cumprimento daquilo que a Constituição brasileira prevê, a garantia do acesso à informação e à liberdade de expressão e de imprensa.

Então, eu retorno agora com a palavra ao Dr. Joseph Farrell, Embaixador do WikiLeaks, que esteve aqui, recentemente, no Brasil, inclusive conosco, para que ele possa fazer a sua manifestação, e, ao final, ao Dr. Kristinn, para que nós possamos concluir essa audiência pública, naturalmente, se não houver nenhuma outra manifestação dos participantes.

Com a palavra, Dr. Joseph Farrell.

O SR. JOSEPH FARRELL (Para expor. *Por videoconferência*. *Tradução simultânea*.) – Obrigado. Obrigado a todos que participaram da sessão.

Quero falar sobre algumas coisas. Temos uma posição...

Vocês conseguem me ouvir? Vocês me ouvem?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim.

O SR. JOSEPH FARRELL (*Por videoconferência*. *Tradução simultânea*.) – Temos uma posição de um jornalismo detido por ter publicado informações verdadeiras. Ele não foi acusado... ele não é culpado das acusações. Como Carol Proner disse, um país que quer mandar no restante do mundo e quer deter e perseguir um jornalista por fazer o seu trabalho de forma digna. Temos o fato de que Julian ganhou o seu caso nos Estados Unidos porque o juiz disse que ele não sobreviveria a uma extradição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ouvimos com frequência sobre a situação triste de jornalistas que foram mortos. Estamos nesta situação aqui, em que temos e vemos a morte ativa de um jornalista, mas nós temos a oportunidade de impedi-la. Para manter a vida de uma pessoa e permitir o direito humano básico da vida, não podemos permitir que essa situação continue.

Agradeço muito a todos por esta intervenção.

Quero concluir com um último ponto, que é: o direito à verdade e o direito à informação não é partidário, é um direito que afeta a todos e a cada um.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bom, eu agradeço a manifestação do Dr. Joseph Farrell e passo a palavra ao Dr. Kristinn, para que ele possa apresentar as proposições a que ele se referiu durante a sua fala e complementar algo que tenha sentido necessidade de fazer.

Com a palavra.

O SR. KRISTINN HRAFNSSON (Para expor. *Por videoconferência*. *Tradução simultânea*.) – Obrigado, Senador; obrigado a todos que participaram deste importante evento; obrigado pelas vozes de solidariedade e entendimento da importância dessa questão. Não é uma questão só individual de Julian Assange, mas há um princípio fundamental nesse caso que se relaciona à democracia em todo o mundo: os jornalistas nunca estarão seguros no mundo se não pararmos com essa ação contra Julian.

Foi falado aqui sobre os ataques e sobre as multas a jornalistas, multas enormes. Várias pessoas têm doado milhões de dólares para esse caso, porque entendem a seriedade desse caso. Isso não é uma possibilidade para todos os jornalistas que no futuro serão perseguidos com base nesse mesmo princípio. Abriram-se as comportas para que outros jornalistas sejam agredidos. Esse caso é um teste dos nossos princípios básicos.

Eu agradeço pela solidariedade das pessoas que falaram antes de mim, que refletem o que temos experienciado no Brasil, quando falamos com vários legisladores e outras organizações que defendem a democracia. Todos concordam com os princípios que estão em jogo nesse caso. Falamos também com o Presidente Lula, e ele ofereceu bastante apoio ao Julian Assange para lutar contra essa perseguição, reconhecendo a importância desse caso.

Eu agradeço. Eu espero que isso tenha um efeito e que a perseguição ao Julian seja impedida, seja parada. É muito triste que ele não seja capaz de passar o Natal com a sua família, porque o Natal está quase aí, mas, num futuro próximo, queremos que ele fique livre dos ataques aos seus direitos humanos e à imprensa em todo o mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado pelas ações possíveis a serem tomadas pela Comissão. Ótimas notícias. Eu espero que tenham o efeito desejado.

Quero reiterar os pontos e as possibilidades de ações a serem tomadas em um futuro próximo em outra sessão. Eu sei que o Parlamento está para fechar nos próximos dias, mas gostaria de fazer alguns comentários.

Há assinaturas já em uma carta para a administração Biden retirar as acusações. Temos 97 no total. E, em um futuro próximo, quando o Congresso voltar, esperamos ter o apoio de outros Senadores para aumentar as assinaturas nessa carta, mostrando o apoio e mostrando um sinal dos legisladores brasileiros à administração Biden solicitando que a administração Biden retire as acusações. Isso será feito de forma coordenada com outros grupos de legisladores em outros países. Agora, temos 17 grupos de legisladores em outros países, que reforçam a nossa intenção de libertar e de defender Julian Assange. Isso são sinais poderosos, porque os legisladores entendem os princípios subjacentes a esse ataque à democracia.

Um segundo ponto ou possibilidade seria o de organizar uma delegação de autoridades e juristas brasileiros para ir aos Estados Unidos, talvez em fevereiro, e discutir com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos e representantes da Casa Branca, para fazer uma declaração clara com a presença dessas autoridades sobre a urgência de encerrar essa perseguição. Esse é o entendimento. Esse seria um sinal claro mandado por esse comitê de brasileiros e também por outros comitês internacionais.

Outra possibilidade que eu acho importante agora seria formar uma delegação, que poderia também ser internacional, de pessoas para visitar Julian Assange na prisão. Quero explicar por que é importante fazer isso. É porque é uma violação dos direitos humanos ocorrendo todos os dias com a encarceração do Julian. Há uma tentativa em Londres de tornar Julian invisível. Vou falar como. Dois dias atrás, Julian Assange foi convidado para aparecer no Parlamento Europeu, porque ele foi indicado para o Prêmio Sakharov do Parlamento Europeu.

Ele foi convidado a participar por vídeo, mas a ele foi negada essa oportunidade de fazer um vídeo para a cerimônia do prêmio. Isso dá uma ideia da tentativa contra ele de torná-lo invisível na prisão, onde ele está agora por três anos e meio, em situação precária de saúde.

Em abril de 2011, ele foi encarcerado. Ele foi encarcerado por quatro anos. Em abril, serão quatro anos na prisão de segurança máxima, o maior tempo jamais passado por um prisioneiro no Reino Unido. Espero que possamos ter o apoio e a participação de vocês para destacar a gravidade dessa injustiça, dessa encarceração. Em abril de 2023, será o aniversário da encarceração solitária. Solicitamos, esperamos que outras entidades no Brasil possam participar desse esforço.

Vimos, no passado, que as coisas caminham devagar, mas já existe uma punição, todo esse processo já é uma punição sem legalidade. São métodos lentos e todas as medidas estão sendo tomadas para mantê-lo o máximo de tempo possível preso, por ter vazado informações de uma empresa particular

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que foi exposta, como uma tática para levá-lo de tribunal a tribunal, ano após ano. É isso o que está sendo feito no momento e Julian está pagando um preço muito alto por isso.

Quero concluir agradecendo a vocês por organizarem este evento, por esta oportunidade de falar diretamente a vocês.

Joseph e eu temos um carro que está nos esperando aqui para nos levar ao aeroporto. Vamos viajar por toda a região e receber apoio em toda região que compreende os princípios que estão em jogo. Agradecemos pelas vozes dessa região. Esperamos que essas vozes, principalmente as vozes do Brasil, tenham um impacto nessa situação.

Não é uma questão de estarmos pedindo às pessoas para...

Não é algo muito difícil de pedir à administração Biden para apoiar os princípios que eles pregam em todo o mundo, que é da liberdade de imprensa, que pratiquem o que pregam. Não estão apenas violando a sua própria Constituição, mas também estão violando princípios que afetam o mundo inteiro.

Não se pode por um lado pregar esse tipo de mensagem e ao mesmo tempo começar o ataque mais grave contra a liberdade de imprensa. Eles também estão violando tratados na solicitação de extradição de Assange, porque os acordos entre o Reino Unido e os Estados Unidos isentam extradições com base política. No caso de Assange, ele é acusado de violações políticas. Há acusações de motivações políticas e de espionagem, uma acusação... Essas acusações são a forma pura de uma violação. Não há consistência na maneira como os Estados Unidos estão conduzindo essa questão. É perseguição de uma natureza política e ninguém deve permanecer silente em fazer nada, é obrigação de todos nós levar esta mensagem, lutar contra isso e a minha conclusão é que fomos ouvidos no Brasil e agradecemos por poder levar a mensagem adiante. Tenho certeza de que, ao fim, teremos a vitória em nossa luta para liberar Julian Assange e contra essa grave ameaça à liberdade de imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Dr. Kristinn.

Eu queria aqui fazer um registro, que é na verdade cobrança ao próprio comitê que está organizando a defesa, a luta pela libertação de Assange, que nós aqui no Senado não recebemos esse abaixo-assinado para coleta das assinaturas dos Senadores. Se algum assinou, não é do meu conhecimento. Eu próprio não assinei. Nós queremos buscar um número maior de assinaturas, inclusive buscar dos novos Parlamentares.

Quero reafirmar aqui a nossa disposição de, em havendo um convite oficial dirigido ao Parlamento brasileiro ou a Parlamentares, nós faremos, sim, tanto o compromisso que assumimos de uma visita aos Estados Unidos, onde poderemos estar com Parlamentares e com instituições da sociedade civil americana ou até mesmo do próprio Governo americano no sentido de levar pessoalmente a nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preocupação quanto à libertação de Assange e o respeito à liberdade de imprensa, bem como a possibilidade de fazermos essa visita a ele.

Naturalmente, precisamos de um convite oficial de uma instituição internacional que nos permita ir em caráter oficial.

Bem, agradeço a participação de todos e todas.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 31ª à 33ª Reuniões da Comissão de Direitos Humanos.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Nada mais havendo a tratar e reafirmando o nosso compromisso de continuarmos atuando tenazmente para a liberdade de Assange e o respeito à liberdade de imprensa, eu declaro encerrada a presente sessão, agradecendo a todos os convidados e convidadas que aqui estiveram.

Muito obrigado a todos e a todas.

(*Iniciada às 9 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 12 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-4 (ANEXO: 004)

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e três minutos do dia dez de novembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência dos Senadores Mecias de Jesus (eventual) e Esperidião Amin, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Veneziano Vital do Rêgo, Mara Gabrilli, Roberto Rocha, Marcos do Val, Tasso Jereissati, Soraya Thronicke, Daniella Ribeiro, Lucas Barreto, Chico Rodrigues, Angelo Coronel e Guaracy Silveira, e ainda dos Senadores não membros Davi Alcolumbre e Vanderlan Cardoso. Deixam de comparecer os Senadores Jarbas Vasconcelos, Nilda Gondim, Flávio Arns, Nelsinho Trad, Zequinha Marinho, Jaques Wagner, Humberto Costa, Julio Ventura e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Eleição de Presidente. Finalidade**: Eleição para o cargo de Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, nos termos do § 4º do art. 88 do Regimento Interno do Senado Federal. **RESULTADO**: eleitos, por aclamação, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o Senador Esperidião Amin e Vice-Presidente, o Senador Marcos do Val. **2ª Parte – Votação das Emendas ao PLOA 2023. Finalidade**: Discussão e votação das emendas da Comissão ao PLN 32/2022, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2023". Relator: Nelsinho Trad. Relator *Ad Hoc*: Marcos do Val. **RESULTADO:** Aprovado o Relatório, pela apresentação de uma emenda de texto (Nº 6002006 e das 4 (quatro) 4 seguintes **emendas de apropriação**: **60020001. U.O. 52111 – Comando da Aeronáutica**, Ação 14T0 – Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - **Nacional**, GND 4, RP 8, MA 90, valor R$ 1.907.189.310,00. Propostas 15, 18, 20, 21, 26, 31, 50, 55, 61, 76, 82, 88, 102, 104, 114 e 121, das Senadoras e dos Senadores Esperidião Amin, Flávio Bolsonaro, Nilda Gondim, Plínio Valério, Zequinha Marinho, Veneziano Vital do Rêgo, Chico Rodrigues, Marco do Val, Daniella Ribeiro, Humberto Costa, Fernando Bezerra Coelho, Jaques Wagner, Nelsinho Trad e Weverton; **60020002. U.O. 52.121 – Comando do Exército**, Ação 3138 - Implantação do Sistema de Aviação do Exército, valor R$ 150.000.000,00. Propostas 2, 3, 6, 10, 11, 16, 19, 23, 27, 33, 34, 49, 52, 54, 67, 69, 74, 78, 79, 81, 84, 85, 96, 100, 103, 106, 107 e 111, das Senadoras e dos Senadores Plínio Valério, Nilda Gondim, Veneziano Vital do Rêgo, Esperidião Amin, Flávio Bolsonaro, Zequinha Marinho, Chico Rodrigues, Marco do Val, Daniella Ribeiro, Humberto Costa, Fernando Bezerra Coelho e Jaques Wagner, Nelsinho Trad; **60020003. U.O. 52.131 – Comando da Marinha**, Ação 123I -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Construção de Submarinos Convencionais, valor R$ 525.000.000,00. Propostas 1, 9, 13, 14, 17, 25, 35, 48, 53, 71, 77, 80, 86, 93, 99, 105 e 112, das Senadoras e dos Senadores Plínio Valério, Nilda Gondim, Veneziano Vital do Rêgo, Esperidião Amin, Flávio Bolsonaro, Zequinha Marinho, Chico Rodrigues, Marco do Val, Daniella Ribeiro, Humberto Costa, Fernando Bezerra Coelho e Jaques Wagner e Nelsinho Trad; **60020004. U.O. 25.101 – Ministério da Economia**, Ação 00OQ - Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica, valor R$ 200.000.000,00. Propostas 22 e 110, dos Senadores Esperidião Amin e Nelsinho Trad. Aprovada, ainda, a seguinte emenda de remanejamento: **60020005**. **U.O. 52.101 - Ministério da Defesa**, Ação 1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte, valor R$ 50.000.000. Proposta 117, do Senador Nelsinho Trad. As 6 emendas serão apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da última e da presente reunião, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Mecias de Jesus
Presidente Eventual da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Senador Esperidião Amin
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/11/10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

REUNIÃO
10/11/2022 - 13ª - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR. Fala da Presidência.) - Declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Agradeço a presença do nosso querido Presidente Davi Alcolumbre, também Presidente da nossa Comissão de Constituição e Justiça; do nosso querido amigo Senador Esperidião Amin, que será eleito Presidente, ato contínuo, desta Comissão; Senador Marcos do Val; Senador Vanderlan Cardoso; queridos Senadores e representantes, com competência, dos seus respectivos estados.

Conforme pauta publicada, a presente reunião está dividida da seguinte forma: a primeira parte destina-se à eleição do Presidente desta Comissão, nos termos do §4º do art. 88 do Regimento Interno do Senado Federal. Comunico que foi registrada apenas a candidatura do Sr. Senador Esperidião Amin, do Partido Progressista, do PP de Santa Catarina.

A segunda parte desta destina-se à deliberação das propostas de emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 32, de 2022, Projeto de Lei Orçamentária Anual 2023.

Eleição do Presidente.

Consulto as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores se podemos eleger o indicado por aclamação, tendo em vista haver apenas uma candidatura.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP. *Fora do microfone*.) - Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR) - Então, havendo a concordância de todos, declaro eleito, por aclamação, para a Presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o nosso decano, competente Senador Esperidião Amin.

Parabéns! *(Palmas.) (Risos.)*

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) - Decano em idade ou tempo de mandato?

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR) - Passo a Presidência da Comissão ao Senador Esperidião Amin, que irá responder às perguntas do Senador Davi Alcolumbre. *(Risos.)*

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) - Já se livrou da bronca! *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Primeiro eu quero agradecer a decisão messiânica do meu querido amigo Senador Mecias de Jesus e agradecer, muito especialmente, a distinção da presença do prezado Senador Davi Alcolumbre, congratular-me com a sua reeleição, dizer que será um prazer conviver com ele. Está mais leve...

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) - Literalmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - ... em todos os sentidos, quanto às feições e quanto também ao peso. Quero dizer que ele é muito bem-vindo e pedir que permanecesse aqui.

Quero cumprimentar o nosso amigo Vanderlan, o Senador Marcos do Val, e dizer que, efetivamente, foi uma solicitação do nosso partido, uma vez que houve vacância da Comissão.

Não posso deixar de dizer que eu nunca fui Presidente de Comissão, nem neste mandato, nem no anterior. Aceitei essa missão até porque nós temos que vencer o ano e a vaga é do meu partido. O Presidente do partido, Ciro Nogueira, me fez essa consulta, para resolver os problemas mais imediatos.

O problema mais imediato é a aprovação das nossas emendas. O Senador Nelsinho Trad, que já foi Presidente desta Comissão, também fez um grande trabalho, e eu não posso deixar de registrar que a Senadora Kátia Abreu fez um trabalho primoroso como Presidente desta Comissão, primoroso em todos os sentidos, até porque, nos dias de sabatina, ela sempre servia quitutes, ou seja, um docinho, um salgadinho. Sempre tornou as reuniões muito agradáveis, com muita hospitalidade e com muita produtividade.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - A gente vai ter pouco tempo, mas vai manter a...

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) - A tradição.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Se houver o esforço concentrado que está anunciado... E eu já antecipo: eu acho que esse esforço vai permitir - viu, Senador Davi, o senhor já presidiu aqui a Casa -, eu acho que é uma grande oportunidade para o Itamaraty dar uma demonstração prática de espírito republicano e transição, ou seja, trata-se de profissionais de carreira, há indicações aqui... Eu tenho a convicção de que essas indicações deverão ser referendadas também nesse processo de transição para que não se estabeleça uma controvérsia que seria muito ruim para o Itamaraty, para o país e para o Senado, por consequência.

Então, eu acho que o prioritário aqui é nós desenvolvermos o primeiro item da nossa pauta, que é a leitura do relatório.

Eu designo o Senador... Eu vou designar o Senador Marcos do Val para a leitura do relatório, fazendo menção de que o relatório já foi deixado elaborado pelo Senador Nelsinho Trad, que, apesar de estar numa missão no exterior, na Colômbia, se houve com o cuidado necessário e deixou o relatório pronto já ontem.

Só vamos fazer aqui algumas observações.

Em 3 de outubro, a Secretaria da Comissão divulgou o comunicado sobre o prazo para apresentação das propostas de emendas. A abertura do prazo ocorreu no dia 3 de outubro. A Presidente ainda era a Senadora Margareth Buzetti, do Estado do Mato Grosso, mas nascida em Concórdia, Santa Catarina, e filiada ao nosso Partido Progressistas. A abertura do prazo aconteceu no dia 3 de outubro e o encerramento ocorreu no dia 8 de novembro.

Foram apresentadas pelas Sras. Senadoras e pelos Senadores 121 propostas de emenda à despesa e quatro ao texto.

Nós agradecemos a contribuição de todos, lembrando que há um limite.

Passo a palavra ao Senador Marcos do Val para a leitura, eu repito, do relatório elaborado pelo nosso Senador Nelsinho Trad.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES. Como Relator.) - Obrigado, Presidente.

Primeiro, quero dar-lhe os parabéns pela posse como nosso Presidente. Muito me espanta saber que o senhor nunca foi Presidente de uma Comissão, mas sempre nos liderou com essa sabedoria. Eu até falo que ser sábio é melhor do que ser inteligente.

Eu vou direto à análise para ganharmos tempo.

Inicialmente, consignamos que existe uma significativa limitação para o atendimento das propostas de emendas apresentadas pelos Exmos. Senadores e Senadoras, haja vista que esta Comissão está sujeita ao limite de até oito emendas de despesa ao Ploa 2023, sendo quatro de apropriação e quatro de remanejamento.

Cabe destacar que, em conformidade com o art. 43 da Resolução 1/2006-CN, as emendas de comissões devem ser efetivadas no âmbito das competências regimentais de cada comissão.

Com relação às Propostas de Emendas de Remanejamento nºs 118 e 119, optamos por não apresentá-las, tendo em vista que colidem com o art. 48 da Resolução do Congresso Nacional nº 1/2006, uma vez que oferecem para cancelamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dotações programadas em órgão orçamentário diverso das dotações suplementadas. Da mesma forma, decidimos por não apresentar as Propostas de Emendas de Remanejamento nºs 51 e 120, por proporem cancelamentos na Reserva de Contingência, o que é vedado pelo art. 38 da Resolução do Congresso Nacional nº 1/2006.

Voto.

Tendo em vista o exposto, votamos pela apresentação, por parte da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), de emenda ao texto do Ploa 2023 relativa às Propostas de Texto nºs 1 a 4 e de emendas à despesa nas seguintes ações abaixo relacionadas, detalhadas com as respectivas propostas de emendas:

1. Emenda de apropriação:

1.1. Unidade Orçamentária 52.111 - Comando da Aeronáutica, Ação 14T0 - Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2, valor R$1.907.189.310,00. Propostas 15, 18, 20, 21, 26, 31, 50, 55, 61, 76, 82, 88, 102, 104, 114 e 121, das Senadoras e dos Senadores Esperidião Amin, Flávio Bolsonaro, Nilda Gondim, Plínio Valério, Zequinha Marinho, Veneziano Vital do Rêgo, Chico Rodrigues, Marcos do Val, Daniella Ribeiro, Humberto Costa, Fernando Bezerra Coelho, Jaques Wagner, Nelsinho Trad e Weverton;

1.2. Unidade Orçamentária 52.121 - Comando do Exército, Ação 3138 - Implantação do Sistema de Aviação do Exército, valor R$150 milhões. Propostas 2, 3, 6, 10, 11, 16, 19, 23, 27, 33, 34, 49, 52, 54, 67, 69, 74, 78, 79, 81, 84, 85, 96, 100, 103, 106, 107 e 111, das Senadoras e dos Senadores Plínio Valério, Nilda Gondim, Veneziano Vital do Rêgo, Esperidião Amin, Flávio Bolsonaro, Zequinha Marinho, Chico Rodrigues, Marcos do Val, Daniella Ribeiro, Humberto Costa, Fernando Bezerra Coelho, Jaques Wagner e Nelsinho Trad;

1.3. Unidade Orçamentária 52.131 - Comando da Marinha, Ação 123I - Construção de Submarinos Convencionais, valor R$525 milhões. Propostas 1, 9, 13, 14, 17, 25, 35, 48, 53, 71, 77, 80, 86, 93, 99, 105 e 112, das Senadoras e dos Senadores Plínio Valério, Nilda Gondim, Veneziano Vital do Rêgo, Esperidião Amin, Flávio Bolsonaro, Zequinha Marinho, Chico Rodrigues, Marcos do Val, Daniella Ribeiro, Humberto Costa, Fernando Bezerra, Jaques Wagner e Nelsinho Trad.

1.4. Unidade Orçamentária 25.101 - Ministério da Economia, Ação 00OQ - Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica, valor R$200 milhões. Propostas 22 e 110, dos Senadores Esperidião Amin e Nelsinho Trad.

2. Emenda de remanejamento:

2.1. Unidade Orçamentária 52.101 - Ministério da Defesa, Ação 1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte, valor R$50 milhões. Proposta 117, do Senador Nelsinho Trad.

Fica a Secretaria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional autorizada a promover os ajustes necessários nas propostas de emendas ora apreciadas a fim de formalizá-las de forma adequada como emenda de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional perante a Comissão Mista de Orçamentos.

Encerro aqui a leitura da relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Cumprimentando o Senador Marcos do Val e o agradecendo pela exação na leitura do relatório, eu coloco o relatório em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão e onde se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, as propostas de emendas aprovadas pela Comissão serão renumeradas e encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Antes de encerrar a reunião, eu gostaria de voltar ao item 1 e dizer que nós temos, de prazo útil para o funcionamento desta Comissão nesta sessão legislativa, pouco mais de 30 dias. Temos assuntos muito sérios. Por isso, eu consulto as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores se nós podemos eleger o indicado por aclamação, Senador Marcos do Val, tendo em vista apenas haver essa candidatura sido lembrada.

Consulto se há concordância. *(Pausa.)*

Havendo a concordância de todos, eu declaro eleito, por aclamação, para a Vice-Presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o Senador Marcos do Val.

Gostaria ainda de, antes de encerrar, tornar presente a seguinte informação: nós temos pouco tempo, mas temos grandes trabalhos por realizar. Nós temos 15 acordos. É isso? *(Pausa.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Temos 15 acordos internacionais por serem apreciados. Alguns deles têm até alguma complexidade, como me parece que tem o acordo de defesa com a Ucrânia firmado em 2010. De qualquer maneira, nós vamos pautar e vamos conferir. Quanto aos que já têm Relator, nós vamos respeitar a indicação de Relatores já feita. E temos 19 indicações para cargos diplomáticos.

Quando eu vinha para cá, eu comentei com Senador Davi Alcolumbre: vocês já imaginaram se a PEC 34 tivesse sido aprovada? Para refrescar a memória, a PEC 34 permitia a nomeação de Parlamentares sem perda de mandato para cargos diplomáticos. Seria um momento muito animado esse. *(Risos.)* Mas, não havendo prosperado, nós temos que encarar que existe um momento de transição.

E eu quero formular publicamente um apelo aos encarregados da transição no Ministério das Relações Exteriores para que deem ao país uma boa demonstração de espírito republicano fazendo com que essas indicações sejam objeto, como tudo indica que estão sendo, objeto de uma avaliação entre o Governo sainte e o Governo entrante, até para que o Senado possa exercitar o que é constitucionalmente do seu dever, construindo, ou seja, participando desse momento de transição, que faz parte da democracia.

E eu creio, porque acredito na formação, no espírito público e na missão de cargos de Estado - o de embaixador é um dos cargos de Estado -, de forma que eu espero que o Presidente da Casa seja tranquilizado pelos representantes respectivos nessa transição de que essas indicações perduram e são convalidadas por ambas as partes que constituem essa transição, ou seja, sainte e entrante, para que nós possamos, como estamos convocados, em princípio, para o esforço concentrado na semana de 21 a 25 de novembro, eu espero que nós possamos, nessa semana, evoluir tanto na questão dos acordos quanto na questão das indicações para cargos diplomáticos.

E, repito, o nosso critério será o seguinte: quem já está designado continua designado para a relatoria. Havendo alguma lacuna, por exemplo, de um suplente que deixou de exercer o mandato, nós procuraremos, dentro do critério de rodízio, respeitando a proporcionalidade partidária, permitir que haja a maior participação possível dos partidos e dos Senadores nessas relatorias, ou seja, prestigiando todos aqueles que integram a Comissão dessa maneira. E tenho a certeza de que o Marcos do Val, que convido a sentar aqui, vai me ajudar nesse sentido.

O Senador Chico quer a palavra? *(Pausa.)*

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - RR) - O assessor está aqui presente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Eu sei que ele está aí. Eu sei que o Embaixador Bruno Bath prestou bastante atenção às palavras que eu proferi e tenho certeza de que ele as reavivará nos contatos. Repito: eu acho que o Itamaraty, pela formação que todos nós respeitamos, vai nos dar um bom exemplo de transição republicana.

Consulto se o Senador Chico Rodrigues quer usar da palavra.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - RR. Pela ordem.) - Eu estava consultando a assessoria, Sr. Presidente Amin, sobre a relação dos Relatores para a indicação dos embaixadores que já tinham chegado a esta Casa. Mas eles foram verificar agora quais são, qual é a relação.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) - A relação não está completa ainda.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - RR) - Pois é!

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Mas eu solicito que seja disponibilizada na Comissão, repito, toda a relação dos acordos com o respectivo Relator. Se houver, por exemplo, a substituição de algum nome de Relator, bote um asterisco. Tratava-se de um suplente cujo prazo de permanência aqui, infelizmente, expirou. Então, coloque um asterisco. Nós vamos ter que procurar seguir esse roteiro. E, no caso das designações, é o mesmo, ou seja, se já estava designado, nós não vamos alterar; se não está designado, nós vamos procurar atender a quem não participou das designações. Está claro assim? O senhor aprova?

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - RR) - Aprovado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Então, fico confortado com a sua aprovação.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, bem com a da presente reunião.

Como todos sabem, as emendas têm que ser encaminhadas à Comissão Mista de Orçamento com a aprovação desta ata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

As Sras. e Srs. Senadores que as aprovam, tanto a ata da reunião anterior quanto esta, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

As atas aprovadas serão publicadas no *Diário do Senado Federal*. *(Pausa.)*

Aqui com o nosso Senador Marcos do Val queremos agradecer a presença de todos, inclusive daqueles que vieram só para assistir ao encerramento, mas são muito bem-vindos. Reitero os nossos cumprimentos a todos os assessores que aqui estiveram, aos Senadores, que, presencial ou remotamente, permitiram a realização da nossa reunião.

Em princípio, encerro a reunião, ficando todos nós alertados para as tarefas que temos diante de nós, especialmente o anúncio do esforço concentrado a partir do dia 21.

Está encerrada a reunião. *(Pausa.)*

Eu, em tempo, quero deixar assinalado o seguinte. Quero solicitar que se volte ao relatório aprovado para deixar consignada a possibilidade de ser tratado com o Relator-Geral que, na emenda de remanejamento, que é a que fala da Calha Norte, sejam buscadas outras fontes, se couber - é uma questão técnica - para cancelamento, para não haver prejuízo para as Forças Armadas.

Terminado em tempo, está efetivamente encerrada a reunião.

Obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 30 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e doze minutos do dia trinta de novembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Esperidião Amin, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Nilda Gondim, Flávio Bolsonaro, Eliane Nogueira, Mara Gabrilli, Marcos do Val, Soraya Thronicke, Mecias de Jesus, Nelsinho Trad, Carlos Portinho, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Marcos Rogério, Jaques Wagner, Julio Ventura, Fabiano Contarato, Rodrigo Cunha, Izalci Lucas e Luis Carlos Heinze. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Jarbas Vasconcelos, Roberto Rocha, Flávio Arns, Daniella Ribeiro, Humberto Costa e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 371, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, para prever a possibilidade de a maioria do conjunto de deputados federais e senadores eleitos pelo Estado que enfrenta situação grave de preservação da ordem pública e de ameaça à incolumidade das pessoas e do patrimônio solicitar diretamente à União a cooperação federativa no âmbito da segurança pública." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (MDB/PA). **Relatoria:** Senador Marcos do Val (*Ad hoc*), substituiu Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 557, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, que dispõe sobre o Serviço Militar, para conceder prioridade a jovens egressos de instituições de acolhimento na seleção para o serviço militar." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda apresentada. **Resultado:** Aprovado o projeto e a Emenda nº 1. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 367, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 ("Estatuto do Desarmamento"), a fim de aumentar para 10 (dez) anos o prazo mínimo para renovação do Certificado de Registro de Arma de Fogo." **Autoria:** Senador Raimundo Lira (PSD/PB). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 6039, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 5.662, de 21 de junho de 1971, para estabelecer parâmetros para que países estrangeiros possam contrair crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 5719, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para permitir que as polícias civis e militares tenham acesso ao Sistema Nacional de Armas (Sinarm) e ao Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (Sigma) para consulta." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senadora Eliane Nogueira. **Relatório:** Pela aprovação com as 3 (três) emendas apresentadas. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2719, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Estabelece o marco regulatório da Atividade de Inteligência Brasileira." **Autoria:** Senador Major Olimpio (PSL/SP). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela rejeição, e prejudicialidade das emendas apresentadas. **Resultado:** Aprovado o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relatório. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 4255, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre restrições excepcionais e temporários para entrada de viajantes no País em decorrência da pandemia de covid-19." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (MDB/ES). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela prejudicialidade da matéria. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo n° 139, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Kingston, em 13 de fevereiro de 2014." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Julio Ventura (*Ad hoc*), substituiu Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo n° 264, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República do Malawi sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, assinado em Lilongwe, em 10 de maio de 2017." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Giordano. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 18, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 367/2018, que “altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), a fim de aumentar para 10 (dez) anos o prazo mínimo para renovação do Certificado de Registro de Arma de Fogo”." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). **Resultado:** Lido. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Esperidião Amin
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL SF - 1
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CRE (16ª Reunião, Extraordinária) 30/11/2022

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos!

Declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciar, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 15ª Reunião, ocorrida em 23 de novembro, até porque o essencial das reuniões foi devidamente escrito e encaminhado e resultou em aprovação de todas as indicações e, ontem, na aprovação, creio, de todos os... Aliás, três dos acordos aqui aprovados.

As Senadoras e os Senadores que aprovam a proposta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada.

A ata aprovada será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Conforme a pauta publicada, a presente reunião destina-se à apreciação de projetos de lei e projetos de decreto legislativo referentes a acordos internacionais.

Antes de passar ao primeiro item, eu quero comunicar às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento dos seguintes documentos:

– Aviso nº 805, de 2021, do TCU, que encaminha, para conhecimento, cópia do Acórdão 1135, de 2021, que trata de monitoramento realizado sobre as políticas públicas para o fortalecimento da faixa de fronteira;

– Aviso nº 542, de 2021, do TCU, de conteúdo sigiloso;

– Aviso nº 1.070, de 2022, do TCU, que encaminha para conhecimento o acórdão referente ao Programa FX2;

– Ofício nº 108, de 2021, da Câmara Municipal de Serra Negra, São Paulo, com moção de apelo sobre o tempo serviço militar;

– Ofício nº 344, de 2021, da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, sobre a situação das refugiadas do Afeganistão;

– Comunicado eletrônico de 2021 da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Setor Coureiro Calçadista encaminhando um manifesto conjunto da Associação Brasileira das Indústrias de Calçado (Abicalçados) e a Câmara Argentina das Indústrias de Calçados (CIC) referente à redução da Tarifa Externa Comum (TEC), do Mercosul;

– Ofício nº 18, de 2022, da Câmara Municipal de Caibi, Santa Catarina, sobre a solicitação de prorrogação das dívidas dos agricultores pecuaristas daquele município;

– Ofício nº 2, de 2022, do Instituto dos Advogados Brasileiros, encaminhando cópia de parecer da instituição sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 2.021, que trata da Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho);

– Ofício nº 144, de 2019, do Embaixador do Estado da Palestina no Brasil, acerca do apoio da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina.

As Sras. e os Srs. Senadores que desejarem ter acesso aos documentos sigilosos devem solicitá-los à Secretaria, que os disponibilizará mediante termo de manutenção de sigilo. Nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa, não havendo manifestação, no prazo de 15 dias corridos, de membro da CRE, os expedientes listados serão arquivados

Informo que a votação nominal é feita por meio do aplicativo Senado Digital. Isso fica válido para as próximas deliberações.

O Senador Veneziano pede a palavra.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Neste instante inicial em que V. Exa. anuncia a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pauta e seus respectivos itens, poderia retirar dela, da pauta, o item nº 4, que é de nossa autoria e que está sob a responsabilidade do Senador Fernando Bezerra relatar? Tem algumas questões que eu gostaria de dirimir com o Senador Fernando Bezerra. Se não for inconveniente, ou se for possível, se V. Exa. entender, portanto, como passível dessa retirada, eu agradeceria.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não vejo por que não atender o seu pedido. Ele está deferido pela Presidência, independentemente de manifestação.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 4
PROJETO DE LEI N° 6039, DE 2019
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 5.662, de 21 de junho de 1971, para estabelecer parâmetros para que países estrangeiros possam contrair crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)
Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho
Relatório: Pela rejeição
Observações: *Concedida vista em 9/12/2021.*)

Havendo reunião na próxima semana, ele estará na pauta de novo. V. Exa. concorda?

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. *Por videoconferência*.) – Perfeitamente. É tempo mais do que suficiente para eu conversar com o Senador Fernando Bezerra.

Eu agradeço, mais uma vez, a gentileza e a alta compreensão, Presidente.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É o mínimo que nós lhe devemos, Senador Veneziano.

Item 1 da pauta.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 371, DE 2017
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, para prever a possibilidade de a maioria do conjunto de deputados federais e senadores eleitos pelo Estado que enfrenta situação grave de preservação da ordem pública e de ameaça à incolumidade das pessoas e do patrimônio solicitar diretamente à União a cooperação federativa no âmbito da segurança pública.

Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA)
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatório: Pela rejeição
Observações:

1. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 27/11/2019, 03/12/2019, 12/12/2019, 06/02/2020, 13/02/2020, 05/03/2020, 12/03/2020 e 09/12/2021.

2. Em 09/12/2021, foi concedida vista ao Senador Jaques Wagner, nos termos regimentais.

3. Em 09/12/2021, foi lido o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

4. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O relatório já foi lido e é pela rejeição.

Nós já temos quórum? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Fica em discussão, submetendo-se à deliberação quando tivermos quórum para deliberar, mas, repito, o relatório do Senador Randolfe Rodrigues é pela rejeição.

ITEM 2
PROJETO DE LEI N° 557, DE 2019
- Terminativo -

Altera a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, que dispõe sobre o Serviço Militar, para conceder prioridade a jovens egressos de instituições de acolhimento na seleção para o serviço militar.

Autoria: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)

Relatoria: Senador Marcos do Val

Relatório: Pela aprovação com uma emenda apresentada

Observações:

1. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 03/12/2019, 12/12/2019, 06/02/2020, 13/02/2020, 05/03/2020, 12/03/2020, 09/12/2021 e 24/03/2022.

2. Em 24/03/2022, foi lido o relatório

3. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a(s) emenda(s), nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Em 9 de dezembro do 2021, portanto, há quase um ano, o relatório já foi lido.

Passa-se à discussão da matéria.

Lembro que o projeto é terminativo, exige votação nominal, e, como não temos ainda quórum para deliberar, ele fica sustado, juntamente com o item 1. Quando tivermos quórum, procederemos à votação de um simbolicamente, e do outro, nominalmente.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 367, DE 2018
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 ("Estatuto do Desarmamento"), a fim de aumentar para 10 (dez) anos o prazo mínimo para renovação do Certificado de Registro de Arma de Fogo.

Autoria: Senador Raimundo Lira (PSD/PB)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação

Observações: *1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.*

Eu chamo até a atenção do Senador Contarato.

Eu vou anunciar que a Senadora Mara Gabrilli pede vista.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. *Fora do microfone*.) – Eu também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O Senador Fabiano Contarato também pede vista, e a Senadora Mara Gabrilli, além disso, apresenta um requerimento de audiência pública.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. *Fora do microfone*.) – Que eu subscrevo.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O senhor nem leu ainda. (*Risos.*)

Eu também subscrevo porque eu confio absolutamente na Senadora Mara Gabrilli aqui, a quem eu mando um abraço e que teve a gentileza de me telefonar, mas eu acho que isso merece...

Primeiro, eu relatei porque o projeto estava distribuído para mim; agora, eu não acho que esse seja um assunto absolutamente prioritário. Acho que o registro da arma pode ter o seu prazo, não há nada de ilegal nem de imoral, mas a discussão do assunto, especialmente se for enriquecida pelo requerimento...

O requerimento que está sobre a mesa, que é da Senadora Mara Gabrilli, requer a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PLS 367, que altera o Estatuto do Desarmamento, a fim de aumentar para dez anos o prazo mínimo para renovação do Certificado de Registro de Arma de Fogo, ou seja, arma legal. Eu vou incluí-lo na pauta, e, na próxima reunião, nós vamos deliberar sobre o requerimento. O projeto de lei estará retirado de pauta até a próxima reunião, quando votaremos o requerimento.

Concedo a palavra ao Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Obrigado, querido Senador Esperidião Amin. Eu parabenizo V. Exa. pela condução desta tão conceituada Comissão.

Eu quero aqui manifestar publicamente que vou subscrever esse requerimento de audiência pública por entender, Senador, que... Eu fui delegado de polícia por mais de dez anos só na Delegacia de Trânsito. O atual Presidente alterou o Código de Trânsito, e a validade da Carteira Nacional de Habilitação, que antes era de cinco anos, passou a ser de dez anos. Agora está fazendo isso também com o registro de porte. Isso tem que ser muito bem debatido. Eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Registro de posse.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Registro de posse.

Então, eu quero aqui só manifestar esse pedido de vista, também subscrevendo esse requerimento de audiência pública, e parabenizar V. Exa. pela condução.

Acho que seria importante, nessa audiência pública, vários atores serem ouvidos, inclusive o Conselho Federal de Psicologia, que eu acho que é de extrema importância.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu solicito que se consulte sobre quem participaria. Já tenho certeza de que o requerimento vai ser aprovado. Portanto, a indicação de participantes da audiência poderia ser feita para oportunizar a deliberação.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O item 4 já foi retirado de pauta, por solicitação do autor, devendo retornar na próxima sessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Vamos ao item 5.

ITEM 5
PROJETO DE LEI N° 5.719, DE 2019
- Não terminativo -

Altera a Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para permitir que as polícias civis e militares tenham acesso ao Sistema Nacional de Armas (Sinarm) e ao Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (Sigma) para consulta.

Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES)

Relatoria: Senadora Eliane Nogueira

Relatório: pela aprovação com as 3 (três) emendas apresentadas.

Observações: *1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.*

A Relatora é a nossa querida Senadora Eliane Nogueira.

Concedo a palavra à Relatora do projeto, a Senadora Eliane Nogueira, para proferir o seu relatório.

A SRA. ELIANE NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Presidente!

Bom dia, demais colegas!

Relatório.

Esta Comissão examina o PL nº 5.719, de 2019, da Senadora Rose de Freitas, que "altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para permitir que as polícias civis e militares tenham acesso ao Sistema Nacional de Armas (Sinarm) e ao Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (Sigma) para consulta".

De acordo com a autora, as polícias civis e militares dos estados e do Distrito Federal não têm acesso pleno a esses dois sistemas que são gerenciados pela Polícia Federal e pelo Comando do Exército. Por isso, elas têm dificuldades para obter informações sobre as armas de fogos apreendidas de criminosos e a quantidade de armas de fogo que existem na unidade da Federação, entre outras.

Após essa análise, o projeto seguirá para a CCJ para decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

O PL nº 5.719, de 2019, está de acordo com o Regimento.

No mérito, o projeto é conveniente e oportuno, pois permite que as polícias civis e militares tenham acesso aos dois sistemas de registro de armas existentes no Brasil: o Sinarm, gerenciado pela Polícia Federal, e o Sigma, gerenciado pelo Comando do Exército. Com esse acesso, policiais civis e militares poderão verificar se determinada arma está registrada ou não e em nome de quem, durante abordagem policial, investigação policial, operação policial, processo administrativo disciplinar, sindicância ou inquérito policial civil ou militar.

Apresentamos três emendas para aperfeiçoar a proposição: a primeira é para estender esse direito às polícias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, bem como para reforçar que o acesso é para simples consulta, sem possibilidade de adicionar, modificar ou retirar dados; a segunda é para modificar a ementa da proposição nesse mesmo sentido; e uma final é para estabelecer prazo de 180 dias para o início da vigência da norma.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do PL nº 5.719, de 2019, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 - CRE
Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Lei nº 5.719, de 2019:
"Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para permitir que as polícias civis e militares, bem como as da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, tenham acesso ao Sistema Nacional de Armas (Sinarm) e ao Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (Sigma), para fins de consulta, sem possibilidade de alteração, exclusão ou inserção de dados." (NR)
EMENDA Nº 2 - CRE
Dê-se a seguinte redação ao §2º do art. 2º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 5.719, de 2019:
"Art. 2º
.....
.....
§1º
.....
.....
§2º As polícias civis, militares, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal terão acesso ao Sinarm e ao Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (Sigma) exclusivamente para fins de consulta, sem possibilidade de alteração, exclusão ou inserção de dados." (NR)
EMENDA Nº 3 - CRE
Dê-se a seguinte redação ao art. 2º do Projeto de Lei nº 5.719, de 2019:
"Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação."

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Muito obrigado, querida Senadora Eliane Nogueira.

Nós vamos aguardar. Ainda temos... (*Pausa.*)

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Eu não vou encerrar a discussão. Vou encerrar quando tivermos quórum para deliberar sobre os itens 1, 2 e, agora, sobre o item 5. (*Pausa.*)

Já deu quórum. Então, havendo quórum, eu vou sustar a apreciação, reter a apreciação dos itens 6 e 7, e vamos colocar em votação...

Vamos encerrar a discussão. (*Pausa.*)

Encerro, portanto, a discussão do item 1.

Encerro a discussão do item 2.

E encerro a discussão do item 5.

E abro para votar o primeiro item, que é não terminativo e que, por isso, será por votação simbólica.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o relatório do Senador Randolfe Rodrigues, pela rejeição, permaneçam como estão. Caso contrário, se manifestem. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, pela rejeição do projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça, que tem decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Item 2.

O item 2 é terminativo. Por isso, eu abro para votação nominal. (*Pausa.*)

Estou sendo informado de que o sistema está momentaneamente...

Eu queria chamar os Senadores que já marcaram presença – Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Mara Gabrilli, Marcos do Val, Mecias de Jesus, Nelsinho Trad, Julio Ventura, Veneziano Vital do Rêgo, Flávio Bolsonaro, Eliane Nogueira e Fabiano Contarato – para que registrem os seus votos sobre o item 2 da pauta, relembrando que o parecer é pela rejeição do projeto... Confere? (*Pausa.*)

Item 2... Cadê o item 2? (*Pausa.*)

Perdão, o item 2 é pela aprovação. Relembrando, é o projeto que dispõe sobre o serviço militar, para conceder prioridade a jovens egressos de instituições de acolhimento na seleção para o serviço militar, projeto do Senador Eduardo Girão, com parecer favorável, com apresentação de emenda, do Senador Marcos do Val. Portanto, a recomendação do relatório é pela aprovação do item 2. (*Pausa.*)

Enquanto o sistema não volta, nós estamos solicitando aos que puderem votar que votem.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente, para declarar o voto.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Só vou pedir para, antes, colocar em votação o relatório da Senadora Eliane Nogueira, que é pela aprovação do PL 5.719.

Os Senadores e as Senadoras que estão de acordo permaneçam como estão – já havia sido encerrada a discussão. (*Pausa.*)

Está aprovado o PL 5.719, da ilustre Senadora Rose de Freitas, relatado pela Senadora Eliane Nogueira.

Com a palavra o Senador Nelsinho Trad, muito bem-vindo aqui.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. Pela ordem.) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin.

Em relação a essa que precisa da votação nominal, eu vou acompanhar o Relator, de tal sorte que o relatório que passa a constituir parecer da Comissão é pela rejeição do projeto...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O projeto é do Senador Eduardo Girão, com relatório/parecer do Senador Marcos do Val sobre serviço militar...

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... preferencialmente para os egressos...

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Eu sou a favor. Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Seu voto é "sim"?

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Acabei de votar "sim" no seu projeto. Agora é sua vez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Casualmente, ele estava na porta esperando o esclarecimento do seu voto.

Eu passarei neste momento a Presidência ao Senador Marcos do Val... (*Pausa.*)

Complementando o que eu falava sobre o item 5, está votado, está aprovado – é pela aprovação, com emendas – o parecer.

A matéria agora, com o acolhimento do parecer, vai à Comissão de Constituição e Justiça, aí sim, para decisão terminativa.

Vou passar a Presidência ao nosso Vice-Presidente Marcos do Val, porque eu sou o Relator, já designado há algum tempo, dos itens 6 e 7.

Se o senhor permitir, eu sento aqui e já faço...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Item 6, projeto de lei do nosso saudoso e querido amigo Major Olimpio... (*Pausa.*)

Ah, o senhor tem que anunciar os itens 6 e 7.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) – Item 6.

ITEM 6
PROJETO DE LEI Nº 2719, DE 2019
- Não terminativo -

Estabelece o marco regulatório da Atividade de Inteligência Brasileira.

Autoria: Senador Major Olimpio (PSL/SP)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela rejeição, e prejudicialidade das emendas apresentadas.

Observações:

1. Em 23/05/2019, foi apresentada a emenda nº 1, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). Em 23/03/2022, foi apresentada a emenda nº 2, de autoria do Senador Plínio Valério (PSDB/AM).

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

É de autoria do nosso eterno parceiro, amigo, Senador Major Olimpio. Que Deus o tenha!

Concedo a palavra ao Relator do projeto, o Senador Esperidião Amin, para proferir o seu relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu quero fazer minhas as suas palavras e deixar aqui consignada a minha gratidão pelo convívio que nós tivemos com o Major Olimpio. O Senador Major Olimpio foi uma figura exuberante na sua paixão pelo serviço público, pela carreira de policial militar, que ele honrou. E aqui teve um convívio agradabilíssimo, independentemente de concordâncias ou discordâncias. Você podia...

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) – Só complementando, o que me marcou muito, quando nós soubemos da sua passagem para outra, foi a comoção dos Senadores todos, independentemente se eram do mesmo partido ou de partido de oposição. Todos se abalaram. E foi um momento muito difícil para todo mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu não consigo esquecer quando eu o vi no vídeo, já enfermo, votando, com uma fragilidade que era absolutamente o oposto do que a gente via na convivência, pois era um atleta, uma figura exuberante, com vozeirão. Eu sempre pedia para ele falar mais alto – era uma forma jocosa do nosso relacionamento.

No caso deste projeto, o nosso parecer é pela rejeição, não porque o projeto não tenha virtudes, pelo contrário, ele tem toda a virtude da profecia. O marco regulatório da atividade de inteligência no Brasil é mais do que necessário, tanto é que nós já movimentamos esse assunto aqui no próprio seio da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, mas a responsabilidade pela apresentação do projeto é do Executivo. Então, para não incorrermos no vício da iniciativa, eu repito, não quanto ao mérito mas quanto à iniciativa, o parecer é pela rejeição. Eu pessoalmente já diligenciei, mesmo antes de assumir a Presidência da Comissão, para que o Governo tome, dê a partida, ou seja, ligue a ignição e coloque em movimento essa importante atividade. E já temos atuando uma Comissão que congrega Câmara e Senado, que é a Comissão de Controle das Atividades de Inteligência, que está atuando, prestando informações e acompanhando as atividades de inteligência. Portanto, não pelo mérito, mas pela forma, o parecer é pela prejudicialidade, pela rejeição do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) – Então, vamos à discussão.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Votação.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir parecer da Comissão pela rejeição do projeto, ficando prejudicadas as emendas apresentadas.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Como disse o próprio Relator, é meritório o projeto, mas tem esse vício de iniciativa.

Vamos ao item 7.

ITEM 7
PROJETO DE LEI Nº 4255, DE 2021
- Não terminativo -

Dispõe sobre restrições excepcionais e temporárias para entrada de viajantes no País em decorrência da pandemia de covid-19.

Autoria: Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela prejudicialidade da matéria.

Observações: *1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.*

Então, concedo a palavra ao Relator do projeto, Senador Esperidião Amin, para proferir o seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – À semelhança do item 6, esse projeto é também de suma importância quando da sua apresentação.

Ocorre que, primeiro, a pandemia, como tal, já deixou de existir, e as restrições cabíveis, sejam elas excepcionais ou temporárias, para a entrada de viajantes no país decaíram como em todos os países do mundo. Então, a preocupação da Senadora Rose de Freitas só pode merecer o nosso aplauso, porque ela se preocupou com a segurança tanto do entrante quanto de nós residentes no Brasil. Mas o assunto está ultrapassado, e o parecer da nossa lavra é pela prejudicialidade do projeto, repito, renovando aqui o meu aplauso à preocupação humana e até de natureza científica da Senadora, nossa querida amiga e sua coestaduana, Rose de Freitas.

Portanto este é o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) – Obrigado, Relator.

Então, a matéria vai à Comissão...

Desculpe. Desculpe. É discussão.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Vamos para a votação.

Em votação o relatório. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão pela prejudicialidade do projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais para prosseguimento da tramitação.

Então, eu passo a cadeira presidencial...

O SR. JULIO VENTURA (PDT/PDT - CE. Pela ordem.) – Presidente, no item 2 eu voto com o Relator, porque não deu... No item 2 eu voto com o Relator.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O senhor está declarando o seu voto então? Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) – Eu tenho que declarar o meu também.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu repito: o item 2 é votação nominal, é o projeto de autoria do Senador Eduardo Girão, relatado pelo Senador Marcos do Val, que eu espero que vote a favor também... (*Risos.*)

E é muito meritório, porque ele privilegia para o serviço militar pessoas que tiveram...

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) – As Forças Armadas só pediram que a gente pudesse fazer um ajuste para dar-lhes autonomia de...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A seleção sobre...

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) – Isso. Exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas então o senhor concorda com o seu relatório?

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) – Concordo. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Na história legislativa de Santa Catarina eu conheço um Relator que votou contra o seu relatório, o próprio.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) – Eu conheço um... O meu partido já votou, todos, contra o meu relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas aí foram os outros, agora quando o próprio vota contra aí cabe...

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) – Um hospício.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não. Cabe uma consulta a Freud. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) – Então, o senhor assume a cadeira aqui de...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Está assumida. Pode permanecer aí.

Item 8 da pauta.

ITEM 8
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 139, DE 2022
- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Kingston, em 13 de fevereiro de 2014.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Marcos Rogério
Relatório: Pela aprovação.

A autoria é da Câmara dos Deputados, ou seja, veio da CRE (Comissão Relações Exteriores) da Câmara.

Pelo que fui informado, o Senador Marcos Rogério está em... (*Pausa.*)

Vou designar o Senador para a leitura do relatório *ad hoc* então. Por favor...

Designo, portanto, o fiel depositário da dívida que nós temos para com o cidadão Edson Ventura...

O SR. JULIO VENTURA (PDT/PDT - CE. Como Relator.) – Muito bom dia a todos os Senadores e Senadoras.

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 139, de 2022 (nº 850/2017, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Kingston, em 13 de fevereiro de 2014.

Compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Não há vícios no que diz respeito a sua juridicidade.

Inexistem, por igual, vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Na exposição de motivos da mensagem assinada em conjunto pelos Ministros das Relações Exteriores e da Defesa (EMI nº 193/2017/MRE/MD), é destacado que "O acordo deverá constituir marco importante na cooperação bilateral na área de defesa. Contribuirá, ademais, para o estabelecimento de novo patamar de relacionamento entre os dois países".

Ressalta-se também que o tratado contém cláusula expressa de garantias que assegura respeito aos princípios de igualdade soberana dos Estados, de integridade e inviolabilidade territorial e de não intervenção nos assuntos internos de outros estados, em consonância com o estabelecido pelo art. 4° da Constituição Federal.

É relevante, para o papel de destaque que o Brasil pretende ocupar no cenário internacional, que o nosso País adira a medidas que colaborem com a segurança e a paz globais. Nesse sentido, acordos como este trabalham não apenas para o desenvolvimento tecnológico no campo da defesa, como também para fortalecer as alianças e os entendimentos tão necessários para o alcance da paz duradoura.

Aduza-se ainda que nenhum dos objetivos do acordo ou procedimentos para sua implementação ofendem a soberania nacional ou põem em risco a posição de defesa da paz adotada pelo Brasil na comunidade internacional, merecendo ser ressaltada a disciplina relativa ao tratamento de informações sigilosas, que permite a cada Estado parte notificar o outro Estado da necessidade de preservar o sigilo de informações, tendo em vista questões de defesa nacional, no plano internacional.

Em relação ao procedimento de denúncia, a forma adotada – mera notificação com prazo de carência para produção de efeitos – está em conformidade com o respeito à soberania dos Estados partes. Por sua vez, o condicionamento da entrada em vigor do acordo às normas internas de cada país mostra-se, igualmente, em harmonia com o princípio de respeito à soberania estatal.

As cláusulas pactuadas no ato internacional em apreço não implicam risco à defesa ou soberania do Brasil. Ao contrário, elas são favoráveis ao sistema de defesa nacional e causam reflexos positivos para a imagem do Brasil no plano internacional, razão pela qual o Congresso Nacional deve se mostrar favorável à ratificação do acordo.

Em razão do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 139, de 2022. (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Obrigado, prezado Senador Ventura.

Eu consulto se a Senadora Mara Gabrilli está pedindo a palavra ainda...

Então, com muito prazer, concedo a palavra à Senadora Mara Gabrilli. (*Pausa.*)

A Senadora Gabrilli está *online?*

Bom, a palavra continua à sua disposição.

Prosseguindo, em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a construir parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação. (*Pausa.*)

ITEM 9

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL SF - 13
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CRE (16ª Reunião, Extraordinária) 30/11/2022

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 264, DE 2022
- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República do Malawi sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, assinado em Lilongwe, em 10 de maio de 2017.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Giordano
Relatório: Não apresentado

Infelizmente o relatório não foi apresentado.

Eu peço à Secretaria que solicite ao gabinete do Senador Giordano para que ele faça a gentileza de disponibilizar o relatório para nossa deliberação, de forma que não posso conceder a palavra e a apreciação do projeto fica sustada, devendo voltar à nossa pauta da próxima reunião. (*Pausa.*) (*Falha no áudio.*)

... com o item 2. O projeto de lei é terminativo, altera a Lei 4.375 para conceder prioridade a jovens egressos de instituições de acolhimento na seleção para o serviço militar, projeto meritório, portanto.

Já votaram os Senadores Esperidião Amin, Mara Gabrilli...

Senadora Mara Gabrilli, que não votou ainda e está presente. Primeiro, eu vou lhe pedir o voto favorável a esse projeto, se é que V. Exa. não tem opinião firmada. E está disponibilizada a palavra.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SP. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Oh, Senador! A Senadora Mara Gabrilli, item 2, vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Muito obrigado.

O seu requerimento foi endossado pelo Senador Fabiano Contarato e será votado na próxima sessão. Além disso, a senhora tem mais alguma coisa a nos dizer?

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SP. *Por videoconferência*.) – Ah, quero lhe agradecer toda a gentileza, agradecer ao Senador Fabiano Contarato e dizer que faremos uma audiência pública para discutir esse tema da renovação das armas, que eu acho que é um tema tão caro, tão precioso, e sempre vai engrandecer o debate a gente poder fazer audiência pública e ouvir vários atores envolvidos.

Então, eu queria te agradecer, Senador Esperidião Amin, pela compreensão. E muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Obrigado pela sua intervenção.

Então, atualizando: votaram Esperidião Amin, Mara Gabrilli, Marcos do Val, Nelsinho Trad e Julio Ventura. Temos, portanto, cinco votos registrados.

Volto a solicitar ao Senador Renan Calheiros, ao Senador Fernando Bezerra Coelho, à Senadora Nilda Gondim, ao Senador Mecias de Jesus, ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, ao Senador Flávio Bolsonaro, à Senadora Eliane Nogueira...

Pede a palavra a Senadora Eliane Nogueira?

A SRA. ELIANE NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, meu voto é "sim" ao item 2.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Muito obrigado, Senadora Eliane Nogueira.

Atualizando, nós estamos com um problema no sistema. Então, o voto remoto não está sendo registrado no aplicativo do Senado Digital. É isso? (*Pausa.*)

Portanto, nós estamos colhendo o voto pessoalmente.

O Senador Fabiano Contarato já esteve presente. Eu volto a pedir... Agora, um pedido inverso: vou pedir à Senadora Soraya, que nos honra com a sua presença, que nos dê a honra também do seu voto. Pode ser oral, porque o sistema... Aliás, aqui não está funcionando também? (*Pausa.*)

Só por chamada? (*Pausa.*)

Nós precisamos do seu voto, mas tem que ser dito aqui no microfone, para ficar registrado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim, nós estamos colhendo, porque o sistema do Senado Digital não está operacional, Senadora.

O projeto de lei é de autoria do Senador Eduardo Girão, favorece o acesso ao serviço militar, respeitada a última palavra das Forças Armadas, aos jovens egressos de instituições de acolhimento na seleção para o serviço militar. Ou seja, uma vantagem que se dá ao jovem egresso de instituição de acolhimento.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – Diante da pauta, estou absolutamente favorável a esse projeto de lei. O meu voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Apesar de apenas presidir a reunião, não poder externar opinião, eu penso a mesma coisa...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – Sim...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... e por isso que eu estou insistindo em obter o quórum, e a senhora nos dá aqui a... Nós temos mais dois votos, portanto.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – Obrigada, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Soraya Thronicke...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – Eu estou com a agenda lotada, mas, à medida que eu puder e que vocês precisarem, podem chamar, que eu volto para esta Comissão, porque eu tenho que ir para outra. Mas estou...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Nós sabemos da sua disposição...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – ... onipresente hoje aqui. Está bom? (*Risos.*)

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não precisa ser onipresente. Basta ter o dom da ubiquidade, conforme ensinou Santo Antônio. (*Risos.*)

Vou chamar de novo: Senador Renan Calheiros, por favor, precisamos do seu voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Querida Senadora Nilda Gondim. Precisamos do seu voto.

Fernando Bezerra. Precisamos do seu voto.

Veneziano Vital do Rêgo.

Flávio Bolsonaro.

Fabiano Contarato.

Senador Mecias de Jesus.

Nós aceitamos o voto desde que a voz seja certificada por nós. (*Risos.*)

Senador, o senhor concorda? (*Pausa.*)

O senhor, portanto, me complementa com fé pública para dizer "é a voz do Mecias" – e, no caso, o Mecias é com "c".

Com a palavra a querida amiga Senadora Nilda Gondim.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Sr. Presidente.

Estou aqui, ausente fisicamente, mas presente, para lhe dizer que eu voto "sim", Sr. Presidente.

É porque realmente atrapalhou aí o sistema e eu não estava conseguindo. Por isso é que eu pedi para que, pessoalmente, eu possa dar o meu voto. Está bom?

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Muito obrigado, muito obrigado pelo seu gesto e pela atenção em face da dificuldade técnica que nós estamos enfrentando.

Renovo, portanto, a solicitação: Senador Renan Calheiros, Senador Fernando Bezerra Coelho, Senador Veneziano Vital do Rêgo, Senador Flávio Bolsonaro e Senador Fabiano Contarato.

Como é que nós deixamos o Fabiano se evadir? (*Pausa.*)

E Senador Carlos Portinho.

Ele esteve aqui, não é? O assessor do Senador Carlos Portinho cadê? Ele estava aqui, Eduardo, o assessor do Senador Carlos Portinho. (*Pausa.*)

A nossa solicitação...

Alguém já ligou para o Senador Chico Rodrigues? Ele não está, acho, aqui. (*Pausa.*)

E para o Senador Marcos Rogério? (*Pausa.*)

Aguardamos o contato do Senador.

Primeiro, quero fazer mais uma solicitação.

Senador Jaques Wagner e Senador Humberto Costa. (*Pausa.*)

Pode ajudar aí nos telefonemas?

Chico Rodrigues.

Marcos Rogério.

Zequinha Marinho. (*Pausa.*)

Enquanto aguardamos a obtenção do voto, que está dificultado, esse objetivo está dificultado pela deficiência técnica, quero dar por recebido o Ofício nº 193, da Embaixada da Federação da Rússia, datado de 21 de novembro, que nos encaminha a declaração das Câmaras da Assembleia Federal da Federação da Rússia sobre a necessidade de fortalecimento da Convenção para a proibição de armas biológicas e toxínicas e sua destruição e as sugestões da parte russa para fortalecer o regime da dita convenção, documento que está com tradução para o português e o inglês. Assina o Embaixador Alexey Labetskiy. (*Pausa.*)

Nós precisamos do seu voto para completar o quórum do projeto de lei de autoria do Senador Eduardo Girão, relatado pelo Senador Marcos do Val, que concede prioridade a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

jovens egressos de instituições de acolhimento na seleção para o serviço militar. Podemos contar com o seu voto?

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - RR. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – O meu voto, Presidente, é sim.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Seu voto é "sim".

Muito obrigado, está computado.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - RR. *Por videoconferência*.) – Agradeço. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Obrigado.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Senador, Esperidião, pela ordem.

Gostaria de registrar o meu voto "sim". O projeto é meritório. Infelizmente, o sistema hoje não está ajudando muito.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Muito obrigado, Senador Carlos Portinho.

Quero lhe informar que desta vez, desta vez o seu gol foi decisivo. (*Risos.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O senhor acaba, mesmo de biquinho, como o Romário gostava de fazer, fazer o gol necessário.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Obrigado, Senador Esperidião.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Portanto, colhemos 10 votos SIM; nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

Estão aprovados o projeto de lei e a emenda apresentada pelo Senador Marcos do Val.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências, e nós vamos solicitar urgência.

Considero aprovada também a solicitação de urgência... (*Pausa.*)

Terminativo não... Mas com a nossa solicitação informal de urgência, uma vez que o projeto está pendente há um ano. (*Pausa.*)

Perfeito. Muito obrigado.

Conseguindo o voto do Senador Carlos Portinho, que, dessa vez foi um gol necessário, eu vou dispensar a todos da presença. Agradeço, mais uma vez, o Senador Julio Ventura pela solidariedade na expectativa da superação dessa dificuldade técnica.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos.

Declaro encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 13 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e cinquenta e oito minutos do dia vinte e dois de junho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Eduardo Gomes, Izalci Lucas, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Eduardo Girão, Angelo Coronel, Mecias de Jesus, Jaques Wagner, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Nilda Gondim, Veneziano Vital do Rêgo, Maria do Carmo Alves, Flávio Bolsonaro, Styvenson Valentim, Carlos Fávaro, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho e Alessandro Vieira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Emendas da CDR ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2023)**. **Finalidade:** Discussão e votação das Emendas da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo ao Projeto de Lei nº 5/2022-CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências". **Relator**: Senador Fernando Collor. **Resultado:** Relatório das emendas aprovado. Ficam as emendas renumeradas de 01 a 08. Esta Comissão delibera pela apresentação das Emendas à Meta, já renumeradas, de nº 01): 60110001, Apoio ao Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano, Alteração de Meta: 1200; nº 02): 60110002, Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística, Alteração de Meta: 5.000; e nº 03): 60110003, Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas De Integração Nacional, Alteração de Meta: 100. Também decide pela apresentação das Emendas de Texto, nº 4): 60110004, Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 24, Tipo: Aditiva; nº 5): 60110005 Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 24, Tipo: Aditiva; nº 6): 60110006 Corpo da Lei, Cap II, Art 4, Inciso III, Tipo: Aditiva; nº 7): 60110007 Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 24, Tipo: Aditiva; nº 8): 60110008 Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 24, Tipo: Aditiva. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fernando Collor
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/06/22

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar Vanguarda/PTB - AL. Fala da Presidência.) – Senhoras e senhores, declaro aberta a 2ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, destinada à deliberação de emendas da CDR a serem oferecidas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2023.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 1ª Reunião desta Comissão da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

As Sras. e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a sua aprovação permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será, assim, publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Como comunicado, teria que dizer às Sras. e aos Srs. Senadores que, conforme prevê a Instrução Normativa nº 12, de 2019, findo o prazo de 15 dias e não havendo manifestação dos membros da Comissão, o seguinte documento será encaminhado ao arquivo: Aviso nº 1.985, que trata do Acórdão nº 2.872, de 2021, proferido pelo Plenário do Tribunal de Contas da União.

O nosso objetivo, na sessão de hoje, é discutir e deliberar sobre a apresentação de emendas desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 5, de 2022, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2023, e dá outras providências.

Informo que esta reunião ocorre de modo semipresencial com a utilização do sistema de videoconferência.

As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da plataforma.

Esclareço que, conforme aprovado no relatório preliminar da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e na forma do art. 87, inciso I, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, esta Comissão poderá apresentar até três emendas para inclusão de ação orçamentária ao anexo de prioridades e metas, bem como não há limite ao número de emendas ao texto do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias já mencionado.

Ressalto que esta Comissão recebeu 63 sugestões de emendas, somente de membros de seu Colegiado, referentes a matéria de sua competência regimental.

Na forma regimental, a Comissão recebeu 58 sugestões de emendas para inclusão de ação orçamentária e cinco sugestões de emendas de texto.

Informo aos pares que a coordenação das sugestões de emendas é de iniciativa desta Presidência.

Dessa forma, passo a fazer a leitura do relatório e suas considerações. (*Pausa.*)

Então, conforme já dito, parecer da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) sobre sugestões e emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023, Projeto de Lei nº 5, de 2022, do Congresso Nacional, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da lei orçamentária de 2023, e dá outras providências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autor: diversos autores.

Relator: Senador Fernando Collor.

Relatório.

Com fundamento nas disposições contidas na Resolução nº 1, de 2006-CN, que dispõe sobre a tramitação de matérias orçamentárias, especialmente em seus arts. 87 a 91, esta Comissão de Desenvolvimento Regional reúne-se para deliberar a respeito das propostas de que resultarão emendas de texto e até três emendas a serem apresentadas ao Anexo de Prioridades e Metas do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023 (PLDO 2023). Tais propostas, relacionadas em quadros anexos específicos (metas e texto) a este parecer, contemplam programações orçamentárias variadas, conforme as competências regimentais da CDR.

É o relatório.

Passamos diretamente ao voto.

Voto.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão delibere pela aprovação dos objetos das propostas de nºs 58, 31, 32, 37, 42, 47, 50, 53 e 56 (ação 00SX); das propostas nºs 12,18, 29, 34, 36, 48, 51, 52 e 57 (ação 10V0); e 2, 6, 7, 21, 44 e 55 (ação 214S). Nesse caso, será viabilizada a apresentação de três emendas ao Anexo de Prioridades e Metas do PLDO 2023, destinadas às seguintes ações:

- ação 00SX, "Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado", com meta de 1,2 mil projetos apoiados;

- ação 10V0, "Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística", com meta de 5 mil projetos apoiados; e

- ação 214S, "Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas", com meta de 100 atividades produtivas apoiadas.

No tocante às emendas de texto, votamos pela apresentação de todas as sugestões apresentadas.

A elaboração das emendas a partir das propostas aprovadas deve observar os ajustes técnicos necessários ao atendimento das normas aplicáveis ao PLDO 2023. Ademais, as emendas devem fazer-se acompanhar da ata desta reunião, na qual se especificará a decisão aqui tomada.

Finalmente, sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Sala da Comissão e a data de hoje.

As sugestões de emendas apresentadas estão aqui todas elas apensadas ao voto.

Então, peço, como já disse, à Secretaria-Geral da Mesa que encaminhe à Comissão Mista de Orçamentos.

Já lido o relatório, destaco:

- a Ação 00SX, "Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado", atende as propostas das Sras. Senadoras Soraya Thronicke e Nilda Gondim e dos Srs. Senadores Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Styvenson Valentim, Izalci Lucas e Chico Rodrigues;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- a Ação 10V0, "Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística", atende os Senadores Mecias de Jesus, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Styvenson Valentim e Izalci Lucas e das Sras. Senadoras Soraya Thronicke e Nilda Gondim; e, por fim,

- a Ação 214S, "Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas", acata as propostas dos Senadores Jaques Wagner, Jean Paul Prates, Zequinha Marinho, Chico Rodrigues e da Sra. Senadora Zenaide Maia.

Coloco agora em discussão o relatório e as considerações apresentadas. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com as emendas sugeridas por este Coordenador permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Ficam aprovadas as emendas para a inclusão de ação orçamentária ao Anexo de Metas e Prioridades do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2023, que são renumeradas como Emendas de nºs 1 a 3.

No tocante às emendas de texto, serão renumeradas como Emendas de nºs 4 a 8.

Nos termos do art. 87, combinado com o art. 44, inciso I, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, e também do Comunicado nº 11, de 2022, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), as emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata da reunião que as aprovou.

Aprovação da presente ata.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 2ª Reunião da Comissão da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Agradecendo mais uma vez a presença de todos, de S. Exas. as Sras. Senadoras e S. Exas. os Srs. Senadores, e nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Uma boa tarde.

(Iniciada às 14 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 10 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 03ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quinze horas do dia nove de novembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Maria do Carmo Alves, Eduardo Braga, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Roberto Rocha, Eduardo Girão, Zenaide Maia, Júlio Ventura e Acir Gurgacz. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Nilda Gondim, Flávio Bolsonaro, Plínio Valério, Styvenson Valentim, Angelo Coronel, Carlos Fávaro, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Jaques Wagner e Alessandro Vieira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Emendas da CDR ao PLOA 2023**. **Finalidade:** Discussão e deliberação das emendas da CDR ao PLOA/2023 (PLN 32/2022-CN), que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro 2023". Relator: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO). Esta Comissão delibera pela apresentação das Emendas de Apropriação de Despesa às seguintes ações, já renumeradas, de nº 01): 60110001, Programação 10V0, apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - Nacional, no Ministério do Turismo, - Administração Direta (UO: 54101), **sequencial 2841**, no valor de R$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais); nº 02): 60110002, Programação 00SX, apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável - Local Integrado - Nacional, no Ministério do Desenvolvimento Regional, - Administração Direta, (UO: 53101) **sequencial 2632**, no valor de R$ 3.500.000.000,00 (três bilhões e quinhentos milhões de reais); nº 03): 60110003, Programação 00T1, apoio à política nacional de desenvolvimento urbano voltado à implantação e qualificação viária, no Ministério do Desenvolvimento Regional – Administração Direta, (UO: 53101) **Sequencial 2650**, no valor de R$ 3.500.000.000,00 (três bilhões e quinhentos milhões de reais); e nº 04): 60110004, Programação 00TO, Apoio à implantação, ampliação ou melhorias de sistemas de esgotamento sanitário em municípios com população superior a 50 mil habitantes ou municípios integrantes de regiões metropolitanas ou de regiões integradas de desenvolvimento - Nacional, no Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta, (UO: 53101) **Sequencial 2680**, no valor de 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais). **Resultado:** Aprovado o relatório das emendas da CDR ao PLOA 2023, renumeradas como Emendas da CDR 1 a 4. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Fernando Collor
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/11/09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar Vanguarda/PTB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à discussão e votação das emendas da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (PL nº 32/2022-CN), que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2023, e dá outras providências;

Deliberação de emendas ao Ploa 2023.

A Comissão recebeu 97 emendas.

A relatoria das emendas a serem encaminhadas à Comissão Mista de Orçamento é de S. Exa. o Senador Acir Gurgacz.

Concedo a palavra ao Relator, para fazer a leitura de seu relatório e de suas considerações.

Com a palavra V. Exa., Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT/PDT - RO. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Muito boa tarde, Sr. Presidente Fernando Collor.

Inicialmente agradeço a confiança a mim conferida para poder fazer esse nosso último relatório desta Legislatura.

Agradeço a sua confiança.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar Vanguarda/PTB - AL) – Obrigado.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT/PDT - RO. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Enfim, ao relatório.

Com fundamento nas disposições contidas na Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que dispõe sobre a tramitação de matérias orçamentárias, especialmente nos arts. 43 a 45, esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo se reúne para deliberar sobre as propostas que resultarão em até 4 (quatro) emendas de apropriação e 4 (quatro) de remanejamento a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2023. Tais propostas, relacionadas em quadro anexo a este parecer, contemplam programações orçamentárias variadas, conforme as competências regimentais da CDR.

No prazo estipulado, foram indicadas 97 (noventa e sete) sugestões de emenda, todas relativas a programações orçamentárias para financiar políticas públicas, majoritariamente ao abrigo da concentração material das competências desta Comissão. Desse total, uma sugestão foi do tipo “remanejamento”; e noventa e seis (96) do tipo “apropriação”.

Tais indicações nos foram enviadas pelos seguintes Senadores, em ordem alfabética: Acir Gurgacz, Alessandro Vieira, Chico Rodrigues, Eduardo Braga, Fernando Collor, Flávio Bolsonaro, Irajá, Izalci Lucas, Jaques Wagner, Jean Paul Prates, Marcelo Castro, Nilda Gondim, Plínio Valério, Roberto Rocha, Rodrigo Cunha, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Veneziano Vital do Rêgo, Zenaide Maia e Zequinha Marinho.

As propostas foram analisadas à luz dos comandos legais que presidem as competências da CDR em matéria orçamentária, particularmente a determinação constante da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, de que as emendas exibam caráter institucional e também nacional, não apenas regionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quanto aos aspectos de mérito, verificamos que todas as propostas endereçaram questões de relevante interesse público e foram aderentes aos temas da pauta de trabalho desta Comissão ao longo dos anos.

No caso da emenda de remanejamento CDR 067, optamos por indicar proposta congênere na modalidade de apropriação, adiante relatada.

No caso das emendas de apropriação, na impossibilidade de aprovarmos todas as propostas, sugerimos o acatamento das sugestões que receberam maior apoiamento dos membros desta Comissão. Observamos, além disso, que as escolhas assegurassem o atendimento de todas as áreas temáticas da alçada desta Comissão.

Abaixo, segue a relação das programações acolhidas:

– programação "10V0 – apoio a projetos de infraestrutura turística nacional", no Ministério do Turismo –, administração direta (UO: 54101), sequencial 2841, no valor de R$1,5 bilhão, atendendo aos objetos das seguintes sugestões de emendas: CDR009, CDR016, CDR019, CDR022, CDR028, CDR040, CDR048, CDR051, CDR056, CDR064, CDR069, CDR078, CDR080, CDR082 e CDR097. Usar de referência a Emenda CDR 051;

– programação "00SX – apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local integrado nacional", no Ministério do Desenvolvimento Regional –, administração direta, sequencial 2632, no valor de R$3,5 bilhões, atendendo aos objetos das sugestões CDR012, CDR013, CDR018, CDR033, CDR041, CDR047, CDR052, CDR063, CDR068, CDR073, CDR081 e CDR083. Usar de referência a Emenda CDR 068;

– programação "00T1 - apoio à política nacional de desenvolvimento urbano voltado à implantação e qualificação viária", no Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta, sequencial 2650, no valor de R$ 3, 5 bilhões, atendendo aos objetos das sugestões CDR008, CDR014, CDR020, CDR023, CDR027, CDR036, CDR039, CDR044, CDR054, CDR058, CDR060, CDR067, CDR070, CDR079 e CDR084. Usar de referência a emenda CDR 070;

– programação "00TO - apoio à implantação, ampliação ou melhorias de Sistemas de esgotamento sanitário em municípios com população superiora 50 mil habitantes ou municípios integrantes de regiões metropolitanas ou de regiões integradas de desenvolvimento - nacional", no Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta, sequencial 2680, no valor de R$ 500 milhões, atendendo aos objetos das sugestões CDR015, CDR017, CDR053, CDR076. Usar de referência a emenda CDR 076, com a correção técnica para emenda de apropriação de acréscimo, pois se trata de programação já constante do Ploa 2023.

Diante do exposto, opinamos pela indicação de que esta Comissão apresente quatro emendas de apropriação nos moldes das propostas de nºs 051, 068, 070 e 076, as quais viabilizarão o atendimento da maioria das sugestões propostas pelos nobres pares. Ressalvamos que a elaboração das emendas a partir das propostas aprovadas deve observar os ajustes técnicos necessários ao atendimento das normas aplicáveis ao Ploa 2023.

Ademais, as emendas devem se fazer acompanhar da ata desta reunião, na qual se especificará a decisão aqui tomada. Finalmente, sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, a nossa famosa CMO.

Das 97 emendas sugeridas, Presidente, nós acatamos 46 – 46 nós conseguimos acatar – , e fizemos questão de distribuí-las em vários segmentos para não ficar num segmento único a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ser contemplado. Nós entendemos que essas quatro emendas vêm ao encontro da necessidade brasileira de investimentos em vários setores, no turismo, no esgotamento sanitário, obras que são importantes e trabalhos que são importantes para a economia e para o bem-estar da população brasileira.

Antes de finalizar, eu agradeço também, Presidente, à nossa Dra. Helena, Consultora do Senado, que nos ajudou a fazer esse relatório.

Mais uma vez, agradeço a confiança a V. Exa. a confiança em mim depositada para fazer esse relatório.

O relatório é esse, Sr. Presidente, e pedimos a aprovação, o apoiamento dos nobres colegas Senadores e Senadoras para que possamos aprovar esse relatório e enviar para a Comissão Mista de Orçamento.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar Vanguarda/PTB - AL) – Muito obrigado a V. Exa., Senador Acir Gurgacz. É uma alegria muito grande poder revê-lo; enfim, é participante ativo da nossa Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal.

Coloco agora em discussão o relatório apresentado por S. Exa., o Senador Acir Gurgacz.

As Sras. Senadores e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aos Senadores e Senadoras que acabaram de aprovar o relatório lido e apresentado por S. Exa., o Senador Acir Gurgacz, os nossos agradecimentos.

Renumeradas como Emendas CDR de 01 a 04, as emendas contemplam integral ou parcialmente as iniciativas dos Srs. e Sras. Parlamentares.

CDR 01, S. Exas., Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Plínio Valério, Flávio Bolsonaro, Sra. Senadora Nilda Gondim – e continuando a relação dos Srs. Senadores –, Chico Rodrigues, Irajá, Izalci Lucas, Marcelo Castro, Rodrigo Cunha, Acir Gurgacz, Fernando Collor e Styvenson Valentim.

A CDR 02, S. Exas., os Senadores Zequinha Marinho, Plínio Valério, Flávio Bolsonaro, Eduardo Braga, Roberto Rocha, Chico Rodrigues, Irajá, Izalci Lucas, Marcelo Castro, Roberto Rocha, Acir Gurgacz e Fernando Collor.

CDR 03, S. Exas., os Senadores Zequinha Marinho, Veneziano Vital do Rêgo, Flávio Bolsonaro, Nilda Gondim, Eduardo Braga, Chico Rodrigues, Irajá, Marcelo Castro, Fernando Collor e Acir Gurgacz.

E CDR 04, S. Exas., os Srs. Senadores Zequinha Marinho, Flávio Bolsonaro, Irajá e Alessandro Vieira.

Nos termos do art. 87, combinado com o art. 48, inciso I, da Resolução 1, de 2006, do Congresso Nacional, as emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, junto com a ata da reunião que as aprovou.

Proponho neste momento a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 3ª Reunião da Comissão da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

S. Exas., as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Esta Presidência agradece mais uma vez a disposição dos convidados em comparecer à nossa reunião e declara, portanto, agora, encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 15 horas, a reunião é encerrada às 15 horas e 16 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às oito horas e zero minutos do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Acir Gurgacz e Chico Rodrigues, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Luis Carlos Heinze, Guaracy Silveira, Luiz Carlos do Carmo, Rose de Freitas, Esperidião Amin, Mailza Gomes, Soraya Thronicke, Lasier Martins, Izalci Lucas, Roberto Rocha, Carlos Fávaro, Irajá, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Jayme Campos, Zequinha Marinho, Paulo Rocha e Eliziane Gama. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1459, de 2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 526, de 1999) - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e das embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de pesticidas, de produtos de controle ambiental e afins; altera a Lei Delegada nº 8, de 11 de outubro de 1962; revoga as Leis nºs 7.802, de 11 de julho de 1989, e 9.974, de 6 de junho de 2000, partes de anexos das Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e dispositivo da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013; e dá outras providências." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Pela rejeição da Emenda que veicula o atual inciso III do § 22 do artigo 3º do PL 1459/2022, renumerando-se os demais incisos, e pela aprovação em globo das demais Emendas que compõem o PL 1459/2022. Pela prejudicialidade das Emendas nº 1 e nº 2, e pela aprovação da Emenda que redação que apresenta. Resultado: Lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. Usam da Palavra a Senadora Eliziane Gama e os Senadores Chico Rodrigues, Paulo Rocha, Carlos Fávaro, Carlos Heinze, Guaracy Silveira e o Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão. E nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Acir Gurgacz
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/11/24

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata das reuniões anteriores.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Há expediente sobre a mesa, que eu passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento da seguinte manifestação externa:

- Ata da reunião da Resistência Camponesa, da Instituição Religiosa Aspaziana Cristã, do Município de Santa Cruz Cabrália, na Bahia.

Essa ata da reunião ficará à disposição das Sras. e dos Srs. Senadores no portal da Comissão de Agricultura.

A atual legislação que trata dos pesticidas ou defensivos agrícolas está defasada e não atende mais as necessidades técnicas de avaliação dos produtos utilizados na lavoura e na pecuária com a segurança, agilidade e a inovação que a agricultura moderna exige. Por conta disso é que defendo a aprovação do PL 1.459, de 2022, do qual sou Relator aqui na Comissão da Agricultura e Reforma Agrária.

Esse projeto iniciou sua tramitação no Senado em 1999. Portanto, está há 23 anos – 23 anos – tramitando aqui no Congresso Nacional, sendo que foi amplamente debatido com os Congressistas. O PL 1.459 de 2022, é, portanto, o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS 526, de 1999, e faz uma atualização necessária da lei atual sobre os pesticidas, que é a Lei 7.802, de 1989, mantendo alguns de seus dispositivos. No que diz respeito ao sistema de gestão, o PL mantém praticamente a mesma estrutura utilizada hoje para avaliação e registro de pesticidas no Brasil, só mudou um pouco as competências.

Com a nova lei, o Ministério da Agricultura vai assumir o papel de coordenação e gestão de todo o processo, envolvendo registro, uso, comercialização e descarte dos pesticidas. E é importante que se diga que é a Anvisa e o Ibama que continuarão atuando em todas as etapas do processo, desde o pedido de um novo registro até a fiscalização do seu uso, a sua comercialização e o seu descarte.

Eu faço questão de repetir, porque há uma discussão com relação a este ponto: a Anvisa e também o Ibama continuam atuando em todas as etapas desse processo, desde o pedido de um novo registro até a fiscalização do seu uso, da sua comercialização e também do descarte.

Os arts. 6º e 7º definem claramente as atribuições e as competências dos órgãos federais responsáveis pela saúde, Anvisa, e pelo meio ambiente, Ibama. Ambos os órgãos continuam com as atribuições técnicas de avaliar a segurança dos produtos em análise, cada qual na sua esfera de competência. Caberá ao Ministério da Agricultura a homologação final, considerando sempre os pareceres do meio ambiente e da saúde, que são os da Anvisa, ou seja, a Anvisa e o Ibama continuam avaliando tecnicamente os produtos, garantindo a segurança à saúde e ao meio ambiente, junto com o Mapa, que avaliará a eficácia agronômica e dará o parecer final, sempre observando o parecer técnico da Anvisa e do Ibama. O objetivo é reduzir a burocracia e evitar o retrabalho, como ocorre atualmente, observando as recomendações do Tribunal de Contas da União.

É bom esclarecer que o projeto estabelece o uso do termo "pesticida", utilizado na maioria dos países, que é o termo recomendado pela Organização Mundial da Saúde – não é uma criação nossa. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

termo "agro", da palavra "agrotóxico", induz à interpretação de que esses produtos são usados apenas no meio rural, mas esses produtos são usados também em ambientes urbanos, hídricos e também industriais. Por exemplo, o *spray* usado em casa para matar baratas e insetos é considerado um agrotóxico, mas não é. Por isso, o termo correto é "pesticida", segundo a própria Organização Mundial da Saúde. Ocorre que, atualmente, muitos pesticidas estão obsoletos e podem ser rapidamente substituídos por pesticidas mais eficientes, menos agressivos à saúde e ao meio ambiente e menos tóxicos, desde que tenhamos uma legislação mais moderna e transparente.

Um dos principais pontos da proposta é mais agilidade no registro de novos produtos, com a redução do tempo, porém com a inclusão de mais etapas de análises técnicas para a aprovação de novos princípios ativos, trazendo mais segurança e agilidade para o processo. Hoje demora-se, em média, de oito a dez anos para a atualização de um novo princípio ativo. É um tempo muito longo para produtos mais modernos, seguros e eficazes entrarem no mercado. A nova lei prevê o prazo máximo de dois anos para que o novo produto seja analisado, similar ao de diversos outros países, como Estados Unidos, Argentina, Austrália e alguns países da Europa.

Para dar mais transparência ao processo, o art. 58 cria o Sispa, Sistema Unificado de Informação, Petição e Avaliação Eletrônica.

A solicitação de aprovação de novos produtos terá uma única entrada digital através do Sispa, o que facilitará a tramitação e o acesso dos órgãos responsáveis pela análise dos estudos científicos que comprovam a segurança do uso. Por meio do Sispa, todo e qualquer cidadão poderá acompanhar os processos de registro e obter informações sobre os procedimentos.

Para manter os níveis toxicológicos dentro de padrões de segurança aceitos nos acordos internacionais, o art. 4º define a exigência para registro de pesticidas, seguindo referências como o Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos, o Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias e o Codex Alimentarius.

O PL propõe, no §15, a adoção da metodologia da análise de risco em substituição à análise de perigo, atualmente utilizada nas avaliações regulatórias. A análise de risco é utilizada pela maioria dos países desenvolvidos e se caracteriza por considerar também a exposição ao pesticida e não somente suas características intrínsecas.

O PL prevê a concessão de registro temporário para os casos em que o prazo estipulado não seja cumprido. Para garantir que os registros temporários seguirão padrões de segurança internacional, o art. 3º, em seus §§6, 7 e 9, estabelece claramente os critérios que serão utilizados, entre eles a necessidade de o produto já estar aprovado e registrado em pelo menos três países-membros da OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

Fica criado o registro temporário para os produtos que sejam registrados para cultura similares ou para usos ambientais similares em pelo menos três países-membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico que adotem, nos respectivos âmbitos, o Código Internacional de Conduta sobre a Distribuição e o Uso de Agrotóxicos da FAO, mediante inscrição de sistema informatizado.

Para a expedição de RT para os produtos técnicos e os produtos técnicos equivalentes, eles devem possuir registro com especificações idênticas nos países-membros da OCDE.

Com a aprovação mais ágil de defensivos mais modernos, as doses utilizadas no campo serão reduzidas e, por consequência, o custo da produção vai cair, assim como os possíveis impactos ambientais serão muito menores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Anualmente o Ministério da Agricultura recolhe para incineração toneladas e toneladas de defensivos agrícolas obsoletos, abandonados na zona rural e urbana, sem qualquer identificação e armazenamento de forma adequada.

Com a modernização da legislação, esses defensivos nem estariam mais em circulação. O PL cria o Sistema Informatizado de Cadastro de Utilização de Pesticidas, que reunirá dados dos atores envolvidos na cadeia de fabricação, comercialização, uso e descarte dos pesticidas e embalagens. A medida facilitará a fiscalização e o desenvolvimento de políticas públicas relacionadas ao assunto.

É muito comum ouvirmos que o Brasil é o maior consumidor de pesticidas do mundo. Isso não é verdade. Atualmente, o Brasil ocupa a sétima posição no *ranking* mundial de usuários de pesticida, ficando atrás de países como Japão, Coreia do Sul, Alemanha, França, Itália e Reino Unido. Se compararmos o uso dos pesticidas dividido pela quantidade de produtos agrícolas produzidos, o Brasil fica na 13ª posição, tendo à sua frente Canadá, Espanha, Austrália, Argentina, Estados Unidos e Polônia. Portanto, mesmo que o ambiente de produção agrícola brasileiro, de clima tropical, favoreça e potencialize a ocorrência de pragas, doenças e plantas invasoras, usamos menos pesticidas do que países em clima temperado.

Estamos entre os maiores produtores e exportadores de alimentos do mundo e produzimos com excelência de qualidade, respeitando o Limite Máximo de Resíduos em alimentos, índice adotado globalmente para avaliar o uso correto dos pesticidas. O Brasil segue os acordos internacionais rígidos que definem os limites de segurança. O PL 1.459 preserva o cumprimento desses acordos.

O Brasil utiliza moléculas que não são utilizadas na Europa, mas isso ocorre por conta das condições climáticas distintas, e não porque elas foram banidas da Europa. As 142 moléculas autorizadas para o uso agrícola no Brasil e que não são utilizadas na União Europeia não foram submetidas para análise nos países europeus porque não são necessárias para as lavouras desses países, por conta do clima e outros fatores agronômicos.

O mesmo acontece com as 93 moléculas que possuem autorizações de uso na União Europeia e não possuem registro para uso agrícola no Brasil, pois elas são apropriadas para o clima temperado, e não para o clima tropical. Por exemplo: o herbicida Paracap foi banido no Brasil, mas continua em uso nos Estados Unidos, Canadá, Austrália, Argentina e Paraguai; o fungicida Prochloraz foi banido no Brasil pela Anvisa em 2016, mas ficou em uso até 2021 na Europa, porque era importante para o trigo naqueles países; o que quer dizer que não corremos o risco de utilizar aqui no Brasil produtos banidos na Europa ou em outros continentes.

Essa nova proposta de lei vem trazer mais transparência e agilidade na aprovação de defensivos agrícolas cada vez mais modernos, que são necessários para produzir alimentos com segurança, com menor custo e para manter o país competitivo no comércio internacional.

O conhecimento científico e o avanço tecnológico nos permitem afirmar que novos ingredientes químicos destinados a combater as pragas agrícolas podem ser mais eficientes e trazer menores risco ao meio ambiente, à saúde pública e à saúde humana. Com regras mais claras e sistemas de registro e controle mais modernos, vamos ampliar a segurança jurídica, reduzir a burocracia, trazendo inovação e tecnologia para a nossa agropecuária. Com transparência e serenidade nos procedimentos, vamos ampliar o leque de fornecedores, aumentar a competitividade do setor e ampliar a produção e a produtividade no campo em igualdade de condições com nossos concorrentes do mercado internacional. Esse é o caminho para a modernização da nossa agropecuária, para garantirmos alimentos mais acessíveis, ou seja, comida na mesa dos brasileiros, e continuarmos liderando as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exportações, mantendo superávit da nossa balança comercial e o crescimento do PIB, com geração de emprego e renda.

É importante nós colocarmos, Senadores, Senadoras e convidados que estão junto conosco, que nós já ouvimos aqui, através de audiências públicas, a Universidade de São Paulo, a Universidade Estadual Paulista, a Universidade Federal de Santa Catarina, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva, a ONU, o Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário, a organização Terra de Direitos, a Articulação Nacional da Agroecologia, a Associação Brasileira de Produtores de Algodão, o Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos, o Ministério da Agricultura, a CNA, o Ministério Público do Trabalho, a Fiocruz, o Greenpeace Brasil, a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), todos em audiências públicas acordadas aqui nesta Comissão. Foram várias audiências públicas no Senado, várias audiências públicas desde 1999, pois há 23 anos esse projeto tramita no Senado e na Câmara Federal.

Eu passo agora a Presidência ao Senador Chico para continuar a nossa reunião.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Pela ordem, Presidente. (*Pausa.*)

Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - RR) – Com a palavra V. Exa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Presidente, eu queria, na verdade, fazer aqui algumas colocações rapidamente.

O Senador Acir Gurgacz finalizou a sua palavra colocando o tempo de início do debate desse projeto – 1999 –, mas é bom lembrar que esse projeto foi iniciado lá atrás, pelo Senador Blairo Maggi, com dois artigos. Nós estamos com 67 artigos. Então, é outro projeto, é outra proposta, na verdade, que nós temos hoje, e não é correto, do ponto de vista do conteúdo do projeto, dizer que é o mesmo projeto de 1999.

Eu queria fazer um pedido de vista desse projeto, Presidente, mas antes fazer, na verdade, um apelo para a gente fazer a suspensão desta reunião, temporariamente, para a gente construir um acordo, Presidente.

Veja, nós estamos vindo da COP 27, a COP no Egito, e todos sabem que o Brasil se tornou pária, Senador Paulo Rocha, nos últimos anos, no quesito meio ambiente. O Brasil sempre esteve na cabeceira da mesa, sempre esteve protagonizando os grandes debates, até pela posição ambiental que o Brasil tem. E nós tivemos agora, na última COP, um reposicionamento do Brasil. O Presidente Lula foi para a COP, fez um discurso aguardado não apenas pelo Brasil, aguardado pelo mundo inteiro, fez apresentações extremamente equilibradas, trouxe o seu comprometimento com a agenda ambiental – e, quando ele traz o comprometimento com a agenda ambiental, automaticamente ele está se posicionando contra o que nós chamamos de pacote da destruição, dentro do qual nós temos o PL do veneno, este que estamos agora a discutir nesta Comissão.

Outro ponto que eu queria colocar: quando, na verdade, o Presidente Lula fez o discurso na COP 27, onde as atenções do mundo se voltaram para o Brasil, houve claramente o reacender da esperança de que o Brasil se reposicione e passe, então, a fazer esse debate no qual a política ambiental passa a ser um dos eixos principais da estrutura do novo Governo. Apoiando ou não apoiando, compreende-se que o novo Governo tem uma responsabilidade de fato, nos próximos quatro anos, de tratar uma política pública com a devida responsabilidade para esse setor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, nesse sentido, Senador Acir, tanto V. Exa. quanto o Senador Fávaro, que está aqui conosco, integram, inclusive, a Comissão de Transição.

V. Exa. sabe que este projeto não tem hoje, do meu ponto de vista, um entendimento já acordado com outros setores da transição, como, por exemplo, a saúde, o próprio meio ambiente, porque, dentre alguns pontos que nós temos aqui neste projeto de lei, nós temos a exclusão da Anvisa, da avaliação, e do Ibama, ou seja, um órgão da área ambiental e um órgão da área da saúde...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – ... sim, sim, sim – ficam excluídos do ponto de vista do acompanhamento da fiscalização e controle, Senador Acir. V. Exa. sabe disso.

Finalizando o meu raciocínio, Senador Acir e Senador Fávaro, que integram a transição desse Presidente que foi para a COP 27, que se colocou como alguém que vai reposicionar, vai reconstruir a política ambiental, é até injusto com esse Presidente a gente hoje aprovar esse relatório.

Então, eu queria pedir que a gente suspendesse, na verdade, para tentarmos construir um entendimento. V. Exa. é um homem do entendimento. E, se não atender, já pedirei vista, porque as alterações que estão aqui não são apenas alterações de redação.

E, é claro, se eu tenho uma nova alteração no texto, cabe um novo pedido de vista. E eu tenho plena convicção de que o colega Senador Paulo Rocha também entenderá da mesma forma, no sentido de estar somando conosco uma vista coletiva a esse projeto.

Então, nesse sentido, Senador Chico Rodrigues, eu pediria que V. Exa. deferisse seja o meu pedido de acordo ou seja o meu pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - RR) – Nobre Senadora, não podemos conceder o pedido de vista antes de ser feita a leitura do projeto. Então, fica prejudicado esse seu primeiro pedido.

Passo a palavra ao nobre Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Afinal, então, qual é o momento da sessão? É de debate? Porque ele já leu o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - RR) – Não, não, não. Não leu ainda.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Uai...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - RR) – Com a palavra o nobre Senador Fávaro.

O SR. CARLOS FÁVARO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu aguardo a leitura do relatório, mas compreendo...

Quero cumprimentar a todos, cumprimentar o Presidente Acir, que está fora agora, para ler o relatório, todos os colegas Senadores e Senadoras, todas as entidades de classe aqui representadas.

Eu acho justo o debate proposto pela Senadora Eliziane Gama, mas aqui quero dizer com toda certeza, Senadora Eliziane: talvez por um equívoco... Agora, com a leitura do projeto, nós vamos tirar muitas dúvidas, porque estamos todos do mesmo lado. Eu não quero usar, nas minhas propriedades, organofosforados, produtos cancerígenos, produtos que causam mal ao meio ambiente. Ao contrário,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cada vez mais... Eu sei que o intuito do Presidente Acir é buscar um texto que renove de forma moderna e eficiente, que traga o licenciamento, a autorização do uso de moléculas aqui no Brasil, para vencer a burocracia, essa máquina pública cartorial que dificulta e atrapalha. E, muitas vezes – quero aqui deixar um alerta –, somos levados ao erro sob o pretexto de estarmos fazendo o bem para a população, fazendo o bem ao meio ambiente. Muitas vezes, cartéis instalados neste país se camuflam atrás de protetores do meio ambiente para poder manter a sua estabilidade e o seu crescimento.

Essa lei moderniza, atualiza a legislação... Por que eram dois artigos e hoje são sessenta e pouco? É óbvio: em vinte e poucos anos, o mundo mudou e nós temos que aperfeiçoar.

Eu acho que é importante o debate. Nós vamos tirar todas as dúvidas agora neste debate proposto pela Senadora Eliziane Gama para que nós possamos estar seguros de votar um projeto que vai modernizar a agricultura brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente, antes de ler o relatório, na questão do pedido de vista, V. Exa. tem razão, porque, primeiro, tem que apresentar o relatório.

Agora, a sugestão da Senadora Eliziane de suspender momentaneamente para a gente dialogar se é possível fazer alguns ajustes, eu acho que a Mesa poderia levar em consideração a suspensão, antes de ler o relatório, porque há chance de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - RR) – O.k.

V. Exa. faz uma proposição extremamente razoável ao Projeto de Lei 1.459, de 2022, o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS 526, de 1999, do Senador Blairo Maggi, que não é terminativo.

Então, eu vou conceder a palavra ao Senador Acir Gurgacz para que possa fazer os seus comentários, e ele, eventualmente, se achar desnecessário, não leria o relatório. Mas S. Exa. decide, porque é o Relator da matéria.

(É o seguinte o item:

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 1459, DE 2022 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 526, DE 1999)

- Não terminativo -

Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e das embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de pesticidas, de produtos de controle ambiental e afins; altera a Lei Delegada nº 8, de 11 de outubro de 1962; revoga as Leis nºs 7.802, de 11 de julho de 1989, e 9.974, de 6 de junho de 2000, partes de anexos das Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e dispositivo da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pela rejeição da Emenda que veicula o atual inciso III do § 22 do artigo 3º do PL 1459/2022, renumerando-se os demais incisos, e pela aprovação em globo das demais Emendas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compõem o PL 1459/2022. Pela prejudicialidade das Emendas nº 1 e nº 2, e pela aprovação da Emenda que redação que apresenta.

Observações:

- Esta Comissão realizou três Audiências Públicas para instrução do Projeto nos dias 22.06.2022, 23.06.2022 e 22.11.2022.

- Em 17.08.2022, o Senador Esperidião Amin apresentou a Emenda n° 1.

- Em 23.11.2022, o Senador Chico Rodrigues apresentou a Emenda n° 2

- A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

- Votação simbólica.)

O SR. ACIR GURGACZ (PDT/PDT - RO. Como Relator.) – Muito bem.

O Plenário 9 está disponível. Se alguém quiser assistir ao vivo também, mais acomodado, sentado, fique à disposição. Se também quiserem ficar aqui, fiquem inteiramente à vontade.

Eu fiz aquela introdução, Senadora Eliziane, para aguardar a chegada dos Senadores para que a gente pudesse ler o relatório na presença das senhoras e dos senhores aqui na Comissão.

Vem ao exame da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária o Projeto de Lei nº 1.459, de 2022 (Substitutivo ao PLS nº 526, de 1999, da Câmara dos Deputados.)

O projeto de lei em análise propõe medidas para modificar o sistema de registro de agrotóxicos, seus componentes e afins no Brasil. Aprovada pela Câmara dos Deputados, em 9 de fevereiro de 2022, como subemenda substitutiva, a proposição retorna para análise na forma do autógrafo encaminhado ao Senado Federal, com 67 artigos.

O PL nº 1.459 está estruturado em 16 Capítulos, da seguinte forma: Capítulo I – Disposições Preliminares; Capítulo II – Dos Órgãos Registrantes; Capítulo III – Das Competências; Capítulo IV – Dos Procedimentos de Registro; Capítulo V – Das Alterações, da Reanálise e da Análise dos Riscos de Pesticidas e de Produtos de Controle Ambiental; Capítulo VI – Da Repressão às Infrações Contra a Ordem Econômica; Capítulo VII – Do Controle de Qualidade; Capítulo VIII – Da Comercialização, das Embalagens, dos Rótulos e Das Bulas; Capítulo IX – Do Armazenamento e do Transporte; Capítulo X – Da Inspeção e da Fiscalização; Capítulo XI – Da Responsabilidade Civil e Administrativa; Capítulo XII – Dos Crimes e das Penas; Capítulo XIII – Do Sistema Unificado de Informação, Petição e Avaliação Eletrônica; Capítulo XIV – Da Criação da Taxa de Avaliação e de Registro; Capítulo XV – Da Destinação dos Valores Arrecadados com a Taxa de Avaliação e de Registro; Capítulo XVI – Disposições Finais e Transitórias.

Importante destacar que o PL nº 6.299, de 2002, tramitou, na Câmara dos Deputados, conjuntamente com outras 46 proposições apensadas que tratavam do mesmo assunto.

A redação do PL nº 6.299, de 2002, aprovada pela Câmara dos Deputados apresenta mudanças importantes em relação ao PLS nº 526, de 1999, cuja aprovação no Senado, em fevereiro de 2002, tinha por objeto alterar a Lei nº 7.802, de 1999, em dois dispositivos: art. 3º, para incluir um §7º, a fim de disciplinar o registro prévio como sendo o do princípio ativo; e art. 9º, para incluir entre as responsabilidades da União legislar sobre a destruição das embalagens de agrotóxicos.

Diferentemente do projeto original, o substitutivo aprovado na Câmara, após quase duas décadas de tramitação, revoga a Lei nº 7.802, de 1999, e visa instituir um novo marco regulatório sobre o tema.

Em 1º de junho de 2022, a matéria foi distribuída à CRA e sua relatoria foi avocada pela Presidência da Comissão, nos termos do art. 129 do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12920ACE004CB0C6.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 7 de julho de 2022, foi lido o relatório e concedida vista coletiva nos termos regimentais.

No dia 17 de agosto de 2022, foi protocolada a Emenda nº 1 - PL1.459/2022 (Substitutivo-CD), do nobre Senador Esperidião Amin, a qual tem o objetivo de substituir, no projeto em análise, onde couber, a expressão "receituários agronômicos emitidos por engenheiros agrônomos ou florestais legalmente habilitados" por "receituários agronômicos emitidos por profissionais legalmente habilitados e seus respectivos Conselhos de Fiscalização Profissional".

Em decorrência, a matéria voltou para reexame do Relator.

Por se tratar da única comissão a apreciar a matéria, cabe à CRA analisar os aspectos de constitucionalidade, de juridicidade – nela incluídos os aspectos de técnica legislativa – e de mérito da atual redação do PL nº 1.459, de 2022.

A proposição é formal e materialmente constitucional, e dispõe sobre matérias de competência legislativa concorrente entre União, Estados e Distrito Federal, como florestas, conservação da natureza, defesa dos recursos naturais e proteção do meio ambiente. Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, e é legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Lei Maior.

Tampouco há norma constitucional que, no aspecto material, esteja em conflito com o teor da proposição em exame. Assim, não se vislumbra óbice algum quanto à constitucionalidade da medida. Não se verifica, outrossim, vício de juridicidade.

No mérito, consideramos o projeto muito oportuno, uma vez que altera as regras de aprovação, comercialização e uso dos pesticidas em nosso território, refletindo uma necessidade de atualização normativa diante do desenvolvimento técnico e científico do mundo atual.

A Embrapa considera que a proposição em análise apresenta avanços quando propõe a adoção da metodologia da análise de risco em substituição à análise de perigo, atualmente utilizada nas avaliações regulatórias. Nesse sentido, a análise de risco, segundo a Embrapa, é utilizada pela maioria dos países desenvolvidos e caracteriza-se por considerar também a exposição ao pesticida e não somente suas características intrínsecas.

A mudança metodológica da análise de perigo para a análise de risco está prevista no art. 2º, §6º, como a principal contribuição do PL nº 1.459, de 2022, para aumentar a segurança na aprovação, na comercialização e no uso dos pesticidas, como defendem os pesquisadores da Embrapa e de muitos institutos de pesquisas no mundo inteiro. A referida mudança metodológica, contudo, não representa uma flexibilização, mas sim um rigor maior na avaliação dos novos produtos, pois a análise de risco é mais abrangente.

Concordamos com o entendimento da Embrapa, segundo a qual a proposição representa um marco regulatório previsível e funcional, que venha a contribuir para um ambiente juridicamente seguro, o que pode resultar em maiores investimentos em inovação e segurança. Atualmente, sabe-se que o processo de registro de pesticidas é moroso devido à excessiva burocracia, o que deve ser urgentemente revisto.

O Projeto em análise tem o objetivo de contribuir, decisivamente, para reduzir a referida burocracia, de modo a tornar mais ágil a aprovação de novos e mais modernos pesticidas, que certamente serão mais seguros e menos agressivos ao meio ambiente e à saúde humana. A redução da burocracia e o aumento da transparência serão feitos, como define o art. 58 do projeto, com a criação do Sispa (Sistema Unificado de Informação, Petição e Avaliação Eletrônica).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F35657330004CB0C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A solicitação de aprovação de novos produtos terá uma única entrada digital – através do Sispa, que facilitará a tramitação e o acesso dos órgãos responsáveis pela análise dos estudos científicos que comprovem a segurança do uso.

O Ministério da Agricultura vai assumir o papel de coordenação do processo de análise e uso dos pesticidas, conforme orientações do Tribunal de Contas da União. Acrescenta-se que a Embrapa também considera relevante a designação do Mapa como o órgão de coordenação e registro dos pesticidas e afins.

Importante registrar que os arts. 6º e 7º da proposição em análise definem claramente as atribuições do Mapa e as competências dos órgãos federais responsáveis pela saúde (Anvisa) e do meio ambiente (Ibama), os quais continuarão com as atribuições técnicas de avaliar a segurança dos produtos em análise, cada qual na sua esfera de competência – nesse contexto, caberá ao Mapa a homologação final, considerando os pareceres do meio ambiente e da Anvisa.

Com os avanços pretendidos pelo PL, o Brasil continuará a ter um dos agronegócios mais sustentáveis do mundo, como já acontece atualmente. Esse foi um dos posicionamentos defendidos em audiência pública realizada nesta Comissão para instruir a matéria.

A audiência pública citada, aliás, foi muito oportuna para destacar os benefícios que o PL em tela pode proporcionar ao agronegócio brasileiro. A eficiência no uso da terra, com o ambiental, o social e o econômico sendo prestigiados pela sustentabilidade, a partir do aumento da produtividade e da migração para sistemas de produção conservacionistas, são um diferencial na produção agrícola brasileira, modelo que será reforçado com a nova legislação pretendida pelo PL nº 1.459, de 2022.

Importante mencionar, também, que estudos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) indicam que o Brasil ocupa a sétima posição no *ranking* mundial de usuários de pesticidas, ficando atrás de países como Japão, Coreia do Sul, Alemanha, França, Itália e o Reino Unido.

Segundo estudos da FAO, comparando o uso dos pesticidas dividido pela quantidade de produtos agrícolas produzidos, o Brasil fica na 13ª posição, tendo à sua frente também Canadá, Espanha, Austrália, Argentina, Estados Unidos e Polônia. Se as áreas de pastagens forem incluídas, o Brasil passaria para a 43ª posição.

O exposto indica que, mesmo que o ambiente de produção agrícola brasileiro de clima tropical favoreça e potencialize a ocorrência de pragas, doenças e plantas invasoras, o Brasil usa menos pesticidas do que os países em clima temperado. Portanto, demonstra-se que o Brasil usa pesticidas de modo equilibrado, respeitando acordos internacionais rígidos, que definem os limites de segurança na aplicação desses produtos. E o PL em análise é fundamental para que essa salutar tendência se intensifique com benefícios para toda a sociedade brasileira.

Por fim, mas não menos importante, cumpre registrar que entidades representativas têm se manifestado a favor da aprovação do substitutivo do projeto em análise. Para a Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso, por exemplo, a nova legislação era esperada há anos e impacta diretamente o custo de produção de alimentos no país. Já para a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais, a proposição moderniza a legislação nacional, contemplando avanços importantes para proporcionar ainda mais dinamismo ao já competitivo agronegócio brasileiro. Enfim, são inúmeras as manifestações de apoio às medidas pretendidas pelo projeto em análise, razão pela qual entendemos que deve ser aprovado por esta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F35657330004CB0C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ante o exposto, sugerimos, contudo, ajustes ao PL em questão. O primeiro deles relacionado ao dispositivo que trata dos produtos fitossanitários para o uso próprio, art. 3º, §22, do PL. Entendemos não ser oportuno prever que a produção de produto fitossanitário para uso próprio deva estar autorizado no registro do produto comercial utilizado para multiplicação, tal como prevê o inciso III do referido §22 do art. 3º do PL, razão por que somos favoráveis a sua suspensão.

Um segundo ajuste que consideramos oportuno diz respeito à redação do *caput* do art. 16º e nos §§1º e 3º do art. 22 da proposição em análise, adequando "engenheiros agrônomos ou florestais" por "profissionais legalmente habilitados", e a expressão "conselhos de categoria profissional da engenharia agronômica ou florestal" por "respectivos conselhos de fiscalização profissional". Com esse ajuste, ficam atendidas a Emenda nº 1, do nobre Senador Esperidião Amin, e a Emenda nº 2, do nobre Senador Chico Rodrigues, que preside esta sessão, restando dispensada a sua aprovação destacada do texto da emenda de redação que ora apresentamos.

Voto.

Pelo exposto, somos pela rejeição da emenda que veicula o atual inciso III do §22 do art. 3º do PL 1.459, de 2022, renumerando-se os demais incisos, e pela aprovação em globo das demais emendas que compõem o PL 1.459, de 2022; pela prejudicialidade das Emendas nº 1 e nº 2 e pela aprovação da emenda de redação que apresenta.

> EMENDA Nº - CRA
> Substituam-se, no Projeto de Lei nº 1.459, de 2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 526, de 1999), onde couber, a expressão “engenheiros agrônomos ou florestais” por “profissionais legalmente habilitados” e a expressão “conselhos da categoria profissional da engenharia agronômica ou florestal” por “respectivos conselhos de fiscalização profissional”.

Esse é o relatório, Sr. Presidente Chico Rodrigues e Sras. e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - RR) – Sr. Presidente, eu gostaria, inclusive, de fazer um agradecimento a V. Exa. quanto a essa emenda que por mim foi apresentada, a Emenda nº 2, que inclui... V. Exa. a acatou porque já estava no bojo do seu relatório a inclusão também dos profissionais técnicos agrícolas, até por uma questão de justiça, porque eles assim já agem em todas as suas atividades profissionais e estão tecnicamente capacitados. Portanto, agradeço a V. Exa. o acatamento.

Tendo sido lido o relatório por V. Exa., eu lhe passo a palavra, para que continue...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, eu queria pedir vista do projeto, do relatório, Presidente.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu queria, Presidente, acrescentar também ao pedido de vista coletiva...

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - RR) – Então, concedo vista coletiva ao relatório, até porque já havia sido feita uma manifestação anterior por parte da Senadora Eliziane Gama, e V. Exa. está corroborando a demanda apresentada pela Senadora.

Está concedida vista coletiva.

Passo a Presidência ao nosso nobre Senador Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Chico Rodrigues.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F35657330004CB0C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para esclarecimento, Senadora Eliziane Gama e Srs. Senadores, nós estamos também muito preocupados com a questão do clima no planeta e com a importância do Brasil em meio a toda essa situação. Acompanhamos claramente e também apoiamos toda a intervenção que o Presidente Lula fez na COP 27 e fará na sua gestão, na sua administração.

Esse projeto vem ao encontro de tudo aquilo que fala o Presidente Lula. Nós não estamos tirando nenhuma responsabilidade ou atuação da Anvisa e do Ibama, nenhuma! A Anvisa continuará tendo o seu protagonismo na sua atuação para análise técnica, tanto a Anvisa quanto o meio ambiente. É apenas uma readequação de gestão, para nós diminuirmos a burocracia, para fazermos com que a análise seja mais rápida. Mas toda a responsabilidade técnica de aprovação ou não continuará sendo da Anvisa, Senador Fávaro, e também do meio ambiente.

Desse modo, nós estamos contribuindo, tanto é que nós estamos praticamente copiando o que se faz, como eu citei aqui, nos Estados Unidos, na França, no Reino Unido, no Canadá, na Argentina e em outros países, como o Japão. Nós estamos praticamente copiando ou dando sequência, seguindo o que fazem esses países, tanto é que o Brasil está atrás, muito atrás na aplicação de pesticidas na produção agrícola.

Inicialmente, o Senador Fávaro pediu a palavra.

Na sequência...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Eu!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – ... falará a Senadora Eliziane e o Senador Paulo Rocha.

O SR. CARLOS FÁVARO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT. Pela ordem.) – Presidente, é só para colaborar com o debate, Senadora Eliziane Gama, Senador Paulo Rocha e todos aqui presentes.

Primeiro, quero deixar claro que o objetivo, Senadora Eliziane, é, cada vez mais, estarmos preocupados com uma produção sustentável, eficiente, benéfica não só ao meio ambiente. Temos que entender por sustentabilidade o tripé da sustentabilidade, que passa pelo econômico... Viabilizar o aspecto econômico, baratear o custo de produção é fundamental. Sem sombra de dúvidas, o Brasil precisa caminhar para a produção sustentável ambientalmente.

Eu digo sempre que nós temos grandes ativos no Brasil para produzir, por isso somos recordistas mundiais de produção de alimentos. Nós temos gente vocacionada, terras propícias, máquinas de última geração, sementes e tecnologias de última geração, mas não seria possível produzir se nós não tivéssemos o principal ativo, que é clima, que é chuva, que é a periodicidade e o uso da água. Por isso, nós temos que ter a responsabilidade. Essa é a galinha dos ovos de ouro da produção agrícola brasileira. E esse projeto não está precarizando; ao contrário, está facilitando, por exemplo, o uso de biológicos, que barateiam o custo de produção, são seletivos, biodegradáveis e muito mais eficientes.

Eu também, como já disse aqui, não quero usar produtos organofosforados, cancerígenos, nem para mim, nem para os meus colaboradores e muito menos para população brasileira e mundial, que vão consumir esses alimentos. Agora, vencer o desafio da burocracia é o intuito maior deste projeto.

Eu conheço uma empresa multinacional que veio para o Brasil para começar a fazer os registros dos seus produtos genéricos, aqui no Brasil, para poder comercializar. Ela deu entrada em um processo de regularização em 2009 e só pôde comercializar o primeiro produto aqui no Brasil em 2017. Quer dizer, essa burocracia atrapalha e tira a competitividade do povo brasileiro, da produção brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F35657330004CB0C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, eu acho oportuno o pedido de vista, para que nós possamos debater e tirar todas as dúvidas, Senador Paulo Rocha, para que nós tenhamos segurança de votar aqui, nesta Comissão, e também no Plenário.

Para finalizar, quero pedir ao Presidente, então, só que encaminhe esse pedido de vista coletivo para que nós, na semana que vem, possamos já deliberar sobre esse tema aqui, neste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Muito bem.

Senadora Eliziane Gama.

Eu pergunto ao Senador Lasier se gostaria de usar a palavra. (*Pausa.*)

Na sequência.

Senadora Eliziane Gama, por gentileza.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Eu queria só dizer, a bem da verdade, Presidente Acir, que, da forma como esse projeto está, não é um projeto defendido pelo Presidente Lula, posso lhe assegurar isso, sobretudo depois da exposição clara que o Presidente Lula fez na COP 27. Esse projeto que nós chamamos, na verdade, de PL do veneno, porque é um libera geral, é um projeto que vai trazer prejuízos muito grandes.

Veja, nós tivemos, sobretudo agora no Governo de Bolsonaro, mais de 1,9 mil agrotóxicos autorizados. Se você somar todos os últimos 20 anos... Nos últimos quatro anos, a concentração foi maior do que nos últimos 20 anos no Brasil. E o projeto libera ainda mais.

O Ibama, que é a colocação que nós fizemos, e a Anvisa podem até opinar – eles são órgãos consultivos –, mas, entre meio ambiente, agricultura e saúde, a palavra final será da agricultura. A saúde – a saúde! – está sendo colocada em segundo plano.

A gente não vai discutir porque já foi pedido vista, mas a gente vai discutir no momento certo. Você vai elencando aqui uma série de pontos, como autorização temporária. Você não tem o impacto para a vida e a saúde e já é autorizado. Com saúde não se brinca, porque é a vida das pessoas.

Então, esse projeto, ao lado de outros projetos também que estão tramitando aqui no Congresso Nacional, que é o caso da regularização fundiária, que é o caso do licenciamento, inclusive com licenciamento tácito, é o que nós chamamos de um verdadeiro pacote da destruição.

É por isso que eu faço um apelo ao senhor mais uma vez. E é um apelo ao Senador Fávaro, que, comenta-se, inclusive, poderá vir a ser Ministro da Agricultura. Ora, é uma responsabilidade muito grande!

Não dá...

O SR. CARLOS FÁVARO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT. *Fora do microfone.*) – Ministério é mistério por enquanto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Não dá, na verdade, para a gente ter um governo como o que nós teremos, do Presidente Lula, comprometido, sendo que aqui já se está dando uma prévia muito ruim de quem está integrando a transição. Então, o Presidente Lula está vendo isso. E eu acho que vocês poderiam dar um gesto a ele e dar um gesto à comissão de transição, porque, como eu disse, a comissão de transição na área do meio ambiente e a comissão de transição na área da saúde não concordam com o PL do veneno. Isso é um fato.

Mas vamos discutir no momento certo, na hora certa, e vamos impedir, com o apoio do Presidente Lula, que esse projeto avance aqui no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F35657330004CB0C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Carlos Heinze... Ah, não; Paulo Rocha. Desculpe. Está na sequência. É que eu não vi você lá, pois estava do meu lado aqui.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – Depois você me rebate, Carlos Heinze. (*Risos.*) (*Fora do microfone.*)

Bem, eu fiz questão de vir aqui para a mesa para falar bem de frente com as pessoas que estão aqui.

Nós já estamos há algum tempo aqui, e a gente sabe que esta é uma Casa de interesses: cada representante, cada companheiro aqui vem eleito pelo povo para defender os interesses em que acredita e a que se propõe. Então, isso para mim é tranquilo aqui.

Por que eu quero dizer isso aqui? Porque não é fácil a gente enfrentar alguns projetos aqui que conflitam com os interesses. E eu queria dizer aqui que a nossa posição não é uma posição ideológica radical. Eu já fui até agredido por assessores aí que defendiam interesses por causa dessas posições. Eu cheguei aqui em 1991 e já consegui aprovar, com os companheiros mais antigos que estavam aqui, o projeto de combate ao trabalho escravo, de minha autoria, negociado com esse setor inclusive – era Ronaldo Caiado, na época, que representava isso. Então, a gente sabe administrar. Mas eu tive que, primeiro, provar que existia trabalho escravo e que existe lá no meu interior do Pará.

Então, o que nós estamos colocando aqui é exatamente ter a possibilidade de fazer uma legislação que atenda aos interesses que estão colocados, como a questão da burocracia, a questão dos avanços, da produtividade, da produção, mas também nós temos que fazer uma legislação... Porque todo mundo sabe que em todos os setores tem os indisciplinados. No caso aqui, tem os devastadores.

Então, o que a gente percebe é que precisamos de legislação madura para alguns setores, e de todos, inclusive do lado dos trabalhadores. Essa é uma experiência que nós temos aqui na vida de um país. Nós estamos consolidando inclusive uma democracia no país ainda.

Então, para dizer claramente: nós não somos contra o desenvolvimento, nós não somos contra o aumento da produção, nós não somos contra a modernização do setor, do processo. Nós sabemos quanta importância tem o agronegócio para o nosso país na produção de alimento, na busca de divisas lá fora, com processo de exportação. De tudo isso a gente tem consciência e clareza. Agora, a nossa preocupação aqui... Por exemplo, ninguém pode esconder que – isso nos chama a atenção – foi no atual Governo que se escancarou a porta para essa questão dos agrotóxicos. Liberou geral. Então, é esta a nossa preocupação: além do desenvolvimento, da modernização, do aumento da produção, da produtividade, da modernização, também nós temos preocupação com a questão ambiental e com a questão da saúde pública. Nós não podemos trocar – para falar bem claro – o lucro fácil, se não estivermos mediados com as questões do interesse público, no caso a questão ambiental e a questão da saúde. Esta é a nossa... Por isso que nós estamos insistindo em dialogar mais, avançar mais, etc.

Por exemplo, uma coisa tão simples que a gente propõe, que parece ser simples, mas tem uma central exatamente para os analistas avaliarem ou quando forem os técnicos analisar, nós queremos mudar o nome da denominação "agrotóxicos" para "pesticidas". Por quê? É a preocupação com a questão.

Então, eu vim aqui inclusive para falar de frente, para a senhora principalmente.

Presidente, não é obstrução – não é. É exatamente a gente querer aprofundar e fazer esse diálogo franco e aberto, porque é fácil a gente denominar de "devastadores" ou "radicais", etc. Entendeu? Eu não estou nessa polarização. Nós estamos buscando uma mediação para preocuparmos com o conjunto da sociedade, inclusive valorizando a produção, o aumento da lucratividade do setor, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F35657330004CB0C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é importante para buscar, repito, divisas lá fora para o nosso país, para o enriquecimento, para o desenvolvimento, mas isso não pode ser em detrimento da questão ambiental e da questão da saúde pública do nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Muito obrigado, Sr. Paulo Rocha.

Senador Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para discutir.) – Sr. Presidente, colegas Senadoras, Senadores, esse assunto... Eu estou aqui desde 1999 e, nesse projeto do Blairo, eu já trabalhava junto, naquele instante; O Deputado Moka, naquela ocasião também, e outros tantos da classe que debatem o que o Senador Fávaro coloca aqui.

Imaginem um produto, sete, oito, dez anos para se registrar, quando em qualquer país do mundo são três, quatro, cinco, seis meses para registrar. Isso tem que... É a modernidade. Defensivos, Fávaro, que já são ultrapassados, eu ainda não registrei aqui no Brasil. Não pode ficar assim, Paulo Rocha. É nesse sentido que a gente está falando que nós precisamos da modernidade, avançar, como qualquer país da Europa faz, os Estados Unidos fazem, os países evoluídos fazem isso.

Então, o que nós temos aqui está condenando os nossos produtores a viverem no atraso por não terem um produto moderno, eficiente e com custo mais barato e mais adequado. Assim veio a biotecnologia, assim tantas outras questões. Portanto, falar em pesticida, enfim, isso é um remédio. Não se chama remédio, para o humano, de humanotóxico; é um remédio. Isso aqui é um remédio para planta, é um remédio para um animal, é um remédio. Aqui ele não coloca... Na Europa chama fitofármaco o remédio para planta. Então, não dá para a gente criminalizar o produtor brasileiro.

Quanto mais eu falar mal do meu país... Podem escrever, com todos os entraves: o Brasil será a maior nação agrícola do planeta. Já crescemos muito ao longo dos últimos anos e seremos ainda reconhecidos. Temos que superar essas barreiras dos fertilizantes, dos defensivos, das sementes.

Sobre a questão ambiental, que foi colocada aqui. Galvan, você está lá no Mato Grosso. Quando falam que a Noruega, que a Inglaterra, que a Alemanha, de onde meus antepassados vieram, vai dar uma merreca, Senador, uma merreca de dinheiro... Imaginem quanto custa mais ou menos 300 milhões de hectares? Trezentos bilhões de hectares que nós temos hoje lá. Bilhões de hectares. Galvan, eu não quero desmatar a Amazônia e nem vocês querem.

Só as áreas degradadas de Cerrado que eu tenho ali hoje, Acir – você já está nessa região –, é uma infinidade. Hoje o que o mundo deve para o Brasil não é meia dúzia de dólares que seriam dados para ONGs da Região Amazônica. ONGs! Eu não vou vender o Brasil para eles! Se eles tivessem que nos pagar o valor, é infinito o valor que a Amazônia vale. E a Amazônia é do Brasil! Nem Lula nem ninguém vai entregar para os países estrangeiros.

O Presidente norte-americano e o Presidente francês falam mal de nós. Brasileiros falam mal de nós. Não posso fazer isso! Aquilo é um patrimônio do Brasil! E que a humanidade, se quiser, pague por esse patrimônio ao Brasil, porque é nosso! Eu não vou devastar e nem quero. Ninguém quer isso aí. Agora, alguns hectares nós podemos usar já estão sendo usados e podemos usar mais. Eu não quero devastar a Amazônia. Agora, aquele preço é infindável; aquilo é troco, troco o que vale aquilo ali, Galvan. Portanto, esse é o passo.

Agora, o segundo assunto, também muito importante e definitivo. Eu quero cumprimentar o Deputado Marcel Van Hattem e outros tantos que estão instalando uma CPI, na Câmara dos Deputados, sobre a questão do TSE (Tribunal Superior Eleitoral). E lamentar que mais uma vez, ontem, o Ministro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F35657330004CB0C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alexandre de Moraes, com a sua atitude, acirra os ânimos. Eu acho que ele está escondendo alguma coisa, que não quer abrir uma investigação do processo eleitoral brasileiro. Quem não deve não teme.

Quero agradecer também aos 14 Senadores que assinaram comigo um documento que nós vamos entregar entre hoje e segunda-feira ao Procurador-Geral da República, para que ele possa abrir uma investigação. Eu só quero abrir uma investigação. Se nós estamos certos ou errados, não tem problema nenhum. Quem não deve não teme.

E o que o Ministro fez ontem... Ele está acirrando os ânimos. Já dizia Ruy Barbosa: "A pior ditadura é a ditadura do Judiciário". Tem que respeitar esta Casa, e ele não respeita – o Parlamento brasileiro, a Câmara ou o Senado Federal! Tem que respeitar, porque afinal nós somos um Poder e ele também é um Poder.

Portanto, esse é um passo importante. As coisas serão demonstradas às claras.

E digo e repito: quem não deve não teme. Parece que estão temendo todas as irregularidades no processo eleitoral que houve no Brasil. Portanto, é importante, vamos seguir nessa batida, para que nós possamos fazer com que alguém nos ouça. E vamos fazer esse processo.

Agradeço aos Senadores que assinaram ontem, rapidamente peguei 14 assinaturas, e estaremos entrando, entre hoje e segunda-feira, com o Dr. Aras, para que ele possa fazer uma investigação correta, completa, em cima do processo eleitoral brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Carlos Heinze.

Com a palavra o Senador Guaracy.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Para discutir.) – Bom dia, meu Presidente.

V. Exa. é natural, acho, das terras mais produtivas do Brasil, se não me engano... V. Exa. é de Cascavel, não é?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – É. Cascavel, Paraná.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Eu acho que o único nome errado é o nome da cidade. Isso aí tinha quer ser mudado, porque cascavel não é um nome tão bonito. (*Risos.*)

Mas a terra é muito bonita e muito produtiva e das mais produtivas do Brasil.

Bom dia a todos os senhores e ao público que nos assiste pela TV Senado e nos ouve pela Rádio Senado.

Eu vejo, Sr. Presidente... Eu me somo totalmente às palavras do colega Heinze, esse gaúcho que presumo ser tomador de chimarrão também, que deixa as pessoas muito inteligentes – não é isso, Acir? (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Não, ele toma!

Agora, o chimarrão que ele toma é chimarrão mesmo! Não tem outras ervas alucinógenas no meio. É chimarrão dos mais saudáveis.

Mas eu queria, meu Presidente, lembrar de uma coisa, o que é a agricultura no Brasil.

Eu me lembro de Alysson Paolinelli. Alysson Paolinelli foi, talvez, um dos maiores nomes na agricultura brasileira. Ele, se não me engano, foi Ministro, de 1974 a 1979.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F35657330004CB0C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-5 (ANEXO: 005)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pegamos o Brasil, naquela época, eterno Senador e companheiro, pegamos o Brasil, colega Acir, meu Presidente, com 48 milhões de toneladas de grãos sendo produzidos; quatro anos depois, nós produzimos 52 milhões de toneladas. Vejamos bem: hoje nós estamos chegando a 320 toneladas...

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Mais, 320 milhões.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – É, 320 milhões, obrigado – 320 milhões de toneladas de produção. Aumentamos seis, sete vezes mais a produção nesses últimos quarenta e poucos anos. E aumentamos por quê?

Agora Senador, eu talvez seja um dos poucos Senadores – não sei se o Senador Heinze também é ou algum outro aqui –, com o cheiro da terra. Eu nasci na agricultura. Com cinco, seis anos, trabalhava na agricultura, trabalhava em chácara produzindo hortifrúti. Depois trabalhei com gado e, afinal, fui um plantador a vida toda, e ainda continuo sendo.

Fala-se muito da agricultura no Brasil e fala-se da nossa Amazônia sem se conhecer, muitas vezes, um palmo da Amazônia. Existe uma onda internacional que quer destruir a nossa Amazônia e quer destruir o Brasil, porque existe uma cobiça internacional por esse grande espaço que nós temos.

Trabalhei, Sr. Presidente, na construção da Transamazônica, naquela época em que o lema era "vamos integrar para não entregar". Levamos gentes do Brasil todo. Eu me lembro, Senador Acir, de que era um negócio muito interessante: gaúchos chegando, enfrentando a Belém-Brasília, entrando na Transamazônica para pegar os lotes com 250 ou 500m de frente – o lote certinho era de noventa e nove hectares vírgula qualquer coisa, nas duas margens da Transamazônica. Foi assim que nós construímos aquela região – foi assim. E eu sou, talvez, um dos últimos que vivenciaram. Não faço uma narrativa, mas é uma história do que eu vivi – do que eu vivi!

Mas volto a Alysson Paolinelli, que, em quatro anos, aumentou praticamente 10% da agricultura brasileira. E nós somos campeões hoje de muitos dos tipos de produções das mais consumidas do mundo. Este país causa um ciúme internacional, e esse ciúme internacional é por essa vontade de tornar a Amazônia um patrimônio mundial. A nossa Amazônia – e deixe a Amazônia colombiana, a peruana, a boliviana, a da Guiana, a da Venezuela para eles – brasileira é nossa, é bem nossa; chega de estrangeiros meteram o bico aqui para tentarem roubar dinheiro nosso, ou de ONGs internacionais dizendo que estão defendendo a Amazônia. A maior parte das pessoas que dizem isso não entende nada da nossa Amazônia, não entende nada, não sabe diferenciar um pé de melancia de um pé de angelim. Não sabem nada, não conhecem, mas acham de meter o bico na Amazônia; pessoas que não sabem nada da Amazônia. E eu me preocupo.

Eu sou vaidosamente um caipira paulista. Nasci no Estado de São Paulo, mas praticamente me criei na Amazônia, trabalhando na construção da Manaus-Porto Velho, ajudando o 5º BEC; da Cuiabá-Santarém; da Cuiabá-Porto Velho; da Transamazônica... Então, talvez eu seja um dos sulistas que realmente entrou para a Amazônia com vontade de desenvolvê-la.

O que temos de entender sobre a selva amazônica? A selva amazônica – estou falando de agricultura de modo geral, mas quero fazer um preâmbulo e peço a paciência dos senhores – é uma coisa diferente. Todo mundo entende errado, todo mundo entende errado sobre a Bacia Amazônica. Ela é uma bacia diferente. Se V. Exa. permitisse, eu queria dar uma demonstração aí no mapa, mostrando no mapa que está atrás de V. Exa... Eu poderia?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO. *Fora do microfone.*) – Claro.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Com licença. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F35657330004CB0C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meus senhores e minhas senhoras, aqui está o Oceano Atlântico. Aqui está o nosso Brasil e parte da Amazônia.

Nós temos, começando mais aqui no norte da Bahia, o Escudo Central, um escudo que está a mais ou menos 600m, 700m, 800m de altitude. Aqui, por trás, nesse oeste da nossa Amazônia, nós temos a Cordilheira dos Andes, a maior cordilheira do mundo, que fecha aqui. Então, o nosso Escudo Central entra por aqui e por aqui.

Aqui em cima, nós temos o Tumucumaque e os montes de Roraima, que fazem outra barreira.

Aqui nós temos o Oceano Atlântico. O mundo, para quem está no Hemisfério Sul, vira no sentido horário. É claro que, para quem está no Hemisfério Norte, vai ser o contrário. O mundo, então, vira nesse sentido aqui. O que acontece? A umidade da Amazônia, aliás, do Oceano Atlântico – me perdoem – obrigatoriamente, como efeito funil, tem que entrar aqui na Amazônia. A umidade tem que entrar aqui na Amazônia. Isso faz com que nós tenhamos um índice pluviométrico dos mais altos do mundo, porque somos uma bacia fechada.

Nós temos aqui do outro lado a Austrália que está quase no mesmo paralelo, no mesmo meridiano. Mas o que acontece? Nós não temos cordilheiras montanhosas, ou apenas uma ou outra. Então, o vento passa, a umidade passa e, no fim de tudo, chega um pouquinho na África, mas vem aqui para a América do Sul, vem para o Brasil.

Essa é uma cordilheira fechada, a Amazônia é uma bacia fechada. Então, toda chuva produzida aqui vai cair aqui. Vamos parar com esse negócio de dizer: "Derruba-se a mata amazônica, vai acabar chuva". Não! A mata da Amazônia é um presente da chuva, não é a chuva que é presente da mata. Mas precisa-se entender pelo menos um pouquinho de geologia para entender isso, que é uma verdade.

Agora falam: "Vai acabar a selva da Amazônia". Meus irmãos, isso nunca vai acontecer, isso é uma ignorância de pessoas que querem destruir a nossa produção, querem destruir os nossos limites, as nossas riquezas, dizer que estamos desmatando tudo. Primeiro, desmatamos alguma coisa da Amazônia? Sim, talvez 6%, 7% da Amazônia de selva densa, porque temos que entender outra coisa: a Amazônia não é uma coisa homogênea. Nós temos alagados, como parte do Pantanal, como parte da Ilha de Marajó, como entre o Amapá e o Rio Arapari, nós temos várias regiões de encharcados; nós temos, no início da Amazônia, o Deserto do Jalapão; temos a região de Cerrado; temos o Lavrado de Roraima; e ainda temos a grande parte da selva densa.

Então, esse é um presente que Deus nos deu, mas nós temos umas redes de televisão, infelizmente, a serviço do capeta, do satanás, do coisa-ruim, do cramunhão, que demonizam o Brasil. Nós não estamos destruindo nada; nós estamos construindo alimentação para a Amazônia.

O mundo precisa nos respeitar, o mundo precisa nos honrar, porque nós preservamos essa terra.

Sei que V. Exa. também é um amazônida de coração e de produção e conhece tanto quanto eu, ou talvez melhor – espero que seja melhor –, mas nós temos que entender que existe um mundo contra nós.

Nos anos 60, Senador, o *Pravda*, jornal da época, da União Soviética, publicava constantemente: "O maior país do Hemisfério Sul brevemente vai se tornar uma nação socialista". Era notícia em 1964, 1963, direto essa notícia. Eles querem essa nossa área. O Brasil é dos brasileiros e de quem quis vir para cá – nós sempre os recebemos de braços abertos. É daqui, bem desse norte da Venezuela, que nós os recebemos aqui; muitas vezes, chega, em alguns dias, mais de mil pessoas que recebemos, dos retirantes da miséria. E têm uma Amazônia talvez tão rica quanto a nossa, mas mal-explorada, pois dão ouvido para pessoas de fora e destroem o país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F35657330004CB0C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Amazônia é importante demais para nós, mas eu quero voltar ao tema da agricultura. Então, senhores, quero que todos saibam da importância dessa terra para nós, e temos 6% ou 7% de área da selva densa que é ocupada para agricultura, mas...

Posso voltar ao meu lugar? (*Pausa.*)

Meu Presidente, nós conseguimos, nesses últimos 40 anos, quarenta e poucos anos, multiplicar em 700% a nossa produção agrícola – 700% nós produzimos. Olhe, nós hoje produzimos de pimenta-do-reino 120 mil toneladas; de milho nós produzimos 90 milhões de toneladas; de arroz nós produzimos 12 milhões de toneladas; de trigo, que era uma lavoura quase exótica para nós, nós estamos produzindo 11 milhões de toneladas; de cacau nós estamos produzindo 270 mil toneladas; de cana-de-açúcar, nós estamos produzimos 35 milhões de toneladas de açúcar; de álcool, 26 bilhões de litros; de seringa, que é produto nosso... Sabe, Senador, a seringa nos traz uma lição especial. Começamos a criar caso aqui na Amazônia. Lá no início do século passado, pelos anos 30, os ingleses levaram as mudas de seringueiras, plantaram na Malásia e houve um empobrecimento, uma grande quebra na Amazônia, na cidade de Manaus, na cidade de Porto Velho, na cidade de Rio Branco, na cidade de Belém.

Ah, meus irmãos, como gostam de perseguir este Brasil! Pessoas que nada entendem, eu volto a dizer, pessoas que não sabem diferenciar um pé de melancia de um pé de jaca ficam falando da nossa ecologia. Senador, vejamos bem, quando falam do nosso desmatamento... Não quero dar aula para ninguém, sou o menor desta Comissão, mas tenho as mãos de um moleque que tirou leite com seis, sete anos de idade, que levantava às 5h, 6h da manhã, no tempo do inverno, no nosso inverno do sul – o inverno da Amazônia é uma beleza, é só chuva –, para tirar leite, tocar gado, plantar tomate, essas coisas. Então, graças a Deus, como todo homem foi feito da terra onde nasce...

Agora, senhor, nós diminuímos nossas florestas? É o maior engano de quem fala isso daí. Nós aumentamos nossas florestas no Brasil, nós aumentamos. Parte da Mata Atlântica diminuiu, mas a Mata Atlântica se tornou em cafezais, que é produto que retém carbono, a Mata Atlântica se tornou em eucaliptos, em mata de araucárias, que antes eram só nativas – hoje nós temos, porque plantamos –, em *Pinus elliottii*.

Eu conheci, senhores, em regiões do Estado de São Paulo, de Minas, do Paraná, um capim chamado barba-de-bode. Não sei quantos conhecem o barba-de-bode.

Meu Presidente, barba-de-bode só presta para uma coisa, para criar cascavel. (*Risos.*)

É a única coisa para a qual presta a barba-de-bode. Não serve para nada! Nenhum bicho a come. É só para criar cascavel mesmo.

No entanto, aqueles vastos campos que se perdiam – os do sul de Minas ou do oeste de Minas, que entravam em São Paulo e em parte do Paraná e em Mato Grosso – com a barba-de-bode hoje são terras produtivas. São terras produtivas.

Permitam-me contar aos senhores algo que acontecia lá nos anos 60. Nos anos 60, houve uma grande invasão dos nossos irmãos nisseis, japoneses, que entraram...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Peço para concluir, Senador, por favor.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Não, por favor, eu preciso falar mais. Eu estou inspirado hoje. (*Risos.*)

Por favor, eu preciso falar mais.

Senador, nós estamos em fim de mandato. Hoje nós temos o direito de nos extravasarmos. (*Risos.*)

O que eu falo é coisa de um patriota, de um nacionalista, com os meus 71 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F35657330004CB0C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero dizer, eu quero contar uma piadinha no momento.

Nos anos 70... Aliás, a comunidade japonesa começou a chegar à minha região nos anos 30. Se há um imigrante que trouxe grande desenvolvimento para a nossa agricultura, foram os nisseis, que merecem nesta Comissão realmente aplausos, porque trouxeram para nós a agricultura. A nossa agricultura era muito rudimentar. Os nisseis a trouxeram, meu Presidente.

Mas aí chegavam os japoneses e viam aqueles campos de barba-de-bode. Nós, os naturais do interior de São Paulo, achávamos que aquilo não valia nada, que era só para criar cascavel. E ninguém gostava de cascavel, como não gosta até hoje.

Gostamos só da cidade de Cascavel, não é? Quem nasce em Cascavel é "cascavelíneo"?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO. *Fora do microfone.*) – Cascavelense.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – É cascavelense, não é? (*Risos.*)

Mas são gente boa!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO. *Fora do microfone.*) – Com certeza!

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Aí, quando aparecia um japonês interessado nos campos de barba-de-bode, que praticamente não valiam nada... Os japoneses plantavam, conheciam o NPK, as coisas que eram necessárias para corrigir a terra, não tinham toco, não precisavam desmatar. Era só passar o aradão ou a grade aradora, e, daqui a pouco, as terras se tornavam férteis.

Senador, grande parte do Estado de São Paulo, talvez mais de 50% do Estado de São Paulo eram de barba-de-bode, capim barba-de-bode, como em parte de Minas, no Triângulo Mineiro, e em parte do Paraná. Hoje são terras fertilíssimas. Hoje são terras fertilíssimas, das mais valiosas! Não se desmatou, talvez, nem um pé de pitanga. Mas hoje são terras produtivas.

Senador, nós não desmatamos, nós não destruímos o meio ambiente. O agricultor não destrói o meio ambiente, não! Lugares onde havia barba-de-bode hoje são grandes laranjais, que se perdem de vista. Lugares onde havia barba-de-bode hoje são florestas de pínus e de eucalipto, meu Senador.

Chega de oprimir o produtor brasileiro! Parece que todo mundo gosta de... E a imprensa? A maldita imprensa, desgraçada, apátrida, traidora da pátria, acha sempre defeito na nossa agricultura, por não conhecer ou por maldade própria. Nós aumentamos muito.

Agora existe... "Vamos acabar com a agricultura". É só acabar com o ser humano também. Completamos esta semana 8 bilhões de habitantes na terra, por isso vamos precisar produzir.

Agora, deixe-me dar um dado, Sr. Presidente: aqueles japoneses, aqueles imigrantes, aqueles nisseis, isseis, sanseis – e o resto eu não sei – fizeram uma grandiosidade na nossa produção, plantando tomate, batata, cebola, alho, grande parte das frutas. Aí, meu Senador, nós tornamos as terras...

No Brasil, hoje – eu não arrisco dizer –, eu tenho certeza de que nós temos mais florestas do que tínhamos quando Pedro Álvares Cabral chegou aqui, porque em São Paulo, hoje, você se perde nos campos de eucalipto. Eu sobrevoei esses dias, indo de São Paulo à sua terra, aliás, eu fui até Foz do Iguaçu, a trabalho, não foi a passeio – eu vivo para trabalhar, graças a Deus, eu nasci para trabalhar – e vi os grandes campos, hoje, cheios de pínus, de araucárias e de eucaliptos, em uma região que só tinha barba de bode. Os campos do Triângulo Mineiro, em Minas Gerais, estão cheios de soja. Isso é sequestro de carbono. Tudo quanto é planta... O capim tem sequestro de carbono, a soja tem, o milho tem, o arroz tem, tudo tem sequestro de carbono. Estão fazendo um inferno sobre este Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F35657330004CB0C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-5 (ANEXO: 005)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agora que temos, senhores, 8 bilhões de habitantes na Terra – número completado esta semana –, são 8 bilhões que precisam comer, que precisam sobreviver. Nós só teremos desnecessidade de alimentos se a população humana deixar de existir. Se castrarem todos homens e mulheres, daqui a 50 anos não existirá mais gente no mundo, e o mundo pode ser naturalmente como era, com uma meia dúzia de pessoas. Mas a Terra continua aumentando; fomos para 8 bilhões. Aumentamos, de 1950 para cá, 6 bilhões. Estamos aumentando 1 bilhão a cada dez anos.

Quem pode produzir, Sr. Presidente? Responda para mim. Quero que todos respondam. Quem pode produzir? Quem pode produzir nessa terra que tem chuva, que tem terra, que tem sol e que tem água? Essa terra pode produzir e alimentar o mundo. Já alimentamos mais ou menos 20% da população mundial, e nós vamos continuar produzindo. Da terra nascem os homens, e os homens fazem essa riqueza da terra deste país, que Deus fez com muita mania de carinho.

Sei, Excelência, que talvez eu seja cansativo, mas eu não posso deixar de falar de uma coisa que eu entendo, porque nasci, vivi e ainda vivo isso daí.

A política a gente tem que fazer justamente em defesa do nosso homem do campo. Agora se trata de pesticidas, inseticidas, defensivos agrícolas. Ora, senhores, falo isso... Eu me lembro, meu pai foi plantador de algodão lá no ano 1915 – estou contando história –, e nós tínhamos naquela época, senhores, as chamadas nuvens de gafanhotos – nuvens de gafanhotos! Senador Acir, V. Exa. tem ideia, meu Presidente, de como se espantava o gafanhoto? Batendo lata, fazendo barulho. Era o único jeito, mas o gafanhoto é teimoso, não tem tanto medo de barulho de lata. Nem qualquer escola de samba do Rio também não espantaria os gafanhotos. Era desse jeito. E agora? Estão extintos os gafanhotos? Não estão, não! Nesses dias nós vimos duas nuvens de gafanhotos, aliás, várias nuvens, que começaram no Paraguai, passaram para o Uruguai ou Argentina e entraram no sul do Brasil.

Companheiros, vamos pensar, vamos ser mais patriotas! Falar contra defensivo agrícola é coisa de quem não entende nada.

Eu quero dizer algumas coisas para os senhores que são extremamente notáveis. Nós multiplicamos... Nós multiplicamos, senhores, o que era a safra dos anos 50, o que era a safra dos anos 60. Senador Acir, nós produzíamos, nos anos 50 – eu vou dizer no alqueire paulista, embora os alqueires sejam uma medida hoje não usada –, nós produzíamos, nos anos 60... Eu era produtor rural nesse tempo. Quando a gente produzia 180 sacos de milho de 60kg num alqueire paulista, diziam: "Ah, você foi campeão de agricultura!". Hoje na mesma área se conseguem produzir 450 sacos de 60kg. Nós produzíamos 30, 40 sacos de feijão; hoje nós produzimos 180, 200. Nós produzíamos 25 sacos de soja por hectare – agora falei em hectare –; hoje chegamos a produzir 75, 80 sacos por hectare. Tudo se multiplicou! Mas isso foi com ajuda da tecnologia, de ferramentas agrícolas apropriadas – o subsolador foi uma grande invenção.

Senador, uma coisa que eu acho que todos nós gostamos, apreciamos, a batata inglesa – que não tem nada de inglesa; a batata não é inglesa, a batata é inca, foi descoberta aqui na América... A América salvou o mundo. De batata inglesa – vamos aceitar esse apelido –, produziam-se, no mesmo alqueire paulista, 800 sacos na década de 60; hoje produzimos 2,4 mil sacos. O que foi? Foram defensivos agrícolas, foram ferramentas especiais. Nós temos umas pragas... A pessoa tem que entender: nós temos a lagarta do milho, nós temos o pulgão, nós temos a mosca branca, nós temos o bicudo do algodão, nós temos a cigarrinha, temos vários tipos de coroa, os gafanhotos, as larvas. Afinal, tudo isso daí é um desastre para a agricultura. Tente plantar alguma coisa sem usar esses defensivos. E as pragas aumentam, porque pragas são pragas, elas aumentam geometricamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F35657330004CB0C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Querer que não tenha defensivos é ser traidor da pátria, é ser traidor da humanidade, é querer que a humanidade não tenha alimento. É muito mais fácil... Eu acho que não tem crime maior do que matar uma pessoa de fome. Quando combatemos o uso de defensivos agrícolas, nós estamos querendo matar grande parte do mundo de fome. Isso é um crime que jamais podemos cometer. Nós seremos criminosos – nós seremos criminosos! Nós estaremos cometendo latrocínios, se nós assim tivermos procedendo, porque nós temos é que produzir mais. Nós temos 8,5 milhões de quilômetros quadrados, nessa área tão bonita que o mundo todo almeja, o mundo todo quer. Sabe por que eles nos enchem de defeito? É porque querem a nossa terra, querem tornar a nossa terra uma terra internacional, uma casa de mãe Joana, onde ninguém manda.

Existe, transitando na ONU, um pedido simplesmente, Acir – assustem, senhores –, pegando parte da terra das guianas, a antiga Guiana Inglesa, parte da Venezuela, parte da Colômbia e grande parte do Brasil para o país dos ianomâmis. Ora, que vão para o inferno, vão para os quintos dos infernos os que têm essa ideia. Esse território foi nosso. Esse território é nosso e nunca vai ser de ninguém, enquanto houver brasileiros com sangue na veia, dispostos a defender essa nossa Amazônia, os nossos seringueiros, a nossa gente, a nossa gente da Amazônia.

Volto à seringa. A seringa é um produto nosso. Entendam os senhores, meu Presidente, a seringa, que começou ser extraída lá no início dos anos 1900, foi se tornando cada dia mais importante, a seringa. Em 1942, 1944, Getúlio Vargas fez um acordo para que nós voltássemos à grande produção da seringa, para fazer pneus para os nossos veículos, para os veículos que lutavam contra o nazismo, contra as nações do eixo na Europa. Senhores, nós recrutamos naquela época 60 mil soldados, chamados soldados da borracha – 60 mil foram para a Europa. Dizem que, dos nossos soldados, meu amigo, morreram 1,4 mil ou 400 – as contas são inversas; aliás, quando se está morto não é especialidade de ninguém. Um pracinha nosso morreu na Itália. Mas aqui no solo brasileiro, tirando a hévea, a seringa, a borracha, morreram, desapareceram 30 mil brasileiros, nunca mais se viu notícia deles. Morreram de malária, ou por índio, ou por feras, ou picados por cobra, morreram na nossa Amazônia – a nossa Amazônia, a nossa Amazônia!

Então, meus queridos, aumentamos essa população, 10 bilhões de pessoas a cada dez anos. Essa população vai se tornar realmente... O mundo vai se tornar inabitável. Agora, o único país que pode suprir o mundo com alimento, meu Presidente, é este nosso país. Agora, o único país que pode suprir o mundo com alimento, meu Presidente, é este nosso país, este torrão natal.

Não deixemos que apátridas, que traidores da pátria fiquem criando obstáculo para essa grande produção, para esse homem agrícola, para esse homem que teve coragem de sair dos mais diversos rincões, sujeito a todas as dificuldades, para abrir a Transamazônica e para povoar a Amazônia.

Senador, cometemos uma das maiores injustiças históricas quando se começou a rasgar a Constituição, porque parece que virou prática hoje rasgar artigo da Constituição. Quando nós demarcamos a reserva Raposa Serra do Sol, lá em Roraima, demos para mil índios – merecem todo o nosso respeito, toda a nossa honra, toda a nossa proteção os nossos irmãos indígenas – 19 mil quilômetros quadrados. De lá nós expulsamos arrozeiros, que foram do Rio Grande do Sul, que foram do Paraná, que foram de Santa Catarina, e não os indenizamos em nada. A terra lá está perdida agora, está criando muito carrapato, apenas isso. Então, nós temos sido injustos com os homens do campo.

Companheiros, vamos ter um senso de justiça, um senso de equilíbrio. Chega de fazer leis, pôr obstáculos, obstar a grande produção que nós podemos ter, esse grande Brasil que podemos ter, essa grande produção que podemos ter! O nosso homem do campo merece toda a nossa honra, todo o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F35657330004CB0C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nosso respeito, merece nossos aplausos, merece nosso reconhecimento, merece a proteção de nossas leis. O homem do campo, pequeno ou grande, não é bandido, não; ele é o mocinho, ele é o salvador da pátria, porque nós...

Eu quero reproduzir uma frase de Margaret Thatcher. Quando perguntaram para a Dama de Ferro: "Ministra, o que a Inglaterra tem como estratégia? É a bomba atômica, é o arsenal, é o quê?" Ela disse: "A Inglaterra não tem nada que seja estratégico, porque se alguma coisa pode ser considerada estratégica é o alimento".

Meu Senador, nós podemos viver sem computador, sem esse terno elegante e bonito com que V. Exa. sempre anda. Não seria muito bonito andarmos pelados (*Risos.*)

... mas assim nascemos. Uns seriam mais bonitos, outros seriam mais feios. Poderíamos viver sem nos barbear, poderíamos viver sem sapato, poderíamos viver sem tanque de guerra, sem computador, sem o celular, que tirou toda a nossa liberdade, poderíamos viver sem tudo, mas, sem arroz, sem feijão, sem milho, sem laranja, sem batata, nós não vamos viver. Sem alimento, ninguém vai viver, ninguém vai sobreviver.

Então, chega de prejudicar o homem do campo, chega de prejudicar o nosso agronegócio, chega de prejudicar... Só pensam mal. E essa imprensa maldita e desgraçada, a grande imprensa brasileira... Temos que ressalvar que tem uma parte boa da imprensa – temos que ressalvar, ressalvamos e damos honra a essa imprensa –, mas grande parte quer é destruir, porque quer vender o Brasil quer entregar o Brasil para potências econômicas. E este Brasil é nosso!

Existe, na bandeira do Tocantins, meus senhores, uma frase que diz: "*Co yvy ore retama*". É uma mistura do idioma krahô com o tupi e com o guarani. *Co yvy ore retama*. Traduzindo *co yvy ore retama*: "Essa terra é nossa", essa terra é dos brasileiros. É nossa, e temos que proteger o homem do campo, temos que proteger o avanço científico, porque com isso temos aumentado a nossa produção, e nós não vamos deixar este mundo morrer de fome.

Criem obstáculos para nós, e não vai ter cova suficiente para enterrar tanto ser humano morto de fome e esquálido, como acontece em alguns países. Mas nós somos... Deus fez este país para ser o celeiro do mundo.

A Deus o nosso louvor e a nossa gratidão por esta terra de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, totalmente irrigada. De sul a norte, Senador Acir, na terra nossa onde menos chove, que é o Nordeste, chove mais do que na Austrália.

Ah, meus irmãos, amemos de joelhos esta pátria, agradecendo a Deus. E agradeçamos aos homens valentes, os imigrantes, que foram todos nós. Eu, por exemplo, sou de origem judaica, de uma mistura de holandeses que foram para os Açores. Depois, viemos para o sul do Brasil: parte para Santa Catarina, parte para a cidade de São Paulo, Rio Grande do Sul e parte para Santos. Esses migrantes, italianos, poloneses – a sua região tem muitos poloneses –, afinal, japoneses, tanta gente que fez a grandiosidade dessa pátria.

Vamos parar de perseguir. Vamos começar a honrar, dar dignidade, não criar óbice e não criar obstáculo.

Deus salve o nosso produtor rural! Deus salve nossos avanços científicos!

Eu quero terminar... Sei que V. Exa. já está cansado de ouvir, mas talvez seja a minha última oportunidade. Não estaremos aqui mais o ano que vem. Só se Deus inventar alguma coisa. (*Risos.*) Nem Deus é especialista nisso daí. (*Risos.*)

Então, senhores, nós, pela graça de Deus, somos não o celeiro do futuro; nós somos o do presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F35657330004CB0C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O mundo tem que se ajoelhar, o mundo, a população do mundo – da China, da Índia, da Europa –, tem de ajoelhar todo dia e dizer: "Senhor Jesus Cristo, Deus Pai, Todo-Poderoso, obrigado, porque o Senhor fez existir um país chamado Brasil e pôs naquela terra homens e mulheres de verdade, que produzem e matam a fome do mundo".

Deus abençoe o Brasil!

Deus abençoe todos os senhores!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Guaracy.

Nunca me canso de ouvi-lo.

Recebi algumas mensagens aqui dos cascavelenses, dizendo que eles têm orgulho do nome da sua cidade. É a única reparação que faço de todas as suas colocações. Os cascavelenses gostam e já me mandaram várias mensagens dizendo: "Olha, avisa o Senador Guaracy que Cascavel tem um nome bonito, nós gostamos do nome da nossa cidade".

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Então vamos usar a coisa ativa da cascavel. Pelo menos, dela nós tiramos o soro antiofídico.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Sem dúvida.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – É o anticrotálico, se não me engano. Exatamente. Também tem utilidade.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Também tem utilidade.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – E mata bastante rato.

Então, a minha homenagem a essa cidade, na qual, durante a minha juventude, parei um tempo. Apenas tem um nome um pouco estranho, mas, de qualquer jeito, minha homenagem a todos os cascavalenses. Se alguém se sentiu ofendido... Por exemplo, poderia haver alguma cidade como Sucurilândia, (*Risos.*)

Anacondalândia, Coralândia ou coisa assim, mas, enfim, fica esse nome tão respeitável dessa cidade tão maravilhosa.

O meu beijo ao povo de Cascavel. Que Deus abençoe todo mundo!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Guaracy.

Eu agradeço a presença do Galvan, nosso amigo aqui.

Eu gostaria de falar para a Senadora Eliziane, mas, infelizmente, não tive tempo...

Senador Raupp, a questão dos pesticidas também é uma questão econômica. Hoje nós temos aproximadamente cinco grupos que vendem pesticidas no Brasil – estou certo ou estou errado? –, que coordenam, que comandam, mais ou menos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Que comandam.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – ... cinco ou seis que comandam a venda de pesticidas para todo o país e que não querem a aprovação desse PL porque vão perder sua fonte de receita. Esse é o pano de fundo desse projeto. Nós não estamos liberando aqui em hipótese alguma. O que nós queremos é que a Anvisa e que o Ibama digam se sim ou se não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F35657330004CB0C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone.*) – Quebremos as patentes, e resolvemos assim.

O SR. PRESIDENTE (Guaracy Silveira. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Se sim ou se não, mas em dois anos, não em dez; é isso que nós queremos. Quem comanda hoje a venda de pesticidas no Brasil não quer que isso seja aprovado, porque eles conseguem bancar por 8, 10, 12 anos as suas pesquisas, mas os pequenos não conseguem bancar. Então, nós estamos abrindo um leque. E é por isso que nós estamos dizendo que baixará o custo, baixará o preço dos pesticidas no Brasil, porque outras pessoas vão poder oferecer esses produtos mais eficazes, com menos problema à saúde humana. Enfim, depois, pessoalmente, eu vou reiterar à Senadora Eliziane esta ponderação e também aos demais, e dizer...

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone.*) – Senador, por favor, só mais um aparte. Eu estou falante hoje, mas pessoa com 71 anos tem o direito de falar muito.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Sem dúvida.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Deixe-me dizer: vamos dar uma de chinês. O chinês não pesquisa nada, desmonta tudo. Ele pega um celular feito pela Samsung ou por algum japonês, desmonta tudo, vê como se faz, faz o similar dele e põe uma marca "xing ling". É isso aí. Na China, não se gasta em pesquisa; gasta-se muito em mentira e muito pouco em pesquisa; desmontam os aparelhos e fazem isso daí.

Agora, Senador, não custa nada nós quebrarmos as patentes desses defensivos agrícolas, desses incrementos para a agricultura, fazermos os nossos produtos ficarem mais baratos e gerarmos emprego no Brasil. Esse talvez seja o caminho. Nós não temos que ficar submissos, batendo continência para o resto do mundo que não quer ver o nosso desenvolvimento. Pela graça de Deus, nós poderemos ser o maior país no futuro, desde que nós tenhamos juízo com quem governa esse país. É isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Guaracy.

Eu agradeço a presença nesta audiência, nesta sessão, da Senadora Soraya Thronicke, Senadora Eliziane Gama, Senadora Mailza Gomes, Senador Chico Rodrigues, Senador Esperidião Amin, Senador Luis Carlos Heinze, Senador Wellington Fagundes, Senador Jayme Campos, Senador Paulo Rocha, Senador Nelsinho Trad, Senador Izalci Lucas, Senador Lasier Martins, Senador Carlos Fávaro, Senador Zequinha Marinho, Senador Luiz Carlos do Carmo, Senador Roberto Rocha, nosso sempre Senador Valdir Raupp e do Senador Guaracy – pela presença junto conosco.

Anuncio que, na próxima terça-feira, nós teremos novamente a nossa sessão para a votação desta matéria. A vista coletiva pode ser de 30 minutos a 5 dias. Nós não vamos aplicar os 30 minutos, porque eu acho que seria um desrespeito aos nossos colegas, mas vamos ter um prazo até terça-feira para que a gente possa fazer a votação em definitivo, porque não poderemos mais pedir vista – já foi lido o relatório, e agora é só discussão e votação. Cada um vai dar o seu voto, não é? A democracia é dessa forma.

E por que às 8h da manhã? Eu estou, com prazer e com muita satisfação, há quatro anos à frente desta Comissão e há dois anos como Vice-Presidente. Então, estou há seis anos sempre trabalhando nesta Comissão. E, nesses quatro anos, todas as nossas reuniões – todas elas, Senador Guaracy e Senador Valdir Raupp – foram às 8h da manhã, porque o pessoal da agricultura acorda cedo. E aqui, no Senado, 8h é cedo, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F35657330004CB0C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-5 (ANEXO: 005)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós nos reunimos com o Presidente Senador José Sarney, e eu pedi a ele, porque nós não tínhamos espaço na TV para a Comissão da Agricultura, e o espaço que encaixava era bem cedo. Aí o Presidente Sarney disse o seguinte: "Olha, para a agricultura, 8h da manhã é ótimo, porque os tiradores de leite sempre acordam cedo".

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone.*) – Às 4h da manhã!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Pois é... E, para o Senado, 8h da manhã é cedo. Então, nesses quatro anos em que eu estou à frente desta Comissão, todas as nossas reuniões, todas as nossas audiências públicas, os ciclos de palestras e debates se iniciaram todas as vezes às 8h da manhã – 8h01, 8h02, dependendo muito da TV Senado, que nos autoriza a entrar ao vivo ou não, mas é um espaço reservado para a Comissão de Agricultura nesse horário. E nós procuramos aproveitá-lo bem para nos comunicarmos com a população brasileira, nem sempre aqui do Senado, mas muitas vezes em outros estados e em outras cidades também.

Procuramos, ao longo desses anos, aproximar o Senado da população, levando a Comissão para outras cidades, outros estados para, assim, podermos ouvir de perto a população, principalmente a sociedade organizada.

Bom, nada mais havendo a tratar, declaro – na próxima terça-feira, nós vamos fazer a votação em definitivo dessa matéria – encerrada esta sessão.

Muito obrigado a todos pela presença junto conosco!

(*Iniciada às 8 horas, a reunião é encerrada às 9 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F35657330004CB0C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-5 (ANEXO: 005)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às oito horas e cinco minutos do dia vinte e nove de novembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Acir Gurgacz, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Luis Carlos Heinze, Guaracy Silveira, Luiz Carlos do Carmo, Esperidião Amin, Mailza Gomes, Soraya Thronicke, Lasier Martins, Izalci Lucas, Roberto Rocha, Carlos Fávaro, Sérgio Petecão, Wellington Fagundes, Jayme Campos, Zequinha Marinho, Paulo Rocha, Zenaide Maia, Eliziane Gama e Humberto Costa. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1459, de 2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 526, de 1999) - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e das embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de pesticidas, de produtos de controle ambiental e afins; altera a Lei Delegada nº 8, de 11 de outubro de 1962; revoga as Leis nºs 7.802, de 11 de julho de 1989, e 9.974, de 6 de junho de 2000, partes de anexos das Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e dispositivo da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013; e dá outras providências." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Pela rejeição da Emenda que veicula o atual inciso III do § 22 do artigo 3º do PL 1459/2022, renumerando-se os demais incisos, e pela aprovação em globo das demais Emendas que compõem o PL 1459/2022. Pela prejudicialidade das Emendas nº 1 e nº 2, e pela aprovação da Emenda que redação que apresenta. Resultado: Adiado. Usam da Palavra as Senadoras: Eliziane Gama, Zenaide Maia e os Senadores; Paulo Rocha, Carlos Fávaro, Luis Carlos Heinze, Guaracy Silveira, Jayme Campos e o Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e trinta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Acir Gurgacz
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/11/29

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F35657330004CB0C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A presente reunião está destinada à deliberação de item único não terminativo, conforme pauta previamente divulgada.

Nesta sessão deliberativa da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, vamos colocar em votação o Projeto 1.459, de 2022, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o descarte dos resíduos e das embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de pesticidas.

Esse projeto iniciou sua tramitação no Senado Federal como PL 526, em 1999, portanto, há 23 anos está tramitando aqui no Congresso Nacional, sendo que já foi amplamente debatido com os Congressistas e com a sociedade, tanto é que, de fato, o projeto hoje em votação é bem diferente da proposta inicial; foi aperfeiçoado, melhorado ao longo do debate e recebeu muitas contribuições ao longo de sua tramitação, sendo que chegou o momento de o colocarmos em votação aqui na Comissão de Agricultura.

O fato é que a atual legislação que trata dos pesticidas ou defensivos agrícolas está defasada e não atende mais às necessidades técnicas de avaliação dos produtos utilizados na lavoura e na pecuária com a segurança, a agilidade e a inovação que a agricultura moderna exige, com os necessários cuidados ambientais e com a saúde humana e também animal.

O atual marco legal dos pesticidas é de 1962, com revisões feitas em 1989, em que os critérios técnicos burocráticos fazem com que o pedido de registro de uma nova molécula demore mais de dez anos. Isso inibe a oferta de novos produtos e a diversidade de fornecedores, limitando a pesquisa, a produção e a comercialização. É por isso que ainda temos no Brasil pesticidas ultrapassados como os organofosforados, prejudiciais à saúde humana e ao meio ambiente. Com a modernização da legislação, vamos permitir o registro mais rápido de produtos mais modernos, seguros e eficazes, trazendo mais segurança à saúde e também mais segurança ao meio ambiente, além de permitir a entrada no mercado de novas empresas, pois teremos mais previsibilidade e segurança jurídica.

Por conta disso, defendo a aprovação do PL 1.495, de 2022, o PL dos pesticidas, do qual sou Relator aqui nesta Comissão.

É bom repetir, mais uma vez, que o projeto estabelece que o uso do termo "pesticidas", utilizado na maioria dos países, que é o termo recomendado pela Organização Mundial da Saúde, não é um termo que nós inventamos aqui no Brasil. O termo "agro" da palavra "agrotóxico" induz à interpretação de que esses produtos são usados apenas no meio rural, mas esses produtos são usados também em ambientes urbanos, híbridos e industriais.

No que diz respeito ao sistema de gestão, o PL mantém praticamente a mesma estrutura utilizada hoje para avaliação de registros de pesticidas no Brasil, só se mudaram um pouco as competências. Com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F35657330004CB0C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a nova lei, o Ministério da Agricultura vai assumir o papel de coordenação e gestão de todo o processo envolvendo registro, uso, comercialização e descarte. A Anvisa e o Ibama continuam atuando em todas as etapas desse processo, desde o pedido e o novo registro até a fiscalização do seu uso, comercialização e descarte.

Os arts. 6º e 7º definem claramente as atribuições e as competências do órgão federal responsável pela saúde, a Anvisa, e pelo meio ambiente, o Ibama. Ambos os órgãos continuam com as atribuições técnicas de avaliar a segurança dos produtos em análises, cada qual na sua esfera de competência. Caberá ao Ministério da Agricultura a homologação final, considerando sempre os pareceres do meio ambiente e da saúde; ou seja, a Anvisa e o Ibama continuam avaliando tecnicamente os produtos, garantindo a segurança à saúde e ao meio ambiente, junto com o Mapa, que avaliará a eficácia agronômica e dará o parecer final.

Um dos principais pontos da proposta é mais agilidade no registro de novos produtos com a redução do tempo, porém, com a inclusão de mais etapas de análises técnicas para aprovação de novos princípios ativos, trazendo mais segurança e agilidade para o processo. Hoje se demora de oito a dez anos para a autorização de um novo princípio ativo. É um tempo muito longo para produtos mais modernos, seguros e eficazes entrarem no mercado. A nova lei prevê um prazo máximo de dois anos para que um novo produto seja analisado, o que é similar a diversos outros países, como Estados Unidos, Argentina, Austrália e alguns países da Europa.

Com a aprovação mais ágil de defensivos mais modernos, as doses utilizadas no campo serão reduzidas e, por consequência, o custo da produção vai cair, assim como os possíveis impactos ambientais serão muito menores. Com regras mais claras e sistemas de registro e controle mais modernos, vamos aplicar a segurança jurídica e reduzir a burocracia, trazendo inovação e tecnologia para a nossa agropecuária. Com transparência e celeridade nos procedimentos, vamos ampliar o leque de fornecedores, aumentar a competitividade no setor e ampliar a produção e a produtividade no campo, com igualdade de condições com nossos concorrentes no mercado internacional.

Esse é o caminho da modernização de nossa agropecuária para garantirmos alimentos mais acessíveis, ou seja, comida na mesa dos brasileiros, e continuarmos liderando as exportações, mantendo o superávit de nossa balança comercial e o crescimento do PIB com geração de emprego e renda.

Nessa seção que dispõe sobre pesquisa e experimentação, nós entendemos que esse projeto é importante para desenvolvermos melhor a economia brasileira. (*Pausa.*)

Item único.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 1459, DE 2022 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 526, DE 1999)

- Não terminativo -

Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e das embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de pesticidas, de produtos de controle ambiental e afins; altera a Lei Delegada nº 8, de 11 de outubro de 1962; revoga as Leis nºs 7.802, de 11 de julho de 1989, e 9.974, de 6 de junho de 2000, partes de anexos das Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e dispositivo da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013; e dá outras providências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F35657330004CB0C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Acir Gurgacz
Relatório: Pela rejeição da Emenda que veicula o atual inciso III do § 22 do artigo 3º do PL 1459/2022, renumerando-se os demais incisos, e pela aprovação em globo das demais Emendas que compõem o PL 1459/2022. Pela prejudicialidade das Emendas nº 1 e nº 2, e pela aprovação da Emenda que redação que apresenta.
Observações:
- Em 24.11.2022, lido o Relatório na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a Presidência concedeu Vista Coletiva nos termos regimentais.
- Esta Comissão realizou três Audiências Públicas para instrução do Projeto nos dias 22.06.2022, 23.06.2022 e 22.11.2022.
- A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.
- Votação simbólica.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Presidente...
O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Lido o relatório, consulto as Sras. e os Srs. Senadores se há alguma manifestação decorrente do pedido de vista.
Há um voto em separado.
Consigno a apresentação pelo Senador Paulo Rocha de voto em separado pela rejeição do projeto.
Com a palavra a Senadora Eliziane Gama.
A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Muito bem.
Presidente Acir, na verdade, estou fazendo um pela ordem; não é uma questão de ordem, que, aliás, farei no tempo oportuno.
Eu gostaria, Presidente Acir, de fazer, na verdade, um apelo a V. Exa. Nós tivemos, Presidente, nos últimos tempos no Brasil, retrocessos significativos na política ambiental. Nós tivemos um posicionamento brasileiro muito ruim nessa política internacional. O Brasil foi colocado numa situação extremamente, eu diria, degradante, pária.
Em todos os debates internacionais na política ambiental, o Brasil, que sempre esteve na ponta estratégica da mesa de debates, acabou ficando em um segundo plano. Isso é um fato. Todos os indicadores ambientais tiveram uma redução de forma drástica – desmatamento, queimadas –, e aí, portanto, a liberação de agrotóxicos.
Nós tivemos a maior quantidade de agrotóxicos autorizados na história do Brasil nos últimos quatro anos, Presidente. Nós tivemos um pacote de destruição apresentado por este Governo, apoiado e apresentado também por vários Parlamentares apoiadores deste Governo, um pacote que foi intitulado de "pacote da destruição", passando pela regularização fundiária, pelo licenciamento e por esse PL do veneno.
Nós tivemos aqui, Presidente, a vinda de artistas, formadores de opinião, profissionais liberais, membros, por exemplo, da sociedade civil, que vieram aqui fazer um apelo a este Congresso, sentaram-se com o Presidente Rodrigo Pacheco, imploraram, eu diria assim, para que medidas como essas não passassem sem o devido trâmite, sobretudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F35657330004CB0C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-5 (ANEXO: 005)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temas que são atinentes à área da saúde têm que ser debatidos também pela Comissão de saúde. Temas que são atinentes à questão do meio ambiente têm que ser debatidos pela Comissão de Meio Ambiente. A Comissão de Agricultura não pode centralizar temas que são caros para o Brasil. Nós já buscamos aqui todas as alternativas legais e regimentais para que esses trâmites pudessem ser assegurados – alguns em vão, mas estamos fazendo a nossa parte, eu, o Senador Paulo Rocha e vários outros Senadores aqui também presentes.

Eu quero aqui fazer um pedido a V. Exa. V. Exa. sabe que nós estamos no novo Governo, que acho que é o primeiro da história do Brasil, Senador Paulo Rocha, que será de quatro anos e dois meses, porque o atual Presidente desapareceu – desapareceu! –, e o Presidente Lula, que é o Presidente eleito do Brasil, passou a ter uma figura central até como um Presidente de fato, sem ter ainda tomado posse. Basta ver o que nós acompanhamos na COP agora, no Egito, quando ele fez um pronunciamento que o mundo parou para ouvir. Presidente Acir, V. Exa. tem manifestado apoio a este Governo. O apelo que eu faço a V. Exa. é porque o GT ambiental dos grupos setoriais do Governo eleito, do Presidente Lula, que dentre as várias figuras tem a figura da Marina Silva, e o GT da área da saúde deste Governo eleito, que dentre as várias figuras tem o Senador Humberto Costa, estão ligando para o senhor desde ontem para se reunirem com o senhor para que este projeto possa ser também debatido por esses setores do âmbito da transição, Presidente. E V. Exa. não atendeu o telefone, V. Exa. não se reuniu. Então, é um apelo que eu faço ao senhor, como Coordenadora da Frente Ambientalista do Senado Federal, como Senadora desta Casa – e peço isso humildemente ao senhor: que a gente pudesse sentar no âmbito da transição do Governo.

A gente não pode, no apagar das luzes deste Governo, tentar passar projetos que são mortais para o Brasil, que mudam de forma radical a política de liberação de agrotóxicos neste país. Ora, este Governo não se contentou com mais de 1,9 mil agrotóxicos liberados, Presidente. É comida que vai para a nossa mesa, para a dos nossos filhos, dos nossos netos, Presidente.

Um dos pontos graves aqui, um dos pontos que esse projeto, na verdade, estabelece é que há etapas que facilitem, por exemplo, o registro de produtos que, claramente, trazem risco de câncer, mutação, intoxicação, desregulação hormonal, malformação fetal. Está aqui. Não sou eu, são técnicos da ONU que fazem avaliações técnicas, Presidente... V. Exa. não pode deixar de lado a avaliação científica. Passamos esse período do Governo...

Estou feliz, Senador Humberto, de vê-lo aqui. Acabei de citar V. Exa. aqui como alguém que está como membro da transição na área da saúde e quer bater no âmbito da transição.

Eu não posso deixar de lado o que cientistas estão dizendo. O que vai significar esse projeto, Presidente? Pelo amor de Deus! Nós temos um terço desse projeto que é avaliado por técnicos. Por favor, Presidente, vamos sentar com a área da saúde, vamos sentar com a área ambiental deste Governo. São os próximos quatro anos.

Eu disse isso na COP, denunciei na COP, Senadora Zenaide Maia. Este Presidente atual, no final do seu Governo, ia reunir a sua tropa de choque para passar o pacote da destruição. Nós temos pessoas sensatas nesta Casa. Pelo amor de Deus! Nós temos Parlamentares que estão aqui vendo, e nós não podemos deixar que isso passe.

Então, eu queria pedir a V. Exa. que suspendesse esta sessão. A Senadora Zenaide, inclusive, está no GT de saúde – não é, Senadora Zenaide? – e integra...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F35657330004CB0C5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Exatamente. Mas integra como médica, como cientista também que é, porque estudou mais do que eu, mais do que o senhor na área da saúde – não sei se o senhor é médico, acho que o senhor não é, mas a Zenaide e o Humberto são. Estudaram isso.

Eu peço a V. Exa., humildemente: suspenda esta sessão. Vamos sentar com o GT da saúde, vamos sentar com o GT ambiental da área do Governo e vamos tentar encontrar uma saída que seja mais plausível, que seja mais palatável e que, sobretudo, não agrida a saúde do povo brasileiro.

É o meu apelo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Senadora Eliziane Gama, V. Exa. disse que eu não atendi o telefone. Por favor, isso não é verdade. Eu conversei com o Senador Humberto Costa ontem, e nunca deixei de atender ninguém, principalmente colegas – principalmente. Eu o atendi, conversei, expliquei...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Mas os senhores se reuniram...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – A senhora falou e eu não interrompi um segundo, com toda a delicadeza que eu tenho por V. Exa.

Eu atendi o telefonema do Senador Humberto Costa sim, senhora. Conversei com ele e expliquei a ele. Nós estamos debatendo esse tema há quantos anos? Nós estamos adiando essa votação há quantas semanas, há quantos meses? V. Exa. mesmo, há três meses, pediu para eu adiar, e eu adiei. Faz três meses! E isso vai acontecer daqui a mais três, seis anos à frente, e não vai ter acordo.

Esse projeto não é uma questão de governo. Eu não tenho nada a ver com o Governo que aí está. E concordo com V. Exa. que houve grandes problemas com relação ao meio ambiente neste Governo, e esse projeto vem exatamente para frear isso. Eu não...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Desculpe, mas é um absurdo o que o senhor fala.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Não. De novo! De novo! De novo!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Dizer que esse projeto vai frear isso, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Eu não posso... Eu não a interrompi.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – É um absurdo!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Se a senhora puder ter a mesma condição que eu tenho de ouvi-la...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Não, tudo bem! Mas é porque tem coisas que o meu ouvido não consegue...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Sim, mas eu também não queria... Eu também gostaria de interrompê-la, porque V. Exa. falou várias vezes coisas que não são verdades. Por exemplo: esse projeto não tem nada...

Me escuta, por favor! Me escuta!

Esse projeto não tem nada a ver com a liberação que houve ou não de agrotóxicos, pesticidas nesse Governo. Não tem nada a ver. Esse projeto é para o futuro. Isso é para frear todo esse desmando. (*Pausa.*)

É que a senhora não quer entender. Não adianta! Quando uma pessoa não quer entender, não há argumento que consiga fazê-la mudar de ideia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 20D1DFF1004CB0C4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas esse projeto vai fazer com que a Anvisa continue fazendo toda a parte dela, a análise técnica, fazendo todo o trabalho. Não tem mudança nenhuma nesse aspecto – tanto a Anvisa quanto o Ibama. Não muda nada. Sabe o que nós vamos fazer mesmo? É acabar com o cartel.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Eu não gostei de falar isso, Humberto, mas o que nós estamos fazendo aqui e que está mobilizando muita gente é acabar com o cartel de cinco ou seis organizações internacionais que são... Por favor! Que comandam a venda de todos os pesticidas no Brasil hoje. E nós estamos atrasando aí de oito a dez anos na liberação de novos produtos mais atualizados, com menos problema à saúde humana, menos problema à saúde animal, com a aplicação de menor quantidade, com uma tecnologia mais avançada e com a possibilidade, Senadora Zenaide, porque quem continuará – por favor! –, analisando tecnicamente é a Saúde através da Anvisa e o Meio Ambiente através do Ibama. Apenas nós estamos organizando para que seja mais rápida essa análise, para dizer que sim ou que não. Quando se dá entrada num produto, não é obrigada a aprovação, Senadora Eliziane. Quem faz a aprovação técnica é a Anvisa e o Ibama, e assim continuará sendo. Isso não muda nada! Apenas nós queremos dar mais agilidade ao processo. Agilidade ao processo quer dizer menos burocracia, menos confusão econômica e acabar, Senadora Zenaide, com esse cartel que tem. Esse é um cartel que existe no Brasil hoje. Imagine quatro ou cinco grupos econômicos! Só eles fornecem todos os produtos ao Brasil. Com a possibilidade da entrada de produtos mais modernos, mais baratos, mais eficientes às pestes, com menos problema à saúde humana, vai aumentar a concorrência e vai acabar com esse cartel que aí está, Senadora Zenaide.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Senador, eu queria pedir, a bem da verdade e até pelo exercício do mandato de V. Exa., que V. Exa. fizesse uma denúncia, fizesse a indicação dessas empresas. V. Exa. está dizendo que há um cartel.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – As empresas não têm culpa. A lei é que permite isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Então V. Exa. faça... Então faça uma denúncia formal sobre o cartel. Agora, a Anvisa e o Ibama passaram a ser órgãos consultivos. Eles não têm uma deliberação. A palavra final é da Agricultura. Você está tratando de saúde das pessoas, e a Anvisa e o Ibama não têm uma palavra final; quem tem é a agricultura. É um fato, Senador. Está aqui na proposta.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – O fato é que a palavra final do ministério é baseada no relatório da Anvisa e no relatório...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Que não terá nenhum efeito se o Ministério da Agricultura decidir sobre isso. É o que diz a lei.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Não, é o contrário. É o contrário.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – A Anvisa... Passaram a ter uma função deliberativa... Mudaram!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – É o contrário.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Por favor, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – O Ministério da Agricultura é obrigado a acompanhar o relatório da Anvisa e do Ibama.

Se V. Exa. não quer aceitar o que está na lei, aí a culpa não é minha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 20D1DFF1004CB0C4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Guaracy, para a gente poder também dar espaço para os nobres Senadores.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Está inscrito.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Pela ordem.) – Obrigado, Senador Gurgacz.

Srs. Senadores Eliziane, Humberto Costa, Zenaide, Paulinho e nosso público que assiste a esta reunião pela TV e Rádio Senado, nós, na verdade, trabalhamos com um dos temas mais importantes para a economia do Brasil e a fome do mundo.

Primeiro, eu gostaria de pontuar algumas coisas, as grandes mentiras que estão espalhadas por redes de comunicação dizendo do grande desmatamento que existe no Brasil, das grandes queimadas. Então, começam essas grandes mentiras, mentiras que são apátridas, mentiras que são traidoras da pátria, mentiras que querem condicionar o Brasil a nada, mentiras que querem condicionar o Brasil à submissão internacional, mentiras que querem tirar a nossa Amazônia de nós, mentiras de pessoas que não compreendem o que é a agricultura, mentiras de pessoas que não sabem o que é o homem do campo, o que é o nosso agricultor, o que é o nosso lavrador. Até a palavra "lavrador", se nós a dividimos em duas partes, significa "lavra a própria dor".

Então, vejamos bem: é necessário nós termos sensibilidade social para o que está acontecendo no mundo. Meu Presidente, na semana passada, calcula-se que o mundo foi para oito bilhões de habitantes. A população mundial aumentou acentuadamente. Como é que vai ser alimentada essa população mundial se nós queremos voltar aos tempos coloniais, quando a produção era insignificante? Nós só temos condição de produzir alimentos para oito bilhões de pessoas no mundo se, na verdade, nós tivermos produção. E este país, que Deus fez com tanto zelo, com tanto carinho, de 8,5 milhões de quilômetros quadrados de terras produtivas, de terras em que se pode plantar, pegando a frase tão antiga dos nossos colonizadores portugueses, é uma "terra em que, plantando-se, tudo dá". O Brasil é, sem dúvida, Senador, o celeiro do mundo.

Meu Presidente, na verdade, tenta-se um desgaste internacional. Existe... Está transitado, Sr. Presidente, algo muito grave na ONU – na ONU, é o que existe – para que seja separado o extremo-norte do Brasil, pegando desde a região da Cabeça do Cachorro, na Amazônia, até a divisa com as Guianas, entrando em parte das Guianas, para que seja declarado o território dos ianomâmis um novo país. Existe esse projeto. Na verdade, existe uma cobiça internacional a esta pátria, que é nossa, esta pátria que nós temos que entender.

Primeiro, nós temos que fazer um tributo a D. João VI, depois a D. Pedro I, que conseguiu avançar. Enquanto a América espanhola se dividiu em pequenas ou menores repúblicas, o Brasil português, o Brasil brasileiro conseguiu conservar 8,5 milhões de quilômetros quadrados. Avançamos além do Tratado de Ildefonso e de Tordesilhas e conseguimos preservar esta terra. Agora, existe uma grande ambição internacional que não é de hoje; essa ambição internacional vem desde 1920, e há tratados sobre isso, Senador. Então, fazem o inferno de denúncias falsas, denúncias mentirosas.

Primeiro, eu quero relatar sobre o que acontece na nossa Amazônia, e eu sou um amazônida. Embora eu tenha nascido no interior de São Paulo, na minha pequena e bela Capão Bonito, lá no sudeste paulista, uma cidade da qual eu muito me orgulho e tenho o prazer de ter nascido lá, me transformei num amazônida, trabalhei pela construção da Amazônia, trabalhei nas construções das principais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 20D1DFF1004CB0C4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rodovias da Transamazônica: Belém-Brasília, Manaus-Porto Velho, Cuiabá-Porto Velho, Cuiabá-Santarém. Então, eu conheço a Amazônia.

Fala-se muito em focos de incêndio na Amazônia. Sei que V. Exa. também, embora sendo um sulista, conhece também muito bem a nossa Amazônia e que tem dedicado a vida à nossa Amazônia, conhece bem esse torrão que nós adquirimos, Sr. Presidente, como um torrão natal.

Agora, Sr. Presidente, primeiro, nós vemos: estão tocando fogo na Amazônia. Primeiro, nós temos que entender. Grande parte dos focos na Amazônia – fazem milhares de focos, grandes focos – são o quê? Fogo de defesa, fogo de aceiro. Queimam-se 10 metros quadrados para preservar 10 mil metros quadrados; queimam-se 10 metros para preservar 10 quilômetros. Então, são fogos de defesa, que são praticados em todo o mundo mais avançado.

Sr. Presidente, eu jamais discutiria, por exemplo, saúde com o Dr. Humberto, com a Dra. Zenaide, Senadores que entendem disso muito melhor que eu, mas eu tenho cheiro de terra, eu nasci... Aliás, todos nós fomos formados do pó da terra. Então, meu Senador, meu Presidente, na verdade, nós só conseguiremos alimentar o mundo se a produção for aumentada. Nós não conseguiremos... O mundo...

Nós vemos constantemente as grandes revistas apresentando aqueles africanos, muitas vezes, esquálidos, magros. Então, vemos aquilo. E aquilo o que é? É fome. Aquilo é fome. Nós produzimos, nós alimentamos um terço da humanidade. Isso foi tecnologia: melhores ferramentas agrícolas, melhores sementes, melhores defensivos. E vamos acabar com este nome: pesticida. São defensivos que nós temos.

Nós assistimos, no ano passado, Senador Lucas, a quê? Nós assistimos à invasão de ondas de gafanhotos que atingiu o Sul. Não sei se atingiu o seu Estado natal, Santa Catarina, mas atingiu grande parte do Rio Grande do Sul. Foi uma onda de gafanhotos, aliás, nuvem de gafanhotos que começou no Paraguai, passou para a Argentina, Uruguai, e entrou no Sul do Brasil. Gafanhotos! A gente pensava até que isso não existia mais. Eu me lembro, meu Senador, de que meu pai, lá pelos anos de 1915, 1920, até 1940, espantava os gafanhotos... Porque existiam muitas nuvens de gafanhotos no Brasil. E eles os espantavam fazendo barulho com lata, com qualquer coisa que produzisse barulho para espantar os gafanhotos. Só espantavam os gafanhotos, porque não tinha nenhum defensivo. E os gafanhotos chegavam a destruir totalmente uma lavoura, meu Presidente. Chegavam a destruir totalmente.

Agora, as pragas agrícolas não diminuem; elas aumentam cada vez mais. Aumentam cada vez mais! Nós temos que ter defensivos. Lutar contra defensivos agrícolas é lutar a favor da fome, a favor da miséria, a favor da falta de comida, porque são os defensivos e as novas invenções da agricultura, justamente, que vão aumentar a nossa produção, para alimentarmos 8 milhões de bocas que existem no mundo – 8 milhões de bocas! Somos nós que temos essa área para produzir. Porque, meu Presidente, alguém pode dizer: "Ah, a China tem 9 milhões de quilômetros quadrados". Só tem 800 mil quilômetros de áreas que podem ser produtivas. A Rússia tem 18 milhões de quilômetros quadrados, mas é só a parte oeste da Rússia que é aproveitável; o resto é parte de neves eternas e a floresta de Taiga. O Canadá, a mesma coisa, parecido com a Rússia: tem uma temporada de verão de quatro, cinco meses e, depois, neves constantes. Os Estados Unidos: área pouco maior que a nossa também, com nove milhões e pouco de quilômetros quadrados, mas o que acontece? No centro dos Estados Unidos, as rochosas; ao norte, deserto; ao sul, deserto. Nós temos tempestades, temos nevascas, temos furacões. Afinal... Nós temos depois a Austrália. Na Austrália chove muito pouco. Nós temos na Austrália um clima, vamos dizer, extremamente árido. Os desertos da Austrália são grandíssimos. Onde se chove menos no Brasil,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11282C06004CB0C3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

lá no nosso Nordeste, chove mais do que na Austrália. Na Austrália nós vemos algumas pequenas manchas em que chove.

Então, este país é o celeiro do mundo. O celeiro do mundo, com o coração generoso de todos os brasileiros. Nós temos condições de produzir e aumentar muito mais. Nós não temos que pensar somente na fome do brasileiro; nós temos que pensar na fome mundial. E nós podemos ter alimento para alimentar esses bilhões de pessoas.

Uma outra coisa, Senador: fala-se muito de desmatamento. É necessário falar uma verdade sobre o que acontece com o nosso amazônida. Eu sou um amazônida de coração, embora paulista e capão-bonitense de origem e de coração também. Mas o que acontece e que V. Exa. conhece bem? Nós temos muitas lavouras, os roçados. A pessoa faz um hectare neste ano; no próximo ano, o hectare vizinho; no outro ano, o terceiro ano, outro hectare; no quarto ano, outro hectare; depois volta, fazendo um círculo. Sempre é a mesma coisa, porque, se nós fôssemos acumular os percentuais que dizem de destruição da Amazônia, já teriam acabado as terras do mundo. Então, são mentiras acumuladas sobre mentiras, de apátridas, de pessoas que detestam o Brasil, de pessoas que odeiam esta pátria, de pessoas que odeiam a humanidade, que querem, justamente, diminuir essa produção.

Senador, a nossa agricultura... Lembro-me bem do Ministro Alysson Paulinelli, que merecia ter uma estátua em cada lugar deste mundo, porque ele conseguiu dar novas visões. Tivemos grandes ministros da agricultura, muitos. E eu falo com orgulho da amizade que tenho com a Senadora Kátia Abreu, que também foi grande Ministra da Agricultura. A Ministra que saiu agora, Tereza Cristina... Grandes ministros da agricultura. Afinal, nós temos tido uma bênção sobre isso. E falo, Senador: nós temos sido uma nação que tem sido realmente o celeiro do mundo.

Sabe V. Exa. que os nossos regimes de Campos, de Cerrado, de selvas densas, de terras úmidas... Afinal, este Brasil é tão diferente. Então, nós precisamos, meu Senador, ter mais sensibilidade. Só o Brasil pode matar a fome do mundo.

Calcula-se hoje que entre a Índia e a China existem mais de 3 bilhões de pessoas. Não se matará a fome desses bilhões de pessoas sem terras produtivas. A cada vez que nós tentamos brecar alguma coisa na Amazônia, alguma coisa em qualquer lugar no Brasil, nós estamos sendo apátridas, nós estamos sendo traidores da pátria, desta terra, que é nossa.

Falei, no início, de D. João VI. Hoje, quando nós pomos todos esses defeitos, nós estamos trabalhando é pela internacionalização da Amazônia. A internacionalização nunca pode acontecer. Que se pense na internacionalização da Guiana, da Venezuela, da Colômbia, da Bolívia, de quem quiser; do Brasil, nunca, porque esta terra é nossa, foi conquistada pelos nossos pioneiros, foi conquistada pela sabedoria de nossos reis e imperadores, foi conquistada pelos nossos bandeirantes, foi conquistada pelo nosso caboclo, conquistada atualmente pelos nossos lavradores gaúchos, paranaenses, catarinenses que saíram do Sul para provar aquela terra, levando homens sem terra para terras sem homens.

Então, Senador, nós temos que pensar em produzir cada vez mais.

Nós produzíamos, em 1979...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Para concluir, Senador Guaracy, por favor.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Eu tenho muita coisa para falar. (*Risos.*)

Por favor, permitam o discurso de um patriota. Eu vou concluir, prometo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11282C06004CB0C3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. *Fora do microfone.*) – Não vou interromper e não quero ser interrompida depois.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – A senhora jamais foi interrompida. A senhora jamais foi interrompida, Senadora!

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Nós temos, Senador, terras produtivas. Vamos realmente dar apoio ao nosso homem do campo, dar apoio à nossa terra. Não criar óbices, não criar obstáculos.

Deixem-me lhes falar uma coisa, Senador, para todos. V. Exa. disse que o meu tempo está vencido, mas tudo bem. Sou um respeitador, principalmente de quem me lidera; aliás, respeitador de todos, mas principalmente de quem está me liderando no momento.

Então, hoje, meu Senador, povo brasileiro, uma verdade é bem necessária ser falada: nós temos mais matas hoje, de reflorestamento ou naturais, do que tínhamos no tempo de Pedro Álvares Cabral aqui no Brasil. Sr. Presidente, os grandes campos que tinha no Estado de São Paulo, sul de Minas, parte do Paraná, uma área de mais ou menos 250 a 280 mil quilômetros quadrados – não falo sem conhecimento, não, Senadora, eu falo com vivência –, foram transformados em grandes áreas de *pinus elliotti*, de eucalipto, de reflorestamento, de araucária, foram transformados em cafezais, foram transformados em laranjais, foram transformados em produção de cana. Hoje nós temos mais... A região, por exemplo, uma área aproximadamente de 100 mil hectares, entre o sul do Piauí, sul do Maranhão, norte do Tocantins e parte do Pará, que era campos de Cerrado, de pouca vegetação, hoje foi transformada em centenas de milhares de hectares de produção e eucalipto, produzindo celulose, papel, que justamente contribui para o meio ambiente ser conservado.

Então, o que nós precisamos é proteger a nossa agricultura, nós precisamos proteger o nosso campo. É necessário, porque é a coisa que mais se desenvolve. O homem, o agricultor brasileiro, o produtor brasileiro, nós não somos criminosos. Não queiram criminalizar os produtores rurais. São pessoas que trabalham, os que mais trabalham.

Estou terminando, Sr. Presidente. Deixe-me terminar.

Nós devemos muito aos nossos empresários, aos nossos médicos, aos nossos professores, aos nossos funcionários. Nós devemos muito aos nossos caminhoneiros, mas a ninguém nós devemos tanto, abaixo de Deus, como ao homem do campo, aos produtores rurais. E a eles o nosso respeito! Por eles e pela população mundial eu digo que esse projeto é muito bem-vindo porque ele facilita justamente o aumento da nossa produção.

Eu estive fazendo um estudo...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Muito obrigado.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Esses pesticidas chamados de agrotóxicos. Deem o nome que quiserem, mas eu vou chamar de defensivos. Eles conseguem fazer com que não se diminua a produção brasileira em 35% a 40%. Imagine que desastre seria isso. Se nós produzimos hoje aproximadamente 280 milhões de toneladas de grãos, teríamos talvez uma produção de 150 milhões de toneladas.

Sr. Presidente, esse projeto é mais do que um projeto técnico: é um projeto de misericórdia, é um projeto de sensibilidade, é um projeto de coração, é um projeto contra a fome, é um projeto de humanidade, é um projeto cristão.

Deus abençoe a todos!

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11282C06004CB0C3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Guaracy.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Antes de...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – É só para chamar à atenção: vamos ordenar os nossos trabalhos...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Eu gostaria de fazer...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... para a gente ver que que nós estamos a cada momento... Porque, por mim, o Guaracy podia falar até na hora da sessão, que aí eu ia pedir a suspensão para poder... (*Risos.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Tão à toa... Se ele quiser falar de novo, eu vou na linha do Paulo Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Eu gostaria de responder à questão de ordem da Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Não, foi "pela ordem".

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Pela ordem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Porque eu tenho uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Sim, pela ordem, Senadora Eliziane Gama. Com toda a tranquilidade, não se preocupe.

Eu tenho o prazer de estar à frente desta Comissão, Senadora Eliziane, Senadora Zenaide, pela segunda vez. Serão quatro anos à frente desta Comissão, e nós debatemos aqui vários temas. Um dos mais polêmicos foi a reforma do Código Florestal Brasileiro em 2012. Eu era Presidente desta Comissão, passamos meses e meses trabalhando e ouvindo toda a sociedade organizada, ouvindo todos os técnicos, e nós nunca deixamos de debater, de ouvir, até porque o Parlamento é o lugar de diálogo, de conversar e de parlar.

Eu gostaria de atender o pedido do Senador Humberto Costa para que a gente possa fazer uma reunião com a equipe de transição da agricultura, da saúde, com a minha presença, hoje à tarde, se assim os senhores e as senhoras concordarem. Eu entendo que o diálogo é muito importante. Nós nunca, Senadora Zenaide, jamais fizemos aqui, pelo menos nesta Comissão, nenhum embate antes de esgotar todas – todas! – as possibilidades. Senadora Eliziane, V. Exa. que participa há poucos meses da nossa Comissão, nós nunca avançamos sem esgotar todas as possibilidades de entendimento, porque nós estamos aqui para fazer o que é melhor para o nosso país, não para o governo que está saindo, ou o governo está entrando. O governo que está saindo é importante, o governo que está entrando também é importante. Nós temos que dar e ter consideração com ambos. Mas a nossa preocupação é com a população brasileira – esse é o meu compromisso. Eu, como estou aqui no meu último ano, Senador, no Senado e também à frente desta Comissão, não deixaria de fazer o que eu sempre fiz agora nesse último mês, que é reunir, conversar, para que a gente possa chegar a um entendimento.

Então, eu sugiro nós suspendermos a sessão até amanhã cedo. Amanhã no mesmo horário, nós voltaríamos para a sessão. E, hoje à tarde, nós nos reuniríamos com a equipe de transição da saúde, da agricultura, com a nossa presença, para que a gente possa chegar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11282C06004CB0C3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – E do meio ambiente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – ... a um ponto de equilíbrio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Pode ser a do meio ambiente também?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – E do meio ambiente também. Aí seriam todos que quiserem participar da reunião.

Nós faríamos essa reunião hoje à tarde, e eu convidaria também outros Senadores que quiserem – o Senador Fávaro faz parte da transição da agricultura – para que a gente possa avançar.

Agora, eu quero o compromisso dos senhores e das senhoras de que, amanhã cedo, a gente possa votar sem mais delongas. Vamos discutir, vamos tentar achar um ponto de equilíbrio e de acordo, mas que, independentemente de qualquer resultado dessas reuniões de hoje à tarde, a gente possa votar amanhã cedo.

Nós sempre iniciamos... Eu volto a falar, Senadora Eliziane, porque não pude falar na sua presença na semana passada, que o Guaracy também fez uma exposição muito ampla e muito bem feita na semana passada.

Quero registrar que esta Comissão se reúne sempre às 8h da manhã. Não é um caso excepcional nesses projetos. Em todos os quatro anos em que eu estou à frente desta Comissão, todas as vezes nós nos reunimos sempre às 8h da manhã para que a gente possa ter, inclusive, o dia inteiro de debates se preciso for. Então, quem começa cedo pode ir até mais tarde, não é, Senadora Zenaide? É importante que se diga isso.

Amanhã, então, nós nos reuniríamos novamente, às 8h da manhã, em definitivo, para essa votação.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Senador, um aparte para uma questão de ordem. (*Fora do microfone.*)

Quando o senhor fala 8h da manhã, na Comissão de Agricultura, eu acho que até é muito tarde, porque o homem da agricultura se levanta, muitas vezes, às 4h da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Deixe-me ouvir o Senador Jayme Campos, que é o que está...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma referência a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Pois não, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Eu queria cumprimentá-lo e destacar, na verdade, a sua posição de a gente fazer essa reunião à tarde. Eu acho que é muito importante, é muito salutar. Eu preciso fazer justiça. Aliás, em outros momentos, aqui também nesta Comissão, quando fizemos algumas solicitações, V. Exa. as atendeu. Eu aprendi, na minha vida, a fazer justiça. Então, eu queria destacar e enaltecer a sua decisão de fazermos essa reunião à tarde. Eu acho muito importante, até porque, Presidente, eu acho que esse projeto... Eu elenquei cinco pontos aqui, mas, em três pontos, se a gente conseguir ajustar, eu acho que a gente consegue avançar. Agora do jeito que está realmente não tem como.

Outra coisa, Presidente, eu aprendi uma coisa na minha vida. Eu estou há 16 anos na vida pública, não é? Fui Deputada Estadual por dois mandatos, Deputada Federal e sou Senadora. E uma das coisas que eu aprendi na minha vida é que o ótimo é inimigo do bom. Às vezes, você quer uma coisa perfeita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11282C06004CB0C3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e não consegue nem o que é mediano por conta às vezes da intransigência, às vezes da inflexibilidade. Então, eu acho que a gente pode construir, eu acho que a gente pode chegar a um acordo que seja menos ruim. Honestamente, estou falando isso aqui para o senhor.

Eu acho que é importante essa reunião de hoje à tarde. Vamos ter muitas contribuições e acho que a gente pode sair com um texto que possa, de fato, ser melhor.

Então, o meu registro fica feito.

E amanhã eu também não tenho problema de acordar cedo, não. Eu sou jornalista.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Não tem hora, não é?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Jornalista acorda, às vezes, às 3h30 da manhã, às 4h da manhã, para poder fazer uma boa matéria.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Acir...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Muito obrigado, Senadora Eliziane.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente Acir...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Senador Paulo Rocha.

Depois Senador Jayme Campos e Senadora Zenaide.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, permita-me chamá-lo de...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Sim, por favor.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Permita-me chamá-lo de Acir...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Claro.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... porque a gente já construiu um processo de relação pessoal, exatamente a partir da sua postura, do processo como você tem dirigido a CRA, que é dessa forma democrática, ouvindo todo mundo. Disso a gente não pode reclamar.

Agora eu queria falar publicamente uma questão aqui para não ficar parecendo que nós estamos impedindo o desenvolvimento, impedindo a modernização. Não é nada disso. O que nos move aqui é uma preocupação com todo o país: saúde pública, questão ambiental, enfim... Vou ler o que seria o meu voto final, que nós somos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Não, não. Eu sei, mas só *ad argumentandum* o que eu quero falar no final: nós vamos votar contra, mas nós encaminharíamos a votação pelo texto que saiu do Senado. Esse projeto é de iniciativa do Senado, saiu daqui. Nós o aprovamos e foi para a Câmara, onde eles fizeram um monte de inclusões, contra as quais estamos nos posicionando. E V. Exa., exatamente para não fazer modificações, acaba acatando a questão da Câmara. E é aí que nós nos colocamos contra.

Por exemplo – e para não ficar esse bate-boca, isso e aquilo –, está claro que nas questões que foram colocadas na Câmara, ele retira ou diminui, media a posição da Anvisa e do Meio Ambiente para dar mais poder de decisão e concentração ao Ministério da Agricultura, e nós somos contra isso, porque a Anvisa é um órgão técnico respeitado por todos os governos. *Vide* que, nos debates públicos que V.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11282C06004CB0C3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exa. dirigiu aqui sobre o parecer, veio o pessoal da Anvisa, e a resolução que tinha em relação à dureza da análise dos agrotóxicos vem de governos anteriores, mas é verdade que também o técnico da Anvisa representando o atual Governo também concordou com o processo. Então, retirar o papel da Anvisa... É um órgão técnico muito importante, respeitado em tudo por todos nós ao longo do tempo. Então, na medida em que tem na redação "poderá", isso tira poderes da Anvisa para poder trazê-los para a Agricultura.

Então, eu acho que nós estamos perto – é isso que eu queria falar, Presidente... É apenas redação, são argumentos em torno de palavras, em que a gente pode chegar a um acordo. À medida que tem a boa vontade de V. Exa. agora, ouvindo mais gente, inclusive no período de transição de um governo para outro, isso é muito importante para ser analisado. Então, eu queria é chamar atenção, enquanto V. Exa. vai organizar a conversa na transição, que dessem também para os nossos técnicos, para os nossos assessores, tanto os seus quanto os nossos, continuarem discutindo para ver se a gente avança melhor no texto nesse sentido ou tire essas dúvidas de mediação, porque está claramente tirando aqui na palavra "poderá...", "decisão final é da agricultura", etc., etc. Isso está claro no texto. Então, isso que está se contrapondo, votando, inclusive, contra um projeto desse.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Paulo Rocha.

Agora, Senador Jayme Campos, que está virtualmente. V. Exa. tem a palavra, Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Bom dia! Bom dia, meu caro Presidente, Senador Acir Gurgacz, e demais colegas Senadores que estão participando desta importante reunião para deliberarmos sobre o PL 1.459.

Na verdade, Senador Gurgacz, isso aí foi de 1999, que é o PLS 526/99. Esse projeto já vinha há alguns anos – não são poucos anos, não –, passou pelo Senado, de autoria do Senador Blairo Maggi, foi encaminhado para a Câmara e ali foi feito um novo substitutivo. Agora o que me chama a atenção é que essa matéria, já há algum tempo, está sendo discutida nesta Comissão e, lamentavelmente, não foi aprovada.

Desta feita, com sua boa vontade e sua generosidade, o senhor abre um espaço para que se possa discutir com os membros da Comissão de Transição, da saúde – não é isso? –, da agricultura, do meio ambiente, conforme solicitação da eminente Senadora Eliziane. Todavia, é bom nós esclarecermos que, quando a Senadora Eliziane fala e outros Parlamentares, dá a entender, parece-me, que essa lei é uma lei que veio para matar o povo brasileiro e, naturalmente, outras pessoas que fazem aquisição da nossa produção. Isso é muito ruim – isso é muito ruim!

Eu não posso, em hipótese alguma, condenar com antecipação a Anvisa, o Ibama e o Ministério da Agricultura, até porque nós tivemos uma nota técnica oferecida por esses órgãos de controle do Governo Federal, sobretudo a Anvisa, que é uma agência reguladora, e, por outro lado, o Ibama, também composto por técnicos de alto gabarito, ou o próprio Ministério da Agricultura.

Eu espero que nós possamos, após esse entendimento, como bem disse o Senador Paulo Rocha, uma mudança talvez aqui de redação ou de texto, alguma palavra, muda aqui, muda acolá, mas nós possamos colocar em prática. Eu não vejo, em hipótese alguma, que essa nova lei venha prejudicar a saúde de toda a população mundial; muito pelo contrário. Isso traz sério prejuízo para nós até na comercialização da nossa produção no mercado internacional. Você imagina como admitir um cidadão, um técnico em sã consciência fazer uma produção, ou seja, fabricar agrotóxico que certamente seria pernicioso ao corpo humano. De maneira que eu acho que nós temos assuntos muito interessantes para serem discutidos. Eu espero que não fique carimbada a má vontade por parte do Governo que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11282C06004CB0C3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entra em relação a essa lei. O que nós estamos procurando neste exato momento é, com certeza, agregar o maior número de aliados ao Governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Todos sabem, perfeitamente, que a frente é parlamentar – eu sou um dos membros e imagino haver outros colegas membros dessa frente –, é uma disputa com seriedade, baseados, com certeza, na ciência, assessorados pela Embrapa, pela CNA, que estão preocupadas até de abrir novos mercados para, naturalmente, a nossa produção, seja soja, sejam outros alimentos.

Agora, eu não posso, no alto dos meus 72 anos, concordar quando alguns Senadores condenam veementemente a possibilidade do uso. O Acir Gurgacz foi muito feliz quando colocou aqui, fez uma observação dizendo que nós temos que quebrar os quartéis no Brasil. Hoje cinco ou seis empresas são detentoras de todo o mercado.

Aqui vai abrir a possibilidade de nós usarmos um produto talvez melhor do que o que hoje está sendo usado, como também melhorar nossa competitividade, reduzindo os custos. Hoje o que mata os custos da operação é o agrotóxico, os defensivos agrícolas. Lamentavelmente, a maioria absoluta é importada, pouco é produzido no Brasil, e, com isso, nós perdemos a competitividade, derrubamos a margem de lucro para que possamos, com certeza, produzir de forma sustentável, com custo barato e ser competitivo seja no mercado nacional, seja no mercado internacional.

De forma, Senador, que acho que o encaminhamento que V. Exa. está fazendo é ótimo. Vamos ouvir o pleito, a solicitação da Senadora Eliziane e do Paulo Rocha, fazer essa discussão com essa equipe de transição do Governo Lula. Espero que nós tenhamos um mínimo de sanidade para produzirmos, com certeza, a partir desse diálogo, esse entendimento, para que amanhã nós possamos votar essa matéria. Indiscutivelmente, nós não podemos mais protelar, pelo fato de já vir se arrastando há alguns anos esse PL 1.459. Eu, particularmente, participo desta Comissão nos meus dois mandatos de Senador, faço parte da Comissão de Meio Ambiente, e necessariamente nós precisamos chegar a um bom termo e aprovar a matéria, seja mudando alguma coisa que for factível e que, de fato, não vá detonar ou destruir o projeto na sua essência.

Portanto, quero cumprimentar V. Exa., Senador Acir Gurgacz, pelo seu trabalho exitoso. V. Exa. vem conduzindo esta Comissão de forma exitosa, com competência, e, aqui, de público, quero reconhecer. É uma pena que V. Exa. vai deixar o cargo de Senador da República, mas vai largar, com certeza, marcas indeléveis na defesa intransigente de boas políticas públicas para o nosso país, sobretudo – e aqui eu quero chamar atenção – para as nossas futuras gerações.

Nós precisamos de união no Brasil, o que nós precisamos hoje é de, de fato, nos unirmos, darmos as mãos para sermos competitivos, para que sejamos, com certeza, um país que hoje está contribuindo sobremaneira na questão da alimentação, da política alimentar do mundo inteiro. Particularmente, aqui, eu tenho a certeza de que, se nós aplicarmos um produto mais barato em cima da nossa agricultura, vamos reduzir os custos também para que haja maior consumo no espaço brasileiro, no território brasileiro. Hoje, muitas vezes, prefere-se exportar a vender no mercado interno.

Por outro lado, concluindo, quero dizer à Senadora Eliziane Gama, que ela tem toda a razão em determinados pontos; todavia tem de prevalecer a sensatez, o bom senso e, acima de tudo, o espírito de brasilidade, defendendo também o interesse da nossa produção brasileira.

Muito obrigado, Sr. Senador.

Vamos aguardar e, amanhã, votar definitivamente. Se não tiver acordo, só resta uma saída, só uma – isso faz parte do regime democrático: o voto. Vamos votar. Aquele que tiver maioria, com certeza, ganha. E vamos ter que respeitar o ganhador como, desta feita, milhares de cidadãos não querem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11282C06004CB0C3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

respeitar a vitória do Presidente Lula e certamente vão ter que respeitar, porque a decisão da maioria tem que ser respeitada pelo povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos. Agradeço...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Pois não, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – É porque ele citou o meu nome. Não foi ofensivo, mas é só para contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Quando ele fala, enfim, dizendo que eu não considerei algumas questões, dizendo ser contrária, eu queria dizer a ele que só estou pedindo uma coisa: que a gente considere relatórios que foram muito importantes e que, inclusive, foram encaminhados a esta Comissão, como o da Anvisa, como o do Ibama, como o da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – que é um órgão científico, é muito bom lembrar –, cientistas da ONU... São órgãos absolutamente importantes e fundamentais que trabalham e que têm conhecimento aprofundado. Então, não sou eu, Eliziane, que estou dizendo isso, são esses órgãos, a Fiocruz e vários outros órgãos que têm vasto conhecimento, profundo saber científico e que deram contribuição, mas que infelizmente não foram considerados.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Com a palavra a Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente Acir, o meu respeito. Eu conheço Acir, com quem, em 2019, a gente tinha discussões de projeto na Comissão de Direitos Humanos que pareciam intransponíveis e de que depois a gente chegava a uma conclusão. Logo hoje, gente, que eu resolvi dizer que, apesar de não fazer parte de nenhum grupo musical, vou falar manso, mansamente – viu, Eliziane?

Primeiro, eu queria dizer o seguinte: é fato que, de 2019 para cá, são 1.919 novos agrotóxicos autorizados pela Anvisa; e, de ontem para hoje, 38. Fato, isso aqui a gente não está discutindo. Com isso eu estou querendo mostrar que é fato que nós vamos ter uma produção de grãos neste ano... Pelo menos eu agora, gente, assisto mais ao Globo Rural – viu, Eliziane? – que todo mundo, porque eu sempre fui apaixonada pelo programa. Como falou meu amigo Guaracy, ele tem cheiro de terra, e eu sou filha de um pequeno agricultor e sei como isso funciona. É fato que essa lei não está impedindo o nosso crescimento: são mais de 300 milhões de toneladas de grãos que vão ser produzidos. Então, não é a falta dessa lei que não vai nos permitir... É fato que, como falou Eliziane, o mundo da ciência mostra que os agrotóxicos, os defensivos, como queiram chamar, causam danos à saúde – fato também – e que, apesar de o uso aumentar cada dia mais, por que a gente aqui não parar para entender o porquê de a cada ano se precisar de mais novos agrotóxicos e não se conseguir controlar, cada vez mais, como foi dito, as pragas? Então, tem algo errado aí sobre o que a gente podia se debruçar.

Outra coisa que é fato: aqui está tirando, sim, gente... A Anvisa... Vocês imaginem se a gente fosse dar prazo à Anvisa para incorporar um novo antibiótico, um novo anti-inflamatório, uma nova vacina – a gente desse prazo? Ciência não funciona assim. A ciência tem que ter espaço, se não tiver já... O projeto diminui, sim, subtrai o poder da Anvisa. Aí se diz que, às vezes, meu amigo Acir Gurgacz, não vai mudar nada. Aí uma pergunta que não quer calar: se não vai mudar, por que estamos fazendo um projeto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11282C06004CB0C3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lei? Entendeu? Não que seja contra, pelo contrário, a gente vibra quando vê que a gente está crescendo essa produção.

Olhem, quando eu vi no Globo Rural que o Brasil, pela primeira vez, tem mais cabeças de gado do que população, mais de 220 milhões, isso quer dizer – estou querendo só fazer esta analogia – que não se faz necessário aumentar e que a Anvisa não atrapalhou. Inclusive, quando eu fui sabatinar aqui alguns técnicos da Anvisa, eu disse: "Sobra algum tempo para os senhores aprovarem e estudarem as vacinas, pela quantidade de fitossanitários ou defensivos?". Eu, como médica, diria "agrotóxico", mas, com todo respeito, digo "veneno", porque, na verdade, é isso.

Está aqui meu amigo Heinze. Quando éramos Deputados eu, ele e Colatto, nós discutíamos, Carlos. Aí o Colatto dizia: "Deputada, a senhora, como médica, não pode dizer isso". Eu disse: "Coloque essa substância que está em discussão no seu copo d'água, que está aqui na sua frente, e a tome, para o povo brasileiro ver, que eu garanto ao senhor que não vai haver mais essas discussões".

Então, é fato: é teratogênico sim! É abortivo sim! Nós vamos condenar essas pessoas, e eu acho que a gente não tem direito... Aqui é a defesa da vida. Então, como médica, inclusive sanitarista, eu não poderia ficar calada diante disso!

E é fato que não há necessidade de essa lei tirar o poder da Anvisa e do meio ambiente para o agronegócio crescer. E também é fato que, aqui, ninguém é contra.

Há outra coisa: com todo respeito ao meu colega, dizer que não tem nada a ver aqui com a história de desmatamento ou de ameaças com fogo... Gente, ver imagens que não existem – como eu dizia, as queimadas a gente não está vendo, mesmo fotografadas – e ouvir vozes que não existem é uma doença muito grave. Eu, simplesmente, não aceito que alguém diga que não há queimada quando se mostra a imagem. Você está entendendo? Contra um fato, isso não existe!

Agora, com todo respeito a esta Comissão – Acir está de parabéns, isso é mais; está aqui o Fávaro –, vamos sentar e conversar, porque, acima de tudo, acho que aqui o povo nos dá esse poder, mas acho que esse poder é o da defesa da vida. Então, acho que a vida do ser humano, dos brasileiros e brasileiras, está acima de qualquer coisa.

Parabéns, Acir, por permitir este diálogo, por permitir que a gente fale! E eu já vou voltar a ser mansa de novo. Eu prometi que eu ia falar mansamente. (*Risos.*)

Mas quero dizer o seguinte: a gente tem que sentar e discutir o que realmente é melhor para a saúde do povo brasileiro.

E também não há este argumento de que o nosso grande agronegócio está tendo prejuízo com essa lei que já existe.

Obrigada, Presidente. Vamos discutir isso aí. Amanhã, estarei por aqui também e garanto ao senhor que vou também falar mansamente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Obrigado, Senadora Zenaide. V. Exa. tem contribuído muito aqui no Senado Federal e principalmente na nossa Comissão de Agricultura.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone.*) – Pela ordem, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Pede a palavra pela ordem o Senador Guaracy. Na sequência, falará o Senador Fávaro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11282C06004CB0C3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Pela ordem.) – Está certo!

Apenas quero dizer, Senadora Zenaide, que não estou delirando quando falo sobre queimadas no Brasil. Eu entendo do setor e vivo o setor. Eu não discutiria com a senhora jamais sobre medicina – jamais discutiria porque sei da cientista que a senhora é. Então, jamais discutiria, mas, sobre a Amazônia, sobre a nossa agricultura... Eu nasci com cheiro de terra, vivo na Amazônia há cinquenta e tantos anos e a conheço bem.

O que eu falei é o seguinte: queimadas existem, mas 95% das queimadas são defensivas, são pequenos focos de incêndio em que se queimam 10 metros para preservar 100 mil metros. São coisas assim.

Então, nós temos que entender, hoje, da nossa selva amazônica ou da selva densa, nós não temos 6% de mata que foi desmatada. Nós temos que entender isso. Nós não temos que entrar na onda de pessoas que são contra o Brasil, que são apátridas. Nós não temos que entrar nessa onda, Senadora. Eu respeito demais a senhora, aliás, como respeito todos – é meu dever cristão.

Queimadas existem, mas são focos de defesa. Por exemplo, se a senhora entrar hoje... Aliás, hoje não, mas, nos meses de julho até início de outubro, a senhora vai encontrar milhares e milhares de pequenos focos de incêndio na beira de estrada, e isso é propagado como se fosse o Brasil em chamas, seria a réplica daquele filme, Mississípi em Chamas. Mas isso não é verdade; são pequenas queimadas defensivas.

Então, entenda bem, Senadora: isso é maximizado, são mentiras propagadas por ONGs, por meios de comunicação que só têm o intuito de destruir o Brasil, queimar a nossa imagem internacional. Nós precisamos entender isso, independendo, Senadora, da nossa matriz ideológica. Esta pátria é nossa, esta pátria é de brasileiros, brancos, negros, pardos, índios, estrangeiros que vieram para cá, como o meu amigo Gurgacz, que deve ser originário lá...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Polônia.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – ... da Polônia. Esta pátria é nossa, e nós temos que defender, não entrarmos nessa onda internacional de pessoas que querem internacionalizar a nossa Amazônia. Esta terra é nossa. Existe uma campanha sórdida por causa disso.

Eu não quero ser a única voz perdida a esmo aqui, como dizia a música de Anísio Silva; eu quero que todos os senhores, todas as senhoras se empenhem nessa luta. A senhora não está diante de uma pessoa que quer destruir o meio ambiente; eu sou um conservador do meio ambiente, faço reflorestamento, procuro preservar sempre as margens – sendo terra minha ou não, assim procuro.

Então, Senadora, nós temos que entender bem: existe muita mentira quando se divulga... Eu não estou delirando, não, quando falo isso, Senadora. Eu falo com ciência e com prova. Quando vi o ar debochado de algumas pessoas quando eu falei que existe mais mata hoje, mais selva do que existia no tempo de Pedro Álvares Cabral, nós podemos quase comprovar isso. É só entender.

É isso. Não estou delirando. Sou um patriota, como creio que a senhora também seja, e temos responsabilidade com o Brasil. Nós só aumentamos essa produção.

Muito obrigado. Que Deus nos abençoe.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Obrigado, Senador Guaracy.

Com a palavra o Senador Carlos Fávaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11282C06004CB0C3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-7 (ANEXO: 007)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS FÁVARO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT. Para discutir.) – Bom dia, Sr. Presidente. Quero agradecer a oportunidade de estar nesta Comissão, debatendo esse tema tão relevante para o Brasil.

O primeiro ponto é parabenizar a sua conduta, Presidente Acir, democrática, ouvindo, debatendo, tirando dúvidas. Esse é o papel do Parlamento. Nós não queremos, em hipótese alguma, precarizar, quer seja a Anvisa, quer seja o meio ambiente, e muito menos a agricultura brasileira.

Chego a um entendimento, diante de todo esse debate, de que estamos todos do mesmo lado – todos do mesmo lado. Eu, como produtor rural, não quero – já disse isso aqui e vou reiteradas vezes repetir – usar na minha propriedade produtos organofosforados, cancerígenos, antigos, retrógrados. Eu não quero usar isso. Eu quero cada vez mais ter a oportunidade de que a agricultura brasileira use produtos biológicos, biodegradáveis, seletivos, que não contaminem o meio ambiente, que não contaminem os alimentos, que não façam mal à saúde humana. Eu não seria hipócrita de achar que se vai liberar um produto que vai devastar todos os inimigos naturais e que vai ser perigoso à saúde humana e querer usá-lo dentro da minha propriedade. Em hipótese alguma!

Nós estamos tratando nesse projeto, com muita dedicação – o Presidente Acir vem fazendo isso com dedicação, ouvindo, e vai continuar ouvindo as partes divergentes –, é da modernização da legislação. Nós temos que superar a burocracia no registro de moléculas exatamente para atingir o objetivo de todos, exatamente para chegarmos a produtos mais modernos, mais seletivos, biodegradáveis etc. etc. Se nós dificultarmos, há uma cortina de fumaça, que se diz, que é a precarização da Anvisa do meio ambiente. Nós estaríamos, na verdade, cara amiga Zenaide, trabalhando para um cartel de quatro ou cinco companhias multinacionais, que estão adorando essa legislação que dificulta o registro de novas moléculas, porque ela registrou um há 20 anos e não precisa mais se modernizar, já que continua vendendo, porque é muito difícil registrar novas moléculas mais eficientes.

Vejam, com a velocidade em que o mundo anda, dizer que esse projeto sofreu sensíveis alterações nos últimos 20 anos, eu concordo. Qual era o modelo de aparelho celular que nós usávamos há 20 anos? A cada mês sai um celular mais moderno, mais eficiente, que traz mais novidades. Nós vamos querer continuar usando a legislação da agricultura de 20 anos atrás? Nós vamos querer continuar supostamente não deixando passar esse projeto, defendendo os organofosforados, os cancerígenos, aquilo que faz mal à saúde humana, que faz mal ao meio ambiente? Não queremos isso. Estamos todos do mesmo lado. Superar a burocracia é o intuito principal desse projeto, sem precarizar nenhuma das três partes: nem Anvisa, nem Ibama, nem Ministério da Agricultura.

O que defende o Presidente Acir – e aí é um entendimento, ele faz a defesa melhor do que todos nós – é que tenha um órgão líder do processo do licenciamento, mas nunca vai deixar de ser ouvido e participar... E, se por um acaso a Anvisa disser "este produto prejudica a saúde humana", ele não vai ser registrado. Obviamente não vai. Não tem um técnico no Ministério da Agricultura que vai concordar em registrar um produto que vai fazer mal à saúde humana. Então, os rigores serão os mesmos. Nós queremos vencer é a burocracia.

E por isso eu sugiro, Presidente, que a gente faça esse debate, amplie, mas não deixe de votar, porque aí, sim, nós estaríamos cumprindo um papel de atrapalhar o desenvolvimento deste país. Votar o projeto é cumprir um papel. O debate é fundamental, mas também votar. Como disse muito bem o Senador Jayme Campos, o voto na democracia é fundamental. Vamos debater, tirar dúvidas, acalmar os pensamentos, num objetivo só, de fazer o melhor para o Brasil, o melhor para essa nossa agricultura, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11282C06004CB0C3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

melhor para o meio ambiente, o melhor para o ser humano, mas não deixemos de votar. Precarizar a votação é a gente não cumprir o nosso papel neste Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Carlos Fávaro.

Com a palavra o Senador Luis Carlos Heinze.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Presidente Acir, só uma pergunta para o senhor – se o senhor não puder me dizer isso agora, o senhor pode depois fazer contato –: eu queria saber se o senhor tem uma definição do horário e do local da reunião e queria sugerir exatamente lá no CCBB, onde está tendo a transição, que eu acho que é um ambiente muito adequado para a gente fazer esse debate, já que estaremos tratando aí com a equipe do novo Governo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Eu concordo que seja no CCBB. Estarei lá à tarde; o Senador Fávaro também, o Senador Humberto também, V. Exa. também. Então, fica mais fácil...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Só precisaria do horário. V. Exa. pode dizer?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – É que eu preciso...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Tá, mas V. Exa. me liga, não é, para me dizer o horário?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Mas eu estarei à disposição, às 14h, lá no CCBB, para iniciar... Senador Carlos Fávaro, pode ser às 14h?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Então, às 14h estarei lá.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Às 14h.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – É por causa da equipe de transição. Nós queremos ouvir a equipe de transição, porque é importante para a gente poder apresentar a essas pessoas qual é o relatório e quais são as diferenças.

Depois, nós voltaremos aqui, amanhã cedo, para fazer a discussão.

Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para discutir.) – Sr. Presidente, Colegas Senadoras e Senadores... Senadora Zenaide, eu gostaria que a senhora usasse humanotóxico para os remédios que nós usamos todo o santo dia para as pessoas que precisam. Vocês não usam humanotóxico. Ali é remédio. Isso aqui é um remédio para planta, é remédio para animal. Nesse sentido, é importante essa colocação.

O Senador Guaracy fala das... Guaracy, agora eu vou pegar o seu tempo de liderança, viu, Acir? Ele ficou 35 minutos na semana passada. Vou chegar perto dos 35, Guaracy.

Mas, Presidente, deixe-me fazer uma colocação: eu já disse ao Senador Paulo Rocha que... Nós temos voto para derrotar esse projeto hoje, aqui, mas V. Exa. fez um acordo de que se vote amanhã. Agora vou pedir à Senadora Zenaide, que ainda está aqui, e a quem estiver virtualmente... Eu disse a ele: nós fizemos um acordo aqui, nesta Comissão, com relação a um projeto do autocontrole. Eu acertei com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11282C06004CB0C3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o Paulo Rocha e com um Senador do Rio Grande do Norte para que nós fizéssemos uma audiência pública. Fizemos duas, e até hoje, Senadora Zenaide, esse projeto ainda não foi votado. Então, que não passe de amanhã a votação desse projeto.

Aí e a mesma coisa esse processo aqui. Se se faz um acordo, o acordo tem que ser cumprido. Agora, vamos fazer uma nova audiência pública? Nós já fizemos três, entendeu, Fávaro? Não pode acontecer isso. Fizemos um acordo, o Acir fez, está acertado o acordo. Que se vote amanhã esse processo.

E aí, Senadora Zenaide?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu só queria dizer ao Senador Heinze, meu amigo, o seguinte: para cada medicamento, como o senhor falou aí dos antibióticos, existe uma bula não só na internet, para todos os pacientes verem, como também escrita.

O senhor imagine, Luis Carlos Heinze, se a gente fosse exigir de cada produto...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Mas tem bula também, doutora. Tem bula. Tem bula, doutora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Não. É minha fala, gente, por favor.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Doutora, um inseticida, um herbicida tem bula.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – O senhor imagine se, de repente, de cada produto que nós vamos nos alimentar, exigirmos que digam que agrotóxico foi usado. Então, isso é um debate que eu acho que nem vale a pena.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Mas a bula existe.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Porque para os medicamentos todo mundo hoje, com internet e tudo, olha e diz quais são os produtos que foram usados.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Mas é a mesma coisa. A internet está aí, Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Não, Heinze, eu estou...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – A internet qualquer um pode usar.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Acir, você está me entendendo?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O que eu usei na propriedade, no gado, na lavoura...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Isso é uma ideia... Isso não é bom debate, porque, por exemplo, em todos os medicamentos você tem acesso para saber que consta isso, isso e isso.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – No inseticida também.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Imagine se cada alimento que a gente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11282C06004CB0C3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-7 (ANEXO: 007)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – No inseticida também, Doutora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – ... fosse comer, fosse abrigado a dizer que tipo de agrotóxico tem ali, aí seria difícil.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Doutora, é a mesma coisa.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Só para isso. Vamos encerrar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Obrigado, Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Hoje eu quero continuar com...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Na paz, não é?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – ... fala mansa. (*Risos.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Só uma colocação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Senador Carlos Heinze, por favor. V. Exa. tem a palavra.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senadora, preste a atenção. Hoje, depois que o Serra votou a lei dos medicamentos genéricos, desses 1,9 mil que a senhora fala, quase 100% são genéricos, são produtos já registrados, Fávaro, genéricos de empresas, custam mais baratos. Já é registrada a matéria principal. Então, não tem novidade nenhuma. "Ah, eu tenho 1,9 mil produtos." Não é assim.

O que eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Isso não tem nada a ver com o nosso projeto. Isso é importante que se diga.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu sei. Eu sei.

O que eu quero dizer é da modernidade. O Fávaro falou aqui muito bem, é importante esse processo, nós temos que evoluir no processo. Imagina o medicamento humano, se não tiver condição de renovar? Tem que renovar, tem que ter coisas modernas. No mundo inteiro é assim. Aqui tem substâncias que ficam seis, sete, oito, dez anos para registrar – dez anos para registrar. O mundo já passou. A banda já foi.

Então, nesse sentido, vamos votar essa matéria amanhã. Concordo que a gente possa votar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senador, deixe-me só fazer uma colocação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Pois não.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Na linha do que o Senador Guaracy falou, o que eu peço a esta Comissão... Nós falamos mal do Brasil, Fávaro. Quem for assumir o Brasil depois... Falamos mal do Brasil, Senadora. Eu não posso falar mal do Brasil. Hoje um dos maiores exportadores de alimentos do mundo é o Brasil. Eu estou falando para a Europa que eu não presto, para os Estados Unidos que eu não presto, para os nossos consumidores que compram carne do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11282C06004CB0C3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Brasil, que é o maior exportador de boi do mundo, de frango do mundo, de soja do mundo. Como é que eu vou falar mal?

Senador Guaracy, meu colega do Rio Grande fala e está certo, meu colega da segurança do Senado: nós estamos hoje contrabandeando produto da Argentina, do Uruguai e do Paraguai. Isso pode. Agora, não posso legalizar produtos brasileiros? Lá é muito mais barato o produto. Custa 10 aqui, custa 3 lá. E esse produto está entrando contrabandeado. Aí pode.

Na questão ambiental, só um detalhe: eu não quero desmatar. Já discuti e quero voltar a discutir esse assunto aqui. Hoje se eu pegasse... Eu só falo, e um competente técnico da Embrapa do Pará, Alfredo Homma, um japonês, fez uma colocação das áreas de pastagens degradadas, Senador Fávaro, que existem no Brasil. Não recordo o número. Só aquilo que eu quero aproveitar, seja no Cerrado, Guaracy, seja na área amazônica, são cerrados que já existem, mas seu eu... Agora, o Lula foi à COP, *trades* nossas assinadas na COP contra o Brasil. O que eu queria, Guaracy, é que o mundo desenvolvido, a Alemanha, criticasse o nosso processo. Agora, vamos ver a questão de energia de carvão. Agora liberaram carvão, que é altamente poluente. Eles fizeram isso. Agora, quer dar troco, moeda para o Brasil. Se eu usasse, Guaracy, preste atenção, 200 milhões – eu não quero, eu não quero! – de hectares e plantasse soja na sua Rondônia, Acir, no seu Mato Grosso, Fávaro, em qualquer estado brasileiro, no seu Tocantins, isso é US$40 bilhões, US$50 bilhões por ano que o Brasil deixa de ganhar. Eu não quero plantar, não vou devastar a Amazônia, mas esse é o preço real. "Ah, US$1 milhão, US$2 milhões, e aí eu estou satisfeito com isso." Por amor de Deus, aquilo é do Brasil! É um patrimônio que nós temos.

Os Estados Unidos, a Europa usam 60%, 70%, 80% do seu território com agropecuária. Nós não usamos mais do que 30%, e eu não quero chegar a 70%, 80%. Agora, eles podem usar toda a sua terra lá nos Estados Unidos, na Alemanha, na Inglaterra, e vêm aqui dizer o que tem que fazer? – na França também. E eu não posso fazer aqui no Brasil...

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Senador Heinze!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – E eu não quero fazer isso.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Deixe-me dizer que, na Amazônia, de selva densa, nós só podemos usar, ainda respeitando beira de rios e outras coisas, nós só podemos usar 20%.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu sei, e nem usamos isso – não usamos isso.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – E não podemos usar. Exatamente!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Então, é só nesse sentido.

Eu só vou deixar este recado aqui: nós estamos entregando muito barato e falando mal, Senador Acir, falando mal do Brasil. Eu não falo mal do meu pai, da minha mãe, da minha família, da minha esposa, dos meus filhos, e aqui brasileiros falam mal do nosso país, da nossa terra. Falamos mal! Esse setor é que sustenta o Brasil, esse é o setor que gera mais de 30% dos empregos, e eu estou falando mal desse setor para os brasileiros que consomem a comida e para o mundo que consome o nosso alimento?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Obrigado, Senador Luis Carlos Heinze.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11282C06004CB0C3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amanhã nós votaremos então.

Eu peço para que amanhã, Senador Carlos Fávaro, V. Exa. possa, junto comigo, fazer a votação, porque eu, como Relator, não posso presidir na hora da votação. Então, peço a V. Exa. para que esteja comigo, para amanhã nós iniciarmos essa votação.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Muito obrigado, Senadora Eliziane Gama, Senadora Zenaide Maia, Senadora Soraya Thronicke, Senadora Mailza Gomes, Senador Jayme Campos, Senador Guaracy Silveira, Senador Luis Carlos Heinze, Senador Luiz do Carmo, Senador Esperidião Amin...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – ... Senador Carlos Fávaro, Senador Lasier Martins, Senador Roberto Rocha, Senador Wellington Fagundes, Senador Zequinha Marinho, Senador Paulo Rocha, Senador Sérgio Petecão, Senador Humberto Costa e o nosso sempre Senador Valdir Raupp, que está conosco. Muito obrigado pela presença.

Senador Guaracy.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Pela ordem.) – Ó, meu Presidente, em homenagem ao homem do campo, que levanta às 4h da manhã, eu queria propor que (*Fora do microfone.*) ... essa nossa reunião fosse às 5h da manhã, em homenagem ao nosso homem do campo. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Principalmente o tirador de leite – não é? –, que acorda cedo.

O SR. GUARACY SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO. Fala da Presidência.) – E nós iniciaremos então, amanhã, às 8h da manhã, em definitivo. Acordo feito com os nossos colegas. Vamos fazer a reunião hoje à tarde e votaremos amanhã, com o acordo ou sem o acordo.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta sessão.

(Iniciada às 8 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 39 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11282C06004CB0C3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE DEZEMBRO DE 2022, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e sete minutos do dia dezenove de dezembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Acir Gurgacz e Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Luis Carlos Heinze, Esperidião Amin, Mailza Gomes, Soraya Thronicke, Lasier Martins, Izalci Lucas, Roberto Rocha, Alvaro Dias, Carlos Fávaro, Sérgio Petecão, Wellington Fagundes, Jayme Campos, Chico Rodrigues, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Zenaide Maia, Eliziane Gama e Angelo Coronel. Registra, ainda, a presença do ex-Senador Valdir Raupp. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1459, de 2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 526, de 1999) - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e das embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de pesticidas, de produtos de controle ambiental e afins; altera a Lei Delegada nº 8, de 11 de outubro de 1962; revoga as Leis nºs 7.802, de 11 de julho de 1989, e 9.974, de 6 de junho de 2000, partes de anexos das Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e dispositivo da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013; e dá outras providências." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Pela rejeição da Emenda que veicula o atual inciso III do § 22 do artigo 3º do PL 1459/2022, renumerando-se os demais incisos. Pela prejudicialidade das Emendas 1 e 2. E pela aprovação em globo das demais Emendas que compõem o PL 1459/2022 com os ajustes de texto que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto. Rejeitado o Destaque do PT. Votaram vencidos os Senadores Paulo Rocha e Zenaide Maia. Aprovada minuta de Requerimento de urgência a ser apresentada perante o Plenário (Req 21/2022-CRA). A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1818, de 2022 - Não Terminativo - que: "Institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo; e altera as Leis nºs 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), e 9.605, de 12 de fevereiro de 1998." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Paulo Rocha. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente para prosseguimento da tramitação. ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 21, de 2022 que: "Nos termos dos artigos 336, inciso II, e 338, inciso IV, combinados com o artigo 92, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a apresentação de minuta de Requerimento de urgência, perante o Plenário do Senado Federal, para o PL 1459/2022." Autoria: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO). Resultado: Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Usam da Palavra os Senadores: Zequinha Marinho, Luis

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11282C06004CB0C3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-7 (ANEXO: 007)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Carlos Heinze, Paulo Rocha; as Senadoras: Zenaide Maia, Eliziane Gama e Soraya Thronicke e o Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta minutos, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Acir Gurgacz
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/12/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11282C06004CB0C3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO. Fala da Presidência.) – Iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A presente reunião está destinada à deliberação de dois itens não terminativos.

Eu convido o Senador Zequinha para presidir, pois sou Relator do primeiro item da pauta. Então, preciso que V. Exa. colabore conosco presidindo esta sessão. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 1459, DE 2022 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 526, DE 1999)

- Não terminativo -

Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e das embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de pesticidas, de produtos de controle ambiental e afins; altera a Lei Delegada nº 8, de 11 de outubro de 1962; revoga as Leis nºs 7.802, de 11 de julho de 1989, e 9.974, de 6 de junho de 2000, partes de anexos das Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e dispositivo da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11282C06004CB0C3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-7 (ANEXO: 007)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela rejeição da Emenda que veicula o atual inciso III do § 22 do artigo 3º do PL 1459/2022, renumerando-se os demais incisos. Pela prejudicialidade das Emendas 1 e 2. E pela aprovação em globo das demais Emendas que compõem o PL 1459/2022 com os ajustes de texto que apresenta.

Observações:

- Esta Comissão realizou três Audiências Públicas para instrução do Projeto nos dias 22.06.2022, 23.06.2022 e 22.11.2022.

- Em 17.08.2022, o Senador Esperidião Amin apresentou a Emenda n° 1.

- Em 23.11.2022, o Senador Chico Rodrigues apresentou a Emenda n° 2.

- Em 29.11.2022, o Senador Paulo Rocha apresentou Voto em Separado e, na qualidade de líder do PT, destaque de bancada de partido, conforme Requerimento 19/2022-CRA, nos termos do artigo 312, p. único, do RISF.

- A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

- Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz para ele proferir a leitura do seu relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT/PDT - RO. Como Relator.) – Muito obrigado, Senador Presidente Zequinha Marinho.

Sras. e Srs. Senadores que nos acompanham, nós fizemos várias reuniões, e este deve ser o terceiro ou quarto relatório que nós já lemos e modificamos. Em toda vez que nós fomos para uma votação, foi-nos solicitada a retirada de pauta para que melhorássemos o texto, e, nesta última tentativa de votação, a retirada do texto nos possibilitou melhorar em definitivo o nosso voto, dessa forma, dando total transparência e segurança à população brasileira com relação à utilização dos pesticidas.

Compete à CRA opinar sobre os temas dispostos no art. 104-B do Risf, temas que incluem, em seu inciso VI, comercialização e fiscalização de produtos e insumos.

Por se tratar da única Comissão a apreciar a matéria, cabe à CRA analisar os aspectos de constitucionalidade, de juridicidade – nela incluídos os aspectos de técnica legislativa – e de mérito da atual redação do PL nº 1.459, de 2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 526, de 1999).

A proposição é formal e materialmente constitucional e dispõe sobre matérias de competência legislativa concorrente entre União, Estados e Distrito Federal, como florestas, conservação da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11282C06004CB0C3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

natureza, defesa dos recursos naturais e proteção do meio ambiente, produção e consumo. Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, e é legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Lei Maior.

Vou às modificações que nós fizemos, que é para deixar mais claro quais foram elas, a pedido de vários Senadores e Senadoras.

Ante o exposto, sugerimos, contudo, ajustes ao PL em questão.

O primeiro deles está relacionado ao dispositivo que trata dos produtos fitossanitários para uso próprio (art. 3º, §22, do PL). Entendemos não ser oportuno prever que a produção de produto fitossanitário para uso próprio deva estar autorizada no registro do produto comercial utilizado para multiplicação, tal como prevê o inciso III do referido §22 do art. 3º do PL, razão por que somos favoráveis à sua supressão.

Um segundo ajuste que consideramos oportuno diz respeito ao §3º do art. 4º do PL, que trata de registro de produtos com maior risco de doenças crônicas. Entendemos que cabe um ajuste de texto para excluir a expressão: ", nas condições recomendadas de uso,".

Isso quer dizer, Senadora Zenaide... A Senadora Zenaide está no telefone, mas eu gostaria... Depois eu retorno aqui para...

Agora, sim! Senadora Zenaide, a expressão "nas condições recomendadas de uso" quer dizer o quê? Que uma pessoa pode estar toda ela paramentada para utilizar o pesticida, mas isso não quer dizer que a população não venha possivelmente a ser prejudicada. Com esse termo, tirando as recomendações de uso, nós eliminamos a possibilidade da utilização de qualquer que seja o pesticida que venha a trazer risco a doenças crônicas. Esta frase "nas condições recomendadas de uso" possibilitaria à pessoa passar um pesticida desde que ela estivesse totalmente protegida, independentemente de quem usaria aquilo em que foi aplicado o pesticida. Dessa forma, nós eliminamos esse problema. E, onde tinha aquelas recomendações de doenças crônicas, isso é muito importante e devemos muito à sua persistência para que a gente pudesse ver que realmente essa supressão vem ajudar muito no combate à possível utilização de algum tipo de produto que viesse a trazer problema à saúde humana.

O terceiro ajuste, meramente também de texto, no inciso VII do *caput* do art. 5º do PL, é para eliminar, sem alteração de mérito e para a promoção de maior clareza, o seguinte texto: "de acordo com os alvos biológicos de maior importância econômica". Então, isto está sendo suprimido: "de acordo com os alvos biológicos de maior importância econômica", ou seja, nós não podemos dar preferência somente a grandes produções, à produção de soja, à produção de algodão, de milho, de cana-de-açúcar, mas também temos que dar importância à produção de alface, à produção de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11282C06004CB0C3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pequenos produtos. Isso coloca, Senador Raupp, uma questão igualitária. Todos são importantes para o consumo desses alimentos.

A medida deixa claro que as avaliações, no âmbito da futura lei, não privilegiarão critérios de riscos toxicológicos e ambiental e contemplarão igualmente o que se tem denominado *minor crops* ou culturas com suporte fitossanitário insuficiente, como acontece com alguns produtos hortícolas.

O quarto e o quinto ajustes, no inciso IV do art. 6º e no inciso III do art. 7º do PL, se direcionam a deixar claro que serão preservadas as competências dos responsáveis pelo setor da saúde e de meio ambiente com exclusão do seguinte dizer: "quando couber". Senadora Zenaide, quando nós tiramos esse termo "quando couber", é para dizer o seguinte: só vai ser aprovado qualquer produto se a Anvisa, na área da saúde, aprovar ou se o Ibama, na área do meio ambiente, aprovar, tirando duas palavras, "quando couber". Não é apenas "quando couber": quando tiver um registro, a Anvisa vai ter que dizer se aprova ou não aprova, e o Meio Ambiente, através do Ibama, também vai dizer se aprova ou não aprova. Então, tirando "quando couber", fica novamente clara a importância tanto da Anvisa, quanto do Ibama.

Os ajustes sexto e sétimo no *caput* e no parágrafo único do art. 9º do PL dizem respeito ao atendimento constitucional de preservação de competência dos estados e municípios, com a eliminação dos termos "desde que cientificamente fundamentados".

Se temos um produto que não é aprovado pela Anvisa e Meio Ambiente, não adianta o estado dizer que cientificamente está bem fundamentado para usar. Não vai poder usar em definitivo.

Então, é mais um avanço que nós colocamos. Quer dizer, essa supressão traz mais um avanço de clareza para o uso dos pesticidas.

O oitavo ajuste que consideramos oportuno diz respeito à redação do *caput* do art. 16 da proposição em análise, "engenheiros agrônomos ou florestais, conselhos da categoria profissional da engenharia agronômica ou florestal" por "profissionais legalmente habilitados e conselhos de categorias profissionais legalmente habilitadas". Por consequência, é necessário também o ajuste da redação dos §§1º e 3º do art. 22, com substituição das expressões "engenheiros agrônomos ou florestais" e "engenheiros agrônomos ou florestais legalmente habilitados", respectivamente, por "profissionais legalmente habilitados", em ambos os dispositivos. O texto traz as duas posições, sendo necessário o presente ajuste. Com esse ajuste, entendemos prejudicadas as Emenda 1 e 2, dos nobres Senadores Esperidião Amin e Chico Rodrigues, porque já estão atendidas no texto.

O voto, Sr. Presidente.

Pelo exposto, somos pela rejeição da emenda que veicula o atual inciso III do §22 do art. 3º do PL nº 1.459, de 2022 (substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 526, de 1999), encaminhada no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11282C06004CB0C3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PL vindo da Câmara dos Deputados, renumerando-se os demais incisos, pela prejudicialidade das Emenda 1 e 2 e pela aprovação em globo das demais emendas que compõem o PL.

No §3º do art. 4º do PL, exclusão dos termos "nas condições recomendadas de uso", com fim de aprimorar o dispositivo, sem qualquer alteração de mérito.

No inciso VII do *caput* do art. 5º do PL, supressão, sem alteração de mérito e para promoção de maior clareza, do seguinte texto: "de acordo com os alvos biológicos de maior importância econômica".

No inciso IV do art. 6º e no inciso III do art. 7º do PL, supressão do seguinte dizer "quando couber", sem alteração de mérito.

No *caput* e no parágrafo único do art. 9º do PL, supressão dos termos "desde que cientificamente fundamentados", para deixar clara a preservação das competências constitucionais dos estados e municípios.

Por fim, substitua-se no projeto de lei, onde couber, a expressão "engenheiros agrônomos ou florestais, conselhos da categoria profissional da engenharia agronômica ou florestal" por "profissionais legalmente habilitados e conselhos de categorias profissionais legalmente habilitadas".

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente, mais uma vez agradecendo a todos os nossos Parlamentares, Senadores e Senadoras, que muito contribuíram para a gente chegar a esse novo relatório. Eu sei que não é o relatório ideal, não é aquilo que realmente todos nós queríamos, mas é o relatório que foi possível fazer.

Nessa fase, Presidente Zequinha, de avaliação do relatório, só cabe supressão, nós não podemos colocar mais nada. Tudo aquilo que era possível suprimir para melhorar o texto nós o fizemos. E, dessa forma, eu agradeço a insistência dos Senadores e das Senadoras, porque por meses nós debatemos, fizemos audiências públicas e agora, por fim, conseguimos chegar a um texto que eu entendo que é um texto possível para que a gente possa avançar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Esse é o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Muito obrigado.

Lido o relatório, Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, diga-me uma coisa: esse é o novo relatório, não é? Que dia foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11282C06004CB0C3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentado esse novo relatório? Porque eu venho acompanhando, Presidente Acir, e não tenho o conhecimento... Esse relatório eu estou ouvindo agora – tudo que foi modificado.

Então, por isso é que eu queria pedir vista, porque é um novo relatório.

Eu achei que a gente iria discutir o outro, mas...

O SR. ACIR GURGACZ (PDT/PDT - RO) – Meia hora...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência.*) – Existe uma apresentação de um novo relatório. Aí eu acho que cabe vista, e eu estou pedindo vista por isso.

E, Sr. Presidente, se se perguntar por que estou pedindo vista, é porque eu não tenho dúvida de que não é alterando essa lei... Não é essa lei que a gente pode considerar que prejudica o nosso agronegócio. Assim... Não é. Porque nós tivemos, mesmo com essa lei, os mesmos técnicos da Anvisa, e foram liberados mais de 1,9 mil agrotóxicos nesses últimos três anos e onze meses. E também a gente sabe que nossa safra não está com problema, porque todo ano a gente, graças a Deus, bate recordes na produção de grãos. É tanto que eu vi que estão previstos mais de 300 milhões de toneladas de grãos brasileiros agora para essa próxima safra.

Então, como foi apresentado e eu fui olhar aqui, eu estava vendo as... Não estou dizendo que o que foi apresentado não tinha melhorado, mas realmente é um novo relatório, Sr. Presidente. Assim é um novo relatório e eu queria pedir vista, para a gente ter um olhar mais diferenciado sobre isso, mostrando...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Muito bem, Senadora...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência.*) – Oi... Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA. Fala da Presidência.) – Concedo à senhora e aos demais vista coletiva por meia hora, nos termos do Regimento.

A reunião está suspensa e retornaremos daqui a 30 minutos.

(*Suspensa às 14 horas e 27 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 58 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Declaro reaberta a 23ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11282C06004CB0C3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Findo o período de vista coletiva, consulto os Srs. Senadores se há alguma manifestação decorrente do pedido de vista. (*Pausa.*)

Senadora Zenaide com a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, Acir Gurgacz, colegas Senadores e povo brasileiro que está nos assistindo, a gente sabe que a gente tem que ter leis, como foi dito aqui, mais modernas para regulamentar o uso de agrotóxico, mas essas leis têm que defender a vida. O foco principal, o centro é a vida, não só a vida humana, mas as vidas animal e vegetal.

O que a gente vê aqui é uma mudança de umas três ou quatro leis. E desde o início, quando eu tive conhecimento desse projeto de lei, que eu vejo que o principal argumento usado pelos colegas é o atraso na liberação do uso de novos agrotóxicos pela Anvisa e pelo Meio Ambiente. E esse argumento não existe, como eu mostrei aqui: são mais de 1,9 mil agrotóxicos aprovados pela Anvisa, pelo Meio Ambiente, em menos de quatro anos.

O segundo argumento é que essa falta de autorização pela Anvisa estava atrapalhando o nosso agronegócio.

Esse é outro argumento que não existe, porque, a cada ano, graças a Deus, a gente bate recorde de produção.

Agora eu queria dizer o seguinte: meia hora para discutir os danos da vida! Ainda bem que esse projeto vai ao Plenário também! Eu quero fazer aqui um apelo a todos os Senadores: por favor, gente, a gente não tem... Eu quero até pedir desculpas, mas eu tenho vontade de chorar quando eu vejo isto: famílias brasileiras que estão perdendo seus entes queridos por intoxicação aguda de agrotóxico! Isso é real, não sou eu que estou dizendo isso, é visível! Tenho de chorar também com as famílias brasileiras que não tiveram o direito de ver seus filhos nascerem pela ação teratogênica, abortiva dos agrotóxicos. E, quando se fala teratogênico, nós não temos o direito de continuar fazendo as famílias brasileiras chorarem por aqueles filhos que chegaram a nascer, mas doentes, com doenças que causam ou estão causando pessoas com deficiências.

Quero lembrar que a grande maioria dessas pessoas com deficiência vai para uma fila da previdência, tentando um benefício de prestação continuada, para o qual hoje nós já temos 1,8 milhão na fila. Por favor, gente! E saber que muitas pessoas... A gente sabe que os agrotóxicos causam câncer – 50% dos que estão usando no Brasil, na Europa já são proibidos. Então, saber que essas famílias... Estou dizendo aqui que sou solidária e choro por essas famílias que tem familiares que levam anos, meses para terem um diagnóstico, porque o SUS não tem condições de dar rápido. E, dado esse diagnóstico, tem uma demora muito grande no tratamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11282C06004CB0C3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E saber que tudo isso que vai ser aprovado aqui – não é nem votação nominal nesta Comissão – é por dois motivos que não se justificam: não estamos atrasando, a Anvisa não atrasou a liberação de agrotóxico. Nesses últimos quatro anos, como eu falei, são mais de 1,9 mil; 2) a produção agrícola do Brasil não está sendo prejudicada por isso.

Por isso, meus amigos, como médica de formação, como mãe, como avó, eu acho que nós não queremos escrever na nossa história e nem queremos que essas mães continuem chorando por isso. E eu lhe digo: a grande maioria vai para a fila do benefício de prestação continuada, outros ficam na fila do SUS.

Isso não é um projeto de lei... Eu sei que o Brasil precisa dessa política, mas a política de uso do agrotóxico tem que pensar na preservação da vida não só humana, mas animal e vegetal. E não é tirando a autonomia da Anvisa nem do Meio Ambiente que nós vamos salvar vidas. Por isso, quero deixar aqui o meu voto contrário. Acho que a sociedade deveria tomar mais conhecimento.

Eu sei que vão me dizer aqui os senhores... Com todo respeito a Acir, eu vi que ele fez algumas alterações, mas o mérito continua o mesmo: liberação rápida. E a gente sabe que... Se querem liberar mais rapidamente, vamos cobrar. Eu garanto que vou dar as mãos para a gente cobrar do Estado brasileiro contratação de mais técnicos que avaliem esse uso de agrotóxico, tanto para a Anvisa como para o meio ambiente. A solução não é alterar lei para acelerar essa liberação, o que está faltando, pelo que me disseram, são técnicos, porque eles demoram.

Então, quero pedir desculpa aqui às famílias brasileiras e aos senhores, mas vou chorar com essas famílias. Eu espero que no Plenário os nossos Senadores tenham um olhar diferenciado. A vida está acima de tudo, a vida não só humana, mas a animal e a vegetal.

Era isso que eu queria dizer, Sr. Presidente, na defesa. Eu acho que em meia hora não deu para ver tudo que foi mudado nesse relatório. Meia hora, quando quem está em risco é a vida humana, animal e vegetal, é uma coisa que não tem lógica.

E nós temos um relatório aí do Senador Paulo Rocha; eu acho que ele chegou aí, poderia até ser lido, se fosse o caso.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Muito obrigado, Senadora Zenaide.

A matéria está em discussão. Informo que foi apresentado o destaque da Bancada do PT para a votação em separado, conforme o Requerimento nº 20/2022, da CRA, nos termos do parágrafo único do art. 312 do Regimento Interno desta Casa. O destaque de iniciativa da bancada de partido independe de aprovação, ou seja, a emenda supressiva objeto deste requerimento já se encontra destacada e será votada após o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C12853C2004CB0C2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consigno, outrossim, a apresentação pelo Senador Paulo Rocha do voto em separado pela rejeição do PL 1.459, de 2022, na forma do substitutivo da Câmara dos Deputados e pela aprovação do texto original do PL 526/1999.

Senadora Eliziane Gama com a palavra.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, eu estou aqui sem o vídeo. Vou retirar aqui, porque estou aqui me organizando na verdade para pegar um voo para Brasília.

Queria cumprimentar V. Exa., cumprimentar o Senador Acir, a minha colega Zenaide, os demais Parlamentares que estão aí em plenário.

Primeiro, quero lamentar essa vista de apenas 30 minutos. Não há dúvida nenhuma de que 30 minutos é um tempo de fato muito pequeno para você poder ter conhecimento das alterações que foram feitas em relação a essa proposta. Aliás, é uma proposta extremamente preocupante. Esse projeto de lei tem recebido críticas, Presidente, do Brasil e fora do Brasil. O cenário é absolutamente preocupante. Nós tivemos nos últimos anos, mais precisamente nos últimos quatro anos, um aumento exagerado de liberação de agrotóxicos de forma muito clara e o ataque à saúde humana. Então, esse projeto de lei na verdade libera geral. A gente vê assim medidas que poderão ser adotadas a partir da aprovação desse projeto que são medidas extremamente devastadoras.

Nós temos, por exemplo, a questão de um certo licenciamento, uma certa autorização tácita, que é a autorização temporária. A gente não pode, na verdade, fazer uma autorização temporária quando a gente está tratando da vida humana, isso de fato é algo muito sério. Aliás, nós tínhamos aí cinco pontos que nós apresentamos como alternativas para que nós pudéssemos fazer essas alterações, considerando sobretudo que órgãos importantes como a SBPC, que é a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a Anvisa, o Ibama e vários outros órgãos do Brasil e do mundo, órgãos do Brasil como Conectas, o ISA, o Greenpeace, o Observatório do Clima, o WWF, enfim, todos eles demonstraram claramente e alertaram aí acerca dos malefícios dessa proposição.

Nós ainda fizemos a apresentação de cinco propostas, cinco pontos que nós poderíamos ajustar, e julgamos na verdade que, se isso ocorresse, mitigaria, digamos assim, os impactos desse projeto. Infelizmente nós não conseguimos, por parte do Relator da proposta, a aceitação dessas nossas alterações. Esperamos que nós possamos derrubar através do voto nesta Comissão e que no Plenário possamos derrubar também definitivamente, no Plenário do Senado Federal.

Eu queria também aqui até fazer justiça ao Acir, que flexibilizou em alguns momentos para que a gente pudesse discutir, muito embora, na discussão, as nossas ideias, as nossas propostas não tenham sido admitidas, mas pelo menos conseguimos conversar ali com o grupo de transição. Mas quero lamentar, Presidente, deixar aqui registrado o meu lamento por esse projeto estar sendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C12853C2004CB0C2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovado na última semana do ano de 2022; portanto, no apagar das luzes, não é? E aí a nossa esperança é que nós possamos derrubar em Plenário se não conseguirmos derrubar aqui, no plenário da Comissão de Agricultura.

É lamentável que a área de saúde do Senado Federal não tenha discutido, é lamentável que a parte do meio ambiente do Senado Federal não tenha discutido. Uma outra coisa: o Senador Jaques Wagner apresentou uma proposta muito importante, que fala exatamente sobre os insumos, sobre a parte, na verdade, dos biodegradáveis, fez uma ampliação. Eu inclusive fui Relatora dessa proposta, e aí era uma alternativa, a gente poderia fazer uma discussão até alternativa, Presidente. Eu espero até que nós possamos fazer a apreciação dessa proposta do Senador Jaques Wagner, que foi aí relatada... A proposta é de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo.

E só me basta, infelizmente, lamentar, deixar aqui toda a minha tristeza por esse projeto estar sendo colocado hoje, no penúltimo dia de sessão aqui do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Muito obrigado, Senadora Eliziane.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está ouvindo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – O.k.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, é importante essa votação. Nós temos que comemorar um projeto que está seguindo há 23 anos, desde 1999. Não é questão de ser o último dia. Tem que votar uma matéria extremamente importante para o agro brasileiro e o agro mundial, porque o mundo consome hoje os alimentos brasileiros, inclusive com esses defensivos. É produto de primeira qualidade.

Eu gostaria que o Greenpeace, WWF e tantas outras ONGs criticassem os europeus, que usam a mesma coisa, criticassem os americanos, os asiáticos, que usam a mesma coisa. E a gente não vê a crítica deles em cima do que fazem lá.

Quando criticavam o Código Florestal, Senador Zequinha Marinho... Eles lá não têm a lei ambiental que nós temos no Brasil. Por que não criticam a Holanda, a Inglaterra, a Alemanha, os Estados Unidos, a França, qualquer país? Lá eles não criticam o código florestal deles. Nós queríamos que a lei que tem hoje no Brasil de preservar 80% na Região Amazônica, por exemplo... Eles não têm isso em qualquer país no mundo. Por que eles não criticam lá os seus patrícios que os sustentam em cima de recursos que vêm de grandes instituições daqueles países?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C12853C2004CB0C2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, Senador Acir Gurgacz, pela competência do seu relatório! Isso vai ajudar o agro brasileiro.

Quando a colega Eliziane fala de 1,9 mil produtos, são totalmente genéricos, produtos já registrados, não são novos produtos, são genéricos. Um novo produto leva seis, sete, oito, dez anos. É o pior país no mundo – não há mais atrasado que o Brasil – em termos de registro de defensivos agrícolas. Assim funciona em todos os países da Europa, assim funciona nos Estados Unidos, e funciona desse jeito em quatro, cinco, seis meses. Aqui são seis, sete, oito, dez anos para registrar um produto. Isso é um crime para o agro brasileiro, para a necessidade que o Brasil seja um grande produtor de alimento... Já é um grande produtor de alimentos no mundo e vai continuar sendo.

Portanto, parabéns ao Senador Acir!

Temos que votar esta matéria. Não interessa... Não é no último dia de 2022. Esta matéria está desde 1999, já está rolando há 23 anos. Portanto, é muito mais do que a hora de premiarmos os agricultores brasileiros com produtos mais eficientes, eficazes e modernos. É o que nós queremos. Nada contra a legislação. A Anvisa vai dizer o que tem que ser feito, o Ibama e o Meio Ambiente vão dizer o que tem que ser feito, e a agricultura também vai sacramentar. Os órgãos que controlam a agricultura, Ibama e Meio Ambiente, vão estar de acordo para poder registrar os novos produtos num prazo muito mais célere.

Parabéns, Senador Acir!

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Obrigado, Senador Heinze.

Eu concedo a palavra, pedindo ao Paulo Rocha, à Senadora Thronicke, que está remotamente. Em seguida, V. Exa.

Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, eu gostaria de me manifestar aqui favoravelmente ao projeto de lei, parabenizar o Senador Acir Gurgacz, parabenizar também o Senador Fávaro, que muito bem falou sobre esse assunto, e tranquilizar as nossas colegas Eliziane e Zenaide.

A questão é muito similar a dos medicamentos que nós usamos justamente por quê? Porque a tecnologia e a inovação vão aperfeiçoando cada vez mais esses defensivos agrícolas. É importante que tenhamos a segurança de defensivos cada vez mais modernos. Então, não há nada de grande, de assustador e de perigoso neste projeto de lei, principalmente porque é a Anvisa que vai determinar o que vai ser usado ou não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C12853C2004CB0C2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, que moro no Mato Grosso do Sul, sei bem o que é o descaminho e também o tráfico de defensivos. Eles chegam mais do Paraguai, chegam pela Bolívia, e são defensivos – aí sim eu falo agrotóxicos – bem mais baratos que entram no nosso país sem nenhuma vistoria, sem nenhum controle e são utilizados em doses desproporcionais. Então, é um perigo enorme. Quando há apreensão, a nossa Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal, inclusive, têm dificuldades no descarte. Por quê? Porque são realmente venenos, são produzidos sem nenhuma fiscalização, entram no país sem fiscalização nenhuma.

Enfim, precisamos agora conversar com a Anvisa e cuidar de todo esse processo, mas deixar de aprovar esse projeto de lei aqui depois de tanto discutirmos, desde 1999 esse projeto está sendo discutido. Então, é avanço, é tecnologia, é inovação, é a modernidade chegando. Estudos e mais estudos científicos são feitos, tanto quanto são feitos sobre medicamentos que nós utilizamos. Então, é importante que tenhamos essa segurança.

Também como o próprio Senador Heinze – agora nós estamos aqui concordando um com o outro –: são genéricos. Isso também barateia e impede a entrada ilegal de agrotóxicos, de defensivos, enfim, no nosso país. Por quê? Porque vai baratear. Então, não estimula a vinda ilegal de defensivos.

Portanto, eu quero aqui parabenizar o Senador Acir Gurgacz e colocar a minha opinião sobre o assunto. Eu vou votar, sim, favoravelmente, e dizer que continuaremos em contato com a Anvisa para que... Eu acredito muito, acredito muito nos profissionais da Anvisa, que não vão deixar passar nada que seja prejudicial à nossa saúde e à população brasileira.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Obrigado, Senadora Soraya.

Eu concedo a palavra ao Senador Paulo Rocha, presente aqui no Plenário.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – Queria saudar todos os companheiros, colegas, o Presidente Acir, que agora está cumprindo o papel de relator. Saudar o Zequinha, meu colega do Pará, que está presidindo essa sessão.

Primeiro, tem que ficar clara, nós já deixamos isso ao longo desse tempo, a posição do Partido dos Trabalhadores nesse debate. A justificativa de que está há muito tempo aqui, desde 2000, aliás, 1999, é verdade, foi uma foi uma iniciativa do Senado Federal que foi lá para a Câmara. E foi lá na Câmara que meteram esse monte de coisas, então, não é justificativa ser de 1999. A Câmara ficou com ele todo esse tempo lá e mandou para nós ano passado com esse monte de questões aí, inclusive negando o papel dos nossos principais institutos que tratam da ciência, tratam da saúde pública, tratam da questão do meio ambiente; foram limitando o papel desses órgãos e isso nos causa espécie. Por quê? Ah, uns dizem: "Não, é por causa da burocracia", porque na Anvisa levam muito tempo lá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C12853C2004CB0C2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para analisar. Se o problema é tempo para analisar, vamos discutir com a Anvisa quanto tempo é preciso para discutir a aprovação de um defensivo desses, e vamos colocar na lei.

Bom, então, a justificativa de que tem muito tempo não é verdade. Aliás, fomos nós que provocamos todo esse debate aqui, das várias audiências públicas, dos vários processos. Só que tem algumas situações nesse debate em que há muitos ouvidos de moucos. Fala-se, fala-se, mas não se avança, não se muda.

Agora, mais recentemente, a justiça se faz. O Relator, Acir, que mexeu, tirou a Anvisa do pedaço, e parece que retorna o papel da Anvisa nessa questão.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT/PDT - RO. *Fora do microfone.*) – Posso?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sim.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT/PDT - RO. Como Relator.) – Permite-me um aparte?

Senador Paulo Rocha, a Anvisa e o Ibama continuarão tendo sempre a mesma importância que tiveram até aqui para a aprovação ou rejeição de qualquer produto. Nós fizemos uma modificação, excluindo duas palavras; essas duas palavras fizeram uma diferença enorme, ou seja, o processo entra pelo Ministério da Agricultura, vai para a Anvisa, a Anvisa dá um parecer. Quando retorna, a agricultura é obrigada a acatar aquele parecer. A agricultura não vai fazer uma análise; ela vai dizer o que a Anvisa disse, ou ela vai dizer o que o Ibama disse. Se o Ibama aprovou, será aprovado; se o Ibama rejeitou, será rejeitado; se a Anvisa aprovou, será aprovado; se a Anvisa rejeitou, será rejeitado. Não cabe ao Mapa modificar ou alterar os pareceres científicos e técnicos.

Então, esse debate foi importante para a gente fazer essas modificações. Essa modificação foi feita para dar total autonomia à Anvisa e ao Ibama.

Só para corroborar o que V. Exa. está colocando.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – É, mas as mudanças que V. Exa. aceitou foram o que se pôde, no processo regimental e legislativo das duas Casas. Como aqui tem uma disposição que veio na fala daqueles que querem falar com urgência, como na do Heinze, dizendo que nós temos que aprovar e não tem que haver nenhuma modificação, porque não pode voltar para a Câmara, aí o Senado fica impedido e deixa passar situações como essa, que ainda está muito aquém do que se precisa das modificações que eles se deram ao luxo de fazer lá, e não querem que o Senado faça as modificações a partir do debate político, mas também das experiências que os nossos Senadores têm aqui e dos conhecimentos – não só experiências, como conhecimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C12853C2004CB0C2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero levantar, por exemplo, um debate a partir da minha região e dos vários biomas. Esse defensivo, esse tipo de incentivo à produtividade imediatamente cai nos rios, nos riachos, como é o caso do nosso bioma, da Amazônia, como é o bioma do Mato Grosso, do Pantanal, etc. Isso tem diferenças de aplicação em cada região. Isso logo vai matando os peixes, matando as vidas nos rios, além, como já foi falado pela nossa médica Zenaide, do impacto que tem na saúde humana, na saúde pública.

Então, esses questionamentos sempre se levantaram, e, ao nosso ver, não foram totalmente dirimidos e resolvidos, mesmo, repito, Senador Acir, no seu esforço em tentar fazer redações que não criassem nenhuma condição de voltar para a Câmara. Então, nos limitam essas questões. Então, é fundamental...

O Zequinha pode divergir da minha análise lá na questão do nosso bioma da Amazônia, mas é só ver a exploração do ouro na Bacia do Rio Tocantins – Rio Tocantins! –, o uso desenfreado do mercúrio lá para separar o ouro da tabatinga, da terra, etc., para você ver como está. Mudou até... Daquilo que era contado em prosas da água, da transparência da água do Rio Tapajós hoje não pode se dizer, consequência dessa exploração mal organizada e da ambição desenfreada do lucro fácil, de ganhar dinheiro fácil, etc. Então, nós lá da Amazônia temos muita experiência na consequência desse tipo de coisa se não tiver realmente uma rigidez, principalmente nas leis, que têm que ser rígidas não naquele que é disciplinado, quem cumpre. Elas têm que ser rígidas exatamente com os indisciplinados, os malfeitores, entendeu? É assim!

Então, nossa posição tem sido muito cara.

Outra coisa que eu queria dizer é que nós não somos contra a modernização, contra o aumento da produtividade no campo, principalmente do agronegócio, porque a gente reconhece que os avanços tecnológicos, inclusive das máquinas e na questão do agronegócio para poder exportar e trazer divisas para o nosso país, são muito importantes, mas tem que ter um mínimo de disciplina, principalmente quando envolve a saúde pública. Não se pode colocar em xeque produtividade *versus* saúde pública e questão ambiental do nosso país.

O Heinze fez uma provocação, e eu preciso responder para ele, viu, Heinze? Não somos nós que somos submissos às políticas principalmente dos Estados Unidos ou da Europa. Ao contrário, nós sempre questionamos e brigamos. Então, não somos nós, não. Ao contrário, nós, inclusive nessa questão do clima terrestre, fazemos essa discussão com muita altivez, porque o Brasil tem mantido a sua floresta em pé, exatamente respeitando essa questão, mas em outras coisas não é verdade que nós somos submissos, para a gente falar com o nosso chefe. Não sei qual é o chefe de lá meu, por exemplo, que manda no que nós vamos... O que manda aqui é a nossa experiência de vida e conhecimento. No meu caso, é um conhecimento mais prático do que científico porque eu não tive

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C12853C2004CB0C2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

acesso a estudar a ciência, mas eu vivo lá e faço política há 45 anos lá, rodando de riacho em riacho, de rio em rio, de estrada em estrada. Eu sei qual é a consequência desse tipo de coisa.

Então, Presidente, infelizmente, não foi possível a gente justificar para a maioria da Comissão que precisávamos debater mais e inclusive fazer modificações tais que... A consequência era voltar para a Câmara? Não tinha nenhum problema da nossa parte de voltar para a Câmara. Mas, como é projeto de iniciativa do Senado, volta para a Câmara e, se eles retomarem tudo, volta para cá, porque nós temos a palavra final para poder definir isso.

Não está sendo possível fazer isso e não tem outra posição a não ser usar todos os nossos recursos legislativos e regimentais de aprofundar mais o debate, promovendo mais debate, mais audiência pública para, inclusive, ter a oportunidade de produzir um voto mais consistente ou mais aprofundado. Coube-nos agora obedecer à decisão da Mesa, que nos deu só 30 minutos de vista. Não temos como não encaminhar contra esse projeto do jeito que ele está. Vejam que nós até aprovaríamos o projeto inicial que foi daqui do Senado, mas com o que foi colocado lá pela Câmara Federal... A gente respeita, afinal, é a Câmara Federal do país, mas nós temos o direito de aprofundar, no debate político, aquilo que eles incluíram aqui. Como não nos cabe mais requerer ou pedir para que a gente continue debatendo, até porque a gente acha que é muito importante realmente para o agro brasileiro a questão do...

Por outro lado, eu queria também que, além do interesse de aumentar a produtividade, etc... Do nosso lado, tem o interesse – e tudo bem – do aumento da produtividade, mas respeitando a questão ambiental, a questão da saúde pública.

Nós sabemos – e é isto que também nos causa espécie – que o atual Governo já liberou 1.139 autorizações de novos agrotóxicos, novos defensivos. Não sei por que tanto... Nós sabemos que também tem muito interesse daqueles que monopolizam internacionalmente a venda, a comercialização e até a fabricação desses agrotóxicos ou, com todo respeito, como alguns querem, dos defensivos agrícolas.

Então, Presidente, nós requeremos que seja votado o nosso destaque, mas, ao mesmo tempo também, se já está publicado, o nosso voto em separado, que justifica com mais profundidade a questão do nosso voto contrário...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Muito obrigado, Senador Paulo Rocha.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, colocaremos em votação o relatório, ressalvado o destaque.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C12853C2004CB0C2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo que, a partir deste momento, não cabem mais requerimentos de destaque, conforme o art. 314 do Regimento Interno do Senado Federal.

Em votação o relatório do Senador Acir Gurgacz, ressalvado o destaque.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, infelizmente, até para isso, nós queríamos que a votação fosse nominal, mas tem uma pressão aí muito grande... Eu queria que V. Exa. registrasse os votos contrários ao PL, nominalmente. Da Bancada do PT, Paulo Rocha e Jean Paul Prates. A Zenaide, porque eu falo também pelo bloco...

O SR. ACIR GURGACZ (PDT/PDT - RO. *Fora do microfone.*) – Ela está aqui.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Ah, ela está aí!

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Senador Heinze, como vota V. Exa.?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – (*Falha no áudio.*)... no projeto do Senador Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Vamos registrar só os votos contrários.

Então, os contrários: Paulo Rocha, Zenaide...

Senadora Eliziane, como vota? (*Pausa.*)

Não está presente. Está em voo.

Quem mais? Só os três, não é? (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senado Acir Gurgacz, que passa a constituir parecer da Comissão.

Votos vencidos: Senador Paulo Rocha e Senadora Zenaide Maia.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente Zequinha, só por questão de justiça, por uma situação de voo, ela entrou no voo. Mas era bom, pela intervenção que ela sempre tem feito, registrar o voto da Senadora Eliziane.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Será registrado em ata.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT/PDT - RO. Como Relator.) – Presidente, eu sugiro, peço votação de urgência para o Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C12853C2004CB0C2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-8 (ANEXO: 008)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Em votação o destaque da Bancada do PT.

Quem concorda com o Relator, pela manutenção do texto, vota "sim", permanecendo como se encontra.

Quem concorda com o destaque, pela supressão proposta, vota "não" e deve se manifestar contrariamente. (*Pausa.*)

Senadora Zenaide Maia, Senador Paulo Rocha...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Não, mas são eles que têm que colocar o voto da maioria aí. Não sou eu, não!

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Rejeitado o destaque.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT/PDT - RO) – Entrou agora também o Senador Jayme Campos.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O senhor contou o voto, Presidente? Rápido...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Contei. Tem dois votos contrários; o resto todo, a favor.

A matéria vai a Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

Saudações ao Senador Jayme Campos, que também entra neste momento na sessão remota. Muito obrigado.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT/PDT - RO. Como Relator.) – Presidente, peço voto de urgência para levar a Plenário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Os Senadores que concordam com o requerimento de urgência para ir ao Plenário permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Votos contrários: Senadora Zenaide e Senador Paulo Rocha.

Aprovada a urgência.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – E do Jean Paul e da Eliziane. Situações...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C12853C2004CB0C2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-8 (ANEXO: 008)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Mas o Jean Paul não se manifestou, Senador.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Mas eu estou falando como Líder por ele. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Muito obrigado, Senador Acir. Quero devolver, com muita honra, a V. Exa. a Presidência da Comissão neste momento.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Zequinha.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Só um minuto, Senador.

Senador, por favor, deixa eu corrigir um erro aqui. Quero fazer um agradecimento a V. Exa. por ter acatado o pedido do Sindicato dos Técnicos Agrícolas de Nível Médio (Sintag), substituindo a expressão "engenheiros agrônomos ou florestais, conselhos da categoria profissional, da engenharia agronômica ou florestal" por "profissionais legalmente habilitados e conselhos de categoria profissional legalmente habilitados". Muito obrigado.

E eu registro aqui a presença do Senador Raupp, como também – deve estar acompanhando lá de Castanhal – a do meu querido amigo do sindicato João Conceição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Presidente Zequinha Marinho.

Passamos agora ao item 2, também não terminativo.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 1818, DE 2022

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo; e altera as Leis nºs 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), e 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C12853C2004CB0C2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela aprovação do Projeto

Observações:

- A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente para prosseguimento da tramitação.

- Votação simbólica.

Com a palavra o Relator, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Como Relator.) – Zequinha, aprove o meu projeto! (*Risos.*)

Sr. Presidente, primeiro queria agradecer pela deferência de escolher-me como Relator desse projeto tão importante.

Como V. Exa. já anunciou, é uma lei que mexe com uma questão das leis já anunciadas por V. Exa.

A Lei 11.276, de 2018, institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo. Portanto, está no centro do debate da questão ambiental.

Principalmente nos últimos tempos do atual Governo, os índices de queimada e desmatamento vêm aumentado gradativamente. Só em 2020, Sr. Presidente, foi registrado o maior índice de queimada dos últimos 16 anos. Segundo o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), o ano de 2022 ainda não acabou, mas a Amazônia brasileira já registrou mais foco de incêndio entre janeiro e setembro do que em todo o período de 2021.

O projeto institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo. Começou a ser elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente, o Instituto do Meio Ambiente (Ibama), o Instituto Chico Mendes entre 2012 e 2018. Em 2014, um programa piloto de manejo integrado do fogo foi implementado pelo Ibama e pelo ICMBio em três unidades de conservação no Tocantins, o que levou a uma redução de 57% das áreas queimadas.

Depois de ficar parado três anos na Câmara, o PL 11.276, de 2018, foi aprovado, com o texto substitutivo apresentado pela Relatora, Deputada Rosa Neide, a política que regulamenta o manejo de fogo para combater os incêndios em áreas naturais.

Aqui no Senado, a proposta que tramita sob o nº 1.818, de 2022, institui medidas para prevenção de incêndios florestais em todos os biomas brasileiros por meio do manejo integrado do fogo. O PL prevê a regulamentação do uso do fogo como prática para prevenção e combate a incêndio em áreas naturais. Além disso, também prevê o uso de fogo por populações tradicionais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C12853C2004CB0C2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como quilombolas, indígenas e agricultores familiares, assim como para atividades agrossilvipastoris, neste caso mediante autorização prévia e autorização dos órgãos ambientais.

O substitutivo aprovado na Câmara destacou no seu parecer que a redução dos incêndios propiciada pela implementação de uma política nacional de manejo contribuiria para o enfrentamento das mudanças do clima, pois há redução da emissão de gases de efeito estufa. Além de reduzir os gastos com operações de combate, os danos ambientais e os prejuízos com propriedade de bens impactados por incêndios, a medida também reduz os gastos públicos com saúde ao diminuir os danos pela fumaça e pela fuligem nas populações afetadas.

O Senador Zequinha e o próprio Senador Acir Gurgacz sabem que, nesse período de queimada, até alguns aeroportos fecham por causa dessa nuvem das fumaças que não só invadem as cidades, mas os aeroportos ficam sem condição, às vezes, de voo. Quantos voos V. Exa. já perdeu? O Zequinha, então, que é danado em andar lá pelo interior da Amazônia e anda só de aviãozinho... Então, realmente é complicado se não tiver um controle de todos. Aqui o Zequinha sabe que não é só o grande; também o pequeno usa muito essa questão do fogo.

O projeto cria ainda o Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo, a quem caberia articular, propor medidas e mecanismos, monitorar e estabelecer as diretrizes para execução da política. O comitê deverá ter, no mínimo, um terço da sua composição formada por representantes da sociedade civil.

Especialistas garantem que a aprovação do projeto de lei vai possibilitar a implementação do manejo de fogo em todo o território brasileiro, assim como todos os resultados exitosos do programa piloto de manejo integrado do fogo poderão ser observados de maneira muito mais ampla e abrangente, inclusive em áreas particulares, temática do manejo integrado do fogo, que já conversou com todos os setores sobre o tema.

Presidente, portanto, é um projeto que já está em debate aqui na Casa e lá na Câmara também se demorou bastante. E o meu voto, Presidente, é pela aprovação do PL na sua inteireza, o PL nº 1.818, de 2022.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Paulo Rocha.

Passo à discussão da matéria.

Para discutir, o Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA. Para discutir.) – Presidente, é importante esse assunto, mas muito importante mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C12853C2004CB0C2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O fogo foi um dos primeiros aliados do homem na limpeza da área para plantar, não é? O Senador Paulo Rocha estava nos lembrando de tempos difíceis ali no Estado do Pará – alguns anos atrás vivíamos um problemaço com relação a isso. Felizmente as coisas foram melhorando, a legislação foi apertando, a tecnologia foi avançando. Nós temos ainda dificuldades imensas a serem superadas na Amazônia, como um todo. O Estado do Pará tem em torno de 250 mil famílias assentadas, e essas famílias, na sua grande e esmagadora maioria, ainda cultivam a terra usando os meios mais rudimentares possíveis, que são machado, enxada, foice e fogo, e isso é complicado. Às vezes, um fogo pequeno numa pequena propriedade invade uma floresta e dá prejuízos terríveis para tudo, para a própria natureza, emitindo gases de efeito estufa, trazendo problemas de toda ordem, e nós só vamos superar isso quando, de fato, o Governo e os países interessados puderem nos ajudar. Sem tecnologia, sem acesso a um tratorzinho pelo menos, a agricultura familiar, os ribeirinhos, as populações tradicionais, os quilombolas e os índios vão continuar botando fogo, não é? O grande produtor não usa fogo; o grande produtor usa trator, aduba, protege e vai embora. Ele pode até cometer outros pecados, menos esse. Agora, o fogo ainda é um grande aliado da agricultura familiar na Amazônia, e isso tem trazido sérios e sérios e sérios prejuízos.

A Frente Parlamentar da Agropecuária considera alguns avanços no relatório do Senador Paulo Rocha, a quem nós queremos cumprimentar pela dedicação, pelo esforço, mas eu quero aqui pedir vista ao processo, para que a gente possa lá na frente parlamentar fazer um debate mais aprofundado, a fim de que a gente possa sugerir medidas que realmente possam avançar, e, com efeito prático na atividade, se possa coibir o avanço das queimadas.

Isso para nós é muito importante, porque alguém... Tem um ditado antigo, no interior onde eu nasci, que diz o seguinte: "O periquito come o milho, e o papagaio leva a fama". Então, na agricultura também tem esse negócio. Quem é que usa efetivamente a questão do fogo para fazer a limpeza? Quem não tem máquina, não é verdade? E, aí, àqueles que não usam fogo, de jeito nenhum, têm tecnologia, têm equipamento, têm tudo, não interessa usar o fogo, porque, quando o fogo entra na pastagem, destrói a comida do gado, o alimento do gado, ele precisa desse alimento, precisa dessa pastagem. E, quando o fogo entra, o prejuízo é horrível e, às vezes, o prejuízo vai além disso: queima benefício, queima casa, queima cerca, queima tudo.

Então, a gente precisa efetivamente fazer alguma coisa que, na prática, dê resultados.

Nós queremos a vista do projeto, para que a gente possa amadurecer isso e trazer sugestões duras para a questão do uso do fogo, mais do que aquilo que está aqui exposto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Senador Zequinha, eu faço uma ponderação a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós avançamos em todos os projetos que estavam na pauta desta Comissão. Nós estamos com a pauta 100% concluída. E essa foi a minha meta desde sempre, à frente desta Comissão. Como esse projeto ainda vai para outras Comissões – aqui não é terminativo e podemos discutir e debater esta matéria em outras Comissões –, eu pondero a V. Exa. se não é de bom alvitre, já que avançamos na pauta, nós deixarmos essa discussão para a próxima Comissão, e aí nós terminamos o ano.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Daqui ele vai para onde?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Para a CMA; depois, vai para CCJ, e assim sucessivamente.

E aí nós terminaríamos o ano aqui na CRA sem nenhum projeto pendente de votação. V. Exa. me presentearia se nos atendesse.

Obrigado, Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Em homenagem ao seu longo trabalho nesta Comissão e por tudo o que fez, por toda parceria feita com o agro brasileiro na frente parlamentar, a gente vai debater isso, então, na CMA, lá na frente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Muito obrigado. Agradeço muito, Senador Zequinha Marinho, pela sua atitude de parceiro, atendendo ao nosso apelo.

Encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente para prosseguimento da tramitação.

Muito obrigado, Senadores.

Eu, como de costume...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Como de costume, Senador Paulo Rocha, Senador Zequinha Marinho, nossos Senadores que nos acompanham – eu vou aqui nominá-los: Senador Lasier, Senadora Zenaide, Senador Luis Carlos Heinze, Alvaro Dias, Mailza Gomes, Carlos Fávaro, Zequinha Marinho, Jayme Campos, Soraya Thronicke, Sérgio Petecão, Paulo Rocha, Jean Paul

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Prates, Wellington Fagundes, Roberto Rocha, Izalci Lucas, Chico Rodrigues, Esperidião Amin e também a Senadora Eliziane Gama –, eu sempre faço o meu relatório no começo. Mas, como hoje o relatório é comprido, é só uma prestação de contas do nosso trabalho, Senador Paulo Rocha, eu resolvi fazer ao final, Senador Jayme Campos, para não ficar falando demais, como, às vezes, algum amigo nosso fica aqui falando meia hora e abusando da bondade das Sras. e Srs. Senadores.

Então, pode ficar à vontade, mas eu quero fazer esse balanço, Senador Paulo Rocha, para ficar gravado nos *Anais da Casa*, principalmente na nossa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que eu tenho o prazer de presidir já pela segunda vez. Também fui Vice-Presidente, se não me engano, duas vezes, Senador Biu e Senadora Soraya Thronicke. Tive o prazer de ser Vice-Presidente e, agora, volto à Presidência desta Comissão.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Pois não, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Inclusive você deve fazer não só aqui, mas também no Plenário da Casa, uma vez que V. Exa. também está se despedindo da Casa, como eu também. Acho que estou há mais tempo do que V. Exa., estou há 32 anos. Então, eu devo fazer também uma despedida. Então, V. Exa. não só deve fazer aqui como também no Plenário.

Eu vou ficar aqui em respeito à sua história, à sua presença no Senado brasileiro.

Vou ficar aqui a ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Paulo Rocha.

Nesta última sessão extraordinária da Comissão de Agricultura deste ano, faço um balanço das principais ações que realizamos neste ano e nos dois mandados que exerci, com muito prazer, na Presidência da Comissão de Agricultura no biênio 2011-2013 e neste biênio, 2021-2023.

Não foi por acaso que escolhi a agricultura como um dos principais eixos temáticos de atuação parlamentar, mas, sim, porque a economia do Brasil e, principalmente, a economia do nosso Estado de Rondônia são fortemente ligadas à agricultura. Ela representa 23% do PIB brasileiro, 24% do PIB em Rondônia. Ano após ano, o setor da agropecuária em todas as suas cadeias produtivas é o que mais produz, exporta, emprega. Reafirmo, tem papel de protagonista da economia do país e, principalmente, do nosso Estado de Rondônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-9 (ANEXO: 009)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste ano de 2022, realizamos aqui na Comissão de Agricultura 27 reuniões, sendo 14 sessões deliberativas, 9 audiências públicas aqui no Senado e 4 audiências públicas externas, nas Feiras Agropecuárias de Cascavel (PR), Cotrijal (RS), Santa Rosa (RS) e Ji-Paraná (RO).

Deliberamos sobre 11 projetos, 17 requerimentos e dois projetos orçamentários, PLDO e Ploa.

Dentre os temas que discutimos em audiências públicas ou na instrução de projetos de lei, destaco os debates em torno da crise mundial dos fertilizantes, assunto que antecipamos aqui na CRA antes mesmo da guerra entre Rússia e Ucrânia, nossos principais fornecedores de fertilizantes. Debatemos a fundo esse assunto, gerando contribuições importantes desta Comissão para o Plano Nacional de Fertilizantes, e enviamos documento ao Ministério da Agricultura com encaminhamentos e contribuições das duas audiências públicas realizadas ano passado e de outras duas realizadas ainda neste ano.

As discussões em torno do novo marco legal para regularização fundiária também movimentaram a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Realizamos audiências conjuntas com a Comissão de Meio Ambiente para o amplo debate e a convergência de esforços. O relatório do Senador Carlos Fávaro, na forma de substitutivo, foi apresentado e encontra-se pronto para votação, o que, infelizmente, ainda não foi possível.

As discussões em torno da nova lei geral do licenciamento ambiental também pautaram nossas atividades. Aguardamos a leitura do parecer da Senadora Kátia Abreu sobre o PL 2.159, aprovado na Câmara dos Deputados em maio de 2021, após 17 anos de tramitação.

Também discutimos projeto sobre licenciamento ambiental, o PLS 168, de 2018, de minha autoria, que tramita na Comissão de Constituição Justiça do Senado, onde é relatado pelo Senador Zequinha Marinho. Esperamos que ano que vem consiga dar avanço a esse projeto que é muito importante para o país. Com os debates em torno da Política Nacional de Segurança Alimentar, manifestamos nossa preocupação com a volta do Brasil ao mapa da fome, com o aumento do desemprego, do preço dos alimentos e também do preço dos combustíveis.

Outro projeto importante que discutimos na Comissão foi o que trata da lei do autocontrole na defesa agropecuária. Sendo que aprovamos a matéria nesta Comissão de forma terminativa, mas houve recurso para a votação em Plenário, sendo que já solicitamos sua inclusão na pauta, que poderá ser feita nesta semana, provavelmente amanhã.

Outro tema que discutimos na CRA muito importante para a agropecuária nacional é a proposta da nova lei dos pesticidas, sendo que realizamos três audiências públicas para instruir a matéria, e o nosso parecer acaba de ser votado hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-9 (ANEXO: 009)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também tratamos do desenvolvimento da ciência e das novas tecnologias aplicadas no campo com a aprovação do projeto que cria o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Pecuária.

Ainda no ano passado, sobre esse tema, também indicamos a destinação de recursos para a Embrapa no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2023 (PLDO) também no Ploa.

As questões técnicas e práticas do dia a dia de nossa agricultura também foram discutidas na Comissão, como a tropicalização da cultura do trigo, a utilização dos remineralizadores ou pó de rochas como alternativa do manejo de solo e os impactos da seca em algumas regiões e do excesso de chuvas em outras.

Mesmo diante de um período de extrema dificuldade para o trabalho parlamentar, pois enfrentamos uma pandemia, especialmente em 2021, com muitas sessões remotas e depois um ano eleitoral em 2022, em que nossas atividades também ficaram limitadas, conseguimos trabalhar muito e contribuir, de forma efetiva, na busca de soluções para os problemas da nossa agricultura.

Agora resgato um pouco do nosso trabalho aqui nesta Comissão no biênio 2011 a 2013, quando também exerci a Presidência. Naquele período, a nossa principal missão foi, sem dúvida, a coordenação da reforma do Código Florestal Brasileiro, em 2011 e 2012, em parceria com a Comissão de Meio Ambiente, junto com os Senadores Jorge Viana, Rodrigo Rollemberg e Senador Luiz Henrique da Silveira, e com a CCT, presidida então pelo Senador Eduardo Braga. Entendo que a reforma do Código Florestal Brasileiro foi um daqueles projetos que remodelaram a nação e impactaram de forma positiva a nossa economia, especialmente a economia de Rondônia e da Amazônia Legal. Naquela ocasião, através de emendas de nossa autoria, asseguramos o uso das áreas consolidadas abertas nas décadas de 60, 70 e 80, pelos pioneiros de Rondônia, mantendo a reserva legal da época. Essa medida beneficiou mais de 50 mil famílias em Rondônia e milhões de famílias em nove estados da Amazônia Legal e os demais estados brasileiros. Não temos como mensurar economicamente ou socialmente o impacto dessa medida, mas posso assegurar que foi tão importante quanto qualquer outra obra de infraestrutura já realizada em nosso estado, tal qual a construção das usinas hidrelétricas no Rio Madeira. Levamos segurança jurídica para o campo, e certamente isso deu mais tranquilidade para o agricultor produzir, gerando benefícios incalculáveis em todas as áreas.

Eu entendo que é assim que vamos conseguir mudar o Brasil, com projetos de longo prazo, para consolidar um Estado forte, com ações voltadas para a coletividade, para o setor produtivo e principalmente para quem mais precisa, para o trabalhador, para o pequeno agricultor, para as micro e pequenas empresas, para todo o setor produtivo, enfim, para as pessoas. E temos que ser persistentes. Muitas vezes não conseguimos na primeira ou na segunda tentativa, mas se o projeto é bom para o país, para as pessoas, uma hora ele é aprovado e conseguimos os recursos para viabilizá-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lo. Espero que isso aconteça em breve com o novo marco legal da regularização fundiária e com a Lei Geral do Licenciamento Ambiental.

Em 2016, através da Medida Provisória 759, amplamente discutida aqui na Comissão, conquistamos um avanço muito importante na questão da regularização fundiária. A MP foi aprovada e transformada na Lei nº 13.465, de 2017, a Lei da Regularização Fundiária. Através de algumas emendas, conseguimos incluir propostas importantes para Rondônia nesta lei. A principal delas é a que transfere as terras da União localizadas em Rondônia para a gestão do estado. Dessa forma, o estado passou a ter mais autonomia para agilizar a regularização fundiária, e pensa-se até na criação do Instituto de Terras de Rondônia para fazer esse trabalho, como sugerimos à época. Além disso, uma das minhas emendas incluídas na nova lei permite a regularização de áreas de até 2.500 hectares ou 15 módulos fiscais para pessoas físicas e jurídicas, com preferência para o detentor do termo de posse no leilão para compra e regularização de terra.

Outra emenda permite a redução de dez para três anos no prazo de alienação do imóvel para áreas de até um módulo. Outra emenda amplia o prazo para renegociação do contrato de compra de terra. A avaliação do imóvel com base no valor mínimo em planilha de preço do Incra também é uma emenda nossa que virou lei.

Continuamos trabalhando para ampliar o alcance da regularização fundiária, e creio que o novo marco legal, em discussão aqui no Senado, vai permitir mais avanços.

Outra ação que destaco como uma inovação nossa aqui na Comissão foi a criação do ciclo de debates e palestras lá em 2011, realizado sempre às sextas-feiras aqui no Senado ou fora do Senado, lá no campo, nas cidades, todas as cidades do Brasil, bem mais próximo dos nossos agricultores.

Portanto, agradeço ao ex-Presidente do Senado Senador José Sarney, que permitiu a realização dessas reuniões do ciclo de debates e palestras da CRA de forma interativa, com a participação dos telespectadores da TV Senado através do Twitter, através do Alô Senado e até mesmo por Skype, assim como eu agradeço ao ex-Presidente Renan Calheiros e também ao atual Presidente, Senador Rodrigo Pacheco, que sempre nos apoiou.

Lembro que foi uma inovação muito grande a participação dos telespectadores, dos agricultores, que puderam entrar ao vivo de diversos lugares do Brasil e dar suas contribuições, apontar problemas e ter uma resposta ao vivo e imediatamente, tanto é que agora praticamente todas as audiências públicas das Comissões temáticas do Senado ocorrem com a possibilidade da interatividade, a participação da população que acompanha pela TV, pelos canais digitais ou redes sociais interligados ao e-Cidadania e ao Alô Senado. Mas foi a nossa iniciativa que provocou a mudança do Regimento Interno do Senado para possibilitar essa inovação nas audiências públicas das Comissões temáticas do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse ciclo de debates possibilitou a abordagem de muitos temas de interesse dos agricultores de Rondônia, principalmente, e também de todo o Brasil. Nos quatro anos em que presidi a CRA, realizamos 54 seminários e ciclos de palestras e debates, sendo que 16 desses seminários foram realizados nos municípios de Rondônia e na Amazônia. É difícil mensurar todos os resultados positivos para a agricultura brasileira e para a agricultura do nosso Estado de Rondônia que foram alcançados por meio desses ciclos de debates e palestras.

Destaco apenas três exemplos que tiveram um grande impacto no desenvolvimento do meio rural de Rondônia e do Brasil. O primeiro é que, através de seminários, conseguimos alinhar o trabalho de regularização fundiária entre os órgãos do Governo Federal, do Governo do Estado e dos municípios, que passaram a compartilhar a base de dados, a usar a mesma metodologia de trabalho e a mesma tecnologia, o que resultou na viabilização de convênios que deram um ritmo novo para a regularização fundiária e a entrega de títulos de propriedade em Rondônia, com uma ação mais efetiva e eficaz do Governo.

Outro exemplo é a concessão de créditos para os agricultores assentados que ainda não possuem o título da terra. Havia uma série de restrições e dificuldades para esses agricultores tomarem recursos do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), e, por meio das discussões e articulações no ciclo de debates e palestras da CRA, foi possível flexibilizar a concessão de crédito por meio de normativas do Banco Central e do Banco do Brasil. Essa mudança possibilitou, à época, a injeção de R$40 milhões/ano na economia só do Estado de Rondônia, ou seja, foi uma medida realmente transformadora. Em se tratando de crédito rural, destaco também a relatoria da MP do Agro, aprovada em junho deste ano, quando facilitamos ainda mais as medidas ligadas ao crédito de refinanciamento de dívidas rurais, reduzindo a burocracia na hora de os agricultores fornecerem as garantias para esses tipos de operações.

O terceiro exemplo, Senador Raupp, é a certificação do café clonal, criado pela Embrapa e pelos agricultores, os cafeicultores de Rondônia, para as condições climáticas de solo do nosso estado. Em 2012, quando eu também presidi a Comissão da Agricultura, os pesquisadores e técnicos da Embrapa e também os produtores de café em Rondônia me procuraram em uma audiência pública na cidade de Cacoal, contaram-me sobre essa demanda e eu a considerei de extrema importância, porque estava parada na burocracia do Ministério da Agricultura. Havia a necessidade de registro do Ministério da Agricultura de uma variedade genuinamente rondoniense de café desenvolvida pela Embrapa, pelos nossos agricultores, para o nosso solo e clima. É o café robusta BRS Ouro Preto, que ficou mais conhecido pelos nossos agricultores como café clonal. Esse processo estava parado no Mapa e, para melhor compreender o que estava acontecendo, realizamos algumas reuniões técnicas e um seminário da CRA em Cacoal no dia 30 de março de 2012. A partir desse momento, atuamos junto à Embrapa e o Ministério da Agricultura para viabilizar o registro dessa variedade genuinamente rondoniense de café, que teve o registro liberado pela Embrapa junto ao Ministério da Agricultura em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-9 (ANEXO: 009)

2013. A partir daí, houve um crescimento enorme da produção de café no estado de Rondônia. Foi uma grande conquista, pois, somente após esse registro, é que os viveiros credenciados pela Embrapa e pelo Mapa puderam produzir essa variedade de café, que passou a ser amplamente distribuída aos nossos agricultores.

Lembro-me de que, em 2014, essa variedade foi rebatizada com o nome de Café de Rondônia e sua implantação no campo ocorria de forma acelerada, com muitos agricultores substituindo as antigas lavouras de café conilon por essa nova variedade de café clonal. E o resultado veio mais rápido do que esperado. Em dez anos, demos um salto gigantesco na produção e na produtividade de café em Rondônia. Em 2022, portanto, dez anos após o início do plantio do café clonal em grande escala, a produtividade média saltou de 10 para 35 sacas por hectare, mas há quem consiga produzir até 60 sacas por hectare com essa nova modalidade. Em 2021, Rondônia produziu quase 3 milhões de sacas de 60kg, o equivalente a 180 mil toneladas de café, e se tornou o quinto maior produtor de café do Brasil, atrás de Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Espírito Santo. É um crescimento de quase 400% num período de dez anos. Ou seja, em nenhum outro estado da Federação, a produção de café cresceu tanto como em Rondônia. E o mais importante: crescemos com qualidade. Nossos cafés estão sendo premiados em concursos nacionais e internacionais, e esse é um resultado efetivo do trabalho aqui na Comissão de Agricultura do Senado, junto com a Embrapa, Emater, Seagri, com os viveiristas, os produtores, as prefeituras e todo o Governo do estado.

Além de favorecer a agricultura com políticas públicas voltadas para assistência técnica, novas tecnologias e crédito, também trabalhamos para a aquisição de implementos agrícolas, atuando diretamente nos ministérios, bem como para a destinação de recursos para infraestrutura para diversos municípios do estado através de emendas. Estamos encerrando nosso segundo mandato com a destinação de mais de R$1 bilhão em recursos federais para obras, equipamentos e ações sociais na agricultura, na saúde e na educação de Rondônia.

A ampliação e modernização da infraestrutura sempre estiveram presentes na agenda do nosso mandato. Trabalhamos duro para melhorar e expandir a infraestrutura de Rondônia e do Brasil nos diversos modais, para garantir a adequação, a mobilidade das pessoas e a necessidade de movimentação de mercadorias, assegurando o bom escoamento da produção da agricultura e de todo o setor produtivo.

Entendo que a melhoria da infraestrutura é um forte instrumento de progresso, redução no custo dos transportes e geração de emprego. Por isso, insisto permanentemente na ampliação dos investimentos públicos na infraestrutura.

Costumo dizer que é um problema bom para o Governo resolver. Imaginemos se fosse o contrário, se tivéssemos as estradas e não tivéssemos o que produzir, o que escoar; seria sinal de que a produção não existia. Hoje, é exatamente ao contrário: nos faltam estradas. Esse é um problema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

positivo para o Governo brasileiro, pois, ao fazer investimentos em uma rodovia, em uma ferrovia, nos portos e aeroportos, o Governo está facilitando o escoamento da produção, o deslocamento das pessoas, a circulação de riquezas, assim estimulando a geração de emprego e renda.

É assim que a roda da economia gira mais facilmente. É por isso que trabalhamos, de forma incansável, pela manutenção, recuperação e duplicação da BR-364, pela reconstrução da BR-425, da BR-319. Quanto à manutenção da BR-429, o Senador Valdir Raupp e a Deputada Marinha sempre tiveram um trabalho exemplar no asfaltamento daquela BR, mas ela precisa de manutenção. Também a pavimentação da BR-421, que é uma discussão que vai continuar e é importante, assim como a Ferrovia Bioceânica, que deve ligar o litoral atlântico do Brasil ao Pacífico, no Peru, passando por Rondônia. É uma meta difícil para se alcançar, mas sabemos que ela é importante e um dia vai acontecer, o que facilitará o escoamento da produção para os mercados asiáticos e será um fator de forte desenvolvimento para o nosso estado.

Para discutir a concessão da duplicação da BR-364, realizamos diversas audiências públicas na Comissão de Infraestrutura do Senado, da qual tive a honra de ser Vice-Presidente no biênio de 2013-2015.

Com relação à 364, cobramos diuturnamente um cronograma do Governo Federal para um leilão de concessão e duplicação da rodovia, exigindo que a duplicação do trecho entre Ariquemes e Pimenta Bueno seja feita antes do início da cobrança do pedágio – não dá para aceitar a cobrança do pedágio antes da duplicação.

Por isso que contestamos a proposta de concessão apresentada pelo Governo Federal em 2022, pedindo sua revisão ou anulação. Essa é uma rodovia estratégica para o Brasil e precisa de uma atenção especial do Governo Federal, e não de uma proposta indecente, como essa da privatização com duplicação apenas de 103km, iniciando no quinto ano da concessão e com cobrança de pedágio desde o primeiro ano.

É importante destacar que, em 2012 e 2013, conseguimos viabilizar a duplicação de um trecho de 10km da BR-364, no perímetro urbano de Ji-Paraná, incluindo a construção de um viaduto com mais de 320m. As vias marginais e os retornos melhoraram muito o fluxo de veículos da rodovia e trouxeram mais segurança para o trânsito da cidade.

Agora, estamos executando mais 6km de duplicação da BR-364, fazendo a sua interligação com o anel viário da cidade, incluindo obras de arte, com mais dois viadutos e as vias marginais.

Com relação à BR-319, conseguimos viabilizar sua reabertura após a realização de três diligências do Senado em parceria com os Governos de Rondônia e do Estado do Amazonas. Essas diligências ampliaram as discussões sobre a importância da rodovia para a economia da Amazônia e contribuíram para a derrubada do embargo judicial que impedia o avanço das obras de manutenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-9 (ANEXO: 009)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os serviços de manutenção garantiram o trânsito de veículos até mesmo no período das chuvas, com a reconstrução de algumas pontes e elevação da pista em alguns trechos.

Agora, a expectativa da população de Rondônia e do Amazonas é a reconstrução do chamado trecho do meião da rodovia, do km 405 ao km 655, o que espero que seja feita o mais rápido possível.

São muitas obras de infraestrutura que conseguimos viabilizar em Rondônia nesses 13 anos de mandato. Listar todas nos tomaria muito tempo. Então, destaco apenas mais algumas, que certamente são do conhecimento dos rondonienses: a iluminação e melhorias da travessia urbana de Vilhena; a construção de duas escolas-modelo para educação em tempo integral, em Ji-Paraná e em Porto Velho; a construção de 25 unidades básicas de saúde em diversos municípios do interior do estado; ampliação de outras 16 UBS; o esgotamento sanitário de Ji-Paraná, que está acontecendo e vai atender a 80% da população, com a construção de duas estações de tratamento de esgoto e 472km de rede coletora de esgoto; a instalação de leitos de UTI no Hospital Municipal de Ji-Paraná e mais 10 milhões que repassamos, recentemente, para a manutenção do hospital. Enfim, são muitas obras importantes que realizamos nos 52 municípios do estado, sempre em parceria com os Vereadores, Prefeitos, Deputados Estaduais e também com o apoio de toda a bancada federal.

É importante destacar que, dos mais de R$1 bilhão que destinamos para o Estado de Rondônia, R$123 milhões foram destinados para a agricultura; R$170 milhões, para a saúde; R$520 milhões, para a infraestrutura; R$90 milhões, para a educação; e R$230 milhões para o saneamento básico.

Como já disse, obras são importantes, mas a atividade legislativa, cujo valor é difícil de mensurar, é o que considero mais importante na atuação de um Parlamentar. Nesse sentido, foram muitos projetos que apresentamos, relatamos e colocamos em tramitação no Congresso Nacional.

Como empresário, eu sempre tive a visão de que a política econômica do Governo tem que favorecer o setor produtivo e, principalmente, os trabalhadores, pois são eles que fazem a roda da economia girar, e não o mercado financeiro. Por isso, sempre defendi a redução de juros e também a redução da carga tributária.

Por conta disso, participei ativamente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), sendo que fui, em duas ocasiões, em 2011 e 2015, Relator de receitas do Orçamento Geral da União.

Lembro que, em 2015, não incluí a CPMF em meu parecer de receitas ao Orçamento 2016, mesmo contra a vontade do governo, porque não concordava com a elevação da carga tributária, que já era pesada, e porque sempre a considerei um imposto de baixa qualidade, regressivo, que atinge todas as camadas sociais e prejudica demais o setor produtivo, afetando a eficiência de nossa economia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-9 (ANEXO: 009)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2014, como Relator Setorial de Infraestrutura do Orçamento da União, contemplamos obras e ações estratégicas para o país, mas também incluímos recursos para obras federais em Rondônia, como o Anel Viário de Ji-Paraná, para a construção do Contorno Norte de Porto Velho, para a melhoria da hidrovia do Madeira, a construção do terminal portuário de Guajará-Mirim, a ampliação do Porto Organizado de Porto Velho, entre outras, como as destinações de recursos para drenagem, manejo de águas fluviais e pavimentação de vias em Porto Velho no valor de R$16 milhões.

Destaco também a participação da Comissão Temporária destinada a examinar o Projeto de Lei do Senado 166, de 2010, que tratava da reforma do Código de Processo Civil (CPC), na qual fui Relator de recursos e apresentei cinco emendas que foram incorporadas ao texto legal do novo CPC. Foram emendas para assegurar mais agilidade no julgamento dos processos judiciais, facilitando a conciliação com a produção de custos e simplificação processual, medidas que levaram o Poder Judiciário para mais próximo dos anseios da população, adequando-se às mudanças sociais e a uma nova realidade na execução dos processos judiciais.

Na área do meio ambiente, sempre defendi os princípios do desenvolvimento sustentável, em que temos que conciliar o desenvolvimento econômico com justiça social e proteção ambiental. Meu lema é que é possível produzir com sustentabilidade.

Nesse sentido, um grande avanço foi o novo Marco Legal da Biodiversidade, do qual fui Relator aqui no Senado, onde criamos condições para alavancar a pesquisa e a exploração econômica dos recursos genéticos.

Algumas de nossas proposições foram aprovadas no Congresso Nacional e sancionadas pelo Presidente da República, sendo transformadas em lei que já estão em vigor. Uma delas é o PLS 226, de 2011, de minha autoria, aprovado em 2015, e a tramitação da Lei 13.176, de 21/10/2015, assegurando a prioridade de pagamento aos pecuaristas, no caso de falência ou fechamento de frigoríficos.

Outro projeto que relatei e agora é lei é o PLC 80, de 2011, de autoria do Deputado Federal Reginaldo Lopes, do PT de Minas Gerais, que se tornou a Lei 12.669 em 2012. A nova lei estabeleceu a obrigatoriedade de as indústrias de laticínios informarem até o dia 25 de cada mês anterior à entrega o preço do litro de leite a ser pago aos produtores.

Outro projeto importante deve ser sancionado nos próximos dias pela Presidência da República e ficará conhecido como a Lei do Coração. Trata-se do PLS 688, de 2015, determinando que o Sistema Único de Saúde (SUS) ofereça um implante de válvula aórtica por cateter. Esse implante da válvula aórtica é feito atualmente pelo SUS através de cirurgia de peito aberto com alto risco de morte e redução da qualidade de vida do paciente após a cirurgia. Quando esse implante é feito através de cateter, além da redução do risco de morte, o paciente ganha qualidade de vida e uma sobrevida considerável. Portanto, com a inclusão dessa cirurgia na lista de cirurgias feitas pelo SUS, vamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

permitir que as pessoas com menos recursos financeiros tenham uma sobrevida com qualidade. Isso é levar cidadania aos mais carentes, principalmente aos nossos idosos.

É falando da Lei do Coração que eu me despeço desta Comissão da Agricultura e Reforma Agrária.

Agradeço a todos os Senadores com quem tive oportunidade de conviver nesse período; aos servidores desta Comissão, que sempre nos acompanharam e nos orientaram a fazer aquilo que é certo, dentro da lei evidentemente, e das demais Comissões; a todos os servidores do Senado; à Mesa Diretora; às Secretarias; às equipes da TV Senado, da Rádio Senado; aos servidores do nosso gabinete; também aos terceirizados; e a todos que fazem esta máquina da democracia funcionar – e funcionar a bem da população brasileira.

Muito obrigado, um abraço a todos e até a próxima, se Deus quiser!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Acir, se V. Exa. me permitir, eu gostaria que os nossos universitários colocassem também em ata...

Quero parabenizar sua postura como homem público, sua postura como Senador de um estado lá da nossa Amazônia que não defende só sua posição ou os interesses de quem você representa ou os de sua origem, mas que realmente é dedicado à defesa de todos os interesses lá do Estado de Rondônia, da Amazônia e do Brasil. Isso é muito forte para um homem público. Como aqui é uma Casa de interesses que vêm desse ou daquele partido, a sua postura realmente mexe com todos os temas e defende todos os interesses e interessados na complexidade que é o nosso país e a nossa sociedade.

Parabéns, companheiro! E permita-me chamá-lo de companheiro, porque realmente, além de colegas, nós nos transformamos em grandes companheiros na defesa da boa política, em que não é pecado divergir, não é? Não é pecado; pecado seria se omitir em defender suas posições, etc. Mas essa relação de defender suas posições, respeitando a do outro, é fundamental para o nosso país e para a democracia. Digo isso porque nós estamos vivendo tempos sombrios nesse tipo de relação da política brasileira. Então, a sua postura fica permanente aqui no Congresso Nacional, para que realmente sirva de exemplo e para que a boa política seja restabelecida e florescida no nosso país.

Quero também lhe agradecer – porque você não pôs no seu relatório aí – as costelas que você sempre oferece aos seus vizinhos ali do prédio para que também gozem dessa amizade e dessa intimidade que nós construímos na nossa relação. (*Risos.*)

Parabéns, companheiro!

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Senador Acir!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-9 (ANEXO: 009)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Paulo Rocha, pelas suas palavras! As costelas continuarão. Não tem jeito! Temos que fazê-las...

Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA. Pela ordem.) – De forma bem rápida, gostaria de cumprimentá-lo pelo trabalho, pelo legado que está deixando, um relatório bonito pelo Brasil, de trabalho pelo Brasil e pelo seu estado, e pela nossa região, pela Amazônia, Região Norte.

Tenho certeza de que vai descansar um pouco, mas, de repente, a gente se reencontra daqui mais alguns quatro anos, não é? Da nossa parte, tenho sempre admiração, respeito, carinho – como disse o Senador Paulo Rocha – por essa gentileza, sempre, no trato, aqui dentro, com muita cortesia.

Deus o abençoe! Continue servindo este país na forma como for do seu agrado, daqui para frente!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Zequinha Marinho. Agradeço a sua sempre parceria junto conosco. Não é, companheiro Paulo? Estamos juntos!

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

Como não vou estar presente na próxima reunião... (*Risos.*)

Vamos aprovar a ata desta reunião nesta reunião.

As Sras. e Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta sessão, mais uma vez agradecendo a todos aqui presentes que sempre nos acompanharam nesses anos todos. Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-9 (ANEXO: 009)

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia vinte e seis de outubro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Jean Paul Prates, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Daniella Ribeiro, Izalci Lucas, Plínio Valério, Wellington Fagundes e Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Ogari Pacheco, Confúcio Moura, Luis Carlos Heinze, Rodrigo Cunha, Styvenson Valentim, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Chico Rodrigues, Paulo Rocha e Acir Gurgacz. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A Presidência comunica o arquivamento do Ofício SBPC-157/Dir, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, encaminhando moção em defesa do Plano Emergencial Anísio Teixeira, para a reconstrução nacional através da ciência, lido na décima quinta Reunião, realizada em 21/9/2022, sem que tenha havido manifestação de interesse de Senador membro da CCT para a análise da matéria por este Colegiado, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. Passa-se à Audiência Pública Interativa, aprovada pelo Requerimento nº 31, de 2022-CCT, de autoria Senador Jean Paul Prates (PT/RN), com a finalidade de debater o impacto da Medida Provisória nº 1.136, de 29 de agosto de 2022, sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, com a participação de Bruno Moretti, Assessor da Liderança do Partido dos Trabalhadores no Senado Federal; Dácio Roberto Matheus, Vice-presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia e Empreendedorismo da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes); Alexandre Bahia, Secretário Executivo do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif); Helena Nader, Presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC); Renato Janine Ribeiro, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Fábio Guedes, Secretário Executivo da Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP.br); e Fernando Peregrino, Presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (Confies). O Senhor Presidente concede a palavra à Tânia Dornellas, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Luiz Henrique dos Santos Blume, do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes); João Paulo Ribeiro, da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico- Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra Sindical); Yuri Deleon Buarque Magalhães de Souza, do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe); Jade Beatriz, da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes); Daisy Jorge Lima, da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG). Fazem uso da palavra, os Senadores Jean Paul Prates, Izalci Lucas e Wellington Fagundes; as Deputadas Tabata Amaral e Erika Kokay e o Deputado Distrital Leandro Grass. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jean Paul Prates
Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/10/26

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e todas!

Declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Comunicação de arquivamento: a Presidência comunica o arquivamento do Ofício SBPC-157/Dir., da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, encaminhando moção em defesa do Plano Emergencial Anísio Teixeira, para a reconstrução nacional através da ciência, lido na 15ª Reunião, realizada em 21/9/2022, sem que tenha havido manifestação de interesse de Senador membro da CCT para a análise da matéria por este Colegiado, conforme a Instrução Normativa da Secretaria-Geral nº 12, de 2019.

A presente reunião ocorre de modo semipresencial e se destina à realização de audiência pública com o objetivo de debater o impacto da Medida Provisória 1.136, de 29 de agosto de 2022, que promove cortes no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, em cumprimento ao Requerimento 31, de 2022, desta CCT, de minha autoria.

O público interessado em participar desta audiência, que, aliás, já vem participando aqui, poderá enviar perguntas e comentários pelo endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou ligar para 0800 0612211.

Encontram-se presentes no Plenário da Comissão os convidados: Dácio Roberto Matheus, Vice-Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia e Empreendedorismo da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – convido o Prof. Dácio a vir aqui para me fazer companhia na mesa; obrigado –; Alexandre Bahia, Secretário Executivo do Conselho Nacional das Instituições de Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, que eu também convido para estar comigo aqui.

Encontram-se também presentes, por meio do sistema de videoconferência: Zarak de Oliveira Ferreira, Subsecretário de Programas de Infraestrutura do Ministério da Economia; Helena Nader, Presidente da Academia Brasileira de Ciências; Fábio Guedes, Secretário Executivo da Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento; Prof. Renato Janine Ribeiro, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; e Fernando Peregrino, Presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Saúdo a todos: Zarak, Helena, Fábio Guedes, Ministro Janine e Fernando Peregrino por estarem aqui conosco. Também quero saudar a Deputada Tabata Amaral, que está conosco, e o meu querido colega e amigo Senador Izalci Lucas, daqui desta Comissão. Saudação ao Senador Izalci, que já pede a palavra.

Vou conceder, sem mais delongas, a palavra ao Senador Izalci, e em seguida farei aqui a minha abertura desta audiência.

Senador Izalci Lucas com a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. *Por videoconferência.*) – Libere aí.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Liberou. Liberou.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Presidente, é mais para primeiro parabenizar V. Exa. pela iniciativa desta audiência e cumprimentar meus velhos amigos aí de luta da ciência, tecnologia e inovação. Então, eu estou mais para ouvir, porque nós precisamos... Já era para ter devolvido essa medida provisória, não é, cara? Mas vamos aguardar e vamos ouvir aí. No finalzinho eu dou uma fala, está bom?

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, meu querido amigo, Senador Izalci Lucas.

Também presentes João Paulo Ribeiro, da Fasubra – obrigado, João Paulo; pela Ubes, Jade Beatriz – tudo bom, Jade? –, Presidente da Ubes; Andes, Luiz Henrique dos Santos Blume – tudo bom, Luiz? –, e, da ANPG, Daisy Jorge Lima. Obrigado pela presença, Daisy.

Bem, pessoal, antes de a gente começar, é importante explicar um pouco sobre o que viemos falar nesta audiência de hoje, principalmente para quem nos ouve e nos assiste agora em casa, no trabalho, na rua, pela TV Senado, pelo YouTube... O que é o FNDCT e o que essa medida provisória mencionada pelo Senador Izalci Lucas, contra a qual nos insurgimos todos aqui, traz que prejudica tanto a sociedade como um todo?

Até o final da década de 60, o financiamento à pesquisa científica no Brasil era feito no nível individual: cada pesquisador tratava aí por conta própria, ia atrás de buscar recursos junto ao Estado brasileiro. Na maioria das vezes, esse pesquisador só conseguia recursos em função da rede de contatos que ele tinha, do prestígio pessoal, e as pesquisas realizadas também refletiam mais os interesses dos pesquisadores e financiadores do que propriamente o interesse da sociedade como um todo, o desenvolvimento científico do país. Não havia, portanto, um sistema organizado, e, por isso, foi elaborado o Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que definia programas, projetos prioritários para o país, e, para dar forma a esse planejamento, foi criado, em 1969, o FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Aliás, uma das poucas coisas que não mudou de nome desde lá, não é? De 69 até hoje, a mesma sigla. É difícil pronunciar, mas ela está lá desde 1969.

Ao longo da década de 70, o FNDCT possibilitou a institucionalização da pesquisa científica e tecnológica no Brasil e o crescimento da oferta de cursos de pós-graduação. Os recursos orçamentários destinados ao fundo eram crescentes, e o valor médio dos projetos financiados era alto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Na década de 80, nós tivemos crise econômica reiterada, contra o choque de petróleo, enfim, tudo isso, e o orçamento do fundo começa a sofrer uma queda, e uma queda acentuada que não é revertida nem mesmo com a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia, que foi em 1985.

Em 1991, já entrando pela década de 90, o FNDCT atinge o seu valor mais baixo e amarga essa situação até o fim da década de 90. Diagnosticou-se que a fragilidade do fundo era causada pela ausência de receitas vinculadas. Esse problema começou a ser enfrentado a partir de 1997 e coincide com a abertura dos vários setores de infraestrutura: telecomunicação, petróleo, elétrico, etc. e tal. E aí há uma reestruturação do FNDCT em diversos fundos setoriais, cada qual com o seu próprio comitê gestor e com a sua própria receita vinculada à arrecadação de vários tributos, todos eles relacionados a cada um desses setores ou pelo menos próximos a eles.

Dez anos depois, em 2007, o Presidente Lula promulgou a Lei 11.540, conhecida como Lei do FNDCT; e, em 2009, dois anos depois, o mesmo Governo Lula institui o Conselho Diretor para o fundo, com a publicação do Decreto 6.938.

Nos anos recentes, com recursos vinculados garantidos pelos fundos setoriais e com a experiência de 50 anos da Finep na gestão do FNDCT, ficou claro que o grande obstáculo remanescente era o contingenciamento de recursos. Um estudo publicado, no ano passado, pela economista Fernanda De Negri, do Ipea, mostrou que, de 2016 a 2020, os investimentos do FNDCT retrocederam a níveis de 20 anos antes, no início dos anos 2000. Dados do Portal da Transparência, compilados aqui pela nossa Consultoria Legislativa do Senado, mostram que, de 2018 a 2021, a média de execução orçamentária do FNDCT ficou em 30,66% dos recursos previstos – de 2018 a 2021, média. Em 2021, ano passado, foram executados apenas 17,5% – para ser mais preciso, 17,57% dos recursos previstos para o FNDCT.

Sabendo disso, ano passado, o Congresso Nacional enfrentou esse problema com a aprovação da Lei Complementar 177, de 2021. Aqui nós alteramos a Lei de Responsabilidade Fiscal para vedar a limitação de empenho, ou seja, de reserva de dinheiro em movimentação financeira das despesas relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas pelo FNDCT. Lembremos que o Presidente Bolsonaro vetou esse dispositivo, mas o veto foi derrubado pelo Congresso – o veto foi derrubado pelo Congresso. Temos lá os registros, para quem quiser entrar aí na página, de a gente defendendo isso na sessão do Congresso, conjunta, Senado-Câmara.

Também foi alterada a Lei do FNDCT para impossibilitar a alocação orçamentária dos valores provenientes de fontes vinculadas ao fundo em reservas de contingência de natureza primária ou financeira, ou seja, a lei proíbe a utilização de recursos da ciência para finalidade outra – a lei proíbe.

Mas, lamentavelmente, a nossa legislação não está sendo suficiente para conter o Governo negacionista, o Governo que não gosta da ciência, na sua sanha de puni-la, não é? Cortar recursos é punição, porque a ciência atrapalha essa gente. A ciência produz vacina, a ciência denuncia queimadas, a ciência investiga crimes, a ciência revela clandestinidades – claro que através de interpostas pessoas, mas a ciência, em última análise, é quem leva a tudo isso –, a ciência salva vidas, salva a floresta, salva o meio ambiente. E o Governo Bolsonaro não é desse time.

Instrumentalizar uma coisa contra você, você não quer. E, para mim, essa é a grande razão desse processo aqui. Não é aquele negócio de que falta dinheiro. O negócio é que isso atrapalha o Governo beócio, o Governo que quer a ignorância. Daqui, depois, vamos fazer as digressões em relação à educação como um todo, porque está tudo na mesma seara: o conhecimento. Então, esse Governo não respeita, não preza, não incentiva, não quer a ciência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aí o quadro é o seguinte agora: até a semana passada, que é o dado que a gente pode pegar, haviam sido executados apenas 7,92%, menos de 8% dos recursos previsto para este ano – lembrando que a gente falou de 17,5% em 2021, o que já é um absurdo, e agora estamos falando de menos 8% dos recursos previstos pelo Orçamento. Ou seja, dos R$9 bilhões – com "b" de bola – previstos no Orçamento para a ciência, apenas R$717 milhões foram executados. De R$9 bilhões, R$717 milhões. O mais preocupante é justamente essa tendência de queda que coloca o Brasil na contramão da tendência mundial.

A média de investimentos em ciência, tecnologia e inovação nos países da OCDE – essa de que a turma quer participar, como se fosse um prêmio por alguma coisa... Depois vamos ver as condições que a OCDE vai colocar numa economia ainda frágil e sujeita a todo tipo de intempérie como é a nossa – é de 2,68% do PIB, média dos países da OCDE de investimento em ciência e tecnologia e inovação; Israel, 5,44% – e a turma o tempo todo admirando, falando, como se isso brotasse do nada. "Não, o país é mais capaz do que nós". Não! Israel não é melhor do que nós, Coreia não é melhor do que nós. A diferença é que eles investem em ciência e tecnologia e se desenvolvem –; Coreia do Sul, 4,81%; Taiwan, 3,64%; Estados Unidos, 3,45%; União Europeia, média de 2,2%.

Em termos absolutos, os Estados Unidos investiram, apenas com dinheiro público – apenas com dinheiro público – US$664 bilhões em ciência e tecnologia, em 2020, num ano. A China investiu US$563 bilhões – bilhão, gente, é mil milhões, tá? Só para lembrar – no mesmo ano. Já o Brasil investiu cerca de 1,2% do PIB em 2019, antes desses cortes maiores ainda. No entanto, com sucessivos cortes orçamentários cada vez mais volumosos, estima-se que o Brasil investirá menos de 1% do PIB no próximo ano – menos de 1% do PIB. Por isso, com esse retrato vergonhoso, o atual Governo assume seu total descaso pela pesquisa científica e tecnológica.

Exatamente por saber que esse descaso implica em descumprimento da lei, em crime de responsabilidade, o Governo Bolsonaro tenta mudar a lei com esta perversa Medida Provisória 1.136, de 2022, Senador Izalci. E notem o mais absurdo, pessoal: para tentar derrubar a lei, o Governo quebra a própria lei, pois tenta escrever em uma lei ordinária um dispositivo que contraria uma lei complementar.

Por isso, mesmo que o Governo consiga converter esta medida provisória em lei, ela será uma lei flagrantemente inconstitucional, contrariará uma lei complementar. E esse não é o único problema jurídico causado por esta MP: como ela define percentuais de aplicação sobre a receita prevista, esta MP inibe a competência constitucional do Congresso Nacional em deliberar sobre matéria de natureza orçamentário-financeira, sendo igualmente passível de questionamento jurídico por esse outro aspecto.

A situação é tão estridente que internacionalmente o Brasil é visto como perigoso para a educação e a ciência, caso este Governo se mantenha.

Exemplo disso veio ontem à noite, quando a *Nature*, uma das mais prestigiadas revistas científicas do mundo, publicou um editorial – um editorial da *Nature* – sobre as eleições no Brasil. Só faltam chamar a *Nature* de comunista, não é? Vão inventar essa. A *Nature* reafirma que só há um caminho para a ciência, a democracia e o meio ambiente: é com Lula Presidente. Olhem só a revista fazendo... Ela não estava fazendo campanha, porque a revista *Nature* nunca fez campanha para candidato, mas estava se posicionando politicamente contrária a este Governo pelo que faz pela ciência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Abro aspas para a *Nature*: "Se Bolsonaro conseguir mais quatro anos, os danos poderão ser irreparáveis". A análise é crítica, técnica, pois "seu Governo tem sido desastroso para a ciência, o meio ambiente, o povo do Brasil – e o mundo" – fecho aspas –, denuncia a revista, que critica o desmonte da ciência promovido pelo Governo Jair Bolsonaro.

A revista ainda comparou Bolsonaro ao ex-Presidente dos Estados Unidos Donald Trump, pois – abro aspas para a revista – "ignorou os avisos dos cientistas sobre a covid-19 e negou os perigos da doença" – fecho aspas.

Em relação à ciência, a *Nature* diz que – abro aspas: "O financiamento para a ciência e tecnologia estava a diminuir quando Bolsonaro tomou posse e tem continuado a cair sob sua liderança a ponto de muitas universidades federais estarem lutando para manter as luzes acesas e os edifícios abertos".

Por outro lado, a publicação destaca que o Partido dos Trabalhadores – abro aspas – "fez grandes investimentos na ciência e tecnologia". Durante os governos petistas, "existiam fortes proteções ambientais e as oportunidades educacionais foram alargadas" – aspas da revista. "Além disso, graças em parte a um sistema de transferência maciça de dinheiro para os pobres, chamado Bolsa Família, as pessoas com baixo rendimento viram pela primeira vez ganhos em riqueza e oportunidades", lembra a revista.

Fechando aspas da revista, volto aqui.

Eu quero deixar bem claro a todos aqui, principalmente a você que nos assiste e nos ouve neste momento, que o que esta medida provisória propõe na prática é adiar para 2027 o fim do contingenciamento dos recursos do FNDCT e prejudicar ainda mais o avanço da ciência no nosso país.

Este governo já mandou às favas qualquer resquício de escrúpulo ou moralidade, mas o verdadeiro objeto desta MP é a abertura de espaço para o orçamento secreto, para as emendas de Relator, para a compra de votos para o estelionato eleitoral travestido de auxílio e subsídios. A pesquisa científica e tecnológica brasileira é apenas a vítima da vez, e aqui aduzo também a educação como um todo e a saúde – por que não?

Cabe a nós resistirmos e termos esperança em dias melhores no ano que vem. E assim faremos – nós Parlamentares pelo voto aqui no Congresso, e o povo brasileiro, pelo voto na urna no próximo domingo.

Eu queria pedir ao Bruno – o Bruno Moretti já está aqui? – para complementar, rapidamente, em uma exposição sobre o que é esse orçamento, como ele é feito e por que nós estamos nesta situação. O Bruno é nosso assessor. O Bruno Moretto é economista de altíssimo nível que nos ajuda a todos aqui no Senado com as análises orçamentárias. Eu queria que você fizesse rapidamente a sua exposição.

Enquanto você se prepara, tem um vídeo sobre o comentário – está com ele aí? Acho que é vídeo 5 – do à época Ministro Astronauta Marcos Pontes, por quem eu tenho muita consideração, inclusive, que interage muito bem conosco, que sempre nos tratou muito bem, comentando essa situação... (*Pausa.*)

Enquanto eles acertam aí, Bruno, por favor. A gente tem pouco tempo. Vamos lá. Os convidados estão aqui.

Bruno Moretti.

O SR. BRUNO MORETTI (Para expor.) – Bom dia, Senador, bom dia aos demais integrantes da mesa e a todos que nos assistem aqui, no plenário, e na TV Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vou fazer, como o Senador pediu, uma brevíssima exposição, digamos assim, sobre o contexto fiscal e orçamentário dentro do qual se insere a Medida Provisória 1.136. O importante é a gente fazer uma espécie de linha do tempo que levou até essa medida.

Em 12 de julho de 2022, o Congresso Nacional suprimiu de um projeto de lei encaminhado pelo Governo a possibilidade de bloquear recursos do FNDCT em 2022, porque, apesar de ter a Lei Complementar 177, de autoria do Senador Izalci, o Governo tentou, por meio de um projeto que alterava a Lei de Diretrizes Orçamentárias, permitir esse bloqueio.

E um destaque que... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Só um pouquinho. Espere aí. Só um pouquinho. O que está havendo aí? Desliguem esse som. Vocês podem acertar esse negócio aqui, enquanto... (*Pausa.*)

O SR. BRUNO MORETTI – Vamos lá? Podemos?

Inclusive, a defesa do destaque em Plenário foi feita pelo Senador Jean Paul. Naquela ocasião, tratava-se de bloquear R$2,5 bilhões – o senhor deve se lembrar – do FNDCT, e o senhor foi fundamental para inviabilizar essa proposta do Governo.

Com isso, o Governo soltou um relatório de avaliação de receitas e despesas no fim de julho, em 22 de julho, já apontando para a necessidade de bloquear valores no Orçamento justamente para executar ou para garantir a execução dos recursos do FNDCT e também da Lei Paulo Gustavo, que é outro assunto, conforme o Congresso Nacional, inclusive, determinou.

Curiosamente, logo após foi editada, no fim de agosto, a Medida Provisória 1.136, prevendo, portanto, que os recursos do FNDCT não mais seriam executados na sua integralidade, ou seja, seria possível retomar a previsão de que os recursos do FNDCT ficariam contingenciados ou ficariam em reserva de contingência.

No dia 6 de setembro, portanto uma semana após a edição da MP, em véspera de feriado, o Governo editou um decreto prevendo que o Ministro da Economia pode liberar recursos, Senador, se houver algum ato normativo que o possibilite, independentemente de uma avaliação prévia, que é um requisito da Lei de Responsabilidade Fiscal. A partir dali, ficou explícito que MP 1.136, como o senhor já falou, tinha a intenção de abrir espaço no Orçamento para executar um conjunto de despesas, dentre as quais as emendas de Relator.

No dia 30 de setembro, no entanto, o Governo publica um novo decreto de contingenciamento, dessa vez por conta de uma previsão a maior das despesas obrigatórias, recalculando, digamos assim, os valores, mas nada mudou em relação ao FNDCT, que continuava com parcelas dos seus recursos bloqueadas.

Em outubro de 2022, o Ministério da Economia editou portarias remanejando o espaço orçamentário para o FNDCT em favor de outras despesas, no valor de R$1,2 bilhão.

Pode passar, por favor.

Aqui...

Pode passar, por favor.

Aqui, é apenas a evolução temporal do empenho das emendas de Relator, dos valores executados. Percebam o que eu falei, quando se coloca no tempo – onde está aquela bolinha, aquele círculo –: as emendas de Relator estavam com a execução andando praticamente de lado, depois de uma longa evolução ali, até agosto, e vejam que ela não crescia; de repente, justamente após, no fim de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

agosto, início de setembro, elas começam a evoluir positivamente por um período, justamente viabilizadas pela edição desta medida provisória e de uma outra medida provisória que abriu espaço no Orçamento, cancelando pagamentos da Lei Paulo Gustavo e, nesse caso, permitindo a não execução de recursos do FNDCT, em contrariedade ao que faz a Lei Complementar 177.

Aqui é apenas para mostrar que, depois da edição da medida provisória – aquilo lá que está circulado –, o que já foi remanejado, o que foi suprimido de dotação orçamentária do FNDCT é quase R$1,3 bilhão. Isso aconteceu justamente para adequar o Orçamento ao teto de gastos, então, para remanejar esse espaço orçamentário em favor de outras despesas sem descumprir o teto.

Os efeitos como um todo da medida provisória são os seguintes. Para 2022, o que a medida provisória autoriza na prática é um bloqueio de R$3,5 bilhões das dotações do FNDCT, que giravam em torno de R$9 bilhões, sendo que metade se refere aos chamados recursos não reembolsáveis, que são os recursos que apoiam as instituições de ciência e tecnologia, que garantem a equalização das taxas de juros, a subvenção econômica às empresas... Para 2023, o projeto orçamentário já foi encaminhado com R$4,2 bilhões na reserva de contingência, esse é o prejuízo. Portanto, se a gente pensa só em recursos não reembolsáveis, apenas em 2022 e 2023, você já tem aí R$6 bilhões de impacto sobre o FNDCT. Para 2024 em diante, você terá apenas uma parcela da receita do fundo, de recursos que são do fundo e que devem ser utilizados em favor da ciência sendo efetivamente dispensada ao FNDCT. Para 2024, são 68% – portanto, 32% dos valores ficariam bloqueados. Isso vai andando numa escadinha até, como o próprio Senador Jean Paul já falou, chegar a 2027 com o fundo podendo executar 100% da sua receita, como o Congresso quis, já imediatamente, por meio da Lei Complementar 177. Então, na prática, você já contratou, digamos assim, um bloqueio dos recursos do fundo até 2026.

Aqui há um pouco dos dados da série histórica. Aqui são os recursos do FNDCT que estão bloqueados pela MP, no caso de 2022, ou que ficaram em reserva de contingência ao longo do tempo. O gráfico da esquerda são os valores nominais, o gráfico da direita são os valores reais, descontada a inflação. Percebam como é crescente, em 2014 e 2015, praticamente zerado o valor parado em reserva de contingência até atingir R$4,28 bilhões. E aí reparem o impacto da Lei Complementar 177. O que o Congresso fez foi justamente proibir que os recursos ficassem em reserva de contingência. E eles vão caindo de R$4,28 bilhões, mas, a partir... Em 2022, com a edição da medida provisória... Aqui vale falar bem rapidamente que, em 2021, o Governo conseguiu aprovar um projeto de lei que manteve uma parcela do recurso não utilizada. Em 2022, a MP determina que, na prática, R$1,75 bilhão dos recursos não reembolsáveis fiquem esterilizados, não sejam usados em favor da ciência brasileira. Em 2023, esse valor explode, fruto da medida provisória, para R$4,18 bilhões, atingindo novamente, digamos assim, o pico a que havia chegado em 2020. Do lado direito, como eu disse, são os valores apenas deflacionados.

A contrapartida disso é que os recursos primários do FNDCT, aqueles que servem à execução dos recursos não reembolsáveis, caem drasticamente de 2014 até 2019, 2020. Há um leve aumento, mas não tão sentido em 2021, porque o Governo voltou, digamos assim, a autorizar por meio de um projeto de lei o bloqueio desses valores. E 2022 seria o primeiro ano, a rigor, digamos assim, em que o fundo teria os recursos liberados. Isso se traduziu numa execução a maior, como vocês podem ver, de R$2,78 bilhões, mas entra a medida provisória e bloqueia, digamos assim, o que restava, praticamente, de saldo a empenhar. E vocês percebam, pelo gráfico da direita, em termos reais, que, portanto, a perspectiva em 2023 é que o fundo tenha alguma coisa como a metade do que ele empenhou em 2014.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O que a gente vê aqui, como o Senador também já colocou, são os recursos financeiros ou reembolsáveis do fundo, porque ainda tem essa questão em que uma parcela grande dos recursos está sendo alocada para empréstimos às empresas; e esse montante que vai até um teto de 50% da dotação do fundo em boa medida não é executado. Em 2021, vocês podem perceber, a última coluna é a diferença entre o que tinha no orçamento e o que foi propriamente empenhado, são quase 2,9 bilhões; em 2022, 3,4 bilhões. Então, além da esterilização de recursos em reserva de contingência, a disponibilização de parcela dos valores do fundo para empréstimos às empresas para as quais não há demanda sobre as condições vigentes acaba determinando que os recursos fiquem parados no fundo. Isso tem consequências drásticas, como eu vou mostrar aqui na conclusão.

Bom, os dados aqui olhados muito rapidamente mostram o seguinte: a MP 1.136, na prática, reverteu a proibição da Lei Complementar 177 de alocar recursos do FNDCT em reserva de contingência. O impacto até agora, considerando o ano de 2022 e o projeto de orçamento que o Governo encaminhou para 2023, é de 6 bilhões, Senador, a menos para o FNDCT.

A combinação de um teto de gastos que comprime as despesas com o crescimento das emendas de relator, na prática, significa que algumas despesas terão que reduzir o seu espaço no orçamento. E é por isso, a meu ver, que a Medida Provisória 1.136 foi editada. Ela é uma espécie de desvio de finalidade para identificar espaço orçamentário às custas da ciência, para executar despesas outras que não aquelas para as quais os recursos são por lei dirigidos, que são os recursos para a ciência e para a tecnologia. E o que a gente percebe é uma espécie de substituição de recursos de elevada qualidade, de despesas com elevado impacto, como aqueles associados ao FNDCT, por gastos de baixa qualidade, de baixo impacto para a população, como as emendas de relator que, entre 2020 e 2023, devem significar alguma coisa como R$73 bilhões.

Um ponto fundamental a se entender é que, além da esterilização dos recursos do fundo e reserva de contingência, como eu já mencionei, há a não execução dos recursos financeiros de um elevado montante que se coloca em recursos financeiros, que não é executado, e esses recursos acabam também não sendo utilizados. E aí qual é a grande questão? A grande questão é a seguinte: há um dispositivo atualmente que permite que recursos não utilizados de fundos públicos sejam desvinculados das suas finalidades originais e sejam canalizados para o pagamento da dívida pública – esse dispositivo está na Emenda Constitucional 109, de 2021. Então, só em 2021 o Tesouro Nacional pediu ao FNDCT recursos na ordem de 25 bilhões, que não foram não utilizados no FNDCT, para a amortização de dívida. Então, Senador, na prática, toda vez que se esterilizam esses recursos, toda vez que se colocam esses recursos na reserva de contingência, toda vez que não se usam esses recursos eles viram superávit financeiro do fundo e, *a posteriori*, no exercício seguinte, são canalizados para o pagamento da dívida pública. E os montantes, como eu disse, em 2021 são elevadíssimos, de 25 bilhões, essa é a soma dos recursos desviados, digamos assim, da ciência para o pagamento da dívida pública. Em 2022, há mais uma soma que nós vamos acrescentar a essa quando o exercício findar.

Então, essa é a situação, digamos assim, fiscal e orçamentária que explica a edição da Medida Provisória 1.136. Para a gente ter uma ideia, para concluir, vejam que o teto de gastos determina até 2023 uma redução da despesa como proporção do PIB, como está mostrado no gráfico da esquerda, e, por outro lado, mantida a regra atual sobre as emendas de relator, elas devem crescer e alcançar alguma coisa como 22 bilhões até 2026.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

É esta equação... É desta equação que sai a Medida Provisória 1.136: identificar espaço orçamentário à custa da ciência e tecnologia para o pagamento de outras despesas, recursos esses que, por lei, são vinculados ao desenvolvimento científico e tecnológico do país e que, na prática, estão sendo canalizados para o pagamento da dívida, uma vez não utilizados.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Bruno. Foi muito boa a exposição.

Justamente quero pedir a deferência para todos os que estão aqui conosco para a gente contextualizar. Na verdade, a gente está aqui introduzindo o assunto, porque, às vezes, a gente fala "cortou e tal, etc." e não lembra... Há, inclusive, registros do Presidente da República dizendo: "O orçamento não é minha culpa. Eu não tenho nada com isso". Então, como é que funciona isso? É uma proposta do Executivo que vem ao Congresso para ser discutida, aprovada em pedaços, enfim, discutida em geral com relatores setoriais etc. e tal. Mas é uma iniciativa que parte... A peça inicial sai do Executivo sim!

O que a gente está vendo aqui? O resumo do resumo da exposição do Bruno é que nós estamos aqui... Deu para ver o gráfico de altos e baixos ali. É uma queda de braço entre Parlamentares que, no Congresso, acabam comentando, analisando e – por que não dizer? – atacando o orçamento proposto pelo Governo, para defender a ciência, a educação e, enfim, outros lugares e setores onde não pode haver cortes desse tipo, *versus* o Governo, que está, na verdade, buscando espaço para RP 9, para orçamento secreto, para também – não deixa de ser isto – punir a ciência. "Vamos tirar de onde? Vamos tirar de quem me incomoda! Se vemos que tem que tirar, vamos tirar de quem incomoda." Faz política não transparente, porque o orçamento secreto é o que a própria expressão já diz: política não transparente, política paroquial, política para quem me apoia e dá dinheiro, sem limitação, sem transparência, para quem me apoia; quem não me apoia fica fora ou fica com o que é regulamentar.

E, falando em Parlamentares que defendem a ciência, sem mais delongas, eu queria pedir, mais uma vez, a vênia para que a Deputada Tabata Amaral converse com a gente aqui.

Tabata, tudo bem?

Ela tem que sair agora, às 11h. Já passou até do horário. Mas não queríamos deixar de ouvi-la. Em seguida, teremos aqui as exposições de cada um dos convidados.

Obrigado, Deputada Tabata Amaral, que está com a palavra aqui, na Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal.

A SRA. TABATA AMARAL (Bloco/PSB - SP. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Muito obrigada, Presidente. Na sua pessoa, cumprimento todos os presentes.

Temos aqui grandes amigos, pessoas que fazem da defesa da ciência não só uma bandeira, mas um propósito de vida. Estou vendo aqui a Profa. Helena Nader, o Prof. Renato Janine.

Nas pessoas de vocês três, eu gostaria de cumprimentar todos que estão aqui.

Serei breve. Infelizmente, eu tenho outro compromisso, que se iniciou às 11h. Mas é importante, falando não só em meu nome, mas também no dos Parlamentares da Câmara dos Deputados que vêm lutando contra esse tanto de retrocesso que a gente está vendo, tecer alguns comentários.

A gente tem nessa medida provisória, talvez, mais uma metáfora, mais um símbolo do que foram esses quatro anos, que é uma verdadeira cruzada contra a ciência, contra a pesquisa, contra nossos pesquisadores. Muitas vezes, eu me pergunto por quê, mas, no final do dia, parece-me que a razão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

principal é a ignorância, o desconhecimento ou a insistência em não entender que a ciência é fundamental para o nosso desenvolvimento humano, para o nosso desenvolvimento social e para o nosso desenvolvimento econômico. Eu não conheço nenhuma nação no mundo que se desenvolveu, que conseguiu fazer isso de forma inclusiva e justa sem investir na ciência, sem, inclusive, colocar um montante enorme de recursos públicos, como os Estados Unidos colocam, para que a sua ciência fosse desenvolvida.

Como já foi dito aqui, a gente tem uma medida provisória que, apenas nos anos de 2022 e 2023, retira R$6 bilhões da ciência e tecnologia e que, na prática, faz isso por uma razão eleitoreira, que é o orçamento secreto, como também já foi exposto aqui. A gente sabe que o Governo, numa medida desesperada, visando às eleições, vem tentando abrir esse espaço dentro do teto de gastos para poder descontingenciar as emendas de relator. A gente sabe que essa base do Governo foi construída não por razões ideológicas, não por um programa apresentado, mas, sim, pelo financiamento dessas campanhas; mas, sim, pelo pagamento desse apoio por meio do orçamento secreto. E aí o Governo precisava disponibilizar cerca de R$8 bilhões para poder manter esse apoio, para poder pagar esse apoio fisiológico nas vésperas da eleição, e tomou essa medida que eu entendo que é inconstitucional, que é desrespeitosa ao Congresso Nacional, mas que, acima de tudo, é extremamente maléfica para o investimento em ciência e tecnologia, para o nosso desenvolvimento enquanto país.

A gente tem ainda a publicação da portaria que trouxe mais um contingenciamento de R$1,2 bilhão para a ciência brasileira. E, de novo, essas são apenas algumas das medidas que foram tomadas nos últimos quatro anos. Essa é uma metáfora para o cenário que a gente vem vivendo no nosso país. A gente sabe que esse pacote anticiência, que se dá em corte em cima de corte, que se dá em falas extremamente irresponsáveis de ataque à ciência brasileira, afeta sobretudo as nossas instituições públicas, que vão ficando sem recurso nenhum para que possam fazer a modernização de sua infraestrutura, para que possam se manter no dia a dia, mas a gente sabe também que o fomento nas áreas mais básicas de pesquisa vem sendo aniquilado. Quando a gente fala de saúde, meio ambiente, tecnologia da informação, agronegócio, biotecnologia, energia, são áreas que cada vez contam menos com recurso com apoio público. Como eu disse, essa é uma afronta ao Congresso Nacional, especialmente na esteira da Lei Complementar 177, de 2021, que proíbe o contingenciamento de recursos do FNDCT.

E aqui o que me cabe dizer enquanto ativista pela educação, enquanto defensora da ciência, enquanto Deputada Federal reeleita é que nós não baixaremos a cabeça. Obviamente, nós temos uma eleição extremamente importante nesse domingo, que também é uma eleição que diz respeito ao estado da nossa educação, ao estado da ciência brasileira, mas nós teremos aí uma missão de muitos anos de reconstrução do nosso país.

E finalizo dizendo que nenhum país se fez, como eu disse no começo, sem apostar em sua ciência, sem valorizar seus cientistas, e esse é o compromisso que eu faço nesta Comissão, esse é o compromisso que eu faço nesta audiência pública tão importante, de que vamos lutar nas urnas, mas também da nossa atuação diária, para que a ciência seja cada vez mais valorizada, porque disso depende esse sonho que a gente tem tão gigante para o nosso Brasil, de sermos um dia uma nação justa, desenvolvida e ética.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mais uma vez, muito obrigada. Contem com todos os meus esforços, contem com toda a minha dedicação para barrar cada um desses retrocessos, para recompor, para aumentar os recursos da ciência e tecnologia e para que a gente possa avançar enquanto país.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Deputada Tabata. Com certeza, contamos... E, Deputada Tabata, extremamente ativa desde o início do seu mandato, se destacando na defesa da educação e agora da ciência, enfim, das boas causas em prol do nosso país e dizer que, evidentemente, a nossa batalha em relação a essa MP é justamente para que ela seja devolvida ou ignorada, porque é, justamente, manifestamente inconstitucional e com todos os defeitos jurídicos que ela tem.

Aqui, às vezes, pode parecer uma filigrana ou um processo adjetivo, que é usar a formalidade para cassar esse tipo de medida. Não é, não; é válido. É válido porque, se se deixar o precedente acontecer, pode acontecer muito mais vezes em coisas tão sérias quanto. Talvez não haja mais do que isso, mas tão sérias quanto. Aí a farra está aberta. Quem quiser mudar orçamento por MP, liberou geral. Então, não dá.

Quero registrar a presença da Sra. Tânia Dornellas, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação aqui, conosco. Há esse vídeo do ministro rapidamente; em seguida, eu faço a chamada aqui dos nossos queridos convidados, pacientes convidados. Obrigado.

Toca aí.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bom, eu só quis colocar essa ilustração aí para mostrar três coisas: primeiro, as reclamações já de 2020, aquele primeiro dado sobre o qual há a reportagem da CNN; depois, em 2021, mais ainda; e casos práticos. Vocês vão imaginar e vão comentar também casos práticos, reais: pesquisas que são interrompidas, geladeiras que são desligadas e estão preservando amostras, enfim, milhões de coisas; laboratórios; a luz da universidade ou do laboratório. Então, é disso que se está falando. Não é firula, não é texto, não é discurso, dedo em riste; é real. Isso é real. É desligar realmente a ciência. Casos práticos.

E o mais estonteante ainda é o abacaxi que o próprio Ministro recebeu. Quer dizer, um Ministro disse: "Estou surpreso com isso aqui, cortaram tudo aqui, e eu não sei o que fazer. Vou me reunir com o pessoal e vou ver o que é que eu posso fazer aqui".

Como eu disse, o Ministro astronauta... Faço justiça a isso, porque tenho um relacionamento cordial com ele, sempre tivemos. Claro, somos oposição ao Governo, veemente, mas pelo menos estava ali... O cara foi pego de surpresa também! E, assim... Vai para uma reportagem. Enfim, não teve nenhum problema de falar do abacaxi que recebeu.

Com isso, eu queria passar a palavra aos dois primeiros convidados que estão aqui. Sempre dou prioridade, evidentemente, a quem veio fisicamente aqui. Eu sei que alguns têm dificuldade, e realmente a gente abre a possibilidade, assim como para nós Senadores também, de trabalhar à distância, mas aí farei mais ou menos coro com o que a Casa também já estabeleceu como método.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Dácio Roberto Matheus, que está aqui conosco, é o Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Empreendedorismo da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) – portanto, reitores.

Dácio, eu queria que você fizesse a sua primeira apresentação; em seguida, o Alexandre Bahia, que está conosco; e os demais na sequência. Obrigado.

Obrigado, Dácio, pela presença. Fique à vontade.

O SR. DÁCIO ROBERTO MATHEUS (Para expor.) – Obrigado, Deputado Paul...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Senador.

O SR. DÁCIO ROBERTO MATHEUS – Desculpe. Obrigado, Senador Paul, pela iniciativa, pelo convite e pela oportunidade de estarmos discutindo essa questão, que é tão relevante para a ciência e tecnologia e para as universidades brasileiras, para as instituições de pesquisa no Brasil.

Na sua pessoa, cumprimento os demais membros da mesa e os convidados que nos acompanham, nossos parceiros na defesa da ciência e tecnologia – a Profa. Helena, o Prof. Renato Janine, o Fernando Peregrino, da Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento –, e os demais que nos acompanham aí pelas mídias.

Bem, eu queria agradecer por essa introdução que nos contextualiza a situação orçamentária e financeira do fundo nacional e as intenções dessa Medida Provisória nº 1.136, que é o objeto desta nossa audiência pública.

Eu quero contextualizar um pouco a situação do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, e falo do lugar de quem representa as instituições de ensino superior, que é o espaço de realização da ciência. É nos nossos laboratórios, nos laboratórios das universidades, sobretudo das universidades públicas brasileiras, que se realizam mais de 95% da ciência produzida no país, e uma ciência que tem relevância em nível mundial. Não estamos falando de uma ciência marginal, periférica; é uma ciência que contribui efetivamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do planeta e que também, na relação com o setor produtivo, tem produzido e significa um peso substantivo na inovação tecnológica no nosso país.

Se estamos aqui hoje numa condição de uma audiência semipresencial, podendo ouvir pessoas à distância, é graças à ciência que temos essa condição de estar aqui ganhando tanto em produtividade, ganhando tanto em qualidade, na medida em que nos conectamos à distância...

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. DÁCIO ROBERTO MATHEUS – Exatamente, diminuindo custos, diminuindo impactos ambientais, sem perder qualidade, sem perder a oportunidade desse debate.

Então, as universidades são o espaço de realização da ciência brasileira, porque o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia do país tem nas universidades o seu ambiente de execução, de realização, além dos institutos de pesquisa – na grande maioria, retomo, públicas, embora tenhamos também instituições importantes privadas, universidades privadas, universidades comunitárias, que participam desse Sistema de Ciência e Tecnologia.

Nós temos que distinguir, embora estejam intimamente ligados, os recursos para a educação e os recursos para a ciência e tecnologia. Ambos os recursos orçamentários para a educação e para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ciência e tecnologia servem para o funcionamento das universidades, das instituições de ensino superior e também dos institutos federais Brasil afora.

No que diz respeito aos recursos para a manutenção da educação, nós já estamos assistindo, nos últimos anos, a uma queda muito significativa dos recursos de custeio e investimento que garantem aí o funcionamento das instituições federais de ensino superior para a sua manutenção vital – para o pagamento das contas de água, contas de luz, contratos de serviço, de manutenção, serviços de limpeza, vigilância. E nós temos tido, nos últimos anos, uma queda muito significativa desses recursos já desde 2015 para 2016 e, agora, mais intensamente nesses últimos três anos. Tivemos, do ano passado para cá, uma pequena recuperação dos recursos de custeio das instituições federais de ensino superior, na ordem de 12%, perto de uma perda, comparada a 2019, também acumulada de mais de 12%. No entanto, no orçamento de 2022, nós tivemos, no mês de junho, um corte, um bloqueio, aí por portaria do Ministério da Economia, um corte de 7,2% do orçamento das universidades federais e institutos federais.

Isso significa... Primeiro, nós estamos falando de um corte do orçamento aprovado e não estamos falando de um contingenciamento, porque ali foi corte, foi transferência de orçamento do Ministério da Educação para outros ministérios e outras finalidades. Isso fez com que um número muito grande de instituições passassem, a partir já do mês de agosto e setembro, a não ter capacidade de cumprimento dos seus compromissos para a manutenção das universidades. Nós já estamos tendo universidades negociando com concessionárias de água, de luz, que são os primeiros espaços de negociação para recompor as despesas e tentar algum fôlego para chegar até ao final do ano.

Não bastasse esse corte efetivado e não revertido de 7,2%, que aconteceu em junho – e ainda pleiteamos que esse corte possa ser revertido, embora com a esperança cada vez menor, mas ainda necessitamos dessa recomposição –, nós tivemos, no último dia de setembro, uma portaria contingenciando 5,8% do orçamento das universidades. Neste momento, nós colocaríamos absolutamente todas as universidades e institutos federais numa condição de inadimplência com seus contratos e com suas obrigações de manutenção das universidades a partir deste mês de outubro. Por dever de ofício, todos nós reitoras e reitores nos manifestamos para as nossas comunidades e para a sociedade, alertando para o risco que corríamos. Naquela ocasião, o Ministério da Educação, renegociando com o Ministério da Economia, suspendeu esse contingenciamento de 5,2%, desculpa, 5,8%, redistribuindo em outras áreas, o que dá um pequeno fôlego para as universidades que ainda tinham condições de cumprir os seus compromissos até o final do ano.

Mas nós estamos diante de um orçamento proposto para 2023, o Ploa 2023, que acumula uma perda de 12% do orçamento com relação a 2022. E aí, Senador, eu estou falando de números, de valores nominais. Não estou falando de valores corrigidos pelo IPCA, pela inflação, o que é muito pior, porque nós sabemos a dificuldade e o impacto inflacionário desses últimos anos, sobretudo sobre a construção civil, sobre a alimentação, sobre os programas de assistência estudantil, que correm sério risco de não terem recursos até o final do ano ou na virada do ano e muito menos de permanecer a proposta orçamentária para 2023, muito menos no ano seguinte.

Então, há que se rever o Projeto de Lei Orçamentária para as universidades e institutos federais, recompondo, no mínimo, os índices de 2019, que foi o último ano em que trabalhamos presencialmente, plenamente, corrigidos pelo IPCA. Esse tem sido o pleito, entendendo as dificuldades financeiras, orçamentárias e tudo mais, mas não se trata, como o senhor muito bem disse, de falta de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

recursos. Trata-se de vontade política e de opções de onde retirar dinheiro. Nós sabemos que é nos momentos de crise que os países desenvolvidos mais investem em ciência, tecnologia e inovação, porque é da ciência, tecnologia e inovação que podem surgir respostas para os problemas nacionais, como nós mostramos no caso da covid, quando todas as universidades, todos os institutos se colocaram de pronto para o enfrentamento da covid, e foi nos nossos ambientes acadêmicos que se produziu ciência e tecnologia, se produziu apoio às comunidades. Nós não ficamos parados um minuto sequer. As universidades não pararam, as universidades intensificaram seus trabalhos de ciência e tecnologia, se reorganizaram nas atividades de ensino remoto, que estamos agora, neste ano, retomando plenamente. Sem recursos, não teremos.

E aí nós comentamos entre nós...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Desculpe-me aqui interromper, mas é porque isso é uma coisa importante que você falou: muitas vezes, o próprio Governo ou outros alegam que, durante a pandemia, não houve custo, tipo como se tivessem desligado tudo... Os laboratórios não desligam. Tem a geladeira lá, a que me referi, que guarda amostras, guarda, enfim, tem todo tipo de coisa, e o funcionamento todo da...

O SR. DÁCIO ROBERTO MATHEUS – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... mesmo sem aulas, não é?

O SR. DÁCIO ROBERTO MATHEUS – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Assim... Quanto, mais ou menos, de impacto haveria nisso e considerando também que você teve aumento não só do preço da comida, inflação em geral, que não está refletiva aí nisso, como energia, não é?

O SR. DÁCIO ROBERTO MATHEUS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A energia subiu demais.

O SR. DÁCIO ROBERTO MATHEUS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então, assim...

O SR. DÁCIO ROBERTO MATHEUS – Nós tínhamos até uma expectativa de uma redução de custos, em função da suspensão das aulas presenciais e passando isso para a remota, mas, como destacado, essa redução foi muita pequena. No máximo, 20% dessa redução, porque, justamente, os nossos laboratórios não param. As nossas atividades de pesquisa e de extensão são 24 horas, sete dias por semana, e nós temos que manter, sob risco de perder investimentos dos últimos 10, 15 anos, que são captados pelas universidades e são patrimônio científico e técnico para o desenvolvimento das pesquisas.

Bloquear recursos em ciência e tecnologia significa paralisar ou diminuir o potencial de apresentação de novos projetos, mas também sucatear equipamentos já instalados.

Nós temos um investimento grande no patrimônio científico do país. O Sirius, por exemplo, o acelerador de partículas instalado no Cnpem, em Campinas, é um investimento fabuloso, que nos coloca no primeiro patamar de ciência, de primeira divisão de ciência no mundo, e corre o risco de ficar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

sucateado. Sucateado e subutilizado, por falta de novos projetos a serem desenvolvidos lá, e isso envolve todos os institutos de pesquisa e universidades do país.

Nós temos um corpo de pós-graduandos que é quem faz, efetivamente, a pesquisa científica no país, mas nós temos dois problemas: nós temos um primeiro problema, que é o valor da bolsa de mestrado e doutorado... Para se ter uma ideia, uma bolsa de mestrado é R$1,2 mil por mês, para uma dedicação de 40 horas semanais na maioria dos projetos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DÁCIO ROBERTO MATHEUS – Passa das 40. Sim. Sem dúvida. É dedicação integral e exclusiva. Nós, que fizemos o mestrado e o doutorado, nos dedicamos sábados, domingos, feriados, porque os experimentos científicos não têm dia e não têm hora; eles têm que acontecer e nós temos que estar lá do lado, dentro dos nossos experimentos, coletando dados, montando... Sem dúvida nenhuma.

E isso, na região de São Paulo, por exemplo, é menos do que uma bolsa de estágio para um aluno de graduação. Então, há um outro risco, que é a fuga de cérebros.

Nós brincávamos: se, por um lado, foram devolvidos os recursos... Devolvidos não; foram não retirados os recursos da manutenção das universidades, no corte de setembro. Devolveram-nos o gás e os cozinheiros, mas, quando nós olhamos a despensa, ela foi esvaziada, porque aquela portaria citada pelo colega retirou recursos não da educação, mas reorganizou... Porque não é retirada de recursos; é abrir brecha no orçamento... Remanejamento. Abriu brecha, retirando, então, inviabilizando recursos da ciência e tecnologia.

As universidades dedicam-se... Nós, nas universidades, nos dedicamos 20 horas semanais para ensino em sala de aula, com os nossos alunos, e 20 horas pelo menos, semanais – aí fora a hora extra, que nós não recebemos, mas trabalhamos –, para a ciência e tecnologia. Então, a universidade brasileira não é uma escola de terceiro grau.

Então, a universidade brasileira não é uma escola de terceiro grau. A Universidade Brasileira é um espaço de ensino, pesquisa e extensão indissociáveis. E a qualidade do ensino superior público no Brasil está intimamente ligada ao fazer pesquisa científica, porque nós trabalhamos na linha, na fronteira do conhecimento, e isso se traduz em qualidade do ensino para os nossos alunos e nossas alunas.

Então, o nosso pleito era, primeiro, que tivesse sido rejeitada essa medida provisória, de pronto, mas, neste momento, que ela seja, então, rechaçada e seja dispensada, porque ela simplesmente – sem entrar nos aspectos jurídicos, em que vocês são especialistas, é claro – tem um impacto deletério enorme e com uma repercussão para 2027, o que significa toda uma geração de cientistas que vai deixar de ter condições de trabalho nos próximos anos; não só agora, mas nos próximos anos. É isso que essa medida provisória prevê.

Então, eu queria pedir a sensibilidade das Senadoras e dos Senadores, de todos os Parlamentares desta Casa, para que possam defender a ciência e tecnologia, rejeitando essa medida provisória.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Dácio. Excelente contextualização. Obrigado. (*Palmas.*)

Lembro que o Dácio, aqui, representa os reitores das universidades, e, aqui, nós selecionamos os convidados justamente pela maior legitimidade que eles têm. É claro que não podemos trazer todos os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

líderes desse segmento, desse setor, que é importante, da educação, ciência em geral. O Alexandre também está aqui como Secretário Executivo do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que são os IFs, os institutos federais. Então, aproveito para cumprimentar também, lá no meu estado, o Reitor Daniel Diniz, companheiro do nosso Reitor Dácio, e o Reitor Arnóbio de Araújo, lá do IFRN também, que esteve conversando aqui com o Alexandre também, um pouco antes da sua participação.

Alexandre, sua exposição; depois, vou ler algumas perguntas que estão chegando. Tem várias perguntas aqui, muitas no mesmo sentido. Na verdade, as perguntas expressam preocupação, não é? Então, muita gente que trabalha em pesquisa, muitos bolsistas, etc., estão encaminhando aqui perguntas de todo o Brasil, que eu vou, então, colocar em seguida.

Obrigado, Alexandre, mais uma vez.

O SR. ALEXANDRE BAHIA (Para expor.) – Obrigado, Senador Jean.

Cumprimento o Senador Jean e toda a Comissão.

Quero cumprimentar o Reitor Dácio e a Andifes, que é parceira histórica do Conif na luta pela educação pública de qualidade.

Quero cumprimentar aqui os presentes; também a Fernanda Torres, Assessora de Relações Institucionais do Conif.

Trago um abraço do nosso Presidente, Prof. Claudio Alex, do Instituto Federal do Pará, e também do Reitor Arnóbio, com quem ontem conversei, mencionado que viria aqui, a esta Comissão.

Senador, eu acho que seria importante também falarmos que essa questão dos cortes e do desinvestimento não é algo recente – esse histórico de desinvestimento é algo que nós estamos identificando a partir de 2016 –, para que não fique ali a narrativa de que é um corte de 3%, de 4%. Não é sobre isso. É um período de desinvestimento na educação, na ciência e tecnologia que nos faz chegar a este momento de grave crise nas universidades e também nos institutos federais.

Por exemplo – vou recortar aqui –, entre 2016 e 2022, nós tivemos um aumento de 69 *campi* na rede federal de institutos federais. Nós saímos, por exemplo, de 800 mil, 900 mil estudantes, para 1,5 milhão de estudantes, com a redução do orçamento.

Então, só para aqueles que nos acompanham em casa e os presentes, não tem como fechar a conta. Se você aumenta o número de *campi* e de institutos, aumenta o número de estudantes e tem uma redução orçamentária, essa conta nunca vai fechar, e teremos aí uma grave crise.

Eu creio que nós tivemos, Senador Jean – acho que esta Comissão cumpre o papel de acompanhar, e nós, enquanto entidades, Conif e Andifes, temos não só o dever, mas a obrigação de dialogar com esta Casa legislativa, porque nós precisamos também prestar contas daquilo que nós entregamos para a nação –, pelos nossos cálculos, que vamos entregar à Comissão, uma redução entre 30% a 40%, desde 2016, do orçamento público, no caso dos institutos federais.

E aí nós assistimos também a uma grande demanda – e aqui está a Ubes, que cumprimento – para a assistência estudantil. Acho que é fundamental falarmos sobre isso. Nos cortes ou os bloqueios, enfim, como queiram chamar, normalmente o gestor público precisa tomar decisões com esses cortes. Então, nós vamos ali reduzindo o que vamos chamar de serviços que são essenciais: eram três pessoas na limpeza, vai para duas... E eu estou falando isso na prática, para que as pessoas possam acompanhar. Só que nós chegamos agora a uma situação em que nós não temos de onde tirar, e aí acaba chegando aonde? Naquilo que é a atividade-fim nossa que é o estudante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, os reitores e as reitoras têm demonstrado grande preocupação, porque agora, com mais contingenciamento ou mais cortes, significa agora tirar da boca do aluno. Eu posso falar isso, porque tenho percorrido os *campi* dos institutos e dialogado com os estudantes.

Recentemente, estive no interior do Acre, inaugurando ali um restaurante, e a situação, Senador Jean, é a seguinte: se o estudante deixa de comer, ele evade. Então, no caso de qualquer benefício que nós retiramos dos nossos estudantes, nós temos uma evasão, e aí há um prejuízo absurdo e enorme para a educação brasileira, uma vez que esse estudante vai evadir e vai deixar de ser um cientista, de ser um professor, de ser um profissional que vai fomentar a economia. Então, é uma grave crise para o país.

Falando um pouquinho aqui desse histórico, os impactos são como o Magnífico Reitor Dácio e os nossos expositores falaram: é na pesquisa... A questão do fundo preocupa, porque também cria uma atmosfera de desengajamento na ciência, não é? Então, as pessoas não têm tranquilidade, não têm confiança de que haverá financiamento, não é? As agências de fomento deixam de lançar editais... Por exemplo, os institutos federais, junto com as universidades, têm participado desses editais.

E aí destaco, Senador Jean e também os que estão em modo virtual, na pandemia, o Instituto Federal de São Paulo junto com a Universidade Federal de São Paulo desenvolveram inclusive respiradores. Nós desenvolvemos isso. Ou seja, os nossos pesquisadores e professores trabalharam de forma árdua na pandemia para que se pudessem salvar vidas. Então, foi através da ciência e da tecnologia e inclusive da parceria institucional entre universidades e institutos em prol da vida, em prol da ciência e da tecnologia.

Senador, para não me alongar, eu dividi a minha fala em três partes e vou para a segunda parte para falar de 2022. O Reitor Dácio foi muito bem aqui em relação aos cortes e aos bloqueios. No caso dos institutos federais – e aí eu não vou me alongar porque o Reitor Dácio já fez esse histórico –, desde 27 de maio, nós tivemos um bloqueio de 14,5%, o que, no nosso caso, representou a ordem monetária de R$350 milhões. Depois, tivemos um desbloqueio e, depois, efetivamente, um corte. Hoje a situação é de um desfalque, vamos chamar assim, no nosso orçamento de R$184 milhões, no caso aqui dos institutos federais para 2022.

Então, isso significa na prática menos bolsas, menos atualização tecnológica – nós estamos aqui numa Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação. Nós que fazemos a educação profissional precisamos estar dialogando e antenados às novas tecnologias, então das atualizações tecnológicas dos nossos laboratórios ficam prejudicadas as compras. E essa é a realidade para 2022.

Eu quero agora falar um pouquinho de 2023, porque eu acho que esta Comissão tem esse papel e pode ajudar tanto os institutos como as universidades.

Como o Reitor Dácio falou, a redução é de 12,6% em relação a 2022. No caso dos institutos federais, isso representa R$307 milhões a menos no orçamento de 2023.

Mas quero dizer que este Senado tem nos ouvido, e aí eu destaco a participação do Senador Marcelo Castro e da Senadora Rose de Freitas, que têm nos ajudado e dialogado com os institutos, com os reitores e as reitoras, mostrando que é impossível nós conseguirmos, em 2023, com o orçamento que nós temos.

E o Conif tem feito... E aí quero destacar aqui para os nossos representantes de estudantes, sindicatos que estão aqui, que dialogam. O Conif entregou, para o Ministério da Educação, uma proposta orçamentária na ordem de R$3,2 bilhões, o que, na nossa avaliação, é o necessário para que as nossas instituições possam funcionar de forma adequada. E aí não estou falando funcionar de forma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

folgada; de forma adequada. Então, nós temos um *gap* aí possivelmente de R$1,1 bilhão no orçamento entre os limites orçamentários que foram divulgados e informados pelo Ministério da Economia/Ministério da Educação para aquilo que nós entendemos como necessário para as nossas instituições. Então, nós estamos falando de R$1,1 bilhão. E, Senador, nós gostaríamos de entregar isso para esta Comissão, porque nós acreditamos que esta Casa Legislativa – o Senado Federal –, com a Comissão de Educação e esta, a de Ciência e Tecnologia, têm o respaldo e tem a legitimidade de fazer esse debate. Nós queremos, como entidade de educação que pesquisamos, também fazendo gestão pública de qualidade, entregar essas informações e esses estudos.

E aí quero também destacar que é importante não apenas a questão do funcionamento – eu acho que o Reitor Dácio foi muito bem –, mas é necessário... Nós passamos por uma expansão, no caso dos institutos, muito forte e em pouco tempo, eu diria: nós saímos ali de 214 unidades para 654 em pouco mais de 12 anos, 13 anos. É muito metro cúbico construído, é muito laboratório, e a gente ainda tem um passivo, Senador Jean, ainda muito grande, e o Conif fez um estudo sobre isso. Eu estou falando de quê? Eu estou falando de quadra de esportes, eu estou falando de restaurantes, eu estou falando de laboratórios que ainda não têm os equipamentos necessários para a realização dos experimentos; auditórios. Eu estive recentemente no Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, conheci o *campus* Santos Dumont, que tem um curso de ferrovias fantástico, bastante atuante e que demanda investimento para que esse curso possa atender as demandas da região.

Então, nós temos um passivo aí da ordem, no último estudo do Conif, de R$700 milhões em investimento, mas creio que, com a atualização monetária e a inflação, deve estar percorrendo, deve estar chegando a pouco mais de R$1 bilhão, para que a rede possa receber o que nós chamamos de enxoval ainda, que ainda está com um passivo na rede federal. Então, nós temos ainda uma outra conta, Senador Jean, que é esse passivo de R$1 bilhão, para que a gente possa reestruturar e entregar aquilo ainda que foi prometido.

E por fim...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Alexandre, isso é só para finalizar os IFs que estavam...

O SR. ALEXANDRE BAHIA – Isso. Isso é que nós...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Os ajustes e atualizações dos IFs, para manter o normal.

O SR. ALEXANDRE BAHIA – É, nós temos uma conta de...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não é o ideal, mas é o normal.

O SR. ALEXANDRE BAHIA – É.

Nós temos uma conta de 1,1 bilhão, que seria para o orçamento adequado, acho que essa é a palavra; e temos uma outra conta que é um passivo dessa expansão, que são essas entregas, como laboratórios, quadras e restaurantes.

Por fim, eu destaco aqui que nós fazemos ciência, e ciência de qualidade. Infelizmente, a Deputada Tabata teve que sair, mas, só para exemplificar a esta Comissão, duas estudantes do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, *Campus* Osório, desenvolveram absorventes biodegradáveis a um custo de dois centavos. Elas foram premiadas na Suécia com essa pesquisa e são estudantes do ensino médio! Ou seja, nós temos ali a integração clara de educação e ciência e tecnologia com os estudantes. No

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nosso caso, nós trabalhamos com estudantes do ensino médio, e eles já estão fazendo pesquisa. Então, é por isso que nós estamos aqui. É sobre mudar a vida das pessoas, mas também para fazer as entregas de que o país precisa. Então, uma contribuição dessa como a das estudantes eu destaco. Eu resumiria aqui a minha fala. Quero também homenageá-las, porque elas fizeram ciência e tecnologia de qualidade, não só para o Brasil, mas, no caso, para o mundo, porque elas foram premiadas em um evento mundial.

E quero encerrar a minha fala – agora, sim, encerro –, dizendo que acho que, para além de orçamento, assim, não só orçamento, mas nós do Conif temos uma preocupação de país, de pensar ciência e tecnologia de país. Nós construímos um documento que se chama Diretrizes para Educação Profissional e Tecnológica. São dez tópicos e muitos deles dizem respeito a esta comissão, como, por exemplo, a aprovação do projeto de lei do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia; a criação de uma política de valorização dos professores – isso também é algo que a gente precisa destacar; estratégias para o alcance do Plano Nacional de Educação; o fomento e a indução de políticas públicas para internacionalização; a criação do plano nacional para formação de professores. Enfim, eu vou resumir e eu vou entregar isso aqui para a Comissão, para o Senador. São diretrizes que nós entregamos inclusive para todos os candidatos agora nesta eleição, porque essas aqui são políticas de Estado. Não são políticas partidárias, mas uma política de Estado, e nós, enquanto nação, precisamos fazê-las.

Senador, eu agradeço a esta Comissão por esta audiência pública. Ela é sempre um espaço privilegiado para nós que fazemos política pública, para os reitores. Aqui homenageio os reitores das universidades na pessoa do Reitor Dácio e os dos institutos federais na pessoa do Reitor Claudio Alex, que é o nosso Presidente e que, quando soube desta audiência, imediatamente, e mesmo não podendo participar, me enviou aqui para poder transmitir todas essas informações para a Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Alexandre Bahia, Secretário Executivo do Conif. Obrigado, Reitor Dácio também por estar aqui.

Eu queria até mostrar que vocês usaram um grafismo parecido com um dos objetivos do clima, não é? É importante. São dez objetivos estratégicos para educação profissional.

Quero salientar para quem está em casa nos ouvindo e se perguntando "o que o IF tem a ver com pesquisa?" que está aí o exemplo de pesquisa feita em nível do IF, que é muito importante não só pelo caráter inovador, porque deu um produto final importante do ponto de vista ambiental e do ponto de vista social aplicável imediatamente. Há coisas que as pessoas às vezes duvidam que possam acontecer, mas acontecem no mundo todo. A gente acha bonito quando acontece na Alemanha, quando acontece aqui a gente não dá não dá valor, não é? Mas, principalmente, mesmo que às vezes a pesquisa seja mais incipiente, aparentemente seja mais precária, ela inicia a pessoa na ciência, na pesquisa e aí passa para as universidades, para os laboratórios federais. Então, é realmente uma construção ao longo do tempo e ao longo ao longo da vida de um estudante.

Lendo rapidamente aqui:

Lana Natalia, do Mato Grosso: "Há uma distribuição igualitária desse fundo entre os acadêmicos de diversas regiões do país?"

Estou colocando antes, porque, como ainda vão falar outros convidados, pode ser que respondam a essas perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nelson Souza, de São Paulo, pergunta: "[...] quais instituições de pesquisa foram ouvidas para a devolutiva da [...] [medida provisória]?". Acho que praticamente todas por esta Casa.

Jeovah Carvalho, do Ceará: "[...] [Quais são] as implicações das pesquisas científicas realizadas [...] [nos institutos federais] e nas universidades [...][?]". É justamente do que estamos tratando.

Gilderlan Gabriel, do Piauí: "[...] qual a projeção do FNDCT para 2023". Já foi respondido aqui, os dados estão declinados aqui nas falas anteriores.

Carlito Gomes, de São Paulo: "Qual foi o valor investido [...] [no FNDCT] pelo Governo [Federal] nos últimos cinco anos?". Também trouxemos esses números aqui.

Jean Carlos, de Santa Catarina: "Qual é a efetividade dos valores subsidiados para professores se formarem doutores fora do país? Qual a contrapartida desses professores?".

Aritana Gomes, de São Paulo: "[...] como ampliar as pesquisas científicas em polos educacionais e [...] [nos institutos federais de São Paulo]?". Especificamente de São Paulo nós não vamos responder, mas, enfim, no geral, no contexto geral do Brasil, sim.

Elizabeth Faria, do Rio de Janeiro: "[...] por que o FNDCT não chega aos pequenos municípios [...] [e como ter acesso a esses dados]?".

Paulo Ricardo, de Tocantins: "[...] quais propostas e oportunidades para [...] [aperfeiçoar ciência e tecnologia na educação]?". Genericamente estamos tratando, sim, aqui.

Felipe Teixeira, de São Paulo: "Hoje qual é o incentivo para se investir em tecnologia no Brasil? Por que alguém preferiria fazê-lo [...] [aqui] e não em outro país?". Também estamos tratando desse assunto aqui, Felipe.

Sílvia Regina, de São Paulo: "O Brasil precisa de mais investimentos em ciência e tecnologia para que sejamos livres da dependência de outros países [...]".

Alan Zanchett, do Rio Grande do Sul: "Sugiro que todo aluno e professor que usufruírem [...] [das] universidades estaduais e federais retribuam em serviços à sociedade". Bom, de uma certa forma, eles já o fazem, mas ele está falando provavelmente de algum direcionamento, como tem em alguns países, para ser recuperado, de alguma forma, o investimento feito, enfim

João Câmara, do Distrito Federal: "Os recursos deste fundo deveriam ter um foco maior em projetos de [ciência dos] alunos de universidades públicas [...]". Isso é fato, já existe.

Bom, vou passar, então, à Helena Nader, que está aí pela videoconferência.

Helena, está o.k. aí para entrar? Se estiver...

O SR. HELENA NADER (*Por videoconferência*.) – Estou.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Helena Nader, Presidente da Academia Brasileira de Ciências – seja muito bem-vinda, Helena –, representando aqui os pesquisadores e cientistas.

Com a palavra a Helena Nader.

O SR. HELENA NADER (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador.

Eu quero cumprimentá-lo, agradecendo por esta reunião. Quero agradecer aos Senadores que estão aqui presentes, aos demais Parlamentares e fazer um agradecimento muito especial também ao Senador Izalci, que foi quem começou a lei complementar que está sendo desrespeitada.

Eu tenho alguns eslaides. Eu vou passar depois rapidamente por eles, mas eu queria dizer, frente a todas as falas, que eu, infelizmente, talvez esteja ficando muito velha e muito triste com o país em que eu estou, por opção – eu determinei que eu queria estar aqui –, porque ofertas do exterior não faltaram,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

empregos espetaculares em grandes universidades. Eu sou brasileira por nascimento e por opção, mas eu vejo que isso é um projeto, não é acidental. É uma pena que a Deputada Tabata, que eu amo de paixão, diga que é falta de conhecimento. Eu discordo. Isso aqui é um projeto; não é o projeto que eu quero para o Brasil.

Quando a gente vai a reuniões, eu tenho... Eu sinto o Ministério da Economia não estar aqui. O Secretário Zarak, nosso companheiro no Conselho do FNDCT... Eles sabem bem tudo que está acontecendo.

E mais: desta vez, para não dizer que o ministério não sabia, fizeram o Ministro assinar o decreto. Então, desta vez, é assinado o decreto pelo Ministro da Economia, pelo Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações e pelo Presidente da República.

Eu vejo um desrespeito a esta Casa, na mesma legislatura, colocar um decreto que inviabiliza o que vocês fizeram representando aquilo que de fato a comunidade precisa, para pôr um "não ouvidos".

Rapidamente, os eslaides. Eu posso...? (*Pausa.*)

Ele não está deixando. Bom, então, eu não vou mostrar. Os eslaides estão lá para quem quiser ver depois.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Estão liberando aí.

O SR. HELENA NADER (*Por videoconferência.*) – Então, está bem.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pode agora.

O SR. HELENA NADER (*Por videoconferência.*) – Eu trouxe alguns números – não vou repetir os dados que o senhor trouxe – que eu acho importante estar na página para a gente poder, inclusive, divulgar nas nossas redes.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pronto, Professora Helena. Está liberado aí.

O SR. HELENA NADER (*Por videoconferência.*) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Todo o material produzido e trazido à Comissão vai ser disponibilizado.

O SR. HELENA NADER (*Por videoconferência.*) – O que eu gostaria é de trazer alguns números.

O Brasil volta ao *top* 10 das maiores economias. Nós somos o décimo – não sou eu que estou falando –; de acordo com alguns outros, é a 9ª economia do mundo ou 11ª.

Aqui é um dado que eu quero trazer para os senhores: o Brasil está jogando fora...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não está projetado, não, Professora, desculpe. Não está projetado ainda. Se quiser só acionar aí a projeção... Pode compartilhar a tela.

O SR. HELENA NADER (*Por videoconferência.*) – Deixe-me pôr de novo o *share screen*.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Isso.

O SR. HELENA NADER (*Por videoconferência.*) – *Share...* Vamos ver se...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agora foi. Agora foi. Pronto. Pode botar tela cheia, e está tudo bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HELENA NADER (*Por videoconferência.*) – Está aqui: o Brasil – não sou eu que estou falando – é a 10ª economia.

E aqui é um dado que eu quero trazer que eu vejo preocupante. O Brasil já jogou fora uma janela de oportunidades. Isso daqui é a idade da população. E aqui é a curva: Brasil do lado esquerdo e o mundo aqui, do lado direito. Nós, a partir de 2050, vamos estar com a população envelhecida. Então, nós temos uma janela de oportunidades agora de investir em educação e ciência. Não existe ciência sem educação, as duas estão intimamente ligadas.

Nós éramos o 13º produtor de conhecimento no mundo, caímos para 14º.

No Brasil, as nossas universidades são onde mais de 95% da ciência brasileira é feita – nas universidades e em alguns institutos, algumas confessionais e poucas privadas.

Isso daqui, essa curva, é a colaboração, no Brasil, das universidades com indústrias, publicações envolvendo indústria. É interessante que as áreas da agricultura entre 1985 e 1987 tinham poucas publicações, praticamente não tinha com a indústria. Como isso aqui é em percentual, os senhores podem ver que, tanto nas áreas das ciências agrárias, das biológicas, da saúde, das engenharias como das exatas, há publicação... A universidade está cumprindo o seu papel, ela colabora com a indústria.

Aqui é o *ranking* da inovação global. Melhoramos um pouco – no ano passado, éramos 57ª, agora somos 54ª –, mas é péssimo. Nós estamos assim entre 132 países.

E aqui há algo que eu também quero trazer. O Brasil que alguns defendem não é o Brasil que eu quero, porque aqui são as maiores companhias brasileiras. Reparem quantos bancos há. Não tenho nada contra banco, mas banco empresta dinheiro, empresta recurso – é isso que ele faz, ele quer ganhar dinheiro. Qual é o produto que ele dá para a nação brasileira? Temos aqui duas indústrias que eram híbridas, Governo e iniciativa privada, a Vale e a Petrobras, tudo isso consequência da ciência brasileira; temos a Weg, que é uma indústria criada em Santa Catarina por três engenheiros, que nasce no bojo da universidade e que hoje está presente em mais de 120 países, sendo que a Weg é que desenvolveu os imãs que estão no Sirius, de luz síncrotron; outra é a Ambev; e aqui tem um conglomerado de serviços que é o Grupo São Luiz, da Rede D'Or. É isso que o Brasil quer ser quando crescer? Gente, nós já estamos com 522 anos!

Aqui são, como o senhor já comentou, as curvas de investimento: Israel no *top*; Coreia, Taiwan, Estados Unidos, Alemanha; o pontilhado é a OCDE; e a China investindo vigorosamente em ciência.

Aqui é o mundo: 2,6 – mundo, não é só OCDE. E o Brasil, o último dado é de 2019: 1,21.

Aqui é como que a China era comparada ao Brasil em 2000 e 2017. Em 2000, o Brasil estava na frente em investimentos; em 2017, China, Estados Unidos, Alemanha, Áustria, Japão, todo mundo aumentou investimento.

Isto é agora, de países selecionados... Tudo isso que eu estou trazendo é comprovado de artigos publicados, não é *fake news,* não. A Rússia diminuiu o investimento, a França está igual, e aqui Taiwan, Japão, Coreia, todos aumentando.

E olhem este dado – este dado aqui me assusta: os países aumentaram orçamento em educação em resposta à pandemia, tanto na educação primária quanto na educação terciária, universidades, sendo que até o maior aumento foi na educação terciária, mas aqui se corta e ainda se diz que tem que pôr fogo em estudantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-9 (ANEXO: 009)

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Do Relatório de Desenvolvimento Mundial de 2018 do Banco Mundial, eu peguei uma frase, Senador: "Os alunos de hoje serão os cidadãos, líderes, trabalhadores e pais do amanhã. Portanto, uma boa educação é um investimento com benefícios duradouros". É uma frase deles.

Agora, o Fundo Monetário Internacional diz que, para sair da crise ocasionada pela covid, tem que aumentar os investimentos em ciência e, mais, em pesquisa básica. E ele coloca por que isso é importante.

A Unesco coloca que os investimentos em pesquisa, globalmente, estão crescendo mais rápido do que a economia global.

E há várias outras.

Aqui é a nossa limitação. O Brasil é esse círculo verde. Aqui é investimento – veja o tamanho do círculo – e número de pesquisadores. E houve Ministro da Educação que disse que não precisamos de mais pesquisadores, que o Brasil já tem demais.

O Brasil precisa de uma política de Estado para educação e CT&I. Ciência e educação não são gastos, são investimentos.

Vou parar de compartilhar.

Eu queria colocar que é uma honra estar aqui com todos os meus colegas e que nós temos muitos outros dados que podemos compartilhar.

Trago mais uma preocupação, para encerrar. Todo mundo cita Mariana Mazzucato. Eu acho que ninguém leu Mariana Mazzucato. O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações fala de pesquisa orientada por missão, dizendo que não precisa mais a pesquisa básica, tanto que tem um projeto – e eu já estou alertando que nós vamos nos posicionar frontalmente contra – para mudar o FNDCT. Isso daí vem por parte de algumas pessoas, a ciência não está do lado. Ele transforma em quatro fundos: um fica com a ciência; todos os outros, com desenvolvimento e indústria. Por que está acontecendo isso? Por causa do teto de gastos, porque não se enxergou que educação e ciência são investimentos. Para mim, bolsa de valores é gasto, porque você pode ganhar ou perder. Se você investe em educação e em ciência, você tem o retorno.

Está aí a agricultura brasileira, que vai perder campo, porque a China está comprando todas as áreas na África, e a tecnologia já é conhecida de todos, e o solo é o mesmo. É muito mais barato para a China investir na África, porque não tem que levar por esse transporte que cruza oceanos.

Está aí o petróleo. Não foram ETs, foram brasileiros! O mundo dizia que não se podia tirar óleo do pré-sal. Está aí! E foram os brasileiros.

Eu quero só alertar que estão matando a galinha dos ovos de ouro! É por isso que eu vejo como um projeto. O Ministro da Economia... E é uma pena ele não estar aqui, e ele nunca está, pois sempre ele tem alguma coisa urgente e importante! Mas ele falou – e isso está gravado –, numa reunião alguns anos atrás, de MEI, dos empresários, que o Brasil não precisa investir em inovação. Quando ele precisar, ele compra. Está aí a covid. Ele tentou comprar e não conseguiu. Quem é que deu a resposta? A ciência brasileira, produzindo máscaras, respiradores, até vacina com aquele curto dinheirinho. O amigo do nosso Presidente, o Trump, que falava mal de vacina, investiu na iniciativa privada. A vacina da Pfizer e da Moderna foram com dinheiro público americano. Então, é uma opção de nação ou de subservientes.

Muito obrigada, Senador e todos que estão nos ouvindo. Uma honra! Agradeço muito tudo o que vocês fazem, eu sei que é uma luta. Contem conosco. Muito obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Profa. Helena. Obrigado.

Quero aproveitar, inclusive, a sua referência para informar que, já há algum tempo, não agora, o Secretário do Ministério da Economia que estava conosco aqui declinou de participar. Foi chamado pelo Ministro; por alguma razão, saiu aqui do nosso circuito. Portanto, pedimos desculpas aí pela ausência do Ministério da Economia.

Queria passar, sem mais delongas, ao Ministro Janine. Ao Senador Wellington Fagundes eu pediria para aguardar só mais um instantinho porque o Ministro Janine também tem que sair e nós queríamos muito ouvi-lo.

Então, o Ministro Janine; em seguida, o Senador Wellington Fagundes quer fazer uma interpelação aqui. Obrigado, Ministro, pela presença.

O SR. RENATO JANINE RIBEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador. É um grande prazer estar aqui. Boa tarde a todas e todos.

Um momento importante discutir essa medida provisória tão negativa. Eu saúdo em especial o Senador Izalci, pela sua luta em prol da Lei Complementar 177, cuja destruição estamos justamente debatendo aqui e questionando.

Eu quero começar observando que se trata de um *modus operandi* reiterado do atual Governo. Ele começou se opondo ao projeto de lei que foi aprovado nas duas Casas do Congresso que mandava utilizar recursos no Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações para ajudar os alunos pobres durante a pandemia a terem acesso *online* às aulas remotas emergenciais.

Bom, o Presidente vetou essa lei; o Congresso derrubou o veto. O que fez o Presidente? Baixou Medida Provisória de nº 1.060, que acabou perdendo vigência sem ser votada, mas que na prática suspendia os efeitos da Lei 14.152, que foi a lei que resultou da derrubada do veto.

Posteriormente, nós temos o mesmo *modus operandi* em relação às Leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc 2, que protegem a cultura. Então, já temos educação e cultura. Também foram vetadas pelo Presidente da República, também o veto foi derrubado. Converteram-se em duas leis que foram ambas suspensas pela Medida Provisória 1.135, imediatamente anterior a essa que estamos agora discutindo.

Finalmente, a Lei Complementar 177 foi alvejada de tudo que é jeito. Inclusive, no ano passado, no mês de outubro, no começo da tarde o Governo mandou um projeto de lei mudando o orçamento, tirando dinheiro do CNPq e passando para outras rubricas. Não contesto se é merecido ou não, mas contesto o procedimento: foi tudo votado no mesmo dia. Então, depois lutamos muito para recompor o orçamento do CNPq e só o conseguimos parcialmente, sempre contando com o denodado apoio de vários Parlamentares de ambas as Casas do Congresso.

Pois bem, nós chegamos agora à questão dessa medida provisória. Quero comentar e saúdo os partidos que entraram com uma arguição de inconstitucionalidade contra a medida provisória, ação, aliás, à qual pedimos para juntar SBPC e a Academia Brasileira de Ciências, um *amicus curiae*. Então, nos dispomos a defender a inconstitucionalidade desse procedimento porque, antes de mais nada, pelo rápido histórico que eu fiz antes, ele indica uma tentativa de calar a voz da soberania nacional expressa pelas duas Casas do Congresso, uma maioria absoluta dos seus integrantes para a derrubada do veto, e, portanto, adotar o procedimento, depois de derrubar o veto, recorrer à medida provisória, é um ardil que viola vários preceitos constitucionais, começando pela separação e independência dos Poderes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

passando até pela soberania popular, em nome do povo exercida no segundo começo da nossa Constituição.

Indo para a questão do Orçamento, a nossa assessora parlamentar, Mariana Mazza – creio que todos os Parlamentares aqui presentes conheçam – fez um belo estudo ontem, que vou mandar publicar no *Jornal da Ciência* hoje ou amanhã, o *Jornal da Ciência online*. Esse estudo é muito interessante porque mostra o quê? Primeiro, o orçamento destinado ao MCTI já está praticamente em vias de esgotamento, quer dizer, ao final do terceiro trimestre do ano... Melhor dizendo, desculpe, os recursos do FNDCT, ao final do terceiro trimestre, estão praticamente todos empenhados. Então, como diz ela, não há mais recursos para empenho no FNDCT no último trimestre do ano. Eu compararia isso a uma situação em que a gente diz: "Bom, não temos mais como dar comida às pessoas no último trimestre, não temos mais como cuidar das crianças, não temos mais como, enfim, fazer atividades que são absolutamente necessárias para a sobrevivência".

Então, o nosso sistema científico e tecnológico está com esses recursos cortados para o último trimestre. Então, acrescento o caso do CNPq. O CNPq está com 98,8% do seu orçamento já empenhado, do final de setembro. Isso coloca a questão: como vai ser pago, para o final do ano, o contingente de bolsas que temos, das quais depende a sobrevivência da ciência na formação de mestres e doutores, que já estão, aliás, com um número de bolsas abaixo do necessário e com um valor que há nove anos não é revisto; portanto, numa situação bastante grave.

Se, de um lado, nós temos, então, os casos de empenho de quase todo o valor – FNDCT, CNPq, Cemaden também –, quero celebrar o Centro de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais, que reduziu muito a mortandade no Brasil por deslizamentos de montes, fruto de inundações, de outros eventos que são impossíveis de prever com longa antecedência, mas cujas causas podem ser enfrentadas, e o Cemaden consegue alertar com algumas horas de antecedência, de modo a salvar populações inteiras. Todos temos na memória os desastres ocorridos tanto em Angra quanto nas serras do Rio de Janeiro, levando um número grande de vidas. Por outro lado, nós temos várias rubricas – que estarão na nota que vamos divulgar mais tarde – que simplesmente não tiveram praticamente nada até agora empenhado. Portanto, nós temos setores em que o dinheiro está praticamente esgotado e outros setores pelos quais o Governo manifestou descaso muito grande, ou seja, se não empenhou até agora, provavelmente é porque o dinheiro não existe, porque foi para outras finalidades.

Com isso, eu queria... Não vou reiterar o que já foi tão bem dito pelos que me antecederam – a Profa. Helena, o Prof. Dácio, o Secretário Executivo do Conif –, não vou repetir isso, mas todos sabem da importância decisiva da ciência para o Brasil, da ciência para o mundo aliás, hoje, e até para nós reconstruirmos nossa democracia. Então, quero terminar agradecendo mais uma vez a atenção e celebrando a existência dessa frente, mais do que pluripartidária, que permite enfrentar as ameaças que pairam sobre o nosso país constantemente nos últimos anos.

Muito obrigado a todos. Bom trabalho. Desculpem-me por ter que me retirar daqui a poucos minutos.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Prof. Renato Janine Ribeiro, ex-Ministro, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, pelo seu papel aqui conosco, pela ajuda que nos tem prestado reiteradamente, regularmente, como também todos vocês aqui que hoje representam as entidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra... O Senador Wellington está ligado aí? (*Pausa.*)

O Senador Wellington está *online*. Vamos lá!

Meu querido amigo, prezado Senador Wellington Fagundes, com a palavra.

Em seguida, vou chamar Fábio Guedes e Fernando Peregrino para encerrar as apresentações.

Obrigado.

Com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Senador Jean Paul Prates, eu já estou aqui há bastante tempo assistindo, mas, é claro, ao mesmo tempo a gente tem que participar de outras atividades.

Eu quero aqui parabenizá-lo pela liderança. V. Exa. sempre teve uma preocupação muito grande, principalmente com essa área da educação, da ciência e tecnologia, sendo um Parlamentar extremamente ativo. E eu acredito que propor esta audiência pública foi extremamente importante para que a gente possa discutir. É claro que, no domingo agora, teremos já as eleições, e essa medida não terá tramitação antes das eleições, mas, de qualquer forma, é uma grande oportunidade.

Eu quero aqui também parabenizar a presença constante do Senador Izalci. Aliás, ele foi quem propôs a Lei Complementar 177, exatamente para proteger os recursos da ciência e tecnologia para que não fossem bloqueados, enfim.

Então, por parte do Parlamento, eu quero aqui dizer que temos procurado cumprir o nosso papel, com destaque para o Senador Jean Paul Prates e o Senador Izalci.

Eu tive a honra e até a felicidade de poder relatar o orçamento da educação para este ano, um investimento de 140 bilhões. Pela primeira vez fizemos um orçamento conectado – Ciência e Tecnologia, Educação e até o Ministério da Agricultura, em função também da Embrapa –, procurando exatamente trabalhar na mesma linha, para que pudéssemos melhorar a nossa ciência, a nossa tecnologia, principalmente num momento em que a gente discutia muito a questão da covid. Felizmente conseguimos os recursos necessários para o investimento.

Como Relator da Comissão da Covid, tive a oportunidade de estar presente em inúmeras audiências com todos esses ministros e com todos esses ministérios. E para mim é uma felicidade muito grande poder voltar agora lá à Fiocruz e ver uma empresa pública de extrema qualidade, com desenvolvimento de pesquisa, valorizando os nossos cientistas, e já poder garantir para a população que hoje nós temos quatro vacinas desenvolvidas com tecnologia brasileira.

E ontem pude até relatar o projeto de lei que libera também que a iniciativa privada possa adquirir vacina. Por quê? Porque nós temos hoje a garantia de vacinas com estoques já comprados ou com compras garantidas de mais de 330 milhões de doses.

Agora, é importante... Aqui estão cientistas, estão professores, está aqui o Ministro Renato; cada um aqui procurou cumprir o seu papel no momento em que cada um fazia a sua representação e o seu papel. Então, eu quero dizer que todos nós temos, sim, um compromisso de fazer com que esse país, que é a 10ª economia do mundo, realmente possa investir mais naquilo que traga, principalmente, para o país oportunidades concretas de se desenvolver com qualidade de vida. E, no mundo hoje, a competitividade é cada dia maior. O Prof. Renato Janine pode até falar um pouco mais sobre isto: esses dias, eu estava ouvindo um cientista dizer que o mundo vai evoluir tecnologicamente, nos próximos cinco anos, o que representa 200 anos para trás. Então, o que nos resta é exatamente focar naquilo que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

possa trazer competitividade, mas, acima de tudo, qualidade de vida para nós e principalmente para as futuras gerações.

Então, eu quero aqui parabenizar a qualidade desse debate e dizer do nosso comprometimento. Esperamos que realmente o Brasil possa ter essas transformações e que cada um tenha a preocupação do investimento na ciência, claro, na tecnologia e, acima de tudo, na educação. Eu sempre tenho dito, Prof. Renato, que o papel do Governo, o papel dos profissionais da educação é exatamente fazer o ensino; quem tem que cuidar da educação é a família. Então, eu acho que, mais do que nunca, nós precisamos envolver também a família brasileira nesse compromisso do Brasil para frente.

Então, eu agradeço imensamente, Senador Jean Paul Prates.

E quero aqui só terminar... Desculpe-me, mas eu preciso aqui registrar também, com muito pesar, hoje o falecimento de um grande amigo meu, um empresário muito expressivo no Brasil, o meu amigo Sr. Sergio Natal de Almeida Claro. Ele tinha uma fazenda, um investimento muito grande em Campo Verde, em Mato Grosso, mas também sempre foi uma pessoa que procurou promover o desenvolvimento de São Paulo e de Mato Grosso, porque lá ainda tem uma empresa, uma das maiores do Brasil, que é a Transpiratininga. Então, por Sergio Natal de Almeida Claro, para toda a sua família, deixo aqui as minhas condolências e expresso o meu respeito a um homem que foi tão importante na promoção do desenvolvimento do Brasil e, principalmente, na justiça social, já que ele também era um grande religioso.

E ainda termino aqui também parabenizando duas grandes cidades importantes de Mato Grosso: Alto Araguaia e a cidade de Poxoréu, que hoje completam 84 anos de idade. E ontem eu dizia lá da tribuna: meu pai foi da Bahia para Mato Grosso a pé, e exatamente Poxoréo foi a cidade que o abrigou. Então, parabéns a toda população de Poxoréo, de Alto Araguaia.

É uma felicidade estar aqui hoje mais uma vez reeleito como Senador, no compromisso de estarmos oito anos lutando junto para que a gente melhore a qualidade de vida da população brasileira e, principalmente, para que a gente possa permitir um mundo mais humanizado e com uma conservação do nosso meio ambiente para que as nossas futuras gerações tenham melhor qualidade de vida.

Muito obrigado, um bom encontro e um bom trabalho a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado, meu querido colega Senador Wellington Fagundes. Parabéns, mais uma vez, pela sua reeleição, pela representação forte que faz do seu Estado Mato Grosso! Parabéns às duas cidades mencionadas! E nossos sentimentos aqui, conjuntamente, de todos da Comissão e do Senado Federal à família do Sr. Sérgio Natal, sentimentos e homenagens aqui, em função do seu falecimento.

Eu vou dar prosseguimento, então, com o Fábio Guedes, que é Secretário Executivo da Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento – portanto, é uma entidade que faz a interação dos cientistas e pesquisadores com o Parlamento brasileiro.

Fábio Guedes, por favor, com a palavra.

Em seguida, o Fernando Peregrino.

O SR. FÁBIO GUEDES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador Jean Paul Prates. É um prazer novamente estar numa audiência pública conduzida pelo senhor.

Eu gostaria, inicialmente, de justificar a falta de minha presença fisicamente aí nessa audiência, juntando-me ao Prof. Dácio, da Andifes, e ao Secretário Executivo do Conif, Alexandre Bahia, pela razão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de estar ontem num velório na Bahia, onde eu fui prestigiar o meu ex-orientador de doutorado, que faleceu no domingo. Eu não poderia deixar de estar na Bahia ontem e não tinha como me deslocar para Brasília, porque já estava com os voos todos comprometidos. Então, está justificada a nossa ausência presencialmente aí, mas gostaria muito de estar presente. Pode contar conosco nas próximas audiências.

Eu queria cumprimentar o Senador Izalci Lucas, esse baluarte, junto com o Senador Jean Paul Prates, pela ciência brasileira. Eu queria dizer que tanto o Senador Izalci teve um papel extremamente destacado e reconhecido pela comunidade acadêmica e científica brasileira, pelo projeto de lei de descontingenciamento do FNDCT, como também, Senador Izalci, o Senador Prates tem feito pela Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação o que não foi feito nos últimos quatro anos. Se nós tivéssemos um Senador presidindo essa Comissão, especialmente durante a pandemia, essa Comissão teria escutado mais a ciência brasileira, teria prestigiado mais as instituições científicas brasileiras.

Eu queria também cumprimentar o Senador Wellington e parabenizá-lo pela reeleição. Senador, a ciência brasileira vai precisar muito do senhor nesse próximo ciclo do seu mandato. Então, esperamos contar com o senhor – todas as entidades científicas –, porque, no caso, a ciência brasileira não tem cor partidária. A cor da ciência brasileira são as cores do Brasil e do povo brasileiro. Então, precisamos muito do senhor.

Eu queria cumprimentar a nossa decana, a Profa. Helena, da Academia Brasileira de Ciências; o Renato, que saiu – o Renato e a Helena fizeram falas espetaculares e significativas –; queria cumprimentar o Dácio também e o Alexandre, que nos antecederam; e, certamente, o Fernando Peregrino, que vai fechar com eloquência esta audiência e as intervenções. Eu queria também parabenizar o Bruno Moretti pela espetacular apresentação, com dados eloquentes, dados importantes, que permitiram que nós pudéssemos economizar o nosso tempo também sobre os impactos do contingenciamento do FNDCT, sobretudo no financiamento do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. E quero cumprimentar também a Tabata pela bela fala e todos que estão aí presentes.

Eu gostaria, Senador, somente de colocar um eslaide, rapidamente, gostaria que pudesse ser liberado. Já que foi falado muito na parte orçamentária, eu gostaria também de falar um pouco sobre a parte institucional. Eu creio que já deve estar exposto aí para todos...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está funcionando, Fábio. Pode ir em frente.

Se quiser botar tela cheia, melhor. Mas, se não der, tudo bem.

O SR. FÁBIO GUEDES (*Por videoconferência.*) – Já chegou à tela cheia?

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ainda não.

O SR. FÁBIO GUEDES (*Por videoconferência.*) – Ainda não? Deve estar... Deixe-me ver... Eu coloquei aqui na tela cheia já...

Bem, aqui temos a ICTP, que é importante que o público conheça, a iniciativa que foi criada em maio de 2019, e ela congrega nove entidades. Das nove entidades, nós temos aqui representadas a Academia Brasileira de Ciência, a Andifes, o Confies, o Conif e SBPC. Então, são nove entidades importantes, que fazem a ponte dos interesses delas com o Parlamento brasileiro, sobretudo na área da educação e ciência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Falou-se muito em orçamento, como eu tenho dito... Eu gostaria de destacar especialmente a institucionalidade que hoje sofre todos os cortes e contingenciamentos do fomento da ciência, como bem destacou o Alexandre Bahia, que já vem de 2016. Então, nós temos aí essa estrutura básica de fomento à ciência brasileira, ciência, tecnologia e inovação.

Do lado esquerdo da tela, nós temos o Governo Federal e suas principais instituições e também órgãos federais que estão vinculados aos ministérios e, do lado direito, os governos estaduais e as 27 fundações estaduais também importantes dentro do sistema.

Eu gostaria de destacar que, do lado esquerdo, nós temos aí uma história de quase 70 anos ou 70 anos de construção da sociedade brasileira. É essa história hoje que está sendo colocado em xeque, justamente pela falta dos recursos.

A falta de recursos é muito facilmente revertida, dependendo do interesse político e também do papel do Congresso Nacional, que é quem, de certa maneira, se debruça sobre o orçamento brasileiro e sobre os projetos de lei orçamentária, mas construir instituições leva tempo; fortalecer essas instituições e também qualificá-las e consolidá-las leva tempo. Leva... Vocês observem que são 70 anos de construção, por exemplo, do CNPq. Finep, criado no final dos anos 60; a Capes... Então, tem-se aí uma estrutura de fomento que hoje está completamente ameaçada. Não só ameaçada do ponto de vista financeiro, orçamentário, tanto o Ministério da Ciência e Tecnologia, como também o Ministério da Educação, como ameaçada também do ponto de vista da reestruturação organizacional e também o fortalecimento dos seus quadros técnicos. Essa estrutura está definhando ao longo, pelo menos, da última década.

Então temos: tanto o Ministério da Ciência e Tecnologia tem sofrido os cortes orçamentários no seu próprio orçamento, como o CNPq, com o contingenciamento, e, por derivação, a Finep, que gerencia o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que é o moto desta audiência. O CNPq se alimenta do fundo nacional em vários programas. É tanto que um dos impactos muito graves desse contingenciamento do Finep, do FNDCT, com o desvio dos recursos para outras pastas, é o comprometimento de 70 ações do Ministério da Ciência e Tecnologia, incluindo ações do próprio CNPq, ou seja, tem editais que foram lançados com resultados, inclusive, já postos publicamente que podem não ser honrados por causa do desvio de recursos, como bem colocou o nosso amigo Bruno Moretti, tanto para atender o orçamento secreto como também a própria limitação colocada pelo teto dos gastos, a lei do teto dos gastos.

No caso do Ministério da Educação, nós temos a Capes, as universidades e institutos técnicos também prejudicados pelo próprio contingenciamento, além do quê, no Ministério da Educação, há um movimento muito mais grave: ao longo dos últimos quatro anos, nós tivemos cinco Ministros da Educação, o que significa uma completa descontinuidade dos projetos e também das ações do Ministério da Educação. Quem lida com o setor público, com o Executivo no setor público, sabe muito bem que isso é muito prejudicial para uma pasta significativa como o Ministério da Educação. Além disso, sobre esse próprio ministério, ao longo da pandemia, nós, como Secretário de Estado da Educação do Estado de Alagoas, no momento mais crítico da pandemia, entre metade do ano de 2020 e o ano de 2021, vimos clara e objetivamente que o Ministério da Educação não aproveitou a situação de crise para dar uma grande contribuição ao Brasil, chegando mais próximo dos estados e municípios, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, as universidades e institutos técnicos, como foi bem colocado pelo Prof. Dácio, que representa a Andifes, vêm sofrendo também os cortes e contingenciamentos, o que põe em evidência o que foi posto pelo próprio Prof. Renato Janine, pela Profa. Helena e também na fala inicial do Senador Jean Paul: é um processo articulado de desmonte do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e de produção do conhecimento. E a linha do tempo apresentada pelo Bruno Moretti mostra muito bem isso. Essa linha do tempo ainda não contempla também outras ações do Governo que mostram esse projeto articulado. E aí nós temos um processo de destruição do sistema de produção do conhecimento do país, que vai em várias dimensões, como: sufocamento orçamentário e financeiro das universidades públicas federais e institutos, com efeitos diretos sobre a estrutura de pós-graduação brasileira, em que se produzem 95% da pesquisa brasileira, em seus mais de 7 mil cursos de mestrado e doutorado e quatro mil e poucos programas, que envolvem esses 7 mil cursos; desvio de recursos do FNDCT; restrição orçamentária e financeira do CNPq, que, com os antigos ex-Presidentes do CNPq, virou uma agência de pagamento de bolsa, e não financiamento à pesquisa brasileira. Hoje, quase 95% do orçamento do CNPq é para pagar bolsa ao pesquisador, mas não temos recursos para a pesquisa. Inclusive, comparando-se com as 27 fundações de amparo à pesquisa, aquelas que estavam do lado direito dos governos estaduais, tem fundações hoje que têm muito mais recursos para financiar a pesquisa brasileira do que as dessa agência federal, que é a maior agência de financiamento à ciência da América Latina.

E, claro, a falta de recursos do CNPq e também o desvio de recursos do FNDCT prejudicam também a outra parte do financiamento que contribui para o desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro, que são as fundações estaduais, as 27 fundações estaduais, que, inclusive, têm segurado parte do problema da crise do financiamento brasileiro e cujos Governadores, inclusive, fazem parte da base de apoio ao Governo. Em Roraima, nós tivemos a criação da última fundação que faltava ao sistema das 27 fundações, no Governo do Governador Antonio Denarium, que faz parte da base de apoio do Governo Bolsonaro e que, reconhecendo o papel da ciência e tecnologia, criou a última fundação estadual.

Então, nesse outro lado das fundações estaduais, eles também sentem o peso dos desvios dos recursos do FNDCT e da restrição orçamentária e financeira do CNPq; do próprio esvaziamento das fontes de financiamento de pesquisa, desenvolvimento e inovação para os setores econômicos estratégicos – na próxima tela, a gente vai tratar de outro elemento que faz parte desse projeto articulado, que foi a medida provisória que nós chamamos de MP da Sucata, e o Prof. Peregrino teve uma atuação destacada em denunciar essa MP –; da desvalorização da carreira de pesquisadores; da defasagem do valor das bolsas de estudos e pesquisas, que já foi destacada pelo Prof. Janine; e também dos rumores de extinção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, colocando esse ministério em outra pasta, o que mostra também outro elemento dentro desse projeto que nós estamos percebendo que é um projeto articulado.

Então, para arrematar, a contínua redução do orçamento desde 2016 dessas instituições ameaça colapsar o sistema nacional de produção científica, e o reflexo disso é o sucateamento da estrutura física nas universidades e institutos de ciência e tecnologia, instalações laboratoriais e equipamentos, fuga de cérebros e desestímulo à carreira científica, e a redução de contribuição do aumento da competitividade do país através da formação e retenção de quadros de elevada qualificação e programas de desenvolvimento tecnológico e estímulos à inovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E aqui temos, depois dessa vitória no Congresso Nacional com a aprovação do PLN 17, você vê – o Bruno já colocou muito bem –, nessa linha do tempo, as várias iniciativas do Governo para retirar e desviar recursos da ciência brasileira por motivos não tão grandiosos, de acordo com a necessidade do país.

Há outro movimento fora dessa discussão que é a MP 1.112, de 2022, que nós chamamos de MP da Sucata e que desvia recursos que financiam projetos de desenvolvimento tecnológico na área de petróleo e gás com derivação para outras áreas do conhecimento que, inclusive, apontam para a fronteira do conhecimento para superarmos a produção de riqueza com base em energia renovável, não é?

Então, o que temos aqui? Em 2016, os projetos iniciados na área de petróleo e gás eram esses, com recursos derivados dos contratos da ANP com as exploradoras de petróleo. Em 2022, a densidade de projetos é essa. Então, é claro que boa parte desses projetos não somente usufruem dos recursos de pender através dos contratos da ANP com as concessionárias de exploração e posse de petróleo, mas também toda a estrutura onde se produz isso está dentro das nossas universidades, que estão sofrendo, quer queiram ou não, direta ou indiretamente as consequências dos desvios dos recursos do FNDCT.

A MP da Sucata também é considerada como de grande risco para o desenvolvimento científico tecnológico. A questão central não está no seu objetivo, que é financiar o Programa Renovar, que quer retirar das estradas brasileiras a frota de caminhões com mais de 30 anos, mas na fonte de recursos.

É mais um ataque à área científica e tecnológica do país. E também foram anos e anos de investimento nessa área, que também fez parte da institucionalidade de construção do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Esses investimentos em PD&I das concessionárias, de 1999 a 2021, com atualização monetária, foram de R$26,2 bilhões. Isso significa que esses recursos equivalem à produção brasileira de 24 dias, atualmente, em petróleo, o que se pagou, não é? E é claro que esse investimento dependeu da formação de cientistas brasileiros, que foram formados com base naquela outra institucionalidade, de que faz parte o CNPq, a Capes e as nossas universidades brasileiras. Esses R$26,2 bilhões aqui foram fundamentais para a produção brasileira de petróleo crescer de 866 mil barris para os atuais 3 milhões de barris/dia e nos colocar com autossuficiência na produção do petróleo.

Então, se já sabíamos, e temos aprendido, que podemos transformar riqueza em conhecimento com esses investimentos em PD&I e também com os investimentos feitos com o FNDCT em outras áreas, nós também podemos comprovar que podemos transformar conhecimento em riqueza para o país, e isso vai muito na linha do que a Profa. Helena colocou.

Nós temos um desafio enorme. O Senador Wellington colocou, aproveitando a fala de uma palestra que o Prof. Renato apresentou recentemente, nós temos grandes desafios pela frente.

A revolução tecnológica em curso vai transformar a sociedade mundial, sobretudo na área de biotecnologia, tecnologia da informação e inteligência artificial. E o Brasil, mais uma vez, vai perder o bonde dessa transformação tecnológica internacional, se nós continuarmos esvaziando os cofres do financiamento da ciência brasileira e desmontando o nosso sistema nacional de produção do conhecimento.

Então, era isso que nós gostaríamos de apresentar brevemente. Passei cinco minutos do meu tempo, gostaria de pedir desculpas, mas muito obrigado pela oportunidade, em nome dessas entidades que estão aqui e dos seus respectivos representantes que estão fazendo parte desta audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Senador Jean Paul Prates.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado, Fábio, pela sua contribuição sempre importante, evidentemente escusado pela ausência aqui. A gente entende perfeitamente, já havia sido explicado, eu é que falhei aqui inclusive em fazer essa ressalva. Mas todos que estão no remoto, como a gente já está tão acostumado aqui, é como se estivessem aqui conosco, evidentemente com algumas limitações às vezes de debate, mas nesse caso aqui perfeitamente presentes aqui conosco.

Estamos aqui caminhando para o final e claramente – um comentário rápido – estamos aqui delineando uma conclusão. No final vamos aqui fechar, mas praticamente todos estão indo numa mesma direção.

Quero dizer, Fábio, que tive muita honra, me coube a redação desta cláusula da ciência e tecnologia no contrato de concessão oficial do Brasil em 1998. Eu ainda não era Parlamentar, nem político, nem coisa nenhuma, mas era consultor do Ministério de Minas e Energia e na época fizemos várias ações, inclusive a criação da própria Agência Nacional do Petróleo – organograma, organização dela – e, contratados que fomos, o contrato de concessão oficial, no qual nós incluímos a cláusula de PD&I, chamada cláusula de PD&I do contrato de concessão, que resultou nesses investimentos. Isto foi uma sacada simples e que todos os países utilizam: converter petróleo em ciência.

Você está explorando o petróleo, um recurso não renovável, brasileiro, para gerações presentes, petróleo esse que, por não ser renovável, não estará presente para as gerações futuras. Nada mais natural – não é, Leandro? – do que colocar uma parte desse investimento do concessionário na ciência, que é justamente para as gerações futuras.

Sem mais delongas, vou passar ao Fernando Peregrino, que representa justamente as fundações, as entidades científicas, através da Presidência do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e Pesquisa Científica e Tecnológica, o Confies.

O Fernando ainda está entre nós aqui, pacientemente, até agora.

Fernando Peregrino, do Confies, obrigado. Com a palavra.

O SR. FERNANDO PEREGRINO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Eu queria a sua autorização para projetar rapidamente meus eslaides aqui.

Queria cumprimentá-lo pela seu empenho na defesa do voto que eu assisti contra a MP da sucata. Você foi muito brilhante com o suporte técnico da sua trajetória. Então, o senhor está de parabéns por ter tentado, como todos nós aqui, solidários a você, que se esvaziasse mais uma fonte de recurso para pesquisa que tornou esse país autônomo nesse mineral tão importante, mas que, infelizmente, não está sendo usado para a pesquisa.

Quero cumprimentar também o Senador Izalci, um grande líder da nossa comunidade científica, sempre presente nas nossas lutas. Quero saudar com toda ênfase o Senador Izalci Lucas e Senador Wellington também.

Eu queria dizer para vocês que eu não estou muito otimista no Senado, porque os eleitos não estão tão parecidos com vocês. Mas, enfim, eu acho que vocês farão a diferença, porque, como diz Tom Jobim, se todos fossem iguais a vocês, a gente não teria esse desastre que eu vou tentar descrever em poucas palavras do que está ocorrendo na nossa ciência e tecnologia no Brasil. Infelizmente eu vou tentar demonstrar isso com esses meus eslaides.

Vocês estão vendo a tela?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim. Não está em tela cheia. Eu acho que todo mundo está com um pouco de dificuldade. Coloque aí em tela cheia; senão, dá para ver, viu? Fique à vontade.

O SR. FERNANDO PEREGRINO (*Por videoconferência.*) – Está vendo? Todo mundo está vendo?

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Estamos vendo. E nós estamos vendo os eslaides seguintes também. Então, isso, perfeito. Está ótimo.

O SR. FERNANDO PEREGRINO (*Por videoconferência.*) – Está bom. Não vou para perder tempo. O tempo está muito curto, e eu quero ser bem rápido, com o máximo de rapidez possível.

Primeiro, eu quero lembrar que nós estamos comemorando este ano 200 anos da independência, ou seja, a tragédia multiplicada. Tudo isso que a Helena, o Renato, o meu amigo Fábio falou, o Dácio, enfim, todos que falaram antes e os Senadores que me antecederam foi dito em pleno ano de comemoração de 200 anos da independência, e não é exatamente isso que nós estamos vivendo no nosso país.

Eu sou o representante de 96 fundações de apoio. É como se fosse a infantaria em um exército. Nós levamos o suprimento para os laboratórios de pesquisa desenvolverem as suas pesquisas e produzirem os seus produtos tecnológicos para nossa sociedade. Fazemos 22 mil projetos por ano e temos 60 mil contratados pela CLT e bolsistas.

Só para enfatizar, a tecnologia, todo mundo já entendeu e o Congresso já entendeu, e por isso eu acho que é um projeto, como disse a Helena Nader, deliberado de agastar o Brasil diante das nações do mundo ao reduzir os investimentos em pesquisa. É o insumo do século XXI. Não tenha dúvida. Para fazê-lo, é preciso massa crítica, e a dependência que nós temos em relação ao mundo do exterior é cada vez maior por conta da velocidade com que essa ciência é desenvolvida.

A MP 1.136 – não adianta tergiversar – é uma redução do fluxo de recursos para isso.

Aqui um gráfico que eu costumo mostrar: a velocidade... Não existe só espaço no mundo, existe o tempo, e a velocidade com que se está produzindo conhecimento no mundo é essa daí, exponencial. Isso significa que nós estamos, a cada dia, nos afastando dos outros países, ou seja, a nossa dependência é relativa.

Isso todo mundo consegue perceber.

Quero grifar alguns indicadores que serão afetados fortemente por essa MP 1.136.

A base humana para pesquisa no Brasil é reduzidíssima. Nós temos 800 pesquisadores por milhão de habitantes. A Argentina tem mais do que a gente; o México, também. E todos os países desenvolvidos têm de 4 mil, 5 mil, 6 mil, até 7 mil – como a Coreia do Sul – cientistas por milhão de habitantes.

E ninguém produz cientistas de uma hora para outra. Mesmo que venha um governo – que eu espero que venha, na próxima fase – que invista em pesquisa, como investiram no passado, não vai ser a curto prazo que nós vamos recuperar essa massa crítica na proporção que nós devemos.

O investimento em PD&I tem se reduzido e o índice de inovação também, e nós somos uma fração pequena no mercado internacional por conta dessa dificuldade de produzir a tecnologia.

A tecnologia define a soberania de um país. Se nós dominarmos algumas tecnologias estratégicas, como, por exemplo, fármacos, vacina e elementos de defesa, nós poderemos ser uma nação. É errado, como já disse alguém aqui, antes... A tecnologia não se encontra no supermercado. É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

uma ilusão fabricada, é uma ideologia negativa, negacionista dizer que se compra tecnologia no mercado. Isso não existe, está francamente demonstrado isso.

Isso aqui é a nossa desindustrialização crescente ao longo dos anos. Apenas 10% da indústria de transformação compõem o PIB.

Aqui é um gráfico da Universidade de Harvard que demonstra exatamente isso que eu falei antes. Essa curva que está descendente aqui é do Brasil, em complexidade tecnológica. Todos os demais países ascenderam nessa curva – estes países selecionados: Japão, Estados Unidos, Israel, China, Coreia do Sul e Brasil. Essa é a única curva que desce, e desceu porque a nossa economia se tornou cada vez mais simples, tosca, não produtora de produtos de alto valor agregado para disputar o mercado.

Aqui um índice muito forte também para quem costuma estudar essa questão da inovação: o Brasil participa do número de patentes do mundo com apenas 0,8% das patentes – 80% das patentes que são concedidas, segundo a Ompi, Organização Mundial da Propriedade Intelectual, está na mão de quatro países assinalados aí: Coreia, Japão, Estados Unidos e China.

E o que é pior – aqui tem um indicador, que assinalo aqui – é que a maior parte dessas patentes feitas no Brasil, em tão pequena proporção, 80% delas, é de residentes no exterior. Isso é um contrato de dependência a médio prazo, porque essas patentes serão licenciadas por nós. Teremos que licenciar algumas delas e pagaremos *royalties* por elas.

Aqui, a curva dos *royaties* e da dominação dos países centrais em relação a nós.

Esta curva azul aqui mostra o resultado do déficit da exportação e da importação de tecnologia, mostra que nós somos um país deficitário na balança comercial de propriedade intelectual.

Aqui a nossa balança... Isto é um pequeno exemplo, singelo: nós temos um terço da produção mundial de café, mas importamos café em grãos, importamos café em cápsulas, ou seja, um país como a Suécia não tem café e, na verdade, nós importamos deles o café em cápsulas. Poderíamos fazer a indústria de produção desse café aqui mesmo.

Alcançamos a autossuficiência em petróleo, em 2014, graças à Petrobras e ao pré-sal, mas nos mantivemos deficitários nos seus derivados, notadamente gasolina e diesel, criando esse problema para a economia brasileira e os cidadãos brasileiros.

A baixa participação de produtos de alta tecnologia na exportação é um fato, já grifei isso aqui.

Produzimos 20 mil doutores por ano, 25 mil doutores por ano, 60 mil mestres. Esses são formados depois de um longo tempo de maturação nas universidades, e eles são largados no mercado de trabalho sem um emprego digno e sem bolsas para manter a sua atividade de pesquisa, porque as bolsas estão congeladas.

Essa MP 1.136 não mediu os resultados que está provocando, a médio e longo prazo, para a nossa sociedade.

Alguns números finais. Aqui... Esse é um convite à exportação de cérebros. A bolsa, congelada. Bolsa de R$2,2 mil para um doutor num regime desse que a gente está vivendo.

Aqui o FNDCT, que o Bruno já descreveu com muita precisão – acho que não preciso mais comentar.

Aqui a nossa curva descendente de investimento das agências de fomento.

É um projeto deliberado, eu não tinha dúvida nenhuma. Eu não tenho dúvida de que nós não estamos discutindo apenas verba do CNPq e da Caps; nós estamos discutindo se o país vai mudar ou não. Este país está se tornando cada vez mais periferia do mundo industrializado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A nossa Helena, a nossa liderança já enfatizou que a nossa produção científica é elevada, nossa base científica, de grande qualidade. Temos grandes complexos industriais tecnológicos: saúde, petróleo, indústria naval, siderurgia, engenharia. Temos um SNDCT montado e temos fontes de energia limpa invejáveis, com uma biodiversidade que nos traz o biodiesel, o álcool, a energia eólica e de ondas. E isso nos torna um país muito virtuoso do ponto de vista da nossa necessidade, para a população, de produzir conhecimentos e novas tecnologias.

Já aqui deixo o meu apelo, Srs. Congressistas que nos ouvem nesta hora do dia, véspera de uma eleição: protejam a ciência brasileira. Ela é uma virtude. Ela é um patrimônio nacional. Não a deixem se esvaziar com essa MP do mal chamada MP 1.136.

Muito obrigado, Senador. Espero ter cumprido minha parte no tempo que o senhor me deu.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Peregrino. Fique conosco aí mais um pouco se puder.

Eu queria abrir, rapidamente, aqui, a palavra ao nosso Deputado Leandro – Leandro, se quiser dar uma palavrinha, fazer uma interpelação rápida – e também aos demais que estão aqui: Tânia, Luiz. Logo em seguida, se quiserem também comentar um pouquinho, dou três minutos aqui, acho que é possível, para a gente poder, depois, fazer o encerramento.

Obrigado, Leandro Grass, nosso Deputado Distrital aqui do DF.

O SR. LEANDRO GRASS (Para discursar.) – Obrigado, Senador Jean Paul, a quem parabenizo e agradeço pela oportunidade. Parabéns também aos nossos expositores e expositoras. Saúdo todo o nosso ecossistema, nossas entidades e representações da ciência brasileira, da pesquisa e inovação, os demais Senadores desta Comissão, os participantes desta mesa.

Senador, eu fiz questão de vir aqui, respondendo ao seu convite, porque sou fruto da ciência brasileira, do investimento, especialmente na universidade pública brasileira. Ainda enquanto graduando, eu tive a oportunidade de fazer iniciação científica; tive oportunidade de participar de grupo de pesquisa; como professor, coordenei a iniciação científica na educação básica, na época, com o PIC Júnior; depois, como mestrando, também tive acesso a bolsa; depois, como doutorando igualmente.

Em primeiro lugar, é importante deixar uma mensagem para a sociedade brasileira, assim como fazemos também ao que é relacionado ao orçamento da educação, de que investimento não é custo, não é apenas gasto; investimento significa plantar para semear e colher resultados em vários aspectos, de cidadania principalmente.

Portanto, neste momento da história do Brasil em que nós temos visto as universidades sendo atacadas no seu orçamento em primeiro lugar, ter um aumento como esse, às vésperas de uma eleição, é fundamental para que a gente possa fazer justamente, como foi apresentado, a comunicação e a pedagogia do que significa o investimento científico, o investimento em inovação para a economia, para a redução das desigualdades, para a erradicação da pobreza e para a soberania nacional acima de tudo.

Por isso, hoje o Senado da República cumpre uma missão importante. Eu saúdo V. Exa., mas ainda saúdo a presença aqui das representações que falam em nome de milhares, de milhões de estudantes, de pesquisadores, falam em nome inclusive da parcela da sociedade que não está inserida no ecossistema de ciência e pesquisa, mas que é diretamente beneficiada. Que a gente possa não só exportar ciência e tecnologia em saúde, infraestrutura, em todas as áreas, mas também aplicar aqui no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

nosso país essas tecnologias, sejam elas aplicadas, tecnologias sociais, que possam produzir frutos de dignidade humana para a nossa população. Então, eu respondi ao chamado, porque eu reconheço, na minha própria existência, na minha própria trajetória, o que significa ter um país e ter um Estado que investe em ciência. Por isso, saúdo V. Exa. e agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado, Leandro.

É importantíssimo o seu depoimento, porque, além de um depoimento parlamentar, de militância política e de histórico político, é um depoimento pessoal também, que é esse excepcional.

Aqui tem vários números que volta e meia aparecem. Temos aí hoje... Estava comentando aqui em relação ao IF, eu tenho um caso especificamente de um estudante de IF que hoje é diretor de empresa de energia eólica lá na Espanha, empresa espanhola, formado no IF de João Câmara, um IF recente, um IF que vem de 2009, talvez, quer dizer, um IF recente cravado no meio do coração da maior densidade demográfica de aerogeradores do país, que é a região do Mato Grande, lá no Rio Grande do Norte. Pessoas saídas dali diretamente passaram por Natal, foram fazer carreira global, quer dizer, é fantástico o poder transformador de vidas que todo esse processo que nós estamos defendendo aqui tem.

Queria dar a palavra ao Senador Izalci Lucas.

Senador Izalci, está na linha? Quer fazer uso da palavra?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. *Por videoconferência*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado.

Senador Izalci Lucas com a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para discursar. *Por videoconferência*.) – Obrigado mais uma vez.

Quero cumprimentar todos, a minha querida amiga Helena Nader – quanta luta, hein, Helena? Quanto tempo! – e também o Fernando, o Fábio, todos que participaram desta audiência.

É triste a gente ter que brigar mais uma vez por uma questão tão óbvia que é a questão do investimento em ciência e tecnologia. Essa medida provisória é realmente uma afronta ao Congresso Nacional. Desde quando foi editada, eu disse ao Presidente Rodrigo Pacheco para que devolvesse essa medida. Tem um requerimento de minha autoria solicitando a devolução dessa medida. A medida provisória deve estar vencendo agora. Vamos ter que fazer um esforço – não é, Jean Paul? – para que a gente possa convencer os colegas de que essa medida é muito ruim para a ciência e a tecnologia. Eu acho que, pelo que a gente percebe, se a gente fizer aquele trabalho que fizemos com relação ao veto, a gente vai conseguir. Ela vai caducar ou vamos votar contra essa medida. Não está difícil.

Agora, eu já tinha solicitado – tenho elementos para isso – e já tinha preparado para entregar a cada Senador e Senadora um resumo bem sucinto, para que eles entendam realmente o que significa esta medida provisória, mas eu acho que, com esses elementos que vocês trouxeram hoje aqui, facilita mais ainda.

Eu quero mais é agradecer a cada um de vocês pela luta. Vamos continuar ainda, eu como Presidente da Frente Parlamentar de Ciência, Tecnologia e Inovação, essa luta para manter e colocar mais recursos. Foi dito aí da questão das bolsas também – nós temos que rever esta questão – do CNPq

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e da Capes, porque é muito, muito baixo esse valor, mas a nossa preocupação imediata é a MP 1.136. Realmente, nós não podemos admitir que ela seja aprovada.

Eu acho que vale a pena essa mobilização. Nós já fizemos isso algumas vezes. Acho que a gente poderia, depois do segundo turno... Na semana que vem, há um feriado, mas, na outra semana... Não sei, Jean Paul, se você sabe exatamente o vencimento desta medida, mas, se pudéssemos fazer uma mobilização no Senado com o Presidente do Congresso depois da eleição, eu acho que valeria a pena, pelo menos com essas pessoas que participaram da audiência e com mais algumas, como reitores também. Eu acho que a gente consegue sensibilizar o Presidente e os demais Senadores a recusarem isso, a votarem contrariamente a esta medida.

No mais, quero parabenizá-los pela insistência, pela defesa da ciência, da tecnologia e da inovação.

Mais uma vez, Jean Paul Prates, quero parabenizá-lo por esta iniciativa. Esta audiência é importante, na véspera agora do vencimento da medida.

Eu sugiro isto aí: a gente fazer um encontro, depois da eleição, com o Presidente do Senado, que é o Presidente do Congresso, para a gente matar definitivamente esta proposta do Governo de restringir os recursos da ciência e tecnologia.

É isso aí.

Um abraço a todos! É um prazer revê-los!

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senador Izalci.

Tenho uma informação para todos: a MP, no dia 29, caduca. O dia 29, portanto, é véspera da eleição, nessa sexta-feira. Na verdade, ela pode ser renovada – normalmente, isso acontece, quase automaticamente – por mais dois meses. Então, teremos mais dois meses de tentativa aí.

Eu acredito, Senador Izalci, que nós teremos também uma diminuição da pressão em cima disso por conta da questão eleitoral. Claramente, a gente está aqui concluindo que esses recursos, que estão sendo, de lá para cá, remanejados, realocados, contingenciados – enfim, há todas essas terminologias –, na verdade, estão sendo trocados por orçamento secreto, para, na época... Inclusive, isso, claramente, notadamente, se dá em função do período eleitoral. Acho que uma das coisas é que a pressão pode cair. Agora, se não for isso, se não cair tanto assim, fica mais clara ainda a conclusão a que esta audiência está chegando: que é realmente uma coisa para diminuir a importância da ciência no Orçamento deliberadamente mesmo. Depois, vamos comentar melhor isso, mas, enfim, o efeito da questão eleitoral vai também nos ajudar a depurar o quanto isso é eleitoreiro – na verdade, são os dois – e o quanto é também, de fato, uma implicância específica com esse segmento.

Quero dizer que a mobilização a que o Senador Izalci se referiu é importantíssima. Eu me lembro de estar ali defendendo aquela questão do destaque, na última vez, no Congresso Nacional, e eu falei uma frase, eu disse: "O pessoal da ciência está de olho em vocês. Vocês que estão aí votando remotamente, que não estão aqui no Plenário e que estão... O pessoal está lá fora danado da vida com vocês! Vocês tomem cuidado com essa decisão". E aí – muitas vezes, isto acontece, não é mágica, mas alguns pensam que é –, surpreendentemente, a votação deu a nosso favor, derrubamos o veto. Por quê? Porque, de fato, os Parlamentares, mesmo lá no escondidinho do remoto, etc. e tal, falaram: "Eu não vou comprar briga com esse povo, não". E conseguimos. Foi uma surpresa até para nós. Na hora, na cena lá, você vê que a gente: "Nossa, deu certo!". E eu reputo isso exatamente a esta mobilização de todos vocês

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

que estão aqui. Então, essa mobilização é preciso que continue, porque é disto que se fala no Parlamento: a pressão em cima. Todo mundo tem pressão legítima. Aqui tem todo tipo de pressão, legítima e ilegítima, mas as legítimas são estas: são os representantes legítimos de cada entidade, de cada categoria de trabalhadores que trazem seus desejos e mobilizam as pessoas, não só nas redes sociais, mas diretamente junto aos Parlamentares, para que aconteçam, às vezes, coisas que parecem milagre: quando parece perdida a batalha, de repente, a coisa volta.

Queria conceder a palavra rapidamente também – comentários de no máximo três minutos, eu peço só para limitar um pouquinho para também a gente não sair daqui às quatro da tarde – para a Deputada Erika Kokay, que está aqui também presente. Enquanto ela se acomoda, vou pedir a palavra da Tânia Dornellas, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Tânia, por favor.

A SRA. TÂNIA DORNELLAS (Para expor.) – Olá, Senador. Bom dia e boa tarde, não é? Bom dia e boa tarde para a gente que está aqui desde cedo discutindo.

É um prazer estar aqui na audiência.

Assim como o Deputado Leandro trouxe, eu também sou fruto da universidade pública – oi, Deputado –, eu também sou fruto da universidade pública. E isso mudou a minha vida. Também participei de pesquisa.

E o que a gente vê hoje é uma realidade da Idade Média. Na verdade, o que a gente vive hoje é uma realidade da Idade Média, em que há uma Terra plana, em que a gente tem uma sociedade... Infelizmente é uma parte da sociedade que é negacionista, que não acredita na ciência, mas nós acreditamos e nós estamos aqui para defendê-la.

O que nós temos percebido e que vários colegas já colocaram é que realmente ciência, tecnologia e inovação não estão e nunca estarão desconectadas da educação. Esse é um debate que intrinsecamente e historicamente anda de mãos dadas. São dois temas que andam de mãos dadas e devem continuar assim. Tanto a ciência, a tecnologia e a inovação quanto a educação nos últimos anos têm sofrido cortes, contingenciamento, corrupção nos seus recursos. E isso é evidente, todo mundo percebe.

Agora, por exemplo, trazendo um pouco para a educação, para vocês terem ideia, no Ploa 2023, no que se refere à educação, na rubrica educação, nós temos recurso para construir em 2023 cinco creches e para comprar um ônibus. Em 2023, esse é o recurso que nós temos.

É ingenuidade achar que é um desconhecimento. Não é um desconhecimento; é realmente um projeto. E é um projeto de destruição, é um projeto que é inimigo da ciência, inimigo da educação; é um projeto que quer ter um país agrário, haja vista o que nós vimos aqui de desconstrução, de desindustrialização do país.

E, sim, a nossa mobilização é extremamente importante. Contem com a campanha e contem com os movimentos sociais ligados a esses temas, porque a gente não vai parar de lutar pelo que a gente entende que é importante para este país. Se a gente defende um desenvolvimento sustentável e sustentado, nós precisamos garantir tanto o direito à educação quanto a ciência, a tecnologia e a inovação para o nosso país.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Tânia! Obrigado! Um abraço aqui de todos nós a você. A importância da Campanha Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

pelo Direito à Educação é enorme, e eu não sei como pode haver gente que possa militar ou atuar contra essas causas. Enfim...

Luiz Henrique, pode comentar rapidamente aqui, conosco também, em dois minutinhos, três minutinhos? (*Pausa.*)

Obrigado.

Luiz Henrique dos Santos, do Sindicato Nacional dos Docentes, do Andes. É o Sindicato dos Docentes, representando os professores.

O SR. LUIZ HENRIQUE DOS SANTOS BLUME (Para discursar.) – Obrigado pelo convite.

Nós do Andes, Sindicato Nacional, fazemos parte dessa luta já há 41 anos, em defesa da ciência, tecnologia e educação públicas. Nós entendemos que esta crise, estes cortes não fazem parte de uma linha fora da curva, mas de um projeto de desestruturação da educação e da ciência e tecnologia públicas, que se agudiza, especialmente neste Governo negacionista, anticientífico, que é o Governo Bolsonaro.

O encolhimento do orçamento para educação, ciência e tecnologia está alicerçado num projeto de privatização, alicerçado na chamada guerra cultural, que prega o descrédito da ciência e, em consequência, das universidades, dos institutos federais e dos Cefets. O Governo Bolsonaro tem ódio da universidade, tem ódio da ciência, da tecnologia e da pesquisa pública, pois seu mundo maniqueísta constrói uma realidade fundamentalista dividida entre o bem e o mal, nós e eles, em todos os sentidos: na ciência, na política, no costume e no negacionismo.

Existe uma aliança entre o Governo Bolsonaro e os setores ultraliberais da economia, que defendem que o Estado só financie projetos privados. O Senador deu exemplo aqui do ex-Presidente Donald Trump, que financiou, sim, as pesquisas a partir do financiamento público das empresas privadas. É esse o modelo que o Governo Bolsonaro e seu Ministro Paulo Guedes querem fazer.

Rapidamente – sabemos que o tempo está correndo conosco –, é importante nós ressaltarmos algumas questões colocadas aqui.

Sobre o Orçamento e os cortes no orçamento da educação de 2022, é importante ressaltar que o orçamento anual para a educação tem girado em torno de 3% a 4% do Orçamento Geral da União. Nós já aprovamos 10% do PIB para o Plano Nacional de Educação a partir de dez anos. Então, nós temos muito a recuperar nesse campo. Há um retrocesso civilizatório neste Governo, e não podemos permitir que esse retrocesso permaneça.

Até o mês de setembro deste ano, o orçamento do MEC sofreu um corte de quase 15%. Em junho de 2022, foi feito um bloqueio de 14,2%. Fizemos muita pressão, e depois parte disso foi reposto, reduzindo o corte para 5%.

É preciso dizer que, para o Orçamento de 2022, o que está previsto, o valor deflacionado do orçamento da educação em setembro de 2022, de R$84 milhões, é menor que o valor deflacionado de 2010, de R$86 bilhões, apesar da diferença de 11 anos!

É preciso recuperar, salvar a ciência, a tecnologia, a educação e a universidade pública neste país. Por isso, precisamos derrotar o Bolsonaro, eleger o Presidente Lula. E que ele se comprometa com a reposição, com o reerguimento da ciência e tecnologia e da educação pública neste país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado, Luiz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Exatamente, como você disse, mesmo elegendo o Presidente Lula, é preciso manter a mobilização, manter a cobrança, porque o processo de governar o país é complexo, e o processo de reconstruir, todo esse processo de reconstrução vai exigir muita vigilância e cobrança também.

João Paulo... Está por aí, João? Meu xará. João Paulo Ribeiro, da Fasubra, representando os trabalhadores técnicos administrativos das universidades.

João Paulo, com a palavra, por dois minutinhos. Obrigado.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Você é mais importante, é mais afrancesado. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sou só uma versão um pouco diferente.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO (Para expor.) – Boa tarde, Senador.

Gratidão por estar representando a nossa federação diante de uma pessoa tão brilhante que nos acompanha sempre. Primeiramente, queria dizer que, à altura e talvez com destaque, depois que a nossa Governadora Fátima Bezerra saiu, o senhor assumiu e prestigiou, como sempre, a educação e a luta dos técnicos administrativos das universidades.

Queria saudar também os companheiros da Andifes, parceira da gente sempre – não é, Professor? –, e do Conif, porque na Fasubra nós atuamos com os técnicos administrativos e sempre fomos parceiros em defesa da universidade e dos institutos públicos de qualidade sempre.

Infelizmente, nos últimos anos, nós estamos sendo trucidados. É uma coisa atrás da outra. E a nossa federação está ombro a ombro com os docentes e com os alunos em defesa da universidade pública, em defesa dos institutos federais, estaduais, municipais em todas as instâncias, em defesa da educação de qualidade.

Não quero ser repetitivo, mas, nessas questões dos cortes, nós estamos lutando e denunciando, porque não tem outra forma. Não tem espaço de diálogo desde 2016, quando se constituiu o golpe. Nós simplesmente não somos recebidos pelas autoridades da educação, não somos recebidos pelos ministérios, não tem negociação, não tem qualquer tipo de abertura para as entidades sindicais para tentarmos dialogar e sermos ouvidos.

E as coisas só vêm pela imprensa, esses cortes, o que chega a inviabilizar... Há desistência dos alunos, há falta de perspectiva dos técnicos administrativos em fazer algo pela universidade, algo pela educação e acompanhamento... É uma coisa... Dizem que isso é um...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Marco civilizatório? Eu acho que nós estamos na barbárie, meu irmão. Acho que nós não temos mais saída, mas nós vamos resistir. Dia 30 está aí para a gente dar a resposta, e espero que essa resposta seja positiva, porque nós não temos mais saída.

Não quero ficar me estendendo muito, mas o teto de gastos aliado à fuga dos cérebros da nossa sociedade – hoje se vê muito mais vantagem em trabalhar em um país vizinho nosso ou na Europa – nos deixa tristes, porque, quando nós colocamos a implementação em 2005 do nosso plano de carreira nas nossas universidades, os nossos técnicos e a contratação valorizaram-se muito através da educação. Nós mudamos o percentual, a inteligência e a formação dos nossos técnicos. Foi uma coisa magnífica. Infelizmente tudo se fechou, tudo se bloqueou, e hoje o que nós estamos vendo, através da PEC 32, é o fim do serviço público, o fechamento de acesso a concurso, a falta de concurso público. E nós estamos vendo simplesmente a destruição do nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nós não permitiremos. Nós não vamos... Na direção da Fasubra, nós estamos hoje aliados com todos os segmentos da sociedade civil organizada. Nós estamos, ombro a ombro, com Parlamentares como o senhor, Senador Jean Paul, e, na Câmara aqui, nós temos a presença de um baluarte daqui de Brasília. Inclusive, nós estávamos até brincando: não sei como ela consegue andar em todos os lugares. Erika Kokay, para nós, é nosso ícone junto às outras meninas lá da Câmara, porque, se não fossem algumas Parlamentares aqui dentro deste Congresso Nacional, nós estaríamos simplesmente destruídos.

Enfim, parabéns pela audiência pública.

Vamos lutar para não ter a efetivação desses cortes. E, dia 30, a mudança tem que ser necessária para o bem da humanidade.

Obrigado, gente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado, João Paulo.

Antes da onipresente Deputada Erika Kokay, eu quero só, para completar e fazer a dupla aqui com o Sinasef... O Yuri está aqui? O Yuri e os técnicos docentes dos institutos federais.

Com a palavra Yuri Buarque.

O SR. YURI DELEON BUARQUE MAGALHÃES DE SOUZA (Para expor.) – Bom dia a todas e a todos.

Eu me chamo Yuri, sou Diretor do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasef); sou técnico administrativo em educação do Instituto Federal de Alagoas.

Cumprimento o Senador Jean Paul Prates pela iniciativa. Cumprimento os expositores pelas brilhantes explanações. Faço isso na pessoa do Prof. Fábio Guedes, meu conterrâneo, lá de Alagoas, com quem eu já tive a oportunidade de dividir a mesa de uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas, por iniciativa, inclusive, do Deputado Estadual Ronaldo Medeiros, do PT, de Alagoas, onde nós pudemos discutir temática análoga, que foram justamente os cortes de recursos nas instituições federais de ensino e os impactos da PEC 32 justamente para a educação, para a ciência e para a tecnologia.

E aqui é importante lembrar que os institutos federais de educação são, na verdade, institutos federais de educação, ciência e tecnologia, mas, para que nós possamos ofertar educação, ciência e tecnologia de qualidade para a população brasileira, é preciso que haja recursos, é preciso que haja comprometimento por parte do Governo Federal.

Falando rapidamente em números, esta medida provisória que está em debate hoje aqui nesta Comissão representa nada menos que a subtração, em um prazo de cinco anos, de mais de R$14 bilhões em ciência e tecnologia; e, só no ano de 2022, representa a subtração de R$3,5 bilhões.

É inevitável a gente se lembrar dos sucessivos cortes de recursos que a educação pública federal vem sofrendo ao longo deste Governo, ao longo destes quatro anos de Governo. Só de 2021 para cá, foram três iniciativas de corte de recursos. Uma delas, inclusive, foi concretizada em definitivo. Então, são recursos que não retornam mais ao orçamento dos institutos e universidades federais. E, em pleno período eleitoral, há poucas semanas, houve mais um corte de recursos no orçamento da educação federal, e só houve recuo por parte do Governo, sem sombra de dúvidas, a partir de muita pressão, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-9 (ANEXO: 009)

repercussão negativa, portanto, da manifestação de especialistas, sociedade civil e comunidades acadêmicas.

Então, eu convido todos e todas a refletir: se o Governo Bolsonaro é capaz de promover um corte de recursos na educação pública em pleno período eleitoral, o que não é capaz de fazer após reeleito em um segundo mandato?

Para finalizar, eu faço aqui uma paráfrase do poeta Thiago de Mello, que nos deixou no início deste ano, do seu poema "Faz escuro, mas eu canto": eu diria que faz escuro, mas eu luto, porque amanhã chegará.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito bom! Obrigado, Yuri.

Falando nessa questão da educação e de como nós chegamos, nós selecionamos aqui um pequeno vídeo resumido desse processo de deterioração, que eu queria permitir que passassem. Depois, os comentários da nossa querida Deputada Erika Kokay e dos estudantes. Nós vamos ouvir os estudantes para encerrar tudo, porque já ouvimos aqui reitores, docentes, técnicos administrativos – o Governo foi chamado, mas saiu no meio, não participou –, enfim, os Parlamentares, os Ministros. Estamos todos aqui aguardando, depois, os estudantes também, o posicionamento deles.

Vamos lá! Vamos lá!

Obrigado.

É para ajudar a gente a refletir.

Tem som? (*Pausa.*)

É porque tinha uma corneta no começo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está caracterizado um passo a passo aí, não é? Um verdadeiro manual.

Eu queria, então... Com a permissão da Deputada Erika, então eu vou ao pronunciamento dos estudantes... Daisy e Jade. Quem fala primeiro? Levante a mão.

Jade?

Jade da Ubes, estudantes secundaristas.

Com a palavra, Jade Beatriz.

A SRA. JADE BEATRIZ MELO RODRIGUES (Para expor.) – Boa tarde a todos e a todas.

Eu queria cumprimentar o Senador Jean Paul, o Dácio Roberto, o Secretário Alexandre Bahia, todas as Deputadas, Deputados, professores, companheiros e parceiros na luta em defesa da educação.

Já me apresentando, eu me chamo Jade Beatriz. Sou Presidenta da Ubes, que é a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, que há 74 anos vem lutando em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, e a avaliação que a gente faz, durante esse período não só na educação federal, mas na educação pública brasileira como um todo, sobre o teto de gastos é que tanto os cortes quanto os contingenciamentos no investimento da educação são cortes e contingenciamentos de sonhos, porque o que é que isso representa concretamente? São estudantes que evadem da sala de aula, que deixam de ter acesso à educação por falta de verba. E aí eu falo isso não só das universidades, mas também dos institutos federais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Alexandre Bahia bem colocou aqui, não é? Os institutos federais são máquinas que produzem ciência e tecnologia, que produzem conhecimento, mas que, sobretudo, também prepararam os estudantes para o mercado de trabalho digno. O que é que eu quero dizer com isso? É que, dentro do instituto federal, a gente tem a oportunidade não só de ter acesso ao ensino superior, à produção de ciência e tecnologia, mas também de fazer essa transição para o mercado de trabalho digno, e não apenas colocando uma mochila de iFood nas costas, sentindo o cheiro da comida sem poder ter acesso a esse tipo de alimentação. Então, como é que a gente faz esse debate da defesa da ciência e tecnologia, da defesa dos institutos federais e da produção de conhecimento dentro desses ambientes?

E, aí, eu acredito que a gente precise falar sobre o responsável por tudo isso, porque o que está acontecendo no Brasil é um desmonte na educação que já está em curso já há algum tempo. Quando a gente fala que hoje, no Brasil, 10 milhões de crianças acordam sem saber o que vão comer, e, ao mesmo tempo, o Presidente reduz o que é o reajuste na merenda escolar durante três anos, é uma coisa muito grave. Nós estamos falando de pessoas que precisam da escola, da creche e do instituto federal como meio de sobrevivência. Então, quando a gente fala sobre a ciência e tecnologia, para além da inovação nós estamos falando sobre a sobrevivência, sobre o futuro e sobre o presente dos estudantes brasileiros e da nação brasileira como um todo.

O Alexandre Bahia colocou aqui da produção das meninas do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, e eu falo aqui sobre o ConectaIF, que teve, na semana passada, aqui mesmo em Brasília, onde os estudantes de todos os lugares daqui, deste estado, apresentaram trabalhos. Também falo sobre os estudantes do Cefet do Rio de Janeiro que produziram mochilas anticovid para o retorno às aulas presenciais. Isso só comprova o quanto a rede federal, o quanto as escolas técnicas têm a contribuir para a soberania nacional. Por isso que nós precisamos fazer a defesa e dizer com todas as palavras: nós que somos a geração que tirou mais de 2 milhões de títulos de eleitor vamos dar resposta a quem tenta roubar os nossos sonhos, não só no dia 30 de outubro, mas também montando um plano emergencial de recuperação deste país que coloque a educação, a ciência e a tecnologia, assim como a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente, no centro do debate para conseguir retomar o nosso país, defendendo o que é a nossa rede de institutos federais e escolas técnicas.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Jade. Você é demais. Fantástico.

Daisy com a palavra. Representando, aqui, os pós-graduandos da ANPG (Associação Nacional de Pós-Graduandos), estamos com Daisy Jorge Lima.

Com a palavra Daisy.

A SRA. DAISY JORGE LIMA (Para expor.) – Boa tarde a todos, a todas e a "todes".

Atualmente eu sou Vice-Diretora Regional do Centro-Oeste da Associação Nacional de Pós-Graduandos e queria dizer que o meu discurso vai ser misturado muito com a minha experiência pessoal. Não dá para refazer vários discursos que foram feitos aqui.

Eu quero reforçar a ideia de que a gente só tem soberania econômica quando a gente tem soberania científica. Os dados comprovam que, de 2009 a 2013, a gente tem um aumento no investimento da ciência e tecnologia, juntamente com o aumento do PIB *per capita.* Então, a gente tem informação suficiente para mostrar, com dados verídicos, que, se a gente quer um desenvolvimento econômico, a gente precisa de um desenvolvimento científico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E, falando pela pós-graduação, já que meu tempo é curto, como muitos já sabem, a pós-graduação hoje é responsável por 90% da pesquisa feita no país. Com o corte no FNDTC, a gente vai ter vários projetos que vão ficar ociosos. Então, além do investimento que a gente vai perder nesses projetos que já foram direcionados, a gente vai perder o desenvolvimento científico e econômico.

Hoje a pós-graduação sofre com a defasagem de bolsas – até o semestre passado, o nosso reajuste seria de 60%. Não existe como fazer ciência se a pós-graduação só sobrevive, e só sobrevive porque viver de R$2,2 mil, de R$1,5 mil real não dá, neste país, depois do processo de pandemia. E foi justamente a pós-graduação que contribuiu com vacina, com pesquisa; que contribuiu junto à universidade para a produção de insumos. Nós somos o futuro deste país, então nós precisamos de investimento.

Foi graças à universidade pública e federal que hoje eu estou aqui. Eu sou filha de pessoas pobres, sou a primeira a estar em uma universidade pública, a primeira a fazer doutorado e, se não fosse o financiamento do Governo Federal para a minha educação, eu não teria chegado à minha graduação. Não existe a ideia de que não existe verba. Essa é uma política de sucateamento da universidade, porque, no meio do ano, a gente teve a PEC camicase e agora a gente está vendo o atual Presidente pegar da máquina pública e comprar voto descaradamente. Essa é a realidade do nosso país.

Então, como futura cientista, como militante do movimento estudantil, eu peço muito à esta Casa que vocês trabalhem juntos com a sociedade civil. Independentemente do resultado da eleição no dia 30, que a gente consiga reconstituir a ciência e a tecnologia deste país.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito bom, muito bom! Obrigado, Daisy!

Deputada Erica Kokay, vamos lá, a onipresente Deputada Erika Kokay. Disseram aqui que, em todo lugar que eles olham, está você lá. A luta é grande, minha querida. Para fechar, não vou dizer nem chave de ouro, mas com chave de luta mesmo, chave de mobilização absoluta que é o que você representa para nós. Obrigado.

Deputada Erika Kokay, com a palavra.

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF. Para expor.) – Então, quero parabenizá-lo, Senador Jean Paul, pela realização desta conversa que diz respeito à concepção de Estado, eu diria, a primeira coisa. O que está em risco é a concepção de Estado. Nós temos, primeiro, um Estado no cativeiro, nós temos um Estado que não cumpre a sua função, de que fala Celso Furtado, de enfrentar os problemas nacionais. Então, é um Estado que tem a sua função precípua encarcerada: você tem uma Funai que tem uma política contra os direitos indígenas, um Incra com uma política contra a reforma agrária, uma Fundação Palmares com uma lógica racista, e você tem na educação alguém que acha que a consciência crítica e o desenvolvimento da inteireza humana é ameaça. Portanto, você tem um Estado encarcerado.

Aliada ao encarceramento do Estado, também tem uma realidade encarcerada, porque tem um negacionismo que não é circunstancial nem é um negacionismo pontual, mas em que se nega a própria realidade. Há uma realidade paralela que busca suplantar os fatos. Quando você tem uma realidade posta, tem diversas interpretações dela, e ali se estabelece o debate democrático. Quando você substitui a realidade por narrativas falsas e você desconsidera os fatos, dentro desta realidade paralela só cabe quem pensa da mesma forma. Então, está encarcerada também a democracia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E, quando a gente fala do universo da educação, nós estamos falando, primeiro, de espaços de diversidade. Em um país, em uma etapa onde nos tiram as praças e nos tiram toda a lógica da diversidade, que é fundamental para o reconhecimento humano, as escolas resistem. Escola é espaço de diversidade e é espaço de capilaridade. A escola está em todos os cantos deste país e ela resiste nessa lógica da diversidade, do chão da diversidade, e ao mesmo tempo da perspectiva de troca de conhecimentos, de fazeres, de saberes e, portanto, de afetos, de existência, territorialidade. A partir das escolas, a gente também constrói territórios nessa trança de saber, de fazer, de afetos, enfim, tranças de existência que significam resistência. Onde tem territorialidade, tem resistência.

Então, numa lógica fascista que ocupa hoje a Presidência da República, primeiro, o fascista é incapaz de ter empatia, o fascista não consegue sentir a dor do outro, porque ele é de tal forma autocentrado, que toda análise da própria realidade, qualquer elemento humano passa por ele mesmo, por onde ele está e como ele se coloca. Então, nós temos um Presidente da República que, quando se fala da tentativa de homicídio da Vice-Presidenta da Argentina, fala dele mesmo e que, em qualquer coisa que se fala, fala dele mesmo. E ele vai falando dele mesmo.

Portanto, essa lógica não pode desenvolver a própria educação, porque considera a educação, considera a cultura como elementos a serem combatidos. Então, nós temos uma política hoje no Governo Federal de colocar a cultura como inimiga do próprio povo brasileiro e não como expressão e construtora da condição de sermos uma nação, porque só se constrói a nação quando nos reconhecemos enquanto seres culturais. E a educação vai sofrer isso e está sofrendo isso. Nós temos uma diminuição do orçamento para a educação que é uma tentativa dolosa. Não é algo que é derivado de um outro comportamento; é estruturante o ataque à própria educação. E aí você vai ter as universidades públicas sendo consideradas inimigas da nação – vimos isso daí no vídeo – e, ao mesmo tempo, a tentativa de rompimento de vínculos entre as pessoas que têm o seu saber enquanto estudantes e os que têm o seu saber enquanto professores e professoras. E ali você diz: estudante tem que considerar que o professor tem que ser vigiado. Aquela função que era exercida pelo Estado durante a ditadura – o Estado tinha os seus representantes disfarçados dentro das salas de aula para poder impedir que houvesse a discussão do contexto nacional, que se falasse de fome, inclusive – agora vocês substituem para que o estudante cumpra essa função.

Esse projeto denominado Escola sem Partido, que a gente conseguiu impedir que fosse aprovado na Câmara, é isso. Ele estabelece o seguinte: não apenas a lógica essencialmente conteudista ou a educação bancária, como fala Paulo Freire, sem considerar os fenômenos humanos e sem considerar o contexto onde as coisas acontecem, porque diz Milton Santos que a gente não analisa o universo a partir do universo, mas a partir de uma realidade e de um território, de onde a gente pisa...

Portanto, nós vamos vivenciar isso. Esse é um processo. A análise do orçamento é a análise do perfil e do caráter de um governo – se analisa um governo a partir do orçamento que ele propõe –, e esse orçamento é de corte de verbas na educação, corte de verbas na ciência e tecnologia, corte de possibilidades da soberania nacional, como disse aqui a nossa representante dos cursos de pós-graduação. Não existe soberania nacional – não existe –, se nós não considerarmos a priorização da própria educação, ciência e tecnologia. Assim se constrói um processo de soberania nacional: a defesa da educação, a defesa das nossas empresas, mas também a defesa da ciência e tecnologia e do meio ambiente são elementos fundamentais para construção de uma soberania nacional que está açoitada, está no pelourinho neste momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa discussão de como a gente analisa o orçamento, que é a radiografia de um governo, das intenções de um governo, significa que nós estamos vivenciando uma lógica que ocupa a Presidência da República, que é uma lógica contra o desenvolvimento da ciência e tecnologia, contra o meio ambiente, contra a educação, contra a cultura, que é uma lógica do Estado servindo aos governantes e servindo à iniciativa privada. É uma lógica do coronelismo, do clientelismo, porque nunca se teve tanta compra de voto institucionalizada como estamos tendo agora e nunca se teve de forma tão desnuda e tão desaforada o orçamento secreto. O orçamento secreto deveria provocar uma indignação nacional. E é a lógica clientelista, a lógica coronelista e a lógica do estado jagunço. Tudo isso tem que ser superado, porque eu fico com o nosso representante dos institutos federais, que precisam de verbas. Quantas verbas, quantas emendas parlamentares nós estamos apresentando nas nossas reuniões historicamente para assegurar a assistência estudantil? Porque, se você democratiza o acesso à universidade pública, mas, se não tem assistência estudantil, você expulsa quem nós lutamos tanto para incluir numa lógica de democratização da própria universidade. Você tem os institutos federais com o risco de não continuar existindo.

Instituto federal é um diálogo também permanente, porque nós temos o diálogo permanente com a comunidade. Ali você dialoga com as universidades através da extensão, através da própria pesquisa; é diálogo permanente com a própria sociedade. E, por isso, provocam tantos temores nos fascistas que serão derrotados no próximo dia 30 de outubro. Eu fico com a fala do Thiago de Mello que diz "faz escuro, mas eu canto". Mas eu canto e eu canto o novo amanhã. E aqui dizia o nosso representante do Sinasefe: "faz escuro, mas eu luto". E eu, pedindo licença ao poeta, diria: faz escuro, mas eu Lula. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Deputada Erika.

Bem, eu quero, em primeiro lugar, agradecer aqui aos membros da Comissão, ao Presidente Rodrigo Cunha, que é lá de Alagoas inclusive, por nós termos esse espaço de discussão importante. Nós solicitamos esta audiência no próprio momento em que começou certa preocupação maior com essas medidas. Nós ouvimos aqui reitores, docentes, estudantes, técnicos administrativos; o Governo, chamado aqui, optou por não participar ao final; ouvimos Parlamentares e ex-ministros para entender e explicitar a quem não é da área, a quem é meramente um cidadão ou um estudante ou um professor que não está ligado à luta da categoria, ao comum, à pessoa que observa o fenômeno de governar o país e de tratar a educação e a ciência por que retirar recursos de ciência, tecnologia e inovação à revelia do próprio ministério da área. Está ali o depoimento do ministro da época, o ministro do próprio Governo, surpreendido, Deputada Erika, com a medida. É um governo claramente governado pelo Ministério da Economia. Foi à revelia, segundo o depoimento do ministro, do próprio Presidente da República. Ele diz ali: "Olha, fui pego de surpresa. Liguei para o Presidente, e o Presidente também foi pego de surpresa". Que que país é este? Que Governo é este?

E a conclusão desse processo é que este Governo, governado pelo Ministério da Economia, que chama a PEC de auxílios – apesar de todo o caráter eleitoreiro explícito de três meses antes da eleição aprovar benefícios sociais – de PEC camicase... As denominações já vão dizendo com quanta satisfação essas pessoas estão fazendo isso. Têm que fazer. Tem eleição; é camicase. O Orçamento é um orçamento de guerra. O auxílio antes emergencial era porque tinha um estado de emergência. Então, é como se tivesse de pedir desculpas a algum grupo ou a alguém, para dizer: "Olha, eu vou ter que fazer isso aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

para o povo", não é? E, agora, turbinado pela questão da eleição, é mais fácil ainda. "Tenho que me eleger".

E a conclusão aqui – eu sempre termino fazendo algum tipo... tentando pegar aqui notas de coisas que foram ditas, é que é praticamente unânime que não é corte, não é realocação, não é acomodação do orçamento, não é porque tem pandemia ou porque teve isso ou aquilo, não é contingenciamento – todos esses nomes –, não é falta de recursos, sobretudo; é, como disse o Ministro Janine, um *modus operandi.* A Helena disse: "ação deliberada". A Deputada Erika colocou: "tentativa dolosa". O Fábio Guedes e o Fernando Peregrino: é "um projeto". É um projeto. E é grave o suficiente ele ser um projeto para viabilizar uma linha de financiamento de cooptação de apoio político. Isso, só por si, já seria grave, através do orçamento secreto e de toda essa questão que eu falei, de PEC camicase e tudo mais.

Mas é mais grave ainda – e aí a gente vai saber agora, passando a eleição, o grau de insistência que vai ser colocado nessa MP – quando a gente constata que é uma estratégia concertada ou, como vocês disseram aqui, uma "ação deliberada", uma "tentativa dolosa", um "projeto" contra a ciência, contra a educação, contra o cientista, contra o professor, contra o estudante. É contra isso. E é de desmonte, é de desmantelamento. Nem tão gradual assim; é bem rápido, porque a deterioração de equipamentos, de linhas de pesquisa é muito rápida. A construção leva tempo, não é verdade? Construir um cientista leva tempo, formar um estudante levar tempo, montar um laboratório, mesmo com recursos privados das concessões de petróleo – na verdade, é um público-privado, porque o recurso é público –, mas principalmente com recurso público, leva tempo.

Agora, para desgastar, para deteriorar e para terminar é rápido, é só deixar lá, parado, sem acender a luz, sem ligar o frigorífico que precisa manter os negócios funcionando, sem sequer pagar as bolsas, sem atualizar o recurso da bolsa; acaba rápido.

E essa ação política, só para terminar, eu quero dizer que ela ataca, quando ataca a educação, ciência, etc. – de novo, para quem é o mais leigo nesse assunto –, ataca o cidadão, a cidadã, diretamente; a sua carreira, as suas possibilidades, oportunidades de futuro.

Tivemos aqui dois ou três depoimentos, do Leandro, da Daisy. Quantos outros temos? Milhares de exemplos aí desses últimos anos.

Então, primeiro, ataca o futuro profissional, o futuro acadêmico dessas pessoas diretamente – indivíduos, pessoas físicas –; ataca a indústria – para quem está aí: "Ah, é coisa de esquerda. Cadê a economia primeiro?". Ataca a indústria –; ataca a agregação de valor pelo Brasil; ataca patentes que podem gerar valor para nós como Brasil, como país; ataca o processo de reindustrialização ou mesmo de industrialização disruptiva, já dentro de outros aspectos que vocês aqui mostraram bem. Isto está acelerado de uma forma como nunca houve na história da humanidade: a aceleração, a rapidez com que você perde espaço no mundo tecnológico, no mundo industrial, portanto, também na indústria de base. Então, é da economia que nós estamos falando aqui também. Isso não é coisa só de manifestação de rua, não; é da economia direta, de produtos de base, de fabricação de máquinas, agregação de valor na produção industrial.

Afeta o agro. Estava dando uma entrevista ali fora e disseram: "Não, o agro...". Ora, se a gente quiser ser uma *plantation*, está ótimo, mas o próprio agro sabe, reconhece o valor da pesquisa na tecnologia. A própria Embrapa é um exemplo que sempre mencionam. Cooptada ou não para um lado ou para outro ultimamente, o fato é que existe uma empresa de pesquisa, e que é responsável por grande parte desse sucesso todo que se tem. Agora, se quiser ser só um setor ruralista com capatazes e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

senhores de engenho, aí, não precisa de ciência e tecnologia. Mas também a gente fica para trás. Porque, como se disse aqui, China está entrando em territórios africanos e se desenvolvendo com eficiência. Acham que eles vão ficar dependentes a vida toda das proteínas e do agro brasileiro? Não vão. Eles vão diversificar, inclusive no próprio território deles, com ciência e com tecnologia, para ganhar eficiência.

Afeta o alimento nosso, que não vem do agro, vem da agricultura familiar. Afeta, porque a tecnologia social, todo o processo... E, aí, sim, o papel do estado se faz mais importante ainda, porque a agricultura familiar, por exemplo, é totalmente desagregada e fragmentada pelo país, é capilarizada demais para um processo economicamente viável, interessante, lucrativo. Então, é um processo que precisa da ajuda do estado. E é ciência, é tecnologia e é educação.

Afeta o setor elétrico. Falamos aqui de petróleo, de gás e de soberania, mas o setor elétrico mundial, a energia no mundo está passando por uma coisa chamada transição energética, que é cheia de tecnologia e ciência disruptiva, que é como chamam, não é? Esta é palavra da moda: disruptiva.

Também na comunicação, na circulação das informações, com o 5G, com tudo isso. Tudo é ciência e tecnologia.

Cada tronco desse dá uma miríade bilionária de interesses, e os países estão movendo esses interesses. Então, estamos falando de economia também, estamos falando de formação, de efeitos sociais, mas econômicos e ambientais também, de uso melhor dos recursos, da forma de lidar com os recursos naturais de que o Brasil é campeão. Tem um país que tenha mais recurso, mais diversidade de recursos naturais, energéticos ou não, do que o Brasil? Não tem.

Se a gente não comandar isso, mas se mantiver na ignorância ou na idade da pedra na ciência e tecnologia, estaremos sujeitos a todo o mundo, pagando patente. Basta olhar o banheiro da nossa casa. Vão lá olhar quantas marcas tem lá. Peguem lá hoje e olhem: Procter & Gamble, Johnson & Johnson, Colgate-Palmolive, e tem mais uma... Eu fico impressionado com isso. A gente não consegue fazer um xampu, um sabonete sem pagar uma patente. Então assim... Nada contra as empresas estão entrando no mercado, que têm as outras razões para entrar ali, têm escala, produção, mas é isto: no final das contas, é indústria de base, é eficiência, é escala que esse pessoal tem, escala mundial, graças a quê? À ciência e tecnologia, graças à possibilidade de formar bons profissionais, graças a isso que nós estamos discutindo aqui. Então, é a raiz de tudo.

Não vou me alongar mais. Acho que a gente tem uma conclusão muito clara aqui de que tudo isso é fruto de ação política mesmo, que atrasa o Brasil, ataca a educação, ataca os estudantes, ataca os cientistas, ataca esse processo todo de construção milimetricamente conquistado a duras penas, com dificuldade demais todos os dias. Estudante brasileiro pega transporte público deteriorado. Toda a situação que a gente tem de falta até de alimentação faz inclusive – esqueci-me de mencionar – com que nós Parlamentares tenhamos que fazer uma coisa que é praticamente incipiente, embora importante, heroico, que é você destinar emenda parlamentar para auxílio estudantil, educação, como a gente fez; eu fiz no meu mandato, a Deputada Natália Bonavides também, comigo, lá para o Rio Grande do Norte. É um absurdo você ter que fazer emendas... São emendas muito menores, não são do tamanho do orçamento secreto, não é nada dessa coisa, não. Nós temos aí 20, 25 milhões por ano dentro do orçamento lá para tudo, para atender a cidade, para tudo. Aí você tem que fazer... Eu fiz emenda para a assistência social. Eu tive que fazer emenda de R$1 milhão para assistência social, para ajudar o Governo do estado a manter a assistência social funcionando. Poxa! Isso é um dever absoluto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do Estado brasileiro. Fazer emenda para assistência estudantil para o cara poder comer, o cara que está voltando para as aulas ou os que estavam inclusive no remoto? Tivemos que fazer iniciativas aqui a duras penas, porque o Governo vetou várias vezes o uso de restos de fundos que existem aí para a compra de *tablets*, para basicamente equipar as pessoas para poderem se conectar e ter aula. O *gap* das pessoas que não tinham acesso *versus* as pessoas que tinham acesso à escola privada, etc. e tal, é absoluto. Não vamos nem entrar nessa coisa, porque é uma discussão à parte.

É para vermos como a gente precisa manter a mobilização. Como até os Parlamentares nesse caso podem acorrer... Claro que todos nós aqui agimos heroicamente, mas quem tem poder mesmo nesse caso é o Executivo. Quando ele não quer... Quando ele é inepto, já é grave. Agora, quando a gente está diante de um Governo que é contra, aí é pior, porque não é contra ideologicamente aqui no embate político... "Ah, eu sou a favor de... " O Senador Izalci estava presente aqui, eu o considero de perfil conservador, mas vem aqui, conhece todo mundo, trabalha por uma causa. Então, assim, não é questão de direita e esquerda apenas, é também porque tem graduações dentro desse processo.

E eu não tiro ideologia de nada do que a gente faz aqui. Acho errado quando dizem para tirar a ideologia, tirar a política. Como é que eu vou tirar a política? Estou numa Casa política. Tem ideologia e tem política. Agora, tem um limite no processo. Aqui é uma má vontade. E, mais do que uma má vontade, há uma atitude deliberada de afrontar, de dizer: "Vocês não merecem. Não pode ter isso, não. Isso não faz parte da nossa cartilha". Isso não é princípio da direita, da direita política de hoje. Isso é de extrema direita, isso é de regimes fascistas mesmo. Eu não gosto muito de usar essa palavra, porque minha mãe foi vítima do nazismo. Então, eu sei 100% o que é isso. Então, eu não vulgarizo esse termo. Só estou falando claramente aqui de práticas fascistas, princípios que levam a esse grave: "Ah, vamos destruir a educação porque a educação é ruim. Vamos detonar a ciência, porque a ciência não nos favorece. Eu quero ciência para o meu grupinho, para eu inventar o que eu quiser, para fazer experimentos com gente". Isso aconteceu na Alemanha nazista e isso foi o que aconteceu em Manaus. Então, é grave esse processo. Claro que não se compara em escala, claro que nós não vamos... Imagina! Eu tenho noção disso, mas é nessa direção que você tem que impedir que vá.

E é por isso que – para fechar – eu quero dizer que a gente se mantenha junto, que a gente se mantenha mobilizado.

Como disse alguém aqui – acho que foi a Daisy –, independentemente do resultado do dia 30, a manutenção dessa mobilização é importante, seja na luta ferrenha, na coisa toda que nós temos feito nesses anos agora, seja na cobrança mesmo de um governo que não será adversário da educação ou adversário da ciência.

Eu queria agradecer a presença de todos vocês.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – João Paulo, quer comentar alguma coisa?

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Não, é só um detalhe: você estava falando da direita, mas até a direita nos surpreende. No ano passado, o Biden mandou US$1,8 trilhão para a educação nos Estados Unidos. É para você ter uma ideia.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois é! E aqui nós temos representantes com quem nós interagimos: o Senador Oriovisto, por exemplo, que é da área; o Senador Izalci, que esteve aqui conosco; o Senador Wellington, que está ali interessado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nesse assunto e que acompanha o processo. Então, ninguém é antieducação e anticiência. Nem o ministro do próprio Governo aí parece que é, nem o atual ministro, que esteve aqui com a gente por várias vezes, discutindo soluções, saídas. Eles são colocados nessas encruzilhadas.

Mas nós vamos vencer essas resistências, vamos virar esse jogo. E a manutenção da mobilização é mais importante do que tudo, qualquer que seja o cenário. Principalmente a vigilância final dessa medida provisória já é um grande passo que a gente já conquistou. E a gente vai manter essa resistência aqui forte. Podem contar com a gente.

Quero agradecer ao Dácio, Reitor Dácio, e ao Alexandre, que estão aqui com a gente até agora, presencialmente; à Helena Nader, que também participou; ao Fábio; ao Ministro Janine.

Fábio, obrigado também.

O Fernando Peregrino já se desconectou, mas esteve conosco aqui, como Tânia, Luiz Henrique, João Paulo, Daisy, Jade, Yuri e todos mais.

Quero agradecer, especialmente, à minha professora e mobilizadora oficial Márcia Abreu, que vocês todos conhecem, que tem me ajudado, João Paulo, a manter a vigilância e a atuação nessa área e que é uma herança benditíssima da minha querida atual Governadora Fátima Bezerra, lá do estado, que foi Senadora nesta Casa.

Muito obrigado a todos.

Vamos dar como encerrada a audiência, agradecendo também à equipe toda, à minha equipe do mandato, à equipe da Liderança.

A todos vocês, um bom almoço!

Que a gente faça justiça a este país no dia 30!

Obrigado. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 54 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dezesseis horas e três minutos do dia oito de novembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Rodrigo Cunha e Daniella Ribeiro, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Izalci Lucas, Plínio Valério, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Paulo Rocha, Rogério Carvalho e Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Ogari Pacheco, Luis Carlos Heinze, Styvenson Valentim, Vanderlan Cardoso e Acir Gurgacz. O Senador Jean Paul Prates encontra-se licenciado dos trabalhos do Senado Federal para participar da 27ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP 27), em Sharm El-Sheikh, Egito, no período de 8 a 17 de novembro de 2022, conforme REQ nº 491/2022-CDir. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. Passa-se à apreciação da Pauta Deliberativa: **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 297, de 2013 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MUNDO MELHOR DO MUNICÍPIO DE DUAS ESTRADAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Duas Estradas, Estado da Paraíba." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo nº 157, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Cultural de Eugenópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Eugenópolis, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 408, de 2010 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga permissão à SISTEMA DE COMUNICAÇÃO SOL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barcelos, Estado do Amazonas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Plínio Valério. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Justiça e pelo encaminhamento de ofício à 7ª Vara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. **Resultado:** Aprovado o relatório pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública e encaminhamento de ofício à 7ª Vara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo nº 316, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Valinhos para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Valinhos, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo nº 365, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Inhambupe para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Inhambupe, Estado da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 383C9B68004CB0C1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nº 33, de 2022,** que: "Requer a realização de Audiência Pública com o objetivo de instruir o PL 4513/2020, que institui a Política Nacional de Educação Digital." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO/AL). **Resultado:** Aprovado o Requerimento, subscrito pelo Senador Rodrigo Cunha. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Rodrigo Cunha
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/11/08

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Esta reunião acontece também de maneira semipresencial, com alguns colegas acompanhando virtualmente, os quais também podem fazer inscrição através do aplicativo e aqui participar ativamente, ao vivo, das discussões.

Nós teremos aqui como pauta os itens 1 e 2, terminativos, que serão votados nominalmente, em bloco, com a abertura do painel eletrônico, e os itens 3 a 6, que serão votados pelo processo simbólico.

Dando atenção à solicitação feita pela nossa Senadora Daniella Ribeiro, faço, já de imediato, a inversão de pauta para que a Senadora faça a leitura do item 5, a quem eu concedo a palavra para a leitura do relatório.

ITEM 5
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 365, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Inhambupe para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Inhambupe, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1DC0060F004CB0D3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

É o relatório do PDL nº 365, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Inhambupe para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Inhambupe, Estado da Bahia.

Sr. Presidente, eu gostaria, com o seu acordo, de ir diretamente para a leitura do voto, já que todo mundo tem acesso ao relatório.

Voto.

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento do seguinte requerimento ao Ministro de Estado das Comunicações e pelo sobrestamento da tramitação do PDL nº 365, de 2019, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Inhambupe para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Inhambupe, Estado da Bahia.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Em votação.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório e o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Solicito uma gentileza à nossa Senadora Daniella: para que eu possa também dar sequência e fazer a leitura do meu relatório, V. Exa., por gentileza, poderia assumir aqui a Presidência?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Passamos agora para o item 4.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 316, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Valinhos para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Valinhos, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Concedo a palavra, para a leitura do relatório, ao Senador Rodrigo Cunha, Relator.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Passo à leitura do relatório. Solicito à Sra. Presidente passar direto à análise, devido a ser do conhecimento geral o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1DC0060F004CB0D3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – De acordo.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Leitura do parecer do Projeto de Decreto Legislativo 316, de 2019, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Valinhos para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Valinhos, Estado de São Paulo.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei 9.612, de 1998, regulamentada pelo Decreto 2.615, de 1998, e pela Portaria do Ministério das Comunicações 4.334, de 2015.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213 do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar 95, de 1998.

Entretanto, as normas que regem o serviço de radiodifusão comunitária exigem a apresentação de uma vasta documentação a ser fornecida pela entidade interessada na renovação de sua autorização. Nesse sentido, não foi possível identificar, nos autos do processo, alguns documentos previstos na legislação específica.

Para preencher essa lacuna, entendemos ser necessário encaminhamento de requerimento de informações ao Ministro de Estado das Comunicações, na forma prevista no §2º do art. 50 da Constituição Federal.

Indo ao voto: em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado das Comunicações do requerimento de informações a seguir e pelo sobrestamento da tramitação do PDL 316, de 2019, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal.

É esse o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Abro a votação.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1DC0060F004CB0D3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Devolvo a Presidência ao Senador Rodrigo Cunha.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Pois não.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Se me permite, chegou mais um requerimento do Senador Jean Paul Prates.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Pois não.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – E ele pede que eu faça a leitura, se V. Exa. permitir.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Com certeza, pode fazer a leitura. E a senhora pode conduzir também dando sequência.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Concedo a palavra, para a leitura do Requerimento nº 33, de 2022, do Senador Jean Paul Prates.

ITEM 6
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 33, DE 2022
- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública com o objetivo de instruir o PL 4513/2020, que institui a Política Nacional de Educação Digital.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL. Para encaminhar.) – Sra. Presidente, requeiro, nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4.513, de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Digital; altera as Leis nºs 9.394, de 1996; 9.448, de 1997; 10.260, de 2001; 10.753, de 2003; e dá outras providências. É o requerimento feito pelo Senador Jean Paul Prates.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação; representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação; representante da Academia Brasileira de Ciências; representante da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação; representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Conselho Nacional de Educação; Sr. Fernando Almeida, pós-graduação em Educação na PUC/SP; Sr. Prof. César Nunes, Faculdade de Educação da Unicamp; representante Brasscom, Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais.

Na justificação, apresentam-se como argumentos: é inegável que hoje todas as políticas públicas devem focar na educação digital, capacitação de professores e desenvolvimento de infraestrutura. Na Europa, a evidência empírica mostrou que as melhorias na infraestrutura não conduzem sistematicamente à integração e ao uso pedagógico da tecnologia digital nas escolas. Ainda assim, a qualidade da pedagogia é o único fator na escola que tem o maior impacto nos resultados de aprendizagem dos alunos. Desse modo, o desenvolvimento da competência digital dos professores é um componente crítico para maximizar o investimento em tecnologias digitais e para que os sistemas de ensino acompanhem as necessidades do século XXI.

Considerando os principais pontos evidenciados na justificativa do projeto de lei e a importância estratégica do papel da educação no crescimento pessoal de um indivíduo, no desenvolvimento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1DC0060F004CB0D3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

suas competências e habilidades, no seu comportamento democrático responsável, contribuindo para a prosperidade geral da nossa nação, são inadiáveis a formulação e a implementação de uma abrangente política nacional de educação digital para que o Brasil se desenvolva internamente, bem como se insira no contexto das nações da sociedade digital, razão pela qual torna-se imprescindível a realização de audiência pública sobre o tema.

Esse é o requerimento do Senador Jean Paul Prates.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Consulto se há alguém que queira usar a palavra para a gente encaminhar a votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar da palavra, passamos para a votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

Passamos para o item... (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Anuncio a devolução da Presidência ao Senador Rodrigo Cunha.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – O objetivo aqui é trazer mais eficiência e celeridade aos processos e aos projetos. E este bate-bola com a Senadora Daniella está rendendo.

A Senadora Daniella tem também uma solicitação referente ao item 3, que tem como Relator inicial o Senador Plínio Valério.

ITEM 3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 408, DE 2010
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à SISTEMA DE COMUNICAÇÃO SOL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barcelos, Estado do Amazonas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Justiça e pelo encaminhamento de ofício à 7ª Vara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

A Senadora Daniella Ribeiro, *ad hoc*, fica como Relatora do item 3.

Concedo a palavra à Senadora Daniella Ribeiro para leitura do relatório.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, como é do conhecimento de todos, que tiveram acesso ao parecer, ao projeto e ao relatório, obviamente, eu gostaria de ler direto, se for possível, o voto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Claro.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB. Como Relatora.) – Bem, o projeto de decreto legislativo trata da aprovação do ato que outorga permissão ao que outorga permissão ao Sistema de Comunicação Sol Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barcelos, Estado do Amazonas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1DC0060F004CB0D3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-10 (ANEXO: 010)

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Pelo exposto, votamos: pelo encaminhamento do seguinte requerimento de informações ao Ministro de Estado da Justiça; pelo encaminhamento de ofício à 7ª Vara Criminal da Capital, da Justiça Estadual do Estado do Amazonas, solicitando informações atualizadas sobre o teor do Processo nº 0244569-68.2010.8.04.0001 e sobre suas eventuais conclusões; pelo sobrestamento da tramitação do PDS nº 408, de 2010, até o recebimento das informações indicadas.

Precisamos dessas informações, Sr. Presidente. Assim foi o voto diante de informações que estariam envolvendo uma série de ilegalidades. Entretanto, até a data em que as informações foram prestadas, dezembro de 2016, a investigação ainda estava em andamento, não tendo chegado a uma conclusão. Por essa razão e considerando o longo lapso temporal, torna-se necessário oficiar novamente a 7ª Vara Criminal da Capital, da Justiça Estadual do Amazonas, para obter informações atualizadas acerca da questão.

Por isso, pelo exposto, votamos pelo encaminhamento de requerimento de informações ao Ministro de Estado da Justiça, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Agradeço a leitura feita pela Senadora Daniella.

Coloco em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada para a Secretaria-Geral da Mesa.

Os demais itens serão direcionados para a próxima reunião.

Sendo assim, encerro a presente reunião e agradeço a presença de todos.

(*Iniciada às 16 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 17 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1DC0060F004CB0D3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-10 (ANEXO: 010)

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Jean Paul Prates, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Rodrigo Cunha, Vanderlan Cardoso, Marcos do Val, Eduardo Braga, Nelsinho Trad e Soraya Thronicke. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Daniella Ribeiro, Styvenson Valentim, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Paulo Rocha e Acir Gurgacz. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. Passa-se à Audiência Pública Interativa, aprovada pelo Requerimento nº 33, de 2022-CCT, de autoria Senador Jean Paul Prates (PT/RN), subscrito pelo Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO/AL), com a finalidade de instruir o Projeto de Lei nº 4513, de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Digital, com a participação de Marlei Fernandes de Carvalho, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Patrícia Blanco, Presidente Executiva do Instituto Palavra Aberta; Renata Altman, Consultora Educacional no Centro de Inovação para a Educação Brasileira; Virgílio Augusto Fernandes Almeida, Diretor da Academia Brasileira de Ciências (ABC); Eduardo Ferreira da Silva, Presidente da Região Centro-Oeste da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime); Andressa Pellanda, Coordenadora-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (Campanha); Daniel de Queiroz Lopes, Membro do Grupo de Trabalho Educação e Comunicação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED); Paulo Tenório, CEO e fundador da Trakto; Fernando José de Almeida, Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); César Nunes, Pesquisador Associado do Instituto de Estudos Avançados da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); e Sergio Paulo Gallindo, Presidente Executivo da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais (Brasscom). Os Senadores Rodrigo Cunha e Jean Paul Prates e a Deputada Angela Amin fazem uso da palavra. O Senhor Presidente registra a presença de Getúlio Marques Ferreira, Secretário de Estado da Educação do Rio Grande do Norte; Ricardo Henriques, Superintendente Executivo do Instituto Unibanco; Nivaldo Holmes de Almeida Filho, Maria Tereza Tavares Fuji e Herivelton de Oliveira Ferraz, Diretores da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jean Paul Prates
Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/11/23

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1DC0060F004CB0D3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e todas e a quem nos assiste pela TV Senado, pela Rádio Senado.

Declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião ocorre de modo semipresencial e se destina à realização da audiência pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei nº 4.513, de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Digital, em cumprimento ao Requerimento nº 33, de 2022-CCT, de minha autoria, subscrito pelo Senador Rodrigo Cunha, Presidente desta Comissão.

O público interessado em participar desta audiência pública poderá enviar perguntas ou comentários pelo endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou ligar para 0800-0612211.

Encontram-se presentes no plenário da Comissão – e eu queria convidá-las imediatamente para participar aqui da nossa mesa, já que estão presencialmente aqui conosco:

- Marlei Fernandes de Carvalho, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Marlei, por favor.

- Patrícia Blanco, Presidente Executiva do Instituto Palavra Aberta.

Patrícia, bem-vinda!

- Renata Altman, Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB), representando a coalizão formada por Fundação Lemann, Fundação Telefônica Vivo, Instituto Natura, Imaginable Future e MegaEdu.

Obrigado, Renata.

Encontram-se também presentes por meio do sistema de videoconferência:

- Eduardo Ferreira da Silva, Presidente da Região Centro-Oeste da União Nacional dos Dirigentes Municipais Educação (Undime).

Obrigado, Eduardo.

- Virgílio Augusto Fernandes Almeida, Diretor da Academia Brasileira de Ciências (ABC).

Obrigado, Virgílio.

- Daniel de Queiroz Lopes, membro do Grupo de Trabalho Educação e Comunicação da Associação Nacional de Pós-Graduação, Pesquisa e Educação (Anped)

Daniel, bem-vindo!

Estou conferindo aqui se todos estão ligados.

O.k!

- Andressa Pellanda, Coordenadora-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Obrigado, Andressa.

Está aí também?

- Fernando José de Almeida, professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP);

- César Nunes, pesquisador associado do Instituto de Estudos Avançados da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp);

- Sergio Paulo Gallindo, Presidente Executivo da Associação Brasileira das Empresas e Tecnologias da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais (Brasscom); e

- Paulo Tenório, CEO e fundador da Trakto – com "k" –, primeiro *software* de designer do Brasil e da América Latina.

O Paulo Tenório está por aí? (*Pausa.*)

Está.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1DC0060F004CB0D3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço pela presença de todos.

Aproveito para informar também – com a ajuda do binóculo aqui – que estão presentes a esta audiência o Senador Luis Carlos Heinze, o Senador Vanderlan Cardoso, o Senador Izalci Lucas e os demais membros, ainda entrando aqui para participar conosco. Estará conosco também a autora do projeto de lei, Deputada Angela Amin, que deve estar a caminho.

E vamos, então, seguir aqui.

Eu quero, desde o início, chamar atenção para o caráter amplo e complexo dessa proposição que nós hoje debatemos.

O projeto se situa entre os domínios das políticas voltadas para a educação, para as telecomunicações, para a ciência e tecnologia. Isso fica claro já na definição dos quatro eixos, que, segundo o projeto, devem orientar a política nacional de educação digital.

Instituir uma tal política envolve mobilizar esforços em todas essas frentes, tanto no ponto de vista da concepção do projeto quanto da sua implementação e financiamento.

Aliás, a nova regulamentação do Fust, aprovada há dois anos, abre perspectivas importantes de financiamento especialmente para o imperativo da inclusão digital.

Mas uma política de educação digital vai bem além desse imperativo de garantir a inclusão. Há, por um lado, o impacto dos meios digitais no próprio processo educacional e de ensino e há, por outro, a necessidade de educarmos para o bom uso dessas tecnologias, cujo impacto em nossa vida social é inegável e tende a se tornar cada vez mais intenso no futuro, basta vermos as nossas últimas eleições.

Quanto ao primeiro ponto, o impacto da tecnologia digital no próprio processo educacional, tivemos a oportunidade de refletir durante o primeiro ano da pandemia de covid-19 sobre as diversas possibilidades que essas tecnologias implicam.

As dificuldades enfrentadas pelas escolas não foram pequenas. Foram forçadas a fazer uma migração para o sistema digital em meio à pandemia como forma de tentar diminuir as perdas pedagógicas.

Precisamos nos preparar para fazer essa incorporação das tecnologias novas de forma consciente e integrada.

Quanto ao segundo ponto, é inegável que hoje saber não apenas utilizar as tecnologias digitais, mas também orientar-se e situar-se dentro da cultura digital é uma necessidade incontornável.

O impacto dessas tecnologias em diversos aspectos da nossa sociabilidade trouxe transformações decisivas, como fica claro especialmente no domínio político – especialmente no domínio político –, e não só na sociabilidade. O impacto disso na nossa própria saúde mental é um aspecto que vem despertando a atenção dos pesquisadores há algum tempo.

E notem que esses impactos significativos ocorreram em um intervalo de tempo relativamente curto. Foi há apenas dez anos que os *smartphones*, por exemplo, passaram a dominar, ultrapassando um bilhão de usuários no mundo inteiro e tornando-se o tipo de aparelho telefônico mais vendido.

A expansão dessa tecnologia juntamente com a proliferação das redes sociais digitais tem provocado mudanças em nossa sociabilidade, como sugeri, e tentamos ainda entender, e que terão, certamente, um longo alcance.

Viver nesse novo mundo exige preparo. E esse é um dos pontos que devem ser visados por uma política de educação digital. Todos nós somos usuários e estamos sob a influência das tecnologias digitais. Educar para o digital não diz respeito apenas a preparar aqueles que vão desenvolver essas tecnologias, mas passou a ser aspecto fundamental para formar os cidadãos em geral, que precisam saber mover-se nessa cultura sob pena de exclusão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1DC0060F004CB0D3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em um país como o Brasil, em que muitas escolas ainda sofrem com a falta de coisas básicas, como energia elétrica, o desafio é grande e começa com a infraestrutura.

Nossa esperança é que, com o novo Governo, a partir de janeiro, possamos aproveitar as mudanças recentes na legislação das telecomunicações e o início da implantação da infraestrutura 5G, para já ajudar a criar algumas condições mais favoráveis para enfrentar esses desafios.

Esses desafios, no entanto, vão além da infraestrutura e envolvem a formação de professores, a adaptação dos currículos e o incentivo às pesquisas na área da tecnologia de informação. São esses desafios que nós trazemos hoje, para o debate nesta audiência pública, que pode ser acompanhado por todos os brasileiros e brasileiras por meio, justamente, do portal *e-cidadania.*

Quero mais uma vez agradecer a todos os nossos convidados e convidadas, pela disponibilidade de estar aqui conosco nesta audiência, seja presencialmente, seja pelo meio da videoconferência.

Gostaria também de agradecer a imensa contribuição ao relatório que diversas entidades já nos estão dando, já nos estão enviando, além das convidadas de hoje.

Agradeço ao Comitê Gestor da Internet no Brasil, o CGI.br, na pessoa do Conselheiro Rafael Evangelista, e ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Alagoas, Sinteal, que também enviou sugestões.

Essas ocasiões, proporcionadas pelas audiências públicas, estão, na minha opinião, entre as mais ricas experiências que nós temos aqui no Parlamento. Trata-se de um movimento verdadeiramente democrático, que complementa o momento de tomada de decisões, acrescentando às nossas deliberações, o peso do debate que instrui e esclarece as nossas decisões. A todas e a todos os presentes e os que nos assistem pela internet, desejo um rico e proveitoso debate.

Olha, como nós temos um número grande de palestrantes, e queremos ouvir a todos, eu queria propor que nós tentássemos regular em torno de oito minutos, com dois de tolerância, para uma introdução dos assuntos, e que, eventualmente, a gente faça, havendo tempo e sendo respeitado o tempo, às vezes a gente acaba se empolgando, enfim, a gente vai controlando por aqui, mas que a gente pudesse depois ter até uma réplica, de alguma forma, que a gente dialogasse. É bem produtivo quando a gente faz isso aqui.

Cada convidado, portanto, eu convido que faça, em torno de oito, nós vamos colocar aquele reloginho lá para marcar, para quem está no remoto, tem a voz maviosa aí, como dizia o Senador Anastasia, dos 15 segundos?

Então, pronto. Colocaremos os 15 segundos para avisar, porque às vezes a gente está ali falando e não se dá conta que o tempo já passou, e o tempo é pequeno mesmo. E assim a gente vai tentando organizar, claro, o tempo de cada um, as exposições e as palavras finais também.

Temos as participações das pessoas que vão nos enviando sugestões, perguntas e comentários pela internet, pelos canais, que eu já informei; portanto acho que podemos começar.

Eu vou priorizar aqui quem está, como eu sempre faço, quem está presente, quem está remotamente. Se tiver alguma razão para sair, se tiver alguma coisa como uma inversão, pode nos informar pelo *chat*, e a gente dá um jeito de modificar aqui a ordem das pessoas.

Deixe eu chamar inicialmente Marlei Fernandes de Carvalho, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

Marlei, com a palavra.

Obrigado.

A SRA. MARLEI FERNANDES DE CARVALHO (Para expor.) – Olá, bom dia! Eu quero dar um bom dia ao Senador Jean Paul, a todos que acompanham esta audiência pública, também àqueles que estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1DC0060F004CB0D3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

assistindo de forma remota, já como um dos princípios desse nosso debate aqui na Comissão. Quero saudar também as companheiras que estão aqui presencialmente.

Senador, a CNTE – eu vou reduzir bastante aqui a minha fala –, a Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Educação emitiu uma nota técnica, em setembro de 2021, uma nota que fala, uma avaliação, uma nota técnica de avaliação do PL 4.513, da Deputada Angela Amin.

Eu vou colocar de forma mais geral as preocupações que a Confederação Nacional tem em relação à implementação dessa política. Já foi colocado aqui por V. Exa. que não podemos mais fugir do mundo digital. É necessário um empenho do poder público, é necessário um empenho de toda a sociedade para que possamos ter, de forma adequada, a integração digital de todos os brasileiros e brasileiras também na educação pública e na educação privada. Especialmente, eu falo da educação pública aqui nesse espaço e da necessidade dessa inclusão para que tenhamos a possibilidade de que mais brasileiros e brasileiras estejam incluídos e também a questão da saúde e das necessidades do mundo do trabalho.

Nesse sentido, nós levantamos algumas preocupações bastante grandes do ponto de vista do projeto. É um projeto de inclusão digital, é um projeto que coloca aí várias necessidades, não tem um olhar isolado para a política educacional, embora ele fique mais específico à política educacional, mas ele não tem, não é uma proposta somente à educação. E nós temos uma preocupação grande em relação à forma de implementação disso tudo, visto que o senhor mesmo já levantou, e que esse projeto se insere nesses últimos quatro anos de Governo, as dificuldades que nós temos na escola pública e o montante e o volume de recursos que foram retirados da escola pública, inclusive, a negativa da implementação da Lei 14.172, que garantia e contemplava que 18 milhões de estudantes, 1,5 milhão de profissionais da educação tivessem o acesso à política digital ou aos meios garantidos para a nossa formação e a nossa inclusão.

Dado que a escola pública tem todas essas dificuldades colocadas e também nós da CNTE não podemos falar da inclusão digital nas escolas ou na educação se nós também não falarmos das condições socioeconômicas dos nossos meninos e meninas, ou seja, seus lares, suas casas, visto que, em mais de 30%, no período de pandemia, não tiveram acesso algum às formas educacionais colocadas de forma abrupta pelo Governo e sem as condições adequadas. Nem nós profissionais de educação... A pesquisa mostra que 80% dos profissionais da educação da rede básica não tinham condições de fazer aulas à distância ou de implementar essa proposta de trabalho, até porque também, dadas as suas condições financeiras, não tinham os instrumentos adequados para tal.

Então, é muito difícil que nós falemos da Política Nacional de Educação Digital se não colocarmos essas situações pelas quais a escola pública ainda passa e também os nossos estudantes. Então, para nós, é necessário que haja um amplo debate, um debate mais ampliado do que está posto no projeto e também que haja algumas regulamentações melhores no projeto.

Estou dizendo isto porque tem uma preocupação muito grande com cursos rápidos, com cursos destinados aos profissionais da educação ou a graduados, não graduados, enfim, cursos muito rápidos de que nós não temos conhecimento de forma mais detalhada e também tem aqui uma abertura na nossa forma de olhar muito grande para a iniciativa privada.

Então, nós, defensores da escola pública, entendemos que os institutos federais, que as nossas universidades têm condições de fornecer esse debate, de ampliar as condições necessárias para essa formação e também os currículos.

Nesse sentido, nós da CNTE também temos uma contrariedade à forma da construção da BNCC, da Base Nacional do Comum Curricular, desde a educação infantil até o ensino médio, e aqui, neste projeto, tem uma especificidade em relação sempre a colocar à BNCC. Nós entendemos que a BNCC

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1DC0060F004CB0D3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tem uma formatação mercadológica, que a formação humana foi, basicamente, destituída do processo curricular. Então, por óbvio, gostaríamos que esse debate fosse mais ampliado, que essas situações fossem revistas e principalmente a estrutura, como falar numa política de educação, de formação digital, de inclusão digital...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARLEI FERNANDES DE CARVALHO – ... se as nossas escolas hoje não têm e o projeto não explicita onde buscaremos esses recursos para a condição de infraestrutura das nossas escolas. Acho que isso é central. E não só na escola, mas também para as famílias: banda larga, acesso, condições para que esses estudantes deem continuidade aos seus trabalhos.

Nós entendemos que plataformas de ensino e outros instrumentos são um apoio e não o central na educação, mas um apoio pedagógico e curricular.

Por fim, também dizer da saúde. Nós entendemos hoje que a maioria dos nossos jovens e adolescentes, mas também crianças, passam um tempo exagerado, sem nenhuma orientação, nos meios comunicativos, nos meios digitais. Isso tem causado, na sociedade, diversos distúrbios, diversos problemas dos quais nós também precisamos nos atentar.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito, obrigado, Marlei.

Comentários extremamente relevantes.

A gente, claro, tem observado aqui, já tem trabalhado nesse processo, entendemos também que a lei tem uma função muito principiológica também, mas isso provavelmente não impede que a gente fale e insira questões também principiológicas, não orçamentárias necessariamente, mas em relação a diretrizes de recursos e orientações, como você mencionou, da saúde, enfim, e até da participação proeminente da escola pública nesse processo.

Eu queria aproveitar para chamar a nossa autora querida, Deputada Angela Amin, para a mesa, para ficar aqui conosco e, claro também, comentar, pontuar aqui sobre pontos desse projeto de lei.

Nós definimos aqui, Deputada Angela, fazer as primeiras apresentações em oito a dez minutos e, em seguida – se quiser dar um cumprimento inicial é muito bem-vinda –, a gente faz... Se quiser dar um cumprimento inicial, depois a gente teria a palavra para comentar pontualmente cada uma das apresentações.

Obrigado.

Deputada Angela Amin, com a palavra.

A SRA. ANGELA AMIN (Bloco/PP - SC. Para expor.) – Primeiro, eu gostaria de agradecer a abertura do Senador Jean Paul para essa discussão.

Só para informar, eu trouxe aqui ainda, apenas impresso, um livro que será lançado agora dia 13 de dezembro, fruto das audiências públicas com as entidades da área da educação que nós realizamos no centro de estudos avançados da Câmara com relação a esse projeto. Ele ainda está não impresso, mas ele, sem dúvida, dá uma síntese do trabalho realizado para que nós pudéssemos ouvir as entidades ligadas à área da educação e, assim, realmente seguir em frente num processo que nós não podemos mais fugir.

Eu gostaria de apenas relatar. Eu fui Relatora da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no meu primeiro mandato de Deputada Federal e isso aqui é um avanço daquela lei, pois a pandemia mostrou o quanto a educação está defasada na utilização... Não única e exclusivamente de *sites* ou coisa assim, mas de fazer com que nós tenhamos escolas adequadas para um novo mundo e aqui, colocado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1DC0060F004CB0D3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pela Marlei, é bem claro, quer dizer, as nossas crianças nascem com o dedinho na tela e nós não podemos mais fugir disso, elas vão continuar com o dedinho na tela.

Então, as famílias e o cidadão brasileiro precisam ser preparados para utilizar bem os mecanismos que estão à nossa disposição.

Eu espero, Deputada Angela, que a gente, com essa audiência e com essa segunda parte do livro, consiga fazer o segundo volume e essa obra tenha dois tomos, duas etapas, na Câmara e no Senado.

E queria passar, sem mais delongas, à Patrícia.

Obrigado, Patrícia, Presidente Executiva do Instituto Palavra Aberta.

Com a palavra aberta, Patrícia Blanco.

A SRA. PATRÍCIA BLANCO (Para expor.) – Muito obrigada, Senador. É um prazer estar aqui, uma honra poder participar desta audiência ao lado da Deputada Angela Amim. Tivemos várias interações, não é, Deputada, durante a construção do processo. Queria cumprimentar a Marlei, a Renata – eu ia chamar você de Regina de novo, Renata, porque eu começo Regina e lembro da minha irmã, que começa com "r" –, cumprimentar todos e todas que nos acompanham aqui remotamente.

Quero dizer que o Instituto Palavra Aberta está aqui se colocando como um interlocutor nesse processo de discussão da educação digital por acreditar que realmente a gente não pode mais negar o advento da tecnologia, negar que a tecnologia veio para ficar e veio para ficar num sentido muito de pensar, Senador, como o senhor colocou, a questão do fator de exclusão e inclusão. Hoje pensar tecnologia, pensar como utilizar essa tecnologia da melhor forma possível, é pensar na inclusão social, é pensar nas habilidades necessárias para que o aluno, a criança, o adolescente passem a fazer parte desse mundo conectado, desse mundo digital, rodeado de riscos e de oportunidades, da melhor forma possível, facilitando e proporcionando a mobilidade social e o desenvolvimento.

O Palavra Aberta é uma entidade sem fins lucrativos, que foi criada 12 anos atrás, com o objetivo de defender a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa, e, mais recentemente, nós incluímos na missão do Instituto Palavra Aberta a educação midiática e informacional, por acreditar que o cidadão, ao saber se colocar nesse mundo tão desafiador que a tecnologia nos oferece, também será possível para ele exercer plenamente sua liberdade de expressão, de forma ética e responsável. Então a gente acredita muito no potencial da educação midiática como esse fator de desenvolvimento da cidadania, de desenvolvimento da participação cidadã e responsável nessa comunidade, nessa sociedade conectada.

Nós temos alguns projetos. O primeiro deles, na área de educação midiática, é o EducaMídia, que é um projeto já de três anos, que tem como objetivo formar professores, porque nós acreditamos no valor e no potencial de multiplicação desse professor que leva até o aluno as habilidades da educação midiática. Desenvolvemos, por conta do período eleitoral, o EducaMídia 60+, voltado ao combate à desinformação no período eleitoral. Fizemos também para o período eleitoral o FakeToFora, que é um projeto voltado a jovens que estavam indo para sua primeira eleição, para que eles pudessem não só interpretar os conteúdos midiáticos e informacionais que recebem no seu dispositivo móvel, mas também participar ativamente dessa discussão política. O FakeToFora tem camadas de educação midiática mas, junto, camadas também de educação para a democracia. E o jornalismo: Conhecer para Defender, que é o lado que temos de defesa do jornalismo profissional.

O Palavra Aberta, então, desenvolve o EducaMídia há três anos. O EducaMídia tem representantes e participantes formados e certificados em todo o território nacional. Na última formação, nós tivemos representantes de 450 cidades, dos 27 estados. O curso que a gente oferece é totalmente gratuito, e ele é o início da formação para que esse professor que está em sala de aula possa levar as habilidades da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1DC0060F004CB0D3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

educação midiática, baseado principalmente no que a Base Nacional Comum Curricular já abre de oportunidades.

Aqui eu trago o que a gente chama da mandala da educação midiática, que leva em consideração três principais eixos. O primeiro eixo é o eixo da leitura crítica da informação. É saber interpretar o propósito, a razão, o objetivo daquela informação que chega até nós. Verificar a fonte, verificar o contexto, por que aquela informação chegou até mim, qual é o objetivo político econômico daquela informação.

O segundo eixo leva em consideração que hoje todos nós somos produtores de conteúdo. Então, a partir do momento do advento da tecnologia que nos proporciona o poder de publicação, qual é o nosso papel de responsabilidade nesse mundo digital? Como eu transformo presença digital em fluência digital? Como eu faço com que esse jovem que está atuando ativamente nas redes sociais, no ambiente digital, passe a ter um protagonismo jovem e possa, de fato, atuar como um cidadão no eixo da participação cívica, entendendo o seu papel como cidadão nesse mundo digital.

Dentro do que a gente tem visto e acompanhado, o que a gente vê é que o baixo letramento informacional digital e midiático é um fator de exclusão. Um fator que realmente exclui o cidadão da sociedade conectada, exclui e impossibilita que esse cidadão cresça, se desenvolva. E a gente vê isso de diversas formas, por exemplo, com a perpetuação de vieses algorítmicos que podem proporcionar discriminação racial, discriminação de gênero e todos os outros tipos de discriminação.

A gente vê que a carência de habilidades digitais faz com que o cidadão se torne ainda mais vulnerável a questões de desinformação, de discurso de ódio e de teorias da conspiração, golpes – tantos golpes digitais que acontecem por aí –, e impede então a mobilidade e o desenvolvimento social. E a falta de domínio, o domínio inadequado dessas ferramentas e dos códigos de comunicação, impede que o cidadão tenha voz e representatividade nessa sociedade.

Dentro do que a gente entende como educação digital e midiática, eu gosto sempre de trazer esse gráfico porque ele mostra o seguinte. A educação digital é o guarda-chuva, é o que abrange. Embaixo dela, o letramento digital, o letramento informacional e depois também aqui, olhando um pouco o lado da leitura crítica da mídia, o letramento da informação que chega pelos veículos de comunicação e pelas mídias digitais, que é o *news literacy*.

E dentro da Política Nacional de Educação Digital, aprovada na Câmara, eu incluí aqui o "midiática" para a gente reforçar esse ponto – embora ele não esteja no título –, mas reforçar que o conceito de alfabetização muda conforme também chegam novas tecnologias e novas formas de circulação da informação.

Então, novas habilidades...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PATRÍCIA BLANCO – ... passam a ser exigidas, novas competências. E o conceito guarda-chuva da educação digital e midiática precisa ser além da tecnologia, precisa trabalhar a questão da relação ética responsável, fortalecedora, com as tecnologias digitais, seja ela qual for, porque hoje a gente tem uma tecnologia, amanhã a gente vai ter a tecnologia 2.0, 3.0, 4.0.

O que a gente precisa é desenvolver no cidadão, principalmente nos primeiros anos da escola, essa capacidade para que esse cidadão possa circular e navegar com ética e responsabilidade nesse ambiente digital. O texto aprovado já traz a educação midiática visando o letramento informacional e o desenvolvimento do pensamento crítico para essa atuação responsável.

E eu queria trazer aqui dois outros pontos, alguns outros pontos da camada de educação midiática, que é levar em consideração a questão algorítmica, a questão da economia da atenção, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1DC0060F004CB0D3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

avaliação da confiabilidade das fontes e também essa questão da transformação do cidadão em agentes responsáveis nesse ambiente digital.

Eu queria, só para encerrar esta primeira fala, dizer que nenhuma tecnologia nasce para o bem ou para o mal. A tecnologia é neutra. O que vai mudar a forma como a gente trabalha, a forma como a gente encara a tecnologia é o fator humano.

Então, por isso a gente precisa, em qualquer discussão sobre tecnologia para educação ou sobre educação digital midiática que proporcione essa formação para o jovem, levar em consideração o fator humano, o desenvolvimento do pensamento crítico e da consciência ética. O que vai nos diferenciar para o mundo do trabalho, para a sociedade conectada é a responsabilidade cidadã, a responsabilidade ética do uso dessa tecnologia, que, ressalto, é neutra. A forma como a gente a utiliza pode ser para o bem ou para o mal. Então o que a gente precisa é desenvolver a consciência crítica e a ética desse cidadão que está aí no mundo digital.

Então muito obrigada, Senador. E fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Patrícia. Excelente, em relação a essa questão da tecnologia neutra e do uso, do fator humano. É importante. Vamos comentar a seguir.

Renata. Renata Altman é consultora educacional do Centro de Inovação para a Educação Brasileira (Cieb). Com a palavra Renata Altman. Obrigado, Renata.

A SRA. RENATA ALTMAN (Para expor.) – Eu é que agradeço.

Bom dia a todas e todos! Quero agradecer ao Senador Jean Paul Prates, aos demais membros desta Comissão. Em especial, quero cumprimentar aqui as minhas companheiras de mesa, Deputada Angela, Patrícia, Marlei.

Eu quero agradecer pela oportunidade desta fala e começo me apresentando. Eu sou consultora no Centro de Inovação para a Educação Brasileira (Cieb) e eu falo aqui hoje representando, além do Cieb, algumas organizações que também têm trabalhado nessa pauta da tecnologia na educação, de uma forma coordenada conosco. São elas: a Fundação Lemann, Fundação Telefônica Vivo, Instituto Natura, Imaginable Futures e MegaEdu.

Nós temos acompanhado de perto essa pauta. E a gente considera, sobretudo, após a pandemia – e isto já foi citado –, que ela se mostra urgente e necessária para que a gente avance, de fato, numa transformação da educação do nosso país.

Nesse sentido, a gente fez uma análise, com especialistas das nossas organizações, do Projeto de Lei 4.513. E, aí, muito do que foi dito já aqui nesta mesa representa parte do nosso pensamento. Então eu vou tentar não ser repetitiva. E a partir dessa análise que foi feita pelos especialistas das nossas organizações, a gente aproveita esta oportunidade da audiência para celebrar o projeto de lei.

Então, o início da nossa fala e da nossa análise é uma celebração. A gente fica feliz em ver o aceno para uma política nacional que coloca o país em outro patamar no que diz respeito aos avanços da tecnologia na educação básica.

Esse tipo de política nacional já existe em diversos países, como Portugal, Austrália, entre outros. No Brasil, hoje, a gente tem a Piec (Política de Inovação Educação Conectada) e outras iniciativas de inserção da tecnologia na escola, também citadas aqui anteriormente pelo Senador. Com isso, a gente entende que já tivemos muitos avanços nesse âmbito, no Brasil.

O reforço que a gente faz em prol da aprovação de mais uma política, no caso de uma política nacional, se baseia em alguns fatores que vou listar a seguir. O projeto apresenta um texto muito completo no sentido de que ele prevê e contempla as necessidades de competências digitais ao longo do processo educacional de um ser humano, desde a sua formação básica, quando criança e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1DC0060F004CB0D3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

adolescente, até ele se tornar um profissional, que depende de uma formação continuada também quando adulto. Outro fator que a gente entende como relevante é que se trata de um avanço no olhar para o processo como um todo. Então, muitas das competências demandadas na vida adulta – e que também foram citadas hoje aqui –, tanto no âmbito pessoal quanto profissional, precisam, e isto é fundamental, serem desenvolvidas desde a educação básica, sob o risco de comprometimento da atuação como cidadãos e uma possível exclusão, também falada aqui pela Patrícia.

A gente entende que essa política pode ter um fator articulador central. E aqui está um ponto importante da nossa análise. Entender essa política como uma política articuladora alinhada às demais políticas e iniciativas, como a Piec, o Plano Nacional de Educação, Fust, GAP, BNCC, tanto pensando na questão da universalização da internet de alta velocidade para uso pedagógico quanto para a formação de professores, entre outros eixos importantes que essa política traz.

A gente teve um olhar especial para o tema da formação inicial e continuada de professores, que aparece no projeto de lei, no art. 3º. Aqui eu gostaria de trazer alguns dados que reiteram a demanda e a importância da formação de professores e gestores no tema da tecnologia educacional. Para quem ainda não conhece, o Cieb possui uma ferramenta, desde 2016, que é o Guia EduTec, que faz um diagnóstico do nível da adoção da tecnologia por professores e escolas. O que esses dados trazem para a gente e que a gente entendeu que seria relevante trazer para cá? No âmbito da adoção das tecnologias nas escolas, o que essa pesquisa nos mostrou? Que a média nacional das escolas públicas ainda está no nível básico quando a gente pensa em três dimensões: na visão – que é como a tecnologia é planejada e concebida pelas escolas e pelos sistemas de ensino –, na questão das competências e na questão dos recursos educacionais digitais. Então, essa pesquisa que foi realizada... Foi um diagnóstico com 123 mil escolas. Ela mostra que as escolas ainda estão no nível básico nessas três dimensões. Quando a gente pensa na dimensão da infraestrutura, essas escolas estão num nível abaixo, que é o nível emergente.

Então, eu estou falando das primeiras dimensões, dos primeiros níveis, de quatro níveis – emergente, básico, intermediário e avançado. A gente não chegou no nível intermediário quando a gente olha para a média das escolas nacionais.

Com relação às competências docentes, 116 mil professores que preencheram o autodiagnóstico, a autoavaliação... O que esse autodiagnóstico, essa autoavaliação mostrou para a gente? O nível médio de competência digital dos professores hoje está no nível de familiarização, que é o segundo nível de cinco. A gente fala nos níveis de exposição, familiarização, adaptação, integração e transformação. Então, a média dos professores hoje está no segundo nível, que ainda é o de familiarização. O que isso significa? Que o docente começa a conhecer e usar pontualmente as tecnologias nas suas atividades. Ele identifica e enxerga a tecnologia como apoio ao ensino e usa ainda a tecnologia muito centrada no trabalho dele. Ainda tem pouco uso pelos alunos e de forma interativa.

Em resumo, o que mostram esses dados que eu trouxe? Que a escola está com baixo uso de tecnologia...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RENATA ALTMAN – ... e os professores não estão preparados para o uso das tecnologias. E, a partir desses dados e de outros achados do diagnóstico do Guia EduTec e de outras evidências, entende-se que ainda há um caminho longo para ser desenhado no avanço da formação dos professores. E, novamente, eu reforço e celebro a importância de esse tema estar pautado nessa política que a gente está discutindo, nesse projeto que a gente está discutindo hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1DC0060F004CB0D3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Como último ponto, e não menos importante, eu gostaria de incluir uma ressalva importante ao projeto de lei, que também já foi citada aqui em partes, que é a questão da sua regulamentação. A gente considerou fundamental na nossa análise que a política enderece mais claramente como vai ser feita a sua coordenação e que ela esteja alinhada às demais políticas e fontes de financiamento para que, de fato, ela possa servir como uma política articuladora, que é o que a gente imagina que essa política possa vir a ser, e que ela tenha uma implementação viável e coerente com as demais iniciativas.

Para finalizar, eu, novamente, me coloco à disposição, em nome das organizações que eu estou representando aqui hoje, para continuar debatendo sobre esse projeto de lei e sobre o tema da tecnologia educacional, e reitero o nosso desejo de que essa política tenha sucesso na sua aprovação e na sua futura implementação.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Renata.

Já deu para perceber das três primeiras apresentações, querida autora Angela – e aqui é um trabalho conjunto, sobre que, certamente, a autora, a Deputada Angela vai continuar trabalhando, e tanto é que está aqui conosco, continua o seu trabalho –, que algumas questões em relação a endereçar mais claramente, como você disse, essas formas de procedimento e recursos, a gente vai poder trabalhar.

Eu acho que, quando a gente vem – eu, particularmente, venho mais desta – escola da regulamentação setorial, a gente tem muita preocupação com os verbos, mais do que com os princípios, diretrizes ou substantivos nessas leis mais principiológicas, e a gente precisa, talvez, aprimorar um pouquinho essa questão da implementação em si, não necessariamente indo ao detalhe, descendo ao detalhe, ao detalhe da regulamentação, mas, principiologicamente, também, indicar esses caminhos.

E, nesse sentido, eu quero, antes até dos demais, também já estimulá-los, todos, a fazerem essas sugestões, porque, diante do cronograma até um pouco restrito que nós temos, nós vamos precisar de algumas sugestões. Claro, nós vamos avaliar caso a caso e tudo. Eu percebi isso também, mas a questão é a discussão toda e, depois, elaborar alguma coisa.

Então, assim, da mesma forma, com essa panorâmica de guarda-chuva ainda, sem entrar diretamente na implementação específica, se a gente puder receber as sugestões também em relação a isso, é ótimo.

Eu vou chamar aqui os que estão participando remotamente, começando pelo Diretor da Academia Brasileira de Ciências, o Prof. Virgílio Augusto Fernandes Almeida...

Se estiver aí, faça um sinalzinho.

Pronto! O Virgílio está aí.

Isso porque ele tem que nos deixar aí em torno das 11h30. Então, vamos começar com ele.

Em seguida, para que se preparem, Eduardo Ferreira e Andressa Pellanda. Vamos nessa ordem e eu vou anunciando sempre dois para frente para que vocês se preparem aí.

Obrigado.

Virgílio Augusto Fernandes Almeida, Diretor da Academia Brasileira de Ciências, por favor, com a palavra pelo acesso remoto.

Obrigado. (*Pausa.*)

Está sem som?

Aproveito para dizer a vocês, que estão aí pelo *chat*, que realmente houve um problema na projeção de algumas das apresentações aqui. Nós já estamos resolvendo. Não é normal isso, não. Houve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1DC0060F004CB0D3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

um defeito aqui, e a gente vai cuidar desse problema para que vocês possam também acompanhar as apresentações.

Prof. Virgílio, por favor.

Tem que ligar seu microfone.

O SR. VIRGÍLIO AUGUSTO FERNANDES ALMEIDA (*Por videoconferência.*) – Estão me ouvindo agora?

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pode falar.

O SR. VIRGÍLIO AUGUSTO FERNANDES ALMEIDA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador Jean Paul! Nas pessoas do Senador e da Deputada Angela Amin, cumprimento a todos os presentes e os colegas e as colegas de mesa.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Virgílio, por favor, se puder falar mais próximo ao microfone... Está bem baixinho o seu volume aí. A gente não consegue aumentar, senão dá...

O SR. VIRGÍLIO AUGUSTO FERNANDES ALMEIDA (*Por videoconferência.*) – Bom dia a todas e todos...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ah, aumentou tremendamente. (*Risos.*)

O SR. VIRGÍLIO AUGUSTO FERNANDES ALMEIDA (*Por videoconferência.*) – Melhorou?

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agora vamos sim.

O SR. VIRGÍLIO AUGUSTO FERNANDES ALMEIDA (*Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Senador.

Mais uma vez, cumprimento o Senador Jean Paul e a Deputada Angela Amin, nas pessoas de quem cumprimento as demais autoridades.

Eu, primeiramente, gostaria de dizer o seguinte: analisando esse PL do ponto de vista da Academia Brasileira de Ciências, eu tenho algumas observações práticas a fazer. Primeiro, cumprimento pela proposta do PL, pelos cinco grandes objetivos: inclusão digital, educação digital, qualificação, especialização e pesquisa. E isso tem o valor de propor uma política de Estado e não uma política de governo. Talvez esse seja um ponto fundamental dessa proposta. No entanto, a proposta não trabalha a questão de recursos e financiamentos para os vários objetivos aqui colocados.

Em termos desses objetivos, eu gostaria de dizer que a proposta é muito ambiciosa e, talvez, não considere o fato de que nós temos tido um ambiente muito difícil e, às vezes, hostil ao desenvolvimento científico do país. A ciência sempre trouxe resultados econômicos ao nosso país. A agropecuária, o petróleo, a aviação são resultados do desenvolvimento científico, e, no entanto, o que nós temos visto, em termos reais, para pensarmos, é que, nos últimos dez anos, houve um corte tremendo nos investimentos na área de educação, que caiu de 19% para 8%. Os países desenvolvidos, por exemplo, contam em média com 4 mil pesquisadores para cada 1 milhão de habitantes; o Brasil, apenas 900. E os investimentos dos países da OCDE, por exemplo, em geral, em ciência e educação estão na ordem de 2,5% do PIB; no Brasil, não chegam nem a 1%.

Então, o que nós vemos é um cenário difícil para a implementação de uma política nacional de educação digital.

Além disso, as universidades – que são mencionadas, inclusive, no projeto – têm sofrido cortes acentuados nos últimos anos e, com isso, há redução do orçamento e da possibilidade de desenvolvimento científico, inclusive, nessa área.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1DC0060F004CB0D3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Qual é o ponto, então, das questões que gostaríamos que trazer para o desenvolvimento desse PL? Se a gente analisar os objetivos de vários outros planos estratégicos de outros países para educação digital, não apenas dos países da Comunidade Europeia – porque aí são países que têm recursos constantes para a área de educação, mas olhando também países em desenvolvimento –, há três pontos fundamentais para a educação digital.

O primeiro é a questão de conteúdo, ou seja, ensino e aprendizado digital de alta qualidade e relevante para o currículo, que deve ser disponibilizado para alunos, professores e cuidadores nesse meio digital.

O segundo seria a capacidade de usar a tecnologia digital para melhorar a aprendizagem e garantir que professores, alunos e outras partes interessadas na educação tenham as habilidades e os conhecimentos necessários.

E o terceiro é a conectividade, que é fundamental. A conectividade ajuda a garantir que todas as escolas e indivíduos possam se beneficiar.

E aí a gente vê que essas questões não acontecem no Brasil. Por exemplo, já foi mencionado por algumas das palestrantes que me antecederam aqui o caso da lei de acesso durante a pandemia, que foi vetada pelo Governo.

Então, é importante trazer esse plano da educação digital para uma realidade nossa e talvez revisitar certos objetivos.

Assim, sumarizando os pontos, eu creio que a gente poderia colocar essa política de educação digital para ter uma educação para a cidadania digital.

E o que significa essa cidadania digital? É a capacidade de aprender, estudar, interagir, trabalhar e participar da vida *onlife.* Essa vida *onlife* é a mistura do *online* com a vida presencial.

Então, como sugestões para esse processo – e aí, mais uma vez, eu parabenizo o Senador e os colegas do Senado por terem essas consultas públicas –, eu acho que é importante, dada a amplitude dos objetivos do PL, ampliar o processo de consultas para dar mais foco à política; rever a questão de financiamento e recursos para essa política de educação digital.

E um ponto fundamental para que se tenha resultados é propor uma estrutura de governança dessa política. Então eu sugiro, nesse contexto, tornar essa política habilitada a prover resultados concretos.

Seria importante também coordenar os propósitos desse PL com outras ações governamentais, como as políticas científicas do país, os planos estratégicos que o Governo já publicou nos últimos anos, como o plano estratégico de transformação digital, o plano estratégico de cibersegurança e o plano estratégico de internet das coisas. É importante coordenar essas questões, porque os objetivos colocados por esse projeto de lei são extremamente amplos e necessitariam de uma gama de recursos que, aparentemente, seria muito difícil conseguir.

Então é fundamental, primeiro, estabelecer uma estrutura de governança, revisitar a questão dos financiamentos e coordenar esses objetivos com outras ações governamentais existentes.

Essas são as minhas sugestões, do ponto de vista prático, para tornar esse projeto de lei um sucesso em termos de resultados concretos.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Prof. Virgílio.

Eu já anotei várias coisas aqui importantes da sua fala e lamento que tenha que sair, porque a gente poderia fazer um debate maior. Mas vamos estar em contato aqui também, para aprimorar as sugestões diretas oferecidas pela Academia Brasileira de Ciências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1DC0060F004CB0D3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Queria chamar agora o Presidente da Região Centro-Oeste, da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, que é a Undime, Eduardo Ferreira da Silva.

Com a palavra o Eduardo.

Se estiver conectado, por favor? O.k. Obrigado. Pode seguir.

O SR. EDUARDO FERREIRA DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Bom dia! Bom dia a todos, Senador! Bom dia a todos os presentes!

Eu vou compartilhar a minha apresentação e eu preciso que vocês me tornem *co-host*.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos lá.

Está aí?

O SR. EDUARDO FERREIRA DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Já está liberado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k.

O SR. EDUARDO FERREIRA DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Acredito que todos estão vendo.

A respeito do PL, eu vou trazer para vocês um cenário, já dentro daquilo que vocês apresentaram de uma maneira mais geral. É a respeito da educação municipal como um todo.

Do nosso ponto de vista, da Undime Nacional, a proposta do PL, com uma política nacional de educação digital é pertinente, necessária, e principalmente para nós da educação pública; e, na esfera municipal, como vocês vão ver com a minha apresentação, ela chega de uma maneira muito significativa e para nos apoiar, para fazer exatamente aquilo que todos os oradores pregressos falaram, para que a gente consiga alcançar...

As matrículas na educação básica. Para vocês compreenderem, nós somos a maioria, chegamos a quase 50% das matrículas na educação básica. Isso em 2021, com base no Censo Escolar e em informações do Inep.

Para além disso, dentro da educação básica, quando você distribui em rede estadual, federal, municipal e privada, novamente lideramos o *ranking*, com mais de 18 milhões de matrículas, um percentual, uma quantidade bastante significativa quando se fala em termos de impacto e alcance. E ao que tudo indica, o PL 4.315 chega na concepção de alcançar todas essas pessoas e olhar que o município é de suma importância para que a gente consiga alcançar esses alunos.

O ensino fundamental por dependência – e nós vamos falar de estadual e municipal, privada, entre urbana e rural. Novamente, a urbana é bem maior do que a rural. Temos aí alguns crescimentos significativos em termos de acesso, via internet rural, principalmente advindos de tempos de pandemia, mas nós precisamos seguir avançando, como o Virgílio acabou de falar, principalmente em conectividade. Ter equipamento hoje e não ter conectividade acaba nos limitando a alcançar o uso de tecnologia nos espaços educativos dentro do nosso vasto país.

Em termos de matrícula de ensino fundamental – agora estamos falando em termos de percentuais –, os anos iniciais atingem 70%. Então, está dentro do município este atendimento: 70% das crianças que acessam à escola. E 45% dos anos finais, em que já há um equilíbrio entre o estado e o município, quando nós entramos aí com os do 6º ao 9º ano, que são os anos finais – do 1º ao 5º, a maioria é estado. E esse cenário tende a se acentuar, passando mais efetivamente ao atendimento da rede municipal, principalmente para os anos iniciais, dada as políticas que se desencadeiam ao nível de Brasil.

Quando olhamos para o ensino médio, a rede estadual lidera com toda certeza. A iniciativa privada atende, mas ainda assim é muito pequena; e a federal também é muito pequena. Em torno de 94,6% das matriculas de ensino médio estão na zona urbana, apenas 13,8% estão na zona rural,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1DC0060F004CB0D3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

dependendo do estado onde se está. Inclusive, a zona rural já tem conectividade, mas isso não é regra, está sendo mais exceção. Por dependência administrativa, nós chegamos aí a 60,2% de escolas municipais. São 178.370 escolas de educação básica atendidas pelos municípios.

Em termos de creche, pré-escola, anos iniciais, anos finais do ensino médio, anos iniciais, e do ensino fundamental, a oferta chega a 106 mil unidades escolares. Então, um percentual bastante grande, chegando a quase 60%. Quando se fala de pré-escola, então, pode-se dizer que 100% – quase, não é?

Quais são as dificuldades em estrutura, infraestrutura e uso de tecnologia? Quando vocês olham para a questão municipal, ela está dividida em quatro colunas, e a parte federal de internet e internet banda larga vocês já veem que é 100%. O município ainda amarga resultados que são terríveis, inibindo o acesso ao uso de tecnologia e ao uso razoável, ao bom uso de tecnologia, tá? Quando se fala de outros acessos tecnológicos e formas de acesso, fica mais gritante ainda. Computador de mesa para alunos, quando se olha para a rede municipal, é muito baixo ainda. E por falar em inclusão digital, nós precisamos incluir acesso a equipamentos, ter a banda de qualidade, senão não adianta ter equipamento e você não ter banda de qualidade para conseguir fazer uso adequado.

Quanto aos recursos disponíveis para o ensino médio, mesmo quando você olha para a rede municipal, novamente nós estamos aí nos piores resultados. Então é preciso um olhar muito sensível da política e não pensar em alguns regramentos e regulamentações. Tem que direcionar para esse público para que a gente consiga alcançar resultados mais significativos.

Escolas de ensino fundamental com banda larga em 2021 e de ensino médio. Novamente, o cenário é ruim para o ensino fundamental, muito mais gritante do que o ensino médio, e a Região Norte, notadamente, é mais fragilizada ainda.

Escolas com acesso à internet. Aí foi dividido por região. No Brasil, de uma maneira total, nós temos 80%, sendo que a maior parte ainda é a zona urbana, 98%, e 52% é zona rural.

Quando se olha por dependência administrativa, novamente, a rede municipal é "lanterninha", com 71%. Nós precisamos olhar mais uma vez para essas questões em termos de acesso.

Os domicílios com acesso a computador e internet. Nós temos, em nível de Brasil, 39% com computador e 82% com acesso à internet. Isso tem ampliado, principalmente de 2019 para 2020, quando houve um crescimento gigantesco advindo da pandemia da covid-19. Nós precisamos mudar o formato de trabalho. Não foi o melhor, mas ainda assim garantia acesso.

E os usuários de internet, em termos de total, urbano e rural: urbano ainda é maioria. Quando você compara rural e urbano, há uma diferença de quase dez pontos percentuais, mas houve um crescimento bem acentuado de 2019 para 2021, principalmente na zona rural, e isso fica evidenciado.

As dificuldades das secretarias municipais de educação. Aí nós elencamos alguns problemas por *ranking* de dificuldade: muita dificuldade, alta dificuldade, pouca, baixa ou nenhuma dificuldade. A maioria tem alta dificuldade. Em acesso dos estudantes à internet nós temos alta dificuldade.

As dimensões que nós precisamos priorizar nas fragilidades nessa lei que regulamenta. A prioridade é a alunos de ensino médio, e nós não podemos fazer isso. Notadamente, nós precisamos direcionar isso para alunos do ensino fundamental.

Essa apresentação vai ficar disponível para vocês. Meu tempo já acabou. Eu espero que eu consiga esclarecer algumas outras dúvidas, mas, em síntese, eu acho que fica incisivo priorizar alunos do ensino fundamental, dadas as informações que nós compartilhamos com vocês. Aí fica notória a fragilidade dessa etapa.

Bom dia a todos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1DC0060F004CB0D3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Eduardo.

Quero anunciar aqui também que o nosso Presidente desta Comissão, o Senador Rodrigo Cunha, meu querido amigo, a quem agradeço reiteradamente por ter me confiado aqui a Presidência interina durante o período em que esteve dedicado também lá à campanha no estado... Tivemos aqui um período muito profícuo, tanto quanto durante as suas presididas sessões desta Comissão, Rodrigo. Acho que foram seis sessões, se não me engano, que nós fizemos aqui, com um balanço muito positivo, audiências sobre quatro assuntos importantes, inclusive o bloqueio do FNDCT, quatro audiências só sobre 5G também, sobre internet das coisas, provavelmente mais de 30 projetos de lei aprovados, entre eles muitas concessões e renovações de concessões de radiodifusão, que são muito importantes aqui e fazem parte do dia a dia desta Comissão. Acho que imprimimos o mesmo ritmo e a mesma competência que você tem aqui ao presidir esta Comissão.

Então, eu queria conceder a palavra ao Senador Rodrigo Cunha, rapidamente, para as suas observações também aqui sobre a nossa audiência pública, e, em seguida, retomar aqui a sequência dos palestrantes.

Obrigado, Rodrigo.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL. Para discursar.) – Senador Presidente Jean Paul, amigo, fico feliz demais em ter acompanhado o desenvolvimento desta Comissão tão importante para o país sob a sua condução, inclusive o Brasil inteiro já lhe conhece pela forma coerente, pela forma de conteúdo informativo e de conteúdo também transformador que você traz durante toda a sua carreira.

E a tecnologia faz parte do seu currículo. Eu percebi, nessas seis sessões, a forma como foi conduzida, em que sementes foram soltadas para gerar frutos mais à frente. O 5G, por exemplo, desde quando nós estávamos aqui, V. Exa. trouxe, com propriedade, um assunto que precisa ter também monitoramento. Tenho certeza de que V. Exa. irá acompanhar, também pelo Executivo, uma forma que não chegue apenas para alguns, e sim para todo o país, principalmente para as áreas em que as empresas de imediato não enxergam lucro, mas em que é necessário levar o desenvolvimento. São assuntos de futuro, como a eletromobilidade, em que V. Exa. também é o autor da Frente Parlamentar da Eletromobilidade, então é um assunto em que está à frente. E assuntos necessários como este que nós estamos presenciando agora: tratar sobre tecnologia, tratar sobre educação e tratar também sobre os professores, porque muitas vezes, quando a gente fala em tecnologia, fala olhando para os alunos e esquece que, no meio campo, tem os professores.

Eu me lembro disso porque, durante a pandemia, o que eu mais vi foram dificuldades dos professores em utilizar uma câmara – uma câmara! Um deles disse: "Eu nunca fiz um curso para ser *vlogger*, para ser filmado, para ser *youtuber*. Não, eu sou o professor de giz e quadro e agora eu estou me vendo forçado a ir para uma situação para a qual eu não fui preparado".

Então, essa visão é o que é o futuro. Nós estamos tratando aqui de algo necessário para que as crianças... E a gente tanto luta aqui no Senado, para conseguir recursos para comprar *tablets*, e do outro lado para que tenha alguém que possa passar a instrução da melhor maneira e tornar interessante também. Eu tenho dois filhos – o João tem 14 e a Luna tem 11 – e, sinceramente, acompanhando todo o desenvolvimento deles, imaginar uma criança, com o pensamento acelerado que elas têm, ficar quatro horas sentado numa sala de aula, com um professor com o giz na mão escrevendo no quadro, na lousa, é muito complicado, porque ela está acostumada a cada 15 segundos, no máximo, estar mudando a mensagem, estar vendo outra informação. Então, a aula também tem que se adaptar a ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1DC0060F004CB0D3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

algo interativo, a ser algo que chama a atenção das crianças, para que desperte o interesse nela em querer conhecer cada vez mais.

Não é que a gente vá abandonar os livros, não é isso, mas tem que ter uma visão do momento. E, em uma situação como esta, eu percebi que vários outros convidados que irão expor... E aqui quero mencionar um, que vai falar logo em seguida, o Paulo Tenório, que tem um sistema, na Trakto, de tecnologia, falo porque o conheço, é do meu estado, ganhou o mundo e o país, e tem uma visão justamente para o setor público, para os professores, para dentro das prefeituras, de uma forma que seja acessível, desde logo, uma formação dos professores para utilizarem uma tecnologia, e assim o aluno não estranhe quando encontrar um professor dentro do seu telefone, que seja algo mais corriqueiro.

Então, dessa maneira, Presidente, parabéns por hoje, por este momento, parabéns pela condução da Comissão e parabéns pelo que tenho certeza de que V. Exa. vai fazer pelo país!

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Presidente Rodrigo, pela confiança e por se dispor a continuar esse trabalho aqui na Casa. Eu estou no meu último ano de mandato, pelo menos neste mandato, e tenho certeza de que V. Exa. vai cuidar inclusive da nossa Frente da Eletromobilidade, que é muito importante, e mais ainda desse processo, que já faz parte do seu mandato. Nós que acompanhamos o seu mandato pelo estado sabemos que o Presidente Rodrigo é conectado, ligado e tenta, dentro dessa dificuldade que todos nós aqui relatamos, cortar, entrar, quebrar paradigmas, dentro do mandato popular, de trazer essa questão da tecnologia para o dia a dia da população do seu estado.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Se me permite, Presidente, vou falar aqui um exemplo dessa atuação, colocando como desafio para V. Exa., que tenho certeza de que vai continuar contribuindo bastante com este país.

Eu consegui colocar no meu estado, que é Alagoas, um dos estados mais pobres deste país, 360 pontos de internet gratuitas, em todas as cidades.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Coloquei um ponto de internet em comunidades quilombolas, indígenas, em área rural. Onde muitas vezes eu só enxergava uma maneira de levar acesso à informação, percebo, retornando a esses ambientes, que muitas vezes é um serviço de utilidade pública. É através daquele ponto que está lá numa associação que a comunidade acessa a saúde, a segurança, chama a polícia, liga para um médico, consegue ter acesso a uma localidade mais distante.

Então, a internet é hoje um item essencial para uma vida com qualidade. V. Exa. com certeza também tem esse conhecimento. Durante as audiências do 5G, prestei muita atenção nesta contrapartida: onde não tiver o 5G, ter no mínimo o acesso à comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente. É por essa razão que nos mapas, quando a gente discute esse assunto, a gente se refere a iluminar uma região. Quando a gente se refere não só a Alagoas como a todo e qualquer mapa do 5G, da chegada da fibra ótica, da conectividade, fala-se esta expressão "iluminar". É iluminar neste sentido de prover às pessoas esta possibilidade de evolução, de atualização, de aprimoramento social, econômico, cultural, etc., que é o seu programa, e outros também que existem, mas esse especificamente, porque é de um mandato. O que eu acho bacana nessa iniciativa é que você conseguiu modularizar e fazer disso um produto de um mandato – que infelizmente é a forma que a gente tem, às vezes, de compensar as ausências ou as impossibilidades de recursos já definidos em orçamentos, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1DC0060F004CB0D3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

leis e em políticas de Estado. Infelizmente a gente ainda está aos trancos e barrancos tentando fazer esse esforço, e esse esforço seu deve ser reconhecido no Estado de Alagoas e no Brasil como um paradigma, um modelo para outros mandatos, enquanto a gente não tem tudo isso tão organizado quanto gostaria.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Presidente, se me permite, só para finalizar, demonstrando também a importância da visita de cada um que está aqui – com muitos já tive contato pessoal, o que demonstra como vocês buscam levar a cada gabinete a importância de investir em tecnologia –, eu digo a todos que estão nos assistindo: façam isso, porque, aqui, nesses corredores, eu escutei e escuto alguns colegas falando que tecnologia não enche a barriga de ninguém.

Não é esse pensamento, não é esse pensamento. Lógico, a gente tem um assunto como a fome que é prioridade absoluta e tem que ser, mas a tecnologia é cidadania. A tecnologia, no mínimo, faz com que uma pessoa que tenha acesso à internet tenha condições de crescer na vida muito mais que outra que não tenha acesso à internet, com isso, quebrando-se um ciclo de pobreza. Então, a tecnologia é necessária.

Essas visitas que os senhores fazem aos gabinetes, muitas vezes com a assessoria e outras vezes com os Parlamentares, são de extrema importância, porque, senão, o nosso dia a dia vai levando apenas para um foco. E vocês, demonstrando com resultados, trazem um resultado também fantástico – e uma audiência pública como esta, mais ainda, porque o Brasil inteiro acompanha.

Presidente, muito obrigado pelo aparte.

E aos amigos aqui eu me coloco sempre à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Presidente Rodrigo Cunha, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, nosso Presidente competentíssimo e ligado a esse processo, como não poderia deixar de ser.

Vou dar prosseguimento aqui com a Andressa, que eu já tinha chamado. Em seguida, serão o Daniel e Fernando.

Andressa Pellanda, Coordenadora Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, com a palavra.

A SRA. ANDRESSA PELLANDA (*Por videoconferência.*) – Boa tarde, Senador, a quem agradeço pela oportunidade de estar aqui conversando com vocês, também reconhecendo o trabalho que o Senador Jean Paul Prates tem feito na educação no Senado Federal.

Cumprimento também os demais Senadores, os demais membros da mesa e também quem está ouvindo e participando.

Vou fazer uma apresentação de eslaides. Eu precisaria da autorização, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Só um segundinho. (*Pausa.*)

O.k.? Está o.k. (*Pausa.*)

A SRA. ANDRESSA PELLANDA (*Por videoconferência.*) – Conseguem ver a minha tela com a apresentação?

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ótimo.

A SRA. ANDRESSA PELLANDA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Eu queria, primeiro, começar dizendo que o que eu vou trazer aqui é uma agenda que tem sido discutida não só no Brasil, também trazendo referências de organizações e pessoas que têm trabalhado com isso no Brasil, como também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1DC0060F004CB0D3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

fora do país, já que a Campanha Nacional pelo Direito à Educação integra a Campanha Global pela Educação. Também faço parte do *board* de Coordenação da Consulta Coletiva da sociedade civil junto à Unesco global, que acabou de organizar, no espaço de cooperação sobre ODS 4 das Nações Unidas, uma cúpula global que é a Transforming Education Summit, que destacou, inclusive, como um dos desafios a questão da digitalização. Então, estou trazendo aqui também uma perspectiva crítica sobre essa agenda global.

Primeiro, acho que não preciso me estender muito nisto, pois já foi trazida pela representação da CNTE assim como da Undime, a situação precária que passamos durante a pandemia, com a falta de acesso à tecnologia, à internet, com a falta de condições de trabalho para os profissionais da educação, com a falta de formação dos próprios pais e dos profissionais para uso dessas tecnologias, com a própria falta de condições dentro das casas – além da tecnologia, eram condições insalubres de educação, condições de acesso à comida, à água. Aí eu também me somo à preocupação do Prof. Virgílio quanto à falta de investimento na área da educação e também em outras áreas sociais, que é algo que precisa ser olhado também quando a gente pensa em construir uma nova política que também vai demandar esforços orçamentários.

E aí, a princípio, para trazer o início da nossa discussão, eu queria trazer uma nota técnica que a Campanha Nacional pelo Direito à Educação junto com a Rede Escola Pública e Universidade e o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente fizemos, no começo da pandemia, que tratava sobre transparência e monitoramento das políticas de caráter emergencial na pandemia, e muitas delas diziam respeito às parcerias que foram feitas com o setor privado, outras formas de políticas emergenciais para acesso remoto, uso de tecnologia. Nesse documento, a gente traz as preocupações da Unesco prioritariamente sobre as estratégias de ensino remoto, trazendo as preocupações sobre a difícil implementação, o que já foi trazida aqui na audiência, e ressaltando que, independentemente de um momento emergencial ou de qualquer política que seja, todas elas têm que garantir um conjunto de obrigações do Estado para a garantia do direito à educação e, aí, especialmente, à igualdade de condições de acesso e permanência, à gratuidade, à gestão democrática, à garantia de padrão de qualidade. E é um pouco sob esse olhar que eu vou trazer aqui as discussões que a gente traz em notas técnicas e para essa política digital.

E, aí, a gente fez umas tabelas para auxiliar esse monitoramento, e eu destaquei algumas perguntas importantes que eu também quero trazer aqui para debater esse projeto de lei. Então, por exemplo, quantos estudantes e educadores da rede têm acesso a *tablets*, *smartphones*? Quantos foram distribuídos? E eu acho que aqui já foi trazida pelo Eduardo, por exemplo, uma série de dados sobre o trabalho que a Undime fez, que traz informações a respeito; e esse diagnóstico precisa ser feito com profundidade para essa política. Quais as políticas de privacidade das ferramentas de comunicação eventualmente utilizadas? Foram comunicadas aos estudantes, aos educadores, às famílias, aos usuários? Como se segue a Lei Geral de Proteção de Dados, que é um dos temas importantes também que tem sido debatido fora e aqui no Brasil? Há protocolos de uso e de descarte dos dados eventualmente coletados? Como esses dados são coletados? Isso precisa ser muito aprofundado nesse projeto de lei. A gente também fala um pouco sobre as parcerias com as empresas, as parcerias público-privadas, como elas foram feitas, quais foram os bônus e os ônus, quais os custos-benefícios envolvidos. Houve convênio para compra de material? Houve doação de equipamento, compra de equipamento? Como é organizado esse orçamento para esse tipo de política? Houve suplementação orçamentária? – e, aí, trazendo também as discussões que foram trazidas pelo Prof. Virgílio. Quais as métricas e fontes de dados para verificar se as atividades, de fato, garantiram o direito à educação? Enfim, há uma série de questões. Esses eslaides vão estar disponíveis, a nota técnica está disponível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1DC0060F004CB0D3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu queria aprofundar algumas dessas questões. Primeiro, sobre casos que a gente não pode repetir – esse projeto de lei tem que se direcionar também a eles –, como o uso de aplicativos de educação, durante a pandemia, que eram aplicativos ligados a empresas que estavam produzindo *fake news* no debate político, no debate público. E foi uma empresa que foi contratada e teve acesso a dados de 7 milhões de alunos dos Estados do Amazonas, Pará, Paraná e São Paulo, no Brasil. Então, aqui é um caso já emergente que aconteceu no Brasil e para que esse projeto de lei precisa olhar, para não repetir esse tipo de prática e para fazer uma regulação decente.

A outra questão de regulação que precisa estar neste projeto de lei são as regulações com as parcerias público-privadas. Eu trago aqui o Gafam (Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft), que são as principais empresas globais que têm promovido a digitalização da educação... E a gente vê que muitas parcerias têm sido feitas com o setor privado sem deliberação comum das comunidades, a médio e a longo prazo – não foi só em caráter emergencial –, e dando espaço para que elas, inclusive, pautem e definam parte da política dos sistemas de ensino, não é? E a gente defende que a utilização de plataformas digitais tem que seguir padrões de segurança de dados, seguindo também a LGPD, e o uso de *softwares* livres, outros mecanismos para garantirmos o uso adequado e que garantam o direito à educação.

Uma pesquisa que a ActionAid Internacional, que é uma das parceiras nossas nessa incidência global, fez em 2020 mostrou que, se essas empresas pagassem mais impostos, elas poderiam pagar quase 900 mil professores em 20 países, inclusive o Brasil, e que existe uma saída de R$15,7 bilhões por conta dessa questão de isenção fiscal. Então, aí é outra questão: como vamos pagar uma política dessa? E aí a gente vê, por outro lado, uma não justiça tributária acontecendo.

Eu queria indicar o Observatório da Educação Vigiada, que fez uma pesquisa em nível superior, sobre essas empresas no ensino superior, que mostrou que 79%usam o serviço dessas empresas; então, é central para a discussão desse projeto de lei – também não vou me avançar nisso.

E queria também recomendar que o Comitê Gestor da Internet no Brasil possa também ser convidado por agências a trazer seus estudos que têm sido feitos recentemente sobre tecnologia, educação. O mais recente é este *Educação em um cenário de plataformização e de economia de dados: parcerias e assimetrias*, em que eles trazem constatações como gestores desconhecendo o modelo de negócios de aplicativos, setores com incompatibilidades legais, uma questão de colonialismo digital, que eu também trouxe ali no estudo da ActionAid, e uma preocupação mundial com o avanço do setor privado, comercial na educação.

E, nesse sentido, eu recomendo que a relatoria do projeto use os Princípios de Abidjan, que são princípios orientadores sobre as obrigações dos Estados em matérias de direitos humanos de fornecer educação pública e regular a participação do setor privado, um documento que já é referenciado por várias comissões regionais de direitos humanos, pela própria Organização das Nações Unidas, pelo Parlamento Europeu, e que agora tem uma versão em português, que a gente fez a tradução, que pode colaborar muito para que essa regulação da atuação do setor privado possa estar presente também nesse projeto de lei.

Como eu disse, a relatoria da ONU tem preocupação também com o uso de recursos em educação pública e tem feito recomendações sobre tecnologia. O mais recente relatório deste ano alerta sobre esses riscos de avanço da privatização e recomenda os Princípios de Abidjan como uma referência para essa regulamentação.

E, por fim, queria entrar nas recomendações finais. O texto do projeto de lei ainda está muito solto nesses aspectos todos de riscos para garantia do direito à educação. É preciso garantir acesso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1DC0060F004CB0D3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

permanência, qualidade, inclusão, acessibilidade, disponibilidade, aceitabilidade, adaptabilidade; tudo isso são as diretrizes globais sobre o direito à educação, conceituais para essa garantia.

A gente tem uma falta de questões amplas sistêmicas e detalhamentos essenciais que devem ser incorporados para não levar a problemas de governança, problemas de violação de direitos. A gente também acha que a governança de educação digital precisa estar aliada a um olhar mais sistêmico para, além da educação, um projeto de país que tenha uma política de Governo aberto. A gente também recomenda o uso e o desenvolvimento de plataformas livres e de Recursos Educacionais Abertos (REA), está previsto inclusive na legislação brasileira no próprio Plano Nacional de Educação. Também a coleta e o monitoramento e a transparência de dados, claro, a transparência nas parcerias público-privadas, seguimento dos Princípios de Abidjan, da Lei Geral de Proteção de Dados. Ainda, em como resolver um problema de conectividade e insumos tecnológicos para professores e estudantes com equidade, que já foi mencionado aqui, mas também inclusão, porque muitas das tecnologias excluem pessoas com deficiência por exemplo. E é preciso seguir a regulação global e nacional da internet, os direitos digitais, garantir o investimento público em educação pública para as áreas que são prioritárias e estão descobertas, e esse como um programa também complementar. E, claro, discutir isso à luz da próxima discussão do novo Plano Nacional de Educação, que deve começar em 2023.

Então seria muito interessante que esse debate estivesse também inserido nessa discussão para que o Plano Nacional de Educação não seja desconectado dessa política de digitalização, que é de suma importância e que precisa ter uma regulamentação adequada.

Por fim, foi interessante também trazer aqui a fala da pessoa que está presente e que participou da construção da LDB, e lembrar – não é? – que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação prevê uma educação crítica emancipatória e não formatada, subserviente. Então, a gente precisa também que esse uso de tecnologia de digitalização seja uma ferramenta, um meio crítico para se desenvolver o processo educacional e não o fim. Então, acho que essa é a base conceitual mais importante que a gente defende aqui.

Era isso.

Muito obrigada. Ficamos à disposição para os próximos debates.

Os eslaides já foram enviados, para quem quiser acessar os documentos e as informações que eu trago aqui.

Só queria recomendar também, além do Comitê Gestor da Internet, para ser convidada a Contee, que é a confederação dos trabalhadores em educação no sistema privado, que já tem visto um debate grande, já que o sistema privado tem trabalhado com mais frequência o uso digital na educação, e eles podem ser uma referência bastante importante para trazer discussões sobre isso.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado, Andressa.

Só informando, para lhe dar satisfação em relação à questão do Comitê Gestor da Internet, como mencionei na abertura, que está representado aqui conosco e conversando com a nossa equipe, pelo Conselheiro Rafael Evangelista.

E a Contee é uma boa sugestão – vamos aqui incorporá-la –, além aqui do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Alagoas, Rodrigo, de que nós também recebemos já sugestões e está trabalhando conosco.

Eu queria pedir a vênia aqui ao Fernando e ao Daniel, que eu já tinha chamado, porque me parece que o Paulo Tenório também tem um horário. Então, eu queria rapidamente passar para ele, se vocês puderem, e em seguida retomamos a ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1DC0060F004CB0D3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Paulo Tenório, então, que é CEO e fundador Trakto, com a palavra.

O SR. PAULO TENÓRIO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, Senador! Bom dia a todos! É um prazer estar falando aqui.

Eu também vou precisar compartilhar a minha tela. Então, assim que estiver disponível, por favor me avisem. Está bom?

Primeiro eu quero agradecer ao Senador Rodrigo Cunha a parceria de sempre. Eu aqui venho representando o desenvolvimento de tecnologia brasileira, 100% brasileira, aplicada à educação.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está aberto aí, viu?

O SR. PAULO TENÓRIO (*Por videoconferência*.) – O.k. Muito obrigado.

Eu vou começar compartilhando a minha tela aqui. Só um segundo, por favor, e eu já deixo isso para vocês aqui, porque a gente já tem o compartilhamento. Só um minuto.

E a ideia inteira, até é uma das coisas que eu quero deixar com vocês hoje... Eu vou pedir, só para organização, para poder permitir compartilhar a tela também. Está certo? Eu estou compartilhando apenas algumas abas.

Deixe-me começar aqui compartilhando esse começo.

Está todo mundo vendo a minha tela?

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim. Tudo bem. Perfeitamente. Pode prosseguir.

O SR. PAULO TENÓRIO (*Por videoconferência*.) – O.k. Então, vou começar.

A Trakto é uma empresa 100% alagoana, 100% brasileira. A gente começou a jornada em 2013 como *startup*. *Startup* é aquela pequena empresa de tecnologia que tem um grande poder de alcance e de escala. E foi muito interessante que a Trakto nasceu de um *demoday* – um *demoday* é um evento, uma competição entre empreendedores e empresas de tecnologia – e nasceu com um apoio de uma política de estado. Então, o Governo do estado era um dos patrocinadores à época dessa iniciativa, a Trakto nasceu, a gente nasceu com uma ideia de transformar não só o mundo dos negócios, mas também da educação através do *design*.

E a gente tem uma coisa: o *software* da Trakto funciona na *web*, você pode acessar tanto no navegador como também no nosso aplicativo. E ele é a primeira ferramenta de *design* desenvolvida no Brasil. Isso é uma quebra de um paradigma muito grande, porque a gente briga com gigantes do mundo. A gente fala sobre Microsoft, PowerPoint, que todo mundo conhece que é muito utilizado dentro das salas de aula, e todo mundo sabe a dificuldade muitas vezes que o professor tem de ter acesso a uma ferramenta de *design* inteligente. E a gente ter uma ferramenta nacional eu acho que é muito importante por tudo que a gente já escutou sendo falado, desde lei de proteção de dados até o tipo de digitalização que a gente está oferecendo para a educação brasileira.

Então, basicamente eu vou apresentar como a Trakto funciona rapidinho e entrar nessa solução da educação que a Trakto oferece hoje.

Primeiro, essa aqui é a interface da Trakto. Eu quero mostrar essa simpática bonequinha aqui chamada Bella, e ela é uma inteligência artificial capaz de gerar conteúdo de forma automática. Ela não está copiando do Google, ela não está vindo de um banco de dados, é uma tecnologia nova chamada GPT-3, em que você consegue criar conteúdo de forma automatizada.

Eu vou dar um *zoom* aqui para todo mundo ver. Eu estou perguntando aqui quantos planetas existem no Sistema Solar. Eu aperto um botão, a Bella está fazendo justamente a criação de conteúdo, e ela já coloca aqui um conteúdo possível para poder ser colocado. Hoje, pessoal, o que eu estou mostrando aqui é uma coisa muito na frente do futuro a que os alunos vão ter acesso, não só alunos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1DC0060F004CB0D3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

como professores, e que traz um novo paradigma aí para ser quebrado na educação, que é justamente a criação de conteúdos digitais, e com uma ferramenta que auxilia o professor, por exemplo. O professor vai poder criar conteúdos de forma dinâmica. Então, isso aqui já está disponível. É uma realidade e já está presente em várias escolas do Brasil, porque é uma ferramenta de inteligência artificial que ajuda na criação de conteúdo de forma automatizada. Então, essa aqui é uma parte da Bella.

Mas, a Trakto, como ferramenta de *design,* a gente consegue oferecer para professores e alunos uma ferramenta em que é possível criar qualquer tipo de conteúdo, desde *sites,* de forma superfácil, até conteúdos para as redes sociais e na sala de aula.

Então, muitas vezes a gente esquece, mas o professor é o grande criador de conteúdo, é o grande influenciador do Brasil. Se a gente prestar atenção hoje, o professor precisa estar digitalizado, precisa estar se comunicando na linguagem dos alunos. E aqui na Trakto, com essa ferramenta, ele consegue selecionar um modelo já pré-pronto do que ele precisa e ele é capaz... Esse aqui é o nosso PowerPoint brasileiro, vamos chamar assim, está certo? Então, é a forma como o professor consegue criar todo o conteúdo, sendo que ele não gera só uma apresentação, um ppt, ele é todo interativo, ele gera vídeos, gera PDFs, publica como *site*, como *link* e também apresentações *online*. Então, não vou entrar em tantos detalhes, mas é uma ferramenta de autoração que para quem já está acostumado com PowerPoint vai estar em casa.

Há ferramentas como essa aqui, por exemplo, em que eu posso clicar aqui, adicionar por exemplo uma imagem do nosso banco de imagens, porque esse banco de imagens é gratuito, ao qual professores, alunos podem ter acesso. E por exemplo eu consigo adicionar uma imagem com um clique aqui, consigo manipulá-la dessa forma, eu aperto um botão e a partir de agora a Trakto já consegue remover o fundo utilizando inteligência artificial.

A gente como *startup* está sempre no limite de tecnologia do que é possível e do que não é possível ser feito. E para a Trakto, sendo tecnologia brasileira, disputando com gigantes do mundo inteiro, oferecer essa tecnologia dentro da educação pública de baixo custo é uma das nossas missões. Então, com um clique, eu acabei de remover o fundo de uma imagem e eu já posso começar a trabalhar. Então, essas ferramentas facilitam.

Pois bem, iniciamos um projeto de educação, já há muito tempo, aqui em Maceió, em alguns municípios de Alagoas. E o que foi que aconteceu? Eu escutei muito falar aqui sobre o acesso dos professores a uma ferramenta de educação. Então, imagina a Trakto, um *software* de alta tecnologia... Quando a gente começou a conversar com o Secretário José de Barros Neto, aqui da Secretaria de Maceió, a primeira coisa era o acesso aos dados. E o que acontecia? Nos dados a que a gente podia ter acesso, havia a dificuldade que a própria Secretaria de Educação municipal tinha de entender como estava a infraestrutura da rede municipal. Eu perguntei: a gente tem a quantidade de escolas com as suas métricas? Por exemplo, quantos computadores estão disponíveis? Qual o estado dos laboratórios? E não tinha.

A partir daí, a gente começou um trabalho a quatro mãos fazendo uma pesquisa aprofundada. O nosso time visitou cada uma das 147 escolas; dessas, 134 foram entrevistadas, 11 estão em reformas, e há 2 a que a gente não conseguiu ter acesso. Conseguimos conversar com mais de 2,6 mil professores, mais de 1.188 salas de aula visitadas. O que a gente descobriu? A infraestrutura da sala.

Vou dar um *zoom* aqui, para vocês só darem uma olhada nesse gráfico. Aqui é em relação à infraestrutura sobre cadeira do professor, bancada do professor. Eu vejo muita gente falando sobre digitalização – a conversa da gente hoje nesse projeto de lei. Mas para poder acontecer uma digitalização, o professor e a escola precisam ter uma estrutura mínima. E essa estrutura mínima de acesso inclui desde a sala de aula até a sala da diretoria, a secretaria, a sala dos professores, a área

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1DC0060F004CB0D3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

externa. E uma coisa que eu não escutei falar aqui, mas que é muito comum, é a qualidade da energia elétrica nessas salas. Então, hoje a gente pode oferecer uma ferramenta com a qual a gente consegue identificar onde estão todos os problemas dentro da sala de aula e da rede pública de ensino. Então, a gente consegue hoje identificar quem tem laboratório de informática, quem não tem, quantas salas multimídias tem, quantos professores têm o seu próprio equipamento. A maioria dos professores não consegue ter um equipamento, um computador.

Então, a gente fez isso de uma forma interativa, e hoje a Secretaria de Educação, como um todo, consegue, com um "clic" aqui, identificar, por exemplo, como estão as escolas neste atual momento. Então, a gente visitou e fotografou todas as salas, permitindo que se comece uma gestão a partir de dados dentro da escola. Então, eu posso pegar aqui, por exemplo, e dizer assim, olha: "Quais são as escolas que não têm um laboratório de informática?". Eu clico nesse material aqui, e ele já vai filtrar que hoje a gente está com um problema que afeta mais de 23 mil alunos que hoje não têm acesso a um laboratório de informática. E eu consigo ver quais as escolas que não oferecem. Com um "clic" eu consigo ir lá e visitar, de forma digital, todas essas salas de aula.

E, quando você vai ver os equipamentos, são equipamentos antigos, equipamentos que já estão subutilizados, e eu conversei muito com a Secretaria de Educação sobre esses problemas. Então, com isso aqui a gente consegue fazer um raio-X.

E, para não me alongar – e eu queria deixar com vocês o projeto da Trakto Educação –, uma das coisas muito importantes que a gente identificou foi o processo licitatório. O processo licitatório de compra de equipamentos favorece grandes empresas e gera obsolência programada, isto é, você vende sem licitação por ata de preço, nessas atas de preço geralmente você consegue ter acesso a computadores que vencem, não o que tem o melhor equipamento, mas o que tem o equipamento mais barato, e a gente coloca na mão do professor equipamentos que não dão acesso. E outra coisa: na maioria das vezes, o processo de licitação não permite a compra do equipamento para o professor; o professor só usa o computador na escola. Então, a gente identificou vários problemas.

Então, uma sugestão que eu queria deixar para o projeto de lei. A primeira: o professor precisa estar contemplado com um equipamento que ele vai ter que usar dentro e fora da escola, e esse equipamento precisa ser móvel, precisam ser *laptops*. E não podem ser Chromebooks, esses mais simples. O professor é um autor de conteúdo, ele é um gerador de conteúdo. A segunda coisa é a gente tratar também a questão do celular do professor. O celular do professor é um dos principais produtores de conteúdo. Ele não consegue gravar vídeo, ele não consegue enviar um PDF, porque o WhatsApp dele está cheio... Então, é preciso contemplar a compra de equipamentos também de celulares para os professores. E, por último, que a gente consiga deixar todas as salas de aula digitais. Não adianta nada a gente ter isso e a gente não ter uma televisão para o professor poder passar o conteúdo de forma digital.

Então, quero agradecer a todos a oportunidade de estar aqui conversando com vocês e deixar o recado de que existe sim na iniciativa privada – que aqui eu represento – uma iniciativa de não privatizar a educação, mas oferecer soluções às quais hoje a escola privada tem acesso e que permitem ao professor poder criar conteúdo de forma mais fácil e que o aluno entre na digitalização da forma correta, sendo um produtor de conteúdo.

Então, quero agradecer a todos e muito obrigado pelo tempo disponível. E quero agradecer ao Senador Rodrigo Cunha pela abertura do espaço.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Paulo. Parabéns aí a você e à sua equipe. É um grande orgulho para todos nós ver o trabalho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1DC0060F004CB0D3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de uma empresa de Alagoas, do Brasil, nesse nível e ajudando, contribuindo inclusive com a política pública.

Eu queria, sem mais delongas, porque os já chamados aqui estavam se perfilando para entrar, chamar o Daniel de Queiroz Lopes, membro do Grupo de Trabalho de Educação e Comunicação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped).

Daniel, por favor, com a palavra, desculpando-me mais uma vez com você, com o Fernando e com os demais pelas inversões. Mas agora sim: com a palavra.

Obrigado.

O SR. DANIEL DE QUEIROZ LOPES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Não, tudo bem.

Primeiro, então, estão me ouvindo bem?

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeitamente. Está um pouquinho abafado, mas acho que está bom. Está bom. O.k. Pode seguir.

O SR. DANIEL DE QUEIROZ LOPES (*Por videoconferência*.) – Está bom.

Primeiramente, quero cumprimentar o Senador Jean Paul, a Deputada Angela Amin, as Senadoras e os Senadores presentes que compõem essa Comissão do Senado Federal, os colegas, ilustres convidados que participam dessa audiência pública. E, ao cumprimentá-los, eu agradeço o convite – vou marcar aqui para mim também o tempo, senão me perco –, em nome da direção da Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa e Educação (Anped), para participar desta sessão.

Algumas das coisas que eu sintetizei para apresentar apareceram na fala dos outros colegas, então vou tentar ser mais o sucinto possível.

Começo dizendo que as considerações que eu trago em relação ao projeto de lei em pauta, que pretende instituir a política nacional de educação digital, vão se limitar a alguns temas específicos dessa matéria que vêm sendo foco das pesquisas em discussões no âmbito do GT16 – Educação e Comunicação, da Anped –, que é o grupo de trabalho do qual eu participo na condição de membro associado.

Uma questão que nos chama a atenção é que se trata de um projeto de lei que incide diretamente no texto da LDB, na própria política do financiamento estudantil, o Fies, e busca priorizar uma área do conhecimento. Isso faz, então, com que interfira em diversas outras áreas relacionadas ao campo da educação, como o currículo, a formação de professores, a educação profissional e tecnológica, as políticas públicas, entre outras.

Dada a complexidade e amplitude da discussão, que em dez minutos é quase impossível de se dar conta, de pronto nós entendemos que esse debate deva ser ampliado, como já foi mencionado. E, nesse sentido, parabenizamos a iniciativa da Comissão em promover essas audiências públicas. Esperamos que esse processo de discussão permaneça aberto e que as contribuições trazidas a esta Comissão possam ajudar na reflexão e melhoria do texto desse projeto de lei.

Sobre as diferentes áreas que dizem respeito ao campo de educação, a Anped mesmo possui diversos grupos de trabalho que têm se debruçado sobre tais áreas que são afetadas pelos dispositivos que essa política pretende implementar e que teriam importante contribuição para a presente discussão. Então a Anped tem 24 GTs ao todo, com produção acadêmica e pesquisas relacionadas. Assim como outras entidades foram citadas para compor, fica também a indicação de que outros grupos, outros GTs da Anped possam trazer a sua contribuição.

Especificamente, o GT-16 tem concentrado parte dessa produção acadêmica que problematiza o tema da educação digital nas escolas através de pesquisas que acompanharam o desenvolvimento de alguns programas nacionais de inclusão digital.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1DC0060F004CB0D3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Para citar alguns programas, vamos dizer assim, relativamente recentes, porque fazem parte já da última década, há o Programa Nacional de Banda Larga nas Escolas, o próprio Programa Um Computador por Aluno e professor, e, em tais iniciativas, como já foi comentado aqui, e, mais recentemente, no contexto da pandemia, foi possível constatar, de fato, como as dificuldades relacionadas ao acesso a tecnologias digitais e a uma conexão de qualidade impactaram o desenvolvimento das atividades escolares, não é? Como era de se esperar, a população menos assistida financeiramente e a que vive longe dos grandes centros urbanos enfrentaram maior dificuldade.

Os relatos que temos de colegas professores de vários locais do Brasil corroboram os dados que vinham sendo produzidos pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), que já foi mencionado também pela colega Andressa, que ressalta que, entre as famílias mais carentes, cada vez menos se utilizam computadores e mais dispositivos móveis, sendo a maior parte com conexão precária, sem mencionarmos as demais condições materiais adversas aos estudos domiciliares.

Nesse sentido, entendemos que uma política nacional de educação digital passa necessariamente por uma política de ampliação do acesso a equipamentos e conectividade de qualidade, o que também já foi mencionado pelos colegas. Do contrário, corre-se o risco de ampliarmos a desigualdade de condições da apropriação tecnológica pretendida por tais políticas.

Compreendemos a importância do tema da educação digital no âmbito brasileiro – e com ela concordamos – e do quanto necessitamos de políticas e investimentos públicos nessa área, pois é tema estratégico no que se refere a um plano de desenvolvimento social brasileiro, no sentido de dar condições e incentivar a apropriação dos saberes necessários à produção de conhecimento e tecnologias de modo sustentável, mais independente, soberano e que atenda aos interesses da nação brasileira.

No que se refere à curricularização dos saberes da Ciência da Computação no ensino fundamental e médio, sem adentrarmos no impacto dessas medidas em diversos aspectos relacionados ao funcionamento das escolas e suas já sobrecarregadas atribuições, parece-nos haver certa contradição nas escolhas que têm sido levadas a cabo por parte das administrações públicas.

Já antes da pandemia, mas de forma mais intensiva durante esse período, houve uma ampla adesão das secretarias estaduais e municipais e das instituições de ensino superior às plataformas e soluções educacionais oferecidas por grandes corporações internacionais – também comentado já pela colega Andressa.

Ao transferir para essas empresas a gestão do armazenamento e do processamento das informações e conhecimentos produzidos no âmbito das instituições educacionais, entendemos que há não só um aumento crescente da nossa dependência tecnológica, mas também o esvaziamento das demandas por formação e por captação de recursos e postos de trabalho no território brasileiro.

Uma recente carta aberta intitulada "Programa de Emergência para Soberania Digital", da qual sou signatário também, encaminhada ao Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva e assinada por diversas pessoas e entidades civis ligadas ao campo da pesquisa e educação digital, alerta para o fato de estarmos tendo o desenvolvimento científico e tecnológico ditado pelas chamadas *big techs*, as grandes corporações.

Em uma parte do texto, encontra-se a seguinte informação – abro aspas:

> Nossas universidades, e muitas escolas, entregaram suas estruturas de informação, dados, *e-mails*, armazenamento de interações e documentos para empresas estrangeiras que vivem do tratamento de dados. Este cenário é um reflexo mais imediato do desinvestimento na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1DC0060F004CB0D3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

> infraestrutura e em recursos humanos na área de tecnologia da informação, gerando um cenário de dependência crescente de corporações estrangeiras no setor. [...]
>
> A extração de dados do país gera perdas econômicas que poderiam ser evitadas. Segundo relatório da consultoria RTI chamado "O Impacto do Facebook nos data centers dos Estados Unidos 2017-2019", para cada US$1 milhão de despesas de capital em *data centers* gerados, foram gerados US$954 mil adicionais em massa salarial [...] e US$1,4 milhão de impacto direito no PIB. Além disso, para cada US$1 milhão em despesas operacionais em *data centers*, a economia norte-americana registrou US$1,3 milhão adicional na massa salarial e US$2,2 milhões em PIB. É perceptível que a extração de dados da sociedade brasileira drena a base de negócios para fora do país, desprepara nossas infraestruturas digitais e enfraquece as possibilidades de treinamento de modelos de aprendizado [no Brasil] [...] por empreendedores e organizações brasileiras [fecho aspas].

A referida carta ainda pontua nove medidas, que, em nosso entendimento, contribuem diretamente para o tema de uma política nacional de educação digital, principalmente no que se refere à valorização das demandas internas por formação e saberes ligados à ciência da computação. Entendemos que não é possível continuar com políticas de superação da desigualdade digital em nome de uma superação de déficit de aprendizagem tendo como base a utilização de modelos, projetos e soluções que simplesmente dão acesso a plataformas privadas estrangeiras. É preciso valorizar os saberes locais, a diversidade, a produção de conteúdo que dialogue com comunidades educacionais diversas, elementos de que a produção de currículos massificados e pasteurizados não dá conta.

O consentimento das instituições públicas a contratos de uso de plataformas das *big techs*, instituições essas fragilizadas pela política de desinvestimento em educação podem induzir ainda mais o esvaziamento de políticas de investimentos em tecnologias locais, abertas e acessíveis. Entendemos que é preciso resistir em favor de políticas públicas que garantam recursos para a pesquisa e o desenvolvimento de conhecimento e tecnologia para educação, livres e abertas, como um caminho cada vez mais necessário.

Por fim, mas não menos importante, a Anped já se manifestou publicamente na defesa intransigente do cumprimento das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação, que, por ora, já se encerra. Entre essas metas, destacamos: a valorização da formação e do plano de carreira docente em todos os níveis, a gestão democrática e a ampliação do investimento público em educação, cuja meta, vamos desejar que seja – mas já era –, de 10% do PIB brasileiro, que não alcançamos.

A política econômica que determina o teto de gastos tem afetado diretamente o cumprimento de tais metas e, certamente, impactará também nas ações e nos programas governamentais que virão a partir do que dispõe a presente Política Nacional de Educação Digital.

Já encerrei a minha fala. Isso que eu disse meio que faz um adendo ao que já foi dito aqui pelos outros colegas, na concordância e na necessidade de determinar quais seriam as fontes desses recursos, para que essa política possa ser implementada.

Obrigado, colegas. Desculpe por ter passado dos dez minutos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Prof. Daniel. Nossas saudações também à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a todos os que fazem parte da Anped, que o professor representa hoje, aqui, conosco.

Indo do Rio Grande do Sul para São Paulo, o próximo orador é o Professor Fernando José de Almeida.

Eu quero aproveitar para registrar a presença aqui do meu querido amigo, igualmente alecrinense e natural da cidade de Macau, queridíssima cidade natal do meu estado, o Professor Getúlio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1DC0060F004CB0D3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Marques Ferreira, conhecido de todos aqui da educação, Secretário Estadual de Educação do nosso estado, o Rio Grande do Norte, foi Diretor do Cefet, foi idealizador do programa de expansão dos IFs de 2007 em diante. Lá, no nosso estado, foi responsável pela instalação, pelo salto de 2 a 21 IFs instalados no estado, juntamente com a nossa querida Governadora Fátima Bezerra, Professora igualmente.

Saudações, Getúlio. Se depois quiser usar da palavra, é muito bem-vindo entre nós.

Prof. Fernando José de Almeida, Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, por favor, com a palavra.

O SR. FERNANDO JOSÉ DE ALMEIDA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado. Quero saudar os dois ilustres Senadores aqui presentes e, de maneira especial, o Jean Paul Prates, que acho que foi quem mexeu um pouco a mão para que eu estivesse aqui. Eu agradeço muito também à nossa Deputada Angela Amin.

Quero saudar, de maneira especial, uma juventude que está vindo aí, atrás, logo em seguida da gente, que me enche de esperanças. A conversa hoje aqui com a Andressa, com a Patrícia, com esse pessoal que está chegando agora. Agora, quer dizer, eles são muito mais jovens do que eu, e eu fico muito contente, que isso é uma visão esperançosa.

A SRA. ANGELA AMIN (Bloco/PP - SC) – Para elas, valeu o dia por chamá-las de jovens.

O SR. FERNANDO JOSÉ DE ALMEIDA (*Por videoconferência.*) – É, tem outras que eu não chamei de jovens, mas que também o são.

Eu estou falando assim, meio de brincadeira, mas eu sou o mais antigo daqui, quer dizer, eu tenho 79 anos e comecei a minha história na informática em educação nessa linha histórica que a própria lei leva em consideração. Foi em 1982, quando o CNPq, o MEC e a Secretaria Especial de Informática criaram o I Seminário Nacional de Informática aplicada na Educação e chamaram 40 pessoas do Brasil. E eu estava lá. Coincidiu, isso virou até a minha tese de doutorado lá, em 1982, lá para trás.

Então, eu estou muito feliz aqui de poder retomar um pouco a minha história também, dizendo que a lei é uma condensação, me parece, com necessidade de complementações, mas a lei é uma condensação dessa história que as políticas públicas foram tentando construir com muitas lacunas, naturalmente, mas com o Proninfe, depois com o Proinfo, depois com o Proinfo Integrado, depois com o UCA, que já foi citado aqui, e os projetos mais recentes.

Essa história está contemplada nessa proposta, quer dizer, é uma amarração de várias coisas boas e necessárias que foram sendo percebidas nesses 40 anos de história do Brasil. Nesse sentido, acho que é uma conquista essa lei.

De outro lado, eu quero fazer quatro propostas bem concretas, que podem parecer dispersas, mas elas fazem parte de tudo o que eu ouvi, quer dizer, parte do que eu ia dizer já foi colocado aqui pela Patrícia e pelos outros que me antecederam. Por exemplo, a ideia forte que essa lei tinha que ter de implementar, que é a ideia de internet pública para todos, não é? Aqui, o texto está no último item: "Quatro focos a serem destacados". Quer dizer, tem que ter, assim como teve o ponto de luz no Brasil para todo mundo, e aquilo mudou a cara das cidades, um contínuo, uma lâmpada acesa no meio de uma praça.

Então, o primeiro foco seria uma lei que permitisse o financiamento, e tem o Fust, que está aberto, que faria isso com facilidade. Essa é a ideia do Internet para Todos.

A outra coisa, meio imaginária – eu fui Presidente da TV Cultura aqui, trabalhei muito na TV Escola e percebi a importância da TV como um fenômeno educacional –, é criarmos uma TV científica universitária, com grande suporte da SBPC, da Fateal, das grandes estruturas que financiam a educação com projetos muito claros. Não é aleatório, nem é um projeto desprovido de uma espécie de currículo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1DC0060F004CB0D3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que atenda as grandes diretrizes do Plano Nacional de Educação, especificamente do Plano Nacional de Educação Digital.

A quarta coisa seria arranjar microcrédito para empreendedores. O jovem nosso, o Tenório, é uma pessoa fruto desse microcrédito, fruto criativo e empenhado em fazer cooperações a partir... Mas tem que ter dinheiro inicial para fazer essa bola girar de competência perdida por este Brasil inteiro, porque o nosso grande cabedal é a criatividade.

A outra coisa, e última, seria a criação de consórcios de pesquisa, consórcios de pesquisa envolvendo grupos de universidades inter-regionais, mas que cada um, cuidando da própria competência, se alinhasse às escolas públicas e às escolas particulares – pode ser também –, mas basicamente às escolas públicas locais, como é a origem de todo o nosso projeto, que era o projeto Educom, que foi um projeto de cinco universidades, com cinco escolas, em que criaram os primeiros protótipos de informatização na educação no Brasil, em 1985.

Agora, um alinhador importantíssimo disto daqui – eu estou falando porque já tinha planejado, mas todo mundo já falou aqui – é a presença do Cetic e do CGI, não só aqui no grupo, mas nas operações dessas políticas de diagnóstico, de autoavaliação, de planejamento dos investimentos, de controle também da questão da segurança. O Cetic é hoje um empreendimento brasileiro riquíssimo no sentido de trabalhar os domicílios, governança, segurança, saúde, cultura, educação, etc. Então, nós já temos uma competência juntada no Brasil. É preciso pegar essas coisas que temos e dar-lhes outras configurações que permitam uma ampliação.

E, concretamente, eu vou trazer aqui também quatro preocupações com o texto. A primeira é a seguinte – é um detalhe, mas eu vou falar; está escrito aqui, e vocês podem ver –, é a ideia de que as nossas leis não têm que se formar para o mercado. O mercado muda toda hora. Então, como é que eu vou preparar para um mercado tão flutuante? Eu preparo para uma coisa que é mais do que o mercado. O que é mais que o mercado é pensar. É pensar, não é? "O pensamento parece uma coisa à toa, mas como é que a gente voa quando começa a pensar", diria o pessoal do Rio Grande do Sul, o Lupicínio.

Quero dizer o seguinte: essas competências exigidas para a profissionalização e cidadania digital do século XXI representam o mundo do trabalho, não o mercado do trabalho. O mercado precisa ser fluido, precisa mudar, precisa desvalorizar as coisas para trazer coisa nova. Agora o mundo do trabalho não, o mundo do trabalho só enriquece o ser humano. Então, eu acho que poderia tirar – é detalhe, mas é por aí – "mercado de trabalho" para "mundo do trabalho".

O mesmo vale, de alguma forma, para competências exigidas pela profissionalização digital do século XXI e não desejadas pelo mercado. Se eu for querer ouvir se o mercado precisa da escola, eu não quero! Precisa de dinheiro público para atender o mercado? Que mercado é esse, não é? O que ele está vendendo? Vai vender armas? Aí eu vou atender à venda de armas? Então, essa é questão do trabalho contratual.

A última coisa que eu tenho a dizer... Quero agradecer muito a vocês e dizer que o importante era que a gente conseguisse fazer um consórcio de universidades e de escolas com o apoio de todas essas entidades que a gente viu aqui, que vai do Palavra Aberta até o trabalho do Tenório e de outros, cuidando de que o Brasil terá um projeto de nação e vai poder abrigar melhor, esclarecer melhor os sentidos desse projeto de lei para se transformar em lei.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Prof. Fernando. Foram muito importantes suas observações, inclusive já em formato de sugestões de texto, que também nos ajudam nesse sentido, não só a parte teórica, o respaldo delas, mas a própria sugestão de texto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1DC0060F004CB0D3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vamos continuar dialogando. Estamos terminando esse trabalho de relatoria o mais rápido possível, para que, dentro desta legislatura, ainda possamos ter a deliberação aqui, pelo menos na Comissão. Portanto, mais uma vez, enfatizo a importância de que enviem essas contribuições para nós.

Antes de dar prosseguimento, rapidamente aqui, para tentar resumir até a parte final também, nós temos sempre aqui as perguntas dos internautas, das pessoas que estão nos acompanhando remotamente, enviando suas sugestões e perguntas. Eu vou ler algumas perguntas. Elas já estão de alguma forma atendidas. Há duas que eu vi que não foram atendidas ainda, que eu vou ressaltar.

Vitória Rodrigues, de Roraima, diz: "Qual o impacto efetivo da Política Nacional de Educação Digital para o ensino superior (federal e estadual)?".

Amanda Campos, de Goiás, vai mais ou menos no mesmo sentido: "A Política Nacional de Educação Digital também prevê a formação de professores da educação do ensino superior?".

Matheus Nascimento, de São Paulo: "Como transmitir a importância da Educação Digital para as pessoas ao nosso redor?". De alguma forma, vocês já tocaram nesses assuntos.

Lígia de Almeida, de São Paulo: "Há propostas de efetivamente inserir as escolas no ambiente digital, com financiamento eficiente e formação sólida dos educadores?". Também estamos tratando disso.

Lucas Lage, do Mato Grosso: "Quais são as propostas no que concerne à acessibilidade relacionada à rede e dispositivo tecnológico?".

Vinícius Pereira, do Rio de Janeiro: "A educação digital não prejudicaria as crianças?". Essa aí é mais... Enfim, vou deixar aqui para os comentários finais, rápidos.

No final, vamos ter uma dinâmica aqui em relação a isso e também em relação a essas duas perguntas aqui.

Simone Silva, do Rio Grande do Sul: "O Plano Nacional de Educação Digital promoverá a acessibilidade e a inclusão do público-alvo da Educação Especial?".

Matheus dos Santos, do Rio de Janeiro, no mesmo sentido: "As crianças com autismo serão amparadas?".

Então vou deixar aqui. Vamos prosseguir com a ordem de falas e, em seguida, faremos essas inferências.

César Nunes está conosco. É Pesquisador Associado do Instituto de Estudos Avançados da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Em seguida, falará Sergio Paulo Gallindo, por último. Porém, é não menos importante, Sergio. Obrigado.

Com a palavra César Nunes, Pesquisador Associado do Instituto de Estudos Avançados da Unicamp.

O SR. CÉSAR NUNES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Olá! Boa tarde!

Eu queria, antes de fazer meus cumprimentos, pedir acesso para fazer a projeção também dos eslaides.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não, liberado!

O SR. CÉSAR NUNES (*Por videoconferência.*) – Obrigado.

Eu queria começar cumprimentando o Senador Jean Paul, a Deputada Angela Amin e todos os outros presentes aqui.

Vou direto para a minha apresentação. Vou aproveitar um pouco o tempo e vou tentar pegar um viés que foi pouco explorado ainda. Muitas coisas que eu tinha imaginado falar já foram trabalhadas, e isso é muito bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1DC0060F004CB0D3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu vou já projetar aqui e vou começar colocando que uma das ações que eu tenho feito é a participação no Comitê de Inovação da Avaliação do Pisa. O Pisa, no ano de 2025, vai fazer avaliação de competências digitais. Então, foi colocado como "Aprendizagem no Mundo Digital", que é o tema, e nós estamos trabalhando nisso não só para 2025. É um comitê que trabalha inovações, porque nós sabemos que, no longo prazo, essa área, o domínio de inovação nas avaliações, avaliar competências, é algo extremamente difícil, mas é um dos fatores que molda a nossa educação, seja a avaliação no Pisa, sejam as nossas avaliações aqui no âmbito nacional, mas avaliações de larga escala. Então, eu estou trazendo isso já como um pano de fundo, porque eu vou fazer alguns comentários sobre isso.

Outro comentário: eu participo de um grupo dentro do Instituto de Estudos Avançados que trabalha o desenvolvimento, é o Grupo de Diversidade, Ética e Cidadania. Nós fazemos o desenvolvimento da convivência ética e democrática para este mundo atual. Então, nós estamos muito envolvidos nisso aí. Tenho contato com vários outros aqui há muitos anos. Nós temos uma história, como o Fernando já trouxe e como outros já trouxeram, de tentativas de políticas de uso de tecnologia na educação. Então, acho que é importante a gente também não desconsiderar esses aprendizados anteriores. Eu vou tentar, então, colocar isso também como parte do pano de fundo.

Uma visão bastante geral, bem em cima da lei, é muito importante, por trazer essa proposta de ser uma articuladora. Então, ela se coloca como uma política, e não como um plano. Mas aqui eu já deixo a ressalva de que, em vários momentos, na hora em que a lei começa a ser descrita e vai para os eixos, começam a aparecer as estratégias de implementação, e aí começa a ficar com uma cara de plano. Em parte, diz: "Essas são estratégias prioritárias". Outras vão ser definidas no art. 6º, que vai criar o Plano Plurianual.

Então, é importante saber onde estão as estratégias e onde vão ser criadas, mas, como já foi adiantado aqui pela Marlei e por outras pessoas, dá uma impressão de que ali existe uma certa visão por trás. Por exemplo, toda a lei está baseada em desenvolvimento de competências digitais, mas, se lemos os vários itens que vão compondo a lei, vemos que existe uma transformação constante do que são competências digitais. Em alguns momentos, parece que é domínio de ferramentas; em outros, parece que é a integração dessas competências com outras competências, como, por exemplo, de cidadania, de pensamento crítico. Então, existe uma modificação, uma transformação. Não tem problema em que a gente tenha isso, mas a impressão é a de que determinados itens da lei usam a definição de competência digital que é útil para aquele momento.

Isso dá uma impressão, o que já foi colocado aqui, de espaços para trazer soluções, e eu acho que esse ponto, o de trazer soluções, tem que ser testado, tem que ser experimentado. Então, a lei, em si, já trazer algumas soluções, que são as estratégias prioritárias... Eu acho que aí tem que se analisar com cuidado, porque algumas delas têm, sim, um viés ou, por exemplo, incentiva a participação do setor privado. Este termo "incentiva", para mim, é muito forte para constar de uma lei.

Outro ponto que eu acho importante, ainda nessa visão mais geral – aí vou chegar ao ponto que eu acho que é a minha contribuição para isso –, é que essa ideia da articulação é colocada. É uma articulação com outros programas e políticas que estão fora dessa lei, e isso é muito importante. É uma política nacional que se integra com outras. E ela, em si, é uma política muito complexa, como o próprio Senador Jean Paul falou no começo, na abertura, na sua fala. Ela trabalha com aqueles eixos de inclusão, de educação escolar, de capacitação, de pesquisa. Então, ela é complexa, mas – aí vem o primeiro ponto –, eu acho que ela apresenta isso de forma estanque, quer dizer, cada um dos eixos não está sendo trabalhado de uma maneira em que um vai se integrando ao outro, de tal forma que o resultado de tudo isso, dessa política nacional, seja uma transformação que vai se moldando, que vai sendo coesa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1DC0060F004CB0D3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

coerente. Esse processo de criar uma transformação a partir desses vários eixos demanda tratar essa questão com a complexidade que ela tem.

Então, por exemplo, no art. 6º, há o item VIII, que fala que para cada um desses eixos vão ser definidas metas concretas e mensuráveis. Isso tem sido um problema na nossa educação, porque você trabalhar desta maneira de criar metas concretas e mensuráveis... A gente trabalha com indicadores. E nós temos várias evidências de que, em políticas complexas, que são integradas com outras políticas e programas, os indicadores estão, em geral, um ou dois níveis abaixo da transformação que nós queremos que aconteça. Então, esse reducionismo tem sido prejudicial para o desenvolvimento de políticas mais complexas.

Estou deixando aqui a indicação de um documento do Grupo de Avaliação Independente do Banco Mundial que se chama *Outcomes Orientation*, em que eles fazem esse *report*. São 400 páginas, olhando vários programas e fazendo uma análise crítica desses processos de implementação das políticas públicas e avaliação quando os programas são interligados com outros.

E, além disso, de os indicadores trazerem uma limitação, se a gente trabalha só a parte deles, eles dão sugestões de como é que eu vou além disso, e aí são avaliações muito mais participativas, muito mais abertas. Eles também trazem uma perspectiva de que esses programas têm que conter, dentro deles, na sua implementação, a aprendizagem. Então, não é monitoramento, é avaliação. E, em nenhum momento, a aprendizagem sobre o próprio programa ou sobre o Plano Plurianual, por exemplo, foi destacada. Essa é outra maneira de falar. A própria lei reconhece que é um processo evolutivo. A sociedade vai continuar mudando, a gente sabe disso. Numa lei que acompanha esse processo, como foi falado antes, as ferramentas vão mudar, a sociedade vai mudar, as redes sociais vão mudar e já estão mudando – a gente está vendo aí um terremoto no Twitter, por exemplo, se acaba ou se não acaba.

Então, essas mudanças vão ser acompanhadas de forma evolutiva. Isso tem que estar dentro de uma flexibilidade da lei para esse acompanhamento. E aí a gente entra numa perspectiva, que eu vou trazer, que é o próprio gerenciamento da lei. A gente falou muito da gestão democrática, mas a gestão da própria lei e da implementação da lei tem que ser declarada na própria definição da lei – deve-se trazer isso – e, depois, na definição do Plano Plurianual. E, como alguns itens da lei já delimitam quais são as prioridades estratégicas e como isso vai ser monitorado, eu acho que a gente tem um problema aqui de conseguir lidar com essa complexidade.

Eu queria colocar: onde essa política se localiza se a gente pensar que ela está resolvendo muita coisa? Ela é muito importante, mas ela contempla muita coisa. Então, é uma lei que naturalmente precisa encarar a situação complexa onde ela entra. Existem ambiguidades, existem conflitos que não podem ser reduzidos, que têm que ser trabalhados.

Se a gente pega, por exemplo, um *framework* como o do Matland, a gente não está fazendo uma política com que eu possa reduzir conflito e ambiguidade e dizer "é assim que vai ser implementada", mas a gente está num âmbito onde eu tenho que ter maneiras de trabalhar e de implementar que sejam aprendentes. E aqui é o ponto principal da minha fala: esse aprendente não diz respeito ao desenvolvimento de competências individuais. A lei tem que prever desenvolvimento de competências coletivas – pensamento coletivo, inteligência coletiva – e transformações das próprias organizações. Essa transformação, que é individual, coletiva e de estruturas, é orgânica, é recursiva. Isso não está contemplado na lei. A lei fixa coisas. Então, vai ser um problema a gente falar "esta é a lei que vai ser implementada durante muitos anos". Ela tem que trazer esse caráter recursivo.

Estou trazendo uma das maneiras de implementar política que tem sido muito trabalhada nessa perspectiva de implementação de políticas públicas complexas, que é a do grupo do *Building State Capability*, que diz que, enquanto você está resolvendo os problemas de implementação da lei, você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1DC0060F004CB0D3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

está gerando capacidades para que esse próprio grupo continue resolvendo os novos problemas que vão surgindo. Estou deixando isto como parte do que eu acho que deveria ser incluído no desenho da lei: colocar essa parte onde a gente começa a tirar a separação tão grande de dizer "esse é o plano, e agora a lei está sendo executada, implementada". Essas leis complexas diluem esta separação entre plano e execução. Ele começa a ser recursivo, e isso ainda pode ser feito com muita responsabilidade, com muitos dados sendo trabalhados, mas esses dados começam a ser dados também devolvidos para o próprio grupo.

Então, o que a lei não contempla hoje, que eu acho que seria importante colocar? Por exemplo, além dos autodiagnósticos, a gente tem que ver: esses autodiagnósticos estão servindo, estão sendo usados, estão transformando? E é a mesma coisa para as competências digitais. Várias perguntas vão sendo feitas, e, na lei, a gente percebe que existem alguns dilemas. Quando a gente fala, por exemplo, dos *bootcamps*, eles são tratados como se fossem cursos, o que quer dizer que nós vamos criar critérios de êxito de *bootcamp*, mas ele é experimentação. Então, esse tipo de coisa tem que sumir da lei ou ser trabalhado de uma maneira onde o processo de acompanhamento e disseminação é de inovação de fato.

Eu coloquei alguns pontinhos aqui que são necessários, como fomentar essas experimentações locais. Isso tem sido feito, por exemplo, nos laboratórios de inovação do Pnud, onde você aproveita conhecimentos locais, desenvolvimento de soluções locais que são, sim, distribuídos, que são desenvolvidos em comunidades. Esse tipo de conhecimento não apareceu em nenhum momento aqui. A gente está falando de uma política nacional de tecnologia onde é possível fazer com que esse conhecimento distribuído seja incentivado. Isso não é *startup.* Isso é um conhecimento local das pessoas que estão aprendendo a se portar no mundo digital.

Estou trazendo aqui algumas sugestões para lidar com conhecimento, para lidar com essa recursividade de transformações no individual, no coletivo e em estruturas, que podem ser colocadas, por exemplo, no uso da própria inteligência artificial. Foi colocado aqui o exemplo do uso de GPT-3.

Mas a gente tem uma possibilidade de usar a inteligência artificial, por exemplo, para fazer a descoberta de onde estão os grupos cooperativos e colocar em conexão grupos cooperativos. Então, a gente começa a reverter uma sociedade que está focada hoje no individualismo e na competição para uma sociedade que está pensando para onde nós queremos ir.

Então, essa lei traz esses itens quando fala: formar para a cidadania, formar para a democracia. Como a gente faz isso? É entrar na própria lei a partir do que está sendo desenvolvido.

Então, deixei esses comentários aqui e queria encerrar falando justamente dessa preparação para o mundo democrático a partir do uso das tecnologias que nós temos hoje. Nós vimos o quanto, nas nossas últimas eleições – não só no Brasil; no mundo inteiro –, a democracia vem sendo destruída por dentro e pelo uso de tecnologia. Então, como a gente coloca nas escolas as tecnologias que podem ser testadas? Por exemplo, para outro tipo de participação dos próprios estudantes.

Existem várias etapas no processo democrático. Eu vou depois deixar aqui uma figura que um dos grupos de inovação, nessa parte de desenvolver capacidade de participação cidadã com tecnologias, tem desenvolvido. É o grupo Nesta, lá do Reino Unido.

Mas eu queria encerrar, dizendo que, nesse trabalho dentro das escolas, quando a gente fala de gestão democrática, não é só gestão democrática; é uma escola que forma para participação democrática usando os próprios processos dentro dela. E isso não é só no nível da escola, isso é formação cidadã também. Eu acho que está pouco enfatizado na lei. Aparece lá, faz referência a um ponto ou outro, mas não aparece como sendo parte de um processo que é recursivo dentro da própria lei, para ir desenvolvendo essas capacidades – e, se não estiver desenvolvendo, como é que se detecta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1DC0060F004CB0D3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Isso não é métrica; isso é transformação de contextos. A transformação pode estar acontecendo num lugar e não noutro lugar. Isso tem que vir para dentro do processo de implementação de avaliação da própria lei, que é feita para gerar transformações.

Então, eu queria encerrar aqui e agradecer o espaço que foi dado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Professor César.

Mais uma vez, comentários muito incisivos, específicos, que provocaram aqui umas discussões, mas nós vamos fazer aqui uma repescagem para todos, ao final.

Seguindo aqui, o Presidente Executivo da Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais (Brasscom – com dois esses), Sergio Paulo Gallindo. Como eu disse, por último, mas não menos importante, Sergio. Muito obrigado, especialmente pela paciência de esperar aqui, de estar no final da fila.

Muito agradecimento a todos vocês, em especial aos que ficaram aqui pacientemente esperando, inclusive os que estão assistindo, conosco até agora também.

Em seguida ao Sergio Paulo, eu vou propor a todos que façam... Só para já avisar, porque eu já participei de audiências públicas como convidado e sei que, às vezes, as surpresas atrapalham. Como a gente está mais do que estourado no tempo, Deputada Angela, eu vou pedir a cada um que faça uma finalização de dois minutos, sempre com controle do tempo, para que comentem as questões, as interações aqui das palestras, das falas uns dos outros. Em seguida, a Deputada Angela também, para fazer o fechamento, e eu mesmo também, para encerrar a audiência.

Então, com a palavra Sergio Paulo Gallindo, que eu já apresentei, da Brasscom.

Obrigado, Paulo.

O SR. SERGIO PAULO GALLINDO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador Jean Paul.

Queria também a liberação para colocar meu eslaide aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está liberado.

O SR. SERGIO PAULO GALLINDO (*Por videoconferência*.) – Muito obrigado.

Bom, eu queria saudar V. Exa. e também a Deputada Angela Amin, que teve a coragem e a visão de propor esse projeto de lei. E a gente colaborou bastante com este trabalho.

Bom, a Brasscom é uma associação de empresas de tecnologia da informação e comunicação. Esse aqui é o nosso ecossistema. São 87 grupos empresariais. Aqui temos empresas de muito de alto porte e também temos pequenas e médias empresas; muitas são brasileiras e muitas são estrangeiras.

A gente tem uma governança muito parecida com empresas de capital aberto. Esse é o nosso Conselho de Administração e todos os membros do Conselho de Administração são CEOs das respectivas companhias.

A gente também tem 45 associados institucionais. A maior parte desses associados são instituições de ensino. E a gente tem uma prática muito forte com essas instituições de ensino como um dos pilares estratégicos da Brasscom. Está consignado aqui: a gente tem um propósito que é trabalhar por um Brasil digital conectado e inovador e, como vocês veem aqui, a formação de talentos em tecnologia é uma das nossas prioridades.

Bom, o que a Brasscom tem feito nessa questão da educação? A gente tem feito várias coisas. A gente está começando agora um trabalho de experimentação com colocação de inteligência, com colocação de tecnologia na educação infantil. Estamos desenvolvendo – ainda de certa forma precária,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1DC0060F004CB0D3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mas já com uma iniciativa em uma escola de São Paulo – a utilização dos itinerários formativos no ensino médio. A gente já desenvolveu itinerários formativos de desenvolvimento *web*, de *big data*, de inteligência artificial e de mídias digitais.

A gente também já desenvolveu uma abordagem de capacitação chamada aqui de Eutec, que, inclusive, já está nas metas do MCTI.

Temos também uma prática de ajudar as instituições de ensino com currículos de referência – a gente já fez nove currículos de referência – e também com uma estratégia que a gente chama de estratégia Sigma TCEM, que é para colocar mais gente, mais alunos de outras áreas de tecnologia, que não são de tecnologia, melhor dizendo, para que tenham a possibilidade de se encontrar com tecnologia. Então, essa é a nossa prática. Quer dizer, mesmo sendo uma associação empresarial, a gente tem no ensino um dos nossos pilares.

Uma das coisas importantes que a gente vem fazendo é a questão da demanda de talentos em tecnologia. Esse é o nosso segundo estudo, em que a gente projetou uma demanda de quase 800 mil profissionais em cinco anos, aqui somente para os setores intensivos em talentos, que são setores de *software*, de serviços e também de produção de tecnologia fora do setor de tecnologia, como, por exemplo, os grandes bancos e as plataformas. Então, a gente vem dessa prática e nós estamos praticamente acima da própria projeção que nós fizemos há dois anos.

E aqui a gente tem também as remunerações médias que o setor paga para os seus talentos. A gente vê que essa remuneração média é três vezes maior do que a remuneração média do brasileiro. Então, isso dá a dimensão do potencial econômico que tem o avanço da tecnologia digital no Brasil. A gente tem vocação para a tecnologia digital, e é por isso que a gente tem a preocupação com a questão da educação.

Dentro dessas tecnologias, a gente fez uma segregação das principais tecnologias. Temos aqui as tecnologias maduras – *big data analytics*, nuvem, *web mobile* –, como também as tecnologias emergentes, principalmente inteligência artificial e internet das coisas. E aqui vai só uma questão: o setor de tecnologia se move por tecnologias. Então, o que a gente está vendo hoje aqui, provavelmente, daqui a três anos, vamos ter que rever para saber quais são as novas tecnologias que são demandadas para calibrar o processo de educação voltada para essas tecnologias.

E o grande desafio que nós temos é exatamente o desafio da demanda. Hoje, se a gente pegar somente a formação de tecnologia das universidades, das instituições de ensino, a gente faz uma oferta apenas de 53 mil profissionais por ano, mas a demanda equivale a 159 mil profissionais por ano. Então, nós temos que fazer políticas públicas e temos que fazer uma atualização curricular para que a gente consiga superar esse desafio.

Um outro desafio importante é que nós não estamos adequadamente posicionados no quesito das diversidades. A gente vê aqui que o setor tem muita dificuldade com a empregabilidade de mulheres e com a empregabilidade dos negros e pardos, tá? E isso deve passar pelo processo de educação.

Pois bem, terminando aqui com dois eslaides, o que a gente pode destacar do projeto de lei que temos em nossas mãos? – destacar de forma positiva. Primeiro, o diploma que deverá surgir dessa tramitação potencializa a própria Constituição brasileira no sentido de singularizar a competência comum de todos os entes federados com relação não só à cultura, educação e ciência, mas também à pesquisa. Isso é uma visão holística que deve ser celebrada.

O segundo ponto é que, no art. 2º, a gente tem aqui uma alavanca para determinação de que haja inclusão digital mediante dotação orçamentária. Isso é muito importante, porque a gente só pode fazer política pública de qualidade se tiver dinheiro, não é? Além disso, a lei fala muito sobre ferramentas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1DC0060F004CB0D3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

capacitação. E isso é uma técnica importante que tem sido usada pelas empresas. E eu vou dizer a todos que o Brasil só não colapsou na demanda de talentos porque houve um rearranjo do mercado em torno de capacitação, e isso conseguiu dar mais vazão para ter talentos nas áreas, nas empresas de tecnologia nas empresas.

Outra coisa que também é digna de nota é a formação de professores. Sem professores e sem professores capacitados em tecnologias do macrossetor de TIC, a gente não tem sucesso.

Por fim, também saudamos a introdução de estudo na LDB. É a primeira vez que a palavra "digital" aparece na lei, e isso é muito importante.

Para encerrar, eu queria colocar aqui algumas coisas que a gente acha que têm espaço para aperfeiçoamento. A primeira coisa é exatamente a questão das dotações orçamentárias – está certo? A gente precisa ter zelo com a questão do orçamento, e eu fico pensando aqui se a gente não deveria estipular, aproveitando a oportunidade, pelo menos um teto de investimento em educação digital, porque, se a gente não tiver o teto, não tem um balizamento no teto.

O segundo ponto que eu acho que a gente precisa olhar bastante é a questão do contingenciamento, que é muito frequente. A nossa iniciativa Eutec, que foi incorporada pelo ministério, está parada num contingenciamento – não é chamado contingenciamento, é chamado de bloqueio – e não vai adiante, ou seja, a gente está perdendo tempo com o dinheiro parado para uma política pública que pode destravar muitas das iniciativas.

Também é necessário que a lei tenha um olhar muito, muito felino sobre a questão das diversidades. A gente aqui acha que, na Brasscom, nós temos algumas diversidades como raça, gênero, também as diversidades de afinidades, de autoidentidade e de deficiência. Nesse ponto não há uma menção específica dentro da lei. Acho que tem um espaço para a gente ter, dentro da política pública global, um olhar bastante cuidadoso sobre as diversidades. Lembrando o seguinte: os negros e pardos são mais da metade da população brasileira, e as mulheres também são mais da metade da população brasileira – eles não são minorias. Então, isso é importante que a gente faça.

A outra coisa que é superimportante – já estou aqui terminando – é a seguinte: de acordo com os dados do Inep, existe um baixo interesse dos jovens pelas carreiras de tecnologia. Esse baixo interesse é o menor que tem, o menor. Ele tem uma natureza que é uma natureza psicossocial. O que existe é um interdito social na entrada do ensino médio que faz com que as meninas negras, os meninos negros e as meninas brancas não achem que tecnologia é para eles. Não é surpresa o tanto que a gente tem de déficit de negros, de pardos e de mulheres nas empresas de tecnologia. Isso precisa ser tratado, e é um tratamento diferente, porque é um tratamento psicossocial e passa pela formação dos professores.

Encerro aqui falando que a boa formação de professores, equipados com infraestruturas adequadas, é imprescindível, inclusive com metodologias ativas, é imprescindível para o sucesso. Nós estamos fazendo uma inserção em uma escola de ensino médio em São Paulo. A gente já fez toda a equipagem deles com o que tem de mais equivalente de tecnologias embarcadas. A gente está fazendo a capacitação dos professores e a gente vai monitorar, por pelo menos três anos, o desenrolar desse projeto piloto. Nós precisamos investir no entendimento do que é necessário, principalmente no ensino médio, para chegar ao encantamento dos jovens por tecnologia.

Senador, muito obrigado pela oportunidade. Saúdo o Senado e também a Angela Amin pela liderança na Câmara dos Deputados na constituição desta lei. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado a você, Sergio Paulo. Obrigado. Todos nos comungamos aqui no agradecimento à Deputada Angela Amin pela iniciativa desse projeto que estamos nos debruçando hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FF373C84004CB0D2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Olha, eu queria propor aqui, de maneira bem prática... Agora é exatamente 13h. Se nós respeitarmos o tempo, são dez convidados para falar, dois minutos cada um, dá 20 minutos. A Deputada Angela fecha com cinco e a gente, em meia hora, fecha tudo aqui.

Eu acho realmente muito ruim quando as pessoas vêm aqui, falam, ouvem os outros e não conseguem replicar alguma coisa. Então, eu acho que se todos concordarem que em dois minutos dá para dar um recado específico que alguém anotou aí sobre alguma coisa que o outro falou, a gente cumpre o propósito da audiência pública. Podem ter certeza de que todas as sugestões que foram incorporadas agora e que já vão ser encaminhadas, enviadas para nós, com o estímulo que nós demos agora, ambos – a Deputada e eu – vamos trabalhar em cima e teremos, com a maior agilidade, essa relatoria concluída na Comissão.

Então, queria de novo passar a todos e todas, por dois minutos. Vou colocar a maquininha automática aqui – não é grosseria da minha parte, ela toca sozinha – só para avisar aqui, a cada um, para a gente cumprir o tempo.

Então, em primeiro, Marlei Fernandes de Carvalho, mais uma vez, pelo CNTE. Obrigado, Marlei.

A SRA. MARLEI FERNANDES DE CARVALHO – Obrigada.

Bom, eu só quero reiterar...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARLEI FERNANDES DE CARVALHO – Fui a primeira...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Foi só para testar. (*Risos.*)

A SRA. MARLEI FERNANDES DE CARVALHO (Para expor.) – Testado.

Fui a primeira a fazer a fala e quero só reiterar o que várias pessoas colocaram aqui, as necessidades de ajuste na proposta, a necessidade do envio dos diversos temas que foram trazidos aqui – nós da Confederação Nacional enviaremos as nossas contribuições – e também reafirmar o caráter público dessa política, reafirmar a necessidade da formação também dos profissionais da educação, do acesso aos instrumentos, da política como uma política ampla, através das universidades e dos institutos federais, para atingir as escolas da educação básica. Acreditamos que isso é bastante importante e há muito a aprender ainda.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARLEI FERNANDES DE CARVALHO – É um tema muito amplo e um tema que também faz com que a gente tenha que ir ampliando cada vez mais esses debates. Mas reitero a não plataformização da educação.

No Estado do Paraná, a gente tem passado por um processo muito intenso de plataformização, de obrigatoriedade de uso dessas plataformas, o que não tem ajudado no aspecto educacional. Então, esse tipo de debate não pode ser substituído pela tarefa do professor, pelo conteúdo e por essa expressão toda que nós colocamos aqui.

Então, agradeço ao Senador e nos colocamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Marlei.

Desculpe aí. Tocou o sinal e eu não sei por quê; inadvertidamente. Mas agradeço por ter cumprido o tempo.

Patrícia Blanco...

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FF373C84004CB0D2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É. Isso lembra a escola justamente. É bom. Não é bem digital, mas é a escola antiga.

Patrícia, por favor. Obrigado.

A SRA. PATRÍCIA BLANCO (Para expor.) – Obrigada, Senador, pela oportunidade de estar aqui, de estar contribuindo com essa discussão tão importante, tão necessária e tão urgente da instituição da Política Nacional de Educação Digital.

Eu queria colocar dois pontos aqui que me chamaram a atenção: primeiro, dizer da necessidade de a gente encarar essa política nacional como educação para a cidadania. E a cidadania não é só a cidadania digital, mas a cidadania no caráter amplo de cidadão presente hoje num universo cada vez mais conectado, mas que tem que levar em consideração o que chamam hoje de "figital", que é o físico e o digital. Então, a gente tem que ter essa consciência cidadã para qualquer utilização, seja no ambiente digital, seja no ambiente *on-line* ou *off-line*.

O segundo ponto que talvez tenha sido trazido aqui, numa das perguntas que foram colocadas, é se educação digital prejudica a criança, o adolescente ou o aluno.

Não. A educação digital vem justamente para proteger a criança, o aluno...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PATRÍCIA BLANCO – ... e oferecer habilidades para que o jovem possa aproveitar todas as oportunidades que esse mundo tecnológico-digital nos oferece.

E, terceiro, quero dizer da importância de a gente tratar a questão de uma forma muito ampla, transparente, trazendo toda a sociedade, mas com um objetivo comum: nós precisamos trazer a educação para o século XXI.

A Profa. Claudia Costin sempre coloca, ela traz essas questões da recomendação da OCDE e de todos os pontos em relação à educação para o século XXI e ela lembra que nós já passamos 20% do século. Então, a gente precisa avançar o mais rápido possível, fazendo com que, de fato, a educação se torne efetiva para as necessidades do século XXI e dos anos que vivemos hoje. O tempo é agora, então a gente precisa correr, para que essa política seja aprovada de forma ampla e para que realmente traga resultados para a população o mais rápido possível.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Patrícia.

Seguem aqui os presenciais, com Renata Altman, que é do Cieb.

Obrigado, Renata, mais uma vez pela presença.

A SRA. RENATA ALTMAN (Para expor.) – Eu que agradeço, Senador, Deputada, todos os companheiros e companheiras aqui desta Comissão.

Acho que eu termino aqui esta minha fala com uma observação importante das falas que vieram aqui, não é?

Então, eu acho que aprendi muito hoje com esta audiência e o que a gente nota é que, apesar das recomendações e das ressalvas que aparecem nas falas, todas elas reforçam a importância dessa política e celebram a importância das tecnologias na educação. Então, eu acho que isso é o que fica para mim de tudo que escutei hoje, e eu termino com uma frase de um relatório que foi feito pelo Todos pela Educação, em parceria com a Universidade da Columbia, a equipe do Prof. Paulo Blikstein... A frase é simples, mas eu acho que ela resume muita coisa: a discussão, hoje, não é mais se a tecnologia deve entrar na educação, e sim o como. Então, isso é algo muito importante e é um mantra para quem está nesse dia a dia da tecnologia na educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FF373C84004CB0D2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-11 (ANEXO: 011)

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RENATA ALTMAN – Outro ponto que eu queria ressaltar... O Sergio, da Brasscom, agora falou do baixo interesse observado dos jovens na carreira da tecnologia, e eu complementaria com dados que a gente tem da baixa atratividade na carreira de educação. Então, eu acho que, quanto mais a gente alavancar a nossa educação, tornar a educação mais inovadora, mais a gente vai alavancar também a atração das pessoas para a carreira docente, para a educação.

É isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado, Renata.

Vamos passar aqui, pela mesma ordem, para... Acho que estou vendo aqui que o Daniel ainda está *online* – Daniel e Fernando. Deixem-me ver aqui quem está...

O Daniel acho que não está mais.

Fernando, quer fazer os seus comentários finais, por favor?

Obrigado.

Fernando José de Almeida, da PUC de São Paulo, com a palavra.

O SR. FERNANDO JOSÉ DE ALMEIDA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Então, eu vou aproveitar o que foi falado agora pela pessoa que me antecedeu para dizer que a gente precisa reverter a pergunta. A pergunta é malfeita para nós, porque diz assim: "O que a tecnologia pode fazer pela educação?". Eu acho que a gente teria que reverter essa pergunta e perguntar o que a educação pode fazer pela tecnologia, porque a tecnologia, como dizia bem a Patrícia, não faz bem nem mal, mas ela pode fazer mais bem que mal. Então, como é que eu educo a tecnologia para que ela tenha um princípio ético de orientação das suas perguntas, das suas práticas que reverta isso, por exemplo? Essa ideia de que o meu colega da Unicamp, o César Nunes, falou é o seguinte: eu tenho que ter um projeto ético para isso daí. A ideia de ter habilidade individual é muito pobre, eu tenho que ter habilidade coletiva. Nesse tal século XXI, que é 2090, eu não sei o que vai acontecer. Eu tenho que pensar em que futuro eu deixo para as próximas gerações no que diz respeito à fome, à saúde, à cultura digna para todos, à discriminação racial, ou seja, tudo aquilo que foi construído também com tecnologia tem que ser reeducado para um novo mundo em que a gente tem muita esperança que possa ter um início agora, um reinício a partir de toda luta que tivemos nesses últimos quatro anos para curar a educação.

Assim também, daqui para frente, é não só reconfigurar, mas fazer práticas educacionais que sejam humanizadoras e sejam éticas. E a educação orientando a tecnologia no que ela deve fazer e não perguntando a ela o que ela vai fazer, porque ela não faz nada.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Prof. Fernando.

Eu pulei aqui, pela ordem inicial, o Eduardo, Presidente da Undime da Região Centro-Oeste.

Eduardo, por favor, suas considerações finais. Eduardo Ferreira da Silva.

Obrigado.

O SR. EDUARDO FERREIRA DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, Senador. Quero agradecer a participação.

Eu sinalizo aqui quatro pontos. Primeiro, que o cenário atual é diferente daquele da concepção da lei e, quando se fala de inclusão, nós precisamos alcançar infraestrutura, professor e aluno. E a educação digital, como muito bem-dito pelo Prof. Fernando, surge como um apoiador para a gente superar as dificuldades. Fala-se muito em personalizar a educação, e eu acredito que a via é esta mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FF373C84004CB0D2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-11 (ANEXO: 011)

Através da digitalização nós vamos conseguir soluções que alcancem alunos nas suas diversidades e singularidades, isso precisa ser olhado com muita atenção.

Para além disso, eu recomendo, mais uma vez, através dos dados que nós da Undime Nacional apresentamos a vocês, que olhem com muita atenção a fragilidade da educação municipal, para que a lei realmente nos alcance dentro dos municípios, dada a quantidade de alunos que nós já atendemos. E nós temos, sim, que inserir a cultura digital o mais cedo possível para que esse jovem adentre o ensino médio, o ensino superior com a capacidade de visão mais alargada e com um amplo conhecimento das possibilidades digitais.

Um bom-dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Eduardo.

Seguindo aqui com dois que ainda estão *online*, César e Sergio.

César Nunes, da Unicamp, por favor. Dois minutinhos.

Obrigado.

O SR. CÉSAR NUNES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado.

Eu vou retomar o que foi falado pelo Fernando, pela Renata e Patrícia. Essa ideia de uma participação ética e cidadã no mundo ultrapassa o digital. Ela precisa do digital, porque o mundo é digital, isso é muito importante, mas, na perspectiva do que nós já fizemos – oferecer conteúdos, repositórios, ensinar ferramentas, trocar práticas, as formações –, isso se mostrou insuficiente; é necessário, mas é insuficiente. Tudo isso é necessário, mas é insuficiente, porque a gente tem que pensar que nós estamos num processo de mudança de cultura. Acho que essa ideia de mudança de cultura, mudança de sociedade é geradora das aprendizagens dos alunos, mas, ao mesmo tempo, ela é transformada pelos próprios alunos, e isso, de novo, é um processo que é cíclico e tem que ser retroalimentado, mas, se a gente não entender e nem encarar esse processo como mudança de cultura, a gente bate na trave de novo. Acho que isso pode ficar mais configurado no processo, inclusive isso envia avaliação, maneira de implementar, quando a gente está falando de qual é a cultura existente e de como é que parto dela e gero transformações. Aí a gente tem uma diversidade muito grande, tanto que queria deixar este recado de a gente pensar como mudanças de cultura na diversidade e riqueza que nós temos no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito!

Muito obrigado, César.

Mais uma vez – por último e não menos importante –, Sergio Paulo Gallindo, por favor, seus comentários finais. Ele é Presidente Executivo da Brasscom.

Sergio, obrigado.

O SR. SERGIO PAULO GALLINDO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Eu vou reiterar aqui – aliás, reiterar, não –, vou externar que essa questão da ética para a Brasscom é muito forte. Dentro dos nossos currículos de referência, a gente tem um currículo de habilidades socioemocionais, em que a gente preconiza uma habilidade em torno dos valores éticos, e, dentro desses valores éticos que a Brasscom valoriza, estão também os valores do nosso Estado democrático de direito. Esses são valores inalienáveis, assim como a própria defesa da valorização das diversidades também é um valor ético importante.

E aqui eu deixaria até uma sugestão para o Senador e também para os Deputados no sentido de que fizessem um esforço de trazer representantes de negros – e mais representantes ainda de mulheres negras e de mulheres brancas – para que a gente tenha, de fato, uma visão holística dos grandes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FF373C84004CB0D2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

desafios da sociedade brasileira. Nós somos um país ímpar, e ímpar no sentido até da criatividade que a gente consegue ter dentro dessa miscigenação.

A Brasscom realmente tem compromisso com a educação, compromisso com a ética, com valores éticos, e a gente acredita que o Brasil tem vocação para a tecnologia.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado, Sergio.

Eu quero dar aqui os cinco minutos da Deputada e autora Angela Amin para comentar aqui geral, como você disse, holisticamente, todo o conteúdo rico que a gente recebeu e, ao final, eu termino aqui agradecendo de antemão a todos que estão assistindo, sobejamente aos que estão conosco aqui participando com as suas contribuições.

Deputada Angela Amin, autora do Projeto de Lei 4.513, de 2020.

A SRA. ANGELA AMIN (Bloco/PP - SC) – Eu gostaria de, em primeiro lugar, agradecer, Senador, pela oportunidade e pelo convite para participar desta audiência pública.

Eu entendo que de qualquer audiência pública nós saímos com mais conhecimento e, automaticamente, com a possibilidade de aperfeiçoar a política, e é importante que nós entendamos o que é política e o que é plano. Aqui, nós estamos defendendo a política, que é um guarda-chuva geral da educação digital no Brasil. E a mudança de cultura, conforme foi colocado aqui pelo professor, é a base do sucesso dessa iniciativa. Se nós não tivermos a capacidade da mudança de cultura do profissional da área da educação, da sociedade, nós não vamos avançar. Acho que, sem dúvida, é um termo de fundamental importância para que nós possamos realmente avançar.

Quando eu entrei com esse projeto de lei e quando começamos as discussões, saiu uma divulgação muito intensa de que eu estava querendo tirar o profissional da área da educação da sala de aula. Eu venho da escola pública, eu fiz universidade pública, eu fiz o meu mestrado, o meu doutorado em escola pública, em universidade pública, e, com eles, nós construímos essa política. Com a Universidade Federal de Santa Catarina, nós construímos esse projeto de lei, dentro de um compromisso que eu tenho muito claro, nas minhas andanças da política, de fazer com que nós possamos dar uma contribuição para a mudança do país.

E esse projeto de lei aqui foi colocado muito bem. Nós temos que ver o que a educação pode fazer com a tecnologia, e não a tecnologia pela educação. Como é que nós vamos ter um profissional habilitado para utilização das tecnologias que estão à nossa disposição e que estarão à nossa disposição cada vez mais, para fazer com que nós tenhamos a cidadania real do nosso aluno e do nosso cidadão?

Dentro desse processo de construção, nós fizemos, nós demos uma contribuição, como Parlamentar e como membro da Universidade Federal de Santa Catarina, no curso de doutorado: nós implantamos um projeto que mostra que a tecnologia pode avançar na questão da educação, de realidade avançada em escolas públicas de uma região do Estado de Santa Catarina. Isto aqui, o conteúdo foi construído pela Universidade Federal de Santa Catarina, pelo Curso de Medicina do *campus* de Araranguá, e a tecnologia utilizada foi desenvolvida pelo curso de tecnologia da mesma universidade.

Então, é possível fazer, é possível preparar os nossos alunos. Isso já está acontecendo em mais de cem escolas, em 50 municípios do Estado de Santa Catarina, da região sul, e já ampliando para outros conteúdos, em que se mostra o processo de cocriação do conhecimento e que isso é possível.

Então, eu me orgulho de ter ajudado a construir esse projeto de lei e de poder implantar, numa região do estado, a tecnologia para fazer melhor a educação. Eu sempre digo que eu estudei em escola

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FF373C84004CB0D2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pública e até particular, onde o patamar do professor era igual a este aqui, com um quadro negro, o tablado e a mesa do professor.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANGELA AMIN (Bloco/PP - SC) – O que aquilo queria dizer? Que o professor estava acima, em termos de conhecimento, de nós, alunos. Hoje, ele tem que estar no mesmo nível, cocriando conhecimento. Se nós não avançarmos para esse processo, nós não avançaremos no processo de inclusão e de qualidade da educação.

Eu mostro aqui a foto desses alunos de escola pública trabalhando esse modelo de tecnologia de realidade avançada. Nós já estamos construindo outros conteúdos além da biologia, para fazer com que, através de mecanismos modernos, nós possamos fazer com que esse aluno ajude na cocriação de conhecimento e nós tenhamos um aluno que saia da escola pública com mais capacidade de enfrentar o mundo do trabalho – como disse aqui muito bem –, e não o mercado de trabalho.

Então, eu gostaria aqui de dizer que, dentro da nossa habilidade coletiva, nós possamos ter um projeto de lei que realmente contribua para a educação nacional, sem retirar o profissional da área de educação de sala de aula, mas tendo um profissional realmente habilitado para que nós tenhamos uma educação de qualidade real.

Tenho muita esperança, Senador, de que, com a sua participação no Governo, nós possamos avançar.

Um abraço a todos e muito obrigada por essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado.

A SRA. ANGELA AMIN (Bloco/PP - SC) – E gostaria de, só um pouquinho, com relação aos recursos...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim.

A SRA. ANGELA AMIN (Bloco/PP - SC) – Nós aumentamos o Fundeb, nós aumentamos o valor do Fundeb, nós garantimos que os fundos de tecnologia não tenham mais o contingenciamento. Então, se nós quisermos fazer, é possível com os recursos existentes nessas plataformas habilitadas por este Congresso neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente.

A SRA. ANGELA AMIN (Bloco/PP - SC) – Eu gostaria de dizer que é uma questão de decisão política. Eu já fui gestora pública e, quando assumi a Prefeitura municipal de Florianópolis, nós tínhamos o índice de mortalidade infantil numa curva ascendente que nós não poderíamos admitir. Numa decisão política, a prioridade foi a criança, e nós saímos de 23 mortos em cada mil nascidos vivos e deixamos em 7,6, sem qualquer recurso externo – com os recursos do Município de Florianópolis, mas principalmente com a energia e o conhecimento. E aqueles que têm compromisso realmente com a saúde pública reverteram esse quadro. Então, a universidade, as entidades da área da saúde fizeram com que esse programa viesse a ser um programa da cidade, e não do município. Então, é possível fazer, sim.

Um abraço. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Deputada. Parabéns pelas suas palavras e pela valorização dessa questão do fator político, que nos faz aqui trabalhar e que nos estimula todos os dias aqui neste Congresso Nacional! Quando a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FF373C84004CB0D2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Deputada se refere a que nós fizemos esse processo, principalmente nesse item do financiamento, claro, refere-se ao Congresso Nacional.

E quero aqui complementar dizendo que há também aqui a questão da lei do Fust, que possibilita a utilização de recursos do fundo diretamente da União, estados e municípios para o financiamento de ações voltadas à transformação digital do serviço público. E, desse montante do total do exercício de 2023, temos R$10 milhões destinados à ampliação dos acessos a escolas públicas. E, na Lei 14.172, de 2021, que garante acesso à internet com fins educacionais a alunos e professores da educação básica pública, previu-se repasse da União, estados e Distrito Federal, no valor de R$3,5 bilhões, a ser aplicado no provimento de acesso à internet para alunos e professores das redes públicas estaduais e municipais.

A SRA. ANGELA AMIN (Bloco/PP - SC) – Além do 5G, que tem a obrigação...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Isso. Ao 5G vou chegar aqui.

Os recursos serão destinados aos alunos de escolas públicas pertencentes a famílias inscritas no CadÚnico e àqueles matriculados em escolas de comunidades indígenas e quilombolas, bem como aos professores da educação básica e também de escolas públicas.

Além disso, o Programa Internet Brasil – Lei 14.351, de 2022 – aprovou a série de mecanismos que se sobrepõem aos previstos na Lei 14.172, de 2021, sendo, no entanto, genérica em relação ao montante de recursos a serem aplicados para a consecução dos seus objetivos. Ao criar o Programa Internet Brasil, o referido instrumento legal previu o acesso gratuito à internet em banda larga móvel aos alunos da educação básica de escolas públicas e integrantes de famílias inscritas no CadÚnico ou matriculados em escolas de comunidades indígenas e quilombolas e nas escolas especiais sem fins lucrativos.

Além disso, o edital da implantação do 5G no Brasil, que regeu a licitação, previu a destinação de outros R$3,1 bilhões para provimento e conectividade das escolas públicas de educação básica com a qualidade e velocidade necessárias para o uso pedagógico das tecnologias em formação e comunicação nas atividades educacionais regulamentadas pela Política de Inovação Educação Conectada.

Além do tema do financiamento, do orçamento, nós destacamos aqui também, entre os inúmeros comentários e colaborações dos presentes hoje e das presentes hoje, a questão da implementação prática refletida no projeto de lei, a questão da governança, a questão dos indicadores, a curricularização, a conexão disso com a inovação, a atratividade ao professor e ao aluno, a questão ética e também a integração, que anotei aqui, com os planos estratégicos de transformação digital, cibersegurança e internet das coisas.

Quero dizer, do ponto de vista prático, Deputada Angela e todos e todas que estão nos ajudando nesse trabalho coletivo, que nós vamos aqui recompilar, ouvindo de novo e anotando os pontos de alerta desta audiência pública, além dos textos e contribuições que vierem nesse momento além desta audiência pública. Um resumo e as solicitações expressas de sugestões de texto serão enviados aos participantes aqui. Com isso, nós vamos conseguir cumprir a meta – como eu disse, a cronologia está um pouco acelerada em função das circunstâncias, mas enfim – de pelo menos tramitar nesta Comissão e, com isso, vencermos mais essa etapa desse importante projeto.

Quero mais uma vez agradecer à Marlei Fernandes de Carvalho, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); à Patrícia Blanco, Presidente Executiva do Instituto Palavra Aberta, pela presença conosco; assim como à Renata Altman, Consultora Educacional do Cieb (Centro de Inovação para a Educação Brasileira); e, aqui pelo remoto, ao Eduardo Ferreira da Silva, Presidente da Região Centro-Oeste da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime); ao Virgílio Augusto Fernandes Almeida, Diretor da Academia Brasileira de Ciências; pela Universidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FF373C84004CB0D2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Federal do Rio Grande do Sul e também pela Anped (Associação Nacional de Pós-Graduação, Pesquisa e Educação), ao Daniel de Queiroz Lopes, membro do Grupo de Trabalho Educação e Comunicação da Anped; à Andressa Pellanda, Coordenadora-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; ao Fernando José de Almeida, Professor da PUC de São Paulo; ao César Nunes, Pesquisador Associado do Instituto de Estudos Avançados da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); ao Sergio Paulo Gallindo, Presidente Executivo da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais (Brasscom); e ao Paulo Tenório, lá de Alagoas, CEO e fundador da Trakto.

Quero registrar também aqui conosco a presença – está aqui? Sim, já vou falar – do Superintendente do Instituto Unibanco, o economista Ricardo Henriques, criador da Secad, a secretaria de inclusão do Governo do Presidente Lula num passado recente, e agradecer também a presença dos diretores da Fasubra, Nivaldo, Tereza e Herivelton – a Marcita nunca me deixa escaparem aqui todos os agradecimentos devidos a vocês.

Mais uma vez o trabalho é difícil, o projeto é complexo, a iniciativa é extremamente importante, como todos salientaram aqui. E eu quero deixar aberto aqui à participação de todos, inclusive dos que não estavam aqui na audiência. Não foi possível, evidentemente, fazer três ou quatro audiências, como talvez fosse o caso – todos aqui falaram da importância, da abrangência desse debate –, mas eu acho que todos aqui estão representados, bem representados. E, quanto aos demais, eu aproveito aqui a nossa transmissão para dizer que nós estamos abertos a receber os comentários, as sugestões por escrito, pelo *e-mail*, junto ao nosso gabinete, junto ao Gabinete da Deputada Angela Amin.

Esse é um trabalho coletivo que nós queremos deixar o mais próximo possível do ideal e o mais prático, na forma de implementação e de viabilidade financeira e orçamentária, para que de fato a gente ganhe, vença mais essa etapa. Na verdade, é um processo dinâmico, não para nunca, mas que pelo menos esse marco inicial seja de fato um indicador claro de diretrizes e de possibilidades para que a gente enfrente a questão da digitalização da educação para nós todos, especialmente para a escola pública e gratuita no Brasil, já que os outros normalmente não têm tanto problema de recurso, mas a interação nesse processo é também muito importante.

Agradeço a todos.

Não havendo mais nada a tratar, informo que estiveram presentes também o Senador Izalci Lucas, o Senador Rodrigo Cunha, o Senador Luis Carlos Heinze, o Senador Vanderlan Cardoso e, portanto, declaro encerrada a presente reunião.

Bom almoço a todos e todas.

Obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 31 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FF373C84004CB0D2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-11 (ANEXO: 011)

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e trinta e três minutos do dia trinta de novembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Rodrigo Cunha e Plínio Valério, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Luis Carlos Heinze, Carlos Viana, Flávio Bolsonaro, Mailza Gomes, Izalci Lucas, Styvenson Valentim, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Chico Rodrigues, Carlos Portinho, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Marcos do Val e Soraya Thronicke. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Angelo Coronel, Wellington Fagundes, Paulo Rocha e Acir Gurgacz. A Senadora Daniella Ribeiro encontra-se licenciada dos trabalhos do Senado Federal para desempenhar missão em Bruxelas, Bélgica, de 28/11/2022 a 03/12/2022, para participar das Reuniões Ordinárias dos Órgãos da Assembleia Parlamentar Eurolatino-Americano, EUROLAT, conforme REQ nº 541/2022-CDir. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação das atas da décima oitava e décima nona reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo nº 279, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Ação Social e Cultural 22 de Dezembro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Salvador, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Plínio Valério (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo nº 513, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Lábrea Solidária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lábrea, Estado do Amazonas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo nº 178, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Academia Cultural de Santa Helena - ACULT para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Helena, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Jaraguari para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaraguari, Estado do Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo nº 370, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Damata FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Lourenço da Mata, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FF373C84004CB0D2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo nº 367, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Tancredo Neves para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cajazeiras, Estado da Paraíba." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo nº 300, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Dom Luciano Mendes de Almeida para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ipatinga, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator, Senador Carlos Viana. **ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo nº 359, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ARCA - Associação de Rádio Comunitária Alternativa para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bicas, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator, Senador Carlos Viana. **ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo nº 669, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Montesclarense de Comunicação e Assistência para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator, Senador Carlos Viana. **ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo nº 772, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Mundo Jovem S/S Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 11 - Projeto de Decreto Legislativo nº 735, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Educativa FM Alminafonsense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Almino Afonso, Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Plínio Valério (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Jean Paul Prates. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 12 - Projeto de Decreto Legislativo nº 426, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação Manairama para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ouro Branco, Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Plínio Valério (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Jean Paul Prates. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e oito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FF373C84004CB0D2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Rodrigo Cunha
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/11/30

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas!

Declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 18ª Reunião e da 19ª Reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas.

Esta reunião faremos principalmente pelo meio virtual. Vou conduzir aqui os trabalhos, dando preferência... Aqui eu já solicito a inversão da ordem aos Senadores que já estiverem aqui presentes. Eu estou vendo a manifestação aqui do Senador Plínio Valério.

O áudio está fechado, Senador Plínio, mas eu passo a palavra a V. Exa. e, logo na sequência, ao Senador Flávio Arns.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Abriu o microfone.

Senador Rodrigo, era para eu registrar presença, para dar o quórum. Não sei por que não está registrando no Zoom, normalmente. Aparece aqui, mas não no painel aí. Era para registrar minha presença. Está bom, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – A presença do Senador Plínio Valério está registrada no painel? (*Pausa.*)

Está fazendo o registro agora, Senador Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM. *Por videoconferência.*) – O.k.! Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – V. Exa. está como Relator do item 2.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM. *Por videoconferência.*) – Item 2? Eu vou já pegar o relatório. Eu estou aqui sem ele, Presidente. Estou aqui ao lado. Eu acho que vou aí. Eu vou aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FF373C84004CB0D2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-11 (ANEXO: 011)

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Tudo bem!

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM. *Por videoconferência.*) – Vai ser lido o do item 1 agora, não é? Para o item 2, dá tempo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Perfeito!

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM. *Por videoconferência.*) – Está bom! O.k.!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – O.k.!

O item 3 tem como Relator o Senador Flávio Arns, que está aqui presente.

Senador Flávio Arns, bom dia! V. Exa. está com a palavra para apresentar o relatório do PDL 178, de 2019.

ITEM 3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 178, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Academia Cultural de Santa Helena - ACULT para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Helena, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Observações: *a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Quero também agradecer a V. Exa. e cumprimentar os Senadores e as Senadoras e as pessoas que nos acompanham.

Esse PDL, em caráter terminativo, é o PDL 178, de 2019, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Academia Cultural de Santa Helena (Acult), no Paraná, para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Helena, Estado do Paraná.

Eu passo, de imediato, Sr. Presidente, se V. Exa. me permitir, ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 178, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Academia Cultural de Santa Helena (Acult) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Helena, Estado do Paraná, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)
>
> Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 178, de 2019, a denominação "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" por "Ministério das Comunicações".

É o voto, Sr. Presidente, mas só quero transmitir um grande abraço para a Academia Cultural de Santa Helena, radiodifusão comunitária. Que realmente alcancem pela radiodifusão o grande objetivo de aproximar as pessoas, transmitir notícias, fazer o debate, haver a conscientização política,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FF373C84004CB0D2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

econômica, social! E a rádio tem esses grandes objetivos que podem ser alcançados no querido Município de Santa Helena.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Agradeço pelo relatório apresentado ao Senador Flávio Arns e o parabenizo mais uma vez pela constante atuação em várias Comissões desta Casa.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Essa votação será feita em bloco, com a abertura do painel eletrônico. Então, eu passarei, logo em seguida, à leitura dos outros relatórios para proceder à votação.

Sendo assim...

Aqui eu quero saudar o nosso colega Senador Portinho, que já está presente aqui.

Senador Portinho, V. Exa. está como Relator do item 10 da pauta e, por estar aqui presente presencialmente, passo a palavra para V. Exa. fazer a leitura.

ITEM 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 772, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Mundo Jovem S/S Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Carlos Portinho
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente Senador Rodrigo Cunha, todos os meus colegas que acompanham.

Eu fiquei muito honrado em receber esse relatório e quero compartilhá-lo com todos, porque o que nos traz aqui neste projeto é quase uma homenagem a um colega nosso que nos deixou, que é o meu colega Senador Arolde de Oliveira. A Rádio Mundo Jovem, originalmente, na sua origem, teve como grande incentivador o Senador Arolde de Oliveira. E hoje aqui é a prorrogação da concessão dessa rádio, que tem uma grande importância para a cidade e para o Estado do Rio de Janeiro e que, como todos nós sabemos, já revelou inúmeros talentos da música gospel, já trouxe muita informação, tem a execução do seu mister em perfeita sintonia, para usar um termo típico das rádios.

Eu passo à análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FF373C84004CB0D2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-11 (ANEXO: 011)

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição Federal. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 772, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova permissão outorgada à Rádio Mundo Jovem S/S Ltda. para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

E, em memória do Senador Arolde de Oliveira, eu venho aqui pedir a todos o apoio e a aprovação deste parecer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Senador Carlos Portinho, parabenizo V. Exa. pela leitura do relatório e também pela menção ao Senador Arolde de Oliveira. Eu tive o prazer de conhecê-lo e, imediatamente, virei fã. Apesar de ele ter uma idade bem mais avançada que a minha, aqui dentro desta Casa esta era a Comissão com que ele mais se identificava. Era o cara da tecnologia. Tinha sempre um olhar à frente, um olhar de futuro. Seja no 5G, seja em questões de comunicação, ele foi muito presente. Quando se pensou em modular a presença, principalmente no YouTube e em outras regulamentações em que hoje a publicidade principalmente é aberta, ele foi uma voz muito ativa e freou um retrocesso em que este país poderia caminhar. Então, o Senador Arolde teve uma participação muito intensa aqui no Senado Federal, e eu tive o prazer de chegar aqui e ser logo um colega dele. V. Exa. também, com muita propriedade, aqui faz esta menção, e esta Casa aqui tem muita gratidão por isso.

Dessa forma... Já foi lido o relatório. Coloco em discussão.

Há algum Senador ou Senadora que queira discutir? (*Pausa.*)

Estamos no período de discussão.

Colocaremos esse projeto no bloco para ser feita a votação ao final, com a abertura do painel eletrônico, com os demais itens da pauta.

Então, Senador Portinho, muito obrigado.

Dando sequência e retornando à ordem da nossa pauta, passarei ao item 2.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FF373C84004CB0D2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 513, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Lábrea Solidária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lábrea, Estado do Amazonas.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Plínio Valério
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

O Senador Plínio Valério está aqui presente, a quem eu concedo a palavra para a leitura do seu relatório.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Saúdo os Senadores e as Senadoras. Vamos ao nosso relatório, Presidente.

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 513, de 2019, que aprova o ato que renova autorização outorgada à Associação Lábrea Solidária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lábrea, no meu estado, Estado do Amazonas.

Eu vou tentar resumir, Presidente, o relatório.

Chegou a nossa Comissão esse projeto que eu li e ele está conforme tudo o que se exige, por isso eu vou passar para a análise.

Análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca desse projeto.

A técnica legislativa e a redação empregadas são adequadas, conformando-se perfeitamente às normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Portanto, está tudo nos conformes.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 513, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização Associação Lábrea Solidária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lábrea, Estado do Amazonas, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o nosso relatório e o nosso voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Colega Senador Plínio Valério, agradeço a leitura do relatório por V. Exa., sempre muito sucinto e direto.

Também buscando a eficiência desta Comissão, solicito a V. Exa. a leitura do relatório do item 1, *ad hoc*, o qual tem como Relator originário o Senador Styvenson Valentim.

V. Exa. pode também dar sequência a essa votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FF373C84004CB0D2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Só para encerrar o item que V. Exa. leu, o item 2, eu o coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo nenhum Senador que queira discutir, coloco em votação.

Na verdade, a votação irá para o bloco final, sendo colocado em votação com a abertura do painel eletrônico, logo em sequência.

Sendo assim, passo à leitura do item 1 e concedo a palavra ao Senador Plínio Valério para fazer a leitura do relatório como Relator *ad hoc*.

ITEM 1
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 279, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Ação Social e Cultural 22 de Dezembro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Salvador, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Styvenson Valentim
Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.
Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM. Como Relator.) – É um prazer, Presidente, relatar *ad hoc* o relatório do nosso companheiro e irmão Styvenson Valentim, que teve que ficar no Rio Grande do Norte, não pôde vir.

Um grande abraço a ele.

Chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 279, de 2021, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Ação Social e Cultural 22 de Dezembro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Salvador, Estado da Bahia. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o art. 223, §3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O projeto em questão foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu Relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Da análise.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FF373C84004CB0D2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa – já foi dito –, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDL nº 279, de 2021, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

Registro apenas ser necessária a apresentação de emenda de redação para corrigir erro material na denominação da pasta responsável pela edição da Portaria nº 2.173, de 2 de maio de 2018, que deferiu a outorga ora analisada.

Do voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL não evidenciou violação em nada, tudo pronto, então opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação de Ação Social e Cultural 22 de Dezembro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Salvador, Estado da Bahia, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)
>
> Substitua-se, no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 279, de 2021, a denominação "Ministério das Comunicações" por "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" – [fecha aspas].

Esse é o relatório e o nosso voto, Presidente. O voto do Senador Valentim é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Agradeço, Senador Plínio Valério. Parabenizo-o também, Senador Plínio, pela sua atuação como Parlamentar. V. Exa., se for a Alagoas, com certeza, antes de sair do aeroporto já será reconhecido, porque o Brasil está acompanhando sua atuação firme em defesa do que é certo, em defesa da justiça; e a justiça não necessariamente é o Judiciário, como deveria ser hoje. Então, a gente está aqui numa linha muito próxima de ter uma visão real da população, do que acontece dentro desta Casa, e V. Exa. ajuda a dar holofotes, ajuda a dar também uma repercussão fora do seu Estado de origem, o Amazonas.

Então, eu venho aqui, como cidadão também e como colega de V. Exa., parabenizá-lo pelo empenho e pela dedicação durante todos esses quatro anos; e hoje já construiu um conceito alinhado ao nome Plínio Valério, que sempre vai lutar pelo que é certo. Então, estou aqui diante de V. Exa. para parabenizá-lo e colocar aqui à disposição esta Comissão, nessa reta final dessa Legislatura, para contribuir ainda mais com o mandato de V. Exa.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Presidente.

Nós fomos companheiros de partido e nos tornamos amigos, irmãos. O nosso relacionamento, do senhor e meu, é de irmãos que somos. Na verdade, eu torci para que o senhor ganhasse a eleição lá no seu estado, mas, do fundo do coração, eu não queria perder a sua companhia aqui. Então, o povo de Alagoas perdeu por não ter um Governador como o senhor, mas nós ganhamos, porque o senhor permaneceu aqui.

E esse desabafo que a gente faz em nome da população brasileira é para, pelo menos, tirar da garganta desse povo esse grito de indignação que está preso na garganta e no peito de milhões de brasileiros.

Nós chamamos a atenção – e o senhor também –, já começando em 2019, para os desmandos, para a usurpação que o Judiciário estava fazendo em relação ao Legislativo e ao Executivo. Então, a gente tem que estar chamando a atenção mesmo, porque o que eles estão fazendo, a forma como estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FF373C84004CB0D2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-11 (ANEXO: 011)

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

agindo você pode chamar do que quiser, mas democracia não é o que eles estão praticando. E nós, como a única instituição que pode fazer algo, temos que fazer o nosso dever de casa e o nosso ofício, porque o senhor sabe tanto quanto eu que a história não perdoa quem se omite, quem sai do campo de batalha em plena guerra.

Grande abraço e que bom tê-lo de volta! Já te disse isto pessoalmente: Alagoas perdeu, mas nós ganhamos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Muito obrigado, Senador. Vamos à luta.

Coloco em discussão o relatório lido pelo Senador Plínio Valério. (*Pausa.*)

Não tendo quem queira discutir, passaremos à votação, que será realizada em bloco ao final de todos os outros projetos que estão na pauta, com abertura do painel eletrônico.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Senador Plínio Valério, também solicito a V. Exa., se possível, que assuma esta Presidência para que possa fazer a leitura de dois projetos dos quais eu sou Relator, e assim a gente já finalizar, para partir para a votação em bloco. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Vamos à leitura do item 4.

ITEM 4
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 191, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Jaraguari para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaraguari, Estado do Mato Grosso do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

Concedo a palavra, para a leitura do relatório, ao Senador Rodrigo Cunha.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Senador Presidente Plínio Valério, passarei diretamente à leitura do parecer do PDL 191, de 2019, constante no item 4 desta reunião.

O parecer desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2019, que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Jaraguari para a execução do serviço de radiodifusão comunitária no município de Jaraguari, Estado do Mato Grosso do Sul.

Sr. Presidente, antes de passar à leitura direta do voto, eu quero fazer um registro da importância das rádios comunitárias neste país, registro esse de uma presença que eu fiz no Município de Batalha, em Alagoas, no qual a rádio completamente estruturada exerce uma função essencial para passar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FF373C84004CB0D2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

informação com independência para a população, e nós sabemos que as rádios comunitárias não podem ter vinculação com quem seja sequer filiado a um partido político. Então, isso demonstra a necessidade de se ter fontes para que a população tenha acesso à informação isenta de interferências do patrão, principalmente quando ele é político. Nós sabemos que o poder, infelizmente, está ligado diretamente à informação, e essa informação, muitas vezes, quando está nas mãos erradas, tem um direcionamento míope para a população.

Então, essas rádios comunitárias exercem um papel essencial, e é necessário também a população ficar vigilante para que ela não exerça um papel político de interferência, um papel de politicagem, e sim um papel informativo. E a credibilidade das rádios comunitárias permanece, mesmo no momento em que a tecnologia avança a passos largos.

Sr. Presidente, passo diretamente à leitura do voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2019, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)
>
> Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2019, a denominação "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" por "Ministério das Comunicações".

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Lido o relatório, a gente coloca em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão do projeto e passamos...

O senhor tem outro relatório, Presidente, para...

Mas deixe-me só reforçar, porque eu sou radialista de interior. Imagine, não é? Eu deixei de fazer o meu programa de rádio em 2006, Senador Rodrigo – 2006! Quando vou pescar nas comunidades longe de Manaus, ainda se lembram do programa. Às vezes falam nem como ao Senador, mas como ao radialista. É só para registrar a importância que têm o radialista e essas rádios comunitárias.

Item 5.

ITEM 5
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 370, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Damata FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Lourenço da Mata, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

Concedo a palavra, então, ao meu nobre companheiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FF373C84004CB0D2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Passo à leitura do parecer da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 370, de 2019, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Damata FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Lourenço da Mata, no Estado – vizinho de Alagoas – de Pernambuco.

Sr. Presidente, eu passo diretamente à leitura do voto, tendo em vista que todas as análises e avaliações estão disponíveis, de maneira virtual, nesta Comissão.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 370, de 2019, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)
>
> Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 370, de 2019, a denominação "Portaria nº 535, de 9 de maio de 2015, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" por "Portaria nº 535, de 9 de maio de 2016, do Ministério das Comunicações".

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Rodrigo.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

E passamos, então, ao item 6, também de relatoria do Senador Rodrigo Cunha, a quem concedo a palavra.

ITEM 6
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 367, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Tancredo Neves para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cajazeiras, Estado da Paraíba.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Rodrigo Cunha
Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.
Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Indo para o relatório desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática referente ao Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 367, de 2019, em caráter terminativo, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Tancredo Neves para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cajazeiras, Estado da Paraíba.

Como a análise também já consta no sistema desta Comissão, passo diretamente à leitura do voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FF373C84004CB0D2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 367, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Tancredo Neves para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cajazeiras, Estado da Paraíba, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)

Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 367, de 2019, a denominação "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" por "Ministério das Comunicações".

Então, Sr. Presidente, essa é a leitura do terceiro relatório, do item 5, o qual finalizamos e colocamos em votação.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Item 6, não é, Presidente?

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Item 6.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Item 6.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Vamos, então... Deixa eu verificar aqui, Sr. Presidente. Tem mais algum de sua autoria? (*Pausa.*)

Não há relatório. Então, pronto. O senhor vai assumir a Presidência, que é sua de fato e de direito. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Dando sequência à ordem da pauta desta Comissão, passo a palavra para o Senador Plínio Valério para exercer a função de Relator *ad hoc* dos itens 11 e 12, os quais tinham como Relator originário o Senador Jean Paul Prates.

ITEM 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 735, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Educativa FM Alminafonsense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Almino Afonso, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Jean Paul Prates
Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.
Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.* (*Pausa.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM. Como Relator.) – Presidente, seguindo os outros relatórios – com tudo em conformidade legislativa, juridicidade, com tudo nos conformes, nós temos a competência –, como já foi lido em vários relatórios, eu peço permissão para ir direto ao voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FF373C84004CB0D2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 735, de 2021, não evidenciou violações de legislação pertinente e não havendo reparos, o voto é pela aprovação do ato que renova autorização outorgada à Associação Comunitária Educativa em Alminafonsense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Almino Afonso – olhem só: meu conterrâneo, grande Almino Afonso, amazonense –, Estado do Rio Grande do Norte, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)

Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 735, de 2021, a denominação "Ministério das Comunicações" por "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações".

Esse é o relatório, favorável, do Senador Jean Paul Prates, que eu tenho o prazer de ler *ad hoc*, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Lido o relatório, coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não tendo quem queira discutir, passaremos à votação para ser realizada em bloco.

E, dando sequência, passamos ao item 12, também como Relator *ad hoc* o Senador Plínio Valério.

ITEM 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 426, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação Manairama para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ouro Branco, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jean Paul Prates

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM. Como Relator.) – O relatório do Senador Jean Paul Prates segue os outros relatórios, falando da legalidade, falando que tudo está nos conformes com as leis, fazendo associações às leis. Portanto, está tudo nos conformes, e, como o Senado, em particular esta Comissão, tem a prerrogativa de analisar e votar esse tipo de processo e de projeto, eu vou direto ao voto, Presidente.

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado das Comunicações do requerimento de informações a seguir e pelo sobrestamento da tramitação do PDL nº 426, de 2021, nos termos do art. 35... Aqui, nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216...

Deixe-me ver aqui, Presidente. Eu me atrapalhei aqui. Deixe-me começar tudo de novo, por favor.

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado das Comunicações do requerimento de informações a seguir e pelo sobrestamento da tramitação do PDL nº 426, de 2021, nos termos do art. 335 do Risf.

REQUERIMENTO Nº , de 2022

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FF373C84004CB0D2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

> Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitada ao Ministro de Estado das Comunicações a seguinte informação referente à renovação da autorização para a execução do serviço de radiodifusão comunitária de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 426, de 2021:
> - confirmação da inexistência de vínculo que subordine a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

Esse é o voto dele, do Senador Prates, enviando requerimento ao Ministério das Comunicações – eu pensei que fosse ser feita também aquela emenda de redação. Portanto, é o voto do Senador Jean Paul Prates.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Agradeço, Senador Plínio Valério, pela leitura do relatório, como Relator *ad hoc*.

Este projeto não será colocado em bloco. Será feita agora a votação simbólica.

Coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não tendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Finalizando esse item 12, passaremos agora à abertura do painel eletrônico para a votação dos itens que estavam em bloco, anunciada desde o início, excetuando os itens 7, 8 e 9, que têm como Relator o Senador Carlos Viana, o qual solicitou a retirada deles de pauta.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – O voto é nominal? A votação é nominal?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – É nominal, em bloco, de todos os itens cujos relatórios foram lidos. Então, só repetindo item por item, são os itens 1 a 10, na verdade, 1 a 12, 1 a 11, os itens 1 a 11, excetuando 7, 8 e 9, que estão abertos para serem votados no painel eletrônico.

Quem concorda vota "sim", quem não concorda vota "não" com os relatórios apresentados.

Senadores, já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Votação encerrada.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL. Fala da Presidência.) – Resultado da votação: 9 votos SIM.

Aprovados os pareceres dos projetos votados em bloco.

E, dessa forma, eu gostaria aqui de informar a todos os senhores que, amanhã, às 10h, esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática se reunirá de maneira extraordinária, às 10h, neste mesmo local, para deliberar sobre os projetos pendentes, incluindo os da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FF373C84004CB0D2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

pauta que não foram votados hoje, e também para fazer a leitura do relatório do Senador Jean Paul Prates referente às audiências realizadas do ciclo de encontros sobre a tecnologia 5G.

Dessa maneira, agradeço aos Srs. Parlamentares.

Encerro a presente sessão.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 11 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 28 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FF373C84004CB0D2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-11 (ANEXO: 011)

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE DEZEMBRO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e três minutos do dia hum de dezembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Jean Paul Prates, Carlos Viana e Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Rodrigo Cunha, Plínio Valério, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Paulo Rocha e Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Styvenson Valentim, Angelo Coronel, Chico Rodrigues e Acir Gurgacz. A Senadora Daniella Ribeiro encontra-se licenciada dos trabalhos do Senado Federal para desempenhar missão em Bruxelas, Bélgica, de 28/11/2022 a 03/12/2022, para participar das Reuniões Ordinárias dos Órgãos da Assembleia Parlamentar Eurolatino-Americano, EUROLAT, conforme REQ nº 541/2022-CDir. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte** - Discussão e Votação do Relatório do Senador Jean Paul Prates sobre a Avaliação das Políticas Públicas relativas à quinta geração (5G) de redes móveis no Brasil, desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo, aprovada pelo Requerimento nº 5/2021-CCT, em cumprimento ao disposto no art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal. **Observação:** Os Senadores Carlos Viana e Jean Paul Prates fazem uso da palavra na fase de discussão da matéria. **Resultado:** Aprovado o Relatório, que conclui pela apresentação de cinco proposições legislativas (projetos de lei, projeto de resolução e indicações). **2ª Parte – Deliberativa: ITEM 1 - Projeto de Lei nº 726, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Institui o Programa de Geração Distribuída nas Universidades e dá outras providências." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates. **Relatório:** Pela aprovação do projeto nos termos da emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório favorável ao projeto nos termos da Emenda nº 1-CCT (Substitutivo). **ITEM 2 - Projeto de Lei nº 5078, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, para garantir a execução orçamentária e financeira das programações do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates. **Relatório:** Pelo arquivamento do projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório pelo arquivamento do projeto. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo nº 470, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural de Virmond para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Virmond, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Portinho (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo nº 300, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Dom Luciano Mendes de Almeida para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ipatinga, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Viana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FF373C84004CB0D2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo nº 359, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ARCA - Associação de Rádio Comunitária Alternativa para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bicas, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo nº 669, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Montesclarense de Comunicação e Assistência para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo nº 265, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cajamar, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Portinho (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo nº 360, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Contorno do Capim Grosso para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Capim Grosso, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Portinho (*Ad hoc*), em substituição à Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o projeto. O Senhor Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jean Paul Prates
Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/12/01

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e todas!

Declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FF373C84004CB0D2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Esta reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de as Senadores e os Senadores votarem nas matérias terminativas por meio do aplicativo Senado Digital.

As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da plataforma.

Temos presentes: Senador Confúcio Moura, Senador Calos Viana, Senador Luis Carlos Heinze, Senador Izalci Lucas, Senador Plínio Valério, Senador Flávio Arns, Senador Wellington Fagundes, Senador Zequinha Marinho, Senador Carlos Portinho, Senador Fabiano Contarato, Senador Jean Paul Prates e Senador Paulo Rocha.

A primeira parte da reunião destina-se à apreciação do relatório da avaliação de política pública.

A segunda parte destina-se à apreciação das matérias. Os itens 1 e 2, não terminativos, serão votados pelo processo simbólico; e os itens 3 a 8, terminativos, serão votados nominalmente em bloco, com a abertura do painel eletrônico.

Passo a Presidência ao colega Senador... (*Pausa.*)

Passo a Presidência ao colega Senador Zequinha Marinho para pautar os itens de nossa relatoria, incluindo esse relatório da política de 5G no país.

Obrigado, Senador Zequinha. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Bom dia a todos!

Concedo a palavra ao Senador Jean Paul Prates para a leitura do relatório. (*Pausa.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu passo à leitura do relatório de avaliação de políticas públicas relativas à quinta geração de redes móveis, que é o 5G, de forma sumarizada, nesta Comissão.

Com base na Resolução do Senado Federal nº 44, de 2013, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) desta Casa Legislativa aprovou o Requerimento nº 5, de 2021, para promover a avaliação das políticas públicas de implantação de redes móveis de quinta geração, ou seja, 5G no país.

Os motivos da escolha desse tema se apoiaram não apenas no significativo impacto econômico e social dessa tecnologia, que deve impulsionar uma grande, rápida e decisiva transformação do acesso e das facilidades relacionadas ao uso da internet, mas igualmente no relevante papel da administração pública nesse processo, uma vez que compete à União, direta ou indiretamente, explorar os serviços de telecomunicações.

Vale lembrar que a implantação das redes 5G no país ainda está em suas etapas iniciais. Por isso, o relatório ora apresentado teve o objetivo de relatar o acompanhamento da CCT do processo de elaboração e realização do edital do leilão de radiofrequências do 5G e, no âmbito dessa atividade, fazer recomendações para contribuir com o aprimoramento da gestão da política e de seus mecanismos de implementação.

As atividades realizadas.

Para levantamento das informações necessárias a essa avaliação, foram realizadas quatro audiências públicas, contando com a participação de representantes de órgãos públicos executivos consultivos, de órgãos de fiscalização e controle, da academia, de institutos de pesquisa, do setor privado e da sociedade civil. A última audiência pública recebeu a presença do Ministro das Comunicações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FF373C84004CB0D2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Também foram solicitados documentos ao Ministério das Comunicações. Na análise dos documentos recebidos, foi possível comprovar que o processo licitatório ocorreu dentro dos ditames legais, dos limites da discricionariedade do órgão regulador e das recomendações técnicas aplicáveis ao setor.

Por fim, o trabalho de avaliação da política pública também incluiu a realização de visitas técnicas em centros de pesquisa, laboratórios e fabricantes de equipamentos envolvidos na disseminação da tecnologia 5G no país. Elas contemplaram, sobretudo, discussões sobre as atividades desenvolvidas e sugestões para aprimoramento das políticas governamentais, dentro do escopo deste trabalho.

É importante registrar que a avaliação realizada não abrangeu todas as análises possíveis relacionadas à implementação das redes 5G, mas focou nos aspectos mais relevantes e críticos dessa política.

Em relação ao edital 5G, para possibilitar a implementação das redes 5G no Brasil, a Anatel enfrentou dois grandes desafios. O primeiro foi definir o espectro de radiofrequências a ser outorgado às prestadoras de telecomunicações. O segundo foi estabelecer o formato da licitação que garantiu o direito de utilização dessas faixas.

Quanto ao primeiro desafio, após longos debates envolvendo as emissoras de rádio e televisão e as operadoras de telecomunicações, que duraram de 2019 a 2021, a agência resolveu destinar uma faixa de 500MHz, situada no espectro de 3,3GHz a 3,8GHz, para a prestação do Serviço Móvel Pessoal (SMP). Junto com o espectro de 3,5GHz, a agência decidiu licitar, no mesmo procedimento, outras três faixas de radiofrequência. Com isso, a Anatel realizou a maior licitação de sua história. Considerando todas as faixas ofertadas na licitação 5G, a agência disponibilizou, nesse processo, quase cinco vezes mais faixas de radiofrequência, 3.710MHz, do que todo o recurso outorgado ao longo dos últimos 25 anos, que foi de 779MHz.

No que tange ao segundo desafio, relativo ao formato da licitação das radiofrequências para a tecnologia 5G, a Anatel e o então Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) optaram por seguir um modelo não arrecadatório. Isso significa que o edital procurou estabelecer uma série de obrigações a serem cumpridas pelos licitantes vencedores, em vez de simplesmente buscar o aumento do valor a ser arrecadado pelo Erário. Esse modelo buscou minimizar as deficiências de infraestrutura de comunicação verificadas no país, sob a justificativa de que a maior disponibilidade de infraestrutura contribui com o desenvolvimento econômico do país, em função de ganhos de produtividade a serem obtidos em praticamente todos os setores da economia, como o agronegócio, a indústria, o comércio e os serviços.

Por essas razões, o edital estabeleceu vários compromissos de implantação de rede e infraestrutura para os licitantes vencedores. Em síntese, são eles: (i) assegurar a cobertura do SMP na tecnologia 5G em todas as sedes municipais brasileiras; (ii) garantir a cobertura do SMP usando tecnologia 4G ou superior nas rodovias federais e localidades (distritos municipais) ainda sem conexão; (iii) implantar rede de transporte em fibra óptica em localidades com infraestrutura de conectividade ainda deficiente; (iv) implantar o Programa Amazônia Integrada e Sustentável; (v) implantar a Rede Privativa de Comunicação da Administração Pública Federal; (vi) custear a migração do serviço de televisão aberta via satélite para a banda Ku; e (vii) investir em projetos de conectividade em escolas.

O leilão de espectro foi homologado em 23 de novembro de 2021. De fato, a licitação foi a maior já realizada pela Anatel e a maior da América Latina, notadamente em relação à capacidade de espectro negociada. As ofertas vencedoras totalizaram, segundo as estimativas da agência, o montante de R$47,2 bilhões. Desse total, pouco mais de 10% serão arrecadados diretamente pelo Tesouro, enquanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FF373C84004CB0D2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

cerca de 90% desse valor foram convertidos em compromissos de investimentos pelas empresas, a serem aplicados, gradualmente, nos próximos dez anos, nesse modelo não arrecadatório.

Em relação ao cronograma de implementação da tecnologia 5G, o edital estabeleceu que a disponibilidade do serviço seria expandida gradativamente, das capitais para as cidades do interior, cobrindo todas as sedes municipais brasileiras até 31 de dezembro de 2030.

No que se refere à dinâmica mercadológica, o leilão do 5G propiciou ampliar a capacidade de oferta de serviços das cinco prestadoras que já operam o SMP no país e ainda permitiu o aumento da competição, por meio da entrada de quatro novas operadoras de telefonia móvel.

Eu vou saltar aqui o capítulo da avaliação da política pública, porque o resumo está publicado no *site* da Comissão, juntamente com o relatório na íntegra, e vou passar às considerações finais, Senador Carlos Viana – e obrigado pela presença.

Sem dúvida, as frequências de 5G apresentam um potencial gigantesco de oportunidades e benefícios à população. O encerramento do leilão e, mais recentemente, o início das operações em várias capitais também trazem reflexões importantes para a administração pública.

É importante ressaltar as obrigações das autoridades regulatórias e das operadoras atuantes no Brasil em formular políticas públicas adequadas, cumprir as metas de expansão e reduzir as assimetrias em termos de incremento de capacidades e habilidades em torno do uso das ferramentas digitais. Até mesmo a Lei Geral de Telecomunicações, chegando aos seus 25 anos, ainda tem problemas de eficácia, especialmente no que tange à baixa cobertura de internet para população das Regiões Norte e Nordeste e de áreas do Centro-Oeste.

Outro aspecto relativamente à inclusão digital a ser destacado no caso do leilão do 5G é a infraestrutura de internet. As novas antenas 5G cobrem significativamente menos espaço que as antenas 4G existentes. Isso significa que uma cobertura semelhante requer mais *hardware* 5G e *software* de suporte – um número que se multiplica ainda mais à medida que o tráfego se move em ambientes fechados.

Outro importante fator da infraestrutura da rede 5G será a necessidade de substituir as conexões de tecnologias mais antigas por cabos de fibra óptica. As velocidades ofertadas no serviço móvel serão tão rápidas quanto as conexões fixas com as quais elas se comunicam. Portanto, as conexões e redes mais lentas precisarão ser substituídas.

O terceiro fator diz respeito aos custos de operação e manutenção a serem enfrentados pelas empresas de telecomunicações.

Embora o 5G tenha seu próprio conjunto de vantagens, a sua implantação demanda um grande investimento.

Importante destacar que esta Comissão observa que a Anatel e o Ministério das Comunicações não se mostraram insensíveis a essas temáticas.

Embora grandemente abarcadas pelo edital de licitação das radiofrequências de 3,5GHz, as políticas públicas de telecomunicações estão muito além da simples implementação das redes móveis de quinta geração.

Nesse sentido, o edital procura atender a uma variada gama de demandas, apontadas no Plano Estrutural de Redes de Telecomunicações, publicado bienalmente pela Anatel. Vale salientar que, dentre as obrigações estabelecidas no certame, além dos compromissos de abrangência de cobertura das redes móveis em tecnologias 4G e 5G, encontram-se metas para o desenvolvimento das redes fixas no Brasil, considerando em especial a ampliação da infraestrutura de fibra óptica no país, a implantação da Rede Privativa de Comunicação da Administração Pública Federal, a expansão do Programa Norte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FF373C84004CB0D2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Conectado, por meio da implementação do Programa Amazônia Integrada Sustentável (Pais), e investimentos na conectividade das escolas. Cuida-se, portanto, de uma política ampla para o setor e não apenas para o serviço de comunicação móvel.

A despeito do extenso cronograma de implementação das redes 5G, o qual, por características atinentes à evolução da tecnologia e à competição no mercado, acreditamos que possa ser substancialmente adiantado nos próximos anos, verificamos que não houve uma preocupação dos órgãos setoriais em implantar uma política específica para acelerar o lançamento das redes 4G, que ainda servirão como base das redes de comunicação móveis por um longo período. De fato, ficará a critério ou a cargo das próprias prestadoras decidir como e onde as redes 4G ainda serão implantadas no país.

Não obstante a tecnologia 5G possibilitar o início de valiosas transformações econômicas e sociais, a realidade que se impõe no Brasil demonstra que muitas famílias continuam a enfrentar dificuldades para contratar ou manter contratado seu acesso à internet, fixo ou móvel, sendo os motivos financeiros ainda apontados como a principal causa delas, seguida da falta de oferta por infraestrutura deficiente na região e, em terceiro lugar, de barreiras cognitivas.

Ademais, apesar de todos os esforços, as desigualdades entre as regiões brasileiras ainda resistem como um difícil obstáculo a ser superado. Diferenças na renda das famílias e no custo da infraestrutura pago pelas prestadoras explicam a maior parte dos problemas verificados. Para resolvê-los, portanto, políticas específicas precisam ser consideradas, para que os serviços de telecomunicações possam, enfim, ser levados a todos os cidadãos brasileiros e cidadãs brasileiras, em igualdade de condições. Por isso, a importância de a inclusão digital e os programas referentes à universalização do acesso às tecnologias de informação deverem ser considerados prioritários entre os objetivos econômicos e sociopolíticos das políticas públicas de telecomunicações.

Além da recomendação de que a CCT permaneça atenta e continue a acompanhar todo o processo de implementação e de regulação da rede 5G, apresentamos cinco iniciativas legislativas que podem melhorar alguns aspectos visualizados ao longo dos trabalhos, que eu vou deixar de contribuição para os Senadores que ficam na Casa.

Em primeiro lugar, tendo em vista a grande disparidade no acesso à internet na comparação com as áreas urbanas, sugerimos proposição para estabelecer a desoneração das taxas e contribuições incidentes sobre a infraestrutura de telecomunicações instalada em áreas rurais. Dessa maneira, os prestadores de serviços de telecomunicações que operam nessas regiões perceberão incentivos econômicos para ampliar a cobertura de suas redes.

Outra proposta diz respeito à busca de uma resposta mais satisfatória à questão do compartilhamento da infraestrutura de suporte entre prestadoras de diversos setores.

Outra sugestão normativa, agora de ordem interna ao Senado Federal, diz respeito, de acordo com a nossa visão, a uma ausência importante relativa ao papel desta Comissão. Entendemos que a arguição pública de indicados ao Conselho Diretor da Anatel que ocorre atualmente na Comissão de Serviços de Infraestrutura, com todo o respeito àquele Colegiado, se trata de equívoco que precisa ser ajustado, uma vez que a Comissão especializada no Senado Federal para tratar dos assuntos relativos às comunicações é a CCT. Portanto, dever-se-ia arguí-los aqui nesta Comissão.

Por fim, também propomos duas indicações ao Poder Executivo.

Uma delas propõe ao Conselho Diretor da Anatel que inclua, nas reuniões do Grupo de Acompanhamento do Custeio a Projetos de Conectividade de Escolas (Gape), um representante do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FF373C84004CB0D2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Poder Legislativo, para que colabore com as atividades, apresentando as sugestões que entender necessárias para o bom desenvolvimento dos trabalhos.

A outra indicação ao Poder Executivo diz respeito à constatação de que existem modelos de leilão que poderiam ter um desempenho superior a outros métodos, inclusive o que foi escolhido para a licitação do 5G no Brasil. Esse modelo, denominado de leilão combinatório de múltiplas rodadas, tem sido o método mais utilizado no mundo para a licitação do espectro, progredindo rapidamente para se tornar o padrão de leilão para a venda de espectro. Nesse sentido, sugerimos ao Conselho Diretor da Anatel que passe a adotar tal método quando possível.

Finalizando o relatório, estimamos ter colaborado para a melhoria e para a transparência de todo o processo estudado, na esperança de que essa mudança tecnológica traga, de fato, amplos benefícios para a nossa sociedade e de que, preferencialmente, tais benefícios sejam compartilhados por toda a sociedade brasileira, com vistas à diminuição de desigualdades, conforme, inclusive, está consignado na nossa Constituição.

Foi com base nesse propósito que conduzimos os nossos trabalhos, trabalhos esses bastante exaustivos e, por vezes, inclusive, interrompidos, Senador Carlos Viana e Senador Zequinha, pela covid. Todo esse processo, operacionalmente, dificultou muito, mas fizemos todas as diligências aos órgãos necessários, aos centros de pesquisa, às fabricantes de equipamentos 5G e produzimos um relatório que, segundo consta, tem 120 páginas. É claro que eu não o leria em sua totalidade aqui. O próprio resumo já é longo. Enfim, ele fica como uma contribuição muito forte desta Comissão para essa política de 5G, que vai perdurar. Ela está em implantação franca, não está terminada; pelo contrário, eu diria que ela está em menos de um terço da sua implantação do ponto de vista regulatório.

Esse é o relatório.

Eu agradeço ao Presidente pela deferência de aqui nos ajudar, como ao Presidente Carlos Viana também. Temos uma pauta aqui de alguns projetos. Esse é o primeiro.

É o relatório, que, finalmente, estamos entregando aqui, dentro do prazo.

Obrigado, Presidente Zequinha.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Muito bem, Senador Jean Paul!

Lido o relatório, coloco a matéria em discussão.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG. Para discutir.) – Primeiro, meu bom-dia, Senador Zequinha, com alegria!

Senador Jean Paul, quero dizer que V. Exa. deixa a Casa como Senador, mas, tendo o Governo o juízo de colocá-lo realmente como Presidente da Petrobras, o senhor será muito bem-vindo aqui por várias vezes, sendo convidado a conversar. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Eu mesmo terei o prazer de convidá-lo, em vários momentos, para a gente discutir essa questão energética.

Quero dar aqui o meu testemunho a todos os que nos assistem e acompanham a Comissão do prazer que tive em trabalhar em várias oportunidades com o Senador Jean Paul. Apesar de posicionamentos ideológicos diferentes, nas questões econômicas, nós pudemos produzir aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FF373C84004CB0D2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

documentos que hoje são referência não só na América Latina, mas no mundo. Nós conseguimos criar aqui um marco para concessão e autorização de ferrovias que está entre os documentos mais modernos. E foi uma surpresa muito grande perceber em V. Exa. a disponibilidade de trazer as experiências de fora do Brasil, porque, durante muitos anos, nós sofremos de um colonialismo absurdo – era aquela história: nós temos que buscar as nossas soluções. Ora, ninguém inventa a roda! Em um mundo cada vez mais de *commodities*, cada vez mais contemporâneo e de troca, globalizado, digitalizado, nós temos que trazer para cá as melhores experiências que o mundo já vive e que trouxeram qualidade de vida às suas populações. Foi assim com a questão do marco do gás, com a questão, inclusive, discussões, sobre a exploração do petróleo, em que avançamos bem, e, agora, com a questão do 5G. Ao propor os leilões múltiplos como V. Exa. está colocando no relatório, mais uma vez, nós estamos possibilitando à Anatel e ao Ministério das Comunicações que virá, se for da atribuição do novo Governo, que ele tenha uma ferramenta moderna, que vai colocar, mais uma vez, o Brasil entre as nações mais expostas a receberem investimentos.

Então, meus parabéns pelo relatório que foi produzido – sei da dedicação! E o meu desejo de muito boa sorte na nova caminhada a partir de janeiro, porque a sorte de um governo é a sorte de todo um povo. Essa é a grande verdade. É o momento de nós pacificarmos o país, começarmos a olhar o que interessa, para que possamos superar, cada vez mais rapidamente, as dificuldades e as desigualdades que temos em nosso país.

Parabéns! Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Muito obrigado, Senador Carlos Viana.

Na telinha, não vejo mais alguém.

Pois não, Senador?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Só para agradecer as palavras do Senador Carlos Viana, que é um querido amigo que fiz aqui no Senado também, bem como o Senador Zequinha. É uma deferência para mim estar com vocês aqui hoje.

Realmente, os trabalhos estão terminando. Eu ainda não fiz discurso de despedida, nada disso, mas queria lhe agradecer, Carlos, pelo... É muito especial, Senador Zequinha, você receber palavras elogiosas de um Senador de Minas sobre trem, porque trem tem tudo a ver com Minas, não é? Então, assim, é o *top* do *top* isso aí!

E, realmente, a questão das ferrovias o Senador Zequinha acompanhou com muita atenção também, porque o Pará também carece, e todo o território nacional, mas, particularmente, os estados mineradores têm muito a ver com o trem, e nós, de fato, fomos buscar, juntos, porque foi um trabalho coletivo, tivemos audiências públicas e tal, modelos modernos. Inclusive, ouvimos aqui coisas que mudaram a concepção sobre regulação ferroviária para vários outros países, porque, no caso dos trens de passageiros, nós ouvimos aqui, em audiências, técnicos especialistas japoneses assegurando que é impossível, economicamente, você ter uma linha de trem urbano ou não urbano de passageiros viável só com a tarifa do passageiro, só com a passagem.

Isso, para mim, foi um conceito disruptivo. Eu disse: "Ah, então, como é que a gente vai fazer? A gente vai ter que abrir toda uma outra forma de...". O que vale, inclusive, para as nossas reflexões futuras sobre o transporte público em geral, sobre ônibus também, porque, a partir do momento em que você tem, por exemplo, a uberização, as tarifas de transporte praticamente individuais, do táxi ou do Uber, que chegam, dependendo do número de passageiros, a ser mais baratas do que a passagem do ônibus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FF373C84004CB0D2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

– o cidadão, se juntar a família, pega um Uber, e é mais barato para ele ir à praia de Uber do que de ônibus –, tem alguma coisa errada. Imediatamente, você para e diz: "Opa, espera aí! Como é que o transporte público pode estar mais caro do que o transporte privado? Está errado".

Então, nós temos que fazer um trabalho, um esforço. E isso vai acontecer na próxima Legislatura sem a menor dúvida.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – V. Exa. me permite um aparte aqui?

Essa questão do transporte público é uma discussão que nós precisamos fazer com mais profundidade, de reorganização em todo o país. V. Exa. está correto, porque nós temos um transporte formal que tem um modelo caro e que precisa manter as suas formas de cobrança, que se inviabiliza, inclusive, para muita gente.

Eu cito que nós, aqui no Brasil, temos a questão, por exemplo, da Cide. A Alemanha tem uma experiência – eu vivi, morei lá, trabalhei por seis anos, conheço um pouco –, a Alemanha subsidia o transporte público com o dinheiro dos combustíveis, uma Cide. Esse dinheiro é cobrado do combustível fóssil e é destinado...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Na Alemanha, o combustível fóssil tem uma tributação de 87%, chega a 87%. De 78% a 87% do preço do combustível é imposto, *her* Viana.

Dankeschön.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – *Vielen Dank*. (*Risos.*)

E eles usam essa Cide como uma forma de subsidiar.

Então, há cidades na Alemanha que começam, agora, a testar o transporte público gratuito, justamente utilizando o fundo que eles têm para... Como eles já não têm grandes projetos de infraestrutura, como nós ainda temos pela frente... É um país naturalmente muito menor, que, depois da guerra, foi reconstruído com um planejamento e um urbanismo excepcionais. Em cidades como Hanover, por exemplo, que foram totalmente destruídas, o senhor não tem dificuldade nenhuma para andar de carro, até porque eles gostam de carros, os alemães gostam dos veículos. E, lá, a cidade foi toda reconstruída pensando os veículos inclusive, mas você tem um transporte público que funciona de uma maneira espetacular. Eles agora estão testando, em algumas cidades, o transporte gratuito com base no fundo gerado a partir dos combustíveis.

Nós, aqui, em uma reforma tributária que futuramente a gente venha a discutir com mais amplitude a questão, por exemplo, das tributações sobre operações financeiras, transferirmos o livro de caixa de entrada e saída de ICMS, que são impostos mortos, para uma visão mais moderna de tributação em cima das operações de consumo e que não onere o cidadão, porque é muito... Quando a gente fala em criar novos impostos, você ouve: "Ah, você está querendo aumentar a carga tributária". Não é isso! É a gente tirar o que é difícil de arrecadação e controle e transferirmos para aquilo que os computadores já nos dizem na hora quanto foi e que os países mais desenvolvidos que o nosso têm. Você pagou, sai ali o seu imposto, a arrecadação é imediata, o país tem muito menos despesa e muito menos sonegação. Essa é uma discussão madura.

E, nessa discussão, Senador Jean Paul, eu penso que nós poderíamos muito, mas muito, começar a conversar sobre a questão mesmo de um transporte público subsidiado, no seu planejamento, com os combustíveis. Essa Cide, que hoje vem para o Tesouro, ter a destinação dela correta, que é melhorar o transporte público e a qualidade, inclusive para quem ganha menos, porque quem usa transporte público em nosso país... É diferente da Alemanha. Na Alemanha, em Nova York, você vê pessoas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A28F5C58004CB0D1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

grandes executivos, usando o metrô; aqui, não! A nossa cultura é a cultura ainda do carro, mas quem usa ônibus, quem usa metrô, como em Belo Horizonte... Há quatro anos eu venho buscando uma solução para o metrô da minha cidade, que é um trem de superfície, mas que, se nós soubermos investir, vai funcionar bem. Mas não temos o dinheiro! O imposto vai para uma conta única e não cumpre o seu papel.

No Pará, por exemplo, de V. Exa., Senador Zequinha, que tem, da costa até a divisa com o Piauí, com Goiás, 2,5 mil quilômetros, nós não temos que falar só em rodovias; nós temos que falar, pelo menos, em algumas formas de transporte de carga, como vamos ter agora a Ferrovia Norte-Sul, os ramais, para ajudar o país a começar a se desenvolver.

Então, nesse caso do transporte público, Senador Jean Paul, já me encaminhando para o final, eu entendo que seria uma discussão muito interessante para o país nós pensarmos em uma Cide sobre os combustíveis fósseis, hoje, para o financiamento de novos projetos, para trens urbanos, não poluente inclusive, nas cidades, nas capitais brasileiras.

Muito obrigado.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeitamente, Senador Carlos Viana.

Uma das últimas missões que tenho aqui é relatar o marco regulatório da mobilidade urbana, que foi preparado pelo nosso querido Senador Anastasia, que, ao sair daqui e ir par ao TCU, foi ao meu gabinete me entregar esse projeto com todo o carinho para a relatoria. Então, tenho muita honra de dizer que sou o Relator e vou terminar essa missão.

E justamente uma parte dessa missão é a introdução do conceito e da meta da gratuidade pública do transporte, com base na introdução de tecnologia – é por isso que nós estamos falando disso aqui – , que inclui, mas não se limita à eletromobilidade, que traduz claramente esse objetivo, porque diminui custo de manutenção, diminui custo de combustível, etc. Enquanto isso não acontece, na transição, aí sim, mecanismos de financiamento, como V. Exa. está propondo.

Então, é uma discussão que nós vamos ter aqui provavelmente ainda nessas semanas, mas deixarei aqui como legado para seguir nas outras Comissões também, objetivando claramente que nós tenhamos, independentemente de ser de direita ou de esquerda, o transporte público gratuito, como temos a escola gratuita, como temos a saúde gratuita, como temos a segurança gratuita, mesmo que ela funcione, na média, pior do que o trabalho privado ou o serviço que eventualmente exista para quem pode pagar. Mas a quem não pode pagar que tenha pelo menos o básico. Hoje o transporte público está fora desse grupo; simplesmente não existe transporte público gratuito. E nós fizemos campanha, inclusive como Prefeito de Natal, para a Prefeitura de Natal, dizendo isso e mostrando como isso era possível ser implementando, inclusive com o emprego da energia renovável e eletromobilidade nos grandes corredores, com compartilhamento de veículos nos bairros e nas regiões mais capilarizadas.

Mas, enfim, deixo aqui o agradecimento a Carlos Viana pelas palavras e também pelas demais situações aqui que mencionou. Sigamos, então, com a nossa Comissão.

Obrigado, Presidente.

Obrigado, Senador Carlos Viana.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Muito bem. Não havendo mais quem queira discutir a matéria, eu encerro a discussão, comunicando que a votação será simbólica.

Em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A28F5C58004CB0D1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado o relatório de Jean Paul Prates.
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.
Muito obrigado, Presidente.
Temos um outro Presidente para tomar conta.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Quero convidar o Senador Carlos Viana para me substituir aqui para que eu possa honrar um outro compromisso. Nosso grande Senador vai fazer uma falta danada por aqui.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Eu tenho três relatórios, Excelência, para ler.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Mas aí primeiro... Ele tem mais um aqui.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Tem mais um?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Tem.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Está bem, está bem. Com muita satisfação, assumo e substituo, não sei se à altura.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Bem melhor, com certeza. Muito obrigado. Por favor. É uma honra ser substituído por V. Exa. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Mais uma vez, meu bom-dia a todos que nos assistem, aos que nos acompanham pela TV Senado, Rádio Senado e redes sociais da Casa.

Quero lembrar que o Senado tem todo um sistema de recebimento de informações e sugestões dos brasileiros. E a sua mensagem é muito bem-vinda à Ouvidoria do Senado, à Casa. O encaminhamento de propostas, ou sugestões, são meios que estão à disposição da população, para que o Parlamento possa entender e atender, cada vez melhor, a população brasileira. O Parlamento tem muitos defeitos, mas há muito boa vontade daqueles que aqui estão em atender e cumprir com o seu papel. Então, a sua participação é muito importante.

Dando sequência aqui à segunda parte, concedo, mais uma vez, a palavra, ao Senador Jean Paul Prates, para a leitura do Projeto de Lei nº 726, de 2019, para a apreciação dos Senadores que compõem esta Comissão.

Senador Jean Paul.

2ª PARTE
ITEM 1
PROJETO DE LEI Nº 726, DE 2019
- Não terminativo -

Institui o Programa de Geração Distribuída nas Universidades e dá outras providências.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

Relatoria: Senador Jean Paul Prates

Relatório: Pela aprovação do projeto nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Observações: *A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão de Educação após a deliberação da CCT.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A28F5C58004CB0D1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Carlos.

Na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, chega o Projeto de Lei do Senado nº 726, de 2019, de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que institui o Programa de Geração Distribuída nas Universidades e dá outras providências.

A proposição conta com quatro artigos.

O art. 1º propõe o Programa de Geração Distribuída nas Escolas e Universidades e dispõe, em seu parágrafo único, que a sua finalidade é prover recursos para a instalação de sistemas de geração elétrica, a partir de fontes renováveis, nas universidades brasileiras e entidades a elas vinculadas.

O §2º do art. 1º dispõe sobre os objetivos do programa.

O §3º dispõe sobre os recursos que financiarão o PGDU, entre eles, a CDE, que é a Conta de Desenvolvimento Energético; o Fundo Nacional sobre o Clima, de que tratam o inciso I e o §2º do art. 4º da Lei nº 9.991, de 2000; e o Orçamento Geral da União, quando previstas as dotações em Lei Orçamentária Anual.

O §4º trata das prioridades dos programas habilitados.

O art. 2º cria incentivos tributários (isenção de PIS-Pasep e de Cofins) nas vendas de equipamentos utilizados em sistemas de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis a serem instalados nas universidades brasileiras.

O art. 3º dispõe que, no caso da venda ou importação de partes, peças, acessórios e insumos utilizados na fabricação dos equipamentos referidos, portanto isentos, fica suspensa a exigência de contribuição para o PIS-Cofins incidentes sobre a venda no mercado interno;

O §1º do art. 3º prevê que, nas notas fiscais relativas às vendas de que trata o inciso, deverá constar a expressão "Venda efetuada com suspensão da exigibilidade da Contribuição para o PIS-Pasep e Cofins", enfim, a implementação dessa isenção.

O art. 4º traz a cláusula de vigência, que determina que a lei resultante entre em vigor na data de sua publicação.

Portanto, passo diretamente ao relatório e ao voto.

Diante do exposto, após avaliar a constitucionalidade, a juridicidade, a regimentalidade e a boa técnica legislativa do Projeto de Lei do Senado Federal nº 726, de 2019, e o mérito também, votamos pela sua aprovação nos termos do substitutivo que foi oferecido pelo Relator.

Esse é o relatório que deixamos aqui consignado no sistema.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Obrigado, Senador Jean Paul.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria.

Os Senadores que desejarem participar... (*Pausa.*)

Como não vejo também participação remota, não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica, do relatório.

Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Comissão de Educação.

Item 2.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A28F5C58004CB0D1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-12 (ANEXO: 012)

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE
ITEM 2
PROJETO DE LEI Nº 5078, DE 2019
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, para garantir a execução orçamentária e financeira das programações do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT.

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)
Relatoria: Senador Jean Paul Prates
Relatório: Pelo arquivamento do projeto.
Observações: *A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos após a deliberação da CCT.*

Concedo a palavra também mais uma vez ao Senador Jean Paul para a leitura do Projeto de Lei 5.078, de 2019.

Senador.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relator.) – É o Projeto de Lei 5.078, de 2019, de autoria do Senador Marcos do Val, cuja ementa visa garantir a execução orçamentária e financeira das programações do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Basicamente, nós concordamos com o mérito da proposição. Ocorre, no entanto, que a Lei Complementar 177, que alterou a Lei Complementar 101, uma de 2021 e outra de 2000, veda limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas à inovação, desenvolvimento científico, tecnológico custeado por fundo criado para tal finalidade.

Alterou também a Lei 11.540, de 2007, para modificar a natureza e as fontes de receita do Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Científico (FNDCT), e incluir programas desenvolvidos por organizações sociais de instituições que podem acessar esse recurso.

Sendo assim, pode-se verificar que os objetivos do PL 5.078, ora sendo relatado, já estão contidos na redação atual do art. 11 da Lei 11.540, de 2007.

Desse modo, o projeto em tela resta prejudicado após a publicação da Lei Complementar 177, de 2021.

Diante do exposto, o voto é pelo arquivamento do Projeto de Lei 5.078, de 2019.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Obrigado, Senador Jean Paul.

Está lido o relatório.

Vamos colocar em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o relatório do PL 5.078, de 2019, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o arquivamento.

Está rejeitada a matéria, que será encaminhada à Comissão... Aliás, rejeitada a matéria e vai para o arquivamento. Segue para a Comissão de...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A28F5C58004CB0D1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Uma correção, portanto: daqui da Comissão de Ciência e Tecnologia, ela segue para a Comissão de Assuntos Econômicos, onde terá sua avaliação em seguida.

Nós temos o item 3 da pauta, que é do Senador Izalci Lucas, mas como não se encontra presente, nós vamos transferir o PDL 470, de 2021, para a próxima sessão da CCT.

O Apóstolo Paulo, se fosse vivo, acho que ele escreveria assim: "Acautelai-vos do vinho e do poder. O poder embriaga". (*Risos.*)

Devolvo a Presidência desta Comissão ao Senador Jean Paul para a sequência dos trabalhos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Na verdade, não se trata de embriaguez, nesse caso, pelo poder. O Senador Carlos Viana tem trabalhos da autoria dele aqui, relatorias, e precisa lê-los. Então, a gente tem que fazer esse revezamento aqui. (*Risos.*)

Item 4.

2ª PARTE
ITEM 4
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 300, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Dom Luciano Mendes de Almeida para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ipatinga, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Carlos Viana
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

Concedo a palavra, portanto, ao ilustre e querido Senador Carlos Viana para a leitura do seu relatório – item 4, PDL 300, de 2019, que se refere à cidade de Ipatinga, Minas Gerais. Com a palavra.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG. Como Relator.) – Muito obrigado.

Acho que, de certa forma, em alguns momentos, o poder embriaga mais do que o vinho. Ele deixa mais... (*Risos.*)

Vou pedir a V. Exa. para passar à leitura da análise e do voto.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A28F5C58004CB0D1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar n° 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS n° 300, de 2019, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei n° 9.612, de 1998.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 300, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga concessão à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Dom Luciano Mendes de Almeida para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ipatinga, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Lido o relatório do Senador Carlos Viana, a quem agradeço, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será realizada em bloco, com a abertura do painel eletrônico pertinente.

Senador Carlos Viana, há ainda o item 5, relativo ao PDL 359, de 2019, relativo à cidade de Bicas, Minas Gerais.

2ª PARTE
ITEM 5
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 359, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ARCA - Associação de Rádio Comunitária Alternativa para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bicas, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Carlos Viana
Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.
Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

Se quiser também abreviar, porque os corpos são todos muito iguais, e ir direto ao voto também, pode ficar à vontade para isso.

Com a palavra o Senador Carlos Viana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A28F5C58004CB0D1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG. Como Relator.) – Obrigado, Senador Jean Paul.

Naturalmente, todo o embasamento jurídico é o mesmo para a definição do relatório.

Nesse caso do nosso Projeto de Decreto Legislativo 359, o voto é que, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto também não evidenciou violação da legislação pertinente, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 359, de 2019, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)
>
> Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 359, de 2019, a denominação "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" por "Ministério das Comunicações".

Uma formalidade apenas estrutural com relação aos governos e à origem.

No mais, relatório aprovado para a Arca (Associação de Rádio Comunitária Alternativa), Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeitamente, Senador Carlos Viana. Até a própria emenda final vai ser a mesma no terceiro projeto de sua relatoria também.

Coloco em discussão a matéria deste PDL 359, de 2019. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação fica para ser realizada em bloco com a abertura do painel eletrônico.

ITEM 6
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 669, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Montesclarense de Comunicação e Assistência para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Carlos Viana
Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.
Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

Com a palavra o Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG. Como Relator.) – Obrigado, Senador.

Estamos aqui tratando da aprovação de outorga e autorização à Associação Montesclarense de Comunicação e Assistência, PDL 669.

O embasamento legal é o mesmo com relação às atribuições desta Casa.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A28F5C58004CB0D1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 669, de 2019, com também a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)

Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 669, de 2019, a denominação "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" por "Ministério das Comunicações".

Dessa forma, o relatório é pela aprovação da outorga à Associação Montesclarense de Comunicação e Assistência.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mais uma vez, obrigado, Senador Carlos Viana.

Item 6, PDL 669, de 2019, Montes Claros, Minas Gerais.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação fica para ser realizada em bloco com a abertura do painel eletrônico, ao final da reunião.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG. Como Relator.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu tenho aqui sob a minha atribuição o PDL nº 670, da Fundação Educativa e Cultural José Alves Ferreira, que, no último relatório, eu acusei a falta da documentação correta para tramitação de itens importantes e exigências com relação à formalidade de certidões. O Ministério das Comunicações não fez a transferência dos arquivos para esta Comissão. Então quero pedir aqui, mais uma vez, à Secretaria da Comissão que faça esforços e envide junto ao Ministério das Comunicações, para que, se possível, ainda este ano, a gente possa votar esse relatório para autorização à Fundação Educativa e Cultural José Alves Ferreira, que presta um grande trabalho na área da educação e retransmissão de programas educativos no Centro-Oeste, na cidade de Pará de Minas. Tem a nossa apreciação, mas, sem os documentos, a formalidade total de apresentação das certidões, a documentação exigida, nós não temos como dar sequência.

Então vamos pedir à Secretaria que, por favor, envide junto ao Ministério das Comunicações que envie o mais rapidamente possível os arquivos, que já foram juntados ao processo naquele ministério.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeitamente, Senador Carlos Viana.

Acolhido o seu requerimento, a Comissão de fato já providenciou e o Ministério estaria trazendo, só que não chegou a tempo e nós tiramos o item de pauta hoje, mas felizmente vamos poder colocá-lo em pauta ainda durante esta Legislatura no exercício desta CCT.

Item 3: o Senador Carlos Portinho está aqui.

Senador Carlos Portinho, V. Exa. poderia contribuir com o Senador Izalci Lucas, que nos pediu uma relatoria *ad hoc;* como também o nosso Senador Flávio Bolsonaro, item 7, e a Senadora Daniella Ribeiro.

Se puder, peço aqui a sua ajuda, inicialmente, para o PDL do item 3, PDL 470, de 2021, relativo à cidade de Virmond, Paraná.

2ª PARTE
ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A28F5C58004CB0D1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 470, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural de Virmond para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Virmond, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Izalci Lucas
Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Concedo a palavra, para leitura do relatório do Senador Izalci Lucas, como Relator *ad hoc,* ao Senador Carlos Portinho. Com a palavra.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Sr. Presidente Senador Jean Paul, meu querido colega também Senador Carlos Viana, faço aqui *ad hoc* a leitura do parecer.

Parecer da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 470, de 2021, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural de Virmond para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Virmond, Estado do Paraná.

Peço vênia para ir direto à análise, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Por favor.

Explicando às pessoas que estão nos assistindo, eu sempre faço essa explicação, Senador Portinho. Esses pareceres são todos muito parecidos, de autorização e de renovação, por isso a gente passa direto ao voto, mas eles ficam lá no sistema para consulta.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Exatamente.

Então, conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da nossa Constituição.

Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDL nº 470, de 2021, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei 9.612, de 1998.

Registro apenas ser necessária a apresentação de emenda de redação para corrigir erro material na denominação da pasta responsável pela edição da Portaria nº 2.166, de 2 de maio de 2018, que deferiu a outorga ora analisada. O processo de outorga foi editado na gestão do Ministério da Ciência,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A28F5C58004CB0D1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Tecnologia, Inovações e Comunicações, enquanto o texto do PDL indica como responsável o Ministério das Comunicações.

O voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 470, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural de Virmond para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Virmond, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)

Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 470, de 2021, a denominação "Ministério das Comunicações" por "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações".

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado, Senador Carlos Portinho. Mais uma vez...

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Sr. Presidente, um minutinho só.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Carlos Viana com a palavra.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG. Pela ordem.) – Quero saudar aqui o Senador eleito Jaime Bagattoli, pelo Estado de Rondônia. Vem nos acompanhar aqui nesta CCT a nosso convite. E seja muito bem-vindo, Senador. Temos certeza de que a sua experiência de vida, o seu sucesso, o seu empenho serão muito úteis nesta Casa para as discussões aqui dos assuntos que interessam ao nosso país. Muito bem-vindo.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bem-vindo, Senador Jaime. Façamos as honras da Casa aqui nesta Comissão de Ciência e Tecnologia. Muito bem-vindo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – E faço também as palavras de vocês as minhas. Senador Jaime, já tive a oportunidade. Certamente seu estado estará muito bem representado. E nós aqui ganhamos mais um colega, a partir do ano que vem, para fazer as nossas construções dentro das nossas divergências, mas construindo – não é, Jean Paul? – nas nossas convergências.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sempre, sempre. Obrigado, Senador Carlos Portinho.

Lido o relatório do PDL 470, de 2021, relativo à cidade de Virmond, Paraná.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será realizada ao final, com a abertura do painel eletrônico.

Volto ao Senador Carlos Portinho como Relator *ad hoc* do Senador Flávio Bolsonaro, relacionado com o item 7.

2ª PARTE
ITEM 7
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 265, DE 2021

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A28F5C58004CB0D1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- **Terminativo** -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cajamar, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

Por favor, com a palavra, Senador Carlos Portinho. Se quiser também, como o Senador Carlos Viana, abreviando e indo para o voto e a tal emenda do Ministério das Comunicações, fique à vontade.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Então, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo 265, de 2021, que aprova o ato que renova autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico para executar serviço de radiofusão comunitária no Município de Cajamar, Estado de São Paulo.

Vou passar à análise diretamente.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca das proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiofusão sonora e de sons e imagens.

Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto 2.615, de 13 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se execute o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa legislativa, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição, oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Carta Magna. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sobre o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar n° 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDL n° 265, de 2021, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei n° 9.612, de 1998.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A28F5C58004CB0D1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Registro apenas ser necessária a apresentação de emenda de redação para corrigir erro material na denominação da pasta responsável pela edição da Portaria nº 2.739, de 7 de junho de 2017, que deferiu a outorga ora analisada. Embora a portaria tenha sido editada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, o ato a atribuía ao antigo Ministério das Comunicações.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 265, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cajamar, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)

Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 265, de 2021, a denominação "Ministério das Comunicações" por "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações".

Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senador Carlos Portinho.

O PDL nº 256, de 2021, lá da cidade de Cajamar, São Paulo, com relatoria original do Senador Flávio Bolsonaro, *ad hoc* o Senador Carlos Portinho.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

A votação será realizada ao final da sessão.

Por último, o item 8.

Senador Carlos Portinho, se quiser ir direto ao voto pode, porque é a mesma coisa.

2ª PARTE
ITEM 8
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 360, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Contorno do Capim Grosso para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Capim Grosso, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro
Relatório: Pela aprovação
Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – O relatório já foi previamente publicado, então, vou direto ao voto, Sr. Presidente.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 360, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A28F5C58004CB0D1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Contorno do Capim Grosso para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Capim Grosso, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senador Carlos Portinho; obrigado, Senador Carlos Viana; obrigado, Senador Zequinha, pela ajuda hoje aqui nesta sessão da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Coloco em discussão a matéria, o PDL nº 360, de 2019. A Senadora Daniella Ribeiro é Relatora; o Senador Carlos Portinho, *ad hoc*. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação vai ser realizada, então, agora, neste momento.

Em votação os projetos constantes dos itens de 3 a 8, nos termos dos relatórios apresentados e já discutidos.

Em votação agora.

Quem concorda com o voto dos Relatores vota "sim" aos projetos.

Os Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Voto "sim" com os Relatores dos projetos. Itens 3 a 8, relativos à radiodifusão.

A votação pode ser feita pelo aplicativo do Senado Federal. (*Pausa.*)

Senadores Confúcio Moura, Luis Carlos Heinze, Vanderlan Cardoso – Paulo Rocha já votou, Carlos Viana já votou e Carlos Portinho já votou – Flávio Arns, Senador Plínio Valério, Senador Izalci Lucas, Senador Wellington Fagundes, Senador Fabiano Contarato, votação pelo aplicativo. (*Pausa.*)

Agradecendo ao Senador Rodrigo Cunha, Presidente desta Comissão, que exerceu o voto agora. (*Pausa.*)

Votaram os Senadores Luis Carlos Heinze, Carlos Viana, Paulo Rocha, Rodrigo Cunha, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Fabiano Contarato.

Faço o apelo para mais um Senador exercer o voto: Senador Confúcio Moura, Senador Vanderlan Cardoso, Senador Izalci Lucas, Senador Plínio Valério, Senador Flávio Arns. Exercer o voto agora...

Acho que temos votos agora. Temos quórum? (*Pausa.*)

Vamos fechar a votação. (*Pausa.*)

Completado o voto, votação encerrada.

O resultado será apresentado ali no painel. (*Pausa.*)

Eu não estou conseguindo ver não. É um 5 e 9, não é? (*Pausa.*)

São 8 votos SIM, mais o Presidente. Quórum de 9; nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

A Comissão aprova por 8 votos a zero e a zero... (*Risos.*)

... os projetos constantes nos itens 3 a 8, nos termos dos relatórios apresentados.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa, leitura e aprovação da ata da presente reunião.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A28F5C58004CB0D1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-13 (ANEXO: 013)

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Senador Carlos Viana; obrigado, pessoal.

(*Iniciada às 11 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D7595044004CB0D0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE DEZEMBRO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e trinta e oito minutos do dia oito de dezembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Rodrigo Cunha, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Fernando Dueire, Confúcio Moura, Carlos Viana, Flávio Bolsonaro, Izalci Lucas, Styvenson Valentim, Plínio Valério, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Wellington Fagundes, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Eduardo Braga e Nelsinho Trad. Deixam de comparecer os Senadores Daniella Ribeiro, Luis Carlos Heinze, Angelo Coronel, Chico Rodrigues e Acir Gurgacz. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. Passa-se à apreciação da Pauta Deliberativa: **ITEM 1 - Projeto de Lei nº 4513, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Institui a Política Nacional de Educação Digital; altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates. **Relatório:** Pela aprovação do projeto nos termos da emenda substitutiva que apresenta. **Observação:** Os Senadores Rodrigo Cunha, Confúcio Moura e Jean Paul Prates e a Deputada Angela Amin fazem uso da palavra na fase de discussão da matéria. **Resultado:** Aprovado o relatório favorável ao projeto nos termos da Emenda nº 1-CCT (Substitutivo). **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 297, de 2013 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MUNDO MELHOR DO MUNICÍPIO DE DUAS ESTRADAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Duas Estradas, Estado da Paraíba." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Rejeitado o projeto. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo nº 157, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Cultural de Eugenópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Eugenópolis, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Rejeitado o projeto. O Senhor Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Rodrigo Cunha
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/12/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D75950440004CB0D0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL. Fala da Presidência.) – Bom dia, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, todos aqui presentes.

Declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Passo, logo em seguida a este momento de abertura, a fazer aqui um agradecimento a todos que fazem parte desta Comissão, a todos os funcionários, a todos os servidores, que, durante todo esse período, contribuíram bastante para a realização de cada reunião e, mais do que isso, para a organização de cada passo que foi dado, contribuindo para o desenvolvimento dos trabalhos dentro desta Casa – então, minha gratidão! Passei aqui dois anos, em que a gente passou por uma pandemia também e, mesmo assim, conseguimos, de maneira remota, dar sequência, e, no retorno físico, a Comissão se mostrou também muito presente, sendo importante para os trabalhos aqui da Casa e, consequentemente, contribuindo para o desenvolvimento do nosso país. Então a todos meu muito obrigado e gratidão.

Dando sequência, esta reunião está acontecendo de maneira presencial e semipresencial. Já estou, inclusive, vendo o nosso Senador Styvenson nos acompanhando de maneira virtual. Ele será um dos Relatores.

E, presencialmente, aqui, registro, o Senador Jean Paul Prates, sempre também atuante em diversas Comissões.

Indo direto ao assunto, coloco em votação a ata da sessão anterior. (*Pausa.*)

Ótimo! Então, nem preciso colocá-la em votação, porque já foi aprovada na reunião passada.

Esta reunião, agora, se destina exclusivamente a fazer a apreciação de três projetos que estão em pauta, sendo o item 1 não terminativo, que será votado pelo processo simbólico, e os itens 2 e 3 terminativos, que serão votados nominalmente, em bloco, com a abertura do painel eletrônico.

Sendo assim, indo diretamente ao assunto, já começo aqui passando a palavra para o Senador Jean Paul Prates, que é o Relator do item 1, a quem concedo a palavra para fazer a leitura do seu relatório.

ITEM 1
PROJETO DE LEI Nº 4.513, DE 2020
- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Educação Digital; altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jean Paul Prates

Relatório: pela aprovação do projeto nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1. em 23/11/2022, foi realizada audiência pública para instruir o projeto;

2. a matéria será encaminhada à apreciação da Comissão de Educação após a deliberação da CCT.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D75950440004CB0D0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quero também estender meu agradecimento a toda a equipe aqui da Comissão de Ciência e Tecnologia e tudo o mais, porque é um nome longo: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática deste Senado Federal.

Quero agradecer ao Presidente Rodrigo pela confiança que depositou em mim também durante o tempo em que estivemos substituindo a Presidência.

De fato, Presidente Rodrigo, acho que seu trabalho à frente desta Comissão enalteceu por demais o trabalho, a importância que a ciência e a tecnologia têm para nós, e tudo o mais, como eu digo sempre, a ciência, a tecnologia, a inovação, a comunicação e a informática, porque tivemos coisas importantes acontecendo no Brasil. Esse é um setor que caminha muito rápido, que é muito ágil, muito rápido. E o papel desta Comissão é, certamente, o de acompanhar, na medida do possível, diante dessa agilidade natural que o setor tem, todos os passos e o de até antever alguns e reportar outros, fazer balanços, como fizemos o do 5G, por exemplo, que é algo que vai afetar a vida de todos nós.

Portanto, eu queria deixar aqui, muito sinceramente, meu agradecimento também a você, Rodrigo, Presidente desta Comissão. Parabéns e felicitações pela condução desses dois anos, que, de fato, se juntam à sua biografia mesmo de Parlamentar moderno e atuante – eu sempre enalteço isso – no seu estado, criando ferramentas sociais e se aproximando do consumidor e do cidadão em geral, do cidadão e da cidadã. Portanto, quero enaltecer aqui sua atuação também como Parlamentar no dia a dia, não só como Presidente da Comissão, incorporando esse espírito de modernidade e de capilaridade junto à população brasileira como um todo.

Passo, então, à leitura do relatório.

Este é um relatório extremamente importante – por isso, talvez, justifique mesmo esta sessão extraordinária – pelo peso e pela importância de alavancagem que esse projeto tem, da Deputada Angela Amin, sobre a educação digital. E não é qualquer projeto sobre educação digital; é a Política Nacional de Educação Digital.

Portanto, vem à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática o Projeto de Lei 4.513, de 2020, de autoria da Deputada Angela Amin, que institui a Política Nacional de Educação Digital, além de dar outras providências.

A iniciativa altera ainda as seguintes normas: a Lei nº 9.394, de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB); a Lei nº 9.448, de 1997, que transformou o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) em autarquia federal; a Lei nº 10.260, de 2001, que dispôs sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies); e a Lei nº 10.753, de 2003, que instituiu a Política Nacional do Livro.

Nos termos da proposição, a Política Nacional de Educação Digital deverá ser articulada a outros programas e políticas destinados à inovação e à tecnologia na educação que tenham apoio técnico ou financeiro do Governo Federal, e deverá ser estruturada de acordo com os seguintes eixos, objetivos e estratégias prioritárias.

O eixo denominado "Inclusão Digital" tem como objetivo garantir que toda a população brasileira tenha igual acesso às tecnologias digitais para obter informações, comunicar-se, trabalhar e interagir com outras pessoas.

Dentre as estratégias priorizadas pela proposição para concretizar o referido eixo estão: a promoção de competências digitais e informacionais por meio de ações que visem a sensibilizar os cidadãos brasileiros para a importância das competências digitais, midiáticas e informacionais; a promoção de ferramentas *online* de autodiagnóstico de competências digitais, midiáticas e informacionais; o treinamento de competências digitais, midiáticas e informacionais, incluídos os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D75950440004CB0D0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

grupos de cidadãos mais vulneráveis; a facilitação ao desenvolvimento e ao acesso a plataformas e repositórios de recursos digitais; e a promoção de processos de certificação em competências digitais.

O eixo 2, que é o eixo "Educação Digital Escolar", objetiva garantir a educação digital da população, estimulando e reforçando o chamado letramento digital e informacional, o ensino de computação, programação, robótica e outras competências digitais em todos os níveis de escolaridade, em consonância com diretrizes curriculares específicas, e como parte da aprendizagem, da cultura e da formação de valores.

As estratégias prioritárias desse eixo, de acordo com a proposição, incluem, por exemplo: a promoção da formação inicial de professores da educação básica e da educação superior em competências digitais ligadas à área pedagógica, à cidadania digital e à capacidade de uso de tecnologia, independentemente de sua área de formação; a utilização de tecnologias digitais em contexto de inclusão para necessidades específicas de educação e capacitação, com vistas à acessibilidade e à democratização dos meios digitais na aprendizagem e atividades de apoio à formação nas instituições de educação, dando atenção especial à inclusão dos estudantes com deficiência; o incentivo às atividades complementares de ensino de programação na educação básica nas redes pública e privada; e o diagnóstico e monitoramento das condições de acesso à internet nas redes de ensino estaduais e municipais, a fim de promover as competências digitais entre estudantes e professores.

O eixo 3, "Capacitação e Especialização Digital", nos termos do PL nº 4.513, de 2020, objetiva promover a especialização em fundamentos, tecnologias e aplicações digitais, de forma a capacitar a população brasileira ativa, fornecendo-lhe os conhecimentos necessários para integrar um mercado de trabalho dependente das novas competências digitais.

O último eixo abordado no projeto de lei é o "Pesquisa Científica em Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs)", cujo objetivo é assegurar a existência de condições para o avanço do estado da arte em Tecnologias da Informação e Comunicação, a produção de novos conhecimentos e o aumento da participação ativa de pesquisadores brasileiros em redes e programas internacionais de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&DI).

Ainda segundo a proposição, a aplicação do disposto na lei em que se deve transformar deverá observar as disponibilidades e os limites das dotações específicas que vierem a ser previstas na lei orçamentária anual respectiva.

O processo de certificação dos cursos, por sua vez, deverá ser tratado em regulamento e poderá ser simplificado, cumprindo prazo inferior a três meses. Além disso, as soluções desenvolvidas no contexto da Política Nacional de Educação Digital estarão submetidas aos mecanismos de promoção e proteção da inovação descritos na Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica.

Em termos de recursos financeiros, o PL 4.513, de 2020, estabelece que a implementação da Política Nacional de Educação Digital será regulamentada pelo Poder Executivo federal e deverá obedecer a plano plurianual nacional específico, respeitados os limites orçamentários e o âmbito de competência dos órgãos governamentais envolvidos. Esses órgãos poderão prever, para as instituições públicas e, quando couber, para instituições privadas de educação básica e superior, entre outras iniciativas: a instalação ou a melhoria de infraestrutura de TICs, com disponibilização de investimentos necessários em infraestrutura de tecnologia digital para as instituições de ensino público do Brasil, de modo a viabilizar o desempenho digital de conectividade, capital humano, uso de serviços de internet, integração de tecnologia digital, serviços públicos digitais e TIC de P&D; o desenvolvimento de planos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D75950440004CB0D0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

digitais para as redes e estabelecimentos de ensino, com promoção de competências digitais e métodos de ensino e aprendizagem inovadores, fundamentais para a evolução acadêmica; a formação de lideranças digitais, com programas de desenvolvimento de competências em liderança escolar; e o desenvolvimento de programas de qualificação digital dos dirigentes das instituições de educação públicas, para que a educação digital evolua em todo o território nacional.

Em termos de alterações de normas já vigentes, o projeto em tela acrescenta, primeiramente, um inciso na LDB, a fim de prever que o Estado tenha o dever, no âmbito da educação escolar pública, de garantir a educação digital, entendida como o desenvolvimento de competências direcionadas ao letramento digital de jovens e adultos, com avanço progressivo em direção à proficiência digital.

A educação digital, nos termos do §1º também adicionado ao art. 4º da LDB, tem como objetivos, entre outros: formar estudantes aptos a se tornarem cidadãos engajados, dotados de competências digitais necessárias para se destacarem como profissionais, considerando novas carreiras decorrentes do desenvolvimento tecnológico, e agentes conscientes das transformações tecnológicas e de seus impactos no mundo; formar professores na aquisição e no ensino das competências digitais, do letramento digital e de capacidades para avaliar e introduzir novas tecnologias digitais em sua prática de ensino; e construir e fomentar a cultura de inovação nas comunidades escolares e acadêmicas.

A proposição intenta ainda adicionar §2º no mesmo dispositivo da LDB, a fim de prever que as relações entre o ensino e a aprendizagem digital deverão contemplar técnicas, ferramentas e recursos digitais que fortaleçam os papéis de docência e aprendizagem do professor e do aluno e criem espaços coletivos de mútuo crescimento cognitivo e profissional, de modo a tornar os currículos escolares e acadêmicos mais dinâmicos e sintonizados com as demandas contemporâneas da sociedade.

Na mesma Lei de Diretrizes e Bases, há ainda o acréscimo de §9º-B ao art. 26 para determinar que a educação digital, com foco no letramento digital e no ensino de computação, programação, robótica e outras competências digitais, deverá constar dos currículos da educação básica desde o ensino fundamental.

O projeto inclui também inciso X ao art. 1º da Lei 9.449, de 1997, para acrescentar, entre as finalidades do Inep, a de propor instrumentos de avaliação, diagnóstico e recenseamento estatístico do letramento e da educação digital no país.

A mudança proposta para a lei do Fies consiste no acréscimo de §1º-A no art. 1º da referida norma, para prever que, entre os cursos superiores elegíveis para obtenção de financiamento por estudantes, poderá ser concedida prioridade aos programas de imersão de curta duração em técnicas e linguagens computacionais previstos na legislação relativa à Política Nacional de Educação Digital.

O projeto de lei faz ainda importante alteração na Política Nacional do Livro, ao incluir, na definição do artefato livro, prevista no art. 2º, a publicação de textos convertidos em formato digital, magnético ou ótico, inclusive aqueles distribuídos por meio da internet, sem que seja preciso transferir posse ou propriedade, ou também impressos no sistema braile.

A proposição estabelece, finalmente, que a Política Nacional de Educação Digital é complementar em relação a outras políticas nacionais, estaduais, distritais ou municipais de educação escolar digital, de capacitação profissional para novas competências, bem como de ampliação de infraestrutura digital e conectividade, e não implica encerramento ou substituição dessas políticas. Em adição, prevê que, para a execução da referida política, poderão ser firmados convênios, termos de compromisso, acordos de cooperação, termos de execução descentralizada, ajustes ou instrumentos congêneres com órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, distrital e municipal, bem como entidades privadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D75950440004CB0D0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A lei em que se transformar o projeto de lei deverá ter vigência imediata.

A matéria, que foi aprovada na Câmara dos Deputados, aguarda decisão desta Comissão e, posteriormente, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Não foram oferecidas emendas à proposição.

Importante registrar que, no último dia 23 de novembro, foi realizada audiência pública para instruir o projeto, com a presença de sua autora e de representantes das seguintes entidades, entre outras: União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime); Academia Brasileira de Ciências (ABC); Grupo de Trabalho Educação e Comunicação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped); Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Instituto de Estudos Avançados da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); e Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais (Brasscom).

Análise.

Conforme os incisos II e IX do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta CCT opinar sobre assuntos atinentes à política nacional de ciência, tecnologia, inovação, comunicação e informática, bem como a assuntos correlatos. O PL 4.513, de 2020, portanto, inscreve-se no rol das matérias sujeitas ao exame deste Colegiado.

O projeto de lei é adequado e pertinente, na medida em que enfrenta um dos problemas mais fundantes da sociedade brasileira contemporânea, que é o da intersecção entre os espaços digitais de construção de saberes e de produção de conhecimento e a vida cotidiana, com seus desafios em termos econômicos, sociais e políticos. Em outras palavras, já não se pode ignorar que cada vez mais as fronteiras entre o *online* e o presencial se interpenetram e complementam, criando o que estudiosos já têm nomeado como "*onlife*", ou seja, uma vida carregada de sentidos e possibilidades que passam de forma inexorável pela esfera digital.

Esse entrelaçamento demanda a articulação consistente entre diferentes instâncias do Governo e da sociedade civil, a fim de que a educação seja entendida não só como uma mera transmissão de conteúdos socialmente acumulados pela humanidade, mas que também dê resposta aos desafios contemporâneos. Não há que se falar, dessa forma, de educação de qualidade que não inclua, de forma efetiva, o domínio das ferramentas digitais, a compreensão da dinâmica posta pela troca incessante de dados e informações (nem sempre verdadeiros). Também não é possível ignorar a exclusão de grande parcela da população, que, ao ser alijada desse tipo de domínio, é impedida de exercer em plenitude a cidadania.

Assim, ao propor uma Política Nacional de Educação Digital, organizada por eixos distintos e complementares, a nobre Deputada Federal Angela Amin realizou enorme acerto e, portanto, a proposição merece prosperar. É preciso transformar presença digital em fluência digital, oferecendo aos estudantes oportunidade para transitar de maneira efetiva pelos novos cenários *online*, com protagonismo e senso crítico.

Conforme assinalamos na proveitosa audiência pública ocorrida no âmbito desta CCT, achamos importante fazer ajustes de técnica legislativa a fim de indicar, de forma clara e objetiva, os caminhos da regulamentação, nos termos da Lei Complementar 95, de 1998, que “dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona”.

A partir da mencionada audiência e da oitiva de uma ampla gama de especialistas e organizações, também realizamos algumas alterações importantes, tais como a substituição da expressão “mercado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D75950440004CB0D0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de trabalho" por "mundo de trabalho", a partir do entendimento de que as relações de trabalho, quando entendidas a partir da dimensão educacional, extrapolam o conceito estrito dos mercados. Além disso, a proposição passou a prever, em diversos dispositivos, a necessidade de que a política considere a questão das vulnerabilidades sociais e econômicas, priorizando os menos favorecidos, e expresse uma perspectiva inclusiva, que considere as diferenças e eventuais necessidades específicas.

Ainda nesse sentido, acreditamos que, em consonância com o debate internacional acerca da inclusão digital, em particular com a proposta da Comissão Europeia de declaração sobre os direitos e princípios digitais, é relevante acrescentar no projeto de lei referência explícita aos direitos digitais, com o desenvolvimento de mecanismos de conscientização a respeito dos direitos sobre o uso e o tratamento de dados pessoais nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, à promoção da conectividade segura e à proteção dos dados da população mais vulnerável, em especial, crianças e adolescentes.

Indicamos ainda as fontes de recurso para o financiamento da Política Nacional de Educação Digital.

Além das dotações orçamentárias de União, estados, municípios e Distrito Federal, e de doações públicas ou privadas, prevemos a utilização, a partir de 1º de janeiro de 2025, dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). Isso é porque a lei que rege o referido fundo já estabelece que, na aplicação de seus recursos, será obrigatório dotar, até 2024, todas as escolas públicas brasileiras, em especial as situadas fora da zona urbana, de acesso à internet em banda larga, com velocidades adequadas. Dessa maneira, não comprometemos a meta legal imposta e reforçamos o caráter de articulação da Política Nacional de Educação Digital com os outros programas de conectividade em curso.

Sugerimos também a aplicação de recursos do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel), que poderiam ser utilizados, por exemplo, para o desenvolvimento de plataformas e repositórios de conteúdos digitais voltados à educação.

Também achamos importante delimitar as responsabilidades e colocar freios de arrumação em termos de parcerias público-privadas, que demandariam regulamento específico.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O voto passo a declinar agora.

O voto é, portanto, pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.513, de 2020, na forma do substitutivo que estamos entregando e deixando consignado no sistema.

Quero, por fim, agradecer a todos que fizeram parte da Comissão, não só das audiências públicas, mas de todo o trabalho que esta Comissão realizou para aprovar, eu diria, em tempo recorde, muito rapidamente, este projeto. Nós fizemos uma análise basicamente em cima do que nos cabe como Comissão de Ciência e Tecnologia. Haverá, portanto, a tramitação na Comissão de Educação, onde este projeto certamente sofrerá aprimoramentos – sofrerá aprimoramentos é um pouco... – ou receberá aprimoramentos na parte educacional. Portanto, quero aqui tranquilizar as pessoas que fazem a educação nacional de que haverá novas oportunidades de discussão disso na Comissão de Educação, justamente para esse âmbito.

Quero parabenizar a Deputada Angela Amin e toda a sua equipe pela originação deste projeto, pela iniciativa de se debruçar sobre este assunto e, mais uma vez, pontuar a grande relevância de nós termos uma Política Nacional de Educação Digital.

Sinto-me muito honrado também de fazer parte dessa trajetória e de colocar mais um tijolinho, mais uma contribuição nesse processo complexo, longo, mas muito importante para o nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D75950440004CB0D0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Presidente Rodrigo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Muito bem.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria.

Senador Jean Paul, prestei bastante atenção ao relatório de V. Exa., que demonstrou a seriedade com que tratou este tema, que, na verdade, além de ser o início da Política Nacional de Educação Digital, se torna um marco, um marco legal, um marco também de abertura de investimentos, de abertura de desafios para que se possa aprimorar aquilo que não é o futuro, mas, sim, a realidade. Para se falar em educação hoje, tem que se falar em tecnologia. Primeiro, há um grande desafio para a nossa educação acompanhar o ensino e para o ensino acompanhar a tecnologia, porque, cada vez mais, as crianças, os adolescentes, os jovens têm acesso à informação, à informação que é dada de maneira, às vezes, efêmera, célere.

É necessário ter um aprimoramento também dos professores. Muitos desses profissionais da educação, eu até mencionei isto aqui na audiência pública, não estão adaptados a tratar com a câmera à sua frente, a tratar com a tecnologia em si, a enviar e receber mensagens; querem a sua privacidade quando estiverem na sua casa, se vão levar o trabalho 24 horas para casa ou não. Então, tudo isso está sendo também objeto de estudos por esta Comissão.

Parabenizo V. Exa., que trabalhou de maneira profunda, realizando audiência pública sobre o assunto, na qual também eu presenciei a Deputada autora Angela Amin. E não é por acaso, pois ela vem de um estado que é referência neste país em tecnologia e em resultado do que a tecnologia pode trazer. Mais de 6% do PIB hoje do estado estão relacionados à tecnologia; e tem uma projeção para que, até 2030, ou seja, logo, logo, 10% cento do PIB de um estado forte como Santa Catarina tenha como origem a tecnologia.

Além disso, como V. Exa. disse aqui, muitos profissionais, muitas pessoas estão em busca de um mercado de trabalho – agora eu vou falar: um mundo de trabalho – ou de um mundo de trabalho, de uma transição de trabalho para outras atividades. E esse é um setor no qual há uma projeção para que até 2025 tenha uma demanda de mais de 800 mil vagas, ou seja, tem muitas empresas surgindo, *startups* atrás de *startups,* e grandes empresas indo cada vez mais para o centro do desenvolvimento do país, com o mundo vindo para cá. A gente tem que criar esse arcabouço jurídico, legal apto para receber e não afastar ou engessar novos investimentos. Então, V. Exa. aqui traz isso com muita propriedade.

Quero dizer que, quando se fala em mercado de trabalho, que é o mundo de trabalho, quando se fala em tecnologia, no passado, só se pensava em programação, mas hoje ele é muito mais que isso. Então, há desde o *marketing* digital, *design* digital ao assunto hoje que nós tratamos também nesta Comissão e neste Senado fortemente nos últimos quatro anos, que é o produto mais caro e mais cobiçado do mundo – não é o petróleo que V. Exa. bem conhece, eu já digo que ele já foi ultrapassado –, que são os dados, são os dados. Então, não há nada hoje mais cobiçado do que dados. Fazer uma leitura específica sobre um perfil de um consumidor, por exemplo, vale ouro; levar a informação correta para o local correto ou gerir – e aí a gestão pública também tem que entrar na área da leitura de dados – é algo extremamente necessário.

Quando a gente fala muito, principalmente no meio político, da nova política, muita gente acha que a nova política é ter cabelos pretos ou ter 20 anos, não é isso; a nova política é ter posturas diferentes. E essa postura passa pela gestão, e a gestão necessariamente tem que ter uma gestão de dados, uma leitura de dados. É inadmissível hoje, por exemplo, o Google saber da vida de mais de 2 bilhões de pessoas e um Prefeito de uma cidade com 10 mil, 15 mil habitantes não saber do que a sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D75950440004CB0D0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

população precisa. Então, hoje é muito possível fazer essa leitura. E aí o Prefeito vai fazer a sua leitura, o Governador vai fazer essa leitura, o país vai fazer essa leitura.

Parabenizo V. Exa. por tratar de um assunto de extrema importância, que é a Política Nacional de Educação Digital, com grande propriedade. Como bem falou, o projeto terá uma tramitação, mas acredito que não terá tanto trabalho como até hoje aqui, pois já foi muito lapidado. Ele terá acréscimos, claro, sem dúvida nenhuma, mas estamos em um bom caminho.

Estou vendo aqui o Senador Confúcio levantando a mão. Acredito que seja para discutir também a matéria. É isso, Senador Confúcio? (*Pausa.*)

Se sim, eu passo a palavra...

O Senador Styvenson está aqui presente também, mas eu acredito que não seja para fazer a discussão da matéria e, sim, para fazer leitura de relatório.

Sendo assim, eu passo a palavra para o Senador Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar a oportuna e relevante iniciativa da autora, a Deputada Angela Amin. Com esta proposição, ela dá o pontapé inicial para que a inclusão digital avance finalmente na gestão pública, para que haja as diretrizes claras formatadas e para que se estabeleçam metas que levem a educação ao nível de exigências digitais dos novos tempos.

V. Exa. mesmo citou aí que a Deputada Angela Amin vem do Estado de Santa Catarina, que é um estado bem evoluído nas políticas digitais. Quando eu fui Deputado, nos anos 80 e 90 – de mil novecentos e noventa e pouco a início dos anos 2000 –, eu ia muito a Santa Catarina, à universidade federal, justamente ao Centro de Engenharia de Produção da universidade, que já vinha desenvolvendo o início – ela foi pioneira – da educação a distância: formação de mão de obra, capacitação para empresas e para municípios também na área educacional em Santa Catarina. Eu sou testemunha dessa evolução fantástica. E, por certo, a Deputada Angela Amin teve bons orientadores, bons auxiliares das universidades e de outros grupos técnicos do estado, que deram a ela esta oportunidade de apresentar um belíssimo trabalho, um belíssimo projeto, muito avançado.

E coube ao Senador Jean Paul Prates aperfeiçoá-lo muito bem, dando a ele, por exemplo, os recursos oriundos dos fundos que estão aí adormecidos e que realmente necessitam de um movimento no sentido de chegar esse dinheiro estocado há muitos anos a um benefício universal e necessário que é a educação principalmente para os segmentos que estão cada vez mais pobres no Brasil, que mais sentiram durante a pandemia, pela natural exclusão pela falta de meios digitais nas escolas públicas de periferia.

Este é um projeto fantástico, maravilhoso! Eu também faço parte da Comissão de Educação. Nós vamos recepcionar o projeto por lá e vamos também estudar e abrir alguns debates, de forma tal que possamos melhorar este projeto. Ele já é bom, mas, podendo ficar melhor, esse é realmente o objetivo de nós todos.

Dessa forma, cumprimento os dois – a autora e o Relator – e V. Exa., por pautá-lo hoje neste final de exercício, ao tempo em que desejo cumprimentar todos os membros da Comissão de Ciência e Tecnologia, todos os funcionários. Já com o final do ano chegando, agradeço por tudo de bom que foi feito neste ano.

Quero saudar a todos e desejar um feliz Natal e prosperidade! Que o ano de 2023 seja um ano proveitoso na política, para o bem de nossa população brasileira!

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D75950440004CB0D0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Agradecemos ao Senador Confúcio Moura pela contribuição, sempre presente em todos os debates que passam por esta Casa, qualificando ainda mais os projetos em tramitação. Então, a V. Exa. também um excelente final de ano!

Passo a palavra ao Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relator.) – Presidente, para agradecer pelas suas palavras, que me inspiraram aqui a fazer um comentário rápido também ao Senador Confúcio Moura, pelas palavras de muita força para nós que fazemos trabalhos legislativos, tanto a Deputada Angela Amin quanto eu, nesse caso, nessa função. Volta e meia estamos também na função inversa de apreciar o trabalho de outros Parlamentares. E é um trabalho de fato que, quando recebe palavras de força, como as que nos dispensou agora o Senador Confúcio Moura, com toda a sua experiência, com toda a sua sabedoria, nos anima a continuar, Deputada Angela, nessa toada de buscar assuntos desafiadores, difíceis, complicados, tomar iniciativas como essa.

E, por falar em iniciativa, e aí me inspirando nas palavras do Presidente Rodrigo aqui, esta é uma parte do trabalho, Deputada Angela, o trabalho do Legislativo. O Presidente Rodrigo colocou os desafios da implementação disso, que nos remetem provavelmente às funções executivas dos Prefeitos, dos Governadores, do Ministério da Educação, das entidades todas que estão em torno disso, que são desafios enormes, porque, como V. Exa. bem pontuou, existe uma miríade de soluções, ferramentas. Cada pessoa dessas está buscando um lugar ao sol, buscando idealmente talvez um contrato, uma oportunidade para colocar sua ferramenta disponível para todo o Brasil ou para um estado inteiro ou uma cidade inteira.

Então, imagine-se a dificuldade, imaginemos nós a dificuldade de escolher, para o tamanho do Brasil, em cada um desses lugares, pessoas que estão se apresentando. Então, cotejar ferramentas, avaliar as soluções, o desafio de integrar essas ferramentas, de dar longevidade a esse processo, porque também não basta adotar uma ferramenta ou um procedimento agora que seja brilhante, mas que daqui a dois anos as pessoas não estejam mais lá para atualizar, para dar manutenção, para, enfim, trazer aquela...

Então, assim, é um desafio enorme. E há um outro, terceira instância, juntando os três Poderes nesse esforço, que é do Judiciário, que é apreender, com dois Es, toda essa situação, de forma a expressar nas suas decisões os julgamentos e as penalidades necessárias para coibir os crimes cibernéticos que surgem naturalmente da capilarização desses processos.

Se hoje nós já somos essas pessoas tão conectadas a ponto de nos chamarmos de *onlife, e* não *online,* de vivermos no mundo digital, imagine quando isso começa na escola de forma organizada e integrada. Imagine toda uma rede integrada de meninos e meninas estudantes à mercê de um processo qualquer. Pode ser um processo bom, mas pode ser um processo maligno.

Então, o Judiciário precisa estar engajadíssimo nesse processo. E essa iniciativa legislativa de que estamos falando hoje dá guias para isso. Ela fornece alguns elementos importantes, principalmente principiológicos, que vão nos levar a essa integração. Então, esse desafio é um desafio concreto. Esse aqui é o início de uma jornada. Não é o fim; é o início de uma jornada extremamente extenuante, extremamente difícil e complexa para o Legislativo, que vai ter que continuar aprimorando e atualizando a legislação, mas principalmente, a partir deste primeiro marco maior, para o Executivo – os Executivos, em todas as instâncias – e para o Judiciário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D75950440004CB0D0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, é apenas, Deputada Angela, esse início grandioso, importante, porém extremamente desafiador de que nós estamos aqui à frente. E me inspiraram as suas palavras por conta dessa complexidade que V. Exa. descreveu tão bem aí.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – É exatamente isso, Senador Jean Paul Prates. Quando se puxa o assunto, há uma interligação de temas que faz com que a gente se inspire.

Então, ouvindo o Senador Jean Paul Prates falar, lembrei aqui rapidamente um exemplo que une educação, tecnologia, gestão pública, eficiência e economia, do Município do interior da Bahia – eu vi essa reportagem – Mata de São José. Repetindo aqui, ele conseguiu utilizar tecnologia com educação na gestão pública e trouxe eficiência, colocando economia. O que foi feito no município? As escolas adotaram o reconhecimento facial. E um exemplo me chamou atenção: a diretora falando que conseguiu economizar quase que 30% no mês com as merendas. Por quê? Porque na escola tinha 500 alunos todos os dias, fazia comida para 500 alunos, só que, com reconhecimento facial na entrada, ela já sabia que, naquele dia específico, foram 405 alunos e fazia alimentação para 405 alunos, não para os 500. E aí, no final de um mês, conseguia uma grande quantidade de economia, além de não ter o desperdício da comida. Então, olha só como medidas simples fazem com que se tenha uma eficiência na gestão. E é o que nós estamos falando aqui: buscar atrelar a educação à tecnologia.

Aqui eu quero parabenizar pessoalmente a Deputada Angela Amin. Já mencionamos o nome de V. Exa. aqui, principalmente pelo estado que vem, que é um estado que – eu até mencionei isso – tem uma projeção para que em 2030 chegue a 2% do PIB o setor de tecnologia. É um setor que é muito referenciado no Estado de Santa Catarina para o país inteiro, e V. Exa. trata com muita propriedade esse tema. Demonstrou todo o interesse, eu acompanhei a audiência pública com V. Exa. aqui presente. Está aqui neste momento como autora também, interessada em deixar esse legado para o país, um legado que não é de futuro: é um legado de momento e de presente.

Então, aqui eu registro a presença de V. Exa., faculto a palavra, caso queira fazer alguma menção.

Registro também a presença do colega Senador Fernando. Quero dizer que é um prazer. É a primeira vez que eu o encontro aqui nesta Comissão de Ciência e Tecnologia.

Então, hoje nós estamos encerrando o nosso trabalho, e V. Exa., com certeza, vai perceber que esta Comissão é uma Comissão que traz eficiência em sua atuação e que aqui é muito bem-vinda.

Então, sendo assim, Deputada Angela Amin, faculto a palavra.

A SRA. ANGELA AMIN (PP - SC. Para expor.) – Eu gostaria de agradecer, Presidente Senador Rodrigo, mas em especial ao Senador Jean Paul.

A partir do momento em que nós conseguimos aprovar esse projeto de lei na Câmara, é natural, eu acompanhei esse caminhar, a vinda para esta Casa. E, quando liguei para o Senador colocando a minha preocupação para que esse processo não morresse no Senado, ele se disponibilizou na hora para ser o Relator e contribuir para esse projeto de lei, que eu não tenho receio em afirmar que é o futuro da educação.

O senhor menciona os parques tecnológicos do Estado de Santa Catarina. Isso nasceu de uma sementinha a partir do ano de 1983, em que nós tivemos uma participação muito efetiva – e depois no seu crescimento, na instalação do Sapiens Parque, em Florianópolis. Era um terreno do estado, que tinha sido destinado para um conjunto habitacional. E eu entendia que não podia ser, naquele ambiente, adequado um conjunto habitacional. Nós tínhamos várias outras terras que eram disponibilizadas para esse objetivo. Conseguimos mudar o plano diretor e fazer com que aquela terra, que era do estado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D75950440004CB0D0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

servisse para a semente de parques tecnológicos no Estado de Santa Catarina. Hoje nós temos, em cada região do estado, que têm as suas autonomias... Esta é a grande vantagem: no Estado de Santa Catarina, em cada uma das regiões é muito clara a sua autonomia, e há o investimento em tecnologia necessário àquele setor econômico que comanda a região.

Então, como quem viu nascer, como quem participou do processo, eu fico muito entusiasmada nesse passo decisivo para que esses parques tecnológicos tenham capital humano preparado para o seu crescimento e, automaticamente, para o desenvolvimento de cada um dos estados.

Então, eu quero dizer que saio da Câmara dos Deputados – eu deixo a Câmara no final de janeiro –, com um sentimento muito claro de dever cumprido. Eu me emociono. Eu fui Relatora da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Esse é um passo para que nós venhamos a avançar na educação brasileira. E, por poder ter contribuído, realmente eu saio de cabeça erguida.

Muito obrigada, Senador. Muito obrigada, Senador Rodrigo.

E quero dizer que eu saio daqui realmente feliz.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Deputada Angela, nós parabenizamos V. Exa.

E essas suas palavras demonstram que, quando a gente tem paixão pelo que faz, seja onde for, a gente faz com prazer, e o resultado vem. Então, V. Exa. plantou sementes que geram frutos não apenas para o estado de V. Exa.

Eu sou de Alagoas, tenho muitos amigos...

A SRA. ANGELA AMIN (PP - SC) – Mas que tem que ser tem que ser alimentada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Tem que ser alimentada, regada.

E muitos amigos vão buscar uma qualificação, vão buscar uma oportunidade de trabalho ou de crescimento na sua empresa indo para Santa Catarina. Então, tudo tem um começo. E V. Exa. faz parte desse começo, faz parte agora desse momento, que é um marco que nós estamos fazendo aqui.

Falar sobre a educação digital é falar sobre o que é o momento. E aquelas pessoas que não estiverem inseridas agora não atenderão à demanda, que eu mencionei aqui, de mais de 800 mil vagas de uma projeção que há para o ano de 2025 no setor tão importante da tecnologia.

Então, é esse olhar antenado que faz com que o Brasil se desenvolva. E V. Exa. representa muito bem isso. Então, parabéns por toda a condução desse projeto, por toda a demonstração de investimento na área da educação e tecnologia nesse país.

Sendo assim, coloco em votação o relatório apresentado.

Encerro a discussão.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada para a Comissão de Educação.

Parabéns!

Dando sequência à nossa pauta, nós temos mais dois itens.

ITEM 2
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 297, DE 2013
- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D75950440004CB0D0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MUNDO MELHOR DO MUNICÍPIO DE DUAS ESTRADAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Duas Estradas, Estado da Paraíba.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jean Paul Prates

Relatório: Pela rejeição do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Inclusive, já foi lido o relatório.

Coloco aqui em discussão. (*Pausa.*)

Então, tudo bem.

Estou sendo informado de que o relatório será lido neste momento.

Dessa maneira, passo a palavra para o Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relator.) – Infelizmente, não é um relatório positivo, mas não é nada demais também. Certamente, haverá formas de contornar.

Chega justamente em caráter terminativo o Projeto de Decreto Legislativo 297, de 2013, relativo à outorga de autorização à Associação Comunitária Mundo Melhor do Município de Duas Estradas, Estado da Paraíba.

Na verdade, para resumir aqui a questão, houve problemas detectados em relação à juridicidade, que é a análise que nos cabe fazer.

Infelizmente, a gente está acostumado a ler, Presidente, aqui, sempre os processos de renovação e de outorga de autorização de radiodifusão pela aprovação, mas, neste caso, houve ainda alguns requerimentos aqui que devem ser atendidos.

A documentação que instrui a matéria aponta que, a partir de julho de 2012, a diretoria da entidade que se pretende outorgar passou a ser composta por Valdenis Silva dos Santos, Diretor Geral; Jeilson Felix Feliz Marinho, Diretor de Operações; e Joaquim Morais da Silva, Diretor Administrativo.

De acordo com informações do Tribunal Superior Eleitoral, Valdenis Silva dos Santos e Jeilson Felix Marinho ocuparam, respectivamente, os cargos de 2º Tesoureiro e 1º Tesoureiro do Partido Social Democrático (PSD), no Município de Duas Estradas, Estado da Paraíba, de 27 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2015.

Adicionalmente, também segundo informações do TSE, Jeilson Felix Marinho foi eleito suplente de Vereador no Município de Duas Estradas, Estado da Paraíba, em 2012.

Dessa forma, a entidade apresenta vinculação vedada pelo art. 11 da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

Portanto, nos termos da regulamentação da matéria, a vinculação verificada é vício insanável, causando a inabilitação da entidade. Provavelmente, terão que trocar aí as pessoas físicas participantes da sociedade.

Pelo exposto – não podemos fazer de outra forma –, o voto é pela rejeição do PDS 297, de 2013.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não tendo quem queira discutir... Essa votação será feita em bloco, já, já, com a abertura do painel eletrônico,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D75950440004CB0D0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Passo diretamente para o item 3.

ITEM 3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 157, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Cultural de Eugenópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Eugenópolis, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Styvenson Valentim
Relatório: Pela rejeição do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Desde o início a sessão está sendo acompanhado pelo Relator, o Senador Styvenson Valentim.

Senador, agradeço a V. Exa. por sempre estar presente nas reuniões desta Comissão, de maneira muito solícita, contribuindo para o desenvolvimento dos nossos trabalhos, e, principalmente, contribuindo com conteúdo.

Então, agradeço a V. Exa., que deve estar aí, no Rio Grande do Norte, acompanhando cada passo, e eu passo a palavra a V. Exa., para fazer a leitura do relatório.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

Antes de passar para a análise do relatório de outorga de autorização para execução de serviços de radiodifusão, eu queria deixar uma palavra ao Senador Jean Paul Prates, amigo, pessoa que... Não concordamos em tudo – não é, Senador Jean? –, não temos ainda essa concordância alinhada, mas nos respeitamos. Passamos quatro anos juntos, e o senhor agora parte para outra missão. Que o senhor tenha uma boa sorte, que sempre ajude e faça o melhor para o nosso estado, que o senhor mesmo conhece e sabe que é necessitado.

Presidente Rodrigo, eu posso passar já para a análise, entrando já na observação da juridicidade, do aspecto dessa autorização?

A proposição – já começando a leitura – não atende às formalidades estabelecidas na legislação, sendo inviável sua aprovação, pelos motivos expostos a seguir.

A primeira outorga de autorização à Associação de Comunicação Cultural de Eugenópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Eugenópolis, Estado de Minas Gerais, foi promulgada em 22 de novembro de 2002, por meio do Decreto Legislativo nº 325, de 2002. A duração da outorga aprovada foi de três anos, de modo que essa autorização expirou em 22 de novembro de 2005.

Contudo, a proposição sob análise prevê a renovação da outorga apenas a partir de 22 de novembro de 2012. Desse modo, ocorreu uma lacuna de sete anos durante a qual a autorização não esteve vigente, contrariando o disposto no art. 33 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações), que exige renovações por períodos sucessivos.

Partindo para o voto, pelo exposto – parte de um parágrafo, para resumir e sintetizar –, o voto é pela rejeição do Projeto de Decreto Legislativo nº 157, de 2019, Sr. Presidente.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D75950440004CB0D0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Agradeço ao Senador Styvenson Valentim por apresentar o seu relatório.

Coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos abrir o painel para a votação dos projetos constantes nos itens 2 e 3, nos termos dos relatórios que foram apresentados.

Eu destaco que quem concorda com os votos dos Relatores deve votar "não". Então, quem concorda com os votos dos Relatores deve votar "não".

Os Senadores já podem votar; está aberto aqui o painel.

É importante deixar claro que, normalmente, a votação é pelo "sim", mas, neste caso aqui, para quem concorda com os Relatores, o voto é "não".

Está se votando o projeto. (*Pausa.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Presidente, apenas para... Na outra sessão, acabei fazendo um relatório rápido daquele período, de maio a setembro, em que estivemos aqui, com a sua confiança, presidindo a Comissão. Queria apenas fazer aqui o registro rápido dos números corretos, números atualizados. Fizemos esse trabalho de maio a setembro de 2022. Tivemos nesse período nove sessões – no ritmo justamente que V. Exa. vinha já imprimindo a esta Comissão – e 79 proposições foram deliberadas, aprovadas ou rejeitadas, portanto, limpando a pauta, mantendo a pauta atualizada, limpa. Evidentemente, muitas são PDLs, como essa que nós estamos agora votando, de outorga de radiodifusão, 56 delas; mas tivemos: projetos de lei do Senado, um; projetos de lei, três; emendas à LDO, que é a LOA, nove; e requerimentos, cinco, sendo 16 proposições do nosso mandato.

Portanto, esta Comissão, sob sua gestão, sob sua Presidência e nesse período mesmo em que foi substituído por nós, andou no mesmo ritmo, andou num ritmo extremamente eficiente e é objeto, inclusive, de observação daqueles que acompanham o setor nacionalmente. Fechamos hoje, portanto, com um balanço positivo, eficiente, eficaz. Foi um período em que o país evoluiu, teve novidades em todos os setores, principalmente na área das telecomunicações. Fizemos, de fato, um trabalho notado pelos setores que compõem as áreas que nós acompanhamos nesta Comissão.

Então, era apenas para trazer esses números, pois tinha ficado na dúvida se eram oitenta e tantas... Mas 79 proposições foram deliberadas.

E, mais uma vez, alertamos aqui para o voto "não". Mandei aqui no grupo também para todos os que querem acompanhar o Relator, ou os Relatores, Senador Styvenson.

Aproveito para agradecer as palavras do Senador Styvenson, com o qual fizemos uma boa amizade mesmo. Claro que, evidentemente, não concordamos com tudo, como ele disse, mas isso é o menos importante a essa altura, porque justamente o Parlamento é o lugar onde nós discordamos, naturalmente discordamos, e convergimos ao longo de conversas, ao longo do *parlare* do Parlamento. Convergimos em muitas coisas nesse período de convivência. Pelo Senador Styvenson eu tenho grande estima, grande admiração pela coragem dele, pela intrepidez justamente em buscar causas e entendimentos, às vezes, diferentes, dissonantes dos meus, mas que ele defende. Inclusive, tem capacidade também de compreender e conciliar pontos de vista.

Então, muito obrigado, Senador Styvenson, pelas palavras. Que todos nós tenhamos trajetórias de muito sucesso adiante.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Então, é isso.

Nós vamos computando aqui os votos. Já temos seis votos computados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D75950440004CB0D0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Estou vendo aqui que o Senador Styvenson Valentim está com a mão levantada.

Quer falar alguma coisa?

A palavra está facultada a V. Exa.

Solicito que abram o áudio para o Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. *Por videoconferência.*) – Apenas, Senador Rodrigo, concordando e retribuindo as palavras do Senador Jean Paul Prates. Jean Paulo Prates, que, aqui no meu estado, a gente sabe, assim, muitas vezes, há uma relação pública e uma relação privada. E a nossa relação privada é muito boa, como a pública também, de muito respeito. Então, eu estava concordando com as palavras dele, que, da mesma forma que ele busca o que é de interesse dele, do partido, e o que é de interesse para o país também, temos a mesma atitude, temos a mesma disciplina de fazer da mesma forma.

Então, Senador Jean Paul, sucesso, viu? Sucesso aí no futuro, e, como eu disse, retorno a dizer, vamos ficar de olho para poder ajudar o nosso estado. Vai precisar muito.

É isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – É isso, Senador Styvenson. Parabéns!

Demonstra aqui também uma maneira democrática de agir dos Senadores do mesmo estado. Espero um dia também chegar a esse nível, ter essa cordialidade e pensar no desenvolvimento de maneira coletiva, como tem que ser, não é? Como tem que ser. Da minha parte, estará sempre com a porta nesse sentido.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Normalmente, Presidente, depende dos dois lados. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – É, exatamente...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Os dois lados têm que querer. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – É...

Nós estamos caminhando bem... (*Pausa.*)

Enquanto isso, vou fazer alguns registros importantes, agradecer aqui a presença da Sra. Adelaide Nogueira, que vem de Alagoas, ela, que faz parte também, de certa forma, do interesse desta Comissão, a Comissão também de Comunicação... Está aqui atenta, agora, fisicamente, normalmente é virtualmente, mas agora fisicamente, acompanhando este último debate, numa quinta-feira, feito inclusive de maneira extraordinária, para limpar a pauta, no momento em que a gente encerra esta reunião de hoje com o encerramento da nossa participação aqui na Comissão...

Agradeço a presença de V. Sa. Muito bem-vinda aqui.

Ao passo que eu também quero aqui fazer esses registros, enquanto não é feita a votação, registro de produtividade.

Esta Comissão, durante este ano, somente em 2022, o qual também contou com a condução do Senador Jean Paul Prates, nós conseguimos uma produtividade de 172 proposições, na qual se destaca que foram 108 projetos aprovados. Então, demonstra que é uma busca por limpar a pauta e por trazer a celeridade aos procedimentos, na qual a própria tecnologia ajuda. Num momento como este, temos Senadores que já estão em seus estados em outras missões e, ao mesmo tempo, acompanhando, como foi o caso do Senador Styvenson, do Senador Confúcio, participando ativamente, e dos demais, votando e acompanhando os debates.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D75950440004CB0D0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Faz todo o sentido estar neste momento discutindo esses assuntos, porque a tecnologia, como nós mencionamos aqui, é uma mola propulsora do desenvolvimento, é uma mola propulsora da empregabilidade e da geração de renda do nosso país. Além disso, mantém a nossa nação atualizada através da Comissão, que faz parte do setor de comunicação que temos. E aqui eu quero destacar as rádios comunitárias como um meio para levar a informação que a gente busca, cada vez mais, chegar ao seu destinatário final sem influências políticas, levando a informação crua, a informação sobre a qual cada um possa fazer o seu discernimento. Infelizmente, quando a gente fala em rádio – e aqui eu estou dando como exemplo a experiência que eu tenho, mas que se repete em vários outros estados –, muitas rádios têm seus donos, os seus donos, na grande maioria, são políticos e aí fecham as portas para uns, abrem para outros. E hoje, nessa era da informação, que já ficou para trás inclusive, nós temos uma necessidade cada vez maior de passar a informação direta para o cidadão, como ela acontece. Então, aqui eu quero demais parabenizar o trabalho feito pelas rádios comunitárias por este país, para as quais esta Comissão aqui também teve uma importância na formalização de muitas delas.

Além disso, falando em tecnologia, eu quero aqui mencionar uma parceria que foi feita com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, a qual permitiu que o nosso estado, através das emendas aportadas por mim, como Senador, e pelo Deputado Pedro Vilela, conseguisse viabilizar a instalação de 360 pontos de internet *wi-fi* gratuitos encaminhados através de satélite, através do Wi-Fi Brasil, para os 102 municípios de Alagoas. Então, todos os municípios de Alagoas hoje têm no mínimo um ponto onde as pessoas podem ter acesso à internet, que permite dar não apenas o lazer, mas, sim, acesso à informação. E, como nós sabemos, a informação é a principal ferramenta de defesa que um cidadão pode ter. Quando você conhece seus direitos, por exemplo, você não é enganado ou, se é enganado, você vai atrás.

Então, nós temos também hoje a possibilidade de a internet oferecer acesso inclusive a serviços públicos, os quais nós aqui buscamos através do Governo Digital – e eu tive a oportunidade de ser o Relator desse projeto –, para fazer com que se tenha celeridade e, com isso, se busque eficiência e diminua a burocracia dentro da gestão pública do serviço público.

Já temos oito votos computados.

Solicito aqui à Secretaria o contato com o Senador Izalci, que está sempre aqui presencialmente.

Já teve algum retorno dele?

O Senador Paulo Rocha, que esteve agora há pouco... (*Pausa.*)

O Senador Paulo Rocha está se conectando agora.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Para registrar seu voto, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, você me ouve?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Senador Paulo Rocha, V. Exa. está com a palavra.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Presidente, eu não estou conseguindo votar. Eu queria que V. Exa. registrasse aí oficialmente meu voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Está registrado, Senador Paulo Rocha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D75950440004CB0D0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E, com o voto de V. Exa., nós completamos o quórum necessário.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Por videoconferência.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Finalizamos a votação, encerramos o painel. Peço para que se demonstre o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Encerrada a votação, com 1 voto SIM; e 7 votos NÃO.

Dessa maneira, encerrada a votação, esta Comissão rejeita os projetos que foram apresentados nos itens 2 e 3, nos termos dos relatórios que foram demonstrados.

Sendo assim, encaminho a matéria para a Secretaria-Geral da Mesa.

Antes de terminar, tendo em vista que esta é a última reunião, solicito e proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

Os Srs. e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Dessa forma, será registrada no *Diário do Senado Federal*.

Dessa maneira, já fizemos aqui os agradecimentos a todos, mas eu quero, nominalmente, agradecer ao Itamar, que é o Secretário desta Comissão; ao Aguirre, Secretário Adjunto; ao Jazer e à Luciana, também sempre solícitos a todos os Senadores membros desta Comissão.

Dessa maneira, finalizamos a CCT no ano de 2022.

Meu muito obrigado.

(*Iniciada às 11 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D7595044004CB0D0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-13 (ANEXO: 013)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2022, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e dois minutos do dia vinte e cinco de novembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Plínio Valério e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Omar Aziz, Mecias de Jesus, Zequinha Marinho e Rogério Carvalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 4/2022 - CSF, de autoria Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Finalidade:** Debater os Serviços Ecossistêmicos e os Títulos Verdes no Brasil. **Participantes:** Sra. Maria Tereza Umbelino, CEO e fundadora do Brasil Mata Viva –BMV Global; Sra. Pâmela Pádua, Diretora de Operações do Brasil Mata Viva - BMV Global; Sra. Gracita Barbosa, Diretora-Proprietária Seiva Empreendimentos e representante do Brasil Mata Viva–BMV Global; e Sr. Angelo de Sousa Santarlacci, CEO do Alberi Forest. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas
Presidente da Comissão Senado do Futuro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D7595044004CB0D0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-13 (ANEXO: 013)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/11/25

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão Senado do Futuro da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, que se realiza nesta data, 25 de novembro de 2022.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o tema "Serviços ecossistêmicos e os títulos verdes no Brasil".

A justificativa do requerimento, para as pessoas entenderem o objetivo: os serviços ecossistêmicos constituem um segmento de elevado potencial para produzir a combinação entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental, cuja importância para um país como o Brasil é superlativa.

Para constituir um mercado que permita converter os serviços ecossistêmicos em resultados econômicos, é indispensável criar e desenvolver uma série de opções para quantificação, avaliação, comercialização e acesso amplo a títulos ou outros mecanismos capazes de representar valor para agentes econômicos de todos os portes, nos níveis nacional e internacional.

A criação de tais mecanismos inovadores deve ser objeto de ampla análise por parte do Poder Legislativo, motivando a apropriação e o debate do tema por esta Comissão Senado do Futuro.

Dessa forma, então, foi aprovado o Requerimento nº 4, de 2022.

Bem, foram convidados a participar a Maria Tereza Umbelino, economista e CEO do Brasil Mata Viva - BMV Global; Pâmela Pádua, engenheira ambiental e Diretora de Operações do Brasil Mata Viva - BMV Global; Gracita Barbosa, Diretora-Proprietária da Seiva Empreendimentos e representante do Brasil Mata Viva - BMV Global; Ângelo de Sousa Santarlacci, CEO do Alberi Forest.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, em senado.leg.br, ou também pelo telefone 0800 0612211 – 0800 0612211.

Na exposição inicial, os convidados usarão a palavra por até 15 minutos e, antes de encerrarmos, poderão apresentar suas considerações finais em 5 minutos.

Eu passo a palavra, então, à Maria Tereza Umbelino, que é economista e CEO do Brasil Mata Viva - BMV Global. Maria Teresa Umbelino é CEO do Brasil Mata Viva - BMV Global, graduada em Economia e pós-graduada em Gestão de Empresas e Economia. Ela foi a primeira mulher Presidente do Conselho Regional de Economia e hoje é CEO do BMV Global, que é o grupo da qual é fundadora. Ela também possui sob sua gestão o maior número de *commodities* ambientais do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D75950440004CB0D0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, com a palavra, Maria Tereza.

A SRA. MARIA TEREZA UMBELINO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

Quero aqui cumprimentar a todos os brasileiros e a todos que organizaram e assistem a esta audiência por meio do Exmo. Presidente Izalci Lucas, a quem quero agradecer pelo honroso convite para participar e debater um tema tão importante ao Brasil neste momento em que se buscam alternativas de instrumentos para crescimento e soluções para o problema global da saúde das vidas no planeta.

Tomo aqui, por referência, uma colocação Prêmio Nobel de Economia de 1973, que é o pai do desenvolvimento da matriz insumo-produto, em que ele fala o seguinte: "Caso se queira fazer uma distribuição justa, a abordagem *ad valorem* terá de conceder à abordagem naturalística alguns domínios que lhes foram injustamente usurpados". O que quer dizer isso? É preciso... Todo o processo produtivo tem que incluir a conservação da natureza, e é por isso que nasceu esse processo denominado Brasil Mata Viva, que é uma solução que nasceu em forma de um movimento de pessoas que ocupam áreas de conservação, que estão lá em torno da floresta. Em busca de uma solução, fomos atrás de metodologias que pudessem contemplar a remuneração pelo serviço de conservar a natureza.

Conservar a natureza significa produzir serviços ecossistêmicos, e o BMV buscou, em todo o mundo, metodologias que fossem compatíveis à remuneração desse importante trabalho, desse importante serviço.

Como não encontramos, excluídos de 2007, nós partimos para desenvolver, junto com universidades, cientistas, um processo que fosse justo com a realidade brasileira, pois a nossa grande vocação é de entregar biodiversidade, a conservação da biodiversidade.

Para transformar isso em um instrumento transacionável e transferível, nós partimos para, primeiro, legitimar todo esse processo, por meio de audiências públicas, pois não existiam legislações que o amparavam até então, e a gente primeiro foi mostrar: "Olha, isto é uma atividade econômica". Fomos atrás de construir todos esses marcos regulatórios. Depois, passamos a transformar isso, partimos para transformar isso num instrumento econômico, e um instrumento econômico que pudesse circular em conformidade com o Código Florestal brasileiro.

Então, foi desenvolvido todo um *standard*, que tem por princípio alinhar a forma de ocupação das regiões de floresta com a necessidade de se entregar um serviço ecossistêmico.

Eu vou pedir para que a organização passe um vídeo. (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Tereza, podemos apresentar o vídeo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D75950440004CB0D0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA TEREZA UMBELINO (*Por videoconferência*.) – Sim. Eu pedi para que a Comissão passasse o vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Estava passando. É porque está dando... Você continua falando.

Nós vamos passar agora então. Está bom?

A SRA. MARIA TEREZA UMBELINO (*Por videoconferência*.) – Está o.k. Está ótimo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. MARIA TEREZA UMBELINO (*Por videoconferência*.) – Com isso, demonstramos que nós já estamos, há 15 anos, formando grupos e aplicando ciência e demonstramos que, a partir da aplicação da ciência e tecnologia, foi possível quantificar e valorar o serviço de floresta, de espaços de floresta. A partir do diagnóstico científico junto com universidades, nós desenvolvemos a forma de medir, valorar e transformar isso em um produto que nós denominamos de UCS (Unidade de Crédito de Sustentabilidade). Por ele é possível inserir, em todos os processos produtivos, o coeficiente da conservação da natureza. Enfim, toda atividade econômica, a nossa vida – não é? – dependem de um coeficiente de conservação da natureza, ou seja, é preciso manter uma natureza viva em função da nossa qualidade de vida.

Quanto a isso, existe o estudo da Global Footprint que mostra que o planeta tem uma biocapacidade. É necessário... Para o padrão de consumo, de uma forma geral, de toda a população do planeta, é preciso 2,8ha conservados da natureza. Pelo nosso padrão, é preciso manter vivo isso para fornecer esse bem-estar. Hoje, a biocapacidade do planeta é só de 1,6, ou seja, já está deficitária em 1,2.

O Brasil é superavitário nisso, como alguns outros países, mas o Brasil é o maior fornecedor de produtos e de serviços ecossistêmicos do mundo. Ele entrega suas *commodities*, entrega todo o seu processo produtivo, conservando a natureza. Então, ele tem o superávit pela população. Isso significa que nós estamos exportando a biodiversidade sem dar valor a ela, sem quantificá-la e sem a remuneração dela. Para produzir alimentos, é preciso carregar a equivalência. Para produzir qualquer... Para extrair minérios, é preciso ter uma equivalência. Esse processo é que nós desenvolvemos, a forma de quantificar isso.

BMV é um ecossistema que tem auditores independentes, a exemplo da SGS, a maior auditoria do mundo; tem a Unesp, que é uma universidade muito respeitada, uma referência em analisar carbono de floresta no mundo; tem advogados, cientistas... São mais de 70 instituições que desenvolvem o produto que sai dessa floresta. Essa produção é feita por três elementos, três investidores que a gente até denomina: o investidor de capital natural, que é quem ocupa e que é o dono da terra; o investidor de capital intelectual, que é todo esse ecossistema de cientistas que, graças à aplicação da metodologia do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D7595044004CB0D0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

standard BMV, tornou possível a produção desse produto que se chama Unidade de Crédito de Sustentabilidade...

A Unidade de Crédito de Sustentabilidade, numa equivalência, vem de uma agricultura de conservação da natureza contemplada pela nova lei do agro, a Lei 13.986, que contemplou e abriu a possibilidade de se emitirem títulos pela atividade de conservação da natureza; então, considerando isso como agricultura da conservação da natureza.

E isso permitiu que nascesse uma *commodity*, que é a UCS, que foi a primeira *commodity* de conservação da natureza registrada dentro de um título do agro regulamentado. E foi possível colocar na B3 a primeira cédula de produto rural verde de conservação da natureza, que entrega um produto genuinamente desenvolvido no Brasil, que é a Unidade de Crédito de Sustentabilidade (UCS). Então, ela se transformou em uma *commodity* que permite que produtores e governos que realizam essa atividade econômica de agricultura de conservação de floresta possam vender.

Para isso, foi desenvolvido todo um processo tecnológico utilizando-se de recursos de *blockchains*, de sistema de registros muito avançados, para que isso pudesse ser transferível e transacionável em conformidade com o nosso Código Florestal – está lá: bem intangível, incorpóreo, transacionável e transferível. E a UCS carregou todo esse princípio e é uma forma inteligente, um produto inteligente que serve para todas as atividades econômicas e para todos os cidadãos utilizarem e assumirem a responsabilidade da conservação da natureza. Isso é pactuado globalmente. A conservação da natureza não é só papel de produtores rurais ou de governos; é uma obrigação da sociedade global. Isso é uma convenção global.

Com esse propósito, nós enxergamos a forma de desenvolver isso cientificamente de forma segura. Esse processo de gerar UCSs hoje nós até já exportamos e estamos aplicando em Portugal. Na região da Sardenha, houve uma validação junto com a universidade. É a forma de medir o serviço ecossistêmico. Uma vez valorado, com todo o rigor científico, certificado e auditado, isso vem para um registro único – e, por isso, utilizando a tecnologia *blockchain* – e vem para uma plataforma, cujo rigor da segurança dela permite que isso seja transferível. Então, as empresas buscam isso como uma forma de ter uma prática ambiental, social e de governança, ou seja, muito mais do que o simples compensar emissões, o Brasil entrega todo um pacote de benefícios que, no mínimo, são 27 serviços ecossistêmicos.

Eu queria até que abrissem a apresentação para ficar mais fácil para apresentar, Pâmela ou o pessoal aí da... É que aqui não estão permitindo para mim.

São serviços ecossistêmicos. Quando a gente entrega uma UCS, a gente está entregando esse pacote.

E o que a gente viu, que a realidade... Por que partimos para valorizar o *standard* brasileiro, o BMV? Porque ele conseguiu empacotar todos esses benefícios que não são só manutenção ou fluxo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D7595044004CB0D0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

carbonos. Então, o Brasil entrega muito mais, ele não entrega uma redução de passivos e, sim, uma produção de ativos, que são serviços e benefícios ecossistêmicos.

Com isso, essa UCS já é exportada. Empresas já a utilizam voluntariamente para terem uma certificação de prática ambiental, social e de governança. Isso dá para qualificar a captação no Brasil ou a captação de títulos e a exportação desse serviço, porque, da forma como foi embalado, está dentro hoje de ambiente regulado a UCS, que valora de forma justa a conservação da natureza.

A conservação de florestas que nós praticamos entrega fluxo hidrológico, elementos naturais. Então, tudo isto foi possível: valorar e empacotar na forma de UCS, e isso permite que os agentes e governos utilizem isso. Além de cumprirem suas metas de compromissos com as questões ambientais, eles cumprem compromissos sociais porque se estão remunerando regiões que têm distorção de renda. A região que conserva a natureza é fadada a ser mais pobre. Então, isso é uma forma de levar e reconhecer essa atividade econômica – então, é social.

E governança por estar atendendo todos os critérios de regulação global, lei internacional e convenções globais que, inclusive, seguem regras de PCC e estão amparadas por norma, por leis. Em relação ao primeiro grupo de produtores rurais que aderiram ao programa, tem leis de reconhecimento no Mato Grosso, Xingu Mata Viva. Então, isso é para reconhecer a atividade econômica.

E as empresas hoje já estão amparadas com formas de poderem utilizar isso, a exemplo dos próprios bancos. No dia 21, o Banco Central soltou uma normativa, a IN 325, em que ele fala como registrar os ativos de sustentabilidade. E esse ativo UCS – que é um ativo que entrega o serviço ecossistêmico e, além de compensação de emissões, entrega compensação hídrica, compensação social – já está no ambiente da bolsa, ou seja, ele dá segurança. Então, os bancos podem contabilizar isso, podem vender isso futuramente. Isso fez com que desse solidez para o mercado financeiro e o mercado de capitais poderem exportar esse produto junto das exportações, junto dos processos produtivos, junto das captações financeiras.

Então, ele já está em operação, já é utilizado por empresas, já tem governos que o utilizam, que é a plataforma Tesouro Verde. Nós já fomos, inclusive, selecionados aí pela COP 26, uma iniciativa da ONU denominada CiviTech: ela selecionou 18 soluções no mundo, soluções para as mudanças climáticas, e uma delas foi a nossa tecnologia, que é a GovTech Tesouro Verde, que é a forma de se usar e de se investir na conservação da floresta, ou seja, gerando aí dividendo não só financeiro para a empresa, como dividendo ambiental. Esse é um instrumento que facilita isso.

E o próprio Governo brasileiro tem aí um potencial de gerar receitas em cima disso, uma receita até extraorçamentária, que é com a venda desses serviços ecossistêmicos, por meio desse modelo que a gente coloca que é utilizando esse *standard.* Ele tem capacidade de gerar... Só com as áreas regulares, que estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D7595044004CB0D0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundiariamente regulares, do Governo Federal, ele tem condição de gerar em torno de US$275 bilhões, de que nós estamos abrindo mão em função de não aplicar um *standard*.

E é claro que, quanto ao *standard,* para gerar esse ativo, a expectativa é que seja do Brasil. O Brasil é o maior exportador de biodiversidade; então, ele tem que fazer a propositura de um *standard* para atender, e não importar *standards* ambientais, quando eles são muito mais focados em redução de emissões, não é?

Então, é uma redução de passivo, que é o modelo europeu. É lógico que eles têm um passivo ali, eles têm uma deficiência mesmo na biocapacidade, eles têm uma falta de três hectares por habitante em termos de segurança para eles. O Brasil excede 5,7 hectares por habitante; então, nós somos exportadores.

E a proposta desse *standard*, desse produto é exatamente levar isso. Nós já estamos aí há mais de 15 anos, fizemos o primeiro pagamento de serviço ambiental numa solenidade no Senado, inclusive, em 2008, e agora transformamos isso em um produto, uma *commodity* que pode circular e ser transferida em ambiente seguro, que tem toda uma tecnologia de registro, sem risco de imagem, sem risco de dupla contagem. A vantagem é que esse ativo tem endereço, é uma área específica que tem coordenada geográfica, que tem avaliação, que tem toda uma rastreabilidade garantida, inclusive pelo sistema de registro *blockchain*.

A proposta é incorporar essa riqueza na contabilidade, inclusive pública. A gente já fez esse exemplo no Estado do Amapá, agora estamos aplicando no Município de Maricá. Então, a nossa modelagem é colocar uma nova riqueza dentro da contabilidade, estimulada por estímulos do Governo, estímulo governamental de compras sustentáveis em que já há marcos regulatórios. Com compras sustentáveis, processos licitatórios, a nossa importação, ou seja, a atuação de todos carregando o coeficientezinho da conservação da natureza, é possível gerar essa riqueza, o país se apropriar dessa riqueza. A gente está desperdiçando, para ser bem sincera, quase US$500 bilhões, não inserindo ao nosso PIB, por não adotar, não assumir um *standard* nosso, que é compatível com as regiões de conservação de floresta, a exemplo do Brasil. A gente espera que o Brasil lidere esse processo, a exemplo de que fomos selecionados como solução por dez países. No mês passado, até o Governo da Dinamarca veio apresentar ao Governo brasileiro a solução.

Então, é isso aí.

Agradeço a oportunidade de apresentar essa solução brasileira que serve para todas as regiões que têm conservação da natureza, conservação de floresta.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Maria Tereza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D75950440004CB0D0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente está aqui brigando muito para resolver a questão da PEC da transição, e você tem aí uma solução muito mais viável até, não é? Quem sabe é a solução para a gente resolver essas questões aí.

Vou passar imediatamente à engenheira ambiental e também Diretora de Operações do Brasil Mata Viva, BMV Global, Pâmela Pádua.

A Pâmela Pádua é diretora e graduada em Engenharia Agronômica, é especializada também em Licenciamento Ambiental, com MBA internacional em Gestão Ambiental.

É com você, Pâmela.

Está liberada a apresentação aí. Está bem?

A SRA. PÂMELA PÁDUA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos! Eu gostaria de cumprimentar e agradecer o convite e agradecer, enquanto brasileira, o posicionamento do Senado de trazer esse tema. É com muita honra que nós participamos aqui.

Eu venho na sequência da Maria Tereza, que desenvolveu toda a solução do BMV Global. E é notório para o mercado global a importância do nosso patrimônio natural, do patrimônio natural brasileiro e dos serviços ecossistêmicos que são gerados a partir dele, em especial a Floresta Amazônica, e o quanto isso impacta diretamente na negociação das nossas *commodities* e das operações do Brasil de forma geral. Contudo, para que esse mercado acesse esse patrimônio natural, esses serviços ecossistêmicos, é necessário ter instrumentos de mercado confiáveis relacionados à rastreabilidade de origem, à valoração e à remuneração justas para os seus titulares, bem como a segurança nas transações e transferências, transparência e evidenciação desses impactos gerados pela aquisição desses títulos verdes. E é em razão desse histórico de dedicação do BMV Global no estudo de ciência, de tecnologia e do próprio mercado que o BMV desenvolveu essa *commodity* ambiental, a UCS, que empacota esse serviço ecossistêmico através de um título verde para poder entregá-lo ao mercado. Então, para que o investidor, por meio do investimento, através do instrumento financeiro, que é a CPR Verde, com registro na B3, tenha toda essa transparência, essa segurança nesse investimento.

E o investidor tem um papel fundamental dentro desse mercado, tão importante quanto quem tem a área de floresta nativa e que é o fornecedor desse serviço ecossistêmico. Dentro desse modelo que a gente traz, em que a gente propõe essa nova solução, a gente permite que esse investidor possa evidenciar em balanço um aumento patrimonial, essa nova receita por incorporar esse ativo ambiental enquanto insumo dos produtos e serviços dele, onde essa solução traz como propósito um ganha-ganha para todos os *players* envolvidos, seja o proprietário da área, fornecedor do ativo, seja o investidor financeiro, seja a sociedade em geral, que está sendo beneficiada justamente pela manutenção das florestas em pé, desse patrimônio natural em pé. Desse serviço ecossistêmico todos nós nos beneficiamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D7595044004CB0D0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é o que eu gostaria de trazer aqui para esse tema, trazendo um pouco mais da importância dos serviços ecossistêmicos enquanto produtos de mercado e o papel do investidor dentro dessa operação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Pâmela.

Quero passar a palavra agora para à Diretora e proprietária do Seiva Empreendimentos e representante do Brasil da Mata Viva, BMV Global.

Gracita Hortência dos Santos Barbosa é Diretora e também graduada em Administração de Empresas pela Uniderp; em Teologia Pastoral pela UCDB; pós-graduada em Ciências Políticas e Estratégias Públicas pela Escola Superior de Guerra, Campo Grande, Mato Grosso do Sul; cursou também o Programa de Certificação em Liderança Organizacional pela Universidade Sullivan, dos Estados Unidos; e cursa Direito na Unaes.

Presidiu o Conselho Regional de Administração de Mato Grosso do Sul; presidiu o Conselho da Cebas do Governo de Mato Grosso do Sul; foi Conselheira Federal do Conselho Federal de Administração; foi Diretora da Câmara de Estudos e Projetos Estratégicos; foi Coordenadora Nacional da Comissão Especial de Saúde; presidiu também a Associação Beneficente de Santa Casa de Campo Grande; e atuou também como Consultora de Desenvolvimento Local Sustentável da Consultoria em Meio Ambiente; como Docente em Educação Ambiental; Coordenadora da Comissão Especial de Desburocratização do Conselho Federal de Administração; MDR; e CNM.

Então, eu passo a palavra agora à Gracita Barbosa.

A SRA. GRACITA BARBOSA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Na pessoa do Exmo. Senador Izalci Lucas, eu agradeço a oportunidade de estar falando a todos os brasileiros e, com isso, estar trazendo essa inovação.

Acompanhada das falas da Maria Tereza e da Pâmela, na sequência, como representante do BMV Global, eu vejo isso como uma solução realmente. E eu agradeço, Senador Izalci, a sua palavra quando o senhor se refere a que nós podemos ter, sim, a solução da PEC, porque nós temos um patrimônio imensurável no nosso país e nós precisamos auferir a eficiência disso.

Nós sabemos que a maioria dos países são deficitários nas questões ecossistêmicas. Nós somos o potencial detentor disso. Já temos a inteligência auferível, verificável, avaliável, o que nos dá segurança, toda embasada numa jurisdição internacional, toda embasada em leis internacionais, portanto é totalmente aceitável em outros países. Nós precisamos do apoio do Congresso para que nós possamos fazer disso uma pulverização nacional e internacional para que isso vire a nossa realidade desse nosso ouro verde. (*Falha no áudio.*) ... da mudança da matriz energética em nível de mundo. Iremos necessitar grandemente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D7595044004CB0D0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dessa nossa inteligência financeira da CPR Verde, embasada nos princípios do ambiental, do social e da governança, o que remunera uma cadeia toda do ganha-ganha. E é muito pertinente, neste momento, nós estarmos discutindo sobre isso.

Agradeço a oportunidade de nos ouvir em nível de país, porque nós realmente temos a solução de ponta a ponta, tanto do originador quanto do consumidor. E esse consumidor é um projeto muito inteligente, porque ele contempla o micro, o pequeno e o grande deficitário das demandas ambientais.

E aí nós conseguimos não só neutralizar ou equilibrar, como nós conseguimos positivar este conceito tão importante para as empresas, vindo todos com solução do conceito ESG. É abrangente na questão financeira. Temos ferramentas e estamos à disposição para colaborar com as soluções climáticas mundiais e financeiras, visto que já somos tidos como uma das 18 soluções climáticas sempre atuantes, participantes de todas as COPs com referência honrosa, levando o nome do nosso país ambientalmente em nível internacional. Isso nos honra muito, estar participando disso.

Em especial, agradeço ao senhor, Senador Izalci, por nos ouvir e nos dar a oportunidade de dar a conhecer ao nosso país essa inteligência que está pronta e vem aí com mais novidades, o que nós podemos expor numa outra ocasião, assim que efetivada.

Estamos à disposição para ser uma solução financeira nacional.

Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Gracita.

Bem, vou passar, então, a palavra ao Angelo de Sousa Santarlacci. O Angelo é CEO do Alberi Forest, graduado em Engenharia Florestal, doutorado em Ciências Florestais pela Universidade de Brasília, sócio da Alberi Forest e atua diretamente no contencioso administrativo ambiental, também na regularização de passivos ambientais e na elaboração de políticas públicas de combate ao desmatamento.

Com a palavra, Angelo.

Está disponível a apresentação já, Angelo.

O SR. ANGELO DE SOUSA SANTARLACCI (Para expor. *Por videoconferência*.) – O.k.

Senador Izalci, muito obrigado pelo convite. É uma honra estar aqui com vocês. Parabéns ao Senado Federal pela iniciativa do Senado do Futuro.

Obrigado a todos os brasileiros que nos escutam e acompanham pelo portal.

Fiz uma breve apresentação – vou compartilhar aqui com vocês – sobre a importância desse tema. Espero que já esteja aparecendo para vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D75950440004CB0D0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse crédito de carbono e pagamento por serviços ambientais é um tema muito atual, muito importante. E a grande pergunta é: como os créditos de carbono, como os serviços de pagamentos ambientais podem ser instrumentos importantes no combate ao desmatamento e principalmente no desenvolvimento socioeconômico?

Na verdade, em termos de meio ambiente, a Política Nacional de Meio Ambiente, de 1981, naquela época, representou um grande avanço em termos jurídicos e ambientais para a conservação ambiental. A Política Nacional de Meio Ambiente, que é de 1981, mais antiga do que a Constituição Federal de 1988, trouxe grandes inovações do ponto de vista jurídico com relação aos instrumentos de gestão ambiental. Ainda assim, essa lei é muito atual e traz instrumentos importantes, os quais são ainda pouco utilizados. Nós temos muito a explorar em nossa Política Nacional de Meio Ambiente.

Em resumo, a nossa Política Nacional de Meio Ambiente divide os instrumentos econômicos em quatro grandes grupos, a saber: os instrumentos regulatórios ou de comando e controle, os instrumentos econômicos, instrumentos de comunicação ou instrumentos educativos e os instrumentos chamados de cooperação ou acordos mútuos.

Hoje, basicamente, quando a gente fala em desmatamento, principalmente de desmatamento amazônico, costumamos ver mídia e determinadas pautas políticas defendendo o simples aumento de fiscalização. Então, no comando e controle o aumento desse tipo de política deve coibir processos de desmatamento.

Bem, hoje, nossa Política Nacional do Meio Ambiente é baseada em instrumentos de comando e controle. No entanto, há uma percepção geral de que os instrumentos de comando e controle, ou seja, as multas aplicadas de órgãos, de maneira geral, sobre desmatamento e outras coisas, há uma percepção de que isso não é tão efetivo do ponto de vista de conservação da biodiversidade e de combate ao desmatamento. Portanto, o instrumento de controle é uma ferramenta importantíssima, uma fiscalização importantíssima para o meio ambiente. No entanto, ela é limitada para o combate ao desmatamento e em relação à conservação.

Então, em termos de Política Nacional do Meio Ambiente, o que seria ideal? O que os outros países já estão fazendo, os que já estão muito avançados – e Brasil tem a capacidade de dar um *show* e de ser líder nessa questão – é a combinação de instrumentos ambientais. Então, combinação de instrumentos de comando e controle, de instrumentos econômicos, instrumentos de educação. Eles são importantíssimos e, se forem utilizados de maneira coordenada, a gente consegue, para além de conservar o meio ambiente, a gente consegue avançar em questões econômicas e em questões sociais.

E os créditos de carbono? Agora que nós já falamos sobre Política Nacional do Meio Ambiente e seus instrumentos, a grande pergunta é: na prática, como é que podem funcionar esses instrumentos como atores da política ambiental? Eles podem funcionar? Sim. Crédito de carbono e PSA podem funcionar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D7595044004CB0D0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como instrumento da política ambiental, desde que haja um delineamento e um desenho de uma política pública que seja adequada e desenhada para isso. Então, veja: o que nós esperamos com o crédito de carbono e com o PSA? Garantia constitucional, garantir a conservação ambiental e o direito do meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo, essencial a vida, à sadia qualidade de vida.

Esperamos que o crédito de carbono e o Pagamento por Serviços Ambientais possam combater o desmatamento. E mais: esperamos que este tipo de instrumento sirva para o desenvolvimento socioambiental de comunidades, distribuição de renda e desenvolvimento econômico do país. Então, políticas bem-sucedidas que vão para além de dar o peixe, que, de fato, ensinam as comunidades a pescar e a desenvolver sua renda. O PSA e os créditos de carbono são elementos importantes para isso e, consequentemente, têm um peso para o desenvolvimento econômico de um país grande.

Agora surge uma grande dúvida, e eu vi aqueles que nos acompanham aqui de maneira *online* perguntando sobre a viabilidade e a questão do saneamento para o Brasil. A grande questão com que nós, brasileiros, para a delimitação de política pública, temos que tomar cuidado é: quem é que paga pelo quê? Tanto os pagamentos de serviços ambientais quanto os créditos de carbono dependem de oferta e demanda, porque, afinal, a gente está tratando de economia. Então, a gente fala de demanda do mercado consumidor e de capacidade de oferta por parte do mercado. Então, para pensarmos numa política de desenvolvimento econômico, utilizando esses instrumentos que também conservam a questão ambiental, é importante. E de onde é que vai sair o dinheiro para pagar esses créditos? Quem demanda por isso?

E aí nós temos a questão do mercado regulado e o mercado voluntário, sobre a qual cabe uma breve explicação. O mercado regulado, que é aquele de que muito se fala na COP, sobre compensação de carbono entre países, certificado pela ONU, ainda, para grande parte dos brasileiros, é uma informação muito distante. Como é que se regula um carbono? Como é que eu, que sou um pequeno produtor rural, posso garantir que essa mata fique em pé e receber por isso? Quem é responsável por isso? Então, o nível de informação do mercado regulado é muito grande, e o brasileiro é prioritário em relação a isso.

E em termos de mercado voluntário? O mercado voluntário, que está avançando muito – temos iniciativas nacionais e internacionais –, é aquele carbono que não é regulado especificamente pelo mercado, pela ONU. Enfim, é o mercado que uma empresa voluntariamente, querendo melhorar a sua imagem ou querendo conservar o meio ambiente, compra de produtores, em iniciativas voluntárias, tais como apresentaram os nossos colegas e outras iniciativas bem-sucedidas, e preservam o meio ambiente.

E qual o papel do Brasil neste cenário? O Brasil tem grandes desafios, entre eles: criar políticas públicas específicas sobre o tema. E os desafios? São desafios: a garantia na equidade e distribuição dos recursos e na geração de renda; facilitar o acesso à informação sobre o mercado regulado e fornecer subsídios para que os brasileiros possam adentrar isso; incentivar e regular o mercado de carbono, seja ele involuntário ou mercado regulado em si; desmistificar a cultura de receber pagamentos de benefícios tão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D7595044004CB0D0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

somente por áreas florestadas ou sem contrapartida – o Brasil tem um desafio de propor instrumentos normativos de regularização ambiental em áreas rurais embargadas e que são passíveis de utilização –; valorização de práticas agrícolas e sustentáveis do agronegócio brasileiro e do agronegócio brasileiro dos pequenos agricultores.

Bem, eu volto um pouquinho sobre crédito de carbono e seus desafios, por quê? Como o Senador bem lembrou da PEC de transição: desenvolvimento econômico do país é uma premissa e é uma necessidade. É importante fomentar projetos nacionais para que essa receita seja gerada e fique dentro do nosso país, motivando e conciliando os motores da economia, e isso tem uma capacidade... Em termos de recursos naturais, o Brasil tem uma capacidade grande de implementar isso. Enfim, os recursos naturais seriam importantes para o PIB, pois seriam uma grande utilidade do PIB nacional.

Portanto, é isso. O Brasil tem muitos desafios.

Agradeço imensamente a atenção dos senhores. Temos de pensar o crédito de carbono para além da conservação do meio ambiente, pensar isso para o desenvolvimento social e o desenvolvimento econômico, aumento de arrecadação e melhoria da qualidade de vida de todos nós.

Pessoal, muito obrigado. Agradeço mais uma vez a todos que acompanharam por aqui, agradeço ao Senador e à equipe do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Angelo.

Bem, eu tenho aqui já algumas perguntas do e-Cidadania e também algumas colocações que eu quero fazer, que ficam para todos os convidados responderem e, ao mesmo tempo, já fazendo as considerações finais.

O Guilherme Gilson, de São Paulo, pergunta: "Quais políticas públicas são necessárias para viabilizar os serviços ecossistêmicos e a emissão de títulos verdes?".

O César Rodrigues, do Rio Grande do Sul: "Qual é o tamanho do mercado de títulos verdes e de dívidas emitidas para financiar os serviços ambientais?" – está perguntando.

Loirena Gularte, de Rondônia: "Quais são os objetivos dos serviços ecossistêmicos e títulos verdes no Brasil?".

Welison Brito, da Bahia: "Quais são as maiores vantagens dos títulos verdes no Brasil?".

E o Edney Dantas, de Sergipe: "Quem está à frente da Comissão do projeto e como podemos acompanhar os investimentos na área?".

Essas são perguntas que foram feitas aqui pelo e-Cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D7595044004CB0D0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-13 (ANEXO: 013)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, eu quero fazer aqui algumas considerações. Os títulos verdes são similares aos títulos das dívidas comuns com a diferença essencial de que só podem ser usados para financiar investimentos considerados sustentáveis, como, por exemplo, infraestrutura de energia limpa e renovável, transporte movido a biocombustível e também eletricidade, conservação de áreas naturais, vegetação nativa, bem como projetos capazes de reduzir a emissão de gases de efeito estufa, e também o consumo de água, energia, matérias-primas.

Quais seriam, então, as vantagens para os emissores desse tipo de título de dívida? E, para os investidores, quais seriam as vantagens?

A República do Chile emitiu dois títulos climáticos certificados, soberanos, em junho e julho de 2019. Os primeiros títulos verdes soberanos da América Latina fazem parte de uma estratégia nacional para financiar projetos relacionados à Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do Chile, no âmbito do Acordo de Paris, e foram emitidos com a assistência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). As transações apoiam a transferência na gestão e na aplicação dessas despesas públicas, tiveram forte excesso de subscrição e permitiram ao Governo diversificar consideravelmente a sua base de investimentos. No geral, cerca de 50% dos papéis foram comprados por investidores socialmente responsáveis, sendo 35% da transação em dólares estadunidenses e também 76% de transação em euros.

A maior parte dos recursos provenientes da emissão financiará o transporte público, com uma parcela menor destinada a projetos associados a recursos hídricos e energia.

Os impactos são expressos predominantemente em emissões evitadas, em toneladas de dióxido de carbono equivalente ou material particulado, o CO_2. Na opinião de V. Sas., o Brasil poderia lançar mão da mesma estratégia, emitindo títulos verdes soberanos para ajudar no cumprimento de suas metas climáticas?

Outra colocação. A Lei 8.929, de 22 de agosto de 1994, que institui as Cédulas do Produto Rural (CPR), foi alterada em 2020, para, entre outras mudanças, permitir que esses títulos sejam lastrados em ativos ambientais. O tema foi regulamentado pelo Decreto 10.828, de outubro de 2021. Essa regulamentação abrange a emissão de CPRs relacionadas à atividade de conservação e recuperação de florestas nativas e de seus biomas, dando origem ao que passou a ser chamado de CPR Verde.

Pergunto, então: podemos dizer que a regulamentação do CPR Verde impulsionará o mercado de títulos verdes e, consequentemente, permitirá que o proprietário rural tenha vantagem na conservação dos ecossistemas, comparativamente a outras atividades que causam impacto ambiental? Quais foram os resultados dessa regulamentação até o momento?

Por último, o que o Poder Legislativo pode fazer em relação ao mercado de títulos verdes para acelerar o desenvolvimento de uma economia doméstica sustentável, regenerativa e de baixo carbono? A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D7595044004CB0D0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atual legislação sobre esse assunto precisa ser aperfeiçoada ou já é suficiente? Nesse tema, qual seria o papel do Poder Executivo? Há ainda regulamentações necessárias pendentes?

Então, depois dessas colocações, eu vou passar, na ordem inversa, e aí poderão responder e, ao mesmo tempo, já fazer, então, as suas considerações finais.

Passo a palavra, então, ao CEO do Alberi Forest, Angelo de Sousa.

O SR. ANGELO DE SOUSA SANTARLACCI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Primeiramente, não são perguntas fáceis; foram elaboradas de maneira muito inteligente.

Inicialmente, é importante falar, perguntar quais são as políticas públicas. É importante falar que a política ambiental é uma política transversal. Nós temos política econômica, política setorial de transporte; então, a política ambiental, para que seja efetiva, pega todos os setores.

Você citou exemplos do Chile, títulos verdes sobre investimento, se o Brasil poderia emitir títulos verdes soberanos – foi uma pergunta excelente. Sim, em termos de macroeconomia ambiental, a emissão de títulos verdes...

É importante que o Brasil capte dinheiro para quê? Para investimento. Dois passinhos para trás, quando a gente capta títulos para investimento, a gente consegue, de fato, mudar a economia. Quando a gente capta títulos para investimentos verdes, ou seja, para financiar práticas e investimentos sustentáveis, a gente fomenta a economia de alto valor agregado, fomenta a economia verde, fortalece as nossas matrizes energéticas sustentáveis. Então, a emissão de títulos verdes, desde que sejam utilizados para investimento, é um motor, é um importante elemento da economia a médio e longo prazo, não é uma coisa de benefícios socioambientais e econômicos a curto prazo.

O Senador citou a questão da CPR Verde. Sim, a CPR Verde foi um marco importantíssimo. Ela permite que os produtores rurais fiquem mais próximos disso. Começam a CPR Verde com tímidos resultados, porque ainda há muita dúvida sobre os produtores rurais. Temos muitos clientes produtores rurais aqui, alguns já começaram a nos perguntar: "Como é? Quem vai emitir? Quem vai comprar?". Então, é um importante avanço a questão da CPR Verde no Brasil. Ainda é um pouco incipiente em função de informações, o mercado assimilar um pouco disso, mas é questão de tempo para que isso se torne mais latente.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Angelo.

Eu só quero ainda colocar mais algumas informações e dúvidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D7595044004CB0D0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-13 (ANEXO: 013)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, como foi dito na apresentação quanto a um dos fatores de desequilíbrio, vamos dizer, social, foi dito que, quanto mais exigência de conservação ambiental ou de recursos ambientais, menor é a questão da renda. Então, acho que grande parte da nossa diferença de renda, essa questão do Auxílio Brasil, por exemplo, que nós estamos debatendo na PEC de transição é exatamente para cobrir essa desigualdade, esse número imenso de brasileiros que estão passando dificuldade.

Mas acredito que investimento, da forma como está sendo colocado aqui, verde, seria muito mais para investimento em termos de preservação. Acho que não dá para emitir títulos para amenizar essa questão já consolidada de déficit social, não é? Porque nós temos essa discussão da PEC, e está se falando em termos de 175 bilhões.

É evidente que parte disso já está no orçamento, mas eu acho que, da forma como foi apresentado, aquilo que se poderia arrecadar como título verde aqui evidentemente seria mais para preservação e investimento, como foi dito aqui no Chile, investimento em infraestrutura de transporte, de energia, e eu queria que vocês também falassem um pouquinho sobre isso, se isso poderia ser alguma alternativa com relação... Apesar de que, na própria PEC, uma PEC que não existe ainda, mas que já foi anunciada, sem oficializar, ela exclui também as receitas oriundas de doações ambientais, exatamente tirando do teto essas doações.

Então, Angelo, não sei se você quer complementar, mas... Na sequência, vou passar para a Gracita, mas, se você quiser também complementar essa minha fala...

O SR. ANGELO DE SOUSA SANTARLACCI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Perfeito, Senador. Muito interessante essa pergunta.

Bem, os títulos verdes emitidos devem, em uma recomendação, ser utilizados em investimentos e podem ser utilizados em investimentos socioambientais. Os títulos não deveriam ser utilizados como elementos de transferência de renda, porque aí, nessa questão, a gente pega o título para transferir renda e a gente transfere renda... Em termos econômicos, a gente não tem... Agora, esses títulos, por exemplo... Nesta semana, eu estive em algumas comunidades quilombolas no Pará, em Gurupá, uma equipe muito bacana. A ideia é... Se, eventualmente, determinadas comunidades que estão em locais que tenham abundância de serviços naturais, essas comunidades poderiam receber investimentos de títulos. E, em vez de receberem de maneira direta, como transferência de renda, essas comunidades poderiam receber de maneira indireta. Ou seja: esses títulos verdes poderiam fomentar ou investir em cooperativas de produção local. Então, é uma coisa que avança muito sobre o empreendedorismo local, o desenvolvimento de sociobioeconomia.

E temos um desafio que é para além da questão do investimento socioambiental: é o de mudar a concepção de determinados modelos de transferência de renda. De fato, é, em tese, criar algum

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D7595044004CB0D0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mecanismo para que as pessoas possam empreender e receber esses recursos de maneira indireta. Então, Senador, é um grande desafio.

Eu vejo que é possível, sim, emitir esses títulos como investimentos destinados a investimentos socioambientais. Daí, poderiam ser uma boa alternativa. De fato, esses investimentos deveriam retornar receita para o país.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Angelo. É isso aí. É mais uma porta de saída do que propriamente transferência de renda, mas uma porta de saída dos programas sociais, dando condições realmente para que eles possam ter seu próprio negócio, facilitando alguma atividade econômica. Agradeço.

Passo também, para as considerações finais e para as respostas das perguntas que foram feitas, à Gracita Barbosa.

A SRA. GRACITA BARBOSA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Pois não.

Eu vejo o projeto BMV com toda essa potencialidade ecossistêmica já instalada em *blockchain*, certificado na B3, de uso como ferramenta a CPR Verde; eu vejo como uma solução ISG.

Partindo do princípio ISG, nós estamos falando de uma nova matriz de ganhos para o país, considerando que ela contempla aumento de patrimônio, considerando que ela é totalmente monetizável. E, quando se fala do ISG, obrigatoriamente, o lastro obtém-se também para a questão social. Então, é uma solução sim. Tem como desenhar isso a quatro mãos. Nós podemos estruturar isso de forma a contemplar a utilização e a exploração desses US$500 dessa nova matriz que nós podemos estar implantando nacional e internacionalmente, para alavancagem econômica do nosso país.

Então é isso, Senador.

Estamos à disposição para mais dúvidas, considerando que nós temos esse potencial.

Só quanto ao nosso potencial amazônico ecossistêmico, nós precisaríamos de dez Amazônias para atender a demanda do mercado. E, com o apoio do Congresso, com o apoio desta Comissão, nós poderemos estruturar isso de forma a levar soluções nesse novo momento aí que nós estamos vivendo e atender, sim, aos nossos cidadãos que mais necessitam, através de políticas públicas, considerando que o projeto BMV, através da unidade de crédito sustentável, pode contemplar a multiplicação nos outros setores, comércio, indústria, transporte, e atendimento também ao Auxílio Brasil, entre outras possibilidades, como energias renováveis, levando aí possibilidades novas de empreendedorismo, de desenvolvimento local sustentável para todas as comunidades, através do quinhão social desse empreendedorismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D7595044004CB0D0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Realmente seria uma solução de país para o produtor rural, para a questão ambiental, para o atendimento das nossas metas climáticas, para o próprio Governo Federal, através do imposto recolhido dessas operações, e principalmente para o nosso foco, que é a sociedade brasileira.

Eu agradeço a fala, agradeço a sua audiência e agradeço a todos os brasileiros e grandemente a Deus, porque eu vejo que isso é um projeto divino de solução social, financeira e ambiental.

E contem comigo, para o que precisar, para a gente poder fazer essas políticas públicas chegarem ao maior número de pessoas.

Também é sabido que o nosso BMV fechou parceria com o Sebrae nacional, o qual também está fazendo a pulverização na micro e pequena empresa. Então, isso já é um avanço nacional, entre outros potenciais, além dos nacionais e internacionais que nós já temos – inclusive, a "parceirização" com o banco, aceite de bancos para fazer como garantia real. Nós temos "n" possibilidades para fazer com esse nosso novo ouro verde, que é nosso, que é brasileiro e que está aí à disposição para a nossa utilização, a do nosso povo.

Obrigada, Senador. Obrigada a todos, à Comissão, a todos os partícipes e a todos os brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Gracita.

Eu quero aproveitar, inclusive... Nós temos já uma legislação que trata desse assunto, tem a experiência do Chile, e eu fiz a pergunta aqui se há necessidade de alguma regulamentação, se é preciso ainda aperfeiçoar ou regulamentar.

Então, a Comissão Senado do Futuro também está à disposição, e, se vocês tiverem alguma sugestão, é só encaminhar aqui para a Comissão Senado do Futuro.

Obrigado, Gracita.

Bem, passo, então, para as considerações finais, à Pâmela Pádua, engenheira ambiental e Diretora de Operações do Brasil Mata Viva.

A SRA. PÂMELA PÁDUA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, em relação à legislação brasileira ambiental, ela é uma das mais completas do mundo, e isso já é reconhecido de fato.

Aqui, trazendo até um histórico que já foi pontuado nas apresentações, a gente está ali desde a Constituição, no art. 205, que está falando não só de direito de um ecossistema saudável, mas também de um dever. E, como a gente trabalha muito na política de estímulo, em que o comando e controle a gente vê que não têm tanta eficácia, a gente está falando aí de protetor-recebedor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D7595044004CB0D0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para o Brasil se tornar protagonista nesse mercado, em que ele tem total autoridade para isso, existem dois pontos de destaque aqui: o reconhecimento de soluções brasileiras, assim como o BMV, que é um *standard* brasileiro que já aplica e já tem o histórico aqui no Brasil de aplicar a solução para área de florestas públicas e privadas; com originação e emissão dessa *commodity* ambiental que já vem sendo negociada no mercado nacional e no mercado internacional, que é aplicada por cientistas que são brasileiros também e reconhecidos como as maiores autoridades globais – e aqui a gente está falando da Unesp, que é a entidade científica nossa parceira.

E, com todo esse protocolo que tem toda essa confiabilidade, a gente traz uma auditoria como a SGS, que é uma das maiores auditorias no mundo em certificação ambiental e tem o reconhecimento internacional, como citado pela Maria Tereza, como uma das 18 soluções no mundo para mudanças climáticas, sendo a única delas para originação de ativo ambiental a partir de patrimônio natural para entrega para o mercado ESG. E o Brasil precisa que uma entidade internacional venha, a exemplo do que aconteceu agora recentemente com o Governo da Dinamarca, falar para o Governo brasileiro que a solução para desenvolvimento econômico com o uso de tecnologia a partir de patrimônio natural está aqui no Brasil.

Então, um dos pontos muito importantes aqui do papel do país e do Governo é o de se posicionar enquanto reconhecimento. Esse é um ponto. E, aí, reconhecimento eu trago aqui não só da parte regulatória, agora vindo para parte de mercado. A regulamentação da CPR Verde veio realmente para alavancar esse mercado, e nós trabalhamos muito junto com o Ministério da Agricultura, o Ministério da Economia, o Banco Central e com a própria B3 para adaptação do sistema. Então, hoje, no rol de produtos rurais ali, em que tem milho, soja e algodão, já tem UCS, já tem a nossa *commodity* ambiental. Então, a gente desenvolveu todo esse trabalho que possibilita esse acesso, essa viabilização de cumprimento dessas políticas ambientais, e a CPR Verde foi um grande avanço do país para alavancar esse mercado.

Mas ainda falta posicionamento do país em relação a essa regulamentação de mercado que vem aí a respeito do carbono. Então, precisa realmente ver a manutenção de carbono de estoque florestal justamente por essa entrega da biodiversidade, e esses pontos estão sendo esquecidos. Por quê? Porque o Brasil ainda tem uma visão muito de aceitar ou só de valorizar metodologias e padrões internacionais. E aqui não só o país na parte da regulação; eu falo também a respeito do BNDES, do Bando do Brasil, da Caixa, bancos de desenvolvimento e fomento do país onde estão só aceitando, valorizando e permitindo que essas soluções sejam reconhecidas por eles e fomentadas no mercado. Então, é preciso o posicionamento dessas autoridades financeiras do país e do Governo brasileiro para a gente realmente dar capilaridade e se posicionar nesse mercado.

Então, estes são pontos muito importantes para que o país se torne protagonista nesse mercado: regulação do mercado mesmo; que conste e preveja essa questão da manutenção dos reservatórios de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D7595044004CB0D0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

carbono florestal para a entrega da biodiversidade; o posicionamento do país lá fora, nos acordos globais, nos pactos internacionais, nos acordos financeiros; e as instituições financeiras do país.

Esses são pontos de destaque que eu gostaria de deixar, elogiando a regulação brasileira. Mas há pontos importantes que a gente precisa ainda regular e em que o país precisa se posicionar realmente para que a gente promova essa grande mudança, para injetar essa nova receita pelo patrimônio natural não só para produtores rurais, mas também para estados, municípios e a própria União, que tem seu patrimônio natural e hoje está como um passivo, não está contabilizado e não permite como lastro e outras questões mais. E a solução do BMV permite – essa já é uma realidade que a gente aplica no Brasil.

Muito obrigada. Realmente é uma grande honra. Esta audiência pública realmente é um grande feito para o nosso país, para a gente promover essa mudança que ainda falta.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para interpelar.) – Pâmela, só para esclarecer um pouco mais aqui: você deu a entender, pelo menos eu entendi, que está bem regulamentada essa matéria. No Brasil, a gente precisa muito de popularizar essas questões; principalmente na área de ciência, tecnologia e inovação, a gente quase não tem popularizado... As pessoas não sabem exatamente qual é a importância disso.

Eu vi a Gracita falando que passou agora para o Sebrae esse assunto também. Onde o pequeno produtor, o médio produtor procura? Como ele tem acesso a essas informações para ver do que ele pode já se beneficiar ou em que trabalhar dentro dessa proposta ambiental, Pâmela?

A SRA. PÂMELA PÁDUA (*Por videoconferência.*) – Dentro do *site* do BMV Global, o produtor rural que tenha interesse em ter suas propriedades certificadas e ser um produtor e ofertar a UCSs para o mercado pode mandar o contato para nós e a nossa equipe do BMV entrará em contato com ele para orientar como funcionaria essa adesão ao BMV e a certificação para ele se tornar um ofertante dessa *commodity* ambiental, a UCS.

Essa foi, inclusive, Senador, uma inovação do Grupo BMV de dar acessibilidade não só aos grandes produtores, mas aos pequenos produtores para serem ofertantes e terem as suas propriedades qualificadas, terem acesso. Assim como o senhor falou de a sociedade ter acesso, de o produtor ter acesso, a empresa ter uma certificação de prática ESG, a pequena empresa tem acesso, o que a nossa parceria com o Sebrae também viabilizou.

Então, o BMV veio trabalhando com todo esse cuidado, desde a acessibilidade, envolver e engajar todos os produtores rurais, independentemente do porte, a ser ofertante desse ativo ambiental, quanto o mercado consumidor – e a gente está falando de empresas de grandes portes, listadas em bolsa... A gente teve agora uma operação recente com Starbucks do Brasil, que investiu na aquisição das UCSs para certificar as operações dela, a exemplo de empresas do Sebrae, empresas de pequeno e médio porte que precisam ter acesso a uma certificação de prática ESG, com toda essa governança, demonstração de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D7595044004CB0D0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resultado e agregação de valor para o produto dela. Então, esse foi um trabalho, uma inovação nossa de trabalhar de ponta a ponta. É origem do ativo e consumo dele. Então, esse é o papel do BMV Global.

Dentro dos nossos *sites*, o produtor rural e as empresas podem ter acesso e maiores informações a respeito da nossa solução.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Qual é o *site*, Pâmela?

A SRA. PÂMELA PÁDUA (*Por videoconferência*.) – É bmv.global.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Essa instituição é privada?

A SRA. PÂMELA PÁDUA (*Por videoconferência*.) – Privada, 100% privada, brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Bacana.

A SRA. PÂMELA PÁDUA (*Por videoconferência*.) – Liderada por mulheres, de origem rural e econômica. É do campo para o mercado financeiro.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Está ótimo.

A SRA. PÂMELA PÁDUA (*Por videoconferência*.) – Essa foi a nossa trajetória.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Muito bom. Passo, então, também para as considerações finais, para a nossa CEO do Brasil Mata Viva (BMV), Maria Tereza Umbelino.

A SRA. MARIA TEREZA UMBELINO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, Senador, só para dar uma resposta geral a essas perguntas, o BMV trouxe a UCS como um produto. Então, se é como um produto, ela é um insumo de produção. E um insumo de produção é um produto que o Brasil – não só o Governo, como os próprios produtores rurais – pode vender, esse produto. Então, é uma nova riqueza.

Da mesma forma que o Brasil tira lá o minério, vende lá o ouro e vende a soja, a UCS também é um produto. Então, é por isso que ela é entregue na forma de cédulas de produto rural. Então, a cédula do produto rural é um título de crédito para entrega de um bem. Então, ao contrário de assumir uma dívida para novos investimentos, esse título de crédito é para entrega de produto, o que tanto o mundo, a sociedade global está cobrando do Brasil e cobrando, de uma forma geral, de toda a sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D7595044004CB0D0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o BMV trouxe essa solução e essa possibilidade de o Governo, e não só o Governo, mas o próprio Brasil, se apropriar dessa riqueza e entregar essa riqueza na forma de título ambiental – e não é contraindo dívida. Vendendo esse produto, ele capitaliza para poder realizar aí a expansão econômica.

Então, esse título, essa UCS, esse produto pode estar em qualquer veículo financeiro, em qualquer processo produtivo, só que gerando riqueza para as empresas. Por isso, há demanda pelo mercado. E esse é o mercado de mais de 2 trilhões de euros, 1,7 trilhão de euros, para ser mais precisa. O mercado de conservação, o mercado de ativos de biodiversidades é mais de 1,7 trilhão de euros.

Por quê? Porque a Europa transformou toda a sua diretiva, incluindo lá a obrigatoriedade de se evidenciar o serviço ecossistêmico. E esse produto brasileiro carrega toda essa possibilidade de colocar esses serviços ecossistêmicos em todos os produtos. Eu produzo carro? Então, carro tem que carregar aquele produto, aquele UCS, aquele insumo de produção, que é o equivalente ao impacto que ele gera, ao que ele utiliza de recurso.

Então, essa proposta do BMV é trazer uma nova riqueza, e não uma forma de endividar. Não! É venda de produto mesmo. E a alteração da legislação possibilitou que isso fosse encarado como *commodity.* Por isso, investidores que queiram investir em prática ambiental, social e de governança adquirem, então, o UCS em equivalência àquilo que eles impactam. Então, nós estamos falando de um novo produto ou uma nova riqueza que, graças à tecnologia, foi possível colocar no mercado.

Agora, de que o Brasil precisa? Divulgar melhor; quando participar, se posicionar melhor; e colocar isso muito mais em termos de divulgação e de posicionamento, levando isso... Como a própria Pâmela e a Gracita colocaram, posicionamento é a maior carência nossa. O Brasil entrega o produto dele, que é o alimento, entrega o minério e entrega também a equivalência a esse produto para que seja adquirido, para que os processos produtivos globais carreguem a conservação da natureza necessária, ou seja, ele coloca isso como insumo de produção. Então, quando ele vende qualquer produto, está vendendo o produto mais a equivalência dele de investimento.

Esta é a proposta do BMV quando foi concebido: ser uma nova riqueza. E isso já possibilitou, graças aos títulos e tudo, estados contabilizarem isso aí. É um ativo intangível – na verdade, ele é materializado –, que, quando vendido, é uma receita. Então, ele pode lançar títulos soberanos com a promessa da entrega desses produtos que o mundo está querendo. Ele entrega na forma de instrumento financeiro seguro; não é uma forma de doação, é uma forma de aquisição de produto, é agricultura de conservação.

Então, fica aí um agradecimento pela oportunidade, parabenizando esse protagonismo do senhor, Exmo. Senador, de carregar essa discussão, trazer a discussão e abrir a possibilidade de o mundo conhecer esse produto e utilizá-lo, porque há demanda. As empresas já utilizam isso. E não é um ônus para a empresa; pelo contrário, ela ganha em cima disso como insumo de produção. Então, nessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D7595044004CB0D0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disrupção, o que se precisa é de que todos se engajem nesse processo. E a legislação pequenos ajustes já ampara. Ela é bem ampla, a legislação nossa é bem ampla e possibilita isso.

Agora, como a Pâmela colocou, é mais a questão de reconhecimento, divulgação. E o papel do Senado é muito importante nisso, principalmente o aceite disso como garantia, porque é papel, até, da Casa, do Senado, aceitar isso como garantia não só privada, que é uma forma geral, mas, principalmente, os entes públicos, para municípios poderem vender esse produto, pagar dívida, quitar dívida.

Isso já existe na legislação que está tramitando, inclusive, aí no Congresso sobre isso, sobre a possibilidade de se usar esse produto para diversos fins.

Obrigada ao senhor pela oportunidade, um grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Bem, eu que agradeço.

E, só a título de informação, já está pautado para o dia 29 de novembro, às 9 horas, na CAE, que é a Comissão de Assuntos Econômicos, é o item 1 da pauta, o Projeto de Lei 412, de 2022, que regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões previsto pela Lei 12.187, de 2009, altera a Lei nº 11.284, de março de 2006 e a 12.187, de dezembro de 2009, e também a 13.493, de 2017. Então, há esse projeto.

Há o projeto que está em conjunto também, no item 1, o Projeto de Lei 2.122, de 2021, que institui o marco regulatório para ativos financeiros associados à mitigação das emissões de gases de efeito estufa; o Projeto de Lei 1.684, de 2022, que dispõe sobre a regulamentação do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões, previstos na Lei 12.187, de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e dá outras providências. E ainda o Projeto de Lei 4.028, de 2021, que dispõe sobre as diretrizes gerais para regulamentação do mercado de carbono no Brasil. Aliás, ainda há o Projeto de Lei 3.606, de 2021, que institui o marco regulatório para o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE).

Então, todos esses projetos estão no item 1 da pauta da CAE, que está sendo relatado aí pelo Senador Tasso Jereissati.

Bem, eu quero, mais uma vez, agradecer a presença de cada um e cada uma dos convidados, dizer da importância desse tema, de dar uma ênfase a essa questão ambiental. É importante que no dia 29 a gente possa realmente aprovar esses projetos da forma como estão ou com algum ajuste, porque estão sendo apensados todos eles num relatório único. Então, eu quero aqui agradecer, mais uma vez, a presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião. Muito obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 26 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D7595044004CB0D0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE DEZEMBRO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às oito horas e trinta e seis minutos do dia hum de dezembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Plínio Valério, Eduardo Girão, Mecias de Jesus, Zequinha Marinho, Wellington Fagundes e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Omar Aziz e Rogério Carvalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 1/2022 - CSF, de autoria Senador Zequinha Marinho (PL/PA), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Finalidade:** Debater a adoção de medidas públicas que estimulem o aumento do consumo de produtos derivados de cacau. **Participantes:** Sra. Vanuza Barroso, Presidente da Associação Nacional dos Produtores de Cacau – ANPC; Sr. Valnei Pestana, Médico, Presidente da Câmara Setorial do Cacau do Estado da Bahia e Diretor da Associação dos Produtores de Cacau e Chocolate do Território Médio Rio das Contas - APROC; Sr. Francisco Bezerra, Presidente da Câmara Setorial do Cacau em Rondônia–RO e Diretor de Relações Institucionais e Governamentais da Associação Nacional dos Produtores de Cacau - ANPC; Sr. Maurinho Rossoni, Segundo Vice-Presidente da Associação Nacional dos Produtores de Cacau-ANPC; Sra. Eunice Gutzeit, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Produtores de Cacau - ANPC, Agricultora e Empresária; e Sr. Almir Vieira Silva, Assessor Técnico Especializado da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira do Ministério da Agricultura. **Resultado:** Audiência Pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão Senado do Futuro n° 10, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 1/2022 - CSF seja incluído o seguinte convidado: • o Senhor Valnei Luciano Pereira Pestana, Produtor de cacau e chocolate." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PL/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão Senado do Futuro n° 11, de 2022** que: "Requer a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, com o objetivo de debater a segurança e transparência do sistema eleitoral brasileiro e a confiabilidade das urnas eletrônicas." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento da Comissão Senado do Futuro n° 12, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 1/2022 - CSF seja incluído o seguinte convidado: • o Senhor Almir Vieira Silva, Assessor Técnico Especializado do Ministério da Agricultura/CEPLAC." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PL/PA). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas
Presidente da Comissão Senado do Futuro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D75950440004CB0D0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/12/01

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Senado do Futuro da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, que se realiza nesta data, 1º de dezembro de 2022.

A presente reunião está dividida em duas partes: na primeira, audiência pública interativa; na segunda, reunião deliberativa.

Audiência pública interativa: esta parte se destina à realização de audiência pública interativa com o objetivo de debater a adoção de medidas públicas que estimulem o aumento do consumo de produtos derivados de cacau, em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2022, da Comissão Senado do Futuro, de autoria dos Senadores Zequinha Marinho e Izalci Lucas.

Convido para tomarem lugar à mesa os seguintes convidados, alguns dos quais virtualmente: Sra. Vanuza Barroso, Presidente da Associação Nacional dos Produtores de Cacau (ANPC); Sr. Francisco Bezerra, Presidente da Câmara Setorial do Cacau em Rondônia e Diretor de Relações Institucionais e Governamentais da Associação Nacional dos Produtores de Cacau (ANPC); Sr. Maurinho Rossoni, 2º Vice-Presidente da Associação Nacional dos Produtores de Cacau (ANPC); Sra. Eunice Gutzeit, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Produtores de Cacau, agricultora e empresária; Sr. Valnei Pestana, Médico, Presidente da Câmara Setorial do Cacau do Estado da Bahia e Diretor da Associação dos Produtores de Cacau e Chocolate do Território Médio Rio das Contas (Aproc).

Informo que foi convidado o Sr. Márcio Bontempo, Médico Sanitarista, Especialista em Saúde Pública e Pós-Graduado em Nutrologia, que não pôde comparecer a esta audiência.

Antes de passar a palavra aos convidados, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou também pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, será disponibilizado no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos, podendo ser prorrogados. E, ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D7595044004CB0D0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar para os convidados, pergunto ao Senador Zequinha Marinho se deseja fazer alguma colocação. Podemos começar? (*Pausa.*)

Eu passo, então, a palavra à Sra. Vanuza Barroso, Presidente da Associação Nacional dos Produtores de Cacau (ANPC), e produtora de cacau. Ela é empresária desde 1995, já atuou na fabricação de roupas e na construção civil e, em 2019, tornou-se cacauicultora, possuindo fazenda de cacau no sul na Bahia, na região de Ubaitaba e Itabuna.

Com a palavra a Sra. Vanuza Barroso.

A SRA. VANUZA BARROSO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos! Cordiais cumprimentos e agradecimentos ao Senador Zequinha Marinho, ao Senador Izalci, a todos os Senadores desta Casa e a todos os envolvidos nesta audiência pública.

Senhores, o agronegócio brasileiro é um setor de grande importância na economia do país, chegando a pouco mais de um quarto do PIB do Brasil. Contudo, o agronegócio não é somente a produção de cana-de-açúcar, soja, cereais e proteína animal; o agronegócio é muito mais abrangente que isso. E é nesse sentido que expomos nesta audiência pública o descaso que cultivos perenes, especialmente do cacau, têm tido por décadas.

A produção de cacau no Brasil ocorre principalmente nos biomas da Mata Atlântica e na Floresta Amazônica. Nesses biomas, a cacauicultura tem um papel importante preservacionista, pois cultivamos o cacau sob o dossel da mata, o chamado caduca. O cacau é uma cultura autossustentável. As autoridades precisam entender que somos uma floresta do agronegócio, uma floresta rentável em todos os sentidos, na preservação da cultura em si, mas podemos ser muito mais do que isso. Só precisamos de atenção e incentivos para o nosso setor.

Já fomos exportadores no passado; hoje somos o sétimo, sexto produtor mundial, dependendo da safra. Possuímos os melhores solos, climas favoráveis ao cultivo. Então, o que nos falta? Falta conhecimento dos políticos sobre os nossos problemas e, consequentemente, políticas públicas voltadas para o nosso setor.

Segue a situação hoje do nosso setor cacaueiro.

A ausência de políticas para o setor cacaueiro é notória e se exemplifica claramente com o desmonte – e, neste momento, quase extinção – do órgão técnico governamental que tratou durante mais de 60 anos da cacauicultura brasileira. Estou falando da Ceplac.

Precisamos aprovar o PL 4.107, que hoje se encontra em Comissão da Câmara Federal. Infelizmente, o texto foi mutilado. O nosso apelo a V. Exas. é para tomar conhecimento e não deixar que esse PL seja mais uma lei ineficaz, que não resolverá os problemas da cacauicultura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D7595044004CB0D0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vejam, senhores: como uma cultura conseguirá sobreviver sem assistência técnica, pesquisa e tecnologia?

Vejam: não temos hoje previsão de safras para o cacau. Como saberemos se haverá falta ou excesso de cacau para controlar as importações?

Ou seja, tudo contribui, da forma como está, para beneficiar a indústria. Isso é revoltante muitas vezes.

A cacauicultura nacional, segundo o IBGE, hoje pode ser considerada autossuficiente, pois produziu em 2021 302.157 toneladas de cacau. Essa produção é suficiente para suprir o mercado interno sem a necessidade de importação de cacau.

Esses dados oficiais mostram que o Brasil poderá suprir a capacidade moageira de 275 mil toneladas da indústria e mais 27 mil toneladas de cacau de outras unidades de processamento, de médio e pequeno porte, sem necessidade de importação. E por que a indústria, ainda assim, continua trazendo cacau importado de países que não são socialmente justos, a exemplo da África? É revoltante. E isso chega a ser desumano conosco, produtores de cacau.

Temos hoje uma luta travada contra a IN nº 125 – instrução normativa que rege a importação de cacau e que, por sua vez, potencializa entradas reais de pragas e doenças africanas ao nosso país –, a qual já está sendo alvo do Projeto de Decreto Legislativo nº 330/2022, na Câmara dos Deputados. O Governo, ao legislar tal normativa, não consultou o produtor de cacau e atendeu ao pedido de três grandes multinacionais. Se esse Governo não puder nos ajudar, lamentamos muito. Porém, num grito de desabafo, pedimos a esse Governo que, no mínimo, não nos atrapalhe. Já temos doenças demais em nossa cultura. Já temos a terrível vassoura-de-bruxa, que na década de 80 acabou com a nossa produção. De exportadores, passamos a importadores. Temos a monilíase batendo em nossa porta; está lá no Acre, e, agora, recentemente, no Amazonas – doença terrível e ainda pior do que a vassoura-de-bruxa.

É preciso que os senhores vejam essa doença com grande preocupação. Precisamos ser ouvidos. São inúmeros os nossos problemas. Somos os atores principais dessa cadeia. Plantamos, preservamos a natureza, geramos emprego, produzimos riquezas para o nosso país. Precisamos de atenção ao nosso setor. Estamos órfãos.

O Brasil tem potencial para produzir derivados do cacau, líquor, pó de cacau e, principalmente, chocolate. É necessário um incentivo e a efetivação de crédito financeiro para pequenas agroindústrias de chocolate no lugar onde o cacau é produzido.

Esses chocolates ou achocolatados produzidos nessas pequenas fábricas seriam também utilizados na alimentação de estudantes na merenda escolar em milhares de escolas pelo Brasil afora, nas Forças Armadas etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D7595044004CB0D0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-13 (ANEXO: 013)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O brasileiro consome, em média, 2,6kg de chocolate por ano, enquanto os maiores consumidores desse produto – Suíça, Alemanha e os Estados Unidos – têm um consumo/habitante de 11kg, 6kg, 9kg e 5,7kg por habitante/ano, respectivamente.

Portanto, há uma ampla margem para o aumento do consumo interno de chocolate. Enfatizamos que isso significa que o consumo interno deve ser o principal alvo de todo o chocolate produzido no Brasil, e os números comprovam isso, dado que a exportação brasileira de chocolate foi de 33 mil toneladas vendidas em 2021.

O consumo interno apresenta também números robustos, com mais de 520 toneladas produzidas em 2021, um aumento de mais de 44% se comparado a 2022. O consumo anual *per capita* brasileiro é de 2,86kg de chocolate. É uma quantidade significativa, que pode virar tonelada se multiplicarmos pela população total do país. Somos o quinto consumidor mundial de produtos derivados do cacau.

O aumento do uso de chocolate para o teor de cacau ser 35% do produto final visa ao aumento da utilização das amêndoas de cacau produzidas no país, matéria-prima na confecção de produtos com maior poder nutritivo para o consumidor.

Existe o PL nº 1.769, sobre o que o nosso colega Dr. Valnei falará melhor, mas vale dizer que ele trata de aumentar o teor de cacau nos nossos chocolates, mas encontra-se parado. Precisamos da sua aprovação.

Atualmente, por exemplo, achocolatados produzidos e consumidos no Brasil contêm cerca de 70% de sacarose, açúcar comum, e 30% de cacau em pó. O cacau em pó contém menos de 20% de massa de cacau. Portanto, na verdade, pouco cacau na sua composição. É interessante mencionar que a Alemanha, desde 1984, regula o teor mínimo da massa de cacau em 35% na composição do seu chocolate.

Embora o brasileiro drible da melhor maneira possível o cenário de incertezas e retração econômica, ajustando o comportamento de compra de maneira particular, é possível crescer no mercado de chocolate e seus derivados tanto em volume quanto em valor. No entanto, tem que haver um plano consolidado de investimentos governamentais, seja através do Ministério da Agricultura, Agropecuária e Abastecimento (Mapa); Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações; ou Ministério do Desenvolvimento Agrário, tanto no financiamento de indústrias de pequeno porte quanto em campanhas de *marketing* para os produtos provenientes dessas fábricas.

Não dá para entender que, em nível de mercado interno, o potencial nosso para o processamento de cacau em amêndoas, apesar de ser, segundo dados da indústria, de 275 mil toneladas, fique estagnado em 230 mil, segundo também informações da indústria, enquanto países asiáticos, como Malásia e Indonésia, investem em aumento de produção de cacau, agregando valor ao produto.

O Governo brasileiro deve estabelecer uma política pública que busque aumentar essas moagens, mas principalmente que seja através de implantações de agroindústrias cooperativas em todos os estados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D75950440004CB0D0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produtores de cacau que validem o processamento de cacau e produzam também os seus derivados. Essa política pública permitirá ao produtor de cacau participar de todos os elos da cadeia produtiva, agregando valor ao produto, gerando renda e emprego nos estados produtores. Essa política evitará que todo mecanismo de geração de renda seja destinado ao exterior, permitindo ao Brasil usufruir de todo processo físico e financeiro dessa industrialização.

Nesse sentido, as marcas originadas de pequenas agroindústrias já no mercado e aquelas que surgirão como consequência do plano de investimento governamental devem possuir qualidade e preço compatível com a renda do brasileiro médio, para, portanto, tornar o preço mais acessível e fazer com que o produto chegue a mais consumidores. O ponto fundamental é a mitigação, ao máximo, da inflação dos custos e do repasse ao consumidor, para poder manter a atratividade dos pequenos e médios investidores nessa categoria.

Diante do exposto, sugerimos como necessária a adoção de políticas públicas de expansão do consumo *per capita* de derivados do cacau no Brasil, com base em quatro questões fundamentais: benefício do cacau para a saúde humana; preservação da Mata Atlântica e da Floresta Amazônica, de que hoje tanto se fala; aumento da renda do produtor de cacau; internalização de nossas riquezas, gerando empregos e renda para o nosso país.

Para que os objetivos propostos sejam alcançados, precisamos recuperar e aprovar os PLs 1.769 e 4.107, tornar obrigatória a introdução de derivados de cacau na merenda escolar e nas Forças Armadas, por se tratar de alimento que contribui para a saúde das pessoas, incentivar e financiar indústrias nos estados produtores de cacau.

Antes de mais nada, senhores, pedimos um espaço no Parlamento para criar uma comissão a fim de detalhar tais políticas públicas. Neste momento, neste encontro de hoje, é praticamente impossível a construção de tais políticas. Aqui estamos levando nossas demandas e nossas argumentações. Esperamos que o nosso grito de socorro aos nossos representantes desta Casa seja atendido.

A ANPC (Associação Nacional dos Produtores de Cacau) agradece e está à disposição dos senhores para alinhar, junto ao Governo, os nossos pedidos.

Eu gostaria de ler as fontes de onde busquei as informações, se eu tiver tempo ainda. Posso ler?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Pois não. Pode sim.

A SRA. VANUZA BARROSO (*Por videoconferência.*) – As informações foram tiradas de www.sistemafaeb.org.br; IBGE, produção de cacau; valorinvest.globo.com/mercados; rotasdeviagem.com.br; acontecebotucatu.com.br; www.sna.agr.br; www.mercadodocacau.com; trabalhos feitos pelo corpo técnico do Ceplac.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A0C0944E004CB0CF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Vanuza.

Bem, eu passo a palavra imediatamente ao Sr. Francisco Bezerra, que é Presidente da Câmara Setorial do Cacau em Rondônia e Diretor de Relações Institucionais e Governamentais da Associação Nacional dos Produtores de Cacau.

Francisco Bezerra é graduado em Administração de Empresas, com pós-graduação em Gestão de Pessoas na Administração Pública. Já atuou como secretário municipal do meio ambiente de Jaru, em Rondônia, e atualmente é Vereador de Jaru, Rondônia, e extensionista rural da Emater também em Rondônia.

Com a palavra, então, o Francisco Bezerra.

O SR. FRANCISCO BEZERRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Exmo. Sr. Presidente da Comissão Senado do Futuro, Senador Izalci Lucas, Senador Zequinha Marinho, do PL, da Bahia, na pessoa da Presidente da ANPC, nossa amiga Vanuza, eu cumprimento a todos da mesa e a todos que tão nos assistindo de forma virtual.

É com alegria que nós retornamos à audiência pública para tratarmos de um assunto tão relevante e de vital importância para os nossos produtores rurais e para a economia brasileira. Eu trago aqui uma série de pautas de discussão para a gente fazer uma análise de aonde nós queremos chegar.

Como impulsionar a cadeia produtiva do cacau no Brasil? Conforme o nosso Presidente falou, a merenda escolar seria uma grande alternativa, principalmente através dos programas já existentes chamados PAA e Pnae. O Programa de Aquisição de Alimentos tem uma política social do Governo Federal em parceria com o Governo do estado e município. Se nós alavancarmos mais recursos e inserirmos dentro da merenda escolar chocolate – mas eu estou falando de chocolate, não estou falando de doce, estou falando especificamente de chocolate –, já seria de vital importância para a cadeia produtiva. A própria alimentação dos aviões, que é uma coisa que a gente sempre questiona – passagem de avião é tão cara aqui no Brasil, a passagem de um estado para o outro é mais cara do que daqui para os Estados Unidos e para a Europa –, então, por que não buscar consenso e não buscar viabilidade para que nos aviões também se forneça os chocolates, barras de chocolate? Eventos, festivais de chocolate, concursos seriam uma forma também de nós incrementarmos a política de difusão das tecnologias e linhas de produção da cadeia produtiva do cacau.

Na mídia em si eu vejo pouquíssimas ações para valorizar. A gente conhece mais o chocolate fino da Suíça, da Europa, do que propriamente o nosso produto. Então, seria necessário buscarmos mecanismos para valorizarmos mais ainda a nossa linha de produção. O Estado do Espírito Santo, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A0C0944E004CB0CF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado da Bahia e o Pará têm crescido muito nessa vertente. Recentemente, aqui em Rondônia, nós tivemos o ganhador, através da varietal CCN 51, do melhor chocolate do Brasil, e ninguém imaginava isso, que uma varietal CCN 151, que é do Equador, aqui em Rondônia nós pudéssemos transformar um patinho feio numa grande linha para chocolate fino. Isso mostra o tamanho do potencial que existe no nosso país. Nós somos um diamante que precisa ser lapidado, mas nós precisamos de um mínimo de condições e até mesmo de respeito para que possamos alcançar voos mais altos.

Outro detalhe – eu vou reforçar o que a nossa Presidente falou aí – é a questão do índice mínimo existente do nosso chocolate: enquanto a legislação da Anvisa de 2005 fala que é de 24%, na Europa é de 35%. Por que essa disparidade? Por que essa distância tão enorme da quantidade de cacau no chocolate? Já existe projeto de lei em andamento, mas é preciso que ele saia da gaveta, é preciso que a gente avance nesse sentido. E nós estamos falando no lugar certo, na hora certa e com os autores certos, que são vocês, Senadores, que tiveram a dignidade e a coragem de trazer à mesa de vocês uma discussão tão importante.

O ideal é que o produto do nosso chocolate, quando chega à merenda escolar, contenha informações mais detalhadas. Não há, nas descrições das embalagens, a quantidade mínima. Isso aí está burlando e está enganando o consumidor. Veja bem: o que é doce e o que é chocolate? Essa informação precisa chegar ao consumidor, para o produto que não tem a quantidade mínima de chocolate não ser chamado de chocolate. Não nos enganem! Nós já fomos enganados demais! E há outra coisa: como vamos levar, na merenda escolar, chocolate para os alunos com muito açúcar? A gente vai trazer prejuízo à saúde dessas crianças.

Então, é necessário que, o quanto antes, esse projeto de lei se torne realidade, para que se diminua o número de açúcar nesses chocolates, para que se traga uma vida saudável e para que se aqueça o nosso mercado.

Para finalizar a minha participação aqui – vou ser bem objetivo –, digo que não adianta nós fazermos tudo isto aqui, aquecer o mercado, valorizar o produto, inserir o chocolate na merenda escolar, se nós não cuidarmos da nossa proteção sanitária.

São dois eixos importantes de que vou falar para vocês aqui. Primeiro, a monilíase está batendo aqui à porta de Rondônia, que é a porta de entrada. Nós já tivemos aqui, na divisa do Acre com Rondônia, no Município chamado Cruzeiro do Sul, um fungo terrível que afetou diretamente 25% a 30% da produtividade do Pacífico. Equador, Chile e Colômbia sentiram na pele a permanência desse fungo devastador nas lavouras de cacau. Eu estou interagindo com alguns produtores daquela região. Eles falam que, de fato, atingiu a produtividade e a produção daquela comunidade e que nós do Brasil temos que estar atentos e temos que estar preparados.

Com a degradação da Ceplac, com a destinação da Ceplac... A Ceplac hoje... Eu considero que pegaram uma galinha, tiraram as penas, deixaram essa galinha com frio e jogaram milho, para essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A0C0944E004CB0CF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

galinha continuar indo atrás dos poderosos. E aí nós estamos desprovidos de pesquisa, de infraestrutura, de assistência técnica e extensão rural específica. A Ceplac recuou, ou melhor, retiraram da Ceplac a extensão e a jogaram para os órgãos Emater e Senar, sem ter o conhecimento do pacote tecnológico. E aí como é que você pega um recém-formado engenheiro agrônomo ou um técnico agrícola e vai à propriedade, por exemplo, da Vanuza, nossa Presidente, para dar assistência técnica? Ele vai é aprender lá em vez de levar informação.

Então, eu estou fazendo um resumo aqui do que nós precisamos urgentemente. Sabemos que foi feita a fusão da Embrapa e da Ceplac. Aqui em Rondônia, já está em andamento esse projeto, mas nós estamos muito atrasados em relação a essa pesquisa. Quais os clones são resistentes? Esses clones já estão em fase de implantação para fazer essa barreira de proteção? Por que, aqui em Rondônia, não se traz toda essa carga tecnológica de proteção? Já que Rondônia é a barreira de entrada, é o bloqueio, por que os investimentos não são feitos em Rondônia?

A informação que eu tenho é de que alguns exemplares de algumas variedades, como a 2204, a Catie, a 2176, vão ser levadas para o Peru, para o Equador, porque a monilíase está lá, e lá vão fazer os testes, vão fazer a experiência. Mas este não é momento de teste e de experiência, este é momento de ataque. Nós estamos numa guerra. E, nessa guerra, quem não estiver preparado não vai se estabelecer, vai morrer. Esse é um fato.

O segundo fato é a questão: como é que estão esses produtos que vêm da África? Muita celeuma, muita discussão, muito embate técnico e embate político, mas eu não quero saber disso. Eu, como produtor rural de cacau, como extensionista da Emater, há 32 anos que estou em contato com o produtor rural, minha matéria-prima, meu ganha-pão é o produtor rural, é a ponta da corda lá. E sobre a vulnerabilidade desse material que chega do continente africano, que tem muitas doenças desconhecidas, que está sendo importado aqui para Brasil, qual é a lei que ampara? E sobre essa Instrução 125 não vai se fazer uma discussão mais técnica, mais profissional? Cadê o pessoal da Ceplac e da Embrapa para fazer essa mesa redonda?

Então, eu sugiro aqui, como membro da ANPC, como produtor rural, como Câmara Setorial do Cacau no Estado de Rondônia, que, de forma urgente, se faça uma discussão técnica e profissional sobre esse processo do *drawback*. Não estamos falando simplesmente no financeiro, no mercado, que esse produto vai encharcar o mercado; eu estou falando na questão de saúde, na questão sanitária, na proteção da nossa lavoura cacaueira aqui no Brasil.

Dessa forma, eu encerro aqui a minha participação.

Agradeço a todos pela oportunidade. Que Deus possa nos abençoar grandemente!

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A0C0944E004CB0CF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Sr. Francisco.

Passo imediatamente a palavra ao Sr. Maurinho Rossoni, Segundo Vice-Presidente da Associação Nacional dos Produtores de Cacau (ANPC).

Maurinho Rossoni é engenheiro agrônomo, graduado na Universidade Federal de Viçosa, especializado em desenvolvimento de pecuária bovina e leiteira pela Embrapa e também pós-graduado em Engenharia Ambiental pela Universidade Cândido Mendes, é Diretor do grupo Mauro Rossoni, no qual coordena a administração de propriedades rurais, atuando na área de cacauicultura, além de outras atividades agrícolas, e ocupa, como eu disse, a Segunda Vice-Presidência da Associação Nacional dos Produtores de Cacau

Com a palavra, então, Maurinho Rossoni.

O SR. MAURINHO ROSSONI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos. Bom dia a quem nos escuta, em todo o nosso mundo, pela nossa rede social.

Agradeço ao nosso Senador Izalci Lucas, ao nosso Senador Zequinha Marinho, à nossa Presidente e a toda a equipe da ANPC presentes nesta grande audiência de debate de um tema importantíssimo, sensível, do ponto de vista principalmente nutricional e uma oportunidade que a gente tem hoje no nosso Brasil para a cacauicultura nacional, que está num momento de ascensão.

É notório, mas quem acompanha a cacauicultura, entende um pouco do meio agrícola, a cacauicultura foi ao fundo do poço com a chegada da vassoura-de-bruxa. Não vou citar o depoimento da nossa Presidente – nem preciso, não é? –, só tenho que parabenizá-la, e o nosso mestre Chiquinho, lá de Rondônia, pelas explicações aí envolvendo tanto a parte de mercado quanto a parte de fitossanitário, mas quero ressaltar que a vassoura-de-bruxa, quando chegou, e quem acompanhou os tempos áureos do cacau, na época dos barões, e a vassoura-de-bruxa entrou na Bahia e no Brasil, e isso fez a cacauicultura, quando era o Brasil o maior produtor do mundo, chegar à morte, hoje a gente vê a monília batendo na porta, na Amazônia, e medidas paliativas estão sendo feitas – com sabedoria, porque é o que se pode fazer –, mas vale ressaltar a importância, Senadores, para quem nos ouve, de aumentar ainda mais o trabalho da Ceplac, no intuito de validar os clones de uma pesquisa que já foi feita dentro do órgão que, infelizmente, a gente sabe, vem passando por muita dificuldade e que precisa tomar um rumo novo para poder reerguer a cacauicultura, fortalecer ainda mais a nossa cacauicultura e ajudar o ecossistema e todo o trabalho de sustentabilidade que o Brasil hoje precisa liderar no mundo. E eu vejo a Ceplac como isso.

Os clones estão já validados em pesquisa pela Ceplac, pouca gente sabe disso, mas, desde 2018 até este exato momento, esses clones ainda não foram para os países que precisam ser... onde existe a doença da monília em foco, para ele ser validado e voltar aos produtores, para assim chegar às propriedades rurais, para os produtores rurais poderem multiplicar esses clones, e, assim, a gente tentar neutralizar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A0C0944E004CB0CF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

monília, que possivelmente pode chegar. Pode chegar ao Pará, o estado que mais cresce na cacauicultura hoje no Brasil; pode chegar à Bahia esse elemento, constantemente; pode chegar ao Espírito Santo; pode chegar a Rondônia. Em Rondônia, já está batendo na porta.

Então, o Espírito Santo, que é conhecido mundialmente pelo cacau de qualidade, e a gente entra no tema desta palestra, que é onde a gente pode fazer melhorar a qualidade do cacau, todo um trabalho de fortalecimento de uma cacauicultura de qualidade, pela qual o Brasil está sendo premiado no mundo com as melhores amêndoas, pode ser jogado no lixo.

Eu fui secretário de Agricultura do Município de Linhares durante o período de 2014 a 2016, e aqui a gente fez um trabalho sensacional com a merenda, que a nossa Presidente, Vanuza, pôde citar. Onde a gente pode melhorar, Senadores? Pode-se fazer uma Comissão e fazer validar ainda mais o fortalecimento da cacauicultura e beneficiar a toda uma cadeia.

Foi falado das Forças Armadas, é importante, mas a merenda escolar é o principal. Se a gente conseguir colocar uma porcentagem dentro da merenda escolar e fazer com que milhares e milhares de estudantes cujas famílias, às vezes, na escola pública, não têm acesso a um chocolate de qualidade, fabricado pela agricultura familiar, fabricado por associações, por cooperativas do Brasil inteiro, e a gente consegue direcionar a um público, porque pode ser inserido um chocolate dentro da merenda. Às vezes, há um achocolatado com 8%, 10% de chocolate, e pouca gente sabe disso. Às vezes, os pais estão felizes porque os filhos estão ganhando um bombom dentro da merenda como sobremesa, mas eles estão comendo mais açúcar do que, de fato, o chocolate.

Então, eu acho que, com a gente contribuindo dessa forma...

Como eu disse, em Linhares, no Espírito Santo, a gente fez um trabalho e conseguiu inserir o peixe, o filé de tilápia na merenda escolar. A gente deu um salto de qualidade na merenda do município que ficou marcado na história e ninguém consegue tirar isso mais. Você vê que, para uma criança de três, quatro, cinco, dez anos, da escola pública que às vezes não tem condição de comer um peixe, de comer, vamos colocar assim, um pescado, a gente tem condição de introduzir um alimento de qualidade para não comer só o bê-á-bá, só o feijão, o arroz e uma carne moída. Então, esse é um exemplo que a Vanuza citou.

Eu, como produtor rural de cacau, como um amante do chocolate de qualidade, a gente tem condição de provocar isso, fazer aumentar o consumo de cacau dentro da merenda escolar, que é um ponto chave, e aí a gente também consegue transferir uma renda. Então, 30% hoje da merenda, do valor que vem de Fundeb para a merenda escolar, têm que ser comprados da agricultura familiar. Por que, em uma porcentagem desse valor, não seria importante a gente conseguir colocar uma parte para o chocolate de qualidade?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A0C0944E004CB0CF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é um ponto que eu tenho que citado. Aqui já foi falado do achocolatado. Hoje, quem conhece um pouco e compra um de qualidade está comprando um achocolatado com 8% de cacau, 10% de cacau. Então, o resto daquilo tudo ali que a gente come é açúcar, principalmente, e a gente está, indiretamente, do jeito que está hoje, contribuindo com a obesidade e várias coisas em que a gente sabe que o mundo nosso está envolvido.

Então, a gente está aberto, Senadores, para poder, via associação, debater. Eu sou representante da Acau, que é uma associação capixaba dos produtores rurais. O Espírito Santo é um estado mínimo, pequeno, mas que produz cacau de qualidade. A gente estava com 6 toneladas e hoje passa de 12 mil toneladas de cacau, fazendo com que vários produtores diversifiquem as suas propriedades. Dessa forma, o cafeicultor, que é uma referência do Estado do Espírito Santo, hoje está como segunda opção, a cacauicultura, porque ele vê uma oportunidade de diversificar a sua roça, trazer sustentabilidade e preservar as nascentes, porque no Espírito Santo a gente pode plantar o cacau dentro da reserva legal, dentro das APPs. Então, a gente está gerando sustentabilidade e renda extra aos produtores.

Eu quero encerrar por aqui, é um momento de debater e de iniciar uma discussão. Eu acho que vocês têm condição de alavancar isso e fazer o Brasil dar um salto de qualidade na alimentação e fortalecer ainda mais a produção dos produtores rurais de todo o Brasil.

Um abraço, agradeço a oportunidade. Estamos aqui para o que der e vier.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Sr. Maurinho.

Eu passo a palavra agora ao Sr. Valnei Pestana, que é médico, Presidente da Câmara Setorial do Cacau do Estado da Bahia, Diretor da Associação Nacional dos Produtores de Cacau e Chocolate do Território Médio Rio das Contas (Aproc). O Valnei é médico, membro titular da Sociedade Brasileira de Urologia e é psicanalista. É Presidente da Câmara Setorial do Cacau do Estado da Bahia, Diretor da Associação Nacional dos Produtores de Cacau e Chocolate do Território Médio Rio das Contas, é produtor de cacau, membro da Associação Nacional dos Produtores de Cacau e atua na área de produção de chocolate e derivados do cacau da empresa Chocolate Pestana.

Com a palavra, então, o Sr. Valnei.

O SR. VALNEI PESTANA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu peço para colocar a minha apresentação, Andréia, por favor.

Cumprimento o Senador Zequinha e o Senador Izalci.

Agradeço pela oportunidade que nós temos e, dessa forma, cumprimento a todos aqui presentes nesta sessão, de maneira física ou virtual, e a todos que nos assistem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A0C0944E004CB0CF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, cacau chocolate é um movimento e, com esse movimento, realmente eu me alimento. E a pergunta que me vem e que eu queria passar a todos é: por que a gente precisa implementar políticas públicas para aumentar o consumo de cacau e derivados? Por que aumentar esse consumo? Qual é a razão disso?

Próximo, por favor.

A gente sabe que, durante muito tempo, o cacau foi matéria-prima destinada inicialmente à Europa e depois ao restante do mundo. Hoje a gente vive outra realidade, como o Maurinho já citou, que é a matéria-prima que vem sendo cada vez mais destinada também aos produtos da nossa região.

Próximo.

Algumas questões a gente precisa desmistificar. O cacau vem com essa pecha de que ele favorece a obesidade, o aparecimento de cáries, hipertensão, diabetes, escurece dentes... Na verdade, é o contrário. O chocolate cacau é bom para obesidade, é bom para hipertensão, é bom para diabetes. O que escurece dente é falta de higiene quando você consome esses produtos, não é? A gente tem que pensar na valorização realmente desse cacau e do chocolate como consumo, como alimento.

A gente já podia ver, desde o ano de 2005, 2006, que o consumo de chocolate na Europa estava estável, mas a gente já observava um aumento em torno de 23% no consumo deste mesmo chocolate com maiores teores de cacau. Isso é uma coisa que pode chamar muito a atenção nossa de como é importante a população mais esclarecida melhorar o consumo desse produto.

Próximo, Andréia, por favor.

Com isso, é preciso a gente valorizar o nosso produto.

Essa é uma foto que eu tirei de uma fábrica na Itália, e eu identifiquei no escritório do dono um frasco, como vocês podem ver, contendo em formol um cacau aberto e um cacau fechado. Eu perguntei a ele por quê? E ele disse que era apaixonado pelo cacau e deixava aquilo ali para que a população que visitasse a fábrica pudesse ver qual é a origem do chocolate.

Próximo.

A verdadeira origem do chocolate é o nosso cacau, que é tão valorizado lá fora e que a gente tem que valorizar.

Próximo.

A partir da premissa de que isso vem sendo feito ao longo do tempo, essa perspectiva exclusivamente de favorecer o sabor e esse princípio de que o chocolate é uma guloseima são paradigmas que a gente precisa realmente contornar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A0C0944E004CB0CF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vá, Andréia.

Então, o chocolate é um produto nobre, é um alimento nobre e fundamentado principalmente neste princípio, seja do *tree to bar*, seja da árvore ao tablete.

Próximo.

Algumas questões pontuais a gente precisa registrar e modificar, porque isso influencia muito no aumento ou na diminuição do consumo do cacau, do chocolate com teor de cacau mais alto. Essas denominações – volte, por favor – de que o chocolate com percentual alto de cacau – volta, por favor, você está adiantando... Um chocolate com teor de cacau mais intenso é chamado de chocolate amargo. A gente precisa modificar isso. O chocolate amargo é só uma percepção – volta, por favor. O chocolate é mais intenso ou menos intenso. O amargo é uma percepção, porque amargo para você pode não ser amargo para mim.

Volta, por favor. Pronto.

Então, essa é uma questão – pode ir adiante agora – que a gente tem que repensar, começar a ter o hábito de tratá-lo como um chocolate mais intenso ou menos intenso, e não dessa perspectiva de que ele é amargo ou que ele não é amargo. O amargo para você, por não ser amargo para mim.

Pode passar, Andréia, por favor.

Por que, então, o cacau... A gente falou que o chocolate é um alimento nobre. A gente sabe que, durante a nossa vida, principalmente a partir da meia vida, os depósitos de gordura nas paredes dos vasos – próximos, por favor – tornam-se cada vez mais intensos. Todo mundo já ouviu falar de mau colesterol – próximo, por favor –, ou colesterol ruim, ou colesterol HDL, colesterol de baixo peso, que adere na parede do vaso com mais facilidade.

Próximo, por favor.

Dessa forma – próximo –, a gente pode ver aí, do lado direito, uma área de um vaso, cortada transversalmente – você adiantou, Andréia; volta, por favor – e a gente pode ver que, esse vaso, parcialmente... Volta, por favor; você está adiantando. A gente pode ver que, na parede do vaso... Volta, por favor. Está aí: nesse vaso, cortado transversalmente, metade da parede desse vaso ou mais da metade está ocupada por gordura, e gente tem uma luz em azul, que é por onde se permite a passagem do salgue.

Vá adiante.

Então, o que isso tem a ver com o nosso cacau? O cacau é rico em gorduras nobres, é rico em flavonoides – próximo. Essa é a substância, essa fórmula molecular é interessante, porque o flavonoide, de que o cacau é rico...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A0C0944E004CB0CF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Volta, por favor; você está adiante. Por favor, Andréia. Volte. Volte, por favor. Volte, por favor; está adiantando. Por favor. Aí, pare aí.

Então, essa é a fórmula molecular do flavonoide. E por que isso é importante para a gente? Reparem que isso é formado por um núcleo, pela agregação de um núcleo. A gente poderia ver... Reparem como parece, se a gente imaginar, um favo de mel. Olhem como tem um aspecto parecido com uma colmeia. Então, ele é um flavonoide, ele é rico nessa substância, hidroxila, principalmente nas posições 16 e 18.

E o que isso tem a ver conosco, produtores de cacau? É que isso faz dessa substância instável; ela é uma doadora de hidroxila, ela vai se unir, portanto, ao colesterol ruim, e, por isso, a gente consegue remover a gordura do sangue. Quando você tem um prato sujo de gordura em casa, na sua cozinha, se você jogar somente a água, essa gordura não vai ser removida; é preciso que você acrescente a essa gordura um detergente, ou seja, uma outra gordura, para que você consiga limpar esse prato. Da mesma forma com a gordura que a gente tem no sangue. É preciso você ingerir uma outra gordura para que a gente possa ter a remoção dessa gordura.

Próximo, por favor.

Por isso, é importante a ingestão do alimento cacau, do alimento chocolate feito de cacau, do chocolate de cacau na nossa alimentação.

Essa é uma questão que eu queria chamar a atenção, pontual, mas só para mostrar como é importante também a gente avançar nas pesquisas. Um estudo mostrou, por exemplo, que gestante no final da gravidez não deve ingerir chocolate de cacau. Ué, chocolate de cacau? Então chocolate não é de cacau? Não, não é – hoje 90% do que circula no mercado não são feitos de cacau. Eles têm um teor de cacau muito baixo e um teor alto de gordura hidrogenada e açúcar. Isso levou esse produto à má fama pela obesidade, hipertensão, diabetes, etc. Então, a gestante, no último trimestre da gravidez, não deve ingerir chocolate de cacau, nem consumir o cacau – nem cachorro, cachorro também não deve. A gente pode detalhar isso em outro momento.

Próximo, por favor.

Pronto. Então, por que o cacau? O cacau é rico em antioxidante – a gente pode ver aí. Todo mundo costuma dizer que vai tomar um vinho para afinar o sangue, que vinho é bom para colesterol, mas, na realidade, vocês viram ali atrás – a Andréia deixou vocês verem muito pouco – que o teor de cacau, a capacidade de fazer isso com o cacau é infinitamente maior que aquelas outras substâncias que estavam ali elencadas.

E esse gráfico que aparece aí agora eu acho que é o centro do nosso trabalho, é o centro da nossa atenção, dos produtores de cacau.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A0C0944E004CB0CF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós falamos aqui do vinho como antioxidante. A capacidade de um alimento antioxidar o nosso organismo é dado por um índice que se chama Orac. A Orac da uva vermelha é o quinto de baixo para cima, esse tracinho azul pequenininho de baixo para cima. A Orac da uva vermelha, que é a matéria-prima do vinho, é em torno de 50, 60. Se vocês observarem no ponto alto dessa tabela, essa barra azul (*Falha no áudio.*)

... a nossa *nibs* de cacau, o nosso cacau, que tem uma Orac em torno de 640. Eu acho que todo produtor de cacau deveria ter uma camiseta estampada com essa figura, porque isso mostra de fato – esse dado não é meu; está embaixo a fonte – o valor que tem o nosso cacau para a nossa alimentação.

Assim, Zequinha e Izalci, se justificaria uma ação parlamentar que implementasse política pública para o aumento de consumo de cacau e derivados, não por trazer somente resultados financeiros, mas, sobretudo, por exercerem os Parlamentares o papel de defender a nossa população para que consumam produtos, como o Maurinho falou, de melhor qualidade no nosso mercado.

Próximo, por favor.

Várias são as possibilidades que a gente tem em relação a isso.

Próximo.

Várias são as ações que podem ser implementadas em relação a isso, à melhoria dessa qualidade.

Próximo.

Então, aproveitar as oportunidades, a nossa...

Volta, por favor. Passou duas. Volta, por favor. Volta, por favor. Adiantou. Volta, por favor. Volta, por favor. Volta. Volta, por favor.

Pronto. Deixa aí, Andréia, por favor.

Vamos aproveitar as oportunidades como esta que nós estamos tendo agora...

Não; passou duas vezes.

As oportunidades que nos são dadas a gente precisa realmente que sejam implementadas e aproveitadas.

Adiante, por favor. Uma, Andréia. Pode passar, por favor. Pode passar, por favor. Você está voltando; adiante, por favor. Já mostramos isso. Pode adiantar, por favor. Pode adiantar, por favor. Mais um. Pode adiantar, por favor. Aí! Deixe nessa tela; não mexe mais, por favor.

Os arranjos produtivos locais, aqueles...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Volte, por favor. Volte, por favor. Acho que tem um menino buliçoso nessa tela. Volte, por favor. Volte, por favor. Volte, por favor. Volte mais um só. Mais um só. Mais um só, por favor. Pronto! Deixe nessa tela, por favor. Não estou conseguindo concluir, mas eu já ia concluir. A penúltima imagem, por favor, Andréia. Mais adiante. Aí! Deixe nessa tela, por favor.

Os arranjos produtivos locais poderiam ser acionados. A indústria poderia estar participando dessa estruturação da verticalização dos produtos. Imaginem se nós tivéssemos 20% do nosso cacau beneficiados com o objetivo de atender ao mercado consumidor direto. Eu acho que, se o produtor tivesse essa possibilidade, ele poderia estruturar o seu trabalho na sua propriedade de maneira a criar uma gordura possível de manter o seu negócio, estimularia a produção e a produtividade, porque ele teria fôlego para suportar as variáveis do mercado de *commodities.* Isso poderia ser feito através da agroindústria alimentar.

Essa expressão "artesanal" é uma coisa que a gente tem de repensar. A gente tem que fazer unidades que obedeçam aos critérios e às exigências da segurança alimentar, da indústria, mas, ao mesmo tempo, tem que ter o aspecto de ser produzido de maneira familiar, dentro da propriedade. Isso geraria agregação de valor não só para os grandes como para os pequenos produtores também.

Para concluir, penso que nós poderíamos ter um espaço dentro do Parlamento em outro momento; que se criassem, como a Vanuza citou, momentos em que a gente pudesse ter equipes para pensar e elaborar uma sistematização da aplicação de todas essas ações pontuais que foram citadas por todos que me antecederam no sentido de estimular a produção e o consumo do nosso cacau e dos seus derivados, por conta de toda essa argumentação... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Sr. Valnei.

Vou passar a palavra agora ao...

O SR. VALNEI PESTANA (*Por videoconferência.*) – ... neste momento.

Muito obrigado a vocês.

O próximo, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – ... Almir Silva, Assessor Técnico Especializado da Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacaueira do Ministério da Agricultura. Ele também é Doutor em Zootecnia pela Universidade Federal de Viçosa e assessor da Reitoria da Universidade Federal de Catalão.

Com a palavra, então, o Sr. Almir Silva.

O SR. ALMIR VIEIRA SILVA (*Por videoconferência.*) – Bom dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos estão me ouvindo bem?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Sim.

O SR. ALMIR VIEIRA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Perfeito.

Eu agradeço a oportunidade de participar desta audiência com os senhores.

Eu vou falar basicamente de dois temas, relacionados com a política pública voltada para a qualidade da amêndoa de cacau e a verticalização assim como com o estímulo, a necessidade de a gente criar espaços vocacionais tecnológicos para estimular o empreendedorismo e a verticalização na cadeia do cacau.

Quanto à política pública, o ponto inicial está relacionado com a questão de como valorizar a qualidade do cacau junto ao produtor assim como com a necessidade de abertura de novos mercados. Nós temos várias cadeias ligadas às atividades produtivas que já têm instrumentos, já têm a política da qualidade organizada. Isso ocorreu em várias cadeias, como, por exemplo, na cadeia do leite, através da criação de redes brasileiras de qualidade. Nós não temos isso para o cacau, infelizmente, e isso impede que os produtores tenham uma percepção evolutiva do processo da qualidade.

Quando eu falo da percepção do processo evolutivo de qualidade, eu falo: se você não tem, na sua região produtora, o acesso ao instrumento que avalia a qualidade, então, o que acontece é que você é desvalorizado; o seu produto, o seu trabalho é desvalorizado. Você está à mercê de quem paga, de quem passa na sua porta, recolhe aquilo e dá o preço que bem quer. Este é um dos grandes problemas do cacau: nós não temos a estruturação dessa rede que é capaz de avaliar, como a gente tem, por exemplo, no setor do leite, em que o produtor manda uma amostra de leite e, no mesmo dia, tem o resultado da amostra. Então, ele conhece o seu produto e vai monitorando. Ele recebe uma assistência técnica de qualidade, e, através dos instrumentos de avaliação que não são destrutivos, que são rápidos e que são de custo baixo, a gente consegue criar os parâmetros, as variáveis que vão possibilitar que esse agricultor, tendo acesso a isso, possa dizer: "Meu lote de cacau de amêndoa 'tal' está bom, merece tal preço. O outro lote, como choveu, como teve intempérie climática, é de um cacau de menor qualidade, não vai merecer tal preço". Hoje isso não existe. Então, a gente tem que criar uma rede brasileira de qualidade de amêndoa a partir de laboratórios regionais. Isso acontece em outras cadeias, e, infelizmente, no cacau, ainda estamos bem atrás. Isso já acontece há 30 anos no café; isso acontece há 20 anos no leite; e nada disso acontece no cacau, a não ser a análise sensorial. A análise sensorial que a gente vê é de interesse das indústrias, principalmente – sobretudo das indústrias. E a análise sensorial é um negócio muito caro. Uma análise sensorial custa R$300, e demora 15 a 20 dias para sair o resultado, ou seja, tecnicamente não é compatível com uma política de melhoria de qualidade de amêndoa. Nós temos que partir para instrumentos que sejam ágeis e acessíveis para esses grupos de agricultores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paralelamente à rede brasileira de qualidade de amêndoa – que é uma proposição em âmbito federal –, a gente teria também que estimular os conselhos estaduais de qualidade de cacau fino. Então, seriam o Consecacau Pará, o Consecacau Espírito Santo, o Consecacau Bahia...

E o que seriam esses conselhos? Seriam espaços onde nós teríamos, vamos supor, 15 produtores e 15 empresas que teriam interesse na compra de amêndoas. Então, a gente teria ali quais os custos de cada um, pois abririam suas planilhas, e um órgão, que seria um órgão intermediário, um órgão público, mediaria esse conselho – poderia ser uma universidade, um instituto federal ou um departamento de economia –, faria a avaliação do preço, mês a mês, e lançaria ao mercado o que a gente chama de preço futuro. E o agricultor ciente, a partir das normas de precificação de ágio ou deságio a partir da qualidade, teria, então, a chance de indicar ao mercado – em função de vários fatores: clima, tudo isso entra nos cálculos – o preço futuro das amêndoas dentro desse patamar estipulado por um órgão público, no caso, ou uma universidade, como eu já disse. Esse seria um ponto importante.

Outro ponto importante é a relação dessa avaliação da qualidade com o que é feito nos outros países da América Latina. Por exemplo, eu estive no Equador, e lá eles já têm o estabelecimento de uma política para exportação. O Equador hoje trabalha a amêndoa fina, mas o controle é muito benfeito. O controle é feito dentro do país; então, na hora em que eles vão exportar, lá no porto, esse aparelho, que eu acabei de citar, que avalia a qualidade, que se chama, em inglês, *near-infrared* – infravermelho próximo –, é capaz de emitir um laudo instantâneo, sem destruir a amêndoa, do que ela tem, do que ela tem de qualidade: se ela tem, por exemplo, algum agente contaminante, fúngico; a avaliação nutricional; composição química propriamente dita; se a amêndoa tem fumaça, por exemplo, de locais onde ela é seca de forma inadequada; se ela está mal armazenada... Então, o equipamento indica isso na hora da exportação. E o país que recebe lá fora também quer a garantia de que aquele lote é um lote de amêndoa de alta qualidade, porque ele está pagando por isso. E lá ele também tem esse aparelho e, então, ele confronta. E nós não temos isso estabelecido no Brasil. Então, essa política também da qualidade... Não adianta a gente fazer qualidade só pensando no mercado nacional, nós temos que fazer qualidade de forma concatenada com o mercado internacional.

Por fim, eu queria falar a respeito do Centro Vocacional Tecnológico do Cacau da Amazônia, que é um esforço que está sendo construído, que é um esforço que visa estabelecer dois pilares. Um é o pilar do empreendedorismo, em que nós pensamos em criar um *cluster* ligado a uma determinada região, no caso específico, a Região Amazônica, na região de Altamira e Medicilândia, que é o que nós temos conversado, para estimular os jovens que ali estudam e que têm uma convivência cultural com o cacau para que eles tenham uma formação empreendedora voltada para o negócio cacau. Então, fornecida a eles a possibilidade de ter as ferramentas do empreendedorismo, a gente partiria também para a estrutura industrial, ou seja, a gente colocaria esses agricultores e os filhos desses agricultores, a partir dos potenciais regionais, para trabalhar nas cadeias complementares, cadeias de valor. Por exemplo, trabalharíamos com o desenvolvimento de fármacos, nutracêuticos, cosméticos, chocolates probióticos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bioprodutos e outros componentes à base de cacau, estimulando fortemente uma economia e uma região para ela ter essa identidade, não como uma região produtora de amêndoa como *commodity*, o que hoje a gente sabe que é muito mal remunerado, e, sim, gerando emprego e estimulando, criando essa identidade e, quem sabe, ali no futuro, ser uma unidade Embrapii, uma vez que a gente tenha criado, tenha estabelecido toda uma condição positiva para estimular essa região. E, claro, isso não seria fixado em uma região do país; isso pode ser voltado para vários lugares. Centros vocacionais são possíveis em vários lugares.

Em síntese, é isso. Deixo esses elementos aí. Esses elementos são cruciais para que a gente possa ter o que os senhores mensuram como o acréscimo do padrão de qualidade do chocolate nos produtos, etc., a partir de matérias-primas conhecidas. Esse exercício, vamos dizer assim, aconteceu muito fortemente em outras cadeias, como eu iniciei falando, e hoje a gente tem aí os queijos artesanais do Brasil ganhando prêmios, muito bem remunerados, e eles fazem uso de todas essas ferramentas que eu acabei de mencionar para os senhores, e eles todos trabalham com pequenos agricultores, o que é muito particular e próximo ao que acontece no cacau.

Muito obrigado.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Sr. Almir Silva.

Vou passar agora a palavra – está com probleminha de imagem ou só com o áudio? – para a Sra. Eunice Gutzeit. Ela é Vice-Presidente da Associação Nacional dos Produtores de Cacau e também produtora de cacau; é graduada em Administração de Empresas e em Escola de Comércio pelas Faculdades Metropolitanas Unidas, em São Paulo, e pelo Instituto Sant'Anna, na Suíça; desenvolve a cacauicultura na Região Transamazônica, na Fazenda Panorama, que teve início com seu pai, pioneiro dessa região.

Com a palavra, então, a Dra. Eunice.

A SRA. EUNICE GUTZEIT (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Izalci.

Cumprimento o Senador Zequinha por esta oportunidade de estarmos mais uma vez aqui reunidos com esta pauta tão importante para todos nós cacauicultores.

Bom dia a todos os Senadores e Deputados aqui presentes; a nossos amigos cacauicultores; à nossa Presidente Vanuza; e a todos que já explanaram, Dr. Valnei, Chiquinho, Maurinho e Almir.

Peço desculpas, pois tive alguns problemas técnicos, e a minha câmera não está funcionando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como mencionado, o Brasil é o quinto maior produtor e consumidor de chocolate no mundo. Segundo os dados da Abicab, o Brasil produziu, ano passado, cerca de 696 mil toneladas de chocolate, com crescimento, no primeiro semestre de 2022, de 11%. O consumo *per capita* de chocolate por pessoa, no Brasil, é de aproximadamente 3,2kg. Se compararmos aos outros países, de acordo com pesquisa de estatística global, temos em primeiro lugar a Suíça, como já mencionado e todos sabem, com 11,6kg por pessoa; em segundo lugar, temos os Estados Unidos; em terceiro lugar, temos a Alemanha, com 5,7kg; em quarto lugar, temos a França, com 3,6kg; em seguida, estamos nós, em quinto lugar; em sexto lugar, vem a Índia, com 1kg por pessoa; e China, por último, com 0,2kg por pessoa, mas em ascensão.

Quando pensamos em quais seriam as medidas que poderiam estimular o aumento de consumo de produtos derivados de cacau, precisamos retornar à base produtiva criando possibilidades para que o produtor possa verticalizar e trazer ao público consumidor alternativas de produtos de qualidade com mais cacau e menos açúcar; promover mecanismos de compra dessa produção promovendo origem, rastreabilidade, sustentabilidade, incentivando as pequenas indústrias.

A educação ao consumidor é primordial, e esse aprendizado pode ser introduzido mesmo nas escolas primárias, com degustação de alimento saudável de uma cultura típica brasileira sustentável.

Se olharmos para o exemplo da Suíça, os suíços são especialistas e não precisam de nenhum incentivo para apoiar a indústria nacional. Com um consumo anual *per capita* de 11kg a 12kg, eles estão entre os maiores amantes de chocolates do mundo e não possuem nem mesmo uma planta de cacau.

Precisamos de ações que possam aumentar essa paixão pelo chocolate, por intermédio da qualidade, sabor, claro, incentivo de pesquisas, como mencionou o Sr. Almir, inclusive para os engenheiros alimentares e gastronomia, na produção de novas receitas, investindo também em derivados de produtos como o mel de cacau, a polpa, as nibs de cacau, que são amêndoas simplesmente torradas e trituradas, que ainda pouquíssimas pessoas conhecem, e é uma verticalização bastante fácil, mas que tem um benefício incrível para a saúde.

Eu costumo dizer que o cacau é o elixir da felicidade: literalmente, quando você come o cacau, a percepção do bem-estar é imediata. E as propriedades nutricionais do cacau são incríveis, como explanou o Dr. Valnei: possui alto teor de fibras, antioxidantes, ajuda no colesterol, possui uma substância chamada triptofano, que é um aminoácido precursor da serotonina, que, em prática, é o hormônio da felicidade, que é o responsável por regular o nosso humor, apetite, sono, inibir sensações de ira e estresse. É fonte principalmente de flavonoides, que é um tipo de antioxidante. Possui ações anti-inflamatórias e ajuda na imunidade de uma forma geral. Portanto, o cacau pode ser inserido como alimento, suplemento necessário para uma dieta equilibrada na saúde pública, introduzido na merenda escolar, como sugeriu o nosso colega Chiquinho, em hospitais públicos, entre outras possibilidades.

Outra medida necessária é retomarmos o PL 1.769, elaborado pelo Senador Zequinha, levando em consideração o valor funcional deste alimento. O consumo excessivo de açúcar é uma questão de saúde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pública. A certeza para o consumidor da redução do açúcar e aumento dos sólidos totais de cacau leva a um aumento de consumo. Há uma tendência geral na sociedade de consumo de alimentos mais saudáveis, sobretudo nestes tempos de pandemia. Precisamos também retomar o projeto do percentual mínimo de cacau para ser rotulado como chocolate.

Essas seriam as minhas sugestões, algumas já mencionadas pelos colegas anteriormente. Então, finalizo realmente com o incentivo: vamos consumir cacau. Estamos todos precisando de uma dose extra de energia e felicidade.

Muito obrigada pela oportunidade dada à ANPC, tão importante para a representatividade de todos os cacauicultores. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Dra. Eunice.

Bem, feitas essas considerações iniciais pelos nossos convidados, vou passar a palavra agora ao nosso querido autor do requerimento desta audiência, o Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA. Para encaminhar.) – Muito obrigado, Presidente.

Eu gostaria de, antes de fazer qualquer consideração, apresentar dois requerimentos para poder dar formalidade aos dois últimos convidados aí, o Sr. Valnei Luciano Pereira Pestana, produtor de cacau e chocolate, e também o Prof. Almir Silva, que está aqui na Ceplac em Brasília, e que foi o último a apresentar, o último expositor. Em função disso, solicito a V. Exa. que faça a aquiescência desses dois requerimentos para que a gente possa, então, formalmente, consolidar o assunto e a convocação desses dois expositores.

Presidente, nós temos dois gargalos principalmente – dois ou três, mas, de forma bem clara, dois. O primeiro é tentar de forma legal aumentar o percentual de cacau nos produtos dele derivados. É uma coisa, assim, esquisita...

O Francisco, quando estava fazendo sua exposição, falou: "Estou me referindo ao cacau, não estou me referindo a doce". Qualquer barra de chocolate que a gente adquira, seja onde for... Em um tempo desses, no aeroporto, me deu vontade de comprar uma barra de chocolate. Quando mordi aquilo, eu me arrependi, porque não estava mordendo uma barra de chocolate, estava pegando uma barra de açúcar, puro doce, mais nada. A presença do chocolate ali no produto era insignificante. É muito difícil isso. A gente precisa mudar essa consciência. E, como isso não é possível fazer através de um debate, vamos ter que fazer através de lei.

Lá em 2019, eu apresentei o Projeto de Lei nº 1.769, de 2019, que ainda está com o Relator, que é o Senador Roberto Rocha. Foram apresentadas algumas emendas, que ele está analisando, e eu preciso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o Senador Roberto Rocha, que está terminando o seu mandato agora, conclua essa relatoria para que a gente possa avançar e estabelecer, em caráter legal e nacional, percentuais mínimos do produto nos derivados mais diversos do cacau, porque senão a gente vai ter alguma coisa com embalagem... Como o cacau vende bem, tem uma bela imagem, é um produto muito fino, muito importante, todo mundo quer presentear com ele. Agora, num final de ano como este, com certeza, muita gente compra para dar de presente; na Páscoa, também; na Semana Santa, é a mesma coisa – são momentos em que a venda é muito grande. Mas o pessoal está comprando gato por lebre. Lamentavelmente, a indústria precisa ser regulada nessa direção porque é muito fraca a presença do cacau nos produtos dele derivados.

Então, eu solicito a V. Exa. que nos ajude nessa condução junto ao Senador Roberto Rocha para que ele possa nos entregar, ainda nesses últimos dias que restam do término de seu mandato, esse relatório completo.

Outra ponta é a questão da produtividade, mas isso se domina no campo, não é bicho de sete cabeças.

A gente precisa avançar. Lamento muito que, às vezes, o Governo faça vista grossa e não olhe, de forma bem clara, a questão da economia do cacau, deixando por conta dessa turma... Vocês vejam a liderança que apareceu aqui – presidente de associação, fulano de tal –: são pessoas simples que estão na luta para reverter uma situação que todos os dias se complica. Cadê a presença do Estado? Cadê a presença do Governo?

Lá no Pará, o Governo do Estado criou, há muito tempo, um fundo para ajudar na expansão, no avanço e no desenvolvimento da lavoura cacaueira, enfim, o Funcacau. Tem que apelar para São Longuinho, aquele santo para quem você tem que dar três pulinhos para ver se aparece aquilo que você está procurando. Do Funcacau, no Pará, até hoje, eu não vi um resultado, um investimento que resolva algum problema ligado a isso. E o Pará hoje não é a maior área plantada de cacau, mas é quem mais produz cacau no Brasil em função da qualidade das nossas terras, que terminam influenciando no resultado. Então, é muito importante que o Governo – e, se o Governo Federal não puder, pois a Ceplac já está praticamente se extinguindo –, que os governos estaduais possam criar ferramentas e mecanismos, porque isso é importante.

O cacau, Presidente, resolve alguns problemas que são motivo de debates pesados aqui no Congresso Nacional, como o problema ambiental, com terras degradadas que precisam ser recuperadas, em que é preciso fazer a cobertura vegetal, e, do outro lado, o problema da economia das famílias ligadas à agricultura familiar, que são carentes, são pobres. O que o cacau resolve? Tudo. Ele dá cobertura vegetal e resolve o problema ambiental; do outro lado, dá produtividade, porque é um produto altamente comercial tanto para o consumo interno quanto para a exportação. Qualquer família que tenha dois, três hectares de cacau já não é mais uma família carente, é uma família que já tem uma boa renda capaz de dar qualidade de vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se eu tenho, num único produto, a condição de resolver simultaneamente dois problemas importantíssimos – a questão ambiental, porque ele me traz cobertura permanente, e a questão social e econômica – por que eu não dou atenção para isso? Eu fico conversando, falando, falando, falando, reclamando, reclamando e não tomo nenhuma atitude concreta para fazer isso acontecer? Então, esse é um caso.

Mas eu queria apenas lembrar o que disse o Prof. Almir, a quem chamamos de última hora para fazer a apresentação, com relação a uma política, um programa de qualidade. Você tem isso em várias outras cadeias produtivas – em várias outras –, mas, no cacau, tão importante, tão antigo e famoso, não tem ainda uma política que dê ferramentas para se construir alguma coisa que dê qualidade.

O cacau A custa tanto! Na hora em que o produtor começa a entender como é que se produz cacau de qualidade e que o preço desse cacau no mercado está bem acima da média com relação aos outros que não têm a mesma qualidade, esse cara vai se aperfeiçoar para produzir e manejar o cacau, assim como a indústria no armazenamento, porque tudo isso tem a ver com a qualidade final do produto, para produzir um cacau de alta qualidade. Por exemplo, o cacau já esteve há R$15, R$16, um tempo desse, e hoje caiu para R$9, R$10 o quilo. Quer dizer, na medida em que da grande maioria dos outros produtos cresce o preço – e aqui eu me refiro ao preço para o produtor –, o preço lá no supermercado, lá na Cacau Show, lá onde outras lojas famosas vendem o produto, esse não diminui nunca; só aumenta. Mas para o produtor aqui, que vai para a luta, que vai para o sol, que vai para a chuva, sujeito a todas as intempéries do tempo, a problemas, pragas e tal, esse preço não sobe, está esmagando o produtor.

Então, nós precisamos realmente criar ferramentas, e nós estamos trabalhando em cima disso. Se Deus quiser, dentro de pouco tempo, estaremos saindo daqui de dentro do Congresso Nacional, para que a gente possa discutir com o setor, com o produtor, principalmente, lá embaixo, para que a gente possa construir isso, e, depois, com os governos estaduais, para que se criem essas ferramentas que são de caráter estadual regidas por uma lei federal. São medidas que a gente está tentando fazer com que avancem, a fim de que se resolvam algumas questões que são fundamentais.

Hoje, lá no Pará, não se quer mais, por exemplo, plantar muda convencional antiga. Os caras aprenderam a fazer uma muda lá, um enxerto, que está praticamente triplicando a produção. Precisamos checar isso efetivamente. Tem muita gente que tem medo, acha que não é sustentável isso, porque pode dar um problema amanhã, mas, enquanto não chega a pesquisa que comprove isso, a turma vai avançando por conta própria. E eles têm razão, não é? O Governo anda devagar demais, e os negócios têm pressa. Negócio é coisa de decisão rápida. A produção precisa acontecer. E eu cumprimento essa turma atrevida que corre atrás, que descobre, que avança.

E, aí, a gente fica num outro medo também, porque você sabe que a questão da lavoura cacaueira é muito suscetível a pragas. A tal da monilíase, o Brasil treme de medo dela, e, na Amazônia... A Amazônia é muito grande, e o controle da entrada de amêndoas, enfim, não é tão rígido nas nossas fronteiras. Isto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos assusta: quando, de repente, no afã de avançar com a produção, se facilite essa questão e o problema sanitário possa invadir esse setor da economia que é muito grande. A monilíase causa muita preocupação, o pessoal está de orelha em pé, procurando meios e condições para que possa, todo dia, se prevenir o máximo que puder, para evitar uma tragédia, que seria a presença dela nas nossas lavouras de cacau.

Dito isso, quero aqui agradecer a V. Exa. pela bela direção do trabalho.

Vamos avançando. Estamos terminando o ano, queremos começar o outro, que acreditamos ser um ano produtivo, um ano sem campanha eleitoral, um ano em que a gente poderá se debruçar exatamente nessas questões aqui dentro para resolver o problema legal, e, lá fora, ajudar a articular para que o setor possa avançar.

Muitíssimo grato por tudo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Senador Zequinha, eu quero, em primeiro lugar, parabenizar V. Exa. pela iniciativa.

Eu tive essa experiência nos anos 80. Fui para Rondônia. Quando veio a vassoura-de-bruxa na Bahia, as pessoas começaram a investir em Rondônia. Participei lá, como auditor, do acompanhamento de uma empresa de cacau em Ariquemes. Na época, a gente chamava de "Aritremes", por causa da malária.

É muito importante também esta audiência para divulgar essas coisas. Eu mesmo não sabia que... Só para a gente saber o conceito de chocolate, o que é o chocolate, o chocolate é um alimento feito com base na amêndoa fermentada e torrada do cacau. Eu estou vendo a apresentação e eu gosto, de vez em quando, de comer o chocolate branco – chocolate branco! –, e eu estou vendo aqui na apresentação que a concentração de cacau no chocolate branco é zero; ou seja, não tem cacau. Então, para o consumidor, isso precisa ser mais bem esclarecido, como foi dito aí, porque, na prática, acaba-se prejudicando a saúde e deixando de ser um alimento saudável como na realidade é.

Bem, aqui há várias perguntas e comentários que chegaram aqui pelo e-Cidadania. E eu também quero fazer aqui algumas considerações. Se os nossos convidados puderem anotar para responder, depois a gente passa para as respostas e também para as considerações finais.

Há comentários aqui.

No comentário do Joabe Azevedo aqui, da Bahia, ele diz: "Acredito que o consumo do cacau, assim como a soja e o algodão, são um dos pilares de exportação de nosso país, símbolo de orgulho nacional."

Átila Conceição, também da Bahia: "Não há como se falar em chocolate quando o percentual do cacau é muito baixo. Em marcas conhecidas sequer existem informações claras do percentual [quer dizer, da porcentagem]".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E algumas perguntas.

A Tuane da Silva, do Rio de Janeiro: "Qual é o objetivo de estimular o aumento desse consumo? E quais benefícios isso traria para a população?"

Anotar para responder à Tuane.

Guilherme Gilson, de São Paulo: "Com o aumento de consumo, quais os benefícios para a população?"

João Bastos, da Bahia: "Quais ações a Associação Nacional dos Produtores de Cacau (ANPC) já desenvolveu para combater a monilíase? [que é exatamente a nova praga que está aí]. A entidade investiu quanto de recursos contra a praga?'

A Simone Cristiane, de Santa Catarina: "A tributação pode ter algum incentivo também?"

Antônio Carlos, da Bahia: "O consumo do cacau traz benefício para a saúde humana? Não seria o caso de um chocolate brasileiro ter 35% de cacau, conforme proposta existente?"

O Jorge Henrique, do Rio de Janeiro: "Existem planos para a preservação do fruto?"

E João Bastos, também da Bahia: "O aumento do percentual do cacau aumentaria demais a demanda pela amêndoa no Brasil. Como atender o aumento? Seria através de importação?"

E quero aqui também fazer algumas considerações e perguntas, inclusive.

Recentemente foi discutida a possibilidade da criação de um conselho deliberativo da política do cacau, com o objetivo de organizar, apoiar e otimizar as políticas públicas do setor de cacau. Qual é a posição oficial do setor acerca dessa questão da criação do conselho deliberativo da política de cacau? Quais poderiam ser as atribuições e o papel deste novo órgão? Seria correto afirmar que as atribuições propostas para o futuro conselho já estariam sendo executadas pelas câmaras setoriais? Em decorrência, a criação do citado conselho representaria prejuízo à cadeia produtora do cacau, como a centralização de autorização para programas e projetos de pesquisa e engessamento de atividade de pesquisa e cooperação?

Então, algumas perguntas sobre o conselho deliberativo.

Outro argumento para a não aceitação do conselho para o setor de cacau foi no sentido de que o Conselho Deliberativo da Política do Cacau não apresenta semelhança com o Conselho Deliberativo da Política do Café, que aprova a proposta orçamentária referente aos recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira, que é o Funcafé, da ordem de R$6 bilhões a safra de 2022-2023. Não seria o caso de se criar um fundo semelhante para o setor cacaueiro, que não dispõe de recursos suficientes para o seu fomento? Nesse caso, quais poderiam ser as fontes? O setor cacaueiro poderia contribuir com uma parcela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos recursos do futuro fundo nos tempos de bonança na época das vacas magras? E quais poderiam ser os focos de distribuição e aplicação dos recursos? A existência de um fundo específico para o setor poderia criar uma estratégia para aumentar o consumo de produtos derivados do cacau no Brasil?

Outra colocação: a Instrução Normativa nº 125, de 23 de março de 2021, da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), eliminou a exigência de tratamento com brometo de metila para ingresso de amêndoas fermentadas e secas de cacau da Costa do Marfim no território brasileiro. Quais os impactos para o setor cacaueiro nacional? Houve concorrência desleal? Seria possível mensurar os riscos para a sanidade vegetal em território nacional?

E, por último, a pesquisa de desenvolvimento e inovação é essencial para o suporte do setor cacaueiro. Nesse sentido, a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) tem como objetivo promover a pesquisa, a inovação e a transferência de tecnologia para o desenvolvimento sustentável da cacauicultura no Brasil, abrangendo seus diversos biomas e preservando o meio ambiente e a biodiversidade. A instituição tem conseguido alcançar os seus objetivos? Quais foram as grandes inovações e contribuições da instituição no período recente? Os laboratórios da Ceplac estão atualizados e em pleno funcionamento? Como se encontra o processo de renovação de recursos humanos em decorrência de aposentadorias e arrocho fiscal por que passa o Estado brasileiro? A infraestrutura da Ceplac se encontra à altura para o desempenho de suas funções e dos seus objetivos?

Por fim, o que pode ser demandado no Parlamento brasileiro para contribuir com maior apoio ao aumento do consumo de produtos derivados do cacau?

Essas são algumas considerações e algumas perguntas que eu vou passar agora para os nossos convidados para que possam responder e, ao mesmo tempo, fazer as suas considerações finais.

Eu passo a palavra, então, à Sra. Vanuza Barroso, Presidente da Associação Nacional dos Produtores de Cacau, para poder responder a algumas dessas questões e também fazer as suas considerações finais.

Dra. Vanuza. (*Pausa.*)

A Dra. Vanuza perdeu... Está voltando...

Conseguiu ouvir, Dra. Vanuza, as nossas perguntas e comentários?

A SRA. VANUZA BARROSO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu consegui ouvir algumas. Eu ouvi sobre o Conselho Deliberativo do cacau. Eu vou responder primeiro isso, depois eu falo sobre a IN 125, que foi quando a minha conexão caiu. Se o senhor puder repetir, após a IN 125 eu não ouvi mais, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Tá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. VANUZA BARROSO (*Por videoconferência.*) – Inclusive, eu acho que o meu vídeo nem está aparecendo na tela...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Não.

A SRA. VANUZA BARROSO (*Por videoconferência.*) – ... porque eu tive um problema técnico aqui e não estou conseguindo restaurar.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Eu vou passar a palavra, então, ao Sr. Francisco primeiro, para ver se a senhora consegue restabelecer a imagem.

A SRA. VANUZA BARROSO (*Por videoconferência.*) – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Então, eu vou passar para as considerações do Sr. Francisco Bezerra, que é Presidente da Câmara Setorial do Cacau em Rondônia e também Diretor de Relações Institucionais e Governamentais da Associação Nacional dos Produtores de Cacau.

Dr. Francisco. (*Pausa.*)

Caiu também.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. VANUZA BARROSO (*Por videoconferência.*) – Eu não estou conseguindo fazer aparecer a minha imagem, mas, se vocês estão ouvindo, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Vanuza, estamos ouvindo; só a imagem que não está aparecendo. Enquanto a senhora tenta ajustar isso, eu vou passar a palavra, então, ao Sr. Maurinho Rossoni, que é o Segundo Vice-Presidente da Associação Nacional dos Produtores de Cacau.

Dr. Maurinho.

O SR. MAURINHO ROSSONI (Para expor. *Por videoconferência.*) – Como vocês falaram... Vou deixar um pouco para Vanuza, que falou que vai citar a questão do Conselho Deliberativo e a questão da IN. Então, assim, vou pontuar algumas coisas.

Perguntaram um pouco sobre a questão da demanda, a questão dos benefícios. Então, a gente vai aumentar a demanda de cacau e vai ter cacau para isso. Eu acho que um pouco quiseram dizer isso. A demanda é oferta. Então, o cacau vem passando por uma transformação no Brasil pós-vassoura-de-bruxa. Então, vários estados estão se reerguendo em produção. São Paulo nunca plantou cacau; começou a plantar cacau. Então, se a demanda começa a aumentar, consequentemente, o preço vai aumentar; o preço aumentando estimula mais produtores a entrarem no mercado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente, como produtor e como membro de associação e cooperativas, sabe que esse é o processo natural das coisas. Então, hoje o que a gente vê dos produtores é que a gente tem cacau para produzir e, aumentando os preços, consequentemente, isso vai tornar o mercado mais favorável para a cacauicultura nacional.

Se precisar – o que eu acho que hoje não precisa – de importação, a importação está vindo hoje com baixa qualidade de cacau, e a Vanuza depois vai pontuar sobre a IN 125, que a gente ainda tem, ainda dentro do maior exportador do mundo, que é a Costa do Marfim, o Brasil autorizou que se importe cacau desse país sem o expurgo com brometo de metila, que hoje é usado no mundo todo, trazendo uma segurança onde chega. Então, o Brasil hoje recebe cacau de fora, da Costa do Marfim, que tem uma legislação trabalhista e ambiental totalmente incompatível com a nossa legislação nacional, e a gente recebe um cacau a um preço muito mais em conta. Então, a gente acha que é muito melhor estimular os nossos produtores hoje com demanda e fazer o preço se erguer para mais produtores entrarem no mercado do que a gente ficar exportando e o preço ficar caindo.

Hoje, dia 1º de dezembro de 2022. Há uma corrente que diz que vai chegar mais cacau de fora. Hoje o preço está em torno de R$850. Se chegar cacau de fora, você pode chegar e fazer uma audiência pública daqui a dois meses. O preço vai estar lá embaixo. Então, não tem praticamente nenhum favorecimento. Quem está sendo favorecido hoje é mais a indústria. Então, isso eu falo.

Com a qualidade, o aumento do teor e fazendo isso, a gente mostrou que – o Dr. Valnei foi nítido e notório sobre a qualidade do cacau, o aumento da porcentagem do cacau – a parte nutricional, vamos botar assim, vai ser muito mais benéfica para quem consome.

O senhor, Senador, citou o cacau do chocolate branco. Há esse problema, mas agora a gente tem um *plus*: hoje foram identificadas, dentre inúmeras variedades de cacau aqui no Brasil, algumas amêndoas que não têm aquela cor tão escura, tão marrom, que é característica do chocolate, têm uma cor mais clara. E já há alguns chocolateiros nacionais de chocolate de qualidade, com porcentagens aí de 60%, 70%, com essas amêndoas mais claras. Então, você, que é um amante de chocolate branco, vai ter condições de comer um chocolate branco, não tão branco quanto esse artificial, mas de teor de cor mais clara, e você vai ficar, assim, entusiasmado com essa qualidade.

E desde já, se vocês ainda quiserem aproveitar e quem está nos assistindo, com várias perguntas, haverá um festival do chocolate em São Paulo no dia 15 de dezembro – é no início –, com as grandes marcas de chocolateiros artesanais de todo o Brasil para as pessoas que quiserem experimentar um chocolate de qualidade.

E, dando os parabéns a tudo isso – depois a gente pode acrescentar, para deixar os outros colegas responderem mais algumas perguntas –, há um pessoal dos Estados Unidos acompanhando, Senador, a nossa audiência pública, com toda a organização da TV Senado aí. Uma nutricionista de lá mandou uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mensagem para mim para eu reforçar sobre o achocolatado das grandes marcas nacionais hoje que nós todos consumimos na nossa residência: de 20g ou duas colheres do achocolatado das três maiores marcas, a gente está comendo 18g de açúcar, 15g de açúcar e 12g de açúcar, das três maiores marcas do nosso país hoje. Então, é uma realidade que a gente precisa entender, porque muitas das nossas crianças, principalmente, estão comendo mais açúcar do que chocolate.

Então, eu estou aberto aqui a mais algumas dúvidas e vou deixar os outros colegas responderem mais alguma coisa para a gente ser um pouco mais dinâmico.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Maurinho.

Eu vou passar a palavra agora, então, para responder essas indagações e também fazer as suas considerações finais, ao Sr. Valnei Pestana.

O SR. VALNEI PESTANA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado.

Eu peço desculpas aí pelo transtorno que a gente teve e agradeço ao pessoal aí da operação. Eu sei a questão da nossa comunicação e sei da boa vontade deles em cuidar para que isso saia da melhor maneira possível.

Eu queria responder e comentar sobre a colocação de Tuane, que entrou aí para falar, que fez uma indagação que acho muito importante: qual é o benefício que a população teria em se aumentar o consumo de cacau e derivados. Eu vou citar um exemplo, que é o de um estudo observacional – ele não é prospectivo nem intervencionista, mas é observacional populacional – em que se identificou que índios de uma ilha na costa do Panamá, da tribo kuna, têm o hábito de consumo de cacau, de um líquido preparado com cacau, como rotina na vida deles. E nessa população, o índice de doenças cardiovasculares – derrames, infarto, etc. – é irrisório, isso quase não existe entre eles, mas, à medida que eles mudam, migram para habitação mais continental, passam a ter índices de incidência dessas doenças iguais aos da população onde eles estão vivendo.

Isso é um indicativo forte de que, sem dúvida nenhuma, cacau é um dos melhores alimentos, um dos melhores antioxidantes que a gente tem no mundo. A gente perde somente para a canela, o cacau perde para a canela; a canela é mais antioxidante do que cacau, entretanto, você não consegue comer canela em volume – o chocolate, eu tenho certeza, é possível você ter o hábito –, além de ter acidez excessiva a canela, de provocar alergias e intolerância, enquanto, em relação ao cacau e ao chocolate, não existe ninguém no planeta que seja alérgico. Você pode ter alergia a algum outro ingrediente da composição, mas nós não temos pessoas alérgicas a chocolate no mundo, ao chocolate de cacau.

Na fala do Senador Zequinha Marinho, eu queria grifar, eu acho importante, a maneira como ele trata: a política pública articulada, discutida com produtores, governos e indústrias e entidades afins. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acho que a gente precisa realmente disso. E queria grifar também a importância que têm, Senador, os desdobramentos desses encontros nossos aqui. Eu acho têm que render frutos, para que justifique o tempo e a dedicação de cada um de nós. Eu tenho certeza de que teremos bons frutos disso.

Em relação às entidades, eu gostaria de lembrar também, principalmente aos dois Senadores que nos fazem companhia, Izalci e Zequinha, a importância do fortalecimento da Câmara Setorial do Cacau. Ela é a entidade que congrega todas as vertentes relacionadas a esse setor. Então, é preciso realmente que haja o seu fortalecimento. A Câmara Setorial do Cacau não pode ser figurativa, deve ter resultados nos seus encontros, de maneira que a gente possa colher frutos daquilo que nela for discutido – falo do fortalecimento das câmaras, seja a nacional sejam as câmaras setoriais. Acho que lá é o território adequado para a discussão desse setor produtivo.

Penso também que uma questão importante para a gente tratar em relação ao aumento do consumo de cacau e que poderia esclarecer tudo isso de que tratamos agora são os processos de educação e esclarecimento à população. Nós temos as leis formais de obrigação de percentuais de cacau, mas podemos também recorrer a uma outra lei que eu acho extremamente importante, que é a lei do conhecimento, a lei da demanda e da oferta. Se a gente tiver uma população mais esclarecida e que souber realmente o que é o cacau, eu tenho certeza de que o consumo de produtos com maior teor de cacau, chocolates, terá um resultado em que se precisaria menos consumo nosso de energia.

Quero lembrar também um fator importante, como Vanuza citou, a Presidente da nossa associação, que é o fortalecimento que a gente precisa ter da nossa Ceplac, especialmente na área de pesquisa, já que a proposta dela não é mais de extensão, mas que a gente avance, Senadores, em relação à pesquisa dentro da Ceplac. A Ceplac não contrata há muito tempo, nós não temos pesquisadores novos dentro da Ceplac, e a gente precisa avançar nessa área. Eu tenho certeza de que a Elcimar está de acordo com isso – ela está aí presente nos escutando. E eu acho que a gente precisa pleitear isso também. O avanço da pesquisa dentro da Ceplac é um fator fundamental.

Nós não podemos ficar presos somente às pesquisas acadêmicas. Eu acho que as pesquisas acadêmicas são importantes na formação...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Ficou mudo.

O SR. VALNEI PESTANA (*Por videoconferência.*) – ... precisamos da pesquisa dentro da Ceplac, objetivando a melhoria do nosso cacau.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero lembrar também e convidar todos para o nosso Festival do Chocolate, aqui na cidade de Ipiaú, que deverá ocorrer uma semana antes da Semana Santa, no final do mês de março, início do mês de abril.

Muito obrigado, Srs. Senadores, pela oportunidade e pelo espaço que vocês criaram aqui para a gente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Onde é que vai ser esse festival?

O SR. VALNEI PESTANA (*Por videoconferência*.) – Na cidade de Ipiaú, na Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Ah, sim.

O SR. VALNEI PESTANA (*Por videoconferência*.) – É o Festival do Chocolate. Nós vamos para a oitava edição.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado.

Bem, há ainda... (*Pausa.*)

O Almir.

Para as suas considerações finais, Almir, também sobre essas perguntas que foram feitas aqui. Algum comentário e as considerações finais.

O SR. ALMIR VIEIRA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Está o.k.

Primeiramente, eu gostaria só de tecer comentários a respeito da questão dos fundos. Acho que cada fundo que existe tem uma gestão local, vamos dizer, a maior parte dos fundos estaduais. E ele está muito vinculado à questão da câmara setorial do estado.

E aí vem um outro ponto: quem está no assento dessas câmaras setoriais? A gente tem aí um balanço muito forte... Quando eu vejo a nacional, por exemplo, eu percebo que a representação dos produtores existe, mas de forma desequilibrada em relação aos outros interesses, e isso é muito deletério quando a gente quer, de fato, construir processos.

Então, hoje, se você levar uma demanda para a câmara setorial e falar de qualidade de cacau através de mecanismos que vão melhorar, que vão precificar melhor o cacau, você está falando um palavrão; você está xingando todo mundo, por quê? Os interessados em melhorar a qualidade da amêndoa e remunerar melhor os produtores não estão lá para pleitear isso. Eles estão minimamente representados. E os interesses maiores estão ali postos, relacionados com a questão do aumento da produtividade, ou seja, o aumento da produtividade de uma amêndoa que remunera mal o produtor, um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agricultor ali não tão bem representado, digo, em números, por entidades, por câmaras de cooperativas. Não existem cooperativas de produtores de cacau representadas na câmara setorial. Como é que pode um negócio desses? Não tem sentido! Enquanto isso, você tem representação da indústria duas, três vezes.

Então, esse desequilíbrio, volto a dizer, é muito ruim. E aí o recurso do fundo não aparece, porque ele não vai para atender os interesses dos agricultores. Ele fica, de certa forma, invisível. Conforme foi mencionado anteriormente pelo senhor, Senador Izalci, ele não aparece, não tem resultado, porque é um resultado minimamente marcado.

Com relação às normativas, eu acho que elas podem ser não só a que foi dita. A gente precisa sensibilizar quanto à própria questão do controle não só de doenças de plantas; a nossa preocupação tem que ser maior também com relação à própria qualificação dessas amêndoas. Se a gente quer melhorar a quantidade de cacau no chocolate para ele deixar de ser doce, especificamente que chocolate a gente quer construir? Que qualidade a gente vai colocar nesse chocolate? Não estão estabelecidas essas normas. Quais parâmetros nutricionais vão ser monitorados? Que tipo de fermentação a gente vai estimular? Cadê os controles sobre isso? Não há, apenas não há. Então, a gente está cego no horizonte, num voo cego, e, nesse voo cego, só há o interesse de duas, três, quatro moageiras, compradoras, vamos dizer assim, que pegam como se fosse um caminhão, separam lá a qualidade que conseguem e pagam um preço mínimo sempre, porque não tem controle. Então, quando não há controle, não se equilibra essa questão.

Com relação às pesquisas e à inovação, eu não tenho dúvida de que a pesquisa é essencial para tudo. Foi perguntado aí como estão os laboratórios e os recursos humanos da Ceplac. O que eu conheço... Eu não sou ceplaquiano. Eu estou na Ceplac há um ano e estou me desligando na próxima semana, inclusive, e voltando à Universidade Federal do Oeste da Bahia, onde sou professor titular. Em princípio, é isso. Mas os laboratórios, em grande maioria, estão fechados há bastante tempo, estão desatualizados. A contratação de recursos humanos, até onde eu sei, não acontece há vários anos. E, consequentemente, aí vem a pergunta que foi feita: a estrutura do ICT e da Ceplac atende ou vai atender o setor? Eu tenho certeza de que não, mas eu não estou falando isso de forma perniciosa; estou falando de forma construtiva. Se a gente quer que isso venha a ocorrer, aí vem todo um aparato político por trás, para ir ao Ministério da Economia, para pleitear vaga para os pesquisadores, porque há anos não se contrata. Há anos, os pesquisadores que estão aí já não são incentivados e, como se diz, estão segurando o batente para não fechar. Isso é muito negativo.

Uma instituição científico-tecnológica com a estrutura que a gente tem na Ceplac tem que ser repensada. O Senador Zequinha Marinho falou muito bem. Justifica continuar com uma instituição assim? Não sou eu que vou decidir isso, evidentemente, tirando da minha cabeça; eu não sou tão infantil. Mas como redesenhar esse processo todo? Será que valeria a pena ter CEPLACs regionais, passar isso para o estado, para as universidades, ou criar uma nova lógica para o setor de cacau, criar uma unidade nacional de pesquisa para cacau pronto, para diminuir esse peso, esse elefante e colocar pesquisadores jovens? Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos bala na agulha para pleitear isso junto aos ministérios, à nova política que deve entrar no país, a fim de conseguir 300 vagas para pesquisadores num instituto nacional do cacau, numa Ceplac, que seja, com esse nome ou com outro.

Então, eu acho que essa discussão merece ser ampliada, porque não tenho dúvida de que esse patrimônio que é a Ceplac e tudo o que ela representa não está andando nos trilhos. E quem está perdendo? A nação. Todos nós estamos perdendo, e muito, porque a gente poderia estar em outro patamar. Países muitos menores, nossos vizinhos, que estão começando com o cacau, já estão lá na frente – Colômbia, por exemplo –, e a gente está atrás, perdendo mercado; o agricultor, miserável. Produzir cacau hoje, em algumas regiões do país, é complemento de renda. Não é atividade principal porque não tem essa... Existe uma política de incentivo, porém não existe uma política de qualidade de remuneração e de valorização do agricultor. A percepção sobre o produtor de cacau tem que melhorar bastante, principalmente pelos órgãos governamentais e órgãos de pesquisa, inclusive, os que não fazem pesquisa para os agricultores familiares.

Então, em síntese, é isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Bem, eu quero aproveitar essa fala do Almir – viu, Senador Zequinha? –, primeiro, para ressaltar que nós aprovamos aquele projeto de minha autoria da proibição do contingenciamento de recursos da ciência e tecnologia; isso em 2020. Nós estamos sem orçamento em 2021, 2022. Nos últimos 15 anos, 90% foram contingenciados. E veio a Medida Provisória 1.136 já prorrogando isso para 2027, quer dizer, por isso é que, como foi dito aqui sobre as CEPLACs, nós temos hoje mais de cem institutos que estão quebrados, para fechar as portas, porque não têm dinheiro nem para pagar energia. Pesquisadores nós temos menos de 50% e metade desses 50% já está em idade de aposentar.

Então, se o Brasil não valorizar e investir em ciência e tecnologia, educação, não vamos a lugar nenhum.

Como o Senador Zequinha disse aqui, a questão do cacau resolve a questão ambiental e a questão social e econômica. Então, a gente precisa incentivar inclusive a agricultura familiar. Está aí a Embrapa: todo ano a gente tendo que brigar para botar o orçamento na Embrapa. E, se realmente o Brasil ainda tem alguma coisa na balança comercial do agro, a gente deve à Embrapa 100%, que tem também, na área de cacau, pesquisas. A gente evoluiu nessa área. Então, ciência e tecnologia é fundamental.

Bem, não sei se a Eunice quer fazer as suas considerações finais.

Está conectada, Eunice?

A SRA. EUNICE GUTZEIT (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sim, estou conectada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-15 (ANEXO: 015)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria só de fazer uma reflexão rápida para que possamos pensar num aumento de investimento por parte dos estados e municípios, com créditos subsidiados para que o produtor possa produzir com qualidade – a questão do cacau fino –, promovendo também a agroindústria não somente para o chocolate, mas para todos os derivados de cacau, como eu mencionei anteriormente, como o mel, que é o néctar do cacau, em que é possível verticalizar com produtos como geleias, líquor, linhas de vinagre e existe até a possibilidade de cachaça, cervejas, enfim, uma infinidade de possibilidades. Isso trará um grande valor agregado ao produtor. Então, realmente é trazer essa possibilidade, para que os produtores possam se capacitar, primeiramente, e ter acesso a linhas de crédito, para que eles consigam essa verticalização.

Eu diria também um estudo na revisão da tributação dessa verticalização, principalmente nos equipamentos que são necessários, que às vezes não encontramos no Brasil, e as taxas de importação desses equipamentos são demasiadamente altas; ou seja, precisamos trazer acessibilidade para que nós produtores, de uma forma geral, possamos ter acesso a todas essas possibilidades que permitam essa verticalização.

Agradeço por essa oportunidade. Realmente é muito importante essa atenção para essa cultura tão importante para todos os nossos biomas, principalmente na Amazônia, onde milhares de pessoas dependem da sustentabilidade do município, de toda a região.

Muito obrigada a todos. Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Eunice.

Bem, vou passar então para a Presidente da Associação Nacional dos Produtores de Cacau, Sra. Vanuza Barroso.

Só lembrando que tem uma pergunta do João Bastos, da Bahia, em que ele pergunta aqui: "Quais ações a Associação Nacional de Produtores de Cacau já desenvolveu para combater a monilíase? A entidade investiu quanto de recursos contra a praga?".

E além dessa pergunta, eu fiz algumas colocações com relação ao Conselho Deliberativo da Política do Cacau. Qual é a posição oficial do setor, principalmente com relação ao fundo semelhante ao Fundo de Defesa da Economia Cafeeira? Se o setor é favorável, se está disposto a participar, não é?

A Ceplac já foi resolvida aqui, já foi respondida e é verdade. Então, só para que a Vanuza possa também, além de responder ao João Bastos, fazer alguma consideração com relação ao Conselho Deliberativo da Política do Cacau.

O.k., Vanuza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. VANUZA BARROSO (*Por videoconferência*.) – Oi, vocês estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Estamos sim. Está ótimo.

A SRA. VANUZA BARROSO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Ah, ótimo. Primeiramente, desculpa, eu tive um problema aqui no meu computador e estou falando inclusive pelo celular, porque pelo computador não foi possível.

Eu fiquei um pouco fora da reunião, entrava e saia. Respondendo primeiramente sobre o conselho deliberativo, eu achei muito importante a fala do Almir quando ele disse que hoje as câmaras setoriais, quando a gente pede alguma coisa lá, e alguma coisa no sentido de cuidar do produtor, levar os interesses dos produtores, nós não somos ouvidos. Eu achei muito interessante, porque ele inclusive falou que parece ser um palavrão. E eu realmente passei por isso. Inclusive, numa dessas reuniões, eu fui chamada de desequilibrada, porque eu estava tentando buscar ali os interesses de nós, produtores de cacau.

Por essa razão, não vendo a entrada na câmara setorial, não conseguindo ser ouvida pela câmara setorial, solicitamos a este Governo a criação do Conselho Deliberativo da Política do Cacau. Esse conselho nada mais é do que nós produtores de cacau nos aproximarmos do Governo e levarmos as nossas demandas a ele.

O café, hoje, é uma das culturas mais bem-sucedidas do nosso país. Hoje, eles são exportadores, mas, décadas atrás, eles passaram pelo mesmo problema por que nós estamos passando hoje. Fizemos algumas reuniões com o Silas Brasileiro, Presidente do Conselho Nacional do Café. Inclusive, estive com ele na minha ida a Brasília. Ele me apresentou a mesma situação pela qual hoje nós cacauicultores estamos passando.

Então, Senador, respondendo à sua pergunta, quando nós solicitamos o Conselho Deliberativo da Política do Cacau, nós queremos e precisamos desse conselho, a fim de que o Governo nos atenda, porque, na Câmara Setorial, principalmente na federal, nós não temos voz. E ela é composta somente pela indústria, de uma forma muito desigual. Nós, os produtores de cacau, como disse bem o nosso colega Almir, nosso participante desta audiência, não somos ouvidos. Nós precisamos ter essa interação com o Governo Federal de uma forma mais próxima e também, principalmente, de uma forma mais justa, porque hoje, Senador, nós temos um mercado oligopsônio, ou seja, nós temos apenas três grandes moageiras que compram todo o nosso cacau. Essas três grandes moageiras mandam e desmandam nos produtores de cacau.

Talvez, as pessoas possam até achar que sou um pouco exagerada, mas, hoje, de manhã, eu mandei uma mensagem no grupo de WhatsApp que nós temos, da nossa associação, dizendo que existe um sistema montado contra o produtor de cacau. A verdade é essa! E aí nós temos uma direção da Ceplac que não promove os interesses do produtor de cacau, que, simplesmente, exclui a previsão de safras, que não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se posicionou contra a IN 125, o que eu acho um absurdo, uma vez que, se a Ceplac é um órgão de pesquisa, se a Ceplac cuida da ciência e cuida da tecnologia, ela tinha que se posicionar.

Aí, respondendo até a pergunta sobre a IN 125, a IN 125 é a aberração das aberrações e só beneficia as indústrias. O produtor de cacau está sendo simplesmente aniquilado com essa instrução normativa. Por quê? Porque nós estamos concorrendo com um cacau africano que é socialmente incorreto. O senhor deve ter conhecimento, com certeza, de que, em países africanos, existe a mão de obra escrava e até a infantil, e essas próprias indústrias, pelo menos uma delas, têm um comunicado, um tratado que diz que, até 2025... É mais ou menos assim, tá? Eu não vou decorar bem, não vou saber direitinho as palavras, mas é mais ou menos assim: até 2025, eles vão combater o trabalho escravo infantil; ou seja, eles reconhecem o trabalho escravo infantil existente na África. E aí, Senador, o Governo brasileiro prefere beneficiar três grandes multinacionais e achatar e acabar com 93 mil produtores de cacau. Veja: nós que plantamos, nós que colhemos, nós que geramos os empregos, nós que preservamos as nossas matas estamos concorrendo com o cacau de fora!

E mais, Senador, como o senhor viu – há aí as fontes do próprio IBGE –, nós somos autossustentáveis, com 302.157 toneladas. Então, por que trazer cacau importado? Fora que esse cacau importado, Senador, está vindo, está entrando aqui no nosso país sem as devidas condições fitossanitárias que o Ibama e o Mapa estabeleceram. A Instrução Normativa nº 2, de 2015, estabelece que o brometo de metila só pode ser utilizado para fins de fumigação nos controles de importação e exportação, mas, a pedido da indústria, o Ministério da Agricultura revogou a IN 18, na qual existia lá o uso do brometo de metila e todas as pragas e doenças existentes naquele continente africano. E hoje o Ministério da Agricultura, muito bonzinho, simplesmente revogou essa IN 18, aplicou a IN 125, legislou a IN 125 e omitiu "pragas e doenças africanas", que naquele continente existem e que aqui ainda não há a existência delas. Mas nós vamos deixar que essas pragas cheguem até nós?

Então, assim, Senador, eu acho uma briga desigual. Hoje o produtor de cacau não tem voz. O nosso grito de socorro é necessário. A Ceplac é um órgão que tem total capacidade de nos ajudar ainda. É claro que têm que ser feito ajustes, têm que ser feitas contratações, tem que rever os laboratórios, tem que levar com seriedade a questão da monilíase, porque está aí à nossa porta – já temos pragas demais. E essa questão da IN 125 é um problema gravíssimo. Como que o Governo faz uma coisa dessa com 93 mil produtores de cacau? Quantas empregos nós geramos?

Então, é realmente revoltante a situação do produtor de cacau hoje. A Associação Nacional dos Produtores de Cacau está, como disse eu acho que foi o Zequinha Marinho, com a cara e com a coragem, extremamente atrevidos, sim, e agressivos talvez, porque realmente nós precisamos nos respeitar e precisamos que o Governo também nos veja como produtores de riqueza do nosso país, não é a indústria. Claro que ela é um elo da nossa cadeia, mas tudo começa por nós. Nós somos os atores principais dessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cadeia, nós precisamos ser reconhecidos como tal. Para isso, nós estamos aqui precisando do apoio de vocês.

Eu espero, Senador Izalci, Senador Zequinha Marinho, que esta audiência possa ser o caminho para a gente conseguir mudar o setor cacaueiro. Nós precisamos realmente de ajuda. E mais: o Brasil perde com isso. Veja, vocês estão, ao importar esse cacau de uma forma, primeiro, descontrolada e, segundo, com riscos fitossanitários, tirando riqueza do nosso próprio país e estão beneficiando aqueles países que não são justos. Eu tenho as minhas fazendas lá, todo mundo de carteirinha assinada, tudo bonitinho. É justo isso com a gente? Senador, vocês precisam nos ajudar.

Então, eu conto... Eu tenho certeza de que o apelo aqui foi claro, foi evidente. Precisamos do conselho deliberativo do cacau, sim, para a gente poder se aproximar do Governo e levar as nossas demandas. O cacau é uma riqueza enorme. Nós produzimos um alimento dos deuses e precisamos ser reconhecidos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Vanuza.

Tenho certeza de que tanto eu quanto o Senador Zequinha vamos encaminhar todo esse debate da audiência para o Mapa e para outros órgãos, porque, de fato, essa questão da instrução normativa – eu estava vendo – é injusta, vamos dizer assim, e acaba com a nossa competitividade.

Parabenizo aqui a iniciativa do nosso Senador Zequinha. Tenho certeza de que faremos...

O Senador Mecias está com a gente.

Deseja falar, Senador Mecias de Jesus? (*Pausa.*)

O.k., Mecias. (*Pausa.*)

Eu quero agradecer...

Oi, Senador Mecias. Deseja falar, Senador Mecias?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR. *Por videoconferência.*) – Presidente Izalci, é só para cumprimentar V. Exa. pelo tema, parabenizá-lo pelo seu trabalho à frente desta Comissão e, ao mesmo tempo, dizer que precisamos, de fato, nos juntar a esse povo trabalhador que precisa de todos nós. Eu estou junto com V. Exa. Quero parabenizar o Senador Zequinha Marinho também e dizer que vamos juntos agir para defendê-los. É necessário e é urgente que se faça isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-15 (ANEXO: 015)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Senador Mecias.

Agradeço aos convidados.

Vamos para a segunda parte da reunião, que é a questão deliberativa, porque temos requerimentos.

2ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO N° 10, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 1/2022 - CSF seja incluído o seguinte convidado:

• o Senhor Valnei Luciano Pereira Pestana, Produtor de cacau e chocolate.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PL/PA)

Em discussão o Requerimento nº 10. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o Requerimento nº 10.

Em votação o Requerimento nº 10.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 10, de 2022, da Comissão Senado do Futuro.

2ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO N° 11, DE 2022

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, com o objetivo de debater a segurança e transparência do sistema eleitoral brasileiro e a confiabilidade das urnas eletrônicas.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Esse requerimento é de minha autoria, Senador Zequinha.

Como Deputado, eu tive a oportunidade de fazer duas audiências públicas na Câmara ainda sobre a questão do projeto do voto impresso. E, de quatro em quatro anos... Os questionamentos estão acontecendo mais com relação às eleições presidenciais, mas, em 2014, nós tivemos essa questão. Eu, inclusive... O PSDB, inclusive, requereu uma auditoria do processo em 2014. Em 2018, houve novos questionamentos, como agora em 2022. Então, o objetivo dessa audiência é dar essa transparência, essa tranquilidade e a confiabilidade do sistema. Precisamos debater isso tecnicamente, sem a questão emocional do momento, nesta discussão que acontecendo hoje. Mas, no requerimento que propomos – pedimos o apoio aqui –, queremos realmente a participação técnica do Tribunal Superior Eleitoral, com a área técnica, e da área técnica também do Tribunal de Contas e da universidade. Queremos a participação da universidade nos testes de segurança e também a das empresas de *software* e de *hardware*.

Então, eu peço o apoio dos colegas para a aprovação desse requerimento de minha autoria, para que possamos, inclusive, já marcar para a semana que vem, em princípio... Tenho a certeza de que será na quinta, porque o Brasil, ficando em primeiro lugar no grupo, o jogo seria na sexta. Então, em função do jogo, a gente a antecipa para a quinta-feira. É óbvio que, se o Brasil não for o primeiro – acredito que será o primeiro do grupo –, será realizada, então, na sexta-feira. Mas vamos marcá-la para quinta-feira, se aprovado o requerimento, evidentemente.

Então, eu coloco em discussão esse Requerimento nº 11.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Peço a palavra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Com a palavra o Senador Zequinha Marinho para a discussão.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA. Para discutir.) – É alguma coisa a que a gente, de repente, assiste, e a gente já calcula o tamanho do problema que vai dar lá na frente, não é? Em 2020, as eleições municipais já sinalizaram muita coisa com relação a 2022. Não sei se V. Exa. se lembra disso, porque aqui não há eleição municipal, mas, ao redor, há muitos municípios do Estado de Goiás. A gente vê o tanto de reclamação! É muita reclamação, muita, muita mesmo! Eu disse: "Esse negócio vai dar problema".

Depois, veio o grande debate sobre a fragilidade do sistema de segurança das urnas eletrônicas. O Presidente da República reclamou, muita gente reclamou. E o TSE, no meu ponto de vista, deveria ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pegado a urna eletrônica e a colocado na mesa, dizendo: "Olha, nós somos os responsáveis, os guardiões deste equipamento, mas não somos os donos. Este negócio é público. Então é do público. Quem é que quer fazer aqui uma auditoria? Alguém se habilita? Vamos criar critérios para que quem quiser fazer faça e tire suas dúvidas". Não se fez isso. Abraçaram as urnas e disseram que era um material extremamente seguro. O que existe que é extremamente seguro? Absolutamente nada, principalmente no mundo da tecnologia da comunicação, com *hackers* em todo o mundo, enfim! E, depois, nós tivemos uma marca que era considerada relativamente segura. Depois, vieram outras marcas, outros fabricantes. E hoje está aí uma eleição colocada sob suspeita.

A gente está aqui pelo lado de fora, mas assiste a coisas... Por exemplo, houve uma cidade onde só um candidato teve voto, outro não teve. Dá para ter uma concepção dessas? Em uma urna em que se votam 300 pessoas, votaram mais outras 300, alterando o número de habilitados. "Ah, mas pode ter sido eleitor lá de fora que votou!" Se ele está apto para votar, ele tinha que estar aqui. Então, é uma bagunça nessas coisinhas pequenas...

E aí começa a aumentar a dimensão disso, na medida em que a imaginação também amplia a questão. Pense na briga em que estão os quartéis aí, lotados de pessoas que se acham no direito de protestar, porque não acreditam no resultado da eleição... Quer dizer, a urna eletrônica do Brasil hoje é um equipamento em que ninguém confia, nem aqueles que não tinham dúvidas, mas que passaram a ter, porque realmente começou a se debater...

A rede social é uma coisa rápida, está na mão da população, e nego manda resultado de tudo quanto é lado e compara um com o outro, e ali não tem jeito de não ter erro. Não tem como explicar... Não tem como.

E aí eu não sei por que também, na época, o Presidente do TSE, quando veio a PEC do voto impresso na Câmara, que deveria dar uma demonstração, um negócio bem mais tranquilo, o Presidente do TSE veio à Câmara fazer *lobby* para não aprovar a PEC. Que coisa, não é?

Aí começa e dobra de novo... Primeiro, segurar a urna para não fazer nenhum tipo de análise de auditoria, absolutamente. Segundo, vem a Câmara e articula para evitar que uma lei passe para se ter realmente transparência do processo e tirem-se todas as dúvidas.

Então, meu irmão, esse pau tem formiga, e eu quero cumprimentá-lo pela iniciativa.

Ontem nós tivemos uma audiência pública o dia inteiro, na Comissão de Transparência, o dia inteiro de debate, de comprovações, de não sei o quê... Infelizmente, o TSE alheio a tudo isso...

O TSE sai daqui do Brasil para fazer uma exposição sobre democracia em Nova York, mas se recusa a vir a uma Comissão prestar esclarecimento e até se defender, porque, quando a dúvida paira e a pessoa não aparece para se explicar, o negócio aumenta a dimensão em termo da dúvida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos fazer isso. Tem, da nossa parte, toda a aquiescência e aprovação, para que a gente possa... E chamar o TSE aqui, chamar empresas capazes, chamar quem tem qualificação para fazer o debate – correto? –, porque o que falam hoje, nas ruas, no Brasil, são horrores com relação ao resultado da eleição, culpando exatamente a urna, por causa da possibilidade de manipulação de resultado que ela tem.

Então, parabéns pela iniciativa e vamos lá!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Senador Zequinha.

Mas é isto: eu, como auditor, vejo que a gente só pode confiar naquilo que é auditável, e a gente precisa exatamente passar para a população essa confiabilidade. Para isso, a gente precisa debater tecnicamente essas questões.

Eu vejo que o debate de 2015, que fizemos na Câmara, foi um debate bastante consistente. Veio 2018, por incrível que pareça, o Presidente era, foi... Porque nós aprovamos o projeto, ele foi vetado, derrubamos o veto, e, nessa discussão, houve a questão de recursos para trocar e se colocar realmente a urna com o voto impresso.

E aí, por questões econômicas, não havia interesse e acabou passando. O Presidente depois ganhou a eleição também e, naquele momento deveria, a meu ver, ter tocado ainda com mais detalhes e com mais insistência esse projeto, mas se omitiu. Depois vieram as eleições, e havia interesse também da polarização, porque esses questionamentos todos que estão sendo feitos deveriam ter sido feitos lá atrás, mas, de qualquer forma, a gente não pode deixar agora a vida toda com essa dúvida.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Por isso, o objetivo deste requerimento é para a gente discutir tecnicamente, se é confiável ou não, se vamos continuar ou não, se vamos deixar como está ou não a forma das eleições com essa urna que está aí questionada.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Pois é, permita-me um parêntese no seu comentário. V. Exa. falou que aquilo que não é auditável...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Não é confiável.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – ... não é confiável.

Eu me lembro do pessoal fazendo propaganda dessa questão da urna eletrônica e se falou da questão bancária, que você movimenta sua conta e tal, e, através... Ótimo! Sim! Eu sou bancário, mas, se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

daqui a dez anos eu quiser saber qualquer coisa que aconteceu hoje, no dia 30 de novembro de 2022, rapidinho os caras vão me dar na mão, porque fica um extrato.

O sistema não lhe permite. Se você vota e, digamos, você entra na Justiça porque deu um problema... Bom, deu um problema e eu quero discutir onde minha amiga, em quem ela votou daqui a x tempo. Aí eu vou à Justiça, a Justiça me dá ganho de causa e manda o TSE, dizendo "abre lá e verifica em quem a secretária votou". Não tem, não tem como fazer isso, correto? Então, o nosso sistema... Dizem que só nós no mundo usamos esse sistema. Esquece isso. É melhor voltar para o canetão até que se tenha alguma coisa que se possa efetivamente auditar e em que se possa confiar.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – É verdade.

Bem, nesses debates que fizemos, Senador Zequinha, em 2015, uma das questões que foram levantadas pelo TSE foi a questão do voto secreto, vamos dizer assim, porque é inviolável essa questão do voto. E aí, quando se falou no voto impresso, caso houvesse algum problema técnico-operacional da impressora – travou a impressora e alguém teria que ir lá consertar –, para ir consertar poderia haver aí a revelação do voto, que é, como o TSE disse, uma questão constitucional, uma cláusula pétrea, porque você não pode violar o voto.

Então, nessa discussão o que nós precisamos ver é a questão técnica. Eu realmente fico achando assim muito ruim a gente pensar que na próxima eleição haverá de novo esse questionamento. Por isso a Comissão Senado do Futuro tem essa missão também de discutir o futuro, não é? Como serão as próximas eleições? Não dá para ficar todo ano com essa discussão.

Então, agradeço aí. E já não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação então o requerimento.

Em votação o Requerimento nº 11.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Também há o Requerimento nº 12, da mesma forma. O Requerimento nº 12 trata da inclusão do Almir Vieira Silva, que participou também desta reunião.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-15 (ANEXO: 015)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO N° 12, DE 2022

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 1/2022 - CSF seja incluído o seguinte convidado: • o Senhor Almir Vieira Silva, Assessor Técnico Especializado do Ministério da Agricultura/CEPLAC.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PL/PA)

Em discussão o Requerimento nº 12. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, vamos colocá-lo em votação.

Em votação o Requerimento nº 12.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Submeto também à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 7ª Reunião, realizada em 25 de novembro de 2022.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 8 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 59 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-15 (ANEXO: 015)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e dezoito minutos do dia nove de novembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Esperidião Amin, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Rose de Freitas, Izalci Lucas, Otto Alencar, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Jaques Wagner, Telmário Mota, Paulo Rocha, Fabiano Contarato, Eliziane Gama e Eduardo Braga, e ainda do Senador não membro Chico Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Luis Carlos Heinze, Guaracy Silveira, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Alvaro Dias, Carlos Fávaro e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores (18ª, 19ª, 20ª e 21ª), que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Emendas da CMA ao PLOA2023 (PLN 32/2022)**. **Finalidade:** Deliberar sobre as sugestões de emendas da Comissão de Meio Ambiente ao PLOA 2023 (PLN 32/2022) Relator: Senador Otto Alencar. **Resultado**: Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer favorável às 4 (quatro) emendas seguintes ao Projeto de Lei nº 32 de 2022-CN: NÚMERO: **60080001** | UO: **44201** | AÇÃO + SUBTÍTULO: 214O **- Gestão do Uso Sustentável da Biodiversidade e Recuperação Ambiental - Nacional** | ACRÉSCIMO: **R$ 350.000.000,00** (trezentos e cinquenta milhões de reais); NÚMERO: **60080002** | UO: **44101** | AÇÃO + SUBTÍTULO: 21A9 - **Implementação de Programas, Planos e Ações para Melhoria da Qualidade Ambiental Urbana – Nacional** | ACRÉSCIMO: **R$ 500.000.000,00** (quinhentos milhões de reais); NÚMERO: **60080003** | UO: **52133** | AÇÃO + SUBTÍTULO: 2E97 - **Operação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz) - Nacional** | ACRÉSCIMO: **R$ 85.000.000,00** (oitenta e cinco milhões de reais); NÚMERO: **60080004** | UO: **53101** | AÇÃO + SUBTÍTULO: 20VR - **Conservação e Recuperação de Bacias Hidrográficas – Nacional** | ACRÉSCIMO: **R$ 300.000.000,00** (trezentos milhões de reais), para investimentos de revitalização da Bacia do Rio São Francisco. Antes de encerrar, o Presidente eventual, senador Esperidião Amin, agradece a confiança do Presidente titular, senador Jaques Wagner, ao designá-lo para a condução da reunião e propõe a dispensa de leitura e aprovação da ata da presente reunião. Aprovada, vai, juntamente com as emendas, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Esperidião Amin

Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente

SF/22349.52747-97

Página: 1/2 09/11/2022 15:01:47

9cde34ce9d6e24d772cbba4a134648a4979ca38b

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(ata autenticada eletronicamente pelo sistema Sedol)

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/11/09

SF/22349.52747-97

Página: 2/2 09/11/2022 15:01:47

9cde34ce9d6e24d772cbba4a134648a4979ca38b

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL SF - 1
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CMA (22ª Reunião, Extraordinária) 09/11/2022

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, que tem o objetivo de deliberar sobre as sugestões de emendas dos membros da Comissão ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2023.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores: 18, 19, 20 e 21.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Convido o prezado amigo, o nosso grande califa, Senador Otto Alencar, para a leitura do seu relatório referente às emendas da Comissão ao orçamento da União de 2023.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA. Como Relator.) – Pois não.

Agradeço a V. Exa., Senador Esperidião Amin.

O nosso Presidente, Senador Jaques Wagner, está em missão no Egito, na COP 27, e me solicitou para participar hoje da reunião, sob a presidência de V. Exa., e apresentar o relatório que nós passaremos agora a ler.

O relatório sobre as propostas das quais resultaram as emendas desta Comissão, da lei orçamentária de 2023, é o Projeto de Lei nº 32, de 2022-CN, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2023".

Com fundamento nas disposições contidas na Resolução nº 1, de 2006-CN, que dispõe sobre a tramitação de matérias orçamentárias, especialmente em seus arts. 43 a 45, esta Comissão de Meio Ambiente reúne-se para deliberar a respeito das propostas de que resultarão até 4 emendas de apropriação e 4 de remanejamento a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2023, Projeto de Lei nº 32, de 2022-CN.

No prazo estipulado, foram indicadas 104 sugestões de emendas relativas a programações orçamentárias para financiar políticas públicas, majoritariamente ao abrigo da concentração material das competências desta Comissão. Desse total, 2 sugestões foram do tipo "remanejamento", 99 do tipo "apropriação" e 3 de texto. Todas elas estão relacionadas em quadro anexo a este parecer.

Esse é o relatório.

O voto.

Foram apresentadas sugestões de emendas de apropriação em número que extrapola o limite máximo de 4 emendas desse tipo reservadas à CMA (Comissão de Meio Ambiente). Dessa forma, devem ser feitas escolhas para se observar o limite máximo definido na regulamentação.

No que se refere à categoria de remanejamento, cujo limite também são 4 emendas, foram apresentadas apenas 2 sugestões de emendas, o que, em tese, viabilizaria a apresentação dessas emendas pela Comissão.

As propostas foram analisadas a partir de fundamentos técnicos, colhidos na legislação de direito financeiro, especialmente na citada Resolução nº 1, de 2006-CN. Em especial, dois fundamentos nortearam o trabalho de análise feito por esta relatoria. O primeiro foi o de que as emendas exibissem caráter institucional, no sentido de manter relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos. O outro fundamento foi o de que as propostas representassem interesse nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Podemos afirmar que as propostas de emendas exibiram grande mérito e apresentaram, no conjunto, aderência aos temas constantes da pauta de trabalhos desta Comissão. Na impossibilidade, contudo, de aprovarmos todas, optamos por recomendar programações de reconhecida urgência e oportunidade, contemplando todos os Parlamentares que contribuíram com sugestões para a concretização das políticas públicas relacionadas ao nosso meio ambiente.

No que se refere às sugestões de remanejamento, a de nº 60 apresenta como cancelamentos compensatórios programações de unidades orçamentárias do Ministério do Meio Ambiente, o que não é recomendável, tendo em vista as necessidades de recursos do órgão, sendo que a unidade orçamentária é o Ministério do Desenvolvimento Regional, o que contraria o art. 45 da Resolução nº 1/2006. Já a sugestão de emenda de nº 62 não se enquadra nas atribuições desta Comissão, além de que o cancelamento oferecido fere, respectivamente, os arts. 38 e 45 da Resolução 1/2006 – CN. Portanto, nenhuma das emendas de remanejamento deve ser acatada. As sugestões de emendas de texto também não devem ser acatadas pois fogem do âmbito das competências regimentais desta Comissão.

Dessa forma, será viabilizada a apresentação de 4 emendas de apropriação/acréscimo ao Projeto de Lei nº 32, de 2022-CN, destinadas às seguintes ações e unidades orçamentárias:

a) Programação “214O – Gestão do Uso Sustentável da Biodiversidade e Recuperação Ambiental – Nacional”, no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), sequencial 2348, no valor de R$350 milhões, atendendo aos objetos das sugestões dos Senadores Confúcio Moura, Eliziane Gama, Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Jean Paul Prates, Leila Barros, Nelsinho Trad, Paulo Rocha, Randolfe Rodrigues, Veneziano Vital do Rêgo e Wellington Fagundes (sugestões de emenda CMA nº 5, 34, 39, 53, 65, 73, 74, 79, 83, 92 e 102);

b) Programação “21A9 – Implementação de Programas, Planos e Ações para Melhoria da Qualidade Ambiental Urbana – Nacional”, no Ministério do Meio Ambiente – Administração Direta, sequencial 2334, no valor de R$500 milhões, atendendo aos objetos das sugestões dos Senadores Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Nelsinho Trad, Paulo Rocha, Plínio Valério, Randolfe Rodrigues e Rose de Freitas (sugestões de emenda CMA nº 3, 31, 50, 75, 81, 87 e 104);

c) Programação “2E97 – Operação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul – Nacional”, na Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, sequencial 2533, no valor de R$85 milhões, atendendo aos objetos das sugestões dos Senadores Luis Carlos Heinze, Nelsinho Trad, Paulo Rocha, Plínio Valério, Wellington Fagundes e Zequinha Marinho (sugestões de emenda CMA nº 1, 2, 7, 55, 68 e 80); e

d) Programação “20VR – Conservação e Recuperação de Bacias Hidrográficas – Nacional”, no Ministério do Desenvolvimento Regional – Administração Direta, no valor de R$300 milhões atendendo ao objeto de sugestão do Senador Otto Alencar, que seja investido para a revitalização da Bacia do Rio São Francisco (sugestão de emenda CMA nº 59).

A elaboração das emendas a partir das propostas aprovadas deve observar os ajustes técnicos necessários ao atendimento das normas aplicáveis ao PLOA 2023, bem como aqueles acertados nesta deliberação, como o de valor. Ademais, as emendas devem fazer-se acompanhar da ata desta reunião, na qual se especificará a decisão aqui tomada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Finalmente, sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Sala da Comissão, 9 de novembro de 2022.

Esse é o relatório, meu estimado amigo, nobre Senador da República Esperidião Amin.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo, Senador Otto Alencar, pela qualidade da apresentação, pela clareza e pedir que transmita ao Senador Jaques Wagner meu agradecimento pela demonstração de confiança "trans Rio Jordão" que ele revelou ao permitir que eu o substituísse no seu momentâneo impedimento por uma missão muito nobre. Aliás, ele vai voltar de lá falando um pouquinho de árabe...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... porque ele vai para Sharm el-Sheikh...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Pois é. *Alhamdulilla!*

Inshallah!

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – *Inshallah!*

E vai falar, além de *shalom*, *saalam aleikum...*

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – *Salaam aleikum*.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O relatório do Senador Otto Alencar está em discussão, para cumprirmos a formalidade. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, e a minha manifestação é de aplauso, vou colocar em votação.

Aqueles que concordam com o relatório do Senador Otto Alencar permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer, favorável às quatro emendas de apropriação desta Comissão de Meio Ambiente ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 32, de 2022.

Solicito à Secretaria que realize os ajustes necessários para adequar as emendas ao relatório aprovado.

E já vou antecipar com a aprovação da ata.

Nos termos do art. 44, inciso I, da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, as emendas devem ser apresentadas à CMO juntamente com a ata da reunião que as aprovou.

Nesse sentido, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata desta 22ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, colocando em ata meu agradecimento pela demonstração de confiança do Senador Jaques Wagner.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata também está aprovada e será encaminhada à CMO, conforme previsto no Regimento.

Declaro encerrada a reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-15 (ANEXO: 015)

(*Iniciada às 11 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 29 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às oito horas e quarenta e três minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Jaques Wagner, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Rose de Freitas, Esperidião Amin, Plínio Valério, Izalci Lucas, Carlos Fávaro, Otto Alencar, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Fabiano Contarato e Leila Barros. Deixam de comparecer os Senadores Luis Carlos Heinze, Guaracy Silveira, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Alvaro Dias, Telmário Mota e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência comunica documentos recebidos pela Secretaria, consignando prazo para solicitação de autuação. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3906, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, para garantir a reprodução das cheias naturais a jusante dos reservatórios operados por agentes públicos e privados." **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de Pauta. **ITEM 2 - Minuta de Indicação** que: "Sugere ao Poder Executivo providências relativas ao aperfeiçoamento do Cadastro Ambiental Rural (CAR), ao combate à grilagem de terras, à melhoria da governança fundiária para coibir o desmatamento ilegal dela decorrente e ao combate à ocupação e ao desmatamento ilegais nas Florestas Públicas Não Destinadas (FPND)." **Autoria:** Sen. Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovada a apresentação. **ITEM 3 - Minuta de Indicação** que : "Sugere ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) providências relativas ao aperfeiçoamento do Cadastro Ambiental Rural (CAR), ao combate à grilagem de terras, à melhoria da governança fundiária para coibir o desmatamento ilegal dela decorrente, ao combate à ocupação e ao desmatamento ilegais nas Florestas Públicas Não Destinadas (FNDP)." **Autoria:** Sen. Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovada a apresentação. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 66, de 2021** que: "Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre os riscos significativos ao meio ambiente que a possibilidade de outorga de lavra garimpeira e suas atividades em área onerada no território nacional e instruir o PL 3368/2021." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito, na reunião, pelo Senador Fabiano Contarato. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 49, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 34/2022 - CMA, com o objetivo de instruir o PLS 222/2016, que “institui a Política de Desenvolvimento Sustentável da Caatinga” seja incluído o convidado que relaciona." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito, na reunião, pelo Senador Fabiano Contarato. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e vinte e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Jaques Wagner
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/11/23

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, que se realiza no dia de hoje, 23 de novembro de 2022.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

1 – Ofício GPDL 0347/2022, da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, contendo moção de apelo para revisão imediata e suspensão de parte das espécies de peixes indicados como ameaçados de extinção nas Portarias 148/2022 e 445/2014 do Ministério do Meio Ambiente;

2 – Ofício nº 191/2022 da Câmara Municipal de Novo Progresso, Pará, contendo pedido de providências decorrentes da audiência pública realizada naquela Câmara em defesa da regularização da atividade de garimpo na região e contra legalizar arbitrariedades do poder público, em especial agentes da proteção ambiental;

3 – Ofício nº 72/2022-GVOPO, do Vereador Oseas de Paulo Oliveira, do Partido Republicano, da Câmara Municipal de Rio Preto da Eva, Amazonas, contendo solicitação de instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a atuação de ONGs na Amazônia, que, segundo ele, vêm fomentando a exploração da fauna e da flora, de gás e de petróleo, além de outros produtos nativos, levados sem qualquer fiscalização ou prestação de contas.

Nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa deste Senado, os documentos estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão na internet, pelo prazo de 15 dias, podendo ser solicitada pelos membros a correspondente autuação até lá.

Objetivo e diretrizes da reunião.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão, ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores registrarem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presença e votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente. As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão", no *chat* da ferramenta, para os Senadores que participam remotamente.

Eu queria, antes de entrar na pauta, fazer alguns comentários.

Primeiro, gostaria de parabenizar o ganhador do 55º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, cujo nome do documentário é A invenção do outro, de Bruno Jorge. Ele foi o grande vencedor, como eu já disse, do prêmio de melhor longa-metragem.

A obra acompanha a expedição da Funai e Sesai, Secretaria de Saúde Indígena, vinculada ao Ministério da Saúde, liderada por Bruno Pereira, indigenista assassinado em junho deste ano junto com Dom Phillips na região quando faziam outra missão também de proteção e descoberta de tribos indígenas isoladas.

Os expectadores são convidados a uma imersão diante do desafio de estabelecer o primeiro contato com o grupo de indígenas isolados da etnia do Korubos, na região do Vale do Javari, Estado do Amazonas. É um orgulho para o cinema nacional e para o povo brasileiro, muito bem representado por servidores do Estado, como este da Funai e Sesai. E, sem dúvida nenhuma, uma homenagem aos dois assassinados naquele triste episódio.

Nós, na verdade, já estamos chegando ao final de mais uma Legislatura no Senado Federal, que coincide com a reta final da minha Presidência frente a esta Comissão, na medida em que em fevereiro do ano que vem já deveremos eleger outro Presidente.

Temos cerca ainda de um mês de trabalhos legislativos, oportunidade de darmos encaminhamentos a temas de relevância para a agenda socioambiental que dependem desta Comissão. E, sem dúvida nenhuma, nutrir muitas esperanças em relação ao novo governo na questão ambiental, cujo maior testemunho foi a presença do Presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, em Sharm el-Sheikh na COP 27, na 27ª Conferência das Partes da Convenção do Clima das Nações Unidas.

Participamos de atividades, eu particularmente mais um assessor, junto à sociedade civil, que não coincidiram com o período do Presidente Lula; eu estive lá antes da chegada do Presidente eleito. Realizamos eventos com Parlamentares de toda a América do Sul e Caribe, além de várias conversas bilaterais.

O principal resultado desta edição da COP, arrisco dizer, está na criação de um fundo para financiar perdas e danos climáticos nos países mais vulneráveis. Essa ação é de substancial importância especialmente porque demonstrou a capacidade de os países emergentes, chamados por lá de G77, em atuar de maneira conjunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No entanto, é preciso lembrar que o fundo não começa a funcionar diretamente e que a cobrança deve continuar sendo feita para que os recursos possam chegar àqueles que precisam. Na verdade, nas negociações que correm no âmbito da COP, fora tudo o que acontece no âmbito da sociedade civil, as negociações não avançaram muito. Mais uma vez, houve uma resistência dos países desenvolvidos, que pediram um postergamento de mais dois anos sobre essa matéria.

Importante ressaltar que o objetivo central de reduzir em nível global as emissões de gases do efeito estufa para que o aquecimento global não ultrapasse 1,5º C neste século não encontrou muito avanço nesta COP. Precisamos organizar um esforço global para reduzir em 43% as emissões de gases estufa até 2030, quando comparado ao que o mundo emitiu em 2019, para nos mantermos na meta. Hoje chegamos a apenas 0,3% desse total.

Como muito bem colocou o Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, recebido no evento com grande entusiasmo, o Brasil está de volta ao cenário mundial e cobrará para que as metas já definidas em acordos anteriores sejam cumpridas. Faremos nossa parte e cobraremos que todos os países façam o mesmo.

No dia 10 de novembro, no âmbito da COP, realizamos uma reunião do Observatório Parlamentar de Mudança Climática e Transição Justa, iniciativa promovida em parceria com a Cepal e a nossa Comissão, que tem o objetivo de trocar experiências com Parlamentares da América Latina e do Caribe sobre legislações ambientais. São praticamente dois anos desse trabalho, já estamos marchando por uma plataforma onde os Parlamentares poderão trocar exatamente experiências, e o espírito é exatamente de absorvermos as melhores práticas e as melhores legislações nos diversos países da América do Sul e do Caribe.

Na ocasião, apresentamos o documento, comprometendo-nos a valorizar a biodiversidade, dar a devida atenção aos relatórios científicos sobre questões ambientais e ajudar a promover uma transição justa, voltada para a economia sustentável de baixo carbono.

Ademais, o PCC, na sigla em inglês, está trabalhando para montar comparativos e análise entre as legislações que envolvem o clima e o meio ambiente na região. O primeiro desses comparativos será sobre as leis nacionais sobre mudanças climáticas

Esses são alguns dos direcionamentos que julgamos de relevância para o cenário climático atual. É imprescindível que daqui para diante, deixemos de fingir que não estamos vendo a emergência climática posta e passemos a implementar medidas efetivas de combate às mudanças de clima, seja para adaptação a efeitos impostos, seja para mitigação dos efeitos que estão por vir. Milhões de vidas, não apenas humanas, dependem disso.

Eu quero dizer que essa iniciativa me orgulha e me alegra muito, porque ela partiu dum diálogo nosso, da Comissão com a Cepal, que tem dado uma sustentação técnica muito grande a essa iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conseguimos inclusive apoio financeiro de entidade internacional que também investe em programas voltados para o meio ambiente, e eu creio que o processo está se amadurecendo. Não é fácil você juntar 17, 20 vinte países para dialogar, mas eu sinto – e na reunião estávamos representados vários Deputados e Senadores de diversos Parlamentos latino-americanos e também do Caribe – que a iniciativa se consolida e eu creio que poderá ser um exemplo inclusive para outros continentes para que a gente possa fazer o mesmo.

Então eu quero dizer que, além do fórum da geração ecológica, eu diria que são duas iniciativas que conseguimos fazer funcionar no âmbito desta Comissão, além evidentemente – eu tenho um resumo aqui – de tudo que nós conseguimos aprovar, encaminhar ou resistir quando o tema tratava de precarização de leis ambientais.

Quero dizer e agradecer a toda a equipe técnica aqui da CMA, à equipe técnica do gabinete, por todo o apoio, a toda a consultoria do Senado, que sempre é fundamental para esse trabalho, por tudo que nós conseguimos evoluir nessa Comissão. E rogo que o próximo Presidente ou a próxima Presidenta possa, até em sinergia com o próximo Governo que toma posse no dia 1ª de janeiro, produzir ainda mais do que nós conseguimos produzir aqui.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 3906, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, para garantir a reprodução das cheias naturais a jusante dos reservatórios operados por agentes públicos e privados.

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação

Observações: *1. A matéria será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa.*

É da lavra da Senadora Maria do Carmo Alves, de Sergipe, e a relatoria é do Senador Otto Alencar, que já nos entregou o relatório. No entanto, a Senadora Maria do Carmo Alves, autora, reenviou uma solicitação, por *e-mail*, para a Secretaria da Comissão pedindo a retirada da pauta da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como a matéria é da autoria da Senadora, não há por que não atender o pedido dela. Então, estou retirando de pauta o item 1 da pauta, o projeto que altera a Lei nº 9.433.

Item 2.

Minuta de Indicação ao Poder Executivo.

Sugere ao Poder Executivo providências relativas ao aperfeiçoamento do Cadastro Ambiental Rural (CAR), ao combate à grilagem de terras, à melhoria da governança fundiária para coibir o desmatamento ilegal dela decorrente e ao combate à ocupação e ao desmatamento ilegais nas Florestas Públicas Não Destinadas (FPND).

Autoria: Senador Fabiano Contarato.

Observações: Indicação decorrente da avaliação realizada no âmbito do relatório ao REQ 1/2022-CMA.

Senador Fabiano, V. Exa. está lincado? Senador Fabiano... (*Pausa.*)

Olá. Bom dia.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Concedo a palavra a V. Exa. para apresentação da minuta a que acabo de me referir, o item 2 da pauta.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Presidente.

> Com amparo no art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), sugerimos ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República que adote, por meio dos órgãos competentes, as seguintes providências:
> 1. Relativamente a aperfeiçoamentos ao CAR:
> a) Na regulamentação do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões, de que trata a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 (Política Nacional sobre Mudança do Clima), estabelecer mecanismo de registro, conferência e vinculação fundiária da origem do carbono florestal capturado (pela restauração florestal ou reflorestamento) e mantido em projetos de REDD+ com o registro público do imóvel respectivo. A comercialização ou qualquer tipo de obrigação ou transação relativa a carbono florestal deve constar no registro do imóvel respectivo para conhecimento público, além de estar em acordo com os mecanismos específicos de registro de créditos ou compensação de carbono criados pela regulamentação própria;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

b) Nos termos da legislação vigente (Código Florestal e Lei de Crimes Ambientais), implementar o embargo administrativo remoto, automático e obrigatório do uso das áreas ilegalmente desmatadas e autuar os infratores remotamente (via correio eletrônico, dentro do próprio sistema de registro do CAR, ou outro meio virtual ou não presencial, como edital público no caso de desmatamento em imóveis fora do CAR). Uma vez que os interessados (proprietários ou detentores de posse legítima) de áreas inscritas no CAR com sobreposição total ou parcial a desmatamento em área pública sejam identificados formalmente no sistema do cadastro, o embargo remoto do uso da área será efetivo e poderia ser feito até mesmo automaticamente, mediante cruzamento de dados de desmatamento com o CAR.

2. Acerca do combate à grilagem de terras no Brasil:

a) Aumentar o orçamento e reforçar as ações de fiscalização e repressão contra ocupação ilegal de florestas públicas, desmatamento e práticas de corrupção, aprimorando a coordenação entre os órgãos responsáveis (federais, estaduais e municipais) e as ações realizadas por cada um;

b) Investir em ações de digitalização e vetorização dos acervos dos órgãos fundiários federais e estaduais para aprimorar o diagnóstico de áreas sem destinação.

3. Com relação à construção de uma política de governança fundiária mais eficiente:

- Atualizar e avançar no detalhamento do Zoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia, com metas para o Desmatamento Zero antes de 2030, metas de conservação, recuperação florestal, consolidação e regularização ambiental, destinação para Unidades de Conservação da Natureza e Terras Indígenas e de Povos e Populações Tradicionais e de proteção das florestas, em parceria com os estados para definição e regulamentação da consolidação das áreas apropriadas para atividades agropecuárias e proteção efetiva das áreas mais sensíveis e de alta biodiversidade.

4. Acerca do combate ao desmatamento ilegal decorrente dos problemas do modelo atual de regularização fundiária:

a) Resgatar o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado), que foram, infelizmente, desmontados e extintos pelo atual Governo Federal;

b) Utilizar imagens de satélite georreferenciadas periciadas para identificar com precisão as áreas desmatadas na instauração de ação civil pública (ACP), já que, a cada ano, são registrados 23 mil novos focos de desmatamento na Amazônia Legal;

c) Cruzar informações da área desmatada com bases públicas de dados (CAR, Sistema de Gestão Fundiária (Sigef), Programa Terra Legal etc.) para identificar os possíveis réus das ações e, quando não for possível identificar os reais infratores, propor, por meio da Advocacia-Geral da União ou outros legitimados ativos, ações civis públicas contra réu incerto, identificando com precisão a área desmatada em ferramenta de consulta pública *online*, reduzindo assim o interesse econômico da grilagem, já que quem ocupar a área no futuro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poderá entrar como polo passivo na ação, e coibindo a comercialização de produtos oriundos dessas áreas;
d) Instaurar, por meio da Advocacia-Geral da União, em parceria com o Ministério Público (Federal e dos estados), novas ações civis públicas a cada ano, começando pelas maiores áreas desmatadas e seguindo progressivamente para as menores, com o objetivo de ampliar a proteção ambiental;
e) Incrementar políticas de prevenção, por meio do uso de imagens de satélite, como prova para punir o desmatador, sem necessidade de autuação presencial, tal como ocorre nos sistemas de trânsito;
f) Criar urgentemente Unidades de Conservação da Natureza (ou declarar outras áreas protegidas) sobre os mais de 50 milhões de hectares de terras públicas que estão na Amazônia sem qualquer destinação pelo Governo Federal, áreas que são o principal alvo de especulação e de invasão por grileiros;
g) Ampliar o controle da origem da produção agropecuária e florestal na Região Amazônica (rastreabilidade de *commodities*);
h) Ampliar a transparência dos dados ambientais e fundiários, realizando o embargo remoto automático e em escala das áreas de desmatamento ilegal detectadas e a suspensão do CAR e da regularização fundiária dos imóveis com desmatamento ilegal;
i) Realizar o embargo remoto por edital do uso das áreas desmatadas ilegalmente nos casos de áreas públicas fora do CAR, inviabilizando assim a possibilidade de regularização fundiária federal e pelos estados.
5. Relativamente ao combate à ocupação e ao desmatamento ilegais nas Florestas Públicas Não Destinadas (FPND):
a) Retomar a fiscalização em escala (no âmbito do PPCDAm) com a punição a grileiros que invadem e desmatam terras públicas, reativando a capacidade operacional das autarquias de controle e fiscalização (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) e levando a cabo os processos de punição dos ilícitos ambientais, dado que é bastante plausível que o aumento do desmatamento nas FPND (por volta de 30% do total anual desmatado) tenha ligação com o desmantelamento da política ambiental e fundiária do país e com a redução das multas ou autos de infração e ações contra desmatadores ilegais nos últimos três anos;
b) Instituir força-tarefa para destinação de FPND, aproveitando o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal e o Fórum Interestadual de Presidentes de Institutos de Terras, que poderiam servir de base para tal força-tarefa.

Eu pediria permissão para não ler a justificativa e passar já para essa finalização, qual seja, a de que, por essas razões, apresentamos essa proposição, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-15 (ANEXO: 015)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Contarato, eu imagino que V. Exa. se utilizou bem da audiência pública que nós fizemos aqui na Comissão, exatamente discutindo a atualização e a melhoria do Cadastro Ambiental Rural. Então, eu o parabenizo e tenho certeza de que seu indicativo à Presidência será muito bem recebido a partir de 1º de janeiro de 2023. Eu espero que se dê encaminhamento.

Eu coloco em discussão a proposta de minuta de indicação ao Poder Executivo que acaba de ser justificada pelo Senador Contarato. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação a minuta apresentada.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A matéria está aprovada e vai à Mesa do Senado Federal.

O item 3 da pauta, também de autoria do Senador Fabiano Contarato, é outra indicação ao Poder Executivo.

ITEM 3

MINUTA DE INDICAÇÃO N° , DE 2022

Sugere ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) providências relativas ao aperfeiçoamento do Cadastro Ambiental Rural (CAR), ao combate à grilagem de terras, à melhoria da governança fundiária para coibir o desmatamento ilegal dela decorrente, ao combate à ocupação e ao desmatamento ilegais nas Florestas Públicas Não Destinadas (FNDP).

Autoria: Senador Fabiano Contarato

Resultado: Aprovada a apresentação

Concedo novamente a palavra ao Senador Fabiano Contarato para apresentação de sua minuta.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para encaminhar. *Por videoconferência.*) – Com amparo no art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), sugerimos ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) que adote as seguintes providências:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. Relativamente a aperfeiçoamentos ao CAR:

a) integrar dados geridos pelo Poder Executivo e pelo Poder Judiciário (cartórios extrajudiciais), integrando o CAR aos Registros Públicos, regulados pela Lei nº 6.015/1973, e tornando obrigatória a averbação do CAR na matrícula do registro imobiliário, sem ônus;

b) efetivar no Sicar (e nos sistemas estaduais) mecanismo de bloqueio automático de registro de inscrição no CAR de posse ou propriedade rural em terras públicas federais (destinadas e não destinadas) e estaduais com notificação automática para órgãos fundiários adotarem as medidas jurídicas e judiciais apropriadas e tempestivas contra tentativa de grilagem de terras públicas.

2. Acerca do combate à grilagem de terras no Brasil:

a) aprimorar a transparência nos órgãos e instituições responsáveis pela governança fundiária brasileira, com melhorias na abertura dos dados e no acesso a informações sobre o tema, além de adotar mecanismos para a proteção de denunciantes, defensores ambientais e cidadãos que realizam o controle social contra ameaças e retaliações dos grileiros;

b) aumentar o orçamento e reforçar as ações de fiscalização e repressão contra ocupação ilegal de florestas públicas, o desmatamento e as práticas de corrupção, aprimorando a coordenação entre órgãos responsáveis (federais e estaduais) e ações realizadas por cada um;

c) revisar a atual legislação infralegal, revogando o art. 12 do Decreto nº 10.592, de 2020, que privilegia destinação de florestas à titulação, revogando também as decisões da Câmara Técnica que destinaram florestas públicas para regularização fundiária, e indeferindo novos pedidos de titulação sobrepostos a florestas públicas;

d) estabelecer como norma ou regra a exigência de compromisso de recuperação de desmatamento ilegal antes da titulação;

e) promover consulta pública para a edição de nova regra de operação da Câmara Técnica que define a destinação de florestas públicas, respeitando a proteção de florestas públicas e explicitando quais categorias de destinação são permitidas por lei em florestas públicas, além de estabelecer um processo de Consulta Pública para coleta de contribuições sobre glebas em avaliação;

f) investir em ações de digitalização e vetorização dos acervos dos órgãos fundiários federais e estaduais, para aprimorar o diagnóstico de áreas sem destinação.

3. Com relação à construção de uma política de governança fundiária mais eficiente:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a) construir cadastro fundiário integrado, com a regularização das posses privadas existentes, propiciando negócios e trocas transparentes de terras, estabelecendo limites para que novos ocupantes não surjam, e estabelecimento de cobrança correta, efetiva e justa de ITR e do IPTU;

b) promover a integração das legislações fundiárias nas diferentes esferas federativas, com a criação de um quadro institucional adequado;

c) reestruturar e retomar a política pública de regularização fundiária de territórios quilombolas, conforme preceitua o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição e Decreto nº 4887/2003, com recomposição orçamentária adequada a sua efetividade, e participação das comunidades quilombolas em todas as etapas – elaboração, implementação, monitoramento e avaliação –, conforme previsto na Convenção 169 da OIT.

4. Acerca do combate ao desmatamento ilegal decorrente dos problemas do modelo atual de regularização fundiária:

a) cruzar informações de segurança da área desmatada com bases públicas de dados (CAR, Sigef, Programa Terra Legal, etc.) para identificar os réus das ações e, quando não for possível, identificar os reais infratores, propor através da Advocacia Geral da União ou outros legitimados ativos Ações Civis Públicas contra réu incerto, identificando com precisão a área desmatada em ferramenta de consulta pública *online*, diminuindo o interesse econômico da grilagem, já que quem ocupar a área no futuro poderá entrar como polo passivo na ação, e coibindo a comercialização de produtos oriundos dessas áreas;

b) evitar a regularização fundiária de áreas recém-desmatadas ilegalmente, utilizando o sistema do Terra Legal e as imagens do MPF de maneira determinante para proceder com o processo de regularização fundiária pelo Incra, e buscar a reparação do dano ambiental causado por desmatamentos ocorridos na Amazônia, bem como a retomada das respectivas áreas;

c) ampliar a transparência dos dados ambientais e fundiários, realizando o embargo remoto automático e em escala das áreas de desmatamento ilegal detectadas e a suspensão do CAR e da regularização fundiária dos imóveis com desmatamento ilegal;

d) realizar o embargo remoto por edital em escala do uso das áreas desmatadas ilegalmente nos casos de desmatamentos ilegais em áreas públicas fora do CAR inviabilizando assim a possibilidade de regularização fundiária federal e pelos estados.

5. Relativamente ao combate à ocupação e ao desmatamento ilegais nas Florestas Públicas Não Destinadas (FNDP):

a) cancelar e suspender os registros de imóveis no Sicar sobrepostos às terras públicas e FPND, pelo SFB e órgãos ambientais dos estados da Amazônia;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

b) retomar os procedimentos de destinação das FPND pelos estados e pelo Governo Federal, com salvaguardas, já que dos 56,5 milhões de hectares de FPND, a maior parte (56%) pertence à esfera estadual, mas as de domínio federal (44%) são aquelas mais desmatadas ou ameaçadas;

c) criar Áreas de Limitações Administrativas Provisórias (Alap), com base no art. 22-A da Lei nº 9.985/2000, como forma de concentrar esforços em curto prazo para destinação de FPND inseridas no CNFP, considerando a pressão crescente nessas áreas devido ao avanço do desmatamento e priorizando as florestas estaduais não destinadas no CNFP no Estado do Amazonas, que somam 29,7 milhões de hectares;

d) retomar a fiscalização em escala (nos moldes do Plano de Prevenção e Controle dos Desmatamentos da Amazônia – PPCDAm) com a punição a grileiros que invadem e desmatam terras públicas, reativando a capacidade operacional das agências de controle de sua jurisdição (Incra) e levando a cabo os processos de punição destes ilícitos ambientais, já que é bastante plausível que o aumento do desmatamento nas FPND (por volta de 30%) tenha ligação com o desmantelamento da política ambiental e fundiária do país e com a redução das multas e ações contra desmatadores ilegais nos últimos três anos;

e) apoiar as ações do Judiciário contra a grilagem na Região Amazônica, bem como aumento dos meios técnicos que permitam contribuir com a qualificação técnica das denúncias (Ações Civis Públicas levantadas pelos Ministérios Públicos Estaduais e pelo Ministério Público Federal);

f) instituir força-tarefa para destinação de FPND, aproveitando o Consórcio Interestadual da Amazônia Legal e o Fórum Interestadual de presidentes de Institutos de Terras, que poderia servir de base para tal força-tarefa;

g) promover ações mais contundentes para melhorar os processos de rastreabilidade das cadeias de produção agropecuária, aproveitando os caminhos abertos pela Moratória da Soja e pelos TAC da carne;

h) desincentivar investimentos agropecuários em terras públicas, em especial nas FPND, por meio da disseminação sistemática e estruturada de informações de qualidade sobre os riscos de desmatamento adicional.

A justificação, eu peço a V. Exa. permissão para não proceder à leitura.

É essa a manifestação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Contarato.

Parabéns por mais essa indicação.

Eu coloco a matéria em discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-15 (ANEXO: 015)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA. Para discutir.) – Só para parabenizar o Senador Fabiano Contarato pela indicação. Considero-a muito pertinente ao momento que nós estamos vivendo no Brasil, com as queimadas, com a utilização incorreta do desmatamento para a exploração de terras indígenas na busca do ouro ou de outros metais importantes. Essa é uma situação gravíssima, e eu, há pouco, falava com o Senador Jaques Wagner, quando vi essa indicação.

A Floresta Amazônica e os rios amazônicos podem ter o destino de outros rios que hoje estão altamente comprometidos pelo desmatamento das matas ciliares nas nascentes, pelo desmatamento das matas ciliares nos rios tributários e também nas calhas principais dos rios, sobretudo o Rio São Francisco. Lá no meu Estado, na Bahia, outros rios de responsabilidade do próprio Estado da Bahia têm os mesmos problemas.

E o comprometimento do uso da água, a cada dia que passa, fica mais criminoso pelos criminosos que o fazem sem o obedecimento à legislação que rege toda essa matéria. A água é fundamental, é o único elemento que existe na Terra que não tem substituição. Hoje já tem deficiência e falta de água em quantidade e qualidade para consumo humano, para consumo animal, para consumo industrial, para agricultura e para geração de energia. Portanto, a outorga d'água e combater a grilagem nessas terras são fundamentais para manter a oferta de água em quantidade, sobretudo no item principal que ela atende, que é o consumo humano.

E eu vejo que este momento é um momento em que nós devemos trabalhar nessa direção, até porque o compromisso do Presidente Lula foi muito claro lá na COP 27, quando ele disse que iria trabalhar pela preservação das nossas florestas.

Lá na Bahia – o Senador Jaques Wagner sabe –, nós temos a nossa Mata Atlântica, que hoje tem, no máximo, 20% de preservação. Se não fosse a mata de cabruca, do cacau, nós teríamos problemas maiores no nosso estado.

Fabiano, eu quero parabenizá-lo pelo seu trabalho, pelo seu conhecimento, pelo seu comprometimento na defesa do meio ambiente, sobretudo na defesa, como eu faço, das florestas e, mais do que isso, das águas. Eu estou falando com você agora e tenho certeza absoluta de que alguém está desmatando uma nascente e, consequentemente, matando uma nascente, onde é o local da produção da água, até porque a água não vem de baixo, do solo para cima, mas das chuvas que formam os aquíferos, e os aquíferos só são mantidos onde tem floresta. São exatamente as raízes das árvores que dão porosidade ao solo para a penetração da água e alimentação do talvegue, que é o braço subterrâneo da nascente. A água brota e mantém a humanidade. Portanto, eu o parabenizo pela sua sensibilidade, pelo seu trabalho, pelo seu compromisso com o setor do meio ambiente. Parabéns!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado pelos seus comentários, Senador Otto Alencar.

Pergunto se mais algum Senador pretende discutir a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação a minuta apresentada pelo Senador Fabiano Contarato.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a minuta de indicação ao Poder Executivo, ao Ministério da Agricultura, a matéria vai à Mesa.

O item 4 da pauta é o Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 66, de 2021, de autoria do Senador Jean Paul Prates.

Senador Contarato, a informação que eu tenho é a de que V. Exa. vai subscrevê-lo, já que o Senador Jean Paul não está aí.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – É isso mesmo, Sr. Presidente.

Eu requeiro a V. Exa. a subscrição tanto no requerimento de audiência pública, que é o item 4, quanto no item 5 também, que é de autoria do querido Senador Jean Paul Prates.

Queria aproveitar aqui para agradecer as palavras generosas do querido Senador Otto Alencar e falar que eu me espelho muito em V. Exa. e no Senador Jaques para que possa desempenhar um mandato que vá nessa direção, porque eu não me canso de falar que proteger o meio ambiente é proteger toda e qualquer forma de vida que há por vir. Obrigado, querido Senador Otto. Obrigado, Senador Jaques.

Coloco-me à disposição e requeiro a subscrição dos itens 4 e 5, com requerimentos sobre audiência pública do Senador Jean Paul Prates.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador, eu é que agradeço as suas palavras generosas também em relação a mim e ao meu amigo Senador Otto Alencar e digo, também, que a convivência com V. Exa., ao longo destes quatro anos, só tem enriquecido os nossos valores humanos pela personalidade e pessoa que V. Exa. é, com muita honestidade pessoal, com muita coragem, com muito honestidade intelectual. Quero dizer a V. Exa. que é um orgulho tê-lo nos quadros do Partido dos Trabalhadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-15 (ANEXO: 015)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. só continua me devendo uma visita com a sua família na Bahia.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. *Por videoconferência*.) – Irei o mais breve possível.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – V. Exa. não pode receber a alcunha de prometer e não cumprir. Então, V. Exa. está me devendo essa visita.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. *Por videoconferência*.) – Não, jamais.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – O Requerimento 66, de 2021, é subscrito pelo Senador Fabiano Contarato.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 66, DE 2021

- Não terminativo -

Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre os riscos significativos ao meio ambiente que a possibilidade de outorga de lavra garimpeira e suas atividades em área onerada no território nacional e instruir o PL 3368/2021.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN) e outros

Em votação o requerimento apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O item 5 da pauta é também do Senador Jean Paul Prates e igualmente subscrito pelo Senador Fabiano Contarato.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 49, DE 2022

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-15 (ANEXO: 015)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 34/2022 - CMA, com o objetivo de instruir o PLS 222/2016, que "institui a Política de Desenvolvimento Sustentável da Caatinga" seja incluído o convidado que relaciona.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN) e outros

Em votação o requerimento apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar...

Eu iria fazer um pequeno balanço, mas, como semana que vem nós vamos ter mais uma semana e nesta sexta teremos uma audiência pública, requerimento do Senador Jean Paul Prates, eu prefiro deixar para a próxima quarta-feira para fazer um balanço daquilo que nós conseguimos aprovar e do que está distribuído na mão de Relatores que ainda não entregaram os seus relatórios. Será só para fazer um balanço destes nossos dois anos de trabalho.

Agradeço a todos a presença.

E até a semana que vem.

(*Iniciada às 8 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 26 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-15 (ANEXO: 015)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2022, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e doze minutos do dia vinte e cinco de novembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Jean Paul Prates, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Esperidião Amin, Plínio Valério, Izalci Lucas, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Jaques Wagner, Telmário Mota e Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Rose de Freitas, Luis Carlos Heinze, Guaracy Silveira, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Alvaro Dias, Carlos Fávaro, Otto Alencar e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa (PLS 222/2016)**, atendendo aos requerimentos REQ 34/2022 - CMA, de autoria Senador Jean Paul Prates (PT/RN), REQ 49/2022 - CMA, de autoria Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Fabiano Contarato (PT/ES), REQ 5/2019 - CMA, de autoria Senador Jean Paul Prates (PT/RN), e PLS 222/2016, de autoria Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei do Senado n° 222 de 2016, que institui a Política de Desenvolvimento Sustentável da Caatinga. **Participantes:** Sr. Adilson Ribeiro dos Santos, Diretor presidente (representante de: Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (COOPERCUC)); Sr. Carlos Roberto Sorensen Dutra da Fonseca, Professor e um dos Coordenadores do Projeto Caatinga Potiguar (representante de: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)); Sr. Francisco Jozivan do Nascimento, Doutor em Agronomia, Ecologia Vegetal e Meio Ambiente pela UFPB e Assessor Técnico do IDEMA/RN (representante de: Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA/RN); Sr. José Moacir dos Santos, Presidente do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA (representante de: Diretoria da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA)); Sra. Márcia Vanusa da Silva, Professora e Pesquisadora (representante de: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)); Sra. Rosimeire Cavalcante dos Santos, Professora e Pesquisadora (representante de: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)); Sra. Inamara Santos Melo, Coordenadora da Câmara Temática de Meio Ambiente do Consórcio Nordeste e Secretária de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado de Pernambuco (representante de: Consórcio Nordeste); e Sr. Sérgio Caetano Leite, Subsecretário de programas e coordenador da Plataforma de Investimento (representante de: Consórcio Nordeste). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jean Paul Prates
Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/11/25

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-15 (ANEXO: 015)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, que se realiza nesta data, 25 de novembro de 2022.

Essa audiência pública se destina, nos termos do Requerimento nº 5, de 2019, desta Comissão de Meio Ambiente, a dar seguimento ao ciclo de debates a respeito do Projeto de Lei do Senado Federal nº 222, de 2016, que institui a Política de Desenvolvimento Sustentável da Caatinga, com vistas à preservação do meio ambiente, à erradicação da pobreza e à redução das desigualdades sociais no território desse bioma.

O PLS 222, de autoria do ex-Senador Garibaldi Alves Filho, foi apresentado no Senado Federal em maio de 2016 e distribuído para exame às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo, de Assuntos Econômicos e de Meio Ambiente.

O projeto foi rapidamente aprovado na CDR em setembro daquele mesmo ano, com base em relatório produzido pelo então Senador José Pimentel. A proposta seguiu para exame da CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), que adotou como parecer, em junho de 2017, relatório da lavra do ex-Senador Armando Monteiro.

Esta Comissão de Meio Ambiente deve agora analisar o projeto em caráter terminativo, de modo que a proposição, uma vez aqui aprovada, seguirá diretamente para a apreciação da Câmara dos Deputados, sem ter de passar pelo Plenário do Senado Federal.

Coube-me a honra e a responsabilidade de relatar, aqui na CMA, o PLS 222, de 2016. Consideradas a importância estratégica, a pertinência política e a necessidade cada vez mais urgente da aprovação do projeto, requeri de imediato a realização de um amplo ciclo de debates, materializado em reuniões destinadas a ouvir as ideias e as sugestões de quem estuda, de quem entende, de quem se preocupa com o futuro da nossa Caatinga, a exemplo dos ilustres convidados que nos agraciam com a sua presença nesta ocasião.

Esta audiência pública dá seguimento à caminhada que iniciamos em abril de 2019, no auditório da Universidade Federal Rural do Semiárido, em Mossoró, no meu querido Estado do Rio Grande do Norte. Foi lá, senhoras e senhores, que iniciamos essa construção, com o apoio de representantes da sociedade civil, dos movimentos sociais, de vários órgãos governamentais e de instituições de ensino superior. Foi lá que começamos a dar forma e a aperfeiçoar as ideias que embasarão o relatório legislativo que em breve submeteremos à apreciação terminativa dos Senadores e das Senadoras desta Comissão de Meio Ambiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A contribuição dos especialistas que temos a honra de receber nesta audiência pública da Comissão de Meio Ambiente é mais um passo nessa jornada.

Ouviremos hoje as contribuições dos seguintes convidados: Sr. Adilson Ribeiro dos Santos, Diretor-Presidente da Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá da Bahia (Coopercuc); o Prof. Dr. Carlos Roberto Sorensen Dutra da Fonseca, biólogo, pesquisador e docente associado do Departamento de Ecologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Coordenador do Projeto Caatinga Potiguar; o Sr. Francisco Jozivan do Nascimento, Doutor em Agronomia, Ecologia Vegetal e Meio Ambiente pela Universidade Federal da Paraíba e assessor técnico do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (Idema); Sr. José Moacir dos Santos, Presidente do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA) e representante da Diretoria da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA); Profa. Dra. Márcia Vanusa da Silva, engenheira agrônoma, pesquisadora e docente, associada do Departamento de Bioquímica da Universidade Federal de Pernambuco; Profa. Dra. Rosimeire Cavalcante dos Santos, engenheira florestal, docente e pesquisadora da Unidade Acadêmica Especializada em Ciências Agrárias da Escola Agrícola de Jundiaí da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; e a Sra. Inamara Santos Melo, coordenadora da Câmara Temática de Meio Ambiente do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (Consórcio Nordeste), e Secretária de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado de Pernambuco.

Senhoras e senhores, no imaginário popular brasileiro, a Caatinga ainda está associada à seca, à miséria, à violência política, à subserviência, à escassez, à luta diária de homens e mulheres contra desafios intransponíveis, contra condições climáticas inclementes, que parecem repetir-se, que parecem reproduzir-se em um ciclo interminável. O passado do Semiárido nordestino, a julgar pelos relatos culturais que conhecemos de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, a *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, parecem justificar essa visão pessimista.

Estamos quase complementando o primeiro quarto do século XXI. Cento e vinte anos se passaram desde a publicação de *Os Sertões; e* 84 anos se foram desde o lançamento de *Vidas Secas*. É hora, creio, de redirecionarmos nosso olhar do passado para o futuro do Semiárido, para o futuro da Caatinga. E, no futuro da Caatinga, o que se pode enxergar – com um pouco de ousadia, com um pouco de coragem, mas com os pés e com a imaginação firmemente plantados na realidade – é: no lugar da carência, abundância; no lugar das dificuldades, oportunidades; no lugar do atraso secular, o desenvolvimento sustentável.

A Caatinga que o Brasil precisa urgentemente enxergar é a Caatinga que hospeda fauna e flora mega biodiversas; é a Caatinga que abriga pelo menos 4,5 mil espécies vegetais, centenas das quais são exclusivas desse bioma; é a Caatinga que esbanja potencialidade para as indústrias farmacêutica, alimentícia, de cosméticos; é a Caatinga do umbu, do qual se pode fazer biscoito para a merenda escolar; a Caatinga do cambuí, que é um anti-inflamatório, um analgésico natural; a Caatinga do licuri, a partir do qual se podem desenvolver novos antibióticos e óleos cicatrizantes; a Caatinga que ajuda no combate ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

câncer, que trata a leishmaniose, que auxilia no enfrentamento da dengue; a Caatinga que tem desde já o lugar de destaque reservado na bioeconomia do século XXI.

O Brasil tem que aprender a enxergar também a Caatinga da produção de energia sustentável, da qual, aliás, o meu Rio Grande do Norte é líder nacional, com uma matriz energética elétrica estadual composta em 95% de fontes renováveis.

Nem todo mundo sabe, mas 85% da energia eólica gerada no país vem da Caatinga, é energia produzida na Caatinga.

O Brasil precisa enxergar a Caatinga, que pode muito bem, com o seu devido apoio, com investimentos, substituir o uso insustentável da lenha nas caldeiras, fornos e demais equipamentos industriais da região pelo manejo sustentável da biomassa vegetal a partir da algaroba, da poda do caju, do bambu, por exemplo.

É claro, Senadores e Senadoras, senhoras e senhores, que, junto de todo esse potencial, ao lado de todas essas possibilidades, há uma série de desafios também. Assegurar a proteção eficaz da vegetação nativa da Caatinga, por exemplo, é algo muito complexo. Pouco mais de um quinto da área total do bioma possui vegetação protegida por lei, sob a forma de unidades de conservação, áreas de preservação permanente ou áreas de reserva legal.

Se considerarmos apenas as unidades de conservação, é necessário frisar que apenas 1% dessas áreas são de proteção integral. Além disso, 98% da vegetação nativa da Caatinga encontra-se em terras privadas. O avanço da mineração no bioma, igualmente, é uma questão delicada, que exige intervenções sensatas. Não há condições nem meios de parar ou mesmo de frear bruscamente a expansão dessa atividade, mas temos que encontrar fórmulas que permitam alinhar nesse *front* da mineração, do desenvolvimento e da conservação ambiental concomitantes.

Por isso, cabe trazer ao debate a revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, já que metade dela se encontra dentro da Caatinga. Nos últimos 30 anos, a bacia perdeu quase metade da superfície de sua água natural. Espécies de peixes vão desaparecendo, há interrupções constantes na navegação e muito disso tem ligação direta com o desmatamento das cabeceiras dos rios.

Bem, com essas breves provocações, eu encerro aqui a minha fala introdutória, de modo a não tomar mais o precioso tempo que vamos distribuir entre os nossos convidados, para fazerem as suas exposições. Eu tenho certeza de que vamos ter um debate muito interessante e, acima de tudo, um debate muito produtivo, com consequências para a elaboração da versão final desse relatório legislativo que estamos produzindo, visando à aprovação em caráter terminativo, como foi dito aqui, do PLS 222, de 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria registrar a presença de meu ilustríssimo mestre, Senador Esperidião Amin, aqui pelo remoto, provavelmente lá de Santa Catarina, falando diretamente de lá, e ver se ele gostaria de dar uma palavrinha, já que levantou a mão aqui, no remoto. Não sei se ele está no ar; acho que ele deu uma saidinha.

Também aqui presentes, para registrar, por favor...

Senador Esperidião Amin, está com o microfone desligado. Desculpe.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Posso falar, então?

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agora, sim! Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos os nossos convidados, aos demais Senadores, ao nosso Presidente da Comissão, Senador Jaques Wagner, que em boa hora o convidou para presidir este evento.

Eu quero me congratular com a iniciativa, com a sua iniciativa, inclusive, de iluminar o texto do projeto com essas contribuições. Sem dúvida alguma, é muito importante fazer uma atualização dessas potencialidades de um bioma brasileiro, o microclima de uma cultura regional muito diversificada e que nos ensina a todos. Acho que esse levantamento é muito importante, porque não é só de passado nem de imagens que vêm do passado que nós podemos... Não é apenas sobre isso que nós podemos construir o nosso futuro.

Gostei muito do que o senhor falou sobre fitoterapia. O senhor sabe que São Tomé, segundo a Lenda do Pai Sumé, foi o grande difusor do conhecimento da fitoterapia no continente brasileiro. E como eu nasci no dia de São Tomé, tenho uma preferência muito especial por ele. Aliás, estou lendo o Evangelho segundo Tomé, que é um evangelho gnóstico.

Mas eu queria voltar ao tema e dizer que é muito importante, além da poesia, da história, de toda a cultura que se criou na região e que encanta a todos nós, porque, como o senhor, somos oriundos de outra latitude... Eu queria me congratular, então, com o evento e dizer que eu não estou vendo bem daqui: o senhor está de terno branco? Não poderia haver melhor, para se ajustar com o microclima.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É verdade, exatamente, com vegetações da Caatinga na gravata. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Se o Marcelo Castro estivesse aí, ele ia dizer que o senhor está ou com braspérola – o Marcelo Castro é especialista nisso, além de ser psiquiatra, o que é uma coisa muito perigosa... (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ou é um braspérola, ou é um traçado – traçado é uma expressão lá do Nordeste, verdadeiro desígnio de tecido –, ou, então, é o S-120; O S-120 era o linho que era vendido pelo pai do Tasso Jereissati. (*Risos.*)

Ou seja, linho branco é coisa de nobre nordestino. Está em boas mãos a reunião. Bom proveito para o bem do futuro desta região, que precisa sempre do nosso carinho!

E, para concluir, eu quero dizer o seguinte: em 1987, eu tive o privilégio de herdar uma afilhada cujo batismo ficou deserto num dia em que faltou luz na igreja de Oliveira dos Brejinhos, no interior da Bahia. Eu herdei e fiquei padrinho dela, porque o padre era aqui de Santa Catarina, meu querido amigo José Artulino Besen. Tem uma história comprida sobre Oliveira dos Brejinhos, mas o que eu quero lhe dizer é que de lá eu fui à Barra, ao longo do Rio São Francisco, Diocese da Barra, famosa, cujo bispo, inclusive, ficou muito vinculado à transposição do Rio São Francisco e contribuiu, aqui em Santa Catarina, também no seu ministério. Mas lá, em função da visita à Barra, eu escrevi um pequeno texto, em 1987, sobre a alegria de sobreviver, sobre a solidariedade do nordestino, que é uma visão mais vulgar, eu diria, disso que o Euclides da Cunha tão bem resumiu no início de *Os Sertões*, e o senhor mencionou também.

Então, sucesso! E que nós saiamos do romance, da poesia, da história para as soluções que realmente contribuam para, valorizando esse meio ambiente, permitir a redução das dificuldades que a nossa gente brasileira dessa região vive.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado. O Senador Esperidião Amin sempre nos brinda com muito conhecimento, muita esperança, muita experiência nesta Casa e na vida, inclusive com a presença em Oliveira dos Brejinhos, na Barra, e nós mandamos uma saudação calorosa para lá, na Bahia, e, claro, para toda a nossa Região Nordeste, que está aqui representada pelo seu bioma principal e único da Caatinga.

De fato, a nossa intenção neste projeto, que é a intenção desde o seu autor, o Senador Garibaldi Alves Filho, o nosso querido ex-Senador pelo Rio Grande do Norte, é ir à prática...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Nosso Bispo!

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É o Bispo!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Nós o chamávamos de Bispo! Era o nosso Bispo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Tinha um cardinalato... Bispo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Agora, já é Cardeal! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente.

Ele, de fato, autorou... Desde a origem, este projeto tem um viés, Senador Esperidião, pragmático, de pôr em prática realmente uma política de desenvolvimento sustentável da Caatinga, que já tarda, muito tarda, inclusive para orientar os órgãos ambientais estaduais, principalmente, que são os responsáveis pelos licenciamentos, pelos monitoramentos e por cuidado, preservação e conservação desse importante bioma.

Eu queria registrar também a presença do Senador Jayme Campos e do Senador Jaques Wagner, que estão aqui também presentes, registrando suas presenças nesta audiência de sexta-feira pós-jogo, o que se torna um ato heroico, assim como a nossa Comissão aqui, a nossa equipe.

Vou chamar os principais heróis que são justamente os que aquiesceram a vir nos ajudar neste trabalho, já, de antemão, agradecendo a todos vocês e a todas vocês que estão conosco aqui *online*, porque esse trabalho é um trabalho sempre coletivo – o Senador Esperidião sabe, com a experiência que tem na Casa aqui. Todos nós relatamos projetos coletivamente. A sociedade está conosco, principalmente quando fazemos diversas audiências públicas e ciclos de debates, como foi o caso deste projeto. Infelizmente, tivemos, claro, a covid, que interrompeu esse processo, mas tínhamos intenção de fazer um périplo pelas regiões principais, pelas capitais da Caatinga, no Nordeste. Veio aquele período de 2020 e 2021 e isso não foi possível, mas começamos aquele ciclo lá atrás, como mencionei, em Mossoró, na Ufersa, e fechamos isso hoje aqui, com esta audiência pública, para finalmente exarar aqui a última versão do relatório e a última versão do projeto de lei para deliberação.

Sr. Adilson Ribeiro dos Santos, querido representante da Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (Coopercuc), eu gostaria de convidá-lo a ser o primeiro a falar conosco.

Em seguida, serão Carlos Roberto e Jozivan – é só para ir já assinalando quem são os próximos.

Adilson Ribeiro, Presidente da Coopercuc, com a palavra, por favor.

O SR. ADILSON RIBEIRO DOS SANTOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado.

Bom dia a todas e a todos presentes nesta audiência.

Eu queria, desde já, agradecer pelo convite e dizer que estou muito honrado por fazer parte deste momento tão especial que é falar da Caatinga, com um caatingueiro falando da Caatinga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria saudar todos os Senadores presentes neste momento, nesta audiência e todos os doutores e professores aqui presentes também neste momento. Aos demais, quero deixar aqui as minhas saudações caatingueiras.

Eu sou Adilson Ribeiro, estou hoje Presidente da Coopercuc e também sou Presidente hoje da Central da Caatinga, que também é uma central de cooperativas que tem atuação aqui no município de Juazeiro e que tem como sede e foro essa região de Juazeiro. Sou agricultor familiar, moro na comunidade, inclusive em uma comunidade que é de fundo de pasto, é uma área de fundo de pasto hoje que mede 2,497 mil hectares. Então é uma área, inclusive, de preservação ambiental, e essa é uma área de fundo de pasto coletiva onde todos os agricultores e agricultoras da comunidade e das comunidades vizinhas criam a sua caprinovinocultura – numa área coletiva onde todos podem usufruir desse bem comum que são as áreas de fundo de pasto, que são áreas da Caatinga e que são áreas de preservação.

A Coopercuc quando foi constituída, em 2003, já tinha um trabalho bem intensificado de desenvolvimento sustentável e de preservação ambiental, porque tudo que foi construído durante esse período era para que a gente pudesse, de uma certa forma, não degradar a Caatinga e sim preservá-la. Aqui se tinha uma cultura muito forte que era de... Por exemplo, nós trabalhamos hoje com o extrativismo do umbu, que é uma fruta que tem aqui na região – como todos, acho, devem conhecer –, mas o umbuzeiro, até então, ele era... O que era extraído muito forte com o umbu naquelas épocas era, inclusive, a raiz do umbu, a batata do umbu, que é a aquela raiz que acumula sua água para mantê-lo vivo. Então, aquilo, essa prática, isso a gente, com o trabalho da Coopercuc, reduziu, eu diria aos senhores, quase 100% aqui na região de território, porque o trabalho de conscientização que foi feito sobre a colheita do umbu até a preservação do próprio umbuzeiro, isso tem sido um trabalho bem intensificado por nós e por vários outros órgãos e outras entidades parceiras no processo, como o Irpaa, – e o José Moacir eu sei que está aí presente e vai também fazer a sua fala e, com certeza, vai também falar sobre isso.

Hoje nós temos um trabalho que, durante esse tempo todo, foi se intensificando, o trabalho de base de produção, na organização da geração de renda, mas com processo de preservação. Então, acho que dá para se produzir sem precisar desmatar a Caatinga, queimar ou violentar a Caatinga. E todo esse trabalho que tem sido feito durante esses anos pela Coopercuc desde 2003... Aliás, isso não foi em 2003: isso vem de muitos anos atrás, porque o trabalho se iniciou lá com as freiras, depois com o Irpaa. Inclusive, nós somos criadores do próprio instituto do Irpaa, que foi quem ajudou a nos constituir, que fez todo o trabalho de constituição da Coopercuc.

Hoje nós temos um trabalho bastante intensificado com a equipe técnica, que trabalha na estratégia de produzir, na estratégia da produção agroecológica e orgânica no processo de preservação, em que a gente faz todo um processo de organização da base com foco na produção e na comercialização – e aí falando de preservação, buscando toda essa estratégia de geração de renda, de garantir a sustentabilidade dos agricultores e das agricultoras na sua base de produção, e de agregação de valor àquele produto do agricultor da sua base.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso tem sido muito, muito forte na região, porque é um trabalho feito de reutilização e reaproveitamento daquilo que já existe. Por exemplo, é reaproveitar aquelas terras que meu avô e meu bisavô tinham, em que eles já trabalhavam e deixaram de produzir. A gente pegou essa terra e começou a torná-la produtiva, sem precisar degradar uma outra área da Caatinga para que a gente pudesse produzir. Não, o trabalho é intensificado e feito dessa forma, em que a gente possa reutilizar aquilo que já existe, aquilo que já foi terra dos bisavôs e dos avós e que a gente possa reutilizar isso como estratégia para o não desmatamento e para a preservação da Caatinga.

Hoje nós temos um trabalho de recuperação de áreas, com todo um trabalho de um projeto que a gente tem aqui em parceria com o pessoal da L'Occitane, que é uma empresa francesa que trabalha com produtos cosméticos, que desenvolve perfumes, cremes, sabonetes. Nós temos uma parceria com o pessoal da L'Occitane, que já tem acho que uns oito anos ou mais, que utiliza o mandacaru para o desenvolvimento de cosméticos e agora também com a semente de maracujá. Então, em todo esse trabalho feito com a L'Occitane, ela também tem apoiado alguns projetos. E um desses projetos que a L'Occitane tem apoiado é o desenvolvimento de projetos como, por exemplo, um projeto implantado pela Coopercuc, que é o AgroCaatinga, que é aquela estratégia de recuperar essas áreas que já estão degradadas e transformá-las numa estrutura de plantio de frutas, juntamente com outras plantas nativas da Caatinga. E aí há o reaproveitamento de tudo aquilo que se tem. Então, você faz todo um processo e, além das plantas da Caatinga com as frutíferas, você pode utilizar esse espaço para plantar uma área também com a palma, com as plantas forrageiras para que isso sirva de forragem para os animais. Então, esse é um trabalho feito em parceria com a L'Occitane, mas também com o Governo do Estado.

O Governador Rui Costa, aqui na Bahia, juntamente com o Projeto Pró-Semiárido e com o Fida, que tem sido um parceiro também que tem apoiado algumas ações aqui no Estado da Bahia e em vários outros estados, como Piauí, Ceará, Paraíba, em que o Fida tem projetos de apoio também... A gente tem feito também outros trabalhos voltados para essa questão da agroecologia. Hoje não só com a Coopercuc, mas também com a Central da Caatinga, a gente tem esse trabalho que a gente faz agora também com a caprinovinocultura, com a ideia da redução disso para um sistema de criação menos intensivo na Caatinga em que a gente possa preservar o máximo possível dela.

E hoje, com todo o trabalho feito pela Coopercuc e pela Central – Coopercuc como base de produção e base de comercialização –, com a base de assistência técnica, com a conscientização da preservação da Caatinga, mas também tirando a sua produção e o sustento dos seus agricultores basicamente dela, com a extração do umbu e com a criação da caprinovinocultura, isso tem sido muito forte para a gente e tem sido a base de geração de renda para os agricultores e agricultoras, para as famílias. Com todo um trabalho de assistência técnica e com um trabalho de certificação orgânica voltado para essa questão agroecológica, quando você faz uma certificação orgânica, tem todo um processo de preservação não só da Caatinga, mas também do próprio lixo que você não vai poder soltar porque com isso também você acaba preservando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-15 (ANEXO: 015)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com o trabalho da Central da Caatinga, com foco na comercialização, no desempenho de mercado da agricultura familiar, a gente também tem intensificado isso nas outras de produção com os outros agricultores. Um dos trabalhos que nós temos feito, muito intensificado, é a não reutilização do plástico; hoje, a redução do plástico gira em torno de 70% dentro desse espaço da loja da Central da Caatinga com o trabalho que agora a gente também está fazendo de redução do plástico para que isso não seja solto, porque a maioria dos agricultores às vezes pega isso e leva para sua comunidade, e tem um trabalho de conscientização e preservação disso, porque isso também acaba afetando o meio rural.

A gente tem feito um trabalho de base também nas comunidades, porque tudo isso que a gente tem feito durante esse período todo com os prefeitos, com as entidades e as instituições é para o fortalecimento da preservação.

Nós temos um grande desafio hoje que são as mineradoras, que estão entrando no fundo dos pastos e estão devastando bastante. Nós temos hoje também outro desafio: as pedreiras. Isso está sendo muito forte, muito desafiador para os agricultores que trabalham no fundo de pasto. São desafios que a gente tem de fato para ver como a gente realmente reduzir esse avanço das mineradoras e das pedreiras com essa devastação que está sendo feita dentro dos fundos de pasto.

Meu tempo esgotou. Eu tinha mais alguns assuntos para tratar neste momento, mas, infelizmente, não vai ser possível por conta do meu tempo.

Quero muito agradecer a todos pela oportunidade.

Estaremos à disposição para continuar o debate.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado, Adilson.

Mas fique aí. Não se preocupe com o tempo, porque nós vamos ter depois, digamos, uma réplica de cada orador. A ideia é justamente – eu acabei não falando isso no início... Nós estamos dando dez minutos inicialmente para cada orador, justamente para controlar um pouco o tempo; os demais que estão nos ouvindo ouviram o aviso dos quinze segundos, que é quando a gente já pede que a pessoa se prepare para encerrar, fechando dez minutos para cada um inicialmente, para a gente poder justamente ter a volta depois. Depois de todos ouvirem todos os demais, é para a gente fazer mesmo uma espécie de debate mesmo que sejam duas falas.

Então, Adilson, fique tranquilo, porque a gente vai poder voltar, inclusive depois da participação dos órgãos ambientais, a essa questão das mineradoras e pedreiras que você mencionou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para quem não sabe ou quem está nos ouvindo e não conhece o ambiente do nosso Nordeste, a Caatinga, fundo de pasto são as áreas que são naturalmente de uso coletivo; as pessoas, entre famílias e vizinhos, acabam usando. É uma área normalmente bem livre onde os animais criados por esses grupos, por diversos proprietários de pedaços que se juntam e usam esse fundo de pasto coletivo, onde esses animais se alimentam sustentavelmente da vegetação nativa. Enfim, é uma utilização, uma metodologia, digamos assim, bastante antiga e bastante orgânica, natural de uso da Caatinga. E o que o Adilson aponta é que justamente, como essas áreas são mal demarcadas, elas acabam sendo incorporadas a atividades econômicas, principalmente essas das mineradoras e pedreiras, e aí se começa esse ciclo de embates, inclusive ao longo dos processos de licenciamento ambiental.

Também saúdo o exemplo que você mencionou da L'Occitane e parcerias como essas, porque a gente costuma ver e consumir lá na Europa e por aí produtos com grandes marcas, etc., e, às vezes, as pessoas não se dão conta de que a base desses produtos é justamente biomas como os nossos principalmente: Amazônia e a própria Caatinga também. Quando essas empresas conseguem se incorporar às comunidades, bem como aqueles que também aproveitam das terras para instalar aerogeradores ou que extraem dali minerais, etc., o grande desafio desse processo todo é justamente incorporar essas atividades e fazê-las atuarem de forma sustentável e interativa com as comunidades, com as pessoas que estão ali, como disse o Adilson, desde o avô, do bisavô, etc. Essa é a grande arte, é o desafio para nós aqui em todas essas atividades relacionadas com a Caatinga.

Eu vou passar ao Carlos Roberto em seguida, que é também coordenador de um projeto admirável, que há muitos anos eu já conheço e acompanho, inclusive como Secretário de Energia do Rio Grande do Norte na época. Carlos Roberto Sorensen Dutra da Fonseca é Professor, um dos Coordenadores do Projeto Caatinga Potiguar, de que ele também vai falar a respeito, e representante também, nesta audiência, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Carlos Alberto, por favor. Obrigado. (*Pausa.*)

Tem que ligar o microfone.

O.k.

O SR. CARLOS ROBERTO SORENSEN DUTRA DA FONSECA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos; bom dia, Senador Jaques Wagner; bom dia, Senador Jean Paul Prates também – é bom revê-lo – e demais Senadores, Senadoras, autoridades e convidados aqui presentes.

Além de ser Doutor do Departamento de Ecologia, eu também fui Coordenador, junto com o Dr. Eduardo Martins Venticinque, do exercício Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade da Caatinga, que deu origem à Portaria MMA 463, de 18 de dezembro de 2018. Eu também vou falar um pouquinho sobre essa experiência aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É com grande prazer que eu venho aqui ajudar a qualificar essa discussão do Projeto 222, de 2016, que institui a Política de Desenvolvimento Sustentável da Caatinga. Essa nossa primeira fala que tivemos foi já fantástica. Na verdade, nós temos que ampliar muito esse tipo de iniciativa, esse tipo de atividade aqui, como já foi uma excelente introdução.

Ao ler o Projeto de Lei 222, fica claro que ele está completamente alinhado com a visão moderna de futuro que foi debatida, na semana passada, na COP 27. O projeto de lei também está alinhado com o papel de liderança que o Brasil conquistou nas questões ambientais desde a ECO 92 e que foi reafirmado pelo discurso do futuro Presidente da República na COP 27. Desde a ECO 92, nós sabemos que o Brasil tem uma grande responsabilidade com o mundo e desde lá somos signatários de inúmeros tratados internacionais que lidam com questões socioambientais.

Nossa responsabilidade vem porque o Brasil é o quinto maior país do mundo e tem a maior floresta tropical do planeta, que influencia as chuvas continentais e o clima mundial. Nossa responsabilidade vem porque nós temos grandes rios, como o Rio Amazonas, que representa uma das principais reservas de água doce do planeta. Temos mais de 8 mil quilômetros de costa, com uma enorme biodiversidade e abundância de recursos pesqueiros.

Temos um país com dimensões continentais que possui abundantes recursos naturais. Nossa responsabilidade vem sobretudo porque possuímos uma das maiores biodiversidades terrestres do mundo, com milhares de espécies de plantas e animais distribuídas pelos nossos biomas: Amazônia, Mata Atlântica, Cerrado, Pampa, Pantanal e Caatinga. Eu, particularmente, já tive a chance de trabalhar em todos eles, conheço muito bem a Amazônia, conheço muito bem o Pampa, o Pantanal, enfim, todos os biomas, já andei bastante por aí e, desde 2009, trabalho aqui no Nordeste. Vim trabalhar... Na verdade, escolhi vir trabalhar aqui na Caatinga.

A Caatinga é muito especial. Ela é o único bioma 100% brasileiro. Hoje sabemos que, ao contrário do que se pensava, a Caatinga é um bioma semiárido extremamente biodiverso, contendo cerca de 3,1 mil espécies de plantas, 550 espécies de aves, 400 espécies de peixes, 200 espécies de répteis, 100 espécies de anfíbios, 180 espécies de mamíferos, além de uma infinidade de insetos e outros pequenos organismos, aos quais, muitas vezes, a gente não presta atenção, mas estão aí, na verdade, fazendo o ecossistema funcionar.

É importante, como foi dito – o Jean Paul disse –, notar que uma parte significativa dessas espécies são endêmicas da Caatinga, ou seja, essas espécies estão na Caatinga e em nenhum outro lugar do Brasil ou do mundo. Nós sabemos que a Amazônia talvez seja mais rica do que a Caatinga, mas a Caatinga tem coisas que a Amazônia não tem e vice-versa. Essa biodiversidade é responsável por enriquecer nossos solos, alimentar nossos rebanhos, polinizar e controlar as pragas das nossas culturas, curar nossas doenças e alimentar nossa gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O estado de conservação da Caatinga, no entanto, é preocupante. Dados de satélite mostram que mais da metade da área original da Caatinga já foi completamente desmatada e o que resta agora está distribuído entre cerca de 42 mil fragmentos. Além disso, a rede de unidades de conservação da Caatinga é extremamente deficiente, cobrindo apenas cerca de 2% da sua extensão em unidades de conservação e proteção integral.

O impacto humano no bioma vem de muitos séculos de ocupação e a maior parte da Caatinga que resta é perturbada pela ação do homem. A Caatinga possui uma intensa rede de estradas que permite a retirada de grande volume de madeira, recursos minerais e outros recursos naturais. A estrada facilita também o acesso à caça, o que tem levado muitas espécies nativas à beira da extinção.

A Caatinga está também sofrendo com a desertificação causada pela retirada da vegetação, pelo mau uso do solo, pelas queimadas ilegais e pelo sobrepastoreio também. Além disso, recentemente, muitos aerogeradores têm se instalado na região, representando uma ameaça à fauna aérea. Nós temos que pensar um pouquinho sobre isso também. E tudo isso tende a se intensificar com as mudanças climáticas que já começaram a atingir o bioma, aumentando a insegurança hídrica e alimentar da população.

O Projeto de Lei 222, de 2016, que estamos discutindo aqui, acertadamente desconstrói a falsa dicotomia entre desenvolvimento e conservação ambiental. O mundo nos mostra que o desenvolvimento econômico sem conservação ambiental acaba aprofundando as desigualdades sociais. A sustentabilidade só é possível quando o sócio e o ambiental andam de mãos dadas.

A Caatinga hospeda atualmente 28 milhões de habitantes, sendo que cerca de 40% vive no ambiente rural e depende, direta ou indiretamente, dos recursos da Caatinga.

A região apresenta os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do país e os maiores índices de insegurança hídrica e alimentar. Além disso, o nível de desemprego nesse momento é alarmante, e o presente projeto chega em momento oportuno para podermos fazer significativos avanços socioambientais na Caatinga.

O Projeto de Lei 222 deixa claro que, se queremos um futuro sustentável, temos que investir rapidamente na expansão da rede de unidades de conservação da Caatinga, criando unidades de conservação de proteção integral em áreas sensíveis à conservação da biodiversidade, mas principalmente unidades de conservação de uso sustentável que permitam o desenvolvimento de produtos certificados e os sustentáveis que beneficiem diretamente a população local.

Os locais onde essas unidades de conservação devem ser criadas na Caatinga já foram definidos pelo Ministério do Meio Ambiente, a partir do exercício Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade, que deu origem à portaria sobre a qual eu tinha comentado, a 463, de dezembro de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que precisamos agora é criar para a Caatinga um mecanismo econômico que permita apoiar a criação, o estabelecimento e a manutenção de novas unidades de conservação na Caatinga. O Projeto de Lei 222 tem o potencial de dar o amparo legal para a criação do Programa Arca, áreas protegidas da Caatinga, a ser estabelecido nos moldes do Programa Arpa (Áreas Protegidas da Amazônia), que apoiou a criação de inúmeras unidades de conservação na Amazônia e tem dado apoio para a sua implementação e gestão. O Arpa foi coordenado pelo MMA, tem o Funbio como gestor e, além dos recursos governamentais, recebeu apoio de doadores internacionais, como o Banco de Desenvolvimento da Alemanha (KfW), o Global Environment Facility (GEF), além das fundações e ONGs.

Nesse momento em que os olhos mundiais se voltam para o Brasil, seria essencial procurarmos parceiros nacionais por meio de parcerias público-privadas, além de parcerias internacionais que pudessem apoiar a iniciativa do programa Arca, ajudando a conservar a biodiversidade da Caatinga e a promover a equidade social.

É importante deixar claro que o grande sucesso do Programa Arpa, na Amazônia, trouxe segurança territorial e proporcionou benefícios sociais às populações tradicionais locais, consorciando conservação e desenvolvimento local nas unidades de conservação de uso sustentável. Assim, recomendo fortemente que o Projeto de Lei 222 promova claramente, em suas diretrizes, que a Caatinga seja objeto de uma estratégia semelhante à adotada na Amazônia, estabelecendo a criação do Programa Arca.

O Projeto de Lei 222 pode servir de apoio para enfrentarmos com sucesso os desafios impostos pela transição energética. A Caatinga tem um imenso potencial solar e eólico que está começando a ser explorado com instalação de usinas solares e de centenas de aerogeradores. Para que usinas solares e os parques eólicos contribuam para a sustentabilidade, temos que avançar com urgência no planejamento territorial, de forma a proteger a biodiversidade, em especial os morcegos, as aves e os insetos. Então, o planejamento territorial e o regramento das usinas solares e dos parques eólicos devem ainda minimizar conflitos econômicos com outras atividades, como o ecoturismo, e minimizar conflitos sociais e danos à saúde física e psíquica da população.

Eu vou pedir um pouquinho mais de tempo, tinham me informado que seriam 15 minutos, e aí eu planejei para 13.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sem problema, Carlos, pode seguir sim.

O SR. CARLOS ROBERTO SORENSEN DUTRA DA FONSECA (*Por videoconferência.*) – Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com certeza. Vamos colocar o alarme de novo. Não se assuste, é só para avisar, porque, realmente, às vezes a gente não se dá conta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. CARLOS ROBERTO SORENSEN DUTRA DA FONSECA (*Por videoconferência.*) – Está certo. Eu vou em breve concluir.

Então, assim, para que possamos olhar para o futuro e nos orgulharmos de nossa transição energética, as indústrias solar e eólica não podem ser promotoras de mais desmatamento e perda de biodiversidade; ao contrário, as indústrias solar e eólica devem ser parceiras ativas do estado, ajudando na expansão e manutenção de nossa rede de unidades de conservação e ajudando a promover a justiça social. Para tanto, diga-se de passagem, devemos repensar também os impostos recolhidos por essas indústrias, que, no momento, são recolhidos na região do consumo, enquanto os impactos socioambientais estão acontecendo na região de produção.

Além disso, o Projeto 222 permitirá o estabelecimento de uma cadeia verde associada à restauração da Caatinga, fazendo com que o Brasil contribua para a Década da Restauração de Ecossistemas, implementada pelas Nações Unidas, que vai de 2021 a 2030.

A cadeia produtiva de restauração da Caatinga tem o potencial de gerar emprego e renda para a população local envolvida na coleta de sementes, produção de mudas, plantio, manutenção e produção de recursos naturais.

A restauração vegetal é fundamental para a recuperação do *habitat* de centenas de espécies ameaçadas de extinção do bioma, em particular as 350 espécies de plantas que constam no *Livro Vermelho da Flora do Brasil*.

A restauração dos ecossistemas tem um papel fundamental no enfrentamento do processo de desertificação que assola muitas regiões da Caatinga e que aprofunda as desigualdades sociais. A restauração vegetal é fundamental para aumentarmos a conectividade da paisagem da Caatinga, de forma que a biodiversidade possa se adaptar às mudanças globais.

O projeto de lei promulga o pagamento de serviços ambientais, o que pode ser um excelente mecanismo para o estímulo da expansão de rede das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) na Caatinga, com fins de aumentar a segurança hídrica da população.

A proteção e restauração das matas ciliares dos nossos grandes rios permanentes – o São Francisco e o Parnaíba –, a proteção e restauração do entorno de nossos rios intermitentes e de nossas cabeceiras são ações urgentes para mitigar os efeitos deletérios das mudanças climáticas.

Concluindo, o Projeto de Lei 222, de 2016, é extremamente positivo para a formulação de políticas públicas socioambientais tanto em nível federal quanto nos níveis estaduais e municipais. Para a implementação exitosa das políticas delineadas pelo Governo brasileiro, serão importantes o apoio e a participação de proprietários de terra, do agronegócio e de outros setores produtivos, como aqueles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

envolvidos na transição energética das associações comunitárias, das cooperativas, da academia, de ONGs, além de parceiros internacionais.

Então, agradeço a atenção de todos e fico aqui para a gente conversar um pouquinho mais.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Carlos.

Já anotei aqui, só para ir dando satisfação a cada um dos participantes sobre as suas sugestões, a questão do Arpa, que a gente deverá citar aqui, e também a questão da importância da restauração das matas ciliares e cabeceiras de rios, especialmente vinculados a essa questão da ajuda, do auxílio, da parceria e até mesmo das compensações ambientais em si, oficialmente, em relação às atividades de energia solar, eólica e outras, bem como de mineração.

Eu queria só fazer uma menção aqui – o Carlos a mencionou – a essa Portaria 463, de 2018, que justamente trata do reconhecimento de áreas prioritárias para conservação. E um alerta que me ocorreu aqui é que ela, sendo de 2018, ela prevê, no seu §1º do art. 1º também, um prazo de cinco anos, no máximo – "não superior a cinco anos" –, para a atualização da lista de áreas prioritárias. Portanto, devemos estar aí no limite, em 2023, dessa revisão, não é isso, Carlos?

Então, é importante estar alerta, porque me parece que essa revisão pode acontecer inclusive de tempos em tempos, em qualquer prazo. Nós temos aí cinco anos, justamente os primeiros cinco anos da aplicação dessa portaria.

Em seguida, então, Jozivan Nascimento, nosso representante do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte, que é o órgão ambiental do Rio Grande do Norte responsável, dentre outras coisas, pelo licenciamento e monitoramento em geral. Jozivan é Doutor em Agronomia, Ecologia Vegetal e Meio Ambiente pela UFPB (Universidade Federal da Paraíba) e assessor técnico hoje da Diretoria do Idema/RN.

Jozivan, por favor, com a palavra.

O SR. FRANCISCO JOZIVAN DO NASCIMENTO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e a todas!

A priori, eu gostaria de agradecer o convite feito pelo Senado Federal, na pessoa do Senador Jean Paul Prates, e dizer que este é um projeto de muita felicidade. O ex-Senador Garibaldi foi muito feliz quando propôs este projeto.

Como o Prof. Carlos falou, este projeto é moderno e pode, sim, trazer condições de viabilizar o desenvolvimento sustentável do bioma Caatinga. Esse bioma tão diverso – já colocado nas palavras do Senador Jean, já colocado por Adilson aqui, que, em suas palavras, tratou de fruticultura, capinocultura,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falou de saneamento básico, falou de outros usos inclusive farmacêuticos das essências da Caatinga, enfim –... Então, essa história de que a Caatinga é um bioma pequeno, frágil e com pouca diversidade é coisa antiga. Disso nem se fala mais. A academia já tem todas as informações suficientes. Então, a Caatinga não é aquele patinho feio. Talvez, por essa razão, quando se constituiu – e aí entro na fala do Senador Jean sobre o que é preservado e conservado na Caatinga – achou-se que bastaria conservar, do ponto de vista de reserva legal, 20% da Caatinga; se você for para o bioma amazônico, são 80%.

Essa é uma questão também que, à época, pode nos ter trazido até este ponto de termos menos de 50% do bioma conservado. E ainda tem um detalhe: alguns pesquisadores inclusive propõem o próprio bioma Caatinga em ecorregiões. Isso é incompreensível, porque nós temos condições edafoclimáticas completamente distintas em várias partes do Semiárido, dentro do próprio bioma Caatinga. É por isso que nós vamos desde savanas estépicas até savanas florestáveis, digamos assim, caatingas florestáveis. É muito comum essa fisionomia nas regiões serranas dos estados nordestinos. É importante também que o projeto traga esses monitoramentos, porque nós vamos conseguir identificar quais dessas condições dessas ecorregiões estão mais afetadas, do ponto de vista das atividades antrópicas.

Desde o descobrimento, este país foi explorado e foi desenvolvido, nos primórdios, a casco de boi. Foi a pecuária que fez com que se interiorizasse a ocupação do país.

Então, a atividade pecuária, citada por Adilson, a caprinocultura, por exemplo, é própria do Semiárido. Agora, o manejo inadequado dela pode realmente causar consequências graves, e isso é importante.

A exemplo de conservação, o Estado do Rio Grande do Norte tinha feito uma unidade de conservação, de proteção integral da Caatinga em 1988. Só agora, em 2022, nós conseguimos instituir outra, que é no Monumento Natural de Martins, que tem algo em torno de 3,5 mil hectares, que não protege somente o monumento geológico, mas há toda uma área de Caatinga, funções ecológicas que estão ali protegidas. Agora também, neste ano de 2022, o instituto publicou uma portaria, criando um grupo para criarmos também uma outra unidade de conservação de proteção integral aqui, no Rio Grande do Norte, um tipo de refúgio, com uma área de 12 mil hectares, mas ainda é pouco.

Nós podemos avançar no desenvolvimento da mineração, nós podemos avançar no desenvolvimento das atividades agropastoris, nós podemos avançar no desenvolvimento das energias renováveis, mas também devemos avançar, no mesmo ritmo, criando as unidades de conservação, sejam elas de proteção integral, sejam elas de proteção de uso sustentável. Então, esse movimento tem que ser um movimento de mão dupla, para que a gente consiga, de fato, promover a sustentabilidade e manter o nosso protagonismo como um país que conserva os seus recursos naturais e que tem tudo para ajudar a humanidade do ponto de vista de reduzir os impactos dessa mudança climática que está à nossa porta, seja acelerada pela ação natural ou seja por questões também naturais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do outro ponto que eu gostaria de relatar, que eu acho que é importante, eu até anotei algumas coisas aqui. Se você andar por essa Caatinga, por esse Sertão afora... Eu sou caatingueiro também, sou filho e neto de agricultores e conheço a Caatinga. Tomei banho nos seus rios, nos seus riachos no período de chuva e me lembro de que – não faz tanto tempo assim – nós tínhamos uma vegetação de APP, de preservação permanente, de mata ciliar diversa, e hoje nós temos uma condição muito complicada, principalmente nos rios intermitentes no Semiárido nordestino. Quem passa pelas nossas rodovias, que cortam esses rios, percebe nitidamente que você tem apenas uma uniformidade de vegetação de algaroba.

Então, a invasão biológica promovida por essa espécie, que é de um sistema árido... E aqui ela se dá muito bem, porque nós estamos numa condição semiárida, ou seja, é uma condição, do ponto de vista de disponibilidade de recursos hídricos, muito superior à da sua origem, e essa invasão biológica vem de uma ação também do poder público, quando, nos idos de 1959, 1960, os órgãos financeiros e o próprio Estado brasileiro financiaram grandes áreas de cultivo de algaroba. E aí o cultivo é importante.

É bom que se separe o que é cultivo e o que é invasão biológica, porque a algaroba é cultivada, como qualquer outra espécie silvícola, só que isso saiu do controle. E é uma espécie importante de ser cultivada no Semiárido, justamente por essa vantagem ecológica que ela tem. E hoje ela está nas margens dos nossos rios, suprimindo a vegetação de juazeiros, suprimindo a vegetação das caideiras e outras espécies, e, quando isso acontece, promove-se todo um desequilíbrio ecológico.

Eu penso que o projeto deveria avançar e, aí, tem algumas proposituras, Senador Jean, que o senhor relatou, específicas na redação da lei, que eu posso encaminhar depois para o *e-mail* da Comissão, que tratam também de a gente colocar lá – quando eu falo, lá no art. 10, da política e dos instrumentos – um mecanismo de monitoramento e de controle dessas espécies invasoras.

Países como Portugal têm avançado bastante nesse sentido, inclusive a Universidade de Coimbra é referência nesse aspecto. Eles têm uma luta muito grande, porque, como a Europa como um todo tem poucas partes preservadas, principalmente Portugal, então, quaisquer 50 ou 100ha para eles são muito importantes, para eles são muito importantes! Então, eles têm uma ação muito efetiva na retirada dessas espécies vegetais invasoras que provocam um desequilíbrio ecológico considerável.

Um outro aspecto que foi falado aqui pelo Prof. Carlos e que me chamou atenção – e eu já venho me preocupando com isso – é quanto à instituição das unidades de conservação, de parceiras público-privadas, da sustentabilidade econômica de fazer isso. O poder público, os estados, os municípios e a União têm muitas despesas. Está aí o orçamento que está sendo discutido, as dificuldades de se encaixarem essas despesas. E, aí, você apenas não pode dizer: "Eu vou criar uma unidade de conservação, e o poder público vai pagar". Eu penso que isso tem que ser discutido, e o projeto traz essa possibilidade.

Mas tem algo concreto que eu acho que deveria ser levado em consideração: é incluir a Caatinga como aplicação prioritária dos recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente, assim como está a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amazônia e assim como está o Cerrado. Existe o Projeto de Lei 7.613, de 2017, e o PLS de origem, o PLS 578, de 2015, que tratam dessa inclusão da Catinga como prioritária também no uso desses recursos. Então, essa é uma discussão que é importante que seja feita.

Quanto às energias eólicas e fotovoltaicas, eu sou um entusiasta declarado das energias eólicas; das fotovoltaicas eu gosto muito por causa de sua flexibilidade, de você poder ter no poste, de você poder ter no carro, de você poder ter na sua casa – essa flexibilidade é muito boa, mas a construção de usinas fotovoltaicas exige área de supressão vegetal muito grande. Então, isso me preocupa e tem preocupado o Estado do Rio Grande do Norte, que tem discutido com a sociedade essas questões, mas há solução também para isso.

Eu penso que nós temos problemas concretos de núcleos de desertificação no Semiárido, que são conhecidos, identificados – eu já me encaminho para concluir – e que devem ser explorados, ou seja, se eu tenho áreas em processo de desertificação e tenho áreas com vegetação nativa, por que suprimir vegetação nativa se eu poderia estar levando uma usina fotovoltaica, por exemplo, para uma área que já está em processo desertificação? Não é uma restauração, mas é uma recuperação da área.

É importante que fiquem esses conceitos claros: restaurar é tentar trazer o *status quo* do ponto de vista ecológico de suas funções; recuperar uma área é trazer uma área que não tem função nenhuma para dar uma função útil para a sociedade. E, aí, andar com infraestruturas, linhas de transmissão...

Não sei como fazer isso, mas o poder público pode promover e facilitar a instalação desse tipo de empreendimento especificamente de energia fotovoltaica nas áreas já em processo de desertificação, porque aí eu vou estar preservando a vegetação nativa, mas vou estar também recuperando, dando função social e econômica a uma área que está em processo de desertificação, que para ser recuperada não é barato, não é barato que você recupere um hectare desse tipo de área. Então, isso é um custo muito alto para a sociedade.

Outra questão que eu poderia colocar aqui é que a questão do Semiárido, da Caatinga não é uma questão meramente de função ecológica; ela é uma questão de investimento em saúde, de investimento em educação, de investimento em infraestrutura. É todo um arcabouço que, há anos e anos, vem sendo desconsiderado no Semiárido como um todo que promove também e principalmente esse avanço das ações antrópicas sobre os nossos recursos naturais. Então, uma política que trata do desenvolvimento sustentável da Caatinga tem que vir também embasada em questões de saúde, educação, infraestrutura, alimentação... Não posso falar disso sem falar em segurança alimentar – já havia falado sobre a importância do umbu... Então, é nesse contexto que se deve discutir o desenvolvimento da Caatinga.

E os sistemas agroflorestais são a solução para que a gente possa recuperar as nossas áreas de preservação permanente. Hoje, existe um engessamento. Do ponto de vista legal, você não pode recuperar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma área de preservação permanente como sistema agroflorestal, porque a lei não permite, o que seria muito mais útil do ponto de vista social, econômico e ambiental.

A priori, seriam essas as considerações que eu gostaria de fazer.

Vamos ficar à disposição para o debate, para a gente afunilar essas discussões que aqui estão sendo trazidas.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito, Jozivan. Obrigado. Tudo anotado aqui.

Em relação a todos que já falaram, eu estou anotando muita coisa. Nós vamos ter, rapidamente, depois da fala de cada um e de cada uma, essas intervenções reversas sobre a fala de um e de outro. Eu também tenho aqui algumas coisas já anotadas para vocês nos responderem e nos ajudarem.

Eu queria dar sequência aqui.

Na verdade, desculpem-me as nossas queridas convidadas: eu já chamei três homens, porque, na verdade, nós colocamos aqui uma ordem alfabética, e, por acaso, Adilson, Carlos e Francisco ficaram na frente. Agora, vou inverter para dar prioridade aqui também às mulheres, para não parecer que a gente os colocou deliberadamente na frente. Não foi, não! Foi a ordem alfabética, o que coincidiu aqui.

Eu queria chamar a Márcia e, em seguida, a Inamara para fazer suas intervenções. Primeiro, com a palavra a Profa. Márcia Vanusa da Silva, da Universidade Federal de Pernambuco. E, em seguida, chamarei Inamara, Rosimeire e José Moacir. Está bem assim? Obrigado.

Márcia Vanusa da Silva, Professora e Pesquisadora da UFPE, com a palavra.

A SRA. MÁRCIA VANUSA DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Muito obrigada, Senador.

Nas pessoas do Senador Jaques Wagner e também do Senador Jean Paul, quero dar boas-vindas, dar bom-dia a todos os participantes, inclusive à sociedade que nos assiste pelo e-Cidadania.

Eu tenho uma apresentação, Senador, e gostaria de autorização...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está autorizada.

A SRA. MÁRCIA VANUSA DA SILVA (*Por videoconferência.*) – O.k. Já chegou aqui. É para que eu possa apresentar. (*Pausa.*)

Todos veem a apresentação? Posso começar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Professora, se puder colocar na tela cheia aí...

A SRA. MÁRCIA VANUSA DA SILVA (*Por videoconferência.*) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k.

A SRA. MÁRCIA VANUSA DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Aparece já? Posso iniciar a fala? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Tem que sair da edição dos eslaides e colocar na de apresentação, segundo aqui me informaram.

A SRA. MÁRCIA VANUSA DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Eu já adicionei aqui no computador. Não sei se aparece aí para vocês.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu acho que você está vendo na sua tela a apresentação, e a gente está vendo a de edição.

A SRA. MÁRCIA VANUSA DA SILVA (*Por videoconferência.*) – A de edição? Ah, o.k. Deixe-me só... Eu só pediria que parasse de contar o tempo...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Claro, sem problema. Fique tranquila.

A SRA. MÁRCIA VANUSA DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Se a gente pudesse...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Se você não conseguir, a gente consegue enxergar. Se for muito difícil, pode seguir assim que a gente consegue ver. (*Pausa.*)

A SRA. MÁRCIA VANUSA DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Estou parando aqui. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Tem um macete: tem que sair do... Como é que diz aí?

A SRA. MÁRCIA VANUSA DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Tenho que sair do comando aqui...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Tem que sair do compartilhamento, e compartilhar antes de abrir o...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MÁRCIA VANUSA DA SILVA (*Por videoconferência.*) – O.k. Vou fechar o compartilhamento...

Peça, por favor, que ele me retire essa tela....

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pronto, foi.

A SRA. MÁRCIA VANUSA DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Vou seguir, não é? Vou fazer novamente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agora volte.

A SRA. MÁRCIA VANUSA DA SILVA (*Por videoconferência.*) – O.k. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não. Abriu de novo a tela...

Mas não tem problema, vamos passar assim mesmo...

A SRA. MÁRCIA VANUSA DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Agora foi?

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não. É porque está abrindo como segunda tela, e está abrindo o...

A SRA. MÁRCIA VANUSA DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Ele pede para eu abrir como um...

Agora acho que sim...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Tem que colocar a apresentação.

A SRA. MÁRCIA VANUSA DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Acho que sim, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Isso, em apresentação! Agora deu certo!

Vamos lá. Agora deu certinho.

Zere aí o tempo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MÁRCIA VANUSA DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Mais uma vez, muito obrigada. É um prazer estarmos sempre aqui nesta Casa, fazendo nossa contribuição enquanto pesquisadora que somos e trazendo o nome sempre da academia nessas pautas tão importantes, não é?

Então, nós vamos mostrar aqui, muito rapidamente, o potencial dessa flora da Caatinga, e que, com certeza, a partir desse movimento, a partir de hoje, a gente tenha uma situação futura muito próspera para o desenvolvimento do Semiárido brasileiro.

A gente vai passar, muito rapidamente, sobre a caracterização do Semiárido brasileiro, que já foi muito bem discutido pelos anteriores. A gente gostaria de chamar atenção aqui para três particularidades. Então, dentro das áreas semiáridas do planeta, a Caatinga é a mais biodiversa e a exclusivamente brasileira. A gente tem um endemismo extremamente alto, e a gente compartilha isso quando a comparamos com as outras florestas sazonalmente secas do mundo: a gente destaca aqui a Caatinga com a sua maior biodiversidade, em comparação com as demais. Isso é excepcional, do ponto de vista de proteção e de estudo, basicamente do que compõe essa flora exclusiva. Então, a gente está falando aqui de uma flora rica e de uma flora única comparada com essas outras florestas sazonalmente secas.

Já foi falado e a gente gostaria ainda de ressaltar que apesar de toda essa exclusividade e de possibilidades, há pequeníssimas áreas – o destaque aqui em verde – onde há a preservação dessa flora, o que, claro, leva a um desmatamento e a uma supressão dessa biodiversidade. A gente gostaria, inclusive, de destacar aqui que a perda dessa biodiversidade é tão grave que algumas das espécies de que a gente tem relato nas comunidades a gente nem sequer as acha nessas áreas mais ou menos preservadas de Caatinga. Então, a gente deixa aqui o alerta de que a gente perdeu espécies sem nunca ter estudado o seu potencial.

A gente fala aqui contra um racismo ambiental. Então, a gente está falando aqui que existe uma biodiversidade exclusiva e que essa biodiversidade pode ser muito próspera, principalmente para o desenvolvimento de produtos florestais não madeireiros. A gente nem sequer consegue dimensionar qual o valor dessa riqueza abordando somente a flora. A gente não estuda, o nosso grupo não estuda a fauna, mas aqui a gente destaca somente a flora com esse potencial.

A gente vai apresentar aqui alguns resultados bastante pontuais do Núcleo de Bioprospecção e Conservação da Caatinga. Esse núcleo foi criado em 2013 e tem como principal objetivo exatamente ter contato com as comunidades tradicionais, no entorno dessas regiões mais conservadas. E aqui a gente destaca o papel feminino. É a mulher a detentora desse conhecimento, por seus usos medicinais, alimentares, cosméticos. E é um saber, Senador, que nos deixa em alerta por ser um saber oral. São mulheres idosas, muitas vezes rezadeiras e benzedeiras que utilizam essas plantas para as curas nas suas regiões. É um saber extraordinário que está se perdendo com muito pouco cuidado no sentido de valorizá-lo e também de passá-lo para as próximas gerações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente já fez um catálogo de cem plantas medicinais, todas nativas da Caatinga. Algumas delas a gente não achou, procurando essas plantas para validar esse conhecimento. E chamo o segundo alerta de valorizar e também ter programas muito fortes de preservação concomitantes com o recaatingamento, principalmente de espécies com potencial alimentar, farmacológico e cosmético. Então, o nosso trabalho é exatamente este: de validação desses conhecimentos, com possível desenvolvimento de arranjos produtivos locais.

Em alguns resultados, a gente vai trazer aqui uma planta também muito emblemática que é o umbu, *Spondias tuberosa*, de que já falou anteriormente a Coopercuc. É uma planta de que as comunidades fazem muito uso, principalmente para gastrites e problemas intestinais. Não há nenhum relato, na literatura, estudando essas populações dessas plantas nativas, o que abre para a academia uma possibilidade infinita de valorizar e estudar cientificamente essa flora. Talvez seja uma das menos estudadas dentre as floras dos biomas brasileiros.

Essa planta é extremamente antioxidante. A atividade antioxidante parece ser um destaque entre as plantas da Caatinga, e isso é muito bom do ponto de vista farmacológico. A atividade antioxidante pode abrir inúmeras outras atividades, Senador, como anti-inflamatório, antitumoral.

E na Caatinga as suas características ambientais de muita insolação e baixa precipitação fazem com que não só o umbu, mas diferentes plantas que se adaptaram a essa região façam com que ela seja um celeiro de produção de antioxidantes importantíssimos não somente para as doenças que acometem os brasileiros, mas mundialmente falando. Então, não era novidade nenhuma a gente ver que a atividade antioxidante do umbu chega a ser muito maior do que a uva com seu resveratrol.

E a gente também validou um conhecimento tradicional que era o uso, por comunidades tradicionais, como gastroprotetor. A gente provou isso usando um medicamento da linha do omeprazol, lansoprazol, e tratou animais com diferentes concentrações de extratos de galhos do umbu; e a gente viu notoriamente que, em alguma concentração aqui, a gente achou essa atividade igual ao lansoprazol. A gente sabe que na literatura há vários relatos de que as pessoas que utilizam gastroprotetores os utilizam por período de tempo muito longo, o que pode acometer, inclusive já está provado, o desenvolvimento de alguns tumores. Então, a gente tem aqui uma possibilidade de desenvolver o primeiro fitoterápico exclusivo da biodiversidade brasileira com fins gastroprotetores. Seria um feito inédito.

A gente gostaria também, nesta nossa fala sobre fitoterápicos, de dizer que, principalmente a indústria farmacêutica... O SUS não reconhece nenhuma dessas plantas da Caatinga, nenhuma planta da Caatinga está listada no Renisus, muito menos na Farmacopeia Brasileira, o que também é urgente para que se possa investir em pesquisas para que essas plantas com esses poderes que a gente já vem investigando possam de alguma forma entrar como fitomedicamentos exclusivamente da biodiversidade brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é um trabalho que a gente fez em parceria com Coopercuc, buscando a utilização de resíduos. Eles fazem muito, já foi muito bem apresentado aqui o caroço que sobra da produção da polpa. A gente estudou essa farinha de resíduo na sua composição nutricional. Então, é uma farinha extremamente rica do ponto de vista nutricional e rica também do ponto de vista mineral. Claramente, pela atividade de compostos bioativos que ela apresenta, ela pode ser um novo ingrediente para a indústria alimentícia, principalmente diminuindo o teor de trigo em várias formulações do Pnae. A gente tem obesidade aí se desenvolvendo nas crianças. Não tem nenhuma toxicidade e tem elevados compostos antioxidantes e minerais. Então, estamos aqui falando de algo que é um descarte de uma indústria instalada no Semiárido e que poderia ser uma possibilidade de ter um valor agregado maior.

Isso nós fizemos substituindo parte do trigo em biscoito tipo *cookie*, que é um biscoito muito apreciado por crianças. A gente vem mostrando a obesidade aumentando, então esse seria um biscoito em que se diminui o valor calórico e aumentam-se as propriedades nutricionais e minerais, possibilitando um alimento mais nutritivo, principalmente pelo aumento do teor de fibra e diminuição do seu valor calórico. A gente fez esse trabalho durante o doutoramento de uma aluna nossa, os trabalhos foram todos publicados e aqui os estamos demonstrando.

Uma outra planta bastante emblemática é o cambuí, muito conhecido por mulheres também na região. É a *Myrciaria floribunda*...

Eu gostaria somente de mais três minutinhos, Senador, para que eu possa finalizar aqui a minha fala.

Esse exemplo aqui é somente para vocês darem uma olhada na importância do saber tradicional dessas comunidades do semiárido. As mulheres mastigam uma casca dessa planta em momentos de dores de cólicas, principalmente. A gente publicou, inclusive, com a comunidade autora desse artigo, onde a gente mostra claramente a atividade analgésica. A gente comparou, inclusive, com o fármaco indometacina, que é um fármaco industrial, e a casca do cambuí foi muito mais analgésica, muito mais efetiva do que o próprio fármaco, onde há, claro, desenvolvimento de resistência, não é?

Essas espécies que aqui a gente está destacando já fazem parte de um arsenal desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente, em 2018, em que mostra a flora de cada região, seu valor atual e potencial futuramente. O Governo também vem desenvolvendo as cadeias produtivas da bioeconomia. E o licuri, a gente conseguiu com muita luta colocar dentro das cadeias produtivas dos projetos pilotos desenvolvidos pelo MCTI.

A gente está junto da cadeia do açaí, do pirarucu, mostrando que esse óleo já tem esse conhecimento tradicional por essas comunidades. E aí a gente veio mostrar e agregar valor a esse óleo e a esse resíduo. O óleo é, já comprovado cientificamente, um auxiliar na cicatrização. Nós estamos agora em modelos de cicatrizações mais robustas, crônicas em pacientes diabéticos e hipertensos, e esse óleo a gente está comparando muito com as propriedades do óleo do girassol. A gente gostaria também de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

destacar que a cadeia do óleo do girassol não é brasileira – 80% do óleo de girassol são importados da Ucrânia, e há bastante problema nessa importação agora nesta época de guerra. E a gente tem aqui um ingrediente exclusivo brasileiro com atividades ainda mais promissoras.

A gente aqui está mostrando um caso clínico de um pé diabético tratado com óleos do licuri, inclusive já se faziam algumas amputações nesse pé, mostrando aqui claramente esse seu potencial.

Um outro dado desse óleo bastante consistente é o seu poder antimicrobiano. A gente tem bactérias já resistentes a antibiótico que esse óleo consegue tratar, mostrando aqui que ele poderia ser um adjuvante de antibióticos a que a bactéria já possui resistência. A gente já estudou a segurança desse óleo. Esse óleo não possui nenhuma ação de toxicidade nem genotoxicidade nem mutagenicidade. E este dado é o mais novo nosso: nesse resíduo do processamento, a gente conseguiu um teor de proteína bastante considerado, 22%. A gente está falando de proteína muito parecida com a soja. E um feito desse resíduo é que ele possui todos os aminoácidos de que o ser humano precisa, ele tem concentrações de todos os aminoácidos essenciais e não essenciais para a espécie humana, o que poderia... Aqui a gente fez um cálculo de 100g desse resíduo, que vêm da extração do óleo do licuri, podendo virar carne vegana, podendo virar uma proteína sustentável, com alto valor nutricional, que poderia ser distribuído principalmente para as populações mais vulneráveis, principalmente nesse nutriente.

Então, a gente aqui gostaria de dizer que o nosso trabalho tem todo um alinhamento com as ODS, a gente faz essas popularizações, a gente leva esses resultados dessas pesquisas novamente para as comunidades para que elas se empoderem e para que elas possam, de alguma forma, lutar por esse racismo ambiental contra a Caatinga e trazer, agora, um Nordeste próspero, com uma bioeconomia exclusiva, com um potencial ainda não calculado.

Gostaria somente, aqui, de agradecer meus parceiros – a gente faz um trabalho em conjunto – de várias universidades.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Profa. Márcia Vanusa. Eu queria dizer que você suscitou aqui, e eu não poderia deixar de mencionar, esse saber medicinal e essa ação de popularização ou de reincorporação disso às gerações atuais da nossa Caatinga. Isso é extremamente importante, porque, quando a gente milita na política, circula por cidades, percebe claramente que há um trabalho até, às vezes, contrário, de dizer que isso é curandeirismo, é superstição, que essas ervas, que esses chás...

A SRA. MÁRCIA VANUSA DA SILVA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Na verdade, isso são provas seculares de que alguma coisa funciona ali. E vocês, com o trabalho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

científico que fazem, acabam justamente... Isso precisa ser divulgado, retrodivulgado, trazido de volta para as regiões. É preciso dizer: "Olha, o que vovó dizia não tem nada de curandeirismo". Não é por acaso que passava uma erva ou alguma coisa.

Eu, particularmente, nascido no Rio de Janeiro, mas adotei o Rio Grande do Norte como meu Estado, minha morada há mais de 20 anos, e me casei com uma caicoense, sou testemunha disso. Várias vezes, em Caicó e mesmo fora de Caicó, minha própria esposa, Muriele... E a irmã dela, particularmente, que ainda vive por lá, cria animais próximo ali ao Açude Itans, Açude São José, Marisa. A mãe delas, que eu carinhosamente chamo de Mainha, D. Antônia, e a mãe dela, que eu conheci antes de falecer, D. Olinda, já traziam toda essa cultura. Eu particularmente me curo, muitas vezes, com essas vegetações, digamos assim, caatingueiras: o licuri, o umbu, vários chás, várias ervas.

O que falta é justamente isto: que as pessoas de lá se orgulhem, se empoderem, como você disse, dessa questão: "Olha, eu não estou aqui... ". Não é uma superstição, não é algo por acaso. De fato, é cientificamente comprovado.

Por isso, eu faço aqui o reforço do seu agradecimento à sua equipe e a todos que trabalham nessas redes, nas redes das universidades, comprovando e fazendo jus a essas pessoas de outros tempos que, com a sua sabedoria, curaram e prolongaram a vida de tantas pessoas.

Muito obrigado.

Eu queria dar prosseguimento. Então, com a palavra, deixe-me só pegar aqui o currículo todo, a Profa. Rosimeire Cavalcante dos Santos, Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Por favor, com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – O senhor me permite fazer uma intervenção pontual?

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim. Senador Esperidião, com certeza.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Eu posso fazer uma intervenção pontual?

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com certeza.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Particularmente, dirigindo-me a todos os que mencionaram – inclusive, o senhor mencionou aí – o uso restrito da fitoterapia. Quando a Profa. Márcia Vanusa mencionou o fato concreto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do pé tratado, pé diabético, se não me engano, de um pé diabético tratado e a dificuldade logística de o óleo do girassol chegar para nós, já que a aplicação dele depende de uma certa manipulação, e a Ucrânia está envolvida nesse conflito – se me permitem dizer isso, é a minha opinião –, alimentado por outros interesses, não apenas relacionados à Ucrânia e à Rússia, mas isso é a minha opinião.

Eu queria perguntar para a Dra. Márcia e para todos os que tratam desse assunto se na bolsa, ou seja, na relação de remédios homologada, a relação pelo Ministério da Saúde... Eu não estou atualizado, mas aqui, junto ao Hospital Universitário, portanto, longe de qualquer curandeirismo, uma pós-graduada em Farmácia coordena o cultivo de 350 espécies de, digamos, remédios fitoterápicos. Eu, Senador, como Governador, no meu primeiro mandato ajudei aquele Padre José Artulino Besen e um outro Padre, o Aquilino, a implantarem hortas medicinais, ou seja, hortas que contém um grupo de plantas que contribuem para a fitoterapia. E, como eu mencionei aí São Tomé, eu também não quero misturar as coisas, mas, na relação de remédios do Ministério da Saúde, os fitoterápicos já eram mais de 20%, isso há muito tempo, hoje eu não sei qual é. Mas, dentre estes remédios derivados de aplicação de... Eu não estou falando de homeopatia, é outra coisa homeopatia, e o especialista aqui em homeopatia é o Prefeito de Itajaí, que é médico e tem curso de homeopatia; estou falando de fitoterapia. A fitoterapia é a aplicação sob a forma medicamentosa, ou seja, com um grau de potência maior, e eu dou um exemplo. A penicilina, a planta penicilina o senhor conhece, Senador Jean Paul, já ouviu falar nela?

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim, sim, e salvou muita gente na guerra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, não, mas a planta penicilina?

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, nunca me deparei com a própria planta.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A planta penicilina eu tenho na minha casa. Eu a aplico, eu faço todos os dias gargarejo com a planta, o chá da planta de penicilina, estou dando um exemplo concreto. E há estudos, inclusive de universidades e de curso de Medicina sobre a sua aplicação, que é também anti-inflamatória, antiviral e é uma planta. Você faz um chá e pode aplicar a folha. Aliás, é uma folha belíssima, o chá fica de cor lilás.

Então, a minha pergunta objetiva para a Dra. Márcia e para os demais participantes é: quanto da Caatinga nós já temos de fitoterápicos homologados pelo Ministério da Saúde?

A SRA. MÁRCIA VANUSA DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Boa pergunta, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se não puder responder agora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MÁRCIA VANUSA DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Não, boa pergunta, eu respondo agora nessa hora, Senador. Nenhuma! Nenhuma! Nenhuma espécie da Caatinga está nas listas...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Impressionante.

A SRA. MÁRCIA VANUSA DA SILVA (*Por videoconferência.*) – ... oficiais do Ministério da Saúde. Nenhuma!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Como fitoterápico. Estou falando, portanto, academicamente.

A SRA. MÁRCIA VANUSA DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Não. Nenhuma.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Mas a senhora sabe que existe uma relação de fitoterápicos homologados.

A SRA. MÁRCIA VANUSA DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência.*) – E eu dei um exemplo...

A SRA. MÁRCIA VANUSA DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Da Amazônia e da Mata Atlântica, em especial. Nenhum da Caatinga. Isso é um absurdo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência.*) – ... da Mata Atlântica.

A senhora veja déficit científico que nós temos. Então, eu faço um apelo...

A SRA. MÁRCIA VANUSA DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Senador, esse óleo do licuri, só para vocês terem uma ideia...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Como é que escreve? É licuri?

A SRA. MÁRCIA VANUSA DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Licuri.

A assinatura química do óleo do licuri é um ácido graxo chamado ácido láurico – 50% do óleo é esse ácido. Esse ácido vale de US$1,4 bilhão na indústria farmacêutica no mundo. O Brasil, nas suas palmeiras, tem essa assinatura química que o mundo ainda não sabe. Eles querem cadeias produtivas sustentáveis para explorar esse ingrediente farmacêutico, que é um anti-inflamatório, que é um cicatrizante comprovadíssimo, que está nas formulações pelo mundo afora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Se a senhora me permite: assim como o aloe vera, a babosa, a famosa babosa, é um cicatrizante extraordinário.

A SRA. MÁRCIA VANUSA DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Perfeito. Isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – O único e inconveniente é que a babosa faz nascer cabelo, por isso eu estou meio afastado dela, mas é um cicatrizante espetacular. (*Risos.*)

A SRA. MÁRCIA VANUSA DA SILVA (*Por videoconferência*.) – O país das palmeiras, Senador Amin, tem, na sua composição, esse ingrediente que o mundo não sabe que nós temos. Está no licuri.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – E se nós não homologamos, nós vamos continuar oferecendo matéria-prima anonimamente para os laboratórios farmacêuticos do mundo.

A SRA. MÁRCIA VANUSA DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Eu lamento que seja exatamente na Caatinga que nós temos, Senador Jean Paul, os mais explorados.

A SRA. MÁRCIA VANUSA DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Exatamente.

E eu gostaria de ainda adicionar algo à minha fala, que é: nessas listas oficiais do próprio SUS, no Ministério da Saúde...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – É o SUS. Eu estou falando de remédio homologado do SUS.

A SRA. MÁRCIA VANUSA DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Exatamente.

... 50% deles são de espécies exóticas. É até uma brincadeira falar isto: como é que a gente é o detentor da maior biodiversidade do mundo e o nosso sistema de saúde é de plantas trazidas de outras regiões?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – É só olhar a fábula do açaí: o açaí foi patenteado fora do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MÁRCIA VANUSA DA SILVA (*Por videoconferência*.) – E o licuri também, viu? O licuri já tem duas patentes na França, Senador. O licuri já tem duas patentes na França.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vocês acabaram de dizer a razão pela qual isso acontece: patentes e indústria.

A SRA. MÁRCIA VANUSA DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Umbu, Senador. O umbu tem uma patente na Suíça.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois é.

A SRA. MÁRCIA VANUSA DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Umbu, exclusivo do Semiárido, cuja única patente que tem é na Suíça.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente.

A SRA. MÁRCIA VANUSA DA SILVA (*Por videoconferência*.) – É um absurdo!

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Naturalmente, Professora e Senador, não podemos discorrer aqui... Provavelmente podemos fazer uma audiência pública só sobre isto, que eu acho extremamente interessante e importante: a informação que a Professora nos traz de zero registro no Ministério da Saúde desse tipo de produto derivado justamente da nossa biodiversidade caatingueira.

Pode ser espantoso, pelo menos à primeira vista, mas, em seguida, esmiuçando um pouco, já com dois ou três diálogos, vocês mesmo já detectaram a razão: há uma falta de estímulo econômico e existe concorrência internacional. Normalmente quem patenteia coisas daqui é gente de fora que já tem produto concorrente. Então, até que você conclua, com a sua cadeia logística, econômica, com os seus interesses já colocados, que aquele produto, em vez de ser uma ameaça, pode ser um produto agregado, leva tempo também. Normalmente, o pessoal patenteia para matar ou para dirimir o crescimento. Isso acontece em várias instâncias, em vários produtos por aí.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Para evitar concorrência.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente. Primeiro, você para a concorrência, cessa a concorrência, colocando o pé em cima; depois, você vai começar a descobrir ao longo de, às vezes, décadas, que aquele produto pode ser mais eficiente, mais economicamente... Ou, por exemplo, por que o produto original que fez a fama daquela marca se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tornou menos abundante... E aí você já vai reservando a biodiversidade futura para você. Então, isso desacelera o processo.

A SRA. MÁRCIA VANUSA DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A gente precisa evidentemente – dentro de um contexto não só de uma lei como esta que nós estamos discutindo aqui, mas dentro de um contexto de desenvolvimento mesmo industrial, científico, tecnológico da nossa biodiversidade – estimular mais entidades, inclusive as próprias universidades, centros de pesquisas, e não só empresas... Os próprios pesquisadores que chegam a essas conclusões poderiam ser estimulados a ser encaixados em estruturas que garantissem essas patentes e essas reservas para entidades brasileiras que tivessem interesse justamente de concorrer com as demais e não necessariamente as mesmas marcas...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Como minha última...

A SRA. MÁRCIA VANUSA DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Senador, só um dado...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Como minha última intervenção, isso aí é o vício que nós adotamos de sermos colonizados.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Claro, decorre disso.

A SRA. MÁRCIA VANUSA DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Isso, exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Ou seja, nós não agregamos valor ao que temos...

A SRA. MÁRCIA VANUSA DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência.*) – ... quando, às vezes, agregar valor é simplesmente potencializar. Como a senhora falou, metade do remédio é o ácido...

A SRA. MÁRCIA VANUSA DA SILVA (*Por videoconferência.*) – É o ácido láurico.

Senadores, os chineses, no ano passado...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência.*) – A medicina natural... Eu visitei faculdades de medicina natural na China. Então, eu sei o que a senhora vai falar. Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MÁRCIA VANUSA DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Os chineses já chegaram ao licuri – e este é um alerta que eu estou fazendo aqui para vocês. Os chineses, no ano passado, levaram 2 toneladas de licuri para a China e, neste ano, voltaram e pegaram 20 toneladas de licuris. Veja, o licuri, a gente nem sabe qual é a nossa capacidade produtiva... Sei lá, 200, 300 toneladas... Não sei. É muito abundante, e ele é muito adaptado às condições do Semiárido. É uma planta extremamente produtiva nas condições de aridez mesmo. Ela é feita para isso. O óleo dela é um *commodity* para o Brasil. Se a gente não fizer nada, somente o ácido láurico é um *commodity* para o Brasil. A indústria compra esse ácido láurico a US$1,4 bilhões.

Então, a gente tem, a exemplo do babaçu, da macaúba, do licuri... O açaí também tem no seu óleo...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A carnaúba também, acho que sim.

A SRA. MÁRCIA VANUSA DA SILVA (*Por videoconferência*.) – É essa assinatura que está sendo, de alguma forma, negligenciada pelo nosso país em desenvolvimento com a sua...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Eu quero agradecer. Foi uma intervenção tópica, pontual, mas eu não podia perder a sua exposição sobre...

Pode repetir para eu guardar? Licuri, não é?

A SRA. MÁRCIA VANUSA DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Licuri. Guarde esse nome...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Licuri.

A SRA. MÁRCIA VANUSA DA SILVA (*Por videoconferência*.) – ... porque ele é o próximo *commodity.* Ele é o ouro da Caatinga – é o ouro da Caatinga.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Pode crer que São Tomé ajudou a distribuir esse licuri aí nos bons tempos em que ele andou aqui pelo Brasil e pela América.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Profa. Márcia, obrigado!

Olha, eu tenho certeza de que o Senador Esperidião já vai arrumar uma muda dessa e botar lá ao lado da de penicilina. (*Risos.*)

Vamos voltar aqui à ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha, para quem está nos assistindo, ao mesmo tempo em que peço desculpas pela digressão, peço que compreendam que o fundamento, a razão de uma audiência pública, inclusive, passa por isto: alguns debates que são suscitados especificamente. Por isso, eu deixei rolar e acho que é extremamente construtivo. Assim, a gente já elimina uma parte das falas finais com este pequeno debate aqui sobre a biodiversidade e o uso fitoterápico da nossa biodiversidade caatingueira.

Eu vou seguir aqui, rapidamente. Eu acho que já tinha chamado a Profa. Rosimeire, não é? Foi isso, pessoal? Foi.

Profa. Rosimeire Cavalcante dos Santos, Professora e pesquisadora da UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), com a palavra. Em seguida, a Sra. Inamara, lá do Consórcio Nordeste, e, para fechar com chave de ouro, a ASA, José Moacir. O.k., nessa ordem?

Vamos lá! Obrigado.

A SRA. ROSIMEIRE CAVALCANTE DOS SANTOS (*Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

Se houver alguma limitação em relação a áudio ou alguma falha, por favor, me avisem, porque, para mim, aqui está tudo bem. Para vocês está bem?

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está tranquilo. Pode seguir.

A SRA. ROSIMEIRE CAVALCANTE DOS SANTOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Então, eu agradeço pelo convite e também cumprimento a todos, ao passo que cumprimento os Senadores Jean Paul e Jaques Wagner.

Eu sou caicoense. Vou começar a falar assim: eu sou caicoense, comecei o meu interesse pela exploração da Caatinga no sentido de acompanhar, focada bem na lenha, na exploração da lenha. Então, eu coordeno um grupo de estudos em energia da biomassa, e nós temos, como foco, os aspectos que estão envolvidos, ambientais, econômicos e sociais, com a exploração e o uso da lenha, a madeira, aqui, no Estado do Rio Grande do Norte.

Então, eu já posso compartilhar? Não sei se o Airton vai me ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está aberto?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está autorizado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSIMEIRE CAVALCANTE DOS SANTOS (*Por videoconferência*.) – Certo. Então, deixa-me vir para cá... Eu continuo desabilitada. Está aparecendo aqui, na minha tela.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Há dois acessos seus aí, acho que habilitaram um deles.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pronto, habilitaram os dois.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Posso só... Senador, só para dar um exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Amin, já plantou aí o licuri, não?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Não, eu estou mostrando aqui a cor do chá.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois é, eu estava curioso para ver. Mostra aí a tela.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Não é Campari; isto aqui é o chá da penicilina.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É um chá púrpura.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Púrpura.

A SRA. MÁRCIA VANUSA DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Vamos mandar um litro de licuri para o Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Manda uma mudinha, uma muda.

A SRA. MÁRCIA VANUSA DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Uma muda, não é? Está joia!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Está o.k. Um abraço!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu vou fazer uma vitamina com esses dois. (*Pausa.*)

Profa. Rosi, pode colocar primeiro no formato de apresentação e depois compartilhar, porque, senão, fica a tela de edição aí.

A SRA. ROSIMEIRE CAVALCANTE DOS SANTOS (*Por videoconferência*.) – Então, agora...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Primeiro projeta, depois compartilha.

A SRA. ROSIMEIRE CAVALCANTE DOS SANTOS (*Por videoconferência*.) – No momento em que eu coloco no modo de apresentação, não aparece nenhuma opção para mim, para acessar.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então, manda... Coloca... Isso também já aconteceu comigo. Pode colocar do jeito que estava que está bom. A gente vai dar um jeito de ver, porque a tela está grande, aí dá para enxergar, sem problema.

A SRA. ROSIMEIRE CAVALCANTE DOS SANTOS (*Por videoconferência*.) – Está bom. Então, se eu conseguisse, eu o faria, mas...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Tem razão. Isso já aconteceu comigo também – eu lembrei agora.

A SRA. ROSIMEIRE CAVALCANTE DOS SANTOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Então, esse é o detalhe.

Vamos começar a contar o meu tempo.

Eu fiz questão de trazer aí, inclusive ao fundo da imagem, algumas espécies que são uma espécie da Caatinga, como o nome popular pereiro ou catingueira.

Então, como eu estava falando – o Senador já me apresentou informalmente, me chamando –, eu sou a Profa. Rosimeire, sou engenheira florestal com graduação lá na Paraíba, na UFCG; mestrado e doutorado na UFLA, em Minas Gerais; e pós-doutorado no Imperial College, em Londres, exatamente com essa temática de uso da biomassa como fonte de energia.

Então, eu trago aqui para nós as reflexões que são...

Não está passando para vocês, não, o eslaide?

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A senhora vai ter que trocar aí no formato de edição, dando seta para baixo, porque a gente está vendo a edição. Seta para baixo resolve. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pronto, é isso; para baixo e para cima.

A SRA. ROSIMEIRE CAVALCANTE DOS SANTOS (*Por videoconferência*.) – Obrigada.

Aqui eu trago essa imagem do Estado do Rio Grande do Norte. No que se trata da exploração da Caatinga, prioritariamente a gente deve considerar que é concentrada na exploração da madeira. Então, nós temos uma situação muito particular em relação a...

Para quem não conhece em detalhes, aqui é o mapa do Rio Grande do Norte, aqui está a capital, e a distribuição de variação de precipitação, assim como de solo, é muito, muito grande! Por exemplo, aqui na região de Seridó, onde há o maior consumo pela indústria de cerâmica vermelha, que é o principal consumidor de lenha aqui no estado, é onde há maior concentração do número de indústrias. Consequentemente, é a maior demanda por madeira para essa atividade, mas não só nessa atividade a lenha é utilizada.

Eu faço uma ressalva, porque eu sempre peço, por gentileza, quando forem falar em energia renovável, incluam a biomassa, principalmente porque, aqui no estado, é a fonte de sobrevivência de muitas, muitas pessoas, principalmente se a gente se concentrar aqui na região do Seridó, que, por sua vez, é um lugar muito, muito seco, longe da costa, longe do mar. Enfim... Então, é um local muito seco que, pelas condições severas de restrição hídrica – como aconteceu no mundo inteiro, foi se agravando –, a cerâmica se caracterizou como a única possibilidade de sobrevivência e renda; não a única, mas a principal, porque, quando os açudes secam, fica fácil acessar o barreiro e, com isso, fazer a telha e o tijolo. Historicamente, ao longo dos anos, só é cortar a Caatinga que é fácil o acesso e queimar nos fornos para poder sinterizar telhas e tijolos.

Então, partindo dessa realidade, nós precisamos considerar que, sendo a Caatinga a vegetação predominante, nesta realidade está incluído o nível de suscetibilidade de desertificação nos 167 municípios do estado, mas, volto a dizer, concentrado principalmente na região de Seridó, que é onde ocorre o Semiárido rigoroso aqui, não é?

Nós tivemos, como economia fundadora, cana-de-açúcar, pecuária, economia algodoeira, e é esse uso da terra que trouxe para nós essa herança de várias áreas abandonadas. À medida que foi ficando difícil acessar água, criar animais, plantar cultura de subsistência, isso foi sendo substituído, como eu falei. A cerâmica se tornou, principalmente das regiões que estão mais distantes da costa...

Quando a gente fala em Rio Grande do Norte, se você digitar "Rio Grande do Norte", vão aparecer, com certeza, passeio de *buggy*, maior cajueiro do mundo, sal, fruta, eólica, solar, mas o estado não é só pautado nessas fontes de energia quando se trata da sobrevivência da população. Eu ouso dizer que, nesses anos que estamos trabalhando dentro do estado com a Caatinga... E falar de Caatinga, ainda que seja dentro do próprio estado, é muito ousado; eu costumo dizer que são as Caatingas, tamanha é a diversidade. Então, nós estamos falando da Caatinga que ocorre no Rio Grande do Norte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E faço essa solicitação de atenção para a realidade que é hoje o consumo total de madeira, que é torno de 2,2 milhões ou 475 mil toneladas de metros estéreos por ano. Esse é o consumo. Quando eu considero a oferta vindo apenas de fontes legalizadas, que são planos de manejo, podas de caju e algaroba, eu só tenho 65 mil de oferta, o que leva à conclusão de que somente 13% da demanda por todos os setores que utilizam a lenha, a madeira no Rio Grande do Norte, vêm de fonte legalizada.

Os destinos principais são a indústria de cerâmica vermelha... Para vocês terem ideia, nós temos hoje vigentes no estado 28 planos de manejo, mas já tivemos 70; temos hoje apenas 28 planos de manejo vigentes. Isso tem várias causas, principalmente o preço da lenha. Quando essa lenha vem de plano de manejo, ela é vendida por metro ao preço de R$38, R$40; pelo atravessador, é R$7 ou R$11 a mesma lenha, o mesmo metro. Então, isso fez com que houvesse esse impacto com a desistência de muitos proprietários de manter a área sob manejo para que pudessem vender lenha de forma legalizada. E eu estou falando de todos os planos, os 28. Todo o volume lenhoso dos 28 planos de manejo vigentes no estado vão para uma só demanda, que é a de cerâmica vermelha. Ainda assim, com certeza, não dá conta. Há outros setores também: o domiciliar, o comercial, como padarias e pizzarias.

Eu quero aqui tentar ser o mais clara possível, falando dessa energia de fonte renovável, que pode ser e possivelmente está sendo explorada de forma não sustentável. Por quê? No Rio Grande do Norte, tem-se por referência essa instrução normativa do Ministério do Meio Ambiente, e é seguindo essa instrução que o Idema autoriza a supressão, realiza fiscalização... Então, hoje é essa a referência, essa instrução normativa, que autoriza, primeiro, o corte da madeira baseado no volume, e um dos detalhes principais é que se institui o ciclo de corte de 15 quinze anos.

O que é que significa isso? Eu vou pegar uma área que está sob manejo... Das 28, cada uma tem uma extensão territorial distinta. Vamos supor que eu tenha 900ha sob manejo: eu vou dividir aqueles 900ha em 15 partes no mínimo, retirando a reserva legal e tal, e todo ano eu exploro um talhão ou uma unidade de produção anual. Essa é a fundamentação do manejo florestal sustentável.

O fato é: quando eu terminar o 15º talhão e eu voltar para o primeiro, 16 anos depois, supostamente é para haver volume de madeira que seja pelo menos próximo ao que era; ou, então, tenha havido uma regeneração que se torne sustentável, e isso não está acontecendo, segundo o nosso trabalho.

Então, esse ciclo de corte de 15 anos é... Aqui a gente pode ver dados da FAO: quando a gente pega, dentro do Rio Grande do Norte, dados da microrregião de Assu/Apodi, do Seridó e do Agreste, a gente pode ver que o volume é absolutamente distinto, sendo a região do Seridó a mais alarmante em relação a volume real pós-corte. E isso se infere de que é resultado da condição climática, principalmente da chuva, que é muito menor aqui, a ocorrência de chuva, do que nas outras duas microrregiões.

Então, a gente busca atenção para que trabalhos sejam feitos do modo como nós estamos fazendo, que é rastreando dentro dos planos de manejo como tem sido essa regeneração, quanto de energia existe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estocada naqueles povoamentos, e principalmente respondendo por região, conforme a condição de solo e clima, quanto tempo aquele povoamento precisa para se regenerar, porque, se assim não for continuar sendo uma idade só independente de como chove, de qual é o solo, certamente o risco de a atividade não ser sustentável – ou de não estar sendo já – é muito grande.

Então, algumas considerações, que são a nossa busca pelo trabalho integrado com o estado e o aproveitamento de resíduos também. As nossas espécies são muito bifurcadas, sendo a indústria de cerâmica vermelha o principal consumidor. Ela exige que as peças sejam de 2cm de diâmetro para cima, mas nós temos catingueira, por exemplo, com 30 bifurcações, e, daquelas, pode haver só 10 que entram nessa exigência – o resto fica lá como lixo subutilizado. Então, aproveitar os resíduos também... Nós mostramos em trabalhos que isso fica em torno de 30% em uma das áreas que nós estudamos.

Fazer o monitoramento do solo também e levar em consideração a condição climática para responder pelo tempo necessário de regeneração dos povoamentos, além dos impactos financeiros e propostas que possam aliar esses trabalhos de como explorar de forma sustentável a conversão em energia nos fornos.

Então, é preciso que esse trabalho seja feito em parceria, não é? Eu estou falando da cerâmica porque, como eu estou falando para vocês, 87% da lenha legalizada do plano, além da algaroba e caju, da poda de caju, vão para a cerâmica.

E também a proposição de implantação de floresta de ciclo curto, como existe no resto do Brasil. Então, o resto do Brasil... No resto do Brasil não: principalmente a Região Sudeste começou a implantar eucalipto de materiais genéticos especificados em regiões que não vão trazer prejuízo ecológico para o bioma nativo, de modo a dar conta de fornecer madeira para os diferentes setores e, assim, manter essa associação de valorização da Caatinga sendo explorada de forma sustentável, com base científica e fornecimento a partir de espécies exóticas.

Obrigada.

Desculpe-me por ter excedido o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – De nada, professora.

Muito obrigado.

A SRA. ROSIMEIRE CAVALCANTE DOS SANTOS (*Por videoconferência.*) – A gente fica querendo falar muito.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sem problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Profa. Rosimeire traz duas questões que eu debato há muito tempo, há muitos anos, desde a época em que era Secretário de Energia, que são essa questão da cerâmica vermelha e essa questão da impossibilidade matemática que você mostrou, Rosimeire, desde o início aqui, de que realmente toda essa lenha usada por esse setor seja de origem legal, autorizada, enfim... É um problema que eventualmente está muito escamoteado, não só no Rio Grande do Norte, como em geral, e faz parte claramente da maior parte da razão do desmatamento. A solução pode ser certamente incorporada ao nosso projeto de lei. Nós vamos certamente dar um olhar nessa relatoria, incorporar elementos da sua fala e dados também, bem como os dos demais. Nesse caso, especificamente, a gente quer salientar isso também para lhe dar a satisfação de que a sua participação nesta audiência pública tem muita importância em relação a esse ponto.

Eu queria então abrir à participação da Sra. Inamara Santos Melo.

A Inamara está ainda por aí? Está, não é?

A SRA. INAMARA SANTOS MELO (*Por videoconferência*.) – Estou, sim, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A Inamara é Coordenadora da Câmara Temática de Meio Ambiente do Consórcio Nordeste e Secretária de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado de Pernambuco. Não vai falar especificamente agora, mas está acompanhada do Subsecretário de Programas e Coordenador da Plataforma de Investimento do Consórcio Nordeste, Sr. Sérgio Caetano Leite, que também está aqui conosco na sala.

A Sra. Secretária Inamara, por favor, com a palavra.

A SRA. INAMARA SANTOS MELO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Acho que agora já é boa tarde, Senador. Eu o saúdo por presidir esta audiência e conduzir um debate tão importante para nós.

Quero também aqui saudar o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Senador Jaques Wagner, além dos demais Senadores e Senadoras da República e das autoridades acadêmicas e políticas que estiveram aqui participando desta audiência pública.

Eu venho, muito respeitosamente, representar o Governo do Estado de Pernambuco, o Presidente do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste, que é o nosso Governador Paulo Câmara. Então, aqui eu também registro e ressalto que o senhor fez referência ao nosso Sérgio Caetano Leite, Subsecretário de Programas do Consórcio Nordeste.

Bom, Senador, antes de mais nada, o Consórcio Nordeste vem aqui reforçar a absoluta relevância do debate em torno do PL 222, que institui a Política de Desenvolvimento Sustentável da Caatinga. A gente entende que, ao lado da Amazônia, o Semiárido brasileiro constitui o que é chamado de *hotspot* climático e representa uma das regiões mais vulneráveis do mundo às mudanças do clima, de acordo com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um relatório do IPCC que foi divulgado no ano passado e que alerta que o Brasil abriga uma das regiões onde as alterações do clima têm provocado os efeitos mais drásticos.

Então, é preciso trazer à luz como as mudanças na cobertura da terra nas últimas três décadas estão agravando o risco de desertificação do Nordeste brasileiro. É importante a gente lembrar da análise do MapBiomas feita a partir de imagens de satélites na região entre os anos de 1985 e 2020, que mostra que nesse período 112 municípios da Caatinga foram classificados como áreas suscetíveis à desertificação com *status* muito grave e grave e também tiveram uma perda de 300 mil hectares de vegetação nativa.

Eu trago aqui, a exemplo do que foi dito acerca do Rio Grande do Norte, que no meu estado, Pernambuco, há 135 municípios suscetíveis à desertificação. Isso representa mais de 90% do território do nosso estado e onde temos a menor oferta hídrica *per capita* do país. Vários fatores podem explicar o aumento da desertificação. Isso está diretamente ligado aos vetores de pressão do desmatamento, como agropecuária, garimpo, mineração, expansão urbana, mais recentemente com destaque para a construção de usinas eólicas e solares. Esses fatores certamente colocam a Caatinga no centro da discussão nacional em relação à necessidade de desenvolvimento sustentável e, de igual modo, ao fundamental esforço de preservação da fauna e flora nacionais.

Assim, nós consideramos, Senador, que a questão cerne desta reunião é urgente para que a gente cuide de um bioma genuinamente brasileiro, com especial importância para os estados do Nordeste. Eu penso que cada exposição feita aqui por meus colegas painelistas nos ajuda a conhecer um pouco mais da realidade social e econômica desse território e toda sua potencialidade. Isso é condição fundamental para o sucesso de políticas de desenvolvimento.

Acho que cada ponto de vista traz problemas singulares, e evidenciar todas as diferenças por meio de indicadores, das variações no território é o que permite construir análises técnicas que sejam competentes em explicar todas as complexidades do bioma Caatinga e que podem ajudar naquilo que é pensar uma normativa própria, uma legislação própria acerca desse bioma.

Então, nesse leque de informações, eu aqui somo algumas considerações desse bioma que representa cerca de 10% do território brasileiro e abriga 28 milhões de habitantes, 40% desse total na zona rural. E a gente deve buscar entender quais as causas da insistente prevalência da pobreza, sintoma de vulnerabilidade da sociedade rural e que são agravadas pela degradação ambiental, pelas mudanças climáticas, pelas dificuldades de acesso ao mercado e pela insuficiente agregação de valor do que é produzido ali.

A gente entende, enxerga aquilo que é a fragilidade das organizações da população local, as capacidades institucionais insuficientes, e é preciso agir. Daí a necessidade da implementação de uma política pública que seja estruturadora para o setor, pois sabemos que a Caatinga também pode ser altamente produtiva, com grande potencial para geração de renda, basta a gente lembrar da produtividade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Vale do São Francisco, por exemplo, que alcança a média de grandes produtores mundiais, como a Califórnia e Israel. E nós não podemos somente buscar o aumento da produtividade na região; a gente precisa encontrar um modelo de produção que melhor se adapte a determinadas condições ecológicas e socioeconômicas da nossa região.

A gente esteve presente na COP 27, no Egito, e ali muito se falou sobre resiliência, medidas de adaptação, sobre a criação de fundos de financiamento climático envolvendo perdas e danos.

Sobre isso, Senador, é muito importante a gente destacar alguns pontos: quer dizer, aliado ao fato de que nos últimos anos nós vivemos um corte de investimentos federais em ações com viés social, nós ressaltamos que, mesmo diante da emergência climática, investir no Semiárido brasileiro, no bioma Caatinga ainda não virou um fetiche dos fundos verdes internacionais, que têm suas atenções todas voltadas à Amazônia. Eu digo aqui que é justo que seja a Amazônia em função de ser o pulmão do mundo, mas é preciso a gente lembrar de regiões que sofrem com a estiagem, com o risco de desertificação, que são intensificados aí velozmente pelos efeitos climáticos.

Em geral, é muito difícil carrear recursos para enfrentar a pobreza e onde não se vislumbram lucros, projetos que não tenham essa finalidade, onde o poder local não conta com recursos próprios para atenuar os problemas. Eu acho que as poucas iniciativas existentes estão muito aquém das necessidades da região. Fala-se muito da ausência de projetos, mas, por experiência própria, nós sabemos que mesmo bons projetos aguardam por financiamento.

Nós temos que ter em mente que, para atrair investimentos, não se trata apenas de ter ou de adaptar projetos ao interesse dos agentes financiadores internacionais, mas de, efetivamente, existir prioridade na aplicação de recursos para projetos que atendam os mais pobres. Eu penso que o combate à fome pode ser a nossa maior inovação e, para nós, é o tipo de medida de adaptação que nós precisamos e para o qual o Semiárido brasileiro ainda espera os recursos.

Eu penso que vale ressaltar também neste debate aspectos sobre a questão do avanço da geração de energia elétrica renovável na região, uma vez que a transição energética é uma necessidade global e representa para o Nordeste uma grande oportunidade, conforme já foi falado aqui pelo Prof. Carlos Roberto e também pelo Jozivan do Nascimento, meu colega do Idema.

E aqui eu acrescento algumas informações. Nós sabemos que 66GW de potência em energia renovável já foram outorgados para o Nordeste. Isso representa cinco vezes a potência da hidrelétrica de Itaipu. E a implementação dessas outorgas, ao lado da geração de energia distribuída, pode gerar cerca de 2 milhões de empregos.

A Região Nordeste abriga 90% da capacidade instalada de energia eólica do país. E, no entanto, ao mesmo tempo em que a gente assiste ao avanço de fontes energéticas renováveis, como a eólica e a solar, que são consideradas cruciais para a redução do uso de combustíveis fósseis, já que a queima desses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

combustíveis acelera as mudanças climáticas, para muitos agricultores da nossa região a forma como essa fonte de energia tem se expandido pelo Semiárido brasileiro faz avançar o desmatamento, tem ameaçado as famílias, em particular as mulheres, e certamente põe em risco os modos de vida locais. Isso tem sido um dilema enfrentado pelos vários estados do Nordeste, sobre o qual a gente precisa ter muita atenção.

Eu penso, então, que, ao adentrar na análise do projeto de lei, esse fato se apresenta como uma questão bastante relevante, um grande desafio na atualidade. A gente precisa buscar formas de diminuir os impactos socioambientais dos empreendimentos e fazer com que a população local seja beneficiada. O avanço da energia renovável não pode, de fato, ser mais um fator de concentração de renda, gerador de desigualdade, de perda de biodiversidade. E a normativa vigente não tem o poder de evitar que isso aconteça.

Aqui, então, a gente ressalta algumas questões nessa análise ao projeto de lei. A questão que a gente destaca aqui seriam os objetivos de capacitação científica, que devem ser tratados como prioritários. Então, em relação a essa capacitação de recursos humanos, às atividades de pesquisa, é muito importante implementar programas de habitação, de conscientização pública para enfatizar as práticas agrícolas sustentáveis, a proteção da biodiversidade, a adaptação aos processos de seca, de desertificação, enfim.

Quanto ao fomento às atividades agropecuárias e florestais sustentáveis, é interessante capacitar técnicos extensionistas, produtores rurais para difundir tecnologias agrícolas, fortalecer o uso racional da água para a agricultura, incluindo aí irrigação adequada às condições do Semiárido e promovendo, dessa forma, práticas de manejo e de conservação do solo para a proteção das bacias hidrográficas, evitando a erosão.

A gente ressalta ainda, em relação aos programas de conservação da natureza, a necessidade, a imensa importância da divulgação das riquezas naturais da Caatinga, como a gente já viu aqui, a necessidade de proteger as espécies ameaçadas.

Eu considero, Senador, que no art. 7º desse PL, é muito importante que se criem incentivos para a constituição e gestão tanto das RPPNs quanto das unidades de conservação, com programas compensatórios para a conservação da biodiversidade para comunidades tradicionais que vivem no entorno das unidades de conservação de proteção integral.

Além disso, não se pode esquecer dos instrumentos da Política de Desenvolvimento Sustentável da Caatinga para incluir planos de ordenamento territorial e os Zoneamentos Ecológicos-Econômicos. Esses são mecanismos importantíssimos. A gente precisa também garantir a eliminação de queimadas, o monitoramento e a eliminação de queimadas e de incêndios florestais, sistemas de monitoramento do desmatamento, o Cadastro Ambiental Rural, os programas de regularização ambiental, que precisam avançar, a promoção da cooperação com organismos multilaterais e bilaterais, instrumentos econômicos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financeiros com incentivos fiscais, o pagamento de serviços ambientais, certificado de crédito de carbono e outros instrumentos financeiros, linhas de crédito especiais, enfim...

Eu finalizo aqui, Senador, dizendo que, a partir do que foi relatado aqui nesta reunião, que possa haver uma séria e coerente discussão sobre as questões da Caatinga brasileira, essa porção de terra semiárida mais populosa do planeta. Não se pode, de fato, ter uma visão simplória sobre esse território, que possui imensos dilemas e possibilidades de desenvolvimento, que é lugar-chave para se falar em uma justa e necessária transição energética.

O Consórcio Nordeste externa o apoio ao presente projeto, ratifica seu compromisso com o desenvolvimento sustentável, entendendo a necessidade de estabelecer parâmetros urgentes para o desenvolvimento do nosso País. Com o início do novo Governo, a gente espera que o Brasil vivencie um momento de enfrentamento às desigualdades intrarregionais. E esse PL pode servir, de fato, de importante instrumento para uma política pública estruturadora em sintonia com as preocupações em torno do futuro do planeta. Eu acho que, como nos alertou o Secretário-Geral da ONU, ou a gente trata de um pacto de solidariedade climática, ou a gente estará assinando um pacto de suicídio coletivo.

Desculpe-me ter avançado no tempo, mas acho que essas são considerações importantes com que o Consórcio Nordeste gostaria de contribuir.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito, Inamara Santos Melo, Coordenadora da Câmara Temática de Meio Ambiente do Consórcio Nordeste e também Secretária de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco, juntamente com Sérgio Caetano Leite, que é Subsecretário de Programa e Coordenador da Plataforma de Investimento do Consórcio Nordeste, destacando aqui, Inamara, que você tem toda razão, e você traz outro capítulo importante. Esta audiência pública está se caracterizando por capítulos aparentemente muito diversos, mas todos integrados dentro desse espírito da política de desenvolvimento sustentável da Caatinga, que é justamente essa questão das metodologias de implantação pelos estados das políticas públicas.

E quero fazer uma colocação específica, que anotei também, em relação a essa massa crítica brutal de projetos que, em menos de dez anos, chegaram à nossa região, em relação à eólica, principalmente, mas agora também fazendas solares, e a necessidade de que a gente há muito tempo vem falando de harmonizar os procedimentos de licenciamento, monitoramento e o próprio processo de proteção. O Consórcio Nordeste, nesse sentido, é o fórum adequado, é uma das entidades mais talhadas justamente para fazer isso, e vocês vêm fazendo; e o objeto de capacitação, a questão de capacitação do RH, que você mencionou, das pessoas de pesquisa, da educação ambiental, tudo isso, se não estiver harmonizado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não é que seja exatamente o mesmo para toda a região, não é obrigar os órgãos a fazerem exatamente as mesmas coisas, chegar a um consenso, porque há diversidade até dentro da diversidade, dentro de cada região e sub-região da Região Nordeste. Mas harmonizar é estar mais ou menos parecido, é não estar tão diferente que o investidor, o empreendedor e, principalmente, o oportunista utilize isso para dizer: "Olha, lá em tal lugar eu não preciso fazer tal coisa; lá em tal lugar eu não sou obrigado a pagar tal coisa.". E com isso você fica sendo jogado, os governos locais, como você também colocou, acabam ficando tolhidos ou muito limitados nas ações porque se usa essa falsa competição entre estados e vizinhos, e, "ah, do outro lado da linha é diferente, é melhor, é pior".

E você fica nessa disputa que muitas vezes é retórica, a gente sabe, mas que acaba afetando a capacidade dos próprios órgãos ambientais, que agora vão estar reunidos em Natal, se não me engano, na semana que vem. Justamente um dos temas é esse, e vocês vão estar lá presidindo essa ação, e depois até, no retorno, eu queria que você até mencionasse isso. É muito importante, grita essa necessidade de harmonização, de estarem juntos os órgãos ambientais. E não só os órgãos ambientais, as secretarias, os governos dos estados, esse é o espírito que tem presidido a atuação do Consórcio Nordeste, que eu acompanho diuturnamente aqui como Senador da República desde o primeiro dia da sua fundação.

Por último, e, absolutamente não menos importante, pelo contrário, José Moacir dos Santos, que resiste firmemente ali, o companheiro Moacir, que é Presidente do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), e representante aqui conosco da diretoria, é Diretor de Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA).

Para quem não sabe, é uma das iniciativas mais espetaculares relacionadas não só com o bioma mas com a Região Nordeste, já reunindo – eu estava vendo agora o *site*, porque da última vez que vieram aqui eram mais de mil – agora mais de três mil entidades que atuam em todo o Semiárido defendendo o direito dos povos e comunidades da região, entidades que se integram organizadas em fóruns, em redes, nos dez estados que compõem o Semiárido brasileiro – os nove do Nordeste mais Minas, para eu não perder tempo aqui mencionando cada um deles. Os nove habituais que fazem o Consórcio Nordeste, incluindo Minas Gerais, por conta daquela área de Semiárido que, inclusive, justifica a sua participação da Sudene também.

Então, Moacir, sem mais delongas, com a palavra. Moacir, da ASA.

O SR. JOSÉ MOACIR DOS SANTOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador, demais Senadores, colegas convidados e também todo público que está *online*, participando e interagindo.

Estou falando aqui do Juazeiro, na Bahia, e, como o Senador falou, representando aqui a ASA, no Semiárido.

Eu vou projetar uma tela para ajudar também na discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Beleza, Moacir. Está autorizado. Se você puder falar próximo ao microfone, porque está com eco aí na sala em que você está e aí está embolando um pouco a voz... Mas na hora que você falou que ia projetar, a voz ficou ótima. Pode falar firme e forte.

O SR. JOSÉ MOACIR DOS SANTOS (*Por videoconferência.*) – Está aparecendo a projeção?

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeitamente.

O SR. JOSÉ MOACIR DOS SANTOS (*Por videoconferência.*) – Pronto.

A Caatinga por isto tem esse nome: essa é a vista dos nossos antepassados. A mata em determinada época do ano tem coloração cinzenta, estratégia para convivência com o clima.

A Serra Capivara, no Piauí, tem o Museu do Homem Americano, que é muito importante para o nosso conhecimento sobre a Caatinga.

Fala-se que o bioma Caatinga se formou há oito mil anos, na última mudança climática. Antes era um clima úmido, que se tornou, depois, semiárido. E naquela época já tinha gente morando aqui, há pelo menos 40 mil anos, no Semiárido. E essas pessoas, durante a transição climática, se adaptaram também à Caatinga.

Hoje a Caatinga é isso, com suas chuvas irregulares, seja no tempo ou no espaço. É uma característica própria, que não é possível mudar.

Outra característica são as secas, que são previsíveis. Pelo menos a cada 20 anos o Semiárido passa por uma seca de sete anos. Entre 1979 a 1985 houve uma seca em que morreu um milhão de pessoas aqui. A Igreja Católica chama de genocídio da seca.

A partir daí, começamos a trabalhar. Então, a ASA surge aqui, no final da ditadura, no início de 90. E, então, prevemos que a próxima seca seria em 2005 a 2011. Até aí nenhuma família morreu de sede. E a gente vai ver mais adiante como foi esse processo.

Aqui podemos dizer que temos duas épocas climáticas no Semiárido e na Caatinga; uma época de abundância, com quatro meses de chuva, e uma época de resiliência, em que o bioma como um todo aprendeu a armazenar água e alimento durante a época seca para viver bem na época sem chuva.

Já se falou das várias espécies de animais e plantas que temos, mas, principalmente, é uma região totalmente ocupada por povos, comunidades tradicionais e agricultores familiares. Então, cada palmo de terra da Caatinga hoje é ocupado por uma população. Se você colocar uma mineradora, uma eólica, um quarto solar, você está colocando em cima da terra e do território de um povo, de uma comunidade tradicional na Caatinga. Não tem terra desocupada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode-se dizer que essa população aprendeu a conviver com o Semiárido na formação do Semiárido.

Se a Caatinga foi formada há 8 mil anos, já morava gente aqui há mais de 40 mil anos, e eles fizeram essa transmissão, então nós somos um dos povos que aprendeu a viver com o clima durante essa mudança climática. Nós somos mais antigos. O povo do Semiárido, o povo da Caatinga é mais antigo do que a própria Caatinga, do que o próprio bioma. Então, daí, Professor, encontra-se tanta sabedoria nas mulheres e na população local, porque aprendemos a viver na época da formação do próprio bioma.

O Estado brasileiro, sem compreender isso, desconsiderou toda a riqueza do bioma – eu fiz a curva aqui – e tornou isso universal, tomando a Caatinga como um sub-bioma, como um resto de vegetação. Então, todo o Estado brasileiro trabalhou em desfazer da Caatinga e trazer projetos externos. Então, essa aqui era a propaganda da Codevasf, virando a página, tirando a Caatinga e implantando outros projetos não locais.

Tivemos também aqui, na mesma comunidade, o gado, o boi, a vaca, totalmente inapropriados à região; do outro lado, a criação de cabras e ovelhas, porque isso era parte, logicamente, do ambiente, mas que não se tem nenhum projeto de desenvolvimento esse sistema de irrigação a partir da agricultura familiar.

Para a pecuária também, financiamento público, houve um grande desmatamento para plantar capim Bufell, por exemplo. Aqui se vê uma comunidade toda desmatada para plantar capim Bufell. Com a seca, o capim morreu, porém a família aqui colhe umbu nas poucas áreas que sobreviveram ao desmatamento. Então, se aqui o projeto fosse, em vez de plantar capim Buffel, conservar, domesticar e multiplicar umbuzeiros, não teria seca, apesar da falta de chuva.

Aqui, da mesma forma também, você vê a roça de milho totalmente seca, mas a Caatinga totalmente verde. Então, o milho morreu não porque não choveu, mas porque o milho é inapropriado ao regime de chuva do Semiárido. Nós temos aqui o sorgo, uma planta parecida com o milho, mas que vem de uma região mais apropriada a esse tipo de clima que temos aqui na Caatinga.

Aqui, nesse desenho, nesse amarelo, são os nossos antepassados. Portugueses, holandeses, alemães, todos andaram aqui, botânicos e estudiosos, e representavam o povo nativo, na época da colonização, como um povo nutricionalmente resolvido. Você não tem nenhum relato dos exploradores iniciais de terem encontrado aqui povos indígenas passando fome. O nosso povo, seja no Sul, no Sudeste, no Amazonas ou aqui no Semiárido, sabia viver totalmente bem com o ambiente onde viviam. Depois da colonização, com a entrada do boi, com a seca, com o desmatamento, você tem o projeto da fome, da seca, da migração provocados não pelo clima, mas pelo modelo econômico implantado aqui na região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, estamos animados com esse PL, porque ele traz essa reflexão de que o problema não é o clima, o problema não é o bioma, o problema são projetos públicos, políticas de desenvolvimento trazidos para o Semiárido e para a Caatinga.

Aqui a Embrapa já tem vários levantamentos em que diz que só 4% do Semiárido é irrigado – botando a transposição e tudo o mais –; que, em 16% do Semiárido, é possível fazer a agricultura de sequeiro, que seriam as áreas de brejo, de transição do Agreste, e apenas 20% do Semiárido é agrícola; 36% seria de reservas extrativistas e em 44% é possível fazer criação. Então, aqui é o gado crioulo, que é chamado de sistema agro-silvo-pastoril. É mais apropriado ecologicamente para o Semiárido, faz um movimento sustentável.

Então, com isso a gente está falando que é possível, com esse PL, recriar essa página. É possível, na Caatinga nativa aproveitar, como a nossa colega anterior já tinha falado, a grande potencialidade que tem o bioma, com a flora, a fauna, os micro-organismos que tem. Também o que veio de fora. No caso aqui, mostra as ovelhas que se adaptaram ecologicamente ao ambiente, que é possível também incorporar nesse novo projeto de desenvolvimento para a região.

As plantas carecem ainda de estudo. Aqui, a cabeça-de-frade, uma planta, um cacto que criou a sua cisterna-calçadão. Uma planta que tem 20cm de diâmetro e tem quase 3m² de área de captação.

Aqui nós temos o umbuzeiro, que solta flor antes do período chuvoso, porque aprendeu a armazenar água na época da chuva para usar na época da seca. Então, o pé de umbu consegue produzir uma cisterna nas suas raízes, que armazena até 3 mil litros de água por ano.

Aqui estão as comunidades tradicionais. Aqui, na Bahia, já são reconhecidas por lei estadual. São chamadas de comunidades tradicionais de fundo de pasto.

Senador Esperidião Amin, em Santa Catarina, há comunidades chamadas de faxinais, e em todo Nordeste, como em outras regiões do país também, são chamadas de comunidades (*Falha no áudio.*)

... Aqui, as comunidades. Essa é a comunidade do Adilson, no palanque aqui, da audiência, tem quase 3 mil hectares, com uma pequena área aqui, perto do riacho, que é usada para agricultura, e toda a área na comunidade é usada para extrativismo e como pasto para os animais.

Então, nesse PL, a gente precisa discutir qual o valor da Caatinga em pé, qual o valor ambiental, científico, medicinal, de energia renovável, de resiliência, de existência, cultural, religioso.

Só dizendo aqui que, na comunidade do Adilson, o potencial, a questão do umbuzeiro, como a colega falou... A Caatinga suporta até dez plantas de umbu por hectare. Cada planta dessas produz 70kg por ano, que, com o manuseio de toda essa área de fundo de pasto, transformados em sucos, geleias, doces, bebidas, você pode ter até R$4,5 milhões. É o potencial econômico do umbuzeiro, sem colocar o potencial medicinal e tudo o mais que eu tinha falado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui as comunidades já começam a ter o desenvolvimento, buscando a tradição das mulheres, que faziam comida para dentro de casa, de como transformar isso em produto comercializável.

Aqui, as cisternas da grande revolução do Semiárido. Na seca anterior, em 79, 85, tivemos 1 milhão de mortos. Estamos saindo agora de uma seca maior do que aquela, e não temos nenhuma morte no ano por conta da falta de água, mas fizemos 1 milhão de cisternas, e essas cisternas não foram feitas de qualquer forma, mas com a participação popular, envolvendo todas as pessoas do Semiárido, inclusive as crianças, para compreender o clima e o potencial que é a política da água descentralizada.

Essa mulher aqui, longe da cisterna, gastaria anos da vida dela, com 60 anos de idade, buscando água na cabeça. Então, com a cisterna no pé da casa, essa mulher tem 20 anos a mais de tempo para dedicar à atividade que ela bem quiser, que não seja carregar água nem enterrar os seus mortos.

Aqui é uma ideia do recaatingamento, experimento que estamos fazendo aqui no Semiárido, que é de conservação das áreas e recuperação das áreas degradadas em parceria com as comunidades. Isso aqui pode ser um modelo caatingueiro do que se está chamando de área de conservação, de área de preservação em parceria com as comunidades; então, recuperar as áreas degradadas e conservar a Caatinga em pé ainda com o pensamento no manejo sustentável dos animais.

E aqui toda uma parceria necessária para que isso se torne política pública e, de fato, ação dentro do Semiárido (*Falha no áudio.*)

... Por fim, propomos, Senador, para esse PL, a incorporação da seguintes questões: universalização das cinco linhas de luta pela água – para consumo, produção, uso doméstico, agroambiental e de emergência –; 1 milhão de telhados solares para refazer a lei que instituiu o programa de produção de energia solar para que seja também descentralizada a produção de energia e cada família possa produzir, para o seu autoconsumo e também para a venda, energia a partir dos painéis solares; educação contextualizada; Ater e extensão rural contextualizada; regularização fundiária; reordenamento fundiário, saneamento rural com reuso da água; territórios livres de grandes empreendimentos de *commodities*; e proteção e garantia de terra e território em tamanho ecologicamente apropriado para os povos de comunidades tradicionais.

Então, a ASA vem trabalhando, nesses quase 30 anos de sua existência, e temos a certeza de que, se isso for transformado em política pública, projeto de lei, vai avançar muito o desenvolvimento sustentável da Caatinga a partir dos povos da Caatinga.

Era isso.

Agradeço e fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, meu querido Moacir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu realmente estou, aqui, com o Senador Paulo Rocha, que está aqui com a gente e veio me coletar para finalmente almoçarmos, mas todos estamos, aqui, firmes e fortes, nessa discussão da Caatinga. Faremos aqui uma rodada de um minuto ou dois minutos para que cada um de vocês comente, digamos assim, as demais falas. Isso vai nos dar aí, mais ou menos, uns 20, 25 minutos a mais de trabalho.

Aqui, eu peço realmente, encarecidamente, que possam participar, porque a audiência, Senador Paulo Rocha, que está extremamente rica, vai desde o saber medicinal, ancestral, às ilações biológicas da Caatinga, o desmatamento, o desenvolvimento econômico da energia renovável ocupando essas terras. Sobre a frase fantástica que o Moacir acaba de falar: "Não tem terra desocupada na Caatinga", quem pensa que está entrando numa área livre, numa área, digamos assim, desocupada em que pode fazer o que quiser, não é assim.

E há tantas outras temáticas que estamos anotando aqui diligentemente – viu, pessoal? – para incorporar nesse relatório, e não só no relatório; no próprio projeto de lei em si, que eu até, desde o início, considerava um pouco principiológico ou um pouco emblemático, mas temos aí algumas coisas a acertar em relação à implementação de fato desses princípios, desses fomentos que estão aí. Com certeza, isso vai aparecer.

Eu queria aproveitar aqui, rapidamente, para ler as perguntas dos internautas, para que vocês se inspirassem nelas e, assim, também... Muitas já foram respondidas durante as falas, mas é só para registrar aqui:

Welison Brito, da Bahia: "Quais políticas públicas são mais eficientes para conservação da fauna na Caatinga, em épocas de seca extrema?".

Bruno Evander, do Paraná: "Como adequar a infraestrutura hídrica de maneira que a exploração possa ser paulatinamente o mais sustentável e autônoma possível?".

Gizelle Santos, de São Paulo: "Além da escassez hídrica própria da Caatinga, como lidar com a questão das mudanças climáticas para promover o desenvolvimento sustentável?".

Ana Sarah, do Ceará: "Em alguns locais, ainda [...] há a precariedade, até mesmo por falta de prevenção. Como vão garantir unidades de conservação da Caatinga?".

César Rodrigues, do Rio Grande do Sul: "A política de desenvolvimento sustentável da Caatinga se estrutura sob quais ações? Quais as metas de irrigação rural?".

Loirena Gularte, de Rondônia: "Qual atuação da iniciativa privada para o desenvolvimento de ações que melhorem a qualidade de vida dos moradores da região da Caatinga?".

E Matheus Nascimento, de São Paulo: "Esse desenvolvimento que é buscado agora para Caatinga não deveria já ter sido realizado ou ao menos [...] [estar] em fase de execução?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como se vê, deu para notar aqui que a maioria das perguntas, inclusive as participações, é de fora da Região Nordeste, o que denota claramente que há um interesse, embora, às vezes, com o foco mais no sentido de desenvolvimento e tal...

Nessa questão de virar a página, eu gostei muito que o Moacir colocou aí essa publicidade infeliz da Codevasf, colocando uma plantação que não sei se é de milho ou de soja no lugar da vegetação cactácea da Caatinga, dizendo "virando a página". Gostei muito do contraponto que ele fez do "revirando a página", que é justamente revirando a mentalidade que se tem sobre a Caatinga, que é a mentalidade de que bonita é a plantação de milho ou de soja e de que umbu, sorgo e todas as outras, como cabeça-de-frade – e eu achei bacana a representação da quantidade de sombra e de área vegetal que ela ocupa –, não seriam bonitos, não seriam admiráveis.

Há outra colocação que o Moacir fez muito bem também e que nós várias vezes debatemos, quando falamos dos povos originários da nossa região. Os tapuias, principalmente os mais interiorizados, que eram os povos tapuias, eram representados realmente como cabras e mulheres bem nutridos. Inclusive, eles eram temidos por isso, porque eram volumetricamente maiores nas batalhas com os potiguares, que ocupavam mais as costas. Então, como é que acontecia isso? Está claro que, atavicamente, estruturalmente, a população originária dali se alimentava bem.

Vamos passar, mais uma vez, por todos que falaram. Vou tentar manter a ordem aqui. Não sei se anotei a ordem, mas, com certeza, começamos pelo Adilson Ribeiro dos Santos, da Coopercuc.

Suas palavras finais, Adilson, por até dois minutos. Vou colocar o alarme. Ele toca sozinho – então, não se assuste aí – para avisar os 15 segundos para a fala final, para a gente terminar aqui com o tempo adequado e todo mundo poder seguir com o seu dia. Obrigado.

Adilson com a palavra.

O SR. ADILSON RIBEIRO DOS SANTOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Prometo ser breve.

Eu acho que pegamos tudo o que foi falado, e acho que também as falas todas contemplam tudo aquilo que a gente precisava falar.

Mais uma vez eu queria também deixar aqui o meu abraço e o meu carinho ao nosso Senador, da Bahia, Jaques Wagner, que está presente, ele que é Presidente desta Comissão.

Eu acho que algumas coisas, quando se fala dessa discussão... E aí, por eu estar num empreendimento econômico como o sistema de cooperativismo no Brasil e por a gente estar dentro do Bioma Caatinga, num trabalho de produção e de geração de renda, de sustentabilidade das famílias e de garantia um pouco dessa questão da segurança alimentar e nutricional das famílias, de gerar renda, de fazer com que as pessoas melhorem a sua qualidade de vida, acho que algumas coisas também podem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

andar juntas. Talvez eu esteja falando algo que esteja fora do contexto, mas hoje tem alguma coisa, para nós dos empreendimentos econômicos que trabalham com todo esse processo de produção e comercialização, existem algumas coisas dentro da sociobiodiversidade, nessa estratégia de gerar renda – riqueza e renda – e valores nutricionais dentro das comunidades tradicionais, quando a gente se depara com algumas situações que são questões também, eu diria, das tributações, porque elas são para os empreendimentos da agricultura familiar também. Eu acho que isso também tem a ver, porque, quando você bota pessoas dentro para fazer o trabalho, para produzir e comercializar, isso acaba tirando um pouco os valores agregados na questão do sustento do trabalho. Então, acho que isso também pode ser que esteja fora um pouco do nosso contexto, mas eu acho que é bom pensar um pouco nisso também, com relação a isso tudo.

Queria mais uma vez agradecer e deixar o meu abraço a todos, e estou à disposição para contribuir, não só eu, mas toda a equipe da Coopercuc e toda a equipe da Central da Caatinga. A gente fica à disposição para contribuir, a qualquer momento que assim se achar necessário.

Estamos juntos para discutir a preservação da Caatinga – hoje me sinto caatingueiro! –, da qual antes a gente sentia vergonha. Hoje a gente sente orgulho!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito bom! É perfeito ter feito exatamente isso. Todos nós estamos orgulhosos de sermos caatingueiros. De alguma forma estamos aqui contribuindo. Adilson, muito obrigado! E vamos continuar em contato, sim, com a Coopercuc e com você.

Carlos Dutra da Fonseca, da Caatinga Potiguar.

O SR. CARLOS ROBERTO SORENSEN DUTRA DA FONSECA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu queria, só para finalizar, agradecer, Jean Paul, a oportunidade de estar aqui. A gente está conversando, qualificando essa discussão. A discussão foi muito rica, na verdade. Eu acho que a essência da solução que a gente está buscando está aqui dentro, não é? Dentro da Caatinga já tem muitas soluções, e a gente tem que ouvir mais o povo da Caatinga e realmente estar querendo incorporar isso nas políticas públicas.

Eu queria só ressaltar, assim, o fato de que a gente tem uma Caatinga extremamente diversa. Realmente foi citado aqui: cada lugar na Caatinga é diferente, cada lugar tem espécies diferentes, e isso é um desafio para a conservação. Nós temos um conjunto muito grande de espécies endêmicas ameaçadas dentro do bioma. O trabalho que a gente fez junto ao Ministério do Meio Ambiente mostrou que, por exemplo, tem determinadas áreas que a gente tem pequenas microbacias com 106 espécies de plantas ameaçadas, uma única microbacia, lá na Bahia, com 106 espécies de plantas ameaçadas. Então, existem grandes urgências para a gente implementar unidades de conservação dentro do bioma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-15 (ANEXO: 015)

Fazendo análises parciais, a gente vê que tem áreas que ainda são bastante importantes e estão disponíveis para fazer unidades de conservação, mas sempre lembrando que, na verdade, como exatamente foi dito aqui, o território já está ocupado, as pessoas estão vivendo lá e dependem dos recursos. Então, unidades de conservação de uso sustentável trazem modelos sustentáveis e modificações nas práticas de manejo, por exemplo, tanto do gado quanto da madeireira, produtos não florestais, mas da madeira também, que temos que produzir. Então, eu acho que tudo isso tem um grande potencial de a gente trazer boas soluções para o desenvolvimento sustentável da Caatinga.

Agradeço a todos e também a você, Jean Paul, que está à frente dessa relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Prof. Carlos Roberto.

Vamos depois fazer a observação final aqui, mas é importante a sua colocação de que as soluções estão dentro – as soluções e as oportunidades – do próprio bioma.

Jozivan Nascimento, do Idema do Rio Grande do Norte, com a palavra.

O SR. FRANCISCO JOZIVAN DO NASCIMENTO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Quero novamente agradecer ao Senado, na pessoa do Senador Jean, pelo convite, parabenizar os colegas pela discussão e dizer que é preciso que essas políticas sejam desenvolvidas ouvindo as comunidades mesmo, na base, para que se construam políticas que possam ser apropriadas por essas comunidades e, se possível, ser levadas à frente com essas propostas todas.

Uma outra coisa que tem que ser dita é que tem que se fazer justiça ecológica à Caatinga. Nós já passamos por séculos de antropização muito intensa e é preciso que agora se volte esse olhar do ponto de vista de conservação justamente nesse contexto de mudanças climáticas.

Outras contribuições, Senador Jean, mais específicas à redação da lei em propositura serão enviadas para o *e-mail* da Comissão, porque isso se trata de artigos.

E uma coisa que eu gostaria de insistir e vou insistir nessa propositura é colocar, nos investimentos do Fundo Nacional do Meio Ambiente, as ações da Caatinga como prioritárias também, assim como as da Amazônia e assim como as do Pantanal, e aí haver a análise do Senado para ver se isso é viável, não é?

Então, era isso.

Obrigado pela oportunidade. Penso ter sido uma discussão muito rica.

E a Caatinga... Como já dizia o poeta, o Sertão um dia vai virar mar, um mar de oportunidades, um mar de desenvolvimento sustentável, de prosperidade e de ascensão social para as pessoas.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B63D8C9B004CB0CE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Jozivan.

Vamos buscar aqui as informações que ele mandou para o *e-mail* da Comissão. Ainda agora a gente recupera aqui.

O SR. FRANCISCO JOZIVAN DO NASCIMENTO (*Por videoconferência*.) – Eu vou encaminhar ainda, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É só para eles ficarem alerta aqui, porque, como esses *e-mails* recebem muita coisa, devem ficar alerta para essa sua informação.

A Profa. Márcia Vanusa com a palavra. Obrigado pela sua presença também.

A SRA. MÁRCIA VANUSA DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Nós que agradecemos, Senador. É Sempre um prazer estar aqui nesta Comissão e poder contribuir e colocar em voga as pessoas sertanejas, os seus saberes e dos povos tradicionais, dos quilombolas, dos indígenas, dos agricultores, para que, a partir de todo esse arsenal de saberes, a academia possa de alguma forma validar esses conhecimentos.

Aí a gente tem inúmeras possibilidades, temos plantas. Como bem o Dr. Carlos falou, a gente está trabalhando com algumas das plantas com atividade antitumoral que foram catalogadas em 2018. É algo muito inédito o que a gente está fazendo. Há a possibilidade de novos fármacos, de novos cosméticos, de novos potenciais nutricionais. A gente não tem como medir o potencial da Caatinga, ainda tão fragilizado do ponto de vista de investigação científica.

Eu coloco aqui um apelo para incentivo à pesquisa. Acho que a gente já tem um arsenal de universidades no interior, muitas das universidades com o Programa Reuni estão dentro da própria Caatinga. A gente tem os institutos, os IFs, que também se adentraram no Sertão. Eu quero dizer que a gente já tem um núcleo de pesquisa bastante consolidado. Que a gente possa nos unir para trazer a própria cadeia produtiva no sentido de bioeconomia com as plantas nativas da Caatinga! Não que a soja não seja *commodity* para o Brasil, como o milho, mas eu acho que a gente tem empreendimentos bastante robustos ainda não investigados em todo o seu potencial e com esse incentivo à juventude. A gente precisa de popularizar mais a ciência no Semiárido brasileiro.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado, Profa. Márcia Vanusa. Também vamos ficar em contato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: ED545679004CB0CD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero passar aqui inclusive para vocês – já se passou no *chat,* mas a todos os demais – o *e-mail* da Comissão para o envio das sugestões: cma@senado.leg.br.

Profa. Rosimeire, por favor, com a palavra.

A SRA. ROSIMEIRE CAVALCANTE DOS SANTOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Mais uma vez agradeço pela participação, pela oportunidade. Sinto-me muito lisonjeada, uma vez que nós, enquanto academia, trabalhamos extensão também e tenho visto que os nossos trabalhos são muito práticos, dentro da vida real, dentro das cerâmicas, dentro da Caatinga, fazendo mensuração do que existe e inferindo que atitudes devem ser tomadas prioritariamente.

Eu digo que é preciso acreditar que a academia vai seguir um caminho que para mim é prioritário que é educação com política, porque não acredito em educação sem política no sentido de esclarecer para os gestores o quanto nós podemos colaborar, o quanto nós já fizemos. São anos que estamos trabalhamos na Caatinga! E ter um projeto de lei pensado e nos considerar úteis para tanto me traz uma alegria e uma esperança que a gente estava precisando sentir.

Então, mais uma vez, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado a você, Profa. Rosimeire, bem como a todos os demais por estarem nos ajudando neste trabalho coletivo.

Quero passar, sem mais delongas, à Secretária Inamara Melo, Secretária de Meio Ambiente de Pernambuco e também representante nesta audiência do Consórcio Nordeste.

A SRA. INAMARA SANTOS MELO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, quero aqui parabenizá-lo porque nesta audiência a gente viu um retrato importante do bioma Caatinga. Eu agradeço, em nome do Consórcio Nordeste, a possibilidade de contribuir com esse debate.

Nesta fala final, eu quero fazer referência a um comentário do senhor sobre um tema que tem sido preocupação dos nove estados representantes da Câmara Técnica de Meio Ambiente, que é urgente pautar a necessidade de redução dos impactos socioambientais trazidos pelos empreendimentos de energia renovável e, de maneira comum, definir normas de licenciamento para evitar aí essas disputas econômicas com base em quem faz concessões a empreendimentos. Então, a gente precisa evitar desmatamento, contratos abusivos, e a gente só pode fazer isso de maneira articulada e comum aos nove estados.

Eu acho que vale também... Respondendo às perguntas dos internautas que acompanharam este debate, eu acho que a gente precisa apontar a política a ser instituída por este PL como saída, como um caminho para a gente garantir a resiliência do nosso bioma Caatinga. Eu acho que a gente precisa de programas que unam adaptação e resiliência por meio do fomento agricultura familiar em sistemas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: ED545679004CB0CD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

base agroecológica e orgânica, restauração florestal, arranjos produtivos locais, incentivo à eficiência energética por fontes renováveis, e tudo isso aí gerando empregos verdes e combatendo a insegurança alimentar.

Por isso, a gente renova aqui a nossa expectativa de aprovação desse PL. Essa é a nossa luta, esse é o nosso desejo.

Muito obrigada e boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado, Secretária.

Lembro, inclusive, que a Profa. Rosimeire chamou a atenção de algo bem importante quando se fala em energia renovável no nosso Nordeste – quero lembrar também a biomassa –, que é esse problema encalacrado aí, que ela descreveu e que nós também temos que inserir na dinâmica dos nossos licenciamentos e da harmonização dos procedimentos, porque também sofre a mesma questão da competição econômica dos estados, ou alegada competição, que acaba servindo de pretexto para que nós não façamos, não evoluamos tanto quanto gostaríamos nesse aspecto.

Por fim, Moacir, da Irpaa e da ASA.

Moacir, obrigado por estar com a gente.

O SR. JOSÉ MOACIR DOS SANTOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu que agradeço.

Peço para considerar essa minha última lâmina, que são sugestões da ASA.

Quero dizer duas coisas.

O modelo de implantação de parques de conservação, unidades de conservação, aqui no Semiárido pode ser traumático. Nós temos um drama ali na Serra da Capivara e também no Boqueirão da Onça, onde o Ministério do Meio Ambiente entrou e expulsou as pessoas, não chamou para dentro. Isso se tornou uma questão muito grave. A população não absorveu a ideia do parque, entendeu muito mais como uma milhagem de terras no estado. E aqui, no Boqueirão da Onça, quando veio a ideia da mineração do parque eólico, o tamanho do parque foi reduzido para favorecer esse grande empreendimento. Estão dizendo que, diante do capital, a questão ambiental não teria importância. Então, repensar esse modelo de proteção ambiental quando vem em um território totalmente ocupado.

O outro é também a política de produção de energia renovável. Em todo lugar do mundo, é possível você, individualmente ou em grupo, produzir energia e vender para concessionária, e aqui no Brasil isso é proibido. Então, a gente quer muito derrubar essa lei – se for possível uma pessoa produzir energia no seu telhado para o seu consumo e vender o excesso. Assim como tivemos 1 milhão de cisternas, que foi o maior programa de captação de água, porque foi de forma descentralizada, sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: ED545679004CB0CD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

destruir o ambiente, a gente também pode produzir, em 1 milhão de telhados, três vezes mais energia eólica do que o que está previsto, se a gente colocar os telhados todos com painel solar.

Então, essa política de grandes empreendimentos externos para o próprio Semiárido e para a Caatinga não se aplica mais. Ou a gente derruba isso e a possibilidade de projetos descentralizados, ou tudo isso que a gente está pensando vai virar projetos para constranger, reduzir aqui para exportar.

A gente agradece muito e se dispõe a continuar a discussão desse PL.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Moacir.

O que você mencionou, a possibilidade de juntar vários telhados ou várias áreas, eu, particularmente, considero que é possível fazer com a legislação atual, apenas usando dispositivos que não estão exatamente no mesmo instrumento legal. Com certeza, a gente poderia, depois, se debruçar sobre isso com a ASA, com vocês, porque isso é urgente. Isso é uma reivindicação muito antiga, não é de hoje, não é de agora, o crescimento da grande geração, que é necessária para manter o grande consumo brasileiro e que faz do Nordeste, hoje, um grande exportador de energia limpa para o resto do Brasil.

E também é essencial a gente lembrar que essas regiões consomem energia e podem, exatamente, participar desse esforço e receber – por que não? – receita para, justamente, disponibilizar áreas em que é possível instalar painéis solares e, eventualmente, até geradores, e tal, e beneficiar diretamente esse produtor rural, esses movimentos, essas comunidades que estão ali. Isso é extremamente importante. A gente está muito engajado nesse processo e considera que é possível fazer isso desde agora e, eventualmente, também participar da elaboração e, quem sabe, até de uma sistematização disso com os estados e com todos os movimentos que, inclusive, a ASA representa.

Eu queria...

O SR. JOSÉ MOACIR DOS SANTOS (*Por videoconferência*.) – Como eu não...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não, Moacir.

O SR. JOSÉ MOACIR DOS SANTOS (*Por videoconferência*.) – ... dizer que a ASA tem todo esse *know how,* com um milhão de cisternas? Então, é possível, sim, com essas 3 mil unidades, organizar. Já está tudo pronto para a gente conseguir esse ajuste legal, e o financiamento acontece de forma muito rápida.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E nada melhor do que a ASA e o próprio Consórcio Nordeste para reunir, de um lado, justamente, tantos movimentos, tanta legitimidade, como vocês têm, e, do outro lado, nada menos do que os nove

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: ED545679004CB0CD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governos dos estados do Nordeste nessa iniciativa, obviamente, acoplando depois isso de forma organizada à legislação federal e ao Governo Federal. Com o novo Governo, será isso extremamente facilitado, porque o novo Governo vê nessas iniciativas uma possibilidade efetiva de integrar a produção de energia renovável na região com a agregação de valor para as comunidades locais.

Nós tivemos, como todos viram aqui, uma audiência extremamente rica. Esse é um tema completamente interdisciplinar, intersocial, intergeográfico. É um tema, naturalmente, transversal, de um bioma único no mundo. Não vou aqui chover no molhado, literalmente, falando de todas as características da Caatinga mais uma vez, mas, enfim, tivemos desde o "recaatingamento", que é um termo extremamente raro de se encontrar – quando a gente fala de reflorestamento, fala de desmatamento, fala de Amazônia, de fato, esse termo tem de se tornar mais diuturno, pelo menos na nossa região –; falamos de várias questões relacionadas com o uso econômico, e o projeto se insere justamente nisso, no uso sustentável e na convivência sustentável com a Caatinga. Tivemos exemplos que, por exemplo, o Adilson deu de parcerias que estão em vigor há muitos anos, não são de hoje, que estão certas, que estão ali quietamente trabalhando e dando resultado para ambos os lados.

Falamos dessa questão da biomassa, falamos do saber medicinal ancestral das populações, falamos das invasões biológicas e dos cultivos sem combate, que acabam saindo de controle e dificultando o processo também de discussão do bioma.

Falamos da importância de manter, de estimular e conservar as unidades de conservação de diversas espécies, de diversas classificações, dentro da legislação ambiental brasileira, e da agregação de valor local para as comunidades e combate à pobreza através disso. É um grande argumento, de fato, perante os fundos verdes internacionais – dos quais nós ainda estamos excluídos, como se colocou aqui –, o combate à fome junto com o combate à desertificação.

Falamos do avanço da produção de energia renovável no Nordeste e de, dentro do bioma da Caatinga, mais de 66GW já outorgados, já em operação na nossa região; da necessidade de harmonizar os procedimentos ambientais e não só para licenciamento como para monitoramento e fiscalização das compensações ambientais e das próprias composições das compensações ambientais, que são o que pode capitalizar, pelo menos em grande parte, ações de conservação.

Então, essa complementaridade é óbvia e necessária e não pode ser combatida como alguma coisa que obstaculize o investimento, que tire competitividade do ambiente do Nordeste para a instalação de empreendimentos. Ao contrário, tem que ser vista como uma vantagem, como uma incorporação ao dia a dia econômico e social das regiões, afinal, esses projetos ficam 20 anos, 30 anos convivendo com essas comunidades, com os produtores, com o meio ambiente dessas regiões. Não há como tentar separar essas coisas, não há como imaginar que alguém vá lá construir uma usina eólica ou solar e simplesmente se encastelar num escritório em São Paulo, deixando aquilo operar sozinho como se não tivesse mais nenhuma relação com aquelas comunidades. Então, nós combatemos isso ferrenhamente, essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: ED545679004CB0CD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-16 (ANEXO: 016)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mentalidade, bem como essa outra do virar a página, aqui da Codevasf, nessa publicidade infeliz de que a agricultura e a produção rural e a pecuária em geral no Nordeste tenha que ser como o modelo básico do que se vê em outras regiões, com uma imagem típica de uma plantação de soja ou de milho, sem nenhum detrimento a essas, mas que, de fato, não se enquadram aí com a nossa realidade.

Então, eu queria encerrar dizendo a vocês, prestando essa satisfação também final a todos os que nos assistiram e, principalmente, aos que participaram aqui conosco, que nós vamos fazer neste momento aqui, já chamei a Consultoria do Senado, e nós vamos fazer logo a incorporação de alguns pontos, vou assinalar isso ao pessoal que está trabalhando em equipe aqui também, e, logo depois, à tarde, também vamos dar continuidade a esse processo para não perder nem o calor da discussão, viu, pessoal? A gente vai colocar já imediatamente isso em discussão para o relatório e para a equipe que está nos ajudando aqui a redigir o projeto de lei final.

Encerramos, portanto, a audiência pública a respeito do Projeto de Lei do Senado nº 222, de 2016, de autoria do ex-Senador Garibaldi Alves Filho, com a nossa relatoria aqui na Comissão de Meio Ambiente.

Não havendo mais nada a tratar, eu agradeço a presença de todos e todas e também dos que nos assistiram até agora.

Declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: ED545679004CB0CD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE DEZEMBRO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às oito horas e quarenta e três minutos do dia sete de dezembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Jaques Wagner e Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Luis Carlos Heinze, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Roberto Rocha, Giordano, Carlos Fávaro, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Telmário Mota, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Fabiano Contarato e Leila Barros. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Alvaro Dias e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência comunica documentos recebidos pela Secretaria. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 222, de 2016 - Terminativo -** que: "Institui a Política de Desenvolvimento Sustentável da Caatinga." **Autoria:** Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN). **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 222, de 2016, com as Emendas nºs 1 a 3-CAE, nos termos da emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o substitutivo. **Observação:** registro do posicionamento favorável ao relatório pelo senador Veneziano Vital do Rêgo, que não conseguiu votar a tempo. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 302, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para incentivar empresas que produzem biogás, metano e energia elétrica a partir de resíduos sólidos em aterros sanitários." **Autoria:** Senador Hélio José (PROS/DF). **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates. **Relatório:** Pela regimentalidade, juridicidade, constitucionalidade, técnica legislativa apropriada e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 302 de 2018 com a emenda que apresenta, aprovação da Emenda nº 2–CI e rejeição da Emenda nº 1–CI. **Resultado:** Aprovado com emendas. **Observação:** Aprovado com as Emendas 2-CI/CMA, 3-CMA e 4-CMA; rejeitada a Emenda 1-CI. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5315, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, e a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, a fim de exigir prévia autorização do Congresso Nacional para corte e supressão de vegetação de Floresta Amazônica primária e secundária em estado avançado de regeneração, exceto nas hipóteses especificadas, bem como tipificar novo crime ambiental relacionado ao corte raso desse tipo de vegetação." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 4 - Projeto de Lei Complementar n° 146, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para prenunciar a destinação de recursos para ações de prevenção e combate aos danos causados por desastres naturais e não naturais." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (MDB/PA). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 50, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 412/2022, que “regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), previsto pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: ED545679004CB0CD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

altera as Leis nºs 11.284, de 2 de março de 2006; 12.187 de 29 de dezembro de 2009; e 13.493 de 17 de outubro de 2017"." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PL/PA). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo senador Luis Carlos Heinze. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 51, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 50/2022-CMA, com o objetivo de instruir o PL 412/2022, que "regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), previsto pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e altera as Leis nºs 11.284, de 2 de março de 2006; 12.187 de 29 de dezembro de 2009; e 13.493 de 17 de outubro de 2017" seja incluído representante Confederação Nacional da Indústria - CNI." **Autoria:** Senador Carlos Fávaro (PSD/MT). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo senador Jaques Wagner. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 52, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater e analisar as proposições sobre regulação de emissões de carbono equivalente do Projeto de Lei 412/2022." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 53, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 50/2022 - CMA, com o objetivo de instruir o PL 412/2022, que "regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), previsto pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e altera as Leis nºs 11.284, de 2 de março de 2006; 12.187 de 29 de dezembro de 2009; e 13.493de 17 de outubro de 2017" seja incluído um representante do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), vinculado ao Conselho Federal de Contabilidade (CFC)." **Autoria:** Senador Roberto Rocha (PTB/MA). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo senador Jaques Wagner. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 54, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 50/2022 - CMA, com o objetivo de instruir o PL 412/2022, que "regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), previsto pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e altera as Leis nºs 11.284, de 2 de março de 2006; 12.187 de 29 de dezembro de 2009; e 13.493 de 17 de outubro de 2017" a inclusão do convidado que apresenta." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PL/PA). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo senador Luis Carlos Heinze. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 55, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto dos RQS 50/2022-CMA, de autoria do Senador Zequinha Marinho (PL/PA) e 52/2022-CMA, de autoria do Senador Jaques Wagner (PT/BA), com o objetivo de instruir o PL 412/2022, que "regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões(MBRE), previsto pela Lei n ° 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e altera as Leis n ° 11.284, de 2 de março de 2006; 12.187 de 29 de dezembro de 2009; e 13.493 de 17 de outubro de 2017"; sejam incluídos os convidados que apresenta." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo senador Jaques Wagner. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 56, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 50/2022, com o objetivo de instruir o PL 412/2022, que "regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), previsto pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e altera as Leis nºs 11.284, de 2 de março de 2006; 12.187 de 29 de dezembro de 2009; e 13.493 de 17 de outubro de 2017" sejam incluídos os convidados que apresenta." **Autoria:** Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 57, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 93,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: ED545679004CB0CD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-16 (ANEXO: 016)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 50/2022 - CMA, com o objetivo de instruir o PL 412/2022, que "regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), previsto pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e altera as Leis nºs 11.284, de 2 de março de 2006; 12.187 de 29 de dezembro de 2009; e 13.493 de 17 de outubro de 2017" a inclusão do convidado" **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo senador Jaques Wagner. As atas das reuniões anteriores são submetidas ao colegiado e aprovadas para publicação no Diário do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jaques Wagner
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/12/07

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, que se realiza nesta data, 7 de dezembro de 2022.

Bom, eu vou aguardar para que haja quórum regimental para passarmos às votações. Antes disso, eu vou comunicar aquilo que chegou a esta Comissão.

Ofício 979, de 2022, do Ministério da Agricultura, que encaminha resposta ao Requerimento de Informações nº 47, de 2022, que solicitou informações estatísticas sobre a execução da concessão do Selo Nacional da Agricultura Familiar. Na resposta, o Mapa conclui que todos os atributos dispostos na Portaria nº 161, de 2019, trazem inovações para o acesso a mercados e torna transparente a origem de produtos regionais e locais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: ED545679004CB0CD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O ofício de resposta se encontra disponível para consulta na página da matéria.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão. Ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores registrarem presença e votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente.

As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta para os Senadores que estão participando remotamente.

Eu queria, ainda no aguardo do quórum, apenas me solidarizar com os 552 desabrigados e as 13.806 pessoas desalojadas pelas chuvas que ocorrem neste mês de dezembro no Estado da Bahia. Segundo a Defesa Civil da Bahia no boletim de 6 de dezembro, ou seja, no dia de ontem, esse é o total de desabrigados, o total de desalojados, e os dados totais de atingidos chegam a 92.725 pessoas. Ocorrências foram registradas em ao menos 53 municípios, dos quais 31 já tiveram situação de emergência decretada. Até o momento, há o registro de apenas uma pessoa ferida e, infelizmente, da primeira morte por conta dos temporais que foram registrados no dia 5 de dezembro, nessa segunda-feira. A vítima fatal é um senhor de 71 anos que tentava atravessar um riacho e foi levado pela correnteza em Itapicuru, no Agreste baiano. Fica aqui a minha solidariedade.

Mais uma vez, como ocorreu no ano passado, eu não tenho dúvida de que as chuvas com enchentes fazem parte do grito da natureza em relação à postura de nós humanos no tratar do meio ambiente, da nossa casa maior.

Dou início a esta reunião com o aceno positivo à União Europeia, que na madrugada de ontem aprovou sua lei antidesmatamento. O texto aprovado entre a Comissão Europeia, o Conselho Europeu e o Parlamento Europeu proíbe a entrada de *commodities* produzidas em áreas de floresta que foram desmatadas após dezembro de 2020. Apesar de ainda carecer de alguns ajustes, o feito é de grande importância para a luta frente à emergência climática e a perda massiva de diversidade biológica em todo o planeta.

Lembro que a Europa é o segundo maior mercado consumidor de *commodities* do Brasil. Esse pode ser um importante aceno também à 15ª Convenção sobre Diversidade Biológica, tratado internacional das Nações Unidas que teve início na última segunda-feira em Montreal, Canadá. A CDB, sigla da Convenção sobre Diversidade Biológica, possui como objetivos centrais a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável da biodiversidade e a repartição justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos. Neste ano, esperamos a apresentação do Marco Global para a Biodiversidade Pós-2020, documento que propõe 20 metas até 2030.

Insisto em dizer que o Brasil tem grande potencial em se destacar globalmente na luta frente à emergência climática e, sobretudo, à perda da diversidade biológica. Somos o país mais biodiverso do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: ED545679004CB0CD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

planeta e contamos com uma riqueza social e cultural que traz ainda mais diversidade aos nossos territórios. Não podemos mais admitir o aumento desenfreado do desmatamento não só na Amazônia, mas em todos os nossos biomas.

No último mês, o Senador Jean Paul liderou uma importante audiência pública, nesta Comissão, sobre o bioma Caatinga, cujo objetivo foi instruir projeto de lei que apreciaremos em instantes. Na ocasião, ficou evidente o potencial do bioma Caatinga no oferecimento de substância de extremo valor farmacológico, a título de exemplo.

Apenas para citar sem surpresa, dados do Inpe evidenciaram que o período de 2019 a 2022 obteve a maior alta percentual de desmatamento na Amazônia. Membros do GT do Meio Ambiente do Gabinete de Transição, em coletiva oferecido, se mostraram assustados com a destruição da pasta nesse último Governo que se encerra, desde o rombo orçamentário, passando pelo esvaziamento da participação da sociedade civil e pelo desmonte das estruturas de comando e controle, até o constrangimento com atores internacionais. Será um grande desafio colocar o Brasil nos trilhos do desenvolvimento sustentável tripartite – social, ambiental e econômico – depois de tamanho desmonte.

Eu não tenho dúvida de que o Governo que se instala a partir de 1º de janeiro terá como foco exatamente a preocupação com a questão do meio ambiente, sempre buscando um termo de ajuste e de consenso, como foi dito aqui, na nossa sustentabilidade tripartite – social, econômica e ambiental. Portanto, eu quero, praticamente encerrando minha atuação como Presidente desta Comissão, o que me orgulha muito, insistir na tese de que não há contradição entre desenvolvimento, crescimento econômico, preservação e sustentabilidade. Basta bom senso e racionalidade.

Quero de novo colocar que essa questão não é de esquerda ou de direita, não é mais uma questão ideológica. A questão ambiental é uma questão de sobrevivência, uma questão de bom senso. E eu espero que todos os Senadores, os que tomam posse e os que continuam, como eu, em mais quatro anos de mandato, particularmente nesta Comissão, possam ter uma participação que contribua no equilíbrio entre desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e sustentabilidade ambiental.

Eu passo...

O Relator está aí? (*Pausa.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Se pudesse adiantar, eu tenho aqui... O Senador Zequinha, que não pôde estar presente, porque está num outro compromisso agora, solicitou que eu pedisse vista do item 3 da pauta, Projeto 5.315, já para ir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: ED545679004CB0CD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adiantando, e também incluir... Eu estou subscrevendo com ele, num pedido de audiência pública que já foi aprovada, a inclusão de dois nomes. É para que sejam incluídos esses dois nomes que eu assino junto com o Senador Zequinha. Então, é...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Deixe-me só entender, Senador Heinze. Em relação ao item 3...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu queria pedir vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – O.k.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – E, no Requerimento 50, do Senador Zequinha também, ele indica dois nomes, e eu subscrevo com ele: representante do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP); e representante do Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico (Fmase).

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Para que audiência?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Essa audiência pública... (*Pausa.*)

A do 412. É só acrescentar esses dois nomes. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Já foi aprovada essa audiência? (*Pausa.*)

O.k.

Senador Heinze, em relação a essa audiência pública, nós na verdade temos sete requerimentos – incluindo o dele? (*Pausa.*)

Incluindo o que V. Exa. apresenta. Eu vou ler todos em globo...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... e aprovar em globo, porque no fundo é a mesma audiência pública, que, eu imagino, dificilmente será feita até o final do ano, e portanto será o novo Presidente que decidirá, mas imagino que terá que ser desdobrada, porque o volume de convidados é muito grande.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: ED545679004CB0CD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Mas aí eu incluo o seu requerimento no global na hora de votar.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está o.k. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Jean Paul, V. Exa. está pronto para a leitura do relatório do item nº 3?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Por videoconferência*.) – O 3? O.k. Está aqui também. Eu estava me preparando para o 1, mas o 3 está aqui também.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, tudo bem. Eu posso começar pelo 1.

O 3 tem já o pedido de vista registrado. Eu vou esperar que V. Exa. leia o relatório para depois conceder a vista, o.k.?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Por videoconferência*.) – Perfeito. Pode colocar na ordem que quiser porque a gente tempo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu vou lhe pedir, só para compreensão... Eu vou começar pelo 3, por ser não terminativo, porque o item 1, cuja relatoria também é de V. Exa., é terminativo, então nós teremos que atingir o quórum da votação.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 5315, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, e a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, a fim de exigir prévia autorização do Congresso Nacional para corte e supressão de vegetação de Floresta Amazônica primária e secundária em estado avançado de regeneração, exceto nas hipóteses especificadas, bem como tipificar novo crime ambiental relacionado ao corte raso desse tipo de vegetação.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)

Relatoria: Senador Jean Paul Prates

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: ED545679004CB0CD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações: *1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.*

Então, peço a V. Exa. – vou fazer essa inversão de pauta – para ler o relatório do Projeto de Lei nº 5.315, de 2019, de autoria de Alessandro Vieira, com a sua relatoria.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Pois não, Presidente.

Bom dia a todos e todas.

Antes de iniciar a leitura dos relatórios – nós temos três projetos hoje –, eu queria ressaltar, junto ao Presidente Jaques Wagner e a todos que participam e acompanham os trabalhos desta Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, em especial estes projetos que nós estamos relatando hoje, que, como é o momento de resgate, de reconstrução da política ambiental no nosso país, a que o Presidente se referiu e que foi durante muitos anos – e seguramente voltará a ser com o Presidente Lula – protagonista, líder nessa temática, que é uma verdadeira... O Brasil, na verdade, representa uma verdadeira referência mundial quando se trata não somente de meio ambiente como de uso de recursos naturais, enfim, é essa potência de recursos minerais, naturais, energéticos, hídricos, e obviamente nós precisamos reverter essa triste e recente guinada negacionista em que o atual Governo nos colocou, em uma posição de, como muitos dizem, pária internacional, com discursos, práticas que acabaram por contribuir para a destruição de nossos biomas em níveis alarmantes, ameaçando a nossa segurança hídrica, climática, a nossa biodiversidade, a nossa população, particularmente nossos povos e comunidades tradicionais, e mesmo, evidentemente, também a nossa economia.

É justamente nesse contexto que nós trazemos nesta reunião, provavelmente a última do ano, os relatórios sobre proposições que caminham no sentido de proteção de dois dos nossos biomas principais – a Caatinga e a Amazônia –, bem como um projeto que visa a incentivar as práticas mais sustentáveis, o gerenciamento dos nossos recursos sólidos, contribuindo para a redução dos gases de efeito estufa, em cumprimento de nossas metas climáticas. Em suma, são matérias de grande relevância que convergem rumo ao desenvolvimento sustentável do nosso Brasil.

Eu gostaria de destacar, Presidente, em particular, o nosso primeiro item de pauta, que agora vai ser colocado depois do item 3, que é o PLS 222, de 2016, de autoria do nobre Senador Garibaldi Alves Filho, querido de todos nesta Casa, que, com o seu profundo conhecimento do bioma da Caatinga e a sua atenção e cuidado voltados para o nosso povo sertanejo e as questões que afligem o Semiárido, sobretudo as atinentes à escassez hídrica e à vulnerabilidade social, teve a sensibilidade e a lucidez de apresentar um projeto que propõe um novo olhar para a nossa caatinga, atento às peculiaridades da região, apto a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: ED545679004CB0CD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desconstruir preconceitos que relegaram ao único bioma exclusivamente brasileiro, essa posição de descaso e negligência que vivemos hoje.

É hora de construir uma política de desenvolvimento sustentável para a Caatinga, revertendo o cenário de degradação crescente e desmatamento acelerado em que se encontra e buscando amparar o progresso e a atividade econômica em uma política pública racional, equilibrada, que contribua para a proteção ambiental e o desenvolvimento social e viabilize o aproveitamento do imenso potencial para a conservação dos recursos ambientais, uso sustentável, bioprospecção de que dispõe esse bioma.

Saudando a iniciativa do nosso querido Senador Garibaldi Alves Filho, agradecemos, portanto, a oportunidade de nos debruçar sobre esse importante projeto, essa importante matéria, que passamos em seguida à leitura deste projeto do item 3. Depois é o projeto sobre a Caatinga, que eu diria que é o mais importante, é um dos mais importantes, Senador Jaques Wagner, que nós tivemos a incumbência aqui de tratar no nosso mandato aqui no Senado Federal.

Vamos ao item 3, portanto, para propiciar aí o pedido de vistas.

Vem ao exame da Comissão de Meio Ambiente desta Casa o Projeto de Lei nº 5.315, de 2019, do Senador Alessandro Vieira, que altera a Lei nº 12.651, de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, e a Lei nº 9.605, de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, a fim de exigir prévia autorização do Congresso Nacional para corte e supressão de vegetação de Floresta Amazônica primária e secundária em estado avançado de regeneração, exceto nas hipóteses especificadas, bem como tipificar novo crime ambiental relacionado ao corte raso desse tipo de vegetação.

O art. 1º da proposição acrescenta o art. 28-A ao Capítulo V da Lei nº 12.651, de 2012 (Código Florestal), que estabelece regras para a supressão de vegetação para uso alternativo do solo. Esse novo dispositivo determina que o corte e a supressão de vegetação de Floresta Amazônica primária ou secundária em estado avançado de regeneração dependerão de prévia autorização do Congresso Nacional. Todavia, também estabelece as exceções à necessidade de autorização pelo Congresso nas seguintes hipóteses: de utilidade pública, exceto mineração, de interesse social e de atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental, previstas nos incisos que menciona; no manejo florestal sustentável na forma da lei que menciona; e nas obras de infraestrutura necessárias ao desenvolvimento do turismo ecológico em unidades de conservação de domínio público previstas na Lei nº 9.985, de 2000.

Além disso, o parágrafo único do art. 28-A reafirma a obrigação de o empreendedor obter autorizações, licenças, outorgas e demais atos exigidos por lei.

O art. 2º do projeto adiciona um art. 39-A à Lei nº 9.605, de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para tipificar o crime de realizar corte raso de árvores de Floresta Amazônica primária ou secundária em estágio avançado de regeneração sem permissão da autoridade competente, cuja pena será de reclusão, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: ED545679004CB0CD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dois a seis anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente, sendo que no caso do crime ser culposo, a pena será reduzida à metade.

O art. 3º estabelece que a lei que resultar da aprovação do projeto entrará em vigor na data de sua publicação.

Segundo o autor da proposição, a Amazônia brasileira tem sofrido todo tipo de agressões humanas por meio de atividades predatórias cujos lucros são ínfimos e os impactos à biodiversidade e à atmosfera são enormes, tais como grilagem de terra, exploração madeireira, agropecuária de baixo valor e garimpo ilegal.

Ainda segundo o autor, Senador Alessandro Vieira, o PL nº 5.315, de 2019, busca garantir regime especial de proteção à Floresta Amazônica, que constitui patrimônio nacional e cuja utilização deve ser feita dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais, como estabelece o §4º do art. 225 da Constituição Federal.

O projeto será examinado pelas Comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), cabendo à última a decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas.

Da análise.

Nos termos dos incisos I e III do art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CMA opinar sobre matérias pertinentes à proteção do meio ambiente, à conservação da natureza e à preservação das florestas.

Com relação ao mérito, observamos que o projeto contribui para a proteção da Floresta Amazônica e é um avanço para a legislação ambiental em nosso País, principalmente por tipificar o crime de realizar o corte raso de árvores na Floresta Amazônica sem permissão da autoridade competente por meio da mudança da Lei de Crimes Ambientais feita pelo art. 2º da proposição. Essa alteração também dificultará a "grilagem" de terras na Amazônia Legal, pois a primeira ação para se apossar de terras devolutas é proceder ao corte raso, para alegar posteriormente que a área estava sendo usada para a produção agrícola como pastagem.

Além do mais, enfatizamos que existe, na Lei de Crimes Ambientais, o art. 38-A, que criminaliza a destruição ou dano da vegetação primária ou secundária, em estágio avançado ou médio de regeneração, do Bioma Mata Atlântica. Portanto, a modificação feita pelo art. 2º do PL nº 5.315, de 2019, se mostra perfeitamente viável e compatível com o ordenamento jurídico-penal já vigente. Portanto, com esse precedente do outro bioma Mata Atlântica.

O art. 1º do projeto, contudo, nos parece incidir em inconstitucionalidade por atribuir ao Poder Legislativo atividade típica do Poder Executivo em afronta à independência dos Poderes, protegida pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: ED545679004CB0CD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

art. 2º da Carta Magna. Além disso, a anuência por parte do Congresso Nacional inviabilizaria situações em que o desmatamento está permitido pela legislação, pela complexidade do sistema decisório.

Vale destacar que imóveis rurais cobertos por Floresta Amazônica estão obrigados a preservar o percentual mínimo de 80% da sua área na forma de reserva legal e área de preservação permanente, por força do art. 12, inciso I, alínea "a", da Lei nº 12.651, de 2012. Portanto, o produtor rural na Amazônia que adquirir terreno com floresta poderia solicitar ao órgão ambiental Autorização de Supressão de Vegetação (ASV) para apenas 20% da sua área total. Na forma do projeto, o desmate desses 20% ainda seria objeto de deliberação do Congresso Nacional sobre sua conveniência e oportunidade, o que ensejaria maior congestionamento da agenda legislativa, além dos elevados custos. Por isso, entendemos não ser acertada a estratégia.

Embora saibamos da necessidade de proteção da Floresta Amazônica, essencial para a regulação climática e ecológica do planeta, parece-nos mais razoável garantir uma proteção especial buscando inspiração no §1º do art. 14 da Lei da Mata Atlântica. Na emenda que apresento ao final, propomos que corte e supressão de vegetação primária e secundária em estado avançado de regeneração sejam precedidos de anuência prévia por parte do órgão federal de meio ambiente, em vez de submeter a decisão ao Congresso Nacional. Para tanto, as emendas alteram a ementa e o art. 1º do projeto.

Essa solução resolve eventual inconstitucionalidade e permite a participação do Ibama no processo de ASV, que, em regra, é de competência dos estados. A instância adicional de decisão se assenta no §4º do art. 225 da Constituição Federal, que qualifica a Floresta Amazônica como patrimônio nacional e determina sua utilização dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais.

Dessa forma, julgamos que é possível conceder proteção adicional à Floresta Amazônica, sem incidir em inconstitucionalidades e sem sobrecarregar a nossa pesada agenda legislativa.

Do voto, Presidente.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.315, de 2019, com a emenda que justamente mencionei.

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu agradeço a V. Exa., parabenizo-o pelo seu relatório.

Eu não vou colocá-lo em discussão, porque há um pedido de vista do Senador Zequinha Marinho, subscrito pelo Senador Heinze. Portanto, eu concedo vista ao Projeto 5.315, até a próxima reunião desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: ED545679004CB0CD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-16 (ANEXO: 016)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou aproveitar para aprovar – porque são muitos requerimentos com o mesmo teor – os itens 5 a 12. Todos dizem respeito à realização de audiência pública para a instrução do PL 412, de 2022, que trata exatamente da questão do carbono.

Então, os requerimentos da Comissão são o de nº 50, do Senador Zequinha Marinho; o 51, do Senador Carlos Fávaro; o 52, de minha autoria; o 53, de autoria do Senador Roberto Rocha; o 54, também de autoria do Senador Zequinha Marinho; o 55, do Senador Confúcio Moura; o 56, de autoria do Senador Heinze; e o 57, de autoria do Senador Fabiano Contarato.

Eu vou colocar em votação o bloco de requerimentos – portanto, de 50 a 57 –, porque todos eles tratam da mesma audiência pública, só requerendo a adição de novos candidatos.

Portanto, eu coloco em votação os itens de 5 a 12, que dizem respeito aos Requerimentos 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56 e 57 desta Comissão.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 50, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 412/2022, que "regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), previsto pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e altera as Leis nºs 11.284, de 2 de março de 2006; 12.187 de 29 de dezembro de 2009; e 13.493 de 17 de outubro de 2017".

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PL/PA)

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 51, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 50/2022-CMA, com o objetivo de instruir o PL 412/2022, que "regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), previsto pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e altera as Leis nºs 11.284, de 2 de março de 2006; 12.187 de 29 de dezembro de 2009; e 13.493 de 17 de outubro de 2017" seja incluído representante Confederação Nacional da Indústria - CNI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: ED545679004CB0CD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-16 (ANEXO: 016)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Carlos Fávaro (PSD/MT)

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 52, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater e analisar as proposições sobre regulação de emissões de carbono equivalente do Projeto de Lei 412/2022.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 53, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 50/2022 - CMA, com o objetivo de instruir o PL 412/2022, que "regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), previsto pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e altera as Leis nºs 11.284, de 2 de março de 2006; 12.187 de 29 de dezembro de 2009; e 13.493de 17 de outubro de 2017" seja incluído um representante do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), vinculado ao Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Autoria: Senador Roberto Rocha (PTB/MA)

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 54, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 50/2022 - CMA, com o objetivo de instruir o PL 412/2022, que "regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), previsto pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: ED545679004CB0CD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-16 (ANEXO: 016)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2009, e altera as Leis nºs 11.284, de 2 de março de 2006; 12.187 de 29 de dezembro de 2009; e 13.493 de 17 de outubro de 2017" a inclusão do convidado que apresenta.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PL/PA)

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 55, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto dos RQS 50/2022-CMA, de autoria do Senador Zequinha Marinho (PL/PA) e 52/2022-CMA, de autoria do Senador Jaques Wagner (PT/BA), com o objetivo de instruir o PL 412/2022, que "regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões(MBRE), previsto pela Lei n ° 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e altera as Leis n ° 11.284, de 2 de março de 2006; 12.187 de 29 de dezembro de 2009; e 13.493 de 17 de outubro de 2017"; sejam incluídos os convidados que apresenta.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 56, DE 2022

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 50/2022, com o objetivo de instruir o PL 412/2022, que "regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), previsto pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e altera as Leis nºs 11.284, de 2 de março de 2006; 12.187 de 29 de dezembro de 2009; e 13.493 de 17 de outubro de 2017" sejam incluídos os convidados que apresenta.

Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 57, DE 2022

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: ED545679004CB0CD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 50/2022 - CMA, com o objetivo de instruir o PL 412/2022, que "regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), previsto pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e altera as Leis nºs 11.284, de 2 de março de 2006; 12.187 de 29 de dezembro de 2009; e 13.493 de 17 de outubro de 2017" a inclusão do convidado

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Os Senadores que concordam e aprovam os requerimentos... Eu não lerei a lista de convidados, porque eu acho que está registrada aqui nos requerimentos feitos.

Portanto, os Senadores que aprovam os requerimentos que acabo de citar, de 50 a 57, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os Requerimentos 50 a 57 em relação...

Senador Esperidião Amin, V. Exa. tem a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Presidente.

Em primeiro lugar, quero dizer que voto a favor dos requerimentos, estou acompanhando a reunião, mas eu gostaria de fazer um registro muito breve, resumido, com o propósito de apresentá-lo numa próxima reunião – se tivermos reunião na semana que vem – ou, pelo menos apresentar à Comissão, para deixar registrado nos seus anais, o resumo do projeto que está sendo desenvolvido desde 2021, sobre o qual eu conversei rapidamente com V. Exa., Presidente Jaques Wagner: é o Voz dos Oceanos.

Esse projeto foi iniciado em 2021 pela família Schürmann, pelo Vilfredo Schürmann e família, colabores e participantes. É um projeto que tem apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e tem a proposta de testemunhar e registrar uma viagem de circum-navegação, percorrendo 60 destinos. Já percorreu 11 no Brasil, no dia 25 de novembro, e é de Santa Catarina, por sinal. Esteve no Maranhão, uma agenda ambiental no Porto do Itaqui.

O projeto tem a proposta de testemunhar e registrar a poluição nos mares e navegar em busca de soluções inovadoras para combater esse problema. Como objetivo final, a iniciativa pretende conscientizar e engajar as pessoas ao redor do planeta para a necessidade de ações urgentes para a preservação das águas.

Nós todos conhecemos alguma coisa a respeito da poluição dos oceanos, mas talvez aqui impacte, assim, de maneira mais visível, seja a poluição por plástico... No Oceano Pacífico, nós temos um continente de lixo por plástico. Vou repetir: um continente. Quase uma Austrália em lixo e plástico. Esse lixo não foi a natureza que produziu. Todos nós sabemos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: ED545679004CB0CD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, dentre essas soluções inovadoras, eu quero destacar perante a nossa Comissão a extraordinária inovação que tem sido o processo berço a berço, que é não sintetizado, mas tem uma das suas figuras na reciclagem, no reaproveitamento.

Outro dia, marquei com a minha agenda, se possível religiosa, junto com o Jean Paul Prates: depois de nós visitarmos o mosteiro de Santa Catarina de Alexandria, vamos visitar uma igreja, perto de Madri, que está sendo construída há 60 anos só com lixo, uma catedral de 35m de altura com lixo, com o que ia ser enterrado ou ficava jogado fora. Então, essas soluções inovadoras e emblemáticas eu acho que vão marcar, sem dúvida, a parte real do nosso compromisso, no caso, com os oceanos.

E eu faço esse registro não no sentido de censurar ninguém, mas de louvar a saga da família Schürmann, que é catarinense, como o senhor sabe, como todos sabemos, e que se dedica a essa tarefa. E deve passar... Esse empreendimento será concluído em 2023, o término da expedição está previsto para 26 de agosto de 2023. E, em fevereiro, deve visitar Galápagos, que é, para a humanidade, um símbolo da teoria da evolução e, para nós catarinenses e brasileiros, representa a parceria de Charles Darwin com Fritz Müller, que viveu muitos e muitos anos em Santa Catarina. Foi professor em Florianópolis, foi professor em Blumenau e ajudou a autenticar e legitimar vários dos pontos de referência da teoria da evolução, merecendo por isso mais de 30 registros de Darwin nos seus escritos.

Então, é para a expedição Voz dos Oceanos que eu pediria que ficasse consignado em ata esse meu registro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Nós conversamos sobre esse tema ontem. Eu parabenizo V. Exa. pelo registro, assim como a família Schürmann por essa ideia.

E lembro a V. Exa. e aos colegas que a ONU declarou essa década que estamos até 2030 a década dos oceanos, exatamente porque, se não houver ou saídas inovadoras, como V. Exa. falou, ou o não lançamento principalmente de material plástico nos rios e oceanos, nós teremos mais peso nos mares de lixo do que da fauna marinha. Portanto, eu parabenizo V. Exa. e rogo que essa expedição da família, que é conhecida nacionalmente e internacionalmente, possa efetivamente, primeiro, constatar com tristeza a poluição e, depois, colher saídas, como V. Exa. disse, inovadoras, inteligentes para uma questão que, na minha opinião, é extremamente grave, como outras que dizem respeito ao meio ambiente. Então, parabéns a V. Exa.

O registro será feito em ata.

Concedo a palavra ao Senador Heinze para comentar também, pelo que eu entendi, essa matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: ED545679004CB0CD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não é sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Ah...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Aproveitando o Esperidião Amin, tem um projeto de Santa Catarina, do Parque de São Joaquim, que é de autoria dele e de que fui Relator. Se ele quiser, podemos ajustar a data de votação. Então, estou consultando o Amin para, se ele quiser, nós propormos a votação do Parque São Joaquim. Aí depende dele, porque, afinal, isso é em Santa Catarina, e o interesse é deles.

Esperidião...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – O interesse é do estado, Presidente, se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Tem a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – ... e nós estamos na dependência da posição dos Prefeitos dos municípios alcançados pelo parque, que ainda não manifestaram a sua plena concordância com a definição dos limites do parque, depois de exaustivas, longas e numerosas reuniões que já tivemos com o Ibama e com a comunidade. Portanto, eu vou procurar saber dos Prefeitos dos municípios abrangidos pelo parque...

Só para relembrar, o parque originalmente se chama Parque de São Joaquim, cidade conhecida por todos nós pelo frio, pelo turismo do frio, pela neve, e ele passa a se denominar Parque da Serra Catarinense, abrangendo outros municípios, alguns que já existiam e outros que foram criados no interstício, porque esse parque foi decretado por Jânio Quadros em 1961. De lá para cá, por toda essa evolução havida e pela falta de recurso para que o Governo implantasse o parque, ele não está integralmente apropriado à União. Então, cada influência, áreas ocupadas por famílias, que são todas de pequenos proprietários – nós não temos latifúndios nessa região, que é pouco menos habitada...

Eu dependo de que os Prefeitos concordem, mas agradeço ao Senador Heinze e prometo que, ainda nesta semana, eu vou procurar saber da conciliação no sentido de se é possível colocarmos em pauta sem que haja nem problemas com o Ibama e com o ICMBio, nem com o interesse dos municípios diretamente alcançados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: ED545679004CB0CD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Antes de continuar os trabalhos, eu vou voltar ao início para a aprovação de atas anteriores.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das reuniões anteriores, 23ª e 24ª.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Senador Veneziano, a palavra com V. Exa.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, meus cumprimentos, bom dia!

É para saber de V. Exa. se nós poderíamos fazer a leitura do relatório da proposta legislativa que está sob nossa incumbência, nossa relatoria: item 4.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – V. Exa. está pedindo preferência para o seu item, mas eu tenho aqui o Senador Jean Paul também, que, antes do item 4, tem a relatoria do item 2 – o 3 já foi – e do item 1.

Eu vou passar a V. Exa...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Por videoconferência*.) – Senador Jaques Wagner, pode passar ao Senador Veneziano.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu agradeço.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Por videoconferência*.) – Se tiver prioridade aí em qualquer outra coisa, pode passar à vontade, sem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Até porque os itens 1 e 2, que V. Exa. irá relatar, são terminativos. Portanto, eu vou depender de quórum nominal.

Então, passo a palavra ao Senador Veneziano Vital do Rêgo para relatar o Projeto de Lei Complementar nº 146, de 2021, da autoria do Senador Jader Barbalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: ED545679004CB0CD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-16 (ANEXO: 016)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 146, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para prenunciar a destinação de recursos para ações de prevenção e combate aos danos causados por desastres naturais e não naturais.

Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA)

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação

Observações: *1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.*

Com V. Exa. a palavra.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, eu não ouvi. O senhor está passando a palavra a mim?

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Para a leitura do... V. Exa. não é o Relator do item 4?

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Como Relator. *Por videoconferência*.) – É porque, por alguns instantes, eu não estava com áudio aqui.

Eu quero agradecer a V. Exa. e, principalmente, à compreensão, que é muito do perfil do Senador Jean Paul Prates. Apenas peço essa inversão de pauta por força de um compromisso assumido junto à Comissão de Educação.

Serei breve para não criar nenhum tipo de transtorno à leitura do Relator, querido amigo, Senador Jean Paul Prates.

O item 4.

Relatório.

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente o Projeto de Lei Complementar n° 146, de 2021, de autoria do Senador Jader Barbalho, que altera a Lei Complementar nº 101, do ano de 2000, prenunciando a destinação de recursos para ações de prevenção e combate aos danos causados por desastres naturais e não naturais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: ED545679004CB0CD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-16 (ANEXO: 016)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 1º da proposição adiciona a alínea "g" ao inciso I do *caput* do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000, para determinar que a Lei de Diretrizes Orçamentárias disporá também sobre a previsão de destinação de recursos, em percentual da receita corrente líquida, para ações de prevenção e combate aos danos causados por desastres naturais e não naturais.

O art. 2º determina que a lei complementar que resultar da aprovação deste projeto entrará em vigor na data de sua publicação, Presidente Jaques Wagner.

O autor do PLP n° 146, de 2021, argumenta que, como as alterações climáticas vêm se intensificando ao longo dos anos, ocasionando desastres naturais cada vez maiores e de maior potencial, é imperativo, portanto, garantir os recursos anuais para o combate a essas catástrofes ao antecipá-los como prioridade na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a nossa LDO.

Desse modo, queridos companheiros deste Colegiado, o autor considera ser necessário que a Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleça como prioridade na LDO um percentual mínimo de recursos a serem destinados às ações de prevenção e combate a essas tragédias.

A matéria foi distribuída às Comissões de Meio Ambiente e de Assuntos Econômicos. Na CMA, não foram apresentadas emendas ao projeto.

Da análise, Presidente Jaques Wagner.

Compete à CMA, nos termos do art. 102-F, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre assuntos atinentes ao meio ambiente.

Com relação ao mérito, concordamos com o autor da proposição. O aquecimento global, inquestionavelmente, aumentou consideravelmente a ocorrência de fenômenos extremos, como alertou o primeiro volume do Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas.

Com efeito, temos observado um crescimento expressivo da ocorrência de secas – períodos de estiagem –, deslizamentos de terra e inundações, muitas vezes ceifando a vida de muitos cidadãos brasileiros, como ocorreu recentemente nas calamidades ocorridas nos Municípios de Petrópolis e Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro – como exemplo, para não citarmos outros. Além disso, a estiagem prolongada afetou a produção de energia elétrica até o começo do ano de 2022.

É, portanto, indispensável separar recursos orçamentários para a prevenção dessas tragédias, bem como o seu enfrentamento quando de sua ocorrência.

Finalmente, outro ponto importante do PLP n° 146 é que ele também preconiza a previsão de recursos orçamentários para ações relacionadas à ocorrência de desastres não naturais, tais como o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: ED545679004CB0CD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ocorreu com o rompimento de barragem em Brumadinho, no Estado de Minas Gerais, em janeiro de 2019.

Somos, por conseguinte, extremamente favoráveis à aprovação desta proposta.

O voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei Complementar n° 146, de 2021, Presidente Jaques Wagner.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Agradeço a V. Exa. pelo relatório, ao tempo em que o parabenizo pelo relatório e também ao Senador Jader Barbalho pela iniciativa.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação desse item será simbólica.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão, favorável ao Projeto de Lei Complementar n° 146, de 2021, de autoria do Senador Jader Barbalho.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Passarei agora a palavra ao Senador Jean Paul Prates para a leitura do relatório do Projeto de Lei do Senado nº 222, de 2016.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 222, DE 2016

- Terminativo -

Institui a Política de Desenvolvimento Sustentável da Caatinga.

Autoria: Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN)

Relatoria: Senador Jean Paul Prates

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: ED545679004CB0CD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-16 (ANEXO: 016)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 222, de 2016, com as Emendas nºs 1 a 3-CAE, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos com parecer favorável ao projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3-CAE e pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com parecer favorável à matéria.

2. Em 25/11/2022, foi realizada audiência pública destinada a instruir a matéria.

3. Nos termos do art. 14 do Ato da Comissão Diretora nº 8 de 2021, se aprovada a matéria, ficará dispensada a submissão a turno suplementar.

Essa matéria é terminativa, portanto eu solicito aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras que se mantenham lincados, porque a votação terá que ser nominal.

Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Presidente, agradeço mais uma vez.

Esse é o item 1 da pauta, que chega ao exame da CMA (Comissão de Meio Ambiente) desta Casa, Projeto nº 222, de 2016, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, que institui a Política de Desenvolvimento Sustentável da Caatinga.

De acordo com a proposição, essa política visa à preservação do meio ambiente, à erradicação da pobreza e à redução das desigualdades sociais no território desse bioma.

Para tanto, o PLS descreve de forma detalhada como serão perseguidas as atividades necessárias para o alcance desse objetivo. Assim, são enumeradas as ações para a atuação articulada entre os entes federados e os atores não governamentais, a capacitação de recursos humanos e as atividades de pesquisa e desenvolvimento, o fomento a atividades agropecuárias e florestais sustentáveis e os programas para conservação da natureza e proteção da diversidade biológica.

Para a implementação dessas ações, o projeto estabelece sete instrumentos, entre os quais destacamos: os planos de ordenamento territorial e os zoneamentos ecológico-econômicos; os mecanismos de monitoramento e eliminação de queimadas e incêndios florestais; os sistemas de monitoramento do desmatamento; e instrumentos econômicos como incentivos fiscais, linhas de crédito especiais e pagamento por serviços ambientais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: ED545679004CB0CD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No tocante a este último instrumento, o PLS dispõe que as instituições financeiras e os bancos de investimento públicos criarão linhas de crédito especiais para as atividades de promoção do desenvolvimento sustentável na área de abrangência do bioma Caatinga.

Em sua justificação, o autor nota que, a despeito de sua relevância natural e de seu potencial de utilização racional, pouca atenção tem sido dada à Caatinga, único bioma exclusivamente brasileiro. Além disso, destaca o autor, os sistemas agrícolas, ao longo de séculos, têm exercido significativa pressão sobre a cobertura vegetal do bioma. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, restam aproximadamente 52% da vegetação natural; e apenas 1% da Caatinga encontra-se em unidades de conservação de proteção integral e 6,4% estão em unidades de uso sustentável. Daí a sua intenção de apresentar uma proposição que seja capaz de orientar a formulação e a implementação de políticas públicas de longo prazo que garantam a atuação articulada entre os entes federados e a sociedade, para compatibilizar as atividades econômicas e a proteção ambiental do bioma.

A matéria foi distribuída às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente, cabendo a esta a decisão terminativa. Nas duas primeiras, a proposição foi aprovada, tendo recebido três emendas na CAE. As Emendas nºs 1-CAE e 2-CAE substituem, quando ocorrente, a expressão "práticas agrícolas" por "práticas agrossilvipastoris". A Emenda nº 3-CAE acrescenta inciso para prever, entre as ações de fomento a atividades agropecuárias e florestais sustentáveis, a implementação de modelos de manejo sustentável da vegetação nativa com finalidade agrossilvipastoril.

Nesta CMA, a matéria chegou a receber relatório pela aprovação do PLS 222, de 2016, na forma das Emendas nºs 1-CAE a 3-CAE. Entretanto, o relatório não foi apreciado.

Não foram apresentadas emendas perante esta Comissão.

A análise eu vou resumir aqui, na leitura.

Não vislumbramos aspectos de vícios quanto à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

Quanto ao mérito, a Caatinga, sendo o único bioma exclusivo do País, segue em ritmo acelerado de destruição. Mais uma vez, menciono que atualmente a área desmatada do bioma representa 46% da sua cobertura original. É urgente, portanto, um olhar específico para a Caatinga, dotando-a de uma legislação própria, respeitadora de suas potencialidades e vulnerabilidades, ameaças e oportunidades. De fato, Sr. Presidente, a Caatinga apresenta características peculiares em relação aos demais biomas brasileiros, contendo as porções do território do país mais sujeitas a processos de desertificação e os mais críticos índices históricos de escassez hídrica. Aliada à vulnerabilidade ambiental, a vulnerabilidade social de porção significativa da população da Caatinga aponta a necessidade de uma política de desenvolvimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

socioeconômico em consonância com a conservação do ambiente natural. É o que pretende o projeto de lei que ora analisamos.

É preciso reconhecer que, de uma maneira geral, existe preconceito com relação à Caatinga e ao Semiárido. É comum se descrever essa região como pobre em termos de biodiversidade, improdutiva e de reduzido potencial econômico. Pensamentos como esses têm relegado a Caatinga ao segundo ou terceiro lugar nos planos políticos, caracterizados pelo baixo nível de investimentos, o que apenas retroalimenta o ciclo de falta de oportunidades e marginalização, além da falta de disseminação de conhecimentos e informação sobre o bioma.

Para além da ignorância e do preconceito, a Caatinga esconde um imenso potencial para a conservação de serviços ambientais, uso sustentável e bioprospecção, que, se bem explorados, serão decisivos para o desenvolvimento da região e do país. A biodiversidade da Caatinga ampara diversas atividades econômicas voltadas para fins agrossilvipastoris e industriais, especialmente nos ramos farmacêutico, de cosméticos, químico e de alimentos.

Isso tudo apenas evidencia que o Semiárido precisa de uma estratégia ambiental no sentido mais amplo, envolvendo o zoneamento agroecológico e econômico, a criação de áreas protegidas, a regulamentação e o controle do uso de solo e água e o manejo sustentável dos recursos naturais. O incentivo às atividades produtivas e econômicas sustentáveis, portanto, é condição *sine qua non* para um planejamento desse bioma.

Estou saltando aqui alguns dados...

Levamos em consideração todas as características, todas as discussões que tivemos nas duas audiências de grande participação que promovemos em relação a este projeto. Tivemos uma audiência em abril de 2019 realizada no auditório da Universidade Federal Rural de Mossoró, no Rio Grande do Norte; depois tivemos o interregno da covid e voltamos a fazer audiência pública no dia 25/11, agora, recentemente, justamente aí no plenário da CAE.

Incluímos várias alterações importantes aqui, mas vou ressaltar apenas duas.

Uma é a instituição da meta de preservação de pelo menos 17% da Caatinga, por meio de unidades de conservação, a ser alcançada em dez anos – 17% preservados em dez anos. Apenas cerca de 7,5% do bioma hoje se encontram sob a proteção de unidades de conservação, com somente 1% desse bioma Caatinga em unidades de proteção integral, de acordo com o próprio Ministério do Meio Ambiente. O percentual de conservação que propomos não é arbitrário. Trata-se de um dos compromissos assumidos pelo país na 10ª Conferência das Partes (COP 10) da Convenção sobre Diversidade Biológica, conhecidos como Metas de Aichi. Se não estabelecermos essa meta, novamente teremos uma norma de caráter intencional, mas de reduzido efeito prático. Além disso, estabelecemos, igualmente, uma meta de desmatamento ilegal zero no bioma Caatinga. Incluímos dispositivos relacionados à proteção e ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fomento à criação e implementação de unidades de conservação em áreas dotadas de relevância geológica e alto potencial para o desenvolvimento de atividades econômicas com bases sustentáveis para a região, como o ecoturismo.

Uma atividade que também vem crescendo em importância na Caatinga é a mineração. Cremos ser desnecessário nos estender a respeito da importância dessa atividade e dos seus graves impactos ambientais também. Com vistas não à proibição, mas ao seu disciplinamento e à sua sustentabilidade, propusemos o condicionamento da mineração em área coberta com vegetação nativa à delimitação e à manutenção de área ecologicamente equivalente de, no mínimo, igual tamanho da área minerada, na mesma bacia hidrográfica. Assim, asseguramos alguma compensação por impactos irreversíveis.

Achamos necessária, também, a orientação para que novos empreendimentos, a exemplo dos energéticos, sejam prioritariamente implantados em áreas já desmatadas ou substancialmente degradadas, respeitado o zoneamento ecológico-econômico da Caatinga quanto à destinação dessas áreas, bem como os zoneamentos dos estados e dos municípios. Não pretendemos disciplinar o uso do solo local, muito menos usurpar competências dos demais entes da Federação, mas uma lei de política regional, como a proposta, não deve se esquivar de tratar ou de traçar orientações e macrodiretrizes gerais para que a ocupação do bioma seja efetuada de forma integrada e sustentável.

Ainda entendemos como desnecessárias as conceituações trazidas no art. 2º, porque ali os termos trazidos já se encontram definidos de maneira mais precisa em outras normas. Retiramos, então, as expressões "pagamento por serviços ambientais", "patrimônio genético", etc. Por outro lado, trouxemos à proposição o conceito de "combate à desertificação", definição constante do Decreto nº 2.741, de 1998, que promulgou a Convenção Internacional de Combate à Desertificação nos Países afetados por Seca Grave e/ou Desertificação, pois trata-se de termo necessário para a devida aplicação dessa norma.

A preocupação com o desmatamento ilegal e a demanda por madeira para fins de obter lenha, sobretudo para a indústria cerâmica, foram levados em conta ao prevermos dispositivos relacionados à exploração sustentável do bioma, bem como alterações ao art. 28 do Código Florestal para tornar mais restritiva a autorização de supressão de vegetação nativa.

As parcerias público-privadas, a capacitação científica, a educação ambiental, a integração entre as políticas e o planejamento territorial integrado foram incorporados de modo que acreditamos, com as atualizações propostas, que a Política de Desenvolvimento Sustentável da Caatinga estará coberta de maior efetividade e robustez para a proteção desse sensível e importante bioma nacional.

Voto, Presidente.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 222, de 2016, com as Emendas nºs 1-CAE a 3-CAE, nos termos que mencionamos já aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, este é o relatório.

Este é um projeto, como eu disse, extremamente importante para nós. Nós temos uma grande satisfação de, nestes meses de encerramento, nestes dias de encerramento do nosso mandato, entregar pronto, em caráter terminativo, este projeto, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, dando continuidade a dois mandatos de Senadores do Estado do Rio Grande do Norte, do bioma Caatinga, para organizar de vez essas atividades e ter, aí, planos de desenvolvimento sustentável em todos os níveis para esse bioma importante e tão negligenciado.

Muito obrigado pela oportunidade.

Muito obrigado a todos que participaram da construção deste importante projeto de lei.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Jean Paul Prates.

Por acaso, estou aqui sentado com um apaixonado pela Caatinga, o Senador Otto Alencar, que é um bioma exclusivamente brasileiro, como V. Exa. já citou – aliás, o único exclusivamente brasileiro –, e, na nossa Bahia, tem uma grande extensão de Caatinga, em que, ao contrário do que muitos pensam, basta uma chuva para o verde vicejar.

Eu só quero, antes de colocar em discussão – eu também quero parabenizá-lo, Senador Jean Paul, pelas duas audiências públicas, uma em Mossoró, como V. Exa. colocou, e outra aqui nesta Comissão, a última tendo sido realizada no dia 25 de novembro –, lembrar às Sras. e aos Srs. Senadores que, nos termos do art. 14 do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021, que diz respeito às sessões semipresenciais, uma vez aprovada a matéria, ficará dispensada sua submissão a turno suplementar, como apregoa originalmente o Regimento Interno do Senado.

A matéria está em discussão.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Mais uma vez, muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vendo, aí à minha frente, as imagens – que vejo que são do Jean Paul, do nosso Califa Otto Alencar, ao lado do seu irmão do outro lado do Rio Jordão e meu irmão também Jaques Wagner, e da sabedoria e serenidade do Confúcio Moura –, eu me sinto animado a fazer duas ponderações.

Eu deveria pedir vista deste projeto... Depois da aula que eu tive na audiência sobre o ecossistema da Caatinga, na semana passada, se a memória não me falha... Foi isso, Senador Jean Paul? (*Pausa.*)

Pois eu não sou de lá. A relação mais sólida que eu tenho com a Bahia é a minha admiração pelo espírito baiano, representado aqui por Otto Alencar e Jaques Wagner, e também a homenagem a Oliveira dos Brejinhos, cidade que me acolheu e que me deu uma afilhada, sem o conhecimento de Antonio Carlos Magalhães, que tinha uma dívida...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – O mérito é de V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – ... da qual Otto Alencar me deu até detalhes – da dívida e da liderança política a quem devia no caso.

Eu quero aqui fazer duas ponderações.

Eu perguntei para a professora da Universidade de Pernambuco, Senador Jaques Wagner, quantos fitoterápicos do ecossistema fazem parte da bolsa de remédios fitoterápicos do Ministério da Saúde. No Sul do Brasil, nós temos mais de 70. Eu falei muito sobre a penicilina – a penicilina planta. Eu, todo dia de manhã, faço gargarejo e tomo um chá de penicilina. Já plantei aqui ao lado do gabinete, floresceu e está uma maravilha a penicilina planta. Tem estudos de várias universidades falando sobre o seu potencial anti-inflamatório, antiviral. Enfim, eu perguntei quantas plantas, porque ela deu uma lista de fármacos fitoterápicos do bioma Caatinga. Sabem qual foi a resposta? Nenhuma!

Nenhuma planta da Caatinga foi apropriada como remédio fitoterápico. Ou seja, nós temos, até sob esse aspecto, sem falar nos outros, porque foi uma exposição muito rica, para mim foi uma aula... Eu não sou cavaleiro nem tenho a habilidade como cavaleiro que tem o Otto Alencar, que já fez várias exibições, carregando a sela nas costas... É claro que editando, não é, Senador Jaques Wagner? Não era um filme contínuo. Algumas partes ele deve ter suprimido para retirar alguma coisa que empanasse o seu talento exposto. Mas o que eu quero dizer é o seguinte: quem sou eu para discutir Caatinga com os senhores, que são legítimos representantes?

Agora, eu acho que, se eu fosse da região, eu não pediria vista por causa do seu relatório, Senador Jean Paul Prates, mas eu acho que nós deveríamos enaltecer o que aprendemos, pelo menos aqueles que tivemos a oportunidade de participar de algumas dessas audiências públicas – eu participei integralmente da última... Quero cumprimentar o senhor, que é um adventício à Caatinga – e frisamos isso na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-17 (ANEXO: 017)

oportunidade da audiência –, mas um adventício muito bem recebido e aclimatado, ambientado. E queria deixar aqui uma vírgula de dúvida pelo menos sobre se nós deveríamos aprovar ou nos conceder...

Nós teremos sessão semana que vem, Senador Jaques?

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Provavelmente. Provavelmente, teremos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Provavelmente, ou podemos contar com ela?

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Podemos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Então, a minha sugestão é que nós votássemos na semana que vem. Não quero pedir vista, acho que não tenho esse direito, mas eu faço este pedido: se pudermos dar um prazo para dirimir dúvidas... Caso contrário, eu voto com o Relator, mas faço este apelo e deixo até a juízo dele, se ele concorda em nos dar esse prazo.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Esperidião Amin, eu não tenho nenhum problema, até porque é um direito de V. Exa., porque V. Exa...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Não, mas eu não quero exercer o direito, eu já disse. Eu faço o apelo para, se for possível, votar na semana que vem, ou seja, eu não quero impedir que o projeto seja votado – vamos ser bem claro – nesta sessão legislativa, que é a última da legislatura.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Por videoconferência*.) – Senador mestre Esperidião Amin, permita-me um comentário.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Tenho receio de que o Senador Jean Paul Prates, no ano que vem, não esteja conosco e esteja no exterior.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não; repare, Senador Esperidião Amin: eu vou... É evidente, como eu ia dizer, que V. Exa. sempre contribui muito e aprofunda...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Se tiver sessão outro dia, senão, eu não peço isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Como?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Nem postergo, aliás. Eu não peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – A única preocupação que eu levanto é que, se houver o pedido de vista formal...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não; é porque aí eu evito, semana que vem...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Isso eu não farei.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Está bom.

Eu peço vênia a V. Exa. É porque, se eu adio, semana que vem alguém pode pedir nova vista, então terei que postergar mais ainda. Então, eu vou pedir, se V. Exa. concorda, que depois o Senador Jean Paul Prates possa ter contato com V. Exa. para esclarecer. É só para evitar que seja postergado para além da semana que vem, porque eu posso abrir a votação semana que vem e aí, sim, alguém pedir vista.

Senador Jean Paul Prates, V. Exa. quer se manifestar?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Apenas para justamente solicitar e propor o que V. Exa. já propôs aí. Então já está praticamente resolvido.

Quero dizer ao Senador Esperidião Amin que fique tranquilo, porque esse processo dos fitoterápicos inseridos será tratado provavelmente, inclusive pode ser tratado por emenda na Câmara dos Deputados e poderia até ter sido tratado também aqui. O que rogo a todos é que, de fato, ensejemos aqui a progressão desse projeto de lei, porque ele vem de 2016. Ele foi praticamente resgatado do arquivo por mim em consideração ao seu mérito e ao próprio autor, o Senador Garibaldi Alves, e agora ficaria penurioso terminar o meu mandato também sem, mais uma vez, progredir com relação a esse Projeto de Lei 222.

Evidentemente, há muitos assuntos decorrentes desse processo da política de desenvolvimento sustentável da Caatinga, incluindo essa questão dos fitoterápicos, que é importantíssima, é um capítulo importantíssimo. Esse capítulo, inclusive, requer, eventualmente, até um projeto de lei especial para tratar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disso e de outros aspectos. Mas acho que, a essa altura, depois de tantos debates e com tanto tempo decorrido, poderíamos progredir pelo menos quanto a essa questão da política de desenvolvimento sustentável, que envolve outras tantas atividades que aguardam, ansiosamente aí, por ter um norte, finalmente, em relação à Caatinga.

Então, como expliquei aqui na leitura do relatório, há muitas atividades, muitas coisas acontecendo que denotam uma certa urgência agora em ter pelo menos essa base de política estabelecida. É claro que vai gerar ramificações, detalhamentos, como inevitável é acontecer em temas complexos como esse.

Mas rogo aos dois que sigamos aqui pelo menos com essas discussões que já foram consolidadas para que a gente possa terminar nossa missão e que ele não vá para o Arquivo de novo.

Obrigado, Senador Esperidião Amin e Senador Presidente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu quero dar a minha palavra, então, aqui no seguinte sentido: eu não peço vista, vou votar a favor. Isso porque o Senador Jean Paul Prates tem dois créditos comigo: o primeiro é o crédito de estarmos juntos lá em Santa Catarina de Alexandria, talvez com o Jaques Wagner a reboque, para que ele reconheça o provável local da entrega das Tábuas da Lei, aos pés do Monte Sinai – isso é possível com reações mais contidas do que aquelas primeiras dos seus ancestrais, que andaram xingando Moisés quando ele trouxe as primeiras Tábuas da Lei, tanto é que elas teriam sido quebradas, segundo rezam os conhecimentos do assunto –; o segundo crédito é porque o senhor vai agilizar o projeto da educação digital. Senão, nós vamos ficar muito mal, nós dois. Estou sendo claro? (*Pausa.*)

Então, pode contar com a minha cumplicidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu agradeço, Senador Esperidião Amin.

A matéria está em votação.

A votação será nominal.

Eu peço aos Srs. Senadores que estejam no modo virtual que exerçam o direito do voto.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Esperidião, se V. Exa. Puder exercer o direito do voto, eu agradeço, para a gente poder atingir o quórum. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rose de Freitas. (*Pausa.*)

Eu vou pedir ao Senador Otto Alencar para assumir a Presidência, só porque eu tenho uma audiência no STJ. Vamos tentar chegar a cinco votos já.

Tenta ligar para a Eliziane. (*Pausa.*)

Senador Esperidião Amin, V. Exa. ainda está lincado? Se puder exercer o voto via o aplicativo Senado Digital, eu lhe agradeço.

Estamos com cinco, seis...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Por videoconferência.*) – Presidente, eu estou fazendo contato aqui também – o Senador Otto também, estamos acelerando – com alguns Senadores que deram presença...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Certo.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Por videoconferência.*) – ... para que venham votar, viu? Só para saber. (*Pausa.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – O Senador Esperidião não votou ainda. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Vou pedir para V. Exa. assumir, só para eu não atrasar com o ministro, só para completar a votação e depois passarmos ao item 2 da pauta.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Muito bem.

Vou chamar a atenção do Senador Esperidião Amin, para que ele possa exercer o voto. Senador Esperidião...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Por videoconferência.*) – Presidente Otto...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Não, é o Senador Esperidião que ainda não votou.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Pois não, Senador Jean Paul, a palavra está com V. Exa.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Por videoconferência*.) – É só para lhe informar, para a aceleração dos trabalhos aqui, que eu também estou entrando em contato com alguns dos Senadores e Senadoras que deram presença aí. Alguns estão confirmando que vão logo votar.

Então, Senador Giordano já votou aí, estou entrando em contato também com o Senador Izalci, Senador Roberto Rocha, Senador Esperidião, que saiu mas vai voltar aí também, Senador Veneziano, que já relatou o projeto também, estou chamando aqui também pelo zap... Outros, teve o período da presença, Senadora Rose de Freitas... Mas só para lhe dizer que estamos aqui também no esforço, para que eles venham aqui, compareçam à votação.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Pois não. (*Pausa.*)

Já alcançamos o quórum de votação.

Votaram nove Senadores.

O Senador Paulo Rocha vai votar? Já votou? (*Pausa.*)

Então, vamos concluindo a votação... (*Pausa.*)

Concluindo a votação, Senador Paulo Rocha, para salvar na Caatinga o umbuzeiro, barbatimão, mandacaru, xique-xique, braúna, umburana-de-cheiro, aroeira, cerejeira, caviúna, imbuia, pau-d'arco, juazeiro e jatobá. São as árvores principais do bioma da Caatinga.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Faltou aí o amor-crescido.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Pois não. Pois é isso. V. Exa. complementou aí todas as principais árvores da Caatinga, um bioma importante do Brasil.

Peço à Secretaria que possa abrir o painel para a apuração dos votos.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – São nove votos favoráveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-17 (ANEXO: 017)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está aprovada a matéria, em caráter terminativo.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 302, DE 2018

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para incentivar empresas que produzem biogás, metano e energia elétrica a partir de resíduos sólidos em aterros sanitários.

Autoria: Senador Hélio José (PROS/DF)

Relatoria: Senador Jean Paul Prates

Relatório: Pela regimentalidade, juridicidade, constitucionalidade, técnica legislativa apropriada e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 302 de 2018 com a emenda que apresenta, aprovação da Emenda nº 2–CI e rejeição da Emenda nº 1–CI.

Observações: *1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura com parecer favorável à matéria com as emendas nºs 1-CI e 2-CI.*

Passo a palavra ao Senador Jean Paul Prates, para que ele possa proceder à leitura do seu relatório.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Presidente.

Portanto, vem ao exame desta Comissão hoje o Projeto de Lei 302, de autoria do Senador Hélio José, que altera a Lei 12.305, de 2010, e a Lei 10.865, de 2004, para incentivar empresas que produzem biogás, metano e energia elétrica a partir de resíduos sólidos em aterros sanitários.

O projeto possui quatro artigos.

Vou passar à descrição em frente, para ir direto ao fato de que a matéria foi despachada às Comissões de Serviço de Infraestrutura (CI) e de Meio Ambiente (CMA), cabendo a esta última a decisão terminativa.

Na CI, foi distribuída ao Senador Fernando Bezerra Coelho e relatada, em substituição, por mim, como Relator *ad hoc*.

Aprovada em 10 de maio do corrente, foram oferecidas as Emendas 1 e 2.

Na CMA, o projeto não recebeu emendas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-17 (ANEXO: 017)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Análise.

Compete a esta Comissão opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do meio ambiente.

Com relação à constitucionalidade, também é regular.

Cumprimentamos o Senador Fernando Bezerra também pelos aprimoramentos oferecidos ao projeto, sobretudo na supressão do art. 3º do PLS, que isentava a geração de energia elétrica a partir de resíduos sólidos da cobrança de PIS-Pasep e Cofins. Embora nobre a preocupação do autor em incentivar o aproveitamento do biogás, entendemos que a renúncia fiscal poderia incidir em inconstitucionalidade. Além disso, a medida não observa os requisitos para renúncia de receita estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 2000.

No tocante à juridicidade, observamos que o meio eleito é apropriado. Com as correções, a técnica legislativa é adequada. Contudo, entendemos que faltou alterar a ementa do projeto, no sentido de retirada do trecho que trata da isenção fiscal, então fizemos também essa alteração com relação à Emenda nº 2 da CI.

A proposição é meritória, pois permitirá a instituição de medidas indutoras, linhas de financiamento e normas para concessão de incentivos fiscais, financeiros e creditícios para projetos de geração de energia a partir de resíduos sólidos. Entendemos que o projeto pode ser aprimorado para contemplar todas as rotas tecnológicas de aproveitamento energético de resíduos sólidos, nas formas de calor, eletricidade e de combustíveis alternativos, incluindo o biogás. Desse modo, fizemos a adoção no art. 2º do projeto do termo, aspas, "projetos de aproveitamento energético de resíduos sólidos", fecho aspas, no lugar de "projetos de geração de energia". A emenda que apresentamos ao final faz esse reparo.

Acelerando mais aqui alguns outros detalhes, com relação ao biogás particularmente, é importante notar que nós aproveitamos atualmente menos de 2% do nosso potencial total, segundo a própria Associação Brasileira de Biogás e Biometano. Em 2019, a produção nacional de biogás alcançou 1,8 bilhão de metros cúbicos, com 548 usinas registradas, e espera-se que até 2030 esse número cresça para 11 bilhões de metros cúbicos, com mil usinas. O setor sucroenergético representa quase 50% do potencial, seguido pelo setor de proteína animal, com 32%.

O aproveitamento do biogás, Senador Otto, é estratégico, pois reduz as emissões de gases de efeito estufa, pode gerar créditos de carbono a serem comercializados, diversifica a matriz energética brasileira e se traduz em uma fonte de renda extra para o explorador do aterro sanitário. Contribui para o cumprimento das metas de redução de emissão de gases de efeito estufa apresentadas no âmbito do Acordo de Paris e, ao abaixar custos de aterros sanitários, colabora para a substituição de lixões por aterros sanitários, conforme determinado pela Lei nº 12.305, de 2010.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mantendo-se a Emenda nº 2 da CI e com o acolhimento das emendas que apresentamos ao final, entendemos, portanto, que o projeto tem condições de ser aprovado, por atender aos requisitos de regimentalidade, constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, por contribuir, sem dúvida nenhuma, para um melhor aproveitamento dos resíduos sólidos no país.

Portanto, passo ao voto, Senador Presidente Otto Alencar.

Ante o exposto, votamos pela regimentalidade, juridicidade, constitucionalidade, técnica legislativa apropriada e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 302, de 2018, e da Emenda nº 2 da CI, pela rejeição da Emenda nº 1 da CI, e pela apresentação dessas emendas com texto final conforme está registrado no sistema do Senado.

Esse é o relatório do item 2, Senador Presidente Otto Alencar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Nenhum Senador e nenhuma Senadora se manifestou para discutir. Está encerrada a discussão.

Chamo a atenção dos Senadores para o fato de que esta matéria tem caráter terminativo, e a votação será nominal

Está aberta a votação. Os que votam com o Relator votam "sim".

Peço... (*Pausa.*)

Em tempo, o Senador Veneziano Vital do Rêgo pede a palavra, e eu a concedo.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, as minhas saudações, bom dia a V. Exa.

Já tive a oportunidade de participar há poucos instantes, mas não peço a palavra para discutir a matéria, e sim para pedir a V. Exa. para consignar meu voto, porque não estou conseguindo fazê-lo através do telefone.

Gostaria de pedir a consignação do voto favorável ao relatório apresentado pelo Senador Jean Paul Prates, assim como também, se ainda for possível, registrar em ata o meu posicionamento favorável em relação ao item anterior, igualmente relatado pelo Senador Jean Paul Prates.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pedindo desculpas a V. Exa. e a sua compreensão, gostaria de fazer, através desse requerimento, o registro dos dois votos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., aceito as ponderações e determino à Mesa que consigne o voto "sim" do Senador Veneziano Vital do Rêgo nas duas matérias: na matéria anterior e nesta agora que está em votação.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Os Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Solicito aos Srs. Senadores que exerçam o direito ao voto.

Senador Luís Carlos Heinze, Senador Esperidião Amin, Senador Carlos Fávaro, Senador Telmário Mota, Senador Paulo Rocha, Senador Jayme Campos, Senador Wellington Fagundes, Senador Fabiano Contarato e Senadora Leila Barros. (*Pausa.*)

Já votaram nove Senadores, quórum suficiente para a apreciação da matéria.

Peço que possam encerrar a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Votaram SIM 8 Senadores.

A matéria está aprovada em caráter terminativo – o Projeto de Lei do Senado Federal 302, de 2008, da iniciativa do Senador Hélio José, do Distrito Federal.

Como não há nenhuma outra matéria para votação, eu passo a palavra ao Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, é apenas para agradecer-lhe por presidir este expediente de hoje e também ao Senador Jaques Wagner e para fazer uma homenagem justa a dois ex-Senadores desta Casa que foram os autores desses dois importantes projetos, em que nós passamos um bom tempo trabalhando e relatando. Não são projetos simples, são projetos bastante complexos.

O projeto do Plano Sustentável para a Caatinga é um projeto histórico, o PL 222, de 2016, do Senador Garibaldi Alves, a quem homenageio efusivamente hoje, aqui, pelo trabalho original, que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acabamos sucedendo e apresentando um substitutivo com muitas discussões aprofundadas, estudos, reuniões técnicas, ao longo destes quatro anos de mandato.

Também votamos o projeto de autoria do Senador Hélio José, que volta e meia também está conosco lá no Plenário até hoje e a quem eu homenageio também pela iniciativa desse projeto, que fomenta a produção de biogás, biometano e energia elétrica a partir de resíduos sólidos, uma coisa muito necessária para viabilizar os aterros sanitários. Sabemos que há prazos recorrentemente renovados para a conversão de lixões em aterros sanitários, e uma das razões é a viabilidade econômica desses aterros sanitários, que, basicamente privados da possibilidade de incentivos para a geração de energia elétrica e para outros aproveitamentos dos resíduos, acabam ficando inviáveis e desestimulantes, digamos assim, para o cumprimento da legislação.

Eu queria, de fato, agradecer a todos vocês que são mestres para mim – sabem disso – e a todos esses que passaram pela Casa e que nos deixaram legados importantes. É muito importante que a gente renove sempre a possibilidade de resgatar bons projetos, de trazê-los de novo para a vida, de atualizá-los, de trazê-los à discussão. E foi isso que nós procuramos fazer com esses dois projetos importantes, rendendo homenagem aos dois autores originais.

Obrigado, Senador Otto. Obrigado, Senador Jaques Wagner. Parabéns pela condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Eu que agradeço a V. Exa. e o parabenizo pelos relatórios que foram proferidos, muito condizentes com as duas matérias que já foram aprovadas em caráter terminativo.

E, não existindo nenhuma outra matéria a ser apreciada, declaro encerrada a sessão da Comissão de Meio Ambiente.

(Iniciada às 8 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 15 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às oito horas e trinta e três minutos do dia quatorze de dezembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Jaques Wagner e Confúcio Moura, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Luis Carlos Heinze, Esperidião Amin, Plínio Valério, Izalci Lucas, Carlos Fávaro, Nelsinho Trad, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Jean Paul Prates, Fabiano Contarato, Eliziane Gama e Leila Barros. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Alvaro Dias, Otto Alencar, Telmário Mota e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. O senador Jaques Wagner apresenta balanço de sua gestão à frente da Comissão. Assume a presidência o senador Confúcio Moura, vice-presidente. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5315, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, e a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, a fim de exigir prévia autorização do Congresso Nacional para corte e supressão de vegetação de Floresta Amazônica primária e secundária em estado avançado de regeneração, exceto nas hipóteses especificadas, bem como tipificar novo crime ambiental relacionado ao corte raso desse tipo de vegetação." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Aprovado o relatório. **Observação:** Registro do voto em contrário do senador Luis Carlos Heinze. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3668, de 2021 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a produção, o registro, comercialização, uso, destino final dos resíduos e embalagens, o registro, inspeção e fiscalização, a pesquisa e experimentação, e os incentivos à produção de bioinsumos para agricultura e dá outras providências." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Lido o relatório pela senadora Eliziane Gama, concedida vista coletiva. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 58, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 50/2022 - CMA, com o objetivo de instruir o PL 412/2022, que "regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), previsto pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e altera as Leis nºs 11.284, de 2 de março de 2006; 12.187 de 29 de dezembro de 2009; e 13.493 de 17 de outubro de 2017" seja incluído entre os convidados o Senhor André Nassar, Presidente-executivo da Abiove." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PL/PA). **Resultado:** Aprovado com dois outros nomes incluídos pelo autor. **Observação:** Inclusão dos nomes de: Donizete Tokarski - Diretor Superintendente da Ubrabio - e Júlio Cesar Minelli - Diretor Superintendente da APROBIO. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 60, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 50/2022 - CMA, com o objetivo de instruir o PL 412/2022, que "regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), previsto pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e altera as Leis nºs 11.284, de 2 de março de 2006; 12.187 de 29 de dezembro de 2009; e 13.493 de 17 de outubro de 2017" sejam incluídos os convidados que relaciona." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(PL/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 61, de 2022** que: "Requer, nos termos 90, XII do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência em Cuiabá - MT, em conjunto com a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso por ocasião da instalação do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal - INPP, no dia 15 de dezembro de 2022" **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Resultado:** Aprovado. Encerrada a pauta deliberativa, o senador Jean Paul Prates despede-se dos membros da Comissão, sendo saudado pelos senadores Confúcio Moura, Esperidião Amin, Zequinha Marinho e Eliziane Gama por sua atuação ao longo do mandato. Antes de encerrar, a presidência submete aos membros a dispensa de leitura e aprovação das atas da reunião anterior e da corrente, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e três minutos. As atas serão assinadas pelo Senhor Presidente e publicadas no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jaques Wagner
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Senador Confúcio Moura
Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/12/14

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, que se realiza no dia de hoje, 14 de dezembro de 2022.

Eu vou deixar para aprovar as matérias posteriormente até que tenha número regimental.

Comunicados recebidos por esta Presidência.

Comunico que foram apresentados à Comissão:

1) Ofício nº 485, de 2022/MME, do Ministério de Minas Energia, que encaminha a Carta CEPR 121/22, de 25 de novembro de 2022 e anexos da Indústrias Nucleares do Brasil (INB) em resposta ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento de Informação nº 39, de 2022, que solicitou informações estatísticas sobre os depósitos de rejeitos nucleares e materiais radioativos nos Municípios de Itu/SP, Caldas/MG e São Paulo/SP.

O ofício de resposta encontra-se disponível para consulta na página da matéria, aponta questões relevantes relacionadas ao impacto ambiental e à saúde humana e destaca que não há nesse momento definições sobre a destinação de parte dos referidos rejeitos.

As informações prestadas serão encaminhadas pela Secretaria à Câmara de Vereadores da Estância Turística de Itu/SP, em resposta ao Ofício nº 1.637, de 2021, que, no Senado, foi autuado como OFS 10/2022.

2) Aviso nº 1.499/GP/TCU, que encaminhe para ciência cópia do Acórdão nº 8.131, de 2022, acompanhado da respectiva instrução que o fundamenta e esclarece que o mencionado processo trata de monitoramento das deliberações do Acórdão 1.411, de 2022, daquela corte, relativo à representação formulada pelo Exmo. Sr. Senador Renan Calheiros sobre os danos ambientais ocorridos desde agosto de 2019 na zona costeira de nove estados membros do Nordeste brasileiro em face da proliferação da mancha de óleo nas correspondentes praias.

Nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa, o aviso estará disponível para consulta no *site* desta Comissão na internet, pelo prazo de 15 dias, podendo ser solicitada pelos membros a correspondente autuação até lá.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios, requerimentos apresentados à Comissão, ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores registrarem presença e votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente.

As inscrições para o uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta para os Senadores que participam remotamente.

Eu quero, até que entremos na pauta propriamente dita, fazer um rápido balanço dos nossos trabalhos nesses dois anos da Comissão, em que me encontro à frente como Presidente.

No dia de hoje, estou encerrando um ciclo de dois anos de atividades como Presidente desta Comissão. Com muita satisfação e alegria, eu quero apresentar alguns dados do balanço desse período que evidenciam a seriedade e a consciência que tive na importância desta Comissão desde o dia 24 de fevereiro de 2021, quando assumi esta Presidência, tendo ao meu lado o Senador Confúcio Moura como Vice-Presidente.

Cada vez mais fica evidente a relevância do papel desta Comissão e a necessidade de ajudar a viabilizar no Parlamento e em todas as instâncias dos Poderes da República nos três níveis da federação a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

construção e a necessidade de uma agenda para o Brasil que considere o tripé econômico, social e ambiental.

Nesse período procuramos estabelecer o diálogo para mediar os debates inerentes ao Parlamento brasileiro e que fazem parte do processo democrático. Para começar, tomamos três direções estratégicas e convergentes para balizar as nossas ações: resistência ao desmonte ambiental, diálogo com a sociedade civil brasileira e a cooperação internacional sobre o clima.

A transição rumo ao novo modelo econômico de baixo carbono sustentável requer proposições que envolvam cooperação tanto com governos quanto com instituições científicas, organizações ambientais, comunidades tradicionais, mídia, investidores e setor privado. Por isso, aprovamos o relatório final do Fórum da Geração Ecológica, que resultou em um potente arcabouço legislativo, fruto de um espaço democrático aberto a 42 representantes da sociedade civil brasileira, através de cinco grupos temáticos. Depois de diversas rodadas de debates e construção coletiva, o fórum apresentou 26 projetos de lei ao Congresso Nacional para serem debatidos, enriquecidos, consolidados e, eventualmente, votados.

Nesses dois anos, realizamos várias reuniões com entidades da sociedade civil brasileira para coordenar ações que pudesse frear as pautas destrutivas estimuladas pelo Governo Federal atual no Congresso Nacional e possibilitar a busca de consenso em assuntos conflituosos, assim como avançar nas proposições.

Na linha da cooperação internacional, tomamos a iniciativa de criar o Observatório Parlamentar para Mudança Climática e Transição Justa (OPCC, em inglês), mediado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). Foi construído em conjunto com líderes Parlamentares de 12 países da América Latina e do Caribe para constituir uma ferramenta compartilhada de dados sobre a legislação ambiental nas regiões, bem como fortalecer a cooperação para formulação e aprovação de políticas pertinentes a uma transição justa e à economia de baixo carbono.

Tivemos duas conferências da ONU sobre mudanças climáticas, a COP 26, em Glasgow, e a COP 27, agora, em Sharm El-Sheikh. Estive presente nas duas ocasiões, junto com outros membros desta Comissão, representando a Comissão ao defender os interesses nacionais em reuniões bilaterais com delegações dos Estados Unidos, China, Alemanha, França, União Europeia e outros, bem como para levar à comunidade internacional as iniciativas que desenvolvemos aqui com o OPCC, o Fórum da Geração Ecológica e as avaliações de políticas públicas.

Em relação ao conjunto de atividades da Comissão, compartilho com os colegas, Senadores e Senadoras, alguns destaques desses dois anos quanto à deliberação de matérias, audiências públicas, avaliação de políticas e emendas ao Orçamento.

Deliberamos 41 matérias legislativas, das quais ressalto:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-17 (ANEXO: 017)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– A Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PL 2.788/2019), de autoria do Deputado Zé Vitor, aprovada em abril deste ano.

– Sobre alteração na Lei de Crimes Ambientais (9.605/1998), foram seis matérias. Dessas, três tratavam de aprimorar o que se refere a delitos de maus-tratos animais. Ainda sobre bem-estar animal, aprovamos o PL 90/2020, que propõe a criação de uma nova norma, para proibir a alimentação forçada de animais.

– Em caráter terminativo, aprovamos o PLS 222/2016, que institui a Política de Desenvolvimento Sustentável da Caatinga, aprovado em nossa última reunião.

– Foram duas matérias referentes a unidades de conservação. A primeira, o PL 5.174/2019, de autoria do Senador Confúcio Moura e aprovada nesta Comissão, propunha alterar a Lei nº 9.985, de 2000, que trata do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc), para garantir que, para desafetação dessas áreas, fossem apresentados estudos e ouvidas as pessoas residentes no local ou no entorno. O outro, de temática semelhante, trata-se do PLS 247/2018, de autoria do Senador Eduardo Amorim, que propunha alterar a categoria da Reserva Biológica de Santa Isabel.

Realizamos 37 audiências públicas, com diferentes finalidades. Quero destacar algumas temáticas debatidas.

Primeiramente, o ciclo de audiências, realizado em conjunto com a CRA, que debateram regularização fundiária (PL 2.633/2020 e PL 510/2021) e licenciamento ambiental (PL 2.159/2021).

O PL 3.668/2021, que trata dos bioinsumos, foi objeto de duas audiências públicas em 2022. A partir da escuta das diferentes representações que contribuíram para esse debate, estamos colocando hoje este PL para apreciação desta Comissão.

Também realizamos uma variedade de debates sobre função ecológica da propriedade, uso de agrotóxicos no Brasil, recursos hídricos, biomas brasileiros, combate às mudanças climáticas e pesca de arrasto no litoral do Estado do Rio Grande do Sul.

Dentro do calendário do Junho Verde, instituído para promover a conscientização da sociedade sobre a importância da preservação dos recursos naturais e do meio ambiente, realizamos diversas audiências, tanto neste ano como no ano passado. Foram abordados temas como: alimentação saudável, poluição por plástico descartável, aperfeiçoamento do Cadastro Ambiental Rural, Política Nacional de Educação Ambiental, economia circular do plástico e economia da sociobiodiversidade. Tivemos também, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos, uma audiência sobre os impactos das mudanças climáticas em territórios urbanos e rurais negros no Brasil.

Em nível internacional, realizamos uma sessão temática em 10 de setembro de 2021, um mês depois da publicação do Sexto Relatório de Avaliação do Clima das Nações Unidas do Painel

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Intergovernamental de Mudanças do Clima, o IPCC, para dar clareza dos resultados do relatório ao Senado Federal e à sociedade brasileira. Aconteceu também o 2º Colóquio Brasil-Alemanha sobre Política e Direito Ambiental, em 21 de março de 2022, promoção conjunta do Senado Federal com Fórum Euro-Brasileiro sobre Democracia e o Observatório do Meio Ambiente e das Mudanças Climáticas do Poder Judiciário, para debater a função ecológica da propriedade e a relação entre a legislação sobre desmatamento e as cadeias produtivas. Foram duas as políticas públicas avaliadas.

Em 2021, a Senadora Eliziane Gama foi a responsável pela relatoria da avaliação das políticas climáticas e de prevenção e controle do desmatamento no período de 2019-2021. Tivemos duas audiências públicas para contribuir com a construção do relatório sobre a avaliação das políticas climáticas do Governo, posteriormente apresentado pela Senadora na COP 26, em novembro do mesmo ano, na Escócia.

Em 2022, o Senador Fabiano Contarato foi o responsável por relatar a avaliação de política pública relacionada à regularização fundiária e os impactos ambientais gerados pela ocupação ilegal de áreas públicas na Amazônia Legal. O relatório identificou que, a partir de 2015, houve um aumento significativo nas taxas de desmatamento do bioma amazônico, particularmente em terras públicas, como resultado direto de grilagem para fim de especulação fundiária.

Em relação ao Orçamento da União, aprovamos, em 2021, a destinação de R$650 milhões em emendas a serem executadas em 2022. Para 2023, aprovamos, no mês passado, emendas da ordem de R$1,23 bilhão para ações de preservação e recuperação do meio ambiente.

Ao final desse período, ao final de janeiro de 2023, estará disponível a todos os Senadores e Senadoras bem como à sociedade brasileira o relatório completo sobre as atividades da Comissão nesse biênio.

Quero agradecer ao meu Vice-Presidente, Senador Confúcio Moura, e aos demais Senadores e Senadoras desta Comissão pela confiança, pelo diálogo e pelo respeito em que se basearam os trabalhos desenvolvidos durante essa nossa convivência em tempos tão difíceis.

Nesse momento em que se abre um horizonte mais claro e com mais diálogo entre as instituições públicas e a sociedade brasileira, desejo que o próximo Senador ou Senadora a ocupar esta Presidência possa continuar as atividades com a consciência de que aqui é um espaço de vital importância para o bem-estar do povo brasileiro e até da população planetária, para conservação dos nossos biomas e para o desenvolvimento sustentável do futuro.

Aproveito também para fazer um agradecimento especial a toda a equipe técnica aqui da Comissão de Meio Ambiente, que sustenta todo o nosso trabalho, e parabenizá-los pelo profissionalismo e pela competência, assim como para agradecer a toda a equipe do meu gabinete pelo suporte ao trabalho que vínhamos fazendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer, ao final – provavelmente essa será a última sessão da Comissão na Presidência, a não se transferir a Presidência para o próximo Presidente ou Presidenta –, que eu espero que nós tenhamos, durante esses dois anos, exercitado bastante aquilo que eu acredito que é o mais importante na sociedade democrática. Eu gosto de dizer que na democracia ninguém sai com 100%, porque, se alguém sair com 100%, o outro sairá com zero. Eu acho que o esforço que a gente deve fazer é fugir da falsa dicotomia entre sustentabilidade e desenvolvimento. Ao contrário: o conceito moderno é exatamente desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade tripartite – econômica, social e ambiental –, como apregoam os organismos internacionais, a ONU e todos os outros organismos. E uma visão de mundo que eu diria que todos os países mais modernos, países de democracia consolidada já introjetaram em seus dirigentes, na sua sociedade. Eu gosto de dizer que a solidariedade ambiental se impõe, diferentemente de outras solidariedades, porque aquilo que acontece de degradação em qualquer parte do planeta não acontecerá só naquele local. Aquela atitude, aquela degradação seguramente contamina o planeta como um todo, e creio que essa responsabilidade é para todos nós, pensando nas gerações futuras e pensando até na nossa própria sobrevivência. Nós não podemos mais querer a realização imediata de negócios, lucros, que são bem-vindos, evidentemente, para a geração de emprego, mas na base do curto prazo. Eu acho que temos que pensar em médio e longo prazos para que seja duradoura a vida dos humanos nesta casa mãe, no planeta Terra.

Eu não sei se já está aí. Eu vou pedir...

Não sei se o Senador Heinze quer a palavra...

Depois.

Hoje é a posse do Ministro Bruno Dantas como novo Presidente do Tribunal de Contas da União. Por se tratar de um baiano, eu, como baiano, eu não posso prescindir de lá estar. E o vice é também um nordestino, o Ministro Vital do Rêgo. Então, eu vou solicitar, conforme combinado, ao Senador Confúcio Moura...

Ele está aí? (*Pausa.*)

Bom, com o Senador Confúcio Moura eu tinha combinado que ele assumiria. Enquanto ele não assume...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Eu só tenho um assunto e acho que já podemos resolver, clarear essa situação. É o Projeto de Lei 3.668,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de sua autoria, com relatoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo. Eu já pedi vista, e foi alterado o relatório. Eu queria pedir vista novamente.

Isso aqui diz respeito, diretamente, à produção de bioinsumos, o que é muito importante que se possa estimular. Hoje nós já temos um cartel dos defensivos agrícolas no Brasil – no Brasil e no mundo, não é no Brasil apenas – e, da forma como está sendo colocado aqui, acho que nós vamos cartelizar também os bioinsumos, porque o projeto dificulta que produtores rurais possam fazer essa produção na sua propriedade. Eu acompanhei uma empresa gaúcha que trouxe esse evento para o Centro-Oeste, inclusive, para o seu Estado, a Bahia, para Goiás, enfim, para o Matopiba, em geral. E já tem hoje 400 empresas fabricando na sua propriedade bactérias, fungos, inoculantes, enfim.

Então, é nesse sentido, é sobre esse projeto. Eu só tenho esse assunto aqui. Se puder...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Heinze, eu vou só lhe pedir uma gentileza. Eu gostaria de que o Senador Veneziano lesse o novo relatório. Eu só queria adiantá-lo. Não sei qual leitura foi feita pelo senhor, porque, nessa história, na verdade, o objetivo do projeto é exatamente o contrário: facilitar a produção *on farm*, e não dificultar. Quem luta para dificultar é exatamente o cartel, que quer que haja uma inspeção obrigatória, dificultando essa questão. Então, o espírito, aliás, do que eu escrevi, do que eu conversei com o Senador Veneziano, vai ao encontro – e não contra – do que V. Exa. acabou de falar.

É por isso que eu queria pedir, se V. Exa. me permite, que esse... Poderíamos inverter a pauta. Eu vou pedir ao Senador Confúcio para pedir para o Senador Veneziano ler a matéria. Eu estou falando, só porque ontem eu debati o tema, e, realmente, como V. Exa. colocou muito corretamente, nas indústrias, para dificultar o produtor *on farm*, que produz para o seu próprio negócio, seja lá em que volume for, eles querem que mesmo os pequenos *on farm* tenham todo o processo de fiscalização, que não é o que está no projeto, pelo menos foi a minha combinação com o Senador Veneziano. Eu diria até que esse é o único ponto em que não conseguimos fazer acordo. Em todos os outros pontos, foram feitos acordos. Nesse ponto, os que são representantes das indústrias, das produtoras é que querem dificultar esse processo.

Não estou dizendo que não haja legitimidade no pedido, pois eles investem em pesquisa, etc., mas, se V. Exa. puder concordar – é evidente que tem o direito de pedir; é um novo relatório, V. Exa. tem o direito de pedir –, eu só queria que o Senador Veneziano lesse e esclarecesse especificamente esse ponto, que realmente foi o único ponto em que não houve acordo, pelo motivo que V. Exa. acaba de falar.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Está bom?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-17 (ANEXO: 017)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Vou pedir ao Senador Confúcio que possa assumir a Presidência. É só porque eu tenho essa posse.

É claro que V. Exa. tem o direito de pedir vista, mas só estou dizendo que o trabalho foi feito nesse ponto aí, que foi o único com que a indústria não concordou. Eu pessoalmente concordo com o seu ponto de vista.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – E acho que o Veneziano está colocando isso.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Vou pedir desculpas a todos. Vou pedir ao Senador Confúcio...

Existe o item 1, e depois o item 2, que é esse processo, não é? (*Pausa.*)

Eu ia até sugerir para atender também o Senador Heinze a inversão de pauta e botar o projeto sobre bioinsumo, a despeito de V. Exa. poder fazer o pedido de vista.

Senador Jean Paul, V. Exa. está pedindo a palavra?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não.

Senador Confúcio, obrigado.

Deixe-me despedir aqui, porque não teremos mais sessão. Muito obrigado a todos.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Parabéns pela sua condução da Comissão. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Vamos dar continuidade à pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 5315, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-17 (ANEXO: 017)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, e a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, a fim de exigir prévia autorização do Congresso Nacional para corte e supressão de vegetação de Floresta Amazônica primária e secundária em estado avançado de regeneração, exceto nas hipóteses especificadas, bem como tipificar novo crime ambiental relacionado ao corte raso desse tipo de vegetação.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)

Relatoria: Senador Jean Paul Prates

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações:

1. Em 07/12/2022, lido o relatório, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais. Até a publicação da pauta, não houve manifestação sobre a matéria.

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Passo a palavra ao Senador Jean Paul Prates para condução do seu relatório.

Fique bem à vontade.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Presidente Senador Confúcio, muito obrigado.

Na verdade, esse relatório já foi lido.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Exatamente.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Por videoconferência*.) – Basicamente, ele trata destas duas medidas específicas em relação à Amazônia: exigência de prévia autorização congressual para o corte e a supressão de vegetação de Floresta Amazônica primária ou secundária em estado avançado de regeneração, com hipóteses de exceção bem especificadas; e também a tipificação de um novo crime ambiental relacionado ao corte raso desse tipo de vegetação.

Argumentamos à época – apenas para resumir – que se trata de um projeto meritório do Senador Alessandro Vieira, que, inclusive, entre outras coisas, colabora para a melhora da imagem do Brasil em relação à Amazônia no panorama internacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi pedida vista e alegada, eventualmente, até antes do pedido de vista, questão relacionada à constitucionalidade. No entanto, nós argumentamos que essa é uma matéria a ser apreciada, já que esse projeto não é terminativo aqui, e sim na CCJ, pela própria CCJ, justamente porque essa é a razão de tramitar lá. Fugiria, inclusive, ao escopo desta Comissão, tendo em vista que vai à CCJ, analisar essa questão, da qual nós discordamos, mas que pode, perfeitamente, ser levantada e analisada por lá.

Portanto, continuamos pugnando pela aprovação deste projeto, que é o Projeto de Lei 5.315, de 2019, com as emendas que nós sugerimos agora, aqui, na Comissão de Meio Ambiente.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeitamente, Senador Jean Paul.

Então, a matéria está em discussão.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeitamente, com a palavra o nobre Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para discutir.) – Quero cumprimentar aqui o Senador Alessandro e também o Senador Jean Paul pelo projeto.

Eu só vou fazer uma colocação – pena que o Senador Jaques já tenha se ausentado. Diz o Senador Jean Paul que melhora a imagem do Brasil na comunidade econômica internacional.

Eu sou brasileiro, V. Exa. também. V. Exa. é da Região Amazônica. Eu não vejo os alemães, de onde meus antepassados vieram, os ingleses e toda a comunidade econômica internacional, a francesa, enfim, que critica o Brasil, falando de emissão de gases de efeito estufa. Se pegarmos isso, o Brasil hoje é um dos que menos emite gases. Se pegarmos a China, Ásia, Japão, se pegarmos hoje Estados Unidos, se pegarmos toda a Europa, Senador Confúcio, eles têm quase 80% da emissão dos gases de efeito estufa; o Brasil, míseros 3%. São 3% contra 80% – preste atenção quem está presente ou que está nos acompanhando na TV e na Rádio Senado. E onde é que está essa emissão? Em São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, nas grandes capitais, nas grandes regiões industrializadas do Brasil. O que emite de gases de efeito estufa a Amazônia? Quase zero. Aí, só falam nas queimadas. Eu nunca ouvi a grande mídia internacional – eu nunca ouvi –, porque tem interesses – como dizia o falecido Brizola, "interésses" – nessa questão... E, da mesma forma, eu lamento que até uma associação de empresas brasileiras limite o processo na sua região, basicamente.

Eu não quero devastar a Amazônia. É bom que se diga isso. E ninguém fala que os europeus... Agora mesmo, com a questão da falta de energia na Alemanha, a questão da guerra Ucrânia-Rússia, enfim, estão reabrindo usinas a carvão. Para eles, vale tudo! E aqui criticam o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não quero devastar, mas V. Exa., que é da região, tem noção do patrimônio que tem nas mãos. Se pegarmos os países europeus hoje, na sua grande maioria, os próprios Estados Unidos, o que eles utilizam do território americano, alemão e de tantos outros países são 70%, 80% com agricultura, pecuária, floresta e frutas. Nós temos 20%. Eu não quero chegar aos 80%, mas estão limitando o Brasil em troca de dizer: a Amazônia. Aquilo é nosso. O senhor tem noção de quanto é que valeria se eu plantasse soja – eu não quero plantar, não quero – só nas áreas de pastagens degradadas e áreas com agricultura na sua região?

O competente Alfredo Homma, um japonês da Embrapa de Belém, fez um levantamento para mim. Deve ter 60 milhões, 70 milhões de hectares nos mais de 400 milhões que tem todo o complexo da Região Amazônica. Nós queremos só trabalhar nessa área. Eu não estou falando de devastar. Mas o mundo desenvolvido tem que pagar, se quiser. Para nós aquilo é um patrimônio do Brasil. Não adianta dizer... Todo mundo bota dinheiro para sustentar ONGs e fazer pressão em cima de produtores, muitos deles pequenos produtores, e V. Exa. sabe. Vão fazer uma rocinha de dois, três, cinco, dez hectares. Tocam fogo. Eles não têm maquinário, não têm tecnologia, não é? É impossível. V. Exa. conhece bem, foi até Governador do seu estado e é da região.

É só esse o desabafo que eu faço para nós não falarmos mal do Brasil.

Vamos falar em efeito estufa, e ninguém quer falar nesse assunto. Só falam mal da Amazônia brasileira.

Então, esse é o fato cujo registro eu deixo em cima desse processo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito. Muito obrigado, Senador Heinze, pelas suas observações.

O Projeto 5.315 continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir o projeto, eu declaro encerrada a fase de discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado pelo Sr. Senador Jean Paul.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Discordo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – O projeto está aprovado com o voto contrário do Senador Heinze. Que conste aí na ata desta sessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-17 (ANEXO: 017)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a construir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei 5.315, de 2019, com as Emendas 1 e 2, da CMA.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça.

Eu passo a palavra, para seus comentários finais, ao Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Presidente.

Apenas quando a gente diz com todo o respeito ao Senador Heinze, é realmente com todo o respeito ao Senador Heinze em relação a alguns argumentos que ele colocou. Talvez até pelo espaço curto de tempo, o Senador tenha misturado algumas coisas.

A questão da emissão de gases de efeito estufa tem a ver principalmente com o uso de combustíveis fósseis, como o uso de carvão como uma forma desenvolvimento que foi possível em alguns países por questões temporais ou por questões de acesso a esse recurso – principalmente o uso do carvão –, por exemplo, na China e antes, naquele período em que a era do carvão dominou na Inglaterra, Alemanha, toda a Europa, em que se fez a Revolução Industrial toda em cima do carvão – alguns ficaram ainda na era do carvão por necessidade, enfim –, e depois com o ciclo do petróleo e derivados do petróleo.

Nós, claro, no Brasil, tivemos uma digressão em relação a isso quando fizemos um programa de biocombustíveis pioneiro no mundo, na década de 70, com o etanol; hoje temos o gás natural bem desenvolvido também, que não deixa de ser uma forma de descarbonização, embora ainda seja uma fonte não renovável de hidrocarbonetos, mas é bem menos emissor de gases de efeito estufa do que, por exemplo, o óleo combustível, o óleo diesel, para a geração térmica e para outros fins.

Então, a questão do desmatamento é outra. Ela caminha em paralelo nos mesmos fóruns, ela participa das mesmas discussões, mas é outra questão, uma questão física mesmo, de eliminação da vegetação amazônica, e de forma indevida. Evidente que... A gente cansa de dizer que quem pugna por essa causa, inclusive nesta Comissão, não quer coibir o agronegócio, o desenvolvimento da produção agrícola brasileira, absolutamente.

Esse projeto, por exemplo, ataca desmatamento de Floresta Amazônica primária ou secundária, em avançado estado de regeneração. Então, absolutamente não atinge quem faz as coisas direito; só atinge quem faz as coisas erradas, eventualmente. E o desmatamento é uma realidade, não é um cientista ou uma pessoa encarregada que faz o levantamento; são vários levantamentos, inclusive com uso de imagens de satélite avançadíssimas, que pegam qualquer detalhe, até uma placa de carro à distância, que mostram em quilômetros quadrados... E eu peguei aqui rapidamente só um dado que pode até estar defasado, porque está até setembro de 2022 – portanto, eu não tenho o ano inteiro de 2022 –, mas, mesmo considerando 2022, já foi recorde, mais de 9 milhões de quilômetros quadrados da Amazônia. No ano anterior, 8,9

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

milhões. E isso deu um salto a partir de 2017, quando estava falando de dois; então, de dois para nove! Então é uma certa realidade nesse processo do avanço em cima da mata originária, que é diferente de o cara queimar uma área, queimar um roçado. Essas confusões também a gente não pode fazer.

Enfim, outra coisa é a ação das ONGs, quer dizer, qual é o mal das ONGs? Tem ONG para tudo – tem ONG ruim e tem ONG boa. E a movimentação até financeira do processo de uma ONG ou outra, de ONGs em geral, do Nordeste, do Norte, enfim, cada uma tem a sua função, não é? Não chega absolutamente aos pés da movimentação financeira de todos esses negócios, tanto dos combustíveis, quanto do agronegócio, enfim. Então, são universos que têm que conviver. De fato, precisam de organização, precisam de vigilância, não se pode fazer qualquer coisa, tanto um lado quanto o outro.

Eu acho que o bonito do Brasil é que, mal ou bem, a gente manteve uma matriz limpa, conseguiu na área das emissões de carbono se concertar rapidamente, acabamos virando, inclusive, autossuficientes em hidrocarbonetos, de uma certa forma, gás natural e petróleo. E, mesmo assim, ao longo desses 20 anos aí de persecução principal desse pico em que nós navegamos de produtor de petróleo importante do mundo, não sujamos a matriz tanto quanto se imaginaria e tanto quanto um país que chegasse a essa condição como o México chegou na década de 80 ou 90 – simplesmente saiu usando óleo como poderia, por necessidade absoluta e por conveniência. Nós não fizemos isso; nós mantivemos programas de biodiesel, desenvolvemos até novos programas com o próprio biodiesel, além do etanol. Já estamos chegando a usar o etanol no QAV, no combustível de aviação. Temos desenvolvido laboratórios, temos empresas competentes, federações e associações que trabalham muito. Só no biodiesel são três associações tanto de óleo vegetal quanto de biodiesel em si. Então, a gente está num bom caminho, concertado dessa forma, na forma do diálogo, inclusive aqui nesta Comissão. Acho que os termos são bons e, como eu disse, algumas coisas poderão ser revisadas ali na CCJ quanto a esse projeto, mas estamos caminhando bem.

Na média, o Brasil se sai muito bem com a matriz limpa e com medidas ora aqui, ora acolá para preservar as suas florestas, não só a Floresta Amazônica, como a Caatinga, de que fizemos um projeto, o Cerrado e a Mata Atlântica, pelo que sobrou dela. Então, acho que a gente tem um mérito conjunto de caminhar juntos, Senador Heinze, com essas argumentações de lá e de cá, dentro de uma trilha de desenvolvimento sustentável real.

Obrigado, Presidente Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Jean.

Eu passo a palavra para o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Eu gostaria de fazer três comentários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, eu votei a favor, porque confio no relatório do Senador Jean Paul Prates, que considero sempre sensato e bem fundamentado.

Agora, eu pediria que o próprio Senador Jean Paul revisasse, na sua fala, qual é a unidade de superfície que ele menciona quando fala do volume de queimadas até setembro de 2022. Uma hora ele falou em 8 mil quilômetros quadrados, depois falou em 9 milhões de quilômetros quadrados – 9 milhões de quilômetros quadrados são mais do que o Brasil. Então, só para que ele corrigisse, já que, nos *Anais*, alguém, algum maldoso, grupo do qual eu não faço parte, muito menos o Senador Confúcio... Mas era bom o senhor revisar para não lhe atribuírem o número mais estapafúrdio que seria de milhões de quilômetros quadrados. Repito: naquele momento em que o senhor fala, no relatório, até setembro de 2022, do volume de queimadas, o senhor usou, numa hora, 8 mil quilômetros quadrados, 8 milhões de quilômetros quadrados e 9 milhões de quilômetros. Aí já foi para o Canadá, para a China, que tem, mais ou menos, esse tipo de dimensão, viu? E, quando chega à China, o Kung Fu, nosso Confúcio, considera que já ultrapassou o volume de Tocantins e de Rondônia.

Finalmente, eu acho que está faltando nivelar os nossos discursos a respeito do que pregam e do que fazem os nossos conselheiros. Senador Jean Paul Prates, eu participei, em novembro de 1991, de um debate na recém-criada Assembleia Legislativa de Roraima. O Presidente da Assembleia Legislativa, Senador Confúcio, era o Cascavel, o Airton Cascavel, que voltou a ficar célebre na sua passagem no Ministério da Saúde. Aliás, em relação a Santa Catarina, ele agiu com muita presteza, e eu sou grato. Mas ele era o Presidente da Assembleia, e se tratava do assunto Reserva Yanomami, que voltou à baila agora com as recentes denúncias de garimpo, inclusive sendo colhidas por avião e *drone*, demonstrando a instalação de garimpos clandestinos na Reserva Yanomami, que tem, até porque ultrapassa o território de Roraima e chega ao Amazonas também, mais ou menos a superfície territorial de Santa Catarina, 90 mil quilômetros quadrados – agora eu cuidei bem da medição. O nosso estado tem 94,5 mil. A Reserva Yanomami tem isso. E, na Assembleia Legislativa, onde se realizava esse debate – eu estava participando de uma delegação de outros Senadores, como Ronan Tito, Elcio Alvares, o Pedro Simon participou também –, eu fiquei impressionado com a "preocupação", entre aspas, de um grande número de missionários – missionários! – que estavam lá para nos ajudar, mas que, na verdade, segundo nós avaliamos, estavam muito mais preocupados em transformar aquele território numa área de soberania relativa, como já tinham tentado e está apontado na CPI da Amazônia, que foi relatada, em 1989, pelo Senador Jarbas Passarinho.

Então, eu conheço... Como também diria o Brizola e há pouco foi mencionado pelo Heinze, isso vem de longe. Mudaram alguns personagens, não é? Não é mais o Mitterrand, que defendia a soberania relativa; o Gorbatchov, que também defendia a soberania relativa da Amazônia, mas não a da Sibéria, só a da Amazônia; e os fatos mais recentes que nós testemunhamos no epílogo de Sharm El-Sheikh, da COP 27. Quando chega a hora de saber quanto é que os países que nos aconselham, como nos aconselhavam os missionários de 1991, quando é que eles vão colocar à disposição da soberania nacional, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condicionado ao objetivo – não é para gastar livremente... Respeitar a soberania é pactuar, avençar compromissos e contribuir financeiramente, isto é, um contrato normal, em que eu sou uma parte e você é outra parte, tratando-se de país, com todas as cautelas complementares.

Eu vou aguardar um pouquinho para... Eu não sei se eu estou...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senador Jean Paul Prates, só para V. Exa...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Não, eu estou com a palavra ainda, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está com a palavra ainda, Senador Amin. Pode continuar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Então eu vou retomar.

Eu queria alertar a todos para o pós-COP 27, em que os países ricos tiveram que prorrogar por pelo menos um dia ou, talvez, dois as discussões para saber quanto é que eles vão concretizar do que já prometeram e não cumpriram até agora. O balanço que se faz é que, no intervalo entre a COP 26 e a COP 27, os países ricos deveriam ter despendido, Senador Confúcio – despendido! –, US$200 bilhões em ações de reparação e indenização por ano – por ano! E o balanço que eu tenho – não posso dizer que eu seja o auditor mais bem informado do mundo – foi de que eles gastaram US$500 milhões, ou seja, isso vem a ser 0,25% do prometido, mas gastaram com consultorias, consultorias deles, ou seja, consultorias sediadas neles. Não foi contratada nenhuma consultoria brasileira, nenhuma consultoria peruana ou venezuelana ou de qualquer dos países ditos amazônidas, que fazem parte da Amazônia.

Então, esse balanço tem que ser feito e tem que acompanhar cada decisão que nós tomamos, porque eu conheço – repito e concluo – desde 1991 esse discurso. Mencionei alguns personagens, mas, ainda no ano retrasado, conversei com uma Deputada que assistiu à reunião...

Aliás, há um incidente – viu, Senador Confúcio? Realmente agora vou concluir –: faltou energia elétrica e esquentou bastante. E vendo tanta gente de cabelos longos e loiros, eu não pude resistir à tentação de, naquela época, fazer um comentário de mau gosto. Eu disse: "Olha, foram os bisavôs de vocês que ensinaram aos índios essa coisa de escalpelar", que significa arrancar o couro cabeludo junto com o cabelo para ter o atestado de que matou o índio. Quem inventou isso não foi o índio, foi o branco, ou melhor, o visitante. Por quê? Porque o cabelo do índio é muito assemelhado a uma crina, um cabelo liso. Como não dava para fotografar na época, não dava para televisionar o escalpelamento, tiravam-se o couro cabeludo e o cabelo, e pendurava. Aquilo valia US$1. Essa era uma forma "civilizatória" – entre aspas – de eliminar índios por parte especialmente do Hemisfério Norte, e muitos do Hemisfério Norte estavam ali para nos ensinar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Espero... Desejo sempre que não nos ensinem tudo. Nos ensinem pelo menos a não errar. Isso eu acho que nós temos que estar sempre dispostos a aprender.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Então, eu queria fazer esse balanço, porque eu concordo com o Senador Jean Paul Prates: ONG sempre vai ter. É evidente que é uma coisa boa que a sociedade se organize, se preocupe. Agora, nem todas desejam exatamente nos orientar, sejam elas nacionais ou não. Mas têm que ser respeitadas, porque faz parte da organização da sociedade, que é um símbolo de saúde no organismo.

Mas é esse alerta que eu gostaria de deixar, aí sim, com muito cuidado quanto às unidades de superfície que eu usei, para não invadir território alheio.

Congratulo-me mais uma vez com o Senador Jean Paul Prates e justifico, com isso, o meu voto. Não é aprovação, é acreditar o relatório.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito.

Bem, então o Senador Jean Paul deve prestar os esclarecimentos sobre os números dessas áreas, objeto desse debate. A discussão já passou, mas é só a título de informação, para que conste nos *Anais* desta Comissão.

Com a palavra o Senador...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Perfeitamente, Presidente.

Eu peguei o gráfico aqui e estava com dez a três, dez a seis... Acabei aqui me enrolando. Mas a questão, evidentemente, se refere a mil quilômetros quadrados. E, como o Senador Amin acabou mencionando a superfície de Santa Catarina, eu vou colocar aqui cerca... Entre 94... Agora eu peguei um número aqui 95.346km². Esses nove mil quilômetros quadrados representam 10% do território de Santa Catarina! Parece uma loucura! Quem olha isso diz: "Espere, eu conheço Santa Catarina de memória aqui, eu conheço ali... Dez por cento daquilo num ano?" É exatamente isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – É um Líbano por ano.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Por videoconferência*.) – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-17 (ANEXO: 017)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Dez mil quilômetros quadrados é um Líbano.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Por videoconferência*.) – É. Então, assim... Isso foi em setembro.

Aí aproveitei a fala do Senador Amin aqui e fui pegar o número de 2022 completo. Eu disse: "Não, deve ter chegado a uma superfície de 10% de Santa Catarina. Sei lá, vamos botar mais 200...". Não! Foram 11,6 mil quilômetros quadrados em 2022! E olhe que comemoraram porque diminuiu! A matéria da Deutsche Welle da Alemanha está comemorando porque diminuiu, pois, em 2021, foram 13 mil quilômetros quadrados, recorde absoluto, o que seria em torno de 14%, 15% do território de Santa Catarina. Então, de fato, é algo que é real, não adianta esconder, e evidentemente a gente precisa fazer alguma coisa em relação a isso.

Outra coisa: todos sabem – não vamos aqui nos alongar demais – que já existem todas as tecnologias, as metodologias e, inclusive, as exigências dos compradores dos nossos produtos agropastoris etc. e tal no sentido de que é possível fazer o nosso negócio prosperar, crescer inclusive nas próximas décadas, não só em anos, sem necessidade de desmatar áreas, digamos, virgens da floresta, que é exatamente o que se proíbe aqui.

Acho que cumprimos a nossa missão. A CCJ deverá se debruçar sobre a questão da constitucionalidade por conta da tipificação do criminoso, mas acho que estamos aqui, como disse, num bom caminho. Entre matriz energética limpa, que é uma situação muito importante, e evitar desmatamento de áreas virgens de florestas nacionais nossas, a gente caminha bem.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Jean.

Bem, vamos passar para o item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 3668, DE 2021

- Terminativo -

Dispõe sobre a produção, o registro, comercialização, uso, destino final dos resíduos e embalagens, o registro, inspeção e fiscalização, a pesquisa e experimentação, e os incentivos à produção de bioinsumos para agricultura e dá outras providências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Relatoria: Senadora Eliziane Gama

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. Em 29/06/2022, foi apresentado voto em separado, de autoria do Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS).

2. Nos termos do art. 14 do Ato da Comissão Diretora nº 8 de 2021, se aprovada a emenda substitutiva, ficará dispensada a submissão a turno suplementar.

A relatoria é do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que, nesta sessão, será substituído pela Senadora Eliziane Gama.

Eu convido a Senadora Eliziane Gama para a leitura do seu relatório.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, Senador Confúcio, colegas Senadores aqui presentes, eu quero, inicialmente, cumprimentar o Senador Jaques Wagner, autor deste projeto, aliás, uma iniciativa muito importante. Eu diria que é um marco regulatório de bioinsumos.

Eu queria cumprimentar o Senador Veneziano Vital do Rêgo pelo relatório, ao tempo em que agradeço, Presidente Confúcio, a minha designação por parte de V. Exa. para a leitura desse relatório do colega Veneziano.

O setor de bioinsumos tem tido um crescimento importante no Brasil. O projeto, na verdade, traz exatamente, dentre tantas outras iniciativas, o fomento a esse investimento. Hoje, como eu disse, já está presente uma movimentação anual brasileira da ordem de R$1 bilhão, presente em cerca de 50 milhões de hectares da produção agrícola brasileira. Portanto, é um impacto absolutamente importante, e é um debate, um projeto de lei muito necessário para este momento da história do Brasil.

Eu gostaria de ganhar, Presidente, um pouco de tempo. Eu lhe falo com sinceridade que nunca li um relatório tão grande, Heinze. São várias páginas, e vamos ler com a devida calma. Vamos seguir para a análise. Já tenho água ao lado, que vai me dar um apoio para as próximas horas.

Nos termos do inciso V do art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), cabe a esta Comissão se manifestar sobre proposições referentes à fiscalização dos alimentos e dos produtos e insumos agrícolas e pecuários, no tocante ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na oportunidade, por ser a única Comissão de instrução da matéria, cumpre-nos realizar análise tanto quanto ao mérito, como quanto à constitucionalidade, à juridicidade, à regimentalidade e à técnica legislativa do PL n° 3.668, de 2021.

Quanto aos requisitos de regimentalidade, constatamos que o projeto tramita de acordo com o que preconiza o Risf. Adicionalmente, o PL também se monstra compatível com os requisitos de constitucionalidade, haja vista o disposto no art. 61 da Carta Magna, combinado com o art. 23, incisos VI e VIII, que determinam ser competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a proteção do meio ambiente e o fomento da produção agropecuária, e com o art. 24, inciso V, que esclarece ser competência da União, dos Estados e do Distrito Federal legislar concorrentemente sobre produção e consumo.

No que concerne à juridicidade, o PL em análise afigura-se apropriado, porquanto: o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado, uma vez que não há exigência constitucional de utilização de projeto de lei complementar; a matéria nele vertida inova o ordenamento jurídico; possui o atributo da generalidade; é consentâneo com os princípios gerais do Direito; e afigura-se dotado de potencial coercitividade.

No que diz respeito à técnica legislativa, entendemos que o projeto está vazado na boa técnica de que trata a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

No mérito, entendemos que o PL é extremamente oportuno, sobretudo para fomentar o investimento, dar garantia aos contratos de longo prazo, típicos desse segmento, e certamente para dar segurança jurídica e segurança sanitária para a sociedade brasileira e consumidores de todo o mundo.

Como bem asseverou o nobre Senador Jaques Wagner, o setor de bioinsumos movimenta perto de R$1 bilhão por ano no Brasil, já colabora com mais de 50 milhões de hectares na produção agrícola e está crescendo significativamente.

Espera-se que, em 2025, o setor de insumos biológicos ultrapasse US$8 bilhões em nível mundial.

Portanto, sob o olhar econômico, o desenvolvimento dos bioinsumos representa uma importante ação estratégica de desenvolvimento do país.

Nesse contexto, indubitavelmente, a regulamentação do uso de bioinsumos no Brasil promoverá a proteção de cultivos, bem como promoverá ampliação da utilização desses produtos na agricultura brasileira.

Em adição, os dados disponíveis indicam que o registro de bioinsumos para controle de pragas e doenças no Mapa, em 2013, era de 107 produtos, contra 433 produtos atualmente, o que demonstra uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tendência de crescimento do setor, que deve ser apoiada e incentivada, já que as projeções de mercado apenas para controladores biológicos podem chegar até R$20 bilhões em 2030.

No contexto geoestratégico, a proposta veiculada se mostra igualmente relevante porque pode garantir ao país condições de ocupar a parcela do mercado internacional a que faz jus.

Igualmente, do ponto de vista sanitário e de saúde pública, o tema se mostra determinante para atuação do Estado brasileiro, sobretudo porque o país participa de fóruns mundiais e, em decorrência dos compromissos assumidos em tratados internacionais, deve garantir a sanidade dos produtos agropecuários que alimentam o mundo. Assim, a regulamentação da produção, importação, exportação, comercialização e do uso de bioinsumos na agricultura brasileira se mostra crucial para o país.

Ante o exposto, considerando: que os bioinsumos são produtos de origem biológica que substituem total ou parcialmente os insumos de origem sintética; que os bioinsumos podem reduzir a dependência externa de insumos importados, reduzir custos de produção e trazer maior sustentabilidade à produção agrícola; e, adicionalmente, que o Brasil detém vantagens comparativas e centros de pesquisa preparados para incentivar a expansão de sua produção e qualidade, o que pode beneficiar os produtores rurais e consumidores de todo o mundo, nosso entendimento é de que devamos apoiar a presente iniciativa.

No entanto, com vistas a aprimorar a iniciativa do nobre Senador Jaques Wagner, propomos os seguintes aprimoramentos ao texto do projeto de lei.

Em primeiro lugar, propomos a inserção da finalidade "importação" na ementa e no art. 1º do projeto de lei. Escoimamos, também, a duplicidade do termo "registro" para aprimoramento de técnica legislativa nos mesmos dispositivos.

Entendemos ser relevante a padronização e a atualização conceitual com base no padrão científico nacional e internacional, razão pela qual propomos as modificações no PL.

Tendo como referência o Regulamento (CE) n° 1.107/2009, do European Bioestimulant Industry Council (EBIC), a Definição Consulta Pública EPA/Fifra, de novembro de 2020, e o documento Biostimulant Recommendation for USDA Report to Congress 2019, propomos a redefinição de bioestimulante contida no inciso II do artigo, uma vez que definição internacional do tema não insere o controle de população. A permanência da menção ao controle populacional poderia, inclusive, fazer a futura norma conflitar com a regulamentação de produtos destinados a controle de pragas.

Em adição, propomos a adequação dos conceitos de agente macrobiológico e microbiológico para harmonizar essas definições à recomendação técnica internacionalmente estabelecida. Esta alteração traz mais clareza na diferenciação dos agentes microbiológicos. Nesse sentido, a sugestão da exclusão do termo "de controle" está adequada ao escopo deste projeto de lei, que disciplina todos os bioinsumos e não somente os que são destinados ao controle de pragas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A não inclusão dos processos biotecnológicos do conceito de agente microbiológico, por sua vez, representaria um retrocesso, na medida em que a biotecnologia é empregada em todos os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), inclusive no Brasil, conforme determinações da Lei de Biossegurança – Lei nº 11.105, de 24 de maio de 2005. E, ainda, a técnica tem aplicação direta na medicina, na produção industrial e de alimentos, o que demanda essa diferenciação.

Ademais, propomos: ajuste da redação para que seja feita referência também à produção de inóculo de bioinsumo, necessariamente produzido com finalidade comercial; que não haja distinção no registro, pois o agente "registrante" deve ser todo aquele que esteja sujeito a registro, independentemente do tipo de estabelecimento; e o estabelecimento de maior clareza em relação aos requisitos mínimos de segurança necessários para a produção *on farm*, que envolve a utilização de microrganismos isolados.

Como no sistema internacional, no Brasil não há permissão para produção de microrganismos de controle, mesmo de classe de risco biológica 1 e 2, sem avaliação da agência de saúde e de meio ambiente.

A produção de microrganismos isolados em propriedades rurais, como é de conhecimento público, envolve riscos sanitários e de propagação indesejada de agentes biológicos, com potenciais impactos sobre a sanidade vegetal, a saúde humana e o meio ambiente.

A EPA – Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos da América – estabelece que, para produção desses microrganismos, é exigida a descrição do método de controle para avaliação da ausência de contaminantes ao meio ambiente e para prevenir prejuízos ao ser humano.

Entendemos que não é coerente tecnicamente minimizar os riscos pelo local da biofábrica, na propriedade ou fora dela. A Nota Técnica nº 12, de 2020, da Anvisa, e a nota técnica da Embrapa apresentada no âmbito do Comitê Gestor do portfólio Insumos Biológicos, publicada no dia 17 de novembro de 2021, trazem o alerta para a necessidade de se mitigar os riscos associados à produção de bioinsumos.

Por essa razão, as alterações propostas visam a deixar claro que esta produção é restrita a microrganismos que já passaram por avaliações prévias dos riscos à saúde e ao meio ambiente, que já estão autorizados para uso na agricultura orgânica, com indicação da concentração limite do ativo biológico, informações da cepa, nível de concentrados, dosagem e alvo associados.

Portanto, admitir que qualquer microrganismo possa ser replicado em biofábricas instaladas no campo sem indicação dos métodos de produção pode gerar riscos inaceitáveis à saúde dos consumidores de alimentos e aplicadores de produtos e ao meio ambiente.

Em decorrência, são propostas alterações para definir as principais características das unidades de produção de bioinsumos: i) o não uso de microrganismos isolados para fins comerciais fora dos limites

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estabelecidos na futura norma; ii) uso próprio individual exclusivo na propriedade; e iii) produção não comercial.

Sugerimos, ainda, o acréscimo de um inciso ao art. 2º para que conste a definição de inóculo de bioinsumo.

Nesse mesmo contexto, o PL precisa ser ajustado para estabelecer que o registro do estabelecimento que produza, importe ou comercialize bioinsumos ou inóculo de bioinsumo seja uma regra geral, com as exceções, associadas à escala e perfil socioeconômico dos produtores, detalhadas em outros dispositivos da proposta.

Entendemos que o registro dos estabelecimentos dos produtores seja necessário para permitir que exista uma identificação mínima do agente produtor dos insumos produzidos para fins comerciais. Além disso, o registro permite a atividade de fiscalização.

Nosso substitutivo, por exemplo, estabelece os requerimentos mínimos, observadas as exceções previstas na lei, para o registro de estabelecimentos e remete para regulamentação os requisitos específicos a serem exigidos para cada tipo de estabelecimento.

Dispositivo proposto no PL visa à adequação da redação, para tornar a autodeclaração uma faculdade a ser aplicada de acordo com as características do estabelecimento, nos termos do regulamento, como a regra geral de registro simplificado a todas as biofábricas.

A inserção de regra para detalhamento via regulamento, por sua vez, visa a estabelecer uma gradação do nível de exigências para obtenção do registro, de acordo com o grau de risco do material biológico utilizado. Adicionalmente, são propostas regras mínimas que confiram segurança jurídica ao enquadramento dos estabelecimentos e que evitem fraudes associadas ao usufruto indevido de condições mais favoráveis por estabelecimentos que não atendem os requisitos necessários, garantindo-se a dispensa de registro às unidades de produção de bioinsumos e, no caso de biofábricas *on farm*, se exige apenas um cadastro simplificado e autodeclaratório para fins de rastreabilidade.

Atualmente, os bioinsumos utilizados para o controle de pragas são registrados no Mapa, após avaliação dos órgãos federais de saúde, meio ambiente e também agricultura. Nesse sentido, para que seja concedido o registro de produtos biológicos de controle são realizados testes toxicológicos e ambientais, inclusive dos inóculos de bioinsumos para fins comerciais.

Entendemos, dessarte, que as competências dos órgãos da saúde e meio ambiente para o controle, registro e fiscalização não devem ser suprimidas, sob pena de um grande retrocesso ambiental na legislação de regência.

Entendemos essencial manter dispensados de registros produtos produzidos nas biofábricas *on farm* e unidades de produção de bioinsumos, considerando que a proposta traz mecanismos que permitem a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurança ambiental e à saúde humana, sobretudo quando da rastreabilidade dos bioinsumos e inóculos de bioinsumos utilizados nas biofábricas *on farm*.

Adicionalmente, propomos que o regulamento da futura lei disponha sobre classificação, especificações, parâmetros mínimos e demais exigências para registro de bioinsumos e que o órgão federal responsável pelo setor de agricultura disponibilize, em sua página da internet, a lista de espécies de insetos e ácaros autorizados para uso em controle biológico que estarão dispensados de registro.

Para os demais bioinsumos, apresentamos sugestões de alterações, que trazem possibilidades de flexibilização dos estudos toxicológicos e ecotoxicológicos e, inclusive, da avaliação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis, sempre a critério das agências de regulação.

Entendemos, por princípio, não fazer sentido prever a isenção de registro de produto associada ao tipo de estabelecimento, pois são as características do produto que devem determinar o procedimento de registro a ser adotado.

De forma similar à isenção de registro de agentes biológicos ativos (macro-organismos), a redação original geraria retrocessos na fiscalização dos produtos comerciais, na avaliação da dosagem, na forma de aplicação e na análise sobre sua eficácia.

Além disso, recomenda-se manter a avaliação prévia da agência ambiental para produtos macrobiológicos que podem estar associados a impactos sobre organismos não alvos. A redação segue o entendimento de que o processo de registro seja otimizado devido à menor complexidade, mas não extinto.

Dessa forma, a isenção de registro deve ser restrita a produtos de ação puramente mecânica ou de ingredientes ativos advindos de fermentação biológica e/ou de alimentos e seus resíduos.

O projeto de lei contempla uma grande amplitude de categorias de bioinsumos, com caraterísticas e riscos diferenciados, de modo que o regulamento deve estabelecer o procedimento de registro de bioinsumos de acordo com os seus ingredientes ativos, componentes e laudos de produção.

Nesse sentido, entendemos ser necessário ajustes no projeto de lei para estabelecer a regra geral para o procedimento administrativo padrão a ser seguido para o registro de bioinsumos e inóculos do produto, contendo os requisitos mínimos. A partir desse padrão, serão apresentados procedimentos específicos associados ao uso de agentes macro e microbiológicos e produtos com uso aprovado para a agricultura orgânica.

Destacamos que, em relação aos produtos com uso aprovado para a agricultura orgânica, por já terem sido objeto de análise prévia, a norma prevê a não necessidade de avaliação do órgão de saúde e de meio ambiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-17 (ANEXO: 017)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No entanto, para se evitarem limitações ao desenvolvimento e à utilização dos bioinsumos, propomos aprimoramento em relação aos produtos com especificação de referência, desvinculando a obrigatoriedade do uso de microrganismos desse rol. Ainda assim, para garantir segurança ao meio ambiente, aos produtores e à saúde humana, o órgão de agricultura competente disponibilizará uma lista positiva com os microrganismos permitidos para produção de bioinsumos e inóculos de bioinsumos.

Atualmente, o Mapa estabeleceu as especificações de referência para alguns produtos. Existe uma lista com os organismos que têm a especificação de referência em número próximo a 50. Adicionalmente, poderiam ser geradas disputas para o acesso à tecnologia de setores da indústria que pagaram os estudos e que dispõem de contrato com o curador da coleção de microrganismos, o que seria indesejável do ponto de vista regulatório.

Igualmente importante seria evitar a má interpretação de que produto que não disponha de especificação de referência possa ser perigoso para a sociedade como um todo.

O composto farelado, no Brasil, conhecido também por *bokashi*, que é um termo japonês que significa "composto orgânico", principal composto orgânico utilizado como substrato para a agricultura orgânica, usado há décadas no país, poderia citado como exemplo. Esse adubo tem a capacidade de fornecer microrganismos e nutrientes ao solo. As receitas de composto de farelos surgiram de acordo com a necessidade e disponibilidade de ingredientes de cada produtor. Sua fonte de inóculo, que irá se decompor e produzir o composto, é obtida a partir de terra virgem de mata ou de barranco, com microrganismos eficientes. Nesse caso, não existe uma especificação de referência, pois varia conforme a região/localidade, obtidos diretamente da área produtiva.

Os inoculantes são bactérias vivas, com recomendações de manejo rigorosas, para que não haja perda de viabilidade. Além disso, esses produtos devem ser adquiridos de empresas idôneas, devidamente registradas no Mapa, e estar dentro do prazo de validade. Ademais, esses inoculantes demandam armazenamento e transporte especiais, que devem ser realizados em condições adequadas de temperatura e arejamento, já que altas temperaturas e exposição direta ao sol prejudicam significativamente as suas bactérias. Em decorrência, a inoculação deve se dar à sombra, com o produto protegido de calor e luz solar. Logo após esse processo de inoculação, a semeadura deve ser realizada o mais brevemente possível, sobretudo se houver tratamento com fungicidas e também micronutrientes.

Nesse contexto, é crucial enfatizar que, para a soja, atualmente, os produtores rurais usam – aqui tem um nome, Presidente, que eu não vou conseguir ler, é bem difícil, os *Bradyrhizobium* – quem é da área deve estar entendendo e, depois, pode buscar o relatório e ler direitinho esse nome – e, para o milho, as bactérias do gênero *Azospirillum*, deve ser isso, que são organismos fora da lista de referência do Mapa para essa atividade.

Por derradeiro, é necessário considerar que os remineralizadores de solo, os condicionadores de solo, os extratos vegetais (óleo de Neem e citronela, por exemplo, usados para afugentar moscas) e os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

insumos biológicos (utilizados na criação de animais) não constam de nenhuma lista de especificação de referência. Assim, caso não fosse acatada a possibilidade de uso de produtos similares registrados no Brasil, a aprovação do projeto de lei poderia limitar a multiplicação *on farm*.

Para estruturação adequada da política nacional de bioinsumos, propomos ajuste no PL para criar a Comissão Técnica dos Bioinsumos, de caráter deliberativo e permanente, e o Conselho Estratégico dos Bioinsumos, também permanente e de caráter consultivo.

A produção *on farm*, pelo fato de ser utilizada para o uso próprio, pode não seguir as mesmas regulamentações e medidas de controle sanitário que a produção comercial, que possui maior exigência de pureza, concentração e identidade dos microrganismos presentes. Contudo, a norma deve tomar as precauções mínimas para reduzir a liberação de contaminantes e patógenos no meio ambiente.

Importante ressaltar que a produção de bioinsumos para uso próprio em biofábricas *on farm* deverá seguir as instruções de boas práticas regulamentadas pelo órgão de agricultura do Governo Federal, sendo permitida apenas e exclusivamente a utilização de agentes microbiológicos constantes em lista positiva. No entanto, enquanto essa lista positiva não for publicada, ficam autorizados para utilização apenas os agentes microbiológicos que constem em especificação de referência.

A definição dos procedimentos de licenciamento ambiental da produção *on farm* de bioinsumos por meio de decreto federal poderia ferir a Lei Complementar nº 140, de 8 dezembro de 2011, que define as competências federativas em matérias ambientais e delega aos respectivos órgãos ambientais a definição dos procedimentos de licenciamento a serem adotados, de acordo com as características de cada empreendimento.

Por se tratar de uma atividade cujo processo de licenciamento estará a cargo dos órgãos ambientais estaduais, os procedimentos de licenciamento da produção *on farm*, em razão do porte e potencial poluidor do empreendimento, devem ser definidos pelos respectivos órgãos e instâncias consultivas locais.

Adicionalmente, produção de bioinsumos, por suas características, não pode ser considerada uma atividade agropecuária primária, diretamente associada ao uso e ocupação do solo e consequentemente sujeita, exclusivamente, à regularidade ambiental da propriedade nos termos do Código Florestal brasileiro.

Em decorrência, propomos ajustar dispositivo do PL para alinhar o processo de definição dos procedimentos de licenciamento ambiental aos ditames constitucionais e legais, além de adotar a lógica estabelecida no texto proposto na Lei Geral do Licenciamento Ambiental, ainda em debate na Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sugerimos a inclusão do controle dos lotes de produção de bioinsumos, por ser importante para controle da rastreabilidade para uma rápida identificação da origem de eventuais materiais contaminados, assim como para permitir o acompanhamento da rede de distribuição e uso desses materiais.

Propomos, também, alterações na fiscalização da produção sob a responsabilidade do Mapa, para alinhamento ao que ocorre atualmente. Adicionalmente, propomos a possibilidade de delegação desta atribuição para os estados, por meio de convênios.

Por oportuno, são apresentados ajustes para que as infrações aos dispositivos da futura lei gerem responsabilidades não apenas na esfera administrativa, mas também nas esferas cível e criminal, além da possibilidade de medidas cautelares, razão pela qual propomos mudanças no projeto de lei.

O texto INCT (CNPq 465133/2014-4, Fundação Araucária-STI 043/2019, Capes), que analisou, entre outros, o Decreto nº 10.375, de 2020, que lançou o Programa Nacional de Bioinsumos, destacou que, em 2020, o Brasil completou cem anos de uso e desenvolvimento de inoculantes, com enormes avanços na pesquisa, na indústria e na legislação, que resultaram na seleção de microrganismos que proporcionaram aumento da qualidade dos produtos comerciais.

Ademais, ponderou a nota que o uso de bioinsumos sem a qualidade adequada pode resultar, dentre outros: (i) riscos sanitários à agropecuária, inclusive afetando as exportações brasileiras por contaminação de produtos com patógenos; (ii) contaminação irreversível do solo e de cursos de água; (iii) gestão inadequada de resíduos; (iv) introdução de patógenos de plantas e animais e infecções em humanos.

Ao analisar os documentos técnicos, as posições de setores da sociedade civil, da indústria, dos produtores rurais, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Nota Técnica nº 9/2022/SDA/MPA), procuramos chegar a um meio termo que atenda às várias posições e possa garantir a qualidade e a segurança na produção, na importação, no registro, na comercialização, no uso, na inspeção e fiscalização, na pesquisa e também na experimentação de bioinsumos.

Ao propormos esse conjunto amplo de ajustes, alinhamos o projeto de lei aos compromissos assumidos pelo Brasil no cenário internacional de promover e incentivar agricultura sustentável de baixo carbono, o que, indubitavelmente, irá ser um importante fator para mitigar os efeitos das mudanças climáticas e colocar o Brasil, o país em papel de destaque na solução desse importante desafio mundial.

Essa é percepção corrente, de que o Brasil moderniza sua legislação agropecuária para aperfeiçoar os princípios e valores estatuídos, entre outros, nos seguintes tratados internacionais:

- Convenção sobre Diversidade Biológica, lançada durante a ECO 92, no Rio de Janeiro;

- Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança;

- Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Diretrizes de Bonn;

- Diretrizes para o Turismo Sustentável e a Biodiversidade;

- Princípios de Addis Abeba para a Utilização Sustentável da Biodiversidade;

- Diretrizes para a Prevenção, Controle e Erradicação das Espécies Exóticas Invasoras;

- Princípios e Diretrizes da Abordagem Ecossistêmica para a Gestão da Biodiversidade.

De acordo com a CDB, biotecnologia significa qualquer aplicação tecnológica que utilize sistemas biológicos, organismos vivos, ou seus derivados, para fabricar ou modificar produtos ou processos para utilização específica.

Nesse sentido, o PL nº 3.668, de 2021, vai ao encontro das normas internacionais que regulamentam o tema e dialoga com esses importantes marcos regulatórios ao buscar estabelecer ou manter meios para administrar e/ou controlar os riscos associados à utilização e liberação de organismos vivos modificados resultantes da biotecnologia, que possam provocar impacto ambiental negativo e que possam afetar a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica, se não regulados adequadamente. São ponderados, nesse contexto, os riscos para a saúde humana, conforme preconizado pela CDB e demais tratados internacionais.

Igualmente importante é o registro de que o atual projeto contribui para o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que são 17 metas globais com o objetivo de acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares do planeta, possam desfrutar de paz e de prosperidade.

Com essas considerações, entendemos que estamos preservando na íntegra a ideia do nobre Senador Jaques Wagner e também promovendo adequações fundamentais para padronização de conceitos e normas, para estabelecimento de procedimentos para registro em função das características e riscos associados aos empreendimentos e para investimento e desenvolvimento dos bioinsumos no Brasil, ao mesmo tempo que estamos contribuindo para colocar o Brasil na posição de vanguarda internacional para combater a pobreza, proteger o meio ambiente e mitigar os efeitos das mudanças climáticas.

Presidente, diante do exposto, vamos ao voto.

Opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.668, de 2021, na forma do substitutivo, Presidente, que está em anexo.

São mais 15 páginas, que estão aqui em anexo. E aí, como a forma do substitutivo fica registrada, V. Exa. quer que eu leia? V. Exa. não está benevolente com a minha garganta. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bem, então acabamos de ouvir o relatório lido pela Senadora Eliziane Gama sobre esse projeto interessante.

Eu creio que, se a grande pesquisadora brasileira, já falecida, Anna Maria Primavesi estivesse por aqui neste momento, ela realmente aplaudiria o teor desse relatório. Ele nada mais é do que a incorporação de bactérias, fungos, algas na composição de compostos necessários orgânicos para a saudável produção agrícola.

Assim mesmo, a gente observa que há um confronto de opiniões importantes e salutares que vêm na combinação de interesses das grandes empresas produtoras de defensivos no mundo e também dessas iniciativas que já existem, no país e no mundo também, que vêm da experiência de agricultores familiares ao longo da história da agricultura em todos os tempos.

Dessa forma, eu consulto os Senadores se a gente pode avançar para a discussão ou se algum dos Senadores quer pedir vista do projeto.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Presidente, eu já havia falado ao Senador Jaques Wagner, autor do projeto, quando ele ainda estava aqui, que eu queria pedir vista do projeto. Tenho algumas resistências; tenho, inclusive, até um voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu sei que já houve, segundo ele já falou – eu não falei com o Veneziano –, uma conversa ontem, e ajustaram algumas coisas.

Senadora Eliziane, nós somos parceiros nessa questão. Acho que nós temos que avançar nos bioinsumos, que já são uma praxe no Brasil, mas ainda pouco utilizada.

E as informações que eu já tenho do projeto é que nós temos um cartel, Senador Confúcio. V. Exa. é médico e sabe do cartel nos medicamentos humanos, veterinários e com os próprios defensivos agrícolas. Tudo é cartelizado – não é só no Brasil, isso é no mundo inteiro –, porque a gente não pode criar aqui reservas de mercado. Veja só: uma empresa de um amigo meu de Panambi criou um processo, e hoje ele já tem quase 400 biofábricas nas propriedades rurais do Centro-Oeste brasileiro. Isso é uma raridade! Se um cientista nosso cria com tecnologia nossa essa possibilidade de utilizar fungos, bactérias, algas, isso é fantástico! Isso já está... Quer dizer, a empresa é brasileira. Eu o conheço, mas deve haver tantos outros que já estão trabalhando nessa direção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Câmara já fez um grande debate sobre esse assunto, já tem um projeto meu nessa mesma linha. Então, eu acho que nós temos que discutir melhor esse assunto.

A proposta que eu faço é abrirmos essa discussão. Eu pedi vista para que, na próxima sessão, a gente possa votar essa posição e fazer a discussão. Então, é o meu pedido de vista, acrescendo o mérito do Senador Veneziano, que foi o Relator, e do próprio Senador Jaques Wagner e agora com a leitura do relatório da Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Presidente, V. Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Tem aqui, Senadora Eliziane Gama, o Senador Jean, mas nós não estamos em discussão, tá, gente?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Não, eu queria, na verdade, só...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Tá, não estamos discutindo.

Eu vou passar a palavra para alguns comentários, mas a discussão é só depois do retorno da vista concedida. Mas ainda não concedi a vista.

Então, com a palavra, pela ordem... Quem que está na sequência? Há três...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Eu queria só fazer uma...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Tá. Eu vou passar para a Eliziane, que está relatando, porque ela quer fazer um comentário.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. Como Relatora.) – É. Na verdade, eu quero só fazer um comentário em cima do que o Senador coloca.

Senador, é o seguinte: lá na Câmara dos Deputados, nós temos – e V. Exa. tem conhecimento disso – uma proposta semelhante do Deputado Zé Vitor, que trata também da mesma linha, que lá está caminhando, não é? Eu não sei se V. Exa. poderia estar construindo, Presidente, até mesmo com a Presidência desta Casa... Não é nem a questão da vista em si; é a questão dos prazos que nós temos por conta da... Não sei se ainda teremos mais uma reunião aqui, nesta Comissão, ou vamos seguir para o recesso e só vamos voltar em fevereiro.

A gente acaba tendo uma situação dessa... Como esse projeto é do Senado, ele indo para a Câmara dos Deputados a tempo, antes que o do Deputado Vitor venha para cá, que a gente pode fazer uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

unificação e aí, portanto, ter a palavra final do Senado, já que esse projeto é do Senador Jaques Wagner. A gente ficaria, na verdade, com a palavra final do retorno de lá para cá. Eu acho que, na medida em que a gente tem vista e a gente acaba deixando o projeto para o ano que vem, a gente vai acabar tendo a prevalência aqui de, ao final de tudo, ter talvez o inverso: o apensamento deste projeto no projeto do Deputado Zé Vitor.

Então, acho que é algo que a gente pode ponderar. Se V. Exa., mesmo assim, entender que a vista é importante, de repente a gente conseguir uma sessão para a semana que vem, num prazo ainda final, Senador Confúcio, para que a gente pudesse estar deliberando sobre essa pauta e conseguir levar adiante o projeto do Senado, porque ficaria conosco aí a palavra final.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Não estamos discutindo, tá? Há um pedido do Senador Heinze de vista. Então, são alguns comentários.

Senador Esperidião Amin com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Bom, em primeiro lugar, eu quero dizer que esse relatório é completamente diferente e melhor do que o primeiro, pelo conteúdo e pela forma. Acho que ouvir a voz da Senadora Eliziane é muito melhor do que de qualquer outro Relator que tenha falado, não é? Isso porque ela nem cantou. Se ela tivesse – viu, Senador Confúcio? – entoado o relatório, teria sido insuperável, e aí eu tenho certeza de que até o Senador Heinze nem se preocuparia mais com qualquer outro senão.

Mas eu acho que a proposta que ela fez, além do relatório que ela muito bem interpretou – ela não leu, ela interpretou –, é sensata. É melhor que nós fiquemos com a última palavra. Muito embora haja outros recursos na mesa para procrastinar o recebimento do projeto que vier da Câmara, eu acho que a proposta é uma proposta sensata, correta, desde que se possa ter a sessão na semana que vem, uma vez que o ano legislativo termina, pelo que eu sei, no dia 19 ou 20. Aliás, termina no dia 20. Então, até terça-feira da semana que vem, não se precisaria fazer nenhum esforço para voltarmos a nos reunir.

Então, eu sou solidário ao pedido de vista do Senador Heinze. Ele estudou isso mais do que eu. Eu sou amplamente favorável ao uso dessas soluções orgânicas e biologicamente não manipuladas.

Queria lembrar, finalmente, o seguinte: eu ainda tenho comigo a emoção de ter assistido, Senador Confúcio, nos anos 80, a uma colheita de arroz sob a forma de rizipiscicultura, e participei dela. Não sei se o senhor já viu. É a associação de piscicultura com rizicultura. Os peixes comem os bichos que infestam a plantação de arroz, ou seja, eles ajudam a combater os bichinhos que vão comer o arroz. No fim, vaza a água, colhe-se o arroz e, naquela sopa que fica – aquilo é uma sopa de lama –, joga-se uma partida de futebol. Agora, haja água para lavar os atletas depois, não é? Então, a rizipiscicultura foi talvez a primeira oportunidade de eu ver a aplicação de como você pode ter recursos orgânicos. Hoje a agricultura usa isso amplamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, fica a critério do meu amigo Heinze. Eu peço vista solidária a ele. Acho que a proposta da Senadora Eliziane é uma proposta honesta, que poderia conciliar a cautela do Heinze com a oportunidade de termos a última palavra no projeto, que resulte do apensamento do da Câmara com o do Senado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bem, Senador Heinze, há uma contradita da Senadora Eliziane à sua proposta de vista. O senhor concorda com ela de fechar esse assunto hoje ou persiste com o pedido de vista?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Eu não tenho tempo. Hoje eu estou bem enrolado com outras questões de que eu estou tratando.

Senadora Eliziane, eu tinha que sentar com alguém do próprio pessoal da Câmara – ver o projeto deles, porque eu não o conheço na íntegra –, com o Zé Vitor, mas eu sei que lá discutiram muito esse assunto. Os produtores rurais, Senador Zequinha, devem ter participado da frente parlamentar da agricultura, que também participou dessa discussão com ele... Então, eu não sei exatamente a quantas anda nesse instante lá. Tentei falar com o Deputado Pedro Lupion, agora de manhã, ele me retornou, e eu não consegui falar com ele.

Acho que, na tentativa de acertar, a gente pode seguir... Hoje eu não posso, mas amanhã alguém se debruça nesse assunto até segunda-feira, terça-feira... Para mim, não há problema em tentar conciliar o projeto que eles têm lá com o nosso aqui. O que eu não quero é a cartelização, Senadora. Esse é o problema. Já vivo isso nos medicamentos veterinários, nos defensores agrícolas, e isso caminha – o Senador Wellington é veterinário e sabe do processo – para a mesma situação. São empresas brasileiras, são produtores que podem, inclusive dentro de regras que serão estabelecidas, fazer para não estarem no cartel das multinacionais. Esse é o grande problema que eu tenho...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – O senhor continua com o pedido de vista?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Perfeito.

Então...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, eu queria pedir...

Pela ordem, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-17 (ANEXO: 017)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senador Zequinha, como nós não estamos comentando, nem discutindo, a gente podia ouvir aqui o Senador Prates, conceder vistas para ele, e a discussão fica para posteriormente ser determinada.

Quanto a uma nova convocação de uma sessão da Comissão de Meio Ambiente para a semana que vem, o Senador Jaques Wagner se despediu aqui há pouca hora. Ele fez a despedida dele porque era a última sessão esta de hoje. Então, esse projeto só retornará depois do pedido de vista do Senador Heinze em fevereiro.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA. Pela ordem.) – Só para fazer coro e ser solidário ao pedido de vista, primeiro quero cumprimentar pelo que se avançou, inclusive colocando a questão dos incentivos e incluindo isso na produção agrícola nacional.

Mas tem alguns pontos sobre os quais a gente precisa fazer uma reflexão melhor. O excesso de definições... Lei, quando define demais, atrapalha, porque o avanço do conhecimento não para. Todo dia... E aí, quando você amarra, de repente vai ter que alterar tudo, porque, hoje ou amanhã, se amanhece em uma realidade diferente.

A lei da propriedade privada que traz à baila isso é um assunto polêmico, porque não se permite... Só se permite propriedade intelectual em patente sobre microrganismos modificados geneticamente, o famoso OGM. É outro ponto.

A questão da inferência da repartição de benefícios, que é a lei do patrimônio genético, é outro probleminha, não é?

Quanto à constitucionalidade material, prestem atenção numa coisa: o texto faz referência a institutos desenvolvidos a partir de decretos presidenciais infralegais, o que configura uma técnica legislativa inadequada, uma vez que não cabe a uma lei aprovada pelo Congresso Nacional vincular-se a atos normativos de competência privativa do Chefe do Executivo.

Por último, em que pese o Relator ter avançado no debate para que a produção não falhe, existem amarras e travas que dificultam o avanço desse processo tecnológico.

Bom, são cinco pontos que nós anotamos aqui pela frente, porque aqui a gente representa o produtor. Tem muitos outros interesses que têm que ser conciliados, mas o produtor é o objeto final, aquele que faz acontecer, faz essas considerações, e somos solidários ao pedido de vista para que a gente possa fazer a reflexão melhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-17 (ANEXO: 017)

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senador Prates com a palavra.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Eu apenas queria compreender melhor o Senador Heinze, e até para tentar ainda convencê-lo, embora, se houver a aprovação, Presidente, do pedido de vista, eu gostaria de pedir vista coletiva, porque assim já ficamos para a próxima reunião. Peço vista coletiva para que a gente possa eventualmente até marcar uma audiência. Mesmo com a despedida do Senador Jaques Wagner, que a gente possa fazer uma sessão semana que vem, dada a importância do projeto, já que o próprio Senador Heinze reconhece que segunda-feira estaria tudo resolvido.

Mas eu queria entender melhor a questão, Senador Heinze, da cartelização. Queria que o senhor explicasse a+b, para as pessoas que estão nos assistindo, qual é o risco desse projeto no sentido real, no dia a dia, como se formam os cartéis a partir desse projeto especificamente, para que a gente inclusive ganhasse esse tempo de discussão e já alimentasse esse processo para a próxima semana.

Obrigado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Isso aqui, Senador Jean Paul, dificulta o trabalho das empresas *on farm*, que existem muitas no Mato Grosso, no Pará, no Maranhão, lá Rondônia, em que as lavouras também existem. Os produtores podem fazer isso e, de uma certa forma, esse projeto amarra as indústrias. Tira fora. Esse é um assunto que cada um que queira fazer possa fazer, com tecnologia que já existe no Brasil.

O senhor falou na Primavesi. Ela foi minha professora. Grande professora! Ela e o esposo dela foram meus professores lá nos anos 70, na Faculdade de Agronomia, em Santa Maria. Eram professores de lá. Lá eu conheci a Dra. Ana Maria Primavesi, grande figura.

Estou nessa linha, Senador Jean Paul. Acho que é bom para todos nós trazermos esse assunto. Tem que evoluir, tem que simplificar o processo de uma certa forma em que as empresas, vamos dizer, também possam fabricar. Não tem problema, não. É uma guerra grande das multinacionais e das próprias empresas nacionais em processo hoje, e o que eu quero é que nós simplifiquemos o processo e que os produtores possam ter a liberdade de fabricar, como já estão fabricando hoje em todo o Brasil – mais aqui no Centro-Oeste do que na própria Região Sul.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Satisfeito com a resposta?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Na verdade, eu queria que, talvez, me fosse apontado o artigo, porque me consta aqui... Estou pegando essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

questão agora aqui para conhecer melhor os detalhes, a partir da fase final da discussão, porque me parece que foram tirados vários, justamente esses cadastros, o tal cadastro positivo. Ficou um cadastro simplificado. Estou vendo aqui que ficaram separados os bioinsumos para finalidade comercial dos demais, esses que podem ser produzidos pelo próprio produtor. Eu acho que os com finalidade comercial é plenamente plausível que passem por um cadastro, por um tipo de controle, de fiscalização. Essa é a ideia da lei. Só para pontuar, eu não vejo esse risco aqui nessa versão da lei. Pode ser que até no começo tenha aparecido assim.

Mas foi feito um esforço, Senadora Relatora, Senadora Eliziane, pelo próprio autor, se não me engano o Senador Jaques Wagner, ao longo dessas semanas de conversas com o setor justamente do agronegócio, para superar essas dificuldades. E todos nós achávamos que nesta sessão final premiaríamos o Brasil aqui com esta verdadeira lei de marco legal dos bioinsumos, e, de repente, vai ficar para a próxima legislatura.

Então, vamos tentar fazer um esforço para que, com o pedido de vista coletiva, façamos uma sessão semana que vem. Ainda teremos atividade, teremos sessão do Congresso, Lei do Orçamento. Enfim, talvez a gente ainda consiga salvar aqui esse trabalho nesta legislatura. Teria muita honra de participar dessa discussão e estou à disposição também para me debruçar mais sobre o tema, Senador Heinze e demais Senadores.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Eu consulto a Senadora Leila, que levantou a mão, se ela deseja fazer uso da palavra para um breve comentário. (*Pausa.*)

Sim, Senadora. Com a palavra.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/PDT - DF. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Presidente.

Na verdade, é só para reiterar o apelo do Jean Paul, da própria Eliziane, do Esperidião: a gente tem a próxima semana de atividades na Casa, acho que é importante decidirmos o futuro deste projeto ainda nessa Legislatura. Então é só um apelo nesse sentido.

E quero parabenizar a Eliziane porque, de fato, o relatório ficou excelente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senador Wellington Fagundes? (*Pausa.*)

Não. Está bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone*.) – Na sequência.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado.

Vista concedida ao Senador Heinze e outros.

Voltará para discussão na semana que vem. Vamos verificar se conseguimos fechar esse projeto semana que vem.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Vou entrar em contato com o Presidente Jaques Wagner para ele desfazer a sua despedida, deixar para semana que vem. (*Risos.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Prorrogação.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V. Exa. para colocar também em apreciação um requerimento que faço, da instalação do Instituto de Pesquisa do Pantanal, que acontecerá nessa próxima quinta-feira. Eu já convidei aqui o meu amigo Jean Paul Prates para que ele esteja no Mato Grosso...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pela décima vez... (*Risos.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... ainda este ano.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Estou devendo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sem problema, Senador Wellington. Está aqui protocolado, entrou recentemente. Vamos colocar aqui.

Aqui tem três matérias, duas na frente, mas são só requerimentos, é rapidinho. Está bom?

Então é o item extrapauta... (*Pausa.*)

Esse aqui. Perfeito.

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-17 (ANEXO: 017)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 58, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 50/2022 - CMA, com o objetivo de instruir o PL 412/2022, que "regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), previsto pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e altera as Leis nºs 11.284, de 2 de março de 2006; 12.187 de 29 de dezembro de 2009; e 13.493 de 17 de outubro de 2017" seja incluído entre os convidados o Senhor André Nassar, Presidente-executivo da Abiove.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PL/PA)

Senador Zequinha, com a palavra para comentar o seu requerimento. É o Requerimento nº 58.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA. Para encaminhar.) – Muito obrigado, Presidente.

Esse requerimento tem o objetivo de instruir o PL 412/2022, que "regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), previsto pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e altera as Leis nºs 11.284, de 2 de março de 2006; 12.187, de 29 de dezembro de 2009; e 13.493, de 17 de outubro de 2017". E aí a gente solicita a inclusão do Sr. André Nassar, Presidente-Executivo da Abiove.

E, Presidente, aproveitando aqui e solicitando aos colegas a aquiescência, a aprovação, para que a gente realize um bom debate, ouvindo essas pessoas, que sejam incluídos mais dois apresentadores, dois expositores: Dr. Donizete Tokarski, Diretor Superintendente da Ubrabio, e Dr. Julio Cesar Minelli, Diretor Superintendente da Aprobio, para que se possa enriquecer o debate nessa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senador Zequinha, esses dois nomes fazem parte do Requerimento 58, é isso?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Fala para mim o nome dos dois.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Donizete Tokarski, T-o... Está faltando um errezinho aqui. Diretor Superintendente da Ubrabio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Tá. E o outro?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Julio Cesar Minelli.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-17 (ANEXO: 017)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Julio Cesar Minelli.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Diretor Superintendente da Aprobio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Então, está em votação o requerimento do Senador Zequinha Marinho, solicitando a incorporação de três nomes para o debate do Projeto de Lei 412, de 2022.

Os Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Muito obrigado, Presidente.

Pela ordem, eu solicito a palavra mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Tem mais um requerimento seu.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – É? Então vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 60, de 2022, do Senador Zequinha Marinho.

EXTRAPAUTA

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 60, DE 2022

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 50/2022 - CMA, com o objetivo de instruir o PL 412/2022, que "regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), previsto pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e altera as Leis nºs 11.284, de 2 de março de 2006; 12.187 de 29 de dezembro de 2009; e 13.493 de 17 de outubro de 2017" sejam incluídos os convidados que relaciona.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-17 (ANEXO: 017)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PL/PA)

Observações: *Subscrito pelo senador Luis Carlos Heinze*

Eu vou passar a palavra para o Senador para ele justificar e fazer a leitura do seu requerimento.

Com a palavra o Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA. Para encaminhar.) – Muito obrigado, Presidente.

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública objeto do REQ 50/2022, aqui da Comissão de Meio Ambiente, com o objetivo de instruir o PL 412/2022, que "regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), previsto pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e altera as Leis nºs 11.284, de 2 de março de 2006; 12.187 de 29 de dezembro de 2009; e 13.493 de 17 de outubro de 2017", sejam incluídos os seguintes convidados: representante da Abiquim (Associação Brasileira da Indústria Química); representante do IABr (Instituto Aço Brasil); representante do SNIC (Sindicato Nacional da Indústria do Cimento); representante do Ibram (Instituto Brasileiro de Mineração); representante da Abividro (Associação Brasileira das Indústrias de Vidro); e, ainda, representante da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura.

Diante dessa lista de convidados do nosso requerimento, é muito importante que ouçamos essas pessoas que são, digamos assim, autoridades nesses temas, para que se enriqueça a audiência pública aqui solicitada, e a gente possa melhorar o projeto, o relatório e assim sucessivamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeitamente, Senador Zequinha Marinho.

Então, o Senador apresenta o seu requerimento. Ele acabou de justificá-lo.

Está em votação.

Os Senadores que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Por último, o Requerimento nº 61, de 2022, de autoria do Senador Wellington Fagundes.

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 61, DE 2022

Requer, nos termos 90, XII do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência em Cuiabá - MT, em conjunto com a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso por ocasião da instalação do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal - INPP, no dia 15 de dezembro de 2022

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Eu passo a palavra ao Senador para fazer a leitura e justificar o seu requerimento.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, amanhã nós estaremos lá em Cuiabá, na Universidade Federal de Mato Grosso, junto com o Ministro da Ciência e Tecnologia, Ministro Alvim, e também com o ex-Ministro Marcos Pontes, que foi agora eleito Senador por São Paulo com mais de 10 milhões de votos. Para mim é uma honra tê-lo lá em Mato Grosso, até porque teremos dois eventos. Pela tarde, às 15h30, nós teremos, então, na universidade, o ato de implantação do Instituto Nacional de Pesquisas do Pantanal.

V. Exa. acompanhou, toda a Casa também, o drama que vivemos três anos atrás com as queimadas do Pantanal, dizimando muito a nossa fauna e a nossa flora. Felizmente o Pantanal é a maior área alagada do mundo e ele tem essa capacidade muito forte de revigorar. Mas a gente precisa aplicar muita pesquisa, ciência e tecnologia, para que a gente possa preservar esse bioma. E eu quero falar principalmente da conservação, porque lá vivem seres humanos: os quilombolas, os ribeirinhos, os indígenas, o pantaneiro, com a tradição secular da pecuária. E, para essa convivência harmônica com o meio ambiente, é extremamente importante que a gente tenha o respaldo de um organismo como esse.

Nós conseguimos, então, depois de muita luta, colocar recurso para equipar todo o prédio, quase 5 mil metros quadrados, uma construção muito bonita, dentro da Universidade Federal. E esse ato será exatamente para implantar esse instituto com autonomia, ligado diretamente ao Ministério da Ciência e Tecnologia, com dotação orçamentária. Inclusive, já colocamos emenda no orçamento para o próximo ano, dada a importância que representa essa implantação.

Por isso eu quero pedir aqui a aprovação desse requerimento, que é para uma diligência externa onde nós pretendemos, em parceria com a TV Senado, com os meios de comunicação da nossa Casa e com a Assembleia Legislativa, registrar esse ato, inclusive para, estando lá presente a Assembleia Legislativa, nessa grande parceria que sempre fizemos... E eu quero aqui agradecer toda a Mesa Diretora: o Presidente Botelho, a Deputada Janaína, o Deputado Max Russi e também o Diretor da TV Assembleia, o Dr. Jaime, um jornalista muito competente.

Então, o requerimento visa exatamente dar respaldo para que eu, inclusive, esteja lá, representando também a Comissão, já que, como Vice-Presidente da Subcomissão do Pantanal, nós já propusemos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive, o Estatuto do Pantanal, uma regra, um regramento para que a gente tenha exatamente a definição do que podemos e do que não podemos fazer no Pantanal. Porque hoje, infelizmente, por não ter uma regra específica, uma legislação específica, até a Procuradoria-Geral da União entendeu que deveria pedir que, enquanto não tivesse esse regramento definido, fosse o Pantanal, por incrível que pareça, mantido pelo estatuto ou pelas regras da Mata Atlântica, e a Mata Atlântica é completamente diferente. Por isso a nossa preocupação.

Também pedimos, inclusive, aqui na Comissão de Meio Ambiente, que a gente possa aprovar o Estatuto do Pantanal, dando essa condição legislativa para que a gente possa, então, fazer a conservação ideal do nosso Pantanal.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem.

Srs. Senadores, vamos colocar em votação o requerimento do Senador Wellington Fagundes em que propõe a realização de uma diligência em Cuiabá, Mato Grosso, em conjunto com a Assembleia Legislativa do Estado, por ocasião da instalação do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal (INPP), no dia 15 de dezembro de 2022.

Os Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento, Senador Wellington Fagundes.

Considerações finais da nossa reunião.

Antes de encerrar os trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião e da última reunião da Comissão de Meio Ambiente desta Legislatura e antes do recesso parlamentar.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovadas.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar...

Pois não, Senador Jean.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Presidente Confúcio, é apenas para fazer justiça, evidentemente, exaltar aqui perante todos que nos assistem, Senadores e Senadoras – eu tenho aqui, talvez, a ocasião derradeira nesta Legislatura, e já disse aqui um até logo, não é um adeus da minha parte –, para fazer justiça e honra ao trabalho de V. Exas. como Presidente e Vice-Presidente desta CMA nesses dois períodos em que fiz parte desta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão com muita honra e com muita satisfação, tanto no período presidido pelo Senador Fabiano Contarato, na época pela Rede Sustentabilidade, com a Vice-Presidência do Senador Jaques Wagner, como agora no período presidido pelo Senador Jaques Wagner e vice-presidido por V. Exa., Senador Confúcio Moura.

Acho que foi um período extremamente desafiador para a Comissão de Meio Ambiente do Senado, em que nós convivemos mais fortemente – eu diria até que bastante fortemente – com negacionismo climático, sonegação de dados, distorção de conceitos e resistimos muito ao desmonte das estruturas do Estado brasileiro relacionadas com o meio ambiente. Cito apenas uma delas: o Conama, tão importante, que se reuniu muito raramente, apenas duas vezes, setembro de 2020 e agosto de 2021, segundo consta, um órgão que era para se reunir de três em três meses, de acordo com o seu próprio regulamento. Houve tentativas de fragilização da legislação ambiental, denúncias de ações prejudiciais que a Comissão fez, muito importantes, de ações contra o avanço das pautas ruins contra o meio ambiente. Houve o período da covid em que a Comissão não funcionou, infelizmente, que adiou vários relatórios importantes, mas, enfim, terminamos agora o ano com a pauta em dia, com a agenda em dia, graças à competência, à firmeza e à excelência da condução dos trabalhos por V. Exas.

Tivemos, da nossa parte, duas relatorias importantes, que eu gostaria de ressaltar. Uma foi da lei de desenvolvimento sustentável da Caatinga, que é um verdadeiro marco legal inovador sobre o bioma da região de onde não venho, mas que adotei como minha, que é minha casa, que é minha vida, o Rio Grande do Norte, onde a Caatinga prolifera, assim como em todo o Nordeste. E também há a relatoria de hoje, sobre a tipificação e a criminalização de desmatamento de áreas específicas da Floresta Amazônica, o que certamente contribuirá, como eu disse, para a reversão da imagem do Brasil em relação a esse assunto.

Tivemos – e o Senador Jaques Wagner citou pela manhã – o Fórum da Geração Ecológica, muito importante, e as participações nas COPs, principalmente a COP 26, em Glasgow, e a COP 27, em Sharm el-Sheikh, onde esta Comissão esteve muito bem representada e eloquente, porque falamos nós todos que estivemos lá várias vezes em vários fóruns, não apenas nos fóruns principais, como nos fóruns paralelos que ocorreram nos estandes de regiões, da Comunidade Europeia, de países da América do Norte...

Enfim, vociferamos e trouxemos as opiniões e os pareceres dos brasileiros de todas as posições. Portanto, este é justamente o bonito da atuação no Parlamento: justamente a discussão e o debate.

Eu queria deixar os parabéns a todos nós neste trabalho coletivo, mas principalmente à condução de V. Exas., Senador Contarato, Senador Jaques e Senador Confúcio Moura.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senador Jean Paul, V. Exa. apresentou aqui agora uma despedida da Comissão. Quero declinar aqui e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-17 (ANEXO: 017)

falar: V. Exa. foi uma grande revelação neste mandato e orgulhou... Eu sou seu vizinho de parede no gabinete, e é um ótimo vizinho. Além do mais, com sua especialização como engenheiro na área de petróleo, gás e energia, em todos os projetos, que são difíceis para mim que sou de outra área, o senhor conseguiu se destacar com um domínio técnico de especialista muito grande.

Então, para onde o senhor for – espero que ocupe grandes espaços nesse futuro Governo –, eu tenho certeza de que o senhor vai brilhar, como brilhou aqui no Senado, como um Senador extraordinário, admirável, formador de consensos, humilde. Sua superioridade técnica de conhecimento é muito grande, mas mesmo assim é extremamente humilde em recepcionar as proposições leigas de nós todos; V. Exa. as acolhe.

Então, foi muito bom conhecer V. Exa. Foi extraordinário. E eu falo aqui não só em meu nome. Eu tenho certeza de que as minhas palavras encontram eco em quase toda a Casa, com raríssimas exceções, porque realmente o senhor conseguiu nos conquistar pelo seu brilho especial, pela sua luz de conhecimento.

A gente abraça V. Exa. e lhe deseja, assim, muito sucesso onde o senhor vier palmilhar de agora para frente. Com certeza o Brasil ganhará muito com o seu conhecimento técnico, onde for.

Obrigado.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Presidente, eu fico, é claro, superemocionado aqui mais uma vez – ontem tive a mesma sensação na Comissão de Infraestrutura e na Comissão de Assuntos Econômicos.

Na verdade, vocês são mestres para mim e permanecerão sendo. Então, para onde quer que eu vá nessa carreira nossa pública, tenham certeza, Senadora Eliziane e Senador Zequinha também, de que estarei sempre mirando V. Exas. todos como exemplo para mim. Esses quatro anos foram, de fato, de enorme aprendizado para mim, de convivência, tecnicamente, de tratativa política, de conquistas para o Brasil. Mesmo – como disse ontem, ressalvei – na Liderança da Oposição, da Minoria, mesmo assim, todos nós construímos o país ao longo desses quatro anos também. Então, eu me sinto muito honrado pelo trabalho ao lado de vocês e me coloco sempre à disposição, sempre ouvindo e, principalmente, sempre disposto a aprender com cada um dos Senadores e Senadoras que compõem esta Casa e que comporão também a próxima legislatura.

Obrigado pelas suas palavras, Presidente Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Próximo, Zequinha Marinho.

Senador Zequinha com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA. Pela ordem.) – Presidente, é só para fazer alguns registros.

Primeiro, o Senador Jaques Wagner, que está se despedindo aqui da Comissão, prestou um grande trabalho, foi um homem do diálogo, do entendimento, muito fácil de abrir uma conversa. Nós da Frente Parlamentar da Agropecuária necessitamos muito ter com esta Comissão aqui um bom entendimento, e ele foi essa pessoa. Então, registro nosso reconhecimento aqui pelo trabalho que fez, pela postura que teve.

Por último, não poderia deixar de registrar aqui a questão do Jean. Eu me lembro do trabalho hercúleo do PL 261, em que o Brasil todo estava aqui dentro, que era o marco legal das ferrovias – não é, Jean? E ele foi e fez um trabalho prestimoso em cima de um projeto muito inteligente do Senador Serra. Aonde vai ele deixa uma marca positiva. Enfim, não quis concorrer, mas eu tenho certeza de que será muito bem aproveitado. Se o partido dele não o aproveitar nessa composição toda aí, é porque não está querendo acertar.

Então, que Deus te abençoe todo dia!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Continue brilhando, continue trabalhando, fazendo algo importante pelo Brasil como tem feito durante todo este tempo em que aqui esteve.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senador Zequinha.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Com a palavra a Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Presidente, quero cumprimentá-lo também – lembrei aqui o nosso trabalho lá na Comissão em relação ao período da pandemia – e queria na verdade fazer também o meu registro ao Jean Paul. Na verdade, o que V. Exa. falou, o que o Senador Zequinha colocou também é uma constatação, Senador Jean Paul. Eu admiro muito as pessoas competentes, inteligentes e qualificadas e eu lembro que, da primeira vez que eu vi você aqui falando, fiquei parada, acompanhando-o. E o conhecimento técnico na área de petróleo e gás – e o Senador Confúcio lembra muito bem – é uma coisa impressionante, fenomenal. Você é uma pessoa extremamente qualificada. Aliás, Senador Confúcio, eu tive uma aula dele. Estivemos juntos em Londres, na COP – na COP, não; na verdade, foi um outro encontro? Foi um outro encontro? Foi. Exato, em Oxford, nós tivemos lá. Lá eu aproveitei um período até o aeroporto, e ele me deu uma verdadeira aula. Eu disse: "Eu vou aproveitar que você está aqui e eu quero que você me explique tudo sobre o sistema da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Petrobras, sobre todo o funcionamento, sobre a funcionalidade em relação ao gás, à questão de preços, enfim". Ele realmente me deu ali uma verdadeira aula.

Então, Jean Paul, você é uma pessoa absolutamente qualificada. Isso é um fato. Não só eu e o Zequinha colocamos isso, mas eu acho que todo o Brasil. As pessoas que o acompanham com a verdadeira expectativa, com a certeza e sobretudo com a torcida de que você realmente possa estar contribuindo com o Brasil dentro da estrutura do atual Governo, porque você vai ajudar de fato o Brasil, acho que você vai dar uma grande contribuição para o Brasil.

Eu queria cumprimentá-lo.

Também tive a experiência, porque a gente está falando da parte técnica aqui do Senador Jean Paul, mas também vi muito o lado dele humano. A esposa dele, aliás, é uma pessoa incrível, que tem uma história de vida que eu quero, em um outro momento, acompanhar. E eu também tive a oportunidade de fazer um trajeto com o Jean Paul, e lá ele estava com meus filhos. Meu marido não estava comigo e os meus filhos estavam juntos. É impressionante como eles, de uma forma rápida, tiveram uma empatia com o Jean Paul. É interessante, Senador Confúcio, eles chegavam para mim e diziam: "Mãe, fala com o tio, porque o tio resolve". Qualquer problema: "Mãe, fala com o tio, porque o tio vai nos ajudar". Eu acho que essa coisa da criança e do adolescente, quando têm empatia com as pessoas adultas, é porque elas têm empatia com as pessoas de bem, com as pessoas que têm alma boa, com as pessoas que têm sentimento. Então, quando você é abraçado por criança, quando você é abraçado por adolescentes, é porque você é uma grande pessoa, e é o que você é, Jean, você é essa grande pessoa. Acabou ficando marcado aquele momento familiar que nós tivemos. Tive a honra de conhecer a sua esposa, como você teve a honra de conhecer o meu esposo.

Que você continue sendo essa pessoa brilhante: brilhante com o Brasil, admirada pelas pessoas do seu entorno, amada pelas pessoas que o acompanham.

Parabéns, Jean.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Eu...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – ... antes de encerrar...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – ... só me permita comentar, porque é impossível não comentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Eliziane é uma pessoa apaixonante em todos os sentidos, porque ela tem essa sensibilidade enorme e, ao mesmo tempo, é aquela pessoa com aquela garra e aquela força que demonstrou principalmente ao Brasil – porque aqui, todo dia, ela demonstra –, que para o Brasil ficaram claras na questão lá da CPI da Covid, onde ela simbolicamente representou tão bem não só a Bancada Feminina, como nós todos, de fato.

Então, a Senadora Eliziane é hoje uma amiga pessoal, uma conquista querida que eu fiz aqui, nesta Casa. Enfim, não vou repetir tudo o que sinto por vocês todos, mas, Senadora Eliziane, pode ter certeza de que nossa amizade será sempre valorizada, construtiva, e estaremos sempre juntos onde quer que estejamos, no Senado, no Governo Federal, na atividade privada, com certeza estaremos juntos conquistando o Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – O Senador Amin está levantando o dedo, acho que deve fazer algum comentário inteligente, como ele sempre faz, não é?

Então, Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – O comentário inteligente foi feito pela Senadora Eliziane. Eu quero subscrever, digamos, com um redutor de voltagem para essa afetividade exorbitante que transbordou aí para nos iluminar, mas eu... Eu quero me conter, porque vou me despedir do Senador Jean Paul Prates amanhã, se tivermos efetivamente a reunião da Comissão de Educação como está programada. E eu vou ter que combinar ainda hoje com ele um relatório para o projeto de educação digital que eu só farei em comum acordo com ele. Mas faço minhas as palavras, pela contribuição que ele deu nesta Comissão, que foi sempre uma contribuição iluminada pelo conhecimento, pela cultura, mas acima de tudo pela moderação e pelo respeito à diversidade de opiniões.

Então, hoje é uma despedida relativa. E faço minhas as palavras emocionadas aí, que nos emocionam, que a Senadora Eliziane Gama fez também em nome de todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem.

Eu acho que, por nós presentes aqui, ou nós vamos nomear o Jean Paul Prates Presidente da Petrobras. (*Risos.*) (*Palmas.*)

Está nomeado!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.004706/2023-17-17 (ANEXO: 017)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, antes de encerrar os nossos trabalhos, proponho a dispensa de leitura e a aprovação da ata da última reunião, a reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam com se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 8 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0075E316004CB0CC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.